EDIÇÃO EXTRA

63ª LEGISLATURA **2ª SESSÃO LEGISLATIVA**

Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Instituído de acordo com a Lei Nº 10.379/18, de 21 de junho de 2018

ANO VII	NATAL, 10 DE ABRIL DE 2024, QUARTA-FEIRA	Nº 1296



MESA DIRETORA

PRESIDENTE
Dep. Ezequiel Ferreira (PSDB)

1º VICE-PRESIDENTE
Dep. Tomba Farias (PSDB)

2º VICE-PRESIDENTE
Dep. George Soares (PV)

1º SECRETÁRIO
Dep. Kleber Rodrigues (PSDB)

2º SECRETÁRIO
Dep. Gustavo Carvalho (PSDB)

3º SECRETÁRIO
Dep. Isolda Dantas (PT)

4º SECRETÁRIO
Dep. Adjuto Dias (MDB)

Palácio José Augusto – Praça Sete de Setembro, s/n, Cidade Alta – Natal/RN – CEP: 59025-300
E-mail: diariooficial@al.rn.leg.br - Telefone: (84) 3611-1748 - Site: www.al.rn.leg.br

EDIÇÃO EXTRA

LEGISLATURA ATUAL	
DEPUTADO ADJUTO DIAS – MDB	DEPUTADO HERMANO MORAIS – PV
DEPUTADO CORONEL AZEVEDO – PL	DEPUTADA ISOLDA DANTAS – PT
DEPUTADA CRISTIANE DANTAS – SD	DEPUTADO IVANILSON OLIVEIRA – UNIÃO BRASIL
DEPUTADA DIVANEIDE BASÍLIO – PT	DEPUTADO JOSÉ DIAS – PSDB
DEPUTADO DR. BERNARDO – PSDB	DEPUTADO KLEBER RODRIGUES – PSDB
DEPUTADO DR. KERGINALDO – PSDB	DEPUTADO LUIZ EDUARDO – SD
DEPUTADA EUDIANE MACEDO – PV	DEPUTADO NEILTON DIÓGENES – PP
DEPUTADO EZEQUIEL FERREIRA – PSDB	DEPUTADO NELTER QUEIROZ – PSDB
DEPUTADO FRANCISCO DO PT – PT	DEPUTADO TAVEIRA JÚNIOR – UNIÃO BRASIL
DEPUTADO GALENO TORQUATO – PSDB	DEPUTADA TEREZINHA MAIA – PL
DEPUTADO GEORGE SOARES – PV	DEPUTADO TOMBA FARIAS – PSDB
DEPUTADO GUSTAVO CARVALHO – PSDB	DEPUTADO UBALDO FERNANDES – PSDB

COMISSÕES

01 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADO HERMANO MORAIS – PV – **Presidente**	DEPUTADA EUDIANE MACEDO – PV
DEPUTADO UBALDO FERNANDES – PSDB – **Vice-presidente**	DEPUTADO DR. BERNARDO – PSDB
DEPUTADA ISOLDA DANTAS – PT	DEPUTADO FRANCISCO DO PT – PT
DEPUTADO GALENO TORQUATO – PSDB	DEPUTADA TEREZINHA MAIA – PL
DEPUTADO ADJUTO DIAS – MDB	DEPUTADO NEILTON DIÓGENES – PP
DEPUTADO KLEBER RODRIGUES – PSDB	DEPUTADO DR. KERGINALDO – PSDB
DEPUTADO GEORGE SOARES – PV	DEPUTADA DIVANEIDE BASÍLIO – PT

02 – COMISSÃO DE FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADO TOMBA FARIAS – PSDB – **Presidente**	DEPUTADO DR. KERGINALDO – PSDB
DEPUTADO CORONEL AZEVEDO – PL – **Vice-presidente**	DEPUTADA CRISTIANE DANTAS – SD
DEPUTADO FRANCISCO DO PT – PT	DEPUTADA DIVANEIDE BASÍLIO – PT
DEPUTADO JOSÉ DIAS – PSDB	DEPUTADO GALENO TORQUATO – PSDB
DEPUTADO LUIZ EDUARDO – SD	DEPUTADO TAVEIRA JÚNIOR – UNIÃO BRASIL
DEPUTADO NELTER QUEIROZ – PSDB	DEPUTADO DR. BERNARDO – PSDB
DEPUTADO NEILTON DIÓGENES – PP	DEPUTADO KLEBER RODRIGUES – PSDB

03 – COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS PÚBLICOS, TRABALHO E SEGURANÇA PÚBLICA

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADA CRISTIANE DANTAS – SD – **Presidente**	DEPUTADO LUIZ EDUARDO – SD
DEPUTADO GUSTAVO CARVALHO – PSDB – **Vice-presidente**	DEPUTADO TOMBA FARIAS – PSDB
DEPUTADA ISOLDA DANTAS (PT)	DEPUTADA DIVANEIDE BASÍLIO – PT
DEPUTADO TAVEIRA JÚNIOR – UNIÃO BRASIL	DEPUTADO IVANILSON OLIVEIRA – UNIÃO BRASIL
DEPUTADO CORONEL AZEVEDO – PL	DEPUTADO NELTER QUEIROZ – PSDB

04 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADO FRANCISCO DO PT – PT – **Presidente**	DEPUTADA ISOLDA DANTAS – PT
DEPUTADA EUDIANE MACEDO – PV – **Vice-presidente**	DEPUTADO GEORGE SOARES – PV
DEPUTADA DIVANEIDE BASÍLIO – PT	DEPUTADO HERMANO MORAIS – PV
DEPUTADO ADJUTO DIAS – MDB	DEPUTADA TEREZINHA MAIA – PL
DEPUTADO LUIZ EDUARDO – SD	DEPUTADA CRISTIANE DANTAS – SD

05 – COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADA DIVANEIDE BASÍLIO – PT – **Presidente**	DEPUTADA ISOLDA DANTAS – PT
DEPUTADO UBALDO FERNANDES – PSDB – **Vice-presidente**	DEPUTADO HERMANO MORAIS – PV
DEPUTADA TEREZINHA MAIA – PL	DEPUTADO ADJUTO DIAS – MDB

06 – COMISSÃO DE SAÚDE

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADO GALENO TORQUATO – PSDB – **Presidente**	DEPUTADO GUSTAVO CARVALHO – PSDB
DEPUTADA CRISTIANE DANTAS – SD – **Vice-presidente**	DEPUTADO LUIZ EDUARDO – SD
DEPUTADO DR. BERNARDO – PSDB	DEPUTADO KLEBER RODRIGUES – PSDB
DEPUTADA TEREZINHA MAIA – PL	DEPUTADO CORONEL AZEVEDO – PL
DEPUTADO DR. KERGINALDO – PSDB	DEPUTADO IVANILSON OLIVEIRA – UNIÃO BRASIL

EXPEDIENTE

Técnico Legislativo: Valdir Medeiros da Nobrega	**Assistente Consultivo II:** Vanusa Gomes de Lima Oliveira	**Analista de Sistemas:** Jorge Henrique L. de Azevedo
TEL: (84) 3611-1748		**E-MAIL:** diariooficial@al.rn.leg.br

Matérias e Publicações

As matérias a serem publicadas no Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa, deverão ser encaminhadas através do Sistema de Gerenciamento de Publicação do Diário Oficial Eletrônico, ou em formato *.doc (Word)* pelo e-mail diariooficial@al.rn.leg.br de segunda a sexta-feira das 08:00hs às 14:00hs. É de responsabilidade de cada diretoria e gabinetes parlamentares as remessas, correções e revisões das matérias e documentos por eles produzidos.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Quarta-feira, 10 de Abril de 2024 – Ano VII – nº 1296

Sumário

PROCESSO LEGISLATIVO.....1

PROCESSO LEGISLATIVO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
OFÍCIO Nº 058/2024
PROCESSO Nº 1010/2024

Ofício nº 084/2024-GE

Natal/RN, 02 de abril de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
EZEQUIEL GALVÃO FERREIRA DE SOUZA
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte
Praça Sete de Setembro, 120, Cidade Alta
Natal - RN - CEP: 59025-300

Assunto: ***Contas de Governo 2023.***

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao disposto no art. 64, VIII e art. 106, §4º, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, e, considerando os parâmetros estabelecidos no art. 237, inciso IV e §2º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e na Resolução nº 012/2016 do TCE/RN, de 14 de junho de 2016 e suas modificações, sirvo-me do presente para **apresentar** a Vossa Excelência a prestação de contas anuais do Governo do Estado, concernentes ao exercício de 2023.

Em consonância com o estabelecido no Art. 3 e no anexo I, da Resolução n° 012/2016-TCE, para além da assunção de responsabilidade quanto ao teor das informações prestadas, seguem anexo ao presente ofício duas cópias físicas autenticadas e uma cópia em formato eletrônico *(pendrive)* do relatório de prestação de contas anuais do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, composto pelo Balanço Geral do Estado e pelo Relatório Geral e Circunstanciado do Controle Interno, referente ao exercício de 2023, que possui o seguinte sumário:

RELATÓRIO VOL. I.

INTRODUÇÃO.....6
MENSAGEM DA GOVERNADORA 7
MENSAGEM DA CONTROLADORA-GERAL.....17
BALANÇO GERAL DO ESTADO 19
RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO CONTROLE INTERNO.....394
MENSAGEM DA AUDITORIA-GERAL DO ESTADO.....396
INTRODUÇÃO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO CONTROLE INTERNO..... 397
ADMINISTRAÇÃO 398
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD 400
EMPRESA GESTORA DE ATIVOS DO RN EMGERN 413
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASSECOM 414
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA – DEI 415
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS – DATANORTE 416
ECONOMIA POTIGUAR 420
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO – SEDEC 420
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE – IDEMA …..... 427
AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A AGN.....428
JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE – JUCERN 428
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS – ARSEP 430
COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS – POTIGÁS.....430
FUNDAÇÃO DE AMPARO E PROMOÇÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO RN – FAPERN 431
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO RN – IPEM 432
ASSITÊNCIA SOCIAL E OUTROS DIREITOS SOCIAIS 433
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – SETHAS 433
SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES, DA JUVENTUDE, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS – SEMJIDH.....458
COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – CEHAB.....469
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – FUNDASE.....474
DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO SUSTENTÁVEL.....484

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA – SAPE.....484
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN 489
CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE – CEASA.....495
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMPARN.....501
INSTITUTO DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA – IDIARN.....506
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER-RN.....511
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS – SEMARH 517
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR – SEDRAF.....519
INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – IGARN.....528
EDUCAÇÃO E CULTURA.....533
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER – SEEC/RN.....533
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUERN.....538
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESIDENTE KENNEDY – IFESP.....545
PREVIDÊNCIA SOCIAL.....550
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – IPERN.....550
SAÚDE.....563
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE – SESAP 563
SEGURANÇA PÚBLICA.....581
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – SESED.....581
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SEAP.....585
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – PM/RN.....589
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – PC/RN 591
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – CBM/RN.....594

INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA – ITEP.....596
TURISMO.....599
SECRETARIA DO ESTADO DE TURISMO SETUR.....599
EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA - EMPROTUR 605
INVESTIMENTOS EM OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA 615
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – SIN.....615
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DETRAN.....619
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER 627
PROJETO GOVERNO CIDADÃO.....628
ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS.....636
CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO 636
CENÁRIO GERAL.....638
ORIGEM DOS RECURSOS.....639
Receitas Correntes.....641
Transferências Correntes.....645
Receitas de Capital 646
APLICAÇÃO DOS RECURSOS.....648
CRÉDITOS ADICIONAIS.....658
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....664
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO.....665
RECURSOS REPASSADOS AO TERCEIRO SETOR.....666
CUMPRIMENTO DOS LIMITES DE GASTOS MÍNIMOS CONSTITUCIONAIS E DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....676
REGRA DE OURO 680
DÍVIDA ATIVA.....682
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA CONTROLADORIA - GERAL DO ESTADO DO RN EM 2023.....685
AUDITORIA.....687
Núcleo de Auditoria de Conformidade e de Transferências Financeiras - NAC.....688
Núcleo de Fiscalização, Consultoria e Auditoria Interna - NAI 690
Núcleo de Monitoramento de Indicadores, de Consultoria e de Elaboração do Relatório de Contas de Governo e de Gestão - NMI 690
Núcleo de Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia - NAE.....692
Núcleo de Auditoria de Pessoal e Previdência - NAP.....694
Núcleo de Inteligência, Informações Estratégicas e Promoção à Lei Geral de Proteção de Dados - NDI.....695

Auditoria Em Números.....696
ALICE – Análise de Licitações e Editais 697
CORREGEDORIA.....698
INTEGRIDADE.....700
OUVIDORIA 702
TRANSPARÊNCIA.....705
ANEXO I – DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES.....706
ANEXO II – CADERNO DE GESTÃO DE PESSOAS.....750

BALANÇO GERAL DO ESTADO

MENSAGEM DO SECRETÁRIO 26
BALANÇO GERAL DO ESTADO – VOLUME I.....27
MENSAGEM DA CONTABILIDADE-GERAL.....30
ANÁLISE FISCAL.....31
Introdução 32
Receita Orçamentária.....33
Receitas de Transferências da União.....36
Receita Corrente Líquida (RCL) 38
Repasse Duodécimos aos Poderes e Órgãos Autônomos 39
Disponibilidade de Caixa 40
Despesa Orçamentária.....40
Restos a Pagar 43
Parcerias Público-Privadas 44
Limites Constitucionais e Fiscais.....44
Resultados Primário e Nominal 45
Dívida Consolidada Líquida.....46
Operações de Crédito 46
Educação, Saúde e Segurança.....47
Despesa com Pessoal..... 50
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – PODER EXECUTIVO..... 52
Balanço Orçamentário.....53
Execução de Restos a Pagar Não Processados 55
Execução de Restos a Pagar Processados.....56
Balanço Financeiro.....57
Balanço Financeiro – Quadro Anexo.....59
Balanço Patrimonial 60
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.....62
Quadro das Contas de Compensação.....63
Quadro do Superávit / Déficit Financeiro 64
Demonstração das Variações Patrimoniais 67

Demonstração dos Fluxos de Caixa.....69
Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas.....70
Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função.....71
Quadro de Juros e Encargos da Dívida.....72
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....73
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – CONSOLIDADO GERAL.....74
Balanço Orçamentário.....75
Execução de Restos a Pagar Não Processados 77
Execução de Restos a Pagar Processados.....78
Balanço Financeiro.....79
Balanço Financeiro – Quadro Anexo.....81
Balanço Patrimonial 82
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.....84
Quadro das Contas de Compensação.....85
Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.....86
Demonstração das Variações Patrimoniais.....89
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....91
Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas.....92
Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função.....93
Quadro de Juros e Encargos da Dívida.....94
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....96
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....96
Base de elaboração das Demonstrações Financeiras.....97
Nota 1 - Contexto Operacional.....97
Nota 2 - Relação das Empresas Controladas pelo Estado.....98
Nota 3 - Estrutura Administrativa 100
Nota 3.1 - Relação Nominal dos Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados - Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo 100
Nota 4 - Cisões, Fusões, Incorporações e Transformações.....103
Nota 5 - Base de Preparação 103
Nota 5.1 - Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.....104
Nota 6 - Consolidação das Demonstrações.....108
Nota 7 - Moeda Funcional e de Apresentação.....115
Nota 8 - Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas.....115
Nota 9 - Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis 115
Nota 10 - Resumo das Principais Políticas Contábeis 116
Balanço Patrimonial ...….....118
Nota 11 - Caixa e Equivalentes de Caixa.....118

Nota 12 - Créditos Tributários a Receber.....119
Nota 13 - Dívida Ativa.....119
Nota 14 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo.....120
Nota 15 - Estoques.....121
Nota 16 - Investimentos.....121
Nota 17 - Bens Móveis 122
Nota 18 - Bens Imóveis 124
Nota 19 - Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada 125
Nota 20 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar.....126
Nota 21 - Empréstimos e Financiamentos 128
Nota 22 - Provisões 128
Nota 23 - Demais Obrigações.....132
Nota 24 - Ajuste de Exercícios Anteriores.....132
Nota 25 - Resultados Acumulados.....132
Nota 26 - Quadro das Contas de Compensação.....132
Demonstração das Variações Patrimoniais 133
Nota 27 - Resultado Patrimonial 133
Balanço Orçamentário.....133
Nota 28 - Receita Orçamentária 134
Nota 29 - Resultado Orçamentário e Financeiro.....134
Nota 30 - Sistema de Proteção Social dos Militares.....134
Nota 31 - Receita Patrimonial 134
Demais Notas Explicativas 134
Nota 32 - Ativos Contingentes e Passivos Contingentes 134
Nota 33 - Eventos Subsequentes 135
Nota 34 - Informação por Segmento.....135
Nota 35 - Transação entre Partes Relacionadas 140
ANÁLISE DOS INDICADORES CONTÁBEIS DO ESTADO.....141
Índice de Liquidez Imediata (LI).....142
Índice de Liquidez sobre Passivos Financeiros.....142
Composição do Endividamento 142
Solvência de Longo Prazo.....143
Eficiência na Arrecadação de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.....143
Índice de Modificações Orçamentárias 144
Cobertura de Custeio.....144
Capacidade de Geração de Poupança 144
BALANÇO GERAL DO ESTADO – VOLUME II 146
ANEXOS DA LEI 4.320/64 – PODER EXECUTIVO 147
Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas.....148
Programa de Trabalho.....149

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas.....189
Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo dos Recursos 199
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções 209
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.....217
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada.....250
Demonstrativo da Dívida Flutuante 255
ANEXOS DA LEI 4.320/64 – CONSOLIDADO GERAL 257
Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas.....258
Programa de Trabalho.....260
Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas.....306
Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo dos Recursos 317
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções 328
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.....337
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada.....370
Demonstrativo da Dívida Fundada Interna 375
Demonstrativo da Dívida Fundada Externa 377
Demonstrativo da Dívida Flutuante 378
Relatório dos Créditos Adicionais.....379

RELATÓRIO VOL. II.

Introdução Geral.....11
PARTE 1 16
Estrutura do relatório de avaliação.....17
Metodologia e Estrutura do Plano Plurianual PPA 2020-2023.....18
Dimensão Estratégica.....18
Eixos Estratégicos.....21
Dimensão Tática.....21
Divisão Territorial do PPA 2020-2023 25
O Processo de Avaliação do PPA 2020-2023.....28
Capacitação 32
Manual de Orientações.....36
Formulário de Avaliação.....37
PARTE 2 38
Avaliação do Plano Plurianual PPA 2020-2023.....39
Avaliação por Tipo de Programa.....39
Avaliação do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.....41
Avaliação dos Programas Temáticos.....42

Análise Consolidada da Execução das Metas Físicas e das Metas Financeiras do PPA.....43
Síntese das Avaliações Setoriais.....122
Anexo.....196

Sem mais para o momento, renovo os mais elevados votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Fátima Bezerra
Governadora

RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO

2023

Parte 1



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Gestão 2023-2026

Maria de Fátima Bezerra
Governadora do Estado

Walter Pereira Alves
Vice-Governador do Estado

Carlos Eduardo Xavier
Secretário de Estado da Fazenda

Luciana Daltro De Castro Pádua
Controladora-Geral do Estado

Flávio George Rocha
Contador-Geral do Estado

Debora Cristiane Barreto De Souza
Auditora-Geral do Estado



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10
MENSAGEM DA GOVERNADORA 11
MENSAGEM DA CONTROLADORA-GERAL 23
BALANÇO GERAL DO ESTADO 26
MENSAGEM DO SECRETÁRIO 28
BALANÇO GERAL DO ESTADO – VOLUME I 29
MENSAGEM DA CONTABILIDADE-GERAL 32
ANÁLISE FISCAL 33
INTRODUÇÃO 34
RECEITA ORÇAMENTÁRIA 35
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO 38
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) 39
REPASSE DUODÉCIMOS AOS PODERES E ÓRGÃOS AUTÔNOMOS 40
DISPONIBILIDADE DE CAIXA 41
DESPESA ORÇAMENTÁRIA 41
RESTOS A PAGAR 44
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS 45
LIMITES CONSTITUCIONAIS E FISCAIS 45
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL 46
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO 47
EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA 48
DESPESA COM PESSOAL 50
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PODER EXECUTIVO 53
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 54
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 56
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 57
BALANÇO FINANCEIRO 58
BALANÇO FINANCEIRO - QUADRO ANEXO 60
BALANÇO PATRIMONIAL 61
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES 63
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO 64
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO 65
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 68
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 70

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS 71
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS....72
DESPESAS POR FUNÇÃO 72
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 73
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 74
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADO GERAL 75
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO....76
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 78
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 79
BALANÇO FINANCEIRO 80
BALANÇO FINANCEIRO - QUADRO ANEXO 82
BALANÇO PATRIMONIAL....83
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES 85
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO....86
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO 87
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 90
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 92
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS 93
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS....94
DESPESAS POR FUNÇÃO 94
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 95
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 96
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 97
BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS....98
1. CONTEXTO OPERACIONAL 98
2. RELAÇÃO DE EMPRESAS CONTROLADAS PELO ESTADO 99
3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA 99
3.1 Relação Nominal dos Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados - Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo 101
4. CISÕES, FUSÕES, INCORPORAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES....104
5. BASE DE PREPARAÇÃO....104
5.1. Processo de Convergência e Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) 105
6. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES....109
7. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO 116
8. USO DE JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS 116
9. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 116
10. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS....117

BALANÇO PATRIMONIAL 120
11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 120
12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER 120
13. DÍVIDA ATIVA 121
14. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO 122
15. ESTOQUES 122
16. INVESTIMENTOS 123
17. BENS MÓVEIS 124
18. BENS IMÓVEIS 125
19. DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA 126
20. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR 127
21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS 128
22. PROVISÕES 129
23. DEMAIS OBRIGAÇÕES 132
24. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 132
25.RESULTADOS ACUMULADOS 132
26. QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO 132
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 133
27. RESULTADO PATRIMONIAL 133
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 133
28. RECEITA ORÇAMENTÁRIA 133
29. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO 134
30. SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES 134
31. RECEITA PATRIMONIAL 134
DEMAIS NOTAS EXPLICATIVAS 134
32. ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES 134
33. EVENTOS SUBSEQUENTES 135
34. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO 135
35. TRANSAÇÃO ENTRE PARTES RELACIONADAS 139
ANÁLISE DOS INDICADORES CONTÁBEIS DO ESTADO 140
Índice de Liquidez Imediata 141
Índice de Liquidez sobre Passivos Financeiros 141
Composição do Endividamento 141
Solvência de Longo Prazo 142
Eficiência na arrecadação de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 142
Índice de Modificações Orçamentárias 143
Cobertura de Custeio 143
Capacidade de Geração de Poupança 143

BALANÇO GERAL DO ESTADO – VOLUME II 145
ANEXOS DA LEI 4.320/64 – PODER EXECUTIVO 146
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS 147
PROGRAMA DE TRABALHO 148
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS 187
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS 197
CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS 197
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES 207
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA.....215
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA 249
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE.....254
ANEXO DA LEI 4.320/64 – CONSOLIDADO GERAL.....255
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS 256
PROGRAMA DE TRABALHO 257
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS 301
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS 312
CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS 312
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES 323
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA.....332
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA 366
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA.....371
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA 373
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE.....374
RELATÓRIO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS 375
RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO CONTROLE INTERNO 390
MENSAGEM DA AUDITORIA-GERAL DO ESTADO 392
INTRODUÇÃO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO CONTROLE INTERNO 393
ADMINISTRAÇÃO 394
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD 396
EMPRESA GESTORA DE ATIVOS DO RN - EMGERN 409
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ASSECOM 410
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA – DEI 411
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS – DATANORTE 412
ECONOMIA POTIGUAR 416
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO – SEDEC 416
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE - IDEMA 423

AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A - AGN 424
JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE - JUCERN 424
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARSEP 426
COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS 426
FUNDAÇÃO DE AMPARO E PROMOÇÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO RN - FAPERN 427
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO RN - IPEM 428
ASSITÊNCIA SOCIAL E OUTROS DIREITOS SOCIAIS 429
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SETHAS 429
SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES, DA JUVENTUDE, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS - SEMJIDH 454
COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – CEHAB 465
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - FUNDASE 470
DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO SUSTENTÁVEL 480
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA – SAPE 480
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN 485
CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE – CEASA 491
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMPARN 497
INSTITUTO DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA – IDIARN 502
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER-RN 507
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS – SEMARH 513
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR – SEDRAF 515
INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – IGARN 524
EDUCAÇÃO E CULTURA 529
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER – SEEC/RN 529
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUERN 534
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESIDENTE KENNEDY – IFESP 541
SAÚDE 559
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE – SESAP 559
SEGURANÇA PÚBLICA 577
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – SESED 577
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP 581
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – PM/RN 585
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – PC/RN 587
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – CBM/RN 590
INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA – ITEP 592

TURISMO 595
SECRETARIA DO ESTADO DE TURISMO - SETUR 595
EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA - EMPROTUR 601
INVESTIMENTOS EM OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA 611
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – SIN 611
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN 615
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER 623
PROJETO GOVERNO CIDADÃO 624
ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS 632
CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO 632
CENÁRIO GERAL 634
ORIGEM DOS RECURSOS 635
Receitas Correntes 637
Transferências Correntes 641
Receitas de Capital 642
APLICAÇÃO DOS RECURSOS 644
CRÉDITOS ADICIONAIS 654
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 660
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO 661
RECURSOS REPASSADOS AO TERCEIRO SETOR 662
CUMPRIMENTO DOS LIMITES DE GASTOS MÍNIMOS CONSTITUCIONAIS E DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 672
REGRA DE OURO 676
DÍVIDA ATIVA 678
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO RN EM 2023 681
AUDITORIA 683
Núcleo de Auditoria de Conformidade e de Transferências Financeiras - NAC 684
Núcleo de Fiscalização, Consultoria e Auditoria Interna - NAI 686
Núcleo de Monitoramento de Indicadores, de Consultoria e de Elaboração do Relatório de Contas de Governo e de Gestão - NMI 686
Núcleo de Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia - NAE 688
Núcleo de Auditoria de Pessoal e Previdência - NAP 690
Núcleo de Inteligência, Informações Estratégicas e Promoção à Lei Geral de Proteção de Dados - NDI 691
Auditoria em Números 692
ALICE – Análise de Licitações e Editais 693
CORREGEDORIA 694

INTEGRIDADE 696
OUVIDORIA 698
TRANSPARÊNCIA 701
ANEXO I – DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES 702
ANEXO II – GESTÃO DE PESSOAS 746
ANEXO III – AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023 746

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao dever institucional estabelecido no inciso XVIII, do art. 64 da Constituição Estadual, a Excelentíssima Governadora do Estado do Rio Grande do Norte tem o prazer de apresentar à sociedade potiguar os resultados da gestão anual do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 2023.

Elaborado em conformidade com as diretrizes estabelecidas nas normativas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN), especialmente a Resolução nº 012/2016 – TCE, de 14 de junho de 2016, que regulamenta a composição e o envio das prestações de contas anuais dos Chefes dos Poderes e demais gestores dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, o documento denominado Prestação de Contas Anuais do Governo do Estado do Rio Grande do Norte 2023 - Contas Anuais da Chefe do Poder Executivo Estadual representa uma prestação de contas à sociedade potiguar dos resultados da gestão anual do Poder Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Composto por dois expedientes, a Prestação de Contas Anuais do Governo do Estado do Rio Grande do Norte 2023 - Contas Anuais da Chefe do Poder Executivo Estadual é constituída por duas partes distintas e complementares entre si: o Balanço Geral do Estado e o Relatório Geral e Circunstanciado do Controle Interno.

O Balanço Geral do Estado consolida as contas do Estado e de suas autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos especiais, em conformidade com a legislação do direito financeiro brasileiro, especialmente as normas emanadas do TCE-RN e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Por sua vez, o Relatório Geral e Circunstanciado do Controle Interno apresenta a execução dos orçamentos previstos no §4º do art. 106 da Constituição Estadual, bem como outras informações relevantes, tais como as realizações nas áreas de educação, cultura, saúde, previdência social, segurança pública, assistência social e outros direitos sociais, turismo, investimentos em obras públicas, infraestrutura e atendimento às comunidades rurais e urbanas, promovendo o desenvolvimento sustentável em ambos os cenários.

MENSAGEM DA GOVERNADORA

Quero de antemão exaltar o nobre e importante papel do Poder Legislativo, Tribunal de Contas e empenho de todos os nossos servidores e servidoras à democracia e para a construção de um Rio Grande do Norte próspero, justo e sustentável. O diálogo harmônico e respeitoso sempre foi uma premissa do governo que lidero, com muita honra e responsabilidade, sem perder de vista a independência devida entre os Poderes.

2023 foi um ano muito desafiador. Vivemos momentos dramáticos com ataques criminosos, mas contamos com o apoio incondicional do Governo Federal, por intermédio do Ministério da Justiça, que somado ao papel firme e de relevante espírito público desempenhado pelas forças de segurança pública do Estado, nos possibilitou superar a crise.

Além disso, houve dificuldades financeiras imensas, originadas pelas Leis Complementares 192 e 194, adotadas pelo então Governo Federal, em 2022, sem qualquer diálogo, que provocaram uma queda abrupta na receita, comprometendo a capacidade dos governos estaduais de prestarem os serviços essenciais às suas populações.

Apesar disso, o Governo do Estado tem empreendido todos os esforços para cumprir suas obrigações, a exemplo das folhas salariais que mantivemos pagando dedicadamente dentro do mês trabalhado, e da aplicação recorde em educação e saúde que tivemos no ano de 2023, provando que temos cada vez mais avançado na melhor gestão dos recursos públicos.

O fato é que este segundo mandato vem marcado pela esperança e pela confiança nas oportunidades que temos agora de avançar em áreas fundamentais a partir do novo ambiente institucional promovido no país, com um Governo Federal comprometido com o diálogo e que reestabeleceu o pacto federativo, dispositivo constitucional que fora desprezado entre 2019 e 2022 no Brasil.

Exemplo deste ambiente institucional é o Novo PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, no qual o Governo do RN foi contemplado com um investimento de

aproximadamente R$ 45 bilhões. Entre os projetos prioritários confirmados para o Estado no Novo PAC, destaco:

Dentro desse ambiente de cooperação federativa, conseguimos também concretizar a adesão do RN ao Programa de Equilíbrio Fiscal - PEF, com R$ 1,6 bilhão a ser destinado ao Estado em quatro parcelas, cuja primeira nós já contratamos junto ao Banco do Brasil, o que significou R$ 427 milhões a serem aplicados na recuperação das estradas, uma necessidade diante da herança que nós recebemos e de uma precariedade que se agrava há décadas. É oportuno registrar que buscamos e lutamos, no governo anterior, o acesso do Rio Grande do Norte ao PEF.

Neste novo contexto institucional, nos empenhamos muito e foi possível firmar o novo contrato de concessão para o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, assinado entre a Agência Nacional de Aviação Civil e a Zurich Internacional. Trata-se de um edital de relicitação inédito no país e a concessão tem duração de 30 anos. Uma conquista importantíssima. Conseguimos também fazer um contrato para a Infraero assumir a operação do aeroporto de Mossoró, onde há inclusive ampliação dos serviços e dos voos.

Destaco também o Programa Governo Cidadão no qual tivemos a alegria de executarmos 100% das metas. Isso é particularmente importante, porque quando assumimos, no primeiro governo, encontramos o programa com graves problemas na sua execução e apenas 23% das metas cumpridas.

Mas conseguimos superar as dificuldades e entregar, no ano passado, as metas concluídas ao Banco Mundial e, mais importante, as obras e equipamentos ao povo potiguar. Foi aplicado, somente em 2023, um montante de R$ 68,3 milhões em investimentos como a construção do Hospital da Mulher, a reforma e equipagem do Hospital de Assu, a reforma e construção de escolas e mais de 120 projetos produtivos no campo, além de 274 quilômetros de estradas.

Graças ao desempenho eficiente que o nosso governo demonstrou na execução do programa e o êxito dos projetos no RN, o Banco Mundial deu aval e já está em curso a segunda fase do Programa, com a renovação do empréstimo no valor de quase R$ 900 milhões, que serão concentrados em investimentos nas estradas, na agricultura e no turismo.

Outro fato relevante para a modernização e o desenvolvimento sustentável do Estado é a nova Lei de Parcerias Público Privadas aprovada por esta Casa. Pela primeira vez o RN tem um marco regulatório moderno que traz segurança jurídica e possibilita atrair investimentos essenciais para impulsionar a economia do RN.

Nosso pacote normativo de concessões busca promover investimentos em infraestrutura e serviços essenciais. Essa iniciativa vai fortalecer a competitividade do RN, abrindo portas para a criação de novos empregos e oportunidades de negócios. Falo da operacionalização de projetos de grande porte que vão ter início já este ano, a exemplo da PPP da Caern. Nós assinamos o contrato com o BNDES para a elaboração da modelagem dessa PPP que vai ampliar o saneamento no Estado.

A PPP da CAERN é a primeira com base no novo marco legal. A expectativa é a de atrair R$ 3,2 bilhões em investimentos. Isso levará a ampliação ou instalação de saneamento em 48 municípios potiguares, com tudo o que isso significa em termos de repercussão para melhorias na saúde, inclusão e impacto positivos até na economia.

Além disso, visando o desenvolvimento turístico, queremos viabilizar a duplicação do acesso à Pipa, fortalecendo a economia e o desenvolvimento social da região, como também alguns equipamentos públicos, potencializando a economia potiguar por intermédio das parcerias público privadas.

Nosso governo tem sido incisivo e comprometido em garantir um ambiente seguro e protegido para o povo do RN, por isso estamos sempre buscando ações coordenadas e efetivas na segurança pública. Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Penal e ITEP contam com a nossa atenção permanente.

Somam-se a isso a dedicação incansável dos nossos profissionais de segurança e a parceria que construímos com o Governo Federal que nos permitiram reduzir os índices de criminalidade e violência, com destaque para a diminuição das mortes violentas que, em 2023, chegaram a seu menor índice desde o ano de 2011. O menor número de homicídios dos últimos 12 anos. O Estado que mais reduziu assassinatos no Brasil.

Destaco também nosso empenho no combate às organizações criminosas. Participamos ativamente do Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações

Criminosas, renovamos a atuação da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado por mais cinco anos, e contribuímos para a Operação Paz, que resultou na prisão de 460 pessoas no RN entre setembro e novembro.

Além da redução da violência, celebramos ainda a aquisição de 400 novas viaturas para o enfrentamento da criminalidade e um acréscimo de mais de 1.500 homens e mulheres nos efetivos da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar, todos já em cursos de formação, para fortalecer a segurança pública. A chegada do novo helicóptero é outra conquista importante.

Investimos também em infraestrutura para a nova sede do Instituto TécnicoCientífico de Perícia do RN (Itep), em construção na zona oeste de Natal, com investimento de quase R$ 20 milhões, que vamos entregar este ano. Esse é um pleito antigo dos servidores, uma vez que a sede atual data de 1930 e não apresenta mais condições de funcionamento do órgão. Outra obra importante é a Cidade da Polícia Civil, iniciada no final de setembro, que vai abrigar a sede administrativa da instituição e boa parte de suas unidades especializadas.

Avançamos também na interiorização do Corpo de Bombeiros Militar, criando postos avançados nos municípios de Assu, Currais Novos, Apodi e Goianinha, apenas este último ainda não inaugurado, mas com previsão para março.

Na administração penitenciária, encerramos o ano de 2023 com o Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte disciplinado, seguro e sob controle, sem registro de motim, rebelião, tampouco fuga, ao mesmo tempo em que avançamos nas assistências aos internos previstas na Lei de Execuções Penais, e reduzimos as denúncias de violações de direitos humanos.

Na infraestrutura, destinamos R$ 16 milhões para reformas e ampliação de vagas, e R$ 24 milhões estão previstos para a construção de novas unidades, incluindo um novo pavilhão no Complexo de Alcaçuz.

Esse é o esforço que o governo vem fazendo para tratar a segurança pública como uma prioridade permanente. E assim iremos continuar dando o tratamento que se faz necessário para que possamos cada vez mais avançar na perspectiva de trazer bem-

estar e tranquilidade para a população e alavancar a promoção do desenvolvimento no RN.

Na Educação, teremos a entrega dos Institutos Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica (IERNs). Os IERNs têm um cronograma de conclusão das obras para inauguração de dez unidades até julho de 2024. Alguns deles, como Natal, Campo Grande, Umarizal, São Miguel, Tangará, Touros, Alexandria e Jardim de Piranhas, já começarão a funcionar no início do mês de maio. Apenas as unidades de São José do Mipibu e Mossoró ainda aguardam o início das obras.

Em 2023 tivemos 72 instituições de ensino médio ofertando Educação Profissional e Tecnológica, com 11 mil vagas. Para 2024, a previsão é que 82 instituições ofereçam 18 mil matrículas, com expectativa de aumento após a conclusão dos IERNs.

Trabalhamos para ampliar as escolas em Tempo Integral. Atualmente, a rede estadual de ensino conta com 148 escolas que oferecem o ensino em tempo integral, totalizando aproximadamente 23 mil matrículas. Para 2024, o número de escolas com ensino em tempo integral será ampliado em mais 30 unidades, chegando a 178 e aproximadamente 26 mil matrículas.

Através do Geração Conectada, concluímos 2023 com internet em todas as escolas da rede estadual do RN. Isso significa que o ano letivo inicia com banda larga disponível nessas escolas, o que terá repercussão positiva para a qualidade de ensino.

E quero aqui dar uma excelente notícia: nos empenhamos muito e no segundo semestre do ano passado, o RN foi o primeiro Estado, junto ao governo federal, por intermédio da AGU, em um trabalho dedicado, coordenado pela PGE, a celebrar o acordo da segunda parte dos precatórios do FUNDEF. Esse acordo está, inclusive, homologado pelo STF. Isso vai possibilitar recursos da ordem, no mínimo, R$ 250 milhões. A previsão de liberação está consignada para os anos de 2025 e 2026. Esses recursos são uma conquista extraordinária, porque serão destinados prioritariamente ao programa de reformas e ampliação das nossas escolas.

Temos em curso o debate de um novo Plano Nacional de Educação, que vai desdobrar na discussão do Plano Estadual da Educação. Estamos muito confiantes de que, com isso, e os investimentos que estamos fazendo nos IERNs, na inclusão digital,

nas melhorias das escolas, na valorização dos profissionais da educação, vamos dar um salto na expansão e melhoria da qualidade da educação do Rio Grande do Norte.

Em 2023, ano que superamos a pandemia da Covid-19, realizamos o maior número de cirurgias eletivas feitas desde 2014. De acordo com os dados do Sistema de Informação Hospitalar do Ministério da Saúde, foram, até o mês de novembro, 13.600 cirurgias feitas sob a gestão estadual, superando as 10.044 feitas em 2022, representando um investimento superior a R$ 80 milhões.

O número consolidado do ano será ainda maior, quando for computado dezembro, o que deve ocorrer neste mês de fevereiro. O trabalho aliado da Sesap com os municípios e o Governo Federal, através do Programa Nacional de Redução de Filas, fez com que o RN chegasse ao recorde histórico de 69 mil cirurgias eletivas, em 2023, até o mês de novembro.

Para este ano, a Sesap já conta com cerca de R$ 30 milhões garantidos para continuar investindo em cirurgias eletivas, entre recursos do Ministério da Saúde e de emendas parlamentares federais. Nossa meta é fila zero, é não termos mais pacientes à espera de cirurgia eletiva no Rio Grande do Norte.

Para reformas e ampliação dos hospitais da rede SUS no Estado, está em curso um investimento de mais de R$ 50 milhões, com recursos de emendas parlamentares, Ministério da Saúde e do tesouro estadual. Entre as principais obras estão a ampliação dos centros cirúrgicos do Walfredo Gurgel, em Natal; Tarcísio Maia, em Mossoró; Telecila Freitas, em Caicó; e Mariano Coelho, em Currais Novos.

O Hospital Tarcísio Maia, por exemplo, com 37 anos de existência está, pela primeira vez, passando por uma reforma. Em Assu, o Hospital Regional Nélson Inácio dos Santos também passou por reformas, a primeira em mais de 20 anos. E acrescento aqui o hospital metropolitano que está no PAC. Trata-se do Hospital de Urgências e Emergências em Trauma e Neurocirurgia da Grande Natal que conseguimos inserir no Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, e vamos trabalhar de forma incansável para entregar nos próximos três anos. O Hospital Walfredo Gurgel completou 50 anos e foi dimensionado para uma realidade de quando Natal tinha pouco mais de 250 mil habitantes.

Destaco aqui o papel decisivo que tivemos junto ao Governo Federal para elevação do teto de financiamento dos procedimentos de média e alta complexidade no RN – teto MAC. Demanda de anos que beneficiou o Estado e municípios. Os recursos foram repassados e seguem incorporados ao teto dos municípios para os anos seguintes, tirando a incerteza de financiamento e evitando paralisação de serviços como aconteceu em 2023 por falta de recursos do município de Natal.

Em setembro de 2023 o Estado ganhou sua primeira policlínica regional, em Caicó. O serviço está viabilizado com a participação de municípios do Seridó através do Consórcio Interfederativo organizado pela Sesap, com o financiamento partilhado entre Estado e prefeituras. A unidade conta com diversos atendimentos especializados, dentro das necessidades da região.

Já o Hospital Regional da Mulher Parteira Maria Correia, em Mossoró, completou um ano de funcionamento e tem contribuído para desafogar a demanda de mais de 60 municípios, representando quase 1 milhão de habitantes da região Oeste, ofertando atualmente 27 serviços especializados.

No Desenvolvimento Econômico, temos satisfação em dizer que o RN segue em 1º lugar na capacidade instalada de energia eólica Onshore, como o Estado que dispõe dos ventos mais favoráveis no Brasil e no Mundo. São mais de 286 usinas em operação, mais de 20 usinas em construção e 76 já contratadas, atingindo a marca de 13.1 GW de potência concedida em eólica até 2026.

Esses números colocam o RN como o maior gerador de energia eólica do Brasil e da América Latina. Nos destacamos também na geração de energia solar, biomassa, hídrica e com o gás natural, combustível da transição energética. Atualmente, 98% de toda a energia produzida no RN é proveniente de fontes limpas e renováveis. Um exemplo para o Brasil e para o mundo.

Estamos também incentivando o desenvolvimento de novas fontes de energia limpa, além das já consolidadas no mercado. Falo aqui do hidrogênio verde, da amônia verde e da energia eólica offshore. Encaminhamos para esta Casa, no final do ano passado, o primeiro marco legal do país voltado para hidrogênio verde e para a indústria Verde. Essa nova lei irá trazer segurança técnica, jurídica, ambiental e econômica para o desenvolvimento dessa nova fonte energética em nosso território.

E para fortalecer o desenvolvimento desses novos setores e incentivar o crescimento da mineração, da fruticultura, da pesca, do sal e do Petróleo e Gás, estamos investindo no Porto-Indústria Verde do RN.

Esse porto terá uma área de 13.300 hectares, localizada no município de Caiçara do Norte, que irá abrigar a cadeia industrial de peças e componentes para eólica offshore, dar suporte a manutenção e operação de usinas, produção, armazenamento e exportação de hidrogênio verde e amônia verde, entre outros. É o RN se preparando para um novo ciclo promissor.

Após os estudos técnicos e de viabilidade, o levantamento de investimentos e definição da modelagem, que será através de parceria público privada, vamos agora dar mais um passo muito importante e decisivo com o estudo de impacto ambiental (EIA/RIMA) para o qual nós assinamos um convênio com a universidade.

O Porto Indústria Verde já se configura como um projeto inovador e revolucionário que está despertando interesse da comunidade internacional, dado o contexto da transição energética. Não à toa temos memorandos já assinados com mais de dez empresas e multinacionais estrangeiras interessadas não apenas na utilização do porto, mas na instalação de empresas.

Quero destacar também a retomada da Petrobras e a nova fase para o setor de Petróleo e gás no Brasil, começando pelo RN. A Margem Equatorial vai dar continuidade à exploração de petróleo, dado o potencial imenso que nós temos em águas profundas, representando um novo ciclo de investimento para o setor de petróleo e gás que vai começar justamente pelo nosso Estado.

E com o diferencial de investimentos em novos processos de produção e refino com uso de recursos renováveis. Isso vai ser fundamental, inclusive, para potencializar os investimentos da Petrobras na transição energética através das energias renováveis. A empresa reabriu sua sede no RN e criou aqui uma diretoria de energias renováveis.

No turismo, também há desenvolvimento. Nosso Estado voltou a ter voos diários com Lisboa, pela TAP, como resultado do relacionamento fortalecido e das ações de promoção do Governo do Estado no mercado europeu. Recebemos o 1º lugar no Prêmio Nacional do Turismo, dado pelo Salão Nacional do Turismo, a maior vitrine de

experiências e roteiros do setor do Brasil, na categoria Formação e Inserção Produtiva de Pessoas no Turismo. A SETUR/RN se destacou com a iniciativa de Cursos de Capacitação para Atores da Atividade Turística.

Sobre a cultura, criamos em 2023 a Secretaria Extraordinária de Cultura e enviamos dois projetos de Lei para esta Casa para criar a Secretaria de Cultura do Estado do RN e o Sistema Estadual de Cultura. Esses projetos com certeza merecerão a atenção e o apoio das senhoras e dos senhores.

Reformamos as Casas de Cultura Popular de Caicó, Serra Negra e Parelhas, que completaram 20 anos em 2023 promovendo a arte e a cultura no interior do Rio Grande do Norte. Para o Programa Câmara Cascudo, estabelecemos um fluxo contínuo para inscrição de projetos. Outra ação que merece destaque em 2023 foi o lançamento dos editais estaduais da Lei Paulo Gustavo, lei emergencial de apoio ao setor cultural que veio para diminuir os efeitos da pandemia. O Rio Grande do Norte garantiu, em 2023, R$ 73,6 milhões para viabilizar manifestações artísticas e culturais pela Lei Paulo Gustavo. Já neste ano, abrimos as inscrições para o Edital de Fomento ao Audiovisual. Esse edital vai selecionar 14 iniciativas artístico-culturais.

Faremos também o Projeto Conexão Nordeste 2024 para o intercâmbio artísticocultural dos nove estados da região. Por meio do Programa Nacional Aldir Blanc, vamos investir mais de R$ 29 milhões regularmente em projetos e programas. E, através do PAC, vamos criar o Céu da Cultura: uma edificação de uso comunitário, com espaços para expressão corporal, educação cidadã, arte e educação, trabalho e renda, meio ambiente, entre outras atividades. Também em 2024 vamos realizar os Festivais Populares de Literatura.

E outra notícia extraordinária é que o RN vai ganhar um Centro Cultural Banco do Nordeste (CCBN) que será instalado em Mossoró, no Teatro Lauro Monte Filho.

O ano de 2023 foi marcante também para a agricultura familiar, com a conquista do edital Sertão Vivo, que beneficiará 38 mil famílias em nosso Estado. O projeto vai destinar cerca de R$ 151 milhões para acesso à água e sistemas de produção, beneficiando produtores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades indígenas e quilombolas no RN.

Previsto para ser executado entre 2024 e 2027, o Projeto é uma iniciativa do governo do Presidente Lula com financiamento do BNDES em parceria com o Fundo Internacional das Nações Unidas para a Agricultura (FIDA). Isso será extraordinário para o semiárido nordestino, começando pelo Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará e Pernambuco, com investimento total de R$ 1,75 bilhão.

Outra iniciativa, essa já consolidada, é o Projeto Algodão Agroecológico Potiguar. A retomada do algodão, em base agroecológica, garantiu ao RN o título de maior produtor de algodão agroecológico do Brasil. Atualmente, cerca de 1.000 famílias estão inseridas, a maioria chefiadas por mulheres. O RN foi incluído também no Programa de Fomento às Atividades Rurais, com investimento de R$ 16,1 milhão, que vai contemplar 3.500 famílias.

Na agricultura e pecuária houve um crescimento de 20%. As exportações de frutas irrigadas totalizaram 195 milhões de dólares, crescimento de 21,8% em relação a 2022. A área de cultivo da fruticultura teve aumento de 15 mil hectares e a de cana de açúcar passou de 60 mil para cerca de 80 mil hectares.

Fato importante é que um ano atrás havia a preocupação da falta de navios para a exportação de frutas do RN.

Nosso governo atuou em busca de parceiros para o Porto de Natal e não faltou navio para transportar nossos produtos exportáveis.

Como resultado da política do governo de incentivo ao setor, qualificação profissional e fortalecimento do agronegócio, o RN teve crescimento de 70% na produção de leite. Temos incentivado o fortalecimento das atividades no Estado, através das exposições agropecuárias.

Para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional e o Combate à Fome no RN, seguimos com o Programa Leite Potiguar nos 167 municípios, atendendo mais de 76 mil famílias, com um investimento anual superior a R$ 81 milhões. Com o Programa Restaurante Popular, estamos em todas as regiões do Estado com um investimento superior a R$ 63 milhões.

Destinamos mais R$ 2,5 milhões para a Casa de Acolhimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e seus filhos e filhas e garantimos o Cofinanciamento da

Proteção Social Especial de média complexidade a 52 municípios. Para os próximos anos, vamos reformar parte dos equipamentos públicos que integram a rede socioassistencial.

2023 também foi um ano muito importante para as mulheres potiguares. Com a volta do governo do Presidente Lula, assinamos o termo de adesão para duas Casas da Mulher Brasileira em nosso Estado, uma para Natal e outra para Mossoró, que já começarão a ser construídas esse ano. Sonho e luta antigos das mulheres que finalmente serão concretizados.

Fomos contempladas no primeiro edital lançado pelo Ministério das Mulheres, voltado ao fortalecimento dos Organismos de Políticas para as Mulheres, destinando recursos de investimento e custeio para a Política para as Mulheres no Estado. E assinamos um Acordo de Cooperação Técnica com o Governo Federal para Contratação das Mulheres em Situação de Violência nos Órgãos Federais em Funcionamento no RN, que será executado em 2024.

Inauguramos sete Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres - DEAMs em Municípios Polo do interior do Estado, totalizando doze DEAMs. Expandimos a Patrulha Maria da Penha, de forma que hoje conseguimos acompanhar as mulheres em situação de violência nas cinco regiões do Estado.

Com muita honra e orgulho, assumi a presidência do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste que tem sido um importante instrumento de gestão e, mais do que isso, tem cumprido sua vocação de ser a voz da nossa região. Com o Consórcio, temos mais força e robustez para defender os interesses locais e regionais, trabalhando de forma articulada com o Governo Federal e estabelecendo parcerias.

Exemplo disso foi a bela agenda que tivemos em Apodi para a mecanização da Agricultura Familiar. Testamos, junto com agricultoras e agricultores do RN, o maquinário doado no âmbito da plataforma de transferência internacional China-Brasil para tecnologias avançadas e aplicáveis de mecanização agrícola para pequenos e médios camponeses, liderada pelo Consórcio Nordeste. Experiência pioneira no Brasil e na América Latina.

O ano de 2023 foi de retorno da esperança, de reafirmação da democracia, de retomada do pacto federativo e de muito trabalho para cuidar do povo potiguar. Trabalhamos de forma incansável, em intensa interlocução com o governo federal, com os governos municipais, com os demais Poderes e ouvindo sempre os representantes da sociedade, guiados pelo compromisso que renovamos junto ao povo do Rio Grande do Norte. E os frutos deste novo tempo já começaram a ser colhidos.

No RN, temos um futuro que já começou, desde que começamos a fazer a transição de um Estado falido e colapsado para um Estado resiliente, que recuperou credibilidade, que superou crises, seja do ponto de vista fiscal ou pela ótica da segurança, que recuperou sua capacidade de fazer investimentos e que agora, com um Governo Federal parceiro e republicano, vai deslanchar em conquistas sonhadas por muitas gerações.

Seguiremos trabalhando junto às senhoras e aos senhores de maneira independente e harmônica, com diálogo e respeito, como preceitua nossa Constituição e como temos feito desde o primeiro dia de nossa primeira gestão. Nossa missão é fazer um Rio Grande do Norte melhor para todas e todos e não tenho dúvida de que estamos na direção certa. Sigamos firmes porque tem muita esperança e responsabilidade depositadas em cada um de nós.

Muito obrigada!

MENSAGEM DA CONTROLADORA-GERAL

O Rio Grande do Norte, sob o escopo de práticas de Governo Aberto, busca aumentar a transparência das atividades governamentais, promover a participação cívica, implementar altos padrões de integridade profissional nas administrações públicas e expandir o acesso a novas tecnologias para promover a abertura e a prestação de contas governamentais. A ideia é que o Estado seja mais acessível, mais responsivo, mais transparente e responsável para seus cidadãos, objetivando trazer benefícios de longo prazo para todos.

Com efeito, o Relatório Anual de Contas de Governo se manifesta como instrumento fundamental de transparência e prestação de contas. Isso porque, esse documento apresenta os principais resultados da gestão orçamentária e financeira do Governo do Estado do Rio Grande do Norte ao longo do ano de 2023 e, adicionalmente, analisa as principais atividades realizadas pelos diversos órgãos governamentais, no âmbito dos programas e ações previstas, com base na legislação orçamentária.

Muito embora no ano de 2023 a arrecadação do Estado tenha sido impactada negativamente pela redução da alíquota de ICMS, por decorrência da Lei Complementar Federal nº 194/2022, foram adotadas algumas medidas compensatórias. Nesse sentido convém registrar o programa de recuperação de crédito tributário (REFIS), que arrecadou mais de R$ 250 milhões e o recebimento de recursos oriundos do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), instituído pela União a fim de incentivar os entes federativos a implementarem medidas de ajuste para equilibrar suas contas e retomarem os investimentos por meio de operações de crédito com garantia da União.

Em linhas gerais, dos dados consolidados é possível perceber que no ano de 2023 a receita total do Estado do RN foi de aproximadamente 17,6 bilhões. Diante desse contexto, importante destacar que no ano de 2023 o Rio Grande do Norte aplicou 12,63% da sua receita líquida de impostos na área da saúde, superando em torno de 92,3 milhões o mínimo constitucional obrigatório. Já no tocante à educação, o Estado aplicou 26,35% da receita líquida de impostos, ultrapassando em aproximadamente 49 milhões o investimento exigido pela Constituição Federal.

A análise do equilíbrio financeiro perpassa o exame do equilíbrio das contas públicas concernente ao cumprimento de metas de resultados entre as receitas e as despesas. Nesse sentido, deve-se observar a compatibilidade entre as leis orçamentárias e os valores efetivamente executados. Sobre isso, convém registrar que aproximadamente 90% do orçamento do Estado previsto para o ano de 2023 foi executado. Como exemplos exitosos temos a segurança pública do Estado que executou 94,19 % da dotação orçamentária inicial de 2023; a Saúde executou 92,96% e a educação 90,79%.

Outrossim, o ano de 2023 também foi um ano de fortalecimento do Sistema de Controle Interno Estadual, que avançou significativamente em várias frentes, refletindo um compromisso contínuo com a transparência, integridade e eficiência na gestão pública. Nesse cenário cabe destacar que com a nomeação de 12 auditores de controle interno e 12 analistas contábeis, pela primeira vez, o Estado do Rio Grande do Norte contou com seu quadro de auditores de controle interno completo.

Sobre a Transparência Pública do RN é fundamental destacar que o Estado está avançando consideravelmente, tendo alcançado pontuações inéditas nas avaliações nacionais. Em 2015, quando a Controladoria-Geral da União (CGU) lançou a Escala Brasil Transparente, o Rio Grande do Norte obteve nota zero. Mas, resultado de esforços contínuos, em 2023, o Estado potiguar atingiu a pontuação de 83,35% na avaliação da ATRICON, conquistando, pela primeira vez o Selo Prata.

Ademais, com o propósito de promover uma gestão cada vez mais ética, responsável, transparente, eficiente e voltada para resultados positivos em prol da sociedade, no ano de 2023, o Estado do Rio Grande do Norte editou o Programa de Integridade e Compliance Pública - PIC/RN, cuja implementação é obrigatória em todos os níveis da administração direta, autárquica e fundacional. Nessa tônica, visando a maior especialização das atividades desta Controladora, no ano de 2023, a AuditoriaGeral da Controladoria foi reformulada, tendo sido instituídos seis núcleos especializados, com vistas a avaliar a qualidade da execução da política pública e agregar valor à tomada de decisões da Alta Gestão.

As avaliações que compõem este Relatório de Contas de Governo, referente ao exercício de 2023, foram elaboradas com base nos saldos contábeis e nos resultados

das execuções orçamentária, financeira e patrimonial, registrados no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e nas informações constantes em documentos de auditoria da Controladoria-Geral do Estado.

É nessa perspectiva que se recomenda a atenta leitura desse Relatório e mantémse o compromisso de envidar esforços ativo e contínuo, direcionados à concretização das ações de competência deste Órgão de Controle, visando à construção de uma Administração Pública íntegra, participativa, transparente, eficiente e eficaz.

Luciana Daltro de Castro Pádua
Controladora-Geral do Estado Rio Grande do Norte

BALANÇO GERAL DO ESTADO

EXERCÍCIO FINANCEIRO 2023

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GESTÃO 2023-2026

Maria de Fátima Bezerra
Governadora do Estado

Walter Pereira Alves
Vice-Governador do Estado

Carlos Eduardo Xavier
Secretário de Estado da Fazenda

Maria Virgínia Ferreira Lopes
Secretária de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão

Luciana Daltro de Castro Pádua
Controladora-Geral do Estado

Flávio George Rocha
Contador-Geral do Estado
CRC/RN 6.409/O-1 T/SC

Débora Cristiane Barreto de Souza
Auditora-Geral do Estado

MENSAGEM DO SECRETÁRIO

Em 2023, iniciou-se o primeiro ano fiscal do segundo mandato do governo da professora Fátima Bezerra.

No primeiro semestre de 2023 houve um passo singular para as finanças do Estado do Rio Grande do Norte, que foi a criação da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), alinhando-se com os demais estados da federação e colocando sob a gestão da mesma secretaria, a competência de arrecadar e controlar os recursos financeiros.

Além disso, neste ano foi reativado o Núcleo Integrado de Fiscalização (NIF) Caraú, um reforço fundamental que promove mais eficiência fiscal, mais transparência e mais cidadania para o Rio Grande do Norte.

O ano de 2023 foi um ano de muitos desafios para o nosso estado, a contar com a baixa na arrecadação de recursos financeiros durante o primeiro semestre, em virtude da redução da alíquota de ICMS - principal imposto estadual - decorrente da Lei Complementar nº 194/2022 que reduziu as alíquotas de ICMS sobre os combustíveis, o gás natural, a energia elétrica, as comunicações e o transporte coletivo.

Para lidar com esse déficit de arrecadação e manter o equilíbrio financeiro do estado, foram necessárias medidas compensatórias. O governo promoveu o aumento da alíquota modal em 2 pontos percentuais, vigente no período de abril a dezembro de 2023, a venda do direito de exploração da folha de pagamento, que gerou a entrada de recursos extraordinários, o programa de Recuperação Fiscal, denominado REFIS e a antecipação da compensação promovida pelo Governo Federal.

É importante salientar que o Poder Executivo se encontra acima do limite legal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que em 2023 houve aumento do comprometimento do orçamento com a rubrica de "pessoal e encargos", o que resultou no descumprimento da trajetória de reenquadramento estabelecida pela Lei Complementar nº 178/2021.

Em 2024, o Poder Executivo enfrentará um ano desafiador, uma vez que a não aprovação legislativa da manutenção da alíquota modal do ICMS nos leva de volta ao patamar anterior. Assim, será necessário nos reinventarmos mais uma vez para manter os níveis de receita e preservar o controle do gasto público. Neste contexto, o controle do gasto com pessoal e a busca por receitas extraordinárias serão as prioridades para a fazenda no ano de 2024.

Carlos Eduardo Xavier
Secretário de Estado da Fazenda

BALANÇO GERAL DO ESTADO

VOLUME I

Secretaria de Estado da Fazenda

Álvaro Luiz Bezerra
Secretário Executivo do Tesouro

Jane Carmen Carneiro e Araújo
Secretária Executiva da Receita

Valdemar Silva Filho
Coordenador de Administração Financeira (CAF)

Victor Ferraz Araruna
Coordenador de Captação de Recursos e Gestão da Dívida Pública (CCRD)

Sávio de Melo Sousa
Projeto Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (PROSIGEF)

Contabilidade-Geral do Estado

Adriana Sampaio Portela - CRC/CE-025572/O

Adriano Ferreira de Sena - CRC/CE-022113/O

Adriano Henrique Tavares de Medeiros - CRC/RN-010803/O

Alexandre Anderson Soares Cavalcante - CRC/RN-010852/O

Allan Targino Gomes - CRC/RN-013249/O

André Henrique de Franca Specht - CRC/RN-013529/O

André Souto César Dantas - CRC/RN-011554/O

Ariana Teixeira Fernandes - CRC/CE-024052/O

Brunelly Pontes de Medeiros - CRC/RN-011947/O

Carlos Eugênio Porciúncula Lins - CRC/PE-018146/O

Chirleide Dayane de Sá Rodrigues - CRC/RN-012275/O

Elayne Karinna Figueiredo de Oliveira - CRC/RN-011950/O

Etonjones Oliveira da Silva - CRC/BA-037067/O

Francinaldo da Costa Cândido Soares - CRC/RN-014271/O

Géssica Nogueira Taleires - CRC/RN-011640/O

Gustavo Luís Bezerra de Medeiros - CRC/RN-012089/O

Iris Regina Ferreira Gonçalves de Melo - CRC/RN-013037/O

James Rodolfo Alves Fernandes - CRC/RN-012677/O

Jasânea Dantas Tavares - CRC/RN-011667/O

Joanne Nair Alexandre Silva - CRC/RN-013199/O

Joelson Esdralins de Medeiros - CRC/RN-013148/O

Kethilly Anne do Nascimento Silva – Estagiária

Leonardo Arthur Paiva Araújo - CRC/RN-010541/O

Marcílio de Morais de Oliveira Júnior - CRC/RN-011588/O

Naftali Leite Costa - CRC/CE-026804/O

Paulo Alves de Souto Júnior - CRC/PB-011272/O

Pedro Roberto de Souza Filho - CRC/RN-011956/O

Stênnia Maria Ferreira de Brito - CRC/RN-012329/O

MENSAGEM DA CONTABILIDADE-GERAL

O ano de 2023 foi especial para a contabilidade-geral do estado do Rio Grande do Norte. Foi o primeiro ano em que dispusemos do efetivo completo de 30 analistas contábeis de carreira. Em virtude disso, foi possível estruturar uma equipe para escrever a política contábil do estado em convergência às normas brasileiras de contabilidade (NBC TSP). Neste ano foram produzidas duas notas técnicas, a primeira sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes em conformidade com a NBC TSP 03, e a segunda sobre ativo imobilizado, em especial sobre reconhecimento, mensuração e evidenciação de bens móveis em conformidade com a NBC TSP 07 e NBC TSP 09. A produção dessas notas técnicas e de outras notas com políticas contábeis convergidas serão de grande ajuda para o desenvolvimento e padronização dos procedimentos contábeis do estado. Além das notas técnicas, o Balanço Geral do Estado apresenta algumas novidades, como por exemplo, informações por segmento em conformidade com a NBC TSP 27 e transações entre partes relacionadas alinhadas à NBC TSP 22.

Apesar do avanço, ainda há um longo caminho a percorrer pela contabilidade do estado do Rio Grande do Norte, como o fortalecimento da informação contábil nos órgãos e entidades, a adoção de um sistema integrado de administração financeira e controle único, e o desenvolvimento de um sistema de informação de custos. E é justamente um sistema de informação de custos que será priorizado em 2024, com a instituição de um grupo de trabalho que irá desenvolver um modelo no Instituto Técnico de Perícias, que servirá de base para os outros órgãos do estado.

A busca pela excelência dos trabalhos da contabilidade move nossa equipe, que se dedica para entregar números contábeis que atendam às características qualitativas da informação contábil com a finalidade de subsidiar os gestores para a tomada de decisão, os órgãos de controle no seu exercício constitucional de investigação e a sociedade potiguar para o exercício do controle social.

Aproveito a oportunidade para agradecer aos analistas contábeis da Secretaria de Estado da Fazenda, um time qualificado que tem o interesse público como norteador de suas ações diárias e, apesar de todas as dificuldades, elevam a contabilidade do estado a um patamar de referência para outras unidades da federação.

Por fim, apresentamos a vocês o Balanço Geral do Estado do exercício de 2023, que foi preparado com muito carinho para prestar contas das ações realizadas pelo governo.

Boa leitura!

Flávio George Rocha
Contador-Geral do Estado

ANÁLISE FISCAL



INTRODUÇÃO

O Estado desempenha um papel central na provisão de serviços públicos essenciais, como saúde, educação, segurança pública e infraestrutura, garantindo o bem-estar social. Além disso, é responsável pela estabilização da economia por meio de políticas fiscais responsáveis. Ao gerenciar suas receitas e despesas de forma prudente, o Estado promove um ambiente econômico saudável.

Neste capítulo, será realizada uma breve análise fiscal dos principais indicadores da execução orçamentária e financeira do estado do Rio Grande do Norte. Ela envolve a revisão de informações fiscais relevantes com o intuito de aferir se o estado está em conformidade com a legislação pátria vigente, bem como fornecer informações para auxiliar no planejamento, execução e controle das ações governamentais.

Dentre outros, a análise fiscal compreende o estudo do comportamento da receita arrecadada, da despesa executada no período, da inscrição de restos a pagar, do repasse aos poderes e órgãos autônomos.

Sob o aspecto fiscal, em especial no que se refere à receita orçamentária, o ano de 2023 pode ser dividido em duas etapas. Na primeira, que compreendeu o primeiro quadrimestre, a arrecadação do Estado foi impactada negativamente pela redução da alíquota de ICMS. Essa redução foi uma consequência da Lei Complementar nº 194/2022, que alterou a tributação desse imposto sobre os combustíveis, o gás natural, a energia elétrica, as comunicações e o transporte coletivo. Como medidas de compensação, o governo promoveu o aumento da alíquota modal em 2 pontos percentuais, que passou a vigorar a partir do mês de abril de 2023 até dezembro. Isso resultou na recuperação da arrecadação do ICMS a partir do segundo quadrimestre do ano.

Ainda sob o aspecto da receita, importante destacar a queda real do Fundo de Participação dos Estados que foi um ponto de atenção durante o ano, como também as entradas de recursos extraordinários que desempenharam um papel importante para equilibrar o cenário financeiro do período.

Entre esses recursos, ressalta-se a entrada de recursos extraordinários resultantes da venda do direito de exploração da folha de pagamento, uma estratégia adotada para captar recursos adicionais. Além disso, o programa de recuperação fiscal implementado foi outro fator determinante para o aumento das receitas, como também a antecipação da compensação promovida pelo Governo Federal. Todas essas medidas, em conjunto, contribuíram para o equilíbrio fiscal do exercício de 2023.

Sob o aspecto da despesa, ressalta-se negativamente o aumento do comprometimento do orçamento com a rubrica de "pessoal e encargos", atingindo cerca de 80% da Receita Corrente Líquida (RCL). Esse cenário reduz a capacidade de investimentos do Estado com recursos próprios e, resultou no

descumprimento da trajetória de reenquadramento estabelecida pela Lei Complementar nº 178/2021 ao final do exercício de 2023.

Ainda existem muitos desafios a serem vencidos, sendo o principal deles o realinhamento com o plano de redução estabelecida pela Lei Complementar 178/2021 para o indicador que relaciona Receita Corrente Líquida com gastos com pessoal, para alcançar a meta até 2032. Para isso, a gestão deve promover o crescimento consistente da receita e buscar o controle efetivo do gasto.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A receita orçamentária é o recurso previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) cujo valor se espera arrecadar durante determinado exercício financeiro com o objetivo de financiar as despesas autorizadas na própria LOA ou nos créditos adicionais.

Tabela 1 – Receita Arrecadada por Natureza

Em mil reais

NATUREZA DE RECEITA				
	2023	**2022**	**Variação**	**%**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.472.983	6.136.976	1.336.007	21,77%
Contribuições	1.080.832	969.967	110.865	11,43%
Receita Patrimonial	592.740	245.719	347.021	141,23%
Transferências Correntes	7.827.363	7.616.447	210.916	2,77%
Demais Receitas Correntes	396.700	330.225	66.475	20,13%
Operações de Crédito	64.270	298.678	-234.408	-78,48%
Transferências de Capital	147.602	72.713	74.889	102,99%
Demais Receitas de Capital	58.219	54.910	3.310	6,03%
SUBTOTAL	**17.640.710**	**15.725.635**	**1.915.075**	**12,18%**
Receitas Intraorçamentárias	2.348.048	2.046.416	301.632	14,74%
TOTAL	**19.988.758**	**17.772.051**	**2.216.707**	**12,47%**

Fonte: SIGEF/RN e planilhas de integração dos Poderes

Em 2023, a receita total arrecadada pelo estado foi de R$ 19,989 bilhões, refletindo um acréscimo nominal de R$ 2,217 bilhões em comparação ao exercício financeiro de 2022, o que representa um crescimento de 12,47%. A análise dos dados revela que as medidas adotadas para recompor a arrecadação tributária do estado resultaram em um aumento de 21,77% em comparação com o ano anterior.

Proporcionalmente, nota-se que a receita que mais se expandiu foi a receita patrimonial, impulsionada principalmente pela cessão de direitos de operacionalização da folha de pagamento, que gerou uma arrecadação de R$ 384 milhões.

Outro ponto é o crescimento de 102,99% na arrecadação das transferências de capital, destinadas a investimentos. Por outro lado, as transferências correntes permaneceram praticamente estáveis, com um aumento de apenas 2,77% no período.

Nominalmente, o maior aumento foi observado nos Impostos, Taxas e Contribuições, o qual pode ser mais bem verificado a seguir.

Tabela 2 – Receita de Impostos

Em mil reais

Receita de Impostos				
	2023	**2022**	**Variação**	**%**
Arrecadação Bruta	**10.515.953**	**8.736.718**	**1.779.235**	**20,37%**
ICMS	8.230.958	7.063.401	1.167.557	16,53%
Adicional de ICMS	44.030	121.773	-77.743	-63,84%
IPVA	645.114	507.846	137.268	27,03%
ITCMD	30.027	27.113	2.914	10,75%
IRRF	1.565.824	1.016.585	549.238	54,03%
(-) Deduções	**3.674.402**	**3.130.912**	**543.490**	**17,36%**
Repasse aos Munícipios	2.375.151	2.014.704	360.447	17,89%
Repasse ao FUNDEB	1.299.251	1.116.208	183.043	16,40%
Arrecadação Líquida	**6.841.551**	**5.605.806**	**1.235.745**	**22,04%**

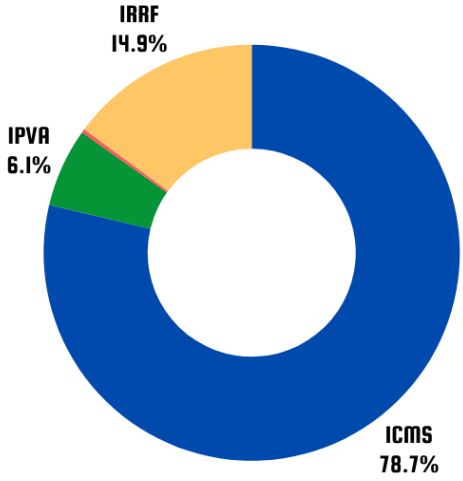
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do RN.

Considerando os impostos arrecadados pelo estado após a dedução dos valores repassados aos municípios e ao FUNDEB, houve um crescimento de 22,04% no exercício de 2023. Esse aumento corresponde a um acréscimo de R$ 1,236 bilhão em comparação com o montante arrecadado em 2022. Dentre os fatores que podem ter contribuído para esse avanço, alguns são indicados abaixo.

Por meio da Lei nº 11.546/2023, o governo do estado instituiu um programa de recuperação de créditos tributários do ICMS, IPVA, ITCD e de créditos não tributários. O programa, denominado REFIS, ofereceu condições especiais de pagamento, consistindo na redução parcial dos valores de multas, juros e demais acréscimos legais dos devedores. O programa permitiu a adesão de contribuintes entre setembro e dezembro de 2023, e arrecadou mais de R$ 250 milhões.

Quanto ao IRRF, em 2023 houve uma ampliação da hipótese de incidência desse imposto devido à decisão do STF, especificamente no tema 1.130 – Recurso Extraordinário (RE) 1.293.453. Isso resultou em um aumento de R$ 549 milhões na arrecadação, representando um crescimento de 54,03%.

Gráfico 1: Participação da Receita de Impostos



O ICMS correspondeu, no ano de 2023, a 78,7% da arrecadação própria do estado, seguido pelas retenções do Imposto de Renda, com 14,9%, pelo IPVA, com 6,1%, e pelo ITCD, com 0,27%. Dessa forma, é possível perceber que outro ponto significante para o avanço foi o aumento da alíquota modal em 2 pontos percentuais que vigorou no segundo e terceiro quadrimestres.

É importante destacar que do valor total de ICMS arrecadado pelo estado, 75% pertencem ao estado e 25% pertencem aos municípios norteriograndenses. Além disso, do valor total arrecadado com IPVA, metade pertence ao estado, e a outra metade pertence ao município onde o veículo está licenciado.

Gráfico 2: Participação do Estado na Receita de Impostos



Adicionalmente, do valor correspondente ao ente, 20% são destinados diretamente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que é responsável pela redistribuição de recursos destinados à educação básica.

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

Outra importante fonte de financiamento da despesa pública são as transferências constitucionais e/ou legais decorrentes do pacto federativo e também do financiamento conjunto de políticas públicas.

Tabela 3 – Transferências da União

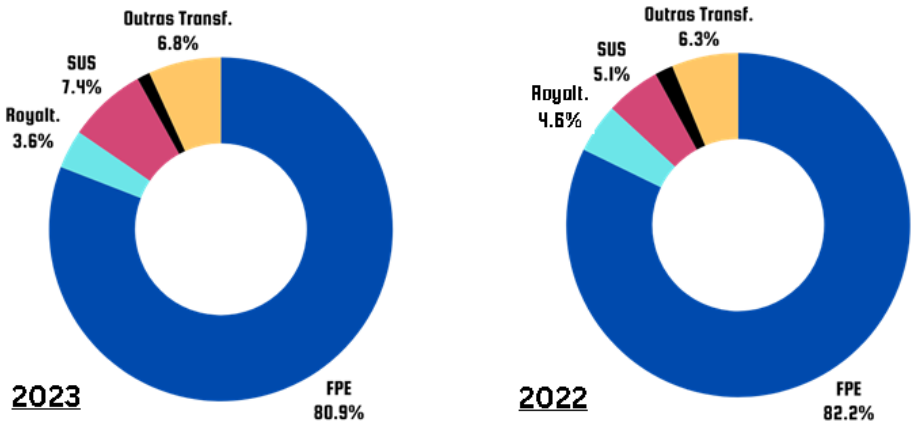
Em mil reais

Receita de Transferências da União				
	2023	**2022**	**Variação**	**%**
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	**7.901.327**	**7.229.766**	**671.561**	**9,29%**
Cota Parte - FPE	6.302.735	6.253.722	49.013	0,78%
Cota Parte IPI	17.145	9.107	8.038	88,26%
Cota Parte CIDE	2.490	12.549	-10.059	-80,16%
Cota Parte IOF Ouro	76	490	-414	-84,56%
Cota Parte Comp. Financeiras - CFEM	659	916	-257	-28,10%
Royalties	282.512	353.567	-71.055	-20,10%
Sistema Único de Saúde	584.584	391.642	192.941	49,26%
FNDE	104.843	129.352	-24.509	-18,95%
Complementação do FUNDEB	10.931	20.856	-9.925	-47,59%
Compensação ICMS - Art. 3º LC 194	256.670	15.720	240.950	1532,73%
Outras Transferências da União	338.684	41.845	296.840	709,39%
(-) DEDUÇÕES	**1.387.242**	**1.316.482**	**70.761**	**5,37%**
REPASSE AOS MUNICÍPIOS	95.159	61.759	33.400	54,08%
REPASSE AO FUNDEB	1.292.084	1.254.723	37.361	2,98%
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	**6.514.085**	**5.913.285**	**600.800**	**10,16%**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do RN.

No ano de 2023, o estado do Rio Grande do Norte registrou um aumento líquido proveniente das transferências constitucionais, legais e outras na ordem de 10,16%, o que representou um reforço de R$ 600,8 milhões no tesouro estadual. Esse incremento pode ser atribuído ao aumento da compensação da Lei Complementar 194/2022 devido a sua antecipação, que cresceu R$ 240,9 milhões durante o período, além de outras transferências da União que totalizaram um aumento de R$ 296,8 milhões.

Gráfico 3: Representatividade dos Repasses da União



Por meio da análise de representatividade, é possível observar o aumento da participação na parcela do SUS, que registrou um incremento de R$ 192 milhões, enquanto houve um recuo na participação dos royalties, que diminuiu em R$ 71 milhões em 2023.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Um dos principais indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101/2000 – é a Receita Corrente Líquida (RCL), que representa o somatório das receitas correntes arrecadadas no período, deduzidas as transferências constitucionais e legais, a contribuição do servidor para o seu regime de previdência, as compensações financeiras entre os regimes de previdência, rendimentos de aplicações de recursos previdenciários e o recurso destinado para a formação do FUNDEB.

A RCL é o parâmetro utilizado pela LRF para vários limites, como veremos nos tópicos a seguir.

Tabela 4 – Receita Corrente Líquida

Em mil reais

Receita Corrente Líquida - RCL				
	2023	**2022**	**Variação**	**%**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.147.385	9.267.888	1.879.497	20,28%
Contribuições	1.080.832	969.967	110.865	11,43%
Receita Patrimonial	592.740	245.719	347.021	141,23%
Receita Agropecuária	1.106	2.241	-1.135	-50,65%
Receita Industrial	4.589	2.735	1.854	67,80%
Receita de Serviços	17.501	17.712	-211	-1,19%
Transferências Correntes	9.214.605	8.932.929	281.677	3,15%
Outras Receitas Correntes	373.504	307.537	65.967	21,45%
Deduções	6.216.371	5.487.204	729.167	13,29%
Receita Corrente Líquida	**16.215.892**	**14.259.524**	**1.956.368**	**13,72%**

Fonte: SIGEF/RN e planilhas de integração dos Poderes

Em 2023, a Receita Corrente Líquida (RCL) foi influenciada por diversas receitas extraordinárias já mencionadas anteriormente. Isso incluiu a incidência da alíquota modal, em vigor entre os meses de abril e dezembro, o programa de recuperação fiscal implementado e a venda da folha de pagamento, que representou uma fonte adicional de receita para o estado. Além disso, houve a antecipação da compensação das perdas previstas pela Lei Complementar 194/2022, que também teve impacto na RCL

Essas receitas extraordinárias desempenharam um papel fundamental no cenário financeiro do estado em 2023, fornecendo recursos adicionais e contribuindo para o equilíbrio das contas públicas em meio a desafios econômicos e fiscais. No entanto, é importante ressaltar que a dependência excessiva dessas receitas pode gerar desafios de sustentabilidade financeira a longo prazo e destacar a necessidade de medidas estratégicas para fortalecer as bases da arrecadação e reduzir a volatilidade nas finanças estaduais.

O montante alcançado em 2023 da RCL foi de R$ 16,216 bilhões, um acréscimo de 13,72% quando comparado com 2022, que foi de R$ 14,260 bilhões.

REPASSE DUODÉCIMOS AOS PODERES E ÓRGÃOS AUTÔNOMOS

O duodécimo é um mecanismo fundamental para manter o equilíbrio e a independência dos poderes, pois assegura a autonomia financeira de cada um deles. Como resultado desse mecanismo, uma parcela da arrecadação do estado é transferida aos poderes e órgãos autônomos.

Tabela 5 – Repasse Duodécimos

Em mil reais

Repasse aos Poderes e Órgãos Autônomos				
	2023	**2022**	**Variação**	**%**
Tribunal de Justiça	1.034.000	910.119	123.881	13,61%
Assembleia Legislativa	419.629	376.542	43.087	11,44%
Tribunal de Contas do Estado	117.575	105.090	12.485	11,88%
Fundação Djalma Marinho	13.884	11.747	2.137	18,19%
Procuradoria Geral de Justiça	381.733	343.984	37.749	10,97%
Defensoria Pública Geral do Estado	97.083	79.492	17.591	22,13%
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	338.172	311.727	26.445	8,48%
TOTAL	**2.402.077**	**2.138.703**	**263.374**	**12,31%**

Fonte: SIGEF/RN e planilhas de integração dos Poderes

No ano de 2023, esse montante totalizou R$ 2,402 bilhões, o que representou um aumento proporcional de 12,31% em relação a 2022, resultando em um acréscimo nominal de R$ 263,374 milhões. A maior parte desse crescimento se deve ao repasse ao Tribunal de Justiça de parte da receita do estado, entretanto, o maior crescimento proporcional foi no repasse para a Defensoria Pública, 22,13%.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA

A Disponibilidade de Caixa líquida evidencia o montante disponível para o estado após a dedução de todos os passivos financeiros, ou seja, obrigações que já impactaram o orçamento público, bem como as entradas compensatórias de caixa.

Tabela 6 – Disponibilidade de Caixa

Em mil reais

ANO	Recursos	Disponibilidade de Caixa	(-) Obrigações Financeiras Totais	Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da inscrição de RPNP)	Restos a Pagar Não Processados do Período	Disponibilidade de Caixa Líquida
2023	Não Vinculado	-105.885	1.640.561	-1.746.447	47.616	-1.794.062
	Vinculado	1.258.943	373.568	885.375	288.316	597.059
	RPPS	42.098	464.548	-422.451	214	-422.665
	Total	**1.195.155**	**2.478.678**	**-1.283.523**	**336.146**	**-1.619.668**
2022	Não Vinculado	4.019	900.498	-896.480	99.208	-995.687
	Vinculado	1.229.159	1.891.337	-662.177	339.526	-1.001.704
	Total	**1.233.178**	**2.791.835**	**-1.558.657**	**438.734**	**-1.997.391**

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre - 2023/2022

No exercício de 2023, registrou-se um decréscimo nas disponibilidades brutas de caixa e uma redução do passivo financeiro em um montante maior do que a redução de caixa, como consequência, observa-se uma melhora na disponibilidade líquida de caixa.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A despesa pública orçamentária compreende todos os gastos executados pela gestão que receberam autorização legislativa prévia, concedida na Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos créditos adicionais.

Segundo a Lei federal 4.320/64, a despesa pública é considerada como executada quando o governo realiza o empenho de determinada obrigação, ou seja, quando compromete a dotação orçamentária previamente autorizada na LOA para cumprir suas obrigações, seja para aquisição de bens

ou serviços, ou para pagamento da dívida pública. Por sua vez, as despesas empenhadas até 31/12/2023 e não pagas no exercício são inscritas como restos a pagar.

Tabela 7 – Despesas Orçamentárias

Em mil reais

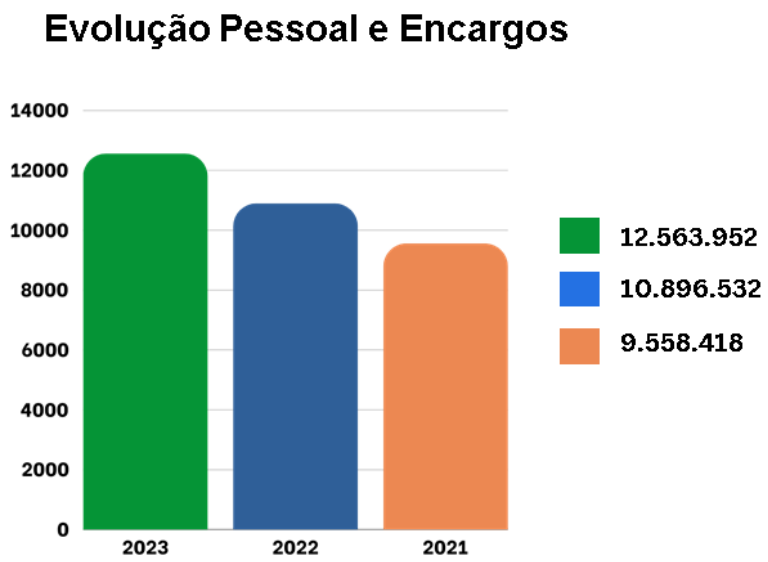
Despesas						
	2023	**A.V.**	**2022**	**A.V.**	**Variação**	**%**
Pessoal e Encargos	12.563.952	64,47%	10.896.532	61,89%	1.667.420	15,30%
Juros e Encargos da Dívida	185.717	0,95%	82.023	0,47%	103.694	126,42%
Outras Despesas Correntes	3.679.454	18,88%	3.210.095	18,23%	469.359	14,62%
Investimentos	463.750	2,38%	890.105	5,06%	-426.355	-47,90%
Inversões Financeiras	146.634	0,75%	130.826	0,74%	15.808	12,08%
Amortização da Dívida	248.390	1,27%	238.118	1,35%	10.272	4,31%
SUBTOTAL	**17.287.897**	88,72%	**15.447.698**	**87,74%**	**1.840.199**	**11,91%**
Despesas Intraorçamentárias	2.199.070	11,28%	2.157.664	12,26%	41.406	1,92%
TOTAL	**19.486.967**	100,00%	**17.605.362**	**100,00%**	**1.881.605**	**10,69%**

Fonte: SIGEF/RN e planilhas de integração dos Poderes AV: Análise Vertical (Representatividade)

Na análise da execução orçamentária de 2023, destaca-se o aumento na despesa total empenhada, com um crescimento de 10,69%, o que representa um avanço de R$ 1,882 bilhão. Ao excluir as despesas intraorçamentárias, o aumento da despesa atingiu 11,91%, representando um aumento de R$ 1,840 bilhão.

Entre os fatores que contribuíram para este aumento, merece destaque a despesa relacionada a "pessoal e encargos", que representa a maior participação, correspondendo a 64%[1] do total das despesas e registrando um acréscimo de 15,30%, o que equivale a R$ 1,667 bilhão.

Gráfico 4: Evolução Pessoal e Encargos



[1] Valores de Pessoal e Encargos, exceto a contribuição patronal para o regime próprio de previdência.

Um grupo de natureza de despesa que merece atenção especial são as outras despesas correntes, que no período totalizou R$ 3,679 bilhões, cerca de 19% do total das despesas do exercício. Comparando com o exercício de 2022, as outras despesas correntes do estado cresceram R$ 469 milhões, o que representou 14,62%.

A tabela abaixo apresenta os principais gastos relacionados a outras despesas correntes, ou seja, ao custeio da máquina pública do poder executivo em relação ao total consolidado.

Tabela 8 – Outras Despesas Correntes – Poder Executivo

Em mil reais

Despesas						
Natureza de Despesa	**2023**	**A.V.**	**2022**	**A.V.**	**Variação**	**%**
Diárias Operacionais - Civil	47.709	1,30%	41.547	1,29%	6.162	14,83%
Diárias Operacionais - Militar	54.554	1,48%	59.544	1,85%	-4.990	-8,38%
Material, para Distribuição. Gratuita	109.534	2,98%	93.469	2,91%	16.065	17,19%
Passagens e Locomoção	12.692	0,34%	9.260	0,29%	3.432	37,06%
Cooperativas Médicas	129.134	3,51%	149.177	4,65%	-20.043	-13,44%
Cooperativas – Profis. da Saúde	3.009	0,08%	4.750	0,15%	-1.741	-36,65%
Locação de Mão de obra	412.110	11,20%	352.447	10,98%	59.663	16,93%
Serviços de Terceiros - PJ	888.644	24,15%	809.452	25,22%	79.191	9,78%
Material de Consumo	250.942	6,82%	289.512	9,02%	-38.570	-13,32%
Demais Despesas Correntes	1.771.126	48,14%	1.400.936	43,64%	370.190	26,42%
TOTAL GERAL	**3.679.454**	**100,00%**	**3.210.095**	**100,00%**	**469.359**	**14,62%**

Fonte: SIGEF/RN e planilhas de integração dos Poderes

AV: Análise Vertical (Representatividade)

Pode-se observar que os serviços de terceiros e locação de mão de obra são os itens mais relevantes, representando mais de 35% do total do custeio da máquina pública. Importante observar também que os gastos com cooperativas, que representaram cerca de 3,6% do total do custeio, computam como despesa com pessoal para fins dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

Ainda em relação à despesa orçamentária, é importante ressaltar que, proporcionalmente, as despesas que mais cresceram no período foram as despesas com juros e encargos da dívida, com um aumento de 126,42%. O aumento considerável é explicado pela retomada dos pagamentos à União que estavam suspensos.

RESTOS A PAGAR

Conforme mencionado anteriormente, toda despesa orçamentária empenhada e não paga é registrada como restos a pagar, sendo distinguidos em restos a pagar processados - quando há liquidação no mesmo exercício financeiro - e não processados - quando a liquidação não ocorre no mesmo exercício financeiro.

O pagamento dos restos a pagar nos exercícios financeiros subsequentes não afeta mais o orçamento, uma vez que o compromisso foi estabelecido no ano de sua inscrição. Entretanto, é de suma importância que o estado mantenha uma atenção rigorosa no processo de inscrição e monitoramento do saldo de restos a pagar, pois sua inscrição indiscriminada resulta em um passivo financeiro, reduzindo assim a disponibilidade de caixa e enfraquecendo a saúde financeira do estado.

Tabela 9 – Inscrições em Restos a Pagar - Executivo

Em mil reais

Saldo de Inscrições de Restos a Pagar - Poder Executivo			
Ano de Inscrição	**Processados**	**Não Processados**	**Total**
2023	843.254	336.146	1.179.400
2022	74.621	372	74.993
2021	68.624	276	68.901
2020	58.965	329	59.295
2019	44.528	100	44.628
2018	47.273	-	47.273
ANOS ANTERIORES	22	-	22
TOTAL	**1.137.288**	**337.223**	**1.474.511**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

O saldo de restos a pagar do Poder Executivo atingiu R$ 1,475 bilhão, representando uma queda de 13,50% em comparação com 2022, quando esse valor era de R$ 1,705 bilhão.

Tabela 10 – Pagamento de Restos a Pagar

Em mil reais

Pagamento de Restos a Pagar				
	2023	**2022**	**Variação**	**Percentual**
Processados Pagos	959.871	903.599	56.271	6,23%
Não Processados Liquidados	296.092	365.223	-69.130	-18,93%
Não Processados Pagos	285.776	345.123	-59.347	-17,20%
TOTAL RP Pagos	**1.245.647**	**1.248.722**	**-72.206**	**-5,78%**

Fonte: SIGEF/RN e planilhas de integração dos Poderes

Considerando o total consolidado de restos a pagar, ao longo de 2023 foi realizado o pagamento de R$ 1,245 bilhão em restos a pagar de exercícios anteriores. Esse montante representa uma redução de 5,78% em relação ao exercício de 2022.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Em relação às despesas com parcerias público-privadas, o ano de 2023 registrou uma redução em comparação a 2022. Neste período, os gastos com parcerias público-privadas totalizaram R$ 123 milhões, representando 0,76% da Receita Corrente Líquida (RCL), um percentual inferior ao ano anterior, que era de 0,90%.

Tabela 11 – Parcerias Público-Privadas

Em mil reais

Parcerias Público-Privadas			
2023		**2022**	
Despesas com PPP	123.117	Despesas com PPP	128.442
Total das Despesas / RCL	0,76%	Total das Despesas / RCL	0,90%
Ativos Constituídos pela SPE	400.000	Ativos Constituídos pela SPE	400.000
Obrigações Decorrentes de PPP	355.246	Obrigações Decorrentes de PPP	410.913
Garantias Concedidas	38.507	Garantias Concedidas	38.507

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 6º Bimestre - 2023/2022

LIMITES CONSTITUCIONAIS E FISCAIS

A Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) estabeleceu diversas regras e limites para que os gestores públicos conduzam uma gestão fiscal responsável, visando equilibrar as contas públicas. Podemos destacar, por exemplo, metas de resultado primário e nominal, limites para as despesas com pessoal, operações de crédito, garantias e contra garantias, entre outros aspectos.

De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), a política fiscal tem como objetivo promover uma gestão financeira equilibrada dos recursos públicos, visando garantir a estabilidade e o crescimento econômico, financiar as políticas públicas e manter uma trajetória sustentável da dívida pública. As metas fiscais servem como parâmetros para transmitir confiança à sociedade de que o governo garantirá as condições necessárias à estabilidade econômica e ao controle do endividamento público.

Em virtude da importância desses indicadores, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as metas de resultado primário e nominal para o exercício a que se referem e para os dois seguintes. Ressalta-se que, além das metas estabelecidas pela LRF e na LDO, o estado também deve cumprir os mandamentos constitucionais, que determinam a aplicação mínima da Receita Líquida de Impostos (RLIT) na saúde, educação e segurança.

Para fins de análise, é relevante lembrar que a LRF utiliza a Receita Corrente Líquida (RCL), enquanto para os limites propostos na constituição, a receita a ser considerada é a Receita Líquida de Impostos e Transferências.

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e despesas primárias, e seu valor reflete o esforço fiscal do estado no controle do crescimento da dívida pública. Mais especificamente, o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias recebidas e as despesas primárias pagas, em regime de caixa. Ao final do exercício de 2023, o estado do Rio Grande do Norte registrou um resultado primário positivo de R$ 888 milhões, superando a meta deficitária estabelecida em R$ 53,9 milhões.

Tabela 12 – Resultados Primário e Nominal

Em mil reais

Resultado Primário e Nominal		
	2023	**2022**
Resultado Primário	888.093.172	132.470.355
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-53.894.000	-123.580.000
Resultado Nominal	188.232.131	-64.649.101
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-112.891.000	-176.766.000

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 6º Bimestre - 2023/2022

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) também estabeleceu um limite para a dívida consolidada líquida. Ao final de cada quadrimestre, a DCL não pode exceder 200% da Receita Corrente Líquida (RCL) do período de referência. Ao final do terceiro quadrimestre de 2023, a Dívida Consolidada Líquida estava no montante de R$ 4,101 bilhões, o que equivale a 25,33% da RCL ajustada para fins de dívida consolidada líquida.

Como pode ser observado, o Estado possui uma boa margem para o crescimento do seu endividamento. No entanto, devido à sua baixa liquidez, ainda não está apto a conseguir novos empréstimos. Portanto, é extremamente recomendável buscar melhorar o perfil da dívida pública.

Tabela 13 – Dívida Consolidada Líquida

Em mil reais

Dívida Consolidada Líquida			
2023		**2022**	
DCL	4.101.521	Resultado Primário	4.289.753
DCL / Receita Corrente Líquida Ajustada	25,33%	Meta Fiscal para o Resultado Primário	30,08%
Limite Legal	200%		
Limite de Alerta	180%		

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre - 2023/2022

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito são captações de recursos que o governo realiza para financiar suas atividades. No entanto, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o conceito é mais amplo, pois além de abranger atividades de empréstimo e financiamento, a LRF também considera outras atividades, como arrendamentos e operações com instituições não financeiras.

Além disso, as operações de crédito podem ser classificadas em dois tipos: as de crédito interno e as de crédito externo. As de crédito interno são financiamentos que o ente governamental obtém no mercado interno do país, enquanto as de crédito externo são financiamentos obtidos no mercado externo.

A Resolução nº 43/2001 do Senado Federal estabeleceu o limite de 16% da Receita Corrente Líquida (RCL) para as operações de crédito. Em 2023, as operações de crédito contraídas pelo estado do Rio Grande do Norte totalizaram o montante de R$ 64,2 milhões, o que equivale a 0,40% da RCL ajustada para essa finalidade.

Apesar da queda no montante captado em 2023, o estado aderiu ao Programa de Equilíbrio Fiscal (PEF) e assinou um contrato da captação de recursos de mais de R$ 400 milhões, que serão aplicados durante o exercício de 2024.

Tabela 14 – Operações de Crédito

Em mil reais

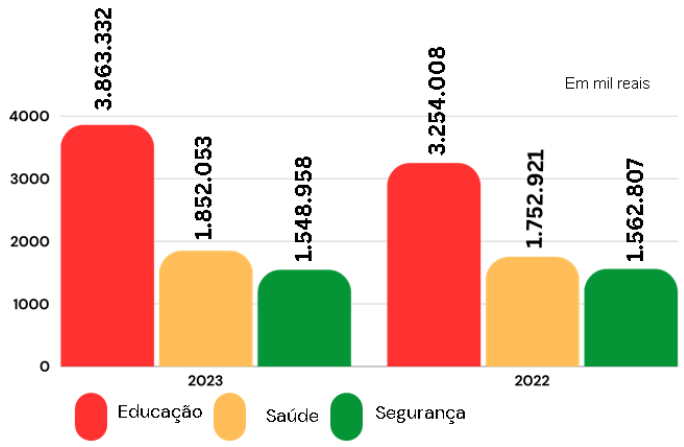
Operações de Crédito			
2023		**2022**	
Recita com Operações de Crédito	64.270	Recita com Operações de Crédito	346.239
Operações de Crédito / Receita Corrente Líquida	0,40%	Operações de Crédito / Receita Corrente Líquida	2,43%
Limite Legal	16,00%		
Limite de Alerta	14,40%		

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre - 2023/2022

EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

Juntamente com a previdência, a educação, a saúde e a segurança são as principais funções de gastos do Estado do Rio Grande do Norte.

Gráfico 5: Participação Educação, Saúde e Segurança



A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um limite mínimo para gastos com educação (MDE), fixando em 25% da Receita Líquida de Impostos (RLIT). Além disso, devido à Emenda Constitucional 119/2022, o estado também precisou aplicar um adicional de cerca de R$ 148 milhões para compensar o exercício de 2021.

Tabela 15 – Educação

Em mil reais

Educação				
2023		**2022**		Variação
Receita Líquida de Impostos	14.664.032	Receita Líquida de Impostos	13.011.837	1.652.195
Despesa com Educação	3.863.332	Despesa com Educação	3.254.008	609.324
Valor Exigido	3.814.189	Valor Exigido	3.252.959	
Valor Superior ao Mínimo	49.142	Valor Superior ao Mínimo	1.049	
Limite Legal	25,00%	Limite Legal	25,00%	
Percentual Aplicado	26,35%	Percentual Aplicado	25,01%	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 6º Bimestre - 2023/2022

Em 2023, foram aplicados recursos provenientes da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) no montante de R$ 3,863 bilhões, representando um aumento nominal de R$ 609,3 milhões em comparação com o valor aplicado no exercício de 2022.

A Constituição Federal de 1988 determinou também que os estados aplicassem obrigatoriamente em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) um mínimo de 12% da sua Receita Líquida de Impostos (RLIT). Em 2023, a RLIT totalizou o valor de R$ 14,663 bilhões, o que gerou para o estado uma obrigação de aplicação mínima na ASPS na ordem de R$ 1,759 bilhão.

No entanto, cumprindo com essa determinação constitucional, o estado do Rio Grande do Norte foi além e aplicou no exercício de 2023 o montante de R$ 1,852 bilhão, superando em R$ 92 milhões o valor necessário para o fiel cumprimento da CF/88. O valor aplicado na ASPS em 2023 representa 12,63% da RLIT do referido exercício financeiro.

Tabela 16 – Saúde

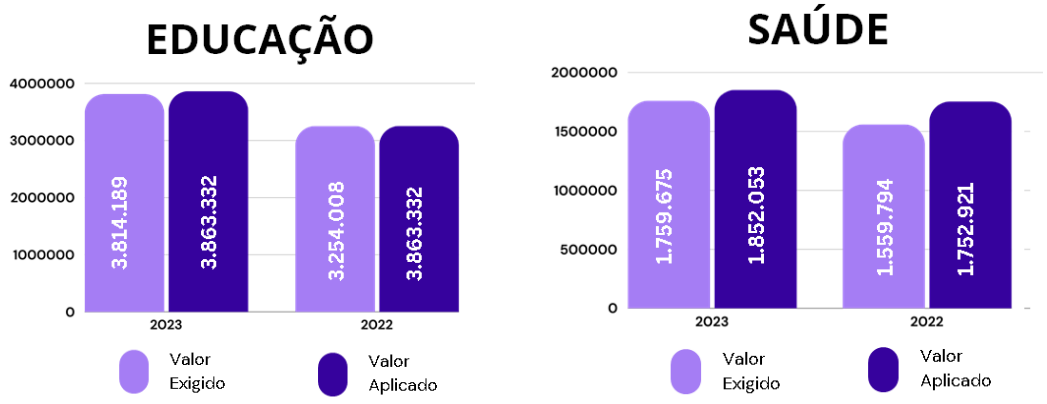
Em mil reais

Saúde				
2023		**2022**		Variação
Receita Líquida de Impostos	14.663.956	Receita Líquida de Impostos	12.998.287	1.665.669
Despesa com Saúde	1.852.053	Despesa com Saúde	1.752.921	99.132
Valor Exigido	1.759.675	Valor Exigido	1.559.794	
Valor Superior ao Mínimo	92.378	Valor Superior ao Mínimo	193.127	
Limite Legal	12,00%	Limite Legal	12,00%	
Percentual Aplicado	12,63%	Percentual Aplicado	13,49%	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 6º Bimestre - 2023/2022

Como se pode perceber, ambas as exigências constitucionais foram alcançadas com êxito pelo governo do Rio Grande do Norte.

Gráfico 6: Valor Exigido x Valor aplicado – Educação e Saúde



Na segurança pública, em 2023, o estado aplicou R$ 1,549 bilhão em despesas com segurança[2], o que representa um decréscimo nominal de R$ 26,5 milhões em comparação com 2022. O valor aplicado neste ano correspondeu a 12,67% da base de cálculo trazida na Lei Orçamentária Anual.

Tabela 17 – Segurança Pública

Em mil reais

Segurança Pública			
	2023	**2022**	**Variação**
Receita Base	12.230.367	10.891.673	1.338.694
Despesa com Segurança	1.548.958	1.575.430	-26.473
Percentual Aplicado	12,66%	14,46%	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

DESPESA COM PESSOAL

A Despesa com Pessoal é um dos principais indicadores de controle da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que a define como o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder. Esses gastos incluem quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, incluindo adicionais,

[2] Não são computados os valores do serviço de proteção social dos militares, apesar de serem executados na função segurança.

gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

A LRF estabeleceu limites para os gastos com pessoal. O limite global para o ente é de 60% da RCL. Cada poder ou órgão autônimo[3] tem seu limite individual, sendo: executivo (49%); judiciário (6%), legislativo, incluindo TCE (3%) e Ministério Público (2%), sendo que a lei impõe regras específicas, quando o poder ou órgão autônomo alcança 95% do seu limite (limite prudencial), e o Tribunal de Contas emite alerta ao chefe do poder ou órgão, quando este alcança 90% do limite legal (limite de alerta).

Como foi observado acima, dos 60% destinados ao limite com pessoal para o ente público, 49% correspondem ao limite do Poder Executivo. Em 2023, o Executivo encerrou o exercício com 56,94% da RCL ajustada comprometida com gastos com pessoal, em comparação com um percentual de 53,37% do exercício financeiro de 2022, representando um aumento de 3,57 pontos percentuais.

Tabela 18 – Despesa com Pessoal por Poderes

Em mil reais

Despesa com Pessoal						
	2023	**RCL x Pessoal**	**2022**	**RCL x Pessoal**	**Variação**	**%**
Poder Executivo	9.213.643	56,94%	7.594.286	53,37%	1.619.357	21,32%
Defensoria Pública	61.296	0,38%	55.719	0,39%	5.577	10,01%
Poder Judiciário	853.893	5,28%	696.929	4,90%	156.964	22,52%
Legislativo	337.212	2,08%	306.773	2,16%	30.439	9,92%
Tribunal de Contas do Estado	84.759	0,52%	77.804	0,55%	6.954	8,94%
Ministério Público do Estado	266.939	1,65%	238.368	1,68%	28.571	11,99%
Total Geral	**10.817.743**	**66,85%**	**8.969.879**	**63,04%**	**1.847.863**	**20,60%**

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre - 2023/2022

Na atual circunstância, o indicador em 56,94% para o Poder Executivo não atende à meta de redução estabelecida pela Lei Complementar 178/2021, que para 2023 deveria ser de 54,01%. Até 2032, o governo se comprometeu a reduzir o referido índice para menos de 49%. Para a próxima etapa, a meta é de 53,45%, a ser atingida até o terceiro quadrimestre de 2024.

[3] A Defensoria Público não teve um limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tabela 19 - Série Histórica - RCL x Gasto com Pessoal – Poder Executivo

Ano	RCL	Despesa com Pessoal	% Meta Legal	RCL x Pessoal
2019	9.556.715	5.787.261	49,00%	60,56%
2020	10.161.012	5.569.454	49,00%	54,81% ↓
2021	12.199.921	6.657.041	49,00%	54,57% ↓
2022	14.229.797	7.594.285	54,01%*	53,37% ↓
2023	16.182.632	9.213.643	54,01%*	56,94% ↑
2024			53,45%*	

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PODER EXECUTIVO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em mil reais

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	**17.498.767**	**17.853.429**	**19.479.191**	**1.625.761**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.910.065	6.910.065	7.372.197	462.132
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.943.015	3.026.515	3.390.789	364.274
RECEITA PATRIMONIAL	81.466	82.859	530.728	447.869
RECEITA AGROPECUÁRIA	8.379	8.379	1.106	-7.273
RECEITA INDUSTRIAL	5.956	5.956	5.975	19
RECEITA DE SERVIÇOS	50.433	50.433	12.603	-37.830
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.426.266	7.616.420	7.826.973	210.553
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	73.187	152.802	338.819	186.017
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**372.980**	**443.730**	**270.001**	**-173.728**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	143.655	143.655	64.270	-79.385
ALIENAÇÃO DE BENS	103	103	42	-61
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	3.305	3.305	2.779	-526
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	225.917	263.751	147.602	-116.149
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	32.915	55.308	22.392
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**17.871.747**	**18.297.159**	**19.749.192**	**1.452.033**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	**-**	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**17.871.747**	**18.297.159**	**19.749.192**	**1.452.033**
DÉFICIT (VI)				
TOTAL (VII) = (V + VI)	**17.871.747**	**18.297.159**	**19.749.192**	**1.452.033**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		**649.846**	**301.271**	
Superávit Financeiro		648.416	299.841	
Reabertura de Créditos Adicionais		1.430	1.430	

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em mil reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**14.320.371**	**17.301.743**	**16.356.622**	**16.130.862**	**15.403.318**	**945.121**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.296.542	13.345.636	13.127.871	13.127.871	12.814.544	217.765
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	144.500	187.147	185.717	185.717	185.717	1.430
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.879.330	3.768.961	3.043.034	2.817.275	2.403.057	725.926
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	**1.604.257**	**1.931.795**	**827.681**	**717.294**	**601.585**	**1.104.114**
INVESTIMENTOS	1.200.346	1.528.397	432.875	330.078	268.587	1.095.523
INVERSÕES FINANCEIRAS	134.911	150.656	146.416	138.827	84.608	4.240
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	269.000	252.742	248.390	248.390	248.390	4.352
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	**133.000**	**-**				
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**16.057.628**	**19.233.538**	**17.184.303**	**16.848.157**	**16.004.903**	**2.049.235**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	**16.057.628**	**19.233.538**	**17.184.303**	**16.848.157**	**16.004.903**	**2.049.235**
SUPERÁVIT (XIV)			2.564.889			
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	**16.057.628**	**19.233.538**	**19.749.192**	**16.848.157**	**16.004.903**	**2.049.235**
RESERVA DO RPPS						

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em mil reais

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo a Pagar (f) = (a + b - d - e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2022 (b)				
DESPESAS CORRENTES	**588**	**272.463**	**161.314**	**156.550**	**111.605**	**4.896**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16	16.874	7.109	7.107	9.781	3
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	571	255.589	154.204	149.443	101.823	4.893
DESPESAS DE CAPITAL	**1.285**	**166.271**	**93.015**	**87.463**	**73.596**	**6.497**
INVESTIMENTOS	1.285	166.271	93.015	87.463	73.596	6.497
TOTAL	**1.873**	**438.734**	**254.329**	**244.013**	**185.201**	**11.393**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em mil reais

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo a Pagar (e) = (a + b - c - d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2022 (b)			
DESPESAS CORRENTES	**381.783**	**790.341**	**867.221**	**33.809**	**271.094**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	200.539	521.917	613.653	18.181	90.621
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	570	-	570	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	181.244	267.855	253.567	15.059	180.473
DESPESAS DE CAPITAL	**12.945**	**79.410**	**76.344**	**3.388**	**12.623**
INVESTIMENTOS	12.945	50.057	48.934	1.445	12.623
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	27.410	27.410	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	1.943	-	1.943	-
TOTAL	**394.728**	**869.751**	**943.565**	**37.196**	**283.718**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

BALANÇO FINANCEIRO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em mil reais

INGRESSOS	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
Receita Orçamentária (I)	**19.749.192**	**17.556.888**
Ordinária	**13.075.859**	**11.161.470**
Vinculada	**6.673.333**	**6.395.418**
Recursos Vinculados à Educação	1.574.159	1.814.038
Recursos Vinculados à Saúde	632.785	410.753
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	3.264.066	2.628.099
Recursos Vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares	206.728	421.573
Recursos Vinculados à Assistência Social	11.871	806
Recursos Vinculados à Segurança Pública	70.149	40.568
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	41.510	323
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	46	1.471
Recursos Vinculados às Operações de Crédito	70.997	308.204
Outras Vinculações de Recursos	801.023	769.583
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**42.928.169**	**38.601.074**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	22.695.125	21.450.380
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	18.250.590	15.587.792
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	1.487.525	1.488.537
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção dos Militares (SPSM)	494.929	74.365
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**52.525.801**	**42.580.289**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	336.146	438.734
Inscrição de Restos a Pagar Processados	843.254	869.751
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.469.040	4.446.518
Aplicações do RPPS	15.126	11.555
Outros Recebimentos Extraorçamentários	44.862.235	36.813.732
Saldo do Exercício Anterior (IV)	**2.906.620**	**2.521.815**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.233.178	1.132.277
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.673.442	1.389.538
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	**118.109.781**	**101.260.066**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

BALANÇO FINANCEIRO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em mil reais

DISPÊNDIOS	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
Despesas Orçamentárias (VI)	**17.184.303**	**15.586.198**
Ordinária	**10.541.602**	**8.973.762**
Vinculada	**6.642.700**	**6.612.437**
Recursos Vinculados à Educação	1.629.851	1.687.530
Recursos Vinculados à Saúde	660.437	435.879
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	3.297.377	2.870.841
Recursos Vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares	170.341	510.903
Recursos Vinculados à Assistência Social	13.502	4.175
Recursos Vinculados à Segurança Pública	54.492	20.187
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	37.505	-
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	-	24
Recursos Vinculados às Operações de Crédito	59.426	374.224
Outras Vinculações de Recursos	719.769	708.675
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	**45.003.088**	**40.449.854**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	24.776.932	23.321.954
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	18.243.702	15.564.998
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	1.487.525	1.488.537
Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção dos Militares (SPSM)	494.929	74.365
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	**52.693.737**	**42.317.394**
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	243.081	265.247
Pagamento de Restos a Pagar Processados	943.437	892.877
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.855.604	4.364.748
Restos a Pagar - Retenções a Pagar	1.059	9.705
Aplicações do RPPS	87.178	9.042
Perdas Aplicação Financeira RPPS	-	2.242
Outros Pagamentos Extraorçamentários	44.563.378	36.773.534
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	**3.228.654**	**2.906.620**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.202.191	1.233.178
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.026.463	1.673.442
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	**118.109.781**	**101.260.066**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

BALANÇO FINANCEIRO - QUADRO ANEXO

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em mil reais

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO 2023			EXERCÍCIO 2022		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)
Ordinária (I)	**18.095.805**	**5.019.945**	**13.075.859**	**15.551.157**	**4.389.687**	**11.161.470**
Vinculada (II)	**6.743.818**	**70.485**	**6.673.333**	**6.459.247**	**63.829**	**6.395.418**
Recursos Vinculados à Educação	1.574.159	-	1.574.159	1.814.038	-	1.814.038
Recursos Vinculados à Saúde	632.786	1	632.785	410.753	-	410.753
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	3.291.985	27.919	3.264.066	2.629.798	1.699	2.628.099
Recursos Vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares	206.728	-	206.728	421.579	6	421.573
Recursos Vinculados à Assistência Social	11.871	-	11.871	806	-	806
Recursos Vinculados à Segurança Pública	70.149	-	70.149	40.568	-	40.568
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	41.510	-	41.510	323	-	323
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	46	-	46	1.471	-	1.471
Recursos Vinculados às Operações de Crédito	70.997	-	70.997	308.204	-	308.204
Outras Vinculações de Recursos	843.588	42.565	801.023	831.706	62.123	769.583
TOTAL (III) = (I + II)	**24.839.622**	**5.090.430**	**19.749.192**	**22.010.403**	**4.453.516**	**17.556.888**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

BALANÇO PATRIMONIAL

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em mil reais

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.202.191	1.233.178
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	660.105	538.047
Créditos Tributários a Receber	669.697	501.204
Clientes	3.391	3.256
Dívida Ativa Tributária	66.562	53.472
Dívida Ativa Não Tributária	2.013	1.898
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	-81.557	-21.783
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.802.554	2.208.598
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	77.780	5.728
ESTOQUES	381.752	259.398
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	133.783	145.075
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**5.258.166**	**4.390.024**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	327.449	1.091.426
Créditos a Longo Prazo	325.300	1.089.277
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	285.218	287.997
Dívida Ativa Tributária	9.799.156	9.461.180
Dívida Ativa Não Tributária	276.321	261.431
Outros Créditos a longo prazo	4.948	4.948
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-10.040.343	-8.926.279
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	2.098	2.098
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	51	51
INVESTIMENTOS	2.668.471	2.391.270
IMOBILIZADO	8.303.327	7.264.063
Bens Móveis	1.590.437	1.443.381
Bens Imóveis	6.796.101	5.878.816
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	-83.211	-58.134
INTANGÍVEL	18.827	11.590
Softwares	18.808	11.571
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	19	19
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**11.318.074**	**10.758.349**
TOTAL DO ATIVO	**16.576.239**	**15.148.372**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	941.764	917.546
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	335.862	226.880
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	522.289	421.432
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	6.203	29.577
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	79.261	48.688
PROVISÕES A CURTO PRAZO	183.579	139.489
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	986.708	990.532
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**3.055.667**	**2.774.145**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	2.374.367	1.600.774
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	2.329.620	2.740.325
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	433.991	237.880
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	51.818	41.648
PROVISÕES A LONGO PRAZO	76.772.807	53.550.208
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	805.370	456.752
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**82.767.973**	**58.627.587**
TOTAL DO PASSIVO	**85.823.639**	**61.401.732**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	5.412	5.412
RESERVAS DE LUCROS	19	19
RESULTADOS ACUMULADOS	-69.252.832	-46.258.791
Superávits ou Déficits do Exercício	-8.850.595	6.567.034
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-46.259.504	-52.708.128
Ajustes de Exercícios Anteriores	-14.142.733	-117.697
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**-69.247.400**	**-46.253.360**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**16.576.239**	**15.148.372**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em mil reais

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Ativo Financeiro	3.473.819	3.025.274
Ativo Permanente	13.102.420	12.123.098
Total do Ativo (I)	**16.576.239**	**15.148.372**
Passivo		
Passivo Financeiro	2.089.116	2.196.458
Passivo Permanente	84.064.156	59.645.845
Total do Passivo (II)	**86.153.272**	**61.842.303**
Saldo Patrimonial (III) = (I – II)	**-69.577.033**	**-46.693.931**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em mil reais

	31/12/2023	31/12/2022
Atos Potenciais Ativos		
Demandas Judiciais	18.687.766	-
Outros Atos Potenciais Ativos	306.276	15.499.390
Total dos Atos Potenciais Ativos	**18.994.042**	**15.499.390**
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Concedidas	38.507	38.507
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	462.149	342.948
Demandas Judiciais	25.929.246	-
Total dos Atos Potenciais Passivos	**26.429.902**	**381.454**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em mil reais

FONTES DE RECURSOS	31/12/2023	31/12/2022
0.500 Recursos não vinculados de Impostos	-233.460	-339.086
0.501 Outros Recursos não Vinculados	109.665	205.833
0.502 Recursos não Vinculados da Compensação de Impostos	3.156	-
0.540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	-866	2.249
0.541 Transferência Fundeb - Complementação União - VAAF 0541000000	1.890	20.856
0.543 Transferência Fundeb - Complementação União - VAAR	2.116	-
0.544 Créditos orçamentários e financeiros relacionados aos precatórios do FUNDEF 0544000000	25.501	114.422
0.550 Transferência do Salário-Educação	5.410	4.895
0.551 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	26	14
0.552 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	8.377	2.652
0.553 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	447	225
0.569 Outras Transferências de Recursos do FNDE	60.414	73.536
0.570 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação	10.959	5.828
0.599 Outros Recursos Vinculados à Educação	442	442
0.600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	63.326	76.570
0.601 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde 0	12.393	23.591
0.602 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Gov Federal -BL Manutenção das Ações e Serviços Público de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO	172	6.679
0.605 Assistência Finan União Dest à Compl ao Pag dos Pisos Salariais para Profissionais da Enfermagem.	1.523	-
0.631 Transferências do Governo Federal referentes a convênios e instrumentos congêneres vinculados à saúde	-10.959	1.239
0.659 Outros Recursos Vinculados à Saúde	8.377	8.726
0.660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.816	1.172
0.665 Transferências de Convênios e instrumentos congêneres vinculados à Assistência Social	18.126	17.811
0.669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	5.246	7.721
0.700 Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	34.612	-2.849
0.701 Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados	-208	-
0.702 Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Municípios	110	-
0.703 Outras Transferências de Convênio ou Contratos de Repasse de outras entidades	47	-
0.704 Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	196.304	182.662
0.706 Recursos de Emendas por Transferências Especiais - União 0706000000	19.648	5.502
0.707 Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	168	168
0.708 Transferência da União - Compensação Financeira de Recursos Minerais 0708000000	1.577	911
0.711 "Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas" 0711000000	7.234	-
0.712 Transferência Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN	1.644	-
0.713 Recursos do Fundo Nacional Segurança Pública - SUSP - Lei 13756/2018 0713000000	61.393	40.568
0.715 Transf. Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	3.200	-
0.716 Transf. Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Setores da Cultura	804	-
0.717 Auxílio Financeiro - Inciso IV do Art. 5º EC 123/2022 0717000000	-	1.430
0.718 Auxílio Financeiro - Art. 5º, Inciso V, EC 123/2022. 0718000000	10.318	10.318

0.749 Outras Vinculações de Transferências	804	-
0.750 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	9.034	6.630
0.752 Recursos Vinculados ao Trânsito - Multas	27.798	18.095
0.754 Recursos de Operações de Crédito	26.783	-1.943
0.755 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	4.899	4.856
0.756 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	3	57
0.759 Recursos vinculados a fundos	68.535	46.717
0.761 Recursos vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	58.246	55.993
0.799 Recurso da Lei 14017/2020 0	30.789	1.917
0.800 Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	52.138	-217.744
0.802 #Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de administração	43.352	30.178
0.803 Recursos do Sistema de Proteção Social dos Militares 0	-7.241	-74.028
1.500 Recursos Ordinários - Contrapartida de Convênio 1	2.200	4.095
1.501 Outros Recursos não Vinculados (Contrapartida)	66	66
4.500 Recursos não vinculados de Impostos - Superávit Financeiro	-	-596
4.501 Outros Recursos não Vinculados- SF	242.962	205.861
4.540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos SF	41	2.291
4.541 Transferência Fundeb - Complementação União - VAAF - Superávit Financeiro 4541000000	-	19.473
4.544 Créditos orçamentários e financeiros relacionados aos precatórios do FUNDEF 0544000000 SF	45.771	-
4.550 Transferência do Salário-Educação- Superávit Financeiro	243	766
4.551 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) (SF)	24	24
4.552 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Superávit	2.109	2.109
4.569 Outras Transferências de Recursos do FNDE- Superávit Financeiro	74.286	29.472
4.570 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação (Superávit Financeiro)	30.483	4.379
4.599 Cota-Parte do FUNDEF 104 (Superávit Financeiro) 4599000000	148	148
4.600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Superávit Financeiro	29.306	17.662
4.601 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde 4	38.491	18.756
4.602 Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Manutenção - COVID-19 - Superávit Financeiro 4602000000	2.498	-5.897
4.603 Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Estruturação - COVID-19 - SF	1.627	3.404
4.631 Transferências do Governo Federal referentes a convênios e instrumentos congêneres vinculados à saúde (SF)	6.104	448
4.659 Outros Recursos Vinculados à Saúde - Superávit Financeiro	3.410	2.679
4.660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (SF)	64	67
4.665 #Fonte de Recurso do Convênio SIAF nº 010068 (SF)	60	60
4.669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social SF	2.594	2.435
4.700 Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União - (Superávit Financeiro)	38.235	64.068
4.703 Outras Transferências de Convênio ou Contratos de Repasse de outras entidades - SF	41	-
4.706 Recursos de Emendas por Transferências Especiais - União 0706000000 SF	-1.083	-
4.707 Transferências da União, inciso I do art. 5º da Lei Comp. 173/2020 (SF)	12.263	12.024
4.711 Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas - SF	508	-
4.712 Transferência Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN (SF)	11.542	-
4.713 Recursos do Fundo Nacional Segurança Pública - SUSP - Lei 13756/2018 (SF)	50.461	54.781
4.750 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (Superávit Financeiro)	3	3
4.752 Recursos Vinculados ao Trânsito - Multas (Superávit Financeiro)	19.851	16.796
4.754 Recursos de Operações de Crédito Superávit Financeiro	527	6.560
4.755 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta Superávit Financeiro	2	2
4.756 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta (SF)	98	40

4.759 Recursos vinculados a fundos (SF)	19.741	17.668
4.761 Recursos vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (SF)	1	1
4.799 Recursos da Lei 14017/2020 - Superávit Financeiro 4	5	5
4.800 Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - SF	-	492
5.500 Recursos Ordinários - Superávit Financeiro - Contrapartida de Convênio 100 5	3.958	2.401
5.570 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação (SF)	-	1
5.700 Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União - Administração Indireta (SF)	-	17
5.761 Cota-parte do FECOP - SF 5	1.491	2.443
9.869 Fonte Extraorçamentária 9869000000	-1.520	-1.001
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	**1.384.703**	**828.817**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em mil reais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	11.160.365	9.767.992
Impostos	10.622.310	9.291.288
Taxas	538.054	476.704
CONTRIBUIÇÕES	1.396.640	1.105.679
Contribuições Sociais	1.396.640	1.105.679
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	91.412	75.410
Vendas de Produtos	5.716	2.367
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	85.696	73.044
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	688.132	1.531.848
Variações Monetárias e Cambiais	558.994	1.386.528
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	129.138	145.320
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	9.367.636	8.989.939
Transferências Intragovernamentais	5.947	-
Transferências Intergovernamentais	9.352.848	8.983.657
Transferências das Instituições Privadas	7.587	6.273
Transferências de Consórcios Públicos	21	-
Transferências de Pessoas Físicas	1.232	8
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	62.643	609.729
Reavaliação de Ativos	-	2.868
Ganhos com Alienação	42	1.414
Ganhos com Incorporação de Ativos	28.594	9.314
Desincorporação de Passivos	34.007	596.133
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.743.789	6.193.996
Resultado Positivo de Participações	68.384	42.969
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	2.057.230	5.765.012
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	618.174	386.015
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	**25.510.615**	**28.274.592**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	5.270.815	5.010.872
Remuneração a Pessoal	5.064.873	4.753.180
Encargos Patronais	107.442	148.507
Benefícios a Pessoal	90.935	101.957
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	7.565	7.228
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	5.749.784	4.807.427
Aposentadorias e Reformas	4.847.953	4.024.025
Pensões	877.947	782.502
Benefícios Eventuais	-	13
Outros Benefícios Assistenciais	23.884	886
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	2.419.652	2.075.174
Uso de Material de Consumo	285.879	521.363

Serviços	2.108.696	1.543.562
Depreciação, Amortização e Exaustão	25.078	10.249
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	440.779	1.021.414
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	185.717	82.023
Juros e Encargos de Mora	582	506
Variações Monetárias e Cambiais	254.481	938.884
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	7.347.202	6.474.913
Transferências Intragovernamentais	2.074.498	1.827.392
Transferências Intergovernamentais	5.260.207	4.630.717
Transferências a Instituições Privadas	12.497	16.803
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.278.630	1.434.382
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	993.418	422.132
Incorporação de Passivos	1.285.212	854.061
Desincorporação de Ativos	-	158.189
TRIBUTÁRIAS	164.857	162.473
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.466	5.544
Contribuições	154.392	156.929
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	10.689.490	720.905
Premiações	3.360	6.368
Resultado Negativo de Participações	-	66.709
Incentivos	12.613	11.131
Constituição de Provisões	10.503.131	420.409
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	170.385	216.287
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	**34.361.210**	**21.707.559**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	**-8.850.595**	**6.567.034**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em mil reais

	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	**66.601.921**	**55.443.993**
Receita Tributária	7.372.197	6.044.542
Receita de Contribuições	3.390.789	2.978.002
Receita Patrimonial	401.381	42.277
Receita Agropecuária	1.106	2.241
Receita Industrial	5.975	3.956
Receita de Serviços	12.603	38.594
Remuneração das Disponibilidades	129.347	145.488
Outras Receitas Derivadas e Originárias	338.819	259.523
Transferências Recebidas	7.974.575	7.689.160
Outros Ingressos Operacionais	46.975.128	38.240.210
DESEMBOLSOS	**66.008.592**	**54.664.951**
Pessoal e Demais Despesas	16.152.678	13.898.384
Juros e Encargos da Dívida	185.717	81.453
Transferências Concedidas	2.378.846	2.196.945
Outros Desembolsos Operacionais	47.291.351	38.488.168
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	**593.329**	**779.043**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	**2.821**	**4.190**
Alienação de Bens	42	1.464
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.779	2.726
Desembolsos	**448.681**	**760.202**
Aquisição de Ativo Não Circulante	442.980	756.579
Outros Desembolsos de Investimentos	5.701	3.623
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)	**-445.860**	**-756.012**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	**119.578**	**348.914**
Operações de Crédito	64.270	298.678
Outros Ingressos de Financiamento	55.308	50.236
Desembolsos	**298.034**	**271.044**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	248.390	236.175
Outros Desembolsos de Financiamentos	49.644	34.869
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	**-178.456**	**77.870**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	**-30.987**	**100.901**
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	1.233.178	1.132.277
Caixa e Equivalente de Caixa Final	1.202.191	1.233.178

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em mil reais

	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	6.551.675	6.363.126
Da União	6.550.336	6.362.308
De Estados e Distrito Federal	21	-
De Municípios	1.317	818
Outras transferências recebidas	1.422.900	1.326.034
Total das Transferências Recebidas	**7.974.575**	**7.689.160**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	218.461	240.750
A União	3.989	804
A Municípios	214.472	239.946
Intragovernamentais	2.074.919	1.848.779
Outras Transferências Concedidas	85.466	107.416
Total das Transferências Concedidas	**2.378.846**	**2.196.945**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em mil reais

	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
Judiciária	68.792	66.146
Essencial à Justiça	456	-
Administração	613.625	640.507
Segurança Pública	2.358.185	1.586.886
Assistência Social	142.850	125.205
Previdência Social	6.567.716	5.923.036
Saúde	2.295.771	2.087.256
Trabalho	1	69
Educação	2.835.585	2.391.409
Cultura	32.284	34.495
Direitos da Cidadania	335.800	311.015
Habitação	4.263	5.345
Gestão Ambiental	85.550	81.600
Ciência e Tecnologia	3.396	4.188
Agricultura	117.740	112.918
Organização Agrária	3	242
Indústria	1.201	5.478
Comércio e Serviços	36.103	39.410
Comunicações	23.038	22.245
Energia	-	1
Transporte	165.390	160.618
Encargos Especiais	464.929	300.315
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	**16.152.678**	**13.898.384**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em mil reais

	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	76.121	39.608
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	100.743	35.996
Outros Encargos da Dívida	8.853	5.849
Total dos Juros e Encargos da Dívida	**185.717**	**81.453**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em mil reais

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social/ Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**5.412**	**-**	**-**	**-**	**19**	**-**	**-52.708.128**	**-**	**-52.702.697**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-117.697	-	-117.697
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	6.567.034	-	6.567.034
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR/ SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL	**5.412**	**-**	**-**	**-**	**19**	**-**	**-46.258.791**	**-**	**-46.253.360**
RESULTADOS ACUMULADOS	-	-	-	-	-	-	-713	-	-713
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-14.142.733	-	-14.142.733
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-8.850.595	-	-8.850.595
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	**5.412**	**-**	**-**	**-**	**19**	**-**	**-69.252.832**	**-**	**-69.247.400**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADO GERAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em mil reais

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	**28**	**17.624.542**	**18.054.230**	**19.718.667**	**1.664.437**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		6.990.414	7.004.741	7.473.163	468.422
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		2.943.015	3.026.515	3.390.789	364.274
RECEITA PATRIMONIAL		98.192	124.390	592.740	468.351
RECEITA AGROPECUÁRIA		8.379	8.379	1.106	-7.273
RECEITA INDUSTRIAL		5.956	5.956	5.975	19
RECEITA DE SERVIÇOS		50.460	50.460	17.501	-32.959
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		7.426.266	7.616.810	7.827.363	210.553
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		101.860	216.979	410.029	193.050
RECEITAS DE CAPITAL (II)		**373.249**	**443.999**	**270.092**	**-173.907**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		143.655	143.655	64.270	-79.385
ALIENAÇÃO DE BENS		103	103	133	30
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		3.305	3.305	2.779	-526
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		226.186	264.020	147.602	-116.418
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		-	32.915	55.308	22.392
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		**17.997.791**	**18.498.228**	**19.988.758**	**1.490.530**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)		**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		**17.997.791**	**18.498.228**	**19.988.758**	**1.490.530**
DÉFICIT (VI)		289.828	3.193.780		
TOTAL (VII) = (V + VI)		**18.287.619**	**21.692.008**	**19.988.758**	**1.490.530**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			**804.814**	**418.976**	
Superávit Financeiro			803.383	417.545	
Reabertura de Créditos Adicionais			1.430	1.430	

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em mil reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)		**16.478.352**	**19.672.532**	**18.628.025**	**18.316.939**	**17.586.446**	**1.044.507**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		12.819.758	14.946.208	14.711.339	14.677.530	14.362.611	234.869
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		144.500	187.147	185.717	185.717	185.717	1.430
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.514.095	4.539.178	3.730.969	3.453.692	3.038.118	808.209
DESPESAS DE CAPITAL (IX)		**1.676.267**	**2.019.476**	**858.942**	**738.500**	**622.791**	**1.160.534**
INVESTIMENTOS		1.263.751	1.614.773	463.918	351.066	289.575	1.150.855
INVERSÕES FINANCEIRAS		143.516	151.961	146.634	139.044	84.826	5.327
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		269.000	252.742	248.390	248.390	248.390	4.352
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)		**133.000**	**-**				
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)		**18.287.619**	**21.692.008**	**19.486.967**	**19.055.439**	**18.209.237**	**2.205.041**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)		**18.287.619**	**21.692.008**	**19.486.967**	**19.055.439**	**18.209.237**	**2.205.041**
SUPERÁVIT (XIV)	**29**			501.791			
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)		**18.287.619**	**21.692.008**	**19.988.758**	**19.055.439**	**18.209.237**	**2.205.041**
RESERVA DO RPPS							

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em mil reais

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo a Pagar (f) = (a + b - d - e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2022 (b)				
DESPESAS CORRENTES	**6.048**	**312.634**	**186.803**	**182.039**	**126.306**	**10.337**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.463	17.909	8.557	8.554	9.885	2.933
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.585	294.725	178.246	173.485	116.422	7.404
DESPESAS DE CAPITAL	**1.285**	**184.301**	**109.289**	**103.737**	**75.242**	**6.607**
INVESTIMENTOS	1.285	184.301	109.289	103.737	75.242	6.607
TOTAL	**7.334**	**496.935**	**296.092**	**285.776**	**201.548**	**16.944**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em mil reais

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo a Pagar (e) = (a + b - c - d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2022 (b)			
DESPESAS CORRENTES	**382.356**	**806.605**	**883.467**	**33.853**	**271.641**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	201.083	523.379	615.136	18.181	91.144
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	570	-	570	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	181.274	282.657	268.331	15.103	180.497
DESPESAS DE CAPITAL	**12.945**	**79.469**	**76.403**	**3.388**	**12.623**
INVESTIMENTOS	12.945	50.116	48.993	1.445	12.623
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	27.410	27.410	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	1.943	-	1.943	-
TOTAL	**395.301**	**886.074**	**959.871**	**37.241**	**284.265**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

BALANÇO FINANCEIRO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em mil reais

INGRESSOS	Nota	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
Receita Orçamentária (I)		**19.988.758**	**17.772.051**
Ordinária		**13.183.900**	**11.248.763**
Vinculada		**6.804.858**	**6.523.288**
Recursos Vinculados à Educação		1.574.159	1.814.038
Recursos Vinculados à Saúde		632.785	410.753
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS		3.264.066	2.628.099
Recursos Vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares	**30**	206.728	421.573
Recursos Vinculados à Assistência Social		11.871	806
Recursos Vinculados à Segurança Pública		70.149	40.568
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte		41.510	323
Recursos Vinculados à Alienação de Bens		46	1.796
Recursos Vinculados às Operações de Crédito		70.997	308.204
Outras Vinculações de Recursos		932.549	897.128
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**45.214.262**	**40.599.385**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		24.980.656	23.445.388
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		18.251.152	15.591.095
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		1.487.525	1.488.537
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção dos Militares (SPSM)		494.929	74.365
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**53.159.897**	**43.079.740**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		431.528	496.918
Inscrição de Restos a Pagar Processados		846.203	886.074
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.004.770	4.870.455
Aplicações do RPPS		15.126	11.555
Outros Recebimentos Extraorçamentários		44.862.271	36.814.738
Saldo do Exercício Anterior (IV)	**29**	**3.355.258**	**2.965.717**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**11**	1.681.786	1.576.149
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.673.472	1.389.568
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**121.718.175**	**104.416.892**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

BALANÇO FINANCEIRO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em mil reais

DISPÊNDIOS	Nota	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
Despesas Orçamentárias (VI)		**19.486.967**	**17.605.362**
Ordinária		**12.740.395**	**10.977.738**
Vinculada		**6.746.572**	**6.627.624**
Recursos Vinculados à Educação		1.629.851	1.687.530
Recursos Vinculados à Saúde		660.437	435.879
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS		3.297.377	2.870.841
Recursos Vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares	**30**	170.341	510.903
Recursos Vinculados à Assistência Social		13.502	4.175
Recursos Vinculados à Segurança Pública		54.492	20.187
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte		37.505	-
Recursos Vinculados à Alienação de Bens		-	24
Recursos Vinculados às Operações de Crédito		59.426	374.224
Outras Vinculações de Recursos		823.641	723.862
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**45.222.476**	**40.635.104**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		24.993.111	23.503.351
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		18.246.912	15.568.851
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		1.487.525	1.488.537
Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção dos Militares (SPSM)		494.929	74.365
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**53.288.384**	**42.821.169**
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados		284.845	345.097
Pagamento de Restos a Pagar Processados		959.742	893.920
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.390.069	4.787.628
Restos a Pagar - Retenções a Pagar		1.059	9.705
Aplicações do RPPS		87.178	9.042
Perdas Aplicação Financeira RPPS		-	2.242
Outros Pagamentos Extraorçamentários		44.565.490	36.773.534
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	**29**	**3.720.347**	**3.355.258**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**11**	1.693.855	1.681.786
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.026.493	1.673.472
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**121.718.175**	**104.416.892**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

BALANÇO FINANCEIRO - QUADRO ANEXO

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em mil reais

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO 2023			EXERCÍCIO 2022		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)
Ordinária (I)	**18.203.562**	**5.019.947**	**13.183.616**	**15.638.191**	**4.389.687**	**11.248.504**
Vinculada (II)	**6.875.799**	**70.656**	**6.805.142**	**6.587.376**	**63.829**	**6.523.547**
Recursos Vinculados à Educação	1.574.159	-	1.574.159	1.814.038	-	1.814.038
Recursos Vinculados à Saúde	632.786	1	632.785	410.753	-	410.753
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	3.291.985	27.919	3.264.066	2.629.798	1.699	2.628.099
Recursos Vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares	206.728	-	206.728	421.579	6	421.573
Recursos Vinculados à Assistência Social	11.871	-	11.871	806	-	806
Recursos Vinculados à Segurança Pública	70.149	-	70.149	40.568	-	40.568
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	41.510	-	41.510	323	-	323
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	46	-	46	1.796	-	1.796
Recursos Vinculados às Operações de Crédito	70.997	-	70.997	308.204	-	308.204
Outras Vinculações de Recursos	975.569	42.736	932.833	959.510	62.123	897.387
TOTAL (III) = (I + II)	**25.079.361**	**5.090.603**	**19.988.758**	**22.225.567**	**4.453.516**	**17.772.051**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

BALANÇO PATRIMONIAL

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em mil reais

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**11**	1.693.855	1.681.786
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		660.103	538.047
Créditos Tributários a Receber	**12**	669.695	501.204
Clientes		3.391	3.256
Dívida Ativa Tributária	**13**	66.562	53.472
Dívida Ativa Não Tributária	**13**	2.013	1.898
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	**13**	-81.557	-21.783
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		2.805.837	2.210.152
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	**14**	77.780	5.728
ESTOQUES	**15**	386.511	262.673
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		133.817	145.110
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**5.757.903**	**4.843.496**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		327.449	1.091.426
Créditos a Longo Prazo		325.300	1.089.277
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		285.218	287.997
Dívida Ativa Tributária		9.799.156	9.461.180
Dívida Ativa Não Tributária		276.321	261.431
Outros Créditos a longo prazo		4.948	4.948
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo		-10.040.343	-8.926.279
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		2.098	2.098
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		51	51
INVESTIMENTOS	**16**	2.668.471	2.391.270
IMOBILIZADO		8.777.316	7.704.223
Bens Móveis	**17**	1.854.360	1.685.572
Bens Imóveis	**18**	7.015.076	6.084.488
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	**19**	-92.120	-65.837
INTANGÍVEL		22.806	15.500
Softwares		22.931	15.676
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		19	19
(-) Amortização Acumulada		-144	-194
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**11.796.042**	**11.202.419**
TOTAL DO ATIVO		**17.553.945**	**16.045.914**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. E ASSISTENCIAIS A CURTO PRAZO	**20**	943.426	919.076
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	**21**	335.862	226.880
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		522.562	421.688
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		6.210	29.577
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		79.261	48.688
PROVISÕES A CURTO PRAZO	**22**	183.579	139.489
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	**23**	962.412	997.454
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**3.033.311**	**2.782.852**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. E ASSISTENCIAIS A LONGO PRAZO	**20**	2.374.367	1.600.774
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	**21**	2.329.620	2.740.325
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		433.991	237.880
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		51.818	41.648
PROVISÕES A LONGO PRAZO	**22**	76.772.807	53.550.208
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	**23**	624.146	434.752
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**82.586.749**	**58.605.587**
TOTAL DO PASSIVO		**85.620.061**	**61.388.439**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		5.412	5.412
RESERVAS DE LUCROS		19	19
RESULTADOS ACUMULADOS		-68.071.548	-45.347.956
Superávits ou Déficits do Exercício		-8.572.419	6.593.329
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	**25**	-45.348.669	-51.791.311
Ajustes de Exercícios Anteriores	**24**	-14.150.460	-149.975
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**-68.066.116**	**-45.342.525**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**17.553.945**	**16.045.914**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em mil reais

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo Financeiro		3.965.513	3.473.912
Ativo Permanente		13.588.432	12.572.002
Total do Ativo (I)		**17.553.945**	**16.045.914**
Passivo			
Passivo Financeiro		2.204.823	2.279.826
Passivo Permanente		83.845.804	59.612.845
Total do Passivo (II)		**86.050.626**	**61.892.672**
Saldo Patrimonial (III) = (I – II)		**-68.496.682**	**-45.846.758**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em mil reais

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Atos Potenciais Ativos			
Demandas Judiciais	**26-32**	18.687.766	-
Outros Atos Potenciais Ativos		306.811	15.500.510
Total dos Atos Potenciais Ativos		**18.994.577**	**15.500.510**
Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contragarantias Concedidas		38.507	38.507
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		462.365	342.948
Demandas Judiciais	**32**	25.929.246	-
Total dos Atos Potenciais Passivos		**26.430.117**	**381.454**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em mil reais

FONTES DE RECURSOS	Nota	31/12/2023	31/12/2022
0.500 Recursos não vinculados de Impostos		-215.980	-328.903
0.501 Outros Recursos não Vinculados		268.071	409.283
0.502 Recursos não Vinculados da Compensação de Impostos		3.156	-
0.540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		-866	2.249
0.541 Transferência Fundeb - Complementação União - VAAF 0541000000		1.890	20.856
0.543 Transferência Fundeb - Complementação União - VAAR		2.116	-
0.544 Créditos orçamentários e financeiros relacionados aos precatórios do FUNDEF		25.501	114.422
0.550 Transferência do Salário-Educação		5.410	4.895
0.551 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)		26	14
0.552 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		8.377	2.652
0.553 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)		447	225
0.569 Outras Transferências de Recursos do FNDE		60.414	73.536
0.570 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação		10.959	5.828
0.599 Outros Recursos Vinculados à Educação		442	442
0.600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		63.326	76.570
0.601 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde		12.393	23.591
0.602 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Gov Federal - BL Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO		172	6.679
0.605 Assistência Finan União Dest à Compl ao Pag dos Pisos Salariais para Profissionais da Enfermagem.		1.523	-
0.631 Transferências do Governo Federal referentes a convênios e instrumentos congêneres vinculados à saúde		-10.959	1.239
0.659 Outros Recursos Vinculados à Saúde		8.377	8.726
0.660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		1.816	1.172
0.665 Transferências de Convênios e instrumentos congêneres vinculados à Assistência Social		18.126	17.811
0.669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social		5.246	7.721
0.700 Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União		34.949	-2.775
0.701 Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados		-208	-
0.702 Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Municípios		110	-
0.703 Outras Transferências de Convênio ou Contratos de Repasse de outras entidades		47	-
0.704 Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural		197.010	183.360
0.706 Recursos de Emendas por Transferências Especiais - União 0706000000		19.648	5.502
0.707 Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020		168	168
0.708 Transferência da União - Compensação Financeira de Recursos Minerais		1.577	911
0.711 Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas		7.234	-
0.712 Transferência Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN		1.644	-
0.713 Recursos do Fundo Nacional Segurança Pública - SUSP - Lei 13756/2018		61.393	40.568
0.715 Transf. Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual		3.200	-
0.716 Transf. Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Setores da Cultura		804	-
0.717 Auxílio Financeiro - Inciso IV do Art. 5º EC 123/2022 0717000000		-	1.430
0.718 Auxílio Financeiro - Art. 5º, Inciso V, EC 123/2022. 0718000000		10.318	10.318

0.749 Outras Vinculações de Transferências		804	-
0.750 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		9.034	6.630
0.752 Recursos Vinculados ao Trânsito - Multas		27.798	18.095
0.754 Recursos de Operações de Crédito		26.783	-1.943
0.755 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta		5.314	5.340
0.756 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta		3	57
0.759 Recursos vinculados a fundos		222.854	177.942
0.761 Recursos vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza		58.246	55.993
0.799 Recurso da Lei 14017/2020		30.789	1.917
0.800 Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		52.138	-217.744
0.802 Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de administração		43.352	30.178
0.803 Recursos do Sistema de Proteção Social dos Militares		-7.241	-74.028
1.500 Recursos Ordinários - Contrapartida de Convênio		2.200	4.095
1.501 Outros Recursos não Vinculados (Contrapartida)		66	66
4.500 Recursos não vinculados de Impostos - Superávit Financeiro		1.240	8.119
4.501 Outros Recursos não Vinculados- SF		269.236	206.227
4.540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos SF		41	2.291
4.541 Transferência Fundeb - Complementação União - VAAF - Superávit Financeiro		-	19.473
4.544 Créditos orçamentários e financeiros relacionados aos precatórios do FUNDEF SF		45.771	-
4.550 Transferência do Salário-Educação - Superávit Financeiro		243	766
4.551 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) (SF)		24	24
4.552 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Superávit		2.109	2.109
4.569 Outras Transferências de Recursos do FNDE- Superávit Financeiro		74.286	29.472
4.570 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação (Superávit Financeiro)		30.483	4.379
4.599 Cota-Parte do FUNDEF 104 (Superávit Financeiro) 4599000000		148	148
4.600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde- Superávit Financeiro		29.306	17.662
4.601 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde		38.491	18.756
4.602 Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Manutenção - COVID-19 - Superávit Financeiro 4602000000		2.498	-5.897
4.603 Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Estruturação - COVID-19 - SF 4603000000		1.627	3.404
4.631 Transferências do Governo Federal referentes a convênios e instrumentos congêneres vinculados à saúde (SF)		6.104	448
4.659 Outros Recursos Vinculados à Saúde - Superávit Financeiro		3.410	2.679
4.660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (SF)		64	67
4.665 #Fonte de Recurso do Convênio SIAF nº 010068 (SF)		60	60
4.669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social SF		2.594	2.435
4.700 Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União - (Superávit Financeiro)		38.235	64.068
4.703 Outras Transferências de Convênio ou Contratos de Repasse de outras entidades - SF		41	-
4.704 Cota-Parte do Royalties - Lei 7.990/89 - Superávit Financeiro		60	60
4.706 Recursos de Emendas por Transferências Especiais - União 0706000000 SF		-1.083	-
4.707 Transferências da União inciso I do art. 5º da Lei Comp. 173/2020 (SF)		12.263	12.024
4.711 "Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas - SF" 4711000000		508	-
4.712 Transferência Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN (SF)		11.542	-
4.713 Recursos do Fundo Nacional Segurança Pública - SUSP - Lei 13756/2018 (SF) 4713000000		50.461	54.781
4.750 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (Superávit Financeiro)		3	3

4.752 Recursos Vinculados ao Trânsito - Multas (Superávit Financeiro)		19.851	16.796
4.754 Recursos de Operações de Crédito Superávit Financeiro		527	6.560
4.755 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta Superávit Financeiro		2	2
4.756 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta (SF)		98	40
4.759 Recursos vinculados a fundos (SF)		36.491	27.681
4.761 Recursos vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (SF)		1	1
4.799 Recursos da Lei 14017/2020 - Superávit Financeiro		5	5
4.800 Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - SF		-	492
5.500 Recursos Ordinários - Superávit Financeiro - Contrapartida de Convênio 100 5		3.958	2.401
5.570 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação (SF)		-	1
5.700 Outras Transf. de Convênios ou Repasses da União - Administração Indireta (SF)		-	17
5.761 Cota-parte do FECOP - SF		1.491	2.443
9.869 Fonte Extraorçamentária 9869000000		-1.520	-1.001
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		**1.760.690**	**1.194.086**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em mil reais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Nota	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		11.261.113	9.860.503
Impostos		10.622.310	9.291.288
Taxas		638.802	569.214
CONTRIBUIÇÕES		1.210.544	869.584
Contribuições Sociais		1.210.544	869.584
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		97.244	86.311
Vendas de Produtos		5.698	2.367
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		91.545	83.945
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		749.212	1.593.329
Juros e Encargos de Mora		-	4.419
Variações Monetárias e Cambiais		558.994	1.386.528
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		190.218	202.382
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		9.364.356	8.989.939
Transferências Intragovernamentais		2.277	-
Transferências Intergovernamentais		9.353.238	8.983.657
Transferências das Instituições Privadas		7.587	6.273
Transferências de Consórcios Públicos		21	-
Transferências de Pessoas Físicas		1.232	8
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		62.794	611.114
Reavaliação de Ativos		-	2.868
Ganhos com Alienação		133	1.739
Ganhos com Incorporação de Ativos		28.594	9.314
Desincorporação de Passivos		34.067	597.193
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2.973.391	6.236.865
Resultado Positivo de Participações		68.384	42.969
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		2.057.230	5.765.012
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		847.776	428.885
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		**25.718.653**	**28.247.645**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
PESSOAL E ENCARGOS		6.789.699	6.343.090
Remuneração a Pessoal		6.366.938	5.920.636
Encargos Patronais		165.236	128.430
Benefícios a Pessoal		245.107	245.471
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		12.419	48.552
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		5.801.628	4.845.894
Aposentadorias e Reformas		4.847.953	4.024.025
Pensões		877.951	782.502
Benefícios de Prestação Continuada		26.040	20.165
Benefícios Eventuais		-	13
Outros Benefícios Assistenciais		49.684	19.188
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		2.663.049	2.295.345
Uso de Material de Consumo		292.995	529.116

Serviços		2.343.431	1.754.503
Depreciação, Amortização e Exaustão		26.622	11.726
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		440.779	1.021.414
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		185.717	82.023
Juros e Encargos de Mora		582	506
Variações Monetárias e Cambiais		254.481	938.884
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		5.286.847	4.675.775
Transferências Intragovernamentais		3.476	13.876
Transferências Intergovernamentais		5.260.248	4.630.897
Transferências a Instituições Privadas		13.007	17.834
Execução Orçamentária Delegada a Entes		10.116	13.167
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		2.279.878	1.435.666
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		993.418	422.132
Perdas com Alienação		37	419
Perdas Involuntárias		-	2
Incorporação de Passivos		1.285.212	854.061
Desincorporação de Ativos		1.210	159.051
TRIBUTÁRIAS		166.469	163.770
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		11.386	6.383
Contribuições		155.083	157.387
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		10.862.723	873.363
Premiações		3.360	6.447
Resultado Negativo de Participações		-	66.709
Incentivos		62.539	56.786
Constituição de Provisões		10.503.131	420.409
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		293.693	323.011
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		**34.291.073**	**21.654.316**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	**27**	**-8.572.419**	**6.593.329**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em mil reais

	Nota	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		**67.236.996**	**56.060.853**
Receita Tributária		7.473.158	6.136.977
Receita de Contribuições		3.390.789	2.978.002
Receita Patrimonial	**31**	402.313	43.169
Receita Agropecuária		1.106	2.241
Receita Industrial		5.975	3.956
Receita de Serviços		17.501	43.871
Remuneração das Disponibilidades		190.427	202.550
Outras Receitas Derivadas e Originárias		410.029	318.537
Transferências Recebidas		7.974.965	7.689.160
Outros Ingressos Operacionais		47.370.732	38.642.390
Desembolsos		**66.563.137**	**55.234.790**
Pessoal e Demais Despesas		18.362.039	15.863.331
Juros e Encargos da Dívida		185.717	81.453
Transferências Concedidas		327.141	401.577
Outros Desembolsos Operacionais		47.688.240	38.888.430
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)		**673.860**	**826.063**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		**2.912**	**4.674**
Alienação de Bens		133	1.948
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		2.779	2.726
Desembolsos		**486.246**	**802.970**
Aquisição de Ativo Não Circulante		480.272	796.182
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		218	3.166
Outros Desembolsos de Investimentos		5.756	3.623
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)		**-483.334**	**-798.297**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		**119.578**	**348.914**
Operações de Crédito		64.270	298.678
Outros Ingressos de Financiamento		55.308	50.236
Desembolsos		**298.034**	**271.044**
Amortização / Refinanciamento da Dívida		248.390	236.175
Outros Desembolsos de Financiamentos		49.644	34.869
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		**-178.456**	**77.870**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)		**12.069**	**105.637**
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	**11**	1.681.786	1.576.149
Caixa e Equivalente de Caixa Final	**11**	1.693.855	1.681.786

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em mil reais

	Nota	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Intergovernamentais		6.552.065	6.363.126
Da União		6.550.726	6.362.308
De Estados e Distrito Federal		21	-
De Municípios		1.317	818
Outras Transferências Recebidas		1.422.900	1.326.034
Total das Transferências Recebidas		**7.974.965**	**7.689.160**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		218.502	240.750
A União		4.030	804
A Municípios		214.472	239.946
Intragovernamentais		21.996	49.313
Outras Transferências Concedidas		86.644	111.513
Total das Transferências Concedidas		**327.141**	**401.577**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em mil reais

	Nota	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
Legislativa		537.146	493.927
Judiciária		1.252.519	1.106.720
Essencial à Justiça		488.943	430.445
Administração		613.625	640.507
Segurança Pública		2.358.185	1.586.886
Assistência Social		142.850	125.205
Previdência Social		6.567.716	5.923.036
Saúde		2.295.771	2.087.256
Trabalho		1	69
Educação		2.835.585	2.391.409
Cultura		32.284	34.495
Direitos da Cidadania		335.800	311.015
Habitação		4.263	5.345
Gestão Ambiental		85.550	81.600
Ciência e Tecnologia		3.396	4.188
Agricultura		117.740	112.918
Organização Agrária		3	242
Indústria		1.201	5.478
Comércio e Serviços		36.103	39.410
Comunicações		23.038	22.245
Energia		-	1
Transporte		165.390	160.618
Encargos Especiais		464.929	300.315
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		**18.362.039**	**15.863.331**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em mil reais

	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	76.121	39.608
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	100.743	35.996
Outros Encargos da Dívida	8.853	5.849
Total dos Juros e Encargos da Dívida	**185.717**	**81.453**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em mil reais

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Pat. Social/ Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR		**5.412**	**-**	**-**	**-**	**19**		**-51.791.311**	**-**	**-51.785.879**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-	-	-	-149.975	-	-149.975
RESULTADO DO EXERCÍCIO		-	-	-	-	-	-	6.593.329	-	6.593.329
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR/ SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL		**5.412**	**-**	**-**	**-**	**19**	**-**	**-45.347.956**	**-**	**-45.342.525**
RESULTADOS ACUMULADOS	**25**	-	-	-	-	-	-	-713	-	-713
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**24**	-	-	-	-	-	-	-14.150.460	-	-14.150.460
RESULTADO DO EXERCÍCIO		-	-	-	-	-	-	-8.572.419	-	-8.572.419
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL		**5.412**	**-**	**-**	**-**	**19**	**-**	**-68.071.548**	**-**	**-68.066.116**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Governo do Rio Grande do Norte é uma pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 08.241.739/0001-05, tendo sua sede administrativa situada em Natal, no Centro Administrativo do Estado - Lagoa Nova - Natal/RN - CEP: 59064-901.

As atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2023 foram amparadas pela Lei Estadual nº 11.381, de 06 de março de 2023 (Lei Orçamentâria Anual - LOA), e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante esse exercício.

As demonstrações contábeis incluídas nesta prestação de contas foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). No entanto, é importante observar que o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa e a Fundação Djalma Marinho ainda não adotaram o mesmo SIAFI do Poder Executivo, exigindo a conciliação e consolidação com dados enviados fora do sistema. É fundamental ressaltar que as informações são de responsabilidade dos gestores dos órgãos, autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes da Administração Pública estadual. No ano de 2023, a Contabilidade Geral do Estado (Contag) procedeu à consolidação dessas informações contábeis para a emissão das demonstrações contábeis e a elaboração desta prestação de contas.

As demonstrações são compostas pelo Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), sendo estas Notas Explicativas (NE) parte integrante dessas demonstrações contábeis.

Outros anexos previstos na Lei Federal n° 4.320, como: Demonstrativo da Receita e Despesa de acordo com as Categorias Econômicas, Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Demonstrativo da Despesa por Função, Subfunção e Programas conforme Vínculos de Recursos, Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, Demonstrativo da Dívida Fundada Interna, Demonstrativo da Dívida Fundada Externa, Demonstrativo da Dívida Flutuante e Demonstrativo de Créditos Adicionais; estão apresentados no Volume II do Balanço Geral.

As demonstrações e notas explicativas apresentadas neste relatório são referentes ao exercício financeiro de 2023, que por disposição da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, coincide com o ano civil, ou seja, 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023.

2. RELAÇÃO DE EMPRESAS CONTROLADAS PELO ESTADO

São controladas diretamente pelo Rio Grande do Norte as empresas das quais o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, ou seja, aquelas ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, após a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas podem ser classificadas como dependentes ou não dependentes.

No exercício de 2023, as empresas controladas diretamente pelo Estado são:

A) Empresas Estatais Dependentes:

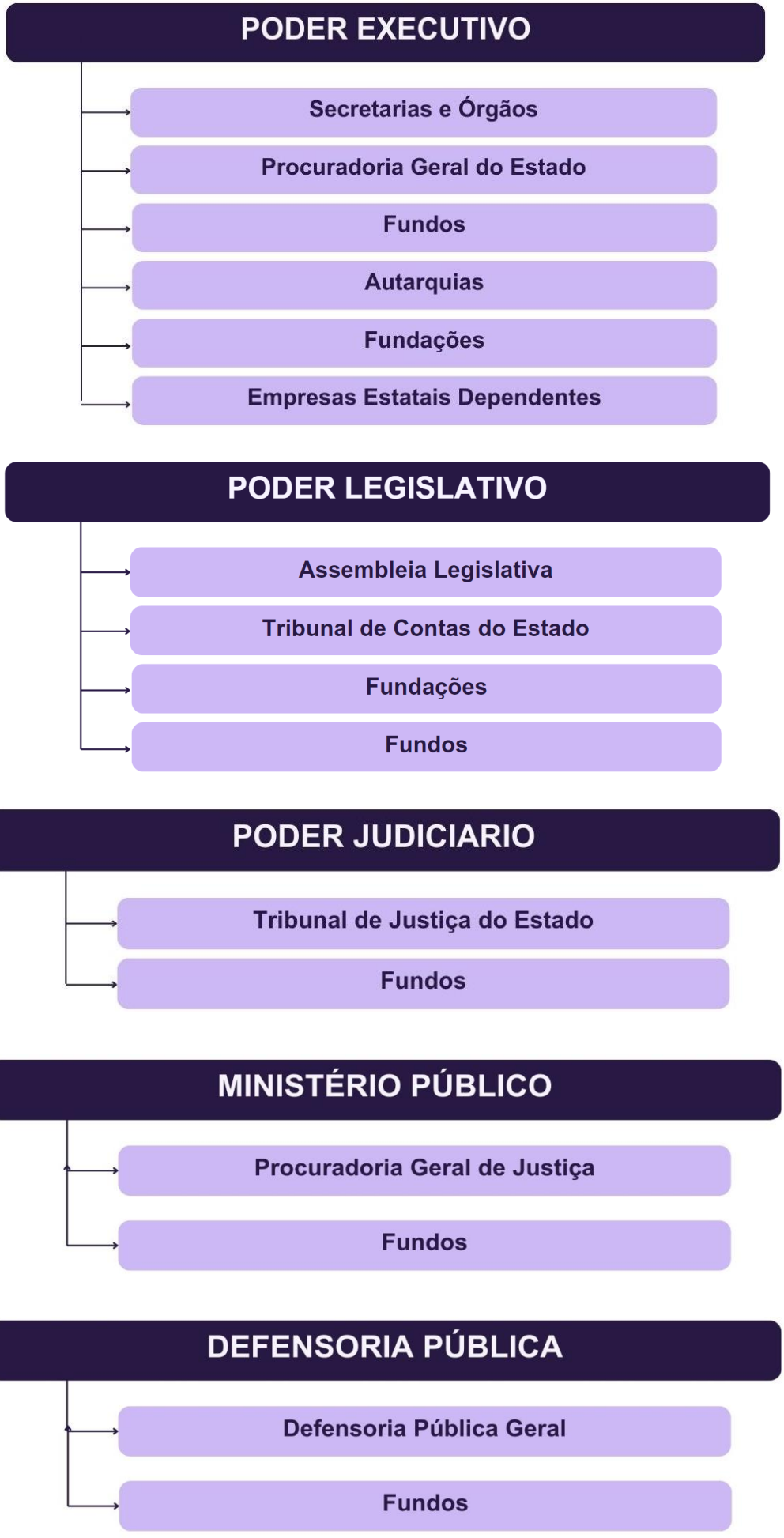
- Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento (CEHAB);
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN);
- Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte (CEASA);
- Empresa Potiguar de Promoção Turística (EMPROTUR);
- Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Norte (DATANORTE).

B) Empresas Estatais não Dependentes:

- Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN);
- Empresa Gestora de Ativos do Estado do Rio Grande do Norte (EMGERN);
- Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS);
- Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN).

3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O Estado do Rio Grande do Norte desempenha suas funções por meio da Administração Pública, composta pelos órgãos dos três Poderes, além de agentes e entidades como fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, que integram o orçamento fiscal e da seguridade social.


PODER EXECUTIVO
Secretarias e Órgãos
Procuradoria Geral do Estado
Fundos
Autarquias
Fundações
Empresas Estatais Dependentes
PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa
Tribunal de Contas do Estado
Fundações
Fundos
PODER JUDICIARIO
Tribunal de Justiça do Estado
Fundos
MINISTÉRIO PÚBLICO
Procuradoria Geral de Justiça
Fundos
DEFENSORIA PÚBLICA
Defensoria Pública Geral
Fundos

3.1 Relação Nominal dos Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados - Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo

a) Órgãos da Administração Direta:

- Gabinete Civil do Governador do Estado (GAC);
- Controladoria Geral do Estado (CONTROL);
- Procuradoria Geral do Estado (PGE);
- Assessoria de Comunicação (ASSECOM);
- Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão (SEPLAN);
- Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ);
- Secretaria de Estado da Administração (SEAD);
- Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC);
- Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP);
- Secretaria de Estado da Defesa Social (SESED);
- Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIN);
- Secretaria de Estado do Turismo (SETUR);
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH);
- Secretaria de Estado da Agricultura e da Pecuária (SAPE);
- Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS);
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (SEDEC);
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF);
- Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP);
- Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJIDH).

b) Órgãos de Regime Especial:

- Polícia Civil;
- Polícia Militar;
- Corpo de Bombeiros Militar;
- Instituto Técnico e Científico de Perícia;
- Departamento Estadual de Imprensa.

c) Entidades da Administração Indireta:

i. Autarquias:

- Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado;
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável e do Meio Ambiente;
- Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy - IFESP;
- Instituto de Previdência dos Servidores do Estado;
- Departamento Estadual de Trânsito;
- Departamento de Estradas e Rodagens;
- Agência Reguladora de Serviços Públicos;
- Instituto de Gestão das Águas do Estado;
- Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- Instituto de Pesos e Medidas;
- Junta Comercial do Estado.

ii. Fundações:

- Fundação José Augusto;
- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte;
- Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte - FAPERN;
- Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do RN - FUNDASE.

iii. Empresas Públicas Dependentes:

- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte;

- Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte;
- Companhia de Processamento de dados do Rio Grande do Norte;
- Companhia Estadual de Habitação do Rio Grande do Norte;
- Empresa Potiguar de Promoção Turística S/A.

d) Fundos Estaduais:

- Fundo de Aperfeiçoamento Funcional e Aparelhamento Administrativo da Procuradoria Geral do Estado;
- Fundo da Infância e da Adolescência;
- Fundo de Manutenção e Aparelhamento da Defensoria Geral do Estado;
- Fundo Estadual de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Atividade Tributária;
- Fundo de Estadual de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;
- Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal do Estado;
- Fundo de Desenvolvimento Económico e Social;
- Fundo Estadual de Segurança Pública;
- Fundo Penitenciário do Estado do RN;
- Fundo Estadual de Defesa dos Direitos do Consumidor;
- Fundo de Desenvolvimento Agropecuário;
- Fundo Estadual de Enfrentamento à Seca;
- Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- Fundo Estadual de Habitação;
- Fundo Estadual de Assistência Social;
- Fundo Estadual de Combate à Pobreza;
- Fundo de Desenvolvimento Comercial e Industrial do Estado do Rio Grande do Norte;
- Fundo Estadual de Preservação do Meio Ambiente;
- Fundo Previdenciário do Estado do Rio Grande do Norte;

- Fundo de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar;
- Fundo Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte;
- Fundo de Proteção Social dos Militares

4. CISÕES, FUSÕES, INCORPORAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

No ano de 2023, foram implementadas alterações na estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, conforme estabelecido pela Lei Complementar Estadual nº 736, de 29 de Maio de 2023.

A Secretaria de Estado da Tributação (SET) teve sua denominação alterada para Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), mantendo as competências previamente estabelecidas no artigo 26 da Lei Complementar Estadual nº 163, de 1999, e suas redações modificadas de acordo com a nova Lei Complementar. Além disso, a Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN) passou a se chamar Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão (SEPLAN), mantendo as competências previstas no artigo 25 da Lei Complementar Estadual nº 163, de 1999, e suas redações ajustadas conforme a nova legislação. Com as mudanças, as competências anteriormente atribuídas à Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN) foram absorvidas pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) e pela Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão (SEPLAN).

A instituição da SEFAZ representa um marco fundamental para o futuro financeiro e fiscal do Rio Grande do Norte, alinhando-se à estrutura econômico-financeira utilizada pelas principais economias do Brasil.

5. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis apresentadas neste Balanço seguem as diretrizes estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), em sua 9ª edição. Estas orientações, aprovadas pela Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, estão em conformidade com a legislação vigente, incluindo a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000, e as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Neste contexto, o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) foram consolidados, excluindo as transações entre os órgãos e entidades que compõem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, denominadas intraorçamentárias. Em contrapartida, o Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foram consolidados

considerando essas operações intraorçamentárias, sendo esses dois últimos excluídos apenas o limite de saque.

As notas explicativas são consideradas parte integrante das demonstrações contábeis. Elas contêm informações relevantes que não estão completamente evidenciadas nos demonstrativos. Tais notas incluem os critérios adotados na elaboração das demonstrações, dados patrimoniais, orçamentários, e outros elementos pertinentes para uma melhor compreensão dos demonstrativos contábeis.

5.1. Processo de Convergência e Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP)

No Brasil, o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade foi estabelecido com a introdução do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a padronização dos procedimentos contábeis orçamentários (PCOs) e específicos (PCEs), e a implementação das novas demonstrações contábeis (DCASPs).

Após a conclusão da primeira fase do processo de convergência, os esforços foram direcionados para a implementação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs). A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da Portaria n° 548, de 24 de setembro de 2015 e atualizações posteriores, estabeleceu o plano de implantação desses procedimentos (PIPCPs), com o objetivo de definir estratégias e prazos para a introdução gradual dos procedimentos patrimoniais necessários à convergência.

Nesse contexto, entre as iniciativas promovidas pelo Estado do Rio Grande do Norte no ano de 2023, destacam-se a elaboração das Normas Técnicas de Procedimento 001/2023 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e a Norma Técnica de Procedimento Contábil 002/2023 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos Bens Móveisa, bem como informações por segmento e transações entre partes relacionadas. Tais medidas têm como objetivo alinhar a contabilização dos referidos itens e consolidar o cumprimento dos requisitos estabelecidos pela PIPCP.

Segue andamento da implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais:

1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas. **Prazo de Implantação**: 2020.

   Rio Grande do Norte: Atualmente, são reconhecidos os créditos tributários e as contribuições por competência, bem como o ajuste de perdas, porém ainda não há integrações entre os sistemas de arrecadação tributária e o sistema contábil.

2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.

Prazo de Implantação: 2020.

Rio Grande do Norte: Os créditos previdenciários são reconhecidos por competência de forma automática quando oriundos da execução orçamentária de órgãos que utilizam o SIGEF e de forma manual para os demais créditos.

3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e contribuições a receber) bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.

   Prazo de Implantação: 2017.

   Rio Grande do Norte: Todos os créditos a receber são reconhecidos por competência, sendo automático quando provenientes da execução orçamentária de órgãos que utilizam o SIGEF e manual para os demais créditos.

4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respective ajuste para perdas.
   Prazo de Implantação: 2015.

   Rio Grande do Norte: O item é atendido, entretanto, ainda há necessidade de aperfeiçoamento na metodologia do ajuste de perdas, passando de perdas incorridas para perdas esperadas, além de promover a integração entre os sistemas estruturantes e a dívida ativa.

5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.
   Prazo de Implantação: 2019.

   Rio Grande do Norte: No momento atual, muitas provisões estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, como provisões para repartição dos créditos tributários, provisões para demandas judiciais, matemáticas previdenciárias e para recomposição de fundos. Neste demonstrativo, foram aperfeiçoados os critérios de divulgação. No entanto, a rotina ainda carece de integração entre os sistemas estruturantes. Em 2023, também foi editada a Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 001, que trata do assunto.

6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.
   Prazo de Implantação: 2019.

   Rio Grande do Norte: O estado evidencia seus passivos contingentes, nos quais o risco de desembolso é possível. Neste exercício, avançamos nos itens de divulgação. No entanto, ainda há necessidade de aprimorar os conceitos em colaboração com a Procuradoria Geral do Estado, órgão responsável pelo controle dos passivos contingentes. A Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 01/2023 aborda esse assunto.

7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).

   Prazo de Implantação: 2019.

   Rio Grande do Norte: Com a implantação do Sistema Integrado de Administração de Patrimônio e Contratos (SIPAC), este item tem avançado nos últimos anos. O

reconhecimento inicial dos bens móveis e imóveis é realizado pelo modelo de custo. Os bens adquiridos pelo Projeto RN Sustentável são depreciados, assim como os do Tribunal de Contas do Estado. Os bens imóveis (legados) passaram por uma avaliação inicial e estão sendo ajustados gradualmente no sistema contábil. No entanto, os bens móveis legados ainda não passaram por uma avaliação inicial. Em 2023, foi editado o Manual de Gestão Patrimonial dos Bens Móveis e a Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 002, ambas tratam dos bens móveis.

8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável.

   Prazo de Implantação: 2022.

   Rio Grande do Norte: Os gastos capitalizáveis nos bens de infraestrutura estão sendo reconhecidos nas demonstrações contábeis; no entanto, ainda não há um modelo definido de mensuração subsequente, e o processo de reconhecimento da depreciação ainda não foi iniciado. Além disso, há a necessidade de reconhecimento dos ativos já existentes.

9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução a valor recuperável (quando passível de registro, segundo as IPSAS, as NBC TSP e o MCASP).

   Prazo de Implantação: Prazo suspenso (Portaria 10.300/2022).

   Rio Grande do Norte: Assim como nos ativos de infraestrutura, o controle dos bens de patrimônio cultural ainda não avançou no estado. Há necessidade de realizar um inventário e estabelecer um modelo de mensuração inicial e subsequente.

10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.

    Prazo de Implantação: 2019.

    Rio Grande do Norte: Por meio de um módulo próprio no SIGEF, os contratos de empréstimos são reconhecidos pelo regime de competência e segregados em circulante e não circulante.

11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13°salário, férias, etc.).

    Prazo de Implantação: 2017.

    Rio Grande do Norte: Neste momento, são reconhecidos dentro do período das demonstrações contábeis o 13º salário e as férias. No entanto, há necessidade de avançar no reconhecimento das obrigações patronais sobre esses valores, bem como de outras obrigações dessa natureza. Está em andamento o trabalho de integração entre o sistema de folha de pagamento e o sistema contábil.

12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.

    Prazo de Implantação: 2015.

    Rio Grande do Norte: A provisão matemática atuarial é reconhecida nas demonstrações

contábeis por meio de avaliação realizada por um profissional independente. A partir de 2023 (ano-base 2022), o atuário passou a utilizar o método PUC para fins contábeis.

13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.

    Prazo de Implantação: 2016.

    Rio Grande do Norte: O sistema contábil está apto a reconhecer as obrigações com fornecedores por competência, e está sendo implantado o reconhecimento dessas obrigações na certificação da despesa pública, aprimorando assim esse item do PIPCP.

14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.

    Prazo de Implantação: A ser definido em ato normativo específico.

    Rio Grande do Norte: A implantação ocorre conforme a expedição do ato normativo.

15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congéneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução a valor recuperável.

    Prazo de Implantação: 2020.

    Rio Grande do Norte: Atualmente, os novos softwares adquiridos em transações com contraprestação são reconhecidos nas demonstrações contábeis. No entanto, é necessária uma gestão mais precisa desses softwares, incluindo a definição de vida útil, realização de testes de impairment, entre outros. Além disso, é necessário inventariar os softwares já existentes.

16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.

    Prazo de Implantação: A ser definido em ato normativo específico.

    Rio Grande do Norte: A implantação ocorre conforme a expedição do ato normativo.

17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução a valor recuperável.

    Prazo de Implantação: 2019.

    Rio Grande do Norte: Os investimentos permanentes estão sendo reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial (MEP) ou pelo método de custo, com ajuste de perdas quando necessário.

18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.

    Prazo de Implantação: 2021.

    Rio Grande do Norte: Com a implantação do SIPAC e após bastante treinamento, observa-se um melhor controle sobre os estoques, os quais estão sendo reconhecidos pelo custo de aquisição e mensurados pela média ponderada móvel. No entanto, a baixa para o resultado pelo consumo ainda está ocorrendo de forma manual, devido à falta de integração entre o

sistema de patrimônio e o sistema contábil.

19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, nas NBC TSP e no MCASP.
    Prazo de Implantação: A ser definido em ato normativo específico.
    Rio Grande do Norte: A implantação ocorre conforme a expedição do ato normativo.

20. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios sociais.
    Prazo de Implantação: 2026.
    Rio Grande do Norte: Não iniciado.

21. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros
    Prazo de Implantação: 2027.
    Rio Grande do Norte: Não iniciado.

22. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Arrendamentos.
    Prazo de Implantação: 2028.
    Rio Grande do Norte: Não iniciado.

23. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.
    Prazo de Implantação: 2028.
    Rio Grande do Norte: Não iniciado.

6. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

O processo de consolidação dos dados dos Poderes é realizado por meio do sistema integrado de planejamento e gestão fiscal - SIGEF, com exceção da Assembleia Legislativa, da Fundação Djalma Marinho e do Tribunal de Justiça, que seguem enviando planilhas "extra sistema" para que a Contabilidade Geral do Estado possa realizar a consolidação.

Além dos demonstrativos contábeis, são apresentadas notas explicativas contendo informações relevantes e complementares aos números apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo critérios de elaboração, informações orçamentárias, financeiras, patrimoniais e outras informações pertinentes à compreensão dos demonstrativos contábeis.

Os demonstrativos consolidados do Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido estão publicados excluindo as operações intra (operações entre os órgãos e entidades que pertencem ao orçamento fiscal e à seguridade social).

No Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, optou-se por retirar o valor intra do caixa e equivalentes de caixa e seus correspondentes nas contas de resultado (limite de saque), para que o saldo ficasse convergente com a consolidação do Balanço Patrimonial.

Nos demonstrativos do Poder Executivo, foram excluídas as operações intra identificadas entre órgãos, demonstrando assim as operações consolidadas deste poder. Para a emissão do Balanço Consolidado, sem as operações intra, foram realizados os ajustes necessários.

Balanço Patrimonial – Consolidado Geral

1. Quadro Principal

Em mil reais

TÍTULO DA CONTA	Balancete Contábil	Exclusão/ Inclusão	Balancete Consolidado
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.729.788	-35.933	1.693.855
Créditos a Curto Prazo	1.143.657	-483.555	660.103
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.907.690	-101.853	2.805.837
Créditos a Longo Prazo	511.202	-185.902	325.300
Dívida Ativa Tributária	9.812.447	-13.291	9.799.156
Dívida Ativa Não Tributária	323.709	-47.388	276.321
Créditos de Transferência a receber a longo prazo	125.223	-125.223	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	235.529	-233.430	2.098
Investimentos	2.670.888	-2.417	2.668.471
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	995.104	-51.679	943.426
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	523.259	-696	522.562
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	6.213	-3	6.210
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.475.374	-512.963	962.412
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	2.374.367		2.374.367
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.038.800	-414.654	624.146
Patrimônio Social e Capital Social	7.577	-2.165	5.412
Reservas de Lucros	271	-252	19
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-45.277.952	-70.717	-45.348.669
Ajustes de Exercícios Anteriores	-14.160.498	10.038	-14.150.460

2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Em mil reais

TÍTULO DA CONTA	Balancete Contábil	Exclusão/Inclusão	Balancete Consolidado
Ativo Financeiro	4.234.876	-269.363	3.965.513
Ativo Permanente	14.301.481	-713.049	13.588.432
Passivo Financeiro	2.966.465	-761.642	2.204.823
Passivo Permanente	84.064.156	-218.352	83.845.804

3. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Em mil reais

NATUREZA DA CONTA	Balancete Contábil	Exclusão/Inclusão	Balancete Consolidado
Fonte 0.500	-378.613	162.633	-215.980
Fonte 0.501	265.881	2.190	268.071
Fonte 0.540	-877	11	-866
Fonte 0.543	2.115	1	2.116
Fonte 0.569	60.391	23	60.414
Fonte 0.570	10.952	7	10.959
Fonte 0.600	63.309	17	63.326
Fonte 0.601	12.383	10	12.393
Fonte 0.631	-10.962	2	-10.959
Fonte 0.700	34.702	247	34.949
Fonte 0.711	5.852	1.382	7.234
Fonte 0.752	27.764	34	27.798
Fonte 0.754	26.767	16	26.783
Fonte 0.759	222.845	9	222.854
Fonte 0.761	58.245	1	58.246
Fonte 0.799	30.722	67	30.789
Fonte 0.800	-272.898	325.036	52.138
Fonte 0.802	42.831	522	43.352
Fonte 1.500	2.196	4	2.200
Fonte 4.501	269.212	24	269.236
Fonte 4.700	38.234	2	38.235
Fonte 4.706	-1.088	5	-1.083
Fonte 4.712	11.509	33	11.542
Fonte 4.759	36.490	1	36.491
Fonte 5.500	3.956	2	3.958

4. Na Demonstração das Variações Patrimoniais

Em mil reais

TÍTULO DA CONTA	2023			2022		
	Consolidado	Inclusão/ Exclusão	Consolidado	Consolidado	Inclusão/ Exclusão	Consolidado
Transferências Intragovernamentais	45.927.108	-45.924.831	2.277	41.243.849	-41.243.849	-
Transferências Intragovernamentais	45.928.307	-45.924.831	3.476	41.257.725	-41.243.849	13.876
Contribuições Sociais	3.331.692	-2.121.148	1.210.544	2.961.461	-2.091.877	869.584
Taxas	648.260	-9.458	638.802	595.374	-26.160	569.214
Encargos Patronais	2.295.661	-2.130.426	165.236	2.220.307	-2.091.877	128.430
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.566	-180	11.386	6.383	-	6.383
Vendas de Produtos	7.584	-1.885	5.698	3.465	-1.099	2.367
Serviços	2.345.317	-1.885	2.343.431	1.781.761	-27.258	1.754.503
Ganhos com Incorporação de Ativos	29.217	-623	28.594	9.314	-	9.314
Desincorporação de Passivos	52.025	-17.958	34.067	597.193	-	597.193
Incorporação de Passivos	1.303.792	-18.581	1.285.212	854.061	-	854.061
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	874.089	-26.313	847.776	428.885	-	428.885
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	320.006	-26.313	293.693	323.011	-	323.011

5. Na Demonstração do Fluxo de Caixa

Em mil reais

TÍTULO DA CONTA	2023			Título da Conta	2022		
	Balancete Contábil	Exclusão/ Inclusão	Balancete Consolidado		Balancete Contábil	Exclusão/ Inclusão	Balancete Consolidado
Transferências Recebidas	53.192.882	-45.217.917	7.974.965	Transferências Recebidas	48.299.593	-40.610.434	7.689.160
Transferências Concedidas	45.537.748	-45.210.607	327.141	Transferências Concedidas	40.989.912	-40.588.336	401.577

Em mil reais

TÍTULO DA CONTA	2023			Título da Conta	2022		
	Balancete Contábil	Exclusão/ Inclusão	Balancete Consolidado		Balancete Contábil	Exclusão/ Inclusão	Balancete Consolidado
Transferências Recebidas - Intragovernamentais	45.217.917	-45.217.917		Transferências Recebidas - Intragovernamentais	40.610.434	-40.610.434	
Transferências Concedidas - Intragovernamentais	45.232.602	-45.210.607	21.996	Transferências Concedidas - Intragovernamentais	40.637.649	-40.588.336	49.313

Balanço Patrimonial – Poder Executivo

6. Quadro Principal

Em mil reais

TÍTULO DA CONTA	Balancete Contábil	Exclusão/ Inclusão	Balancete Consolidado
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.238.124	-35.933	1.202.191
Créditos a Curto Prazo	1.050.529	-390.424	660.105
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.904.408	-101.853	2.802.554
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	235.529	-233.430	2.098
Investimentos	2.670.888	-2.417	2.668.471
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	993.443	-51.679	941.764
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	522.985	-696	522.289
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	6.207	-3	6.203
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.462.540	-475.832	986.708
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.038.800	-233.430	805.370
Patrimônio Social e Capital Social	7.577	-2.165	5.412
Reservas de Lucros	271	-252	19
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-46.249.319	-10.185	-46.259.504
Ajustes de Exercícios Anteriores	-14.152.918	10.185	-14.142.733

7. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Em mil reais

TÍTULO DA CONTA	Balancete Contábil	Exclusão/Inclusão	Balancete Consolidado
Ativo Financeiro	3.743.182	-269.363	3.473.819
Ativo Permanente	13.597.115	-494.695	13.102.420
Passivo Financeiro	2.850.757	-761.641	2.089.116

8. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Em mil reais

FONTE DE RECURSOS	Balancete Contábil	Exclusão/Inclusão	Balancete Consolidado
0.500	-396.091	162.631	-233.460
0.501	107.475	2.190	109.665
0.540	-877	11	-866
0.543	2.115	1	2.116
0.569	60.391	23	60.414
0.570	10.952	7	10.959
0.600	63.309	17	63.326
0.601	12.383	10	12.393
0.631	-10.962	2	-10.959
0.700	34.364	247	34.612
0.711	5.852	1.382	7.234
0.752	27.764	34	27.798
0.754	26.767	16	26.783
0.759	68.525	9	68.535
0.761	58.245	1	58.246
0.799	30.722	67	30.789
0.800	-272.898	325.036	52.138
0.802	42.831	522	43.352
1.500	2.196	4	2.200
4.501	242.938	24	242.962
4.700	38.234	2	38.235
4.706	-1.088	5	-1.083
4.712	11.509	33	11.542
4.759	19.740	1	19.741
5.500	3.956	2	3.958

9. Na Demonstração das Variações Patrimoniais

Em mil reais

TÍTULO DA CONTA	2023			2022		
	Executivo	Inclusão/ Exclusão	Executivo	Executivo	Inclusão/ Exclusão	Executivo
Transferências Intragovernamentais	43.640.369	-43.634.421	5.947	39.244.999	-39.244.999	-
Transferências Intragovernamentais	45.708.919	-43.634.421	2.074.498	41.072.391	-39.244.999	1.827.392
Contribuições Sociais	3.331.692	-1.935.052	1.396.640	2.961.461	-1.855.783	1.105.679
Taxas	547.512	-9.458	538.054	502.864	-26.160	476.704
Encargos Patronais	2.051.772	-1.944.330	107.442	2.004.289	-1.855.783	148.507
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.645	-180	10.466	5.544	-	5.544
Vendas de Produtos	7.584	-1.868	5.716	3.465	-1.099	2.367
Serviços	2.110.563	-1.868	2.108.696	1.570.820	-27.258	1.543.562
Ganhos com Incorporação de Ativos	29.217	-623	28.594	9.314	-	9.314
Desincorporação de Passivos	51.964	-17.958	34.007	596.133	-	596.133
Incorporação de Passivos	1.303.792	-18.581	1.285.212	854.061	-	854.061

10. Na Demonstração do Fluxo de Caixa

Em mil reais

TÍTULO DA CONTA	2023			TÍTULO DA CONTA	2022		
	Balancete Contábil	Exclusão/ Inclusão	Balancete Consolidado		Balancete Contábil	Exclusão/ Inclusão	Balancete Consolidado
Transferências Recebidas	50.906.399	-42.931.824	7.974.575	Transferências Recebidas	46.301.283	-38.612.123	7.689.160
Transferências Concedidas	45.303.359	-42.924.514	2.378.846	Transferências Concedidas	40.786.971	-38.590.025	2.196.945

Em mil reais

TÍTULO DA CONTA	2023			TÍTULO DA CONTA	2022		
	Balancete Contábil	Exclusão/ Inclusão	Balancete Consolidado		Balancete Contábil	Exclusão/ Inclusão	Balancete Consolidado
Transferências Recebidas - Intragovernamentais	42.931.824	-42.931.824		Transferências Recebidas - Intragovernamentais	38.612.123	-38.612.123	
Transferências Concedidas - Intragovernamentais	44.999.433	-42.924.514	2.074.919	Transferências Concedidas - Intragovernamentais	40.438.805	-38.590.025	1.848.779

11. No Balanço Financeiro

Em mil reais

TÍTULO DA CONTA	Balancete Contábil	Exclusão/ Inclusão	Balancete Consolidado
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	22.698.780	-3.655	22.695.125
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	24.773.278	3.655	24.776.932

7. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão expressas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Todos os saldos foram apresentados em milhares de reais, salvo quando explicitamente informado de outra forma.

8. USO DE JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das demonstrações contábeis, o Governo do Estado utilizou estimativas e julgamentos que impactam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos apresentados nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão detalhadas a seguir:

a. No ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa, foi utilizada a metodologia baseada na média histórica de recebimento dos últimos cinco anos;

b. A depreciação dos bens do RN Sustentável foi realizada em função da vida útil e valor residual estimados na Instrução Normativa n° 04/2018 – SEGEPRO, atualizada pela Instrução Normativa - SEI Nº 1, DE 10 DE JANEIRO DE 2023;

c. Os benefícios de aposentadoria foram registrados como passivo atuarial, com base no laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. No exercício de 2023, a avaliação atuarial utilizou o método PUC – Crédito Unitário Projetado para fins de provisões matemátcas, não o fazendo para o exercício de 2022, impedindo dessa maneira mensurar o impacto da mudança de estimativa contábil. Nesse sentido, a contabilidade reconheceu em resultado os valores da variação dos benefícios concedidos e no patrimônio líquido a variação dos valores dos benefícios a conceder;

d. Os riscos fiscais, incluindo aqueles de natureza cível e trabalhista, são reconhecidos com base nos dados apresentados pela Procuradoria Geral do Estado. A classificação das ações quanto à probabilidade de perda segue os seguintes critérios: risco provável, risco possível e risco remoto.

9. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas para apresentação ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN) no dia 25/03/2024 pela Governadora do Estado, após análise da Controladoria Geral do Estado (CONTROL).

10. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades:

As disponibilidades e aplicações financeiras do Estado são mensuradas pelo valor original. Os valores das aplicações financeiras são atualizados até a data do Balanço Patrimonial e as variações são contabilizadas no resultado do período.

b) Créditos e Dívidas:

Os créditos e dívidas do Estado são mensuradas da seguinte forma:

i. **Os créditos, direitos e títulos de crédito** são mensurados pelo valor de custo (valor original);
ii. **As obrigações e títulos de obrigação prefixados** são ajustados ao valor presente. Já os respectivos itens pós-fixados são ajustados considerando os encargos incorridos até a data de encerramento do exercício;
iii. **As provisões** foram mensuradas com base na melhor estimativa que represente o desembolso necessário para a liquidação do passivo;
iv. **Os riscos de recebimento dos créditos** são reconhecidos por meio de contas de ajuste de perdas;
v. Por fim, as atualizações, bem como os ajustes apurados, foram contabilizados em contas de resultado.

c) Estoques:

Os estoques do Governo são mensurados pelo custo de aquisição e são apresentados pelo preço médio ponderado.

d) Investimentos Permanentes:

A mensuração dos investimentos do Estado ocorre de duas formas distintas:

1. Quando o Estado detém influência significativa na administração da Empresa Investida, os investimentos são avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial. Nesse caso, as empresas estatais dependentes têm seus dados consolidados linha a linha.
2. Quando o Estado não exerce influência significativa na administração, os investimentos são mensurados pelo custo de aquisição.

Devido ao intervalo temporal entre as demonstrações contábeis das empresas estatais e do Estado do Rio Grande do Norte, foi necessário realizar a equivalência patrimonial com base nas demonstrações mais recentes das controladas, que são referentes ao terceiro trimestre de 2023.

As propriedades para investimentos foram inicialmente avaliadas pelo valor do laudo de avaliação elaborado por uma empresa especializada contratada pela Secretaria de Estado da Administração (SEAD), representando seu custo inicial.

e) Imobilizado:

Os ativos imobilizados sob controle do Estado são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição ou pelo custo de produção/construção. No entanto, quando esses ativos são adquiridos gratuitamente, o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos da doação

é considerado. A política contábil adotada é o modelo de reavaliação para bens imóveis e de custo para bens móveis. O ajuste contábil é feito anualmente, tendo como suporte documental, os registros realizados no SIPAT - Sistema de Patrimônio do Estado.

f) Intangível:

Os ativos intangíveis sob controle do Estado são inicialmente mensurados com base no valor da aquisição ou no valor de produção. No caso em que o ativo intangível é adquirido gratuitamente, o valor inicial será determinado com base em procedimentos técnicos ou no termo de doação. A política contábil adotada para o intangível é o modelo de custo.

g) Depósitos Judiciais:

O Estado do Rio Grande do Norte registra os depósitos judiciais nos quais é parte como "outras receitas correntes", sendo reconhecida uma provisão para recomposição do fundo, conforme estabelece a Nota Técnica Contábil n° 001/2019. Por outro lado, os depósitos judiciais nos quais o Estado do Rio Grande do Norte não é parte, conforme previsto na Emenda Constitucional n° 94, de 15 de dezembro de 2016, e na Emenda Constitucional n° 99, de 14 de dezembro de 2017, são registrados como "outras receitas de capital" em rubrica específica, com reconhecimento do passivo no grupo Demais Obrigações de Longo Prazo.

h) Restos a Pagar

O decreto estadual nº 33.073, de 23 de outubro de 2023, estabelece os procedimentos a serem seguidos pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo, pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para o encerramento orçamentário, financeiro e contábil do exercício, em conformidade com as normas de Direito Financeiro, além de abordar outras questões pertinentes.

O decreto determina que apenas devem ser incluídas em restos a pagar as despesas referentes ao exercício em questão, ou seja, aquelas em que as mercadorias foram entregues ou os serviços foram prestados e aceitos pelo contratante. Também engloba despesas com bens e serviços que foram entregues, mas estão em fase de verificação do direito adquirido. Vale ressaltar que são excepcionadas as despesas decorrentes de emendas parlamentares. O Decreto também vedou, expressamente, a inscrição de restos a pagar não processados com despesa de pessoal e encargos.

i) Classificação em Circulante e Não Circulante

Os ativos e passivos são classificados em circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização e são reconhecidos como:

i. **Circulante:** Os ativos e passivos que sejam realizáveis ou exigíveis em até 12 meses a partir da data do levantamento das demonstrações contábeis apresentadas neste relatório, bem como as entradas compensatórias;

ii. **Não Circulante**: Os ativos e passivos realizáveis ou exigíveis em um prazo superior a 12 meses após a data do levantamento das demonstrações contábeis.

No caso dos precatórios, a classificação entre circulante e não circulante segue o prazo máximo para liquidação do regime especial. O estoque de precatórios é dividido pelo número de

meses restantes e o resultado é multiplicado por 12 para determinar a classificação no grupo circulante.

j) Apuração de Resultado

Os resultados do período foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes. Nesse sentido, as receitas orçamentárias são reconhecidas pelo regime de caixa, enquanto as despesas orçamentárias são reconhecidas pelo empenho no exercício, adotando o regime de caixa modificado. As despesas orçamentárias empenhadas e não pagas foram registradas como restos a pagar.

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas pelo regime de competência.

k) Contabilização das Retenções/Consignações

O Estado adotou como política considerar as retenções e consignações pagas para fins orçamentários no momento em que a retenção é efetuada, mantendo a obrigação extraorçamentária na mesma fonte da execução orçamentária.

l) Parceria Público-Privada

O Estado do Rio Grande do Norte reconheceu em seus demonstrativos a Parceria Público-Privada decorrente da demolição e remoção do estádio João Cláudio de Vasconcelos Machado (Machadão) e do Ginásio Poliesportivo Humberto Nesi (Machadinho), bem como a construção, manutenção e gestão da operação do Estádio Arena das Dunas e de seu estacionamento. Foram reconhecidos tanto o ativo imobilizado quanto as obrigações financeiras decorrentes da PPP.

BALANÇO PATRIMONIAL

11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e seus equivalentes representam a disponibilidade financeira do ente.

Em mil reais

Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa - Poderes				
	2023	2022	Variação	%
Poder Executivo	1.202.191	1.233.178	-30.987	-2,51%
Defensoria Pública	14.056	7.956	6.100	76,67%
Poder Judiciário	377.046	352.107	24.939	7,08%
Legislativo (incluindo Fundação Djalma Marinho)	32.137	21.855	10.282	47,05%
Tribunal de Contas do Estado	45.735	45.464	271	0,60%
Ministério Público do Estado	22.690	21.225	1.465	6,90%
TOTAL GERAL	**1.693.855**	**1.681.785**	**12.070**	**0,72%**

No ano de 2023, o maior avanço percentual foi alcançado pela Defensoria Pública, que aumentou seu caixa em 76,67%.

Em relação ao Poder Executivo, o saldo de caixa e equivalentes de caixa está distribuído da seguinte maneira:

Em mil reais

Caixa e Equivalente de caixa			
31/12/2023		31/12/2022	
Caixa	5	Caixa	5
Conta Única	13.540	Conta Única	11.577
Bancos conta Movimento	422.020	Bancos conta Movimento	439.648
Rede Bancária - Arrecadação	7.031	Rede Bancária - Arrecadação	-
Aplicações Financeiras	756.699	Aplicações Financeiras	773.396
Limite de Saque	35.933	Limite de Saque	28.623
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.897	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.552
Total Balancete - Executivo	1.238.124	Total Balancete - Executivo	1.261.801
(-) Caixa Intra (Limite de saque)	-35.933	(-) Caixa Intra (Limite de saque)	-28.623
TOTAL CONSOLIDADO EXECUTIVO	**1.202.191**	**TOTAL CONSOLIDADO EXECUTIVO**	**1.233.178**

No Poder Executivo, o saldo de caixa e equivalentes de caixa equivale ao montante de R$ 1,202 bilhão de reais. Dentre esses valores, R$ 7,031 milhões são recursos arrecadados pela rede bancária ainda não repassados ao caixa do governo. Da disponibilidade de caixa do Poder Executivo, R$ 29,030 milhões estão indisponíveis devidos a bloqueios do Poder Judiciário.

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER

Os valores referentes aos impostos são registrados pelo seu valor bruto. No entanto,

constitucionalmente, uma parte dos valores de impostos arrecadados pelo Estado pertence aos municípios. Para refletir essa situação e em conformidade com os princípios contábeis, são provisionados os valores que pertencem aos, que encerrou o exercício com o montante de R$ 183 milhões, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 22 - "Provisões". Esse cálculo é feito posteriormente ao ajuste de perdas, já que considera a repartição apenas dos créditos que possuem expectativa de recebimento.

Em mil reais

Créditos Tributários			
31/12/2023		**31/12/2022**	
IPVA	72.828	IPVA	65.943
ITCD	8.206	ITCD	9.189
ICMS	588.661	ICMS	426.073
Total	**669.695**	**Total**	**501.205**
(-) Ajuste de Perdas	-43.785	(-) Ajuste de Perdas	-13.230
TOTAL	**625.910**	**TOTAL**	**487.975**

No ano de 2023, o montante dos créditos tributários a receber, após o ajuste de perdas, alcançou R$ 625,9 milhões, refletindo um aumento de 28% em relação a 2022.

13. DÍVIDA ATIVA

A dívida ativa, tanto tributária quanto não tributária, do Estado do Rio Grande do Norte refere-se aos valores devidos ao estado provenientes de tributos, taxas, contribuições e outros débitos não pagos dentro dos prazos legais, sendo que a gestão e o reconhecimento desses valores são realizados pela unidade gestora da Procuradoria Geral do Estado.

Em mil reais

Dívida Ativa			
31/12/2023		**31/12/2022**	
Dívida Ativa Tributária de Curto Prazo	66.562	Dívida Ativa Tributária de Curto Prazo	53.472
Dívida Ativa Não Tributária de Curto Prazo	2.013	Dívida Ativa Não Tributária de Curto Prazo	1.898
Ajuste de Perdas	-37.772	Ajuste de Perdas	-8.553
Ativo Circulante	**30.802**	**Ativo Circulante**	**46.817**
Dívida Ativa Tributária de Longo Prazo	9.799.156	Dívida Ativa Tributária de Longo Prazo	9.461.180
Dívida Ativa Não Tributária de Longo Prazo	276.321	Dívida Ativa Não Tributária de Longo Prazo	261.431
Ajuste de Perdas	-10.040.343	Ajuste de Perdas	-8.926.279
Ativo Não Circulante	**35.134**	**Ativo Não Circulante**	**796.332**

De acordo com as políticas contábeis adotadas, o critério utilizado para a classificação como ativo circulante baseou-se nos valores registrados na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício fiscal correspondente.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público não especifica uma metodologia para o cálculo do "ajuste de perdas". Diante disso, optou-se por uma abordagem que consiste na aplicação da média percentual de recuperação do estoque da dívida ativa nos últimos 05 (cinco) anos. Com base nisso, foi encontrado um índice médio de recuperação do estoque de 0,65%.

Em 2023, ocorreu uma mudança na estimativa contábil. Anteriormente, a média de recuperação era calculada com base no valor projetado em 10 anos, enquanto agora é calculada com base no valor presente, conforme orienta a NBC T SP 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, essa mudança foi contabilizada diretamente no resultado.

Segue abaixo o acompanhamento da evolução do estoque da dívida ativa:

Em mil Reais

Evolução do saldo do estoque da Dívida Ativa					
Ano	**2023**	**2022**	**2021**	**2020**	**2019**
Valor total das novas inscrições em Dívida Ativa	254.995	199.225	254.204	326.917	400.960
Valor arrecadado	68.574	45.059	64.361	81.682	45.528
Valor total do estoque da Dívida Ativa no dia 31/12	10.144.052	9.777.981	9.313.230	8.949.438	8.599.112
Percentual de recuperação	0,67%	0,46%	0,69%	0,91%	0,53%

14. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

Nesta conta contábil, estão reconhecidos os investimentos temporários do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). O ajuste de perdas representa a expectativa de perdas do investimento, reconhecida em conta redutora até a efetiva realização.

A variação ocorrida entre os exercícios de 2022 e 2023 decorre da reclassificação dos investimentos realizada pela autarquia previdenciária. Alguns investimentos estavam classificados como caixa e equivalentes de caixa, porém não atendiam ao conceito de caixa, sendo reclassificados em 2023.

Em mil reais

Investimentos e Aplicações Temporárias			
31/12/2023		**31/12/2022**	
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	64.823	Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	233
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	10.929	Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	5.714
Aplicações em Fundos do Segmento Imobiliário	2.248	Aplicações em Fundos do Segmento Imobiliário	
TOTAL	**77.999**	**TOTAL**	**5.947**
(-) Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações	-219	(-) Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações	-219
TOTAL	**77.780**	**TOTAL**	**5.728**

15. ESTOQUES

Os valores de estoques estão assim distribuídos entre os poderes e órgãos autônomos.

Em mil reais

Saldo de Estoques			
31/12/2023		**31/12/2022**	
Poder Executivo	381.752	Poder Executivo	259.398
Poder Judiciário	773	Poder Judiciário	919
Legislativo (incluindo Fundação Djalma	3.688	Legislativo (incluindo Fundação Djalma	2.098
Tribunal de Contas do Estado	247	Tribunal de Contas do Estado	258
Ministério Público do Estado	51	Ministério Público do Estado	-
Total Geral	**386.511**	**Total Geral**	**262.673**

Cada unidade gestora é responsável pelo registro contábil da baixa do almoxarifado e sua devida conciliação. Durante o exercício de 2023, o montante de R$ 293 milhões foi reconhecido no resultado do período.

Em mil reais

Consumo de Almoxarifado	
Tribunal de Justiça	3.807
Executivo	285.879
Assembleia Legislativa	175
Defensoria Pública do Estado	506
Procuradoria Geral de Justiça	1.948
Tribunal de Contas do Estado	681
TOTAL	292.995

No executivo, o estoque é composto por material para doação, material de consumo, gêneros alimentícios, medicamentos e materiais hospitalares além de outros estoques.

Em mil reais

Executivo				
31/12/2023		**Representatividade**	**31/12/2022**	
Mercadorias para Doação	105.043	27,52%	Mercadorias para Doação	89.074
Material de Consumo	124.893	32,72%	Material de Consumo	85.355
Gêneros Alimentícios	41.830	10,96%	Gêneros Alimentícios	11.484
Medicamentos e Materiais Hospitalares	97.471	25,53%	Medicamentos e Materiais Hospitalares	66.545
Outros estoques	12.515	3,28%	Outros estoques	6.940
TOTAL	**381.752**	100,00%	**TOTAL**	**259.398**

16. INVESTIMENTOS

Nesta rubrica estão reconhecidas as participações permanentes do Governo nas empresas estatais controladas, cujos investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Além disso, incluem-se a participação do Estado em 31/12/2023 no Consórcio Nordeste e no Consórcio Interfederativo em Saúde do Seridó, bem como o Fundo Garantidor na Parceria Público-Privada do Arena das Dunas e as Propriedades para Investimentos (PPI), que foram reconhecidas no inventário/mensuração dos bens imóveis, realizado pela Secretaria de Estado da Administração.

Em mil reais

Investimentos				
	2023	**2022**	**Variação**	**%**
Participação em Sociedades Controladas	2.626.976	2.351.093	275.883	11,73%
Participação em Consórcios Públicos	2.216	899	1.317	146,55%
Participação em Fundos	38.507	38.507	-	0,00%
Propriedade para Investimentos	771	771	-	0,00%
TOTAL GERAL	2.668.471	2.391.270	277.201	11,59%

No dia 31/12/2023, as participações em sociedades controladas pelo Poder Executivo, que não dependiam do Tesouro Estadual, estavam representadas da seguinte forma:

Em mil reais

Empresas Estatais Não Dependentes				
	2023	Resultado da Equivalência	2022	Data das Demonstrações
Agência de Fomento do Rio Grande do Norte - AGN	58.579	1.998	56.581	30/06/2023
Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio Grande do Norte - CAERN	2.552.980	284.125	2.280.842	30/09/2023
Empresa Gestora de Ativos do Rio Grande do Norte -	79	-	79	30/11/2023
Companhia Potiguar de Gás - POTIGAS	15.338	1.747	13.591	31/12/2022
TOTAL GERAL	**2.626.976**	**287.871**	**2.351.093**	

Do valor da equivalência patrimonial (R$ 287,9 milhões), R$ 62,4 milhões foram reconhecidos no resultado do período, enquanto os R$ 225,5 milhões restantes foram diretamente registrados no patrimônio líquido, refletindo os resultados das empresas durante o exercício de 2022. Vale ressaltar que a EMGERN apresenta demonstrações contábeis atípicas, com resultado nulo, o que explica a ausência de variações entre os períodos.

17. BENS MÓVEIS

Os bens móveis são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição ou pelo valor justo quando obtidos a título gratuito, com dedução da depreciação e realização do teste de impairment quando há indícios de perda do valor recuperável. A política contábil para a mensuração subsequente dos bens móveis adota o modelo de custo.

Em mil reais

Bens Móveis				
Poder / Órgão	2023	Incorporação	Baixa	2022
Executivo	1.590.437	253.281	106.225	1.443.381
Tribunal de Contas do Estado	12.982	1.749	767	12.000
Tribunal de Justiça	140.955	14.589	1.210	127.577
Ministério Público	51.837	2.707		49.130
Assembleia Legislativa	42.342	3.635	1	38.707
Defensoria Pública	16.069	2.735	1.443	14.777
Total Bruto	**1.854.623**	**278.697**	**109.646**	**1.685.572**
(-) Depreciação Acumulada	**85.440**	**28.670**	**2.828**	**59.598**
Executivo	77.971	27.488	2.546	53.028
Tribunal de Contas do Estado	7.469	1.181	282	6.570
TOTAL LÍQUIDO	**1.769.183**	**250.027**	**106.818**	**1.625.974**

No Poder Executivo, os bens móveis são reconhecidos em cada unidade gestora, que também é responsável pelo controle analítico. Ao final de cada ano, essas unidades gestoras são também responsáveis pelo inventário físico dos bens e por promover a conciliação entre a contabilidade e os bens móveis contabilizados. Segue quadro com informações.

Em mil reais

Bens Móveis										
	Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	**Bens de Informática**	**Móveis e Utensílios**	**Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação**	**Veículos**	**Bens Móveis em Andamento**	**Armamentos**	**Semoventes**	**Demais Bens Móveis**	**Total**
	472.306	**185.809**	**219.810**	**23.223**	**297.458**	**30.926**	**17.474**	**812**	**195.562**	**1.443.381**
Incorporações	66.716	37.013	14.935	7.886	120.871		5.567	-	292	253.281
Baixas	5.584	8.537	736	3.520	54.171	30.926	2.744	-	8	106.225
Valores Brutos 31/12/2023	**533.438**	**214.285**	**234.009**	**27.589**	**364.158**	**-**	**20.298**	**812**	**195.847**	**1.590.437**
Depreciação Acumulada 31/12/2022	**14.071**	**29.489**	**4.591**	**-**	**4.142**	**-**	**-**	**149**	**586**	**53.028**
Incorporações	9.095	10.312	5.021	-	2.839	-	-	221	-	27.488
Baixas	1.008	669	455	-	221	-	-	193	-	2.546
Depreciação Acumulada 31/12/2023	**22.159**	**39.132**	**9.157**	**-**	**6.760**	**-**	**-**	**177**	**586**	**77.971**
Bens Móveis - Valores Líquidos de Depreciacão 31/12/2023	**511.280**	**175.153**	**224.852**	**27.589**	**357.398**	**-**	**20.298**	**635**	**195.260**	**1.512.466**
Vida útil estimada	10 - 30 anos	05 anos	10 anos	00 - 10 anos	15 - 30 anos	-	20 anos	10 anos	10 anos	-
Valor residual	**10 - 20%**	**10%**	**10%**	**0 a 10%**	**10%**	-	15%	10%	10%	-

18. BENS IMÓVEIS

Os bens imóveis são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição ou pelo valor justo. Já os bens de infraestrutura são mensurados pelo custo de aquisição ou pelo custo de substituição do bem, deduzida a depreciação, sendo realizado o teste de impairment quando há indícios de perda do valor recuperável. A política contábil de mensuração subsequente dos bens imóveis adota o modelo de reavaliação. Além disso, está reconhecido o ativo concedido por meio de Parcerias Público-Privadas pelo custo contratual de R$ 400 milhões. Como bens de uso comum do povo, foram reconhecidas no Balanço Geral as praças (R$ 27,420 milhões), as estradas (R$ 202,735 milhões), sistemas de esgoto (R$ 119,648 milhões) e outros bens de uso comum do povo (R$ 19,973 milhões).

A partir de 2021, foi possível iniciar o processo de reconhecimento de muitos bens imóveis que estavam na base de dados dos sistemas da Secretaria de Estado da Administração e passaram por um processo de mensuração por meio de contratação de empresa especializada. A avaliação da empresa seguiu a metodologia de 'Comparativo Direto de Dados do Mercado com o uso de tratamento por fatores para obtenção do valor do terreno, Método da Quantificação de Custo para obtenção do valor da benfeitoria existente e Método Evolutivo para apuração do valor do imóvel, conforme estabelecido na NBR 14653-2 da ABNT'. Os registros contábeis ainda estão sendo realizados após a análise de cada imóvel

mensurado nesse trabalho.

Em mil reais

Bens Imóveis									
	Bens de Uso Especial	**Bens Dominicais**	**Bens de Uso Comum do Povo**	**Bens Imóveis em Andamento**	**Instalações**	**Benfeitorias em Propriedades de Terceiros**	**Ativos de Concessão**	**Demais Bens Imóveis**	**Total**
Valores Brutos - 31/12/2022	**3.440.353**	**52.463**	**312.033**	**2.004.687**	**59.185**	**506**	**-**	**9.588**	**5.878.816**
Incorporações	519.003	30.560	57.743	152.619	78	-	400.000	264.669	1.424.672
Baixas	415.458	17.596		72.342		-	-	1.991	507.387
Valores Brutos - 31/12/2023	**3.543.898**	**65.427**	**369.776**	**2.084.964**	**59.263**	**506**	**400.000**	**272.266**	**6.796.101**
Depreciação Acumulada - 31/12/2022	-	-	-	-	6	-	-	5.100	5.105
Incorporações	-	-	-	-	1	-	-	134	135
Baixas	-	-	-	-		-	-	-	-
Depreciação Acumulada - 31/12/2023	**-**	**-**	**-**	**-**	**7**	**-**	**-**	**5.234**	**5.240**
Bens Móveis - Valores Líquidos de Depreciação - 31/12/2023	**3.543.898**	**65.427**	**369.776**	**2.084.964**	**59.256**	**506**	**400.000**	**267.033**	**6.790.860**

19. DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA

Até o exercício de 2023 foram depreciados os bens adquiridos pelo Projeto RN Sustentável (Governo Cidadão), da Central de Abastecimento (CEASA), do Tribunal de Contas do Estado (TCE), da Fundação Universidade do Estado e do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural. A depreciação é realizada pelo modelo das cotas constantes, tendo sua vida útil e valor residual estimados no Manual de Gestão Patrimonial dos Bens Móveis da Secretaria de Estado da Administração (SEAD).

Os bens móveis da administração direta, adquiridos fora do âmbito do Projeto RN Sustentável, iniciarão sua depreciação a partir de 01 de janeiro de 2024, por meio do Sistema Integrado de Administração, Patrimônio e de Contratos (SIPAC), conforme Manual de Gestão Patrimonial dos Bens Móveis e Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 002/2023 da CONTAG/SET/SEFAZ.

Em mil reais

Depreciação				
Poder / Órgão	**2023**	**Saídas**	**Entradas**	**2022**
Executivo	**83.210**	**2.546**	**27.623**	**58.133**
Depreciação de bens móveis	77.970	2.546	27.488	53.028
Depreciação de bens imóveis	5.240		135	5.105
Tribunal de Conta do Estado	**8.909**	**282**	**1.488**	**7.703**
Depreciação de bens móveis	7.469	282	1.181	6.570
Depreciação de bens imóveis	1.439		306	1.133
Total	**92.120**	**2.828**	**29.111**	**65.836**

A depreciação é um processo contábil que reflete a perda de valor de um ativo ao longo do tempo, seja devido ao uso, desgaste, obsolescência ou outros fatores. Essa depreciação é registrada como uma despesa na contabilidade, visando a redução do valor contábil do ativo.

No exercício de 2023, o Poder Executivo do estado do Rio Grande do Norte contabilizou uma depreciação de bens móveis no valor total de R$ 24,9 milhões. Esse montante foi majoritariamente atribuído a três contas principais: "Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas", "Equipamentos de Tecnologia da Informação" e "Móveis e Utensílios", que juntas representaram quase 90% do total depreciado.

Em mil reais

Executivo - Depreciação acumulada					
	Vida Útil	**Valor Residual**	**2023**	**Depreciação**	**2022**
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10 ~ 20 anos	10% ~ 20%	22.159	-8.087	14.071
Equipamentos de Tecnologia da Informação	05 anos	10%	39.132	-9.643	29.489
Móveis e Utensílios	10 anos	10%	9.157	-4.566	4.591
Veículos	15 anos	10%	6.760	-2.618	4.142
Semoventes	10 anos	10%	177	-28	149
Demais Bens	10 anos	10%	586		586
Total	**-**	**-**	**77.970**	**-24.942**	**53.028**

20. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR

Os valores dessas obrigações estão distribuídos entre os Poderes e Órgãos Autônomos. Esses valores são reconhecidos por competência e representam o custo original ainda não pago até 31/12/2023.

Em mil reais

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar			
2023		**2022**	
Poder / Órgão		**Poder / Órgão**	
Executivo	3.316.131	Executivo	2.518.320
Tribunal de Contas do Estado	2	Tribunal de Contas do Estado	174
Tribunal de Justiça	1.605	Tribunal de Justiça	1.345
Ministério Público	-	Ministério Público	-
Assembleia Legislativa	16	Assembleia Legislativa	-
Defensoria Pública	38	Defensoria Pública	10
TOTAL GERAL	**3.317.792**	**TOTAL GERAL**	**2.519.849**

O acréscimo do Poder Executivo, basicamente, é representado pelos novos precatórios de pessoal incorporados em 2023.

Em mil reais

Poder Executivo				
	2023		**2022**	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Pessoal a Pagar	927.503	2.374.367	906.360	1.600.006
Benefícios Previdenciários a Pagar	348	-	932	-
Benefícios Assistenciais a Pagar	3	-	-	-
Encargos Sociais a Pagar	13.910	-	10.254	-
TOTAL GERAL	**941.764**	**2.374.367**	**917.546**	**1.600.006**

Os precatórios, que são requisições de pagamento contra a Fazenda Pública Estadual decorrente de decisões judiciais transitadas em julgado, estão dispostos da seguinte forma:

Em mil reais

Precatórios				
	2023		**2022**	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Precatórios de Pessoal	482.370	2.374.367	320.834	1.600.006
Precatórios de Fornecedores	52.764	263.819	35.633	178.166
TOTAL GERAL	**535.134**	**2.638.185**	**356.467**	**1.778.172**

Dentre as obrigações de curto prazo com pessoal do Poder Executivo, constam R$ 482,4 milhões em dívidas inscritas de Precatórios. Além disso, as obrigações de longo prazo com pessoal na sua integralidade são compostas por Precatórios, com aumento de R$ 774 milhões de 2023.

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os valores de empréstimos e financiamentos estão divididos em interno e externo e representam o saldo devedor a pagar das operações de crédito que o Estado tem para com instituições financeiras. O volume II do Balanço Geral do Estado traz o anexo da dívida consolidada com o detalhamento dos contratos.

Os empréstimos em moeda estrangeira são convertidos em real na data de fechamento do câmbio do exercício, as flutuações são registradas em variação cambial diretamente no resultado do exercício.

Em mil reais

Empréstimos e Financiamentos					
2023			2022		
	Circulante	Não		Circulante	Não
Interno	**132.671**	**1.043.660**	**Interno**	**127.894**	**1.170.377**
Banco do Brasil	41.018	142.325	Banco do Brasil	21.409	178.490
Caixa Econômica Federal	16.756	129.789	Caixa Econômica Federal	28.753	128.895
Banco do Nordeste do Brasil	7.353	18.875	Banco do Nordeste do Brasil	6.129	28.652
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e	17.029	142.912	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e	19.144	155.574
União	50.516	609.759	União	52.459	678.766
Externo	**203.191**	**1.285.960**	**Externo**	**98.986**	**1.569.948**
Banco Interamericano de	4.914	16.951	Banco Interamericano de	2.394	20.695
Banco Mundial	198.277	1.269.009	Banco Mundial	96.592	1.549.253
TOTAL	**335.862**	**2.329.620**	**TOTAL**	**226.880**	**2.740.325**

22. PROVISÕES

Provisões são conceituadas como obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos implicam saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

Em mil reais

Provisões							
31/12/2023				31/12/2022			
Provisões	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**	**Provisões**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Provisão para Repartição de Créditos	183.579		183.579	Provisão para Repartição de Créditos	139.489		139.489
Provisões para Riscos Judiciais		854.411	854.411	Provisões para Riscos Judiciais		349.951	349.951
Provisões Matemáticas Previdenciárias		75.918.396	75.918.396	Provisões Matemáticas Previdenciárias		53.200.257	53.200.257
TOTAL	**183.579**	**76.772.807**	**76.956.386**	**Total**	919.369		**53.689.697**

O quadro a seguir apresenta a forma de classificação de provisões conforme descrita no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), com o objetivo de esclarecer o entendimento sobre o tema.

Obrigação	Probabilidade de Saída de Recursos	Possibilidade de Estimativa Confiável do Valor	Classificação	Forma de Apresentação
Presente	Provável	Possível	Provisão	Balanço Patrimonial e Notas Explicativas
Presente	Provável	Não Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Pouco Provável	Possível ou Não Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Remota	Possível ou não Possível	Passivo Contingente	Não é divulgado
Possível	Provável	Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição, p. 309

Em 2023, o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria Executiva do Tesouro Estadual da Fazenda, emitiu a Nota Técnica de Procedimento 001/2023, com o objetivo de orientar os usuários sobre o procedimento correto relacionado ao reconhecimento, mensuração e evidenciação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Provisão para Repartição de Créditos

A provisão para repartição de créditos representa o valor estimado da distribuição constitucional e legal das receitas reconhecidas pelo regime de competência.

Em mil reais

Provisão Repartição de Créditos			
31/12/2023		31/12/2022	
IPVA	36.414	IPVA	32.971
ICMS	147.165	ICMS	106.518
TOTAL	**183.579**	**TOTAL**	**139.489**

Provisão para Riscos Judiciais

O saldo de 'Provisões para Riscos Judiciais é composto pelas provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais, além de obrigações decorrentes de levantamento de depósitos judiciais em que o Estado é parte. Consideraram-se relevantes as causas com valor nominal superior a R$ 5 milhões de reais, assim como foram considerados prováveis os valores em que o Estado esteja no polo passivo em fase de execução. As provisões estão reconhecidas no Poder Executivo, sendo que a gestão e o reconhecimento desses valores são realizados pela unidade gestora da Procuradoria Geral do Estado.

Provisão para Matemáticas Previdenciárias

As Provisões Matemáticas Previdenciárias representam o montante total dos recursos necessários para cumprir as obrigações futuras relacionadas aos benefícios previdenciários, que serão pagos pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) aos segurados. Esses valores são calculados atuarialmente considerando o valor presente.

Em mil reais

Plano Previdenciário							
31/12/2023	Civis	Militares	Consolidado	**31/12/2022**	Civis	Militares	Consolidado
Provisões de Benefícios Concedidos	**37.040.908**	**6.605.230**	**43.646.138**	**Provisões de Benefícios Concedidos**	**30.123.453**	**5.701.848**	**35.825.301**
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios	43.829.517	7.914.700	51.744.217	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios	35.759.280	6.383.121	42.142.401
Contribuições do Aposentado	-3.309.915	-594.495	-3.904.410	Contribuições do Aposentado	-2.775.084	-170.623	-2.945.707
Contribuições do Pensionista	-410.627	-160.946	-571.573	Contribuições do Pensionista			
Compensação Previdenciária do Plano do RPPS	-3.068.066	-554.029	-3.622.095	Compensação Previdenciária do Plano do RPPS	-2.860.742	-510.650	-3.371.392
Provisões de Benefícios a Conceder	**27.877.489**	**4.394.769**	**32.272.258**	**Provisões de Benefícios a Conceder**	**14.544.006**	**2.830.950**	**17.374.956**
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios	37.230.846	7.337.231	44.568.077	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios	26.004.321	5.359.009	31.363.330
Contribuições do Ente	-4.465.415		-4.465.415	Contribuições do Ente	-5.830.822	-1.421.090	-7.251.912
(-) Contribuições do Servidor	-2.718.079	-2.531.946	-5.250.024	(-) Contribuições do Servidor	-3.549.147	-678.248	-4.227.395
(-) Compensação Previdenciária	-2.169.864	-410.517	-2.580.380	(-) Compensação Previdenciária	-2.080.346	-428.721	-2.509.066
TOTAL	**64.918.397**	**10.999.999**	**75.918.396**	**TOTAL**	**44.667.459**	**8.532.798**	**53.200.257**

As provisões estão subdivididas entre Provisão de Benefícios Concedidos, que corresponde ao valor necessário para o pagamento dos benefícios já concedidos pelo RPPS, e Provisão de Benefícios a Conceder, que corresponde ao valor necessário para o pagamento dos benefícios que serão concedidos aos segurados que ainda não estão recebendo benefício pelo RPPS.

Em conformidade com os procedimentos contábeis estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição e na NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados, o método de financiamento Crédito Unitário Projetado (PUC) foi empregado no cálculo atuarial. O método de Crédito Unitário Projetado considera que cada período de serviço resulta em uma unidade adicional de direito ao benefício. Ele mensura cada unidade separadamente para compor a obrigação final. Essa nova estimativa atuarial aumentou o saldo da provisão em R$ 22,718 bilhões.

A empresa atuarial não realizou o cálculo atuarial do exercício imediatamente anterior para garantir a comparabilidade dos números e os registros em conformidade com a NBC TS 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Para mitigar esse problema e para que a mudança de estimativa não impactasse desproporcionalmente o resultado do exercício de 2023, a contabilidade reconheceu a variação dos benefícios a conceder em conta de patrimônio líquido.

23. DEMAIS OBRIGAÇÕES

Os valores de adiantamento de clientes são representados pelo prazo a transcorrer do contrato de direito de exploração dos serviços bancários junto ao Banco do Brasil, em obediência ao regime de competência. Nos valores restituíveis, estão registradas as retenções/descontos em que o estado é apenas fiel depositário

Em mil reais

Demais Obrigações					
2023			2022		
	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante
Adiantamentos de Clientes	53.566	325.859	Adiantamentos de Clientes	49.640	45.503
Obrigações Decorrentes de Ativos Constituídos pesa SPE - PPP	61.808	293.438	Obrigações Decorrentes de Ativos Constituídos pesa SPE - PPP	94.380	316.533
Valores Restituíveis	575.815		Valores Restituíveis	657.028	35.191
Outras Obrigações	295.519	186.072	Outras Obrigações	189.484	59.525
TOTAL	**986.708**	**805.370**	**TOTAL**	**990.532**	**456.752**

24. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes realizados no período têm relação com a incorporação ou desincorporação de saldos de ativos não decorrentes de fatos econômicos do período contábil de referência deste relatório, bem como da variação do saldo da avaliação atuarial dos benefícios a conceder.

25.RESULTADOS ACUMULADOS

A conta de Superávit ou Déficit de Exercícios Anteriores em 2023 difere da conta de Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores acrescidos da conta de Superávit do Exercício e Ajustes de Exercícios Anteriores, ambas em 2022, em R$ 712.872,73, devido à realização de lançamentos de encerramento de algumas unidades gestoras, bem como lançamentos que deveriam ter sido feitos na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores e foram registrados diretamente em Superávit ou Déficit de Exercícios Anteriores.

26. QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

A alteração dos valores das demandas judiciais tanto nos atos potenciais ativos quanto nos atos potenciais passivos refere-se à mudança no mapeamento das contas que compõem o controle de ativos contingentes e passivos contingentes na implantação da Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 001/2023, em conformidade com a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, além do mapeamento do quadro das contas de compensação no MCASP e Instrução de Procedimentos Contábeis, ambas publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

27. RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial do ano de 2023 foi negativo em R$ 8,851 bilhões, representando uma queda significativa em relação a 2022, quando foi registrado um resultado positivo de R$ 6,567 bilhões. Este resultado é calculado através do confronto das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, seguindo o regime de competência.

Em 2022, o principal fator indicado para o avanço no resultado positivo foi a variação relacionada à reversão na provisão de matemática previdenciária. No entanto, em 2023, em consonância com a NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados, foi utilizado o novo método PUC, impactando negativamente o resultado do período em R$ 7,82 bilhões, o que representa aproximadamente 90% do resultado negativo do período.

Outro fator a ser considerado é a subestimação da provisão para processos judiciais em 2023. Apesar de terem sido provisionados R$ 350 milhões, mais de R$ 1 bilhão de reais tornaram-se precatórios. Essa diferença causa distorção na contabilidade, pois é contabilizada como despesa no período, quando na verdade se refere a períodos anteriores.

Para melhorar nesse sentido, é necessário alinhar o entendimento junto à Procuradoria Geral do Estado sobre a forma adequada para avaliar as causas prováveis e o valor adequado a ser provisionado, já que é o ente com expertise para fazer essa leitura.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

28. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

No Balanço Orçamentário são apresentados os valores líquidos da receita orçamentária. A receita líquida é composta pela arrecadação bruta menos as deduções das receitas, conforme tabela abaixo.

Em mil reais

Resultado Orçamentário					
Natureza da Receita	**Receita Bruta**	**Deduções**			**Receita Líquida**
		Formação do Fundeb	**Repasse aos Municípios**	**Outras Deduções**	
Impostos, Taxas e Contribuições	11.148.451	1.299.251	2.375.151	885	7.473.163
Contribuições	3.418.708			27.919	3.390.789
Patrimonial	592.846			106	592.740
Agropecuária, Industrial e de	24.589			6	24.583
Transferências Correntes	9.214.605	1.292.084	95.159	42	7.827.321
Outras Receitas Correntes	410.071				410.071
Receitas de Capital	270.092				270.092
TOTAL GERAL	25.079.361	2.591.335	2.470.310	28.958	19.988.758

Considerando o valor previsto de receitas e o valor realizado, pode-se observar um excesso de arrecadação de R$ 1.490 bilhão. Esse valor é resultado principalmente das receitas extraordinárias no curso do ano.

Em mil reais

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	18.054.230	19.718.667	1.664.437
Receitas De Capital	443.999	270.092	-173.907
Total	**18.498.228**	**19.988.758**	**1.490.530**

29. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro do exercício de 2023 representa o acréscimo/decréscimo dos ativos financeiros do Estado do Rio Grande do Norte. Em 2023, o resultado foi de R$ 365,090 milhões.

A seguir, apresentamos uma conciliação do resultado orçamentário com o resultado financeiro do exercício de 2023.

Em mil reais

Resultado Financeiro	
Item	**Valor**
Resultado Orçamentário	501.791
Restos a Pagar inscritos no período	1.277.730
Restos a Pagar pagos no período	-1.244.587
Pagamento de Retenções	-1.059
Recebimentos Extraorçamentários	97.081.303
Pagamentos Extraorçamentários	-97.178.036
Saldo das Operações dos Investimentos do RPPS	-72.052
Resultado Financeiro	**365.090**

30. SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES

A variação ocorrida entre os dois exercícios dos recursos vinculados ao sistema de proteção social dos militares decorre da transição na implantação do modelo. Durante o exercício de 2022, com a gestão ainda da autarquia previdenciária havia incidência da cota patronal, a partir de 2023, somente há contribuição dos militares ativos, reservistas e pensionistas.

31. RECEITA PATRIMONIAL

A variação ocorrida no período decorre, basicamente, da receita da venda do direito de exploração da folha de pagamento junto ao Banco do Brasil.

DEMAIS NOTAS EXPLICATIVAS

32. ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

O controle dos ativos e passivos contingentes ainda está incipiente no governo do estado do Rio Grande. A Contabilidade-Geral emitiu a Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 001/2023 que organiza um fluxo operacional para a obtenção da informação. Em 2023, a Procuradoria Geral

do Estado (PGE) forneceu alguns controles que permitiu o acompanhamento contábil, ainda precário, de alguns valores.

Somente estão sendo controlados os ativos contingentes e passivos contingentes acima de R$ 5 milhões, sendo todos de natureza judiciária. Ainda não é possível ter a informação por classes de ativos e passivos contingentes, porém, basicamente, os ativos contingentes são de natureza civil ou tributário, enquanto os passivos contingentes, em sua grande maioria são de natureza trabalhista.

Os passivos contingentes de natureza judiciária, em caso de haver desembolso futuro, por meio de precatório, tem o prazo legal de até 2029 para ser desembolsado (regime especial de pagamento de precatórios).

Em caso de os passivos contingentes judiciais se tornarem passivos exigíveis (precatórios), não há possibilidade de reembolsos, porém é possível conseguir descontos em sua liquidação, por meio de leilão de antecipação dos valores devidos.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre o encerramento do período a que ser referem estas demonstrações contábeis e a data de aprovação desses demonstrativos não se observou nenhum evento subsequente de acordo com a NBC TSP 25 – Eventos Subsequentes.

34. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Em observância as Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 27 (NBC TSP 27), são apresentadas informações por segmento que visam auxiliar aos usuários das demonstrações contábeis a entenderem o desempenho passado e identificar os recursos alocados, além de aumentar a transparência dos relatórios contábeis e permitir que a entidade cumpra melhor suas obrigações de prestar contas.

Dessa forma, são apresentadas um conjunto de demonstrações contábeis, dentre elas: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Demonstrativo do Fluxo de Caixa e Demonstrativo das Variações Patrimoniais para os segmentos da Educação, Saúde Pública, Segurança Pública e Previdência, referente aos exercícios de 2022 e 2023.

A informação por segmento, neste exercício está apresentando as informações agregadas do segmento, ou seja, não foi possível consolidar as informações dentro do mesmo segmento.

Os demonstrativos por segmento seguem a mesma política contábil de reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis do ente consolidador.

Educação Pública

A educação é apresentada em 2 subsegmentos: educação básica e educação superior.

A educação básica engloba as Unidades Gestoras (UG's): 180001 – Secretaria de Estado da Educação, Cultura, do Esporte e do Lazer; 180131 – Fundo Estadual de Educação; 180300 – Projeto Nova Escolar Potiguar. Enquanto a educação superior engloba as UG's 182021 – Fundação Universidade do Estado do RN e 182031 – Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy.

Saúde Pública

A saúde pública engloba as Unidades Gestoras (UG's): 240001 – Secretaria de Saúde Pública; 240131 – Fundo de Saúde do RN – FUSERN; 241312 – Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel; 241313 Hospital Dr. José Pedro Bezerra; 241314 – Hospital Geral Dr. João Machado. 241315 – Hospital Giselda Trigueiro; 241316 – Hospital Regional Tarcísio Maia; 241321 – Hospital Regional Dr. Cleodon Carlos de Andrade; 241331 - Hospital Regional de Açu; 241334 – Hospital Maria Alice Fernandes; 241336 – Centro de Saúde Reprodutiva Prof. Leide Morais; 241337 – Hospital Regional Deoclécio Marques de Lucena.

Segurança Pública

A segurança pública engloba as Unidades Gestoras (UG's): 21000 – Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social; 21102 – Polícia Civil; 21131 – Instituto Técnico Científico de Perícia; 32000 – Corpo de Bombeiros; 34000 – Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.

Previdência

A previdência engloba as Unidades Gestoras (UG's): 162011 – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado; 162233 – Fundo Financeiro do Estado do Rio Grande do Norte.

Em mil reais

BALANÇO PATRIMONIAL	Educação Pública				Saúde		Previdência		Segurança	
	Educação Básica		Educação Superior							
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO										
ATIVO CIRCULANTE	**739.895**	**733.142**	**32.583**	**22.523**	**693.417**	**491.673**	**337.720**	**549.267**	**265.738**	**233.152**
Caixa e Equivalentes de Caixa	319.822	394.950	30.698	20.383	222.598	178.814	42.615	125.519	226.576	199.413
Estoques	57.438	61.472	1.838	2.084	290.403	164.772	93	1.208	18.844	16.995
Demais Ativos Circulantes	362.636	276.721	46	56	180.415	148.087	295.012	422.540	20.317	16.743
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**1.945.151**	**1.613.939**	**482.573**	**285.621**	**324.560**	**309.455**	**44.872**	**46.180**	**780.106**	**660.767**
Imobilizado	1.945.151	1.613.939	480.037	285.380	319.194	304.507	23.895	21.925	771.044	653.425
Demais Ativos Não-Circulantes	-	-	2.536	241	5.366	4.948	20.977	24.255	9.062	7.341
TOTAL DO ATIVO	**2.685.046**	**2.347.082**	**515.155**	**308.144**	**1.017.977**	**801.127**	**382.592**	**595.447**	**1.045.844**	**893.918**
PASSIVO CIRCULANTE	**245.243**	**323.690**	**2.044**	**9.289**	**476.315**	**396.157**	**676.532**	**1.301.157**	**189.165**	**193.676**
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a CP	101.528	199.468	197	296	73.312	72.803	190.335	404.057	90.423	102.461
Fornecedores e Contas a Pagar a CP	65.944	55.734	280	3.120	199.971	164.671	350	26	56.063	40.231
Demais Obrigações a Curto Prazo	77.771	68.489	1.568	5.872	203.032	158.682	485.847	897.074	42.680	50.984
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	-	-	**64.918.397**	**53.200.257**	**10.999.999**	-
Provisões a Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	64.918.397	53.200.257	10.999.999	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.439.803**	**2.023.391**	**513.111**	**298.855**	**541.662**	**404.971**	**65.212.338**	**53.905.967**	**10.143.320**	**700.243**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.685.046**	**2.347.082**	**515.155**	**308.144**	**1.017.977**	**801.127**	**382.592**	**595.447**	**1.045.844**	**893.918**
CUSTOS INCORRIDOS EM AQUISIÇÃO DE ATIVO IMOBILIZADO	85.726	98.204	9.461	4.862	20.884	24.320	554	1.252	54.008	35.995
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA										
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS										
Ingressos	2.738.939	2.569.706	389.534	368.745	2.761.619	2.544.717	7.112.677	6.153.575	3.791.124	2.153.704
Desembolsos	-2.714.545	-2.345.246	-369.248	-346.017	-2.703.636	-2.535.747	-7.197.566	-6.127.768	-3.702.429	-2.088.655
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	**24.394**	**224.460**	**20.286**	**22.728**	**57.983**	**8.969**	**-84.890**	**25.807**	**88.696**	**65.050**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO										
Ingressos	-	-	-	50	-	-	2.779	2.726	-	-
Desembolsos	-99.522	-72.165	-9.816	-13.164	-14.199	-19.461	-794	-1.252	-61.533	-49.640
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	**-99.522**	**-72.165**	**-9.816**	**-13.114**	**-14.199**	**-19.461**	**1.985**	**1.474**	**-61.533**	**-49.640**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO										
Ingressos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desembolsos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)										
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	**-75.128**	**152.295**	**10.470**	**9.614**	**43.784**	**-10.492**	**-82.904**	**24.333**	**27.163**	**15.410**
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	394.950	242.655	20.366	10.752	178.814	189.306	125.519	98.237	199.413	184.003
Caixa e Equivalente de Caixa Final	319.822	394.950	30.836	20.366	222.598	178.814	42.615	125.519	226.576	199.413
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS										

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS										
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	-	-	16.284	26.160	32.817	30.854
Contribuições	-	-	-	-	-	-	3.161.410	2.961.461	170.281	-
Resultado Financeiro Líquido -VPA - VPD)	40.914	50.090	4.097	2.963	16.310	17.330	14.906	10.870	15.543	13.515
Resultado das Líquido de Transferências e Delegações (VPA - VPD)	2.568.689	2.402.618	342.273	324.375	2.317.310	2.063.411	3.255.087	2.911.980	2.536.556	1.881.011
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	8.428	19.305	654	3.878	21.695	32.721	6.145	17.911	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.257	44.952	4.770	10.149	3.063	40.998	1.009.718	5.848.541	4.259.424	22.762
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	**2.741.140**	**2.582.124**	**351.794**	**341.364**	**2.741.140**	**2.741.140**	**2.741.140**	**2.741.140**	**2.741.140**	**2.741.140**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS										
Pessoal e Encargos	2.087.976	1.801.406	268.683	259.289	1.394.080	1.295.248	1.172.263	1.058.804	1.566.345	1.557.720
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	347.940	288.301	29.336	23.247	756.061	959.424	4.100	30.804	273.710	237.284
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.586	47.023	26.749	3.809	67.850	25.630	17.410.432	4.833.779	16.083.421	44.350
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTATIVAS (II)	**2.444.502**	**2.136.731**	**324.768**	**286.346**	**-2.217.991**	**-2.280.302**	**-18.586.795**	**-5.923.388**	**-17.923.476**	**-1.839.354**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (II-I)	**296.638**	**445.393**	**27.026**	**55.018**	**523.149**	**460.838**	**-15.845.655**	**-3.182.248**	**-15.182.336**	**2.696.790**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Educação Pública (Básica + Superior)**				**Saúde**				**Previdência**				**Segurança**			
	31/12/2023		**31/12/2022**		**31/12/2023**		**31/12/2022**		**31/12/2023**		**31/12/2022**		**31/12/2023**		**31/12/2022**	
	PREVISTA	**REALIZADA**	**PREVISTA**	**REALIZADA**	**PREVISTA**	**REALIZADA**	**PREVISTA**	**REALIZADA**	**PREVISTA**	**REALIZADA**	**PREVISTA**	**REALIZADA**	**PREVISTA**	**REALIZADA**	**PREVISTA**	**REALIZADA**
RECEITAS CORRENTES	1.372.329	1.570.105	1.514.842	1.824.894	473.580	623.928	420.760	414.698	2.935.030	3.297.661	26.404	28.266	263.755	255.919	317.400	295.589
RECEITAS DE CAPITAL	70.145	12.358	33.549	2.701	13.712	11.436	16.100	3.216	3.305	2.779			108.743	31.897	168.649	31.897
SUBTOTAL DAS RECEITAS	**1.442.474**	**1.582.463**	**1.548.391**	**1.827.595**	**487.292**	**635.363**	**436.860**	**417.914**	**2.938.335**	**3.300.439**	**26.404**	**28.266**	**372.498**	**287.816**	**486.049**	**327.487**
DESPESAS CORRENTES	3.009.456	2.841.141	2.782.249	2.509.786	2.727.263	2.557.638	2.387.351	2.317.160	6.188.339	6.119.056	164.197	158.735	2.713.996	2.616.054	5.322.143	5.175.408
DESPESAS DE CAPITAL	275.815	96.452	233.650	108.232	59.660	32.966	50.645	27.262	1.000	572	1.820	1.602	249.246	90.282	370.914	126.131
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**3.285.271**	**2.937.593**	**3.015.899**	**2.618.018**	**2.786.924**	**2.590.604**	**2.437.995**	**2.344.422**	**6.189.339**	**6.119.628**	**166.017**	**160.337**	**2.963.243**	**2.706.336**	**5.693.057**	**5.301.538**

35. TRANSAÇÃO ENTRE PARTES RELACIONADAS

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte considera partes relacionadas as transações entre seus órgãos e suas companhias independentes controladas. Nesta nota, são apresentadas as relações que o Governo mantém com a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) e a Agência de Fomento (AGN).

O Governo, em tese, não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis à que seriam praticados com terceiros.

Em 31/12/2023, o Governo manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

(i) A CAERN Participa em contratos de repasse como Interveniente Executor nos contratos firmados entre a União Federal e o Governo do estado do Rio Grande do Norte;

(ii) A CAERN presta serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e demais partes relacionadas, em termos e condições normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada por meio encontro de contas, relativo aos valores de Juros sobre Capital Próprio e/ou Dividendos que serão distribuídos pela CAERN ao acionista controlador, no momento de deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO, diante disso o prazo de prescrição foi interrompido;

(iii) A AGN é a responsável pela gestão do Fundo Garantidor da Parceria Público-Privada que o Estado mantém para a gestão do Estádio Arena das Dunas.

ANÁLISE DOS INDICADORES CONTÁBEIS DO ESTADO



Neste tópico, analisaremos alguns indicadores do Estado do Rio Grande do Norte no exercício de 2023, comparando-os com os de 2022. Cada indicador permite uma análise individual ou em conjunto, de modo a demonstrar uma avaliação geral da condição financeira da entidade governamental. Os indicadores utilizados nesta análise foram extraídos da literatura, com adaptações, e convergem com as boas práticas contábeis sobre o tema.

Em mil reais

Índice de Liquidez Imediata		
	2023	**2022**
Disponibilidades	1.693.855	1.681.786
Passivo Circulante	3.033.311	2.782.852
Liquidez Imediata	**0,56**	**0,60**

O Indicador de Liquidez Imediata demonstra se o montante de recursos disponível em caixa é suficiente para o atendimento imediato das obrigações de curto prazo do governo. De acordo com a interpretação do resultado apresentado, o governo possui R$ 0,56 centavos em caixa para cada R$ 1,00 de obrigação a pagar no curto prazo. Observa-se uma leve piora do indicador, porém, quando analisado com o indicador a seguir, que considera apenas os passivos que já transitaram pelo orçamento (passivos financeiros), observa-se uma leve melhora.

O monitoramento constante desse indicador por parte do governo é importante para que sejam tomadas as medidas necessárias para garantir o cumprimento das obrigações.

Em mil reais

Índice de Liquidez sobre Passivos Financeiros		
	2023	**2022**
Disponibilidades	1.693.855	1.681.786
Passivo Financeiro	2.204.823	2.279.809
Liquidez sobre Passivos Financeiros	**0,77**	**0,74**

O resultado desse indicador revela uma discreta melhora da liquidez do estado, implicando que as receitas orçamentárias futuras serão um pouco menos comprometidas com as despesas orçamentárias de exercícios passados.

Em mil reais

Composição do Endividamento		
	2023	**2022**
Passivo Circulante	3.033.311	2.782.852
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	85.620.061	61.388.439
Composição do Endividamento	**0,035**	**0,045**

A composição do endividamento demonstra a relação das obrigações do governo com o prazo. Observa-se que o passivo do estado é majoritariamente de longo prazo, sendo o de maior representatividade a provisão matemática previdenciária.

Em mil reais

Solvência de Longo Prazo		
	2023	**2022**
(Ativo Circulante - Almoxarifado - VPDs Antecipadas) + Realizável a Longo Prazo	5.565.023	5.527.139
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	85.620.061	61.388.439
Solvência de Longo Prazo	**0,06**	**0,09**

A Solvência de Longo Prazo demonstra a capacidade de pagamento do governo no longo prazo, atuando como uma medida de segurança financeira. Esse indicador mostra a aptidão do governo em pagar todas as suas dívidas, de curto e longo prazo, levando em conta os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo.

Pelo resultado obtido no exercício de 2023, pode-se perceber que o governo não dispõe de ativos em montante suficiente para pagar todas as obrigações de curto e longo prazo, o que pode ser um ponto de atenção quanto a segurança financeira do governo. Quando concluído o trabalho de avaliação dos imóveis a valor justo, deve haver uma melhora nesse indicador.

Em mil reais

Eficiência na arrecadação de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
	2023	**2022**
Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Arrecadados	7.473.163	6.136.977
Receita Prevista de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.004.741	6.277.427
Eficiência na arrecadação de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**1,07**	**0,98**

O Indicador da Eficiência na Arrecadação de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria mostra o esforço do governo na cobrança e arrecadação dos tributos de sua competência previstos no orçamento anual.

Observa-se que em 2023 houve um avanço no resultado desse indicador. A eficiência neste indicador demonstra menor propensão do estado a depender das transferências do governo central.

Em mil reais

Índice de Modificações Orçamentárias		
	2023	**2022**
Créditos Adicionais	3.404.389	2.992.893
Despesas Totais	19.486.967	17.605.362
Índice de Modificações Orçamentárias	**0,17**	**0,17**

O Índice de Modificações Orçamentárias mostra a relação entre os créditos adicionais abertos que aumentaram a dotação orçamentária (com exceção dos créditos abertos por anulação de dotação) e a despesa total a fim de evidenciar o grau de alteração do orçamento.

Quanto às modificações do orçamento do Estado do Rio Grande do Norte durante o exercício de 2023, verifica-se que o mesmo, obteve um índice estável em comparação com o exercício anterior.

Em mil reais

Cobertura de Custeio		
	2023	**2022**
Receita Corrente	19.718.667	17.345.750
Despesa Corrente	18.628.025	16.346.313
Cobertura de Custeio	**1,06**	**1,06**

O Índice de Cobertura de Custeio ou Índice de Financiamento dos Gastos Correntes revela o comprometimento das receitas correntes com as despesas correntes do exercício.

Em 2023, pode-se notar que o estado auferiu receitas correntes em volume superior ao das despesas correntes, porém essa superioridade é baixa, alcançando 6% no ano em análise, mantendo-se estável em relação ao ano anterior.

Em mil reais

Capacidade de Geração de Poupança		
	2023	**2022**
Receita Corrente (-) Despesa Corrente	1.090.642	999.437
Receita Corrente	19.718.667	17.345.750
Capacidade de Geração de Poupança	**0,06**	**0,06**

O Índice da Capacidade de Geração de Poupança mostra a capacidade do governo em produzir resultado operacional positivo.

Como se pode observar, o Estado do Rio Grande do Norte obteve superávit do orçamento corrente, o que ocorre quando as receitas correntes são maiores que as despesas correntes. Esse resultado positivo, mostra que o ente produziu uma poupança interna que contribuirá para o aumento do nível de recursos internos. Apesar disso, essa posição não pode ser classificada como uma situação confortável, posto que a capacidade de geração de poupança ainda é pequena.

BALANÇO GERAL DO ESTADO

VOLUME II

ANEXOS DA
LEI 4.320/64
PODER EXECUTIVO

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Anexo 1 - Lei Federal nº 4.320/64

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em Reais

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	**VALORES**	**%**	**TÍTULOS**	**VALORES**	**%**
RECEITAS CORRENTES	**17.167.667.700**	**86,93**	**DESPESAS CORRENTES**	**14.348.055.986**	**72,65**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.372.016.582	37,33	Pessoal e Encargos Sociais	11.170.796.738	56,56
Contribuições	1.080.832.471	5,47	Juros e Encargos da Dívida	185.717.142	0,94
Receita Patrimonial	530.728.133	2,69	Outras Despesas Correntes	2.991.542.105	15,15
Receita Agropecuária	1.106.173	0,01			
Receita Industrial	4.588.974	0,02			
Receita de Serviços	12.603.369	0,06			
Transferências Correntes	7.826.972.792	39,63			
Outras Receitas Correntes	338.819.205	1,72			
RECEITAS DE CAPITAL	**270.001.487**	**1,37**	**DESPESAS DE CAPITAL**	**827.512.517**	**4,19**
Operações de Crédito	64.270.013	0,33	Investimentos	432.706.552	2,19
Alienação de Bens	42.400	0,00	Inversões Financeiras	146.416.262	0,74
Amortização de Empréstimos	2.778.963	0,01	Amortização da Dívida	248.389.703	1,26
Transferências de Capital	147.602.228	0,75			
Outras Receitas de Capital	55.307.883	0,28			
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	**2.311.522.815**	**11,70**	**DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES**	**2.008.566.097**	**0,10**
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL		**-**	**DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL**	**168.000**	**0,00**
SUBTOTAL	**19.749.192.001**		**SUBTOTAL**	**17.184.302.600**	
DÉFICIT	**-**	**-**	**SUPERÁVIT**	**2.564.889.401**	
TOTAL	**19.749.192.001**	**100,00**	**TOTAL**	**19.749.192.001**	**100,00**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROGRAMA DE TRABALHO

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em Reais

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
1 -Executivo	**17.184.302.600**
11104 - Procuradoria Geral do Estado	**68.829.097**
111041 - Procuradoria Geral do Estado	**63.088.810**
02 - Judiciária	63.088.810
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	3.956.859
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	505.870
2087 - Manutenção e Funcionamento dos Núcleos Regionais e o Especial	505.870
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	3.450.990
1324 - Apoio Técnico aos Procuradores do Estado	3.450.990
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	3.254.739
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.254.739
2777 - Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Fiscal e da Dívida Ativa	3.254.739
122 - Administração Geral	55.877.211
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	55.877.211
2083 - Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Estado	6.120.175
2315 - Encargos com Pessoal	49.757.037
111133 - Fundo de Aperfeiçoamento e Aparelhamento da PGE - FUNAF	**5.740.287**
02 - Judiciária	5.740.287
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	1.882.357
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.882.357
2103 - Apoio Operacional e Administrativo do FUNAF	1.183.026
2409 - Realização de Concurso Público	699.331
122 - Administração Geral	3.723.690
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	3.723.690

1106 - Construção, Reforma e Ampliação da Sede e dos Núcleos Regionais	1.188.071
1318 - Reequipamento e Informatização da Procuradoria Geral do Estado	2.526.319
3245 - Instituição e Funcionamento do PQV	9.299
128 - Formação de Recursos Humanos	134.241
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	134.241
2210 - Qualificação e Aperfeiçoamento Funcional	134.241
11105 - Assessoria de Comunicação Social	**30.630.624**
111051 - Assessoria de Comunicação Social	**30.630.624**
24 - Comunicações	25.168.463
122 - Administração Geral	2.064.604
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	2.054.254
2109 - Manutenção e Funcionamento	551.919
2316 - Encargos com Pessoal	1.502.335
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	10.350
1712 - Aparelhamento e Informatização da ASSECOM	10.350
131 - Comunicação Social	23.103.859
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	23.103.859
2111 - Divulgação dos Programas Governamentais	23.103.859
26 - Transporte	5.462.160
128 - Formação de Recursos Humanos	5.462.160
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	5.462.160
1485 - Educação para o Trânsito	5.462.160
11106 - Controladoria Geral do Estado	**11.987.650**
111061 - Controladoria Geral do Estado	**11.987.650**
04 - Administração	11.987.650
122 - Administração Geral	11.969.184
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	11.968.734
2317 - Encargos com Pessoal	11.007.073
2990 - Manutenção e Funcionamento	961.661
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	450
1608 - Qualificação, Requalificação e Aperfeiçoamento dos Servidores da CONTROL	450
124 - Controle Interno	18.466
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	14.510
3146 - Realização de cursos, treinamentos e trabalhos ou atividades correlatas	14.510

5003 - OUVIR PARA GOVERNAR	3.956
3147 - Encontros, seminários, fóruns e conferências para a promoção da participação social e tran	3.956
11108 - Gabinete Civil do Governador do Estado	**49.750.519**
110001 - Gabinete Civil	**49.750.519**
04 - Administração	49.511.744
122 - Administração Geral	48.888.473
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	48.656.640
2046 - Manutenção e Funcionamento do Escritório de Representação do Estado no Distrito Federal	106.677
2052 - Manutenção e Funcionamento	9.035.320
2061 - Manutenção dos Serviços Aeroviários do Estado	1.099.536
2140 - Apoio à Promoção de Eventos	835.540
2318 - Encargos com Pessoal	36.722.196
2942 - Manutenção e Melhoramento da Infraestrutura do Centro Administrativo	857.372
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	231.833
1354 - Obras Estruturantes no Centro Administrativo	231.833
244 - Assistência Comunitária	50.061
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	50.061
2049 - Concessão de Auxílios Diversos	50.061
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	573.210
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	573.210
2483 - Manutenção e Funcionamento das Centrais do Cidadão	573.210
06 - Segurança Pública	149.898
122 - Administração Geral	149.898
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	149.898
2404 - Manutenção e Funcionamento	149.898
26 - Transporte	88.876
122 - Administração Geral	88.876
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	88.876
2474 - Manutenção e Funcionamento	88.876
11201 - Departamento Estadual de Imprensa	**4.502.910**
112011 - Departamento Estadual de Imprensa	**4.502.910**
24 - Comunicações	4.502.910
122 - Administração Geral	4.451.673
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.451.673

2055 - Manutenção e Funcionamento	2.514.191
2319 - Encargos com Pessoal	1.937.482
131 - Comunicação Social	51.237
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	51.237
1195 - Aparelhamento e Informatização do Departamento Estadual de Imprensa	51.237
12000 - Vice-Governadoria	**3.935.788**
120001 - Vice-Governadoria	**3.935.788**
04 - Administração	3.935.788
122 - Administração Geral	3.935.788
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.902.258
2093 - Manutenção e Funcionamento	321.078
2320 - Encargos com Pessoal	3.581.180
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	33.530
3100 - Readequação da Infraestrutura Física	33.530
15000 - Polícia Militar	**1.712.623.121**
150001 - Polícia Militar	**1.707.884.954**
02 - Judiciária	2.114.104
061 - Ação Judiciária	2.114.104
3011 - JUDICIÁRIO	2.114.104
4016 - Manutenção do Estruturamento Organizacional do Sistema de Segurança do Poder Judiciário	2.114.104
03 - Essencial à Justiça	1.012.500
091 - Defesa da Ordem Jurídica	1.012.500
3010 - DEFESA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA SOCIEDADE	1.012.500
4023 - Promoção da segurança institucional e ações em favor da segurança pública	1.012.500
04 - Administração	1.180.630
128 - Formação de Recursos Humanos	1.180.630
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.180.630
1107 - Realização de Concurso Público	1.180.630
06 - Segurança Pública	1.701.191.496
122 - Administração Geral	917.575.145
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	74.202.239
2124 - Manutenção e Funcionamento	28.439.173
4003 - Gestão das Diárias Operacionais da PM	45.763.066
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	843.372.906

2187 - Encargos com Pessoal	843.372.906
181 - Policiamento	37.995.736
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	34.857.628
2181 - Atendimento Alimentar aos Policiais Militares	34.857.628
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	3.138.108
1202 - Aparelhamento de Unidades da Polícia Militar	88.090
1222 - Aquisição de Armamento e Equipamento Bélico	3.050.018
274 - Previdência Especial	745.620.616
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	745.620.616
4042 - Encargos com Pessoal Inativo e Pensionista da PM	745.620.616
13 - Cultura	1.611.441
122 - Administração Geral	1.611.441
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.611.441
2272 - Manutenção e Funcionamento	1.611.441
26 - Transporte	774.784
181 - Policiamento	774.784
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	774.784
1266 - Fiscalização do Trânsito	774.784
150011 - Diretoria de Saúde da Polícia Militar	**2.558.356**
10 - Saúde	2.558.356
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.558.356
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	2.558.356
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	2.558.356
150131 - Fundo Manut. e Aperf. da Diretoria de Saúde da PM/RN - FUNDSAUDE/RN	**2.179.810**
10 - Saúde	2.179.810
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.179.810
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.697.365
4011 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Saúde	1.697.365
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	482.445
3263 - Construção, Reforma e Ampliação de Instalações Físicas de Unidades Hospitalares da Polícia	61.587
3264 - Aparelhamento e Informatização de Unidades Hospitalares da Polícia Militar	420.859
16000 - Secretaria de Estado da Administração	**131.202.891**
160001 - Secretaria de Estado da Administração	**60.542.368**
04 - Administração	59.713.169

122 - Administração Geral	58.556.864
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	58.554.451
2073 - Preservação do Patrimônio Público	8.679
2138 - Manutenção e Funcionamento	3.604.973
2323 - Encargos com Pessoal	54.940.799
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	2.413
1855 - Aparelhamento e Reaparelhamento da Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos	2.413
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.156.305
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.156.305
2483 - Manutenção e Funcionamento das Centrais do Cidadão	1.156.305
26 - Transporte	829.198
122 - Administração Geral	829.198
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	829.198
2474 - Manutenção e Funcionamento	829.198
160102 - Encargos Gerais do Estado na Sec. da Administração	**63.455.956**
04 - Administração	28.959.212
122 - Administração Geral	27.505.742
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.097.029
4045 - Encargos com Pensões Especiais	4.097.029
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	23.042.503
1338 - Gestão e Integração de Informações	9.262.338
2941 - Manutenção da Frota de Veículos do Estado	13.780.165
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	366.211
1337 - Otimização da Informação de Processos Administrativos	366.211
126 - Tecnologia da Informação	1.453.470
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.418.761
2827 - Manutenção da Coordenadoria de Informática	1.418.761
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	34.708
1345 - Infraestrutura de Datacenter de Alta Disponibilidade	34.708
06 - Segurança Pública	26.074.465
122 - Administração Geral	26.074.465
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	26.074.465
2502 - Manutenção da frota de veículos do sistema de segurança pública	26.074.465
10 - Saúde	4.710.504

122 - Administração Geral	4.710.504
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.710.504
2499 - Manutenção da frota de veículos da saúde	4.710.504
12 - Educação	3.711.775
122 - Administração Geral	3.711.775
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.711.775
2500 - Manutenção da Frota de veículos do Sistema de	3.711.775
160131 - Fundo de Des. do Sistema de Pessoal do Estado - FUNDESP	**7.204.567**
04 - Administração	7.204.567
122 - Administração Geral	315.838
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	252.500
3247 - Aparelhamento e Reaparelhamento da Escola do Governo Dom Eugênio de Araújo Sales	252.500
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	63.338
2125 - Qualidade de Vida do Servidor Público	63.338
128 - Formação de Recursos Humanos	6.888.730
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.197.887
2830 - Manutenção da Escola de Governo	5.197.887
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.690.843
1107 - Realização de Concurso Público	409.998
2142 - Capacitação de Recursos Humanos	1.280.845
16201 - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte	**6.119.627.673**
162011 - Instituto da Previdência dos Servidores do Estado	**152.230.222**
09 - Previdência Social	152.230.222
122 - Administração Geral	19.444.559
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	18.872.675
2024 - Preservação do Patrimônio Público	92.269
2145 - Manutenção e Gestão do Sistema Previdenciário	5.704.774
2325 - Encargos com Pessoal	13.075.632
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	571.883
1142 - Ampliação de Sistema de Informática	55.313
1149 - Reforma das Instalações Físicas do IPERN	25.260
1821 - Aparelhamento e Reaparelhamento do Instituto de Previdência dos Servidores do RN	491.310
128 - Formação de Recursos Humanos	66.423
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	66.423

2241 - Participação em Eventos de Aperfeiçoamento Técnico	66.423
274 - Previdência Especial	132.719.240
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	132.719.240
2363 - Encargos com Pensões do Tesouro	132.719.240
162233 - Fundo Financeiro do Estado do Rio Grande do Norte - FUNFIRN	**5.967.397.450**
09 - Previdência Social	5.967.397.450
272 - Previdência do Regime Estatutário	5.967.397.450
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.967.397.450
2184 - Pagamento de Benefícios Previdenciários da Defensoria Pública Geral do Estado	576.704
2212 - Pagamento de Benefícios Previdenciários do Tribunal de Justiça do Estado	150.807.966
2222 - Pagamento de Benefícios Previdenciários da Assembleia Legislativa	100.007.666
2224 - Pagamento de Benefícios Previdenciários da Procuradoria Geral da Justiça	49.587.893
2225 - Pagamento de Benefícios Previdenciários do Tribunal de Contas do Estado	29.294.166
2227 - Pagamento de Benefícios Previdenciários dos Demais Órgãos da Administração Direta	4.548.261.063
2229 - Pagamento de Benefícios Previdenciários do Instituto de Previdência dos Servidores do Esta	19.798.685
2230 - Pagamento de Benefícios Previdenciários do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	62.806.318
2231 - Pagamento de Benefícios Previdenciários da Fundação José Augusto	31.920.220
2232 - Pagamento de Benefícios Previdenciários do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio A	51.013.705
2234 - Pagamento de Benefícios Previdenciários da Junta Comercial do Estado	1.231.190
2235 - Pagamento de Benefícios Previdenciários do Departamento de Estradas de Rodagem	31.708.600
2236 - Pagamento de Benefícios Previdenciários do Departamento Estadual de Trânsito	19.049.634
2239 - Pagamento de Benefícios Previdenciários da Fundação Estadual da Criança e do Adolescente	73.162.283
2246 - Pagamento de Benefícios Previdenciários aos Pensionistas	669.434.129
2399 - Pagamento dos Benefícios Previdenciários da Fundação Universidade do Estado do RN	128.737.230
16202 - Companhia de Processamento de Dados	**3.906.180**
162021 - Companhia de Processamento de Dados	**3.906.180**
04 - Administração	3.906.180
122 - Administração Geral	3.906.180
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.881.700
2326 - Encargos com Pessoal	2.997.395
2341 - Manutenção e Funcionamento	884.305
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	24.480
1822 - Aparelhamento e Reaparelhamento da Companhia de Processamento de Dados do RN	24.480
17000 - Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca	**44.037.639**

170001 - Secretaria da Agricultura e da Pecuária	**13.495.801**
20 - Agricultura	13.495.801
122 - Administração Geral	13.495.801
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	13.478.701
2152 - Manutenção e Funcionamento	1.129.997
2327 - Encargos com Pessoal	12.348.704
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	17.100
1823 - Aparelhamento e Reaparelhamento Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca	17.100
170131 - Fundo do Desenvolvimento Agropecuário do RN - FDA	**30.541.838**
20 - Agricultura	30.541.838
608 - Promoção da Produção Agropecuária	30.497.225
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	30.497.225
1087 - Aquisição e Distribuição de Sementes	12.601.180
1125 - Assistência à Bovinocultura, Caprinocultura, Ovinocultura, Suinocultura, Apicultura e Equi	99.901
1373 - Perfuração, Instalação e Manutenção de Poços	739.146
1745 - Realização e Participação em Eventos	3.720.813
1771 - Ampliação e Modernização da Infraestrutura de Unidades Pesqueiras	197.787
1778 - Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Fruticultura	218.040
1787 - Fortalecimento das Cooperativas, Associações e Agroindústria Agropecuária	2.935.480
1790 - Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Implementos Agrícolas	9.959.879
1799 - Produção de Alevinos para Aquicultura e Peixamento de Açudes	25.000
609 - Defesa Agropecuária	44.613
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	44.613
1985 - Construção de Pequenas Barragens	44.613
17203 - Empresa de Pesquisa Agropecuária	**21.411.095**
172031 - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN	**21.411.095**
20 - Agricultura	21.411.095
122 - Administração Geral	20.400.034
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	20.400.034
2194 - Manutenção e Funcionamento	3.806.625
2330 - Encargos com Pessoal	16.593.409
571 - Desenvolvimento Científico	262.591
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	262.591
2196 - Estruturação Física, Aparelhamento e Operacionalização das Estações Experimentais	262.591

608 - Promoção da Produção Agropecuária	748.470
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	748.470
1431 - Produção de Pintos de Ave Caipira	246.326
1432 - Realização de Eventos para Transferências de Tecnologias	63.365
1651 - Análise Laboratorial	23.225
1653 - Manutenção dos Rebanhos	379.446
2256 - Produção de Mudas	36.108
17205 - Central de Abastecimento	**15.446.512**
172051 - Central de Abastecimento	**15.446.512**
20 - Agricultura	15.446.512
122 - Administração Geral	15.282.104
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	15.006.941
2205 - Manutenção e Funcionamento	7.165.957
2331 - Encargos com Pessoal	7.840.984
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	275.163
1669 - Reaparelhamento e Modernização da CEASA	245.163
2495 - Valorização e Capacitação de Servidores da CEASA S/A	30.000
306 - Alimentação e Nutrição	70.816
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	70.816
1809 - Banco de Alimentos in Natura	70.816
542 - Controle Ambiental	12.380
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	12.380
3272 - Controle e monitoramento dos agrotóxicos nos hortifrutis CEASA	12.380
605 - Abastecimento	81.212
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	81.212
1938 - Reestruturação do Espaço Físico da CEASA	81.212
17206 - Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do RN	**12.481.619**
172061 - Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do RN	**12.481.619**
20 - Agricultura	12.481.619
122 - Administração Geral	11.984.119
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	11.426.559
2153 - Manutenção e Funcionamento	1.741.371
2332 - Encargos com Pessoal	9.685.187
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	557.560

1680 - Estruturação Física e Administrativa do IDIARN	557.560
125 - Normatização e Fiscalização	365.000
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	365.000
1674 - Cadastro de Propriedades Rurais para Agropecuária	30.000
1683 - Registro e Fiscalização em Estabelecimento de Produto de Origem Animal e Abatedouro	65.000
2213 - Fiscalização para Defesa Agropecuária	270.000
609 - Defesa Agropecuária	132.500
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	132.500
1176 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	30.000
1681 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas de Vegetais	100.000
1682 - Exames Laboratoriais	2.500
18000 - Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer	**2.599.253.758**
180001 - Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer	**2.486.208.452**
12 - Educação	2.485.981.397
122 - Administração Geral	828.680.412
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	21.745.129
2238 - Manutenção e Funcionamento	21.656.161
2295 - Manutenção e Funcionamento	88.968
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	806.935.282
2453 - Encargos com pessoal da Educação Básica, Cultura, Esporte e Lazer	800.665.490
2455 - Aparelhamento, reaparelhamento e manutenção de ambientes escolares e não escolares da educação	6.269.792
361 - Ensino Fundamental	528.297.079
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	136.743.632
2395 - Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	136.743.632
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	391.553.447
2269 - Encargos com Pessoal do Ensino Fundamental	391.553.447
362 - Ensino Médio	596.552.459
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	153.156.427
2148 - Manutenção e Funcionamento do Ensino Médio	153.156.427
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	443.396.032
2188 - Encargos com Pessoal do Ensino Médio	443.396.032
363 - Ensino Profissional	69.854.376
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	69.854.376
3307 - Nova Escola Potiguar	69.854.376

366 - Educação de Jovens e Adultos	430.723.461
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	470.313
2156 - Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos - EJA	470.313
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	430.253.147
2200 - Encargos com Pessoal da Educação de Jovens e Adultos - EJA	430.253.147
367 - Educação Especial	19.251.653
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	7.092.236
2394 - Manutenção e Funcionamento do Ensino Especial	7.092.236
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	12.159.417
2268 - Encargos com Pessoal do Ensino Especial	12.159.417
368 - Educação Básica	6.463.263
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	6.463.263
2478 - Desenvolvimento e fortalecimento de ações, programas e projetos educacionais, culturais de	3.519.255
3037 - Construção, ampliação, reforma, reparação e adequação de unidades escolares da Escola básica	2.944.008
813 - Lazer	6.158.695
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	6.158.695
3251 - Apoio ao Esporte	6.158.695
27 - Desporto e Lazer	227.055
812 - Desporto Comunitário	227.055
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	227.055
1481 - Apoiando o Esporte através das Entidades Esportivas, Associações e Municípios	227.055
180131 - Fundo Estadual de Educação	**113.045.306**
04 - Administração	615.421
122 - Administração Geral	513.613
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	513.613
1338 - Gestão e Integração de Informações	513.613
126 - Tecnologia da Informação	101.808
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	101.808
1344 - Tecnologia de Gestão e Informação do Governo	101.808
12 - Educação	112.429.885
122 - Administração Geral	22.441.390
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	77.050
2238 - Manutenção e Funcionamento	77.050
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	18.749.915

2453 - Encargos com pessoal da Educação Básica, Cultura, Esporte e Lazer	1.158.368
2459 - Aquisição e elaboração de material de custeio para as unidades da Educação Básica	269.992
2460 - Aquisição e manutenção de mobiliário/equipamento para ambientes escolares	4.003.166
2466 - Formação continuada aos professores e demais profissionais que atuam no âmbito da SEEC	833.928
2503 - Implementação do Programa Transporte Escolar	637.373
2504 - Manutenção, fortalecimento e apoio técnico e financeiro à Gestão Educacional, às unidades e	10.544.791
3038 - Construção, ampliação, reforma, reparação e adequação de	1.302.296
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.003.204
2468 - Implementação, implantação, fortalecimento e ampliação das políticas de Educação em Direito	1.003.204
3007 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	2.611.222
2469 - Implantação, implementação, ampliação. manutenção, realização, acompanhamento e monitoramento	2.611.222
306 - Alimentação e Nutrição	49.286.837
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	49.286.837
1349 - Implementação e Fortalecimento do Programa de Alimentação Escolar	49.286.837
368 - Educação Básica	40.701.657
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	40.701.657
2461 - Desenvolvimento, manutenção e funcionamento de programas, projetos e estratégias educacionais	12.792.870
2463 - Expansão, implementação e manutenção dos Núcleos Tecnológicos (NTE) da Educação Básica	21.734.179
2467 - Manutenção e funcionamento da Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades, das	6.174.608
18201 - Fundação José Augusto	**72.874.234**
182011 - Fundação José Augusto	**72.874.234**
13 - Cultura	72.408.534
122 - Administração Geral	28.920.012
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	28.920.012
2272 - Manutenção e Funcionamento	8.428.655
2333 - Encargos com Pessoal	20.048.010
4054 - Manutenção, Funcionamento e Preservação de Equipamentos Culturais e Artísticos do RN	443.346
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	700.000
2005 - JANELA DE OPORTUNIDADES: CULTURA, ESPORTE E LAZER	700.000
3320 - Ações de Apoio a Cultura	700.000
392 - Difusão Cultural	42.788.523
2005 - JANELA DE OPORTUNIDADES: CULTURA, ESPORTE E LAZER	42.788.523
1001 - Preservação das Linguagens Artísticas do Estado	52.500
1179 - Criação, Promoção, Fomento e Divulgação a Artistas, Conteúdos e Grupos Artísticos	41.342.300

1448 - Fomento, Manutenção e Preservação ao Turismo Cultural	700.000
1450 - Preservação, Fomento e Promoção dos Grupos Artísticos	308.400
2289 - Implantação e Execução do Registro do Patrimônio Vivo do RN	385.323
14 - Direitos da Cidadania	16.000
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	16.000
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	16.000
2491 - Realização e apoio em Conferências	16.000
18 - Gestão Ambiental	12.200
544 - Recursos Hídricos	12.200
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	12.200
1565 - Incentivo à Criação e Implementação de Comitês de Bacias Hidrográficas	12.200
20 - Agricultura	437.500
122 - Administração Geral	17.500
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	17.500
2434 - Manutenção e funcionamento	17.500
605 - Abastecimento	350.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	350.000
3161 - Realização de eventos e assessorias de avaliação, monitoramento e sistematização PECAFES	350.000
608 - Promoção da Produção Agropecuária	70.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	70.000
3160 - Fomento e crédito para apoio produtivo, agroindustrial e logística das cooperativas	70.000
18202 - Fundação Universidade do Estado do RN - FUERN	**337.909.262**
182021 - Fundação Universidade do Estado do RN	**337.909.262**
12 - Educação	337.865.116
122 - Administração Geral	327.465.802
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	64.560.015
2295 - Manutenção e Funcionamento	64.560.015
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	262.905.787
2265 - Encargos com Pessoal	262.905.787
364 - Ensino Superior	10.399.314
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	10.399.314
1009 - Aparelhamento das Unidades da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	5.735.857
1551 - Construção, Adaptação e Melhoria da Infraestrutura da FUERN	3.577.658
1554 - Elaboração de Estudos e Projetos	3.898

1573 - Renovação e Ampliação da Frota de Veículos	1.081.900
19 - Ciência e Tecnologia	44.146
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	44.146
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	44.146
1757 - Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas	44.146
18203 - Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy	**429.837**
182031 - Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy	**429.837**
12 - Educação	429.837
122 - Administração Geral	98.834
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	98.834
2935 - Manutenção e Funcionamento	98.834
364 - Ensino Superior	331.003
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	331.003
1203 - Restauração e Conservação de Prédio do IFESP	94.903
1205 - Reaparelhamento do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy	60.291
2250 - Capacitação para o Ensino à Distância para Docentes e Gestores Escolares	22.206
2937 - Formação de Professores à Nível de 3º Grau do IFESP	153.602
19000 - Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças	**978.221.630**
190001 - Secretaria de Planejamento e das Finanças	**15.568.811**
04 - Administração	15.568.811
122 - Administração Geral	13.738.018
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	13.738.018
1856 - Aparelhamento e Reaparelhamento da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças	101.915
2322 - Manutenção e Funcionamento	1.586.525
2334 - Encargos com Pessoal	12.049.578
126 - Tecnologia da Informação	1.830.793
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	1.830.793
1344 - Tecnologia de Gestão e Informação do Governo	1.830.793
190102 - Encargos Gerais do Estado na Sec. de Est. do Planejamento e das Finanças - SEPLAN	**904.380.294**
04 - Administração	131.469.270
122 - Administração Geral	511
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	511
2506 - Manutenção e Funcionamento Centralizada	511
129 - Administração de Receitas	21.018.346

0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	21.018.346
2014 - Racionalização das Ações Administrativas e Financeiras do Erário Estadual	21.018.346
846 - Outros Encargos Especiais	110.450.413
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	110.450.413
2424 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	110.450.413
28 - Encargos Especiais	772.911.024
843 - Serviço da Dívida Interna	237.554.306
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	237.554.306
2965 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Interna	237.554.306
844 - Serviço da Dívida Externa	196.552.540
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	196.552.540
2116 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Externa	196.552.540
845 - Transferências	11.655.000
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	11.655.000
4014 - Transferências Especiais	11.655.000
846 - Outros Encargos Especiais	327.149.178
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	327.149.178
2158 - Despesas Determinadas por Sentenças Judiciárias	327.149.178
190200 - Projeto RN Sustentável	**58.215.418**
04 - Administração	58.215.418
122 - Administração Geral	58.215.418
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	20.235.320
1409 - Atenção à Saúde - RN SUSTENTÁVEL	20.235.320
4012 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO ECONÔMICA - PROJETO GOVERNO CIDADÃO	15.982.449
1411 - Desenvolvimento Regional Sustentável - RN SUSTENTÁVEL	15.982.449
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	21.997.648
1404 - Melhoria da Gestão do Setor Público - RN SUSTENTÁVEL	21.997.648
190300 - Projeto Nova Escola Potiguar	**57.107**
12 - Educação	57.107
363 - Ensino Profissional	57.107
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	57.107
3307 - Nova Escola Potiguar	57.107
20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico	**10.955.222**
200001 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico	**6.847.432**

23 - Comércio e Serviços	6.847.432
122 - Administração Geral	6.847.432
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	6.817.421
2043 - Preservação do Patrimônio Público	89.049
2335 - Encargos com Pessoal	5.920.380
2353 - Manutenção e Funcionamento	807.992
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	30.010
1833 - Aparelhamento e Reaparelhamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico	30.010
200132 - Fundo de Desenvolvimento Comercial e Industrial do RN - FDCI	**4.107.790**
19 - Ciência e Tecnologia	360.000
571 - Desenvolvimento Científico	360.000
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	360.000
3269 - Apoio ao Parque Tecnológico	360.000
22 - Indústria	3.273.357
571 - Desenvolvimento Científico	685.264
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	685.264
3237 - Promoção da pesquisa e desenvolvimento	685.264
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	312.000
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	312.000
1754 - Elaboração do Atlas de Energia Solar e Eólica	312.000
661 - Promoção Industrial	522.900
4007 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS	522.900
1503 - Infraestrutura para Industrialização	324.900
1516 - Programa de Industrialização do Interior (PRO-SERTÃO)	198.000
691 - Promoção Comercial	1.753.193
4007 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS	1.753.193
1098 - Promoção e Participação em Feiras e Eventos	1.753.193
25 - Energia	474.433
751 - Conservação de Energia	474.433
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	474.433
3274 - Hidrogênio Verde	474.433
20205 - Junta Comercial do Estado	**10.678.180**
202051 - Junta Comercial do Estado	**10.678.180**
23 - Comércio e Serviços	10.678.180

122 - Administração Geral	10.308.867
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	9.002.107
2248 - Preservação do Patrimônio Público	23.139
2336 - Encargos com Pessoal	2.712.992
2425 - Manutenção e Funcionamento	6.265.976
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	1.292.901
1506 - Modernização da Junta Comercial do Estado	1.119.911
1834 - Aparelhamento e Reaparelhamento da Junta Comercial do Estado do RN	172.990
4008 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: COMÉRCIO E SERVIÇOS	13.860
2211 - Qualificação e Aperfeiçoamento Funcional da Junta Comercial do Estado do RN	13.860
691 - Promoção Comercial	170.850
4008 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: COMÉRCIO E SERVIÇOS	170.850
1500 - Promoção e Participação no Desenvolvimento Empresarial do RN	170.850
846 - Outros Encargos Especiais	198.462
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	198.462
2427 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	198.462
20206 - Instituto de Pesos e Medidas	**4.426.887**
202061 - Instituto de Pesos e Medidas	**4.426.887**
23 - Comércio e Serviços	4.426.887
122 - Administração Geral	4.426.887
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.426.887
2337 - Encargos com Pessoal	1.555.779
2432 - Manutenção e Funcionamento	2.871.108
20207 - Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte	**8.500.606**
202071 - Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte	**1.095.131**
19 - Ciência e Tecnologia	1.095.131
122 - Administração Geral	1.088.901
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.088.901
2141 - Manutenção e Funcionamento	129.040
2340 - Encargos com Pessoal	959.861
128 - Formação de Recursos Humanos	6.230
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	6.230
1965 - Capacitação de Recursos Humanos da FAPERN	6.230
202231 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	**7.405.475**

19 - Ciência e Tecnologia	7.405.475
122 - Administração Geral	181.132
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	181.132
2164 - Operacionalização e Manutenção do FUNDET	181.132
128 - Formação de Recursos Humanos	200.000
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	200.000
1755 - Apoio a Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	200.000
571 - Desenvolvimento Científico	378.529
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	378.529
1758 - Apoio a Implantação de Incubadoras e Parques Tecnológicos	378.529
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	6.645.814
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	6.645.814
1757 - Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas	6.645.814
21000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social	**111.133.618**
210001 - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social	**39.371.238**
06 - Segurança Pública	39.140.238
122 - Administração Geral	34.311.821
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	2.135.228
2465 - Manutenção e Funcionamento	2.135.228
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	32.176.594
2271 - Encargos com Pessoal	32.176.594
181 - Policiamento	4.828.417
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.828.417
4000 - Manutenção e Suprimentos de Material para Aeronaves da Secretaria de Segurança Pública	2.866.906
4001 - Manutenção do Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação da Segurança Pública	1.961.511
10 - Saúde	231.000
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	231.000
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	231.000
2387 - Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	231.000
210132 - Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FUNSEP	**71.762.380**
06 - Segurança Pública	71.762.380
122 - Administração Geral	49.097.140
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	49.097.140
1471 - Construção, Reforma e Ampliação de Instalações Físicas das Unidades da Segurança Pública	11.150.260

3260 - Ampliação da Frota de Veículos	37.946.880
126 - Tecnologia da Informação	3.666.710
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	3.666.710
1382 - Informatização das Unidades da Segurança Pública	2.125.404
3087 - Implantação de soluções de software	1.541.306
128 - Formação de Recursos Humanos	6.352.805
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	3.258.625
2819 - Qualificação, Requalificação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos	28.350
3093 - Implantação do programa de valorização profissional	461.366
3095 - Operacionalização do Prog.	2.768.909
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	3.094.180
2818 - Operacionalização das Ações Educacionais de Erradicação das Drogas	3.094.180
181 - Policiamento	12.640.286
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	6.656.974
1383 - Modernização do Sistema de Comunicação da Segurança Pública	2.429.333
1488 - Reaparelhamento das Unidades da Segurança Pública	1.189.338
3086 - Implantação do projeto SINESP no RN	213.064
3088 - Modernização do sistema de vigilância urbana	1.333.300
3090 - Implantação do programa de redução das condutas violentas letais intencionais (CVLI)	1.491.939
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	5.983.312
1384 - Aquisição de Armamentos e Munições para Segurança Pública	5.062.996
3259 - Proteção às Mulheres e Minorias	343.980
3261 - Apoio à Realização de Grandes Eventos	565.298
3270 - Reestruturação das unidades de segurança pública	11.037
183 - Informação e Inteligência	5.438
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	5.438
3081 - Ampliação das atividades estratégicas e operacionais de inteligência em segurança pública	5.438
21102 - Polícia Civil	**339.474.304**
211021 - Polícia Civil	**339.474.304**
06 - Segurança Pública	339.474.304
122 - Administração Geral	322.591.961
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	19.841.547
2997 - Manutenção e Funcionamento	18.749.762
2999 - Manutenção e Suprimento de Viaturas para Serviços Policiais	1.091.785

1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	675.674
1190 - Const., Reforma e Ampliação das Estruturas Físicas das Unidades Operacionais e Administrativas	675.674
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	302.074.740
2302 - Encargos com Pessoal	302.074.740
181 - Policiamento	16.882.342
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	14.024.269
2991 - Manutenção do Sistema de Telecomunicações	476.942
2998 - Serviços Específicos da Polícia Civil	13.547.327
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.140.393
3317 - Realização da formação dos aprovados nos concursos da PCRN	2.140.393
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	717.680
1420 - Aparelhamento e Reaparelhamento das Unidades da Polícia Civil do RN	717.680
21131 - Instituto Técnico Científico de Perícia	**98.534.541**
210131 - Instituto Técnico Científico de Perícia	**98.534.541**
06 - Segurança Pública	98.534.541
122 - Administração Geral	98.534.541
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	13.667.686
2404 - Manutenção e Funcionamento	13.667.686
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	84.101.760
2270 - Encargos com Pessoal	84.101.760
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	765.094
1033 - Aparelhamento e Informatização de Unidades do ITEP	503.283
1483 - Construção, Reforma e Ampliação de Unidades do ITEP	261.812
22000 - Secretaria de Estado da Tributação	**551.985.781**
220001 - Secretaria da Tributação	**253.287.898**
04 - Administração	253.287.898
122 - Administração Geral	253.287.898
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	253.287.898
2342 - Encargos com Pessoal	226.899.630
2501 - Manutenção e Funcionamento	20.380.320
2505 - Manutenção e Funcionamento das Sedes das Unidades Fiscais	60.000
4051 - Manutenção e Funcionamento das Fisc. Moveis e de Fronteiras	5.947.948
220102 - Encargos Gerais do Estado na Sec. de Fazenda do RN - SEFAZ	**293.849.357**
04 - Administração	12.110.501

129 - Administração de Receitas	12.110.501
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	12.110.501
4056 - Racionalização das Ações Administrativas e Financeiras do Erário Estadual	12.110.501
09 - Previdência Social	42.164.349
271 - Previdência Básica	42.164.349
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	42.164.349
4058 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	42.164.349
28 - Encargos Especiais	239.574.507
845 - Transferências	7.755.000
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	7.755.000
4061 - Transferências Especiais	7.755.000
846 - Outros Encargos Especiais	231.819.507
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	231.819.507
4062 - Despesas Determinadas por Sentenças Judiciárias	231.819.507
220131 - Fundo Estadual de Des. e Aperf. da Atividade Tributária	**462.805**
04 - Administração	462.805
122 - Administração Geral	462.805
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	462.805
3240 - Aprimoramento da gestão fazendária e transparência fiscal	128.331
3241 - Modernização da gestão e infraestrutura de TIC da SET/RN	331.845
3243 - Adequação dos ambientes de trabalho da SET/RN	2.630
220132 - Fundo Estadual de Incentivo à Cidadania Fiscal	**4.385.720**
04 - Administração	4.385.720
122 - Administração Geral	4.385.720
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	4.385.720
1580 - Campanha Educativa de Cidadania Fiscal	4.385.720
24000 - Secretaria de Estado da Saúde Pública	**2.590.604.092**
240131 - Fundo de Saúde do RN - FUSERN	**2.500.516.550**
10 - Saúde	2.500.516.550
121 - Planejamento e Orçamento	56.730
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	56.730
1016 - Coordenação e Operacionalização do Sist. de Planejamento e Gestão Estratégica e Participativa	56.730
122 - Administração Geral	1.436.131.484
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	48.234.562

2499 - Manutenção da frota de veículos da saúde	75.443
2584 - Manutenção e Funcionamento	48.159.119
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	1.387.896.922
2283 - Encargos com Pessoal	1.375.598.484
3252 - Enfrentamento do Coronavírus e Demais Síndromes Respiratórias Aguda Grave	12.298.438
125 - Normatização e Fiscalização	472.738
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	443.438
2042 - Fortalecimento do Controle Social do SUS	443.438
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	29.300
1491 - Reestruturação do Sistema Estadual de Auditoria do SUS	29.300
126 - Tecnologia da Informação	1.493.632
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	1.493.632
1242 - Modernização Administrativa, Gerencial e Tecnológica da SESAP	1.493.632
301 - Atenção Básica	745
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	745
2416 - Fortalecimento das Ações de Promoção da Saúde na Atenção Básica	745
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	997.115.857
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	10.695.333
2385 - Manutenção da Rede de Laboratórios	9.847.872
2417 - Fortalecimento das Ações de Vigilância e Atenção Integral à Saúde do Trabalhador	847.461
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	986.420.524
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	33.708.467
1238 - Parcerias entre Entes Públicos	195.367.891
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	440.963.647
2383 - Manutenção do Centro de Reabilitação Infantil e Adulto	9.008.672
2384 - Manutenção da Rede de Serviços de Hematologia e Hemoterapia	21.160.449
2386 - Implementação e Manutenção do Complexo Estadual de Regulação	404.511
2387 - Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	28.034.545
2388 - Manutenção e Operacionalização do Serviço de Captação e Doação de Órgãos	481.435
2389 - Operacionalização dos Serviços Complementares de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e	232.691.653
2391 - Manutenção dos Serviços de Atenção Domiciliar	14.972.299
2392 - Manutenção dos Serviços de Acesso ao Tratamento Fora do Domicílio	4.915.748
2423 - Fortalecimento da Rede Psicossocial	232.571
3151 - Implantação das policlínicas regionais de saúde em parceria com municípios em gestão conso.	962.806

3256 - Fundo de Incentivo Técnico Científico	3.515.831
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	53.896.976
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	53.896.976
2411 - Distribuição de Medicamentos, Produtos Nutricionais e Material Médico-Hospitalar	53.896.976
304 - Vigilância Sanitária	1.401.770
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.401.770
2414 - Fortalecimento e Operacionalização das Ações de Vigilância Sanitária	1.401.770
305 - Vigilância Epidemiológica	9.883.760
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	9.883.760
2412 - Fortalecimento da Política de Vigilância e Prevenção das IST/AIDS e Hepatites Virais	1.056.801
2413 - Integração e Operacionalização das Práticas de Promoção e Vigilância em Saúde	8.826.960
306 - Alimentação e Nutrição	62.858
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	62.858
2415 - Estruturação e Implementação de Ações de Alimentação e Nutrição	62.858
241312 - Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel	**23.482.135**
10 - Saúde	23.482.135
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23.482.135
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	23.482.135
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	53.658
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	23.428.477
241313 - Hospital Dr. José Pedro Bezerra	**15.118.199**
10 - Saúde	15.118.199
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.118.199
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	15.118.199
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	154.334
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	14.963.865
241314 - Hospital Colônia Dr. João Machado	**4.679.140**
10 - Saúde	4.679.140
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.679.140
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	4.679.140
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	97.010
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	4.582.130
241315 - Hospital Giselda Trigueiro	**5.827.261**
10 - Saúde	5.827.261

302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.827.261
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	5.827.261
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	708.455
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	5.118.806
241316 - Hospital Regional Tarcísio Maia	**16.673.564**
10 - Saúde	16.673.564
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	16.673.564
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	16.673.564
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	1.905.034
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	14.768.530
241321 - Hospital Regional Dr. Cleodon Carlos de Andrade	**5.212.299**
10 - Saúde	5.212.299
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.212.299
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	5.212.299
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	96.750
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	5.115.549
241331 - Hospital Regional de Açu	**245.531**
10 - Saúde	245.531
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	245.531
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	245.531
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	4.500
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	241.031
241334 - Hospital Maria Alice Fernandes	**7.670.916**
10 - Saúde	7.670.916
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.670.916
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	7.670.916
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	102.609
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	7.568.308
241337 - Hospital Regional Deoclécio Marques de Lucena	**11.178.499**
10 - Saúde	11.178.499
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.178.499
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	11.178.499
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	371.131
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	10.807.368

25000 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	**149.630.422**
250001 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	**136.665.261**
04 - Administração	123.132.134
122 - Administração Geral	123.132.134
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	123.132.134
3262 - Gestão de parcerias público privadas	123.132.134
26 - Transporte	13.533.127
122 - Administração Geral	13.533.127
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	13.335.502
2345 - Encargos com Pessoal	7.766.369
2648 - Manutenção e Funcionamento	5.569.133
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	197.625
3099 - Capacitar e aperfeiçoar as equipes técnicas e administrativas	197.625
250131 - Fundo de Des. de Transportes e Obras do RN - FDTO	**12.965.161**
26 - Transporte	12.671.908
122 - Administração Geral	5.922.012
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	5.922.012
2746 - Apoio e Execução das Atividades Operacionais do FDTO	5.841.138
3101 - Operacionalizar atividades do FDTO	80.874
781 - Transporte Aéreo	2.512.488
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	2.512.488
3110 - Serviços de recuperação e adequação do aeroporto Dix-Sept Rosado em Mossoró e dos aeródromos	2.512.488
782 - Transporte Rodoviário	4.237.408
2009 - VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO	4.169.815
1975 - Construção e Restauração de Pavimentação e de Rede de Drenagem de Águas Pluviais	4.169.815
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	67.593
1159 - Construção, Reforma e Operacionalização de Terminais Rodoviários	67.593
27 - Desporto e Lazer	293.252
813 - Lazer	293.252
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	293.252
1279 - Construção e Operacionalização de Estrutura de Esporte e Lazer	293.252
25201 - Departamento de Estradas de Rodagem	**70.304.619**
252011 - Departamento de Estradas de Rodagem	**70.304.619**
26 - Transporte	70.304.619

122 - Administração Geral	18.327.980
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	18.315.772
2346 - Encargos com Pessoal	14.087.497
2684 - Manutenção e Funcionamento	4.228.274
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	12.208
1839 - Aparelhamento e Reaparelhamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem	12.208
126 - Tecnologia da Informação	16.806
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	16.806
1267 - Modernização Tecnológica do DER	16.806
451 - Infraestrutura Urbana	3.064.260
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	3.064.260
1955 - Programa de Infraestrutura de Transporte Coletivo Urbano	3.064.260
453 - Transportes Coletivos Urbanos	1.514.009
2010 - VIVER MELHOR: MOBILIDADE	1.514.009
3321 - Assistência Financeira ao transporte público coletivo	1.514.009
782 - Transporte Rodoviário	47.362.891
2010 - VIVER MELHOR: MOBILIDADE	67.074
1070 - Construção, Conservação e Ampliação de Infraestrutura Física - STIP	67.074
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	47.277.148
1686 - Construção de Trechos Rodoviários	6.035.014
1690 - Restauração de Trechos Rodoviários	1.573.873
1693 - Conservação de Rodovias	39.557.409
1694 - Elaboração de Estudos e Projetos para Restauração de Obras Viárias	110.851
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	18.668
1273 - Modernização Administrativa e Tecnológica do STIP	18.668
846 - Outros Encargos Especiais	18.674
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	18.674
2685 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	18.674
25203 - Departamento Estadual de Trânsito	**135.451.539**
252031 - Departamento Estadual de Trânsito	**135.451.539**
26 - Transporte	135.451.539
122 - Administração Geral	120.349.404
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	69.467.350
2474 - Manutenção e Funcionamento	69.467.350

5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	49.346.020
1905 - Implementação do Processo de Inovação Organizacional	1.930.440
2347 - Encargos com Pessoal	47.415.580
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.536.033
1029 - Reestruturação Física do DETRAN	449.083
1826 - Reaparelhamento do DETRAN	1.041.420
1907 - Realização de Eventos	45.530
126 - Tecnologia da Informação	9.720.867
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	9.720.867
1827 - Modernização da Tecnologia da Informação	9.720.867
128 - Formação de Recursos Humanos	325.246
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	325.246
1485 - Educação para o Trânsito	177.253
1906 - Valorização do Servidor	147.993
181 - Policiamento	3.898.153
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	3.898.153
1266 - Fiscalização do Trânsito	3.898.153
782 - Transporte Rodoviário	465.966
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	465.966
1908 - Melhoria da Sinalização e do Sistema Viário	465.966
846 - Outros Encargos Especiais	691.903
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	691.903
2475 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	691.903
25204 - Agência Reguladora de Serviços Públicos	**4.929.672**
252041 - Agência Reguladora de Serviços Públicos	**4.929.672**
04 - Administração	4.929.672
122 - Administração Geral	4.837.043
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.837.043
2348 - Encargos com Pessoal	2.836.351
2753 - Manutenção e Funcionamento	2.000.692
125 - Normatização e Fiscalização	25.280
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	25.280
1118 - Elaboração de Estudos	17.140
2214 - Desenvolvimento da Fiscalização	8.140

128 - Formação de Recursos Humanos	67.349
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	67.349
1011 - Participação em Eventos de Aperfeiçoamento Técnico	67.349
26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social	**147.437.542**
260001 - Secretaria de Estado do Trabalho Habitação e Assistência Social	**12.551.097**
08 - Assistência Social	12.551.097
122 - Administração Geral	10.653.988
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	10.653.988
2074 - Preservação do Patrimônio Público	4.800
2349 - Encargos com Pessoal	8.537.357
2758 - Manutenção e Funcionamento	2.111.831
244 - Assistência Comunitária	1.334.102
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	1.220.000
2306 - Apoio Financeiro a Instituições Privadas de Caráter Assistencial	1.220.000
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	114.102
1325 - Fortalecimento Social com Foco na Inclusão Produtiva	96.277
1371 - Inclusão Social e Produtiva para o Combate à Pobreza	17.825
333 - Empregabilidade	11.405
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	11.405
1194 - Expansão e Operacionalização de Posto de Atendimento do SINE/RN	11.405
334 - Fomento ao Trabalho	551.602
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	280.000
1181 - Qualificação Social e Profissional	280.000
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	271.602
1189 - Desenvolvimento do Artesanato	271.602
260132 - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	**134.886.445**
08 - Assistência Social	134.886.445
122 - Administração Geral	5.147.191
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.147.191
4044 - Manutenção e funcionamento	5.147.191
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	32.152
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	32.152
3306 - Assistência aos órfãos	32.152
244 - Assistência Comunitária	8.016.850

2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	8.016.850
1122 - Cofinanciamento dos Níveis de Proteção Social Básica e Especial da Assistência Social	100.000
1158 - Elaboração de Estudos e Projetos	478.605
1368 - Implantação de Estrutura Regional da Assistência Social	2.655.375
1369 - Fortalecimento do Apoio Institucional	25.550
1386 - Fortalecimento das Ações do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	159.785
1555 - Viabilização de Programas e Projetos Especiais	536.605
1941 - Programa Transporte Cidadão	63.927
2258 - Fortalecimento dos Programas e Serviços da Assistência Social	889.005
3311 - Implantação e manutenção do cofinanciamento da Proteção Social	3.107.500
3315 - Manutenção do Programa de ações estratégicas de erradicação do Trabalho infantil - AEPETI	500
306 - Alimentação e Nutrição	121.682.652
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	121.682.652
1308 - Programa do Leite	71.767.268
1937 - Programa Restaurante Popular	37.973.756
1939 - Programa Café do Trabalhador	11.561.913
2053 - Suplementação Alimentar	379.715
334 - Fomento ao Trabalho	7.600
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	7.600
2362 - Desenvolvimento do Artesanato Potiguar	7.600
26202 - Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do RN-FUNDASE	**48.340.273**
262021 - Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do RN- FUNDASE	**48.340.273**
14 - Direitos da Cidadania	48.340.273
122 - Administração Geral	42.119.003
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	42.119.003
2350 - Encargos com Pessoal	39.846.243
2900 - Manutenção e Funcionamento	2.272.760
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	6.221.270
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	77.452
1313 - Aparelhamento e Reaparelhamento de Unidade de Atendimento	12.750
2481 - Reestruturar o sistema de segurança	64.702
3007 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	6.143.818
1161 - Programa de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente	6.143.818
26203 - Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano	**6.833.962**

262032 - Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano	**6.833.962**
16 - Habitação	6.833.962
122 - Administração Geral	3.164.638
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.164.638
2351 - Encargos com Pessoal	1.553.965
2907 - Manutenção e Funcionamento	1.610.673
244 - Assistência Comunitária	3.669.324
2008 - VIVER MELHOR: DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	3.669.324
1862 - Moradia Cidadã Legal	3.538.110
1867 - Habitação de Interesse Social	131.214
27000 - Sec. de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	**73.943.314**
270001 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	**67.382.486**
18 - Gestão Ambiental	67.382.486
122 - Administração Geral	10.089.521
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	9.792.674
1076 - Reequipamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	259.411
2352 - Encargos com Pessoal	8.023.593
2841 - Manutenção e Funcionamento	1.509.671
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	296.847
1116 - Melhoria das Instalações Físicas	277.632
1347 - Fortalecimento Institucional da SEMARH	19.215
128 - Formação de Recursos Humanos	47.995
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	47.995
2257 - Capacitação de Pessoal	47.995
544 - Recursos Hídricos	57.244.970
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	57.244.970
1175 - Construção, Ampliação e Recuperação de Barragens e Açudes	56.487.115
1565 - Incentivo à Criação e Implementação de Comitês de Bacias Hidrográficas	492.894
1933 - Construção, Ampliação e Recuperação de Canais	264.961
270131 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNERH	**6.560.828**
18 - Gestão Ambiental	6.560.828
126 - Tecnologia da Informação	109.675
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	109.675
1372 - Sistema de Informação de Recursos Hídricos	109.675

128 - Formação de Recursos Humanos	1.479.276
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	1.479.276
1364 - Treinamento e Capacitação em Recursos Hídricos	1.479.276
544 - Recursos Hídricos	4.971.878
2009 - VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO	356.903
1557 - Elaboração de Estudos e Projetos de Saneamento Básico	332.407
1569 - Execução de Sistemas de Aterros Sanitários Regionais	24.496
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	16.450
1132 - Instalação de Dessalinizadores	16.450
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	4.598.525
1012 - Elaboração de Estudos, Planos e Projetos	24.744
1078 - Perfuração de Poços em Pequenas Comunidades	90.325
1079 - Construção e Instalação de Poços Tubulares em Pequenas Comunidades	3.768.476
1141 - Recuperação e Manutenção de Dessalinizadores	50.364
1355 - Programa Água Doce	564.303
1362 - Educação, Divulgação e Gestão Participativa	51.037
1365 - Recuperação, Limpeza e Teste de Poços	16.380
2261 - Monitoramento e Fiscalização na Área de Recursos Hídricos	32.896
27202 - Instituto de Gestão das Águas do RN	**3.637.370**
272020 - Instituto de Gestão das Águas do Estado do RN	**3.637.370**
18 - Gestão Ambiental	3.637.370
122 - Administração Geral	2.748.510
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	2.748.510
2013 - Manutenção e Funcionamento	1.484.924
2355 - Encargos com Pessoal	1.263.586
128 - Formação de Recursos Humanos	10.890
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	10.890
2044 - Participação em Eventos de Aperfeiçoamento Técnico-Administrativo	10.890
544 - Recursos Hídricos	877.970
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	877.970
1397 - Promoção de Eventos sobre Recursos Hídricos	73.030
1565 - Incentivo à Criação e Implementação de Comitês de Bacias Hidrográficas	60.000
1646 - Desenvolvimento de Estudos, Projetos e Pesquisas	351.333
2030 - Monitoramento Qualiquantitativo dos Recursos Hídricos	141.190

2031 - Outorga e Dispensa pelo Direito do Uso dos Recursos Hídricos	15.020
2032 - Fiscalização do Uso dos Recursos Hídricos	59.415
2097 - Implantação e Operacionalização do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos	177.982
27203 - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN	**72.709.999**
272031 - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente	**72.709.999**
18 - Gestão Ambiental	72.709.999
122 - Administração Geral	69.196.121
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	57.161.572
2092 - Preservação do Patrimônio Público	689.315
2329 - Manutenção e Funcionamento	27.047.357
2356 - Encargos com Pessoal	29.424.900
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	12.034.549
1403 - Fortalecimento Institucional do IDEMA	11.650.180
1843 - Aparelhamento e Reaparelhamento do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambient	38.739
1848 - Apoio à Realização de Eventos	345.630
128 - Formação de Recursos Humanos	66.475
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	66.475
1408 - Aperfeiçoamento e Capacitação do Corpo Técnico	66.475
541 - Preservação e Conservação Ambiental	293.785
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	293.785
1055 - Educação Ambiental nas Unidades de Conservação	293.785
542 - Controle Ambiental	1.336.618
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	1.336.618
1063 - Avaliação da Qualidade das Águas	499.565
1067 - Monitoramento da Cobertura Vegetal	823.380
1497 - Monitoramento da Cobertura Vegetal e da Ocupação Humana na Reserva de Desenvolvimento Sustentável	13.673
543 - Recuperação de Áreas Degradadas	817.000
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	817.000
1058 - Recuperação de Áreas Degradadas	817.000
846 - Outros Encargos Especiais	1.000.000
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.000.000
2379 - Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público	1.000.000
28000 - Secretaria de Estado do Turismo	**7.486.827**
280001 - Secretaria do Turismo	**7.486.827**

23 - Comércio e Serviços	7.486.827
122 - Administração Geral	5.562.135
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.562.135
2357 - Encargos com Pessoal	4.474.841
2977 - Manutenção e Funcionamento	1.087.295
128 - Formação de Recursos Humanos	20.597
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	20.597
1331 - Desenvolvimento e Capacitação de Recursos Humanos	20.597
392 - Difusão Cultural	994.244
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	994.244
1285 - Desenvolvimento e Conservação do Patrimônio Histórico Cultural	994.244
695 - Turismo	909.851
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	909.851
1377 - Elaboração, Implantação e Consolidação dos Roteiros Turísticos	600.000
1487 - Apoio às Instâncias de Governança	214.851
1613 - Elaboração de Estudos, Projetos e Pesquisas	95.000
28202 - Empresa Potiguar de Promoção Turística	**14.954.109**
282022 - Empresa Potiguar de Promoção Turística	**14.954.109**
18 - Gestão Ambiental	3.098.445
122 - Administração Geral	3.098.445
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	3.098.445
1043 - Interface com Organizações Governamentais e Não Governamentais	3.098.445
23 - Comércio e Serviços	11.855.664
122 - Administração Geral	5.807.949
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.807.949
2358 - Encargos com Pessoal	2.524.736
2984 - Manutenção e Funcionamento	3.283.212
695 - Turismo	6.047.716
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	6.047.716
3024 - Apoio e parceria com as entidades turísticas do RN	50.000
3025 - Desenvolver os segmentos do turismo do Rio Grande do Norte	1.639.998
3030 - Campanhas de marketing do turismo do RN no âmbito Nacional	862.636
3032 - Desenvolver e adquirir produtos, brindes e folheteria para distribuição	53.010
3070 - Participação em eventos no âmbito Nacional	2.518.339

3071 - Captação e coordenação de eventos e festivais	350.000
3074 - Implementação do observatório do turismo	573.733
31000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar	**17.364.854**
310001 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar	**13.350.030**
20 - Agricultura	13.350.030
122 - Administração Geral	5.777.942
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.777.942
2359 - Encargos com Pessoal	3.975.399
2989 - Manutenção e Funcionamento	1.802.543
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3.952.224
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	3.952.224
3178 - Aporte financeiro ao programa garantia safra	3.952.224
511 - Saneamento Básico Rural	38.675
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	38.675
3198 - Implementar tecnologias sociais de uso de reuso de água voltadas para a produção nos quint	38.675
541 - Preservação e Conservação Ambiental	506.395
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	506.395
3175 - Aquisição e distribuição de sementes crioulas	506.395
605 - Abastecimento	80.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	80.000
3162 - Desenvolvimento e manutenção de uma plataforma para gestão d PECAFES	80.000
606 - Extensão Rural	2.765.794
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	2.765.794
3167 - Apoiar processos de certificação agroecológica organiza junto a agricultura familiar	34.312
3171 - Investimento em sistema de produção familiar em tecnologias sociais de base agroecológica	178.605
3172 - Apoio e fomento às ações produtivas de base agroecológica das áreas rurais e urbanas	357.000
3176 - Realizar estudos, pesquisas, produção e divulgação de materiais diversos	17.600
3184 - Realizar eventos diversos	708.907
3192 - Realizar contratação de entidade prestadora de serviços de ATER	1.469.370
608 - Promoção da Produção Agropecuária	100.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	100.000
3160 - Fomento e crédito para apoio produtivo, agroindustrial e logística das cooperativas	100.000
661 - Promoção Industrial	104.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	104.000

3159 - Implantação de infraestrutura produtiva, agroindustrial e logística	104.000
692 - Comercialização	25.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	25.000
3166 - Realizar feiras territoriais e estadual da agricultura familiar	25.000
310131 - Fundos de Terras - FUNTERN	**4.014.824**
20 - Agricultura	4.014.824
631 - Reforma Agrária	4.014.824
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	4.014.824
1059 - Cadastro de Terras e Regularização Fundiária	1.057.232
1631 - Implantação de Infraestrutura Produtiva e Social	2.957.591
31202 - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	**34.127.507**
312021 - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	**34.127.507**
20 - Agricultura	34.127.507
122 - Administração Geral	25.586.436
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	25.586.436
2434 - Manutenção e funcionamento	4.143.173
2435 - Encargos com pessoal	21.443.263
128 - Formação de Recursos Humanos	356.500
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	356.500
1947 - Desenvolvimento de Recursos Humanos	356.500
606 - Extensão Rural	8.184.571
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	8.184.571
1948 - Modernização e Gestão da Estrutura Organizacional	1.165.709
1953 - Assistência Técnica e Extensão Rural Sustentável e Educação no Campo	270.833
1954 - Segurança Alimentar e Nutricional	6.176.211
3045 - Aparelhamento e reaparelhamento do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	255.922
3192 - Realizar contratação de entidade prestadora de serviços de ATER	315.897
32000 - Corpo de Bombeiros Militar	**152.782.365**
320001 - Corpo de Bombeiros Militar do RN	**117.845.768**
06 - Segurança Pública	117.845.768
122 - Administração Geral	85.070.905
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	8.525.341
2010 - Manutenção e Funcionamento	8.525.341
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	76.545.564

2027 - Encargos com Pessoal	76.545.564
274 - Previdência Especial	32.774.864
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	32.774.864
4043 - Encargos com Pessoal Inativo e Pensionista da CBM	32.774.864
320131 - Fundo Especial de Reaparelhamento do CBM - FUNREBOM	**34.936.597**
04 - Administração	96.000
128 - Formação de Recursos Humanos	96.000
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	96.000
2142 - Capacitação de Recursos Humanos	96.000
06 - Segurança Pública	34.840.597
128 - Formação de Recursos Humanos	663.406
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	663.406
1104 - Formação, Requalificação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos	663.406
182 - Defesa Civil	34.177.191
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	12.298.237
2121 - Manutenção e Funcionamento das Unidades Operacionais e Administrativas do CBM/RN	12.298.237
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	21.878.954
1089 - Aparelhamento de Unidades do Corpo de Bombeiros Militar	1.138.475
1914 - Aquisição de Viaturas	19.000.942
3125 - Construção e Reforma de Unidades do Corpo de Bombeiros do RN	1.739.537
34000 - Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	**291.787.971**
340001 - Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	**192.493.752**
06 - Segurança Pública	967
122 - Administração Geral	967
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	967
4007 - Gestão das Diárias Operacionais da SEAP	967
14 - Direitos da Cidadania	192.492.785
122 - Administração Geral	192.492.785
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	19.656.447
2440 - Manutenção e Funcionamento	19.656.447
1004 - GESTÃO E MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	172.836.338
2438 - Encargos com Pessoal	172.836.338
340132 - Fundo Penitenciário do Estado do RN	**99.294.220**
04 - Administração	25.740

122 - Administração Geral	25.740
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	25.740
2073 - Preservação do Patrimônio Público	25.740
10 - Saúde	107.181
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	107.181
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	107.181
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	107.181
14 - Direitos da Cidadania	99.161.298
122 - Administração Geral	1.633.470
1004 - GESTÃO E MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	1.633.470
3002 - Ampliação da Frota de Veículos para o sistema Penitenciário	1.633.470
421 - Custódia e Reintegração Social	97.527.828
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	39.084.516
2448 - Manutenção e Funcionamento do Sistema Penitenciário	39.084.516
1004 - GESTÃO E MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	58.443.312
2410 - Atendimento à População Carcerária	41.775.779
2443 - Acompanhamento e Fiscalização na Aplicação de Penas Alternativas	7.950.336
3004 - Reforma, Ampliação e Recuperação de Unidade Penal	7.279.672
3005 - Aparelhamento e Reaparelhamento de Unidades Penais	1.367.089
3047 - Atender às Ações de Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade	70.437
35000 - Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humano	**7.224.987**
350001 - Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humano	**6.996.041**
14 - Direitos da Cidadania	6.996.041
122 - Administração Geral	5.339.348
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.339.348
2445 - Encargos com Pessoal	4.334.805
2446 - Manutenção e Funcionamento	1.004.543
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.656.693
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	22.854
2489 - Manutenção do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente	22.854
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	1.633.839
2490 - Participação, promoção e organização de seminários, cursos e módulos formativos	182.191
2491 - Realização e apoio em Conferências	93.525
3050 - Criação e Estruturação de um canal de Atendimentos de denúncias	1.358.122

350131 - Fundo Estadual da Defesa do Direito do Consumidor - FEDDC	**228.946**
14 - Direitos da Cidadania	228.946
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	228.946
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	143.481
4047 - Manutenção e Funcionamento da Coordenadoria do PROCON RN	143.481
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	85.465
3157 - Realização de visita técnica a estados ou municípios que possuem Fórum em atividade	78.425
4049 - Apoio e organização de cursos e seminários sobre Direito do Consumidor	7.040
TOTAL	**17.184.302.600**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
02 - Judiciária	**70.943.201**
061 - Ação Judiciária	2.114.104
3011 - JUDICIÁRIO	2.114.104
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	5.839.216
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	505.870
5002 – O estado a serviço da sociedade	5.333.346
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	3.254.739
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.254.739
122 - Administração Geral	59.600.901
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	55.877.211
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	3.723.690
128 - Formação de Recursos Humanos	134.241
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	134.241
03 - Essencial à Justiça	**1.012.500**
091 - Defesa da Ordem Jurídica	1.012.500
3010 - DEFESA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA SOCIEDADE	1.012.500
04 - Administração	**770.698.332**
122 - Administração Geral	613.676.971
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	402.950.023
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	4.385.720
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	20.235.320
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	123.132.134
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	252.500
4012 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO ECONÔMICA - PROJETO GOVERNO CIDADÃO	15.982.449
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	24.045.814
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	22.693.010

124 - Controle Interno	18.466
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	14.510
5003 - OUVIR PARA GOVERNAR	3.956
125 - Normatização e Fiscalização	25.280
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	25.280
126 - Tecnologia da Informação	3.386.071
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.418.761
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	1.932.601
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	34.708
128 - Formação de Recursos Humanos	8.232.708
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.197.887
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	67.349
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	2.967.472
129 - Administração de Receitas	33.128.847
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	33.128.847
244 - Assistência Comunitária	50.061
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	50.061
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.729.515
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.729.515
846 - Outros Encargos Especiais	110.450.413
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	110.450.413
06 - Segurança Pública	**2.429.014.654**
122 - Administração Geral	1.533.406.843
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	144.597.371
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	959.651.260
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	1.440.768
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	427.717.445
126 - Tecnologia da Informação	3.666.710
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	3.666.710
128 - Formação de Recursos Humanos	7.016.211
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	3.922.031
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	3.094.180
181 - Policiamento	72.346.781
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	53.710.313

1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	5.278.502
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	7.374.655
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	5.983.312
182 - Defesa Civil	34.177.191
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	12.298.237
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	21.878.954
183 - Informação e Inteligência	5.438
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	5.438
274 - Previdência Especial	778.395.479
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	778.395.479
08 - Assistência Social	**147.437.542**
122 - Administração Geral	15.801.179
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	15.801.179
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	32.152
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	32.152
244 - Assistência Comunitária	9.350.952
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	9.236.850
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	114.102
306 - Alimentação e Nutrição	121.682.652
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	121.682.652
333 - Empregabilidade	11.405
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	11.405
334 - Fomento ao Trabalho	559.202
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	280.000
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	279.202
09 - Previdência Social	**6.161.792.022**
122 - Administração Geral	19.444.559
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	18.872.675
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	571.883
128 - Formação de Recursos Humanos	66.423
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	66.423
271 - Previdência Básica	42.164.349
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	42.164.349
272 - Previdência do Regime Estatutário	5.967.397.450

0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.967.397.450
274 - Previdência Especial	132.719.240
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	132.719.240
10 - Saúde	**2.600.390.944**
121 - Planejamento e Orçamento	56.730
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	56.730
122 - Administração Geral	1.440.841.989
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	52.945.067
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	1.387.896.922
125 - Normatização e Fiscalização	472.738
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	443.438
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	29.300
126 - Tecnologia da Informação	1.493.632
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	1.493.632
301 - Atenção Básica	745
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	745
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.092.279.747
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.697.365
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	482.445
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	10.695.333
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	1.079.404.604
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	53.896.976
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	53.896.976
304 - Vigilância Sanitária	1.401.770
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.401.770
305 - Vigilância Epidemiológica	9.883.760
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	9.883.760
306 - Alimentação e Nutrição	62.858
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	62.858
12 - Educação	**2.940.475.116**
122 - Administração Geral	1.182.398.212
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	90.192.803
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	1.088.590.984
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.003.204

3007 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	2.611.222
306 - Alimentação e Nutrição	49.286.837
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	49.286.837
361 - Ensino Fundamental	528.297.079
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	136.743.632
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	391.553.447
362 - Ensino Médio	596.552.459
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	153.156.427
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	443.396.032
363 - Ensino Profissional	69.911.483
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	69.911.483
364 - Ensino Superior	10.730.317
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	10.730.317
366 - Educação de Jovens e Adultos	430.723.461
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	470.313
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	430.253.147
367 - Educação Especial	19.251.653
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	7.092.236
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	12.159.417
368 - Educação Básica	47.164.920
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	47.164.920
813 - Lazer	6.158.695
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	6.158.695
13 - Cultura	**74.019.975**
122 - Administração Geral	30.531.453
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	30.531.453
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	700.000
2005 - JANELA DE OPORTUNIDADES: CULTURA, ESPORTE E LAZER	700.000
392 - Difusão Cultural	42.788.523
2005 - JANELA DE OPORTUNIDADES: CULTURA, ESPORTE E LAZER	42.788.523
14 - Direitos da Cidadania	**347.235.343**
122 - Administração Geral	241.584.606
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	67.114.799
1004 - GESTÃO E MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	174.469.808

243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	6.221.270
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	77.452
3007 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	6.143.818
421 - Custódia e Reintegração Social	97.527.828
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	39.084.516
1004 - GESTÃO E MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	58.443.312
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.901.639
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	166.335
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	1.735.304
16 - Habitação	**6.833.962**
122 - Administração Geral	3.164.638
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.164.638
244 - Assistência Comunitária	3.669.324
2008 - VIVER MELHOR: DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	3.669.324
18 - Gestão Ambiental	**153.401.328**
122 - Administração Geral	85.132.597
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	69.702.755
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	15.429.841
126 - Tecnologia da Informação	109.675
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	109.675
128 - Formação de Recursos Humanos	1.604.636
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	1.604.636
541 - Preservação e Conservação Ambiental	293.785
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	293.785
542 - Controle Ambiental	1.336.618
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	1.336.618
543 - Recuperação de Áreas Degradadas	817.000
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	817.000
544 - Recursos Hídricos	63.107.018
2009 - VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO	356.903
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	16.450
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	62.733.665
846 - Outros Encargos Especiais	1.000.000
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.000.000

19 - Ciência e Tecnologia	**8.904.752**
122 - Administração Geral	1.270.033
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.270.033
128 - Formação de Recursos Humanos	206.230
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	206.230
571 - Desenvolvimento Científico	738.529
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	738.529
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	6.689.960
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	6.689.960
20 - Agricultura	**145.306.725**
122 - Administração Geral	92.543.935
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	91.694.112
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	275.163
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	574.660
125 - Normatização e Fiscalização	365.000
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	365.000
128 - Formação de Recursos Humanos	356.500
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	356.500
306 - Alimentação e Nutrição	70.816
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	70.816
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3.952.224
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	3.952.224
511 - Saneamento Básico Rural	38.675
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	38.675
541 - Preservação e Conservação Ambiental	506.395
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	506.395
542 - Controle Ambiental	12.380
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	12.380
571 - Desenvolvimento Científico	262.591
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	262.591
605 - Abastecimento	511.212
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	511.212
606 - Extensão Rural	10.950.366
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	10.950.366

608 - Promoção da Produção Agropecuária	31.415.695
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	748.470
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	170.000
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	30.497.225
609 - Defesa Agropecuária	177.113
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	177.113
631 - Reforma Agrária	4.014.824
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	4.014.824
661 - Promoção Industrial	104.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	104.000
692 - Comercialização	25.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	25.000
22 - Indústria	**3.273.357**
571 - Desenvolvimento Científico	685.264
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	685.264
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	312.000
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	312.000
661 - Promoção Industrial	522.900
4007 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS	522.900
691 - Promoção Comercial	1.753.193
4007 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS	1.753.193
23 - Comércio e Serviços	**41.294.990**
122 - Administração Geral	32.953.270
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	31.616.499
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	1.292.901
4008 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: COMÉRCIO E SERVIÇOS	13.860
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	30.010
128 - Formação de Recursos Humanos	20.597
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	20.597
392 - Difusão Cultural	994.244
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	994.244
691 - Promoção Comercial	170.850
4008 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: COMÉRCIO E SERVIÇOS	170.850
695 - Turismo	6.957.567

4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	6.957.567
846 - Outros Encargos Especiais	198.462
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	198.462
24 - Comunicações	**29.671.373**
122 - Administração Geral	6.516.277
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	6.505.927
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	10.350
131 - Comunicação Social	23.155.096
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	51.237
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	23.103.859
25 - Energia	**474.433**
751 - Conservação de Energia	474.433
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	474.433
26 - Transporte	**239.116.212**
122 - Administração Geral	159.050.598
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	102.036.699
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	5.922.012
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	49.346.020
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.745.866
126 - Tecnologia da Informação	9.737.673
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	9.720.867
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	16.806
128 - Formação de Recursos Humanos	5.787.406
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	5.787.406
181 - Policiamento	4.672.937
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	4.672.937
451 - Infraestrutura Urbana	3.064.260
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	3.064.260
453 - Transportes Coletivos Urbanos	1.514.009
2010 - VIVER MELHOR: MOBILIDADE	1.514.009
781 - Transporte Aéreo	2.512.488
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	2.512.488
782 - Transporte Rodoviário	52.066.264
2009 - VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO	4.169.815

2010 - VIVER MELHOR: MOBILIDADE	67.074
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	47.810.707
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	18.668
846 - Outros Encargos Especiais	710.576
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	710.576
27 - Desporto e Lazer	**520.307**
812 - Desporto Comunitário	227.055
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	227.055
813 - Lazer	293.252
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	293.252
28 - Encargos Especiais	**1.012.485.530**
843 - Serviço da Dívida Interna	237.554.306
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	237.554.306
844 - Serviço da Dívida Externa	196.552.540
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	196.552.540
845 - Transferências	19.410.000
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	19.410.000
846 - Outros Encargos Especiais	558.968.685
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	558.968.685
TOTAL	**17.184.302.600**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
02 - Judiciária	**66.378.642**	**4.564.559**	**70.943.201**
061 - Ação Judiciária	2.114.104	-	2.114.104
3011 - JUDICIÁRIO	2.114.104	-	2.114.104
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	3.956.859	1.882.357	5.839.216
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	505.870	-	505.870
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	3.450.990	1.882.357	5.333.346
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	3.254.739	-	3.254.739
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.254.739	-	3.254.739
122 - Administração Geral	57.052.939	2.547.961	59.600.901
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	55.877.211	-	55.877.211
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.175.728	2.547.961	3.723.690
128 - Formação de Recursos Humanos	-	134.241	134.241
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	-	134.241	134.241
03 - Essencial à Justiça	**1.012.500**	**-**	**1.012.500**
091 - Defesa da Ordem Jurídica	1.012.500	-	1.012.500
3010 - DEFESA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA SOCIEDADE	1.012.500	-	1.012.500
04 - Administração	**574.726.004**	**195.972.328**	**770.698.332**
122 - Administração Geral	427.911.300	185.765.671	613.676.971
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	402.868.056	81.967	402.950.023
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	365.406	4.020.314	4.385.720
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	-	20.235.320	20.235.320
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	-	123.132.134	123.132.134
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	-	252.500	252.500
4012 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO ECONÔMICA - PROJETO GOVERNO CIDADÃO	-	15.982.449	15.982.449
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	24.045.814	-	24.045.814

5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	632.024	22.060.986	22.693.010
124 - Controle Interno	18.466	-	18.466
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	14.510	-	14.510
5003 - OUVIR PARA GOVERNAR	3.956	-	3.956
125 - Normatização e Fiscalização	25.280	-	25.280
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	25.280	-	25.280
126 - Tecnologia da Informação	3.386.071	-	3.386.071
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.418.761	-	1.418.761
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	1.932.601	-	1.932.601
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	34.708	-	34.708
128 - Formação de Recursos Humanos	59.249	8.173.459	8.232.708
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	-	5.197.887	5.197.887
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	59.249	8.100	67.349
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	-	2.967.472	2.967.472
129 - Administração de Receitas	33.128.847	-	33.128.847
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	33.128.847	-	33.128.847
244 - Assistência Comunitária	50.061	-	50.061
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	50.061	-	50.061
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.729.515	-	1.729.515
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.729.515	-	1.729.515
846 - Outros Encargos Especiais	108.417.216	2.033.197	110.450.413
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	108.417.216	2.033.197	110.450.413
06 - Segurança Pública	**2.149.486.934**	**279.527.720**	**2.429.014.654**
122 - Administração Geral	1.480.780.878	52.625.965	1.533.406.843
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	140.943.471	3.653.900	144.597.371
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	959.651.260	-	959.651.260
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	675.674	765.094	1.440.768
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	379.510.474	48.206.970	427.717.445
126 - Tecnologia da Informação	134.971	3.531.739	3.666.710
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	134.971	3.531.739	3.666.710
128 - Formação de Recursos Humanos	17.425	6.998.787	7.016.211
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	-	3.922.031	3.922.031
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	17.425	3.076.755	3.094.180
181 - Policiamento	60.198.712	12.148.069	72.346.781
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	53.710.313	-	53.710.313

1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	5.129.099	149.403	5.278.502
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	723.461	6.651.194	7.374.655
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	635.839	5.347.473	5.983.312
182 - Defesa Civil	300.000	33.877.191	34.177.191
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	300.000	11.998.237	12.298.237
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	-	21.878.954	21.878.954
183 - Informação e Inteligência	-	5.438	5.438
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	-	5.438	5.438
274 - Previdência Especial	608.054.947	170.340.532	778.395.479
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	608.054.947	170.340.532	778.395.479
08 - Assistência Social	**88.584.036**	**58.853.506**	**147.437.542**
122 - Administração Geral	10.653.988	5.147.191	15.801.179
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	10.653.988	5.147.191	15.801.179
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	32.152	-	32.152
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	32.152	-	32.152
244 - Assistência Comunitária	4.186.601	5.164.351	9.350.952
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	4.168.776	5.068.074	9.236.850
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	17.825	96.277	114.102
306 - Alimentação e Nutrição	73.390.688	48.291.964	121.682.652
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	73.390.688	48.291.964	121.682.652
333 - Empregabilidade	11.405	-	11.405
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	11.405	-	11.405
334 - Fomento ao Trabalho	309.202	250.000	559.202
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	30.000	250.000	280.000
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	279.202	-	279.202
09 - Previdência Social	**2.762.501.923**	**3.399.290.100**	**6.161.792.022**
122 - Administração Geral	-	19.444.559	19.444.559
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	-	18.872.675	18.872.675
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	-	571.883	571.883
128 - Formação de Recursos Humanos	-	66.423	66.423
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	-	66.423	66.423
271 - Previdência Básica	40.313.971	1.850.379	42.164.349
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	40.313.971	1.850.379	42.164.349
272 - Previdência do Regime Estatutário	2.589.468.712	3.377.928.739	5.967.397.450
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	2.589.468.712	3.377.928.739	5.967.397.450

274 - Previdência Especial	132.719.240	-	132.719.240
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	132.719.240	-	132.719.240
10 - Saúde	**1.857.833.403**	**742.557.541**	**2.600.390.944**
121 - Planejamento e Orçamento	31.730	25.000	56.730
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	31.730	25.000	56.730
122 - Administração Geral	1.280.949.075	159.892.914	1.440.841.989
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	50.620.001	2.325.066	52.945.067
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	1.230.329.074	157.567.848	1.387.896.922
125 - Normatização e Fiscalização	443.438	29.300	472.738
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	443.438	-	443.438
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	-	29.300	29.300
126 - Tecnologia da Informação	1.493.632	-	1.493.632
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	1.493.632	-	1.493.632
301 - Atenção Básica	745	-	745
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	745	-	745
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	526.283.796	565.995.951	1.092.279.747
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.697.365	-	1.697.365
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	482.445	-	482.445
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.623.854	9.071.479	10.695.333
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	522.480.133	556.924.472	1.079.404.604
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	48.630.988	5.265.988	53.896.976
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	48.630.988	5.265.988	53.896.976
304 - Vigilância Sanitária	-	1.401.770	1.401.770
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	-	1.401.770	1.401.770
305 - Vigilância Epidemiológica	-	9.883.760	9.883.760
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	-	9.883.760	9.883.760
306 - Alimentação e Nutrição	-	62.858	62.858
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	-	62.858	62.858
12 - Educação	**1.308.498.928**	**1.631.976.187**	**2.940.475.116**
122 - Administração Geral	1.149.586.063	32.812.149	1.182.398.212
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	89.331.259	861.543	90.192.803
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	1.060.107.852	28.483.132	1.088.590.984
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	137.543	865.661	1.003.204
3007 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	9.409	2.601.813	2.611.222
306 - Alimentação e Nutrição	19.291.231	29.995.607	49.286.837

2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	19.291.231	29.995.607	49.286.837
361 - Ensino Fundamental	37.113.014	491.184.065	528.297.079
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	37.113.014	99.630.618	136.743.632
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	-	391.553.447	391.553.447
362 - Ensino Médio	55.506.786	541.045.673	596.552.459
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	55.506.786	97.649.641	153.156.427
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	-	443.396.032	443.396.032
363 - Ensino Profissional	21.768.296	48.143.188	69.911.483
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	21.768.296	48.143.188	69.911.483
364 - Ensino Superior	8.098.497	2.631.819	10.730.317
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	8.098.497	2.631.819	10.730.317
366 - Educação de Jovens e Adultos	470.313	430.253.147	430.723.461
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	470.313	-	470.313
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	-	430.253.147	430.253.147
367 - Educação Especial	4.705.045	14.546.608	19.251.653
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.705.045	2.387.191	7.092.236
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	-	12.159.417	12.159.417
368 - Educação Básica	7.926.086	39.238.833	47.164.920
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	7.926.086	39.238.833	47.164.920
813 - Lazer	4.033.597	2.125.098	6.158.695
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	4.033.597	2.125.098	6.158.695
13 - Cultura	**36.014.651**	**38.005.324**	**74.019.975**
122 - Administração Geral	30.531.453	-	30.531.453
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	30.531.453	-	30.531.453
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	200.000	500.000	700.000
2005 - JANELA DE OPORTUNIDADES: CULTURA, ESPORTE E LAZER	200.000	500.000	700.000
392 - Difusão Cultural	5.283.199	37.505.324	42.788.523
2005 - JANELA DE OPORTUNIDADES: CULTURA, ESPORTE E LAZER	5.283.199	37.505.324	42.788.523
14 - Direitos da Cidadania	**334.317.437**	**12.917.907**	**347.235.343**
122 - Administração Geral	241.584.606	-	241.584.606
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	67.114.799	-	67.114.799
1004 - GESTÃO E MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	174.469.808	-	174.469.808
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	6.221.270	-	6.221.270
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	77.452	-	77.452
3007 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	6.143.818	-	6.143.818

421 - Custódia e Reintegração Social	86.196.989	11.330.839	97.527.828
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	35.263.768	3.820.749	39.084.516
1004 - GESTÃO E MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	50.933.222	7.510.090	58.443.312
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	314.571	1.587.068	1.901.639
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	22.854	143.481	166.335
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	291.716	1.443.587	1.735.304
16 - Habitação	**6.833.962**	**-**	**6.833.962**
122 - Administração Geral	3.164.638	-	3.164.638
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.164.638	-	3.164.638
244 - Assistência Comunitária	3.669.324	-	3.669.324
2008 - VIVER MELHOR: DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	3.669.324	-	3.669.324
18 - Gestão Ambiental	**93.491.663**	**59.909.665**	**153.401.328**
122 - Administração Geral	84.692.149	440.448	85.132.597
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	69.262.308	440.448	69.702.755
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	15.429.841	-	15.429.841
126 - Tecnologia da Informação	109.675	-	109.675
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	109.675	-	109.675
128 - Formação de Recursos Humanos	1.593.746	10.890	1.604.636
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	1.593.746	10.890	1.604.636
541 - Preservação e Conservação Ambiental	293.785	-	293.785
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	293.785	-	293.785
542 - Controle Ambiental	1.336.618	-	1.336.618
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	1.336.618	-	1.336.618
543 - Recuperação de Áreas Degradadas	817.000	-	817.000
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	817.000	-	817.000
544 - Recursos Hídricos	3.648.690	59.458.327	63.107.018
2009 - VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO	356.903	-	356.903
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	16.450	-	16.450
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	3.275.338	59.458.327	62.733.665
846 - Outros Encargos Especiais	1.000.000	-	1.000.000
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.000.000	-	1.000.000
19 - Ciência e Tecnologia	**1.520.131**	**7.384.621**	**8.904.752**
122 - Administração Geral	1.088.901	181.132	1.270.033
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.088.901	181.132	1.270.033
128 - Formação de Recursos Humanos	206.230	-	206.230

4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	206.230	-	206.230
571 - Desenvolvimento Científico	75.000	663.529	738.529
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	75.000	663.529	738.529
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	150.000	6.539.960	6.689.960
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	150.000	6.539.960	6.689.960
20 - Agricultura	**117.870.631**	**27.436.094**	**145.306.725**
122 - Administração Geral	91.986.375	557.560	92.543.935
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	91.694.112	-	91.694.112
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	275.163	-	275.163
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	17.100	557.560	574.660
125 - Normatização e Fiscalização	160.000	205.000	365.000
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	160.000	205.000	365.000
128 - Formação de Recursos Humanos	356.500	-	356.500
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	356.500	-	356.500
306 - Alimentação e Nutrição	70.816	-	70.816
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	70.816	-	70.816
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	-	3.952.224	3.952.224
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	-	3.952.224	3.952.224
511 - Saneamento Básico Rural	38.675	-	38.675
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	38.675	-	38.675
541 - Preservação e Conservação Ambiental	506.395	-	506.395
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	506.395	-	506.395
542 - Controle Ambiental	12.380	-	12.380
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	12.380	-	12.380
571 - Desenvolvimento Científico	-	262.591	262.591
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	-	262.591	262.591
605 - Abastecimento	161.212	350.000	511.212
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	161.212	350.000	511.212
606 - Extensão Rural	1.607.711	9.342.655	10.950.366
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	1.607.711	9.342.655	10.950.366
608 - Promoção da Produção Agropecuária	20.768.062	10.647.633	31.415.695
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	748.470	-	748.470
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	170.000	-	170.000
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	19.849.592	10.647.633	30.497.225
609 - Defesa Agropecuária	44.613	132.500	177.113

4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	44.613	132.500	177.113
631 - Reforma Agrária	2.028.893	1.985.931	4.014.824
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	2.028.893	1.985.931	4.014.824
661 - Promoção Industrial	104.000	-	104.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	104.000	-	104.000
692 - Comercialização	25.000	-	25.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	25.000	-	25.000
22 - Indústria	**674.486**	**2.598.871**	**3.273.357**
571 - Desenvolvimento Científico	-	685.264	685.264
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	-	685.264	685.264
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	312.000	-	312.000
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	312.000	-	312.000
661 - Promoção Industrial	-	522.900	522.900
4007 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS	-	522.900	522.900
691 - Promoção Comercial	362.486	1.390.707	1.753.193
4007 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS	362.486	1.390.707	1.753.193
23 - Comércio e Serviços	**35.674.241**	**5.620.748**	**41.294.990**
122 - Administração Geral	28.526.383	4.426.887	32.953.270
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	27.189.612	4.426.887	31.616.499
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	1.292.901	-	1.292.901
4008 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: COMÉRCIO E SERVIÇOS	13.860	-	13.860
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	30.010	-	30.010
128 - Formação de Recursos Humanos	4.125	16.472	20.597
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	4.125	16.472	20.597
392 - Difusão Cultural	-	994.244	994.244
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	-	994.244	994.244
691 - Promoção Comercial	170.850	-	170.850
4008 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: COMÉRCIO E SERVIÇOS	170.850	-	170.850
695 - Turismo	6.774.421	183.146	6.957.567
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	6.774.421	183.146	6.957.567
846 - Outros Encargos Especiais	198.462	-	198.462
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	198.462	-	198.462
24 - Comunicações	**29.671.373**	**-**	**29.671.373**
122 - Administração Geral	6.516.277	-	6.516.277
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	6.505.927	-	6.505.927

5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	10.350	-	10.350
131 - Comunicação Social	23.155.096	-	23.155.096
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	51.237	-	51.237
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	23.103.859	-	23.103.859
25 - Energia	**299.433**	**175.000**	**474.433**
751 - Conservação de Energia	299.433	175.000	474.433
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	299.433	175.000	474.433
26 - Transporte	**224.932.300**	**14.183.912**	**239.116.212**
122 - Administração Geral	159.045.123	5.474	159.050.598
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	102.036.699	-	102.036.699
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	5.916.538	5.474	5.922.012
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	49.346.020	-	49.346.020
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.745.866	-	1.745.866
126 - Tecnologia da Informação	9.737.673	-	9.737.673
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	9.720.867	-	9.720.867
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	16.806	-	16.806
128 - Formação de Recursos Humanos	147.993	5.639.413	5.787.406
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	147.993	5.639.413	5.787.406
181 - Policiamento	-	4.672.937	4.672.937
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	-	4.672.937	4.672.937
451 - Infraestrutura Urbana	1.825.651	1.238.609	3.064.260
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	1.825.651	1.238.609	3.064.260
453 - Transportes Coletivos Urbanos	-	1.514.009	1.514.009
2010 - VIVER MELHOR: MOBILIDADE	-	1.514.009	1.514.009
781 - Transporte Aéreo	2.512.488	-	2.512.488
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	2.512.488	-	2.512.488
782 - Transporte Rodoviário	51.110.299	955.966	52.066.264
2009 - VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO	3.679.815	490.000	4.169.815
2010 - VIVER MELHOR: MOBILIDADE	67.074	-	67.074
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	47.344.741	465.966	47.810.707
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	18.668	-	18.668
846 - Outros Encargos Especiais	553.072	157.504	710.576
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	553.072	157.504	710.576
27 - Desporto e Lazer	**353.252**	**167.055**	**520.307**
812 - Desporto Comunitário	60.000	167.055	227.055

2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	60.000	167.055	227.055
813 - Lazer	293.252	-	293.252
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	293.252	-	293.252
28 - Encargos Especiais	**850.926.383**	**161.559.147**	**1.012.485.530**
843 - Serviço da Dívida Interna	237.554.306	-	237.554.306
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	237.554.306	-	237.554.306
844 - Serviço da Dívida Externa	196.552.540	-	196.552.540
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	196.552.540	-	196.552.540
845 - Transferências	19.410.000	-	19.410.000
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	19.410.000	-	19.410.000
846 - Outros Encargos Especiais	397.409.538	161.559.147	558.968.685
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	397.409.538	161.559.147	558.968.685
TOTAL	**10.541.602.315**	**6.642.700.285**	**17.184.302.600**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em Reais

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
11104 Procuradoria Geral do Estado	**68.829.097**
111041 Procuradoria Geral do Estado	63.088.810
02 Judiciária	63.088.810
111133 Fundo de Aperfeiçoamento e Aparelhamento da PGE - FUNAF	5.740.287
02 Judiciária	5.740.287
11105 Assessoria de Comunicação Social	**30.630.624**
111051 Assessoria de Comunicação Social	30.630.624
24 Comunicações	25.168.463
26 Transporte	5.462.160
11106 Controladoria Geral do Estado	**11.987.650**
111061 Controladoria Geral do Estado	11.987.650
04 Administração	11.987.650
11108 Gabinete Civil do Governador do Estado	**49.750.519**
110001 Gabinete Civil	49.750.519
04 Administração	49.511.744
06 Segurança Pública	149.898
26 Transporte	88.876
11201 Departamento Estadual de Imprensa	**4.502.910**
112011 Departamento Estadual de Imprensa	4.502.910
24 Comunicações	4.502.910
12000 Vice-Governadoria	**3.935.788**
120001 Vice-Governadoria	3.935.788
04 Administração	3.935.788
15000 Polícia Militar	**1.712.623.121**
150001 Polícia Militar	1.707.884.954

	02 Judiciária	2.114.104
	03 Essencial à Justiça	1.012.500
	04 Administração	1.180.630
	06 Segurança Pública	1.701.191.496
	13 Cultura	1.611.441
	26 Transporte	774.784
150011	Diretoria de Saúde da Polícia Militar	2.558.356
	10 Saúde	2.558.356
150131	Fundo Manut. e Aperf. da Diretoria de Saúde da PM/RN - FUNDSAUDE/RN	2.179.810
	10 Saúde	2.179.810
16000	**Secretaria de Estado da Administração**	**131.202.891**
160001	Secretaria de Estado da Administração	60.542.368
	04 Administração	59.713.169
	26 Transporte	829.198
160102	Encargos Gerais do Estado na Sec. da Administração	63.455.956
	04 Administração	28.959.212
	06 Segurança Pública	26.074.465
	10 Saúde	4.710.504
	12 Educação	3.711.775
160131	Fundo de Des. do Sistema de Pessoal do Estado - FUNDESP	7.204.567
	04 Administração	7.204.567
16201	**Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte**	**6.119.627.673**
162011	Instituto da Previdência dos Servidores do Estado	152.230.222
	09 Previdência Social	152.230.222
162233	Fundo Financeiro do Estado do Rio Grande do Norte - FUNFIRN	5.967.397.450
	09 Previdência Social	5.967.397.450
16202	**Companhia de Processamento de Dados**	**3.906.180**
162021	Companhia de Processamento de Dados	3.906.180
	04 Administração	3.906.180
17000	**Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca**	**44.037.639**
170001	Secretaria da Agricultura e da Pecuária	13.495.801
	20 Agricultura	13.495.801
170131	Fundo do Desenvolvimento Agropecuário do RN - FDA	30.541.838
	20 Agricultura	30.541.838

17203	**Empresa de Pesquisa Agropecuária**	**21.411.095**
172031	Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN	21.411.095
20	Agricultura	21.411.095
17205	**Central de Abastecimento**	**15.446.512**
172051	Central de Abastecimento	15.446.512
20	Agricultura	15.446.512
17206	**Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do RN**	**12.481.619**
172061	Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do RN	12.481.619
20	Agricultura	12.481.619
18000	**Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer**	**2.599.253.758**
180001	Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer	2.486.208.452
12	Educação	2.485.981.397
27	Desporto e Lazer	227.055
180131	Fundo Estadual de Educação	113.045.306
04	Administração	615.421
12	Educação	112.429.885
18201	**Fundação José Augusto**	**72.874.234**
182011	Fundação José Augusto	72.874.234
13	Cultura	72.408.534
14	Direitos da Cidadania	16.000
18	Gestão Ambiental	12.200
20	Agricultura	437.500
18202	**Fundação Universidade do Estado do RN - FUERN**	**337.909.262**
182021	Fundação Universidade do Estado do RN	337.909.262
12	Educação	337.865.116
19	Ciência e Tecnologia	44.146
18203	**Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy**	**429.837**
182031	Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy	429.837
12	Educação	429.837
19000	**Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças**	**978.221.630**
190001	Secretaria de Planejamento e das Finanças	15.568.811
04	Administração	15.568.811
190102	Encargos Gerais do Estado na Sec. de Est. do Planejamento e das Finanças - SEPLAN	904.380.294
04	Administração	131.469.270

28	Encargos Especiais	772.911.024
190200	Projeto RN Sustentável	58.215.418
04	Administração	58.215.418
190300	Projeto Nova Escola Potiguar	57.107
12	Educação	57.107
20000	**Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico**	**10.955.222**
200001	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico	6.847.432
23	Comércio e Serviços	6.847.432
200132	Fundo de Desenvolvimento Comercial e Industrial do RN - FDCI	4.107.790
19	Ciência e Tecnologia	360.000
22	Indústria	3.273.357
25	Energia	474.433
20205	**Junta Comercial do Estado**	**10.678.180**
202051	Junta Comercial do Estado	10.678.180
23	Comércio e Serviços	10.678.180
20206	**Instituto de Pesos e Medidas**	**4.426.887**
202061	Instituto de Pesos e Medidas	4.426.887
23	Comércio e Serviços	4.426.887
20207	**Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte**	**8.500.606**
202071	Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte	1.095.131
19	Ciência e Tecnologia	1.095.131
202231	Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	7.405.475
19	Ciência e Tecnologia	7.405.475
21000	**Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social**	**111.133.618**
210001	Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social	39.371.238
06	Segurança Pública	39.140.238
10	Saúde	231.000
210132	Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FUNSEP	71.762.380
06	Segurança Pública	71.762.380
21102	**Polícia Civil**	**339.474.304**
211021	Polícia Civil	339.474.304
06	Segurança Pública	339.474.304
21131	**Instituto Técnico Científico de Perícia**	**98.534.541**
210131	Instituto Técnico Científico de Perícia	98.534.541

	06 Segurança Pública	98.534.541
22000	**Secretaria de Estado da Tributação**	**551.985.781**
220001	Secretaria da Tributação	253.287.898
	04 Administração	253.287.898
220102	Encargos Gerais do Estado na Sec. de Fazenda do RN - SEFAZ	293.849.357
	04 Administração	12.110.501
	09 Previdência Social	42.164.349
	28 Encargos Especiais	239.574.507
220131	Fundo Estadual de Des. e Aperf. da Atividade Tributária	462.805
	04 Administração	462.805
220132	Fundo Estadual de Incentivo à Cidadania Fiscal	4.385.720
	04 Administração	4.385.720
24000	**Secretaria de Estado da Saúde Pública**	**2.590.604.092**
240131	Fundo de Saúde do RN - FUSERN	2.500.516.550
	10 Saúde	2.500.516.550
241312	Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel	23.482.135
	10 Saúde	23.482.135
241313	Hospital Dr. José Pedro Bezerra	15.118.199
	10 Saúde	15.118.199
241314	Hospital Colônia Dr. João Machado	4.679.140
	10 Saúde	4.679.140
241315	Hospital Giselda Trigueiro	5.827.261
	10 Saúde	5.827.261
241316	Hospital Regional Tarcísio Maia	16.673.564
	10 Saúde	16.673.564
241321	Hospital Regional Dr. Cleodon Carlos de Andrade	5.212.299
	10 Saúde	5.212.299
241331	Hospital Regional de Açu	245.531
	10 Saúde	245.531
241334	Hospital Maria Alice Fernandes	7.670.916
	10 Saúde	7.670.916
241337	Hospital Regional Deoclécio Marques de Lucena	11.178.499
	10 Saúde	11.178.499
25000	**Secretaria de Estado da Infraestrutura**	**149.630.422**

250001	Secretaria de Estado da Infraestrutura	136.665.261
04	Administração	123.132.134
26	Transporte	13.533.127
250131	Fundo de Des. de Transportes e Obras do RN - FDTO	12.965.161
26	Transporte	12.671.908
27	Desporto e Lazer	293.252
25201	**Departamento de Estradas de Rodagem**	**70.304.619**
252011	Departamento de Estradas de Rodagem	70.304.619
26	Transporte	70.304.619
25203	**Departamento Estadual de Trânsito**	**135.451.539**
252031	Departamento Estadual de Trânsito	135.451.539
26	Transporte	135.451.539
25204	**Agência Reguladora de Serviços Públicos**	**4.929.672**
252041	Agência Reguladora de Serviços Públicos	4.929.672
04	Administração	4.929.672
26000	**Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social**	**147.437.542**
260001	Secretaria de Estado do Trabalho Habitação e Assistência Social	12.551.097
08	Assistência Social	12.551.097
260132	Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	134.886.445
08	Assistência Social	134.886.445
26202	**Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do RN-FUNDASE**	**48.340.273**
262021	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do RN- FUNDASE	48.340.273
14	Direitos da Cidadania	48.340.273
26203	**Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano**	**6.833.962**
262032	Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano	6.833.962
16	Habitação	6.833.962
27000	**Sec. de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos**	**73.943.314**
270001	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	67.382.486
18	Gestão Ambiental	67.382.486
270131	Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNERH	6.560.828
18	Gestão Ambiental	6.560.828
27202	**Instituto de Gestão das Águas do RN**	**3.637.370**
272020	Instituto de Gestão das Águas do Estado do RN	3.637.370
18	Gestão Ambiental	3.637.370

27203	**Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN**	**72.709.999**
272031	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente	72.709.999
18	Gestão Ambiental	72.709.999
28000	**Secretaria de Estado do Turismo**	**7.486.827**
280001	Secretaria do Turismo	7.486.827
23	Comércio e Serviços	7.486.827
28202	**Empresa Potiguar de Promoção Turística**	**14.954.109**
282022	Empresa Potiguar de Promoção Turística	14.954.109
18	Gestão Ambiental	3.098.445
23	Comércio e Serviços	11.855.664
31000	**Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar**	**17.364.854**
310001	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar	13.350.030
20	Agricultura	13.350.030
310131	Fundos de Terras - FUNTERN	4.014.824
20	Agricultura	4.014.824
31202	**Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural**	**34.127.507**
312021	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	34.127.507
20	Agricultura	34.127.507
32000	**Corpo de Bombeiros Militar**	**152.782.365**
320001	Corpo de Bombeiros Militar do RN	117.845.768
06	Segurança Pública	117.845.768
320131	Fundo Especial de Reaparelhamento do CBM - FUNREBOM	34.936.597
04	Administração	96.000
06	Segurança Pública	34.840.597
34000	**Secretaria de Estado da Administração Penitenciária**	**291.787.971**
340001	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	192.493.752
06	Segurança Pública	967
14	Direitos da Cidadania	192.492.785
340132	Fundo Penitenciário do Estado do RN	99.294.220
04	Administração	25.740
10	Saúde	107.181
14	Direitos da Cidadania	99.161.298
35000	**Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humano**	**7.224.987**
350001	Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humano	6.996.041

14	Direitos da Cidadania	6.996.041
350131	Fundo Estadual da Defesa do Direito do Consumidor - FEDDC	228.946
14	Direitos da Cidadania	228.946
TOTAL		**17.184.302.600**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em Reais

NATUREZA DA RECEITA	DESCRIÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA (I)		**22.752.022.133**	**24.839.622.208**	**2.087.600.075**	**-**
4.1	Receitas Correntes	20.238.020.499	22.230.182.907	1.992.162.407	-
4.1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.997.811.000	11.047.132.726	1.049.321.726	-
4.1.1.1	Impostos	9.585.650.000	10.515.952.753	930.302.753	-
4.1.1.1.2	Impostos sobre o Patrimônio	670.178.000	675.140.546	4.962.546	-
4.1.1.1.2.51	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	641.377.000	645.113.957	3.736.957	-
4.1.1.1.2.51.0.1	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	597.020.000	613.629.244	16.609.244	-
4.1.1.1.2.51.0.1.01	IPVA - Estadual	298.510.000	306.816.697	8.306.697	-
4.1.1.1.2.51.0.1.02	IPVA - Municipal	298.510.000	306.812.547	8.302.547	-
4.1.1.1.2.51.0.3	IPVA - Dívida Ativa Principal	35.282.000	24.736.092	-	10.545.908
4.1.1.1.2.51.0.3.01	IPVA - Estadual	17.641.000	23.469.738	5.828.738	-
4.1.1.1.2.51.0.3.02	IPVA - Municipal	17.641.000	1.266.354	-	16.374.646
4.1.1.1.2.51.0.5	Multa da Receita Principal de IPVA	842.000	-	-	842.000
4.1.1.1.2.51.0.5.01	IPVA - Estadual	421.000	-	-	421.000
4.1.1.1.2.51.0.5.02	IPVA - Municipal	421.000	-	-	421.000
4.1.1.1.2.51.0.6	Juros da Receita Principal de IPVA	870.000	-	-	870.000
4.1.1.1.2.51.0.6.01	IPVA - Estadual	435.000	-	-	435.000
4.1.1.1.2.51.0.6.02	IPVA - Municipal	435.000	-	-	435.000
4.1.1.1.2.51.0.7	Multas da Dívida Ativa de IPVA	2.687.000	2.585.723	-	101.277
4.1.1.1.2.51.0.7.01	IPVA - Estadual	2.687.000	2.367.084	-	319.916
4.1.1.1.2.51.0.7.02	IPVA - Municipal	-	218.639	218.639	-
4.1.1.1.2.51.0.8	Juros da Dívida Ativa de IPVA	4.676.000	4.162.899	-	513.101
4.1.1.1.2.51.0.8.01	IPVA - Estadual	4.676.000	3.850.210	-	825.790
4.1.1.1.2.51.0.8.02	IPVA - Municipal	-	312.689	312.689	-

4.1.1.1.2.52	Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - ITCD	28.801.000	30.026.588	1.225.588	-
4.1.1.1.2.52.0.1	Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Principal	27.496.000	28.515.856	1.019.856	-
4.1.1.1.2.52.0.1.01	ITCD	27.496.000	28.515.856	1.019.856	-
4.1.1.1.2.52.0.3	Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa	829.000	1.249.138	420.138	-
4.1.1.1.2.52.0.3.01	Dívida Ativa de ITCD	829.000	1.249.138	420.138	-
4.1.1.1.2.52.0.5	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - Multas	38.000	-	-	38.000
4.1.1.1.2.52.0.5.01	Multas de Mora - Impostos sobre Transmissão Causa Mortis e Doações	38.000	-	-	38.000
4.1.1.1.2.52.0.6	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - Juros de Mora	42.000	-	-	42.000
4.1.1.1.2.52.0.6.01	Juros de Mora - Impostos sobre Transmissão de Causa Mortis e Doações	42.000	-	-	42.000
4.1.1.1.2.52.0.7	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - Multas da Dívida Ativa	138.000	71.301	-	66.699
4.1.1.1.2.52.0.7.01	Multas da Dívida Ativa de ITCD	138.000	71.301	-	66.699
4.1.1.1.2.52.0.8	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - Juros de Mora da D. A	258.000	190.293	-	67.707
4.1.1.1.2.52.0.8.01	Juros de Mora da Dívida Ativa de ITCD	258.000	190.293	-	67.707
4.1.1.1.3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.373.000.000	1.565.823.639	192.823.639	-
4.1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.373.000.000	1.565.823.639	192.823.639	-
4.1.1.1.3.03.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.373.000.000	1.543.257.796	170.257.796	-
4.1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.373.000.000	1.543.257.796	170.257.796	-
4.1.1.1.3.03.1.1.01	IRRF - Trabalho	1.373.000.000	1.543.257.796	170.257.796	-
4.1.1.1.3.03.4	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	-	22.565.843	22.565.843	-
4.1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	-	22.565.843	22.565.843	-
4.1.1.1.3.03.4.1.01	IRRF - Outros Rendimentos	-	9.551.032	9.551.032	-
4.1.1.1.3.03.4.1.02	IRRF - Outros Rendimentos Pessoa Jurídica	-	13.014.811	13.014.811	-
4.1.1.1.4	Impostos sobre a Produção, Circulação e Serviços	7.542.472.000	8.274.988.568	732.516.568	-
4.1.1.1.4.50	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	7.542.472.000	8.274.988.568	732.516.568	-
4.1.1.1.4.50.1	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços	7.455.170.000	8.230.958.416	775.788.416	-
4.1.1.1.4.50.1.1	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços	7.415.000.000	8.196.805.270	781.805.270	-
4.1.1.1.4.50.1.1.01	ICMS - Estadual	5.932.000.000	6.147.603.952	215.603.952	-

4.1.1.1.4.50.1.1.02	ICMS - Municipal	1.483.000.000	2.049.201.317	566.201.317	-
4.1.1.1.4.50.1.3	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços - DA	8.520.000	25.386.423	16.866.423	-
4.1.1.1.4.50.1.3.01	Dívida Ativa de ICMS - Estadual	6.390.000	24.131.382	17.741.382	-
4.1.1.1.4.50.1.3.02	Dívida Ativa de ICMS - Municipal	2.130.000	1.255.040	-	874.960
4.1.1.1.4.50.1.5	Imposto Operações Relativas Circulação Mercadorias sobre Prestações Serviços - Multas	9.951.000	-	-	9.951.000
4.1.1.1.4.50.1.5.01	Multas de ICMS - Estadual	7.463.000	-	-	7.463.000
4.1.1.1.4.50.1.5.02	Multas de ICMS - Municipal	2.488.000	-	-	2.488.000
4.1.1.1.4.50.1.6	Imposto Operações Relativas Circulação Mercadorias sobre Prestações Serviços - Juros de mora	9.627.000	-	-	9.627.000
4.1.1.1.4.50.1.6.01	Juros de Mora de ICMS - Estadual	7.224.000	-	-	7.224.000
4.1.1.1.4.50.1.6.02	Juros de Mora de ICMS - Municipal	2.403.000	-	-	2.403.000
4.1.1.1.4.50.1.7	Imposto Operações Relativas Circulação Mercadorias sobre Prestações Serviços - Multas DA	2.520.000	1.342.701	-	1.177.299
4.1.1.1.4.50.1.7.01	Multas da Dívida Ativa de ICMS - Estadual	2.520.000	1.232.895	-	1.287.105
4.1.1.1.4.50.1.7.02	Multas da Dívida Ativa de ICMS - Municipal	-	109.806	109.806	-
4.1.1.1.4.50.1.8	Imposto Operações Relativas Circulação Mercadorias sobre Prestações Serviços - Juros Mora DA	9.552.000	7.424.023	-	2.127.977
4.1.1.1.4.50.1.8.01	Juros de Mora da Dívida Ativa de ICMS - Estadual	9.552.000	6.699.061	-	2.852.939
4.1.1.1.4.50.1.8.02	Juros de Mora da Dívida Ativa de ICMS - Municipal	-	724.962	724.962	-
4.1.1.1.4.50.2	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	87.302.000	44.030.152	-	43.271.848
4.1.1.1.4.50.2.1	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Principal	87.000.000	44.030.152	-	42.969.848
4.1.1.1.4.50.2.1.01	Adicional ICMS - FECOP	87.000.000	44.030.152	-	42.969.848
4.1.1.1.4.50.2.5	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Multas	155.000	-	-	155.000
4.1.1.1.4.50.2.5.01	Multas de Adicional ICMS - FECOP	155.000	-	-	155.000
4.1.1.1.4.50.2.6	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Juros de Mora	147.000	-	-	147.000
4.1.1.1.4.50.2.6.01	Juros de Mora de Adicional ICMS - FECOP	147.000	-	-	147.000
4.1.1.2	Taxas	412.161.000	531.179.973	119.018.973	-
4.1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	265.765.000	240.473.064	-	25.291.936
4.1.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	265.103.000	239.638.541	-	25.464.459
4.1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	265.103.000	239.638.541	-	25.464.459
4.1.1.2.1.01.0.1.01	Taxa de Regulação e Fiscalização sobre Serviço de Gás Canalizado	3.346.000	3.867.978	521.978	-
4.1.1.2.1.01.0.1.07	Taxa do Fundo de Desenvolv. Transporte Infraestrutura - DEINFRA	-	720	720	-

4.1.1.2.1.01.0.1.09	Taxa de Prevenção contra Sinistro	25.400.000	-	-	25.400.000
4.1.1.2.1.01.0.1.10	Taxa de Regulação e Fiscalização sobre Serviços de Saneamento Básico	7.392.000	7.020.470	-	371.530
4.1.1.2.1.01.0.1.14	Taxa de Registro de Veículo e Habilitação	224.000.000	224.471.015	471.015	-
4.1.1.2.1.01.0.1.16	Atos do ITEP	-	4.278.359	4.278.359	-
4.1.1.2.1.01.0.1.20	Taxas pelo Poder de Polícia Vinculadas a Fundos Diversos	4.965.000	-	-	4.965.000
4.1.1.2.1.50	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	662.000	834.523	172.523	-
4.1.1.2.1.50.0.1	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	662.000	834.523	172.523	-
4.1.1.2.1.50.0.1.01	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	662.000	834.523	172.523	-
4.1.1.2.2	Taxas pela Prestação de Serviços	146.396.000	290.706.909	144.310.909	-
4.1.1.2.2.01	Taxas pela Prestação de Serviços	130.359.000	270.324.522	139.965.522	-
4.1.1.2.2.01.0.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	130.359.000	270.323.501	139.964.501	-
4.1.1.2.2.01.0.1.02	Taxa de Segurança Contra Incêndio	-	28.594.702	28.594.702	-
4.1.1.2.2.01.0.1.08	Atos do Departamento de Estradas e Rodagem	1.134.000	1.333.924	199.924	-
4.1.1.2.2.01.0.1.09	Taxa de Serviço de Inspeção e Licenciamento Ambiental	35.962.000	26.148.573	-	9.813.427
4.1.1.2.2.01.0.1.14	Taxa de Serviço de Inspeção e Licenciamento Ambiental - PETROLÍFERAS	78.061.000	205.201.111	127.140.111	-
4.1.1.2.2.01.0.1.30	Outras Taxas pela Prestação de Serviços - Fundos Diversos	3.000	-	-	3.000
4.1.1.2.2.01.0.1.98	Outras Taxas pela Prestação de Serviços - Adm. Direta	11.691.000	6.680.152	-	5.010.848
4.1.1.2.2.01.0.1.99	Outras Taxas pela Prestação de Serviços - Adm. Indireta	3.508.000	2.365.039	-	1.142.961
4.1.1.2.2.01.0.3	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	-	-	-	-
4.1.1.2.2.01.0.3.07	Dívida Ativa de Custas Judiciais TJ	-	-	-	-
4.1.1.2.2.01.0.7	Dívida Ativa TJ - Custas Judiciais	-	1.021	1.021	-
4.1.1.2.2.01.0.7.07	Dívida Ativa TJ - Multa de mora Custas Judiciais	-	1.021	1.021	-
4.1.1.2.2.01.0.8	Juros de Mora Dívida Ativa TJ	-	-	-	-
4.1.1.2.2.01.0.8.07	Dívida Ativa TJ - Custas Judiciais Juros de mora	-	-	-	-
4.1.1.2.2.02	Emolumentos e Custas Judiciais	16.037.000	20.382.387	4.345.387	-
4.1.1.2.2.02.0.1	Emolumentos e Custas Judiciais	16.037.000	20.382.387	4.345.387	-
4.1.1.2.2.02.0.1.01	Custas Extrajudiciais	2.055.000	1.823.521	-	231.479
4.1.1.2.2.02.0.1.02	Emolumentos	13.982.000	18.558.867	4.576.867	-
4.1.2	Contribuições	985.099.000	1.080.836.923	95.737.923	-
4.1.2.1	Contribuições Sociais	985.099.000	1.080.836.923	95.737.923	-
4.1.2.1.5	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	985.099.000	1.080.836.923	95.737.923	-
4.1.2.1.5.01	Contribuição do Servidor Civil	813.329.000	908.648.595	95.319.595	-

4.1.2.1.5.01.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo	494.423.000	541.624.530	47.201.530	-
4.1.2.1.5.01.1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	494.423.000	541.624.530	47.201.530	-
4.1.2.1.5.01.1.1.01	Poder Executivo - Ativo Civil	385.300.000	430.452.345	45.152.345	-
4.1.2.1.5.01.1.1.02	Assembleia Legislativa - Ativo Civil	9.171.000	9.307.168	136.168	-
4.1.2.1.5.01.1.1.03	Tribunal de Contas - Ativo Civil	6.338.000	6.322.177	-	15.823
4.1.2.1.5.01.1.1.04	Tribunal de Justiça - Ativo Civil	64.460.000	67.187.073	2.727.073	-
4.1.2.1.5.01.1.1.05	Defensoria Pública - Ativo Civil	6.523.000	6.147.093	-	375.907
4.1.2.1.5.01.1.1.06	Ministério Público - Ativo Civil	22.314.000	22.013.911	-	300.089
4.1.2.1.5.01.1.1.07	Poder Executivo - Servidor Ativo Civil - À Disposição	172.000	131.319	-	40.681
4.1.2.1.5.01.1.1.08	Contribuições Previdenciárias Facultativas	145.000	63.443	-	81.557
4.1.2.1.5.01.2	Contribuição do Servidor Civil Inativo	261.082.000	310.845.454	49.763.454	-
4.1.2.1.5.01.2.1	Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	261.082.000	310.845.454	49.763.454	-
4.1.2.1.5.01.2.1.01	Poder Executivo - Inativo Civil	229.814.000	279.028.923	49.214.923	-
4.1.2.1.5.01.2.1.02	Assembleia Legislativa - Inativo Civil	8.360.000	9.973.098	1.613.098	-
4.1.2.1.5.01.2.1.03	Tribunal de Contas - Inativo Civil	2.695.000	2.305.304	-	389.696
4.1.2.1.5.01.2.1.04	Tribunal de Justiça - Inativo Civil	14.698.000	14.635.676	-	62.324
4.1.2.1.5.01.2.1.05	Defensoria Pública - Inativo Civil	64.000	65.558	1.558	-
4.1.2.1.5.01.2.1.06	Ministério Público - Inativo Civil	5.451.000	4.836.895	-	614.105
4.1.2.1.5.01.3	Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas	57.824.000	56.178.611	-	1.645.389
4.1.2.1.5.01.3.1	Contribuição do Servidor Civil Pensionista - Principal	57.824.000	56.178.611	-	1.645.389
4.1.2.1.5.01.3.1.01	Contribuição de Pensionista Civil - Poder Executivo	57.824.000	49.750.786	-	8.073.214
4.1.2.1.5.01.3.1.02	Contribuição de Pensionista Civil - Assembleia Legislativa	-	856.344	856.344	-
4.1.2.1.5.01.3.1.03	Contribuição de Pensionista Civil - Tribunal de Contas	-	406.130	406.130	-
4.1.2.1.5.01.3.1.04	Contribuição de Pensionista Civil - Tribunal de Justiça	-	4.318.348	4.318.348	-
4.1.2.1.5.01.3.1.06	Contribuição de Pensionista Civil - Ministério Público	-	847.003	847.003	-
4.1.2.1.5.02	Contribuição Patronal - Servidor Civil	270.000	274.652	4.652	-
4.1.2.1.5.02.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	270.000	274.652	4.652	-
4.1.2.1.5.02.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	270.000	274.652	4.652	-
4.1.2.1.5.02.1.1.01	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - À Disposição	270.000	274.652	4.652	-
4.1.2.1.5.52	Contribuição para o Sistema de Proteção Social dos Militares	171.500.000	171.913.676	413.676	-
4.1.2.1.5.52.1	Contribuição do Militar Ativo	163.500.000	98.087.192	-	65.412.808
4.1.2.1.5.52.1.1	Contribuição do Militar Ativo - Principal	163.500.000	98.087.192	-	65.412.808
4.1.2.1.5.52.1.1.01	Contribuição do Militar Ativo	163.500.000	98.087.192	-	65.412.808
4.1.2.1.5.52.2	Contribuição do Militar Inativo	2.000.000	51.185.331	49.185.331	-

4.1.2.1.5.52.2.1	Contribuição do Militar Inativo - Principal	2.000.000	51.185.331	49.185.331	-
4.1.2.1.5.52.2.1.01	Contribuição do Militar Inativo	2.000.000	51.185.331	49.185.331	-
4.1.2.1.5.52.3	Contribuição dos Pensionistas Militares	6.000.000	22.641.153	16.641.153	-
4.1.2.1.5.52.3.1	Contribuição do Militar Pensionista - Principal	6.000.000	22.641.153	16.641.153	-
4.1.2.1.5.52.3.1.01	Contribuição do Militar Pensionista	6.000.000	22.641.153	16.641.153	-
4.1.3	Receita Patrimonial	82.859.020	530.833.901	447.974.881	-
4.1.3.1	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.531.000	11.503.562	972.562	-
4.1.3.1.1	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.531.000	11.503.562	972.562	-
4.1.3.1.1.01	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	7.084.000	8.057.563	973.563	-
4.1.3.1.1.01.1	Aluguéis e Arrendamentos	7.084.000	8.057.563	973.563	-
4.1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.084.000	8.057.563	973.563	-
4.1.3.1.1.01.1.1.02	Aluguéis de Salas	6.150.000	5.687.955	-	462.045
4.1.3.1.1.01.1.1.04	Aluguéis de Teatros	300.000	-	-	300.000
4.1.3.1.1.01.1.1.06	Aluguéis do Terminal Rodoviário	1.000	-	-	1.000
4.1.3.1.1.01.1.1.21	Aluguel - Administração Indireta	633.000	2.369.608	1.736.608	-
4.1.3.1.1.02	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	1.000.000	2.425.041	1.425.041	-
4.1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.000.000	2.425.041	1.425.041	-
4.1.3.1.1.02.0.1.01	Concessão de Direito de Uso de Área Pública - Adm. Direta	-	1.732.936	1.732.936	-
4.1.3.1.1.02.0.1.03	Concessão de Direito de Uso de Área Pública - Fundos Diversos	1.000.000	692.105	-	307.895
4.1.3.1.1.99	Outras Receitas Imobiliárias	2.447.000	1.020.958	-	1.426.042
4.1.3.1.1.99.0.1	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	2.447.000	1.020.958	-	1.426.042
4.1.3.1.1.99.0.1.02	Outras Receitas Imobiliárias do SFH	2.447.000	1.020.958	-	1.426.042
4.1.3.2	Valores Mobiliários	72.128.020	135.441.288	63.313.268	-
4.1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias	71.066.020	134.930.987	63.864.967	-
4.1.3.2.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários	57.404.020	114.541.323	57.137.303	-
4.1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	57.404.020	114.541.323	57.137.303	-
4.1.3.2.1.01.0.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FUNDEB	-	7.927.029	7.927.029	-
4.1.3.2.1.01.0.1.02	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Royalties F 121	-	1.217	1.217	-
4.1.3.2.1.01.0.1.03	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FECOP	-	122.611	122.611	-
4.1.3.2.1.01.0.1.04	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Salário Educação	825.000	764.342	-	60.658
4.1.3.2.1.01.0.1.05	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - CIDE	63.000	550.240	487.240	-
4.1.3.2.1.01.0.1.06	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Executivo	-	12.951	12.951	-

4.1.3.2.1.01.0.1.08	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FUNDEF	-	14.600.628	14.600.628	-
4.1.3.2.1.01.0.1.09	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Alienação de Bens - Adm. Indireta	5.000	3.528	-	1.472
4.1.3.2.1.01.0.1.10	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Outros Recursos Vinculados à Saúde	41.000	127.410	86.410	-
4.1.3.2.1.01.0.1.12	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - SUS - Média e Alta Complexidade	1.680.000	11.560.302	9.880.302	-
4.1.3.2.1.01.0.1.13	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - SUS - Vigilância em Saúde	6.000	27.180	21.180	-
4.1.3.2.1.01.0.1.14	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - SUS - Assistência Farmacêutica	9.000	38.264	29.264	-
4.1.3.2.1.01.0.1.15	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - SUS - Gestão do SUS	1.000	4.589	3.589	-
4.1.3.2.1.01.0.1.16	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - SUS - Investimentos na Rede de Saúde	1.210.000	3.560.021	2.350.021	-
4.1.3.2.1.01.0.1.17	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - SUS - Recursos de Convênio	64.000	225.198	161.198	-
4.1.3.2.1.01.0.1.18	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. SUS	-	47.355	47.355	-
4.1.3.2.1.01.0.1.19	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. SUS - Outros	193.000	251	-	192.749
4.1.3.2.1.01.0.1.20	Remuneração de Aplic. Financeira dos Rec. Vinculados - SUS - COVID-19	-	15.706	15.706	-
4.1.3.2.1.01.0.1.22	Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios - Assistência Social	730.332	111.593	-	618.738
4.1.3.2.1.01.0.1.23	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FNAS - PETI	27.000	55.671	28.671	-
4.1.3.2.1.01.0.1.26	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Out. Rec. Vinc. à Ass. Social	3.999.000	782.606	-	3.216.394
4.1.3.2.1.01.0.1.29	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FNAS - Outros	132.000	93.028	-	38.972
4.1.3.2.1.01.0.1.30	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FNSP	2.800.000	11.490.684	8.690.684	-
4.1.3.2.1.01.0.1.31	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FNDE - PDDE	-	11.224	11.224	-
4.1.3.2.1.01.0.1.32	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FNDE - PNAE	238.000	615.114	377.114	-
4.1.3.2.1.01.0.1.33	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FNDE - PNATE	1.000	30.036	29.036	-
4.1.3.2.1.01.0.1.34	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Lei Aldir Blanc	-	335.034	335.034	-
4.1.3.2.1.01.0.1.35	Remuneração Recursos Vinculados - Convênios - Adm. Indireta	425.000	11.427	-	413.573
4.1.3.2.1.01.0.1.36	Remuneração Recursos Vinculados - Convênios - Adm. Direta	151.200	3.906.827	3.755.627	-
4.1.3.2.1.01.0.1.37	Remuneração Recursos Vinculados Sistema Proteção Social Militares	-	72.458	72.458	-
4.1.3.2.1.01.0.1.38	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Cultura Fonte 0.7.15	-	1.266.818	1.266.818	-

4.1.3.2.1.01.0.1.39	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FNDE - Outros	904.000	12.987.869	12.083.869	-
4.1.3.2.1.01.0.1.40	Remuneração Recursos Vinculados Diretamente Arrecadados - Administração Direta	-	883.231	883.231	-
4.1.3.2.1.01.0.1.41	Remuneração Rec. Vinc. - Convênios - Adm. Direta	35.175.000	4.069.255	-	31.105.745
4.1.3.2.1.01.0.1.42	Remuneração Recursos Vinculados - Operações de Crédito Interna - Administração Direta	100.000	469.569	369.569	-
4.1.3.2.1.01.0.1.43	Remuneração Recursos Vinculados - Operação de Crédito Externa - Administração Direta	-	217	217	-
4.1.3.2.1.01.0.1.44	Remuneração Recursos Vinculados - Recursos Diversos - Administração Direta	57.000	2.413.502	2.356.502	-
4.1.3.2.1.01.0.1.45	Remuneração Recursos Vinculados - Diretamente Arrecadados - Administração Indireta	2.181.000	2.909.883	728.883	-
4.1.3.2.1.01.0.1.46	Remuneração Recursos Vinculados - Convênios - Administração Indireta	1.841.454	3.508.834	1.667.380	-
4.1.3.2.1.01.0.1.48	Remuneração de Outros Depósitos Rec. Vinc. - Adm. Direta	-	37.093	37.093	-
4.1.3.2.1.01.0.1.49	Remuneração de Outros Depósitos Rec. Vinc. - Adm. Indireta	-	59.080	59.080	-
4.1.3.2.1.01.0.1.51	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Não Vinc. - Adm. Indireta	154.000	709.563	555.563	-
4.1.3.2.1.01.0.1.56	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Não Vinc. - MP Fundos	-	94.166	94.166	-
4.1.3.2.1.01.0.1.57	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Não Vinc. - Judiciário Fundos	-	295.533	295.533	-
4.1.3.2.1.01.0.1.62	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Não Vinc. - Executivo	-	14.768.098	14.768.098	-
4.1.3.2.1.01.0.1.63	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Cultura Fonte 0.7.16	-	458.994	458.994	-
4.1.3.2.1.01.0.1.66	Remuneração Dep. Bancário Não Vinculado - Fonte 708	-	13.079	13.079	-
4.1.3.2.1.01.0.1.67	Remuneração Rec. de Operações de Crédito Externa - Gov. Cidadão	-	6.241.433	6.241.433	-
4.1.3.2.1.01.0.1.68	Remuneração de Depósitos Bancários Recursos Vinculados - Fundos Diversos	4.292.000	2.229.334	-	2.062.666
4.1.3.2.1.01.0.1.69	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Outros Recursos Vinculados à Educação	8.000	-	-	8.000
4.1.3.2.1.01.0.1.70	Remuneração Rec. Dep. Banca de Transferência Especial da União	-	125.162	125.162	-
4.1.3.2.1.01.0.1.71	Remuneração Assistência Financeira Art. 5º, IV, EC 123 - Transporte Coletivo	85.034	83.742	-	1.292
4.1.3.2.1.01.0.1.72	Remuneração Rec. Vinc. - Contrapartida de Convênios - Adm. Direta	-	7.272	7.272	-
4.1.3.2.1.01.0.1.73	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - SUS - Gestão do SUS - Piso enfermagem	-	347.033	347.033	-
4.1.3.2.1.01.0.1.75	Remuneração - Recursos Vinculados ao Trânsito	-	1.823.721	1.823.721	-

4.1.3.2.1.01.0.1.76	Remuneração de Depósitos Bancários Recursos Vinculados - Fundos Diversos FUNPERN	-	1.248.528	1.248.528	-
4.1.3.2.1.01.0.1.77	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Lei Pelé	-	323.132	323.132	-
4.1.3.2.1.01.0.1.78	Remuneração Recursos Vinculados - Diretamente Arrecadados - Administração Indireta	-	35.578	35.578	-
4.1.3.2.1.01.0.1.88	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Outras. transf. conv. entidades	-	25.122	25.122	-
4.1.3.2.1.01.0.1.89	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Outros Recursos Vinculados	6.000	-	-	6.000
4.1.3.2.1.01.0.1.98	Remuneração Rec. de Outros Depósitos Não Vinc. - Adm. Direta	-	1.955	1.955	-
4.1.3.2.1.04	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	13.662.000	14.911.498	1.249.498	-
4.1.3.2.1.04.0.1	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	13.662.000	14.911.498	1.249.498	-
4.1.3.2.1.04.0.1.02	Remuneração dos Investimentos em Rendas Variáveis	1.738.000	1.178.587	-	559.413
4.1.3.2.1.04.0.1.03	Remuneração dos Investimentos em Fundos Imobiliários	963.000	2.857	-	960.143
4.1.3.2.1.04.0.1.04	Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa - Fundo Financeiro	10.561.000	10.619.266	58.266	-
4.1.3.2.1.04.0.1.09	Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa - IPERN	400.000	3.110.788	2.710.788	-
4.1.3.2.1.06	Juros sobre o Capital Próprio	-	5.478.166	5.478.166	-
4.1.3.2.1.06.0.1	Juros sobre o Capital Próprio - Principal	-	5.478.166	5.478.166	-
4.1.3.2.1.06.0.1.01	Juros sobre o Capital Próprio - Administração Direta	-	5.478.166	5.478.166	-
4.1.3.2.2	Dividendos	1.062.000	510.301	-	551.699
4.1.3.2.2.01	Dividendos	1.062.000	510.301	-	551.699
4.1.3.2.2.01.0.1	Dividendos - Principal	1.062.000	510.301	-	551.699
4.1.3.2.2.01.0.1.01	Dividendos - Administração Direta	-	510.301	510.301	-
4.1.3.2.2.01.0.1.03	Dividendos - IPERN	1.062.000	-	-	1.062.000
4.1.3.6	Cessão de Direitos	-	383.889.051	383.889.051	-
4.1.3.6.1	Cessão de Direitos	-	383.889.051	383.889.051	-
4.1.3.6.1.01	Cessão de Direitos de Operacionalização de Pagamentos	-	383.889.051	383.889.051	-
4.1.3.6.1.01.1	Cessão de Direitos de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo	-	383.889.051	383.889.051	-
4.1.3.6.1.01.1.1	Cessão de Direitos de Operacionalização de Pagamentos - Princip. Executivo e Legislativo	-	383.889.051	383.889.051	-
4.1.3.6.1.01.1.1.01	Cessão de Direitos de Operacionalização de Pagamentos - Executivo e Legislativo	-	370.297.211	370.297.211	-
4.1.3.6.1.01.1.1.02	Cessão de Direitos de Oper. de Pagtos - Exec. e Leg. (Compensação de Consignados)	-	13.591.840	13.591.840	-

4.1.3.9	Demais Receitas Patrimoniais	200.000	-	-	200.000
4.1.3.9.9	Outras Receitas Patrimoniais	200.000	-	-	200.000
4.1.3.9.9.99	Outras Receitas Patrimoniais	200.000	-	-	200.000
4.1.3.9.9.99.0.1	Outras Receitas Patrimoniais - Principal	200.000	-	-	200.000
4.1.3.9.9.99.0.1.02	Outras Receitas Patrimoniais - Adm. Indireta	200.000	-	-	200.000
4.1.4	Receita Agropecuária	8.379.000	1.106.173	-	7.272.827
4.1.4.1	Receita Agropecuária	8.379.000	1.106.173	-	7.272.827
4.1.4.1.1	Receita Agropecuária	8.379.000	1.106.173	-	7.272.827
4.1.4.1.1.01	Receita Agropecuária	8.379.000	1.106.173	-	7.272.827
4.1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	5.274.000	1.106.173	-	4.167.827
4.1.4.1.1.01.0.1.01	Receita Agropecuária - Agricultura	1.866.000	-	-	1.866.000
4.1.4.1.1.01.0.1.03	Receita Agropecuária - Pecuária	3.408.000	1.106.173	-	2.301.827
4.1.4.1.1.01.0.5	Receita Agropecuária - Multa Principal	3.105.000	-	-	3.105.000
4.1.4.1.1.01.0.5.01	Receita de Multa da Receita Agropecuária - Agricultura	2.588.000	-	-	2.588.000
4.1.4.1.1.01.0.5.02	Receita de Multa da Receita Agropecuária - Pecuária	517.000	-	-	517.000
4.1.5	Receita Industrial	5.000.000	4.588.974	-	411.026
4.1.5.1	Receita Industrial	5.000.000	4.588.974	-	411.026
4.1.5.1.1	Receita Industrial	5.000.000	4.588.974	-	411.026
4.1.5.1.1.01	Receita Industrial	5.000.000	4.588.974	-	411.026
4.1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	5.000.000	4.588.974	-	411.026
4.1.5.1.1.01.0.1.02	Receita Industrial de Transformação	5.000.000	4.588.974	-	411.026
4.1.6	Receita de Serviços	22.533.000	12.609.452	-	9.923.548
4.1.6.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.425.000	12.591.529	-	9.833.471
4.1.6.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.425.000	12.591.529	-	9.833.471
4.1.6.1.1.01	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	10.392.000	8.551.320	-	1.840.680
4.1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	10.392.000	8.551.320	-	1.840.680
4.1.6.1.1.01.0.1.05	Serviços Educacionais	380.000	379.974	-	26
4.1.6.1.1.01.0.1.06	Serviços Agropecuários	112.000	-	-	112.000
4.1.6.1.1.01.0.1.12	Serviços de Elaboração e Supervisão de Projetos	600.000	-	-	600.000
4.1.6.1.1.01.0.1.16	Serviços Agropecuários - Adm. Indireta	200.000	121.754	-	78.246
4.1.6.1.1.01.0.1.21	Serviço Programa Restaurante Popular	9.100.000	8.049.592	-	1.050.408
4.1.6.1.1.02	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	12.033.000	4.040.209	-	7.992.791
4.1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	12.033.000	4.040.209	-	7.992.791
4.1.6.1.1.02.0.1.01	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos - Saúde	-	35.750	35.750	-

4.1.6.1.1.02.0.1.09	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos - Demais Órgãos Adm. Direta	-	-	-	-
4.1.6.1.1.02.0.1.20	Serviços de Inscrição em Processos Seletivos - Órgãos Adm. Indireta	26.000	-	-	26.000
4.1.6.1.1.02.0.1.21	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos - Fundos Diversos	12.005.000	799.456	-	11.205.544
4.1.6.1.1.02.0.1.22	Serviços de Inscrição em Processos Seletivos - Fundos Diversos	2.000	-	-	2.000
4.1.6.1.1.02.0.1.23	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos - Fundos	-	3.205.003	3.205.003	-
4.1.6.9	Outros Serviços	108.000	17.923	-	90.077
4.1.6.9.9	Outros Serviços	108.000	17.923	-	90.077
4.1.6.9.9.99	Outros Serviços	108.000	17.923	-	90.077
4.1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	108.000	17.923	-	90.077
4.1.6.9.9.99.0.1.30	Outros Serviços - Vinculado a Fundos Diversos	8.000	-	-	8.000
4.1.6.9.9.99.0.1.98	Outros Serviços - Admin. Indireta	100.000	17.923	-	82.077
4.1.7	Transferências Correntes	8.983.537.196	9.214.215.113	230.677.916	-
4.1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades	7.771.201.969	7.790.314.237	19.112.268	-
4.1.7.1.1	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	6.629.342.000	6.322.444.931	-	306.897.069
4.1.7.1.1.50	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE	6.615.000.000	6.302.735.002	-	312.264.998
4.1.7.1.1.50.0.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - Principal	6.615.000.000	6.302.735.002	-	312.264.998
4.1.7.1.1.50.0.1.01	Cota-Parte do FPE	6.615.000.000	6.302.735.002	-	312.264.998
4.1.7.1.1.53	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	8.040.000	17.144.512	9.104.512	-
4.1.7.1.1.53.0.1	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	8.040.000	17.144.512	9.104.512	-
4.1.7.1.1.53.0.1.01	Cota-Parte do IPI- Estadual	6.153.000	12.858.384	6.705.384	-
4.1.7.1.1.53.0.1.02	Cota-Parte do IPI - Municipal	1.887.000	4.286.127	2.399.127	-
4.1.7.1.1.54	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	6.302.000	2.489.810	-	3.812.190
4.1.7.1.1.54.0.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	6.302.000	2.489.810	-	3.812.190
4.1.7.1.1.54.0.1.01	Cota-Parte CIDE - Estadual	6.302.000	1.867.358	-	4.434.642
4.1.7.1.1.54.0.1.02	Cota-Parte CIDE - Municipal	-	622.453	622.453	-
4.1.7.1.1.55	Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos	-	75.606	75.606	-
4.1.7.1.1.55.0.1	Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos	-	75.606	75.606	-

4.1.7.1.1.55.0.1.01	Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos	-	75.606	75.606	-
4.1.7.1.2	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	271.003.295	283.170.517	12.167.222	-
4.1.7.1.2.51	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	3.295	658.553	655.257	-
4.1.7.1.2.51.0.1	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal	3.295	658.553	655.257	-
4.1.7.1.2.51.0.1.01	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	3.295	658.553	655.257	-
4.1.7.1.2.52	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	271.000.000	282.511.964	11.511.964	-
4.1.7.1.2.52.1	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo Lei nº 7.990/89	154.000.000	166.895.950	12.895.950	-
4.1.7.1.2.52.1.1	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo Lei nº 7.990/90 - Principal	154.000.000	166.895.950	12.895.950	-
4.1.7.1.2.52.1.1.01	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo Lei nº 7.990/90 - Estadual	113.000.000	125.171.962	12.171.962	-
4.1.7.1.2.52.1.1.02	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo Lei nº 7.990/90 - Municipal	41.000.000	41.723.987	723.987	-
4.1.7.1.2.52.2	Cota-parte pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	93.000.000	86.601.363	-	6.398.637
4.1.7.1.2.52.2.1	Cota-parte pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principal	93.000.000	86.601.363	-	6.398.637
4.1.7.1.2.52.2.1.01	Cota-parte pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	93.000.000	86.601.363	-	6.398.637
4.1.7.1.2.52.4	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	24.000.000	29.014.652	5.014.652	-
4.1.7.1.2.52.4.1	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	24.000.000	29.014.652	5.014.652	-
4.1.7.1.2.52.4.1.01	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	24.000.000	29.014.652	5.014.652	-
4.1.7.1.3	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS	446.145.516	577.048.912	130.903.396	-
4.1.7.1.3.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS Repasses Fundo a Fundo - Bloc	446.145.516	577.048.912	130.903.396	-
4.1.7.1.3.50.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	126.500	126.500	-
4.1.7.1.3.50.1.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS Repasses Fundo a Fundo - Bloc	-	126.500	126.500	-
4.1.7.1.3.50.1.1.01	Transferência - SUS - Atenção Básica	-	126.500	126.500	-
4.1.7.1.3.50.2	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	389.231.516	521.164.507	131.932.991	-
4.1.7.1.3.50.2.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	389.231.516	521.164.507	131.932.991	-

4.1.7.1.3.50.2.1.01	Transferência - SUS - Alta e Média Complexidade	389.231.516	521.001.762	131.770.246	-
4.1.7.1.3.50.2.1.10	Transferências SUS - Atenção Especializada - Emendas Parlamentares Individuais	-	162.745	162.745	-
4.1.7.1.3.50.3	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	9.900.000	10.059.916	159.916	-
4.1.7.1.3.50.3.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	9.900.000	10.059.916	159.916	-
4.1.7.1.3.50.3.1.01	Transferência - SUS - Vigilância em Saúde	9.900.000	10.059.916	159.916	-
4.1.7.1.3.50.4	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.900.000	4.736.924	-	163.076
4.1.7.1.3.50.4.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.900.000	4.736.924	-	163.076
4.1.7.1.3.50.4.1.01	Transferência - SUS - Assistência Farmacêutica	4.900.000	4.736.924	-	163.076
4.1.7.1.3.50.5	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	42.114.000	40.961.065	-	1.152.935
4.1.7.1.3.50.5.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	42.114.000	40.961.065	-	1.152.935
4.1.7.1.3.50.5.1.01	Transferência - SUS - Gestão do SUS	42.114.000	500.000	-	41.614.000
4.1.7.1.3.50.5.1.02	Transferência - SUS - Gestão do SUS - Piso Enfermagem	-	40.461.065	40.461.065	-
4.1.7.1.4	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	159.018.000	94.834.231	-	64.183.769
4.1.7.1.4.50	Transferências do Salário-Educação	28.349.000	28.896.823	547.823	-
4.1.7.1.4.50.0.1	Transferências do Salário-Educação - Principal	28.349.000	28.896.823	547.823	-
4.1.7.1.4.50.0.1.01	Transferências do Salário-Educação	28.349.000	28.896.823	547.823	-
4.1.7.1.4.51	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	4.000	240	-	3.760
4.1.7.1.4.51.0.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Principal	4.000	240	-	3.760
4.1.7.1.4.51.0.1.01	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	4.000	240	-	3.760
4.1.7.1.4.52	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	27.199.000	26.280.827	-	918.173
4.1.7.1.4.52.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal	27.199.000	26.280.827	-	918.173
4.1.7.1.4.52.0.1.01	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	27.199.000	26.280.827	-	918.173
4.1.7.1.4.53	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	154.000	428.474	274.474	-

4.1.7.1.4.53.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE -	154.000	428.474	274.474	-
4.1.7.1.4.53.0.1.01	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	154.000	428.474	274.474	-
4.1.7.1.4.99	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	103.312.000	39.227.867	-	64.084.133
4.1.7.1.4.99.0.1	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal	103.312.000	39.227.867	-	64.084.133
4.1.7.1.4.99.0.1.01	Outras Transferências Diretas do FNDE	103.312.000	39.227.867	-	64.084.133
4.1.7.1.5	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento	-	10.930.821	10.930.821	-
4.1.7.1.5.51	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	-	0	0	-
4.1.7.1.5.51.0.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF - Principal	-	0	0	-
4.1.7.1.5.51.0.1.01	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	-	0	0	-
4.1.7.1.5.52	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	-	10.930.821	10.930.821	-
4.1.7.1.5.52.0.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR - Principal	-	10.930.821	10.930.821	-
4.1.7.1.5.52.0.1.01	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	-	10.930.821	10.930.821	-
4.1.7.1.6	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	3.861.000	1.777.347	-	2.083.653
4.1.7.1.6.50	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	3.861.000	1.777.347	-	2.083.653
4.1.7.1.6.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	3.861.000	1.777.347	-	2.083.653
4.1.7.1.6.50.0.1.03	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - AEPETI	3.742.000	-	-	3.742.000
4.1.7.1.6.50.0.1.99	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Outros Recursos	119.000	1.777.347	1.658.347	-
4.1.7.1.7	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	142.279.655	39.817.407	-	102.462.248
4.1.7.1.7.50	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	22.532.248	27.415.652	4.883.404	-
4.1.7.1.7.50.0.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	22.532.248	27.415.652	4.883.404	-
4.1.7.1.7.50.0.1.01	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	22.532.248	499.970	-	22.032.278

4.1.7.1.7.50.0.1.10	Transf de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS - Emenda Parlamentar Individual	-	18.772.549	18.772.549	-
4.1.7.1.7.50.0.1.11	Transf de Convênios da União para o SUS - Emenda Parlamentar Ind Fonte 601	-	1.018.402	1.018.402	-
4.1.7.1.7.50.0.1.20	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Emendas Parlamentar	-	5.028.261	-	-
4.1.7.1.7.50.0.1.21	Transferências de Convênios da União para o SUS - Emendas de bancada Fonte 601	-	2.096.470	2.096.470	-
4.1.7.1.7.51	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	1.834.000	1.208.212	-	625.788
4.1.7.1.7.51.0.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	1.834.000	1.208.212	-	625.788
4.1.7.1.7.51.0.1.01	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	1.834.000	1.208.212	-	625.788
4.1.7.1.7.52	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	16.665.000	320.777	-	16.344.223
4.1.7.1.7.52.0.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal	16.665.000	320.777	-	16.344.223
4.1.7.1.7.52.0.1.01	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	16.665.000	-	-	16.665.000
4.1.7.1.7.52.0.1.10	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Emenda	-	320.777	320.777	-
4.1.7.1.7.99	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	101.248.408	10.872.767	-	90.375.641
4.1.7.1.7.99.0.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	101.248.408	10.872.767	-	90.375.641
4.1.7.1.7.99.0.1.01	Transferência da União Fundo a Fundo FUNPERN	2.513.531	2.437.606	-	75.925
4.1.7.1.7.99.0.1.10	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Emendas Individuais	-	849.668	849.668	-
4.1.7.1.7.99.0.1.98	Outras Transf. Convênios União - Administração Direta	80.621.877	1.836.903	-	78.784.974
4.1.7.1.7.99.0.1.99	Outras Transf. Convênios União - Administração Indireta	18.113.000	5.748.590	-	12.364.410
4.1.7.1.9	Outras Transferências de Recursos da União e suas Entidades	119.552.502	460.290.070	340.737.568	-
4.1.7.1.9.53	Transferências de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN	6.000.000	-	-	6.000.000
4.1.7.1.9.53.0.1	Transferências de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN - Principal	6.000.000	-	-	6.000.000
4.1.7.1.9.53.0.1.01	Transferências de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN	6.000.000	-	-	6.000.000
4.1.7.1.9.54	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	32.593.428	32.392.949	-	200.480
4.1.7.1.9.54.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP - Obrigatórias	32.593.428	32.392.949	-	200.480

4.1.7.1.9.54.1.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP - Obrigatórias - Principal	32.593.428	32.392.949	-	200.480
4.1.7.1.9.54.1.1.01	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública FNSP Obrigatórias	32.593.428	32.392.949	-	200.480
4.1.7.1.9.57	Transferência Especial da União	-	4.510.927	4.510.927	-
4.1.7.1.9.57.0.1	Transferência Especial da União - Principal	-	4.510.927	4.510.927	-
4.1.7.1.9.57.0.1.10	Transferência Especial da União - Emendas Parlamentares Individuais	-	4.364.152	4.364.152	-
4.1.7.1.9.57.0.1.20	Transferência Especial da União - Emendas Parlamentares de Bancada	-	146.775	146.775	-
4.1.7.1.9.62	Transferência da Compensação Financeira das Perdas da LC 194/2022	-	256.669.834	256.669.834	-
4.1.7.1.9.62.0.1	Transf. da Comp. Finan. das Perdas de ICMS - LC 194/2022 - Principal	-	256.669.834	256.669.834	-
4.1.7.1.9.62.0.1.01	Transf. da Comp. Finan. das Perdas de ICMS - LC 194/2022 - Parte Estadual	-	208.143.632	208.143.632	-
4.1.7.1.9.62.0.1.02	Transf. da Comp. Finan. das Perdas de ICMS - LC 194/2022 - Parte Municipal	-	48.526.202	48.526.202	-
4.1.7.1.9.99	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	80.959.074	166.716.361	85.757.287	-
4.1.7.1.9.99.0.1	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal	80.959.074	166.716.361	85.757.287	-
4.1.7.1.9.99.0.1.02	Outras Transferências da União - Situação de Emergência e Calamidade	6.000.000	-	-	6.000.000
4.1.7.1.9.99.0.1.04	Outras Transferências da União - Lei 9.615/1998 - Lei Pelé	1.734.000	199.922	-	1.534.078
4.1.7.1.9.99.0.1.10	Outras Transferências da União - Lei 14.399/2022 - Lei Aldir Blanc 2	33.000.000	29.615.770	-	3.384.230
4.1.7.1.9.99.0.1.11	Outras Transferências da União - Compensação Perdas ICMS Exportação. LC 176/2020.	-	-	-	-
4.1.7.1.9.99.0.1.12	Outras Transferências da União apoio Setor Cultura - Fonte 0.7.15	29.267.527	29.268.971	1.444	-
4.1.7.1.9.99.0.1.13	Outras Transferências da União apoio Setor Cultura - Fonte 0.7.16	10.514.350	10.514.869	519	-
4.1.7.1.9.99.0.1.14	Outras Transfer. da União - Compensação Perdas ICMS Exportação. LC 176/2020. Fonte 501.	-	8.826.601	8.826.601	-
4.1.7.1.9.99.0.1.19	Outras Transferências da União - LC 201/2023, Art. 1º, VII. Recomposição de perdas do FPE	-	87.620.917	87.620.917	-
4.1.7.1.9.99.0.1.98	Outras Transferências da União - Adm. Direta	443.197	669.311	226.114	-
4.1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	21.405	21.405	-
4.1.7.2.9	Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	-	21.405	21.405	-
4.1.7.2.9.50	Transferências de Estados a Consórcios Públicos	-	21.405	21.405	-

4.1.7.2.9.50.0.1	Transferências de Estados a Consórcios Públicos - Principal	-	21.405	21.405	-
4.1.7.2.9.50.0.1.01	Transferências de Estados a Consórcios - Consórcio Nordeste	-	21.405	21.405	-
4.1.7.3	Transferência dos Municípios e de suas Entidades	3.288.000	1.317.199	-	1.970.801
4.1.7.3.2	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	-	200.000	200.000	-
4.1.7.3.2.99	Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	-	200.000	200.000	-
4.1.7.3.2.99.0.1	Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	-	200.000	200.000	-
4.1.7.3.2.99.0.1.01	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	-	200.000	200.000	-
4.1.7.3.9	Outras Transferências dos Municípios	3.288.000	1.117.199	-	2.170.801
4.1.7.3.9.99	Outras Transferências dos Municípios	3.288.000	1.117.199	-	2.170.801
4.1.7.3.9.99.0.1	Outras Transferências dos Municípios - Principal	3.288.000	1.117.199	-	2.170.801
4.1.7.3.9.99.0.1.02	Outras Transferências dos Municípios - Municipalização do DETRAN	3.288.000	1.117.199	-	2.170.801
4.1.7.3.9.99.0.1.04	Outras Transferências dos Municípios - PM	-	-	-	-
4.1.7.4	Transferências de Instituições Privadas	6.026.227	7.587.310	1.561.083	-
4.1.7.4.1	Transferências de Instituições Privadas	6.026.227	7.587.310	1.561.083	-
4.1.7.4.1.01	Transferências de Instituições Privadas	6.000.000	6.723.242	723.242	-
4.1.7.4.1.01.0.1	Transferências de Instituições Privadas - Principal	6.000.000	6.723.242	723.242	-
4.1.7.4.1.01.0.1.01	Transferências de Instituições Privadas para Adm. Direta - FUNDO PROEDI	3.200.000	3.363.866	163.866	-
4.1.7.4.1.01.0.1.02	Transferências de Instituições Privadas pela Adm. Indireta - FUNDO PROEDI	2.800.000	3.359.376	559.376	-
4.1.7.4.1.99	Outras Transferências de Instituições Privadas	26.227	864.068	837.841	-
4.1.7.4.1.99.0.1	Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	26.227	864.068	837.841	-
4.1.7.4.1.99.0.1.01	Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal Doação p/ Saúde	26.227	95.600	69.373	-
4.1.7.4.1.99.0.1.02	Outras Transferências de Instituições Privadas sem fins lucrativos	-	768.468	768.468	-
4.1.7.5	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	1.203.000.000	1.413.743.220	210.743.220	-
4.1.7.5.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e d	1.203.000.000	1.413.493.187	210.493.187	-
4.1.7.5.1.50	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e d	1.203.000.000	1.413.493.187	210.493.187	-
4.1.7.5.1.50.0.1	Transferências de Recursos - FUNDEB - Principal	1.203.000.000	1.413.493.187	210.493.187	-
4.1.7.5.1.50.0.1.01	Transferências de Recursos do FUNDEB	1.203.000.000	1.413.493.187	210.493.187	-
4.1.7.5.9	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	-	250.033	250.033	-
4.1.7.5.9.99	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	-	250.033	250.033	-

4.1.7.5.9.99.0.1	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal	-	250.033	250.033	-
4.1.7.5.9.99.0.1.02	Transferências de Outras Instituições Públicas - Assistência Social	-	250.033	250.033	-
4.1.7.9	Demais Transferências Correntes	21.000	1.231.742	1.210.742	-
4.1.7.9.1	Transferências de Pessoas Físicas	21.000	1.231.742	1.210.742	-
4.1.7.9.1.01	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União	21.000	-	-	21.000
4.1.7.9.1.01.0.1	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	21.000	-	-	21.000
4.1.7.9.1.01.0.1.01	Transferências de Pessoas Físicas	21.000	-	-	21.000
4.1.7.9.1.50	Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde	-	458	458	-
4.1.7.9.1.50.0.1	Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde - Principal	-	458	458	-
4.1.7.9.1.50.0.1.02	Transferências de Pessoas Físicas - COVID-19	-	458	458	-
4.1.7.9.1.99	Outras Transferências de Pessoas Físicas	-	1.231.283	1.231.283	-
4.1.7.9.1.99.0.1	Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	-	1.231.283	1.231.283	-
4.1.7.9.1.99.0.1.01	Transferências de Pessoas Físicas - SEMJIDH	-	1.231.283	1.231.283	-
4.1.9	Outras Receitas Correntes	152.802.284	338.859.645	186.057.361	-
4.1.9.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	28.825.000	54.009.258	25.184.258	-
4.1.9.1.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	28.825.000	54.009.258	25.184.258	-
4.1.9.1.1.01	Multas Previstas em Legislação Específica	22.879.000	51.520.299	28.641.299	-
4.1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	22.794.000	51.063.813	28.269.813	-
4.1.9.1.1.01.0.1.01	Multas por Infração a Legislação de Trânsito	18.349.000	26.771.858	8.422.858	-
4.1.9.1.1.01.0.1.02	Multas por Infração a Legislação de Operação do Transporte Rodoviário	242.000	340.505	98.505	-
4.1.9.1.1.01.0.1.08	Multa por Infração à Legislação Ambiental	3.000	31.566	28.566	-
4.1.9.1.1.01.0.1.09	Multa por Infração à Legislação do Programa Estadual de Educação e Cidadania Fiscal	4.200.000	19.656.172	15.456.172	-
4.1.9.1.1.01.0.1.10	Multa por Infração à Legislação Agropecuária	-	4.263.713	4.263.713	-
4.1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	1.000	44.805	43.805	-
4.1.9.1.1.01.0.3.02	Dívida Ativa da Multa por Infração de Operação Transporte Rodoviário	1.000	1.350	350	-
4.1.9.1.1.01.0.3.08	Dívida Ativa da Multa por Infração a Legislação Ambiental	-	39.522	39.522	-
4.1.9.1.1.01.0.3.11	Dívida Ativa da Multa por Infração a Legislação Agropecuária	-	3.933	3.933	-
4.1.9.1.1.01.0.7	Multa de Mora - Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	56.000	254.896	198.896	-
4.1.9.1.1.01.0.7.01	Multa de Mora DER - Dívida Ativa	3.000	48	-	2.952

4.1.9.1.1.01.0.7.02	Multa de Mora DER - Dívida Ativa	53.000	-	-	53.000
4.1.9.1.1.01.0.7.08	Dívida Ativa da Multa por Infração a Legislação Ambiental - Multas	-	205.818	205.818	-
4.1.9.1.1.01.0.7.11	Dívida Ativa da Multa por Infração a Legislação Agropecuária - Multas	-	49.030	49.030	-
4.1.9.1.1.01.0.8	Juros de Mora - Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	28.000	156.785	128.785	-
4.1.9.1.1.01.0.8.01	Juros de Mora - Multas Previstas Legislação de Trânsito - Dívida Ativa	1.000	2.193	1.193	-
4.1.9.1.1.01.0.8.02	Juros de Mora - Multas Previstas Legislação DER - Dívida Ativa	27.000	-	-	27.000
4.1.9.1.1.01.0.8.08	Juros de Mora - Multas Previstas Legislação de Ambiental- Dívida Ativa	-	147.280	147.280	-
4.1.9.1.1.01.0.8.11	Juros de Mora - Multas Previstas Legislação Agropecuária - Dívida Ativa	-	7.312	7.312	-
4.1.9.1.1.04	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	1.723.000	1.891.058	168.058	-
4.1.9.1.1.04.0.1	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	1.260.000	1.250.025	-	9.975
4.1.9.1.1.04.0.1.01	Multas Aplicada pelo PROCON	1.260.000	1.250.025	-	9.975
4.1.9.1.1.04.0.3	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa	463.000	195.649	-	267.351
4.1.9.1.1.04.0.3.01	Dívida Ativa da Multa Aplicadas pelo PROCON	463.000	195.649	-	267.351
4.1.9.1.1.04.0.7	Multa de Mora - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida	-	266.167	266.167	-
4.1.9.1.1.04.0.7.01	Multa de Mora Procon - Dívida Ativa	-	266.167	266.167	-
4.1.9.1.1.04.0.8	Juros de Mora - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida	-	179.217	179.217	-
4.1.9.1.1.04.0.8.01	Juros de Mora PROCON - Dívida Ativa	-	179.217	179.217	-
4.1.9.1.1.07	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	-	274	274	-
4.1.9.1.1.07.0.3	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Dívida Ativa	-	94	94	-
4.1.9.1.1.07.0.3.01	Multas Aplicadas pelo TCE - Dívida Ativa	-	94	94	-
4.1.9.1.1.07.0.7	Multa de Mora - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Dívida Ativa	-	-	-	-
4.1.9.1.1.07.0.7.01	Dívida Ativa - Multa de Mora TCE	-	-	-	-
4.1.9.1.1.07.0.8	Juros de Mora - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Dívida Ativa	-	180	180	-
4.1.9.1.1.07.0.8.01	Dívida Ativa - Juros de Mora TCE	-	180	180	-
4.1.9.1.1.08	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	3.723.000	286.625	-	3.436.375
4.1.9.1.1.08.0.1	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	3.723.000	182.305	-	3.540.695
4.1.9.1.1.08.0.1.01	Multas Decorrentes Sentença Penal Condenatória	3.723.000	182.305	-	3.540.695

4.1.9.1.1.08.0.3	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Dívida Ativa	-	12.825	12.825	-
4.1.9.1.1.08.0.3.02	Aplicação de Multas criminais para FUNPERN - Dívida Ativa	-	12.825	12.825	-
4.1.9.1.1.08.0.7	Multa de mora sobre Custas Judiciais - Dívida Ativa	-	54.446	54.446	-
4.1.9.1.1.08.0.7.01	Multa de mora SEJUC - Dívida Ativa	-	574	574	-
4.1.9.1.1.08.0.7.02	Multa de mora sobre infração criminal para FUNPERN - Dívida Ativa	-	53.872	53.872	-
4.1.9.1.1.08.0.8	Juros de mora sobre Custas Judiciais - Dívida Ativa	-	37.049	37.049	-
4.1.9.1.1.08.0.8.02	Juros de mora sobre infração criminal para FUNPERN - Dívida Ativa	-	37.049	37.049	-
4.1.9.1.1.09	Multas e Juros Previstos em Contratos	500.000	311.001	-	188.999
4.1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	500.000	311.001	-	188.999
4.1.9.1.1.09.0.1.03	Multas e Juros Previstos em Contrato - Imobiliário - IPERN	500.000	311.001	-	188.999
4.1.9.2	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.006.000	16.920.946	11.914.946	-
4.1.9.2.2	Restituições	4.014.000	14.087.326	10.073.326	-
4.1.9.2.2.01	Restituição de Convênios	9.000	1.170.924	1.161.924	-
4.1.9.2.2.01.1	Restituição de Convênios - Primárias	9.000	1.168.345	1.159.345	-
4.1.9.2.2.01.1.1	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	9.000	1.168.345	1.159.345	-
4.1.9.2.2.01.1.1.03	Restituição de Convênios - Fonte 0.100 (saldo remanescente).	-	1.031.042	1.031.042	-
4.1.9.2.2.01.1.1.05	Restituição de Convênios - Fonte 0.759	-	73.829	73.829	-
4.1.9.2.2.01.1.1.45	Restituição de Convênios - FR 0290	9.000	63.474	54.474	-
4.1.9.2.2.01.2	Restituição de Convênios - Financeiras	-	2.580	2.580	-
4.1.9.2.2.01.2.1	Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	-	2.580	2.580	-
4.1.9.2.2.01.2.1.03	Restituição de Convênios - Financeiro 0.250	-	2.580	2.580	-
4.1.9.2.2.03	Restituição de Benefícios Previdenciários	1.084.000	316.707	-	767.293
4.1.9.2.2.03.0.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	1.084.000	316.707	-	767.293
4.1.9.2.2.03.0.1.01	Restituição de Benefícios Previdenciários	1.084.000	316.707	-	767.293
4.1.9.2.2.06	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	-	1.875.289	1.875.289	-
4.1.9.2.2.06.3	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores	-	1.875.289	1.875.289	-
4.1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	-	1.875.289	1.875.289	-
4.1.9.2.2.06.3.1.01	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.754.000148	-	16.095	16.095	-
4.1.9.2.2.06.3.1.02	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.150	-	-	-	-
4.1.9.2.2.06.3.1.03	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.100	-	1.587.410	1.587.410	-

4.1.9.2.2.06.3.1.04	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.501	-	15.194	15.194	-
4.1.9.2.2.06.3.1.05	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.2.81	-	81.116	81.116	-
4.1.9.2.2.06.3.1.07	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.669	-	116.018	116.018	-
4.1.9.2.2.06.3.1.08	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.761	-	27.547	27.547	-
4.1.9.2.2.06.3.1.09	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.660	-	1.850	1.850	-
4.1.9.2.2.06.3.1.10	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.544	-	30.059	30.059	-
4.1.9.2.2.99	Outras Restituições	2.921.000	10.724.406	7.803.406	-
4.1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	2.921.000	10.724.406	7.803.406	-
4.1.9.2.2.99.0.1.01	Outras Restituições - Salário Educação	-	423.028	423.028	-
4.1.9.2.2.99.0.1.02	Outras Restituições - PNAE	-	8.549	8.549	-
4.1.9.2.2.99.0.1.03	Outras Restituições - Recursos do Tesouro - Educação	-	740.847	740.847	-
4.1.9.2.2.99.0.1.04	Outras Restituições - FNDE	-	15.131	15.131	-
4.1.9.2.2.99.0.1.06	Outras Restituições - Recursos do Tesouro - CAF	-	6.823.311	6.823.311	-
4.1.9.2.2.99.0.1.13	Outras Restituições - Recursos de Convênios - Adm. Direta	-	816	816	-
4.1.9.2.2.99.0.1.16	Outras Restituições - IPERN - restituição ao Erário Inativo	2.895.000	2.631.692	-	263.308
4.1.9.2.2.99.0.1.17	Outras Restituições - Recursos do FNAS	-	90	90	-
4.1.9.2.2.99.0.1.98	Outras Restituições - Adm. Direta	-	79.640	79.640	-
4.1.9.2.2.99.0.1.99	Outras Restituições - Adm. Indireta	26.000	1.302	-	24.698
4.1.9.2.3	Ressarcimentos	992.000	2.833.619	1.841.619	-
4.1.9.2.3.01	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde	390.000	1.391	-	388.609
4.1.9.2.3.01.0.1	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal	390.000	1.391	-	388.609
4.1.9.2.3.01.0.1.01	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde	390.000	1.391	-	388.609
4.1.9.2.3.02	Ressarcimento de Custos	602.000	2.626.877	2.024.877	-
4.1.9.2.3.02.0.1	Ressarcimento de Custos - Principal	602.000	2.626.877	2.024.877	-
4.1.9.2.3.02.0.1.01	Ressarcimento Pessoal Cedido - Adm. Direta	-	1.122.170	1.122.170	-
4.1.9.2.3.02.0.1.02	Ressarcimento Pessoal Cedido - Adm. Indireta	602.000	1.404.925	802.925	-
4.1.9.2.3.02.0.1.03	Ressarcimento - Apenados	-	99.781	99.781	-
4.1.9.2.3.99	Outros Ressarcimentos	-	205.351	205.351	-

4.1.9.2.3.99.0.3	Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa	-	130.429	130.429	-
4.1.9.2.3.99.0.3.02	Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa	-	110.220	110.220	-
4.1.9.2.3.99.0.3.03	Outros Ressarcimentos SEEC - Dívida Ativa	-	1.606	1.606	-
4.1.9.2.3.99.0.3.04	Outros Ressarcimentos SESAP - Dívida Ativa	-	1.112	1.112	-
4.1.9.2.3.99.0.3.05	Outros Ressarcimentos SEAD - Dívida Ativa	-	17.491	17.491	-
4.1.9.2.3.99.0.7	Outros Ressarcimentos - Multas da Dívida Ativa	-	7.909	7.909	-
4.1.9.2.3.99.0.7.02	Outros Ressarcimentos Demais Órgão - Multa Dívida Ativa	-	6.032	6.032	-
4.1.9.2.3.99.0.7.03	Outros Ressarcimentos SEEC - Multa Dívida Ativa	-	274	274	-
4.1.9.2.3.99.0.7.04	Outros Ressarcimentos SESAP - Multa Dívida Ativa	-	1.265	1.265	-
4.1.9.2.3.99.0.7.05	Outros Ressarcimentos SEAD - Multa Dívida Ativa	-	207	207	-
4.1.9.2.3.99.0.7.06	Outros Ressarcimentos SESED - Multa Dívida Ativa	-	130	130	-
4.1.9.2.3.99.0.8	Outros Res Juros da Dívida Ativa	-	67.014	67.014	-
4.1.9.2.3.99.0.8.02	Outros Ressarcimentos Demais Órgão - Juros Dívida Ativa	-	60.309	60.309	-
4.1.9.2.3.99.0.8.03	Outros Ressarcimentos SEEC - Juros Dívida Ativa	-	1.919	1.919	-
4.1.9.2.3.99.0.8.04	Outros Ressarcimentos SESAP - Juros Dívida Ativa	-	4.053	4.053	-
4.1.9.2.3.99.0.8.05	Outros Ressarcimentos SEAD - Juros Dívida Ativa	-	732	732	-
4.1.9.9	Demais Receitas Correntes	118.971.284	267.929.441	148.958.158	-
4.1.9.9.9	Outras Receitas Correntes	118.971.284	267.929.441	148.958.158	-
4.1.9.9.9.03	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Siste	32.912.000	58.982.276	26.070.276	-
4.1.9.9.9.03.0.1	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	32.912.000	58.982.276	26.070.276	-
4.1.9.9.9.03.0.1.01	Compensação Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Prev. Servidores	32.912.000	58.982.276	26.070.276	-
4.1.9.9.9.99	Outras Receitas	86.059.284	208.947.165	122.887.881	-
4.1.9.9.9.99.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias	86.059.284	208.947.165	122.887.881	-
4.1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias- Principal	86.059.284	208.947.165	122.887.881	-
4.1.9.9.9.99.2.1.91	Outras Receitas - Adm. Indireta Recursos Diretamente Arrecadados	4.000	-	-	4.000
4.1.9.9.9.99.2.1.92	Outras Receitas - Adm. Direta Recursos Diversos - Vinculados à Saúde	620.000	-	-	620.000
4.1.9.9.9.99.2.1.93	Depósitos Judiciais - Estado é Parte	79.615.284	106.251.264	26.635.980	-
4.1.9.9.9.99.2.1.94	Outras Receitas - Tesouro	-	99.818.218	99.818.218	-
4.1.9.9.9.99.2.1.95	Outras Receitas - FEAS	5.115.000	312.055	-	4.802.945
4.1.9.9.9.99.2.1.96	Outras Receitas - Fundos Diversos	-	381.384	381.384	-

4.1.9.9.9.99.2.1.98	Outras Receitas - Adm. Direta Recursos Diversos	-	1.663.360	1.663.360	-
4.1.9.9.9.99.2.1.99	Outras Receitas - Adm. Indireta Recursos Diversos	705.000	520.885	-	184.115
4.2	Receitas de Capital	443.729.634	270.001.487	-	173.728.147
4.2.1	Operações de Crédito	143.655.000	64.270.013	-	79.384.987
4.2.1.1	Operações de Crédito - Mercado Interno	42.655.000	5.779.516	-	36.875.484
4.2.1.1.2	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	31.494.000	-	-	31.494.000
4.2.1.1.2.56	Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	31.494.000	-	-	31.494.000
4.2.1.1.2.56.0.1	Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular - Principal	31.494.000	-	-	31.494.000
4.2.1.1.2.56.0.1.01	Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	31.494.000	-	-	31.494.000
4.2.1.1.9	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	11.161.000	5.779.516	-	5.381.484
4.2.1.1.9.99	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	11.161.000	5.779.516	-	5.381.484
4.2.1.1.9.99.0.1	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	11.161.000	5.779.516	-	5.381.484
4.2.1.1.9.99.0.1.01	Operações de Crédito Internas para Programas de Infraestrutura	-	5.779.516	5.779.516	-
4.2.1.1.9.99.0.1.02	Operações de Crédito Internas para Programas de Rodovias	11.161.000	-	-	11.161.000
4.2.1.2	Operações de Crédito - Mercado Externo	101.000.000	58.490.498	-	42.509.502
4.2.1.2.2	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo	101.000.000	58.490.498	-	42.509.502
4.2.1.2.2.01	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo	65.000.000	58.490.498	-	6.509.502
4.2.1.2.2.01.0.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	65.000.000	58.490.498	-	6.509.502
4.2.1.2.2.01.0.1.01	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - RN Sustentável	65.000.000	58.490.498	-	6.509.502
4.2.1.2.2.54	Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	36.000.000	-	-	36.000.000
4.2.1.2.2.54.0.1	Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal	36.000.000	-	-	36.000.000
4.2.1.2.2.54.0.1.01	Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	36.000.000	-	-	36.000.000
4.2.2	Alienação de Bens	103.000	42.400	-	60.600
4.2.2.1	Alienação de Bens Móveis	103.000	42.400	-	60.600
4.2.2.1.3	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	103.000	42.400	-	60.600
4.2.2.1.3.01	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	103.000	42.400	-	60.600
4.2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	103.000	42.400	-	60.600
4.2.2.1.3.01.0.1.01	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Adm. Direta	-	42.400	42.400	-
4.2.2.1.3.01.0.1.02	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Adm. Indireta	103.000	-	-	103.000
4.2.3	Amortização de Empréstimos	3.305.000	2.778.963	-	526.037
4.2.3.1	Amortização de Empréstimos	3.305.000	2.778.963	-	526.037

4.2.3.1.1	Amortização de Empréstimos	3.305.000	2.778.963	-	526.037
4.2.3.1.1.07	Amortização de Financiamentos	3.305.000	2.778.963	-	526.037
4.2.3.1.1.07.1	Amortização de Financiamentos em Geral	3.305.000	2.778.963	-	526.037
4.2.3.1.1.07.1.1	Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	3.305.000	2.778.963	-	526.037
4.2.3.1.1.07.1.1.01	Amortização de Financiamentos Habitacional	3.305.000	2.778.963	-	526.037
4.2.4	Transferências de Capital	263.751.151	147.602.228	-	116.148.923
4.2.4.1	Transferências da União e de suas Entidades	233.295.251	147.264.333	-	86.030.918
4.2.4.1.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	12.000.000	7.534.808	-	4.465.192
4.2.4.1.1.51	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS - Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação	12.000.000	7.534.808	-	4.465.192
4.2.4.1.1.51.2	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	12.000.000	7.534.808	-	4.465.192
4.2.4.1.1.51.2.1	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	12.000.000	7.534.808	-	4.465.192
4.2.4.1.1.51.2.1.01	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	12.000.000	272.932	-	11.727.068
4.2.4.1.1.51.2.1.10	Transf de Rec. do Bloco de Estrut. da Rede de Serv. Públ de Saúde - Emenda individual	-	7.261.876	7.261.876	-
4.2.4.1.2	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE	11.224.000	10.008.971	-	1.215.029
4.2.4.1.2.50	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	11.224.000	10.008.971	-	1.215.029
4.2.4.1.2.50.1	Transf para o Programa de Apoio ao Transp. Escolar para Educação Básica Caminho da Escola	-	4.349.568	4.349.568	-
4.2.4.1.2.50.1.1	Transf para o Prog de Apoio ao Transp. Escolar para Educação Básica - Caminho da Escola Principal	-	4.349.568	4.349.568	-
4.2.4.1.2.50.1.1.01	Transf para o Prog de Apoio ao Transp. Escolar para Educação Básica - Caminho da Escola Principal	-	4.349.568	4.349.568	-
4.2.4.1.2.50.9	Outras transferências destinadas a Programas de Educação	11.224.000	5.659.404	-	5.564.596
4.2.4.1.2.50.9.1	Outras transferências destinadas a Programas de Educação - Principal	11.224.000	5.659.404	-	5.564.596
4.2.4.1.2.50.9.1.01	Outras transferências destinadas a Programas de Educação	11.224.000	5.659.404	-	5.564.596
4.2.4.1.3	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS	236.000	-	-	236.000
4.2.4.1.3.50	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS	236.000	-	-	236.000
4.2.4.1.3.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS - Principal	236.000	-	-	236.000
4.2.4.1.3.50.0.1.01	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS	236.000	-	-	236.000

4.2.4.1.4	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	191.166.213	93.079.327	-	98.086.886
4.2.4.1.4.50	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS	1.711.878	3.900.855	2.188.977	-
4.2.4.1.4.50.0.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS - Principal	1.711.878	3.900.855	2.188.977	-
4.2.4.1.4.50.0.1.01	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS	1.711.878	1.362.000	-	349.878
4.2.4.1.4.50.0.1.10	Transf de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS - Emendas Individuais	-	250.000	250.000	-
4.2.4.1.4.50.0.1.20	Transf de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS - Emendas de Bancada	-	2.288.855	-	-
4.2.4.1.4.51	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Educação	-	2.348.827	-	-
4.2.4.1.4.51.0.1	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Educação - Principal	-	2.348.827	-	-
4.2.4.1.4.51.0.1.10	Transf de Convênios da União destinadas a Programas de Educação - Emendas Individuais	-	1.554.470	-	-
4.2.4.1.4.51.0.1.20	Transf de Convênios da União destinadas a Programas de Educação - Emendas de Bancada	-	794.357	-	-
4.2.4.1.4.99	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	189.454.335	86.829.645	-	102.624.690
4.2.4.1.4.99.0.1	Outras Transferências de Convênios da União e das Suas Entidades- Principal	189.454.335	86.829.645	-	102.624.690
4.2.4.1.4.99.0.1.10	Outras Transferências de Convênios da União e das Suas Entidades - E.I	-	3.314.705	3.314.705	-
4.2.4.1.4.99.0.1.20	Outras Transferências de Convênios da União e das Suas Entidades - Emenda Bancada	-	11.603.239	11.603.239	-
4.2.4.1.4.99.0.1.21	Outras Transf de Convênios da União e das Suas Entidades - Emenda Bancada - Auxílios	-	18.992.366	18.992.366	-
4.2.4.1.4.99.0.1.98	Outras Transferências de Convênios da União e das Suas Entidades - Adm. Direta	159.072.335	52.919.336	-	106.152.999
4.2.4.1.4.99.0.1.99	Outras Transferências de Convênios da União e das Suas Entidades - Adm. Indireta	30.382.000	-	-	30.382.000
4.2.4.1.9	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	18.669.038	36.641.226	17.972.188	-
4.2.4.1.9.51	Transferência Especial da União	350.038	10.376.153	10.026.115	-
4.2.4.1.9.51.0.1	Transferência Especial da União	350.038	10.376.153	10.026.115	-
4.2.4.1.9.51.0.1.10	Transferência Especial da União	350.038	10.376.153	10.026.115	-
4.2.4.1.9.99	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	18.319.000	26.265.073	7.946.073	-
4.2.4.1.9.99.0.1	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal	18.319.000	26.265.073	7.946.073	-

4.2.4.1.9.99.0.1.02	Transferências de Convênio Destinados à Assistência Social	247.000	-	-	247.000
4.2.4.1.9.99.0.1.05	Outras Transferências da União - FNSP - SUSP/Lei 13756/2018	18.072.000	26.265.073	8.193.073	-
4.2.4.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	30.428.000	-	-	30.428.000
4.2.4.2.2	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades	30.428.000	-	-	30.428.000
4.2.4.2.2.01	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades	1.935.000	-	-	1.935.000
4.2.4.2.2.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades - Principal	1.935.000	-	-	1.935.000
4.2.4.2.2.01.0.1.01	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades	1.935.000	-	-	1.935.000
4.2.4.2.2.51	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação	28.493.000	-	-	28.493.000
4.2.4.2.2.51.0.1	Transferências de Convênios dos Estados - Programas de Educação - Principal	28.493.000	-	-	28.493.000
4.2.4.2.2.51.0.1.01	Transferências de Convênios dos Estados - Programas de Educação	28.493.000	-	-	28.493.000
4.2.4.6	Transferências do Exterior	27.900	337.895	309.995	-
4.2.4.6.1	Transferências do Exterior	27.900	337.895	309.995	-
4.2.4.6.1.99	Outras Transferências do Exterior	27.900	337.895	309.995	-
4.2.4.6.1.99.0.1	Outras Transferências do Exterior - Principal	27.900	337.895	309.995	-
4.2.4.6.1.99.0.1.01	Outras Transferências do Exterior - Principal - BM	27.900	337.895	309.995	-
4.2.9	Outras Receitas de Capital	32.915.483	55.307.883	22.392.400	-
4.2.9.9	Demais Receitas de Capital	32.915.483	55.307.883	22.392.400	-
4.2.9.9.9	Outras Receitas de Capital	32.915.483	55.307.883	22.392.400	-
4.2.9.9.9.99	Outras Receitas de Capital	32.915.483	55.307.883	22.392.400	-
4.2.9.9.9.99.0.1	Outras Receitas de Capital	32.915.483	55.307.883	22.392.400	-
4.2.9.9.9.99.0.1.01	Depósitos Judiciais que o Estado não é parte	32.915.483	55.307.883	22.392.400	-
4.7	Receitas Intraorçamentárias Correntes	2.070.272.000	2.339.437.815	269.165.815	-
4.7.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	180.090	180.090	-
4.7.1.2	Taxas	-	180.090	180.090	-
4.7.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	180.090	180.090	-
4.7.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	-	180.090	180.090	-
4.7.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	-	180.090	180.090	-
4.7.1.2.1.01.0.1.09	Taxa de Prevenção contra Sinistro	-	22.403	22.403	-
4.7.1.2.1.01.0.1.14	Taxa de Registro de Veículo e Habilitação	-	157.687	157.687	-

4.7.2	Contribuições	2.041.416.000	2.337.871.280	296.455.280	-
4.7.2.1	Contribuições Sociais	2.041.416.000	2.337.871.280	296.455.280	-
4.7.2.1.5	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	2.041.416.000	2.337.871.280	296.455.280	-
4.7.2.1.5.01	Contribuição do Servidor Civil	-	-	-	-
4.7.2.1.5.01.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo	-	-	-	-
4.7.2.1.5.01.1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	-	-	-	-
4.7.2.1.5.01.1.1.01	Poder Executivo - Ativo Civil	-	-	-	-
4.7.2.1.5.02	Contribuição Patronal - Servidor Civil	942.700.000	1.001.492.137	58.792.137	-
4.7.2.1.5.02.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	942.700.000	1.001.492.137	58.792.137	-
4.7.2.1.5.02.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	942.700.000	1.001.492.137	58.792.137	-
4.7.2.1.5.02.1.1.01	CPSSS - Patronal- Poder Executivo - Ativo Civil	764.166.000	788.514.747	24.348.747	-
4.7.2.1.5.02.1.1.02	CPSSS- Patronal -Assembleia Legislativa - Ativo Civil	15.530.000	12.748.035	-	2.781.965
4.7.2.1.5.02.1.1.03	CPSSS- Patronal- Tribunal de Contas - Ativo Civil	10.735.000	11.109.816	374.816	-
4.7.2.1.5.02.1.1.04	CPSSS- Patronal- Tribunal de Justiça - Ativo Civil	105.934.000	114.170.617	8.236.617	-
4.7.2.1.5.02.1.1.05	CPSSS- Patronal- Defensoria Pública - Ativo Civil	10.041.000	9.815.271	-	225.729
4.7.2.1.5.02.1.1.06	CPSSS- Patronal- Ministério Público - Ativo Civil	36.294.000	37.218.651	924.651	-
4.7.2.1.5.02.1.1.07	COTA Patronal- Taxa Administração	-	27.915.000	27.915.000	-
4.7.2.1.5.50	Contribuição Patronal - Servidor Civil Inativo e Pensionistas	1.098.716.000	1.301.637.620	202.921.620	-
4.7.2.1.5.50.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil - Inativo	997.035.000	1.123.628.231	126.593.231	-
4.7.2.1.5.50.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil - Inativo - Principal	997.035.000	1.123.628.231	126.593.231	-
4.7.2.1.5.50.1.1.01	CPSSS- Patronal- Poder Executivo - Inativo Civil	945.746.000	1.039.057.771	93.311.771	-
4.7.2.1.5.50.1.1.02	CPSSS- Patronal- Assembleia Legislativa - Inativo Civil	16.240.000	27.457.812	11.217.812	-
4.7.2.1.5.50.1.1.03	CPSSS- Patronal- Tribunal de Contas - Inativo Civil	5.353.000	8.065.717	2.712.717	-
4.7.2.1.5.50.1.1.04	CPSSS- Patronal- Tribunal de Justiça - Inativo Civil	20.663.000	35.327.392	14.664.392	-
4.7.2.1.5.50.1.1.05	CPSSS- Patronal- Defensoria Pública - Inativo Civil	106.000	141.777	35.777	-
4.7.2.1.5.50.1.1.06	CPSSS- Patronal- Ministério Público - Inativo Civil	8.927.000	13.577.762	4.650.762	-
4.7.2.1.5.50.2	Contribuição Patronal - Servidor Civil - Pensionistas	101.681.000	178.009.389	76.328.389	-
4.7.2.1.5.50.2.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil - Pensionistas - Principal	101.681.000	178.009.389	76.328.389	-
4.7.2.1.5.50.2.1.01	CPSSS- Patronal-Pensionista Civil - Poder Executivo	90.613.000	150.661.868	60.048.868	-
4.7.2.1.5.50.2.1.02	CPSSS- Patronal- Pensionista Civil - Assembleia Legislativa	-	3.767.632	3.767.632	-
4.7.2.1.5.50.2.1.03	CPSSS- Patronal- Pensionista Civil - Tribunal de Contas	-	1.894.210	1.894.210	-
4.7.2.1.5.50.2.1.04	CPSSS- Patronal- Pensionista Civil - Tribunal de Justiça	11.068.000	18.181.762	7.113.762	-
4.7.2.1.5.50.2.1.06	CPSSS- Patronal- Pensionista Civil - Ministério Público	-	3.503.917	3.503.917	-
4.7.2.1.5.53	Contribuição Patronal - Militar	-	34.741.523	34.741.523	-

4.7.2.1.5.53.1	Contribuição Patronal - Militar Ativo	-	13.719.828	13.719.828	-
4.7.2.1.5.53.1.1	Contribuição Patronal - Militar Ativo - Principal	-	13.719.828	13.719.828	-
4.7.2.1.5.53.1.1.01	Contribuição Patronal - Militar Ativo	-	13.719.828	13.719.828	-
4.7.2.1.5.53.2	Contribuição Patronal - Militar Inativo	-	21.021.695	21.021.695	-
4.7.2.1.5.53.2.1	Contribuição Patronal - Militar Inativo - Principal	-	21.021.695	21.021.695	-
4.7.2.1.5.53.2.1.01	Contribuição Patronal - Militar Inativo	-	21.021.695	21.021.695	-
4.7.5	Receita Industrial	956.000	1.386.444	430.444	-
4.7.5.1	Receita Industrial	956.000	1.386.444	430.444	-
4.7.5.1.1	Receita Industrial	956.000	1.386.444	430.444	-
4.7.5.1.1.01	Receita Industrial	956.000	1.386.444	430.444	-
4.7.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	956.000	1.386.444	430.444	-
4.7.5.1.1.01.0.1.02	Receita Industrial de Publicidade e Propaganda	956.000	1.386.444	430.444	-
4.7.6	Receita de Serviços	27.900.000	-	-	27.900.000
4.7.6.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	27.900.000	-	-	27.900.000
4.7.6.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	27.900.000	-	-	27.900.000
4.7.6.1.1.01	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	27.900.000	-	-	27.900.000
4.7.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	27.900.000	-	-	27.900.000
4.7.6.1.1.01.0.1.01	Receita de Serviços - Administração do Fundo Previdenciário	27.900.000	-	-	27.900.000
DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (II)		**4.454.863.000**	**5.090.430.207**	**635.567.207**	**-**
4.1	Receitas Correntes	4.454.863.000	5.062.515.207	607.652.207	-
4.1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.087.746.000	3.675.116.144	587.370.144	-
4.1.1.1	Impostos	3.087.746.000	3.674.984.830	587.238.830	-
4.1.1.1.2	Impostos sobre o Patrimônio	387.637.000	375.975.588	-	11.661.412
4.1.1.1.2.51	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	381.879.000	370.165.950	-	11.713.050
4.1.1.1.2.51.0.1	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	358.212.000	368.256.421	10.044.421	-
4.1.1.1.2.51.0.1.01	IPVA - Estadual	59.702.000	61.443.874	1.741.874	-
4.1.1.1.2.51.0.1.02	IPVA - Municipal	298.510.000	306.812.547	8.302.547	-
4.1.1.1.2.51.0.3	IPVA- Dívida Ativa Principal	21.169.000	1.342.558	-	19.826.442
4.1.1.1.2.51.0.3.01	IPVA - Estadual	3.528.000	76.203	-	3.451.797
4.1.1.1.2.51.0.3.02	IPVA - Municipal	17.641.000	1.266.354	-	16.374.646
4.1.1.1.2.51.0.5	Multa da Receita Principal de IPVA	505.000	-	-	505.000
4.1.1.1.2.51.0.5.01	IPVA - Estadual	84.000	-	-	84.000
4.1.1.1.2.51.0.5.02	IPVA - Municipal	421.000	-	-	421.000

4.1.1.1.2.51.0.6	Juros da Receita Principal de IPVA	522.000	-	-	522.000
4.1.1.1.2.51.0.6.01	IPVA - Estadual	87.000	-	-	87.000
4.1.1.1.2.51.0.6.02	IPVA - Municipal	435.000	-	-	435.000
4.1.1.1.2.51.0.7	Multas da Dívida Ativa de IPVA	536.000	231.152		
4.1.1.1.2.51.0.7.01	IPVA - Estadual	536.000	12.513	-	523.487
4.1.1.1.2.51.0.7.02	IPVA - Municipal	-	218.639	218.639	-
4.1.1.1.2.51.0.8	Juros da Dívida Ativa de IPVA	935.000	335.820	-	599.180
4.1.1.1.2.51.0.8.01	IPVA - Estadual	935.000	23.131	-	911.869
4.1.1.1.2.51.0.8.02	IPVA - Municipal	-	312.689	312.689	-
4.1.1.1.2.52	Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - ITCD	5.758.000	5.809.638	51.638	-
4.1.1.1.2.52.0.1	Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Principal	5.499.000	5.809.638	310.638	-
4.1.1.1.2.52.0.1.01	ITCD	5.499.000	5.809.638	310.638	-
4.1.1.1.2.52.0.3	Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa	165.000	-	-	165.000
4.1.1.1.2.52.0.3.01	Dívida Ativa de ITCD	165.000	-	-	165.000
4.1.1.1.2.52.0.5	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - Multas	7.000	-	-	7.000
4.1.1.1.2.52.0.5.01	Multas de Mora - Impostos sobre Transmissão Causa Mortis e Doações	7.000	-	-	7.000
4.1.1.1.2.52.0.6	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - Juros de Mora	8.000	-	-	8.000
4.1.1.1.2.52.0.6.01	Juros de Mora - Impostos sobre Transmissão de Causa Mortis e Doações	8.000	-	-	8.000
4.1.1.1.2.52.0.7	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Dir - Multas da Dívida Ativa	27.000	-	-	27.000
4.1.1.1.2.52.0.7.01	Multas da Dívida Ativa de ITCD	27.000	-	-	27.000
4.1.1.1.2.52.0.8	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - Juros de Mora da D. A	52.000	-	-	52.000
4.1.1.1.2.52.0.8.01	Juros de Mora da Dívida Ativa de ITCD	52.000	-	-	52.000
4.1.1.1.3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	-	2.571	2.571	-
4.1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	-	2.571	2.571	-
4.1.1.1.3.03.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	-	2.262	2.262	-
4.1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	-	2.262	2.262	-
4.1.1.1.3.03.1.1.01	IRRF - Trabalho	-	2.262	2.262	-
4.1.1.1.3.03.4	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	-	309	309	-

4.1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	-	309	309	-
4.1.1.1.3.03.4.1.02	IRRF - Outros Rendimentos Pessoa Jurídica	-	309	309	-
4.1.1.1.4	Impostos sobre a Produção, Circulação e Serviços	2.700.109.000	3.299.006.671	598.897.671	-
4.1.1.1.4.50	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	2.700.109.000	3.299.006.671	598.897.671	-
4.1.1.1.4.50.1	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços	2.682.649.000	3.299.006.671	616.357.671	-
4.1.1.1.4.50.1.1	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços	2.669.000.000	3.295.969.675	626.969.675	-
4.1.1.1.4.50.1.1.01	ICMS - Estadual	1.186.000.000	1.246.768.358	60.768.358	-
4.1.1.1.4.50.1.1.02	ICMS - Municipal	1.483.000.000	2.049.201.317	566.201.317	-
4.1.1.1.4.50.1.3	Imposto sobre Oper. Relativas à Circul. de Mercad. sobre Prestações de Serviços - DA	3.408.000	1.794.469	-	1.613.531
4.1.1.1.4.50.1.3.01	Dívida Ativa de ICMS - Estadual	1.278.000	539.429	-	738.571
4.1.1.1.4.50.1.3.02	Dívida Ativa de ICMS - Municipal	2.130.000	1.255.040	-	874.960
4.1.1.1.4.50.1.5	Imposto Operações Relativas Circulação Mercadorias sobre Prestações Serviços - Multas	3.980.000	-	-	3.980.000
4.1.1.1.4.50.1.5.01	Multas de ICMS - Estadual	1.492.000	-	-	1.492.000
4.1.1.1.4.50.1.5.02	Multas de ICMS - Municipal	2.488.000	-	-	2.488.000
4.1.1.1.4.50.1.6	Imposto Operações Relativas Circulação Mercadorias sobre Prestações Serviços - Juros mora	3.847.000	-	-	3.847.000
4.1.1.1.4.50.1.6.01	Juros de Mora de ICMS - Estadual	1.444.000	-	-	1.444.000
4.1.1.1.4.50.1.6.02	Juros de Mora de ICMS - Municipal	2.403.000	-	-	2.403.000
4.1.1.1.4.50.1.7	Imposto Operações Relativas Circulação Mercadorias sobre Prestações Serviços - Multas DA	504.000	163.217	-	340.783
4.1.1.1.4.50.1.7.01	Multas da Dívida Ativa de ICMS - Estadual	504.000	53.412	-	450.588
4.1.1.1.4.50.1.7.02	Multas da Dívida Ativa de ICMS - Municipal	-	109.806	109.806	-
4.1.1.1.4.50.1.8	Imposto Operações Relativas Circulação Mercadorias sobre Prestações Serviços-Juros Mora DA	1.910.000	1.079.309	-	830.691
4.1.1.1.4.50.1.8.01	Juros de Mora da Dívida Ativa de ICMS - Estadual	1.910.000	354.347	-	1.555.653
4.1.1.1.4.50.1.8.02	Juros de Mora da Dívida Ativa de ICMS - Municipal	-	724.962	724.962	-
4.1.1.1.4.50.2	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	17.460.000	-	-	17.460.000
4.1.1.1.4.50.2.1	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Principal	17.400.000	-	-	17.400.000
4.1.1.1.4.50.2.1.01	Adicional ICMS - FECOP	17.400.000	-	-	17.400.000
4.1.1.1.4.50.2.5	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Multas	31.000	-	-	31.000
4.1.1.1.4.50.2.5.01	Multas de Adicional ICMS - FECOP	31.000	-	-	31.000

4.1.1.1.4.50.2.6	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Juros de Mora	29.000	-	-	29.000
4.1.1.1.4.50.2.6.01	Juros de Mora de Adicional ICMS - FECOP	29.000	-	-	29.000
4.1.1.2	Taxas	-	131.313	131.313	-
4.1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	53.221	53.221	-
4.1.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	-	52.540	52.540	-
4.1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	-	52.540	52.540	-
4.1.1.2.1.01.0.1.14	Taxa de Registro de Veículo e Habilitação	-	52.540	52.540	-
4.1.1.2.1.50	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	-	681	681	-
4.1.1.2.1.50.0.1	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	-	681	681	-
4.1.1.2.1.50.0.1.01	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	-	681	681	-
4.1.1.2.2	Taxas pela Prestação de Serviços	-	78.092	78.092	-
4.1.1.2.2.01	Taxas pela Prestação de Serviços	-	78.092	78.092	-
4.1.1.2.2.01.0.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	-	78.092	78.092	-
4.1.1.2.2.01.0.1.02	Taxa de Segurança Contra Incêndio	-	78.092	78.092	-
4.1.2	Contribuições	-	4.452	4.452	-
4.1.2.1	Contribuições Sociais	-	4.452	4.452	-
4.1.2.1.5	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	-	4.452	4.452	-
4.1.2.1.5.01	Contribuição do Servidor Civil	-	4.452	4.452	-
4.1.2.1.5.01.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo	-	1.983	1.983	-
4.1.2.1.5.01.1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	-	1.983	1.983	-
4.1.2.1.5.01.1.1.01	Poder Executivo - Ativo Civil	-	1.983	1.983	-
4.1.2.1.5.01.2	Contribuição do Servidor Civil Inativo	-	2.469	2.469	-
4.1.2.1.5.01.2.1	Contribuição do Servidor Civil Inativo- Principal	-	2.469	2.469	-
4.1.2.1.5.01.2.1.01	Poder Executivo - Inativo Civil	-	2.469	2.469	-
4.1.3	Receita Patrimonial	-	105.768	105.768	-
4.1.3.2	Valores Mobiliários	-	105.768	105.768	-
4.1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias	-	105.768	105.768	-
4.1.3.2.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários	-	105.768	105.768	-
4.1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	-	105.768	105.768	-
4.1.3.2.1.01.0.1.41	Remuneração Rec. Vinc. - Convênios - Adm. Direta	-	105.768	105.768	-
4.1.6	Receita de Serviços	-	6.083	6.083	-
4.1.6.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	6.083	6.083	-
4.1.6.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	6.083	6.083	-

4.1.6.1.1.02	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	-	6.083	6.083	-
4.1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	-	6.083	6.083	-
4.1.6.1.1.02.0.1.23	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos - Fundos	-	6.083	6.083	-
4.1.7	Transferências Correntes	1.367.117.000	1.387.242.321	20.125.321	-
4.1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades	1.367.117.000	1.387.242.321	20.125.321	-
4.1.7.1.1	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	1.326.117.000	1.268.027.257	-	58.089.743
4.1.7.1.1.50	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE	1.323.000.000	1.260.547.000	-	62.453.000
4.1.7.1.1.50.0.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - Principal	1.323.000.000	1.260.547.000	-	62.453.000
4.1.7.1.1.50.0.1.01	Cota-Parte do FPE	1.323.000.000	1.260.547.000	-	62.453.000
4.1.7.1.1.53	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	3.117.000	6.857.804	3.740.804	-
4.1.7.1.1.53.0.1	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	3.117.000	6.857.804	3.740.804	-
4.1.7.1.1.53.0.1.01	Cota-Parte do IPI- Estadual	1.230.000	2.571.677	1.341.677	-
4.1.7.1.1.53.0.1.02	Cota-Parte do IPI - Municipal	1.887.000	4.286.127	2.399.127	-
4.1.7.1.1.54	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-	622.453	622.453	-
4.1.7.1.1.54.0.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	-	622.453	622.453	-
4.1.7.1.1.54.0.1.02	Cota-Parte CIDE - Municipal	-	622.453	622.453	-
4.1.7.1.2	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	41.000.000	41.723.987	723.987	-
4.1.7.1.2.52	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	41.000.000	41.723.987	723.987	-
4.1.7.1.2.52.1	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	41.000.000	41.723.987	723.987	-
4.1.7.1.2.52.1.1	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/90 - Principal	41.000.000	41.723.987	723.987	-
4.1.7.1.2.52.1.1.02	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/90 - Município	41.000.000	41.723.987	723.987	-
4.1.7.1.9	Outras Transferências de Recursos da União e suas Entidades	-	77.491.077	77.491.077	-
4.1.7.1.9.62	Transferência da Compensação Financeira das Perdas da LC 194/2022	-	77.491.077	77.491.077	-
4.1.7.1.9.62.0.1	Transf. da Comp. Finan. das Perdas de ICMS - LC 194/2022 - Principal	-	77.491.077	77.491.077	-
4.1.7.1.9.62.0.1.01	Transf. da Comp. Finan. das Perdas de ICMS - LC 194/2022 - Parte Estadual	-	28.964.875	28.964.875	-

4.1.7.1.9.62.0.1.02	Transf. da Comp. Finan. das Perdas de ICMS - LC 194/2022 - Parte Municipal	-	48.526.202	48.526.202	-
4.1.9	Outras Receitas Correntes	-	40.440	40.440	-
4.1.9.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	28.301	28.301	-
4.1.9.1.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	28.301	28.301	-
4.1.9.1.1.01	Multas Previstas em Legislação Específica	-	28.301	28.301	-
4.1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	-	28.301	28.301	-
4.1.9.1.1.01.0.1.01	Multas por Infração a Legislação de Trânsito	-	28.301	28.301	-
4.1.9.2	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	1.500	1.500	-
4.1.9.2.2	Restituições	-	1.500	1.500	-
4.1.9.2.2.99	Outras Restituições	-	1.500	1.500	-
4.1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	-	1.500	1.500	-
4.1.9.2.2.99.0.1.06	Outras Restituições - Recursos do Tesouro - CAF	-	1.500	1.500	-
4.1.9.9	Demais Receitas Correntes	-	10.639	10.639	-
4.1.9.9.9	Outras Receitas Correntes	-	10.639	10.639	-
4.1.9.9.9.99	Outras Receitas	-	10.639	10.639	-
4.1.9.9.9.99.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias	-	10.639	10.639	-
4.1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias- Principal	-	10.639	10.639	-
4.1.9.9.9.99.2.1.98	Outras Receitas - Adm. Direta Recursos Diversos	-	10.639	10.639	-
4.7	Receitas Intraorçamentárias Correntes	-	27.915.000	27.915.000	-
4.7.2	Contribuições	-	27.915.000	27.915.000	-
4.7.2.1	Contribuições Sociais	-	27.915.000	27.915.000	-
4.7.2.1.5	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	-	27.915.000	27.915.000	-
4.7.2.1.5.02	Contribuição Patronal - Servidor Civil	-	27.915.000	27.915.000	-
4.7.2.1.5.02.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	-	27.915.000	27.915.000	-
4.7.2.1.5.02.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	-	27.915.000	27.915.000	-
4.7.2.1.5.02.1.1.01	CPSSS - Patronal- Poder Executivo - Ativo Civil	-	27.915.000	27.915.000	-

RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA (III) = (I - II)	**18.297.159.133**	**19.749.192.001**	**1.452.032.868**	**-**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em Reais

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÃO	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO
000000	**Despesas**	**19.232.107.713**	**1.430.267**	**19.233.537.980**	**17.184.302.600**	**2.049.235.380**
300000	**Despesas Correntes**	**17.300.313.112**	**1.430.267**	**17.301.743.379**	**16.356.622.083**	**945.121.296**
310000	**Pessoal e Encargos Sociais**	**13.345.636.080**	**-**	**13.345.636.080**	**13.127.870.588**	**217.765.491**
317100	**Transf. Consórcios Públicos mediante contrato de rateio**	**135.670**	**-**	**135.670**	**135.670**	**-**
317170	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos	135.670	-	135.670	135.670	-
319000	**Aplicações Diretas**	**11.382.669.641**	**-**	**11.382.669.641**	**11.170.661.068**	**212.008.573**
319001	Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	4.897.106.578	-	4.897.106.578	4.846.477.565	50.629.013
319003	Pensões do RPPS e do Militar	877.709.829	-	877.709.829	871.549.974	6.159.854
319004	Contratação por Tempo Determinado	248.369.635	-	248.369.635	248.151.805	217.830
319008	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	60	-	60	-	60
319011	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.613.293.240	-	3.613.293.240	3.506.091.818	107.201.421
319012	Vencimentos. e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	952.151.060	-	952.151.060	951.934.060	217.000
319013	Obrigações Patronais	115.410.490	-	115.410.490	106.524.756	8.885.734
319016	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	205.765.733	-	205.765.733	188.627.412	17.138.320
319017	Outras Despesas Variáveis-Pessoal Militar	462.754	-	462.754	367.683	95.071
319091	Sentenças Judiciais	398.421.507	-	398.421.507	384.656.888	13.764.619
319092	Despesas de Exercícios Anteriores	63.413.089	-	63.413.089	59.274.484	4.138.605
319093	Indenizações e Restituições	55.000	-	55.000	-	55.000
319094	Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.815.901	-	5.815.901	3.172.805	2.643.097
319096	Ressarcimento Despesa Pessoal Requisitado	4.694.766	-	4.694.766	3.831.818	862.948
319100	**Aplicação Direta Decor. de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades**	**1.962.830.769**	**-**	**1.962.830.769**	**1.957.073.850**	**5.756.918**

319113	Obrigações Patronais	1.961.372.009	-	1.961.372.009	1.955.896.518	5.475.491
319192	Despesas de Exercícios Anteriores	1.338.760	-	1.338.760	1.177.333	161.427
319194	Indenizações e Restituições Trabalhistas	120.000	-	120.000	-	120.000
320000	**Juros e Encargos da Dívida**	**187.146.645**	**-**	**187.146.645**	**185.717.142**	**1.429.503**
329000	**Aplicações Diretas**	**187.146.645**	**-**	**187.146.645**	**185.717.142**	**1.429.503**
329021	Juros sobre a Dívida por Contrato	169.619.030	-	169.619.030	169.279.097	339.933
329022	Outros Encargos sobre Dívida por Contrato	8.388.877	-	8.388.877	8.278.467	110.410
329092	Despesas de Exercícios Anteriores	9.138.738	-	9.138.738	8.159.579	979.159
330000	**Outras Despesas Correntes**	**3.767.530.387**	**1.430.267**	**3.768.960.654**	**3.043.034.352**	**725.926.302**
332000	**Transferências à União**	**4.841.670**	**-**	**4.841.670**	**4.674.194**	**167.476**
332041	Contribuições	811.021	-	811.021	691.321	119.700
332092	Despesas de Exercícios Anteriores	4.030.649	-	4.030.649	3.982.873	47.776
334000	**Transferências a Municípios**	**59.768.487**	**-**	**59.768.487**	**47.412.569**	**12.355.918**
334041	Contribuições	59.730.122	-	59.730.122	47.374.205	12.355.918
334092	Despesas de Exercícios Anteriores	38.364	-	38.364	38.364	-
334100	**Transferências a Municípios Fundo a Fundo**	**207.878.639**	**-**	**207.878.639**	**192.717.246**	**15.161.393**
334141	Contribuições	159.254.907	-	159.254.907	145.578.814	13.676.093
334192	Despesas de Exercícios Anteriores	48.623.732	-	48.623.732	47.138.433	1.485.300
335000	**Transfer. Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos**	**99.894.390**	**-**	**99.894.390**	**88.254.515**	**11.639.874**
335041	Contribuições	71.163.701	-	71.163.701	62.353.185	8.810.516
335043	Subvenções Sociais	28.670.689	-	28.670.689	25.841.331	2.829.358
335092	Despesas de Exercícios Anteriores	60.000	-	60.000	60.000	-
336000	**Transfer. Inst. Privadas c/ Fins Lucrativos**	**5.369.885**	**1.430.267**	**6.800.152**	**6.800.152**	**-**
336045	Subvenções Econômicas	5.369.885	1.430.267	6.800.152	6.800.152	-
336700	**Execução de Contrato de Parceria Público-Privada**	**33.051.432**	**-**	**33.051.432**	**33.051.432**	**-**
336783	Despesas Decorrentes de Contrato de PPP, exceto subv. econ., aporte e Fundo	33.051.432	-	33.051.432	33.051.432	-
337100	Transf. a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	2.891.399	-	2.891.399	1.541.416	1.349.982
337170	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos	1.181.832	-	1.181.832	1.181.832	-
337192	Transf. a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	1.709.567	-	1.709.567	359.585	1.349.982
339000	**Aplicações Diretas**	**3.290.581.391**	**-**	**3.290.581.391**	**2.617.090.581**	**673.490.810**
339008	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	24.197.791	-	24.197.791	23.812.831	384.960
339014	Diárias - Civil	71.462.977	-	71.462.977	61.440.081	10.022.896
339015	Diárias - Militar	59.388.625	-	59.388.625	55.098.144	4.290.481
339018	Auxílio Financeiro a Estudantes	6.108.662	-	6.108.662	2.115.571	3.993.091

339019	Auxílio Fardamento	2.138.500	-	2.138.500	2.138.271	229
339020	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	12.410.544	-	12.410.544	11.424.683	985.861
339030	Material de Consumo	351.236.065	-	351.236.065	249.330.894	101.905.171
339031	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	68.865.552	-	68.865.552	38.841.094	30.024.459
339032	Material, bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	129.406.528	-	129.406.528	109.482.750	19.923.778
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	17.580.483	-	17.580.483	12.507.739	5.072.744
339034	Outras Desp. Pessoal Decor. Contr. Terceirização	158.392.144	-	158.392.144	132.143.542	26.248.601
339035	Serviços de Consultoria	32.459.259	-	32.459.259	13.146.240	19.313.020
339036	Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física	51.845.367	-	51.845.367	30.868.004	20.977.362
339037	Locação de Mão-de-Obra	452.874.315	-	452.874.315	412.110.252	40.764.063
339038	Arrendamento Mercantil	26.130	-	26.130	24.120	2.010
339039	Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	1.081.882.558	-	1.081.882.558	801.215.529	280.667.029
339040	Serviços de Tecnologia da Informação e comunicação - Pessoa Jurídica	116.921.841	-	116.921.841	60.818.799	56.103.041
339046	Auxílio-Alimentação	80.811.964	-	80.811.964	72.099.288	8.712.675
339047	Obrigações Tributárias e Contributivas	164.992.323	-	164.992.323	154.947.493	10.044.830
339048	Outros Auxílios Financeiros Pessoas Físicas	6.041.232	-	6.041.232	2.881.644	3.159.588
339049	Auxílio-Transporte	15.450.110	-	15.450.110	14.722.001	728.108
339059	Pensões Especiais	4.289.655	-	4.289.655	4.226.236	63.419
339067	Depósitos Compulsórios	600	-	600	-	600
339091	Sentenças Judiciais	118.482.163	-	118.482.163	107.144.743	11.337.420
339092	Despesas de Exercícios Anteriores	72.641.965	-	72.641.965	65.442.431	7.199.534
339093	Indenizações e Restituições	190.674.040	-	190.674.040	179.108.200	11.565.840
339100	Aplicação Direta Decor. de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	63.238.095	-	63.238.095	51.492.247	11.745.848
339113	Obrigações Patronais	100	-	100	-	100
339130	Material de Consumo	11.378	-	11.378	-	11.378
339139	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	2.652.477	-	2.652.477	1.987.529	664.948
339147	Obrigações Tributárias e Contributivas	288.903	-	288.903	221.328	67.575
339192	Despesas de Exercícios Anteriores	2.618.522	-	2.618.522	2.616.674	1.848
339193	Indenizações e Restituições	57.666.715	-	57.666.715	46.666.715	11.000.000
339600	Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 LC 141/2012	15.000	-	15.000	-	15.000
339691	Sentenças Judiciais	15.000	-	15.000	-	15.000
400000	**Despesas de Capital**	**1.931.794.601**	**-**	**1.931.794.601**	**827.680.517**	**1.104.114.084**

440000	**Investimentos**	**1.528.397.185**	**-**	**1.528.397.185**	**432.874.552**	**1.095.522.633**
442000	**Transferências a União**	**200.000**	**-**	**200.000**	**-**	**200.000**
442042	Auxílios	200.000	-	200.000	-	200.000
444000	**Transferências a Municípios**	**25.270.646**	**-**	**25.270.646**	**17.189.815**	**8.080.831**
444041	Contribuições	4.160.000	-	4.160.000	-	4.160.000
444042	Auxílios	21.110.646	-	21.110.646	17.189.815	3.920.831
444100	**Transferências a Municípios Fundo a Fundo**	**9.991.000**	**-**	**9.991.000**	**7.690.000**	**2.301.000**
444141	Contribuições	1.000	-	1.000	-	1.000
444142	Auxílios	9.990.000	-	9.990.000	7.690.000	2.300.000
445000	**Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos**	**9.154.481**	**-**	**9.154.481**	**6.889.269**	**2.265.212**
445041	Contribuições	1.440.000	-	1.440.000	410.000	1.030.000
445042	Auxílios	7.714.481	-	7.714.481	6.479.269	1.235.212
449000	**Aplicações Diretas**	**1.483.581.058**	**-**	**1.483.581.058**	**400.937.468**	**1.082.643.590**
449014	Diárias - Civil	748.000	-	748.000	613.348	134.652
449030	Material de Consumo	6.147.894	-	6.147.894	1.611.297	4.536.597
449032	Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	173.450	-	173.450	50.950	122.500
449033	Passagens e Despesas com Locomoção	438.331	-	438.331	183.896	254.435
449035	Serviços de Consultoria	25.534.900	-	25.534.900	16.248.904	9.285.996
449036	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Física	560.000	-	560.000	521.445	38.555
449037	Locação de Mão-de-Obra	1.696.500	-	1.696.500	1.430.462	266.038
449039	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	40.970.544	-	40.970.544	23.854.587	17.115.957
449040	Aquisição de Equipamento Tecnologia da Informação e Comunicação	7.650.109	-	7.650.109	2.754.889	4.895.220
449047	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.400.000	-	1.400.000	974.176	425.824
449049	Auxílio-Transporte	13.000	-	13.000	12.408	592
449051	Obras e Instalações	993.809.366	-	993.809.366	192.776.148	801.033.218
449052	Equipamentos e Material Permanente	360.656.356	-	360.656.356	146.538.992	214.117.364
449061	Aquisição de Imóveis	15.200.000	-	15.200.000	-	15.200.000
449091	Sentenças Judiciais	5.855.664	-	5.855.664	5.855.664	-
449092	Despesas de Exercícios Anteriores	2.231.223	-	2.231.223	2.153.076	78.146
449093	Indenizações e Restituições	20.495.723	-	20.495.723	5.357.228	15.138.495
449100	**Aplicação Direta Decor. de Op. entre Órgão, Fun. e Ent. Integ. Orç. Fiscal e SS**	**200.000**	**-**	**200.000**	**168.000**	**32.000**
449139	Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000	-	100.000	72.000	28.000
449147	Obrigações Tributárias e Contributivas	100.000	-	100.000	96.000	4.000

450000	**Inversões Financeiras**	**150.655.855**	**-**	**150.655.855**	**146.416.262**	**4.239.593**
456700	**Execução de Contrato de Parceria Público-Privada**	**90.065.151**	**-**	**90.065.151**	**90.065.151**	**-**
456782	Aporte de Recursos pelo Parceiro Público em Favor do Parceiro Privado	90.065.151	-	90.065.151	90.065.151	-
459000	**Aplicações Diretas**	**60.590.704**	**-**	**60.590.704**	**56.351.111**	**4.239.593**
459065	Const. ou Aumento de Capital de Empresas	1.000	-	1.000	-	1.000
459092	Despesas de Exercícios Anteriores	6.706.965	-	6.706.965	6.706.965	-
459093	Indenizações e Restituições	53.882.739	-	53.882.739	49.644.147	4.238.593
460000	**Amortização da Dívida**	**252.741.561**	**-**	**252.741.561**	**248.389.703**	**4.351.858**
469000	**Aplicações Diretas**	**252.741.561**	**-**	**252.741.561**	**248.389.703**	**4.351.858**
469071	Principal da Dívida Contrat. Resgatado	241.013.617	-	241.013.617	236.661.759	4.351.858
469092	Despesas de Exercícios Anteriores	11.727.944	-	11.727.944	11.727.944	-

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Anexo 17 - Lei Federal nº 4.320/64

Poder Executivo

Exercício: 2023

Em Reais

DÍVIDA FLUTUANTE	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL (a) + (b) - (c)
		INSCRIÇÃO (b)	BAIXA (c)	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**440.606.802**	**336.145.784**	**429.213.630**	**347.538.956**
Inscritos em Exercícios Anteriores	440.606.802	-	429.213.630	11.393.172
Inscritos no Exercício	-	336.145.784	-	336.145.784
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**1.264.478.850**	**843.253.835**	**980.761.123**	**1.126.971.562**
Inscritos em Exercícios Anteriores	1.264.478.850	-	980.761.123	283.717.727
Inscritos no Exercício	-	843.253.835	-	843.253.835
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	**-**	**-**	**-**	**-**
Inscritos no Exercício	-	-	-	-
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES	**1.294.822.225**	**5.713.334.143**	**6.032.440.044**	**975.716.324**
Consignações	1.117.720.665	5.403.999.132	5.684.828.193	836.891.605
Garantias	671.245	20.266.479	17.826.726	3.110.998
Depósitos Judiciais	32.133.738	-	-	32.133.738
Depósitos Não Judiciais	138.370.722	277.979.827	324.680.363	91.670.185
Depósitos a Classificar	5.925.856	11.088.705	5.104.763	11.909.798
DEMAIS PASSIVOS FINANCEIROS	**132.026.355**	**45.206.816.636**	**45.171.743.192**	**167.099.800**
Pagamentos Devolvidos	55.549.249	609.699.713	613.567.867	51.681.095
Obrigações de Repartição a Outros Entes	47.633.337	5.591.323.302	5.559.695.945	79.260.695
Restituições de Receitas do Período	220.512	28.794.213	28.789.694	225.031
Recursos a Liberar Limite de Saque	28.623.257	38.976.999.408	38.969.689.686	35.932.980
TOTAL	**3.131.934.233**	**52.099.550.398**	**52.614.157.989**	**2.617.326.641**

ANEXOS DA LEI 4.320/64 CONSOLIDADO GERAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Anexo 1 - Lei Federal nº 4.320/64

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em Reais

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	**VALORES**	**%**	**TÍTULOS**	**VALORES**	**%**
RECEITAS CORRENTES	**17.370.618.451**	**86,90**	**DESPESAS CORRENTES**	**16.429.123.091**	**82,19**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.472.983.064	37,39	Pessoal e Encargos Sociais	12.563.952.042	62,86
Contribuições	1.080.832.471	5,41	Juros e Encargos da Dívida	185.717.142	0,93
Receita Patrimonial	592.740.329	2,97	Outras Despesas Correntes	3.679.453.906	18,41
Receita Agropecuária	1.106.173	0,01			
Receita Industrial	4.588.974	0,02			
Receita de Serviços	17.500.931	0,09			
Transferências Correntes	7.827.362.777	39,16			
Outras Receitas Correntes	373.503.732	1,87			
RECEITAS DE CAPITAL	**270.091.687**	**1,35**	**DESPESAS DE CAPITAL**	**858.774.012**	**4,30**
Operações de Crédito	64.270.013	0,32	Investimentos	463.750.346	2,32
Alienação de Bens	132.600	0,00	Inversões Financeiras	146.633.962	0,73
Amortização de Empréstimos	2.778.963	0,01	Amortização da Dívida	248.389.703	1,24
Transferências de Capital	147.602.228	0,74			
Outras Receitas de Capital	55.307.883	0,28			
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	**2.348.048.136**	**11,75**	**DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES**	**2.198.901.951**	**0,11**
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	-	**-**	**DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL**	**168.000**	**0,00**
SUBTOTAL	**19.988.758.274**	**100,00**	**SUBTOTAL**	**19.486.967.054**	**97,49**
DÉFICIT	**-**	**-**	**SUPERÁVIT**	**501.791.220**	**2,51**
TOTAL	**19.988.758.274**	**100,00**	**TOTAL**	**19.988.758.274**	**100,00**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROGRAMA DE TRABALHO

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em Reais

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
1 - Legislativo	**566.972.257**
01000 - Assembleia Legislativa	**425.966.289**
010001 - Assembleia Legislativa	**425.947.281**
01 - Legislativa	425.947.281
031 - Ação Legislativa	20.363.800
3008 - DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PARLAMENTAR	9.628.556
2449 - Desenvolver Atividades de Apoio à Atuação Parlamentar	9.628.556
3009 - PROGRAMA EDUCACIONAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	856.299
4027 - Capacitação para Gestores, Servidores Públicos e Cidadãos - Escola da Assembleia Legislativa	583.923
4028 - Participação em congressos, cursos e palestras	272.376
5004 - FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA	9.878.945
2373 - Reequipamento e Reestruturação Física da Assembleia Legislativa	2.016.312
4029 - Construção, reestruturação e ampliação das unidades da assembleia legislativa	4.874.826
4030 - Manutenção das Atividades dos Serviços de Saúde e Assistência Social	141.515
4031 - Desenvolvimento de atividades culturais	2.230.699
4032 - Programa Assembleia e Você	564.282
4033 - Programa de qualidade de vida no trabalho	51.311
122 - Administração Geral	401.411.972
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	401.411.972
2001 - Manutenção e Funcionamento da Assembleia Legislativa	90.016.683
2309 - Encargos com Pessoal	311.395.289
126 - Tecnologia da Informação	4.002.900
5004 - FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA	4.002.900
3303 - Reaparelhamento e Modernização Tecnológica	4.002.900

181 - Policiamento	168.608
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	168.608
4034 - Manutenção e Funcionamento da Polícia Legislativa	168.608
01131 - Fundo Legislativo do Estado do RN	**19.008**
01 - Legislativa	19.008
031 - Ação Legislativa	19.008
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	19.008
2157 - Operacionalização do Funle	19.008
01201 - Fundação Djalma Marinho	**16.116.092**
012011 - Fundação Djalma Marinho	**16.116.092**
01 - Legislativa	16.116.092
031 - Ação Legislativa	337.857
5004 - FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA	337.857
1607 - Modernização e Ampliação da TV e Rádio Assembleia	236.606
1816 - Aparelhamento e Reaparelhamento da Fundação Djalma Marinho	101.251
122 - Administração Geral	15.778.235
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	15.778.235
2149 - Manutenção e Funcionamento da Fundação Djalma Marinho	12.472.599
2311 - Encargos com Pessoal	3.305.636
02000 - Tribunal de Contas do Estado do RN	**124.889.876**
020001 - Tribunal de Contas do RN	**124.888.276**
01 - Legislativa	124.888.276
032 - Controle Externo	2.579.145
5005 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE EXTERNO	2.579.145
1863 - Aparelhamento e Reaparelhamento do Tribunal de Contas do Estado	1.638.972
3276 - Ampliação de frota de veículos do TCE	199.600
3277 - Atualização do parque tecnológico do TCE	156.137
3279 - Construção do anexo do Tribunal de Contas do Estado	6.250
3282 - Integração institucional das ações do controle externo	45.740
3283 - Realização e participação em eventos de aperfeiçoamento técnico	56.957
3285 - Treinamentos para servidores do TCE promovidos pela escola de contas	88.212
4020 - Treinamento para jurisdicionados promovido pela escola de contas	155.145
4021 - Treinamento de Servidores do TCE	188.726
4036 - Fiscalização da gestão pública	43.405

122 - Administração Geral	122.309.131
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	122.309.131
2021 - Manutenção e Funcionamento	30.008.995
2040 - Preservação do Patrimônio Público	888.584
2312 - Encargos com Pessoal	91.411.551
020131 - Fundo de Reap. E Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas do RN	**1.600**
01 - Legislativa	1.600
032 - Controle Externo	1.600
5005 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE EXTERNO	1.600
2203 - Treinamento de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado	1.600
2 - Judiciário	**1.735.692.197**
04000 - Tribunal de Justiça do RN	**1.236.089.539**
040001 - Tribunal de Justiça do RN	**1.139.122.497**
02 - Judiciária	1.139.122.497
061 - Ação Judiciária	6.780.054
3011 - JUDICIÁRIO	6.780.054
4016 - Manutenção do Estruturamento Organizacional do Sistema de Segurança do Poder Judiciário	6.780.054
122 - Administração Geral	1.132.342.442
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.132.298.027
2033 - Operacionalização e Manutenção das Atividades do Poder Judiciário	312.736.717
2313 - Encargos com Pessoal	819.561.310
3011 - JUDICIÁRIO	44.415
1182 - Assistência Médica e Odontológica a Membros e Servidores do Poder Judiciário e seus dependentes	44.415
040011 - Escola da Magistratura do RN	**4.320.755**
02 - Judiciária	4.320.755
061 - Ação Judiciária	232.632
3011 - JUDICIÁRIO	232.632
1585 - Comunicação Institucional e Mídias Eletrônicas da Escola de Magistratura do RN	8.372
1595 - Programa de Dinamização, Difusão da Produção Intelectual e de Editoração Científica	2.321
2255 - Manutenção dos Acervos da Biblioteca da Escola de Magistratura do RN	221.939
122 - Administração Geral	1.778.251
3011 - JUDICIÁRIO	1.778.251
1356 - Reforma, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento do Edifício Sede da ESMARN	1.159.058
1600 - Realização de Concurso Público	110.590

2011 - Despesas Vinculadas à Escola da Magistratura	508.603
128 - Formação de Recursos Humanos	2.309.872
3011 - JUDICIÁRIO	2.309.872
1154 - Capacitação dos Membros e Servidores Poder Judiciário Estadual	1.291.141
1215 - Realização de Congressos, Jornadas, Simpósios, Cursos e Palestras	90.707
1360 - Programa de Residência Judicial	928.024
040131 - Fundo de Desenvolvimento da Justiça	**92.466.590**
02 - Judiciária	92.466.590
061 - Ação Judiciária	1.776.741
3011 - JUDICIÁRIO	1.776.741
1578 - Promoção da Política Institucional para a Infância e a Juventude	580.479
1579 - Implantação e Operacionalização de Sistemas Administrativos	647.188
1582 - Implantação e Manutenção de Ações de Conciliação no Estado	58.449
1586 - Programa Novos Rumos na Execução Penal	140.533
1587 - Promoção Socioeconômico e Ambiental no Âmbito do Judiciário do RN	28.225
1589 - Monitoramento do Cumprimento de Pena ou Medida Alternativa	71.866
2253 - Comunicação Interna e Externa	230.001
4018 - Estruturação das ações do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário	20.000
121 - Planejamento e Orçamento	15.303
3011 - JUDICIÁRIO	15.303
2251 - Planejamento Estratégico de Ação do Poder Judiciário	15.303
122 - Administração Geral	77.820.906
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	61.909.299
2035 - Atividade de Apoio Operacional e Administrativo do FDJ	61.750.013
2191 - Operacionalização e Manutenção das Atividades Maio e Fim da Corregedoria do Poder Judiciário	159.286
3011 - JUDICIÁRIO	15.911.607
1396 - Construção e Manutenção Predial de Unidades do Poder Judiciário Estadual	15.562.100
1563 - Melhorias Estruturantes das Unidades do Poder Judiciário Estadual	174.507
2011 - Despesas Vinculadas à Escola da Magistratura	175.000
126 - Tecnologia da Informação	12.786.756
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	12.786.756
2199 - Manutenção do Parque de Tecnologia da Informação (Infraestrutura e Microinformática)	12.786.756
128 - Formação de Recursos Humanos	66.884
3011 - JUDICIÁRIO	66.884

1154 - Capacitação dos Membros e Servidores Poder Judiciário Estadual	66.884
040132 - Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados	**179.698**
02 - Judiciária	179.698
061 - Ação Judiciária	179.553
3011 - JUDICIÁRIO	179.553
1581 - Infraestrutura de Segurança Predial Implantada	179.553
122 - Administração Geral	145
3011 - JUDICIÁRIO	145
2298 - Operacionalização e Manutenção das Ações de Segurança dos Magistrados	145
05000 - Defensoria Pública do Estado do RN	**95.483.626**
050001 - Defensoria Pública do Estado do RN	**95.392.384**
03 - Essencial à Justiça	95.392.384
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	4.489.749
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.489.749
2398 - Manutenção de Núcleos de Atendimento ao Público	4.489.749
122 - Administração Geral	88.957.792
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	88.957.792
2088 - Manutenção e Funcionamento da Defensoria Pública do RN	23.566.772
2314 - Encargos com Pessoal	65.340.662
2982 - Preservação do Patrimônio Público	50.358
126 - Tecnologia da Informação	1.861.611
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	1.861.611
3296 - Aparelhamento, Operacionalização e Modernização da Defensoria Pública	1.861.611
128 - Formação de Recursos Humanos	83.233
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	83.233
3297 - Promoção e Participação em Eventos e Cursos de Qualificação	83.233
05131 - Fundo de Manutenção e Aparelhamento da DPE RN	**91.242**
03 - Essencial à Justiça	91.242
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	11.374
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	11.374
2177 - Gerenciamento das Ações do FUMADEP	11.374
128 - Formação de Recursos Humanos	79.867
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	79.867
1625 - Campanhas e Programas de Direitos Individuais da Defensoria	79.867

14000 - Procuradoria Geral de Justiça	**404.119.032**
140001 - Procuradoria Geral de Justiça	**390.672.678**
03 - Essencial à Justiça	390.672.678
091 - Defesa da Ordem Jurídica	6.540.850
3010 - DEFESA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA SOCIEDADE	6.540.850
3286 - Gestão de tecnologia da informação	427.283
3288 - Aquisição, construção, ampliação, reforma e modernização de imóveis	1.761.503
4022 - Qualificação e aperfeiçoamento funcional dos integrantes e parceiros do MPRN	345.460
4023 - Promoção da segurança institucional e ações em favor da segurança pública	3.672.400
4035 - Promoção da comunicação interna e externa e ações de relacionamento com sociedade	334.205
122 - Administração Geral	384.131.828
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	384.131.828
2112 - Manutenção e Funcionamento	90.799.228
2137 - Preservação do Patrimônio Líquido	1.229.299
2321 - Encargos com Pessoal	292.103.301
140131 - Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público	**13.446.354**
03 - Essencial à Justiça	13.446.354
091 - Defesa da Ordem Jurídica	13.446.354
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	8.079.102
2012 - Manutenção e Funcionamento do MPRN	8.079.102
3010 - DEFESA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA SOCIEDADE	5.367.252
2307 - Promoção da Inovação e Aperfeiçoamento da Governança no MPRN	215.679
3289 - Fortalecimento do combate à criminalidade organizada e apoio às investigações complexas	5.012.452
4024 - Aplicação e aprimoramento da polícia de gestão de pessoas	139.121
3 - Executivo	**17.184.302.600**
11104 - Procuradoria Geral do Estado	**68.829.097**
111041 - Procuradoria Geral do Estado	**63.088.810**
02 - Judiciária	63.088.810
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	3.956.859
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	505.870
2087 - Manutenção e Funcionamento dos Núcleos Regionais e o Especial	505.870
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	3.450.990
1324 - Apoio Técnico aos Procuradores do Estado	3.450.990
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	3.254.739

0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.254.739
2777 - Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Fiscal e da Dívida Ativa	3.254.739
122 - Administração Geral	55.877.211
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	55.877.211
2083 - Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Estado	6.120.175
2315 - Encargos com Pessoal	49.757.037
111133 - Fundo de Aperfeiçoamento e Aparelhamento da PGE - FUNAF	**5.740.287**
02 - Judiciária	5.740.287
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	1.882.357
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.882.357
2103 - Apoio Operacional e Administrativo do FUNAF	1.183.026
2409 - Realização de Concurso Público	699.331
122 - Administração Geral	3.723.690
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	3.723.690
1106 - Construção, Reforma e Ampliação da Sede e dos Núcleos Regionais	1.188.071
1318 - Reequipamento e Informatização da Procuradoria Geral do Estado	2.526.319
3245 - Instituição e Funcionamento do PQV	9.299
128 - Formação de Recursos Humanos	134.241
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	134.241
2210 - Qualificação e Aperfeiçoamento Funcional	134.241
11105 - Assessoria de Comunicação Social	**30.630.624**
111051 - Assessoria de Comunicação Social	**30.630.624**
24 - Comunicações	25.168.463
122 - Administração Geral	2.064.604
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	2.054.254
2109 - Manutenção e Funcionamento	551.919
2316 - Encargos com Pessoal	1.502.335
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	10.350
1712 - Aparelhamento e Informatização da ASSECOM	10.350
131 - Comunicação Social	23.103.859
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	23.103.859
2111 - Divulgação dos Programas Governamentais	23.103.859
26 - Transporte	5.462.160
128 - Formação de Recursos Humanos	5.462.160

5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	5.462.160
1485 - Educação para o Trânsito	5.462.160
11106 - Controladoria Geral do Estado	**11.987.650**
111061 - Controladoria Geral do Estado	**11.987.650**
04 - Administração	11.987.650
122 - Administração Geral	11.969.184
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	11.968.734
2317 - Encargos com Pessoal	11.007.073
2990 - Manutenção e Funcionamento	961.661
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	450
1608 - Qualificação, Requalificação e Aperfeiçoamento dos Servidores da CONTROL	450
124 - Controle Interno	18.466
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	14.510
3146 - Realização de cursos, treinamentos e trabalhos ou atividades correlatas	14.510
5003 - OUVIR PARA GOVERNAR	3.956
3147 - Encontros, seminários, fóruns e conferências para a promoção da participação social e tran	3.956
11108 - Gabinete Civil do Governador do Estado	**49.750.519**
110001 - Gabinete Civil	**49.750.519**
04 - Administração	49.511.744
122 - Administração Geral	48.888.473
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	48.656.640
2046 - Manutenção e Funcionamento do Escritório de Representação do Estado no Distrito Federal	106.677
2052 - Manutenção e Funcionamento	9.035.320
2061 - Manutenção dos Serviços Aeroviários do Estado	1.099.536
2140 - Apoio à Promoção de Eventos	835.540
2318 - Encargos com Pessoal	36.722.196
2942 - Manutenção e Melhoramento da Infraestrutura do Centro Administrativo	857.372
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	231.833
1354 - Obras Estruturantes no Centro Administrativo	231.833
244 - Assistência Comunitária	50.061
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	50.061
2049 - Concessão de Auxílios Diversos	50.061
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	573.210
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	573.210

2483 - Manutenção e Funcionamento das Centrais do Cidadão	573.210
06 - Segurança Pública	149.898
122 - Administração Geral	149.898
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	149.898
2404 - Manutenção e Funcionamento	149.898
26 - Transporte	88.876
122 - Administração Geral	88.876
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	88.876
2474 - Manutenção e Funcionamento	88.876
11201 - Departamento Estadual de Imprensa	**4.502.910**
112011 - Departamento Estadual de Imprensa	**4.502.910**
24 - Comunicações	4.502.910
122 - Administração Geral	4.451.673
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.451.673
2055 - Manutenção e Funcionamento	2.514.191
2319 - Encargos com Pessoal	1.937.482
131 - Comunicação Social	51.237
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	51.237
1195 - Aparelhamento e Informatização do Departamento Estadual de Imprensa	51.237
12000 - Vice-Governadoria	**3.935.788**
120001 - Vice-Governadoria	**3.935.788**
04 - Administração	3.935.788
122 - Administração Geral	3.935.788
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.902.258
2093 - Manutenção e Funcionamento	321.078
2320 - Encargos com Pessoal	3.581.180
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	33.530
3100 - Readequação da Infraestrutura Física	33.530
15000 - Polícia Militar	**1.712.623.121**
150001 - Polícia Militar	**1.707.884.954**
02 - Judiciária	2.114.104
061 - Ação Judiciária	2.114.104
3011 - JUDICIÁRIO	2.114.104
4016 - Manutenção do Estruturamento Organizacional do Sistema de Segurança do Poder Judiciário	2.114.104

03 - Essencial à Justiça	1.012.500
091 - Defesa da Ordem Jurídica	1.012.500
3010 - DEFESA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA SOCIEDADE	1.012.500
4023 - Promoção da segurança institucional e ações em favor da segurança pública	1.012.500
04 - Administração	1.180.630
128 - Formação de Recursos Humanos	1.180.630
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.180.630
1107 - Realização de Concurso Público	1.180.630
06 - Segurança Pública	1.701.191.496
122 - Administração Geral	917.575.145
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	74.202.239
2124 - Manutenção e Funcionamento	28.439.173
4003 - Gestão das Diárias Operacionais da PM	45.763.066
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	843.372.906
2187 - Encargos com Pessoal	843.372.906
181 - Policiamento	37.995.736
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	34.857.628
2181 - Atendimento Alimentar aos Policiais Militares	34.857.628
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	3.138.108
1202 - Aparelhamento de Unidades da Polícia Militar	88.090
1222 - Aquisição de Armamento e Equipamento Bélico	3.050.018
274 - Previdência Especial	745.620.616
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	745.620.616
4042 - Encargos com Pessoal Inativo e Pensionista da PM	745.620.616
13 - Cultura	1.611.441
122 - Administração Geral	1.611.441
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.611.441
2272 - Manutenção e Funcionamento	1.611.441
26 - Transporte	774.784
181 - Policiamento	774.784
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	774.784
1266 - Fiscalização do Trânsito	774.784
150011 - Diretoria de Saúde da Polícia Militar	**2.558.356**
10 - Saúde	2.558.356

302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.558.356
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	2.558.356
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	2.558.356
150131 - Fundo Manut. e Aperf. da Diretoria de Saúde da PM/RN - FUNDSAUDE/RN	**2.179.810**
10 - Saúde	2.179.810
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.179.810
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.697.365
4011 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Saúde	1.697.365
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	482.445
3263 - Construção, Reforma e Ampliação de Instalações Físicas de Unidades Hospitalares da Polícia	61.587
3264 - Aparelhamento e Informatização de Unidades Hospitalares da Polícia Militar	420.859
16000 - Secretaria de Estado da Administração	**131.202.891**
160001 - Secretaria de Estado da Administração	**60.542.368**
04 - Administração	59.713.169
122 - Administração Geral	58.556.864
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	58.554.451
2073 - Preservação do Patrimônio Público	8.679
2138 - Manutenção e Funcionamento	3.604.973
2323 - Encargos com Pessoal	54.940.799
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	2.413
1855 - Aparelhamento e Reaparelhamento da Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos	2.413
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.156.305
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.156.305
2483 - Manutenção e Funcionamento das Centrais do Cidadão	1.156.305
26 - Transporte	829.198
122 - Administração Geral	829.198
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	829.198
2474 - Manutenção e Funcionamento	829.198
160102 - Encargos Gerais do Estado na Sec. da Administração	**63.455.956**
04 - Administração	28.959.212
122 - Administração Geral	27.505.742
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.097.029
4045 - Encargos com Pensões Especiais	4.097.029
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	23.042.503

1338 - Gestão e Integração de Informações	9.262.338
2941 - Manutenção da Frota de Veículos do Estado	13.780.165
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	366.211
1337 - Otimização da Informação de Processos Administrativos	366.211
126 - Tecnologia da Informação	1.453.470
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.418.761
2827 - Manutenção da Coordenadoria de Informática	1.418.761
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	34.708
1345 - Infraestrutura de Datacenter de Alta Disponibilidade	34.708
06 - Segurança Pública	26.074.465
122 - Administração Geral	26.074.465
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	26.074.465
2502 - Manutenção da frota de veículos do sistema de segurança pública	26.074.465
10 - Saúde	4.710.504
122 - Administração Geral	4.710.504
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.710.504
2499 - Manutenção da frota de veículos da saúde	4.710.504
12 - Educação	3.711.775
122 - Administração Geral	3.711.775
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.711.775
2500 - Manutenção da Frota de veículos do Sistema de	3.711.775
160131 - Fundo de Des. do Sistema de Pessoal do Estado - FUNDESP	**7.204.567**
04 - Administração	7.204.567
122 - Administração Geral	315.838
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	252.500
3247 - Aparelhamento e Reaparelhamento da Escola do Governo Dom Eugênio de Araújo Sales	252.500
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	63.338
2125 - Qualidade de Vida do Servidor Público	63.338
128 - Formação de Recursos Humanos	6.888.730
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.197.887
2830 - Manutenção da Escola de Governo	5.197.887
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.690.843
1107 - Realização de Concurso Público	409.998
2142 - Capacitação de Recursos Humanos	1.280.845

16201 - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte	**6.119.627.673**
162011 - Instituto da Previdência dos Servidores do Estado	**152.230.222**
09 - Previdência Social	152.230.222
122 - Administração Geral	19.444.559
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	18.872.675
2024 - Preservação do Patrimônio Público	92.269
2145 - Manutenção e Gestão do Sistema Previdenciário	5.704.774
2325 - Encargos com Pessoal	13.075.632
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	571.883
1142 - Ampliação de Sistema de Informática	55.313
1149 - Reforma das Instalações Físicas do IPERN	25.260
1821 - Aparelhamento e Reaparelhamento do Instituto de Previdência dos Servidores do RN	491.310
128 - Formação de Recursos Humanos	66.423
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	66.423
2241 - Participação em Eventos de Aperfeiçoamento Técnico	66.423
274 - Previdência Especial	132.719.240
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	132.719.240
2363 - Encargos com Pensões do Tesouro	132.719.240
162233 - Fundo Financeiro do Estado do Rio Grande do Norte - FUNFIRN	**5.967.397.450**
09 - Previdência Social	5.967.397.450
272 - Previdência do Regime Estatutário	5.967.397.450
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.967.397.450
2184 - Pagamento de Benefícios Previdenciários da Defensoria Pública Geral do Estado	576.704
2212 - Pagamento de Benefícios Previdenciários do Tribunal de Justiça do Estado	150.807.966
2222 - Pagamento de Benefícios Previdenciários da Assembleia Legislativa	100.007.666
2224 - Pagamento de Benefícios Previdenciários da Procuradoria Geral da Justiça	49.587.893
2225 - Pagamento de Benefícios Previdenciários do Tribunal de Contas do Estado	29.294.166
2227 - Pagamento de Benefícios Previdenciários dos Demais Órgãos da Administração Direta	4.548.261.063
2229 - Pagamento de Benefícios Previdenciários do Instituto de Previdência dos Servidores do Esta	19.798.685
2230 - Pagamento de Benefícios Previdenciários do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	62.806.318
2231 - Pagamento de Benefícios Previdenciários da Fundação José Augusto	31.920.220
2232 - Pagamento de Benefícios Previdenciários do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio A	51.013.705
2234 - Pagamento de Benefícios Previdenciários da Junta Comercial do Estado	1.231.190
2235 - Pagamento de Benefícios Previdenciários do Departamento de Estradas de Rodagem	31.708.600

2236 - Pagamento de Benefícios Previdenciários do Departamento Estadual de Trânsito	19.049.634
2239 - Pagamento de Benefícios Previdenciários da Fundação Estadual da Criança e do Adolescente	73.162.283
2246 - Pagamento de Benefícios Previdenciários aos Pensionistas	669.434.129
2399 - Pagamento dos Benefícios Previdenciários da Fundação Universidade do Estado do RN	128.737.230
16202 - Companhia de Processamento de Dados	**3.906.180**
162021 - Companhia de Processamento de Dados	**3.906.180**
04 - Administração	3.906.180
122 - Administração Geral	3.906.180
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.881.700
2326 - Encargos com Pessoal	2.997.395
2341 - Manutenção e Funcionamento	884.305
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	24.480
1822 - Aparelhamento e Reaparelhamento da Companhia de Processamento de Dados do RN	24.480
17000 - Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca	**44.037.639**
170001 - Secretaria da Agricultura e da Pecuária	**13.495.801**
20 - Agricultura	13.495.801
122 - Administração Geral	13.495.801
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	13.478.701
2152 - Manutenção e Funcionamento	1.129.997
2327 - Encargos com Pessoal	12.348.704
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	17.100
1823 - Aparelhamento e Reaparelhamento Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca	17.100
170131 - Fundo do Desenvolvimento Agropecuário do RN - FDA	**30.541.838**
20 - Agricultura	30.541.838
608 - Promoção da Produção Agropecuária	30.497.225
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	30.497.225
1087 - Aquisição e Distribuição de Sementes	12.601.180
1125 - Assistência à Bovinocultura, Caprinocultura, Ovinocultura, Suinocultura, Apicultura e Equi	99.901
1373 - Perfuração, Instalação e Manutenção de Poços	739.146
1745 - Realização e Participação em Eventos	3.720.813
1771 - Ampliação e Modernização da Infraestrutura de Unidades Pesqueiras	197.787
1778 - Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Fruticultura	218.040
1787 - Fortalecimento das Cooperativas, Associações e Agroindústria Agropecuária	2.935.480
1790 - Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Implementos Agrícolas	9.959.879

1799 - Produção de Alevinos para Aquicultura e Peixamento de Açudes	25.000
609 - Defesa Agropecuária	44.613
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	44.613
1985 - Construção de Pequenas Barragens	44.613
17203 - Empresa de Pesquisa Agropecuária	**21.411.095**
172031 - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN	**21.411.095**
20 - Agricultura	21.411.095
122 - Administração Geral	20.400.034
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	20.400.034
2194 - Manutenção e Funcionamento	3.806.625
2330 - Encargos com Pessoal	16.593.409
571 - Desenvolvimento Científico	262.591
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	262.591
2196 - Estruturação Física, Aparelhamento e Operacionalização das Estações Experimentais	262.591
608 - Promoção da Produção Agropecuária	748.470
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	748.470
1431 - Produção de Pintos de Ave Caipira	246.326
1432 - Realização de Eventos para Transferências de Tecnologias	63.365
1651 - Análise Laboratorial	23.225
1653 - Manutenção dos Rebanhos	379.446
2256 - Produção de Mudas	36.108
17205 - Central de Abastecimento	**15.446.512**
172051 - Central de Abastecimento	**15.446.512**
20 - Agricultura	15.446.512
122 - Administração Geral	15.282.104
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	15.006.941
2205 - Manutenção e Funcionamento	7.165.957
2331 - Encargos com Pessoal	7.840.984
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	275.163
1669 - Reaparelhamento e Modernização da CEASA	245.163
2495 - Valorização e Capacitação de Servidores da CEASA S/A	30.000
306 - Alimentação e Nutrição	70.816
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	70.816
1809 - Banco de Alimentos in Natura	70.816

542 - Controle Ambiental	12.380
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	12.380
3272 - Controle e monitoramento dos agrotóxicos nos hortifrutis CEASA	12.380
605 - Abastecimento	81.212
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	81.212
1938 - Reestruturação do Espaço Físico da CEASA	81.212
17206 - Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do RN	**12.481.619**
172061 - Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do RN	**12.481.619**
20 - Agricultura	12.481.619
122 - Administração Geral	11.984.119
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	11.426.559
2153 - Manutenção e Funcionamento	1.741.371
2332 - Encargos com Pessoal	9.685.187
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	557.560
1680 - Estruturação Física e Administrativa do IDIARN	557.560
125 - Normatização e Fiscalização	365.000
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	365.000
1674 - Cadastro de Propriedades Rurais para Agropecuária	30.000
1683 - Registro e Fiscalização em Estabelecimento de Produto de Origem Animal e Abatedouro	65.000
2213 - Fiscalização para Defesa Agropecuária	270.000
609 - Defesa Agropecuária	132.500
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	132.500
1176 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	30.000
1681 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas de Vegetais	100.000
1682 - Exames Laboratoriais	2.500
18000 - Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer	**2.599.253.758**
180001 - Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer	**2.486.208.452**
12 - Educação	2.485.981.397
122 - Administração Geral	828.680.412
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	21.745.129
2238 - Manutenção e Funcionamento	21.656.161
2295 - Manutenção e Funcionamento	88.968
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	806.935.282
2453 - Encargos com pessoal da Educação Básica, Cultura, Esporte e Lazer	800.665.490

2455 - Aparelhamento, reaparelhamento e manutenção de ambientes escolares e não escolares da educação	6.269.792
361 - Ensino Fundamental	528.297.079
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	136.743.632
2395 - Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	136.743.632
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	391.553.447
2269 - Encargos com Pessoal do Ensino Fundamental	391.553.447
362 - Ensino Médio	596.552.459
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	153.156.427
2148 - Manutenção e Funcionamento do Ensino Médio	153.156.427
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	443.396.032
2188 - Encargos com Pessoal do Ensino Médio	443.396.032
363 - Ensino Profissional	69.854.376
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	69.854.376
3307 - Nova Escola Potiguar	69.854.376
366 - Educação de Jovens e Adultos	430.723.461
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	470.313
2156 - Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos - EJA	470.313
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	430.253.147
2200 - Encargos com Pessoal da Educação de Jovens e Adultos - EJA	430.253.147
367 - Educação Especial	19.251.653
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	7.092.236
2394 - Manutenção e Funcionamento do Ensino Especial	7.092.236
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	12.159.417
2268 - Encargos com Pessoal do Ensino Especial	12.159.417
368 - Educação Básica	6.463.263
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	6.463.263
2478 - Desenvolvimento e fortalecimento de ações, programas e projetos educacionais, culturais de	3.519.255
3037 - Construção, ampliação, reforma, reparação e adequação de unidades escolares da Escola básica	2.944.008
813 - Lazer	6.158.695
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	6.158.695
3251 - Apoio ao Esporte	6.158.695
27 - Desporto e Lazer	227.055
812 - Desporto Comunitário	227.055
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	227.055

1481 - Apoiando o Esporte através das Entidades Esportivas, Associações e Municípios	227.055
180131 - Fundo Estadual de Educação	**113.045.306**
04 - Administração	615.421
122 - Administração Geral	513.613
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	513.613
1338 - Gestão e Integração de Informações	513.613
126 - Tecnologia da Informação	101.808
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	101.808
1344 - Tecnologia de Gestão e Informação do Governo	101.808
12 - Educação	112.429.885
122-AdministraçãoGeral	22.441.390
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	77.050
2238 - Manutenção e Funcionamento	77.050
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	18.749.915
2453 - Encargos com pessoal da Educação Básica, Cultura, Esporte e Lazer	1.158.368
2459 - Aquisição e elaboração de material de custeio para as unidades da Educação Básica	269.992
2460 - Aquisição e manutenção de mobiliário/equipamento para ambientes escolares	4.003.166
2466 - Formação continuada aos professores e demais profissionais que atuam no âmbito da SEEC	833.928
2503 - Implementação do Programa Transporte Escolar	637.373
2504 - Manutenção, fortalecimento e apoio técnico e financeiro à Gestão Educacional, às unidades e	10.544.791
3038 - Construção, ampliação, reforma, reparação e adequação de	1.302.296
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.003.204
2468 - Implementação, implantação, fortalecimento e ampliação das políticas de Educação em Direito	1.003.204
3007 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	2.611.222
2469 - Implantação, implementação, ampliação. manutenção, realização, acompanhamento e monitoramento	2.611.222
306 - Alimentação e Nutrição	49.286.837
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	49.286.837
1349 - Implementação e Fortalecimento do Programa de Alimentação Escolar	49.286.837
368 - Educação Básica	40.701.657
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	40.701.657
2461 - Desenvolvimento, manutenção e funcionamento de programas, projetos e estratégias educacionais	12.792.870
2463 - Expansão, implementação e manutenção dos Núcleos Tecnológicos (NTE) da Educação Básica	21.734.179
2467 - Manutenção e funcionamento da Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades, das	6.174.608
18201 - Fundação José Augusto	**72.874.234**

182011 - Fundação José Augusto	**72.874.234**
13 - Cultura	72.408.534
122 - Administração Geral	28.920.012
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	28.920.012
2272 - Manutenção e Funcionamento	8.428.655
2333 - Encargos com Pessoal	20.048.010
4054 - Manutenção, Funcionamento e Preservação de Equipamentos Culturais e Artísticos do RN	443.346
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	700.000
2005 - JANELA DE OPORTUNIDADES: CULTURA, ESPORTE E LAZER	700.000
3320 - Ações de Apoio a Cultura	700.000
392 - Difusão Cultural	42.788.523
2005 - JANELA DE OPORTUNIDADES: CULTURA, ESPORTE E LAZER	42.788.523
1001 - Preservação das Linguagens Artísticas do Estado	52.500
1179 - Criação, Promoção, Fomento e Divulgação a Artistas, Conteúdos e Grupos Artísticos	41.342.300
1448 - Fomento, Manutenção e Preservação ao Turismo Cultural	700.000
1450 - Preservação, Fomento e Promoção dos Grupos Artísticos	308.400
2289 - Implantação e Execução do Registro do Patrimônio Vivo do RN	385.323
14 - Direitos da Cidadania	16.000
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	16.000
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	16.000
2491 - Realização e apoio em Conferências	16.000
18 - Gestão Ambiental	12.200
544 - Recursos Hídricos	12.200
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	12.200
1565 - Incentivo à Criação e Implementação de Comitês de Bacias Hidrográficas	12.200
20 - Agricultura	437.500
122 - Administração Geral	17.500
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	17.500
2434 - Manutenção e funcionamento	17.500
605 - Abastecimento	350.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	350.000
3161 - Realização de eventos e assessorias de avaliação, monitoramento e sistematização PECAFES	350.000
608 - Promoção da Produção Agropecuária	70.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	70.000

3160 - Fomento e crédito para apoio produtivo, agroindustrial e logística das cooperativas	70.000
18202 - Fundação Universidade do Estado do RN - FUERN	**337.909.262**
182021 - Fundação Universidade do Estado do RN	**337.909.262**
12 - Educação	337.865.116
122 - Administração Geral	327.465.802
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	64.560.015
2295 - Manutenção e Funcionamento	64.560.015
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	262.905.787
2265 - Encargos com Pessoal	262.905.787
364 - Ensino Superior	10.399.314
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	10.399.314
1009 - Aparelhamento das Unidades da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	5.735.857
1551 - Construção, Adaptação e Melhoria da Infraestrutura da FUERN	3.577.658
1554 - Elaboração de Estudos e Projetos	3.898
1573 - Renovação e Ampliação da Frota de Veículos	1.081.900
19 - Ciência e Tecnologia	44.146
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	44.146
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	44.146
1757 - Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas	44.146
18203 - Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy	**429.837**
182031 - Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy	**429.837**
12 - Educação	429.837
122 - Administração Geral	98.834
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	98.834
2935 - Manutenção e Funcionamento	98.834
364 - Ensino Superior	331.003
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	331.003
1203 - Restauração e Conservação de Prédio do IFESP	94.903
1205 - Reaparelhamento do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy	60.291
2250 - Capacitação para o Ensino à Distância para Docentes e Gestores Escolares	22.206
2937 - Formação de Professores à Nível de 3º Grau do IFESP	153.602
19000 - Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças	**978.221.630**
190001 - Secretaria de Planejamento e das Finanças	**15.568.811**
04 - Administração	15.568.811

122 - Administração Geral	13.738.018
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	13.738.018
1856 - Aparelhamento e Reaparelhamento da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças	101.915
2322 - Manutenção e Funcionamento	1.586.525
2334 - Encargos com Pessoal	12.049.578
126 - Tecnologia da Informação	1.830.793
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	1.830.793
1344 - Tecnologia de Gestão e Informação do Governo	1.830.793
190102 - Encargos Gerais do Estado na Sec. de Est. do Planejamento e das Finanças - SEPLAN	**904.380.294**
04 - Administração	131.469.270
122 - Administração Geral	511
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	511
2506 - Manutenção e Funcionamento Centralizada	511
129 - Administração de Receitas	21.018.346
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	21.018.346
2014 - Racionalização das Ações Administrativas e Financeiras do Erário Estadual	21.018.346
846 - Outros Encargos Especiais	110.450.413
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	110.450.413
2424 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	110.450.413
28 - Encargos Especiais	772.911.024
843 - Serviço da Dívida Interna	237.554.306
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	237.554.306
2965 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Interna	237.554.306
844 - Serviço da Dívida Externa	196.552.540
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	196.552.540
2116 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Externa	196.552.540
845 - Transferências	11.655.000
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	11.655.000
4014 - Transferências Especiais	11.655.000
846 - Outros Encargos Especiais	327.149.178
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	327.149.178
2158 - Despesas Determinadas por Sentenças Judiciárias	327.149.178
190200 - Projeto RN Sustentável	**58.215.418**
04 - Administração	58.215.418

122 - Administração Geral	58.215.418
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	20.235.320
1409 - Atenção à Saúde - RN SUSTENTÁVEL	20.235.320
4012 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO ECONÔMICA - PROJETO GOVERNO CIDADÃO	15.982.449
1411 - Desenvolvimento Regional Sustentável - RN SUSTENTÁVEL	15.982.449
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	21.997.648
1404 - Melhoria da Gestão do Setor Público - RN SUSTENTÁVEL	21.997.648
190300 - Projeto Nova Escola Potiguar	**57.107**
12 - Educação	57.107
363 - Ensino Profissional	57.107
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	57.107
3307 - Nova Escola Potiguar	57.107
20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico	**10.955.222**
200001 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico	**6.847.432**
23 - Comércio e Serviços	6.847.432
122 - Administração Geral	6.847.432
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	6.817.421
2043 - Preservação do Patrimônio Público	89.049
2335 - Encargos com Pessoal	5.920.380
2353 - Manutenção e Funcionamento	807.992
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	30.010
1833 - Aparelhamento e Reaparelhamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico	30.010
200132 - Fundo de Desenvolvimento Comercial e Industrial do RN - FDCI	**4.107.790**
19 - Ciência e Tecnologia	360.000
571 - Desenvolvimento Científico	360.000
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	360.000
3269 - Apoio ao Parque Tecnológico	360.000
22 - Indústria	3.273.357
571 - Desenvolvimento Científico	685.264
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	685.264
3237 - Promoção da pesquisa e desenvolvimento	685.264
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	312.000
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	312.000
1754 - Elaboração do Atlas de Energia Solar e Eólica	312.000

661 - Promoção Industrial	522.900
4007 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS	522.900
1503 - Infraestrutura para Industrialização	324.900
1516 - Programa de Industrialização do Interior (PRO-SERTÃO)	198.000
691 - Promoção Comercial	1.753.193
4007 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS	1.753.193
1098 - Promoção e Participação em Feiras e Eventos	1.753.193
25 - Energia	474.433
751 - Conservação de Energia	474.433
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	474.433
3274 - Hidrogênio Verde	474.433
20205 - Junta Comercial do Estado	**10.678.180**
202051 - Junta Comercial do Estado	**10.678.180**
23 - Comércio e Serviços	10.678.180
122 - Administração Geral	10.308.867
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	9.002.107
2248 - Preservação do Patrimônio Público	23.139
2336 - Encargos com Pessoal	2.712.992
2425 - Manutenção e Funcionamento	6.265.976
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	1.292.901
1506 - Modernização da Junta Comercial do Estado	1.119.911
1834 - Aparelhamento e Reaparelhamento da Junta Comercial do Estado do RN	172.990
4008 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: COMÉRCIO E SERVIÇOS	13.860
2211 - Qualificação e Aperfeiçoamento Funcional da Junta Comercial do Estado do RN	13.860
691 - Promoção Comercial	170.850
4008 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: COMÉRCIO E SERVIÇOS	170.850
1500 - Promoção e Participação no Desenvolvimento Empresarial do RN	170.850
846 - Outros Encargos Especiais	198.462
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	198.462
2427 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	198.462
20206 - Instituto de Pesos e Medidas	**4.426.887**
202061 - Instituto de Pesos e Medidas	**4.426.887**
23 - Comércio e Serviços	4.426.887
122 - Administração Geral	4.426.887

0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.426.887
2337 - Encargos com Pessoal	1.555.779
2432 - Manutenção e Funcionamento	2.871.108
20207 - Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte	**8.500.606**
202071 - Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte	**1.095.131**
19 - Ciência e Tecnologia	1.095.131
122 - Administração Geral	1.088.901
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.088.901
2141 - Manutenção e Funcionamento	129.040
2340 - Encargos com Pessoal	959.861
128 - Formação de Recursos Humanos	6.230
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	6.230
1965 - Capacitação de Recursos Humanos da FAPERN	6.230
202231 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	**7.405.475**
19 - Ciência e Tecnologia	7.405.475
122 - Administração Geral	181.132
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	181.132
2164 - Operacionalização e Manutenção do FUNDET	181.132
128 - Formação de Recursos Humanos	200.000
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	200.000
1755 - Apoio a Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	200.000
571 - Desenvolvimento Científico	378.529
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	378.529
1758 - Apoio a Implantação de Incubadoras e Parques Tecnológicos	378.529
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	6.645.814
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	6.645.814
1757 - Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas	6.645.814
21000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social	**111.133.618**
210001 - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social	**39.371.238**
06 - Segurança Pública	39.140.238
122 - Administração Geral	34.311.821
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	2.135.228
2465 - Manutenção e Funcionamento	2.135.228
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	32.176.594

2271 - Encargos com Pessoal	32.176.594
181 - Policiamento	4.828.417
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.828.417
4000 - Manutenção e Suprimentos de Material para Aeronaves da Secretaria de Segurança Pública	2.866.906
4001 - Manutenção do Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação da Segurança Pública	1.961.511
10 - Saúde	231.000
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	231.000
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	231.000
2387 - Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	231.000
210132 - Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FUNSEP	**71.762.380**
06 - Segurança Pública	71.762.380
122 - Administração Geral	49.097.140
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	49.097.140
1471 - Construção, Reforma e Ampliação de Instalações Físicas das Unidades da Segurança Pública	11.150.260
3260 - Ampliação da Frota de Veículos	37.946.880
126 - Tecnologia da Informação	3.666.710
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	3.666.710
1382 - Informatização das Unidades da Segurança Pública	2.125.404
3087 - Implantação de soluções de software	1.541.306
128 - Formação de Recursos Humanos	6.352.805
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	3.258.625
2819 - Qualificação, Requalificação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos	28.350
3093 - Implantação do programa de valorização profissional	461.366
3095 - Operacionalização do Prog.	2.768.909
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	3.094.180
2818 - Operacionalização das Ações Educacionais de Erradicação das Drogas	3.094.180
181 - Policiamento	12.640.286
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	6.656.974
1383 - Modernização do Sistema de Comunicação da Segurança Pública	2.429.333
1488 - Reaparelhamento das Unidades da Segurança Pública	1.189.338
3086 - Implantação do projeto SINESP no RN	213.064
3088 - Modernização do sistema de vigilância urbana	1.333.300
3090 - Implantação do programa de redução das condutas violentas letais intencionais (CVLI)	1.491.939
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	5.983.312

1384 - Aquisição de Armamentos e Munições para Segurança Pública	5.062.996
3259 - Proteção às Mulheres e Minorias	343.980
3261 - Apoio à Realização de Grandes Eventos	565.298
3270 - Reestruturação das unidades de segurança pública	11.037
183 - Informação e Inteligência	5.438
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	5.438
3081 - Ampliação das atividades estratégicas e operacionais de inteligência em segurança pública	5.438
21102 - Polícia Civil	**339.474.304**
211021 - Polícia Civil	**339.474.304**
06 - Segurança Pública	339.474.304
122 - Administração Geral	322.591.961
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	19.841.547
2997 - Manutenção e Funcionamento	18.749.762
2999 - Manutenção e Suprimento de Viaturas para Serviços Policiais	1.091.785
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	675.674
1190 - Const., Reforma e Ampliação das Estruturas Físicas das Unidades Operacionais e Administrativas	675.674
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	302.074.740
2302 - Encargos com Pessoal	302.074.740
181 - Policiamento	16.882.342
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	14.024.269
2991 - Manutenção do Sistema de Telecomunicações	476.942
2998 - Serviços Específicos da Polícia Civil	13.547.327
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.140.393
3317 - Realização da formação dos aprovados nos concursos da PCRN	2.140.393
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	717.680
1420 - Aparelhamento e Reaparelhamento das Unidades da Polícia Civil do RN	717.680
21131 - Instituto Técnico Científico de Perícia	**98.534.541**
210131 - Instituto Técnico Científico de Perícia	**98.534.541**
06 - Segurança Pública	98.534.541
122 - Administração Geral	98.534.541
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	13.667.686
2404 - Manutenção e Funcionamento	13.667.686
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	84.101.760
2270 - Encargos com Pessoal	84.101.760

1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	765.094
1033 - Aparelhamento e Informatização de Unidades do ITEP	503.283
1483 - Construção, Reforma e Ampliação de Unidades do ITEP	261.812
22000 - Secretaria de Estado da Tributação	**551.985.781**
220001 - Secretaria da Tributação	**253.287.898**
04 - Administração	253.287.898
122 - Administração Geral	253.287.898
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	253.287.898
2342 - Encargos com Pessoal	226.899.630
2501 - Manutenção e Funcionamento	20.380.320
2505 - Manutenção e Funcionamento das Sedes das Unidades Fiscais	60.000
4051 - Manutenção e Funcionamento das Fisc. Moveis e de Fronteiras	5.947.948
220102 - Encargos Gerais do Estado na Sec. de Fazenda do RN - SEFAZ	**293.849.357**
04 - Administração	12.110.501
129 - Administração de Receitas	12.110.501
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	12.110.501
4056 - Racionalização das Ações Administrativas e Financeiras do Erário Estadual	12.110.501
09 - Previdência Social	42.164.349
271 - Previdência Básica	42.164.349
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	42.164.349
4058 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	42.164.349
28 - Encargos Especiais	239.574.507
845 - Transferências	7.755.000
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	7.755.000
4061 - Transferências Especiais	7.755.000
846 - Outros Encargos Especiais	231.819.507
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	231.819.507
4062 - Despesas Determinadas por Sentenças Judiciárias	231.819.507
220131 - Fundo Estadual de Des. e Aperf. da Atividade Tributária	**462.805**
04 - Administração	462.805
122 - Administração Geral	462.805
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	462.805
3240 - Aprimoramento da gestão fazendária e transparência fiscal	128.331
3241 - Modernização da gestão e infraestrutura de TIC da SET/RN	331.845

3243 - Adequação dos ambientes de trabalho da SET/RN	2.630
220132 - Fundo Estadual de Incentivo à Cidadania Fiscal	**4.385.720**
04 - Administração	4.385.720
122 - Administração Geral	4.385.720
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	4.385.720
1580 - Campanha Educativa de Cidadania Fiscal	4.385.720
24000 - Secretaria de Estado da Saúde Pública	**2.590.604.092**
240131 - Fundo de Saúde do RN - FUSERN	**2.500.516.550**
10 - Saúde	2.500.516.550
121 - Planejamento e Orçamento	56.730
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	56.730
1016 - Coordenação e Operacionalização do Sist. de Planejamento e Gestão Estratégica e Participativa	56.730
122 - Administração Geral	1.436.131.484
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	48.234.562
2499 - Manutenção da frota de veículos da saúde	75.443
2584 - Manutenção e Funcionamento	48.159.119
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	1.387.896.922
2283 - Encargos com Pessoal	1.375.598.484
3252 - Enfrentamento do Coronavírus e Demais Síndromes Respiratórias Aguda Grave	12.298.438
125 - Normatização e Fiscalização	472.738
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	443.438
2042 - Fortalecimento do Controle Social do SUS	443.438
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	29.300
1491 - Reestruturação do Sistema Estadual de Auditoria do SUS	29.300
126 - Tecnologia da Informação	1.493.632
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	1.493.632
1242 - Modernização Administrativa, Gerencial e Tecnológica da SESAP	1.493.632
301 - Atenção Básica	745
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	745
2416 - Fortalecimento das Ações de Promoção da Saúde na Atenção Básica	745
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	997.115.857
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	10.695.333
2385 - Manutenção da Rede de Laboratórios	9.847.872
2417 - Fortalecimento das Ações de Vigilância e Atenção Integral à Saúde do Trabalhador	847.461

2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	986.420.524
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	33.708.467
1238 - Parcerias entre Entes Públicos	195.367.891
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	440.963.647
2383 - Manutenção do Centro de Reabilitação Infantil e Adulto	9.008.672
2384 - Manutenção da Rede de Serviços de Hematologia e Hemoterapia	21.160.449
2386 - Implementação e Manutenção do Complexo Estadual de Regulação	404.511
2387 - Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	28.034.545
2388 - Manutenção e Operacionalização do Serviço de Captação e Doação de Órgãos	481.435
2389 - Operacionalização dos Serviços Complementares de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e	232.691.653
2391 - Manutenção dos Serviços de Atenção Domiciliar	14.972.299
2392 - Manutenção dos Serviços de Acesso ao Tratamento Fora do Domicílio	4.915.748
2423 - Fortalecimento da Rede Psicossocial	232.571
3151 - Implantação das policlínicas regionais de saúde em parceria com municípios em gestão conso	962.806
3256 - Fundo de Incentivo Técnico Científico	3.515.831
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	53.896.976
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	53.896.976
2411 - Distribuição de Medicamentos, Produtos Nutricionais e Material Médico-Hospitalar	53.896.976
304 - Vigilância Sanitária	1.401.770
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.401.770
2414 - Fortalecimento e Operacionalização das Ações de Vigilância Sanitária	1.401.770
305 - Vigilância Epidemiológica	9.883.760
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	9.883.760
2412 - Fortalecimento da Política de Vigilância e Prevenção das IST/AIDS e Hepatites Virais	1.056.801
2413 - Integração e Operacionalização das Práticas de Promoção e Vigilância em Saúde	8.826.960
306 - Alimentação e Nutrição	62.858
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	62.858
2415 - Estruturação e Implementação de Ações de Alimentação e Nutrição	62.858
241312 - Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel	**23.482.135**
10 - Saúde	23.482.135
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23.482.135
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	23.482.135
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	53.658
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	23.428.477

241313 - Hospital Dr. José Pedro Bezerra	**15.118.199**
10 - Saúde	15.118.199
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.118.199
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	15.118.199
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	154.334
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	14.963.865
241314 - Hospital Colônia Dr. João Machado	**4.679.140**
10 - Saúde	4.679.140
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.679.140
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	4.679.140
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	97.010
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	4.582.130
241315 - Hospital Giselda Trigueiro	**5.827.261**
10 - Saúde	5.827.261
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.827.261
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	5.827.261
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	708.455
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	5.118.806
241316 - Hospital Regional Tarcísio Maia	**16.673.564**
10 - Saúde	16.673.564
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	16.673.564
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	16.673.564
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	1.905.034
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	14.768.530
241321 - Hospital Regional Dr. Cleodon Carlos de Andrade	**5.212.299**
10 - Saúde	5.212.299
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.212.299
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	5.212.299
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	96.750
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	5.115.549
241331 - Hospital Regional de Açu	**245.531**
10 - Saúde	245.531
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	245.531
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	245.531

1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	4.500
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	241.031
241334 - Hospital Maria Alice Fernandes	**7.670.916**
10 - Saúde	7.670.916
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.670.916
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	7.670.916
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	102.609
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	7.568.308
241337 - Hospital Regional Deoclécio Marques de Lucena	**11.178.499**
10 - Saúde	11.178.499
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.178.499
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	11.178.499
1102 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	371.131
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	10.807.368
25000 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	**149.630.422**
250001 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	**136.665.261**
04 - Administração	123.132.134
122 - Administração Geral	123.132.134
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	123.132.134
3262 - Gestão de parcerias público privadas	123.132.134
26 - Transporte	13.533.127
122 - Administração Geral	13.533.127
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	13.335.502
2345 - Encargos com Pessoal	7.766.369
2648 - Manutenção e Funcionamento	5.569.133
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	197.625
3099 - Capacitar e aperfeiçoar as equipes técnicas e administrativas	197.625
250131 - Fundo de Des. de Transportes e Obras do RN - FDTO	**12.965.161**
26 - Transporte	12.671.908
122 - Administração Geral	5.922.012
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	5.922.012
2746 - Apoio e Execução das Atividades Operacionais do FDTO	5.841.138
3101 - Operacionalizar atividades do FDTO	80.874
781 - Transporte Aéreo	2.512.488

4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	2.512.488
3110 - Serviços de recuperação e adequação do aeroporto Dix-Sept Rosado em Mossoró e dos aeródromos	2.512.488
782 - Transporte Rodoviário	4.237.408
2009 - VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO	4.169.815
1975 - Construção e Restauração de Pavimentação e de Rede de Drenagem de Águas Pluviais	4.169.815
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	67.593
1159 - Construção, Reforma e Operacionalização de Terminais Rodoviários	67.593
27 - Desporto e Lazer	293.252
813 - Lazer	293.252
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	293.252
1279 - Construção e Operacionalização de Estrutura de Esporte e Lazer	293.252
25201 - Departamento de Estradas de Rodagem	**70.304.619**
252011 - Departamento de Estradas de Rodagem	**70.304.619**
26 - Transporte	70.304.619
122 - Administração Geral	18.327.980
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	18.315.772
2346 - Encargos com Pessoal	14.087.497
2684 - Manutenção e Funcionamento	4.228.274
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	12.208
1839 - Aparelhamento e Reaparelhamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem	12.208
126 - Tecnologia da Informação	16.806
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	16.806
1267 - Modernização Tecnológica do DER	16.806
451 - Infraestrutura Urbana	3.064.260
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	3.064.260
1955 - Programa de Infraestrutura de Transporte Coletivo Urbano	3.064.260
453 - Transportes Coletivos Urbanos	1.514.009
2010 - VIVER MELHOR: MOBILIDADE	1.514.009
3321 - Assistência Financeira ao transporte público coletivo	1.514.009
782 - Transporte Rodoviário	47.362.891
2010 - VIVER MELHOR: MOBILIDADE	67.074
1070 - Construção, Conservação e Ampliação de Infraestrutura Física - STIP	67.074
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	47.277.148
1686 - Construção de Trechos Rodoviários	6.035.014

1690 - Restauração de Trechos Rodoviários	1.573.873
1693 - Conservação de Rodovias	39.557.409
1694 - Elaboração de Estudos e Projetos para Restauração de Obras Viárias	110.851
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	18.668
1273 - Modernização Administrativa e Tecnológica do STIP	18.668
846 - Outros Encargos Especiais	18.674
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	18.674
2685 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	18.674
25203 - Departamento Estadual de Trânsito	**135.451.539**
252031 - Departamento Estadual de Trânsito	**135.451.539**
26 - Transporte	135.451.539
122 - Administração Geral	120.349.404
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	69.467.350
2474 - Manutenção e Funcionamento	69.467.350
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	49.346.020
1905 - Implementação do Processo de Inovação Organizacional	1.930.440
2347 - Encargos com Pessoal	47.415.580
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.536.033
1029 - Reestruturação Física do DETRAN	449.083
1826 - Reaparelhamento do DETRAN	1.041.420
1907 - Realização de Eventos	45.530
126 - Tecnologia da Informação	9.720.867
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	9.720.867
1827 - Modernização da Tecnologia da Informação	9.720.867
128 - Formação de Recursos Humanos	325.246
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	325.246
1485 - Educação para o Trânsito	177.253
1906 - Valorização do Servidor	147.993
181 - Policiamento	3.898.153
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	3.898.153
1266 - Fiscalização do Trânsito	3.898.153
782 - Transporte Rodoviário	465.966
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	465.966
1908 - Melhoria da Sinalização e do Sistema Viário	465.966

846 - Outros Encargos Especiais	691.903
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	691.903
2475 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	691.903
25204 - Agência Reguladora de Serviços Públicos	**4.929.672**
252041 - Agência Reguladora de Serviços Públicos	**4.929.672**
04 - Administração	4.929.672
122 - Administração Geral	4.837.043
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.837.043
2348 - Encargos com Pessoal	2.836.351
2753 - Manutenção e Funcionamento	2.000.692
125 - Normatização e Fiscalização	25.280
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	25.280
1118 - Elaboração de Estudos	17.140
2214 - Desenvolvimento da Fiscalização	8.140
128 - Formação de Recursos Humanos	67.349
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	67.349
1011 - Participação em Eventos de Aperfeiçoamento Técnico	67.349
26000 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social	**147.437.542**
260001 - Secretaria de Estado do Trabalho Habitação e Assistência Social	**12.551.097**
08 - Assistência Social	12.551.097
122 - Administração Geral	10.653.988
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	10.653.988
2074 - Preservação do Patrimônio Público	4.800
2349 - Encargos com Pessoal	8.537.357
2758 - Manutenção e Funcionamento	2.111.831
244 - Assistência Comunitária	1.334.102
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	1.220.000
2306 - Apoio Financeiro a Instituições Privadas de Caráter Assistencial	1.220.000
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	114.102
1325 - Fortalecimento Social com Foco na Inclusão Produtiva	96.277
1371 - Inclusão Social e Produtiva para o Combate à Pobreza	17.825
333 - Empregabilidade	11.405
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	11.405
1194 - Expansão e Operacionalização de Posto de Atendimento do SINE/RN	11.405

334 - Fomento ao Trabalho	551.602
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	280.000
1181 - Qualificação Social e Profissional	280.000
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	271.602
1189 - Desenvolvimento do Artesanato	271.602
260132 - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	**134.886.445**
08 - Assistência Social	134.886.445
122 - Administração Geral	5.147.191
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.147.191
4044 - Manutenção e funcionamento	5.147.191
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	32.152
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	32.152
3306 - Assistência aos órfãos	32.152
244 - Assistência Comunitária	8.016.850
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	8.016.850
1122 - Cofinanciamento dos Níveis de Proteção Social Básica e Especial da Assistência Social	100.000
1158 - Elaboração de Estudos e Projetos	478.605
1368 - Implantação de Estrutura Regional da Assistência Social	2.655.375
1369 - Fortalecimento do Apoio Institucional	25.550
1386 - Fortalecimento das Ações do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	159.785
1555 - Viabilização de Programas e Projetos Especiais	536.605
1941 - Programa Transporte Cidadão	63.927
2258 - Fortalecimento dos Programas e Serviços da Assistência Social	889.005
3311 - Implantação e manutenção do cofinanciamento da Proteção Social	3.107.500
3315 - Manutenção do Programa de ações estratégicas de erradicação do Trabalho infantil - AEPETI	500
306 - Alimentação e Nutrição	121.682.652
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	121.682.652
1308 - Programa do Leite	71.767.268
1937 - Programa Restaurante Popular	37.973.756
1939 - Programa Café do Trabalhador	11.561.913
2053 - Suplementação Alimentar	379.715
334 - Fomento ao Trabalho	7.600
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	7.600
2362 - Desenvolvimento do Artesanato Potiguar	7.600

26202 - Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do RN-FUNDASE	**48.340.273**
262021 - Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do RN- FUNDASE	**48.340.273**
14 - Direitos da Cidadania	48.340.273
122 - Administração Geral	42.119.003
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	42.119.003
2350 - Encargos com Pessoal	39.846.243
2900 - Manutenção e Funcionamento	2.272.760
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	6.221.270
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	77.452
1313 - Aparelhamento e Reaparelhamento de Unidade de Atendimento	12.750
2481 - Reestruturar o sistema de segurança	64.702
3007 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	6.143.818
1161 - Programa de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente	6.143.818
26203 - Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano	**6.833.962**
262032 - Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano	**6.833.962**
16 - Habitação	6.833.962
122 - Administração Geral	3.164.638
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.164.638
2351 - Encargos com Pessoal	1.553.965
2907 - Manutenção e Funcionamento	1.610.673
244 - Assistência Comunitária	3.669.324
2008 - VIVER MELHOR: DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	3.669.324
1862 - Moradia Cidadã Legal	3.538.110
1867 - Habitação de Interesse Social	131.214
27000 - Sec. de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	**73.943.314**
270001 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	**67.382.486**
18 - Gestão Ambiental	67.382.486
122 - Administração Geral	10.089.521
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	9.792.674
1076 - Reequipamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	259.411
2352 - Encargos com Pessoal	8.023.593
2841 - Manutenção e Funcionamento	1.509.671
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	296.847
1116 - Melhoria das Instalações Físicas	277.632

1347 - Fortalecimento Institucional da SEMARH	19.215
128 - Formação de Recursos Humanos	47.995
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	47.995
2257 - Capacitação de Pessoal	47.995
544 - Recursos Hídricos	57.244.970
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	57.244.970
1175 - Construção, Ampliação e Recuperação de Barragens e Açudes	56.487.115
1565 - Incentivo à Criação e Implementação de Comitês de Bacias Hidrográficas	492.894
1933 - Construção, Ampliação e Recuperação de Canais	264.961
270131 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNERH	**6.560.828**
18 - Gestão Ambiental	6.560.828
126 - Tecnologia da Informação	109.675
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	109.675
1372 - Sistema de Informação de Recursos Hídricos	109.675
128 - Formação de Recursos Humanos	1.479.276
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	1.479.276
1364 - Treinamento e Capacitação em Recursos Hídricos	1.479.276
544 - Recursos Hídricos	4.971.878
2009 - VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO	356.903
1557 - Elaboração de Estudos e Projetos de Saneamento Básico	332.407
1569 - Execução de Sistemas de Aterros Sanitários Regionais	24.496
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	16.450
1132 - Instalação de Dessalinizadores	16.450
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	4.598.525
1012 - Elaboração de Estudos, Planos e Projetos	24.744
1078 - Perfuração de Poços em Pequenas Comunidades	90.325
1079 - Construção e Instalação de Poços Tubulares em Pequenas Comunidades	3.768.476
1141 - Recuperação e Manutenção de Dessalinizadores	50.364
1355 - Programa Água Doce	564.303
1362 - Educação, Divulgação e Gestão Participativa	51.037
1365 - Recuperação, Limpeza e Teste de Poços	16.380
2261 - Monitoramento e Fiscalização na Área de Recursos Hídricos	32.896
27202 - Instituto de Gestão das Águas do RN	**3.637.370**
272020 - Instituto de Gestão das Águas do Estado do RN	**3.637.370**

18 - Gestão Ambiental	3.637.370
122 - Administração Geral	2.748.510
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	2.748.510
2013 - Manutenção e Funcionamento	1.484.924
2355 - Encargos com Pessoal	1.263.586
128 - Formação de Recursos Humanos	10.890
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	10.890
2044 - Participação em Eventos de Aperfeiçoamento Técnico-Administrativo	10.890
544 - Recursos Hídricos	877.970
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	877.970
1397 - Promoção de Eventos sobre Recursos Hídricos	73.030
1565 - Incentivo à Criação e Implementação de Comitês de Bacias Hidrográficas	60.000
1646 - Desenvolvimento de Estudos, Projetos e Pesquisas	351.333
2030 - Monitoramento Qualiquantitativo dos Recursos Hídricos	141.190
2031 - Outorga e Dispensa pelo Direito do Uso dos Recursos Hídricos	15.020
2032 - Fiscalização do Uso dos Recursos Hídricos	59.415
2097 - Implantação e Operacionalização do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos	177.982
27203 - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN	**72.709.999**
272031 - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente	**72.709.999**
18 - Gestão Ambiental	72.709.999
122 - Administração Geral	69.196.121
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	57.161.572
2092 - Preservação do Patrimônio Público	689.315
2329 - Manutenção e Funcionamento	27.047.357
2356 - Encargos com Pessoal	29.424.900
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	12.034.549
1403 - Fortalecimento Institucional do IDEMA	11.650.180
1843 - Aparelhamento e Reaparelhamento do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambient	38.739
1848 - Apoio à Realização de Eventos	345.630
128 - Formação de Recursos Humanos	66.475
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	66.475
1408 - Aperfeiçoamento e Capacitação do Corpo Técnico	66.475
541 - Preservação e Conservação Ambiental	293.785
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	293.785

1055 - Educação Ambiental nas Unidades de Conservação	293.785
542 - Controle Ambiental	1.336.618
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	1.336.618
1063 - Avaliação da Qualidade das Águas	499.565
1067 - Monitoramento da Cobertura Vegetal	823.380
1497 - Monitoramento da Cobertura Vegetal e da Ocupação Humana na Reserva de Desenvolvimento Sustentável	13.673
543 - Recuperação de Áreas Degradadas	817.000
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	817.000
1058 - Recuperação de Áreas Degradadas	817.000
846 - Outros Encargos Especiais	1.000.000
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.000.000
2379 - Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público	1.000.000
28000 - Secretaria de Estado do Turismo	**7.486.827**
280001 - Secretaria do Turismo	**7.486.827**
23 - Comércio e Serviços	7.486.827
122 - Administração Geral	5.562.135
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.562.135
2357 - Encargos com Pessoal	4.474.841
2977 - Manutenção e Funcionamento	1.087.295
128 - Formação de Recursos Humanos	20.597
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	20.597
1331 - Desenvolvimento e Capacitação de Recursos Humanos	20.597
392 - Difusão Cultural	994.244
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	994.244
1285 - Desenvolvimento e Conservação do Patrimônio Histórico Cultural	994.244
695 - Turismo	909.851
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	909.851
1377 - Elaboração, Implantação e Consolidação dos Roteiros Turísticos	600.000
1487 - Apoio às Instâncias de Governança	214.851
1613 - Elaboração de Estudos, Projetos e Pesquisas	95.000
28202 - Empresa Potiguar de Promoção Turística	**14.954.109**
282022 - Empresa Potiguar de Promoção Turística	**14.954.109**
18 - Gestão Ambiental	3.098.445
122 - Administração Geral	3.098.445

4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	3.098.445
1043 - Interface com Organizações Governamentais e Não Governamentais	3.098.445
23 - Comércio e Serviços	11.855.664
122 - Administração Geral	5.807.949
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.807.949
2358 - Encargos com Pessoal	2.524.736
2984 - Manutenção e Funcionamento	3.283.212
695 - Turismo	6.047.716
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	6.047.716
3024 - Apoio e parceria com as entidades turísticas do RN	50.000
3025 - Desenvolver os segmentos do turismo do Rio Grande do Norte	1.639.998
3030 - Campanhas de marketing do turismo do RN no âmbito Nacional	862.636
3032 - Desenvolver e adquirir produtos, brindes e folheteria para distribuição	53.010
3070 - Participação em eventos no âmbito Nacional	2.518.339
3071 - Captação e coordenação de eventos e festivais	350.000
3074 - Implementação do observatório do turismo	573.733
31000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar	**17.364.854**
310001 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar	**13.350.030**
20 - Agricultura	13.350.030
122 - Administração Geral	5.777.942
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.777.942
2359 - Encargos com Pessoal	3.975.399
2989 - Manutenção e Funcionamento	1.802.543
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3.952.224
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	3.952.224
3178 - Aporte financeiro ao programa garantia safra	3.952.224
511 - Saneamento Básico Rural	38.675
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	38.675
3198 - Implementar tecnologias sociais de uso de reuso de água voltadas para a produção nos quint	38.675
541 - Preservação e Conservação Ambiental	506.395
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	506.395
3175 - Aquisição e distribuição de sementes crioulas	506.395
605 - Abastecimento	80.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	80.000

3162 - Desenvolvimento e manutenção de uma plataforma para gestão d PECAFES	80.000
606 - Extensão Rural	2.765.794
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	2.765.794
3167 - Apoiar processos de certificação agroecológica organiza junto a agricultura familiar	34.312
3171 - Investimento em sistema de produção familiar em tecnologias sociais de base agroecológica	178.605
3172 - Apoio e fomento às ações produtivas de base agroecológica das áreas rurais e urbanas	357.000
3176 - Realizar estudos, pesquisas, produção e divulgação de materiais diversos	17.600
3184 - Realizar eventos diversos	708.907
3192 - Realizar contratação de entidade prestadora de serviços de ATER	1.469.370
608 - Promoção da Produção Agropecuária	100.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	100.000
3160 - Fomento e crédito para apoio produtivo, agroindustrial e logística das cooperativas	100.000
661 - Promoção Industrial	104.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	104.000
3159 - Implantação de infraestrutura produtiva, agroindustrial e logística	104.000
692 - Comercialização	25.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	25.000
3166 - Realizar feiras territoriais e estadual da agricultura familiar	25.000
310131 - Fundos de Terras - FUNTERN	**4.014.824**
20 - Agricultura	4.014.824
631 - Reforma Agrária	4.014.824
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	4.014.824
1059 - Cadastro de Terras e Regularização Fundiária	1.057.232
1631 - Implantação de Infraestrutura Produtiva e Social	2.957.591
31202 - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	**34.127.507**
312021 - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	**34.127.507**
20 - Agricultura	34.127.507
122 - Administração Geral	25.586.436
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	25.586.436
2434 - Manutenção e funcionamento	4.143.173
2435 - Encargos com pessoal	21.443.263
128 - Formação de Recursos Humanos	356.500
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	356.500
1947 - Desenvolvimento de Recursos Humanos	356.500

606 - Extensão Rural	8.184.571
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	8.184.571
1948 - Modernização e Gestão da Estrutura Organizacional	1.165.709
1953 - Assistência Técnica e Extensão Rural Sustentável e Educação no Campo	270.833
1954 - Segurança Alimentar e Nutricional	6.176.211
3045 - Aparelhamento e reaparelhamento do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	255.922
3192 - Realizar contratação de entidade prestadora de serviços de ATER	315.897
32000 - Corpo de Bombeiros Militar	**152.782.365**
320001 - Corpo de Bombeiros Militar do RN	**117.845.768**
06 - Segurança Pública	117.845.768
122 - Administração Geral	85.070.905
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	8.525.341
2010 - Manutenção e Funcionamento	8.525.341
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	76.545.564
2027 - Encargos com Pessoal	76.545.564
274 - Previdência Especial	32.774.864
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	32.774.864
4043 - Encargos com Pessoal Inativo e Pensionista da CBM	32.774.864
320131 - Fundo Especial de Reaparelhamento do CBM - FUNREBOM	**34.936.597**
04 - Administração	96.000
128 - Formação de Recursos Humanos	96.000
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	96.000
2142 - Capacitação de Recursos Humanos	96.000
06 - Segurança Pública	34.840.597
128 - Formação de Recursos Humanos	663.406
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	663.406
1104 - Formação, Requalificação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos	663.406
182 - Defesa Civil	34.177.191
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	12.298.237
2121 - Manutenção e Funcionamento das Unidades Operacionais e Administrativas do CBM/RN	12.298.237
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	21.878.954
1089 - Aparelhamento de Unidades do Corpo de Bombeiros Militar	1.138.475
1914 - Aquisição de Viaturas	19.000.942
3125 - Construção e Reforma de Unidades do Corpo de Bombeiros do RN	1.739.537

34000 - Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	**291.787.971**
340001 - Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	**192.493.752**
06 - Segurança Pública	967
122 - Administração Geral	967
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	967
4007 - Gestão das Diárias Operacionais da SEAP	967
14 - Direitos da Cidadania	192.492.785
122 - Administração Geral	192.492.785
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	19.656.447
2440 - Manutenção e Funcionamento	19.656.447
1004 - GESTÃO E MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	172.836.338
2438 - Encargos com Pessoal	172.836.338
340132 - Fundo Penitenciário do Estado do RN	**99.294.220**
04 - Administração	25.740
122 - Administração Geral	25.740
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	25.740
2073 - Preservação do Patrimônio Público	25.740
10 - Saúde	107.181
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	107.181
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	107.181
2382 - Manutenção das Unidades Hospitalares	107.181
14 - Direitos da Cidadania	99.161.298
122 - Administração Geral	1.633.470
1004 - GESTÃO E MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	1.633.470
3002 - Ampliação da Frota de Veículos para o sistema Penitenciário	1.633.470
421 - Custódia e Reintegração Social	97.527.828
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	39.084.516
2448 - Manutenção e Funcionamento do Sistema Penitenciário	39.084.516
1004 - GESTÃO E MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	58.443.312
2410 - Atendimento à População Carcerária	41.775.779
2443 - Acompanhamento e Fiscalização na Aplicação de Penas Alternativas	7.950.336
3004 - Reforma, Ampliação e Recuperação de Unidade Penal	7.279.672
3005 - Aparelhamento e Reaparelhamento de Unidades Penais	1.367.089
3047 - Atender às Ações de Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade	70.437

35000 - Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humano	**7.224.987**
350001 - Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humano	**6.996.041**
14 - Direitos da Cidadania	6.996.041
122 - Administração Geral	5.339.348
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.339.348
2445 - Encargos com Pessoal	4.334.805
2446 - Manutenção e Funcionamento	1.004.543
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.656.693
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	22.854
2489 - Manutenção do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente	22.854
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	1.633.839
2490 - Participação, promoção e organização de seminários, cursos e módulos formativos	182.191
2491 - Realização e apoio em Conferências	93.525
3050 - Criação e Estruturação de um canal de Atendimentos de denúncias	1.358.122
350131 - Fundo Estadual da Defesa do Direito do Consumidor - FEDDC	**228.946**
14 - Direitos da Cidadania	228.946
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	228.946
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	143.481
4047 - Manutenção e Funcionamento da Coordenadoria do PROCON RN	143.481
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	85.465
3157 - Realização de visita técnica a estados ou municípios que possuem Fórum em atividade	78.425
4049 - Apoio e organização de cursos e seminários sobre Direito do Consumidor	7.040
TOTAL	**19.486.967.054**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
01 - Legislativa	**566.972.257**
031 - Ação Legislativa	20.720.665
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	19.008
3008 - DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PARLAMENTAR	9.628.556
3009 - PROGRAMA EDUCACIONAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	856.299
5004 - FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA	10.216.802
032 - Controle Externo	2.580.745
5005 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE EXTERNO	2.580.745
122 - Administração Geral	539.499.338
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	539.499.338
126 - Tecnologia da Informação	4.002.900
5004 - FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA	4.002.900
181 - Policiamento	168.608
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	168.608
02 - Judiciária	**1.307.032.741**
061 - Ação Judiciária	11.083.085
3011 - JUDICIÁRIO	11.083.085
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	5.839.216
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	505.870
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	5.333.346
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	3.254.739
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.254.739
121 - Planejamento e Orçamento	15.303
3011 - JUDICIÁRIO	15.303

122 - Administração Geral	1.271.542.645
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.250.084.537
3011 - JUDICIÁRIO	17.734.418
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	3.723.690
126 - Tecnologia da Informação	12.786.756
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	12.786.756
128 - Formação de Recursos Humanos	2.510.997
3011 - JUDICIÁRIO	2.376.756
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	134.241
03 - Essencial à Justiça	**500.615.157**
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	4.501.124
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.501.124
091 - Defesa da Ordem Jurídica	20.999.704
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	8.079.102
3010 - DEFESA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA SOCIEDADE	12.920.602
122 - Administração Geral	473.089.619
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	473.089.619
126 - Tecnologia da Informação	1.861.611
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	1.861.611
128 - Formação de Recursos Humanos	163.100
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	163.100
04 - Administração	**770.698.332**
122 - Administração Geral	613.676.971
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	402.950.023
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	4.385.720
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	20.235.320
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	123.132.134
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	252.500
4012 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO ECONÔMICA - PROJETO GOVERNO CIDADÃO	15.982.449
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	24.045.814
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	22.693.010
124 - Controle Interno	18.466
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	14.510
5003 - OUVIR PARA GOVERNAR	3.956

125 - Normatização e Fiscalização	25.280
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	25.280
126 - Tecnologia da Informação	3.386.071
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.418.761
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	1.932.601
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	34.708
128 - Formação de Recursos Humanos	8.232.708
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.197.887
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	67.349
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	2.967.472
129 - Administração de Receitas	33.128.847
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	33.128.847
244 - Assistência Comunitária	50.061
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	50.061
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.729.515
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.729.515
846 - Outros Encargos Especiais	110.450.413
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	110.450.413
06 - Segurança Pública	**2.429.014.654**
122 - Administração Geral	1.533.406.843
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	144.597.371
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	959.651.260
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	1.440.768
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	427.717.445
126 - Tecnologia da Informação	3.666.710
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	3.666.710
128 - Formação de Recursos Humanos	7.016.211
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	3.922.031
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	3.094.180
181 - Policiamento	72.346.781
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	53.710.313
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	5.278.502
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	7.374.655
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	5.983.312

182 - Defesa Civil	34.177.191
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	12.298.237
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	21.878.954
183 - Informação e Inteligência	5.438
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	5.438
274 - Previdência Especial	778.395.479
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	778.395.479
08 - Assistência Social	**147.437.542**
122 - Administração Geral	15.801.179
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	15.801.179
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	32.152
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	32.152
244 - Assistência Comunitária	9.350.952
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	9.236.850
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	114.102
306 - Alimentação e Nutrição	121.682.652
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	121.682.652
333 - Empregabilidade	11.405
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	11.405
334 - Fomento ao Trabalho	559.202
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	280.000
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	279.202
09 - Previdência Social	**6.161.792.022**
122 - Administração Geral	19.444.559
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	18.872.675
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	571.883
128 - Formação de Recursos Humanos	66.423
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	66.423
271 - Previdência Básica	42.164.349
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	42.164.349
272 - Previdência do Regime Estatutário	5.967.397.450
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	5.967.397.450
274 - Previdência Especial	132.719.240
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	132.719.240

10 - Saúde	**2.600.390.944**
121 - Planejamento e Orçamento	56.730
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	56.730
122 - Administração Geral	1.440.841.989
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	52.945.067
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	1.387.896.922
125 - Normatização e Fiscalização	472.738
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	443.438
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	29.300
126 - Tecnologia da Informação	1.493.632
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	1.493.632
301 - Atenção Básica	745
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	745
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.092.279.747
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.697.365
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	482.445
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	10.695.333
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	1.079.404.604
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	53.896.976
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	53.896.976
304 - Vigilância Sanitária	1.401.770
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.401.770
305 - Vigilância Epidemiológica	9.883.760
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	9.883.760
306 - Alimentação e Nutrição	62.858
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	62.858
12 - Educação	**2.940.475.116**
122 - Administração Geral	1.182.398.212
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	90.192.803
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	1.088.590.984
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.003.204
3007 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	2.611.222
306 - Alimentação e Nutrição	49.286.837
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	49.286.837

361 - Ensino Fundamental	528.297.079
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	136.743.632
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	391.553.447
362 - Ensino Médio	596.552.459
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	153.156.427
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	443.396.032
363 - Ensino Profissional	69.911.483
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	69.911.483
364 - Ensino Superior	10.730.317
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	10.730.317
366 - Educação de Jovens e Adultos	430.723.461
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	470.313
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	430.253.147
367 - Educação Especial	19.251.653
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	7.092.236
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	12.159.417
368 - Educação Básica	47.164.920
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	47.164.920
813 - Lazer	6.158.695
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	6.158.695
13 - Cultura	**74.019.975**
122 - Administração Geral	30.531.453
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	30.531.453
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	700.000
2005 - JANELA DE OPORTUNIDADES: CULTURA, ESPORTE E LAZER	700.000
392 - Difusão Cultural	42.788.523
2005 - JANELA DE OPORTUNIDADES: CULTURA, ESPORTE E LAZER	42.788.523
14 - Direitos da Cidadania	**347.235.343**
122 - Administração Geral	241.584.606
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	67.114.799
1004 - GESTÃO E MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	174.469.808
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	6.221.270
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	77.452
3007 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	6.143.818

421 - Custódia e Reintegração Social	97.527.828
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	39.084.516
1004 - GESTÃO E MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	58.443.312
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.901.639
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	166.335
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	1.735.304
16 - Habitação	**6.833.962**
122 - Administração Geral	3.164.638
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.164.638
244 - Assistência Comunitária	3.669.324
2008 - VIVER MELHOR: DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	3.669.324
18 - Gestão Ambiental	**153.401.328**
122 - Administração Geral	85.132.597
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	69.702.755
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	15.429.841
126 - Tecnologia da Informação	109.675
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	109.675
128 - Formação de Recursos Humanos	1.604.636
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	1.604.636
541 - Preservação e Conservação Ambiental	293.785
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	293.785
542 - Controle Ambiental	1.336.618
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	1.336.618
543 - Recuperação de Áreas Degradadas	817.000
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	817.000
544 - Recursos Hídricos	63.107.018
2009 - VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO	356.903
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	16.450
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	62.733.665
846 - Outros Encargos Especiais	1.000.000
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.000.000
19 - Ciência e Tecnologia	**8.904.752**
122 - Administração Geral	1.270.033
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.270.033

128 - Formação de Recursos Humanos	206.230
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	206.230
571 - Desenvolvimento Científico	738.529
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	738.529
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	6.689.960
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	6.689.960
20 - Agricultura	**145.306.725**
122 - Administração Geral	92.543.935
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	91.694.112
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	275.163
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	574.660
125 - Normatização e Fiscalização	365.000
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	365.000
128 - Formação de Recursos Humanos	356.500
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	356.500
306 - Alimentação e Nutrição	70.816
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	70.816
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3.952.224
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	3.952.224
511 - Saneamento Básico Rural	38.675
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	38.675
541 - Preservação e Conservação Ambiental	506.395
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	506.395
542 - Controle Ambiental	12.380
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	12.380
571 - Desenvolvimento Científico	262.591
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	262.591
605 - Abastecimento	511.212
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	511.212
606 - Extensão Rural	10.950.366
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	10.950.366
608 - Promoção da Produção Agropecuária	31.415.695
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	748.470
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	170.000

4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	30.497.225
609 - Defesa Agropecuária	177.113
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	177.113
631 - Reforma Agrária	4.014.824
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	4.014.824
661 - Promoção Industrial	104.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	104.000
692 - Comercialização	25.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	25.000
22 - Indústria	**3.273.357**
571 - Desenvolvimento Científico	685.264
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	685.264
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	312.000
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	312.000
661 - Promoção Industrial	522.900
4007 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS	522.900
691 - Promoção Comercial	1.753.193
4007 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS	1.753.193
23 - Comércio e Serviços	**41.294.990**
122 - Administração Geral	32.953.270
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	31.616.499
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	1.292.901
4008 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: COMÉRCIO E SERVIÇOS	13.860
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	30.010
128 - Formação de Recursos Humanos	20.597
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	20.597
392 - Difusão Cultural	994.244
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	994.244
691 - Promoção Comercial	170.850
4008 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: COMÉRCIO E SERVIÇOS	170.850
695 - Turismo	6.957.567
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	6.957.567
846 - Outros Encargos Especiais	198.462
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	198.462

24 - Comunicações	**29.671.373**
122 - Administração Geral	6.516.277
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	6.505.927
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	10.350
131 - Comunicação Social	23.155.096
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	51.237
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	23.103.859
25 - Energia	**474.433**
751 - Conservação de Energia	474.433
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	474.433
26 - Transporte	**239.116.212**
122 - Administração Geral	159.050.598
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	102.036.699
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	5.922.012
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	49.346.020
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.745.866
126 - Tecnologia da Informação	9.737.673
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	9.720.867
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	16.806
128 - Formação de Recursos Humanos	5.787.406
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	5.787.406
181 - Policiamento	4.672.937
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	4.672.937
451 - Infraestrutura Urbana	3.064.260
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	3.064.260
453 - Transportes Coletivos Urbanos	1.514.009
2010 - VIVER MELHOR: MOBILIDADE	1.514.009
781 - Transporte Aéreo	2.512.488
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	2.512.488
782 - Transporte Rodoviário	52.066.264
2009 - VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO	4.169.815
2010 - VIVER MELHOR: MOBILIDADE	67.074
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	47.810.707
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	18.668

846 - Outros Encargos Especiais	710.576
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	710.576
27 - Desporto e Lazer	**520.307**
812 - Desporto Comunitário	227.055
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	227.055
813 - Lazer	293.252
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	293.252
28 - Encargos Especiais	**1.012.485.530**
843 - Serviço da Dívida Interna	237.554.306
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	237.554.306
844 - Serviço da Dívida Externa	196.552.540
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	196.552.540
845 - Transferências	19.410.000
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	19.410.000
846 - Outros Encargos Especiais	558.968.685
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	558.968.685
TOTAL	**19.486.967.054**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
01 - Legislativa	**566.951.649**	**20.608**	**566.972.257**
031 - Ação Legislativa	20.701.657	19.008	20.720.665
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	-	19.008	19.008
3008 - DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PARLAMENTAR	9.628.556	-	9.628.556
3009 - PROGRAMA EDUCACIONAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	856.299	-	856.299
5004 - FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA	10.216.802	-	10.216.802
032 - Controle Externo	2.579.145	1.600	2.580.745
5005 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE EXTERNO	2.579.145	1.600	2.580.745
122 - Administração Geral	539.499.338	-	539.499.338
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	539.499.338	-	539.499.338
126 - Tecnologia da Informação	4.002.900	-	4.002.900
5004 - FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA	4.002.900	-	4.002.900
181 - Policiamento	168.608	-	168.608
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	168.608	-	168.608
02 - Judiciária	**1.212.198.366**	**94.834.375**	**1.307.032.741**
061 - Ação Judiciária	8.894.159	2.188.926	11.083.085
3011 - JUDICIÁRIO	8.894.159	2.188.926	11.083.085
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	3.956.859	1.882.357	5.839.216
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	505.870	-	505.870
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	3.450.990	1.882.357	5.333.346
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	3.254.739	-	3.254.739
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.254.739	-	3.254.739
121 - Planejamento e Orçamento	-	15.303	15.303

3011 - JUDICIÁRIO	-	15.303	15.303
122 - Administração Geral	1.189.895.281	81.647.363	1.271.542.645
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.188.175.239	61.909.299	1.250.084.537
3011 - JUDICIÁRIO	544.315	17.190.103	17.734.418
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.175.728	2.547.961	3.723.690
126 - Tecnologia da Informação	4.767.465	8.019.290	12.786.756
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.767.465	8.019.290	12.786.756
128 - Formação de Recursos Humanos	1.429.862	1.081.135	2.510.997
3011 - JUDICIÁRIO	1.429.862	946.895	2.376.756
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	-	134.241	134.241
03 - Essencial à Justiça	**487.012.940**	**13.602.218**	**500.615.157**
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	4.489.749	11.374	4.501.124
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.489.749	11.374	4.501.124
091 - Defesa da Ordem Jurídica	7.488.728	13.510.976	20.999.704
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	-	8.079.102	8.079.102
3010 - DEFESA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA SOCIEDADE	7.488.728	5.431.874	12.920.602
122 - Administração Geral	473.089.619	-	473.089.619
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	473.089.619	-	473.089.619
126 - Tecnologia da Informação	1.861.611	-	1.861.611
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	1.861.611	-	1.861.611
128 - Formação de Recursos Humanos	83.233	79.867	163.100
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	83.233	79.867	163.100
04 - Administração	**574.726.004**	**195.972.328**	**770.698.332**
122 - Administração Geral	427.911.300	185.765.671	613.676.971
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	402.868.056	81.967	402.950.023
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	365.406	4.020.314	4.385.720
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	-	20.235.320	20.235.320
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	-	123.132.134	123.132.134
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	-	252.500	252.500
4012 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO ECONÔMICA - PROJETO GOVERNO CIDADÃO	-	15.982.449	15.982.449
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	24.045.814	-	24.045.814
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	632.024	22.060.986	22.693.010
124 - Controle Interno	18.466	-	18.466
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	14.510	-	14.510

5003 - OUVIR PARA GOVERNAR	3.956	-	3.956
125 - Normatização e Fiscalização	25.280	-	25.280
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	25.280	-	25.280
126 - Tecnologia da Informação	3.386.071	-	3.386.071
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.418.761	-	1.418.761
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	1.932.601	-	1.932.601
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	34.708	-	34.708
128 - Formação de Recursos Humanos	59.249	8.173.459	8.232.708
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	-	5.197.887	5.197.887
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	59.249	8.100	67.349
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	-	2.967.472	2.967.472
129 - Administração de Receitas	33.128.847	-	33.128.847
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	33.128.847	-	33.128.847
244 - Assistência Comunitária	50.061	-	50.061
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	50.061	-	50.061
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.729.515	-	1.729.515
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.729.515	-	1.729.515
846 - Outros Encargos Especiais	108.417.216	2.033.197	110.450.413
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	108.417.216	2.033.197	110.450.413
06 - Segurança Pública	**2.149.486.934**	**279.527.720**	**2.429.014.654**
122 - Administração Geral	1.480.780.878	52.625.965	1.533.406.843
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	140.943.471	3.653.900	144.597.371
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	959.651.260	-	959.651.260
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	675.674	765.094	1.440.768
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	379.510.474	48.206.970	427.717.445
126 - Tecnologia da Informação	134.971	3.531.739	3.666.710
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	134.971	3.531.739	3.666.710
128 - Formação de Recursos Humanos	17.425	6.998.787	7.016.211
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	-	3.922.031	3.922.031
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	17.425	3.076.755	3.094.180
181 - Policiamento	60.198.712	12.148.069	72.346.781
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	53.710.313	-	53.710.313
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	5.129.099	149.403	5.278.502
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	723.461	6.651.194	7.374.655

1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	635.839	5.347.473	5.983.312
182 - Defesa Civil	300.000	33.877.191	34.177.191
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	300.000	11.998.237	12.298.237
1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	-	21.878.954	21.878.954
183 - Informação e Inteligência	-	5.438	5.438
1002 - ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	-	5.438	5.438
274 - Previdência Especial	608.054.947	170.340.532	778.395.479
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	608.054.947	170.340.532	778.395.479
08 - Assistência Social	**88.584.036**	**58.853.506**	**147.437.542**
122 - Administração Geral	10.653.988	5.147.191	15.801.179
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	10.653.988	5.147.191	15.801.179
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	32.152	-	32.152
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	32.152	-	32.152
244 - Assistência Comunitária	4.186.601	5.164.351	9.350.952
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	4.168.776	5.068.074	9.236.850
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	17.825	96.277	114.102
306 - Alimentação e Nutrição	73.390.688	48.291.964	121.682.652
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	73.390.688	48.291.964	121.682.652
333 - Empregabilidade	11.405	-	11.405
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	11.405	-	11.405
334 - Fomento ao Trabalho	309.202	250.000	559.202
2007 - VIVER MELHOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	30.000	250.000	280.000
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	279.202	-	279.202
09 - Previdência Social	**2.762.501.923**	**3.399.290.100**	**6.161.792.022**
122 - Administração Geral	-	19.444.559	19.444.559
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	-	18.872.675	18.872.675
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	-	571.883	571.883
128 - Formação de Recursos Humanos	-	66.423	66.423
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	-	66.423	66.423
271 - Previdência Básica	40.313.971	1.850.379	42.164.349
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	40.313.971	1.850.379	42.164.349
272 - Previdência do Regime Estatutário	2.589.468.712	3.377.928.739	5.967.397.450
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	2.589.468.712	3.377.928.739	5.967.397.450
274 - Previdência Especial	132.719.240	-	132.719.240

0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	132.719.240	-	132.719.240
10 - Saúde	**1.857.833.403**	**742.557.541**	**2.600.390.944**
121 - Planejamento e Orçamento	31.730	25.000	56.730
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	31.730	25.000	56.730
122 - Administração Geral	1.280.949.075	159.892.914	1.440.841.989
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	50.620.001	2.325.066	52.945.067
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	1.230.329.074	157.567.848	1.387.896.922
125 - Normatização e Fiscalização	443.438	29.300	472.738
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	443.438	-	443.438
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	-	29.300	29.300
126 - Tecnologia da Informação	1.493.632	-	1.493.632
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	1.493.632	-	1.493.632
301 - Atenção Básica	745	-	745
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	745	-	745
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	526.283.796	565.995.951	1.092.279.747
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.697.365	-	1.697.365
1001 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	482.445	-	482.445
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.623.854	9.071.479	10.695.333
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	522.480.133	556.924.472	1.079.404.604
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	48.630.988	5.265.988	53.896.976
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	48.630.988	5.265.988	53.896.976
304 - Vigilância Sanitária	-	1.401.770	1.401.770
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	-	1.401.770	1.401.770
305 - Vigilância Epidemiológica	-	9.883.760	9.883.760
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	-	9.883.760	9.883.760
306 - Alimentação e Nutrição	-	62.858	62.858
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	-	62.858	62.858
12 - Educação	**1.308.498.928**	**1.631.976.187**	**2.940.475.116**
122 - Administração Geral	1.149.586.063	32.812.149	1.182.398.212
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	89.331.259	861.543	90.192.803
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	1.060.107.852	28.483.132	1.088.590.984
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	137.543	865.661	1.003.204
3007 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	9.409	2.601.813	2.611.222
306 - Alimentação e Nutrição	19.291.231	29.995.607	49.286.837

2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	19.291.231	29.995.607	49.286.837
361 - Ensino Fundamental	37.113.014	491.184.065	528.297.079
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	37.113.014	99.630.618	136.743.632
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	-	391.553.447	391.553.447
362 - Ensino Médio	55.506.786	541.045.673	596.552.459
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	55.506.786	97.649.641	153.156.427
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	-	443.396.032	443.396.032
363 - Ensino Profissional	21.768.296	48.143.188	69.911.483
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	21.768.296	48.143.188	69.911.483
364 - Ensino Superior	8.098.497	2.631.819	10.730.317
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	8.098.497	2.631.819	10.730.317
366 - Educação de Jovens e Adultos	470.313	430.253.147	430.723.461
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	470.313	-	470.313
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	-	430.253.147	430.253.147
367 - Educação Especial	4.705.045	14.546.608	19.251.653
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.705.045	2.387.191	7.092.236
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	-	12.159.417	12.159.417
368 - Educação Básica	7.926.086	39.238.833	47.164.920
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	7.926.086	39.238.833	47.164.920
813 - Lazer	4.033.597	2.125.098	6.158.695
2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ	4.033.597	2.125.098	6.158.695
13 - Cultura	**36.014.651**	**38.005.324**	**74.019.975**
122 - Administração Geral	30.531.453	-	30.531.453
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	30.531.453	-	30.531.453
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	200.000	500.000	700.000
2005 - JANELA DE OPORTUNIDADES: CULTURA, ESPORTE E LAZER	200.000	500.000	700.000
392 - Difusão Cultural	5.283.199	37.505.324	42.788.523
2005 - JANELA DE OPORTUNIDADES: CULTURA, ESPORTE E LAZER	5.283.199	37.505.324	42.788.523
14 - Direitos da Cidadania	**334.317.437**	**12.917.907**	**347.235.343**
122 - Administração Geral	241.584.606	-	241.584.606
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	67.114.799	-	67.114.799
1004 - GESTÃO E MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	174.469.808	-	174.469.808
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	6.221.270	-	6.221.270
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	77.452	-	77.452

3007 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	6.143.818	-	6.143.818
421 - Custódia e Reintegração Social	86.196.989	11.330.839	97.527.828
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	35.263.768	3.820.749	39.084.516
1004 - GESTÃO E MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	50.933.222	7.510.090	58.443.312
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	314.571	1.587.068	1.901.639
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	22.854	143.481	166.335
3001 - IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS	291.716	1.443.587	1.735.304
16 - Habitação	**6.833.962**	**-**	**6.833.962**
122 - Administração Geral	3.164.638	-	3.164.638
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	3.164.638	-	3.164.638
244 - Assistência Comunitária	3.669.324	-	3.669.324
2008 - VIVER MELHOR: DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	3.669.324	-	3.669.324
18 - Gestão Ambiental	**93.491.663**	**59.909.665**	**153.401.328**
122 - Administração Geral	84.692.149	440.448	85.132.597
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	69.262.308	440.448	69.702.755
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	15.429.841	-	15.429.841
126 - Tecnologia da Informação	109.675	-	109.675
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	109.675	-	109.675
128 - Formação de Recursos Humanos	1.593.746	10.890	1.604.636
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	1.593.746	10.890	1.604.636
541 - Preservação e Conservação Ambiental	293.785	-	293.785
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	293.785	-	293.785
542 - Controle Ambiental	1.336.618	-	1.336.618
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	1.336.618	-	1.336.618
543 - Recuperação de Áreas Degradadas	817.000	-	817.000
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	817.000	-	817.000
544 - Recursos Hídricos	3.648.690	59.458.327	63.107.018
2009 - VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO	356.903	-	356.903
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	16.450	-	16.450
4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	3.275.338	59.458.327	62.733.665
846 - Outros Encargos Especiais	1.000.000	-	1.000.000
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.000.000	-	1.000.000
19 - Ciência e Tecnologia	**1.520.131**	**7.384.621**	**8.904.752**
122 - Administração Geral	1.088.901	181.132	1.270.033

0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.088.901	181.132	1.270.033
128 - Formação de Recursos Humanos	206.230	-	206.230
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	206.230	-	206.230
571 - Desenvolvimento Científico	75.000	663.529	738.529
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	75.000	663.529	738.529
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	150.000	6.539.960	6.689.960
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	150.000	6.539.960	6.689.960
20 - Agricultura	**117.870.631**	**27.436.094**	**145.306.725**
122 - Administração Geral	91.986.375	557.560	92.543.935
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	91.694.112	-	91.694.112
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	275.163	-	275.163
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	17.100	557.560	574.660
125 - Normatização e Fiscalização	160.000	205.000	365.000
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	160.000	205.000	365.000
128 - Formação de Recursos Humanos	356.500	-	356.500
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	356.500	-	356.500
306 - Alimentação e Nutrição	70.816	-	70.816
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	70.816	-	70.816
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	-	3.952.224	3.952.224
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	-	3.952.224	3.952.224
511 - Saneamento Básico Rural	38.675	-	38.675
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	38.675	-	38.675
541 - Preservação e Conservação Ambiental	506.395	-	506.395
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	506.395	-	506.395
542 - Controle Ambiental	12.380	-	12.380
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	12.380	-	12.380
571 - Desenvolvimento Científico	-	262.591	262.591
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	-	262.591	262.591
605 - Abastecimento	161.212	350.000	511.212
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	161.212	350.000	511.212
606 - Extensão Rural	1.607.711	9.342.655	10.950.366
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	1.607.711	9.342.655	10.950.366
608 - Promoção da Produção Agropecuária	20.768.062	10.647.633	31.415.695
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	748.470	-	748.470

4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	170.000	-	170.000
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	19.849.592	10.647.633	30.497.225
609 - Defesa Agropecuária	44.613	132.500	177.113
4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR	44.613	132.500	177.113
631 - Reforma Agrária	2.028.893	1.985.931	4.014.824
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	2.028.893	1.985.931	4.014.824
661 - Promoção Industrial	104.000	-	104.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	104.000	-	104.000
692 - Comercialização	25.000	-	25.000
4010 - DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	25.000	-	25.000
22 - Indústria	**674.486**	**2.598.871**	**3.273.357**
571 - Desenvolvimento Científico	-	685.264	685.264
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	-	685.264	685.264
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	312.000	-	312.000
4005 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS	312.000	-	312.000
661 - Promoção Industrial	-	522.900	522.900
4007 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS	-	522.900	522.900
691 - Promoção Comercial	362.486	1.390.707	1.753.193
4007 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS	362.486	1.390.707	1.753.193
23 - Comércio e Serviços	**35.674.241**	**5.620.748**	**41.294.990**
122 - Administração Geral	28.526.383	4.426.887	32.953.270
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	27.189.612	4.426.887	31.616.499
4006 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	1.292.901	-	1.292.901
4008 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: COMÉRCIO E SERVIÇOS	13.860	-	13.860
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	30.010	-	30.010
128 - Formação de Recursos Humanos	4.125	16.472	20.597
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	4.125	16.472	20.597
392 - Difusão Cultural	-	994.244	994.244
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	-	994.244	994.244
691 - Promoção Comercial	170.850	-	170.850
4008 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: COMÉRCIO E SERVIÇOS	170.850	-	170.850
695 - Turismo	6.774.421	183.146	6.957.567
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	6.774.421	183.146	6.957.567
846 - Outros Encargos Especiais	198.462	-	198.462

0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	198.462	-	198.462
24 - Comunicações	**29.671.373**	**-**	**29.671.373**
122 - Administração Geral	6.516.277	-	6.516.277
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	6.505.927	-	6.505.927
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	10.350	-	10.350
131 - Comunicação Social	23.155.096	-	23.155.096
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	51.237	-	51.237
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	23.103.859	-	23.103.859
25 - Energia	**299.433**	**175.000**	**474.433**
751 - Conservação de Energia	299.433	175.000	474.433
4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	299.433	175.000	474.433
26 - Transporte	**224.932.300**	**14.183.912**	**239.116.212**
122 - Administração Geral	159.045.123	5.474	159.050.598
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	102.036.699	-	102.036.699
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	5.916.538	5.474	5.922.012
5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO	49.346.020	-	49.346.020
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	1.745.866	-	1.745.866
126 - Tecnologia da Informação	9.737.673	-	9.737.673
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	9.720.867	-	9.720.867
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	16.806	-	16.806
128 - Formação de Recursos Humanos	147.993	5.639.413	5.787.406
5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	147.993	5.639.413	5.787.406
181 - Policiamento	-	4.672.937	4.672.937
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	-	4.672.937	4.672.937
451 - Infraestrutura Urbana	1.825.651	1.238.609	3.064.260
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	1.825.651	1.238.609	3.064.260
453 - Transportes Coletivos Urbanos	-	1.514.009	1.514.009
2010 - VIVER MELHOR: MOBILIDADE	-	1.514.009	1.514.009
781 - Transporte Aéreo	2.512.488	-	2.512.488
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	2.512.488	-	2.512.488
782 - Transporte Rodoviário	51.110.299	955.966	52.066.264
2009 - VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO	3.679.815	490.000	4.169.815
2010 - VIVER MELHOR: MOBILIDADE	67.074	-	67.074
4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	47.344.741	465.966	47.810.707

5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE	18.668	-	18.668
846 - Outros Encargos Especiais	553.072	157.504	710.576
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	553.072	157.504	710.576
27 - Desporto e Lazer	**353.252**	**167.055**	**520.307**
812 - Desporto Comunitário	60.000	167.055	227.055
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	60.000	167.055	227.055
813 - Lazer	293.252	-	293.252
4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA	293.252	-	293.252
28 - Encargos Especiais	**850.926.383**	**161.559.147**	**1.012.485.530**
843 - Serviço da Dívida Interna	237.554.306	-	237.554.306
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	237.554.306	-	237.554.306
844 - Serviço da Dívida Externa	196.552.540	-	196.552.540
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	196.552.540	-	196.552.540
845 - Transferências	19.410.000	-	19.410.000
0500 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	19.410.000	-	19.410.000
846 - Outros Encargos Especiais	397.409.538	161.559.147	558.968.685
0100 - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	397.409.538	161.559.147	558.968.685
TOTAL	**12.740.374.128**	**6.746.592.926**	**19.486.967.054**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em Reais

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
01000 Assembleia Legislativa	**425.966.289**
010001 Assembleia Legislativa	425.947.281
01 Legislativa	425.947.281
010131 Fundo Legislativo do Estado do RN	19.008
01 Legislativa	19.008
01201 Fundação Djalma Marinho	**16.116.092**
012011 Fundação Djalma Marinho	16.116.092
01 Legislativa	16.116.092
02000 Tribunal de Contas	**124.889.876**
020001 Tribunal de Contas	124.888.276
01 Legislativa	124.888.276
020131 Fundo de Reap. e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas	1.600
01 Legislativa	1.600
04000 Tribunal de Justiça	**1.236.089.539**
040001 Tribunal de Justiça	1.139.122.497
02 Judiciária	1.139.122.497
040011 Escola da Magistratura do RN	4.320.755
02 Judiciária	4.320.755
040131 Fundo de Desenvolvimento da Justiça - FDJ	92.466.590
02 Judiciária	92.466.590
040132 Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados	179.698
02 Judiciária	179.698
05000 Defensoria Pública Geral do Estado	**95.483.626**
050001 Defensoria Pública Geral do Estado	95.392.384
03 Essencial à Justiça	95.392.384

050131 Fundo de Manut. e Apar. da Defensoria Pública do Estado - FUMADEP	91.242
03 Essencial à Justiça	91.242
11104 Procuradoria Geral do Estado	**68.829.097**
111041 Procuradoria Geral do Estado	63.088.810
02 Judiciária	63.088.810
111133 Fundo de Aperfeiçoamento e Aparelhamento da PGE - FUNAF	5.740.287
02 Judiciária	5.740.287
11105 Assessoria de Comunicação Social	**30.630.624**
111051 Assessoria de Comunicação Social	30.630.624
24 Comunicações	25.168.463
26 Transporte	5.462.160
11106 Controladoria Geral do Estado	**11.987.650**
111061 Controladoria Geral do Estado	11.987.650
04 Administração	11.987.650
11108 Gabinete Civil do Governador do Estado	**49.750.519**
110001 Gabinete Civil	49.750.519
04 Administração	49.511.744
06 Segurança Pública	149.898
26 Transporte	88.876
11201 Departamento Estadual de Imprensa	**4.502.910**
112011 Departamento Estadual de Imprensa	4.502.910
24 Comunicações	4.502.910
12000 Vice-Governadoria	**3.935.788**
120001 Vice-Governadoria	3.935.788
04 Administração	3.935.788
14000 Procuradoria Geral da Justiça	**404.119.032**
140001 Procuradoria Geral da Justiça	390.672.678
03 Essencial à Justiça	390.672.678
140131 Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público - FRMP	13.446.354
03 Essencial à Justiça	13.446.354
15000 Polícia Militar	**1.712.623.121**
150001 Polícia Militar	1.707.884.954
02 Judiciária	2.114.104
03 Essencial à Justiça	1.012.500

04 Administração	1.180.630
06 Segurança Pública	1.701.191.496
13 Cultura	1.611.441
26 Transporte	774.784
150011 Diretoria de Saúde da Polícia Militar	2.558.356
10 Saúde	2.558.356
150131 Fundo Manut. e Aperf. da Diretoria de Saúde da PM/RN - FUNDSAUDE/RN	2.179.810
10 Saúde	2.179.810
16000 Secretaria de Estado da Administração	**131.202.891**
160001 Secretaria de Estado da Administração	60.542.368
04 Administração	59.713.169
26 Transporte	829.198
160102 Encargos Gerais do Estado na Sec. da Administração	63.455.956
04 Administração	28.959.212
06 Segurança Pública	26.074.465
10 Saúde	4.710.504
12 Educação	3.711.775
160131 Fundo de Des. do Sistema de Pessoal do Estado - FUNDESP	7.204.567
04 Administração	7.204.567
16201 Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte	**6.119.627.673**
162011 Instituto da Previdência dos Servidores do Estado	152.230.222
09 Previdência Social	152.230.222
162233 Fundo Financeiro do Estado do Rio Grande do Norte - FUNFIRN	5.967.397.450
09 Previdência Social	5.967.397.450
16202 Companhia de Processamento de Dados	**3.906.180**
162021 Companhia de Processamento de Dados	3.906.180
04 Administração	3.906.180
17000 Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca	**44.037.639**
170001 Secretaria da Agricultura e da Pecuária	13.495.801
20 Agricultura	13.495.801
170131 Fundo do Desenvolvimento Agropecuário do RN - FDA	30.541.838
20 Agricultura	30.541.838
17203 Empresa de Pesquisa Agropecuária	**21.411.095**
172031 Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN	21.411.095

20 Agricultura	21.411.095
17205 Central de Abastecimento	**15.446.512**
172051 Central de Abastecimento	15.446.512
20 Agricultura	15.446.512
17206 Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do RN	**12.481.619**
172061 Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do RN	12.481.619
20 Agricultura	12.481.619
18000 Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer	**2.599.253.758**
180001 Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer	2.486.208.452
12 Educação	2.485.981.397
27 Desporto e Lazer	227.055
180131 Fundo Estadual de Educação	113.045.306
04 Administração	615.421
12 Educação	112.429.885
18201 Fundação José Augusto	**72.874.234**
182011 Fundação José Augusto	72.874.234
13 Cultura	72.408.534
14 Direitos da Cidadania	16.000
18 Gestão Ambiental	12.200
20 Agricultura	437.500
18202 Fundação Universidade do Estado do RN - FUERN	**337.909.262**
182021 Fundação Universidade do Estado do RN	337.909.262
12 Educação	337.865.116
19 Ciência e Tecnologia	44.146
18203 Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy	**429.837**
182031 Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy	429.837
12 Educação	429.837
19000 Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças	**978.221.630**
190001 Secretaria de Planejamento e das Finanças	15.568.811
04 Administração	15.568.811
190102 Encargos Gerais do Estado na Sec. de Est. do Planejamento e das Finanças - SEPLAN	904.380.294
04 Administração	131.469.270
28 Encargos Especiais	772.911.024
190200 Projeto RN Sustentável	58.215.418

04 Administração	58.215.418
190300 Projeto Nova Escola Potiguar	57.107
12 Educação	57.107
20000 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico	**10.955.222**
200001 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico	6.847.432
23 Comércio e Serviços	6.847.432
200132 Fundo de Desenvolvimento Comercial e Industrial do RN - FDCI	4.107.790
19 Ciência e Tecnologia	360.000
22 Indústria	3.273.357
25 Energia	474.433
20205 Junta Comercial do Estado	**10.678.180**
202051 Junta Comercial do Estado	10.678.180
23 Comércio e Serviços	10.678.180
20206 Instituto de Pesos e Medidas	**4.426.887**
202061 Instituto de Pesos e Medidas	4.426.887
23 Comércio e Serviços	4.426.887
20207 Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte	**8.500.606**
202071 Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte	1.095.131
19 Ciência e Tecnologia	1.095.131
202231 Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	7.405.475
19 Ciência e Tecnologia	7.405.475
21000 Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social	**111.133.618**
210001 Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social	39.371.238
06 Segurança Pública	39.140.238
10 Saúde	231.000
210132 Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FUNSEP	71.762.380
06 Segurança Pública	71.762.380
21102 Polícia Civil	**339.474.304**
211021 Polícia Civil	339.474.304
06 Segurança Pública	339.474.304
21131 Instituto Técnico Científico de Perícia	**98.534.541**
210131 Instituto Técnico Científico de Perícia	98.534.541
06 Segurança Pública	98.534.541
22000 Secretaria de Estado da Tributação	**551.985.781**

220001 Secretaria da Tributação	253.287.898
04 Administração	253.287.898
220102 Encargos Gerais do Estado na Sec. de Fazenda do RN - SEFAZ	293.849.357
04 Administração	12.110.501
09 Previdência Social	42.164.349
28 Encargos Especiais	239.574.507
220131 Fundo Estadual de Des. e Aperf. da Atividade Tributária	462.805
04 Administração	462.805
220132 Fundo Estadual de Incentivo à Cidadania Fiscal	4.385.720
04 Administração	4.385.720
24000 Secretaria de Estado da Saúde Pública	**2.590.604.092**
240131 Fundo de Saúde do RN - FUSERN	2.500.516.550
10 Saúde	2.500.516.550
241312 Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel	23.482.135
10 Saúde	23.482.135
241313 Hospital Dr. José Pedro Bezerra	15.118.199
10 Saúde	15.118.199
241314 Hospital Colônia Dr. João Machado	4.679.140
10 Saúde	4.679.140
241315 Hospital Giselda Trigueiro	5.827.261
10 Saúde	5.827.261
241316 Hospital Regional Tarcísio Maia	16.673.564
10 Saúde	16.673.564
241321 Hospital Regional Dr. Cleodon Carlos de Andrade	5.212.299
10 Saúde	5.212.299
241331 Hospital Regional de Açu	245.531
10 Saúde	245.531
241334 Hospital Maria Alice Fernandes	7.670.916
10 Saúde	7.670.916
241337 Hospital Regional Deoclécio Marques de Lucena	11.178.499
10 Saúde	11.178.499
25000 Secretaria de Estado da Infraestrutura	**149.630.422**
250001 Secretaria de Estado da Infraestrutura	136.665.261
04 Administração	123.132.134

26 Transporte	13.533.127
250131 Fundo de Des. de Transportes e Obras do RN - FDTO	12.965.161
26 Transporte	12.671.908
27 Desporto e Lazer	293.252
25201 Departamento de Estradas de Rodagem	**70.304.619**
252011 Departamento de Estradas de Rodagem	70.304.619
26 Transporte	70.304.619
25203 Departamento Estadual de Trânsito	**135.451.539**
252031 Departamento Estadual de Trânsito	135.451.539
26 Transporte	135.451.539
25204 Agência Reguladora de Serviços Públicos	**4.929.672**
252041 Agência Reguladora de Serviços Públicos	4.929.672
04 Administração	4.929.672
26000 Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social	**147.437.542**
260001 Secretaria de Estado do Trabalho Habitação e Assistência Social	12.551.097
08 Assistência Social	12.551.097
260132 Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	134.886.445
08 Assistência Social	134.886.445
26202 Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do RN-FUNDASE	**48.340.273**
262021 Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do RN- FUNDASE	48.340.273
14 Direitos da Cidadania	48.340.273
26203 Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano	**6.833.962**
262032 Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano	6.833.962
16 Habitação	6.833.962
27000 Sec. de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	**73.943.314**
270001 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	67.382.486
18 Gestão Ambiental	67.382.486
270131 Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNERH	6.560.828
18 Gestão Ambiental	6.560.828
27202 Instituto de Gestão das Águas do RN	**3.637.370**
272020 Instituto de Gestão das Águas do Estado do RN	3.637.370
18 Gestão Ambiental	3.637.370
27203 Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN	**72.709.999**
272031 Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente	72.709.999

18 Gestão Ambiental	72.709.999
28000 Secretaria de Estado do Turismo	**7.486.827**
280001 Secretaria do Turismo	7.486.827
23 Comércio e Serviços	7.486.827
28202 Empresa Potiguar de Promoção Turística	**14.954.109**
282022 Empresa Potiguar de Promoção Turística	14.954.109
18 Gestão Ambiental	3.098.445
23 Comércio e Serviços	11.855.664
31000 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar	**17.364.854**
310001 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar	13.350.030
20 Agricultura	13.350.030
310131 Fundos de Terras - FUNTERN	4.014.824
20 Agricultura	4.014.824
31202 Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	**34.127.507**
312021 Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	34.127.507
20 Agricultura	34.127.507
32000 Corpo de Bombeiros Militar	**152.782.365**
320001 Corpo de Bombeiros Militar do RN	117.845.768
06 Segurança Pública	117.845.768
320131 Fundo Especial de Reaparelhamento do CBM - FUNREBOM	34.936.597
04 Administração	96.000
06 Segurança Pública	34.840.597
34000 Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	**291.787.971**
340001 Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	192.493.752
06 Segurança Pública	967
14 Direitos da Cidadania	192.492.785
340132 Fundo Penitenciário do Estado do RN	99.294.220
04 Administração	25.740
10 Saúde	107.181
14 Direitos da Cidadania	99.161.298
35000 Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humano	**7.224.987**
350001 Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humano	6.996.041
14 Direitos da Cidadania	6.996.041
350131 Fundo Estadual da Defesa do Direito do Consumidor - FEDDC	228.946

14 Direitos da Cidadania	228.946
TOTAL	**19.486.967.054**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em Reais

NATUREZA DA RECEITA	DESCRIÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA (I)		**22.953.091.159**	**25.079.360.939**	**2.126.269.780**	**-**
4.1	Receitas Correntes	20.426.751.765	22.433.306.116	2.006.554.351	-
4.1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.092.486.866	11.148.270.541	1.055.783.675	-
4.1.1.1	Impostos	9.585.650.000	10.515.952.753	930.302.753	-
4.1.1.1.2	Impostos sobre o Patrimônio	670.178.000	675.140.546	4.962.546	-
4.1.1.1.2.51	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	641.377.000	645.113.957	3.736.957	-
4.1.1.1.2.51.0.1	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	597.020.000	613.629.244	16.609.244	-
4.1.1.1.2.51.0.1.01	IPVA - Estadual	298.510.000	306.816.697	8.306.697	-
4.1.1.1.2.51.0.1.02	IPVA - Municipal	298.510.000	306.812.547	8.302.547	-
4.1.1.1.2.51.0.3	IPVA- Dívida Ativa Principal	35.282.000	24.736.092	-	10.545.908
4.1.1.1.2.51.0.3.01	IPVA - Estadual	17.641.000	23.469.738	5.828.738	-
4.1.1.1.2.51.0.3.02	IPVA - Municipal	17.641.000	1.266.354	-	16.374.646
4.1.1.1.2.51.0.5	Multa da Receita Principal de IPVA	842.000	-	-	842.000
4.1.1.1.2.51.0.5.01	IPVA - Estadual	421.000	-	-	421.000
4.1.1.1.2.51.0.5.02	IPVA - Municipal	421.000	-	-	421.000
4.1.1.1.2.51.0.6	Juros da Receita Principal de IPVA	870.000	-	-	870.000
4.1.1.1.2.51.0.6.01	IPVA - Estadual	435.000	-	-	435.000
4.1.1.1.2.51.0.6.02	IPVA - Municipal	435.000	-	-	435.000
4.1.1.1.2.51.0.7	Multas da Dívida Ativa de IPVA	2.687.000	2.585.723	-	101.277
4.1.1.1.2.51.0.7.01	IPVA - Estadual	2.687.000	2.367.084	-	319.916
4.1.1.1.2.51.0.7.02	IPVA - Municipal	-	218.639	218.639	-
4.1.1.1.2.51.0.8	Juros da Dívida Ativa de IPVA	4.676.000	4.162.899	-	513.101
4.1.1.1.2.51.0.8.01	IPVA - Estadual	4.676.000	3.850.210	-	825.790
4.1.1.1.2.51.0.8.02	IPVA - Municipal	-	312.689	312.689	-

4.1.1.1.2.52	Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - ITCD	28.801.000	30.026.588	1.225.588	-
4.1.1.1.2.52.0.1	Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Principal	27.496.000	28.515.856	1.019.856	-
4.1.1.1.2.52.0.1.01	ITCD	27.496.000	28.515.856	1.019.856	-
4.1.1.1.2.52.0.3	Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa	829.000	1.249.138	420.138	-
4.1.1.1.2.52.0.3.01	Dívida Ativa de ITCD	829.000	1.249.138	420.138	-
4.1.1.1.2.52.0.5	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - Multas	38.000	-	-	38.000
4.1.1.1.2.52.0.5.01	Multas de Mora - Impostos sobre Transmissão Causa Mortis e Doações	38.000	-	-	38.000
4.1.1.1.2.52.0.6	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - Juros de Mora	42.000	-	-	42.000
4.1.1.1.2.52.0.6.01	Juros de Mora - Impostos sobre Transmissão de Causa Mortis e Doações	42.000	-	-	42.000
4.1.1.1.2.52.0.7	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - Multas da Dívida Ativa	138.000	71.301	-	66.699
4.1.1.1.2.52.0.7.01	Multas da Dívida Ativa de ITCD	138.000	71.301	-	66.699
4.1.1.1.2.52.0.8	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - Juros de Mora da D. A	258.000	190.293	-	67.707
4.1.1.1.2.52.0.8.01	Juros de Mora da Dívida Ativa de ITCD	258.000	190.293	-	67.707
4.1.1.1.3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.373.000.000	1.565.823.639	192.823.639	-
4.1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.373.000.000	1.565.823.639	192.823.639	-
4.1.1.1.3.03.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.373.000.000	1.543.257.796	170.257.796	-
4.1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.373.000.000	1.543.257.796	170.257.796	-
4.1.1.1.3.03.1.1.01	IRRF - Trabalho	1.373.000.000	1.543.257.796	170.257.796	-
4.1.1.1.3.03.4	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	-	22.565.843	22.565.843	-
4.1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	-	22.565.843	22.565.843	-
4.1.1.1.3.03.4.1.01	IRRF - Outros Rendimentos	-	9.551.032	9.551.032	-
4.1.1.1.3.03.4.1.02	IRRF - Outros Rendimentos Pessoa Jurídica	-	13.014.811	13.014.811	-
4.1.1.1.4	Impostos sobre a Produção, Circulação e Serviços	7.542.472.000	8.274.988.568	732.516.568	-
4.1.1.1.4.50	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	7.542.472.000	8.274.988.568	732.516.568	-
4.1.1.1.4.50.1	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços	7.455.170.000	8.230.958.416	775.788.416	-
4.1.1.1.4.50.1.1	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços	7.415.000.000	8.196.805.270	781.805.270	-
4.1.1.1.4.50.1.1.01	ICMS - Estadual	5.932.000.000	6.147.603.952	215.603.952	-
4.1.1.1.4.50.1.1.02	ICMS - Municipal	1.483.000.000	2.049.201.317	566.201.317	-

4.1.1.1.4.50.1.3	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços - DA	8.520.000	25.386.423	16.866.423	-
4.1.1.1.4.50.1.3.01	Dívida Ativa de ICMS - Estadual	6.390.000	24.131.382	17.741.382	-
4.1.1.1.4.50.1.3.02	Dívida Ativa de ICMS - Municipal	2.130.000	1.255.040	-	874.960
4.1.1.1.4.50.1.5	Imposto Operações Relativas Circulação Mercadorias sobre Prestações Serviços - Multas	9.951.000	-	-	9.951.000
4.1.1.1.4.50.1.5.01	Multas de ICMS - Estadual	7.463.000	-	-	7.463.000
4.1.1.1.4.50.1.5.02	Multas de ICMS - Municipal	2.488.000	-	-	2.488.000
4.1.1.1.4.50.1.6	Imposto Operações Relativas Circulação Mercadorias sobre Prestações Serviços - Juros de mora	9.627.000	-	-	9.627.000
4.1.1.1.4.50.1.6.01	Juros de Mora de ICMS - Estadual	7.224.000	-	-	7.224.000
4.1.1.1.4.50.1.6.02	Juros de Mora de ICMS - Municipal	2.403.000	-	-	2.403.000
4.1.1.1.4.50.1.7	Imposto Operações Relativas Circulação Mercadorias sobre Prestações Serviços - Multas DA	2.520.000	1.342.701	-	1.177.299
4.1.1.1.4.50.1.7.01	Multas da Dívida Ativa de ICMS - Estadual	2.520.000	1.232.895	-	1.287.105
4.1.1.1.4.50.1.7.02	Multas da Dívida Ativa de ICMS - Municipal	-	109.806	109.806	-
4.1.1.1.4.50.1.8	Imposto Operações Relativas Circulação Mercadorias sobre Prestações Serviços - Juros Mora DA	9.552.000	7.424.023	-	2.127.977
4.1.1.1.4.50.1.8.01	Juros de Mora da Dívida Ativa de ICMS - Estadual	9.552.000	6.699.061	-	2.852.939
4.1.1.1.4.50.1.8.02	Juros de Mora da Dívida Ativa de ICMS - Municipal	-	724.962	724.962	-
4.1.1.1.4.50.2	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	87.302.000	44.030.152	-	43.271.848
4.1.1.1.4.50.2.1	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Principal	87.000.000	44.030.152	-	42.969.848
4.1.1.1.4.50.2.1.01	Adicional ICMS - FECOP	87.000.000	44.030.152	-	42.969.848
4.1.1.1.4.50.2.5	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Multas	155.000	-	-	155.000
4.1.1.1.4.50.2.5.01	Multas de Adicional ICMS - FECOP	155.000	-	-	155.000
4.1.1.1.4.50.2.6	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Juros de Mora	147.000	-	-	147.000
4.1.1.1.4.50.2.6.01	Juros de Mora de Adicional ICMS - FECOP	147.000	-	-	147.000
4.1.1.2	Taxas	506.836.866	632.317.788	125.480.922	-
4.1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	325.055.964	304.130.694	-	20.925.270
4.1.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	324.393.964	303.296.172	-	21.097.793
4.1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	324.393.964	303.296.172	-	21.097.793
4.1.1.2.1.01.0.1.01	Taxa de Regulação e Fiscalização sobre Serviço de Gás Canalizado	3.346.000	3.867.978	521.978	-
4.1.1.2.1.01.0.1.07	Taxa do Fundo de Desenvolv. Transporte Infraestrutura - DEINFRA	-	720	720	-
4.1.1.2.1.01.0.1.09	Taxa de Prevenção contra Sinistro	25.400.000	-	-	25.400.000

4.1.1.2.1.01.0.1.10	Taxa de Regulação e Fiscalização sobre Serviços de Saneamento Básico	7.392.000	7.020.470	-	371.530
4.1.1.2.1.01.0.1.14	Taxa de Registro de Veículo e Habilitação	224.000.000	224.471.015	471.015	-
4.1.1.2.1.01.0.1.15	Taxa de Fiscalização - FDJ	52.290.964	51.410.988	-	879.976,62
4.1.1.2.1.01.0.1.16	Atos do ITEP	-	4.278.359	4.278.359	-
4.1.1.2.1.01.0.1.20	Taxas pelo Poder de Polícia Vinculadas a Fundos Diversos	4.965.000	-	-	4.965.000
4.1.1.2.1.01.0.1.98	Outas Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Adm. Direta	7.000.000	12.246.643	5.246.643	-
4.1.1.2.1.50	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	662.000	834.523	172.523	-
4.1.1.2.1.50.0.1	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	662.000	834.523	172.523	-
4.1.1.2.1.50.0.1.01	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	662.000	834.523	172.523	-
4.1.1.2.2	Taxas pela Prestação de Serviços	181.780.902	328.187.094	146.406.192	-
4.1.1.2.2.01	Taxas pela Prestação de Serviços	165.743.902	307.804.707	142.060.805	-
4.1.1.2.2.01.0.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	165.571.902	307.585.087	142.013.185	-
4.1.1.2.2.01.0.1.02	Taxa de Segurança Contra Incêndio	-	28.594.702	28.594.702	-
4.1.1.2.2.01.0.1.07	Custas Judiciais	35.081.902	37.186.805	2.104.902,37	-
4.1.1.2.2.01.0.1.08	Atos do Departamento de Estradas e Rodagem	1.134.000	1.333.924	199.924	-
4.1.1.2.2.01.0.1.09	Taxa de Serviço de Inspeção e Licenciamento Ambiental	35.962.000	26.148.573	-	9.813.427
4.1.1.2.2.01.0.1.14	Taxa de Serviço de Inspeção e Licenciamento Ambiental - PETROLÍFERAS	78.061.000	205.201.111	127.140.111	-
4.1.1.2.2.01.0.1.30	Outras Taxas pela Prestação de Serviços - Fundos Diversos	3.000	-	-	3.000
4.1.1.2.2.01.0.1.98	Outras Taxas pela Prestação de Serviços - Adm. Direta	11.822.000	6.754.934	-	5.067.066
4.1.1.2.2.01.0.1.99	Outras Taxas pela Prestação de Serviços - Adm. Indireta	3.508.000	2.365.039	-	1.142.961
4.1.1.2.2.01.0.3	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	172.000	218.598	46.598	-
4.1.1.2.2.01.0.3.07	Dívida Ativa de Custas Judiciais TJ	172.000	218.598	46.598	-
4.1.1.2.2.01.0.7	Dívida Ativa TJ - Custas Judiciais	-	1.021	1.021	-
4.1.1.2.2.01.0.7.07	Dívida Ativa TJ - Multa de mora Custas Judiciais	-	1.021	1.021	-
4.1.1.2.2.01.0.8	Juros de Mora Dívida Ativa TJ	-	-	-	-
4.1.1.2.2.01.0.8.07	Dívida Ativa TJ - Custas Judiciais Juros de mora	-	-	-	-
4.1.1.2.2.02	Emolumentos e Custas Judiciais	16.037.000	20.382.387	4.345.387	-
4.1.1.2.2.02.0.1	Emolumentos e Custas Judiciais	16.037.000	20.382.387	4.345.387	-
4.1.1.2.2.02.0.1.01	Custas Extrajudiciais	2.055.000	1.823.521	-	231.479
4.1.1.2.2.02.0.1.02	Emolumentos	13.982.000	18.558.867	4.576.867	-
4.1.2	Contribuições	985.099.000	1.080.836.923	95.737.923	-
4.1.2.1	Contribuições Sociais	985.099.000	1.080.836.923	95.737.923	-

4.1.2.1.5	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	985.099.000	1.080.836.923	95.737.923	-
4.1.2.1.5.01	Contribuição do Servidor Civil	813.329.000	908.648.595	95.319.595	-
4.1.2.1.5.01.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo	494.423.000	541.624.530	47.201.530	-
4.1.2.1.5.01.1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	494.423.000	541.624.530	47.201.530	-
4.1.2.1.5.01.1.1.01	Poder Executivo - Ativo Civil	385.300.000	430.452.345	45.152.345	-
4.1.2.1.5.01.1.1.02	Assembleia Legislativa - Ativo Civil	9.171.000	9.307.168	136.168	-
4.1.2.1.5.01.1.1.03	Tribunal de Contas - Ativo Civil	6.338.000	6.322.177	-	15.823
4.1.2.1.5.01.1.1.04	Tribunal de Justiça - Ativo Civil	64.460.000	67.187.073	2.727.073	-
4.1.2.1.5.01.1.1.05	Defensoria Pública - Ativo Civil	6.523.000	6.147.093	-	375.907
4.1.2.1.5.01.1.1.06	Ministério Público - Ativo Civil	22.314.000	22.013.911	-	300.089
4.1.2.1.5.01.1.1.07	Poder Executivo - Servidor Ativo Civil - À Disposição	172.000	131.319	-	40.681
4.1.2.1.5.01.1.1.08	Contribuições Previdenciárias Facultativas	145.000	63.443	-	81.557
4.1.2.1.5.01.2	Contribuição do Servidor Civil Inativo	261.082.000	310.845.454	49.763.454	-
4.1.2.1.5.01.2.1	Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	261.082.000	310.845.454	49.763.454	-
4.1.2.1.5.01.2.1.01	Poder Executivo - Inativo Civil	229.814.000	279.028.923	49.214.923	-
4.1.2.1.5.01.2.1.02	Assembleia Legislativa - Inativo Civil	8.360.000	9.973.098	1.613.098	-
4.1.2.1.5.01.2.1.03	Tribunal de Contas - Inativo Civil	2.695.000	2.305.304	-	389.696
4.1.2.1.5.01.2.1.04	Tribunal de Justiça - Inativo Civil	14.698.000	14.635.676	-	62.324
4.1.2.1.5.01.2.1.05	Defensoria Pública - Inativo Civil	64.000	65.558	1.558	-
4.1.2.1.5.01.2.1.06	Ministério Público - Inativo Civil	5.451.000	4.836.895	-	614.105
4.1.2.1.5.01.3	Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas	57.824.000	56.178.611	-	1.645.389
4.1.2.1.5.01.3.1	Contribuição do Servidor Civil Pensionista - Principal	57.824.000	56.178.611	-	1.645.389
4.1.2.1.5.01.3.1.01	Contribuição de Pensionista Civil - Poder Executivo	57.824.000	49.750.786	-	8.073.214
4.1.2.1.5.01.3.1.02	Contribuição de Pensionista Civil - Assembleia Legislativa	-	856.344	856.344	-
4.1.2.1.5.01.3.1.03	Contribuição de Pensionista Civil - Tribunal de Contas	-	406.130	406.130	-
4.1.2.1.5.01.3.1.04	Contribuição de Pensionista Civil - Tribunal de Justiça	-	4.318.348	4.318.348	-
4.1.2.1.5.01.3.1.06	Contribuição de Pensionista Civil - Ministério Público	-	847.003	847.003	-
4.1.2.1.5.02	Contribuição Patronal - Servidor Civil	270.000	274.652	4.652	-
4.1.2.1.5.02.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	270.000	274.652	4.652	-
4.1.2.1.5.02.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	270.000	274.652	4.652	-
4.1.2.1.5.02.1.1.01	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - À Disposição	270.000	274.652	4.652	-
4.1.2.1.5.52	Contribuição para o Sistema de Proteção Social dos Militares	171.500.000	171.913.676	413.676	-
4.1.2.1.5.52.1	Contribuição do Militar Ativo	163.500.000	98.087.192	-	65.412.808

4.1.2.1.5.52.1.1	Contribuição do Militar Ativo - Principal	163.500.000	98.087.192	-	65.412.808
4.1.2.1.5.52.1.1.01	Contribuição do Militar Ativo	163.500.000	98.087.192	-	65.412.808
4.1.2.1.5.52.2	Contribuição do Militar Inativo	2.000.000	51.185.331	49.185.331	-
4.1.2.1.5.52.2.1	Contribuição do Militar Inativo - Principal	2.000.000	51.185.331	49.185.331	-
4.1.2.1.5.52.2.1.01	Contribuição do Militar Inativo	2.000.000	51.185.331	49.185.331	-
4.1.2.1.5.52.3	Contribuição dos Pensionistas Militares	6.000.000	22.641.153	16.641.153	-
4.1.2.1.5.52.3.1	Contribuição do Militar Pensionista - Principal	6.000.000	22.641.153	16.641.153	-
4.1.2.1.5.52.3.1.01	Contribuição do Militar Pensionista	6.000.000	22.641.153	16.641.153	-
4.1.3	Receita Patrimonial	124.389.633	592.846.097	468.456.464	-
4.1.3.1	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.633.000	11.566.322	933.322	-
4.1.3.1.1	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.633.000	11.566.322	933.322	-
4.1.3.1.1.01	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	7.186.000	8.120.323	934.323	-
4.1.3.1.1.01.1	Aluguéis e Arrendamentos	7.186.000	8.120.323	934.323	-
4.1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.186.000	8.120.323	934.323	-
4.1.3.1.1.01.1.1.02	Aluguéis de Salas	6.150.000	5.687.955	-	462.045
4.1.3.1.1.01.1.1.04	Aluguéis de Teatros	300.000	-	-	300.000
4.1.3.1.1.01.1.1.06	Aluguéis do Terminal Rodoviário	1.000	-	-	1.000
4.1.3.1.1.01.1.1.20	Aluguel - Administração Direta	17.000	14.760	-	2.240,00
4.1.3.1.1.01.1.1.21	Aluguel - Administração Indireta	633.000	2.369.608	1.736.608	-
4.1.3.1.1.01.1.1.22	Aluguel - Vinculados a Fundos	7.000	-	-	7.000
4.1.3.1.1.01.1.1.99	Outras Receitas de Aluguéis e Arrendamento	78.000	48.000	-	30.000
4.1.3.1.1.02	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	1.000.000	2.425.041	1.425.041	-
4.1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.000.000	2.425.041	1.425.041	-
4.1.3.1.1.02.0.1.01	Concessão de Direito de Uso de Área Pública - Adm. Direta	-	1.732.936	1.732.936	-
4.1.3.1.1.02.0.1.03	Concessão de Direito de Uso de Área Pública - Fundos Diversos	1.000.000	692.105	-	307.895
4.1.3.1.1.99	Outras Receitas Imobiliárias	2.447.000	1.020.958	-	1.426.042
4.1.3.1.1.99.0.1	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	2.447.000	1.020.958	-	1.426.042
4.1.3.1.1.99.0.1.02	Outras Receitas Imobiliárias do SFH	2.447.000	1.020.958	-	1.426.042
4.1.3.2	Valores Mobiliários	112.762.633	196.521.491	83.758.858	-
4.1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias	111.700.633	196.011.191	84.310.557	-
4.1.3.2.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários	98.038.633	175.621.526	77.582.893	-
4.1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	98.038.633	175.621.526	77.582.893	-
4.1.3.2.1.01.0.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FUNDEB	-	7.927.029	7.927.029	-

4.1.3.2.1.01.0.1.02	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Royalties F 121	-	8.026	8.026	-
4.1.3.2.1.01.0.1.03	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FECOP	-	122.611	122.611	-
4.1.3.2.1.01.0.1.04	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Salário Educação	825.000	764.342	-	60.658
4.1.3.2.1.01.0.1.05	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - CIDE	63.000	550.240	487.240	-
4.1.3.2.1.01.0.1.06	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Executivo	-	12.951	12.951	-
4.1.3.2.1.01.0.1.08	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FUNDEF	-	14.600.628	14.600.628	-
4.1.3.2.1.01.0.1.09	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Alienação de Bens - Adm. Indireta	5.000	3.528	-	1.472
4.1.3.2.1.01.0.1.10	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Outros Recursos Vinculados à Saúde	41.000	127.410	86.410	-
4.1.3.2.1.01.0.1.12	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - SUS - Média e Alta Complexidade	1.680.000	11.560.302	9.880.302	-
4.1.3.2.1.01.0.1.13	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - SUS - Vigilância em Saúde	6.000	27.180	21.180	-
4.1.3.2.1.01.0.1.14	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - SUS - Assistência Farmacêutica	9.000	38.264	29.264	-
4.1.3.2.1.01.0.1.15	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - SUS - Gestão do SUS	1.000	4.589	3.589	-
4.1.3.2.1.01.0.1.16	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - SUS - Investimentos na Rede de Saúde	1.210.000	3.560.021	2.350.021	-
4.1.3.2.1.01.0.1.17	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - SUS - Recursos de Convênio	64.000	225.198	161.198	-
4.1.3.2.1.01.0.1.18	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. SUS	-	47.355	47.355	-
4.1.3.2.1.01.0.1.19	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. SUS - Outros	193.000	251	-	192.749
4.1.3.2.1.01.0.1.20	Remuneração de Aplic. Financeira dos Rec. Vinculados - SUS - COVID-19	-	15.706	15.706	-
4.1.3.2.1.01.0.1.22	Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios - Assistência Social	730.332	111.593	-	618.738
4.1.3.2.1.01.0.1.23	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FNAS - PETI	27.000	55.671	28.671	-
4.1.3.2.1.01.0.1.26	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Out. Rec. Vinc. à Ass. Social	3.999.000	782.606	-	3.216.394
4.1.3.2.1.01.0.1.29	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FNAS - Outros	132.000	93.028	-	38.972
4.1.3.2.1.01.0.1.30	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FNSP	2.800.000	11.490.684	8.690.684	-
4.1.3.2.1.01.0.1.31	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FNDE - PDDE	-	11.224	11.224	-
4.1.3.2.1.01.0.1.32	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FNDE - PNAE	238.000	615.114	377.114	-
4.1.3.2.1.01.0.1.33	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FNDE - PNATE	1.000	30.036	29.036	-
4.1.3.2.1.01.0.1.34	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Lei Aldir Blanc	-	335.034	335.034	-
4.1.3.2.1.01.0.1.35	Remuneração Recursos Vinculados - Convênios - Adm. Indireta	425.000	11.427	-	413.573

4.1.3.2.1.01.0.1.36	Remuneração Recursos Vinculados - Convênios - Adm. Direta	151.200	3.906.827	3.755.627	-
4.1.3.2.1.01.0.1.37	Remuneração Recursos Vinculados Sistema Proteção Social Militares	-	72.458	72.458	-
4.1.3.2.1.01.0.1.38	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Cultura Fonte 0.7.15	-	1.266.818	1.266.818	-
4.1.3.2.1.01.0.1.39	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - FNDE - Outros	904.000	12.987.869	12.083.869	-
4.1.3.2.1.01.0.1.40	Remuneração Recursos Vinculados Diretamente Arrecadados - Administração Direta	18.685.414	22.670.707	3.985.293	-
4.1.3.2.1.01.0.1.41	Remuneração Rec. Vinc. - Convênios - Adm. Direta	35.175.000	4.084.407	-	31.090.593
4.1.3.2.1.01.0.1.42	Remuneração Recursos Vinculados - Operações de Crédito Interna - Administração Direta	100.000	469.569	369.569	-
4.1.3.2.1.01.0.1.43	Remuneração Recursos Vinculados - Operação de Crédito Externa - Administração Direta	-	217	217	-
4.1.3.2.1.01.0.1.44	Remuneração Recursos Vinculados - Recursos Diversos - Administração Direta	20.056.200	30.332.980	10.276.780	-
4.1.3.2.1.01.0.1.45	Remuneração Recursos Vinculados - Diretamente Arrecadados - Administração Indireta	2.181.000	2.909.883	728.883	-
4.1.3.2.1.01.0.1.46	Remuneração Recursos Vinculados - Convênios - Administração Indireta	1.841.454	3.508.834	1.667.380	-
4.1.3.2.1.01.0.1.48	Remuneração de Outros Depósitos Rec. Vinc. - Adm. Direta	-	37.093	37.093	-
4.1.3.2.1.01.0.1.49	Remuneração de Outros Depósitos Rec. Vinc. - Adm. Indireta	-	59.080	59.080	-
4.1.3.2.1.01.0.1.51	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Não Vinc. - Adm. Indireta	154.000	993.826	839.826	-
4.1.3.2.1.01.0.1.52	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Não Vinc. - Legislativo	22.000	3.456.221	3.434.221,21	-
4.1.3.2.1.01.0.1.53	Remuneração de Depósitos Bancários-Não Vinc. - Tribunal de Contas	-	4.829.719	4.829.719	-
4.1.3.2.1.01.0.1.56	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Não Vinc. - MP Fundos	-	94.166	94.166	-
4.1.3.2.1.01.0.1.57	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Não Vinc. - Judiciário Fundos	-	295.533	295.533	-
4.1.3.2.1.01.0.1.62	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Não Vinc. - Executivo	-	14.768.098	14.768.098	-
4.1.3.2.1.01.0.1.63	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Cultura Fonte 0.7.16	-	458.994	458.994	-
4.1.3.2.1.01.0.1.66	Remuneração Dep. Bancário Não Vinculado - Fonte 708	-	13.079	13.079	-
4.1.3.2.1.01.0.1.67	Remuneração Rec. de Operações de Crédito Externa - Gov. Cidadão	-	6.241.433	6.241.433	-
4.1.3.2.1.01.0.1.68	Remuneração de Depósitos Bancários Recursos Vinculados - Fundos Diversos	6.220.000	2.301.581	-	3.918.419
4.1.3.2.1.01.0.1.69	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Outros Recursos Vinculados à Educação	8.000	-	-	8.000
4.1.3.2.1.01.0.1.70	Remuneração Rec. Dep. Banca de Transferência Especial da União	-	125.162	125.162	-
4.1.3.2.1.01.0.1.71	Remuneração Assistência Financeira Art. 5º, IV, EC 123 - Transporte Coletivo	85.034	83.742	-	1.292
4.1.3.2.1.01.0.1.72	Remuneração Rec. Vinc. - Contrapartida de Convênios - Adm. Direta	-	7.272	7.272	-

4.1.3.2.1.01.0.1.73	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - SUS - Gestão do SUS - Piso enfermagem	-	347.033	347.033	-
4.1.3.2.1.01.0.1.75	Remuneração - Recursos Vinculados ao Trânsito	-	1.823.721	1.823.721	-
4.1.3.2.1.01.0.1.76	Remuneração de Depósitos Bancários Recursos Vinculados - Fundos Diversos FUNPERN	-	1.248.528	1.248.528	-
4.1.3.2.1.01.0.1.77	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Lei Pelé	-	323.132	323.132	-
4.1.3.2.1.01.0.1.78	Remuneração Recursos Vinculados - Diretamente Arrecadados - Administração Indireta	-	35.578	35.578	-
4.1.3.2.1.01.0.1.88	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Outras. transf. conv. entidades	-	25.122	25.122	-
4.1.3.2.1.01.0.1.89	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Outros Recursos Vinculados	6.000	-	-	6.000
4.1.3.2.1.01.0.1.98	Remuneração Rec. de Outros Depósitos Não Vinc. - Adm. Direta	-	2.710.795	2.710.795	-
4.1.3.2.1.04	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	13.662.000	14.911.498	1.249.498	-
4.1.3.2.1.04.0.1	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	13.662.000	14.911.498	1.249.498	-
4.1.3.2.1.04.0.1.02	Remuneração dos Investimentos em Rendas Variáveis	1.738.000	1.178.587	-	559.413
4.1.3.2.1.04.0.1.03	Remuneração dos Investimentos em Fundos Imobiliários	963.000	2.857	-	960.143
4.1.3.2.1.04.0.1.04	Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa - Fundo Financeiro	10.561.000	10.619.266	58.266	-
4.1.3.2.1.04.0.1.09	Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa - IPERN	400.000	3.110.788	2.710.788	-
4.1.3.2.1.06	Juros sobre o Capital Próprio	-	5.478.166	5.478.166	-
4.1.3.2.1.06.0.1	Juros sobre o Capital Próprio - Principal	-	5.478.166	5.478.166	-
4.1.3.2.1.06.0.1.01	Juros sobre o Capital Próprio - Administração Direta	-	5.478.166	5.478.166	-
4.1.3.2.2	Dividendos	1.062.000	510.301	-	551.699
4.1.3.2.2.01	Dividendos	1.062.000	510.301	-	551.699
4.1.3.2.2.01.0.1	Dividendos - Principal	1.062.000	510.301	-	551.699
4.1.3.2.2.01.0.1.01	Dividendos - Administração Direta	-	510.301	510.301	-
4.1.3.2.2.01.0.1.03	Dividendos - IPERN	1.062.000	-	-	1.062.000
4.1.3.6	Cessão de Direitos	180.000	384.089.328	383.909.328	-
4.1.3.6.1	Cessão de Direitos	180.000	384.089.328	383.909.328	-
4.1.3.6.1.01	Cessão de Direitos de Operacionalização de Pagamentos	180.000	384.089.328	383.909.328	-
4.1.3.6.1.01.1	Cessão de Direitos de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo	180.000	384.089.328	383.909.328	-
4.1.3.6.1.01.1.1	Cessão de Direitos de Operacionalização de Pagamentos - Princip. Executivo e Legislativo	180.000	384.089.328	383.909.328	-

4.1.3.6.1.01.1.1.01	Cessão de Direitos de Operacionalização de Pagamentos - Executivo e Legislativo	180.000	370.497.489	370.317.489	-
4.1.3.6.1.01.1.1.02	Cessão de Direitos de Oper. de Pagtos - Exec. e Leg. (Compensação de Consignados)	-	13.591.840	13.591.840	-
4.1.3.9	Demais Receitas Patrimoniais	814.000	668.955	-	145.045
4.1.3.9.9	Outras Receitas Patrimoniais	814.000	668.955	-	145.045
4.1.3.9.9.99	Outras Receitas Patrimoniais	814.000	668.955	-	145.045
4.1.3.9.9.99.0.1	Outras Receitas Patrimoniais - Principal	814.000	668.955	-	145.045
4.1.3.9.9.99.0.1.01	Outras Receitas Patrimoniais - Adm. Direta	614.000	668.955	54.955	-
4.1.3.9.9.99.0.1.02	Outras Receitas Patrimoniais - Adm. Indireta	200.000	-	-	200.000
4.1.4	Receita Agropecuária	8.379.000	1.106.173	-	7.272.827
4.1.4.1	Receita Agropecuária	8.379.000	1.106.173	-	7.272.827
4.1.4.1.1	Receita Agropecuária	8.379.000	1.106.173	-	7.272.827
4.1.4.1.1.01	Receita Agropecuária	8.379.000	1.106.173	-	7.272.827
4.1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	5.274.000	1.106.173	-	4.167.827
4.1.4.1.1.01.0.1.01	Receita Agropecuária - Agricultura	1.866.000	-	-	1.866.000
4.1.4.1.1.01.0.1.03	Receita Agropecuária - Pecuária	3.408.000	1.106.173	-	2.301.827
4.1.4.1.1.01.0.5	Receita Agropecuária - Multa Prin	3.105.000	-	-	3.105.000
4.1.4.1.1.01.0.5.01	Receita de Multa da Receita Agropecuária - Agricultura	2.588.000	-	-	2.588.000
4.1.4.1.1.01.0.5.02	Receita de Multa da Receita Agropecuária - Pecuária	517.000	-	-	517.000
4.1.5	Receita Industrial	5.000.000	4.588.974	-	411.026
4.1.5.1	Receita Industrial	5.000.000	4.588.974	-	411.026
4.1.5.1.1	Receita Industrial	5.000.000	4.588.974	-	411.026
4.1.5.1.1.01	Receita Industrial	5.000.000	4.588.974	-	411.026
4.1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	5.000.000	4.588.974	-	411.026
4.1.5.1.1.01.0.1.02	Receita Industrial de Transformação	5.000.000	4.588.974	-	411.026
4.1.6	Receita de Serviços	22.560.000	17.507.014	-	5.052.986
4.1.6.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.452.000	17.489.091	-	4.962.909
4.1.6.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.452.000	17.489.091	-	4.962.909
4.1.6.1.1.01	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	10.392.000	9.361.442	-	1.030.558
4.1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	10.392.000	9.361.442	-	1.030.558
4.1.6.1.1.01.0.1.05	Serviços Educacionais	380.000	379.974	-	26
4.1.6.1.1.01.0.1.06	Serviços Agropecuários	112.000	-	-	112.000
4.1.6.1.1.01.0.1.12	Serviços de Elaboração e Supervisão de Projetos	600.000	-	-	600.000
4.1.6.1.1.01.0.1.16	Serviços Agropecuários - Adm. Indireta	200.000	121.754	-	78.246

4.1.6.1.1.01.0.1.20	Serviço Público Judiciário - Excedente dos Cartórios Regidos por Interinos	-	803.469	803.469,34	-
4.1.6.1.1.01.0.1.21	Serviço Programa Restaurante Popular	9.100.000	8.049.592	-	1.050.408
4.1.6.1.1.01.0.1.99	Outros Serviços Administrativos e Comerciais	-	6.652	6.652	-
4.1.6.1.1.02	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	12.060.000	8.127.649	-	3.932.351
4.1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	12.060.000	8.127.649	-	3.932.351
4.1.6.1.1.02.0.1.01	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos - Saúde	-	35.750	35.750	-
4.1.6.1.1.02.0.1.06	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos - Tribunal de Justiça	-	4.087.440	4.087.440,00	-
4.1.6.1.1.02.0.1.09	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos - Demais Órgãos Adm. Direta	-	-	-	-
4.1.6.1.1.02.0.1.17	Serviços de Inscrição em Processos Seletivos - Defensoria Pública	27.000	-	-	27.000
4.1.6.1.1.02.0.1.20	Serviços de Inscrição em Processos Seletivos - Órgãos Adm. Indireta	26.000	-	-	26.000
4.1.6.1.1.02.0.1.21	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos - Fundos Diversos	12.005.000	799.456	-	11.205.544
4.1.6.1.1.02.0.1.22	Serviços de Inscrição em Processos Seletivos - Fundos Diversos	2.000	-	-	2.000
4.1.6.1.1.02.0.1.23	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos - Fundos	-	3.205.003	3.205.003	-
4.1.6.9	Outros Serviços	108.000	17.923	-	90.077
4.1.6.9.9	Outros Serviços	108.000	17.923	-	90.077
4.1.6.9.9.99	Outros Serviços	108.000	17.923	-	90.077
4.1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	108.000	17.923	-	90.077
4.1.6.9.9.99.0.1.30	Outros Serviços - Vinculado a Fundos Diversos	8.000	-	-	8.000
4.1.6.9.9.99.0.1.98	Outros Serviços - Admin. Indireta	100.000	17.923	-	82.077
4.1.7	Transferências Correntes	8.983.927.181	9.214.605.098	230.677.916	-
4.1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades	7.771.591.955	7.790.704.222	19.112.268	-
4.1.7.1.1	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	6.629.342.000	6.322.444.931	-	306.897.069
4.1.7.1.1.50	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE	6.615.000.000	6.302.735.002	-	312.264.998
4.1.7.1.1.50.0.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - Principal	6.615.000.000	6.302.735.002	-	312.264.998
4.1.7.1.1.50.0.1.01	Cota-Parte do FPE	6.615.000.000	6.302.735.002	-	312.264.998
4.1.7.1.1.53	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	8.040.000	17.144.512	9.104.512	-
4.1.7.1.1.53.0.1	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	8.040.000	17.144.512	9.104.512	-
4.1.7.1.1.53.0.1.01	Cota-Parte do IPI- Estadual	6.153.000	12.858.384	6.705.384	-
4.1.7.1.1.53.0.1.02	Cota-Parte do IPI - Municipal	1.887.000	4.286.127	2.399.127	-
4.1.7.1.1.54	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	6.302.000	2.489.810	-	3.812.190

4.1.7.1.1.54.0.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	6.302.000	2.489.810	-	3.812.190
4.1.7.1.1.54.0.1.01	Cota-Parte CIDE - Estadual	6.302.000	1.867.358	-	4.434.642
4.1.7.1.1.54.0.1.02	Cota-Parte CIDE - Municipal	-	622.453	622.453	-
4.1.7.1.1.55	Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos	-	75.606	75.606	-
4.1.7.1.1.55.0.1	Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos	-	75.606	75.606	-
4.1.7.1.1.55.0.1.01	Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos	-	75.606	75.606	-
4.1.7.1.2	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	271.003.295	283.170.517	12.167.222	-
4.1.7.1.2.51	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	3.295	658.553	655.257	-
4.1.7.1.2.51.0.1	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal	3.295	658.553	655.257	-
4.1.7.1.2.51.0.1.01	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	3.295	658.553	655.257	-
4.1.7.1.2.52	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	271.000.000	282.511.964	11.511.964	-
4.1.7.1.2.52.1	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo Lei nº 7.990/89	154.000.000	166.895.950	12.895.950	-
4.1.7.1.2.52.1.1	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo Lei nº 7.990/90 - Principal	154.000.000	166.895.950	12.895.950	-
4.1.7.1.2.52.1.1.01	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo Lei nº 7.990/90 - Estadual	113.000.000	125.171.962	12.171.962	-
4.1.7.1.2.52.1.1.02	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo Lei nº 7.990/90 - Municipal	41.000.000	41.723.987	723.987	-
4.1.7.1.2.52.2	Cota-parte pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	93.000.000	86.601.363	-	6.398.637
4.1.7.1.2.52.2.1	Cota-parte pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principal	93.000.000	86.601.363	-	6.398.637
4.1.7.1.2.52.2.1.01	Cota-parte pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	93.000.000	86.601.363	-	6.398.637
4.1.7.1.2.52.4	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	24.000.000	29.014.652	5.014.652	-
4.1.7.1.2.52.4.1	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	24.000.000	29.014.652	5.014.652	-
4.1.7.1.2.52.4.1.01	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	24.000.000	29.014.652	5.014.652	-
4.1.7.1.3	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS	446.145.516	577.048.912	130.903.396	-
4.1.7.1.3.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS Repasses Fundo a Fundo - Bloc	446.145.516	577.048.912	130.903.396	-

4.1.7.1.3.50.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	126.500	126.500	-
4.1.7.1.3.50.1.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS Repasses Fundo a Fundo - Bloc	-	126.500	126.500	-
4.1.7.1.3.50.1.1.01	Transferência - SUS - Atenção Básica	-	126.500	126.500	-
4.1.7.1.3.50.2	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	389.231.516	521.164.507	131.932.991	-
4.1.7.1.3.50.2.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	389.231.516	521.164.507	131.932.991	-
4.1.7.1.3.50.2.1.01	Transferência - SUS - Alta e Média Complexidade	389.231.516	521.001.762	131.770.246	-
4.1.7.1.3.50.2.1.10	Transferências SUS - Atenção Especializada - Emendas Parlamentares Individuais	-	162.745	162.745	-
4.1.7.1.3.50.3	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	9.900.000	10.059.916	159.916	-
4.1.7.1.3.50.3.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	9.900.000	10.059.916	159.916	-
4.1.7.1.3.50.3.1.01	Transferência - SUS - Vigilância em Saúde	9.900.000	10.059.916	159.916	-
4.1.7.1.3.50.4	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.900.000	4.736.924	-	163.076
4.1.7.1.3.50.4.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.900.000	4.736.924	-	163.076
4.1.7.1.3.50.4.1.01	Transferência - SUS - Assistência Farmacêutica	4.900.000	4.736.924	-	163.076
4.1.7.1.3.50.5	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	42.114.000	40.961.065	-	1.152.935
4.1.7.1.3.50.5.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	42.114.000	40.961.065	-	1.152.935
4.1.7.1.3.50.5.1.01	Transferência - SUS - Gestão do SUS	42.114.000	500.000	-	41.614.000
4.1.7.1.3.50.5.1.02	Transferência - SUS - Gestão do SUS - Piso Enfermagem	-	40.461.065	40.461.065	-
4.1.7.1.4	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	159.018.000	94.834.231	-	64.183.769
4.1.7.1.4.50	Transferências do Salário-Educação	28.349.000	28.896.823	547.823	-
4.1.7.1.4.50.0.1	Transferências do Salário-Educação - Principal	28.349.000	28.896.823	547.823	-
4.1.7.1.4.50.0.1.01	Transferências do Salário-Educação	28.349.000	28.896.823	547.823	-
4.1.7.1.4.51	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	4.000	240	-	3.760
4.1.7.1.4.51.0.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Principal	4.000	240	-	3.760
4.1.7.1.4.51.0.1.01	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	4.000	240	-	3.760

4.1.7.1.4.52	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	27.199.000	26.280.827	-	918.173
4.1.7.1.4.52.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal	27.199.000	26.280.827	-	918.173
4.1.7.1.4.52.0.1.01	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	27.199.000	26.280.827	-	918.173
4.1.7.1.4.53	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	154.000	428.474	274.474	-
4.1.7.1.4.53.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE -	154.000	428.474	274.474	-
4.1.7.1.4.53.0.1.01	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	154.000	428.474	274.474	-
4.1.7.1.4.99	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	103.312.000	39.227.867	-	64.084.133
4.1.7.1.4.99.0.1	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal	103.312.000	39.227.867	-	64.084.133
4.1.7.1.4.99.0.1.01	Outras Transferências Diretas do FNDE	103.312.000	39.227.867	-	64.084.133
4.1.7.1.5	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento	-	10.930.821	10.930.821	-
4.1.7.1.5.51	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	-	-	-	-
4.1.7.1.5.51.0.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF - Principal	-	-	-	-
4.1.7.1.5.51.0.1.01	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	-	-	-	-
4.1.7.1.5.52	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	-	10.930.821	10.930.821	-
4.1.7.1.5.52.0.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR - Principal	-	10.930.821	10.930.821	-
4.1.7.1.5.52.0.1.01	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	-	10.930.821	10.930.821	-
4.1.7.1.6	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	3.861.000	1.777.347	-	2.083.653
4.1.7.1.6.50	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	3.861.000	1.777.347	-	2.083.653
4.1.7.1.6.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	3.861.000	1.777.347	-	2.083.653
4.1.7.1.6.50.0.1.03	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - AEPETI	3.742.000	-	-	3.742.000
4.1.7.1.6.50.0.1.99	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Outros Recursos	119.000	1.777.347	1.658.347	-

4.1.7.1.7	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	142.669.641	40.207.393	-	102.462.248
4.1.7.1.7.50	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	22.532.248	27.415.652	4.883.404	-
4.1.7.1.7.50.0.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	22.532.248	27.415.652	4.883.404	-
4.1.7.1.7.50.0.1.01	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	22.532.248	499.970	-	22.032.278
4.1.7.1.7.50.0.1.10	Transf de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS - Emenda Parlamentar Individual	-	18.772.549	18.772.549	-
4.1.7.1.7.50.0.1.11	Transf de Convênios da União para o SUS - Emenda Parlamentar Ind Fonte 601	-	1.018.402	1.018.402	-
4.1.7.1.7.50.0.1.20	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Emendas Parlamentar	-	5.028.261	5.028.261	-
4.1.7.1.7.50.0.1.21	Transferências de Convênios da União para o SUS - Emendas de bancada Fonte 601	-	2.096.470	2.096.470	-
4.1.7.1.7.51	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	1.834.000	1.208.212	-	625.788
4.1.7.1.7.51.0.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	1.834.000	1.208.212	-	625.788
4.1.7.1.7.51.0.1.01	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	1.834.000	1.208.212	-	625.788
4.1.7.1.7.52	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	16.665.000	320.777	-	16.344.223
4.1.7.1.7.52.0.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal	16.665.000	320.777	-	16.344.223
4.1.7.1.7.52.0.1.01	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	16.665.000	-	-	16.665.000
4.1.7.1.7.52.0.1.10	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Emenda	-	320.777	320.777	-
4.1.7.1.7.99	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	101.638.393	11.262.752	-	90.375.641
4.1.7.1.7.99.0.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	101.638.393	11.262.752	-	90.375.641
4.1.7.1.7.99.0.1.01	Transferência da União Fundo a Fundo FUNPERN	2.513.531	2.437.606	-	75.925
4.1.7.1.7.99.0.1.10	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Emendas Individuais	-	849.668	849.668	-
4.1.7.1.7.99.0.1.98	Outras Transf. Convênios União - Administração Direta	81.011.862	2.226.888	-	78.784.974
4.1.7.1.7.99.0.1.99	Outras Transf. Convênios União - Administração Indireta	18.113.000	5.748.590	-	12.364.410
4.1.7.1.9	Outras Transferências de Recursos da União e suas Entidades	119.552.502	460.290.070	340.737.568	-
4.1.7.1.9.53	Transferências de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	6.000.000	-	-	6.000.000

4.1.7.1.9.53.0.1	Transferências de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN - Principal	6.000.000	-	-	6.000.000
4.1.7.1.9.53.0.1.01	Transferências de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN	6.000.000	-	-	6.000.000
4.1.7.1.9.54	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	32.593.428	32.392.949	-	200.480
4.1.7.1.9.54.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP - Obrigatórias	32.593.428	32.392.949	-	200.480
4.1.7.1.9.54.1.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP - Obrigatórias - Principal	32.593.428	32.392.949	-	200.480
4.1.7.1.9.54.1.1.01	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública FNSP Obrigatórias	32.593.428	32.392.949	-	200.480
4.1.7.1.9.57	Transferência Especial da União	-	4.510.927	4.510.927	-
4.1.7.1.9.57.0.1	Transferência Especial da União - Principal	-	4.510.927	4.510.927	-
4.1.7.1.9.57.0.1.10	Transferência Especial da União - Emendas Parlamentares Individuais	-	4.364.152	4.364.152	-
4.1.7.1.9.57.0.1.20	Transferência Especial da União - Emendas Parlamentares de Bancada	-	146.775	146.775	-
4.1.7.1.9.62	Transferência da Compensação Financeira das Perdas da LC 194/2022	-	256.669.834	256.669.834	-
4.1.7.1.9.62.0.1	Transf. da Comp. Finan. das Perdas de ICMS - LC 194/2022 - Principal	-	256.669.834	256.669.834	-
4.1.7.1.9.62.0.1.01	Transf. da Comp. Finan. das Perdas de ICMS - LC 194/2022 - Parte Estadual	-	208.143.632	208.143.632	-
4.1.7.1.9.62.0.1.02	Transf. da Comp. Finan. das Perdas de ICMS - LC 194/2022 - Parte Municipal	-	48.526.202	48.526.202	-
4.1.7.1.9.99	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	80.959.074	166.716.361	85.757.287	-
4.1.7.1.9.99.0.1	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal	80.959.074	166.716.361	85.757.287	-
4.1.7.1.9.99.0.1.02	Outras Transferências da União - Situação de Emergência e Calamidade	6.000.000	-	-	6.000.000
4.1.7.1.9.99.0.1.04	Outras Transferências da União - Lei 9.615/1998 - Lei Pelé	1.734.000	199.922	-	1.534.078
4.1.7.1.9.99.0.1.10	Outras Transferências da União - Lei 14.399/2022 - Lei Aldir Blanc 2	33.000.000	29.615.770	-	3.384.230
4.1.7.1.9.99.0.1.11	Outras Transferências da União - Compensação Perdas ICMS Exportação. LC 176/2020.	-	-	-	-
4.1.7.1.9.99.0.1.12	Outras Transferências da União apoio Setor Cultura - Fonte 0.7.15	29.267.527	29.268.971	1.444	-
4.1.7.1.9.99.0.1.13	Outras Transferências da União apoio Setor Cultura - Fonte 0.7.16	10.514.350	10.514.869	519	-
4.1.7.1.9.99.0.1.14	Outras Transfer. da União - Compensação Perdas ICMS Exportação. LC 176/2020. Fonte 501.	-	8.826.601	8.826.601	-
4.1.7.1.9.99.0.1.19	Outras Transferências da União - LC 201/2023, Art. 1º, VII. Recomposição de perdas do FPE	-	87.620.917	87.620.917	-
4.1.7.1.9.99.0.1.98	Outras Transferências da União - Adm. Direta	443.197	669.311	226.114	-
4.1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	21.405	21.405	-

4.1.7.2.9	Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	-	21.405	21.405	-
4.1.7.2.9.50	Transferências de Estados a Consórcios Públicos	-	21.405	21.405	-
4.1.7.2.9.50.0.1	1ransferências de Estados a Consórcios Públicos - Principal	-	21.405	21.405	-
4.1.7.2.9.50.0.1.01	Transferências de Estados a Consórcios - Consórcio Nordeste	-	21.405	21.405	-
4.1.7.3	transferência dos Municípios e de suas Entidades	3.288.000	1.317.199	-	1.970.801
4.1.7.3.2	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	-	200.000	200.000	-
4.1.7.3.2.99	Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	-	200.000	200.000	-
4.1.7.3.2.99.0.1	Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	-	200.000	200.000	-
4.1.7.3.2.99.0.1.01	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	-	200.000	200.000	-
4.1.7.3.9	Outras Transferências dos Municípios	3.288.000	1.117.199	-	2.170.801
4.1.7.3.9.99	Outras Transferências dos Municípios	3.288.000	1.117.199	-	2.170.801
4.1.7.3.9.99.0.1	Outras Transferências dos Municípios - Principal	3.288.000	1.117.199	-	2.170.801
4.1.7.3.9.99.0.1.02	Outras Transferências dos Municípios - Municipalização do DETRAN	3.288.000	1.117.199	-	2.170.801
4.1.7.3.9.99.0.1.04	Outras Transferências dos Municípios - PM	-	-	-	-
4.1.7.4	Transferências de Instituições Privadas	6.026.227	7.587.310	1.561.083	-
4.1.7.4.1	Transferências de Instituições Privadas	6.026.227	7.587.310	1.561.083	-
4.1.7.4.1.01	Transferências de Instituições Privadas	6.000.000	6.723.242	723.242	-
4.1.7.4.1.01.0.1	Transferências de Instituições Privadas - Principal	6.000.000	6.723.242	723.242	-
4.1.7.4.1.01.0.1.01	Transferências de Instituições Privadas para Adm. Direta - FUNDO PROEDI	3.200.000	3.363.866	163.866	-
4.1.7.4.1.01.0.1.02	Transferências de Instituições Privadas pela Adm. Indireta - FUNDO PROEDI	2.800.000	3.359.376	559.376	-
4.1.7.4.1.99	Outras Transferências de Instituições Privadas	26.227	864.068	837.841	-
4.1.7.4.1.99.0.1	Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	26.227	864.068	837.841	-
4.1.7.4.1.99.0.1.01	Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal Doação p/ Saúde	26.227	95.600	69.373	-
4.1.7.4.1.99.0.1.02	Outras Transferências de Instituições Privadas sem fins lucrativos	-	768.468	768.468	-
4.1.7.5	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	1.203.000.000	1.413.743.220	210.743.220	-
4.1.7.5.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e d	1.203.000.000	1.413.493.187	210.493.187	-
4.1.7.5.1.50	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e d	1.203.000.000	1.413.493.187	210.493.187	-
4.1.7.5.1.50.0.1	Transferências de Recursos - FUNDEB - Principal	1.203.000.000	1.413.493.187	210.493.187	-
4.1.7.5.1.50.0.1.01	Transferências de Recursos do FUNDEB	1.203.000.000	1.413.493.187	210.493.187	-

4.1.7.5.9	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	-	250.033	250.033	-
4.1.7.5.9.99	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	-	250.033	250.033	-
4.1.7.5.9.99.0.1	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal	-	250.033	250.033	-
4.1.7.5.9.99.0.1.02	Transferências de Outras Instituições Públicas - Assistência Social	-	250.033	250.033	-
4.1.7.9	Demais Transferências Correntes	21.000	1.231.742	1.210.742	-
4.1.7.9.1	Transferências de Pessoas Físicas	21.000	1.231.742	1.210.742	-
4.1.7.9.1.01	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União	21.000	-	-	21.000
4.1.7.9.1.01.0.1	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	21.000	-	-	21.000
4.1.7.9.1.01.0.1.01	Transferências de Pessoas Físicas	21.000	-	-	21.000
4.1.7.9.1.50	Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde	-	458	458	-
4.1.7.9.1.50.0.1	Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde - Principal	-	458	458	-
4.1.7.9.1.50.0.1.02	Transferências de Pessoas Físicas - COVID-19	-	458	458	-
4.1.7.9.1.99	Outras Transferências de Pessoas Físicas	-	1.231.283	1.231.283	-
4.1.7.9.1.99.0.1	Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	-	1.231.283	1.231.283	-
4.1.7.9.1.99.0.1.01	Transferências de Pessoas Físicas - SEMJIDH	-	1.231.283	1.231.283	-
4.1.9	Outras Receitas Correntes	204.910.084	373.545.296	168.635.213	-
4.1.9.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	30.537.000	55.968.836	25.431.836	-
4.1.9.1.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	30.537.000	55.968.836	25.431.836	-
4.1.9.1.1.01	Multas Previstas em Legislação Específica	22.879.000	51.521.661	28.642.661	-
4.1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	22.794.000	51.065.176	28.271.176	-
4.1.9.1.1.01.0.1.01	Multas por Infração a Legislação de Trânsito	18.349.000	26.771.858	8.422.858	-
4.1.9.1.1.01.0.1.02	Multas por Infração a Legislação de Operação do Transporte Rodoviário	242.000	340.505	98.505	-
4.1.9.1.1.01.0.1.03	Multas por Auto de Infração - Adm. Direta	-	191	191	-
4.1.9.1.1.01.0.1.08	Multa por Infração à Legislação Ambiental	3.000	31.566	28.566	-
4.1.9.1.1.01.0.1.09	Multa por Infração à Legislação do Programa Estadual de Educação e Cidadania Fiscal	4.200.000	19.656.172	15.456.172	-
4.1.9.1.1.01.0.1.10	Multa por Infração à Legislação Agropecuária	-	4.263.713	4.263.713	-
4.1.9.1.1.01.0.1.98	Outras Multas Previstas em Legislação Específica - Adm. Direta	-	1.171	1.171	-
4.1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	1.000	44.805	43.805	-
4.1.9.1.1.01.0.3.02	Dívida Ativa da Multa por Infração de Operação Transporte Rodoviário	1.000	1.350	350	-
4.1.9.1.1.01.0.3.08	Dívida Ativa da Multa por Infração a Legislação Ambiental	-	39.522	39.522	-
4.1.9.1.1.01.0.3.11	Dívida Ativa da Multa por Infração a Legislação Agropecuária	-	3.933	3.933	-
4.1.9.1.1.01.0.7	Multa de Mora - Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	56.000	254.896	198.896	-

4.1.9.1.1.01.0.7.01	Multa de Mora DER - Dívida Ativa	3.000	48	-	2.952
4.1.9.1.1.01.0.7.02	Multa de Mora DER - Dívida Ativa	53.000	-	-	53.000
4.1.9.1.1.01.0.7.08	Dívida Ativa da Multa por Infração a Legislação Ambiental - Multas	-	205.818	205.818	-
4.1.9.1.1.01.0.7.11	Dívida Ativa da Multa por Infração a Legislação Agropecuária - Multas	-	49.030	49.030	-
4.1.9.1.1.01.0.8	Juros de Mora - Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	28.000	156.785	128.785	-
4.1.9.1.1.01.0.8.01	Juros de Mora - Multas Previstas Legislação de Trânsito - Dívida Ativa	1.000	2.193	1.193	-
4.1.9.1.1.01.0.8.02	Juros de Mora - Multas Previstas Legislação DER - Dívida Ativa	27.000	-	-	27.000
4.1.9.1.1.01.0.8.08	Juros de Mora - Multas Previstas Legislação de Ambiental- Dívida Ativa	-	147.280	147.280	-
4.1.9.1.1.01.0.8.11	Juros de Mora - Multas Previstas Legislação Agropecuária - Dívida Ativa	-	7.312	7.312	-
4.1.9.1.1.04	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	1.723.000	1.891.058	168.058	-
4.1.9.1.1.04.0.1	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	1.260.000	1.250.025	-	9.975
4.1.9.1.1.04.0.1.01	Multas Aplicada pelo PROCON	1.260.000	1.250.025	-	9.975
4.1.9.1.1.04.0.3	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa	463.000	195.649	-	267.351
4.1.9.1.1.04.0.3.01	Dívida Ativa da Multa Aplicadas pelo PROCON	463.000	195.649	-	267.351
4.1.9.1.1.04.0.7	Multa de Mora - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida	-	266.167	266.167	-
4.1.9.1.1.04.0.7.01	Multa de Mora Procon - Dívida Ativa	-	266.167	266.167	-
4.1.9.1.1.04.0.8	Juros de Mora - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida	-	179.217	179.217	-
4.1.9.1.1.04.0.8.01	Juros de Mora PROCON - Dívida Ativa	-	179.217	179.217	-
4.1.9.1.1.07	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	1.712.000	1.236.755	-	475.245
4.1.9.1.1.07.0.1	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	961.000	589.705	-	371.295
4.1.9.1.1.07.0.1.01	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	961.000	589.705	-	371.295
4.1.9.1.1.07.0.3	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Dívida Ativa	751.000	406.603	-	344.397
4.1.9.1.1.07.0.3.01	Multas Aplicadas pelo TCE - Dívida Ativa	751.000	406.603	-	344.397
4.1.9.1.1.07.0.7	Multa de Mora - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Dívida Ativa	-	5.440	5.440	-
4.1.9.1.1.07.0.7.01	Dívida Ativa - Multa de Mora TCE	-	5.440	5.440	-
4.1.9.1.1.07.0.8	Juros de Mora - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Dívida Ativa	-	235.005	235.005	-
4.1.9.1.1.07.0.8.01	Dívida Ativa - Juros de Mora TCE	-	235.005	235.005	-
4.1.9.1.1.08	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	3.723.000	286.625	-	3.436.375
4.1.9.1.1.08.0.1	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	3.723.000	182.305	-	3.540.695

4.1.9.1.1.08.0.1.01	Multas Decorrentes Sentença Penal Condenatória	3.723.000	182.305	-	3.540.695
4.1.9.1.1.08.0.3	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Dívida Ativa	-	12.825	12.825	-
4.1.9.1.1.08.0.3.02	Aplicação de Multas criminais para FUNPERN - Dívida Ativa	-	12.825	12.825	-
4.1.9.1.1.08.0.7	Multa de mora sobre Custas Judiciais - Dívida Ativa	-	54.446	54.446	-
4.1.9.1.1.08.0.7.01	Multa de mora SEJUC - Dívida Ativa	-	574	574	-
4.1.9.1.1.08.0.7.02	Multa de mora sobre infração criminal para FUNPERN - Dívida Ativa	-	53.872	53.872	-
4.1.9.1.1.08.0.8	Juros de mora sobre Custas Judiciais - Dívida Ativa	-	37.049	37.049	-
4.1.9.1.1.08.0.8.02	Juros de mora sobre infração criminal para FUNPERN - Dívida Ativa	-	37.049	37.049	-
4.1.9.1.1.09	Multas e Juros Previstos em Contratos	500.000	1.032.737	532.737	-
4.1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	500.000	1.032.737	532.737	-
4.1.9.1.1.09.0.1.01	Multas e Juros Previstos em Contrato - Adm. Direta	-	721.736	721.736	-
4.1.9.1.1.09.0.1.03	Multas e Juros Previstos em Contrato - Imobiliário - IPERN	500.000	311.001	-	188.999
4.1.9.2	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.017.000	18.150.286	13.133.286	-
4.1.9.2.2	Restituições	4.025.000	15.316.667	11.291.667	-
4.1.9.2.2.01	Restituição de Convênios	9.000	1.170.924	1.161.924	-
4.1.9.2.2.01.1	Restituição de Convênios - Primárias	9.000	1.168.345	1.159.345	-
4.1.9.2.2.01.1.1	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	9.000	1.168.345	1.159.345	-
4.1.9.2.2.01.1.1.03	Restituição de Convênios - Fonte 0.100 (saldo remanescente).	-	1.031.042	1.031.042	-
4.1.9.2.2.01.1.1.05	Restituição de Convênios - Fonte 0.759	-	73.829	73.829	-
4.1.9.2.2.01.1.1.45	Restituição de Convênios - FR 0290	9.000	63.474	54.474	-
4.1.9.2.2.01.2	Restituição de Convênios - Financeiras	-	2.580	2.580	-
4.1.9.2.2.01.2.1	Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	-	2.580	2.580	-
4.1.9.2.2.01.2.1.03	Restituição de Convênios - Financeiro 0.250	-	2.580	2.580	-
4.1.9.2.2.03	Restituição de Benefícios Previdenciários	1.084.000	316.707	-	767.293
4.1.9.2.2.03.0.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	1.084.000	316.707	-	767.293
4.1.9.2.2.03.0.1.01	Restituição de Benefícios Previdenciários	1.084.000	316.707	-	767.293
4.1.9.2.2.06	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	-	1.875.289	1.875.289	-
4.1.9.2.2.06.3	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores	-	1.875.289	1.875.289	-
4.1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	-	1.875.289	1.875.289	-
4.1.9.2.2.06.3.1.01	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.754.000148	-	16.095	16.095	-
4.1.9.2.2.06.3.1.02	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.150	-	-	-	-
4.1.9.2.2.06.3.1.03	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.100	-	1.587.410	1.587.410	-

4.1.9.2.2.06.3.1.04	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.501	-	15.194	15.194	-
4.1.9.2.2.06.3.1.05	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.2.81	-	81.116	81.116	-
4.1.9.2.2.06.3.1.07	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.669	-	116.018	116.018	-
4.1.9.2.2.06.3.1.08	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.761	-	27.547	27.547	-
4.1.9.2.2.06.3.1.09	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.660	-	1.850	1.850	-
4.1.9.2.2.06.3.1.10	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Fonte 0.544	-	30.059	30.059	-
4.1.9.2.2.99	Outras Restituições	2.932.000	11.953.746	9.021.746	-
4.1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	2.932.000	11.953.746	9.021.746	-
4.1.9.2.2.99.0.1.01	Outras Restituições - Salário Educação	-	423.028	423.028	-
4.1.9.2.2.99.0.1.02	Outras Restituições - PNAE	-	8.549	8.549	-
4.1.9.2.2.99.0.1.03	Outras Restituições - Recursos do Tesouro - Educação	-	740.847	740.847	-
4.1.9.2.2.99.0.1.04	Outras Restituições - FNDE	-	15.131	15.131	-
4.1.9.2.2.99.0.1.06	Outras Restituições - Recursos do Tesouro - CAF	-	6.904.579	6.904.579	-
4.1.9.2.2.99.0.1.13	Outras Restituições - Recursos de Convênios - Adm. Direta	-	816	816	-
4.1.9.2.2.99.0.1.16	Outras Restituições - IPERN - restituição ao Erário Inativo	2.895.000	2.631.692	-	263.308
4.1.9.2.2.99.0.1.17	Outras Restituições - Recursos do FNAS	-	90	90	-
4.1.9.2.2.99.0.1.97	Outras Restituições - Adm. Direta - F. 501	-	8.001	8.001	-
4.1.9.2.2.99.0.1.98	Outras Restituições - Adm. Direta	11.000	1.219.711	1.208.711	-
4.1.9.2.2.99.0.1.99	Outras Restituições - Adm. Indireta	26.000	1.302	-	24.698
4.1.9.2.3	Ressarcimentos	992.000	2.833.619	1.841.619	-
4.1.9.2.3.01	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde	390.000	1.391	-	388.609
4.1.9.2.3.01.0.1	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal	390.000	1.391	-	388.609
4.1.9.2.3.01.0.1.01	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde	390.000	1.391	-	388.609
4.1.9.2.3.02	Ressarcimento de Custos	602.000	2.626.877	2.024.877	-
4.1.9.2.3.02.0.1	Ressarcimento de Custos - Principal	602.000	2.626.877	2.024.877	-
4.1.9.2.3.02.0.1.01	Ressarcimento Pessoal Cedido - Adm. Direta	-	1.122.170	1.122.170	-
4.1.9.2.3.02.0.1.02	Ressarcimento Pessoal Cedido - Adm. Indireta	602.000	1.404.925	802.925	-
4.1.9.2.3.02.0.1.03	Ressarcimento - Apenados	-	99.781	99.781	-

4.1.9.2.3.99	Outros Ressarcimentos	-	205.351	205.351	-
4.1.9.2.3.99.0.3	Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa	-	130.429	130.429	-
4.1.9.2.3.99.0.3.02	Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa	-	110.220	110.220	-
4.1.9.2.3.99.0.3.03	Outros Ressarcimentos SEEC - Dívida Ativa	-	1.606	1.606	-
4.1.9.2.3.99.0.3.04	Outros Ressarcimentos SESAP - Dívida Ativa	-	1.112	1.112	-
4.1.9.2.3.99.0.3.05	Outros Ressarcimentos SEAD - Dívida Ativa	-	17.491	17.491	-
4.1.9.2.3.99.0.7	Outros Ressarcimentos - Multas da Dívida Ativa	-	7.909	7.909	-
4.1.9.2.3.99.0.7.02	Outros Ressarcimentos Demais Órgão - Multa Dívida Ativa	-	6.032	6.032	-
4.1.9.2.3.99.0.7.03	Outros Ressarcimentos SEEC - Multa Dívida Ativa	-	274	274	-
4.1.9.2.3.99.0.7.04	Outros Ressarcimentos SESAP - Multa Dívida Ativa	-	1.265	1.265	-
4.1.9.2.3.99.0.7.05	Outros Ressarcimentos SEAD - Multa Dívida Ativa	-	207	207	-
4.1.9.2.3.99.0.7.06	Outros Ressarcimentos SESED - Multa Dívida Ativa	-	130	130	-
4.1.9.2.3.99.0.8	Outros Res Juros da Dívida Ativa	-	67.014	67.014	-
4.1.9.2.3.99.0.8.02	Outros Ressarcimentos Demais Órgão - Juros Dívida Ativa	-	60.309	60.309	-
4.1.9.2.3.99.0.8.03	Outros Ressarcimentos SEEC - Juros Dívida Ativa	-	1.919	1.919	-
4.1.9.2.3.99.0.8.04	Outros Ressarcimentos SESAP - Juros Dívida Ativa	-	4.053	4.053	-
4.1.9.2.3.99.0.8.05	Outros Ressarcimentos SEAD - Juros Dívida Ativa	-	732	732	-
4.1.9.9	Demais Receitas Correntes	169.356.084	299.426.174	130.070.090	-
4.1.9.9.9	Outras Receitas Correntes	169.356.084	299.426.174	130.070.090	-
4.1.9.9.9.03	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Siste	32.912.000	58.982.276	26.070.276	-
4.1.9.9.9.03.0.1	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	32.912.000	58.982.276	26.070.276	-
4.1.9.9.9.03.0.1.01	Compensação Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Prev. Servidores	32.912.000	58.982.276	26.070.276	-
4.1.9.9.9.12	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	146.000	167.903	21.903	-
4.1.9.9.9.12.2	Ônus de Sucumbência	146.000	167.903	21.903	-
4.1.9.9.9.12.2.1	Ônus de Sucumbência - Principal	146.000	167.903	21.903	-
4.1.9.9.9.12.2.1.01	Honorários Advocatícios - Adm. Direta	-	-	-	-
4.1.9.9.9.12.2.1.03	Honorários Advocatícios - Fundos Diversos	146.000	167.903	21.903	-
4.1.9.9.9.99	Outras Receitas	136.298.084	240.275.995	103.977.911	-
4.1.9.9.9.99.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias	136.298.084	240.275.995	103.977.911	-
4.1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias- Principal	136.298.084	240.275.995	103.977.911	-

4.1.9.9.9.99.2.1.91	Outras Receitas – Adm. Indireta Recursos Diretamente Arrecadados	4.000	-	-	4.000
4.1.9.9.9.99.2.1.92	Outras Receitas - Adm. Direta Recursos Diversos - Vinculados à Saúde	620.000	-	-	620.000
4.1.9.9.9.99.2.1.93	Depósitos Judiciais - Estado é Parte	79.615.284	106.251.264	26.635.980	-
4.1.9.9.9.99.2.1.94	Outras Receitas - Tesouro	-	99.818.654	99.818.654	-
4.1.9.9.9.99.2.1.95	Outras Receitas - FEAS	5.115.000	312.055	-	4.802.945
4.1.9.9.9.99.2.1.96	Outras Receitas - Fundos Diversos	-	381.384	381.384	-
4.1.9.9.9.99.2.1.98	Outras Receitas - Adm. Direta Recursos Diversos	50.238.800	32.991.753	-	17.247.047
4.1.9.9.9.99.2.1.99	Outras Receitas - Adm. Indireta Recursos Diversos	705.000	520.885	-	184.115
4.2	Receitas de Capital	443.998.634	270.091.687	-	173.906.947
4.2.1	Operações de Crédito	143.655.000	64.270.013	-	79.384.987
4.2.1.1	Operações de Crédito - Mercado Interno	42.655.000	5.779.516	-	36.875.484
4.2.1.1.2	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	31.494.000	-	-	31.494.000
4.2.1.1.2.56	Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	31.494.000	-	-	31.494.000
4.2.1.1.2.56.0.1	Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular - Principal	31.494.000	-	-	31.494.000
4.2.1.1.2.56.0.1.01	Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	31.494.000	-	-	31.494.000
4.2.1.1.9	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	11.161.000	5.779.516	-	5.381.484
4.2.1.1.9.99	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	11.161.000	5.779.516	-	5.381.484
4.2.1.1.9.99.0.1	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	11.161.000	5.779.516	-	5.381.484
4.2.1.1.9.99.0.1.01	Operações de Crédito Internas para Programas de Infraestrutura	-	5.779.516	5.779.516	-
4.2.1.1.9.99.0.1.02	Operações de Crédito Internas para Programas de Rodovias	11.161.000	-	-	11.161.000
4.2.1.2	Operações de Crédito - Mercado Externo	101.000.000	58.490.498	-	42.509.502
4.2.1.2.2	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo	101.000.000	58.490.498	-	42.509.502
4.2.1.2.2.01	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo	65.000.000	58.490.498	-	6.509.502
4.2.1.2.2.01.0.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	65.000.000	58.490.498	-	6.509.502
4.2.1.2.2.01.0.1.01	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - RN Sustentável	65.000.000	58.490.498	-	6.509.502
4.2.1.2.2.54	Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	36.000.000	-	-	36.000.000
4.2.1.2.2.54.0.1	Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal	36.000.000	-	-	36.000.000
4.2.1.2.2.54.0.1.01	Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	36.000.000	-	-	36.000.000
4.2.2	Alienação de Bens	103.000	132.600	29.600	-
4.2.2.1	Alienação de Bens Móveis	103.000	132.600	29.600	-
4.2.2.1.3	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	103.000	132.600	29.600	-

4.2.2.1.3.01	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	103.000	132.600	29.600	-
4.2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	103.000	132.600	29.600	-
4.2.2.1.3.01.0.1.01	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Adm. Direta	-	132.600	132.600	-
4.2.2.1.3.01.0.1.02	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Adm. Indireta	103.000	-	-	103.000
4.2.3	Amortização de Empréstimos	3.305.000	2.778.963	-	526.037
4.2.3.1	Amortização de Empréstimos	3.305.000	2.778.963	-	526.037
4.2.3.1.1	Amortização de Empréstimos	3.305.000	2.778.963	-	526.037
4.2.3.1.1.07	Amortização de Financiamentos	3.305.000	2.778.963	-	526.037
4.2.3.1.1.07.1	Amortização de Financiamentos em Geral	3.305.000	2.778.963	-	526.037
4.2.3.1.1.07.1.1	Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	3.305.000	2.778.963	-	526.037
4.2.3.1.1.07.1.1.01	Amortização de Financiamentos Habitacional	3.305.000	2.778.963	-	526.037
4.2.4	Transferências de Capital	264.020.151	147.602.228	-	116.417.923
4.2.4.1	Transferências da União e de suas Entidades	233.564.251	147.264.333	-	86.299.918
4.2.4.1.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	12.000.000	7.534.808	-	4.465.192
4.2.4.1.1.51	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS - Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação	12.000.000	7.534.808	-	4.465.192
4.2.4.1.1.51.2	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	12.000.000	7.534.808	-	4.465.192
4.2.4.1.1.51.2.1	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	12.000.000	7.534.808	-	4.465.192
4.2.4.1.1.51.2.1.01	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	12.000.000	272.932	-	11.727.068
4.2.4.1.1.51.2.1.10	Transf de Rec. do Bloco de Estrut da Rede de Serv. Públ de Saúde - Emenda individual	-	7.261.876	7.261.876	-
4.2.4.1.2	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE	11.224.000	10.008.971	-	1.215.029
4.2.4.1.2.50	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	11.224.000	10.008.971	-	1.215.029
4.2.4.1.2.50.1	Transf para o Programa de Apoio ao Transp. Escolar para Educação Básica Caminho da Escola	-	4.349.568	4.349.568	-
4.2.4.1.2.50.1.1	Transf para o Prog de Apoio ao Transp. Escolar para Educação Básica - Caminho da Escola Principal	-	4.349.568	4.349.568	-
4.2.4.1.2.50.1.1.01	Transf para o Prog de Apoio ao Transp. Escolar para Educação Básica - Caminho da Escola Principal	-	4.349.568	4.349.568	-
4.2.4.1.2.50.9	Outras transferências destinadas a Programas de Educação	11.224.000	5.659.404	-	5.564.596
4.2.4.1.2.50.9.1	Outras transferências destinadas a Programas de Educação - Principal	11.224.000	5.659.404	-	5.564.596
4.2.4.1.2.50.9.1.01	Outras transferências destinadas a Programas de Educação	11.224.000	5.659.404	-	5.564.596

4.2.4.1.3	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS	236.000	-	-	236.000
4.2.4.1.3.50	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS	236.000	-	-	236.000
4.2.4.1.3.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS - Principal	236.000	-	-	236.000
4.2.4.1.3.50.0.1.01	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS	236.000	-	-	236.000
4.2.4.1.4	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	191.435.213	93.079.327	-	98.355.886
4.2.4.1.4.50	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS	1.711.878	3.900.855	2.188.977	-
4.2.4.1.4.50.0.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS - Principal	1.711.878	3.900.855	2.188.977	-
4.2.4.1.4.50.0.1.01	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS	1.711.878	1.362.000	-	349.878
4.2.4.1.4.50.0.1.10	Transf de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS - Emendas Individuais	-	250.000	250.000	-
4.2.4.1.4.50.0.1.20	Transf de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS - Emendas de Bancada	-	2.288.855	2.288.855	-
4.2.4.1.4.51	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Educação	-	2.348.827	2.348.827	-
4.2.4.1.4.51.0.1	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Educação - Principal	-	2.348.827	2.348.827	-
4.2.4.1.4.51.0.1.10	Transf de Convênios da União destinadas a Programas de Educação - Emendas Individuais	-	1.554.470	1.554.470	-
4.2.4.1.4.51.0.1.20	Transf de Convênios da União destinadas a Programas de Educação - Emendas de Bancada	-	794.357	794.357	-
4.2.4.1.4.99	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	189.723.335	86.829.645	-	102.893.690
4.2.4.1.4.99.0.1	Outras Transferências de Convênios da União e das Suas Entidades-Principal	189.723.335	86.829.645	-	102.893.690
4.2.4.1.4.99.0.1.10	Outras Transferências de Convênios da União e das Suas Entidades - E.I	-	3.314.705	3.314.705	-
4.2.4.1.4.99.0.1.20	Outras Transferências de Convênios da União e das Suas Entidades - Emenda Bancada	-	11.603.239	11.603.239	-
4.2.4.1.4.99.0.1.21	Outras Transf de Convênios da União e das Suas Entidades - Emenda Bancada - Auxílios	-	18.992.366	18.992.366	-
4.2.4.1.4.99.0.1.98	Outras Transferências de Convênios da União e das Suas Entidades - Adm. Direta	159.341.335	52.919.336	-	106.421.999
4.2.4.1.4.99.0.1.99	Outras Transferências de Convênios da União e das Suas Entidades - Adm. Indireta	30.382.000	-	-	30.382.000

4.2.4.1.9	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	18.669.038	36.641.226	17.972.188	-
4.2.4.1.9.51	Transferência Especial da União	350.038	10.376.153	10.026.115	-
4.2.4.1.9.51.0.1	Transferência Especial da União	350.038	10.376.153	10.026.115	-
4.2.4.1.9.51.0.1.10	Transferência Especial da União	350.038	10.376.153	10.026.115	-
4.2.4.1.9.99	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	18.319.000	26.265.073	7.946.073	-
4.2.4.1.9.99.0.1	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal	18.319.000	26.265.073	7.946.073	-
4.2.4.1.9.99.0.1.02	Transferências de Convênio Destinados à Assistência Social	247.000	-	-	247.000
4.2.4.1.9.99.0.1.05	Outras Transferências da União - FNSP - SUSP/Lei 13756/2018	18.072.000	26.265.073	8.193.073	-
4.2.4.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	30.428.000	-	-	30.428.000
4.2.4.2.2	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades	30.428.000	-	-	30.428.000
4.2.4.2.2.01	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades	1.935.000	-	-	1.935.000
4.2.4.2.2.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades - Principal	1.935.000	-	-	1.935.000
4.2.4.2.2.01.0.1.01	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades	1.935.000	-	-	1.935.000
4.2.4.2.2.51	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação	28.493.000	-	-	28.493.000
4.2.4.2.2.51.0.1	Transferências de Convênios dos Estados - Programas de Educação - Principal	28.493.000	-	-	28.493.000
4.2.4.2.2.51.0.1.01	Transferências de Convênios dos Estados - Programas de Educação	28.493.000	-	-	28.493.000
4.2.4.6	Transferências do Exterior	27.900	337.895	309.995	-
4.2.4.6.1	Transferências do Exterior	27.900	337.895	309.995	-
4.2.4.6.1.99	Outras Transferências do Exterior	27.900	337.895	309.995	-
4.2.4.6.1.99.0.1	Outras Transferências do Exterior - Principal	27.900	337.895	309.995	-
4.2.4.6.1.99.0.1.01	Outras Transferências do Exterior - Principal - BM	27.900	337.895	309.995	-
4.2.9	Outras Receitas de Capital	32.915.483	55.307.883	22.392.400	-
4.2.9.9	Demais Receitas de Capital	32.915.483	55.307.883	22.392.400	-
4.2.9.9.9	Outras Receitas de Capital	32.915.483	55.307.883	22.392.400	-
4.2.9.9.9.99	Outras Receitas de Capital	32.915.483	55.307.883	22.392.400	-
4.2.9.9.9.99.0.1	Outras Receitas de Capital	32.915.483	55.307.883	22.392.400	-
4.2.9.9.9.99.0.1.01	Depósitos Judiciais que o Estado não é parte	32.915.483	55.307.883	22.392.400	-
4.7	Receitas Intraorçamentárias Correntes	2.082.340.761	2.375.963.136	293.622.375	-
4.7.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	180.090	180.090	-
4.7.1.2	Taxas	-	180.090	180.090	-
4.7.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	180.090	180.090	-

4.7.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	-	180.090	180.090	-
4.7.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	-	180.090	180.090	-
4.7.1.2.1.01.0.1.09	Taxa de Prevenção contra Sinistro	-	22.403	22.403	-
4.7.1.2.1.01.0.1.14	Taxa de Registro de Veículo e Habilitação	-	157.687	157.687	-
4.7.2	Contribuições	2.041.416.000	2.337.871.280	296.455.280	-
4.7.2.1	Contribuições Sociais	2.041.416.000	2.337.871.280	296.455.280	-
4.7.2.1.5	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	2.041.416.000	2.337.871.280	296.455.280	-
4.7.2.1.5.01	Contribuição do Servidor Civil	-	-	-	-
4.7.2.1.5.01.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo	-	-	-	-
4.7.2.1.5.01.1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	-	-	-	-
4.7.2.1.5.01.1.1.01	Poder Executivo - Ativo Civil	-	-	-	-
4.7.2.1.5.02	Contribuição Patronal - Servidor Civil	942.700.000	1.001.492.137	58.792.137	-
4.7.2.1.5.02.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	942.700.000	1.001.492.137	58.792.137	-
4.7.2.1.5.02.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	942.700.000	1.001.492.137	58.792.137	-
4.7.2.1.5.02.1.1.01	CPSSS - Patronal- Poder Executivo - Ativo Civil	764.166.000	788.514.747	24.348.747	-
4.7.2.1.5.02.1.1.02	CPSSS- Patronal -Assembleia Legislativa - Ativo Civil	15.530.000	12.748.035	-	2.781.965
4.7.2.1.5.02.1.1.03	CPSSS- Patronal- Tribunal de Contas - Ativo Civil	10.735.000	11.109.816	374.816	-
4.7.2.1.5.02.1.1.04	CPSSS- Patronal- Tribunal de Justiça - Ativo Civil	105.934.000	114.170.617	8.236.617	-
4.7.2.1.5.02.1.1.05	CPSSS- Patronal- Defensoria Pública - Ativo Civil	10.041.000	9.815.271	-	225.729
4.7.2.1.5.02.1.1.06	CPSSS- Patronal- Ministério Público - Ativo Civil	36.294.000	37.218.651	924.651	-
4.7.2.1.5.02.1.1.07	COTA Patronal- Taxa Administração	-	27.915.000	27.915.000	-
4.7.2.1.5.50	Contribuição Patronal - Servidor Civil Inativo e Pensionistas	1.098.716.000	1.301.637.620	202.921.620	-
4.7.2.1.5.50.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil - Inativo	997.035.000	1.123.628.231	126.593.231	-
4.7.2.1.5.50.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil - Inativo - Principal	997.035.000	1.123.628.231	126.593.231	-
4.7.2.1.5.50.1.1.01	CPSSS- Patronal- Poder Executivo - Inativo Civil	945.746.000	1.039.057.771	93.311.771	-
4.7.2.1.5.50.1.1.02	CPSSS- Patronal- Assembleia Legislativa - Inativo Civil	16.240.000	27.457.812	11.217.812	-
4.7.2.1.5.50.1.1.03	CPSSS- Patronal- Tribunal de Contas - Inativo Civil	5.353.000	8.065.717	2.712.717	-
4.7.2.1.5.50.1.1.04	CPSSS- Patronal- Tribunal de Justiça - Inativo Civil	20.663.000	35.327.392	14.664.392	-
4.7.2.1.5.50.1.1.05	CPSSS- Patronal- Defensoria Pública - Inativo Civil	106.000	141.777	35.777	-
4.7.2.1.5.50.1.1.06	CPSSS- Patronal- Ministério Público - Inativo Civil	8.927.000	13.577.762	4.650.762	-
4.7.2.1.5.50.2	Contribuição Patronal - Servidor Civil - Pensionistas	101.681.000	178.009.389	76.328.389	-
4.7.2.1.5.50.2.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil - Pensionistas - Principal	101.681.000	178.009.389	76.328.389	-
4.7.2.1.5.50.2.1.01	CPSSS- Patronal-Pensionista Civil - Poder Executivo	90.613.000	150.661.868	60.048.868	-

4.7.2.1.5.50.2.1.02	CPSSS- Patronal- Pensionista Civil - Assembleia Legislativa	-	3.767.632	3.767.632	-
4.7.2.1.5.50.2.1.03	CPSSS- Patronal- Pensionista Civil - Tribunal de Contas	-	1.894.210	1.894.210	-
4.7.2.1.5.50.2.1.04	CPSSS- Patronal- Pensionista Civil - Tribunal de Justiça	11.068.000	18.181.762	7.113.762	-
4.7.2.1.5.50.2.1.06	CPSSS- Patronal- Pensionista Civil - Ministério Público	-	3.503.917	3.503.917	-
4.7.2.1.5.53	Contribuição Patronal - Militar	-	34.741.523	34.741.523	-
4.7.2.1.5.53.1	Contribuição Patronal - Militar Ativo	-	13.719.828	13.719.828	-
4.7.2.1.5.53.1.1	Contribuição Patronal - Militar Ativo - Principal	-	13.719.828	13.719.828	-
4.7.2.1.5.53.1.1.01	Contribuição Patronal - Militar Ativo	-	13.719.828	13.719.828	-
4.7.2.1.5.53.2	Contribuição Patronal - Militar Inativo	-	21.021.695	21.021.695	-
4.7.2.1.5.53.2.1	Contribuição Patronal - Militar Inativo - Principal	-	21.021.695	21.021.695	-
4.7.2.1.5.53.2.1.01	Contribuição Patronal - Militar Inativo	-	21.021.695	21.021.695	-
4.7.5	Receita Industrial	956.000	1.386.444	430.444	-
4.7.5.1	Receita Industrial	956.000	1.386.444	430.444	-
4.7.5.1.1	Receita Industrial	956.000	1.386.444	430.444	-
4.7.5.1.1.01	Receita Industrial	956.000	1.386.444	430.444	-
4.7.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	956.000	1.386.444	430.444	-
4.7.5.1.1.01.0.1.02	Receita Industrial de Publicidade e Propaganda	956.000	1.386.444	430.444	-
4.7.6	Receita de Serviços	28.968.761	4.275.043	-	24.693.718
4.7.6.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	28.968.761	4.275.043	-	24.693.718
4.7.6.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	28.968.761	4.275.043	-	24.693.718
4.7.6.1.1.01	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	28.968.761	4.275.043	-	24.693.718
4.7.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	28.968.761	4.275.043	-	24.693.718
4.7.6.1.1.01.0.1.01	Receita de Serviços - Administração do Fundo Previdenciário	27.900.000	-	-	27.900.000
4.7.6.1.1.01.0.1.02	Outras Restituições - Acordo MPRN Duodécimo	1.068.761	4.275.043	3.206.282	-
4.7.9	Outras Receitas Correntes	11.000.000	32.250.279	21.250.279	-
4.7.9.2	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	11.000.000	32.250.279	21.250.279	-
4.7.9.2.2	Restituições	11.000.000	32.250.279	21.250.279	-
4.7.9.2.2.99	Outras Restituições	11.000.000	32.250.279	21.250.279	-
4.7.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	11.000.000	32.250.279	21.250.279	-
4.7.9.2.2.99.0.1.01	Outras Restituições - Acordo TCE Duodécimo	11.000.000	-	-	11.000.000
4.7.9.2.2.99.0.1.02	Outras Restituições - Acordo MPRN Duodécimo	-	-	-	-
4.7.9.2.2.99.0.1.03	Outras Restituições Diversos	-	32.250.279	32.250.279	-
DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (II)		**4.454.863.000**	**5.090.602.666**	**635.739.666**	**-**

4.1	Receitas Correntes	4.454.863.000	5.062.687.666	607.824.666	-
4.1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.087.746.000	3.675.287.478	587.541.478	-
4.1.1.1	Impostos	3.087.746.000	3.674.984.830	587.238.830	-
4.1.1.1.2	Impostos sobre o Patrimônio	387.637.000	375.975.588	-	11.661.412
4.1.1.1.2.51	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	381.879.000	370.165.950	-	11.713.050
4.1.1.1.2.51.0.1	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	358.212.000	368.256.421	10.044.421	-
4.1.1.1.2.51.0.1.01	IPVA - Estadual	59.702.000	61.443.874	1.741.874	-
4.1.1.1.2.51.0.1.02	IPVA - Municipal	298.510.000	306.812.547	8.302.547	-
4.1.1.1.2.51.0.3	IPVA- Dívida Ativa Principal	21.169.000	1.342.558	-	19.826.442
4.1.1.1.2.51.0.3.01	IPVA - Estadual	3.528.000	76.203	-	3.451.797
4.1.1.1.2.51.0.3.02	IPVA - Municipal	17.641.000	1.266.354	-	16.374.646
4.1.1.1.2.51.0.5	Multa da Receita Principal de IPVA	505.000	-	-	505.000
4.1.1.1.2.51.0.5.01	IPVA - Estadual	84.000	-	-	84.000
4.1.1.1.2.51.0.5.02	IPVA - Municipal	421.000	-	-	421.000
4.1.1.1.2.51.0.6	Juros da Receita Principal de IPVA	522.000	-	-	522.000
4.1.1.1.2.51.0.6.01	IPVA - Estadual	87.000	-	-	87.000
4.1.1.1.2.51.0.6.02	IPVA - Municipal	435.000	-	-	435.000
4.1.1.1.2.51.0.7	Multas da Dívida Ativa de IPVA	536.000	231.152	-	304.848
4.1.1.1.2.51.0.7.01	IPVA - Estadual	536.000	12.513	-	523.487
4.1.1.1.2.51.0.7.02	IPVA - Municipal	-	218.639	218.639	-
4.1.1.1.2.51.0.8	Juros da Dívida Ativa de IPVA	935.000	335.820	-	599.180
4.1.1.1.2.51.0.8.01	IPVA - Estadual	935.000	23.131	-	911.869
4.1.1.1.2.51.0.8.02	IPVA - Municipal	-	312.689	312.689	-
4.1.1.1.2.52	Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - ITCD	5.758.000	5.809.638	51.638	-
4.1.1.1.2.52.0.1	Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Principal	5.499.000	5.809.638	310.638	-
4.1.1.1.2.52.0.1.01	ITCD	5.499.000	5.809.638	310.638	-
4.1.1.1.2.52.0.3	Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa	165.000	-	-	165.000
4.1.1.1.2.52.0.3.01	Dívida Ativa de ITCD	165.000	-	-	165.000
4.1.1.1.2.52.0.5	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - Multas	7.000	-	-	7.000
4.1.1.1.2.52.0.5.01	Multas de Mora - Impostos sobre Transmissão Causa Mortis e Doações	7.000	-	-	7.000
4.1.1.1.2.52.0.6	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - Juros de Mora	8.000	-	-	8.000

4.1.1.1.2.52.0.6.01	Juros de Mora - Impostos sobre Transmissão de Causa Mortis e Doações	8.000	-	-	8.000
4.1.1.1.2.52.0.7	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Dir - Multas da Dívida Ativa	27.000	-	-	27.000
4.1.1.1.2.52.0.7.01	Multas da Dívida Ativa de ITCD	27.000	-	-	27.000
4.1.1.1.2.52.0.8	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - Juros de Mora da D. A	52.000	-	-	52.000
4.1.1.1.2.52.0.8.01	Juros de Mora da Dívida Ativa de ITCD	52.000	-	-	52.000
4.1.1.1.3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	-	2.571	2.571	-
4.1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	-	2.571	2.571	-
4.1.1.1.3.03.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	-	2.262	2.262	-
4.1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	-	2.262	2.262	-
4.1.1.1.3.03.1.1.01	IRRF - Trabalho	-	2.262	2.262	-
4.1.1.1.3.03.4	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	-	309	309	-
4.1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	-	309	309	-
4.1.1.1.3.03.4.1.02	IRRF - Outros Rendimentos Pessoa Jurídica	-	309	309	-
4.1.1.1.4	Impostos sobre a Produção, Circulação e Serviços	2.700.109.000	3.299.006.671	598.897.671	-
4.1.1.1.4.50	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	2.700.109.000	3.299.006.671	598.897.671	-
4.1.1.1.4.50.1	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços	2.682.649.000	3.299.006.671	616.357.671	-
4.1.1.1.4.50.1.1	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços	2.669.000.000	3.295.969.675	626.969.675	-
4.1.1.1.4.50.1.1.01	ICMS - Estadual	1.186.000.000	1.246.768.358	60.768.358	-
4.1.1.1.4.50.1.1.02	ICMS - Municipal	1.483.000.000	2.049.201.317	566.201.317	-
4.1.1.1.4.50.1.3	Imposto sobre Oper. Relativas à Circul. de Mercad. sobre Prestações de Serviços - DA	3.408.000	1.794.469	-	1.613.531
4.1.1.1.4.50.1.3.01	Dívida Ativa de ICMS - Estadual	1.278.000	539.429	-	738.571
4.1.1.1.4.50.1.3.02	Dívida Ativa de ICMS - Municipal	2.130.000	1.255.040	-	874.960
4.1.1.1.4.50.1.5	Imposto Operações Relativas Circulação Mercadorias sobre Prestações Serviços - Multas	3.980.000	-	-	3.980.000
4.1.1.1.4.50.1.5.01	Multas de ICMS - Estadual	1.492.000	-	-	1.492.000
4.1.1.1.4.50.1.5.02	Multas de ICMS - Municipal	2.488.000	-	-	2.488.000
4.1.1.1.4.50.1.6	Imposto Operações Relativas Circulação Mercadorias sobre Prestações Serviços - Juros mora	3.847.000	-	-	3.847.000
4.1.1.1.4.50.1.6.01	Juros de Mora de ICMS - Estadual	1.444.000	-	-	1.444.000
4.1.1.1.4.50.1.6.02	Juros de Mora de ICMS - Municipal	2.403.000	-	-	2.403.000

4.1.1.1.4.50.1.7	Imposto Operações Relativas Circulação Mercadorias sobre Prestações Serviços - Multas DA	504.000	163.217	-	340.783
4.1.1.1.4.50.1.7.01	Multas da Dívida Ativa de ICMS - Estadual	504.000	53.412	-	450.588
4.1.1.1.4.50.1.7.02	Multas da Dívida Ativa de ICMS - Municipal	-	109.806	109.806	-
4.1.1.1.4.50.1.8	Imposto Operações Relativas Circulação Mercadorias sobre Prestações Serviços-Juros Mora DA	1.910.000	1.079.309	-	830.691
4.1.1.1.4.50.1.8.01	Juros de Mora da Dívida Ativa de ICMS - Estadual	1.910.000	354.347	-	1.555.653
4.1.1.1.4.50.1.8.02	Juros de Mora da Dívida Ativa de ICMS - Municipal	-	724.962	724.962	-
4.1.1.1.4.50.2	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	17.460.000	-	-	17.460.000
4.1.1.1.4.50.2.1	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Principal	17.400.000	-	-	17.400.000
4.1.1.1.4.50.2.1.01	Adicional ICMS - FECOP	17.400.000	-	-	17.400.000
4.1.1.1.4.50.2.5	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Multas	31.000	-	-	31.000
4.1.1.1.4.50.2.5.01	Multas de Adicional ICMS - FECOP	31.000	-	-	31.000
4.1.1.1.4.50.2.6	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Juros de Mora	29.000	-	-	29.000
4.1.1.1.4.50.2.6.01	Juros de Mora de Adicional ICMS - FECOP	29.000	-	-	29.000
4.1.1.2	Taxas	-	302.647	302.647	-
4.1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	224.555	224.555	-
4.1.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	-	223.874	223.874	-
4.1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	-	223.874	223.874	-
4.1.1.2.1.01.0.1.14	Taxa de Registro de Veículo e Habilitação	-	52.540	52.540	-
4.1.1.2.1.01.0.1.98	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Adm. Direta	-	171.334	171.334	-
4.1.1.2.1.50	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	-	681	681	-
4.1.1.2.1.50.0.1	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	-	681	681	-
4.1.1.2.1.50.0.1.01	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	-	681	681	-
4.1.1.2.2	Taxas pela Prestação de Serviços	-	78.092	78.092	-
4.1.1.2.2.01	Taxas pela Prestação de Serviços	-	78.092	78.092	-
4.1.1.2.2.01.0.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	-	78.092	78.092	-
4.1.1.2.2.01.0.1.02	Taxa de Segurança Contra Incêndio	-	78.092	78.092	-
4.1.2	Contribuições	-	4.452	4.452	-
4.1.2.1	Contribuições Sociais	-	4.452	4.452	-
4.1.2.1.5	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	-	4.452	4.452	-
4.1.2.1.5.01	Contribuição do Servidor Civil	-	4.452	4.452	-
4.1.2.1.5.01.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo	-	1.983	1.983	-

4.1.2.1.5.01.1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	-	1.983	1.983	-
4.1.2.1.5.01.1.1.01	Poder Executivo - Ativo Civil	-	1.983	1.983	-
4.1.2.1.5.01.2	Contribuição do Servidor Civil Inativo	-	2.469	2.469	-
4.1.2.1.5.01.2.1	Contribuição do Servidor Civil Inativo- Principal	-	2.469	2.469	-
4.1.2.1.5.01.2.1.01	Poder Executivo - Inativo Civil	-	2.469	2.469	-
4.1.3	Receita Patrimonial	-	105.768	105.768	-
4.1.3.2	Valores Mobiliários	-	105.768	105.768	-
4.1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias	-	105.768	105.768	-
4.1.3.2.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários	-	105.768	105.768	-
4.1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	-	105.768	105.768	-
4.1.3.2.1.01.0.1.41	Remuneração Rec. Vinc. - Convênios - Adm. Direta	-	105.768	105.768	-
4.1.6	Receita de Serviços	-	6.083	6.083	-
4.1.6.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	6.083	6.083	-
4.1.6.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	6.083	6.083	-
4.1.6.1.1.02	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	-	6.083	6.083	-
4.1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	-	6.083	6.083	-
4.1.6.1.1.02.0.1.23	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos - Fundos	-	6.083	6.083	-
4.1.7	Transferências Correntes	1.367.117.000	1.387.242.321	20.125.321	-
4.1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades	1.367.117.000	1.387.242.321	20.125.321	-
4.1.7.1.1	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	1.326.117.000	1.268.027.257	-	58.089.743
4.1.7.1.1.50	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE	1.323.000.000	1.260.547.000	-	62.453.000
4.1.7.1.1.50.0.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - Principal	1.323.000.000	1.260.547.000	-	62.453.000
4.1.7.1.1.50.0.1.01	Cota-Parte do FPE	1.323.000.000	1.260.547.000	-	62.453.000
4.1.7.1.1.53	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	3.117.000	6.857.804	3.740.804	-
4.1.7.1.1.53.0.1	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	3.117.000	6.857.804	3.740.804	-
4.1.7.1.1.53.0.1.01	Cota-Parte do IPI- Estadual	1.230.000	2.571.677	1.341.677	-
4.1.7.1.1.53.0.1.02	Cota-Parte do IPI - Municipal	1.887.000	4.286.127	2.399.127	-
4.1.7.1.1.54	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-	622.453	622.453	-
4.1.7.1.1.54.0.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	-	622.453	622.453	-
4.1.7.1.1.54.0.1.02	Cota-Parte CIDE - Municipal	-	622.453	622.453	-

4.1.7.1.2	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	41.000.000	41.723.987	723.987	-
4.1.7.1.2.52	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	41.000.000	41.723.987	723.987	-
4.1.7.1.2.52.1	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	41.000.000	41.723.987	723.987	-
4.1.7.1.2.52.1.1	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/90 - Principal	41.000.000	41.723.987	723.987	-
4.1.7.1.2.52.1.1.02	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/90 - Município	41.000.000	41.723.987	723.987	-
4.1.7.1.9	Outras Transferências de Recursos da União e suas Entidades	-	77.491.077	77.491.077	-
4.1.7.1.9.62	Transferência da Compensação Financeira das Perdas da LC 194/2022	-	77.491.077	77.491.077	-
4.1.7.1.9.62.0.1	Transf. da Comp. Finan. das Perdas de ICMS - LC 194/2022 - Principal	-	77.491.077	77.491.077	-
4.1.7.1.9.62.0.1.01	Transf. da Comp. Finan. das Perdas de ICMS - LC 194/2022 - Parte Estadual	-	28.964.875	28.964.875	-
4.1.7.1.9.62.0.1.02	Transf. da Comp. Finan. das Perdas de ICMS - LC 194/2022 - Parte Municipal	-	48.526.202	48.526.202	-
4.1.9	Outras Receitas Correntes	-	41.564	41.564	-
4.1.9.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	28.301	28.301	-
4.1.9.1.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	28.301	28.301	-
4.1.9.1.1.01	Multas Previstas em Legislação Específica	-	28.301	28.301	-
4.1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	-	28.301	28.301	-
4.1.9.1.1.01.0.1.01	Multas por Infração a Legislação de Trânsito	-	28.301	28.301	-
4.1.9.2	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	2.625	2.625	-
4.1.9.2.2	Restituições	-	2.625	2.625	-
4.1.9.2.2.99	Outras Restituições	-	2.625	2.625	-
4.1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	-	2.625	2.625	-
4.1.9.2.2.99.0.1.06	Outras Restituições - Recursos do Tesouro - CAF	-	1.500	1.500	-
4.1.9.2.2.99.0.1.97	Outras Restituições - Adm. Direta - F. 501	-	1.125	1.125	-
4.1.9.9	Demais Receitas Correntes	-	10.639	10.639	-
4.1.9.9.9	Outras Receitas Correntes	-	10.639	10.639	-
4.1.9.9.9.99	Outras Receitas	-	10.639	10.639	-
4.1.9.9.9.99.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias	-	10.639	10.639	-
4.1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias- Principal	-	10.639	10.639	-
4.1.9.9.9.99.2.1.98	Outras Receitas - Adm. Direta Recursos Diversos	-	10.639	10.639	-
4.7	Receitas Intraorçamentárias Correntes	-	27.915.000	27.915.000	-

4.7.2	Contribuições	-	27.915.000	27.915.000	-
4.7.2.1	Contribuições Sociais	-	27.915.000	27.915.000	-
4.7.2.1.5	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	-	27.915.000	27.915.000	-
4.7.2.1.5.02	Contribuição Patronal - Servidor Civil	-	27.915.000	27.915.000	-
4.7.2.1.5.02.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	-	27.915.000	27.915.000	-
4.7.2.1.5.02.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	-	27.915.000	27.915.000	-
4.7.2.1.5.02.1.1.01	CPSSS - Patronal- Poder Executivo - Ativo Civil	-	27.915.000	27.915.000	-
RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA (III) = (I - II)		**18.498.228.159**	**19.988.758.273**	**1.490.530.114**	**-**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em Reais

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÃO	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO
000000	**Despesas**	**21.690.578.021**	**1.430.267**	**21.692.008.288**	**19.486.967.054**	**2.205.041.234**
300000	**Despesas Correntes**	**19.671.102.129**	**1.430.267**	**19.672.532.396**	**18.628.025.042**	**1.044.507.354**
310000	**Pessoal e Encargos Sociais**	**14.946.208.171**	**-**	**14.946.208.171**	**14.711.339.052**	**234.869.120**
312000	**Transferências a União**	**1.000**	**-**	**1.000**	**-**	**1.000**
312096	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	1.000	-	1.000	-	1.000
317100	**Transf. Consórcios Públicos mediante contrato de rateio**	**135.670**	**-**	**135.670**	**135.670**	**-**
317170	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos	135.670	-	135.670	135.670	-
319000	**Aplicações Diretas**	**12.792.793.891**	**-**	**12.792.793.891**	**12.563.816.373**	**228.977.518**
319001	Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	4.897.106.578	-	4.897.106.578	4.846.477.565	50.629.013
319003	Pensões do RPPS e do Militar	877.709.829	-	877.709.829	871.549.974	6.159.854
319004	Contratação por Tempo Determinado	254.731.938	-	254.731.938	254.514.107	217.830
319008	Outros benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	60	-	60	-	60
319011	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.841.866.783	-	4.841.866.783	4.722.735.624	119.131.158
319012	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	952.151.060	-	952.151.060	951.934.060	217.000
319013	Obrigações Patronais	176.827.735	-	176.827.735	167.252.359	9.575.377
319016	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	233.594.201	-	233.594.201	214.175.296	19.418.906
319017	Outras Despesas Variáveis-Pessoal Militar	462.754	-	462.754	367.683	95.071
319091	Sentenças Judiciais	401.804.507	-	401.804.507	388.038.602	13.765.905
319092	Despesas de Exercícios Anteriores	137.736.618	-	137.736.618	132.310.731	5.425.888
319093	Indenizações e Restituições	527.000	-	527.000	469.497	57.503
319094	Indenizações e Restituições Trabalhistas	13.161.134	-	13.161.134	9.740.129	3.421.005
319096	Ressarcimento Despesa Pessoal Requisitado	5.113.694	-	5.113.694	4.250.746	862.948
319100	**Aplicação Direta Decor. de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades**	**2.153.277.611**	**-**	**2.153.277.611**	**2.147.387.009**	**5.890.601**

319113	Obrigações Patronais	2.151.182.661	-	2.151.182.661	2.145.574.487	5.608.174
319192	Despesas de Exercícios Anteriores	1.339.760	-	1.339.760	1.177.333	162.427
319194	Indenizações e Restituições Trabalhistas	120.000	-	120.000	-	120.000
319196	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	635.189	-	635.189	635.189	-
320000	**Juros e Encargos da Dívida**	**187.146.645**	**-**	**187.146.645**	**185.717.142**	**1.429.503**
329000	**Aplicações Diretas**	**187.146.645**	**-**	**187.146.645**	**185.717.142**	**1.429.503**
329021	Juros sobre a Dívida por Contrato	169.619.030	-	169.619.030	169.279.097	339.933
329022	Outros Encargos sobre Dívida por Contrato	8.388.877	-	8.388.877	8.278.467	110.410
329092	Despesas de Exercícios Anteriores	9.138.738	-	9.138.738	8.159.579	979.159
330000	**Outras Despesas Correntes**	**4.537.747.313**	**1.430.267**	**4.539.177.580**	**3.730.968.848**	**808.208.731**
332000	**Transferências à União**	**4.841.670**	**-**	**4.841.670**	**4.674.194**	**167.476**
332041	Contribuições	811.021	-	811.021	691.321	119.700
332092	Despesas de Exercícios Anteriores	4.030.649	-	4.030.649	3.982.873	47.776
334000	**Transferências a Municípios**	**60.318.487**	**-**	**60.318.487**	**47.851.891**	**12.466.596**
334041	Contribuições	60.280.122	-	60.280.122	47.813.527	12.466.596
334092	Despesas de Exercícios Anteriores	38.364	-	38.364	38.364	-
334100	Transferências a Municípios Fundo a Fundo	207.878.639	-	207.878.639	192.717.246	15.161.393
334141	Contribuições	159.254.907	-	159.254.907	145.578.814	13.676.093
334192	Despesas de Exercícios Anteriores	48.623.732	-	48.623.732	47.138.433	1.485.300
335000	**Transfer. Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos**	**103.126.200**	**-**	**103.126.200**	**90.560.497**	**12.565.703**
335041	Contribuições	74.233.511	-	74.233.511	64.499.167	9.734.344
335043	Subvenções Sociais	28.832.689	-	28.832.689	26.001.331	2.831.358
335092	Despesas de Exercícios Anteriores	60.000	-	60.000	60.000	-
336000	**Transfer. Inst. Privadas c/ Fins Lucrativos**	**5.369.885**	**1.430.267**	**6.800.152**	**6.800.152**	**-**
336045	Subvenções Econômicas	5.369.885	1.430.267	6.800.152	6.800.152	-
336700	**Execução de Contrato de Parceria Público-Privada**	**33.051.432**	**-**	**33.051.432**	**33.051.432**	**-**
336783	Despesas Decorrentes de Contrato de PPP, exceto subv. econ., aporte e Fundo	33.051.432	-	33.051.432	33.051.432	-
337100	Transf. a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	2.891.399	-	2.891.399	1.541.416	1.349.982
337170	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos	1.181.832	-	1.181.832	1.181.832	-
337192	Transf. a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	1.709.567	-	1.709.567	359.585	1.349.982
339000	**Aplicações Diretas**	**4.056.962.232**	**-**	**4.056.962.232**	**3.302.257.078**	**754.705.154**
339008	Outros benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	42.865.451	-	42.865.451	42.461.040	404.411
339014	Diárias - Civil	77.130.523	-	77.130.523	65.880.817	11.249.706
339015	Diárias - Militar	69.750.356	-	69.750.356	65.194.875	4.555.481
339018	Auxílio Financeiro a Estudantes	6.108.662	-	6.108.662	2.115.571	3.993.091
339019	Auxílio Fardamento	2.138.500	-	2.138.500	2.138.271	229
339020	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	12.410.544	-	12.410.544	11.424.683	985.861
339030	Material de Consumo	366.015.278	-	366.015.278	258.773.569	107.241.709
339031	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	69.129.978	-	69.129.978	38.913.454	30.216.524

339032	Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	129.860.528	-	129.860.528	109.522.305	20.338.223
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	21.109.031	-	21.109.031	15.201.863	5.907.168
339034	Outras Desp. Pessoal Decor. Contr. Terceirização	158.392.144	-	158.392.144	132.143.542	26.248.601
339035	Serviços de Consultoria	33.008.357	-	33.008.357	13.398.926	19.609.431
339036	Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física	91.145.261	-	91.145.261	67.386.464	23.758.797
339037	Locação de Mão-de-Obra	530.026.451	-	530.026.451	481.467.328	48.559.123
339038	Arrendamento Mercantil	26.130	-	26.130	24.120	2.010
339039	Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	1.177.270.627	-	1.177.270.627	877.852.290	299.418.337
339040	Serviços de Tecnologia da Informação e comunicação - Pessoa Jurídica	182.637.629	-	182.637.629	97.055.877	85.581.751
339046	Auxílio-Alimentação	226.393.887	-	226.393.887	217.316.848	9.077.039
339047	Obrigações Tributárias e Contributivas	167.172.028	-	167.172.028	156.620.661	10.551.367
339048	Outros Auxílios Financeiros Pessoas Físicas	101.310.752	-	101.310.752	93.953.912	7.356.839
339049	Auxílio-Transporte	17.247.755	-	17.247.755	16.438.311	809.444
339059	Pensões Especiais	4.289.655	-	4.289.655	4.226.236	63.419
339067	Depósitos Compulsórios	600	-	600	-	600
339091	Sentenças Judiciais	118.482.215	-	118.482.215	107.144.795	11.337.420
339092	Despesas de Exercícios Anteriores	99.307.092	-	99.307.092	91.690.823	7.616.268
339093	Indenizações e Restituições	353.722.041	-	353.722.041	333.899.736	19.822.305
339094	Indenizações e Restituições Trabalhistas	10.758	-	10.758	10.758	-
339100	**Aplicação Direta Decor. de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades**	**63.292.369**	**-**	**63.292.369**	**51.514.942**	**11.777.427**
339113	Obrigações Patronais	100	-	100	-	100
339130	Material de Consumo	11.378	-	11.378	-	11.378
339139	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	2.700.141	-	2.700.141	2.005.193	694.948
339147	Obrigações Tributárias e Contributivas	295.513	-	295.513	226.360	69.154
339192	Despesas de Exercícios Anteriores	2.618.522	-	2.618.522	2.616.674	1.848
339193	Indenizações e Restituições	57.666.715	-	57.666.715	46.666.715	11.000.000
339600	**Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 LC 141/2012**	**15.000**	**-**	**15.000**	**-**	**15.000**
339691	Sentenças Judiciais	15.000	-	15.000	-	15.000
400000	**Despesas de Capital**	**2.019.475.892**	**-**	**2.019.475.892**	**858.942.012**	**1.160.533.880**
440000	**Investimentos**	**1.616.078.476**	**-**	**1.616.078.476**	**464.136.046**	**1.151.942.430**
442000	**Transferências a União**	**200.000**	**-**	**200.000**	**-**	**200.000**
442042	Auxílios	200.000	-	200.000	-	200.000
444000	**Transferências a Municípios**	**25.270.646**	**-**	**25.270.646**	**17.189.815**	**8.080.831**
444041	Contribuições	4.160.000	-	4.160.000	-	4.160.000
444042	Auxílios	21.110.646	-	21.110.646	17.189.815	3.920.831
444100	**Transferências a Municípios Fundo a Fundo**	**9.991.000**	**-**	**9.991.000**	**7.690.000**	**2.301.000**
444141	Contribuições	1.000	-	1.000	-	1.000

444142	Auxílios	9.990.000	-	9.990.000	7.690.000	2.300.000
445000	**Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos**	**12.131.438**	**-**	**12.131.438**	**6.944.824**	**5.186.614**
445041	Contribuições	1.440.000	-	1.440.000	410.000	1.030.000
445042	Auxílios	10.691.438	-	10.691.438	6.534.824	4.156.614
449000	**Aplicações Diretas**	**1.568.285.392**	**-**	**1.568.285.392**	**432.143.408**	**1.136.141.984**
449014	Diárias - Civil	748.000	-	748.000	613.348	134.652
449030	Material de Consumo	6.406.219	-	6.406.219	1.794.176	4.612.043
449032	Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	173.450	-	173.450	50.950	122.500
449033	Passagens e Despesas com Locomoção	438.331	-	438.331	183.896	254.435
449035	Serviços de Consultoria	25.534.900	-	25.534.900	16.248.904	9.285.996
449036	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Física	560.000	-	560.000	521.445	38.555
449037	Locação de Mão-de-Obra	1.696.500	-	1.696.500	1.430.462	266.038
449039	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	41.770.662	-	41.770.662	24.545.213	17.225.449
449040	Aquisição de Equipamento Tecnologia da Informação e Comunicação	12.501.150	-	12.501.150	4.402.954	8.098.196
449047	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.400.000	-	1.400.000	974.176	425.824
449049	Auxílio-Transporte	13.000	-	13.000	12.408	592
449051	Obras e Instalações	1.034.237.988	-	1.034.237.988	207.932.685	826.305.303
449052	Equipamentos e Material Permanente	397.712.933	-	397.712.933	159.844.473	237.868.459
449061	Aquisição de Imóveis	16.505.000	-	16.505.000	217.700	16.287.300
449091	Sentenças Judiciais	5.855.664	-	5.855.664	5.855.664	-
449092	Despesas de Exercícios Anteriores	2.231.223	-	2.231.223	2.153.076	78.146
449093	Indenizações e Restituições	20.500.373	-	20.500.373	5.361.878	15.138.495
449100	**Aplicação Direta Decor. de Op. entre Órgão, Fun. e Ent. Integ. Orç. Fiscal e SS**	**200.000**	**-**	**200.000**	**168.000**	**32.000**
449139	Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000	-	100.000	72.000	28.000
449147	Obrigações Tributárias e Contributivas	100.000	-	100.000	96.000	4.000
450000	**Inversões Financeiras**	**150.655.855**	**-**	**150.655.855**	**146.416.262**	**4.239.593**
456700	**Execução de Contrato de Parceria Público-Privada**	**90.065.151**	**-**	**90.065.151**	**90.065.151**	**-**
456782	Aporte de Recursos pelo Parceiro Público em Favor do Parceiro Privado	90.065.151	-	90.065.151	90.065.151	-
459000	**Aplicações Diretas**	**60.590.704**	**-**	**60.590.704**	**56.351.111**	**4.239.593**
459065	Const. ou Aumento de Capital de Empresas	1.000	-	1.000	-	1.000
459092	Despesas de Exercícios Anteriores	6.706.965	-	6.706.965	6.706.965	-
459093	Indenizações e Restituições	53.882.739	-	53.882.739	49.644.147	4.238.593
460000	**Amortização da Dívida**	**252.741.561**	**-**	**252.741.561**	**248.389.703**	**4.351.858**
469000	**Aplicações Diretas**	**252.741.561**	**-**	**252.741.561**	**248.389.703**	**4.351.858**
469071	Principal da Dívida Contrato. Resgatado	241.013.617	-	241.013.617	236.661.759	4.351.858
469092	Despesas de Exercícios Anteriores	11.727.944	-	11.727.944	11.727.944	-

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Anexo 16 - Lei Federal nº 4.320/64

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em Reais

AUTORIZAÇÃO/NÚMEROS E DATAS/ LEIS	VALOR DA EMISSÃO[4]	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO EM REAIS				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
			EMISSÃO		RESGATE		
			LIBERAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	
BANCO DO BRASIL	**363.851.000**	**201.271.973**	-	**1.015.287**	**18.944.793**	-	**183.342.467**
Lei 9.686/12 - PROINVESTE- BANCO DO BRASIL	363.851.000	201.271.973	-	1.015.287	18.944.793	-	183.342.467
UNIÃO	**58.897.938.419**	**729.281.929**	-	**27.648.353**	**96.655.410**	-	**660.274.872**
Lei Estadual 6.501/93 e Federal 8.727/93 - COHAB[5]	58.316.152.072	127.354	-	1.398	73.218	-	55.534
DMLP (Res. 98/92 Senado Federal)	34.059.691	69.941.512	-	-	69.941.512	-	-
Lei 9.496/97 - Lei Estadual 7.007/97 - BANDERN	99.293.000	186.996.316	-	4.141.224	26.640.680	-	164.496.860
LC 178 - Art. 23 - STN - Banco do Brasil	448.433.656	472.216.748	-	23.505.731	-	-	495.722.479
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - BNDES	**276.254.077**	**174.718.093**	**-**	**1.662.665**	**16.434.766**	**4.989**	**159.941.003**
PARCELAMENTO DO BDRN / BNDES - 98.2.6386.1	13.400.274	4.578.807	-	-	802.869	4.989	3.770.949
PARCELAMENTO BANDERN - 09.2.1041.1	12.179.802	4.851.254	-	43.171	720.411	-	4.174.014
BNDES - PROINVESTE - 12.2.1363.1	250.674.000	165.288.032	-	1.619.494	14.911.486	-	151.996.039
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	**62.034.120**	**34.781.531**	-	-	**6.375.108**	**2.178.938**	**26.227.485**
Lei Estadual 8.307/03 (Prodetur 2)	62.034.120	34.781.531	-	-	6.375.108	2.178.938	26.227.485
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	**620.716.798**	**157.647.796**	**5.190.907**	**5.555.148**	**21.848.816**	-	**146.545.035**
Lei 8.434/03 PRÓ-SANEAMENTO	152.776.263	4.085.249	-	4.290	4.089.539	-	-
Lei 8.434/03 PRÓ-MORADIA	51.723.018	-	-	1.851.956	1.851.956	-	-
Caixa Econômica - PRÓ-MORADIA 51 MILHÕES	51.723.018	-	-	1.851.956	1.851.956	-	-
Lei 8.795/06 PRÓ-TRANSPORTE	57.055.924	22.542.606	-	956.583	2.833.898	-	20.665.290
Lei 8.964/07 SANEAMENTO PARA TODOS	216.454.291	60.481.925	-	1.062.342	7.334.884	-	54.209.384
Caixa Econômica - Saneamento para Todos 35 MILHÕES	35.473.340	18.774.292	-	308.986	2.028.554	-	17.054.725

[4] A coluna “Valor de Emissão” evidencia os montantes originais das operações no período corrente de sua contratação.

[5] O valor presente para a operação “Lei Estadual 6.501/93 e Federal 8.727/93 – COHAB”, na coluna “Valor de Emissão” está expresso em “Cruzeiros Reais”, moeda original no período que foi firmado o contrato com data de 30 de março de 1994.

Caixa Econômica - Saneamento para Todos 180 MILHÕES	180.980.952	41.707.633	-	753.356	5.306.330	-	37.154.659
Lei 9.062/08 SANEAMENTO PARA TODOS	12.847.302	5.911.165	-	563.330	634.188	-	5.840.307
Caixa Econômica - Saneamento para Todos - CAERN	12.847.302	5.911.165	-	563.330	634.188	-	5.840.307
Lei 9.167/09 Saneamento para Todos	107.160.000	54.446.216	5.190.907	943.707	4.514.152	-	56.066.677
Caixa Econômica - Saneamento para Todos - ADUTORA	107.160.000	54.446.216	5.190.907	943.707	4.514.152	-	56.066.677
Lei 9.345/10 Pró-Transporte	22.700.000	10.180.636	-	172.942	590.200	-	9.763.377
Caixa Econômica - PRÓ-TRANSPORTE 22 MILHÕES	22.700.000	10.180.636	-	172.942	590.200	-	9.763.377
BANCO BMG	**94.096.495**	-	**94.096.495**	**-**	**995.730**	**497.865**	**92.602.900**
Acordo Judicial no Processo Nº 0822425-08.2016.8.20.5106	94.096.495	-	94.096.495	-	995.730	497.865	92.602.900
BANCO BRADESCO	**57.185.048**	**45.271.697**	-	**-**	**13.104.847**	**1.191.615**	**30.975.235**
Acordo Judicial no Processo Nº 0800182-60.2017.8.20.5001	57.185.048	45.271.697	-	-	13.104.847	1.191.615	30.975.235
PARCELAMENTOS E RENEGOCIAÇÕES DE DÍVIDAS	**199.298.340**	**101.584.993**	**36.431.217**	**152.818**	**28.912.927**	**3.241.462**	**106.014.639**
Lei 9.647/12 - Parcelamentos com a RFB e PGFN (Lei 11.941/2009)	132.303.035	71.326.546	-	-	25.359.989	2.382.270	43.584.287
Parcelamentos Simplificados 2023 com a RFB e PGFN	16.083.853	-	16.083.853	-	1.677.568	774.864	13.631.421
Parcelamento com Fornecedores - CAERN 2022	30.564.088	30.258.447	-	152.818	1.520.562	-	28.890.703
Parcelamento com Fornecedores - CAERN 2023	20.347.364	-	20.347.364	-	354.807	84.328	19.908.229
TOTAL	**60.571.374.297**	**1.444.558.012**	**135.718.619**	**36.034.271**	**203.272.397**	**7.114.869**	**1.405.923.636**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

Anexo 16 - Lei Federal nº 4.320/64

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em Reais

AUTORIZAÇÃO/NÚMEROS E DATAS/ LEIS	VALOR DA EMISSÃO (EM DÓLAR)[6]	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO (EM REAL)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
			EMISSÃO		RESGATE		
			LIBERAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	
BIRD	**418.400.000**	**1.645.844.464**	**49.916.837**	**-**	**93.638.763**	**132.354.700**	**1.469.767.839**
PCPR II - Contrato 7489-0 - Res. Senado Federal, 45/97 e Lei Estadual 7952/01	22.500.000	13.124.003	-	-	8.292.588	843.233	3.988.181
RN SUSTENTÁVEL - Lei n° 9.558/11 Programa de Desenvolvimento, elaboração e execução de projetos especiais	360.000.000	1.616.232.985	49.916.837	-	74.935.196	130.452.040	1.460.762.587
SEMI ÁRIDO - Contrato 7488-0 - Lei n° 8.794/06 PROFISCO 1° fase	35.900.000	16.487.476	-	-	10.410.979	1.059.426	5.017.071
BID	**7.000.000**	**23.089.433**	**-**	**-**	**2.156.322**	**1.549.688**	**19.383.423**
PROFISCO - Res. Senado Federal, 43/07 e Lei Estadual 9.179/09	7.000.000	23.089.433	-	-	2.156.322	1.549.688	19.383.423
TOTAL	**425.400.000**	**1.668.933.897**	**49.916.837**	**-**	**95.795.085**	**133.904.388**	**1.489.151.261**

[6] A coluna “Valor de Emissão” evidencia os montantes originais das operações no período corrente de sua contratação, sendo expressos na moeda original da operação, portanto, Dólar.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Anexo 17 - Lei Federal nº 4.320/64

Consolidado Geral

Exercício: 2023

Em Reais

DÍVIDA FLUTUANTE	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL (a) + (b) - (c)
		INSCRIÇÃO (b)	BAIXA (c)	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**504.268.671**	**431.527.632**	**487.324.783**	**448.471.521**
Inscritos em Exercícios Anteriores	504.268.671	-	487.324.783	16.943.888
Inscritos no Exercício	-	431.527.632	-	431.527.632
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**1.281.375.837**	**846.202.584**	**997.111.151**	**1.130.467.271**
Inscritos em Exercícios Anteriores	1.281.375.837	-	997.111.151	284.264.686
Inscritos no Exercício	-	846.202.584	-	846.202.584
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	-	-	-	-
Inscritos no Exercício	-	-	-	-
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES	**1.297.631.524**	**6.254.492.430**	**6.565.141.221**	**986.982.732**
Consignações	1.120.149.300	5.890.654.785	6.170.531.532	840.272.553
Garantias	963.908	23.072.402	20.250.108	3.786.201
Depósitos Judiciais	32.133.738	-	-	32.133.738
Depósitos Não Judiciais	138.458.722	329.676.539	369.254.819	98.880.441
Depósitos a Classificar	5.925.856	11.088.705	5.104.763	11.909.798
DEMAIS PASSIVOS FINANCEIROS	**132.027.055**	**45.208.588.051**	**45.173.501.871**	**167.113.235**
Pagamentos Devolvidos	55.549.949	611.297.485	615.153.409	51.694.025
Obrigações de Repartição a Outros Entes	47.633.337	5.591.323.302	5.559.695.945	79.260.695
Restituições de Receitas do Período	220.512	28.967.856	28.962.831	225.536
Recursos a Liberar Limite de Saque	28.623.257	38.976.999.408	38.969.689.686	35.932.980
TOTAL	**3.215.303.087**	**52.740.810.697**	**53.223.079.026**	**2.733.034.759**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Exercício: 2023

Em Reais

DECRETO Nº	DATA DE PUBLICAÇÃO DO DECRETO	JORNAL DA PUBLICAÇÃO Nº	FONTES DE RECURSO					EXCEÇÕES PREVISTAS NA LOA (NOTAS EXPLICATIVAS)
			SUPERÁVIT	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	ANULAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
32.470	11/03/2023	15.384			243.750			
32.470	11/03/2023	15.384			860.000			
32.470	11/03/2023	15.384			6.521.000			
32.471	11/03/2023	15.384		6.193.186				
32.471	11/03/2023	15.384		14.919.022				
32.471	13/03/2023	15.384		11.543.971				
32.473	14/03/2023	15.385			912.435			
32.474	14/03/2023	15.385	133.576.148					
32.475	14/03/2023	15.385		51.345.000				
32.477	14/03/2023	15.385			50.000			
32.478	15/03/2023	15.386			3.000.000			
32.478	15/03/2023	15.386			10.000			
32.479	15/03/2023	15.386	890.604					
32.479	15/03/2023	15.386	380.660					
32.480	15/03/2023	15.386		21.857.833				
32.482	16/03/2023	15.387			9.075.586			
32.483	16/03/2023	15.387	27.757.872					
32.488	17/03/2023	15.388			2.080.857			
32.489	17/03/2023	15.388	1.295.614					
32.490	17/03/2023	15.388		1.117				
32.492	18/03/2023	15.389	231.391					
32.493	18/03/2023	15.389		2.437.606				

32.510	21/03/2023	15.390			9.232.498			
32.511	21/03/2023	15.390	50.000					
32.512	21/03/2023	15.390		1.778.292				
32.520	22/03/2023	15.391			771.636			
32.521	22/03/2023	15.391	202.400					
32.529	23/03/2023	15.392			749.064			
32.532	23/03/2023	15.392			50.000			
32.533	24/03/2023	15.393			1.205.000			
32.534	24/03/2023	15.393	1.989.988					
32.535	24/03/2023	15.393		527.000				
32.553	28/03/2023	15.395			290.000			
32.553	28/03/2023	15.395			7.100.000			
32.554	28/03/2023	15.395	1.012.209					
32.556	29/03/2023	15.396			15.916.583			
32.557	29/03/2023	15.396	5.417.358					
32.558	29/03/2023	15.396		159.129				
32.561	30/03/2023	15.397	92.026.511					
32.565	31/03/2023	15.398			42.528.596			
32.566	31/03/2023	15.398	71.903.135					
32.570	01/04/2023	15.399			1.000.000			
32.571	01/04/2023	15.399	28.277.836					
32.571	03/04/2023	15.399	801.550					
32.574	04/04/2023	15.400			126.000			
32.578	05/04/2023	15.401			2.309.800			
32.579	05/04/2023	15.401	61.803.373					
32.581	06/04/2023	15.402	3.213.093					
32.581	06/04/2023	15.402	27.137.882					
32.584	11/04/2023	15.403			2.011.000			
32.585	11/04/2023	15.403		3.449.231				
32.590	12/04/2023	15.404			104.399			
32.591	12/04/2023	15.404		577				
32.594	13/04/2023	15.405			17.476.583			

32.595	13/04/2023	15.405	4.242.928					
32.597	14/04/2023	15.406			99.599			
32.598	14/04/2023	15.406	50.179.301					
32.601	14/04/2023	15.406			15.000			
32.604	15/04/2023	15.407			542.000			
32.605	15/04/2023	15.407		9.959.242				
32.606	18/04/2023	15.408			64.000			
32.607	18/04/2023	15.408		18.136.001				
32.609	19/04/2023	15.409			250.000			
32.610	19/04/2023	15.409	123.210					
32.612	20/04/2023	15.410			2.259.544			
32.615	21/04/2023	15.411			20.018.413			
32.617	21/04/2023	15.411	728.186					
32.619	25/04/2023	15.412			3.788.000			
32.620	25/04/2023	15.412	7.876.448					
32.621	25/04/2023	15.412		443.197				
32.625	26/04/2023	15.413			595.040			
32.631	27/04/2023	15.414			203.134			
32.632	27/04/2023	15.414	781.605					
32.633	27/04/2023	15.414		927.396				
32.633	27/04/2023	15.414		1.586.135				
32.636	28/04/2023	15.415			2.480.335			
32.637	28/04/2023	15.415		20.000				
32.640	29/04/2023	15.416			681.801			
32.641	29/04/2023	15.416	101.779					
32.644	03/05/2023	15.417			2.041.151			
32.645	03/05/2023	15.417	1.407.962					
32.646	03/05/2023	15.417		35.000.000				
32.649	02/05/2023	15.417			100.000			
32.650	04/05/2023	15.418			1.702.938			
32.650	04/05/2023	15.418			16.000.000			
32.651	04/05/2023	15.418	500.000					

32.655	05/05/2023	15.419			50.000			
32.656	05/05/2023	15.419		14.528.197				
32.660	06/05/2023	15.420	20.000.000					
32.661	06/05/2023	15.420		200.038				
32.663	09/05/2023	15.421	12.187.682					
32.664	09/05/2023	15.421		7.101.335				
32.665	10/05/2023	15.422			202.042			
32.666	10/05/2023	15.422	908.763					
32.667	10/05/2023	15.422		484				
32.669	11/05/2023	15.423			369.927			
32.671	12/05/2023	15.424			27.477			
32.672	12/05/2023	15.424	3.971.500					
32.673	12/05/2023	15.424		1.068.761				
32.676	13/05/2023	15.425			58.000			
32.679	18/05/2023	15.428			2.600.000			
32.680	18/05/2023	15.428	10.937.173					
32.683	19/05/2023	15.429			7.285.798			
32.684	19/05/2023	15.429		26.227				
32.690	20/05/2023	15.430			126.905			
32.690	20/05/2023	15.430			2.422.141			
32.692	23/05/2023	15.431			8.600.000			
32.693	23/05/2023	15.431	98.397					
32.694	23/05/2023	15.431		150.000				
32.696	24/05/2023	15.432			999.461			
32.697	24/05/2023	15.432		730.332				
32.700	24/05/2023	15.432			220.000			
32.701	25/05/2023	15.433			100.610			
32.702	25/05/2023	15.433		3.735.505				
32.704	25/05/2023	15.433			560.000			
32.706	26/05/2023	15.434			41.005.000			
32.707	26/05/2023	15.434	438.702					
32.708	27/05/2023	15.435	1.000.000					

32.710	30/05/2023	15.436			19.922.460			
32.713	01/06/2023	15.438			277.060			
32.714	01/06/2023	15.438	3.029.000					
32.721	02/06/2023	15.439			325.500			
32.723	03/06/2023	15.440			1.800.177			
32.724	03/06/2023	15.440	221.333					
32.726	06/06/2023	15.441			2.303.924			
32.727	06/06/2023	15.441	413.304					
32.729	07/06/2023	15.442			1.852.869			
32.730	07/06/2023	15.442		617				
32.733	08/06/2023	15.443			10.000			
32.734	08/06/2023	15.443	181.691					
32.735	08/06/2023	15.443		4.770.097				
32.737	13/06/2023	15.444			4.690.663			
32.737	13/06/2023	15.444			1.639.528			
32.739	13/06/2023	15.444			50.000			
32.741	14/06/2023	15.445			488.267			
32.742	14/06/2023	15.445	5.569.000					
32.745	14/06/2023	15.445			100.000			
32.746	15/06/2023	15.446			5.002.200			
32.747	15/06/2023	15.446	179.994					
32.750	16/06/2023	15.447			104.500			
32.751	16/06/2023	15.447	774.000					
32.754	17/06/2023	15.448			92.431			
32.755	17/06/2023	15.448		83.500.000				
32.759	20/06/2023	15.449			1.730.000			
32.760	20/06/2023	15.449	5.600.000					
32.764	21/06/2023	15.450			634.510			
32.766	22/06/2023	15.451			17.689.058			
32.770	23/06/2023	15.452		39.000.000				
32.771	23/06/2023	15.452					7.134.362	
32.774	24/06/2023	15.453			188.000			

32.777	27/06/2023	15.454			429.100			
32.781	28/06/2023	15.455			570.990			
32.782	28/06/2023	15.455	1.215					
32.786	29/06/2023	15.456			217.450			
32.790	30/06/2023	15.457			2.297.000			
32.791	30/06/2023	15.457	19.379.073					
32.797	04/07/2023	15.458			2.251.177			
32.798	04/07/2023	15.458		1.629.916				
32.801	05/07/2023	15.459			2.760.000			
32.802	05/07/2023	15.459			70.000			
32.803	06/07/2023	15.460		31.849.379				
32.805	07/07/2023	15.461			100.000			
32.806	07/07/2023	15.461	730.000					
32.807	07/07/2023	15.461			100.000			
32.809	08/07/2023	15.462	122.500					
32.810	11/07/2023	15.463			3.325.364			
32.813	12/07/2023	15.464			200.000			
32.817	13/07/2023	15.465	13.417.179					
32.818	13/07/2023	15.465		300.000				
32.821	14/07/2023	15.466			535.000			
32.822	14/07/2023	15.466			260.000			
32.823	15/07/2023	15.467			1.744.000			
32.824	15/07/2023	15.467			1.544.600			
32.825	15/07/2023	15.467	21.746.456					
32.827	18/07/2023	15.468			3.340.388			
32.832	21/07/2023	15.470			306.500			
32.833	21/07/2023	15.470			2.965.212			
32.838	22/07/2023	15.472		12.693.280				
32.841	26/07/2023	15.474	1.500.043					
32.843	26/07/2023	15.474			442.238			
32.843	26/07/2023	15.474			12.000.000			
32.844	27/07/2023	15.475		39.781.877				

32.845	27/07/2023	15.475	8.876.333					
32.850	28/07/2023	15.476	6.686.376					
32.854	29/07/2023	15.477			180.847			
32.855	29/07/2023	15.477	5.000					
32.856	29/07/2023	15.477		1.315.010				
32.858	01/08/2023	15.478			4.680.320			
32.859	01/08/2023	15.478	2.667.996					
32.862	02/08/2023	15.479			6.269.833			
32.865	04/08/2023	15.480			2.152.206			
32.867	04/08/2023	15.480			100.000			
32.868	05/08/2023	15.481			2.812.195			
32.869	05/08/2023	15.481	53.375					
32.878	10/08/2023	15.484			4.799.862			
32.879	10/08/2023	15.484		42.000.000				
32.882	10/08/2023	15.484			80.000			
32.883	11/08/2023	15.485			3.980.025			
32.886	11/08/2023	15.485			50.000			
32.886	11/08/2023	15.485			7.000.000			
32.888	12/08/2023	15.486			978.319			
32.889	12/08/2023	15.486		501				
32.891	15/08/2023	15.487			2.225.107			
32.895	16/08/2023	15.488			524.886			
32.897	17/08/2023	15.489			11.729			
32.898	17/08/2023	15.489	5.823.568					
32.900	18/08/2023	15.490			486.967			
32.901	18/08/2023	15.490	1.000.000					
32.905	19/08/2023	15.491			671.020			
32.906	19/08/2023	15.491		15.361.022				
32.909	22/08/2023	15.492			1.842.014			
32.909	22/08/2023	15.492			220.000			
32.910	22/08/2023	15.492			50.000			
32.911	23/08/2023	15.493			928.402			

32.913	24/08/2023	15.494			20.591.504			
32.914	24/08/2023	15.494		1.454				
32.920	25/08/2023	15.495			700.000			
32.923	25/08/2023	15.495			300.000			
32.924	26/08/2023	15.496			7.650.000			
32.925	26/08/2023	15.496	111.300					
32.926	26/08/2023	15.496		151.200				
32.929	29/08/2023	15.497			9.054.350			
32.930	29/08/2023	15.497	1.015.748					
32.931	29/08/2023	15.497		20.000				
32.933	30/08/2023	22			12.184.733			
32.935	31/08/2023	15.499			3.507.143			
32.936	31/08/2023	15.499	2.410					
32.939	01/09/2023	15.500			1.172.936			
32.940	01/09/2023	15.500		3.168.906				
32.942	02/09/2023	15.501			565.618			
32.943	02/09/2023	15.501		2.347.419				
32.945	05/09/2023	15.502			1.989.704			
32.949	13/09/2023	15.506			21.000.000			
32.950	15/09/2023	15.508			2.477.000			
32.950	15/09/2023	15.508			170.000			
32.953	16/09/2023	15.509			378.909			
32.953	16/09/2023	15.509			500.000			
32.954	16/09/2023	15.509	1.783.289					
32.959	19/09/2023	23			100.000			
32.960	20/09/2023	15.511			100.000			
32.960	20/09/2023	15.511			40.280.464			
32.960	20/09/2023	15.511			10.000.000			
32.961	20/09/2023	15.511	375.710					
32.962	20/09/2023	15.511		1.068.000				
32.962	20/09/2023	15.511		500.484				
32.964	20/09/2023	15.511			41.000			

32.970	21/09/2023	15.512			1.412.191			
32.970	21/09/2023	15.512			3.020.000			
32.971	21/09/2023	15.512	1.000.000					
32.972	21/09/2023	15.512		116.632				
32.972	21/09/2023	15.512		15.664.488				
32.973	21/09/2023	15.512					31.250.000	
32.976	21/09/2023	15.512			150.000			
32.976	21/09/2023	15.512			300.000			
32.977	22/09/2023	15.513		33.121				
32.980	23/09/2023	15.514			260.519			
32.981	23/09/2023	15.514		23.145.933				
32.984	23/09/2023	15.514			40.000			
32.986	26/09/2023	15.515			18.494.671			
32.986	26/09/2023	15.515			76.922			
32.991	27/09/2023	15.516			1.276.000			
32.991	27/09/2023	15.516			2.471.258			
32.992	27/09/2023	15.516					16.173.028	
32.994	27/09/2023	15.516			150.000			
32.994	27/09/2023	15.516			300.000			
32.995	28/09/2023	15.517			20.000			
32.996	28/09/2023	15.517			100.000			
33.001	29/09/2023	15.518			21.963			
33.001	29/09/2023	15.518			4.320			
33.001	29/09/2023	15.518			640.420			
33.002	29/09/2023	15.518		377.113				
33.006	30/09/2023	15.519			10.000.000			
33.007	30/09/2023	15.519	2.344.759					
33.010	03/10/2023	15.520			2.904.147			
33.014	05/10/2023	15.521			55.833			
33.014	05/10/2023	15.521			5.370.000			
33.017	05/10/2023	15.521			100.000			
33.018	06/10/2023	15.522			24.000			

33.018	06/10/2023	15.522			2.137.587			
33.019	06/10/2023	15.522	1.356.074					
33.020	06/10/2023	15.522		14.360.073				
33.025	07/10/2023	15.523			19.385			
33.026	07/10/2023	15.523		12.203.665				
33.029	10/10/2023	15.524	500.000					
33.032	10/10/2023	15.524			150.000			
33.036	11/10/2023	15.525			41.173			
33.036	11/10/2023	15.525			8.053.000			
33.037	11/10/2023	15.525		704.062				
33.038	11/10/2023	15.525					4.000.000	
33.041	12/10/2023	15.526			30.048.908			
33.041	12/10/2023	15.526			443.469			
33.041	12/10/2023	15.526			1.000.000			
33.042	12/10/2023	15.526		142.590.828				
33.045	17/10/2023	15.527			25.000.000			
33.049	18/10/2023	15.528		400.000.000				
33.053	19/10/2023	15.529			401.782			
33.053	19/10/2023	15.529			1.036.789			
33.054	19/10/2023	15.529	1.810.000					
33.055	19/10/2023	15.529		13.762.402				
33.058	19/10/2023	27			2.082.870			
33.059	20/10/2023	15.530			1.436.907			
33.059	20/10/2023	15.530			167.275			
33.060	20/10/2023	15.530		48.081.949				
33.066	21/10/2023	15.531		100.000.000				
33.066	21/10/2023	15.531	1.916.447					
33.070	24/10/2023	15.532			15.950			
33.070	24/10/2023	15.532			35.010			
33.075	25/10/2023	15.533			1.800.000			
33.076	25/10/2023	15.533	13.006.603					
33.081	26/10/2023	15.534			200.000			

33.082	26/10/2023	15.534					11.878.886	
33.086	27/10/2023	15.535			116.290			
33.098	28/10/2023	15.536			20.000.000			
33.099	28/10/2023	15.536		3.000.000				
33.101	28/10/2023	15.536			100.000			
33.103	31/10/2023	15.537			71.000			
33.105	01/11/2023	15.538			292.585			
33.108	01/11/2023	15.538			50.000			
33.109	01/11/2023	15.538	45.000.000					
33.111	02/11/2023	15.539			8.665.500			
33.114	07/11/2023	15.540			100.000			
33.114	07/11/2023	15.540			45.000.000			
33.118	07/11/2023	29			500.000			
33.120	07/11/2023	29			60.000			
33.121	08/11/2023	15.541			6.719.776			
33.122	08/11/2023	15.541		10.759.002				
33.125	09/11/2023	15.542			3.776.633			
33.126	09/11/2023	15.542		5.068.588				
33.130	10/11/2023	15.543			100.000			
33.130	10/11/2023	15.543			3.117.846			
33.131	10/11/2023	15.543		211.136				
33.132	10/11/2023	15.543					8.000.000	
33.135	11/11/2023	15.444			746.108			
33.139	13/11/2023	15.545			825.000			
33.142	15/11/2023	15.546			416.108			
33.146	17/11/2023	15.547			100.000			
33.146	17/11/2023	15.547			5.000.000			
33.147	17/11/2023	15.547		6.392.000				
33.149	17/11/2023	15.547			85.000			
33.152	18/11/2023	15.548			568.723			
33.152	18/11/2023	15.548			2.066.379			
33.152	20/11/2023	15.548			671.735			

33.153	18/11/2023	15.548	255.000					
33.153	18/11/2023	15.548	175.613					
33.154	18/11/2023	15.548		18.772.549				
33.155	18/11/2023	15.548					11.000.000	
33.158	18/11/2023	15.548			150.000			
33.159	21/11/2023	15.549			20.000			
33.159	21/11/2023	15.549			2.459.606			
33.160	21/11/2023	15.549	97.977					
33.163	21/11/2023	15.549			100.000			
33.164	23/11/2023	15.550			90.000			
33.165	23/11/2023	15.550	100.000					
33.166	23/11/2023	15.550		1.719				
33.168	23/11/2023	15.550			50.000			
33.169	24/11/2023	15.551			1.108.223			
33.169	24/11/2023	15.551			708.000			
33.170	24/11/2023	15.551	35.072					
33.175	25/11/2023	15.552			6.200.780			
33.178	25/11/2023	15.552			70.000			
33.180	28/11/2023	15.553		427.785.722				
33.181	29/11/2023	15.554	8.941.000					
33.183	29/11/2023	32			4.400.000			
33.184	29/11/2023	32		55.192.838				
33.185	29/11/2023	32					35.170.917	
33.188	30/11/2023	15.555			4.279.026			
33.189	30/11/2023	15.555		4.106.410				
33.192	30/11/2023	15.555			290.000			
33.195	01/12/2023	15.556			291.000			
33.195	01/12/2023	15.556			5.752.650			
33.195	01/12/2023	15.556			420.000			
33.198	02/12/2023	15.557			567.183			
33.198	02/12/2023	15.557			491.269			
33.199	02/12/2023	15.557	1.547.141					

33.200	02/12/2023	15.557		136.760				
33.203	02/12/2023	15.557			300.000			
33.209	05/12/2023	15.558			339.368			
33.210	05/12/2023	15.558		600.000				
33.212	05/12/2023	15.558			120.000			
33.212	05/12/2023	15.558			150.000			
33.213	06/12/2023	15.559	278.491					
33.214	06/12/2023	15.559		5.092.622				
33.217	07/12/2023	15.560			104.749			
33.218	07/12/2023	15.560		10.870.542				
33.218	07/12/2023	15.560		95.712.000				
33.221	08/12/2023	15.561			13.633.036			
33.223	08/12/2023	15.561		99.541.661				
33.228	12/12/2023	15.563			1.996.761			
33.228	12/12/2023	15.563			3.771.049			
33.229	12/12/2023	15.563	50.301.918					
33.230	12/12/2023	15.563		105.000.000				
33.235	13/12/2023	15.564		5.069.119				
33.236	13/12/2023	15.564					4.198.613	
33.238	14/12/2023	15.565			4.947.000			
33.238	14/12/2023	15.565			2.332.211			
33.239	14/12/2023	15.565		3.091.647				
33.239	14/12/2023	15.565		87.680.917				
33.242	14/12/2023	15.565			300.000			
33.244	15/12/2023	15.566		100.872.371				
33.245	15/12/2023	15.566					4.194.194	
33.248	15/12/2023	15.566			140.000			
33.249	16/12/2023	15.567			1.314.000			
33.249	18/12/2023	15.567			234.278			
33.250	16/12/2023	15.567		82.332.247				
33.253	16/12/2023	15.567			40.000			
33.253	16/12/2023	15.567			100.000			

33.256	19/12/2023	15.568			7.485.391			
33.256	19/12/2023	15.568			50.301.918			
33.259	19/12/2023	35			5.931.900			
33.261	20/12/2023	15.569			800.094			
33.261	20/12/2023	15.569			13.200.758			
33.264	21/12/2023	15.570			134.600			
33.264	21/12/2023	15.570			126.469			
33.267	21/12/2023	15.570			40.000			
33.268	22/12/2023	15.571			23.864			
33.269	22/12/2023	15.571		1.396.576				
33.272	22/12/2023	36			90.000			
33.273	22/12/2023	36			20.650.000			
33.278	23/12/2023	15.572			69.115.790			
33.282	27/12/2023	15.573			1.165.778			
33.282	27/12/2023	15.573			452.139			
33.283	27/12/2023	15.573		206.051.125				
33.289	28/12/2023	15.574			38.781.081			
33.299	28/12/2023	39			27.915.000			
33.300	28/12/2023	39			60.000			
33.304	29/12/2023	15.575			30.000			
33.309	29/12/2023	40			373.071			
33.310	29/12/2023	40		6.513.984				
33.313	29/12/2023	40			50.000			
33.315	29/12/2023	40			1.756.722			
33.319	30/12/2023	15.576			1.000.000			
TOTAL			**803.383.245**	**2.599.575.776**	**1.023.426.155**	**-**	**133.000.000**	

Fonte: Coordenadoria de Planejamento Orçamentário - CPO

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

LEIS E DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS

Exercício: 2023

Em Reais

LEI AUTORIZATIVA Nº/ANO	DECRETO Nº	DATA DE PUBLICAÇÃO DO DECRETO	FONTES DE RECURSO					TIPO DE CRÉDITO	VALOR
			SUPERÁVIT	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	ANULAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
Emenda Constitucional n° 123, de 14/07/2022	32.552	24/03/2023		1.430.267				Extraordinário	1.430.267
TOTAL			**-**	**1.430.267**	**-**	**-**	**-**		**1.430.267**

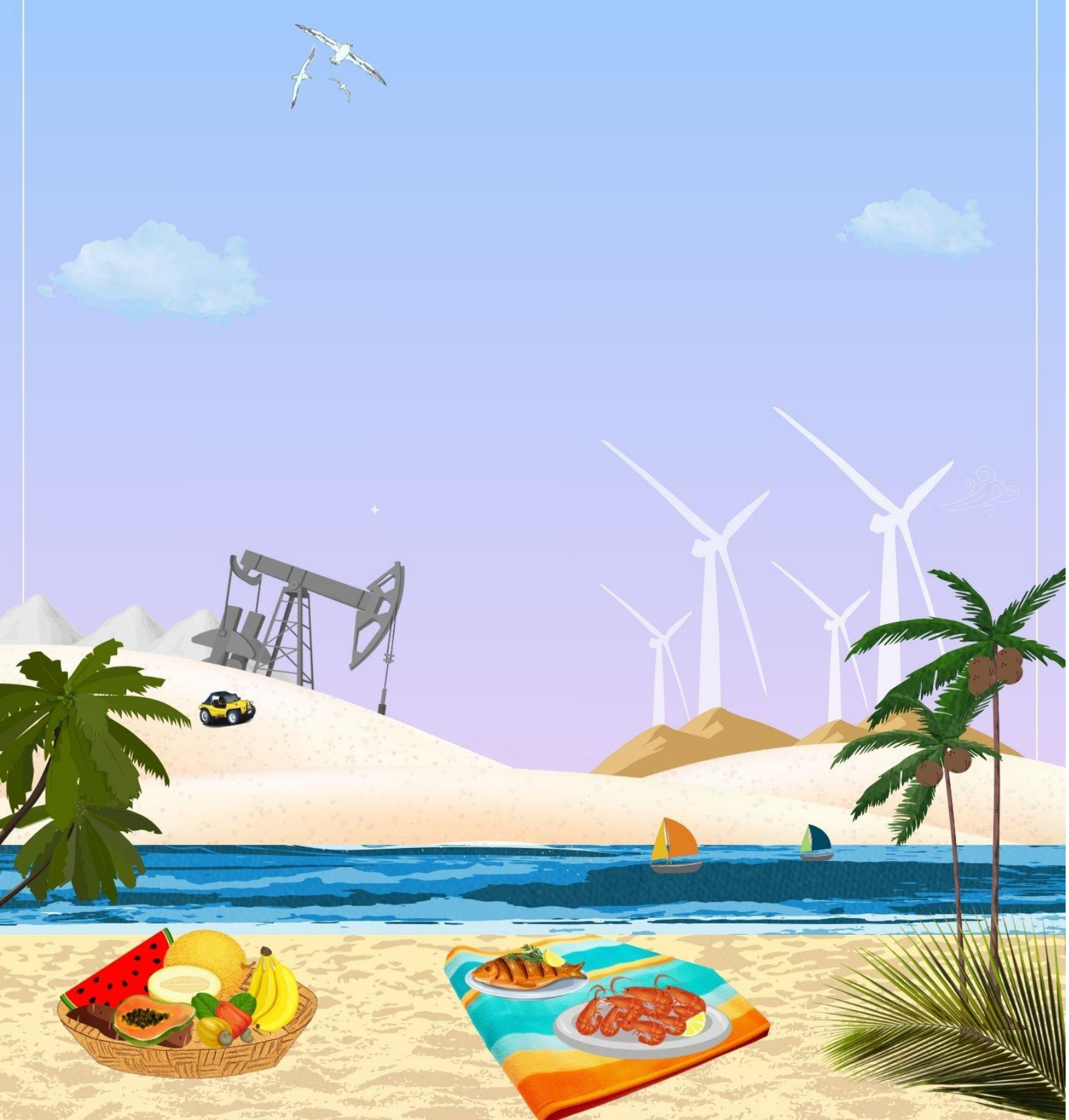
Fonte: Coordenadoria de Planejamento Orçamentário - CPO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MOVIMENTAÇÃO

DESCRIÇÃO	VALOR - R$
(1) Orçamento Inicial - LOA	**18.287.619.000**
(2) Créditos Adicionais (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4)	**4.560.815.443**
2.1 - Créditos Suplementares	4.559.385.176
2.2 - Créditos Especiais	-
2.3 - Créditos Extraordinários	-
2.4 - Reabertura de Créditos Extraordinários	1.430.267
(3) Anulações de Dotações	**1.156.426.155**
(4) ORÇAMENTO CONSOLIDADO FINAL APURADO (1 + 2 - 3)	**21.692.008.288**

Fonte: Coordenadoria de Planejamento Orçamentário - CPO

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO CONTROLE INTERNO



CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Luciana Daltro De Castro Pádua
Controladora-Geral do Estado

Danielle Carvalho Assunção
Controladora Adjunta do Estado

Debora Cristiane Barreto De Souza
Auditora-Geral do Estado

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO GERAL E CIRCUNSTANCIADO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

Sarah Ludmilla do Nascimento Félix
Auditora de Controle Interno

Fábio Luiz Maia Barbosa
Auditor de Controle Interno

Danilo Araújo Xavier
Auditor de Controle Interno

Daniel Dos Anjos Linhares De Oliveira
Auditor de Controle Interno

Jade Cunha Lopes
Auditora de Controle Interno

Natan Arruda Medeiros
Auditor de Controle Interno

Patrícia Angelica Torres Da Silva Ferro
Auditora de Controle Interno

MENSAGEM DA AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

A Auditoria-Geral é uma das Macrofunções da Controladoria-Geral do Estado, Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, que tem como missão o assessoramento aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo na consecução de seus objetivos de forma independente e metodológica, contribuindo para o aperfeiçoamento dos processos de governança e Controle Interno.

A Auditoria Geral do Estado no ano de 2023, sofreu mudanças significativas em sua estrutura organizacional, por meio da Portaria SEI nº 042/2023 de 31 de março de 2023, que além de especificar os seus objetivos, dividiu a Auditoria em 6 (seis) Núcleos especializados por competências.

Foram criados os Núcleos de Auditoria de Conformidade e de Transferências Financeiras – NAC, Núcleo de Fiscalização, Consultoria e Auditoria Interna – NAI, Núcleo de Monitoramento de Indicadores, de Consultoria e de Elaboração de Relatório de Contas de Governo e Gestão – NMI, Núcleo de Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia – NAE, Núcleo de Auditoria de Pessoal e Previdência – NAP e o Núcleo de Inteligência, Informações Estratégicas e Promoção à Lei Geral de Proteção de Dados.

Esta importante mudança na Auditoria Geral do Estado só foi possível com a posse do restante dos concursados, fechando, pela primeira vez na história do Rio Grande do Norte, o quadro de 30 (trinta) Auditores de Controle Interno.

Além da entrada dos Novos Auditores de Controle Interno, a Controladoria-Geral tem atividades institucionais com cinco Macrofunções, Auditoria, Ouvidoria, Transparência, Corregedoria e Integridade, onde os Auditores atuam de forma geral nestas atividades do Controle Interno. Com o novo quadro de servidores foi possível deixar a Auditoria Geral mais especializada, tornando a atividade mais robusta e competente, com o objetivo de modernizar o Controle Interno, tornando-o mais eficiente e transparente.

O Relatório Geral e Circunstanciado do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, foi elaborado pela Auditoria Geral, coordenado pelo Núcleo de Monitoramento de Indicadores, de Consultoria e de Elaboração dos Relatórios de Contas de Governo e de Gestão – NMI, e dispõe sobre a execução dos orçamentos previstos no § 4º do art. 106 da Constituição Estadual.

Por fim, apresentamos o Relatório Circunstanciado do Órgão Central do Controle Interno, sobre as Contas de Governo do exercício de 2023, que foi elaborado pela competente equipe de Auditores de Controle Interno que compõe esta Auditoria Geral.

Débora Cristiane Barreto de Souza
Auditora-Geral do Estado

INTRODUÇÃO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO CONTROLE INTERNO

Com base nos dispositivos legais, especialmente o art. 64, inciso VIII, e art. 106, §4º, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, e seu detalhamento no art. 59, inciso IV e § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 464/2012, bem como nos parâmetros estabelecidos no art. 237, inciso IV e § 2º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, na Resolução nº 012/2016 do TCE/RN, suas modificações, e nas disposições da Instrução Normativa nº 04/2023, da Controladoria-Geral do Estado, o Relatório Geral e Circunstanciado do Controle Interno é documento integrante da Prestação de Contas Anuais da Governadora do Estado.

Este relatório foi elaborado com base nas informações fornecidas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. A coleta de dados seguiu as metas e ações estabelecidas nos instrumentos de planejamento, principalmente no Plano Plurianual (PPA 2020-2023) das organizações.

É relevante mencionar que a coleta de dados e sua consolidação contaram com a colaboração de servidores designados por cada pasta informante. Além disso, para a elaboração deste relatório, também foram utilizadas informações oficiais de bancos de dados e fontes externas diversas, como o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), principal base de dados contábeis e financeiros.

O documento aborda os principais aspectos da atuação governamental em 2023. Inicialmente, apresenta a estrutura administrativa, seguida pelo panorama e fatores econômicos estaduais. Em seguida, são listadas as ações e programas executados, finalizando com uma análise financeira e orçamentária.

Feitas as considerações introdutórias, segue o Relatório Geral e Circunstanciado da Controladoria-Geral do Estado sobre a Prestação de Contas Anuais da Governadora referente ao ano calendário de 2023.

ADMINISTRAÇÃO

Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual[7]

Governadora

- A Chefia do Poder Executivo Estadual está a cargo de Fátima Bezerra, responsável pela administração do Estado e sua representação nas relações jurídicas, políticas e administrativas.

Vice-Governador

- O atual ocupante do cargo político é Walter Pereira Alves, o qual auxilia a Chefia do Executivo e a substitui nas hipóteses previstas em lei.

Administração Direta

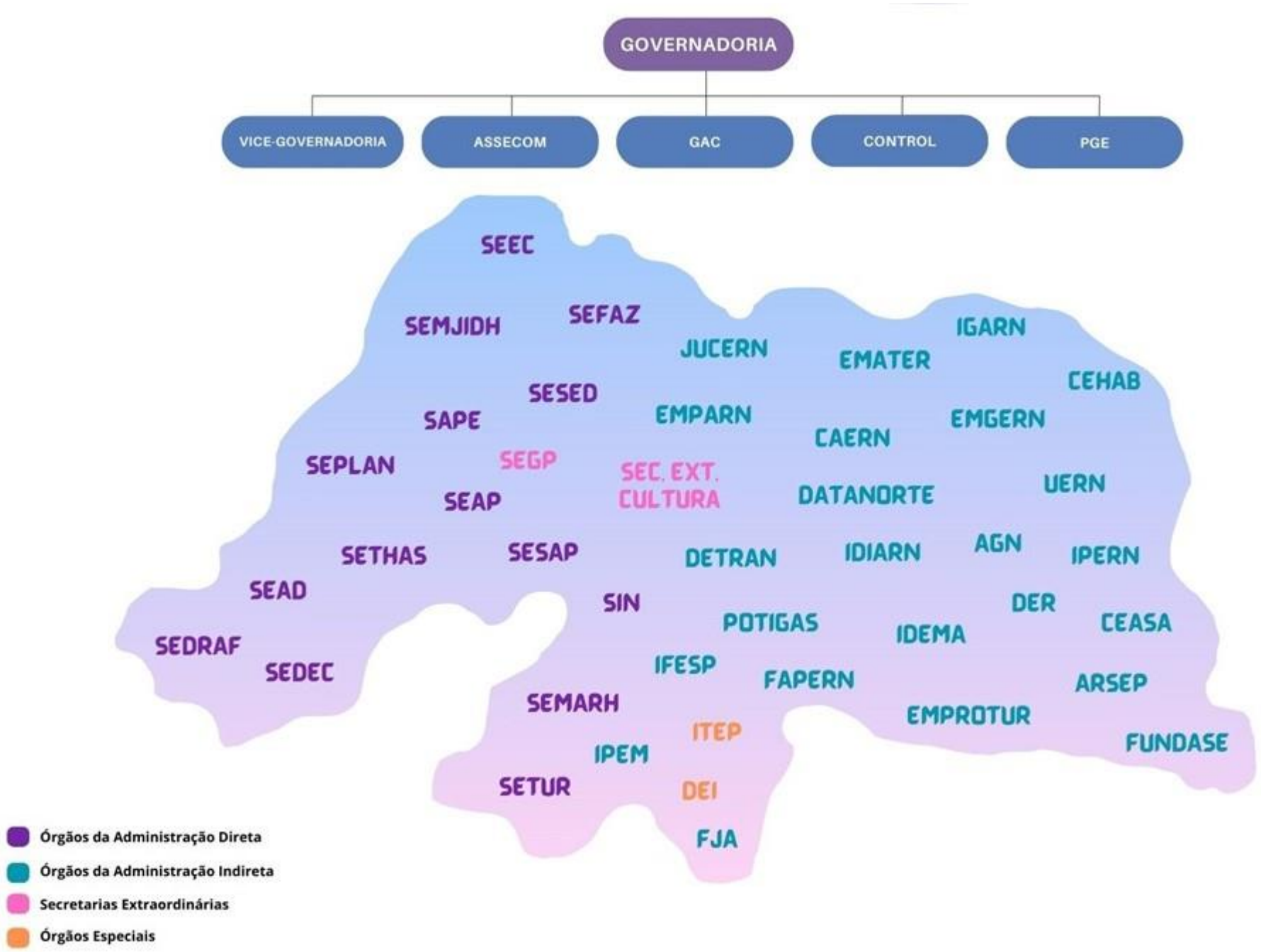
- É a estrutura governamental com vínculo direto com a administração pública, responsável pela execução das atividades e funções estatais de forma centralizada, sem intermediação de outras entidades.
- Composta pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do poder executivo, como secretarias e departamentos, diretamente ligados ao governo central, os quais, sob a direção e a supervisão da chefe do Poder Executivo, executam políticas, programas e ações determinadas pelo governo.

Administração Indireta

- A administração indireta advém do processo de descentralização política, é constituída por entidades com personalidade jurídica própria que atuam sem controle hierárquico, mas sob sua tutela e sujeitas a controle finalístico por parte do Estado.
- Essas entidades têm autonomia administrativa e financeira e surgem como forma de especializar atividades do Estado e proporcionar mais agilidade na tomada de decisões, com foco em áreas específicas de atuação e flexibilidade na gestão. Apesar de terem uma gestão própria, estão sujeitas a regulamentações e diretrizes do Estado, atuando em complemento à administração direta para atender às demandas sociais, econômicas e culturais da população.

---

[7] Cumpre registrar que, identificada a inserção de alguns órgãos equivocadamente na administração indireta, a Controladoria-Geral do Estado instou a manifestação do Gabinete Civil, o qual apresentou a seguinte informação: "*Urge destacar que, apesar de estarem incluídos como órgãos da administração indireta, o Instituto Técnico-Científico de Polícia – ITEP, Polícia Militar do Rio Grande do Norte – PMRN, Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte e o Corpo de Bombeiros Militar do RN – CBM estão vinculados a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social - SESED, fazendo parte portanto da administração direta, nos termos da Lei Complementar 262/2003, em sua seção V(..)*" (vide processo SEI nº 02510052.000560/2023-19, ID nº 23849736). Por oportuno, é importante consignar que a Controladoria-Geral do Estado recomendou ao GAC (vide Ofício nº 500/2023, ID nº 24040375 acostado ao processo acima referido) a retificação da legislação estadual sobre a organização administrativa de forma a adequar a classificação legal que atualmente conflita com a conceituação jurídica atinente à matéria; especialmente no que pertine às Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, ITEP e Defensoria Pública.


GOVERNADORIA
VICE-GOVERNADORIA
ASSECOM
GAC
CONTROL
PGE
SEEC
SEMJIDH
SEFAZ
JUCERN
IGARN
EMATER
CEHAB
SESED
SAPE
EMPARN
EMGERN
CAERN
SEPLAN
SEGP
SEC. EXT. CULTURA
DATANORTE
UERN
SEAP
SETHAS
SESAP
DETRAN
IDIARN
AGN
IPERN
SEAD
SIN
DER
POTIGAS
IDEMA
CEASA
SEDRAF
SEDEC
IFESP
FAPERN
ARSEP
SEMARH
EMPROTUR
ITEP
FUNDASE
IPEM
SETUR
DEI
FJA
Órgãos da Administração Direta
Órgãos da Administração Indireta
Secretarias Extraordinárias
Órgãos Especiais

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD

A Secretaria de Estado da Administração (SEAD) é um órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo e tem como finalidade formular e implementar políticas nas áreas de recursos humanos e materiais, patrimoniais e tecnológicos do Rio Grande do Norte. Dessa feita, conforme a Lei Complementar nº163, de 05 de fevereiro de 1999, ratificada pelo Decreto Estadual nº19.896, de 6 de julho de 2007, compete à SEAD:

- Promover estudos e ações na área de modernização administrativa e reforma do Estado, visando o aperfeiçoamento permanente das práticas, métodos e procedimentos de gestão e de trabalho;

- Formular diretrizes, promoção, coordenação, acompanhamento e avaliação das políticas, dos planos e projetos de modernização e gestão de administração pública estadual, compreendendo, inclusive, o acompanhamento de gastos públicos, assegurando um processo permanente de melhoria e inovação contínua;

- Formular diretrizes, promoção, coordenação, acompanhamento e avaliação das políticas, dos planos e projetos que contemplem áreas de tecnologia da informação e da comunicação, patrimônio, compras governamentais, capacitação e desenvolvimento de pessoas, atos e pagamentos de pessoal, por meio de estudos, pesquisas, visando a execução eficiente e eficaz das atividades administrativas;

- Realizar as atividades de administração das operações de Tecnologia da Informação e Comunicação com a gestão do acesso e uso da Internet; das aplicações de sistemas corporativos e gestão de rede e comunicação;

- Realizar as atividades de administração do Patrimônio com a gestão da frota e de Combustíveis; o registro do patrimônio imobiliário e a gestão documental do Arquivo Público Estadual;

- Realizar as atividades de administração das Compras Governamentais com a Gestão de processos licitatórios e acompanhamento de

Contratos;

- Realizar as atividades de administração de pessoal relativas à gestão e desenvolvimento de recursos humanos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas, através de programas para valorização do servidor, com a participação de instituições de ensino;

- Realizar a formulação, promoção, coordenação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas de gestão de pessoas, contemplando o sistema de carreiras, remuneração, recrutamento, seleção, capacitação, direitos e deveres do servidor, histórico funcional dos servidores públicos, evolução quantitativa e qualitativa da força de trabalho, avaliação de desempenho funcional e auditoria da folha de pagamento do Estado, como órgão central do sistema humanos da administração pública estadual;

- Elaboração de planos, programas e projetos relacionados a recursos humanos em conformidade com as diretrizes e metas governamentais;

- Promoção e coordenação de concursos públicos no âmbito da Administração Pública Estadual;

- Supervisionar as atividades de previdência dos servidores públicos;

- Instaurar processo administrativo disciplinar ou sindicância para apuração de irregularidade nos serviços públicos;

- Determinar a realização de auditorias administrativas; e

- Prestar serviços de apoio necessários ao funcionamento regular da Administração Direta.

Compete ainda à Secretaria de Estado da Administração a execução de outras ações e atividades concernentes à sua natureza ou determinadas pelo Chefe do Poder Executivo. São entidades vinculadas à SEAD o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte (IPERN) e a Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Norte (DATANORTE).

- Política de Capacitação de Servidores no Exercício de 2023

A Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales (EGRN) tem a missão de desenvolver as competências dos servidores públicos estaduais para otimizar a capacidade da administração estadual na execução das políticas públicas. Atua nas áreas de formação continuada, graduação e pós-graduação, cursos de extensão de curta duração (presenciais e online) e programas de estágio, para atender a demanda de secretarias e órgãos do governo do Rio Grande do Norte. É composta por uma Direção Geral (DG), pelo Departamento de Capacitação (DECAP) e pelo Departamento de Recrutamento e Seleção (DERES), pelo Laboratório de Inovação em Gestão Pública (iNovaRN), pelo setor de Recepção e Eventos e pela Biblioteca.

No ano de 2023, a EGRN atuou em diversas frentes, dentre as quais destaca-se por sua quantidade a oferta de cursos de capacitação destinados aos servidores públicos estaduais. Organizou o 16º Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte (CONGESP), principal evento regional na área de gestão pública que conta com amplo reconhecimento nacional, que se expressa na participação de conferencistas, debatedores, autores de trabalhos apresentados e demais interessados de todas as regiões do país. Neste evento, foi lançado o 1° Prêmio iNovaRN de Inovação na Gestão Pública do Rio Grande do Norte, que tem como objetivo incentivar as experiências exitosas de inovação e disseminar a cultura da inovação na gestão pública do Estado.

Além disso, para avançar na sua atuação como escola de governo, a EGRN realizou seminários de formação para sua equipe técnica, visando ir além das atividades tradicionais de treinamento técnico-profissional e incorporar a abordagem do desenvolvimento de competências institucionais e individuais dos nossos servidores públicos na formulação, implementação e avaliação das políticas governamentais.

Os cursos e as atividades de capacitação ofertados aos municípios signatários do Plano RN Inclusivo, que foram finalizados em maio, resultaram de um processo participativo de identificação das necessidades de melhoria da gestão pública municipal para atender aos desafios da promoção do desenvolvimento da

cidadania ativa e do desenvolvimento local.

Em 2023, a EGRN dispôs das suas instalações físicas (auditórios e salas de aula) para a realização de eventos promovidos por 42 órgãos governamentais e entidades públicas e privadas, para um total de 52.701 participantes, resultando no aumento de 179,7% em relação a 2022.

A Direção Geral da EGRN, em conjunto com sua Assessoria Técnica, composta por servidores e pesquisadores bolsistas, colocou em prática o Projeto Institucional de Pesquisa e Inovação, denominado “Governança, Transparência e Inteligência na Gestão Pública”, que conta com 32 pesquisadores bolsistas das mais diversas áreas de atuação e 1 coordenadora, que está sendo executado em parceria entre a SEAD, com interveniência da EGRN, e a FAPERN.

Este Projeto Institucional, que iniciou em março, objetiva a consolidação do esforço acumulado pela SEAD e o enfrentamento de novos problemas identificados na consecução de um processo de modernização administrativa. No âmbito do Projeto, foram definidos os seguintes eixos de atuação: (i) Governança Pública; (ii) Política de Desenvolvimento de TI; (iii) Política de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas; (iv) Política de Gestão Imobiliária e Patrimonial; (v) Centralização de Compras Públicas; (vi) Modernização da Gestão Pública. O alcance das metas estabelecidas em cada eixo resultará em uma governança pública eficiente e ágil no atendimento das necessidades dos cidadãos e das cidadãs norte-rio-grandenses, resultando em fomento à inovação, à transparência e à modernização dos processos administrativos.

- Laboratório de Inovação em Gestão Pública (iNovaRN)

Em 2021, o Governo do Rio Grande do Norte deu um passo importante rumo à expansão da inovação no âmbito do setor público. Através da Portaria nº 1000/2021 - GS/SEAD, de 6 de agosto de 2021, foi instituído o iNovaRN, Laboratório de Inovação em Gestão Pública, localizado na sede da EGRN. O iNovaRN tem como objetivo principal impulsionar o desenvolvimento de uma cultura inovadora no Governo do Estado do Rio Grande do Norte e, a partir da criação de um espaço colaborativo, construir soluções criativas e socialmente referenciadas para problemas da gestão pública.

Em 2022, o iNovaRN iniciou o trabalho de apoio a projetos inovadores na gestão pública, por meio do acompanhamento sistemático dos Projetos Institucionais de Pesquisa e Inovação desenvolvidos pelos pesquisadores bolsistas regidos pelos Editais nº 05/2020 (contemplando 16 pesquisadores bolsistas) e nº 005/2021 - SEAD/FAPERN (contemplando 34 pesquisadores bolsistas). Esses 50 pesquisadores bolsistas estão alocados nos mais diversos setores da SEAD e da FAPERN, realizando atividades de inovação dirigidas à modernização da gestão pública.

O apoio aos projetos inovadores na gestão pública tem se dado pelo acompanhamento e pela verificação dos relatórios técnicos periódicos, avaliando-se a observância dos planos de trabalho e o alinhamento da execução dos projetos individuais dos pesquisadores com o alcance das metas e dos produtos previstos nos projetos institucionais de pesquisa e inovação promovidos pela SEAD em parceria com a FAPERN. Concomitante, esse acompanhamento ocorreu junto às chefias imediatas dos pesquisadores-bolsistas, relacionando os objetivos das pesquisas individuais com as demandas do setor no qual a pesquisa está sendo desenvolvida, conforme às diretrizes do Projeto Institucional.

Durante o período de 19 a 31 de maio de 2023, a equipe do laboratório iNovaRN participou das apresentações realizadas pelos pesquisadores-bolsistas vinculados ao Projeto Institucional de Pesquisa e Inovação: “GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E INTELIGÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA”, ingressos em 2023. As sessões envolveram análises e debates acerca dos projetos, com a presença de pesquisadores-bolsistas ingressos em 2022 e convidados atuando como avaliadores dos projetos de seus pares.

Além disso, o Grupo Gestor do iNovaRN mobilizou a Comissão Externa de Avaliação para organizar e executar o Edital da 1ª edição do **Prêmio iNovaRN 2023**. Este prêmio, concebido com o propósito de fomentar uma cultura inovadora no âmbito governamental, teve como meta reconhecer e incentivar projetos de inovação desenvolvidos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tanto nas esferas estadual quanto municipal. No total, 23 iniciativas foram inscritas, destacando-se as 13 premiadas, que revelaram o potencial criativo e eficiente no enfrentamento dos desafios públicos.

Na coordenação da Sessão de Cases no CONGESP, a responsabilidade da equipe do laboratório iNovaRN foi avaliar os trabalhos submetidos, organizar e acompanhar as apresentações ocorridas nos dias 25 e 26 de outubro durante o evento.

Por fim, em consonância com a Lei nº 11.584, que institui a Política Estadual de Linguagem Simples nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Norte, a equipe do iNovaRN elaborou um Manual de aplicação da Lei no âmbito da SEAD. Além disso, foi realizada, em **04 de dezembro de 2023**, uma oficina-piloto com o objetivo não apenas de informar, mas também de capacitar os participantes a aplicarem os princípios da Linguagem Simples em suas atividades diárias nos órgãos da Administração Pública Estadual. Inicialmente, a aplicação será no âmbito da SEAD, com planos futuros de abrir turmas para a participação de servidores de outros órgãos e entidades do RN.

- Organização do 16º Congresso de Gestão Pública do RN (CONGESP)

O 16º CONGESP foi realizado, em formato híbrido, entre os dias **24 e 27 de outubro de 2023**. Teve como tema central “Democracia, Transparência e Inovação: desafios para a gestão pública".

Nos quatro dias de realização do congresso, foram promovidas diversas atividades em formato híbrido, entre palestras e mesas-redondas, apresentações de projetos exitosos no âmbito do Governo do Estado e sessões temáticas, com exposição de trabalhos científicos voltados para a inovação na gestão pública. Participaram da edição deste ano mais de 2.800 congressistas e 80 palestrantes, além de mais de 100 trabalhos submetidos e apresentados, somando uma média superior a 50 horas de conteúdo.

Além disso, o evento promoveu lançamento da 2ª edição da revista inPública e a premiação do 1º Prêmio iNovaRN de Inovação na Gestão Pública do Rio Grande do Norte.

- Departamento de Capacitação – DECAP

O Departamento de Capacitação (DECAP) da EGRN executou o Plano de Formação, Desenvolvimento e Capacitação dos servidores do Estado do Rio Grande do Norte do ano de **2023**. O documento propôs um conjunto de ações para a capacitação, a formação e o desenvolvimento dos servidores públicos estaduais e para contribuir para a melhoria da gestão pública e das comunidades dos municípios parceiros do Plano RN Inclusivo.

As ações contemplaram atividades e cursos de graduação, pós-graduação e extensão de curta duração, que estão sendo oferecidos nas modalidades presencial e a distância. A grande maioria das atividades desenvolvidas contou com a colaboração de servidores cadastrados no Banco de Talentos. As formações desenvolvidas foram dirigidas aos servidores públicos estaduais e aos municípios signatários do Plano RN Inclusivo, atingindo os servidores estaduais, municipais e cidadãos desses municípios.

As atividades de pós-graduação foram realizadas pela EGRN em parceria com instituições de ensino como Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) e o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Essas parcerias contemplaram ações que tinham por objetivo capacitar servidores, a exemplo da Residência Tecnológica do Instituto Metrópole Digital da UFRN, que teve seu término no **segundo semestre de 2023**, culminando com as defesas dos últimos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Ao todo foram formados 18 residentes, dos quais 7 são servidores e 11 são bolsistas. Outra importante ação foi a seleção de 10 (dez) servidores estaduais para o Mestrado Profissional em Gestão Pública da UFRN, como um esforço institucional para qualificar academicamente o corpo técnico do Governo do Rio Grande do Norte. Nesse mesmo sentido, foi assinado convênio com a UERN para a oferta de 02 (duas) turmas com 90 (noventa) servidores estaduais no Curso de Especialização em Gestão Pública, que iniciará suas atividades em 2024.

Os dados quantitativos referentes aos cursos e as atividades concluídas encontram- se nas tabelas abaixo. Além disso, encontra-se em andamento duas (02) turmas do curso de graduação em Tecnologia em Gestão Pública, em convênio com Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte,

sendo uma (01) turma em fase de conclusão com 35 (trinta e cinco) alunos, e uma (01) turmas com 45 (quarenta e cinco) alunos cada. Com isso, nas atividades de capacitação tivemos 46 cursos executados com **um total de 1535 servidores capacitados em 2023.**

- Departamento de Recrutamento e Seleção - DERES

Sob a responsabilidade do Departamento de Recrutamento e Seleção (DERES) da EGRN, foram realizados acompanhamento administrativo e intermediação pedagógica dos bolsistas-pesquisadores, resultado de Acordos de Cooperação técnica firmados entre a SEAD e a FAPERN; a celebração de convênios, acordos, aditivos e apostilamentos para execução do Programa de Estágio não-obrigatório do Governo do Rio Grande do Norte; e a elaboração conjunta e publicação da Portaria Nº 1710/2023 - GS/SEAD, regulamentadora do Programa de Estágio não-obrigatório, com vistas a atualizar o regramento dos estágios no âmbito do Governo do RN, aditando que a carga horária cursada mínima necessária fica a critério do órgão ou entidade cedente, além de atualização normativa do auxílio- transporte com previsão de aumento para 2024. Ademais, o DERES foi responsável por efetuar todo o acompanhamento dos 1.122 estagiários vinculados ao Governo de Estado, além de 03 (três) reuniões realizadas com os gestores de estágios e com as instituições conveniadas com a EGRN/SEAD.

O DERES também realiza o acompanhamento administrativo de 50 Pesquisadores Bolsistas para execução do Projeto Institucional da SEAD em parceria com a FAPERN.

Em 2023, foram realizados e renovados Acordos de Cooperação com 37 secretarias e órgãos e entidades da administração pública estadual, além de celebração e renovação de parcerias com instituições de ensino do RN e encaminhamento de tratativas com a Universidade de Brasília.

Além dos 37 Acordos de Cooperação com as secretarias, o DERES trabalha também implementando a contratação de seguro de vida. Com efeito, cerca de 109 Residentes de pós-graduação da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte são segurados a partir de demandas que foram diligenciadas pelo departamento.

Ademais, temos, ainda, 25 convênios firmados com instituições de ensino públicas e privadas do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Brasília.

- Programa de Apoio a Aposentadoria - PROAP

Sob a coordenação da EGRN, o Programa de Apoio à Aposentadoria (PROAP) tem como intuito capacitar o servidor público estadual no processo de transição trabalho- aposentadoria para o enfrentamento da saída do ambiente laboral e início de uma nova etapa de vida. Em 2023, foi promovida a 18ª turma do curso preparatório para a aposentadoria e o *workshop* "A importância do planejamento para a aposentadoria" para os servidores do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).

Como perspectiva futura, a EGRN vislumbra a continuidade do Programa com ações de interiorização no RN em conformidade às solicitações de servidores participantes do 1º *workshop* “Refletindo Sobre a Aposentadoria”, assim como executar novas turmas do curso supracitado e outras edições desse *workshop*.

- Programa Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho - PQVST

Este ano, o Governo do RN publicou uma nova portaria designando os membros da Comissão Estadual de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho (CEQVST). O grupo é responsável por assessorar o Comitê Gestor do Programa Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho (PQVST), instituído por meio do Decreto nº 23.624, de 25 de abril de 2023.

Ao todo, 62 servidores públicos, entre titulares e suplentes, passam a integrar a CEQVST. Há representantes da Sead, SEEC, CEASA, CAERN, DATANORTE, CONTROL, CBM, DEI, DETRAN, EMPROTUR, FAPERN, IGARN, ITEP, PCRN, PMRN, PGE, SEMJIDH, SAPE, SEAP, SIN, SESED, SET, SEDRAF, SETUR, UERN, ASSECOM, AGN, SESAP, GAC e JUCERN.

De acordo com a Portaria n° 1031/2023 - GS/SEAD, o coletivo fica encarregado de uma série de atividades, dentre elas, elaborar projetos para o desenvolvimento de ações na área de qualidade de vida e saúde no trabalho, fixar linhas gerais referentes à normatização do PQVST, realizar pesquisas, censos e solicitar informações aos órgãos e entidades estaduais acerca dos aspectos

técnicos que sejam necessários ao planejamento e implementação do Programa.

Além disso, é ainda atribuição do grupo fornecer base teórica e prática para a execução do PQVST, bem como atuar junto aos setores de pessoal e recursos humanos na difusão do conhecimento e fortalecimento da cultura organizacional no que tange às práticas e ações inerentes à área.

No decorrer do ano, a comissão concluiu junto ao SEPA (UFRN) - Serviço de Psicologia Aplicada, uma capacitação com o objetivo da reestruturação do Programa Estadual de QVST, executada pelo Projeto de Extensão Psicologia do Trabalho e das Organizações/UFRN. A capacitação ocorreu com encontros semanais e teve 12 servidores integrantes da Comissão Estadual como concluintes.

A Comissão Estadual realizou 02 Fóruns de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho em Natal, em 23 de abril, com 150 presentes e, outro em Mossoró, em 29 de setembro, com a participação de 78 servidores da região Oeste.

Ademais, a Comissão Estadual também atuou em ações, serviços e em demandas voltadas para saúde física e mental do servidor com estudantes de psicologia no Escuta Ativa e incrementou o projeto do Escuta Ativa, promovendo a ação de contratação de clínicas credenciadas para atendimento ao servidor. O processo ainda está em tramitação e a expectativa é que possa efetivamente ser executado em 2024.

A atividade de ginástica laboral no ambiente de trabalho durante o expediente foi realizada de fevereiro a dezembro de 2023. O projeto foi estendido e, além de atender aos servidores dos prédios da SEAD, Escola de Governo, SET e na 1º URT, foram inseridos atendimentos no prédio sede da SESAP na Avenida Deodoro e da SESED no prédio da Rua Jundiaí.

A organização de eventos também foi outra atribuição da Comissão Estadual. Em 2023, foram realizadas várias comemorações em datas festivas.

Em abril, realizou-se, para cerca de 300 servidores, a Páscoa do Servidor, confraternização que foi realizada no pátio da Escola de Governo. O São João, realizado em julho, contou com aproximadamente 600 servidores e familiares e

ocorreu no auditório da EGRN. Em Dezembro, como de costume, é realizado o Natal do servidor.

Por conseguinte, no presente ano, a Comissão Estadual mais uma vez focou nas atividades esportivas, realizando a 11ª Corrida do Servidor Público, iniciativa do QVST, que pelo quarto ano teve a parceria do Programa Nota Potiguar. O evento ocorreu no dia 28 de outubro de 2023, na Praça Central do Centro Administrativo, e ampliou as vagas de 800 inscrições para 1.000 atletas, todas preenchidas entre servidores e a comunidade.

Por ocasião da corrida, foi promovida também uma campanha social de arrecadação de leite, na qual foram arrecadados 800 sacos e/ou latas, que foram distribuídas nas seguintes instituições: Lar da Vovózinha, Instituto Juvino Barreto, Instituto Terapêutico Nova Aliança do RN e Lar do Ancião Evangélico, CMEI e outros.

Ademais, a Comissão organizou, após quatro anos, a Copa de Futebol do Servidor, com a participação de 32 equipes e diversos órgãos da adminstração pública. Pela primeira vez, tivemos o campeonato feminino com a participação de 06 (seis) equipes dos órgãos: ITEP, Policia Penal, Corpo de Bombeiros, Policia Militar de Mossoró, DETRAN e uma equipe do QVST que recebeu servidoras de diversos órgãos. A equipe Fenix do Corpo de Bombeiros foi a campeão do feminino e a equipe da Secretaria de Educação foi a campeã do masculino. Participaram do campeonato, ao todo, 512 servidores.

Com efeito, foi reiniciado o projeto do Circuito de Corridas Nota Potiguar, desenvolvido pelo QVST em parceria com a SEEL/SEEC e Nota Potiguar/SET. O circuito tem como objetivo levar as atividades físicas para os servidores que exercem suas funções no interior do Estado. De início, foram definidos 12 municípios como modelo para o circuito. Entretanto por decisão dos parceiros locais, que são as DIREC/SEEC, foram realizadas em 06 municípios: Caicó, Currais Novos, Macau, Mossoró, Pau dos Ferros e Santa Cruz. Há grande expectativa por parte dos servidores do interior em realização da segunda etapa do evento, no próximo ano.

Por fim, a Comissão Estadual firmou mais uma vez, pelo quinto ano seguido,

uma parceria com o Grupo Reviver, para a realização de mamografias gratuitas no Centro Administrativo no período de 30/10 a 1/11. O objetivo da Campanha do Outubro Rosa é chamar atenção para a importância do auto-exame na prevenção do câncer de mama. Foi oferecido o serviço às mulheres da faixa etária entre 40 a 75 anos e foram atendidas cerca de 350 mulheres, sendo 180 servidoras públicas, no período de 31 de outubro a 04 de novembro, no pátio da Escola de Governo.

- Eventos realizados na EGRN

A infraestrutura da EGRN tem sido disponibilizada como apoio à realização de eventos do conjunto das secretarias e órgãos do governo do Rio Grande do Norte. Depois que o ar-condicionado do auditório master foi substituído com a aquisição de novos equipamentos, houve um considerável aumento do uso dos nossos ambientes.

A despeito disso, a EGRN, no ano de 2022, recebeu apenas 18.839 pessoas em nossas dependências. **Já em 2023, esse número subiu para 52.701 pessoas participantes de vários eventos ocorridos ao longo do ano**, promovidos por 42 secretarias e órgãos governamentais e entidades públicas e privadas. Isso representa um aumento de 179,7% de participantes em comparação com 2022.

- Manutenção da EGRN

No corrente ano, principalmente por conta do 16° CONGESP, o prédio sede da Escola de Governo passou por alguns serviços de manutenção (preventiva e corretiva) nas suas instalações físicas, além de termos incorporado a contratação de um jardineiro terceirizado, com o objetivo de recuperar o ambiente verde da EGRN. Ademais, foram tomadas providências para a elaboração de um projeto de paisagismo do espaço da EGRN, com a ajuda da equipe técnica da SUPAT e da UIAG. É necessário que seja incluída a aquisição de grama e adubo, detalhando a especificação de seu tipo, em termo de referência, com a quantidade e outros materiais adjacentes e suficientes para a recuperação e embelezamento das nossas áreas verdes que se destinam ao paisagismo e à jardinagem.

- Biblioteca da EGRN

A Biblioteca da Escola de Governo foi criada com o objetivo de tratar e disseminar informações que auxiliem os servidores públicos na melhoria da Gestão Pública e que contribuam para a consolidação do campo de conhecimento sobre Administração Pública no Brasil.

Seu foco de atuação é a área de Administração Pública e Gestão Governamental. Nosso acervo atual conta com 5.316 títulos, perfazendo um total de 10.729 exemplares de diversas áreas do conhecimento e literatura. Dispomos de uma excelente estrutura com espaços individuais e coletivos e acesso à internet para estudo e pesquisa. A unidade informacional está aberta de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, em dias úteis.

A Biblioteca está alinhada à missão da EGRN, que é desenvolver as competências dos servidores públicos estaduais para otimizar a capacidade da administração estadual na gestão das políticas públicas. Sua função consiste em dar suporte informacional a todos os servidores públicos estaduais e ao público em geral.

- Dirigentes Atuais e Competências

NOME	CARGO
Pedro Lopes de Araújo Neto	Secretário da Administração
Iranildo Germano dos Santos	Secretário-Adjunto
Carlos José Cerveira de Andrade e Silva	Subsecretário de Recursos Humanos

EMPRESA GESTORA DE ATIVOS DO RN - EMGERN

A Empresa Gestora de Ativos do Rio Grande do Norte (EMGERN), criada pela Lei Complementar n° 288, de 1° de fevereiro de 2005, é uma entidade de direito privado, parte da Administração Indireta do Estado, com vinculação à Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN). Com sede em Natal e atuação em âmbito nacional, a EMGERN tem como missão a administração de ativos e passivos do Estado, incluindo a gestão de contratos de empréstimos e financiamentos habitacionais e comerciais, bem como a administração de parte do acervo de bens imóveis do Estado.

Objetivos Institucionais

- Adquirir bens e direitos de órgãos ou entes públicos estaduais, assumindo, em contrapartida, obrigações pertinentes.
- Gerir e intermediar a alienação de bens imóveis estaduais.
- Administrar ativos de diversas naturezas pertencentes ao Estado.
- Atender a demandas relacionadas ao estudo, desenvolvimento e implementação de ações de interesse público por parte da administração direta ou indireta.

Programas Temáticos, Objetivos e Metas

- Recuperação de Ativos do extinto Sistema Financeiro Estadual (BANDERN e BDRN).
- Recuperação de Ativos, com ênfase nas ações para reaver precatórios e outros ativos via ações judiciais. Em 2023, a meta de recuperação de ativos foi superada, atingindo 46% frente aos 25% previstos.

Resultados Alcançados em 2023

A EMGERN planejou e executou ações que resultaram na superação das metas de recuperação de ativos. Destaca-se a eficácia da Coordenação Jurídica e da Coordenação de Recuperação de Crédito, cuja colaboração resultou em sucesso significativo nas recuperações, especialmente de precatórios junto às prefeituras.

Inovações Empreendidas

- Implementação de mudanças estruturais e desenvolvimento de planos estratégicos para diversificar as áreas de atuação da EMGERN, incluindo projetos de reuso de patrimônios históricos e culturais e a regularização de imóveis habitacionais.
- Projetos de impacto, como a recuperação de direitos creditórios do FCVS, que visam injetar mais de R$ 296 milhões aos cofres estaduais.
- Estudos para implementação de um sistema de gestão integrada, visando a eficácia e fluidez dos processos internos, programados para 2024.

Demais Feitos Realizados

- Redução do corpo técnico e reestruturação das coordenadorias para otimizar processos e reduzir custos.
- Criação de grupos de trabalho focados em projetos inovadores.
- Melhoria nas instalações físicas da EMGERN, valorizando o patrimônio histórico e melhorando o ambiente de trabalho.
- Agilização dos processos de precatórios e negociação de dívidas de antigos mutuários do Sistema Financeiro Estadual (SFE) junto à Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

Em 2023, a EMGERN demonstrou notável desempenho na gestão e recuperação de ativos, superando metas estabelecidas e contribuindo significativamente para o fortalecimento financeiro do Estado do Rio Grande do Norte. As inovações implementadas e os projetos desenvolvidos refletem o compromisso da empresa em expandir sua atuação e impactar positivamente no desenvolvimento econômico e social do estado. O planejamento estratégico para os próximos anos promete consolidar ainda mais os resultados alcançados e abrir novos horizontes para a gestão de ativos estaduais.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ASSECOM

Ao longo do ano de 2023, a Assessoria de Comunicação Social do Estado do Rio Grande do Norte empenhou-se em fortalecer a transparência e a qualidade das informações governamentais. Investimentos significativos foram realizados para modernizar equipamentos, fortalecer a equipe e implementar iniciativas como

a descentralização da gestão da informação e o investimento na melhoria da produtividade e da publicidade institucional. Apesar das dificuldades financeiras, a Assessoria conseguiu cumprir suas atribuições de forma competente, contribuindo para a disseminação de informações educativas e relevantes para a população.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA – DEI

O Departamento Estadual de Imprensa do Rio Grande do Norte (DEI), órgão de regime especial vinculado à Assessoria de Comunicação do Governo Estadual, foi instituído pela Lei Complementar nº 094, de 20 de dezembro de 2000. Como órgão central do sistema gráfico e editorial do Poder Executivo, o DEI tem a missão de editar o Diário Oficial do Estado (DOE) e outras publicações de interesse oficial, além de executar serviços gráficos em geral para o governo e terceiros.

- Objetivos e Atividades Principais

Gerenciamento do Diário Oficial do Estado (DOE): O DEI é responsável por administrar e disponibilizar as edições eletrônicas do DOE por meio do portal oficial. O acesso às edições do dia é gratuito, com disponibilidade de consulta a edições dos últimos dez anos online. Edições mais antigas podem ser acessadas presencialmente no Arquivo do DEI.

Preservação Histórica: No prédio do DEI/A República, localiza-se o Museu da Imprensa Oficial Eloy de Sousa, que abriga um vasto acervo documental e equipamentos que narram a história da imprensa oficial do estado desde sua fundação em 1899.

- Realizações no Exercício de 2023

Publicações do DOE: Durante o período de janeiro a dezembro de 2023, foram realizadas 273 edições do DOE, garantindo a continuidade da informação oficial sem prejuízos ao Estado ou a terceiros.

Produção de Novos Produtos Jornalísticos e Materiais Gráficos: Respondendo à demanda por novos produtos jornalísticos, o DEI produziu uma

variedade de materiais gráficos, incluindo cartazes, cartilhas e impressões de provas para diversas secretarias.

Educação: foram produzidos 25.000 "Cadernos de teste I – 2023" para a Secretaria de Educação (SEEC).

Publicações literárias: a pedido da SEARH, foram impressos 220 exemplares do livro "No pescoço do Infinito" e 200 exemplares de "Ainda há tempo", além de materiais promocionais relacionados.

Cultura: impressão de 3.500 cartilhas sobre a Lei Paulo Gustavo, a pedido da Secretaria Extraordinária de Cultura.

Reconhecimentos: produção de 40 comendas para a SEMJIDH.

Manutenção de equipamentos: serviços de revisão mecânica foram realizados na impressora Off Set Catu 650, destacando a necessidade de manutenções adicionais em outros equipamentos.

Implementação de novos sistemas: o DEI realizou a implementação do novo sistema Publicador, visando aprimorar a eficiência e a gestão das publicações oficiais.

O DEI desempenhou um papel crucial no ano de 2023, não apenas na disseminação de informações oficiais através do DOE, mas também na produção de materiais gráficos essenciais para diversas secretarias e na preservação da história da imprensa oficial no Rio Grande do Norte. A implementação de novas tecnologias e a manutenção dos equipamentos reforçam o compromisso do DEI com a melhoria contínua de suas operações.

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS – DATANORTE

A Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Norte – DATANORTE, órgão da administração indireta, foi criada pela Lei nº 4.528, de 17 de dezembro de 1975, vinculada, na época, à Secretaria de Planejamento, como uma empresa de economia mista, começou a funcionar em 1977.

Na atual conjuntura, a DATANORTE está vinculada à Secretaria de Estado da Administração – SEAD, conforme Lei Complementar nº 163 de 05 de fevereiro de 1999. Muito embora criada com a finalidade de “executar serviços de processamento de dados e tratamento de informações”, ao longo dos anos, a Companhia foi deixando de executar este trabalho.

A perda de sua finalidade ocorreu em face aos modernos conceitos da informatização, dos novos tratamentos dados à informação pública e da migração do ambiente centralizado para plataformas baixas, provocando com isso mudanças na política de informática do Governo do Estado.

No final de 1995, através de uma reforma administrativa, o Governo do Estado extinguiu algumas empresas e as incorporou à DATANORTE, que assumiu a responsabilidade sobre as extintas CDM, CDI, EMPROTURN, CIDA, CERN e COHAB-RN. A partir daí a empresa teve os seus objetivos redirecionados, passando a atuar principalmente na administração dos Créditos Imobiliários da extinta COHAB-RN. A estrutura organizacional básica da DATANORTE, que hoje é vinculada à Secretaria de Estado da Administração – SEAD, é composta por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e três Diretorias.

No ano de 2023, foi criado e aprovado o novo Manual de Conduta Disciplinar e Ética da DATANORTE.

Com sede própria instalada no bairro da Ribeira, em Natal, possui ainda 03 (três) Escritórios Regionais - ER.

- Atividades em 2023

Este relatório apresenta um resumo das principais atividades e realizações da DATANORTE no ano de 2023, destacando os esforços em reduzir processos administrativos físicos e judiciais, a regularização fundiária dos conjuntos habitacionais da COHAB, a recuperação de créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), entre outras iniciativas chave. A execução orçamentária também é detalhada, evidenciando o compromisso da Companhia com a eficiência financeira e operacional.

1. Redução dos Processos Administrativos Físicos e Judiciais

- Força Tarefa Jurídica: Redução significativa no passivo trabalhista, com 78 processos eliminados em 2023.

2. Regularização Fundiária dos Conjuntos Habitacionais da COHAB

- Parcerias Estratégicas: Sucesso na colaboração com a CEHAB e a UFERSA para a entrega de informações e a realização de medidas técnicas e jurídicas necessárias à regularização fundiária.

3. Recuperação de Créditos do FCVS

- Ações Planejadas: Desenvolvimento de ações integradas com a SEAD (Secretaria de Administração do Estado), ARSEP (Agência Reguladora de Serviços Públicos) e EMGERN (Empresa Gestora de Ativos do RN) para a rápida recuperação de créditos imobiliários, proporcionando lastro financeiro ao Governo.

4. Arrecadação e Cobrança

- Redução da Inadimplência: Implementação de iniciativas que resultaram na redução da inadimplência da carteira imobiliária, melhorando a arrecadação própria em comparação a 2022.

5. Novas Práticas de Gestão

- Recuperação de Crédito Imobiliário: Visou a redução da inadimplência, com 104 contratos renegociados em 2023.

6. Desafios e Perspectivas Futuras

- Regularização de Conjuntos Habitacionais: Apesar das iniciativas, nenhum conjunto foi regularizado em 2023.

- Avaliação de Bens Imóveis e Equipamentos: Não houve avaliação dos bens imóveis e equipamentos da Companhia em 2023.

- Recuperação de Créditos FCVS: Apenas 1% dos contratos foram habilitados e homologados, abaixo da meta estabelecida, que era de 10%.

- Perspectivas para o Futuro:

- Melhoria Contínua: A DATANORTE permanece comprometida com a melhoria contínua de suas operações e a eficácia na gestão de recursos, buscando superar os desafios enfrentados em 2023.

O ano de 2023 foi marcado por importantes avanços na gestão de processos administrativos, jurídicos e financeiros da DATANORTE. Apesar dos desafios enfrentados, as iniciativas implementadas e os resultados alcançados refletem o compromisso da Companhia com a excelência operacional e a responsabilidade social.

ECONOMIA POTIGUAR

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO – SEDEC

O ano de 2023 no Rio Grande do Norte foi marcado por avanços significativos em diversos setores econômicos e regulatórios, refletindo um cenário de crescimento e desenvolvimento sustentável. A balança comercial registrou números positivos, impulsionada pelo aumento das exportações e importações. Além disso, o mercado de trabalho demonstrou resiliência, com saldo positivo de empregos em diferentes setores, destacando-se Serviços e Construção. A atuação proativa de instituições como a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (SEDEC), do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A (AGN), Junta Comercial do Rio Grande do Norte (JUCERN), da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte (ARSEP), da Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS), Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do RN (FAPERN) e o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do RN (IPEM) fortaleceu ainda mais o ambiente de negócios, promovendo investimentos, modernização e eficiência nos serviços públicos. Esses avanços evidenciam o compromisso do estado com o crescimento econômico e a sustentabilidade, contribuindo para a consolidação do Rio Grande do Norte como um polo de desenvolvimento regional.

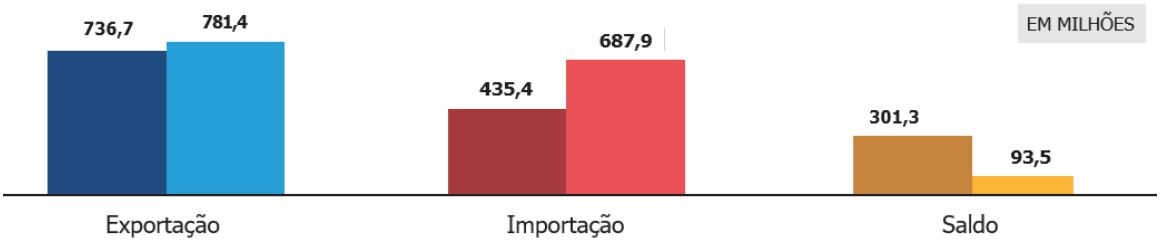
- Desempenho da Economia

Na balança comercial do RN em 2023, o saldo positivo foi de US$ 93,5 milhões, valores Free On Board (FOB)[8]. O valor em exportações atingiu US$ 781,4 milhões, o que representou o crescimento de 6,1% em relação ao ano de 2022. As importações totalizaram US$ 687,9 milhões, gerando aumento de 58,0% em relação ao ano

[8] FOB (Free On Board) pode ser traduzido em português para “Livre A Bordo”. Trata-se do frete em que o comprador assume todos os riscos e custos com o transporte da mercadoria. A responsabilidade do vendedor termina quando a mercadoria é despachada

anterior. A movimentação corrente culminou em US$ 1,469 bilhão, o que representou crescimento de 25,4% em relação ao ano de 2022.

Balança Comercial do RN 2022-2023

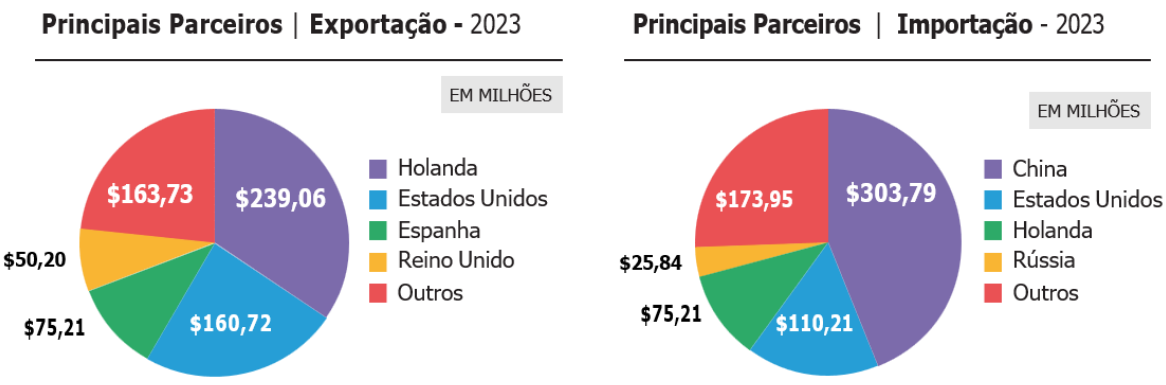


Fonte: MDIC (2023). Elaborado pelos autores.

Em 2023, quanto as exportações, a Holanda ficou na primeira colocação como principal parceiro do RN, com US$ 239 milhões negociados, seguido dos Estados Unidos, com US$ 160 milhões, e a Espanha, com US$ 75 milhões.

No que tange aos principais parceiros comerciais de importação do RN, destaca-se: a China, com US$ 303 milhões; os Estados Unidos, com US$ 110 milhões; e a Holanda, com US$ 74 milhões.

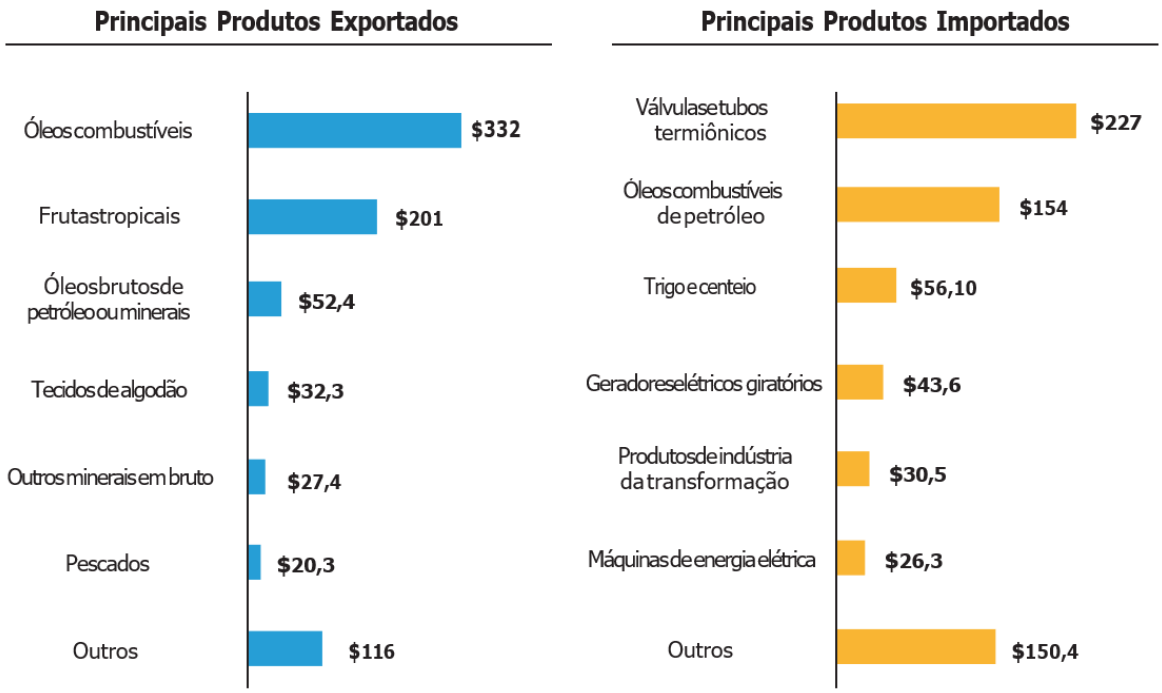
Principais Parceiros Exportação e Importação - 2023



Fonte: MDIC (2023). Elaborado pelos autores.

Em 2023, os principais produtos exportados pelo RN foram: óleos combustíveis (US$ 332 milhões), frutas tropicais (US$ 201 milhões) e óleos brutos de petróleo (US$ 52,4 milhões).

Participação (em milhões de dólares) dos Principais Produtos Importados e Exportados do RN - 2023



Fonte: MDIC (2023). Elaborado pelos autores.

- Criação de Novas Empresas no Rio Grande do Norte em 2023

A dinâmica empresarial com a formalização de empreendimentos em empresas formais sofre oscilações em função do resultado da economia nacional e do reflexo na economia estadual, além da características e diferenciais de cada Unidade de Federação. No quadro a seguir, está apresentada a movimentação de registro de empresas em 2023, no Rio Grande do Norte:

Quadro - Mapa de Empresas do Rio Grande do Norte, 2023 (Em Und)

EMPRESAS ABERTAS	MATRIZES ABERTAS	FILIAIS ABERTAS
41.655	40.230	1.425
EMPRESAS EXTINTAS	**MATRIZES EXTINTAS**	**FILIAIS EXTINTAS**
24.963	24.106	857

Fonte: Mapa de empresas (elaboração própria).

Foram abertas 41.655 novas empresas em 2023, das quais sua imensa maioria constituída de matriz (40.230), sem filial(ais). Por outro lado, 24.963 empresas registraram sua “baixa” comercial e, novamente, a maior parte na

condição de matriz (24.106). O saldo positivo foi de 16.692 novas empresas que passaram a fazer parte do Mapa de empresas do Rio Grande do Norte.

Com a contribuição deste saldo de 16.692 em 2023, o resultado ao final do ano, para a quantidade de empresas, pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro - Empresas no Rio Grande do Norte, 2023.

EMPRESAS	QUANTIDADE
TOTAL	245.882
MATRIZ	231.801
FILIAL	14.081

Fonte: Mapa de empresas (elaboração própria).

O Rio Grande do Norte chegou em 31/12/2023 com o número formal de empresas registradas em 245.882 unidades, das quais apenas 14.081 são filiais. Este resultado foi alcançado com o saldo positivo no ano de 2023, com uma contribuição de 6,7% para o resultado do saldo acima registrado.

- Mercado de Trabalho e Geração de Empregos

No ano de 2023, o número de admissões foi de 212.567. Em contrapartida, o número de desligamentos foi de 189.937, totalizando o saldo positivo de 22.630 empregos. Os setores de Serviços e o de Construções obtiveram os maiores saldos.

Balança de Empregos no RN – Ano 2023



Fonte: MTE (2024). NOVO CAGED.

Destaca-se o setor de Serviços, com 86.370 admissões e 74.936 desligamentos. Em seguida, o setor de Comércio, com 53.029 admissões e 48.680 desligamentos, e o de Indústria com 34.116 admissões e 30.292 desligamentos.

O maior número de pessoas admitidas está no que o Novo Caged classifica como “Grande agrupamento”, com 86.370 admissões; por outro lado, é onde registrou-se o maior número de demissões, na ordem de 74.936, mas, ao final do ano, no entanto, o saldo é positivo, foram 22.630 novas pessoas empregadas nas atividades de serviços, um resultado que reflete a importância da atividade turística no Estado. A agropecuária é a menor geradora de contratações (11.907) como também de desligamentos (10.696); no final do ano o saldo também foi positivo, com 1.211 novas pessoas empregadas.

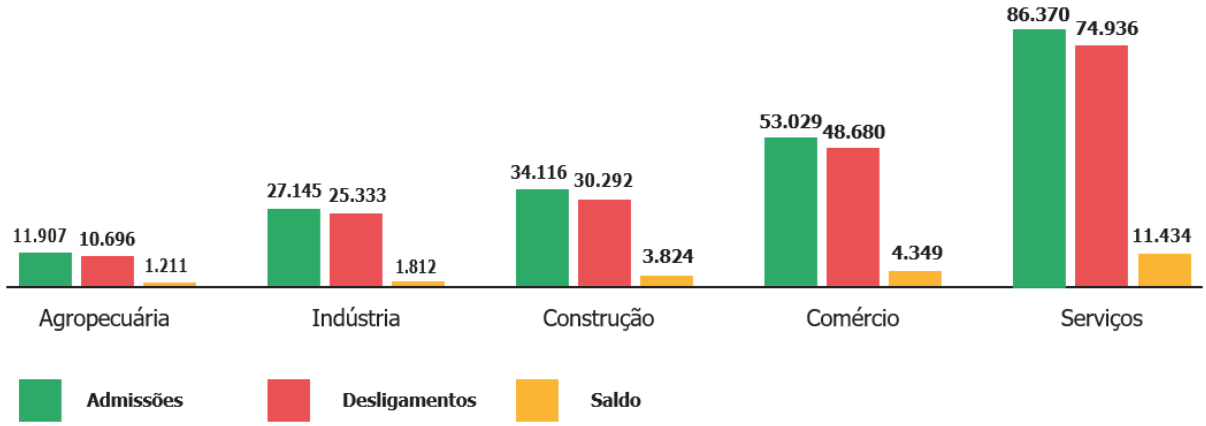
Quadro - Geração de Empregos, por Agrupamento, no Rio Grande do Norte, em 2023.

GRANDE AGRUPAMENTO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ESTOQUE
AGROPECUÁRIA	11.907	10.696	1.211	19.612
INDÚSTRIA	27.145	25.333	1.812	77.755
CONSTRUÇÃO	34.116	30.292	3.824	33.857
COMÉRCIO	53.029	48.680	4.349	124.065
SERVIÇOS	86.370	74.936	11.434	225.675
TOTAL	212.567	189.937	22.630	480.964

Fonte: NOVO CAGED (elaboração própria).

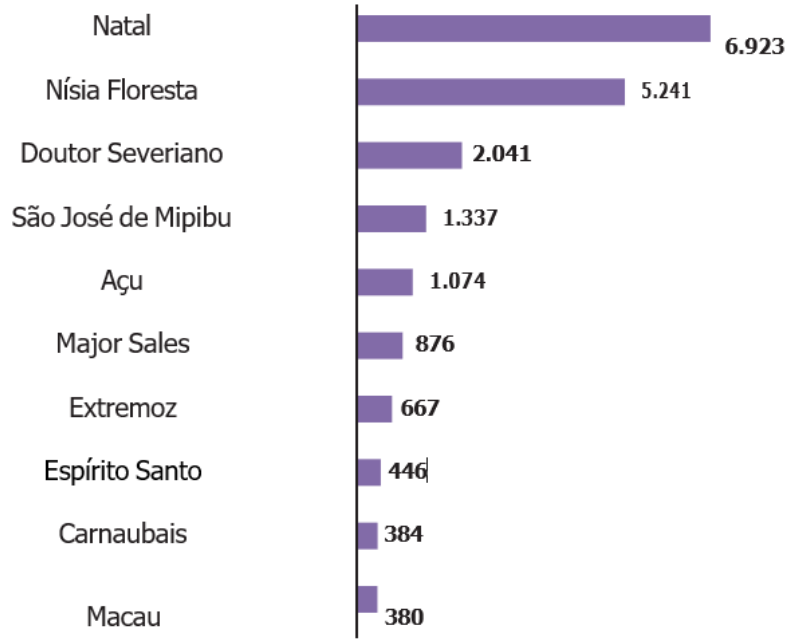
Em 31/12/2023 o chamado “estoque” de empregos no Estado alcançou a soma de 480.964 pessoas com contratos formais, das quais a imensa maioria nas atividades de serviços, com 46,9% do total. Em seguida estão os empregos em atividades comerciais (25,8%), em atividades industriais (16,2%) em atividades de construção (7,0%), finalizando com as atividades em agropecuária, com menor peso (4,1%) no “estoque” de empregos.

Balança de Empregos no RN – Por setores - Ano 2023



Fonte: MTE (2024). NOVO CAGED.

Municípios com maiores saldos de empregos – Ano de 2023

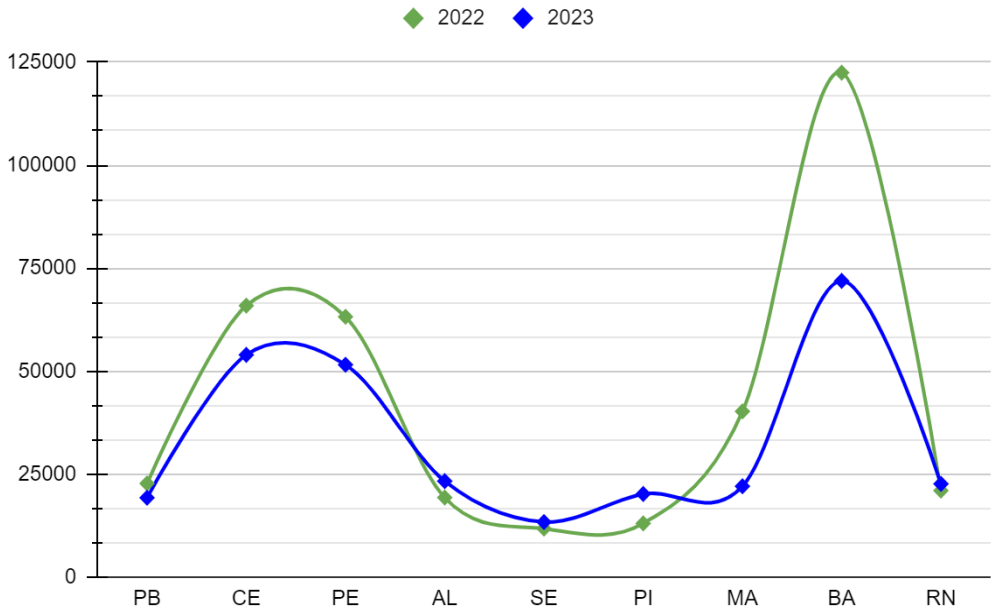


Fonte: MTE, NOVO CAGED, 2024.

De acordo com os dados do Novo CAGED[9], no cenário nacional, observa-se que o saldo de empregos gerados em 2023 foi 26,79% menor em comparação com 2022. Seguindo a tendência nacional, a média da região Nordeste teve uma redução de 21,79%. Os Estados do Nordeste com reduções foram Maranhão (-44,78%), Bahia (-41,35%), Pernambuco (-18,48%), Ceará (-18,53%) e Paraíba (-15,56%). Os Estados com variações positivas foram Piauí (54,04%), Alagoas (16,17%), Sergipe (13,57%) e Rio Grande do Norte (7,61%), indo na contramão do Nordeste e do País.

[9] Acesso em 20/03/2024: http://pdet.mte.gov.br/novo-caged

Saldo de Empregos por Estado na Região Nordeste nos anos de 2022 e 2023



Fonte: Elaboração Própria, NMI, Novo Caged, 2024.

- A Produção de Energia no Rio Grande do Norte em 2023

O Rio Grande do Norte é o maior produtor de energia renovável do Brasil, marca que foi reforçada em 2023 com a implantação de novos projetos. No Quadro 11, a seguir, são apresentados os novos projetos, mês a mês, e a capacidade de produção instalada:

Quadro - Produção de Energia no Rio Grande do Norte, 2023

MÊS	USINA	MW
JANEIRO	14	579,6
FEVEREIRO	--	--
MARÇO	3	86,8
ABRIL	2	21,0
MAIO	4	124,1
JUNHO	9	239,4
JULHO	7	122,0
AGOSTO	15	491,6
SETEMBRO	7	131,1
OUTUBRO	6	161,4
NOVEMBRO	5	78,1
DEZEMBRO	12	243,3
TOTAL	58	2.278,5

Fonte: Aneel (elaboração própria).

Ao final de 2023 entraram em operação 58 novos projetos em produção de energia renovável no Estado, com a geração de 2.278,5 MW em energia “verde”,

ou seja, energia renovável. Atualmente o Rio Grande do Norte tem em fase de implantação novos projetos eólicos e, principalmente, grandes parques para a produção de energia fotovoltaica.

Atualmente o Rio Grande do Norte produz energia a partir de fontes eólicas (EOL), fotovoltaicas (UFV), utilização do gás (UTE) e hidrelétrica (PCH) mas, de pequeno porte. No Quadro 13 estão identificadas as fontes de energia do Rio Grande do Norte:

Quadro - Capacidade Instalada na Produção de Energia no Grande do Norte, 2023

FONTE	POTÊNCIA OUTORGADA (kW)	POTÊNCIA FISCALIZADA (kW)	QUANTIDADE
EOL	13.172.736	9.455.236	384
PCH	4.700	4.700	1
UFV	10.952.040	1.100.532	259
UTE	525.559	525.559	36

Fonte: Aneel (elaboração própria).

Dos 680 projetos em atividade, a maior parte está concentrada na produção de eólica, com 384 parques. Estes foram os primeiros projetos em implantação no Rio Grande do Norte para a produção de energia a partir de fonte renovável. Mais recentemente a expansão ficou por conta dos parques fotovoltaicos que já contam com 259 parques instalados no Estado.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE - IDEMA

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA implementou diversas iniciativas visando o desenvolvimento econômico sustentável. Destacam-se a ampliação das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) para cinco, o aumento no percentual de território com Zoneamento Ecológico-Econômico para 51,08%, e a criação da Unidade de Conservação Monumento Natural Cavernas de Martins. Além disso, a emissão de licenças ambientais e a atuação em projetos educativos e de capacitação contribuíram para equilibrar o crescimento econômico com a preservação ambiental, fortalecendo a gestão ambiental estatal.

Destacam-se iniciativas como o Projeto Orla, que ofereceu suporte técnico a municípios costeiros na elaboração de Planos de Gestão Integrada da Orla, e a

implantação do Sistema de Licenciamento Ambiental Eletrônico (SISLIA). Além disso, foram realizados concursos, como o de Boas Práticas em Gestão Socioambiental, e estudos para criação de novas Unidades de Conservação, contribuindo para o equilíbrio entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico no Estado.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A - AGN

Em 2023, a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A - AGN intensificou sua atuação financeira em parceria com o Governo Estadual, concentrando esforços no suporte a empresários individuais e microempreendedores em diversos setores. Foram concedidos 3.502 financiamentos, totalizando R$ 22,453 milhões, beneficiando 52 (cinquenta e duas) famílias de agricultores, 29 (vinte e nove) famílias de pescadores, 15 (quinze) empresas de turismo, 7 (sete) micros e pequenas empresas, empresários informais, microempreendedores individuais (1995), pecuaristas (16) e a uma pessoa física compradora de imóvel não de uso.

A atuação itinerante da Agência, por meio de agentes de crédito, alcançou 162 dos 167 municípios do Estado, resultando na geração e manutenção de 7.004 empregos diretos. Essa abordagem estimulou os negócios, ampliou o consumo das famílias, gerou renda e promoveu o crescimento econômico de forma abrangente.

JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE - JUCERN

A Junta Comercial do Rio Grande do Norte - JUCERN destaca-se por suas realizações marcantes, evidenciando um compromisso inabalável com a modernização e eficiência. A recente atualização dos módulos no sistema SIGFÁCIL, que inclui novos atos, e a implantação do pagamento via PIX representam avanços significativos na oferta de serviços ágeis e alinhados com as demandas contemporâneas.

Outro marco impressionante é a conquista dos registros 100% automáticos de atos societários para Empresário Individual (EI) e Sociedade Limitada (LTDA), abrangendo desde a constituição até a baixa. Esse salto tecnológico não apenas simplifica, mas revoluciona os procedimentos, promovendo uma experiência mais eficiente e desburocratizada para os usuários.

A fase de testes para o registro automático dos atos de alteração representa um olhar visionário para o futuro, indicando um compromisso contínuo com inovações que aprimoram a eficiência operacional. Além disso, a abertura bem-sucedida do Escritório em Pau dos Ferros/RN e a instalação do Novo Escritório em Santa Cruz, polo regional no Agreste Potiguar, são ações estratégicas que evidenciam a expansão e a presença proativa da JUCERN, solidificando seu papel vital no desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte.

Nesse cenário, a agilidade no registro de abertura de empresas, reduzindo de 38 para 11 horas entre 2019 e 2023 (redução de 71,05%), destaca-se como uma conquista expressiva para o fortalecimento dos negócios e a promoção do emprego no Estado do RN. Essa evolução reflete o compromisso contínuo com um ambiente empreendedor mais dinâmico e eficiente.

Redução no tempo médio de registro de abertura de empresas



Fonte: Junta Comercial do RN - JUCERN, 2023.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARSEP

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte - ARSEP-RN desempenhou um papel crucial no desenvolvimento econômico da região ao longo do exercício de 2023. Sob a missão de normatizar, regular e fiscalizar serviços públicos, a ARSEP concentrou esforços nas áreas de Gás Natural, Saneamento Básico e Geração de Energia. Destacam-se ações significativas, como revisões tarifárias bem-sucedidas para o fornecimento de gás canalizado, promovendo equilíbrio econômico e contribuindo diretamente para a economia potiguar.

A Coordenação de Saneamento realizou fiscalizações em sistemas adutores, reconhecendo a importância da água como insumo vital para a indústria e influenciando diretamente nas tarifas, refletindo nos preços de produtos e serviços. A Coordenação de Energia e Gás desempenhou papel ativo na fiscalização da produção de energia elétrica e distribuição de gás natural, essenciais para a estabilidade dos mercados e a atração de investimentos.

A eficiência nas análises técnicas para reajustes tarifários, a supervisão de usinas de energia renovável e a fiscalização das centrais termelétricas destacam-se como elementos que promoveram a estabilidade econômica, a atração de investimentos e o crescimento sustentável no estado.

COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS

A Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS emerge como uma força propulsora do desenvolvimento econômico no Rio Grande do Norte, desempenhando um papel crucial na expansão e modernização da infraestrutura de distribuição de gás natural. Em 2023, a empresa superou as metas estabelecidas, interligando 4.670 novos clientes em Terras Potiguaras e fortalecendo sua presença nas regiões de Açu/Mossoró.

Além disso, a POTIGÁS demonstrou um compromisso contínuo com o crescimento, ultrapassando as expectativas na expansão da rede de gasodutos. Os números impressionantes de metros adicionados, tanto em Terras Potiguaras (24.879,10) quanto em Açu/Mossoró (3.099,90), refletem a eficácia das iniciativas

da empresa em conectar e atender às crescentes demandas dos setores industrial, comercial, residencial e veicular.

Destaca-se ainda a eficiência na saturação da rede de gasodutos, com resultados expressivos, especialmente em Terras Potiguaras, onde 1.320,59 metros foram alcançados, consolidando a capacidade operacional da POTIGÁS. Essas realizações não apenas impulsionam a segurança no fornecimento de gás natural, mas também estimulam a atividade econômica ao proporcionar uma infraestrutura confiável e eficiente para os diversos segmentos, consolidando assim a POTIGÁS como uma verdadeira catalisadora de negócios no Estado.

FUNDAÇÃO DE AMPARO E PROMOÇÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO RN - FAPERN

A Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (FAPERN) demonstrou um forte compromisso com o fomento à pesquisa e inovação durante o ano de 2023. Através de diversos programas e parcerias, a FAPERN apoiou projetos de pesquisa em instituições públicas e privadas, promovendo a modernização da infraestrutura científica e tecnológica do estado. Destacam-se os esforços para internacionalização e popularização da ciência, bem como o apoio ao desenvolvimento de pesquisas aplicadas em áreas estratégicas, como energias renováveis e agricultura sustentável.

Além disso, a FAPERN buscou fortalecer o ecossistema de inovação do estado, através de iniciativas como a implantação do Parque Tecnológico Augusto Severo e o apoio à formação científica e tecnológica. A fundação também desempenhou um papel importante na modernização da legislação de ciência, tecnologia e inovação do Rio Grande do Norte, estabelecendo diretrizes claras para o desenvolvimento do setor e promovendo a colaboração entre diferentes atores, tanto a nível estadual quanto nacional e internacional. Esses esforços refletem o comprometimento da FAPERN em impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do estado através do conhecimento científico e tecnológico.

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO RN - IPEM

O Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte (IPEM/RN) enfrentou desafios significativos em relação à execução de suas principais iniciativas e atividades de fiscalização durante o exercício de 2023. Embora tenha havido planejamento para construir postos de fiscalização, modernizar a estrutura física e realizar a fiscalização nos setores da indústria e comércio, a escassez de recursos financeiros impediu a concretização dessas metas. Apenas uma parte da iniciativa de realizar fiscalizações foi executada, com aproximadamente 49,25% do valor previsto destinado ao pagamento de diárias operacionais. Essas limitações financeiras destacam os obstáculos enfrentados pelo IPEM/RN na busca por garantir a fidelidade das medições e a qualidade dos produtos regulamentados, impactando diretamente a proteção do consumidor e a competitividade entre as empresas.

Apesar das dificuldades, o Instituto demonstrou compromisso em enfrentar os desafios, buscando aprimorar suas operações e cumprir sua missão fundamental. As mudanças na direção do órgão ao longo do ano podem ter afetado o desenvolvimento das atividades, mas o empenho em avançar nas ações de fiscalização e modernização da estrutura permanece. Essa dedicação reflete o comprometimento contínuo do IPEM/RN em proteger os direitos do consumidor e promover um ambiente de competição justo entre as empresas no estado do Rio Grande do Norte.

ASSITÊNCIA SOCIAL E OUTROS DIREITOS SOCIAIS

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SETHAS

O planejamento da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) destaca sua missão institucional, abrangendo a gestão das políticas públicas nas áreas de Assistência Social, Trabalho, Economia Solidária, Artesanato, Habitação e Segurança Alimentar e Nutricional. O documento ressalta a execução de medidas socioeducativas pela FUNDASE, abordando também a política habitacional e os objetivos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional. No contexto dessa última área, são detalhados objetivos, metas propostas e alcançadas no Plano Plurianual 2020-2023, evidenciando o compromisso do Governo do Estado com a promoção da segurança alimentar, respeitando a diversidade cultural e assegurando o acesso regular a alimentos de qualidade. O relatório revela ações concretas em prol desses objetivos, refletindo o compromisso da SETHAS com a promoção do bem-estar social e a garantia de direitos fundamentais.

Além disso, a SETHAS é responsável por políticas públicas que visam fomentar o trabalho e apoiar a inserção de trabalhadores no mercado, através da Subsecretaria do Trabalho. Esta subsecretaria executa a Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, coordenando os serviços do Sistema Nacional de Emprego (SINE-RN). A secretaria também desenvolve diversas ações, incluindo a construção de cisternas, economia solidária, Programa do Artesanato do Estado do Rio Grande do Norte (PROARTE-RN), e programas voltados para a segurança alimentar e nutricional, como o Restaurante Popular, Café Cidadão, Sopa Cidadã e o Programa do Leite. Essas iniciativas abrangentes demonstram o compromisso da SETHAS com o fortalecimento da economia, a promoção do trabalho digno e o atendimento das necessidades básicas da população.

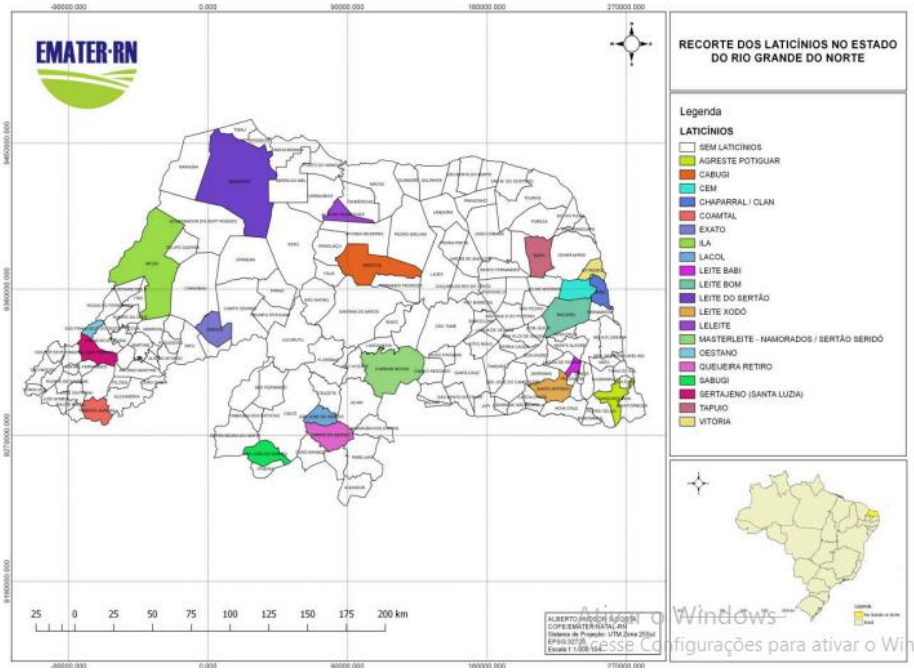
AÇÕES REALIZADAS

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

No âmbito das Conferências Territoriais realizadas em parceria com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/RN), destaca-se a conclusão de um processo de licitação abrangendo 39 unidades em 21 municípios. O objetivo foi unificar os Programas Café Cidadão, Restaurante Popular e Sopa Cidadã, proporcionando acesso facilitado às refeições em unidades referenciais, quando possível. O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), convocou seis Conferências Territoriais durante agosto e setembro de 2023.

Quanto aos programas específicos, o Programa Restaurante Popular (PRP), iniciado em 2002, tem como propósito fornecer refeições saudáveis e acessíveis, atendendo diariamente cerca de 42 mil refeições em 113 unidades distribuídas em 51 municípios. O programa opera em colaboração com o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES), envolvendo 8 cooperativas e contribuindo para a segurança alimentar e nutricional em áreas urbanas com alta concentração de pobreza. Além disso, o Programa do Leite Potiguar (PLP) busca combater a fome e a desnutrição, distribuindo 5 litros de leite semanalmente para famílias em situação de vulnerabilidade social, totalizando mais de 380 mil litros por semana e mais de 20 milhões de litros por ano.

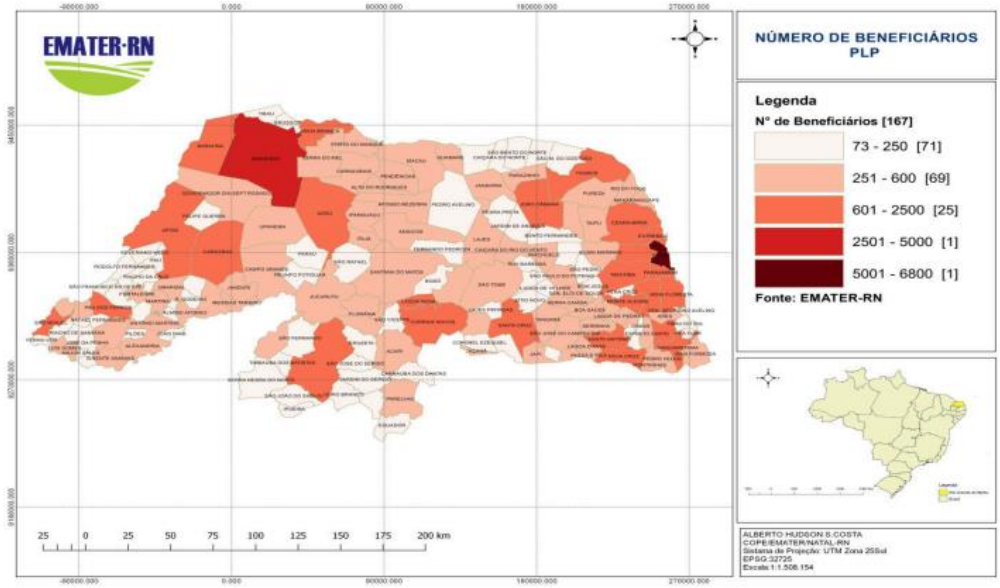
Figura 1 - LITROS DE LEITE PREVISTOS POR SEMANA



Fonte: SETHAS, 2023.

Por outro lado, o Programa do Leite Potiguar (PLP) busca incentivar a cadeia produtiva do leite, a agricultura familiar, a agropecuária e a indústria de laticínios, apoiando a produção, comercialização, industrialização e consumo de leite bovino e caprino. Executado pela SETHAS, o programa atende a todos os 167 municípios do Rio Grande do Norte, financiado pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP). O custo para as famílias elegíveis é gratuito, desde que atendam aos critérios do programa, como estar inscritas no Cadastro Único, viver em situação de extrema pobreza, ter dois ou mais membros na família, possuir crianças de 1 a 7 anos e idosos a partir de 60 anos. Em 2023, o programa beneficiou mais de 76 mil famílias, com um investimento anual superior a 81 milhões de reais, distribuindo mais de 380 mil litros de leite semanalmente e mais de 20 milhões de litros anualmente.

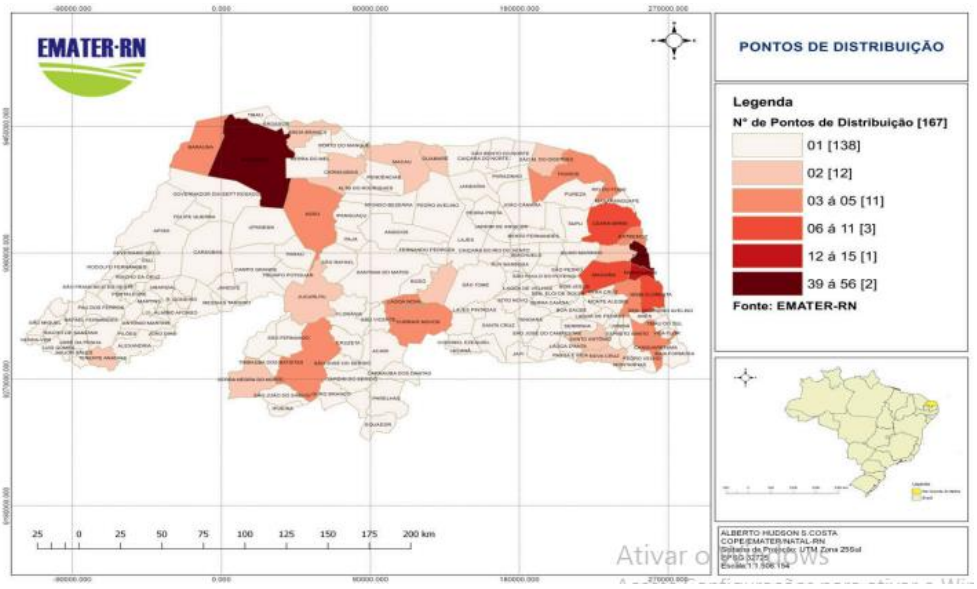
Figura 2 - NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS NO PROGRAMA DO LEITE POTIGUAR



Fonte: SETHAS, 2023.

O programa governamental está presente em 336 pontos de distribuição nos territórios do Estado, sendo 31 em espaços privados, Organizações de Sociedade Civil - OSC e 305 em espaços públicos.

Figura 3 - PONTOS DE DISTRIBUIÇÃO



Fonte: SETHAS, 2023.

Em conclusão, as ações e programas apresentados evidenciam o compromisso da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) no enfrentamento de desafios sociais no Rio Grande do Norte. A união estratégica de iniciativas como as Conferências Territoriais alinhadas aos Programas Sociais refletem a abrangência das políticas públicas em áreas cruciais como segurança alimentar, nutricional e assistência social. Ao promover a unificação de serviços e a colaboração com a agricultura familiar, esses programas visam não apenas atender às necessidades básicas da população em situação de vulnerabilidade, mas também fortalecer setores produtivos locais. A oferta de refeições acessíveis, aliada à distribuição de leite a famílias em condições socioeconômicas desfavoráveis, ressalta a importância da SETHAS na construção de uma sociedade mais inclusiva, equitativa e resiliente.

TRABALHO, EMPREGO E RENDA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda

A Política Pública do Trabalho no Governo do Estado do Rio Grande do Norte, é executada pela Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS), por intermédio da Subsecretaria do Trabalho, tendo como tarefa primeira o gerenciamento do Sistema Nacional do Trabalho (SINE), numa parceria com o Governo Federal, visando desenvolver políticas públicas de fomento à empregabilidade e apoio à inserção do(a) trabalhador(a) no mercado de trabalho.

A Subsecretaria do Trabalho da SETHAS tem como missão a implementação das políticas públicas de emprego e de combate ao desemprego, oferecendo ao trabalhador o atendimento e orientação na Intermediação de Mão-de-Obra, bem como a participação nos Programas de Geração de Renda e Projetos de Qualificação e Requalificação Profissional, com o objetivo de facilitar o acesso ou a reintegração desse cidadão ao mercado de trabalho.

A base legal das diretrizes que orientam as ações da Subsecretaria do Trabalho no RN fundamenta-se na Lei Complementar Nº 665, de 23 de janeiro de 2020, que institui, no âmbito do Poder Executivo, a Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Rio Grande do Norte (PETER/RN) e o Fundo Estadual do

Trabalho do Rio Grande do Norte (FET/RN), e dispõe sobre o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Rio Grande do Norte (CETER/RN), sustentada nos termos da Lei Federal nº 13.667, de 17 de maio de 2018.

De acordo com o planejamento, os objetivos específicos da Subsecretaria do Trabalho são**:**

- Fortalecer o sistema público de emprego, trabalho e renda por meio da integração das políticas de qualificação profissional, de intermediação de mão de obra e de seguro-desemprego;

- Ampliar as políticas de qualificação profissional e intermediação de mão de obra, especialmente para jovens, mulheres, pessoas com deficiência, grupos étnico-raciais, povos e comunidades tradicionais;

- Ampliar e fortalecimento da proteção social aos trabalhadores, especialmente para grupos sociais mais vulneráveis e trabalhadores migrantes;

- Fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática;

- Promover ações de prevenção e combate ao trabalho escravo e eliminação do trabalho infantil;

- Desenvolver programas voltados à inserção no mundo de trabalho, das pessoas situadas em grupos sociais detentores de atenção especial, tais como pessoas com deficiência, egressos do sistema penitenciário, população em situação de rua e todos os demais, situados em condições de vulnerabilidade social;

- Promover a integração e a sistematização das informações e pesquisas sobre o mercado formal e informal de trabalho, com vistas a subsidiar a operacionalização das ações e dos serviços prestados no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;

- Desenvolver ações de melhoria contínua da qualidade dos serviços ofertados pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE) no Estado do Rio Grande do Norte, de forma eficiente, eficaz, efetiva e sustentável, especialmente por meio do

desenvolvimento de aplicativos e de soluções tecnológicas a serem ofertados aos trabalhadores;

- Promover ações voltadas ao trabalho associado com fundamentos nos princípios da economia solidária;

- Promover ações de conscientização sobre o conceito de trabalho decente;

- Fortalecer e fomentar o artesanato potiguar de forma integrada ao turismo e à cultura;

- Realizar trabalho articulado e de forma contínua, com as demais políticas públicas, com ênfase nas destinadas à população em condições de vulnerabilidade social.

A política do Trabalho gerenciada por meio da Subsecretaria do Trabalho, conta na sua estrutura organizacional com 1(uma) Subsecretaria do Trabalho, 1(uma) Coordenadoria do Trabalho e Renda e 2 (duas) Subcoordenadorias, sendo uma de qualificação profissional e outra de intermediação da mão de obra.

A Subsecretaria do Trabalho gerencia o funcionamento de 15 (quinze) agências de SINE que oferecem um conjunto de serviços públicos essenciais à população, estando localizadas em 12(doze) municípios do Estado conforme segue: Assú, Apodi, Caicó, Currais Novos, João Câmara, Mossoró, Natal, Nova Cruz, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz e São José de Mipibu. Os postos do SINE/RN em Natal estão distribuídos em 04 (quatro) bairros, da seguinte forma: Centrais do Cidadão do Alecrim; da Zona Sul-Capim Macio; Zona Norte e no SINE Matriz na Candelária.

O presente relatório tem como objetivo apresentar as ações desenvolvidas pela subsecretaria do trabalho/ coordenadoria do trabalho e renda, referente ao exercício de 2023**.**

Observatório do Trabalho e de Políticas Sociais no Rio Grande do Norte (OTPS/RN)

A SETHAS-RN é responsável por assessorar, monitorar e avaliar as políticas de assistência social, desenvolver programas sociais de combate à pobreza e políticas públicas de fomento à empregabilidade e apoio à inserção do trabalhador no mercado de trabalho, além de desenvolver política habitacional para redução do déficit de moradia popular.

Em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIESSE), constituiu em 2022 Observatório do Trabalho e de Políticas Sociais no Rio Grande do Norte. Em 2023 o observatório vem desenvolvendo de forma articulada ações e sistemas de produção de dados sobre pobreza, trabalho, emprego e renda no âmbito da SETHAS e da Subsecretaria do Trabalho/SINE, da Política Estadual de Economia Solidária (ECOSOL), do Programa do Artesanato Potiguar, do Governo Cidadão, de Convênios/projetos de Inclusão Produtiva, da Gestão do Sistema Único de Assistência Social.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) é uma instituição reconhecida na produção científica e que tem como principal diretriz desenvolver estudos, pesquisas, assessoria e educação que fundamentam as reivindicações dos trabalhadores, inclusive na perspectiva de sua inserção nas políticas públicas.

Os objetivos do Observatório são:

- produzir e disseminar informações relevantes para conhecer o mercado de trabalho e as especificidades da inserção social na localidade e os problemas e desafios para a incidência das políticas sociais;

- elaborar estudos exploratórios e análises temáticas que possam subsidiar a elaboração, a manutenção, a implantação ou a avaliação de políticas sociais e de emprego e renda; e

- apoiar ações de fortalecimento de espaços de participação social e do debate público sobre as questões sociais e das respectivas políticas públicas, através da realização de diagnósticos participativos e de diálogo social, bem como promover atividades de formação e disseminação das informações e estudos elaborados.

No primeiro ano de atividades executadas os produtos apresentados pelo Observatório contribuíram para a construção de um processo de atualização da política pública do trabalho, foi possível aprofundar diagnósticos, aperfeiçoar parcerias institucionais e subsidiar a Subsecretaria do Trabalho em processos estruturantes na análise e fluxo do emprego.

A produção e análise com a gestão revelou a importância de construir aproximação com a política estadual de Desenvolvimento Econômico, responsável pelo Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria (PROEDI), criando condições de construir arranjo institucional baseado na lógica de que os empregos gerados que recebem subsídio de até 95% de isenção do ICMS devam ser intermediados pela política estadual do trabalho.

O estudo temático sobre como a desigualdade racial está refletida no mercado de trabalho, subsidiou o diálogo junto a Secretaria de Juventude sobre a importância da construção de estratégias que possam fomentar e formação profissional associada a empregabilidade, em especial para a juventude negra, que se insere mais cedo no mercado de trabalho e, por esse motivo, tem menos tempo para qualificação, tem como reflexo para esse grupo de pessoas, futuro com menores salários na vida adulta. Subsidiando tecnicamente para a construção de um projeto piloto do programa RN Aprendiz, que estabelece obrigatoriedade as empresas que prestam serviço ao governo do estado, a obrigatoriedade de contratar entre 5% e 15% de jovens na condição de aprendiz, tendo como território de ação a comunidade de mãe Luiza em Natal, espaço com maior índice de crimes violentos letais internacionais do estado.

A contribuição do OTPS nas reuniões do Conselho Estadual do Trabalho Emprego e Renda foi fundamental na formulação e atualização do Plano de Ação e Serviços apresentado ao Ministério do Trabalho. A necessidade de aprofundar as reflexões a partir das problematizações apresentadas, fomentou a constituição de duas Câmaras Técnicas de Intermediação de Mão de Obra e a Câmara de Qualificação Profissional, ambas no Conselho Estadual do Trabalho de Emprego e Renda (CETER/RN), que atuam na ampliação da possibilidade de alcance da cogestão na política do trabalho com os diferentes segmentos que integram o CETER/RN.

A atuação no Conselho Estadual do Artesanato com a apresentação do Estudo Temático do Artesanato, subsidiou a iniciativa em buscar a aproximação das comunidades tradicionais do estado, uma vez que ao aprofundar a análise da base de dados do Sistema de Cadastro do Artesão Brasileiro (SICAB/RN), foi reconhecida a ausência de grupos que são significativos na produção artesanal, dentre outras dimensões abordadas.

Nacionalmente está em processo a implementação do Plano Nacional de Inclusão Socioeconômica desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que tem dentre seus objetivos a integração de famílias cadastradas no CADÚNICO junto ao Sistema Nacional de Emprego-SINE. A continuidade do convênio renovado até 2024 irá contribuir e aprofundar tecnicamente as análises e possibilidades de interface dos programas socioassistenciais e de emprego no estado, dando suporte a SETHAS no estudo e construção de arranjos institucionais possíveis. Assim como terá um papel de subsidiar a Subsecretaria do Trabalho no acompanhamento da execução das metas estabelecidas no plano plurianual e no processo de capilarização da política do trabalho junto aos municípios e territórios da cidadania.

Produtos já desenvolvidos pelo observatório do trabalho e políticas sociais:

Durante o período de 2022 e 2023 foram entregues 37 produtos do plano de trabalho inicial sendo apresentados conforme o detalhamento abaixo:

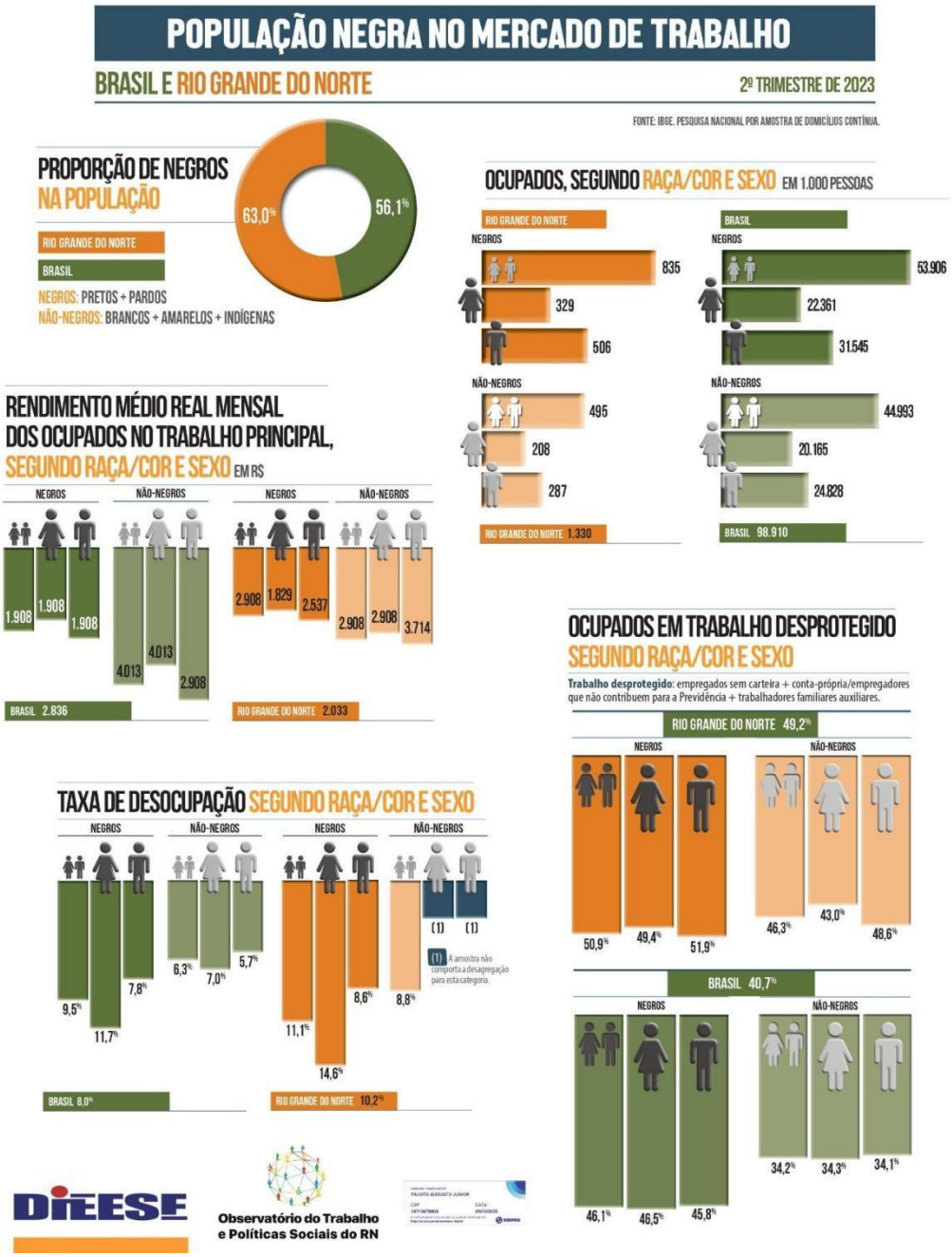
- **Desenvolvimento de um sistema de informações geográficas** (SIGWeb): a partir da identificação, o acesso, o processamento e a organização de bases de dados relevantes para a análise local enquanto estratégia de ampliação da capacidade analítica a partir dos indicadores produzidos pelo Observatório a partir da aproximação com gestores públicos e outras partes envolvidas na gestão das políticas sociais e do trabalho. Disponível no endereço(https://riograndedonorte.dieese.org.br/). O sistema será atualizado anualmente com a complementação de novas bases de dados a partir da demanda da Subsecretaria do Trabalho/ SETHAS;

- **Boletins Bimestrais** com indicadores de mercado de trabalho: este produto tem como objetivo fazer um acompanhamento periódico dos principais indicadores do mercado de trabalho, disponíveis para a localidade, oferecendo uma comunicação em tempo hábil das informações divulgadas. Este boletim possui um escopo enxuto, com informações apresentadas de maneira objetiva, através de gráficos e tabelas e de rápida e fácil compreensão por parte dos gestores públicos e atores sociais. A principal base para os Boletins será o novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Previdência. Ao longo do primeiro ano de execução do projeto foram apresentados seis Boletins;

- **Folha de infográficos temáticos:** esse produto tem como objetivo comunicar de forma gráfica e intuitiva, em apenas uma folha de papel A4, uma série de informações, do estado do Rio Grande do Norte, sobre determinado tema de interesse dos gestores públicos e dos atores sociais. Como fonte de informação para esses infográficos foram utilizadas diversas bases de dados, como a PNADC/IBGE, a RAIS/ME, o Censo Agropecuário, ou o Cadastro Único, Dados dos Programa de Segurança Alimentar do Estado e CadÚnico.

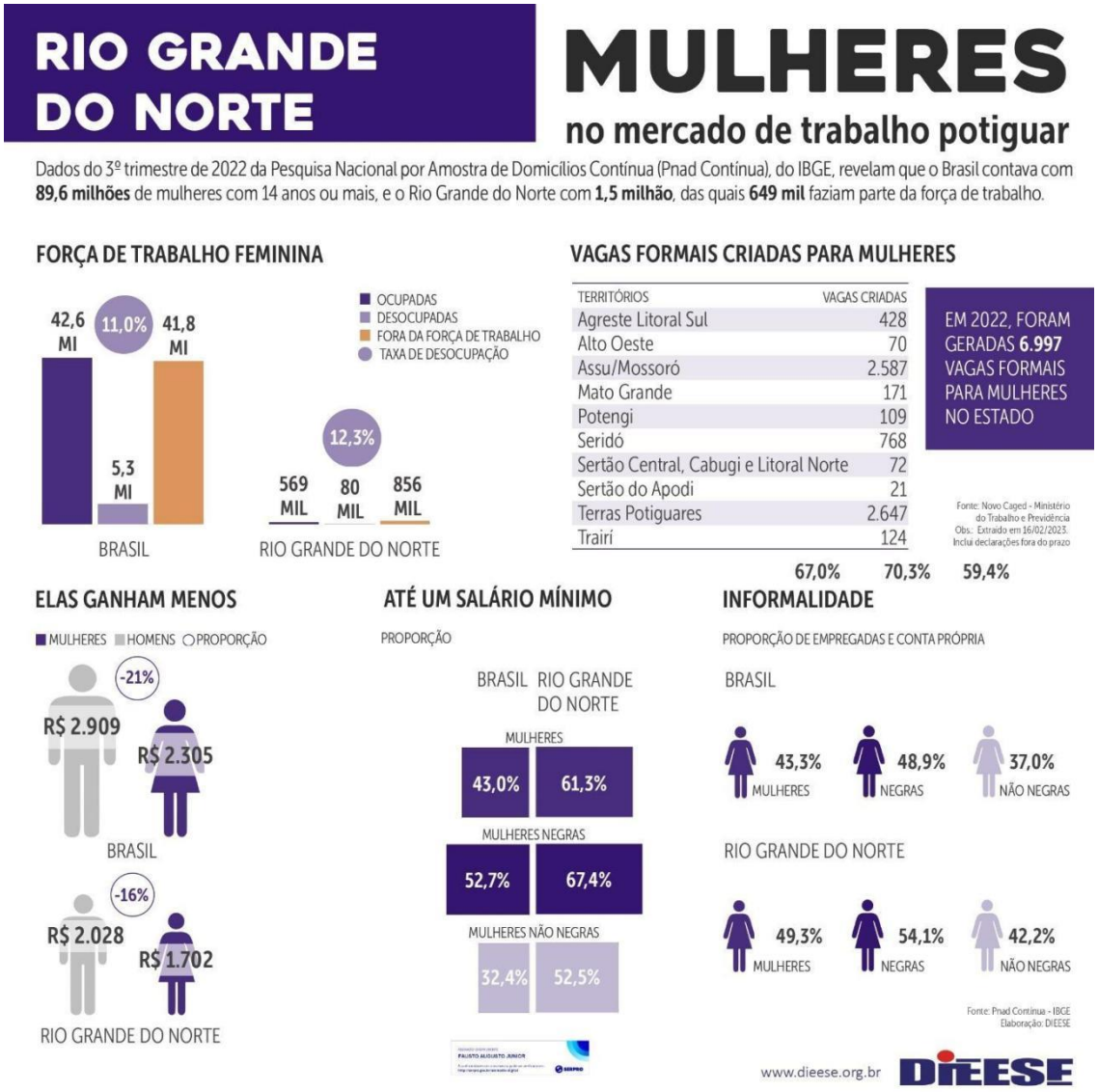
Em 2023 foram apresentados importantes infográficos, sendo eles:

Figura 4 - PERFIL DA POPULAÇÃO NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO



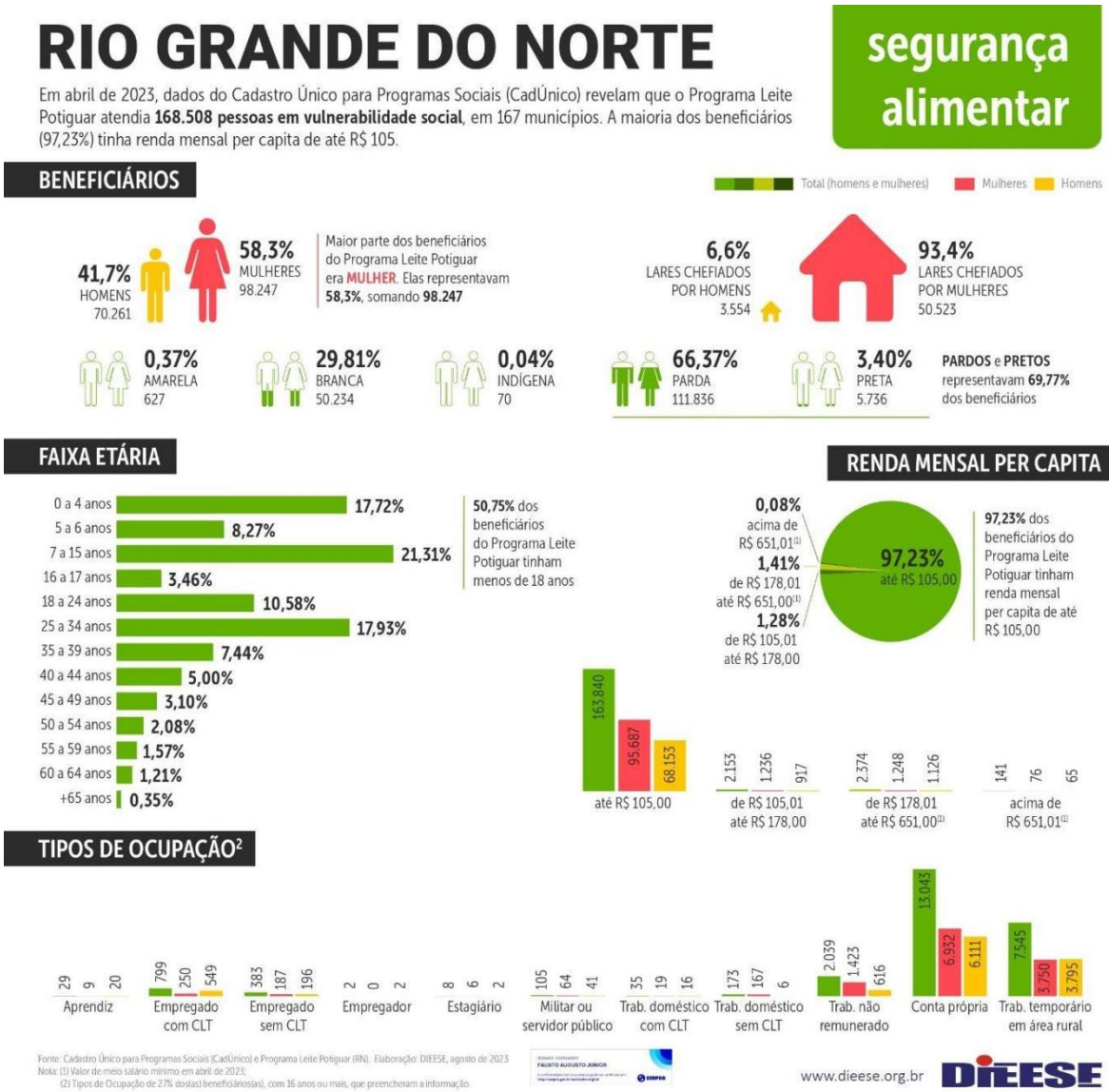
Fonte: SETHAS, 2023.

Figura 5 - MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO POTIGUAR



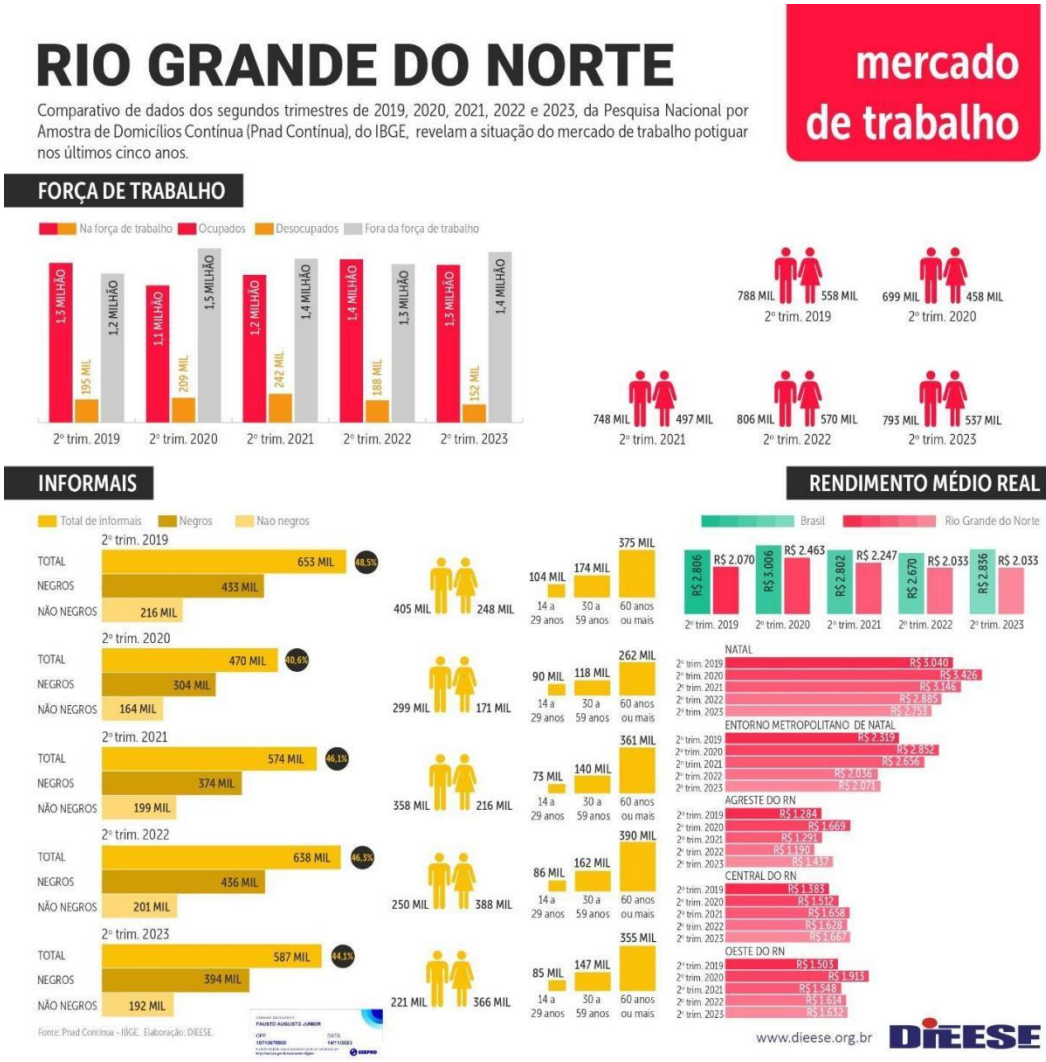
Fonte: SETHAS, 2023.

Figura 6 - SEGURANÇA ALIMENTAR



Fonte: SETHAS, 2023.

Figura 7 - MERCADO DE TRABALHO NO RIO GRANDE DO NORTE



Fonte: SETHAS, 2023.

Estudos temáticos: ampliando fronteiras do conhecimento

Os estudos temáticos constituem uma vertente crucial do trabalho do OTPS, buscando aprofundar o conhecimento sobre situações-problema e desafios específicos nas políticas sociais e no mercado de trabalho local. O objetivo principal é diversificar as fontes de consulta e pesquisa, abrangendo desde levantamentos bibliográficos até análises históricas e teóricas. Ao longo da execução do projeto, seis estudos temáticos foram apresentados, abordando questões como

desigualdade racial no mercado de trabalho, a participação das mulheres, economia solidária, agricultura familiar, soberania alimentar e o impacto das energias renováveis nos empregos no Rio Grande do Norte.

Cada estudo representa um esforço significativo para compreender e aprofundar-se em questões específicas, contribuindo assim para um entendimento mais holístico e informado do panorama social e econômico local. Ao longo da execução do projeto foram apresentados seis estudos temáticos:

- Mercado de trabalho e desigualdade racial no Rio Grande do Norte - novembro de 2022;
- As mulheres no mercado de trabalho no estado do Rio Grande do Norte - março de 2023;
- Economia Solidária, Agricultura Familiar e Artesanato no RN - março de 2023;
- Ampliação da equipe técnica da Subsecretaria do Trabalho/FUNCITERN - maio de 2023;
- Soberania alimentar - julho de 2023;
- Energias renováveis e seu impacto nos empregos no Rio Grande do Norte - setembro de 2023.

Esses estudos fornecem uma base robusta para a tomada de decisões informadas, contribuindo diretamente para o desenvolvimento de políticas sociais mais eficazes e abrangentes.

Participação nas Reuniões de Conselho: Inserção no Diálogo Estratégico

Para enriquecer ainda mais a análise, o OTPS se inseriu ativamente nas reuniões dos conselhos estaduais, levando as informações e reflexões desenvolvidas durante o projeto. Essa participação visa apresentar elementos que podem passar despercebidos nas estatísticas, mas que são fundamentais para

compreender a realidade vivenciada pelos atores locais. O Observatório marcou presença nas reuniões do Conselho Estadual do Trabalho Emprego e Renda e do Conselho Estadual do Artesanato, apresentando boletins e estudos, proporcionando assim uma contribuição valiosa ao diálogo e à formulação de propostas para políticas públicas.

Essas apresentações foram fruto de uma programação e convite da Subsecretaria do Trabalho, e ao longo do período, quatro exposições foram realizadas durante as reuniões ordinárias dos conselhos.

Oficinas internas com técnicos e gestores

As oficinas internas com técnicos e gestores representam outra frente de atuação do OTPS, oferecendo momentos de diálogo e discussão sobre os estudos desenvolvidos. Estas não apenas proporcionam um entendimento mais aprofundado das informações, mas também incentivam a construção de estratégias comuns para potencializar as ações das secretarias. Exemplificando, uma oficina realizada em março/2023 resultou na elaboração de uma ação piloto junto às marisqueiras, segmento vulnerável da cadeia produtiva do artesanato, refletindo uma abordagem integrada no Plano Plurianual do PROARTE e da SESAP.

Essas oficinas não são apenas ferramentas para potencializar a operacionalização das políticas sociais, mas também promovem a formação técnica da equipe de gestão, permitindo a construção de novas estratégias com base em uma análise mais densa da realidade. Em 2023 foram realizadas 05 oficinas:

- Oficina interna com técnicos e gestores - Mapeamento de demandas para o SIGWEB SETHAS/Observatório - 11 de fevereiro de 2023;
- Oficina interna com técnicos e gestores - Trabalho, Artesanato e Saúde - 21 de março de 2023;
- Oficina interna com técnicos e gestores - "Juventude e mercado de trabalho" - 04 de abril de 2023;

- Oficina interna com técnicos e gestores - "Oferta de vagas no SINE – SETHAS/Observatório" - 17 de abril de 2023;

- Oficina interna com técnicos e gestores - Construindo a operacionalização PROEDI e SINE - 11 e 25 de setembro de 2023.

Além dessas atividades, o OTPS realizou oito atividades de monitoramento na execução do projeto, incluindo reuniões e relatórios circunstanciados.

Em outubro do corrente ano, a SETHAS renovou a parceria com o DIEESE para a execução do OTPS no período de 2023-2024. O novo plano de trabalho inclui a atualização do Sistema de Informações Geográficas (SIGWEB), a produção de boletins trimestrais, elaboração de infográficos, estudos temáticos, assessoria a reuniões do Conselho Estadual do Trabalho Emprego e Renda, oficinas técnicas, reuniões de monitoramento e assessoria técnica à Subsecretaria do Trabalho. Essa renovação representa um compromisso contínuo com o aprimoramento e efetividade das políticas sociais no estado.

Contribuições para as Políticas Públicas pelo Observatório do Trabalho e Políticas Sociais

O Observatório do Trabalho e Políticas Sociais (OTPS) tem desempenhado um papel crucial na construção e fortalecimento das políticas públicas no Rio Grande do Norte. Dentre as contribuições significativas, destaca-se a análise da concentração territorial do emprego no estado, evidenciando a necessidade de expandir políticas de suporte aos municípios. Esse insight foi fundamental para informar a formulação do Plano Plurianual da Subsecretaria do Trabalho, visando fortalecer a equidade no mercado de trabalho.

A participação ativa do OTPS na apresentação do diagnóstico do mercado de trabalho junto ao Colegiado Estadual de Gestores e Gestoras Municipais da Assistência Social teve impacto direto na busca de estratégias por parte de outros municípios. A Subsecretaria Estadual do Trabalho passou a ser procurada para auxiliar na qualificação profissional e na abertura de novas unidades municipais do

SINE, destacando a importância dessa iniciativa para impulsionar o emprego e a capacitação em âmbito local.

Além disso, a análise do fluxo de funcionamento do Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do RN levou à construção de um termo de cooperação entre a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e a SETHAS. Esse acordo visa orientar empresas subsidiadas pelo estado a utilizar o SINE como principal meio de intermediação de mão de obra, promovendo uma sinergia eficaz entre iniciativas governamentais.

Uma das contribuições mais notáveis do OTPS foi a problematização apresentada, resultando na construção do Programa RN Mais Emprego. Em processo de finalização, o programa impõe obrigatoriedade às empresas terceirizadas que prestam serviços ao governo estadual ou recebem subsídios da Agência Estadual de Fomento de disponibilizarem suas vagas pelo SINE. Isso representa um avanço significativo na centralização e acesso às oportunidades de emprego.

A interação com o Ministério Público do Trabalho foi fundamental para sensibilizar e construir parcerias benéficas. A apresentação dos produtos do Observatório resultou em uma colaboração que replicará um projeto piloto de qualificação profissional em letramento digital. Essa iniciativa visa atender a uma demanda expressiva, beneficiando os mais de 638.000 trabalhadores cadastrados no banco de dados do SINE/RN.

Composição da Equipe do Observatório e Qualificação Profissional

A equipe técnica do Observatório, apoiada pelo DIEESE, é multidisciplinar, compreendendo sociólogos, economistas, engenheiros de produção, analistas de sistemas, estatísticos, entre outros. Localmente, conta com uma socióloga/educadora popular e uma estagiária, garantindo uma abordagem abrangente nas análises e projetos desenvolvidos.

Qualificação profissional

O OTPS desempenha um papel ativo em parcerias estratégicas. O curso de letramento digital, em colaboração com a Subsecretaria do Trabalho e o Instituto Metrópole Digital, busca capacitar a população para a inclusão nas tecnologias digitais, promovendo acesso à informação e comunicação digital, essenciais na sociedade atual.

Outras iniciativas incluem a parceria com a Fundação de Atendimento Socioeducativa para inserção de jovens e adultos em cursos de Tecnologia da Informação, proporcionando não apenas habilidades técnicas, mas também oportunidades de transformação de vida. Projetos como o Qualifica RN, em cooperação com o Ministério Público do Trabalho e o Instituto Metrópole Digital, evidenciam o compromisso do OTPS com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade.

Adicionalmente, a parceria com a Coca Cola para cursos à distância, como parte do programa de empregabilidade, demonstra a versatilidade do OTPS ao adaptar-se às necessidades do mercado e proporcionar oportunidades de formação remotas para jovens em busca do primeiro emprego.

INTERMEDIAÇÃO DE MÃO DE OBRA (IMO) – SINE-RN

A Intermediação de Mão-de-Obra formal do SINE/RN, apesar da crise da pandemia da COVID-19 e outros fatores, registrou no período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2023, em suas Agências, o atendimento a 328.819 trabalhadores, com a inscrição de 46.148 trabalhadores, sendo então selecionados e encaminhados 11.154 trabalhadores para concorrer às 8.675 vagas captadas junto às empresas, e culminando na consequente admissão de 891 colocados/empregados no mercado de trabalho.

Entre as agências que se destacaram na colocação dos trabalhadores no mercado de trabalho foram, SINE/Matriz, Mossoró, Currais Novos, João Câmara, no período de 01/01/2019 a 31/12/2023.

Quadro 1. Informações sobre indicadores de desempenho IMO Janeiro a dezembro de 2023

Posto - SINE Estadual RIO GRANDE DO NORTE	Qtd Encaminhados	Qtd Colocados	Qtd Inscritos	Qtd Vagas Oferecidas
SINE MATRIZ CIDADE DA ESPERANÇA/RN	1.033	73	966	1.483
SINE MOSSORÓ/RN	1.551	89	818	1.127
SINE CURRAIS NOVOS/RN	283	15	200	445
SINE CAICÓ/RN	19	0	187	18
SINE PARNAMIRIM/RN	135	10	409	152
SINE ZONA SUL/RN	105	8	435	31
SINE ZONA NORTE/RN	313	18	1.320	1
SINE ALECRIM/RN	226	8	595	2
SINE NOVA CRUZ/RN	0	0	111	46
SINE ASSÚ/RN	960	12	1.589	320
SINE JOÃO CÂMARA/RN	5	0	163	14
SINE SÃO JOSÉ DO MIPIBU/RN	19	4	330	14
SINE PAU DOS FERROS/RN	0	0	215	99
SINE SANTA CRUZ/RN	856	102	506	298
SINE APODI/RN	0	0	164	69
Total Geral	**5.505**	**339**	**8.210**	**3.906**

Fonte: BGIMO - Sistema Portal MTE Mais Emprego

ATENDIMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO SINE

O Atendimento do Seguro-Desemprego é um benefício integrante da seguridade social, garantido pelo art. 7º dos Direitos Sociais da Constituição Federal e que tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado involuntariamente.

O Setor do Seguro-desemprego do SINE Estadual orienta os trabalhadores demitidos sem justa causa para habilitação ao Seguro-Desemprego, cadastrando-o nos Programas de Qualificação e Intermediação de Mão-de-Obra, com vistas a reintegrá-lo ao mercado de trabalho.

Com a implantação do Sistema **Portal Emprega Brasil**, que é a nova Plataforma do Ministério do Trabalho (MTE), desenvolvida com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que tem por objetivo atualizar o antigo ***Portal MTE Mais Emprego***, tornando as políticas públicas de emprego ainda mais próximas do cidadão, modernizando os serviços disponibilizados nas Agências de

Atendimento do SINE e proporcionando maior agilidade, independência e transparência, por meio da web.

CENTRO DO TRABALHADOR AUTÔNOMO

O Centro do Trabalhador Autônomo (CTA) é o setor responsável pela Intermediação dos Profissionais Autônomos prestadores de serviços domiciliares como: **Diarista (faxineira, lavadeira e passadeira), encanador, pintor de obras, pedreiro, jardineiro e eletricista, entre outros profissionais.**

Até outubro de 2023, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte encerrou com 35 trabalhadoras doméstica atendidas e encaminhadas ao mercado de trabalho.

Quadro 2. Demonstrativo de produtividade do Centro do Trabalhador Autônomo no período de 2023.

Variáveis	JAN-NOV/2023
Trabalhadores encaminhados (diaristas)	35
Diárias efetuadas	1.953

Fonte: CTA Relatório Mensal Atendimento Informal.

O "Projeto SINE Itinerante - RN"

Sob a Subsecretaria do Trabalho RN, o "Projeto SINE Itinerante - RN" expande os serviços do SINE Estadual-RN, atendendo quase 2 mil pessoas em 2023. A "Política Estadual da Economia Solidária - ECOSOL" busca promover a integração de grupos autogestionários no mercado, gerar trabalho e renda, estimular a organização popular, facilitar registros e apoiar a introdução de produtos

e serviços. A Secretaria de Estado do Trabalho coordena essa política, com foco em fortalecimento institucional, apoio a práticas coletivas, fomento ao crédito e formação em economia solidária.

Destacam-se atividades como a "I Mostra da Vitrine do ECOSOL Digital" e parcerias com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A política inclui a criação do "APP ECOSOL Digital", premiado e baixado 1.234 vezes, facilitando o acesso à informações e promovendo a transparência.

No âmbito da Economia Solidária, a SETHAS participa de plenárias territoriais, promove formações e orientações, apoia espaços de comercialização e articula com outras políticas públicas. Destaca-se o Programa de Compras Governamentais da Economia Solidária e a premiação no "iNOVARN 2023".

Impactos e Avanços em 2023:

Avanços significativos foram alcançados em 2023, como a criação de plataformas tecnológicas, reconhecimento em premiações, apoio a eventos e parcerias estratégicas. A política da ECOSOL visa não apenas fortalecer a Economia Solidária, mas também integrá-la a outros setores, promovendo inclusão social e desenvolvimento sustentável. O engajamento ativo, a transparência e a participação coletiva emergem como pilares fundamentais para o sucesso dessas iniciativas:

Fortalecimento Institucional:

- Apoio ao Conselho Estadual e Plenária Setorial;
- Criação do "APP ECOSOL Digital", premiado e com impacto positivo;
- Renovação do contrato com empresa para melhorias e marketing.

Fomento a Práticas Coletivas e Autogestionárias:

- Apoio a feiras e eventos, envolvendo 276 empreendimentos;
- Realização da "FESOL" e feiras itinerantes;

- Intersetorialidade com Artesanato e Agricultura Familiar.

Fomento ao Crédito - CREDSOLIDÁRIO:

- Apresentação do programa em visitas técnicas;
- Acordo com AGN para ampliação do crédito.

Projeto SINE Itinerante - RN e Política Estadual da Economia Solidária - ECOSOL

O Projeto SINE Itinerante - RN, conduzido pela Subsecretaria do Trabalho RN, é uma extensão do SINE Estadual-RN, fornecendo serviços como intermediação de mão de obra, palestras e encaminhamento do seguro-desemprego. Em 2023, quase 2 mil pessoas foram atendidas em diversos territórios do Rio Grande do Norte.

A Política Estadual de Economia Solidária, regulamentada pela Lei nº 8.798 de 2006, visa promover a economia popular solidária e o desenvolvimento de grupos autogestionários. Seus objetivos incluem geração de trabalho, estímulo à organização popular, apoio à introdução de novos produtos e serviços, e formação técnica dos trabalhadores. A Secretaria de Estado do Trabalho coordena a implementação dessa política.

O planejamento da ECOSOL-RN em 2023 concentrou-se em fortalecimento institucional, apoio a práticas coletivas, fomento ao crédito e formação em economia solidária. Destaca-se a realização da "I Mostra da Vitrine do ECOSOL Digital", um evento virtual envolvendo oito empreendimentos, e parcerias com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Ressalta-se a importância do "APP ECOSOL Digital", uma inovação tecnológica que integra diversas funcionalidades, como o CADSOL e informações sobre a economia solidária. Esse aplicativo teve mais de 1.200 downloads, evidenciando seu impacto positivo. Além disso, a renovação de contratos e a participação em premiações, como o "iNOVARN 2023", ressalta o reconhecimento da eficácia dessas iniciativas.

No âmbito da Economia Solidária, a ECOSOL-RN participa de plenárias territoriais, promove formações, apoia espaços de comercialização e articula com outras políticas públicas. A criação do Programa de Compras Governamentais da Economia Solidária e a premiação no "iNOVARN 2023" são destacados como conquistas significativas.

Em resumo, a política da ECOSOL visa não apenas fortalecer a Economia Solidária, mas também integrá-la a outros setores, promovendo inclusão social e desenvolvimento sustentável. O engajamento ativo, a transparência e a participação coletiva emergem como pilares fundamentais para o sucesso dessas iniciativas.

SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES, DA JUVENTUDE, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS - SEMJIDH

A Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJIDH) foi criada pelo Governo do Estado através da Lei Complementar nº 649, de 10 de maio de 2019, iniciando suas atividades em 1º de junho de 2020. Seu escopo de atuação abrange a formulação e implementação de políticas públicas para grupos vulneráveis, incluindo mulheres, pessoas com diversas orientações sexuais e identidades de gênero, negros, indígenas, crianças, adolescentes, juventude e pessoas com deficiência. Além disso, a SEMJIDH coordena a política estadual de direitos humanos, de proteção e defesa do consumidor, e abrange a política sobre drogas.

Para alcançar seus objetivos, a SEMJIDH segue o princípio da incompletude institucional, buscando integração com outros órgãos da administração estadual. Seu papel inclui a coordenação de políticas interseccionais, fortalecimento da rede de atendimento e proteção, e diálogo constante com poderes públicos e sociedade civil, representada por 22 colegiados, entre conselhos e comitês.

A estrutura da SEMJIDH é composta por três Subsecretarias: Políticas para as Mulheres, Juventude, e Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. No campo das políticas para mulheres, a SEMJIDH visa garantir a emancipação e igualdade de oportunidades, abordando discriminação, violência doméstica e sexual, autonomia financeira e protagonismo feminino.

O presente relatório refere-se ao exercício de 2023 e aborda informações até outubro de 2023, conforme a Instrução Normativa nº 004/2023, CONTROL-RN. O relatório é fundamentado na Lei nº 10.695 de 14.02.2020 e na Instrução Normativa nº 09/2022, estabelecendo o sistema informatizado de acompanhamento dos programas do PAA 2020-2023.

A seguir, destacam-se algumas informações apresentadas nas Subsecretarias da SEMJIDH:

- Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos:

PPCAAM: O Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte foi executado em parceria com a Cáritas Diocesana de Caicó, atendendo 25 pessoas até março do ano passado.

Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH): Criado pelo Decreto nº 30.077/2021, o CRDH ainda não foi implantado, sendo prevista a implantação em 2023, com espaço físico reservado na Central do Cidadão do Alecrim, em Natal.

- Subsecretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/SEMJIDH):

Marcos Legais e Criação: A SPM, criada em 10 de maio de 2019, gerencia políticas para mulheres, planeja campanhas educativas e combate à discriminação e violência doméstica. Além disso, supervisiona e coordena atividades relacionadas à temática, formulando políticas específicas para promover a igualdade de gênero.

- Conselho Estadual de Direitos das Mulheres (CEDIM):

Criado pela Lei Complementar nº 602, de 07 de agosto de 2017, e atualizado na Lei Complementar nº 720, de 22 de julho de 2022, o CEDIM tem como função formular diretrizes, assessorar o Poder Executivo, estimular estudos sobre a condição da mulher e promover programas educativos, entre outras atribuições.

- Ações Afirmativas para as Mulheres do RN:

Destaque para a Campanha 8 de Março, o Zap Mulher (número institucional para dúvidas sobre políticas para mulheres), o Monumento à Mulher em homenagem a Nísia Floresta, e a atuação no enfrentamento à violência com o CEAV (Comitê Estadual Intersetorial de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres).

- Aplicativo Salve Elas

Em dezembro de 2023 foi lançado o aplicativo "Salve Elas", integrado ao Centro Integrado de Operação de Segurança Pública (CIOSP), permitindo que mulheres amparadas pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher solicitem proteção diretamente pelo celular, indicando automaticamente sua

localização à Polícia Militar. O aplicativo, doado pela ex-vereadora Tércia Leda, visa criar um canal adicional de proteção e uma rede comunitária de apoio.

- Leis e Campanhas:

Criação da Lei do FEMUL (Fundo Estadual para Promoção dos Direitos das Mulheres) e a aprovação da Lei nº 10.592, de 03 de setembro de 2019, que estabelece o Dia Estadual de Enfrentamento ao Feminicídio em 15 de julho.

Campanhas: Destaque para a Campanha do Agosto Lilás, Campanha dos Bares e Restaurantes (Lei nº 10.986/21), e os 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, envolvendo seminários, visitas aos municípios, reativação dos Ônibus Lilás, e publicações de cartilhas.

- O Observatório do Trabalho e Políticas Sociais (OTPS)

O Observatório do Trabalho e Políticas Sociais desempenha um papel importante na construção de políticas públicas eficazes no Rio Grande do Norte (RN). Seus estudos temáticos abordam questões cruciais, incluindo desigualdade racial no mercado de trabalho, participação das mulheres, economia solidária, agricultura familiar, soberania alimentar e impacto das energias renováveis nos empregos. Participação ativa em reuniões de conselhos estaduais fortalece o diálogo estratégico, enquanto oficinas internas e monitoramento garantem uma abordagem informada. A renovação da parceria com o DIEESE para 2023-2024 destaca o compromisso contínuo com o desenvolvimento social e econômico.

Já a Economia Popular e Solidária é uma forma diferente de produzir, vender, comprar e trocar produtos e serviços, que através da autogestão, da democracia, da cooperação, da solidariedade, do respeito à natureza, da promoção da dignidade e da valorização do trabalho de homens e mulheres, estabelece uma alternativa de geração de emprego, renda e inclusão social.

As ações da política de Economia Popular Solidária são executadas pela SETHAS, entre elas está o Projeto Ecosol, via convênio com o Governo Federal e tem a finalidade de oferecer apoio técnico, consultoria, compras de equipamentos, capacitação, além de promover ações integradas que possibilite a construção de alternativas de geração de emprego e renda. São acompanhados 60

empreendimentos econômicos solidários, em 36 municípios. Foram investidos cerca de R$4 milhões.

Além disso, a SETHAS, por meio do Governo Cidadão, dá apoio financeiro e técnico a 52 subprojetos de economia solidária e da agricultura familiar, em 35 cidades, beneficiando um total de 24 mil pessoas, sendo 72% mulheres e 29% jovens. Investimento de R$12 milhões, via Banco Mundial.

No Rio Grande do Norte, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED) é responsável por compilar dados de violência, mas uma abordagem intersecretarial visa qualificar esses dados. A Lei 10.835 sancionada cria o Dossiê Mulher Potiguar, buscando cruzar dados de segurança, saúde e assistência social. Contratos e parcerias com empresas reforçam pesquisas sobre violência, enquanto o RN observa uma redução significativa de feminicídios nos primeiros três anos da gestão atual.

A legislação avança com o Decreto que veda a contratação de agressores pela administração pública e a criação da Casa de Acolhimento Anatália de Melo Alves em Mossoró, acolhendo mulheres em risco. No eixo de Educação em Gênero, a construção da política estadual e o Programa Maria da Penha Vai às Escolas destacam-se, visando à prevenção e conscientização. A criação do Departamento de Proteção a Grupos em Situação de Vulnerabilidade na Polícia Civil representa um avanço, integrando delegacias especializadas e implementando medidas como a Patrulha Maria da Penha e a Delegacia Virtual.

No âmbito econômico, destaca-se o Programa Estadual de Formação e Qualificação das Marisqueiras, promovendo autonomia econômica e sustentabilidade para mulheres na pesca artesanal. Essas iniciativas coletivas demonstram o compromisso do RN em abordar questões sociais, econômicas e de segurança, visando um estado mais justo e equitativo.

- Programa da Dignidade Menstrual

A iniciativa que visa distribuir absorventes e materiais similares para mulheres, meninas e homens trans que menstruam, em situação de vulnerabilidade social, mais especificamente para as estudantes da rede pública estadual que

esteja em situação de vulnerabilidade, mulheres privadas de liberdade, meninas cumprindo medidas socioeducativas, mulheres em situação de rua e mulheres das comunidades tradicionais. O programa foi instituído em decreto e está em fase de regulamentação, com articulação de diversas secretarias (SEMJIDH, SEAP, SETHAS, SEEC, SESAP, GAC, entre outras), se encontra no processo de compras dos materiais.

- Realização das Cirandas Regionais da Equidade para construção da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte Realizou nos Meses de Outubro e Novembro as Cirandas da Equidade nas 8 Regiões de saúde que estão espalhadas em todo o território estadual, com o intuito de contribuir com a formulação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a partir da escuta das vozes das mulheres dos territórios, em especial as populações específicas de mulheres: ciganas; indígenas; negras e quilombolas; representantes de terreiros de matriz africana; população em situação de rua; campos, águas e florestas (marisqueiras, pescadoras artesanais, agricultoras), refugiadas, apátridas, migrantes; LBTI, bem como outras populações, como as mulheres com deficiência e trabalhadoras do sexo que já estão inseridas no processo de construção da política.

- Qualificação do RN+Saudável/SESAP: o cuidado em rede à pessoa em situação de violência interpessoal e autoprovocada

- Hospital da Mulher: Parteira Maria Correia

O Hospital atenderá mulheres, recém-nascidos e homens trans de 3 regionais de saúde do Estado e contará com serviços ambulatoriais e de média e alta complexidade.

Haverá a instalação de núcleo voltado ao atendimento de mulheres vítimas de violência no Hospital da Mulher, que está sendo construído em Mossoró.

- **Dossiê Mulher Potiguar**

- Assinatura de contrato da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP) com organização de pesquisa para implementar uma pesquisa voltada aos dados de violência contra as mulheres, crianças, adolescentes e idosos do RN.
- Foram realizadas três reuniões de articulação para implementação da pesquisa e do dossiê, tendo como encaminhamento a instituição de uma comissão intersetorial que será responsável por conduzir esta tarefa.

- Convênio com o Grupo Reviver

Celebrado entre o Grupo Reviver e o Governo do Estado, através da SESAP/RN, para desenvolver ações conjuntas de prevenção e diagnóstico precoce de câncer de mama, visando a ampliar o acesso das mulheres potiguares aos exames de mamografia.

- Política Estadual de Atenção Integral à Saúde das Mulheres - PEAISM

A SPM acompanhou a construção da política a partir da participação das cirandas realizadas nas oito regionais de saúde e espaços estaduais autorganizados das mulheres. A política será lançada em 2023.

- Plano Emergencial para Prevenção e Enfrentamento da COVID-19

O Plano Emergencial para Prevenção e Enfrentamento da COVID-19 para a População do Rio Grande do Norte é uma realização da Secretaria de Estado da Saúde Pública - SESAP em parceria com a Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos – SEMJIDH, com a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS e com diversas áreas técnicas do Governo, além de representantes dos segmentos sociais e de instituições de ensino.

O Plano Emergencial teve como objetivos: apresentar as ações de enfrentamento ao novo coronavírus, levando em consideração as especificidades e necessidades relativas às populações em maior situação de vulnerabilidade e a diversidade dessas populações, no período da pandemia, dentre elas populações indígenas, quilombolas, LGBTI+, população em situação de rua, população cigana, povos de religiões de matrizes africanas, povos das águas. Importante ressaltar

que as mulheres foram um dos recortes mais afetados pela pandemia e as mulheres que que fazem parte dessas populações específicas foram ainda mais penalizadas pela crise econômica e sanitária, com a ampliação do desemprego, com o acúmulo de tarefas domésticas e de cuidados com a saúde da família, com o aumento da violência doméstica e familiar. No plano foram elaboradas recomendações às gestões municipais de Saúde Pública, expondo orientações de acolhimento, prevenção, autocuidado e biossegurança para a população do RN.

O plano foi enviado aos serviços de saúde pública através das Regionais de Saúde, sendo o Rio Grande do Norte um dos primeiros Estados do país a realizar planos orientadores que reconhecem a diversidade populacional e suas particularidades relativas às demandas da saúde, de forma a garantir a equidade em saúde.

- RN Mais Protegido

Elencou-se ainda, entre as ações realizadas, a confecção e distribuição de 20 mil máscaras, sabão e álcool em gel, em parceria com as organizações da sociedade civil, destinados aos grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, dentre eles, a população, impactando no aumento da proteção das mulheres, em especial as que sofreram de forma mais drástica o aumento das iniquidades ocasionadas pela pandemia.

- Segurança Alimentar e Nutricional – RN Chega Junto, RN + Unido, RN Chega Junto ao Combate à Fome

O governo do Rio grande do Norte delineou alguns programas com o objetivo de realizar o enfrentamento a grave crise social, causada pela Pandemia do Covid-19 e crescimento exacerbado das iniquidades, dentre eles o RN + Unido, o RN Chega Junto e RN Chega Junto no Combate a Fome com o intuito de atender às populações em situação de vulnerabilidade social e suas necessidades socioeconômicas. No tocante às mulheres a Subsecretaria de Política para as Mulheres SPM/SEMJIDH em parceria com os programas estaduais (o RN + Unido, o RN Chega Junto e RN Chega Junto no Combate à Fome), Municípios e a Secretaria Nacional de Política para as Mulheres – SNPM, do MMFDH conseguiu

atender através da ação de distribuição de cestas básicas, mulheres desempregadas, sem renda e em situação de insegurança alimentar.

A ação foi iniciada no final de dez/2020 e seguiu durante o mês de janeiro /2021 e foram distribuídas 2.356 (Duas mil trezentos e cinquenta e seis) cestas básicas para mulheres em situação de vulnerabilidade social, e em situação de violência doméstica e familiar, foi realizada em 16 municípios e na capital do estado, direcionada para as mulheres atendidas pelas Delegacias Especializadas de Atendimentos à Mulher (DEAMs), Patrulha Maria da Penha; mulheres mobilizadas pelo Grupo Voluntários contra o Covid; 10 (dez) Comunidades Indígenas, 01 (uma) Comunidade Quilombola, 01(um) Assentamento, articuladas pela Coordenadoria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial - COEPPIR/SEMJIDH; e 14(quatorze) Organizações de Mulheres, articuladas pelo Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres – CEDIM, e o Comitê de Enfrentamento a Violência Doméstica e familiar - CEAV.

- Lei Aldir Blanc

LEI Nº 14.150, DE 12 DE MAIO DE 2021 - Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc), para estender a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização de recursos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

A SPM em parceria com a Fundação José Augusto – FJA, através do Edital da Diversidade Sócio Humana, destinou recursos específicos para as mulheres artistas do Rio Grande do Norte de forma a garantir a equidade de gênero nos recursos disponibilizados pela Lei Aldir Blanc, propiciando ainda um cadastramento dessas mulheres artistas num banco de dados da cultura estadual, conforme previsto na lei.

Foi realizado o espetáculo **“Mulher, Solta Tua Voz" com** o show de artistas mulheres no Teatro Alberto Maranhão, em parceria com a FJA.

No contexto da implantação das políticas para as mulheres no Estado é possível perceber que existe uma demanda intensa para cumprimento de planos, metas, campanhas, bem desafiadora para o tamanho desta Subsecretaria de

Política para Mulheres que enfrenta dificuldades em suprir todas essas necessidades a começar pela sua composição em termos de recursos humanos, trabalhando com uma equipe bem reduzida que precisa dar conta de um volume de demandas que além dos compromissos firmados ao decorrer do ano, existem circunstâncias que atenuam a mudança de prioridades e novas tarefas todos os dias, exigindo atenção imediata. Para além disso, evidenciamos a carência estrutural que cerca a questão de recursos, tais recursos, essenciais para o funcionamento pleno desta Subsecretaria e Secretaria como um todo. Quando a vertente de estatística, temos uma média de 400 pessoas por evento, visto que saímos de um cenário epidêmico e as circunstâncias mudaram tanto para o Governo do Rio Grande do Norte quanto para seus órgãos, a perspectiva de mulheres atendidas e atingidas apresenta grande variação e não é possível informar uma média entre o número pois não existe mecanismo de quantitativo desse aspecto. As questões orçamentárias são um ponto que também merece muita atenção, visto que ainda há um subfinanciamento importante dessa política e as ações acabam dependendo de parcerias com outros órgãos para poderem ser executadas.

- Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon-RN

A Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon-RN foi criada como órgão vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e até meados de 2019 contava com 09 (nove) cargos comissionados e 30 servidores, dos quais 10 (dez) estavam nomeados como fiscais e 01 (um) motorista para auxiliar todas as equipes, com 03 veículos Paraty antigas e 02 Oroch com menos de 01 ano de uso.

A Coordenadoria funcionava no Prédio com 03 (três) andares localizado no Bairro da Ribeira há mais de 20 (vinte) anos, tendo uma localização privilegiada pelo grande acesso de rotas de Ônibus, além de ser próxima a estação de trem.

Em 2019 o Procon RN contava com 03 unidades de atendimento na capital do Estado, uma na sede administrativa e 02 nas centrais do Cidadão. Já no Interior possuía 12 unidades.

Os equipamentos eletrônicos com mais de 08 (oito) anos de uso, muitos sem funcionamento e 05 (cinco) impressoras alugadas na capital e nos interiores com impressoras antigas ou sem impressoras.

Possuía um passivo de processos considerável que estavam pendentes de julgamento, aplicação de multa, análise de recursos, dentre outras situações, no entanto, todos devidamente organizados e cadastrados em seus respectivos setores.

Em 01 de junho de 2019 com a reforma administrativa promovida pela Lei Complementar Estadual nº 649-2019, a Coordenadoria passou a ser vinculada à Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos – SEMJIDH.

Nesse novo cenário foi necessário solicitar cessão dos servidores, ficando o órgão aproximadamente 90 (noventa) dias sem servidores e assim sem fiscais, ficando todas as funções do órgão na responsabilidade dos cargos comissionados.

- Melhorias e Realizações

Como melhorias, podemos destacar o início da interiorização do Procon Estadual, reabrindo unidades atendimento em municípios centrais, como Parelhas e Alexandria, bem como abrindo novas unidades, a exemplo da unidade Zona Leste, no bairro do Alecrim, na capital do estado, além de ter cooperado estrutural e tecnicamente para a abertura do Procon Municipal de Ceará Mirim, recém-inaugurado.

Saliente-se, ainda, que a unidade Zona Oeste do Procon RN, também na capital, e a unidade do município de Canguaretama, já estão em fase de implantação, devendo ser concluída em breve.

No campo dos avanços, diversas ações de fiscalização, inclusive inéditas, foram feitas, tanto de forma repressiva como educativa, nos mais diversos segmentos do mercado de consumo estadual, englobando o setor supermercadista, postos de combustíveis, farmácias e drogarias, lojas de veículos, financeiras e correspondentes bancários, dentre outros. Ademais, inúmeras operações temáticas, nos períodos de grande fluxo consumerista no comércio,

também foram executadas, muitas delas em nível nacional e conjuntamente com outros órgãos fiscalizatórios, a exemplo das operações “Petróleo Real” e “Dia D do Combate ao Superendividamento”, além de ter sido condutor do programa “Pacto pela vida” no período de cumprimento dos decretos de enfrentamento ao Covid-19.

Cumpre elucidar que a realização de mutirões de negociação de dívidas foi promovida com objetivo de combater o superendividamento, promover o consumo consciente e a educação financeira, ao passo em que também é um mecanismo de divulgação do trabalho desenvolvido pelo órgão, especialmente pelo fato do Rio Grande do Norte despontar como um dos mais endividados da região nordeste, culminando, assim, com a reinserção de milhares de famílias no mercado de consumo local, estimulando o motor do desenvolvimento econômico.

Considerando todos os pontos trazidos no discorrer do texto, onde aborda um PROCON/RN abalado pelas constantes perdas e dificuldades enfrentadas nos últimos quatro anos, porém com significativos avanços em áreas que resgatam a credibilidade do Órgão frente ao cidadão potiguar, podemos então atestar que o PROCON/RN é um órgão de grande potencial e que aborda uma matéria que traz retorno imediato para o cidadão.

Ressalte-se que o órgão atravessa um momento de transição junto ao sistema nacional de defesa do consumidor, saindo da plataforma SINDEC e migrando para a plataforma de acesso Pró Consumidor, com isso se torna inviável o abastecimento de informações estatísticas junto ao presente relatório, cabendo tão somente informar que, nunca na história do PROCON/RN foi apresentado tamanho volume de atuações de fiscalização no sistema SINDEC, criado e utilizado desde o ano de 1997.

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – CEHAB

A Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano – CEHAB, foi institucionalizada e autorizada pela Lei Complementar Estadual n° 338, de 24 de janeiro de 2007, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, integrante da Administração Indireta do Estado do Rio Grande do Norte.

- Avaliação Geral do Objetivo

A Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CEHAB), visa promover a melhoria das condições de vida e bem-estar da população, em busca de moradia digna e da efetivação legal de seus títulos, que visa principalmente na qualidade do atendimento e na garantia dos direitos dos usuários.

A CEHAB tem como atendimento prioritário, diferentes demandas por necessidade de moradia para a população de baixa renda dentre elas: busca por reformas em suas moradias, casos de despejos, famílias notificadas para serem removidas provindas de construção indevida da moradia em áreas irregulares (áreas de preservação ambiental, riscos geológicos e ambientais, vias públicas e outros), famílias de assentamentos precários; além dos demandantes beneficiários do Programa de Regularização Fundiária de todo Estado do RN. Demandas estas citadas, tendo como finalidade superar a situação por habitabilidade de interesse social, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações.

O compromisso da equipe, visa atender de forma efetiva, usuários carentes da Política Habitacional, bem como a ampliação de programas e projetos referente ao ano de 2022, por meio de elaboração de projetos, atualização de Leis e ampliação dos critérios locais para priorização de inclusão social, além da possibilidade de pactuação em novas modalidade de projetos em programas habitacionais.

- Programa Viver Melhor

De acordo com o Decreto Nº 29.489, DE 05 DE MARÇO DE 2020. Fica

instituído, no âmbito do Poder Executivo, o Programa Viver Melhor, com o objetivo de fomentar a construção, requalificação, reforma e regularização fundiária de unidades habitacionais, para atender à população norte-rio-grandense de baixa renda e os servidores públicos estaduais que não possuam imóvel próprio.

A Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CEHAB) conduzirá a execução do Programa, bem como a definição de metas, resultados e indicadores.

O Programa Viver Melhor será executado nas seguintes modalidades:

- Reforma e Adequação: realização de reformas nas unidades habitacionais já existentes;

- Legalização e Regularização Fundiária: adoção de ações de regularização fundiária dos conjuntos habitacionais construídos pelo poder público;

- Social: construção ou requalificação de unidades habitacionais no meio urbano;

- Rural: construção ou reforma de unidades habitacionais para o agricultor familiar, trabalhador rural ou povos e comunidades tradicionais;

- Servidor: facilitação da aquisição de unidades habitacionais por meio de benefícios, linha de crédito e subsídios para servidores públicos estaduais com renda mensal de até R$ 10.000,00 (dez mil reais);

- Segurança: construção de unidades habitacionais para servidores públicos estaduais que integram o Sistema Estadual de Segurança Pública e de Defesa Social.

O Programa disponibilizará unidades habitacionais adaptáveis ao uso por pessoas idosas, com deficiência e com mobilidade reduzida, de acordo com a demanda.

A política de planejamento urbano integrado do RN, acontece por meio de divisões territoriais de identidade dos movimentos que lutam por moradia;

O corpo técnico da CEHAB ao ser procurado tem como regra de trabalho orientar quanto a editais e disponibilidade orçamentárias abertas em nível federal;

A Política de Planejamento Urbano Integrado do RN, nesta CEHAB, se deu através de reunião com os Movimentos Sociais por Moradia. Essas reuniões tiveram como objetivos acompanhar as diversas ocupações e desenvolver ações de atendimentos pontuais, visitas, dentre outras;

Foram realizadas ações voltadas para os movimentos sociais que lutam por moradia digna, com destaque para o MLB, MLMP e o MST. As Ações aconteceram nas ocupações e comunas e teve como objetivo acompanhar as situações de vulnerabilidade. Andamento no relatório situacional com a publicação no Diário Oficial da lista de beneficiários das ocupações Tiradentes, Aurora Maria e da comuna Marisa Letícia.

O Pró-Moradia é um Programa do Governo Federal que tem como objetivo viabilizar o acesso à moradia de famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade, por intermédio de operações de financiamento a estados, municípios, Distrito Federal ou órgãos da administração direta ou indireta, lastreadas por recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

No desenvolvimento que contribui para o direito de moradia no âmbito de programas o Pró-Moradia e cada situação dos contratos vigentes:

Contrato Oriental Sul:

Construção de 156 unidades habitacionais nos municípios de Arês, Baía Formosa, Espírito Santo, Goianinha, Macaíba, Monte Alegre, Nísia Floresta, Nova Cruz, Santo Antônio e São Gonçalo do Amarante;

Situação: Contrato já licitado e em execução nos municípios de Arês, Nísia Floresta e Santo Antônio;

Contrato Central:

Construção de 131 unidades habitacionais nos municípios de Carnaubais, Cruzeta, Currais Novos, Fernando Pedroza, Pedro Avelino, São Rafael, São

Vicente e Tenente Laurentino Cruz;

Situação: Contrato já licitado e em execução nos municípios de Carnaubais, São Rafael e Tenente Laurentino Cruz;

Contrato Ocidental:

Construção de 188 unidades habitacionais nos municípios de Almino Afonso, Apodi, Campo Grande, Caraúbas, Frutuoso Gomes, Janduís, Messias Targino, Olho d'água dos Borges, Patu, Severiano Melo, Triunfo Potiguar, Umarizal e Viçosa.

Situação: Aguardando trâmites internos para consolidação de aspectos jurídicos e técnicos para início de obra.

Contrato Viver Legal:

Construção de 109 unidades habitacionais nos municípios de Natal e Jucurutu.

Situação: Aguardando trâmites internos para consolidação de aspectos jurídicos e técnicos para início de obra.

Contrato Emergencial:

Construção de 141 unidades habitacionais nos municípios de Bom Jesus, Extremoz, Jandaíra, Marcelino Vieira, Maxaranguape, Parelhas, Santana do Matos, São Bento do Trairí, São Bento do Norte e Senador Elói de Souza.

Situação: Aguardando decisão/autorização Judicial.

- Programa de Regularização Fundiária urbana

O Projeto de Regularização Fundiária, executado pela Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano – CEHAB tem se mostrado extremamente eficaz, ao todo serão regularizadas 25.000 (vinte e cinco mil) unidades habitacionais em todo o estado do Rio Grande do Norte, levando mais cidadania, direito jurídico e social a todos os Norte-rio-grandenses. O Projeto de Regularização Fundiária tem por objetivo a transformação de moradias informais em moradias

legalizadas, devidamente registradas nos órgãos públicos e em cartório de registro de imóveis, com base na Lei Federal nº 13.465/2017, por meio de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dessas áreas ao território urbano formal da cidade, garantindo o direito jurídico sobre a moradia.

Atividades realizadas no ano de 2023

TOTAL GERAL DO RFRN	25535
TÍTULOS ENTREGUES	8739
TÍTULOS PROTOCOLADOS	7909
EM EXECUÇÃO	9131

Por fim, o engajamento do corpo técnico da CEHAB na concretização de seus objetivos se destaca por meio da implementação do programa Pró-Moradia, que estabelece diretrizes específicas para priorizar o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social e aquelas que residem em áreas consideradas de risco. Este programa visa mitigar as disparidades habitacionais, proporcionando moradias adequadas e seguras para essas comunidades, fortalecendo, assim, a missão da CEHAB de promover a qualidade de vida e o bem-estar da população.

Além disso, o compromisso da CEHAB com a transparência e a eficiência é evidenciado pela orientação prestada aos usuários sobre editais e disponibilidade orçamentárias em nível federal. Ao fornecer informações claras e acessíveis, a Companhia busca garantir que os interessados compreendam os processos e possam participar ativamente das oportunidades oferecidas, fortalecendo, dessa forma, a relação de confiança entre a CEHAB e a comunidade que serve.

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - FUNDASE

Órgão de administração indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS, responsável, a nível estadual, pela execução do atendimento socioeducativo direcionado à adolescentes e, excepcionalmente, aos jovens em conflito com a lei em razão da aplicação de medidas socioeducativas de restrição e de privação de liberdade determinado pelo poder judiciário, além de ser responsável por atender o adolescente no acolhimento inicial e na internação provisória quando acusado de autoria de ato infracional.

Outrossim, toda ação da FUNDASE/RN tem como base legal os princípios e diretrizes da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e da Lei nº 12.594/12 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, em consonância com a Política Estadual de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, definida pelo Governo do Estado e aprovada pelo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Norte – CONSEC/RN.

Ademais, no Rio Grande do Norte, são administrados pela FUNDASE 10 (dez) unidades, estando elas nas cidades de Natal, Parnamirim, Caicó e Mossoró, sendo 04 (quatro) unidades de internação (CASE), 03 (três) unidades de cumprimento de medida em semiliberdade (CASEMI) e 03 (três) unidades de internação provisória (CASEP), responsáveis pelo pronto atendimento dos adolescentes. Além destas, há também o Almoxarifado Central, o qual armazena e condiciona equipamentos e materiais que servem de apoio para todas as unidades, e o Prédio Sede da FUNDASE; assim, possuindo no total de 12 (doze) imóveis ativos, totalizando uma área estimada de 42.531,17 m².

Por fim, FUNDASE conta com 14 (quatorze) metas, das quais 12 (doze) são do programa temático e 2 (duas) do programa de gestão, sendo disponibilizado para o atual exercício o valor da cota orçamentária de R$54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais)., vindo a ser distribuído da seguinte maneira e de acordo com o objetivo de cada meta:

QUADRO RESUMO DAS METAS DO PROGRAMA TEMÁTICO 2023				
META	**TERRITÓRIO**	**PREVISTO**	**REALIZADO**	**SITUAÇÃO**
0393 Qualificar 700 Servidores da Fundase com base na concepção socioeducativa e com foco nas práticas restaurativas	RN	700	280	Em Andamento
0389 Implementar a estrutura de combate a incêndio, em 10 unidades de atendimento	RN	10	0	Não Iniciado
0233 Reestruturar o sistema de segurança socioeducativo em 10 unidades de atendimento dotado de modernização tecnológica e integradas aos sistemas de segurança pública e de Justiça	Terras Potiguaras	5	0	Paralisada
	Seridó	2	0	Paralisada
	Assu/ Mossoró	3	0	Paralisada
0224 Aparelhar e reaparelhar Unidades de Atendimento Socioeducativo	Terras Potiguaras	5	5	Concluída
	Seridó	2	2	Concluída
	Assu/ Mossoró	3	3	Concluída
0502 Atender adolescentes e jovens em 10 unidades de atendimento socioeducativo assegurando a efetivação dos direitos e da vida cidadã (02-Terras Potiguaras, 07-Seridó, 09-Assú/Mossoró)	RN	1	1	Em Andamento
	RN	5	5	Em Andamento
	Seridó	2	2	Em Andamento
	Assu/ Mossoró	3	3	Em Andamento
0392 Favorecer e incentivar a participação de 50 servidores da Socioeducação em eventos de aperfeiçoamento técnico	RN	50	0	Não Iniciado
1543 Realização de concurso público	RN	1	1	Concluída
1544 Contratar empresa de locação de mão de obra para realização de serviços diversos	RN	1	0	Em Andamento
0218 Recuperar/reformar a estrutura física de Unidades de Atendimento conforme as normativas da socioeducação	Terras Potiguaras	5	0	Não Iniciado
	Seridó	2	0	Não Iniciado
	Assu/ Mossoró	3	0	Não Iniciado
1608 Atendimento ao adolescente egresso pós medida socioeducativa de Internação e Semiliberdade	RN	100	0	Ações Preparatórias
0400 Construir 01 usina fotovoltaica para geração de energia elétrica e fornecimento autossustentável para as unidades da FUNDASE	RN	1	0	Paralisada
00194 Construir 01 unidade de atendimento socioeducativo para adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida de internação no RN	RN	1	0	Não Iniciado

Atualmente, a FUNDASE/RN conta com 752 (setecentos e cinquenta e dois) servidores em efetivo exercício, sendo 577 (quinhentos e setenta e sete)

servidores provenientes do concurso público, estando estes distribuídos nas 10 (dez) unidades de atendimento, almoxarifado e na Sede, localizada no Centro Administrativo do Estado.

- Qualificação do Núcleo de Segurança Institucional – NSI

Os cursos de qualificação foram realizados na Escola de Governo, no auditório da SETHAS, na UERN, no Batalhão de Choque (BPChoque – tatame) e em todas as 10 (dez) unidades da FUNDASE; destaca-se que foram ofertadas 10 (dez) turmas, cada uma contando com 28 (vinte e oito) servidores, com carga horária de 40 (quarenta) horas, distribuídas em 5 (cinco) dias de aulas, totalizando em 280 (duzentos e oitenta) servidores qualificados.

A metodologia utilizada para o curso de formação contou com as formas teóricas e práticas; na primeira, forma teórica, foram ministrados conteúdos mediante a utilização de projetor de slides e quadro-branco, vindo a ser trabalhados debates e proposições de situações-problemas relacionados ao dia comum dos servidores da socioeducação, bem como situações especiais e extraordinárias que poderiam ocorrer, tudo isso lastreado pelas legislações pertinentes, com especial ênfase ao Lei 8.069/90 - ECA, Lei 12.594/2012 - SINASE, Portaria nº 249/2019-GP - Manual de Segurança Socieducativo da FUNDASE, e Portaria nº 250/2019-GP - Regimento Interno das Unidades de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação, semiliberdade e internação provisória da FUNDASE/RN.

Já na segunda, forma prática, foram realizados exercícios práticos em situações de revistas (de visitantes, de adolescentes, estrutural, de objetos e materiais), nas modalidades simples, completa e minuciosa dando ênfase a peremptória proibição de revistas vexatórias; transporte de adolescentes dentro da unidade, ações de segurança nas mais variadas situações de atividades realizadas pelos adolescentes; ações de entrada, saída dos alojamentos; retirada e deslocamento de adolescentes no interior e exterior das unidades.

Além do mais, foram utilizados vários alojamentos e compartimentos diversos das unidades que passaram pelo treinamento, para simulação das mais

variadas atividades desenvolvidas pelos agentes socioeducativos, tudo sem prejuízo das atividades rotineiras das unidades.

O Núcleo de Desenvolvimento Humano – NDH foi o responsável pela emissão da certificação dos participantes, tendo a FUNDASE/RN como o órgão qualificador; além disso, frisa-se que a qualificação não demandou orçamento e a meta se encontra em fase de andamento com 20% (vinte por cento) de conclusão.

- Igualdade na Diversidade: Direitos Humanos

Para o funcionamento e manutenção destas unidades socioeducativas, inclui-se as condições de oferta de limpeza dos ambientes, do vestuário, dos utensílios e espaço reservados para a alimentação, garantidos através dos serviços de limpeza geral (faxina), lavanderia e inclui-se também a capinação e a poda de áreas verdes garantindo a limpeza das áreas do entorno predial, frente e retaguarda dos muros, tendo em vista a questão da segurança interna e externa destas unidades.

Além dos serviços já mencionados, acrescenta-se a função de motorista, necessário na condução dos veículos disponibilizados para o funcionamento das unidades que precisam de carros de plantão 24 horas destinados aos deslocamentos de adolescentes para audiências com serviço de escolta, serviços médicos, hospitalares e de urgência.

Verifica-se que os serviços auxiliares de limpeza, capinação, poda, lavanderia, e motoristas são necessários no sentido de que venham a oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade, conforme preconizado no artigo 94, inciso VII, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Inclui-se aqui as condições de oferta de limpeza do ambiente, do vestuário, dos utensílios do espaço reservado para a alimentação.

Nesse sentido, a FUNDASE contava com 122 (cento e vinte e dois) auxiliares de serviços diversos, cargo em extinção, conforme parágrafo único do art. 49 da LCE 614/2018. Ocupados por 27 (vinte e sete) efetivos com processo de aposentadoria em andamento, e os demais complementados pela contratação temporária, selecionados através de processo simplificado com respaldo na Lei nº

9.957/2015 e na LCE 615/2018 e em cumprimento a celebração do Termo de Acordo Judicial firmado nos autos da ACP de nº 0108149-70.2014.8.20.0001.

O quantitativo de 120 (cento e vinte) contratados, foi levantado a partir do relatório informativo sobre a prestação de serviços, nível auxiliar, desenvolvido nas unidades de execução das medidas socioeducativas, no âmbito da FUNDASE e elaborado pela Gerência de Atendimento Socioeducativo – GAS, em 28 de outubro de 2021.

Tal demanda estava prevista no PPA 2020-2023 inclusive na Lei n° 10.842, de 20 de janeiro de 2021, que revisa o Plano Plurianual do Estado para o período de 2021 a 2023, através de emenda aditiva, que acrescentou a meta Locação de mão de obra para a realização de serviços diversos, conforme o anexo a esta Lei, publicado no Diário Oficial do Estado, em 19 de junho de 2021. Ressaltamos ainda que esta demanda estava judicializada e acordada junto ao Governo do Estado.

Diante da situação retratada, foi possibilitada a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços terceirizados, de atividades auxiliares no sentido de garantir a continuidade e o funcionamento das unidades operacionais e administrativas responsáveis pela execução das medidas socioeducativas no âmbito da FUNDASE/RN.

Quanto à Gerência de Logística e Suprimentos – GLOS, Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, Comissão Permanente de Licitação – CPL, Núcleo de Segurança Institucional – NSI, e de ordem da Presidência da FUNDASE, foi deliberado o encerramento do presente processo, tendo em vista a necessidade de ser elaborado novo Termo de Referência no intuito de contemplar somente 05 (cinco) das 10 (dez) unidades, sendo elas: Case Caicó, Case Mossoró, Case Pitimbú, Casef Padre João Maria e Almoxarifado. Tal decisão se deu em virtude de se buscar reduzir os custos do serviço, ora contratado.

Ademais, foi realizada a locação de 66 (sessenta e seis) rádios comunicadores da empresa KONEKT TELECOM, mediante o Contrato Nº 14/2023; ressalta-se que os mencionados rádios comunicadores foram distribuídos da seguinte maneira: 35 (trinta e cinco) unidades no território TERRAS POTIGUARAS (CASE PITIMBU-15, CASEP METROPOLITANO-08, CASEF Padre João Maria-06,

CASEMI NAZARÉ-06), 23 (vinte e três) unidades em ASSÚ/MOSSORÓ (CASE MOSSORÓ-10, CASEP OESTE-10, CASEMI SANTA DELMIRA-07) e 08 (oito) unidades em SERIDÓ/CAICÓ (CASE CAICÓ).

O Núcleo de Segurança Institucional – NSI da FUNDASE/RN, repassou as informações de que, no concerne a aquisição de 50 (cinquenta) detectores de metais, esta se deu através da empresa CASERNA Nfe 2884, vindo os detectores de metais a serem distribuídos da seguinte forma: 32 (trinta e dois) unidades no território TERRAS POTIGUARAS (CASE PITIMBU-05, CASE METROPOLITANO-05, CASEF PADRE JOÃO MARIA-03, CASEMI NAZARE-05), 05 (cinco) unidades em SERIDÓ/CAICÓ (CASE CAICÓ) e 13 (treze) unidades em ASSU/MOSSORÓ (CASE MOSSORÓ-05, CASEP OESTE-05, CASEMI SANTA DELMIRA-03).

Importante trazer à baila que, conforme mencionado na introdução deste relatório, a FUNDASE atualmente administra 12 (doze) imóveis, estes que se encontram ativos, porém com alguns ambientes em condições precárias, apresentando problemas nas instalações gerais (elétrica, lógica, telefonia, hidrossanitária, entre outras), nas coberturas, nas alvenarias, nas esquadrias, dentre outros elementos físicos dos imóveis.

Como é sabido, com a entrada em exercício dos novos servidores, estes proveniente do concurso público, o Núcleo de Infraestrutura – NINFRA, conseguiu ser reestruturado e com isso foi possível realizar uma série de ajustes nas unidades, como por exemplo, ampliação dos postos de trabalho, com adição de pontos de tomada, de lógica, dentre outras providências que se entendiam necessárias.

Seguindo nesta senda, o NINFRA, tomou ciência da existência da Ata de Registro de Preços nº 07/2023 da SESAP, onde observou-se que a mesma é composta por 03 (três) lotes, estes que abrangem: Natal e grande Natal, Caicó e cidades circunvizinhas e Mossoró e cidades circunvizinhas; assim, constatou-se que a mencionada Ata seria a mais adequada para suprimir as necessidades/demandas mais urgentes das Unidades da FUNDASE; outrossim, importante salientar que a Ata referenciada aqui abrange a gama de serviços (manutenção) expostos na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.

Diante do exposto, a FUNDASE/RN fez a adesão à Ata de Registro de Preços nº 07/2023 - SESAP - Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva dos bens imóveis da Fundação, no valor de R$ 1.484.767,77 (um milhão e quatrocentos e oitenta e quatro mil e setecentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos).

Outro destaque importante é que a FUNDASE opera tanto as unidades masculinas como as unidades femininas. Ocorre que a gestão da FUNDASE decidiu pela construção de 01 (uma) Unidade de Atendimento Integrado – UNAI, seguindo as recomendações expedidas pelo CNJ, já que a referida Unidade irá tratar do atendimento inicial integrado ao adolescente, com atribuição de ato infracional, assistidos em um mesmo local, pelos órgãos partícipes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social, instrumentaliza a garantia da proteção dos direitos ao adolescente, permitindo a efetivação do (art. 88, Inciso V, do ECA), garantia dos princípios da excepcionalidade e brevidade da internação provisória, cujo os órgãos arrolados, podem atuar de forma célere, até mesmo em regime de plantão (finais de semanas e feriados).

Com a implementação desse programa, o RN ganha um importante instrumento para fortalecimento da Política de Atendimento Socioeducativo, a implantação e instalação dessa infraestrutura física, operacional e estratégica, articulada com órgãos citados e os Sistemas de Garantias de Direitos - SGD será um divisor na execução das ações no atendimento ao adolescente e na garantia de seus direitos.

No entanto, o foco deste projeto para o próximo Plano Plurianual – PPA 2024/2027 devido à ausência de recursos orçamentários para a realização da meta neste exercício.

Destaca-se que o Projeto Arte e Cidadania tem o intuito de realizar atividades de artes e cultura, nas temáticas: artes cênicas, dança, música, artes plásticas e artesanato nas unidades de atendimento sob a gestão da FUNDASE/RN, contemplando variadas linguagens artísticas com vistas a desenvolver os mais diversos talentos e vocações e contribuir com o processo

socioeducativo de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

No que se relaciona às refeições, é importante informar que a alimentação fornecida pela FUNDASE é ofertada em todas as unidades (Terras Potiguaras, Seridó, Assú/Mossoró), totalizando em 10 (dez) unidades, abarcando tanto os jovens, que estão em cumprimento de medidas socioeducativas, quanto os servidores que estão lotados nas unidades de atendimento.

Ademais, frisa-se que diariamente são ofertadas 5 (cinco) refeições (café da manhã, almoço, lanche, jantar e ceia); contudo, há oscilação no quantitativo das refeições, isto pelo fato de existir rotatividade entre os jovens, pois há unidades em que estes se encontram de forma provisória, somente aguardando decisão judicial.

Assim, a contratação de alimentos se dá mediante o atendimento da necessidade, vindo a ser fornecido o quantitativo da demanda diária, e no final de cada mês é repassado para a empresa a quantia das refeições que foram ofertadas; portanto se tratando de uma meta contínua que é atendida de forma regular, além de ser considerada prioritária para a FUNDASE.

- Igualdade na Diversidade: Criança e Adolescência

A equipe técnica da FUNDASE/RN formou-se com a chegada dos novos servidores, incluindo um pedagogo, uma psicóloga e uma assistente social, lotados na Gerência de Articulação Institucional - GAI. No segundo semestre de 2023, as reuniões da Comissão Intersetorial foram retomadas para discutir a implementação do Programa de Acompanhamento Pós Medida.

Inicialmente, a equipe dedicou-se à construção do documento do Projeto, descrevendo a iniciativa, justificativa, público-alvo, objetivos e princípios, delineando sua execução com base na metodologia e no plano de ações. Para o Projeto Piloto, houve articulação com experiências de outros estados que já implementaram o Pós Medida, como os programas de São Paulo, Sergipe, Ceará e Minas Gerais.

Foram apresentados o Programa “Novos Tempos”, do Estado de São Paulo, instituído em 2021 e executado partir de convênios entre o governo do

estado e o poder municipal; O Programa “Progressos”, executado no Estado de Sergipe há 15 anos; o Programa “Oportunidades e Cidadania” do Ceará, existente há 1 ano e o Programa “Se Liga” atuante no Estado de Minas Gerais há 13 anos.

O conhecimento dessas iniciativas se deu por meio de reuniões articuladas com as equipes de Programas Pós Medida de outros estados do Brasil, de forma online e presencial, com o objetivo de compartilhar experiências, uma vez que cada programa tem suas especificidades voltadas às particularidades da realidade e do contexto local de cada estado/município. As reuniões com equipes de outros estados fomentaram reflexões sobre a realidade do Rio Grande do Norte e do público atendido pela FUNDASE.

A equipe também se articulou com o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do RN (PPCAAM/RN) para compartilhar experiências sobre atuação em nível estadual e estabelecer um fluxo para encaminhamento de casos futuros.

O Projeto "Horizontes Potiguares" acompanhará adolescentes e jovens durante a transição para a extinção da medida socioeducativa, utilizando metodologias e estratégias pautadas na gestão integrada e na articulação em rede. A proposta é que seja um Projeto Piloto com perspectiva de se tornar um Programa.

A infraestrutura e recursos humanos e materiais necessários foram discutidos seguindo as instruções normativas do Guia para Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-cumprimento de Medida Socioeducativa. A definição do espaço sede para o Projeto ainda está pendente.

A equipe prepara-se para a execução do Projeto com atividades como construção de materiais informativos, identidade visual, panfletos, cartazes e oficinas de sensibilização. A equipe da GAI também realizou ação itinerante para apresentar o sistema SINE em qualquer parte do Brasil.

O diagnóstico revelou baixa escolaridade e analfabetismo funcional entre os adolescentes. Em parceria com instituições como o Instituto Kennedy, Agência de Fomento do Estado do RN, Subsecretaria de Juventude, SUEP/SEEC, IMD/UFRN, ABRASEL e SEJUV/SEMJIDH, foram viabilizadas ações para inclusão

dos jovens no mundo do trabalho, como cursos de formação, acesso a vagas de emprego e participação em programas de aprendizagem.

Por fim, está em elaboração a minuta para a regulamentação da Lei Nº 10.705/2020, que cria o Programa Estadual de Oportunidade de Empregos para Egressos do Sistema Prisional e Adolescentes egressos do sistema e em cumprimento de MSE, no âmbito da Administração Pública do Estado.

- Desenvolvimento Econômico: Energias

A construção da usina fotovoltaica no território Terras Potiguaras foi dimensionada para atender à todas as unidades da FUNDASE. Entretanto, a presente meta acabou sendo paralisada devido ao contingenciamento orçamentário, o que causou a impossibilidade de sua devida execução.

Desta forma, atualmente a meta está prevista para o próximo Plano Plurianual – PPA 2024/2027.

Diante de todas as circunstâncias apresentadas, fica evidente que a FUNDASE/RN, vem enfrentando desafios no âmbito orçamentário e de recursos humanos. No entanto, é notável o empenho contínuo da gestão estadual para alcançar integralmente suas metas.

Um destaque positivo é a bem-sucedida realização do concurso público, concluído de forma efetiva. A entrada desses novos servidores proporcionou à FUNDASE/RN um impulso significativo, promovendo maior efetividade na consecução de suas metas no próximo exercício.

É importante ressaltar que a manutenção dos insumos contínuos, como alimentação, material de higiene e limpeza, expediente e medicamentos, foi realizada em conformidade com as normativas legais que regem a socioeducação. A FUNDASE/RN não poupa esforços para assegurar a eficácia dos programas de atendimento, incluindo o acolhimento inicial e a internação provisória de adolescentes acusados de autoria de ato infracional, em conformidade com as determinações do poder judiciário. Este comprometimento conjunto reflete o compromisso constante com o bem-estar e o desenvolvimento dos jovens sob sua responsabilidade.

DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO SUSTENTÁVEL

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA – SAPE

A Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE), órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, foi constituída por meio da Lei Complementar nº 163, de 05 de fevereiro de 1999, tendo sua estrutura organizacional própria criada pelo Decreto n° 21.111, de 23 de abril de 2009, com a missão de coordenar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do setor agropecuário do Rio Grande do Norte, quer diretamente, quer por meio de suas entidades vinculadas – EMPARN, IDIARN e CEASA, sempre com o objetivo de promover melhorias crescentes nos aspectos qualitativos e quantitativos da produção rural – alimentos para abastecimento dos mercados interno e externo; matéria-prima e insumos para mover as nossas indústrias.

A seguir, serão apresentadas as ações realizadas no exercício de 2023 pela SAPE sob a ótica do seu Plano Plurianual (PPA 2020-2023).

Programa: 4011 Desenvolvimento do Agronegócio Potiguar

Objetivo 00511 Promover o desenvolvimento da agropecuária de forma sustentável, com a melhoria na infraestrutura de acessos ao escoamento e comercialização da produção, na modernização de máquinas e equipamentos e incentivo a qualificação do agricultor e produtor rural com novos métodos e difusão tecnológicas, visando agregar valor aos produtos com redução de custos e perdas. Proporcionar ainda, por meio das tecnologias de baixo custo, o acesso a água para incremento de pequenas produções agropecuária, no enfrentamento de períodos de estiagem prolongados no semiárido do Rio Grande do Norte.

META	DESCRIÇÃO DA META	EXECUTADO (R$)
1331	Adquirir e distribuir sementes de qualidade de feijão, milho e arroz para subsistência e de sorgo para forragem animal, a	13.019.114,70

	agricultores familiares cadastrados nos 1.156 Bancos de Sementes.	
1333	Implantar projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva para acesso aos mercados e aumento da renda.	3.288.300,00
1333	Implantar projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva para acesso aos mercados e aumento da renda.	102.000,00
1334	Prover projetos de estudos e conhecimentos aos produtores dos territórios, visando controlar e solucionar os problemas de ordem produtiva, sanitária e alimentar com ênfase na sustentabilidade ambiental territorial.	
1335	Apoiar o processo de abastecimento de produtos da Pecuária bovina de corte com implemento de unidade didática de processamento de carnes.	
1336	Adquirir equipamentos, máquinas e implementos agrícolas para recomposição da infraestrutura produtiva dos territórios.	
1336	Adquirir equipamentos, máquinas e implementos agrícolas para recomposição da infraestrutura produtiva dos territórios.	12.950.476,29
1338	Produzir e distribuir 2 milhões de mudas de caju, utilizando não de obra de apenados.	100.000,00
1341	Constituir redes de pesquisas e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: fruticultura, salinidade e drenagem, produção de grãos, arroz irrigado por inundação e hortaliças.	675.612,56
1342	Proporcionar a realização e participação em eventos/feiras agropecuárias no Estado do Rio Grande do Norte.	4.618.000,00
1344	Construir barragens subterrâneas para captação de água para produção agropecuária.	2.507.363,81
1345	Prover a perfuração, instalação e manutenção de poços para provimento de água de consumo animal e produção agrícola.	2.520.000,00
TOTAL		**39.780.867,36**

Objetivo 00512 Estimular a produtividade de organismos aquáticos de forma sustentável, com a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura. Apoiar a implantação de parques aquícolas, a realização de pesquisas e assistência técnica, a modernização de infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, na busca de agregar valor a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros do Rio Grande do Norte.

META	DESCRIÇÃO DA META	EXECUTADO (R$)
1346	Produzir 20 milhões de alevinos para Aquicultura e peixamento de açudes	70.000,00
TOTAL		**70.000,00**

Ademais, acerca das informações de evolução, nos últimos 4 anos e exercício financeiro vigente, conforme indicadores extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF:

Sobre as ações realizadas pela SAPE que tenham contribuído foram:

1. Desenvolvimento da agropecuária, da pesca e da agroindústria e dar assistência às atividades privadas que atuam nessa área

No setor pesqueiro a SAPE desenvolveu várias ações, entre elas, destacam-se:

- Articulou junto ao IBAMA a autorização do cultivo experimental da macroalga Kappaphycus Alvarezii;

- Articulou com órgãos ambientais a otimização da regulamentação das atividades aquícolas (velocidade e qualidade);

- Realizou estudos visando a elaboração da Política de interiorização da carcinicultura sustentável no Estado;

- Articulou e conseguiu, junto à cadeia produtiva e às Secretarias de Estado competentes a redução das alíquotas do ICMS do camarão e isenção do ICMS do óleo diesel pesqueiro.

2. Fomento da produção agropecuária, da pesca e da agroindústria

Estão em trâmite certames licitatórios que incentivam a agroindústria dentro do Perímetro Irrigado Osvaldo Amorim – DIBA.

No setor pesqueiro a SAPE desenvolveu várias ações, entre elas, destaca-se:

- Entregou 10.719.000 (dez milhões, setecentos e dezenove mil) alevinos através parceria do Estado com o DNOCS, atendendo 61 municípios do Estado;

- Distribui 4.210 apetrechos de pesca (anzol, linha nylon, chapéu, rede de pesca, tipo mangote três malhos) para 33 colônias de pescadores do Estado;

- Adquiriu um moinho em inox para processamento do resíduo de ostras a ser entregue a Associação das Maricultoras do município de Rio do Fogo/RN (pendente de pagamento);

- Articulou junto aos Órgãos da Administração Pública do Estado, visando implementar as Leis nº 10.765/2020 e 10.833/2021, que dizem respeito à compra de pescados por instituições públicas como escolas, hospitais e restaurantes populares no Estado;

- Entregou à Federação dos Pescadores do RN – FEPERN, um veículo tipo SUV, para que ela possa proceder aos atendimentos às Colônias de Pescadores do Estado.

3. Expansão da oferta de insumos básicos para a agricultura

A SAPE distribui anualmente sementes de qualidade de feijão, milho e arroz para subsistência e de sorgo para forragem animal, a agricultores familiares cadastrados nos 1.156 Bancos de Sementes do Estado. Atualmente também está buscando convênios junto ao Governo Federal recursos para ampliação do número de poços perfurados e construção de barragens subterrâneas, no caso, aumentando a oferta de água e levado segurança hídrica ao agricultor.

4. Melhoria do abastecimento da população com produtos agropecuários e da pesca

Foi colocado em prática as Leis nº 10.765/2020 e 10.833/2021, que dizem respeito à compra de pescados por instituições públicas como escolas, hospitais e restaurantes populares no Estado.

5. Proteção do uso e a fertilidade dos solos

Foi desenvolvida a Política Estadual de Agricultura de Baixo Carbono - ABC, visando implementar técnicas de agricultura para a proteção do uso e a fertilidade dos solos, como por exemplo o uso da técnica de plantio direto e o uso de sementes inoculadas.

6. Planejamento agrícola do Estado

A SAPE está em fase de estudos para desenvolver um planejamento agrícola, considerando a potencialidade do estado e as necessidades, com observância à agricultura sustentável e visando a otimização dos recursos naturais.

7. Projetos estaduais de agricultura irrigada

Está sendo elaborada minuta do Projeto de Lei que Institui a Política Estadual de Irrigação, em conformidade com a Política Nacional de Irrigação (Lei 12.787/2013).

8. Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura do Rio Grande do Norte (PEDESPA/RN)

Foi constituído Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura do RN, por força do Decreto nº 32.740, de 12/06/2023. Este Conselho vem se reunindo e elaborando estudos e projetos para executar a referida Política.

9. Gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros

As ações planejadas para os exercícios de 2022 e 2023, foram todas concentradas no primeiro ano, não obtendo números para o segundo para esta ação, visto a necessidade de antecipação dos trabalhos e a disponibilidade de recursos econômicos e humanos naquele momento.

10. Planos, programas e ações voltados para o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura

Foram realizadas as seguintes ações:

a. Autorização do cultivo experimental da macroalga kappaphycus alvarezii;

b. Articulação com os órgãos ambientais para a otimização da regulamentação das atividades aquícolas;

c. Planejamento da Política de Interiorização Sustentável da Carcinicultura no Estado;

d. Elaboração de um evento/congresso estadual de carcinicultores;

e. Planejamento Estratégico e Análise de Dados da aquicultura do RN, para diagnóstico e construção de Políticas e ações assertivas para atividades aquícolas e pesqueiras.

11. **Concessão de subsídios necessários para execução da pesquisa aquícola e pesqueira.**

Redução da alíquota do ICMS do camarão e isenção do ICMS do óleo diesel pesqueiro.

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), sediada em Natal, é uma sociedade de economia mista, criada na forma da Lei nº 3.742, de 26 de junho de 1969 (entrando em funcionamento em 02/09/1969), pelo então Governador do Estado Monsenhor Walfredo Gurgel, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), que tem como finalidade a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado do Rio Grande do Norte.

O ente tem como missão institucional contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população potiguar, por meio de uma prestação de serviços com qualidade e sustentabilidade, adotando, para isso, postura empresarial adequada e inovadora, por meio das boas práticas empresariais e de saneamento básico.

Das quatro vertentes do saneamento básico, a CAERN atua com abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo responsável pelo abastecimento de 152 municípios, dos 167 que compõem o Rio Grande do Norte, atendendo também 42 com esgotamento sanitário.

Em termos geográficos, a CAERN está dividida nas seguintes Regionais: Agreste Trairi, Sertão Central, Seridó, Mato Grande, Oeste, Alto Oeste, além de Natal. As Regionais são responsáveis pela gestão dos 152 sistemas de abastecimento de água, além do abastecimento de água na zona rural que gira em

torno de 600 comunidades, localizadas, em sua maioria, ao longo das grandes adutoras, possibilitando o atendimento à população rural.

Estabelecidos e apresentados os objetivos atribuídos à CAERN no planejamento de governo de médio prazo, a Companhia apresenta, por meio do quadro a seguir, as ações realizadas durante o exercício 2023, com detalhamento acerca do estágio físico de execução, a execução orçamentária no ano corrente e a apresentação da última situação registrada no SIGEF.

Execução das ações da CAERN constantes no PPA 2020-2023 no exercício 2023.

Programa: 2009 VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO

Objetivo: 0126 Implantar e ampliar sistema de abastecimento de água

Meta 0720 Ampliar sistemas de abastecimento de água no RN

Ação	**Execução Financeira em 2023 (até setembro) (em R$)**		**Execução financeira (até 2023) (estimativa, em %)**	**Situação (Data, situação)**
	Recursos Próprios	**Recursos de Convênio**		
SAA PARNAMIRIM	1.450.094,14	-	82,28	22/11/2023 – Obra em andamento, com evolução abaixo do esperado.
SIAA PENDÊNCIAS-MACAU-GUAMARÉ-BAIXA DO MEIO	-	-	46,05	22/11/2023 – Obra em andamento, com evolução abaixo do esperado.
AMPLIAÇÃO DA ADUTORA MONSENHOR EXPEDITO	-	-	N/D*	22/11/2023 – Empreendimento sobrestado, conforme planejamento estratégico da Companhia.
SAA JARDIM DE PIRANHAS	277.936,67	-	56,81	22/11/2023 – Readequação em andamento para reinício de obra
SAA SÃO JOÃO DO SABUGI	568.609,00	-	50,62	22/11/2023 - Contrato Distratado. Em revisão de projeto/orçamento do empreendimento para realização de novo processo licitatório.
SAA PORTALEGRE	330.290,41	-	63,38	22/11/2023 – Obra em andamento, com execução dentro do esperado

*N/D – Dado não disponível quando da elaboração do relatório

Meta 0757 Desenvolver 01 projeto para sistema de abastecimento de água no RN

Ação	**Execução Financeira em 2023 (até setembro) (em R$)**		**Execução Financeira (até 2023) (estimativa, em %)**	**Situação (Data, situação)**
	Recursos Próprios	**Recursos de Convênio**		
PROJETO ADUTORA MAXARANGUAPE-NATAL	-	-	N/D*	22/11/2023 – Empreendimento cancelado pelo Ministério das Cidades. Companhia estuda implementação com recursos próprios.

*N/D – Dado não disponível quando da elaboração do relatório

Meta 0774 Implantar 07 sistemas de abastecimento de água no RN

Ação	**Execução Financeira em 2023 (até setembro) (em R$)**	**Execução financeira (até 2023)**	**Situação (Data, situação)**

	Recursos Próprios	Recursos de Convênio	(estimativa, em %)	
ADUTORA AFONSO BEZERRA-ANGICOS	-	-	N/D*	22/11/2023 – Empreendimento sobrestado, conforme planejamento estratégico da Companhia.
AMPLIAÇÃO DA ADUTORA MONSENHOR EXPEDITO	-	-	N/D*	22/11/2023 – Empreendimento sobrestado, conforme planejamento estratégico da Companhia.
SAA SANTA CRUZ DO APODI-MOSSORÓ	-	-	62,81	22/11/2023 – Empreendimento em andamento, com evolução dentro do esperado.
ADUTORA AFONSO BEZERRA-PENDÊNCIAS	-	-	N/D*	22/11/2023 – Empreendimento sobrestado, conforme planejamento estratégico da Companhia.
ADUTORA COSTA BRANCA	-	-	N/D*	22/11/2023 – Empreendimento sobrestado, conforme planejamento estratégico da Companhia.
ADUTORA UPANEMA-CAMPO GRANDE	-	-	N/D*	22/11/2023 – Empreendimento sobrestado, conforme planejamento estratégico da Companhia.

*N/D – Dado não disponível quando da elaboração do relatório

Programa: 2009 VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO

Objetivo: 0127 Implantar e ampliar sistemas de esgotamento sanitário

Meta 0712 Ampliar 08 sistemas de esgotamento sanitário no RN

Ação	**Execução Financeira em 2023 (até setembro) (em R$)**		**Execução Financeira (até 2023) (estimativa, em %)**	**Situação (Data, situação)**
	Recursos Próprios	**Recursos de Convênio**		
AMPLIAÇÃO DO SES MACAÍBA	388.478,38	529.527,82	50,27	22/11/2023 (Redes) – Contrato em andamento. Em virtude de fatores que impediram a execução de alguns serviços, a conclusão do empreendimento foi reaprazada para fevereiro/2024 22/11/2023 (ETE) – Contrato distratado. Em revisão de projeto/orçamento para elaboração de novo processo licitatório.
AMPLIAÇÃO DO SES ZONA NORTE DE NATAL (BACIA EFK)	1.018.186,49	50.201,75	50,55	22/11/2023 – Contrato reiniciado, porém evolução está aquém do esperado.
SES ZONA NORTE DE NATAL – ETE JAGUARIBE	97.140,79	-	46,26	22/11/2023 – ETE Jaguaribe em andamento; Contrato de remanescente de redes em andamento, com Ordem Inicial de Serviços emitida em 04/10/2023; Emissário final da ETE aguardando autorização especial de dragagem.
AMPLIAÇÃO DO SES ZONA SUL DE NATAL	-	-	18,67	22/11/2023 – Ordem de Reinício emitida para a ETE Jundiaí/Guarapes, com evolução abaixo do esperado; Redes do SES San Vale, Neópolis e Capim Macio em andamento; Aguardando conclusão do orçamento do remanescente de Redes do SES Natal para realização de processo licitatório; Aguardando definição de titularidade de terrenos para

				licitação do Emissário Final da ETE.
AMPLIAÇÃO DO SES CAICÓ	-	-	40,45	22/11/2023 – Obra em andamento, com evolução abaixo do esperado.
AMPLIAÇÃO DO SES PARELHAS	8.230.537,28	-	13,38	22/11/2023 – Obra em andamento, com evolução acima do esperado.
SES SÃO JOSÉ DE MIPIBU	579.926,88	-	100	22/11/2023 – Obra concluída. Aguardando emissão da Licença de Operação.

Meta 0761 Implantar 01 sistema de esgotamento sanitário no RN

Ação	**Execução Financeira em 2023 (até setembro) (em R$)**		**Execução financeira (até 2023) (estimativa, em %)**	**Situação (Data, situação)**
	Recursos Próprios	**Recursos de Convênio**		
SES SÃO PAULO DO POTENGI	43.070,41	-	21,23	22/11/2023 - Aguardando estudo de autodepuração para emissão de licenciamento ambiental e posterior deflagração de processo licitatório.

A partir de adequação jurídica, A Companhia contratou consultoria especializada na elaboração de Estimativa Parametrizada de Custos e Investimentos para 153 municípios que possuem contratos ou prestações em vigor de abastecimento de água potável e/ou esgotamento sanitário atualmente operados. Isso inclui também a identificação e quantificação de potenciais Programas de Ganhos de Eficiência que possam resultar em otimização dos custos e possibilitar novos investimentos.

Além disso, estão em curso as negociações junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, com o propósito de desenvolver projetos que envolvam a prestação de serviços técnicos de apoio, avaliação, estruturação e implementação de Parcerias Público-Privadas (PPP), inicialmente projetada para atuar nos 48 municípios com contratos vigentes com a Companhia. Esse esforço, especialmente focado no sistema de esgotamento sanitário e gestão comercial, busca estabelecer práticas sustentáveis e alinhadas com as mais recentes abordagens do setor com vistas na universalização. Nesse contexto, a empresa antecipou a criação de uma área dedicada à gestão dos programas de parcerias da companhia, com o objetivo de desenvolver e implementar modelos de negócios inovadores por meio da modalidade de parcerias estratégicas.

A companha estabeleceu o compromisso com as Microrregiões de Água e Esgoto, atuais detentoras da titularidade do serviço finalístico da Companhia, de

efetivar investimentos e alcançar a universalização dos serviços de água e esgoto nos municípios com contrato vigente. Com a inserção da empresa num ambiente regulado, estão sendo implementados ajustes internos com foco na eficiência e economicidade. Em 2023, a Companhia efetivou a captação, por debêntures, no montante de R$ 370 milhões (trezentos e setenta milhões de reais), viabilizando a realização de investimentos nas áreas de empreendimentos, operação e manutenção e comercial que viabilizam a aproximação da Companhia das metas de realização de investimentos estabelecidos no laudo de viabilidade econômico-financeira emitido pela empresa de certificação independente, o qual atestou a capacidade econômica dos 48 (quarenta e oito) contratos vigentes, abaixo apresentado:

Tabela – usos e fontes (em milhões)

Usos e Fontes	2023	2024	2025-2029	2030-2034	2035-2044	Total
Investimento Total	170,8	297,5	2.600,8	2.749,3	1.476,0	7.294,4
Total Usos	170,8	297,5	2.600,8	2.749,3	1.476,0	7.294,4
Recursos próprios	45,5	79,2	952,3	722,2	273,6	2.072,8
Recursos de terceiros	430,0[17]	-	1.124,9	2.027,1	1.202,4	4.784,3
Recursos não onerosos	65,3	218,3	153,6	-	-	437,2
Total Fontes	540,8	297,5	2.230,8	2.749,3	1.476,0	7.294,4
% Recursos próprios[18]	9,6%	100,0%	45,8%	26,3%	18,5%	30,2%
% Recursos de terceiros	90,4%	0,0%	54,2%	73,7%	81,5%	69,8%

Nesse sentido, a Companhia efetivou um investimento em obras no montante de R$ 153.940.932,52, sendo a maior parte por meio de recursos próprios.

No âmbito da Operação e Manutenção da Companhia, além das ações de educação ambiental, foram executadas extensões de rede acompanhando o crescimento vegetativo. No ano de 2023, foram executadas aproximadamente 85 ações de tal temática, tendo sido implementado um total aproximado de 88,9 km de rede de abastecimento de água e 1 km de rede de esgotamento sanitário, distribuídos em 75 municípios, representando um investimento de aproximadamente R$ 7,625 mi, beneficiando aproximadamente 12.500 famílias.

Nesse âmbito, destaca-se ainda a expansão de Estações de Operação da Companhia no mercado livre de energia, oriunda de usinas eólicas e fotovoltaicas, fontes renováveis e não poluentes, chegando a 73% de toda a energia elétrica

consumida pela CAERN. Além de constituir significativa redução dos impactos ambientais da atuação da empresa, a operação no mercado livre de energia constituiu economia nos custos de energia de aproximadamente R$ 39 milhões, quando comparados aos custos simulados no mercado regulado.

A Companhia concluiu a segunda etapa de migração de novas unidades ao mercado livre de energia, com mais 43 estações em 2023, resultando em 103 unidades livres na CAERN. Essa expansão fará que alguns sistemas estejam 100% no ambiente livre, por exemplo, as adutoras Sertão Central Cabugi e Serra de Santana, além de todos os poços da cidade de Mossoró. Para 2024 espera-se a implantação de 20 novas unidades consumidoras, totalizando 123 unidades livres na Companhia, com a aquisição de um novo pacote de energia livre para fazer frente aos períodos 2024 e 2025.

Dada a importância de que os ativos da companhia sejam repostos constantemente para que permaneçam operacionais de forma satisfatória, no exercício de 2023 foi investido R$ 8.948.677,47 na renovação de bens de uso gerais, R$ 5.375.066,70 na substituição de equipamentos nos sistemas adutores, R$ 14.613.917,80 na substituição de equipamentos nos sistemas de abastecimento de água e R$ 2.063.388,48 na substituição de equipamentos nos sistemas de esgotamento sanitário.

Por fim, destaca-se ainda a desmobilização de ativos inservíveis da Companhia no período, decorrente do processo de majoração da eficiência da gestão patrimonial da empresa, implantado no ano 2019. Nesse sentido, houve a realização em dezembro de 2023 de leilão de bens móveis e imóveis da CAERN, totalizando uma arrecadação extraordinária de aproximadamente R$ 518.080,00.

Na esfera administrativa e de governança, destaca-se inicialmente a manutenção da nota de crédito A+ pela agência de crédito *FITCH RATINGS*, destacando o baixo risco de crédito da Companhia, inerente à segurança econômico-financeira da gestão da CAERN; a aprovação de projeto de benefício fiscal junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no qual a empresa obteve redução em 75% do Imposto de Renda sobre o lucro da exploração de suas atividades; a obtenção de Parecer Jurídico da Procuradoria

Geral do Município do Natal favorável à retirada do ISS da composição dos custos das obras de saneamento, de modo que a referida ação possa reduzir a necessidade da CAERN captar de recursos financeiros onerosos, a quantia de, aproximadamente, R$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais); e, por fim, abertura de Concurso Público para preenchimento de 33 vagas imediatas, bem como formar cadastro de reserva, para empregos de nível médio técnico e superior.

Por fim, na esfera comercial, destaca-se a formalização do acordo de Parcelamento de créditos existentes perante o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o qual ensejou numa reversão da provisão de perdas advindas de inadimplência na ordem de R$ 71.000.000,00 (setenta e um milhões de reais), e possibilitou a geração de caixa anual da ordem de R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais); bem como a celebração do primeiro contrato de emparceiramento com o setor privado, na modalidade contrato de performance, cujo objetivo é mitigar as perdas comerciais no município de Natal.

Além da execução das ações de extensão de rede de abastecimento de água e esgotamento já mencionadas, a Companhia concluiu as obras de perfuração de 12 (doze) novos poços tubulares, nos municípios de Parnamirim, Macaíba, Natal, Tibau do Sul e Goianinha, totalizando o montante de R$ 955.119,67; realizou a conclusão parcial das obras do Sistema de Esgotamento Sanitário de Assu, totalizando um investimento de R$ 8.452.334,45, sendo R$ 1.746,789,78 recurso próprio e R$ 6.705.544,67 de recursos de convênio; e concluiu as obras de melhoria nos reservatórios elevados dos municípios de Monte das Gameleiras e Triunfo Potiguar, totalizando o investimento de R$ 729.218,59.

CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE – CEASA

A Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Norte S/A (CEASA-RN) foi criada em 17 de outubro de 1976.

Visando a implementar uma política de produção e abastecimento de hortifrutigranjeiros no RN, a CEASA-RN se constitui como uma empresa de

economia mista e está vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE-RN). A Central tem como missão gerir atividades de abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros à sociedade norte-rio-grandense com qualidade, preço e bom atendimento, valorizando a produção agrícola através de uma comercialização competente e socialmente responsável.

A seguir serão apresentadas as ações realizadas no exercício de 2023 sob a ótica do seu Plano Plurianual (PPA 2020-2023).

Em 2023 a CEASA/RN disponibilizou sítio na internet contendo informações acerca da empresa, seu organograma, funcionamento, contato dos setores, bem como informações comerciais, a exemplo da divulgação de um Boletim Diário com informações de preço e procedências dos produtos comercializados. Além de que mantém de forma permanente a divulgação de suas ações por meio das redes sociais. Também foi produzida uma revista contendo os trabalhos que se desenvolveram entre os anos de 2019 e 2022.

A CEASA/RN mantém o Contrato 06/2020 cujo objetivo é o monitoramento de agrotóxico nos produtos hortifrutigranjeiros comercializados pelos permissionários. Ao total, são coletadas 4 amostras de produtos de fornecedores aleatórios, e feita análise em um laboratório destinado ao fim pretendido. Por bimestre são coletadas 8 amostras.

Foi constituído o setor de Qualidade de Vida e Saúde do Trabalho (QVST) em que todos os meses são realizadas palestras a cerca de um tema específico, ao alusivo ao mês em questão. A exemplo, nos meses de setembro e outubro foram realizadas palestras sobre de “prevenção do suicídio” e “outubro rosa”.

Quanto a melhorias dentro da central de abastecimento relacionadas a infraestrutura, organização e modernização para melhor atender às demandas dos servidores, comerciantes e população que circulam diariamente na central tem se que no decorrer do exercício foram iniciados e concluídos alguns serviços de reforma e manutenção. A exemplo, foram reformados os banheiros da administração; Manutenção do castelo d’água (caixa d’água); também houve o início da reforma do telhado, corredor principal e salas do prédio da administração.

No decorrer do exercício foram realizados alguns cursos de capacitação e workshops que contaram com a participação de diversos colaboradores. Os cursos tratavam de temas de Licitações e Contratos.

Durante o exercício ocorreu a locação de aparelhos de ar-condicionado, tendo em vista a necessidade a precariedade dos aparelhos de ar-condicionado existentes; houve a renovação dos equipamentos de informática (computadores, notebooks). Também foram adquiridos, por meio de Ata de Registro de Preço, móveis (mesas, birô, cadeiras, armários etc.), principalmente para adequar as regras de ergonomia, uma vez que os móveis anteriormente existentes se encontravam em situações precárias.

A promoção do aproveitamento integral dos alimentos hortifrúti e a melhoria na alimentação de populações carentes, através do de Rede de Parceiros em banco de alimentos e formação de agentes em cozinha inteligente popular, visando o fortalecimento das ações a Segurança Alimentar e Nutricional, realizou, em consulta ao projeto Cesta Solidária, em cada período de 2 (dois) meses, atendimento uma média de 1.100 famílias nas regiões dos municípios de Natal, Punaú, Parnamirim, Campo Grande, além de instituições.

Programa: 4010 Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar

META	DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	2023
0182	Realizar campanhas para manter imagem positiva da CEASA nas coberturas midiáticas.	1,00 unidade	1,00 unidades	Meta concluída. A CEASA/RN tem disponibilizado sítio na internet contendo informações acerca da empresa, seu organograma, funcionamento, contato dos setores, bem como informações comerciais, a exemplo da divulgação de um Boletim Diário com informações de preço e procedências dos produtos comercializados. Além de que mantém de forma permanente a divulgação de suas ações por meio das redes sociais. Também foi produzida um revista contendo os trabalhos que se desenvolveram entre os anos de 2019 e 2022.
0183	Realizar o controle e monitoramento dos agrotóxicos nos hortifruti	48,00 unidade	40,00 unidades	Meta em andamento. A CEASA/RN mantém o Contrato 06/2020 cujo objetivo é o monitoramento de agrotóxico nos produtos hortifrutigranjeiros comercializados pelos permissionários. Ao total, são coletadas 4 amostras de

	comercializados na CEASA			produtos de fornecedores aleatórios, e feita análise em um laboratório destinado ao fim pretendido. Por bimestre são coletadas 8 amostras.
0205	Elaborar e implementar o plano de gerenciamento de Resíduos Sólidos da CEASA	1,00 unidade	0,00 unidade	A META não iniciada tendo em vista que não houve ações da gestão em busca de iniciativas para viabilizar o planejado.
0207	Promover ações de qualidade de vida e meio ambiente	10 unidades	6 unidades	Meta em Andamento. Foi constituído o setor de Qualidade de Vida e Saúde do Trabalho (QVST) em que todos os meses são realizadas palestras a cerca de um tema específico, ao alusivo ao mês em questão. A exemplo, nos meses de setembro e Outubro foram realizadas palestras sobre de "prevenção do suicídio" e "outubro rosa".
0208	Elaborar e sistematizar informações estratégicas fundamentadas na realização de estudos e pesquisas	2,00 pesquisas	2,00 pesquisas	Meta concluída. Contratação e implantação do sistema de romaneio. Trata-se de fornecimento de licença de uso de plataforma web incluindo, implantação, manutenção, atualização, treinamento e suporte técnico de um Sistema informatizado de Gestão de Controle de acesso de cargas, permitindo realizar o gerenciamento efetivo da movimentação de produtores e produtos interferindo diretamente nas tomadas de decisões operacionais e estratégicas dentro da CEASA/RN. Registre-se que não houve estudos e pesquisas para a implantação do sistema. Entretanto a meta foi atingida.
1666	Realizar pesquisa de índice de Satisfação Anual – ISA junto aos usuários, com relação ao atendimento, infraestrutura e serviços.	1,00 unidade	0,00 unidades	A META não iniciada tendo em vista que não houve ações da gestão em busca de iniciativas para viabilizar o planejado.

FONTE: SIGEF (2023)

Programa: 4010 Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar

META	DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	2023
0202	Restaurar, reformar e adequar da	25%	17%	Meta em andamento. No decorrer do exercício foram iniciados e concluídos alguns serviços de reforma e manutenção. A exemplo,

	infraestrutura da CEASA/RN			foram reformados os banheiros da administração; Manutenção do castelo d'água (caixa d'água); Também houve o início da reforma do telhado, corredor principal e salas do prédio da administração.
0203	Valorizar e capacitar os Servidores e Parceiros.	20%	10%	Meta em andamento. No decorrer do exercício foram realizados alguns curso de capacitação e workshops que contaram com a participação de diversos colaboradores. Os cursos tratavam de temas de Licitações e Contratos.
0206	Reaparelhar e modernizar da CEASA.	1,00 unidade	1,00 unidades	Meta concluída. Durante o exercício ocorreu a locação de aparelhos de ar-condicionado, tendo em vista a necessidade a precariedade dos aparelhos de condicionado existentes; Houve a renovação dos equipamentos de informática (computadores, notebooks). Também foram adquiridos, por meio de Ata de Registro de Preço, móveis (mesas, birô, cadeiras, armários etc.), principalmente para adequar as regras de ergonomia, uma vez que os móveis anteriormente existentes se encontravam em situações precárias.
0209	Implantar um sistema de software de pesquisa de preços diários praticados na CEASA	1,00 unidade	0,00 unidades	A meta foi desenvolvida no sentido de implementar um sistema de software com finalidade de permitir a consulta, por qualquer cidadão, dos preços praticados diariamente pela CEASA/RN. Entretanto, não houve ações por parte da gestão para desenvolver o planejado.

Fonte: SIGEF (2023)

Programa: 4010 Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar

META	DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	2023
0210	Atender com alimento e conhecimento em Segurança Alimentar e Nutricional as populações mais carentes dos municípios da Região Metropolitana de Nata Cesta Solidária.	1,00 unidade	1,00 unidades	Meta concluída. Em consulta ao projeto Cesta Solidária, em cada período de 2 (dois) meses, informou atender uma média de 1.100 famílias nas regiões dos municípios de Natal, Punaú, Parnamirim, Campo Grande, além de instituições.

Fonte: SIGEF (2023)

Diante do Quadro podemos constatar que as metas vêm em constante evolução, principalmente algumas metas relacionadas ao objetivo 0028, que congrega o maior número. Têm-se observado que a CEASA/RN vem mantendo a preocupação com o controle dos agrotóxicos praticados pelos permissionários, por meio do contrato com o ITEP/PE, renovado anualmente. Observando o monitoramento das metas percebeu-se um maior investimento em capacitação do servidor, bem como com sua qualidade de vida. Houve incentivo a participação dos funcionários e colaboradores em cursos de capacitação bem como, o setor de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho, tem desenvolvido várias iniciativas com vistas a qualidade de vida dos colaboradores. Das metas registradas, neste objetivo, deve-se voltar a atenção para desenvolver a meta 0205 – Elaborar e implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da CEASA, ainda não iniciada desde 2019.

Com relação ao objetivo 0148, houve o investimento na infraestrutura. Destaque-se a manutenção no Castelo D'água, que estava com sua estrutura bastante danificada e a anos não passava por manutenção; Reforma em setores do prédio da administração bem com investimento em imobiliários, com vistas a ergonomia, propiciando conforte e qualidade para o trabalho do colaborador. Também houve o desenvolvimento de software para controle de portaria.

O objetivo 0151 relaciona as ações desenvolvidas pelo projeto Cesta Solidária. Conforme o monitoramento o programa, a Cesta Solidária atende 1.100 família, por meio da distribuição de cestas básicas em diversas regiões do estado.

Mesmo com a melhora em relação a monitoramento das metas dos anos anteriores, é necessário atentar as metas que não foram iniciais, uma vez que constam no plano sendo, assim, importante o seu desenvolvimento.

O exposto acima pode ser traduzido em percentual, apresentado no quadro abaixo. Com relação ao objetivo 0028, o previsto na LOA e o realizado corresponde a 30% (trinta por centos) do executado. O valor total previsto foi de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) tendo sido executado o valor de R$ 10.780,00 (dez mil setecentos e oitenta reais). Já em relação ao objetivo 0148, foi previsto, inicialmente, o valor de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais). Entretanto, o valor

realizado foi de R$ 333.454,59 (trezentos e trinta e três mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos). O valor “excedido” proveniente de remanejamento. O objetivo 0151 consta com 60% (sessenta por cento) do previsto. Registre-se que o total previsto foi de R$ 101.000,00 (cento e um mil reais) e executado R$ 60.816,15 (sessenta mil oitocentos e dezesseis mil e quinze).

OBJETIVO	PREVISTO LOA	REALIZADO	%
0028 - Promover o abastecimento de hortifrutigranjeiros e outros produtos, ofertando aos usuários serviços de qualidade, visando contribuir com a sociedade potiguar no desenvolvimento agrícola, na integração produtor-consumidor e na segurança alimentar;	R$ 36.000,00	R$ 10.780,00	30
00148 – Implementar melhorias dentro da central de abastecimento relacionadas a infraestrutura, organização e modernização para melhor atender às demandas dos servidores, comerciantes e população que circulam diariamente na central;	R$ 32.000,00	R$ 333.454,59	1042
0151 – Promover o aproveitamento integral dos alimentos hortifruti e a melhoria na alimentação de populações carentes, através do de Rede de Parceiros em banco de alimentos e formação de agentes em cozinha inteligente popular, visando o fortalecimento das ações a Segurança Alimentar e Nutricional;	R$ 101.000,00	R$ 60.816,15	60

Fonte: SIGEF (2023)

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMPARN

A Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A (EMPARN) é uma empresa pública vinculada à Secretaria de Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE), dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, regendo-se pela Lei Estadual nº 4.855, de 11 de setembro de 1979, pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, por seus estatutos, aprovado pelo Decreto Estadual nº 7.866, de 7 de abril de 1980, e demais normas de direito aplicáveis, subsidiariamente, pelos princípios consignados no decreto federal nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

É constituída de uma sociedade entre o Estado do Rio Grande do Norte e o Governo Federal, através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(Embrapa), que participam com 51% e 49% do seu Capital Social, respectivamente, conforme Decreto Estadual nº 7.741, de 9 de novembro de 1979, e teve suas atividades iniciadas no ano de 1980. Tem como missão gerar, adaptar e transferir conhecimentos e tecnologias para o agronegócio, visando o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio Grande do Norte.

A seguir, serão apresentadas as ações realizadas no exercício de 2023 sob a ótica do Plano Plurianual da Empresa (PPA 2020-2023).

A EMPARN estabeleceu como meta em seu instrumento de planejamento de médio prazo a produção de 10.000 mudas para o exercício de 2023. Percebe-se que no período em análise de janeiro a outubro a produção de mudas frutíferas e ornamentais, atingiu 44,86% acima do esperado. A produção de banana corresponde 53,85%, enquanto as mudas de coqueiro 46,15% do total produzido.

Tabela – Produção de mudas de Banana e Coqueiro

Tipo de mudas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Banana	1.000	-	1.200	400	1.400	1.000	400	1.400	400	600	800	320	8.920
Coqueiro	3.200	-	-	-	-	-	3.486	-	-	-			6.686
Total	4.200	-	1.200	400	1.400	1.000	3.886	1.400	400	600	800	320	15.606

No cenário agropecuário, a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte – EMPARN assume um papel de protagonista ao contribuir para produção de pintos de galinha caipira. A demanda crescente por alimentos saudáveis e sustentáveis tem colocado a EMPARN em destaque, haja vista ser comprometida em atender a essa necessidade, abordando aspectos de genética, manejo e boias práticas**.**

A meta em análise atingiu no período de janeiro a outubro de 2023, a cota de 176.615 unidades, perfazendo 88,31%, do previsto para de 200.000 para o corrente ano. A atividade de produção de pintos de aves caipiras, ofertados principalmente a pequenos e médios produtores rurais, proporciona a recria, venda de carne e ovos, viabilizando ao pequeno produtor rural um meio de subsistência familiar, gerando renda de pintos.

BIMESTRE	PRODUÇÃO
JANEIRO/FEVEREIRO	31.888
MARÇO/ABRIL	37.505
MAIO/JUNHO	42.455
JULHO/AGOSTO	40.415
SETEMBRO/OUTUBRO	24.352
NOVEMBRO/DEZEMBRO	13.582
TOTAL	**190.197**

A análise laboratorial desempenha um papel fundamental na agricultura, oferecendo insights valiosos para melhoria de práticas agrícolas e a promoção da produtividade sustentável.

Em 2023, a empresa se destaca por sua abordagem abrangente em diversas áreas de análise, fornecendo um panorama preciso e holístico para seu público-alvo, agropecuaristas, aquicultores, indústrias, condomínios, instituições públicas, escolas e empresas em geral.

Foram realizadas 2.239 análises laboratoriais, resultando um índice de efetividade de 89,56% da meta. A meta prevista para 2023 é 2.500 unidades.

O Laboratório de Análise da EMPARN atende as demandas laboratoriais de: Solo, Planta, Calcário, Bacteriológica e Água.

O serviço prestado pelo laboratório da EMPARN é anualmente avaliado pelos programas de controle de qualidade: PAQLF (Embrapa Solos), PIATV (ESALQ/USP- Planta) e o EPLNA (Embrapa Pecuária Sudeste- Forragem). A avaliação por esses órgãos certifica que os critérios estabelecidos são atendidos e que as determinações descritas nos métodos de análises são eficientes e atendem as normas de avaliação.

Tabela de Distribuição da Análise Laboratorial

Tipo de Análise	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	% Análise
Solo	145	100	139	71	105	256	234	235	136	220	157	184	1.982	69,99
Planta	14	6	8	12	11	8	10	12	9	42	65	3	200	7,06
Calcário	2	3	9	-	-	4	-	-	2	0	-	1	21	0,74
Bacteriológica	1	5	3	-	7	3	7	39	14	45	50	25	199	7,03
Água	10	24	31	8	41	12	28	68	34	66	66	42	430	15,18
Total	**172**	**138**	**190**	**91**	**164**	**283**	**279**	**354**	**195**	**373**	**338**	**255**	**2.832**	**100,00**

A EMPARN, como instituição de pesquisa agropecuária mantem um rebanho de alta qualidade genética, através de seleção criteriosa, promovendo a venda de animais geneticamente superiores aos pecuaristas da região, através de venda em leilões realizados nas exposições agropecuárias. Essa estratégia eficaz permite que os Produtores melhorem a genética de seus rebanhos.

BIMESTRE	COMERCIALIZAÇÃO
JANEIRO/FEVEREIRO	-
MARÇO/ABRIL	8
MAIO/JUNHO	16
JULHO/AGOSTO	-
SETEMBRO/OUTUBRO	2
NOVEMBRO/DEZEMBRO	37
Total	**63**

Em 2023, a participação ativa da EMPARN em eventos e exposições no circuito estadual tem sido notável, demonstrando seu compromisso em compartilhar conhecimentos, apresentar inovações e fortalecer à interação com a comunidade agrícola.

Dos 40 eventos previstos para o calendário 2023, já foram realizados durante o período de janeiro a outubro, 47 eventos com um índice de superação de 17,5% além do previsto.

Foram realizadas diversas ações, envolvendo vários profissionais pesquisadores da EMPARN, de forma presencial ou através da transmissão no canal do Youtube.

Foram promovidos eventos diversos no formato de palestras, seminários, feiras e exposições, com a finalidade de proporcionar aos produtores rurais um intercâmbio e uma melhor visão sobre os diversos temas abordados.

Tipo de evento/Ação	Quantidade
Divulgação do resultado da Reunião de Análise Climática para o Semiárido do Nordeste em Natal-RN	01
Dia – 03/03 - Audiência Pública sobre Obras Hídricas do Seridó na Câmara Municipal de Angicos; Dia – 09/03 - Palestra de divulgação do resultado de análise climática para o semiárido nordestino e apresentação do Sistema de monitoramento	05

em Santana dos Matos; e dia 10/03 - - Palestra de divulgação do resultado de análise climática para o semiárido nordestino e apresentação do Sistema de monitoramento em Jardim do Seridó. Dias 13 a 15 de abril – Parque de Exposição de Currais Novos – 24ª EXPONOVOS e Difusão de Tecnologias e Pesquisa – através da equipe de difusão.	
No mês de maio Três (03) Difusão de Tecnologia e Pesquisa em exposição agropecuária em São Paulo do Potengi, Lagoa Nova e Caicó/ 02 palestras EAJ/UFRN e palestra de Genética no Leilão de Caicó. Durante o mês de junho foram realizadas duas Difusão tecnológica e Pesquisa Agropecuária em Cel. Ezequiel e Parelhas e uma palestra referente ao manejo e criação de aves caipiras.	08
10 eventos no mês de julho: 05 difusões de tecnologia e pesquisa e 05 participações em exposições agropecuárias nos municípios de Caraúbas, Afonso Bezerra, Cruzeta, Apodi e Açú. No mês de agosto 07 eventos: 02 difusões de tecnologia e pesquisa e 03 palestras na festa do bode e na EXPOLAJES e participação na Exposição em Mossoró – Festa do Bode e Parque de exposição de Lajes.	17
Mês de setembro 04 eventos: 03 difusões de tecnologias e pesquisa em exposição agropecuária realizadas em Caraúbas, Upanema e Maxaranguape e 01 SEMITECH YOUTUBER DA EMPARN. Já para o mês de outubro foram realizados 12 eventos: 04 difusões de tecnologias e pesquisa realizadas em Parnamirim, Açú, Apodi, Jardim do Seridó e no centro de treinamento do Senar. Também houve a participação no Congresso Brasileiro de Palma realizado em Montes Claros – MG; 01 palestra em Caicó e a participação na festa do boi 2023	16
TOTAL	47

A EMPARN destacou-se por sua dedicação à pesquisa científica, abordando diversas áreas para discussões no desenvolvimento agrícola na região.

As pesquisas apresentadas no decorrer do ano de 2023, são três, voltadas à agricultura, sendo pesquisas contínuas, haja vista que estão em fases de experimentação e coleta de dados, iniciadas em períodos anteriores do corrente ano.

Cultura	Título	Código/Embrapa	Início	Término	Situação
Feijão-Caupi	Ensaios de valor do cultivo e uso de feijão-caupi de grãos secos e verde no RN	2018010220007006	01/2020	12/2023	Em andamento
Milho	Desenvolvimento e avaliação de cultivares de milho em condições de sequeiro no RN	2019010110009004	01/2021	12/2025	Em andamento
Cajueiro	Avaliação e seleção de clones de cajueiro no RN	2019010110009004	01/2018	12/2024	Em andamento

A Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN) em 2023 produziu feno Tifton, uma forragem de alta qualidade, e sua integração estratégica no Programa do leite do RN. Além disso, realiza monitoramento hidro

meteorológico, climático e agrometereológico para fornecer dados importantes sobre as condições ambientais na região. Isso inclui informações sobre chuvas, temperaturas, umidade e outros fatores relevantes para agricultura e gestão hídrica. Esse monitoramento contribui para decisões estratégicas no setor agropecuário e para p entendimento das mudanças climáticas.

INSTITUTO DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA – IDIARN

O Instituto foi criado por meio de Lei Complementar nº 324, de 29 de março de 2006, como uma autarquia com personalidade jurídica de direito público interno, com autonomia administrativa e financeira, patrimônio próprio, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca do Rio Grande do Norte (SAPE). A Lei de criação da Autarquia estabelece competências ao órgão para promover e executar a defesa animal e vegetal, além do controle e a inspeção de produtos de origem agropecuária. O IDIARN tem como missão exercer a defesa e inspeção agropecuária, assegurando a oferta de produtos de qualidade, contribuindo para a preservação da saúde pública, do meio ambiente e para o aumento da competitividade do estado do Rio Grande do Norte.

A seguir serão apresentadas as ações realizadas no exercício de 2023 sob a ótica do seu Plano Plurianual (PPA 2020-2023).

Evento	Nº de eventos
2.1 - Cadastramento ou atualização cadastral de propriedades e produtores rurais, inclusive de aquicultura	128
2.10 - Fiscalização de vacinação	2.036
2.12 - Fiscalização móvel do trânsito de animais e seus produtos	961
2.14 - Fiscalização de médicos veterinários habilitados/credenciado	3
2.15 - Supervisão das ações de saúde animal, nas Unidades Veterinárias Regionais e Locais	5
2.5 - Fiscalização de eventos pecuários (aglomerações de animais):	33
2.6 - Fiscalização/auditoria de propriedades registradas, certificadas ou controladas	16
3.1 - Fiscalização do trânsito de vegetais:	5.275
3.2 - Cadastramento ou atualização cadastral de propriedades, de produtores rurais e das unidades de produção e consolidação:	276

5.1 - Realizar capacitação dos agentes em relação ao cumprimento dos ritos processuais após autuação, inclusive do sistema SICAR utilizado em algumas etapas do julgamento dos processos.	1.148
4.1.2 - Realização de atividades de supervisão nos serviços de inspeção e em estabelecimentos cadastrados no e-SISBI	35
4.1.3 - Fiscalização e inspeção do serviço de inspeção nos estabelecimentos registrados contemplados no Cadastro Geral do SISBI.	85
4.1.5 - Implementar projetos específicos para ampliação Projeto/Programa das ações de combate à clandestinidade de forma articulada com outras instituições públicas e/ou privadas.	23
2.11 - Controle populacional de morcegos hematófagos.	5
2.2 - Vigilância em propriedades consideradas de maior risco sanitário, inclusive de aquicultura	285
2.4 - Investigação de suspeitas ou doenças animais.	180
2.7 - Reunião relacionada a programa sanitário	3
3.4 - Execução das ações contidas em Planos Nacionais de Prevenção e Vigilância de Pragas Quarentenárias Ausentes e de Programas oficiais de prevenção, Controle e Erradicação de pragas presentes no país.	1.974

No ano de 2023 ocorre a fiscalização das duas etapas da campanha de vacinação contra febre aftosa, realizadas nos meses de maio e novembro de 2023, atingindo os índices desejados de cobertura vacinal do Estado, mantendo o status de livre da febre aftosa com vacinação. Também a implantação do novo sistema de gestão agropecuária – SIDIARN, trazendo uma melhora no atendimento aos produtores rurais, permitindo avanços no controle de dados e seus gerenciamentos.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SEPOA do IDIARN, inseriu todos os estabelecimentos cadastrados e ativos no e-SISBI, plataforma do Ministério da Agricultura para o controle dos estabelecimentos registrados junto ao IDIARN, garantindo uma melhor transparência para a população. A fiscalização dos estabelecimentos registrados junto ao SEIPOA/IDIARN, garantiu a idoneidade dos produtos produzidos e comercializados em todo o Estado e no Brasil, para aqueles estabelecimentos aderidos ao SISBI.

Houve disponibilização da emissão de GTA pelos produtores de camarão diretamente no novo sistema de gestão agropecuária – SIDIARN.

A atualização cadastral da base de dados de propriedades, produtores, rebanho e produção agrícola, melhorou o rastreio e controle das criações de animais e produção agrícola do Estado do RN. Também regularizaram as queijeiras junto ao Governo Cidadão, com certificação de propriedades livre de brucelose,

melhorando a qualidade do leite utilizado na produção de queijos, ofertando produtos de qualidade e livre de agentes combinantes, a mesa dos potiguares.

Realizaram a fiscalização dos eventos agropecuários com aglomeração de animais, tai como vaquejadas, exposições, leilões e demais eventos, garantindo a sanidade dos rebanhos envolvidos, e fiscalização móvel do trânsito de animais, produtos e subprodutos de origem animal nas principais rodovias do estado.

1-Atividades da Área Vegetal

A Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca do Estado do Rio Grande do Norte – SAPE, através do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte – IDIARN, órgão executor das políticas destinadas à Defesa e Inspeção Sanitária Vegetal, que tem como missão exercer a defesa e inspeção agropecuária, assegurando a oferta de produtos de qualidade, contribuindo para a preservação da saúde pública, do meio ambiente e o aumento da competitividade dos produtos de origem animal e vegetal do Estado. Numa visão ampliada, envolve questões relacionadas a enfermidades dos vegetais e animais, saúde pública, controle dos riscos em toda a cadeia produtiva, assegurando a oferta de alimentos seguros e bem-estar animal, seguindo as normas e diretrizes instituídas pelo MAPA em consonância com os acordos internacionais assinados pela Nação.

Dentre as realizações na área vegetal podemos citar a manutenção dos programas de área livre da mosca-das-frutas - Anastrepha grandis (melão, melancia, abóboras etc.); a área livre de sigatoka negra - Mycosphaerella fijiensis (Morelet) Deighton (bananas), área livre do Moko da Bananeira - Ralstonia solanacearum, o sistema de mitigação de risco para as moscas-das-frutas - Ceratites capitata e Anastrepha spp., para as culturas do mamão e da manga. Vale salientar também, o controle do trânsito intermunicipal e interestadual como forma de vigilância permanente.

Em função destas áreas citadas, o Brasil tem acordos bilaterais para exportação de frutas com o Egito, China, E.U.A, Chile, Alemanha, Polônia, Portugal, Espanha e Itália, Argentina, Canada, Paraguai e Uruguai. Em função desses acordos, o Estado do RN recebe frequentemente auditorias técnicas para

verificação das conformidades e um dos itens mais importantes é a capacidade operacional para garantir a qualidade fitossanitária das frutas. É o único estado do País que tem autorização para exportar tais frutas para os EUA.

Estas as atividades em desenvolvimento pela Diretoria de Defesa e Inspeção Sanitária Vegetal – Disav no ano de 2023.

2-Área Livre de Mosca-Das-Frutas (Anastrepha grandis) e Sigatoka Negra (Mycosphaerella fijiensis)

Composta pelos municípios de Mossoró, Assú, Areia Branca, Baraúna, Serra do Mel, Afonso Bezerra, Ipanguaçu, Upanema, Alto do Rodrigues, Tibau, Carnaubais, Grossos, Porto do Mangue, Jandaíra, Pendências, Macau, Caraúbas, Felipe Guerra, Gov. Dix-sept Rosado, Pedro Avelino e Apodi que somados aos municípios existentes, perfazem uma área total de 15.077,15 km².

Ao governo do estado do RN, cabe a execução da defesa fitossanitária, que compreende a instalação, manutenção e funcionamento das barreiras fitossanitárias (fixas e móveis), localizadas em Itaú, Lajes, João Câmara e Olho D'Água do Borge; determinar normativas de acordo com a legislação federal; fiscalização da execução de boas práticas fitossanitárias pelos produtores de cucurbitáceas, independente do destino da produção; fiscalizar o comércio interno e a Certificação Fitossanitária de Origem (CFO/CFOC); participar da elaboração, implantação e execução do plano de contingência; fiscalização do monitoramento interno; monitorar a área tampão e divulgação do programa.

Reconhecida pelo MAPA como área livre de sigatoka negra por tempo indeterminado, através da Instrução Normativa n. 60 de 31 de outubro de 2006, após projeto apresentado por essa diretoria obedecendo às normas vigentes, abrange todo o Estado do Rio Grande do Norte.

O Idiarn/Disav supervisiona/fiscaliza todos os setores envolvidos no processo de certificação, garantindo a realização de todos os levantamentos e medidas fitossanitárias de controle estabelecidas em regulamento.

Essa Área nos permite exportar bananas frescas para países como Egito, Alemanha, Polônia, Portugal, Espanha e Itália.

3-Sistema de Certificação Fitossanitária de Origem - CFO e Certificação Fitossanitária de Origem Consolidada - CFOC

Reconhecimento oficial da origem de um produto vegetal ou suas partes quanto ao aspecto fitossanitário e possibilita prevenir e controlar a disseminação no Estado do Rio Grande do Norte de Pragas Quarentenárias Ausentes e Presentes.

A Certificação Fitossanitária de Origem é realizada em todo Estado, por Engenheiros Agrônomos, da iniciativa privada, autônomos, treinados e habilitados pelo IDIARN.

Os técnicos habilitados pela IDIARN para emissão do CFO/CFOC, estão sujeitos à fiscalização constante dos fiscais agropecuários estaduais da Disav/IDIARN.

A equipe técnica do IDIARN realiza anualmente levantamentos de 09 pragas quarentenárias para o RN, com o intuito de manter a condição de não ocorrência dessas, permitindo maior vigilância evitando a introdução no Estado.

4-Fiscalização do Trânsito de Vegetais

Todo o Estado está incluso no programa de exportação de manga para os Estados Unidos através desse sistema, desde que execute o monitoramento de pragas, faça o tratamento hidrotérmico em planta credenciada pelo APHIS/USDA e a certificação fitossanitária de origem.

A fiscalização do trânsito se dá através de blitz volante nas principais rodovias do estado e em 04 postos de fiscalização fitossanitária situados nos municípios de Itaú, Lajes, João Câmara e Olho D'Água do Borge.

São verificados os documentos fitossanitários exigidos por lei para o trânsito intermunicipal e interestadual, evitando a entrada de pragas exóticas para o Estado em nosso território protegendo assim, o patrimônio fitossanitário estadual.

5-Agrotóxicos

A fiscalização do comércio e uso dos agrotóxicos e afins é exercida no sentido de garantir aos agricultores produtos seguros e de boa qualidade, bem como restringir o uso indevido e inadequado dos agrotóxicos.

Pela legislação estadual vigente, as empresas que atuam no setor devem cadastrar seus produtos junto ao IDIARN, assim como as revendas que pretendem comercializar tais produtos devem se registrar neste órgão.

O cadastro dos produtos agrotóxicos é uma ferramenta para a fiscalização do setor agrícola, com atenção especial a venda, a qualidade dos produtos, aos prestadores de serviços, ao uso correto e seguro bem como a destinação final das embalagens vazias, diminuindo assim os impactos negativos ao meio ambiente e à saúde.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER-RN

A Lei número 6.486, de 05 de outubro de 1993, transformou a EMATER em autarquia, que passou a se chamar Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (INATERN), vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE). Sua competência passou a ser planejar e executar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado, em atividades voltadas para a agricultura, pecuária, agroindústria e atividades não agrícolas, bem como na orientação, acompanhamento e avaliação dos projetos de crédito rural, preservação e recuperação do meio ambiente e capacitação técnica dos agricultores familiares.

Com as mesmas atribuições, a partir de 02 de fevereiro de 1995, o INATERN passou a se chamar EMATER-RN, nova denominação por força da Lei Complementar nº 129, condição vigente até hoje. Por força da Lei Complementar nº 649/2019, a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e de Apoio à Reforma Agrária (SEARA) foi transformada em Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF) e o Instituto de Assistência Técnica e

Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER-RN) passou a ser vinculado à pasta.

A seguir, serão apresentadas as ações realizadas pela EMATER no exercício de 2023 sob a ótica do seu Plano Plurianual (PPA 2020-2023)

- Incentivo ao empreendedorismo jovem

Para incentivar os jovens da agricultura familiar, inicialmente houve a busca da identificação de oportunidades consideradas atrativas para o perfil do público, como a produção orgânica, agroindústria e turismo rural, priorizando também, capacitações para o acesso a linhas de crédito e financiamento específicos para criar condições mais favoráveis de investimento em oportunidades de desenvolvimento. O estímulo à formação de redes de colaboração entre jovens agricultores, facilitando a troca de experiências, informações e recursos, foi proposto como tentativa de construir um ambiente mais propício ao empreendedorismo, além de oportunizar capacitações para direcionar negócios e agregar valores à produção familiar. A meta estabelecida pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural foi ofertar capacitação para 900 jovens. As ações, até o mês de novembro de 2023, alcançaram o percentual de 90,7% dos jovens, estimulando-os a perceber valor na política de permanência no campo, na sucessão rural e incentivo à formação profissional. Desta forma, considera-se que a meta foi alcançada, uma vez que atendeu a demanda populacional advinda durante reuniões territoriais na elaboração do PPA 2020-2023, integrando dessa forma ações da agenda transversal do governo.

- Igualdade na Diversidade: Mulheres

Esse objetivo requereu abordagens específicas e sensíveis, uma vez que a população rural tem um percentual elevado de mulheres em vulnerabilidade social. A partir dessa realidade, foram realizados levantamentos e diagnósticos participativos para entender as necessidades específicas das mulheres rurais em vulnerabilidade social. Oficinas temáticas abordaram questões específicas, como gestão doméstica, processamento de alimentos, informações sobre saúde, nutrição e bem-estar, artesanato e técnicas agrícolas sustentáveis foram contempladas. Também houve capacitações para o acesso a linhas de crédito e financiamento,

explicando como esses recursos podem ser utilizados para melhorar a produção, diversificar atividades e melhorar a gestão da renda familiar. Desta forma, incentivou-se situações favoráveis para o desenvolvimento econômico e social das mulheres rurais em situação de vulnerabilidade, incentivando a autonomia para melhorar sua qualidade de vida.

Integrando a agenda transversal do governo, este programa visa a transformação na qualidade de vida das mulheres, despertando potencialidades para sua autonomia econômica no setor agropecuário ou artesanal. A meta estabelecida pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural foi de ofertar oficinas temáticas e capacitações para 1075 mulheres agricultoras em situação de vulnerabilidade social, e as ações até o mês de novembro de 2023 alcançaram o percentual de 159,5%. A ação atende a demanda populacional solicitada durante reuniões territoriais na elaboração do PPA 2020 - 2023, de fomentar a autonomia econômica das mulheres urbanas, rurais e comunidades de povos tradicionais.

Melhoria do Ambiente de Negócios das Micro e Pequenas Empresas e da Economia Solidária

A prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural através de capacitações para associações e cooperativas da Agricultura Familiar com foco em finanças solidárias, gestão de fundos rotativos e microcrédito solidário, contribuem com o seu fortalecimento. A EMATER oferece suporte institucional, ajudando na elaboração de estatutos, na regularização documental e em questões relacionadas ao funcionamento, apoiando a economia solidária, a partir da promoção e valorização das cooperativas e associações da Agricultura Familiar. Dessa forma, integra ações da agenda transversal, por meio das quais foram realizadas capacitações para 75 entidades, entre associações e cooperativas. A meta proposta foi superada, alcançando 141,5% do planejado, atendendo a demanda populacional solicitada durante reuniões territoriais na elaboração do PPA 2020-2023.

Tabela 1 - Capacitações realizadas por Territórios da Cidadania

TERRITÓRIOS	Capacitação a mulheres em vulnerabilidade social			Capacitação a Associações/Cooperativas			Capacitação em Empreendedorismo aos Jovens da Agricultura Familiar		
	REGISTRADO	PREVISTO	PERCENTUAL	REGISTRADO	PREVISTO	PERCENTUAL	REGISTRADO	PREVISTO	PERCENTUAL
AGRESTE LITORAL SUL	197	40	492,5	8	4	200	95	100	95
AÇU MOSSORÓ	126	150	84	0	5	0	98	50	196
ALTO OESTE	219	125	175,2	18	7	257,1	160	100	160
MATO GRANDE	122	70	174,3	8	5	160	21	100	21
POTENGI	133	250	53,2	1	5	20	6	100	6
SERIDÓ	201	50	402	12	7	171,4	64	100	64
SERTÃO CENTRAL	0	20	0	0	2	0	0	100	0
SERTÃO DO APODI	115	70	164,3	10	7	142,9	165	100	165
TERRAS POTIGUARAS	0	50	0	0	5	0	0	50	0
TRAIRI	602	250	240,8	**18**	**6**	300	207	100	207
	1.715	**1.075**	**159,5**	**75**	**53**	**141,5**	**816**	**900**	**90,7**

- Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar

Este programa tornou-se essencial para concretizar ações da ATER pública, pois nele se desenvolveram atividades correlatas de forte influência para melhoria da qualidade de vida em espaços rurais. As ações se complementaram na busca de promover a agroecologia, destacando práticas sustentáveis, manejo integrado de recursos naturais, diversificação de culturas e redução do uso de insumos químicos. Além disso, promover ações específicas para inclusão de jovens e mulheres, considerando suas demandas e potencialidades, incluindo elaboração de projetos técnicos para acesso a linhas de crédito e novas oportunidades de empreendedorismo. Com relação a Pesca e Aquicultura Sustentável, foram desenvolvidas orientações para a promoção de boas práticas, gestão de recursos hídricos e conservação da biodiversidade aquática. Atividades relacionadas ao acesso a mercados locais, inserem agricultores familiares, pescadores, aquicultores, quilombolas e indígenas a canais de comercialização justos e diretos, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida no meio rural.

Buscou-se a melhora na condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.

Nesse objetivo, executa-se serviços públicos considerados fundamentais que contribuem para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos, da melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social. As atividades continuam em andamento nos dez territórios da cidadania, com demandas crescentes ao decorrer dos anos devido a importância de reconhecimentos do serviço pela população local. Até o momento foram sistematizados atendimentos com serviços de ATER a 23.910 agricultores (69,53%); a 18.721 agricultoras da agricultura familiar (54,44%); a 370

pescadores/aquicultores (33,64%); a 4.141 jovens da agricultura familiar (54,19%); e a 262 representantes de Povos de Comunidades Tradicionais (48,52%). Tais serviços envolvem ações do Projeto do Algodão Agroecológico, Programa Garantia Safra, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Estadual de Banco de Sementes; Projetos de Reuso de Águas Cinzas, Projeto do Feno, Programa de Sementes Crioulas, Elaboração de Projetos de Créditos Rural para produtores rurais, Orientações e Emissão de CAF dos agricultores familiares, Avaliações de documentação para enquadramento ao Pronaf, Realização de Cadastro Ambiental Rural, Reuniões e Visitas Técnicas. Além de Dias de Campo, Oficinas, Treinamentos e Cursos de Inseminação Artificial.

Além do mais, fortaleceram e atualizaram a prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural com a finalidade de adequar o ambiente de trabalho e ofertar segurança para os servidores promovendo qualidade nos atendimentos.

Por fim, incentivaram a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida dos médios produtores rurais através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Capacitação em Gestão, Cooperativismo e Associativismo e em Boas Práticas de Manejo Sustentável fomentando as cadeias da bovinocultura de leite e da fruticultura contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.

Esse objetivo inclui a melhoria da capacidade produtiva e econômica, bem como a qualidade de vida dos médios produtores rurais da bovinocultura de leite e fruticultura por meio de serviços de assistência técnica e extensão rural é uma abordagem para promover o desenvolvimento territorial sustentável. A EMATER, por meio da assistência técnica personalizada com profissionais qualificados, vem realizando visitas às propriedades, identificando desafios específicos e oferecendo soluções pontuais.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS – SEMARH

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) possui atribuição de planejar, coordenar e executar as ações públicas estaduais que contemplem a oferta e a gestão dos recursos hídricos e do meio ambiente no Estado do Rio Grande do Norte. Além disso, preside o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, compõe o Conselho Estadual de Meio Ambiente e representa o Estado no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, através do qual integra o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. Tem como órgãos vinculados o Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte – IGARN, a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN e o Instituto de Desenvolvimento do Meio Ambiente – IDEMA

Na ação Viver Melhor Saneamento Básico foi laborado a Lei que trata da Política Estadual de Resíduos Sólidos Território 07 – Seridó e Território 08 – Alto Oeste - A SEMARH contratou a empresa ECOBRASIL, com o objetivo de realização de ensaios técnicos de sondagem SPT e teste de infiltração no solo. No período foram realizadas 100% das atividades de sondagens de campo. A ECOBRASIL apresentou relatório técnico completo conforme contrato (projetos).

Quanto a Ciência - Tecnologia e Inovação SEMARH ainda está aguardando manifestação da Agência Nacional de Águas e Saneamento quanto ao apoio financeiro para elaboração do projeto executivo de reutilização de água tratada das ETEs Jundiaí Guarapes e Jaguaribe. O MPF provocou a ANA a responder a SEMARH. A ANA provocou a SEMARH para atualização dos Termos de Referência

Em relação ao Meio Ambiente e Recursos Hídricos houve a continuidade de várias ações:

- Reuniões de Grupo Técnico do Conselho Estadual do Meio Ambiente e Reuniões para consolidar resoluções. Estão em reorganização as câmaras técnicas do CONEMA. A SEMARH celebrou convênio com o MIDR para elaboração dos seguintes projetos executivos: (i) canal do Mato Grande, (ii) projeto integração de sistemas adutores do Alto Oeste, (iii) projetos de abastecimento de água em

comunidades rurais. A minuta do projeto de lei foi avaliada pela Procuradoria Geral do Estado, retornou à comissão de elaboração com recomendações de alteração para inserção dos temas hidrogênio verde e risco climático. Reenviada à PGE que concluiu a avaliação Continuidade da elaboração do diagnostico para identificação das áreas degradadas e que serão recuperadas das seguintes bacias hidrográficas (i) do Rio Apodi Mossoró. (ii) do Rio Ceará mirim (iii) do Rio Pitimbu, através do PROCOMITÊS.

- Programa RN+ÁGUA da Continuidade a perfuração e instalação de poços. No período realizadas ações de equipe social às comunidades beneficiadas.
- Reuniões entre os órgãos que compõem o SIGERH para discussão sobre a implementação da cobrança pelo uso da bruta pelo Estado do Rio Grande do Norte.
- Elaborada a Política Estadual de Reuso

Após a realização das reuniões com representantes dos territórios do RN, no período foram iniciados os procedimentos organização das conferências regionais e coletânea de informações e previsão de conclusão no primeiro semestre de 2023. Situação idêntica ao bimestre anterior.

Foi iniciada a elaboração dos termos de referência necessários à implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais. Situação idêntica ao bimestre anterior.

Concluído diagnóstico da nascente do Rio Potengi, a SEMARH abriu processo para contratação dos serviços necessários à recuperação da nascente. Aguardando disponibilidade orçamentária /financeira. Situação idêntica ao bimestre anterior.

Depois de concluída a elaboração dos termos de referências do plano da bacia hidrográfica do Rio Apodi Mossoró, aguardando manifestação do MIDR quando à solicitação do estado do Rio Grande do Norte. Situação idêntica ao bimestre anterior.

A execução do Decreto nº 31.283 de 17 de fevereiro de 2022, foi concluída, o qual dispõe sobre os critérios e o processo administrativo para criação, implantação e gestão das reservas particulares do patrimônio natural, (RPPN), no âmbito do estado do Rio Grande do Norte bem como institui o Programa Estadual

de apoio as RPPN'S e dá outras providências. No período foi iniciada a organização de seminário para divulgação do decreto citado acima. Dado posse ao Comitê da RPPN.

Realizaram a abertura de processo de contratação de serviços de recuperação e manutenção de 27 barragens sob a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Norte. Concluída a atualização dos orçamentos de hidromecânicos. E por fim, a execução da ação Sustentabilidade hídrica para as populações rurais difusas, que se dá mediante a perfuração e instalação de poços tubulares.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR – SEDRAF

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF) surge com a Lei Complementar Nº 649/2019, em virtude da transformação da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e de Apoio à Reforma Agrária (SEARA).

A secretaria assiste, prioritariamente, o pequeno e médio produtor rural, promovendo a inclusão social através do acesso à terra, regularização fundiária e apoio à reforma agrária.

Seus programas e ações têm como perspectiva a criação de alternativas autossustentáveis para as comunidades rurais, por meio da oferta de oportunidades de trabalho e renda no campo e do estímulo à cultura local.

As ações governamentais têm sido implementadas através da articulação com o governo federal, instituições representativas da sociedade civil, do movimento sindical dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar, e governos municipais, garantindo espaços de descentralização, transparência, participação e controle social.

Atualmente, fica vinculado à SEDRAF o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER).

A seguir, serão apresentadas, com base nas informações repassadas pelo órgão, as ações realizadas no exercício de 2023 sob a ótica do seu Plano Plurianual (PPA 2020-2023).

- Programa: 4010 Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar

A SEDRAF realizou no ano de 2023 diversas reuniões, oficinas e seminários territoriais e estaduais para divulgar, mobilizar, cadastrar e atender as famílias rurais através das políticas públicas do Governo do Estado, voltadas para a agricultura familiar e suas organizações. Através da execução das metas e iniciativas previstas houve um importante ganho no fortalecimento dos colegiados territoriais, pois além de reanimar o processo foi possível dialogar e aperfeiçoar, de forma participativa, o conjunto de políticas públicas para a Agricultura Familiar do estado, podemos citar os programas e projetos: Programa Estadual de Compras da Agricultura Familiar e Economia Solidária - PECAFES, COOPERAFES, Programa Estadual de Sementes Crioulas, Programa Algodão Agroecológico Potiguar, Programa de Nacional de Crédito Fundiário, Programa Minha Terra Legal de Regularização Fundiária e Mais Mercados.

- Implementação de medidas técnicas, administrativas e jurídicas necessárias à regularização fundiária de imóveis rurais do RN.

O Programa de Regularização Fundiária no estado do Rio Grande do Norte vem sendo executado com recursos do Governo Federal repassados por meios de celebração de convênios. Existem dois convênios em andamento, o de nº 852592/2017 e o de nº 773056/2012. No que refere a execução dos mesmos, foram realizados cadastrados literais e georreferenciamento de imóveis rurais nos seguintes municípios: João Câmara, São Miguel do Gostoso, Jardim de Angicos, Poço Branco, Pedra Grande, Parazinho, Venha Ver e Coronel João Pessoa. Os referidos convênios foram prorrogados, estando o Convênio 852592/2017 em fase final de cumprimento de diligências da Procuradoria Geral do Estado - PGE para autorização de licitação para contratação dos serviços de cadastro e georreferenciamento dos imóveis rurais nos referidos municípios. O convênio 773056/2012, após mudanças no plano de trabalho, está com processos tramitando na mesma perspectiva de abertura de processo licitatório para contratação de

empresa especializada nos serviços de cadastro e georreferenciamento de imóveis rurais.

Além disso, o Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF é uma Política Pública do Governo Federal com ações descentralizadas e em parceria com o estado do Rio Grande do Norte, através da SEDRAF. O cumprimento deste objetivo refere-se à execução de duas metas que dialogam com a execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário, seja para a contratação de novas operações bem como no acompanhamento e monitoramento de recursos de investimentos liberados para as famílias beneficiadas pelo Programa, neste sentido, para o ano de 2022 foram contratadas 07 famílias e foram liberados recursos de investimentos a 80 famílias beneficiadas pelo PNCF.

Durante o ano de 2023 foram recepcionados na CAFRA 503 processos, destacando-se 36 de acesso à informações, 16 pedido de apoio institucional, 55 demanda externa -cidadão (Pessoa Física), 18 demanda externa – judiciário, 17 demanda externa – órgãos governamentais federais, 31 demanda externa – órgãos governamentais municipais, 38 demanda externa – outras entidades privadas, 19 demanda externa – outros órgão públicos, 72 regularização fundiária e 10 cumprimento de decisão, o que demonstra o grande volume de processos com as mais diversas demandas, que são submetidas à análise e atendimento por parte da CAFRA/SUCAR/SUREF.

Limites Municipais – Foram realizados estudos e análises com consequente emissão de relatórios e peças técnicas dos municípios de Brejinho, Porto do Mangue, Carnaubais, Nova Cruz, Vera Cruz e Umarizal. A demanda por ajustes de limites municipais cresceu exponencialmente em virtude, principalmente, do censo demográfico 2022/2023 realizado pelo IBGE. Em função da diminuição das populações urbanas e rurais de municípios, os gestores encaminham à SEDRAF solicitações de revisão dos limites municipais como forma de contornar o fenômeno ocorrido em todo o Brasil, de diminuição das populações em virtude do movimento populacional para os maiores centros urbanos.

Acordos de Cooperação Técnica – Em função dos estudos realizados pela CAFRA/SUCAR/SUREF para o município de Nova Cruz, surge a necessidade de

incluir outros órgãos para definição dos limites municipais, tendo em vista a confrontação com municípios do estado da Paraíba. Nessa perspectiva, a convite da SEDRAF, foi realizada reunião com a Empresa Paraibana de Pesquisas, Extensão Rural e Regularização Fundiária – EMPAER, IBGE PB e IBGE RN no sentido de realizar trabalho conjunto para definir toda a extensão da linha divisória entre os dois Estados. Como consequência da primeira reunião, as equipes técnicas da SEDRAF, EMPAER, IBGE PB e IBGE RN realizaram trabalho de campo e definiram conjuntamente os ajustes necessários para o município de Nova Cruz em relação aos municípios vizinhos do estado da Paraíba.

Análise de Cadastro Literal e Gráfico – Ao longo do ano estão sendo realizadas atualizações cadastrais de processos remanescentes do convênio 773056/2012, assim como de outros convênios mais antigos na perspectiva de titulação definitiva dos imóveis. Na oportunidade foram analisados 409 cadastros, inclusive com trabalho de campo necessário a retirada de pendências e atualização literal e gráfica dos imóveis. Os cadastros e imóveis trabalhados foram nos municípios de Touros, São Miguel do Gostoso, João Câmara, Venha-ver, Parazinho, Jardim de Angicos, Poço Branco, Pureza, Lagoa Nova e Cerro Corá. Importante destacar o passivo de processos de convênios antigos e encerrados, os quais são demandados insistentemente pelos beneficiários, os quais demandam muito tempo de serviço para análise e atualização cadastral.

Emissão, Registro e Entrega de Títulos Rurais - Foram emitidos e levados à registro com consequente entrega aos agricultores e agricultoras 54 títulos de posse nos municípios de João Câmara, Venha-Ver, São Miguel do Gostoso e Pureza.

Análise e parecer de processos de usucapião – Todos os processos de usucapião tramitam na CAFRA a partir das consultas abertas pela Procuradoria Geral do Estado, os quais somaram 30 processos até o momento, principalmente da região do Alto Oeste Potiguar.

Estabelecimento de acesso com o INCRA para desenvolvimento de ações nas áreas de assentamentos de reforma agrária e quilombolas.

Durante o ano de 2023, a UTE/CAFRA analisou 135 propostas encaminhadas por empresas de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) em 25 municípios do Estado, as quais foram devolvidas às empresas para ajustes. Importante destacar que, em julho de 2023, o Secretário da SEDRAF em comum acordo com a Coordenação de Governança Fundiária da Secretaria de Governança Fundiária do MDA, encaminhou que as propostas recepcionadas pela SEDRAF para análise, deveriam ser direcionadas à análise federal, tendo em vista o volume de propostas que se acumulavam na plataforma ObterCrédito. Dessa forma, foram encaminhadas 101 propostas, das quais, 56 ainda estão pendentes de análise e as restantes devolvidas para ajustes e/ou em análise.

No decorrer do ano de 2023 foram contratadas 18 propostas em cinco diferentes municípios, totalizando recursos da ordem de 2,87 milhões, dos quais, 885 mil foram liberados para investimentos produtivos necessários à geração de trabalho e renda das famílias contempladas. Importante frisar que estas liberações de recursos são precedidas de uma criteriosa análise documental, assim como do projeto produtivo, tendo em vista a importância de destacar que o percentual de propostas contratadas em relação àquelas que foram analisadas gira em torno de 13%, ou seja, considera-se muito baixa a taxa de contratação quando comparada com propostas que são encaminhadas para análise. Isso se deve, principalmente, pela baixa qualidade das propostas apresentadas, fenômeno esse não exclusivo do estado do Rio Grande do Norte, mas que ocorre em todo país, conforme já expressado em documentos oficiais.

Em conjunto com a Superintendência do MDA RN, a UTE/CAFRA planeja implementar estratégias de capacitação continuada para técnicos e técnicas de empresas de ater que atuam no Estado, no sentido de qualificar as propostas, principalmente, dos projetos produtivos apresentados.

- Realização ATER aos agricultores(as) familiares

Para o ano de 2023 foram atendidas 2.500 famílias através do Programa Mais ATER RN, que visa ampliar a oferta de ATER continuada para as famílias rurais do nosso estado, lançamos as Chamadas Públicas de ATER 03/2020 - Ater Agroecologia, 1.500 famílias nos Territórios do Mato Grande, Seridó, Açu-Mossoró,

Sertão do Apodi e Alto Oeste e a Chamada 04/2020 – Ater Mulheres, para atender a 1.000 famílias nos Territórios do Mato Grande, Seridó, Açu-Mossoró e Sertão do Apodi. Estas chamadas visam o atendimento das famílias com assistência técnica e extensão rural através de atividades individuais e coletivas com o objetivo de apoiar os processos de comercialização de alimentos saudáveis, priorizando a execução do Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária – PECAFES bem como a execução do Programa (COOPERAFES), do Programa Mais Mercados, do Programa Estadual de Sementes Crioulas e do Programa MAIS ATER RN que possuem ações integradas e complementares ao PECAFES.

No ano de 2023 foi possível realizar 3843 atividades com as 2.500 famílias, destas 3.639 foram atividades individuais de visita técnica para acompanhamento da produção e orientações técnicas e 204 atividades coletivas que envolveram as comunidades para tratar de inserção das famílias em políticas públicas tais como o Projeto Algodão Agroecológico Potiguar, Programa Estadual de Sementes Crioulas, Programa de Documentação da Trabalhadora Rural, Programa Mais Mercados, Programa de Aquisição de Alimentos PAA, dentre outros. Para este objetivo foi alocada à subação o valor orçamentário de R$ 2.000.000,00.

Formulação, fomento e implementação a política pública de apoio ao cooperativismo e ao associativismo da agricultura familiar do Rio Grande do Norte.

No ano de 2023, a SEDRAF priorizou a implantação do Programa Mais Mercados, que prioriza o fomento ao acesso de cooperativas e associações da agricultura familiar a mercados privados. Tal ação teve apoio do programa Governo Cidadão. Essa ação teve dois eixos prioritários nessa fase inicial com atendimento de cerca de 43 organizações que já vinham recebendo aporte de investimento do programa nos últimos anos com assessoria do núcleo estadual do mais mercados. Esta ação priorizou temas como legalização sanitária e prospecção de mercados. Foram investidos cerca de R$ 1 milhão de reais em ações técnicas voltadas aos arranjos produtivos prioritários da apicultura, leites e derivados voltado as queijeiras e fruticultura voltado a fabricação de polpa.

Também ocorreu a implementação O Programa Estadual de Compras da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (PECAFES) no âmbito da gestão estadual e municipal. As aquisições via PNAE/ SEEC, no de 2023 foi priorizado as aquisições junto as unidades de saúde via SESAP com compras que se estima até dezembro em até 1,7 mi R$ com contratos com até 11 organizações da agricultura familiar para tal fornecimento.

- Implementação de política de compras governamentais da agricultura familiar e da economia solidária no âmbito da gestão estadual e municipal

Durante o ano de 2023 foram realizadas atividades preparatórias para execução do projeto de apoio aos consórcios intermunicipais. Com as seguintes atuações:

- 6 articulações realizadas envolvendo oito territórios do Rio grande do Norte e com 4 consórcios organizados, e apoiados, são: Potengi; Alto Oeste; Vale mar - vale do Açú e região central e o CIM-SERIDÓ- Seridó;

- 01 consórcio formalizado com realizações de reuniões de estruturação dos núcleos coordenadores do processo

- Realizadas reuniões de suporte jurídico e técnico para adequação da legislação municipal e articulações com 4 associações de municípios

- Envolvimento do IDIARN, associações de municípios, EMATER, FUNCITERN, Fundação Banco do Brasil etc.

- Duas capacitações com o tema casa de ovos - sanidade avícola e beneficiamento de ovos para o processo de abertura da licitação para duas casas de ovos em convenio com SEDRAF e FUCITERN, para os municípios de São Paulo do Potengi e Mossoró.

- Compra de kits de inspeção e apoio operacional para 4 consórcios intermunicipais;

Também colocaram como prioridade de 2023 a reambientação do Mercado da Agricultura Familiar e o projeto estadual de feiras locais da agricultura familiar.

Estima-se que no mercado foram investidos cerca de 500 mil reais, e no projeto estadual de feiras, cerca de 1,7 milhões de reais com implantação de cerca de 50 feiras até dezembro de 2023.

Ademais o Projeto do Algodão Agroecológico e o Programa de Sementes Crioulas foram a base da Secretaria para fomentar essa política, ofertando Assistência Técnica, insumos e condições de trabalho que favoreceram a transição agroecológica. Fizeram a aquisição e iniciaram a distribuição de 12 kits de maquinários agrícolas, o que significa mais acesso à tecnologia e inclusão rural principalmente de mulheres e jovens. Esse ano inda foi entregue a unidade de beneficiamento do algodão da EMPARN, aumentando os ganhos das famílias produtoras.

- Mediação e intervenção em possíveis conflitos fundiários no estado do Rio Grande do Norte

A Secretaria do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar coordena o Comitê Estadual de Resolução de Conflitos Fundiários Rurais – CERCFR, criado através do Decreto Nº 27.732, de 09 de março de 2018. O Comitê de Conflitos Fundiários – atuou em 08 processos de conflitos, a saber: Mossoró, São Miguel do Gostoso, Riachuelo, Tibau, Ipanguaçu, Extremoz e São Bento do Norte, coordenando a mediação junto às famílias e às empresas, realizou visitas de vistoria. Foi informado que não houve nenhuma ação de despejo, pois antes o comitê foi consultado e seguiu os trâmites junto ao CERFR. Importante ressaltar que em função do cumprimento dos protocolos que regem o Decreto que institui o CERCFR, passando pelo diálogo permanente entre a SEDRAF e a SESED, e por força da Resolução 510 do CNJ, o TJ/RN e a JF/RN instauraram Comissões de Mediação de Conflitos Agrários, contribuindo para se criar outro ambiente jurídico na resolução desses conflitos.

Indicador Período - Informações Complementares

Quantidade Famílias beneficiadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário

Número de famílias	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
	43	00	10	07	14

Títulos emitidos de programa de Regularização Fundiária

Número de títulos emitido	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
	331	57	210	26	54

Integração das políticas públicas ligadas à educação, saúde, esporte, segurança e assistência social incidentes na agricultura familiar – programa do PECAFES, o qual tem atuação com a educação, com a SETHAS e com a saúde.

Foram apoiados por meio de edital de seleção com investimentos e assessoria inicial cerca de 46 Feiras da Agricultura Família, por meio de 16 organizações proponentes, atingindo aproximadamente 450 famílias. Além disso, foram apoiadas 43 cooperativas e associações, atingindo 81 agroindústrias, as quais receberam apoio na regularização sanitária, fiscal e solicitação de Selos da Agricultura Familiar.

Realização de 03 Encontros de Negócios atingindo a Associação Norte Riograndense de Supermercados e cerca de 5 redes de supermercado;

Iniciativas de agroindustrialização, de agregação de valor dos produtos oriundos da agricultura familiar e de acesso a mercados, no âmbito local, regional e nacional, além das compras governamentais, tendo como base os princípios da economia solidária;

SAF-RN: Lei estadual criou o selo que dá isenção de ICMS e amplia mercados. Produtos beneficiados da agricultura familiar que receberem autorização para uso do Selo da Agricultura Familiar (SAF-RN), são isentos de ICMS. O benefício garante aos produtos um lugar de destaque, com muito mais competitividade, no mercado potiguar. O benefício não tem ônus para o Governo do Estado e foi instituído pela Lei Estadual 11.007/21, que tem como objetivo possibilitar aos agricultores e familiares a agregação de valor à produção agropecuária, às atividades de pesca, aquicultura e extrativista vegetal, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional da população e ao incremento à geração de trabalho, emprego e renda.

Em 2023, com a execução conjunta do Programa Estadual de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, e os mutirões “Cidadania e Bem Viver” do MDA, o Governo do Estado completou mais de dez mil atendimentos desde o início do programa em 2019, chegando a 10 municípios desde a retomada no segundo semestre de 2023, e com a emissão de RG, CPF, CAF, Carteira de Trabalho e ID Jovem. Além disso, na I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária, foi assinado o decreto que regulamenta a lei de criação do PEDMTR.

INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – IGARN

O Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN) é o órgão estadual responsável pela gestão técnica e operacional dos recursos hídricos em todo o território norte-rio-grandense.

Criado pela Lei nº 8.086, de 15 de abril de 2002, e atualmente regulamentado pela Lei Complementar nº 483/2013, é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), dotada de personalidade jurídica de direito público interno e autonomia administrativa e financeira, com patrimônio próprio.

A seguir, serão apresentadas as ações realizadas no exercício de 2022 sob a ótica do seu Plano Plurianual (PPA 2020-2023).

Durante o exercício de 2023, as metas estabelecidas pelo órgão foram concluídas parcialmente como consta no relatório de acompanhamento de metas do SIGEF deste Instituto. Destacamos como principais ações para cada meta, além da sua execução orçamentária, na tabela a seguir:

Execução Orçamentária por Objetivo		
Previsto LOA	**Realizado**	**%**
R$ 582.000,00	R$ 453.214,98	78

META	**PRINCIPAIS AÇÕES**
0677	O Órgão avançou na complementação da sua estruturação de pessoal através da ocupação de cargos em comissão de 3 dos 5 previstos para o ano vigente. Além disto,

	o órgão está em fase de contratação de prestação de serviços terceirizados a ser concluído no terceiro quadrimestre do ano.
0738	No terceiro quadrimestre o IGARN implantou o módulo de outorgas do Sistema Integrado de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte (SIGA). Além disso, durante o exercício de 2023 foi adquirido pelo órgão 15 notebooks que irão otimizar o trabalho nos mais diversos setores. Para fortalecer a meta, foi aberto processo administrativo para aquisição de equipamentos voltados para comunicação do órgão e que serão finalizados no segundo semestre do ano vigente.
0740	No terceiro quadrimestre de 2023 foi iniciado o processo de formalização de Unidades Municipais de Serviços em Recursos Hídricos (UMS-RH), sendo três por meio de Acordo de Cooperação com as prefeituras de Upanema, Ipanguaçu e Baraúna e duas por meio da parceria estabelecida com as Centrais do Cidadão de Mossoró e Apodi.
0745	Em atendimento ao plano de capacitação anual, até o quarto bimestre do ano vigente, foi contemplado 9 dos 10 previstos. Sendo eles o de Gestão de Conflitos pela Água, Excel básico, ENCOB, Cobrança pelo Uso da Água, Alocação Negociada da Água, Legislação em Recursos Hídricos, Gestão de Conflitos no Trabalho e Saúde Mental, Curso Básico de Power B.I, Curso Básico de Topografia e Oficina de Segurança de Barragens.
0748	O Órgão firmou diversas parcerias para o avanço da política de segurança hídrica, materializado nos termos de alocação negociada de água em diversos reservatórios pelo estado. Além disso, houve a regulamentação do decreto de cobrança da água bruta, conforme previsto na Lei 6.908/1996 e na Lei 9.433/1997.
0759	Os projetos estão sendo realizados por meio do Acordo de Cooperação com FAPERN, que visa elaborar desenvolver projetos de pesquisa aplicados nas ações cotidianas da gestão de recursos hídricos potiguar.

Durante o exercício de 2023, as metas estabelecidas pelo órgão foram todas concluídas parcialmente como assim consta no relatório de acompanhamento de metas do SIGEF deste Instituto. Destacamos como principais ações para cada meta, além da sua execução orçamentária, na tabela a seguir:

Execução Orçamentária por Objetivo		
Previsto LOA	**Realizado**	**%**
R$ 397.000,00	R$ 172.943,44	44
META	**PRINCIPAIS AÇÕES**	
0763	Durante o período foi executado o planejamento das ações de regularização dos usuários de água, que foi fortalecida por meio da realização de IGARN Itinerantes em 7 municípios do RN e otimizado pelos licenciamentos realizados pelo SIGA. No que se refere às campanhas de monitoramento qualitativo, o IGARN por meio do Qualiágua, realizou 2 campanhas em 126 pontos de corpos hídricos. No que toca às inspeções de Segurança de Barragens, foram realizadas 81 fiscalizações. Das atividades previstas na meta, destaca-se o quantitativo de fiscalizações dos recursos hídricos que foi fortalecida por meio da execução do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com a 45ª Promotoria de Meio Ambiente de Natal, totalizando 213 fiscalizações no ano de 2023. Somado a isso, cabe destacar p suporte aos comitês de bacia hidrográfica que tem sido executado através da Secretaria Executiva designada por meio do Decreto 30.777/2021.	

Durante o exercício de 2023, as metas estabelecidas pelo órgão foram concluídas parcialmente como assim consta no relatório de acompanhamento de metas do SIGEF deste Instituto. Destacamos como principais ações para cada

meta, além da sua execução orçamentária, na tabela a seguir:

Execução Orçamentária por Objetivo		
Previsto LOA	**Realizado**	**%**
	-	-

META	**PRINCIPAIS AÇÕES**
0766	Para realizar melhorias e fortalecimento das instituições e espaços de gestão, o estado do RN publicou o Decreto nº 33.048, de 16 de outubro de 2023, que cria o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Potengi, além de fornecer apoio a comissões de alocação negociadas de água de reservatórios pertencentes à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Além da participação em comissões de educação ambiental, ações permanentes de diálogos com os setores produtivos para a publicação do decreto de cobrança da água bruta e a reativação dos grupos de trabalho do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH).

Durante o exercício de 2023, as metas estabelecidas pelo órgão foram todas concluídas como assim consta no relatório de acompanhamento de metas do SIGEF deste Instituto. Destacamos ainda a realização do cumprimento parcial da meta 0766 do Objetivo 0103, na meta em contento.

Execução Orçamentária por Objetivo		
Previsto LOA	**Realizado**	**%**
R$ 60.000,00	R$ 73.030,00	122

META	**PRINCIPAIS AÇÕES**
0768	O IGARN formou pessoal por meio da realização de 10 cursos de capacitação que são direcionados aos entes do SIGERH e a sociedade civil. Além disso, durante a realização do programa IGARN Itinerante houve momentos de sensibilização com sindicatos, associações, secretarias municipais e consultores. Somado a isso, houve a participação institucional em eventos como o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, Audiências Públicas e reuniões de entidades da sociedade civil.
0776	O IGARN compõe a Comissão Estadual de Implementação da Política Estadual de Reuso das Águas, instituída no final de 2022, no estado. Durante a Semana Estadual do Meio Ambiente, o IGARN apoiou as atividades relacionadas a temática de reuso de água e de recuperação de nascentes em parceria com a SEMARH, IDEMA e CAERN.

Situação volumétrica dos reservatórios do RN, capacidade (m3); O IGARN realiza, em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o monitoramento dos reservatórios do RN e a partir de 2019 foi diagnosticado pela gestão a necessidade urgente de ampliação desse monitoramento para todos os mananciais utilizados para abastecimento humano. Sendo assim, desde então o órgão passou de 47 reservatórios para 75 mananciais por todo o estado, trabalhando ainda para uma maior ampliação destes. Todos esses dados solicitados podem ser puxados pelos sistemas que o órgão possui juntamente com a SEMARH e um Dashboard produzido no ano de 2020 por técnico do instituto, além disto, todos os dados também estão disponíveis no Sistema de

Acompanhamento de Reservatórios (SAR) da ANA, que têm os seguintes links de acesso:

- *Sistema SEMARH/IGARN*

http://sistemas.searh.rn.gov.br/monitoramentovolumetrico

- *Dashboard IGARN*

https://onedrive.live.com/view.aspx?resid=7A623D9E43910C02!1388&ithint=file%2cxlsx&authkey=!AHE-d1vY5DBgDXI

- *Sistema SAR da ANA*

https://www.ana.gov.br/sar/nordeste-e-semiarido/rio-grande-do-norte

Situação volumétrica dos reservatórios do RN, volume atual (m3); - Os sistemas supracitados possuem além da capacidade total, o volume atual dos reservatórios.

Volume atual das adutoras; / Adutoras em operação (extensão total, em Km); - As adutoras existentes no estado foram ações realizadas pela SEMARH e operacionalizadas pela CAERN, não tendo o IGARN informações sobre essa temática.

Uma das principais ferramentas para o monitoramento de reservatórios são as curvas cota x área x volume (CAV), que fornecem a área e o volume do reservatório, dado o nível em que ele se encontra. A determinação das curvas CAV de um reservatório é feita convencionalmente por meio de levantamento batimétrico do manancial, levantando-se as profundidades em vários pontos da área inundada e fazendo a devida integração do volume. Assim, o programa monitora através do envio diário das cotas de cada reservatório que se relaciona com a Área e o Volume do açude.

No âmbito do exercício de 2023, cabe destacar como informações adicionais que o IGARN presidiu câmaras técnicas no Conselho Estadual de Recursos Hídricos que estão relacionadas com a regulamentação de temáticas como a Outorga de tanques-redes e outorga em ambiente estuarino.

No item de estudos, pesquisas e projetos foram realizadas parcerias para o

desenvolvimento de estudos de Manchas de Inundação e sobre a batimetria.

Para efetivação das ações, o órgão fez a aquisição de um barco, além da realização de contrato do laboratório com novos parâmetros de análise e aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Acreditamos que a parceria entre o Governo do Estado e o Governo Federal através de Contratos entre o IGARN e ANA, como o Progestão e o Qualiágua, fomentando a otimização da gestão dos recursos hídricos do Rio Grande do Norte, através de repasse de recursos pelo meio de cumprimento de metas. Além disso, o reforço orçamentário para custeio das ações desenvolvidas pelo órgão.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Conforme preceitua o art. 205 da Constituição Federal, a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e sua preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Além disso, a Carta Magna atribui aos Estados a responsabilidade prioritária pelo ensino fundamental e médio, embora o Estado do Rio Grande do Norte também atue no ensino superior, por meio de instituições como a UERN e o IFESP.

No que tange à cultura, o Estado deve garantir o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, conforme o art. 215 da Constituição Federal. Nesse contexto, a SEEC é responsável pelo planejamento, organização, direção, controle e execução dos programas e projetos relacionados à educação e cultura, enquanto colabora com a Fundação José Augusto[10] na promoção e valorização das manifestações culturais.

Durante o ano de 2023, o Governo do Estado do RN implementou diversas ações para executar as diretrizes estabelecidas nos instrumentos de planejamento, nas áreas de Educação, Cultura e Esporte. Neste contexto, serão apresentadas as principais ações desenvolvidas, com base em informações consolidadas, visando alcançar os objetivos traçados nos referidos planos governamentais.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER – SEEC/RN

A Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC) tem como missão "garantir à população um ensino público de qualidade, assegurando-lhe a universalização do acesso e a permanência dos alunos na escola, visando o pleno exercício da cidadania". Desse modo, para concretizar a missão estabelecida, a SEEC atua com enfoque na melhoria da qualidade da

[10] Cumpre registrar que a Fundação José Augusto não encaminhou as informações para a construção desse Relatório de Contas de Governo, conforme pode ser verificado no processo SEI nº 02510052.000599/2023-28.

educação básica, no fortalecimento da escola pública e na consolidação de políticas de desenvolvimento e sustentabilidade.

A partir das informações encaminhadas pelo órgão, são apresentadas, a seguir, na forma de tópicos, a consolidação das principais atividades desenvolvidas pela SEEC ao longo do ano de 2023, com o fito de materializar os objetivos e as metas consignadas para a área no Plano Plurianual.

- Universalizar, expandir e democratizar o acesso à educação básica

A implementação, fortalecimento e manutenção da infraestrutura tecnológica necessária para o desenvolvimento de salas ambientes e espaços de aprendizado na escola são objetivos fundamentais, notáveis em diversas frentes:

O Sistema Integrado da Educação do RN – SIGEDUC, em funcionamento contínuo desde 2012 na rede estadual, é uma ferramenta abrangente. Além de organizar a vida dos estudantes, o sistema realiza registros funcionais de servidores, gerencia processos seletivos, eventos, cursos de formação EAD, alimentação escolar, eleições de gestores e prestações de contas.

A Rede Giga Metrópole, iniciada em 2017 em 139 escolas da Grande Natal, proporciona conectividade de alta velocidade (20MB de Download e 8MB de Upload). Em 2023, o serviço continuou garantindo internet nos ambientes administrativos prioritariamente.

A aquisição e distribuição de notebooks para professores também se destacam. Em 2022, 8.978 notebooks foram distribuídos, e em 2023, mais 2.244 foram adquiridos por meio de um aditivo contratual. Essa iniciativa beneficiou equipes gestoras, professores de Atendimento Educacional Especializado e outros em licença, contribuindo para atividades pedagógicas e administrativas.

A iniciativa de adquirir uma solução de conectividade de internet banda larga fixa em 2023 é outra medida significativa. A instalação de links e serviços de Wi-Fi em todas as 588 escolas estaduais promove uma distribuição abrangente de sinal Wi-Fi, alinhando-se à Estratégia Nacional Escolas Conectadas (ENEC) do Governo Federal para impulsionar um aprendizado significativo por meio da tecnologia.

- Relação Professor/Aluno

A relação entre professor e aluno, neste contexto, refere-se à proporção de alunos por professor em um determinado ambiente educacional. Essa métrica é essencial para compreender a dinâmica das salas de aula, influenciando diretamente na qualidade do ensino e na atenção individual que cada aluno pode receber. A relação professor/aluno não apenas impacta o ambiente acadêmico, mas também desempenha um papel significativo na eficácia do processo educacional como um todo. A tabela abaixo mostra a evolução de tal relação nos últimos cinco exercícios.

	Professor/Aluno				
	2019	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Índice (Alunos por professor)	19,83	21,4	18,16	18,75	17,67
Quantidade de Alunos	214.456	227.114	201.669	216.299	190.697
Quantidade de Professores	10.816	10.615	11.107	11.537	10.791

Fonte: COMPS/GPD/SIGEduc

- Medidas para proporcionar maior facilidade de acesso às escolas

O Programa PDDE Interativo destinou recursos financeiros no ano de 2023 para equipar 84 salas de recursos multifuncionais (SRM) destinadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), visando à aquisição ou adequação de itens que compõem essas salas nas estaduais, em conformidade com o Programa Escola Acessível. Foram destinados R$ 1.700.000,00 para aquisição de itens e materiais pedagógicos, cadeiras de rodas, bebedouros acessíveis, produtos de tecnologia assistiva, equipamentos e materiais pedagógicos para o AEE.

O Pague Inclusão 2 teve investimento de R$ 1.081.200,00 com a contratação de 87 bolsistas voluntários monitores intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), para possibilitar a acessibilidade comunicacional em Libras de 95 estudantes com deficiência auditiva/surdez, em 85 Escolas Estaduais.

- Ações de inclusão socioeducacional voltadas às pessoas com necessidade

O Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar (AEHD) do RN está presente na Rede Estadual de Ensino por meio de Classes Hospitalares e Domiciliares, mediante termos de cooperação técnica com o Estado do RN, nas seguintes instituições: Hospital Infantil Varela Santiago, Hospital Maria Alice Fernandes, Hospital Universitário Onofre Lopes, Hospital do Seridó, Grupo de Apoio à Criança com Câncer, Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva e Associação de Apoio aos Portadores de Câncer Mossoró e Região.

Em 2023, o Núcleo de Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar (NAEHD-RN), por meio da SEEC/CODESE/Subcoordenadoria de Educação Especial, ampliou o AEHD para os estudantes impossibilitados de frequentar a escola, por meio da celebração de novos termos de cooperação técnica entre a SEEC/RN e o Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel e o Instituto do Bem. Além disso, fortaleceu o diálogo com as Diretorias Regionais de Ensino e Cultura (DIREC), as Secretarias Municipais de Educação e as Universidades com o intuito de favorecer o cumprimento do direito à continuidade da escolarização dos estudantes em tratamento de saúde continuado.

O Projeto Cuidador investiu R$ 5.113.266,25 na contratação de 197 técnicos de enfermagem (cuidadores) e 12 enfermeiros (supervisores dos cuidadores) para proporcionar a 597 estudantes com deficiência matriculados em 234 Escolas da Rede Estadual de Educação do RN locomoção, higiene e alimentação dos estudantes.

- Ações com o objetivo de proporcionar melhorias estruturais e tecnológicas nas escolas que possibilitem maior inclusão de alunos com necessidade de atendimento especial

O Programa PDDE Interativo alocou recursos financeiros no ano de 2023 para equipar 84 (oitenta e quatro) salas de recursos multifuncionais (SRM), destinadas ao atendimento educacional especializado (AEE), com o objetivo de adquirir ou adequar itens nessas salas nas instituições estaduais, em conformidade com o Programa Escola Acessível. Foi destinado o montante de R$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) para a aquisição de itens e materiais

pedagógicos, cadeiras de rodas, bebedouros acessíveis, produtos de tecnologia assistiva, equipamentos, e materiais pedagógicos para o AEE.

Já o Pague Inclusão 2 recebeu um investimento de R$ 1.081.200,00 (um milhão e oitenta e um mil e duzentos mil reais) para a contratação de 87 (oitenta e sete) bolsistas voluntários monitores intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), com o propósito de viabilizar a acessibilidade comunicacional em Libras para 95 (noventa e cinco) estudantes com deficiência auditiva/surdez, distribuídos em 85 (oitenta e cinco) Escolas Estaduais.

- Melhorias no Projeto de Alfabetização e Letramento – PROALE

Na perspectiva de redimensionar o Projeto PROALE e atender às demandas de atualização conforme a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e o Documento Curricular do Rio Grande do Norte para o Ensino Fundamental (2018), tanto para os materiais estruturados destinados às crianças do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental quanto para os materiais de apoio aos professores, a SEEC não prosseguiu com a sua execução. Esse redimensionamento também levou em consideração a nova política de alfabetização do governo federal.

A partir de junho de 2023, a SEEC iniciou um processo de construção da política de alfabetização do RN, ao aderir ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA, uma política do Ministério da Educação estabelecida pelo Decreto 11.556/2023. Essa iniciativa visa apoiar estados e municípios técnica e financeiramente para melhorar os resultados de alfabetização. O CNCA, estruturado em cinco eixos - Gestão e Governança, Formação, Infraestrutura Física e Pedagógica, Reconhecimento de Boas Práticas e Sistema de Avaliação - orienta-se pela ideia da alfabetização como um direito humano inalienável. Seu objetivo é garantir que 100% das crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e assegurar a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização, para 100% das crianças matriculadas no 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental.

Resultado da adesão a essa política e em colaboração com a União dos Dirigentes Municipais de Educação – Seção do RN, a SEEC está estruturando as bases da Política Territorial de Alfabetização do Estado do Rio Grande do Norte,

denominada PROALFA RN. Nesse processo, a Secretaria conta com a participação ativa de articuladores estaduais, regionais e municipais integrados à Rede Nacional de Articuladores de Gestão, Formação e Mobilização do CNCA – RENALFA, membros do Comitê Estratégico Estadual do Compromisso – CEEC-RN, a Equipe de Assessores das Instituições de Ensino Superior – IES do Estado, além do apoio de uma Equipe Técnica da SEEC envolvida nas diferentes ações dessa política.

- Escolas da Rede Estadual em Tempo Integral

ANO	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
2022	20	72	92
2023	54	94	147[11]

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUERN

Instituída pela Lei Municipal n° 20/68 em 28 de setembro de 1968, a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FUERN, experimentou um notável processo de expansão territorial e acadêmica, consolidando-se como uma instituição socialmente referenciada e vital para o desenvolvimento socioeconômico do estado do Rio Grande do Norte.

A missão da FUERN é "promover a formação de profissionais competentes e críticos para o exercício da cidadania, além de produzir e difundir conhecimentos científicos, técnicos e culturais que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região e do país". A autonomia de gestão financeira e patrimonial foi concedida à FUERN pela Lei n° 11.045/2021, conferindo estabilidade institucional necessária

[11] Uma das escolas de 2023 oferta tanto o ensino Fundamental quanto o Ensino Médio em Tempo Integral, por isso a soma de escolas ficou em 147.

para a execução de seu planejamento financeiro e o alcance de metas estratégicas anuais.

A seguir, com base nas informações fornecidas pela FUERN, serão apresentadas, de forma sucinta em tópicos, as principais atividades desenvolvidas pela entidade ao longo do ano de 2023, com o propósito de concretizar os objetivos e metas delineados no Plano Plurianual.

- Modernizar a gestão administrativa, financeira e de pessoal

Importantes obras e reformas de infraestrutura foram realizadas na UERN, abrangendo diversos setores. Inicialmente, destacam-se as iniciativas voltadas para a ampliação da rede elétrica de média tensão e fibra óptica no Campus Central, visando aprimorar a infraestrutura tecnológica da instituição.

Outras melhorias incluíram reformas específicas, como aquelas realizadas nas coberturas do bloco de banheiros do complexo cultural da Zona Norte, localizado no campus Natal. Além disso, foi empreendido um esforço significativo na construção de um novo prédio destinado às atividades de pós-graduação da FANAT, fortalecendo assim a infraestrutura acadêmica.

No âmbito da expansão da rede giga, os resultados foram expressivos. A conclusão integral da rede giga Mossoró - Pau dos Ferros foi alcançada, assim como um progresso substancial na rede que liga Caicó-Currais Novos - Natal, atingindo 80% de conclusão. O projeto Infovia Potiguar também avançou, com a implantação do trecho Mossoró - Pau dos Ferros em julho de 2023 e a expansão para os polos de São Gonçalo (POP-RN) e Ceará-Mirim em fevereiro e maio de 2023, respectivamente.

Paralelamente, estão em tramitação diversos processos licitatórios, abrangendo a aquisição de ferramentas tecnológicas, bens móveis, equipamentos e materiais permanentes e de expediente. Essas ações, planejadas para contratação em 2023, visam fortalecer a infraestrutura e recursos da UERN. Destacam-se processos relacionados a climatização, equipamentos de informática,

móveis, material de expediente, material de copa e cozinha, materiais de proteção e segurança, entre outros.

Esse conjunto de iniciativas reflete o compromisso contínuo da UERN em aprimorar suas instalações, garantindo uma infraestrutura robusta e atualizada para atender às necessidades acadêmicas e administrativas da instituição.

- Elevar o nível de escolarização da população norte-rio-grandense e desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais

O INEP divulgou em março os dados do último IGC, e a UERN alcançou a nota 4, consolidando sua posição como instituição de referência no Ensino Superior do país, superando as metas estabelecidas.

Além disso, a instituição demonstrou um forte incentivo ao desenvolvimento de projetos com temas de impacto social, conforme evidenciado pelo levantamento comparativo entre os projetos de pesquisa desenvolvidos com temáticas de vulnerabilidade social nas edições 2021/2022 e 2021/2023 dos Programas de Iniciação Científica. Houve um crescimento considerável em relação ao período anterior, abordando diversas áreas, como políticas para mulheres, juventude, população LGBT e pessoas com deficiência.

No âmbito do empreendedorismo, a UERN alcançou importantes marcos. Foram formadas duas empresas juniores, Emcap Jr. (Contábeis - Campus Patu) em 2022 e D3TEC (Ciência da Computação - Campus Central) e E-Capital (Economia - Campus Pau dos Ferros) em 2023. Adicionalmente, cinco empresas juniores estão em processo de formalização, enquanto duas já estão credenciadas na UERN: Apex Empreendedorismo e Soluções Jurídicas (Direito - Campus Central) e Lastro Consultoria e Investimentos (Economia - Campus Central).

A UERN lançou a Agência UERN Inova e promoveu diversas ações estratégicas, incluindo reuniões com a Proturismo sobre empreendedorismo no turismo, apresentação da SOL Startup à reitoria, participação em eventos, palestras, e acordos de cooperação com entidades como SEBRAE, FIERN e

FUERN. Destaca-se ainda a assinatura de um acordo com o SEBRAE para estruturação do Laboratório de Negócios de Impacto Social.

No campo acadêmico, a instituição ampliou sua oferta de cursos stricto sensu na modalidade profissional, incluindo dois mestrados (ProfSocio e Profsaude) e um doutorado (Profhistória). Convênios foram estabelecidos com a OAB, Liga do Câncer e EMATER, enquanto cursos como Mídias na Educação (5ª edição) foram oferecidos em parceria com a CAPES.

Diversas reuniões estratégicas foram realizadas, abrangendo temas como empresas juniores, participação no Ranking das Universidades Empreendedoras, registro de software de startup, coleta de percepção discente e tratativas sobre hackthons e hackteens.

Assim, a UERN evidencia um compromisso integral com o desenvolvimento acadêmico, empreendedorismo e impacto social, consolidando sua posição como instituição de destaque no cenário educacional e inovador.

- Promover a política de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes da UERN

A meta de consolidar a política de acesso e permanência estudantil, com foco especial nos alunos em situação de vulnerabilidade social, foi alcançada com êxito. Dentre as políticas implementadas para atingir esse objetivo, destacam-se o Auxílio-creche, o Programa de Apoio ao Estudante e os atendimentos realizados pela equipe multiprofissional da PRAE.

No que se refere a políticas específicas, foram adotadas medidas significativas, tais como a reserva de 44,8% de vagas para o gênero feminino no programa de moradia universitária, garantindo assim uma abordagem inclusiva para as mulheres. Para a juventude, foi assegurada a oferta de 100% de bolsas e auxílios para estudantes de graduação e pós-graduação, visando proporcionar condições adequadas para seu desenvolvimento acadêmico.

No contexto de políticas para pessoas com deficiência, estabeleceu-se uma reserva de 5% de vagas em todos os editais de bolsas, promovendo a inclusão

desses estudantes. Além disso, houve a implementação de uma reserva de 30% de vagas para cotistas pretos, pardos ou indígenas, fortalecendo políticas para igualdade racial e étnica.

No que tange à ampliação da política de permanência dos discentes por meio da concessão de bolsas, foram disponibilizadas diversas oportunidades. O Programa de Apoio ao Estudante (PAE) contou com 250 bolsas, o Programa de Moradia Universitária - Auxílio Financeiro ofereceu 115 bolsas, o Programa Auxílio Creche disponibilizou 82 bolsas, e o Programa de Estágio Não-Obrigatório contemplou 110 bolsas. Adicionalmente, foram distribuídos 170 auxílios à participação de estudantes em Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais-AACC's. Para fortalecer ainda mais a permanência, foram ofertadas 105 vagas para o Programa de Moradia Estudantil na modalidade residência universitária.

Essas ações são fundamentais para criar um ambiente acadêmico inclusivo e propício ao sucesso de todos os estudantes, promovendo equidade e qualidade na educação superior.

- Promover o fortalecimento da UERN junto à população do Estado do Rio Grande do Norte

O projeto UERN Ação, desenvolvido pela Pró-reitora de Extensão em colaboração com entidades da sociedade civil, oferece cursos gratuitos à comunidade desde 2018. Em 2023, o projeto beneficiou 322 pessoas em parceria com o Projeto Esperança, Fundação Casa do Caminho e Casa Assistencial Nosso Lar.

No âmbito da Pinacoteca, o projeto "Encontro com a Arte" promove exposições de pinturas com foco em estudantes de escolas públicas. De março a agosto, duas exposições, "Mulher. Arte em seu tempo" e "Marcas do tempo", foram realizadas, contando com a participação de 158 pessoas de 3 escolas estaduais.

O Festival de Teatro da UERN (FESTUERN) proporcionou encontros presenciais e formativos, com oficinas para profissionais e estudantes de diversas escolas. Encontros online, realizados entre julho e agosto, envolveram 145

participantes. O festival continuará com atividades programadas para setembro e outubro, culminando em apresentações teatrais de 16 a 20 de outubro de 2023.

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) ofereceu 150 bolsas em 2023, alinhando-se à curricularização da extensão universitária e à melhoria da assistência estudantil.

O evento comemorativo dos 50 anos da PROEX incluiu uma mostra aberta ao público de Programas e Projetos de Extensão institucionalizados, realizada no Partage Shopping Mossoró.

O II ELO UERN e o IX Salão de Extensão foram realizados de forma descentralizada e híbrida, com apresentação de 182 trabalhos virtuais e premiações. A Feira das Profissões, de forma presencial e multicampi, alcançou cerca de 2.700 estudantes de escolas públicas e privadas.

Os eventos "Viva UERN Rio Branco" e "Viva UERN no Parque" ofereceram serviços extensionistas em espaços públicos, promovendo o desenvolvimento social e cultural para a comunidade.

O I Seminário Universidade e Terceiro Setor reuniu 124 participantes em eventos presenciais, oferecendo palestras e capacitações para entidades do terceiro setor e o público em geral.

A Revista Extendere, dedicada à divulgação científica de ações de extensão da UERN, lançou dois volumes em 2022 e um em 2023, abordando temas relevantes como transformação social, curricularização e desafios da extensão, além de gênero e direitos humanos. O próximo volume, com submissões abertas até 30/09/23, abordará "Atividades práticas, extensão e protagonismo discente" e será publicado em dezembro de 2023.

Destaca-se ainda a realização do "UERN Por Elas: I Encontro de Mulheres da UERN" em março de 2023, focado nos Objetivos Sustentáveis de Desenvolvimento, vivências uernianas e a força da mulher na Universidade.

A instituição fortaleceu sua presença internacional, firmando convênios com diversas instituições estrangeiras em Portugal e na Espanha, visando promover intercâmbio e cooperação acadêmica.

INDICADORES			
Descrição	**2019**	**2022**	**2023**
Índice Geral de Cursos –IGC	3,00	3,00	4,00
Relação Professor/Aluno	12,63	13,8	13,8*
O índice de evasão da IES	15,46	6,91	6,91*
O número de matrículas de discentes com idade prevista de 18 a 24 anos da UERN	5.215	6.404	6.541*
Relação Ingresso Aluno Cotista*/Ingressantes Totais	56,14%	53,12%	53,12%*

*Dados do semestre 2022.2, concluído em 2023. Os dados de 2023.2 serão consolidados em março de2024, com o encerramento do Semestre 2023.2.

A Tabela 1, apresentada abaixo, sintetiza as informações principais detalhadas na sequência, quanto ao número total de vagas oferecidas pela UERN nos últimos 4 anos. Ao analisar esses dados, torna-se evidente a relevância de uma constante avaliação e adequação no número de vagas e cursos oferecidos pela universidade. A capacidade de responder às demandas da sociedade de forma eficaz e alinhada às transformações no cenário educacional e profissional é crucial para garantir uma oferta educacional que atenda às necessidades contemporâneas. A flexibilidade na estrutura acadêmica, permitindo ajustes conforme as demandas do mercado e da comunidade, é fundamental para assegurar uma formação relevante e alinhada aos desafios do presente e do futuro.

Tabela 1: Total de Vagas Oferecidas pela UERN: 2020 – 2023

Descrição das Áreas	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Graduação Presencial	2430	2509	2509	2509
EaD	500	700	450	1210
Pós-Graduação Lato Sensu	549	224	129	577
Pós-Graduação Stricto Sensu	461	435	499	535
TOTAL de VAGAS	**3940**	**3868**	**3587**	**4831**

Fonte: UERN.

A tabela apresenta informações sobre a distribuição de vagas nas diversas áreas de ensino da instituição ao longo dos anos de 2020 a 2023. Em relação à graduação presencial, observa-se uma estabilidade no número de vagas, que se manteve constante em 2509 durante os quatro anos. No segmento de Educação a Distância (EaD), destaca-se uma variação significativa, com um aumento expressivo de 700 vagas em 2021 para 1210 em 2023, possivelmente refletindo uma adaptação à crescente demanda por métodos de ensino remoto.

No âmbito da pós-graduação lato sensu, nota-se uma redução considerável nas vagas, passando de 549 em 2020 para 129 em 2022, seguida por um aumento para 577 em 2023. Essa oscilação pode indicar ajustes na oferta de cursos de especialização, em resposta a demandas específicas. Já na pós-graduação stricto sensu, o número de vagas apresentou um aumento gradual de 461 em 2020 para 535 em 2023, indicando um fortalecimento e expansão desses programas na instituição.

Ao analisar o total de vagas, percebe-se uma variação considerável ao longo dos anos. Houve uma diminuição de 3940 em 2020 para 3587 em 2022, seguida por um aumento significativo para 4831 em 2023. Esse incremento expressivo pode ser resultado de estratégias para atender à crescente demanda por educação superior, indicando uma dinâmica de adaptação e ajuste nas políticas de oferta de vagas da instituição.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESIDENTE KENNEDY – IFESP

O IFESP tem como missão promover formação de qualidade para profissionais envolvidos em processos educacionais, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte. Com essa finalidade, e munido de uma equipe qualificada de profissionais da Educação, tem mantido um trabalho pautado pelo compromisso social, historicamente reconhecido por contribuir significativamente para o aprimoramento dos processos educacionais, abrangendo a dinâmica entre professor, aluno e conhecimento, o processo de ensino-aprendizagem, o planejamento educacional,

a organização e coordenação do trabalho pedagógico, bem como a gestão educacional.

Embora a consecução parcial das metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) 2020-23 tenha ocorrido, destaca-se que, considerando as atividades acadêmicas executadas no exercício de 2023 mediante um planejamento que assegurou sua realização, o resultado global foi altamente satisfatório. Nesse contexto, a missão do IFESP foi preservada no que diz respeito ao atendimento nos cursos de graduação e pós-graduação já existentes e em andamento na instituição.

A seguir, delineamos, por meio de tópicos, as principais atividades conduzidas na instituição IFESP ao longo do ano de 2023, com o intuito de concretizar os objetivos e metas estabelecidos em seu Plano Plurianual, conforme as informações fornecidas pela própria entidade.

- Instituir ações pedagógicas alinhadas com as políticas de reorganização e orientação curricular

Para além dos cursos já disponibilizados nos níveis de graduação e pós-graduação, os projetos de pesquisa e extensão foram retomados. No transcorrer do ano de 2023, três novas turmas foram admitidas no Curso de Pedagogia - Licenciatura, duas turmas no Curso de Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e duas turmas no Curso de Licenciatura em Matemática.

No âmbito da pós-graduação, encontra-se em andamento um processo seletivo para o ingresso de novas turmas, oferecendo vagas para duas turmas de Especialização em Educação Infantil e duas para Especialização em Gestão de Processos Educacionais. Essa oferta é realizada anualmente, alternando os cursos devido à carga horária comprometida dos professores.

Atualmente, há oito turmas de pós-graduação em curso, admitidas nos períodos de 2022.1 a 2023.1, abrangendo os seguintes cursos: Especialização em Gestão de Processos Educacionais; Especialização em Educação Infantil; Especialização em Ensino da Língua Portuguesa; Especialização em Educação

Matemática – Teoria e Prática no Ensino Fundamental; Especialização em Educação Matemática – Teoria e Prática no Ensino Médio; Especialização em Educação Ambiental; Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho e; Especialização em Educação de Jovens e Adultos.

O IFESP também registrou avanços nos três grupos de pesquisa - Linguagens, diversidade e autoformação; Formação Docente: Memórias da Educação, Cultura Escolar e Políticas Públicas; e Formação Docente: Ciência, Linguagens e Tecnologias. Durante a avaliação institucional, o IFESP obteve o devido reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação.

- Ofertar cursos de formação inicial e continuada em níveis de graduação e pós-graduação Lato/Stricto Sensu

Os cursos de extensão são promovidos a cada período letivo nas diversas áreas do conhecimento, atendendo às demandas apresentadas por grupos interdisciplinares e grupos de pesquisa cadastrados no CNPQ/CAPES. Destinam-se tanto ao público interno quanto externo, visando "instituir ações pedagógicas alinhadas com as políticas de reorganização e orientação curricular", em conformidade com os princípios da Educação Cidadã (SEEC/RN).

Destaca-se a continuidade e conclusão de um significativo projeto de extensão, em parceria com a FUNDASE, focado no letramento para suprir as necessidades de aprendizagem dos internos, preparando-os para a reinserção no mercado de trabalho após o cumprimento de suas penas.

Entre as iniciativas oferecidas, destacam-se o Curso de Formação de professores da rede básica de ensino, com ênfase na atualização curricular conforme os documentos oficiais, BNCC e LDB, realizado no contexto remoto por meio da Plataforma Modle do IFESP, abrangendo todas as DIRECS. Além disso, houve o Curso de Formação de Professores do IFESP para atendimento em aulas virtuais, a realização de dois eventos científicos com a participação de professores e pesquisadores do IFESP e de outras instituições de ensino superior, a publicação de Anais dos Eventos Científicos e Dossiê na Revista Galo, bem como o

estabelecimento de convênios para estágio remunerado destinado aos estudantes da graduação.

- Modernizar a Biblioteca Crisan Siminéa

A infraestrutura física e tecnológica do IFESP passou por aprimoramentos significativos, destacando-se a reforma da biblioteca Crisan Siminéa. Foram realizadas adaptações no local, direcionadas à acessibilidade, incluindo a construção de rampas nas entradas e acessos aos espaços externos. Além disso, foi concluído o espaço de convivência denominado Paulo Freire, embora ainda requeira adaptações e manutenção.

- Metas do PPA 2020-23

A Meta 0886, que busca garantir a formação continuada dos profissionais da educação básica e demais servidores do RN, apresentou um alcance financeiro parcial de 76,8% do orçamento previsto. Contudo, os resultados em termos de formação oferecida foram satisfatórios. A deterioração do prédio do IFESP, em funcionamento em três turnos, demandou extensos reparos e restaurações, utilizando 95% do orçamento previsto para cumprir a Meta 0877 de restaurar e conservar a estrutura física. A efetiva conclusão das ações previstas no exercício de 2023 incluiu reparos hidráulicos, substituição de janelas, correções nas instalações elétricas e climatização dos ambientes.

A Meta 0879, que visa reaparelhar o IFESP, foi realizada em 66% do orçamento previsto para 2023. A Meta 0882, que propõe a construção e implantação do Centro de Documentação e Memória da Escola Normal/Instituto Kennedy, foi inviabilizada pela falta de convênios e/ou emendas parlamentares. No entanto, as atividades de organização, manutenção, conservação e tratamento do acervo documental foram asseguradas no exercício, incluindo pesquisas e extensões vinculadas a essa ação.

A execução da Meta 1193, que promove cursos de especialização e mestrado profissional para professores da Educação Básica do RN, atingiu 77% do orçamento previsto. Os cursos de especialização foram regularmente ofertados,

embora com menos turmas, e os projetos de convênios foram mantidos, formalizando parcerias para realização de cursos. A concretização do mestrado profissional está prevista para 2024.

A Meta 0846, voltada para a formação de professores nos cursos de graduação e pós-graduação, enfrentou desafios devido à falta de recursos para o exercício de 2023. Negociações com a CAPES/MEC estão em andamento para viabilizar essa ação. As turmas em andamento e concluídas nos cursos de graduação e pós-graduação, com recursos do RN, demonstraram esforços para manter o atendimento, cumprindo atividades acadêmicas com êxito e contribuindo para a qualificação dos profissionais da educação básica do Estado do RN.

- Oferta de Cursos e Vagas

O Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy disponibilizou 627 vagas para os cursos de graduação nos últimos quatro anos, distribuídas da seguinte forma: 410 vagas para o curso de Pedagogia Licenciatura, 132 vagas para o curso de Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e 85 vagas para o curso de Licenciatura em Matemática.

No segmento de pós-graduação, foram ofertadas 285 vagas, abrangendo os cursos de Especialização em Processos Educacionais (37 vagas), Especialização em Educação Infantil (36 vagas), Especialização em Ensino da Língua Portuguesa (35 vagas), Especialização em Educação Matemática (35 vagas), Especialização em Educação Ambiental (35 vagas), Especialização em Educação de Jovens e Adultos (35 vagas), Especialização em Gestão de Processos Educacionais (37 vagas) e Especialização em Educação Infantil (35 vagas).

Ao longo dos últimos quatro anos, não foram introduzidos novos cursos de graduação ou pós-graduação, e os cursos existentes foram mantidos. Todas as vagas oferecidas foram preenchidas durante o período letivo correspondente.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte - IPERN

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte (IPERN), criado pela Lei Estadual nº 2.728, de 1º de maio de 1962, é uma autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado da Administração (SEAD), localizada no município de Natal. Os beneficiários dos recursos geridos pelo IPERN incluem todos os servidores civis ativos, inativos e pensionistas dos três poderes estaduais.

A Portaria nº 040/2023/PR, de 25 de setembro de 2023, estabeleceu a atualização da Tabela de Contribuições ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) do Rio Grande do Norte, conforme determinado pela Emenda à Constituição Estadual nº 20/2020 e pela Lei Ordinária Estadual nº 11.109/2022. Com isso, as alíquotas de contribuição para servidores ativos, inativos e pensionistas foram ajustadas, sendo aplicadas de maneira progressiva sobre a base de contribuição. Este ajuste visa a adequação financeira do regime previdenciário estadual, garantindo sua sustentabilidade a longo prazo:

Novas alíquotas de contribuição a partir da Portaria N° 040/2023/RN

Servidores Ativos		Aposentados e Pensionistas	
Faixa Salarial (R$)	Alíquota (%)	Faixa Salarial (R$)	Alíquota (%)
4.306,83	11%	4.306,83	Isento
4.306,83 a 7.507,49	14%	4.306,83 a 7.507,49	14%
7.507,49 a 18.457,84	15%	7.507,49 a 18.457,84	15%
18.457,85 a 36.915,67	16%	18.457,85 a 36.915,67	16%
Acima de 36.915,68	18%	Acima de 36.915,68	18%

Fonte: DOE – nº 15.515

- Adimplemento Mensal dos Repasses Previdenciários por Parte dos Órgãos e Poderes Durante o Exercício de 2023 – Dados Contábeis e Financeiros do RPPS

A fonte de apoio ao sistema previdenciário dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Norte é formada pelas contribuições dos próprios servidores, que têm alíquotas variáveis dependendo de critérios estabelecidos, e pela contribuição patronal, que corresponde a 24% dos vencimentos dos servidores. Assim, para o funcionamento adequado do sistema previdenciário, é essencial o pagamento mensal dessas contribuições por parte dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado. Conforme a tabela que se segue, detalhamos as transferências mensais realizadas no exercício de 2023:

ADIMPLEMENTO MENSAL DAS CONTRIBUIÇÕES

Meses	Executivo	Poderes	Total
Janeiro/2023	R$ 238.379.418,12	R$ 25.274.616,38	R$ 263.654.034,50
Fevereiro/2023	R$ 169.683.760,12	R$ 25.198.749,19	R$ 194.882.509,31
Março/2023	R$ 202.591.586,67	R$ 26.082.615,33	R$ 228.674.202,00
Abril/2023	R$ 178.307.416,04	R$ 29.070.292,28	R$ 207.377.708,32
Maio/2023	R$ 192.424.825,10	R$ 31.664.136,59	R$ 224.088.961,69
Junho/2023	R$ 223.638.944,12	R$ 24.779.539,49	R$ 248.418.483,61
Julho/2023	R$ 167.701.252,19	R$ 32.528.274,05	R$ 200.229.526,24
Agosto/2023	R$ 310.627.660,81	R$ 38.361.953,79	R$ 348.989.614,60
Setembro/2023	R$ 150.890.780,50	R$ 23.159.952,34	R$ 174.050.732,84
Outubro/2023	R$ 225.295.008,96	R$ 36.901.389,80	R$ 262.196.398,76
Novembro/2023	R$ 162.186.161,60	R$ 25.748.160,92	R$ 187.934.322,52
Dezembro/2023	R$ 346.712.218,25	R$ 31.160.661,90	R$ 377.872.880,15

FONTE: SIGEF/RN - Ordens Bancárias efetivamente registradas como entrada.

- Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

A emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) é regulamentada pela Portaria MTP nº 1.467/2022, especificamente no Capítulo XIII - Seção III. Esta seção detalha os requisitos necessários para a apresentação e os critérios para emissão do mencionado CRP. O Regime Próprio de Previdência Social do Rio Grande do Norte (RPPS/RN) atende a 18 critérios de regularidade

administrativa e encontra-se em processo de adequação em relação a 7 critérios que estão sob análise judicial. Destes, 4 estão em fase de regularização pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Rio Grande do Norte, visando alcançar a conformidade administrativa. Os 3 critérios restantes dependem da maturação de investimentos financeiros afetados pelos saques resultantes da Lei Complementar nº 526/2014 e legislações subsequentes.

Atualmente, nosso CRP é válido até 25 de maio de 2024. O único ponto de atenção é relacionado ao processo de contratação da Entidade Fechada de Previdência Complementar, que deve ser concluído e validado com a aprovação da Previc antes da expiração do nosso CRP.

- Demonstrativo da Receita, Despesa e Déficit (Cobertura de Insuficiência)

Na busca pela sustentabilidade, os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) devem sempre visar ao equilíbrio do plano de benefícios, tanto sob o aspecto financeiro em cada exercício quanto atuarial no longo prazo. O equilíbrio financeiro é essencial para garantir o pagamento dos benefícios a aposentados e pensionistas. No entanto, alcançar esse equilíbrio representa um desafio multidimensional, que envolve avaliações atuariais periódicas, contribuições de servidores e patronais realizadas conforme o regime de competência, além de reservas financeiras e investimentos de longo prazo. Em outras palavras, a manutenção do equilíbrio financeiro nos RPPS requer uma abordagem integrada, levando em consideração variáveis econômicas, demográficas e políticas.

O RPPS do RN, caracterizado por seu déficit, necessita de aportes mensais de recursos para cumprir com os pagamentos dos benefícios previdenciários. Esse déficit já se manifesta na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), apresentando despesas previstas superiores às receitas estimadas.

Ao longo de 2023, o Fundo Financeiro do Estado do Rio Grande do Norte (FUNFIRN) recebeu aportes mensais para cobrir as despesas com aposentados e pensionistas, num aporte médio de R$ 123.960.506,99. Esses valores refletem o comprometimento do Tesouro do RN em manter a sustentabilidade do fundo.

Os quadros a seguir oferecem uma visão comparativa das receitas previstas em relação às arrecadadas, das despesas orçadas frente às liquidadas, e detalham os aportes mensais realizados pelo Tesouro do RN ao FUNFIRN, por fonte de recurso, evidenciando o cenário financeiro de 2023:

RECEITA PREVISTA x ARRECADADA

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISTA	ARRECADADA
Receitas de Contribuição do Servidor - Ativo	R$ 494.423.000,00	R$ 541.622.547,39
Receitas de Contribuição do Servidor - Inativo	R$ 261.082.000,00	R$ 310.842.984,60
Receitas de Contribuição do Servidor - Pensionista	R$ 57.824.000,00	R$ 56.178.610,60
Receitas de Contribuições Patronais - Ativo	R$ 942.700.000,00	R$ 945.936.789,45
Receitas de Contribuições Patronais - Inativo	R$ 997.035.000,00	R$ 1.123.628.230,73
Receitas de Contribuições Patronais - Pensionista	R$ 101.681.000,00	R$ 178.009.389,47
Compensação Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Prev. Servidores	R$ 32.912.000,00	R$ 58.982.276,10
Outras Receitas Correntes	R$ 18.803.000,00	R$ 15.060.110,49
Outras Receitas de Capital	R$ 3.305.000,00	R$ 2.778.962,67
Total	**R$ 2.909.765.000,00**	**R$ 3.233.039.901,50**

FONTE: SIGEF/RN

EXECUÇÃO COMPLETA DA DESPESA

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação atualizada	Despesa Empenhada	Despesa liquidada	Despesa paga
Aposentadorias	R$ 3.580.451.000,00	R$ 4.340.594.169,94	R$ 4.291.134.196,13	R$ 4.291.134.196,13	R$ 4.167.661.452,99
Pensões	R$ 546.365.000,00	R$ 544.276.354,98	R$ 540.435.167,33	R$ 540.435.167,33	R$ 525.564.959,99
Despesas de Exercícios anteriores com benefícios	R$ 0,00	R$ 1.980.044,73	R$ 1.980.044,73	R$ 1.980.044,73	R$ 1.947.761,26
Total	**R$ 4.126.816.000,00**	**R$ 4.886.850.569,65**	**R$ 4.833.549.408,19**	**R$ 4.833.549.408,19**	**R$ 4.695.174.174,24**

FONTE: SIGEF/RN

APORTE MENSAL PARA COBERTURA DE DÉFICIT – POR FONTE DE RECURSO

APORTE DE RECURSO PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO	0.5.00.000000 (Recursos não vinculados de Impostos)	0.5.01.000501 (Outros Recursos não vinculados)	DREM 0.5.01.927301 (Outros Recursos não vinculados - IDEMA)	DREM 0.5.01.000501 (Outros Recursos não vinculados)	DREM 0.7.59.000759 (Recursos Vinculados a Fundos)	TOTAL POR FONTE
Janeiro	R$ 96.687.517,39	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 96.687.517,39**
Fevereiro	R$ 87.459.174,62	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 87.459.174,62**
Março	R$ 63.349.906,11	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 63.349.906,11**
Abril	R$ 101.652.411,60	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 101.652.411,60**
Maio	R$ 90.819.104,80	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 90.819.104,80**

Junho	R$ 140.692.860,43	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 140.692.860,43**
Julho	R$ 100.322.377,06	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 100.322.377,06**
Agosto	R$ 93.944.866,77	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 93.944.866,77**
Setembro	R$ 104.025.115,01	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 104.025.115,01**
Outubro	R$ 116.716.898,47	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 116.716.898,47**
Novembro	R$ 162.963.794,71	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 162.963.794,71**
Dezembro	R$ 222.615.220,49	R$ 92.214.638,12	R$ 10.422.659,02	R$ 2.886.384,96	R$ 751.577,43	**R$ 328.890.480,02**
TOTAL POR FONTE	R$ 1.381.249.247,46	R$ 92.214.638,12	R$ 10.422.659,02	R$ 2.886.384,96	R$ 751.577,43	**R$ 1.487.524.506,99**

FONTE: SIGEF/RN

As alterações na legislação previdenciária visam apoiar os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) a alcançar o equilíbrio entre receitas e despesas. Em 2023, foram necessários ajustes para adequar as políticas às realidades do déficit previdenciário. Uma gestão responsável e transparente dos recursos destinados ao pagamento de benefícios previdenciários é crucial para a avaliação eficaz dos dados, visando reduzir o desequilíbrio fiscal ao longo do tempo.

Importante destacar que, atualmente, não há parcelamentos vigentes firmados entre o Poder Executivo Estadual e o Governo Federal decorrentes de Receitas Previdenciárias do RPPS/RN. Esta situação reforça a importância de uma administração financeira prudente.

Para facilitar a análise das Receitas e Despesas do Fundo Financeiro do Estado do Rio Grande do Norte (FUNFIRN), são apresentados, abaixo, quadros detalhados dessas informações. As receitas são discriminadas por Poder, categoria econômica, e status do servidor (ativo, inativo e pensionista). As despesas são categorizadas por poder e órgão, conforme detalhado nas subações previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

RECEITA POR PODER – ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISTA	ARRECADADA
Receitas de Contribuição do Servidor - Ativo	**R$ 494.423.000,00**	**R$ 541.622.547,39**
Poder Executivo - Ativo Civil	R$ 385.300.000,00	R$ 430.450.362,56
Assembleia Legislativa - Ativo Civil	R$ 9.171.000,00	R$ 9.307.167,58
Tribunal de Contas - Ativo Civil	R$ 6.338.000,00	R$ 6.322.177,28
Tribunal de Justiça - Ativo Civil	R$ 64.460.000,00	R$ 67.187.072,94
Defensoria Pública - Ativo Civil	R$ 6.523.000,00	R$ 6.147.093,39
Ministério Público - Ativo Civil	R$ 22.314.000,00	R$ 22.013.911,11
Poder Executivo - Servidor Ativo Civil - À Disposição	R$ 172.000,00	R$ 131.319,12

Contribuições Previdenciárias Facultativas	R$ 145.000,00	R$ 63.443,41
Receitas de Contribuição do Servidor - Inativo	**R$ 261.082.000,00**	**R$ 310.842.984,60**
Poder Executivo - Inativo Civil	R$ 229.814.000,00	R$ 279.026.453,53
Assembleia Legislativa - Inativo Civil	R$ 8.360.000,00	R$ 9.973.098,37
Tribunal de Contas - Inativo Civil	R$ 2.695.000,00	R$ 2.305.303,72
Tribunal de Justiça - Inativo Civil	R$ 14.698.000,00	R$ 14.635.676,42
Defensoria Pública - Inativo Civil	R$ 64.000,00	R$ 65.557,63
Ministério Público - Inativo Civil	R$ 5.451.000,00	R$ 4.836.894,93
Receitas de Contribuição do Servidor - Pensionista	**R$ 57.824.000,00**	**R$ 56.178.610,60**
Contribuição de Pensionista Civil - Poder Executivo	R$ 57.824.000,00	R$ 49.750.785,72
Contribuição de Pensionista Civil - Assembleia Legislativa	R$ 0,00	R$ 856.343,70
Contribuição de Pensionista Civil - Tribunal de Contas	R$ 0,00	R$ 406.130,07
Contribuição de Pensionista Civil - Tribunal de Justiça	R$ 0,00	R$ 4.318.347,68
Contribuição de Pensionista Civil - Ministério Público	R$ 0,00	R$ 847.003,43
Receitas de Contribuições Patronais - Ativo	**R$ 942.970.000,00**	**R$ 945.936.789,45**
Patronal- Poder Executivo - Ativo Civil	R$ 764.166.000,00	R$ 760.599.747,30
Patronal -Assembleia Legislativa - Ativo Civil	R$ 15.530.000,00	R$ 12.748.034,63
Patronal- Tribunal de Contas - Ativo Civil	R$ 10.735.000,00	R$ 11.109.815,97
Patronal- Tribunal de Justiça - Ativo Civil	R$ 105.934.000,00	R$ 114.170.617,14
Patronal- Defensoria Pública - Ativo Civil	R$ 10.041.000,00	R$ 9.815.270,83
Patronal- Ministério Público - Ativo Civil	R$ 36.294.000,00	R$ 37.218.651,16
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - À Disposição	R$ 270.000,00	R$ 274.652,42
Receitas de Contribuições Patronais - Inativo	**R$ 997.035.000,00**	**R$ 1.123.628.230,73**
Patronal- Poder Executivo - Inativo Civil	R$ 945.746.000,00	R$ 1.039.057.771,03
Patronal- Assembleia Legislativa - Inativo Civil	R$ 16.240.000,00	R$ 27.457.811,93
Patronal- Tribunal de Contas - Inativo Civil	R$ 5.353.000,00	R$ 8.065.716,76
Patronal- Tribunal de Justiça - Inativo Civil	R$ 20.663.000,00	R$ 35.327.391,60
Patronal- Defensoria Pública - Inativo Civil	R$ 106.000,00	R$ 141.777,28
Patronal- Ministério Público - Inativo Civil	R$ 8.927.000,00	R$ 13.577.762,13
Receitas de Contribuições Patronais - Pensionista	**R$ 101.681.000,00**	**R$ 178.009.389,47**
Patronal-Pensionista Civil - Poder Executivo	R$ 90.613.000,00	R$ 150.661.868,47
Patronal- Pensionista Civil - Assembleia Legislativa	R$ 0,00	R$ 3.767.632,28
Patronal- Pensionista Civil - Tribunal de Contas	R$ 0,00	R$ 1.894.209,95
Patronal- Pensionista Civil - Tribunal de Justiça	R$ 11.068.000,00	R$ 18.181.762,01
Patronal- Pensionista Civil - Ministério Público	R$ 0,00	R$ 3.503.916,76
Compensação Financeiras entre o RGPS e os Regimes Próprios de Prev. Servidores	**R$ 32.912.000,00**	**R$ 58.982.276,10**
Outras Receitas Correntes	**R$ 18.803.000,00**	**R$ 15.060.110,49**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	R$ 500.000,00	R$ 311.001,46
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	R$ 3.979.000,00	R$ 2.948.398,33
Valores Mobiliários	R$ 14.324.000,00	R$ 11.800.710,70
Outras Receitas de Capital	**R$ 3.305.000,00**	**R$ 2.778.962,67**
Amortização de Empréstimos	R$ 3.305.000,00	R$ 2.778.962,67
Total	**R$ 2.910.035.000,00**	**R$ 3.233.039.901,50**

FONTE: SIGEF/RN

DESPESA POR PODER E ORGÃO

DESPESA DETALHADA - PODER EXECUTIVO	Empenhado	Liquidado	Pago
Benefícios Previdenciários da Administração Direta	R$ 3.682.430.096,99	R$ 3.682.430.096,99	R$ 3.568.414.291,63
Benefícios Previdenciários IPERN	R$ 16.019.441,52	R$ 16.019.441,52	R$ 15.726.285,35
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	R$ 50.729.066,39	R$ 50.729.066,39	R$ 49.499.299,96
Benefícios Previdenciários da Fundação José Augusto	R$ 25.636.891,51	R$ 25.636.891,51	R$ 25.245.456,50
Benefícios Previdenciários do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	R$ 41.348.941,51	R$ 41.348.941,51	R$ 39.847.279,80
Benefícios Previdenciários da Junta Comercial do Estado	R$ 1.001.271,44	R$ 1.001.271,44	R$ 982.758,80
Benefícios Previdenciários do Departamento de Estradas de Rodagem	R$ 25.378.868,15	R$ 25.378.868,15	R$ 24.735.678,04
Benefícios Previdenciários do Departamento Estadual de Trânsito	R$ 15.379.389,47	R$ 15.379.389,47	R$ 15.062.050,92
Benefícios Previdenciários da Fundação Estadual da Criança e do Adolescente	R$ 59.240.260,08	R$ 59.240.260,08	R$ 59.068.701,65
Benefícios Previdenciários da Fundação Universidade do Estado do RN	R$ 103.943.068,15	R$ 103.943.068,15	R$ 99.036.013,81
Pagamento de Benefícios Previdenciários aos Pensionistas	R$ 475.557.615,15	R$ 475.557.615,15	R$ 463.504.126,98
Total Executivo	**R$ 4.496.664.910,36**	**R$ 4.496.664.910,36**	**R$ 4.361.121.943,44**
DESPESA DETALHADA - DEMAIS PODERES			
Assembleia Legislativa - AL RN	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
Aposentadorias	R$ 80.780.626,74	R$ 80.780.626,74	R$ 80.780.626,74
Pensão	R$ 9.631.712,78	R$ 9.631.712,78	R$ 9.290.390,91
Total AL RN	**R$ 90.412.339,52**	**R$ 90.412.339,52**	**R$ 90.071.017,65**
Tribunal de Contas do Estado - TCE RN	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
Aposentadorias	R$ 23.624.327,10	R$ 23.624.327,10	R$ 23.624.327,10
Pensão	R$ 4.740.085,86	R$ 4.740.085,86	R$ 4.416.158,66
Total TCE RN	**R$ 28.364.412,96**	**R$ 28.364.412,96**	**R$ 28.040.485,76**
Tribunal de Justiça - TJRN	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
Aposentadorias	R$ 126.400.463,66	R$ 126.400.463,66	R$ 126.400.463,66
Pensão	R$ 43.715.891,54	R$ 43.715.891,54	R$ 41.913.617,54
Total TJRN	**R$ 170.116.355,20**	**R$ 170.116.355,20**	**R$ 168.314.081,20**
Ministério Publico - MPRN	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
Aposentadorias	R$ 39.978.764,08	R$ 39.978.764,08	R$ 39.978.764,08
Pensão	R$ 7.545.883,63	R$ 7.545.883,63	R$ 7.181.139,67
Total MP RN	**R$ 47.524.647,71**	**R$ 47.524.647,71**	**R$ 47.159.903,75**
Defensoria Pública - DPE RN	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
Aposentadorias	R$ 466.742,44	R$ 466.742,44	R$ 466.742,44
Total DPE RN	**R$ 466.742,44**	**R$ 466.742,44**	**R$ 466.742,44**

FONTE: SIGEF/RN

- Despesas com Contribuições Patronais dos Inativos

Esta análise inclui também os gastos referentes às contribuições patronais para inativos por órgão. Importante esclarecer que tais dispêndios não se configuram como despesas com benefícios previdenciários. A despesa patronal com inativos diz respeito aos valores que o ente público do Rio Grande do Norte, enquanto órgão governamental, direciona para a folha de pagamento dos aposentados e pensionistas. A tabela subsequente detalha os montantes alocados para as contribuições patronais de inativos por órgão no RN. É crucial destacar que esses gastos não são considerados no cálculo do déficit financeiro do FUNFIRN.

Além disso, é relevante enfatizar que as contribuições patronais ao RPPS, quando pagas fora do prazo estabelecido, estão sujeitas a encargos moratórios, incluindo multas, juros e correção monetária. Dado que representam a principal fonte de receita para o pagamento dos benefícios previdenciários, a pontualidade desses pagamentos, conforme estabelecido pelo regime de competência, é fundamental.

DESPESA DE PATRONAL POR PODER E ÓRGÃO

DESPESA DE PATRONAL	Empenhado	Liquidado	Pago
DPE RN	R$ 109.961,27	R$ 109.961,27	R$ 109.961,27
TJ RN	R$ 24.407.502,34	R$ 24.407.502,34	R$ 24.407.502,34
AL RN	R$ 19.227.039,01	R$ 19.227.039,01	R$ 19.227.039,01
MP RN	R$ 9.609.129,18	R$ 9.609.129,18	R$ 9.609.129,18
TCE RN	R$ 5.669.838,49	R$ 5.669.838,49	R$ 5.669.838,49
Administração Direta	R$ 865.830.965,79	R$ 865.830.965,79	R$ 864.448.759,34
IPERN	R$ 3.779.243,59	R$ 3.779.243,59	R$ 3.779.243,59
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	R$ 12.077.251,73	R$ 12.077.251,73	R$ 12.077.251,73
Fundação José Augusto	R$ 6.283.328,33	R$ 6.283.328,33	R$ 6.283.328,33
Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	R$ 9.664.763,90	R$ 9.664.763,90	R$ 9.664.763,90
Junta Comercial do Estado	R$ 229.918,36	R$ 229.918,36	R$ 229.918,36
Departamento de Estradas de Rodagem	R$ 6.329.731,65	R$ 6.329.731,65	R$ 6.329.731,65
Departamento Estadual de Trânsito	R$ 3.670.244,12	R$ 3.670.244,12	R$ 3.670.244,12
Fundação Estadual da Criança e do Adolescente	R$ 13.922.022,50	R$ 13.922.022,50	R$ 13.920.475,33
PENSÕES	R$ 128.242.940,00	R$ 128.242.940,00	R$ 128.198.467,20
UERN	R$ 24.794.161,93	R$ 24.794.161,93	R$ 24.794.161,93
Total	**R$ 1.133.848.042,19**	**R$ 1.133.848.042,19**	**R$ 1.132.419.815,77**

FONTE: SIGEF/RN

- Gestão de Recursos de Anos Anteriores – Militares

Com a promulgação da Lei Complementar nº 592/2021, os benefícios de aposentadoria e pensões dos militares passaram a ser administrados pelo Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM). Entretanto, permanecem alguns passivos pendentes relacionados a consignações de bancos, entidades de classe, entre outros, acumulados antes de 2023. Observou-se que parte desses passivos foi liquidada ao longo de 2023. Para possibilitar essa liquidação, recorreu-se a contribuições patronais militares, previamente classificadas como restos a pagar processados, gerando as receitas necessárias para tal fim, conforme demonstrado no quadro subsequente. Esses recursos foram, então, alocados especificamente para a quitação dos passivos em questão. Importante salientar que as receitas oriundas dessas contribuições não são consideradas no cálculo do resultado previdenciário do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Rio Grande do Norte (RPPS/RN).

RECEITAS DE MILITARES

RECEITAS DE MILITARES	PREVISTA	ARRECADADA
Contribuição do Militar Ativo	R$ 0,00	R$ 1.632.256,98
Contribuição Patronal - Militar Ativo	R$ 0,00	R$ 13.719.828,46
Contribuição Patronal - Militar Inativo	R$ 0,00	R$ 21.021.694,75
TOTAL	**R$ 0,00**	**R$ 36.373.780,19**

FONTE: SIGEF/RN

- Benefícios Previdenciários Mantidos pelo Tesouro

Os benefícios previdenciários custeados diretamente pelo tesouro referem-se àqueles sob a responsabilidade financeira do Tesouro do ente federativo, cuja execução orçamentária é realizada pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte (IPERN), embora os recursos provenham da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Norte (SEFAZ/RN). Esses benefícios, concedidos conforme legislação específica, não foram integrados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) por diversas razões, tais como pensões especiais decorrentes da condição de servidor e pensões outorgadas anteriormente à instituição do RPPS — e que, por estarem em processo de extinção

ou devido a outras circunstâncias similares, não foram incluídas nesse regime. Os gastos associados a esses benefícios no ano de 2023 estão detalhados no quadro subsequente:

DESPESA COM PENSÕES MANTIDAS PELO TESOURO

BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Pensões Mantidas pelo Tesouro	R$ 111.606.930,46	R$ 109.390.387,59	R$ 109.390.387,59	R$ 105.365.854,04
Pensões Mantidas pelo Tesouro – DEA	R$ 323.718,38	R$ 323.718,38	R$ 323.718,38	R$ 323.674,18
Outras despesas previdenciárias	R$ 23.251.351,16	R$ 23.005.134,29	R$ 23.005.134,29	R$ 22.997.802,21
TOTAL	**R$ 135.182.000,00**	**R$ 132.719.240,26**	**R$ 132.719.240,26**	**R$ 128.687.330,43**

FONTE: SIGEF/RN

- Compensação Previdenciária entre Regimes

A compensação financeira entre regimes previdenciários é fundamentada na disposição constitucional do § 9º do art. 201 da Constituição Federal, que permite a contagem recíproca do tempo de contribuição. A administração desse processo é conduzida pela Compensação Previdenciária (COMPREV), que facilita a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), bem como entre diferentes RPPSs, por meio do registro dessas transações em seu banco de dados.

Importante ressaltar que os montantes referentes à compensação previdenciária, acumulados a partir de 6 de maio de 1999, são ajustados conforme necessário e liberados imediatamente após a aprovação pela COMPREV. Tais valores, acumulados desde a data de início do benefício no regime de origem, são pagos junto ao primeiro repasse da parcela mensal subsequente à concessão da compensação financeira pela COMPREV.

A tabela a seguir apresenta o impacto na Receita Arrecadada resultante dessa compensação entre os regimes previdenciários no ano de 2023:

RECEITA DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISTA	ARRECADADA
Compensação Financeiras entre o RGPS e os Regimes Próprios de Prev. Servidores	**R$ 32.912.000,00**	**R$ 58.982.276,10**

FONTE: SIGEF/RN

- Resultado Alcançado pelo RPPS Estadual Frente ao Indicador de Situação Previdenciária (ISP)

Em relação ao Indicador de Situação Previdenciária (ISP/2023) se faz necessário um detalhamento do resultado obtido com um indicativo “D” para o Regime Próprio de Previdência Social do RN (RPPS/RN):

1) Nos critérios avaliados na emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) estamos nesse momento com 7/25 (sete dos 25 critérios avaliados com decisão judicial garantidora). Entretanto, devemos considerar que somente 8 dos 27 Estados estão com os critérios regulares integralmente, sendo que existem 6 Estados com critérios irregulares. Portanto, sem possibilidade à época da avaliação do ISP de emitir sua CRP. Dentre nossos critérios com decisão judicial garantidora, já estamos reunindo as condições para regularização administrativa em 5 desses critérios e 2 critérios dependem de situações que somente se implementam com o tempo (tais como investimentos de longo prazo ainda por vencer).

2) No aspecto de Envios, nosso gargalo se refere às informações para elaborar tempestivamente o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA), que deve ser entregue até 31 de março do ano seguinte. Entretanto, o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do RN (IPERN) não dispõe de acesso a todas as bases cadastrais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do Ente Estado do RN (incluído os poderes e órgãos), quando necessitamos das informações precisamos solicitar que nos sejam enviadas por e-mail planilhas com as informações que demoram a serem entregues por alguns desses poderes e ainda alguns vêm com inconsistências que demandam correções.

3) No critério Gestão, o IPERN está trabalhando nas documentações e legislação necessária para a adesão ao programa de Certificação Institucional dos Regimes Próprios de Previdência Social – PRO-GESTÃO, quando assim atingiremos plenamente este critério.

4) No critério de Suficiência Financeira, o RPPS/RN ocupa a 8° posição dentre os Estados Brasileiros em igualdade de condições (excluindo os Estados criados na Constituição Federal de 1988), mostrando que em termos de necessidade financeira não estamos dentre os piores estados da federação, para efeito de comparação a Paraíba tem aproximadamente R$ 1 bilhão de receitas previdenciárias para R$ 2,482 bilhões de despesas previdenciárias após as deduções, enquanto o RN tem aproximadamente R$ 2,6 bilhões de receitas previdenciárias para R$ 4,088 bilhões de despesas previdenciárias o que revela que temos uma proporção melhor.

5) No critério de Acumulação de Recursos, temos uma situação de estar dentre os piores estados da federação, em razão principalmente do saque dos recursos, que em 2014 representava algo em torno de R$ 1,1 bilhão de reais e que se estivesse sendo ainda acumulado até hoje estaria em volume que nos colocaria dentre os TOP 10 da nação.

Desse modo, podemos observar que a avaliação do RPPS/RN tem grande potencial de melhora e já estamos evoluindo de forma consistente para ter um RPPS que consiga dar uma maior tranquilidade ao nosso segurado quanto ao seu futuro.

- Plano de Amortização do Déficit Atuarial

Até o presente momento não existe nenhuma tratativa no Poder Executivo Estadual para implementação de um Plano de Amortização do Déficit Atuarial. Entendemos que um plano deste tipo deverá necessariamente envolver todos os poderes e órgãos do Estado do RN, para que cada um destes assuma sua parcela de responsabilidade sobre o passivo atuarial.

- Ações realizadas pelo IPERN em 2023

A autarquia previdenciária do RN é vinculada a SEAD e tem a responsabilidade de fazer a administração do Regime Próprio de Previdência dos Servidores. A sua fonte de custeio é a receita da Taxa de Administração. Verifica-se as receitas e despesas dessa autarquia nos quadros abaixo.

RECEITA – PREVISTA X ARRECADADA

RECEITA DA AUTARQUIA	PREVISTA	ARRECADADA
Remuneração dos Investimentos	R$ 400.000,00	R$ 3.110.787,60
COTA Patronal- Taxa Administração	R$ 27.900.000,00	R$ 27.915.000,00
Total	**R$ 28.300.000,00**	**R$ 31.025.787,60**

FONTE: SIGEF/RN

DESPESA DA AUTARQUIA

DESPESAS DA AUTARQUIA	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Pessoal e Encargos Sociais	R$ 13.083.477,72	R$ 13.083.477,72	R$ 13.037.362,00
Outras Despesas Correntes	R$ 5.855.621,08	R$ 5.659.374,22	R$ 5.446.167,39
Investimentos	R$ 571.883,28	R$ 554.283,28	R$ 443.583,28
Total	**R$ 19.510.982,08**	**R$ 19.297.135,22**	**R$ 18.927.112,67**

FONTE: SIGEF/RN

Ademais, seguem algumas das ações desenvolvidas pelo IPERN no decorrer do ano de 2023.

1. Recadastramento e Prova de Vida dos Aposentados e Pensionistas – procurando manter um cadastro atualizado e detectar possíveis fraudes que impactem nas despesas da previdência.
2. Implantação da Prova de Vida Digital – adoção da ferramenta de prova de vida digital, buscando prestar um atendimento mais humanizado principalmente para os aposentados e pensionistas que tenham dificuldades de deslocamentos, sem que com isso prejudique a verificação de fraudes contra à previdência.
3. Comissão de Justificação Administrativa – responsável pela verificação de denúncias e/ou pontos obscuros de processos, garantindo a lisura e legalidade dos processos de concessão e manutenção dos benefícios previdenciários.
4. Atendimentos diários – O IPERN, por meio de sua sede, agências e centrais do cidadão, atende aproximadamente 500 (quinhentos) beneficiários por dia para resolução de suas necessidades.

SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE – SESAP

A Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Norte – SESAP – RN tem como missão promover a descentralização para os municípios dos serviços e das ações de saúde, bem como acompanhar, controlar e avaliar estas ações, proporcionando apoio técnico e financeiro, coordenando o processo saúde-doença, na perspectiva da proteção e recuperação da saúde individual e coletiva da população do estado.

À Secretaria da Saúde Pública, consoante a Lei Complementar Estadual nº 163/99, compete, entre outras funções:

• Promover medidas de prevenção à saúde da população, mediante o controle e o combate de doenças infectocontagiosas e nutricionais;

• Fiscalizar e controlar as condições sanitárias, de higienes e de saneamento, a qualidade de medicamentos e de alimentos e a prática profissional médica e paramédica;

• Realizar a prestação de serviços médicos, paramédicos e farmacêuticos em colaboração com o Governo Federal;

• Dirigir as ações sanitárias;

• Promover campanhas educacionais e informacionais visando à preservação das condições de saúde da população.

A seguir, mostra-se, na forma de tópicos, as realizações desenvolvidas pelo órgão, no ano de 2023, com o fito de concretizar os objetivos e metas expostos no seu Plano Plurianual.

- **Promover o acesso da população à vida saudável, por meio da implantação do programa RN + Saudável**

Foram realizadas 21 ações intersetoriais voltadas para melhoria da qualidade de vida, incluindo o Programa Viva+RN Via Costeira; intervenções nas mídias digitais; aplicação do Pentáculo do bem-estar, questionário aplicado no RN itinerante e em escolas, a fim de traçar o perfil de saúde da população assistida; 2º Corrida da Mulher Viva+RN; lançamento de ebook nas escolas voltado para alimentação saudável e agricultura familiar; participação e apoio nas Oficinas de Promoção à Saúde Mental dos Adolescentes do Centro Estadual de Educação Profissional Professor Hélio Xavier de Vasconcelos e da Escola Estadual Arcelina Fernandes, desenvolvidas por meio de uma pesquisa interventiva da FAPERN; a participação no Simpósio Estadual de Vigilância Alimentar e Nutricional na APS com o Tema: Fortalecendo a Vigilância Alimentar e Nutricional nas Terras Potiguares; e a participação no I Fórum de Práticas Corporais e Atividade Física no SUS, que foi realizado no município de Tibau do Sul, com o objetivo de mostrar o panorama das práticas corporais e de atividades físicas e apresentar processos facilitadores para melhoria da capacitação e serviços no SUS da 1ª Região de Saúde.

Foram realizadas ações de articulação para o planejamento de atividades voltadas ao fortalecimento das políticas de equidade às populações vulneráveis, como reuniões junto ao Ministério da Saúde, FUNAI e Lideranças comunitárias indígenas para o planejamento de ciclos de formação voltados aos profissionais de saúde que atuam com povos indígenas no RN.

Durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2023 foram firmadas 2 parcerias com gestões municipais para a implementação do RN Itinerante, que objetiva ampliar as ações do programa RN+Saudável nos 167 municípios do Rio Grande do Norte, por meio da realização de Oficinas regionalizadas com a finalidade de proporcionar a qualificação dos profissionais da rede intersetorial dos municípios, e fortalecer as ações estratégicas nos territórios. Foi realizada a Oficina para Implementação da Política Estadual de Promoção da Saúde no município de Parnamirim. Por conseguinte, a outra parceria consolidada foi com a gestão municipal de Macaíba, da qual derivou o planejamento da próxima edição do RN Itinerante. Ocorreu ainda formação do GT Saúde na Escola da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte (SEEC).

A Área Técnica de Saúde de Adolescentes/GTI-E PSE/RN realizou apoio institucional junto aos municípios do RN em articulação com as Referências Técnicas da Saúde e Educação na perspectiva da adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE) e ao Programa Crescer Saudável no novo ciclo 2023/2024. 100% dos municípios do RN estão com adesão ao PSE.

Ocorreu a realização de monitoramento de agrotóxicos em água para consumo humano, de acordo com o Plano da Vigilância Ambiental do RN submetido e aprovado pelo MS e FIOCRUZ, nos municípios de Baía Formosa, Nísia Floresta, Canguaretama, Goianinha, Arês, Ceará-Mirim, Touros, Natal, Itajá, Assú, Serra do Mel, Apodi, Pau dos Ferros, Acari e Caicó.

Considerando o total de metas desse objetivo no PAA, consta 41,67% concluídas (05 metas), 50% em andamento (6) e 0,83% (1) ainda não iniciada.

- **Fortalecimento e qualificação das ações de vigilância no SUS para proteger as pessoas contra os riscos de adoecimento e morte e situações que ameaçam a vida e à saúde**.

Com relação ao apoio aos municípios para a implementação do Plano Estadual de Qualificação das Vigilâncias de base Regional, foram realizados os planejamentos para a gestão 2023-2026, oficinas as regiões de saúde II, V e VI e o início do planejamento das ações de educação permanente integradas por meio da instituição do NEP/CVS em 2024. As ações de vigilância também foram fortalecidas por meio do Julgamento de 94 processos administrativos sanitários; 589 processos de solicitação de alvarás sanitários; 901 Alvarás sanitários liberados;752 análises de projetos arquitetônicos; 439 inspeções e 366 coletas de amostras na área de alimentos em 89 municípios do RN; além de outras ações de apoio e monitoramentos junto aos municípios.

Em 2023 também houve o processo de articulação e organização para qualificação sobre o preenchimento da ficha de notificação das violências interpessoais/autoprovocadas, envolvendo momentos de educação permanente, visita técnica ao Hospital Universitário Ana Bezerra/ HUAB-UFRN, reunião com representantes das regionais de saúde, oficina de apresentação e discussão dos dados sobre violência contra mulheres e apresentação de dados no Seminário “O

RN pelo fim da violência contra as mulheres", organizado pela Secretaria de Estado das mulheres, da juventude, da igualdade racial e dos direitos humanos (SEMJIDH).

Atuações de vigilância em saúde conjuntas e padronizadas com os municípios foram realizadas mediante ações educativas para a população nas regiões de saúde, qualificação das equipes técnicas dos Núcleos regionais de vigilância em saúde, oficina para implementação da Política Estadual de Promoção à Saúde e articulações voltadas ao enfrentamento à violência contra a mulher e arboviroses.

A vigilância ambiental foi realizada por meio de ações como participação da reunião sobre o Plano de Contingência do Baixo Açu, coordenada pela Defesa Civil do RN; participação da comissão do eixo ambientes saudáveis da FECEAGRO, 1ª reunião da Comissão Técnica do Programa Estadual de Reuso de Águas, oficina de vigilância das populações expostas à agrotóxicos e reuniões de articulação com UGTISC sobre sistemas de informação, sala de situação e monitoramento de queimadas do Ministério da Saúde.

Considerando o total de metas (09) desse objetivo no PAA, consta 77,78% concluídas (07), 11,12% paralisadas (01) e 11,10% em andamento (01).

- **Fortalecer as práticas de Controle Social no Sistema único de Saúde**

A participação social se deu em várias ações, entre elas, as conferências regionais de saúde e a conferência estadual, que ocorreram no primeiro semestre do exercício, no Centro de Convenções.

Com relação aos canais de ouvidoria, durante o ano de 2023 foram recebidas 234 solicitações de Informação LAI pelo canal e-SIC. Em análise dos dados, foi atingido o tempo médio de resposta de 07 dias. Dessa forma, levando em consideração que o prazo legal para resposta é de 20 dias, a meta foi alcançada com êxito.

Ademais, 36 visitas para participação das reuniões da CIR e visitas técnicas nas sub redes das Ouvidorias SUS ocorreram e capacitações para novos servidores em hospitais e no CRI-Centro de Reabilitação Infantil.

Das 05 metas planejadas, 60% foram concluídas (03) e 40% estão em andamento (02).

- **Fortalecer a Gestão do Trabalho, instituindo uma política de pessoal que valorize os profissionais de saúde e instaure processos de participação com responsabilização com o desenvolvimento de uma rede estadual de educação permanente, envolvendo as universidades e instituições públicas de ensino em saúde, com ofertas que propiciem a capacidade de intervenção desses profissionais no atendimento das necessidades de saúde da população**

O Plano de Ações Regional de Educação Permanente em Saúde (PAREPS) foi finalizado, aprovado, publicado e implementado. Atualmente a Secretaria passa pelo processo de acompanhamento junto aos núcleos e de aprimoramento do sistema SUEDS (Sistema Unificado de Educação em Saúde). Embora as CIES regionais não tenham sido instituídas, contrariando o planejado, ações estratégicas preparatórias para implantação foram realizadas, tais como planejamento estratégico e agendas regionais de sensibilização.

Em 2023 foram nomeados 224 servidores, tanto aprovados em concurso público ainda vigente, quanto por contrato temporário, para atender as necessidades do serviço.

Das 04 metas planejadas, 75% estão em andamento (03) e 25% foi cancelada (01), por ter sido erroneamente inscrita no escopo da SESAP, em oposição à secretaria de segurança pública.

- **Reduzir mortes e adoecimentos por causas evitáveis e condições imunopreveníveis**

Durante o ano foram realizadas algumas ações como a continuidade do curso para aplicação da vacina BCG, atualização para vacinação COVID, realização de capacitação em sistemas para sala de vacina do Hospital da mulher

em Mossoró, capacitação da Campanha Influenza com as Regionais de Saúde e oficinas e capacitações sobre o processo de microplanejamento e atividades de vacinação de alta qualidade com técnicos municipais, além do encontro estadual de imunização no 6º bimestre. Nesse exercício também foi elaborado o Projeto “Movimento vacina+potiguar”, com ações intersetoriais visando recuperação das coberturas vacinais.

Houve o monitoramento das ações de tuberculose nas Regiões de Saúde do Estado através de reuniões periódicas com as coordenações locais, estimulando o acompanhamento dos casos de forma direta e observada, com foco no encerramento por cura.

Com relação à cura dos casos de hanseníase, houve a divulgação a versão eletrônica do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Hanseníase (PCDT), seguida da atualização e divulgação para municípios/serviços modelo de prontuário para acompanhamento dos pacientes de hanseníase já de acordo com fluxos e procedimentos proposto no PCDT, com foco no teste rápido para contatos de casos confirmados. Foram iniciadas articulações, com almoxarifado LACEN e URSAP’s para construção de fluxos, referente a distribuição do teste rápido e a logística de disponibilização dele através do SIES - Sistema de Informação de Insumos Estratégicos. Por fim, também ocorreu a distribuição do teste rápido da hanseníase e a logística de disponibilização do mesmo, capacitações/reuniões online com responsáveis técnicos da hanseníase, das URSAP’s e municípios, a fim de apresentar PCDT, o teste rápido para detecção de anticorpos igm ANTI-Mycobacterium leprae e SIES e construção de fluxos, impressos, formulários e planilhas para acompanhamento e monitoramento da distribuição e uso dos testes rápidos no Estado;

Sobre as ações voltadas para a redução de transmissão vertical do HIV e da sífilis, houve apoio técnico aos profissionais lotados em maternidades, capacitações e implantações do PrEP e PEP na rede assistencial, divulgação do boletim epidemiológico do HIV/Aids, entre outros. Por fim, a descontinuidade do Sistema SI PNI pelo Ministério de Saúde e consequente utilização do e-SUS AB encerrou uma das metas previstas no objetivo.

Esse objetivo conta com 07 metas, sendo 03 concluídas (42,2%), 03 em andamento (42,2%) e 01 meta paralisada (%).

- **Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil**

No subobjetivo de reduzir a taxa de mortalidade materna para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos, foram realizadas reuniões de apoio aos comitês de mortalidade materno/infantil no município de Rio do Fogo e no Hospital da mulher, reuniões do comitê de análise de óbitos COVID da SUVIGE, com o encerramento de 2 casos de óbitos maternos.

Nas ações voltadas ao enfrentamento da sífilis, 2023 contou com iniciativas de monitoramento dos casos notificados, distribuição de medicamentos de tratamento e insumos de prevenção, atualização do Plano Estadual de Enfrentamento à Transmissão Vertical, reuniões com municípios elegíveis para pleitear o selo de boas práticas na eliminação da transmissão vertical de sífilis e HIV, entre outros.

O sistema NOTIFICA RN já está sendo utilizado na captação das informações, com acesso a toda a população do Rio Grande do Norte. O fluxo está sendo aprimorado e serve de alerta para a Rede CIEVS. Houve solicitações para atualizações/ajustes nas notificações de mortalidade e em maio foram feitas 586 notificações e 703 em junho totalizando 1289 notificações durante o 3º bimestre.

Objetivando promover atenção integral à saúde da mulher e da criança, foram realizadas atividades de preparação, desenvolvimento de conteúdo, articulação de certificação do curso com a ESPRN para capacitações de partograma e cardiotocografia nas unidades para melhoria na assistência obstétrica. Também estão em curso capacitações sobre inserção de DIU para APS, o projeto de detecção precoce da Cardiopatia Congênita. Ademais, foram realizadas capacitações de partograma e cardiotocografia nas unidades no Hospital Santa Catarina, Hospital Percílio Alves, Hospital Monsenhor Antônio Barros e Hospital Alfredo Mesquita Filho.

Do total de metas (06), 50% foram concluídas e 50% estão em andamento.

- **Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios**

Em 2023 foi feito o acompanhamento da proposta de habilitação do SAD (Serviço de Atenção Domiciliar) Canguaretama (EMAD e EMAP) e expansão de EMAP para Monte Alegre e encaminhamentos junto ao Ministério da Saúde para apoio de progresso da atenção domiciliar no estado do RN. Foram iniciadas as tratativas para solicitação do SAD João Câmara (3ª Região de Saúde), programação de eventos de educação em saúde voltado para os SAD municipais já habilitados ou que podem ser habilitados e avançadas as tratativas para solicitação do SAD São Gonçalo do Amarante (7ª Região de Saúde). É necessário ressaltar que em diagnóstico, 13 municípios do estado apresentam os requisitos necessários para novas habilitações de SAD, com a possibilidade de habilitação em municípios de densidade populacional menor, a partir de pactuações de consórcios em CIB/CIR. Atualmente a atenção domiciliar se estabelece em 15 municípios do RN, compreendendo 20 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 12 Equipe Multiprofissional de Apoio (EMAP).

Esse objetivo conta com 01 das 04 metas em andamento.

- **Ampliar e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito de uma Política Estadual, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes**

O sistema Hórus passa por um processo contínuo de expansão, envolvendo treinamento, suporte e levantamento de farmacêuticos responsáveis pela assistência farmacêutica. Ocorreram capacitações em 3 temas vinculados à logística de medicamentos, além de qualificações no formato online.

Nesse quesito 40% das metas concluídas, 40% em andamento e 20% não iniciadas, totalizando 5 metas.

- **Implantar políticas prioritárias**

Embora a política estadual do idoso não tenha sido implementada, esteve em funcionamento por meio da Portaria da SESAP o grupo de trabalho especial para regulamentação da linha de cuidado da população LGBTQI+ do Estado, com a realização de reuniões com os setores envolvidos. Desde o 2° bimestre a última ação realizada pela área foi o grupo de trabalho especial para regulamentação da linha de cuidado da população LGBTQI+ do Estado, com a realização de reuniões com os setores envolvidos.

- **Aprimorar práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, assentada na regionalização**

Em 2023 foi iniciada a etapa de realização de agendas com Fiocruz/NESC e SESAP para o acompanhamento de atividades dos projetos de apoio às ações estratégicas para fortalecimento da implantação dos Consórcios Interfederativos de Saúde, envolvendo estudo exploratório, elaboração de instrumento de coleta de dados, aplicação do instrumento e consolidação de principais problemas, soluções, ações, atores e grau de priorização observados. Também houve a continuidade da qualificação das salas de situação de saúde da Coordenadoria de Vigilância em Saúde. Houve a construção do Plano Estadual de Saúde e Programação Anual de Saúde, com a previsão de implantação de dispositivos colegiados em todas as instâncias gestoras do SUS estadual.

No que concerne o apoio aos municípios, este acontece mediante apoio institucional com referências dos analistas regionais e técnicos da UPLANISUS/DPLAN e SEMS/RN, fomentando a elaboração dos instrumentos de planejamento municipais.

Todas as 03 metas estão em andamento.

- **Organizar sistema de apoio à gestão e aos municípios: com vistas ao processo de regionalização e organização das redes de atenção**

Ao longo do primeiro semestre de 2023, as articulações foram voltadas para alinhar o financiamento dos Consórcios Interfederativos entre estados e municípios. Assim, deliberações sobre serviço de transporte sanitário não foram concluídas. No segundo semestre, foram realizadas atividades que culminaram com a implantação

do Consórcio do Vale do Açu, tais como articulação com sociedade médica e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Houve, também, avanço nas discussões sobre o Protocolo de intenções da 1ª Região de Saúde.

Apesar dos esforços da gestão estadual, o andamento desta meta depende da disponibilidade dos gestores municipais e outras condicionantes que estão fora da governabilidade do Estado, tal como as agendas dos gestores, apoio federal e institucional de outros atores.

Relativamente ao projeto de apoio integrado às Regionais de Saúde e as Comissões Inter gestores Regionais (CIRs), ao longo do ano de 2023, os apoiadores estiveram presentes nas regionais e contribuíram com o desenvolvimento de importantes projetos, tal como a análise de situação de saúde, levantamento de equipamentos e pontos da RAS, apoiaram o preenchimento de relatórios e outros documentos que subsidiaram a construção ascendente do PPA, PES e os projetos voltados à implantação da regionalização. Ademais, apoiaram municípios das regiões de saúde na obtenção de habilitação de equipamentos e unidades da RAS para melhoria da captação de recursos e financiamento do SUS.

O planificaSUS está em andamento, com a implantação escalonada da metodologia de planificação nas demais regiões de saúde do Estado, já que a IV Região já foi planificada.

Por fim, as obras de reestruturação das URSAP’s de Santa Cruz e São José de Mipibu foram concluídas.

- **Criar uma política de desenvolvimento científico e tecnológico do SUS-RN, em parceria com as Universidades e os Institutos Federais, com apoio dos órgãos nacionais de fomento, e a cooperação dos organismos internacionais.**

Foram firmados convênios com a Fundação de Apoio a Pesquisa no Rio Grande do Norte, com atuação de 29 pesquisadores bolsistas, atuando em todas as regiões do Estado, com os resultados apresentados no III Seminário para Exposição dos Projetos de Pesquisa em Desenvolvimento. As atividades foram focadas na elaboração de relatórios e prestação de contas do projeto.

- **Aprimorar a destinação e a utilização eficiente dos recursos estaduais e municipais (via consórcios) no fortalecimento da rede pública**

A política de compras públicas sustentáveis está em processo de planejamento. A organização e articulação junto às regionais para retomada da discussão sobre os consórcios nas regiões de saúde com o intuito de dar prosseguimento à instituição da carta de serviços e posteriormente elaboração de protocolo de intenção.

- **Elaborar e implementar programa de investimentos na rede de saúde, incluindo a construção, reforma, ampliação de equipamentos, para tornar os serviços públicos do RN compatíveis com os padrões de qualidade já alcançados em outras realidades próximas**

No primeiro bimestre de 2023, foram retomadas as ações para elaboração da Política Estadual de Atenção Hospitalar, e dessa forma, está sendo desenvolvido o levantamento de estabelecimentos de saúde do Estado do Rio Grande do Norte, por município. Sendo imprescindível para o mapeamento assistencial. Vale destacar, que foi desenvolvido anteriormente o mapa assistencial, o qual encontrava-se em esboço. Não obstante, será necessário realizar a atualização da perfilização das unidades hospitalares, bem como quantitativo de leitos operacionais, tendo em vista que houve alterações no ano de 2022.Os documentos foram criados e foi iniciada sua aplicação, com a construção do mapa assistencial da 1ª região de saúde, com a precisão das demais macrorregiões para 2024.

Foram realizadas 9 ações de reforma e 17 ações de manutenção em 18 unidades de atendimento.

- **Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios.**

Sobre as redes de atenção nas regiões de saúde, houve ações de capacitação para profissionais enfermeiros e técnicos de enfermagem sobre

triagem biológica, ampliação dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) de São José de Mipibu, Currais Novos, e do CER Clínica Heitor Carrilho. Houve entrega de todos os kits previstos aos usuários ostomizados e/ou incontinentes urinários e/ou fecais.

Está em processo a habilitação junto ao Ministério da Saúde de um caminhão para funcionar como oficina ortopédica itinerante. A oficina ortopédica fixa da 3° região, vinculada ao CER de Guamaré está com 100% da obra construída, iniciou o processo de habilitação junto ao MS e está aguardando a publicação da Portaria de Habilitação. Quanto a construção da oficina ortopédica fixa vinculada ao CER de Macaíba, esta, encontra-se em processo de superação de fase junto ao SISMOB. Quanto a oficina ortopédica do CER Estadual, foi instaurado o processo e encontra-se na SIN/CPL para início do processo licitatório. A Oficina Ortopédica Fixa a ser construída na área do CERAE/RN, vinculada ao CERV III Estadual, já teve sua ordem de serviço assinada.

Houve a retomada da construção dos Planos de Ação Regional de Saúde Mental com as URSAP, que incluiu a planilha de ampliação das RAPS, orientação aos municípios sobre o processo de abertura de CAPS. Adicionalmente, cumpre destacar que todas as 8 Regiões de Saúde aprovaram em CIR a planilha dos Planos de Ação Regional (PAR) que versa sobre ampliação da RAPS. Na fase atual de implementação do PAR, está aguardando o envio dos projetos e propostas pelos municípios para posterior análise do Núcleo Estadual de Saúde Mental.

Sobre a assistência hematológica e hemoterápica à população, mediante manutenção dos serviços e melhoria da Hemorrede, bem como pela viabilização do atendimento da demanda de hemocomponentes. O cômputo da meta se deu em termos percentuais, vinculado à execução dos recursos orçamentários destinados ao objeto, porém a apuração se mostra inconsistente. Em 2023, foram aplicados aproximadamente R$ 23.852.240,24 (após corrigido o valor de 12,2% ref. 3º bimestre), e o somatório dos percentuais aplicados corresponde a 77,1% dos recursos. Com esses investimentos foi possível assegurar o atendimento da demanda de hemocomponentes de 100% dos pacientes SUS no período de janeiro a dezembro de 2023, apesar de não se ter alcançado todas as melhorias pretendidas na hemorrede.

O Hospital Coronel Pedro Germano foi habilitado na rede das unidades hospitalares do Estado, conforme termo de cooperação entre Entes Estaduais renovado em 22 de novembro de 2021. Foi iniciada a execução da obra de adequação da policlínica Caicó, com o recebimento de 40 equipamentos que visão a reestruturação.

Com relação à saúde bucal (SB), ao longo do ano, a área técnica conseguiu manter a cobertura dentro do patamar esperado, realizando ações no sentido de apoiar e fortalecer o programa SB Brasil, bem como o desenvolvimento do +APS Potiguar, estratégia de ampliação da Atenção Primária à Saúde no Rio Grande do Norte. No entanto, frise-se que há uma discrepância em relação à cobertura de alguns municípios. De acordo com os dados apresentados, dos 167 municípios do estado, seis (06) deles não possuem a cobertura de 100% para as equipes de SB AB. Destes, quatro estão abaixo da meta estadual de 80% de cobertura. São eles: Natal (41,47%), Açu (65,00%), Parnamirim (65,32%) e Ouro Branco (71,68%).

Das 13 metas previstas, 06 foram concluídas (46,25%) e 07 estão em andamento (53,84%%).

- **Estruturar um sistema unificado de regulação obedecendo os princípios da equidade**

Foi possível dar continuidade ao processo de implantação da Política Estadual a partir do Fortalecimento e estruturação das linhas de cuidado (vascular e o IAM) na Central de Acesso às Portas Hospitalar - CAPH/SURUES. Houve a delegação para equipe da CMR leitos para elaboração de apresentação da situação atual dos complexos reguladores, normativas e necessidades para regularização oficial no tocante às centrais regionais.

As ações desenvolvidas marcaram a aproximação com várias municipalidades, no sentido de dar continuidade para a execução do serviço de ampliação do SAMU 192/RN. Tal aproximação possibilitou que o projeto de expansão fosse apresentado a vários gestores, os quais levaram as ideias para maturação e discussões no âmbito dos seus respectivos municípios.

Observado o incremento de 02 municípios no bimestre anterior, o quarto bimestre foi marcado pela retomada de discussões em outras áreas, com reuniões agendadas para o mês de setembro e a perspectiva otimista de concretização de pactuações no mês de outubro.

Observado o incremento de 02 municípios em semestres anteriores, no quinto bimestre, em que pese não ter havido o incremento de novos municípios, ocorreram reuniões, cujos frutos se espera colher no semestre final.

- Ações específicas de enfrentamento à pandemia

Quanto ao enfrentamento a COVID-19 no exercício de 2023, A SESAP seguiu atuando no cenário pós pandêmico, considerando os agravos gerados na população em decorrência da doença e fortalecendo as ações de vigilância, tendo como foco a conscientização quanto a importância da vacinação promovendo ações em escolas, empresas e outros órgãos públicos e privados contribuindo para a mitigação dos impactos da crise sanitária, protegendo a saúde da comunidade e promovendo o bem-estar geral.

Através do Programa Estadual de Imunização, foram executadas: lançamento do programa Vacina+Potiguar, pelo qual foram firmadas parcerias entre a SESAP e outros órgãos públicos e privados para desenvolvimento de ações em prol da vacinação, capacitação, sensibilização, comunicação e estímulo a realização de ações de vacinação em órgãos públicos e privados; Projeto Minha Escola Nota 10, promovendo a conscientização e a vacinação dentro do ambiente escolar, contribuindo para a saúde e bem-estar de alunos, professores e funcionários; Projeto Minha Empresa Nota 10, tendo como objetivo promover o acesso a saúde e o bem-estar dos colaboradores, proporcionando um ambiente de trabalho mais seguro e protegendo a equipe contra doenças contagiosas e imunopreveníveis; Ação Verão Protegido, que visa estimular a ações de vacinação nos locais que têm aumento do número de visitantes durante o verão.

Atualmente o sistema SI-PNI novo está disponível para as maternidades e unidades hospitalares para o registro de imunobiológicos, a nova versão foi atualizada no segundo semestre de 2023 e foi repassada a todos os responsáveis das referidas unidades do Estado do Rio Grande do Norte. A atualização em sala

de vacina e a implementação de um novo sistema de informação são essenciais para acompanhar as demandas crescentes, melhorar a qualidade dos registros e fortalecer a vigilância epidemiológica. Através da ação foi possível realizar capacitação remota e presencial para todos os profissionais de saúde envolvidos no processo de vacinação em maternidades, unidades especializadas e hospitais, como enfermeiros, técnicos de enfermagem, e demais colaboradores que utilizam o SI-PNI em suas atividades diárias. O objetivo é garantir o uso eficiente e preciso do sistema para promover a eficácia do programa de imunização.

No ano de 2023 o Programa de Telemedicina da SESAP-RN, através do Telediagnóstico, desenvolveu ações assistenciais na área da Telecardiologia nos 167 municípios com aparelhos portáteis de Eletrocardiografia, de maneira a possibilitar nas oito regiões de saúde do estado atendimento as urgências e eletivos.

O conjunto de serviços do telediagnóstico através do TeleECG realizou no ano de 2023 o quantitativo de 156.987 exames de eletrocardiogramas, gerando 249.245 diagnósticos em cardiologia, sendo 10.084 diagnósticos de Infartos entre novos e preexistentes, através da utilização de 214 aparelhos, junto as Unidades Básicas de Saúde - UBS, Unidades de Saúde da Família - USF, Unidades de Pronto Atendimento, Unidades Mistas e Hospitais públicos municipais e da SESAP-RN que compõem o Sistema Único de Saúde no Rio Grande do Norte. Foram assistidas 156.987 pessoas, sendo 87.673 do sexo feminino e 69.314 do sexo masculino no ano de 2023, muitos desses pacientes encontravam-se acometidos pela COVID-19.

Foram investidos R$ 3.416.165,64 que contemplam três importantes equipamentos do SUS potiguar: Hospital Geral João Machado, o Cerae-RN e o Hemonorte.

Análise de Indicadores

- Expectativa de vida

RESULTADO DO INDICADOR: Quanto à análise dos indicadores propostos no instrumento, foi compreendido que eles precisam passar por adequações. O

PPA exige que os indicadores de impacto consigam mensurar o avanço dos programas estabelecidos, onde atualmente encontra-se dificuldades em efetivar essa avaliação. A taxa de expectativa de vida, sendo calculada pelas tábuas de vida das estimativas populacionais do IBGE, com a apuração mais recente datada de 26 de novembro de 2020, saiu de 76,97 para 76,4, indicando uma redução.

- Taxa de Mortalidade Infantil Neonatal

RESULTADO DO INDICADOR: 11,29% (taxa de mortalidade infantil) e 8,07% (taxa de mortalidade neonatal). O parâmetro nacional de referência, considerado aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de 10 mortes para cada mil nascimentos. Portanto, a cada ano tem-se buscado reduzir ainda mais esse indicador e avançar na qualidade da Atenção Primária no Rio Grande do Norte. A série histórica da taxa de mortalidade neonatal de 2015 a 2023 aponta um decréscimo na mortalidade desta faixa etária.

Evolução da taxa de mortalidade neonatal

Ano	2019	2020	2021	2022	2023
Taxa de Mortalidade Neonatal	8,11	8,64	8,56	7,72	7,77

Fonte: Secretaria de Saúde Pública (SESAP).

- Taxa de Mortalidade por acidente de trânsito

RESULTADO DO INDICADOR: 11,02% (via SIM - óbitos por ATT/pop total*100.000). As ações integradas e estratégicas do PVT vêm possibilitando, mesmo que de forma ainda sútil, devido à complexidade desta temática, a redução de sinistros por transportes terrestres no Estado do Rio Grande Norte. Dados do SIM/SINASC demonstram uma redução dos casos de sinistros. A série histórica dos últimos 5 anos apontam para uma ligeira queda na Taxa de Mortalidade por ATT por 100.000 habitantes no RN. Importante salientar que os ATT correspondem à aproximadamente 20% dos óbitos de residentes RN por causas externas, e os ATT com motocicletas são responsáveis por 40% dos óbitos neste grupo de causas.

Evolução da taxa de mortalidade por acidente de trânsito

Ano	2020	2021	2022	2023

Taxa de Mortalidade por acidente de trânsito	13,47	13,20	13,02	11,02

Fonte: Secretaria de Saúde Pública (SESAP).

- Taxa de internação por acidente de trânsito

RESULTADO DO INDICADOR: 130,38%. A série histórica da Taxa de Internação por Acidente de Trânsito nos anos de 2020 e 2021 é impactada pela pandemia de covid-19, que restringiu o número de veículos nas ruas, por esta razão a avaliação da série histórica pode ser impactada na sua avaliação real.

Evolução da taxa de internação por acidente de trânsito

Ano	2020	2021	2022	2023
Taxa de Internação por acidente de trânsito	120,42	134,66	152,00	130,38

Fonte: Secretaria de Saúde Pública (SESAP).

- Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 na população residente de determinado local da mesma faixa etária

RESULTADO DO INDICADOR: 0,25 (razão). A avaliação no Rio Grande do Norte mostra que os níveis de cobertura para a população-alvo são insuficientes e estão muito abaixo das metas preconizadas nacionalmente (0,40) e internacionalmente para o rastreamento do câncer de mama. Deve-se levar em consideração que alguns municípios e prestadores de serviço relatam dificuldades com o SISCAN, não conseguindo faturar os exames, o que impacta diretamente na consolidação da produção gerada. Essa situação tem sido analisada e corrigida com o suporte da equipe do SISCAN no Ministério da Saúde. Outro ponto é a memória de cálculo que sofreu alteração no estado para se adequar aos cálculos utilizados pelo Ministério da Saúde e demais estados Brasileiros. Importante salientar que o número de exames é comprometido durante o período da pandemia de covid-19, e que os exames realizados na rede particular de saúde não entram no cálculo por não serem inseridos nos sistemas de informação.

Evolução da razão de exames de mamografia

Ano	2020	2021	2022	2023

Razão de exames de mamografia	0,13	0,18	00,20	0,25

Fonte: Secretaria de Saúde Pública (SESAP).

- Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e na mesma faixa etária.

RESULTADO DO INDICADOR: 0,32 (razão). A avaliação no Rio Grande do Norte mostra que os níveis de cobertura para a população-alvo são insuficientes e estão muito abaixo das metas preconizadas nacionalmente (0,40) e internacionalmente para o rastreamento do câncer de mama. Deve-se levar em consideração que alguns municípios e prestadores de serviço relatam dificuldades com o SISCAN, não conseguindo faturar os exames, o que impacta diretamente na consolidação da produção gerada. Essa situação tem sido analisada e corrigida com o suporte da equipe do SISCAN no Ministério da Saúde. Outro ponto é a memória de cálculo que sofreu alteração no estado para se adequar aos cálculos utilizados pelo Ministério da Saúde e demais estados Brasileiros.

Evolução da razão de exames de mamografia

Ano	2020	2021	2022	2023
Razão de exames citopatológicos	0,17	0,26	0,28	0,32

Fonte: Secretaria de Saúde Pública (SESAP).

SEGURANÇA PÚBLICA

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil estabelece que a segurança pública é uma obrigação do Estado, um direito e responsabilidade compartilhados por todos os cidadãos. Seu propósito é assegurar a manutenção e preservação da ordem pública, bem como a integridade das pessoas e do patrimônio.

> Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: [...]

Da mesma forma, o artigo 90 da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte estipula:

> Art. 90. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
>
> I – Polícia Civil;
>
> II – Polícia Militar; e
>
> III – Corpo de Bombeiros Militar.

Neste segmento, além das unidades mencionadas anteriormente, fazem parte também a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social – SESED, encarregada da estrutura administrativa da segurança pública do Estado, o Instituto Técnico Científico de Polícia - ITEP e a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária - SEAP.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – SESED

A Lei Complementar Estadual nº 163, de 05 de fevereiro de 1999, instituiu a Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social (SESED/RN) com a missão de "Promover a segurança pública no Rio Grande do Norte, fortalecendo a

integração das forças policiais, do órgão de perícia oficial e dos órgãos de defesa social, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida das pessoas".

A seguir, são apresentadas, em formato de tópicos, algumas das realizações da SESED em conformidade com os objetivos e metas delineados no Plano Plurianual da Secretaria.

- **Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis**

No âmbito da definição de diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos, a partir da publicação da Lei Complementar nº 721/2022 foi criado o Departamento de Proteção a Grupos em Situação de Vulnerabilidade (DPGV), assim como do Decreto Estadual nº 32.687/2023 que o regulamentou com as suas atribuições, deu-se a expedição de vários documentos nesse sentido.

- **Estabelecer a aproximação das forças estaduais de segurança pública com a sociedade e estimular a participação popular no controle social**

Nesse sentido, foi criada uma Câmara Temática no âmbito da Comissão de Gestão Estratégica do Plano Estadual de Seg. Pública (PESP RN) visando a definição das áreas e atores que trabalharão de forma integrada nas regiões do Estado.

- **Ampliar a frota do Sistema Estadual de Segurança Pública e de Defesa Social**

A frota foi ampliada e modernizada com a aquisição de 83 veículos e a locação de 300 veículos para a PC/RN e PM/RN.

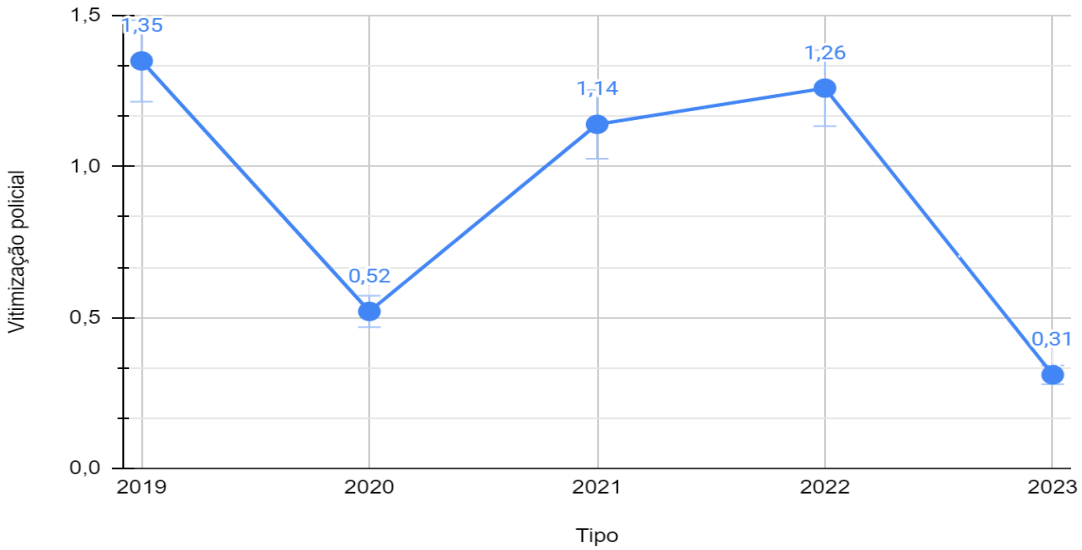
- **Implantar unidades padrão de segurança pública e de defesa social visando o aprimoramento da prestação dos serviços e o atendimento ao cidadão**

Foram construídos os Complexos de Perícia Criminal do ITEP/RN e de Delegacias e Departamento da PC/RN e do Regimento de Polícia Montada da PM/RN (RPMON).

A Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais (COINE) compilou dados significativos relacionados à segurança pública no Estado do Rio Grande do Norte, apresentando análises históricas comparativas.

Analisando o Gráfico da Taxa de policiais civis e militares da ativa vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais - CLVI, vê-se que apesar da crescente nos anos de 2021 e 2022, o ano de 2023 obteve a menor taxa em cinco anos, representando uma expressiva diminuição de 75,39% em relação a 2022.

Gráfico da Taxa de policiais civis e militares da ativa vítimas de CLVI (por 1.000 policiais em serviço ou fora dele)



Fonte: CVLI – COINE/SESED / Efetivo: RH dos Órgãos I População - IBGE. Metodologia de cálculo (Total de CVLI/efetivo policial*1.000)

Foi observado que os Crimes Violentos Letais Intencionais diminuíram, destacando que os crimes de Homicídio Doloso, Intervenção Policial e Latrocínio obtiveram a menor taxa em cinco anos. O crime de Lesão Corporal Seguida de Morte foi o único que obteve um leve aumento com relação ao ano de 2022, bem como o ano de 2019 sagrou-se com a maior taxa nos últimos cinco anos, conforme a tabela a seguir.

Tabela da Taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais CVLI – Taxa por 100 mil habitantes

Tipo	2019	2020	2021	2022	2023
Homicídio Doloso	30,63	34,61	29,85	27,32	22,50
Intervenção Policial	4,85	4,07	4,24	3,09	2,62
Latrocínio	1,77	1,81	1,52	0,89	0,77
Lesão Corporal Seguida de Morte	3,59	1,6	0,53	2,15	2,21

Fonte: CVLI – COINE/SESED I População - IBGE. Metodologia de cálculo (Total por tipologia/ população*100.000)

O crime de homicídio de mulheres, assim como os anteriores, diminuiu, alcançando a menor taxa em cinco anos. Em contrapartida, apesar dos esforços estatais em diversas iniciativas, a taxa de feminicídio foi a maior desde 2019.

Por fim, seguindo uma tendência positiva, a taxa de roubo de veículos foi a menor em cinco anos. Entretanto, quando se trata do furto de veículos, foi registrado a maior taxa desde 2019, conforme a tabela demonstra.

Tabela de Feminicídio e Homicídio de Mulheres – Taxa por 100 mil mulheres

Tipo	2019	2020	2021	2022	2023
Feminicídio	1,17	0,72	1,1	0,87	1,29
Homicídios de Mulheres	5,79	4,69	4,44	3,53	3,34

Fonte: CVLI – COINE/SESED I População do gênero feminino do Estado - IBGE. Metodologia de cálculo (Total de Feminicídio/população do gênero feminino *100.000)

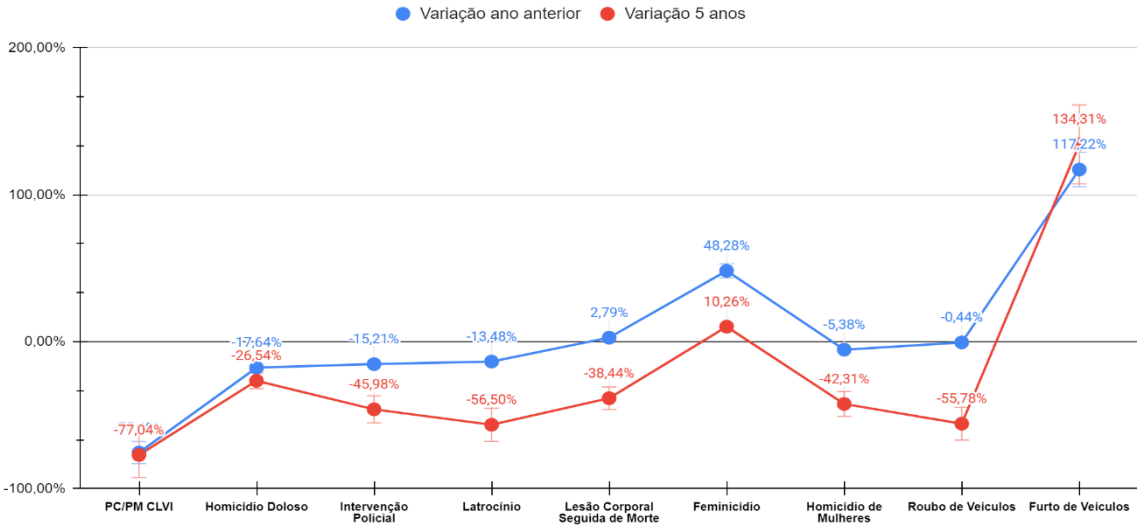
Tabela de Roubo e Furto de Veículos – Taxa por 100 mil veículos

Tipo	2019	2020	2021	2022	2023
Roubo	454,3	399,3	291,6	201,79	200,9
Furto	61,9	45,5	57,2	66,77	145,04

Fonte: Roubo e Furto de veículos – DEPROV I Frota de Veículos - DETRAN. Metodologia de cálculo (Total de Roubo ou Furto de Veículos/Frota *100.000 Veículos)

No gráfico a seguir, que traz um panorama geral, observa-se que a grande maioria dos crimes ora analisados obtiveram uma significativa redução, com apenas um *outlier*, o crime de furto de veículos.

Gráfico do Panorama Geral de Dados Estatísticos de Crimes



Fonte: Agrupamento dos dados enviados pela COINE/SESED.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP

A Lei Complementar Estadual nº 649, de 10 de maio de 2019, instituiu a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP/RN) com competências que abrangem uma série de responsabilidades, incluindo o planejamento e execução da política prisional estadual, a aplicação da legislação e diretrizes referentes à execução penal, o atendimento e assistência ao preso, a segurança e disciplina nas unidades prisionais, o registro e movimentação de presos, atividades de inteligência prisional, disponibilização de informações estatísticas, gerenciamento de sistemas de informação, diretrizes para construção de unidades prisionais, gestão administrativa, financeira e patrimonial, administração de pessoal, integração com órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública, elaboração de parcerias, proposição de ações para redução de custos, acompanhamento de progressões de penas, entre outras.

Nos próximos tópicos, estão resumidos os principais objetivos delineados no plano plurianual da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP), juntamente com um relato sobre o estágio atual de execução, além de alguns dados estatísticos conforme reportado pela pasta.

- **Construir ou reformar penitenciária feminina em conformidade com a resolução nº 09 do CNPCP**

Atualmente, encontra-se em andamento a execução da obra de reforma da unidade prisional feminina, cuja ordem de serviço foi emitida em 19/07/2022 como pode ser observado no processo SEI nº 06010043.003217/2021-84. O prazo estipulado para a conclusão desta iniciativa é de 07/07/2024 com base no terceiro termo aditivo do contrato.

- **Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP**

A Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) possui uma frota de 161 veículos, sendo 68 ostensivos/caracterizados e 93 descaracterizados estando distribuídos entre os Grupos do Departamento de Operações Táticas - DOT como: GEP, GOE e GPOC, bem como, as Unidade Prisionais e demais Departamento da SEAP, como suporte logístico. Foram realizadas manutenções preventivas e corretivas em 84 deles por meio do contrato nº 021/2023 e utilizando mão de obra dos apenados no projeto "Missão SEAP", totalizando um custo de R$503.066,53. Além disso, foram executadas diversas atividades, como cadastramento de veículos, logística, distribuição de materiais e apoio institucional. A renovação e ampliação contemplaram a recepção de 03 veículos T-CROSS, doados pela SEPLAN em janeiro de 2023, e a aquisição de 11 veículos (02 caminhões, 02 Ranger e 07 Peugeot 208) em julho/23 por doação do SENAPPEN, totalizando um acréscimo de 14 veículos à frota.

- **Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena**

Atualmente a SEAP dispõe de 02 contratos em vigor de prestação de serviços de monitoramento eletrônico de pessoas, sob a vigilância do Estado, através do fornecimento de tornozeleiras eletrônicas e equipamentos para prevenção de violência doméstica, sendo um destes contratos, em formato emergencial.

Quantidade disponibilizada de tornozeleiras eletrônicas

Empresa	Quantidade Disponibilizadas	Processo SEI
SYNERGYE	3.750	06010082.000845/2020-61
TEKGEO	2.000	06010004.002689/2023-48
TOTAL	5.750	

Fonte: SEAP

Soma-se ao todo a disponibilização para 5.750 (cinco mil setecentos e cinquenta) instalações de equipamentos. A SEAP esclarece que todas as instalações dos dispositivos de monitoração eletrônica estão sujeitas às determinações judiciais, seja em âmbito da execução penal (regime semiaberto) ou de medidas cautelares, não tendo a unidade competência para aplicação de ofício.

A SEAP possui 3320 monitorados ativos, possuindo uma margem considerável para ampliação desse número. Por fim, a SEAP esclareceu que foram iniciados os trâmites administrativos para um novo contrato de fornecimento de tornozeleiras eletrônicas e equipamentos para prevenção de violência doméstica para o ano de 2024, sob o número 06010012.003012/2023-28.

- **Aumentar de 350 para 6.500 (seis mil e quinhentos) o número de pessoas privadas de liberdade que participam de atividades laborais.**

Atualmente a SEAP possui 16 (dezesseis) acordos de cooperação para trabalho de PPLs ativos, 09 (nove) em tratativas para formalização de outros acordos, 103 (cento e três) Pessoas Privadas de Liberdade com remuneração e 404 (quatrocentos e quatro) em atividades de trabalho por remição de pena.

Em breve, será viabilizado o recebimento de doações de equipamentos por meio do SENAPPEN para impulsionar 15 (quinze) oficinas destinadas à produção de blocos, 5 (cinco) oficinas voltadas à confecção de chinelos e uma oficina especializada na fabricação de fraldas e absorventes. Essa iniciativa representa uma significativa ampliação das oportunidades de trabalho prisional, proporcionando condições aprimoradas para o desenvolvimento dessas atividades nas unidades prisionais.

Por fim, foi criada a Comissão Temporária de Fomento ao Trabalho e Renda/SEAP, bem como a construção do Programa de Trabalho e Renda SEAP/RN.

- Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina.

Conforme já citado, essa iniciativa já está em curso por meio da reforma da penitenciária feminina em conformidade com a resolução nº 09 do CNPCP.

- Taxa de presos no sistema penitenciário e sob custódia (por 100 mil habitantes).

Taxa de Presos no Sistema Penitenciário e Sob Custódia (por 100 mil habitantes)

Ano	Pop. Prisional	Ano base Censo e Portaria PR-268 IBGE	Taxa
2019	10.797	2021	303,21
2020	11.482	2021	322,45
2021	12.043	2021	338,20
2022	12.181	2022	368,82
2023	12.582	2022	380,95

Fonte: SEAP

A tabela considerou nos três primeiros anos (2019, 2020 e 2021) uma população de 3.560.903 pessoas (Portaria PR-268, IBGE, 2021), nos dois últimos anos (2022 e 2023) a população do RN considerada foi de 3.302.729 pessoas (Censo, IBGE, 2022). Diante disso, verificou-se que a taxa de presos no sistema penitenciário e sob custódia por 100 mil habitantes obteve um crescimento de 25,63% em cinco anos, bem como, a taxa de presos por 100 mil habitantes subiu 77,74 pontos. Segundo dados da SEAP, o total de 12.582 presos, com base em 31/12/2023, se subdivide em Grupo 01: 7.105 em celas físicas e Grupo 02: 5.477 em prisão domiciliar com ou sem monitoração eletrônica.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – PM/RN

A Lei Complementar nº 90, de 04 de janeiro de 1991, estabeleceu a Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (PM/RN), definindo órgãos de direção, apoio e execução. Os órgãos de direção, liderados pelo Comandante Geral, desempenham a administração e comando da PM, planejando e organizando para atender às necessidades de pessoal e material. Esses órgãos acionam os de apoio e execução por meio de diretrizes e ordens, controlando e fiscalizando suas atividades.

Os órgãos de apoio realizam a atividade-meio da PM, atendendo às necessidades de pessoal e material conforme diretrizes dos órgãos de direção. Por outro lado, os órgãos de execução, representados pelas Unidades Operacionais, desempenham a atividade-fim da PM, cumprindo missões e objetivos estabelecidos pelos órgãos de direção.

A seguir, destacam-se algumas realizações da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (PM/RN) referentes ao ano de 2023, conforme os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual.

- **Realizar concurso público para recompor e ampliar o efetivo da Polícia Militar, visando o amplo ingresso**

Situação dos concursos da PM/RN nos últimos 4 anos.

Ano	Previsto	Realizado	Situação
2020	1000	1034	Concluída
2021	1000	0	Não iniciado
2022	1000	424	Em andamento
2023	1000	1449	Em andamento

Fonte: PM/RN

Foi destinado para o ano de 2020, a quantidade de 1.000 vagas, sendo que durante o exercício, foram convocados 1.034 concursados. No ano de 2021 não houve concurso para novos policiais. No ano de 2022 utilizaram 424 vagas das 1000 disponibilizadas para concursos. No ano de 2023 foram utilizadas pela PM/RN 1449 vagas excedendo o que estava previsto.

- **Realizar Cursos de Formação, Aperfeiçoamento e habilitação dos Policiais e Superior de Polícia**

Situação dos cursos de capacitação realizados no âmbito da PM/RN nos últimos 4 anos.

Ano	Previsto	Realizado	Situação
2020	2515	1034	Concluída
2021	2515	0	Não iniciado
2022	2515	1306	Em andamento
2023	2515	390	Em andamento

Fonte: PM/RN

Ao longo de 2020, realizou-se o Curso de Formação de Praças em decorrência de concurso público, com outros cursos de aperfeiçoamento sem impacto no orçamento. Em 2021, não foram implementadas ações nesse sentido pelo orçamento próprio. Já em 2022, promoveu-se o concurso de Oficiais Combatentes, Oficiais de Saúde (por decisão judicial) e o Curso de Formação de Polícia (CFP). No ano de 2023, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar contabilizou, um total de 927 policiais formados e aperfeiçoados, além de 1.137 discentes em processo de formação.

- **Adquirir Equipamento/Armamento letal e não letal/Material Bélico/Munições/Coletes e escudos balísticos aplicados à atividade policial**

Aquisição de equipamentos e armamentos nos últimos 4 anos.

Ano	Previsto	Realizado	Situação
2020	5000	0	Não Iniciada
2021	5000	164000	Concluída
2022	5000	4064	Em andamento
2023	5000	2123	Em andamento

Fonte: PM/RN

Ao longo de 2020, não ocorreu nenhuma execução orçamentária. Em 2021, adquiriram-se 164.000 munições por meio de convênio com o Ministério Público. No ano subsequente, em 2022, foram realizadas aquisições de coletes balísticos. Já em 2023, prosseguiu-se com a aquisição de coletes balísticos, contemplando diversos tamanhos.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – PC/RN

A Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte (PC/RN) foi estabelecida em 1981, por meio da Lei nº 5.074/1981, embora suas raízes remontem ao Império. As origens remetem à posse do primeiro delegado da então província do RN, em 22 de março de 1842, conforme determinação da Lei Imperial, que instituiu os cargos de delegado, subdelegado e inspetor de quarteirão.

Após a promulgação da Lei nº 5.074/1981, ocorreu o primeiro concurso da Polícia Civil, permitindo o ingresso de homens e mulheres na carreira. Subordinada à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED), a instituição desempenha funções essenciais, sendo incumbida do exercício das atividades de polícia judiciária e apuração de infrações penais, com exceção das militares. Sua responsabilidade abrange a preservação da ordem e segurança públicas.

Dentre as principais funções institucionais da Polícia Civil, destacam-se a repressão de infrações penais, a condução de atividades de polícia judiciária, a apuração de infrações penais no âmbito estadual conforme a legislação vigente, a requisição de perícias criminais e médico-legais necessárias aos órgãos competentes, a proteção de pessoas, bens e direitos individuais, além de manter um serviço contínuo de atendimento aos cidadãos.

A seguir, apresentam-se as principais ações executadas pela Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte em consonância com os objetivos e metas delineados no Plano Plurianual (PPA) da instituição.

- **Implantar rede de comunicação digital e criar centros de controle de videomonitoramento com gestão do sistema pela DEGEPOL**

Está em curso um procedimento licitatório visando à contratação de uma empresa especializada em videomonitoramento. O processo em questão está devidamente registrado sob o número SEI nº 11910003.000750/2023-82 e encontra-se em fase de análise pela assessoria jurídica.

- **Reestruturar, organizacional e fisicamente, o Laboratório de Tecnologia Contra a Corrupção e Lavagem de Dinheiro (LAB/LD - PC/RN)**

O laboratório foi beneficiado com a aquisição de softwares especializados para análise de dados, cursos de capacitação contínua para o efetivo, desenvolvimento de ferramentas e aplicativos destinados ao tratamento de dados bancários e fiscais. Além disso, houve um reforço no efetivo, com o direcionamento de policiais para atuar no laboratório.

- **Adquirir equipamentos de informática voltados para atividades de inteligência e investigação, no âmbito da Polícia Civil**

Um procedimento licitatório foi instaurado por meio do Processo SEI 11910003.002596/2022-01, resultando na aquisição de equipamentos de informática divididos em quatro processos SEI:

1. SEI nº 11910002.005720/2023-72:
   40 unidades de placa-mãe, 70 unidades de placa-mãe 1150, 50 unidades de Fonte ATX 24 pinos; Ordem de Compra Id. 23621090.
2. SEI nº 11910002.005727/2023-94:
   300 unidades de Webcam; Ordem de Compra Id. 23615765.
3. SEI nº 11910002.005726/2023-40:
   250 mouses e 150 teclados; Ordem de Compra Id. 23614389.
4. SEI nº 11910002.005725/2023-03:
   70 unidades de pente de memória RAM, 40 pentes de memória RAM tipo DDR4 e 150 unidades de armazenamento tipo SSD; Itens já recebidos (IDs. 23702962 e 23704863).

- **Aquisição de viaturas descaracterizadas, para execução de atividade-fim da polícia civil, bem como viaturas caracterizadas e adaptadas para transporte de pessoas apreendidas, de modo a salvaguardar a vida dos condutores.**

No ano de 2023, conforme dados fornecidos pelo Setor de Transporte, foram incorporados à frota da Polícia Civil do Rio Grande do Norte (PC/RN) os seguintes veículos:

- 11 veículos descaracterizados modelo Pulse (Governo Cidadão);
- 12 motocicletas XRE 190 (Convênio);
- 01 Chevrolet/Cruze (Doação do Ministério da Justiça - MJ);
- 01 Chevrolet/S10 (Doação do Ministério da Justiça - MJ);
- 02 Renault/Sandero (Pronasci Ministério da Justiça - MJ);
- 32 Renault/Duster (Contrato de locação);
- 07 VW Virtus descaracterizados;

- 03 Peugeot/2008 descaracterizados.

Cumpre ressaltar que foram locadas 100 viaturas caracterizadas e 39 viaturas descaracterizadas por meio do processo SEI nº 11910005.002116/2022-83.

- **Implementar estratégias e mecanismos de investigação aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro**

A Delegacia Especializada na Repressão à Lavagem de Dinheiro (DRLD) conduziu operações contra crimes na administração pública, ofereceu capacitação em investigação financeira, apresentou projetos junto ao Poder Judiciário para aprimorar os equipamentos de TI das unidades, estabeleceu convênio com o TCE/RN para acesso a bancos de dados, e apresentou minuta de projeto de LC para criar e regulamentar o FUNDAPOL.

- **Reestruturação, organizacional e física, a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa - DHPP**

A DHPP passou por reestruturação, mudando para uma sede mais adequada e expandindo a atuação para Municípios Pólos com altos índices de crimes letais. Com o objetivo de reduzir a criminalidade violenta, as delegacias de homicídios agora abrangem Natal, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim, Ceará-Mirim, Macaíba e Mossoró. A equipe da DHPP intensificou a investigação em toda a Grande Natal, no horário extraordinário, e reforçou a expertise na primeira fase da investigação com um aumento na equipe de Plantão de Local de Crime. A reestruturação também incluiu casos de pessoas desaparecidas e a finalização do concurso público contribuiu para a recomposição de pessoal.

- **Criar e estruturar Departamento de Proteção a Grupos de Vulneráveis - DPGV, no intuito de atender mulheres, crianças, adolescentes, deficientes e idosos vítimas de violência, de forma qualificada e padronizada**

Criado pela Lei Complementar nº 721/2022, o Departamento de Proteção a Grupos em Situação de Vulnerabilidade (DPGV) é uma unidade especializada da Polícia Civil, oferecendo atendimento humanizado 24 horas em Natal. Com 19 delegacias no RN, abrange demandas oriundas de órgãos como o Disque 100,

Disque 180 e 181, Promotorias, Conselhos Tutelares e CREAS, focando em direitos de grupos vulneráveis.

- **Reduzir a violência contra a mulher, expandindo as delegacias especializadas em Defesa da Mulher em 7 (sete) territórios, bem como instituindo plantão de 24 horas, nos locais de maior índice de violência doméstica – DPCIN**

Além da expansão das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), o Rio Grande do Norte participou, sob coordenação do DPGV, das operações Átria e Shamar, do Ministério da Justiça, em maio e agosto de 2023, respectivamente, focadas no combate à violência contra a mulher. O DPGV também coordenou, no estado, as operações nacionais Virtude (contra a violência à pessoa idosa) e Caminhos Seguros (contra a violência à criança e adolescente).

- **Adequar o efetivo da Polícia Civil do Rio Grande do Norte, a partir da realização de concurso público**

Finalização da segunda turma do Curso de Formação da Polícia Civil com 50 candidatos a Delegado, 100 candidatos a Escrivão e 250 candidatos a Agente.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – CBM/RN

O atual Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte (CBM/RN) teve origem na lei nº 424, de 29 de novembro de 1917, criando uma Seção de Bombeiros no Esquadrão de Cavalaria. Tendo como missão a proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente, além de fomentar de maneira contínua e permanente as ações de proteção e defesa civil.

Nesse contexto, com base nas informações fornecidas pelo órgão, serão apresentadas a seguir as realizações desenvolvidas ao longo do ano de 2023, com o propósito de concretizar os objetivos e metas estabelecidos em seu Plano Plurianual (PPA).

- **Atividade de Inteligência e Investigação**

Foi estabelecido um protocolo unificado para a atuação e gestão das atividades de investigação e inteligência em todos os órgãos da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED). Além disso, houve um fortalecimento na estruturação das atividades de Inteligência do CBM/RN, promovendo uma maior integração com o Serviço de Inteligência da SESED. Vale destacar que o CBM/RN recebeu um veículo, por meio do Ministério da Justiça e da Diretoria Nacional de Inteligência, para ser utilizado nas atividades de inteligência, sendo essa aquisição realizada por meio de doação, sem implicar em despesas para o CBM/RN.

- **Cidadania e Segurança Pública**

No âmbito da execução dos programas sociais e de eventos da corporação, foram desenvolvidas as seguintes ações:

1. Programa Bombeiro Mirim em Natal, Currais Novos e Caicó, envolvendo 110 adolescentes em cada município;
2. Programa Surf Salva, incluindo um workshop sobre novos protocolos mundiais de afogamento ministrado pelo médico David Szpilman;
3. Programa Criança Segura em Natal;
4. Programa Kim na Escola em Natal, Mossoró e Caicó;
5. Programa Bombeiro Amigo do Peito em Natal e Mossoró, com veículos para coleta de leite materno;
6. Eventos esportivos, de lazer e técnico-profissionais, como a educação física da tropa em parceria com a Universidade Potiguar, o Programa Viva Vida para a terceira idade, competições de natação e futebol, Caminhada da Mãe Potiguar e participação em aniversários de crianças de famílias de baixa renda.

Quanto ao objetivo de desenvolver as atividades do CBM/RN, criando condições logísticas, administrativas, de infraestrutura e recursos humanos, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- **Aparelhamento de unidades do CBM/RN**

1. 15 condicionadores de ar (entregues);
2. 40 desktops no valor total de R$ 152.720,00 (entregues);
3. 60 notebooks no valor total de R$ 213.420,00 (entregues);

4. Equipamentos para manutenção predial e de veículos - entregues, no valor total de R$ 136.757,30;
5. Material de mergulho e flutuadores para bombeiros militares no valor total de R$ 150.000,00 (aguardando entrega);
6. 7 bebedouros para o Bombeiro Mirim (entregues) no valor total de R$ 17.372,70;
7. 180 coletes de proteção balística no valor total de R$ 391.587,52 (entregues);
8. 34 armários metálicos para EPI do CBM/RN no valor total de R$ 316.818,12 (aguardando entrega);
9. Equipamentos para academias de musculação nos quartéis do CBM/RN no valor total de R$ 206.905,24.

- **Construção, ampliação e reforma de imóveis do CBM/RN**

1. Continuação da reforma da sede do 1º Grupamento de Bombeiros em Natal, com conclusão prevista para dezembro de 2023;
2. Conclusão da construção dos postos de guarda-vidas nas praias do Meio e de Búzios;
3. Início das obras da construção do prédio da unidade de Pau dos Ferros/RN;
4. Reforma do prédio do SEMAN em Natal/RN.

- **Aquisição de veículos para o CBM/RN**

1. Ambulância: R$ 402.000,00 (entregue);
2. Viatura sedan (Programa Amigo do Peito): R$ 127.600,00 (aguardando entrega);
3. 12 camionetes 4x4: R$ 3.760.824,36 (aguardando entrega);
4. 03 Auto Bomba Tanque: R$ 6.597.000,00 (aguardando entrega);
5. 08 Unidades de Resgate: R$ 2.575.997,76 (aguardando entrega);
6. 04 Auto Salvamento Médio (ASM): R$ 1.210.000,00 (aguardando entrega);
7. 03 Veículos Sedan de representação: R$ 467.520,00 (entregues).

INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA – ITEP

O ITEP, órgão criado pela Lei Complementar nº 571/2016, desempenha atividades relacionadas à medicina legal, incluindo emissão de RG, identificação criminal, perícia e necropsia. Como órgão de perícia oficial, sua missão é promover

justiça, segurança e cidadania por meio da ciência, garantindo autonomia técnica e imparcialidade.

O instituto busca harmonizar interesses na sociedade, preservar a ordem pública e a integridade das pessoas, além de promover a cidadania. Utilizando métodos científicos, o ITEP visa trazer a verdade dos fatos sem influências da investigação policial.

Diante disso, serão destacadas as ações realizadas pelo ITEP, alinhadas aos objetivos e metas do Plano Plurianual.

- **Humanizar as unidades do ITEP**

O ITEP, ciente da delicadeza dos serviços oferecidos, aprimorou sua logística para atender famílias em situações de fragilidade, buscando eficiência e resolução ágil. Em 2022, realizou concurso público, fortalecendo seu quadro e, em 2023, implementou melhorias, como a criação da sala lilás e fluxo diferenciado, humanizando o atendimento nas unidades. Embora a meta esteja parcialmente atendida, já se percebe a presença de humanização nos serviços prestados.

- **Integrar o ITEP com os diversos órgãos da Segurança Pública, Ministério Público e Justiça**

O ITEP estabeleceu parcerias estratégicas com o Corpo de Bombeiros Militar, laboratório de DNA, psiquiatria forense e Tribunal de Justiça, estando em cooperação com a Polícia Civil. A implantação do SIGEP 2.0 permitiu a integração com sistemas da Justiça e Ministério Público, facilitando o compartilhamento de informações. Em 2023, tratativas foram realizadas para otimizar os fluxos de vítimas no IML, alinhando procedimentos com a Polícia Civil e a controladoria do Ministério Público, buscando aprimorar a eficiência e adequar funções do ITEP em colaboração com órgãos de segurança pública.

- **Ampliar o Serviço Prestado nas Ações Itinerantes**

Em outubro de 2023, o ITEP estabeleceu um contrato de locação de uma van para expandir os serviços no Rio Grande do Norte, intensificando as ações itinerantes e ampliando sua cobertura. O projeto de ampliação do RG Biométrico,

por meio do programa "Identidade para Todos", visa proporcionar atendimento em cada município do estado.

- **Ampliar e Estruturar o Setor de Balística Forense**

Para alcançar o objetivo, foi elaborado um projeto para adquirir o kit ANTICLON, visando a revelação de numerações latentes em armas de fogo e veículos, além de um plano estratégico de aquisições de produtos controlados pelo Exército no período de 2022 a 2026. O setor também foi reforçado com novos servidores após o último concurso, e há projetos em andamento para fortalecê-lo com aquisição de insumos. A construção da nova sede do ITEP, já em andamento, proporcionará uma ampliação do espaço físico.

- **Adquirir Viaturas**

Foram locados 12 veículos e cedidos 2 pelo projeto Governo Cidadão. Ainda são necessários 6 Rabecões (veículos para transporte de cadáveres), 10 viaturas operacionais e 4 administrativas.

- **Realizar Identificação Criminal e Colher Amostras de DNA da Massa Carcerária**

O Setor de Identificação Criminal (SICrim) foi normatizado oficialmente em Portaria que definiu as atribuições funcionais do Chefe do Setor e dos servidores lotados. Reforçado por novos servidores do concurso de 2022, o setor realizou cerca de mil identificações no ano de 2023 em parceria com a Polícia Federal.

TURISMO

SECRETARIA DO ESTADO DE TURISMO - SETUR

O ano de 2023 caracterizou-se pela continuidade de atividades importantes da Secretaria de Estado do Turismo, conforme previsto no Plano Plurianual (PPA), a SETUR tem como metas prioritárias no presente ano as seguintes:

- Elaborar estudos e projetos;
- Preservar o Patrimônio histórico-cultural;
- Melhorar Infraestruturas Turísticas;
- Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos;
- Desenvolver, revisar e consolidar planos;
- Fortalecer a produção associada ao setor turístico;
- Realizar e participar de reuniões dos Conselhos dos Polos Turísticos;
- Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos e desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais.

No que diz respeito ao Objetivo 105 do PPA “Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste”, seguem as considerações das ações realizadas, que colaboraram o êxito das metas relacionadas e de suas iniciativas.

Em relação à Elaboração de projetos de sinalização Turísticas para os Polos, a SETUR, em 2022, com interveniência da SIN, contratou a empresa Equipe B para a elaboração de projetos de sinalização turística interpretativa trilíngue (português,

inglês e espanhol), bem como sinalização de orientação de destino e painéis em braile, implantados em 21 geossítios que compõem o Geoparque Seridó, no ano de 2023, o citado projeto foi concluído (meta 0692 Elaborar estudos e projetos – concluída; Valores pago em 2023 R$ 95.000,00).

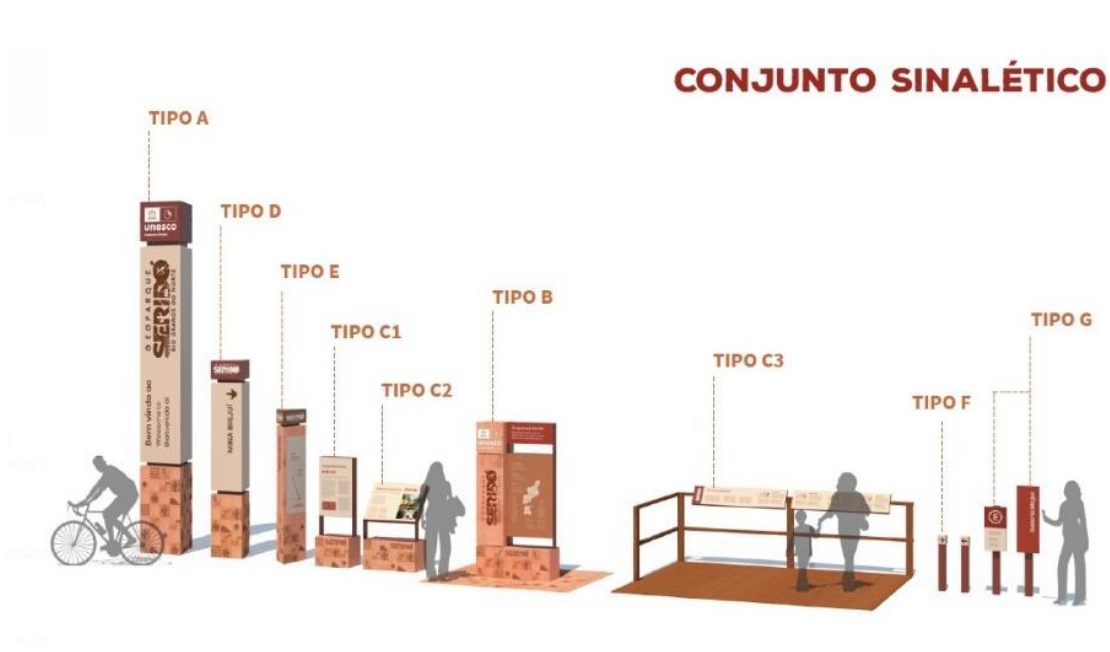


Figura 1: Conjunto Sinalético elaborado no Projeto de Sinalização Turística

Ademais, ações complementares foram realizadas por meio de apoio técnico em elaboração de Projetos Arquitetônicos, temos:

- Projeto da praça da estátua de Ítalo Ferreira, em Baía Formosa que consiste na urbanização da praça, o processo está em andamento para a emissão das licenças ambientais e de propriedade (utilização da área) (Meta 1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas – em andamento; sem valores pagos em 2023);

- Em que pese os esforços para que todas as ações que compõem o objetivo tivessem andamento, a Requalificação das Praças do Centro Histórico de Natal não teve o devido andamento das reformas das praças posto que em 2022, o município de Natal, proprietário das praças, retomou a gestão das praças não reformadas (Djalma Maranhão, Walfredo Gurgel, Parada Metropolitana, Santa Cruz da Bica e João Tibúrcio), por meio do decreto nº 12.481.

- No que diz respeito às praças que iniciaram, mas não concluíram (André de Albuquerque, Augusto Severo e Dom Vital) aguarda-se nova licitação para poder dar andamento, atualmente o processo está na fase de distrato com a empresa, para que se inicie um novo processo.

Relevante para a segmentação e formatação dos Polos e seus produtos turísticos, por meio de suporte técnico à estruturação e fortalecimento das Instâncias de Governança Regionais - IGRs, nos Polos Turísticos a Secretaria contratou em 2022 a empresa Start Consultoria Técnica para realizar o projeto do Rio Grande do Norte. A consultoria em questão teve como principal objetivo estruturar e fortalecer, de forma coordenada, compartilhada, descentralizada e sustentável as IGRs dos polos turísticos do Estado, O projeto contemplou workshops, oficinas, e assessorias técnicas para as 11 (onze) IGRs das regiões do mapa do turismo brasileiro, sendo: Polo Agreste/Trairi, Polo Costa Branca, Polo Costa das Dunas, Polo do Sertão para o Mar, Polo Serrano, Polo Seridó, Polo Potengi, Polo Rota do Frio, Polo Vale Mar, Polo Cabugi Central e Polo Serras do Agreste Potiguar e foi devidamente concluído no presente ano (Valor pago em 2023 R$ 104.110,53).



Figura 2: Imagem do vídeo de divulgação da Consultoria de estruturação e fortalecimento das Instâncias de Governança Regionais - IGRs



Figura 3: Seminário de encerramento da Consultoria de estruturação e fortalecimento das Instâncias de Governança Regionais – IGRs.

No tocante ao Objetivo 106 do PPA "*Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado*", a SETUR em parceria o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (SEBRAE/RN), firmaram convênio que tem por objetivo a execução do projeto "Consultoria para o Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária".

O citado convênio abrange diversas metas, incluindo melhorias na infraestrutura para o desenvolvimento do turismo em áreas específicas do estado. Atualmente o convênio está em andamento, a elaboração de projetos executivos para aprimorar a visitação em três cavernas no Município de Felipe Guerra, no Lajedo Soledade em Apodi e na Trilha Tapuias em Sítio Novo. Estes projetos estão em fase final de elaboração, com previsão de conclusão para dezembro de 2023. Em relação às consultorias para o Turismo de Base Comunitária nas comunidades tradicionais, foram selecionadas 04 comunidades tradicionais (Sibauma, em Tibau do Sul, Catu, em Canguaretama, Trabanda e Jacu, em Baía Formosa, os trabalhos

iniciaram no mês de agosto de 2023, com diagnóstico situacional das comunidades citadas, visitas de campo, pesquisas acadêmicas e reuniões.

No que concerne também à gestão inteligente do Turismo, a SETUR acompanha os painéis de informações disponibilizadas no Sistema de Inteligência Turística do Rio Grande do Norte (Sírio: https://sirio.tur.br/) e usa os dados para nortear as ações prioritárias da pasta. A SETUR também participa de reuniões dos Conselhos do Polos Turísticos. Ademais, no presente ano foi realizada toda a reestruturação e manutenção do site da Setur/RN – https://www.setur.rn.gov.br/ - para melhorias do canal de comunicação da secretaria.

Durante este período citado foi criada toda uma identidade visual para a página, com layout atrativo, voltado ao turismo. Além da organização de abas para o noticiário diário, e a comunicação direta do público externo.

Algumas ações infelizmente não tiveram encaminhamento**,** quer seja por morosidade do setor, ou por interdependências dos setores, com ênfase o processo para estudo de novas permissões do Buggy Turismo (Meta 1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais) e o processo para contratação de Pessoa Jurídica para a prestação de serviço de consultoria especializada para a elaboração e aplicação de Plano de Desenvolvimento do Turismo Responsável do Polo Turístico Rota do Frio.

- Indicadores:

No que diz respeito aos indicadores constantes no PPA, informa-se que pela falta de séries históricas atualizadas e devidamente levantadas, os números são baseados em estimativas com as poucas variáveis disponíveis. Para o próximo PPA 2024-2027 foi repensado sobre quais variáveis serão utilizadas, posto que a SETUR irá trabalhar com indicadores de resultado e indicados de desempenho, e em conjunto com o setor de inteligência da Empresa Potiguar de Promoção Turística (EMPROTUR), para que haja mais confiabilidade e continuidade dos dados a serem inseridos.

- Perspectivas Futuras

Em que pese os esforços para o êxito de todas as ações previstas para a SETUR em 2023, nenhuma foi alcançada. As perspectivas para o exercício 2024 alinham-se ao novo PPA 2024-2027, onde foram feitas atualizações no que diz respeito ao método de avaliação das entregas com metas físicas e financeiras, a fim de que cheguem a resultados concretos, bem como o alinhamento dos objetivos com o intuito de reduzir os riscos e resumir os termos, de forma que as ações da SETUR continuem a abranger todas as nuances da atividade turística, tanto institucionalmente como para o público.

Desta forma, as entregas previstas para a SETUR no ano de 2024 estão dispostas nos seguintes objetivos específicos:

- Desenvolver e Implantar Sinalização Turística;
- Elaborar e Implantar projetos de melhorias de Infraestrutura Turística;
- Construir e Implementar ações voltadas ao Turismo Sustentável;
- Conservar o diálogo com as Instâncias de Governança Regionais e monitorar o Mapa Turístico do Rio Grande do Norte;
- Articular/Dialogar com entidades do setor turístico;
- Fortalecer a atividade turística;
- Assegurar o serviço de Buggy Turismo na sua atividade fim e demais iniciativa;
- Assegurar o serviço do CADASTUR na sua atividade fim e demais iniciativas;
- Melhorar o serviço de Tecnologia da Informação da SETUR e assegurar a publicidades das atividades do órgão.

EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA - EMPROTUR

A Empresa Potiguar de Promoção Turística S.A. (EMPROTUR), fundada em 2007, é uma sociedade de economia mista no Rio Grande do Norte, atrelada à Secretaria de Turismo (SETUR-RN). Sua missão é promover o turismo no estado tanto nacional quanto internacionalmente, visando valorizar e explorar o potencial turístico regional. A EMPROTUR é fundamental para o desenvolvimento turístico do Rio Grande do Norte, um dos principais geradores de renda e emprego no estado.

A EMPROTUR tem um papel crucial na promoção do turismo no Rio Grande do Norte, conhecido por suas belas praias e rica cultura. Além de eventos e atividades de marketing para fortalecer a imagem do estado como destino turístico, a empresa foca em capacitar agentes de viagens e apoiar eventos e campanhas de marketing. Em 2023, mais de 4.500 agentes foram treinados e 50 eventos e 23 campanhas foram apoiados, incluindo a inauguração de uma rota aérea entre Natal e Belém.

O turismo é vital para a economia do estado, contribuindo significativamente para o PIB e para a criação de empregos. A EMPROTUR e a SETUR-RN trabalham juntas para impulsionar o setor, fomentando o crescimento econômico. O Rio Grande do Norte se destaca por sua hospitalidade e diversidade de atrações, o que atrai um crescente número de turistas.

O perfil @visiteriograndedonorte no Instagram demonstra o sucesso das iniciativas de marketing digital da EMPROTUR, com um aumento expressivo de seguidores e interações em 2023. O site da EMPROTUR também registrou um alto número de acessos, refletindo o interesse crescente pelo turismo no estado.

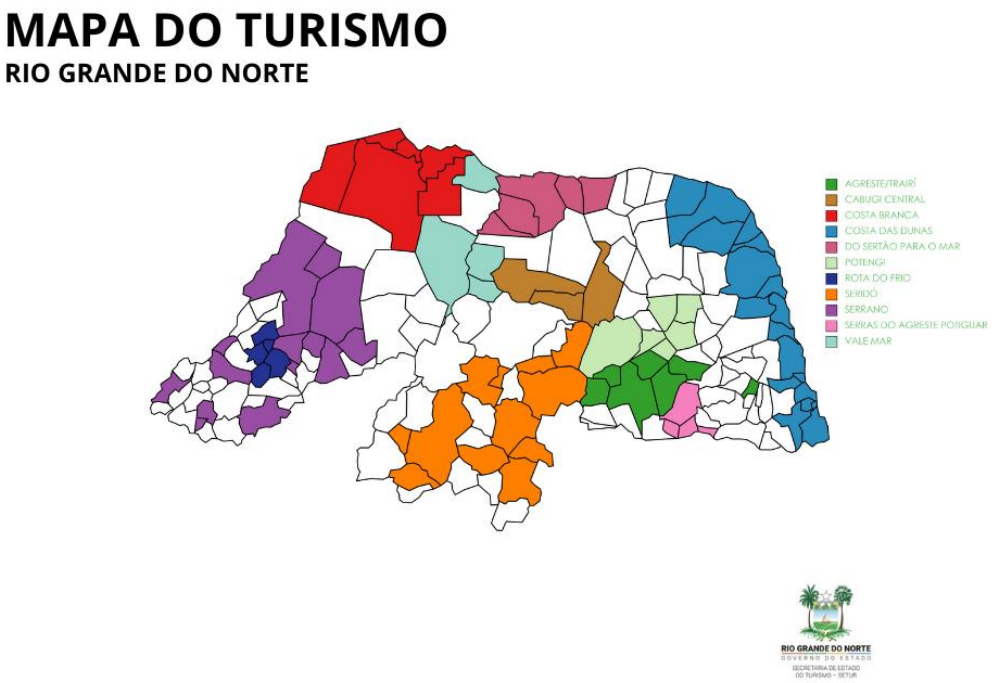
O Centro de Convenções de Natal, gerido pela EMPROTUR, é uma peça-chave na atração de eventos de grande porte. Com uma infraestrutura moderna e espaços versáteis, o centro é ideal para eventos diversos, fortalecendo o turismo de negócios e eventos na região. **Em 2023, o centro hospedou 37 eventos, com 78.110 visitantes e uma receita estimada de R$ 3.025.301,90.**

A EMPROTUR também lançou o Sistema de Informação Turística do Rio Grande do Norte (Sírio), uma plataforma que fornece dados essenciais para o setor turístico. O Sírio, criado em colaboração com instituições como o sistema Fecomércio RN e o Senac RN, ajuda na tomada de decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento turístico do estado.

Finalmente, a EMPROTUR desempenha um papel crucial na manutenção de importantes conexões aéreas. O estado tem voos diretos para destinos nacionais e internacionais, incluindo rotas para Buenos Aires e Lisboa. Essas conexões facilitam o acesso de turistas ao Rio Grande do Norte, aumentando o fluxo de visitantes e impulsionando ainda mais o turismo local.

- Avaliação de Indicadores

No tocante aos programas temáticos ao qual a EMPROTUR está vinculada, não foram estabelecidos indicadores de resultado para o Órgão, pois os que estão na Lei que dispõe sobre o PPA 2020-2023, o citado programa temático é de responsabilidade da SETUR-RN.



- Eventos no Primeiro Semestre 2023 (Clique para mais informações)

- EMBRATUR Feira FITUR - 18 a 22/01/2023 - Madri/ES
- 18ª Latin America Community for Travel & Events Experience - LACTE2 27 e 28/02/2023 em São Paulo /SP
- Convênio - “2ª ETAPA DO CARNAVAL DE BAÍA FORMOSA 2023”, no período de 18/02/2023 a 21/02/2023.
- Convênio - Termo de Fomento Carnaval de Caicó
- Feira BTL Lisboa - 01 a 05/03/2023 - Lisboa/PT



Stand na Feira de Lisboa

- Feira ITB Berlin - 07 a 09/03/2023 - Berlin/DE



Stand na Feira ITB Berlin

- 45ª Abav Travel SP - 30 e 31 de março de 2023 - Águas de Lindóia/SP.

- UGART - Feira da União Gaúcha dos Representantes e Operadoras de Turismo - 31 e 01/04/2023 - Porto Alegre/RS.
- Convenção SCHULTZ - 19 a 23/03 - Natal/RN
- WTM - World Travel Market Latin América - 03 a 05/04/2023 - São Paulo/SP
- Rally RN 1500 - Rio Grande do Norte - 11 a 15 de abril de 2023.
- Conferência Internacional da Diversidade - 25 a 28/04 - São Paulo/SP
- FÓRUM DE TURISMO 60+ 19/04/2023 - São Paulo/SP
- Gol Te Lleva A Brasil - 08 a 16/05 - Mendoza/AR, Córdoba/AR, Rosário/AR, Buenos Aires/AR, Montevideu/UY e Assunção/PY.
- LTM Latin América 09/05 a 12/05 - Parque do Ibirapuera – São Paulo, SP
- BNT Mercosul - 05 a 06/05 - Balneário Camboriú, Santa Catarina
- FEMPTUR - Feira dos Municípios e Produtos Turísticos - 12 e 13/05 - Natal/RN



Stand FEMPTUR

- EXPOCATÓLICA - 18 a 21/05 - São Paulo/SP
- CASAR.COM - 24 a 28/05 - São Paulo/SP
- Meeting Brasil Missão RN - 31/05 a 07/06 - Cidade de Leste/PY, Montevideo/UY, Santiago/CL.
- Participação no estande da EMBRATUR - FIEXPO Latin América - 19 a 22/06 - Cidade do Panamá/PA
- FESTIVAL DAS CATARATAS - 31/05 a 02/06 - Foz do Iguaçu/SC
- 8° CONVENÇÃO DE VENDAS CVC - 03 a 06/06 - Balneário Camboriú/SP
- CONVENÇÃO BWT - 04 a 17/06 - Ilhéus/BA

- EXPO TURISMO PARANÁ - 15 a 16/06 - Curitiba/PR
- TRAVEL NEXT- 23 e 24/06 - Belo Horizonte/MG
- ADESE - Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó - Junho.

- Eventos no Segundo Semestre 2023 (Clique para mais informações)

- Fest Bossa e Jazz Lagoa Nova - 21 e 22/07 - Lagoa Nova/RN.
- Festival Gastronômico e Cultural de Martins - 22 a 23 /07 - Martins/RN
- Gastrofest Sítio Novo - 28 a 30 /07 - Sítio Novo/RN
- Meeting Brasil - 31/07 a 07/08 - Bogotá/CO, Lima/PE, Córdoba/AR, Assunção/PY
- Connect 4 You - 03/08 - Salvador/BA
- 25ª AVIRRP (Encontro Nacional das Agências de Viagem de Ribeirão Preto) - 04 e 05/08 - Ribeirao Preto/SP
- INCOMUM DAY 25 ANOS - 18/08 - Hard Rock Live, em Florianópolis.
- Fest Bossa e Jazz São Miguel do Gostoso - 17 a 20 de agosto de 2023 - São Miguel do Gostoso/RN
- Roadshow Vbrata Europa - 15 a 22/09 - Europa Espanha, França, Alemanha, Portugal e Itália (Madrid, Frankfurt, Paris e Lisboa) e Reino Unido e Irlanda (Londres, Manchester e Dublin)
- UNAV AWARDS 2023 - 22 e 23/09 - São Paulo/SP
- LAMEC - ALAGEV - 25/09 - São Paulo/SP.
- ABAV EXPO - 27 a 29/09 - Rio de Janeiro/RJ
- FIT Argentina - 30/09 a 03/10 - Buenos Aires/AR
- Missão RN - 04 a 06/10 - Rosário e Córdoba na Argentina
- (VBRATA) - TTG e Galeria com participação no estande da EMBRATUR - Roadshow Vbrata Itália/TTG Travel Experience/Galeria Visit Brasil - 07 a 14/10 - Madrid/ES, Frankfurt/DE, Paris/FR, Lisboa/PT (VBRATA Europa) - Lisboa e Milão/IT (VBRATA Itália).



Stand Roadshow

- Expo Abreu - 20 a 22/10 - Lisboa/PT
- 12° ed. BTM - BRAZIL TRAVEL MARKET - 19 e 20/10 - Fortaleza/CE
- ABETA SUMMIT - 25 a 28/10 - Grão Mogol/MG
- CAMPEONATO BRASILEIRO DE WING FOIL - 12 a 15/10 - São Miguel do Gostoso e Touros/RN
- Participação no estande da EMBRATUR - WTM London - 06 a 08/11 - Londres/UK
- FESTURIS - 09 a 12/11 - Gramado/RS
- Mostra de Cinema de Gostoso - 24 a 28/11 - São Miguel do Gostoso/RN
- Participação no Salão Nacional do Turismo - Brasília/DF

CAMPANHAS

- Campanha de Vendas - CVC
- Campanha de Vendas - FRT
- Campanha de Vendas - Diversa
- Campanha de Vendas - Viagens Promo
- Campanha de Vendas - Decolar
- Campanha de Vendas - Azul Viagens
- Campanha Cooperada - ViaCapi *Nacional*
- Campanha de Vendas - E-HTL
- Campanha de Vendas - BWT
- Campanha de Vendas - Cativa
- Campanha de vendas - Logitravel
- Campanha de Vendas - El Corte Inglés - Outubro e Novembro 2023

- Campanha de vendas - Solférias - Junho a Novembro 2023
- Campanha de vendas - Abreu - Fevereiro a Outubro 2023
- EDREAMS - Agosto a Dezembro 2023
- Campanha Cooperada - Rappi Travel - Abril e Maio 2023
- Campanha Cooperada Operadoras Uruguai - 5M - Outubro a Dezembro 2023
- Campanha Cooperada - Operadora Turismo Cocha - 2º Semestre
- Soltrópico - Novembro 2023

- Capacitações 2023

CAPACITAÇÕES	QUANTIDADE	LOCAL	DATA
Road Show ABIH	50 agentes	Recife/PE	13/03/2023
Road Show ABIH	60 agentes	Caruaru/PE	14/03/2023
Road Show ABIH	40 agentes	Campina Grande/PB	15/03/2023
Road Show ABIH	50 agentes	João Pessoa PB	16/03/2023
UGART	80 agentes	Porto Alegre/RS	31/03/2023 e 01/04/2023
Road Show Azul viagens	90 agentes	São José do Rio Preto/SP	11/04/2023
Road Show Azul viagens	100 agentes	Ribeirão Preto/SP	12/04/2023
Road Show Azul viagens	80 agentes	Uberlândia/MG	13/04/2023
Fórum de Turismo 60+	400 agentes	São Paulo/SP	19/04/2023
XVI Convenção Anual Schultz	350 agentes	Natal/RN	19 a 23/04/2023
Convenção BWT	600 agentes	Ilha de Comandatuba/BA	07/06/2023
EXPO TURISMO PARANÁ	50 agentes	Curitiba/PR	15/06/2023
BWT	200 agentes	Curitiba/PR	15/06/2023
Azul Tá ON	60 agentes	Goiânia/GO	16/06/2023
Azul Tá ON	60 agentes	Belém/PA	20/06/2023
Road Show Azul viagens	120 agentes	São Paulo/SP	22/06/2023
Travel Next Minas	80 agentes	Belo Horizonte/MG	23 e 24/06/2023
Meeting Brasil	60 agentes	Bogotá/Colômbia	31/07/2023

Meeting Brasil	60 agentes	Lima/Peru	02/08/2023
AVIRRP	120 agentes	Ribeirão Preto/SP	04 e 05/08/2023
Workshop CVC	50 agentes	Santo André SP	02/08/2023
B2 MEET FRT	400 agentes	Foz do Iguaçu/PR	03/08/2023
Workshop CVC	80 agentes	Foz do Iguaçu/PR	04/08/2023
Workshop CVC	60 agentes	São José do Rio Preto SP	07/08/2023
Workshop CVC	60 agentes	Baurú/SP	08/08/2023
Workshop CVC	90 agentes	Campinas/SP	09/08/2023
Workshop CVC	50 agentes	São José dos Campos SP	10/08/2023
Azul Tá ON	60 agentes	Campinas SP	12/08/2023
Incomum Day	600 agentes	Florianópolis/SC	18/08/2023
Live B2B Cativa Operadora	126 agente	Online	11/09/2023
VBRATA	66 agentes	Espanha/Madrid	18/09/2023
VBRATA	54 agentes	Alemanha/Frankfurt	19/09/2023
VBRATA	44 agentes	França/Paris	20/09/2023
VBRATA	46 agentes	Portugal/Lisboa	21/09/2023
3ª UNAV Awards	600 agentes	São Paulo/SP	22 e 23/09/2023
VIA CAPI	50 agentes	Rio de Janeiro/RJ	28/09/2023
VBRATA	66 agentes	Itália/Roma	09/10/2023
VBRATA	72 agentes	Itália/Milão	10/10/2023
Road Show Azul viagens	60 agentes	Presidente Prudente/SP	24/10/2023
Road Show Azul viagens	70 agentes	Baurú/SP	25/10/2023
Road Show Azul viagens	90 agentes	Cascavel/PR	27/10/2023
Convenção E-HTL	50 agentes	São Paulo/SP	06/12/2023
Workshop CVC	60 agentes	Belém/PA	12/12/2023

- Convênios

- FUNCITERN - Produtos Audiovisuais;
- Termo de Fomento ABRASEL;

- Termo de Fomento GEOPARQUE SERIDÓ;
- ADESE - Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó;
- Apoio ao Evento Seja Um Anfitrião com foco no Incremento de eventos para o Rio Grande do Norte.

- Execução Orçamentária

Subação		Valor
187901	Apoio à Captação de Voos	R$ 0,00
302501	Promoção e Desenvolvimento dos Nichos e Segmentos Turísticos do RN	R$ 1.619.998,10
303001	Campanha de Marketing Turísticos	R$ 552.635,62
303201	Produtos, Brindes e Folheteria para Distribuição	R$ 53.010,00
307001	Promoção do Rio Grande do Norte em Eventos	R$ 2.240.300,51
307101	Produção, Realização e/ou Captação de Eventos Geradores de Fluxo Turísticos	R$ 350.000,00
307401	Estudos, Pesquisas, Informações e Dados Turísticos	R$ 520.777,40
Total		R$ 5.336,721,63

- Fluxo turístico (número de visitantes)

Estimativa de turistas que visitaram o Rio Grande do Norte	2020	2021	2022	2023
Chegada de passageiros no RN	580.046	898.785	1.141.917	1.112.759
% Aéreo - Sírio	65,94%	45,61%	45,04%	44,65%
Estimativa de pessoas no RN	879.657	1.970.588	2.535.340	2.492.181

Fonte: estimativa realizada pelo setor de inteligência da Emprotur, a partir do cruzamento de dados oficiais da ANAC e do Sírio (Sistema de Inteligência Turística do Rio Grande do Norte)

- Receita turística (bilhões de reais)[12]

Gasto direto dos turistas	2020	2021	2022	2023
Total R$	-	-	R$ 5.085.265.458,91	R$ 6.449.286.992,77

Fonte: estimativa realizada pelo setor de inteligência da Emprotur, a partir do cruzamento de dados oficiais da ANAC e do Sírio (Sistema de Inteligência Turística do Rio Grande do Norte)

[12] *Não foi possível realizar o cálculo dos anos de 2020 e 2021, devido ao formato das variáveis "Gasto Médio Individual" e "Tempo de Permanência Média" ser diferente, impossibilitando, assim, realizar o cálculo para os respectivos anos.*

- Número de estabelecimentos formais de alojamento por tipo (hotéis)

Até 23 de novembro 2023 - Total 239 Hotéis (Fonte: CADASTUR)

- Número de estabelecimentos formais de alojamento

Até 23 de novembro 2023 - Total 329 (Fonte: CADASTUR)

Considerando os dados disponibilizados acima, temos um total de 568 estabelecimentos formais que somam uma média de 44.467 leitos em todo estado do Rio Grande do Norte.

- Empregos Formais Diretos Nas Atividades de Turismo do RN[13]

ATIVIDADES DO TURISMO RN	2020	2021	2022	2023
Agências de viagens e operadoras turísticas	815	894	934	1.134
Transporte aéreo	220	246	266	267
Transporte rodoviário	8.781	8.819	9.117	9.474
Transporte aquaviário	287	522	372	391
Locação de veículos	997	1.126	1.272	1.217
Meios de hospedagem	6.380	7.467	7.784	7.845
Alimentação	14.174	16.067	18.306	19.073
Parques temáticos	99	109	137	236
Acampamentos turísticos	0	1	1	8
Organização de eventos	560	560	685	715
Cultura	117	15	43	44
Lazer e entretenimento	171	165	155	407
Total	**32.601**	**35.991**	**39.072**	**40.811**

Fonte: CAGED - Ministério do Trabalho e Emprego

[13] A lista de atividades econômicas do turismo é baseada na Resolução nº 8, de 16 de março de 2017, do Conselho Nacional de Turismo, que define os segmentos que compõem o macro setor do turismo no Brasil. Segundo essa resolução, o setor de turismo é composto por 12 segmentos que contemplam mais de 50 subclasses de CNAE: Agências de viagens e operadoras turísticas; Transporte aéreo; Transporte rodoviário; Transporte aquaviário; Locação de veículos; Meios de hospedagem; Alimentação; Parques temáticos; Acampamentos turísticos; Organização de eventos; Cultura; e Lazer e entretenimento.

INVESTIMENTOS EM OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – SIN

A Secretaria de Estado da Infraestrutura - SIN, criada através da Lei Complementar nº 163, de 05 de fevereiro de 1999, substituiu a Secretaria de Transportes e Obras Públicas - STOP, órgão criado pela Lei Complementar nº 129 de 02 de fevereiro de 1995. A SIN tem a responsabilidade de planejar e executar as ações públicas estaduais nos setores de viação, transportes, energia, obras, serviços de engenharia e avaliações de bens imóveis da Administração Direta Estadual. No desempenho de suas atividades, a Secretaria atua diretamente ou através de terceiros, mediante contratos, convênios, acordos, termos de ajuste ou outros instrumentos contratuais cabíveis. A seguir, são apresentadas, na forma de tópicos, as principais atividades desenvolvidas pelo Órgão, ao longo do exercício de 2022, com o objetivo de materializar os objetivos e as metas expostos em seu Plano Plurianual.

Na implantação de pavimentação de vias e de sistemas de drenagem em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Norte. Foi executado o pagamento por parte do Estado para o Convênio firmado em 2023 com o Município de Santana do Seridó. E foram firmados 12 convênios com Prefeituras do Estado ao longo do ano de 2023.

Quanto a infraestrutura turística e de equipamentos de esporte e lazer através de execução de obras, visando promover o turismo regional e de negócios do Estado, bem como executar e gerir parcerias público-privadas (PPP), deram andamento com a concessão da administração do consórcio Arena das Dunas.

I – Contrato nº 023/2022-SIN – Contratação de serviços de engenharia e construção de postos de guarda-vidas para a praia do meio – Natal, e Búzios –Nísia Floresta. Valor Final do Contrato R$ 481.935,52, sendo executado a proporção de 99,96% do valor citado.

II – Contrato nº 042/2022-SIN – Contratação de empresa especializada na elaboração de sinalização turística interpretativa trilíngue (português, inglês e espanhol), bem como sinalização e orientação de destino em painéis em braile que serão implementados nos 21 (Serra Verde, Cruzeiro do Cerro Corá, Nascente do Rio Potengi, Vale Vulcânico, Mirante de Santa Rita, Tanque dos Porcianos, Lagoa do Santo, Pico do Totoró, Morro do Cruzeiro, Mina Brejui, Canyon dos Apertados, Açude Gargalheiras, Poço do Arroz, Cruzeiro do Acari, Marmitas do Rio Carnaúbas, Serra da Rajada, Monte do galo, Xiquexique, Cachoeira dos fundões, Açude do Boqueirão, Mirador) que compõem o Geoparque Aspirante Seridó, como também nas principais praças de cada município, o projeto deverá ser desenvolvido em três fases distintas, contemplando todos os itens enumerados neste projeto básico em em conformidade com as normas vigentes. – Valor Final do Contrato R$ 190.000,00, sendo executado a proporção de 100,00% do valor citado.

No tocante a contribuição e apoio ações voltadas para aplicar a infraestrutura de geração de energias alternativas, limpas e renováveis. Estão sendo realizados estudos preliminares para implantação de placas de energia solar no prédio da SIN RN.

A ampliação e melhoria na infraestrutura de logística e de transportes de forma a permitir a integração do diversos modais, visando o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Norte, consistiram nas seguintes ações:

a) Reparo e manutenção de duas peças de proteção das juntas de dilatação e reforço de outras seis peças existentes na ponte Newton Navarro, Município de Natal.

b) Obra em execução da reforma e recuperação do terminal rodoviário do Município de Parelhas.

c) Contrato de Gestão Aeroportuária: Empresa contratada pela administração, operacionalização e manutenção do Aeroporto Dix-Sept Rosado, no Município de Mossoró.

III – Contrato nº 025/2021-SIN – Contratação de empresa especializada em engenharia para a realização de reforma e recuperação do terminal rodoviário de

Parelhas/RN – Valor Final do Contrato R$ 349.228,75, sendo executado a proporção de 88,44% do valor citado.

Além disso, promoveram ampliação e melhoria na infraestrutura de logística, transporte e engenharia de tráfego e de campo de forma a permitir a integração de diversos modais, visando o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Norte. Nesta meta, existem dois órgãos ligados a secretaria de infraestrutura, DER e DETRAN, que executam essas demandas, com suporte da SIN RN.

Em 2023 modernizaram e aperfeiçoaram o mecanismo funcional da Gestão da Secretaria de Estado da Infraestrutura.

a) Foi dado apoio a todas as atividades dessa Secretaria, como também de outros órgãos da administração estadual.

b) Foram realizados cursos de aperfeiçoamento e qualificação técnica para atendimento da legislação e normas

c) Em fase de conclusão da reforma das instalações físicas e de acessibilidade, dividido por etapas, com início das obras nos pavimentos térreos e 1º pavimento.

d) Foram adquiridos equipamento de informática para o melhor desempenho das atividades dos Servidores.

e) Foram desenvolvidos projetos atendendo as demandas da administração estadual.

f) Estão sendo realizados as fiscalizações de obras, demandadas por vários órgãos da administração estadual

Ocorreram ações voltadas para a construção e pavimentação de vias municipais do RN; sendo celebrados 12 convênios com os municípios de Acari, Bom Jesus, Campo Grande, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Goianinha, Santa Maria, Santana do Seridó, São José de Mipibu, São Miguel (2) e São Vicente com o objetivo de realizar a transferência de recursos do Estado para os municípios realizarem os serviços de pavimentação nas vias municipais. Também Ações que contribuíram para a transformação da área do Vale das Cascatas e outras áreas do

Estado situadas na Via Costeira, em espaço de uso público e ações voltadas para a construção e ampliação de equipamentos de suporte ao turismo:

Como se observa a seguir, houve a continuidade de ações voltadas para a construção e operacionalização de usinas de produção de energias renováveis e para a construção e/ou reconstrução do sistema ferroviário do Estado do Rio Grande do Norte, incluindo estações e demais equipamentos:

Unidade Medida: % de execução

Territorialização	2020	2021	2022	2023	Total
Rio Grande do Norte	30	25	20	25	100
Total	30	25	20	25	100

01765 Apoio a construção e a operacionalização de parques de produção de energias limpas, renováveis e alternativas.

310801 Apoiar a construção de parque eólico

Territorialização	Fonte Financiamento	Categoria Econômica	2020	2021	2022	2023	Total
0001 Rio Grande do Norte	Recurso Estadual	Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
		Total	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**4.000,00**

312201 Apoiar a construção de parque de energia solar

Territorialização	Fonte Financiamento	Categoria Econômica	2020	2021	2022	2023	Total
0001 Rio Grande do Norte	Recurso Estadual	Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
		Total	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**4.000,00**

Unidade Medida: % de execução

Territorialização	2020	2021	2022	2023	Total
Rio Grande do Norte	30	25	20	25	100
Total	30	25	20	25	100

310901 Construção e reconstrução do Ramal Ferroviário e Rodoviário

Territorialização	Fonte Financiamento	Categoria Econômica	2020	2021	2022	2023	Total
0001 Rio Grande do Norte	Recurso Estadual	Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
		Total	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**4.000,00**

311901 Apoiar a elaboração de projetos destinados à ampliação da rede de trens urbanos existentes.

Territorialização	Fonte Financiamento	Categoria Econômica	2020	2021	2022	2023	Total
0001 Rio Grande do Norte	Recurso Estadual	Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
		Total	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**4.000,00**

Outrossim ocorreram ações voltadas para a execução de obras e serviços de engenharia relacionadas a mobilidade urbana em regiões metropolitanas:

IV – Contrato nº 012/2023-SIN – Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de duas peças de proteção para as juntas de dilatação e o reforço de mais seis peças existentes na ponte Newton Navarro, localizada Na Praia da Redinha, Natal/ RN – Valor Final do Contrato R$ 5.474,11, sendo executado a proporção de 100,00% do valor citado.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

O Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), fundado através do Decreto n° 315, de 3 de janeiro de 1927, tem como missão “oferecer serviços com qualidade, efetividade e responsabilidade nas áreas de educação, fiscalização, registro de veículos e de condutores, propiciando à sociedade norte-rio-grandense condições adequadas para um trânsito mais humano”. A seguir, na forma de tópicos, as principais atividades desenvolvidas pelo órgão, ao longo do exercício de 2023, com a finalidade de materializar os objetivos e metas expostos em seu Plano Plurianual.

No objetivo quanto ao aperfeiçoamento da prestação do serviço público com qualidade, foram desenvolvidas soluções no Portal de Serviços do

DETRAN/RN (portal.detran.rn.gov.br) de forma a viabilizar o lançamento de novos serviços digitais, promovendo mais segurança, facilidade e controle de dados para o usuário.

Através desse incremento tecnológico, o órgão visa medidas cada vez mais eficazes, buscando assim a constante aproximação do usuário de forma online com foco no atendimento de forma prática e acessível.

Dentre os principais cursos realizados, destacam-se: Lei Geral de Proteção de dados, Atualizações do Código Brasileiro de Trânsito (CTB), Nova Lei de Licitações, Prático de Retenções Tributárias na Administração Pública e outros assuntos correlatos.

Foi iniciada a 2ª (segunda) etapa da reforma da Sede do DETRAN/RN, cujo objeto é a Coordenadoria de Registro de Veículos e Recepção de Atendimento ao Público, bem como se concretizou, no último trimestre, a contratação da prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva nos prédios Sede e suas unidades administrativas.

Através da concretização do contrato nº 27/2023 cujo objeto trata da aquisição de materiais de consumo e permanente para sinalização semafórica e Material Hidráulico, viabilizou tanto a manutenção o funcionamento e revitalização da Sinalização vertical e horizontal das vias urbanas de várias cidades do Estado do Rio Grande do Norte, quanto o incremento das atividades do setor de Manutenção predial do DETRAN RN.

Em relação às atividades fins do órgão, foi efetivada a aquisição de 10(dez) veículos caminhonetes 4x4 visando suprir a necessidade de aumento da frota veicular deste Departamento de Trânsito com vistas a promover as ações de fiscalização de trânsito, autuação e aplicação das medidas administrativas cabíveis pelas infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, exercendo seu Poder de Polícia de Trânsito.

No tocante da inserção do usuário de baixa renda possibilitando o acesso a CNH Social, essa foi concretizada por meio da publicação do Programa “CNH Popular” (EDITAL Nº 13/2023 Processo nº 02910157.000172/2023-30) através de

1.000 (mil) vagas disponibilizadas da seguinte forma: I. Primeira Habilitação Categoria “A” – 500 (quinhentas) vagas II. Primeira Habilitação Categoria “B” – 350 (trezentas e cinquenta) vagas III. Mudança de Categoria “C” – 50 (cinquenta) vagas IV. Mudança de Categoria “D” – 50 (cinquenta) vagas V. Mudança de Categoria “E” – 50 (cinquenta) vagas.

A educação do trânsito, foi executada através da realização de diversas ações diretamente, ou através de parcerias com outras instituições (Programa Vida no trânsito – PVT SESAP/RN). As ações foram realizadas atividades nas escolas e para a sociedade em geral, com objetivo de promover a educação, capacitação e treinamento multidisciplinares na área de trânsito. Destacam-se as palestras educativas na E.E. WALFREDO GURGEL , Palestra educativa para grupo de idosos da UBS Pirangi, ações em faixas de pedestre, participação em ações sociais e educativas em parceria com outras entidades públicas, participação em SIPATs de empresa, palestras para profissionais de transporte escolar e pacientes hospitalares, atividades educativas no município de Nova Cruz/RN e diversos interiores voltadas aos mototaxistas da região, ações educativas em festas de grande repercussão no estado, como festa de Santana em Caicó, festa do Boi em Parnamirim/RN, Carnatal, dentre outras.

Também foi apresentado para as secretarias das escolas do Rio Grande do Norte o Projeto Educar para o Trânsito para a execução das respectivas atividades.

Desse modo, em 2023 as ações educativas realizadas tanto nas escolas quanto para a sociedade em geral alcançou as seguintes cidades no rio Grande do norte: Pium, Parnamirim, Muriú, Extremoz, Camurupim, Tabatinga e Barreta, Tibau, Genipabu, Graçandu, Jacumã, Santa Rita, Praia de Baía Formosa, Barra de Maxaranguape, Via Costeira, Ponta Negra, Praia da Redinha, Orla de Pirangi ,Barra do Rio, Barra de Tabatinga/RN, São José do Mipibu, São Gonçalo do Amarante, Currais Novos, Jaçanã, Touros, próximo à Fazenda Tapera, Caicó/RN, Nísia Floresta e Extremoz.

Além disso, especifica-se as seguintes ações: manutenções semafóricas, recolocação e reprogramação de semáforos, dentre outras. Quanto aos radares foram instaladas 27 unidades (Controladores eletrônicos de velocidade, redutor

eletrônico de velocidade, condutor eletrônico misto) nas seguintes vias: Via Costeira (Zona Sul), Av. Doutor João Medeiros Filho (Zona Norte), Rota do Sol, Av. Eng. Roberto Freire e Av. Omar O'Grady.

Com relação a fiscalização do trânsito, a meta 0994 foi superada, visto que estavam previstos 30.000 veículos e foram fiscalizados 237.470 em todo o Rio Grande do Norte.

Foram estruturados os seguintes órgãos colegiados: EPTRAN (Escola Pública de Trânsito) e o CETRAN (Conselho Estadual de Trânsito). Nesse último foi realizado um grande trabalho, através da integração (municipalização do trânsito) de mais 2 cidades integradas.

O Conselho Estadual de Trânsito desenvolveu diversas atividades durante o ano de 2023 as quais: 02 (duas) cidades integradas ao Sistema Nacional de Trânsito, 09 (nove) capacitações junto aos órgãos do subsistema estadual de trânsito, 16 (reuniões/audiências) com Ministério Público Estadual ou da União, 04 (quatro) Fórum/Reuniões Nacionais com os CETRAN's de outras UFs, 03 (três) Reuniões Técnicas com a Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN (Ministério de Transportes), 07 (sete) reuniões ordinárias do Conselho Nacional do Trânsito – CONTRAN, 09 (novo) reuniões ordinárias com Programa Vida no Trânsito.

Participou ainda de 36 (trinta e seis) reuniões (presenciais e virtuais) com prefeitos ou secretários municipais, realizadas 58 (cinquenta e oito) visitas técnica/inspeções aos órgãos municipais de trânsito, 04 (quatro) audiências públicas na câmara municipais, 17 (dezessete) inspeções em locais de sinistros (acidentes) de trânsito, 43 (quarenta e três) inspeções em in loco nas rodovias municipais e estaduais, 22 (vinte e duas) reuniões ordinárias do CETRAN/RN.

No ano de 2023 o DETRAN/RN continuou aperfeiçoando-se, principalmente na gestão de processos, através de aquisições de tecnologias para a modernização com foco na melhoria dos sistemas, facilitando o atendimento aos usuários.

Foi implementada fortemente no órgão implementações tecnológicas, uma vez que os principais investimentos voltados para a modernização tecnológica viabilizam diretamente para o aprimoramento do atendimento ao público. Desse

modo, essa meta foi superada em 150%, de modo que estava previsto 2 implementações tecnológicas e foram concretizadas 3.

As tecnologias de maior expressão foram:

1. Aquisição de Datacenter próprio, visando a otimização de TODOS os sistemas operados pelo DETRAN-RN, resultando em incremento de performance e agilidade nas informações. Isso permitirá o total gerenciamento sobre todos os ativos, aos quais serão armazenados em um único equipamento.
2. Aquisição de Celulares e respectivos softwares para a modernização do uso das Autuações de Trânsito, vistorias, examinadores de exames prático. As novas funcionalidades utilizarão como leitores de código de barra.

Registra-se como uma ação de modernização tecnológica o realizado no Almoxarifado do órgão, representando um avanço nos procedimentos rotineiros através da implementação do Sistema SIPAC para aprimorar a eficiência operacional e integração dos processos.

Ocorreu também otimização do recolhimento das receitas e administração das despesas, contribuindo para o equilíbrio financeiro e orçamentário do DETRAN/RN.

Foram desenvolvidas pelo DETRAN/RN diversas ações relevantes neste período aos quais destacam-se:

a) Continuidade da Gestão documental e digitalização dos processos físicos:

Em 2023 foi dada continuidade ao Projeto de Gestão Documental do DETRAN/RN iniciado em 2021 cujo escopo principal é a digitalização de todos os processos físicos do órgão na Sede e 27 unidades descentralizadas.

No ano de 2021, a documentação medida somente na sede perpassava a quantidade de 37.000 (trinta e sete mil) caixas arquivo, e em 2023 foi registrado mais de 700.000 documentos digitalizados e disponíveis para consulta;

Desse modo, o Projeto de Gestão documental está viabilizando o órgão a se adequar às novas ferramentas digitais devido a disponibilização de informações relativo tanto às atividades administrativas e de suporte (meio) como a disponibilidade das fichas funcionais dos servidores aos novos sistemas de recursos humanos (SUAP implementado no órgão em Agosto/23), quanto às atividades fins (Registro de Veículos e Habilitação de Condutores) no sistema de custodia de documentos (Melhorias no Portal de Serviço).

b) Desenvolvimento de diversas funcionalidades para o usuário por meio do Portal de Serviços.

O DETRAN lança novos serviços digitais e passa a adotar um cadastro para os usuários de forma online, por meio de seu Portal de Serviços. Essa medida possibilita a diversificação dos atendimentos e entrega ao cidadão uma área exclusiva e segura para ser atendido de forma prática e acessível.

Do mesmo modo, foi lançado no final de outubro o Processo de Mutirões de Exame Prático, viabilizado pelo incremento do Portal de Serviços. Essa ação foi iniciada pela Coordenadoria de Habilitação do Detran no último final de semana de outubro e até a presente data já foram computadas a aplicação de aproximadamente 1.700 exames.

c) Ferramentas da Ouvidoria do DETRAN/RN

Em 2023 foi disponibilizado à população um novo contato institucional direto com a Ouvidoria do Órgão, via aplicativo de mensagem Whatsapp em média 2100 atendimentos por mês. O cidadão pode buscar falar com a Ouvidoria por mensagens, acessando o número (84) 3232-1219. O contato não atende chamadas de voz e somente interage por meio de troca de informações de texto, a ferramenta é *“Detran na Mão”*. Com a nova ferramenta, o Detran coloca à disposição do cidadão um canal para receber orientações, dando as opções para o usuário notificar elogios, sugestões, solicitações, reclamações e denúncias referentes aos serviços oferecidos pelo Detran no Estado. O plano é aproximar o cidadão da Ouvidoria, fortalecendo os vínculos da transparência institucional, resolução de conflitos e melhorias na prestação de serviços públicos.

Foi retomado a ouvidoria itinerante em agosto de 2023 com as seguintes ações: Visita às cidades de Mossoró, Pedro Avelino, Santa Cruz, Currais Novos. Onde ocorreu foi coletada as demandas de cidadãos e servidores in loco. Salientando que são repassadas informações importantes dos serviços realizados pelo DETRAN/RN.

d) Otimização do Leilão e Pátio de Veículos

O serviço de Leilão de veículos e sucatas foi caracterizado pela crescente otimização do serviço, principalmente devido às metas realizadas. Para o corrente ano, foram previstos 12 leilões, no entanto esse número foi superado em 150%, já que ocorreram 30 leilões em 2023, aos quais foram leiloados o total de 796 veículos e 3.028 sucatas.

No DETRAN RN, os Leilões são realizados de forma online (www.lancecertoleiloes.com.br), o que expressa mais uma vez o alinhamento da tecnologia para as melhorias do atendimento do órgão, possibilitando a participação de arrematantes de todo o Brasil. O cidadão interessado tem a opção de realizar o cadastro no site do leilão, que precisará passar por uma aprovação. Desse modo, foi registrado, no último leilão, o cadastro de 600 mil arrematantes aptos.

e) Gestão de Frotas – DETRAN/RN 2023 - Rastreamento e Monitoramento de veículos via satélite.

A implementação do serviço de rastreamento e monitoramento de veículos no DETRAN/RN está em sintonia com a meta "5001 Novas Práticas de Gestão". Essa inovação tecnológica na gestão da frota representou um passo significativo para aprimorar a eficiência operacional do órgão, inibindo deslocamentos desnecessários e promovendo um uso mais racional dos recursos públicos. A iniciativa resulta na redução de custos, aumento da produtividade e uma fiscalização mais efetiva, destacando-se como uma prática relevante para uma gestão mais eficiente e alinhada aos objetivos de inovação organizacional e gestão orçamentário-financeira estabelecidos pela meta.

- Indicadores

Os indicadores dos programas são de grande importância para mensurar o desempenho das ações. No período de 2020 a 2023 foram definidos dois indicadores para o DETRAN/RN, quais sejam:

Quadro dos Indicadores do Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Norte para o período de 2020 e 2023

Programa	Base Geográfica	Fórmula	Data inicial	Valor Inicial	Data final	Valor final
O Estado a serviço da Sociedade	RN	TMV = (Taxa do número de mortes em acidentes de trânsito x 10.000) /número de veículos	31/12/2019	4	31/12/2023	3
O Estado a serviço da Sociedade	RN	TMH = (Taxa do número de mortes em acidentes de trânsito x 100.000) /número de habitantes	31/12/2019	15	31/12/2023	10

Fonte: PRF; CPRE/RN; STTU-Natal; COINE/ITEP- RN; IBGE; Setor de Estatística do DETRAN/RN.

Os indicadores descritos na tabela abaixo referem-se ao período de 2019 a 2022, representando o resultado alcançado pelo DETRAN/RN.

Quadro dos Indicadores de Vítimas Fatais de Acidentes de Trânsito no Rio Grande do Norte nos anos de 2019 a 2023

Ano	População	Frota	Vítimas fatais de Acidentes de trânsito	IM [1]	IV [2]	IH [3]
2019	3.506.853	1.342.128	514	383	3,8	14,7
2020	3.534.165	1.385.910	513	392	3,7	14,5
2021	3.560.903	1.436.049	520	403	3,6	14,6
2022	3.586.972	1.487.040	482	415	3,2	13,4
2023	3.586.972	1.546.042	463	430	3,0	12,9

1 IM – Índice de motorização (Veículos/1000 hab.).

2 IV – Índice de mortalidade por 10.000 veículos.

3 IH – Índice de mortalidade por 100.000 habitantes.

- Avaliação dos indicadores

Em 2019, o indicador "*número de mortes em acidentes de trânsito para 10.000 veículos"* foi 3,8 ou seja, para cada 10.000 veículos ocorreram 3,8 mortes. Em 2023 o indicador foi 3,0 mortes. Ficando no valor da previsão que é justamente de 3 mortes para 10.000 veículos.

Quanto ao indicador "*número de mortes em acidentes de trânsito para 100.000* habitantes" em 2019 era de 14,7, em 2023 o indicador foi de 12,9, acima da previsão que seria de 10 mortes para cada 100.000 habitantes, porém o menor número em cinco anos.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER

O Departamento de Estradas de Rodagem (DER) é o órgão responsável por planejar, executar e controlar os serviços de conservação, reparação, restauração, melhoramento, adequação da capacidade e ampliação da malha viária estadual, além também de planejar, executar e controlar os serviços de conservação, operação e manutenção dos terminais rodoviários estaduais. A seguir, são apresentadas, na forma de tópicos, as principais atividades desenvolvidas no órgão, ao longo do exercício de 2023, com o intuito de materializar os objetivos e metas expostos em seu Plano Plurianual.

Viver Melhor: Mobilidade

Através do acordo de Cooperação Técnica-Científica n° 16/2021, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Norte (DER/RN) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte (FAPERN) em março de 2022 foram contratados bolsistas de nível superior mediante processo simplificado regido pelo Edital DER/FAPERN n° 29/2021. Tais pesquisadores auxiliaram no andamento processual e na melhoria operacional da Diretoria de Transportes. Assim, foi realizado o diagnóstico situacional no ano de 2022 e foram observados alguns gargalos, dentre os quais se destacaram:

- Ausência de cálculo tarifário com os preços atualizados e metodologia apropriada;
- Insuficiência na atualização e padronização dos sistemas de informação da Divisão de Transportes (DT);
- Implantação do monitoramento da Frota de Transportes Intermunicipais.

Para melhorar a infraestrutura de apoio ao STIP - Sistema de Transporte Intermunicipal a partir dos gargalos existentes foram desenvolvidos e entregues pelos bolsistas os seguintes produtos ainda no ano de 2022:

- Cálculo e Manual de Atualização Tarifária, exemplificando o método de cálculo e uma planilha auxiliar para inserção das informações e obtenção da tarifa atualizada de forma automática;
- Implantação do monitoramento da Frota de Transportes Intermunicipais.

No ano de 2023 o cálculo tarifário foi elaborado e aplicado e assim os valores das passagens sofreram a atualização adequada bem como foi dada continuidade aos processos relativos ao monitoramento da Frota de Transportes Intermunicipais. O gargalo ainda persistente é que não existe bilhetagem eletrônica para os ônibus rodoviários intermunicipais, somente para a região metropolitana.

Está em fase de Elaboração o plano de Restauração / Conservação / Recuperação e Construção de estradas da malha rodoviária do RN. A primeira etapa de planejamento desenvolvida foi a atualização do Sistema Rodoviário Estadual do Rio Grande do Norte (SRE/RN) através da utilização de dados por geoprocessamento. Vale salientar que os dados nesse nível de detalhamento podem ser atestados apenas para a malha rodoviária de jurisdição federal e estadual. Atualmente a malha rodoviária municipal foi mapeada, porém na classificação de tipos de pavimento está em fase de revisão.

PROJETO GOVERNO CIDADÃO

Projeto multisetorial integrado que tem como meta contribuir, em cinco anos, com as mudanças no cenário socioeconômico do Rio Grande do Norte, através da implementação de um conjunto de ações articuladas destinadas a reverter o baixo dinamismo do Estado, com foco na redução das desigualdades regionais, além de apoiar ações de modernização da gestão pública para prestação de serviços de forma mais eficaz e eficiente, visando à melhoria da qualidade de vida da população potiguar.

O objetivo de desenvolvimento do Projeto RN Sustentável é contribuir para os esforços do Estado para: (i) aumentar a segurança alimentar, o acesso à infraestrutura produtiva e o acesso a mercados para a agricultura familiar; (ii) melhorar o acesso e a qualidade dos serviços da educação, da saúde e da segurança pública; e (iii) melhorar os sistemas de controle de despesas públicas, dos recursos humanos e da gestão de ativos físicos, no contexto de uma abordagem de gestão baseada em resultados.

Logo em seguida, será apresentada uma síntese dos investimentos em obras públicas e demais realizações nas áreas de infraestrutura urbana, educação, saúde e atendimento às comunidades rurais, conduzidas com recursos do empréstimo LN 8276-0BR firmado com o Banco Mundial.

1. Equipamentos para o Hospital da Mulher

Com finalização do Hospital da Mulher, em Mossoró, em dezembro de 2022, o equipamento vem recebendo diversos aparelhos e mobiliários para o funcionamento da unidade.

Quando em funcionamento pleno, o Hospital da Mulher vai oferecer mais de 160 leitos para o fortalecimento da saúde materno-infantil, ginecológica e obstétrica de média e alta complexidade. O objetivo é realizar 20 mil atendimentos anuais de pacientes de mais de 60 municípios. Nesta iniciativa, o Governo investiu - de forma global - R$ 132 milhões na construção e aquisição de equipamentos.

2. Ampliação, Reforma e Equipamentos do Hospital Regional Nelson Inácio Dos Santos no Município de Assú

A unidade de saúde na região do Vale do Assú recebeu investimentos de R$ 5,9 milhões, com o objetivo torná-la referência em saúde materno-infantil, atendendo às necessidades das mulheres, gestantes e da população em geral, proporcionando um atendimento mais adequado na região.

A reforma abrangeu parte do hospital, incluindo reboco, piso, iluminação elétrica, hidráulica, cabeamento estruturado, acessibilidade e revisão na cobertura.

Intervenções significativas foram realizadas na estruturação das fachadas e na instalação de condicionadores de ar.

A unidade hospitalar agora conta com oito leitos voltados para saúde mental, salas específicas para exames como ultrassom, cardiotocógrafo/triagem, raio-x, pequenas cirurgias e de estabilização, com dois leitos cada. Foram construídas duas salas de PPP, oferecendo um ambiente único para os três estágios do parto (pré-parto, parto e pós-parto), proporcionando comodidade para as parturientes locais.

Além disso, as alas de enfermarias, clínica médica e cirúrgica, isolamento, alojamento conjunto, centro de recuperação e as duas salas de cirurgia passaram por uma significativa manutenção.

Apesar de as obras terem sido entregues em 2023, as aplicações financeiras correram em anos anteriores.

3. Entrega dos Equipamentos para os Centro de Referência Oncológica em São Paulo do Potengi e de João Câmara

Os Centro de Referência Oncológica (CRO) em São Paulo do Potengi e João Câmara representam um avanço significativo na prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama e colo de útero. Com um investimento de pouco mais de R$ 2 milhões, os centros foram equipados com tecnologia de ponta, incluindo mamógrafos digital, RXs digitais, aparelhos de ultrassom digital, bisturis eletrônicos, colposcópios, e outros equipamentos essenciais.

O Governo do RN destinou esses investimentos como parte das intervenções para fortalecer a Rede de Atenção Oncológica, concentrando esforços nos cânceres de mama e colo de útero. A meta é ampliar o acesso a serviços regionalizados, priorizando mulheres de 25 a 69 anos, com o objetivo de reduzir a incidência e mortalidade relacionadas a esses cânceres.

4. Ampliação/Reforma e Equipamentos da Escola Estadual Vicente Lemos no Município de Eloi de Souza

A Escola Estadual Vicente Lemos, no município de Elói de Souza, foi praticamente reconstruída, uma vez que se encontrava sem condições de uso. Após um investimento total de R$ 4,3 milhões, sendo R$ 3,6 milhões para obras físicas mais R$ 769 mil em equipamentos, foram reformadas as salas de aula teóricas, sala de professores, biblioteca, laboratórios de línguas, informática, física e matemática e de química e biologia, quadra poliesportiva e demais ambientes.

A unidade beneficia 410 estudantes dos ensinos fundamental e médio, professores e servidores dispõem de um ambiente adequado ao processo de ensino e aprendizagem, com mobiliário novo, acessibilidade, equipamentos para os laboratórios, mobiliário completo, utensílios e equipamentos de cozinha e condicionadores de ar em todas as salas.

5. Obras de Recuperação e Sistema de Alerta Sonoro da Barragem de Lucrécia

Com quase 90 anos de existência, a barragem, sob a responsabilidade do Governo do Estado, passou por transformações significativas para atender às normativas de segurança, e agora se destaca como o primeiro reservatório do Nordeste a contar com o Plano de Segurança de Barragens (PSB) e a implementação do Plano de Ação de Emergência (PAE).

As iniciativas empreendidas, fruto do trabalho conjunto do Projeto Governo Cidadão e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), representam um investimento expressivo, ultrapassando a marca de R$ 20 milhões. Este montante abrangeu uma série de medidas preventivas, desde a revisão e readequação de projetos até a implementação do sistema de alerta sonoro.

Após a implementação da sonorização, a Barragem de Lucrécia, agora pioneira no Rio Grande do Norte e em todo o Nordeste, ao adotar o PSB e o PAE, demonstra o compromisso com a segurança hídrica. Essas medidas tornam-se ainda mais relevantes à luz de eventos desastrosos, como os ocorridos em Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais, destacando a importância de um planejamento sólido e de prontidão para garantir a segurança das comunidades circunvizinhas.

6. Obras de Pavimentação da RN 233 no Trecho BR 304 – Triunfo Potiguar

A RN 233 passou por uma significativa revitalização, a partir do investimento expressivo de R$ 85 milhões. A iniciativa destacou-se não apenas pela sua magnitude financeira, mas também pela eficiência na sua execução.

Uma de suas particularidades foi a escolha de uma única empresa para elaboração de projeto executivo e a execução de obras por meio de um método licitatório inovador de contratação integrada, uma decisão estratégica que demonstrou ser crucial para a celeridade da obra. O processo, concluído em um tempo considerado muito curto, de 10 meses, transformou-se em um case de sucesso para o Banco Mundial, evidenciando a capacidade de implementação ágil e eficaz do Projeto.

A RN 233, que se estende por 41 km, conectando o entroncamento da BR-304 em Assú ao município de Paraú e, finalmente, à BR 226 nas imediações de Triunfo Potiguar, experimentou uma restauração abrangente e uma expansão fundamental. O resultado é uma via mais segura, eficiente e propícia ao desenvolvimento econômico regional. A população local e os produtores da região são os primeiros a testemunhar os benefícios dessa intervenção. A estrada renovada não apenas oferece uma experiência de deslocamento aprimorada, mas também se tornou um meio eficaz para o escoamento de produções, impulsionando a economia local.

7. Melhoria da Infraestrutura do DIBA

O Distrito de Irrigação do Baixo Açu – DIBA, maior perímetro irrigado do Estado, teve a segunda etapa de melhorias concluída, quando foi restaurada a principal estação de bombeamento, onde se inicia a captação de água do rio, e a recuperação de três piscinas – reservatórios ao longo do canal que servem a lotes próximos. O equipamento já foi recebido provisoriamente, estando nos trâmites habituais para o recebimento em definitivo.

O distrito que há mais de duas décadas esperava por melhorias, recebeu para essa fase de execuções, investimentos na ordem de R$ 4,6 milhões.

8. Usinas Fotovoltaicas em Comunidades Rurais

Para dar sustentabilidade aos subprojetos de inclusão produtiva, como Unidades de Beneficiamento de Frutas, peixe, entre outros, 32 associações de agricultores familiares, distribuídos em 23 municípios, receberam investimentos para a implementação de usinas fotovoltaicas.

9. Complementação de Sistemas de Abastecimento de Água de Comunidades Rurais

Novos investimentos foram aplicados em iniciativas que, por motivos diversos, não estavam conseguindo executar os serviços para os quais foram implementadas. Ações como aquisição e instalação de filtros de tratamento; clorador de pastilha; reservatórios e redes de distribuição em associações que foram beneficiadas com sistemas de tratamentos simplificado de abastecimento de água localizados em comunidades rurais, até a obras necessárias para o funcionamento dos equipamentos.

10. Equipamentos para Estação de Piscicultura Estevão de Oliveira

Aquisição de equipamentos para viabilizar a estruturação da Estação de Piscicultura em Caicó. Foram adquiridos aparelhos como classificadora de peixes, bombas submersas, medidor de pH, kit de análise de água, aerador e soprador.

11. Equipamentos para Laboratório de Processamento de Leite e Derivados

Aquisição de Bactocount, equipamento para contagem de bactérias e células somáticas do leite cru, para estruturação do Laboratório de Qualidade do Leite – LABOLEITE, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Pólo da Escola Agrícola de Jundiaí (EAJ).

12. Ações para Fortalecimento do Mais Mercados

Em 2023, foi lançado o Programa Estadual de Apoio ao Acesso a Mercados Privados pela Agricultura Familiar – Mais Mercados, uma parceria do Governo Cidadão com a SEDRAF para otimizar e articular as ações estaduais de fomento

do acesso aos mercados, como feiras da agricultura familiar, espaços fixos de comercialização, rodadas de negócio, prospecção de mercados e certificação participativa orgânica.

Amparado pelo Decreto Estadual Nº 32.509, de 20 de março de 2023, o Programa Estadual de Apoio ao Acesso a Mercados Privados pela Agricultura Familiar – Mais Mercados – foi criado com o objetivo de fomentar e fortalecer a capacidade da agricultura familiar apoiando mercados já existentes, contribuindo para a construção de novos pontos de venda. As ações foram voltadas para ampliar a oferta de alimentos saudáveis por meio de apoio e implantação de feiras e mercados públicos, e ainda a inserção via mercado atacadista para inserir a agricultura familiar em supermercados, restaurantes e outras empresas de preparo de alimentos.

Um dos braços do Mais Mercados era o Projeto Feiras da Agricultura Familiar, com meta de implantar e padronizar feiras nos 10 territórios do estado.

13. Construção da Central do Cidadão de Macaíba

Entregue em 2023, a Central de Macaíba foi construída e equipada a partir do investimento de R$ 2,1 milhões. A construção e a aquisição de equipamentos seguiram o novo padrão estabelecido para as Centrais do Cidadão, oferecendo mais conforto e comodidade para usuários e servidores em um ambiente projetado para a prestação do serviço público.

A unidade macaibense é considerada de médio porte, com 598,56m² de área construída. Com o imóvel próprio, o Governo do Estado deixou de gastar com aluguel e a economia será de R$140.592 mil por ano (R$11.716 mil mensais). Com a plena oferta de serviços disponíveis na nova unidade, a estrutura permite a realização de cerca de 12 mil atendimentos por mês. Além da população macaibense, a nova Central do Cidadão servirá a outros nove municípios: Natal, Parnamirim, São José de Mipibu, Vera Cruz, Bom Jesus, São Pedro, Ielmo Marinho, São Gonçalo do Amarante e Boa Saúde.

14. Usinas Fotovoltaicas em Prédios Públicos da Administração do Estado

Com foco na economia do Tesouro estadual, além de colaborar com o meio ambiente na produção de energia limpa em 18 centrais do cidadão, 10 prédios do Centro Administrativo, 3 hospitais e um laboratório.

15. Fortalecimento da Capacidade Institucional da Tributação do Estado

A reconstrução do Núcleo Integrado de Fiscalização e Fronteira de Caraú (NIFF) - Posto Caraú, localizado no município de Baía Formosa, veio para reforçar as ações de fiscalização de cargas e de combate à sonegação de impostos no RN.

O equipamento que entrou em funcionamento em junho foi viabilizado com a aplicação de R$ 16,1 milhões, e outros R$ 14 milhões foram investidos na aquisição de equipamentos.

Com apenas cinco dias de funcionamento, quando passaram cerca de 10 mil veículos de carga no local, foi gerada uma arrecadação próxima de R$ 1,5 milhão.

Além dos serviços da Secretaria de Estado de Tributação (SET RN), o posto contará com serviços da Polícia Militar (PMRN) e do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN (IDIARN), modernizando o serviço de arrecadação e fiscalização de mercadorias em trânsito, inclusive de inspeção agropecuária, assegurando a oferta de produtos de qualidade, contribuindo para a preservação da saúde pública e promovendo a segurança do Estado.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS

CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

O controle na Administração Pública é crucial para garantir a conformidade das ações governamentais com a Constituição e as normas, além da economicidade, eficiência e eficácia de suas ações e políticas públicas.

O dever de prestar contas decorre do próprio princípio republicano, além disso, a atual Constituição brasileira consagra esse princípio quando diz que prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos.

Em razão do sistema de freios e contrapesos, decorrente da Teoria da Separação dos Poderes, os Poderes do Estado mutuamente se controlam, dessa forma, o controle é exercido por diversos órgãos, incluindo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Outrossim, se destaca a importância do controle exercido diretamente pela sociedade, de forma a assegurar o bom emprego da verba pública e a eficaz prestação de serviços à sociedade.

O que se extrai da leitura do artigo 70 da Constituição Federal de 1988 é que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes públicos, dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta é exercida pelo legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Para além disso, o art. 74 da Constituição Cidadã prevê atribuições do controle interno, senão vejamos:

> Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

> I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
> II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
> III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
> IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Um dos principais objetos de fiscalização do controle interno é o Orçamento Público, que é essencialmente um instrumento de planejamento do Estado, prevendo receitas e despesas para um período determinado. Esse orçamento é regulado por leis, sendo composto pelo Plano Plurianual (PPA), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme o artigo 165 da Constituição Federal.

O PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos, enquanto a LDO define metas e prioridades da administração pública e orienta a elaboração da LOA, a qual tem duração de um ano. Esta, por sua vez, viabiliza a execução das ações governamentais, convertendo em realidade as demandas da população.

É importante que a elaboração e execução dessas leis orçamentárias sigam alguns princípios de regência, a exemplo da anualidade, unidade e universalidade, garantindo a adequada execução das despesas públicas.

O controle interno também analisa eventuais modificações no orçamento, garantindo sua legalidade e legitimidade. Distintamente, o acompanhamento da gestão orçamentária é realizado através de relatórios periódicos, enquanto a fiscalização é certificada pelos órgãos de controle externo e interno.

Do exposto, é possível extrair a relevância de que a Controladoria-Geral do Estado, Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo, apresente análises objetivas da execução do Orçamento Público estadual, como parte do controle interno, contribuindo para a transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos, evidenciando a responsabilidade e compromisso na prestação de contas à sociedade.

CENÁRIO GERAL

A seção tem como objetivo apresentar de forma concisa os resultados da execução orçamentária do exercício de 2023, abordando tanto os ingressos quanto os dispêndios governamentais, essenciais para atender às necessidades públicas e fornecer os serviços estatais, todos direcionados ao bem-estar coletivo.

No que diz respeito à natureza das receitas orçamentárias, estas representam as fontes de recursos que o Poder Público utiliza para implementar programas e ações destinados a atender às demandas da sociedade. Conforme estipulado pelo artigo 35, I, da Lei Federal nº 4.320/64, as receitas arrecadadas pertencem ao exercício financeiro em que foram obtidas.

Em 2023, o Rio Grande do Norte registrou uma arrecadação total de R$ 19,988 bilhões. Esse valor representa um aumento de 12,47% em relação à arrecadação do ano anterior, que foi de R$ 17,772 bilhões, como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela comparativa das Receitas por categoria econômica de 2022 e 2023

Categoria Econômica	2022	2023	Diferença
Receitas correntes	R$ 15.299.334.483,68	R$ 17.370.618.450,68	13,54% ↑
Receitas de capital	R$ 426.300.712,81	R$ 270.091.686,91	-36,64% ↓
Receitas intra orçamentárias	R$ 2.046.415.969,90	R$ 2.348.048.136,05	14,74% ↑
Total	**R$ 17.772.051.166,39**	**R$ 19.988.758.273,64**	**12,47% ↑**

Fonte: RREOs 2022 e 2023 - Parte das Receitas

As despesas orçamentárias representam os gastos realizados pelos órgãos públicos para custear e manter os serviços prestados à população. Em outras palavras, são as aplicações dos recursos arrecadados. Conforme estipulado pelo artigo 35, II da Lei Federal nº 4.320/64, as despesas legalmente empenhadas pertencem ao exercício financeiro em que foram realizadas.

No ano de 2023, o Rio Grande do Norte empenhou despesas totalizando R$ 19,486 bilhões. Esse valor representa um aumento de 10,69% em relação ao total empenhado em 2022, que foi de R$ 17,605 bilhões.

Tabela comparativa das Despesas por categoria econômica de 2022 e 2023

Categoria Econômica	2022	2023	Diferença
Despesas correntes	R$ 14.188.649.829,13	R$ 16.429.123.091,32	15,79% ↑
Despesas de capital	R$ 1.259.048.560,26	R$ 858.774.011,56	-31,79% ↓
Despesas intraorçamentárias	R$ 2.157.663.582,45	R$ 2.199.069.951,05	1,92% ↑
Total	**R$ 17.605.361.971,84**	**R$ 19.486.967.053,93**	**10,69% ↑**

Fonte: RREOs 2022 e 2023 - Parte das Despesas

Quando as receitas arrecadadas superam as despesas empenhadas, resulta no superávit. Em 2023, o superávit verificado foi de R$ 501,791 milhões, como evidenciado na tabela abaixo:

Tabela Superávit Exercício 2023

Receitas (I)	Despesas (II)	Diferença (I - II)
R$ 19.988.758.273,64	R$ 19.486.967.053,93	R$ 501.791.219,71

Fonte: RREOs 2022 e 2023 - Parte das Receitas e Despesas

As seções subsequentes apresentarão de forma detalhada as origens dos recursos, abordando também sua aplicação, a dívida ativa pública, os créditos adicionais e os restos a pagar. Essa apresentação permitirá uma visão abrangente da execução orçamentária do estado do Rio Grande do Norte durante o exercício financeiro de 2023.

ORIGEM DOS RECURSOS

A receita orçamentária refere-se ao montante de recursos financeiros que um governo, seja em nível federal, estadual ou municipal, prevê arrecadar ao longo de um determinado período, geralmente um ano fiscal. Essa receita é composta por diversas fontes, como impostos, taxas, contribuições sociais, transferências intergovernamentais e outras receitas. A previsão da receita orçamentária é essencial para o planejamento financeiro do governo, permitindo que este aloque recursos de maneira adequada para atender às demandas e necessidades da sociedade.

Anualmente, a definição da receita orçamentária é realizada por meio da elaboração e aprovação do orçamento público, na forma da Lei Orçamentária Anual (LOA). Esse processo envolve a análise detalhada das projeções

econômicas, considerando variáveis como inflação, crescimento econômico e mudanças na legislação tributária. No entanto, a receita orçamentária é meramente prevista, nada impedindo que ao longo do exercício o valor efetivamente arrecadado seja superior.

No exercício de 2023, a arrecadação do Rio Grande do Norte foi R$ 16.415.887.398,50, dividido conforme a tabela abaixo:

Arrecadação do Poder Executivo Estadual em 2023

	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Previsão x Realização (%)
Receitas Correntes	15.971.888.764,85	17.370.618.450,68	108,75%
Receitas de Capital	443.998.633,65	270.091.686,91	60,83%
Receitas Intraorçamentárias	2.082.340.760,79	2.348.048.136,05	112,76%
TOTAL	18.498.228.159,29	19.988.758.273,64	108,06%

Fonte: RREO 6º bimestre de 2023.

As receitas correntes corresponderam a 86,90% do total de receitas arrecadadas, enquanto as receitas de capital representaram 1,53% do montante. Ressalta-se que o sexto bimestre foi o melhor para arrecadação de receitas correntes e intraorçamentárias, enquanto para as receitas de capital foi o segundo bimestre.

Arrecadação bimestral - 2023

Bimestre	Correntes	De Capital	Intraorçamentárias
1º	2.595.186.064,40	3.935.442,62	395.459.792,92
2º	2.438.217.349,67	84.980.187,99	313.759.743,91
3º	2.862.872.149,4	16.533.149,36	315.890.857,36
4º	2.968.184.147,24	35.413.169,98	470.230.501,73
5º	2.871.334.681,11	60.385.861,96	360.280.424,66
6º	3.634.824.058,80	68.843.875,00	492.426.815,47
TOTAL	17.370.618.450,62	270.091.686,91	2.348.048.136,05

Fonte: RREO 2023.

Receitas Correntes

No ano de 2023, o Rio Grande do Norte contabilizou uma arrecadação líquida de receitas correntes de R$ 17.370.618.450,68. O montante representa 86,90% de toda receita realizada no referido exercício financeiro. A categoria econômica das receitas correntes se desmembra em oito origens distintas, a saber: impostos, taxas e contribuições de melhoria; contribuições; patrimoniais; agropecuárias; industriais; serviços; transferências correntes e outras receitas correntes. No exercício em análise, as parcelas de Impostos, taxas e contribuições de melhoria e transferências correntes corresponderam, em quase grau de igualdade, a maior parte do total de despesas correntes (98,08%).

Arrecadação por categoria econômica - 2023

Origem	Arrecadação	%
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	7.472.983.063,54	43,02%
Contribuições	1.080.832.470,83	6,22%
Patrimonial	592.740.328,97	3,41%
Agropecuária	1.106.173,22	0,01%
Industrial	4.588.974,44	0,02%
Serviços	17.500.930,82	0,11%
Transferências correntes	7.827.362.777,00	45,06%
Outras receitas correntes	373.503.731,86	2,15%
TOTAL	17.370.618.450,68	100,00%

Fonte: RREO 6º bimestre de 2023.

- Impostos, taxas e contribuições de melhoria

A receita tributária estadual engloba a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos (ITCD), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e de taxas diversas. O exercício de 2023 apresentou crescimento de arrecadação de 27%, e 10% e 15% para IPVA, ITCD e ICMS respectivamente, com um crescimento combinado de 16%. Esse foi o maior crescimento combinado do período analisado (2020 a 2023), e o maior para IPVA e ICMS. Além disso, o montante de receita tributária arrecadada no exercício excedeu o planejado em R$ 468.242.197,16 (6,68%).

Histórico de arrecadação dos principais impostos estaduais.

Desdobramento	IPVA	ITCD	ICMS	Total
2020	422.165.757,54	17.351.181,24	5.881.812.234,57	6.321.329.173,35
2021	455.913.955,10	28.044.843,30	6.657.216.966,55	7.141.175.764,95
2022	507.913.955,10	27.158.199,50	7.189.325.272,54	7.724.416.935,17
2023	645.113.957,33	30.026.588,24	8.196.805.269,53	8.871.945.815,10

Fonte: RREOs de 2020 a 2023.

A análise entre o previsto e o arrecadado no intervalo 2019 e 2023 aponta para menor arrecadação do que o previsto em 2020 e 2022, impactados principalmente pela pandemia de COVID em 2020 e pela redução do ICMS sobre combustíveis em 2022; e maior arrecadação em 2019, 2021 e 2023. A projeção para 2024 prevista na Lei Orçamentária Anual considera o impacto da redução da alíquota do ICMS, imposto de maior arrecadação do estado.

Arrecadação do ICMS no RN entre 2019 e 2023

Ano	Previsto	Arrecadado
2019	4.764.473.000,00	4.838.202.628,54
2020	5.056.169.800,00	4.931.657.712,05
2021	5.059.195.800,00	5.823.321.563,85
2022	6.277.426.682,08	6.137.228.179,02
2023	7.415.000.000,00	8.196.805.269,53
2024	5.139.194.000,00	-

Fonte: RREOS de 2019 a 2023 e LOA 2024.

O programa de Educação Fiscal promovido pela Secretaria de Fazenda, com o objetivo de motivar os cidadãos a exigir os documentos fiscais e consequentemente à formalização e regularização de empresas, contou com 380.000 usuários cadastrados, 203 instituições (organizações da Sociedade Civil) cadastradas, 25 milhões de documentos fiscais emitidos por 77 mil estabelecimentos comerciais distintos, R$ 1,9 milhão repassados às instituições cadastradas, R$ 1,4 milhão devolvidos à sociedade potiguar através dos 540 cidadãos premiados através de sorteios realizados pela Loteria Federal e 46.000 usuários beneficiados pelos sorteios de prêmios em dinheiro e da concessão de descontos de até 10% no IPVA.

Outro programa expressivo em 2023 foi o NOVO REFIS, programa de refinanciamento oferecido pelo governo do Estado que consiste em descontos dos juros e multas para que o contribuinte regularize dívidas tributárias referentes ao ICMS, IPVA, ITCD e créditos de natureza não tributária. Na primeira fase, que começou em 18 de setembro e foi até 31 de outubro, ocorreram mais de 16 mil adesões ao programa. Foram renegociados no período débitos que totalizam cerca de R$ 475 milhões. Desse montante, até o momento foram arrecadados com pagamento à vista ou da primeira parcela mais de R$ 245,2 milhões.

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)

O montante de ICMS arrecadado anualmente corresponde ao somatório do valor principal, da dívida ativa, das multas da dívida ativa, dos juros de mora da dívida ativa e do adicional do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP).

Desdobramento da arrecadação do ICMS em 2023.

Bruto	**Líquido**
Principal	Principal
R$ 6.147.603.952,08	R$ 4.900.835.594,40
Dívida Ativa	Dívida Ativa
R$ 25.386.422,84	R$ 23.591.953,79
Multas da DA	Multas da DA
R$ 1.342.700,65	R$ 1.179.483,42
Juros de Mora da DA	Juros de Mora da DA
R$ 7.424.023,27	R$ 6.344.714,16
FECOP	FECOP
R$ 44.030.151,65	R$ 44.030.151,65
Total ICMS	Total ICMS
R$ 8.196.805.269,53	R$ 4.900.835.594,40

Fonte: SIGEF/RN.

A arrecadação ultrapassou a planejada em 10,54%, o equivalente a R$ 781.805.269,53.

Uma análise por setores com maior arrecadação ressalta os setores de combustíveis (22,06%) e comércio varejista (21,56%) como maior concentração de arrecadação, de forma que os esforços de fiscalização deveriam ser priorizados nessas duas áreas. Ao mesmo tempo, o maior montante de débitos em aberto se concentra nos setores de comércio atacadista e varejista.

- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)

O IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículos automotores e é constituído pela soma do valor principal, da dívida ativa, das multas da dívida ativa e dos juros de mora da dívida ativa. A diferença entre o montante bruto e líquido é oriunda do art. 158, III, da CRFB/88, o qual estipula que 50% da arrecadação deste imposto seja destinada aos municípios.

Desdobramento da arrecadação de IPVA em 2023.

Bruto	**Líquido**
Principal	Principal
R$ 613.629.244,04	R$ 245.372.823,35
Dívida Ativa	Dívida Ativa
R$ 24.736.091,87	R$ 23.393.534,36
Multas da DA	Multas da DA
R$ 2.585.722,67	R$ 2.354.570,35
Juros de Mora da DA	Juros de Mora da DA
R$ 4.162.898,75	R$ 3.827.078,98
Total IPVA	Total IPVA
R$ 645.113.957,33	R$ 274.948.007,04

Fonte: SIGEF/RN.

A arrecadação do IPVA iniciou o exercício deficitária, em comparação ao previsto, mas a partir de março superou as expectativas de arrecadação, terminando o exercício com 153% acima do previsto, o equivalente a R$ 389.731.957,33.

- Imposto sobre Transmissão - Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos (ITCMD)

A receita de ITCMD é formada pela soma do valor principal, da dívida ativa, das multas, dos juros de mora, das multas da dívida ativa e dos juros de mora da dívida ativa. O ITCMD é devido por pessoas físicas e jurídicas que receberem bens e/ou direitos como herança, doação ou diferença de partilha.

Desdobramento da arrecadação do ITCMD em 2023.

Bruto	**Líquido**
Principal	Principal
R$ 28.515.856,09	R$ 22.706.218,03
Dívida Ativa	Dívida Ativa
R$ 1.249.137,50	R$ 1.249.137,50
Multas da DA	Multas da DA
R$ 71.301,43	R$ 71.301,43
Juros de Mora da DA	Juros de Mora da DA
R$ 190.293,22	R$ 190.293,22
Total ITCD	Total ITCD
R$ 30.026.588,24	R$ 24.216.950,18

A arrecadação do ITCD ultrapassou o planejamento em 24%, com R$ 5.834.588,24 a mais.

Transferências Correntes

Conforme o Manual Técnico do Orçamento (MTO 2024), as transferências correntes são provenientes do recebimento de recursos financeiros de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento que não impliquem contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou essa transferência.

Arrecadação de transferências correntes entre 2021 e 2023.

Espécie	2021	2022	2023
Da União e de suas entidades	R$ 4.977.699.840,75	R$ 6.289.745.626,06	R$ 6.403.461.901,53
Dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	R$ -	R$ -	R$ 21.404,70
Dos municípios e de suas entidades	R$ 1.199.565,59	R$ 817.567,80	R$ 1.317.199,00
De Instituições Privadas	R$ 4.832.290,91	R$ 6.273.301,80	R$ 7.587.309,99

De Outras Instituições Públicas do Exterior	R$ 1.128.118.355,60	R$ 1.319.602.513,77	R$ 1.413.743.220,26
Do Exterior	R$ -	R$ 150.000,00	R$ -
De Pessoas Físicas	R$ 20.685,00	R$ -	R$ -
Provenientes de Depósitos não identificados	R$ -	R$ -	R$ 1.231.741,52
Total	R$ 6.111.870.737,85	R$ 7.616.589.009,43	R$ 7.827.362.777,00
Crescimento de transferências		24,62%	2,76%

Fonte: REEO 2023.

O exercício em análise apresentou montante de transferências correntes muito próximo ao encontrado em 2022, com um crescimento de 2,76%, em contraste ao que foi encontrado nos exercícios anteriores, com crescimentos de 8,8 e 24,6%. O maior quantitativo foi o transferido pela União e suas entidades, nele englobado o Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE), cujo valor líquido repassado ao RN foi de R$ 5.042.188.002,27.

Receitas de Capital

As receitas de capital executadas pelo Rio Grande do Norte no ano de 2023 resultam em um montante de R$ 270.091.686,91 – o que equivale a 1,53% das receitas totais realizadas. Elas se dividem nas seguintes categorias: operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos (concedidos), transferências de capital e outras receitas de capital.

Arrecadação de receitas de capital por categoria econômica.

Origem	Arrecadação	%
Operações de Crédito	R$ 64.270.013,49	23,80
Alienação de bens	R$ 132.600,00	0,05
Amortização de empréstimos	R$ 2.778.962,67	1,03
Transferências de Capital	R$ 147.602.227,74	54,65
Outras Receitas de Capital	R$ 55.307.883,01	20,48
Total	R$ 270.091.686,91	100

Fonte: RREO 2023.

O segundo bimestre apresentou maior montante de arrecadação, totalizando R$ 84.980.187,99. Com relação à previsão, a receita de capital ficou 27,63% abaixo do esperado.

Arrecadação bimestral das receitas de capital.

Bimestre	Montante arrecadado
1	R$ 3.935.442,62
2	R$ 84.980.187,99
3	R$ 16.533.149,36
4	R$ 35.413.169,98
5	R$ 60.385.861,96
6	R$ 68.843.875,00
TOTAL	R$ 270.091.686,91

Fonte: RREO 2023.

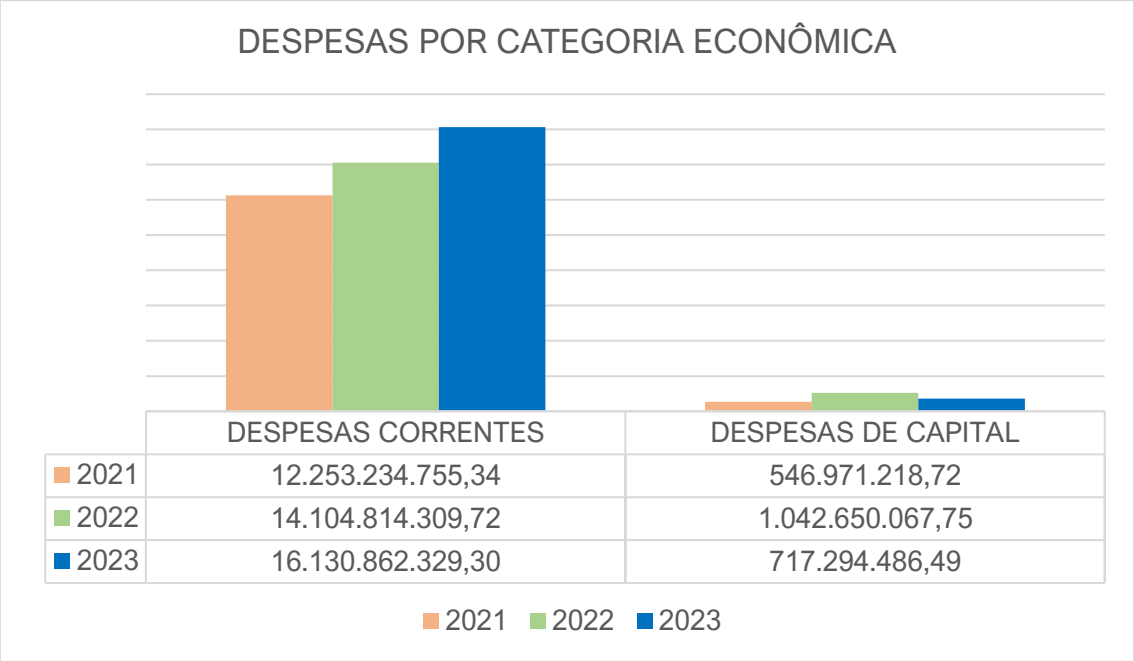
APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Esta seção realizará uma breve análise das despesas orçamentárias públicas do Poder Executivo estadual, com o objetivo de compreender alguns aspectos da aplicação dos recursos no exercício de 2023. A aplicação desses recursos é representada na sistemática orçamentária pelo planejamento e execução das despesas, conforme definido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). A despesa orçamentária pública abrange os dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

A classificação da despesa orçamentária por natureza, especialmente a divisão das despesas por categoria econômica, merece destaque. A Lei Federal n° 4.320/64 subdivide as despesas orçamentárias em despesas correntes e de capital, englobando despesas de custeio e com pessoal nas despesas correntes, e aquisições de bens patrimoniais nas despesas de capital. O exame dos dispêndios financeiros permite observar o nível de alocação de recursos do ente na manutenção de suas atividades e nos investimentos.

Na análise da execução das despesas estaduais, destaca-se que os valores apresentados nos quadros se referem à fase de liquidação da despesa. Embora a Lei Federal nº 4.320/64 destaque que as despesas do exercício são aquelas efetivamente empenhadas, para fins de análise de resultados orçamentários, a fase de liquidação é considerada mais expressiva na aplicação dos recursos, pois envolve a verificação concreta dos gastos, refletindo a entrega de bens ou a conclusão de obras, por exemplo.

Neste contexto, com base nos relatórios extraídos do Sistema Integrado de Gestão Financeiro do Rio Grande do Norte (SIGEF), é possível obter os dados da execução das despesas correntes e de capital do Poder Executivo estadual nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, possibilitando a elaboração dos seguintes quadros comparativos:



Categoria Econômica	2021	2022	Diferença %
Despesas Correntes	R$ 12.253.234.755,34	R$ 14.104.814.309,72	15,11% ↑
Despesas de Capital	R$ 546.971.218,72	R$ 1.042.650.067,75	90,62% ↑

Categoria Econômica	2022	2023	Diferença %
Despesas Correntes	R$ 14.104.814.309,72	R$ 16.130.862.329,3	14,36% ↑
Despesas de Capital	R$ 1.042.650.067,75	R$ 717.294.486,49	-31,20% ↓

Fonte: SIGEF/Execução Orçamentária

Da análise pormenorizada das informações fornecidas, destaca-se o notável aumento nas despesas correntes no exercício de 2022, registrando um acréscimo de cerca de 15,11%, e uma elevação ainda mais expressiva de 14,36% em 2023, em comparação com o ano anterior. No que diz respeito às despesas de capital, observou-se um significativo aumento de 90,22% em 2022, seguido por uma notável redução de 31,20% em 2023, em relação ao exercício anterior.

Desse exame, emerge evidência clara do substancial incremento nas despesas de capital durante o ano de 2022, representando aproximadamente 90% a mais em relação ao exercício anterior. Isso evidencia uma maior alocação de recursos para investimentos, indicando um possível impacto positivo na entrega de políticas públicas, uma vez que esse tipo de despesa, ao contrário das despesas correntes, aponta para a produção ou geração de novos bens ou serviços que enriquecerão o patrimônio público.

Embora se leve em consideração as dificuldades e obstáculos enfrentados nos anos de 2020 e 2021, decorrentes do cenário econômico adverso da pandemia de Covid-19, é crucial ressaltar a discrepância nos valores alocados nas Despesas de Capital no exercício sob análise. Nesse contexto, é pertinente destacar que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medidor oficial da inflação, encerrou o ano de 2022 com uma taxa acumulada de 5,79%, inferior aos 10,06% acumulados em 2021, segundo dados do IBGE[1]. Para o ano de 2023, o índice fechou com um acumulado de 4,62%. Apesar da diminuição na taxa de inflação sugerir uma possível redução no aumento progressivo da despesa corrente, outros fatores devem ser considerados para uma análise mais aprofundada desse fenômeno.

Em certos casos, o crescimento das despesas correntes pode ser resultado do aumento de gastos motivado pelo cumprimento de decisões judiciais ou determinações legais, situações que ultrapassam a discricionariedade dos atos de gestão governamental. Nesse sentido, destaca-se o reajuste salarial dos profissionais do magistério público da educação básica da rede estadual, em conformidade com os termos da Lei Federal nº 11.738/2018, como um exemplo desses cenários.

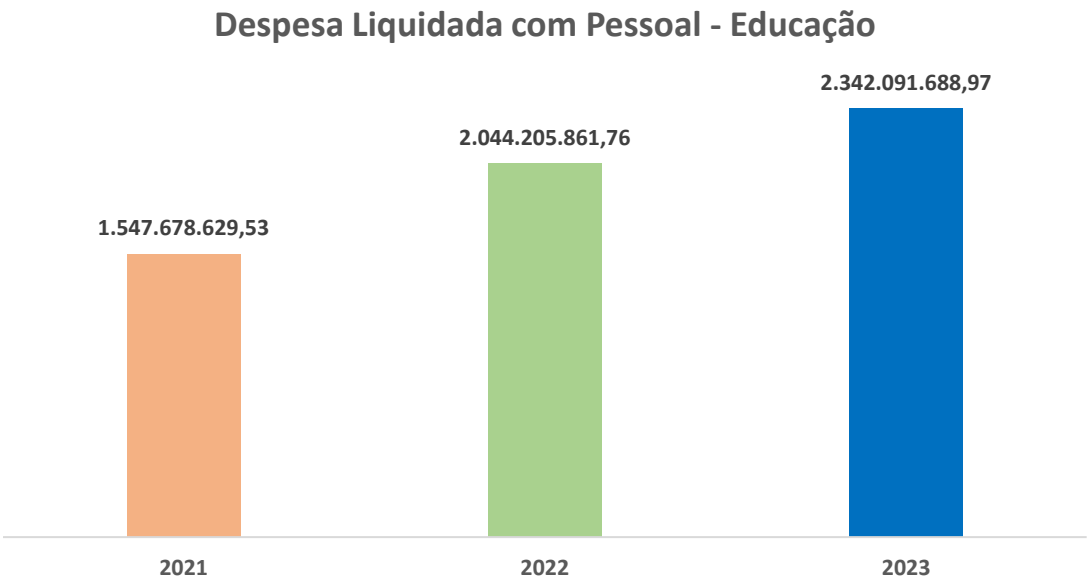
A Lei em questão estabelece que o piso salarial dos professores deve ser anualmente ajustado, geralmente em janeiro. No ano de 2022, o governo federal oficializou um reajuste de 33,24%, e em conformidade com essa legislação, estados e municípios são obrigados a implementar o reajuste sob pena de descumprimento da lei. No contexto específico do Estado do Rio Grande do Norte, destaca-se que o governo buscou promover um aumento equitativo, implementando o reajuste do piso salarial de maneira integral e paritária, abrangendo não apenas os profissionais abaixo do piso, mas toda a carreira, incluindo aposentados e pensionistas. Em 2023, esse aspecto assume uma relevância adicional, pois o valor aprovado foi implementado de forma parcelada, impactando significativamente as despesas do exercício.

Portanto, diante de todo o contexto apresentado, os gastos com pessoal na área educacional foram significativamente afetados, resultando no aumento expressivo das despesas correntes do estado no período em questão, conforme se observa abaixo:

Quadro comparativo da Despesa de Pessoal na Educação (2021-2023)		
Exercício	**Administração Geral**	
	Encargos com Pessoal	Encargos com pessoal da Educação Básica, Cultura, Esporte e Lazer
2021	R$179.525.121,18	R$ 394.004.604,14
2022	R$ 232.428.976,10	R$ 596.574.361,71
2023	R$ 262.905.786,72	R$ 801.823.858,43
Exercício	**Ensino Fundamental**	
	Encargos com Pessoal do Ensino fundamental	
2021	R$ 274.382.979,74	
2022	R$ 357.730.033,03	
2023	R$ 391.553.447,19	
Exercício	**Ensino Médio**	
	Encargos com Pessoal do Ensino Médio	
2021	R$ 356.028.095,06	
2022	R$ 457.553.344,54	
2023	R$ 443.396.032,25	
Exercício	**Educação de Jovens e Adultos**	
	Encargos com Pessoal da Educação de Jovens e Adultos - EJA	
2021	R$ 331.492.875,44	
2022	R$ 387.170.077,81	
2023	R$ 430.253.147,41	

Exercício	Educação Especial
	Encargos com Pessoal do Ensino Especial
2021	R$ 12.244.953,97
2022	R$ 12.749.068,57
2023	R$ 12.159.416,97
Exercício	**TOTAL**
2021	R$ 1.547.678.629,53
2022	R$ 2.044.205.861,76
2023	R$ 2.342.091.688,97

Fonte: SIGEF/Execução Orçamentária



Fonte: SIGEF/Execução Orçamentária

O aumento percentual na despesa total liquidada com pessoal na área da educação revela uma tendência de expansão financeira. Entre os anos de 2020 e 2021, observou-se um incremento considerável de 32,08%, indicando um aumento notável nesse setor. Essa ascensão persistiu em 2023, com um aumento percentual de 14,57% em relação ao ano anterior, sinalizando uma continuidade na alocação de recursos para a educação.

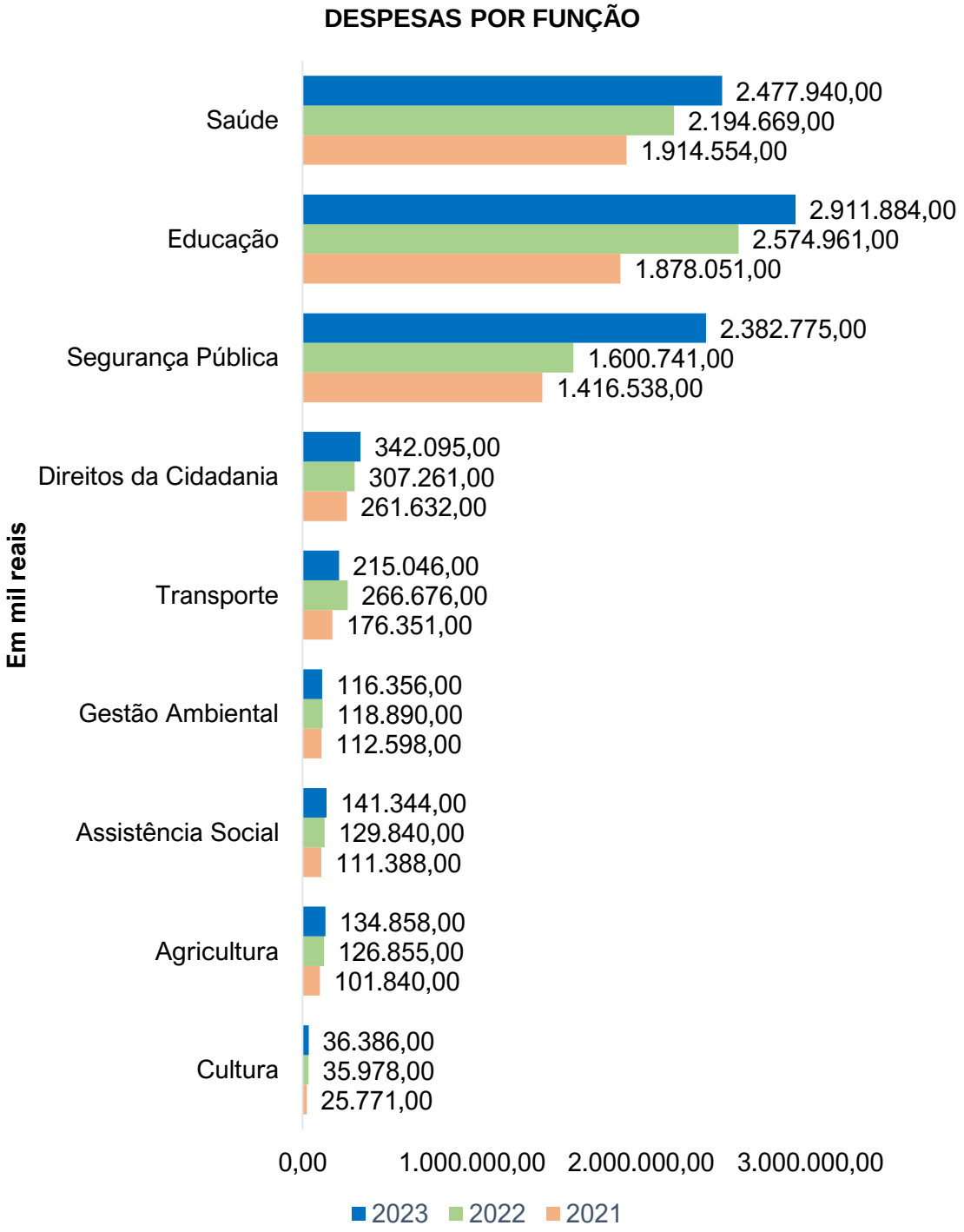
Ao ampliar a análise para os anos de 2023 e 2021, nota-se um aumento mais acentuado, atingindo 51,33%. Esse salto expressivo levanta questões críticas sobre a gestão dos recursos direcionados à educação, questionando a eficiência e eficácia dos investimentos realizados. A ausência de uma correlação direta entre

esse aumento substancial e melhorias mensuráveis na qualidade da educação suscita dúvidas sobre a aplicação estratégica desses recursos.

Em uma perspectiva crítica, esses dados sugerem a necessidade de uma avaliação mais rigorosa e transparente da gestão financeira na área educacional, visando garantir que os recursos públicos sejam direcionados de maneira eficiente para promover resultados tangíveis e sustentáveis.

Do ponto de vista funcional, é relevante ressaltar a análise das despesas, conforme preconizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que destaca que a classificação funcional visa separar as dotações orçamentárias em funções e subfunções para responder fundamentalmente à pergunta sobre em qual área de ação governamental a despesa será realizada.

Ao observar as despesas orçamentárias por sua classificação funcional, obtém-se uma compreensão mais concreta sobre a aplicação dos recursos públicos. Essa abordagem possibilita identificar as áreas prioritárias para o governo e avaliar o montante investido em cada uma delas. Analisando um gráfico comparativo das principais despesas classificadas por função nos anos de 2021, 2022 e 2023, conforme os relatórios gerados pelo SIGEF-RN, essa perspectiva de análise ganha maior ênfase.



Fonte: SIGEF/Execução Orçamentária

A análise do aumento percentual da despesa total liquidada por função revela dados significativos, demandando atenção especial. Em particular, a função de segurança pública experimentou um considerável aumento de 48,85% na comparação entre os anos de 2023 e 2022. Esse crescimento é ainda mais

acentuado quando confrontado com o ano de 2021, atingindo uma expressiva elevação de 68,21%.

De maneira semelhante, ao avaliar a despesa total liquidada nas áreas de educação e saúde, observamos aumentos percentuais de 13,08% e 12,91%, respectivamente, entre 2023 e 2022. Esses números adquirem uma dimensão ainda maior quando comparados com o ano de 2021, apresentando incrementos de 55,05% e 29,43%, respectivamente.

A atenção se intensifica quando inserimos esses dados em um contexto mais amplo, considerando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de inflação e a receita corrente líquida do estado. Esses indicadores econômicos são cruciais para avaliar a sustentabilidade das despesas públicas, garantindo que estejam alinhadas com a capacidade financeira do estado, evitando desequilíbrios orçamentários que possam comprometer a estabilidade econômica e financeira.

Abaixo, segue quadro com algumas ações promovidas no exercício de 2023 nas áreas de maior prioridade governamental:

Ações nas áreas de Saúde, Educação e Segurança

Função	Ação	Valor
Saúde	Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	R$ 15.126.871,19
	Operacionalização dos Serviços Complementares de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	R$ 205.334.186,68
	Manutenção dos Serviços de Atenção Domiciliar	R$ 14.660.882,96
	Distribuição de Medicamentos, Produtos Nutricionais e Material Médico-Hospitalar	R$ 53.778.227,86

	Enfrentamento do Coronavírus e Demais Síndromes Respiratórias Aguda Grave	R$ 12.123.552,76
Educação	Implementação e Fortalecimento do Programa de Alimentação Escolar	R$ 36.707.885,67
	Aparelhamento, reaparelhamento e manutenção de ambientes escolares e não escolares	R$ 6.269.792,12
	Desenvolvimento, manutenção e funcionamento de programas, projetos e estratégias educacionais	R$ 12.792.869,56
	Expansão, implementação e manutenção dos Núcleos Tecnológicos (NTE) da Educação Básica	R$ 13.697.126,64
	Implementação do Programa Transporte Escolar	R$ 637.373,02

	Construção, ampliação, reforma, reparação e adequação de unidades escolares da Escola básica	R$ 2.944.008,26
Segurança	Aparelhamento de Unidades do Corpo de Bombeiros Militar	R$ 209.287,35
	Construção e Reforma de Unidades do Corpo de Bombeiros do RN	R$ 759.523,86
	Aquisição de Armamentos e Munições para Segurança Pública	R$ 1.325.668,52
	Aquisição de Viaturas	R$ 6.327.520,00
	Manutenção da frota de veículos do sistema de segurança pública	R$ 26.074.465,09
	Manutenção do Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação da Segurança Pública	R$ 1.961.510,58

Fonte: SIGEF/Execução Orçamentária

CRÉDITOS ADICIONAIS

Os créditos adicionais desempenham um papel significativo na gestão orçamentária e financeira dos entes federativos, conferindo maior flexibilidade no uso dos recursos orçamentários. Esses instrumentos de execução orçamentária possibilitam ajustes e realocações necessárias para atender demandas emergentes ou imprevistas ao longo do exercício financeiro.

A capacidade de suplementar dotações constantes na Lei Orçamentária Anual (LOA) confere aos gestores a habilidade de adaptar o orçamento de acordo com as necessidades que surgem durante o ano. O crédito suplementar, quando aplicado nesse contexto, permite reforçar as verbas destinadas a determinadas áreas sem a necessidade de alterações na legislação orçamentária. Essa flexibilidade é essencial para lidar com situações dinâmicas e variáveis que podem ocorrer ao longo do tempo.

Por outro lado, os créditos adicionais também abrangem o crédito especial e o crédito extraordinário. O crédito especial é utilizado para despesas específicas que não estavam previstas na LOA, proporcionando uma margem de manobra para a realização de investimentos ou ações que não foram considerados inicialmente no planejamento orçamentário anual. Já o crédito extraordinário é destinado a despesas urgentes e imprevistas, permitindo uma resposta rápida a situações de emergência, como desastres naturais ou crises inesperadas.

O uso excessivo de créditos adicionais pode indicar fragilidades no processo de planejamento orçamentário, revelando uma gestão que não antecipa adequadamente as necessidades e contingências, comprometendo a eficácia do planejamento inicial. Isso sugere que as estimativas e projeções não foram precisas o suficiente. Além disso, a dependência constante desses créditos pode levar a uma sensação de descontrole financeiro, minando a credibilidade da administração pública perante os cidadãos e instituições fiscalizadoras, resultando em ajustes orçamentários que se afastam do aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), gerando questionamentos legais e éticos.

Outra consequência prejudicial é o possível aumento do endividamento público, visto que a utilização constante de créditos adicionais para cobrir despesas cria pressão adicional sobre as finanças, afetando a capacidade do governo de honrar seus compromissos. O contexto de uso excessivo desses créditos também pode indicar falta de planejamento estratégico a longo prazo, prejudicando o desenvolvimento sustentável e a capacidade de cumprir compromissos consistentemente.

A análise cuidadosa da utilização desses instrumentos torna-se fundamental para avaliar a eficiência e a transparência na gestão pública. A correta aplicação dos créditos adicionais reflete a capacidade do ente federativo em adaptar-se a mudanças nas demandas sociais, econômicas e políticas, garantindo uma alocação eficaz de recursos. Além disso, a transparência na execução desses créditos é vital para assegurar a prestação de contas à sociedade, promovendo a accountability e a responsabilidade fiscal.

Em resumo, a análise criteriosa da utilização dos créditos adicionais é essencial para compreender como os entes federativos conseguem adaptar seus orçamentos às demandas dinâmicas da sociedade. A correta aplicação desses instrumentos contribui para a eficiência na gestão pública, possibilitando uma administração mais ágil e responsiva às necessidades emergentes, enquanto o uso descontrolado pode comprometer a estabilidade financeira, a legalidade e a confiança da sociedade no governo.

A legislação que disciplina o instrumento dos créditos adicionais no Brasil é a Lei nº 4.320/1964. Essa lei estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Os créditos adicionais, que compreendem os créditos suplementares, especiais e extraordinários, são tratados nos artigos 40 a 47 da Lei nº 4.320/1964.

Cabe destacar que, além da Lei nº 4.320/1964, outras normas e legislações específicas também podem influenciar a execução dos créditos adicionais, dependendo do ente federativo e do âmbito de atuação. No decorrer de 2023, a análise abordará diversos aspectos, visando verificar a conformidade com as diretrizes da Lei Orçamentária Anual (LOA) e identificar padrões ao longo do tempo.

Num primeiro momento, buscará determinar se o poder executivo estadual respeitou os limites estabelecidos na LOA para a abertura de créditos suplementares. Essa verificação incluirá tanto despesas com pessoal e encargos sociais quanto outros grupos de natureza de despesa, garantindo a aderência rigorosa às orientações orçamentárias de 2023.

Em seguida, a abordagem se concentrará no exame detalhado do montante de créditos adicionais abertos ao longo de 2023, classificando-os por tipo: suplementar, especial e extraordinário. Essa segmentação permitirá uma compreensão mais refinada das motivações por trás de cada tipo de crédito adicional concedido.

A Lei Nº 11.381, de 06 de março de 2023, que estabeleceu as despesas e previu as receitas para o exercício financeiro de 2023 no Rio Grande do Norte, projetou uma receita total de R$ 17.997.791.000,00 (dezessete bilhões, novecentos e noventa e sete milhões e setecentos e noventa e um mil reais). Paralelamente, as despesas foram fixadas em R$ 18.287.619.000,00 (dezoito bilhões, duzentos e oitenta e sete milhões, seiscentos e dezenove mil reais).

O texto concede autorização ao Poder Executivo para abrir créditos suplementares em seu orçamento durante o exercício financeiro de 2023. O limite para esses créditos é estabelecido em 15% do total das despesas fixadas no art. 4º da Lei, excluindo os créditos decorrentes de emendas parlamentares desse limite. Além disso, há uma autorização específica para a abertura de créditos suplementares voltados ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, seguindo as diretrizes da Lei Federal nº 4.320/1964. Esse segundo limite também é fixado em 15% do total das despesas estipuladas no art. 4º da Lei, sem ser considerado no limite previsto no art. 8º. A tabela abaixo detalha o montante total de créditos adicionais abertos no exercício de 2023.

	Valor	% do orçamento aprovado
(I) ORÇAMENTO APROVADO NA LOA (Lei Nº 11.381/2023**)**	R$ 18.287.619.000,00	100,00%
(II) TOTAL DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	R$ 3.402.959.021,21	18,61%
(II-A) CRÉDITOS SUPLEMENTARES	R$ 3.402.959.021,21	18,61%
(II-B) CRÉDITOS ESPECIAIS	R$ 0,00	0,00
(II-C) CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	R$ 0,00	0,00
(II-D) REABERTURA DE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO	R$ 0,00	0
(III) ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES	R$ 1.156.426.154,81	6,32%
(IV) ORÇAMENTO FINAL APURADO = (I+II-III)	R$ 20.534.151.866,40	112,28%

Fonte: banco de dados do SIGEF (tabela de alterações orçamentárias), combinado com informações recebidas da CPO/SEPLAN.

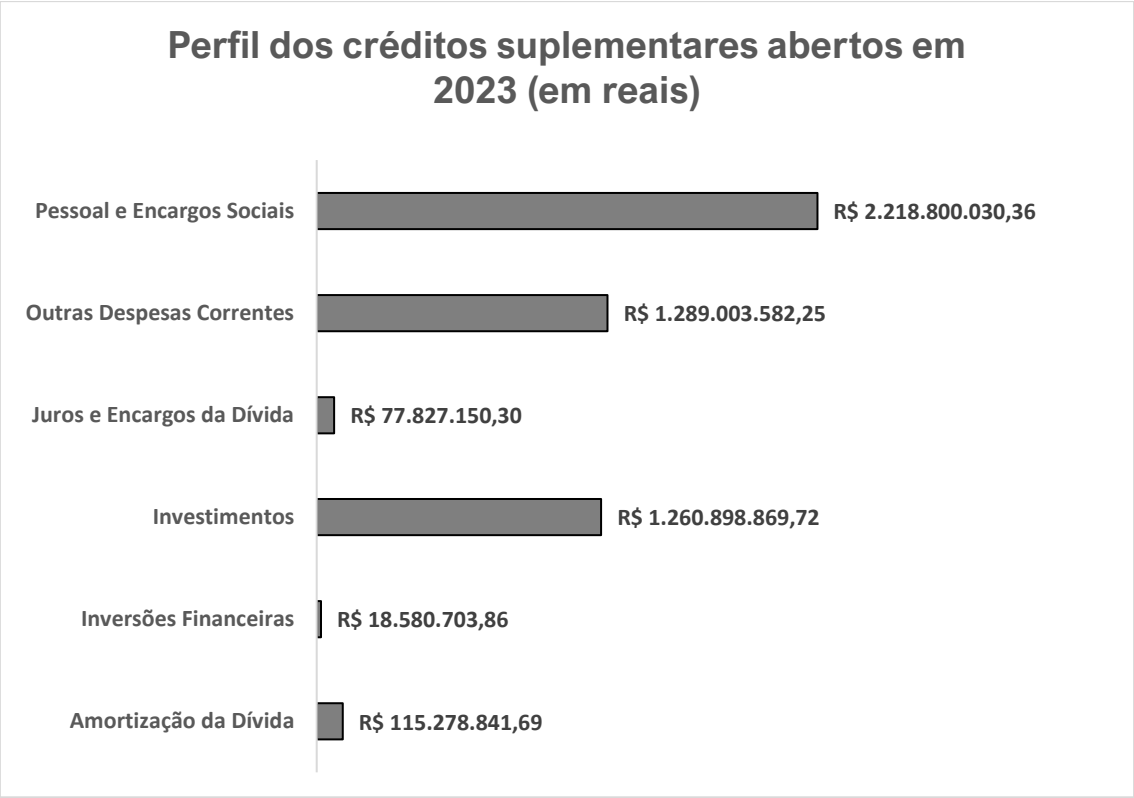
Observa-se que o montante total de créditos suplementares abertos ultrapassa o limite estabelecido de 15%, conforme disposto no art. 4º da LOA. Contudo, é importante ressaltar que esse valor deve ser ajustado, subtraindo os créditos adicionais abertos por meio de emendas parlamentares e aqueles destinados às despesas com pessoal e encargos sociais. Esse ajuste resultará no percentual final a ser considerado. Adicionalmente, vale mencionar que não houve abertura de créditos especiais e extraordinários.

Resumo das movimentações orçamentárias para o exercício financeiro de 2023.

	Total	Percentual relativo à despesa fixada na LOA
Créditos sup. abertos com recursos de emenda parlamentar (A)	R$ 11.422.000,00	0,18
Créditos sup. abertos para pagamento de despesa com pessoal e encargos sociais (B)	R$ 2.218.800.030,36	12,13
Total dos créditos sup. para fins do disposto no artigo 8º da LOA (Total – A – B)	R$ 1.172.736.990,85	6,41

Fonte: banco de dados do SIGEF, tabela de alterações orçamentárias.

Podemos constatar que os demais créditos suplementares abertos representam apenas 6,41% do orçamento aprovado na LOA, como evidenciado na tabela acima. Da mesma forma, os créditos suplementares destinados ao pagamento de despesas com pessoal e encargos representaram 12,13% do orçamento aprovado na LOA, durante o exercício 2023. A seguir, apresentaremos o perfil das despesas referentes aos créditos suplementares abertos no ano de 2023, por grupo de natureza de despesa.



Fonte: banco de dados do SIGEF, tabela de alterações orçamentárias.

Em conclusão, a análise dos créditos adicionais abertos revela uma tendência de direcionamento dos recursos para o pagamento de pessoal e encargos, seguido por outras despesas correntes e investimentos. Apesar de representarem uma parcela relativamente pequena do orçamento aprovado, esses créditos suplementares desempenham um papel significativo na gestão financeira do estado, permitindo ajustes e realocações necessárias para o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos.

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise do resultado da execução orçamentária foi realizada por meio do exame dos dados extraídos do Balanço Geral do Estado, do exercício de 2023, e de dados repassados pela Contadoria Geral do Estado, da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças.

O resultado da execução orçamentária permite avaliar se as receitas arrecadas foram, ou não, maior do que as despesas executadas. Ou seja, se o administrador não comprometeu nenhum valor acima da arrecadação, demonstrando assim um indicativo da saúde financeira do Estado.

Desse modo, analisando a execução orçamentária do exercício de 2023 do Estado, verifica-se que as receitas arrecadadas foram de R$ 19.988.758.273,64 (dezenove bilhões novecentos e oitenta e oito milhões setecentos e cinquenta e oito mil duzentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos), enquanto as despesas executadas foram R$ 19.486.967.053,93 (dezenove bilhões quatrocentos e oitenta e seis milhões novecentos e sessenta e sete mil e cinquenta e três reais e noventa e três centavos), atingindo um resultado superavitário no valor de R$ 501.791.219,71 (quinhentos e um milhões setecentos e noventa e um mil e duzentos e dezenove reais e setenta e um centavos).

Os dados acima retratados demonstram uma melhora na saúde financeira no estado do Rio Grande do Norte, favorecendo a capacidade estatal de execução das políticas públicas em prol do desenvolvimento social do ente.

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO

O direito financeiro, por meio do art. 8° da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), prevê que o Poder Executivo, em até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

De acordo com o art. 48° da Lei Federal nº 4.320/64, a liberação dos recursos objetiva assegurar às unidades orçamentárias, em tempo útil, a soma de recursos necessários e suficientes à melhor execução do seu respectivo programa anual de trabalho, bem como manter durante o exercício, na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.

No âmbito do Estado do RN, a aprovação da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, para o ano de 2023, se deu através do Decreto Estadual nº 32.582, de 05 de abril de 2023.

De acordo com informações fornecidas pela Coordenadoria de Contabilidade Geral, da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN), a execução da programação financeira, do exercício de 2023, se deu conforme apresentado na tabela abaixo:

Mês	**Cota Concebida por Descentralização**	**Cota Referente aos Repasses para Atendimento das Despesas do Poder Executivo**
Janeiro	R$ -	R$ 2.101.362,97
Fevereiro	R$ 321.836,89	R$ 2.361.046,32
Março	R$ 61.436,89	R$ 1.346.978,04
Abril	R$ -	R$ 1.340.082,90
Maio	R$ 61.093,20	R$ 1.408.247,00
Junho	R$ 40.714,80	R$ 951.101,10
Julho	R$ -	R$ 1.347.166,11
Agosto	R$ -	R$ 994.095,37
Setembro	R$ -	R$ 893.985,56
Outubro	R$ -	R$ 1.045.541,37
Novembro	R$ -	R$ 1.114.133,81
Dezembro	R$ -	R$ 1.487.834,37
Total	**R$ 485.081,78**	**R$ 16.391.574,92**

RECURSOS REPASSADOS AO TERCEIRO SETOR

O termo "Terceiro Setor", originário dos Estados Unidos na década de 1970, descreve um segmento da sociedade que atua de forma a mobilizar recursos humanos e materiais para o desenvolvimento social. Este setor abrange organizações como sociedades civis sem fins lucrativos, associações civis e fundações de direito privado, todas comprometidas com a promoção do bem-estar social e ambiental.

No contexto brasileiro, as organizações do terceiro setor, conhecidas como ONGs (Organizações Não Governamentais), englobam entidades de interesse social sem fins lucrativos, como associações e fundações de direito privado. Essas entidades têm autonomia e administração próprias, visando atender necessidades sociais e defender direitos difusos ou emergentes, cobrindo uma ampla gama de atividades que incluem a defesa dos direitos humanos, proteção ambiental, saúde, assistência social, educação, cidadania, direitos da mulher, direitos indígenas, entre outros.

No estado do Rio Grande do Norte, assim como em outras unidades federativas, recursos públicos são repassados a essas organizações por meio de parcerias formalizadas, com o objetivo de promover a finalidade pública em diversos setores contemplados pelas políticas governamentais, como saúde, assistência social e cultura.

Nesse contexto, segue abaixo uma tabela listando os instrumentos celebrados com o terceiro setor no Estado do RN e os respectivos repasses financeiros:

TABELA - Instrumentos celebrados com o terceiro setor no Estado do RN

ANO	PROCESSO SEI	DATA CELEBRAÇÃO	DATA VIGÊNCIA	VALOR TOTAL	CONVENENTE	CNPJ CONVENENTE	SECRETARIA CONVENENTE
2022	00710014.002351/2022-95	04/01/2023	31/12/2023	R$ 148.500,00	ASSOCIAÇÃO DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO BAIXO AÇU - DIBA/ALTO DO RODRIGUES	01.929.573/0001-67	SAPE - Secretaria de Agricultura e Pesca
2022	02010011.001446/2022-71	04/01/2023	19/03/2023	R$ 30.000,00	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CURRAIS NOVOS - APAE	08.360.505/0001-79	SETHAS - Sec. Trabalho, Habitação e Ação Social
2022	00610002.005153/2022-78	04/01/2023	31/12/2023	R$ 30.000,00	ASSOCIAÇÃO DE MÃES E AMIGOS DOS AUTISTAS DO VALE DO ASSU - AMAAVA	36.407.505/0001-12	SESAP - Secretaria de Estado da Saúde Pública
2022	00810028.004429/2022-00	04/01/2023	31/12/2023	R$ 195.000,00	GRUPO REVIVER NATAL	17.695.047/0001-10	SESAP - Secretaria de Estado da Saúde Pública
2023	00810046.001697/2023-24	05/01/2023	31/12/2023	R$ 104.297,60	GRUPO REVIVER NATAL	17.695.047/0001-10	SESAP - Secretaria de Estado da Saúde Pública

2022	02010011.003346/2022-89	10/01/2023	22/12/2023	R$	30.000,00	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CASA DA UNIÃO LUZ DE MARIA	30.599.555/0001-62	SETHAS - Sec. Trabalho, Habitação e Ação Social
2022	02010011.003267/2022-78	11/01/2023	01/03/2024	R$	40.000,00	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DE MOSSORÓ E REGIÃO	28.714.112/0001-23	SETHAS - Sec. Trabalho, Habitação e Ação Social
2022	02410019.001444/2022-90	13/01/2023	30/06/2024	R$	1.200.000,00	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DO RN - SEBRAE/RN	08.060.774/0001-10	Secretaria de Estado do Turismo
2022	00610038.004764/2022-91	13/01/2023	30/04/2024	R$	672.307,20	FUNDAÇÃO NORTERIOGRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA - FUNPEC	08.469.280/0001-93	SESAP - Secretaria de Estado da Saúde Pública

2023	02010011.001637/2023-13	29/01/2023	31/10/2024	R$	110.000,00	OBRAS SOCIAIS DOM BOSCO	24.517.757/0001-15	SETHAS - Sec. Trabalho, Habitação e Ação Social
2023	02010011.003485/2022-11	16/02/2023	15/02/2024	R$	20.000,00	ASSOCIAÇÃO RENASCER CONSTRUINDO O FUTURO - ARCF	27.190.390/0001-66	SETHAS - Sec. Trabalho, Habitação e Ação Social
2023	02010011.002680/2022-15	16/02/2023	15/02/2024	R$	30.000,00	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA NOVA ESPERANÇA	01.355.701/0001-06	SETHAS - Sec. Trabalho, Habitação e Ação Social
2022	02010011.001159/2022-61	17/02/2023	16/02/2024	R$	20.000,00	NÚCLEO ORGANIZACIONAL DE REABILITAÇÃO E AMPARO SOCIAL DA PESSOA COM TEA - NORTEAR	32.434.998/0001-29	SETHAS - Sec. Trabalho, Habitação e Ação Social
2022	02010011.003597/2022-63	17/02/2023	29/12/2023	R$	120.000,00	NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - NDS	04.656.212/0001-82	SETHAS - Sec. Trabalho, Habitação e Ação Social
2023	12610028.000810/2023-81	27/02/2023	17/05/2023	R$	315.000,00	ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DA FURIOSA - ACAF	29.969.686/0001-05	EMPROTURN
2022	00710014.001011/2022-47	14/03/2023	30/06/2023	R$	148.500,00	INSTITUTO FILHOS DA ESPERANÇA - IFE	02.837.202/0001-18	Secretaria de Agricultura e Pesca
2023	12610002.002186/2023-44	02/06/2023	30/07/2023	R$	143.000,00	ASSOCIAÇÃO DE QUADRILHAS ESTILIZADAS DA ZONA NORTE	01.744.094/0001-76	EMPROTUR - EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A
2022	00710014.001285/2022-36	06/06/2023	06/10/2023	R$	-	COOPERATIVA POTIGUAR DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - COOPA	03.372.250/0001-40	SAPE - Secretaria de Agricultura e Pesca

2023	00810028.001174/2023-04	19/06/2023	09/09/2023	R$	60.000,00	RN JUNIOR - FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS JUNIORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	11.792.774/0001-19	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
2023	00810038.001933/2023-10	30/06/2023	02/07/2023	R$	40.000,00	FUNDAÇÃO GUIMARÃES DUQUE	08.350.241/0001-72	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
2023	00410002.005355/2021-40	12/07/2023	31/05/2024	R$	500.000,00	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	03.784.680/0011-41	Secretaria da Educação, Cultura e
2023	12610028.003759/2023-69	21/07/2023	18/11/2023	R$	105.000,00	ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DA FURIOSA - ACAF	29.969.686/0001-05	EMPROTUR - EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A
2023	00710013.005150/2023-31	26/07/2023	27/04/2024	R$	105.000,00	ASSOCIAÇÃO NORTERIOGRANDENSE DE CRIADORES - ANORC	08.465.726/0001-01	SAPE - Secretaria de Agricultura e Pesca
2023	02810010.001367/2023-17	03/08/2023	08/06/2025	R$	6.567.058,82	FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOIVAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FUNCITERN	21.212.556/0001-11	IDEMA - Instituto de Defesa do Meio Ambiente do RN
2023	12610028.002161/2023-52	08/08/2023	16/12/2023	R$	150.000,00	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SERIDÓ - ADESE	04.634.516/0001-49	EMPROTURN
2023	01910029.000952/2023-18	14/08/2023	24/08/2023	R$	150.000,00	FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE DIRIGENTES LOJISTAS DO RN - FCDL/RN	08.491.532/0001-80	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico

2023	12510004.000735/2023-81	15/08/2023	19/12/2023	R$	500.000,00	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, SOCIAL, TECNOLOGICO E SERVICOS - IDEST	03.108.774/0001-29	COMPANHIA EST. DE HABITAÇÃO E DESENV. URBANO
2023	00610002.001720/2023-06	16/08/2023	31/12/2023	R$	2.750.000,00	INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DO RN - MANTENEDORA DO HOSPITAL INFANTIL VARELA SANTIAGO/HIVS	08.337.586/0001-96	SESAP - Secretaria de Estado da Saúde Pública
2023	00710013.007664/2023-21	17/08/2023	07/06/2024	R$	49.252,00	ASSOCIAÇÃO NORTERIOGRANDENSE DE CRIADORES - ANORC	08.465.726/0001-01	SAPE - Secretaria de Agricultura e Pesca
2023	12610024.000163/2023-47	17/08/2023	28/05/2024	R$	210.000,00	CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL GEOPARQUE SERIDO	39.610.651/0001-39	EMPROTUR - EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A
2023	00710013.008825/2023-01	17/08/2023	05/08/2024	R$	130.000,00	ASSOCIAÇÃO DOS VAQUEIROS AMADORES DO RN - ASSOVA RN	04.663.783/0001-44	SAPE - Secretaria de Agricultura e Pesca
2023	01910029.008180/2023-54	31/08/2023	07/12/2023	R$	300.000,00	CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE NATAL	08.343.675/0001-45	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
2023	01910029.008394/2023-21	28/09/2023	07/12/2023	R$	80.000,00	FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE DIRIGENTES LOJISTAS DO RN - FCDL/RN	08.491.532/0001-80	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
2023	00710013.010499/2023-94	04/10/2023	24/08/2024	R$	220.000,00	COMITÊ EXECUTIVO DE FITOSSANIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE - COEX/MOSSORÓ	24.529.778/0001-50	SAPE - Secretaria de Agricultura e Pesca

2023	00710015.003134/2023-93	17/10/2023	30/09/2024	R$	450.000,00	ASSOCIAÇÃO PROTETORA DE ANIMAIS AMOR POR TODA A VIDA	32.057.253/0001-98	SAPE - Secretaria de Agricultura e Pesca
2023	12510005.002420/2023-69	01/11/2023	28/07/2024	R$	300.000,00	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, SOCIAL, TECNOLOGICO E SERVICOS - IDEST	03.108.774/0001-29	COMPANHIA EST. DE HABITAÇÃO E DESENV. URBANO
2023	01910029.001172/2023-87	20/11/2023	30/11/2023	R$	40.000,00	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DO RN - SEBRAE/RN	08.060.774/0001-10	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
2023	01910003.002044/2023-49	22/11/2023	01/10/2025	R$	2.741.054,12	FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOIVAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FUNCITERN	21.212.556/0001-11	SEDEC - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
2023	00610288.000299/2023-59	28/11/2023	28/02/2025	R$	1.062.666,67	FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOIVAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FUNCITERN	21.212.556/0001-11	SESAP - Secretaria de Estado da Saúde Pública
2023	01910013.010457/2023-88	30/11/2023	27/11/2024	R$	950.000,00	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	03.784.680/0011-41	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
2023	01910013.008768/2023-87	06/12/2023	27/11/2024	R$	185.800,00	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	03.784.680/0011-41	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
2023	00810028.008158/2023-34	11/12/2023	17/02/2024	R$	199.928,00	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CAMARÃO - ABCC	13.792.312/0001-27	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico

2023	00710009.002501/2023-11	18/12/2023	29/11/2024	R$	20.000,00	NÚCLEO DE CRIADORES DE SINDI DO RIO GRANDE DO NORTE	14.381.580/0001-19	SAPE - Secretaria de Agricultura e Pesca
2023	00710015.005580/2023-32	20/12/2023	12/12/2024	R$	50.000,00	UNIÃO PET BRASIL ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS	48.163.373/0001-00	Secretaria de Agricultura e Pesca
2023	00710029.006498/2023-76	21/12/2023	01/11/2024	R$	49.950,00	INSTITUTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE LAGOA SALGADA	44.378.522/0001-05	CONTROL - Controladoria Geral do Estado
2023	00810046.001252/2023-44	21/12/2023	31/12/2023	R$	50.000,00	INSTITUTO JUVINO BARRETO	70.035.126/0001-87	Secretaria de Estado da Saúde Pública
2023	12510005.002736/2023-51	22/12/2023	19/12/2024	R$	840.992,00	NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - NDS	04.656.212/0001-82	COMPANHIA EST. DE HABITAÇÃO E DESENV.
2023	00710014.002645/2023-06	22/12/2023	11/12/2024	R$	80.000,00	AGENCIA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE JAPI	14.417.129/0001-04	Secretaria de Agricultura e Pesca
2023	00810046.001438/2023-01	23/12/2023	31/12/2023	R$	220.000,00	INSTITUTO SOCIAL DE SAUDE E EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE	10.335.101/0001-77	Secretaria de Estado da Saúde Pública
2023	00710014.002791/2023-23	26/12/2023	18/12/2024	R$	200.000,00	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SEMIÁRIDO POTIGUAR - ACOSAP	39.447.119/0001-42	SAPE - Secretaria de Agricultura e Pesca
2023	02010011.002080/2023-38	28/12/2023	24/11/2024	R$	100.000,00	ABRIGO DISPENSÁRIO PROFESSOR PEDRO GURGEL - CAICÓ/RN	08.066.896/0001-13	SETHAS - Sec. Trabalho, Habitação e Ação Social
2023	00710029.002272/2023-04	28/12/2023	06/11/2024	R$	230.100,00	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE PEDRAS/RN	33.674.424/0001-90	SAPE - Secretaria de Agricultura e Pesca

2023	02010011.003177/2023-68	29/12/2023	01/06/2024	R$	55.000,00	ORG. DAS VOLUNTÁRIAS NÚCLEO MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ	08.386.013/0001-52	CONTROL - Controladoria Geral do Estado
2023	02010011.002804/2023-43	29/12/2023	27/03/2024	R$	70.000,00	COOPERATIVA EDUCACIONAL DE PARELHAS - COOEPAR	70.318.258/0001-16	Trabalho, Habitação e Ação Social
2023	00710014.002603/2023-67	29/12/2023	14/12/2024	R$	150.000,00	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE CAEIRA/SÃO JOÃO DO SABUGI	70.339.031/0001-57	SAPE - Secretaria de Agricultura e Pesca
2023	00710014.002722/2023-10	29/12/2023	21/12/2024	R$	100.000,00	FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOIVAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FUNCITERN	21.212.556/0001-11	SAPE - Secretaria de Agricultura e Pesca
2023	00710029.006860/2022-28	29/12/2023	28/12/2024	R$	260.000,00	ASSOCIAÇÃO NORTE-RIO-GRANDENSE DE CRIADORES DE CAVALO QUARTO DE MILHA	24.519.738/0001-28	SAPE - Secretaria de Agricultura e Pesca
2023	00710015.005622/2023-35	29/12/2023	28/12/2024	R$	60.000,00	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SÃO SEBASTIÃO/CURRAIS NOVOS	00.907.120/0001-77	SAPE - Secretaria de Agricultura e Pesca
2023	00610038.004260/2023-52	29/12/2023	31/12/2023	R$	55.000,00	INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DO RN - MANTENEDORA DO HOSPITAL INFANTIL VARELA SANTIAGO/HIVS	08.337.586/0001-96	SESAP - Secretaria de Estado da Saúde Pública
2023	00710014.002687/2023-39	29/12/2023	28/12/2024	R$	330.000,00	ASSOCIAÇÃO NORTERIOGRANDENSE DE CRIADORES - ANORC	08.465.726/0001-01	SAPE - Secretaria de Agricultura e Pesca
2023	00810046.001251/2023-08	29/12/2023	30/09/2024	R$	55.000,00	INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DO RN - MANTENEDORA DO HOSPITAL INFANTIL VARELA SANTIAGO/HIVS	08.337.586/0001-96	SESAP - Secretaria de Estado da Saúde Pública

2023	00810046.001696/2023-80	29/12/2023	31/12/2023	R$	52.508,80	GRUPO REVIVER NATAL	17.695.047/0001-10	SESAP - Secretaria de Estado da Saúde Pública
2023	00810046.001014/2023-39	29/12/2023	31/12/2023	R$	55.000,00	LIGA NORTERIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER - LNRCC	08.428.765/0001-39	SESAP - Secretaria de Estado da Saúde Pública
2023	00810046.001694/2023-91	30/12/2023	31/12/2023	R$	104.500,00	GRUPO REVIVER NATAL	17.695.047/0001-10	SESAP - Secretaria de Estado da Saúde Pública

CUMPRIMENTO DOS LIMITES DE GASTOS MÍNIMOS CONSTITUCIONAIS E DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Os gastos mínimos constitucionais dos estados no Brasil são estabelecidos pela Constituição Federal e incluem percentuais mínimos de investimento nas áreas de educação e saúde. Essas obrigações visam assegurar o direito à educação e à saúde para a população.

Para a educação, a Constituição determina que estados e municípios devem aplicar, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Já para a saúde, a obrigatoriedade é de destinar pelo menos 12% da receita de impostos estaduais ao financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Esses percentuais representam os pisos constitucionais, e os entes federativos têm a responsabilidade de atingir ou ultrapassar esses valores em suas respectivas despesas. Essas diretrizes têm o objetivo de garantir recursos adequados para áreas consideradas essenciais ao bem-estar da população.

Adicionalmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal apresenta, em seu art. 59, caput, os elementos principais que devem ser observados pelos órgãos de controle externo e interno no exercício da fiscalização do cumprimento de suas previsões, quais sejam:

> Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público fiscalizarão o cumprimento desta Lei Complementar, consideradas as normas de padronização metodológica editadas pelo conselho de que trata o art. 67, com ênfase no que se refere a:
>
> I - Atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;
>
> II - Limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
>
> III - Medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;
>
> IV - Providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

> V - Destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;
>
> VI - Cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

Ante todo o exposto, e em atendimento à Resolução nº. 12/2016, Anexo I, item 5.5, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), serão apresentados a seguir, de forma objetiva, dados sobre o cumprimento dos limites constitucionais referentes aos gastos mínimos em saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino, assim como de alguns dos índices previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, na execução dos Orçamentos Públicos estaduais no ano de 2023.

Receita Corrente Líquida (RCL)

Receita Corrente Líquida (RCL)	R$ 16.215.892.205,45
Receita Corrente Líquida Ajustada Para Cálculo Dos Limites Da Despesa Com Pessoal	R$ 16.182.632.436,45

Fonte: RGF 2023.

Gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde (ASPS)

Total Das Receitas De Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	R$ 14.663.956.179,39
Valor Aplicado em ASPS	R$ 1.852.052.793,85
Percentual Aplicado	12,63%
Percentual Mínimo (LC n° 141/2012 ou % da Constituição Estadual)	12%

Fonte: RREO, 6º bimestre, 2023.

Gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE)

Total Da Receita Líquida Resultante De Impostos	R$ 14.664.031.785,83
Total Das Despesas Para Fins de Limite	R$ 3.863.331.584,53
Percentual Aplicado	26,35%
Percentual Mínimo Constitucional	25%

Fonte: RREO, 6º bimestre, 2023.

Despesas com pessoal do poder executivo estadual

Despesa Líquida com Pessoal	R$ 9.194.672.032,69
% sobre a RCL ajustada	56,94%
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	49%

Fonte: RGF 2023.

A despesa com pessoal ultrapassou o limite previsto da LRF em 7,94%, equivalente a R$ 1.284.153.109,25. Aplicando o redutor anual calculado conforme o art. 15 da Lei Complementar 178/2021 de 0,56, de forma que em 2032 as despesas com pessoal alcançassem o limite de 49%, o montante deveria ser de 54,01%. Considerando o limite de 54,01%, o gasto com pessoal ultrapassou o limite em R$ 473.403.224,18, que representou 2,93% acima do limite.

Operações de Crédito

Receita Corrente Líquida Ajustada Para Cálculo Dos Limites De Endividamento	R$ 16.189.903.942,15
Total Considerado Para Fins Da Apuração Do Cumprimento Do Limite	R$ 794.671.998.07
% Sobre a RCL Ajustada Para Limites Do Endividamento	4,91%
Limite Geral Definido Por Resolução Do Senado Federal	16%

Fonte: RGF 2023.

Dívida Consolidada Líquida (DCL)

Dívida Consolidada Líquida (DCL)	R$ 4.101.520.767,02
% Sobre a RCL Ajustada Para Limites Do Endividamento	25,33%
Limite Definido Por Resolução Do Senado Federal	200%

Fonte: RGF 2023.

Resultado Primário e Resultado Nominal

Resultado Primário	R$ 888.093.172,33
Meta Fiscal Para o Resultado Primário	- R$ 53.894.000,00
Resultado Nominal Ajustado	R$ 188.232.131,30
Meta Fiscal Para o Resultado Nominal	- R$ 112.891.000,00

Fonte: RREO, 6º bimestre, 2023.

O governo do estado utiliza a metodologia “acima da linha” quando o déficit público é medido com base diretamente na execução orçamentária as entidades. Já no método “abaixo da linha” o mesmo déficit sobre o ponto de vista do financiamento, analisando a dívida pública. Ambas as metodologias apresentaram,

de forma correta, os mesmos valores, com o resultado nominal (sem o regime próprio da previdência social) é R$ 986.985.444,74 e o resultado primário R$ 888.093.172,33. A superávit no período, devido ao resultado primário positivo, acarretou a diminuição da dívida consolidada líquida (DCL) em R$ 188.232.131,30.

REGRA DE OURO

A regra de ouro, um dos pilares das finanças públicas, estabelece que as operações de crédito realizadas em determinado exercício não podem ultrapassar o montante das despesas de capital. Isso implica na proibição de usar recursos de operações de crédito para financiar despesas correntes, como pagamento de pessoal e custeio. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 167, inciso III, disciplina essa regra, permitindo exceções para despesas autorizadas por créditos suplementares ou especiais com finalidade específica, aprovados pelo Legislativo por maioria absoluta. O objetivo principal é controlar o endividamento para evitar o aumento descontrolado da dívida pública e promover o equilíbrio orçamentário.

A metodologia para calcular os limites da regra de ouro está estabelecida na 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria nº 924/2021 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Segundo esse manual, a despesa de capital líquida é o critério usado para calcular os limites, sendo deduzidos os incentivos fiscais ao contribuinte. As receitas de operações de crédito consideradas são o total ingressado no exercício financeiro.

O demonstrativo a seguir, retirado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do último bimestre do exercício de 2023, revela o resultado do cumprimento da regra de ouro no Rio Grande do Norte para o ano analisado. As receitas realizadas por operações de crédito totalizaram R$ 64.270.013,49 (sessenta e quatro milhões, duzentos e setenta mil, treze reais e quarenta e nove centavos), enquanto as despesas de capital líquidas empenhadas alcançaram o valor de R$ 858.942.011,56 (oitocentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e quarenta e dois mil, onze reais e cinquenta e seis centavos). Portanto, as despesas de capital superaram as receitas de operações de crédito, atendendo aos critérios estabelecidos na legislação para o cumprimento do limite.

Regra de Ouro - RREO (6º bimestre de 2023)

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) — Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	143.655.000,00	64.270.013,49	79.384.986,51
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	2.019.492.991,97	858.942.011,56	1.160.550.980,41
Investimentos	1.614.790.576,00	463.918.346,41	1.150.872.229,59
Inversões Financeiras	151.960.854,77	146.633.962,25	5.326.892,52
Amortização da Dívida	252.741.561,20	248.389.702,90	4.351.858,30
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	-	-	-
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	-	-	-
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	2.019.492.991,97	858.942.011,56	1.160.550.980,41
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	**1.875.837.991,97**	**794.671.998,07**	**1.081.165.993,90**

Fonte: SIGEF/RN

Nota 01: O estado do RN não adota um sistema único conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo a consolidação efetuada por meio de planilhas de Excel. O Poder Legislativo, incluindo a Fundação Djalma Marinho, iniciou os procedimentos para utilização do sistema único. O Ministério Público e a Defensoria Pública estão em processo de implementação de seus dados de maneira tempestiva. No que se refere ao Tribunal de Contas do Estado, sua execução está sendo integralmente realizada no SIGEF/RN.

Fonte: RREO (6º bimestre de 2023)

DÍVIDA ATIVA

De acordo com a redação do artigo 39 da Lei nº 4.320/1964, a qual instituiu as normas gerais de direito financeiro aplicáveis a todos os entes da federação para elaboração e controle de seus orçamentos e balanços, a dívida ativa consiste dos créditos reconhecidos em favor da Fazenda Pública que, transcorridos o prazo para pagamento por parte do agente devedor, não foram efetivamente quitados:

> Art. 39. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.
> § 1º - Os créditos de que trata este artigo, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título.
> § 2º - Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.
> § 3º - O valor do crédito da Fazenda Nacional em moeda estrangeira será convertido ao correspondente valor na moeda nacional à taxa cambial oficial, para compra, na data da notificação ou intimação do devedor, pela autoridade administrativa, ou, à sua falta, na data da inscrição da Dívida Ativa, incidindo, a partir da conversão, a atualização monetária e os juros de mora, de acordo com preceitos legais pertinentes aos débitos tributários.
> § 4º - A receita da Dívida Ativa abrange os créditos mencionados nos parágrafos anteriores, bem como os valores correspondentes à respectiva atualização monetária, à multa e juros de mora e ao encargo de que tratam o art. 1º do Decreto lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, e o art. 3º do Decreto-lei nº 1.645, de 11 de dezembro de 1978.

Ainda, a Lei distingue os créditos de natureza tributária, sendo aqueles originários dos tributos e respectivas multas, dos demais créditos da fazenda pública. No âmbito do estado do Rio Grande do Norte, a competência para inscrever e reivindicar o pagamento dos créditos inscritos em dívida ativa é da Procuradoria Geral do Estado - PGE, conforme consta no inciso XI do artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 240/2002, uma vez que é a Lei Orgânica daquele mesmo órgão:

> Art. 4º. São funções institucionais da Procuradoria Geral do Estado, dentre outras: [...]
> XI - apurar a liquidez e certeza do crédito tributário, inscrever, controlar e executar, com exclusividade, a dívida ativa do Estado;

A tabela abaixo apresenta um resumo das movimentações dos créditos inscritos em dívida ativa no âmbito do Estado no ano de 2023. Na tabela, mostra-se os montantes de novas inscrições ao longo do exercício financeiro de 2023, o total arrecadado, o estoque no dia 31/12/2023 e o percentual de recuperação, calculado relativamente ao respectivo estoque no dia 31/12.

Movimentações dos créditos inscritos em dívida ativa no RN em 2023

Novas Inscrições	Natureza	Total Arrecadado	Estoque em 31/12	% de recuperação
244.772.014,19	Tributária	66.721.558,39	9.879.237.253,79	0,67
10.222.714,65	Não Tributária	1.852.914,86	264.814.648,5	0,7
254.994.728,84		68.574.473,25	10.144.051.902,29	0,67

Fonte: Sistema de Dados Tributários e Dívida Ativa - SITAD

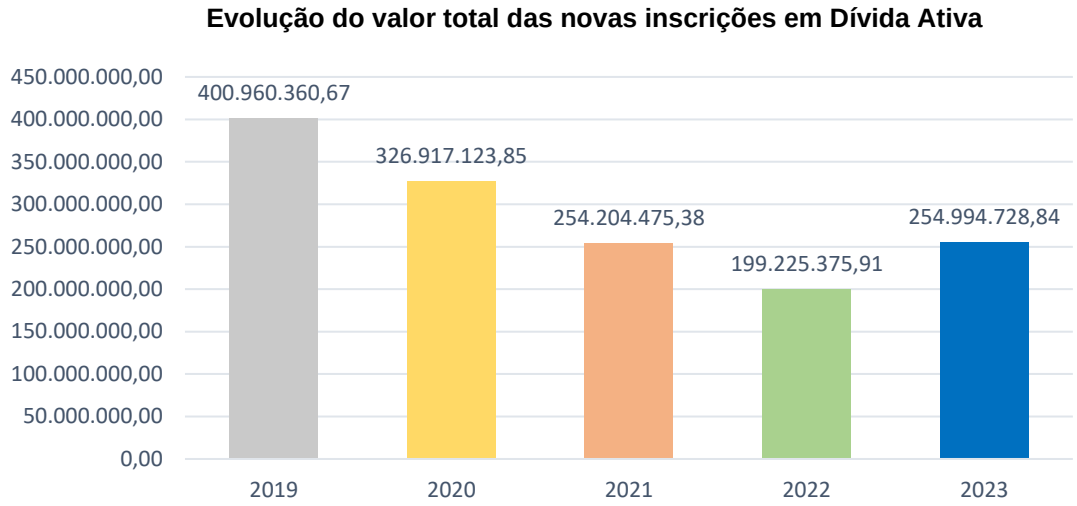
Em atendimento à solicitação da CONTROL, foi informado pela PGE que, para fins de registro, é contabilizado como dívida tributária os débitos de ICMS, IPVA, ITCMD e custas processuais, de modo que os três primeiros se referem a impostos estaduais, e as custas processuais correspondem a uma taxa, que também é espécie de tributo.

Ano	Valor total das novas inscrições em Dívida Ativa	Valor arrecadado	Valor total do estoque da Dívida Ativa no dia 31/12	Percentual de recuperação
2019	R$ 400.960.360,67	R$ 45.527.714,43	R$ 8.599.112.157,42	0,53%
2020	R$ 326.917.123,85	R$ 81.681.939,51	R$ 8.949.438.242,93	0,91%
2021	R$ 254.204.475,38	R$ 64.361.390,77	R$ 9.313.230.400,97	0,69%
2022	R$ 199.225.375,91	R$ 45.059.099,38	R$ 9.777.981.143,98	0,46%
2023	R$ 254.994.728,84	R$ 68.574.473,25	R$ 10.144.051.902,29	0,67%

Fonte: Sistema de Dados Tributários e Dívida Ativa - SITAD

A tabela acima apresenta evolução das novas inscrições globais em dívida ativa ao longo dos últimos 5 anos (2019–2023). Ademais, cumpre relatar que o registro do estoque de créditos a receber inscritos em Dívida Ativa até 31/12/2023 era de R$ 10.144.051.902,29 (bilhões). No que se refere ao registro do valor total das novas inscrições na dívida ativa realizadas em 2023, verifica-se o valor de R$ 254.994.728,84 (milhões). Além disso, o registro do valor total arrecadado em 2022

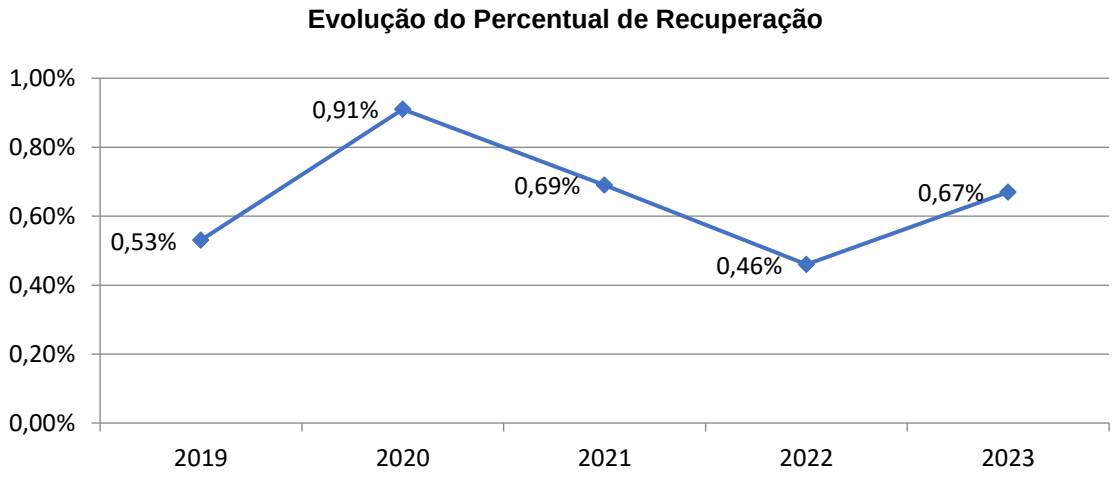
foi de R$ 68.574.473,25 (milhões). Já no que diz respeito ao percentual de recuperação anual no exercício de 2023, este foi de 0,67%.



Fonte: Sistema de Dados Tributários e Dívida Ativa - SITAD

Observa-se, ainda, que, no gráfico apresentado a partir da figura abaixo, o volume de novas inscrições na dívida ativa vem diminuindo desde 2019, atingindo o seu menor patamar dos últimos 5 anos no exercício de 2022.

Ademais, o gráfico da figura abaixo mostra a evolução do percentual de recuperação dos créditos inscritos em dívida ativa ao longo dos últimos 5 anos, relativamente ao estoque no dia 31/12 do respectivo ano.



Fonte: Sistema de Dados Tributários e Dívida Ativa - SITAD

Por fim, cumpre destacar que o ano de 2023 não apresentou um percentual que está dentro de um valor médio de recuperação.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO RN EM 2023

A Controladoria-Geral do Estado foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 150, de 09 de janeiro de 1997 e é o Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo Estadual. Teve sua lei de criação posteriormente alterada pela Lei Complementar Estadual nº 157, de 23 de dezembro de 1997, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 13.734, de 16 de janeiro de 1998, com as competências da Controladoria focadas essencialmente nas atividades de Auditoria e Contabilidade atuando, principalmente, em aspectos da legalidade e formalidade no sentido de atender ou colaborar com os órgãos de fiscalização externa.

Entretanto, seguindo as tendências de modernização da administração pública, em especial a evolução natural das competências do Controle Interno e a necessidade de acompanhar também os atos de gestão do Executivo, o foco de abrangência do controle interno foi ampliado, direcionando sua visão sobre áreas de prevenção à corrupção e transparência. Nesse sentido, a Controladoria foi reestruturada pela Lei Complementar Estadual nº 638, de 28 de junho de 2018 que, além de criar o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual (SICOI), transfere a estrutura e competências da Contabilidade-Geral do Estado para a Secretaria de Estado de Tributação – SET (atualmente Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ) e organiza as competências da Controladoria em 04 (quatro) macrofunções: Auditoria; Ouvidoria; Correição; Prevenção à Corrupção.

Em 2022, a Controladoria teve mais uma alteração em sua estrutura, ampliando ainda mais suas competências, através da Lei Complementar Estadual nº 695, de 18 de janeiro de 2022, dividindo a macrofunção de Prevenção à Corrupção em 02 (duas) unidades administrativas: Unidade de Transparência e Unidade de Integridade. Assim, a Controladoria tem suas competências atualmente organizadas em 05 (cinco) macrofunções, quais sejam: Auditoria, Ouvidoria, Correição, Integridade e Transparência.

Nesta perspectiva, a Controladoria trabalha no sentido de promover mecanismos de accountability e transparência, seja no plano da legalidade ou

conformidade, mas também quanto ao atingimento dos objetivos da administração pública e da gestão democrática e participativa. Para tanto, está sempre em busca do aperfeiçoamento e alinhamento às modernas práticas de controle e gestão.

Por fim, a construção deste relatório tomou por base as informações obtidas junto à Assessoria de Comunicação – ASCOM/Controladoria quanto às realizações de destaque, e ainda, as informações gerenciais do monitoramento de metas realizado bimestralmente no SIGEF em 2023, mas sem prejuízo de sua complementação e detalhamento com mais informações obtidas junto às Unidades Setoriais do órgão, competentes pelas suas macrofunções, e as unidades Administrativa e Financeira e de apoio ao Gabinete da Controladoria-Geral do Estado.

- O Planejamento Estratégico do Órgão:

Fixado pela Portaria-SEI nº 054/2023 e publicado no Diário Oficial do Estado – DOE, edição do dia 09 de maio de 2023, o planejamento estratégico da Controladoria define:

> I - Missão: Orientar e aprimorar a gestão pública por meio da coordenação da auditoria governamental, correição, ouvidoria, transparência e integridade, fiscalizando o uso adequado dos recursos públicos em benefício da sociedade;
>
> II - Visão: ser protagonista reconhecido como órgão essencial à fiscalização dos recursos públicos, que atua preventivamente e preza pela transparência no setor público;
>
> III - Valores: integridade e *compliance*, transparência, ética, efetividade, respeito ao interesse público e imparcialidade;
>
> IV - Objetivos estratégicos.
>
> Art. 5º Os objetivos estratégicos estão distribuídos em três perspectivas, conforme elencado abaixo:
>
> I - Sociedade e Estado:
> a) Objetivo 1: Fomentar a cultura de integridade;
> b) Objetivo 2: Fortalecer o efetivo controle social e a comunicação externa;
> c) Objetivo 3: Aperfeiçoar o serviço público prestado pelo Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte;
>
> II - Processos Internos:
> a) Objetivo 1: Otimizar processos organizacionais com ênfase na integração das macrofunções;
> b) Objetivo 2: Ampliar o acesso à informação e fomentar a participação social;

c) Objetivo 3:Fortalecer a gestão estratégica e o acompanhamento dos planos de ação.

III - Pessoas, Inovação e Sustentabilidade:
a) Objetivo 1: Promover o desenvolvimento do servidor no trabalho;
b) Objetivo 2: Aperfeiçoar a comunicação interna e externa;
c) Objetivo 3: Acelerar a transformação digital de forma sistêmica, aprimorando a gestão de tecnologia da informação;
d) Objetivo 4: Intensificar a utilização de tecnologia da informação;
e) Objetivo 5: Promover a sustentabilidade dentro do ambiente do trabalho.

Este planejamento estratégico foi utilizado como insumo no processo de elaboração do PPA da Controladoria para o quadriênio de 2024-2027.

- Realizações de destaque em 2023:

Conforme já mencionado antes, a Controladoria-Geral do Estado vem passando por alterações estruturais nos últimos anos para melhor acomodar e desenvolver as atividades de suas macrofunções, em razão da ampliação de suas competências, no arrojamento de acompanhar marcos jurídicos e sociais que vêm pautando a administração pública brasileira, com vistas ao fortalecimento da democracia e da governança pública.

Neste sentido, podemos destacar alguns feitos relevantes do órgão durante o exercício 2023, em cada uma de suas macrofunções, relatado a seguir.

AUDITORIA

A Auditoria-Geral do Estado (AUGE) baseia suas atividades nos preceitos estabelecidos pela Portaria - SEI N° 042/2023 de 31 de março de 2023. Essa regulamentação abrange não apenas os objetivos da auditoria, mas também detalha as atribuições de cada núcleo, conforme expresso em seus respectivos artigos desse ato administrativo.

Conforme o artigo 5º da referida portaria, a Auditoria-Geral tem como missão oferecer assessoramento aos órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual. Essa atuação visa apoiar de maneira independente e metodológica na consecução de seus objetivos, contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento dos processos de governança e controle interno.

É destacado que os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Poder Executivo Estadual são responsáveis por assegurar o suporte necessário para o cumprimento eficiente das atividades desempenhadas pela Auditoria-Geral. Esse respaldo é vital para o adequado desenvolvimento das funções desempenhadas pela AUGE, conforme estabelecido pelo parágrafo único do artigo 5º da portaria.

Núcleo de Auditoria de Conformidade e de Transferências Financeiras - NAC

Núcleo de Auditoria de Conformidade e de Transferências Financeiras - NAC

O Núcleo de Auditoria de Conformidade monitora os convênios, contratações de serviços de terceirização de mão de obra continuada e suprimento de fundos, celebrados pelos órgãos estaduais do Rio Grande do Norte, além da análise de conformidade dos processo de concessão da indenização SICOI. Sua principal função é controlar e analisar dados para assegurar uma gestão pública coesa e eficiente, promovendo transparência. Além do acompanhamento e emissão de recomendações nos processos, o setor fornece orientações aos participantes dos acordos.

Utilizando ferramentas como o Sistema SEI, possibilita o monitoramento, identificando pendências e inadimplências para notificação e adoção de medidas administrativas. No contexto de concessão e prestação de contas de suprimento de fundos, o Setor de Conformidade da Controladoria-Geral do Estado desempenhou papel crucial, analisando 1122 casos durante o período. Com relação aos Convênios, o Núcleo analisou um total de 1976 processos, desde a assinatura do termo de convênio até a análise de prestação de contas, de acordo com dados extraídos do Tableau e SEI. Essa quantidade reflete não apenas a quantidade, mas também a diligência da equipe. A abordagem adotada destaca o compromisso com a conformidade, transparência e eficiência desses processos financeiros essenciais para o estado, evidenciado pela análise do Sistema SEI, que servirá como base para avaliações futuras, ressaltando a importância contínua do setor na administração eficaz dos recursos financeiros estaduais.

Tramitação de Processos no NAC por tipo

TIPO DE PROCESSO	NÚMERO DE PROCESSOS QUE TRAMITARAM PELO SETOR EM 2023
SICOI	89
PLANILHAS	81
CONVÊNIOS	1.976
S. FUNDOS	1.122
TOTAL	3.268

Fonte: Elaboração própria NAC, 2023.

Estatísticas do Sistema SEI sobre Convênios

TIPO (CONVÊNIOS/AJUSTES)	QUANTIDADE
APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	8
ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO	389
ASPECTOS AMBIENTAIS	1
CELEBRAÇÃO	1.033
FORMALIZAÇÃO/ALTERAÇÃO COM REPASSE	181
FORMALIZAÇÃO/ALTERAÇÃO SEM REPASSE	15
PRESTAÇÃO DE CONTAS	283
RENOVAÇÃO E/OU ADITAMENTO	66

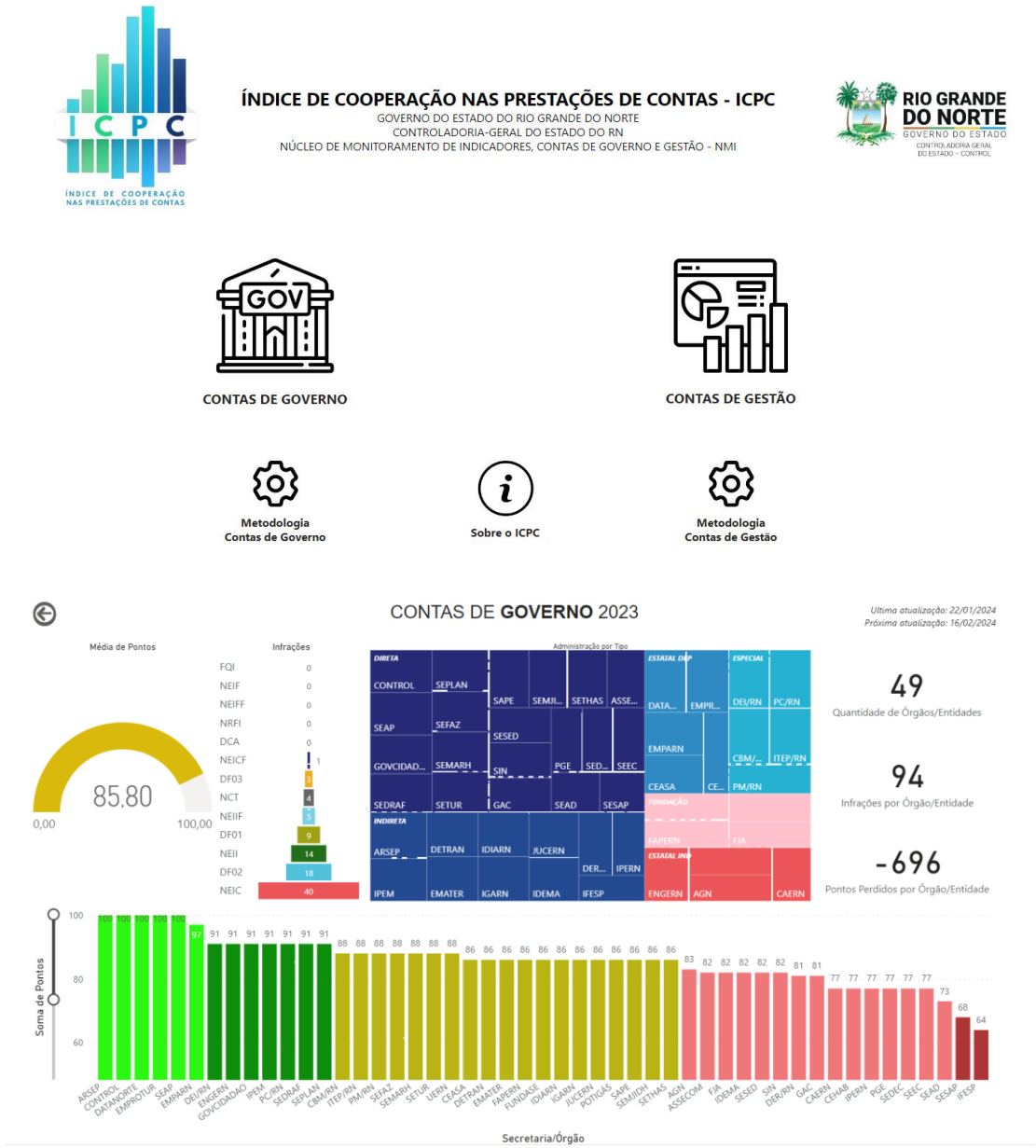
Fonte: Elaboração própria NAC, 2023.

Núcleo de Fiscalização, Consultoria e Auditoria Interna - NAI

O Núcleo conduziu uma auditoria para avaliar a conformidade com a legislação na concessão de diárias operacionais pela SEAP, abrangendo os controles desde a abertura do processo até o pagamento pelo sistema Rota Web. Paralelamente, realizou uma auditoria sobre o cumprimento das obrigações contratuais pelas empresas encarregadas do fornecimento de alimentação penitenciária para a SEAP. Adicionalmente, ao longo do ano, foram conduzidas consultorias, incluindo uma análise da viabilidade para a emissão automática das faturas de telefonia fixa, com dedução do IR (4,8%), conforme estabelecido na IN 1.234 da RFB. Também foi avaliado o fluxo, processamento e pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPV) pelo Poder Executivo Estadual, além de consultorias relacionadas às políticas de proteção e defesa civil do estado. Outras consultorias abrangeram a possibilidade de dar continuidade ao processo licitatório para o fornecimento de alimentação pela SESAP.

Núcleo de Monitoramento de Indicadores, de Consultoria e de Elaboração do Relatório de Contas de Governo e de Gestão - NMI

O Núcleo de Monitoramento de Indicadores, de Consultoria e de Elaboração do Relatório de Contas de Governo e de Gestão (NMI) desempenhou um papel essencial na modernização e aprimoramento dos processos de controle interno, contribuindo não apenas para a Controladoria, mas também para diversos órgãos de controle. Suas atividades incluíram supervisão técnica da produção de relatórios sobre contas de gestão, coordenação da elaboração do relatório geral e circunstanciado do órgão central de controle interno, além de participação ativa em projetos como o "Juventude no Controle". Destacam-se inovações como o Índice de Cooperação nas Prestações de Contas (ICPC) que busca medir a cooperação dos órgãos e entidades na Prestação de Contas de Governo e de Gestão, premiando boas práticas e gerando informações estratégicas, fundamentando a tomada de decisão, além disso foi criado um formulário de boas práticas, buscando modernizar a nova Instrução Normativa de Contas de Gestão para 2024.



Link ICPC: https://bit.ly/ICPC-RN

Além das atividades típicas de controle interno, o NMI se envolveu em iniciativas sociais e de gênero, como o desenvolvimento do Projeto de Lei de Equidade de Gênero e a criação do *Chatbot* WhatsApp LAIS-E. Este último oferece à população acesso fácil a informações úteis, incluindo um botão de pânico que, acionado via WhatsApp, envia informações diretamente para o CIOSP, fortalecendo o combate à violência contra as mulheres. A LAIS-E para entrar em pleno funcionamento depende ainda do processo de contratação de uma plataforma que utilize a API Oficial do WhatsApp. Tal processo já foi iniciado e está em andamento. Essas iniciativas refletem um compromisso amplo do NMI com a

modernização da gestão pública, a transparência e as políticas públicas no Estado do RN.

Além disso, o NMI desempenhou um papel ativo na criação da POLI, um repositório legal das políticas públicas afirmativas no Estado do RN. Com essa ferramenta é possível consultar as legislações por tema, por exemplo: idosos, mulheres, LGBT, educação, apenado, entre outros, por ano, tipo de legislação, se possui cota e os responsáveis pela implementação. Este esforço visa fornecer uma ferramenta de consulta e monitoramento interno, evidenciando a abordagem abrangente do Núcleo na promoção de boas práticas e inovações para o aprimoramento da administração pública.



Link POLI: https://bit.ly/POLI-RN

Núcleo de Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia - NAE

O Núcleo de Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia (NAE) da Controladoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte é uma entidade essencial para a gestão eficaz e transparente dos recursos públicos no estado, especialmente no que diz respeito a Obras e Serviços de Engenharia. Este núcleo tem um papel vital na supervisão, avaliação e consultoria de obras públicas, assegurando que sejam realizadas em conformidade com as normas e regulamentos estabelecidos.

A importância da auditoria, supervisão e consultoria em obras de construção civil é multifacetada, incluindo:

Garantia de Qualidade e Segurança: A auditoria permite investigar e verificar as condições de desenvolvimento de um projeto arquitetônico para garantir a estabilidade das estruturas de engenharia.

Fiscalização e Avaliação: A auditoria permite fiscalizar e avaliar o escopo de um empreendimento, desde o planejamento e execução de uma obra até uma avaliação mais detalhada da qualidade após a conclusão dos trabalhos.

Prevenção de Tragédias: A auditoria e supervisão podem prevenir tragédias, como o desabamento de prédios.

Redução de Erros: A auditoria reduz a probabilidade de erros e garante que a obra seja realizada de acordo com a legislação vigente.

Confiabilidade: O processo de auditoria e supervisão aumenta a confiabilidade no desenvolvimento do projeto, desde o planejamento até a execução e entrega da obra.

Evita Paralisações: A auditoria e supervisão evitam a paralisação dos trabalhos, que podem levar a atrasos e perdas financeiras significativas.

O NAE passa a contar com uma ferramenta importante, o OBRASGOV. Este portal, criado pelo governo federal para centralizar e divulgar informações sobre projetos e obras de infraestrutura, é uma ferramenta de transparência e governança que reúne diversas informações sobre os investimentos em infraestrutura. A manutenção das informações atualizadas é essencial para o controle social e o cumprimento legal. O Estado do Rio Grande do Norte, através do Termo de Adesão firmado com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, passou a utilizar o Cadastro Integrado de Projetos de Investimento – Obrasgov.br, assinado em 21/08/2023.

No ano de sua criação, 2023, ocorreu a capacitação dos servidores do Núcleo em diversos cursos relacionados à sua área de atuação. Além disso, foram realizados estudos, estruturação e elaboração de Listas de Verificação Técnicas

(checklists) com base nos manuais de procedimentos recomendados pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP) para subsidiar as auditorias referentes às contratações e execução de obras civis.

Em 2024, o Núcleo de Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia está concluindo a Auditoria referente às atividades de Avaliação e Acompanhamento da Execução do cronograma físico-financeiro das obras dos Institutos Educacionais do Rio Grande do Norte (IERNs) e iniciando as Auditorias referentes ao Levantamento e a infraestrutura logística viária do poder Executivo Estadual e o levantamento e avaliação dos contratos de reforma e melhoria dos hospitais de referência do estado.

Núcleo de Auditoria de Pessoal e Previdência - NAP

O Núcleo em questão foi constituído pela Portaria SEI n° 42, de 31 de março de 2023, e suas atribuições versam sobre a análise da regularidade dos atos de pessoal, abrangendo servidores públicos efetivos, em cargos de provimento em comissão, empregados públicos estaduais, agentes regidos pela CLT e profissionais admitidos em caráter temporário. Essas análises envolvem amostragem ou materialidade, e incluem a fiscalização das despesas de pessoal através do monitoramento da folha de pagamento de servidores ativos, inativos e pensionistas; a apuração de denúncias correlatas às atribuições do núcleo; além da concessão de benefícios previdenciários quando encaminhados à Controladoria-Geral do Estado.

Recentemente, o setor realizou um levantamento sobre o processamento da folha de pagamento dos servidores ligados à Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC), mediante avaliação crítica e diagnóstica do cumprimento das cláusulas acordadas para a implementação do piso dos professores no Poder Executivo Estadual referente aos anos de 2022 e 2023. Além disso, foram efetuados trabalhos de análises e levantamento de dados para apuração de denúncias sobre a folha de pagamento, visando identificar qualquer inconformidade que pudesse comprometer a integridade do processo de pagamento de servidores ativos, inativos e pensionistas.

Demonstrando compromisso com a capacitação, o Núcleo participou de um treinamento na instituição Capacity Treinamentos, visando aprimorar conhecimentos relacionados ao planejamento e execução de auditorias em folha de pagamento. Esse treinamento abordou modelos pré-formatados em oficinas práticas relacionadas à avaliação da conformidade e desempenho na gestão de gastos com recursos humanos. Essa iniciativa reflete o comprometimento do núcleo em manter uma abordagem proativa e atualizada em sua área de atuação, visando a eficácia nas suas responsabilidades de controle e fiscalização.

Núcleo de Inteligência, Informações Estratégicas e Promoção à Lei Geral de Proteção de Dados - NDI

No âmbito desse núcleo, as atividades se concentraram principalmente na análise de dados e informações fornecidas por agentes, órgãos e entidades públicas ou privadas que gerenciam recursos públicos estaduais.

A fim de atingir tal objetivo, ampliou-se a assinatura da Plataforma Alura para capacitação de todos os membros do núcleo, a qual disponibiliza diversos cursos na área de tecnologia, lei geral de proteção de dados, análise de dados e softwares correlatos (Tableau, Excel, Power Bi etc.).

Ainda nessa temática, foi compartilhado com o setor o acesso ao software Tableau, capaz de criar painéis a partir de bases de dados e fornecer informações que auxiliam a tomada de decisão por parte da alta gestão. A partir desse acesso, foram desenvolvidos painéis informativos nas áreas de orçamento, execução orçamentária, restos a pagar, diárias de viagens, folha de pagamento, convênios etc. Ressalta-se que a Controladoria-Geral possui acesso a bases de dados exclusivas do ERGON e do SIGEF.

Entre outras ações, estabeleceu-se contato com outras instituições de controle, especialmente a CGU, com o objetivo de compartilhar conhecimento e aprimorar as práticas do setor. Além disso, foram realizadas palestras de fomento à Lei Geral de Proteção de Dados em alguns órgãos estaduais. Houve ainda colaboração no setor de Transparência Ativa por meio da realização de um diagnóstico acerca da Transparência do Poder Executivo Estadual. Por fim, foram

construídas análises solicitadas pela Auditoria Geral em processos diversos tratando de dúvidas de pessoal e encargos, LGPD e sindicatos.

Auditoria em Números

Com a nomeação dos demais Auditores aprovados no concurso público homologado em 2019, realizada em setembro de 2023, foi possível iniciar a inédita atividade de monitoramento das auditorias e contabilização de benefícios.

Capitaneada pelo Núcleo de Monitoramento de Indicadores e Contas de Governo e Gestão (NMI), foi iniciado a partir de novembro de 2023 o monitoramento de duas auditorias e das planilhas de terceirização do corrente ano. Em apenas dois meses foi possível detectar várias recomendações acatadas pelos órgãos e entidades do Estado, gerando uma contabilização de benefícios financeiros na ordem de R$ 6.351.368,46 (seis milhões, trezentos e cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e oito reais e quarenta e seis centavos), com potencial atingimento já detectado e em diligências de R$ 14.112.099,90 (quatorze milhões, cento e doze mil, noventa e nove reais e noventa centavos), totalizando R$ 20.463.468,36 (vinte milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos) já auditados.



Esses números representam apenas o começo do processo de monitoramento e contabilização dos benefícios gerados pela Controladoria-Geral. Esta é apenas a primeira etapa de uma jornada que visa apresentar resultados tangíveis do trabalho do Controle Interno.



Levando em conta que a folha da Controladoria hoje corresponde a cerca de R$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) por ano, **apenas com dois meses de monitoramento e de três trabalhos realizados,** já aponta um retorno sobre o investimento de 1.85x, ou seja, a cada R$ 100,00 (cem reais) investidos na folha da Controladoria-Geral do Estado do RN, retorna R$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais) aos cofres públicos.



A estimativa é que em 2024 esses números aumentem consideravelmente, pelo fato do avanço nas diligências nos monitoramentos atuais, bem como a análise de mais outros monitoramentos de outros diversos trabalhos realizados e a serem realizados durante o ano.

ALICE – Análise de Licitações e Editais

Em 2023, a Controladoria-Geral do Estado estabeleceu um Acordo de Cooperação Técnica com a Controladoria-Geral da União para a implementação da ferramenta ALICE. Esta ferramenta inovadora utiliza inteligência artificial na análise de editais de licitações, permitindo a detecção precoce de possíveis irregularidades. Atualmente, o software está plenamente integrado às operações da Auditoria-Geral, fortalecendo os processos de controle e prevenção de fraudes.

CORREGEDORIA

Nos termos da Lei Complementar Estadual n° 638/2018, art. 4º, inciso II, ao Controle Interno do Poder Executivo Estadual é atribuída a função de correição, pela qual a Controladoria-Geral “apura irregularidades praticadas por servidores, agentes públicos, e nessa condição equiparados por lei, e entes privados”. A referida Lei, em seu art. 15, estabelece as seguintes competências da Corregedoria-Geral (COGE) da Controladoria-Geral do RN:

> Art. 15. À Corregedoria-Geral compete:
> I - fiscalizar a aplicação das leis de responsabilização administrativa de agentes públicos;
> II - desenvolver e regulamentar a atividade correcional no âmbito do Poder Executivo;
> III - analisar as denúncias contra agentes públicos;
> IV - instruir procedimentos disciplinares e de responsabilização administrativa de entes privados, com recomendação de adoção das medidas ou sanções;
> V - instaurar ou avocar procedimentos administrativos disciplinares relativos a agentes públicos dos órgãos e entidades de toda a Administração Direta e Indireta, quando julgar necessário para seu bom andamento;
> VI - realizar inspeções correcionais e visitas técnicas nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo, tendo acesso irrestrito às informações e documentos necessários à instrução em curso; e
> VII - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Regimento Interno da Controladoria-Geral do Estado ou pelo Controlador-Geral do Estado.

A seguir, é apresentada uma relação das atividades desenvolvidas no âmbito da Corregedoria-Geral (COGE) da Controladoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte no exercício 2023:

- Produção da Instrução Normativa nº 10/2023 que dispõe sobre a Atividade Correcional no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;

- Produção da Instrução Normativa nº 11/2023 que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte (SICORR/RN) de que trata o Decreto nº 29.353, de 06 de dezembro de 2019;

- Participação na produção do Decreto Estadual nº 33.232/2023 que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a Lei Federal nº 12.846, de 01 de Agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública;

- Produção da Instrução Normativa nº 12/2023 que regulamenta os instrumentos de resolução consensual de conflitos disciplinares no âmbito do Poder Executivo Estadual;

- Participação no Encontro Nacional de Corregedorias e de reunião técnica da Rede Nacional de Corregedorias, em abril/2023;

- Em julho/2023, firmou acordo de cooperação técnica com a Polícia Civil do RN, em colaboração às atividades de correição;

- Em novembro/2023, iniciou o processo de implantação do sistema de gerenciamento de processos correcionais da CGU, o ePAD;

- Em dezembro/2023, participou da celebração de acordo de cooperação técnica entre o Estado do RN e o Ministério Público do Trabalho;

- Ainda em dezembro/2023, promoveu Seminário sobre Processo Administrativo e Responsabilização de Pessoas Jurídicas, ministrado pelo Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho no RN;

- Por fim, em Dezembro/2023 também foram constituídas as corregedorias setoriais dos órgãos integrantes do SICORR/RN, por meio de Portaria que designava servidores membros das unidades setoriais, bem como ocorreu o primeiro treinamento promovido pela COGE para as corregedorias setoriais.

INTEGRIDADE

A Unidade de Integridade da Controladoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte desempenhou um papel crucial no fortalecimento da governança, da ética e da prevenção e enfrentamento à corrupção em 2023. Destacamos a seguir as principais realizações:

I. Implementação da Gestão de Riscos na Controladoria-Geral do Estado

Em colaboração com a FAPERN a Unidade conduziu o primeiro ciclo da Gestão de Riscos na CGE/RN. Destaques incluem:

1. Pesquisa e desenvolvimento do projeto em parceria com a FAPERN.

2. Publicação da Portaria-SEI nº66, de maio de 2023, normatizando a Gestão de Riscos, Controles Internos e Governança na Controladoria.

3. Estabelecimento da Política de Gestão de Riscos da Controladoria por meio da PORTARIA-SEI Nº 67, de 05 de maio de 2023.

4. Condução do ciclo inicial da Gestão de Riscos.

5. Elaboração das matrizes de identificação e tratamento de riscos em diversos setores da Controladoria.

6. Mapeamento de processos de trabalho, resultando na elaboração de Procedimentos Operacionais Padrão (POP's).

II. Criação do Programa de Integridade do Poder Executivo Estadual

A Unidade regulamentou e estabeleceu o Programa de Integridade do Poder Executivo Estadual, consolidando a Política de Promoção à Integridade e ao *Compliance*. Principais ações incluem:

1. Edição dos Decretos Nº 33.096/2023 (Promoção à Integridade e ao *Compliance*), Nº 33.095/2023 (Programa de Integridade e *Compliance*) e Nº 33.094/2023 (Código de Ética).

2. Publicação da IN 06/2023 da Controladoria, regulamentando o Comitê de Integridade e *Compliance.*

3. Edição do Decreto 33.233/2023, tratando sobre conflitos de interesses.

4. Publicação da IN 07/2023 da Controladoria, estabelecendo diretrizes para o Plano de Integridade.

5. Elaboração do Guia do Programa de Integridade, Guia do Comitê Interno, Manual do Planejamento Estratégico e Guia do Planejamento Estratégico.

A Unidade de Integridade da CGE/RN, por meio dessas atividades, desempenhou um papel crucial no fortalecimento da governança, ética e prevenção à corrupção em 2023. A implementação da Gestão de Riscos e a criação do Programa de Integridade evidenciam o compromisso com a transparência, responsabilidade e integridade no âmbito do Poder Executivo Estadual do Rio Grande do Norte.

OUVIDORIA

A Ouvidoria-Geral do Estado – OUGE, em cumprimento ao que preceitua o artigo 14, II, da Lei Federal n.º 13.460, de 26 de junho de 2017, que instituiu o Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos, apresenta o seu Relatório Anual de Gestão, contendo os resultados obtidos no ano de 2023.

A Ouvidoria-Geral integra a estrutura organizacional da Controladoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do artigo 10, IV, da Lei Complementar Estadual n.º 638, de 28 de junho de 2018 e Lei Complementar Estadual n.º 695, de 18 de janeiro de 2022, realiza suas atividades em observância as responsabilidades constantes do seu Regimento Interno, o Decreto Estadual n.º 28.685, de 31 de dezembro de 2018; Decreto Estadual n.º 31.316, de 24 de março de 2022 e as Recomendações da Instrução Normativa da Controladoria-Geral n.º 002, de 13 de fevereiro de 2020.

A seguir algumas realizações da Ouvidoria-Geral durante o exercício de 2023:

I. Participação no Seminário Nacional de Ouvidoria - Fortaleza/CE (15/3 à 16/03/2023);

II. VI Encontro com a Rede de Ouvidoria do RN (31/03/2023);

III. Participação da Rede de Ouvidoria na Palestra sobre Discriminação, Assédio Moral e Sexual, com a divulgação da Cartilha de Conformidade de Gênero (18/05/2023);

IV. Maratona da Rede Nacional de Ouvidorias Participação no Evento Coordenado pela EBC/CGU-OGU (14/07 à 10/08/2023);

V. Apresentação da atividade/canais de participação junto ao Grupo de Educação Fiscal-GEFE, no Auditório - CCSS Núcleo de práticas jurídicas - UFRN (20/09/2023);

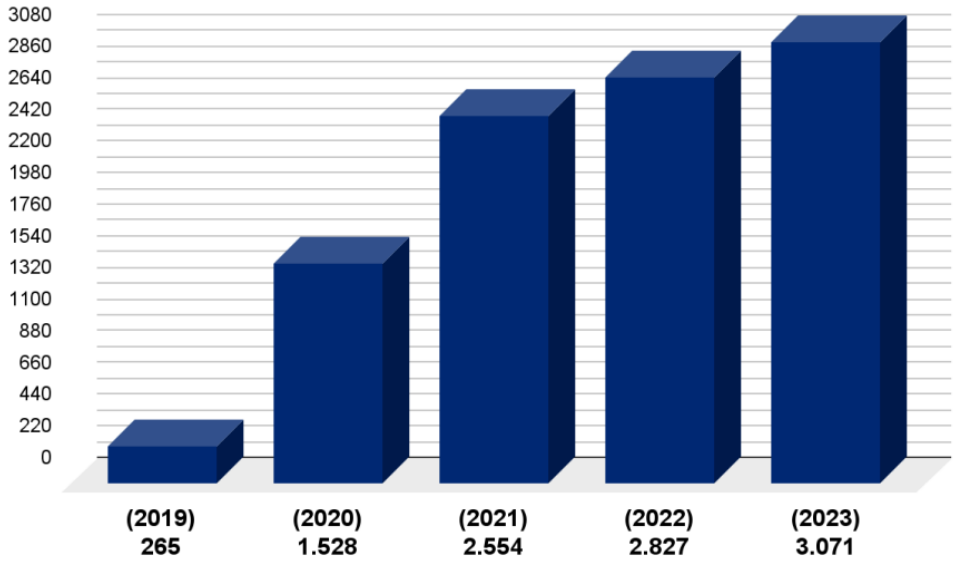
VI. Capacitação dos novos servidores da Controladoria-Geral do Estado, acolhimento e apresentação da macrofunção da Ouvidoria-Geral do Estado em 04/10/2023;

VII. Sensibilização em Ouvidoria para alunos da turma de Democracia e participação na gestão pública-UFRN (10/11/2023);

VIII. VII Encontro da Rede de Ouvidoria do Executivo Estadual Explanação de boas práticas, discussão da atividade, reconhecimento aos servidores com certificação em ouvidoria (12/12/2023).

Além disso, a Ouvidoria-Geral do Estado encerrou o exercício de 2023 com um total de 3.071 manifestações registradas na Plataforma Fala.BR, sendo 41 Órgãos e Entidades demandados. Isso representou o maior número de manifestações nos últimos cinco anos.

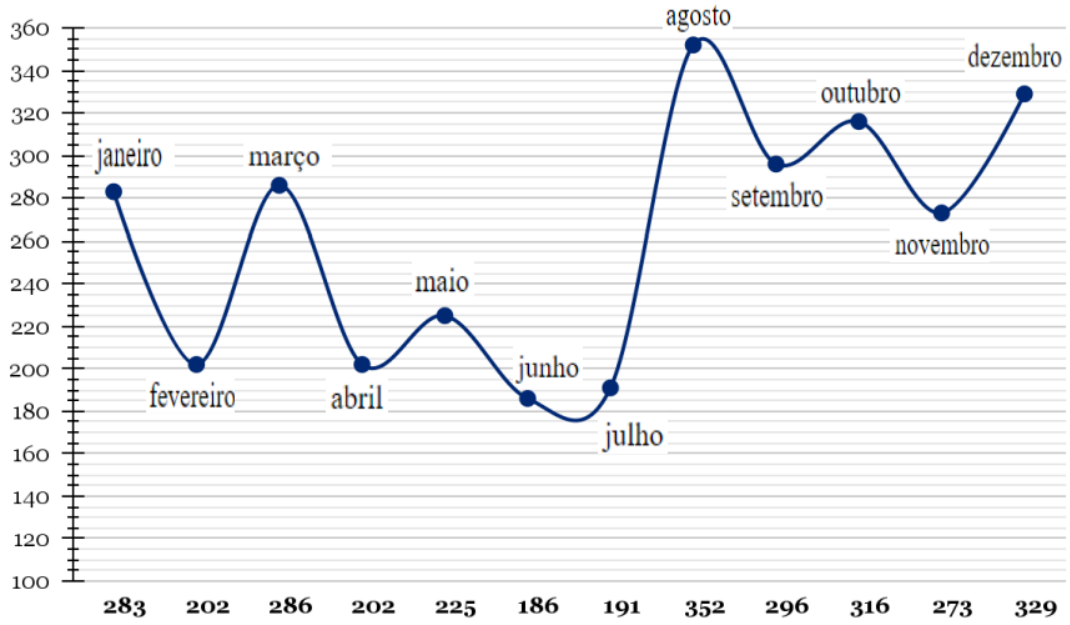
Gráfico da Quantidade de Manifestações por Ano



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Painel Resolveu, 2023.

Em 2023, o mês de agosto foi o com maior número de manifestações, registrando 352, seguido de dezembro com 329 e outubro com 316.

Gráfico da Quantidade de Manifestações por mês (2023)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Painel Resolveu, 2023.

O tempo médio de resposta às manifestações foi de 15 dias, registrando o melhor tempo nos últimos cinco anos.

Quadro anual do tempo médio de resposta.

Ano	Dias
2023	15
2022	17
2021	16
2020	21
2019	26

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Painel Resolveu, 2023.

TRANSPARÊNCIA

Conforme disposto na Lei Complementar Estadual nº 638, de 28 de junho de 2018, cabe à Controladoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte a responsabilidade de propor, executar e acompanhar a implementação de políticas e procedimentos de transparência, além de instituir e manter sistemas informatizados que contribuam para aprimorar a transparência e a eficiência da gestão pública (art. 5º).

Nesta seção do relatório, será apresentado um panorama dos resultados da atuação do Poder Executivo estadual, em 2022, no que concerne ao cumprimento da Lei Federal nº 12.527/2011 e da Lei Estadual nº 9.963/2015 (Lei de Acesso à Informação), possibilitando o acompanhamento e a avaliação da gestão da LAI e a operacionalização do Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC RN).

Adicionalmente, o Núcleo de Inteligência, Informações Estratégicas e Promoção da Lei Geral de Proteção de Dados (NID) da Controladoria-Geral do Estado finalizou recentemente um diagnóstico abrangente de todo o sistema de transparência pública do Estado. Esse estudo minucioso teve como objetivo identificar as principais limitações, desafios e oportunidades de melhoria na estrutura e funcionalidade da transparência do Estado, avaliando aspectos como acessibilidade, usabilidade, integração de dados e conformidade com as legislações vigentes sobre transparência e proteção de dados.

Com base nos insights e recomendações extraídos desse diagnóstico, a Controladoria-Geral do Estado está agora no processo de início do desenvolvimento do novo Portal da Transparência. Este projeto ambicioso visa não apenas superar as lacunas identificadas, mas também introduzir inovações tecnológicas e melhorias de conteúdo que facilitarão o acesso à informação pública de maneira mais eficiente e intuitiva. A previsão para a conclusão deste importante instrumento de transparência e *accountability* varia entre o final de 2024 e o primeiro semestre de 2025, marcando um passo significativo no compromisso do Estado com a transparência, a participação cidadã e a governança aberta.

ANEXO I – DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES

A descrição dos Órgãos e Entidades que compõem o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte relaciona-se às competências que lhes foram legalmente atribuídas ao decorrer dos anos e as respectivas atividades desempenhadas por cada um desses entes.

Nesse sentido, as informações apresentadas a seguir compõem uma consolidação essencial à realização de uma completa análise da gestão do Estado do Rio Grande do Norte, visto que delimitam mais precisamente a organização estabelecida à Administração Pública estadual e as competências legalmente vinculadas aos seus órgãos e entidades, possibilitando a observância do desempenho destes e a aferição da medida na qual desempenham as funções que lhes são atribuídas, através da execução dos programas orçamentários que lhes são cabíveis.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

GOVERNADORIA E ÓRGÃOS DE APOIO E ASSESSORAMENTO IMEDIATO À GOVERNADORA:

1. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - (ASSECOM)
2. CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO - (CONTROL)
3. GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO ESTADO - (GAC)
4. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - (PGE)
5. VICE-GOVERNADORIA

SECRETARIAS DE ESTADO:

1. SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA – (SAPE)

2. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO – (SEDEC)
3. SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – (SEAD)
4. SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – (SEAP)
5. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER – (SEEC)
6. SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – (SEFAZ)
7. SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – (SIN)
8. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA – (SESAP)
9. SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES, DA JUVENTUDE, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS – (SEMJIDH)
10. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO – (SEPLAN)
11. SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – (SETHAS)
12. SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL – (SESED)
13. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS – (SEMARH)
14. SECRETARIA DE TURISMO – (SETUR)
15. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR – (SEDRAF)

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

1. AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - (AGN)
2. AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - (ARSEP)
3. CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A – (CEASA)
4. COMPANHIA DE ÀGUAS E ESGOTO DO RN – (CAERN)
5. COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO - (CEHAB)
6. COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS DO RN - (POTIGÁS)
7. COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO RIO GRANDE DO NORTE - (DATANORTE)
8. DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - (DER)
9. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - (DETRAN)
10. EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE - (EMPARN)
11. EMPRESA GESTORA DE ATIVOS DO RN- (EMGERN)
12. EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA - (EMPROTUR)
13. FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – (FAPERN)
14. FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - (FUNDASE)
15. FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO - (FJA)
16. INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – (EMATER)
17. INSTITUTO DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DO RN – (IDIARN)
18. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE - (IDEMA)
19. INSTITUTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRESIDENTE KENNEDY – (IFESP)
20. INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - (IGARN)

21. INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS - (IPEM)
22. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO RIO GRANDE DO NORTE - (IPERN)
23. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - (JUCERN)
24. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - (UERN)

ÓRGÃOS EM REGIME ESPECIAL:

1. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA - (DEI)
2. INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE POLÍCIA - (ITEP)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL- ASSECOM

Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 163, de 05 de fevereiro de 1999, compete à Assessoria de Comunicação Social:
Art. 23. À Assessoria de Comunicação Social (ASSECOM) compete:
I - orientar e controlar a divulgação dos programas governamentais e das realizações do Governo, observando o disposto no art. 26, § 1º da Constituição Estadual;
II - distribuir informações e notícias de interesse da administração estadual; e
III - coordenar as relações dos órgãos da administração estadual com os meios de comunicação.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO – CONTROL

Criada através da Lei Complementar nº 150, de 09 de janeiro de 1997 (Publicada no Diário Oficial do Estado em 10 de janeiro de 1997), com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 157/1997, ambas revogadas pela Lei Complementar 638/2018, a Controladoria-Geral do Estado é o Órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, a quem compete, nos termos do seu artigo 5º:
Art. 5º A Controladoria-Geral do Estado é o Órgão Central do Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo, a quem compete, sem prejuízo de outras atribuições:
I - articular as atividades relacionadas com o sistema de controle interno, promover a integração operacional e elaborar atos normativos sobre procedimentos de controle;
II - supervisionar e orientar as Unidades de Controle Interno nas ações de apoio ao Controle Externo;
III - promover encontros, cursos e outros eventos que visem a capacitação técnica continuada dos servidores que compõem o Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo, para o fiel desempenho de suas atribuições;
IV - assessorar e orientar a Administração Estadual nos aspectos relacionados com os controles interno e externo;
V - pronunciar-se sobre a aplicação da legislação concernente a execução orçamentária, financeira e patrimonial, dentro das atribuições do controle interno;
VI - medir e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade do controle interno dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo;

VII - estabelecer mecanismos destinados a verificar e comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os seus resultados;
VIII - propor, executar e acompanhar a implementação de políticas e procedimentos de transparência e de prevenção e de combate à corrupção;
IX - manifestar-se sobre os aspectos técnicos, econômicos, financeiros orçamentários nas contratações da Administração Pública;
X - instituir, manter e propor sistemas informatizados que melhorem a transparência e a eficiência da gestão pública;
XI - manifestar-se por meio de relatórios, pareceres, notas técnicas e outros instrumentos, com o objetivo de identificar e sanar irregularidades e suas respectivas causas;
XII - propor, regulamentar e instaurar, de ofício ou por provocação, Tomada de Contas Especial, para casos de indícios de dano ao Erário ou na falta de prestação de contas;
XIII - representar ao Tribunal de Contas sobre as irregularidades ou ilegalidades identificadas por meio de ações de controle que evidenciarem danos ou prejuízos ao Erário;
XIV - emitir parecer conclusivo e certificação de auditoria sobre as contas anuais prestadas pelos titulares dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo;
XV - coletar, buscar e tratar de informações de natureza estratégica, com emprego intensivo de recursos de tecnologia da informação e de atividades de investigação e inteligência;
XVI - requisitar dados e informações a agentes, órgãos e entidades públicas e privadas que gerenciem recursos públicos;
XVII - orientar e realizar ações relativas à ouvidoria e prevenção da corrupção; e
XVIII - normatizar e realizar ações correcionais no âmbito de suas competências.

GABINETE CIVIL – GAC

O Gabinete Civil do Governo do Estado do Rio Grande do Norte – GAC/RN foi criado através da Lei Complementar nº 190, de 8 de janeiro de 2001 e sofreu alterações em suas atribuições por meio das Leis Complementares nº 262/2003, 534/2015 e 557/2015, a ele incumbe, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 190/2001 (com alterações):
Art. 3º Fica criado o Gabinete Civil do Governador do Estado, órgão de apoio e assessoramento imediato ao Governador do Estado, com as seguintes competências:
I - atuar como órgão de coordenação institucional junto aos órgãos e entidades da Administração Estadual;
II - dar assistência direta e imediata ao Governador na sua representação política e social, bem como coordenar suas relações, nessa área, com os demais poderes do Estado, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e outras esferas de governo;
III - coordenar a elaboração da mensagem anual do Governador à Assembléia Legislativa;
IV - coordenar, em articulação com as Secretarias de Estado, as ações relacionadas com a formulação e implementação de políticas para a juventude;
V - acompanhar a tramitação de Projetos de Lei na Assembléia Legislativa;
VI - controlar a observância dos prazos para manifestação do Poder Executivo sobre solicitações da Assembléia Legislativa e o atendimento de pedidos de informações de Deputados Estaduais;
VII - articular-se com as lideranças do Governo junto à Assembléia Legislativa, para equacionamento das questões de interesse político e legislativo da Administração Estadual;
VIII - assessorar o Governador no trato de matérias e na adoção de medidas relacionadas a seu expediente particular;
IX - receber, organizar, avaliar e preparar o expediente do Governador, fazer publicar seus atos na Imprensa Oficial e acompanhar a execução das ordens por ele emitidas;

X - supervisionar e controlar a publicação dos atos do Poder Executivo na Imprensa Oficial;
XI - cuidar da administração geral do Palácio do Governo, do Palácio dos Despachos e da residência oficial do Governador;
XII - organizar e dirigir o cerimonial público;
XIII - responsabilizar-se pelo transporte do Governador;
XIV - supervisionar a segurança do Governador, da sua família, do Palácio e das residências oficiais;
XV - coordenar as relações protocolares do Chefe de Governo com autoridades militares;
XVI - prestar apoio material, administrativo e técnico às autoridades estaduais presentes no Distrito Federal a serviço dos órgãos e entidades que dirijam ou representem;
XVII - administrar o Centro Administrativo e a Guarda Patrimonial;
XVIII - exercer atividades de natureza humanitária e social; e
XIX - apoiar a promoção de eventos sócio-culturais." (NR) Parágrafo único. As funções de ajudante de ordens, segurança e transporte, quando exercidas por policial militar do Estado do Rio Grande do Norte, lotados na Governadoria, são consideradas, para todos os efeitos, como função policial militar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 262/2003)
XX - apurar os custos com os deslocamentos eventuais e transitórios do Governador e do Vice-Governador do Estado, compreensivos das despesas com transporte, hospedagem, alimentação e locomoção no lugar de destino, da sede do Poder Executivo para outros pontos do território nacional e para o exterior, que tiverem relação com o exercício de suas atribuições, com adstrição aos valores e demais condições constantes de regulamento. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 534/2015)
XXI planejar, coordenar e executar as ações relacionadas com a defesa civil, nos casos de calamidade pública decorrentes de secas, inundações e outros flagelos naturais, respeitada a competência da União e dos Municípios. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 557/2015)

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO – PGE

Conforme estabelece a Lei Complementar nº 240, de 27 de junho de 2002, à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), instituição de natureza permanente e essencial à Justiça e à Administração Pública Estadual, compete, com exclusividade, exercer a representação judicial, extrajudicial e a consultoria jurídica do Estado do Rio Grande do Norte. A Procuradoria-Geral é diretamente subordinada ao Governador do Estado e é encarregada, ainda, de promover o assessoramento jurídico ao Poder Executivo, nos termos da referida Lei Complementar.
São funções institucionais da Procuradoria-Geral do Estado estão previstas no art. 4 da referida Lei:
Art. 4º São funções institucionais da Procuradoria Geral do Estado, dentre outras:
I - exercer, com exclusividade, a representação judicial, extrajudicial e a consultoria jurídica da Administração direta, autarquias e fundações públicas; (Redação dada pela Lei Complementar nº 600/2017)
II - prestar assessoramento jurídico ao Poder Executivo, relativamente ao controle da legalidade dos atos da Administração Estadual; (Redação dada pela Lei Complementar nº 600/2017)
III - representar a Fazenda Pública estadual junto ao Tribunal de Contas do Estado;
IV - representar o Governador do Estado nas ações diretas de inconstitucionalidade de sua iniciativa;
V - propor ao Governador do Estado as medidas de caráter jurídico que visem proteger os direitos reais e possessórios referentes ao patrimônio público estadual;
VI - ajuizar as medidas judiciais visando a proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico, artístico-cultural, turístico e paisagístico do Estado;

VII - propor ao Governador do Estado a abertura de inquérito administrativo contra agentes públicos, nos casos de malversação de verbas do erário estadual ou quando da ocorrência de ato administrativo praticado com excesso de poder ou desvio de finalidade;
VIII - opinar sobre as matérias que lhe forem submetidas pelo Governador do Estado, Secretários de Estado e outros dirigentes de órgãos e entidades da Administração estadual;
IX - opinar, previamente, sobre:
a) a forma de cumprimento de decisões e precatórios judiciais;
b) a legalidade e a forma dos editais e outros atos convocatórios de licitações, bem como dos contratos, consórcios e convênios, observado o disposto no art. 31 desta Lei Complementar; (Redação dada pela Lei Complementar nº 600/2017)
c) os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, observado o disposto no art. 31 desta Lei Complementar; (Redação dada pela Lei Complementar nº 600/2017)
X - representar o Governador do Estado nas providências de ordem jurídica reclamadas pelo interesse público e coletivo e pela boa aplicação das leis;
XI - apurar a liquidez e certeza do crédito tributário e não tributário, inscrever, controlar e executar, com exclusividade, a dívida ativa do Estado, sem prejuízo da adoção de medidas extrajudiciais de cobrança, podendo, nesse caso, utilizar os serviços de instituições financeiras públicas ou privadas para a realização de atos que viabilizem a satisfação amigável de créditos inscritos em dívida ativa; (Redação dada pela Lei Complementar nº 651/2019)
XII - coordenar, orientar e supervisionar, tecnicamente, as atividades da Assessoria Jurídica estadual;
XIII - exercer a orientação, o assessoramento e o controle dos serviços jurídicos dos órgãos da Administração descentralizada;
XIV - celebrar contratos, acordos e convênios relacionados à qualificação funcional dos Procuradores do Estado e dos servidores da Procuradoria Geral do Estado, bem como para a ampliação da defesa judicial do Estado;
XV - emitir parecer prévio nos processos administrativos de competência dos Conselhos instituídos no âmbito da Administração Pública do Estado;
XVI - exercer, mediante a Coordenadoria de Controle e Articulação da Assessoria Jurídica Estadual, o controle e a supervisão dos atos e processos que tratam dos direitos, deveres, disciplina, vantagens e prerrogativas dos servidores públicos civis e militares do Estado.
XVII - elaborar e rever projetos de lei, decretos e outros provimentos regulamentares, bem como minutar mensagens, sanções e vetos governamentais; (Redação dada pela Lei Complementar nº 600/2017)
XVIII - pronunciar-se, em caráter final, sobre as matérias de ordem legal que lhe forem submetidas pelo Governador; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 600/2017)
XIX - assessorar o Governador em assuntos de natureza jurídica, de interesse da Administração Estadual; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 600/2017)
XX - orientar os trabalhos afetos aos demais órgãos jurídicos do Poder Executivo, com o fim de uniformizar a jurisprudência administrativa; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 600/2017)
XXI - desenvolver outras atividades definidas em Lei. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 600/2017)

VICE-GOVERNADORIA

O cargo de Vice-Governador está previsto na Carta Magna de 1988, em seu artigo 28. No Rio Grande do Norte foi instituído o Gabinete do Vice-Governador, ao qual foram atribuídas as seguintes atribuições na Lei Complementar Estadual nº 163, de 05 de fevereiro de 1999:
Art. 24. Ao Gabinete do Vice-Governador compete:
I - dar assistência direta e imediata ao Vice-Governador;

II - receber e analisar, estudar e triar o expediente encaminhado ao Vice-Governador;
III – prover a Vice-Governadoria dos meios necessários ao seu funcionamento; e
IV - executar outras atividades determinadas pelo Vice-Governador.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA – SAPE

À Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE), nos termos da Lei Complementar nº163/99 (alterada pelas Leis Complementares nº 186/2000, 207/2001, 324/2006, 649/2019 e 693/2022), compete:
Art. 34. À Secretaria de Estado da Agricultura e da Pecuária (SAPE) compete:
I - prestar serviços técnicos ligados ao desenvolvimento da agropecuária, da pesca e da agroindústria e dar assistência às atividades privadas que atuam nessa área;
II - executar estudos, pesquisas e avaliações de natureza econômica visando ao fomento da produção agropecuária, da pesca e da agroindústria;
III - promover a expansão da oferta de insumos básicos para a agricultura;
~~IV - aplicar a ordem normativa da defesa vegetal e animal, fiscalizar sua observância e impor penalidades aos infratores, nos limites da competência estadual; (Revogado pela Lei Complementar nº 324/2006)~~
~~V - formular e controlar a política estadual de colonização; (Revogado pela Lei Complementar nº 207/2001)~~
~~VI - estudar e propor medidas visando ao fortalecimento dos serviços de assistência técnica e extensão rural; (Revogado pela Lei Complementar nº 649/2019)~~
VII - estudar e propor medidas visando à melhoria do abastecimento da população com produtos agropecuários e da pesca;
VIII - proteger o uso e a fertilidade dos solos;
IX - desenvolver e fortalecer o cooperativismo e o associativismo no campo;
X - realizar o planejamento agrícola do Estado;
XI - gerenciar e manter os projetos estaduais de agricultura irrigada;
XII - promover, para o abastecimento alimentar e da pequena irrigação, a perfuração, instalação, recuperação e limpeza de poços tubulares;
XIII - projetar, construir e recuperar cisternas públicas e comunitárias;
XIV - projetar e executar os serviços de eletrificação de comunidades e propriedades rurais;
XV - articular-se com órgãos e entidades nacionais e internacionais de sua área de atuação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2000)
XVI - formular as diretrizes da ação governamental para a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura do Rio Grande do Norte (PEDESPA/RN); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 693/2022)
XVII - propor e avaliar políticas, iniciativas e definir estratégias de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 693/2022)
XVIII - promover, no âmbito de sua competência:
a) a elaboração, a execução, o acompanhamento e a avaliação de planos, programas e ações voltados para o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura;
b) a articulação intersetorial necessária à execução de atividades aquícola e pesqueira;

c) subsídios necessários para execução da pesquisa aquícola e pesqueira. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 693/2022)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO – SEDEC

À SEDEC, nos termos da Lei Complementar nº 163/99 (alterada pelas Leis Complementares nº 262/2003 e 716/2022), compete:
Art. 33. À Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (SEDEC) compete: (Redação dada pela Lei Complementar nº 716/2022)
I - promover o desenvolvimento econômico sustentável do Estado, coordenando e implementando ações setoriais nas áreas da indústria, recursos minerais, energia, comércio, serviços, ciência e tecnologia, em articulação com outras entidades competentes;
II - apoiar ações voltadas para o desenvolvimento econômico equilibrado do Estado, promovendo as potencialidades regionais por meio da identificação de oportunidades de negócios, oferta de financiamentos e capacitação de recursos humanos;
III - promover ações em cooperação com as Secretarias de igual natureza nos municípios e com Secretarias e entidades da Administração Estadual, sempre voltadas para o desenvolvimento econômico equilibrado de todas as regiões do Estado;
IV - elaborar e implementar a Política Estadual de Desenvolvimento Industrial, em articulação com as entidades atuantes nesse setor;
V - elaborar e implementar a Política Estadual de Estímulo à Expansão da Atividade Comercial e do Segmento de Serviços, articulando-se com as entidades atuantes nesse setor;
VI - articular e desenvolver as ações voltadas para estimular as atividades de comércio exterior, abrindo novos mercados para os produtos e serviços do Estado, fomentando a implantação de serviços de logística e capacitando recursos humanos para esse setor;
VII - elaborar e implementar a Política Estadual Dirigida para o Aproveitamento Econômico do Potencial de Recursos Minerais, mediante a formulação e execução de planos e programas, em articulação com as entidades atuantes nesse setor;
~~VIII - estabelecer as diretrizes e coordenar o processo de elaboração da Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a ser implementada por intermédio das entidades integrantes do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia;~~
VIII - estabelecer as diretrizes e coordenar o processo de elaboração da Política Estadual do Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação do Rio Grande do Norte (PEDCTI/RN), a ser implementada por intermédio das entidades integrantes do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (SECTI/RN); (Redação dada pela Lei Complementar nº 716/2022)
IX - elaborar a Política Estadual de Energia, articulando-se com entidades de outros níveis de governo e coordenando a implementação das ações no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;
X - apoiar e fomentar projetos de expansão de oferta de energia, especialmente a geração de energias alternativas, no Rio Grande do Norte;
XI - supervisionar a execução das atividades de registro comercial e de metrologia e qualidade. (Redação dada pela Lei Complementar nº 262/2003)
XII - coordenar e implementar medidas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, em articulação com outros órgãos ou entidades competentes, voltadas para o desenvolvimento sustentável do Estado; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 716/2022)
XIII - promover e estimular a realização de cursos, conferências, reuniões, seminários e congressos relacionados com as áreas de ciência, tecnologia e inovação; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 716/2022)
XIV - coordenar a preservação e a utilização do acervo de documentação científica, tecnológica e de inovação do Estado do Rio Grande do Norte; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 716/2022)

XV - divulgar os resultados das atividades científicas, tecnológicas e de inovação que envolvam a participação da Secretaria e da Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (FAPERN); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 716/2022)
XVI - articular ações com órgãos e entidades públicas e privadas que desenvolvam atividades nas áreas de ciência, tecnologia e inovação; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 716/2022)
XVII - representar o Estado do Rio Grande do Norte, através de seu titular, perante entidades nacionais ou internacionais para formulação, planejamento, implementação e avaliação das ações articuladas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 716/2022)

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD

À Secretaria de Estado da Administração (SEAD), conforme a Lei Complementar nº163, de 05 de fevereiro de 1999, alterada pela Lei Complementar 649/2019 (vide ainda Decretos Estaduais nº19.896/2007 e nº 30.364/2021 dispõem sobre a estrutura organizacional e o quadro de lotação de cargos públicos de provimento em), compete:
Art. 37. À Secretaria de Estado da Administração (SEAD) compete: (Redação dada pela Lei Complementar nº 649/2019)
I - realizar as atividades de administração de pessoal relativas a:
a) gestão e desenvolvimento de recursos humanos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas, através de programas para valorização do servidor, com a participação de instituições de ensino;
b) admissão, posse e lotação de pessoal;
c) avaliação do desempenho funcional para os fins previstos em lei;
d) realização de estudos para elaboração de planos de carreiras para a Administração Direta;
e) manutenção de cadastro atualizado de pessoal da administração pública direta, fundacional, autárquica e indireta, para permitir informações necessárias à gestão do quadro de pessoal do Estado;
f) preparar os atos necessários ao provimento e vacância de cargos, exoneração, demissão, cessão, relotação, redistribuição, afastamento, disponibilidade e aposentadoria de pessoal da Administração Direta;
g) preparar os atos necessários ao provimento de cargos da Magistratura e do Tribunal de Contas, nas hipóteses previstas na Constituição;
h) Formular orientações administrativas para a uniformização dos procedimentos, rotinas e atividades de pessoal;
i) Coordenar a realização de concurso público para o funcionalismo em geral e supervisioná-lo quando realizado para categorias específicas; e
j) Instaurar processo administrativo disciplinar ou sindicância para apuração de irregularidade no serviço público.
II - administrar materiais, patrimônio e serviços auxiliares, aí incluídas as atividades de:
a) padronização e codificação de materiais;
b) conservação e alienação de bens e materiais;
c) inventário anual;
d) digitalização, reprodução e arquivo de documentos;
e) manutenção e conservação de prédios e do Centro Administrativo;
f) circulação de correspondência;
g) administração de serviços auxiliares contratados de terceiros.

III - promover estudos e ações na área de modernização administrativa e reforma do Estado, visando o aperfeiçoamento permanente de práticas, métodos e procedimentos de gestão e de trabalho;
IV - determinar a realização de auditorias administrativas;
~~V - administrar o Centro Administrativo; (Revogado pela Lei Complementar nº 190/2001)~~
VI - supervisionar as atividades de previdência dos servidores públicos;
VII - executar serviços de processamento de dados e tratamento de informações;
VIII - coordenar a elaboração das folhas de pagamento da Administração Direta e indireta do Estado;
IX - elaborar e coordenar o processo de informatização da Administração Estadual;
X - fiscalizar e controlar o uso de veículos oficiais, na forma estabelecida em regulamento, para efeito de observância das normas administrativas e de trânsito, respeitada a competência dos órgãos específicos; e
XI - prestar serviços de apoio necessários ao funcionamento regular da Administração Direta.
XII - planejar, coordenar e executar ações, programas e projetos relacionados com o atendimento ao servidor e ao cidadão. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 649/2019)
Ademais, o Regimento Interno do Órgão prevê, nos termos do seu art. 1º (Decreto 30.364/2021):
Art. 1º A Secretaria de Estado da Administração (SEAD) tem por finalidade, planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de administração geral, de modernização administrativa, de informatização e a gestão do patrimônio do Estado, bem como formular e executar a política de recursos humanos e materiais, de atendimento aos servidores públicos estaduais, de processamento de dados e de desenvolvimento dos serviços públicos do Poder Executivo Estadual, conforme o disposto no art. 37 da Lei Complementar Estadual nº 163, de 5 de fevereiro de 1999, competindo-lhe, ainda:
I - promover estudos e ações na área de modernização administrativa e reforma do Estado, visando o aperfeiçoamento permanente de práticas, métodos e procedimentos de gestão e de trabalho;
II - formular diretrizes, promoção, coordenação, acompanhamento e avaliação das políticas, dos planos e dos projetos de modernização e gestão da Administração Pública Estadual, compreendendo, inclusive, o acompanhamento dos gastos públicos, assegurando um processo permanente de melhoria e inovação contínua;
III - formular diretrizes, promoção, coordenação, acompanhamento e avaliação das políticas, dos planos e dos projetos que contemple as áreas de tecnologia da informação e da comunicação, patrimônio, compras governamentais, capacitação e desenvolvimento de pessoas, atos e pagamentos de pessoal, por meio de estudos e pesquisas, visando à execução eficiente e eficaz das atividades administrativas;
IV - realizar as atividades de administração das operações de tecnologia da informação e comunicação com a gestão do acesso e uso da internet, assim como das aplicações de sistemas corporativos e gestão de rede e comunicação;
V - realizar as atividades de administração do patrimônio com a gestão da frota e de combustíveis, assim como o registro do patrimônio mobiliário e imobiliário e a gestão documental do Arquivo Público Estadual;
VI - realizar as atividades de administração das compras governamentais com a gestão de processos licitatórios e acompanhamento de contratos;
VII - executar o Programa Central do Cidadão, realizando a sua administração, a gestão de processos e acompanhamento de suas atividades;
VIII - realizar as atividades de administração de pessoal relativas à gestão e desenvolvimento de recursos humanos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, através de programas para valorização do servidor;
IX - realizar a formulação, promoção, coordenação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas de gestão de pessoas, contemplando o sistema de carreiras, remuneração, recrutamento, seleção, capacitação, direitos e deveres do servidor, histórico funcional dos servidores públicos, evolução quantitativa e qualitativa da força de trabalho, avaliação de desempenho funcional e determinar a realização de auditoria da folha de pagamento do Estado, como órgão central do sistema de recursos humanos da Administração Pública Estadual;

X - elaborar planos, programas e projetos relacionados a recursos humanos em conformidade com as diretrizes e metas governamentais, e o atendimento ao servidor e ao cidadão; Coordenadoria de Controle dos Atos Governamentais – CONTRAG/GAC
XI - coordenar a realização de concursos públicos no âmbito da Administração Pública Estadual;
XII - instaurar processo administrativo disciplinar ou sindicância para apuração de irregularidade no serviço público;
XIII - determinar a realização de auditorias administrativas;
XIV - prestar serviços de apoio necessários ao funcionamento regular da Administração Direta;
XV - executar outras ações e atividades relacionadas à sua finalidade definida no caput deste artigo ou determinadas pelo Governador do Estado.
Compete ainda à Secretaria de Estado da Administração a execução de outras ações e atividades concernentes à sua natureza ou determinadas pelo Chefe do Poder Executivo. São entidades vinculadas à SEAD o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte (IPERN) e a Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Norte (DATANORTE) (informação prestada via processo SEI nº 02510052.000564/2023-99, ID nº 24024322).

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP

Nos termos da Lei Complementar nº 163/99 (alterada pela Lei Complementar nº 649/2019), compete à Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP):
Art. 37-D À Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP) compete:
I - planejar e executar a política prisional do Estado;
II - assegurar a aplicação da legislação e diretrizes vigentes referentes à administração da execução penal e ao tratamento do indivíduo privado de liberdade;
III - exercer as atividades de atendimento e assistência ao preso, bem como de segurança e disciplina nas unidades prisionais;
IV - proceder ao registro dos presos e sua movimentação entre as unidades prisionais;
V - exercer atividades de inteligência prisional destinadas ao levantamento e disponibilização de informações que auxiliem as ações governamentais na área de segurança pública;
VI - disponibilizar informações estatísticas e gerenciais acerca das atividades de sua área de competência, incluindo dados a respeito dos indivíduos privados de liberdade;
VII - gerenciar os sistemas de informação sob sua responsabilidade;
VIII - estabelecer, em conjunto com a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIN), as diretrizes para a construção de unidades prisionais para atendimento à demanda de vagas, bem como a manutenção da estrutura física das unidades prisionais existentes;
IX - executar e coordenar atividades de gestão administrativa, financeira e patrimonial de suas unidades prisionais;
X - coordenar e executar atividades de administração de pessoal de suas unidades prisionais;
XI - estabelecer o perfil de pessoal para lotação nas unidades prisionais, bem como as diretrizes para seleção, formação e capacitação de pessoal;
XII - participar e colaborar com atividades necessárias à integração dos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública;
XIII - elaborar parcerias com entidades públicas e privadas, visando à qualidade do tratamento dado ao preso e à segurança de unidades prisionais;
XIV - propor ações que visem à redução de custos, melhor aproveitamento dos recursos financeiros e que proporcionem celeridade às rotinas de trabalho das unidades prisionais;
XV - acompanhar e supervisionar o cumprimento de progressões de penas, o exame e pronunciamento sobre livramento condicional, indulto e comutação de penas; e

XVI - formular, executar e avaliar ações, programas e projetos destinados à reintegração dos sentenciados e sua capacitação profissional, à assistência às suas famílias e à integração ou reintegração social dos egressos do sistema penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 649/2019)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER – SEEC

A Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC/RN teve suas atribuições definidas pela Lei Complementar 163/1999, alterada pelas Leis Complementares nº 340/2007 e 649/2019. O artigo 27 da Lei 163/1999 prevê:
Art. 27. À Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC) compete: (Redação dada pela Lei Complementar nº 649/2019)
I - executar e controlar a ação do Governo na área de educação;
II - promover e incentivar as atividades culturais e desportivas;
II - promover e incentivar as atividades culturais e educacionais; (Redação dada pela Lei Complementar nº 340/2007)
II - promover e incentivar as atividades culturais, educacionais, de esporte e de lazer; (Redação dada pela Lei Complementar nº 649/2019)
III - controlar e fiscalizar o funcionamento de estabelecimentos de ensino, de diferentes graus e níveis, públicos e particulares;
IV - apoiar e orientar a iniciativa privada na área de educação, da cultura e dos desportos;
IV - apoiar e orientar a iniciativa privada na área da educação e da cultura; (Redação dada pela Lei Complementar nº 340/2007)
IV - apoiar e orientar a iniciativa privada na área de educação, da cultura, do esporte e do lazer; (Redação dada pela Lei Complementar nº 649/2019)
V - articular-se com o Governo Federal em matéria de política e de legislação educacionais;
VI - estudar, pesquisar e avaliar os recursos financeiros para investimentos no sistema e no processo educacional;
VII - rever e aperfeiçoar, permanentemente, o sistema de ensino;
VIII - assistir o estudante pobre; (Revogado pela Lei Complementar nº 649/2019)
IX - integrar as iniciativas de caráter organizacional e administrativo, na área de educação, com as atividades de Planejamento e Finanças e de Administração Geral e com os setores de agricultura e saúde pública estadual.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ

A SET/RN foi criada em 1995, como resultado do desmembramento da então Secretaria de Fazenda e Planejamento. Suas atribuições constam na Lei Complementar 163/1999 (com redação dada pela Lei Complementar nº 736/2023):
Art. 26. À Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) compete: (Redação dada pela Lei Complementar nº 736/2023)

I - dirigir e executar a política de administração fiscal, contábil e tributária do Estado;
II - elaborar e manter atualizado o plano de contas único para os órgãos da Administração Direta e aprovar o plano de contas dos órgãos da administração indireta e fundacional;
III - elaborar o Balanço Geral do Estado e a prestação de contas anual do Governador;
IV - realizar estudos e pesquisas para a previsão da receita, bem como adotar providências executivas para a obtenção de recursos financeiros de origem tributária e outros;

V - manter cadastro atualizado de contribuintes contendo todos os dados necessários ao exercício das atividades de fiscalização previsão de receitas e planejamento tributário do Estado;
VI - orientar os contribuintes sobre a aplicação e a interpretação da legislação tributária;
VII - informar à população dos valores de taxas, contribuições, multas, licenças, alvarás e certidões; e
VIII - criar mecanismos de articulação permanente com os setores econômicos do Estado visando a debater a regulamentação e aplicação da política tributária, o endividamento fiscal das empresas e a negociação de alternativas para o equacionamento desses débitos fiscais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 638/2018)
IX - estabelecer a programação financeira dos recursos do Estado; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
X - avaliar a programação financeira das entidades da Administração Indireta dependentes de repasses do Tesouro Estadual; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XI - controlar o movimento de tesouraria, envolvendo ingressos, pagamentos e disponibilidades; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XII - monitorar e coordenar os entendimentos do Poder Executivo Estadual com entidades federais, internacionais e outros para obtenção de financiamentos e/ou recursos a fundo perdido para o desenvolvimento de programas estaduais; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XIII - administrar os encargos gerais do Estado; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XIV - coordenar o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XV - editar manuais, notas técnicas e instruções de procedimentos contábeis, uniformizando a execução orçamentária, financeira e contábil do Estado, visando a consolidação dos relatórios contábeis e fiscais; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XVI - orientar e supervisionar a contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Estado, promovendo os ajustes necessários para a consolidação dos relatórios contábeis e fiscais; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XVII - articular-se com as setoriais do sistema financeiro para o cumprimento das normas contábeis de execução orçamentária, financeira e patrimonial; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XVIII - elaborar o Balanço Geral do Estado, destinado a compor a prestação de contas anual do Governador; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XIX - elaborar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Executivo Estadual Consolidado, previstos na Lei Complementar Federalnº 101, de 4 de maio de 2000; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XX - promover o acompanhamento e a aplicação das normas e procedimentos emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, incluindo a geração da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e o preenchimento da Declaração de Contas Anual (DCA) no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (SICONFI), em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101, de 2000; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XXI - elaborar e manter atualizados o plano de contas, o ementário da receita e despesa orçamentárias, a tabela de eventos e o ementário de fontes/disponibilidade por destinação de recursos para os órgãos e entidades pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XXII - promover a capacitação dos quadros dos setores financeiros, orçamentários e contábeis do Estado; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XXIII - emitir Pareceres Técnicos afeitos às matérias de Direito Financeiro, Administração Financeira e Orçamentária e Contabilidade Pública, para a correta execução financeira e orçamentária do Poder Executivo Estadual; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XXIV - promover a integração com os demais Poderes e órgãos autônomos do Estado em assuntos contábeis relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial visando a consolidação dos relatórios contábeis e fiscais; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)

XXV - interpretar e aplicar normas contábeis para subsidiar a execução financeira e orçamentária dos recursos do Tesouro Estadual; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XXVI - promover a implantação do sistema de informação de custos do Poder Executivo do Estado. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – SIN

À Secretaria de Estado da Infraestrutura – SIN, nos termos da Lei Complementar Nº 163/99 (alterada pelas Leis Complementares 186/2000 e 340/2007), compete:
Art. 31. À Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIN) compete:

I – promover medidas para implantação da política estadual de viação;
~~II – definir políticas públicas relativas a energia elétrica, rodovias e serviços de trânsito;~~
II – definir políticas relativas a energia elétrica, rodovias e serviços de trânsito, respeitadas as competências da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pecuária (SAPE); (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2000)
III – controlar, operacional e funcionalmente a aplicação de recursos federais nos setores de obras e transportes do Estado;
~~IV – projetar, licitar, executar, fiscalizar e receber, direta ou indiretamente, obras e serviços de engenharia de interesse da Administração Direta, excetuando-se as obras da Secretaria dos Recursos Hídricos e suas vinculadas;~~
IV – projetar, licitar, executar, fiscalizar e receber, direta ou indiretamente, obras e serviços de engenharia de interesse da Administração Direta, excetuando-se as obras e serviços da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) e de suas vinculadas; (Redação dada pela Lei Complementar nº 340/2007)
~~V – sugerir a desapropriação de imóveis e benfeitorias, realizar vistorias, avaliações e perícias em edifícios e imóveis públicos e particulares que se destinem ao uso da Administração Pública Estadual;~~
V - . sugerir a desapropriação de imóveis e benfeitorias, realizar vistorias, avaliações e perícias em edifícios e imóveis urbanos, públicos e particulares, que se destinem ao uso da Administração Pública Estadual. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2000)
VI – integrar todas as iniciativas de fortalecimento e expansão da infra-estrutura à ação estadual;
VII – controlar e fiscalizar os custos operacionais e promover medidas visando a maximização dos investimentos do Estado nas diferentes modalidades de transporte;
VIII – articular-se com os órgãos e entidades federais do setor e outros órgãos e entidades estaduais;
~~IX – controlar e fiscalizar a concessão de serviços de transportes e os padrões de segurança e de qualidade em sua execução;~~
IX – definir a política estadual de transportes e suas diretrizes. (Redação dada pela Lei Complementar nº 186/2000)
X – controlar e supervisionar obras e serviços executados pelos órgãos da Administração Direta e Indireta a ela vinculados;
XI – coordenar, e quando for o caso, executar as ações do Governo junto aos municípios nas áreas de competência da Secretaria e, mediante convênio, nas das demais; e
XII – gerenciar os programas especiais a serem desenvolvidos pelo Governo do Estado, com recursos de financiamento ou de convênios.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA – SESAP

À Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP), nos termos da Lei Complementar nº 163, de 05 de fevereiro de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 649/2019, compete:

Art. 28. À Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP) compete:
I - promover medidas de prevenção à saúde da população, mediante o controle e o combate de doenças infectocontagiosas e nutricionais;
II - fiscalizar e controlar as condições sanitárias, de higiene e de saneamento, a qualidade de medicamentos e de alimentos e a prática profissional médica e paramédica;
III - cumprir o Código de Saúde do Estado;
IV - pesquisar, estudar e avaliar a demanda de atendimento médico e hospitalar, segundo condições previdenciárias públicas e particulares;
V - realizar a prestação de serviços médicos, paramédicos e farmacêuticos em colaboração com o Governo Federal;
VI - dirigir as ações sanitárias;
VII - promover campanhas educacionais e informacionais visando à preservação das condições de saúde da população; e
VIII - identificar fontes de recursos financeiros permanentes para operação e expansão dos serviços médicos, hospitalares e assistenciais.
X - executar a política estadual de assistência estudantil como finalidade para ampliar as condições de permanência dos jovens na educação; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 649/2019)
XI - estabelecer diretrizes e formular políticas públicas nas áreas de educação, cultura, esporte e lazer; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 649/2019)
XII - planejar, supervisionar e avaliar os planos e programas de incentivo aos esportes e às ações de democratização da prática esportiva e da inclusão social por meio do esporte; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 649/2019)
XIII - incentivar, apoiar e orientar a realização de atividades e eventos recreativos e esportivos, profissionais ou amadores; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 649/2019)
XIV - articular-se com órgãos e entidades nacionais e internacionais de sua área de atuação; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 649/2019)
XV - gerir os recursos financeiros destinados à promoção da educação, da cultura, do esporte e do lazer; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 649/2019)
XVI - estimular e elaborar estudos e pesquisas sobre assuntos relacionados a sua esfera de competência. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 649/2019)

SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES, DA JUVENTUDE, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS - SEMJIDH

Nos termos da Lei Complementar nº 163/99 (alterada pela Lei Complementar nº 649/2019), à Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJIDH) compete:
Art. 37-E À Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJIDH) compete:
I - formular políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos humanos, da cidadania, da criança, do adolescente e das minorias e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência e à promoção da sua integração à vida comunitária;
II - coordenar a Política Estadual de Direitos Humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Estadual de Direitos Humanos;
III - a articular iniciativas de apoio a projetos voltados à proteção e à promoção dos direitos humanos em âmbito nacional;

IV - exercer a função de Ouvidoria-Geral dos Direitos Humanos;
V - atuar em favor da ressocialização e da proteção dos dependentes químicos, sem prejuízo das atribuições dos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (SISED);
VI - formular, coordenar, definir diretrizes de articulação de políticas para as mulheres, incluindo:
a) elaboração e implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter estadual;
b) planejamento de gênero que contribua na ação do Governo do Estado e das demais esferas de governo para a promoção da igualdade entre mulheres e homens;
c) promoção, articulação e execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação das políticas públicas; e
d) acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento de acordos, convenções e planos de ação firmados pelo Estado, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação;
VII - formular, coordenar e definir diretrizes de articulação de políticas para a promoção da igualdade racial;
VIII - formular, coordenar e avaliar políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância;
IX - articular, promover e acompanhar a execução dos programas de cooperação com organismos estaduais, nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial;
X - formular, coordenar e acompanhar as políticas transversais de governo para a promoção da igualdade racial;
XI - planejar e coordenar a execução e avaliação das políticas de ação afirmativa;
XII - acompanhar a implementação de legislação de ação afirmativa e definir ações públicas que visem ao cumprimento de acordos, convenções e outros instrumentos congêneres firmados pelo Estado, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e de combate à discriminação racial ou étnica;
XIII - relacionar-se e articular-se com as entidades da sociedade civil na criação e implementação de instrumentos de consulta e de participação popular de interesse do Poder Executivo;
XIV - formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude;
XV - articular, promover e executar programas de cooperação com organismos estaduais, nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas de juventude; e
XVI - planejar, coordenar e executar a Política Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, seguindo as diretrizes da Política Nacional das Relações de Consumo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 649/2019)

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPLAN)

A Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão, organizada pela Lei Complementar Estadual nº 163, de 05 de fevereiro de 1999 (art. 25), alterada pelas Leis Complementares nº 186/2000, 262/2003 e 736/2023, compete:
Art. 25. À Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão (SEPLAN) compete: (Redação dada pela Lei Complementar nº 736/2023)
I - elaborar planos de desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do Rio Grande do Norte;
II - levantar e divulgar dados e informações sobre o sistema produtivo e a realidade social do Rio Grande do Norte;
III - orientar a elaboração de propostas orçamentárias e de planos plurianuais pelas Secretarias de Estado e entidades descentralizadas;
IV - estabelecer os programas de execução orçamentária e acompanhar a sua efetivação;

~~V - estabelecer a programação financeira dos recursos do Estado; (Revogado pela Lei Complementar nº 736/2023)~~
~~VI - avaliar a programação orçamentária e financeira das entidades da Administração Indireta dependentes de repasses do Tesouro Estadual; (Revogado pela Lei Complementar nº 736/2023)~~
~~VII - controlar o movimento de tesouraria, envolvendo ingressos, pagamentos e disponibilidades; (Revogado pela Lei Complementar nº 736/2023)~~
~~VIII - coordenar os entendimentos do Governo do Estado com entidades federais, internacionais e outros para obtenção de financiamentos e/ou recursos a fundo perdido para o desenvolvimento de programas estaduais; (Revogado pela Lei Complementar nº 736/2023)~~
~~IX - coordenar o Sistema de Informações Governamentais, em especial as prestações de contas das Secretarias para encaminhamento à Controladoria Geral do Estado, com vistas ao cumprimento do art. 22, VIII. (Revogado pela Lei Complementar nº 736/2023)~~
XI - disponibilizar um sistema integrado de informações gerenciais, para apoiar o planejamento e a gestão dos recursos públicos. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 186/2000)
X - apoiar o Conselho Metropolitano de Natal e outras instâncias de coordenação regional; e (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 262/2003)
XI - promover estudos, pesquisas e projetos sociais, econômicos e institucionais, relacionados à sua área de atuação, de caráter multidisciplinar ou de prioridade especial. (Redação dada pela Lei Complementar nº 262/2003)
XIII - coordenar e implementar o planejamento do Poder Executivo Estadual a longo, médio e curto prazos, por meio da captação das necessidades da população e da elaboração e coordenação do Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XIV - coordenar planos, programas e projetos governamentais, bem como sua adequação às prioridades estabelecidas na política de desenvolvimento do Rio Grande do Norte e impactos na sociedade; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XV - apoiar a realização de estudos e pesquisas necessários para a definição e a priorização de programas e projetos do Poder Executivo Estadual; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XVI - avaliar o alinhamento de objetivos estratégicos do Poder Executivo Estadual com a União, Municípios e outros Poderes; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XVII - coordenar as tratativas do Poder Executivo Estadual com órgãos e entidades federais, internacionais e outros, para a execução de planos, projetos e programas prioritários pelo Estado do Rio Grande do Norte; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XVIII - coordenar o acompanhamento de resultados e ações do Poder Executivo Estadual por meio da mensuração, consolidação e divulgação de indicadores de desempenho da ação governamental; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XIX - proceder ao levantamento das informações referentes aos projetos desenvolvidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e avaliá-los, propondo os ajustes necessários, quando for o caso; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XX - auxiliar o Poder Executivo Estadual na articulação com as organizações e entidades da sociedade civil; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)
XXI - coordenar a implementação e monitoramento de instrumentos de consulta e participação popular nos órgãos governamentais. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 736/2023)

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – SETHAS

Cabe à SETHAS-RN), nos termos da Lei Complementar nº163/99 (alterada pelas Leis Complementares nº 482/2013, 729/2023 e 741/2023):
Art. 36. À Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) compete: (Redação dada pela Lei Complementar nº 262/2003)

~~I - elaborar projetos e supervisionar obras de construção ou ampliação e reforma de equipamentos sociais a serviço da própria Secretaria, destinados à organização e ao desenvolvimento comunitários; (Revogado pela Lei Complementar nº 741/2023)~~
~~II - definir e supervisionar a política estadual de promoção do menor em consonância com as diretrizes da política nacional de bem-estar do menor; (Revogado pela Lei Complementar nº 649/2019)~~
~~III - executar a prestação de serviços assistenciais, propiciando condições mínimas à promoção dos indivíduos e grupos carentes, especialmente o idoso, o desempregado, o indigente e o menor abandonado; (Revogado pela Lei Complementar nº 741/2023)~~
~~IV - coordenar e supervisionar a atuação de entidades assistenciais, subvencionadas ou cadastradas pelo Estado; (Revogado pela Lei Complementar nº 741/2023)~~
~~V - definir as diretrizes e executar políticas operacionais, no âmbito da Administração Pública Estadual, relacionadas com habitação, assistência social, desenvolvimento e educação comunitária; (Revogado pela Lei Complementar nº 741/2023)~~
VI - elaborar, desenvolver e acompanhar programas e projetos para a erradicação de núcleos habitacionais provisórios, para o acesso ao solo e para construção e melhoria de moradias;
~~VII - formular e implementar ações que visam a criação de condições para o desenvolvimento de comunidades e associações de pequenos produtores rurais, de geração de rendas e de alternativas de empregos.~~
VII - formular e implementar ações visando à criação de condições para o desenvolvimento de comunidades e associações de pequenos produtores rurais, geração de rendas e alternativas de emprego; (Redação dada pela Lei Complementar nº 262/2003)
VIII - formular e executar a Política de Trabalho do Estado, diretamente ou por meio de cooperação com organismos públicos ou privados, atuantes nesse setor; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 262/2003)
IX - formular, implementar, coordenar e avaliar a Política Estadual de Formação de Mão-de-obra, visando à qualificação do trabalhador e à melhoria da sua inserção no sistema produtivo; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 262/2003)
X - formular e implementar ações que visem a facilitar o acesso de trabalhadores urbanos e rurais ao mercado de trabalho; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 262/2003)
XI - formular, implementar e coordenar a Política Estadual de Desenvolvimento do Artesanato; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 262/2003)
XII - promover o intercâmbio político e social com as classes trabalhadoras do Estado e do País; e (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 262/2003)
XIII - apoiar a organização da comunidade, com vistas a desenvolver programas de geração de rendas e alternativas de emprego. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 262/2003)
~~XIV - planejar, coordenar e executar projetos, ações e programas relacionados ao atendimento e à proteção social aos cidadãos. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 557/2015) (Revogado pela Lei Complementar nº 649/2019)~~
XIV - organizar e coordenar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Estado do Rio Grande do Norte, observando as deliberações e pactuações das suas referidas instâncias; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XV - apoiar técnica e financeiramente os municípios na implantação e na organização dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais, gestão do SUAS, Programa Bolsa Família, Cadastro Único e ações de enfrentamento à pobreza; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XVI - garantir o comando único das ações pelo órgão gestor da política de assistência social; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XVII - instituir, na forma do que dispõe o art. 30 da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e promover o funcionamento do:
a) Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Norte (CEAS/RN), de composição paritária entre governo e sociedade civil;
b) Fundo Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Norte (FEAS/RN), constituído como unidade orçamentária e gestora, subordinado à Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), que também deverá ser o responsável pela sua ordenação de despesas, e com alocação de recursos financeiros próprios;

c) Plano Estadual de Assistência Social, a partir das responsabilidades estaduais no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas na Comissão Intergestores Bipartite do Rio Grande do Norte (CIB/RN) e deliberadas pelo CEAS/RN; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XVIII - cofinanciar, por meio de transferência regular e automática na modalidade fundo a fundo, serviços de proteção social básica e especial, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e incentivo ao aprimoramento da gestão; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XIX - coordenar, executar, articular e cofinanciar serviços socioassistenciais de média e alta complexidade, quando justificar uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito estadual; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XX - prover a infraestrutura necessária ao funcionamento do CEAS/RN, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, conforme disposto na legislação específica; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XXI - destinar recursos financeiros aos municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei Federal nº 8.742, de 1993, mediante critérios estabelecidos pelo CEAS/RN; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XXII - estimular a criação e apoiar, técnica e financeiramente, a formação de consórcios municipais para a prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com diagnóstico socioterritorial, respeitando as instâncias de controle e deliberação de assistência social dos municípios envolvidos; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XXIII - aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos, pactuados na CIB/RN e aprovados pelo CEAS/RN, para a qualificação dos serviços e benefícios; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XXIV - coordenar, cofinanciar e executar, em conjunto com a esfera federal, a Política Nacional de Educação Permanente no SUAS, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XXV - encaminhar para apreciação do CEAS/RN os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução administrativo-financeira; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XXVI - promover articulação e integração intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas e sistemas de garantia de direitos; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XXVII - manter o funcionamento da vigilância socioassistencial no âmbito estadual, visando ao planejamento e à oferta qualificada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XXVIII - coordenar, divulgar e manter atualizado os sistemas de cadastro de entidades e organizações de assistência social, em articulação com os municípios; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XXIX - monitorar a rede estadual privada vinculada ao SUAS, nos âmbitos estadual e regional; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XXX - expedir os atos normativos necessários à gestão do FEAS/RN, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CEAS/RN; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XXXI - prover a infraestrutura necessária ao funcionamento da CIB/RN, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros para o seu pleno funcionamento; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XXXII - planejar, regular, coordenar e orientar a execução dos serviços, programas e projetos destinados à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ou fragilização de vínculos afetivos, discriminações etárias, étnicas, de gênero, de sexualidade ou por deficiências, entre outras; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XXXIII - planejar, coordenar, regular e orientar a execução dos serviços, programas e projetos destinados a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, violência, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas

socioeducativas, em situação de rua, de refúgio, apatridia ou migração, de trabalho infantil, de tráfico de pessoas e contrabando de migrantes, entre outras situações de violação dos direitos. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 741/2023)
XXXIV. planejar, coordenar e executar a Política Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte (PEARAM/RN) seguindo as diretrizes do Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte (CERAM/RN) e da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, instituída pela Lei Federal nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração). (Redação dada pela Lei Complementar nº 729/2023)

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL – SESED

Com base nos termos da Lei Complementar nº 163, de 05 de fevereiro de 1999, e alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 209/2001, 231/2002, 262/2003, 256/2003 e 463/2012, compete:
Art. 29. À Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED), compete: (Redação dada pela Lei Complementar nº 262/2003)
~~I - programar, supervisionar, dirigir e orientar a ação da Polícia Civil e da Polícia Militar, incumbida da apuração das infrações penais, exceto as militares, promovendo os meios necessários à investigação de natureza criminal ou contravencional, visando à defesa social, respeitada a compe - tência da União e assegurada a cooperação com as autoridades federais e dos demais Estados do Distrito Federal;~~
I - programar, supervisionar, dirigir e orientar a ação da Polícia Militar e da Polícia Civil, a quem compete a apuração das infrações penais, exceto as militares, promovendo os meios necessários à investigação de natureza criminal ou contravencional, visando à segurança pública e à defesa social, respeitada a competência da União e assegurada a cooperação com as autoridades federais, dos demais Estados e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei Complementar nº 262/2003)
II - exercer atribuições de polícia administrativa e judiciária, executando ações policiais típicas, preventivas e repressivas, em todo o território do Estado;
III - praticar atos de natureza assecuratória, disciplinar, instrumental e educativa, no exercício das atividades de polícia;
IV - auxiliar as autoridades do Poder Judiciário e atender às requisições de força policial para o cumprimento de suas decisões;
V - desenvolver políticas de respeito à pessoa humana e aos direitos dos cidadãos, no exercício das atividades de polícia, com rigorosa observância das garantias constitucionais e legais;
VI - propiciar aos interessados, mediante requerimento dirigido ao titular da Pasta, acesso às informações que lhes digam respeito;
VII - reprimir, de forma pronta e eficaz, sem prejuízo da observância das garantias legais, quaisquer abusos praticados por autoridades investidas de função policial, sob sua jurisdição;
~~VIII - administrar o sistema penitenciário do Estado. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 231/2002) (Revogado pelas Leis Complementares nº 256/2003 e nº 262/2003)~~
~~§ 1º A Polícia Militar, força auxiliar e reserva do Exército, subordina-se administrativa e operacionalmente, juntamente com a Polícia Civil, ao Governador do Estado, através da Secretaria de Estado incumbida da administração da segurança pública.~~
§ 1º A Polícia Militar, força auxiliar e reserva do Exército, juntamente com a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar, subordinam-se administrativa e operacionalmente ao Governador do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED). (Redação dada pela Lei Complementar nº 262/2003)
§ 2º A Polícia Militar é instituída à base da hierarquia e da disciplina, competindo-lhe a operacionalidade da polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, além de outras competências definidas em lei, inclusive a execução de atividades de defesa civil.

~~§ 3º A Polícia Militar é comandada por Oficial da ativa de último posto da corporação, com a denominação de Comandante Geral, mantida a sua competência para os atos de gestão orçamentária e financeira.~~
~~§ 3º A Polícia Militar é comandada por Oficial da ativa do último posto da corporação, com nível e remuneração de Subsecretário, e com competência para os atos de gestão orçamentária e financeira. (Redação dada pela Lei Complementar nº 262/2003)~~
§ 3º A Polícia Militar é comandada por Oficial da ativa do último posto da corporação, com nível de Subsecretário, e com competência para os atos de gestão orçamentária e financeira. (Redação dada pela Lei Complementar nº 463/2012)
~~§ 4º A Polícia Civil é dirigida por um Delegado de Polícia Civil de última classe, com nível e remuneração de Subsecretário, incumbindo-lhe as fun - ções e encargos de Polícia Judiciária, com competência para os atos admi - nistrativos de natureza disciplinar e de gestão orçamentária e financeira.~~
§ 4º A Polícia Civil é dirigida por um delegado de polícia de carreira integrante da última classe, com nível e remuneração de Subsecretário, com competência para os atos administrativos de natureza disciplinar e de gestão orçamentária e financeira, incumbindo-lhe as funções e encargos de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares, ressalvada a competência da União. (Redação dada pela Lei Complementar nº 262/2003)
~~§ 5º A programação e o planejamento anual de investimentos das Polícias CIVIL - e Militar ficarão sob o controle e supervisão da Secretaria de Estado da Defesa Social, inclusive quanto à estruturação, acompanhamento e gerenciamento da aplicação e execução dos projetos e recursos disponibilizados no Orçamento Geral do Estado.~~
~~§ 5º O Corpo de Bombeiros Militar é comandado por oficial da ativa do último posto da corporação, com competência para os atos de gestão orçamentária e financeira. (Redação dada pela Lei Complementar nº 262/2003)~~
§ 5º O Corpo de Bombeiros Militar é comandado por Oficial da ativa do último posto da corporação, com nível de Subsecretário, e ~~com competência para os atos de gestão orçamentária e financeira. (Redação dada pela Lei Complementar nº 463/2012)~~
~~§ 6º Lei Ordinária, de iniciativa do Governador do Estado, definirá os direitos, deveres, prerrogativas e funcionamento da Polícia Civil. (Redação dada pela Lei Complementar nº 209/2001)~~
§ 6º A programação e o planejamento anual de investimentos das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar ficarão sob o controle e supervisão da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED), inclusive quanto à estruturação, acompanhamento e gerenciamento da aplicação e execução dos projetos e recursos disponibilizados no Orçamento Geral do Estado. (Redação dada pela Lei Complementar nº 262/2003)

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS – SEMARH

À Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), nos termos da Lei Complementar nº163/99 (alterada pela Lei Complementar nº 482/2013), compete:
Art. 35. À Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) compete:
I - formular políticas, planos e programas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos e supervisionar a sua execução;
II - coordenar e supervisionar a execução das atividades estaduais de meio ambiente e recursos hídricos;
III - prover os serviços da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA), do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH) e dos Comitês de Bacias;
IV - exercer a gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNERH);
V - participar do processo de ampliação e operação de redes de estações medidoras de dados hidrológicos e pluviométricos;
VI - projetar, licitar, executar, fiscalizar e receber as obras e serviços de engenharia relacionados com infraestrutura hídrica afetos à SEMARH e às Entidades a ela vinculadas;

VII - promover a descentralização no gerenciamento dos recursos hídricos e incentivar a integração e participação da sociedade no processo de gestão dos recursos hídricos, na forma da lei;
VIII - desenvolver estudos, pesquisas e projetos relacionados com o aproveitamento e a preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos;
IX - supervisionar a formulação e a execução da política estadual de educação ambiental;
X - supervisionar a execução dos programas educacionais e de capacitação de pessoal em gestão do meio ambiente e dos recursos hídricos;
XI - fixar critérios e normas quanto à permissão e uso racional dos recursos hídricos;
XII - relacionar-se com Órgãos e Entes públicos ou privados, nacionais ou internacionais, que apresentem afinidade com sua área de atuação;
XIII - representar o Estado no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, previsto no art. 21, XIX, da Constituição Federal;
XIV - definir e coordenar a implantação da política de saneamento no Estado do Rio Grande do Norte; e
XV - fomentar o processo de criação e desenvolvimento dos Comitês de Bacias. (Redação dada pela Lei Complementar nº 482/2013)

SECRETARIA DE TURISMO – SETUR

À Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte, nos termos da Lei Complementar nº 163/99 (alterada pela Lei Complementar 235/2002) compete:
Art. 32. À Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) compete:
I – articular-se com os Municípios e os demais órgãos da Administração Estadual, com o objetivo de desenvolver a infraestrutura de saneamento básico, transportes e energia elétrica nas áreas de atividades turísticas;
II – articular-se com entidades de formação e treinamento de mão-de-obra para promover o desenvolvimento de pessoal para o turismo;
III – desenvolver estudos e pesquisas para avaliar a potencialidade turística do Estado;
IV – promover ações voltadas para ocupação da infraestrutura de turismo do Estado nos períodos de baixa estação; e
V – formular a política de turismo do Estado.
VI – gerenciar os programas especiais a serem desenvolvidos pelo Governo do Estado, nas áreas de atividades turísticas, com recursos de financiamento ou de convênios. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 235/2002)

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR – SEDRAF

Nos termos da Lei Complementar nº 163/99 (alterada pela Lei Complementar nº 649/2019), compete à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF):
Art. 37-B À Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF) compete:
I - a executar, coordenar e monitorar iniciativas, ações, programas e projetos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar e comunidades tradicionais existentes no Estado do Rio Grande do Norte;
II - coordenar a elaboração e implementação de novas políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento voltados ao fortalecimento da agricultura familiar;
III - fomentar a integração das políticas públicas ligadas à educação, saúde, esporte, segurança e assistência social incidentes na agricultura familiar;
IV - fomentar a inclusão econômica e social da agricultura familiar, levando em consideração a sustentabilidade econômica e ambiental e a produção de alimentos saudáveis para a sociedade potiguar;

V - fomentar a construção de políticas públicas que resgatem e valorizem os saberes, tradições e expressões culturais, nas suas várias dimensões, no contexto da agricultura familiar e populações tradicionais do Rio Grande do Norte;
VI - promover o desenvolvimento e a adoção de sistemas de produção, com vistas à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, dentro dos princípios da convivência com o semiárido e transição agroecológica;
VII - apoiar iniciativas de agroindustrialização, de agregação de valor dos produtos oriundos da agricultura familiar e de acesso a mercados, no âmbito local, regional e nacional, além das compras governamentais, tendo como base os princípios da economia solidária;
VIII - apoiar as redes de comercialização e cooperativas da agricultura familiar;
IX - divulgar as potencialidades da agricultura familiar do Rio Grande do Norte nas esferas local, nacional e internacional, por meio de feiras, seminários, missões técnicas, simpósios e eventos;
X - formular, coordenar e implementar políticas de combate à pobreza rural, tendo como base a construção da soberania alimentar e segurança nutricional das famílias mais vulneráveis, no contexto da agricultura familiar;
XI - incentivar a adoção de práticas de manejo e conservação de água e dos solos, objetivando a sustentabilidade na utilização dos recursos naturais renováveis;
XII - buscar parcerias nacionais e internacionais com vistas a fortalecer a agricultura familiar;
XIII - apoiar a certificação participativa e a adoção de selos de origem para os produtos oriundos da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais;
XIV - formular, coordenar e implementar a política de assistência técnica e extensão rural, dirigida ao público de sua competência;
XV - formular, coordenar e implementar a política de reforma agrária e regularização fundiária;
XVI - coordenar e implementar políticas de abastecimento e reuso de águas, com tecnologias sociais, voltadas ao consumo humano, animal e produção de alimentos, no âmbito da agricultura familiar;
XVII - formular, coordenar e implementar a Política Estadual de Convivência com o Semiárido, no âmbito de sua competência;
XVIII - apoiar o processo de organização social e produtiva na agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais, fomentando o cooperativismo, a economia solidária, associativismo e outras formas organizativas;
XIX - executar as ações voltadas ao fortalecimento das casas de sementes crioulas, assim como do resgate, valorização e distribuição de sementes, priorizando as sementes crioulas;
XX - fomentar iniciativas e desenvolver programas e projetos voltados à construção da igualdade de gênero, ao fortalecimento da cidadania e ao protagonismo das mulheres rurais, que possibilitem a sua inclusão econômica e social; e
XXI - fomentar a organização produtiva e as iniciativas de produção das trabalhadoras rurais, com assistência técnica que atenda as demandas das mulheres rurais, bem como inserir o tema de gênero nas ações desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 649/2019)
Seção XVI da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 649/2019)

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

AGÊNCIA DE FOMENTO DO RN – AGN

A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN) teve sua constituição autorizada através da Lei Estadual nº 7.462/99, a qual, em seu artigo 2º, prevê seu Objetivo Social, Funções e Atividades:
Art. 2º A Agência tem por objetivo social a viabilização de empreendimentos econômicos baseados no território do Rio Grande do Norte, em consonância com o Plano do Governo e com as necessidades e potencialidades locais, observando as seguintes diretrizes gerais:
a) A Agência deverá identificar, estimular, potencializar ou criar vantagens competitivas para o Estado, de forma a atrair novos investimentos, manter e valorizar os existentes e preservar de forma persistente a capacidade de desenvolvimento do Rio Grande do Norte;
b) Será atribuição da Agência, de forma compartilhada e integrada com outros órgãos públicos e privados, o desenvolvimento de programas de recuperação de setores, atividades econômicas e empresas baseados no Rio Grande do Norte, de modo a devolver-lhes condições de crescimento e competitividade, contribuindo para a sua permanência e prosperidade;
c) A ação da Agência abrangerá todo o território do Estado, com ênfase especial para as áreas deprimidas e de ocorrência de problemas climáticos, adotando soluções que permitam não apenas a convivência com a seca, mas principalmente a sua utilização como vantagem competitiva;
d) Os projetos a serem viabilizados, incentivados ou financiados deverão, necessariamente, gerar benefícios diretos e mensuráveis para o Estado e sua população, atendendo, no mínimo, aos requisitos de promoção de empregos dignos e renda justa para os trabalhadores e produtores, melhoria da qualidade de vida, saúde, educação, cultura, capacitação e elevação moral das populações, preservação, recuperação e valorização do ambiente, bem como cumprir a responsabilidade social que lhes é inerente;
e) Deverão ser priorizados os empreendimentos cujo valor agregado fique o máximo no Estado, sejam voltados para os requisitos de qualidade, produtividade, tecnologia e modernização, aproveitem e desenvolvam os potenciais de recursos humanos, naturais e institucionais do Rio Grande do Norte e contribuam para acelerar o crescimento econômico de sua área de atuação.
§ 1º A Agência deverá exercer suas funções e atividades em estreita colaboração com os órgãos governamentais e privados envolvidos com o processo de desenvolvimento do Estado, de forma a harmonizar, compatibilizar e potencializar as respectivas ações.
§ 2º Para os fins deste artigo, estará a Agência expressamente autorizada a desenvolver as seguintes funções e atividades, dentre outras compatíveis com seu objeto social:
a) Identificação, criação e estimulação de vantagens competitivas e oportunidades de investimento no Estado, envolvendo, dentre outros, diagnósticos e estudos globais, setoriais e espaciais; levantamento e cadastramento de projetos de interesse do Estado; elaboração de perfis, programas de crédito e projetos que possam ter por base o território do Rio Grande do Norte;
b) Promoção de investimentos, para a atração de empresas e negócios para o Estado, abrangendo, dentre outros, a identificação de investidores potenciais, no Estado, no País e no Exterior; articulação com outros órgãos para a criação de atrativos locacionais; divulgação das oportunidades de investimento, fazendo-o no Estado, no País e no Exterior; negociação com investidores, para a viabilização dos investimentos no Estado; criação de facilidades para a instalação dos empreendimentos; prestação de serviços de apoio empresarial; participação na promoção de feiras, exposições, mostras, seminários e outros eventos que alavanquem vendas e investimentos das empresas sediadas no Estado;
c) Recuperação, reabilitação e viabilização e financiamento de empreendimentos, compreendendo, dentre outros, a elaboração e execução de planos e projetos para recuperar setores deprimidos ou empresas em dificuldades; assessoria e consultoria técnica às empresas na regularização e desoneração de débitos bancários, fiscais, trabalhistas, previdenciários e outros de qualquer natureza; assessoria na reorganização societária de empresas; administração de fundos

de aval ou assemelhados; administração de fundos de equalização de encargos financeiros; administração de fundos constitucionais de financiamento; consultoria para reestruturação de passivo e de ativo de empresas; reorientação tecnológica e mercadológica de empresas; promoção de fusões, aquisições, associações de empresas e participações acionárias; investimentos diretos em empresas, de forma permanente ou temporária; lançamento de títulos e ações e abertura de capital de empresas; intermediação de financiamentos e garantias; avaliações de empresas; participação em programas de privatização e de concessões públicas; concessão de financiamentos, obedecidas as normas e limites fixados pelo Banco Central do Brasil.
d) realização de operações de financiamento de capitais fixo e de giro associados a projetos no Estado do Rio Grande do Norte; prestação de garantias, na forma da regulamentação estabelecida pelo BACEN; prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro; prestação de serviços de administrador de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000; administração de ativos pertencentes ao Estado ou a entidades por este controladas, sob forma de imóveis, operações de crédito e direitos creditórios, que sejam destinados à liquidação ou monetização, tendo os recursos apurados como objetivo o suprimento de fundos de previdência ou fundos e programas de desenvolvimento econômico e social. (Redação acrescida pela Lei nº 7988/2001)
§ 3º As funções e atividades da Agência poderão ser executadas de forma direta ou indireta, ficando expressamente autorizada a contratação de serviços, a firmatura de convênios e acordos operacionais com entidades públicas e privadas, para esse mister.
§ 4º Fica a Agência autorizada a operar como mandatária de instituições financeiras de desenvolvimento, nacionais e internacionais, na concessão de financiamentos e garantias, cabendo o risco operacional às entidades mandantes.
II - Do Capital Social e Do Controle Acionário

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS – ARSEP

Criada pela Lei 7463, de 02 de março de 1999, a ARSEP foi posterioprmente reestruturada pela Lei Complementar nº 584/2016, a qual define suas competências:
Art. 7º Sem prejuízo de outros poderes de direção, regulação e fiscalização sobre serviços públicos que possam vir a ser delegados à ARSEP, as seguintes atribuições básicas serão de sua competência:
I - regulação econômica dos serviços públicos delegados, mediante o estabelecimento de tarifas ou parâmetros tarifários que reflitam o mercado e os custos reais de produção, de modo a, concomitantemente, incentivar os investimentos privados e propiciar a razoabilidade e modicidade das tarifas aos usuários;
II - regulação técnica e controle dos padrões de qualidade, fazendo cumprir os critérios tecnológicos e normas qualitativas, conforme estabelecidos em contrato de concessão, termo de permissão, autorização, lei ou pelos órgãos competentes, de forma a garantir a continuidade, segurança e confiabilidade da prestação de serviço público;
III - atendimento ao usuário ou consumidor, compreendendo o recebimento, processamento e provimento de reclamações relacionadas com a prestação de serviços públicos delegados, conforme definidos em resolução.
Art. 8º Compete ainda à ARSEP:
I - zelar pelo fiel cumprimento da legislação, dos contratos de concessão, termos de permissão e autorizações de serviços públicos sob a sua competência regulatória, podendo para tanto determinar diligências junto ao poder concedente, permitente ou autorizante, bem como junto às entidades reguladas e usuários ou consumidores, permitido o amplo acesso a dados e informações relativos aos contratos e atos compreendidos no âmbito de sua competência;
II - dirimir, em âmbito administrativo e nos limites de sua competência originária ou delegada, conflitos envolvendo o poder concedente, entidades reguladas e os respectivos usuários ou consumidores, seja reprimindo infrações, compondo e arbitrando tais conflitos, assim como promovendo a coordenação com os órgãos nacional, estadual e municipal de defesa do consumidor;

III - incentivar a competitividade nos diversos setores sujeitos à sua regulação;
IV - implementar as diretrizes estabelecidas pelo poder concedente, permitente ou autorizante, em relação à concessão, permissão e autorização de serviços sujeitos à competência da ARSEP;
V - prestar consultoria técnica e emitir parecer prévio sobre editais, contratos de concessão, termos de permissão e autorizações, mediante solicitação do poder concedente;
VI - firmar, na condição de representante legal do Estado, convênios, contratos, acordos e ajustes, com o objetivo de assumir a regulação, o controle ou a fiscalização da prestação de serviço público constitucionalmente atribuído à União ou a Municípios, limitando-se à sua área de atuação;
VII - outorgar concessões, permissões e autorizações, quando o poder concedente delegar à ARSEP tal atribuição, por meio de instrumento específico cabível, e sempre em obediência à legislação vigente;
VIII - apurar infrações a normas legais, a contratos de concessão, termos de permissão e a autorizações, aplicando, em seu âmbito de atuação, as penalidades previstas;
IX - fiscalizar, diretamente ou mediante contratação de terceiros, os aspectos técnico, econômico, contábil, financeiro, operacional, jurídico e quaisquer outros dos contratos de concessão, termos de permissão e autorizações de serviços públicos, aplicando, se for o caso, diretamente as sanções cabíveis e demais normas legais e pactuadas;
X - expedir resoluções e instruções, nos limites de sua competência, objetivando assegurar o cumprimento dos contratos e atos sujeitos à sua fiscalização, fixando prazos para execução de obrigações e metas por parte das entidades reguladas, bem como normas complementares para o desempenho de suas atribuições e o funcionamento dos seus serviços;
XI - recomendar à autoridade competente que proceda à suspensão temporária de participação em licitações, intervenção administrativa e extinção da concessão, permissão ou autorização dos serviços públicos, quando o interesse público assim o exigir;
XII - fixar, por meio de resolução, critérios para controle, ajuste, revisão e aprovação de tarifas dos serviços públicos de competência originária e delegada, no âmbito de suas atribuições;
XIII - decidir, como instância administrativa definitiva, sobre os pedidos de ajuste, revisão e aprovação de tarifas de serviços públicos concedidos, permitidos ou autorizados e, quando couber, sobre eles opinar;
XIV - instituir procedimentos, por meio de resolução, para aferição da qualidade de serviços delegados com vistas à sua maior eficiência;
XV - encaminhar reclamações, decidir matéria de sua competência e apreciar recursos;
XVI - assegurar o cumprimento de suas decisões administrativas, mediante a imposição de penalidades previstas;
XVII - elaborar o seu regulamento interno, estabelecendo procedimentos para a realização de audiências públicas, encaminhamento de reclamações, emissão de decisões administrativas e respectivos procedimentos recursais;
XVIII - aprovar seu regulamento, bem assim a proposta orçamentária, a ser incluída no Projeto de Lei Orçamentária Anual do Estado do Rio Grande do Norte e elaborar o relatório anual de suas atividades;
XIX - contratar pessoal mediante concurso público;
XX - contratar, com entidades públicas ou privadas, serviços técnicos, vistorias, perícias, estudos, auditorias e quaisquer outros necessários ao exercício das atividades de sua competência, respeitada a legislação pertinente;
XXI - elaborar regras de ética aplicáveis à ARSEP, aos seus Conselheiros e demais servidores, independentemente do regime de contratação;
XXII - convocar audiência pública para tratar de assuntos relacionados com a prestação de serviços públicos, de competência originária ou delegada ao Estado do Rio Grande do Norte, de relevante interesse da sociedade;
XXIII - adquirir, alienar e administrar seus bens e direitos, dentro da sua autonomia administrativa, técnica e financeira, observada as formalidades legais;
XXIV - dar publicidade às suas decisões;

XXV - requisitar dos órgãos as providências necessárias ao cumprimento
XXVI - praticar atos e exercer funções correlatas às suas finalidades.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTOS DO RN – CEASA/RN

As Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Norte S/A – CEASA-RN foi inaugurada em 17 de outubro de 1976, com o objetivo de oferecer uma estrutura para que agricultores, comerciantes, cooperativas e empresas do agronegócio realizem operações comerciais no atacado e varejo de produtos hortifrutigranjeiros e outros produtos alimentícios. Visando implementar uma política de produção e abastecimento de hortifrutigranjeiros no RN, a Ceasa-RN se constitui como uma empresa de economia mista e está vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (Sape-RN).
A lei nº 5.825/1988 autorizou o Poder Executivo a aceitar, em nome do Estado do Rio Grande do Norte, doação de encargos, assim, conforme previsto no artigo 1º da referida lei, ficou o "*Poder Executivo autorizado a aceitar, da União Federal, em doação com encargos, a totalidade das ações integrantes do Capital Social da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte (CEASA/RN), nos termos do Art. 29 do Decreto-Lei 2.427, de 08 de abril de 1988*".
Em seu Estatuto Social, de 2022, estão previstos como objetivos da sociedade:
Art. 3° São Objetivos da Sociedade: I - Instalar e administrar Centrais de Abastecimento e mercados do Estado do Rio Grande do Norte destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além de criar e desenvolver programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, para o segmento socioeducativo. II - Instalar infraestrutura para compra, produção, estocagem e distribuição de alimento a ser comercializado junto às comunidades mais carentes do Estado. III - Participar de planos e programas de Governo para a produção e abastecimento, a nível regional e nacional, promovendo e facilitando intercâmbio de mercado com as demais unidades do sistema e entidades vinculadas ao setor, através, inclusive, de participação acionária. IV - Firmar convênios, acordos e contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado nacional ou estrangeiro pertencente às suas atividades. V - Desenvolver, em caráter subsidiário e auxiliar a política econômica e de preços de Governo, estudos e pesquisas dos processos, condições e veículos de comercialização de gêneros alimentícios, abrangidos por sua competência operacional. VI - Industrializar, comercializar no varejo ou atacado, representar, importar, exportar e distribuir produtos químicos, farmacêuticos, complementos alimentares, veterinários e correlatos, produtos de higiene pessoal, produtos de higiene e limpeza hospitalar, industrial e doméstica, além de realizar pesquisas técnicas e científicas destinadas ao contínuo desenvolvimento de suas atividades. VII - A sociedade de economia mista possuirá a função social de realização do interesse coletivo. VIII – Contribuir com a ampliação economicamente sustentada do acesso de consumidores aos produtos e serviços desta sociedade de economia mista. IX – Contribuir com o desenvolvimento ou emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços da sociedade de economia mista, sempre de maneira economicamente justificada. § 1° A realização do interesse coletivo de que trata este artigo deverá ser orientada para o alcance do bem-estar econômico e para a alocação socialmente eficiente dos recursos geridos pela empresa pública e pela sociedade de economia mista. § 2º A CEASA/RN deverá, nos termos da lei, adotar práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa, compatíveis com o mercado em que atua. § 3° A CEASA/RN poderá celebrar convênio ou contrato de patrocínio com pessoa física ou com pessoa jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca, observando-se, no couberem, as normas de licitação e contratos desta Lei.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO RIO GRANDE DO NORTE– CAERN

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) teve sua constituição autorizada pela Lei nº 3.742/1969, alterada pela Lei 4.747/1978, regida pelas referidas leis, além das leis federais nº 13.303/2016 e nº 6.404/1976, bem como pelo seu estatuto. No seu Estatuto Social do ano de 2023 está previsto como Objetivo Social:
Art. 4º A CAERN tem por finalidade a administração e a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o Estado do Rio Grande do Norte, competindo-lhe:
I - planejar, projetar, executar, implantar, ampliar, assegurar o controle de continuidade, manter e explorar industrialmente os sistemas de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário; II - fixar e arrecadar tarifas dos serviços prestados, e seus reajustamentos periódicos, depois de aprovação dos órgãos competentes, para atender os custos de operação, manutenção, acúmulo de reservas para expansão dos sistemas e amortização dos investimentos; III - planejar, projetar, coordenar e controlar a execução de cursos ou programas de educação sanitária, com o fim de aprimorar a capacitação dos recursos humanos disponíveis, disciplinando a sua composição e funcionamento; IV - promover intercâmbio com empresas congêneres; V - desenvolver estudos com vistas à identificação de novas tecnologias aplicáveis à área de saneamento básico; VI - exercer outras atividades correlatas ou afins com a sua área de atuação.

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – CEHAB

Em 26 de Janeiro de 2007 o Estado do Rio Grande do Norte firmou o termo de adesão ao SNHIS e, no mesmo ano, foi aprovada a Lei Complementar Estadual n° 338, de 24 de janeiro de 2007 que autorizou o Poder Executivo Estadual a criar a Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CEHAB), ligada à Secretaria Estadual do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS.
Consoante o Estatuto da CEHAB, são seus objetivos:
Art. 3º Estes são os objetivos da CEHAB:
I - efetuar pesquisas tecnológicas concernentes à habitação;
II - promover o fomento de tecnologia habitacional e a redução dos custos da habitação popular;
III - celebrar convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas que visem ao cumprimento dos objetivos da Companhia, tais como a implementação de programas públicos que financiem a melhoria do atendimento a necessidades habitacionais no Estado;
IV - executar:
a) obras de engenharia, máxime as de infraestrutura e saneamento, que representem o cumprimento dos objetivos da Companhia;
b) projetos de empreendimentos habitacionais;
c) programas para a solução de problemas habitacionais no Estado do Rio Grande do Norte; e
d) as atribuições alusivas aos programas habitacionais que lhe forem delegadas pela SETHAS;
V - operacionalizar política de desenvolvimento urbano;
VI - criar e organizar bancos de dados sobre habitação;
VII - desenvolver ações que contribuam para a plena satisfação do direito à moradia no Estado;
VIII - financiar, por meio de empréstimos, o melhoramento das unidades habitacionais no Estado;
IX - atuar como agente financeiro do Sistema Financeiro da Habitação (SFH);

X - realizar estudos que visem a indicar soluções para os problemas habitacionais no Estado; e
XI - administrar os créditos decorrentes de financiamentos concedidos pela Companhia.

COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS DO RN – POTIGÁS

A Companhia Potiguar de Gás, sociedade de economia mista que tem como sócios o Estado do Rio Grande do Norte e a Commit, é responsável exclusiva pela distribuição de gás canalizado no Rio Grande do Norte. Teve sua constituição autorizada em novembro de 1993, através da Lei Estadual nº 6502, de 26 de novembro de 1993, e as operações tiveram início em 08 de março de 1995. No artigo 2º da referida lei estão previstos seus objetivos e competências:
Art. 2º A POTIGÁS tem por objetivo executar, no território do Estado, mediante concessão do seu Governo, as atividades de exploração, produção, aquisição, armazenamento, distri-buição e comercialização de gás combustível e seus subprodutos e derivados, de forma integrada com as demais fontes energéticas do Estado, observada a legislação federal aplicável.
Parágrafo único. Para os fins deste artigo, compete à empresa:
a) realizar estudos e pesquisas sobre a viabilidade econômica do empreendimento e os processos e métodos mais adequados, de acordo com a evolução tecnológica, para garantir sua eficiência e a qualidade do serviço que lhe caberá prestar;
b) promover a implantação e a operação da infraestrutura necessária à execução dos serviços previstos no "caput" deste artigo, diretamente ou através de terceiros;
c) adquirir no mercado interno, importar, fabricar e montar equipamentos e componentes destinados aos mesmos serviços;
d) exercer o controle técnico e econômico-financeiro do sistema objeto da concessão, respeitadas as diretrizes e metas do poder concedente e as exigências de melhoria, expansão e aperfeiçoamento do serviço concedido;
e) executar outras atividades correlatas ou afins com o seu objeto principal, na forma do respectivo Estatuto.

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO RN – DATANORTE

A Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Norte – DATANORTE, Entidade da administração indireta, foi criada pela Lei nº 4.528, de 17 de dezembro de 1975 e vinculada, na época, à Secretaria de Planejamento, como uma empresa de economia mista, começou a funcionar em 1977.
Muito embora criada com a finalidade de “executar serviços de processamento de dados e tratamento de informações”, ao longo dos anos, a Companhia foi deixando de executar este trabalho. A perda de sua finalidade ocorreu em face aos modernos conceitos da informatização, dos novos tratamentos dados à informação pública e da migração do ambiente centralizado para plataformas baixas, provocando com isso mudanças na política de informática do Governo do Estado. A Subsecretaria de Informática – SECRIN (hoje COTIC), vinculada à Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos – SEARH, passou a exercer todas as atribuições concernentes a esta área.
No final de 1995, através de uma reforma administrativa, o Governo do Estado extinguiu algumas empresas e as incorporou à DATANORTE, que assumiu a responsabilidade sobre as extintas CDM, CDI, EMPROTURN, CIDA, CERN e COHAB-RN. A partir daí, a empresa teve os seus objetivos redirecionados, passando a atuar principalmente na administração dos Créditos Imobiliários da extinta COHAB-RN. A estrutura organizacional básica da DATANORTE, que hoje é vinculada à Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos – SEARH, é composta por um Conselho de Administração, três diretorias e uma coordenadoria. (Fonte: Site da Companhia de Processamento de Dados do RN)
Em seu Estatuto Social, está previsto seu Objeto Social:

Art. 4º - A DATANORTE tem por Objeto Social, atendidas as diretrizes do Art. 51 da Lei Complementar nº 163 de 05 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a organização do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte: I. Planejar, executar e acompanhar as atividades pertinentes à administração dos Recursos Humanos, no âmbito das empresas incorporadas, observando, prioritariamente, a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, no estrito cumprimento da lei; II. Exercer a função de órgão responsável pela pesquisa e a lavra de minérios, bem como de áreas minerais requeridas junto ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia, em todo o território do Rio Grande do Norte, sua comercialização, importação, exportação, como também a realização de estudos, pesquisas, projetos e serviços de avaliação de jazidas minerais; III. Planejar, executar e acompanhar as atividades de atendimento ao público dos imóveis comercializados pela incorporada COHAB-RN, atuando na sua cobrança, arrecadação, quitação, ressarcimento do FCVS, transferências e demais atividades relacionadas aos contratos imobiliários dos mutuários, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH); IV. Planejar, executar e acompanhar as atividades relacionadas com a Regularização Fundiária dos Conjuntos Habitacionais, construídos e comercializados pela incorporada COHAB-RN, mediante ações e medidas administrativas e jurídicas, que garantam direito de titularidade definitiva da propriedade aos seus beneficiários; V. Planejar, executar e acompanhar as atividades e o gerenciamento do patrimônio dos bens imóveis, pertencentes às empresas incorporadas, atuando nas suas regularizações, cobranças e gestão dos contratos permissionários mantidos pela instituição; VI. Planejar, executar e acompanhar as atividades e o gerenciamento do patrimônio dos bens móveis, das empresas incorporadas, atuando na sua regularização e manutenção; VII. Planejar, executar e acompanhar as atividades relacionadas com o pagamento das Dívidas Trabalhistas das Empresas incorporadas, mediante ações compartilhadas com o Tribunal Regional do Trabalho do RN; VIII. Planejar, executar e acompanhar as atividades relacionadas com o pagamento das Dívidas Previdenciárias e Tributárias das Empresas incorporadas, mediante ações de regularização junto aos órgãos credores; IX. Gerir a administração dos Créditos e Débitos, Ativos e Passivos das Empresas incorporadas, inclusive aqueles provenientes de acordos, convênios e ajustes celebrados com organismos nacionais e internacionais; X. Celebrar convênios com órgãos estaduais ou federais para prestação dos serviços previstos nos itens anteriores; XI. Exercer outras atividades correlatas. Parágrafo único: A DATANORTE poderá receber recursos do orçamento fiscal do Estado, para o pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral, conforme expressamente autorizado na forma do Art. 65, inciso III da Lei Complementar nº 129 de 02 de fevereiro de 1995.

DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM – DER

Segundo consta no site do Departamento de Estrada e Rodagem, sua evolução organizacional se deu da seuinte forma:
1941- Criação do SEEP - Serviço Estadual de Estradas e Pontes
1946 – Passou a denominar-se SEER - Serviço Estadual de Estradas de Rodagem
1948 – Evoluiu para DER - Departamento de Estradas de Rodagem
1960- Foi transformado em DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
1961 – Voltou a denominar DER - Departamento de Estradas de Rodagem
A evolução organizacional foi acompanhada também da evolução no acervo normativo:
1941 – Decreto Lei. 112
1946- Decreto Lei. 563
1948 – Decreto Lei 101
1960 – Decreto Lei 2.727
1961 – Decreto Lei 2.881
Segundo a Lei Complementar nº 163/99, compete ao DER:

Art. 40. Ao Departamento de Estradas e Rodagens do Rio Grande do Norte (DER) compete:
I - assessorar o Governador do Estado em tudo que se refira as atividades rodoviárias estaduais;
II - fazer estudos econômicos, sociais, administrativos, estatísticos e de engenharia necessários ao planejamento e execução das atividades rodoviárias;
III - elaborar o Plano Rodoviário do Estado e proceder periodicamente a sua revisão;
IV - executar o Plano Rodoviário do Estado;
V - controlar, fiscalizar e receber as obras rodoviárias estaduais cuja execução tenha sido adjudicada;
VI - conservar permanentemente as estradas de rodagem, pontes e demais obras complementares que integram o sistema rodoviário do Estado;
VII - promover a desapropriação de imóveis, benfeitorias, jazidas e aguadas de interesse para o sistema rodoviário do Estado;
VIII - instalar e conservar serviços de utilidade pública de interesse para o sistema rodoviário do Estado;
IX - executar obras paisagísticas às margens das rodovias estaduais, e conservá-las;
X - prestar assistência aos Municípios em assunto de engenharia rodoviária;
XI - classificar as estradas estaduais e municipais;
XII - coordenar, controlar e fiscalizar a exploração os serviços de transporte coletivo intermunicipal, no território do Estado;
XIII - permitir ou autorizar a concessão de exploração dos serviços do inciso anterior por terceiros na forma regulada em lei;
XIV - prestar informações ao público sobre itinerários de transporte coletivos, distâncias, estado de conservação das rodovias e recursos disponíveis ao longo destas;
XV - elaborar, editar e manter atualizado o Mapa Rodoviário do Estado;
XVI - organizar e manter atualizado, o cadastro das propriedades situadas às margens das estradas de rodagem estaduais;
XVII - divulgar trabalhos e estudos sobre técnica, economia e administração rodoviária;
XVIII - colaborar com os órgãos federais e municipais encarregados de atividades rodoviárias; e
XIX - desempenhar outras atividades e atribuições que lhe sejam cometidas pelo Governador do Estado.
Outras de suas atribuições estão previstas na Portaria 026/2020 e no Decreto Estadual 27.045/17.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN

Segundo consta no Site do Departamento de Trânsito, a organização e fiscalização institucional do trânsito no Rio Grande do Norte ganhou ênfase a partir do Decreto Estadual nº 315, de janeiro de 1927, quando as atribuições de trânsito foram delegadas ao Departamento Estadual de Segurança Pública.
Logo, em dezembro de 1959, o setor se tornou uma Inspetoria de Trânsito, sendo assim, alçada a categoria de Departamento pela Lei nº 2.495/1959.
Já em julho de 1977 com a Lei nº 4.532, a antes Inspetoria de Trânsito, se tornou uma autarquia e passou a ser denominada Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Norte (Detran/RN).
Entre as principais funções, o Detran presta serviços à sociedade civil referentes a transações de veículos, emissões e renovações de CNHs, controle de multas estaduais de trânsito, orientações educativas de trânsito entre outras atividades.
O DETRAN/RN faz parte do Sistema Nacional de Transito é um órgão executivo de Trânsito do Estado. Tem como base a legislação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Atualmente é vinculado à Secretaria de Infraestrutura do Rio Grande do Norte (Lei Complementar nº 163/99). Possui um quantitativo de 890 servidores efetivos, comissionados, cedidos e terceirizados.

O Regulamento Geral do DETRAN-RN, com as alterações introduzidas pelas Resoluções números 11/77 e 5/82, do Conselho de Administração, homologadas pelos Decretos números 7.296 e 8.638, de 20 de fevereiro de 1978 e de 22 de abril de 1983, respectivamente, dispõe, em linhas gerais, as competências do Detran-RN, sua estrutura organizacional básica, bem como as atribuições e responsabilidades pertinentes a cada órgão integrante da estrutura. No Regulamento constam, ainda, normas sobre administração financeira e contábil.
Nos termos da Lei 163/199, compete ao DETRAN:
Art. 39. Ao Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Norte (DETRAN) compete:
I - cumprir e fazer cumprir a Legislação de Trânsito, na parte pertinente a sua competência, aplicando as sanções nela previstas;
II - vistoriar, registrar e emplacar veículos;
III - expedir certificados de registros de veículos automotores;
IV - expedir a Carteira Nacional de Habilitação, a Permissão Internacional para conduzir, o Certificado Internacional de Circulação, a caderneta de Passagem nas Alfândegas, as licenças de aprendizagem e as autorizações previstas em Lei;
V - registrar a Carteira Nacional de Habilitação expedida pelas repartições de trânsito dos demais Estados;
VI - decidir sobre a apreensão de documentos de habilitação para conduzir veículos, bem como sua cassação, comunicando-a aos Departamentos de outros Estados e ao Conselho Nacional de Trânsito;
VII - arrecadar as multas aplicadas aos condutores e proprietários de veículos, em decorrência de infração à Legislação de Trânsito;
VIII - estabelecer modelos de livros de movimentos de entrada e saída de veículos de estabelecimentos onde executarem reforma, recuperações, compra, venda ou desmontagem de veículos usados ou não;
IX - instalar e conservar serviços de sinalização nas rodovias estaduais;
X - estabelecer normas para o tráfego nas rodovias estaduais;
XI - policiar o tráfego nas rodovias estaduais, ou colaborar no policiamento destas;
XII - exercer outras atribuições previstas nas leis e regulamentos federais sobre trânsito e tráfego e cumprir as instruções e Resoluções do CONTRAN e CETRAN.

Outras atribuições do DETRAN encontram-se na Portaria n° 2.027/2010:

Art. 3º Constitui atribuição do Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Norte - DETRAN/RN, para o processo de credenciamento, acompanhamento e controle dos entes credenciados:
I - elaborar e revisar periodicamente a distribuição geográfica dos credenciados;
II - credenciar as instituições e entidades que cumprirem as exigências estabelecidas nesta Portaria;
III - credenciar os profissionais que atuam nas referidas instituições ou entidades credenciadas, vinculando-os a estas e disponibilizando-lhes senhas pessoais e intransferíveis, de acesso aos sistemas informatizados do DETRAN/RN;
IV - garantir, na esfera de sua competência, o suporte técnico ao sistema informatizado disponível aos credenciados;
V - auditar as atividades dos credenciados, objetivando o fiel cumprimento das normas legais e dos compromissos assumidos, mantendo supervisão administrativa e pedagógica;
VI - estabelecer as especificações mínimas de equipamentos e conectividade para integração dos credenciados ao sistema informatizado do DETRAN/RN;
VII - definir referências mínimas para:
a) identificação dos Centros de Formação de Condutores e dos veículos de aprendizagem, devendo a expressão "Centro de Formação de Condutores" ou a sigla "CFC" constar na identificação visual;
b) selecionar o material, equipamentos e ação didática a serem utilizados;
VIII - estabelecer os procedimentos pertinentes às atividades dos credenciados;

IX - apurar irregularidades praticadas por instituições ou entidades e pelos profissionais credenciados, por meio de processo administrativo, aplicando as penalidades cabíveis previstas na Resolução Nº.358/2010 do CONTRAN;
X - elaborar estatísticas para o acompanhamento dos cursos e profissionais das entidades credenciadas;
XI - controlar o número total de candidatos por turma proporcionalmente ao tamanho da sala e à frota de veículos do CFC, por meio de sistemas informatizados;
XII - manter controle dos registros referentes a conteúdos, frequência e acompanhamento do desempenho dos candidatos e condutores nas aulas teóricas e práticas, contendo no mínimo as seguintes informações:
a) cursos teóricos: conteúdo, turma, datas e horários iniciais e finais das aulas, nome e identificação do instrutor, lista de presença com assinatura do candidato ou verificação eletrônica de presença (biometria).
XIII - elaborar, aplicar e corrigir as provas teórica com a utilização de equipamentos de processamentos de dados, integrados com o sistema RENACH, armazenando de forma protegida os documentos relativos aos exames a serem prestados pelos candidatos a obtenção da CNH. As provas poderão ser impressas ou realizadas eletronicamente, de forma individual, única e sigilosa contendo o nome do candidato, data e hora da sua elaboração;
XIV - realizar os exames necessários à obtenção da Permissão Para Dirigir, da Carteira Nacional de Habilitação, da adição e mudança de categoria;
XV - reconhecer os cursos de capacitação realizados por Universidades, Públicas ou Particulares, Instituições de Ensino Superior ou de Ensino Médio e Instituições ligadas a Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMPARN

Conforme se extrai de seu Site, a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A - EMPARN, é uma Empresa Pública vinculada à Secretaria de Agricultura, da Pecuária e da Pesca - SAPE, regendo-se pela Lei Estadual nº 4.855, de 11 de setembro de 1979, pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, por seus estatutos, aprovado pelo Decreto Estadual nº 7.866, de 7 de abril de 1980, e demais normas de direito aplicáveis, subsidiariamente, pelos princípios consignados no decreto federal nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.
É constituída de uma sociedade entre o Estado do Rio Grande do Norte e o Governo Federal, através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, que participam com 51% e 49% do seu Capital Social, respectivamente, conforme Decreto Estadual nº 7.741, de 9 de novembro de 1979, e teve suas atividades iniciadas no ano de 1980.

O objeto social da EMPARN encontra-se no Estatuto doÓrgão, parágrafo 4°:

Art. 4º – A EMPARN tem como objeto social gerar, validar e transferir conhecimentos e tecnologias para o agronegócio, visando ao desenvolvimento sustentável do Estado do Rio Grande do Norte, devendo, para tanto:
I. Promover, planejar, estimular e executar atividades de pesquisa e experimentação, com o objetivo de produzir conhecimento e tecnologia capazes de viabilizar a execução de planos de desenvolvimento agropecuário do Governo do Estado do Rio Grande do Norte;
II. Colaborar na formulação, orientação e coordenação da política do setor público agropecuário do Estado, bem como programar e desenvolver pesquisas, diretamente ou em cooperação com instituições afins, referentes à agropecuária, aquicultura, meteorologia, agroecologia e outras modalidades compreendidas na área de atuação da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca;
III. Exercer a coordenação técnica dos programas e projetos de pesquisa agropecuária, cuja execução envolva a atuação técnica administrativa ou a cooperação financeira de órgãos e / ou entidades da administração estadual direta e indireta;
IV. Promover a capacitação de produtores rurais, de técnicos, de estudantes e de trabalhadores rurais, através de cursos profissionalizantes e eventos de difusão de tecnologias;
V. Prestar serviços e consultoria de sua especialidade, a qualquer entidade pública ou privada, mediante prévio ajuste.

VI. Promover a produção e comercialização de produtos agropecuários voltados para a melhoria do setor primário, relacionados à atividade da empresa.

EMPRESA GESTORA DE ATIVOS DO RN – EMGERN

A Empresa Gestora de Ativos do Rio Grande do Norte S.A - EMGERN é uma empresa pública estadual, autorizada pela Lei Complementar Estadual Nº 288, de 1º de fevereiro de 2005, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN.
Por meio do Decreto n° 28.180, de 05 de julho de 2018, revogou-se o Decreto Estadual n° 21.138, de 15 de maio de 2009. No novo Decreto, tem-se:
Art. 3º Constituem objetivos da EMGERN:
I - adquirir bens e direitos dos órgãos ou entes públicos do Estado do Rio Grande do Norte, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destes;
II - administrar e intermediar a alienação de bens imóveis pertencentes aos órgãos ou entes do Estado do Rio Grande do Norte;
III - administrar ativos de qualquer espécie ou natureza dos órgãos ou entes do Estado do Rio Grande do Norte; e
IV – o atendimento a demandas de órgãos da administração direta ou indireta do Estado do Rio Grande do Norte, concernentes ao estudo, desenvolvimento e implementação de ações de interesse público.
Parágrafo único. Para a consecução dos objetivos descritos no caput deste artigo, a EMGERN poderá, nos termos da legislação específica, celebrar convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e entes públicos ou privados, pertencentes ao Estado do Rio Grande do Norte, sua administração pública direta e indireta.

EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA – EMPROTUR

A Empresa Potiguar de Promoção Turística S.A. (EMPROTUR), teve sua instituição autorizada pela Lei Complementar Estadual nº 339 de 2007. Com natureza jurídica de sociedade de economia mista, é vinculada à Secretaria de Estado do Turismo (SETUR).
A entidade é regida pelo Estatuto Social publicado em 17 de maio de 2019 , no qual tem como objetivo, de acordo com os artigos 3° e 4°:
Art. 3º. A EMPROTUR terá a função social de realização do interesse coletivo.
§ 1º A realização do interesse coletivo de que trata este artigo deverá ser orientada para o alcance do bem-estar econômico e para a alocação socialmente e eficiente dos recursos geridos, bem como para o seguinte:
I - ampliação economicamente sustentável do acesso de consumidores aos produtos e serviços da EMPROTUR
II - desenvolvimento ou emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços da EMPROTUR, sempre de maneira economicamente justificada.
§ 2º A EMPROTUR deverá, nos termos da lei, adotar práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa, compatíveis com o mercado em que atuam.
Art. 4º O objeto social da EMPROTUR é promover, em âmbito nacional e estrangeiro, o Estado do Rio Grande do Norte como destino turístico e, especificamente:
I - divulgar e valorizar as atrações turísticas do Estado;
II - desenvolver ações pontuais de divulgação e promoção de atrativos turísticos que permitam consolidar a interiorização do fluxo de turistas no Estado;
III - impulsionar a atuação conjunta do Poder Público e da iniciativa privada, no intuito de aprimorar e ampliar as atrações turísticas do Estado; IV – Gerir e explorar equipamentos turísticos;

V - A EMPROTUR poderá celebrar convênio ou contrato de patrocínio com pessoa física ou com pessoa jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca, observando-se, no que couberem, as normas de licitação e contratos da Lei Federal nº 13.303/2016, bem como, firmar Termo de Fomento e Colaboração nos termos da Lei nº 13.019/2014.
VI - promover estudos e pesquisas sobre:
a) o fluxo turístico no território potiguar, a fim de subsidiar a adoção de medidas que visem a homogeneizar, durante todo o ano, a vinda de turistas para o Estado; e
b) preparação urbanística de lugares no Estado com vocação turística, para que a exploração econômica dessa atividade seja realizada com sustentabilidade ambiental;
VII - promover ações de marketing, objetivando a expansão do fluxo turístico no Estado;
VIII - realizar ações que busquem atrair para o Estado a realização de eventos ou a instalação de empreendimentos capazes de incrementar o fluxo turístico;
IX - celebrar contratos, convênios e demais ajustes, visando à promoção e ao desenvolvimento do turismo no Estado; e
X - organizar e manter atualizado banco de dados referentes a eventos, áreas, empreendimentos e atividades de interesse turístico no Estado.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO RN – FAPERN

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte foi criada pela Lei Complementar Nº 257, de 14/11/2003 e tem seu funcionamento regido pelo Decreto Nº 17.456, de 19/04/2004, o qual aprova seu estatuto. É vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SEDEC.
Nos termos do seu estatuto, são atribuições da entidade:
Art. 4º A FAPERN tem por finalidade fomentar pesquisas científicas,
tecnológicas e de inovação, em consonância com as políticas do Governo do Estado para o desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Norte.
Parágrafo único. Compete à FAPERN:
I - apoiar e fomentar, de forma conveniada ou não:
a) os programas ou os projetos de pesquisa básica ou aplicada para desenvolvimento científico, tecnológico ou de inovação, realizados em instituições públicas ou privadas no Estado do Rio Grande do Norte;
b) a criação, a complementação e a modernização da infraestrutura necessária ao desenvolvimento científico e tecnológico;
c) a concessão de bolsas de estudos e de pesquisa no País e no exterior;
d) a formação ou a atualização de acervos bibliográficos, bancos de dados em meios eletrônicos de armazenamento e de transmissão de informações, vinculados ao desenvolvimento do conhecimento;
e) a publicação e o intercâmbio dos resultados das pesquisas desenvolvidas com o apoio da FAPERN, bem como a realização de eventos científicos e tecnológicos no Estado;

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – FUNDASE

Segundo informações constantes em seu Site, a Fundação do Bem-estar Social do Rio Grande do Norte, criada nos termos da Lei nº 4.306, de 13 de novembro de 1973, e por meio do Decreto nº 7.819, de 29 de janeiro de 1980, instituiu a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor.
Com o advento da Lei nº 6.682, de 11 de agosto de 1994, altera a denominação, o regime jurídico e os fins da Fundação do Bem- estar do Menor, passando a denominar-se Fundação Estadual da Criança e do Adolescente – Fundac/RN.
E mais recentemente, através da Lei nº 614, de 05 de janeiro de 2018, passa a denominar-se Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Norte (Fundase/RN), com natureza jurídica de fundação pública.
A Fundase/RN é regida por estatuto próprio, aprovado pelo Decreto nº 12.735, de 14 de setembro de 1995, orientada pelo Conselho de Administração (CONSAD) e fiscalizada pelo Conselho Curador, gozando de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.
Toda ação da FUNDASE/RN tem como base legal os princípios e diretrizes da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e da Lei nº 12.594/12 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE, em consonância com a Política Estadual de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, definida pelo Governo do Estado e aprovada pelo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Norte – CONSEC/RN.
Além disso, a entidade é regida pela Lei Complementar n° 614, de 05 de janeiro de 2018.
Art. 2º Compete à FUNDASE/RN:
I - executar as Medidas Socioeducativas de Internação, inclusive na forma de Sanção, e de Semiliberdade dos adolescentes autores de ato infracional;
II - prestar atendimento de Internação Provisória, visando à proteção integral e à garantia dos direitos fundamentais dos adolescentes acusados de ato infracional;
III - desenvolver ações articuladas com outras instituições públicas ou privadas, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE);
IV - cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo previsto na Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, e fornecer os dados necessários ao povoamento e à atualização do sistema;
V - participar, com os demais entes federados, da execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, nos termos previstos na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
VI - manter e administrar direta ou indiretamente, por intermédio de contrato ou convênio administrativo, ou instrumento congênere, a ser celebrado com pessoa jurídica de direito privado ou órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, os centros educacionais socioeducativos; e
VII - criar, desenvolver e manter programas específicos para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade ou internação dos adolescentes em conflito com a lei.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO – FJA

A Fundação José Augusto (FJA), pessoa jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC), foi instituída pela Lei Estadual nº 2.885, de 8 de abril de 1963.
Em 2022, através do Decreto nº 31.284, foi aprovado seu Estatuto, no qual foram registradas suas competências:
Art. 2º À Fundação José Augusto (FJA), nos termos do art. 47 da Lei Complementar Estadual nº 163, de 5 de fevereiro de 1999, compete:
I - estimular, desenvolver, difundir e documentar as atividades culturais do Estado, bem como as manifestações de cultura popular;
II - desenvolver um plano editorial visando à promoção do autor potiguar e nordestino;

III - desenvolver pesquisa socioeconômico-cultural visando ao conhecimento da realidade estadual, diretamente ou por meio de atividades de organizações associativas vinculadas à cultura e à arte;
IV - promover ações voltadas para a preservação do patrimônio cultural, arqueológico, histórico e artístico do Estado (restauração, conservação e manutenção de bens móveis e imóveis), inclusive através de serviços próprios de engenharia, arquitetura e atividades técnicas a elas relacionadas;
V - coordenar e apoiar tecnicamente as atividades dos Museus, Arquivos e dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas e Bandas de Música;
VI - promover e preservar a documentação de bens móveis e imóveis, culturais e históricos;
VII - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de museus, bibliotecas e prédios históricos, especialmente do Teatro Alberto Maranhão, Instituto de Música Waldemar de Almeida, Orquestra Sinfônica do Rio Grande do Norte, Cidade da Criança, Coral Canto Povo, Camerata de Vozes e demais instituições vinculados à Fundação;
VIII - defender o patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico do Estado do Rio Grande do Norte;
IX - fomentar a produção artística e cultural do Estado;
X - gerir o Fundo Estadual de Cultura (FEC), nos termos da Lei Complementar Estadual nº 460, de 29 de dezembro de 2011;
XI - promover o ensino e a formação artística, através de suas instituições formais e de outras iniciativas pedagógicas;
XII - executar outras ações e atividades relacionadas à sua finalidade definida no **caput** deste artigo ou determinadas pelo Governador do Estado.
Parágrafo único. A Fundação José Augusto (FJA) reger-se-á pelas normas de direito público relativas às fundações, pela legislação estadual pertinente e pelo presente Estatuto.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RN – EMATER

Segundo o Site da EMATER, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural surgiram, no Rio Grande do Norte, em 27 de julho de 1955, através da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), sediada em Recife-PE, cuja proposta de ação visava o desenvolvimento socioeconômico do homem do campo.
Em 1958, foi firmado o primeiro convênio da ANCAR com o Governo do Estado para facilitar a execução dos trabalhos, até então coordenados à longa distância pela entidade regional, o que postergava as decisões e orientações. Em 1963, o Serviço de Extensão Rural no Rio Grande do Norte era coordenado em nível nacional pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), entidade que existiu até 1974.
Em 1971, foi celebrado convênio entre a ABCAR e o Banco do Brasil, transformando o crédito rural supervisionado em crédito rural orientado. Em 1974, o Sistema de Extensão Rural, em nível nacional, tomou um novo e decisivo rumo. Foi extinta a ABCAR e criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), mudança está acontecida também no Rio Grande do Norte.
Em 1975, foi extinta a ANCAR e instituída a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RN), entidade pública de direito privado, criada através da Lei Estadual nº 4.484/75 e vinculada à Secretaria de Agricultura (SAG).
Com a extinção da EMBRATER e a considerável diminuição dos recursos públicos, a EMATER-RN como empresa se tornou inviável, não podendo celebrar convênios, contratos, acordos e nem vender seus próprios serviços, no resguardo de uma possível extinção.
A Lei nº 6.486, de 05 de outubro de 1993, transformou a EMATER-RN em autarquia, que passou a se chamar Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (INATERN), vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE). Em seu artigo 2º, a lei apresenta as competências da entidade:
Art. 2º O INATERN tem por objeto a concepção e a execução da política de assistência técnica e extensão rural do Rio Grande do Norte, competindo-lhe, especialmente:

I - Planejar, coordenar, executar, acompanhar e avaliar as atividades de assistência técnica e extensão rural, no território do Estado, em articulação com os órgãos e, bem assim, com as demais entidades públicas ou privadas, do setor agrícola ou voltadas para o desenvolvimento rural;
II - Propor medidas para a melhoria das condições de vida das famílias rurais e executar, para esse fim, ações educativas e tecnológicas relacionadas com a agricultura, a pecuária, a nutrição, a saúde e a agroindústria;
III - Elaborar projetos de crédito rural, com a fi-nalidade de desenvolvimento das atividades agropecuárias e agroindustriais, e orientar e acompanhar sua implantação;
IV - Executar ações tendentes à preservação e recuperação do meio ambiente, através de programas de florestamento e reflorestamento, manejo adequado dos recursos naturais, do solo, da água e das plantas e uso correto de agrotóxicos;
V - Estudar e propor diretrizes para as políti-cas agrícolas;
VI - Colaborar em atividades de pesquisa e experimentação agropecuárias, em articulação com as entidades especializadas;
VII - Ministrar cursos de treinamento em assistência técnica e extensão rural;
VIII - Exercer outras atividades correlatas com o seu objeto.

INSTITUTO DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DO RN – IDIARN

Criada por meio da Lei nº 324/2006, o Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Rio Grande do Norte, entidade autárquica, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE), com personalidade jurídica de direito público interno, autonomia administrativa e financeira, patrimônio próprio, sede nesta Capital e atuação em todo o território estadual. Na referida lei, em seu capítulo II, estão previstas suas competências:
Art. 2º O IDIARN passa a exercer o poder de polícia administrativa referente à defesa e inspeção agropecuárias, cabendo-lhe:
I - promover e executar a defesa sanitária animal e vegetal;
II - controlar, inspecionar e fiscalizar os produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;
III - planejar, elaborar, coordenar e executar programas voltados para a promoção e proteção da saúde animal e vegetal, bem como a educação sanitária animal e vegetal;
IV - fiscalizar o transporte, armazenamento, comércio e beneficiamento de produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal;
V - monitorar as ocorrências sanitárias animais e vegetais, objetivando o estabelecimento de ações preventivas e controladoras de pragas e doenças respectivas;
VI - exercer as atividades de vigilância epidemiológica, profilaxia e controle de pragas e doenças animais e vegetais;
VII - fiscalizar e inspecionar as pessoas naturais e jurídicas de direito público e privado, que manipulem, produzam, beneficiem, classifiquem, armazenem, transportem ou comercializem produtos e derivados agropecuários e insumos do setor primário;
VIII - registrar, cadastrar, fiscalizar e inspecionar pessoas naturais e jurídicas que produzam, comercializem e distribuam produtos quimioterápicos, biológicos, agrotóxicos e afins, demais produtos agropecuários, bem como prestadores de serviços zoofitossanitários, observado o disposto na Lei Estadual n.º 8.672, de 8 de julho de 2005, que dispõe sobre o controle da produção, comércio, uso, armazenamento, transporte
interno e o destino final de embalagens e resíduos de agrotóxicos, seus componentes e afins, no Estado;
IX - aplicar sanções administrativas aos infratores das normas jurídicas de defesa sanitária animal e vegetal ou de produtos correlatos, que regem as atividades do IDIARN;
X - interditar, por descumprimento de medida sanitária, profilática ou preventiva, estabelecimento público ou particular e proibir o trânsito de animais, vegetais, além de seus produtos e subprodutos, em desacordo com a legislação sanitária; e
XI - desenvolver estudos e executar ações objetivando o estabelecimento de áreas livres de ocorrência quarentenária.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE – IDEMA

Segundo consta em seu Site, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA é uma autarquia fruto da união de atribuições entre a Fundação Instituto de Desenvolvimento do RN (IDEC), criada pela Lei n.º 4.286, de 6 de dezembro de 1973, (alterada pela Lei n.º 4.414, de 04 de novembro de 1974), e a Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA), criada por meio do Decreto n.º 8.718, de 16 de setembro de 1983.
A Fundação IDEC foi vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN/RN) por meio da Lei Complementar n.º 129, de 2 de fevereiro de 1995. No ano seguinte, a Fundação transformou-se em Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), através da Lei Complementar n.º 139, de 25 de janeiro de 1996. A partir daí, o IDEMA incorpora as atribuições da então Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA), também vinculada à SEPLAN/RN, e absorve a competência de formular, coordenar, executar e supervisionar a política estadual de preservação, conservação, aproveitamento, uso racional e recuperação dos recursos ambientais, bem como fiscalizar o cumprimento das normas de proteção, controle, utilização e recuperação dos recursos ambientais, aplicando as penalidades disciplinares e/ou compensatórias às infrações apuradas.
A Lei Complementar n.º 340, de 31 de janeiro de 2007, transformou o IDEMA em Instituto de Defesa do Meio Ambiente, sem alteração na presente sigla. No ano seguinte, por meio da Lei Complementar n.º 380, de 27 de dezembro de 2008, o órgão ambiental é vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH/RN), passando a chamar-se Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente.
O órgão reconhece sua data de fundação em 16 de setembro de 1983, data de criação da Coordenadoria de Meio Ambiente, uma vez que a CMA conferiu ao IDEMA o seu caráter ambiental. O IDEMA possui as seguintes atribuições:
Nos termos da Lei Complementar nº 163/1999, compete ao IDEMA:
Art. 38. Ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA compete: (Redação dada pela Lei Complementar nº 380/2008)
I - produzir e difundir informações técnicas e estatísticas pertinentes ao conhecimento da realidade ambiental do Estado;
II - formular e executar, sob a supervisão da SEMARH, as políticas, planos e programas estaduais de meio ambiente, além de administrar os recursos naturais do Estado;
III - exercer o poder de polícia administrativa, preventiva ou corretiva, no que concerne ao controle, disciplina e fiscalização das atividades que resultem ou possam resultar em degradação ambiental;
IV - impor sanções aos infratores da legislação ambiental estadual; e
V - emitir certidão relativa ao cumprimento das obrigações da legislação ambiental. (Redação dada pela Lei Complementar nº 340/2007)

INSTITUTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRESIDENTE KENNEDY – IFESP

O instituto, inicialmente órgão em regime especial (segundo consta do artigo 44 da Lei 163 de 1999), foi transformado em autarquia por meio da Lei 7.909/2001 (vide artigo 1º, posteriormente alterada pela lei 8.081/2002), segundo a qual compete ao Instituto:
Art. 2º Ao IFESP compete manter, na forma da legislação em vigor:

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;
II - cursos de licenciatura destinados à formação de docentes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio;
III - programas de formação continuada, para profissionais de educação básica nos diversos IV - programas de formação pedagógica, para portadores de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;
V - curso de formação pós-graduada, de caráter profissional, voltada para a atuação na educação básica;
VI - outras atividades correlatas com a sua missão educativa.

INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS – IGARN

Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte é o órgão estadual responsável pela gestão técnica e operacional dos recursos hídricos em todo o território norte-riograndense.
Criado pela Lei nº 8.086, de 15 de abril de 2002, posteriormente revogada pela Lei Complementar 483/13, compete à entidade:
Art. 3º. Compete ao IGARN:
I - participar da implantação das políticas e programas estaduais de recursos hídricos;
II - coordenar e executar as atividades de gerenciamento dos recursos hídricos estaduais;
III - desenvolver estudos, pesquisas e projetos relacionados com a gestão dos recursos hídricos estaduais;
IV - executar programas educacionais e de capacitação de pessoal em gestão de recursos hídricos;
V - expedir as outorgas do direito de uso dos recursos hídricos estaduais;
VI - conceder licença de obras hidráulicas, sem prejuízo da respectiva licença ambiental;
VII - implantar, operar, manter e disponibilizar dados das redes de monitoramento quali-quantitativo de recursos hídricos;
VIII - implantar, operar e manter o sistema de informações sobre recursos hídricos;
IX - efetuar a cobrança pelo uso da água e aplicar as multas por inadimplência;
X - estabelecer e implementar as regras de operação da infraestrutura hídrica existente;
XI - operar e manter as obras e os equipamentos de infraestrutura hídrica;
XII - exercer o poder de fiscalização dos recursos hídricos e aplicar as sanções aos infratores;
XIII - elaborar e manter atualizados os manuais de procedimentos de licenciamento, gestão, fiscalização e uso dos recursos hídricos estaduais;
XIV - compor o SIGERH;
XV - assumir a função de entidade operadora estadual da infraestrutura hídrica interligada ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF);
XVI - responsabilizar-se pela gestão das águas provenientes do PISF; e
XVII - relacionar-se com entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais, que atuem em áreas afins.

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS – IPEM

Criado pela Lei 6.203/1991, e posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 11.417 de 1992, o IPEM foi criado como entidade autárquica, dotada de autonomia administrativa, patrimônio e receita próprios, com sede e foro na Capital do Estado, jurisdição em todo o seu território e vinculação à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, nos termos do artigo 7º, I, da Lei Complementar nº 094, de 14 de maio de 1991 (artigo 1º da lei 6.203/91).

A ele compete, nos termos do artigo 2º da sua lei de criação:
Art. 2º Compete ao IPEM/RN exercer as atividades de natureza metrológica que lhe forem delegadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), nos termos do artigo 59 da Lei Federal nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ESTADUAIS – IPERN

O IPERN foi criado pela Lei nº 2.728, de 1º de maio de 1962. Com a reforma da previdência e através da Lei Complementar Nº 308 de 2005, o instituto passou por uma reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Norte (RPPS/RN), conforme trata o artigo 40 da Constituição Federal. Assim, nos seus artigos 94 e 95 foram previstas as seguintes disposições:
Art. 94. O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte, criado pela Lei Estadual nº 2.728, de 1.º de maio de 1962, autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos (SEARH), com sede e foro no Município de Natal, passa a denominar-se, abreviadamente, pela sigla IPERN.
Parágrafo único. O IPERN goza de autonomia funcional, administrativa e financeira, operando com contas distintas da titularizada pelo Tesouro Estadual.
Art. 95. Compete ao IPERN, como gestor único do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte:
I - arrecadar e fiscalizar o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS/RN;
~~II - administrar recursos financeiros e outros ativos do Fundo Previdenciário e do Fundo Financeiro, para o custeio dos proventos de aposentadoria, de reserva remunerada e de reforma, das pensões e dos demais benefícios previstos nesta Lei Complementar, apresentando, quadrimestralmente, ao Poder Legislativo, Relatório Circunstanciado no qual conste dentre outras informações acerca da evolução da receita e da despesa, das aposentadorias, pensões e benefícios concedidos, bem assim das aposentadorias, pensões e benefícios cancelados;~~
II - administrar recursos financeiros e outros ativos do FUNFIRN, para o custeio dos proventos de aposentadoria, de reserva remunerada e de reforma, das pensões e dos demais benefícios previstos nesta Lei Complementar, apresentando, quadrimestralmente, ao Poder Legislativo, Relatório Circunstanciado no qual conste, dentre outras informações, a evolução da receita e da despesa, das aposentadorias, pensões e benefícios concedidos, bem assim das aposentadorias, pensões e benefícios cancelados; (Redação dada pela Lei Complementar nº 526/2014)
III - constituir seus créditos por meio dos correspondentes lançamentos;
~~IV - conhecer, analisar e prover os pedidos de benefícios previdenciários de pensão por morte e auxílio-reclusão, bem como fixar e pagar os respectivos valores;~~
IV - conhecer, analisar e conceder a aposentadoria compulsória, a aposentadoria por invalidez e a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com base nos processos instruídos pelos órgãos a que estejam ou estiveram vinculados os servidores do Poder Executivo, deferir os pedidos de pensão por morte, devida aos dependentes dos servidores dos três Poderes, falecidos ou não no gozo de aposentadoria, e de auxílio reclusão, calcular e pagar os correspondentes valores; (Redação dada pela Lei Complementar nº 547/2015)
V - implantar em sua folha as concessões de aposentadoria compulsória, aposentadoria por invalidez, aposentadoria voluntária, auxílio-doença, auxílio-maternidade, o salário-família, concedidos pelos órgãos estaduais, aos quais estejam vinculados os membros e servidores interessados, e fazer o respectivo pagamento à conta do RPPS/RN, tudo nos mesmos termos das informações enviadas e deliberações tomadas pelos Poderes e órgãos, aos quais compete a fixação dos valores dos benefícios;
~~VI - executar a Dívida Ativa referente ao Fundo Previdenciário e ao Fundo Financeiro.~~
VI - executar a Dívida Ativa referente ao FUNFIRN; (Redação dada pela Lei Complementar nº 526/2014)
Parágrafo único. A concessão e posteriores alterações dos benefícios, exceto pensão por morte e auxílio-reclusão, caberá aos Poderes Executivo, Legislativo, aí incluído o Tribunal de Contas, Judiciário e ao Ministério Público, conforme o vínculo do segurado.

JUNTA COMERCIAL DO RN – JUCERN

Conforme se extrai de sua página institucional, a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte é uma instituição secular, nascida em 13 de setembro de 1899, com o advento da Lei Estadual nº 132. Com a Lei Estadual nº 3.715, de 10 de dezembro de 1968, ela é transformada em autarquia com vinculação à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, antiga Secretaria de Indústria e Comércio, de acordo com a legislação estadual. **Os artigos 4º e 5º da referida lei trazem as incumbências e competências da JUCERN**, dentre elas a execução do registro do comércio, o assentamento dos usos e práticas mercantis, dentre outras.

Todas as Juntas Comerciais do País estão submetidas à Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994 e ao Decreto Federal nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, fazendo com que, operacionalmente, todas sejam orientadas pelas Instruções Normativas do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).

Dessa forma, apesar de ser uma autarquia estadual, com personalidade jurídica de direito público, a Jucern possui natureza híbrida quanto a sua competência, pois, administrativamente, segue legislação estadual, e tecnicamente, tem vinculação com o Drei, órgão federal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Ou seja, quanto à administração de seus recursos financeiros, humano e materiais, a Junta Comercial é disciplinada pelas normas editadas pelo próprio Estado do Rio Grande do Norte, portanto, submetida a esta esfera, muito embora, em alguns aspectos, mesmo de cunho administrativo, deve-se respeitar a estrutura básica determinada por lei federal.

A Jucern atende aos critérios nacionais de integração e modernização, como a implantação do Junta Digital, e a inclusão de todos os municípios e grande parte dos órgãos de legalização e licenciamento no Portal Redesim, espaço virtual que integra os dados cadastrais da Receita Federal e dos demais órgãos presentes – tanto para abertura, quanto para alteração ou baixa de empresas.

A missão da JUCERN é a execução e administração, no âmbito estadual, dos serviços de registro público de empresas mercantis e atividades afins, consoante o disposto na legislação em vigor, dando publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas submetidas a registro, contribuindo, desta forma, para o incentivo à regularização e à abertura de novas empresas no Estado.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - (UERN)

Conforme se extrai de sua página institucional, a UERN foi criada em 28 de setembro de 1968, pela Lei Municipal nº 20/68. Nasceu com o nome de Universidade Regional do Rio Grande do Norte – URRN, vinculada à Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte – FURRN. A estadualização aconteceu em 1987 e o reconhecimento como universidade, em 1993, pelo MEC.

No artigo 5º de seu Estatuto estão previstas suas finalidades:

Art. 5º A Uern tem como finalidades:

I - promover e desenvolver o conhecimento, a inovação e a cultura por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, estimular o pensamento crítico e reflexivo, e promover o desenvolvimento científico e interdisciplinar;

II - formar pessoas, em diferentes áreas, para desenvolver funções em setores profissionais e que colaborem com a sua formação contínua, de modo a contribuir para o desenvolvimento da sociedade brasileira, em geral, e do Rio Grande do Norte, em particular, na perspectiva da construção de uma sociedade igualitária;

III - incentivar e promover a realização de pesquisas, com vistas à produção do conhecimento para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, à criação e à difusão da cultura;

IV - promover e fomentar a difusão de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituem o patrimônio da humanidade, e comunicar o saber pelo veículo do ensino, da publicação ou de outras formas de divulgação científica e da extensão universitária;

V - desenvolver e difundir a pesquisa científica, objetivando o avanço do conhecimento teórico e prático, em seu caráter universal e autônomo, com a finalidade de contribuir para a solução de problemas científicos, sociais, econômicos, políticos e ambientais, nacionais e regionais, e para a elevação do nível de vida do povo brasileiro;
VI - estimular o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, e possibilitar-lhe a correspondente concretização, integrando os saberes que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
VII - incentivar o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, e estender tal conhecimento pela prestação de serviços à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
VIII - garantir a extensão como componente de formação acadêmica pautada pelos princípios da interdisciplinaridade, da indissociabilidade com a pesquisa e o ensino e da inserção social.

ÓRGÃOS EM REGIME ESPECIAL:

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA – DEI

O Departamento Estadual de Imprensa é um órgão de regime especial vinculada à Assessoria de Comunicação Social, conforme previsão da Lei Complementar nº 163, de 05 de fevereiro de 1999. Nestes termos, segundo sua regulamentação, o DEI, tem por objetivos a edição do Diário Oficial e outras publicações de interesse do Estado, como livros, revistas e periódicos, bem como a execução de serviços gráficos oficiais ou de interesse de terceiros.
O Departamento de Imprensa tem suas competências estipuladas por meio da Lei Complementar n°184, de 20 de dezembro de 2000. Diante disso, compete a este Departamento:
Art. 2º. Ao Departamento Estadual de Imprensa – DEI, órgão de natureza instrumental da Administração Pública Estadual Indireta, compete:
I – editar, imprimir, distribuir e comercializar o Diário Oficial do Estado;
II – explorar, industrial e comercialmente:
a) a edição de livros, revistas e outras publicações de fins educativos, culturais, econômico-financeiros, técnico-científicos ou de caráter informativo;
b) serviços gráficos em geral;
III – apoiar as atividades da Assessoria de Comunicação Social;
IV – celebrar convênios e contratos com pessoas de direito público ou privado, para a prestação de serviços ou fornecimento de seus produtos, ou para a aquisição de bens e serviços de terceiros, observada a legislação aplicável;
V – articular-se com a Imprensa Oficial, mantida pela União, ou pelos demais Estados, para fins de intercâmbio técnico nas áreas de impressão gráfica, editoração e formação de pessoal especializado;
VI – exercer outras atividades correlatas, necessárias ao cumprimento de seus objetivos.

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE PERÍCIA – ITEP

O Instituto Técnico-Científico de Perícia do Rio Grande do Norte (ITEP/RN), órgão sob regime especial, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED) passou a substituir o Instituto Técnico e Científico de Polícia (ITEP/RN), criado pelo art. 43 da Lei Complementar Estadual n.º 163, de 5 de fevereiro de 1999 (vide artigo 1º da lei complementar nº 571/2016).
O Órgão é regido pela Lei Complementar n° 571 de 31 de maio de 2016, a qual prevê:
Art. 2º São funções institucionais do Instituto Técnico-Científico de Perícia do Rio Grande do Norte (ITEP/RN), no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, dentre outras definidas em lei, ressalvadas as competências federais:
I - exercer, com exclusividade, as atividades de perícia oficial de natureza criminal;
II - exercer as atividades de identificação civil e criminal, necessárias à segurança pública, aos procedimentos pré-processuais e aos processos judiciais;
III - desenvolver estudos e pesquisas tendentes a aprimorar a qualidade dos exames periciais e de todos os procedimentos compreendidos na área de atuação dos seus agentes;
IV - exercer outras atribuições previstas em lei ou regulamento, desde que compatíveis com suas funções institucionais.

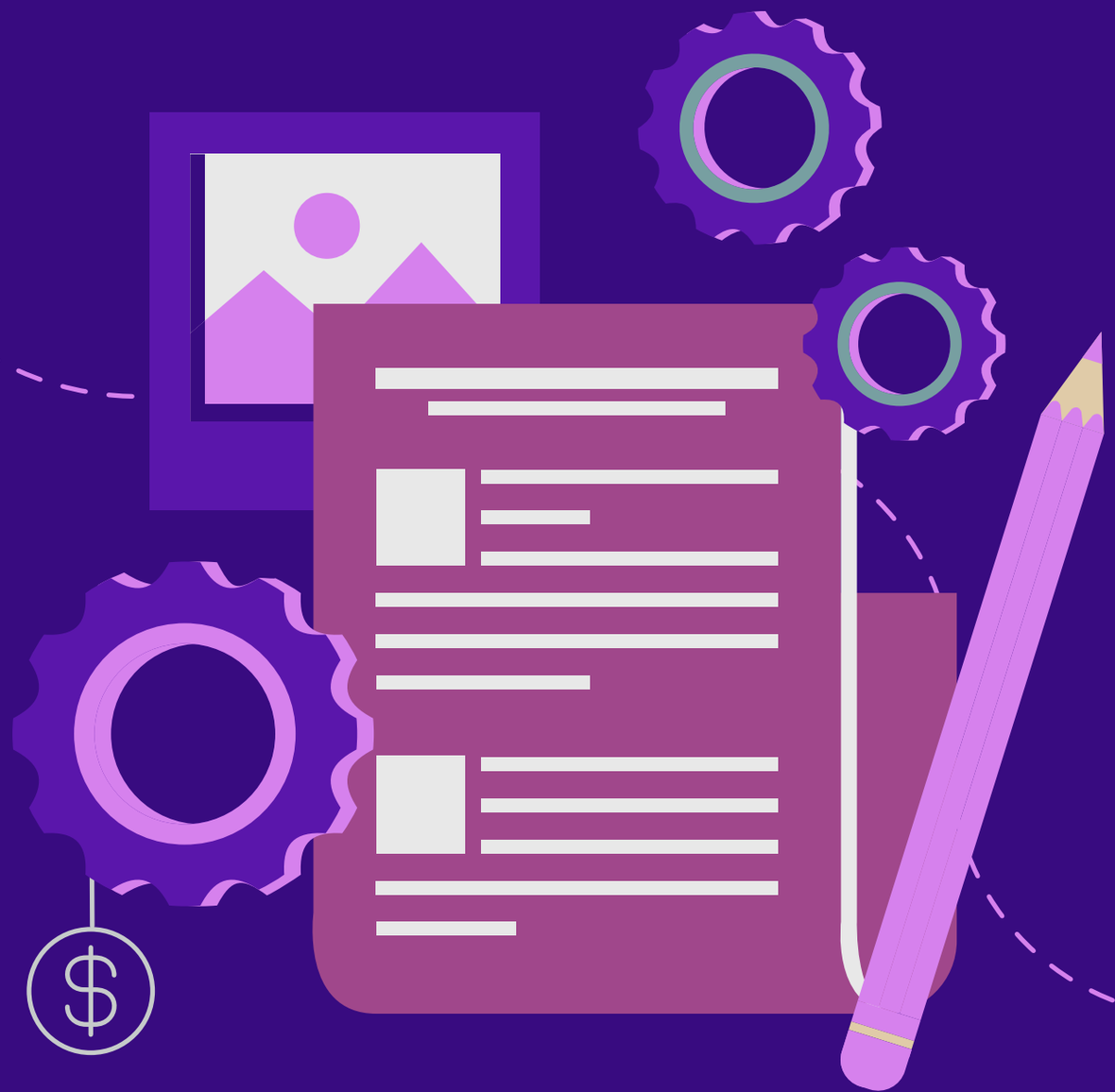
ANEXOS

ANEXO II – GESTÃO DE PESSOAS

ANEXO III – AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD

CADERNO DE GESTÃO DE PESSOAS



2023 | DEZEMBRO

RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Maria de Fátima Bezerra
Governadora do Estado do Rio Grande do Norte

Walter Pereira Alves
Vice-governador

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD

Pedro Lopes de Araújo Neto
Secretário de Estado da Administração

Iranildo Germano dos Santos
Secretário-Adjunto da Administração

Carlos José Cerveira de Andrade e Silva
Subsecretário de Recursos Humanos

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - COGEP

Ilana Soares Lamas von Sohsten
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Osvaldo Jerônimo Neto
Subcoordenador de Atos de Pessoal

OBSERVATÓRIO DE RECURSOS HUMANOS

Ilana Soares Lamas von Sohsten
Coordenadora do Observatório de RH

Cadmiel Mergulhão Onofre de Melo
Pesquisador-bolsista de Administração Pública (FAPERN/SEAD)

Maria Luyza de Lima Rodrigues
Estagiária de Gestão de Políticas Públicas

COORDENADORIA DA FOLHA DE PAGAMENTO - COPAG

Hamed de Farias Aby Faraj
Coordenador da Folha de Pagamento

Aldo Martins Garcez
João Batista de Morais Junior
Ytalo Rosendo do Amaral
Equipe Técnica da Folha de Pagamento

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

André China Salustino
Pesquisador-bolsista da Assessoria de Comunicação

Júlia Pazzini
Pesquisadora-bolsista da Assessoria de Comunicação

Vanessa Dantas da Silva
Pesquisadora-bolsista da Assessoria de Comunicação

CADERNO DE GESTÃO DE PESSOAS

O Caderno de Gestão de Pessoas torna público um conjunto de dados que evidenciam as despesas com pessoal (ativos, inativos e pensionistas), bem como o atual quadro dos recursos humanos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, considerando todas as unidades técnicas da administração direta e indireta, cujo processamento da folha de pagamento acontece por meio da Secretaria de Estado da Administração (SEAD).

O documento é pautado pelo princípio da transparência e do controle social, objetivando ampliar o conhecimento da população acerca das várias dimensões da gestão de pessoas no âmbito da Administração Pública Estadual, bem como da despesa do Governo do Estado com a folha de pagamento.

O Caderno de Gestão de Pessoas possui duas vertentes, sendo uma referente às despesas com pessoal e a outra relacionada aos recursos humanos.

As publicações trazem informações mensais acerca da folha de pagamento do Poder Executivo Estadual por órgão e tipo de vínculo; o perfil dos servidores públicos estaduais (faixa etária e sexo); as remunerações por carreiras; a movimentação de servidores, o quantitativo de pessoas por tipo vínculo, a média salarial por carreiras, o fluxo processual e as ações de capacitações realizados pela SEAD, por meio da Escola de Governo.

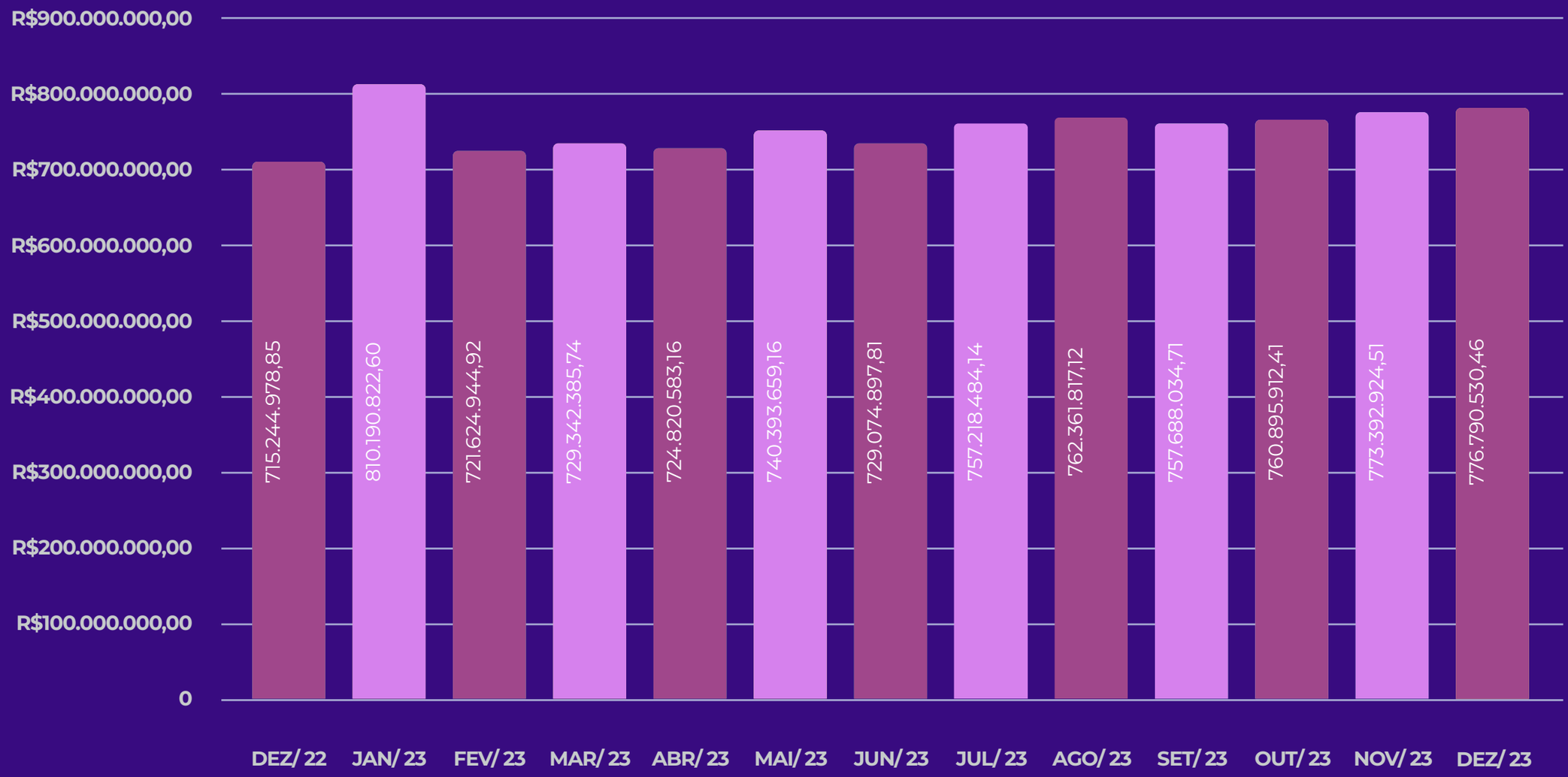
As informações são disponibilizadas em números absolutos e relativos, por meio de gráficos, quadros e tabelas, de fácil compreensão para qualquer tipo de público.

O Caderno de Gestão de Pessoas é elaborado pelo Observatório de Política de Recursos Humanos, vinculado à Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP). Conta, também, com a colaboração da Coordenadoria da Folha de Pagamento (COPAG) e da Assessoria de Comunicação (ASCOM) da SEAD.

01

DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

GOVERNO DO RN: DESPESA COM PESSOAL – ÚLTIMOS 12 MESES (FOLHA NORMAL).

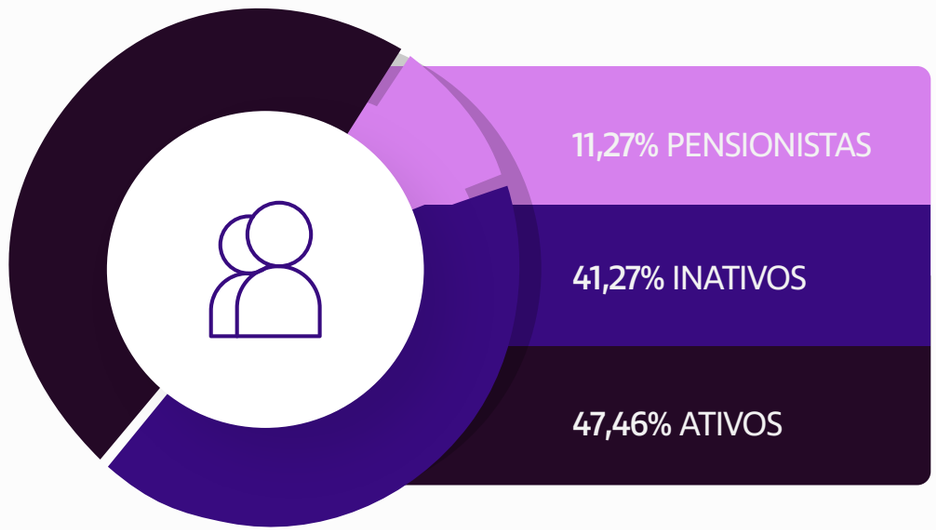


FONTE: COPAG/SEAD

GOVERNO DO RN: DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES POR TIPO DE VÍNCULO (REF. DEZEMBRO/2023).

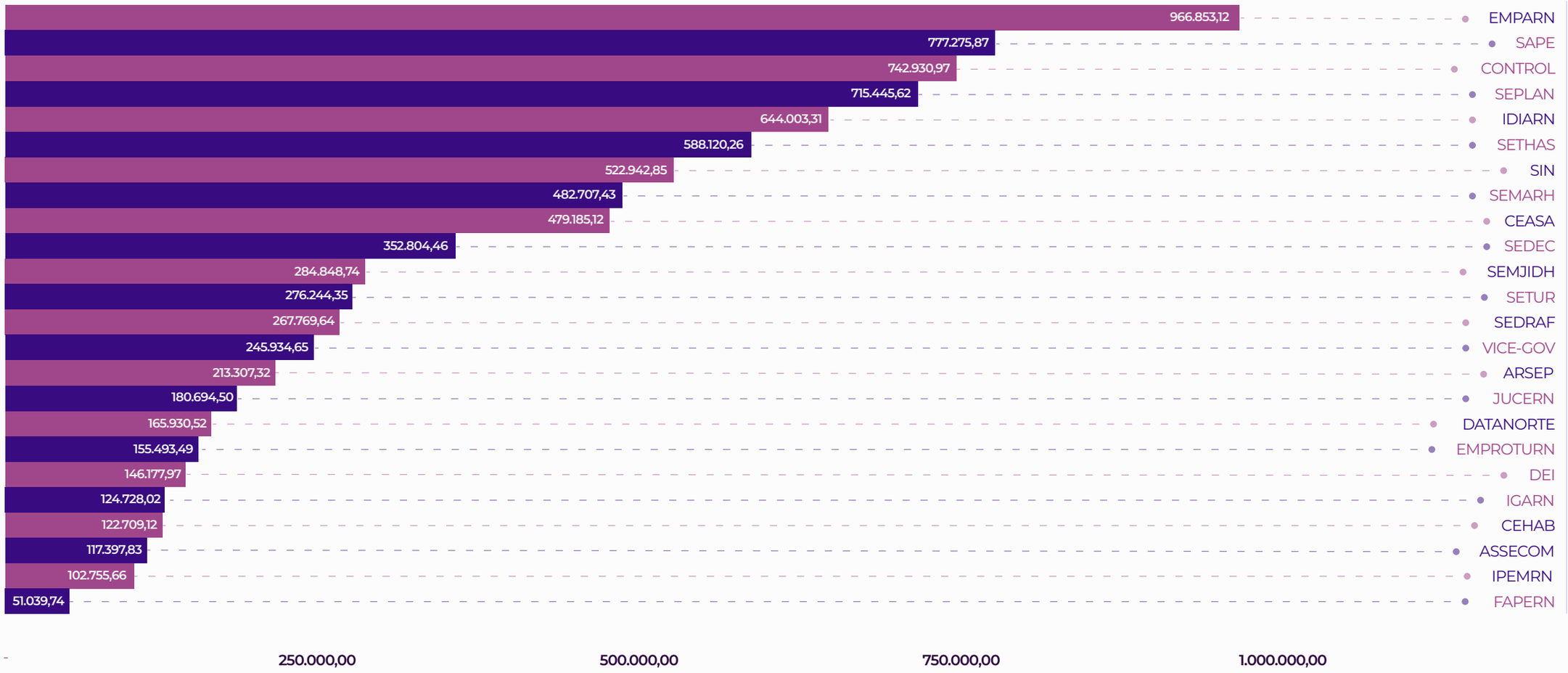


GOVERNO DO RN: DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES POR TIPO DE VÍNCULO (REF. DEZEMBRO/2023) - EM %.



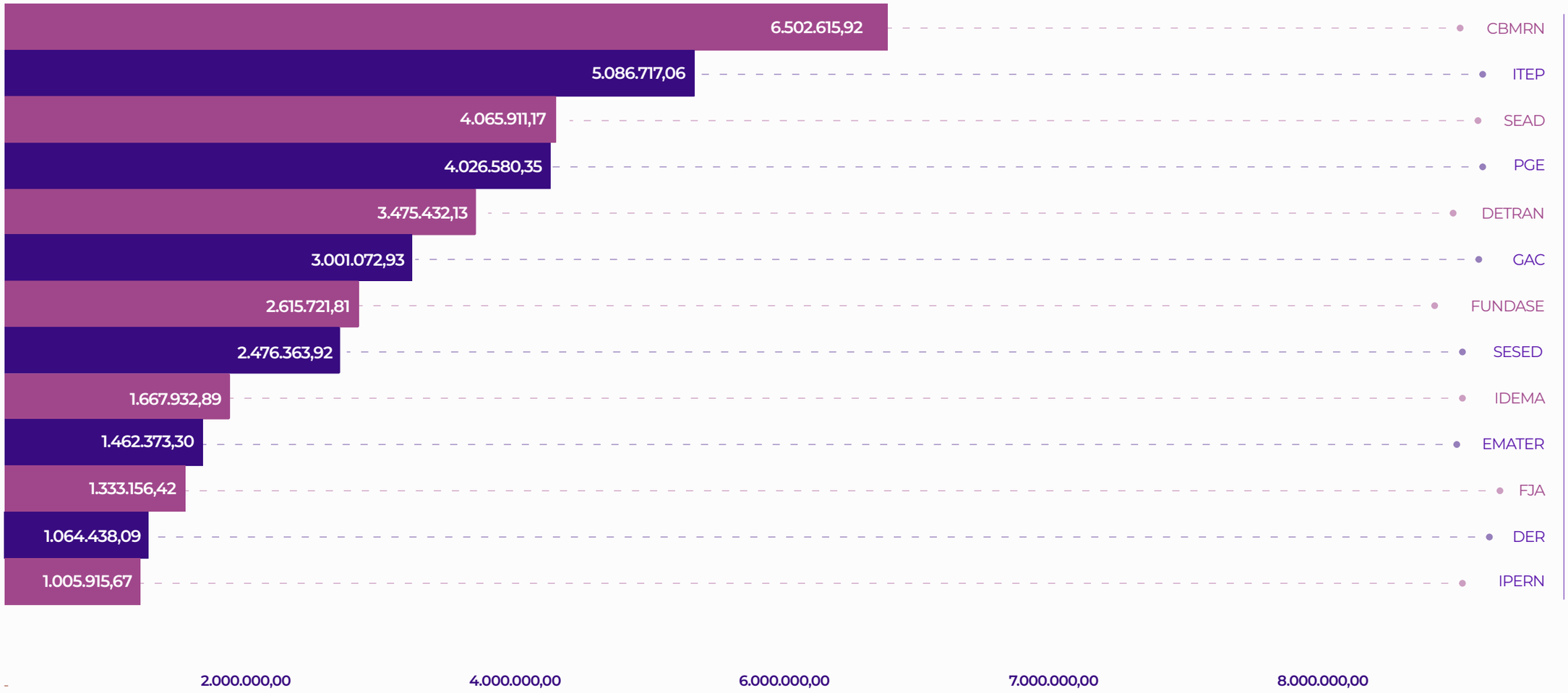
FONTE: COPAG/SEAD

GOVERNO DO RN: ÓRGÃOS ESTADUAIS COM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS INFERIOR A R$ 1 MILHÃO (REF. DEZEMBRO/2023).



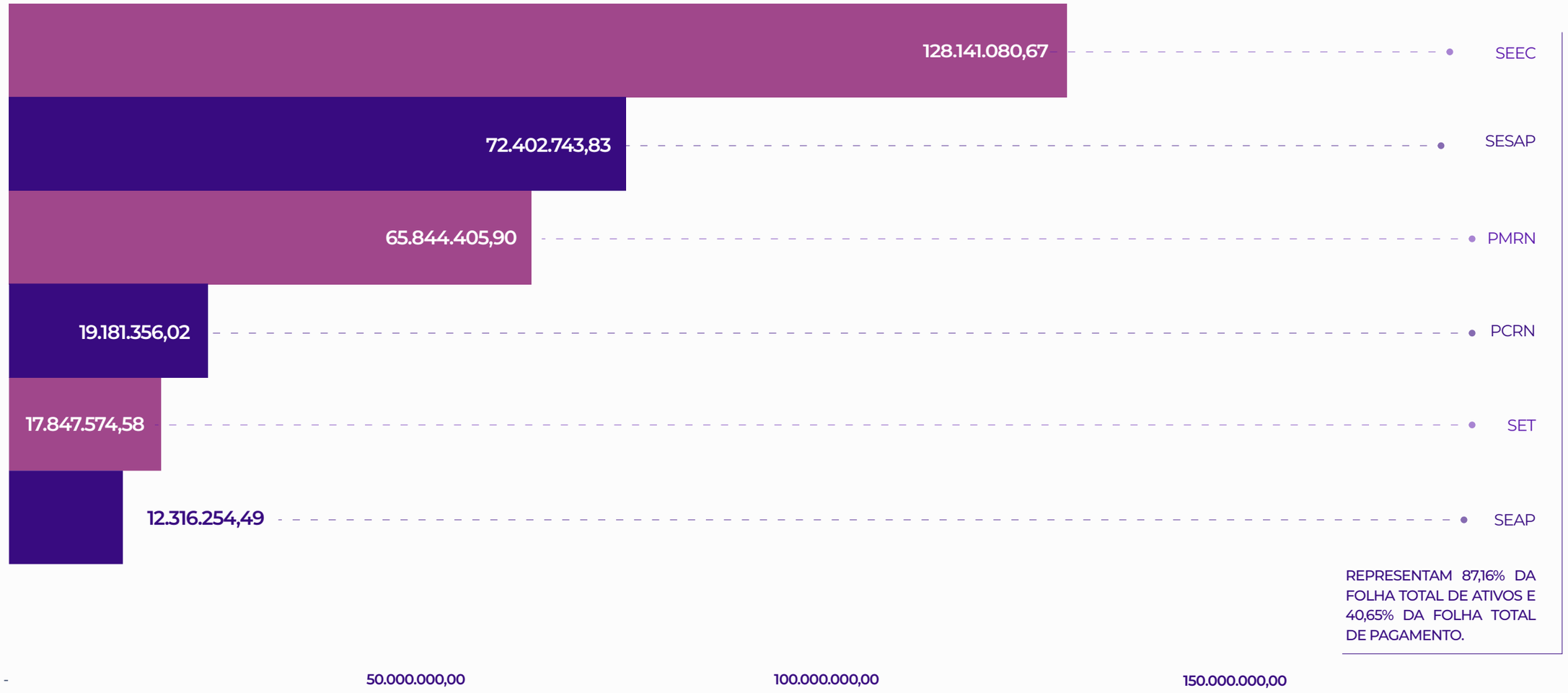
FONTE: COPAG/SEAD

GOVERNO DO RN: ÓRGÃOS ESTADUAIS COM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS ENTRE R$ 1 MILHÃO E R$ 10 MILHÕES (REF. DEZEMBRO/2023).



FONTE: COPAG/SEAD

GOVERNO DO RN: ÓRGÃOS ESTADUAIS COM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS SUPERIOR A R$ 10 MILHÕES (REF. DEZEMBRO/2023).

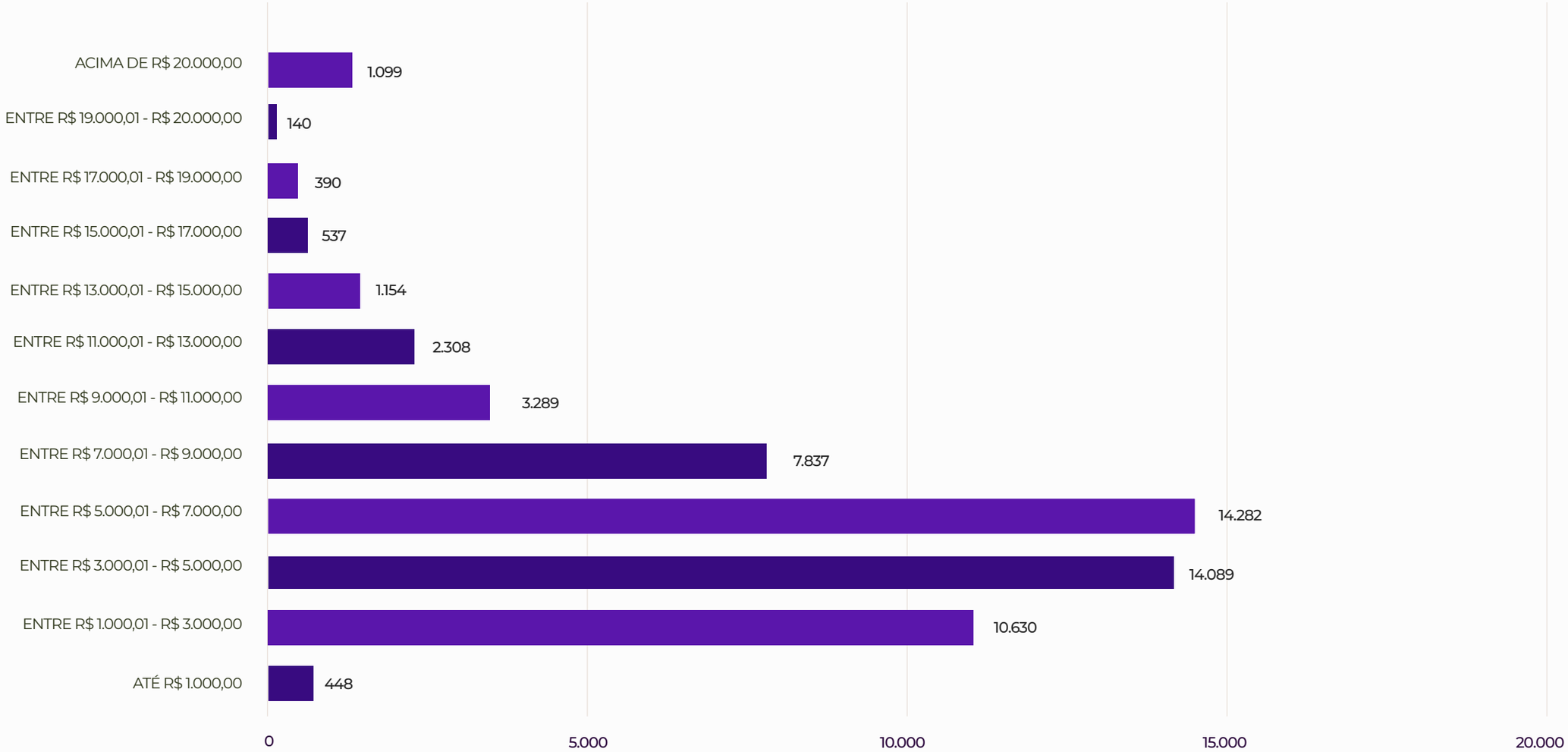


FONTE: COPAG/SEAD

02

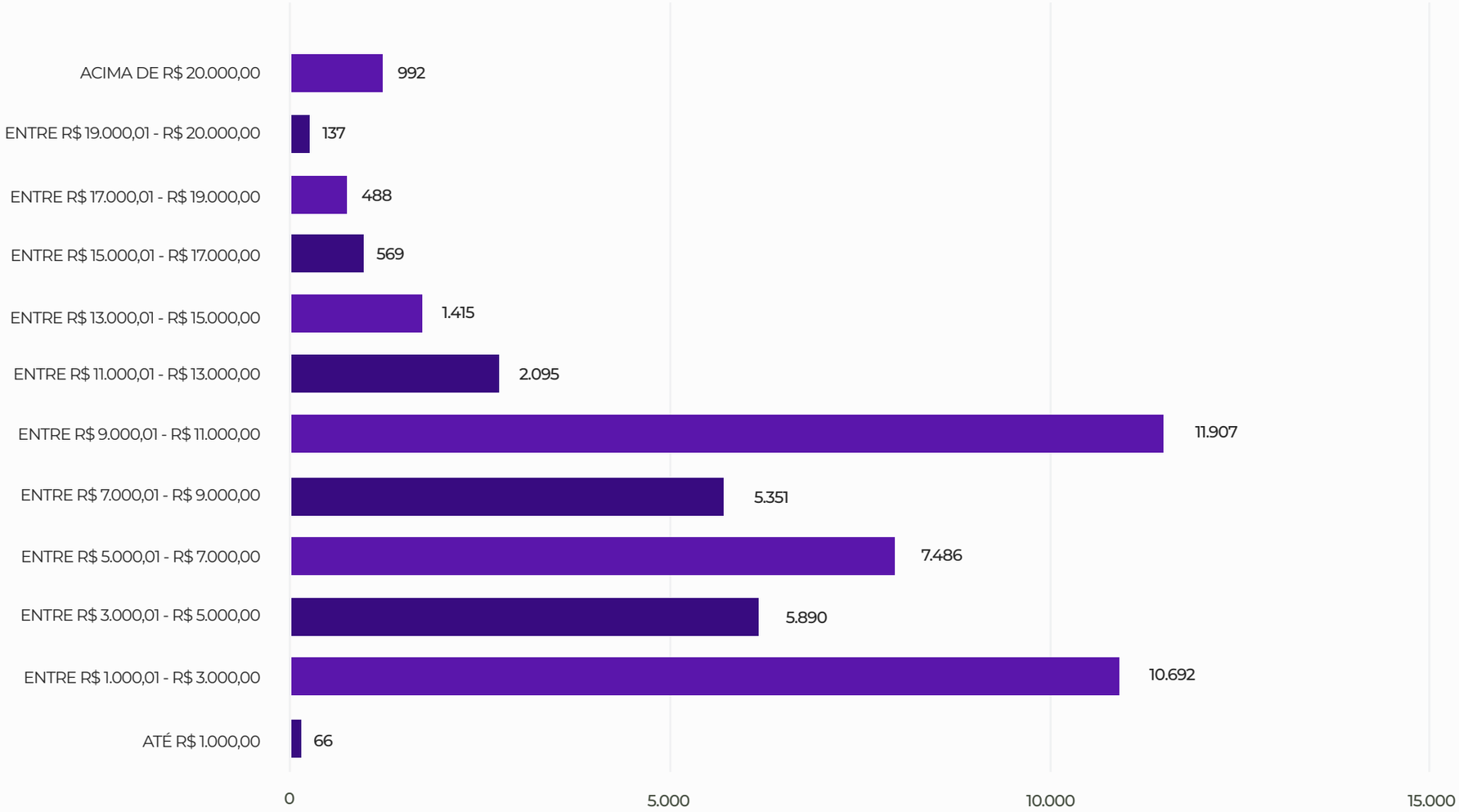
PERFIL DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS E PENSIONISTAS

GOVERNO DO RN: DISTRIBUIÇÃO DOS **SERVIDORES ATIVOS** POR FAIXA SALARIAL (REF. DEZEMBRO/2023).



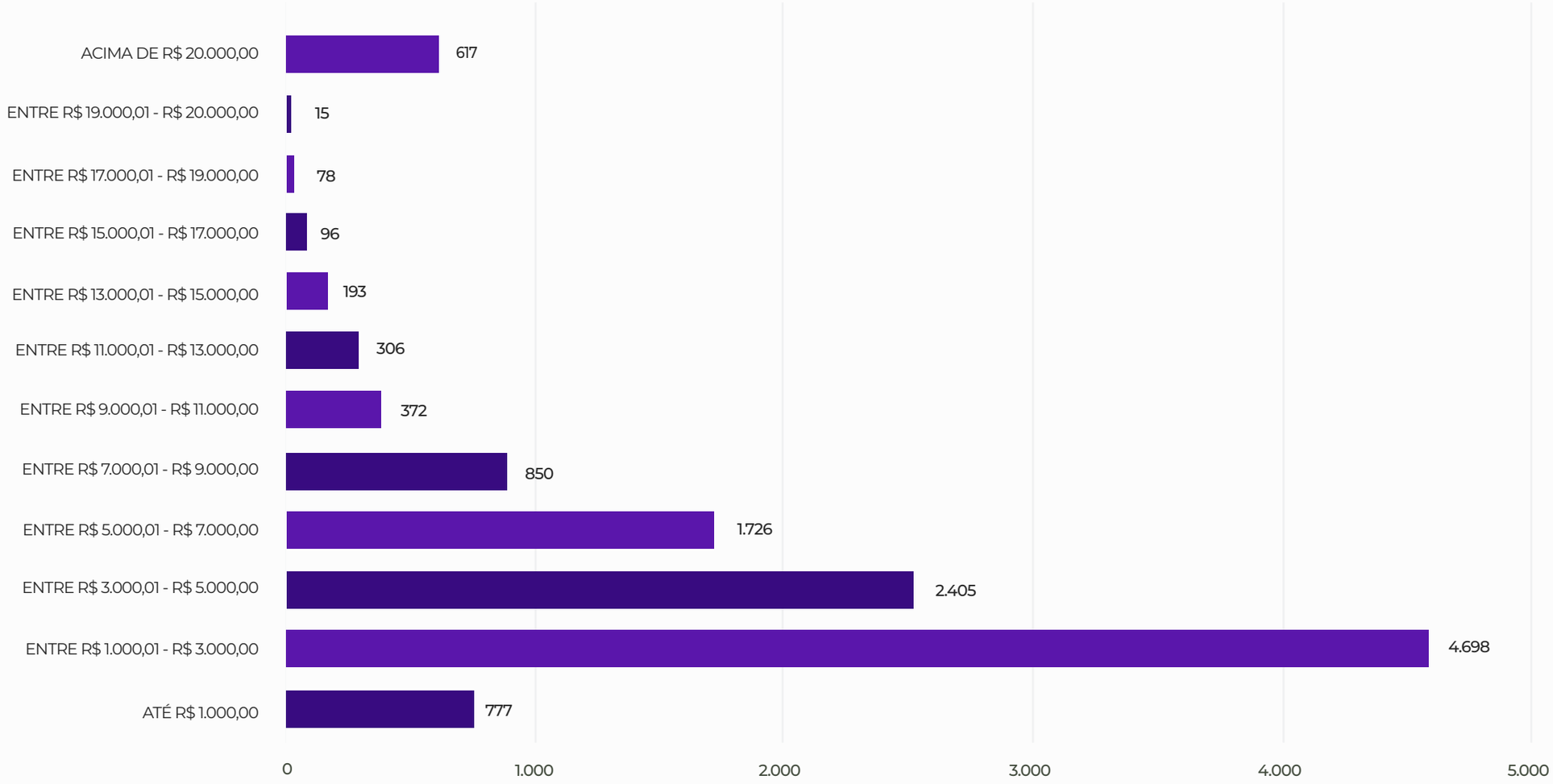
FONTE: COPAG/SEAD

GOVERNO DO RN: DISTRIBUIÇÃO DOS **SERVIDORES INATIVOS** POR FAIXA SALARIAL (REF. DEZEMBRO/2023).



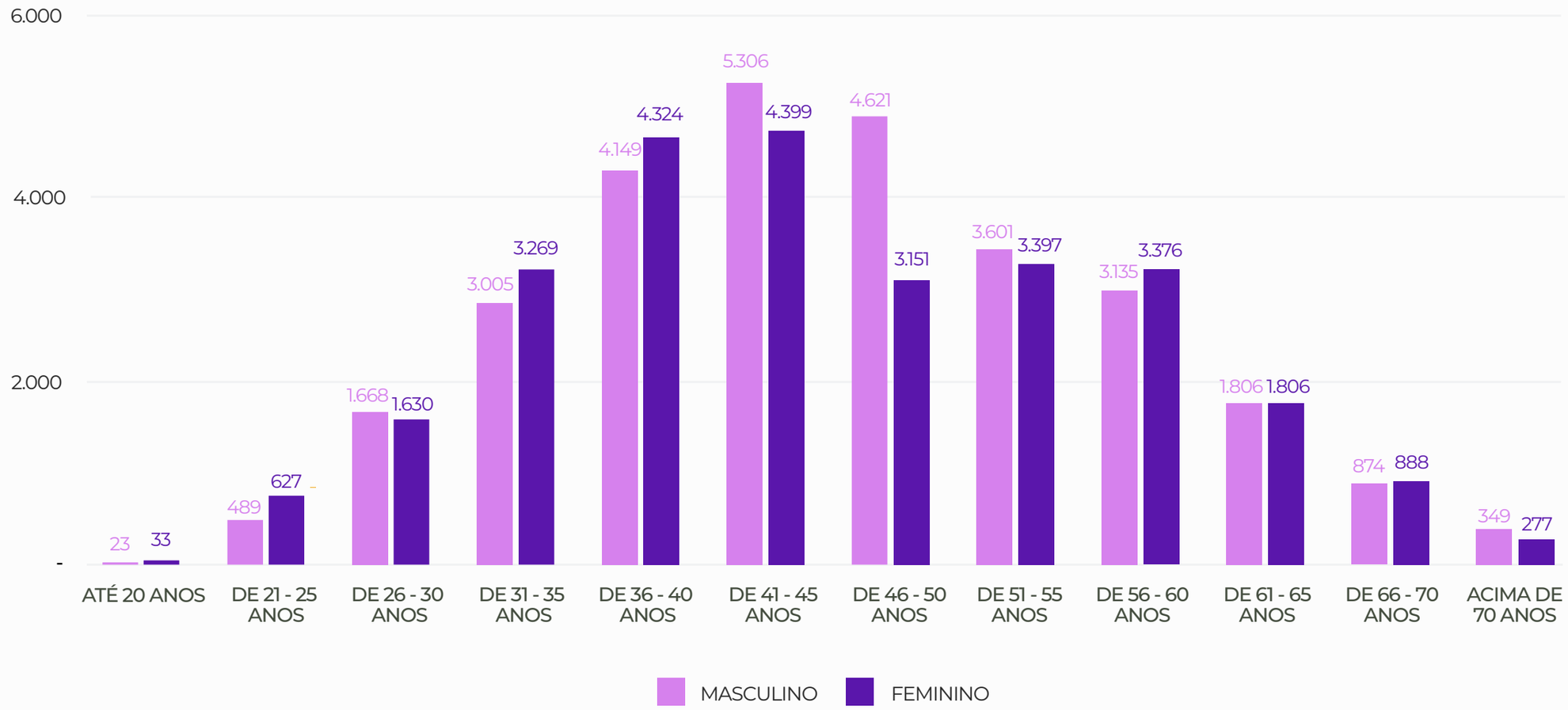
FONTE: COPAG/SEAD

GOVERNO DO RN: DISTRIBUIÇÃO DOS **PENSIONISTAS** POR FAIXA SALARIAL (REF. DEZEMBRO/2023).



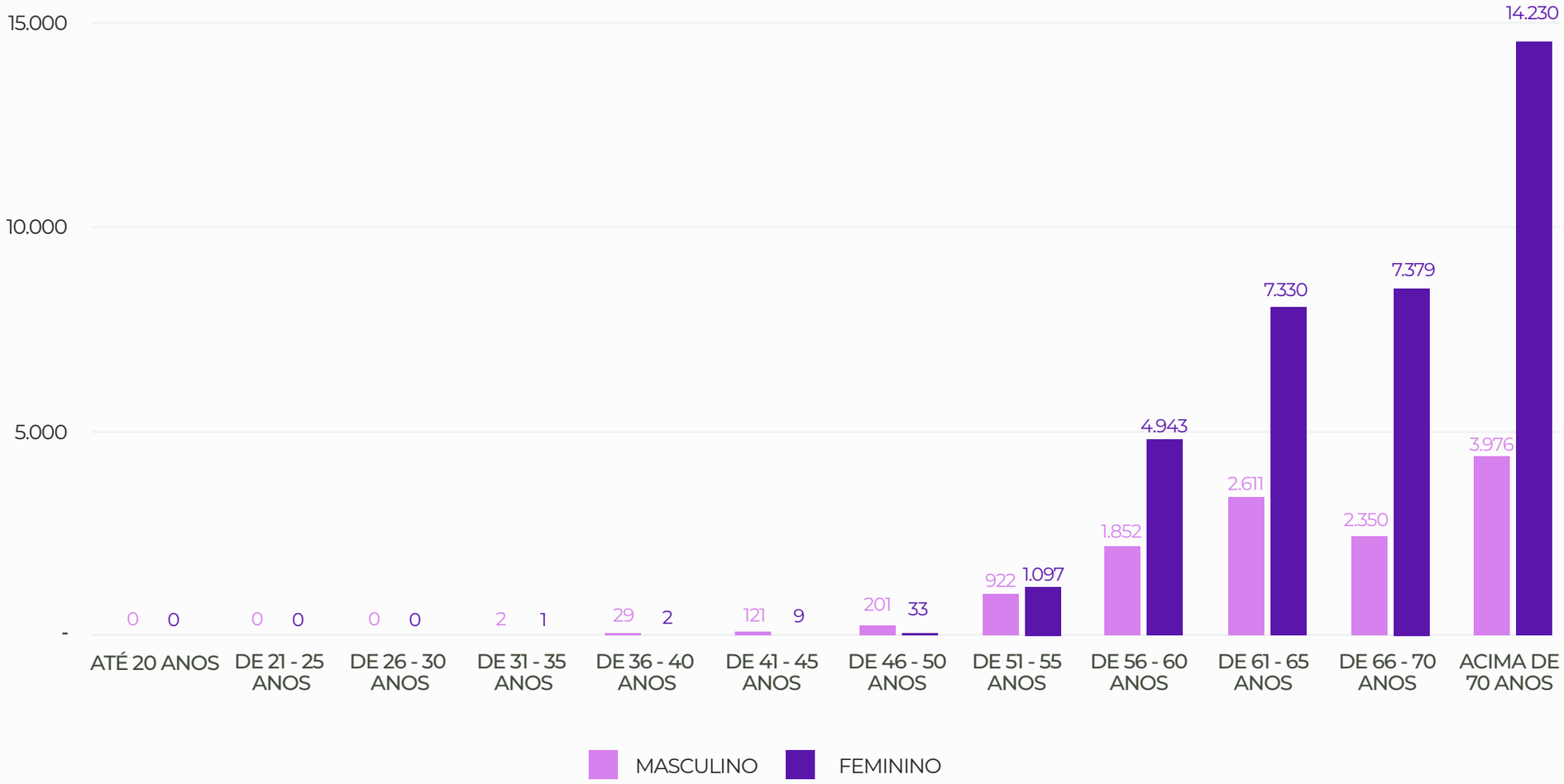
FONTE: COPAG/SEAD

GOVERNO DO RN: DISTRIBUIÇÃO DOS **SERVIDORES ATIVOS** POR FAIXA ETÁRIA E SEXO (REF. DEZEMBRO/2023).



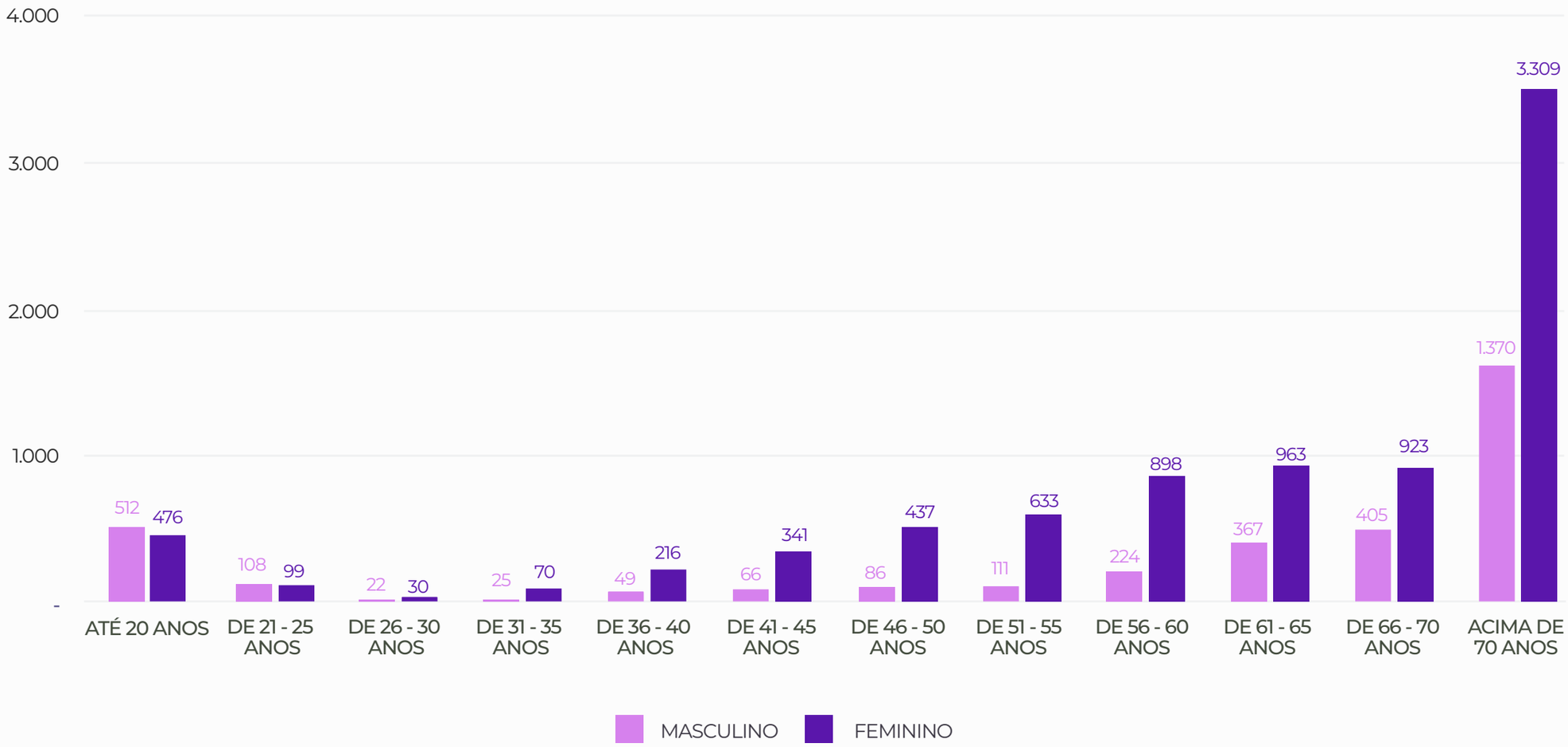
FONTE: COPAG/SEAD

GOVERNO DO RN: DISTRIBUIÇÃO DOS **SERVIDORES INATIVOS** POR FAIXA ETÁRIA E SEXO (REF. DEZEMBRO/2023).



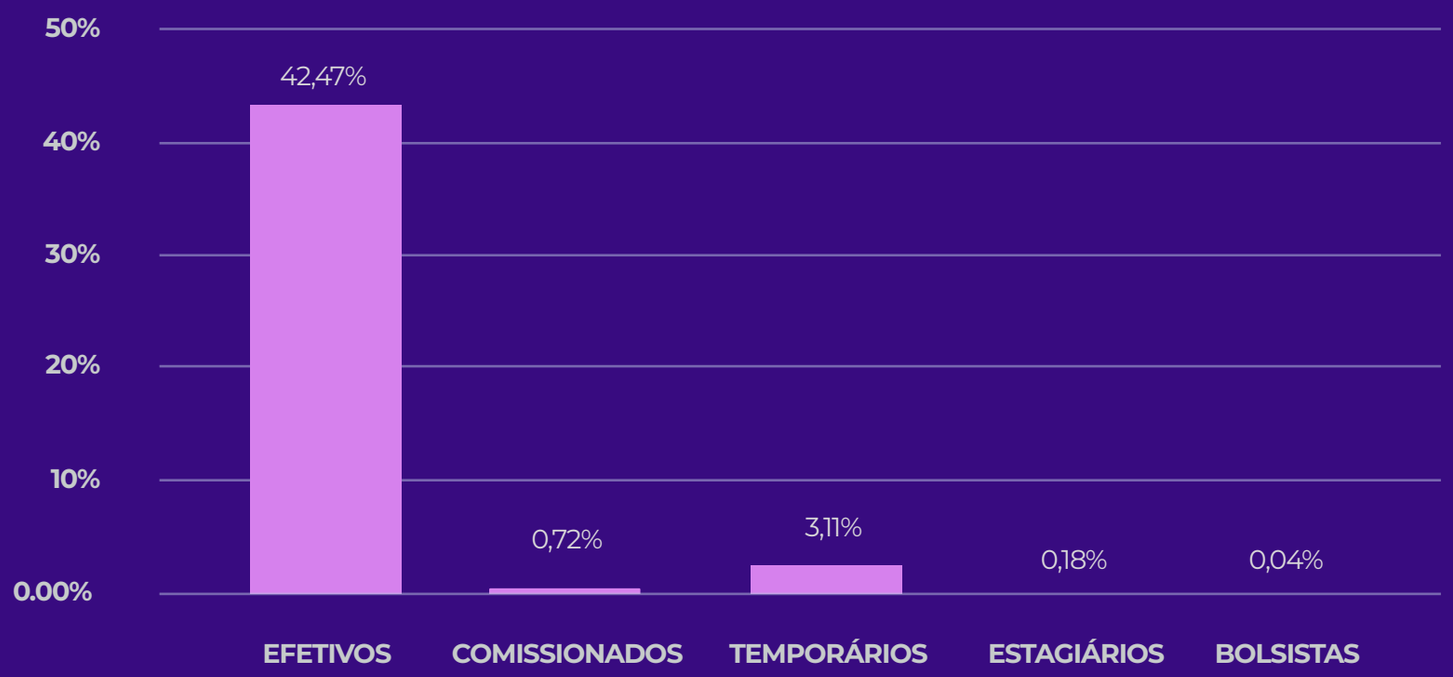
FONTE: COPAG/SEAD

GOVERNO DO RN: DISTRIBUIÇÃO DOS **PENSIONISTAS** POR FAIXA ETÁRIA E SEXO (REF. DEZEMBRO/2023).



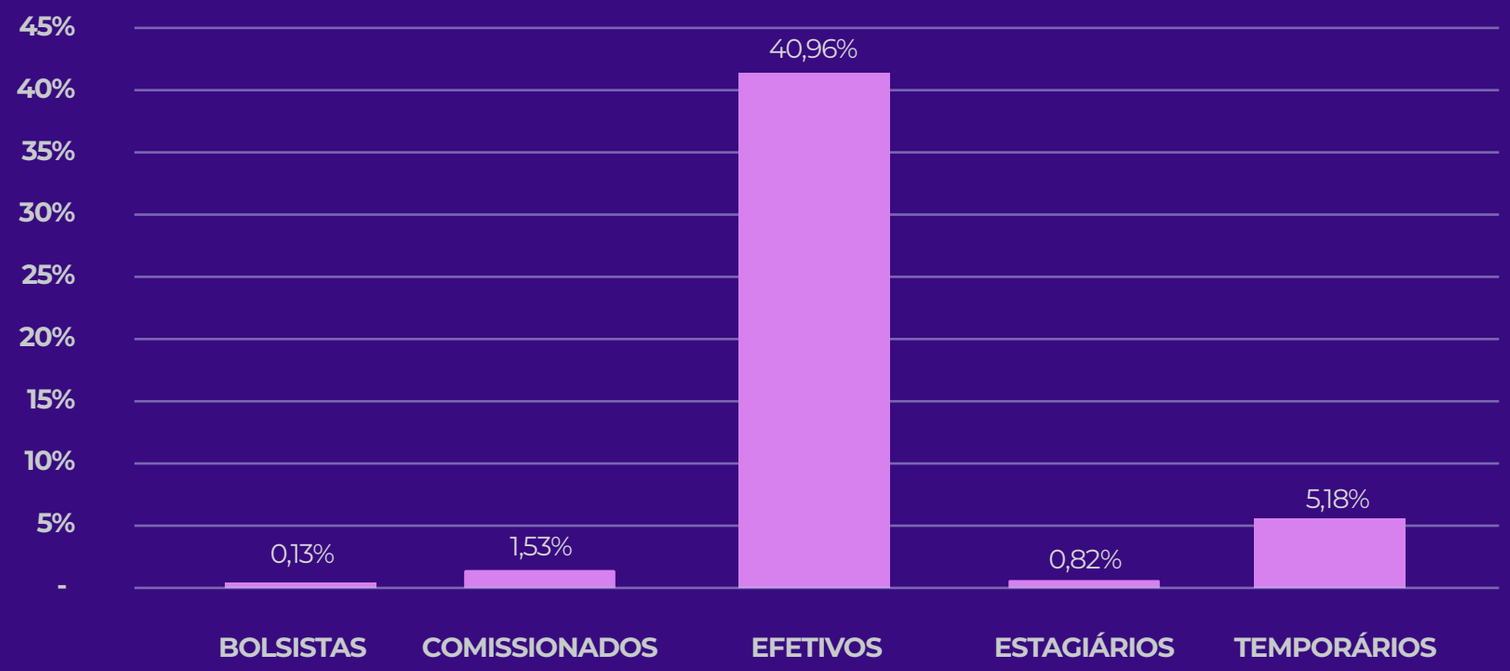
FONTE: COPAG/SEAD

GOVERNO DO RN: REPRESENTAÇÃO DOS SALÁRIOS DOS SERVIDORES ATIVOS EFETIVOS, COMISSIONADOS, TEMPORÁRIOS, BOLSISTAS E ESTAGIÁRIOS NO TOTAL DA FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL (REF. DEZEMBRO/2023).



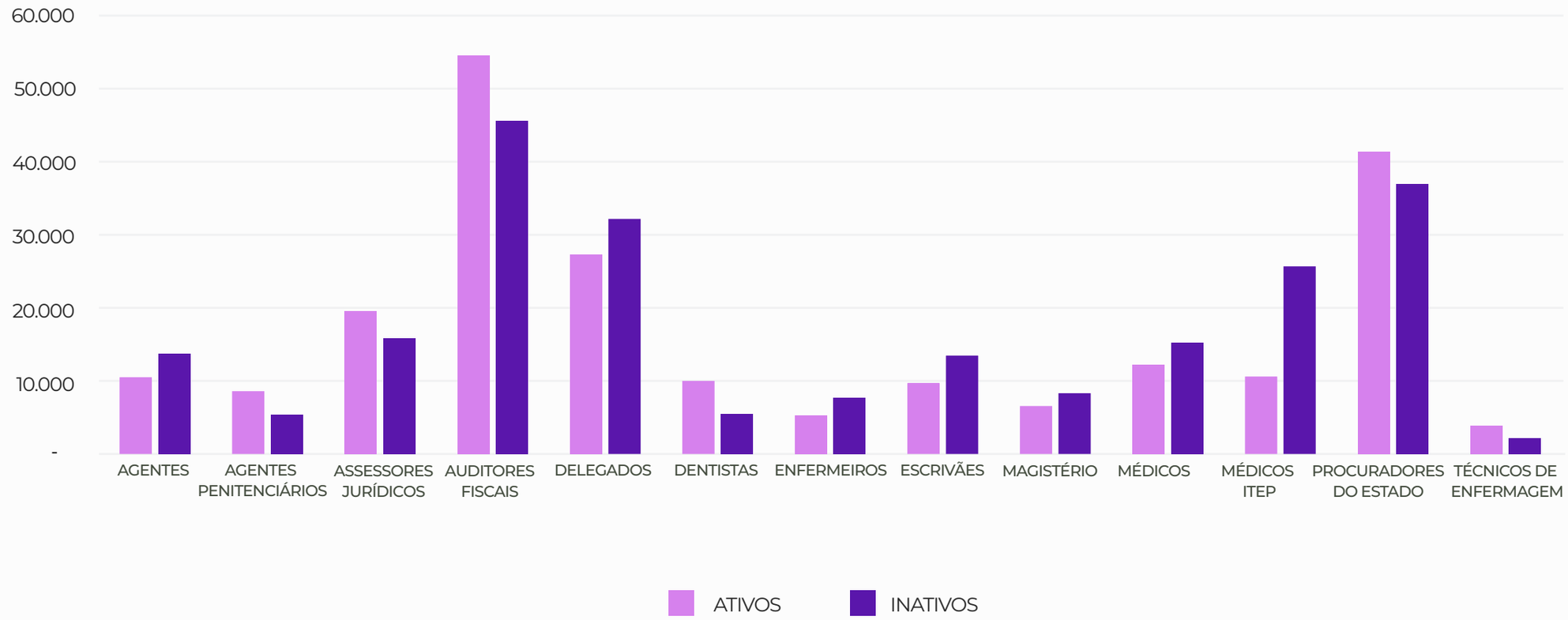
FONTE: COPAG/SEAD

GOVERNO DO RN: REPRESENTAÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS EFETIVOS, COMISSIONADOS, TEMPORÁRIOS, BOLSISTAS E ESTAGIÁRIOS NO TOTAL DO PESSOAL DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL (REF. DEZEMBRO/2023).



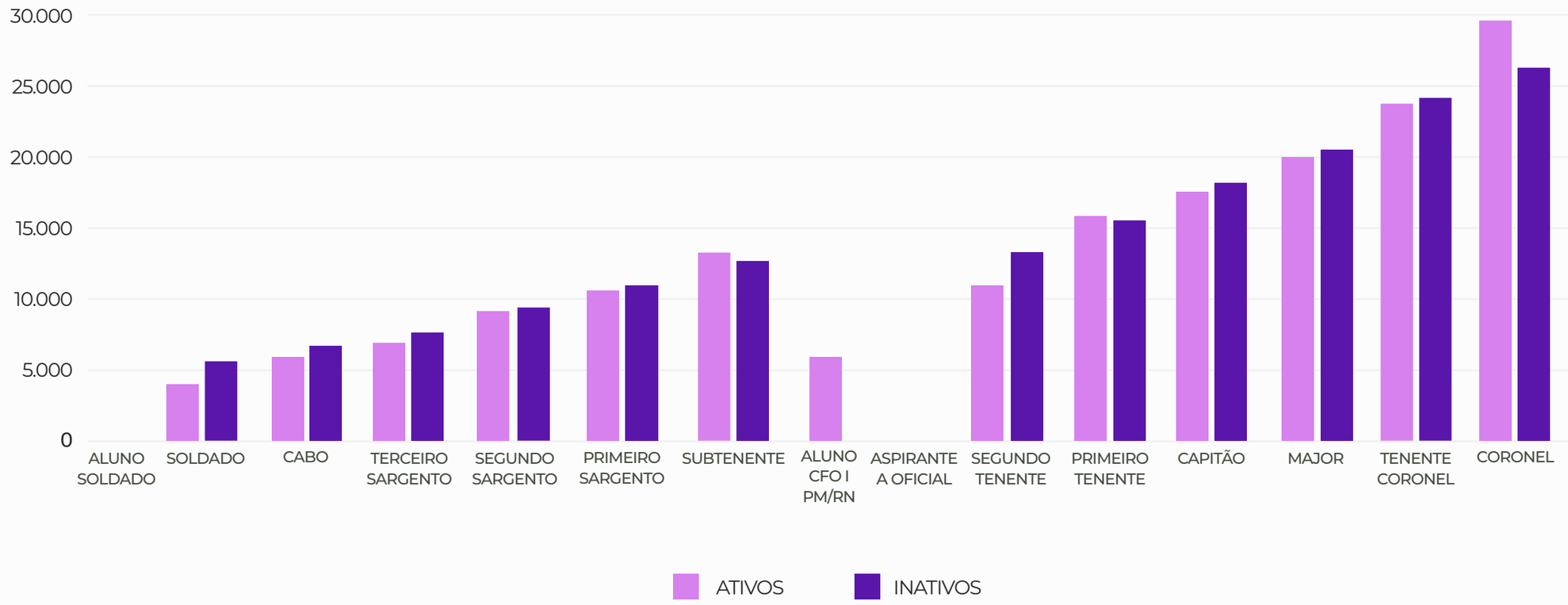
FONTE: COPAG/SEAD

GOVERNO DO RN: MÉDIA DE REMUNERAÇÃO DAS CARREIRAS DAS **ÁREAS FINS - ATIVOS E INATIVOS** (REF. DEZEMBRO/2023).



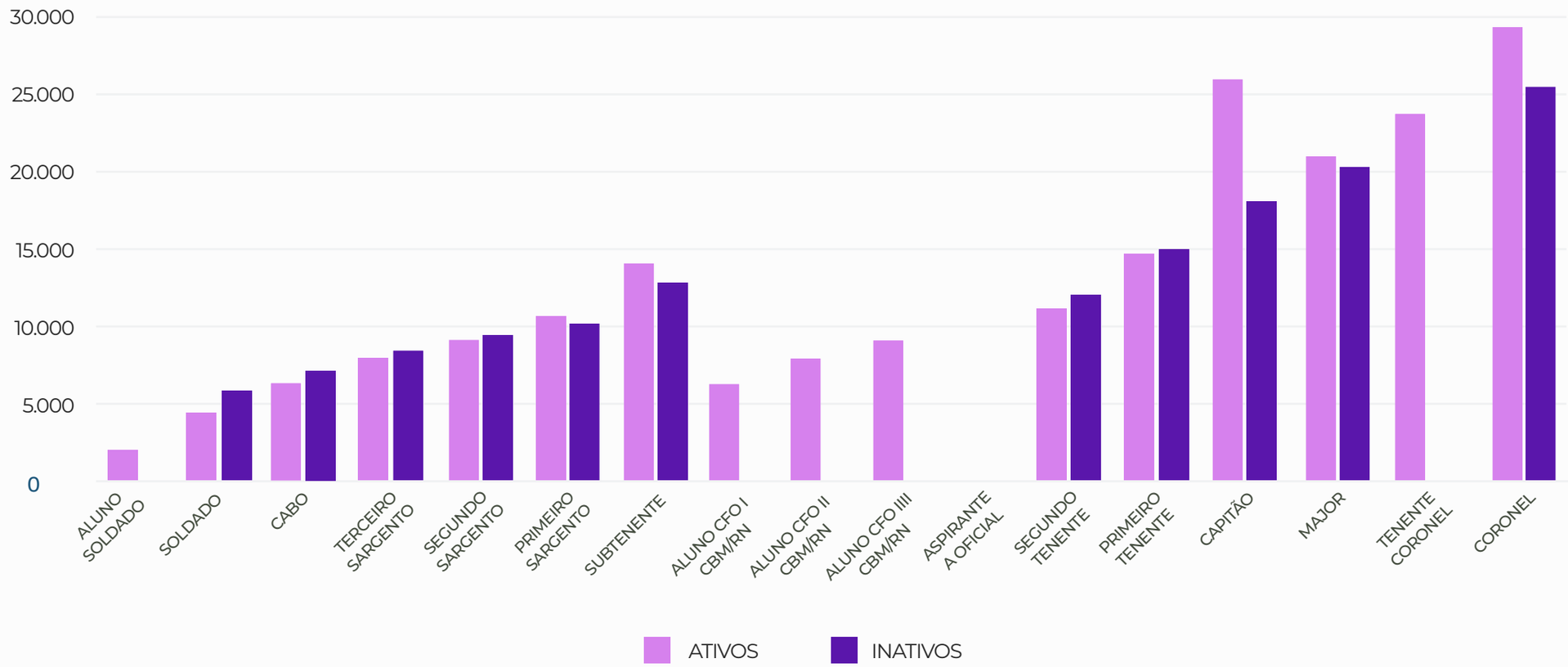
FONTE: COPAG/SEAD

GOVERNO DO RN: MÉDIA DE REMUNERAÇÃO POR PATENTE DA **POLÍCIA MILITAR - ATIVOS E INATIVOS** (REF. DEZEMBRO/2023).



FONTE: COPAG/SEAD

GOVERNO DO RN: MÉDIA DE REMUNERAÇÃO POR PATENTE DO
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - ATIVOS E INATIVOS (REF. DEZEMBRO/2023).



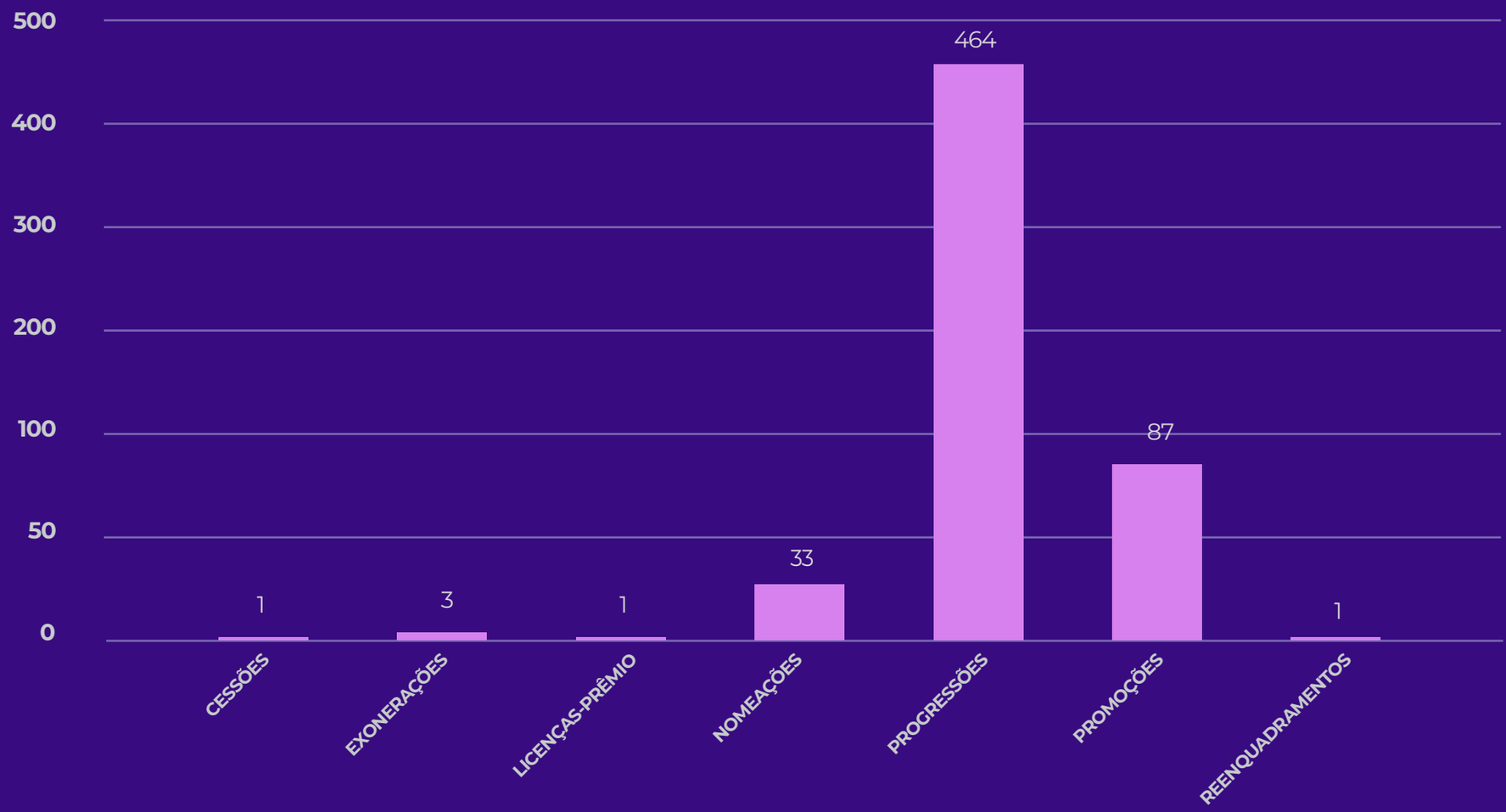
FONTE: COPAG/SEAD



03

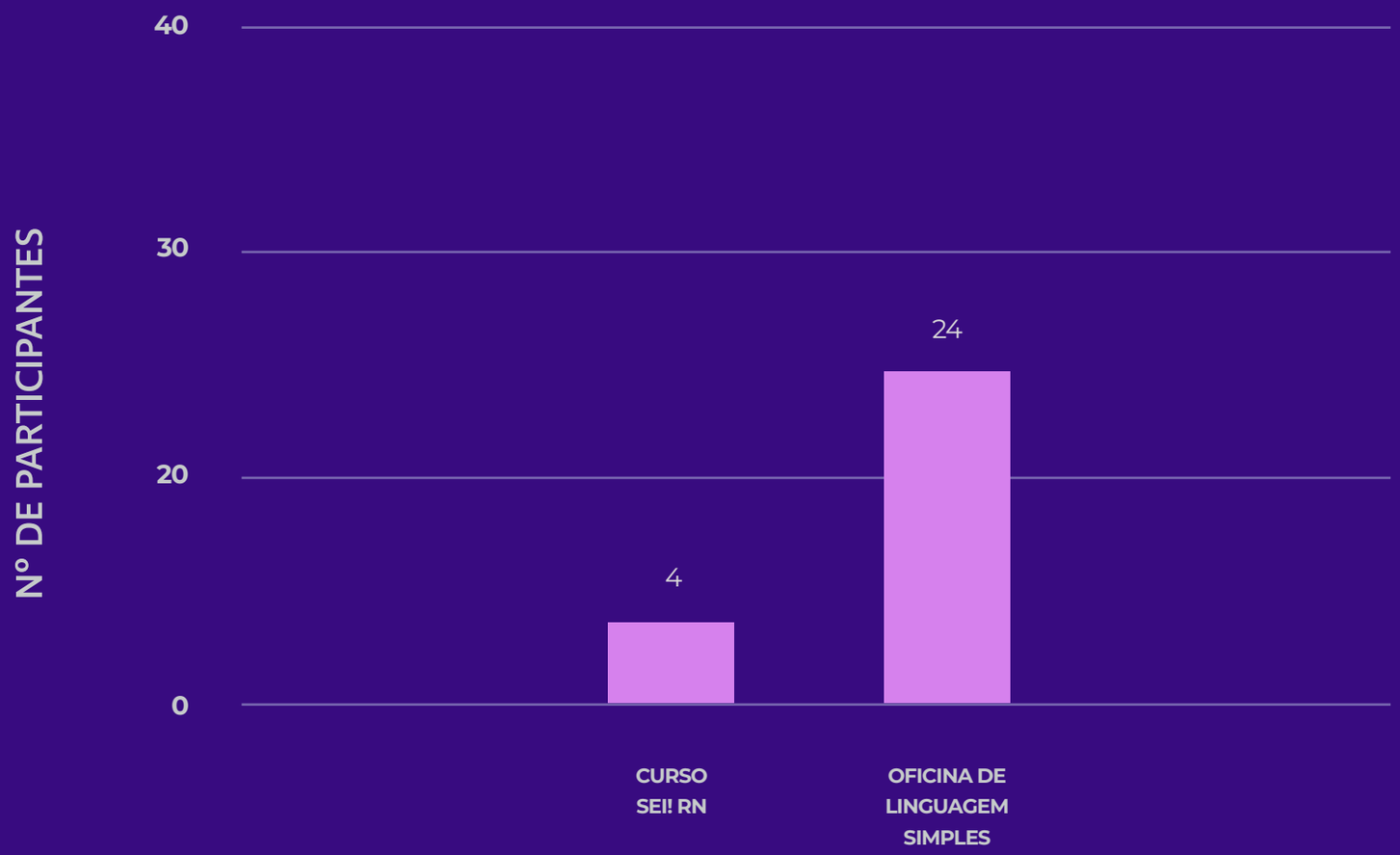
RECURSOS HUMANOS: CAPACITAÇÃO E QUADRO FUNCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS

GOVERNO DO RN: MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS
(REF. DEZEMBRO/2023).



FONTE: SUAT/COGEP/SEAD

GOVERNO DO RN: CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES - ESCOLA DE GOVERNO (REF. DEZEMBRO/2023).



FONTE: EGRN/SEAD

RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD

COGEP
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

OBSERVATÓRIO DE RH

Todos os dados utilizados são extraídos do Sistema ERGON, gerenciado pela Secretaria de Estado da Administração (SEAD), por meio da Coordenadoria da Folha de Pagamento (COPAG). Os valores correspondem ao montante da folha regular, excluído o 13º salário, outras verbas não habituais e folhas suplementares.

Não constam no documento as folhas de pagamento cujo gerenciamento não será pela SEAD: Agência de Fomento (AGN), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Companhia e Águas e Esgoto do RN (CAERN) e Potigás.

Os valores relativos às remunerações são apresentados sem deduções (valores brutos).

(84) 3232-1016 | COGEP

RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

LUCIANA DALTRO DE CASTRO PÁDUA
CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO

DANIELLE CARVALHO ASSUNÇÃO
CONTROLADORA ADJUNTA DO ESTADO

DEBORA CRISTIANE BARRETO DE SOUZA
AUDITORA-GERAL DO ESTADO

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO GERAL E CIRCUNSTANCIADO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

SARAH LUDMILLA DO NASCIMENTO FÉLIX
AUDITORA DE CONTROLE INTERNO

FÁBIO LUIZ MAIA BARBOSA
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

DANILO ARAÚJO XAVIER
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

DANIEL DOS ANJOS LINHARES DE OLIVEIRA
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

JADE CUNHA LOPES
AUDITORA DE CONTROLE INTERNO

NATAN ARRUDA MEDEIROS
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

PATRÍCIA ANGELICA TORRES DA SILVA FERRO
AUDITORA DE CONTROLE INTERNO

RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO

2023

Parte 2



ANEXO III
AVALIAÇÃO DO PPA
2020-2023



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO

Relatório de Avaliação

PLANO PLURIANUAL 2020-2023



PPA
Plano Plurianual 2020-2023
planejamento
transparência
integração

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

GOVERNADORA DO ESTADO
MARIA DE FÁTIMA BEZERRA

VICE-GOVERNADOR
WALTER PEREIRA ALVES

Secretário Chefe do Gabinete Civil	RAIMUNDO ALVES JÚNIOR
Assessor de Comunicação Social	DANIEL CABRAL DE OLIVEIRA
Procurador Geral	ANTENOR ROBERTO SOARES DE MEDEIROS
Controladora Geral	LUCIANA DALTRO DE CASTRO PÁDUA BEZERRA
Defensor Público Geral	CLÍSTINES MIKAEL DE LIMA GADELHA
Secretária do Planejamento, do Orçamento e Gestão	MARIA VIRGÍNIA FERREIRA LOPES
Secretário da Administração	PEDRO LOPES DE ARAÚJO NETO
Secretário da Administração Penitenciaria	HELTON EDI XAVIER DA SILVA
Secretário da Agricultura, da Pecuária e da Pesca	GUILHERME MORAES SALDANHA
Secretário da Tributação	CARLOS EDUARDO XAVIER
Secretária da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer	MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretário da Infraestrutura	GUSTAVO FERNANDES ROSADO COELHO
Secretário da Segurança Pública e da Defesa Social	FRANCISCO CANINDÉ DE ARAÚJO SILVA
Secretária da Saúde Pública	LYANE RAMALHO CORTEZ
Secretário do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar	ALEXANDRE DE OLIVEIRA LIMA
Secretário do Desenvolvimento Econômico	JAIME CALADO PEREIRA DOS SANTOS
Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	PAULO LOPES VARELLA NETO
Secretária do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social	IRIS MARIA DE OLIVEIRA
Secretária do Turismo	SOLANGE ARAÚJO PORTELA
Secretário Extraordinário de Governo e Relações Institucionais	JOSÉ ADRIANO DE SOUSA GADELHA
Secretária das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	OLGA AGUIAR DE MELO
Diretor Presidente da Companhia de Águas e Esgotos	ROBERTO SERGIO RIBEIRO LINHARES

Diretor Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária	RODRIGO OLIVEIRA MARANHÃO
Diretora Presidente da Agência de Fomento	MÁRCIA FARIA MAIA
Diretora Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos	ROSÂNGELA MARIA FONSECA DE OLIVEIRA
Diretor Presidente da Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento	PABLO THIAGO LINS DE OLIVEIRA CRUZ
Diretor Geral da Companhia de Processamento de Dados	JONNY ARAÚJO DA COSTA
Diretor das Centrais de Abastecimento	FLÁVIO MORAIS
Diretora Presidente da Companhia Potiguar de Gás	MARINA MELO ALVES SIQUEIRA
Diretora Presidente da Empresa Gestora de Ativos	KATHIA FRASSINETTI PALHANO DE OLIVEIRA
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar	CORONEL BM LUIS MONTEIRO DA SILVA JUNIOR
Delegada Geral da Polícia Civil	ANA CLÁUDIA SARAIVA GOMES
Diretora Geral do Departamento de Estradas de Rodagem	NATECIA SHILEY NUNES
Diretora Geral do Departamento Estadual de Imprensa	FLÁVIA CELESTE MARTINI ASSAF
Diretor Geral do Departamento Estadual de Trânsito	HUGO LEONARDO DA SILVA ARAÚJO
Diretora Presidente da Empresa Potiguar de Promoção Turística	BRUNO GIOVANNI DOS REIS
Diretor Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte	GILTON SAMPAIO DE SOUZA
Presidente da Fundação Estadual da Criança e do Adolescente	HERCULANO RICARDO CAMPOS
Presidente da Fundação José Augusto	JOSÉ GILSON MATIAS BARROS
Diretor Geral do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte	CESAR JOSÉ DE OLIVEIRA
Diretor Geral do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária	MÁRIO VICTOR FREIRE MANSO
Diretor Geral do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	WENER FARKATT TABOSA
Diretora Geral do Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy	MÁRCIA MARIA ALVES DE ASSIS
Diretor Geral do Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte	PAULO SIDNEY GOMES SILVA
Diretor Presidente do Instituto de Pesos e Medidas	JOÃO HENRIQUE MAIA DE FARIAS
Presidente do Instituto de Previdência	NEREU BATISTA LINHARES
Diretor Geral do Instituto Técnico- científico de Perícia	MARCOS JOSÉ BRANDÃO GUIMARÃES
Presidente da Junta Comercial do Estado	CARLOS AUGUSTO DE PAIVA MAIA
Comandante Geral da Polícia Militar	CORONEL ALARICO JOSÉ PESSOA AZEVÊDO JÚNIOR
Reitora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	CICÍLIA RAQUEL MAIA LEITE

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO

Secretária	MARIA VIRGÍNIA FERREIRA LOPES
Secretário Adjunto	JOSÉ DIONISIO GOMES DA SILVA
Chefe de Gabinete	REJANE MARIA DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Planejamento, Acompanhamento e Controle	DIEGO TENÓRIO DA PAZ
Coordenadoria de Planejamento Orçamentário	ALESSANNA LARISSA AZEVEDO VITORIANO
Coordenadoria de Estudos Socioeconômicos	JOÃO VICTOR ROCHA DE QUEIROZ
Coordenadoria de Logística e Tecnologia da Informação	ALEX MICHEL FERNANDES DE ANDRADE
Coordenadoria de Concessões e Permissões	LEONARDO ARTHUR PAIVA ARAÚJO
Coordenadoria da Região Metropolitana de Natal	RICARDO VALÉRIO COSTA MENEZES
Subcoordenadoria de Acompanhamento e Controle	THAÍS GODEIRO MAIA
Subcoordenadoria de Programação Orçamentária	LIS BELLE GUERRA TEIXEIRA
Subcoordenadoria de Execução Orçamentária	JORDÃO MENESES DA SILVA
Subcoordenadoria de Logística, Tecnologia da Informação e Comunicação	ISAAC ABRAÃO RICARDO DOS SANTOS
Subcoordenadoria de Indicadores, Avaliação e Desenvolvimento Econômicos e Sociais	PEDRO MIGUEL FERREIRA TEIXEIRA NERI
Assessoria de Comunicação	EDILEUSA MARTINS DE OLIVEIRA
Assessor Jurídico	VICTOR DARLAN FERNANDES DE CARVALHO OLIVEIRA
Assessora Técnica	CLIVANIR CASSIANO DE OLIVEIRA
Assessora Técnica	ANA PAULA CAVALCANTI PROTASIO DE LIMA
Assessor Técnico	CLÁUDIO ROBERTO SILVA FERNANDES

EQUIPE TÉCNICA

Coordenador de Planejamento, Acompanhamento e Controle	DIEGO TENÓRIO DA PAZ
Coordenadora de Planejamento Orçamentário	ALESSANNA LARISSA AZEVEDO VITORIANO
Subcoordenadora de Programação Orçamentária	LIS BELLE GUERRA TEIXEIRA
Técnica de Planejamento	LARISSA ANNE FIGUEIREDO NELSON PINHEIRO
Técnica de Planejamento	SILVANA MARIA DE OLIVEIRA
Técnico de Planejamento	THIAGO PINHEIRO DA SILVA
Técnica de Planejamento	KECIA PRISCILA OLIVEIRA DA SILVA
Estagiário	ALIPIO DE ARAUJO PEREIRA
Estagiário	RAFAEL ORLANDI MENDES
Estagiária	LORENA BARBOSA DE OLIVEIRA SOUZA

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Entrega de Relatório de Avaliação
Gráfico 2 Pesquisa de Avaliação do Curso
Gráfico 3 Programas Temáticos
Gráfico 4 Programa de Gestão e Manutenção
Gráfico 5 Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.
Gráfico 6 Programa 1001 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 7 Programa 1001 - Execução Orçamentária
Gráfico 8 Programa 1002 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 9 Programa 1002 - Execução Orçamentária
Gráfico 10 Programa 1003 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 11 Programa 1003 - Execução Orçamentária
Gráfico 12 Programa 1004 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 13 Programa 1004 - Execução Orçamentária
Gráfico 14 Programa 2001 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 15 Programa 2001 - Execução Orçamentária
Gráfico 16 Programa 2002 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 17 Programa 2002 - Execução Orçamentária
Gráfico 18 Programa 2003 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 19 Programa 2003 - Execução Orçamentária
Gráfico 20 Programa 2004 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 21 Programa 2005 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 22 Programa 2005 - Execução Orçamentária
Gráfico 23 Programa 2007 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 24 Programa 2007 - Execução Orçamentária
Gráfico 25 Programa 2008 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 26 Programa 2008 - Execução Orçamentária
Gráfico 27 Programa 2009 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 28 Programa 2009 - Execução Orçamentária
Gráfico 29 Programa 2010 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 30 Programa 2010 - Execução Orçamentária
Gráfico 31 Programa 3001 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 32 Programa 3001 - Execução Orçamentária
Gráfico 33 Programa 3002 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 34 Programa 3002 - Execução Orçamentária
Gráfico 35 Programa 3004 - Situação das Metas Físicas

Gráfico 36 Programa 3004 - Execução Orçamentária
Gráfico 37 Programa 3005 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 38 Programa 3005 - Execução Orçamentária
Gráfico 39 Programa 3006 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 40 Programa 3006 - Execução Orçamentária
Gráfico 41 Programa 3007 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 42 Programa 3007 - Execução Orçamentária
Gráfico 43 Programa 4001 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 44 Programa 4001 - Execução Orçamentária
Gráfico 45 Programa 4002 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 46 Programa 4002 - Execução Orçamentária
Gráfico 47 Programa 4003 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 48 Programa 4003 - Execução Orçamentária
Gráfico 49 Programa 4004 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 50 Programa 4004 - Execução Orçamentária
Gráfico 51 Programa 4005 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 52 Programa 4005 - Execução Orçamentária
Gráfico 53 Programa 4006 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 54 Programa 4006 - Execução Orçamentária
Gráfico 55 Programa 4007 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 56 Programa 4007 - Execução Orçamentária
Gráfico 57 Programa 4008 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 58 Programa 4008 - Execução Orçamentária
Gráfico 59 Programa 4009 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 60 Programa 4009 - Execução Orçamentária
Gráfico 61 Programa 4010 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 62 Programa 4010 - Execução Orçamentária
Gráfico 63 Programa 4011 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 64 Programa 40011 - Execução Orçamentária
Gráfico 65 Programa 4012 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 66 Programa 4012 - Execução Orçamentária
Gráfico 67 Programa 5001 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 68 Programa 5001 - Execução Orçamentária
Gráfico 69 Programa 5002 - Situação das Metas Físicas
Gráfico 70 Programa 5002 - Execução Orçamentária
Gráfico 71 Programa 5003 - Situação das Metas Físicas

Gráfico 72 Programa 5003 - Execução Orçamentária
Gráfico 73 Total dos Programas Temáticos
Gráfico 74 Recursos Estaduais
Gráfico 75 Recursos Federais
Gráfico 76 Recurso Operações de Crédito
Gráfico 77 Outros
Gráfico 78 Execução Orçamentaria PPA 2020 – 2023
Gráfico 79 Procuradoria Geral do Estado (PGE)
Gráfico 80 Assessoria de Comunicação Social (ASSECOM)
Gráfico 81 Controladoria Geral do Estado (CONTROL)
Gráfico 82 Gabinete Civil do Governo do Estado (GAC)
Gráfico 83 Departamento Estadual de Imprensa (DEI)
Gráfico 84 Gabinete da Vice-Governadoria (GVG)
Gráfico 85 Polícia Militar (PM/RN)
Gráfico 86 Secretaria de Estado da Administração (SEAD)
Gráfico 87 Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE)
Gráfico 88 Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN)
Gráfico 89 Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do RN (IDIARN)
Gráfico 90 Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC)
Gráfico 91 Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN)
Gráfico 92 Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão (SEPLAN)
Gráfico 93 Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte (JUCERN)
Gráfico 94 Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte (IPEM/RN)
Gráfico 95 Polícia Civil (PC/RN)
Gráfico 96 Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP/RN)
Gráfico 97 Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Norte (SEFAZ-RN)
Gráfico 98 Secretaria da Saúde Pública (SESAP/RN)
Gráfico 99 Departamento de Estradas de Rodagem (DER/RN)
Gráfico 100 Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RN)
Gráfico 101 Agência Reguladora de Serviços Públicos (ARSEP/RN)
Gráfico 102 Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS/RN)
Gráfico 103 Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE)
Gráfico 104 Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CEHAB/RN)
Gráfico 105 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH)
Gráfico 106 Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA-RN)
Gráfico 107 Secretaria de Estado do Turismo (SETUR/RN)

Gráfico 108 Empresa Potiguar de Promoção Turística S.A. (EMPROTUR)

Gráfico 109 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF/RN)

Gráfico 110 Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RN)

Gráfico 111 Corpo de Bombeiros Militar (CBM/RN)

Gráfico 112 Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJIDH/RN)

Sumário

Introdução Geral 11
PARTE 1 16
Estrutura do relatório de avaliação 17
Metodologia e Estrutura do Plano Plurianual PPA 2020-2023 18
Dimensão Estratégica 18
Eixos Estratégicos 21
Dimensão Tática 21
Divisão Territorial do PPA 2020-2023 25
O Processo de Avaliação do PPA 2020-2023 28
Capacitação 32
Manual de Orientações 36
Formulário de Avaliação 37
PARTE 2 38
Avaliação do Plano Plurianual PPA 2020-2023 39
Avaliação por Tipo de Programa 39
Avaliação do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado 41
Avaliação dos Programas Temáticos 42
Análise Consolidada da Execução das Metas Físicas e das Metas Financeiras do PPA 43
Síntese das Avaliações Setoriais 122
Anexo 196

Introdução Geral

O planejamento é o processo que permite a definição de objetivos e de metas para a implementação de projetos e atividades, considerando variáveis como demandas sociais por equipamentos e serviços públicos, recursos financeiros e tempo com foco na obtenção de resultados. Com as crescentes e rápidas mudanças dos cenários onde estão inseridas as organizações, para que uma gestão atinja a efetividade, se faz mister que o planejamento esteja presente em seu curso de ações, assim como a prática da avaliação enquanto etapa/atividade do ciclo de planejamento.

Planejar é a arte de traçar os objetivos e os meios necessários para que eles possam ser alcançados. Chiavenato (1993) aponta como características do processo de planejamento sua permanência e continuidade, sua ligação íntima com a previsão, a seleção entre várias alternativas de cursos de ação, sua abordagem sistêmica e sua interação. Ressalta, ainda, que o planejamento é uma função administrativa que interage com as demais, além de ser uma técnica de coordenação, integração e alocação de recursos humanos e não-humanos (CHIAVENATO, 1993).

Assim, a importância do planejamento se deve ao fato de que as organizações não devem trabalhar improvisando, uma vez que a complexidade atual que as envolve não permite desperdícios de tempo e recursos, cada vez mais escassos e comprometedores dos resultados.

As organizações públicas são atingidas diretamente pelas mudanças dos novos tempos. Dessa forma, procuram novas metodologias para maximizar os resultados cobrados pela sociedade.

Dessa maneira, planejar e avaliar são essenciais no processo governamental, são dois elementos que se complementam, pois avaliamos para planejar e planejamos para avaliar novamente, a partir da avaliação é possível corrigir rumos daquilo já programado, assim como elaborar um planejamento que atenda às necessidades da sociedade. Um dos princípios do planejamento é seu caráter permanente, que tem na avaliação constante dos planos e de verificar o seu valor com o tempo, ou suas entregas ao longo de sua execução.

O planejamento e a avaliação para o aprimoramento das políticas públicas são dois eixos de extrema importância para um bom desenvolvimento, pois além da melhoria da qualidade dos planos, programas e projetos, eles definem a qualidade da política

pública. Ambos são fatores que pressupõem um amálgama de relações, uma vez que um fornece suporte ao outro. Assim, o gestor público avalia para planejar, para acompanhar o andamento das políticas e planeja para voltar a avaliar, para analisar se o que estava planejado progrediu ou não. Sobretudo para mensurar a efetividade das políticas públicas implementadas.

É neste sentido que as Políticas Públicas se tornam fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico de um país, estado ou município. Assim, com o crescimento das demandas sociais, exige-se que elabore e execute projetos e programas de desenvolvimento nacional ou subnacional, beneficiando grande parcela dos cidadãos.

Uma política pública tem que possuir algumas características como: a responsabilidade pela sua elaboração, aprovação e implementação é do Poder Público – municipal, estadual ou federal -, e é dirigida para a sociedade como um todo, sem privilegiar indivíduos, organizações ou empresas em particular. Como isso, podemos afirmar que, as políticas públicas representam o conjunto de ações governamentais idealizadas com a finalidade de solucionar problemas ou introduzir mudanças nas condições de vida do cidadão.

Além disso, a política pública estabelece objetivos, princípios, diretrizes, responsabilidades, fontes de financiamento, entre outros quesitos que devem balizar a sua implementação, execução e avaliação. Ou seja, diagnosticar os problemas, formular propostas, consultar as lideranças políticas, sociais e empresariais, planejar as intervenções, implementar e executar as ações, projetos e programas, monitorar os resultados, avaliar e realimentar o processo, fazem parte do processo das políticas públicas.

Dessa maneira, o ciclo da política pública, de uma forma genérica e simples, está constituído pelas seguintes fases:

Identificação do problema:
é do olhar técnico-administrativo da gestão pública em conjunção com as demandas sociais que os problemas são identificados;

Agenda:
forma-se uma agenda de itens que precisam ser trabalhados com urgência e prioridade pelo governo;

Formulação:
a formulação de alternativas é fundamental para que os gestores identifiquem soluções possíveis;

Tomada de decisão:
nesta etapa é tomada a decisão de qual a solução mais viável;

Implementação:
A política pública passa a ser implementada;

Monitoramento:
é a observação e o registro regular das atividades de um projeto ou programa. É checar o progresso das atividades do projeto, ou seja, uma observação sistemática e com propósitos, fazendo alterações no curso do planejamento, caso seja necessário. É importantíssimo que haja avaliação e monitoramento constante por parte dos gestores públicos e da sociedade civil.

Avaliação:
é possível observar se a política pública em questão conseguiu ser eficiente, eficaz e efetiva em relação ao problema identificado. Dessa forma, pode mantê-la ou extingui-la.

O objetivo desse relatório é apresentar a Avaliação do Plano Plurianual 2020-2023, e com isso devemos entender que essa sétima fase se refere à avaliação de políticas tendo em vista a eventual correção da ação, no que diz respeito à avaliação do desenvolvimento da política a partir do processo, dos impactos ocasionados e resultados, dos problemas que surgiram no decorrer da execução, dentre outras possibilidades, ou seja, "[...] apreciam-se os programas já implantados no tocante a seus resultados e/ou impactos efetivos. Trata-se de indagar os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder deduzir consequências para ações e programas futuros" (FREY, 2000, p. 228). É o momento de perceber se deve continuar, encerrar ou modificar um projeto ou programa a partir de ferramentas como dados quantitativos e qualitativos, sempre com a participação da sociedade civil organizada.

Mas, também, é o momento de refletir sobre tudo que foi entregue no período avaliado, a análise deve levar em consideração os desafios que surgiram ao longo do percurso, as ações que foram empreendidas para superar e os resultados obtidos. Sem perder de vista que o conteúdo da avaliação deve servir de suporte/insumo para inspirar ajustes em projetos em andamento e/ou na elaboração de projetos e programas para o futuro.

A avaliação é parte fundamental para percebermos o desenrolar de uma política pública, visto que "[...] a avaliação deveria ser uma etapa posterior à implementação das políticas e programas, destinada a influenciar sua reformulação, seja durante sua implementação, seja posteriormente" (ARRETCHE, 1998, p. 36). Assim, a etapa de avaliação ou controle de impacto possibilita rever todo o ciclo da política pública, podendo ser alterada, modificada ou extinta.

Com isso, fica perceptível que "[...] as iniciativas inovadoras abrem a perspectiva de superação de 'velhos' e 'novos' problemas, por outro lado elas – ao serem implantadas - criam também novos desafios" (FARAH, 2006, p. 72). Desafios estes, que possibilitam a aproximação entre o Estado e a sociedade.

Neste contexto, a Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão (SEPLAN) é um órgão da Administração Direta do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, com a responsabilidade de planejar, coordenar, executar, supervisionar, controlar e avaliar os sistemas estaduais de Planejamento, Orçamento e Gestão. E a Coordenadoria de Planejamento, Acompanhamento e Controle (COPLAN) é o setor da SEPLAN responsável por identificar, analisar e planejar as ações que visam o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do Estado, bem como por

acompanhar, monitorar, revisar e avaliar o andamento de planos, programas e projetos referentes ao Plano Plurianual do Estado junto aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual.

O presente relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2020-2023, está estruturado em duas partes: na primeira, faz-se uma apresentação da estrutura do relatório de avaliação, apontando os aspectos metodológicos, a dimensão do plano e principais atributos do plano, fundamental para entender o que está sendo avaliado. A segunda parte do relatório reúne a avaliação geral e as avaliações setoriais, considerando os tipos de programas, por órgão e análise dos indicadores, seguido de relatórios que evidencia a execução do plano e sua vinculação com a Agenda de Desenvolvimento Sustentável – ODS e sua vinculação com as Demandas da População. A avaliação é apresentada considerando dados de execução orçamentária, o cumprimento das metas físicas, por meio da situação das metas e sua distribuição por territórios da cidadania.

PARTE 1

Estrutura do relatório de avaliação

O presente documento de avaliação está organizado em duas partes, onde na primeira parte apresentamos os aspectos mais conceituais, com a metodologia do plano, sua estrutura, destacando os eixos estratégicos, os elementos da dimensão tática, os aspectos da dimensão territorial do plano. Destacamos ainda na primeira parte, os processos realizados no âmbito do ciclo de planejamento, apontando as principais atividades realizada no processo de elaboração, na execução e no monitoramento do PPA, assim como as atividades do processo de avaliação e revisão que ocorreram ao longo do seu período de vigência. Este relatório de avaliação detalha o andamento do processo de avaliação, as etapas, os envolvidos, as atividades e materiais utilizados para sua construção.

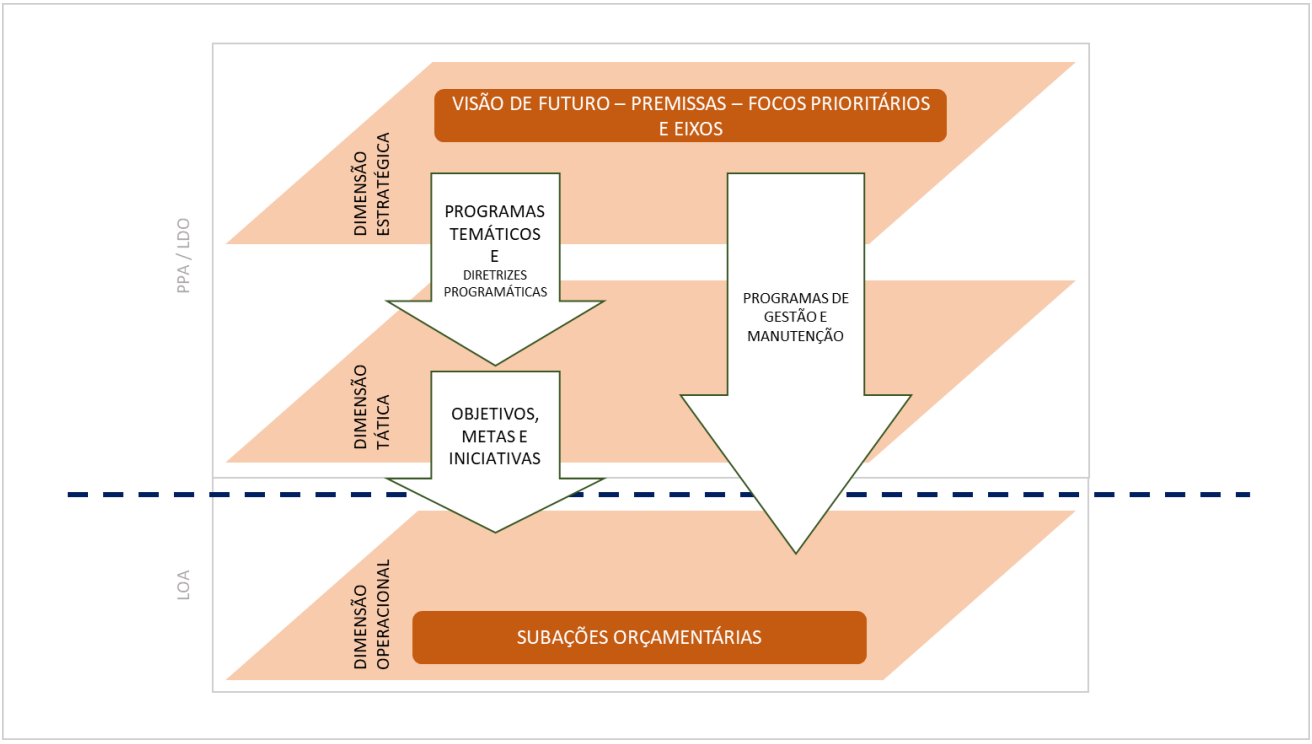
A segunda parte do relatório é composta dos relatórios de avaliação geral, que traz uma avaliação ampliada do conjunto do plano, percentuais de execução física e financeira, por órgão e por tipo de programa. A segunda parte traz, também, uma avalição do comportamento dos indicadores dos programas temáticos e em documento anexo o relatório que mostra informações sobre a realização e vinculação do PPA com a Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS e sobre a realização e vinculação do PPA com as Demandas da População. No geral o relatório de avaliação apresenta a seguinte estrutura:



Metodologia e Estrutura do Plano Plurianual PPA 2020-2023

O planejamento do Estado do Rio Grande do Norte está estruturado em três dimensões, a imagem abaixo apresenta a estrutura do PPA 2020-2023, considerando uma **dimensão Estratégica**, uma **dimensão tática** e uma **dimensão operacional**.

Figura 1 – Dimensões do Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte – PPA 2020-2023



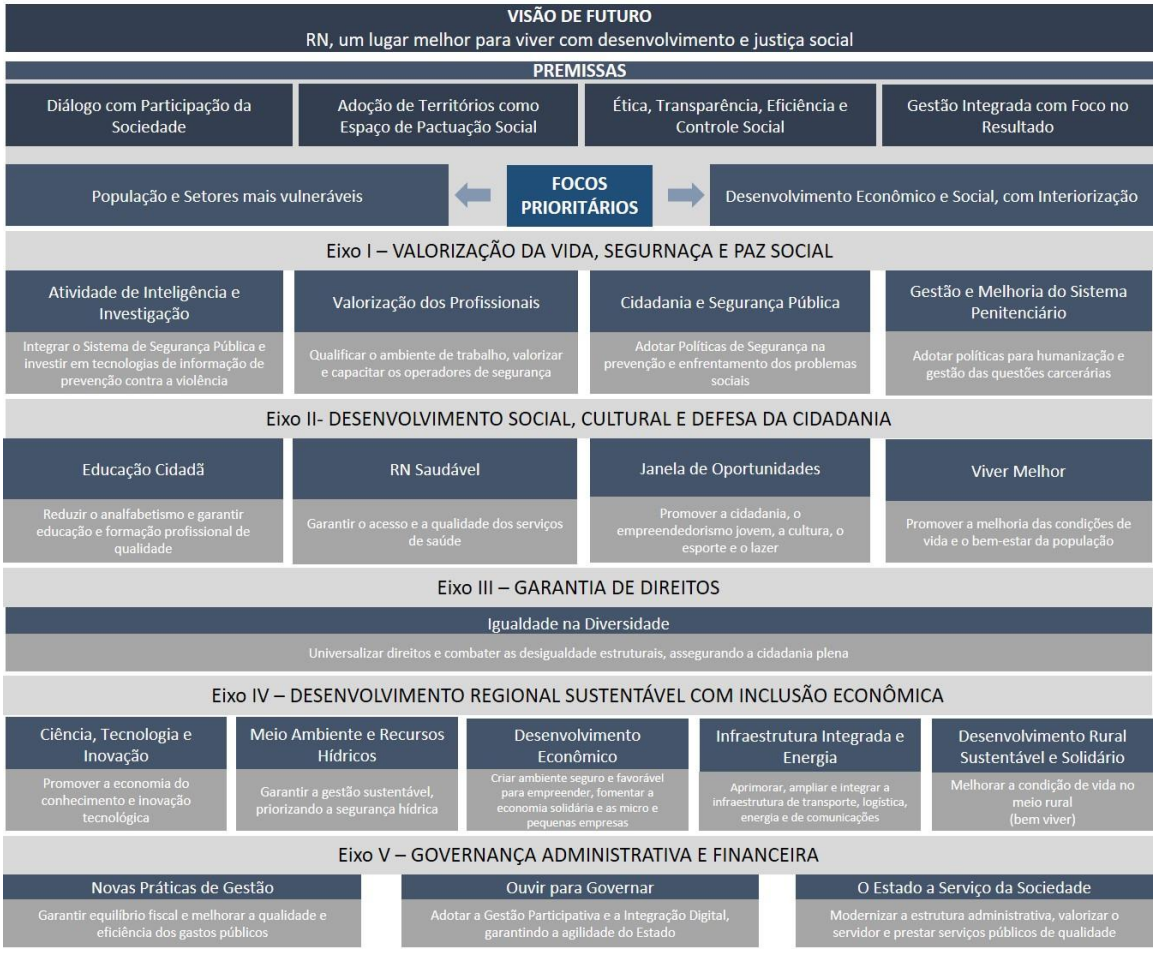
Dimensão Estratégica

Na construção da dimensão estratégica para o planejamento governamental orienta a elaboração do Plano Plurianual 2020 – 2023 considerando uma visão de futuro, um conjunto de premissas, os focos prioritários e os eixos. A partir desses elementos e da vinculação com os eixos é que estarão estruturadas as políticas públicas desenvolvidas no período de referência do PPA 2020-2023.

A dimensão estratégica foi construída a partir da sistematização de um vasto leque de temas sociais, de segurança, ambientais, econômicos e de finanças, que foram amplamente discutidos durante a elaboração do programa de governo submetido ao crivo

popular no processo eleitoral de 2018. O processo de elaboração do programa de governo resultou na produção do mapa estratégico, apresentado a seguir, e esse produto se configura como um dos principais insumos para a elaboração deste documento, assim como, também o plano de longo prazo Rio Grande do Norte 2035, os estudos dos Eixos Integrados de Desenvolvimento, os planos de longo prazo setoriais (Educação, Saúde, Segurança, Assistência Social, Meio Ambiente, entre outros).

MAPA ESTRATÉGICO DO PROGRAMA DE GOVERNO



Visão de Futuro

A Visão de Futuro é a declaração de um desejo coletivo, factível e que oriente o planejamento do Rio Grande do Norte, no geral, e em cada política pública, no específico.

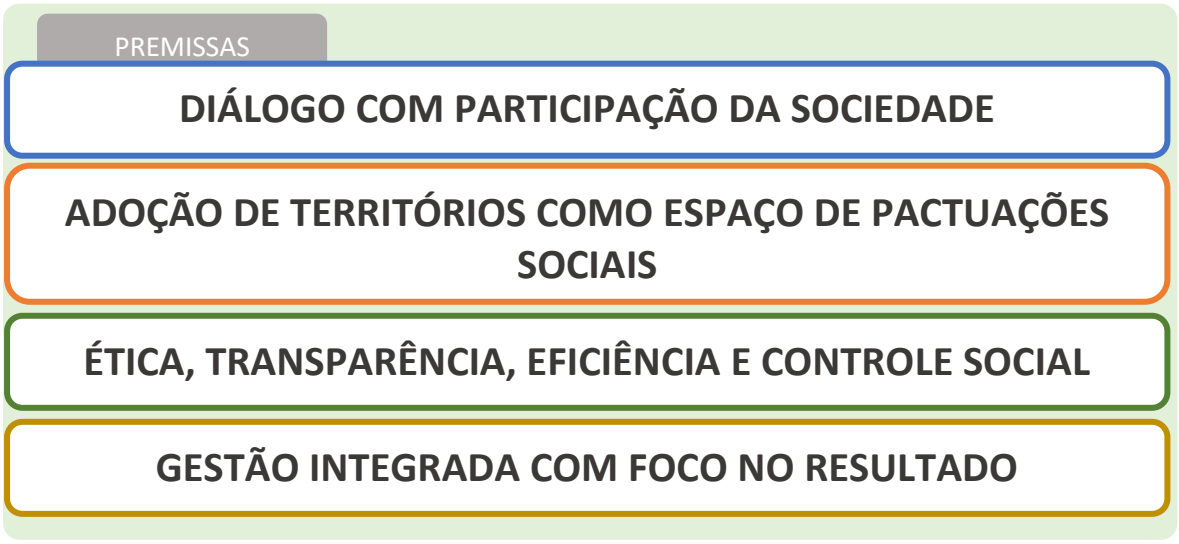
Considerando as discussões ocorridas durante os fóruns regionais de participação para a construção da dimensão estratégica, tem-se a seguinte visão de futuro:

VISÃO DE FUTURO

RN, UM LUGAR MELHOR PARA VIVER COM DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL

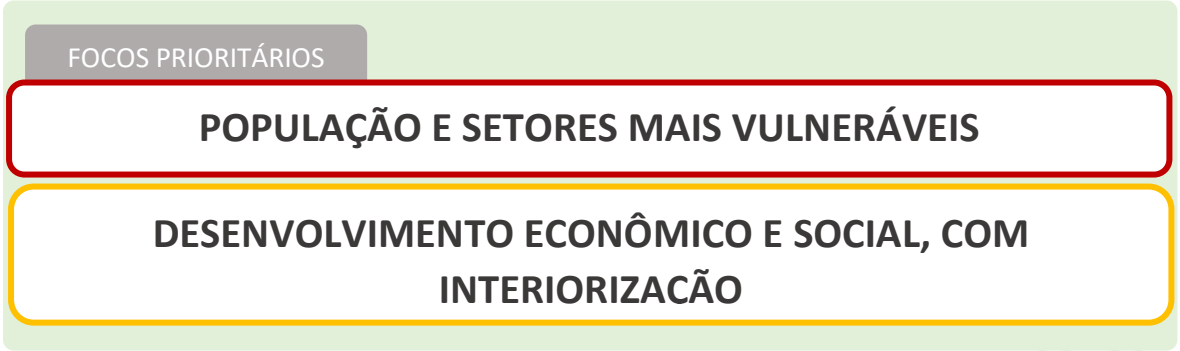
Premissas

As premissas são aquelas informações fundamentais que nortearam todo o conjunto de programas, atividades, projetos e ações empreendidas pelos órgãos e instituições do governo do estado para desenvolver as políticas públicas no período de referência. Quais sejam as premissas:



Focos Prioritários

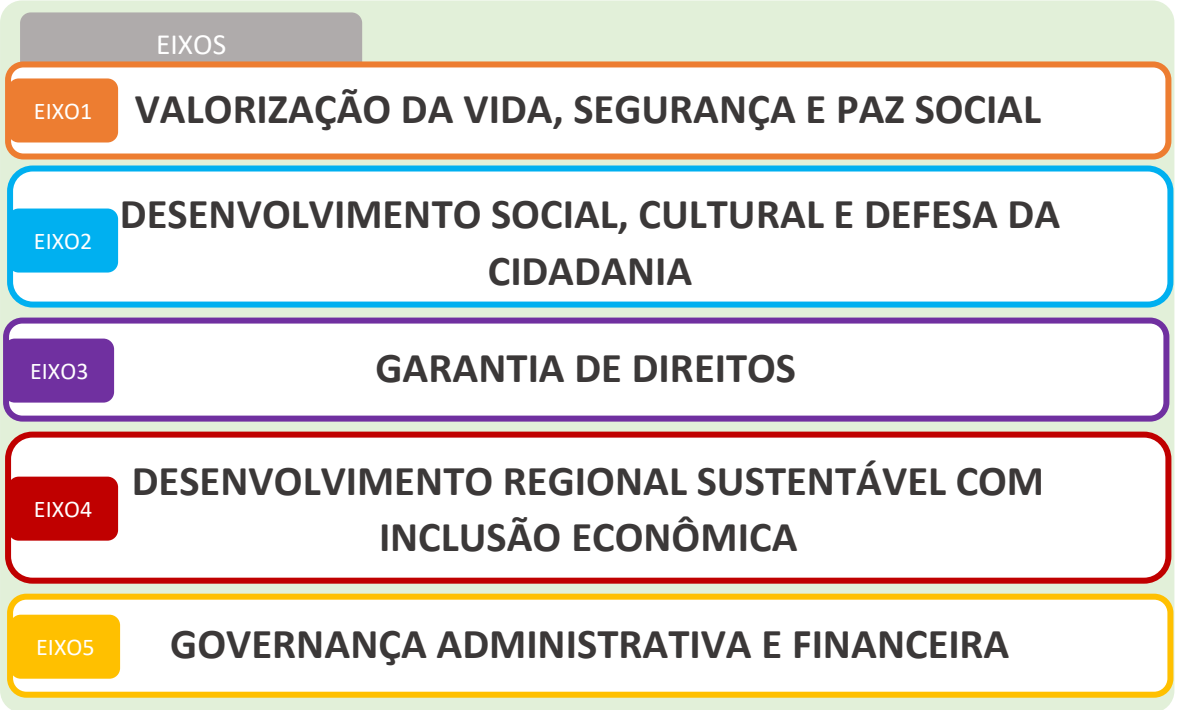
Informa sobre a prioridade no direcionamento das políticas públicas, considerando as mais variadas áreas de atuação, seja relacionado ao Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Segurança Pública ou Garantia de Direitos. Os focos prioritários são:



Eixos Estratégicos

Os Eixos Estratégicos definem as principais linhas de atuação governamental para o período de implementação do Plano e organizam o direcionamento das políticas públicas.

São cinco os Eixos que estruturam o Plano:



A dimensão estratégica foi elaborada tendo em vista a criação de condições para proporcionar melhorias para a sociedade norte rio-grandense. Para se alcançar um RN melhor para viver com desenvolvimento e justiça social as ações estão diretamente relacionadas à capacidade e disposição de enfrentar e superar questões emergenciais e, com isso, estabelecer um processo decisório coerente e que permita antecipar-se às novas demandas, necessidades e expectativas da sociedade.

Dimensão Tática

A Dimensão Tática define caminhos fatíveis e organiza em programas temáticos os objetivos, metas e iniciativas propostos por cada órgão para o desenvolvimento das políticas públicas. Os Programas Temáticos desempenham o papel de elo entre a

Dimensão Estratégica e a Dimensão Tática, e organizam os recortes temáticos de atuação das políticas públicas e, também, indicam sobre a forma de gestão, monitoramento, avaliação, revisão, as transversalidades e distribuição espacial das políticas.

A utilização da estratégia com os programas temáticos auxilia na promoção da transversalidade das políticas e ressalta as áreas e temas relevantes para a gestão e atuação das políticas públicas.

Os Programas Temáticos possuem como atributos:

- Indicadores
    - São os parâmetros que permitem acompanhar o andamento e a evolução das políticas públicas desenvolvidas nos programas temáticos. Os indicadores devem dialogar com os objetivos do plano e possuir regularidade na sua apuração, considerando a possibilidade de apuração dentro do período do plano, de modo que contribua para o monitoramento, avaliação e revisão do PPA.
- Valor Global
    - É o montante de recursos necessários para a execução dos Programas do PPA, sejam temáticos ou de gestão e manutenção. Os valores são apresentados por programa.
- Objetivos
    - O Objetivo expressa as escolhas de governo para a transformação de determinada realidade, orientando a atuação do governo para o que deve ser feito frente aos desafios, demandas e oportunidades. No momento de elaboração dos Objetivos, os órgãos setoriais da administração dialogaram internamente com os setores, com os Conselhos Estaduais, com a sociedade onde foram consideradas as demandas territoriais colhidas na fase de eventos do PPA Participativo e a escuta social realizada pela internet. Além disso, foram observadas as heterogeneidades de cada território no momento de construção da estratégia de intervenção.
- Metas
    - As Metas expressam a medida de alcance do Objetivo, podendo ser qualitativas ou quantitativas, a depender das especificidades de cada caso. Quando qualitativa, a meta também é passível de avaliação. Cada Objetivo tem uma ou mais metas associadas. As metas procuram ser estruturantes,

ou seja, devem expressar os mais importantes desafios escolhidos pelo governo a serem enfrentados no período do Plano em cada área, e ser capazes de provocar mudanças no patamar atual da política. Além disso, devem ser factíveis dentro do período do Plano, considerando a previsão de recursos e o desenvolvimento dos meios necessários à sua execução.

- Iniciativas
    - A Iniciativa é o atributo do Programa que declara os meios que viabilizam os Objetivos e suas Metas, explicitando o "como fazer" ou as entregas de bens e serviços resultantes da atuação do Estado ou os arranjos de gestão (medidas normativas e institucionais), a pactuação entre entes federados, entre Estado e sociedade ou a integração de políticas públicas, necessários ao alcance dos Objetivos.

LISTA DE PROGRAMAS TEMÁTICOS

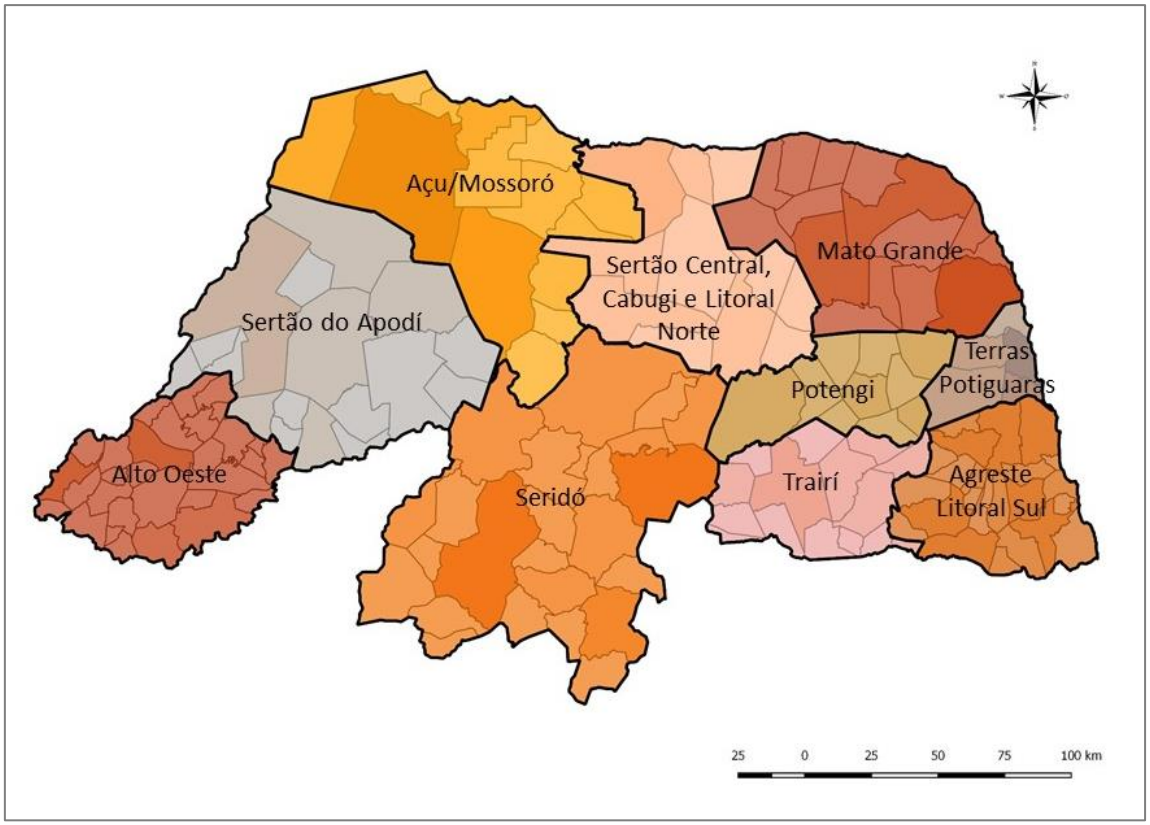
1001	Valorização dos Profissionais de Segurança Pública
1002	Atividades de Inteligência e Investigação
1003	Cidadania e Segurança Pública
1004	Gestão e Melhoria do Sistema Penitenciário
2001	Educação Cidadã
2002	RN Saudável: Promoção e Vigilância em Saúde
2003	RN Saudável: Atenção integral à saúde
2004	Juventude Viva
2005	Janela de Oportunidades: Cultura, Esporte e Lazer
2007	Viver Melhor: Assistência Social e Cidadania
2008	Viver Melhor: Desenvolvimento Urbano e Habitação
2009	Viver Melhor: Saneamento Básico
2010	Viver Melhor: Mobilidade
2011	Viver Melhor: Região Metropolitana de Natal
3001	Igualdade na Diversidade: Direitos Humanos
3002	Igualdade na Diversidade: População LGBT
3003	Igualdade na Diversidade: Pessoa Idosa
3004	Igualdade na Diversidade: Pessoa com Deficiência
3005	Igualdade na Diversidade: Igualdade Racial e Etnia
3006	Igualdade na Diversidade: Mulheres
3007	Igualdade na Diversidade: Criança e Adolescência
3008	Desenvolvimento da Ação Parlamentar
3009	Programa Educacional da Assembleia Legislativa
3010	Defesa e Efetivação dos Direitos da Sociedade
3011	Judiciário
4001	Ciência, Tecnologia e Inovação
4002	Meio Ambiente e Recursos Hídricos
4003	Desenvolvimento do Turismo, Artesanato e Economia Criativa
4004	Desenvolvimento da Exploração dos Recursos Minerais
4005	Desenvolvimento Econômico: Energias
4006	Melhoria do Ambiente de Negócios das Micros e Pequenas Empresas e da Economia Solidária
4007	Desenvolvimento Econômico: Empreendimentos Industriais e Políticas de Incentivos
4008	Desenvolvimento Econômico: Comércio e Serviços
4009	Infraestrutura Integrada: Sistema Integrado de Logística e Transportes
4010	Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar
4011	Desenvolvimento do Agronegócio Potiguar
4012	Desenvolvimento Regional Sustentável com Inclusão Econômica – Projeto Governo Cidadão
5001	Novas Práticas de Gestão
5002	O Estado a Serviço da Sociedade
5003	Ouvir para Governar
5004	Fortalecimento da Ação Legislativa
5005	Fortalecimento do Controle Externo

Divisão Territorial do PPA 2020-2023

O Plano Plurianual 2020-2023 adotou os territórios da cidadania com recortes regionais para direcionamento das políticas públicas que serão desenvolvidas durante o período de referência do plano. A utilização dos dez territórios da cidadania serviu para o momento de escuta popular, onde foram coletadas as demandas da população e para o direcionamento do planejamento de objetivos e metas aos respectivos territórios, por cada órgão da administração direta e indireta do poder executivo e dos poderes legislativo e judiciário.

A seguir são identificados os municípios integrantes de cada território. Esse recorte territorial adotado no PPA 2020-2023 permite um alinhamento maior com as políticas públicas territoriais do Governo Federal.

Figura 1 – Dimensões do Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte – PPA 2020-2023



Fonte: PPA 2020-2023 / SEPLAN-2020

TERRITÓRIO: AÇU-MOSSORÓ

(14 municípios)

Assú, Alto do Rodrigues, Areia Branca, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel e Tibau.

TERRITÓRIO: ALTO OESTE

(30 municípios)

Água Nova, Alexandria, Almino Afonso, Antônio Martins, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, João Dias, José da Penha, Lucrécia, Luís Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Paraná, Pau dos Ferros, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Tabuleiro Grande, Tenente Ananias, Venha Ver e Viçosa.

TERRITÓRIO: AGRESTE LITORAL SUL

(24 municípios)

Arês, Baía Formosa, Lagoa D'Anta, Brejinho, Canguaretama, Espírito Santo, Goianinha, Jundiá, Lagoa de Pedras, Lagoa Salgada, Montanhas, Monte Alegre, Nísia Floresta, Nova Cruz, Passagem, Pedro Velho, Santo Antônio, São José de Mipibu, Senador Georgino Avelino, Serrinha, Tibau do Sul, Várzea, Vera Cruz e Vila Flor.

TERRITÓRIO: MATO GRANDE

(15 municípios)

Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros.

TERRITÓRIO: POTENGI

(11 municípios)

Barcelona, Bom Jesus, Ielmo Marinho, Lagoa de Velhos, Riachuelo, Ruy Barbosa, Santa Maria, São Paulo do Potengi, São Pedro, São Tomé e Senador Elói de Souza.

TERRITÓRIO: SERTÃO CENTRAL

(11 municípios)

Afonso Bezerra, Angicos, Caiçara do Rio do Vento, Fernando Pedroza, Galinhos, Guamaré, Jardim de Angicos, Lajes, Macau, Pedra Preta e Pedro Avelino.

TERRITÓRIO: SERIDÓ

(25 municípios)

Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.

TERRITÓRIO: SERTÃO DO APODI

(17 municípios)

Apodi, Campo Grande, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Itaú, Janduis, Messias Targino, Olho-D'Água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo, Triunfo Potiguar, Umarizal e Upanema.

TERRITÓRIO: TRAIRI

(15 municípios)

Boa Saúde, Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Jaçanã, Japi, Lajes Pintadas, Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Santa Cruz, São Bento do Trairi, São José do Campestre, Serra Caiada, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará.

TERRITÓRIO: TERRAS POTIGUARAS

(05 municípios)

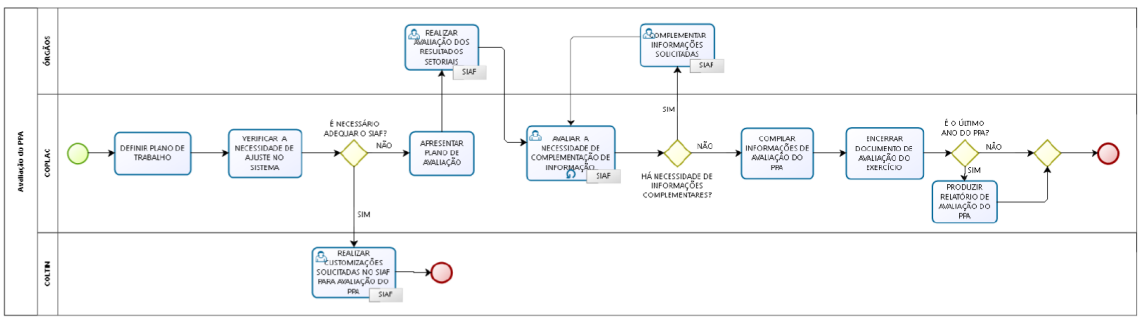
Extremoz, Macaíba, Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante.

O Processo de Avaliação do PPA 2020-2023

O processo de avaliação das políticas públicas é fundamental para o aprimoramento dos projetos de interesse da gestão. As políticas públicas são viabilizadas mediante sua previsão nos instrumentos oficiais de planejamento, dentre eles o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA. O processo de avaliação do Plano Plurianual passou a ser incorporado na rotina dos processos da Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão – SEPLAN no ano de 2016, quando teve seu fluxo desenhado no escopo da execução do PPA 2016-2019. O processo teve andamento durante todo o período de vigência do Plano Plurianual 2020-2023, e passando por aprimoramentos ao longo dos anos, na busca por tornar o instrumento cada vez mais qualificado e capaz de anunciar e realizar as entregas de bens e serviços que interessam a sociedade potiguar.

No âmbito do fluxo do processo de avaliação do PPA, existem etapas que são executadas pela SEPLAN e etapas que são executadas pelos órgãos setoriais (demais instituições da administração pública direta e indireta). A SEPLAN possui a responsabilidade de coordenar o processo, definindo o escopo e os parâmetros da avaliação, a necessidade de ajuste de sistema para permitir o processo de avaliação, de apresentar/informar sobre o início do processo e os parâmetros definidos, assim como realizou capacitação das equipes técnicas setoriais que atuaram na elaboração da avaliação. Quando necessário a SEPLAN pode solicitar ajuste e/ou complementação nas informações prestadas pelos órgãos setoriais, e diante das avaliações setoriais a SEPLAN consolida o documento final de avaliação do PPA. Em linhas gerais, a figura 1 evidencia o fluxo do processo de avaliação descrito.

Figura 1 – Fluxo geral do processo de avaliação do PPA/RN



Fonte: Caderno de desenho e redesenho de processos. SEPLAN/RN, 2016.

O processo de avaliação do PPA 2020-2023 foi formalizado por meio de comunicação oficial estabelecida via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) com o envio de ofício aos órgãos setoriais convocando para a etapa de capacitação do processo de avaliação do plano para o ano 2023 e o período do plano (2020-2023) e estabelecendo prazos para o cumprimento da avaliação nas unidades setoriais, segundo suas áreas de atuação.

A capacitação teve como objetivo avançar no processo de avaliação do PPA 2020-2023 e oferecer técnicas para apresentação do relatório setorial de avaliação do PPA e apoiar e orientar a elaboração da avaliação setorial junto aos técnicos que realizam a avaliação.

Para o processo de avaliação o ofício já citado também fez referência ao acompanhamento das metas do PPA 2020-2023, etapa que antecede a realização da avaliação. O acompanhamento das metas do PPA é uma etapa que ocorre no âmbito do processo de monitoramento durante a execução do plano e se constitui etapa fundamental para a construção de registros contendo informações sobre o cumprimento/andamento de cada uma das metas de responsabilidade do órgão. Esse registro realizado pelo Gerente do PPA do órgão constitui subsídio para a elaboração da avaliação; a não realização do acompanhamento de metas ou sua realização de forma parcial/incompleta torna mais difícil o processo de avaliação, considerando que será necessário reunir informações que poderiam já estar registradas no sistema de acompanhamento das metas.

Durante todo o período de elaboração da avaliação a Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão (SEPLAN), por meio da Coordenadoria de Planejamento, Acompanhamento e Controle (COPLAN), esteve disponível para auxiliar no processo, a partir de conversas para sanar dúvidas e/ou momentos/reuniões de orientação.

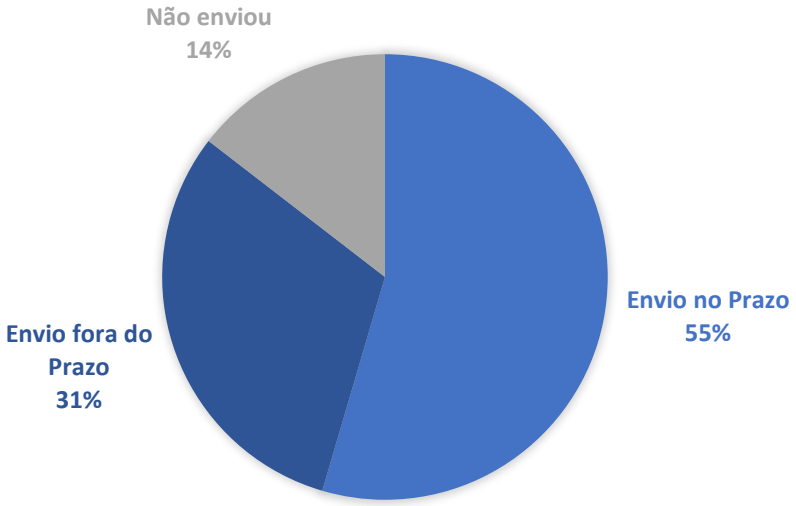
Em paralelo à realização da capacitação a SEPLAN disponibilizou manual de orientações para a elaboração da avaliação do PPA 2020-2023, contendo explicações sobre o processo, apresentando possibilidades e parâmetros para a análise que os órgãos iriam realizar para a construção do relatório de avaliação. O referido manual de avaliação seguiu juntamente com um formulário de avaliação, que apresentou uma estrutura/layout predefinida, visando uniformizar o documento final de avaliação.

Decorrido o prazo estabelecido para a finalização do processo de avaliação por parte dos órgãos setoriais, a COPLAN/SEPLAN inicia a etapa de análise dos relatórios de avaliação setorial recebidos, momento em que é verificada a consistência na

análise, buscando coerência nas análises realizadas pelas unidades setoriais e nos dados utilizados. Durante esta etapa foram analisados pela equipe técnica da COPLAN um total de 47 relatórios de avaliação cujos dados estão contidos neste relatório.

Considerando o total de 55 órgãos da administração pública estadual, contando com órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o processo de avaliação obteve uma adesão de 86%, o gráfico retrata os quantitativos por situação da entrega do relatório de avaliação.

Gráfico 1 – Entrega de Relatório de Avaliação



Dentre os órgãos setoriais do Poder Executivo Estadual cumpriram a entrega dos relatórios dentro do prazo estabelecido pela SEPLAN estão:

1. AGN
2. ARSEP
3. ASSECOM
4. CAERN
5. CBM
6. CEHAB
7. DEI
8. DETRAN
9. DPGE
10. EMATER
11. EMGERN
12. EMPARN
13. EMPROTUR
14. FUNDASE
15. GAC
16. GVG
17. IDEMA
18. IDIARN
19. IPEM
20. ITEP
21. PM

22. SAPE
23. SEAP
24. SEFAZ
25. SEMJIDH
26. SEPLAN
27. SETHAS
28. SETUR

Nos órgãos dos outros poderes, enviaram o relatório de avaliação:

1. Assembleia Legislativa
2. Tribunal de Contas do Estado
3. Fundação Djalma Marinho
4. Procuradoria Geral de Justiça

Outros órgãos entregaram os relatórios de avaliação fora do prazo estabelecido, mas a tempo de compor o presente relatório geral de avaliação, são eles:

1. CONTROL
2. DATANORTE
3. DER
4. IFESP
5. JUCERN
6. PC
7. PGE
8. POTIGAS
9. SEAD
10. SEDEC
11. SEDRAF
12. SEEC
13. SEMARH
14. SESAP
15. UERN

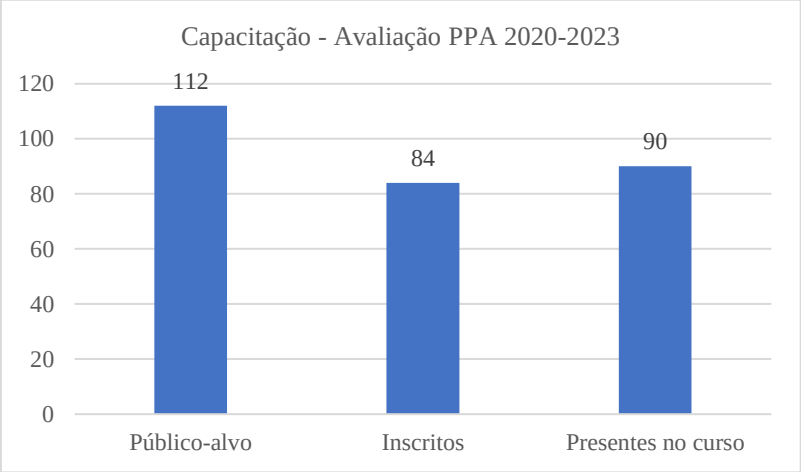
Outros, ainda, não realizaram a entrega do relatório setorial de avaliação, são eles:

1. CEASA
2. FAPERN
3. FJA
4. IGARN
5. IPERN
6. SESED
7. SIN
8. TJ

Capacitação

A SEPLAN ofereceu às equipes técnicas de planejamento e orçamento capacitação para a elaboração do relatório de avaliação do PPA 2020-2023. A capacitação foi oferecida no período de 11 a 15 de dezembro de 2023, no Instituto de Ensino Superior Presidente Kennedy – IFESP. Participaram do curso um total 48 órgãos e 90 técnicos.

Gráfico 2 – Pesquisa de Avaliação do Curso



Fonte: SEPLAN, 2023 – Pesquisa de Avaliação do Curso.

O curso foi organizado em 3 turmas e contou com a participação de servidoras da CONTROL, Patrícia de Fátima Silva e Lenira Maria Fonseca Albuquerque, que foram as professoras das turmas 1 e 2, respectivamente; a turma 3 foi conduzida por Diego Tenório da Paz, Coordenador de Planejamento da SEPLAN.





Turma 1 - Patrícia de Fátima Silva




Turma 2 - Lenira Maria Fonseca Albuquerque




Turma 3 - Diego Tenório da Paz
Fotos: Ana Cecília e Kecia Oliveira

Na capacitação participaram técnicos dos seguintes órgãos: Agencia de Fomento do RN - AGN, Assembleia Legislativa, Agencia Reguladora dos Serviços Públicos do RN – ARSEP, Assessoria de Comunicação Social – ASSECOM, Companhia de Águas e Esgotos do RN - CAERN, Corpo de Bombeiros Militar - CBM, Central de Abastecimento do RN - CEASA, Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento - CEHAB, Controladoria Geral do Estado - CONTROL, Companhia de Processamento de Dados do RN - DATANORTE, Departamento Estadual de Imprensa - DEI, Departamento Estadual de Trânsito do RN - DETRAN, Defensoria Pública Geral do Estado - DPGE, Empresa Gestora de Ativos do RN - EMGERN, Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN - EMPARN, Fundação Djalma Marinho - FDM, Fundação José Augusto - FJA, Fundação de Atendimento Socioeducativo do RN – FUNDASE, Gabinete Civil do Governador - GAC, Gabinete do Vice-Governador - GVG, Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN - IDEMA, Instituto de Gestão das Águas do RN - IGARN, Instituto de Pesos e Medidas do RN - IPEM, Instituto de Previdência do RN - IPERN, Instituto Técnico-Científico de Perícia - ITEP, Procuradoria Geral do Estado - PGE, Polícia Militar do Rio Grande do Norte - PM, Procuradoria Geral de Justiça - PGJ, Companhia Potiguar de Gás do RN - POTIGAS, Secretaria de Estado da Agricultura, da

Pecuária e da Pesca - SAPE, Secretaria de Estado da Administração - SEAD, Secretaria de Estado da Administração Penitenciária - SEAP, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar - SEDRAF, Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer – SEEC, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMANRH, Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos – SEMJIDH, Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão – SEPLAN, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social - SESED, Secretaria de Estado de Trabalho, da Habitação e da Assistência Social - SETHAS, Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, Secretaria de Estado da Infraestrutura - SIN, Tribunal de Contas do Estado - TCE, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação - SEDEC, Secretaria de Estado da Saúde Pública – SESAP.

O momento de capacitação serve para apresentar as etapas do processo, o cronograma das atividades, para repassar orientações teórico/metodológicos, exercitar a construção da avaliação, apresentar e explorar as fontes de dados e informações disponíveis. De modo geral, o curso foi avaliado pelos participantes como uma etapa importante para o processo de avaliação, onde 36 pessoas responderam à pesquisa de satisfação.

A pesquisa de satisfação apontou que, 94,4% dos participantes consideraram o conteúdo do curso muito satisfatório e/ou satisfatório. 91,70% dos participantes consideraram a contribuição para sua formação como muito satisfatório e/ou satisfatório. 100% dos participantes consideraram a duração do curso como muito satisfatório e/ou satisfatório. 94,1% consideraram a organização do conteúdo como muito satisfatório e/ou satisfatório. 69,4% consideraram o local do curso como muito satisfatório e/ou satisfatório e 30,5% consideraram como pouco satisfatório e/ou insatisfatório. 94,4% consideraram os materiais didáticos como muito satisfatório e/ou satisfatório. 91,7% consideraram o espaço da sala adequado às estratégias de ensino muito satisfatório e/ou satisfatório.

Com relação ao instrutor/palestrante, 100% consideraram o domínio do conteúdo pelo palestrante como muito satisfatório e/ou satisfatório. 100% consideraram o estímulo participativo como muito satisfatório e/ou satisfatório. 100% consideraram a correlação entre o conteúdo com outras áreas de conhecimento e aplicações profissionais como muito satisfatório e/ou satisfatório. 100% consideraram a apresentação do conteúdo muito

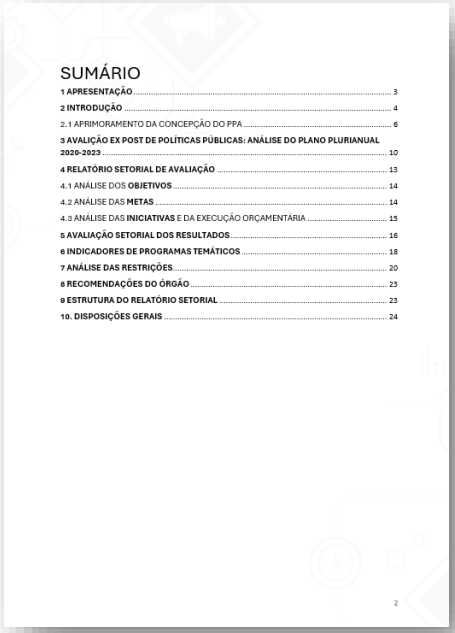
satisfatório e/ou satisfatório. 100% consideraram o desempenho geral do instrutor muito satisfatório e/ou satisfatório.

Na oportunidade, foi possível realizar uma autoavaliação, considerando a experiência individual de cada participante. 94,5% consideraram a compreensão e fixação do conteúdo excelente e/ou boa. 100% consideraram sua interatividade nas aulas como excelente e/ou boa. 86,1% consideraram a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos em seu cotidiano sempre ou quase sempre e 13,9% poucas vezes.

Manual de Orientações

Para viabilizar a elaboração da Avaliação do PPA a Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão – SEPLAN disponibilizou Manual de Orientações Técnicas para auxiliar as equipes técnicas setoriais na construção, na seleção de fontes de informação e utilização dos relatórios necessários para a entrega da avaliação.




SUMÁRIO

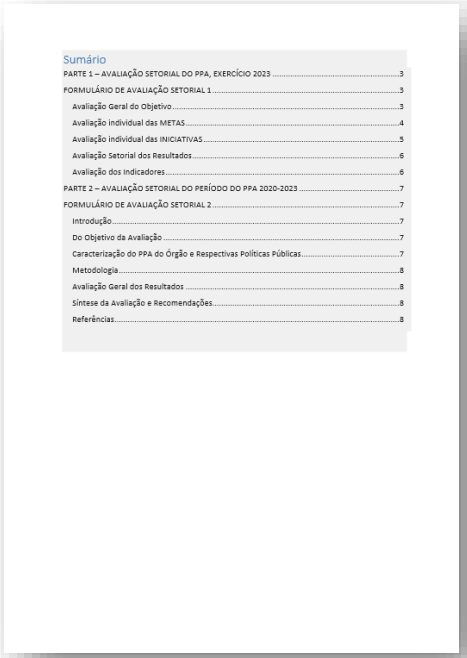
1 APRESENTAÇÃO ... 3
2 INTRODUÇÃO ... 4
2.1 APRIMORAMENTO DA CONCEPÇÃO DO PPA ... 6
3 AVALIÇÃO EX POST DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023 ... 10
4 RELATÓRIO SETORIAL DE AVALIAÇÃO ... 13
4.1 ANÁLISE DOS OBJETIVOS ... 14
4.2 ANÁLISE DAS METAS ... 14
4.3 ANÁLISE DAS INICIATIVAS E DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ... 15
5 AVALIAÇÃO SETORIAL DOS RESULTADOS ... 16
6 INDICADORES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS ... 18
7 ANÁLISE DAS RESTRIÇÕES ... 20
8 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO ... 23
9 ESTRUTURA DO RELATÓRIO SETORIAL ... 23
10. DISPOSIÇÕES GERAIS ... 24

O conteúdo do Manual orienta sobre a estrutura do PPA e os aprimoramentos da concepção metodológica, apresenta conceitualmente os tipos de avaliação e destaca o tipo de avaliação que será utilizada para a avaliação do PPA 2020-2023. O documento, ainda, esclarece sobre a estrutura do relatório de avaliação setorial, que contém a análise dos objetivos, das metas e das iniciativas do PPA do órgão, assim como um tópico que avalia de forma geral os resultados obtidos. O Manual apresenta orientações sobre a utilização e leitura dos relatórios de execução orçamentária e do relatório de acompanhamento de metas e agendas transversais do período de referência da avaliação que está sendo feita (2020 a 2023).

Formulário de Avaliação

O formulário de avaliação é o documento que apresenta o layout oficial padrão do relatório de avaliação do PPA 2020-2023. A ficha avaliativa ofereceu o padrão estruturado em duas partes, uma destinada a avaliação do exercício/ano 2023 do plano e a segunda parte destinada a avalição do período de vigência do PPA.




Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação Individual das METAS 4
Avaliação Individual das INICIATIVAS 5
Avaliação Setorial dos Resultados 6
Avaliação dos Indicadores 6
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 7
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 7
Introdução 7
Do Objetivo da Avaliação 7
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 7
Metodologia 8
Avaliação Geral dos Resultados 8
Síntese da Avaliação e Recomendações 8
Referências 8

Na primeira parte do relatório de avaliação, os técnicos setoriais puderam avaliar individualmente os objetivos do plano, suas metas e iniciativas e a execução orçamentária do ano de 2023. O formulário, também, solicita avaliação do comportamento dos índices apurados dos indicadores ao longo do ano para cada programa em que o órgão é responsável pela atualização do respectivo indicador. O formulário tem espaço reservado para inserir recomendações que podem servir para o próprio órgão implementar, diante da experiência vivenciada ao longo da execução do plano no ano avaliado, como também podem ser recomendações aos processos relacionados à execução do PPA, visando melhorias nos processos.

A segunda parte do formulário está destinada a avaliação do período do PPA 2020-2023, contendo tópicos como metodologia empregada no órgão para a realização da avalição, estrutura do PPA do órgão, avaliação geral do período do plano, síntese e recomendações gerais.

PARTE 2

Avaliação do Plano Plurianual PPA 2020-2023

Avaliação por Tipo de Programa

São dois os tipos de programas do Plano Plurianual 2020-2023, o programa do tipo Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e os programas do tipo Temático. O programa do tipo gestão e manutenção reúne os valores previstos para os órgãos de todos os poderes da administração pública para o custeio e manutenção das atividades do órgão. Os programas do tipo temático, para esse ciclo 2020-2023, foram um total de 42 programas, ou seja, o planejamento foi organizado em um total de 42 temas.



De modo geral, os dois tipos de programas juntos tiveram uma execução orçamentária na casa dos 88,7% ao considerar os valores empenhados ao longo do período do plano e de 84,3% ao considerar os valores liquidados no período de vigência do PPA.

Situação	Gestão e Manutenção	% Exec. Gest.Manut.	Programa Temático	% Exec. Temático	Total	% Exec.Total
Atualizado	31.573.863.746,26	100,0%	30.822.820.083,74	100,0%	62.396.683.830,00	100,0%
Empenhado	30.497.535.420,54	96,6%	24.844.522.988,68	80,6%	55.342.058.409,22	88,7%
Liquidado	30.239.091.465,18	95,8%	22.369.002.410,33	72,6%	52.608.093.875,51	84,3%
Pago	28.623.963.286,17	90,7%	21.178.501.563,06	68,7%	49.802.464.849,23	79,8%

Fonte: SIGEF/SEFAZ, Execução Orçamentária 2020-2023

O programa de gestão e manutenção alcançando 96,6% e os programas temáticos com uma execução na ordem dos 80,6%, ao considerar a referência dos valores empenhados no período do plano. O gráfico a seguir evidencia os percentuais de execução orçamentária dos dois tipos de programas.

Gráfico 3 - Programas Temáticos

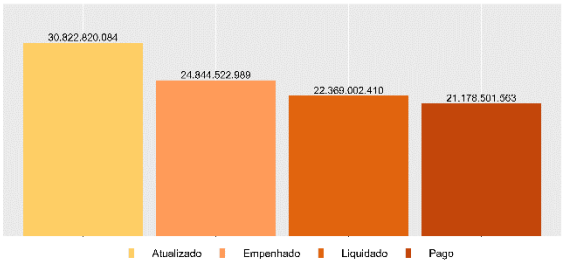
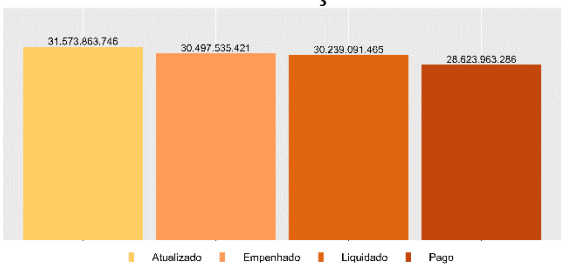


Gráfico 4 - Programa de Gestão e Manutenção



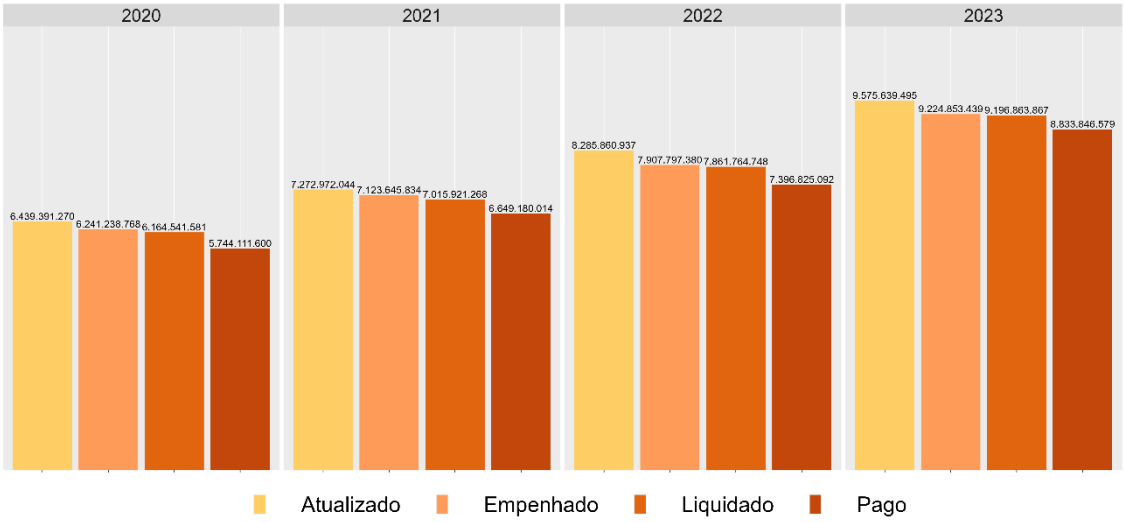
Fonte: SIGEF/SEFAZ, Execução Orçamentária 2020-2023.

Nos tópicos seguintes destalhamos as informações sobre a execução orçamentária do programa de gestão e manutenção e a execução orçamentária e física dos programas temáticos.

Avaliação do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

O Programa do tipo gestão e manutenção tem a finalidade de reunir os valores planejados por órgão para a manutenção e funcionamento dos órgãos. Os recursos agrupados no programa são destinados às despesas dos contratos para manutenção dos prédios, contratos de serviços terceirizados, telefonia, passagens aéreas, encargos com pessoal de todos os órgãos, exceto os órgãos das áreas da educação, saúde e segurança e demais despesas para garantir o funcionamento do órgão.

Gráfico 5 – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresenta-se em porcentagem, considerando o valor atualizado no ano, o que corresponde a 100,00% (6.439.391.270) do valor do programa, temos o registro de 96,92% (6.241.238.768) do valor foi empenhado, do montante atualizado foram liquidados 95,73% (6.164.541.581) e foram pagos 89,20% (5.744.111.600) dos valores atualizados em 2020.

Já no ano de 2021 o valor atualizado para o programa corresponde ao total de 7.272.972.044,00, deste valor foram empenhados 94,95% (7.123.654.834), e liquidados 96,47% (7.015.921.268), o valor pago corresponde a 91,42% (6.649.180.014) do total inicialmente previsto. No ano de 2022 o valor previsto foi igual a 8.285.860.937,00, dos quais 95,44% (7.907.797.380) foram empenhados, e 94,88% (7.861.764.748) liquidados, o valor pago alcançou os 89,27% (7.396.825.092). Em 2023 o valor previsto atualizado

para o programa foi igual a 8.429.737.285, o montante de empenhos corresponde a 82,40% (6.946.494.160), os valores liquidados alcançaram 74,12%(6.247.877.714) do valor previsto e o pago chegou a 72,10% (6.077.575.985).

Ao comparar os valores atualizados previstos, apresentados no gráfico 06 verificamos um aumento de 12,95% entre os anos de 2020 e 2021, o aumento de 13,95% entre os anos de 2021 e 2022 e de 1,74% entre os anos de 2022 e 2023. Entre 2020 e 2023 o valor destinado ao programa cresceu 31,05%, passando dos 6.439.391.270 para 8.429.737.285. A proporção de crescimento nos valores empenhados e liquidados ao longo do período avaliado fica entre 11% e 14,13%, para os valores empenhados temos uma variação de 14,1% entre os anos de 2020 e 2021, entre 2021 e 2022 essa variação cai um pouco para 11% e ao comparar os anos de 2022 e 2023 verificamos o registro negativo de 12,15%. Quando comparamos os valores liquidados, ou seja, aquela despesa com comprovação da entrega do bem e/ou serviço, os valores, proporcionalmente, apresentam uma variação de 13,81% em 2021 quando comparado a 2020, os valores liquidados em 2022 são 12,05% a mais que os valores de 2021, e em 2023 ocorre uma queda de 20,52% dos valores liquidados.

Avaliação dos Programas Temáticos

A avalição dos Programas Temáticos apresenta, inicialmente, a avaliação de execução das metas físicas do PPA, seguida da avaliação da execução orçamentária. Durante a execução do plano foi possível registrar o cumprimento das metas considerando cinco situações: Não Iniciada, Ações Preparatórias, Em Andamento, Paralisado, Concluído. A avaliação da execução orçamentária foi construída considerando os valores e situações de execução, valores previstos atualizados, valores empenhados, valores liquidados e valores pagos.

Destacamos que a informação da situação de cumprimento das metas é um dado gerado, registrado no sistema de acompanhamento e monitoramento do PPA, por cada órgão, mais precisamente pelas unidades setoriais de planejamento, que tem na figura do gerente do PPA de cada órgão o responsável pelo cadastro das informações. A partir dos dados do sistema de acompanhamento e monitoramento do PPA foi possível construir a análise que segue, apresentando gráficos e mapas para orientar a interpretação das informações.

Análise Consolidada da Execução das Metas Físicas e das Metas Financeiras do PPA

Uma das metodologias de avaliação do plano plurianual 2020 – 2023, estava centrada nas metas para informar o desenvolvimento das situações planejadas previamente, desta forma, as metas poderiam estar assinaladas, cronologicamente, no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – Sigef em: Não Iniciado; Ações Preparatórias; Em Andamento; Paralisada, Concluída.

Para fins de análise quantitativos e qualitativos, ao realizar esse estudo foi criada a categoria "Total", que consiste em somar a quantidade geral das metas que cada território da cidadania recebeu. A de ser ressaltado que nem todos os órgãos realizaram atualização das metas com informações de execução, desse modo, por não haver informações foi criada coluna "Sem Informação".

A partir dos dados colhidos nesses junto ao Sigef foram elaboradas as seguintes: a tabela 1 com total para cada variável.

Tabela 1. Distribuição das metas por territórios com valores reais.

TERRITÓRIO	Não Iniciado	Ações Preparatórias	Em Andamento	Concluída	Paralisada	Sem Informação	Total
Potengi	25	1	8	26	13	3	76
Sertão do Apodi	28	2	8	31	12	3	84
Trairí	31	1	8	29	11	3	83
Alto Oeste	33	1	11	35	15	4	99
Mato Grande	36	2	8	30	12	3	91
Sertão C. Cabugi e L. Norte	37	2	8	25	12	3	87
Agreste Litoral S.	40	3	9	27	17	3	99
Seridó	40	0	17	33	17	3	110
Açu/Mossoró	43	2	16	37	17	3	118
T. Potiguares	74	5	24	61	24	7	195

Fonte: Seplan (2023).

A fim de ampliar o escopo da análise foi criado a tabela 2, a partir dos valores reais em porcentagem (obtido com cálculo do valor de cada variável e o total das metas por território).

Tabela 2. Distribuição das metas por territórios em porcentagem.

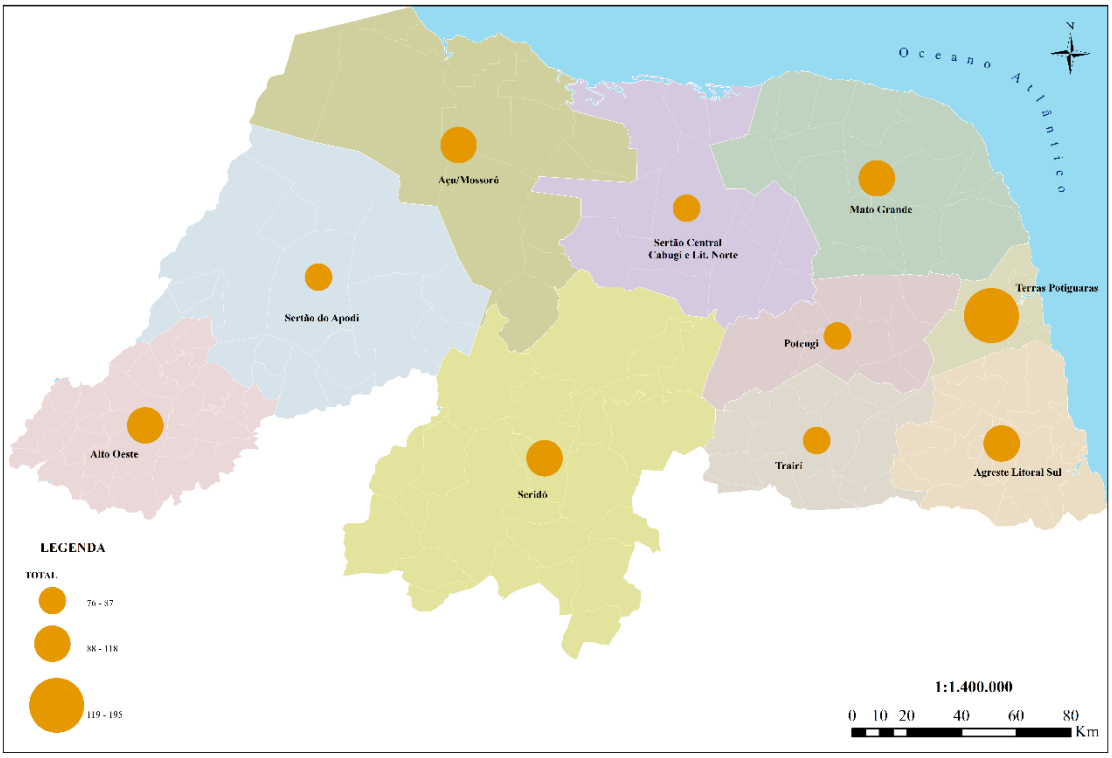
TERRITÓRIO	Não Iniciado (%)	Ações Preparatórias (%)	Em Andamento (%)	Concluída (%)	Paralisada (%)	Sem Informação (%)
Potengi	32,89	1,32	10,53	34,21	17,11	3,95
Sertão do Apodi	33,33	2,38	9,52	36,90	14,29	3,57

Trairí	37,35	1,20	9,64	34,94	13,25	3,61
Alto Oeste	33,33	1,01	11,11	35,35	15,15	4,04
Mato Grande	39,56	2,20	8,79	32,97	13,19	3,30
Sertão C. Cabugi e Litoral Norte	42,53	2,30	9,20	28,74	13,79	3,45
Agreste Litoral Sul	40,40	3,03	9,09	27,27	17,17	3,03
Seridó	36,36	0,00	15,45	30,00	15,45	2,73
Açu/Mossoró	36,44	1,69	13,56	31,36	14,41	2,54
T. Potiguares	37,95	2,56	12,31	31,28	12,31	3,59

Fonte: Seplan (2023).

O Plano Plurianual 2020-2023 tem 1.042 metas estabelecidas, o mapa 1 apresenta a distribuição das metas por território da cidadania; nele é possível verificar que o território com maior número de metas é o território Terras Potiguaras com que 195 metas, seguido por Açu/Mossoró com 118 e o Seridó com 110 metas. Por outro lado, os territórios que menos receberam metas foram o Potengi com 76 e Trairi com 83.

Mapa 1. Quantidade de Metas do PPA 2020-2023, por territórios, 2023.



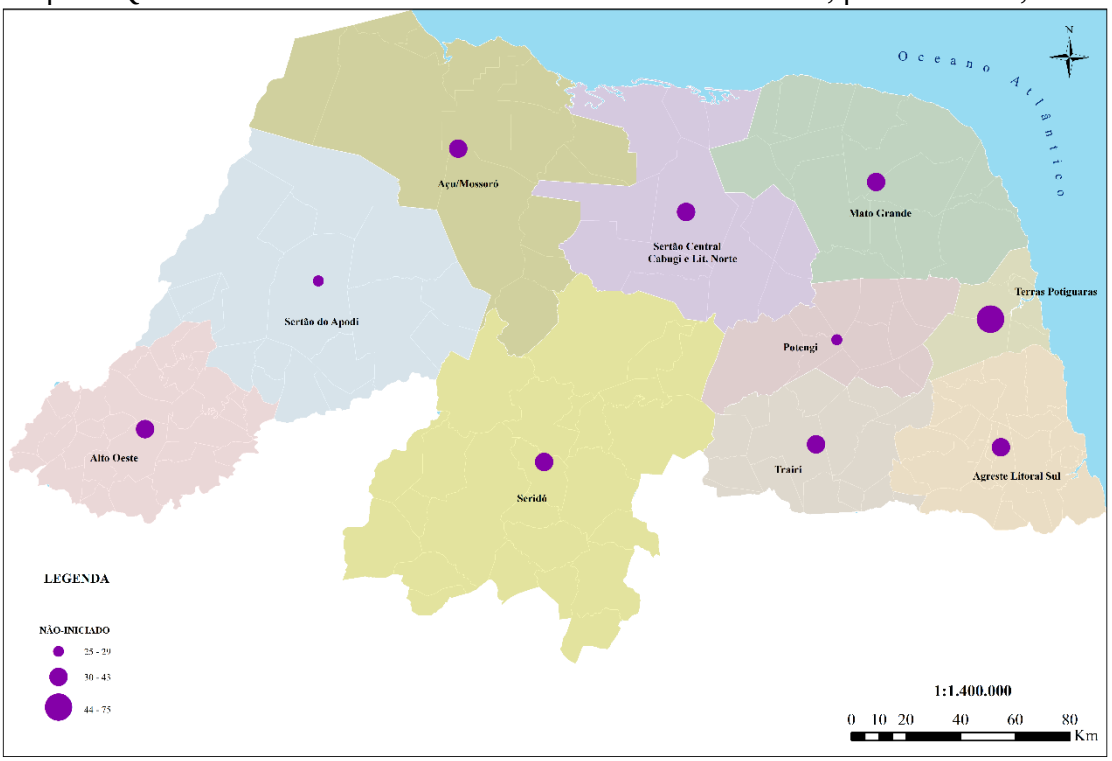
Fonte: Seplan (2023).

Ao analisarmos isoladamente as variáveis das metas, considerando a situação registrada em dezembro de 2023, chegamos aos resultados evidenciados por meio dos mapas que seguem.

A situação “Não Iniciado” (que são aquelas que não tiveram nenhuma movimentação registrada no referido ano), a maioria das metas não iniciadas estão nas Terras Potiguaras, com um total de 74, que representa 37,95% das metas totais, seguido pelo território do Açu/Mossoró com 40, ou seja 36,44% das metas. No entanto, percentualmente, o território com maior percentual de metas não indicadas é o Sertão Central Cabugi e Litoral Norte com 42,53%, Agreste Litoral Sul com 40,4% e o Mato Grande com 39,56%.

O mapa 2, permite ver espacialmente a distribuição das metas com situação “Não-iniciadas” nos territórios da cidadania no Rio Grande do Norte.

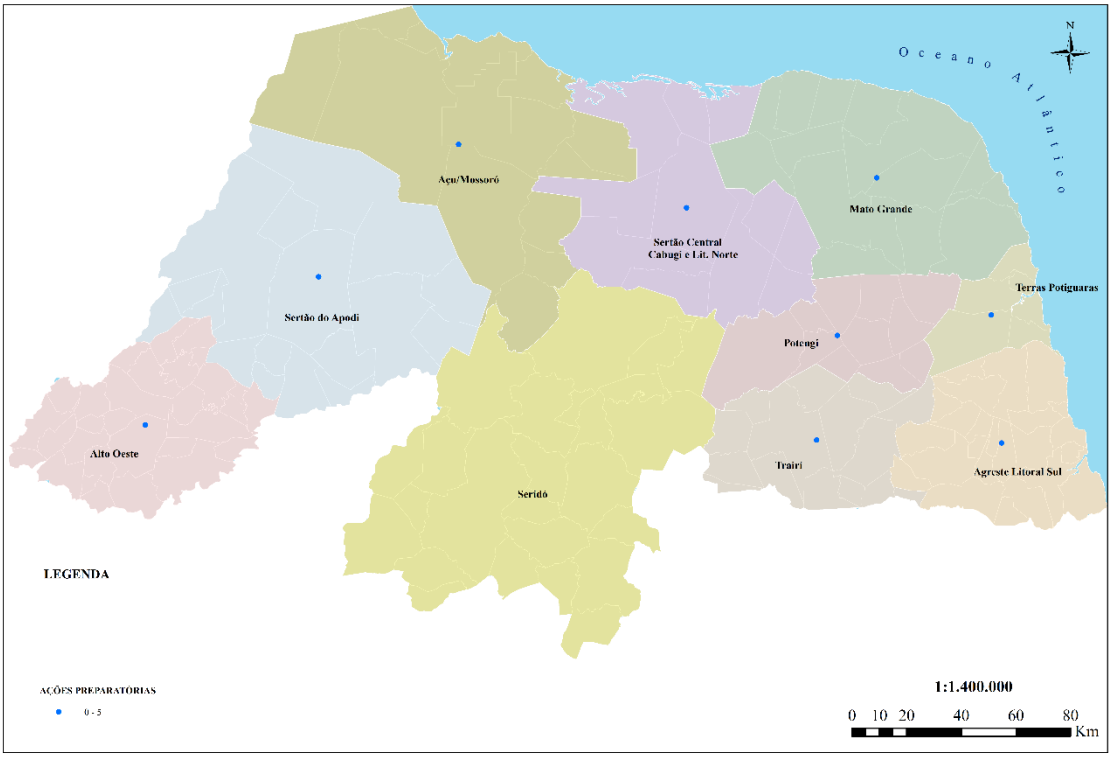
Mapa 2. Quantidade de Metas Não Iniciadas do PPA 2020-2023, por territórios, 2023.



Fonte: Seplan (2023).

As metas com situação “Ações Preparatórias” o território que apresenta a maior quantidade de metas é o Terras Potiguaras com 5 metas, o que equivale a 2,56% das metas. Em termos percentuais o Agreste Litoral Sul é o território com maior percentual, registrando 3,03% das metas nessa situação. Por outro lado, o Seridó não registra metas com a situação “ações preparatórias” para o ano de 2023, já os territórios do Potengi, Trairí e Alto Oeste cada um possui ao menos uma meta com ações preparatórias, percentualmente, as metas dos três variam de 1,01% a 1,32%. O mapa 3 a seguir evidencia a espacialização da situação das metas “ações preparatórias” nos territórios da cidadania.

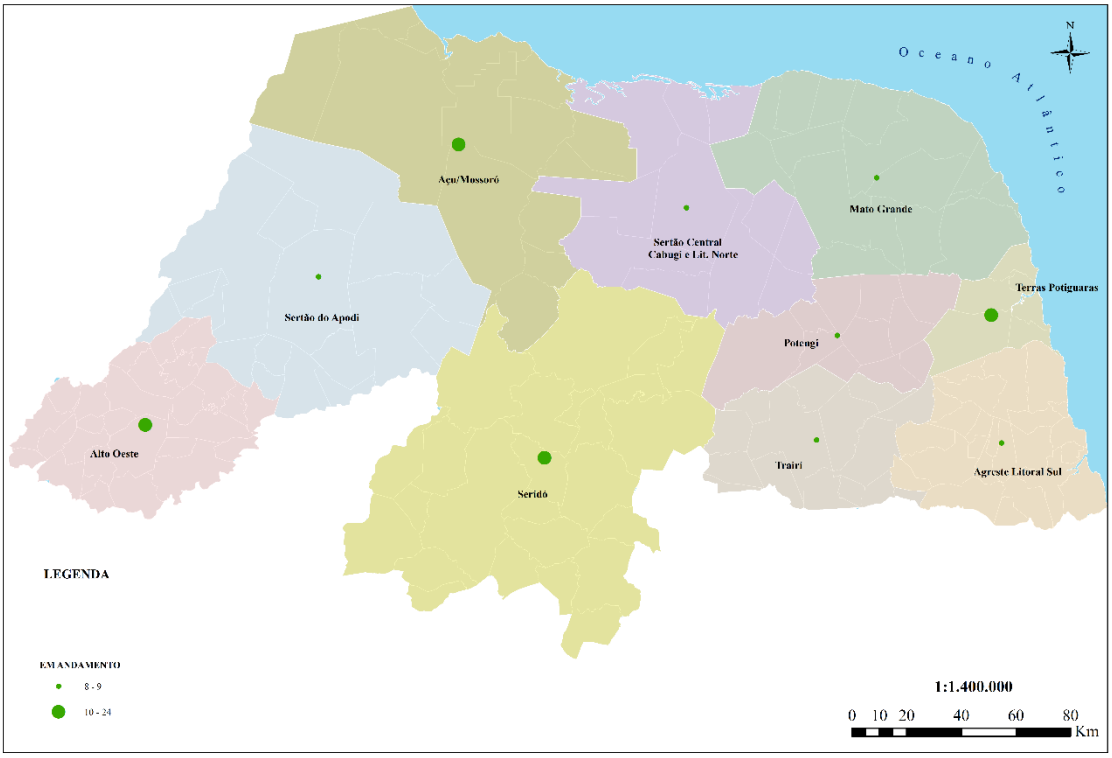
Mapa 3. Quantidade de Metas Ações Preparatórias PPA 2020-2023, por territórios, 2023.



Fonte: Seplan (2023).

A espacialização das metas com situação “Em Andamento” evidencia que o território com a maior quantidade de metas que entrou nessa etapa é o território Terras Potiguaras, com um total de 24, o que corresponde a 12,31% das metas, seguido pelo território do Seridó com 17 metas, o que equivale a 15,45%. Na contramão disso, temos os territórios: Potengi, Trairí, Sertão do Apodi, Mato Grande e Sertão Central Cabugi e Litoral Norte cada uma com 8 metas que registam situação em andamento; quando verificado em termos percentuais, o território do Mato Grande é aquele que está com a menor quantidade de metas em andamento tendo 8,79% das metas em andamento. O mapa 4 demonstra a distribuição das metas com situação em andamento.

Mapa 4. Quantidade de Metas Em Andamento no PPA 2020-2023, por territórios, 2023.

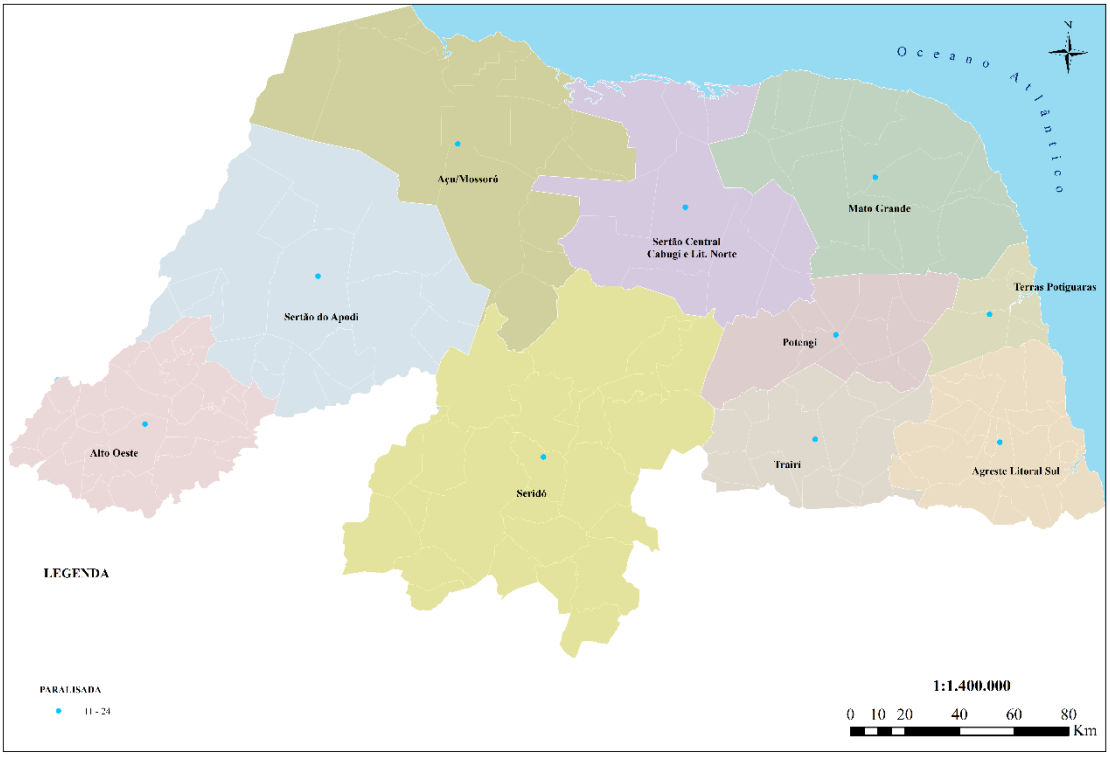


Fonte: Seplan (2023).

Quanto às metas com situação “Paralisadas” pelo Rio Grande do Norte, o território Terras Potiguaras possui 24 nessa situação, o valor corresponde a 12,31%, sendo a mais baixa quantidade, percentualmente, de metas paralisadas; logo após os territórios Agreste Litoral Sul, Açu/Mossoró e o Seridó ambos com 17 metas.

Percentualmente, o território com a maior quantidade de metas paralisadas é o Agreste Litoral Sul com 17,17%, seguido pelo Potengi com 17,11% das metas paralisadas. O mapa 5 permite ver espacialmente a distribuição das metas “Paralisadas” nos territórios da cidadania no Rio Grande do Norte.

Mapa 5. Quantidade de Metas Paralisadas no PPA 2020-2023, por territórios, 2023.

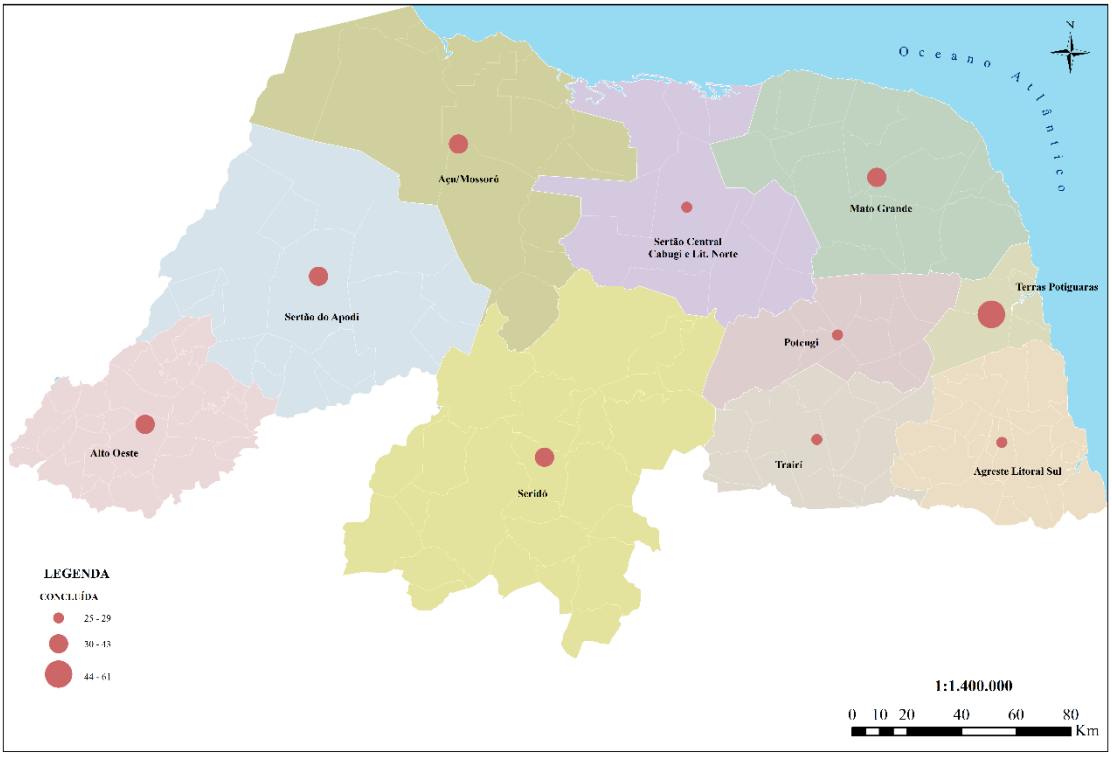


Fonte: Seplan (2023).

As metas que registram situação “Concluída” temos os seguintes resultados: Terras Potiguaras conta com 61 concluídas, o que corresponde a 31,28% das metas, em seguida o território Açu/Mossoró com 37 metas, que representa 31,36% das metas. Em termos percentuais, o território que mais teve metas concluídas foi o Sertão do Apodi com 36,9%, em seguida o Alto Oeste com 35,35%.

Por outro lado, o território com menor quantidade de metas concluídas foi o Sertão Central Cabugi e Litoral Norte com 25, o que corresponde a 28,74% das metas finalizadas. O território Agreste Litoral Sul foi o que teve a menor quantidade de metas finalizada e registra 27,27%. O mapa 6 mostra a distribuição das quantidades de metas com situação concluída.

Mapa 6. Quantidade de Metas Concluídas no PPA 2020-2023, por territórios, 2023.



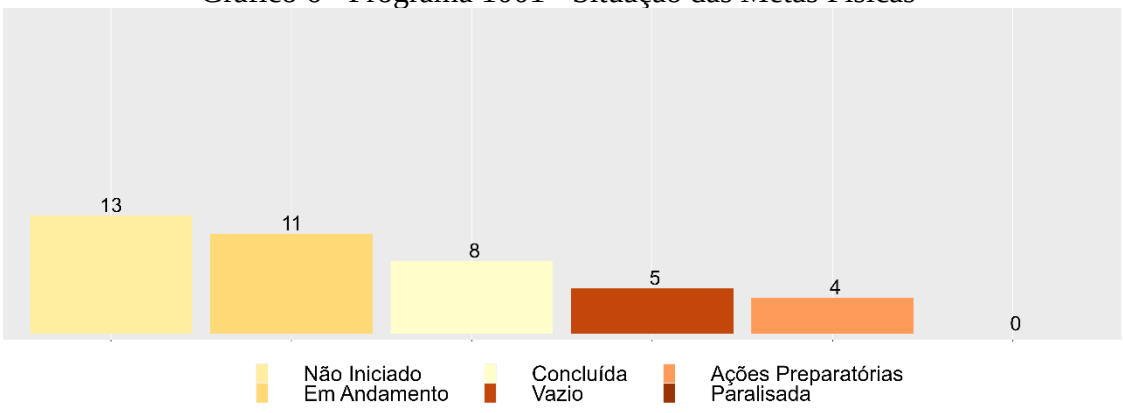
Fonte: Seplan (2023).

Outra forma de abordar a situação das metas é por meio dos programas temáticos.

Programa Valorização dos Profissionais de Segurança Pública

O primeiro programa é o 1001 Valorização dos profissionais de segurança pública, que envolvem os órgãos do sistema de segurança como Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Administração Penitenciária, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Instituto Técnico-Científico de Perícia. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

Gráfico 6 - Programa 1001 - Situação das Metas Físicas

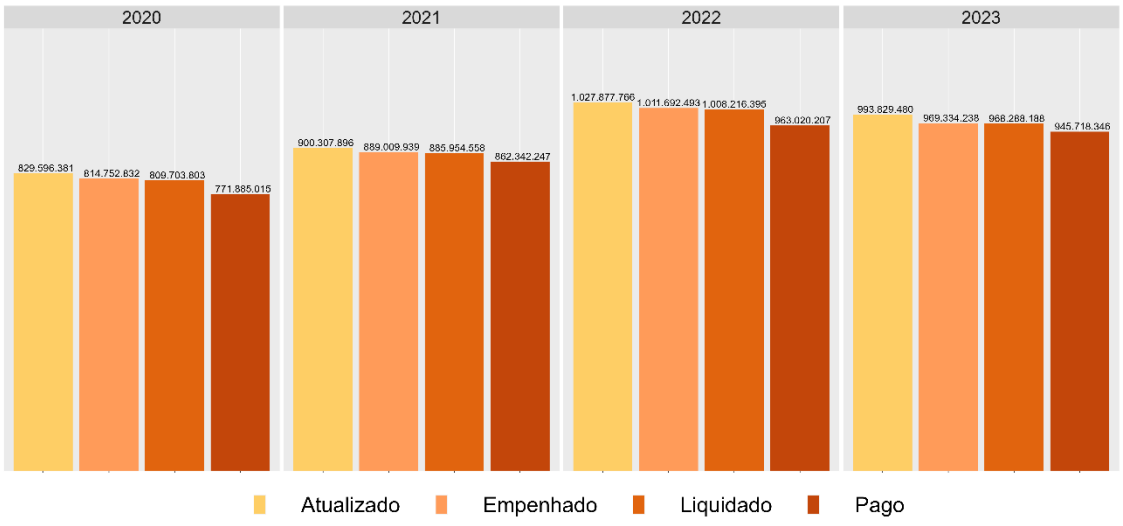


Conforme a representação do gráfico, o programa registrou no ano de 2023 um total de 13 metas com situação “Não iniciado”, o que equivale a 31,70% das metas do programa para o exercício avaliado. As metas com a situação “Em andamento” totalizam 11, que representa 26,82% das metas do programa, as metas com situação “Concluída” são 8 em 2023, representando 19,51%, outros 9,75% (4) das metas possuem registro “Ações preparatórias”. Um total de 12,19% das metas não possui informações registradas no sistema. Em 2023 o programa apresentou um total de 41 metas.

Quando analisarmos os dados da execução orçamentária do programa verificamos um aumento gradual dos valores destinados ao programa ao longo do período do PPA, notadamente entre os anos de 2020 e 2022 e uma redução em 2023 ao comparar com o ano de 2022, no gráfico a seguir estão apresentados os valores atualizados durante a execução orçamentária, os valores empenhados, liquidados e pagos.

Ao verificar as informações do gráfico, no que diz respeito ao ano de 2020, o valor atualizado do orçamento do programa corresponde a 829.596.381, desse total os valores empenhados alcançaram 98,21% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 814.752.832, os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 97,60% dos valores atualizados, corresnpondendo a 809.703.803 reais e o total pago chegou a 93,04% do montante atualizado para o programa, que correponde em termos absolutos a 771.885.015,00 reais.

Grafico 7 – Programa 1001 - Execução Orçamentária



Já no ano de 2021 o montante orçado com atualização pela execução é igual a 900.307.896,00, desse total foram empenhados 809.009.939,00, que corresponde a 98,75%, os valores liquidados alcaçaram 98,41% do total atualizado, que corresponde ao

montante de 885.954.558,00 e os valores pagos atingiram 95,78%, que em termos absolutos corresponde a 862.342.247,00 reais. O ano de 2021 registrou um aumento dos valores do orçamento para o programa de 8,52% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificado um aumento dos valores empenhados e liquidados na casa dos 9,1% e 9,4%, respectivamente, e um aumento de 11,7% dos valores pagos.

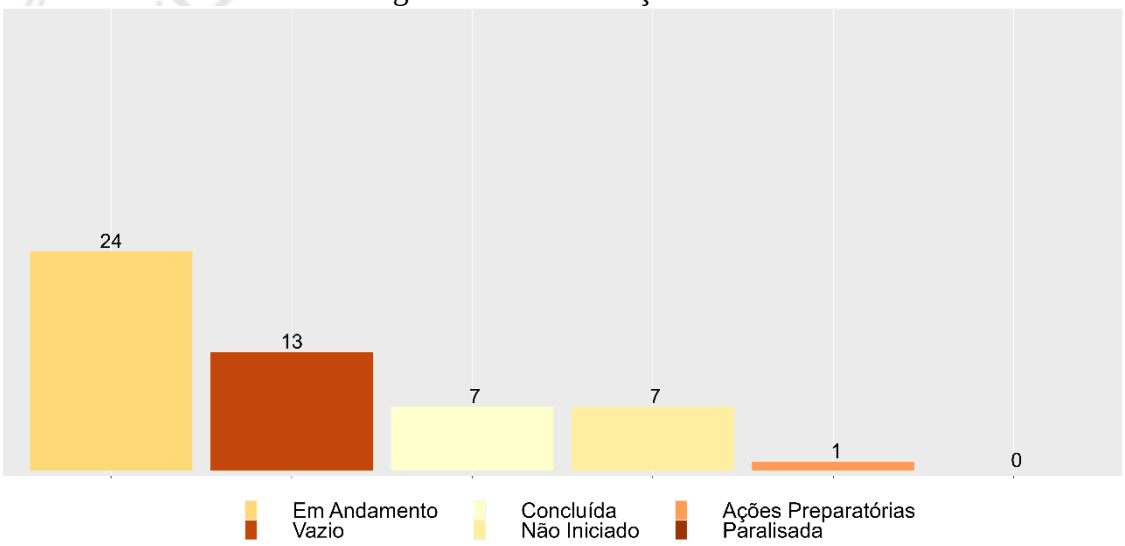
Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançou 1.027.877.766,00, desse montante foram empenhados 98,43%, e os valores liquidados chegaram a 98,09%, que corresponde a 1.008216.395,00 e 93,69% dos valores atualizados foram pagos. Ao comparar os anos de 2021 e 2022 é possível verificar que o programa obteve um aumento dos valores orçados de 14,16%, os valores empenhados e liquidados ficaram em 13,79% e 13,80%, respectivamente, os valores pagos registraram aumento de 11,67% em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 993.829.480, desse valor foram empenhados 97,54%, que em termos absolutos corresponde a 969.334.238,00, outros 97,43% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 968.288.188,00 e os valores pagos alcançaram 95,16%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar uma queda no orçamento destinado ao programa, a redução dos valores atualizados no orçamento é de 3,31%, ao comparar os valores empenhados a redução é de 4,18% os valores liquidados foram reduzidos em 3,96% e os valores pagos registram uma queda de 1,79%.

Programa Atividade de Inteligência e Investigação

O programa 1002 Atividade de Inteligência e Investigação possui um total de 52 metas que envolvem órgãos como Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Instituto Técnico-Científico de Perícia e Corpo de Bombeiros Militar. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

Gráfico 8 - Programa 1002 - Situação das Metas Físicas

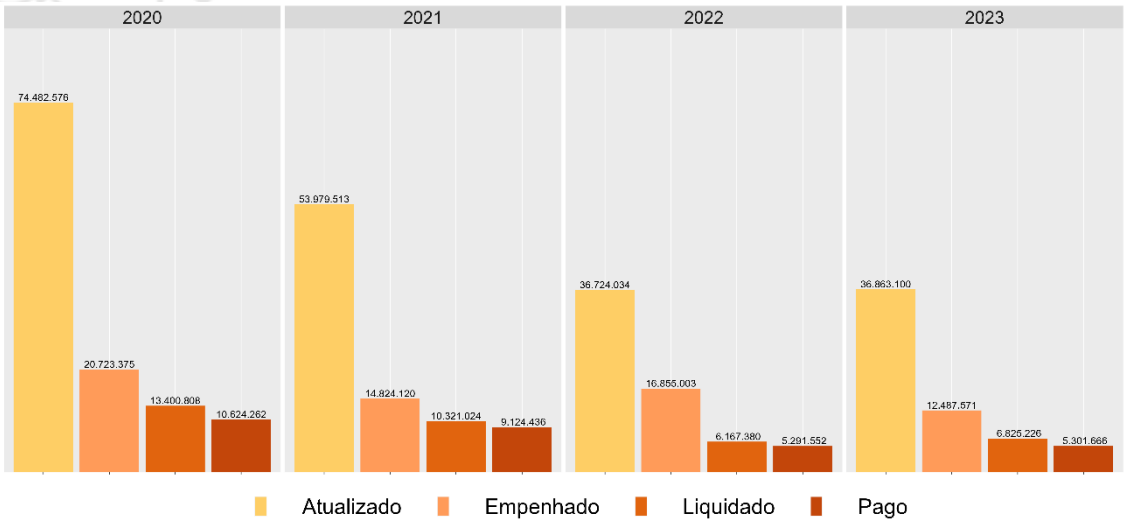


No ano de 2023 o programa registrou um total de 24 metas com situação “Em andamento”, que representa 46,15% do total de metas do programa. O programa registrou um percentual elevado de metas sem registro de informação de execução, foram 13 metas sem informações, o que representa 25% do total de metas. Outras 7 metas registraram situação “Concluída”, o que representa 13,46% das metas, número igual as metas com situação “Não iniciado”, que totalizaram 7 metas, 13,46%, uma meta apresentou registro “Ações Preparatórias”, o que equivale a 1,92% das metas.

A análise dos dados da execução orçamentária do programa aponta uma redução dos valores destinados ao programa ao longo do período do PPA, o gráfico evidencia redução nos anos de 2021, 2022 e 2023 quando comparamos ao primeiro ano do PPA (2020). No gráfico a seguir estão apresentados os valores atualizados durante a execução orçamentária, os valores empenhados, liquidados e pagos.

Ao verificar as informações do gráfico, no que diz respeito ao ano de 2020, o valor atualizado do orçamento do programa corresponde a 74.482.576,22 desse total os valores empenhados alcançaram 27,82% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 20.723.375, os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 17,99% dos valores atualizados, correspondendo a 13.400.808 reais e o total pago chegou a 14,26% do montante atualizado para o programa, que correponde em termos absolutos a 10.624.262 reais.

Gráfico 9 - Programa 1002 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o montante orçado com atualização pela execução é igual a 53.979.512,59, desse total foram empenhados 14.824.120,24, que corresponde a 27,46%, os valores liquidados alcançaram 19,12% do total atualizado, que corresponde ao montante de 10.321.024,08 e os valores pagos atingiram 16,90%, que em termos absolutos corresponde a 9.124.435,68 reais. O ano de 2021 registrou uma redução dos valores do orçamento para o programa de 27,52% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificado redução, também, dos valores empenhados e liquidados na casa dos 28,46% e 22,98%, respectivamente, e uma redução de 14,11% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 36.724.034,32, desse montante foram empenhados 45,90% (16.855.003,29), e os valores liquidados chegaram a 16,79%, que corresponde a 6.167.380,03 e 14,41% dos valores atualizados foram pagos. Ao comparar os anos de 2021 e 2022 é possível verificar que o programa obteve uma redução dos valores orçados de 31,96%, os valores empenhados tiveram aumento de 13,69%, já os valores liquidados registraram redução de 40,24%, os valores pagos registraram redução de 42,00% em 2022 quando comparado a 2021.

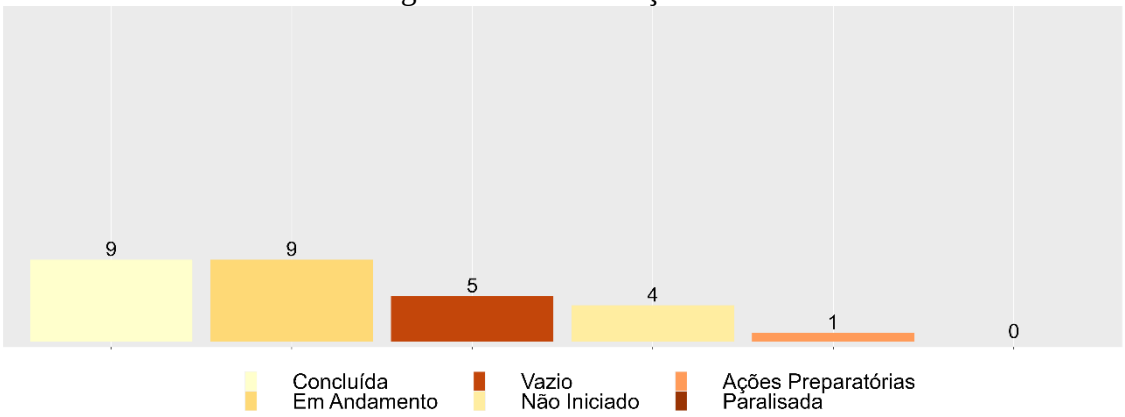
No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 36.863.099,56, desse valor foram empenhados 33,88%, que em termos absolutos corresponde a 12.487.570,70, outros 18,52% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 6.825.225,94 e os valores pagos alcançaram 14,38%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar um leve aumento no orçamento destinado ao programa de 0,37%, ao comparar os

valores empenhados a redução é de 25,91%, os valores liquidados registram aumento de 10,66% e os valores pagos registram aumento de 0,19%.

Programa Cidadania e Segurança Pública

O programa 1003 Cidadania e Segurança Pública reúne metas da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar e da Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Projeto Governo Cidadão. O referido programa possui um total de 28 metas com previsão para o ano de 2023. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

Gráfico 10 - Programa 1003 - Situação das Metas Físicas



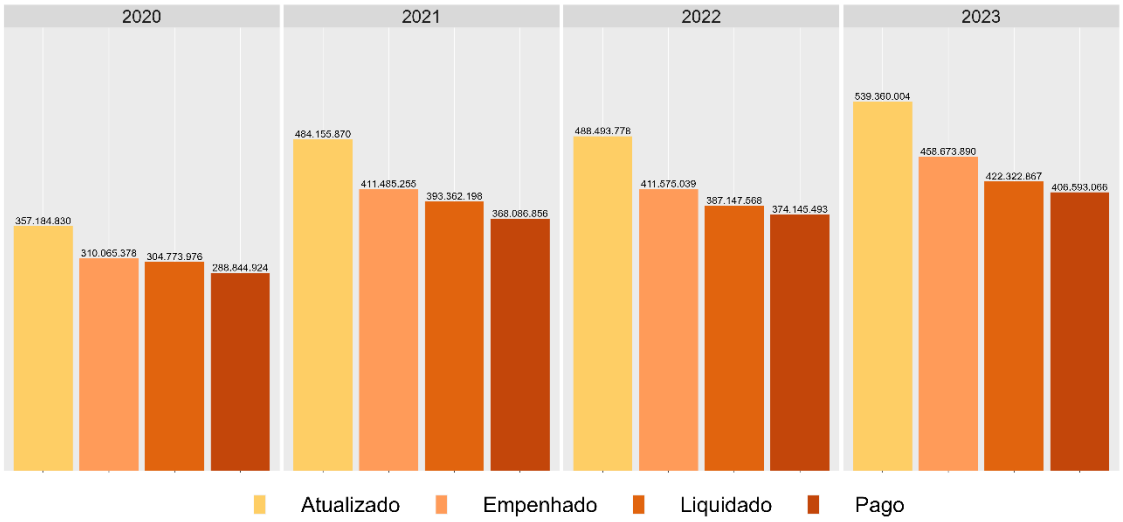
Em 2023 o programa apresentou 9 metas com situação “Concluída", que representa pouco mais de um terço do total de metas, 32,14% das metas do programa foram concluídas. O total de 9 metas finalizaram 2023 com registro “Em andamento”, o que representa um total de 32,14% das metas, outros 17,85% das metas não possuem registro de informações de execução. A situação “Não iniciado” totalizou 4 metas, o equivalente a 14,28%, e uma meta registrou situação “Ações Preparatórias”, que corresponde a 3,57% do total de metas do programa temático.

Ao analisar os dados da execução orçamentária do programa 1003 é possível verificar um aumento dos valores destinados ao programa ao longo do período do PPA, o gráfico mostra a evolução dos valores nos anos de 2021, 2022 e 2023 quando comparamos ao ano de 2020. No gráfico a seguir estão apresentados os valores atualizados durante a execução orçamentária, os valores empenhados, liquidados e pagos.

Ao verificar as informações do gráfico, no que diz respeito ao ano de 2020, o valor atualizado do orçamento do programa corresponde a 357.184.830,29 desse total os

valores empenhados alcançaram 84,99% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 310.065.378,43, os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 81,25% dos valores atualizados, correspondendo a 304.773.975,65 reais e o total pago chegou a 76,03% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 288.844.924,49 reais.

Gráfico 11 - Programa 1003 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 484.155.870,04, desse total foram empenhados 411.485.254,65, que corresponde a 84,99%, os valores liquidados alcaçaram 81,25% do total atualizado, que corresponde ao montante de 393.362.198,49 e os valores pagos atingiram 76,03%, que em termos absolutos corresponde a 368.086.855,76 reais. O ano de 2021 registrou um aumento dos valores do orçamento para o programa de 35,54% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificado um aumento dos valores empenhados e liquidados na casa dos 32,70% e 29,06%, respectivamente, e 27,43% dos valores pagos.

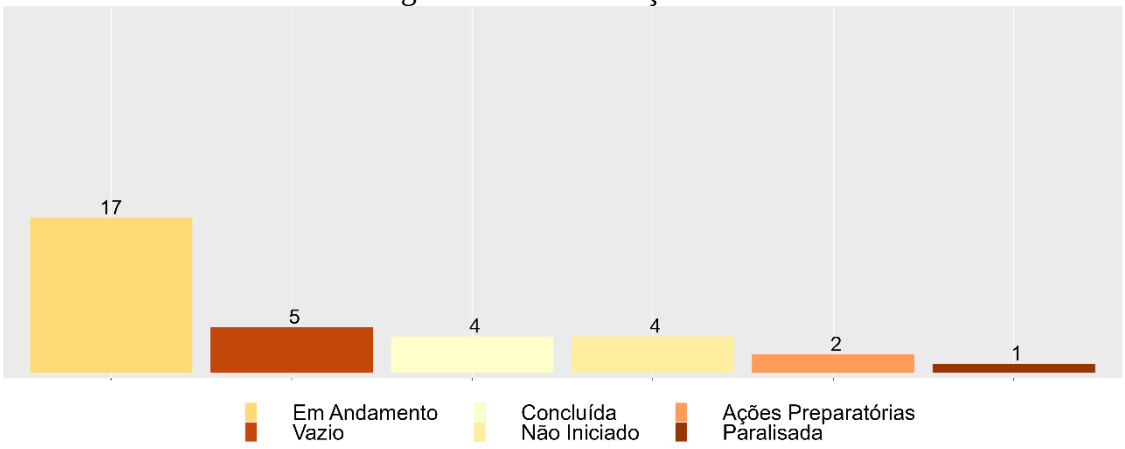
Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 488.493.777,60, desse montante foram empenhados 84,25% (411.575039,28), e os valores liquidados chegaram a 79,25%, que corresponde a 387.147.567,73 e 76,59% dos valores atualizados foram pagos. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve aumento dos valores orçados de 0,89%, os valores empenhados tiveram um aumento de 0,02%, os valores liquidados registraram redução de 1,57%, os valores pagos registraram 1,64% de aumento em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 539.360.003,69, desse valor foram empenhados 85,04%, que em termos absolutos corresponde a 458.673.890,44, outros 78,30% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 422.322.866,54 e os valores pagos alcançaram 75,38%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar um aumento no orçamento destinado ao programa de 10,41%, ao comparar os valores empenhados o aumento foi de 11,44%, os valores liquidados registram aumento de 9,08% e os valores pagos registram aumento de 8,67%.

Programa Gestão e Melhoria do Sistema Penitenciário

O programa 1004 Gestão e Melhoria do Sistema Penitenciário reúne as metas da Secretaria de Administração Penitenciária, que nesse programa possui um total de 33 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

Gráfico 12 - Programa 1004 - Situação das Metas Físicas

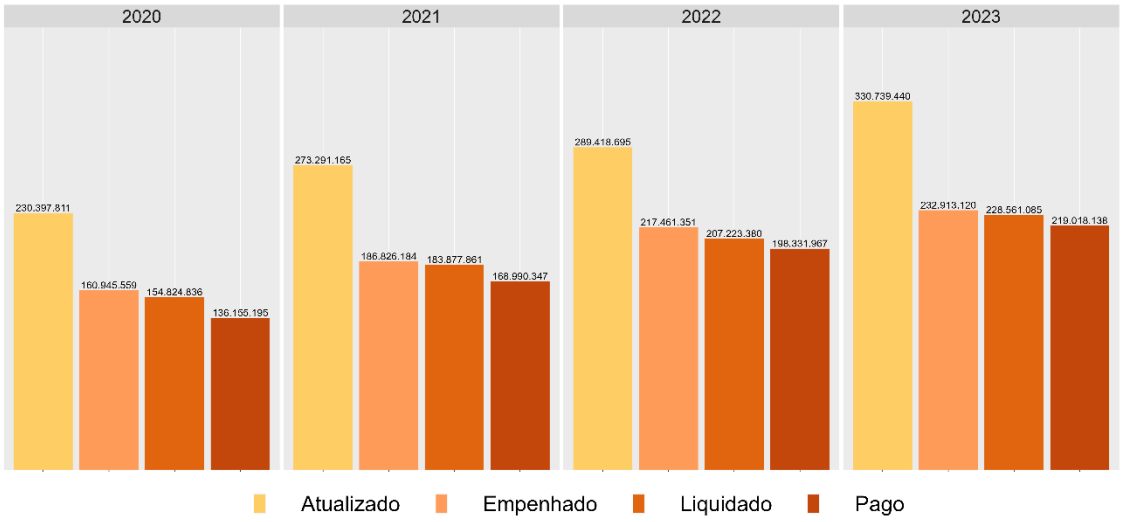


Os valores representados no gráfico, apresenta-se a quantidade de metas e a situação da execução no ano de 2023, da seguinte forma: Em andamento 17, que representa 51,51% das metas do programa, um total de 15,15% das metas não tiveram registro sobre o andamento e o gráfico registra como “vazio”, um total de 4 metas apresentam situação “Concluída”, o que representa 12,12%, valor igual às metas com situação “Não iniciado” que totalizam 4 metas (12,12%).

Ao verificar as informações da execução orçamentária, no ano de 2020 o valor atualizado do orçamento para o programa corresponde a 230.397.811,41 desse total os valores empenhados alcançaram 69,86% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 160.945.558,92, os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 67,20%

dos valores atualizados, correspondendo a 154824835,96 reais e o total pago chegou a 59,10% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 136.155.195,16 reais.

Gráfico 13 - Programa 1004 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 273.291.165,35 desse total foram empenhados 186.826.183,69, que corresponde a 68,36%, os valores liquidados alcaçaram 67,28% do total atualizado, que corresponde ao montante de 183.877.860,89 e os valores pagos atingiram 61,84%, que em termos absolutos corresponde a 168.990.347,28 reais. O ano de 2021 registrou um aumento dos valores do orçamento para o programa de 18,61% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificado um aumento dos valores empenhados e liquidados na casa dos 16,08% e 18,76%, respectivamente, e 24,11% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 289.418.695,48, desse montante foram empenhados 75,14% (217.461.351,20), e os valores liquidados chegaram a 71,60%, que corresponde a 207.223.380,17 e 68,53% dos valores atualizados foram pagos. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve aumento dos valores orçados de 5,90%, os valores empenhados tiveram um aumento de 16,39%, os valores liquidados registraram aumento de 12,69%, os valores pagos registraram 17,36% de aumento em 2022 quando comparado a 2021.

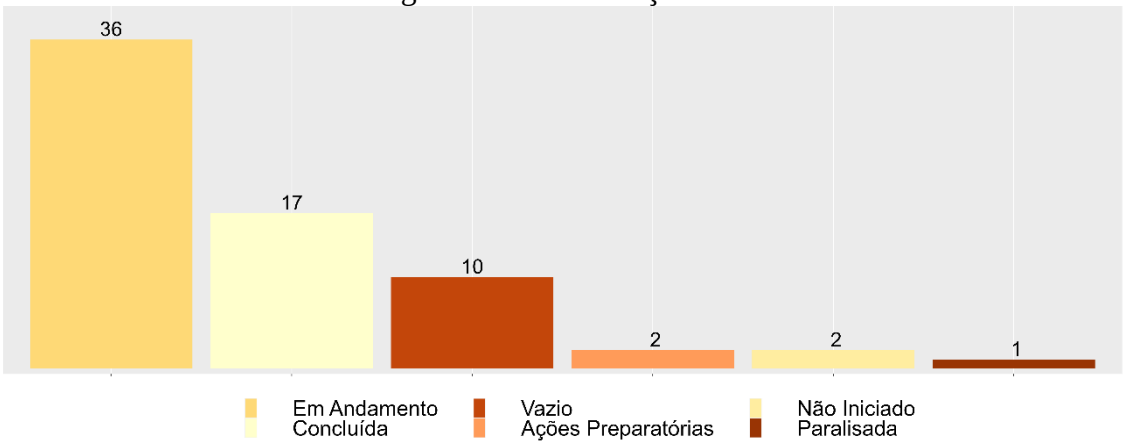
No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 330.739.440,37, desse valor foram empenhados 70,42%, que em termos absolutos corresponde a 232.913.119,74, outros 69,11% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 228.561.084,85 e os valores

pagos alcançaram 66,22%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar um aumento no orçamento destinado ao programa de 14,27%, ao comparar os valores empenhados o aumento foi de 7,10%, os valores liquidados registram aumento de 10,29% e os valores pagos registram aumento de 10,43%.

Programa Educação Cidadã

O programa 2001 Educação Cidadã possui metas da Secretaria de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, Fundação Universidade do Estado do RN, Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy, Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão e Secretaria de Estado da Fazenda, que nesse programa possui um total de 68 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

Gráfico 14 - Programa 2001 - Situação das Metas Físicas

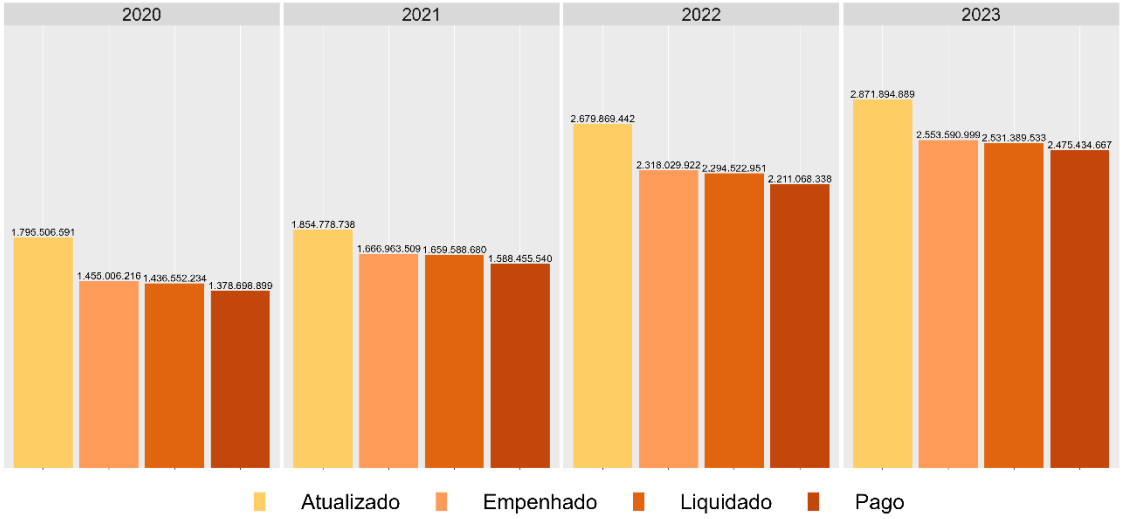


Conforme valores representados no gráfico acima, a maior parte das metas do programa finalizaram o período do PPA com a situação “Em andamento”, são 36 metas, que corresponde à 52,94%, foram 17 metas em situação “Concluída” que corresponde a 25%, enquanto outras 10 metas não há registro em sistema sobre sua execução, situação “Vazio” que representa 14,70% do total de metas do programa temático.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 apontam o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 1.795.506.591,16 desse total os valores empenhados alcançaram 81,04% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 1.455.006.215,91, os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 80,01% dos valores atualizados, correspondendo a 1.436.552.233,52 reais e o

total pago chegou a 76,79% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 1.378.698.899,41 reais.

Gráfico 15 - Programa 2001 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 1.854.778.737,82 desse total foram empenhados 1.666.963.508,76, que corresponde a 89,87%, os valores liquidados alcaçaram 89,48% do total atualizado, que corresponde ao montante de 1.659.588.680,38 e os valores pagos atingiram 85,64%, que em termos absolutos corresponde a 1.588.455.540,19 reais. O ano de 2021 registrou um aumento dos valores do orçamento para o programa de 3,30% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificado um aumento dos valores empenhados e liquidados na casa dos 14,56% e 15,52%, respectivamente, e 15,21% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 2.679.869.441,50, desse montante foram empenhados 86,50% (2.318.029.922,25), e os valores liquidados chegaram a 85,62%, que corresponde a 2.294.522.950,87 e 82,51% dos valores atualizados foram pagos. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve aumento dos valores orçados de 44,48%, os valores empenhados tiveram um aumento de 39,05%, os valores liquidados registraram aumento de 38,25%, os valores pagos registraram 39,19% de aumento em 2022 quando comparado a 2021.

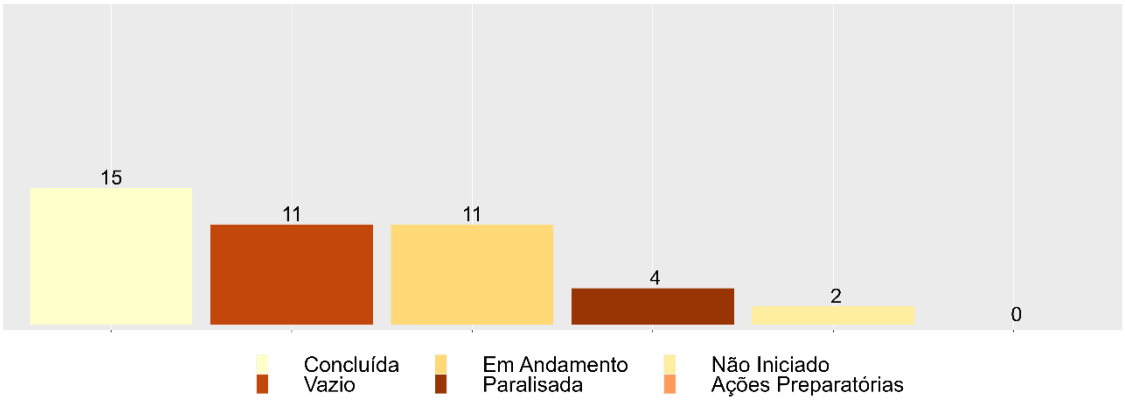
No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 2.871.894.889,49, desse valor foram empenhados 88,92%, que em termos absolutos corresponde a 2.553.590.999,13, outros 88,14% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 2.531.389.532,54 e os valores pagos alcançaram 86,20%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é

possível notar um aumento no orçamento destinado ao programa de 14,27%, ao comparar os valores empenhados o aumento foi de 7,10%, os valores liquidados registram aumento de 10,29% e os valores pagos registram aumento de 10,43%.

Programa RN Saudável - Promoção e Vigilância Em Saúde

O programa 2002 RN Saudável, Promoção e Vigilância em Saúde possui metas da Secretaria de Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer Secretaria de Estado da Saúde Pública, que nesse programa possui um total de 43 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

Gráfico 16 - Programa 2002 - Situação das Metas Físicas

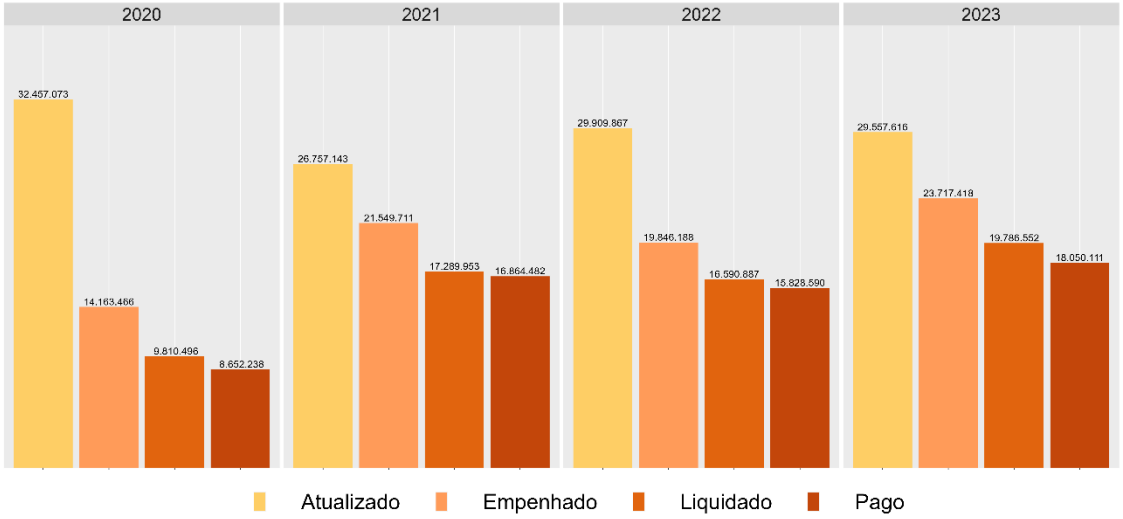


No ano de 2023, o programa registrou mais de um terço das metas tiveram seu objetivo alcançado, 34,88%, 15 metas finalizaram o ano com situação “Concluída”. Outras 11 metas ficaram sem registro da sua execução, item representado no gráfico por “Vazio”, que equivale a 25,58% das metas do programa, na mesma quantidade e proporção foram 11 metas com a situação “Em andamento” no período. Por fim, 9,30% das metas desse programa findaram com a situação “Paralisada”, corresponde a 4 metas desse programa.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 32.457.072,92 desse total os valores empenhados alcançaram 43,64% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 14.163.465,94, os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 30,23% dos valores atualizados, correspondendo a 9.810.495,98 reais e o total pago chegou a

26,66% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 8.652.238,41 reais.

Gráfico 17 - Programa 2002 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 26.757.142,59 desse total foram empenhados 21.549.711,48, que corresponde a 80,54%, os valores liquidados alcaçaram 64,62% do total atualizado, que corresponde ao montante de 17.289.953,25 e os valores pagos atingiram 63,03%, que em termos absolutos corresponde a 16.864.481,67 reais. O ano de 2021 registrou uma redução dos valores do orçamento para o programa de 17,56% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificado um aumento dos valores empenhados e liquidados na casa dos 52,14% e 76,23%, respectivamente, e 94,91% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 29.909.867,01, desse montante foram empenhados 66,35% (19.846.188,16), e os valores liquidados chegaram a 55,47%, que corresponde a 16.590.887,33 e 52,92% dos valores atualizados foram pagos. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve aumento dos valores orçados de 11,78%, os valores empenhados tiveram uma redução de 7,91%, os valores liquidados reduziram 4,04%, os valores pagos registraram redução de 6,14% em 2022 quando comparado a 2021.

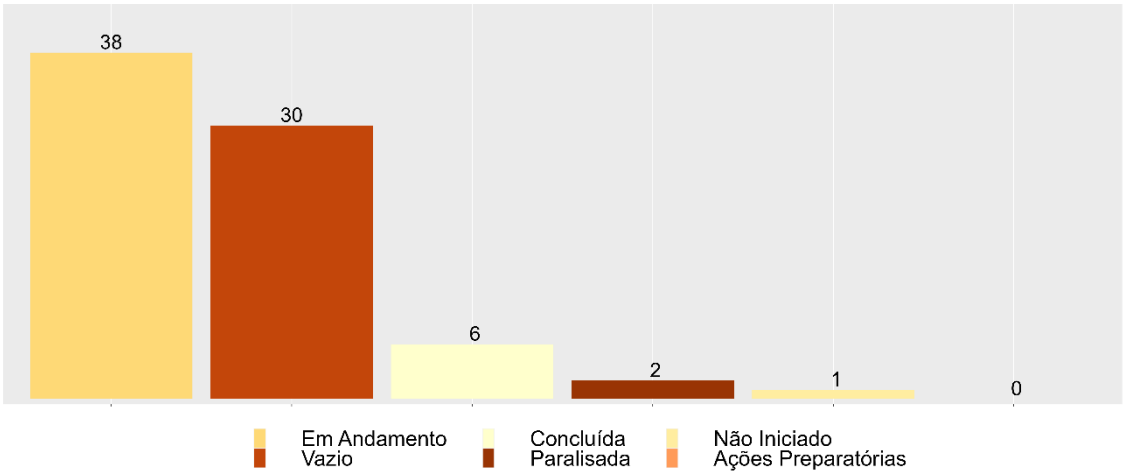
No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 29.557.615,57, desse valor foram empenhados 80,24%, que em termos absolutos corresponde a 23.717.417,72, outros 66,94% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 19.786.551,52 e os valores pagos alcançaram 61,07%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível

notar uma redução no orçamento destinado ao programa de 1,17%, ao comparar os valores empenhados o aumento foi de 19,50%, os valores liquidados registram aumento de 19,26% e os valores pagos registram aumento de 14,03%.

Programa RN Saudável, Atenção Integral à Saúde

O programa 2003 RN Saudável, Atenção Integral à Saúde possui metas da Secretaria de Planejamento, do Orçamento e Gestão, Secretaria de Estado da Saúde Pública, nesse programa possui um total de 77 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

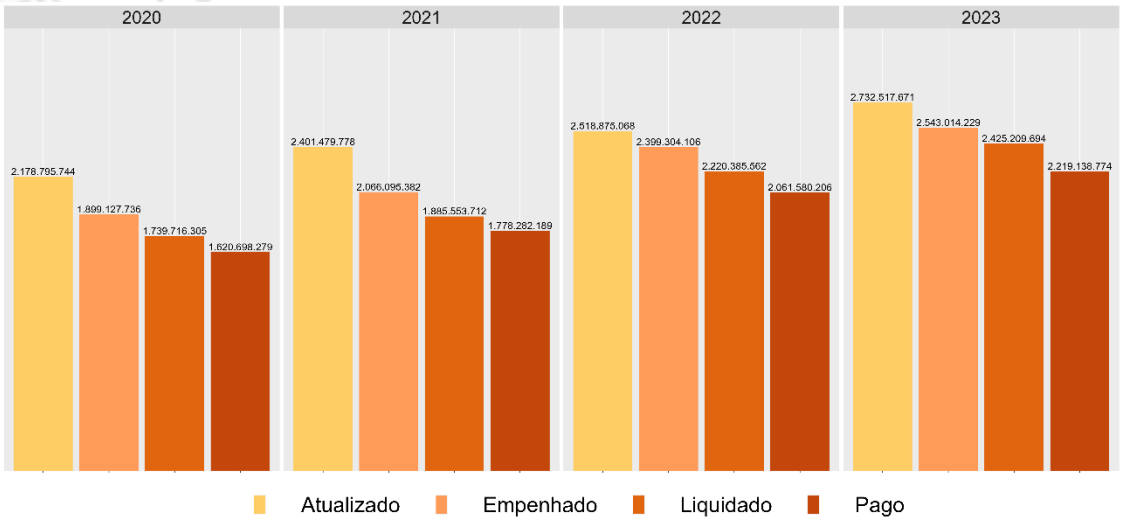
Gráfico 18 - Programa 2003 - Situação das Metas Físicas



O gráfico demonstra a situação das metas do programa, quase metade, 49,35% das metas finalizaram o ano de 2023 com situação “Em Andamento”, o montante de 38 metas. Na sequência, 38,96% das metas não tiveram registro de execução, ou seja, 30 metas com situação “Vazio” e mais 6 metas tiveram seus objetivos atingidos e finalizaram o ano de 2023 com a situação “Concluída”, equivale a 7,79% do total de metas do programa temático.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 2.178.795.744,44 desse total os valores empenhados alcançaram 87,16% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 1.899.127.735,96, os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 79,85% dos valores atualizados, correspondendo a 1.739.716.304,60 reais e o total pago chegou a 74,39% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 1.620.698.179,29 reais.

Gráfico 19 - Programa 2003 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 2.401.479.777,54 desse total foram empenhados 2.066.095.382,24, que corresponde a 86,03%, os valores liquidados alcaçaram 78,52% do total atualizado, que corresponde ao montante de 1.885.553.711,96 e os valores pagos atingiram 74,05%, que em termos absolutos corresponde a 1.778.282.188,93 reais. O ano de 2021 registrou um aumento dos valores do orçamento para o programa de 10,22% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificado um aumento dos valores empenhados e liquidados na casa dos 8,79% e 8,38%, respectivamente, e 9,72% dos valores pagos.

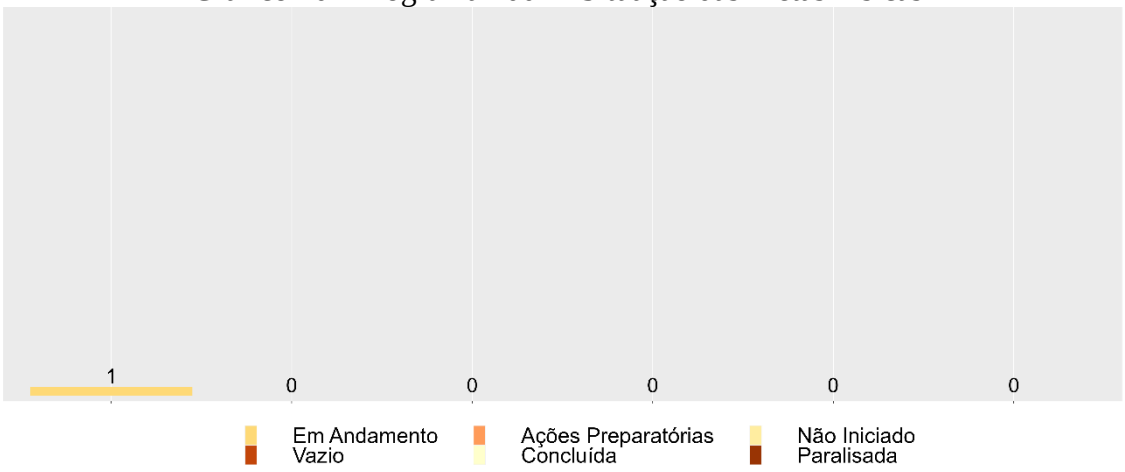
Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 2.518.875.068,45, desse montante foram empenhados 95,25% (2.399.304.105,90), e os valores liquidados chegaram a 88,15%, que corresponde a 2.220.385.562,11 e 81,85% dos valores atualizados foram pagos. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve aumento dos valores orçados de 4,88%, os valores empenhados tiveram um aumento de 16,12%, os valores liquidados aumentaram 17,75%, os valores pagos registraram aumento de 15,93% em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 2.732.517.671,12, desse valor foram empenhados 93,06%, que em termos absolutos corresponde a 2.543.014.228,87, outros 88,75% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 2.425.209.693,85 e os valores pagos alcançaram 81,21%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar um aumento no orçamento destinado ao programa de 8,48%, ao comparar os valores empenhados o aumento foi de 5,98%, os valores liquidados registram aumento de 9,22% e os valores pagos registram aumento de 7,64%.

Programa Juventude Viva

O programa 2004 Juventude Viva é composto pela meta pertencente ao Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural que nesse programa possui apenas 1 meta. O gráfico a seguir apresenta a quantidade e situação de execução para o ano de 2023.

Gráfico 20 - Programa 2004 - Situação das Metas Físicas

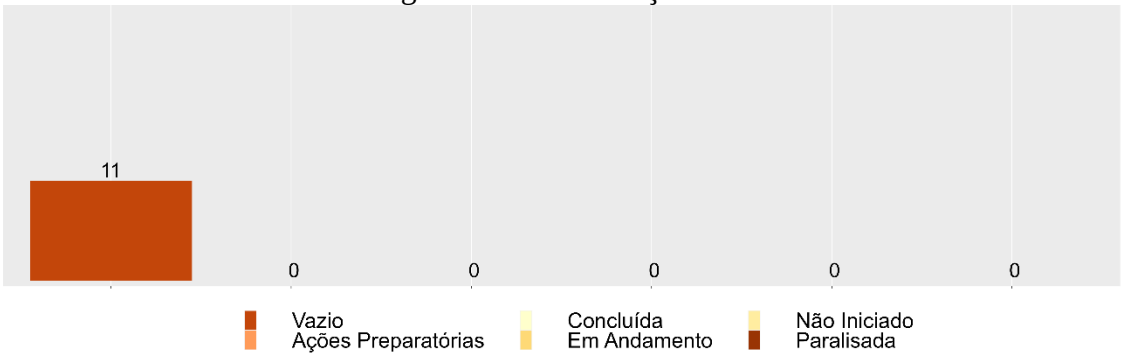


Conforme a representação do gráfico, o programa registrou no ano de 2023 apenas 1 meta, que finalizou o período com a situação “Concluída”, que corresponde a 100% das metas, não houve a vinculação de outras metas ao programa.

Programa Janela de Oportunidades: Cultura, Esporte e Lazer

O programa 2005 Janela de Oportunidades: Cultura, Esporte e Lazer possui metas pertencentes a Fundação José Augusto, que nesse programa somam um total de 11 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

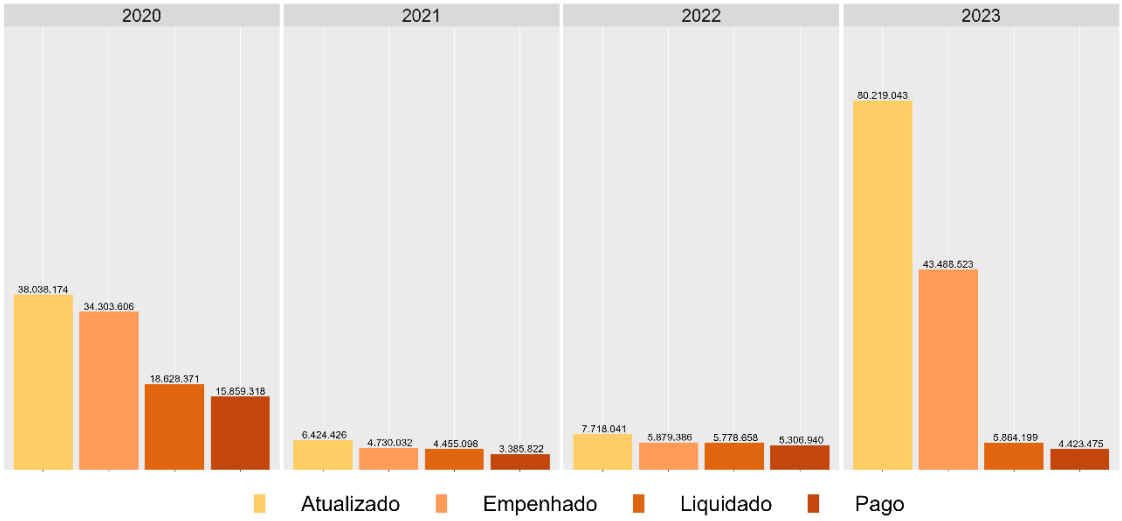
Gráfico 21 - Programa 2005 - Situação das Metas Físicas



Em 2023, conforme demonstrado no gráfico, o programa temático possui 11 metas, porém não houve nenhum registro em sistema sobre a execução das metas, a situação não teve atualizações, dessa forma, 100% das metas estão com situação “Vazio”.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 38.038.173,81 desse total os valores empenhados alcançaram 90,18% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 34.303.605,61, os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 48,97% dos valores atualizados, correspondendo a 18.628.370,61 reais e o total pago chegou a 41,69% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 15.859.318,31 reais.

Gráfico 22 - Programa 2005 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 6.424.426,08 desse total foram empenhados 4.730.032,46, que corresponde a 76,63%, os valores liquidados alcaçaram 69,35% do total atualizado, que corresponde ao montante de 4.455.098,46 e os valores pagos atingiram 52,70%, que em termos absolutos corresponde a 3.385.822,07 reais. O ano de 2021 registrou uma redução dos valores do orçamento para o programa de 83,11% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada uma redução dos valores empenhados e liquidados na casa dos 86,21% e 76,08%, respectivamente, e uma redução de 78,65% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 7.718.041,00, desse montante foram empenhados 76,18% (5.879.385,65), e os valores liquidados chegaram a 74,87%, que corresponde a 5.778.657,84 e 68,76% dos valores

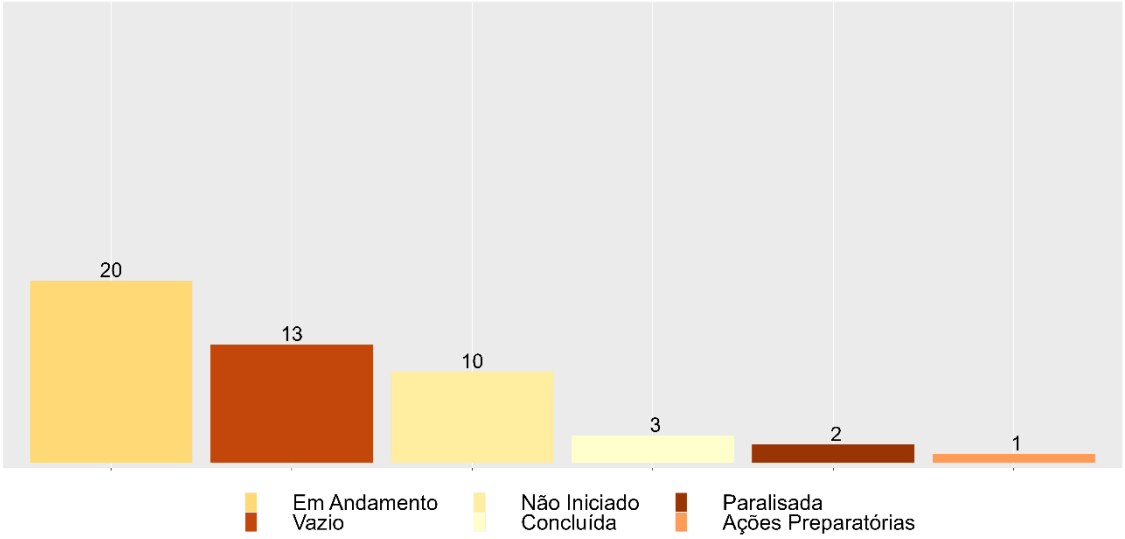
atualizados foram pagos. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve aumento dos valores orçados de 20,13%, os valores empenhados tiveram um aumento de 24,29%, os valores liquidados aumentaram 29,70%, os valores pagos registraram aumento de 56,74% em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 80.219.042,91, desse valor foram empenhados 54,21%, que em termos absolutos corresponde a 43.488.522,75, outros 7,31% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 5.864.198,52 e os valores pagos alcançaram 5,51%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar um aumento no orçamento destinado ao programa de 939,37%, ao comparar os valores empenhados o aumento foi de 639,67%, os valores liquidados registram aumento de 1,48% e os valores pagos registram redução de 16,64%.

Programa Viver Melhor: Assistência Social e Cidadania

O programa 2007 Viver Melhor: Assistência Social e Cidadania é composto por metas da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, que nesse programa possui um total de 49 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

Gráfico 23 - Programa 2007 - Situação das Metas Físicas

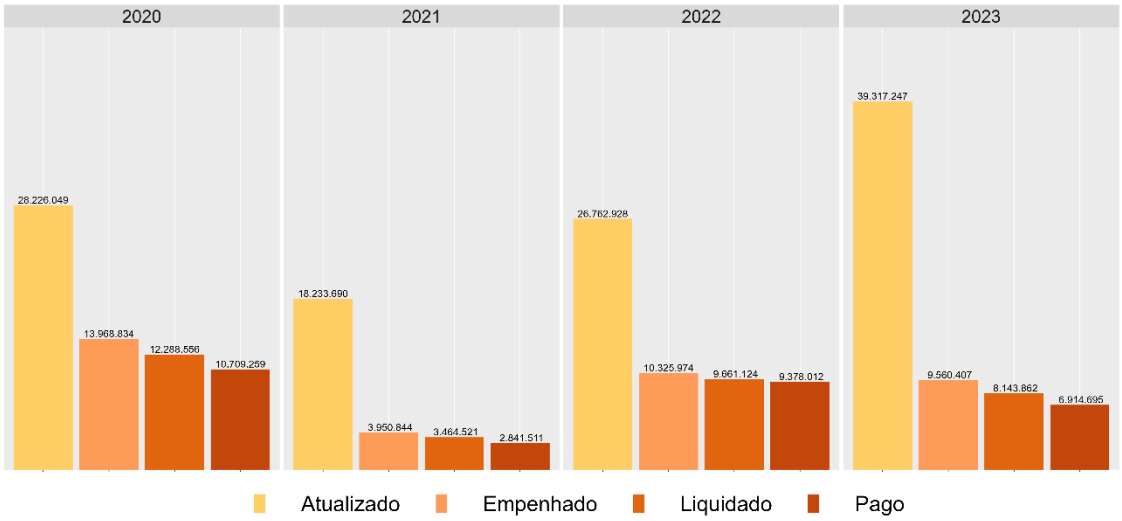


No ano de 2023 o programa registrou um total de 49 metas vinculadas, sendo 20 metas com situação “Em Andamento”, que representa 40,82%, na sequência, 26,53% das metas não tiveram sua execução alimentada no sistema, 13 metas com situação “Vazio”, outras 10 metas estão com situação “Não iniciado”, equivale a 20,41% das metas, e ainda,

3 metas constam com a situação “Concluída”, o que representa apenas 6,12% das metas desse programa temático.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 28.226.048,62 desse total os valores empenhados alcançaram 49,49% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 13.968.833,89, os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 43,54% dos valores atualizados, correspondendo a 12.288.556,21 reais e o total pago chegou a 37,94% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 10.709.258,81 reais.

Gráfico 24 - Programa 2007 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 18.233.690,00 desse total foram empenhados 3.950.843,54, que corresponde a 21,67%, os valores liquidados alcaçaram 19,00% do total atualizado, que corresponde ao montante de 3.464.520,92 e os valores pagos atingiram 15,58%, que em termos absolutos corresponde a 2.841.510,92 reais. O ano de 2021 registrou uma redução dos valores do orçamento para o programa de 35,40% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada uma redução dos valores empenhados e liquidados na casa dos 71,71% e 71,80%, respectivamente, e uma redução de 73,46% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 26.762.928,03, desse montante foram empenhados 38,58% (10.325.974,47), e os valores liquidados chegaram a 36,10%, que corresponde a 9.661.124,44 e 35,04% dos valores atualizados foram pagos. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa

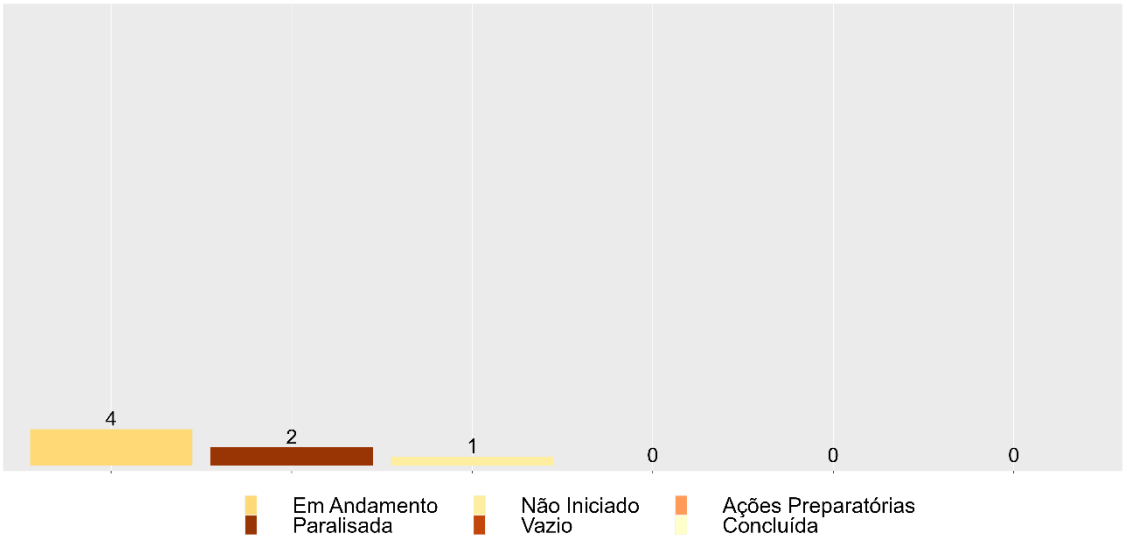
obteve aumento dos valores orçados de 46,77%, os valores empenhados tiveram um aumento de 161,36%, os valores liquidados aumentaram 178,85%, os valores pagos registraram aumento de 230,03% em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 39.317.246,97, desse valor foram empenhados 24,32%, que em termos absolutos corresponde a 9.560.407,20, outros 20,71% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 8.143.861,74 e os valores pagos alcançaram 17,59%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar um aumento no orçamento destinado ao programa de 46,90%, ao comparar os valores empenhados houve uma redução foi de 7,41%, os valores liquidados registram redução de 15,70% e os valores pagos registram redução de 26,26%.

Programa Viver Melhor: Desenvolvimento Urbano e Habitação

O programa 2008 Viver Melhor: Desenvolvimento Urbano e Habitação é composto por um total de 7 metas, cuja execução é realizada através da Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

Gráfico 25 - Programa 2008 - Situação das Metas Físicas

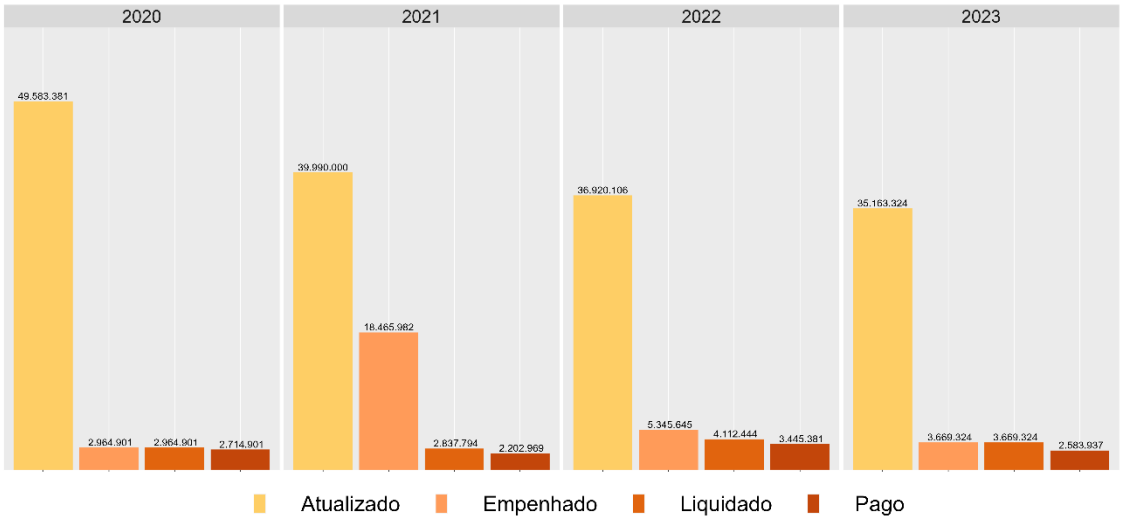


Conforme a representação do gráfico, o programa registrou no ano de 2023 um total de 4 metas com situação “Em Andamento”, o que equivale a 57,14% das metas do programa par ao exercício avaliado. Outras 2 metas finalizaram com a situação

"Paralisada", são metas que tiveram sua execução iniciada, porém paralisada antes da sua finalização, corresponde a 28,57% das metas, e mais 1 meta com situação "Não Iniciada".

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 49.583.381,41 desse total os valores empenhados alcançaram 5,98% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 2.964.901,08, os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 5,98% dos valores atualizados, correspondendo a 2.964.901,08 reais e o total pago chegou a 5,48% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 2.714.901,08 reais.

Gráfico 26 - Programa 2008 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 39.990.000,00 desse total foram empenhados 18.465.982,26, que corresponde a 46,18%, os valores liquidados alcaçaram 7,10% do total atualizado, que corresponde ao montante de 2.837.794,39 e os valores pagos atingiram 5,51%, que em termos absolutos corresponde a 2.202.969,40 reais. O ano de 2021 registrou uma redução dos valores do orçamento para o programa de 19,34% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada um aumento dos valores empenhados de 522,81% e os valores liquidados registraram redução de 4,28%, os valores pagos registram redução de 18,85% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 36.920.106,20, desse montante foram empenhados 14,48% (5.345.644,75), e os valores

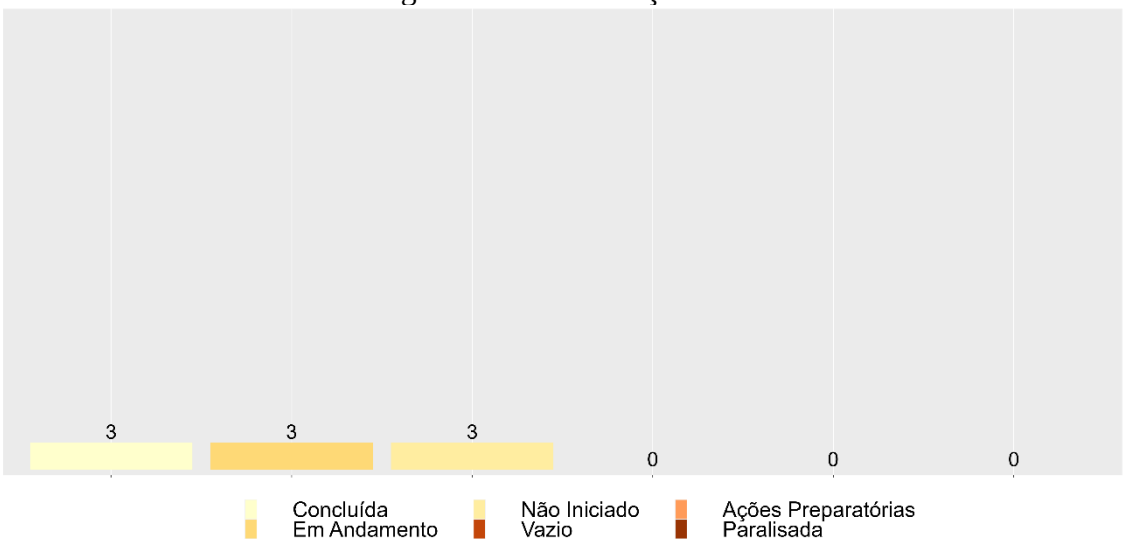
liquidados chegaram a 11,14%, que corresponde a 4.112.443,77 e 9,33% dos valores atualizados foram pagos. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve redução dos valores orçados de 7,67%, os valores empenhados tiveram uma redução de 71,05%, os valores liquidados aumentaram 44,91%, os valores pagos registraram aumento de 56,39% em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 35.163.324,11, desse valor foram empenhados 10,44%, que em termos absolutos corresponde a 3.669.324,11, o mesmo percentual de 10,44% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 3.669.324,11 e os valores pagos alcançaram 7,35%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar uma redução no orçamento destinado ao programa de 4,75%, ao comparar os valores empenhados houve uma redução foi de 31,35%, os valores liquidados registram redução de 10,77% e os valores pagos registram redução de 25,00%.

Programa Viver Melhor: Saneamento Básico

O programa 2009 Viver Melhor: Saneamento Básico possui metas da Secretaria de Estado da Infraestrutura, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e Companhia de Águas e Esgotos do RN, nesse programa possui um total de 9 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

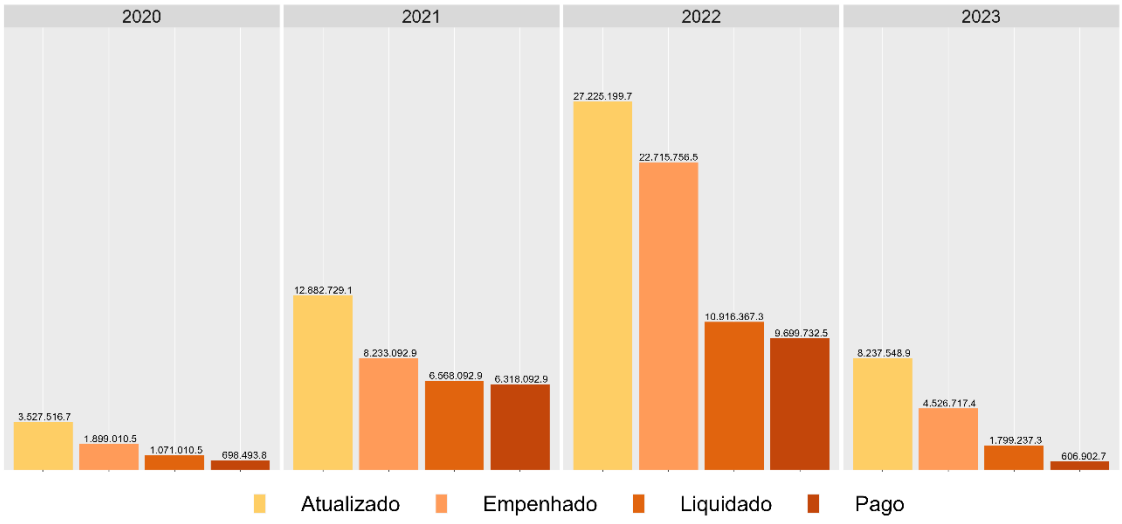
Gráfico 27 - Programa 2009 - Situação das Metas Físicas



Conforme a representação do gráfico, o programa registrou no ano de 2023 um total de 3 metas com situação “Concluída”, que representa 33,33% do total de metas do programa. O programa registrou o mesmo percentual nas metas com situação “Em andamento” com 33,33% e 3 metas e “Não Iniciado” com 33,33% e 3 metas no programa temático. Em 2023 o programa apresentou um total de 9 metas.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 3.527.516,68 desse total os valores empenhados alcançaram 53,83% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 1.899.010,52, os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 30,36% dos valores atualizados, correspondendo a 1.071.010,52 reais e o total pago chegou a 19,80% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 698.493,84 reais.

Gráfico 28 - Programa 2009 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 12.882.729,13 desse total foram empenhados 8.233.092,88, que corresponde a 63,91%, os valores liquidados alcaçaram 50,98% do total atualizado, que corresponde ao montante de 6.568.092,88 e os valores pagos atingiram 49,04%, que em termos absolutos corresponde a 6.318.092,88 reais. O ano de 2021 registrou um aumento dos valores do orçamento para o programa de 265,20% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada um aumento dos valores empenhados de 333,54% e os valores liquidados registraram redução de 513,26%, os valores pagos registram redução de 804,53% dos valores pagos.

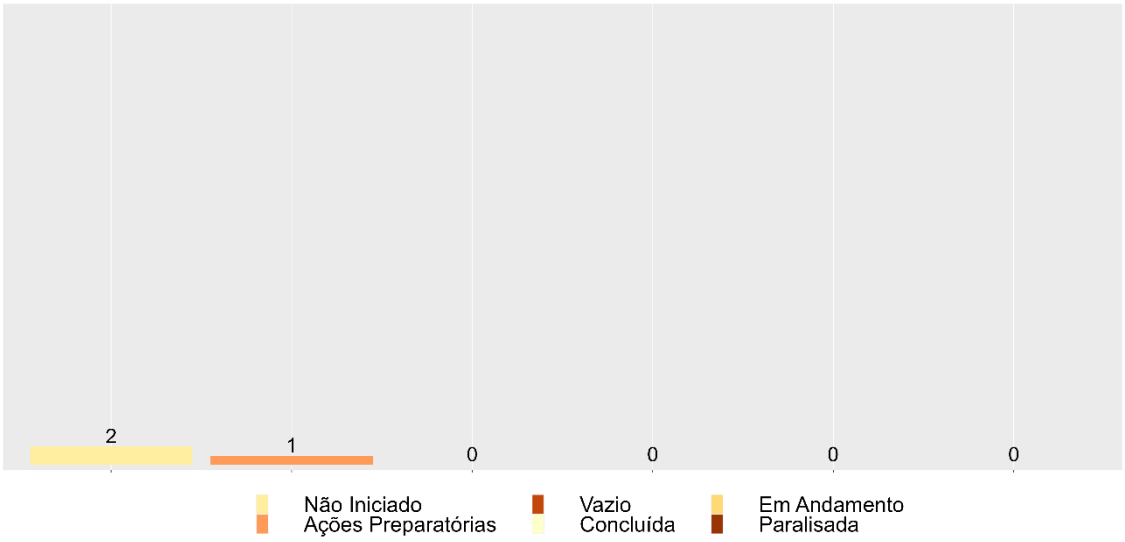
Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 27.225.199,73, desse montante foram empenhados 83,44% (22.715.756,49), e os valores liquidados chegaram a 40,10%, que corresponde a 10.916.367,35 e 35,63% dos valores atualizados foram pagos. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve aumento dos valores orçados de 111,33%, os valores empenhados tiveram um aumento de 175,90%, os valores liquidados aumentaram 66,20%, os valores pagos registraram aumento de 53,52% em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 8.237.548,89, desse valor foram empenhados 54,95%, que em termos absolutos corresponde a 4.526.717,43, outros 21,84% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 1.799,237,26 e os valores pagos alcançaram 7,37%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar uma redução no orçamento destinado ao programa de 69,74%, ao comparar os valores empenhados houve uma redução foi de 80,07%, os valores liquidados registram redução de 83,51% e os valores pagos registram redução de 93,74%.

Programa Viver Melhor: Mobilidade

O programa 2010 Viver Melhor: Mobilidade possui metas do Departamento de Estradas de Rodagem que nesse programa possui um total de 3 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

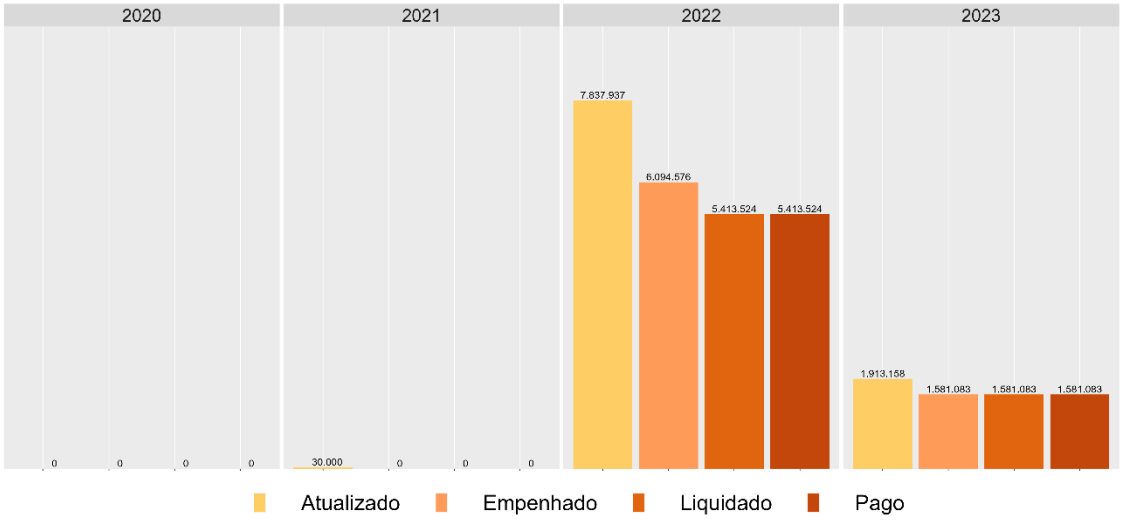
Gráfico 29 - Programa 2010 - Situação das Metas Físicas



Conforme representação do gráfico, o programa registrou o total de 3 metas no ano de 2023. O gráfico mostra que as metas são tiveram avanços, onde 2 metas estão com situação “Não iniciado”, representa 66,67%, e mais 1 meta que encerrou o ano sem execução, com situação “Ações Preparatórias”, equivale a 33,33%.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 e 2021 registram que não houve execução orçamentária no programa Viver Melhor: Mobilidade, como evidencia o gráfico. No ano de 2021 houve a previsão inicial de 30.000,00, entretanto não houve empenhos ao longo do exercício financeiro.

Gráfico 30 - Programa 2010 - Execução Orçamentária



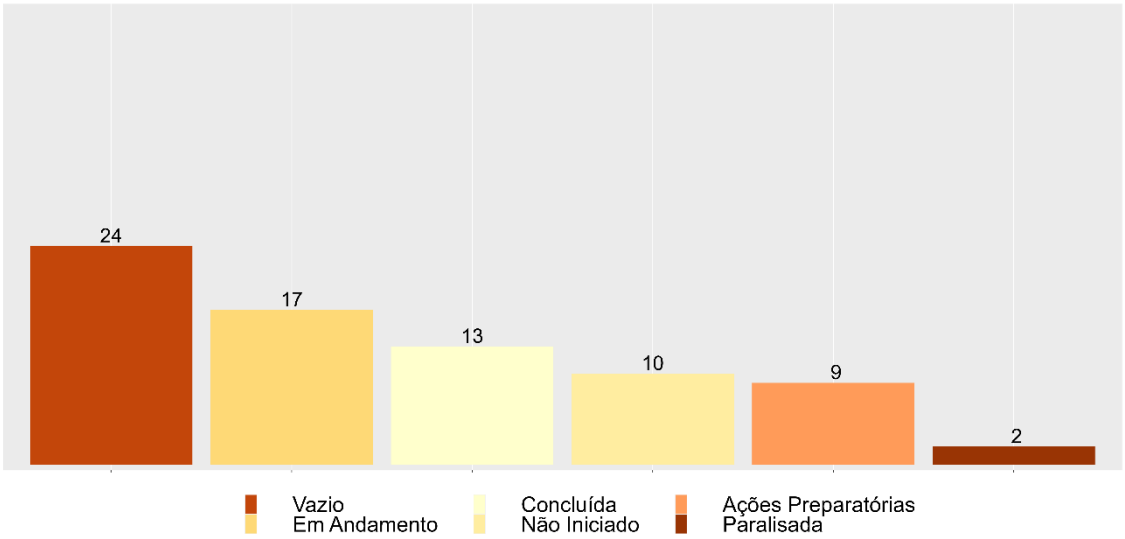
Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 7.837.936,90, desse montante foram empenhados 77,76% (6.094.576,47), e os valores liquidados chegaram a 69,07%, que corresponde a 5.413.523,78 e 69,07% dos valores atualizados foram pagos.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 1.913.157,80, desse valor foram empenhados 82,64%, que em termos absolutos corresponde a 1.581.083,45, outros 82,64% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 1.581.083,45 e os valores pagos alcançaram 82,64%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar uma redução no orçamento destinado ao programa de 75,59%, ao comparar os valores empenhados houve uma redução foi de 74,05%, os valores liquidados registram redução de 70,79% e os valores pagos registram redução de 70,79%.

Programa Igualdade na Diversidade: Direitos Humanos

O programa 3001 Igualdade na Diversidade: Direitos Humanos possui metas da Defensoria Pública Geral do Estado, Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do RN-, Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humano, que nesse programa possui um total de 75 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

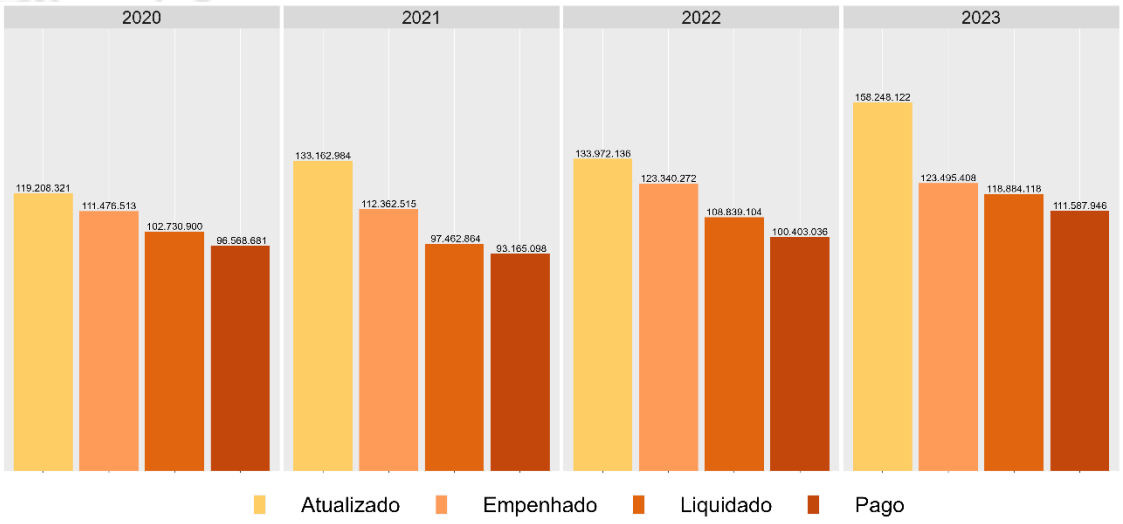
Gráfico 31 - Programa 3001 - Situação das Metas Físicas



No ano de 2023 o programa apresentou um total de 75 metas, no gráfico é possível identificar que a maior parte, 24 metas, findou sem registro de execução, representando 32% das metas do programa. Em seguida apresenta 17 metas com situação “Em andamento” equivalente a 22,67% das metas, enquanto 13 metas tiveram as entregas finalizadas no período avaliado, com a situação “Concluída” registrada em sistema, que corresponde a 13,33%. Outras 10 metas com situação “Não iniciado” e 9 metas em “Ações Preparatórias”, são metas que não tiveram suas ações efetivadas no período.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 119.208.321,39 desse total os valores empenhados alcançaram 53,83% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 111.476.513,30 os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 30,36% dos valores atualizados, correspondendo a 102.730.900,06 reais e o total pago chegou a 19,80% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 96.568.681,44 reais.

Gráfico 32 - Programa 3001 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 133.162.983,94 desse total foram empenhados 112.362.514,88, que corresponde a 84,38%, os valores liquidados alcaçaram 73,19% do total atualizado, que corresponde ao montante de 97.462.863,91 e os valores pagos atingiram 69,96%, que em termos absolutos corresponde a 93.165.098,05 reais. O ano de 2021 registrou um aumento dos valores do orçamento para o programa de 11,70% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada um aumento dos valores empenhados de 0,79% e os valores liquidados registraram redução de 5,12%, os valores pagos registram redução de 3,52% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 133.972.135,94, desse montante foram empenhados 92,06% (123.340.271,53), e os valores liquidados chegaram a 81,24%, que corresponde a 108.839.103,71 e 74,94% dos valores atualizados foram pagos. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve aumento dos valores orçados de 0,60%, os valores empenhados tiveram um aumento de 9,76%, os valores liquidados aumentaram 11,67%, os valores pagos registraram aumento de 7,76% em 2022 quando comparado a 2021.

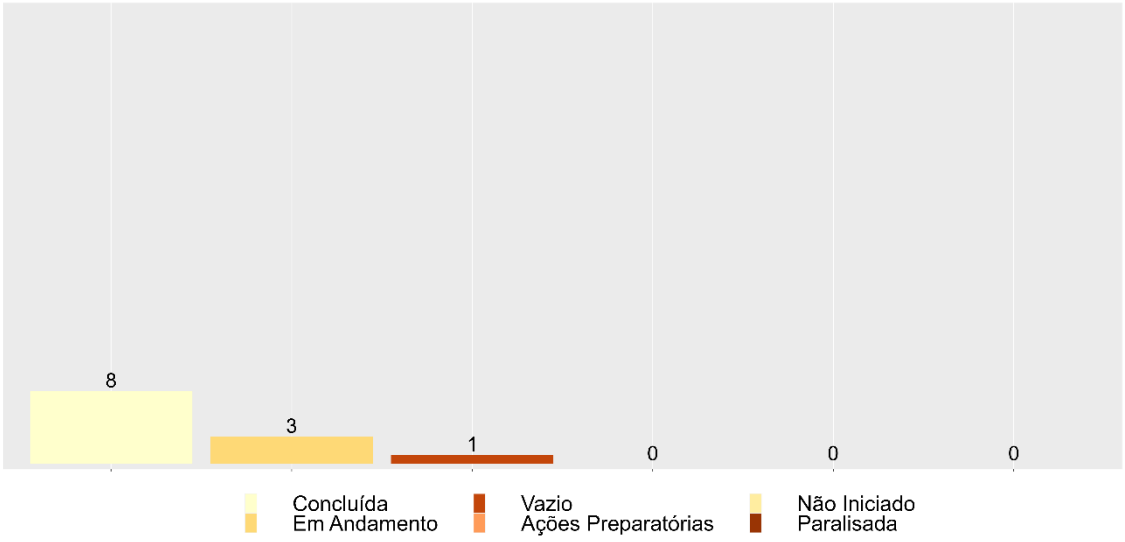
No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 158.248.122,09, desse valor foram empenhados 78,04%, que em termos absolutos corresponde a 123.495.407,98, outros 75,13% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 118.884.118,06 e os valores pagos alcançaram 70,51%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar um aumento no orçamento destinado ao programa de 18,12%, ao comparar os

valores empenhados houve o aumento foi de 0,12%, os valores liquidados registram aumento de 9,22% e os valores pagos registram aumento de 11,14%.

Programa Igualdade na Diversidade: População LGBT

O programa 3002 Igualdade na Diversidade: População LGBT possui metas da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que nesse programa possui um total de 12 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

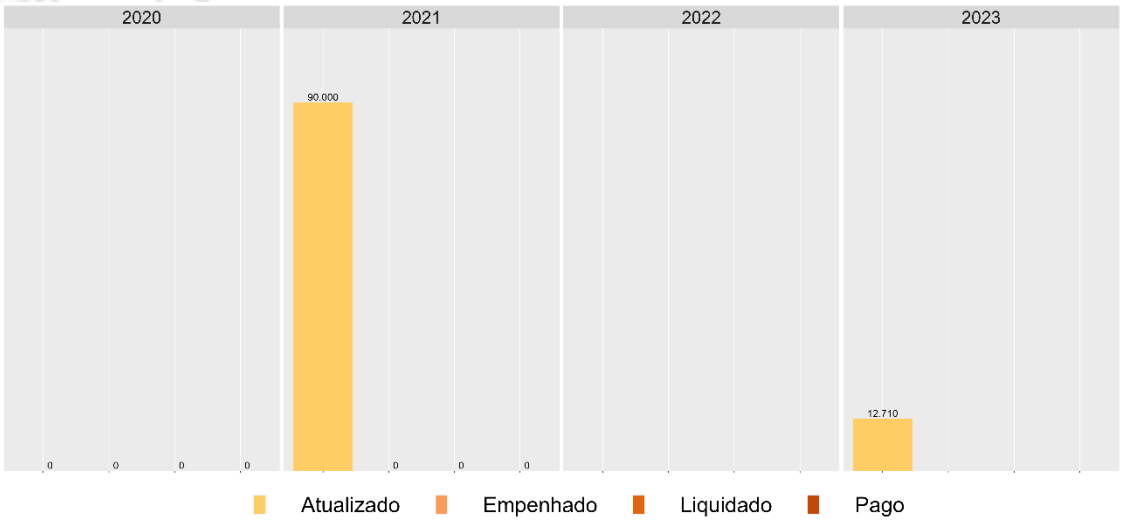
Gráfico 33 - Programa 3002 - Situação das Metas Físicas



Conforme a representação do gráfico, o programa registrou no ano de 2023 um total de 12 metas, 66,67% das metas tiveram suas entregas efetivadas no período planejado, total de 8 metas do programa com registro “Concluída”, e mais 3 metas com situação “Em Andamento”, que corresponde a 25% das metas do programa. Apenas uma meta prevista no período não teve registro, situação representada pelo “Vazio”, quando não há informações sobre a execução.

As informações da execução orçamentária do programa registram previsão nos anos de 2021 e 2023, no entanto sem execução orçamentária realizada, como evidencia o gráfico. Foram previstos 90.000,00 em 2021 e 12.710,00 no ano de 2023.

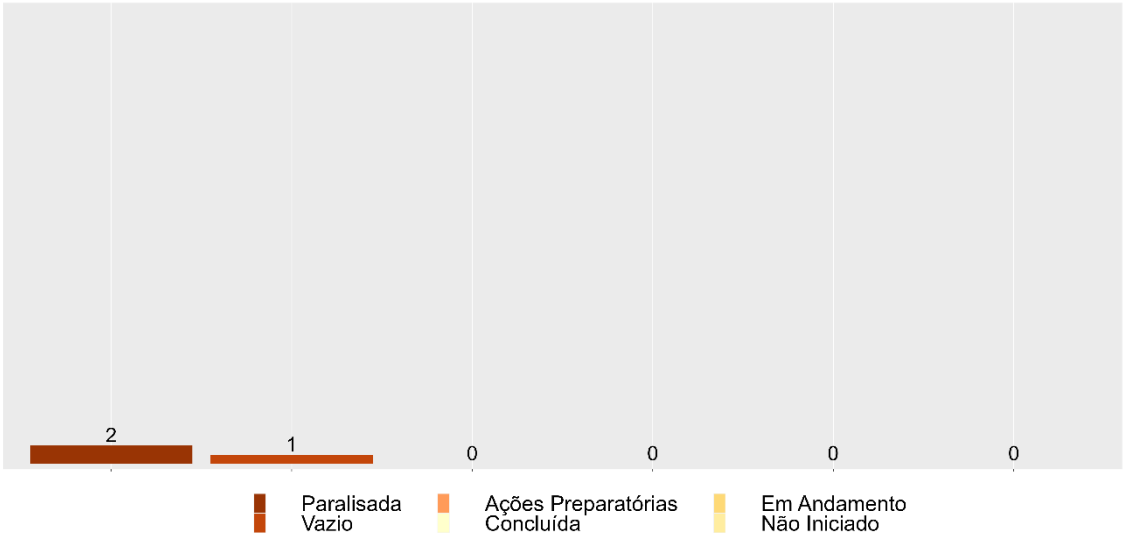
Gráfico 34 - Programa 3002 - Execução Orçamentária



Programa Igualdade na Diversidade: Pessoa com Deficiência

O programa 3004 Igualdade na Diversidade: Pessoa com Deficiência possui metas da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humano que nesse programa possui um total de 03 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

Gráfico 35 - Programa 3004 - Situação das Metas Físicas

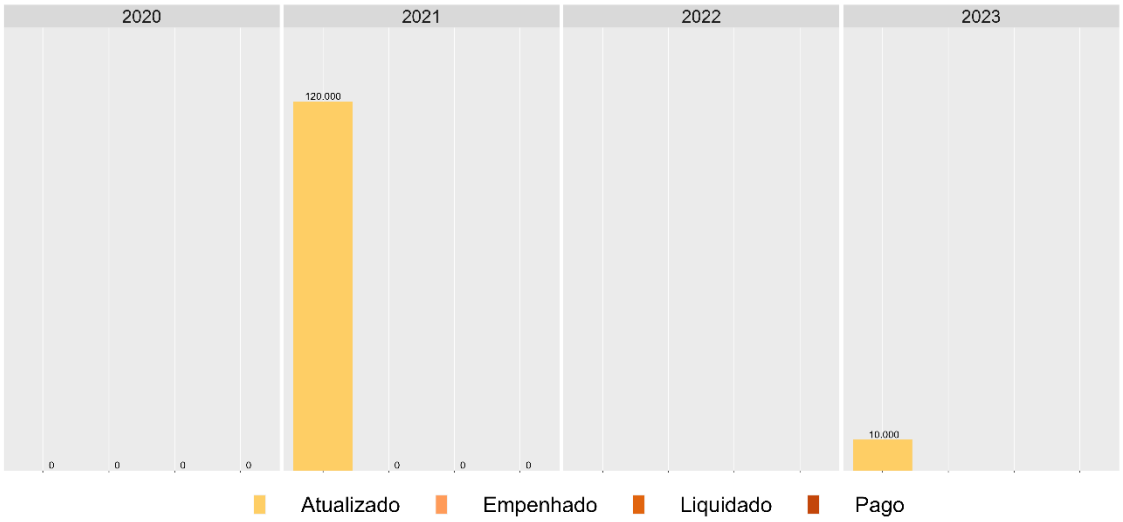


Os valores representados no gráfico acima, representa a quantidade de metas e a situação da execução no ano de 2023. O programa apresentou 3 metas no total, sendo 2 metas com a situação “Paralisada”, corresponde a 66,67% das metas do programa e mais

1 meta com a situação “Vazio” sem qualquer registro da execução registrada em sistema, equivale a 33,33% das metas do programa.

As informações da execução orçamentária do programa registram previsão de recursos nos anos de 2021 e 2023, no entanto sem execução orçamentária realizada, como evidencia o gráfico. Foram previstos 120.000,00 em 2021 e 10.000,00 no ano de 2023.

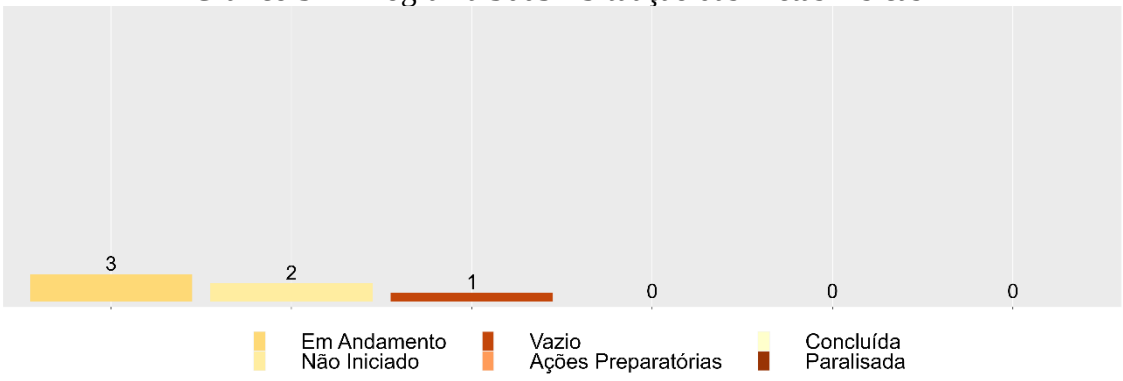
Gráfico 36 - Programa 3004 - Execução Orçamentária



Programa Igualdade na Diversidade: Igualdade Racial e Etnia

O programa 3005 Igualdade na Diversidade: Igualdade Racial e Etnia possui metas da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humano que nesse programa possui um total de 06 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

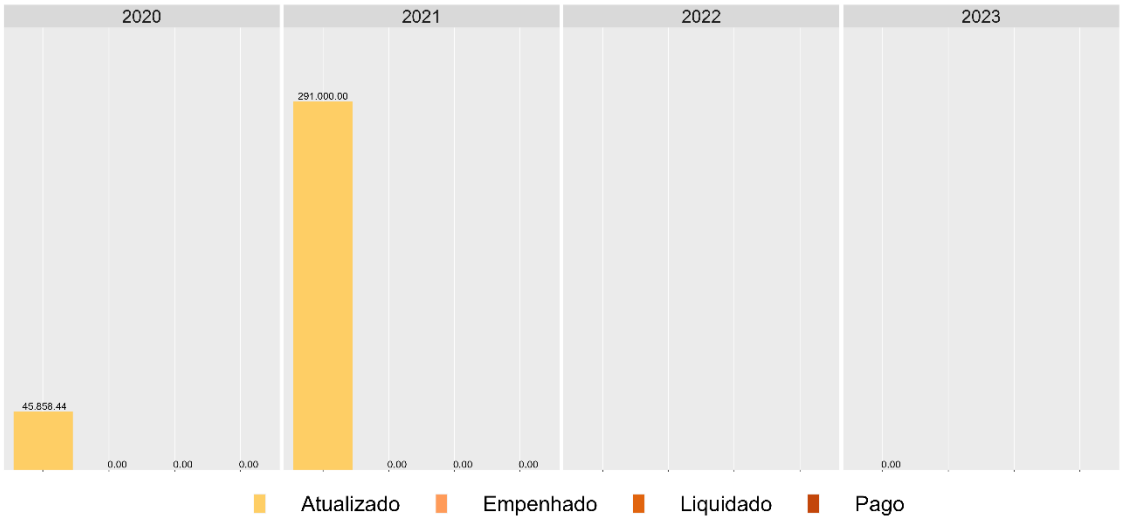
Gráfico 37 - Programa 3005 - Situação das Metas Físicas



Conforme a representação do gráfico, o programa registrou no ano de 2023 um total de 6 metas no programa temático, sendo metade 3 metas com situação “Em andamento”, que representa metade do total de metas, 50% das metas do programa estão em andamento, não alcançaram o previsto no período. Com situação “Não Iniciado” o total de 2 metas, que representa 33,33% e mais 16,67% das metas sem registro de execução com situação “Vazio”.

As informações da execução orçamentária do programa registram previsão de recursos nos anos de 2020 e 2021, no entanto sem execução orçamentária realizada, como evidencia o gráfico. Foram previstos 45.858,44 em 2020 e 291.000,00 no ano de 2021.

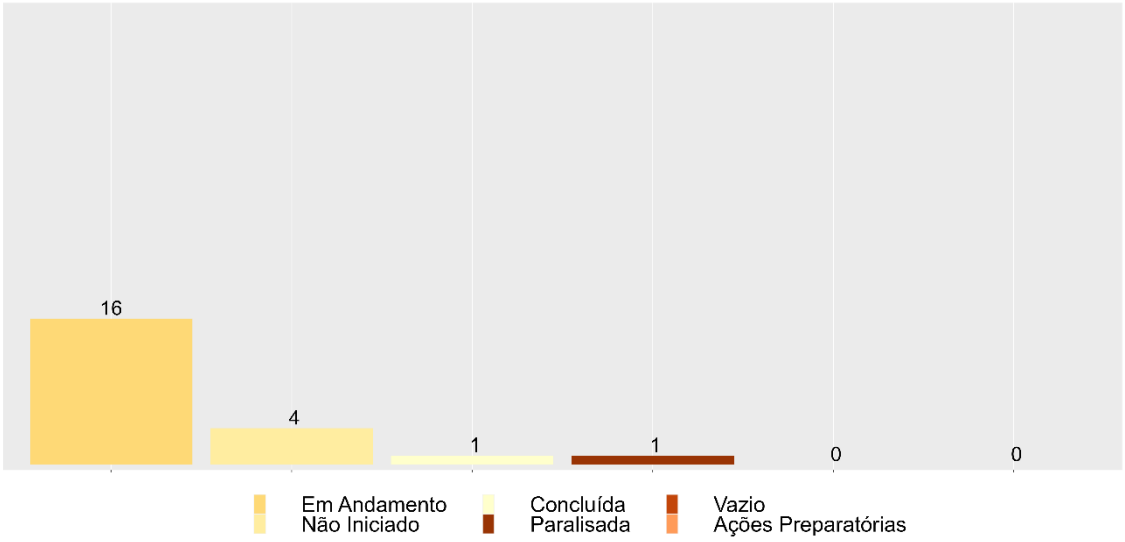
Gráfico 38 - Programa 3005 - Execução Orçamentária



Programa Igualdade na Diversidade: Mulheres

O programa 3006 Igualdade na Diversidade: Mulheres possui metas da Polícia Civil, Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural, Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humano. que nesse programa possui um total de 22 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

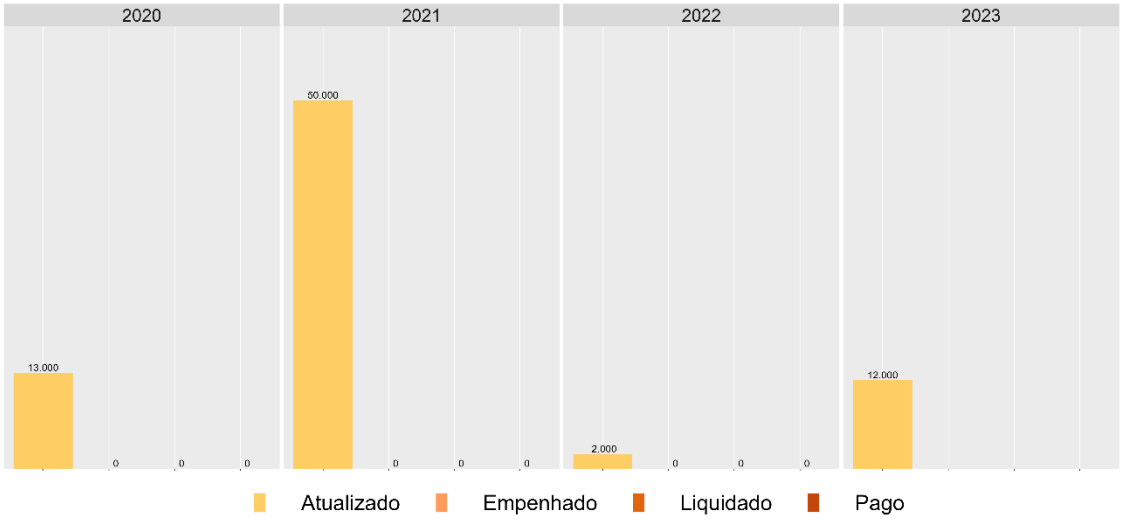
Gráfico 39 - Programa 3006 - Situação das Metas Físicas



No ano de 2023 o programa registrou um total de 22 metas, apresentando um percentual elevado de metas com a situação “Em andamento”, com 16 metas, equivale a 72,73% do total de metas do programa. Outras 4 metas registraram a situação “Não Iniciado”, que representa 18,18% das metas. O programa ainda apresentou 1 meta com situação “Concluída” e 1 meta com situação “Paralisada”.

As informações da execução orçamentária do programa registram previsão de recursos para os quatro anos do plano, 2020, 2021, 2022 e 2023, no entanto sem execução orçamentária realizada, como evidencia o gráfico. Foram previstos 13.000,00 em 2020, 50.000,00 em 2021, 2.000,00 em 2022 e 12.000,00 no ano de 2023.

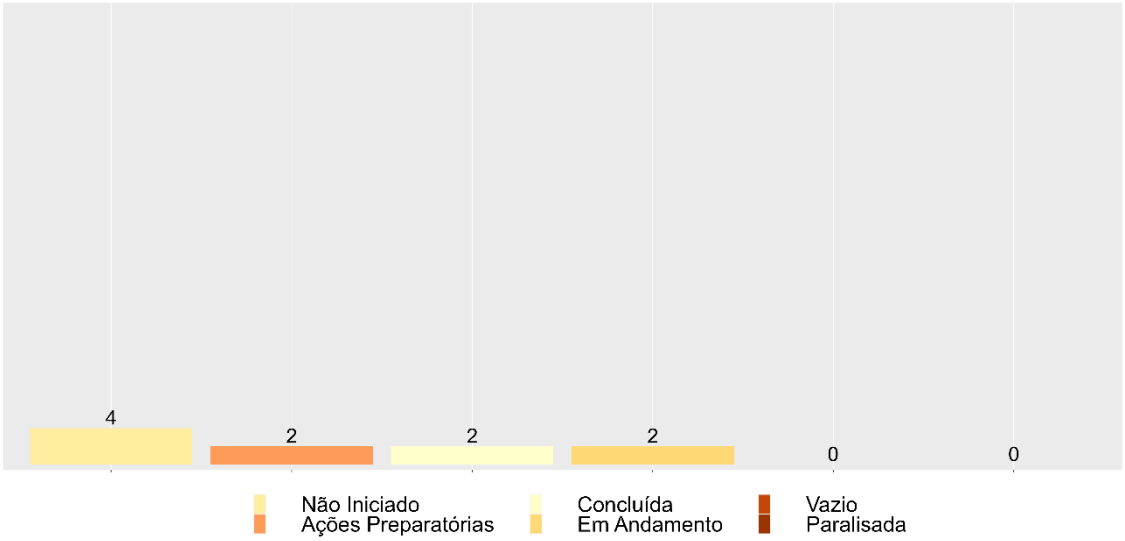
Gráfico 40 - Programa 3006 - Execução Orçamentária



Programa Igualdade na Diversidade: Criança E Adolescência

O programa 3007 Igualdade na Diversidade: Criança e Adolescência possui metas da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do RN, que nesse programa possui um total de 10 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

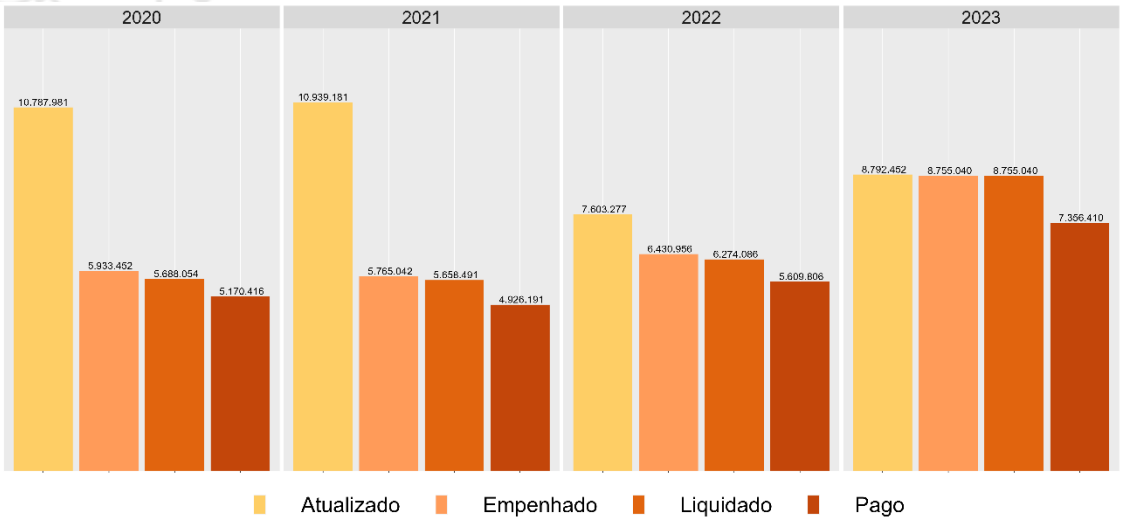
Gráfico 41 - Programa 3007 - Situação das Metas Físicas



Conforme a representação do gráfico, o programa registrou no ano de 2023 um total de 4 metas com situação “Não iniciado”, o que equivale a 40% das metas do programa para o exercício avaliado. As metas com a situação “Ações preparatórias” totalizam 2, que representa 20% das metas do programa, as metas com situação “Concluída” são 2 em 2023, representando 20%, outros 20% das 2 metas possuem registro “Em Andamento”.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 10.787.980,61 desse total os valores empenhados alcançaram 55,00% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 5.933.452,43 os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 52,73% dos valores atualizados, correspondendo a 5.688.054,46 reais e o total pago chegou a 47,93% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 5.170.416,23 reais.

Gráfico 42 - Programa 3007 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 10.939.180,82 desse total foram empenhados 5.765.041,94, que corresponde a 52,70%, os valores liquidados alcaçaram 51,73% do total atualizado, que corresponde ao montante de 5.658.490,77 e os valores pagos atingiram 45,03%, que em termos absolutos corresponde a 4.926.191,49 reais. O ano de 2021 registrou um aumento dos valores do orçamento para o programa de 1,40% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada uma redução dos valores empenhados de 2,83% e os valores liquidados registraram redução de 0,51%, os valores pagos registram redução de 4,72% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 7.603.276,63, desse montante foram empenhados 84,58% (6.430.956,43), e os valores liquidados chegaram a 82,52%, que corresponde a 6.274.085,80 e 73,78% dos valores atualizados foram pagos. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve redução dos valores orçados de 30,49%, os valores empenhados tiveram um aumento de 11,55%, os valores liquidados aumentaram 10,87%, os valores pagos registraram aumento de 13,87% em 2022 quando comparado a 2021.

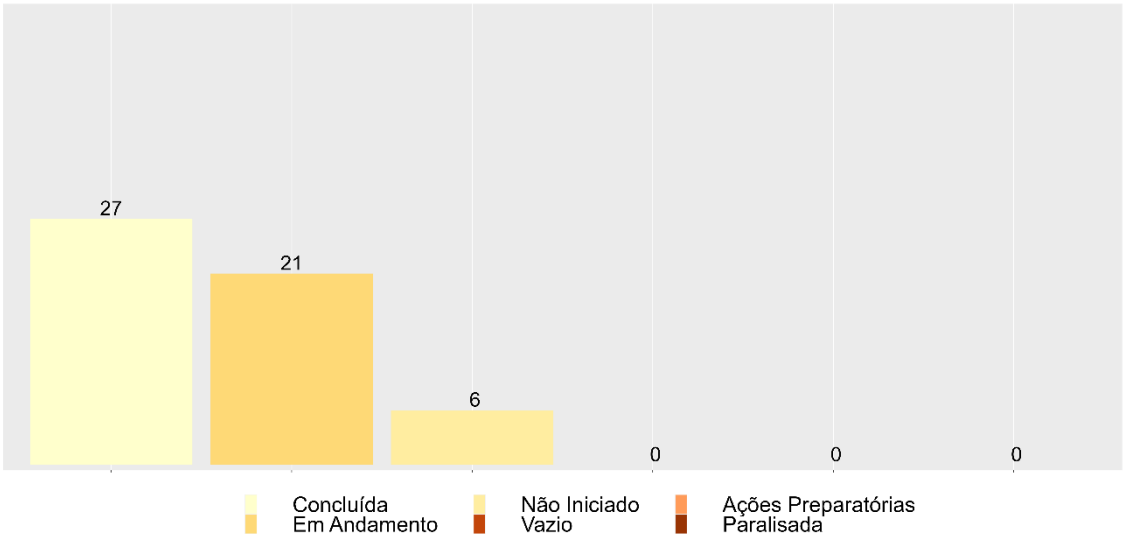
No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 8.792.451,93, desse valor foram empenhados 99,57%, que em termos absolutos corresponde a 8.755.039,89, o mesmo percentual de 99,57% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 8.755.039,89 e os valores pagos alcançaram 83,67%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar um aumento no orçamento destinado ao programa de 15,64%, ao

comparar os valores empenhados houve o aumento foi de 36,13%, os valores liquidados registram aumento de 39,54% e os valores pagos registram aumento de 31,13%.

Programa Ciência, Tecnologia e Inovação

O programa 4001 Ciência, Tecnologia e Inovação possui metas da Empresa de Pesquisa Agropecuária, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da ciência, da tecnologia e da Inovação, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte, que nesse programa possui um total de 54 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

Gráfico 43 - Programa 4001 - Situação das Metas Físicas

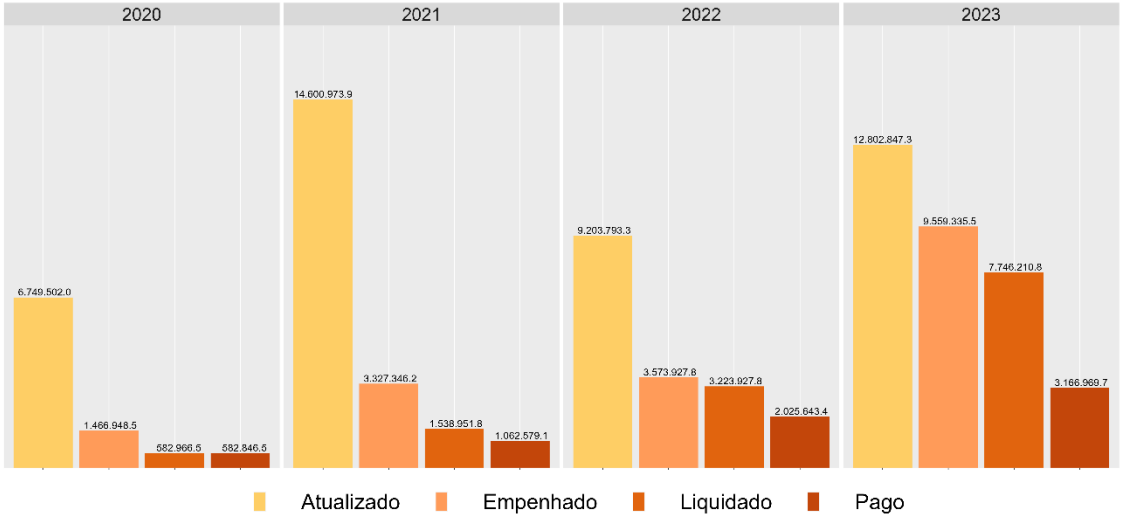


Em 2023 o programa apresentou 27 metas com situação “Concluída", que representa metade do total de metas, 50% das metas do programa foram concluídas. O total de 21 metas finalizaram 2023 com registro “Em andamento”, o que representa um total de 38,89% das metas, outras 6 metas possuem registro de situação “Não iniciado” equivale a 11,11% do total de metas do programa temático. No período, o programa apresentou um total de 54 metas.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 6.749.501,95 desse total os valores empenhados alcançaram 21,73% do total atualizado, ou seja, foram empenhados

o montante de 1.466.948,47 os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 8,64% dos valores atualizados, correspondendo a 582.966,47 reais e o total pago chegou a 8,64% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 582.846,47 reais.

Gráfico 44 - Programa 4001 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 14.600.973,94 desse total foram empenhados 3.327.346,22, que corresponde a 22,79%, os valores liquidados alcaçaram 10,54% do total atualizado, que corresponde ao montante de 1.538.951,75 e os valores pagos atingiram 7,28%, que em termos absolutos corresponde a 1.062.579,13 reais. O ano de 2021 registrou um aumento dos valores do orçamento para o programa de 116,32% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada um aumento dos valores empenhados de 126,82% e os valores liquidados registraram redução de 163,98%, os valores pagos registram aumento de 82,30% dos valores pagos.

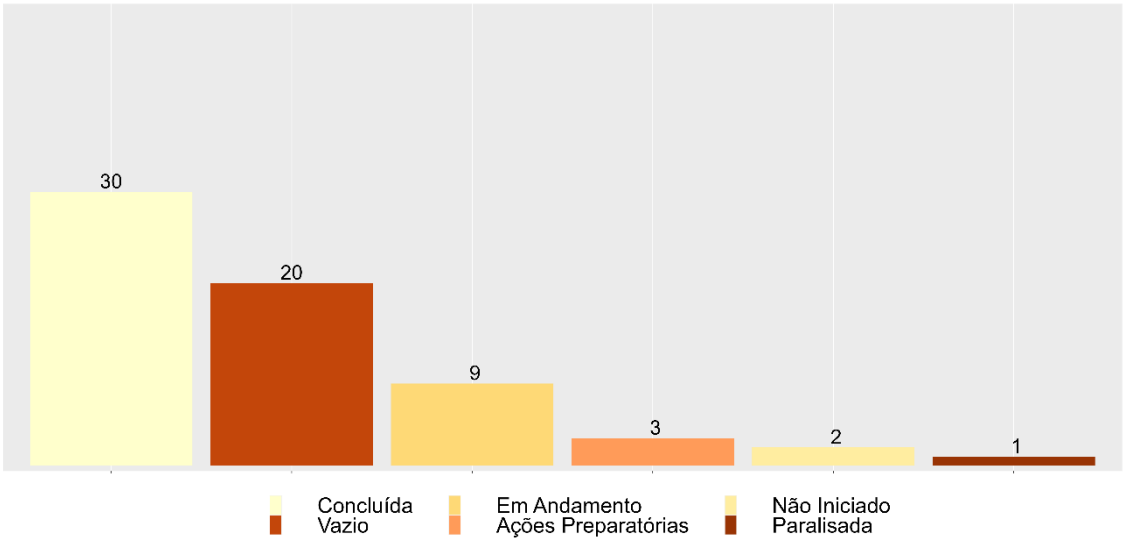
Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 9.203.793,26 , desse montante foram empenhados 38,83% (3.573.927,80), e os valores liquidados chegaram a 35,03%, que corresponde a 3.573.927,80 e 22,01% dos valores atualizados foram pagos que corresponde a 2.025.643,36. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve uma redução dos valores orçados de 36,96 %, os valores empenhados tiveram um aumento de 7,41%, os valores liquidados aumentaram 109,48%, os valores pagos registraram aumento de 90,63% em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 12.802.847,27, desse valor foram empenhados 74,67%, que em termos absolutos corresponde a 9.559.335,45 outros 60,50% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 7.746.210,84 e os valores pagos alcançaram 24,74%, que corresponde a 3.166.969,65. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar um aumento no orçamento destinado ao programa de 39,10%, ao comparar os valores empenhados houve um aumento de 167,47%, os valores liquidados registram aumento de 140,27% e os valores pagos registram um aumento de 56,34%.

Programa Meio Ambiente e Recursos Hídricos

O programa 4002 Meio Ambiente e Recursos Hídricos possui metas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da ciência, da tecnologia e da Inovação, Secretaria de Estado da Infraestrutura, Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, Sec de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, Instituto de Gestão das Águas do RN, que nesse programa possui um total de 65 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

Gráfico 45 - Programa 4002 - Situação das Metas Físicas

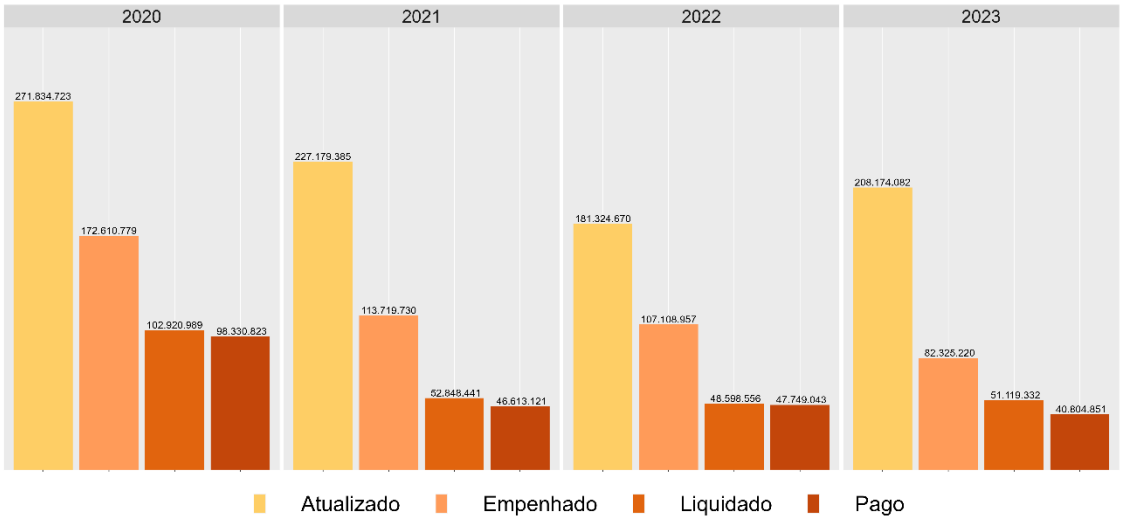


Em 2023 o programa apresentou 30 metas com situação “Concluída", que representa quase metade do total de metas, 46,15% das metas do programa foram concluídas. O programa registrou um percentual elevado de metas sem registro de informação de execução, o total de 20 metas finalizaram 2023 com registro “Vazio”, o

que representa 30,77% do total de metas. As metas com a situação “Em andamento” totalizam 9, que representa 13,85% das metas do programa.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 271.834.722,96 desse total os valores empenhados alcançaram 63,50% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 172.610.778,77 os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 37,86% dos valores atualizados, correspondendo a 102.920.988,84 reais e o total pago chegou a 36,17% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 98.330.822,54 reais.

Gráfico 46 - Programa 4002 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 227.179.385,32 desse total foram empenhados 113.719.730, que corresponde a 50,06%, os valores liquidados alcaçaram 23,26% do total atualizado, que corresponde ao montante de 52.848.441,21 e os valores pagos atingiram 20,52%, que em termos absolutos corresponde a 46.613.121,41 reais. O ano de 2021 registrou uma redução dos valores do orçamento para o programa de 16,42% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada uma redução dos valores empenhados de 34,11% e os valores liquidados registraram redução de 48,65%, os valores pagos registram redução de 52,59% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 181.324.670,45, desse montante foram empenhados 59,07% (107.108.956,82), e os valores liquidados chegaram a 26,80%, que corresponde a 48.598.555,79 e 26,33% dos

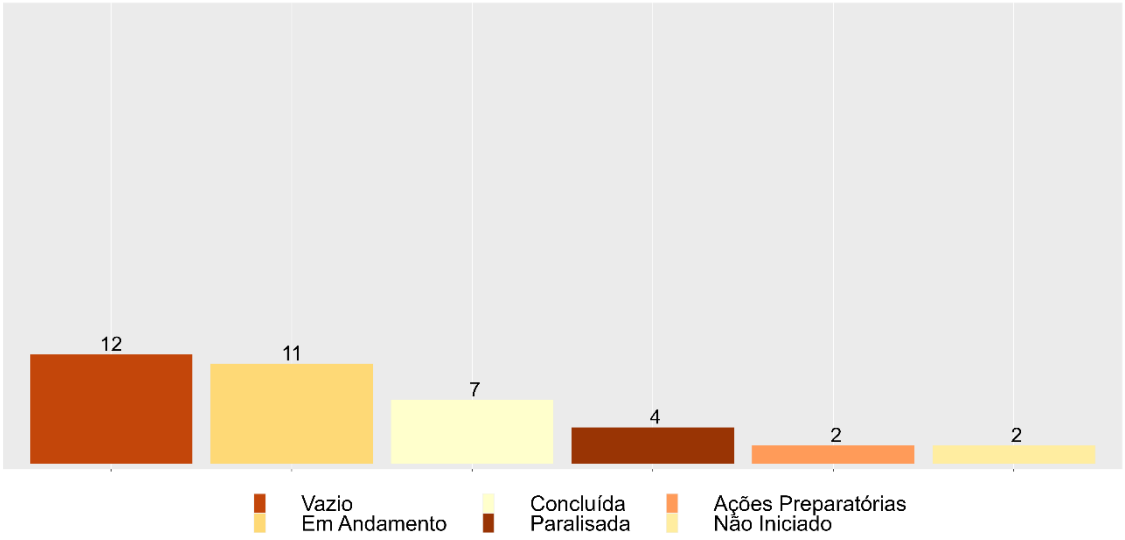
valores atualizados foram pagos que corresponde a 47.7479,043. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve uma redução dos valores orçados de 20,18 %, os valores empenhados tiveram um redução de 5,81%, os valores liquidados reduziram 8,04%, os valores pagos registraram um aumento de 2,43% em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 208.174.082,00, desse valor foram empenhados 39,55%, que em termos absolutos corresponde a 82.325.220,17 outros 24,56% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 51.119.332,31 e os valores pagos alcançaram 19,60%, que corresponde a 40.804.580,89. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar um aumento no orçamento destinado ao programa de 14,80%, ao comparar os valores empenhados houve uma redução de 23,13%, os valores liquidados registram aumento de 5,18% e os valores pagos registram uma baixa de 14,54%.

Programa Desenvolvimento do Turismo, Artesanato e Economia Criativa

O programa 4003 Desenvolvimento do Turismo, Artesanato e Economia Criativa possui metas da Secretaria de Estado da Infraestrutura, Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, Secretaria de Estado do Turismo, Empresa Potiguar de Promoção Turística, que nesse programa possui um total de 38 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

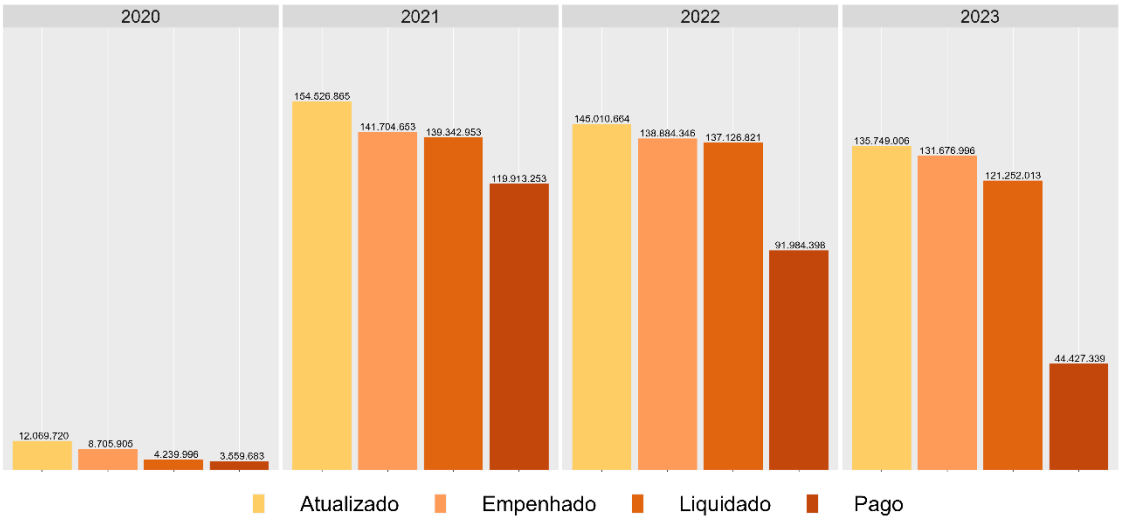
Gráfico 47 - Programa 4003 - Situação das Metas Físicas



No ano de 2023, o programa registrou um percentual elevado de metas sem registro de informação de execução, foram 13 metas sem informações, o que representa 31,58% do total de metas. As metas com a situação “Em andamento” totalizam 11, que representa 28,95% das metas do programa, as metas com situação “Concluída” são 7 em 2023, representando 18,42% das metas, e ainda 4 metas com a situação “Paralisada”, que equivale a 10,53% do total de metas do programa avaliado. Em 2023 o programa apresentou um total de 38 metas.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 12.069.720,41 desse total os valores empenhados alcançaram 72,13% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 8.705.905,14 os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 35,13% dos valores atualizados, correspondendo a 4.239.996,02 reais e o total pago chegou a 29,49% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 3.559.682,54 reais.

Gráfico 48 - Programa 4003 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 154.526.864,60 desse total foram empenhados 141.704.653,45 que corresponde a 91,70%, os valores liquidados alcançaram 90,17% do total atualizado, que corresponde ao montante de 139.342,952,65 e os valores pagos atingiram 77,60%, que em termos absolutos corresponde a 119.913.253,11 reais. O ano de 2021 registrou um aumento dos valores do orçamento para o programa de 1.180,28% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada um aumento dos valores empenhados de 1.527,68%

e os valores liquidados registraram aumento de 3.186,39%, os valores pagos registram aumento de 3.268,65 % dos valores pagos.

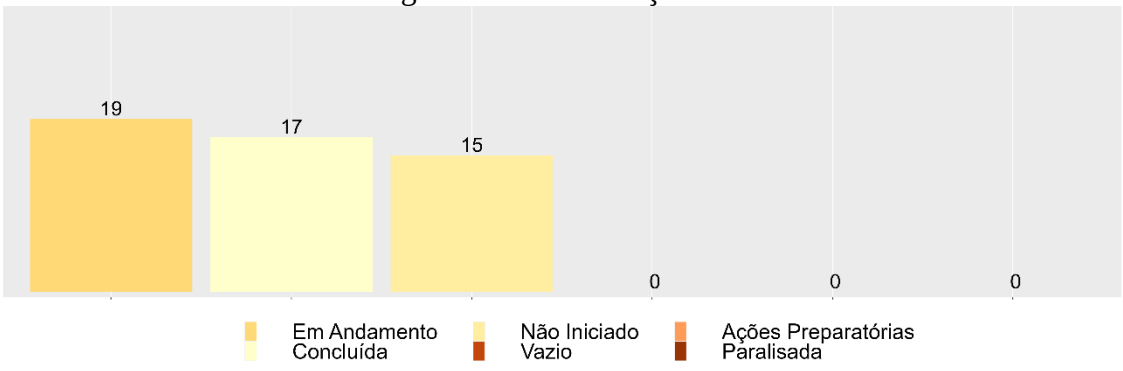
Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 145.010.664,47, desse montante foram empenhados 95,78% (138.884.346,14), e os valores liquidados chegaram a 94,56%, que corresponde a 137.126.820,84 e 63,43% dos valores atualizados foram pagos que corresponde a 91.984.397,92. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve uma redução dos valores orçados de 6,15 %, os valores empenhados tiveram um redução de 1,99%, os valores liquidados baixaram 1,59%, os valores pagos registraram uma redução de 23,29% em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 135.749.006,13, desse valor foram empenhados 97,00%, que em termos absolutos corresponde a 131.676.996,25 outros 89,32% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 121.252.012,52 e os valores pagos alcançaram 32,73%, que corresponde a 44.427.338,98. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar uma redução no orçamento destinado ao programa de 6,38%, ao comparar os valores empenhados houve uma redução de 5,18%, os valores liquidados registram uma baixa de 11,57% e os valores pagos registram uma baixa de 51,70%.

Programa Desenvolvimento Exploração dos Recursos Minerais

O programa 4004 Desenvolvimento Exploração dos Recursos Minerais possui metas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da ciência, da tecnologia e da Inovação, que nesse programa possui um total de 51 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

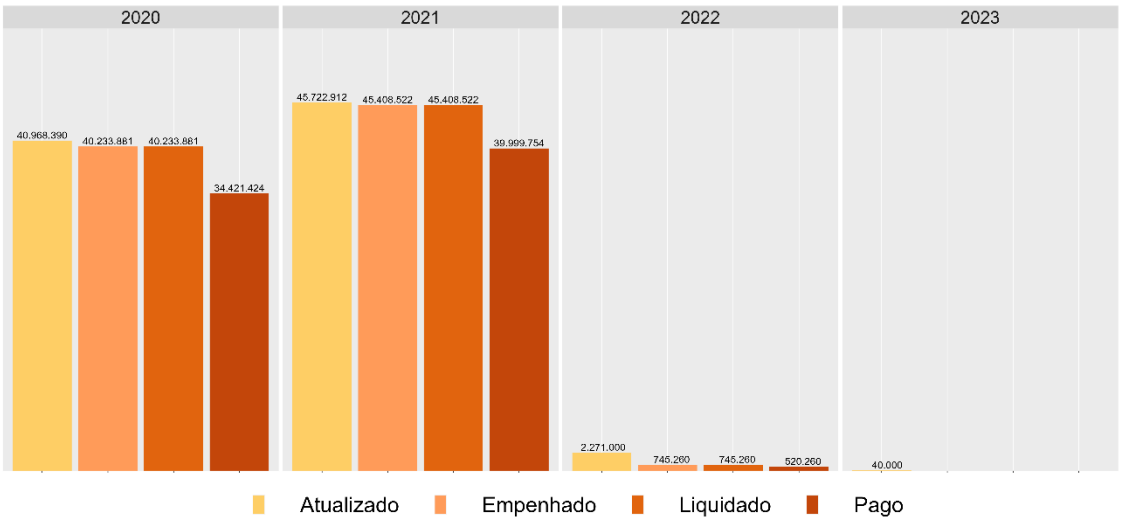
Gráfico 49 - Programa 4004 - Situação das Metas Físicas



Conforme a representação do gráfico, em 2023 o programa registrou um total de 19 metas com situação “Em andamento”, que representa 37,25% das metas. O programa registrou um total de 17 metas com situação “Concluída”, que representa pouco mais de um terço do total de metas, 33,33% das metas do programa foram concluídas, enquanto 15 metas finalizaram com a situação “Não iniciado”, o que equivale a 29,42% das metas do programa para o exercício avaliado.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 40.968.390,00 desse total os valores empenhados alcançaram 98,21% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 40.233.881,08 os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 98,21% dos valores atualizados, correspondendo a 40.233.881,08 reais e o total pago chegou a 84,02% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 34.421.423,87 reais.

Gráfico 50 - Programa 4004 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 45.722.911,80 desse total foram empenhados 45.408.521,80 que corresponde a 99,31%, os valores liquidados alcançaram 99,31% do total atualizado, que corresponde ao montante de 45.408.512,80 e os valores pagos atingiram 87,48%, que em termos absolutos corresponde a 39.999.753,82 reais. O ano de 2021 registrou um aumento dos valores do orçamento para o programa de 11,60% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada um aumento dos valores empenhados de 12,86% e os

valores liquidados registraram aumento de 12,86%, os valores pagos registram aumento de 16,20 % dos valores pagos.

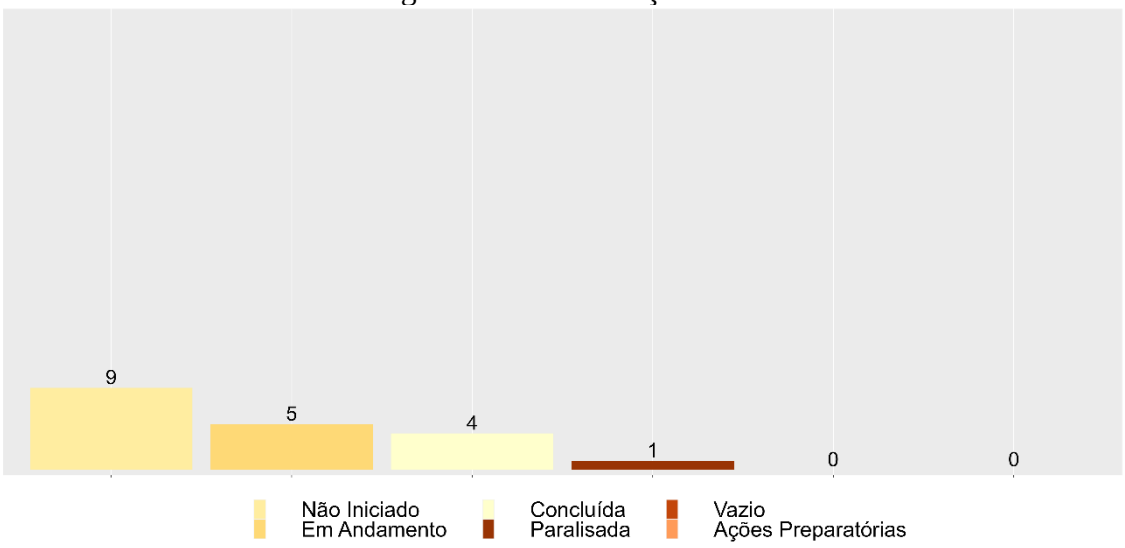
Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 2.271.000,00, desse montante foram empenhados 32,82% (745.260,00), e os valores liquidados chegaram a 32,82%, que corresponde a 745.260,00 e 22,91% dos valores atualizados foram pagos que corresponde a 520.260,00. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve uma redução dos valores orçados de 95,03 %, os valores empenhados tiveram um redução de 98,35%, os valores liquidados reduziram 98,35%, os valores pagos registraram uma redução de 98,69% em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 40.000,00 não houve execução orçamentária.

Programa Desenvolvimento Exploração Econômico

O programa 4005 Desenvolvimento Exploração Econômico: Energias possui metas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da ciência, da tecnologia e da Inovação, Companhia Potiguar de Gás, Secretaria de Estado da Infraestrutura, Agência Reguladora de Serviços Públicos, Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do RN, que nesse programa possui um total de 19 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

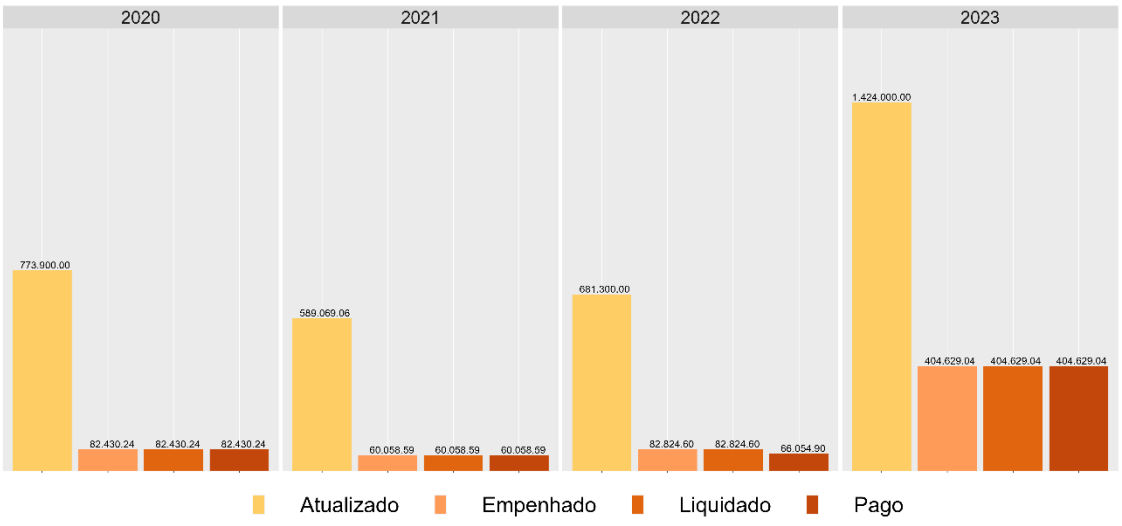
Gráfico 51 - Programa 4005 - Situação das Metas Físicas



O programa registrou no ano de 2023 um total de 9 metas com situação “Não iniciado”, o que equivale a 47,37% das metas do programa para o exercício avaliado. As metas com a situação “Em andamento” totalizam 5, que representa 26,32% das metas do programa, com situação “Concluída” são 4 metas, representando 21,05% do total. Outros 5,26% das metas não possuem registro de informações de execução. Em 2023 o programa apresentou um total de 19 metas.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 773.900,00 desse total os valores empenhados alcançaram 10,65% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 82.430,24 os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 10,65% dos valores atualizados, correspondendo a 82.430,24 reais e o total pago chegou a 10,65% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 82.430,24 reais.

Gráfico 52 - Programa 4005 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 589.069,06 desse total foram empenhados 60.058,59 que corresponde a 10,20%, os valores liquidados alcançaram 10,20% do total atualizado, que corresponde ao montante de 60.058,59 e os valores pagos atingiram 10,20%, que em termos absolutos corresponde a 60.058,59 reais. O ano de 2021 registrou uma redução dos valores do orçamento para o programa de 23,88% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada uma redução dos valores empenhados de 27,14%, os valores liquidados registraram redução de 27,14%, e redução de 27,14% dos valores pagos.

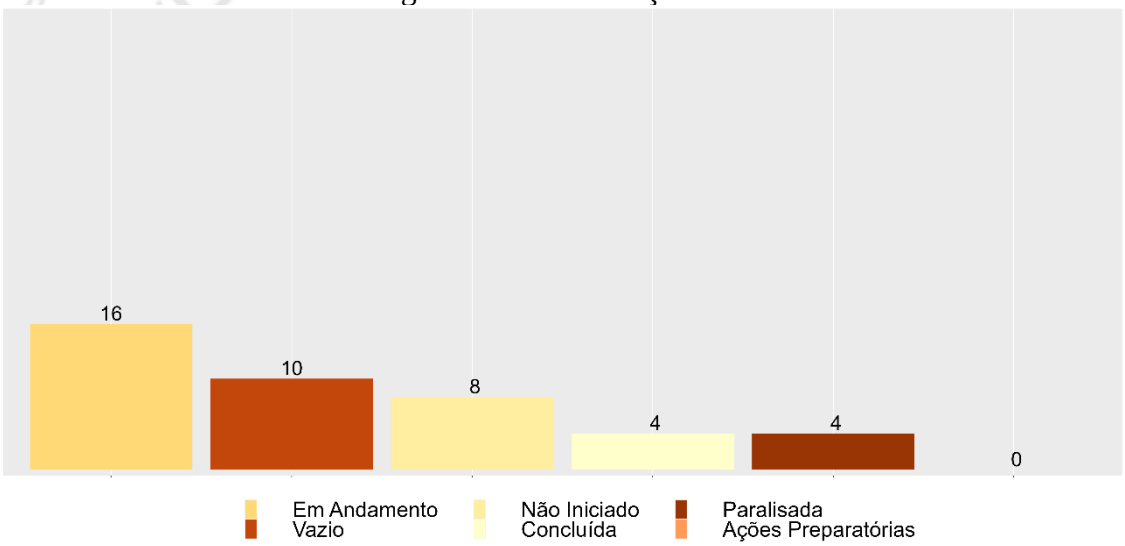
Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 681.300,00, desse montante foram empenhados 82.824,60, corresponde a 12,16% e os valores liquidados chegaram a 12,16%, que corresponde a 82.824,60 e 9,70% dos valores atualizados foram pagos que corresponde a 66.054,90. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve um aumento dos valores orçados de 15,65%, os valores empenhados tiveram um aumento de 37,90%, os valores liquidados aumentaram 37,90%, os valores pagos registraram um aumento de 9,98% em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 1.424.000,00 desse valor foram empenhados 28,41%, que em termos absolutos corresponde a 404.629,04 outros 28,41% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 404.629,04 e os valores pagos alcançaram 28,41%, que corresponde a 404.629,04. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar um aumento no orçamento destinado ao programa de 109,01%, ao comparar os valores empenhados houve um aumento de 388,53%, os valores liquidados registram alta de 388,53% e os valores pagos registram um aumento de 512,56%.

Programa Melhoria do Ambiente de Negócios das Micro e Pequenas Empresas e da Economia Solidária

O programa 4006 Melhoria do Ambiente de Negócios das Micro e Pequenas Empresas e da Economia Solidária possui metas da Secretaria de Estado da Administração, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da ciência, da tecnologia e da Inovação, Junta Comercial do Estado, Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural, que nesse programa possui um total de 42 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

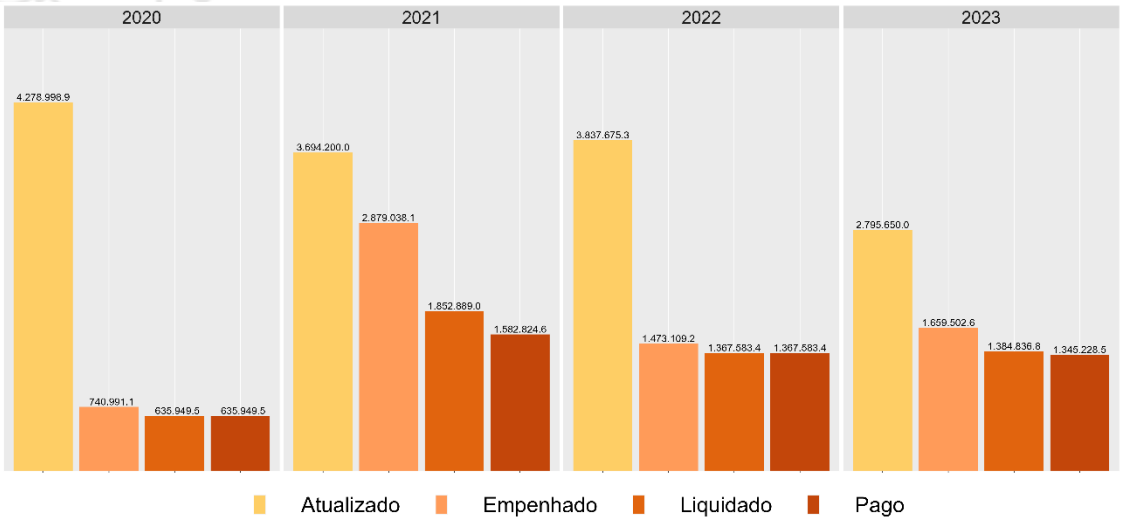
Gráfico 53 - Programa 4006 - Situação das Metas Físicas



Os valores representados no gráfico, registram no ano de 2023 um total de 16 metas com situação “Em andamento", que representa 38,10% do total de metas. O programa registrou um percentual elevado de metas sem registro de informação de execução, foram 10 metas sem informações, o que representa 23,81% das metas, e 8 metas com situação “Não Iniciado”, que representam 26,82% das metas do programa. Outras 4 metas com situação “Concluída” e 4 metas com situação “Paralisada”, representando 9,52% cada.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 4.278.998,87 desse total os valores empenhados alcançaram 17,32% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 740.991,10 os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 14,86% dos valores atualizados, correspondendo a 635.949,54 reais e o total pago chegou a 14,86% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 635.949,54 reais.

Gráfico 54 - Programa 4006 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 3.694.200,00 desse total foram empenhados 2.879.038,06 que corresponde a 77,93%, os valores liquidados alcançaram 50,16% do total atualizado, que corresponde ao montante de 1.852.889,01 e os valores pagos atingiram 42,85%, que em termos absolutos corresponde a 1.582.824,56 reais. O ano de 2021 registrou uma redução dos valores do orçamento para o programa de 13,66% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada um aumento dos valores empenhados de 288,53% e os valores liquidados registraram aumento de 191,35%, os valores pagos registram aumento de 148,89% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 3.837.675,28, desse montante foram empenhados 38,39% (1.473.109,23), e os valores liquidados chegaram a 35,64%, que corresponde a 1.367.583,35 e 35,64% dos valores atualizados foram pagos que corresponde a 1.367.583,35. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve um aumento dos valores orçados de 3,88%, os valores empenhados tiveram um redução de 48,83%, os valores liquidados baixaram 26,19%, os valores pagos registraram uma redução de 13,59% em 2022 quando comparado a 2021.

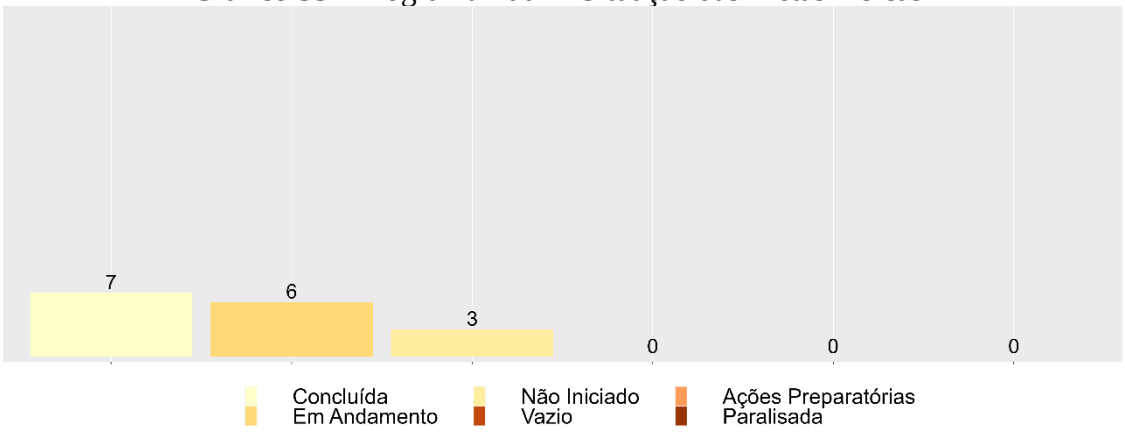
No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 2.795.650,00, desse valor foram empenhados 59,36%, que em termos absolutos corresponde a 1.659.502,63 outros 49,54% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 1.384.836,75 e os valores pagos alcançaram 48,12%, que corresponde a 1.345.228,48. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar uma redução no orçamento destinado ao

programa de 27,15%, ao comparar os valores empenhados houve um aumento de 12,65%, os valores liquidados registram uma alta de 1,26% e os valores pagos registram uma baixa de 1,63%.

Programa Desenvolvimento Econômico: Empreendimentos Industriais e Políticas de Incentivos

O programa 4007 Desenvolvimento Econômico: Empreendimentos Industriais e Políticas de Incentivos possui metas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da ciência, da tecnologia e da Inovação, que nesse programa possui um total de 16 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

Gráfico 55 - Programa 4007 - Situação das Metas Físicas

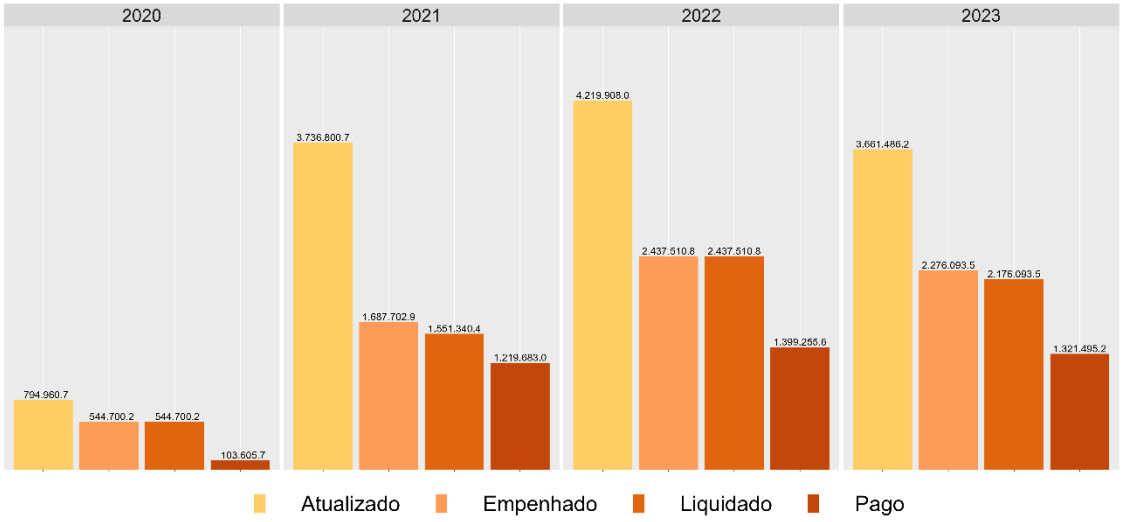


Em 2023 o programa apresentou 7 metas com situação “Concluída", que representa pouco mais de um terço do total de metas, 43,75% das metas do programa foram concluídas. O total de 6 metas finalizaram 2023 com registro “Em andamento”, o que representa um total de 37,50% das metas. A situação “Não iniciado” totalizou 3 metas, o equivalente a 18,75%, do total de metas do programa temático.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 794.960,74 desse total os valores empenhados alcançaram 68,52%% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 544.700,18 os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 68,52% dos valores atualizados, correspondendo a 103.605,68 reais e o total pago

chegou a 13,03% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 103.605,68 reais.

Gráfico 56 - Programa 4007 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 3.736.800,74 desse total foram empenhados 1.687.702,88 que corresponde a 45,16%, os valores liquidados alcançaram 41,52% do total atualizado, que corresponde ao montante de 1.551.340,45 e os valores pagos atingiram 32,64%, que em termos absolutos corresponde a 1.219.682,96 reais. O ano de 2021 registrou um aumento dos valores do orçamento para o programa de 370,06% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada um aumento dos valores empenhados de 209,84% e os valores liquidados registraram aumento de 184,80%, os valores pagos registram aumento de 1.077,23 % dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 4.219.907,95, desse montante foram empenhados 57,76% (2.437.510,81), e os valores liquidados chegaram a 57,76%, que corresponde a 2.437.510,81 e 33,16% dos valores atualizados foram pagos que corresponde a 1.399.255,64. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve um aumento dos valores orçados de 12,92%, os valores empenhados tiveram um aumento de 44,42%, os valores liquidados aumentaram 57,12%, os valores pagos registraram um aumento de 14,72% em 2022 quando comparado a 2021.

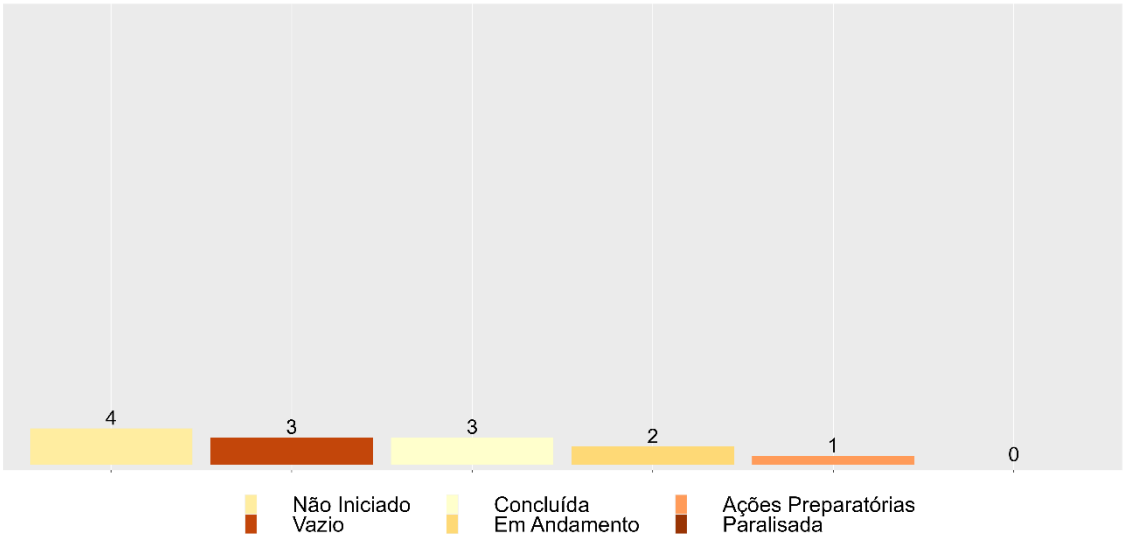
No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 3.661.486,25, desse valor foram empenhados 62,16%, que em termos absolutos corresponde a 2.276.093,54 outros

59,43% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 2.176.093,54 e os valores pagos alcançaram 36,09%, que corresponde a 1.321.495,22. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar uma redução no orçamento destinado ao programa de 13,23%, ao comparar os valores empenhados houve uma redução de 6,62%, os valores liquidados registram uma baixa de 10,72% e os valores pagos registram uma baixa de 5,55%.

Programa Desenvolvimento Econômico: Comércio e Serviços

O programa 4008 Desenvolvimento Econômico: Comércio e Serviços possui metas da Agência de Fomento, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da ciência, da tecnologia e da Inovação, Junta Comercial do Estado, Instituto de Pesos e Medidas, que nesse programa possui um total de 13 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

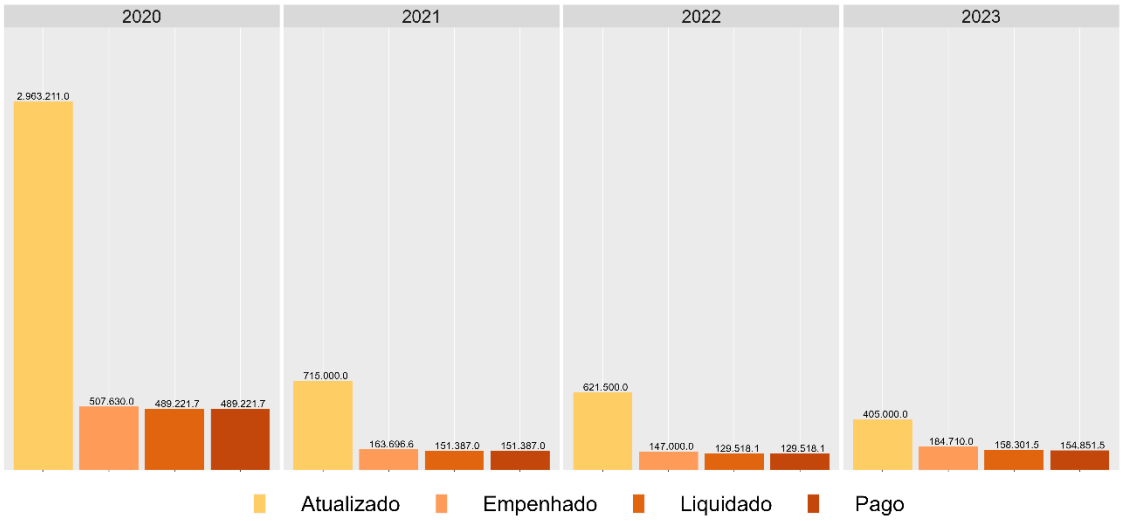
Gráfico 57 - Programa 4008 - Situação das Metas Físicas



De acordo com o apresentado no gráfico, o programa registrou 4 metas com situação “Não iniciado”, que representa 30,77% das metas. Com a situação “Vazio” o programa apresentou 3 metas, que representa 23,08%, um percentual elevado de metas sem registro de informação de execução. Outras 3 metas registraram situação “Concluída”, o que representa 23,08 % das metas e 2 metas “em andamento” que representa 15,38% das metas do programa temático.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 2.963.210,98 desse total os valores empenhados alcançaram 17,13% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 507.630,01 os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 16,51% dos valores atualizados, correspondendo a 489.221,66 reais e o total pago chegou a 16,51% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 489.221,66 reais.

Gráfico 58 - Programa 4008 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 715.000,00 desse total foram empenhados 163.696,58 que corresponde a 22,89%, os valores liquidados alcançaram 21,17% do total atualizado, que corresponde ao montante de 151.387,01 e os valores pagos atingiram 21,17%, que em termos absolutos corresponde a 151.387,01 reais. O ano de 2021 registrou uma redução dos valores do orçamento para o programa de 75,87% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada uma redução dos valores empenhados de 67,75% e os valores liquidados registraram redução de 69,05%, os valores pagos registram redução de 69,05% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 621.500,00, desse montante foram empenhados 23,65% (147.000,00), e os valores liquidados chegaram a 20,84%, que corresponde a 129.518,09 e 20,84% dos valores atualizados foram pagos que corresponde a 129.518,09. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve uma redução dos valores orçados de 13,07%, os

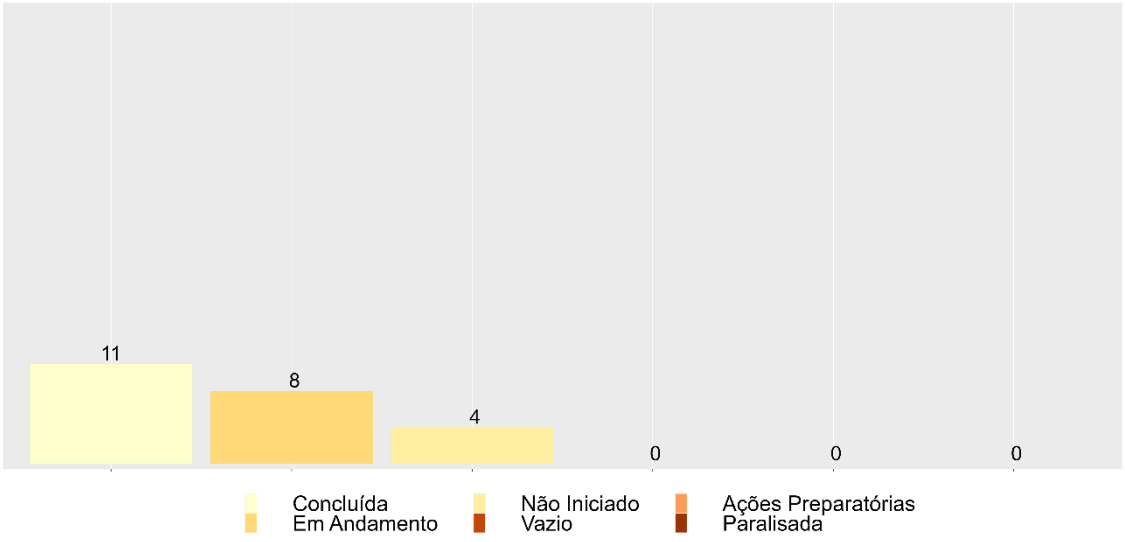
valores empenhados tiveram um redução de 10,19%, os valores liquidados baixaram 14,44%, os valores pagos registraram uma redução de 14,44% em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 405.000,00, desse valor foram empenhados 45,61%, que em termos absolutos corresponde a 184.710,00 outros 39,09% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 158.301,54 e os valores pagos alcançaram 39,23%, que corresponde a 154.851,54. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar uma redução no orçamento destinado ao programa de 34,83%, ao comparar os valores empenhados houve um aumento de 25,65%, os valores liquidados registram uma alta de 22,22% e os valores pagos registram uma alta de 19,55%.

Programa Infraestrutura Integrada: Sistema Integrado de Logística e Transportes

O programa 4009 Infraestrutura Integrada: Sistema Integrado de Logística e Transportes possui metas da Secretaria de Estado da Infraestrutura, Departamento de Estradas de Rodagem, Departamento Estadual de Trânsito, que nesse programa possui um total de 23 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

Gráfico 59 - Programa 4009 - Situação das Metas Físicas

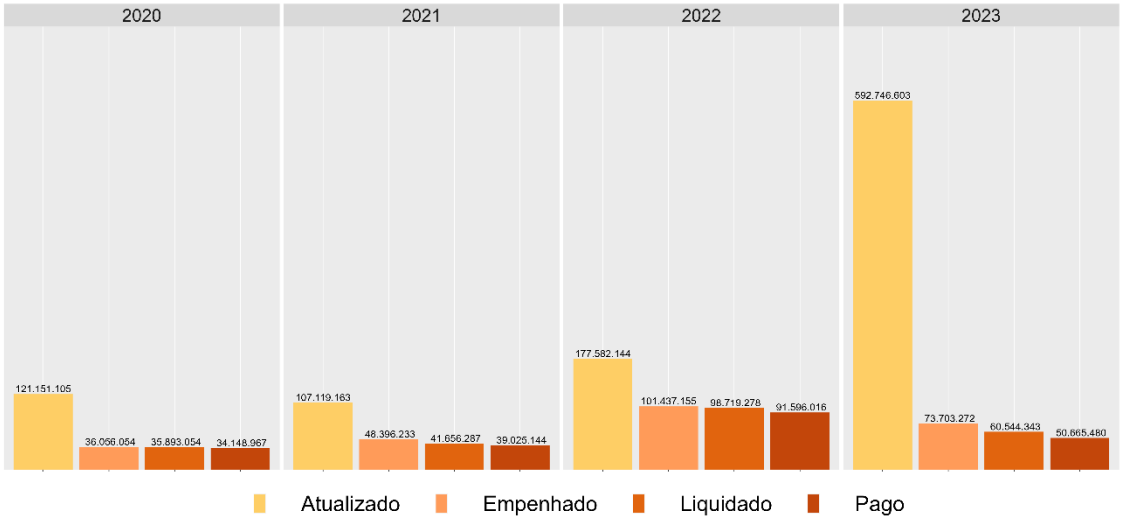


No ano de 2023, conforme gráfico, o programa apresentou 11 metas com situação “Concluída", 47,83% das metas tiveram seus objetivos alcançados. Foram 8 metas que

finalizaram o período com a situação “Em andamento”, equivale a 34,78% das metas do programa e outros 17,39% findaram com a situação “Não Iniciado”, total de 4 metas com a situação. Em 2023 o programa apresentou um total de 41 metas.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 121.151.104,57 desse total os valores empenhados alcançaram 29,76% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 36.056.053,95 os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 29,63% dos valores atualizados, correspondendo a 35.893.053,95 reais e o total pago chegou a 28,19% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 34.148.966,56 reais.

Gráfico 60 - Programa 4009 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 107.119.163,23 desse total foram empenhados 48.396.232,76 que corresponde a 45,18%, os valores liquidados alcançaram 38,89% do total atualizado, que corresponde ao montante de 41.656286,71 e os valores pagos atingiram 36,43%, que em termos absolutos corresponde a 39.025.144,28 reais. O ano de 2021 registrou uma redução dos valores do orçamento para o programa de 11,58% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada um aumento dos valores empenhados de 34,22% e os valores liquidados registraram aumento de 16,05%, os valores pagos registram aumento de 14,27% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 177.582144,15, desse montante foram empenhados 57,12% (101.437.154,93), e os

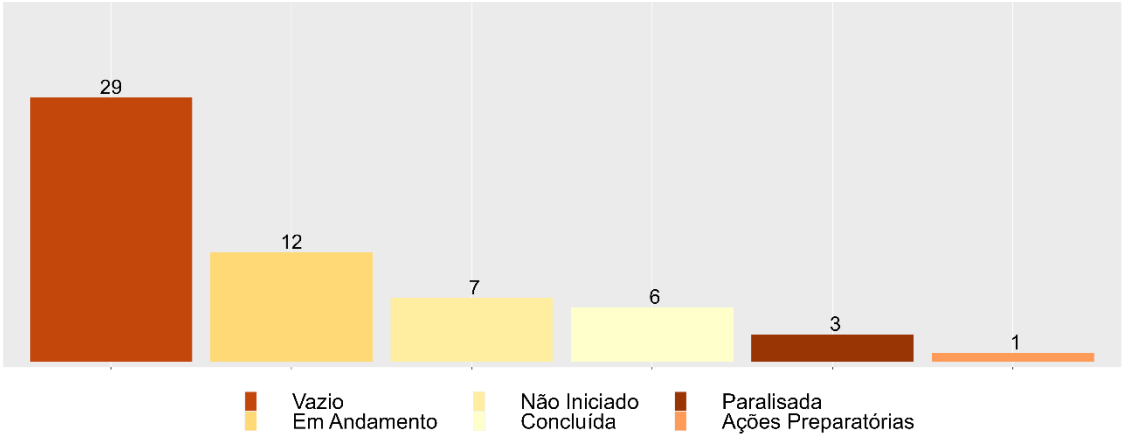
valores liquidados chegaram a 55,59%, que corresponde a 98.719.277,84 e 51,58% dos valores atualizados foram pagos que corresponde a 91.596.016,15. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve um aumento dos valores orçados de 65,78%, os valores empenhados tiveram um aumento de 109,59%, os valores liquidados registram aumento de 136,98%, os valores pagos registraram um aumento de 134,71% em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 592.746.602,73, desse valor foram empenhados 12,43%, que em termos absolutos corresponde a 73.703.271,53 outros 10,21% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 60.544.343,04 e os valores pagos alcançaram 8,55%, que corresponde a 50.665.479,75. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar uma redução no orçamento destinado ao programa de 233,78%, ao comparar os valores empenhados houve uma redução de 27,34%, os valores liquidados registram redução de 38,67% e os valores pagos registram redução de 44,68%.

Programa Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar

O programa 4010 Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar possui metas da Central de Abastecimento, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da ciência, da tecnologia e da Inovação, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar, Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural, que nesse programa possui um total de 58 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

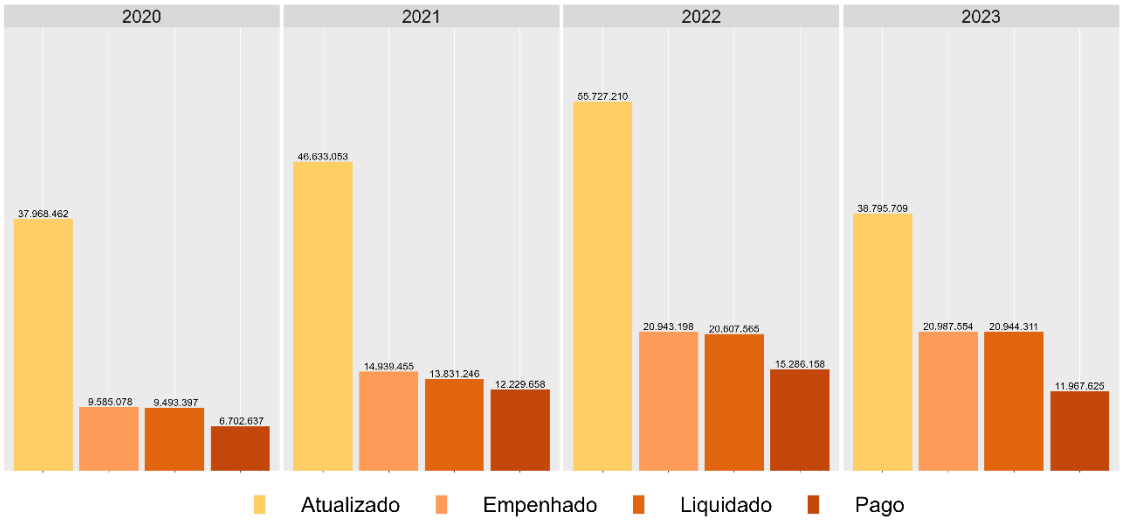
Gráfico 61 - Programa 4010 - Situação das Metas Físicas



Conforme a representação do gráfico, o programa registrou no ano de 2023 um total de 58 metas, metade das metas do programa finalizaram o período sem qualquer informação sobre a sua execução, foram 29 metas, que equivale a 50% do todo com a situação "Vazio". Um total de 12 metas com situação "Em andamento", que representa 20,69% das metas do programa, outras 7 metas com a situação "Não Iniciado", corresponde a 12,07 e apenas 6 metas do programa foram concluídas no período observado, representando 10,34% das metas do programa temático.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 37.968.462,23 desse total os valores empenhados alcançaram 25,24% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 9.585.077,84 os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 25,00% dos valores atualizados, correspondendo a 9.493.396,93 reais e o total pago chegou a 17,65% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 6.702.636,77 reais.

Gráfico 62 - Programa 4010 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 46.633.053,40 desse total foram empenhados 14.939.454,95 que corresponde a 32,04%, os valores liquidados alcançaram 29,66% do total atualizado, que corresponde ao montante de 13.831.246,02 e os valores pagos atingiram 26,23%, que em termos absolutos corresponde a 12.229.658,01 reais. O ano de 2021 registrou um aumento dos valores do orçamento para o programa de 22,82% ao comparar ao ano de 2020, nesse

mesmo período pode ser verificada um aumento dos valores empenhados de 55,86% e os valores liquidados registraram aumento de 45,69%, os valores pagos registram aumento de 82,46% dos valores pagos.

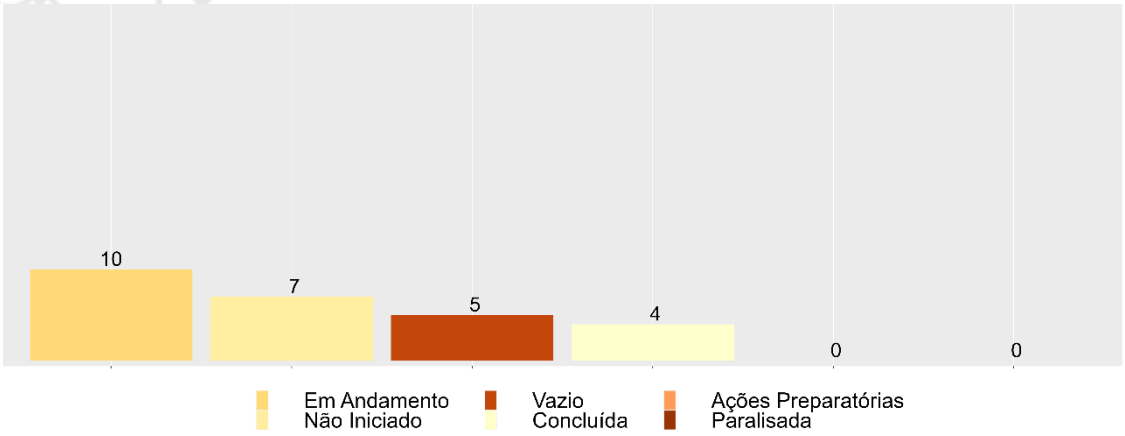
Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 55.727.210,42, desse montante foram empenhados 37,58% (20.943.197,53), e os valores liquidados chegaram a 36,98%, que corresponde a 20.607.565,26 e 27,43% dos valores atualizados foram pagos que corresponde a 15.286.157,50. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve um aumento dos valores orçados de 19,50%, os valores empenhados tiveram um aumento de 40,18%, os valores liquidados aumentaram 48,99%, os valores pagos registraram um aumento de 24,99% em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 38.795.709,33, desse valor foram empenhados 54,10%, que em termos absolutos corresponde a 20.987.554,25 outros 53,99% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 20.944,311.33 e os valores pagos alcançaram 30,85%, que corresponde a 11.967.624,67. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar uma redução no orçamento destinado ao programa de 30,38%, ao comparar os valores empenhados houve um aumento de 0,21%, os valores liquidados registram o aumento foi de 1,63% e os valores pagos registram uma redução de 21,70%.

Programa Desenvolvimento do Agronegócio Potiguar

O programa 4011 Desenvolvimento do Agronegócio Potiguar possui metas da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca, Empresa de Pesquisa Agropecuária, Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do RN, que nesse programa possui um total de 26 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

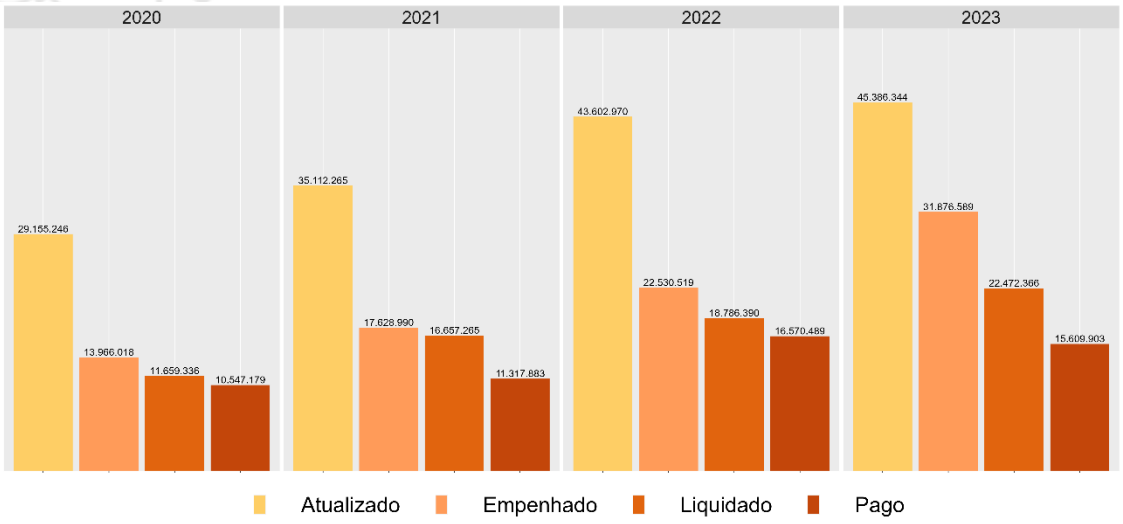
Gráfico 63 - Programa 4011 - Situação das Metas Físicas



No ano de 2023 o programa registrou um total de 10 metas com situação “Em andamento”, que representa 38,46% do total de metas do programa. O programa registrou um percentual elevado de metas não executadas, com situação “Não iniciado” foram 7 metas, que representa 26,92% das metas, e mais 5 metas sem registro de informação de execução, o que representa 19,23% do total de metas. Outras 4 metas registraram situação “Concluída”, o que representa 15,38% das metas.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 29.155.245,68 desse total os valores empenhados alcançaram 47,90% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 13.966.018,37 os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 39,99% dos valores atualizados, correspondendo a 11.659.336,32 reais e o total pago chegou a 36,18% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 10.547.178,87 reais.

Gráfico 64 - Programa 40011 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 35.112.265,40 desse total foram empenhados 17.628.989,67 que corresponde a 50,21%, os valores liquidados alcançaram 47,44% do total atualizado, que corresponde ao montante de 16.657.264,62 e os valores pagos atingiram 32,23%, que em termos absolutos corresponde a 11.317.882,61 reais. O ano de 2021 registrou um aumento dos valores do orçamento para o programa de 20,43% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada um aumento dos valores empenhados de 26,22% e os valores liquidados registraram aumento de 42,86%, os valores pagos registram aumento de 7,30% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 43.602.970,26, desse montante foram empenhados 51,67% (22.530.518,91), e os valores liquidados chegaram a 43,09%, que corresponde a 18.786.390,39 e 38,00% dos valores atualizados foram pagos que corresponde a 15.570.489,30. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve um aumento dos valores orçados de 24,18%, os valores empenhados tiveram um aumento de 27,80%, os valores liquidados registram aumento de 12,78%, os valores pagos registraram aumento de 46,40% em 2022 quando comparado a 2021.

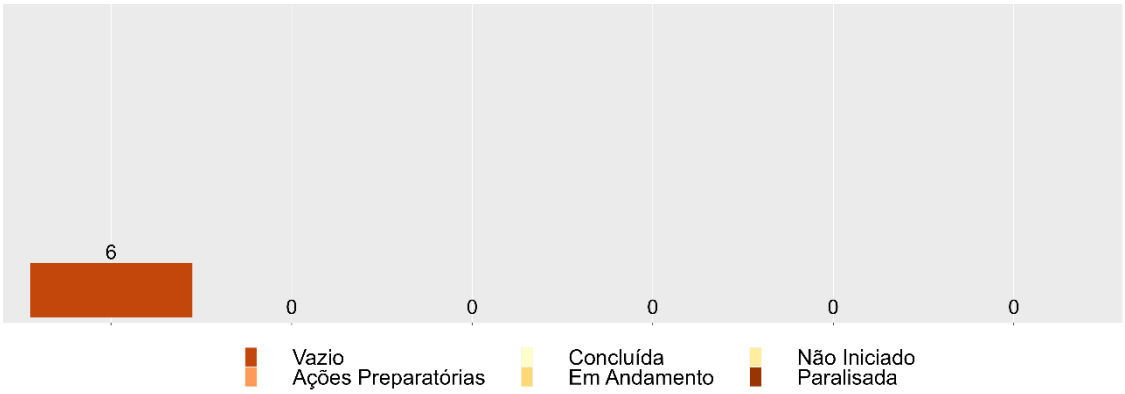
No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 45.386.344,25, desse valor foram empenhados 70,23%, que em termos absolutos corresponde a 31.876.589,12 outros 49,51% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 22.472.366,28 e os valores pagos alcançaram 34,39%, que corresponde a 15.609.902,67. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar um aumento no orçamento destinado ao programa

de 4,09%, ao comparar os valores empenhados registram aumento de 41,48%, os valores liquidados registram aumento de 19,62% e os valores pagos registram uma redução de 5,79%.

Programa Desenvolvimento Regional Sustentável com Inclusão Econômica – Projeto Governo Cidadão

O programa 4012 Desenvolvimento Regional Sustentável com Inclusão Econômica – Projeto Governo Cidadão possui metas da Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão, que nesse programa possui um total de 06 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

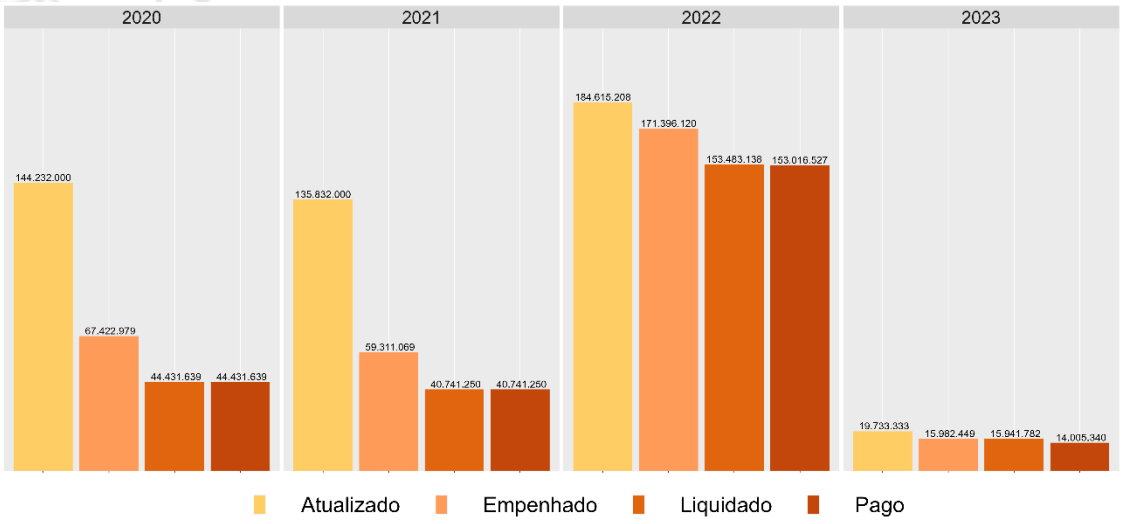
Gráfico 65 - Programa 4012 - Situação das Metas Físicas



Conforme a representação do gráfico, o programa registrou no ano de 2023 um total de 6 metas com situação “Vazio”, ou seja, as metas do programa finalizaram o período vigente sem registro de informação sobre a execução, portanto 100% das metas não foram executadas.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 144.232.000,00 desse total os valores empenhados alcançaram 46,75% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 67.422.978,71 os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 30,81% dos valores atualizados, correspondendo a 44.431.639,08 reais e o total pago chegou a 30,81% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 44.431,639,08 reais.

Gráfico 66 - Programa 4012 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 135.832.000,00 desse total foram empenhados 59.311.068,79 que corresponde a 43,67%, os valores liquidados alcançaram 29,99% do total atualizado, que corresponde ao montante de 40.741.249,71 e os valores pagos atingiram 29,99%, que em termos absolutos corresponde a 40.741.249,71 reais. O ano de 2021 registrou uma redução dos valores do orçamento para o programa de 5,82% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada uma redução dos valores empenhados de 12,03% e os valores liquidados registraram redução de 8,30%, os valores pagos registram aumento de 8,30% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 184.615.208,39, desse montante foram empenhados 92,84% (171.396.119,94), e os valores liquidados chegaram a 83,14%, que corresponde a 153.483.137,55 e 82,88% dos valores atualizados foram pagos que corresponde a 153.016.527,00. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve um aumento dos valores orçados de 35,91%, os valores empenhados tiveram um aumento de 188,97%, os valores liquidados aumentaram em 276,72%, os valores pagos registraram um aumento de 275,58% em 2022 quando comparado a 2021.

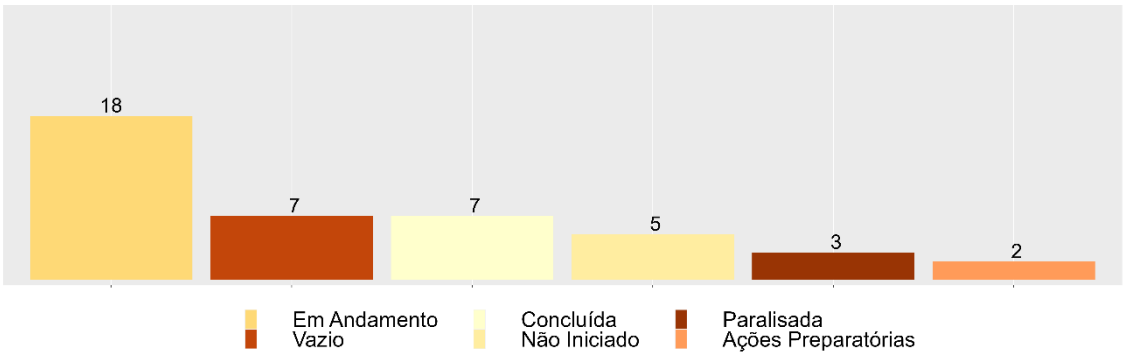
No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 19.733.333,32, desse valor foram empenhados 80,99%, que em termos absolutos corresponde a 15.982.449,06 outros 80,79% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 15.941.782,48 e os valores pagos alcançaram 70,97%, que corresponde a 14.005.340,14. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar uma redução no orçamento destinado ao

programa de 89,31%, ao comparar os valores empenhados houve uma redução de 90,67%, os valores liquidados registram uma redução de 89,61% e os valores pagos registram uma redução de 90,84%.

Programa Novas Práticas de Gestão

O programa 5001 Novas Práticas de Gestão possui metas da Controladoria Geral do Estado, Departamento Estadual de Imprensa, Secretaria de Estado da Administração, Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte, Companhia de Processamento de Dados, Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão, Empresa Gestora de Ativos do Rio Grande do Norte, Secretaria da Fazenda, Departamento Estadual de Trânsito, que nesse programa possui um total de 42 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

Gráfico 67 - Programa 5001 - Situação das Metas Físicas

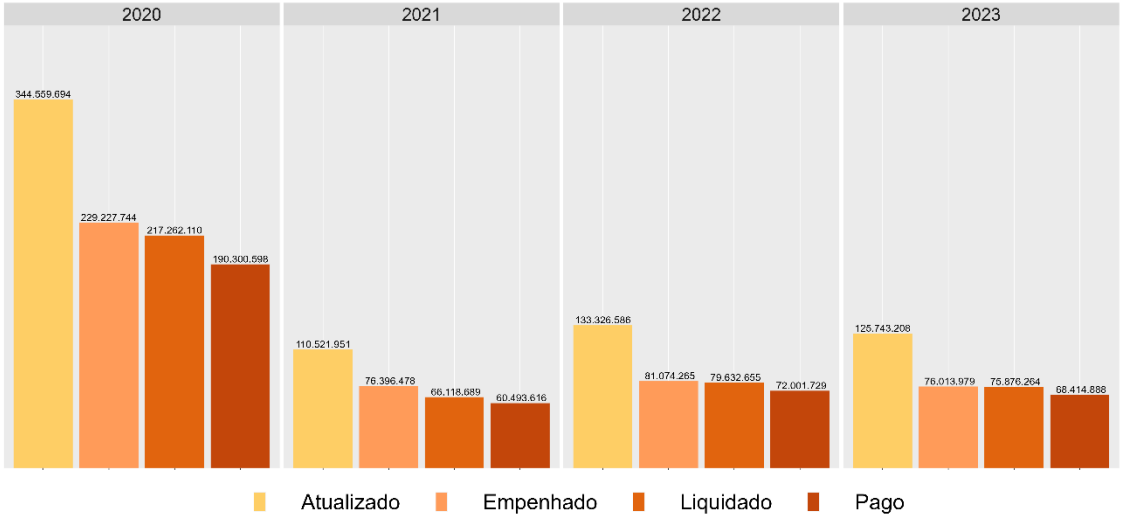


O programa temático apresentou 42 duas metas em sua totalidade no ano de 2023, no qual, foram registradas com situação “Em Andamento” 18 metas do programa, quantidade equivale a 42,86% das metas. Um total de 7 metas com situação “Vazio”, que representa 16,67% sem informação de execução em sistema, outras 5 metas do programa registradas com a situação “Não Iniciado”, que representa 11,90% do total de metas do programa temático.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 344.559.693,96 desse total os valores empenhados alcançaram 66,53% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 229.227.744,29 os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 63,05% dos valores atualizados, correspondendo a 217.262.110,01 reais e o total

pago chegou a 55,23% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 190.300.597,70 reais.

Gráfico 68 - Programa 5001 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 110.521.950,92 desse total foram empenhados 76.396.478,36 que corresponde a 69,12%, os valores liquidados alcaçaram 59,82% do total atualizado, que corresponde ao montante de 66.118.688,59 e os valores pagos atingiram 54,73%, que em termos absolutos corresponde a 60.493.615,80 reais. O ano de 2021 registrou uma redução dos valores do orçamento para o programa de 67,92% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada uma redução dos valores empenhados de 66,67% e os valores liquidados registraram redução de 69,56%, os valores pagos registram redução de 68,21% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 110.521.950,92, desse montante foram empenhados 60,81% (76.396.478,36), e os valores liquidados chegaram a 59,73%, que corresponde a 66.118.688,59 e 54,00% dos valores atualizados foram pagos. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve aumento dos valores orçados de 20,63%, os valores empenhados tiveram um aumento de 6,12%, os valores liquidados aumentaram 20,43%, os valores pagos registraram aumento de 19,02% em 2022 quando comparado a 2021.

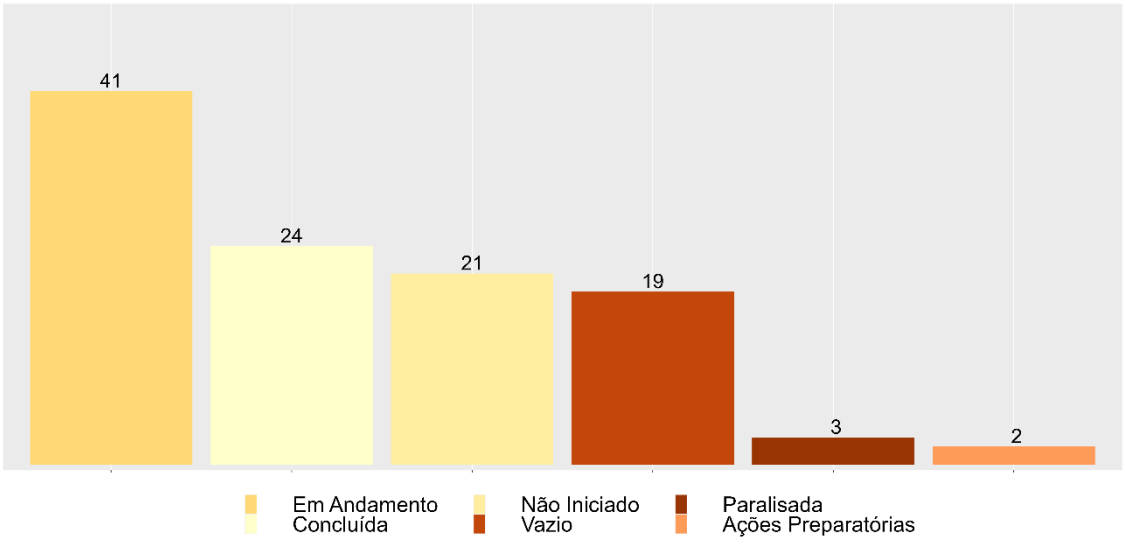
No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 8.792.451,93, desse valor foram empenhados 99,57%, que em termos absolutos corresponde a 8.755.039,89, o mesmo percentual de 99,57% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 8.755.039,89

e os valores pagos alcançaram 83,67%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar uma redução no orçamento destinado ao programa de 5,68%, ao comparar os valores empenhados verifica-se redução de 6,24%, os valores liquidados registram redução de 4,71% e os valores pagos registram redução de 4,98%.

Programa O Estado a Serviço da Sociedade

O programa 5002 O Estado a Serviço da Sociedade possui metas da Procuradoria Geral do Estado, Assessoria de Comunicação Social, Gabinete Civil do Governador do Estado, Vice - Governadoria, Secretaria de Estado da Administração, Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da ciência, da tecnologia e da Inovação, Secretaria de Estado da Infraestrutura, Departamento de Estradas de Rodagem, Departamento Estadual de Trânsito, que nesse programa possui um total de 110 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

Gráfico 69 - Programa 5002 - Situação das Metas Físicas

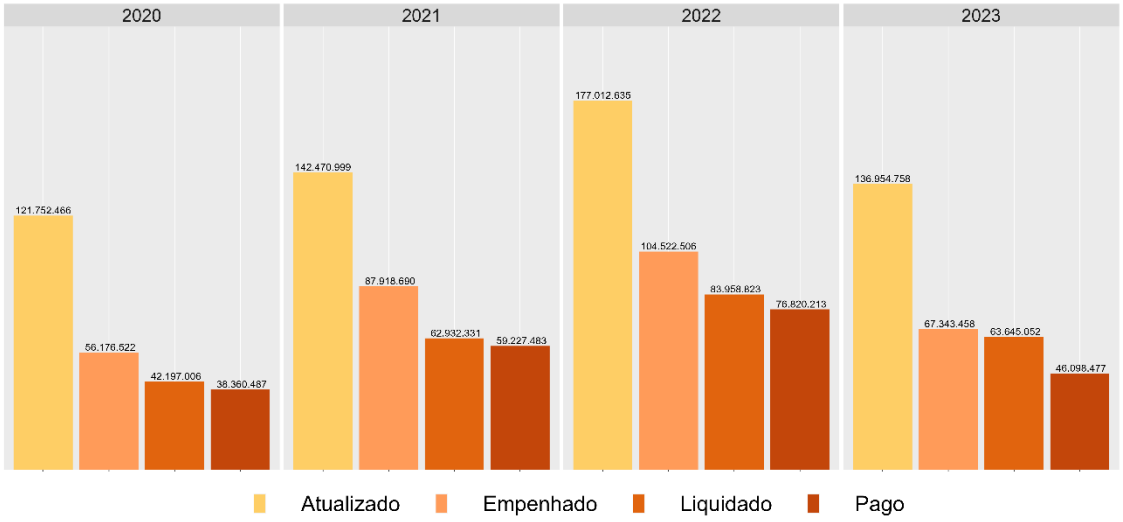


Em 2023 o programa apresentou 41 metas com situação “Em Andamento”, valor equivale a 37,27% das metas e representa mais de um terço do total de metas, registrou com situação “Concluída" o total de 24 metas, que corresponde a 21,82% das metas do programa foram atingidas. A situação “Não iniciado” totalizou 21 metas, o equivalente a 19,09% e o total de 19 metas finalizaram 2023 sem registro de informação de execução,

o que representa um total de 17,27% do total de metas do programa. O programa temático é composto por 110 metas.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 121.752.466,34 desse total os valores empenhados alcançaram 46,14% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 56.176.522,02 os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 34,66% dos valores atualizados, correspondendo a 42.197.005,82 reais e o total pago chegou a 31,51% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 38.360.487,31 reais.

Gráfico 70 - Programa 5002 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 142.470.998,84 desse total foram empenhados 87.918.690,36 que corresponde a 61,71%, os valores liquidados alcaçaram 44,17% do total atualizado, que corresponde ao montante de 62.932.331,38 e os valores pagos atingiram 41,57%, que em termos absolutos corresponde a 59.227.483,48 reais. O ano de 2021 registrou um aumento dos valores do orçamento para o programa de 17,01% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada um aumento dos valores empenhados de 56,50% e os valores liquidados registraram aumento de 49,13%, os valores pagos registram aumento de 54,39% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 177.012.635,19, desse montante foram empenhados 59,05% (104.522.506,15), e os

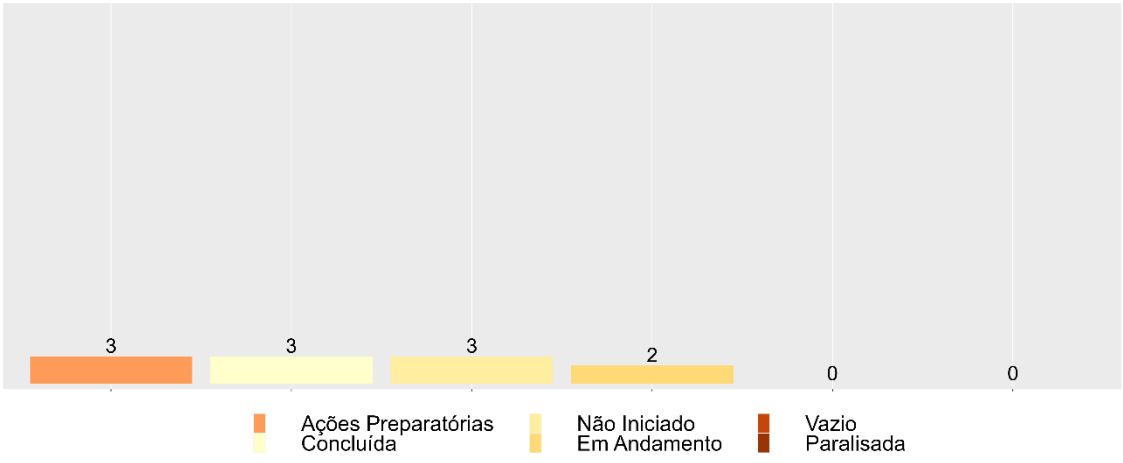
valores liquidados chegaram a 47,43%, que corresponde a 83.958.823,15 e 43,40% dos valores atualizados foram pagos. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve aumento dos valores orçados de 24,24%, os valores empenhados tiveram um aumento de 18,88%, os valores liquidados aumentaram 33,41%, os valores pagos registraram aumento de 29,70% em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 136.954.757,66, desse valor foram empenhados 49,17%, que em termos absolutos corresponde a 67.343457,91, outros 46,47% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 63.645.052,43 e os valores pagos alcançaram 33,66%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar uma redução no orçamento destinado ao programa de 22,63%, ao comparar os valores empenhados verifica-se redução de 35,57%, os valores liquidados registram redução de 24,19% e os valores pagos registram redução de 39,99%.

Programa Ouvir para Governar

O programa 5003 Ouvir para Governar possui metas da Controladoria Geral do Estado, Gabinete Civil do Governador do Estado, Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão, Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, que nesse programa possui um total de 11 metas. O gráfico a seguir apresenta as quantidades de metas por situação de execução para o ano de 2023.

Gráfico 71 - Programa 5003 - Situação das Metas Físicas

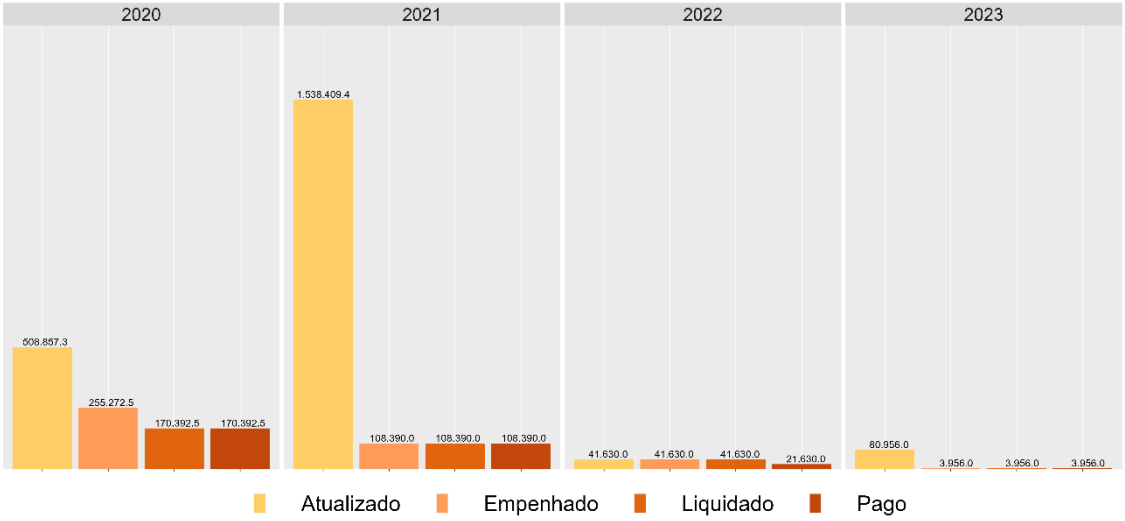


Os valores representados no gráfico, apresenta o total de 11 metas e a situação da execução no ano de 2023. As metas com situação “Concluída” totalizam 3, que representa 27,27%, registrou a mesma quantidade e percentual de metas com situação “Concluída”

e “Vazio”. Por fim, outras 2 metas do programa apresentaram situação “Em Andamento”, que equivale a 18,18% do total de metas do programa.

As informações da execução orçamentária do ano de 2020 registram o valor atualizado do orçamento para o programa correspondendo a 508.857,29 desse total os valores empenhados alcançaram 50,17% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 255.272,55 os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 33,49% dos valores atualizados, correspondendo a 170.392,55 reais e o total pago chegou a 33,49% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 170.392,55 reais.

Gráfico 72 - Programa 5003 - Execução Orçamentária



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 1.538.409,44 desse total foram empenhados 108.390,00 que corresponde a 7,05%, os valores liquidados alcaçaram 7,05% do total atualizado, que corresponde ao montante de 108.390,00 e os valores pagos atingiram 7,05%, que em termos absolutos corresponde a 108.390,00 reais. O ano de 2021 registrou um aumento dos valores do orçamento para o programa de 202,32% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada uma redução dos valores empenhados de 57,53% e os valores liquidados registraram redução de 36,38%, os valores pagos registram redução de 36,38% dos valores pagos.

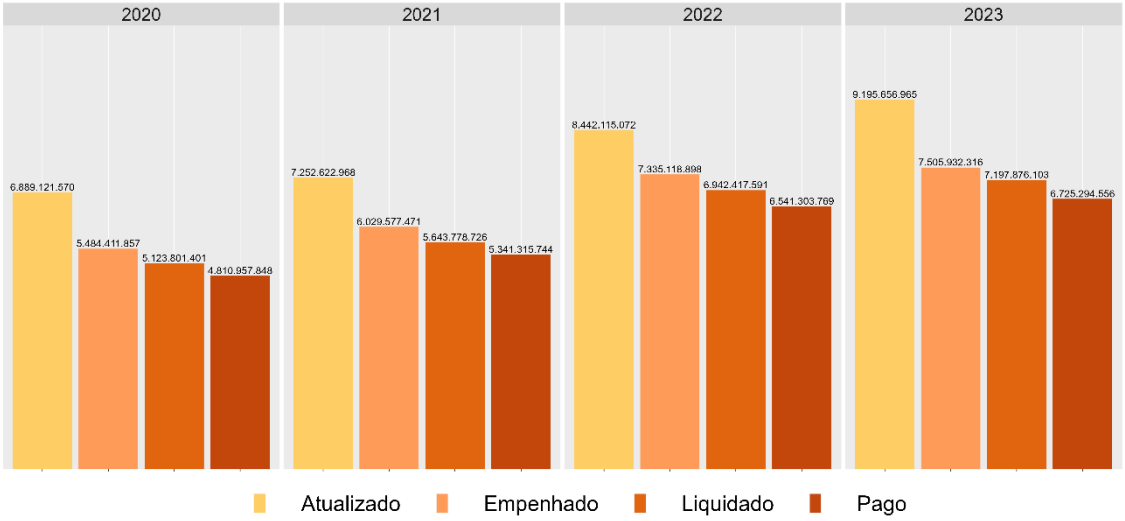
Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 41.630,00, desse montante foram empenhados 100,00% (41.630,00), e os valores liquidados chegaram a 100,00%, que corresponde a 41.630,00 e 51,96% dos valores

atualizados foram pagos. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve redução dos valores orçados de 97,29%, os valores empenhados tiveram redução de 61,59%, os valores liquidados reduziram 61,59%, os valores pagos registraram redução de 80,04% em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 80.956,00, desse valor foram empenhados 4,89%, que em termos absolutos corresponde a 3.956,00, outros 4,89% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 3.956,00 e os valores pagos alcançaram 4,89%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar um aumento no orçamento destinado ao programa de 94,46%, ao comparar os valores empenhados verifica-se redução de 90,49%, os valores liquidados registram redução de 90,49% e os valores pagos registram redução de 81,71%.

Ao comparar os valores de execução orçamentára de todos os programas do tipo temático, observamos que o ano de 2020 registram valores atualizados correspondendo a 6.889.121.569,82 desse total os valores empenhados alcançaram 79,61% do total atualizado, ou seja, foram empenhados o montante de 5.484.411.856,58, os valores liquidados atingiram em 2020 o total de 74,38% dos valores atualizados, correspondendo a 5.123.801.400,67 reais e o total pago chegou a 69,83% do montante atualizado para o programa, que corresponde em termos absolutos a 4.810.957.847,53 reais.

Gráfico 73 – Total dos Programas Temáticos



No ano de 2021 o valor orçado com atualização pela execução foi igual a 7.252.622.968,23 desse total foram empenhados 6.029.577.470,51 que corresponde a 83,14%, os valores liquidados alcaçaram 77,82% do total atualizado, que corresponde ao montante de 5.643.778.725,68 e os valores pagos atingiram 73,65%, que em termos

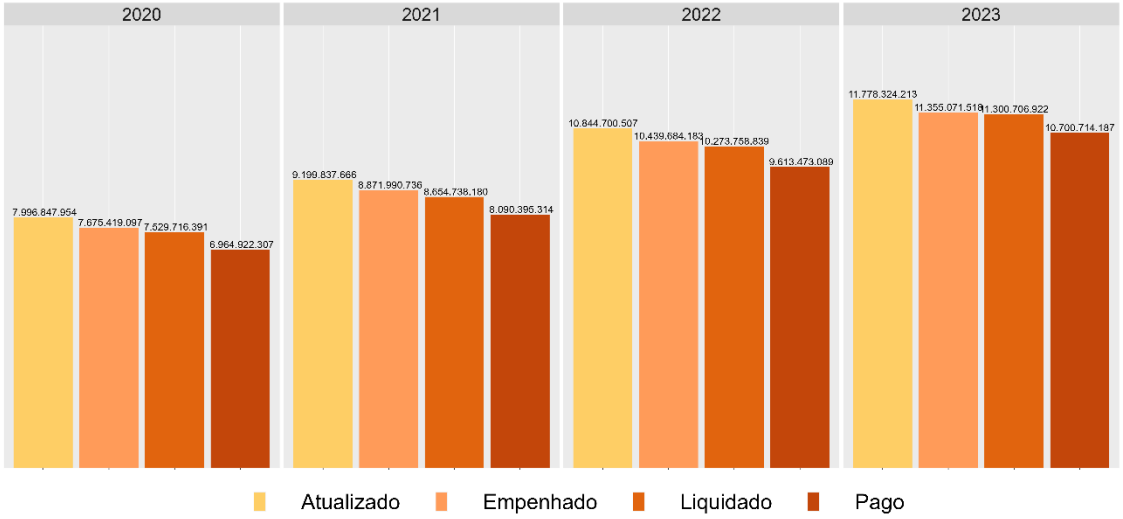
absolutos corresponde a 5.341.315.743,98 reais. O ano de 2021 registrou um aumento dos valores do orçamento para o programa de 5,27% ao comparar ao ano de 2020, nesse mesmo período pode ser verificada um aumento dos valores empenhados de 9,94% e os valores liquidados registraram aumento de 10,14%, os valores pagos registram aumento de 11,02% dos valores pagos.

Em 2022 os valores atualizados do orçamento para o programa alcançaram 8.442.115.072,13, desse montante foram empenhados 86,89% (7.335.118.897,94), e os valores liquidados chegaram a 82,24%, que corresponde a 6.942.417.591,30 e 77,48% dos valores atualizados foram pagos. Ao comparar 2022 e 2021 é possível verificar que o programa obteve aumento dos valores orçados de 16,40%, os valores empenhados tiveram aumento de 21,65%, os valores liquidados aumentaram 23,01%, os valores pagos registraram aumento de 22,46% em 2022 quando comparado a 2021.

No ano de 2023 o montante orçado foi igual a 9.195.656.964,80, desse valor foram empenhados 81,62%, que em termos absolutos corresponde a 7.505.932.315,83, outros78,27% dos valores orçados foram liquidados, que equivale a 7.197.876.103,04 e os valores pagos alcançaram 73,14%. Quando comparamos o ano de 2023 ao ano de 2022 é possível notar um aumento no orçamento destinado ao programa de 8,92%, ao comparar os valores empenhados verifica-se aumento de 2,32%, os valores liquidados registram aumento de 3,67% e os valores pagos registram aumento de 2,81%.

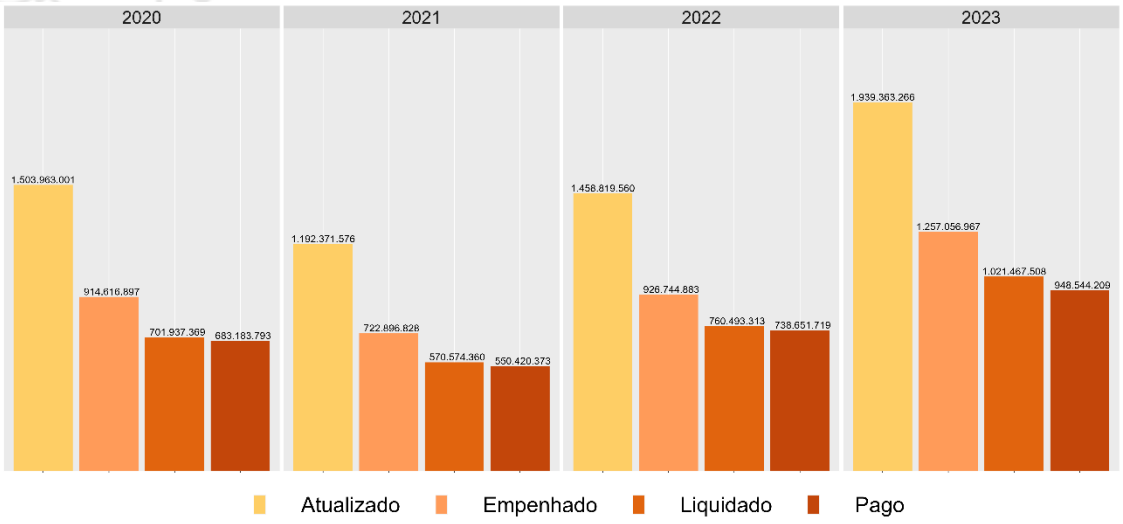
GRÁFICOS DOS VALORES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, POR FONTE DE RECURSOS

Gráfico 74 – Recursos Estaduais



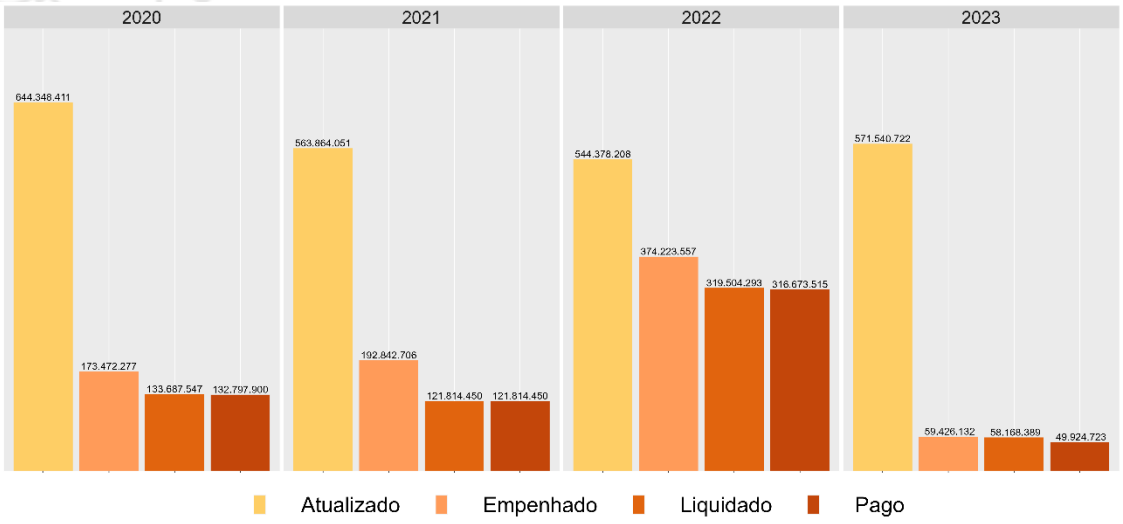
Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00%(7.996.847.954), Empenhado 96% (7.675.419.097), Liquidado 94% (7.529.716.391) e Pago 87% (6.964.922.307). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (9.199.837.666), Empenhado 96% (8.871.990.736), Liquidado 94% (8.654.738.180) e Pago 88% (8.090.395.314). Em 2022: Atualizado 100,00% (10.844.700.507), Empenhado 96% (10.439.684.183), Liquidado 95% (10.273.758.839) e Pago 89% (9.613.473.089). No ano de 2023: Atualizado 100% (11.778.324.213), Empenhado 96,41% (11.355.071.518), Liquidado 95,94% (11.300.706.922) e Pago 90,85% (10.700.714.187).

Gráfico 75 – Recursos Federais



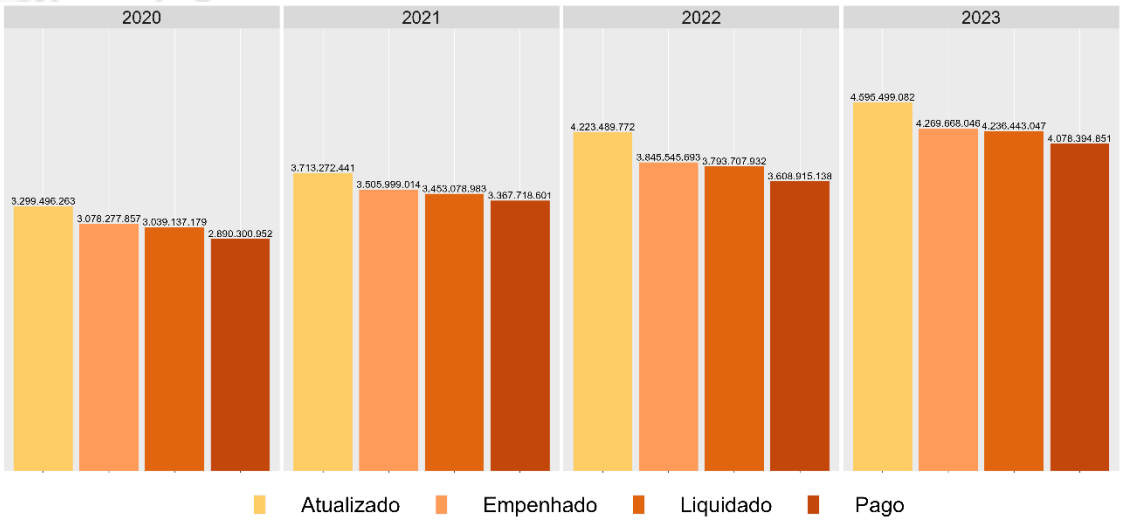
Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresenta-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (1.503.963.001), Empenhado 61% (914.616.897), Liquidado 47% (701.937.369) e Pago 45% (683.183.793). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (1.192.371.576), Empenhado 61% (722.896.828), Liquidado 48% (570.574.360) e Pago 46% (550.420.373). Em 2022: Atualizado 100,00% (1.458.819.560), Empenhado 64% (926.744.883), Liquidado 52% (760.493.313) e Pago 51% (738.651.719). No ano de 2023: Atualizado 100% (1.939.363.266), Empenhado 64,82% (1.257.056.967), Liquidado 52,67% (1.021.467.508) e Pago 48,91% (948.544.209).

Gráfico 76 – Recurso Operações de Crédito



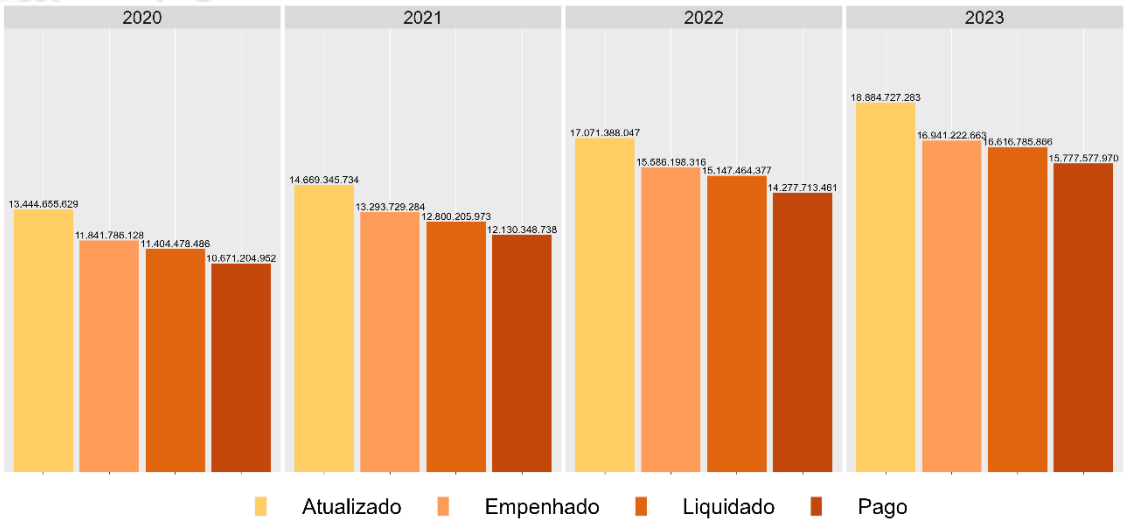
Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (644.348.411), Empenhado 27% (173.472.277), Liquidado 21% (133.687.547) e Pago 21% (132.797.900). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (563.864.051), Empenhado 34% (192.842.706), Liquidado 22% (121.814.450) e Pago 22% (121.814.450). Em 2022: Atualizado 100,00% (544.378.208), Empenhado 69% (374.223.557), Liquidado 59% (319.504.293) e Pago 58% (316.673.515). No ano de 2023: Atualizado 100% (571.540.722), Empenhado 10,40% (59.426.132), Liquidado 10,18% (58.168.389) e Pago 8,74% (49.924.723).

Gráfico 77 – Outros



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00%(3.299.496.263), Empenhado 93% (3.078.277.857), Liquidado 92% (3.039.137.179) e Pago 88% (2.890.300.952). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (3.713.272.441), Empenhado 94% (3.505.999.014), Liquidado 93%(3.453.078.983) e Pago 91% (3.367.718.601). Em 2022: Atualizado 100,00% (4.223.489.772), Empenhado 91% (3.845.545.693), Liquidado 90% (3.793.707.932) e Pago 85% (3.608.915.138). No ano de 2023: Atualizado 100% (4.595.499.082), Empenhado 92,91% (4.269.668.046), Liquidado 92,19% (4.236.443.047) e Pago 88,75% (4.078.394.851).

Gráfico 78 – Execução Orçamentaria PPA 2020 - 2023



Os valores representados no gráfico acima, referem-se ao orçamento geral, considerando os valores vinculados aos programas temáticos. Apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Em 2020 o Atualizado corresponde a 100,00% (13.444.655.629), Empenhado 88% (11.841.786.128), Liquidado 85% (11.404.478.485) e Pago 79% (10.671.204.951). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (14.669.345.735), Empenhado 91% (3.293.729.284), Liquidado 87% (12.800.205.974) e Pago 83% (12.130.348.738). Em 2022: Atualizado 100,00% (17.071.388.047), Empenhado 91% (15.586.198.316), Liquidado 89% (15.147.464.377) e Pago 84% (14.277.713.461). No ano de 2023: Atualizado 100% (18.884.727.283), Empenhado 89,71% (16.941.222.663), Liquidado 87,99% (16.616.785.866) e Pago 83,55% (15.777.577.970).

Síntese das Avaliações Setoriais

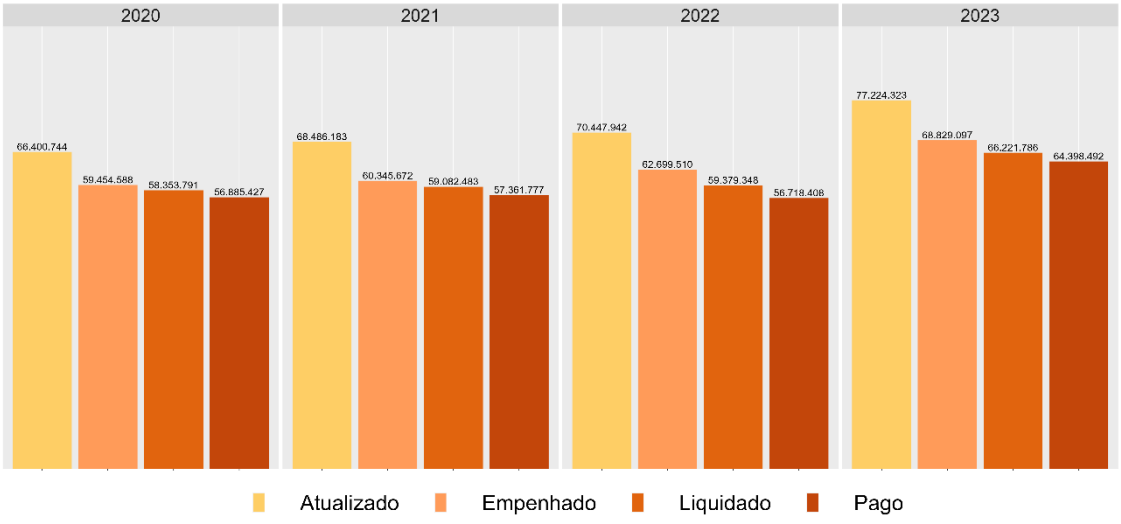
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

A Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte é responsável pela representação judicial, extrajudicial e consultoria jurídica do Estado, incluindo assessoramento ao Poder Executivo. No Plano Plurianual 2020-2023, o órgão tinha previsto um orçamento de R$ 52.888.625,86, dos quais 45% foram executados/empenhados. A avaliação desse plano utilizou a metodologia "ex-post", comparando os resultados das políticas e programas com seus objetivos, com base em dados do SIGEF e SEI, além de técnicas estatísticas para analisar o progresso das metas.

A PGE está vinculada ao PPA 2020-2023 através do Eixo 0005 do Programa 5002, com três diretrizes e cinco objetivos relacionados à modernização administrativa, valorização do servidor e segurança jurídica. Apesar dos desafios enfrentados durante a pandemia de Covid-19 em 2020, alguns objetivos da PGE apresentaram resultados positivos.

A PGE recomenda uma revisão das informações e métodos de medição utilizados durante a elaboração do plano, para facilitar a avaliação das metas bimestral e anualmente. Além disso, sugere que a SEPLAN reconsidere o período de avaliação anual, devido às férias de janeiro, o que dificulta a coleta de informações e a elaboração do relatório setorial.

Gráfico 79 – Procuradoria Geral do Estado (PGE)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (66.400.744), Empenhado 89,54% (59.454.588), Liquidado 87,88% (58.353.791) e Pago 85,67% (56.885.427). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (68.486.183), Empenhado 88,11% (60.345.672), Liquidado 86,27% (59.082.483) e Pago 83,76% (57.361.777). Em 2022: Atualizado 100,00% (70.447.942), Empenhado 89,00% (62.699.510), Liquidado 84,29% (59.379.348) e Pago 80,51% (56.718.408). No ano de 2023: Atualizado 100,00% (77.224.323), Empenhado 89,13% (68.829.097), Liquidado 85,75% (66.221.786) e Pago 83,39% (64.398.492).

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASSECOM

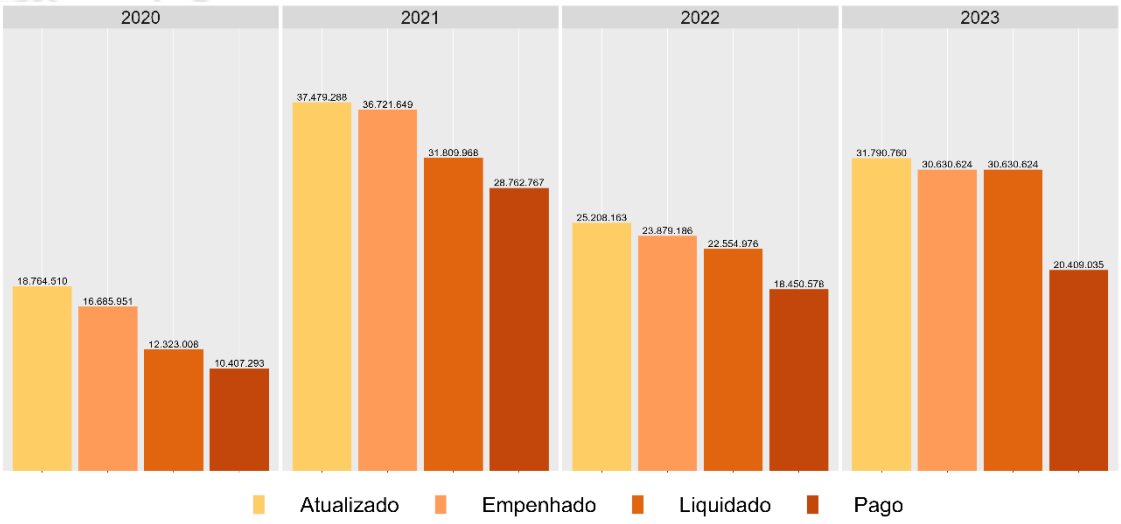
A Assessoria de Comunicação Social considerou o seu desempenho no contexto do Programa "O Estado a Serviço da Sociedade" no período do PPA, realizando a análise dos objetivos, metas e iniciativas propostas no PPA, levando em consideração os resultados obtidos, a execução orçamentária e as restrições enfrentadas. Foram utilizados critérios como o desenvolvimento das metas, a implementação das iniciativas e a relação entre os objetivos e os resultados.

O advento da pandemia, que coincidiu com o início do exercício do PPA 2020-2023, desafios surgiram. Com a Covid, endemias, problemas com a segurança e diversas outras questões em foco, houve algumas dificuldades financeiras, tendo em vista o remanejamento de subsídios para cumprir com as obrigações destinadas a informação educativa sobre as doenças e segurança. Após cessada a situação de calamidade pública, foi gradativamente voltando a normalidade, tanto que em 2023 foi um ano no qual se executou mais com relação aos anos anteriores.

Os investimentos foram voltados para a melhoria da estruturação física e tecnológica da Assessoria, através de programas avançados de software, equipamentos de áudio e vídeo, aquisição de drone, lentes para câmeras com mais potência, aquisições de equipamentos de informática, aquisição de material de consumo, houve o aumento no quadro de pessoal, com a contratação de estagiários, colaboradores para redação e setor administrativo e também usou de anúncios em jornais impressos e cadernos especiais, divulgação em TV, em rádios, com campanhas educativas, de esclarecimento, inclusive no período da pandemia e endemias.

Isto posto, apesar das dificuldades, o esforço empenhado pela Assecom possibilitou que as atividades fossem cumpridas e atingidas, no que compete as suas atribuições e objetivos. Resultando em melhoria nas condições de trabalho dos colaboradores e no fortalecimento da produtividade da equipe, dando dinamismo aos resultados das ações de publicidade governamental.

Gráfico 80 - Assessoria de Comunicação Social (ASSECOM)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (18.764.509,54), Empenhado 88,92% (16.685.951,21), Liquidado 65,67% (12.323.008,18) e Pago 55,46% (10.407.293,26). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (37.479.287,80), Empenhado 97,98% (36.721.649,04), Liquidado 84,87% (31.809.967,80) e Pago 76,74% (28.762.766,76). Em 2022: Atualizado 100,00% (25.208.163,15), Empenhado 94,73% (23.879.185,78), Liquidado 89,47% (22.554.976,00) e Pago 73,19% (18.450.577,52). No ano de 2023: Atualizado 100% (31.790.760), Empenhado 96,35% (30.630.624), Liquidado 96,35% (30.630.624) e Pago 64,19% (20.409.035).

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - CONTROL

A Controladoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte avaliou os resultados apresentados, como subsídio para o aprimoramento das políticas realizadas no período 2020-2023, a partir de tomadas de decisão resultantes das análises das evidências aqui apresentadas, especialmente quanto à economicidade, eficácia, eficiência e efetividade, para o alcance das metas e objetivos referentes ao quadriênio, considerando o desempenho ano a ano do órgão, observando sua resiliência no esforço para a obtenção dos resultados almejados no referido plano. A estrutura é composta pela definição do objetivo da avaliação, caracterização do PPA CONTROL 2020-2023 e as políticas públicas competentes, descrição da metodologia adotada para esta análise, avaliação geral dos resultados apresentados, síntese dos resultados e respectivas recomendações e, por fim, as referências utilizadas na elaboração deste documento.

Trata-se de uma avaliação ex-post, uma vez que considera e analisa os resultados obtidos após a realização das metas e iniciativas para alcance dos objetivos pretendidos. Tem natureza somativa, verificando o alcance das metas estabelecidas, julgando seus resultados. Consideramos também que esta avaliação possui caráter interno, pois foi realizada pela gerência do PPA e servidores do órgão, traz abordagem qualitativa, fazendo uso da pesquisa documental a partir dos registros dos relatórios anuais de avaliação do PPA e coleta de dados de monitoramento pela aplicação de formulários aos responsáveis pelas Unidades e macrofunções da CONTROL, com tratamento das informações obtidas, em momento a posteriori, bem como da aferição dos indicadores dos Programas atualizados e a percepção de atendimento às expectativas de eficiência, eficácia e efetividade das políticas adotadas pelo órgão.

A avaliação também traz informações quantitativas, obtidas através dados numéricos dos relatórios SIGEF e papéis de trabalho, sobre o desempenho das metas e atendimento das demandas da população, respectivamente. Também são utilizados dados provenientes do Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC RN) e da Plataforma Fala.BR (e-OUV). Foram avaliados os aspectos da Execução Orçamentária do quadriênio, comparativo orçamentário-financeiro entre os Programas Temáticos e o Programa de Gestão e Manutenção no período, o desempenho da CONTROL no alcance das metas do plano e ainda o atendimento das demandas da população, não apenas pela vinculação aos objetivos metas e iniciativas do PPA do órgão, mas pela sua realização e resultados obtidos.

Antes da elaboração do PPA 2020-2023, a CONTROL tinha iniciado grande mudança estrutural, com ampliação de competências e atividades, em decorrência da Lei Complementar Estadual nº 638, de 27 de junho de 2018. Vale ressaltar outros fatores relevantes, no segundo semestre/2019 foi o início das nomeações dos aprovados para os cargos de auditor de controle interno, o que posteriormente refletiu no alcance de algumas metas do PPA, o Estado do RN em situação de crise fiscal, onde o atual governo assumiu a administração do Estado com uma dívida salarial de três folhas de pagamento em atraso e uma dívida na ordem de R$ 2,6 bilhões. E ainda, a situação de excepcionalidade criada pela pandemia Coronavírus, que afetou toda a Administração Pública e todo o mundo, impactando fortemente no planejamento e prioridades do Poder Público.

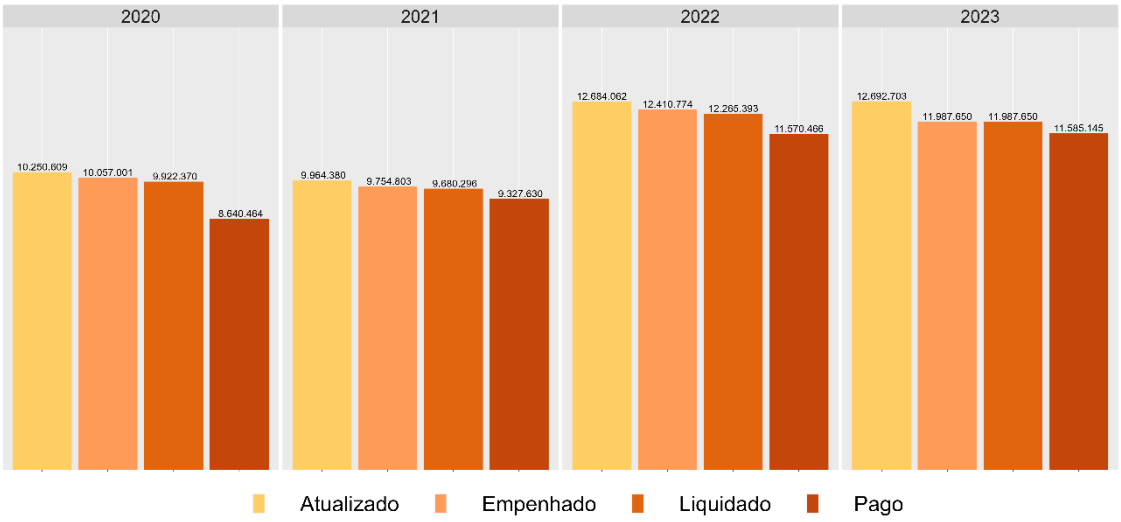
Entretanto, no que diz respeito à CONTROL, mesmo atingida pelos impactos da pandemia, de uma difícil situação fiscal, o órgão conseguiu executar seu orçamento quase em sua totalidade, levando-se em consideração que 95,56% (noventa e cinco vírgula cinquenta e seis por cento) dos recursos previstos estavam alocados no Programa de Gestão e Manutenção.

É importante destacar que, os recursos destinados aos Programas Temáticos, ao longo da execução do PPA sofreram reduções significativas e/ou sua realocação para atender demandas priorizadas pela SEPLAN e, posteriormente, pela SEFAZ. Entretanto, a pandemia e a crise fiscal dificultaram, mas que também impulsionaram soluções criativas para a continuidade e realização das atividades institucionais, culminando no alcance e superação de algumas metas, como por exemplo, a realização de eventos virtuais (webinários) relativos à capacitações e ações de divulgação da transparência e ouvidoria e ainda de parcerias com outros órgãos (GEFE/SEFAZ e SEPLAN), de forma que as eventuais realocações orçamentárias não causaram prejuízos significativos ao alcance das metas e realizações de iniciativas da CONTROL na execução do PPA 2020-2023. Em parte, porque um número significativo de suas metas e iniciativas não possuía vinculação orçamentária, somando-se também ao fato de algumas realizações provenientes das obras de reforma predial da CONTROL foram promovidas com recursos externos ao órgão, no caso, recursos do Projeto Governo Cidadão.

Portanto, mesmo diante obstáculos enfrentados, a CONTROL apresentou uma evolução positiva quanto à eficácia e eficiência no cumprimento de suas metas, as realizações obtidas pelo alcance das metas previstas no PPA contribuíram fortemente para o fortalecimento do órgão e do Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo Estadual (SICOI) e ainda, dos instrumentos democráticos de controle social, como a

Ouvidoria, Transparência e acesso à informação. Por último, merece destaque os bons resultados no que diz respeito a resposta dada à participação social, das 45 demandas recebidas pela CONTROL, 100% foram inseridas no PPA, e no período do PPA 2020-2023, o órgão havia conseguido realizar 31 do total das demandas, representando 68,9% das propostas apresentadas quando da escuta popular.

Gráfico 81 - Controladoria Geral do Estado (CONTROL)



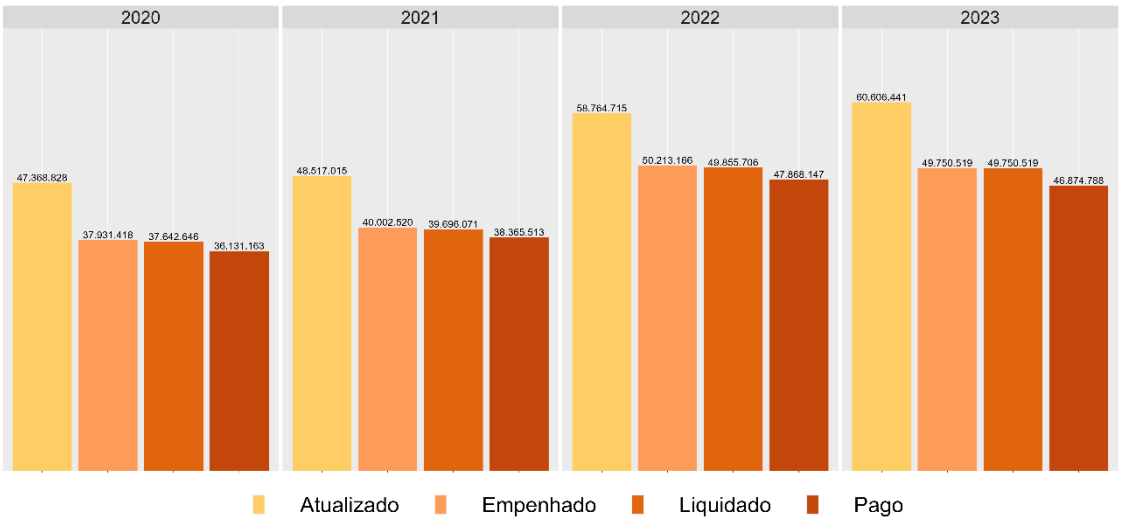
Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (10.250.608,99), Empenhado 98,11% (10.057.001), Liquidado 96,80% (9.922.370) e Pago 84,29% (8.640.464). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (9.964.380), Empenhado 97,90% (9.754.803), Liquidado 97,15% (9.680.296) e Pago 93,61% (9.327.630). Em 2022: Atualizado 100,00% (12.684.062), Empenhado 97,85% (12.410.774), Liquidado 96,70% (12.265.393) e Pago 91,22% (11.570.466). No ano de 2023: Atualizado 100% (12.692.703), Empenhado 94.44% (11.987.650), Liquidado 94.44% (11.987.650) e Pago 91,27% (11.585.145).

GABINETE CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO – GAC

O Gabinete Civil do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, que tem como sua principal função a coordenação institucional ligando os distintos órgãos da gestão estadual bem como a atuação direta na coordenação e na relação entre os poderes estaduais, onde se destacam atribuições o auxílio imediatidade a governadora (tanto em termos políticos quanto sociais), inclusive em relação a sua segurança. Além de atuar diretamente na efetivação de políticas públicas para a juventude.

O GAC estabeleceu uma metodologia para avaliar o Plano Plurianual 2020-2023, envolvendo seus setores internos que gerenciaram o PPA nos últimos quatro anos. A inclusão recente da Região Metropolitana foi um desafio. O Gabinete Civil avalia a execução do PPA, destacando avanços e desafios em relação aos objetivos estabelecidos. Houve progresso na Defesa Civil e nas Centrais do Cidadão, mas faltaram pesquisas de satisfação. A reestruturação administrativa e os planos de cargos foram aprovados apesar de restrições orçamentárias. O GAC planeja reavaliar suas atribuições e capacitar a equipe técnica para monitorar o PPA no próximo período.

Gráfico 82 - Gabinete Civil do Governo do Estado (GAC)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (47.368.828), Empenhado 80,08% (37.931.418), Liquidado 79,47% (37.642.646) e Pago 76,28% (36.131.163). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (48.517.015), Empenhado 82,45% (40.002.520), Liquidado 81,82% (39.696.071) e Pago

79,08% (38.365.513). Em 2022: Atualizado 100,00% (58.764.715), Empenhado 85,45% (50.213.166), Liquidado 84,84% (49.855.706) e Pago 81,46% (47.868.147). No ano de 2023: Atualizado 100% (60.606.441), Empenhado 82,08% (49.750.519), Liquidado 82,08% (49.750.519) e Pago 77,34% (46.874.788).

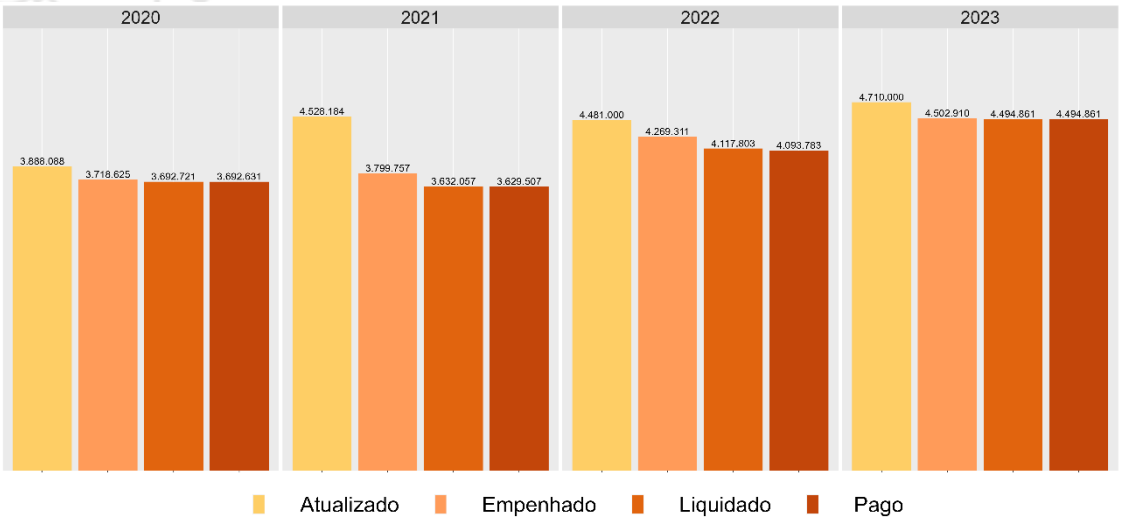
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA – DEI

O Departamento Estadual de Imprensa disponibiliza as edições do Diário Oficial do Estado, contendo as matérias recebidas por meio digital, que representam 100% do jornal original, constando as publicações do Poder Executivo, Legislativo, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público do Estado, Prefeituras Municipais e matérias de interesse particular (empresas e organizações da sociedade).

Para o relatório de avaliação geral do Plano Plurianual 2020 – 2023, o órgão apontou informações conforme a estrutura do relatório PPA, elencando programa, objetivo, meta e situação, iniciativas e execução orçamentária, apresentação de produtos com imagens ilustrativas, avaliações e análises de resultados (não possui indicadores, nem vinculação com agendas transversais e ODSs). O órgão destacou a produção de novos produtos jornalísticos, materiais gráficos e impressões diversas. Foi avaliado como resultado positivo, a migração da versão impressa para a online e a importância em ganhos na economia de custos e ampliação de receitas para o DEI, bem como o recebimento do maquinário doado pela Edufern que possibilitou a ativação da gráfica, e os serviços de vários materiais impressos para diversas secretarias e, dessa forma, atingindo o objetivo de revitalizar o parque gráfico, que está em fase final com a manutenção das máquinas e do sistema publicador moderno que trouxe mais agilidade e segurança na publicação de atos de particulares como também do governo. No que concerne à execução orçamentária, através das iniciativas, aparecem comentadas como parcialmente e totalmente executadas.

Quanto à metodologia para a construção da avaliação, o órgão informou sobre os setores envolvidos: TI, comercial, faturamento e publicação. No contexto das recomendações, o DEI mencionou sobre a integração do sistema publicador SIDOE com o sistema de emissão de nota fiscal eletrônica, como melhoria a ser implementada.

Gráfico 83 - Departamento Estadual de Imprensa (DEI)

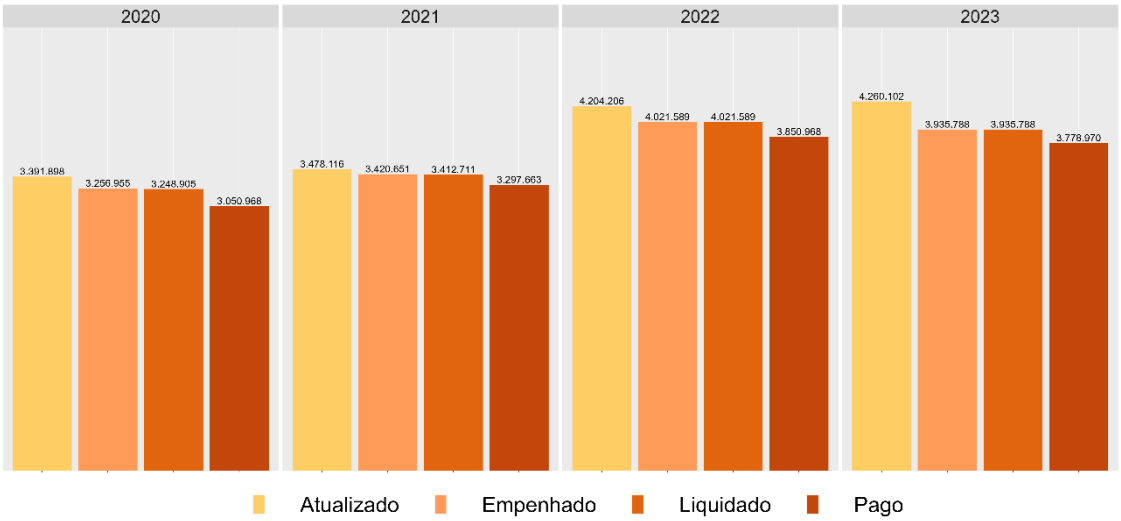


Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresenta-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (3.888.088), Empenhado 95,64% (3.718.625), Liquidado 94,98% (3.692.721) e Pago 94,97% (3.692.631). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (4.528.184), Empenhado 83,91% (3.799.757), Liquidado 80,21% (3.632.057) e Pago 80,15% (3.629.507). Em 2022: Atualizado 100,00% (4.481.000), Empenhado 95,28% (4.269.311), Liquidado 91,89% (4.117.803) e Pago 91,36% (4.093.783). No ano de 2023: Atualizado 100% (4.710.000), Empenhado 95,60% (4.502.910), Liquidado 95,43% (4.494.861) e Pago 95,43% (4.494.861).

GABINETE DA VICE GOVERNADORIA – GVG

O Gabinete da Vice Governadoria do Rio Grande do Norte, conforme o estabelecido pela Constituição Estadual, possui atribuições institucionais que incluem assumir as funções em caso de ausência do Governador e auxiliar nas atividades do Estado, como a articulação com os demais poderes. No relatório de avaliação do Plano Plurianual 2020-2023, foram destacados melhoramentos nas instalações e infraestrutura, embora haja falta de recursos financeiros. A metodologia de avaliação envolveu a coleta de necessidades qualitativas e quantitativas, realizada por um servidor qualificado. Recomendações incluem reformas estruturais para melhorar o atendimento e promover o desempenho das metas do programa.

Gráfico 84 - Gabinete da Vice-Governadoria (GVG)



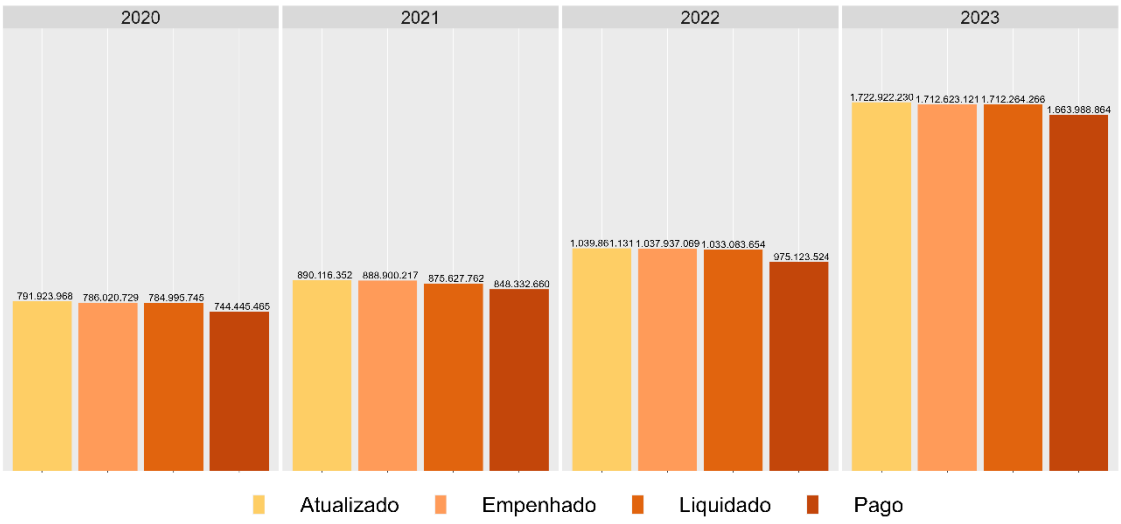
Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (3.391.898), Empenhado 96,02% (3.256.955), Liquidado 95,78% (3.248.905) e Pago 89,95% (3.050.968). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (3.478.116), Empenhado 98,35% (3.420.651), Liquidado 98,12% (3.412.711) e Pago 94,81% (3.297.663). Em 2022: Atualizado 100,00% (4.204.206), Empenhado 95,66% (4.021.589), Liquidado 95,66% (4.021.589) e Pago 91,60% (3.850.968). No ano de 2023: Atualizado 100% (4.260.102), Empenhado 92,38% (3.935.788), Liquidado 92,38% (3.935.788) e Pago 88,70% (3.778.970).

POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE – PMRN

A Policia Militar do Rio Grande do Norte, no período do PPA 2020 – 2023, notou que o Plano Plurianual 2020-2023 promoveu ações que visavam a melhoria das condições de trabalho, de inserção social dos policiais militares, garantindo medidas concretas e sistemáticas em saúde, capacitação técnica, esporte e lazer, além da recomposição de recursos humanos, reajuste salarial, buscando ampliar a oferta de serviços de policiamento ostensivo com foco na diminuição da violência, e não sua ação final o que dificultou o cumprimento de todas as metas.

Algumas das melhorias adquiridas foram; Criação e implementação das ações de núcleos de assistência biopsicossocial; Criação de núcleo de assistência para atendimento de policiais acometidos por traumas incapacitantes; Implantação de programas preventivos para o combate de uso indevido de drogas ilícitas; Ampliação, recomposição, capacitação e qualificação do quadro servidores da Polícia Militar, entre outros, vale ressaltar que por falta de orçamento não foi possível executar todas as metas e nem concluir todas as metas iniciadas.

Gráfico 85 – Polícia Militar (PM/RN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (791.923.968), Empenhado 99,25% (786.020.729), Liquidado 99,13% (784.995.745) e Pago 94,00% (744.445.465). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (890.116.352), Empenhado 99,86% (888.900.217), Liquidado 98,37% (875.627.762) e

Pago 95,31% (848.332.660). Em 2022: Atualizado 100,00% (1.039.861.131), Empenhado 99,81% (1.037.937.069), Liquidado 99,35% (1.033.083.654) e Pago 93,77% (975.123.524). No ano de 2023: Atualizado 100% (1.722.922.230), Empenhado 99,40% (1.712.623.121), Liquidado 99,38% (1.712.264.266) e Pago 96,57% (1.663.988.864).

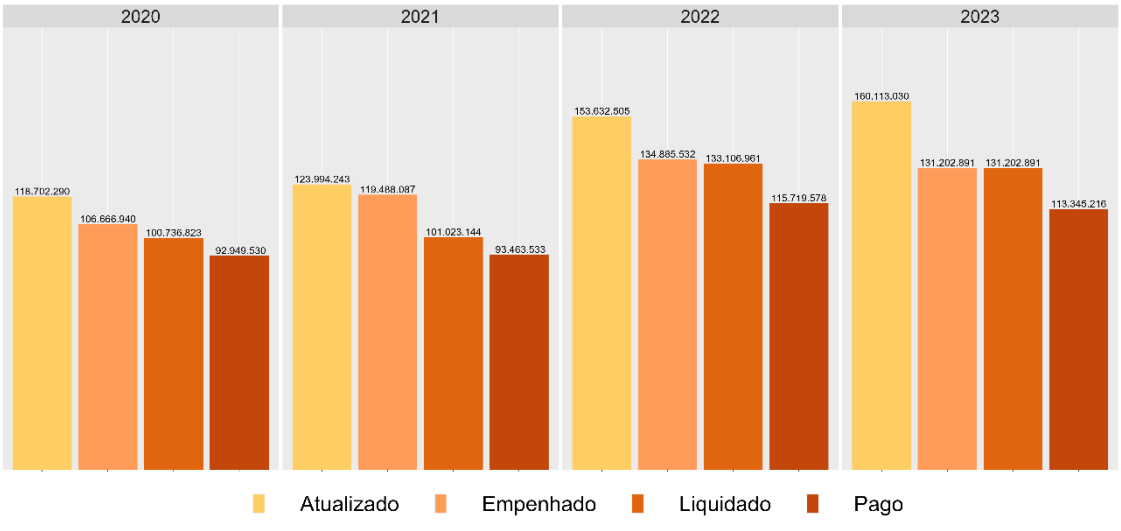
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD

A Secretaria de Estado da Administração do Rio Grande do Norte, que tem como principal função a gestão de recursos humanos, o que engloba entre outras a Escola de Governo do Rio Grande do Norte, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Norte – COTIC. O órgão contou no quadriênio com onde o PPA contabilizava com 13 objetivos e 53 metas.

A Secretaria de Estado da Administração avalia que a execução do PPA 2020 – 2023 demonstrou que as "as iniciativas e metas como forma de alcançar os objetivos institucionais" o órgão cita inclusive que "ações, foram vinculadas aos setores da estrutura organizacional" da secretaria.

O órgão aponta que a execução do Plano Plurianual 2020 – 2023 passou por uma série de dificuldades sendo agravadas pela ocorrência da pandemia de COVID-19, o que acarretou "dificuldades orçamentárias e financeiras diversas, metas que estavam programadas para conclusão em 2021/2022 foram reprogramadas para conclusão até o exercício 2023". Porém como nem todas as metas foram concluídas, as que restaram permaneceram com status "em andamento" para o exercício 2024.

Gráfico 86 - Secretaria de Estado da Administração (SEAD)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (118.702.290), Empenhado 89,86% (106.666.940), Liquidado 84,87% (100.736.823) e Pago 78,30% (92.949.530). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00%

(123.994.243), Empenhado 96,37% (119.488.087), Liquidado 81,47% (101.023.144) e Pago 75,38% (93.463.533). Em 2022: Atualizado 100,00% (153.632.505), Empenhado 87,80% (134.885.532), Liquidado 86,64% (133.106.961) e Pago 75,32% (115.719.578). No ano de 2023: Atualizado 100% (160.113.030), Empenhado 81,94% (131.202.891), Liquidado 81,94% (131.202.891) e Pago 70,79% (113.345.216).

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA - SAPE

A Secretária de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca do Rio Grande do Norte considerou os números constantes nas planilhas orçamentárias e nos quadros de execuções Orçamentária exercício 2020 a 2023, bem como, todas as circunstâncias que influenciaram direta e indiretamente o atendimento às metas previstas para o período, chancelam os investimentos realizados pelo estado e comprovam o desenvolvimento econômico do agronegócio no Estado do Rio Grande do Norte. Se utilizou do método quantitativo, analisando os dados adquiridos junto ao Sigef, e qualitativo, considerando os resultados e reflexos das ações e investimentos da gestão pública estadual, através de noticiários, redes sociais e organizações oficiais que atuam no setor.

O setor do agronegócio no estado do Rio Grande do Norte teve uma evolução positiva, ao se verificar a evolução orçamentária e de execução da Sape 2020/2023, no que pese o drástico período de calamidade pública em razão do Coronavírus, nos últimos meses da situação calamitosa, a SAPE teve condições de reverter os números, apresentando um aumento de 29% do orçamento empenhado entre 2021 e 2022. Após o período pandêmico, apresentou o crescimento de 69,9% comparando o montante empenhado entre os biênios iniciais e finais do PPA.

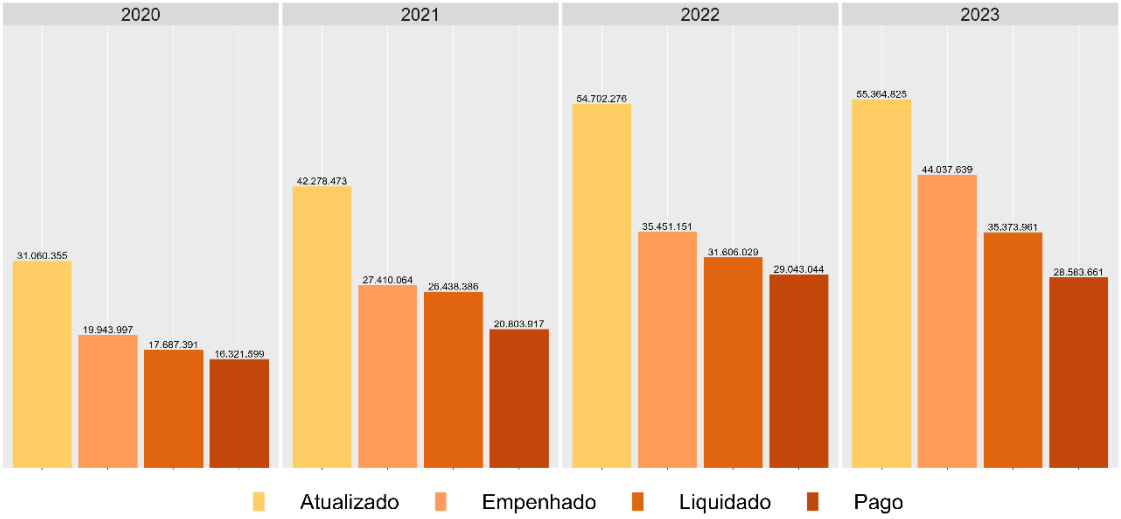
Para efeitos práticos desta reação por parte da Sape, o Estado do Rio Grande do Norte, dentro do cenário das exportações nacional, destaca-se como protagonista, consolidando sua posição como o maior exportador de frutas, sendo as principais frutas que apresentam aumento das exportações, melão (20,6%), melancia (19,6%), mamão (41,7%) e manga (32,5%). Este crescimento expressivo reflete a eficiência e a qualidade da produção local, além da abertura de novos mercados internacionais.

Além do crescimento nas exportações de frutas, o seguimento do pescado também impressiona, em 2023 as exportações desse setor alcançaram a cifra de US$ 22.202.000,00, confirmando a capacidade do Estado em explorar não apenas a produção agrícola, mas também de recursos pesqueiros. Este desempenho reflete a competência dos produtores e empresário do Rio Grande do Norte, bem como, é resultado das políticas públicas que estimulam o crescimento sustentável e a busca por novos mercados.

Portanto, qualidade dos produtos potiguares, aliada à inovação e ao compromisso com práticas sustentáveis, são fatores fundamentais para o sucesso nesse cenário competitivo, o que comprova a eficiência da política adotada pela administração Estadual, fortalece a economia do Estado e contribui para a projeção positiva do Brasil no comércio

internacional. Quando se trata de produção agrícola de qualidade e exportação, o Estado do Rio Grande do Norte é um modelo a ser seguido.

Gráfico 87 - Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020,apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (31.060.355), Empenhado 64,21% (19.943.997), Liquidado 56,95% (17.687.391) e Pago 52,55% (16.321.599). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (42.278.473), Empenhado 64,83% (27.410.064), Liquidado 62,53% (26.438.386) e Pago 49,21% (20.803.917). Em 2022: Atualizado 100,00% (54.702.276), Empenhado 64,81% (35.451.151), Liquidado 57,78% (31.606.029) e Pago 53,09% (29.043.044). No ano de 2023: Atualizado 100% (55.364.825), Empenhado 79,54% (44.037.639), Liquidado 63,89% (35.373.961) e Pago 51,62% (28.583.661).

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE - EMPARN

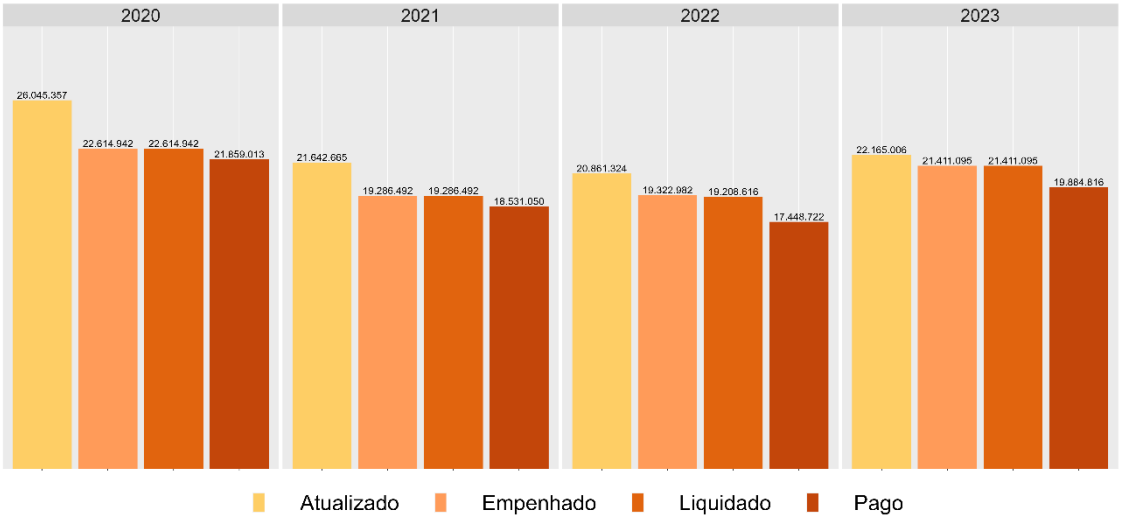
A Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte, envolve diversas iniciativas para promover o desenvolvimento e implementação efetiva das políticas governamentais. Para construir a avaliação, foram usados dados coletados pelos diversos setores, com participação de vários colaboradores no processo de coleta. Isso envolve levantamento de informações, definição de objetivos, implementação e monitoramento, avaliação periódica, revisão e atualização.

Na execução das metas, fazendo uma análise geral, na produção de mudas frutíferas e ornamentais foi realizado 52,45% do previsto, produção de sementes atingiu 61,30% da meta prevista, produção de pintos superou o esperado, apresentando 113,34% do previsto, análise laboratorial atingiu 62,04% do esperado, manutenção de plantéis para venda alcançou 96,75% do previsto, participação nos eventos de transferência de tecnologia e feiras agropecuárias acima do previsto, atingiu 101,88%, desenvolvimento de pesquisas alcançou 150% do previsto, produção de feno tifton atingiu 32,56% do previsto, a meta sobre manter em funcionamento os componentes da rede física de estações meteorológicas e pluviométricas atingiu 68,33% do previsto, produção de raquetes de palma apenas 21,55% do previsto, e por fim, estruturação das bases experimentais da EMPARN, onde as estações foram beneficiadas com equipamentos, máquinas e móveis, atingindo 171,43 do previsto.

Na análise geral sobre a execução orçamentária do PPA 2020-2023 da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte – EMPARN foram alocados recursos no período de 2020-2023 no valor de R$ 90.714.351,44 (noventa milhões, setecentos e catorze mil, trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos) distribuídos em três programas. Porém percebe-se que apenas R$ 82.521.146,00 (oitenta e dois milhões quinhentos e vinte e um mil, cento e quarenta e seis reais), correspondendo a 90,97% liquidado pela EMPARN.

Portanto, é crucial melhorar a arrecadação própria e a execução orçamentária, buscando eficiência na alocação de recursos. Além disso, é necessário firmar convênios estaduais e federais para fortalecer parcerias e identificar organizações alinhadas aos objetivos. O comprometimento de todos é essencial para cumprir as metas e atender aos anseios da sociedade.

Gráfico 89 - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (26.045.357), Empenhado 86,83% (22.614.942), Liquidado 86,83% (22.614.942) e Pago 83,93% (21.859.013). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (21.642.665), Empenhado 89,11% (19.286.492), Liquidado 89,11% (19.286.492) e Pago 85,62% (18.531.050). Em 2022: Atualizado 100,00% (20.861.324), Empenhado 92,63% (19.322.982), Liquidado 92,08% (19.208.616) e Pago 83,64% (17.448.722). No ano de 2023: Atualizado 100% (22.165.006), Empenhado 96,73% (21.441.095), Liquidado 96,73% (21.441.095) e Pago 89,71% (19.884.816).

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER – SEEC

A Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte, que tem a função de promover e apoiar a educação, cultura, esporte e lazer do território potiguar. No referente ao Plano Plurianual 2020 – 2023, a SEEC avalia que os "objetivos e metas foram alcançados em sua maioria", uma vez que ocorre conforme o planejado.

A metodologia adotada pelo órgão consistiu em uma análise da "execução das metas que compõem os objetivos", baseada no critério de apuração de dados alcançados "dentro do determinado ou abaixo do estipulado". Isso porque as ações da SEEC são em sua maioria qualitativas.

O órgão enfatiza que ao baixo efetivo de servidores e área de abrangência das atividades (todo o território) atrelada a grande quantidade de ações e metas, a secretaria enfrentou dificuldades no "acompanhamento e avaliação dos serviços". Assim, para atravessar essas dificuldades a secretaria "busca-se atualizar e adaptar os instrumentos de gerenciamento para obtenção de dados".

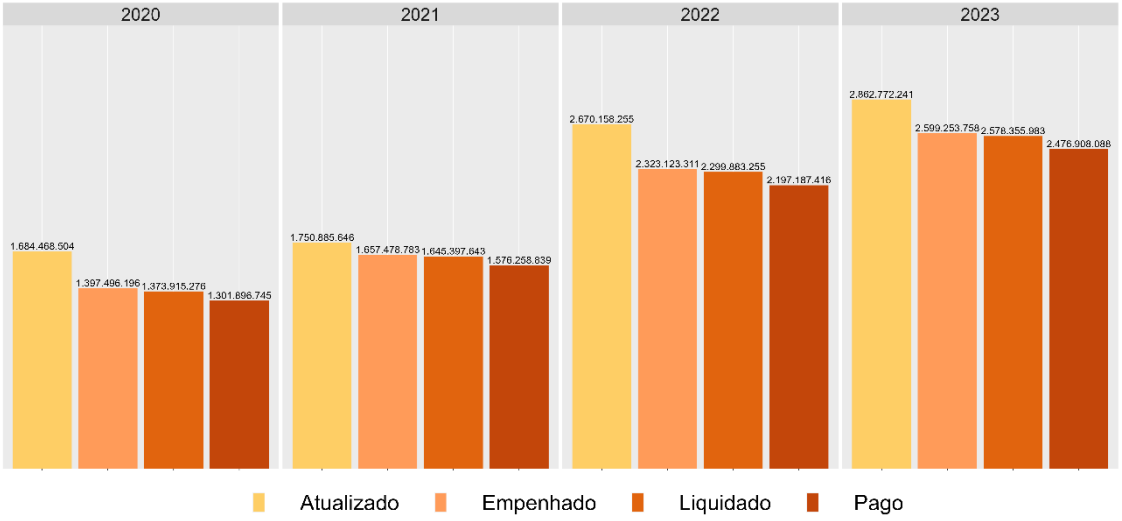
No tangente às questões orçamentárias a SEEC aponta que houve recursos suficientes para sanar as prioridades, porém ressalta-se que "algumas ficaram com baixa execução". A secretaria com o intuito de resolver as adversidades buscou manter diálogos com os setores atingidos.

A secretaria no decorrer do quadriênio 2020 – 2024 referentes ao período de execução do PPA realizaram atividades dentro do planejado da seguinte maneira: "reordenamento da rede e a municipalização dos anos iniciais"; "adequações no Plano de Cargos Carreira e Remuneração"; "novos concursos públicos"; "atualizar a legislação"; "minimizar os impactos negativos da Reforma do Ensino Médio"; "aplicar o SIMAIS semestralmente"; "Reordenar a política do PETERN"; "promulgação da Lei do Tempo Integral e a Lei do Porte das Escolas"; "estabelecer mudanças na cultura organizacional da SEEC/RN"; "concentrar investimentos para a política de formação continuada"; "concentrar investimentos para infraestrutura das unidades escolares e SEEC/RN"; "ampliar a matrícula em EJA e Ensino Médio, incluindo nas Escolas do Campo" ; "estabelecer uma política estadual de Busca Ativa de estudantes, de forma Intersetorial e com investimentos em sistemas informacionais"; "contratar profissionais especializados

para atendimento psicológico e de assistência social" e "redimensionamento das DIREC e DRAE".

A SEEC indicou duas recomendações sobre o quadriênio 2020 – 2023: o primeiro na busca por "melhoria do fluxo dos processos" e a segunda com a "renovação da infraestrutura da sede, em andamento".

Gráfico 90 - Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresenta-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (1.684.468.504), Empenhado 82,96% (1.397.496.196), Liquidado 81,56% (1.373.915.276) e Pago 77,29% (1.301.896.745). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (1.750.885.646), Empenhado 94,67% (1.657.478.783), Liquidado 93,98% (1.645.397.643) e Pago 90,03 % (1.576.258.839). Em 2022: Atualizado 100,00% (2.670.158.255), Empenhado 87,00% (2.323.123.311), Liquidado 86,13% (2.299.883.255) e Pago 82,29% (2.197.187.416). No ano de 2023: Atualizado 100% (2.862.772.241), Empenhado 90,79% (2.599.253.758), Liquidado 90,06% (2.578.355.983) e Pago 86,52% (2.476.908.088).

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUERN

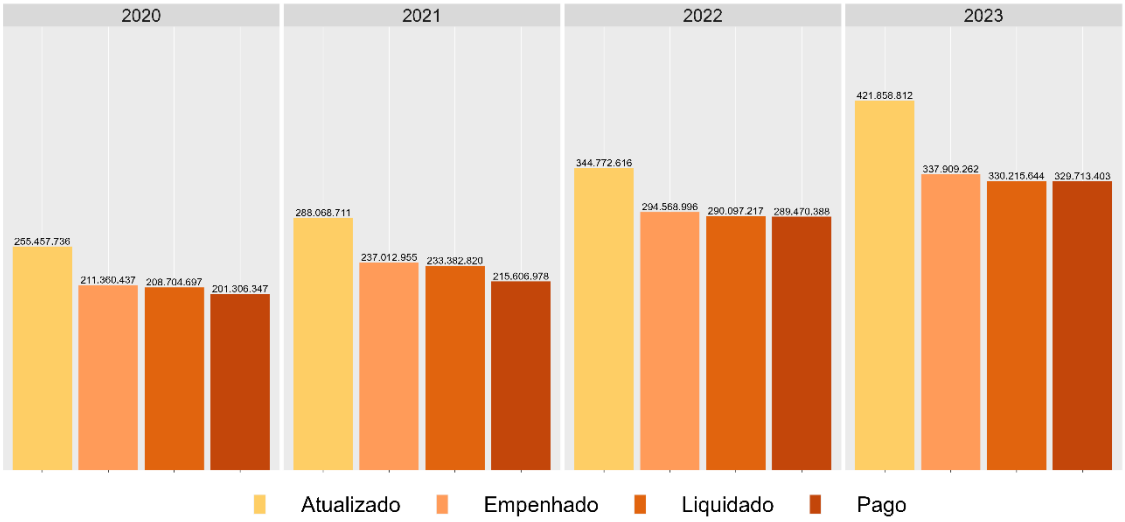
A Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, que tem entre suas funções levar ensino superior para porções mais distantes do território potiguar. No que diz respeito ao PPA 2020 – 2023, que a UERN estava contida dentro dos Programas Temáticos: 2001 "Educação Cidadã: Garantir educação e Formação Profissional de Qualidade" e "Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado", e contou com um montante de trinta e três metas que estão vinculados a cinco os objetivos gerais, abarcado por vinte e oito metas.

Assim avaliação da UERN para o quadriênio 2020 – 2023 versão sobre os resultados das metas voltadas questões acadêmicas e administrativas "nas áreas de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e inovação, extensão universitária, assistência estudantil, inclusão, diversidade e inserção social, internacionalização e gestão de pessoas".

A UERN aponta que a abrangência das "políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas" foi de 83,3% das metas previstas no ano de 2023. O órgão ressalta que "implementou nos últimos anos uma estratégia de governança com priorização de suas atividades fins que busca o resgate da valorização da Instituição, de maneira a mostrar todo o papel importante desempenhado no interior do estado que gera a oportunidade para muitas pessoas que não podem estudar na capital".

O órgão entende que esses avanços se deram devido ao planejamento e às avaliações. E recomenda que para continuar a progredir se faz necessário criar, construir, incentivar e possibilitar novas bases estruturantes, primando por uma gestão com arranjos de parcerias multi-institucionais associada à eficiência e eficácia da aplicação dos recursos".

Gráfico 91 - Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00%(255.457.736), Empenhado 82,74% (211.360.437), Liquidado 81,70% (208.704.697) e Pago 78,80% (201.306.347). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (288.068.711), Empenhado 82,28% (237.012.955), Liquidado 81,02% (233.382.820) e Pago 74,85% (215.606.978). Em 2022: Atualizado 100,00% (344.772.616), Empenhado 85,44% (294.568.996), Liquidado 84,14% (290.097.217) e Pago 83,96% (289470388). No ano de 2023: Atualizado 100% (421.858.812), Empenhado 80,10% (337.909.262), Liquidado 78,27% (330.215.644) e Pago 78,15% (329.713.403).

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAN

A Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão do Rio Grande do Norte considerou, para fins de avaliação, dois programas estabelecidos no PPA 2020-2023: Ouvir para Governar e Novas Práticas de Gestão, levando em consideração os respectivos objetivos, as metas e as iniciativas presentes e utilizou os dados de execução orçamentária. Para fundamentar a avaliação das ações, foram utilizados relatórios de monitoramento e avaliação, relatórios de execução orçamentária e avaliações setoriais referente ao período. A metodologia utilizada para analisar os índices e dados da execução orçamentária foram os valores atualizados, empenhados, liquidados e pagos no período. A partir disso, foi possível visualizar as variações nos valores previstos e executados nas subações e consequentemente quais metas, de fato, utilizaram os recursos.

Conforme avaliações setoriais das Coordenadorias, ocorreram modificações na estrutura e na equipe da Secretaria, em razão da descontinuidade das ações e, consequentemente, na não execução da meta referente aos contratos de gestão, com relação aos fóruns territoriais para o monitoramento das metas estabelecidas no Plano Plurianual não foram realizadas, devido às restrições e impactos causados pela pandemia da Covid-19, contudo, a participação popular foi efetivada no período de elaboração do PPA 2024-2027.

Pelos esforços empenhados, conseguiu-se que a dívida pública do estado estivesse dentro dos limites da lei e adimplida a partir do que foi proposto pelo PPA. Essa inadimplência poderia impactar no recebimento de recursos voluntários e operações de crédito para a execução de metas e iniciativas, o que não ocorreu em 2023.

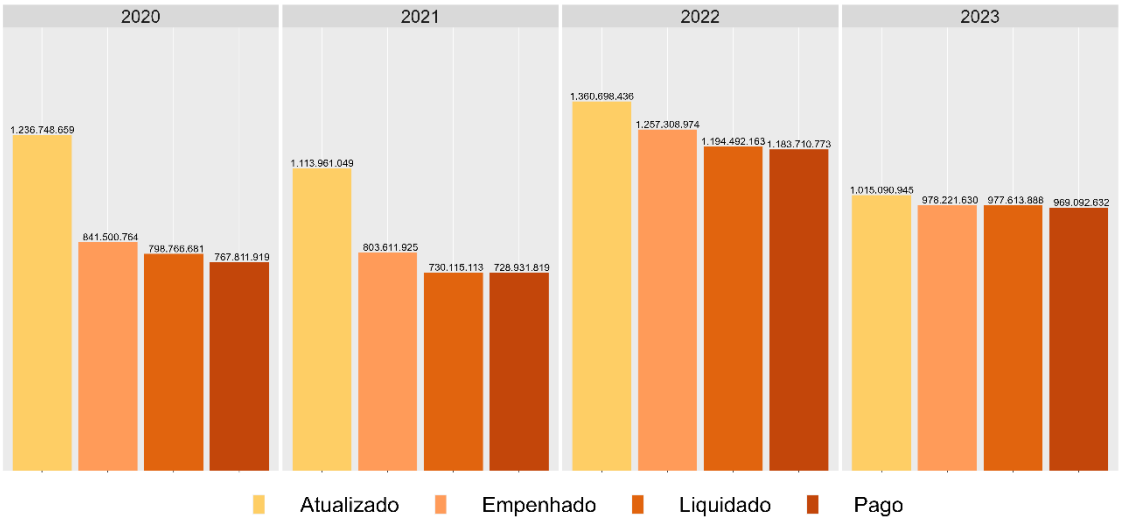
Em relação à área contábil, há a divulgação do detalhamento de informações bimestrais e quadrimestrais dos relatórios, além de divulgar de maneira lúdica e intuitiva, os principais números do estado, proporcionando uma leitura mais simples para a sociedade. Ainda, foram elaborados manuais de orientação técnica para o preparo do PPA e LOA; avaliação das metas previstas no PPA utilizando dois documentos, assim como sua revisão; capacitações com as equipes técnicas; eventos de participação popular na elaboração do PPA por meio de plenárias territoriais; e por fim, elaborar, em parceria com a UFRN, um diagnóstico socioeconômico do RN para subsidiar as tomadas de decisão nos próximos quatro anos e ampliar a atuação em parceria com instituições externas.

No decorrer do período, o Sistema de Gestão Fiscal do Estado – Sigef, passou por manutenções preventivas, corretivas e evolutivas diariamente. Além da integração dos

sistemas estruturantes, pontos que merecem destaque na avaliação. Sendo válido ressaltar, também, o desenvolvimento de uma plataforma onde é possível verificar as metas prioritárias do governo.

Em suma, do total de nove metas foram concluídas nos programas “Ouvir Para Governar” e “Novas Práticas de Gestão”, das dezessete propostas no início do exercício de 2020-2023, com percentual de 52% de conclusão das metas. Um dos principais entraves no período de 2020-2023, de acordo com as coordenadorias setoriais, foi a pandemia da Covid-19 que dificultou o cumprimento de algumas das metas estabelecidas, pois impossibilitou a realização de reuniões presenciais e sessões de escuta. Além disso, a priorização de metas na ação governamental também é um fator que contribuiu para o não cumprimento de metas, diante das limitações orçamentárias.

Gráfico 92 - Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão (SEPLAN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (1.236.748.659), Empenhado 68,04% (841.500.764), Liquidado 64,59% (798.766.681) e Pago 62,08% (767.811.919). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (1.113.961.049), Empenhado 72,14% (803.611.925), Liquidado 65,54% (730.115.113) e Pago 65,44% (728.931.819). Em 2022: Atualizado 100,00% (1.360.698.436), Empenhado 92,40% (1.257.308.974), Liquidado 87,79% (1.194.492.163) e Pago 86,99% (1.183.710.773). No ano de 2023: Atualizado 100% (1.015.090.945), Empenhado 96,36% (978.221.630), Liquidado 96,30% (977.613.888) e Pago 95,46% (969.092.632).

PROJETO GOVERNO CIDADÃO

O projeto Governo Cidadão considerou o relatório preliminar de conclusão do projeto governo cidadão para avaliação dos investimentos e teve como objetivo apoiar o crescimento econômico e social do estado, através de investimento na modernização da gestão pública e da infraestrutura urbana e social, permitindo que o Estado implementasse políticas públicas de forma a fomentar a integração regional, a inclusão produtiva e a justiça social. O projeto tem três componentes basilares: Desenvolvimento Regional Sustentável, Melhoria dos Serviços Públicos e Governança do Setor Público.

No plano prático, as ações foram divididas por programa temático, sendo o primeiro "Desenvolvimento Regional Sustentável com Inclusão Econômica", dentre os projetos/ações do programa temos a inclusão produtiva de acesso a água, segurança alimentar, acesso ao crédito rural e a ATER, redução das perdas de produção, aumento no foco da produção agrícola para fins comerciais, total de 10 rodovias executadas no Projeto RN Sustentável, sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, obras preventivas de recuperação e readequação do projeto, investimento em turismo e cultura, construção do Parque Científico e Tecnológico Augusto Severo.

O segundo programa temático o "RN Saudável: Atenção integral à Saúde", neste programa as ações foram divididas em três redes de atenção, Rede Materno Infantil, onde foram implementadas 15 maternidades, 35 leitos de UTI, 2 bancos de leite, Hospital da Mulher e o protocolo de assistência materno infantil do RN. Rede Oncológica, foi implementado o Laboratório Estadual De Anatomia, Patologia e Citopatologia, implementação dos centros de referência (CROS) foi parcial, programa de telemedicina. Por fim, a Rede de Emergência, com 5 portas da urgência e emergência se efetivaram na rede de atenção e instalação de tomógrafos.

O terceiro programa temático "Educação Cidadã" foi executada a reforma e/ou ampliação de 40 escolas da rede pública estadual, PIPS implementado em 67% das escolas da rede estadual, implementação dos sistemas articulados de ensino, alfabetização de 2442 agricultores familiares, jovens e adultos, 89% das escolas estaduais com as matrizes e diretrizes curriculares implantadas.

O quarto programa temático "Cidadania e Segurança Pública" os investimentos apoiaram os processos de estruturação dos órgãos de segurança para aprimoramento do controle e monitoramento dos indicadores da gestão estadual da segurança, com foco na segurança preventiva e na educação, de acordo com a Sesed, foram classificadas como ações diretas de prevenção que receberam algum financiamento do projeto: Expansão e

atualização da rede de rádio do Ciosp, Programa Ronda Cidadã, videomonitoramento da RMN, estruturação de delegacias, postos policiais, batalhões e sede da Sesed, aquisição de 57 viaturas para a Polícia Civil (CIOSP, 2023), foram realizados vários investimentos em equipamentos para fortalecer os órgãos da segurança pública. em 2022, foi concluído a reforma do posto fiscal de passa e fica.

O quinto e último programa temático “O Estado a Serviço da Sociedade”, houve a implantação e reforma das Centrais do Cidadão, aprimoramento do sistema e da estrutura de arrecadação e fiscalização tributária, reforma do Centro Administrativo do Governo do Estado, levantamento e registro do patrimônio imóvel do Estado e capacitação de recursos humanos.

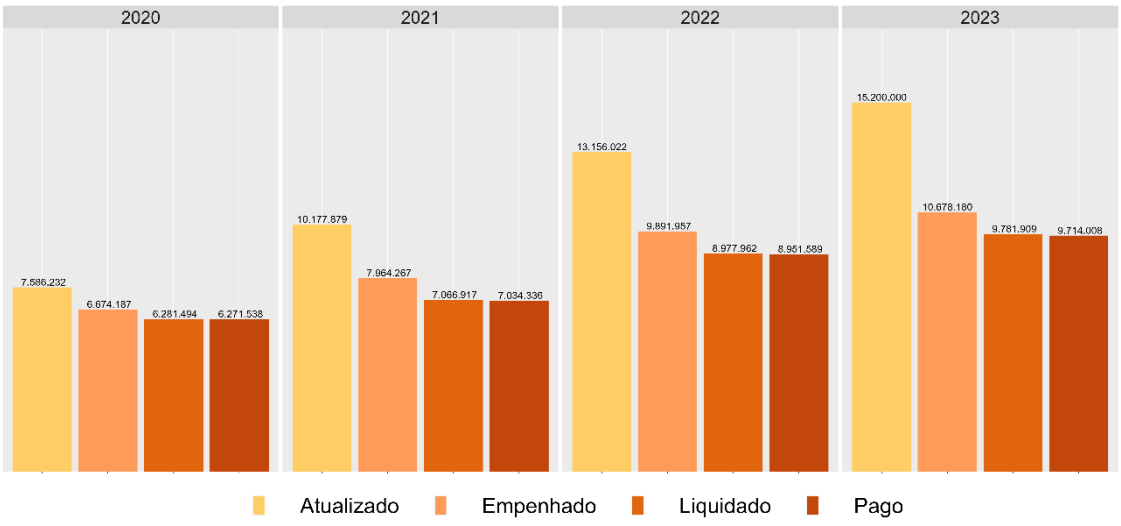
Apesar de todos os desafios relacionados a um projeto de enorme complexidade em seu desenho, ao longo de uma década, o projeto foi a principal fonte de recursos para investimentos no âmbito do governo estadual, estando focado na implementação de ações voltadas ao desenvolvimento de base produtiva, como tecnologias de produção sustentáveis, planejamento e organização da produção, visando o atendimento das demandas de mercado dos agricultores familiares, levando em consideração os aspectos sociais e ambientais, promovendo vida digna a várias famílias no campo, bem como, foram realizados investimentos na melhoria dos serviços de saúde, educação, segurança, turismo, cultura, e gestão pública, melhorando o acesso desses serviços públicos à população residente no interior do RN.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – JUCERN

A Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte é responsável pelos registros públicos de empresas mercantis e atividades relacionadas. Sediada na capital do estado, ela detalhou em seu relatório de avaliação do Plano Plurianual 2020-2023 os programas, objetivos, metas, situação, iniciativas e execução orçamentária, conforme a estrutura do PPA. Utilizou-se de gráficos, identidade visual, avaliações individuais e análises de resultados para apresentar informações.

O principal objetivo relatado foi a ampliação e modernização dos serviços de registro público oferecidos à população, com destaque para a melhoria da elaboração das ações futuras e execução dos recursos, ajustados conforme a realidade atual. A JUCERN destacou os serviços digitais no sistema REDESIM como positivos para a modernização do registro empresarial, facilitando a abertura e crescimento das empresas e consequentemente gerando empregos e renda. Algumas metas não foram atingidas durante o PPA vigente, devido à limitação do orçamento a 70% das receitas, imposta pela desvinculação de 30% dos recursos através da DREM e outras metas não foram executadas por ausência de servidor qualificado para desenvolvê-las. A metodologia de avaliação incluiu a coleta de informações dos setores responsáveis e dados do sistema REDESIM SIGFácil. Quanto às recomendações, a JUCERN ressalva sobre a necessidade de revisão das metas e iniciativas paralisadas para verificar sua relevância atual e evitar a execução de ações não previstas no PPA.

Gráfico 93 - Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte (JUCERN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (7.586.232), Empenhado 87,98% (6.674.187), Liquidado 82,80% (6.281.494) e Pago 82,67% (6.271.538). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (10.177.879), Empenhado 78,25% (7.964.267), Liquidado 69,43% (7.066.917) e Pago 69,11% (7.034.336). Em 2022: Atualizado 100,00% (13.156.022), Empenhado 75,19% (9.891.957), Liquidado 68,24% (8.977.962) e Pago 68,04% (8.951.589). No ano de 2023: Atualizado 100% (15.200.000), Empenhado 70,25% (10.678.180), Liquidado 64,35% (9.781.909) e Pago 63,90% (9.714.008).

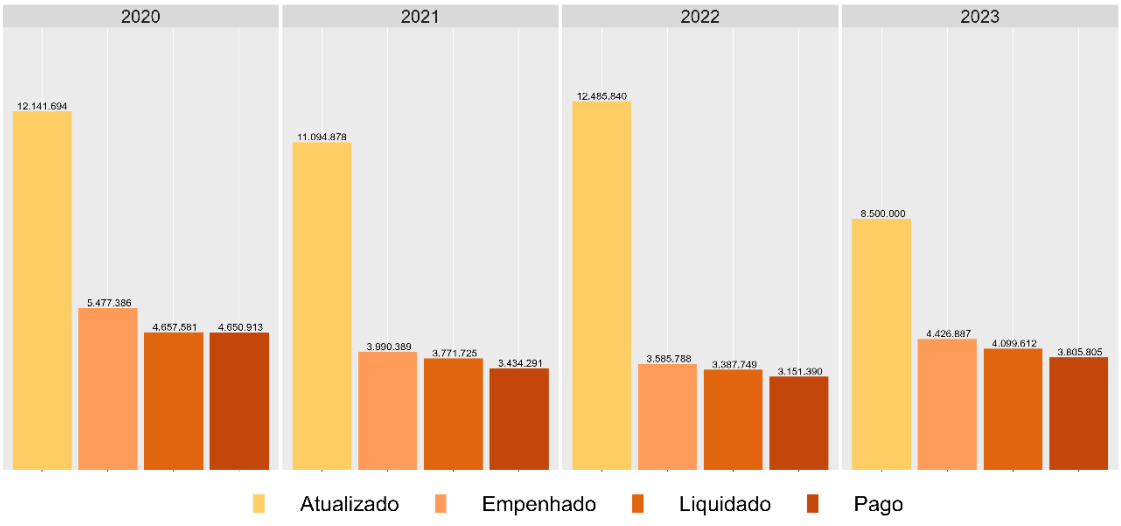
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO RIO GRANDE DO NORTE - IPEM/RN

O Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte teve no período do PPA 2020-2023, dificuldades financeiras, sobretudo pelo fato do repasse financeiro concedido via convênio pelo INMETRO, ter sofrido contingenciamento, e a pandemia de COVID 19, durante a vigência do PPA, o que inviabilizou o cumprimento de algumas metas outrora estabelecidas.

Embora as dificuldades do período que atrapalhou com suas metas, sua meta 1259 (realizar fiscalização no setor da indústria e comércio no âmbito da metrologia legal, qualidade dos produtos e pré – medidos) foi realizada e se mantém, pois, trata-se da atividade fim. A meta para realização de fiscalização durante o período de 2020 à 2023 foi de 371.046, sendo realizadas 202.835 fiscalizações, perfazendo assim 54,66%, um percentual razoável diante da pandemia que foi vivenciada a partir de 2020.

O IPEM teve contratos suspensos, como o dos Correios, fato que impediu o setor de pré-medidos de realizar o envio de notificação às empresas a serem fiscalizadas, prejudicando suas atividades de exames em produtos coletados, além de terem finalizado o contrato de locação de veículos, tendo retornado com a contratação somente em novembro de 2022, com o número de veículos reduzidos, além disso teve a crise financeira, onde os repasses passaram a ser irregulares, o que influenciou diretamente no cumprimento total do alcance da meta, uma vez que não tínhamos como pagar diárias operacionais de forma rotineira, passando a atender somente demandas urgentes.

Gráfico 94 - Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte (IPEM/RN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (12.141.694), Empenhado 45,11% (5.477.386), Liquidado 38,36% (4.657.581) e Pago 38,31% (4.650.913). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (11.094.878), Empenhado 35,97% (3.990.389), Liquidado 34,00% (3.771.725) e Pago 30,95% (3.434.291). Em 2022: Atualizado 100,00% (12.485.840), Empenhado 28,72% (3.585.788), Liquidado 27,13% (3.387.749) e Pago 25,24% (3.151.390). No ano de 2023: Atualizado 100% (8.500.000), Empenhado 52,08% (4.426.887), Liquidado 48,23% (4.099.612) e Pago 44,77% (3.805.805).

POLÍCIA CIVIL DO RIO GRANDE DO NORTE - PCRN

A Polícia Civil do Rio Grande, no período do PPA 2020-2023, destaca as realizações e desafios enfrentados durante o período, com foco nas conquistas, metas alcançadas, impacto na população e estratégias implementadas para lidar com os desafios. Apesar dos ataques a ônibus, prédios públicos e policiais ocorridos em março de 2023, a PCRN realizou diversas prisões, trazendo alívio à população. A pandemia de COVID-19 limitou o desenvolvimento de várias ações, porém a PCRN promoveu qualidade de vida e saúde no trabalho por meio de capacitações, palestras e o projeto "Arte Suave", que aborda defesa pessoal e Jiu-Jitsu. Mesmo com a impossibilidade de realizar cursos durante 2020-21 devido à pandemia, foram realizados cursos voltados para o aprimoramento das funções policiais e melhoria do atendimento à população, incluindo cursos de Inteligência em Fontes Abertas, Procedimentos Policiais Eletrônicos, Tiro Policial, Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Investigação de Desaparecimento de Pessoas, Investigação Cibernética, entre outros.

Nesse período foram realizados concursos para contratação de novos policiais, além da aquisição de equipamentos tecnológicos para aprimorar a capacidade de investigação criminal, 165 viaturas através de doações e convênios e 100 veículos de frota alugada. Ainda no contexto de investimentos, ocorreu a reforma de 4 distritos policiais e manutenção da rede lógica do 38º DP Mossoró, além da construção do estande de tiro da Acadepol e canil da PCRN. Com base na lei publicada a Lei Complementar nº 661, de 19 de dezembro de 2019, que criou o Departamento de Inteligência Policial, que foi beneficiado com aquisições de equipamentos de informática, através de convênio com a SENASP.

Sobre o aperfeiçoamento do combate aos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro, em 2021, o DECCOR-LD passou a operar em um no prédio, com melhor estrutura. Nesse período foram realizados convênios para aquisição de equipamentos junto ao SENASP, Cessão do sistema DELOS pela PCDF, acesso ao MACROS da CGU, criação de aplicativo para análise de RIFs, além da publicação do Decreto de regulamentação das unidades que compõem o DECCOR-LD, formalização de Termo de cooperação técnica com o MP do RN, através do GAECO, para ações conjuntas de combate à corrupção dentre outros crimes e participação do efetivo do DECCOR-LD em cursos de capacitação.

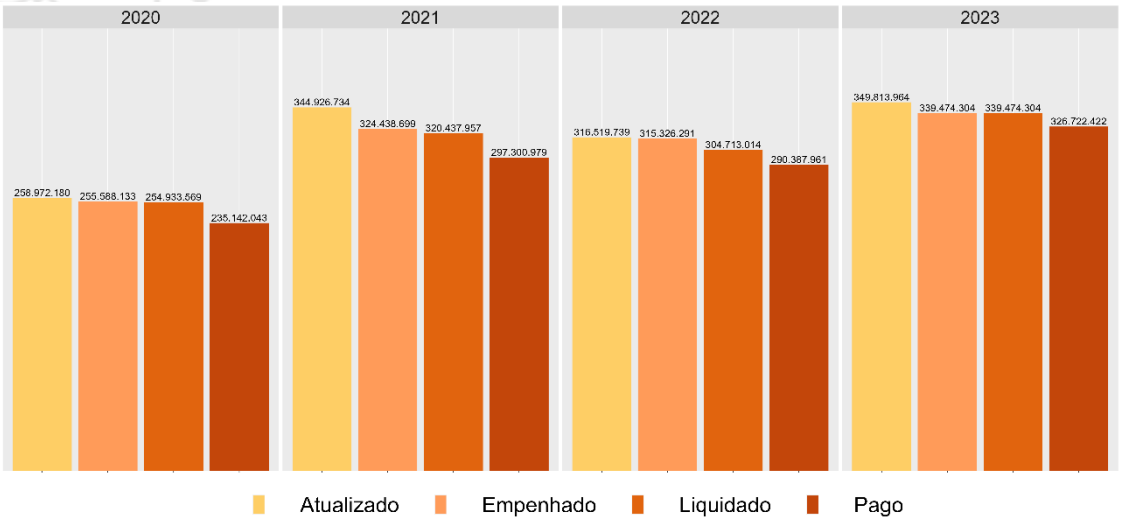
Na Delegacia Especializada na Repressão à Lavagem de Dinheiro - DRLD, foram conduzidas operações policiais para combater crimes contra a administração pública, além de cursos de capacitação em investigação financeira e uso de software de análise de dados. Eventos comunitários, palestras educativas e programas de conscientização foram realizados para aproximar a Polícia Civil da comunidade. Em parceria com SECOMS, estratégias e ações foram elaboradas e divulgadas ao público, obtendo sucesso nas redes sociais e mídias. Houve também ampliação dos serviços de disque denúncia (180) e da plataforma de delegacia virtual.

Tendo como objetivo diminuir os índices de criminalidade foram feitas algumas operações como Hórus, que visa patrulhar as fronteiras estaduais e intermunicipais, reestruturar tanto fisicamente quanto estruturalmente a divisão de homicídio para assim ampliar sua distribuição territorial, em conformidade com o decreto nº 31.169/2021, conjugado com o artigo 21-B da Lei Complementar Estadual nº 270/2004.

Com o propósito de reduzir a violência contra a mulher e índice de feminicídio, cria-se o Departamento de Proteção a Grupos em Situação de Vulnerabilidade - DPGV, que consiste numa unidade gerencial específica no âmbito da Polícia Civil, visando proporcionar um atendimento especializado, padronizado e humanizado. Foram criadas mais 7 DEAMs, 2 DPCAs e 1 DEPID, a partir do final de 2022 e início de 2023. Foram implantadas as DEAMs nas cidades de São Gonçalo do Amarante, Ceará Mirim, Macaíba, Nova Cruz, Macau, Assu e Pau dos Ferros. Também passaram a funcionar a DEPID Parnamirim e as DPCA Parnamirim e Mossoró. A Delegacia de Plantão de Atendimento à Grupos Vulneráveis na Grande Natal teve suas responsabilidades ampliadas para incluir horários noturnos, feriados e finais de semana. Visando oferecer atendimento abrangente a pessoas historicamente vulneráveis a violações de direitos devido ao gênero, idade, condição social, deficiência ou orientação sexual. Além dessas medidas tiveram 2 operações: Átria, em maio de 2023, e Shamar, em agosto de 2023, ambas destinadas ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Houve um aumento de registro de violência doméstica nas cidades onde foram criadas DEAMs, isto se deu devido às ampliações das especializadas, antes eram 5 e passou a 12 DEAMs.

Gráfico 95 - Polícia Civil (PC/RN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (258.972.180), Empenhado % (255.588.133), Liquidado % (254.933.569) e Pago % (235.142.043). Já no ano de 2021: Atualizado corresponde a 100,00% (344.926.734), Empenhado % (324.438.699), Liquidado % (320.437.957) e Pago % (297.300.979). Em 2022: Atualizado 100,00% (316.519.739), Empenhado % (315.326.291), Liquidado % (304.713.014) e Pago % (290.387.961). No ano de 2023: Atualizado 100% (349.813.964), Empenhado 97,04% (339.474.304), Liquidado 97,04% (339.474.304) e Pago 93,39% (326.722.422).

INSTITUTO TÉCNICO DE PERÍCIA-CIENTIFICA – ITEP

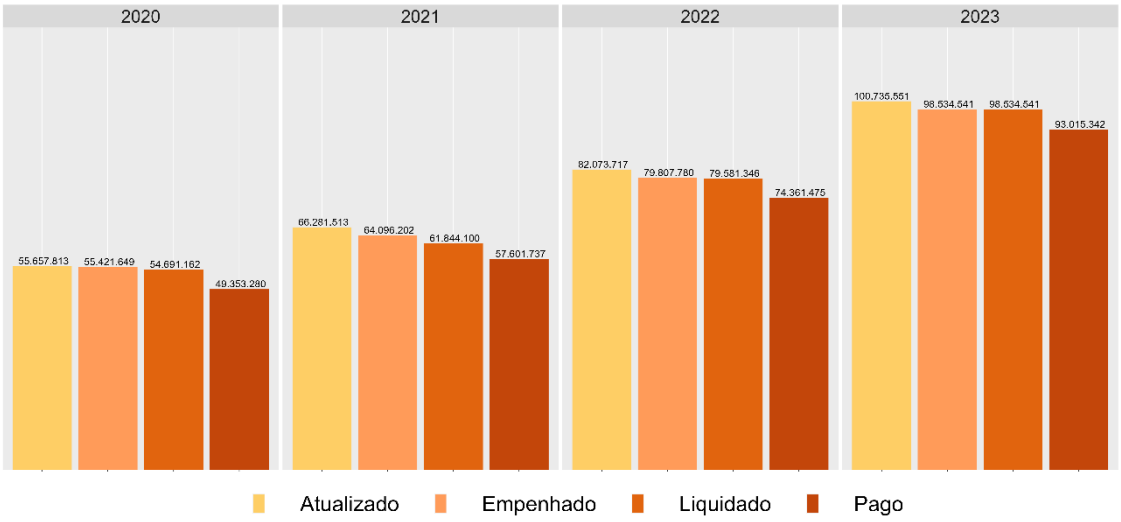
No período do PPA 2020-2023 o Instituto Técnico de Perícia-cientifica (ITEP) destaca os principais resultados alcançados ao longo desses quatro anos de maneira direta e clara usando os objetivos como meio de os apresentar. O ITEP manteve em vista os dois programas temáticos: “Valorização dos Profissionais de Segurança Pública” e “Atividade de Inteligência e Investigação”. Com o intuito de atender a esses programas, o ITEP com suas metas e iniciativas alinhadas aos objetivos estabelecidos. Apesar de algumas dificuldades em seguir a metodologia pré-estabelecida, o ITEP empenhou-se ao máximo na coleta de dados, envolveu diversos setores internos, por meio de reuniões e relatórios.

Os resultados práticos tornam-se evidentes através dos objetivos estabelecidos. No objetivo “00124 Qualificar o ambiente de trabalho, Ampliar valorizar e capacitar os operadores de segurança” que foi parcialmente concluído durante a vigência do PPA, por meio de 6 metas e 28 iniciativas relacionadas embora apenas 12 foram realizadas, por meio de oferta de cursos, desenvolvimento da tramitação do processo que trata de plano, cargos e salários, projetos de atenção à saúde dos servidores do ITEP, disponibilização de EPI’S, envolvimento dos servidores no processo de comunicação e elaboração do planejamento estratégico do Órgão, divulgação sobre as atividades do ITEP para a população entre outros. Já no objetivo “00124 Qualificar o ambiente de trabalho, ampliar valorizar e capacitar os operadores de segurança” que foi parcialmente concluído nesse período por meio de 3 metas e 12 iniciativas sendo que apenas 3 foram realizadas, por meio de Construção e adequação da Sala Lilás, criação de fluxo diferenciado para atendimento de pessoas conduzidas pela polícia entre outros resultados.

Enquanto isso no objetivo “0131 - Integrar o Sistema de Segurança Pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra violência.” Por meio de 22 metas e 35 iniciativas sendo que só 11 foram realizadas ele teve seu objetivo parcialmente atendido que teve como resultado a padronização das unidades regionais do ITEP; Elaboração do manual de requisição de perícias; Aquisição de tablets com softwares para uso em local de crime; Aperfeiçoamento da publicidade dos dados estatísticos contidos no Sigep para auxiliar a gestão na tomada de decisão, bem como fomentar as demandas estatísticas da Sesed e do Governo do Estado; Publicação de manual de rotinas para todos os setores e núcleos do ITEP; Implantação de sistema informatizado de requisição de perícias para local de crime; Obtenção e manutenção e customização de novas licenças para expandir o processo do RG Biométrico e registro no padrão AFIS; Aquisição de um

sistema de microcomparação balística digitalizada com software de comparação de estojos e projéteis; Aquisição de dois sistemas para extração e análise forense de equipamentos computacionais portáteis e de telefonia celular entre diversos outros.

Gráfico 98 - Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP/RN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (55.657.813), Empenhado 99,58% (55.421.649), Liquidado 98,26% (54.691.162) e Pago 88,67% (49.353.280). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (66.281.513), Empenhado 96,70% (64.096.202), Liquidado 93,31% (61.844.100) e Pago 86,90% (57.601.737). Em 2022: Atualizado 100,00% (82.073.717), Empenhado 97,24% (79.807.780), Liquidado 96,96% (79.581.346) e Pago 90,60% (74.361.475). No ano de 2023: Atualizado 100% (100.735.551), Empenhado 97,81% (98.534.541), Liquidado 97,81% (98.534.541) e Pago 92,33% (93.015.342).

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ

A Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/RN responsável por gerir as finanças e as tributações do Estado do Rio Grande do Norte, que herdou as funções da antiga Secretaria de Tributação (SET), apresentou por meio do relatório o as informações, recomendações e análises que compõem o processo de avaliação acerca do Plano Plurianual) 2020 – 2023.

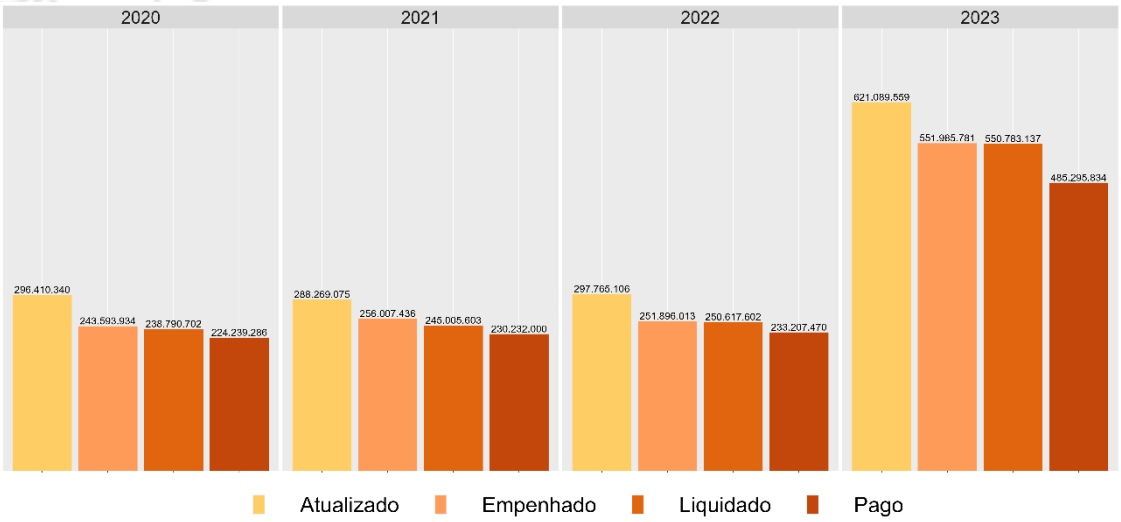
A metodologia utilizada pelo SEFAZ/RN, foi a revisão sistemática anual do PPA 2020 – 2023 o que buscava alinhar o ciclo passado 2018 – 2022 com o próximo quadriênio 2024 – 2027, para evidenciar o caráter de continuidade do documento. Na SEFAZ/RN o PPA 2020 – 2023 é tocado pela Unidade de Coordenação de Projetos – UCP, que é responsável pelo "acompanhamento e controle setorial referente aos objetivos e metas ali estabelecidos".

O órgão alega que as "restrições administrativas e financeiras interferem substancialmente no desempenho das ações relativas ao programa de modernização da secretaria.

Frente a isso, a – SEFAZ/RN recomenda que para "fortalecer gestão estratégica da organização através da execução do plano de ação anual e a medição dos novos indicadores estratégicos criados para que possam medir, em uma relação mais direta de causa/efeito, o alcance do objetivo estabelecido.

Além de "envolver a alta administração e o corpo gerencial na revisão sistemática do PPA com vistas a manter o alinhamento das ações e prioridades da gestão", "avaliar a efetiva execução financeira-orçamentária da fonte de recursos próprios para investimentos através do FUNDAT (Lei 8.770/2005), entre outras possibilidades a serem consideradas pela administração fazendária".

Gráfico 97 - Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Norte (SEFAZ-RN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (296.410.340), Empenhado 82,18% (243.593.934), Liquidado 80,56% (238.790.702) e Pago 75,65% (224.239.286). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (288.269.075), Empenhado 88,81% (256.007.436), Liquidado 84,99% (245.005.603) e Pago 79,87% (230.232.000). Em 2022: Atualizado 100,00% (297.765.106), Empenhado 84,60% (251.896.013), Liquidado 84,17% (250.617.602) e Pago 78,32% (233.207.470). No ano de 2023: Atualizado 100% (621.089.559), Empenhado 88,87% (551.985.781), Liquidado 88.68% (550.783.137) e Pago 78.13% (485.295.834).

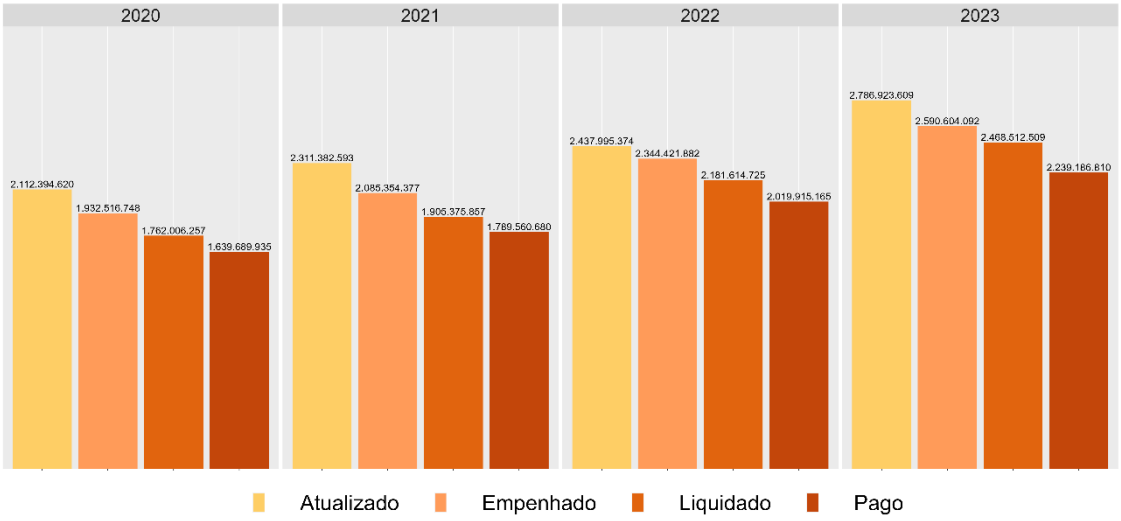
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA - SESAP

A Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Norte – Sesap/RN tem como missão promover a descentralização para os municípios dos serviços e das ações de saúde, bem como acompanhar, controlar e avaliar estas ações, proporcionando apoio técnico e financeiro, coordenando o processo saúde-doença, na perspectiva da proteção e recuperação da saúde individual e coletiva da população do Estado.

Para o relatório de avaliação geral do Plano Plurianual 2020 – 2023, com foco setorial de resultados, o órgão analisou o cumprimento dos programas previstos no PPA vigente, com ênfase técnica no exercício 2023 e consoante à LDO e LOA, que resultou numa consonância entre os objetivos implementados, o desenvolvimento dos programas e as ações previstas no planejamento estadual e dessa forma, refletindo no atendimento às demandas e nas soluções para os problemas diagnosticados no âmbito da saúde no RN. Setorialmente e, no âmbito das políticas/ações estratégicas, o órgão destacou a gestão dos recursos por meio da gestão e governança regional/territorial dos consórcios interfederativos em saúde (CIS), que assegura a integração e eficiência territorializada na utilização dos recursos públicos (União, Governo do Estado e Municípios), bem como na análise dos instrumentos, fortalecendo parcerias com instituições públicas nacionais e internacionais e no desenvolvimento institucional na implantação e implementação de projetos estratégicos estruturantes diversos. No âmbito da promoção à saúde e do fortalecimento da APS nos municípios/RN, houve o fortalecimento das ações setoriais e intersetoriais do Programa RN+Saudável (políticas transversais), além disso, o aporte estrutural com reformas e ampliações e a compra sustentável de insumos para garantia da assistência, bem como a entrega do Hospital Regional da Mulher Parteira Maria Correia (Mossoró/RN). Foi ressaltada também, a ampliação e expansão da APS com o Projeto piloto entre a Sesap e o Ministério da Saúde, o +APS Potiguar que contemplará o aprimoramento dos profissionais e a assistência aos municípios nas relações Inter federativas. Ainda em relação às ações estratégicas, a Sesap (e a UGTSIC) fomentou parcerias com o Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS/HUOL/UFRN) e/ou Instituto Metrópole Digital (IMD/UFRN) para o desenvolvimento de sistemas de informação: monitoramentos e avaliações nos diversos campos de atuação da saúde. Por fim, foram elencados, descritos e analisados os indicadores com suas apurações atualizadas e séries históricas e, assim, demonstrando os resultados e avanços em cada indicador para o órgão (políticas públicas, planos, programas ou projetos).

No contexto das recomendações, a Sesap destacou os seguintes pontos: a melhoria nas ações de qualificação da Vigilância em Saúde e da Atenção Primária à Saúde, ambas voltadas ao fortalecimento nos municípios/RN. A estruturação e qualificação das Redes de Atenção à Saúde (RAS) e sobre a aquisição de OPME. A ampliação do acesso aos serviços de saúde, por meio da regulação das portas hospitalares (nível regional). A qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU RN 192. O fortalecimento e a ampliação do Programa de Cirurgias Eletivas do Estado. A implantação de policlínicas regionais (atendimento de média e alta complexidade, com apoio da instauração/implantação dos consórcios interfederativos), e o Projeto de expansão de leitos clínicos e de UTI Adulto e Pediátrico.

Gráfico 98 – Secretaria da Saúde Pública (SESAP/RN)



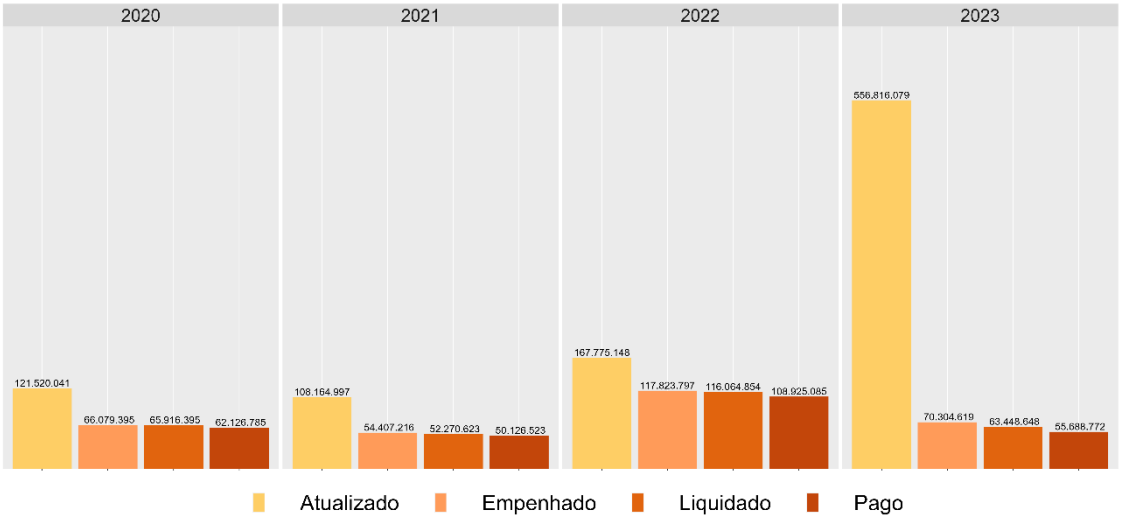
Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (2.112.394.620), Empenhado 91,48% (1.932.516.748), Liquidado 83,41% (1.762.006.257) e Pago 77,62% (1.639.689.935). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (2.311.382.593), Empenhado 90,22% (2.085.354.377), Liquidado 82,43% (1.905.375.857) e Pago 77,42% (1.789.560.680). Em 2022: Atualizado 100,00% (2.437.995.374), Empenhado 96,16% (2.344.421.882), Liquidado 89,48% (2.181.614.725) e Pago 82,85% (2.019.915.165). No ano de 2023: Atualizado 100% (2.786.923.609), Empenhado 92,95% (2.590.604.092), Liquidado 88,57% (2.468.512.509) e Pago 80,34% (2.239.186.810).

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO RN – DER

A principal atividade do DER é a construção, restauração e conservação da malha viária estadual. Gere ainda, o sistema de transporte municipal de passageiros e administra o setor aeroportuário estadual. Durante a vigência do PPA 2020-2023 observa-se que a execução das metas deste Departamento no geral ficou bem abaixo do previsto, comprometendo o setor e frustrando a população que muito anseia por uma infraestrutura rodoviária estadual eficiente e segura, Na infraestrutura viária estadual. estudos apontam que seria necessário um investimento de R$ 100 milhões/ano para o RN ter uma malha viária restaurada e conservada, além de investimentos na construção de novos trechos. Apenas no ano de 2023 conseguiu alcançar essa meta.

No STIP os investimentos praticamente não existem, A infraestrutura aeroportuária e a modernização do departamento estão cada dia menor, comprometendo principalmente a oferta de um bom serviço à população.

Gráfico 99 - Departamento de Estradas de Rodagem (DER/RN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (121.520.041), Empenhado 54,38% (66.079.395), Liquidado 54,24% (65.916.395) e Pago 51,12% (62.126.785). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (108.164.997), Empenhado 50,30% (54.407.216), Liquidado 48,32% (52.270.623) e Pago 46,34% (50.126.523). Em 2022: Atualizado 100,00% (167.775.148), Empenhado 70,23% (117.823.797), Liquidado 69,18% (116.064.854) e Pago 64,92% (108.925.085).

No ano de 2023: Atualizado 100% (556.816.079), Empenhado 12,62% (70.304.619), Liquidado 11,39% (63.448.648) e Pago 10% (55.688.772).

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

O Detran realizou a apuração do desempenho dos programas de governo, através da análise das metas físicas, financeiras e acompanhamentos externos, bem como, a conformidade entre o planejado e o executado e a qualidade das despesas públicas. Levando em conta o ambiente organizacional do DETRAN/RN como um todo, a avaliação considerou os desafios tanto da sua Sede quanto das 27 unidades descentralizadas, salientando ainda que existem desafios para adequação à era digital, entre outros.

A avaliação do Plano Plurianual 2020-2023 foi realizada conjuntamente pelos setores do Planejamento Orçamentário e de Estatística, foi realizado o monitoramento bimestral das metas pelos setores responsáveis, bem como pelo Comando de Policiamento Rodoviário Estadual (CPRE) que monitora o número de veículos fiscalizados. Ocorreu ainda a avaliação anual do PPA (em cada exercício) e consequentemente a apresentação anual dos resultados para os gestores do Órgão. Para efetivar as avaliações foram utilizados gráficos, tabelas, dados estatísticos, indicadores, mapas, fotos, entre outros.

Fazendo um comparativo entre números dos indicadores, em 2019, o indicador "número de mortes em acidentes de trânsito para 10.000 veículos" foi 4, ou seja, ocorreram 4 mortes para cada 10.000 veículos, enquanto em 2023, o indicador foi de 3 mortes, atingindo a previsão. Representando grande relevância, já que houve diminuição desse indicador. Quanto ao indicador "número de mortes em acidentes de trânsito para 100.000 habitantes", em 2019 era de 15, e em 2023 o indicador foi de 13, acima da previsão que seria de 10 mortes para cada 100.000 habitantes, demonstrando que houve uma diminuição considerável, apesar de não atingida a previsão.

Dentre as entregas realizadas, houve capacitação e qualificação direcionadas aos servidores, devido à pandemia, foram ofertados cursos online e esse fator influenciou o atingimento de 92% do previsto na meta 965, que representa um avanço para o órgão. Referente à qualidade de vida no ambiente de trabalho, a meta 968 foi superada em mais de 125%, através das práticas individuais e coletivas no trabalho; e da promoção à saúde e segurança no trabalho. Enquanto a meta 974 foi realizada em 68% do previsto, com a inserção do usuário de baixa renda na CNH social, onde foram contempladas 1353 pessoas em 2022 e 2023. No que se refere à meta 961 (realização do concurso público), não foi realizada devido ao ano eleitoral de 2021, e ao final do PPA 2020-2023 observou-

se que não foi alcançada uma vez que foi acordada a proposta de concurso unificado do estado do Rio Grande do Norte.

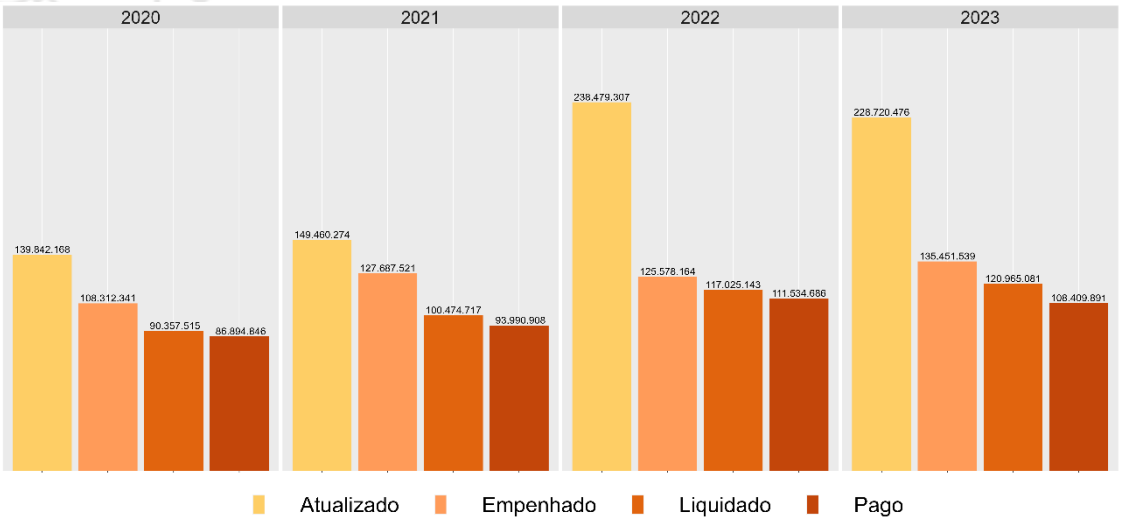
Quanto à meta 977, que trata da construção, reforma e ampliação das instalações físicas do DETRAN/RN, observa-se a realização de 68% do previsto. No DETRAN sede a 1ª etapa da reforma foi concluída em 2022, e a 2ª etapa, direcionado para a Coord. de Registro de Veículos e Recepção de Atendimento ao Público, teve início em 2023 e ainda está em execução. Ainda, ao final de 2023, foi concretizado o contrato de manutenção predial, o qual viabilizará reformas pontuais nas demais unidades descentralizadas. Em relação à meta 979, que visa reaparelhar o Detran/RN, foi superada (previstos 4 e realizadas 29 unid.), com destaque para as aquisições de equipamentos de telefonia móvel, tendas, ar-condicionado, etilômetros e veículos 4x4.

Ainda sobre as entregas realizadas pelo Detran, a meta 983, através das pinturas de lombadas, faixas de pedestres e retenção, entre outros, ações de sinalização vertical previstas na meta 985, onde foram implementadas 1041 unid. Meta 987 foi superada, atingindo 125% com ações de educação no trânsito, em parceria com outras instituições. No tocante a meta 989 foi superada em 1231% devido as manutenções semafóricas e às instalações de equipamentos controladores e redutores eletrônicos de velocidade. Foram realizadas fiscalizações de veículos, com um aumento significativo, bem como, operações da Lei Seca e ainda, a meta 996 foi alcançada devido ao trabalho realizado de integração do trânsito em alguns municípios do RN, que envolveu a estruturação dos órgãos colegiados: EPT e CETRAN.

A meta 0998 não foi realizada, porém o projeto de atualização do Regimento Interno, sendo assim, tem a possibilidade de realização dessa meta nos próximos exercícios. Referente a meta 1000, foi superada, atingindo 162%, com soluções desenvolvidas para atender aos usuários por meio de plataformas digitais, e por fim a meta 1001 de avaliação das receitas, despesas, contratos e convênios atingiu os resultados previstos, consolidando o compromisso do DETRAN/RN com a transparência e a eficiência em sua gestão.

Portanto, o Detran apresentou resultados muito relevantes em relação às suas metas e aos seus respectivos objetivos, observando-se que 60% das metas foram superadas e realizadas, 27% foram parcialmente realizadas e 13% não foram realizadas. As ações realizadas nesse período demonstram a busca por constantes melhorias dos serviços, objetivando a gestão do trânsito com foco no cidadão.

Gráfico 100 - Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (139.842.168), Empenhado 77,45% (108.312.341), Liquidado 64,61% (90.357.515) e Pago 62,14% (86.894.846). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (149.460.274), Empenhado 85,43% (127.687.521), Liquidado 67,23% (100.474.717) e Pago 62,89% (93.990.908). Em 2022: Atualizado 100,00% (238.479.307), Empenhado 52,66% (125.578.164), Liquidado 49,07% (117.025.143) e Pago 46,77% (111.534.686). No ano de 2023: Atualizado 100% (228.720.476), Empenhado 59,22% (135.451.539), Liquidado 52,88% (120.965.081) e Pago 47,39% (108.409.891).

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARSEP

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte – Arsep, abrange atividades-afins exercidas nas seguintes áreas de distribuição de gás canalizado, energia elétrica e saneamento básico. O seu poder regulatório é exercido com a finalidade de atender ao interesse público, mediante normatização, planejamento, acompanhamento, controle e fiscalização das concessões, permissões e autorizações submetidas à sua competência originária ou delegada.

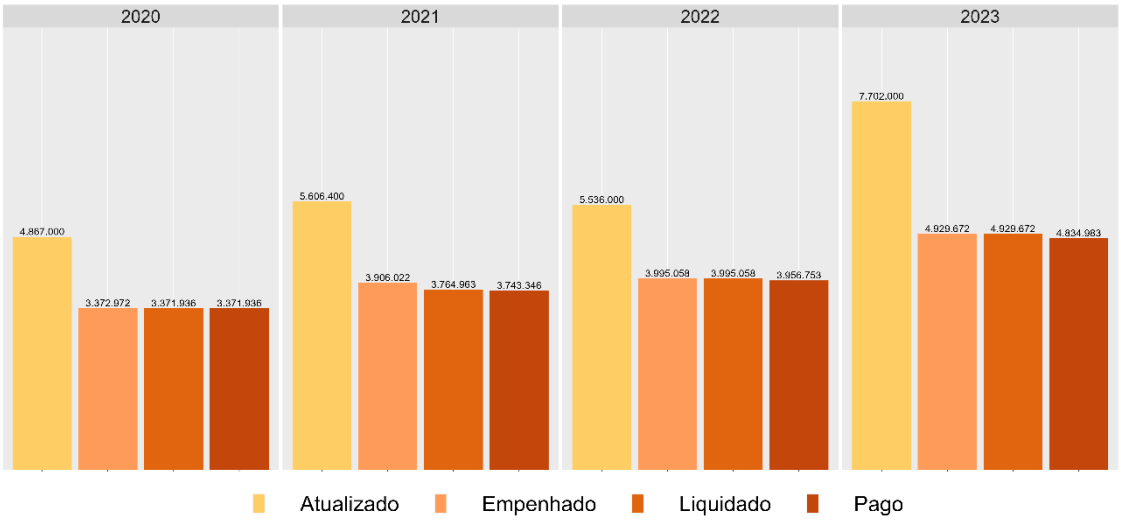
No relatório de avaliação geral do Plano Plurianual 2020 – 2023 e, no que concerne aos exercícios do intervalo supracitado, foi focada a Pandemia e suas restrições (2020), a necessidade de ajustes orçamentários e a revisão de subações para atender e executar as demandas. Ainda nesse cenário (2021), ocorreu a redução na taxa de arrecadação da taxa de fiscalização da Potigás (crise de movimentação do setor produtivo e descompensação pelo crescimento do segmento residencial). Todavia, as metas financeiras planejadas e distribuídas para as subações orçamentárias foram suficientes para as aquisições e afins. Em 2022, apesar da posse da nova gestão ter influenciado nas decisões, as metas foram cumpridas proficientemente. Ressaltando ainda, a expansão dos serviços delegados para todo RN e otimização na análise da demanda e entrega de produtos relacionados ao estudo técnico e científico sobre a revisão tarifária do setor de saneamento básico. Em 2023, foi informado que, apesar da exiguidade no setor pessoal ter afetado o avanço das atividades, os trabalhos seguiram satisfatoriamente. E nesse âmbito, está em avaliação a previsão de concurso público. Houve ainda, a locação de novo prédio para ARSEP, propiciando melhores condições de trabalho. Foi registrado que o orçamento e a execução foram planejados dentro das normas vigentes e os setores corresponderam ao solicitado. As metas foram alcançadas e ainda contribuíram com os objetivos do desenvolvimento relacionados, destacando a importância das ações orçamentárias para efetivação dos objetivos, em suas práticas e cumprimentos.

Quanto à metodologia para a construção da avaliação, foram elencados e apontados os indicadores (ano a ano), considerando os que igualaram ou superaram as metas estabelecidas. Os indicadores controlados pelas coordenações de cada área temática, foram apresentados neste formato: Ouvidoria 343 - Percentual de atendimento das solicitações dos usuários na Ouvidoria da ARSEP/RN – PASU – 100% atendidas/solucionadas; Energia 345 - Avaliação percentual da execução dos produtos do contrato de metas com a ANEEL – APEPA – 85% em 31/12/2023 e Saneamento 344 -

Percentual de municípios regulados pela ARSEP/RN (Saneamento) – PMRA – 100% até 31/10/2023 e 65% de fiscalizações realizadas em 2023.

No contexto das recomendações, foi salientada a relação entre a constância na alteração dos resultados e a devida adaptação institucional. A necessidade de revisões periódicas dos indicadores e metas, apontando que nem sempre há relação entre as limitações nas contratações de mão de obra e os indicadores, no qual impacta negativamente nos resultados pela necessidade de remanejamento para atendimento de demandas no meio do processo.

Gráfico 101 - Agência Reguladora de Serviços Públicos (ARSEP/RN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (4.867.000), Empenhado 69,30% (3.372.972), Liquidado 69,28% (3.371.936) e Pago 69,28% (3.371.936). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (5.606.400), Empenhado 69,67% (3.906.022), Liquidado 67,15%(3.764.963) e Pago 66,77% (3.743.346). Em 2022: Atualizado 100,00% (5.536.000), Empenhado 72,17% (3.995.058), Liquidado 72,17% (3.995058) e Pago 71,47% (3.956.753). No ano de 2023: Atualizado 100% (7.702.000), Empenhado 64% (4.929.672), Liquidado 64% (4.929.672) e Pago 62,77% (4.834.983).

SECRETARIA DO ESTADO DO TRABALHO DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – SETHAS

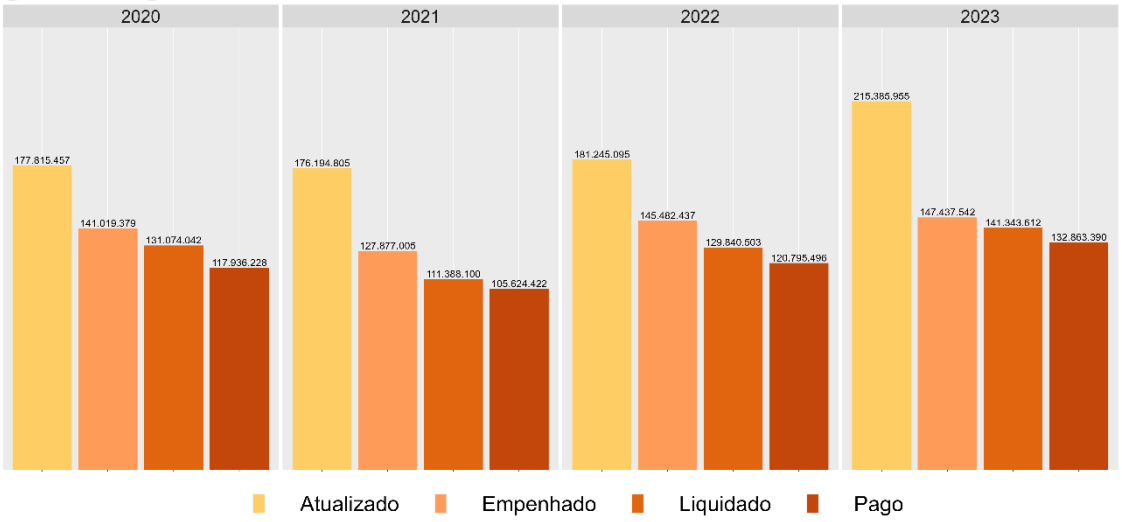
A Secretaria do Estado do Trabalho da Habitação e da Assistência Social – SETHAS que tem como função a gestão de ações voltada ao público que se encontra em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza. O órgão tem como responsabilidade a implementação de iniciativas voltadas para o alcance das 7 políticas voltadas a esse público.

A SETHAS considera que houve “avanços e investimentos significativos”, no entanto devido a problemas no planejamento do PPA 2020 – 2023 algumas iniciativas acabaram por se repetir, o que dificultou a “análise da execução” bem como iniciativas que “ultrapassam a agenda transversal”.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos da avaliação setorial, consistiu em dividi-la em cinco partes: na “o objetivo da avaliação”; na segunda as relações das ações previstas com o PPA 2020 – 2023, e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS juntamente com o Programa de Governo de 2019 – 2023; a terceira utiliza-se critérios e tipologias; a quarta parte realiza-se a Avaliação Geral dos Resultados na qual se leva em “consideração os objetivos, metas e iniciativas estabelecidos pela Gestão”; e finalmente é “realizada uma síntese da avaliação e recomendações futuras”.

O órgão estabelece que para a melhoria das políticas que atende ao público da SETHAS recomenda-se uma série de avanços que tocam vários pontos da mesma: “oferta de recursos humanos e financeiros”; “acompanhamento contínuo e monitoramento das metas propostas”; “ampliação do ambiente institucional da política da Economia Solidária e Artesanato Potiguar”; “acompanhamento pela SEPLAN do planejamento da Secretaria”; “estruturação de comitês municipais”; e “necessidade crucial de aportes financeiros para viabilizar as ações propostas”.

Gráfico 102 - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS/RN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresenta-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (177.815.457), Empenhado 79,31% (141.019.379), Liquidado 73,71% (131.074.042) e Pago 66,33% (117.936.228). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (176.194.805), Empenhado 72,58% (127.877.005), Liquidado 63,22% (111.388.100) e Pago 59,95% (105.624.422). Em 2022: Atualizado 100,00% (181.245.095), Empenhado 80,27% (145.482.437), Liquidado 71,64% (129.840.503) e Pago 66,65% (120.795.496). No ano de 2023: Atualizado 100% (215.385.955), Empenhado 68,45% (147.437.542), Liquidado 65,62% (141.343.612) e Pago 61.68% (132.863.390).

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO RN - FUNDASE

A Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Norte - Fundase/RN, órgão estadual vinculado à Sethas, é responsável pelo atendimento socioeducativo direcionado à adolescentes e, excepcionalmente, aos jovens em conflito com a lei em razão da aplicação de medidas de privação de liberdade determinadas pelo poder judiciário, bem como atender o adolescente no acolhimento inicial e na internação provisória quando acusado de autoria de ato infracional. Atualmente, funcionam 10 unidades de atendimento socioeducativo, distribuídas nestes territórios regionais: Terras Potiguares, Seridó e Açu/Mossoró.

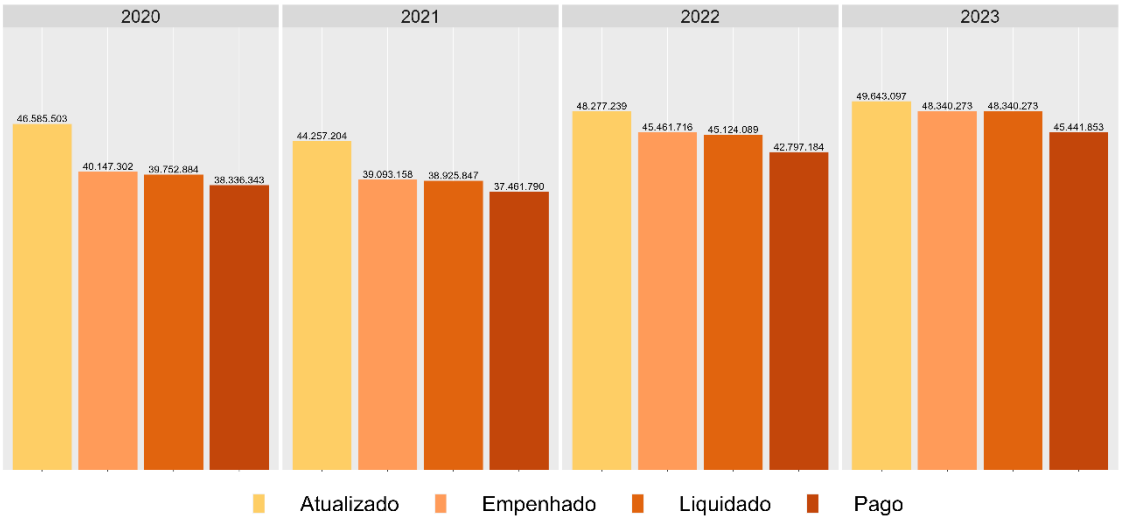
Para o relatório de avaliação geral do Plano Plurianual 2020 – 2023, a Fundação elencou todos os eixos, programas, objetivos, metas e iniciativas, bem como a execução orçamentária planejadas, relacionando e detalhando todas essas informações através de quadros de resumo (alguns comentados) e gráficos. E a partir de tudo que foi analisado (como positivo ou não), o órgão ressaltou que a avaliação configurou como instrumento importante de cultura participativa entre os setores e a gestão, para auxiliar nas decisões e enfrentamentos no alcance de resultados satisfatórios futuros. No que concerne ao PPA supracitado, sem especificar ano a ano, foram relatadas ações socioeducativas nas áreas de educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização, saúde, assistência social, jurídica e segurança. E na gestão, fortalecimento e qualidade do atendimento aos adolescentes, foi registrado o atendimento nutricional dos internos, com o fornecimento de 05 (Cinco) refeições diárias. Para o PPA vigente foi realizado 87,98% do previsto na LOA, cumprindo objetivos e metas, efetivando a execução de medidas socioeducativas nas 10 unidades operacionais, incluindo as agendas transversais das políticas para Juventude, população LGBT e Criança e Adolescente, previstas no Plano de Governo 2019-2020, garantindo ambiente limpo, vestuário, alimentação, medicação, higiene, segurança e oferta de ações integradas nas áreas de esporte, cultura, escolarização e saúde. Destacaram ainda, sobre ações fundamentais para o atendimento socioeducativo, como a realização do concurso público com nomeação e posse de 577 (quinhentos e setenta e sete) servidores, distribuídos nas 10 (dez) unidades de atendimento, a contratação de empresa terceirizada e especializada em serviços auxiliares de cargos extintos e as contratações temporárias, através de processo simplificado, conforme assegurados em Leis complementares. Para tanto, a Fundase considerou a execução orçamentária como dentro

do planejado, mas apontou o contingenciamento como fator de entrave para melhorias e manutenção das instalações físicas das unidades socioeducativas. E apesar dos obstáculos, sejam orçamentários ou de recursos humanos, foram aplicados esforços contínuos para alcançar objetivos e metas em sua integralidade.

Quanto à metodologia para a construção da avaliação, foi realizada a partir dos dados avaliados e do que foi orçado no PPA 2020-2023, comparando ao que foi disponibilizado na execução orçamentária e, consequente situação final de liquidação das subações previstas. Esses dados contaram com informações e participação dos setores responsáveis pela tramitação e execução dos processos de gestão, de apoio e finalísticos.

No contexto das recomendações, foram apresentadas sugestões voltadas ao PPA 2024-2027, tais como, implementar a estrutura de combate a incêndio (indisponibilidade financeira), a preservação de dotação orçamentária para a meta recuperação e reforma da estrutura física das unidades de atendimento (devido à atual precariedade estrutural e instalações) e a construção de 01 unidade de Atendimento Integrado – UNAI (objetivo foi redefinido para o próximo Plano Plurianual – PPA 2024/2027).

Gráfico 103 - Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresenta-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (46.585.503), Empenhado 86,18% (40.147.302), Liquidado 85,33% (39.752.884) e Pago 82,29% (38.336.343). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (44.257.204), Empenhado 88,33% (39.093.158), Liquidado 87,95% (38.925.847) e Pago 84,65% (37.461.790). Em 2022: Atualizado 100,00% (48.277.239), Empenhado 94,17%

(45.461.716), Liquidado 93,47% (45.124.089) e Pago 88,65% (42.797.184). No ano de 2023: Atualizado 100% (49.643.097), Empenhado 97,37% (48.340.273), Liquidado 97,37% (48.340.273) e Pago 91,53% (45.441.853).

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO - CEHAB

A Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano - Cehab, visa promover a melhoria das condições de vida e bem-estar da população, em busca de moradia digna e da efetivação legal de seus títulos, focando na qualidade do atendimento e na garantia dos direitos. O órgão tem como atendimento prioritário, as diferentes demandas por necessidade de moradia para a população de baixa renda, bem como a ampliação de programas e projetos, através da implementação de políticas públicas voltadas aos usuários carentes da Política Habitacional.

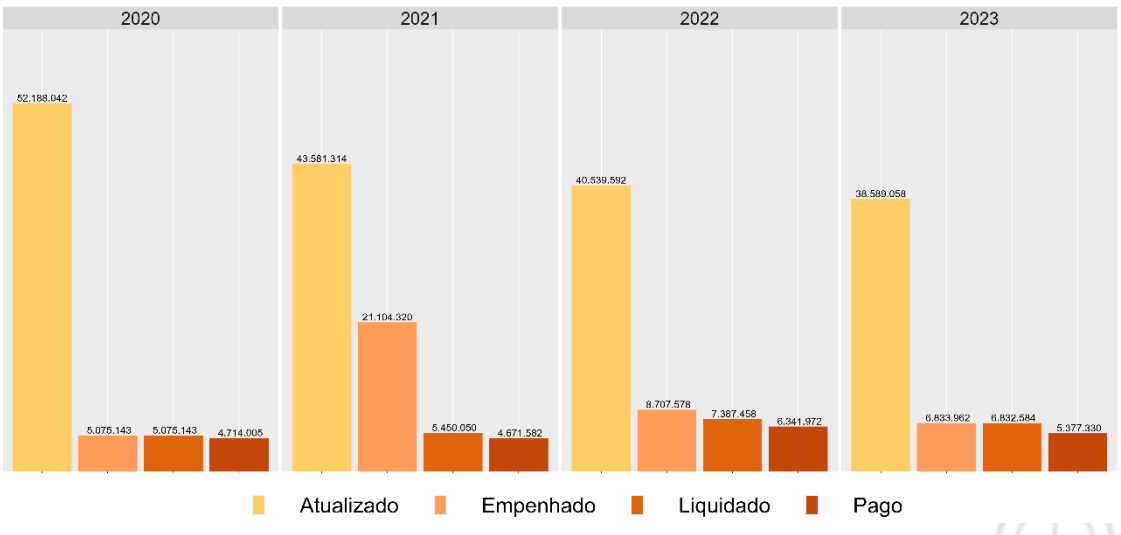
Para o relatório de avaliação geral do Plano Plurianual 2020 – 2023, o órgão apresentou as informações, no qual foi possível obter um panorama geral das ações e resultados, através da situação e avaliação individual das metas, bem como pela avaliação geral do objetivo e ainda e, pela avaliação das iniciativas e execução orçamentária (quadro com valores e gráficos comentados). Foi destacada a importância de políticas habitacionais, regularização fundiária, desenvolvimento sustentável e participação comunitária. A Cehab relatou que avançou nas demandas referentes ao déficit habitacional no Estado, possibilitando maior compreensão e levando soluções e propostas para novos programas habitacionais. Salientou ainda, que prestou serviços aos usuários carentes da política habitacional, desenvolveu programas, projetos e atualizou leis para definir as prioridades sociais. Alcançou o planejamento urbano integrado para as ações do governo, que envolvem a estrutura institucional e administrativa, incluindo os demais territórios do RN. Sempre procurando contemplar o desenvolvimento justo e sustentável, com base em premissas fundamentais para o combate às desigualdades, a participação social, a transparência e a preservação ambiental e, apontado que, decorridos inúmeros anos sem a implementação de nenhuma unidade habitacional, o Estado conseguiu avançar na pauta com projetos e até mesmo execução. E apesar das dificuldades pelos prazos de alguns cartórios, além de outras que surgiram no cumprimento do cronograma, foram concluídas as entregas de 25.000 títulos, nos municípios do Rio Grande do Norte.

Quanto à metodologia para a construção da avaliação, a Cehab informou que fez um resumo de informações comparativas do que foi realizado em 2022 ao que havia sido planejado para os objetivos anuais dos produtos no mesmo período. Foram destacadas as análises do Programa Viver Melhor (promover a melhoria das condições de vida e bem-estar da população), Planejamento Urbano Integrado (ações do governo para a estrutura

institucional e administrativa/territórios do Estado) e da regularização fundiária (entrega de títulos). Foi possível analisar que a restrição de recursos financeiros impactou negativamente à execução das metas e ao alcance dos objetivos, uma vez que a redução do escopo do projeto ou alocação de recursos inadequados podem afetar na qualidade ou no prazo de entrega. Além disso, considerando a natureza do projeto, a restrição administrativa prejudicou algumas conclusões. Não houve restrições técnicas para execução das metas. Foi mostrado um gráfico de desempenho anual do PPA, com resultados comparativos de conclusão para moradia cidade legal e social.

No contexto das recomendações, o órgão enfatizou a habitação de Interesse Social no Estado e a estratégia de fixação do valor do terreno como crédito de redução nas entradas de imóveis, para procedimento continuado no âmbito dos financiamentos aptos e garantia do direito à habitação de categorias de servidores públicos. Outro fator citado foi que dos recursos disponíveis (sobretudo FGTS), sirvam como capitalizadores das companhias de habitação brasileiras, para que atuem como agentes promotores, fomentando práticas habitacionais. Foi ressaltada ainda, a conciliação entre a potencialidade regional com práticas habitacionais sob a perspectiva ambiental, e a possibilidade de utilização de energia renovável no orçamento das novas unidades, visando o impacto financeiro da conta de energia dos beneficiários, especialmente dos que em situação de risco ou vulnerabilidade social e, para tanto, linhas de financiamento que permitam a implementação de energias renováveis é fator primordial para melhoria das práticas habitacionais.

Gráfico 104 - Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CEHAB/RN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (52.188.042), Empenhado 9,72% (5.075.143), Liquidado 9,72% (5.075.143) e Pago 9,03% (4.714.005). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (43.581.314), Empenhado 48,43% (21.104.320), Liquidado 12,51% (5.450.050) e Pago 10,72% (4.671.582). Em 2022: Atualizado 100,00% (40.539.592), Empenhado 21,48% (8.707.578), Liquidado 18,22% (7.387.458) e Pago 15,64% (6.341.972). No ano de 2023: Atualizado 100% (38.589.058), Empenhado 17,71% (6.833.962), Liquidado 17,70% (6.832.584) e Pago 13,93% (5.377.330).

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

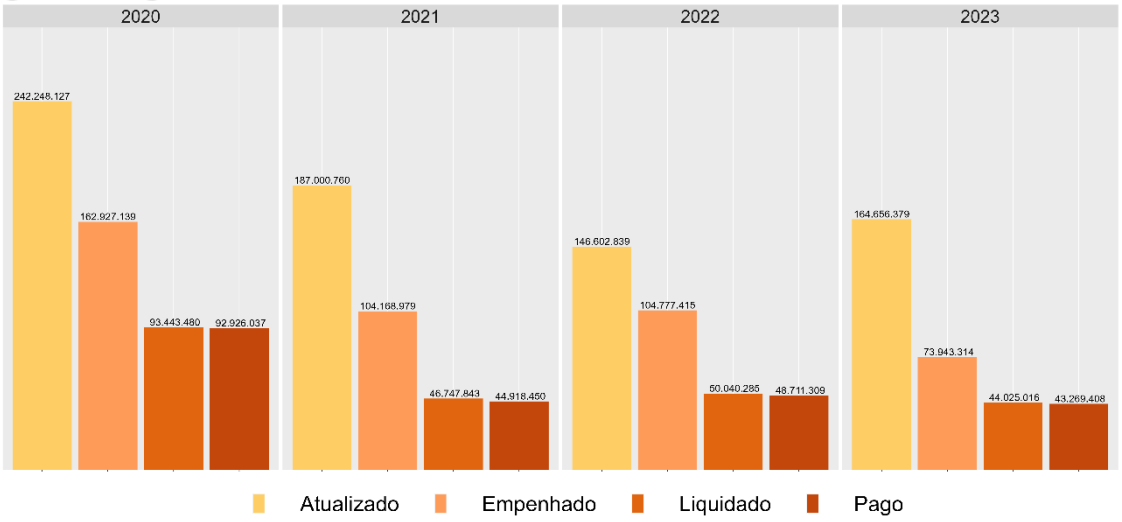
A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte apresenta informações sobre as ações e metas do órgão, com destaque para os programas temáticos, analisando a implementação das ações e o alcance das metas ao longo do período de execução do plano. A metodologia englobou seleção de indicadores, coleta de dados, análise temporal, análise territorial, elementos visuais e estudos de caso.

Na prática, a SEMARH demonstrou um compromisso efetivo na implementação de diversas metas, dentre as ações concluídas, promoção do fortalecimento institucional do SIGERN, evidenciado por reuniões produtivas entre os órgãos envolvidos, elaboração de estudos e projetos nas áreas de meio ambiente e recursos hídricos, incluindo o desenvolvimento de projetos executivos para o canal do Mato Grande e abastecimento de água em comunidades rurais, que reflete a busca proativa por soluções hídricas e ambientais, a conclusão da elaboração da política estadual de reuso é um marco relevante, indicando o compromisso da SEMARH com práticas sustentáveis na gestão da água.

Houve também a implantação de Projetos e Estudos necessários à implantação de aterros sanitários nas regiões Seridó e Alto Oeste representa um avanço fundamental na gestão adequada de resíduos sólidos, fortalecimento do sistema estadual de segurança hídrica, evidenciado pelo Programa RN+ÁGUA, destaca-se como uma resposta eficaz para enfrentar situações de escassez hídrica, incluindo a perfuração e instalação de poços. Entretanto, há desafios a serem enfrentados, como a necessidade de agilidade na conclusão dos planos de bacias hidrográficas, a disponibilidade orçamentária para a recuperação de nascentes e a implementação efetiva de ações previstas no plano estadual de recursos hídricos.

No geral, a SEMARH apresenta um panorama positivo, evidenciando uma gestão comprometida, eficiente e alinhada com os objetivos de fortalecimento institucional, sustentabilidade hídrica, e preservação ambiental no estado do Rio Grande do Norte.

Gráfico 105 – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (242.248.127), Empenhado 67,26% (162.927.139), Liquidado 38,57% (93.443.480) e Pago 38,36% (92.926.037). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (187.000.760), Empenhado 55,71% (104.168.979), Liquidado 25,00% (46.747.843) e Pago 24,02% (44.918.450). Em 2022: Atualizado 100,00% (146.602.839), Empenhado 71,47% (104.777.415), Liquidado 34,13% (50.040.285) e Pago 33,23% (48.711.309). No ano de 2023: Atualizado 100% (164.656.379), Empenhado 44,90% (73.943.314), Liquidado 26,73% (44.025.016) e Pago 26,27% (43.269.408).

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RN – IDEMA

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, realizou a avaliação a respeito do Plano Plurianual 2020 – 2023 de maneira a destacar as dificuldades e os pontos positivos que o órgão enfrentou no decorrer do quadriênio em relação ao documento de planejamento.

O órgão tem como suas funções supervisionar as políticas do Estado de preservação, conservação, aproveitamento, uso racional e recuperação dos recursos ambientais, além de fiscalizar o cumprimento das normas de proteção, controle, utilização e recuperação dos recursos ambientais, aplicando as penalidades disciplinares e/ou compensatórias às infrações apuradas.

A metodologia utilizada pelo IDEMA para a confecção do documento de avaliação do Plano Plurianual 2020 – 2023, consiste na "somativa (*ex-post*)" que consiste em avaliar as políticas públicas já implementadas no decorrer do quadriênio. A análise se deu por meio de comparação dos resultados das políticas descritas nos relatórios bimestrais preenchidos pelos gestores do PPA do órgão.

Que utilizou dados quantitativos de metas e subidas que são indicadores do PPA 2020 – 2023 assinalados no SIGEF/RN ao longo do quadriênio que para chegar ao resultado foi comparado os valores apresentados pelo órgão em cada exercício.

Os setores envolvidos na avaliação foram o Núcleo de Planejamento, Gestão e Inovação – NPGI responsável pela gestão e o Unidade Instrumental Financeira e Contábil – UIFC que está incumbido pelas finanças da autarquia. Além dos setores técnicos na figura de seus supervisores, coordenadores, assistentes e bolsistas.

O início da execução do PPA 2020 – 2023 iniciou-se no contexto da pandemia da COVID-19, assim o primeiro ano teve que ser adequado essa realidade, em 2020 houveram "metas impactadas pela impossibilidade de realização de atividades presenciais foram reconduzidas para o ambiente virtual" como aponta o órgão.

Em 2021 foi implementada metas não indicadas no ano anterior ainda sobre o contexto pandêmico porém foram realizadas "oficinas de sensibilização nos Municípios litorâneos sobre a reprodução de tartarugas marinhas e aves migratórias; monitoramento das águas superficiais e subterrâneas; identificação de áreas degradadas, em degradação ou ameaçadas; atualização das identidades visuais das unidades de conservação; e o monitoramento da qualidade do ar no entorno das indústrias locais".

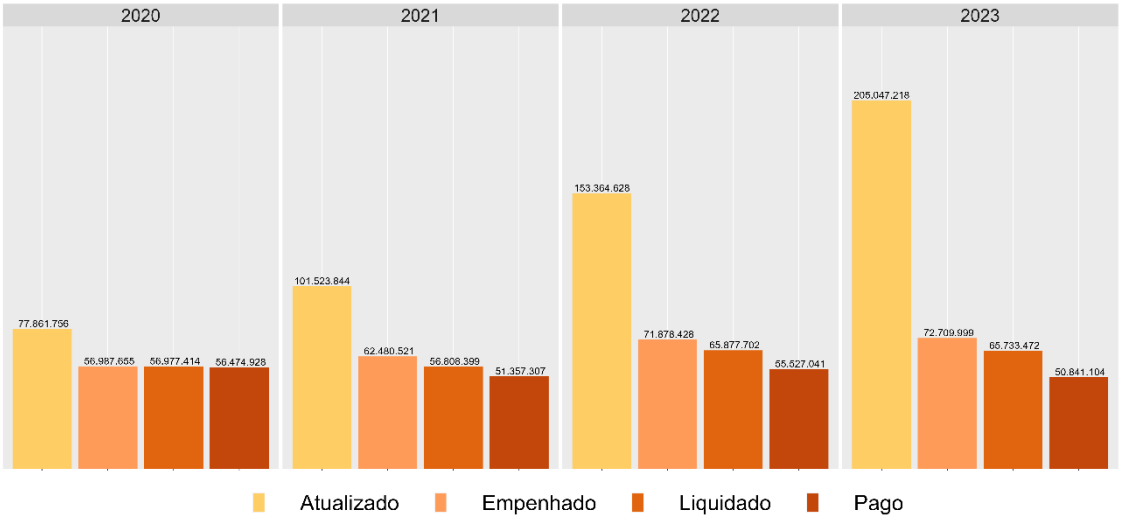
No ano de 2022 é considerado pelo IDEMA como positivo com cumprimento de metas “oficinas de sensibilização foi cumprida em sete Municípios litorâneos; as identidades visuais das dez unidades de conservação do Estado foram atualizadas; e foi criada uma nova unidade de conservação no Município de Martins chamada Monumento Natural das Cavernas de Martins (MONA Martins) ”.

Finalmente no ano de 2023 metas relacionadas a “monitoramento da qualidade do ar próximo às indústrias, monitoramento das águas superficiais e subterrâneas e o monitoramento aéreo de áreas degradadas” e “oficinas de sensibilização sobre tartarugas marinhas e aves migratórias nos Municípios litorâneos” não foram realizadas. As análises dos Cadastros Ambientais Rurais – CAR ficaram abaixo do exigido pela meta em 2023.

O IDEMA avalia que houve que dispôs de “um bom volume de recursos disponíveis nesses quatros anos para realizar as ações do PPA” e atribui o fato do não uso do uso total do montante disponível “como uma justificativa para o não cumprimento de algumas das metas previstas”.

O IDEMA aponta a necessidade de aumento no quadro de servidores (via concurso) para melhoria dos seus serviços. No tangente ao PPA 2020 – 2023 o órgão acredita que a “distribuição orçamentária inconsistente em algumas das subações vinculadas às iniciativas do programa temático do IDEMA, no exercício de 2023”, mas que foram sanadas para o PPA 2024 – 2027.

Gráfico 106 - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA-RN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (77.861.756), Empenhado 73,19% (56.987.655), Liquidado 73,18% (56.977.414) e Pago 72,53% (56.474.928). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (101.523.844), Empenhado 61,54% (62.480.521), Liquidado 55,96%(56.808.399) e Pago 50,59% (51.357.307). Em 2022: Atualizado 100,00% (153.364.628), Empenhado 46,87% (71.878.428), Liquidado 42,95% (65.877.702) e Pago 36,21% (55.527.041). No ano de 2023: Atualizado 100% (205.047.218), Empenhado 35,46% (72.709.999), Liquidado 32,05% (65.733.472) e Pago 24,79% (50.841.104).

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR

A Secretaria Municipal de Turismo do Natal - Setur, tem como principal função promover o turismo como atividade econômica de forma estratégica, contribuindo para a geração de emprego, renda e desenvolvimento em toda a cidade.

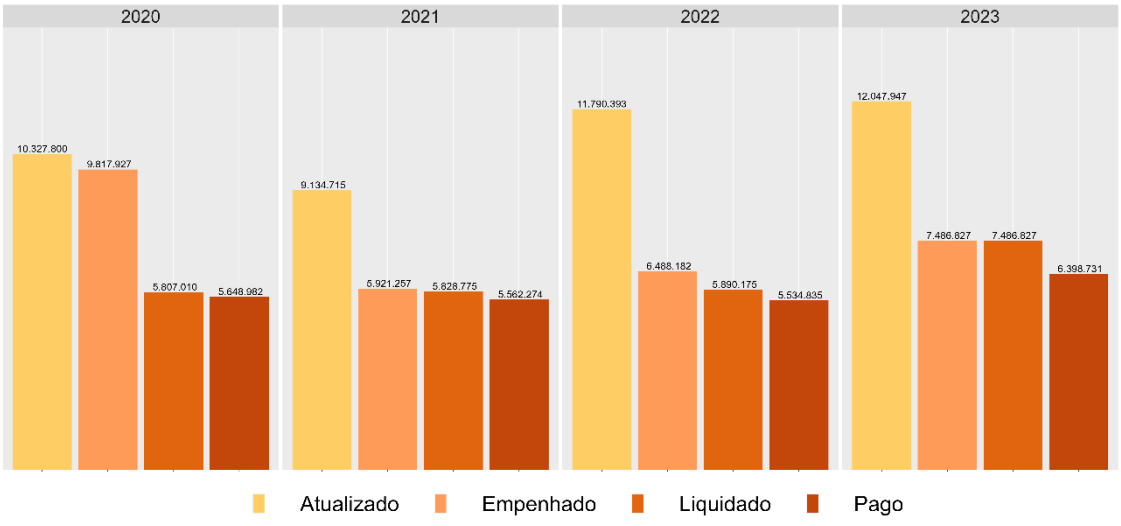
Para o relatório de avaliação geral do Plano Plurianual 2020 – 2023, a Setur inseriu informações de acordo com os seguintes Objetivos: "Melhoria da Infraestrutura Turística e Diversificação da Oferta Turística". Desse modo, referente aos exercícios do intervalo 2020-2021, foram elencados: execução do Plano de Retomada do Turismo com ações de fortalecimento, incluindo cursos de capacitação e parcerias; Elaboração de projetos de sinalização turística, requalificação das praças do Centro Histórico de Natal. Início de projetos de Fomento ao Turismo Sustentável em Galinhos e criação de Experiência Turística Pedra Grande, São Miguel do Gostoso e Touros; ações de capacitação em parceria com SENAC e SEBRAE, todos em parceria com Senac e Sebrae. Realização de estudos, preservação do patrimônio histórico-cultural, melhorias em infraestruturas turísticas, desenvolvimento de roteiros, planos consolidados, fortalecimento da produção associada ao setor turístico e controle de qualidade. Projetos de Roteiros turísticos, infraestrutura turística, requalificação de praças, implantação de sinalização nos polos, cursos de qualificação, desenvolvimento de ações educativas e fiscalização em conjunto com órgãos. Referente aos exercícios do intervalo 2022-2023, foram elencados: Implementação de projetos de infraestrutura turística nos polos, com destaque para a conclusão da obra do Complexo Cultural Rampa; desenvolvimento e implementação de roteiros turísticos nos polos (oferta turística); avanço na reestruturação física da SETUR, com reestruturação e manutenção do site, ações de qualificação/capacitação contínuas; implementação de projetos de infraestrutura turística, sinalização turística, gestão inteligente do turismo, e aperfeiçoamento do serviço de Buggy turismo e parcerias para desenvolver sistema de informação turística, investimentos para captação de voos, reestruturação física da SETUR, monitoramento e manutenção do site, além de diversas ações de orientação, fiscalização e capacitação. Diante do exposto, a Secretaria ressalta a sua contribuição para fortalecer o turismo no RN, e como destino nordestino competitivo, e o compromisso em face dos resultados positivos atingidos ao longo dos anos, alinhados com as agendas transversais, ODSs e as demandas da população, baseada em estratégias integradas que considerem aspectos sociais, econômicos e ambientais. Salientando ainda, os projetos específicos de sustentabilidade e gestão inteligente do turismo com

atualização tecnológica e inovadora, bem como as parcerias estratégicas, com SENAC, SEBRAE, e Sistema S, num esforço conjunto entre o setor público, privado e a sociedade civil. No que concerne à execução orçamentária, a Setur informou que algumas subações ficaram sem dispêndios, devido a incongruências ao manejar os valores, seja por estarem no programa de manutenção e funcionamento, problemas internos de interdependência de setores, falta de equipe técnica suficiente, dificuldades pela Pandemia e burocracia dos trâmites processuais.

Quanto à metodologia para a construção da avaliação, foi realizada a do tipo a *Ex Post*, informada pela Secretaria como mais abrangente e reflexiva para as ações, impactos e aprendizados adquiridos. A Setur relatou sobre a colaboração entre setores com abordagem retrospectiva e analítica para resultados e impactos das ações implementadas após sua conclusão, no qual incluiu dados acerca da revisão dos objetivos estabelecidos; avaliação do desempenho das iniciativas relacionadas à infraestrutura turística e serviços, obras realizadas e serviços prestados, bem como avaliação das demais ações (anuais); análise dos indicadores e compartilhamento dos resultados com partes interessadas.

No contexto das recomendações, foram elencados alguns pontos: o reforço para monitorização contínua dos projetos de infraestrutura (eficácia). Avaliação de ajustes na reestruturação física da Setur para otimizar a gestão interna e maximizar os resultados. Fortalecimento de parcerias estratégicas, especialmente para capacitação profissional e inovação tecnológica, análise de dados e utilização dos recursos orçamentários.

Gráfico 107 - Secretaria de Estado do Turismo (SETUR/RN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (10.327.800), Empenhado 95,06% (9.817.927), Liquidado 56,23% (5.807.010) e Pago 54,70% (5.648.982). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (9.134.715), Empenhado 64,82% (5.921.257), Liquidado 63,81% (5.828.775) e Pago 60,89% (5.562.274). Em 2022: Atualizado 100,00% (11.790.393), Empenhado 55,03% (6.488.182), Liquidado 49,96% (5.890.175) e Pago 46,94% (5.534.835). No ano de 2023: Atualizado 100% (12.047.947), Empenhado 62,14% (7.486.827), Liquidado 62,14% (7.486.827) e Pago 53,10% (6.397.731).

EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURISTICA - EMPROTUR

A Empresa Potiguar de Promoção Turística - Emprotur, tem como finalidade promover o Rio Grande do Norte como destino turístico em âmbito nacional e internacional por meio de ações que divulguem e valorizem o potencial turístico do Estado, divulgando as suas potencialidades com o intuito de fomentar a economia, gerando mais empregos e renda. Além disso, apoiar e colaborar com municípios, entidades representativas do setor e empresas privadas para desenvolver e fortalecer a economia do turismo.

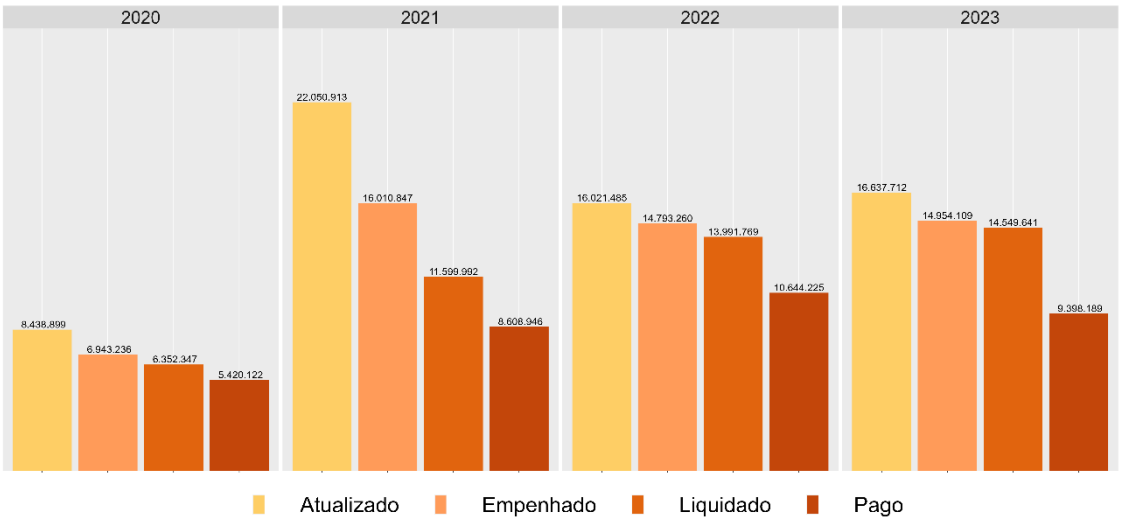
No relatório de avaliação geral do Plano Plurianual 2020 – 2023, referente aos exercícios do intervalo 2020-2021 e, em face dos impactos da Pandemia, a Empresa destacou o plano de retomada com ações de restruturação para a atividade turística, incrementada pela participação de vários segmentos, focando na recuperação da economia e fomento do setor. Sempre considerando a importância do turismo para o RN, numa direção mais sustentável, estratégica, integrada e assertiva para enfrentamento à crise, prezando pelo cenário regional e doméstico, garantia sanitária, emprego e segurança econômica do Estado. Foram relatadas ainda, campanhas de marketing com diversas operadoras nacionais e destaque no ranking de vendas. Em 2022, o foco foi o mercado internacional, em virtude da abertura gradual das fronteiras. Para o ano de 2023, foram registradas ações de promoção do turismo internacional, o aumento de rotas e conexões aéreas nacionais e internacionais e o fortalecimento da presença do RN em ações em ações estratégicas de manutenção da imagem do destino. Foram detalhados no relatório dados referentes às metas: ações, vinculações com agendas transversais e ODSs, iniciativas e execução orçamentária. Quanto aos indicadores, no relatório de programas temáticos no qual a EMPROTUR está vinculada, não foram estabelecidos indicadores de resultado, pois os que estão na Lei que dispõe sobre o PPA 2020-2023, são de responsabilidade da Setur/RN. E baseada nos objetivos e metas e, apesar da insuficiência orçamentária, a Empresa considera exitosa a execução da quase totalidade das ações planejadas, ressaltando a recuperação desafiadora do fluxo turístico pós-pandemia e o seu aumento em 7%, o crescimento do turismo internacional de 95,5%, e o aumento de 9% do valor gasto no destino, em relação a 2022.

Quanto à metodologia para a construção da avaliação, ocorreram várias contribuições setoriais da Empresa, em áreas-chave: marketing, inteligência comercial, técnico e financeiro, nas quais resultou numa apresentação detalhada e quase total das

ações planejadas e executadas, conforme requisitado. Destacando ainda, sobre a coleta de dados, que utilizou prestações de contas, planilhas de planejamento anual, dados coletados e apresentados pelo SIRIO e a inteligência comercial, bem como, o uso do SEI e Sigef como fonte para algumas informações anexadas ao relatório.

No contexto das recomendações, foi ressaltada a limitação orçamentária para ações de promoção turística no RN, se comparado a outros estados nordestinos e, no qual requer grande esforço na manutenção do destino no cenário nacional. Consequentemente, as avaliações necessitam de incremento dos recursos, principalmente, devido ao aumento no número dos municípios do RN no mapa turístico do Ministério do Turismo, desde 2022.

Gráfico 108 - Empresa Potiguar de Promoção Turística S.A. (EMPROTUR)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (8.438.899), Empenhado 82,28% (6.943.236), Liquidado 75,27% (6.352.347) e Pago 64,23% (5.420.122). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (22.050.913), Empenhado 72,61% (16.010.847), Liquidado 52,61% (11.599.992) e Pago 39,04% (8.608.946). Em 2022: Atualizado 100,00% (16.021.485), Empenhado 92,33% (14.793.260), Liquidado 87,33% (13.991.769) e Pago 66,44% (10.644.225). No ano de 2023: Atualizado 100% (16.637.712), Empenhado 89,88% (14.954.109), Liquidado 87,45% (14.549.641) e Pago 56,48% (9.398.189).

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR - SEDRAF

A SEDRAF tem como objetivo principal a proposição e implementação das políticas públicas voltadas à reforma agrária e a promoção do desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do segmento rural constituído pelos agricultores e agricultoras familiares. Com o objetivo de acompanhar o andamento da execução do PPA 2019- 2023, o documento avaliou os objetivos propostos na elaboração do referido PPA, através de análise individual das metas estabelecidas para cada setor do órgão e para o conjunto da SEDRAF de modo geral.

A avaliação geral das metas e objetivos foi realizada de modo a pensar os resultados atingidos com base no número de beneficiários e territórios alcançados, no comparativo às necessidades de ajustes na execução. Ademais, é preciso ressaltar que parte das metas não atingidas, os 100% de execução, ainda estão em andamento ou foram modificadas durante o processo por impossibilidade de operacionalização de algumas das iniciativas previstas.

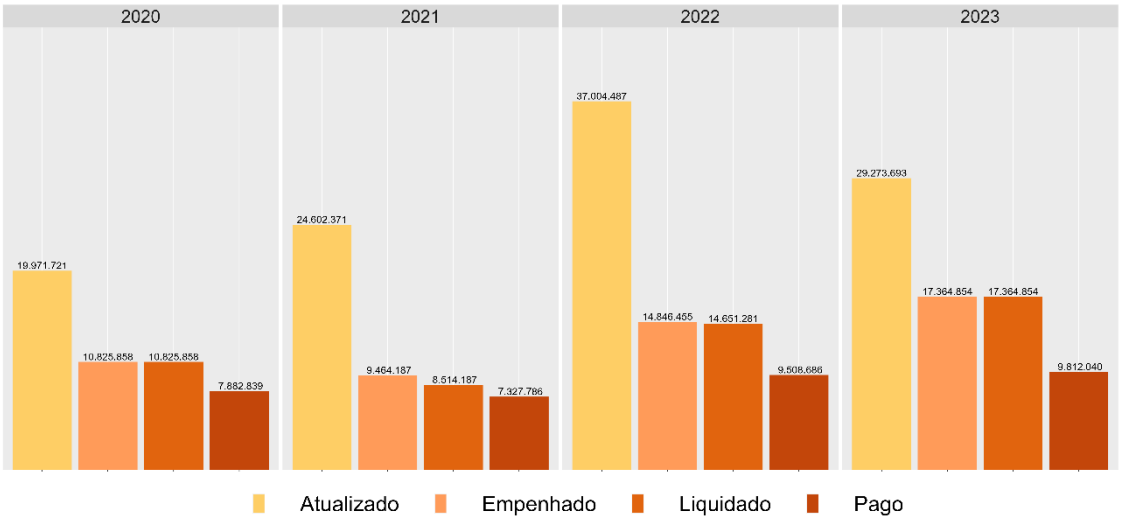
Dentre as ações realizadas pela Secretaria, estão em curso os procedimentos, licenciamento e a elaboração de duas agroindústrias, sendo uma de milho e outra de frutas, ambas no território do Mato Grande, foram adquiridos três caminhões baú refrigerados para apoio logístico às cooperativas, além do Mercado de Agricultura familiar que apoia cerca de 30 cooperativas da grande Natal (meta 0920). A Sedraf também viabilizou compras realizadas por três órgãos SEEC, SESAP e SETHAS de suprimentos de gêneros alimentícios fornecidos da agricultura familiar em 2023 (meta 0921).

Foram implementadas 46 feiras permanentes da agricultura familiar em todos os territórios (meta 0923), e 3 feiras estaduais (meta 0924), também houve o apoio, via termos de fomento, a certificação de 300 agricultores através da Associação Xique Xique e ACOPASA - Apodi e Mossoró (meta 0926) , fortalecimento a produção de trabalhadoras rurais, por meio de chamada pública para execução de ATER, sendo o ATER Mulheres, específico para produção de mulheres rurais, e mais de 50% do ATER Agroecologia também ocupado por beneficiárias mulheres (meta 0928). As metas 0930 e 1239 não foram atendidas, visto que, as condições não foram favoráveis para a realização da meta devido à carência de recursos financeiros e humanos.

Apesar das dificuldades, com orçamento e recursos humanos menor do que o ambicionado para a execução de todas as políticas públicas almejadas, o quadro de

servidores da secretaria tem feito um grande esforço para atender as metas de uma grande demanda reprimida da agricultura familiar. Os resultados atingidos superaram as expectativas iniciais, apesar dos ajustes de metas, em razão de restrições orçamentárias e congelamento das ações do governo devido as restrições impostas pela pandemia.

Gráfico 109 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF/RN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (19.971.721), Empenhado 54,21% (10.825.858), Liquidado 54,21% (10.825.858) e Pago 39,47% (7.882.839). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (24.602.371), Empenhado 38,47% (9.464.187), Liquidado 34,61% (8.514.187) e Pago 29,78% (7.327.786). Em 2022: Atualizado 100,00% (37.004.487), Empenhado 40,12% (14.846.455), Liquidado 39,59%(14.651.281) e Pago 25,70% (9.508.686). No ano de 2023: Atualizado 100% (29.273.693), Empenhado 59,31% (17.364.854), Liquidado 59,31% (17.364.854) e Pago 33,51% (9.812.040).

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER

A Emater analisou o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no PPA, execução orçamentária e financeira das ações planejadas, efetividade das políticas públicas implementadas e o impacto das ações governamentais na sociedade e Avaliação dos indicadores de desempenho e resultados. A primeira etapa foi realizada com a coleta de dados quantitativos, como número de beneficiários atendidos e pelo relatório da execução orçamentária utilizado para medir o desempenho e os resultados alcançados. O monitoramento foi realizado através da sistematização de relatórios mensais dos dados inseridos no Sistema Ceres, correções das lacunas quanto ao sexo e filtros em planilhas de Excel, foram as ferramentas utilizadas, dados esses, que foram bimestralmente alimentados no Sigef.

O desempenho no desenvolvimento dos objetivos da EMATER nos quatro anos do PPA (2020 – 2023) apresentou variação ao decorrer do período, o melhor desempenho geral ocorreu em 2022. No entanto, entre os territórios da cidadania, o comportamento da curva dos resultados possui valores que acompanham suas especificações, potencialidade e engajamento técnico com os agricultores.

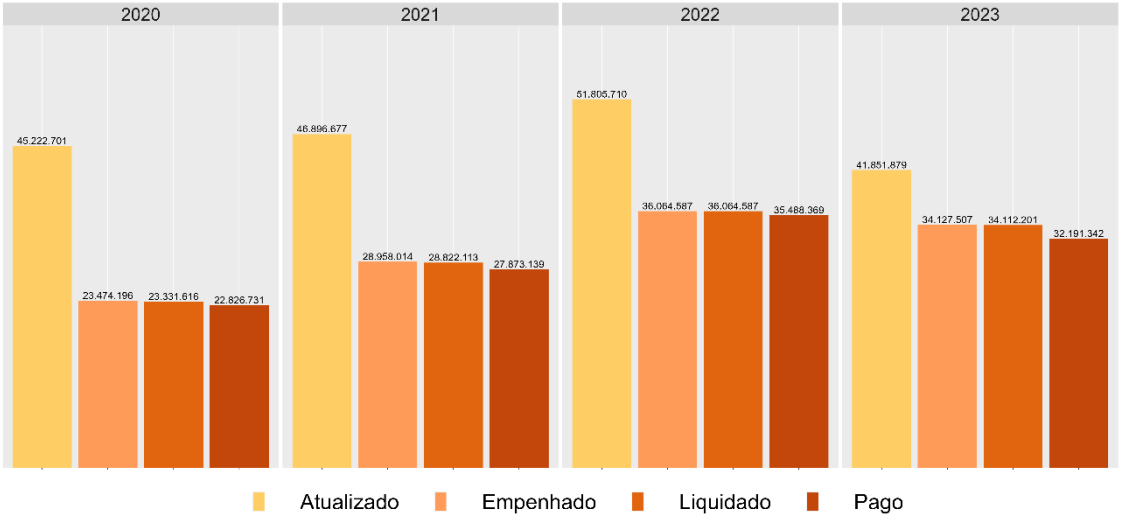
Avaliando o desempenho referente as capacitações de: Mulheres em Vulnerabilidade Social, Jovens em Empreendedorismo, Associações e Cooperativas da Agricultura Familiar, devido a condições atípicas, como o isolamento social (pandemia do Covid-19) e dificuldades internas, consequentemente prejudicou o planejado. No entanto, em 2023, os objetivos relacionados com o tema foram alcançados.

No período do PPA 2020-2023, houve significativa representatividade com atendimentos direcionados a Jovens e Agricultoras da agricultura familiar, já referente ao público dos médios produtores apresentou um alcance mediano com grande variação entre os territórios, observou-se falhas na execução orçamentária da iniciativa vinculada, relacionado aos povos tradicionais, pescadores artesanais e aquicultores. Sobre a adequação do ambiente de trabalho nesse período apresentou maiores alcance em 2020 e 2021, com a aquisição de bens móveis decorrente a convênios e projetos existentes possibilitando um desempenho superior ao previsto, gerando movimentação de recursos financeiros e orçamentários.

Portanto, mesmo diante dos desafios enfrentados, os esforços empreendidos resultaram em avanços significativos em diversas atividades. A implementação de

políticas de inclusão, a busca pela sustentabilidade e a promoção da ética e transparência são exemplos do comprometimento da EMATER com o bem-estar da população rural.

Gráfico 110 - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (45.222.701), Empenhado 51,91% (23.474.196), Liquidado 51,59% (23.331.616) e Pago 50,48% (22.826.731). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (46.896.677), Empenhado 61,75% (28.958.014), Liquidado 61,46%(28.822.113) e Pago 59,44% (27.873.139). Em 2022: Atualizado 100,00% (51.805.710), Empenhado 69,62% (36.064.587), Liquidado 69,62% (36.064.587) e Pago 68,50% (35.488.369). No ano de 2023: Atualizado 100% (41.851.879), Empenhado 81,54% (34.127.507), Liquidado 81,50% (34.112.201) e Pago 76,91% (32.191.342).

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR – CBM

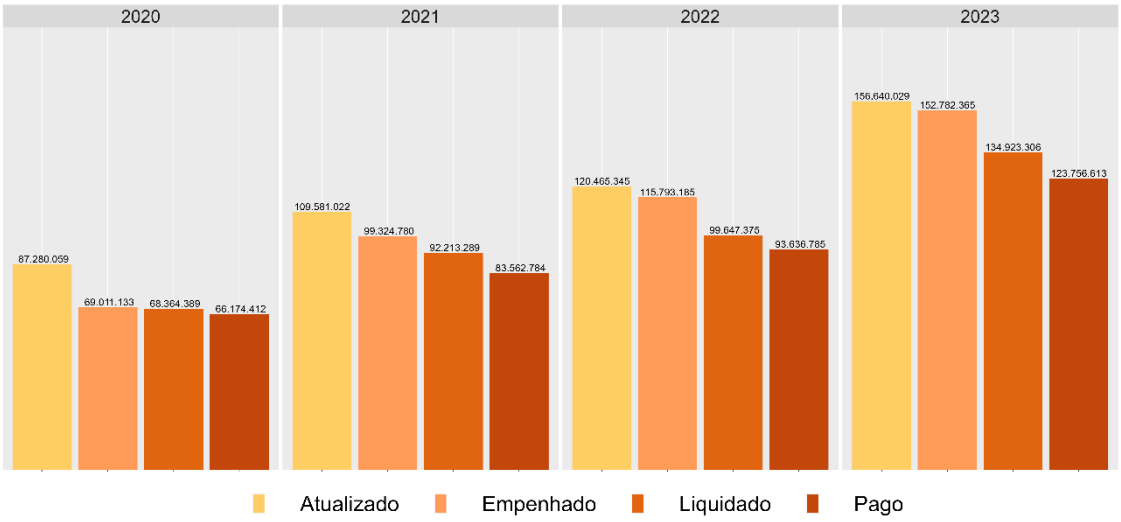
No período do PPA 2020-2023 o Corpo de Bombeiros Militar (CBM), destaca os principais resultados alcançados ao longo desses quatro anos de maneira direta e clara usando os objetivos como meio de os apresentar. O CBM manteve em vista os três programas temáticos: "Valorização dos Profissionais de Segurança Pública", "Atividade de Inteligência e Investigação" e "Cidadania e Segurança Pública". Com o intuito de atender a esses programas, o CBM com suas metas e iniciativas alinhadas aos objetivos estabelecidos. Apesar de algumas dificuldades em seguir a metodologia pré-estabelecida, o CBM empenhou-se ao máximo na coleta de dados, envolveu diversos setores internos, por meio de reuniões e relatórios.

Os resultados práticos tornam-se evidentes através dos objetivos estabelecidos. No objetivo "00176 - Desenvolver medidas que visem fortalecer a proteção à vida, à saúde, à assistência social, ao lazer e ao desporto, à qualidade de vida e à valorização do profissional dos Bombeiros Militares do RN, levando em consideração a proteção aos agentes públicos e aos seus dependentes", foram realizados 25% do previsto, por meio de cinco metas que se tornam visíveis por meio de oferta de cursos da atividade fim (salvamento, combate a incêndio, atividades tecnicas e aph) e da atividade meio (contabilidade, licitação e compras) aprovação e sanção da Lei Complementar nª 692 de 2021 em dezembro 2021 do Sistema de Proteção dos Militares Estaduais, implementação do programa de valorização profissional e criação da comissão de saúde entre outros. Enquanto no objetivo “00177 Promover a preservação da vida, o fortalecimento da cidadania e o enfrentamento do uso e tráfico de drogas e da violência contra a mulher através do desenvolvimento de atividades educativas e preventivas com crianças, adolescentes e jovens e da coleta de leite materno, além de, fomentar a prática da atividade física, visando à qualidade de vida e à aproximação do CBMRN à sociedade” que foi totalmente comprido através de 1 meta e 10 iniciativas, através do surf salva, corrida soldado do fogo, do Seminário de Abordagem Humanizada a Tentativas de Suicídio entre outras.

No caso do objetivo “00180 Desenvolver as atividades do CBMRN, criando condições logísticas, administrativas, de infraestrutura e recursos humanos.” houve um realizado de 98% com 7 metas envolvidas com seu desempenho, eles o fizeram por meio de abertura das unidades de Currais Novos e Açu, aparelhamento das unidades de Natal, Caicó, Currais Novos, Pau dos Ferros, Açu e Mossoró, aquisição de 20 viaturas entre

outros métodos, porem ouve um objetivo que não se pode iniciar por falta de verba sendo o objetivo “00175 Fortalecer as atividades de inteligência como suporte às ações de prevenção, investigação, planejamento e tomada de decisão.”.

Gráfico 111 - Corpo de Bombeiros Militar (CBM/RN)



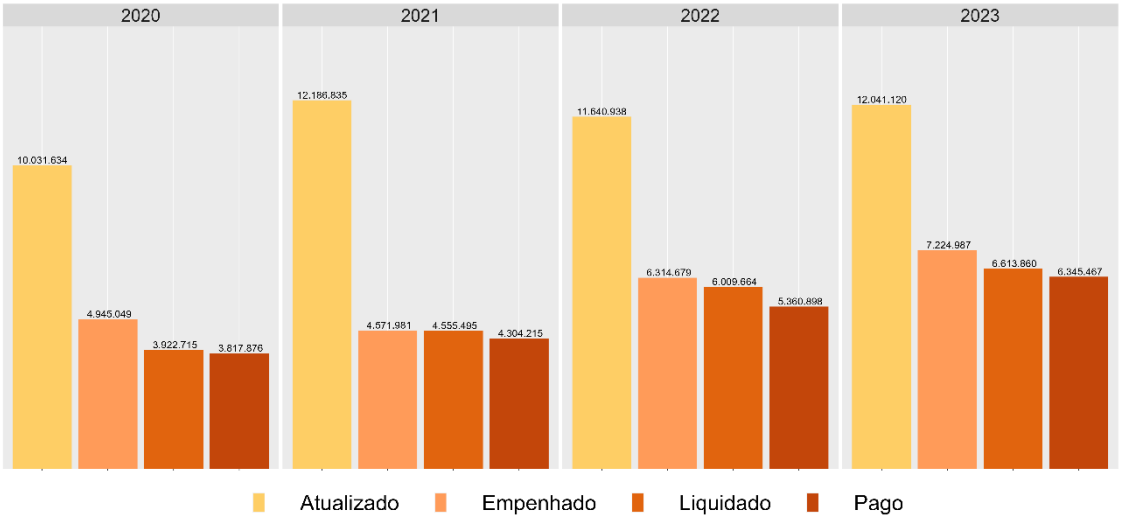
Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (87.280.059), Empenhado 79,07% (69.011.133), Liquidado 78,33% (68.364.389) e Pago 75,82% (66.174.412). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (109.581.022), Empenhado 90,64% (99.324.780), Liquidado 84,15% (92.213.289) e Pago 76,26% (83.562.784). Em 2022: Atualizado 100,00% (120.465.345), Empenhado 96,12% (115.793.185), Liquidado 82,72% (99.647.375) e Pago 77,73% (93.636.785). No ano de 2023: Atualizado 100% (156.640.029), Empenhado 97,53% (152.782.365), Liquidado 86,13% (134.923.306) e Pago 79% (123.756.613).

SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES, DA JUVENTUDE, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS - SEMJIDH

A Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJIDH), a responsabilidade do órgão é monitorar e avaliar indicadores específicos relacionados aos programas temáticos. São eles: Número de Denúncias de Violação de Direitos Humanos da População LGBT, Taxa de Homicídios de Mulheres por 100 mil Habitantes, Número de Denúncias de Violação de Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência, Taxa de Homicídios de Homens Negros por 100 mil Habitantes e Número de Denúncias de Violação de Direitos Humanos da Criança e Adolescente. Por meio de diversos setores internos foi elaborado a avaliação dos 4 anos. A avaliação aponta desafios significativos relacionados à execução orçamentária. Dificuldades financeiras limitaram a plena realização de algumas iniciativas, impactando o alcance completo das metas estabelecidas

Algumas das entregas realizadas por SEMJIDH são: I Encontro Estadual de Organizações de Juventude, Criação do Conselho Administrativo da Meia- Passagem Intermunicipal, Semana Estadual de Juventude, Participação no Grupo de Trabalho da População em Situação de Rua, Monitoramento e acompanhamento da estruturação de locais de abrigamento com condições sanitárias adequadas para a População em Situação de Rua, Execução do Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM entre muitos outros

Gráfico 112 - Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJIDH/RN)



Os valores representados no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2020, apresentam-se em porcentagem, da seguinte forma: Atualizado corresponde a 100,00% (10.031.634), Empenhado 49,29% (4.945.049), Liquidado 39,10% (3.922.715) e Pago 38,06% (3.817.876). Já no ano de 2021: o Atualizado corresponde a 100,00% (12.186.835), Empenhado 37,52% (4.571.981), Liquidado 37,38% (4.555.495) e Pago 35,32% (4.304.215). Em 2022: Atualizado 100,00% (11.640.938), Empenhado 54,25% (6.314.679), Liquidado 51,63% (6.009.664) e Pago 46,05% (5.360.898). No ano de 2023: Atualizado 100% (12.041.120), Empenhado 60% (7.224.987), Liquidado 54,92% (6.613.860) e Pago 52,69% (6.345.467).

ANEXO

RELATÓRIOS SETORIAIS

PPA | planejamento transparência integração

Plano Plurianual 2020-2023

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DO

[AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.]

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 4
Avaliação individual das INICIATIVAS 5
Avaliação Setorial dos Resultados 5
Avaliação dos Indicadores 6
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 6
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 7
Introdução 7
Do Objetivo da Avaliação 8
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 8
Metodologia 9
Avaliação Geral dos Resultados 9
Síntese da Avaliação e Recomendações 10
Referências 10

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 19203 Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.
Nome do Programa Temático: 4008 Desenvolvimento Econômico, Comércio e Serviços. Concessão e Intermediação de Financiamentos

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 0506 Estimular e apoiar empreendimentos produtivos e de prestação de serviços, através de ações de fomento, visando contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da população.
Códigos das metas: 1321 Contratar operações de crédito para fomentar empreendimentos produtivos e de prestação de serviços.
Códigos das iniciativas: - Informe os códigos das iniciativas vinculadas ao objetivo avaliado
Avaliação Geral do Objetivo: O objetivo proposto para o exercício de 2023 está sendo avaliado sob a ótica do resultado obtido, em relação ao projetado para o período. Nesse sentido, foram apoiados até out/2023 3.502 empreendimentos produtivos e de prestação de serviços contra 5.686 projetados, e liberados R$ 22,443 milhões para R$ 33,00 milhões projetados. Esses resultados representam 58,3% do número de contratos e 68% do valor projetado, permitindo a manutenção/geração de 7.004 pontos de trabalho diretos, beneficiando 162 dos 167 municípios do RN.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
Concessão e Intermediação de Financiamentos

Avaliação da Meta:
Foram concedidos 3.502 financiamentos para 6.000 financiamentos projetados e liberados R$ 22,443 milhões de R$ 33,00 milhões projetados, representando, respectivamente, 58,3% e 68% das metas fixadas para o exercício de 2023. O quantitativo foi reduzido em função do aumento do ticket médio das operações para microempreendedores individuais. Em termos de valor liberado, deve-se aproximar bastante da meta projetada, até dez/23. Para o exercício de 2024 espera-se aumentar o número de concessões, devido a disponibilização do sistema gerencial “on-line” de operacionalizações automáticas do crédito, o que deverá alterar a estratégia operacional da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.

Inserir campos para cada meta avaliada.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim como a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
NÃO SE APLICA

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
NÃO SE APLICA

Inserir campos para cada conjunto de iniciativas avaliadas por objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:
A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. tem a missão de fomentar negócios e promover o desenvolvimento sustentável do RN. No exercício de 2023 apoiou 3.502 empreendimentos produtivos e de prestação de serviços da agricultura, do comércio e serviços e da indústria, com liberação de R$ 22,443 milhões, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Norte. Essa injeção financeira na economia permitiu a manutenção, geração de 7.004 empregos diretos, em 162 dos 167 municípios do RN, beneficiando o empreendedor informal (EI) e o formal (MEI, EIRELE e outras MPE'S).

Recomendações: Por se tratar de um programa de Desenvolvimento Econômico de Ação Continuada, a concessão e intermediação de financiamento retornável requer prioridade do governo do Estado, tendo em vista a necessidade crescente de fomentar a economia e de aumentar a circulação de dinheiro para movimentar os negócios. Assim, recomenda-se analisar as possibilidades de aumento de capital da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. para assegurar o fomento aos negócios, em níveis sempre crescentes, promovendo a inovação e a sustentabilidade dos empreendimentos.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores. O objetivo de viabilizar empreendimentos dos setores produtivos, através da concessão de financiamentos nos diversos segmentos da economia, concedido para o Programa de Desenvolvimento Econômico, recebeu o aporte de 3.502 concessões de financiamentos, com investimentos de R$ 22,443 milhões, pela Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação apresenta uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020 – 2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância

do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução
A Concessão e Intermediações de financiamentos pela Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., contribuiu com o Programa de Desenvolvimento Econômico do PPA, no período 2020-2023, tendo em vista o importante impacto causado na economia potiguar. Isso se deu de forma planejada, em plena pandemia, de forma a apoiar os empreendimentos produtivos e de prestação de serviços para manter empregos, salários e rendas dos negócios e dinâmica da economia, de forma a reduzir os impactos negativos causados pelo fechamento das empresas. O planejamento estratégico da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., no período de 20200020– 2023, projetou 24.000 concessões de crédito e liberação de R$ 105 milhões, promovendo a inclusão de 48.000 pessoas ao processo produtivo e ao mercado de consumo, dinamizando a economia do RN. O impacto causado pelas 22.433 concessões de crédito e pelos R$ 117.391.464,16 liberados no período 2020-2023, manteve os negócios dinâmicos, em 162 municípios do RN, contribuindo para o desenvolvimento econômico. Esses investimentos mostram aderência, diretamente, com o ODS-8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, inserindo social e economicamente os empreendedores informais e trabalhadores das micro e pequenas empresas apoiadas. Observou-se, também, um benefício direto, às mulheres, dada a prioridade de concessão, obtendo-se um índice de 54% de mulheres dentre os clientes financiados pela Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., ou seja, cerca de 12.000 mulheres beneficiadas, no período 2020-2023, no RN. Como se observa, a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. optou pela avaliação de resultado comparando os quantitativos de entregas aos empreendedores com as projeções apresentadas para o período 2020 – 2023.

Nesse sentido, utilizou-se os indicadores de concessão de crédito: Nº de concessões e valor liberado. Observou-se variação, ano a ano, na realização de metas, concluindo-se pela superação das liberações de recursos em 111% e 93,47% das concessões de crédito.

Do Objetivo da Avaliação

Esta avaliação objetiva apurar os resultados obtidos no período 2020-2023, frente às metas projetadas e a efetiva contribuição ao programa de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado.

Em relação à política pública de fomento às empresas do RN, traçada pelo governo do RN, a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. incluiu no seu plano de trabalho o atendimento aos diversos setores econômicos e criou linhas de financiamento para atender demandas específicas de diversos segmentos, em condições especiais, com oportunidade e suficiência nos aportes financeiros.

Ao se proceder essa avaliação pretende-se demonstrar os resultados que contribuíram com a política de desenvolvimento econômico do Governo do Estado e, ao mesmo tempo, avaliar e ajustar as projeções futuras, para beneficiar mais e mais os empreendedores do RN, de acordo com suas disponibilidades financeiras.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

O PPA da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. tem sua estrutura institucional inserida no Programa de Desenvolvimento Econômico - Concessão e Intermediação de Financiamentos, com estratégia de geração de emprego pleno e descentralização do desenvolvimento, com objetivo de viabilizar os empreendimentos nos setores produtivos, através da concessão de financiamentos nos diversos segmentos da economia.

As metas fixadas para o período 2020 – 2023 são 24.000 concessões e liberação de R$ 105 milhões em investimentos, que demonstram aderência ao ODS - 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico e são compatíveis com o Programa do PPA 2020-2023.

O conjunto das metas contempla o atendimento de todas as demandas populares captadas no planejamento do PPA.

Metodologia

Esta avaliação foi realizada pela assessoria de planejamento junto as gerencias orçamentária/financeira – gestora da contabilidade e setor financeiro e operacional – responsável pelas metas físicas, com dados do Sistema de Controle Contábil e Financeiro – SCF, sistema gerenciador da AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.

Os dados a mais foram levantados através dos Relatórios de Liberações Confirmados por linha de Financiamento e por Território.

Os dados apurados no período 2020 – 2023 foram comparados com as projeções do PPA.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO:

O objetivo de viabilizar empreendimentos nos setores produtivos, através da concessão de financiamentos nos diversos segmentos da economia foi plenamente atingido pela AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. no período de 2020-2023.

1 – Concessões de Crédito e Valor Liberado
Realizações – período: 2020-2023

ANO	Nº DE OPERAÇÕES/EMPREENDIMENTOS FINANCIADO	VALOR LIBERADO R$
2020	6.275	28.535.970,00
2021	6.901	34.187.412,00
2022	5.754	32.224.243,00
2023	3.502	22.443.838,00
TOTAL	**22.432**	**117.391.463,00**

2 – Projeções – Concessões de Crédito: Período 2020-2023

ANO	Nº DE OPERAÇÕES/EMPREENDIMENTOS FINANCIADO	VALOR LIBERADO R$
2020	6.000	24.000,00
2021	6.000	24.000,00
2022	6.000	24.000,00
2023	6.000	33.000,00
TOTAL	**24.000**	**105.000,00**

Em relação as metas projetadas obteve-se, até out/2023:
- 93,46% de alcance no número de concessões
- 111,8% de alcance no volume de liberações de financiamentos.

Conclui-se pelo êxito da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. na execução do PPA 2020 – 2023 visto que seus objetivos e metas foram amplamente atingidos, contribuindo para o Programa de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Para o melhor andamento dos PPA'S futuros faz-se necessário o aumento de capital da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., tendo em vista que os recursos de capital da agência chegam ao cidadão empreendedor e retorna aos cofres para reinvestimento, tornando a economia mais robusta e crescente.

Sugere-se que o monitoramento do PPA possa vir a se tornar quadrimestral, tendo em vista que toda ação tem sua temporalidade específica.

Referências

Sistema de Controle Financeiro/SCF/AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. – gerência contábil/financeira/AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A..

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 20233

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 13

Avaliação Geral do Objetivo3

Avaliação individual das METAS5

Avaliação individual das INICIATIVAS6

Avaliação Setorial dos Resultados10

Avaliação dos Indicadores10

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-202311

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 211

Introdução11

Do Objetivo da Avaliação12

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas13

Metodologia14

Avaliação Geral dos Resultados14

Síntese da Avaliação e Recomendações15

Referências15

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 25204-1 AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARSEP/RN
Nome do Programa Temático: (4005) - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIA

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo 1: A) **00042: Promover a fiscalização contribuindo para a melhoria da prestação dos Serviços Públicos, no âmbito da Regulação do saneamento básico, energias, gás canalizado e tarifas aplicadas aos consumidores.**
Códigos das metas: **QUANTIDADE DE METAS - 05 (cinco), concluídas para o período do PPA 2020/2023** • Meta 0094: Promover, por meio de demandas da ANEEL, as devidas fiscalizações. • Meta 0111: Qualificar o corpo técnico e administrativo das coordenadorias da ARSEP. • Meta 0116: Promover fiscalizações anuais por município, no âmbito comercial e operacional. • Meta 0139: Publicar a resolução da revisão tarifária para os municípios do RN conveniados. • Meta 0143: Realizar a revisão tarifária dos municípios do RN conveniados até o final do ano de 2022.
Códigos das iniciativas: • 00323 • 00322 • 00320 • 00315 • 00321 • 00324 • 00327 • 00359 • 00359

Avaliação Geral do Objetivo:

A. **00042: Promover a fiscalização contribuindo para a melhoria da prestação dos Serviços Públicos, no âmbito da Regulação do saneamento básico, energias, gás canalizado e tarifas aplicadas aos consumidores.**

A fiscalização e Regulação fazem parte do escopo principal da ARSEP, com o objetivo de contribuir para um serviço de qualidade prestado pelas concessionárias aos consumidores de energia, saneamento básico e gás canalizado. Sendo assim, os técnicos da ARSEP trabalham com foco na otimização constante do desempenho dos serviços para atendimento à população. Para tanto se buscou alinhar as metas e iniciativas com os objetivos nas áreas-fins, quais sejam: Energia, Gás Canalizado, água e saneamento básico.

Durante o exercício 2023 os trabalhos seguiram de forma continuada com algumas dificuldades devido o quantitativo de pessoal especializado ser aquém do ideal; porém o objetivo esteve alinhado com as subações orçamentárias, e as iniciativas foram sendo colocadas em prática, em consonância com os objetivos e metas pactuadas conforme o planejado; os serviços foram desenvolvidos, na medida do possível, dentro do planejamento inicial. Neste exercício 2023 os recursos foram suficientes para atender as demandas, sendo o déficit de pessoal um fator principal que impacta desfavoravelmente, na realização dos trabalhos desta Autarquia. Neste aspecto é importante frisar que a ARSEP, neste exercício, instituiu a comissão destinada à revisão e alteração da Lei Complementar Nº 584, de dezembro de 2016, com o objetivo de realizar concurso público para contratação de pessoal, o que está sob avaliação da Diretoria Colegiada do Órgão.

As subações utilizadas para fazer face ao objetivo mencionado acima e que contribuíram para o desenvolvimento do mesmo, foram especialmente as de fiscalização – **221401 - Desenvolvimento da fiscalização** onde foram utilizados recursos no total de R$ 8.140,00 (oito mil, cento e quarenta reais), sendo abaixo do programado, por motivo de grande demanda em elaboração de relatórios e deficiência de pessoal, como também a subação relacionada a **eventos de aperfeiçoamento técnico – 101101**, onde foram utilizados recursos no total de R$ 67.349,04 (sessenta e sete mil, trezentos e quarenta e nove reais e quatro centavos), incluídos neste valor, gastos com cursos, diárias e passagens aéreas para deslocamento de servidores, totalizando o valor de R$ 75.489,04 (setenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e quatro centavos).

Na análise, os recursos financeiros utilizados para execução do objetivo em tela, foram suficientes, não sendo necessárias alterações orçamentárias para o exercício 2023, alcançando um percentual de aproximadamente 50% (cinquenta por cento) do valor inicialmente previsto para o exercício financeiro.

Em suma, conclui-se que a ARSEP, ainda que tenha déficit de pessoal, cumpriu satisfatoriamente com o objetivo, reafirmando a cada exercício, o seu comprometimento como ente regulador.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

0094: Promover, por meio de demanda da ANEEL, as devidas fiscalizações

Concluída no exercício 2023.

0111: Qualificar o corpo técnico e administrativo da coordenadoria da ARSEP – Concluída no exercício 2023.

0116: Promover fiscalizações anuais por município, no âmbito comercial e operacional – Concluída no exercício 2023.

0139: Publicar a resolução da revisão tarifária para os municípios do RN conveniados até julho de 2020 – Essa meta é anual e foi **Concluída** dentro do previsto para o exercício 2023.

0143: Realizar a revisão tarifária dos municípios do RN conveniados até o final do ano de 2020 – Concluída no exercício 2023.

Avaliação da Meta:

094 – As fiscalizações da área de energia são definidas no contrato de metas anual firmado entre a ANEEL e a ARSEP. Durante o exercício 2023, a coordenação conduziu campanhas de fiscalização em usinas fotovoltaicas e eólicas, como as Usinas Fotovoltaicas Monte Verde Solar VII, Sol Serra do Mel VII, IX, e X, além das Centrais Geradoras Eólicas Seridó VI e XII. Estas atividades asseguram que os projetos de energia renovável cumpram os cronogramas de outorga e as normas técnicas, essenciais para o avanço sustentável da matriz energética do estado**.** O desenvolvimento de fontes renováveis é um pilar para a transição energética e para a geração de empregos e renda na região.

A ARSEP destaca a importância da diversificação da matriz energética e da regulação eficiente para a economia do estado. Estas ações contribuem para a estabilidade energética, trazendo segurança no suprimento de energia, com a continuidade de serviços, tendo uma consequência positiva para a economia potiguar.

0111 – A qualificação do corpo técnico da ARSEP, no exercício 2023, foi direcionada para os servidores das áreas-fins: Coordenadorias de Energia e Gás, Saneamento, Tarifas e Ouvidoria, além da Coordenação do Convênio (ANEEL/ARSEP), Assessoria técnica, Presidência e Diretorias Autárquicas, em razão da mudança de gestão ocorrida em julho de 2022, refletida em 2023. Contudo, a meta de capacitar os servidores em sua totalidade anualmente, está presente no planejamento para o exercício 2024.

0116 – Todas as fiscalizações seguiram o cronograma para o exercício 2023, com base no disposto na Lei Complementar nº 682 de 15/07/2021 - Novo Marco do Saneamento.

As principais ações desenvolvidas pela coordenadoria de saneamento no ano de 2023, foram

as fiscalizações dos sistemas adutores, uma vez que a água é um dos principais insumos para a indústria de base e fator limitante para a instalação de qualquer empreendimento. No ano de 2023 foram realizadas 12 fiscalizações programadas nos sistemas adutores do estado, onde foram analisadas questões patrimoniais dos ativos da CAERN que impactam diretamente no valor as tarifas; por sua vez as tarifas tem impacto direto na composição de preço de vários produtos e serviços; a ARSEP busca o equilíbrio dos preços cobrados pela água e o poder de pagamento dos usuários, considerando os contratos vigentes e o equilíbrio econômico e financeiro e as metas de universalização.

0139/143 - A regulação tarifária equilibrada é um aspecto importante para a economia potiguar, pois impacta diretamente nos custos operacionais de diversos prestadores de produtos e serviços inseridos no mercado potiguar, incluindo o orçamento doméstico dos consumidores. Sendo a regularização tarifárias, portanto, aspecto fundamental para manter o equilíbrio entre a viabilidade econômica das empresas fornecedoras e a acessibilidade dos serviços para os consumidores. As Coordenações desempenham um papel ativo neste processo, contribuindo para a estabilidade econômica e atração de investimentos.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

00315: Contratação de profissionais qualificados para desenvolver ações na área de fiscalização e ações administrativas;

00318: Aquisição de equipamentos, estações de trabalho e outros materiais de escritório necessários para o desenvolvimento das atividades;

00319: Disponibilização de áreas físicas que possibilitem todas as atividades funcionais da Coordenadoria/ARSEP;

00320: Busca contínua de cursos e treinamento de qualificações adequadas para os servidores da ARSEP;

1750 - Elaboração de Resoluções tarifárias.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

00315 – As contratações de pessoal foram direcionadas às ações administrativas voltadas também ao atendimento ao público, sendo a sabação 275301 (manutenção e funcionamento) a utilizada para realizar a despesa. No exercício 2023, do valor inicialmente previsto de R$ 584.000,00 (quinhentos e oitenta e quatro mil reais), R$ 524.114,83 (quinhentos e vinte e quatro mil, cento e catorze reais e oitenta e três centavos) foram

utilizados para a contratação de pessoal terceirizado, para atender as necessidades dos setores.

00318 – Por ocasião de mudança de Sede ocorrida em junho 2023, a ARSEP, priorizou a rede de dados e acesso dos servidores aos sistemas de cada área de atuação. Foi necessária a contratação de empresa especializada para realizar o cabeamento estruturado para otimização da rede lógica do órgão, atividade que demandou recursos num total de R$ 37.578,99 (trinta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais e noventa e nove centavos), realizado na subação de manutenção e funcionamento. Não foram adquiridos materiais permanentes.

00319 – A mudança de sede para novo endereço promoveu uma melhoria nos setores, favorecendo o foco na realização das atividades.

00320 - Participação de servidores no XIII no Congresso ABAR: Os desafios da Regulação para o desenvolvimento Nacional, com apresentação de trabalhos pelos técnicos da ARSEP. Capacitação sobre a Revisão dos Custos de Referência (homem-hora), para o período de 2024 a 2026, em razão dos Contratos de Metas firmados entre a ANEEL e a ARSEP - nos dias 08 e 09/08/2023. Participação no 32º Congresso da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - 21 a 24/05/2023 em BH/MG; Participação no evento: prêmio de Satisfação do Consumidor e Encontro da Diretoria da ANEEL com as Agências Reguladoras Estaduais; Participação no evento: IX ENAFID na ANEEL no período de 17 a 19 de maio/2023. Participações em eventos: Encontro Nacional dos Fiscais da Distribuição - XIX/ENAFI/ANEEL; Participação de técnicos da Ouvidoria no XX Encontro Nacional de Ouvidores do Setor Elétrico/ENOSE em Palmas/Tocantins; Reunião Técnica entre as superintendências da ANEEL em Brasília/DF e Submissão do Artigo Científico para o 32º Congresso da ABES, para avaliação da Comissão organizadora do evento.

Considerações: As capacitações dos servidores, como iniciativa para um bom desempenho das suas funções estão diretamente relacionadas à meta contratualizada. Estas ações foram executadas nas subações orçamentárias, tanto na 101101 (Aperfeiçoamento Técnico), quanto na subação 275301 (manutenção), para os servidores que não fazem parte das áreas-fins. Neste sentido, os valores utilizados para a execução de cada subação, mostra-se abaixo:

101101 (Aperfeiçoamento Técnico): R$ 59.249,04 (cinquenta e nove mil, duzentos e quarenta e nove reais e quatro centavos), sendo este valor suficiente ao atendimento da meta física proposta.

275301 (manutenção e Funcionamento): R$ 41.819,26 (quarenta e um mil, oitocentos e dezenove reais e vinte e seis centavos).

1750 - Foram publicadas 4 (quatro) R**esoluções** Ordinárias **referente ao Reajuste tarifário** que homologa as tarifas de fornecimento de gás canalizado.

Foi **publicada 1(uma) Resolução Ordinária referente a Revisão Tarifária** que homologou as tarifas de fornecimento de gás canalizado para vigorar a partir de 01/10/2023..

A Resolução Ordinária do reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no âmbito das microrregiões foi realizada em novembro de 2023.

Para a revisão tarifária relativa à POTIGÁS, a ARSEP aloca recurso para despesa com consultoria. Essa despesa, em 2023 demandou recurso no valor de R$ 17.140,00 (dezessete mil, cento e quarenta reais), sendo este executado na subação 11180 (Consultoria).

NOTA: Para demonstração do comparativo entre o que foi inicialmente planejado e a execução das subações, no exercício 2023, inserimos uma planilha (ID.), incluindo também a meta física e o percentual para cada subação orçamentária.

Código e descrição do Objetivo 2:

00048: Contribuir, cada vez mais, para que a cidadania seja contemplada com melhores serviços públicos, ofertados pelo Estado e seus contratados.

Códigos das metas:

QUANTIDADE DE METAS: 01 (uma), Concluída e 02(duas) não iniciadas no Exercício 2023

- 0149: Contribuir cada vez mais com a melhoria da qualidade dos serviços ofertados à cidadania
- 0153: Criar e Desenvolver Ouvidorias itinerantes e proativas – Não Iniciada
- 0157 Participar dos Conselhos de Consumidores das prestadoras de serviços públicos reguladas

Avaliação da Meta:

149: dentre as metas pactuadas, *"contribuir cada vez mais com a melhoria da qualidade dos serviços ofertados à cidadania"* é a mais abrangente, porque envolve a visão, missão e valores da ARSEP. Esta Autarquia Normatiza, controla, regula e fiscaliza os serviços públicos originários e delegados, prestados pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas, dentro do território do estado do Rio Grande do Norte, proporcionando o equilíbrio e condições favoráveis para atingir os interesses da sociedade; regula medidas e ações do Governo que envolva a criação de normas, controle e a fiscalização dos segmentos de mercado explorados por empresas para assegurar o interesse público, garantindo os direitos do cidadão e a proteção econômica, com transparência, ética, Eficiência, imparcialidade, comprometimento e Sustentabilidade.

0153 – A pandemia foi um dos motivos pelos quais as Ouvidorias itinerantes não foram criadas ao longo de toda vigência do PPA 2020-2023. Inicialmente houveram tratativas, reuniões com a gestão à época; porém outros motivos fizeram malograr o desenvolvimento da meta, como por exemplo o término do mandato da gestão anterior, ocorrido em 2021, criando-se um lapso temporal até a posse da nova gestão, em junho de 2022.

Até o término da vigência do quadriênio 2020-2023, não foram realizadas ações pela nova gestão, que viabilizasse a criação das ouvidorias itinerantes, como havia sido proposto anteriormente. Meta não iniciada.

0157 - Participar dos Conselhos de Consumidores das prestadoras de serviços públicos reguladas.

A ARSEP deixou de compor o Sistema Educacional de Defesa do Consumidor / SEDC, a partir da publicação da Lei Nº 10.431, de 11 de setembro de 2018, que altera a Lei Estadual Nº 6.972, de 8 de janeiro de 1997. Meta não cumprida.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Código das Iniciativas:

00321: Reuniões periódicas com as prestadoras de serviços reguladas;

AVALIAÇÃO: A ARSEP realizou a interação institucional com a Secretaria Municipal do Meio ambiente de Mossoró para alinhamento das condições de prestação de serviços na área de saneamento básico e está constantemente participando de reuniões periódicas com representantes de empresas, empreiteiras, consultores e representantes municipais com o objetivo de melhorar a forma de comunicação com entes públicos e privados, relativas aos serviços prestados à população. Houveram reuniões com representantes de condomínios residenciais e técnicos, representantes das concessionárias para equacionar problemas de falhas no abastecimento de água potável. Algumas destas ações foram realizadas na sede da ARSEP, sem custo para a Autarquia. Dessa forma, as reuniões favorecem a troca de conhecimento e alinhamento das ações de fiscalização, promovendo um melhor atendimento à população.

00322: Colaboração, quando solicitado, na preparação de **material para divulgação** da agência e na parte de eficiência energética;

AVALIAÇÃO: A divulgação da ARSEP, no exercício 2023, foi realizada através das redes sociais, a cargo do setor de comunicação, o que não demandou custos financeiros.

00323: Manutenção da planilha de dados com as informações atualizadas sobre as usinas de geração (eólica, fotovoltaica, hídrica e termoelétrica) do estado do Rio Grande do Norte;

AVALIAÇÃO: Essa Iniciativa não demanda gastos por ser uma atividade constante no próprio setor da Coordenação de Energia e Gás.

00324: Realização de visitas institucionais aos municípios para apresentação da agência e do convênio de delegação

AVALIAÇÃO: Não foram realizadas visitas a Instituições que demandassem recursos financeiros

363 - Implantação do sistema de gestão de ouvidoria da ARSEP

AVALIAÇÃO: Não ocorreram iniciativas nesse sentido que viabilizassem a criação do sistema específico. A ouvidoria da ARSEP continuou em 2023 diretamente ligada ao sistema da ANEEL.

2126 - Adquirir um prédio para servir de sede própria da agência reguladora para desenvolver com mais qualidade e eficiência os trabalhos delegados a ARSEP

AVALIAÇÃO: De março a abril de 2023, houve a pesquisa de mercado para a aquisição de novo prédio. Porém os imóveis encontrados nesse período apresentavam falhas de estrutura e, muitas vezes eram com preço acima do praticado. A ARSEP não encontrou nenhum prédio que se adequasse às necessidades da Autarquia, fazendo com que a opção mais viável fosse a locação de imóvel em melhores condições, comparadas ao prédio anterior.

Avaliação Setorial dos Resultados

Todos os setores trabalharam em 2023 ainda com déficit no quantitativo de pessoal, sendo esse o maior impedimento para o andamento dos serviços. Porém, a ARSEP, neste exercício, instituiu a comissão destinada à revisão e alteração da Lei Complementar Nº 584, de dezembro de 2016, com o objetivo de realizar concurso público para contratação de pessoal, o que está sob avaliação da Diretoria Colegiada do Órgão.
De maneira geral, os objetivos foram cumpridos e o orçamento foi suficiente para a demanda.

Avaliação geral setorial: Os técnicos dos setores das áreas-fins corresponderam com o solicitado, o Teto Orçamentário estava dentro do esperado e a execução das despesas foram realizadas com tranquilidade, dentro das normas vigentes.
Recomendações: Sem recomendações.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores. Nome do Programa temático: **(4005) - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIA** Os objetivos propostos por esta Autarquia para comporem o plano plurianual no período 2020-2023, está diretamente relacionado ao programa temático (4005) - **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIA,** tendo em vista que a ARSEP, em sua missão de Normatizar, Controlar, Regular e Fiscalizar os serviços públicos originários e delegados, prestados pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas, dentro do território do estado do Rio Grande do Norte, proporciona o equilíbrio e condições favoráveis para atingir os interesses da sociedade. Neste sentido, importa reiterar que a ARSEP tem a responsabilidade direta na fiscalização da produção de energia elétrica, o que inclui a supervisão de novas usinas no estado. garantindo

que as usinas operem dentro dos parâmetros técnicos e legais, assegurando uma produção eficiente e sustentável. Adicionalmente, a regularização e fiscalização da distribuição de gás natural no estado, especialmente através da Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS), é fundamental para garantir a qualidade e a acessibilidade deste recurso para consumidores e indústrias, principalmente no que se refere às revisões anuais de tarifas aplicadas aos consumidores.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte (ARSEP) é uma autarquia sob regime especial, com personalidade jurídica de Direito Público, dotada de autonomia administrativa, técnica e financeira, com sede e foro na Capital do Estado, com prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território do Estado do Rio Grande do Norte, regida pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 584, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.**

O poder regulatório da ARSEP é exercido com a finalidade de atender ao interesse público, mediante normatização, planejamento, acompanhamento, controle e fiscalização das concessões, permissões e autorizações submetidas à sua competência originária ou delegada.

As atividades da ARSEP são exercidas nas seguintes áreas:
I - distribuição de gás canalizado
II - energia elétrica
III - saneamento básico

Este Relatório apresenta a Avaliação Setorial Anual dos resultados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte – ARSEP, quando da execução do que foi estabelecido para a Autarquia no Plano Plurianual 2020 – 2023.

As ações orçamentárias não poderiam ficar à margem dessa avaliação, haja vista a importância delas na execução do PPA, uma vez tratar-se do aporte financeiro para colocar em prática as iniciativas, e consequentemente cumprir as metas relacionadas à concretização dos objetivos. Por isso, os demonstrativos também, estão presentes neste Relatório, anexos ao processo SEI Nº 00210006.004047/2023-30, como forma de corroborar com a importância da execução orçamentária na realização dos objetivos.

Concomitante ao início da vigência do PPA, ocorreu a Pandemia em 2020. As iniciativas foram sendo colocadas em prática, apesar das restrições impostas. Fez-se necessário alguns ajustes orçamentários através de remanejamentos e alterações de QDD para atender ao que tinha sido planejado, com o intuito de se executar as demandas; para isso, os valores das subações

orçamentárias inseridas no programa temático foram revistas e analisadas para dar suporte à aquisição de materiais permanentes e de consumo, visto que ocorreu a mudança da ARSEP para uma sede maior.

No exercício 2021, houve uma diminuição na arrecadação da Taxa de Fiscalização da Potigás, ocasionada pela redução do faturamento de gás canalizado nos segmentos industrial e comercial, decorrente da crise gerada pela redução do movimento econômico dos setores produtivos, em face da pandemia, e que não foi compensado pelo crescimento do segmento residencial. Entretanto, as metas financeiras planejadas/distribuídas para as subações orçamentárias para 2021 foram suficientes tendo-se em conta as sobras orçamentárias, principalmente na subação de Manutenção e Funcionamento da ARSEP - 275301), por meio do percentual alcançado, reflexo da situação de pandemia (p. ex. Estagiários e Contínuos, onde ocorreram anulações de empenhos), e/ou processos não finalizados devido aos prazos constantes no Decreto de encerramento orçamentário/financeiro (Decreto nº 31.051 de 03 de novembro de 2021), por não ter havido tempo hábil para tais finalizações, como, por exemplo, aquisição de materiais permanentes e/ou contratação de pessoal de apoio.

Em 2022 houve a posse da nova gestão da Arsep, em julho. Contudo, o término da gestão anterior ocorreu em dezembro de 2021, causando um lapso temporal entre as duas gestões, refletindo nas tomadas de decisões; no entanto as Coordenadorias cumpriram suas metas satisfatoriamente no tocante às fiscalizações, análises de reajustes de tarifas e atendimentos da ouvidoria à população.

Dentre as ações que mais se destacaram no exercício 2022 foi a expansão dos serviços delegados, uma vez que, com a publicação da Lei Complementar nº 682, de 15 de julho de 2021, a ARSEP passou a fiscalizar todos os municípios do Rio Grande do Norte (exceto a capital, Natal), resultando em volume de trabalho, em termos de análise, mais de sete vezes maior que a demanda inicial, o que ocasionou a prorrogação de prazos para entrega dos produtos relacionados ao estudo técnico e científico sobre a revisão tarifária do setor de saneamento básico, especificamente, no âmbito do abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A ARSEP seguiu com as atividades-fins no exercício 2023, essenciais para garantir a eficiência, a qualidade e a sustentabilidade no campo de sua atuação, buscando o aperfeiçoamento na execução do programa, apontando para possíveis “desvios de rota” que devem ser detectados, a medida que as ações estão sendo colocadas em prática a fim de se poder interferir positivamente no processo de implementação.

Do Objetivo da Avaliação

A avaliação do Plano Plurianual da ARSEP objetiva manter o aperfeiçoamento contínuo do programa ao qual está inserida; os resultados obtidos estão em sintonia com os objetivos e com os níveis de indicadores idealizados e as metas de acordo com a execução física e financeira dos projetos.
Os indicadores mostram o grau de satisfação com o atendimento da ARSEP, a capacitação contínua dos funcionários e o atendimento das fiscalizações e das resoluções necessários para a boa prestação dos serviços públicos
Enfim, O monitoramento do PPA da Arsep é um processo de aprendizagem que busca o aperfeiçoamento na execução do programa, aponta para possíveis “desvios de rota” que devem ser detectadas, a medida que as ações estão sendo colocadas em prática a fim de se poder interferir positivamente no processo de implementação.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

Programa Temático:

(4005) - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIA

EIXO 4: Desenvolvimento Regional Sustentável com Inclusão Econômica

Foram realizadas reuniões com a equipe de trabalho para estruturação e discussão das metas, objetivos, iniciativas e indicadores visando a obtenção de uma gestão por resultados.

A) **00042: Promover a fiscalização contribuindo para a melhoria da prestação dos Serviços Públicos, no âmbito da Regulação do saneamento básico, energias, gás canalizado e tarifas aplicadas aos consumidores.**

B) **00048: Contribuir, cada vez mais, para que a cidadania seja contemplada com melhores serviços públicos, ofertados pelo Estado e seus contratados.**

Diretrizes:

. Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados;

. Realizar monitoramento, por meio de fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos municípios conveniados dentro do estado do Rio Grande do Norte;

. Assegurar a qualidade e modicidade das tarifas dos serviços fiscalizados pela ARSEP, proporcionando a universalização dos serviços públicos no âmbito de sua atuação, nos termos da lei 584/2016 e demais normas legais pertinentes;

. Realizar fiscalizações nas usinas de geração elétrica, instaladas no estado do Rio Grande do Norte;

. Regulamentar a fiscalização do serviço de distribuição de gás no Estado do Rio Grande do Norte.

A ARSEP, através de suas Coordenações, conduz campanhas de fiscalização em usinas fotovoltaicas e eólicas, além das Centrais Geradoras Eólicas Seridó VI e XII. Estas atividades asseguram que os projetos de energia renovável cumpram os cronogramas de outorga e as normas técnicas, essenciais para o avanço sustentável da matriz energética do estado, em consonância com o **ODS Nº 7 – Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.**

A ARSEP, também Promove fiscalizações anuais por município, no âmbito comercial e operacional, na área de saneamento básico em conformidade, entre outros, com o **ODS Nº 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos; Subitens: 6.1 – 6.2 – 6.3 – 6.4 – 6.5 – 6.6 – 6.a – 6.b.** - como também, **ODS Nº 17 – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável; Subitem: 17.7.**

Neste contexto, importa reafirmar o compromisso desta Autarquia em elaborar e publicar as revisões tarifárias de reajustes no âmbito do saneamento básico como também a análise do reajuste

trimestral do preço do gás natural pelo supridor PETROBRAS no Fornecimento do Gás Canalizado, distribuído pela Companhia Potiguar de Gás – POTIGÁS, corroborando com o disposto no ODS Nº **6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos, 6.1 - Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos, 8 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.**

Os serviços regulados pela ARSEP promovem o desenvolvimento da sociedade e estão ligados a serviços de infraestrutura relacionados diretamente ao saneamento básico, gás natural e energia elétrica (sob delegação da ANEEL).

Metodologia

Os indicadores levantados e propostos foram analisados ano a ano, sendo comparados aos valores previamente estipulados como metas, considerando-se satisfatório os indicadores que igualaram ou superaram as metas previamente estabelecidas. Estes indicadores são controlados pelas coordenações de cada área temática.

Indicadores:

OUVIDORIA

343 - Percentual de atendimento das solicitações dos usuários na Ouvidoria da ARSEP/RN – PASU – 100% atendidas/solucionadas

ENERGIA

345 - Avaliação percentual da execução dos produtos do contrato de metas com a ANEEL – APEPA – 85% em 31/12/2023.

SANEAMENTO

344 - Percentual de municípios regulados pela ARSEP/RN (Saneamento) – PMRA – 100% até 31/10/2023 e 65% de fiscalizações realizadas em 2023.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO:

As metas foram alcançadas satisfatoriamente e, considerando o quadro reduzido de pessoal desta Autarquia, as mesmas contribuíram com os objetivos de desenvolvimento sustentável, relacionados.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Neste ponto, os resultados sofrem alterações continuamente, necessitando de adaptação institucional, que podem afetar os indicadores. Um exemplo disso foi o novo marco do saneamento, que modificou o setor de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o Brasil, refletindo na quantidade de municípios atendidos pela ARSEP e na quantidade de normativos que a agência deve seguir, para atender as novas condições do setor. Isso mostra que se faz necessárias revisões periódicas dos indicadores e metas, já que a administração pública tem limitações na contratação de mão de obra para atender todas as demandas, que nem sempre estão relacionadas aos indicadores, podendo afetar negativamente os resultados pela necessidade de remanejamento da mão de obra disponível para atendimento de demandas no meio do processo, que não estão ligados diretamente aos indicadores de prestação do serviço.

Referências

As informações foram disponibilizadas diretamente pelos técnicos das áreas-fins desta ARSEP.

PPA | planejamento transparência integração

Plano Plurianual 2020-2023

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 4
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 4
Avaliação Geral do Objetivo 4
Avaliação individual das METAS 5
Avaliação individual das INICIATIVAS 6
Avaliação Setorial dos Resultados 8
Avaliação dos Indicadores 9
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 10
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 10
Introdução 10
Do Objetivo da Avaliação 10
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 10
Metodologia 11
Avaliação Geral dos Resultados 11
Síntese da Avaliação e Recomendações 13
Referências 13

Apresentação

A Assessoria de Comunicação Social pode ser entendida como uma das estratégias para facilitar a relação entre os jornalistas (imprensa) e o governo, organizações ou pessoas físicas. Com a capacidade de gerenciar as informações relevantes e apresentá-las de forma atrativa e essencial para sociedade.

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 111051-1 Assessoria de Comunicação Social
Nome do Programa Temático: 5002 – O Estado a Serviço da Sociedade

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 0052 – Garantir a estrutura necessária para que a Assessoria de Comunicação do Estado RN possa desenvolver plenamente a missão de levar ao conhecimento da população as ações de governo de forma ampla, inovadora e transparente.
Códigos das metas: Metas: 04 0327 – Manter a gestão da informação de forma descentralizada, contemplando o público interno e externo – em andamento 0334 – Investir na melhoria da produtividade e fortalecimento da publicidade institucional - em andamento 0344 – Reestrutura o quadro de recursos da Assessoria de Comunicação Social – em andamento 0354 – Fortalecer a publicidade das ações de governo - em andamento
Códigos das iniciativas: Iniciativas: 02 00368 – Melhoria na gestão da comunicação social do RN. 00371 – Fortalecimento da publicidade institucional.
Avaliação Geral do Objetivo:

O Planejamento do exercício de 2023 foi realizado junto aos colaboradores da Assessoria de Comunicação Social, alinhado com a Gestão do Governo do Estado, de forma a gradativamente realizar a reestruturação física e tecnológica da Assessoria, de forma a investir na qualidade de trabalho dos colaboradores, resultando no fortalecimento da produtividade da equipe e dando dinamismo aos resultados das ações de publicidade governamental.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

00327 Manter a gestão da informação de forma descentralizada, contemplando o público interno e externo.

Avaliação da Meta:

No decorrer 2023 a meta foi executada com relevantes estruturações no ambiente da informação, decorrentes de aquisições de equipamentos de informática, aquisição de material de consumo, permanente. Estruturando o ambiente de trabalho com equipamentos modernos e estruturais. Assim, contemplando a sociedade com informações e transparência nas notícias com mais qualidade. Tratando-se de meta contínua, visamos da continuidade aos investimentos.

Código e descrição da Meta:

Meta: 0334 Investir na melhoria da produtividade e fortalecimento da publicidade institucional.

Avaliação da Meta:

No decorrer do exercício foram feitos investimentos em programas avançados de software, equipamentos de áudio e vídeo, aquisição de drone, lentes para câmeras com mais potência. Todo estes investimentos, para melhorar a imagem e o trabalho que é exposto a sociedade com alta qualidade.

Código e descrição da Meta:

Meta: 0344 Reestruturar o quadro de recursos humanos da ASSECOM.

Avaliação da Meta:

O quadro de pessoal obteve contratação de estagiários, colaboradores para redação, colaborador para setor administrativo. Com esta estrutura de apoio o desempenho dos setores fluiu com mais proatividade e dinâmica. A Assessoria de Comunicação Social segue com a vontade de adquirir mais pessoal para compor o quadro e cada vez mais melhorar no conceito da informação e clareza nas informações passadas a sociedade.

Código e descrição da Meta:

Meta: 0354 Fortalecer a publicidade das ações de governo.

Avaliação da Meta:

A Assessoria de Comunicação Social usou de anúncios em jornais impressos e cadernos especiais, divulgação em TV, em rádios, com campanhas educativas, de esclarecimento, inclusive no período da pandemia e endemias. O ativismo informativo foi de uma relevância extrema para o período de pandemia e segue em continuidade com o trabalho de educação, informativo das demais doenças endêmicas e além de deixar sociedade informada das diversas ações do governo na educação, saúde e infraestrutura.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

Iniciativa: 00368 Melhoria na gestão da comunicação social do RN

Subação: 191002 Implantação de Canal da TV do Poder Executivo

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Ainda em consequência da Covid e esta crise sanitária que assolou o mundo, das demais doenças endêmicas, chegando ao Brasil e não diferente ao Rio Grande do Norte, impossibilitou a execução desta proposição. Considerando que a iniciativa prevista foi afetada pela pandemia e consequentemente pelas endemias e vários outros problemas sanitários. Mesmo todas as atenções direcionadas a COVID, demais endemias e tantos outros problemas que inviabilizaram, a Assessoria de Comunicação Social cumpriu com seu objetivo de levar a informação, através de campanhas educativas a sociedade em geral.

Códigos e descrições das iniciativas:

Iniciativa: 00371 Fortalecimento da publicidade institucional

Subação: 171202 Aparelhamento e Informatização da ASSECOM

Subação: 211101 Divulgação dos Programas Governamentais

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

As subações vinculadas a iniciativa como a de aparelhamento e informação e também a de divulgação dos programas de governo, tiveram investimentos que contribuíram para melhor desenvolvimento dos serviços em informação a população. A Assessoria continuará a investir em equipamentos modernos, estruturar ambiente de trabalho para contribuir mais e mais com transparência da informação.

Com um aparelhamento de qualidade e moderno a Assessoria de Comunicação Social realizou e continuará a realizar e divulgar as ações do programa de governo com mais presteza e transparência.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

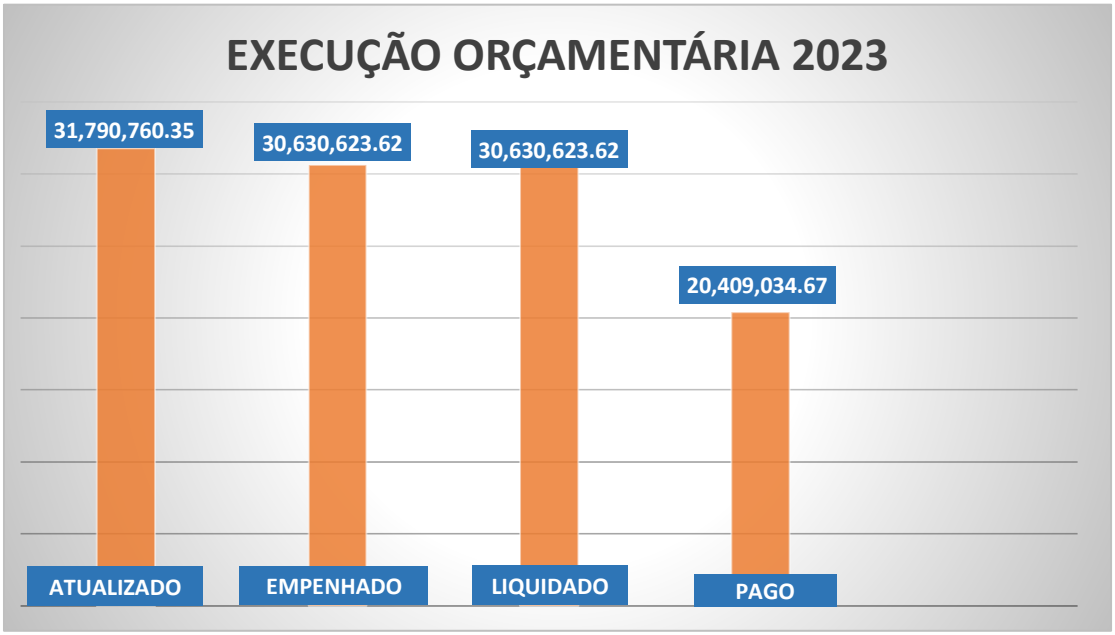
Avaliação geral setorial:

O exercício de 2023 foi um ano no qual se executou mais com relação aos anos anteriores, mas em contrapartida ainda com a COVID, endemias, problemas com a segurança e diversos outros problemas em foco, obtivemos algumas dificuldades financeiras, devido remanejar subsídios para cumprir com as obrigações destinadas a informação educativa sobre a doenças e segurança. Deixamos claro que mesmo com as dificuldades as atividades da Assessoria de Comunicação Social atingiram e cumpriram de forma esforçada e competente suas atribuições e objetivos.

As restrições se fizeram presentes, devido demora nos repasses para cumprir com as obrigações, no qual sabemos que depende muito da saúde financeira do Estado.

Recomendações:

No entanto, recomenda-se que sejam realizados investimentos contínuos na capacitação dos profissionais, na atualização dos equipamentos e na melhoria dos canais de comunicação com a sociedade.



Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (X) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

A Assessoria de Comunicação Social não consta na planilha de indicadores deste PPA.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

Nesta avaliação setorial, será analisado o desempenho da Assessoria de Comunicação Social no contexto do Programa Temático "O Estado a Serviço da Sociedade", dentro do Plano Plurianual 2020-2023. Será avaliado o desenvolvimento e alcance dos objetivos, metas e iniciativas propostas, bem como a execução orçamentária.

Do Objetivo da Avaliação

O objetivo desta avaliação é analisar e monitorar o progresso da Assessoria de Comunicação Social em relação aos objetivos e metas estabelecidos no PPA 2020-2023. Pretende-se identificar os resultados alcançados, as limitações encontradas e fornecer recomendações para o aprimoramento das ações e políticas públicas no setor de comunicação.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

O órgão em avaliação é a Assessoria de Comunicação Social, vinculada ao Programa Temático "O Estado a Serviço da Sociedade" no PPA 2020-2023. O objetivo estabelecido para o programa é

garantir a estrutura necessária para que a Assessoria de Comunicação possa realizar suas atribuições de levar ao conhecimento da população as ações de governo, de forma ampla, inovadora e transparente.

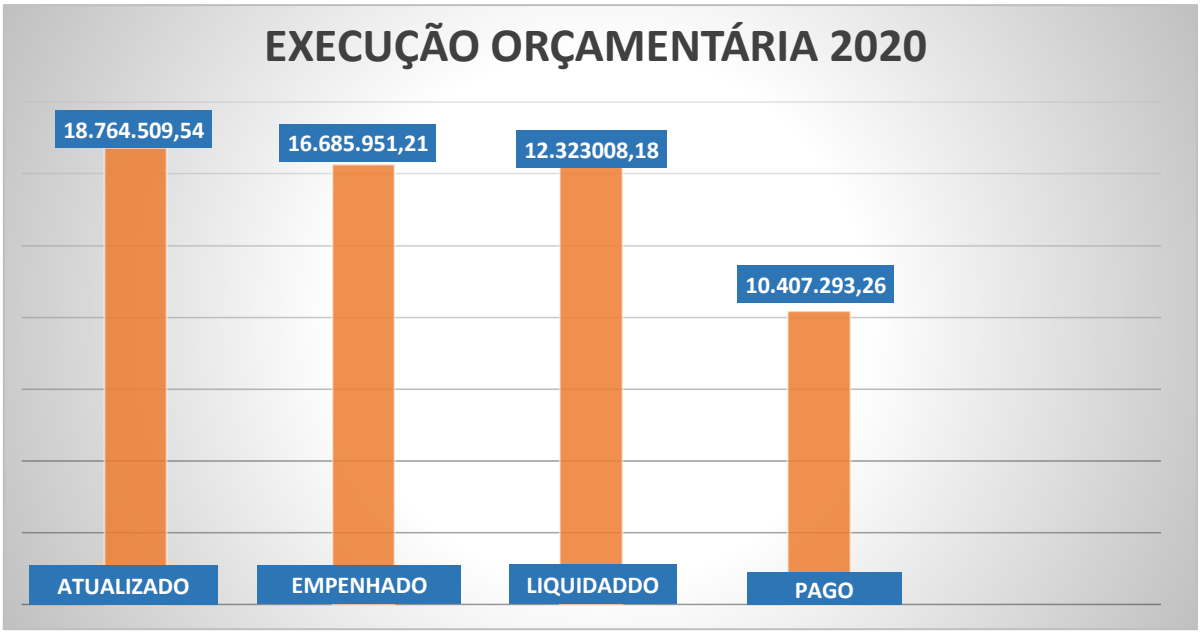
Metodologia

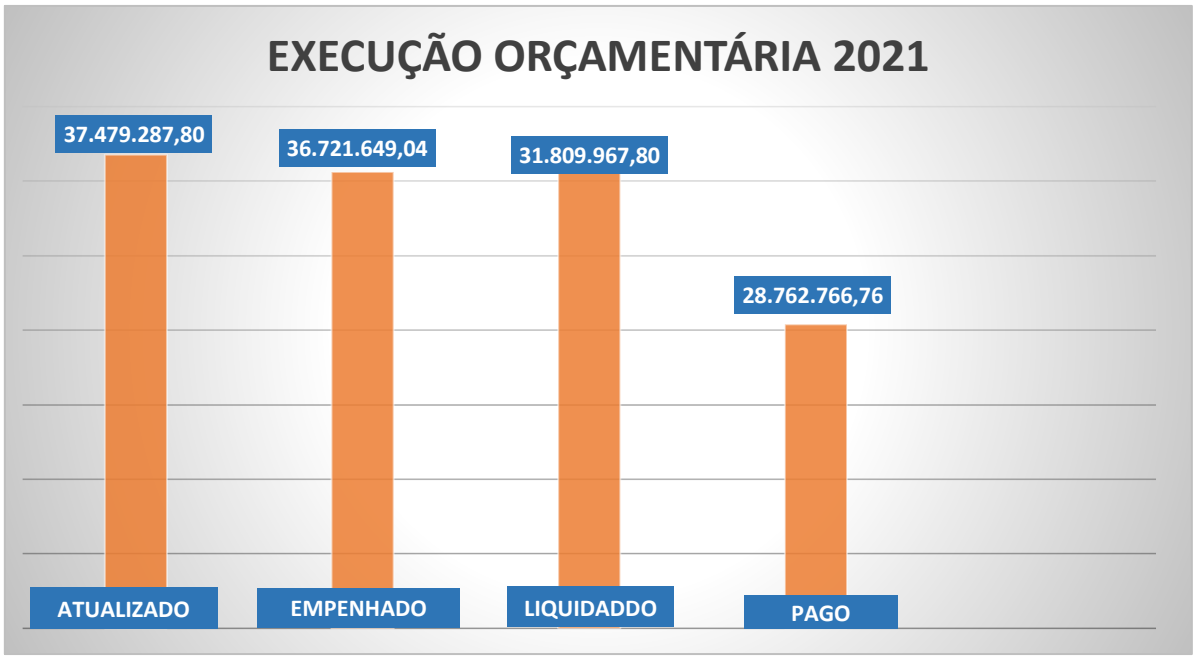
A avaliação foi realizada por meio da análise dos objetivos, metas e iniciativas propostas no PPA, levando em consideração os resultados obtidos, a execução orçamentária e as restrições enfrentadas. Foram utilizados critérios como o desenvolvimento das metas, a implementação das iniciativas e a relação entre os objetivos e os resultados.

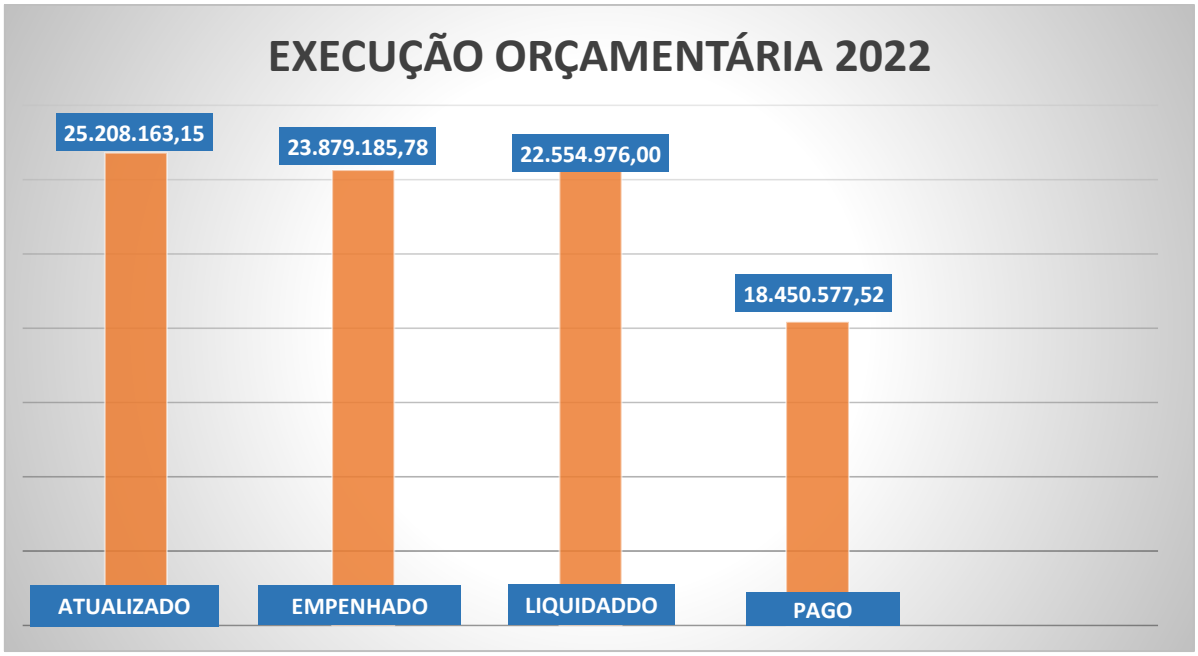
Avaliação Geral dos Resultados

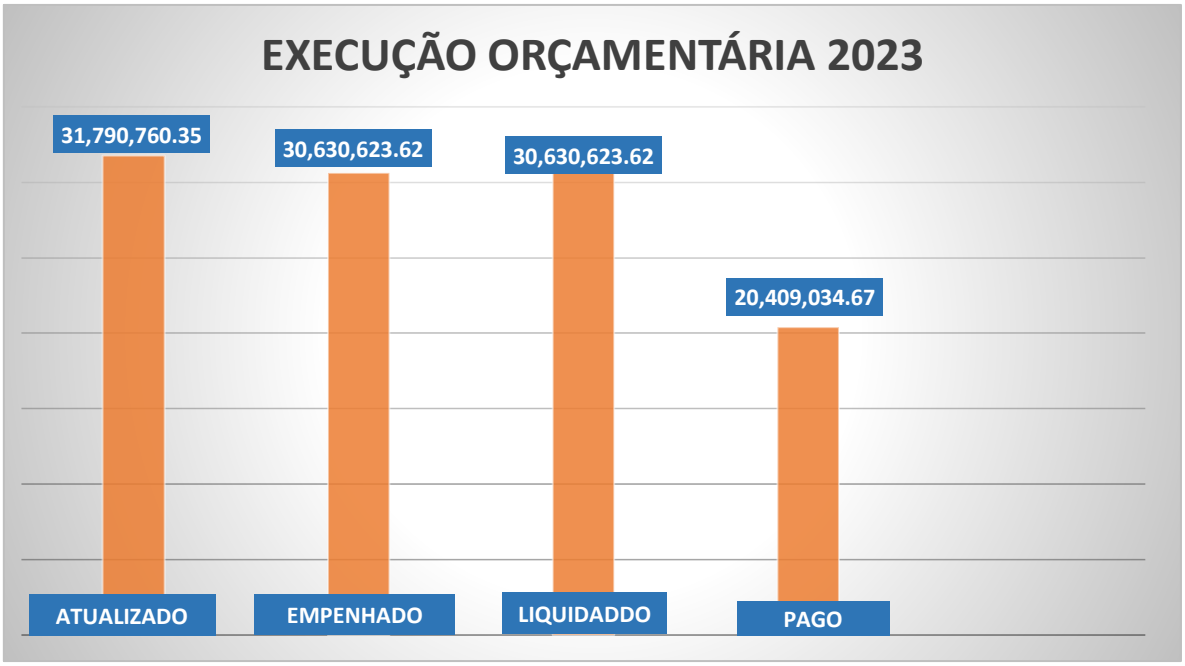
ÓRGÃO:

No geral, a Assessoria de Comunicação Social obteve avanços em relação aos anos anteriores, mesmo diante das restrições decorrentes da pandemia de COVID-19 e de outras endemias, problemas com a segurança. Houve investimentos na melhoria da infraestrutura tecnológica e física, visando fortalecer a produtividade da equipe e a qualidade das ações de publicidade governamental. A gestão da informação foi descentralizada, contemplando tanto o público interno quanto o externo. Foram reestruturados os recursos humanos, com a contratação de estagiários e colaboradores. Além disso, houve o fortalecimento da publicidade das ações de governo, por meio de anúncios em diversos meios de comunicação.




EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2021
37.479.287,80
36.721.649,04
31.809.967,80
28.762.766,76
ATUALIZADO
EMPENHADO
LIQUIDADDO
PAGO


EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2022
25.208.163,15
23.879.185,78
22.554.976,00
18.450.577,52
ATUALIZADO
EMPENHADO
LIQUIDADDO
PAGO



Síntese da Avaliação e Recomendações

A Assessoria de Comunicação Social apresentou avanços significativos no alcance de seus objetivos e metas, tendo em vista as dificuldades enfrentadas. No entanto, recomenda-se que sejam realizados investimentos contínuos na capacitação dos profissionais, na atualização dos equipamentos e na melhoria dos canais de comunicação com a sociedade. Além disso, é necessário garantir o apoio financeiro adequado para o cumprimento das obrigações, visando a continuidade e o aprimoramento das ações de informação e público do órgão. Com relação ao processo de monitoramento a sugestão é que seja feito trimestralmente.

Referências

SIGEF/RN - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal. Desenvolvido e mantido pela Secretaria da Administração do Estado do Rio Grande do Norte.

Avaliação Setorial Exercício 2020

Avaliação Setorial Exercício 2021

Avaliação Setorial Exercício 2022

Avaliação Setorial Exercício 2023

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

Companhia de Águas e esgotos do Rio Grande do Norte

Exercício 2023 e Ciclo PPA 2020-2023



SUMÁRIO

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 5
Avaliação individual das INICIATIVAS 6
Avaliação individual das METAS 9
Avaliação individual das INICIATIVAS 9
Avaliação Setorial dos Resultados 12
Avaliação dos Indicadores 13
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 15
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 15
Introdução 15
Do Objetivo da Avaliação 16
Caracterização do PPA da Entidade e Respectivas Políticas Públicas 16
Metodologia 17
Avaliação Geral dos Resultados 18
Síntese da Avaliação e Recomendações 26

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome da Entidade: 27201 – COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RN - CAERN
Nome do Programa Temático: 2009 – VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO

Avaliação Geral do Objetivo

Código e descrição do Objetivo: 0126 - Implantar e ampliar sistema de abastecimento de água.
Códigos das metas: 0720 / 0757 / 0774
Códigos das iniciativas: 00687 / 00694 / 00706
Avaliação Geral do Objetivo: As obras de saneamento básico têm características que são peculiares em relação a outros empreendimentos. Requisitos como diversas licenças ambientais, a elasticidade da demanda (crescimento vegetativo), dependência de investimentos externos (governamental ou privado), aspectos inflacionários/mercadológicos, questões regulatórias, adequação e aprovação de projetos técnicos, dentre outros tonam as obras instáveis quando comparado ao planejamento inicial. É importante destacar também que um sistema de abastecimento de água (SAA) é composto por diversos componentes ou etapas que se complementam. Assim, não se pode conceber um SAA como concluído se todas as etapas do sistema não estiverem em pleno funcionamento e integradas. Em sua amplitude, o objetivo foi parcialmente atendido tendo em vista que os sistemas apontados em cada uma das iniciativas citadas acima não foram concluídos em sua completude. Destaque-se alguns aspectos que interferiram no alcance do objetivo 0126: 1. Entraves no processo de licenciamento pelo órgão ambiental responsável, o que prolongou diversos prazos para a emissão das Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e, em alguns casos, da Licença de Operação (LO).

2. Morosidade na tramitação interna e na fase externa dos diversos processos licitatórios para contratação de prestadores de serviços.
3. Demora na liberação de recursos governamentais, uma vez que 100% dos empreendimentos inscritos no PPA são financiados com recursos federais – Contratos de Repasse/Financiamento (OGU/FGTS - CAIXA) e Convênios (OGU - FUNASA).
4. Demasiado tempo para preparação dos projetos técnicos e consequente aprovação pelo órgão financiador.
5. Bloqueios judiciais em contas vinculadas aos contratos de repasse, termos de compromisso e termos de financiamento.

Mesmo diante dos entraves apontados, o ano de 2023 foi, dentre os exercícios que compõem o presente PPA, o ano que mais apresentou avanços na execução físico-financeira nos seguintes empreendimentos, quando comparado aos anos anteriores, conforme evolução demonstrada abaixo:

Tabela 1: Evolução financeira de empreendimentos (Recorte)

PROGRAMA	2020	2021	2022	2023	TOTAL
SAA MOSSORÓ	1.656.727,54	39.162,08	4.721,76	9.088.374,23	**10.788.985,61**
SAA CARAÚBAS	151,10	286,72	354.584,18	779.700,80	**1.134.722,80**
SAI PENDÊNCIAS-MACAU	880,98	93.511,57	30.510,75	15.286,28	**140.189,58**
SAA JARDIM DE PIRANHAS	131.263,27	2.293.587,16	764.091,47	173.098,20	**3.362.040,10**
SAA PARNAMIRIM	303,00	1.443,63	0,00	965.087,52	**966.834,15**
AD. SANTA CRUZ DO APODI-MOSSORÓ	195.554,20	20.557,11	3.505,98	5.821.599,90	**6.041.217,19**
SAA SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	540.900,60	114.608,63	0,00	291.250,64	**946.759,87**
SAA PORTALEGRE	410.134,19	698,89	140,91	372.973,16	**783.947,15**
SAA PENDÊNCIAS	121.195,73	65.042,13	173,40	75.496,30	**261.907,56**
AD. MAXARANGUAPE	595,98	447,73	0,00	30.719,48	**31.763,19**
TOTAL	**3.057.706,59**	**2.629.345,65**	**1.157.728,45**	**17.613.586,51**	**24.458.367,20**

Fonte: *EPE/CAERN – 30/01/2024.*

Esses avanços se dão por força dos seguintes fatores:

1. Captação de recursos no mercado de capitais, através da 1° emissão de debêntures da Companhia, que estão sendo empregados na execução dos empreendimentos garantindo um maior fluxo de caixa às empresas

prestadoras de serviços, reduzindo inseguranças no tocante à execução dos serviços;

2. Observa-se uma maior agilidade na emissão de licenciamentos ambientais e na elaboração de peças técnicas;
3. Mudança na metodologia de gestão da Diretoria de Empreendimentos, com base nos resultados do trabalho desenvolvido pela FGV.
4. Retomada da obra do Sistema de Abastecimento de Água de Mossoró e Adutora Santa Cruz do Apodi-Mossoró, com um investimento de R$ 82 milhões de reais.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:

0720 - Ampliar sistemas de abastecimento de água no RN – Em andamento

0757 - Desenvolver 01 projeto para sistema de abastecimento de água no RN – Em andamento

0774 - Implantar 07 sistemas de abastecimento de água no RN – Não iniciado

Avaliação da Meta:

No tocante às metas 0720 (Ampliar sistemas de abastecimento de água no RN) e 0774 (Implantar 07 sistemas de abastecimento de água no RN), ambas se encontram "em andamento".

Importa destacar que alguns dos empreendimentos inicialmente planejados contam com uma execução abaixo do esperado diante de questões como falta de recursos financeiros ou necessidade de revisão de projetos.

É o caso, por exemplo, dos SAA's dos municípios de Jardim de Piranhas e São João do Sabugi que passou por diversas readequações em função da morosidade para a liberação dos recursos pela FUNASA. Esse último está em processo de readequação do projeto/orçamento para deflagração de novo processo licitatório.

Já os empreendimentos para a instalação das Adutora Afonso Bezerra-Pendências, Costa Branca e a ampliação da Adutora Monsenhor Expedito foram sobrestados pela CAERN. Tal decisão se deu em função do planejamento da Cia.

Os empreendimentos SAA Adutora Santa Cruz do Apodi-Mossoró foram retomados e sua execução se encontra conforme o planejado.

Destaque para a conclusão e funcionalidade dos SAA's de Caraúbas em junho de 2023 e de Portalegre que está em trâmite de readequação final para encerramento do contrato.

Em relação à meta 0757 (Desenvolver 01 projeto para sistema de abastecimento de água no RN), o seu status se caracteriza como "não iniciado".

O motivo da classificação acima se dá em virtude de o Ministério das Cidades ter suspendido o recurso que financiaria a elaboração do projeto. Por outro lado, é consenso na CAERN pleitear para que os recursos entrem novamente no Orçamento Geral da União, em função da necessidade do projeto para o município de Natal.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:

00687 - Ampliação dos sistemas de abastecimento de água de Mossoró, Parnamirim, Pendências-Macau-Guamaré-Baixa do Meio, Caraúbas, Jardim de Piranhas, Portalegre, São João do Sabugi, Pau dos Ferros, e Monsenhor Expedito.

00694 - Implantação dos sistemas de abastecimento de água de Santa Cruz do Apodi/Mossoró, Agreste Potiguar, Afonso Bezerra-Pendências, Afonso Bezerra-Angicos, Upanema-Grande, Costa Branca e Maxaranguape.

00706 - Elaborar o projeto da Adutora Maxaranguape.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Iniciativa 00687

SAA Mossoró: Empreendimento apresentou evolução apenas em 2023, em virtude de atraso na licitação. Desta forma, o valor executado ficou abaixo do previsto, porém a execução da obra encontra-se em ritmo adequado.

SAA Parnamirim: Obra em andamento, com previsão de conclusão em 2024.

SAI Pendências-Macau-Guamaré-Baixa do Meio: Empreendimento em andamento, com previsão de conclusão em 2024.

SAA Caraúbas: Empreendimento concluído dentro do prazo do PPA.

SAA Jardim de Piranhas: Evolução contratual restou prejudicada em virtude de necessidade de alteração de projeto que ainda está ocorrendo, promovendo um atraso na previsão de conclusão da obra.

SAA Portalegre: Empreendimento concluído dentro do prazo do PPA.
Sistema Adutor Pau dos Ferros e Adutora Monsenhor Expedito: Em virtude do Marco Legal do Saneamento, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e tais empreendimentos não foram iniciados em detrimento do atendimento das metas pactuadas no Marco.

Iniciativa 00694

Ad. Santa Cruz do Apodi-Mossoró: Empreendimento apresentou evolução apenas em 2023, em virtude de atraso na licitação. Desta forma, o valor executado ficou abaixo do previsto, porém a execução da obra encontra-se em ritmo adequado.
Adutora Agreste Potiguar, Adutora Afonso Bezerra-Pendências, Afonso Bezerra-Angicos, Upanema-Grande, Costa Branca e Maxaranguape: Em virtude do Marco Legal do Saneamento, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e tais empreendimentos não foram iniciados em detrimento do atendimento das metas pactuadas no Marco.

Iniciativa 00706

Projeto Adutora Maxaranguape: O empreendimento deveria ser executado com recursos do Orçamento Geral da União, porém o Governo Federal não emitiu a Autorização de Início do Objeto (AIO), em virtude da insuficiência orçamentária. Assim, caracterizamos o projeto como “não iniciado”

Código e descrição do Objetivo:
0127 – Implantar e ampliar sistemas de esgotamento sanitário
Códigos das metas:
0712 /0761
Códigos das iniciativas:
00399 / 00710
Avaliação Geral do Objetivo:
O objetivo ora analisado encontra-se parcialmente atendido. Similarmente ao objetivo voltado ao abastecimento de água, alguns fatores influenciam para a não completude deste objetivo (esgotamento sanitário), a saber:

1. Entraves no processo de licenciamento pelo órgão ambiental de prolongou diversos prazos para emissão das Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e, em alguns casos, da Licença de Operação (LO);
2. Demasiado tempo para preparação dos projetos técnicos e consequente aprovação pelo órgão financiador.
3. Morosidade na tramitação interna e na fase externa dos diversos processos licitatórios para contratação de prestadores de serviços;
4. Entraves judiciais que envolvem as empresas vencedoras das licitações (interposição de recursos);
5. Demora na liberação de recursos governamentais, uma vez que 100% dos empreendimentos inscritos no PPA são financiados com recursos federais – Contratos de Repasse/Financiamento (OGU/FGTS - CAIXA) e Convênios (OGU - FUNASA);
6. Demora nas análises dos projetos técnicos pelo agente financeiro e pelo Ministério gestor;

É importante destacar que são poucos os empreendimentos voltados para o eixo esgotamento sanitário, porém este é o braço do saneamento básico que envolve o maior volume de recursos dentre as metas e iniciativas que compõem o PPA.

Ao detalhar os investimentos realizados ano a ano, é possível notar que houve uma desaceleração de investimentos que teve seu ápice em 2022, e em 2023 demonstra-se uma retomada no ritmo destes investimentos.

Tabela 2: Desaceleração de investimentos no período pandêmico

PROGRAMA	2020	2021	2022	2023	TOTAL
SES MACAÍBA - REDES	567.088,88	675,15	420.397,98	734.639,60	1.722.801,61
SES NATAL - BACIAS E,F,K	10.035.785,05	14.876.128,88	6.993.114,50	1.439.701,19	33.344.729,62
SES NATAL - ZONA SUL	2.523.854,50	13.053.151,54	3.688.655,78	56.352,36	19.322.014,18
SES NATAL - ZONA NORTE	37.530.182,32	21.609.208,30	18.053.684,42	39.336.485,74	116.529.560,78
SES SÃO JOSÉ DE MIPIBU	2.363.004,07	2.986.702,23	1.500.360,71	477.488,08	7.327.555,09
SES CAICÓ	2.180,57	59.536,29	13.999,91	10.187.808,01	10.263.524,78
SES ASSÚ	538.796,67	1.966.961,63	1.467.755,99	380.135,67	4.353.649,96
SES PARELHAS	1.155,62	4.047,56	4.041,78	12.004.417,39	12.013.662,35
SES PARNAMIRIM	49.687.150,69	30.821.295,54	9.172.899,41	15.307.147,99	104.988.493,63
TOTAL	**103.249.198,37**	**85.377.707,12**	**41.314.910,48**	**79.924.176,03**	**309.865.992,00**

Fonte: *EPE/CAERN – 30/01/2024*

Em linhas gerais, essa situação demonstra o impacto que a pandemia causou na construção civil, que teve sua recuperação apenas em 2023, impulsionado também pelo planejamento estratégico da CAERN, que possibilitou a injeção de recursos para evolução dos empreendimentos.

Além disso, em 2023, grandes licitações ocorreram com sucesso, como a conclusão do Sistema de Esgotamento Sanitário da Zona Norte de Natal (R$ 128,9 mi) e a execução do Sistema de Esgotamento Sanitário de San Vale, Neópolis e Capim Macio (R$ 39,5 mi).

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:

0712 – Ampliar 08 sistemas de esgotamento sanitário no RN

0761 – Implantar 01 sistema de esgotamento sanitário no RN

Avaliação da Meta:

Dos 08 (oito) sistemas de esgotamento sanitário propostos na meta 0712, nenhum foi concluído no ano em curso; assim, a referida meta se caracteriza como "em andamento" com a maioria das obras com execução dentro do prazo programado.

Destaque para os empreendimentos SES Natal Zona Norte e SES Macaíba (Redes) que estão com sua execução bastante avançada com previsão de conclusão em 2024. O SES Parelhas se encontra em execução com recursos próprios, diante da morosidade na liberação de recursos da FUNASA.

Os empreendimentos Bacias E,F e K e SES Caicó se encontram em execução, porém com ritmo lento, abaixo do esperado. Situação parecida a do SES San Vale (compõe o SES Natal Zona Sul) que se encontra em execução, porém atrasada em virtude da demora provocada por questões de titularidade de terrenos.

No tocante à meta 0761, considera-se o status "não iniciado" em virtude da morosidade do estudo de autodepuração do Rio Potengi para emissão da Licença Ambiental para, em seguida, proceder com o processo licitatório.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:

00399 – Execução e ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário de São José de Mipibu, Macaíba, Bacias EFK, Caicó, Macaíba (Bacia 3), Natal (Zona Norte), Natal (Zona Sul) e Parelhas.
00710 – Executar a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de São Paulo do Potengi.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Iniciativa 00399

SES São José de Mipibu: Empreendimento concluído dentro do prazo do PPA.

SES Macaíba – ETE: Por causa do atraso na execução e da incapacidade da empresa contratada de manter regularidade fiscal, o contrato foi distratado em 2023, sendo necessária a realização de novo processo licitatório, a ser deflagrado em 2024.

SES Natal (Bacias E, F e K): A parcela a ser executada contempla parte da Estação de Tratamento de Esgotos Jundiaí/Guarapes, que apresentou necessidade de adequação de projeto em virtude de o terreno não ter suporte, o que, somado à execução com ritmo abaixo do esperado pela contratada, culminou em uma baixa execução orçamentária.

SES Caicó: Empreendimento apresentou evolução apenas em 2023, em virtude de atraso na licitação. Desta forma, o valor executado ficou abaixo do previsto, porém a execução da obra encontra-se em ritmo adequado.

SES Macaíba – Redes: Contrato em andamento. Em virtude de fatores que impediram a execução de alguns serviços, a conclusão do empreendimento foi reaprazada para fevereiro/2024

SES Natal (Zona Norte): O empreendimento teve um importante avanço em 2023 com a contratação de empresa para conclusão do remanescente de redes, que representa uma parcela expressiva do recurso previsto no PPA. Uma vez que a Ordem Inicial de Serviços se deu apenas em outubro de 2023, não foi possível haver um reflexo financeiro dentro do período do PPA.

Em relação à Estação de Tratamento de Esgotos Jaguaribe, houve reaprazamento da conclusão do contrato para 2024, provocado pelo atraso na entrega de equipamentos, influenciado principalmente pela crise do setor devido à pandemia.

SES Natal (Zona Sul): Houve em 2023 a contratação de empresa para execução dos serviços de esgotamento sanitário nos bairros de San Vale, Neópolis e Capim Macio. Contudo, uma licitação para o remanescente de redes dos outros bairros da Zona Oeste/Sul, que estava prevista para ocorrer dentro do período do PPA 2020-2023, sofreu expressivo atraso decorrente de necessidades de revisões no projeto e deverá ser deflagrado apenas em 2024.

Em relação à Estação de Tratamento de Esgotos Jundiaí/Guarapes a execução ocorreu com ritmo abaixo do esperado pela contratada, culminando em uma baixa execução orçamentária.

SES Parelhas: Apesar de ter iniciado com atraso em relação ao inicialmente previsto, a obra segue em andamento com execução orçamentária acima do cronograma previsto.

Iniciativa 00710: o processo licitatório para o início da execução depende da emissão do licenciamento ambiental que, por sua vez, depende dos resultados do estudo de autodepuração do Rio Potengi.

Em termos de planejamento interno, as próximas tabelas trazem os valores planejados e efetivamente desembolsados no ano 2023, por meta e iniciativa:

Tabela 3: Execução Orçamentária/2023

Meta/Iniciativa	Recurso Próprio	Repasse
712		
00399	74.533.170,36	10.929.940,53
720		
00687	7.877.174,67	8.435.261,77
757		
00706	0,00	0,00
761		
00710	0,00	0,00
774		
00694	6.423.883,21	951.056,96
Total Geral	**88.834.228,24**	**20.316.259,26**

Fonte: *Relatórios Protheus - PCO (EPC/CAERN – 22/01/2024*

Tabela 4: Execução Financeira/2023

Meta/Iniciativa	Recurso Próprio	Repasse
712		
00399	66.302.937,95	10.714.715,37
720		
00687	7.986.732,38	3.845.167,23
757		
00706		
761		
00710		
774		
00694		5.821.599,90
Total Geral	**74.289.670,33**	**20.381.482,50**

Fonte: *Rel.Composição Empreendimento/Obra (Protheus: 16/01/24 - 11:20h*

Das tabelas acima, as despesas que compõem os investimentos passam por rigoroso controle orçamentário que reflete no financeiro. Isto é, nenhuma despesa é realizada sem a prévia dotação orçamentária.

As diferenças entre realização orçamentária e financeira são por questões de parametrização de sistemas de controle em que a realização orçamentária acontece anterior ao efetivo pagamento das despesas.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avaliação geral setorial:

De maneira geral, apesar dos entraves e da execução menor que o previsto inicialmente e, considerando o cenário de pandemia ocorrido no período, a avaliação final é positiva tendo em vista que cerca de 80% das obras da Companhia encerram o ano de 2023 com contrato e em andamento, além da conclusão de empreendimentos no período, possibilitando uma maior qualidade de vida à população.

Restrições e o que foi feito para superá-las:

- Restrição orçamentária – Realizada captação de recursos pela CAERN para promover fluxo de caixa para as obras;

- Revisão de projetos e orçamentos para licitação – Contratação de empresa para promover maior fluxo na análise de projetos e elaboração de orçamentos;
- Restrições quanto às licenças ambientais e titularidades – Maior gestão junto aos órgãos responsáveis, priorizando demandas que pudessem impactar no avanço de obras.

Recomendações:

Um dos principais entraves que podem ser mitigados é a realização de bloqueios judiciais nas contas dos empreendimentos, em virtude de ações contra o Governo do Estado.

Para operações OGU junto à Caixa o problema foi mitigado, mas permanece nas operações OGU junto à FUNASA e FGTS junto à Caixa.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

Tabela 5: Quadro de indicadores do PPA 2020-2023

CÓD.	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2020	2021	2022	2023
221	População total atendida com abastecimento de água	Nº de Habitantes	2.714.974	2.716.360	2.279.347	
222	Extensão da rede de água(km)	Km	12.334	12.212,25	11.741,81	
223	Volume de água tratada(mil m³)	1.000 m³/ano	224.296,09	229.460,25	226.398,32	
224	População urbana atendida com abastecimento de água	Nº de Habitantes	2.435.992	2.444.070	*	
225	Quantidade de ligações ativas de água	Nº de Ligações	741.847	743.346	749.666	
226	População total atendida com esgotamento sanitário	Nº de Habitantes Atendidos	789.771	810.297	831.498	

227	Quantidade de ligações ativas de esgotos	Nº de Ligações	200.281	204.634	208.372	
228	Extensão da rede de esgotos(km)	Km	1.669,37	1.661,23	1.773,81	
229	Volume de esgoto tratado(mil m³)	1.000 m³/ano	35.730,77	36.915,08	34.523,70	

Fonte: *SNIS 2020-2022 / AGT/CAERN – 19/01/2023 (doc. SEI 24372087).*

Os indicadores monitoram a expansão dos serviços e do nível de atendimento. A série histórica demonstra que o nível de atendimento e cobertura tanto de água como de esgoto (indicadores 221 e 226, respectivamente) vem aumentando ao longo dos anos, com destaque para o atendimento da população pelos serviços de esgotamento sanitário. Embora a passos lentos, as metas e iniciativas contidas neste PPA vêm contribuindo sobremaneira para a melhoria desses indicadores.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

Entidade: (27201) Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grane do Norte

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) é uma sociedade de economia mista que compõe a administração pública indireta do Estado do Rio Grande do Norte, tendo o Governo do Estado como seu acionista controlador e responde pela gestão dos investimentos relacionados às políticas de Saneamento Básico no que tange aos eixos de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos, nos limites das suas responsabilidades junto ao Estado.

Ao longo dos últimos quatro anos a CAERN desempenhou um importante papel na execução das políticas públicas de saneamento básico, levando água tratada e serviços de esgotamento sanitário à população do RN, além de gerir/empreender uma série de investimentos que, uma vez finalizados, intensificarão os indicadores relacionados àquela política pública.

Este documento traz em seu conteúdo informações que evidenciam a execução de projetos que interferem no andamento de empreendimentos que impactarão a qualidade de vida da população do Rio Grande do Norte. Esses projetos, como poderá ser percebido, se materializam em ações que, em algumas situações, caminham de maneira díspar em relação ao planejado devido a inúmeros fatores que vão desde questões políticas a interferências de mercado, por exemplo.

É preciso enfatizar que o Estado e a CAERN precisam avançar significativamente nas ações que permitam universalizar o acesso à água e, especialmente, os serviços de esgotamento sanitário, cujo índice de cobertura se encontra bem distante quando comparado ao de abastecimento de água.

Para a apresentação da avaliação setorial da CAERN em relação ao ciclo 2020-2023 do Plano Plurianual (PPA) do governo do Estado, o documento é composto por esta parte introdutória seguida dos objetivos da avaliação, do traçado metodológico, da avaliação dos resultados *per si* e, por último, das recomendações levantadas pela CAERN para a consecução das políticas públicas de saneamento básico no âmbito estadual.

Do Objetivo da Avaliação

A presente avaliação tem como objetivo apontar os principais avanços e pontos de melhoria durante o ciclo do PPA que se encerra. Estas informações permitirão um conhecimento mais apurado sobre o andamento das políticas de saneamento, especificamente no tocante ao abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Além disso, este documento avaliativo proporcionará uma melhor visão do que vem sendo desenvolvido para que se possa atingir as metas de universalização dos eixos de saneamento básico, especificamente, abastecimento de água e esgotamento sanitário.

As informações contidas neste documento permitirão o conhecimento acerca da evolução da política pública de saneamento praticada pelo governo do Estado e pela CAERN, além de abrir espaço para possíveis questionamentos de órgãos de controle e da sociedade.

Caracterização do PPA da Entidade e Respectivas Políticas Públicas

O Plano Plurianual (PPA) do Estado do Rio Grande do Norte – Ciclo 2020-2023 é composto de uma série de programas temáticos, dentre eles o **Programa** "Viver melhor: Saneamento Básico (2009)", o qual a CAERN está inserido, enquadrado no eixo Desenvolvimento Social, Cultural e Defesa da Cidadania (00002).

Para fins de apuração/aferição dos avanços do programa, foram definidos os seguintes **Indicadores:** (221) População total atendida com abastecimento de água - nº de Habitantes, (222) Extensão da rede de água – km, (223) Volume de água tratada – 1000 m³/ano, (224) População urbana atendida com abastecimento de água - nº de Habitantes, (225) Quantidade de ligações ativas de água – nº de ligações, (226) População total atendida com esgotamento sanitário - nº de Habitantes Atendidos, (227) Quantidade de ligações ativas de esgotos - nº de ligações, (228) Extensão da rede de esgotos – km, (229) Volume de esgoto tratado - 1000 m³/ano.

O Programa tem como **Diretriz** "(0088) Promover a Política Estadual de Saneamento Básico, priorizando o reuso de águas e a destinação adequada dos resíduos sólidos".

Abaixo, outros atributos importantes deste PPA:

Objetivo 126:Implantar e ampliar sistema de abastecimento de água;

Metas do Objetivo 126: (00720) Ampliar sistemas de abastecimento de água no RN / (00757) Desenvolver 01 projeto para sistema de abastecimento de água no RN / (00774) Implantar 07 sistemas de abastecimento de água no RN;

Iniciativas do Objetivo 126: (00687) Ampliação dos sistemas de abastecimento de água de Mossoró, Parnamirim, Pendências-Macau-Guamaré-Baixa do Meio, Caraúbas, Jardim de Piranhas, Portalegre, São João do Sabugi, Pau dos Ferros, e Monsenhor Expedito / (00694) Implantação dos sistemas de abastecimento de água de Santa Cruz do Apodi/Mossoró, Agreste Potiguar, Afonso Bezerra-Pendências, Afonso Bezerra-Angicos, Upanema-Grande, Costa Branca e Maxaranguape / (00706) Elaborar o projeto da Adutora Maxaranguape.

Objetivo 127: Implantar e ampliar sistemas de esgotamento sanitário;

Metas do Objetivo 127: (00712) Ampliar 08 sistemas de esgotamento sanitário no RN / (00761) Implantar 01 sistema de esgotamento sanitário no RN.

Iniciativas do Objetivo 127: (00399) Execução e a ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário de São José do Mipibu, Macaíba, Bacias EFK, Caicó, Macaíba (Bacia 3), Natal (zona norte), Natal (zona sul) e Parelhas. / (00710) Executar a implantação do sistema de esgotamento sanitário de São Paulo do Potengi.

Agenda ODS: (00054) Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso.

Metodologia

Esta avaliação se utiliza de métodos quantitativos e qualitativos para a apresentação dos resultados. Dessa forma, procedeu-se a juntada de documentos registrados no sistema SIGEF, bem como daqueles registrados pelos setores de controle interno da CAERN, além de informações coletadas diretamente do setor de gestão de empreendimentos (Escritório de Portfólio de Empreendimentos – EPE) para compor a avaliação aqui proposta.

É importante colocar que o EPE é responsável pela geração da maior parte das informações que alicerçam os relatórios, seja de avaliação, revisão ou de monitoramento do PPA durante a sua execução, especialmente.

Além do EPE, contribuíram para a composição das informações deste documento a Assessoria de Gestão Estratégica (AGT), responsável pela coleta e tratamento de dados que são registrados no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS/SNISA), sobretudo na construção dos indicadores do PPA; do Escritório de Portfólio Corporativo (EPC), que detém o registro do planejamento e execução orçamentária dos investimentos realizados pela Companhia, além de ser responsável pelo monitoramento qualitativo da evolução dos empreendimentos geridos pela CAERN; e da Gerência de Ativos (GAT), responsável por registros e contabilização dos investimentos.

De posse dos dados, a Unidade de Gestão de Recursos e Repasses (UGRR), ligada à Gerência de Gestão Financeira (GGF), se responsabilizou pela organização e apresentação dos dados, bem como realizou as análises contidas neste documento.

Conforme poderá ser observado adiante, a presente avaliação traz informações que incitam reflexões acerca da evolução dos indicadores relacionados às metas propostas no PPA 2020-2023, principalmente no que tange aos gargalos que impedem um avanço mais significativo visando a finalização de empreendimentos e, consequentemente, na melhoria dos indicadores vinculados à execução do PPA.

Assim, o tópico que trata da Avaliação Geral dos Resultados deste documento traz tabelas, imagens e comentários que ilustram a sua evolução, assim como evidencia os problemas relacionados ao andamento do PPA 2020-2023.

Avaliação Geral dos Resultados

Esta avaliação procura enfatizar os principais pontos em que foram observados avanços, retrocessos ou estagnação na execução das diversas obras[1] que compõem os empreendimentos[2] inscrito nos PPA 2020-2023.

[1]Para efeitos de controle interno, considera-se “Obra” a etapa/fase de um sistema de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário.

[2]Considera-se “Empreendimento” o sistema de abastecimento de água ou esgotamento sanitário previsto no planejamento da Companhia.

Iniciamos pela análise dos indicadores vinculados ao PPA trazendo algumas considerações importantes:

Tabela 6: Indicadores do PPA – Ciclo 2020-2023

CÓD.	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2020	2021	2022
221	População total atendida com abastecimento de água	Nº de Habitantes	2.714.974	2.716.360	2.279.347
222	Extensão da rede de água (km)	Km	12.334	12.212,25	11.741,81
223	Volume de água tratada (mil m³)	1.000 m³/ano	224.296,09	229.460,25	226.398,32
224	População urbana atendida com abastecimento de água	Nº de Habitantes	2.435.992	2.444.070	*
225	Quantidade de ligações ativas de água	Nº de Ligações	741.847	743.346	749.666
226	População total atendida com esgotamento sanitário	Nº de Habitantes Atendidos	789.771	810.297	831.498
227	Quantidade de ligações ativas de esgotos	Nº de Ligações	200.281	204.634	208.372
228	Extensão da rede de esgotos (km)	Km	1.669,37	1.661,23	1.773,81
229	Volume de esgoto tratado (mil m³)	1.000 m³/ano	35.730,77	36.915,08	34.523,70

Fonte: *AGT/CAERN – SNIS*

1. As informações que compõem os indicadores do ano 2023 não foram consolidadas até a data de elaboração deste documento.
2. Segundo a Assessoria de Gestão Estratégica da CAERN (AGT), uma alteração na métrica do indicador "População total atendida com abastecimento de água" (221) provocou a redução do número de pessoas atendidas em relação ao ano anterior, conforme apresentado na tabela 6.

   Consoante a AGT, o método usado atualmente e que transmite da melhor forma a informação de cobertura se dá pela adaptação de um indicador usado pelo SNIS: índice de atendimento. Tal índice busca identificar qual a parcela da população de um determinado município está sendo efetivamente atendida pelo serviço de água e esgoto. A melhor maneira de identificar essa parcela se dá pela multiplicação da quantidade de economias residenciais ativas pela taxa

média de habitantes por domicílio calculada pelo IBGE em cada censo. Para o indicador de cobertura usa-se a quantidade de economias residenciais cadastradas, ou seja, todas aquelas que teoricamente dispõem de uma rede disponível, independentemente de estarem ligadas ou ativas.

3. A alteração da métrica do indicador acima gerou um efeito cascata em outros indicadores relacionados ao abastecimento de água, como é o caso da redução nas extensões de rede (222) e do volume de água tratada (223), por exemplo.
4. Diante dos constantes investimentos realizados em obras de esgotamento sanitário, percebe-se um crescimento nos indicadores deste eixo do saneamento ao longo do ciclo considerado. Todos os indicadores mostram um leve crescimento dos fatores medidos (extensões de rede, número de ligações, população atendida), sendo exceção o indicador 229 – Volume de esgoto tratado.
5. O decréscimo do indicador 229 no último ano aferido se dá em virtude da mesma justificativa descrita no item 2 acima, também para o indicador de esgotamento sanitário.

Os indicadores acima são apurados levando-se em conta diversos dados provenientes do setor comercial e operacional da Companhia.

Em relação aos dados operacionais, é importante frisar que uma parte significativa dos resultados que impactam os indicadores depende da conclusão de grandes obras que influenciam na melhoria das condições do saneamento básico no Rio Grande do Norte.

Nesse quesito, é de se destacar que a CAERN atua como interveniente executor em diversos instrumentos de transferência de recursos entre a União Federal e o Estado do Rio Grande do Norte, além de atuar como agente promotor em alguns contratos de financiamento pactuados entre o Estado e a Caixa Econômica Federal. Nestes termos, é importante citar que os instrumentos de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Financiamento respondem por uma parcela significativa dos investimentos realizados em obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário, como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 7: Relação de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de financiamento

Instrumento	Objeto	Valor Repasse/Fin.	Valor Contrapartida	Valor Contrato

189.888-03/2006	SES SAO JOSE DE MIPIBU	4.759.429,86	8.509.657,30	13.269.087,16
189.978-93/2006	IMPLANTACAO SES ASSU	8.188.742,50	8.720.957,60	16.909.700,10
218.113-68/2007	AMPLIACAO SAA PARNAMIRIM	15.732.979,02	2.414.084,98	18.147.064,00
224.984-23/2007	SES NATAL - BACIAS E/F/K	78.017.780,60	10.274.244,53	88.292.025,13
248.464-42/2007	AMPLIACAO SES MACAIBA (ETE'S)	5.681.123,96	1.578.252,07	7.259.376,03
296.186-81/2009	SAA MOSSORO (ETA' S E EEA'S)	107.160.000,00	13.523.125,65	120.683.125,65
296.775-16/2009	SAA AD.APODI-MOSSORO	84.752.608,01	-	84.752.608,01
350.951-04/2011	SES CAICO	24.434.433,38	13.324.609,76	37.759.043,14
351.740-61/2011	SES MACAIBA (REDES)	8.988.782,00	3.873.449,13	12.862.231,13
394.928-22/2012	AMPLIACAO SAA ASSU	12.755.254,83	1.065.923,08	13.821.177,91
402.225-19/2012	SAA SIS.INT.PENDENCIAS/MACAU/B	20.800.000,00	-	20.800.000,00
408.710-26/2013	SES NATAL ZONA NORTE	276.059.698,00	45.703.487,67	321.763.185,67
408.715-78/2013	SES NATAL ZONA SUL	210.242.478,93	39.226.480,45	249.468.959,38
424.400-04/2013	SES PARNAMIRIM	184.385.067,91	922.140,07	185.307.207,98
424.461-40/2013	SAA AD.MAXARANGUAPE NATAL	4.600.000,00	-	4.600.000,00
TC-0118/2012	SES PARELHAS	8.113.708,21	3.839.702,85	11.953.411,06
TC-0265/2012	SES SAO PAULO DO POTENGI	8.339.190,75	2.893.842,02	11.233.032,77
TC-0361/2012	SAA CARAUBAS	3.508.446,43	-	3.508.446,43
TC-0417/2012	SAA PENDENCIAS	1.221.893,10	575.407,12	1.797.300,22
TC-0426/2012	SAA JARDIM DE PIRANHAS	10.264.195,30	133.659,28	10.397.854,58
TC-0427/2012	SAA PORTALEGRE	2.420.871,69	-	2.420.871,69
TC-0428/2012	SAA SAO JOAO DO SABUGI	3.378.390,00	283.223,41	3.661.613,41
TCPAC-0309/2011	SAA SAO JOSE DO SERIDO	2.708.148,36	2.199.572,64	4.907.721,00
TOTAL		**1.086.513.222,84**	**159.061.819,61**	**1.245.575.042,45**

Fonte: *Rotina Gestão de Recursos não onerosos (Protheus: 24/01/2024 - 09h)*

Registre-se que os valores acima são totalizadores que não abrangem somente o ciclo em análise, e que os referidos empreendimentos vêm sendo executados ao longo dos anos pela CAERN respondendo por uma parcela significativa dos investimentos que permitem um maior atendimento da população em relação às coberturas de água e esgotos.

Do volume de recursos informado na tabela 2, o Demonstrativo de Programas Temáticos do PPA 2020-2023 sintetiza os totais que foram pactuados para o PPA vigente:

Figura 1: Demonstrativo de Programas Temáticos (ano base 2020)

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE — **Demonstrativo de Programas Temáticos**

Ano Base: 2020

Orgão: 27201 Companhia de Águas e Esgotos do RN

Eixo: 00002 DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E DEFESA DA CIDADANIA
Programa: 2009 VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO

Indicadores

Nome	Unidade de Medida	Data de Apuração	Indice Recente	Indice Final

Quadro Resumo das Subações Por Programa

Fonte Financiamento	Categoria Econômica	2020	2021	2022	2023	Total
Recurso Estadual	Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa de Capital	2.207.299,42	3.122.813,56	0,00	0,00	5.330.112,98
Recurso Federal	Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa de Capital	267.152.552,28	118.060.433,54	244.100.000,00	193.940.000,00	823.252.985,82
Recurso Operações de Crédito	Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa de Capital	46.710.559,50	16.903.956,48	0,00	0,00	63.614.515,98
Outros	Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa de Capital	35.732.158,05	17.289.678,17	0,00	0,00	53.021.836,22
	TOTAL	**351.802.569,25**	**155.376.881,75**	**244.100.000,00**	**193.940.000,00**	**945.219.451,00**

Fonte: *SIGEF, 24/01/2023.*

Ao longo dos últimos quatro anos, os valores acima foram sendo alterados conforme planejamento interno da Companhia, na ocasião das revisões anuais do PPA, propostas pela CAERN à Secretaria de Estado de Planejamento e das Finanças (SEPLAN).

É preciso destacar que os Demonstrativos de Programas Temáticos dos anos que compõem o PPA extraídos do SIGEF não refletiram as revisões propostas pela CAERN, sobretudo em relação às metas financeiras propostas:

- Revisão PPA 2021 – Documento SEI 6788861.
- Revisão PPA 2022 – Documento SEI 10464217.
- Revisão PPA 2023 – Documento SEI 15325955.

Mesmo não refletindo os valores revisados anualmente, todos atributos propostos no PPA 2020-2023 estão vinculadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 00054: “até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e

saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso".

Por outro lado, os atributos (objetivos, metas, subações e iniciativas) não estão ligados a nenhuma agenda transversal proposta pelo Governo do estado.

Os valores inscritos no PPA foram distribuídos em metas específicas, da seguinte maneira:

Do total planejado para cada ano, cujos valores foram distribuídos em metas do PPA, tem-se a realização financeira abaixo demonstrada:

Tabela 8: Realização Financeira das Metas do PPA 2020-2023 (*Valores em milhares de reais)*

Metas PPA 2020-2023	2020		2021		2022		2023	
	Rec. Próprio	REPASSE	Rec. Próprio	REPASSE	Rec. Próprio	REPASSE	Rec. Próprio	REPASSE
712 – Ampliar 08 sistemas de esgotamento sanitário no RN.	14,87	76,78	38,55	50,06	24,27	19,26	66,30	10,71
720 – Ampliar sistemas de abastecimento de água no RN	1,88	1,28	0,54	2,66	0,34	1,23	7,99	3,85
757 – Desenvolver 01 projeto para sistema de abastecimento de água no RN								
761 – Implantar 01 sistema de esgotamento sanitário no RN	0,00		0,00		0,00			
774 – Implantar 07 sistemas de abastecimento de água no RN.	0,20		0,02		0,00			5,82
	16,94	**78,06**	**39,11**	**52,72**	**24,61**	**20,50**	**74,29**	**20,38**

Fonte: *Rel. Composição Empreendimento/Obra (Protheus: 16/01/24 - 11:20h)*

Chama a atenção o volume de Recursos Próprios aplicados pela CAERN na execução das obras que compõem os empreendimentos inscritos nas metas do PPA.

O emprego desses recursos se dá em virtude de constantes readequações de projetos técnicos, que incorre no aumento dos investimentos por parte do convenente/compromissário/interveniente executor, e da elevada soma de recursos pagos a título de reajustes contratuais, por exemplo.

Os investimentos realizados com recursos próprios têm provocado avanços na execução dos empreendimentos, especialmente no ano 2023, quando a CAERN injeta uma significativa quantidade de recursos provenientes de captação no mercado de

capitais (1ª emissão de debêntures), que está dando um maior ritmo às obras em andamento.

Destacar também que alguns empreendimentos importantes foram concluídos no último período como os sistemas de esgotamento sanitário de Assú (1ª etapa) e São José de Mipibu, e os sistemas de abastecimento de água de Caraúbas e Portalegre beneficiando uma população de aproximadamente 72.500 norte-rio-grandenses.

Outro fato a ser justificado é em relação à meta 757 (Desenvolver 01 projeto para sistema de abastecimento de água no RN), que não apresentou nenhuma realização até o momento.

Trata-se de uma meta cujo objeto é financiado exclusivamente com recursos federais através do Contrato de Repasse nº 424.461-40/2013. No entanto, a não liberação de recursos federais inviabilizaram a execução do objeto até presente data.

Já a meta 761 (Implantar 01 sistema de esgotamento sanitário no RN) tem a sua execução aquém do planejado em virtude de questões técnicas e ambientais que retardam a implantação do SES no município de São Paulo do Potengi.

O fato dos empreendimentos terem a sua execução física em atraso, quando comparado ao planejamento inicial, acontece por alguns fatores relevantes, tais como: entraves no processo de licenciamento pelos órgãos ambientais dilatando diversos prazos para a emissão das LP, LI e, em alguns casos, da LO; morosidade na tramitação interna e na fase externa dos diversos processos licitatórios para contratação de prestadores de serviços; demora na liberação de recursos governamentais, uma vez que praticamente 100% dos empreendimentos inscritos no PPA são financiados com recursos federais – Contratos de Repasse/Financiamento (OGU/FGTS - CAIXA) e Convênios (OGU - FUNASA). Neste ponto, é preciso enfatizar os Termos de Compromisso/Convênios firmados com a FUNASA que tem a sua execução demasiadamente lenta, muitas vezes por questões relacionadas a entraves criados pela própria Fundação, além da morosidade na liberação dos recursos; prolongado tempo para preparação dos projetos técnicos e consequente aprovação pelo órgão financiador; bloqueios judiciais em contas vinculadas aos contratos de repasse, termos de compromisso e termos de financiamento.

A realização financeira do ciclo do PPA apresentada na tabela 3, todavia, não reflete a execução física dos empreendimentos que, como citado anteriormente, ultrapassam o ciclo 2020-2023, apresentando os seguintes dados:

Tabela 9: Execução físico-financeira acumulada dos empreendimentos

Instrumento	Objeto	Valor Pactuado	Acumulado Financeiro	Exec. Física atual.
189.888-03/2006	SES SAO JOSE DE MIPIBU	13.269.087,16	13.608.884,02	100%
189.978-93/2006	IMPLANTACAO SES ASSU	16.909.700,10	15.033.259,90	100%
218.113-68/2007	AMPLIACAO SAA PARNAMIRIM	18.147.064,00	17.325.216,93	80,6%
224.984-23/2007	SES NATAL - BACIAS E/F/K	88.292.025,13	56.152.305,47	63,6%
248.464-42/2007	AMPLIACAO SES MACAIBA (ETE'S)	7.259.376,03	4.403.863,42	60,66%
296.186-81/2009	SAA MOSSORO (ETA' S E EEA'S)	120.683.125,65	101.641.734,80	66,3%
296.775-16/2009	SAA AD.APODI-MOSSORO	84.752.608,01	67.462.253,94	64,78%
350.951-04/2011	SES CAICO	37.759.043,14	30.551.203,77	51,2%
351.740-61/2011	SES MACAIBA (REDES)	12.862.231,13	9.290.439,47	71,3%
394.928-22/2012	AMPLIACAO SAA ASSU	13.821.177,91	11.937.421,87	100%
402.225-19/2012	SAA SIS.INT.PENDENCIAS/MACAU/B	20.800.000,00	17.221.015,66	71,7%
408.710-26/2013	SES NATAL ZONA NORTE	321.763.185,67	236.447.432,74	52,4%
408.715-78/2013	SES NATAL ZONA SUL	249.468.959,38	86.931.783,35	22,4%
424.400-04/2013	SES PARNAMIRIM	185.307.207,98	124.077.807,37	66,3%
424.461-40/2013	SAA AD.MAXARANGUAPE NATAL	4.600.000,00	31.763,19	0%
TC-0118/2012	SES PARELHAS	11.953.411,06	13.857.685,76	45,1%
TC-0265/2012	SES SAO PAULO DO POTENGI	11.233.032,77	4.765.099,20	42,42%
TC-0361/2012	SAA CARAUBAS	3.508.446,43	3.114.109,34	100%
TC-0417/2012	SAA PENDENCIAS	1.797.300,22	1.009.337,72	56,1%
TC-0426/2012	SAA JARDIM DE PIRANHAS	10.397.854,58	5.723.364,93	64,2%
TC-0427/2012	SAA PORTALEGRE	2.420.871,69	1.586.105,84	100%
TC-0428/2012	SAA SAO JOAO DO SABUGI	3.661.613,41	998.391,94	31,4%
TCPAC-0309/2011	SAA SAO JOSE DO SERIDO	4.907.721,00	3.418.335,70	69,6%

Fonte: *Escritório de Portfólio Corporativo (EPE/CAERN), 25/01/2024.*

A evolução físico-financeira dos empreendimentos vinculados ou não ao PPA, considerados os entraves que retardam a conclusão das obras, demonstra o compromisso do Governo do Estado e da CAERN em oferecer à população potiguar maiores índices de cobertura e atendimento de água e esgotamento sanitário.

Esse compromisso é reforçado pela obrigatoriedade de elevar os índices de cobertura e atendimento de água e esgotos do RN – atualmente de 90,5% e 25,2%[3], respectivamente -, para 99% - água e 90% - esgotos até o ano 2033, impostas pelo novo marco do saneamento básico.

Assim, reforçamos que as metas, subações e iniciativas pactuadas para o PPA 2020-2023 contribuíram para o alcance dos objetivos propostos no referido Plano Plurianual. E ainda, que há um esforço por parte da CAERN em finalizar os empreendimentos em andamento (tabela 9), no intuito de ampliar ainda mais aqueles índices de cobertura.

Síntese da Avaliação e Recomendações

A presente avaliação permitiu o conhecimento da situação dos diversos empreendimentos sob a gestão CAERN, tanto voltados para o abastecimento de água como para esgotamento sanitário, evidenciando a sua evolução física, principalmente.

O foco na evolução física se dá em função de ser este aspecto o que mais se aproxima da efetiva entrega dos equipamentos de saneamento à população potiguar. Isso reforça a necessidade de uma aceleração do ritmo de algumas obras, a fim de que se possa dar funcionalidade e efetivo gozo do direito de uso à população.

Esta avaliação também evidencia a necessidade de maiores investimentos em empreendimentos voltados ao saneamento, tendo em vista as arrojadas metas de universalização propostas pelo marco legal que regula o saneamento no país. Tais investimentos deverão partir de múltiplos atores públicos e privados, e a CAERN vem atuando neste sentido: oferta de títulos mobiliários no mercado de capitais, estruturação de Parcerias Público Privadas (PPP's) e investimentos com recursos próprios de sua arrecadação, são alguns meios que a Companhia está empreendendo para cumprir a sua missão de levar água e esgoto tratado aos municípios potiguares.

Destaque também para a reestruturação interna da Companhia que se alinha às recentes exigências regulatórias nacionais e às boas práticas de governança e de mercado. Além disso, mudanças institucionais como a criação de microrregiões de

[3] Fonte: AGT/CAERN - Data-base: setembro/2023

saneamento e da regularização de contratos junto aos titulares da política do saneamento fortalecem o compromisso do Estado, dos municípios e da CAERN com a universalização do saneamento básico no território do Rio Grande do Norte.

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RN

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 4
Avaliação individual das INICIATIVAS 8
Avaliação Setorial dos Resultados 10
Avaliação dos Indicadores 11
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 12
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 12
Introdução 12
Do Objetivo da Avaliação 12
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 13
Metodologia 16
Avaliação Geral dos Resultados 17
Síntese da Avaliação e Recomendações 18
Referências 19

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 32000 – Corpo de Bombeiros Militar do RN
Nome do Programa Temático: 1001 – Valorização dos Profissionais de Segurança Pública.

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00176 – Desenvolver medidas que visem fortalecer a proteção à vida, à saúde, à assistência social, ao lazer e ao desporto, à qualidade de vida e à valorização do profissional dos Bombeiros Militares do RN, levando em consideração a proteção aos agentes públicos e aos seus dependentes
Códigos das metas: 00821, 00823, 00824, 00825, 00829, 00837, 00838, 00839, 00842, 1602, 1605, 1606, 1654 e 1662.
Códigos das iniciativas: 00963, 00974, 00990, 01019, 01031, 01069, 01075, 01095, 01121 e 02147.
Avaliação Geral do Objetivo: Os objetivos 00176 e 00177, no ano de 2023, foram atendidas as expectativas conforme o planejamento vigente no PPA. Já o Objetivo 00175, não foi iniciado por falta de recursos financeiros e o 00180, no ano de 2023, foram atendidas as expectativas, porém em parte, conforme análise das metas, das iniciativas e principalmente da execução orçamentária vigente no PPA.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

00821 – Desenvolver um projeto de atividades de investigação e inteligência no CBMRN

Avaliação da Meta:

Sim, atende ao Programa de Governo. Não iniciado: segundo o Relatório vigente em sua última atualização desde o início do ano de 2023 o CBMRN está aguardando a disponibilização de recursos.

Código e descrição da Meta:

00823 – Implantar um Sistema de Proteção dos Militares Estaduais

Avaliação da Meta:

Sim, atende ao Programa de Governo. Concluída: o Governo do Estado sancionou e publicou a Lei de complementar 692/2021 que institui o sistema de proteção social dos militares do RN.

Código e descrição da Meta:

00824–Implantar o Programa de Capacitação Permanente (PCP) dos Bombeiros Militares

Avaliação da Meta:

Sim, atende ao Programa de Governo. Em andamento: este programa foi implementado consistindo na realização de vários cursos durante o ano, o CFAP , localizado em Parnamirim/RN, realizou cursos da atividade fim (salvamento, combate a incêndio, atividades técnicas e APH) e da atividade meio (contabilidade, licitação e compras). Até o momento o CBMRN está realizando o Curso de Formação de Praças, o Curso de Formação de Oficiais e o Curso Superior de Bombeiros.

Código e descrição da Meta:

00825 – Implantar o Programa de Valorização Profissional (PVP) dos Bombeiros Militares

Avaliação da Meta:

Sim, atende ao Programa de Governo. Em andamento: este programa foi implementado consistindo na realização de vários cursos de formação e de habilitação para que os militares sejam promovidos durante o ano e foi criada a comissão de saúde para acompanhar a saúde dos bombeiros. O CBMRN está realizando e ofertando cursos a militares nas mais diversas áreas técnicas

Código e descrição da Meta:

00829 – Executar Programas Sociais e Eventos da Corporação

Avaliação da Meta:

Sim, atende ao Programa de Governo. Em andamento: O CBMRN está no planejamento para executar a Corrida Soldado do Fogo e já foram executadas duas competições aquáticas no CBMRN como também o programa Surf Salva,Programa Amigo do Peito, agosto lilás, setembro amarelo, caminhada da mãe potiguar, Seminário de Abordagem Humanizada a Tentativas de Suicídio e programa vida viva, todos estes programas são ofertados ao público interno e externo.

Código e descrição da Meta:

00837 – Ampliar a atuação do Serviço de Atividades Técnicas (SAT) em todo o estado junto com o programa de interiorização do CBMRN

Avaliação da Meta:

Sim, atende ao Programa de Governo. Em andamento: foi feita a instalação de 02 (duas) unidades do interior do Estado em Açu/Mossoró, e Currais Novos, já a instalação de Goianinha está paralisada, pois aguarda a construção da unidade e a implantação do novo sistema do DAT.

Código e descrição da Meta:

00838 – Aparelhar as unidades do CBMRN

Avaliação da Meta:

Sim, atende ao Programa de Governo. Em andamento: com a aquisição de novos equipamentos (6 conjutos de móveis e 3 sistemas de combate à incêndio) para Região Metropolitana de Natal, e de materiais de combate a incêndio, e salvamento para as unidades operacionais sediadas em Natal, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim, Mossoró, Caicó, Açu, Currais Novos e Pau dos Ferros e a unidade escola (CFAP) localizada em Parnamirim e falta ativar a unidade de Goianinha.

Código e descrição da Meta:

00839 – Construir, ampliar e reformar imóveis do CBMRN

Avaliação da Meta:

Sim, atende ao Programa de Governo. Concluída: foi aberto a unidade de Currais Novos e reforma e adequação do prédio da unidade de Açu. Em andamento: o CBMRN está executando obras de reforma na sede do 1º GBM, construção de posto de guarda-vidas está na fase de conclusão, sediados na Região Metropolitana de Natal e iniciou a obra de melhorias do novo quartel de Pau dos Ferros. Não iniciado: o CBMRN está aguardando a doação do terreno para a construção da nova unidade na cidade de Goianinha.

Código e descrição da Meta:

00842 – Adquirir veículos para o CBMRN

Avaliação da Meta:

Sim, atende ao Programa de Governo. Concluída: o CBMRN está aguardando a entrega de 20 (vinte) viaturas e tem licitação em andamento para aquisição de novas viaturas e tem licitação em andamento para aquisição de novas viaturas.

Código e descrição da Meta:

1602 - Realizar concursos público para recompor e ampliar o efetivo do quadro de combatentes e de saúde do CBMRN

Avaliação da Meta:

Sim, atende ao Programa de Governo. Concluída: o CBMRN realizou dois concursos públicos, sendo um para ingressos de novos soldados e outro para ingressos de oficiais médicos no quadro de saúde do CBMRN.

Código e descrição da Meta:

1605- Realizar Cursos de Formação, Aperfeiçoamento e Habilitação dos Bombeiros Militares e Superior de Bombeiros.

Avaliação da Meta:

Sim, atende ao Programa de Governo. Em andamento: O CBMRN está realizando os cursos de 01 CFP, 02 CFS, 01 CAO, 04 CFO, 01 EAO e 01 CSBM.médicos no quadro de saúde do CBMRN.

Código e descrição da Meta:

1606 - Implementação da Lei de funções de comando e chefia do CBMRN

Avaliação da Meta:

Sim, atende ao Programa de Governo. Ações Preparatórias: formalizando a minuta de lei.

Código e descrição da Meta:

1654 - Implementação do pagamento de indenização por hora-aula no CBMRN

Avaliação da Meta:

Sim, atende ao Programa de Governo. Ações Preparatórias: formalizando a minuta do decreto que dispões sobre a lei.

Código e descrição da Meta:

1662 - Implantar o Grupamento de Operações Aéreas (GOA) do CBMRN

Avaliação da Meta:

Sim, atende ao Programa de Governo. Concluída: foi implantado em 2023 o grupamento aéreo, que fica localizado na base aérea de Natal.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

00963 – Definição de protocolos de atuação e gerenciamento das atividades de investigação e inteligência no âmbito do CBMRN, estruturando e fortalecendo a integração com os demais órgãos da SESED, além de qualificar Bombeiros Militares nas atividades afins do programa.

00974 – Apoio junto com os demais órgãos da SESED na elaboração e atuação do Sistema. Diagnosticar os Bombeiros Militares em situação de vulnerabilidade, no tocante à vida, saúde e assistência social. Com isso, contratar profissionais da área da saúde, criar núcleos de atenção biopsicossocial, como também, viabilizar a criação do fundo de saúde e do programa habitacional dos militares estaduais.

00990 – Instituição do Programa de Capacitação Permanente do CBMRN. Consequentemente, fomentar a capacitação e qualificação do Bombeiro Militar e realizar os Cursos de Formação no âmbito da Corporação (CFO, CFP, CFS, CAS, CHO, CSBM), além de providenciar junto à SEAD o provimento mediante concursos públicos de novos militares para os Quadros de: Oficiais Combatentes, Oficiais de Saúde e Praças Combatentes.

01019 – Instituição do Programa de Valorização Profissional (PVP) do CBMRN. Comisso, estabelecer um núcleo permanente para deliberar acerca da Recomposição Salarial, Planos de Carreira internada Corporação, regulamentos de condecorações e atualizar a legislação de organização básica do CBMRN.

01031 – Execução dos Programas Sociais: Bombeiro Mirim, Surf Salva, Criança Segura, Kim na Escola, Bombeiro Amigo do Peito e Vida Viva, como também, realizar Eventos Desportivos e de Lazer na Corporação(Corrida Soldado do Fogo, Caminhada da Mãe Potiguar e competições internas). Buscando parcerias com outros órgãos e entidades privadas, objetivando uma melhor estrutura e ampliação dos beneficiários.

01069 – Aumento da fiscalização nos imóveis e estruturas passíveis de análise e licenciamento, reduzir o prazo de emissão do licenciamento por parte do CBMRN e melhorar a tecnologia da informação na prestação dos serviços.

01075 – Aquisição de materiais e equipamentos: de combate a incêndio, resgate, salvamento terrestre, em altura e aquático, de proteção respiratória, de musculação, de embarcações, motos aquáticas, informática, segurança e identificação, de medição e controle, pré-hospitalar, treinamento, condicionadores de ar, mobiliário, carretas de transportes, pistolas, coletes balísticos, munições, semovente entre outros.

01095 – Construção, reforma e manutenção das Unidades do CBMRN em todo Estado.

01121 – Aquisição de viaturas para o CBMRN (ABT, ABSR, APA, AEM, UR, AT, Munck com cesto aéreo, Guincho para reboque e veículos administrativos).

02147 – Valorização dos Servidores do Corpo de Bombeiros Militar.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

00963 – Não houve subação que demonstrasse a execução orçamentária para esta iniciativa.

00974 – Não houve subação que demonstrasse a execução orçamentária para esta iniciativa.

00990 – Houve uma subação que demonstrou a execução orçamentária para esta iniciativa no qual partes dos recursos foram utilizados com a distribuição dos mesmos durante os anos do PPA e especificamente no ano de 2023 todos os recursos foram empregados.

01019 – Não houve subação que demonstrasse a execução orçamentária para esta iniciativa.

01031 – Houve uma subação que demonstrou a execução orçamentária para esta iniciativa no qual todos os recursos foram utilizados com a distribuição dos mesmos durante os anos do PPA e especificamente no ano de 2023 todos os recursos foram empregados.

01069 – Não houve subação que demonstrasse a execução orçamentária para esta iniciativa.

01075 – Houve uma subação que demonstrou a execução orçamentária para esta iniciativa no qual todos os recursos foram utilizados com a distribuição dos mesmos durante os anos do PPA.

01095 – Houve uma subação que demonstrou a execução orçamentária para esta iniciativa no qual partes dos recursos foram utilizados com a distribuição dos mesmos durante os anos do PPA e especificamente no ano de 2023 todos os recursos foram empregados.

01121 – Houve uma subação que demonstrou a execução orçamentária para esta iniciativa no qual partes dos recursos foram utilizados com a distribuição dos mesmos durante os anos do PPA e especificamente no ano de 2023 todos os recursos foram empregados.

02147 – Houve uma subação que demonstrou a execução orçamentária para esta iniciativa no qual todos os recursos foram utilizados com a distribuição dos mesmos durante os anos do PPA e especificamente no ano de 2023 todos os recursos foram empregados.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

A maioria dos resultados obtidos durante a execução do PPA 2023 foram insatisfatórios, visto que foram atendidos em parte com a maioria de suas metas em andamento ou nem iniciadas neste período especificamente!

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-las:

As restrições encontradas são as mais diversas que vão desde ordem administrativa como o não cumprimento de acordos como a não cedência de um terreno para a construção de um quartel à ordem técnica como a falta de disponibilidade de vagas para um curso específico ministrado por uma instituição afim. Foram feitos contatos permanentes para tentar sanar essas questões verificando tanto a possibilidade de cessão de um imóvel a ser reformado para abrigar o quartel como também a disponibilização destas vagas para cursos junto a estas instituições.

Recomendações:

As recomendações são que haja um contato prévio confirmando a possibilidade de atendimento do solicitado, uma vez que isto posto em prática viabiliza a tanto o andamento quanto a conclusão das metas.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (X) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

O atual documento apresenta a síntese da avaliação setorial realizada, através de uma visão abrangente e detalhada do desempenho do Órgão. Este relatório é resultado de uma análise minuciosa, abordando vários aspectos relacionados aos objetivos estabelecidos, metas delineadas e iniciativas implementadas no período em questão. O objetivo central é fornecer informações que contribuam para a compreensão da eficácia da Instituição, para subsidiar tomadas de decisão estratégicas e contribuir para melhorias contínuas.

Do Objetivo da Avaliação

Este item apresenta os objetivos fundamentais da avaliação do Plano Plurianual (PPA), destacando sua importância como mecanismo fundamental para o entendimento do desenvolvimento e resultados das políticas públicas. A avaliação se configura como uma ferramenta estratégica que capacita a gestão a tomar decisões informadas. É necessário reconhecer a utilidade da avaliação como um meio que desenvolve o conhecimento sobre o alcance de metas e objetivos, permitindo a identificação de ajustes necessários para o aprimoramento contínuo.

A avaliação do PPA se revela essencial para a compreensão da eficácia das políticas públicas em execução. Além da verificação de conformidade, proporciona uma análise desenvolvida dos impactos alcançados, identificando áreas de sucesso e desafios a serem superados. Ela não opera de forma isolada; ela se insere em um contexto mais amplo de gestão estratégica e governança. As

informações provenientes do monitoramento e avaliação orientam a tomada de decisões ao oferecerem esclarecimentos sobre a efetividade das estratégias adotadas.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

A estrutura institucional do PPA 2020-2023 do Corpo de Bombeiros Militar do RN, engloba os seguintes aspectos:

Programas temáticos:

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA;

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO;

CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA.

Diretrizes:

Implementação de uma política de segurança pública com ênfase em reestruturação, reordenamento, fortalecimento e modernização dos órgãos de segurança, especialmente no que se refere às condições de trabalho e valorização pessoal dos trabalhadores em segurança;

Fortalecimento, integração e reestruturação das atividades de inteligência e investigação;

Prevenção e redução da criminalidade com mobilização e participação da sociedade.

Objetivos:

Desenvolver medidas que visem fortalecer a proteção à vida, à saúde, à assistência social, ao lazer e ao desporto, à qualidade de vida e à valorização profissional dos Bombeiros Militares do RN, levando em consideração a proteção aos agentes públicos e seus dependentes;

Fortalecer as atividades de inteligência como suporte às ações de prevenção, investigação, planejamento e tomada de decisão;

Promover a preservação da vida, o fortalecimento da cidadania e o enfrentamento do uso e tráfico de drogas e da violência contra a mulher através do desenvolvimento de atividades educativas e preventivas com crianças, adolescentes e jovens e da coleta de leite materno, como também, fomentar a prática da atividade física, visando à qualidade de vida e à aproximação do CBMRN à Sociedade;

Desenvolver as atividades do CBMRN, criando condições logísticas, administrativas, de infraestrutura e recursos humanos.

Metas:

Desenvolver um projeto de atividades de investigação e inteligência no CBMRN, Implantar um Sistema de Proteção dos Militares Estaduais, Implantar o Programa de Capacitação Permanente (PCP) dos Bombeiros Militares, Implantar o Programa de Valorização Profissional (PVP) dos Bombeiros Militares, Executar Programas Sociais e Eventos da Corporação, Ampliar a atuação do Serviço de Atividades Técnicas (SAT) em todo o estado, Aparelhar as unidades do CBMRN, Construir, ampliar e reformar imóveis do CBMRN, Adquirir veículos para o CBMRN, Realizar concursos público para recompor e ampliar o efetivo do quadro de combatentes e de saúde do CBMRN, Realizar Cursos de Formação, Aperfeiçoamento e Habilitação dos Bombeiros Militares e Superior de Bombeiros, Implementação da Lei de funções de comando e chefia do CBMRN, Implementação do pagamento de indenização por hora-aula no CBMRN e Implantar o Grupamento de Operações Aéreas (GOA) do CBMRN.

Iniciativas:

Definição de protocolos de atuação e gerenciamento das atividades de investigação e inteligência no âmbito do CBMRN, estruturando e fortalecendo a integração com os demais órgãos da SESED, além de qualificar Bombeiros Militares nas atividades afins do programa;

Apoio junto com os demais órgãos da SESED na elaboração e atuação do Sistema. Diagnosticar os Bombeiros Militares em situação de vulnerabilidade, no tocante à vida, saúde e assistência social. Com isso, contratar profissionais da área da saúde, criar núcleos de atenção biopsicossocial, como também, viabilizar a criação do fundo de saúde e do programa habitacional dos militares estaduais;

Instituição do Programa de Capacitação Permanente do CBMRN. Consequentemente, fomentar a capacitação e qualificação do Bombeiro Militar e realizar os Cursos de Formação no âmbito da Corporação (CFO, CFP, CFS, CAS, CHO, CSBM), além de providenciar junto à SEAD o provimento mediante concursos públicos de novos militares para os Quadros de: Oficiais Combatentes, Oficiais de Saúde e Praças Combatentes;

Instituição do Programa de Valorização Profissional (PVP) do CBMRN. Comisso, estabelecer um núcleo permanente para deliberar acerca da Recomposição Salarial, Planos de Carreira internada Corporação, regulamentos de condecorações e atualizar a legislação de organização básica do CBMRN;

Execução dos Programas Sociais: Bombeiro Mirim, Surf Salva, Criança Segura, Kim na Escola, Bombeiro Amigo do Peito e Vida Viva, como também, realizar Eventos Desportivos e de Lazer na Corporação(Corrida Soldado do Fogo, Caminhada da Mãe Potiguar e competições internas). Buscando parcerias com outros órgãos e entidades privadas, objetivando uma melhor estrutura e ampliação dos beneficiários;

Aumento da fiscalização nos imóveis e estruturas passíveis de análise e licenciamento, reduzir o prazo de emissão do licenciamento por parte do CBMRN e melhorar a tecnologia da informação na prestação dos serviços;

Aquisição de materiais e equipamentos: de combate a incêndio, resgate, salvamento terrestre, em altura e aquático, de proteção respiratória, de musculação, de embarcações, motos aquáticas, informática, segurança e identificação, de medição e controle, pré-hospitalar, treinamento, condicionadores de ar, mobiliário, carretas de transportes, pistolas, coletes balísticos, munições, semovente entre outros;

Construção, reforma e manutenção das Unidades do CBMRN em todo Estado;

Aquisição de viaturas para o CBMRN (ABT, ABSR, APA, AEM, UR, AT, Munck com cesto aéreo, Guincho para reboque e veículos administrativos);

Valorização dos Servidores do Corpo de Bombeiros Militar.

Considerando os itens citados acima, relacionaremos com as agendas transversais e agendas ODs, apresentadas a seguir.

Agenda transversal:

Atendimento ao Público Geral

Políticas para as Mulheres

Políticas para Criança e Adolescência

Agenda ODS:

Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool;

Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;

Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime;

Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;

Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares;

Implantar o Grupamento de Operações Aéreas (GOA) do CBMRN.

A partir disso, as relações que podemos concluir são:

Ao qualificar o ambiente de trabalho e capacitar os operadores de segurança, o PPA contribui para a redução da violência. Profissionais bem treinados e em ambientes saudáveis são mais capazes de prevenir e responder a situações violentas, colaborando para a meta de redução da violência;

A valorização e a qualificação dos profissionais de segurança, juntamente com a ênfase na modernização e fortalecimento dos órgãos de segurança, contribuem para o desenvolvimento de

instituições eficazes e transparentes. A confiança na eficácia e integridade dessas instituições é crucial para o alcance dessa meta.

A valorização dos operadores de segurança inclui políticas que promovem ambientes de trabalho livres de discriminação, contribuindo para a meta de acabar com todas as formas de discriminação, especialmente aquelas relacionadas a gênero;

Ao promover a humanização das unidades do CBM, o objetivo visa garantir que mulheres e meninas tenham acesso a serviços sem enfrentar discriminação. Esse esforço contribui para a meta de acabar com todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas. Também garantir um ambiente mais digno e respeitoso, contribui indiretamente para a redução das formas de violência, alinhando-se com a meta de reduzir significativamente todas as formas de violência;

E visa criar um ambiente seguro e respeitoso para todos, contribuindo para a meta específica de acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura, especialmente contra crianças;

A integração do sistema de segurança pública e o investimento em tecnologias de informação contribuem diretamente para a meta de redução significativa de todas as formas de violência, promovendo uma abordagem mais eficaz na prevenção e resposta a incidentes. Além disso, o investimento em tecnologias de informação contribui para garantir a igualdade de acesso à justiça por meio de processos mais eficientes e transparentes;

O investimento em tecnologias de informação pode facilitar a tomada de decisão responsiva e inclusiva, permitindo uma análise mais rápida e precisa dos dados. A integração do sistema de segurança contribui para a representatividade ao abordar questões específicas em diferentes níveis.

Metodologia

A atual equipe, começou a avaliar o PPA 2020-2023, encontrando uma dificuldade em aproveitar uma metodologia pré-estabelecida. Sendo assim, grande parte das informações utilizadas neste relatório foi realizada por meio de pesquisa e consulta diretamente aos diversos setores do Órgão buscando um maior detalhamento dos andamentos dos objetivos, metas e iniciativas que compõem o PPA do Órgão.

A coleta dessas informações foi realizada por meio de reuniões presenciais e utilização de ferramentas tecnológicas de comunicação. No atual PPA, não foi utilizado nenhum tipo de ferramenta gráfica para auxiliar análises. A forma de mensuração utilizada para acompanhar as questões pertinentes a este PPA, foram os relatórios financeiros, os quais subsidiaram as execuções do que constava no Plano Plurianual.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO: 3200 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RN

Objetivo: 00176 Desenvolver medidas que visem fortalecer a proteção à vida, à saúde, à assistência social, ao lazer e ao desporto, à qualidade de vida e à valorização do profissional dos Bombeiros Militares do RN, levando em consideração a proteção aos agentes públicos e aos seus dependentes.

Metas: 0823 Implantar o Sistema de Proteção dos Militares Estaduais, 0824 Implantar o Programa de Capacitação Permanente (PCP) dos Bombeiros Militares. Visando capacitar os militares com cursos técnico e com conhecimentos aplicados a atividade de bombeiro, 0825 Implantar o Programa de Valorização Profissional (PVP) dos Bombeiros Militares, 1606 Implementação da Lei de funções de comando e chefia do CBMRN, 1654 Implementação do pagamento de indenização por hora-aula no CBMRN.

Com relação ao objetivo e as metas descritas acima, observou-se que o objetivo foi parcialmente atendido durante a vigência deste PPA visto que foi realizado em 25%, que abrange atividades relacionadas a oferta de cursos da atividade fim (salvamento, combate a incêndio, atividades tecnicas e aph) e da atividade meio (contabilidade, licitação e compras), aprovação e sanção da Lei Complementar nª 692 de 2021 em dezembro 2021 do Sistema de Proteção dos Militares Estaduais, implementação do programa de valorização profissional e criação da comissão de saúde, além de ofertar os cursos necessários para permitir as promoções nas carreiras dos bombeiros militares em atividade, e estão em Ações Preparatórias a formalização da Lei de funções de comando e chefia do CBMRN e Minuta de Decreto que dispões da implementação do pagamento de indenização por hora-aula no CBMRN. Diante disso, as iniciativas mencionadas contribuíram para o atingimento parcial das metas, bem como do objetivo geral.

Objetivo: 00175 Fortalecer as atividades de inteligência como suporte às ações de prevenção, investigação, planejamento e tomada de decisão.

Metas: 0821 Desenvolver um projeto de atividades de investigação e inteligência no CBMRN.

Com relação ao objetivo e a meta descrita acima, observou-se que o objetivo não foi atingido por falta de recursos financeiros.

Objetivo: 00177 Promover a preservação da vida, o fortalecimento da cidadania e o enfrentamento do uso e tráfico de drogas e da violência contra a mulher através do desenvolvimento de atividades educativas e preventivas com crianças, adolescentes e jovens e da coleta de leite materno, como também, fomentar a prática da atividade física, visando à qualidade de vida e à aproximação do CBMRN à sociedade.

Metas: 0829 Executar Programas Sociais e Eventos.

Com relação ao objetivo e as metas descritas acima, observou-se que o objetivo foi totalmente atendido durante a vigência deste PPA visto que as 10 iniciativas relacionadas a tal objetivo, todas foram realizadas, que abrangem programas e atividades, tais como o programa surf-salva, o

planejamento da corrida soldado do fogo e do Seminário de Abordagem Humanizada a Tentativas de Suicídio e execução de duas competições aquáticas

Objetivo: 00180 Desenvolver as atividades do CBMRN, criando condições logísticas, administrativas, de infraestrutura e recursos humanos.

Metas: 0837 Ampliar a atuação do Serviço de Atividades Técnicas (SAT) em todo o estado junto com o programa de interiorização do CBMRN, 0838 Aparelhar unidades do CBMRN, 0839 Construir, ampliar e reformar imóveis do CBMRN, 0842 Adquirir veículos para o CBMRN, 1602 Realizar concursos público para recompor e ampliar o efetivo do quadro de combatentes e de saúde do CBMRN, 1605 Realizar Cursos de Formação, Aperfeiçoamento e Habilitação dos Bombeiros Militares e Superior de Bombeiros e 1662 Implantar o Grupamento de Operações Aéreas (GOA) do CBMRN.

Com relação ao objetivo e as metas descritas acima, observou-se que o objetivo foi parcialmente atendido durante a vigência deste PPA visto que foi realizado em 98% a Execução Orçamentária por Objetivo, que abrange atividades relacionadas a implantação do novo sistema do DAT, abertura das unidade de Currais Novos e Açu, aparelhamento das unidades de Natal, Caicó, Currais Novos, Pau dos Ferros, Açu e Mossoró, aquisição de 20 viaturas, realização de dois concursos públicos, sendo uma para ingressos de novos soldados e outro para ingressos de oficiais médicos, realização dos cursos de 01 CFP, 02 CFS, 01 CAO, 04 CFO, 01 EAO e 01 CSBM e implantação do GOA. Além disso, a unidade de Goianinha ainda não abriu, pois está aguardando a doação do terreno.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Restrição orçamentária;

Uso do PPA como base para tomada de decisão do Órgão;

Acompanhamento da execução orçamentária visando um controle das ações propostas no PPA;

Com o objetivo de facilitar o trabalho dos técnicos responsáveis pelo monitoramento e avaliação do PPA, recomendamos que o prazo seja trimestral, tendo em vista que identificamos que o prazo bimestral é muito curto e torna o processo repetitivo.

Além disso, uma dificuldade encontrada diz respeito ao levantamento de informações para subsidiar as avaliações deste documento. Sendo assim, recomendamos que sejam atribuídas responsabilidades aos mais diversos Institutos e setores do Órgão para o fornecimento de informações.

A metodologia utilizada para a avaliação do exercício de 2023 conjuntamente com o avaliação do período 2020-2023 fez com que o documento ficasse um pouco repetitivo;

Referências
● Diversas Diretorias e setores do Órgão; ● Sistema Eletrônico de Informações - SEI ; ● Sistema de Gestão Financeira - SIGEF.

Natal/RN, 31 de janeiro de 2024.

Renato Paulo da Silva – TC QOCBM
Chefe do Centro de Administração Financeira e Orçamentária do CBM/RN
Gestor do PPA

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DO

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇAO E DESENOLVIMENTO URBANO -CEHAB

Exercício 2020-2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 7
Avaliação individual das INICIATIVAS 12
Avaliação Setorial dos Resultados 16
Avaliação dos Indicadores 18
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 19
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 19
Introdução 19
Do Objetivo da Avaliação 21
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 23
Metodologia 25
Avaliação Geral dos Resultados 26
Síntese da Avaliação e Recomendações 27
Referências 27

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão:

26203 – COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇAO E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Nome do Programa Temático:

2008-VIVER MELHOR: DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇAO.

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo:

0043-PROMOVER A MELHORIA DAS CONDIÇOES DE VIDA E BEM- ESTAR DA POPULAÇAO.

Códigos das metas:

0391 Apoiar políticas de planejamento urbano integrado do RN, obedecendo a divisão de territórios de identidade.

Situação: Em andamento.

0476 Criar espaços públicos com acessibilidade para idosos e pessoas com mobilidade reduzida, para o desenvolvimento de práticas culturais e de lazer.

Situação: Paralisada.

0508 Fortalecer fóruns de discussão de política habitacional e de desenvolvimento urbano do RN.

Situação: Não Iniciada.

0519 Construir Unidades Habitacionais na zona urbana em todo Estado do Rio Grande do Norte, com preços diferenciados, voltados a atender a demanda dos servidores públicos estaduais.

Situação: Paralisada.

.

0535 Programa de Habitação que consiste na construção de unidades habitacionais voltado para os servidores da Segurança Pública.

Situação: Paralisada.

0547 Criar e implantar sistema de monitoramento e vigilância habitacional para o RN.

Situação: Não Iniciada.

0566 Construção de habitação de interesse social (PRÓ-MORADIA).

Situação: Em Andamento.

0569 Criar e Implementar a Lei do Aluguel Social.

Situação: Não Iniciado.

0581 Programa de Regularização Fundiária urbana.

Situação: Em Andamento.

0609 Construir unidades habitacionais voltadas para população em situação de extrema vulnerabilidade social, com ênfase na erradicação das moradias precárias (Casas de Taipa) e unidades habitacionais em risco eminente, atingindo aqueles que estão em extrema vulnerabilidade social.

Situação: Paralisada.

0620 Promover melhorias/reformas/ adaptações nas Unidades Habitacionais já existentes através da concessão de subvenção econômica para aquisição de materiais de construção destinados à reforma, à ampliação adaptação ou à conclusão de unidades habitacionais.

Situação: Paralisada.

0629 Trabalhar, prioritariamente, no desenvolvimento dos programas habitacionais voltados para diminuir a permanência de famílias em áreas de risco.

Situação: Em Andamento.

0609 Construir unidades habitacionais voltadas para população em situação de extrema vulnerabilidade social, com ênfase na erradicação das moradias precárias (Casas de Taipa) e unidades habitacionais em risco eminente, atingindo aqueles que estão em extrema vulnerabilidade social.

Situação: Paralisada.

Códigos das iniciativas:

00931- Viabilizar o acesso à moradia de famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade, por intermédio de operações de financiamento a estados, lastreadas por recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

00933 -O Prog. De Reg. Fundiária baseia-se em promover ações com objetivo de implementação da Regularização Fundiária dos Conjuntos Habitacionais construídos pelo RN através da extinta COHAB, das Unidades Habitacionais construídas através dos Prog. Do Governo Federal, Prog. De Subsídio à Habitação de Interesse Social do PSH, Programa Minha Casa Minha Vida I e II, em Natal e nos dvrs Mun. Que compõem o RN garantindo a cidadania.

Avaliação Geral do Objetivo:

A Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CEHAB), visa promover a melhoria das condições de vida e bem estar da população, em busca de moradia digna e da efetivação legal de seus títulos, que visa principalmente na qualidade do atendimento e na garantia dos direitos dos usuários.

A CEHAB tem como atendimento prioritário, diferentes demandas por necessidade de moradia para a população de baixa renda dentre elas: busca por reformas em suas moradias, casos de despejos, famílias notificadas para serem removidas provindas de construção indevida da moradia em áreas irregulares (áreas de preservação ambiental, riscos geológicos e ambientais, vias públicas e outros), famílias de assentamentos precários; além dos demandantes beneficiários do Programa de Regularização Fundiária de todo Estado do RN. Demandas estas citadas, tendo como finalidade superar a situação por habitabilidade de interesse social, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações.

O compromisso da equipe, visa atender de forma efetiva, usuários carentes da Política Habitacional, bem como a ampliação de programas e projetos referente ao ano de 2023, por meio de elaboração de projetos,

atualização de Leis e ampliação dos critérios locais para priorização de inclusão social, além da possibilidade de pactuação em novas modalidade de projetos em programas habitacionais.

- **Redução do Déficit Habitacional:** A CEHAB pode ter como meta principal a redução do déficit habitacional, buscando proporcionar moradia adequada para as famílias de baixa renda.
- **Desenvolvimento Urbano Sustentável:** Buscar práticas e projetos que promovam o desenvolvimento urbano de forma sustentável, considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos.
- **Acesso à Moradia para Grupos Vulneráveis:** Focar em programas habitacionais que atendam a grupos específicos, como famílias de baixa renda, pessoas em situação de vulnerabilidade social, ou outros segmentos que necessitem de apoio habitacional.
- **Regularização Fundiária:** Trabalhar na regularização de áreas ocupadas de forma irregular, garantindo a legalidade e segurança das moradias.
- **Parcerias Público-Privadas:** Desenvolver parcerias com o setor privado para viabilizar projetos habitacionais e ampliar a oferta de moradias.
- **Inovação e Qualidade na Construção:** Buscar soluções inovadoras e garantir a qualidade na construção de habitações, assegurando durabilidade e segurança para os beneficiários.
- **Apoio a Políticas Habitacionais Nacionais e Estaduais:** Alinhar as ações da CEHAB com políticas habitacionais definidas em âmbito nacional e estadual.

O principal objetivo da CEHAB e o atendimento prioritário pra população de baixa renda dentre elas: busca por reformas em suas moradias, casos de despejos, famílias notificadas para serem removidas provindas de construção indevida da moradia em áreas irregulares (áreas de preservação ambiental, riscos geológicos e ambientais, vias públicas e outros), famílias de assentamentos precários; além dos demandantes beneficiários do Programa de Regularização Fundiária de todo Estado do RN. Demandas estas citadas, tendo como finalidade superar a situação por habitabilidade de interesse social, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações.

A principal restrição administrativa que impactou negativamente a execução de metas e objetivos foi a ausência de recursos financeiros adequados. Quando o orçamento é limitado, pode haver uma necessidade de reduzir o escopo do projeto ou alocar recursos de forma inadequada, o que pode afetar a qualidade ou o prazo de entrega. É importante lembrar que não tivemos restrições técnicas para execução das metas. Referente as restrições ambientais a inexigibilidade de licença ambiental para áreas não caracterizadas como de preservação ou com ausência de vegetação

nativa certamente foi ponto favorável para atendimento da meta de construção das unidades. Contudo, doação de terrenos em áreas passíveis de supressão vegetal associada a licenciamentos, bem como a necessidade de conseguir viabilidades de água e energia foram impeditivos para celeridade do processo.

Tendo em vista que esta Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano se trata de uma administração indireta e implica em possuir capital próprio onde seria possível realizar todas as execuções de metas e objetivos com mais autonomia. No entanto, apenas uma parte do capital social foi integralizado na criação da CEHAB em 2008, onde foram utilizados os recursos necessários para sua manutenção e execução de seus programas e também não houve mais integralização por parte de seus acionistas, nem existindo ainda fonte de arrecadação própria. Com isso, está passou a ser dependente do Estado e houve o impacto da redução orçamentária/financeira implicando assim em dificuldades de execução de suas metas.

Por fim, para este Departamento de Contabilidade e Finanças, a restrição de maior impacto se configura em redução orçamentária/financeira não sendo possível alcançar todos os objetivos previamente estabelecidos em seu Plano Plurianual.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

0391 Apoiar políticas de planejamento urbano integrado do RN, obedecendo a divisão de territórios de identidade.

0476 Criar espaços públicos com acessibilidade para idosos e pessoas com mobilidade reduzida, para o desenvolvimento de práticas culturais e de lazer.

0508 Fortalecer fóruns de discussão de política habitacional e de desenvolvimento urbano do RN.

0519 Construir Unidades Habitacionais na zona urbana em todo Estado do Rio Grande do Norte, com preços diferenciados, voltados a atender a demanda dos servidores públicos estaduais.

0535 Programa de Habitação que consiste na construção de unidades habitacionais voltado para os servidores da Segurança Pública.

0547 Criar e implantar sistema de monitoramento e vigilância habitacional para o RN.

0566 Construção de habitação de interesse social (PRÓ-MORADIA).

0569 Criar e Implementar a Lei do Aluguel Social.

0581 Programa de Regularização Fundiária urbana.

0609 Construir unidades habitacionais voltadas para população em situação de extrema vulnerabilidade social, com ênfase na erradicação das moradias precárias (Casas de Taipa) e unidades habitacionais em risco eminente, atingindo aqueles que estão em extrema vulnerabilidade social.

0620 Promover melhorias/reformas/ adaptações nas Unidades Habitacionais já existentes através da concessão de subvenção econômica para aquisição de materiais de construção destinados à reforma, à ampliação adaptação ou à conclusão de unidades habitacionais.

0629 Trabalhar, prioritariamente, no desenvolvimento dos programas habitacionais voltados para diminuir a permanência de famílias em áreas de risco.

0609 Construir unidades habitacionais voltadas para população em situação de extrema vulnerabilidade social, com ênfase na erradicação das moradias precárias (Casas de Taipa) e unidades habitacionais em risco eminente, atingindo aqueles que estão em extrema vulnerabilidade social.

Avaliação da Meta:

0391 Apoiar políticas de planejamento urbano integrado do RN, obedecendo a divisão de territórios de identidade.

Território:

01 - Rio Grande do Norte

Situação: Em Andamento

A política de planejamento urbano integrado do RN, acontece por meio de divisões territoriais de identidade dos movimentos que lutam por moradia;

O corpo técnico da CEHAB ao ser procurado tem como regra de trabalho orientar quanto a editais e disponibilidade orçamentarias abertas em nível federal;

A Política de planejamento Urbano Integrado do RN, nesta CEHAB, se deu através de reunião com os Movimentos Sociais por Moradia. Essas reuniões tiveram como objetivos acompanhar as diversas ocupações e desenvolver ações de atendimentos pontuais, visitas, dentre outras;

Demos andamento através de ações voltadas para os movimentos sociais que lutam por moradia digna, destacamos o MLB, MLMP e o MST. As Ações aconteceram nas ocupações e comunas e teve como objetivo acompanhar as situações de vulnerabilidade. Andamento no relatório situacional com a publicação no Diário Oficial a lista de beneficiários das ocupações Tiradentes, Aurora Maria e da comuna Marisa Letícia**.**

0508 Fortalecer fóruns de discussão de política habitacional e de desenvolvimento urbano do RN.

Território:

01 - Rio Grande do Norte

Situação: Não Iniciada.

Não participamos de fórum de discussões haja visto que mesmos, geralmente acontecem no segundo semestre do ano.

Por motivos orçamentário e financeiro não conseguimos realizar, Orçamento limitado impactou a capacidade de implementar programas ou projetos

0519 Construir Unidades Habitacionais na zona urbana em todo Estado do Rio Grande do Norte, com preços diferenciados, voltados a atender a demanda dos servidores públicos estaduais.

Situação: Paralisada

Não houve construções de Unidades Habitacionais voltados a atender a demanda da sobreposta meta.

Por motivos orçamentário e financeiro não conseguimos realizar, Orçamento limitado impactou a capacidade de implementar programas ou projetos.

0566 Construção de habitação de interesse social (PRÓ-MORADIA).

Território

02- Terras Potiguaras

Existe a previsão de serem contempladas obras nos municípios da região, contudo, ainda aguardam deliberações.

03- Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte

Existe a previsão de serem contempladas obras nos municípios da região.

Contudo, ainda aguardam deliberações**.**

04 - Agreste Litoral Sul

As obras da região se dividem nos municípios de Nísia Floresta, Santo Antônio e Arês; O primeiro com 14 unidades com um percentual de conclusão de 65%, o segundo com 14 unidades e 78% de conclusão e o terceiro com 14 unidades e 21%.

05 -Trairi

Não existe previsão de obras nessa região**.**

06 – Potengi

Não existe previsão de obras nessa região**.**

07 - Seridó

Nesta região as obras estão concentradas no município de Tenente Laurentino Cruz, conta com 15 unidades habitacionais com o percentual de conclusão de 33%.

08- Alto Oeste

Existe a previsão de serem contempladas obras no município da região. Contudo, aguardam deliberações**.**

09- Açu/Mossoró

Nesta região as obras estão concentradas nos municípios de Carnaubais e São Rafael, a primeira com 16 unidades habitacionais a 41% de percentual de conclusão e a segunda com 15 unidades a 48% de percentual de conclusão**.**

10- Mato Grande

Existe a previsão de serem contempladas obras no município da região. Contudo, aguardam deliberações**.**

11- Sertão do Apodi

Existe a previsão de serem contempladas obras no município da região. Contudo, aguardam deliberações.

Situação: Em Andamento

0569 Criar e Implementar a Lei do Aluguel Social.

Situação: Não Iniciado.

O Benefício Eventual (Lei do Aluguel Social) é assegurado pelo art.22 da Lei n°8.742 de 07 de dezembro de 1993, lei orgânica de assistência social -LOAS, alterada pela Lei nº12.435, de 06 de julho de 2011, e integram organicamente as garantias do sistema único de assistência social - SUAS. Portanto, Cabe a SETHAS, gerenciar a política de cofinanciamento entre os municípios, para que os mesmos possam executar o aluguel social.

0581 Programa de Regularização Fundiária urbana.

Situação: Em Andamento.

Referente a regularização fundiária em seu auge, foi possível executar projetos em todos os municípios no estado do Rio Grande do Norte e ao final do ano de 2023 ser batida a meta de 25.000 títulos concluídos. Mesmo diante das dificuldades com os prazos a serem cumpridos por alguns cartórios de registro de imóveis que acabam sendo um grande impasse para que sejam finalizados os cronogramas de entregas de títulos.

0609 Construir unidades habitacionais voltadas para população em situação de extrema vulnerabilidade social, com ênfase na erradicação das moradias precárias (Casas de Taipa) e unidades habitacionais em risco eminente, atingindo aqueles que estão em extrema vulnerabilidade social.

Situação: paralisada.

Não Foram Contemplados Programas Que Versam Especificamente sobre erradicação Das Moradias Precárias.

0620 Promover melhorias/reformas/ adaptações nas Unidades Habitacionais já existentes através da concessão de subvenção econômica para aquisição de materiais de construção destinados à reforma, à ampliação adaptação ou à conclusão de unidades habitacionais.

O município de Jucurutu, mais especificamente na nova Barra de Santana, conta com 41 unidades habitacionais já concluídas provenientes do programa PSH. Essas serão contempladas com reformas.

Situação: concluído.

0629 Trabalhar, prioritariamente, no desenvolvimento dos programas habitacionais voltados para diminuir a permanência de famílias em áreas de risco.

O corpo técnico da CEHAB ao ser procurado tem como regra de trabalho orientar quanto a editais e disponibilidade orçamentarias abertas em nível federal.

Pró-Moradia nos municípios de Arez, Nísia Floresta, Santo Antônio, Carnaubais, São Rafael e Tenente Laurentino Cruz. por meio de reuniões e oficinas do PTS. estas oficinas são desenvolvidas e ministradas com os futuros beneficiários de pró-moradia e tem como objetivo desenvolver ações, seguindo os eixos temáticos do projeto;

O programa Pró-Moradia segue regramento específico para atendimento prioritário a famílias em situação de vulnerabilidade social e possível área de risco.

0476-Criar espaços públicos com acessibilidade para idosos e pessoas com mobilidade reduzida, para o desenvolvimento de práticas culturais e de lazer.

Não foram contempladas as ações que versam sobre acessibilidade para pessoas idosas e com mobilidade reduzida para o desenvolvimento de práticas culturais e de lazer.

Inserir campos para cada meta avaliada

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

00931- Viabilizar o acesso à moradia de famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade, por intermédio de operações de financiamento a estados, lastreadas por recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

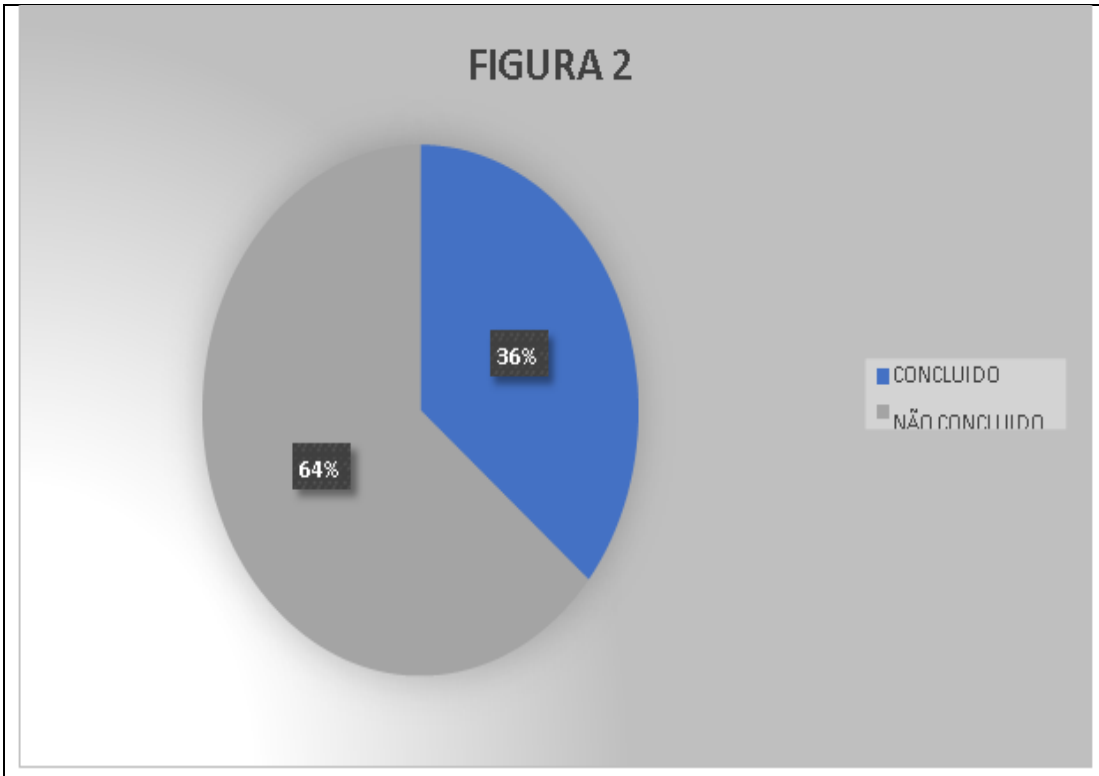
00933 -O Prog. De Reg. Fundiária baseia-se em promover ações com objetivo de implementação da Regularização Fundiária dos Conjuntos Habitacionais construídos pelo RN através da extinta COHAB, das Unidades Habitacionais construídas através dos Prog. Do Governo Federal, Prog. De Subsídio à Habitação de Interesse Social do PSH, Programa Minha Casa Minha Vida I e II, em Natal e nos dvrs Mun. Que compõem o RN garantindo a cidadania.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

00931- Viabilizar o acesso à moradia de famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade, por intermédio de operações de financiamento a estados, lastreadas por recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Subaçao : 186701 – Moradia Cidadã Social.

DOTAÇAO INICIAL	ATUALIZADO	EMPENHADO	DISPONIVEL	PORCENTAGEM
31.494.000,00	35.007.390,20	1.770.570,23	31.505.461,45	36%

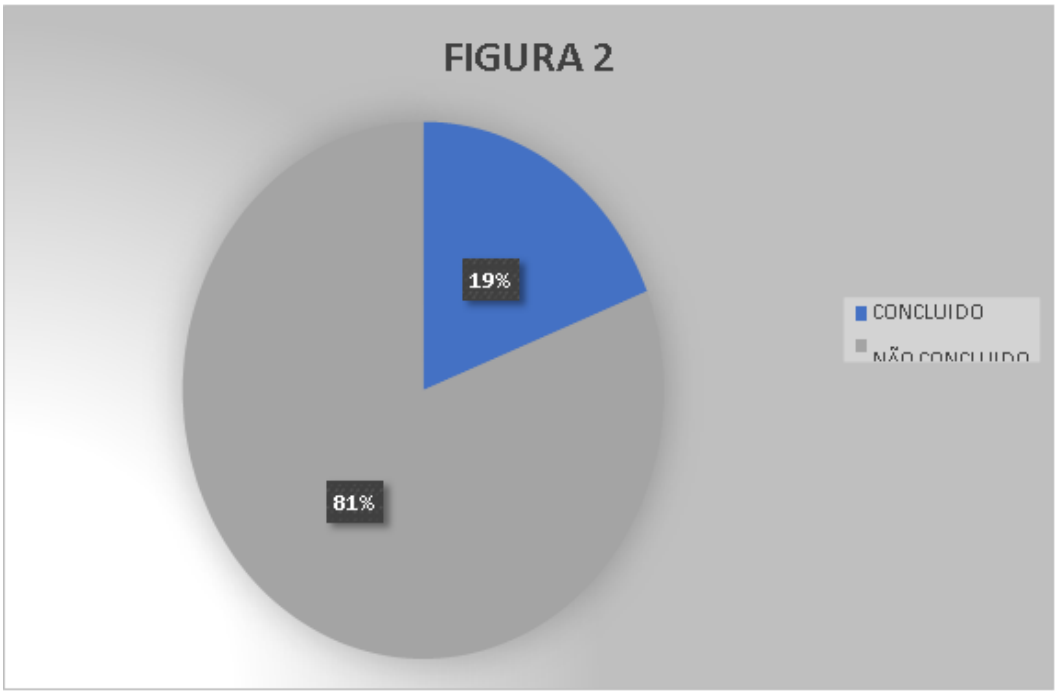


De acordo com os dados concedidos, conseguimos analisar as restrições de maior impacto, que causaram interferências na execução das metas e alcance dos objetivos. Na área Administrativa foram poucas, mas que de acordo com a natureza do projeto, prejudicou a conclusão dos mesmos. A principal restrição administrativa que impactou negativamente a execução de metas e objetivos foi a ausência de recursos financeiros adequados Quando o orçamento é limitado, pode haver uma necessidade de reduzir o escopo do projeto ou alocar recursos de forma inadequada, o que pode afetar a qualidade ou o prazo de entrega. É importante lembrar que não tivemos restrições técnicas para execução das metas.

00933 -O Prog. De Reg. Fundiária baseia-se em promover ações com objetivo de implementação da Regularização Fundiária dos Conjuntos Habitacionais construídos pelo RN através da extinta COHAB, das Unidades Habitacionais construídas através dos Prog. Do Governo Federal, Prog. De Subsídio à Habitação de Interesse Social do PSH, Programa Minha Casa Minha Vida I e II, em Natal e nos dvrs Mun. Que compõem o RN garantindo a cidadania.

Subaçao :186201 -Moradia Cidadã Legal.

DOTAÇAO INICIAL	ATUALIZADO	EMPENHADO	DISPONIVEL	PORCENTAGEM
69.000.OO	1.912,716,00	1.674.811,05	69.000,00	19%



De acordo com os dados concedidos, conseguimos analisar as restrições de maior impacto, que causaram interferências na execução das metas e alcance dos objetivos. Na área Administrativa foram poucas, mas que de acordo com a natureza do projeto, prejudicou a conclusão dos mesmos. A principal restrição administrativa que impactou negativamente a execução de metas e objetivos foi a ausência de recursos financeiros adequados Quando o orçamento é limitado, pode haver uma necessidade de reduzir o escopo do projeto ou alocar recursos de forma inadequada, o que pode afetar a qualidade ou o prazo de entrega. É importante lembrar que não tivemos restrições técnicas para execução das metas.

Inserir campos para cada conjunto de iniciativas avaliadas por objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

Diante das informações prestadas conseguimos verificar que a Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano proporcionou um avanço nas demandas referente ao déficit habitacional no Estado do Rio Grande do Norte, possibilitando maior compreensão e levando soluções e propostas para novos programas habitacionais. A CEHAB prestou serviços aos usuários carentes da política habitacional, desenvolveu programas, projetos e atualizou leis para definir as prioridades sociais. Alcançamos o PLAMEJAMENTO URBANO INTEGRADO para as ações do governo, que envolve o olhar para a estrutura institucional e administrativa e o estendem para os demais territórios do Estado. Dessa forma, a CEHAB procurou contemplar o desenvolvimento justo e sustentável, com base em premissas fundamentais para o combate às desigualdades, a participação social, a transparência e a preservação ambiental. Após decorridos inúmeros anos sem a implementação de nenhuma unidade habitacional, o Estado do Rio Grande do Norte, conseguiu avançar na pauta com projetos e até mesmo execução.

Apesar dos desafios de prazos por alguns cartórios, e as dificuldades que surgiram no cumprimento do cronograma, a Regularização Fundiária, nos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, conseguiu concluir com a entrega de 25.000 títulos.

A Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CEHAB), visa promover a melhoria das condições de vida e bem estar da população, em busca de moradia digna e da efetivação legal de seus títulos, que visa principalmente na qualidade do atendimento e na garantia dos direitos dos usuários.

A CEHAB tem como atendimento prioritário, diferentes demandas por necessidade de moradia para a população de baixa renda dentre elas: busca por reformas em suas moradias, casos de despejos, famílias

notificadas para serem removidas provindas de construção indevida da moradia em áreas irregulares (áreas de preservação ambiental, riscos geológicos e ambientais, vias públicas e outros), famílias de assentamentos precários; além dos demandantes beneficiários do Programa de Regularização Fundiária de todo Estado do RN. Demandas estas citadas, tendo como finalidade superar a situação por habitabilidade de interesse social, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações.

O compromisso da equipe, visa atender de forma efetiva, usuários carentes da Política Habitacional, bem como a ampliação de programas e projetos referente ao ano de 2023, por meio de elaboração de projetos, atualização de Leis e ampliação dos critérios locais para priorização de inclusão social, além da possibilidade de pactuação em novas modalidade de projetos em programas habitacionais.

O Indicativo da Companhia Habitacional do Estado do Rio Grande do Norte – CEHAB, é baseado nos dados da Fundação João Pinheiro, referente ao ano de 2019. Onde Apresenta o estudo sobre o setor habitacional no país e a evolução de seus indicadores, considerando a falta ou inadequação do estoque urbano de moradias no Brasil. O déficit habitacional é realizado através da situação do domicílio, sejam eles permanentes ou improvisados, segundo regiões geográficas. Consta no Estado do Rio Grande do Norte 74.463 na área urbana e 19.325 na área rural, totalizando 93.788, com 8% do seu percentual, referente ao valor total.

Recomendações:

A Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano – CEHAB, tem como sugestões com ênfase na habitação de Interesse Social no Estado do Rio Grande do Norte, constitui a possibilidade de fixação do valor do terreno como crédito de redução das entradas de imóveis é um dos procedimentos continuados no âmbito dos financiamentos aptos, que visam garantir o direito a habitação dos servidores públicos, como por exemplo os vinculados a segurança pública. Essa estratégia, além de ser um fator que amplia os horizontes da habitação nacional, aborda uma das principais questões nas contrapartidas de estados e municípios, que muitas vezes possuem imóveis/terrenos, mas nem sempre têm as garantias de seu valor financeiro.

Outro fator relacionado é que tendem a receber maior ênfase em cada estado e município dado o caráter mais local das exigências e necessidades, a partir do

momento em que as corporações habitações conseguem aproveitar a implementação dessas estratégias sob seus estatutos. Nesse ponto, é importante ressaltar que a grande maioria das Companhias não possui uma estrutura orçamentária que justifique esse fato. É necessário, portanto, dizer que, dos recursos disponíveis, sobretudo o FGTS, parte dos recursos sirvam a capitalização das companhias de habitação brasileiras, para que atuem como agentes promotores, fomentando práticas habitacionais.

A CEHAB buscou conciliar a potencialidade regional com práticas habitacionais já adotadas sob a perspectiva ambiental, ampliando políticas que são prioritárias para o Governo Federal. Além das normas construtivas para aproveitamento energético da luz e ventilação natural nos projetos das unidades, outro fator que se destacou foi a possibilidade de utilização de energia renovável no orçamento das novas unidades, com a energia solar para possíveis melhorias habitacionais. Essa abordagem, além de ser consistente com as práticas ambientais já existentes em todo o mundo, também visa reduzir o impacto financeiro da conta de energia dos beneficiários, especialmente aqueles na faixa mais baixa, que vive em situação de risco ou vulnerabilidade social.

Sendo assim, linhas de financiamento que permitam a implementação de energias renováveis é fator primordial para melhoria das práticas habitacionais, pois traz benefícios diretos aos beneficiários e a própria comunidade brasileira que se beneficia com a geração de energia muitas vezes distribuída para a rede em casos de geração superior. Essa prática em específico destaca-se com o potencial de geração do Nordeste Brasileiro que tem grande viabilidade de geração em função das características regionais. Nesse aspecto é relevante destacar que a produção distribuída de energia, além de reduzir investimentos vultosos, por exemplo, em grandes hidrelétricas, também favorece a dinamicidade econômica brasileira com energia gerada para outros fins, a exemplo da industrial.

Outro aspecto que se coloca são os prédios e equipamentos públicos já consolidados de estados e municípios, principalmente nos centros das cidades urbanas para fins habitacionais já dotados de infraestrutura geral, e o processo de requalificação desses locais. Essa estratégia teve início em algumas cidades do governo anterior, mas não teve linhas específicas de financiamento para o setor habitacional, carecendo de atenção especial com o objetivo de manter o património histórico das cidades-estados brasileiras, garantir a urbanidade dos centros urbanos, pode ser uma estratégia adequada para prédios públicos abandonados e/ou subutilizados em estados e municípios.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (x) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução
Introdução: Avaliação do PPA 2020-2023 é composto pelas etapas de elaboração, gerenciamento, monitoramento, avaliação e revisão. Dentro do escopo este documento busca cumprir a etapa de revisão do plano.

Nesse sentido, a revisão visa à atualização do PPA, a fim de mantê-lo alinhado às diretrizes de Governo. Não se espera uma reformulação geral da programação, mas sim um realinhamento para adequar o PPA a novas realidades, como mudanças no cenário fiscal e econômico, nas prioridades do governo, na estrutura da Administração Estadual, nas atribuições dos órgãos e entidades, entre outras. De forma sucinta, os objetivos do processo de revisão do PPA 2020-2023 são:

- Promover a melhoria contínua do processo de elaboração, execução e avaliação dos Programas, Metas e Iniciativas, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão e de seus instrumentos;
- Buscar o realinhamento da programação aos objetivos de governo, aperfeiçoando sua estrutura e mantendo-a atualizada;
- Contribuir para a maior transparência, aprimorando a qualidade das informações constantes do Plano, para que possa ser melhor entendido e reconhecido pela sociedade; e
- Melhorar a qualidade do Plano, com informações de interesse da gestão pública, fortalecendo seu papel como eixo de referência do planejamento institucional.

A parte importante do ciclo de planejamento, possibilitando que, a partir de uma agenda governamental alterada frente a mudanças conjunturais e institucionais, sejam realizados ajustes no rumo do planejamento definido na fase de sua elaboração.

O ciclo de planejamento subentende um processo contínuo, com etapas sucessivas, abrangendo os diversos trabalhos relacionados ao PPA: concepção de programas; execução dos programas, através de suas respectivas ações e produtos; monitoramento e avaliação da realização dos programas; e, por fim, sua revisão com os ajustes necessários.

Cada etapa anterior subsidia a posterior, alimentando sistematicamente o ciclo nos quatro anos de vigência do PPA. Para melhor entendimento dos conceitosque fundamentaram a elaboração da programação, é recomendável a consulta ao Manual de Elaboração do PPA 2020-2023, em complementação a este Manual de Revisão.

- Apresentação sucinta do contexto e importância do PPA da CEHAB.
- Breve histórico da organização e sua missão.

Objetivos do PPA:

- Identificação e descrição dos objetivos estratégicos estabelecidos pela CEHAB.
- Avaliação da clareza e alinhamento dos objetivos com as necessidades habitacionais.

Metas e Indicadores:

- Análise das metas estabelecidas para cada objetivo.
- Avaliação da mensurabilidade e relevância dos indicadores de desempenho.

Alocação Orçamentária:

- Exame da distribuição orçamentária entre os programas e ações propostas.
- Verificação da correspondência entre as alocações financeiras e os objetivos estratégicos.

Estratégias de Implementação:

- Avaliação da viabilidade e eficácia das estratégias propostas para atingir os objetivos.
- Análise da integração das ações planejadas com as políticas habitacionais vigentes.

Avaliação de Riscos:

- Identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar a implementação do PPA.
- Sugestões de medidas mitigadoras para os riscos identificados.

Participação Social:

- Análise da inclusão de mecanismos que promovam a participação da sociedade no processo.
- Verificação da transparência e acessibilidade das informações relacionadas ao PPA.

Avaliação do Desempenho Anterior:

- Breve retrospectiva do PPA anterior, se aplicável.
- Análise do cumprimento de metas e objetivos estabelecidos no ciclo anterior.

Do Objetivo da Avaliação

O objetivo tem como compromisso da equipe, visa atender de forma efetiva, usuários carentes da Política Habitacional, bem como a ampliação de programas e projetos referente ao ano de 2020 a 2023, por meio de elaboração de projetos, atualização de Leis e ampliação dos critérios locais

para priorização de inclusão social, além da possibilidade de pactuação em novas modalidade de projetos em programas habitacionais.

Habitação Acessível:

- Desenvolver e implementar programas habitacionais acessíveis, visando proporcionar moradia adequada para a população de baixa renda.
- Incentivar parcerias público-privadas para a construção de habitações econômicas.

Inclusão Social:

- Implementar políticas de inclusão social para grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência, idosos e minorias étnicas.
- Criar programas de assistência social e de combate à pobreza.

O objetivo de a avaliar e garantir o acompanhamento e aprimoramento das ações governamentais ao longo do período para o qual o plano foi elaborado. Alguns dos principais objetivos incluem:

- **Verificar o Cumprimento de Metas e Objetivos:** A avaliação do PPA permite analisar se as metas estabelecidas foram atingidas e se os objetivos propostos foram alcançados. Isso ajuda a medir a eficácia das políticas e ações implementadas.
- **Analisar a Eficiência na Utilização de Recursos:** Avaliar se os recursos alocados para as diferentes áreas e programas foram utilizados de maneira eficiente, buscando maximizar o impacto das ações governamentais.
- **Corrigir Desvios e Realinhar Estratégias:** Identificar desvios em relação ao planejamento inicial e corrigir ações, caso necessário. A avaliação do PPA permite ajustar estratégias para lidar com mudanças de cenário, prioridades ou problemas imprevistos.
- **Promover a Transparência e Prestação de Contas:** A avaliação do PPA é uma ferramenta crucial para promover a transparência no governo. Ao apresentar resultados e informações sobre o desempenho das ações, contribui para a prestação de contas à sociedade.

- **Otimizar Recursos Financeiros:** A avaliação ajuda a identificar áreas em que os recursos estão sendo subutilizados ou onde há necessidade de realocação de verbas para otimizar o alcance das metas.
- **Adaptar-se a Novas Necessidades:** As mudanças nas condições socioeconômicas, políticas ou ambientais podem exigir adaptações nas estratégias. A avaliação do PPA permite identificar novas necessidades e ajustar as prioridades de acordo.
- **Fortalecer a Gestão por Resultados:** Ao enfocar a avaliação no impacto e nos resultados das ações, a gestão por resultados é fortalecida, permitindo uma abordagem mais eficiente e eficaz na implementação das políticas públicas.
- **Aprimorar a Tomada de Decisão:** A análise contínua do desempenho das ações proporciona informações valiosas para aprimorar a tomada de decisão, embasando futuras escolhas estratégicas e ajustes nas políticas públicas.

  A avaliação do PPA, portanto, é uma ferramenta essencial para garantir a efetividade das políticas governamentais, a eficiência na alocação de recursos e o alinhamento contínuo com as necessidades da população e com os objetivos traçados para o período de planejamento.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

A caracterização do Plano Plurianual (PPA) da Companhia Estadual de Habitação (CEHAB) envolve a identificação das principais diretrizes, objetivos e políticas públicas estabelecidas para um período específico. Vamos considerar uma abordagem genérica, já que os detalhes específicos podem variar ao longo do tempo e conforme as prioridades da CEHAB.

Objetivos e Diretrizes Gerais:

- Definição clara dos objetivos a serem alcançados durante o período do PPA.
- Estabelecimento de diretrizes que orientam a atuação da CEHAB em relação à habitação e desenvolvimento urbano.

Políticas Habitacionais:

- Descrição das políticas habitacionais adotadas, incluindo programas de construção, financiamento ou subsídios para habitação.
- Enfoque na promoção de moradia digna, acessível e sustentável para a população de baixa renda.

Regularização Fundiária:

- Estratégias para a regularização fundiária, visando garantir a posse legal da terra para a população de assentamentos informais.
- Implementação de mecanismos que promovam a segurança jurídica e a inclusão social.

Desenvolvimento Urbano Sustentável:

- Inclusão de políticas voltadas para o desenvolvimento urbano sustentável, considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos.
- Incentivo a práticas de construção e urbanização que minimizem impactos ambientais.

Ações para Grupos Vulneráveis:

- Políticas específicas para atender às necessidades de grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade social.
- Inclusão social através de moradias adaptadas e projetos específicos.

Parcerias Público-Privadas:

- Estímulo a parcerias público-privadas para o desenvolvimento habitacional.
- Criação de incentivos e mecanismos para atrair investimentos privados no setor habitacional.

Participação Comunitária:

- Promoção da participação ativa da comunidade na elaboração e implementação de políticas.
- Canais de diálogo para envolver a população nas decisões relacionadas à habitação

Essas características proporcionam uma visão geral da abordagem da CEHAB em relação ao Plano Plurianual, destacando a importância de políticas habitacionais, regularização fundiária, desenvolvimento sustentável e participação comunitária

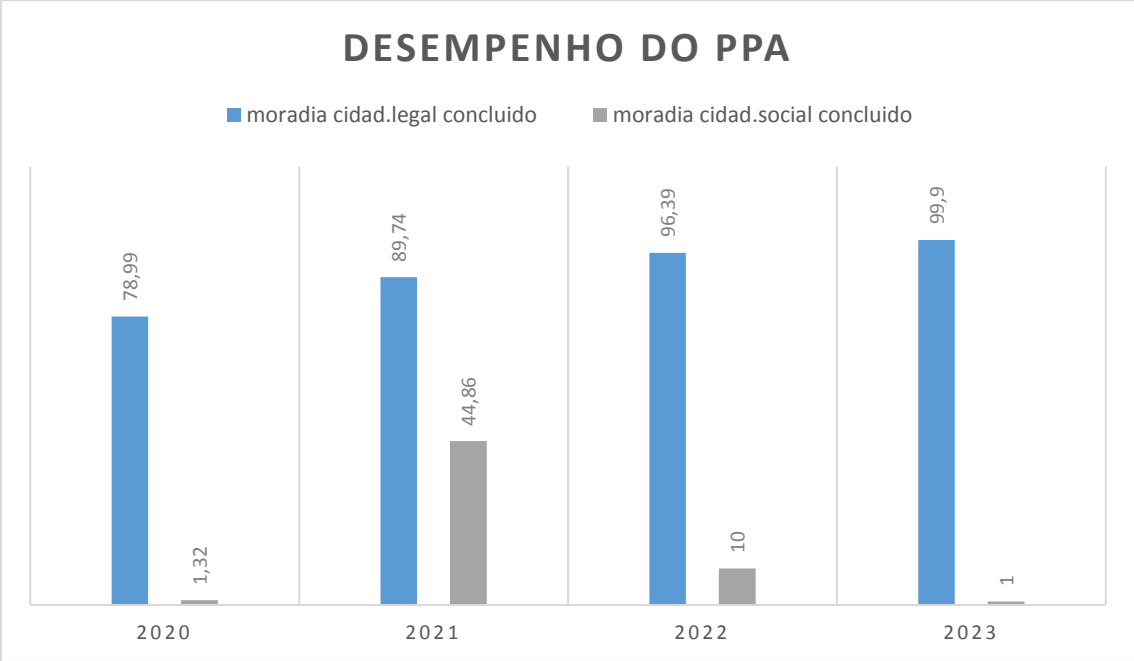
Metodologia

As análises apresentadas a seguir traz um resumo das informações acerca do que foi realizado em 2022 quando comparado ao que havia sido planejado para os objetivos anuais dos produtos no mesmo período. No qual o Programa Viver Melhor tem como objetivo promover a melhoria das condições de vida e bem-estar da população que consiste em oferecer acesso a moradia adequada a população em situação de risco, viabilizando o acesso a moradia de famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade, por intermédio de operações de financiamento a estados, municípios, Distrito Federal ou órgão da administração direta ou indireta, lastreadas por recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Destacamos como principais propósitos alcançados o PLAMEJAMENTO URBANO INTEGRADO para as ações do governo, pois envolve o olhar para a estrutura institucional e administrativa e o estendem para os demais territórios do Estado. Como cada território tem sua identidade, os problemas e necessidades, são distintos. Dessa forma, a CEHAB procurou contemplar o desenvolvimento justo e sustentável, com base em premissas fundamentais para o combate às desigualdades, a promoção dos direitos humanos, a participação social, a transparência e a preservação ambiental. Após decorridos inúmeros anos sem a implementação de nenhuma unidade habitacional, o Estado do Rio Grande do Norte, conseguiu avançar na pauta com projetos e até mesmo execução.

Referente a regularização fundiária em seu auge, foi possível executar projetos em todos os municípios no estado do Rio Grande do Norte e ao final do ano de 2023 ser batida a meta de 25.000 títulos concluídos. Mesmo diante das dificuldades com os prazos a serem cumpridos por alguns cartórios de registro de imóveis que acabam sendo um grande impasse para que sejam finalizados os cronogramas de entregas de títulos.

O gráfico a seguir mostra o desempenho anual do PPA.



De acordo com os dados concedidos, conseguimos analisar as restrições de maior impacto, que causaram interferências na execução das metas e alcance dos objetivos. Na área Administrativa foram poucas, mas que de acordo com a natureza do projeto, prejudicou a conclusão dos mesmos. A principal restrição administrativa que impactou negativamente

a execução de metas e objetivos foi a ausência de recursos financeiros adequados Quando o orçamento é limitado, pode haver uma necessidade de reduzir o escopo do projeto ou alocar recursos de forma inadequada, o que pode afetar a qualidade ou o prazo de entrega. É importante lembrar que não tivemos restrições técnicas para execução das metas.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO: CEHAB

A Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CEHAB), visa promover a melhoria das condições de vida e bem estar da população, em busca de moradia digna e da efetivação legal de seus títulos, que visa principalmente na qualidade do atendimento e na garantia dos direitos dos usuários.

A CEHAB tem como atendimento prioritário, diferentes demandas por necessidade de moradia para a população de baixa renda dentre elas: busca por reformas em suas moradias, casos de despejos, famílias notificadas para serem removidas provindas de construção indevida da moradia em áreas irregulares (áreas de preservação ambiental, riscos geológicos e ambientais, vias públicas e outros), famílias de assentamentos precários; além dos demandantes beneficiários do Programa de Regularização Fundiária de todo Estado do RN. Demandas estas citadas, tendo como finalidade superar a situação por habitabilidade de interesse social, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações.

O compromisso da equipe, visa atender de forma efetiva, usuários carentes da Política Habitacional, bem como a ampliação de programas e projetos referente ao ano de 2020 a 2023, por meio de elaboração de projetos, atualização de Leis e ampliação dos critérios locais para priorização de inclusão social, além da possibilidade de pactuação em novas modalidade de projetos em programas habitacionais.

Síntese da Avaliação e Recomendações

A Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano – CEHAB, tem como sugestões com ênfase na habitação de Interesse Social no Estado do Rio Grande do Norte, constitui a possibilidade de fixação do valor do terreno como crédito de redução das entradas de imóveis é um dos procedimentos continuados no âmbito dos financiamentos aptos, que visam garantir o direito a habitação dos servidores públicos, como por exemplo os vinculados a segurança pública. Essa estratégia, além de ser um fator que amplia os horizontes da habitação nacional, aborda uma das principais questões nas contrapartidas de estados e municípios, que muitas vezes possuem imóveis/terrenos, mas nem sempre têm as garantias de seu valor financeiro.

Outro fator relacionado é que tendem a receber maior ênfase em cada estado e município dado o caráter mais local das exigências e necessidades, a partir do momento em que as corporações habitações conseguem aproveitar a implementação dessas estratégias sob seus estatutos. Nesse ponto, é importante ressaltar que a grande maioria das Companhias não possui uma estrutura orçamentária que justifique esse fato. É necessário, portanto, dizer que, dos recursos disponíveis, sobretudo o FGTS, parte dos recursos sirvam a capitalização das companhias de habitação brasileiras, para que atuem como agentes promotores, fomentando práticas habitacionais.

A CEHAB buscou conciliar a potencialidade regional com práticas habitacionais já adotadas sob a perspectiva ambiental, ampliando políticas que são prioritárias para o Governo Federal. Além das normas construtivas para aproveitamento energético da luz e ventilação natural nos projetos das unidades, outro fator que se destacou foi a possibilidade de utilização de energia renovável no orçamento das novas unidades, com a energia solar para possíveis melhorias habitacionais. Essa abordagem, além de ser consistente com as práticas ambientais já existentes em todo o mundo, também visa reduzir o impacto financeiro da conta de energia dos beneficiários, especialmente aqueles na faixa mais baixa, que vive em situação de risco ou vulnerabilidade social.

Sendo assim, linhas de financiamento que permitam a implementação de energias renováveis é fator primordial para melhoria das práticas habitacionais, pois traz benefícios diretos aos beneficiários e a própria comunidade brasileira que se beneficia com a geração de energia muitas vezes distribuída para a rede em casos de geração superior. Essa prática em específico destaca-se com o potencial de geração do Nordeste Brasileiro que tem grande viabilidade de geração em função das características regionais. Nesse aspecto é relevante destacar que a produção distribuída de energia, além de reduzir investimentos vultosos, por exemplo, em grandes hidrelétricas, também favorece a dinamicidade econômica brasileira com energia gerada para outros fins, a exemplo da industrial.

Referências

Sigef
Relatório do PPA 2020 a 2023.

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Exercício 2023



Avaliação Setorial do Plano Plurianual 2020-2023

Exercício 2023 e Geral

Governadora
Maria de Fátima Bezerra

Vice-Governador
Walter Pereira Alves

Controladora-Geral do Estado
Luciana Daltro de Castro Pádua

Controladora-Geral do Estado Adjunta
Danielle Carvalho Assunção

Equipe Técnica
Lenira Maria Fonseca Albuquerque
Patrícia de Fátima Silva

Apoio
Letícia Silvestre da Paz Silva

Sumário

APRESENTAÇÃO DO ÓRGÃO 01

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 02

Avaliação do Programa Temático NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO 02

Avaliação do Programa Temático O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE 12

Avaliação do Programa Temático OUVIR PARA GOVERNAR 28

Avaliação Setorial dos Resultados 34

Avaliação dos Indicadores 40

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 45

Introdução 45

Do Objetivo da Avaliação 45

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 45

Metodologia 49

Avaliação Geral dos Resultados 49

Síntese da Avaliação e Recomendações 53

Referências 57

APRESENTAÇÃO DO ÓRGÃO

A Controladoria-Geral do Estado – CONTROL foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 150, de 09 de janeiro de 1997 como Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo Estadual. Teve sua lei de criação posteriormente alterada pela Lei Complementar Estadual nº 157, de 23 de dezembro de 1997, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 13.734, de 16 de janeiro de 1998, com suas competências focadas prioritariamente nas atividades de Auditoria e Contabilidade atuando, principalmente, em aspectos da legalidade e legitimidade das contas públicas, com o objetivo de realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública estadual, assim como a verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores do Executivo Estadual.

Seguindo as tendências, modernização e evolução .do Controle Interno, assim como a necessidade de acompanhar os atos de gestão do Executivo Estadual, o foco de abrangência da CONTROL foi ampliado, chegando as áreas de prevenção da corrupção e transparência pública. Nesse sentido, a Controladoria foi reestruturada pela Lei Complementar Estadual nº 638, de 28 de junho de 2018 que, além de criar o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual (SICOI), transfere a estrutura e competências da Contabilidade-Geral do Estado para a Secretaria de Estado de Tributação – SET (atualmente Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ) e, organiza as competências da CONTROL em 04 (quatro) macrofunções: Auditoria, Ouvidoria, Correição e Prevenção à Corrupção.

Em 2022, a Controladoria-Geral do Estado recebeu mais uma alteração em sua estrutura, ampliando ainda mais suas competências, através da Lei Complementar Estadual nº 695, de 18 de janeiro de 2022, dividindo a macrofunção de Prevenção à Corrupção em 02 (duas) unidades administrativas: Unidade de Transparência e Unidade de Integridade. Desse modo, a CONTROL tem suas competências atualmente organizadas em 05 (cinco) macrofunções, quais sejam: Auditoria, Ouvidoria, Correição, Integridade e Transparência.

Nesta perspectiva, a Controladoria trabalha no sentido de promover mecanismos de *accountability* e transparência, seja no plano da legalidade ou conformidade, mas também quanto ao atingimento dos objetivos da administração pública e da gestão democrática e participativa. Para tanto, está sempre em busca do aperfeiçoamento e alinhamento às modernas práticas de controle e gestão.

Por fim, destacamos que o PPA 2020-2023 do Estado do RN representa um marco na história deste órgão, considerando inicialmente, a participação efetiva da CONTROL em todas as etapas da sua elaboração, desde a capacitação dos gerentes de PPA na metodologia utilizada até sua elaboração, de forma participativa, tendo por base o Plano de Governo, a rica contribuição de instituições acadêmicas, a consulta popular e, nesta Controladoria, a construção coletiva do PPA setorial por parte do conjunto de servidores.

Ressaltamos que o PPA 2020-2023 da CONTROL acolheu todas as propostas oriundas da participação social, de todos os territórios do Estado do RN, que contemplaram as novas competências atribuídas ao Órgão, contribuindo para o desenvolvimento e avanço das suas macrofunções, nos termos dispostos na lei.

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

Avaliação do Programa Temático

Código e nome do Órgão: **11106 – Controladoria-Geral do Estado (CONTROL)**
Nome do Programa Temático: **5001 – NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO**

Avaliação Geral do Objetivo

Código e descrição do Objetivo: 00517 – Aproximar e integrar os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas 03 (três) esferas de poder, através da celebração de convênio e/ou acordos de cooperação com o objetivo de compartilhamento e troca de conhecimentos e experiências, assim como o estabelecimento de novos pactos que contribuam para o equilíbrio e harmonia entre os Poderes.
Códigos das metas: 01312 e 01313.
Códigos das iniciativas: 02012,02013,02014 e 02015.
Avaliação Geral do Objetivo: O objetivo apresenta um resultado positivo levando em consideração o alcance da meta 01313 ainda em 2020, por ocasião da pandemia da Covid-19 e, em relação à meta 01312, ainda em 2021 foi firmado acordo de parceria entre a Controladoria Geral do Estado-CONTROL e o Tribunal de Contas do Estado -TCE, que resultou na realização de auditoria operacional no Sistema de Planejamento Governamental do Estado de forma conjunta, com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2024 e, a elaboração do Indice de Eficiência da Gestão Estadual (IEGE), concluído no exercício de 2022. Deste modo, o objetivo teve 100% (cem por cento) da meta 01313 alcançada e, cerca de 25% (vinte e cinco por cento) da meta 01312 atingida, o que representa 62,6 % (sessenta e dois virgula seis por cento) do total do Objetivo alcançado.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:

01312 – Realizar 04 (quatro) Auditorias Especializadas em parceria com o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RN.

Avaliação da Meta:

Meta 01312	Previsto	Realizado	Situação
	01	00	Meta não alcançada

Em 2023 não houve mais avanços nesta meta, pois não foram deflagradas novas auditorias em conjunto com o TCE/RN, em razão da divergência de calendários entre os planos anuais de auditoria da CONTROL e do Tribunal de Contas do Estado.

Código e descrição da Meta:

01313 – Repactuar a base de cálculo do duodécimo e a devolução de sobras orçamentárias à Conta Única do Estado

Avaliação da Meta:

Meta 01313	Previsto	Realizado	Situação
	01	01	Meta alcançada em 2020

Conforme apontado em avaliações anteriores, esta meta foi atingida em abril/2020, através de pactuação entre o Executivo e os Poderes Legislativo e Judiciário e ainda os órgãos autônomos.

A pactuação se deu mediante a situação de calamidade pública e queda de receitas do Estado em virtude da pandemia do Coronavírus. Diante da realidade apresentada os representantes dos Poderes acordaram a redução das transferências constitucionais referentes ao duodécimo.

Como resultado, houve a redução de 18% (dezoito por cento) nos repasses referentes ao duodécimo transferido pelo Executivo aos demais Poderes.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:

02012 – Parcerias, acordos de cooperação e compartilhamento de informações com Órgãos e Poderes, no desenvolvimento de auditorias especializadas no âmbito do Executivo Estadual.

02013 – Instalação de mesa de negociações entre os Poderes para tratar da base de cálculos do duodécimo e devolução de sobras orçamentárias à Conta Única.

02014 – Parcerias e acordos de cooperação com Órgãos e Poderes, objetivando a realização de cursos de atualização, treinamentos e capacitação para os servidores do Controle Interno Estadual.

02015 – Constituição de parcerias, termos de cooperação técnica entre a CONTROL e Poderes, visando o compartilhamento de ferramentas tecnológicas ou ações instrumentais que permitam o aperfeiçoamento das técnicas de eficiência, eficácia e efetividade do Controle Interno, da Transparência e do Controle Social.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A realização da iniciativa 02012 não ocorreu em razão do descompasso entre os planos anuais de auditoria da CONTROL e do TCE/RN. Cabe salientar que a **iniciativa 02012, que possui a subação orçamentária 314201**, teve sua previsão orçamentária reduzida em 50% (cinquenta por cento) do orçamento previsto no PPA (R$ 40.000,00) na dotação inicial do exercício (R$ 20.000,00) e ainda assim, teve realocação total pela SEFAZ.

Já a **iniciativa 02013 não possui subação orçamentária** e teve êxito pela redução de 18% (dezoito por cento) nos repasses referentes ao duodécimo orçamentário e financeiro repassado do Executivo aos Poderes e órgãos autônomos e vem se mantendo nos últimos exercícios, pela regra de elaboração da Lei do Orçamento Anual (LOA), em que a estimativa é baseada nos valores estabelecidos no exercício anterior.

Quanto à **iniciativa 02014, também não possui subação orçamentária** e assim como em anos anteriores, veio se realizando principalmente por meio da participação da CONTROL no Grupo de Educação Fiscal Estadual – GEFE/SEFAZ. Além disso, em 2023 foi firmado Termo de Adesão, junto à CGU, ao "Time Brasil", que dispõe de Plano de Ação na prevenção da corrupção, promoção da transparência, do acesso à informação, da integridade e da participação social, princípios do Governo Aberto. Ainda na realização desta iniciativa, foi assinado o Protocolo de Intenções com a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, que visa a promoção de ações integradas, apoio mútuo e intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, na capacitação técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e à melhoria da gestão no âmbito das atribuições inerentes ao Controle Interno, em especial as atividades de auditoria, corregedoria e ouvidoria.

A **iniciativa 02015** também obteve êxito através do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a CONTROL, SEFAZ e SEAD para disponibilização e uso do *Tableau* (plataforma

para construção de sistemas de *Business Inteligence*) e ainda a cessão de uso, pela CGU, de Tis (e-PAD, Alice, e-AUD). **Não há subação orçamentária vinculada** à esta iniciativa.

Avaliação Geral do Objetivo

Código e descrição do Objetivo:

00531 – Buscar o equilíbrio fiscal e melhorar a qualidade e eficiência dos gastos públicos por meio da realização de auditorias especializadas e operacionais, assim como a capacitação e atualização de gestores em diversas áreas de atuação da gestão de políticas públicas.

Códigos das metas: 01254, 01307 e 01308.

Códigos das iniciativas: 01997, 02006, 02007 e 02008.

Avaliação Geral do Objetivo:

Apesar das dificuldades encontradas pelo Executivo Estadual em obter o equilíbrio fiscal, especialmente em decorrência do impacto gerado pela redução da alíquota de ICMS proveniente das Leis Complementares Federais nº 192/2022 e nº 194/2022, a CONTROL empreendeu esforços no sentido de realizar auditorias especializadas que resultassem na melhoria dos gastos públicos.

Não obstante, merece destaque a realização de capacitações promovidas pela CONTROL e outras em que o órgão esteve como parceiro e que abrangem diversas áreas de atuação do controle interno e da gestão pública:

- Oficina de elaboração da avaliação do PPA 2020-2023 (Exercício 2022);
- Palestras de sensibilização e lançamento da Cartilha sobre *Compliance* de Gênero;
- Oficina de elaboração do PPA 2024-2027;
- Curso sobre a "Aplicação da Nova Lei de Licitações";
- Palestras sobre a regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no RN;
- II Curso sobre a Lei de Acesso à Informação;
- Capacitação das Unidades de Controle Interno (UCIs) para as Contas de Gestão/2023;
- Capacitação dos facilitadores para as Contas de Governo/2023;
- Oficina Setorial de elaboração da avaliação do PPA 2023 (Exercício 2023 e Geral).

Tais resultados contribuem fortemente para melhorar o zelo, a qualidade e eficiência do gasto público em alinhamento ao objetivo em questão, assim como a elaboração do Plano

Anual de Auditoria, que veio proporcionar um planejamento mais eficiente à macrofunção de Auditoria.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:

01254 – Elaborar Planos Anuais de Auditoria, estabelecendo órgãos, entidades, programas e ações a serem auditados, considerando as políticas estratégicas de governo, materialidade, risco e relevância envolvidos.

Avaliação da Meta:

	Previsto	Realizado	Situação
Meta 01254	01	01	Meta alcançada

A meta para o período foi alcançada com a conclusão, publicação e execução do Plano Anual de Auditoria (PAA), abrangendo o período de março/2023 a março/2024.

De acordo com a Auditoria-Geral – AUGE/CONTROL, já está em andamento a elaboração do próximo PAA para 2024-2025.

Código e descrição da Meta:

01307 – Realizar 36 (trinta e seis) Auditorias Especializadas no âmbito da Administração Pública Estadual quanto aos programas de políticas públicas.

Avaliação da Meta:

	Previsto	Realizado	Situação
Meta 01307	09	04	Meta parcialmente alcançada

A meta foi parcialmente alcançada com a conclusão dos seguintes trabalhos:

- ✓ Auditoria sobre o contrato com a INFRACEIA, referente ao Aeroporto de Mossoró/RN;
- ✓ Auditoria da Folha de Pessoal, referentemente ao piso do magistério/2022;

- ✓ Auditoria sobre o procedimento licitatório referente ao Pregão Eletrônico 031/2023 – SESAP, para aquisição de gêneros alimentícios para as Unidades Estaduais de Saúde;
- ✓ Auditoria sobre o cumprimento da política de cotas nas contratações do Executivo Estadual.

Também em 2023 foram deflagrados e estão em andamento novos trabalhos:

- Auditoria sobre os contratos de obras dos Institutos Estaduais de Educação – IERNs;
- Auditoria sobre as políticas de proteção da Defesa Civil;
- Auditoria sobre o fluxo de pagamento de Requisições de Pequenos Valores (RPVs);
- Auditoria sobre as diárias operacionais da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP/RN;
- Auditoria sobre a Folha de Pagamento de Pessoal/2023.

Sobre o alcance parcial da meta, importa esclarecer no primeiro semestre/2023, a Auditoria-Geral priorizou a reorganização dos trabalhos, com a criação de núcleos de auditorias, nos termos da Portaria-SEI nº 042/2023 – CONTROL (DOE de 01.04.2023) e da Portaria-SEI nº 069/2023 – CONTROL (BA de 11.05.2023), bem como a edição de algumas normativas relativas às suas atividades e a conclusão e publicação de seu Plano Anual de Auditoria para o período de março/2023 a março/2024.

A partir do segundo semestre e com a Unidade reestruturada é que os trabalhos de auditoria tomaram mais fôlego, e ainda com incremento na equipe, pela nomeação e posse dos auditores de controle interno iniciada em 2019 e concluída em 2023, completando totalmente o quadro de pessoal desta carreira, na CONTROL.

Código e descrição da Meta:

01308 – Realizar 1.000 (mil) auditorias de conformidade no âmbito da Administração Pública Estadual, quanto à formalização, execução e liquidação de atos de despesas públicas, sob os aspectos da legalidade e legitimidade.

Avaliação da Meta:

	Previsto	Realizado	Situação
Meta 01308	250	1.473	Meta superada

A meta foi superada em 589,2% (quinhentos e oitenta e nove vírgula dois por cento), pois em 2023 foram realizadas 1.473 (mil quatrocentos e setenta e três) auditorias de conformidade nos processos de despesa no âmbito do Poder Executivo Estadual, a saber:

- De janeiro a abril/2023:
  - ✓ Auditorias de Conformidade – Geral: 346
  - ✓ Auditorias Convênios: 70
- De maio a agosto/2023:
  - ✓ Auditorias de Conformidade – Geral: 244
  - ✓ Auditorias Convênio: 329
- De setembro a outubro/2023:
  - ✓ Auditorias de Conformidade – Geral: 116
  - ✓ Auditoria Convênios: 161
- De novembro a dezembro/2023:
  - ✓ Auditorias de Conformidade – Geral: 85
  - ✓ Auditorias Convênio: 122

Sobre a superação da meta, merece registro que, quando da elaboração do PPA 2020-2023, ainda em 2019, a CONTROL estava num momento de implementação das mudanças decorrentes da sua reestruturação estabelecida pela Lei Complementar Estadual nº 638/2018, de forma que, em todos os exercícios seguintes, houve larga superação desta meta, o que aponta para situação de subestimação da meta, embora não tenha sido realizados ajustes por parte da AUGE/CONTROL, quando dos períodos de revisão do PPA.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:

01997 – Elaboração de Plano Anual de Auditoria.

02001 – Realização de revisão periódica de contratos referentes aos programas auditados.

02006 – Eventos de capacitação e atualização de gestores técnicos nas diversas áreas de atuação da gestão de políticas públicas.

02007 – Realização de análise de conformidade nos processos regularmente instruídos.

02008 – Realização de análise de conformidade nos processos regularmente instruídos e indicados pelas Unidades Gestoras.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Como já indicado acima, **a iniciativa 01997** foi realizada pela conclusão e publicação do Plano Anual de Auditoria (PAA), contemplando o período de março/2023 a março/2024. **Não há subação orçamentária vinculada**.

Entretanto, **a iniciativa 02001** não foi realizada em razão da dificuldade no monitoramento e acompanhamento da adoção das recomendações constantes dos relatórios de auditoria, que seria mitigado pela implementação do Módulo Auditoria do SIPAC, gerenciada pela SEPLAN. No entanto, a implementação prevista para 2023 não ocorreu. **Não há subação orçamentária vinculada**.

Em 2023, **a iniciativa 02006, que não possui subação orçamentária vinculada**, registrou 09 (nove) atividades, entre participação e promoção de eventos pelo próprio órgão, quais sejam:

- Oficina de Mapeamento de Processos, realizada pela Unidade de Integridade/CONTROL;
- Oficina de Gestão de Riscos, realizada pela Unidade de Integridade/CONTROL;
- Participação no Encontro Nacional de Ouvidorias, em Fortaleza/CE;
- Participação no Encontro Nacional de Corregedorias e Reunião Técnica da Rede Nacional de Corregedorias, em Brasília/DF;
- Participação na *ExpoCompliance* 2023, em São Paulo/SP;
- Capacitação/treinamento para os novos auditores de controle interno, realizada pelos responsáveis das macrofunções da CONTROL;
- II Curso sobre a LAI, promovido pela CONTROL, em parceria com o GEFE/SEFAZ, SEEC e Escola de Governo do RN;
- Capacitação dos facilitadores das Contas de Governo 2023, realizada pelo Núcleo de Monitoramento de Indicadores, de Consultoria e de Elaboração de Relatórios de Contas de Governo e Gestão – NMI/CONTROL;
- Capacitação das Unidades de Controle Interno (UCIs) para as Contas de Gestão 2023, realizada pela Comissão de Supervisão e Acompanhamento das UCIs – CSAT/CONTROL.

As **iniciativas 02007 e 02008 também não possuem subação orçamentária vinculada**. E, realizadas juntas em 2023, culminaram na ampla superação da meta 01308, como já relatamos anteriormente.

Avaliação Geral do Objetivo

Código e descrição do Objetivo:

00532 – Melhorar o controle, a qualidade e eficiência dos gastos públicos por meio da atualização da legislação estadual, especialmente no que compete à regulamentação dos

serviços de terceirização e combate à corrupção, proporcionando a modernização dos instrumentos de controle e atuação na gestão de políticas públicas.

Códigos das metas: 01258 e 01260.

Códigos das iniciativas: 02009, 02010 e 02011.

Avaliação Geral do Objetivo:

É possível aferir bons avanços do objetivo, em 2023, pela publicação de normativas, que contribuem diretamente para o alcance do objetivo, quais sejam:

- Decreto Estadual nº 33.095/2023, que institui o Programa de Integridade e *Compliance* do Poder Executivo do RN;
- Instrução Normativa nº 006/2023 – CONTROL, que institui o Comitê de Integridade e *Compliance* dos órgãos e entidades do Executivo Estadual;
- Instrução Normativa nº 007/2023 – CONTROL, que regulamenta os instrumentos e mecanismos do Plano de Integridade e *Compliance* dos órgãos e entidades do Executivo Estadual;
- Decreto Estadual nº 32.232/2023, que regulamenta, no âmbito do Executivo Estadual, a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);
- Decreto Estadual nº 32.233/2023, que dispõe sobre o conflito de interesses de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo Estadual e os impedimentos posteriores à sua ocupação.

Para além da promulgação destes dispositivos, a implementação do Programa de Integridade coordenada pela CONTROL, até 31 de dezembro de 2023, contava com 36 (trinta e seis) adesões, dentre os 43 (quarenta e três) órgãos e entidades do Executivo Estadual, o que representa o resultado de cerca de 84% de adesão ao Programa. E, ainda em janeiro/2024, o Programa alcançou 100% (cem por cento) de adesões dos órgãos e entidades estaduais.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:

01258 – Regulamentar, no âmbito estadual, a Lei Federal nº 12.846/2013.

Avaliação da Meta:

Meta 01258	Previsto	Realizado	Situação
	01	01	Meta alcançada

A meta foi recentemente alcançada com a publicação do Decreto Estadual nº 32.232/2023, edição do Diário Oficial do Estado do dia 13 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública.

Código e descrição da Meta:

01260 – Regulamentar a contratualização das terceirizações no âmbito do Executivo Estadual.

Avaliação da Meta:

	Previsto	Realizado	Situação
Meta 01260	01	01	Meta alcançada

A meta foi alcançada pela promulgação do Decreto Estadual nº 33.205/2023, que vem regulamentar a Lei Estadual nº 10.841/2021, instituindo mecanismo de controle do patrimônio público do Estado do Rio Grande do Norte, dispondo sobre provisões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, no âmbito dos Poderes Públicos.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:

02009 – Publicação de Decreto regulamentando a Lei Federal de Combate à Corrupção – Lei Federal nº 12.846/2013.

02010 – Publicação de Decreto regulamentando a Terceirização no âmbito do Executivo Estadual.

02011 – Publicação de Decreto regulamentando a contratualização das Cooperativas Médicas no âmbito do Executivo Estadual.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

As **iniciativas acima descritas não possuem subação orçamentária vinculada**.

Conforme já mencionado na avaliação da meta 02158, a iniciativa 02009 foi realizada recentemente pela publicação do Decreto Estadual nº 33.232/2023.

A inciativa 02010 foi realizada com êxito pela promulgação do Decreto Estadual nº 33.205/2023, regulamentando a Lei Estadual nº 10.841/2021, que trata das contratações de mão de obra terceirizada, no âmbito do RN.

Já iniciativa 02011 não teve avanços em 2023, permanecendo a minuta do decreto sob apreciação da PGE, desde o ano anterior.

Avaliação do Programa Temático

Nome do Programa Temático:

5002 – O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

Avaliação Geral do Objetivo

Código e descrição do Objetivo:

00522 – Proporcionar ao Estado do Rio Grande do Norte a atualização tecnológica e instrumental das ações destinadas ao Controle Interno e Tributação Estadual a partir de ações de intercâmbio tecnológico e compartilhamento de informações e realização de cursos e treinamentos no intuito de promover ações de prevenção e combate à sonegação e corrupção, educação fiscal, controle social e outras atividades da mesma natureza.

Códigos das metas: 01327

Códigos das iniciativas: 02031 e 02032

Avaliação Geral do Objetivo:

Em 2023, consideramos o objetivo parcialmente alcançado, em decorrência da implementação do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) e da participação da CONTROL na composição do Grupo de Educação Fiscal Estadual – GEFE/SEFAZ.

Quanto à meta estabelecida, implantação de Sistema Integrado de Gestão e Controle de Compras, Patrimônio, Almoxarifado e Contratos (SIPAC), mais um passo foi dado com a implantação do módulo Almoxarifado e, segue em preparo, o módulo de Auditoria que trará importante avanços para as atividades do órgão.

Ainda como resultado da parceria com GEFE/SEFAZ, a CONTROL realizou ações de sensibilização e Educação Fiscal, Transparência e Cidadania, através de palestras informativas para professores da rede estadual de ensino e para alunos do curso de direito e de gestão de políticas públicas, da UFRN.

Destacamos os acordos de cooperação realizados junto à Controladoria-Geral da União – CGU, que trouxeram avanços significativos, não só para as atividades da CONTROL, mas também têm contribuído para a modernização da gestão pública estadual, em especial nas áreas de integridade, correição e ouvidoria, desde a disponibilização de tecnologias e instrumentos normativos, bem como pela capacitação de servidores públicos no exercício dessas atividades, merecendo destaque:

I. Adesão ao Time Brasil, coordenado pela CGU, que trata de plano de ação junto aos entes federados, para a promoção da prevenção da corrupção, da transparência e acesso à informação, da integridade e da participação social e princípios de Governo aberto, proporcionando o intercâmbio de tecnologias, cursos e difusão de boas práticas de gestão;

II. Assinatura do Protocolo de Intenções junto à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, que também oferecerá intercâmbio colaborativo de experiências, informações e tecnologia, capacitações técnicas, em especial para as atividades de auditoria, corregedoria e ouvidoria.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:

01327 – Desenvolver e implantar um Sistema Integrado de Gestão e Controle de Compras, Patrimônio, Almoxarifado e Contratos.

Avaliação da Meta:

	Previsto	Realizado	Situação
Meta 01327	01	01	Meta alcançada

A meta vem sendo alcançada desde 2022 com a implementação do sistema, por módulos. Naquele exercício foi totalmente implementado pelo módulo Contratos, inclusive veiculando consulta no Portal da Transparência RN. Em 2023 a meta foi novamente alcançada pela implementação do módulo Almoxarifado, em fase de últimos ajustes.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:

02031 – Constituição de Grupos de Trabalho – integradas por representantes das partes envolvidas no desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de Compras, Patrimônio, Almoxarifado e Contratos – nomeados em ato conjunto.

02032 – Realização de cursos, treinamentos e trabalhos por meio de parcerias que visem o aperfeiçoamento das técnicas de tributação, de controle interno e prevenção da corrupção, entre outras atividades correlatas.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Consideramos que a iniciativa **02031 (sem subação orçamentária vinculada)** foi realizada pela permanência do Grupo de Trabalho, formado por CONTROL, SEFAZ, SEPLAN, SEAD e GAC que, dentre outras atividades, coordena as atividades de implementação do SIPAC, que prossegue em módulos.

Já a **iniciativa 02032 possui a subação orçamentária 314601**. No entanto, em virtude de restrições orçamentárias, o valor previsto para a Subação foi reduzido em 50% (cinquenta por cento), ficando em R$ 100.000,00 (cem mil reais), tendo sido utilizado apenas 14,51% (quatorze vírgula cinquenta e um por cento) dos recursos, com a participação de duas servidoras da CONTROL no 4º Seminário Nacional de Terceirização de Bens e Serviços, ocorrido em Foz do Iguaçu/RS e do curso "Auditoria em Folha de Pagamento no Setor Público", ocorrido em Brasília/DF, e ainda com a aquisição da assinatura da plataforma Alura, escola de tecnologia. Além disso, houve realização de com palestras de sensibilização em educação fiscal, transparência e cidadania, para professores da rede estadual de ensino e alunos da UFRN, ações realizadas sem desembolso financeiro.

Avaliação Geral do Objetivo

Código e descrição do Objetivo:

00520 – Promover o avanço de políticas de governo eletrônico por meio da ampliação e aperfeiçoamento das ferramentas eletrônicas e de tecnologia da informatização, promovendo a desburocratização da gestão, a prevenção e combate à corrupção, a transparência pública e aproximando o governo da população.

Códigos das metas: 01317, 01318 e 01661.

Códigos das iniciativas: 02021, 02022, 02023, 02024, 02025, 02026, 02027, 02271 e 02272.

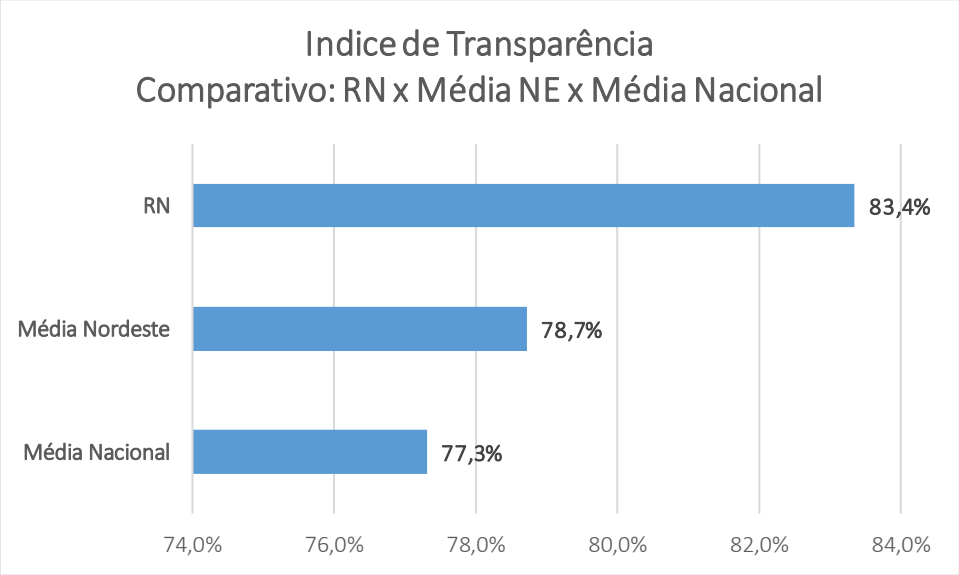
Avaliação Geral do Objetivo:

O objetivo obteve grande avanço em 2023 com a publicação do Decreto Estadual nº 33.093/2023, que institui a Política Estadual de Transformação Digital, o Sistema Integrado de Governança Digital e o Portal Único de Serviços ao Cidadão (RN Mais Digital).

Além disso, ocorreram melhorias no Portal da Transparência, como a disponibilidade de informação sobre as emendas parlamentares, dívida ativa e renúncia de receitas, e ainda, os incrementos impulsionados pela avaliação do Índice de Transparência Pública, coordenada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, em parceria com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, os Tribunais de Contas dos Estados, o Instituto Rui Barbosa, o Conselho Nacional de Presidentes de Tribunais de Contas – CNPTC, a Associação Brasileira de Tribunais de Contas de Municípios – ABRACOM e o Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI.

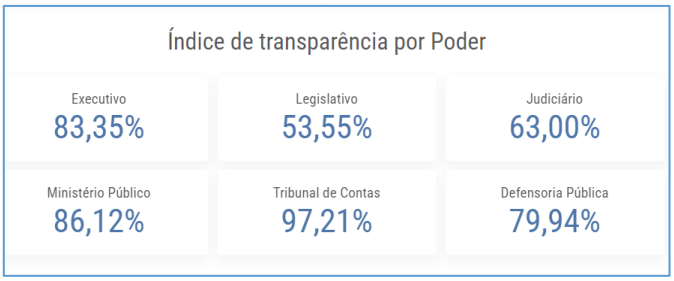
A avaliação concedia selos de qualificação, de acordo com o percentual de atendimento aos critérios pré-estabelecidos e agrupados nas categorias “essenciais”,

"obrigatórios" e "recomendados". De acordo com o índice de transparência alcançado, os portais receberam selos "Diamante", "Ouro" ou "Prata" e os portais que não atenderam aos critérios para a obtenção de algum destes selos, foram classificados em níveis: Intermediário, Básico e Inicial ou Inexistente. Como resultado desta avaliação, o Estado do RN obteve o Selo Prata, com Índice de Transparência 83,4% (oitenta e três vírgula quatro por cento) de atendimento aos critérios relativos ao Poder Executivo Estadual, ficando acima da média do Nordeste e Nacional, que ficaram com 78,7% (setenta e oito vírgula sete por cento) e 77,3% (setenta e sete vírgula três por cento), respectivamente.



Fonte: Elaboração própria 2024

Ainda em relação à esta avaliação, o Executivo Estadual obteve resultado superior aos Poderes Legislativo (53,55%), Judiciário (63,00%) e a Defensoria Pública (79,94%), quanto ao atendimento dos critérios estabelecidos.



Fonte: Radar da Transparência, 2023

Também merece destaque o lançamento do Novo Portal RN, que passou a ser responsivo (adaptável de acesso e visualização em dispositivos móveis) e *layout* que traz mais clareza e facilidade, além da acessibilidade em linguagem de libras.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:

01317 – Disponibilizar, na forma de dados abertos, informações de remuneração e diárias dos servidores públicos.

Avaliação da Meta:

	Previsto	Realizado	Situação
Meta 01317	01	01	Meta alcançada

Esta meta foi alcançada já em 2021, quando a Secretaria de Estado da Administração – SEAD, a partir de solicitação da CONTROL, passou a oferecer a possibilidade de baixar arquivos tipo CVS (uma das modalidades de dados abertos) às informações relativas à remuneração dos servidores públicos do Estado e das diárias pagas pelo Executivo Estadual, tudo disponibilizado no Portal da Transparência do RN.

Já em 2023, houve o mesmo incremento no Portal para as consultas de convênios celebrados pelos órgãos e entidades do Executivo Estadual e as Prefeituras e Organizações Civis de Interesse Público (OCIPs).

Código e descrição da Meta:

01318 – Instituir o Núcleo de Combate à Corrupção, em parceria com a Polícia Civil (PCRN/DEGEPOL).

Avaliação da Meta:

	Previsto	Realizado	Situação
Meta 01318	01	01	Meta alcançada

Alcançada ainda em 2020, quando foi constituído o Grupo de Combate à Corrupção, em termo de parceria firmado entre a CONTROL e a Polícia Civil do Estado do RN.

Em 2022 o Núcleo foi transformado na Unidade de Integridade e na Unidade de Transparência, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 695/2022. A Unidade de Integridade absorveu as atividades voltadas à prevenção da corrupção antes atribuídas ao Núcleo.

Código e descrição da Meta:

01661 – Desenvolver sistema de controle, fiscalização e transparência das transferências voluntárias no âmbito do Poder Executivo do Estado, repassadas através de convênios e instrumentos congêneres.

Avaliação da Meta:

	Previsto	Realizado	Situação
Meta 01661	01	00	Meta parcialmente alcançada

Esta meta, apesar de não ter sido totalmente alcançada, apresentou avanços em 2023, como a formalização do termo de cooperação entre CONTROL, SEAD e SEFAZ para uso do *Tableau* (solução de *Business Inteligence – BI*) e a designação do Núcleo de Inteligência, Informações Estratégicas e Promoção à Lei Geral de Proteção de Dados (NIP), vinculado à Auditoria-Geral – AUGE/CONTROL, que desenvolveu e já tem implementado o Painel de BI para acompanhamento dos convênios, parcerias e congêneres mantidos com recursos do orçamento geral do Estado. Atualmente, o NIP está desenvolvendo o Painel de BI para acompanhamento da execução orçamentária geral do Estado.

Além disso, cumpre destacar que há em trâmite Acordo de Cooperação Técnica entre a CONTROL e a SEPLAN para desenvolvimento de Sistemas de Gerenciamento e Monitoramento das transferências voluntárias executadas com recursos do orçamento geral do Estado, nos termos do processo SEI! nº 02510017.000137/2024-18.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:

02021 – Reestruturação do Portal da Transparência, dotando-o de uma linguagem simples e clara para o cidadão.

02022 – Reestruturação do Portal do Cidadão, de modo a disponibilizar de forma ágil e acessível serviços eletrônicos à população.

02023 – Ações de divulgação dos mecanismos de Transparência Pública do RN, incluindo: Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC RN), Sistema de Ouvidoria (e-OUV) e Portal da Transparência, de forma territorializada, utilizando parcerias com a Secretaria de Tributação – SET, Secretaria de Administração – SEAD, Assessoria de Comunicação Social – ASSECOM e/ou outros Órgãos da Administração Pública ou Privada.

02024 – Apresentação no Portal da Transparência do desenvolvimento e desempenho das metas estabelecidas no PPA, por território e Órgão.

02025 – Parceria com a SEAD para a disponibilização de canal de acompanhamento de processos via *web*, de forma acessível e fácil manuseio.

02026 – Parceria com o Escritório de Processos – SEPLAN para desenvolvimento de instrumento de simplificação de processos de maneira participativa, através do Sistema de Ouvidoria (e-OUV).

02027 – Publicação das Contas de Gestão dos Órgãos do Executivo Estadual, dando mais transparência às ações de Governo.

02270 – Instalar grupo de trabalho na área de TI e suporte, permitindo o desenvolvimento próprio de ferramentas de controle.

02271 – Desenvolver sistema de controle de convênios, com ferramentas de transparência, controle de celebração, acompanhamento e prestação de contas de forma automatizada.

02272 – Promover o desenvolvimento de painéis de *Business Inteligence* para uso da gestão, em nível estratégico.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa 02021 teve êxito em 2023 pois, conforme já mencionado, o Portal da Transparência teve a interface adaptada para dispositivos móveis (modo responsivo) e, melhoria na acessibilidade com a inclusão de linguagem em libras. Além disso, o Portal vem passando por constantes melhorias quanto à abrangência e a forma de disponibilidade de informações, inclusive motivadas por avaliadores externos que fomentam o controle social, a exemplo da já citada avaliação promovida pela ATRICON, neste último ano. A iniciativa não possui subação orçamentária.

Quanto a iniciativa 2022, não possui subação orçamentária vinculada e não foi realizada em 2023. Entretanto, com a promulgação do Decreto Estadual nº 33.093/2023, a competência de desenvolvimento e gestão do Portal do Cidadão ficou transferida à SEAD.

A iniciativa 02023 possui a subação orçamentária 314501, que sofreu redução de 50% (cinquenta por cento) do previsto no PPA (R$ 10.000,00), ficando no exercício 2023 com R$ 5.000, 00 (cinco mil reais) que, ainda assim, teve os recursos realocados pela SEFAZ. Mesmo assim, a iniciativa foi realizada, mesmo de forma limitada e insuficiente, pela distribuição de material gráfico impresso (leques) remanescente do exercício 2022, promovendo a divulgação do acesso à informação pelo e-SIC RN e Portal da Transparência, quando das plenárias territoriais do RN Participativo na elaboração do PPA 2024-2027. Como reflexo dessa ação, foi percebido o aumento dos pedidos de informação junto ao e-SIC RN nos meses de julho e agosto de 2023.

A iniciativa 02024, que não possui subação orçamentária, continuou sem execução, pois não houve avanços quanto ao desenvolvimento no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) de módulo de acompanhamento das metas estabelecidas no PPA e, embora a gestão do Plano seja competência da SEPLAN, a gestão contratual do suporte ao

SIGEF hoje está atribuída à SEFAZ, o que pode trazer dificuldades quanto à definição de prioridades na manutenção e suporte ao sistema.

Em relação à **iniciativa 02025**, não houve avanços, em virtude da impossibilidade de alteração do código-fonte por parte da COTIC/SEAD, em razão das vedações acordadas no Termo de Cessão de Uso do sistema junto ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, que não autoriza alteração do código-fonte. **Não há subação orçamentária vinculada** à iniciativa.

Sobre a **iniciativa 02026, também sem subação orçamentária vinculada**, conforme vimos relatando em anos anteriores, sua realização restou inviabilizada pela descontinuidade do Escritório de Processos/SEPLAN.

A **iniciativa 02027 (sem subação orçamentária vinculada)** também não foi realizada no exercício, embora sua publicização continue em discussão entre a Auditoria-Geral – UGE/CONTROL e a Unidade de Transparência.

No que diz respeito **à iniciativa 02270, possui a subação orçamentária 160502**. Do mesmo modo que outras subações orçamentárias, os valores desta também sofreram redução, ficando apenas com 25% (vinte e cinco por cento) da dotação inicial autorizada (R$ 280.000,00). Entretanto, não houve empenhamento de despesas e os recursos previstos foram realocados pela SEFAZ. Deste modo, não houve realização da iniciativa.

Também não consta realização da **iniciativa 02271 (sem vinculação orçamentária)**, em razão das soluções de BI atualmente em andamento pelo *Tableau* junto ao Núcleo de Inteligência, Informações Estratégicas e Promoção à Lei Geral de Proteção de Dados (NIP), que está desenvolvendo Painel de BI para acompanhamento da execução orçamentária geral do Estado.

Já a **iniciativa 02272** foi realizada pela implementação do Painel de BI para acompanhamento dos convênios, parcerias e congêneres mantidos com recursos do orçamento geral do Estado. A iniciativa **não possui subação orçamentária vinculada**.

Avaliação Geral do Objetivo

Código e descrição do Objetivo:

00518 – Fortalecer o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual, por meio da estruturação da Controladoria-Geral do Estado, de modo a reforçar as quatro* macrofunções da CONTROL: Auditoria, Prevenção da Corrupção, Corregedoria e Ouvidoria.

Códigos das metas: 01314 e 01315.

Códigos das iniciativas: 02016, 02017 e 02018.

Avaliação Geral do Objetivo:

O objetivo alcançou êxito em 2023 pela ocupação total de vacância dos cargos de auditor de controle interno (fato inédito, desde a criação do órgão), e também pela instituição de normativas regulando as atividades de integridade, correição, auditoria, transparência e ouvidoria:

- ✓ Decreto Estadual nº 33.095/2023, que Institui o Programa de Integridade e *Compliance* do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte (PIC/RN);
- ✓ Instrução Normativa-SEI nº 006/2023 – CONTROL, traz disposições para a instituição do Comitê de Integridade e *Compliance* dos órgãos e entidades do Executivo Estadual;
- ✓ Instrução Normativa-SEI nº 007/2023 – CONTROL, que regulamenta os instrumentos e mecanismos do PIC/RN;
- ✓ Decreto Estadual nº 29.353/2019, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual (SICORR/RN);
- ✓ Instrução Normativa-SEI nº 010/2023 – CONTROL, que dispõe sobre a atividade correcional no âmbito do Executivo Estadual;
- ✓ Instrução Normativa-SEI nº 011/2023 – CONTROL, que dispões sobre o SICORR/RN;
- ✓ Instrução Normativa-SEI nº 012/2023 – CONTROL, que regulamenta os instrumentos de resolução consensual de conflitos disciplinares no âmbito do Executivo Estadual;
- ✓ Lei Complementar nº 695/2022 que, dentre outras providências, reestrutura o controle interno do Executivo Estadual;
- ✓ Instrução Normativa nº 002/2022 – CONTROL, que dispõe sobre a reestruturação do SICOI;
- ✓ Decreto nº 31.316/2022, que dispõe sobre a transparência ativa no âmbito do Executivo Estadual;
- ✓ Instrução Normativa nº 002/2020 – CONTROL, que recomenda a todos os órgãos e entidades do Executivo Estadual a implantação de suas Ouvidorias Setoriais, a adesão à plataforma Fala.BR (Sistema e-OUV) e à Rede Nacional de Ouvidorias.

E, como também já relatamos anteriormente, foi firmado Termo de Adesão, junto à CGU, ao "Time Brasil", que dispõe de Plano de Ação na prevenção da corrupção, promoção da transparência, do acesso à informação, da integridade e da participação social, princípios do Governo Aberto que deve proporcionar o intercâmbio de tecnologias, cursos e boas práticas na gestão pública, que muito contribuirão para o fortalecimento e consolidação do controle interno estadual.

* A Lei Complementar Estadual nº 695/2022 altera a estrutura da CONTROL, dividindo a macrofunção de Prevenção à Corrupção nas macrofunções de Transparência e Integridade, atribuindo assim, 05 (cinco) macrofunções à CONTROL, quais sejam: Auditoria, Transparência, Integridade, Corregedoria e Ouvidoria.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:

01314 – Implantar o Sistema Estadual de Correição.

Avaliação da Meta:

Meta 01314	Previsto	Realizado	Situação
	01	01	Meta alcançada

A meta foi plenamente alcançada pela publicação do Decreto Estadual nº 29.363/2019 e também dos atos formais de constituição das Corregedorias Setoriais, bem como também a publicação, em 2023, dos instrumentos normativos regulamentando a atividade correcional no âmbito do Poder Executivo Estadual, como já descrevemos anteriormente.

Código e descrição da Meta:

01315 – Implementar o Núcleo de Prevenção à Corrupção.

Avaliação da Meta:

Meta 01315	Previsto	Realizado	Situação
	01	01	Meta alcançada

Esta meta foi alcançada em 2020, com assinatura de termo de parceria com a Polícia Civil – PC/RN. Entretanto, a promulgação da Lei Complementar Estadual nº 695/2022 reestruturou a organização administrativa e algumas competências da CONTROL, segregando as competências do Núcleo de Combate à Corrupção em duas novas unidades: Unidade de Transparência e Unidade de Integridade. Assim, as atividades relativas à prevenção e combate à corrupção foram atribuídas à macrofunção da Integridade.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:

02016 – Publicação de Lei instituindo os cargos de Corregedor-Geral, Ouvidor-Geral e Coordenador do Núcleo de Prevenção da Corrupção.

02017 – Implantação e estruturação da Corregedoria-Geral e Núcleo de Prevenção à Corrupção.

02018 – Código de Ética do Servidor Público publicado e difundido entre os servidores estaduais.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A **iniciativa 02016** não foi realizada, ainda em razão da política de austeridade com os gastos de pessoal em razão do equilíbrio das contas imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A criação destes cargos implica em aumento de despesa, o que é vedado pela LRF, quando está extrapolado os limites com o gasto de pessoal. **Não há subação orçamentária vinculada** à iniciativa.

No entanto, a título de garantir da atividade das macrofunções relativas aos cargos, houve a designação formal de servidores para responder pelas suas atividades:

- ✓ Portaria-SEI nº 087/2023 (DOE de 17.06.2023), designa servidor responsável pelas atividades da Corregedoria-Geral;
- ✓ Portaria nº 070/2021 – GC/CONTROL (DOE de 31.07.2021), designa servidora responsável pelas atividades da Ouvidoria-Geral;
- ✓ Portaria nº 086/2022 – GC/CONTROL (DOE de 25.02.2022), designa servidor para responder pelas atividades da Unidade de Integridade (antes Núcleo de Prevenção à Corrupção).

A **iniciativa 02017** foi realizada e concluída em 2022, com a readequação do espaço físico da CONTROL e aquisição de equipamentos de ar condicionado e alguns computadores, tendo sido a aquisição realizada no Programa Gestão e Manutenção. **Não houve subação orçamentária vinculada** para esta iniciativa, em 2023.

Já a **iniciativa 02018** foi realizada no exercício pela publicação do Decreto Estadual nº 33.094/2023, que aprova e institui o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Estadual. A iniciativa **não possui subação orçamentária vinculada**.

Avaliação Geral do Objetivo

Código e descrição do Objetivo:

00519 – Ampliar e qualificar o Controle Interno e o bom gerenciamento dos negócios públicos por meio da melhoria das instalações físicas, oferta de ferramentas técnicas apropriadas e da formação e capacitação de servidores a fim de proporcionar melhores condições e resultados no exercício das atividades da CONTROL.

Códigos das metas: 01316.

Códigos das iniciativas: 02019 e 02020.

Avaliação Geral do Objetivo:

Este objetivo obteve bons avanços em 2023.

Em relação à melhoria das instalações físicas, a CONTROL vem se adequando de modo "possível" à chegada dos novos servidores. Entretanto, há projeto em estudo quanto à uma nova reforma para acomodar adequadamente o aumento de pessoal decorrente da nomeação e posse dos auditores de controle interno concursados em 2019 e novos estagiários. A reforma deve ocorrer até o final de 2024.

No que diz respeito à formação e capacitação de servidores, em 2023 foi publicado o primeiro Plano Anual de Capacitação (PAC) dos servidores deste órgão, o que propicia a qualificação do pessoal e a incorporação de novas técnicas no exercício das atividades do órgão. Além disso, com a formalização do Termo de Adesão ao "Time Brasil" e do Protocolo de Intenções com a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República e ainda do Acordo de Cooperação Técnica entre CONTROL, SEFAZ e SEAD para uso do *Tableau*, mais recursos técnicos foram incorporados, de modo a proporcionar melhores condições de trabalho e, consequentemente, melhores resultados nas atividades desenvolvidas pelo órgão.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:

01316 – Promover capacitação/atualização dos servidores atuantes nas áreas administrativa, financeira e de controle interno.

Avaliação da Meta:

Meta 01316	Previsto	Realizado	Situação
	01	18	Meta alcançada

A meta foi superada em 1.800% (mil e oitocentos por cento), com a participação de servidores da CONTROL em diversos cursos e eventos em 2023, destacando:

- Área administrativa:
  - ✓ Participação em curso de capacitação para a Nova Lei de Licitações;
  - ✓ Participação de curso de Orientações sobre demonstrativo de tempo de serviço e contribuição.
- Área financeira:
  - ✓ Participação no Simpósio Potiguar de Contabilidade e Finanças Aplicadas ao Setor Público.
- Área de controle interno – Auditoria:

- ✓ Participação no 4º Seminário Nacional de Terceirização de Bens e serviços;
- ✓ Realização de capacitação para as UCIs na elaboração das Contas de Gestão 2023 e capacitação para os Facilitadores das Contas de Governo 2023;
- ✓ Participação em curso de Auditoria em Folha de Pagamento no Setor Público.

➢ Área de controle interno – Integridade:

- ✓ Participação no curso Fundamentos da Integridade Pública: prevendo a corrupção;
- ✓ Participação na *ExpoCompliance*;
- ✓ Realização de Oficina de Mapeamento de Processos e Oficina de Gestão de Riscos.

➢ Área de controle interno – Transparência e Acesso à Informação:

- ✓ Participação de curso para elaboração do PPA;
- ✓ Realização de Oficinas Setoriais para a elaboração do PPA;
- ✓ Participação no curso Como Implementar a LGPD: bases, mecanismos e processos;
- ✓ Realização do II Curso sobre a LAI.

➢ Área de controle interno – Ouvidoria:

- ✓ Realização de Oficina sobre Discriminação e Assédio Moral e Sexual/*Compliance* de Gênero;
- ✓ Participação no curso Qualidade de Atendimento ao Cidadão.

➢ Área de controle interno – Corregedoria:

- ✓ Realização da I Semana de Treinamento para as Corregedorias Setoriais;
- ✓ Participação do Encontro Nacional de Corregedorias;
- ✓ Participação no curso Casos Práticos da Lei Anticorrupção.

A superação da meta também está relacionada com a consolidação das atividades e atribuições das macrofunções do órgão, em 2023.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas: 02019 – Reestruturação da infraestrutura de cabeamento da rede lógica da CONTROL. 02020 – Estrutura física e ferramentas de trabalho adequadas ao bom desempenho das funções relacionadas ao Controle Interno, inclusive para atendimento da acessibilidade e mobilidade.
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: A **iniciativa 02019** foi realizada junto com a reforma predial promovida pelo Programa Governo Cidadão, sem onerar a CONTROL. A inciativa **tem a subação orçamentária 314402 vinculada**, mas sem orçamento previsto/alocado, em 2023. Em relação à **iniciativa 02020**, foi realizada de forma parcial, no que diz respeito à acessibilidade e mobilidade, através da reforma acima mencionada, que contemplou banheiros com acessibilidade e um elevador adequado, antes inexistente no prédio. A Iniciativa **possui a subação orçamentária 160602**, que em 2023 teve somente 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do orçamento previsto no PPA (R$ 300.000,00) na dotação inicial do exercício (R$ 100.000,00) e, como outras subações, teve realocação de recurso total pela SEFAZ. Desta forma, a adequação da estrutura física da Ouvidoria-Geral (instalação de sala para atendimento presencial) ficou prejudicada.

Avaliação Geral do Objetivo

Código e descrição do Objetivo: 00521 – Valorizar a carreira e o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte por meio da reestruturação dos instrumentos legais, assim como de capacitação e requalificação do corpo técnico do Sistema de Controle Interno, objetivando a melhoria dos serviços públicos ofertados à população.
Códigos das metas: 01319, 01320 e 01501
Códigos das iniciativas: 02028, 02029, 02030 e 02200.
Avaliação Geral do Objetivo: Em 2023 houve avanço para este objetivo com a publicação da Portaria Conjunta nº 022/2023, que dispõe sobre a Comissão Permanente de Promoção e estabelece os critérios para a promoção dos servidores do quadro da CONTROL, em complementação das disposições da Lei Complementar Estadual nº 698/2022, que dispõe da recomposição salarial dos servidores do Executivo Estadual e uniformiza os critérios de promoção.

Além disso, é importante destacar que a implementação do Plano Anual de Capacitação (PAC) contribuiu fortemente na promoção da qualificação dos servidores da CONTROL. Não obstante, a CONTROL também promoveu e colaborou para a capacitação de servidores do Poder Executivo, conforme já foi detalhado na seção do Objetivo 00531.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:

01319 – Reestruturar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Controladoria-Geral do Estado prevendo as competências dos cargos, vacância.

Avaliação da Meta:

Meta 01319	Previsto	Realizado	Situação
	01	01	Meta alcançada

A meta foi alcançada em 2022, com a promulgação da Lei Complementar nº 695/2022, que entre outras providências, atribui competências para os cargos de Assistente de Controle Interno, Auxiliar de Controle Interno e Auxiliar de Apoio Operacional e institui a contraprestação pecuniária de caráter indenizatório, devida pela atividade de controle interno e, ainda a publicação da Lei Complementar nº 698/2022, dispõe sobre a recomposição salarial dos servidores do Executivo Estadual e uniformiza os critérios de promoção das carreiras.

Código e descrição da Meta:

01320 – Normatizar, de forma padronizada, as Unidades de Controle Interno quanto à sua estrutura organizacional.

Avaliação da Meta:

Meta 01320	Previsto	Realizado	Situação
	01	01	Meta alcançada

Esta meta também foi alcançada em 2022, quando a CONTROL concluiu os procedimentos de composição do Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo Estadual (SICOI), formalizando e publicando as portarias de composição das Unidades de Controle Interno (UCIs), conforme as disposições do Decreto Estadual nº 28.84/2018 e da Lei Complementar Estadual nº 695/2022.

Código e descrição da Meta:

01501[1] – Criar Conselho Estadual de Defesa dos usuários de Serviços Públicos.

Avaliação da Meta:

Meta 01501	Previsto	Realizado	Situação
	01	00	Meta não alcançada

Embora com minuta de Decreto Estadual sob apreciação na Procuradoria-Geral do Estado – PGE/RN, por decisão de gestão, o artigo que trata da criação do referido Conselho deve ser retirado do instrumento para ser instituído em ato próprio, com previsão estimada em 2024.

Não obstante, a criação do referido Conselho também está contemplada no Plano de Ação do Time Brasil, já mencionado neste relatório, que trata de Acordo de Cooperação Técnica entre esta CONTROL e a Controladoria-Geral da União – CGU, como consta do processo SEI! nº 02510045.000821/2023-81.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:

02028 – Atualização e publicação da Lei de Planos, Cargos, Carreiras e Salários da CONTROL.

02029 – Participação em eventos como seminários, cursos, fóruns e afins para atualização e requalificação dos servidores do Sistema de Controle Interno.

02030 – Normatização padronizada, através de Decreto, das Unidades de Controle Interno – UCIs, quanto à sua estrutura organizacional.

02200 – Normatização, através de Decreto Estadual, regulamentando a Avaliação de Desempenho prevista na Lei Complementar Estadual nº 430/2010.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A **iniciativa 02028, que não possui subação orçamentária**, foi parcialmente realizada em 2022 pela promulgação da Lei Complementar nº 698/2022, que embora não tenha atendido todos os pleitos dos servidores do órgão, sanou algumas reivindicações, como o regramento para as progressões/promoções da carreira.

A **iniciativa 02029 está vinculada à subação orçamentária 160802** e utilizou somente 2,25% (dois vírgula vinte e cinco por cento) dos recursos previstos e autorizados para 2023 (R$

[1] Nota: Esta Meta não impacta sobre o Objetivo a que foi vinculada, erroneamente no SIGEF. A vinculação correta seria ao Objetivo 00526.

20.000,00). O gasto ocorreu pelo pagamento de 09 (nove) inscrições de servidores da CONTROL no Simpósio Potiguar de Contabilidade e Finanças Aplicadas ao Setor Público, promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade do RN – CRC/RN.

A **iniciativa 02030** foi realizada e concluída ainda em 2022 e **não possui subação orçamentária vinculada**.

Em relação à **iniciativa 02200**, foi realizada pela publicação da Portaria Conjunta nº 022/2023, que dispõe sobre a Comissão Permanente de Promoção e estabelece os critérios para a promoção dos servidores do quadro da CONTROL. Também **não há subação orçamentária vinculada** à iniciativa.

Avaliação do Programa Temático

Nome do Programa Temático:

5003 – OUVIR PARA GOVERNAR

Avaliação Geral do Objetivo

Código e descrição do Objetivo:

00526 – Promover o controle social através da participação e do debate sobre ética, cidadania e transparência da receita e dos gastos públicos.

Códigos das metas: 01330.

Códigos das iniciativas: 02039, 02040 e 02041.

Avaliação Geral do Objetivo:

Os avanços deste objetivo têm se dado por meio de ações realizadas em parceria com o GEFE/SEFAZ e, em 2023 ocorreram pela promoção de palestras e eventos sobre educação fiscal e cidadania, realizada para professores da rede estadual de educação e estudantes da UFRN dos cursos de direito e gestão de políticas públicas.

Além disso, ainda no exercício 2023 teve início a elaboração do Projeto Juventude no Controle, que trata da vivência simples e lúdica das atividades das macrofunções da CONTROL, voltada ao público juvenil do 6º ao 9º ano da rede de ensino estadual, contemplando escolas de todo o Estado do RN. A implementação da 1ª edição do Projeto, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer – SEEC/RN, está prevista já para 2024.

Avaliação individual das METAS

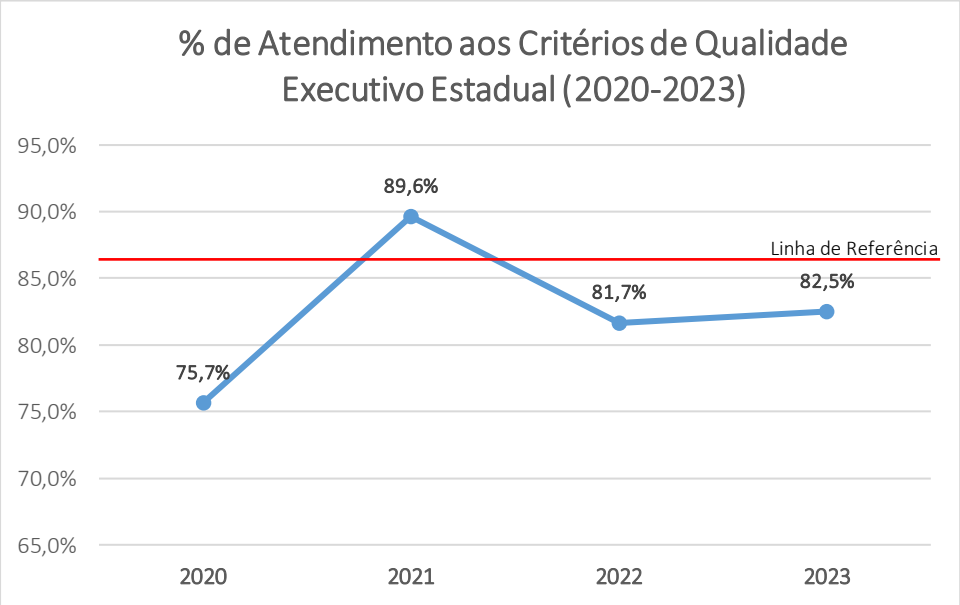
Código e descrição da Meta:

01330 – Instituir pesquisa periódica de avaliação das políticas públicas estaduais.

Avaliação da Meta:

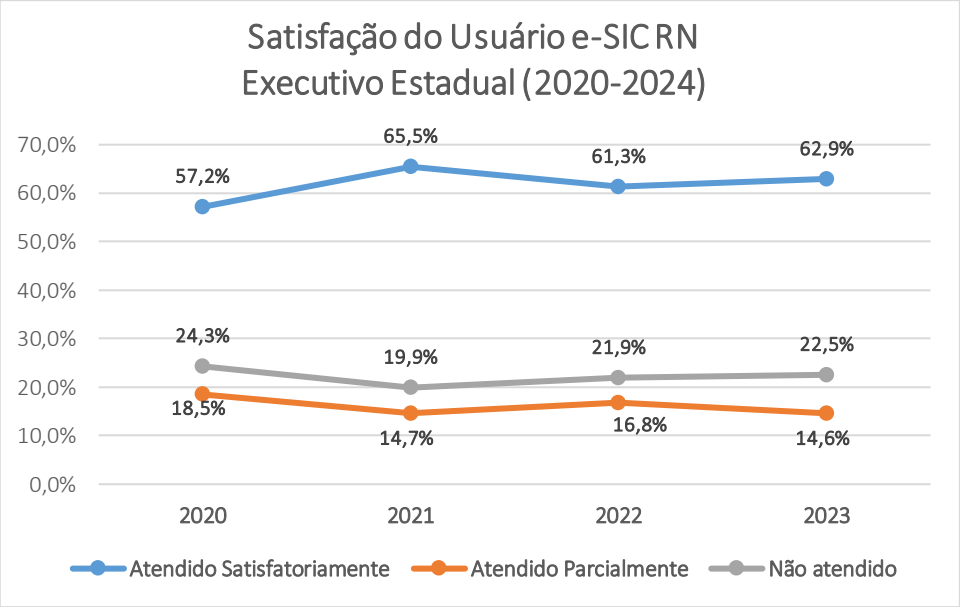
	Previsto	Realizado	Situação
Meta 01330	01	01	Meta alcançada

A meta vem sendo alcançada desde 2020, pela aplicação anual da Avaliação da Qualidade da Resposta entregue ao cidadão-usuário do Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC RN), complementando a pesquisa de satisfação do usuário quanto aos serviços de acesso à informação no Estado do Rio Grande do Norte. Os resultados da avaliação vêm subsidiando a definição de estratégias e ações voltadas ao aperfeiçoamento do serviço, com capacitações específicas para a rede de operadores do e-SIC RN, o que contribui constantemente para a melhoria dos serviços à sociedade.



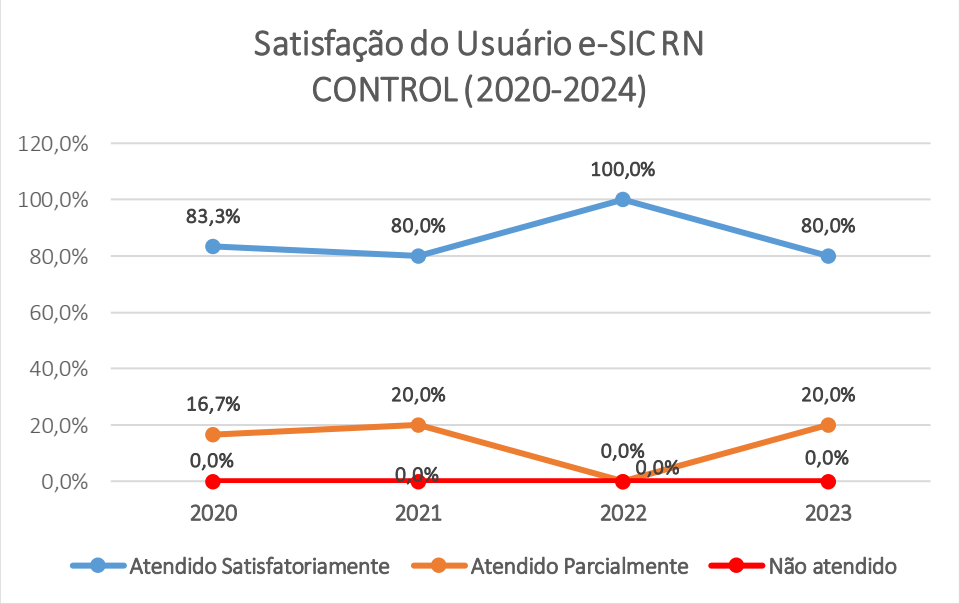
Fonte: Elaboração própria, 2024

Por outro lado, a pesquisa de satisfação direcionada ao usuário do Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC RN), que trata do acesso a informações públicas do Executivo Estadual, teve um resultado positivo em 2023 considerando o ano anterior (2022) e, o menor percentual de cidadãos se dizendo “não atendidos” dos últimos 04 (quatro) anos.



Fonte: Elaboração própria, 2024

Levando em consideração apenas o atendimento realizado pela CONTROL, a satisfação do usuário do e-SIC RN registrou em 2023, um percentual de 80% (oitenta por cento) de cidadãos declarando-se “atendido satisfatoriamente” e, 20% (vinte por cento) se declarando “atendido parcialmente”. Não houve resposta para a opção “não atendidos”.



Fonte: Elaboração própria, 2024

Em 2023, houve 253 (duzentos e cinquenta e três) respostas à pesquisa de satisfação direcionada ao usuário do Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC RN).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:

02040 – Estruturação do Conselho Estadual da Transparência e da Prevenção e Combate à Corrupção.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A **iniciativa possui a subação orçamentária 315001 vinculada**. Em 2023 esta subação possuía apenas 50% (cinquenta por cento) do orçamento previsto no PPA (R$ 40.000,00), entretanto, sem a criação do Conselho e com a necessidade de remanejamento de recursos, houve realocação total do orçamento pela SEFAZ.

A criação do Conselho em formato híbrido com o Conselho Estadual de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos, como prevista no Decreto sob apreciação na PGE/RN, por decisão da gestão, teve o artigo suprimido para ser constituído em ato próprio, atualmente em elaboração.

Avaliação Geral do Objetivo

Código e descrição do Objetivo:

00525 – Ampliar e disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática da Transparência e Controle Social na Administração Pública, através de ações educativas, promocionais e integradas, contribuindo para a educação social, melhor oferta de serviços públicos, fortalecimento do controle social e exercício da cidadania plena.

Códigos das metas: 01328.

Códigos das iniciativas: 02034, 02035 e 02037.

Avaliação Geral do Objetivo:

O objetivo teve bons resultados em 2023, considerando oportunidades advindas de atividades transversais de cooperação da CONTROL com outros órgãos, como o GEFE/SEFAZ e a SEPLAN, voltadas para educação cidadã e exercício da participação social, contando 15 (quinze) ações neste exercício.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:

01328 – Realizar ações em Transparência e Controle Social contemplando os 10 territórios.

Avaliação da Meta:

Meta 01328	Previsto	Realizado	Situação
	03	15	Meta alcançada

A meta prevista para o exercício foi superada em 500% (quinhentos por cento), pela realização do total de 15 (quinze) ações em 2023, sendo as mais relevantes:

- ✓ Realização do VI Encontro da Rede de Ouvidorias do Executivo Estadual, em março/2023;
- ✓ Realização de 10 ações de divulgação da Transparência e Acesso à Informação com distribuição de material (leques) durante as plenárias de elaboração do PPA 2024-2027, nos territórios do Estado do RN (junho e julho/2023);
- ✓ Participação com palestra em 02 eventos promovidos pelo GEFE/SEFAZ, na temática Ouvidoria, Controle Social e Planejamento, em setembro/2023;
- ✓ Realização de palestra sobre Ouvidoria, Transparência e Acesso à Informação para alunos do curso de Gestão de Políticas Pública da UFRN, em novembro/2023, e;
- ✓ Realização do VII Encontro da Rede de Ouvidorias do Executivo Estadual, em dezembro/2023.

A superação da meta está relacionada às oportunidades advindas de atividades transversais de cooperação da CONTROL com outros órgãos, como o GEFE/SEFAZ e a SEPLAN, voltadas para educação cidadã e exercício da participação social.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:

02034 – Promoção da Transparência Pública, do Controle Social e de práticas de Prevenção à Corrupção por meio de encontros, seminários, fóruns e conferências para a divulgação e promoção da participação e controle social e transparência da ação pública.

02035 – Promoção de ações de Ouvidoria Ativa, levando ao cidadão de forma itinerante informações de serviços públicos oferecidos, disponibilizando também o espaço para receber manifestações da sociedade.

02036 – Ampliação e aperfeiçoamento dos canais de diálogo com a sociedade, através da promoção de ações integradas e transversais de governo, proporcionando o avanço da democracia participativa no Estado do RN.

02037 – Capacitação em Transparência e Controle Social com os atores envolvidos no processo de formação educacional e social.

02038 – Campanha utilizando as ferramentas das mídias sociais com vídeos e panfletos sobre governança administrativa e financeira com a participação social, de forma clara, lúdica e objetiva.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa 02034 possui a subação orçamentária 314701 vinculada e também sofreu um corte de 50% (cinquenta por cento) do orçamento previsto no PPA (R$ 100.000,00) na dotação inicial do exercício (R$ 50.000,00). A inciativa foi realizada com o VI Encontro da Rede de Ouvidorias do Executivo Estadual, em março/2023, utilizando somente 7,91% (sete vírgula noventa e um por cento) dos recursos disponíveis, tendo a diferença realocada SEFAZ.

Sobre a iniciativa 02035, não houve realização em 2023, em razão da sobrecarga de atividades da Ouvidoria-Geral e outras prioridades da gestão do órgão. A iniciativa possui a subação orçamentária 160402 vinculada. Como quase a totalidade das subações, esta também foi reduzida em 50% (cinquenta por cento) e teve seus recursos pela SEFAZ.

Quanto à iniciativa 02036, foi realizada pelo RN Participativo, instrumento virtual de consulta à população para a elaboração do PPA 2024-2027. A ferramenta recebeu propostas e possibilitou a priorização de propostas pela sociedade e há previsão de disponibilizar este canal para divulgação do acompanhamento da execução do PPA para o controle social e participação da sociedade para a priorização de objetivos quando da elaboração da LOA e LDO, sob a coordenação da SEPLAN. Não há subação orçamentária vinculada.

A iniciativa 02037 possui a subação orçamentária 314801 vinculada. No entanto, em 2023 teve redução de 50% (cinquenta por cento) e seus recursos realocados pela SEFAZ. Entretanto, isso não prejudicou a realização da iniciativa, com a ações em parceria com o GEFE/SEFAZ e a SEEC, capacitando professores da rede de ensino público estadual nas temáticas de educação fiscal e cidadania, distribuição de material de divulgação da transparência e acesso à informação quando das plenárias territoriais no processo de elaboração do PPA 2024-2027, e ainda, a realização de palestras informativas para alunos universitários da UFRN.

Já a iniciativa 02038 não possui subação orçamentária vinculada e não foi realizada em razão da sobrecarga de atividades da Unidade de Transparência e da Assessoria de Comunicação da CONTROL.

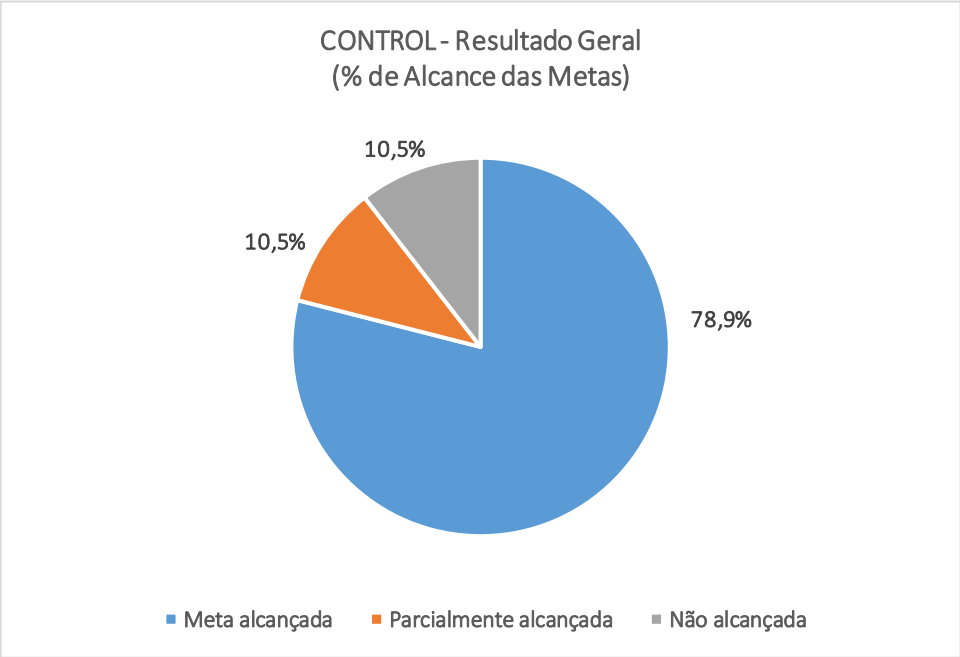
Avaliação Setorial dos Resultados

Avaliação geral setorial:

01. Sobre o Programa NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO:

Os Objetivos, Metas e Iniciativas que compõem o Programa cumprem os requisitos de legalidade, legitimidade e economicidade na sua execução, no exercício 2023.

O programa possui 03 (três) objetivos: 00517, 00531 e 00532 e 07 (sete) metas ao todo, sendo 05 (cinco) totalmente alcançadas, 01 (uma) parcialmente alcançada e 01 (uma) não alcançada.



Fonte: Elaboração própria, 2024

Embora a meta 01312 do objetivo 00517 não tenha sido totalmente atingida, a experiência e intercâmbio de informações e conhecimentos pela parceria com o TCE/RN nos dois trabalhos realizados têm contribuído para o fortalecimento das práticas de controle interno e, o alcance da meta 01313 ainda em 2020 contribuiu para o equilíbrio parcial das contas nos anos consecutivos, possibilitando, inclusive, a quitação das folhas de pessoal em atraso, advindas da gestão anterior.

Em relação ao objetivo 00531, embora o alcance parcial da meta 01307, houve outros ganhos para o órgão, tendo em vista a superação de alguns entraves antigos na macrofunção da Auditoria: reforço da força de trabalho com a ocupação total da vacância dos cargos de auditor de controle interno, antes sobrecarregada pela insuficiência de pessoal em proporção

às demandas da atividade, mas também pela a reestruturação da Unidade, reorganizando as atividades de auditoria em núcleos temáticos.

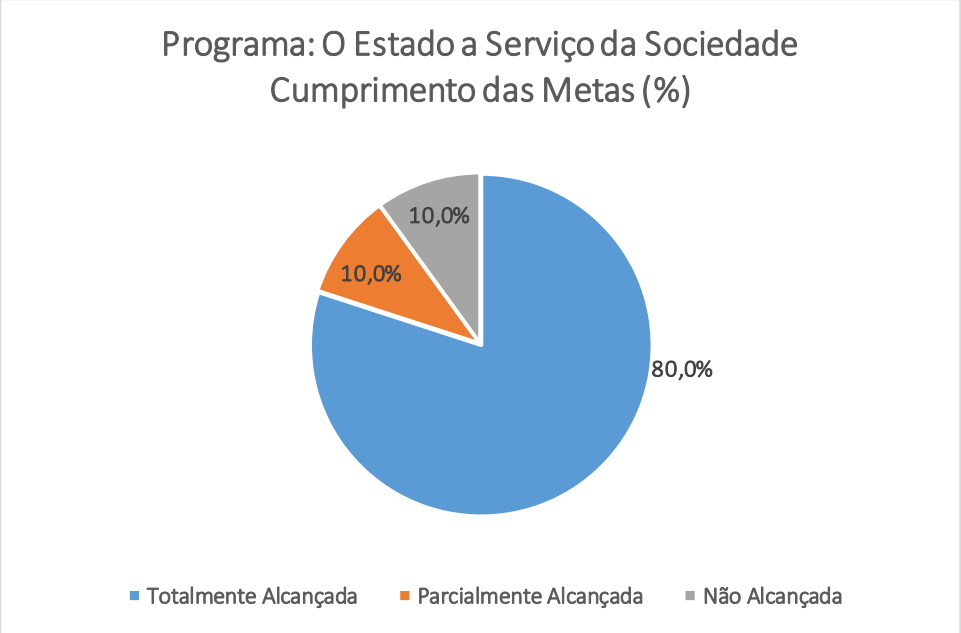
O alcance total das metas do objetivo 00532 representa marcos significativos no combate à corrupção no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte com a regulamentação da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e da Lei Estadual nº 10.841/2021 (Lei das contratações de terceirizações).

Desta forma, pelos resultados apresentados neste relatório, os trabalhos realizados e ainda em andamento em parceria com o TCE/RN e a minuta de norma em fase de apreciação na PGE/RN, conclui-se que o Programa Novas Práticas de Gestão obteve êxito, cumprindo sua finalidade de aperfeiçoamento e modernização da gestão pública estadual.

02. Sobre o Programa O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE:

Os Objetivos, Metas e Iniciativas que compõem o Programa cumprem os requisitos de legalidade, legitimidade e economicidade de sua execução, no exercício 2023.

O programa possui 05 (cinco) objetivos: 00522, 00520, 00518, 00519 e 00521 e 10 (dez) metas ao todo, sendo 08 (oito) totalmente alcançadas, 01 (uma) parcialmente alcançada e 01 (uma) não alcançada.



Fonte: Elaboração própria, 2024

O objetivo 00522 e sua meta 01327 dizem respeito à implementação do SIPAC. Apesar de não estar totalmente implementado, em 2023 a meta foi cumprida pela implementação do

Módulo Almoxarifado e a implementação de outros módulos segue em desenvolvimento, representando resultados concretos no alcance do objetivo.

Mesmo não alcançada a meta 01661 do objetivo 00520, é justo dizer que está em vias de alcance, considerando que, embora não haja um sistema unificado para controle e fiscalização das transferências voluntárias, foram implementadas soluções para o controle e fiscalização, pelos Painéis de BI sobre convênios, parcerias e congêneres (transferências voluntárias), orçamento e diárias e o Núcleo de Inteligência, Informações Estratégicas e Promoção à LGPD (NID)segue no desenvolvimento de novos instrumentos e ferramentas de gerenciamento e controle das despesas públicas do Estado.

Já o objetivo 00518 teve êxito com a conclusão, 2023, da implementação do Sistema Estadual de Correição e, em 2020 com o Núcleo de Prevenção à Corrupção, transformado, em 2022, na Unidades de Transparência e na Unidade de Integridade. Esta última absorveu as atribuições de prevenção da corrupção, consolidando as atividades da macrofunção de Integridade com a coordenação do Programa Estadual de Integridade, como já mencionamos neste relatório.

A meta 01316 do objetivo 00519 foi largamente superada com eficiência, atendendo às áreas administrativa, financeira e às macrofunções da CONTROL. Essa superação está relacionada com a implementação do Plano Anual de Capacitações para os servidores do órgão, o que fomentou o engajamento dos servidores do órgão no cumprimento da meta.

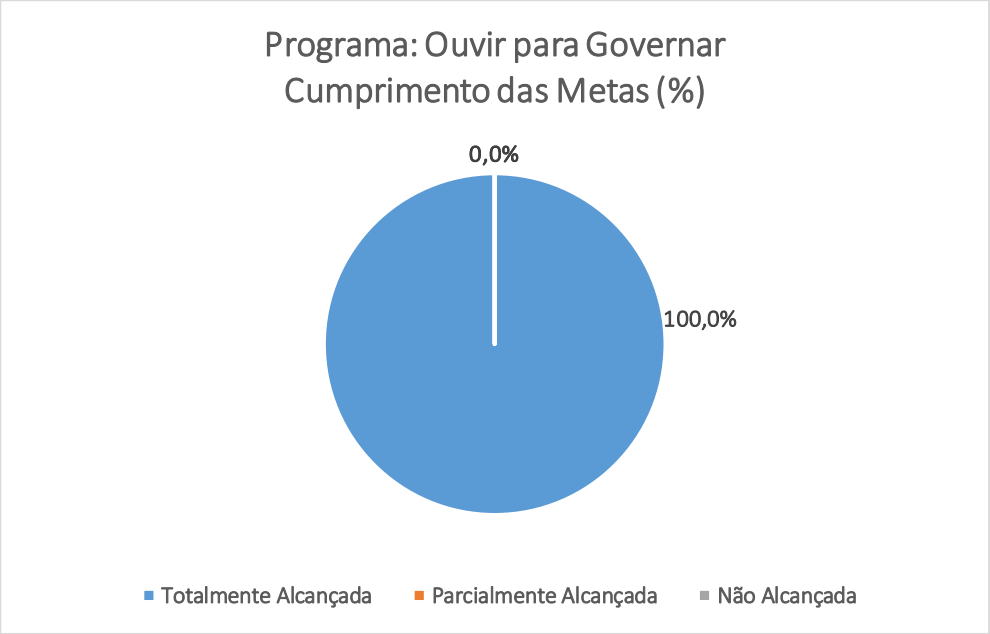
Quanto ao objetivo 00521, teve sucesso pelo alcance da meta 01319 em 2022 e 2023 com as Leis Complementares Estaduais nº 695/2022 e a Portaria Conjunta nº 022/2023. Em que o pese o atingimento da meta 01501, como já foi relatado em seção própria, mesmo não estando adequadamente vinculada ao objetivo, por opção da gestão, ela foi paralisada para ser realizada em norma própria, atualmente já em fase de conclusão de minuta e previsão de publicação ainda em 2024.

Assim, considerando os resultados gerais dos objetivos deste Programa, resta evidenciado o seu êxito, especialmente pelo incremento nos instrumentos de gestão e pelas realizações de valorização dos servidores da CONTROL, bem como o fortalecimento das macrofunções do órgão.

03. Sobre o Programa OUVIR PARA GOVERNAR:

Os Objetivos, Metas e Iniciativas que compõem o Programa cumprem os requisitos de legalidade, legitimidade e economicidade de sua execução, no exercício 2023.

Este programa possui 02 (dois) objetivos: 00526 e 00525 e 02 (duas) metas, ambas totalmente alcançadas.



Fonte: Elaboração própria, 2024

O objetivo 00526 foi alcançado desde 2021, com a instituição da Avaliação da Qualidade da Resposta ao cidadão e-SIC RN, complementando a Pesquisa de Satisfação do usuário. Assim, como a avaliação vem sendo aplicada anualmente desde então, fica evidenciado que passou a ser atividade consolidada do órgão, contribuindo para o aperfeiçoamento do serviço de acesso à informação, direito fundamental e de exercício da cidadania.

Quanto ao objetivo 00525, teve a meta 01328 amplamente superada, em razão de oportunidades surgidas por atividades transversais, realizadas em parcerias com outros órgãos, como a SEPLAN e a SEFAZ, através do Grupo de Educação Fiscal Estadual (GEFE), como também já detalhamos nas seções anteriores.

Neste sentido, considerando os resultados efetivos quanto ao alcance de todos os objetivos do Programa, pode-se aferir seu êxito, tanto pela consolidação da aplicação da avaliação do serviço de acesso à informação no Estado do RN, bem como pelas ações decorrentes das parcerias com outros órgãos, que continuam e tem atividades e entregas previstas também no PPA 2024-2027.

Recomendações:

Mesmo que o resultado geral evidencie o êxito na execução do PPA 2020-2023 (exercício 2023), é importante registrar as seguintes recomendações:

- Em relação à elaboração do Plano Anual de Auditoria como previsto na meta 01312, considerando que se trata de prática incorporada às atividades institucionais da CONTROL, é conveniente que sempre se busque o

alinhamento com o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RN, mantendo assim a parceria técnica e intercâmbio de informações e boas práticas, fortalecendo o trabalho colaborativo entre os órgãos e arrojando continuamente o sistema de controle interno do Executivo Estadual.

- Merece destaque o fato de que, em relação às iniciativas com subações vinculadas, somente a iniciativa 02029 teve a alocação de recursos em sua subação orçamentária de acordo com o previsto no PPA. As demais iniciativas tiveram supressão de 50% na LOA/2023, merecendo destaque ainda a iniciativa 02020, com o valor alocado em sua subação orçamentária em 66,66% e a iniciativa 02270, com supressão de 75% do valor previsto no PPA para o exercício e com os recursos realocados no Orçamento Geral do Estado de forma unilateral, pela SEFAZ. Embora que, de maneira geral, tais realocações não tenham causado impacto no alcance dos resultados apresentados, merece destaque a situação informada na avaliação da iniciativa 02020 que, neste cenário, teve a adequação da estrutura física da Ouvidoria-Geral (ambiente para atendimentos presenciais) prejudicada pela não realização da obra. Situação semelhante se deu na iniciativa 02270, pois a grande supressão e indisponibilidade orçamentária dos recursos alocados na subação comprometeram sua execução e, como consequência, não foi possível desafogar a Subcoordenadoria de Tecnologia da Informação – STI/CONTROL para atender as demandas do da CONTROL relativas a soluções de informática nas atividades de controle interno. Tal situação aponta para a necessidade de buscar-se um entendimento prévio com a SEFAZ quando da necessidade de realocação dos recursos, sob pena de prejudicar mais atividades da CONTROL.

- Outro ponto relevante é a superação de algumas metas de forma tão larga, apontando para necessidade de mais engajamento dos responsáveis pelo alcance das metas quanto ao período de revisão do PPA em relação aos indicadores de suas metas, para a solicitação dos devidos ajustes, quando for o caso, sob pena de comprometer a análise crítica ou precisa do alcance das metas por valores subestimados ou superestimados.

- Em relação à iniciativa 02001, recomenda-se que a AUGE/CONTROL possa buscar forma/meios de realizar o monitoramento das recomendações oriundas dos trabalhos de auditorias especializadas, como forma de garantir maior efetividade dos resultados destes trabalhos, bem como otimizando dados e informações para trabalhos futuros, como identificar o grau de eficácia do controle interno sobre a economia com as despesas públicas decorrente das auditorias realizadas.

- Também se faz necessário o acompanhamento mais estreito na articulação e tratativas com a PGE quanto à tramitação da norma relativa à meta 01260 e

notadamente da iniciativa 02011, isto porque ela representa mais avanços na eficiência dos gastos na gestão pública estadual.

- Sobre o objetivo 00522, é necessário intensificar as tratativas de articulação e encaminhamentos quanto a implementação dos módulos restantes do SIPAC, uma vez que a integração de informações de execução e gerenciamento de patrimônio, almoxarifado, compras e contratos, além de conferir mais segurança de registros, contribui ainda para a tomada de decisão por parte dos gestores de forma mais célere e segura, além da contribuição para o controle interno do Poder Executivo Estadual.

- No que pese os bons avanços registrados para a meta 01661, ainda é necessário o reforço à força de trabalho na área de TI, em especial no que diz respeito à quadro de pessoal especializado, isto para garantir a continuidade de atividades e processos e também para atender as demandas dinâmicas e crescentes do órgão nesta área, sob pena de risco de colapso de algumas atividades finalísticas da CONTROL, como a gestão e manutenção do Portal da Transparência, por exemplo.

- Considerando que o PPA 2024-2027 prevê nova adequação do espaço físico da CONTROL para acomodar adequadamente o pessoal acrescido pelas nomeações dos auditores de controle interno, o ligeiro aumento de cargos comissionados do órgão e ainda o quadro de estagiários e eventuais bolsistas, recomendamos que seja priorizada a adequação da estrutura física da Ouvidoria-Geral, haja vista que a atual estrutura está precária para a equipe, bem como inadequada às necessidades e boas práticas de atendimento ao cidadão, inclusive expondo servidor e cidadão a riscos inerentes à natureza da atividade, como o frágil sigilo de informações pessoais e sensíveis, pela ausência de espaço físico adequado para atendimento presencial.

- Outra recomendação é intensificar o empreendimento de esforços junto à SEPLAN no pertinente à transparência quanto à execução do PPA relativamente aos seus objetivos, metas, entregas e indicadores, proporcionando a devida transparência à sociedade. Não obstante, tal ação contribuirá significativamente na avaliação externa da transparência, onde o Estado do RN tem deixado de obter pontuação neste item pela ausência de publicidade de tais informações.

- Recomendamos ainda a manutenção da boa prática do Plano Anual de Capacitações, que apresentou bons resultados no alcance de metas e objetivos em 2023, além de aferir o aperfeiçoamento contínuo do serviço prestado pela CONTROL ao Governo, na qualidade de órgão de seu assessoramento, mas também, à sociedade, pela defesa do zelo e economicidade na gestão do patrimônio público.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(**X**) SIM ( ) NÃO

Indicador do Programa NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO:

0204 – Percentual de recomendações implementadas após auditorias especializadas.

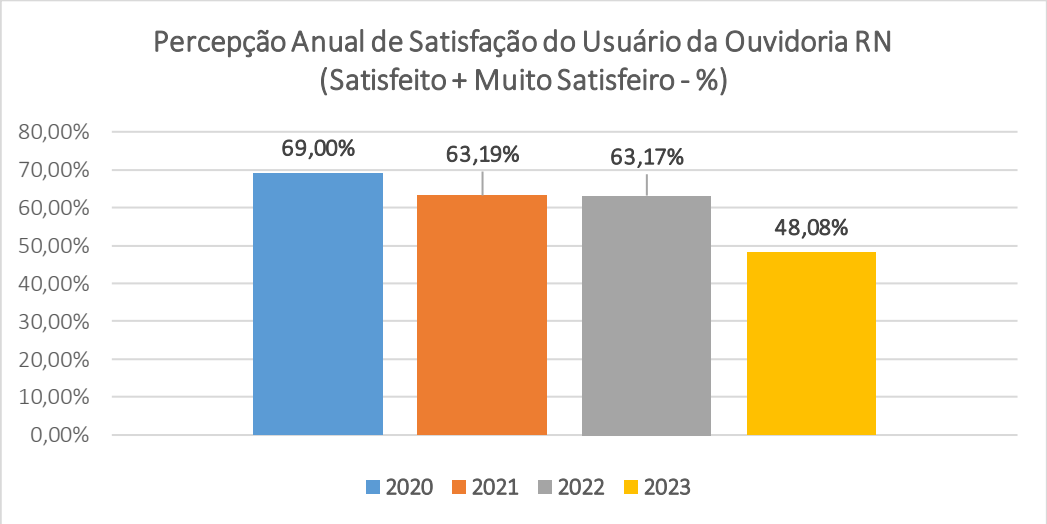
Conforme relatado nas avaliações anuais (2020 e 2021), a situação inédita da pandemia coronavírus e a imposição do teletrabalho trouxeram grandes desafios à realização e, em alguns casos, chegando a inviabilizar a realização do planejado pelo órgão, notadamente pela priorização de novas tarefas relativas ao enfrentamento da crise sanitária já mencionada, impondo a criação de grupos de trabalho, auditorias de conformidade sobre as despesas com o Covid-19 e ainda as demandas de assessoramento técnico ao governo no esforço de controle da crise pandêmica. Deste modo, não foi possível a aplicação do indicador diante do quadro apresentado.

Também é importante esclarecer que a alimentação do indicador não envolveria apenas a Auditoria-Geral/CONTROL, mas também o fluxo de informações em outros órgãos (auditados). Tal metodologia inovadora não foi possível de aplicar porque os impactos da pandemia afetaram toda Administração Pública. Somente ao final de 2023 é que a Auditoria-Geral concluiu a composição de seu quadro de auditores, conseguindo o equilíbrio entre as atividades e a força de trabalho disponível.

Indicador do Programa O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE:

0205 – Percentual de Satisfação dos Usuários da Ouvidoria RN

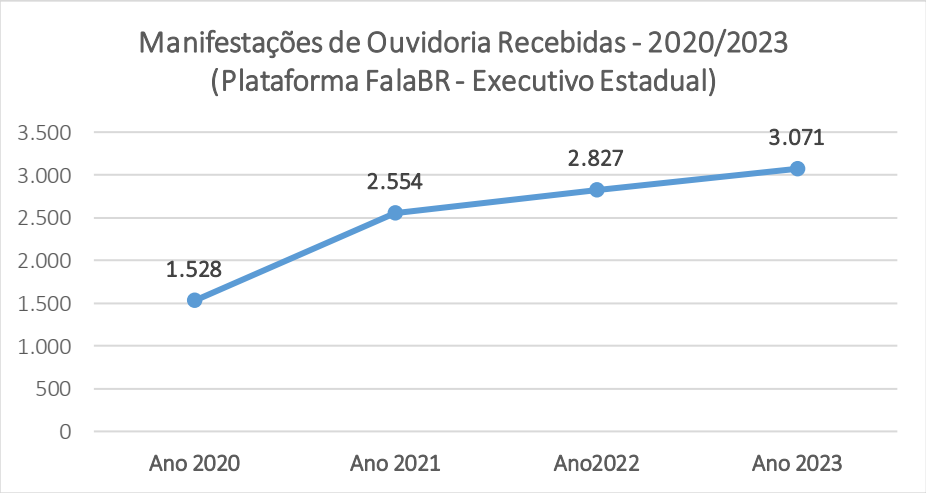
O resultado apurado do indicador em 2023 apresentou 48,08% (quarenta e oito vírgula zero oito por cento) de usuários da Ouvidoria respondentes da pesquisa de satisfação do Fala.BR, se considerando “Satisfeitos” e “Muito Satisfeitos” com o atendimento de suas manifestações.



Fonte: Elaboração própria, 2024

Este resultado representa uma queda de 15,09% (quinze vírgula zero nove por cento) em relação ao ano anterior, e 20,92% (vinte vírgula noventa e dois por cento) em relação ao primeiro ano do PPA 2020-2023.

Entretanto, convém observar o aumento crescente e exponencial da demanda no período de 04 (quatro) anos, saindo do número de 1.528 (mil quinhentos e vinte e oito) manifestações de ouvidoria recebidas no exercício 2020, para 3.071 (três mil e setenta e uma), em 2023. Além disso, em 2023 foi observada razoável instabilidade de servidores no serviço de ouvidoria, ocasionando a descontinuidade do serviço em alguns órgãos, gerando perda de prazos e represamento de demandas.



Fonte: Elaboração própria, 2024

Outro fator importante a se considerar é que o número crescente de manifestações de ouvidoria representa o aumento da participação da sociedade no uso de canais de diálogo com

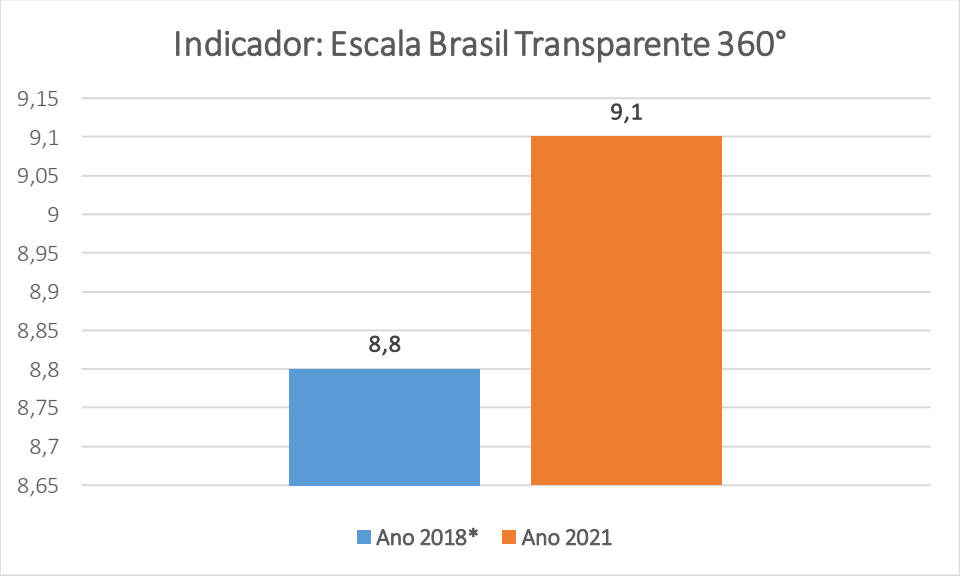
o Estado e, oportuniza aos gestores, uma avaliação mais qualificada dos serviços públicos, uma vez que as manifestações são recebidas dos próprios usuários.

Por último, afirmamos que o indicador dialoga com os objetivos do Programa, em especial ao objetivo 00520, pois reflete a percepção do usuário de serviços públicos com a eficácia e qualidade do serviço oferecido à sociedade, com a desburocratização da gestão e combate à corrupção e desvios pela apresentação de denúncias (identificadas e/ou anônimas), se configurando em canal de interlocução com o Poder Público, aproximando governo e população.

Indicador do Programa OUVIR PARA GOVERNAR:

0203 – Escala Brasil Transparente 360°

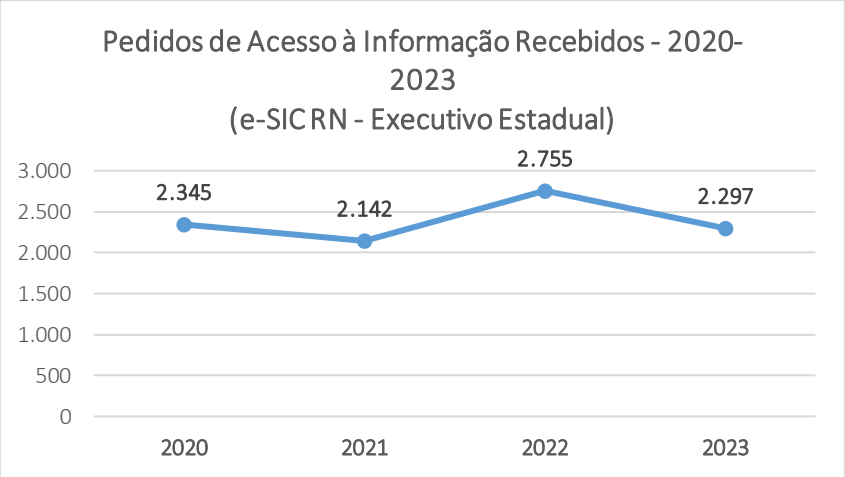
O indicador trata do nível da transparência ativa e passiva dos entes federados, em avaliação periódica realizada pela Controladoria-Geral da União – CGU. Na última edição (março/2021), o Estado do RN obteve a nota 9,1 (nove vírgula um), ficando acima da média dos estados brasileiros (8,8) e 0,3 (zero vírgula três) pontos acima da avaliação anterior, ocorrida em 2018, que foi utilizada como linha de base para o indicador.



Fonte: Elaboração própria, 2024

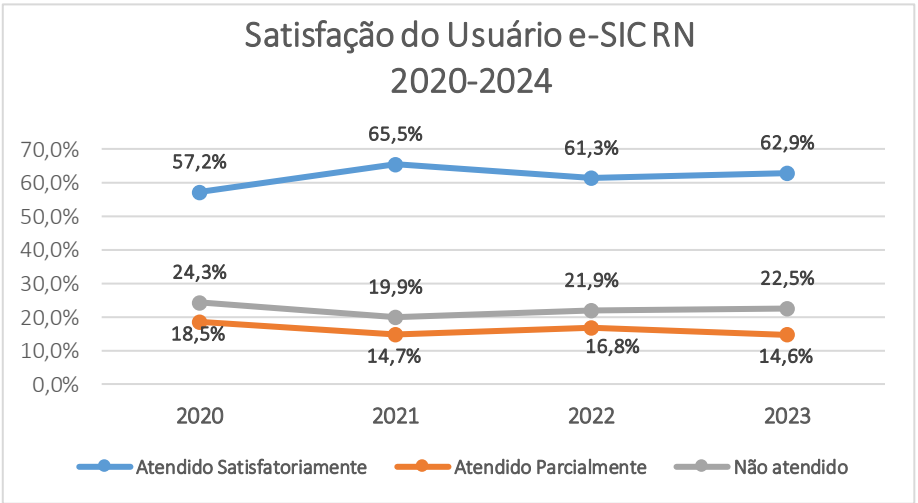
Durante o período em questão (2020-2023), a transparência ativa e passiva do Executivo Estadual estiveram sob avaliações de outros institutos, como no período da pandemia do coronavírus (anos 2020 e 2021), quando duas ONGs de nível internacional avaliaram a transparência dos dados da Covid-19 dos Estados, Distrito Federal e do Governo Federal. Estas avaliações demonstraram o comprometimento do RN com a transparência pública, tendo o Executivo Estadual, chegado a receber notas máximas em algumas avaliações realizadas no período.

Com relação à transparência passiva, no período do PPA 2020-2023, o número de solicitações junto ao Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC RN) foi de 9.980 (nove mil novecentos e oitenta), sendo 9.539 (nove mil quinhentos e trinta e nove) pedidos de informação acatados, e 675 (seiscentos e setenta e cinco) indeferidos por estarem fora da competência estadual ou apresentar falta de clareza na solicitação ou dados insuficientes para atendimento do pedido, entre outras situações diversas.



Fonte: Elaboração própria, 2024

A satisfação com o atendimento de acesso à informação do Executivo Estadual também foi um fator positivo durante o período 2020-2023. No exercício 2020, os respondentes da pesquisa declarando-se "atendidos satisfatoriamente", representavam 57,2% (cinquenta e sete vírgula dois por cento) dos cidadãos-usuários. E, ao final do período, em 2023, esse percentual foi superado em 4,7% (quatro vírgula sete por cento) dos respondentes, chegando a 62,9% (sessenta e dois vírgula nove por cento) dos cidadãos satisfeitos com o serviço, conforme o gráfico abaixo:



Fonte: Elaboração própria, 2024

Por fim, informamos que o indicador “Escala Brasil Transparente 360°” está diretamente relacionado com os objetivos do Programa. No entanto, por descontinuidade da política, não foi possível a apuração do indicador prevista para 2023, estando planejada para 2024.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

Introdução

A importância desta avaliação deve-se ao fato de que os resultados apresentados subsidiarão o aprimoramento das políticas realizadas no período 2020-2023, a partir de tomadas de decisão resultantes das análises das evidências aqui apresentadas, especialmente quanto à economicidade, eficácia, eficiência e efetividade das mesmas.

Esta seção busca analisar a eficácia e eficiência da CONTROL para o alcance das metas e objetivos referentes ao quadriênio do PPA 2020-2023, considerando o desempenho ano a ano do órgão, observando sua resiliência no esforço para a obtenção dos resultados almejados no referido plano.

A estrutura desta seção é composta pela definição do objetivo desta avaliação, caracterização do PPA CONTROL 2020-2023 e as políticas públicas competentes, descrição da metodologia adotada para esta análise, avaliação geral dos resultados apresentados, síntese dos resultados e respectivas recomendações e, por fim, as referências utilizadas na elaboração deste documento.

Do Objetivo da Avaliação

- O objetivo deste documento é avaliar o desempenho da CONTROL na execução do PPA 2020-2024, identificando as dificuldades/fragilidades enfrentadas e as soluções encontradas para superação dos desafios e alcance dos resultados pretendidos no plano, compreendendo o desempenho do órgão, traduzido na figura de indicadores, e metas que retratam como se comportaram nos últimos anos, as iniciativas construídas para o alcance dos objetivos pretendidos.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

O PPA CONTROL 2020-2023 apresenta-se no Mapa Estratégico do RN, vinculado ao Eixo 1: Desenvolvimento Governamental e Gestão Pública Transparente e Eficiente. Seus objetivos estão distribuídos em 03 (três) Programas Temáticos e no Programa de Gestão e Manutenção.



Mapa Estratégico – Fonte: Plano de Governo

Em relação aos Programas Temáticos do PPA 2020-2023, é possível identificar que a macrofunção da Auditoria esteve contemplada no Programa Novas Práticas de Gestão. Já as macrofunções de Corregedoria e Integridade estiveram contempladas no Programa O Estado A Serviço da Sociedade, que de maneira geral atendeu também todas as macrofunções do órgão, uma vez que foi neste programa que se concentrou as ações referentes às capacitações para aperfeiçoamento do serviço público oferecido pelo órgão e também melhorias estruturais da CONTROL e da própria gestão pública, através da edição de normas referente ao controle interno e alguns regulamentos da execução orçamentária estadual. E o Programa Ouvir para Governar contemplou fortemente as macrofunções de Transparência (pelo fomento e fortalecimento do controle social no Estado) e de Ouvidoria.

Sobre os indicadores de resultado dos programas, apenas o indicador 0204 (% de recomendações implementadas após auditorias especializadas) era responsabilidade da CONTROL. No entanto, como já foi relatado na seção própria, não foi possível a aferição/aplicação deste indicador, em razão das dificuldades de enfrentamento à pandemia coronavírus com a imposição do teletrabalho comprometeram sobremaneira as atividades internas do órgão, pela imperiosidade de criação de grupos de trabalho e a priorização na realização auditorias de conformidade sobre as despesas com o Covid-19, bem como as demandas de assessoramento técnico ao governo na Força-Tarefa de enfrentamento da pandemia. Além disso, especificamente, a elaboração do referido indicador, envolve um grande e dinâmico fluxo de informações sobre os órgãos auditados e, até outubro/2023 a Auditoria-Geral estava com seu quadro de auditores de controle interno desfalcados, o que sobrecarregou a equipe de trabalho até aquele momento. Por estas razões, o indicador 0204 não pode ser utilizado na avaliação dos resultados do Programa Novas Práticas de Gestão, sendo possível aferir os resultados somente pelo alcance das metas previstas e iniciativas realizadas a cada exercício.

O Programa O Estado a Serviço da Sociedade possuía o indicador 0205 (% de satisfação dos usuários da Ouvidoria RN), já que a finalidade do programa seria o aperfeiçoamento e melhorias na

qualidade do serviço público oferecido à sociedade. Este indicador é gerado pelo Painel Resolveu da Plataforma Fala.BR, gerida pela Controladoria-Geral da União – GCU e que o Estado do RN aderiu ainda em 2019 para a implementação do Sistema e-OUV em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. O indicador é atualizado em tempo real, mas a título de monitoramento e avaliação do Programa, adotamos a média anual, sempre compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada exercício.

E o indicador 0203 (Escala Brasil Transparente 360°) atendeu o Programa Ouvir para Governar, por trazer em seus objetivos as metas e iniciativas referentes ao fomento e fortalecimento dos espaços de participação, controle social e transparência. O indicador é o resultado de avaliação realizada pela CGU bienalmente (aproximadamente), atribuindo notas e ranking para a transparência ativa e passiva de Estados e Municípios. A última avaliação ocorreu em março/2021.

Quanto às diretrizes do PPA 2020-2024, o Programa Novas Práticas de Gestão estava alinhado com a diretriz 00025 (Construção de uma nova pactuação entre Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário) pelo objetivo 00517 e, alinhado com a diretriz 00073 (Melhoria da eficiência dos gastos públicos) pelos objetivos 00531 e 00532. O Programa O Estado a Serviço da Sociedade estava alinhado com a diretriz 00001 (Adotar políticas públicas integradas e transversais) pelo objetivo 00522, alinhado com a diretriz 00067 (Intensificação da utilização de ferramentas digitais para desburocratização, melhoria da gestão e dos serviços públicos oferecidos) pelo objetivo 00520, alinhado com a diretriz 00078 (Modernização da estrutura administrativa do Estado) pelos objetivos 00518 e 00519 e, alinhado com a diretriz 00105 (Valorização dos servidores públicos) pelo objetivo 00521. Por fim, o Programa Ouvir para Governar está alinhado com a diretriz 00030 (Criação de espaço de pactuação entre o Governo, a sociedade civil, os demais poderes e o cidadão) pelo objetivo 00526 e, alinhado com a diretriz 00062 (Gestão territorial participativa) pelo objetivo 00525.

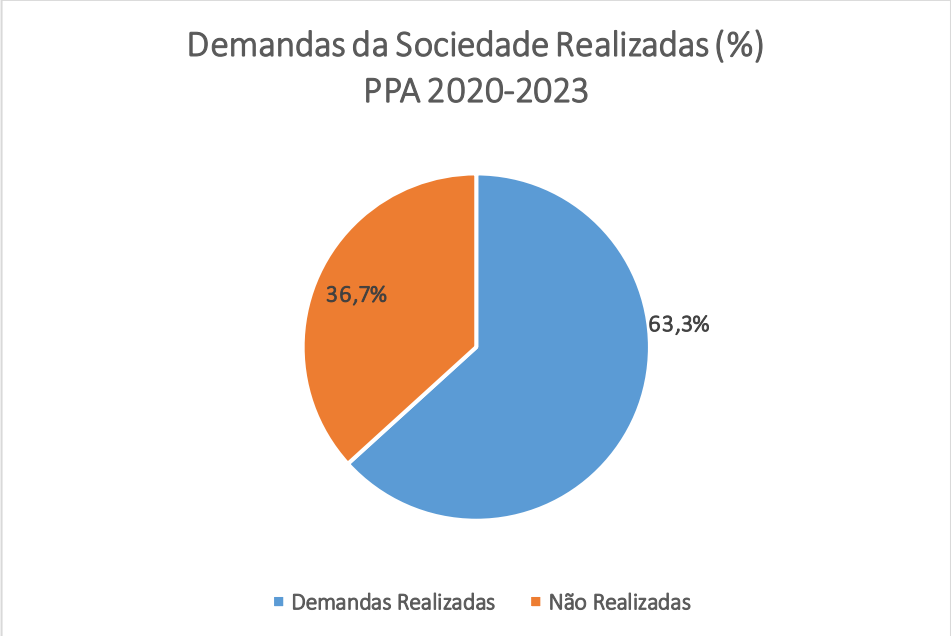
Em que pese as agendas transversais, a CONTROL não participa de nenhuma, estando todas as suas iniciativas, metas e objetivos direcionados e alinhados às suas macrofunções.

Todos os objetivos de todos os programas temáticos da CONTROL estavam vinculados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes (Promover sociedades pacíficas e inclusiva para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis), especificamente:

- ✓ 00143 – ODS 16.5: Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas;
- ✓ 00144 – ODS 16.6: Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;
- ✓ 00145 – ODS 16.7: Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis, e;
- ✓ 00148 – ODS 16.10: Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e acordos internacionais.

Mais uma vez destacamos que o PPA 2020-2023 representa um marco na história do órgão, considerando sua elaboração participativa, tendo por base o grupo de servidores da CONTROL e acatando todas as propostas advindas da participação social de todos os territórios do Estado do RN, inclusive as oriundas da participação por meio virtual, vinculando-as aos objetivos, metas e iniciativas do PPA CONTROL.

O atendimento das demandas da população se deu através do cumprimento da meta 01307 (Plenária Territorial ALO50C), iniciativa 02006 (Plenárias Territoriais ALS33B e AÇN51), meta 01313 e iniciativa 02013 (Plenária Territorial AÇM45), metas 01314, 01315 e iniciativas 02016 e 02017 (Participação Internet 4030), meta 01316 (Plenária Territorial SER58), iniciativa 02021 (Plenárias Territoriais SAP47, SCN62, SER62 e OTR718), iniciativa 02022 (Plenária Territorial ALO50B), iniciativa 02023 (Plenárias Territoriais MTG33 e OTR7418), iniciativa 02024 (Plenárias Territoriais ALS33, ALS33A, OTR7418 e OTR7577), iniciativa 02027 (Plenária Territorial ALS34), meta 01328 (Plenária Territorial SER59), iniciativa 02034 (Plenárias Territoriais MTG33 e SAP52), iniciativa 02036 (Plenárias Territoriais TRA48, SAP52 e SER59A), meta 01330 (Plenária Territorial ALO50), inciativa 02039 (Plenária Territorial AÇM52 e ALO50) e iniciativa 02041 (Plenária Territorial ALO50). Isto representa 63,26% (sessenta e três vírgula vinte e seis por cento) de atendimento real das demandas da população ao PPA CONTROL 2020-2023, entre metas e iniciativas, representando 63,26% do pleito social junto ao órgão.



Fonte: Elaboração própria, 2024

Considerando as dificuldades provenientes da situação de saúde ocorrida nos 02 (dois) primeiros anos de exercício do PPA 2020-2023, entendemos que houve um alcance razoável no atendimento/execução das demandas da sociedade.

Metodologia

Esta é uma avaliação *ex-post*, uma vez que considera e analisa os resultados obtidos após a realização das metas e iniciativas para alcance dos objetivos pretendidos. Tem natureza somativa, verificando o alcance das metas estabelecidas, julgando seus resultados com a finalidade de subsidiar decisões sobre a eficiência, eficácia e efetividade e até continuidade das políticas estabelecidas. Consideramos também que esta avaliação possui caráter interno, pois foi realizada pela gerência do PPA e servidores do órgão que, em algum grau, estão envolvidos com a realização do plano.

Nessa perspectiva, esta avaliação traz abordagem qualitativa, fazendo uso da pesquisa documental a partir dos registros dos relatórios anuais de avaliação do PPA e coleta de dados de monitoramento pela aplicação de formulários aos responsáveis pelas Unidades e macrofunções da CONTROL, com tratamento das informações obtidas, em momento a posteriori, bem como da aferição dos indicadores dos Programas atualizados e a percepção de atendimento às expectativas de eficiência, eficácia e efetividade das políticas adotadas pelo órgão.

A avaliação também traz informações quantitativas, obtidas através dados numéricos dos relatórios SIGEF e papéis de trabalho, sobre o desempenho das metas e atendimento das demandas da população, respectivamente. Também são utilizados dados provenientes do Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC RN) e da Plataforma Fala.BR (e-OUV).

Foram avaliados os aspectos da Execução Orçamentária do quadriênio, comparativo orçamentário-financeiro entre os Programas Temáticos e o Programa de Gestão e Manutenção no período, o desempenho da CONTROL no alcance das metas do plano e ainda o atendimento das demandas da população, não apenas pela vinculação aos objetivos metas e iniciativas do PPA do órgão, mas pela sua realização e resultados obtidos.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO: Controladoria – Geral do Estado – CONTROL/RN

Em preliminar, se faz necessário algumas considerações.

Menos de um ano anterior à elaboração do PPA 2020-2023, a CONTROL tinha iniciado grande mudança estrutural, com ampliação de competências e atividades, em decorrência da Lei Complementar Estadual nº 638, de 27 de junho de 2028. Assim, alguns objetivos, metas e iniciativas foram definidos sem uma parametrização anterior, onde fundamentasse a quantificação estabelecida no plano. Além disso, merece destaque que 03 (três) das macrofunções legais dadas ao órgão ainda estavam em momento embrionário de sua estruturação: a Ouvidoria-Geral, a Corregedoria-Geral e o Núcleo de Prevenção à Corrupção (posteriormente transformado na Unidade de Transparência e Unidade de Integridade, pela LCE nº 695/2022).

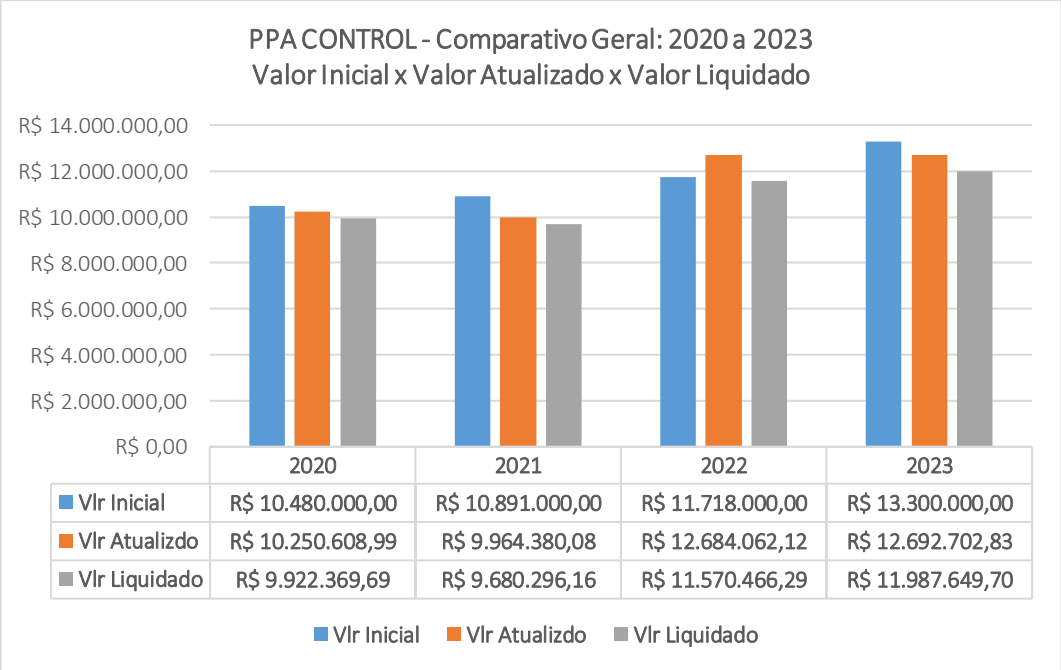
Outro fator relevante, ainda no segundo semestre/2019, foi o início das nomeações dos aprovados para os cargos de auditor de controle interno, em decorrência do concurso público

realizado no início daquele ano, o que posteriormente refletiu no alcance de algumas metas do PPA, conforme se verá mais adiante.

É mister lembrar que, naquele momento o Estado do RN estava em processo de organização de suas contas em virtude da situação de crise fiscal em que se encontrava, quando do início do governo atual, que assumiu a administração do Estado com uma dívida salarial de três folhas de pagamento em atraso e uma dívida na ordem de R$ 2,6 bilhões.

Também não se pode olvidar a inédita situação de excepcionalidade criada pela pandemia Coronavírus, que afetou toda a Administração Pública e todo o mundo, impactando fortemente no planejamento e prioridades do Poder Público, pela necessidade de mitigar os efeitos nefastos do Covid-19 e demais medidas do enfrentamento da crise sanitária, paralisando ou adiando o cumprimento de algumas metas estabelecidas no PPA Estadual 2020-2023.

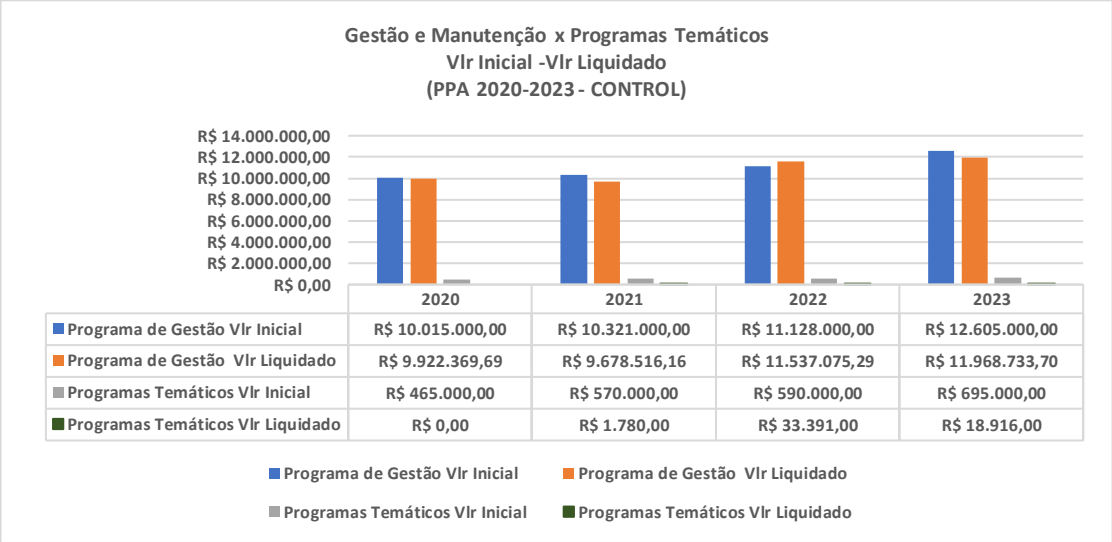
Entretanto, no que diz respeito à CONTROL, mesmo atingida pelos impactos da pandemia, de uma difícil situação fiscal, o órgão conseguiu executar seu orçamento quase em sua totalidade, levando-se em consideração que 95,56% (noventa e cinco vírgula cinquenta e seis por cento) dos recursos previstos estavam alocados no Programa de Gestão e Manutenção, como se pode ver no gráfico abaixo:



	2020	2021	2022	2023
Vlr Inicial	R$ 10.480.000,00	R$ 10.891.000,00	R$ 11.718.000,00	R$ 13.300.000,00
Vlr Atualizdo	R$ 10.250.608,99	R$ 9.964.380,08	R$ 12.684.062,12	R$ 12.692.702,83
Vlr Liquidado	R$ 9.922.369,69	R$ 9.680.296,16	R$ 11.570.466,29	R$ 11.987.649,70

Fonte: Elaboração própria, 2024

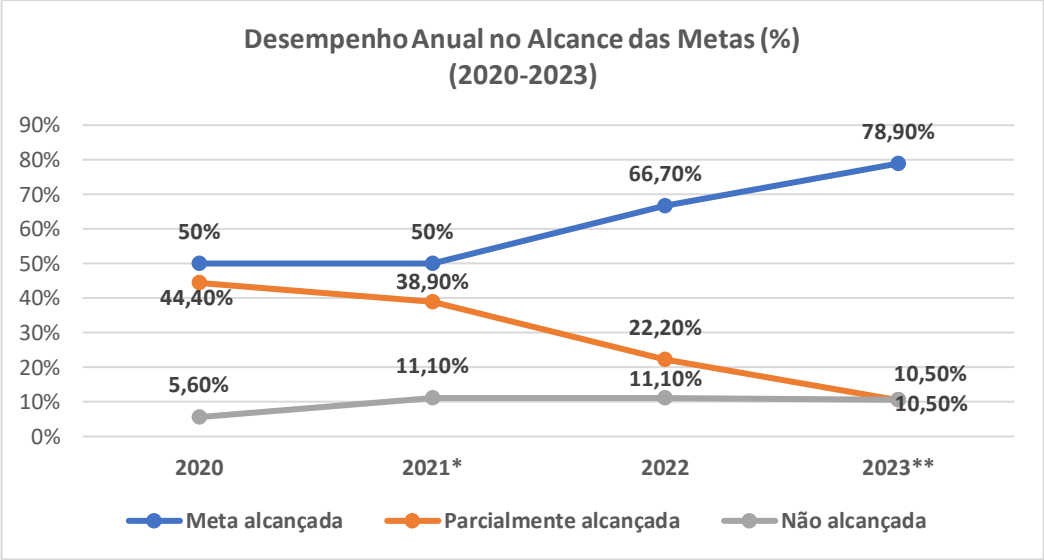
Destacamos o fato do orçamento da CONTROL ser alocado quase que em sua totalidade no Programa de Gestão e Manutenção comparado aos Programas Temáticos:



Fonte: Elaboração própria, 2024

Ainda é importante destacar que, os recursos destinados aos Programas Temáticos, ao longo dos 04 (quatro) anos de execução do PPA sofreram reduções significativas e/ou sua realocação para atender demandas priorizadas pela SEPLAN e, posteriormente, pela SEFAZ. Entretanto, se a situação de pandemia e recuperação econômica trouxeram muitas dificuldades, também impulsionaram soluções criativas para a continuidade e realização das atividades institucionais, culminando no alcance e mesmo superação de algumas metas, como por exemplo, a realização de eventos virtuais (webinários) relativos à capacitações e ações de divulgação da transparência e ouvidoria e ainda de parcerias com outros órgãos (GEFE/SEFAZ e SEPLAN), de forma que as eventuais realocações orçamentárias realizadas pelos gestores do orçamento estadual não causaram prejuízos significativos ao alcance das metas e realizações de iniciativas da CONTROL, na execução do PPA 2020-2023. Em parte, porque um número significativo de suas metas e iniciativas não possuía vinculação orçamentária, somando-se também ao fato de algumas realizações provenientes das obras de reforma predial da CONTROL foram promovidas com recursos externos ao órgão, no caso, recursos do Projeto Governo Cidadão.

Assim, mesmo diante do contexto apresentado e obstáculos enfrentados, a CONTROL apresentou uma evolução positiva quanto à eficácia e eficiência no cumprimento de suas metas, como se pode ver pelo gráfico a seguir:



Fonte: Elaboração própria, 2024

É necessário informar que na primeira revisão do PPA 2020-2023 (ano 2020), foram feitos ajustes que resultaram na inclusão de meta 01501 e na inativação da meta 01329, com execução prevista para 2021. Também em 2022, o PPA recebeu nova alteração, com a inclusão da meta 01661 e com sua execução prevista para 2023. Assim, no total, o PPA CONTROL 2020-2023 conta com 19 (dezenove) metas, distribuídas em 03 (três) Programas Temáticos: Novas Práticas de Gestão, O Estado a Serviço da Sociedade e Ouvir para Governar. Dito isto, das 19 (dezenove) metas previstas no plano, 15 (quinze) foram totalmente alcançadas, representando 78,9% (setenta e oito vírgula nove por cento) do almejado pelo PPA Setorial 2020-2023. Duas (02) metas foram parcialmente alcançadas, o que equivale a 10,5% (dez vírgula cinco por cento) e 02 (duas) metas não alcançadas, representando 10,5% (dez vírgula cinco por cento) do pretendido. Deste modo, é possível afirmar que os objetivos tiveram avanços consideráveis, representando progressos para o alcance dos ODSs aos quais as metas estavam vinculadas.

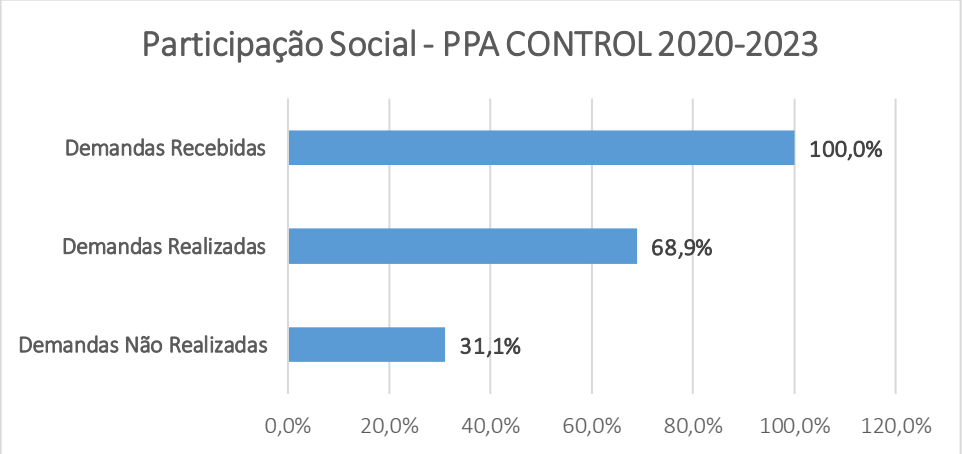
Podemos constatar estes avanços ao observar a evolução no desempenho do órgão para o alcance das metas, a cada exercício. É possível identificar também no gráfico acima, nos dois primeiros anos de execução do PPA, o impacto sofrido com a pandemia da Covid-19 sobre o Plano Plurianual.

Outro ponto a ser ressaltado é que, mesmo vivenciando um processo de consolidação da nova estrutura administrativa da CONTROL, suas macrofunções, competências e atribuições, as realizações obtidas pelo alcance das metas previstas no PPA contribuíram fortemente para o fortalecimento do Órgão e do Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo Estadual (SICOI) e ainda, dos instrumentos democráticos de controle social, como a Ouvidoria, Transparência e acesso à informação.

Por último, merece destaque os bons resultados no que diz respeito a resposta dada à participação social, onde 100% (cem por cento) das demandas da população foram incorporadas ao

PPA 2020-2023 da CONTROL, tendo sido executadas 68,9% (sessenta e oito vírgula nove por cento) das demandas recebidas.

Das 45 (quarenta e cinco) demandas recebidas pela CONTROL, 100% (cem por cento) foram inseridas no PPA, vinculando-se ou algum objetivo, meta ou iniciativa. E ao final do período do PPA 2020-2023, o órgão havia conseguido realizar 31 (trinta e uma) do total das demandas, representando 68,9% (sessenta e oito vírgula nove por cento) das propostas apresentadas quando da escuta popular:

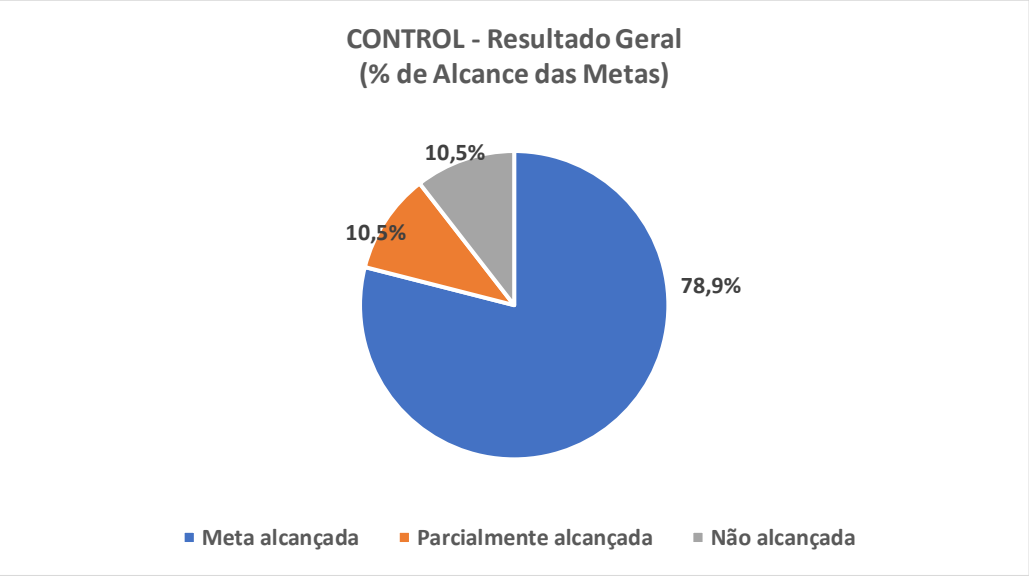


Fonte: Elaboração própria, 2024

Tal resultado evidencia o empenho da Controladoria-Geral do Estado no fomento à transparência, participação e fortalecimento da democracia no Rio Grande do Norte, ressaltando também seu papel de defensor e promotor do controle social.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Do total de 19 (dezenove) metas vinculadas aos Programas Temáticos da CONTROL, tivemos 15 (quinze) totalmente alcançadas, representando 78,9% (setenta e oito vírgula nove por cento) das metas, inclusive com uma meta Em que os resultados ultrapassaram o estabelecido no planejamento. Parcialmente alcançadas tivemos 02 (duas), correspondendo a 10,5% (dez vírgula cinco por cento) das metas e, igualmente, 02 (duas) metas não alcançadas, representando 10,5% (dez vírgula cinco por cento) das metas definidas:



Fonte: Elaboração própria, 2024

Como destacado anteriormente, o PPA CONTROL 2020-2023 representa um marco na história deste órgão, pela participação efetiva da CONTROL em todas as etapas da sua elaboração, como integrante da Equipe Coordenadora, além da participação como parceira na capacitação dos gerentes de PPA na metodologia utilizada e até na sua elaboração, de forma participativa, através de consulta popular e, nesta Controladoria, com a construção coletiva do PPA Setorial por parte do conjunto de servidores.

Também merece destaque a superação de obstáculos impostos pela situação fiscal e de pandemia vivenciada nos dois primeiros anos do Plano, assim como a redução compulsória dos recursos previstos, chegando a CONTROL, no final do PPA 2020-2023, com a marca de 89,5% (oitenta e nove vírgula cinco por cento) de suas metas alcançadas, superadas ou parcialmente alcançadas.

Em que pese o caráter somativo desta avaliação, apresentamos as seguintes recomendações:

a) Do ciclo do PPA:

I. sugestão de que o monitoramento passe a ocorrer trimestral ou quadrimestralmente, considerando o tempo regular de alguns atos administrativos (procedimentos licitatórios, publicações obrigatórias, etc.), de forma que o *status* de cada situação possam apresentar informações/encaminhamentos mais conclusivos a cada período;

II. buscar maior engajamento por parte dos gestores das macrofunções e setores da CONTROL no acompanhamento e monitoramento de suas metas e iniciativas, no sentido de melhor ajustá-las quando do período de Revisão do PPA, bem como participar mais ativamente do processo de elaboração,

monitoramento e avaliação do plano, contribuindo para a visão diversificada e global sobre a execução do PPA.

b) Dos indicadores: no PPA 2020-2023, os indicadores adotados nos Programas Temáticos contribuíram na aferição de resultados de forma mais subjetiva, em razão da visão ampla sobre os vários objetivos de cada programa. No entanto, o modelo do PPA 2024-2027 torna a aferição dos resultados mais objetiva, pois traz indicadores tanto de resultado como de esforço, facilitando o acompanhamento/monitoramento das entregas, de maneira que será possível quantificar e qualificar de forma mais precisa os resultados e sua reação com o alcance dos objetivos;

c) Das iniciativas e entregas:

I. quando envolverem competências de outros órgãos, entidades ou esferas de poder, é conveniente o acompanhamento mais estreito e intersetorial, com definição de plano de trabalho/ação dos responsáveis pela gestão do produto, a fim de monitorar de maneira mais assertiva as articulações de viabilização das entregas;

II. Diante da imprevisibilidade natural na execução do plano e eventuais necessidades de contingenciamentos ou realocação de recursos, sugerimos uma comunicação prévia por parte da SEFAZ quando da necessidade de transferência/realocação orçamentária e financeira dos recursos previstos para o PPA daquele exercício, de modo a causar o menor comprometimento possível na realização das metas, alcance dos objetivos ou atividades do órgão.

d) Da transparência, controle e participação social do PPA: como apontado na seção relativa à avaliação do exercício 2023, é imperioso se intensificar o empreendimento de esforços junto à SEPLAN para transparência quanto à execução do PPA relativa aos seus objetivos, metas, entregas e indicadores, compromisso assumido pelo governo, quando da elaboração do PPA 2020-2023. Além, da contribuição positiva para os avaliadores externos da transparência, a publicidade destas informações atende à alínea "a" do inciso VII do art. 7º da lei Federal nº 12.527/2022 (Lei de Acesso à Informação – LAI), e consolida a atividade cívica e democrática da participação social junto à gestão pública;

e) Sugerimos a adoção pela Ouvidoria-Geral, da metodologia de avaliação da qualidade da resposta entregue aos usuários, tal qual adotada pela equipe gestora da LAI-CONTROL, de modo a observarem melhor a queda na satisfação dos usuários da Plataforma Fala.BR.

f) Ainda em relação ao controle social e participação social, a criação do Conselho Estadual de Usuários de Serviços Públicos, tal como previsto no art. 18 da Lei Federal nº 13.460/2027 (Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos – Lei das Ouvidorias) é imprescindível, posto que sua ausência no âmbito estadual descumpre o preceito legal, e;

g) Por último, fortalecer os canais de comunicação com a sociedade por meio de uma divulgação mais diversificada e assertiva, em linguagem simples e cidadã, de modo a chegar em todas os territórios do Rio Grande do Norte.

Referências

RIO GRANDE DO NORTE. CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO. **Controladoria-Geral do Estado**. Disponível em: http://www.control.rn.gov.br. Acesso em: 20 dez. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. RIO GRANDE DO NORTE. **Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal**: SIGEF. Disponível em: http://sigef.govrn/SIGEF/SIGEFPortal.html. Acesso em: 03 jan. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Índice de Efetividade da Gestão Estadual**: IEGE. Disponível em: https://www.tce.rn.gov.br/IEGE/index. Acesso em: 03 jan. 2024.

BRASIL. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Time Brasil**. Disponível em: https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/time-brasil/historico. Acesso em: 08 jan. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. RIO GRANDE DO NORTE. **Transparência RN**: portal da transparência rn. Portal da Transparência RN. Disponível em: http://www.transparencia.rn.gov.br/. Acesso em: 12 jan. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Brasil). **Índice da Transparência Pública**. Disponível em: https://radardatransparencia.atricon.org.br/panel.html. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Escala Brasil Transparente 360°**. Disponível em: https://mbt.cgu.gov.br/publico/avaliacao/66/planejamento_geral/questionario/unidade/77/resposta/66. Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Painel Resolveu**. Disponível em: https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu. Acesso em: 22 jan. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO. **Avaliação Setorial do PPA 2020-2023**: exercício 2020. Exercício 2020. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/control/DOC/DOC000000000257225.PDF. Acesso em: 25 jan. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO. **Avaliação Setorial do PPA 2020-2023**: exercício 2021. Exercício 2021. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/control/DOC/DOC000000000288647.PDF. Acesso em: 25 jan. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO. **Avaliação Setorial do PPA 2020-2023**: exercício 2022. Exercício 2022. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/control/DOC/DOC000000000309800.PDF. Acesso em: 25 jan. 2024.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL - OKBR (Brasil). **Índice de Transparência da Covid-19 3.0**. Disponível em: https://transparenciacovid19.ok.org.br/#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Transpar%C3%AAncia%20da,brasileiros%20e%20pelas%20suas%20capitais. Acesso em: 16 fev. 2024.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL (Brasil). **Ranking de Transparência no Combate à COVID-19**. Disponível em: https://arquivo.transparenciainternacional.org.br/ranking-covid/. Acesso em: 16 fev. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO. **Serviço de Acesso à Informação**: avaliação mensal. Avaliação Mensal da CONTROL. Sistema de Informação ao Cidadão. Disponível em: http://www.sic.rn.gov.br/Relatorio/DashboardAvaliacaoPorMes. Acesso em: 16 fev. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO. **Serviço de Acesso à Informação**: avaliação mensal. Avaliação Mensal do Executivo Estadual. Sistema de Informação ao Cidadão. Disponível em: http://www.sic.rn.gov.br/Relatorio/DashboardAvaliacaoTodosOrgao. Acesso em: 16 fev. 2024.

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DO

Departamento Estadual de Imprensa - DEI

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 3
Avaliação individual das INICIATIVAS 8
Avaliação Setorial dos Resultados 9
Avaliação dos Indicadores 9
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 10
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 10
Introdução 10
Do Objetivo da Avaliação ..... **Erro! Indicador não definido.**
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 10
Metodologia 10
Avaliação Geral dos Resultados 11
Síntese da Avaliação e Recomendações 11
Referências 11

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão:112011 – DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA - DEI
Nome do Programa Temático: NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: **0431 – Divulgar as principais ações do Governo do Estado do RN, assim como publicar Atos Formais de interesse do Estado e de Terceiros, que vise garantir à prestação do serviço público de qualidade, objetivando transparência dessas publicações oficiais.**
Códigos das metas: **0576 – Meta em Andamento**
Códigos das iniciativas: **1861 e2050**
Avaliação Geral do Objetivo: **No exercício 2023, cumprimos com nossas obrigações com excelência, garantimos que as publicações de todas as edições do Diário Oficial fossem efetuadas sem nenhum prejuízo ao Estado e a terceiros.** **Com o novo sistema temos a possibilidade de integração com outros sistemas de forma automatizada, temos segurança plena das publicações e impressões do DOE, no envio e automação no processo de editoração e a transparência e agilidade na divulgação de atos do governo.**

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: **0576 - Editar Publicações de novos produtos Jornalísticos e impressos oficiais**

Avaliação da Meta:

Houve demanda pela produção de novos produtos jornalísticos. Quanto a impressos oficiais, contribuímos com a produção de diversos materiais gráficos, tais como a confecção de 25.000 (vinte e cinco mil) "Cadernos de teste I – 2023" para a Secretaria de Educação – SEEC. A pedido da SEARH, foram impressos 220 (duzentos e vinte) exemplares do livro intitulado "No pescoço do Infinito", do autor Thiago Medeiros e 200 (duzentos) exemplares do livro intitulado "Ainda há tempo", do autor Lucas Barbosa de Melo Júnior, além de cartazes, convites e senhas para atividades do grupo de Qualidade de Vida dessa secretaria. Foram impressas 40 (quarenta) comendas para serem concedidas pela SEMJIDH. A pedido da Secretaria Extraordinária de Cultura, foram impressas 3.500 (três mil e quinhentas) cartilhas sobre a Lei Paulo Gustavo.

IMAGENS ILUSTRATIVAS



***Panfletos para distribuição aos visitantes do Museu**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE CIVIL - CERIMONIAL

NOME : _____

_____

CARGO/ENTIDADE: _____

_____

REPRESENTANTE:_____

_____

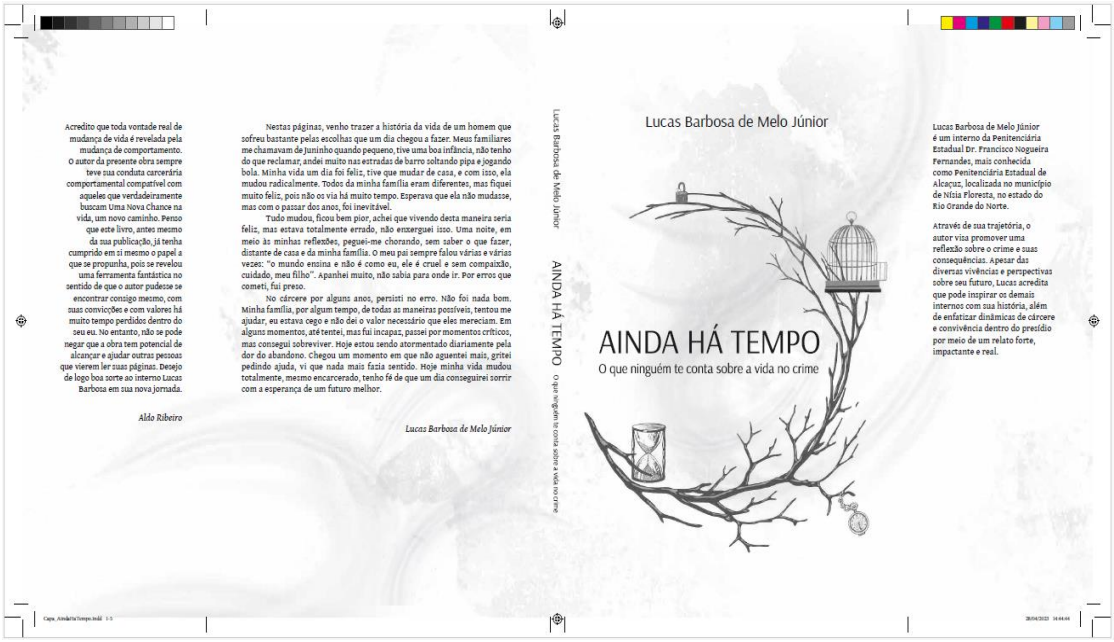
***Ficha para Cerimonial**



***Cartilha “Estatuto da Juventude”**



***Capa do livro “No pescoço do infinito”, do autor Thiago Medeiros**



***Capa do livro “Ainda há tempo”, do autor Lucas Barbosa**



***Capa de processo**



***Caderno de Teste I – 2023**





***Capas do Caderno do Museu da Imprensa**

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

1861 - Priorização de ações de cunho continuado em relação à elaboração das Edições do DOE.
2050 - Modernização do parque gráfico e de comunicação

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa 2050 foi parcialmente executada, aguardando a execução dos serviços de revisão mecânica, já contratados, para o pleno funcionamento.

A iniciativa 1861 foi totalmente executada.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

A migração da versão impressa para a Online foi de grande importância em ganhos na economia de custos e ampliação de receitas .

Recomendações:

A ser mantida a versão *online* do DOERN, os esforços gráficos deveriam ser direcionados para a publicação de livros de interesse às políticas públicas implementadas pela gestão.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (X) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

Os pontos relevantes do período 2020/2023 foram: a migração da publicação da versão impressa para o Online, através do novo sistema de publicação SIDOE; e o recebimento do maquinário doado pela EDUFERN que possibilitou a ativação da gráfica, possibilitando os serviços de vários materiais impressos para diversas secretarias.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

O nosso PPA não possui relação com as agendas transversais e agendas ODS, mas atende ao governo cumprindo o seu papel de Editor e publicador dos Atos Legais; como também atendendo a publicações de particulares. Sendo assim cumprindo a sua missão institucional.

Metodologia

Os setores envolvidos são o de TI, comercial, faturamento e publicação.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO:

A relação entre os objetivos, metas e iniciativas é que o objetivo era revitalizar o parque gráfico, o que já foi iniciado e está em fase final com a manutenção das máquinas e do sistema publicador moderno que trouxe mais agilidade e segurança na publicação de atos de particulares como também do governo.

Síntese da Avaliação e Recomendações

A melhoria que poderá ser implementada seria a integração do sistema publicador SIDOE com o sistema de emissão de nota fiscal eletrônica.

Referências

Cite as fontes das informações utilizadas como insumo para a avaliação.

Não foi utilizada nenhuma fonte de informação

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO RN - DER/RN

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 4
Avaliação individual das INICIATIVAS 4
Avaliação Setorial dos Resultados 14
Avaliação dos Indicadores 15
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 16
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 16
Introdução 16
Do Objetivo da Avaliação 16
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 16
Metodologia 17
Avaliação Geral dos Resultados 17
Síntese da Avaliação e Recomendações 18
Referências 18

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão:

252011 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO RN - DER/RN

Nome do Programa Temático:

1) **2010 - VIVER MELHOR**

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo:

00016 Melhorar a infraestrutura de apoio ao STIP - Sistema de Transporte Intermunicipal de Passageiros, e propor alternativas operacionais ao seu funcionamento, oferecendo aos usuários do transporte coletivo melhores condições de fluxo e de segurança.

Informe o código e a descrição do objetivo que será avaliado

Códigos das metas:

03 (três) metas: 0292 - 0293 - 0294

01 Em andamento - 02 Não iniciadas

Informe os códigos das metas vinculadas ao objetivo (poderá informar o total de metas e a situação de execução das metas)

Códigos das iniciativas:

07 (sete) iniciativas: 1169 - 1170 - 1171 - 1172 - 1173 - 1175 - 1176

Informe os códigos das iniciativas vinculadas ao objetivo avaliado

Avaliação Geral do Objetivo:

O objetivo 0016, que se referem as atividades de infraestrutura do STIP, teve poucas ações no período, se resumindo a reformas de alguns terminais rodoviários. Foram desenvolvidas praticamente atividades de ordem administrativas e em consonância com os recursos financeiros disponíveis.

Observar o alcance do objetivo, indicando as ações relacionadas ao cumprimento do objetivo, considerando a execução do conjunto de **metas** e realização das **iniciativas** vinculadas ao objetivo.

Considere na análise se os **recursos** liberados foram suficientes para colocar em prática a iniciativa e cumprir as metas no exercício analisado.

Poderá utilizar os relatórios de execução (físico e financeiro) para subsidiar a avaliação.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

Meta 292 – Construir 02 Terminais Rodoviários de Passageiros

Meta 293 – Reformar 02 Terminais Rodoviários de Passageiros

Meta 294 – Atualizar e modernizar o STIP-Sistema de Transporte Intermunicipal de Passageiros

Informe o código e a descrição da meta avaliada

Avaliação da Meta:

Meta 292 – A meta está compatível com o plano elaborado, porém nenhum projeto foi iniciado no exercício 2023.

Meta 293 – A meta está compatível com o plano elaborado, e no ano de 2023 foram iniciados 02 (dois) projetos propostos.

Meta 294 – A meta está compatível com o plano elaborado, porém nenhum projeto foi iniciado no exercício 2023.

Avalie sobre o processo de execução de cada uma das metas em relação à previsão, destaque aquelas concluídas e seu papel no alcance do objetivo, aponte as ações que estão em andamento; as que tiveram sua execução paralisada ou não foram iniciadas. A avaliação poderá mencionar as motivações para cada uma das situações de execução da meta.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

1169 - Elaborar estudos e projetos para os terminais rodoviários;

Subação 127201 - não iniciado

1170 - Construção e reforma de terminais rodoviários de passageiros;

Subação 107001 - em andamento e ações preparatórias

1171 - Buscar parcerias com as Prefeituras Municipais visando firmar convênios para administrar e manter os terminais rodoviários;

1172 - Viabilizar parcerias Público/Privado para administrar os terminais rodoviários;

1173 - Promover novas licitações de concessão de linhas intermunicipais para todo o Estado do RN, no intuito de regularizar e reorganizar os serviços existentes;

1175 - Criação de um consórcio na região da Grande Natal com intuito de discutir, analisar, viabilizar e operacionalizar os projetos sobre o transporte metropolitano de passageiros da região;

1176 - Criação do "Bilhete Único" para a região metropolitana de Natal

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

As iniciativas estão compatíveis com o plano elaborado; e as subações, de forma geral, atendem a execução orçamentária.

O total gasto nos serviços de Construção, Conservação e Ampliação do STIP foi de apenas R$ 67.074,38 no exercício de 2023; além do pagamento de subvenções econômicas na ordem de R$ 1.514.009,07 no período.

Avalie as **iniciativas** a partir do seu cumprimento e da execução das subações; comparar o planejado com o executado, estabelecendo o percentual de execução das metas financeiras das subações orçamentárias; Poderá destacar os pontos positivos e negativos; O uso dos relatórios do SIGEF para construir a Avaliação; Fazer referência às restrições enfrentadas;

Nome do Programa Temático:

2) **4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTE**

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: **00010** Melhorar as condições de trafegabilidade através da execução de obras de construção, restauração e conservação de rodovias do Estado, oferecendo condições de locomoção mais seguras e eficientes, e contribuindo para uma integração das regiões. Informe o código e a descrição do objetivo que será avaliado
Códigos das metas: 04 (quatro) metas: 0288 - 0290 - 0291- 0894 03 Em andamento - 01 Não iniciada Informe os códigos das metas vinculadas ao objetivo (poderá informar o total de metas e a situação de execução das metas)
Códigos das iniciativas: 17 (dezessete) iniciativas: 1143 - 1144 - 1145 - 1146 - 1147 - 1148 - 1149 - 1150 - 1151 - 1153 - 1154 - 1155 - 1156 - 1157 - 1158 - 1160 - 1161 Informe os códigos das iniciativas vinculadas ao objetivo avaliado
Avaliação Geral do Objetivo: Podemos dizer que o objetivo 0010 não teve um bom desempenho no exercício de 2023. Os serviços de construção e restauração de rodovias não evoluíram e os serviços de conservação atingiu apenas um índice de 70% da malha rodoviária estadual conservada. As ações ficaram restritas àquelas em andamento no exercício anterior, porém algumas foram paralisadas por questões de ordem de técnica e/ou financeira. Observar o alcance do objetivo, indicando as ações relacionadas ao cumprimento do objetivo, considerando a execução do conjunto de **metas** e realização das **iniciativas** vinculadas ao objetivo. Considere na análise se os **recursos** liberados foram suficientes para colocar em prática a iniciativa e cumprir as metas no exercício analisado. Poderá utilizar os relatórios de execução (físico e financeiro) para subsidiar a avaliação;

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

Meta 288 – Construir 150 km de Trechos Rodoviários

Meta 290 – Restaurar 400 km de Trechos Rodoviários

Meta 291 – Conservar 3.200 km de Rodovias

Meta 894 – Implantar 20 km de Ciclovias

Informe o código e a descrição da meta avaliada

Avaliação da Meta:

Meta 288 – A meta está compatível com o plano elaborado, e no ano de 2023 foi dado continuidade aos projetos propostos.

Meta 290 – A meta está compatível com o plano elaborado, e no ano de 2023 foi dado continuidade aos projetos propostos.

Meta 291 – A meta está compatível com o plano elaborado, e no ano de 2023 foi dado continuidade aos projetos propostos.

Meta 894 – A meta está compatível com o plano elaborado, porém nenhum projeto foi iniciado no exercício de 2023.

Avalie sobre o processo de execução de cada uma das metas em relação à previsão, destaque aquelas concluídas e seu papel no alcance do objetivo, aponte as ações que estão em andamento; as que tiveram sua execução paralisada ou não foram iniciadas. A avaliação poderá mencionar as motivações para cada uma das situações de execução da meta.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

1143 - Definição de prioridades para as intervenções de adequação de capacidade, restauração e duplicação das rodovias;

1144 - Elaboração de estudos de viabilidade e projetos executivos das obras viárias;

Subação 168701 - não iniciado

Subação 169401 - em andamento

1145 - Contratação de consultoria especializada;

1146 - Construção e ampliação de trechos rodoviários;

Subação 102701 - concluída

Subação 168601 - em andamento

Subação 195501 - em andamento

1147 - Restauração e adequações de trechos rodoviários;

Subação 169001 - em andamento

1148 - Recuperação das obras d'artes correntes e especiais;

1149 - Implantar e ampliar trechos de ciclovias;

Subação 168601 - não iniciado

1150 - Realização da manutenção/ano da malha viária, incluídos os serviços de sinalização rodoviária;

Subação 169301 - em andamento

1151 - Adequação de capacidade de 50 km de rodovia/ano;

1153 - Atualização periódica do Sistema Rodoviário Estadual;

1154 - Identificação dos eixos estruturantes mediante programa estadual de contagem de tráfego;

1155 - Fiscalização e acompanhamento das obras viárias em execução;

1156 - Adequação das rodovias estaduais ao "Projeto Novo Padrão RN de Estradas", devidamente definido pelo DER;

1157 - Criação do Programa MEU CAMINHO com objetivo de recuperar as estradas vicinais em todo território do RN;

1158 - Buscar parcerias com o Governo Federal e iniciativa privada no intuito de viabilizar projetos de construção, restauração e conservação da malha rodoviária do RN;

1160 - Criação de um consórcio com equipe multidisciplinar do Governo com o intuito de discutir, analisar, apoiar e viabilizar projetos do sistema integrado de transportes do RN;

1161 - Apoio na elaboração dos estudos, projetos e execução da construção da terceira ponte sobre o Rio Potengi, interligando a zona leste à zona norte da Cidade do Natal

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

As iniciativas estão compatíveis com o plano elaborado; e as subações, de forma geral, atendem a execução orçamentária.

O total gasto nos serviços de Construção, Restauração e Conservação de Rodovias foi da ordem de R$ 36.357.592,99 no exercício de 2023. Desse montante, R$ 33.745.806,96 foram

destinados aos serviços de conservação da malha rodoviária estadual, que equivale aproximadamente a 93% (noventa e três) do total investido. Resta a observação que pouco se investiu em novos trechos e restauração da malha atual no exercício de 2023, apesar de ser essa a principal atividade do Departamento.

Avalie as **iniciativas** a partir do seu cumprimento e da execução das subações; comparar o planejado com o executado, estabelecendo o percentual de execução das metas financeiras das subações orçamentárias; Poderá destacar os pontos positivos e negativos; O uso dos relatórios do SIGEF para construir a Avaliação; Fazer referência às restrições enfrentadas;

Nome do Programa Temático:

3) **4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTE**

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo:

00017 Dotar o Estado de uma melhor infraestrutura aeroportuária, com a reforma e modernização dos aeroportos e aeródromos existentes, buscando promover o aumento do fluxo de passageiros, e consequentemente, o desenvolvimento econômico e turístico da região.

Informe o código e a descrição do objetivo que será avaliado

Códigos das metas:

02 (duas) metas: 0913 - 0914

02 - Não iniciadas

Informe os códigos das metas vinculadas ao objetivo (poderá informar o total de metas e a situação de execução das metas)

Códigos das iniciativas:

07 (sete) iniciativas: 1180 - 1181 - 1182 - 1183 - 1185 - 1186 - 1187

Informe os códigos das iniciativas vinculadas ao objetivo avaliado

Avaliação Geral do Objetivo:

O objetivo 0017, que se referem as atividades infraestrutura aeroportuária, não teve nenhuma ação no período e desenvolveu praticamente atividades de ordem administrativas e em consonância com os recursos financeiros disponíveis.

Observar o alcance do objetivo, indicando as ações relacionadas ao cumprimento do objetivo, considerando a execução do conjunto de **metas** e realização das **iniciativas** vinculadas ao objetivo.

Considere na análise se os **recursos** liberados foram suficientes para colocar em prática a iniciativa e cumprir as metas no exercício analisado.

Poderá utilizar os relatórios de execução (físico e financeiro) para subsidiar a avaliação;

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

Meta 913 – Reformar e modernizar Aeroportos e Aeródromos em operação

Meta 914 – Elaborar plano para reestruturação de Aeroportos e Aeródromos

Informe o código e a descrição da meta avaliada

Avaliação da Meta:

Meta 913 – A meta está compatível com o plano elaborado, porém nenhum projeto foi iniciado no exercício de 2023.

Meta 914 – A meta está compatível com o plano elaborado, porém nenhum projeto foi iniciado no exercício de 2023.

Avalie sobre o processo de execução de cada uma das metas em relação à previsão, destaque aquelas concluídas e seu papel no alcance do objetivo, aponte as ações que estão em andamento; as que tiveram sua execução paralisada ou não foram iniciadas. A avaliação poderá mencionar as motivações para cada uma das situações de execução da meta.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

1180 - Elaborar estudos e projetos para aeroportos e aeródromos;

Subação 199401 - não iniciado

1181 - Reforma e modernização dos aeroportos e aeródromos do RN;

Subação 106801 - não iniciado

1182 - Implantar as exigências da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil;

1183 - Criação de gerência para os 03 aeródromos atualmente em operação, que são: os Aeródromos de Currais Novos, Caicó e Pau dos Ferros;

1185 - Estabelecimento de parcerias com as Prefeituras Municipais visando firmar convênios para administrar e manter os aeroportos e aeródromos;

1186 - Viabilizar parcerias Público/Privado para administração dos terminais aeroportuários;

1187 - Viabilização de conexões de rotas aéreas regionais.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

As iniciativas estão compatíveis com o plano elaborado; e as subações, de forma geral, atendem a execução orçamentária.

No exercício de 2023, o único aeroporto regional em operação foi repassado para a administração da INFRAERO, não tendo sido realizado nenhuma ação no período.

Avalie as **iniciativas** a partir do seu cumprimento e da execução das subações; comparar o planejado com o executado, estabelecendo o percentual de execução das metas financeiras das subações orçamentárias; Poderá destacar os pontos positivos e negativos; O uso dos relatórios do SIGEF para construir a Avaliação; Fazer referência às restrições enfrentadas;

Nome do Programa Temático:

4) **5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE**

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo:

00018 Modernizar e informatizar os diversos setores do DER/RN com reestruturação operacional e preservação do patrimônio público, visando uma melhor automatização de seus serviços, bem como, promover a capacitação dos funcionários na busca por serviços mais eficientes, e monitorar a necessidade de contratação de pessoal.

Informe o código e a descrição do objetivo que será avaliado

Códigos das metas:

04 (quatro) metas: 0915 - 0916 - 0917 - 0918

01 Em andamento - 03 Não iniciadas

Informe os códigos das metas vinculadas ao objetivo (poderá informar o total de metas e a situação de execução das metas)

Códigos das iniciativas:

08 (oito) iniciativas: 1195 - 1196 - 1197 - 1198 - 1199 - 1201 - 1202 - 1203

Informe os códigos das iniciativas vinculadas ao objetivo avaliado

Avaliação Geral do Objetivo:

O objetivo 0018, que se referem a modernização e reestruturação do DER/RN, teve poucas ações no período e desenvolveu praticamente atividades de ordem administrativas e em consonância com os recursos financeiros disponíveis.

Observar o alcance do objetivo, indicando as ações relacionadas ao cumprimento do objetivo, considerando a execução do conjunto de **metas** e realização das **iniciativas** vinculadas ao objetivo.

Considere na análise se os **recursos** liberados foram suficientes para colocar em prática a iniciativa e cumprir as metas no exercício analisado.

Poderá utilizar os relatórios de execução (físico e financeiro) para subsidiar a avaliação;

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

Meta 915 – Adquirir equipamentos e materiais permanentes visando equipar os diversos setores do DER/RN

Meta 916 – Reformar as dependências do DER/RN e de seus Distritos visando preservar o patrimônio e adequar melhor os trabalhos desenvolvidos no órgão

Meta 917 – Modernizar o DER/RN através do desenvolvimento dos recursos tecnológicos

Meta 918 – Capacitar os funcionários do DER/RN

Informe o código e a descrição da meta avaliada

Avaliação da Meta:

Meta 915 – A meta está compatível com o plano elaborado, porém nenhum projeto foi realizado no exercício de 2023.

Meta 916 – A meta está compatível com o plano elaborado, porém nenhum projeto foi realizado no exercício de 2023.

Meta 917 – A meta está compatível com o plano elaborado, e algumas aquisições foram realizadas no exercício de 2023.

Meta 918 – A meta está compatível com o plano elaborado, porém nenhum projeto foi realizado no exercício de 2023.

Avalie sobre o processo de execução de cada uma das metas em relação à previsão, destaque aquelas concluídas e seu papel no alcance do objetivo, aponte as ações que estão em andamento; as que tiveram sua execução paralisada ou não foram iniciadas. A avaliação poderá mencionar as motivações para cada uma das situações de execução da meta.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

1195 - Aquisição de equipamentos e materiais permanentes;

Subação 183901 - em andamento

1196 - Aquisição de programas de softwares;

Subação 126701 - não iniciado

1197 - Realização de cursos de qualificação profissional;

Subação 126401 - não iniciado

1198 - Realização de uma reforma estrutural nas dependências do DER acompanhada por profissionais qualificados;

Subação 205001 - não iniciado

1199 - Elaboração de proposta para criação de uma Diretoria de Planejamento no DER;

1200 - Elaboração de proposta para criação de um Departamento de Transporte Intermunicipal;

1201 - Estabelecimento de gestão por competência;

1202 - Solicitar autorização para realização de concurso público;

1203 - Elaboração de proposta para criação de um Plano de cargos e salários único incorporando todas as funções do Estado do RN vinculados à Secretaria da Administração

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

As iniciativas estão compatíveis com o plano elaborado; e as subações, de forma geral, atendem a execução orçamentária.

No exercício de 2023 não foi concluída nenhuma ação, e consequentemente, não se vislumbra gastos no período.

Avalie as **iniciativas** a partir do seu cumprimento e da execução das subações; comparar o planejado com o executado, estabelecendo o percentual de execução das metas financeiras das subações orçamentárias; Poderá destacar os pontos positivos e negativos; O uso dos relatórios do SIGEF para construir a Avaliação; Fazer referência às restrições enfrentadas;

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

Os Programas do DER/RN encontram-se alinhados aos objetivos estratégicos do Governo Estadual, com as ações voltadas para o desenvolvimento da infraestrutura econômica do RN.

Dentro das metas propostas para o Exercício de 2023, os resultados ficaram bem abaixo dos verificados nos exercícios anteriores, tornando claro a falta de recursos financeiros e de projetos existentes para o Setor.

Esse quadro é bastante desolador, pois um dos temas mais buscados durante as consultas à população, é a solicitação de serviços de construção, restauração e conservação rodoviária.

Cabe aqui salientar que as iniciativas mais relevantes do Setor estão sendo executados pela SEPLAN, através do Projeto Governo Cidadão, que vem permitindo melhorar as condições da malha viária do Rio Grande do Norte.

Na área de recursos humanos, verificamos que a cada ano o Estado sofre com a defasagem de pessoal qualificado, ocasionando uma menor oferta e qualidade dos serviços oferecidos à população em geral. É importante destacar que, mesmo com o processo de modernização tecnológica e estrutural do órgão iniciado em 2016, não foi contemplado a renovação e capacitação do pessoal deste Departamento, bem como, aquisição/upgrade de softwares que possibilitaria uma melhor eficiência dos serviços ofertados.

De forma geral, avalie a execução do plano no exercício 2023.

Recomendações:

Priorizar o programa permanente decenal para restauração de 2.000 km da malha rodoviária que se encontra em estado de conservação péssimo ou ruim, com investimentos estimado em 1 bilhão de reais e, concomitantemente, um programa de conservação e manutenção de toda malha rodoviária pavimentada (3.200 km de extensão), ao custo de R$ 25 milhões/ano.

Verificamos ainda, que um aspecto muito relevante a ser alcançado, é estabelecer uma fonte perene para financiamento das ações do Departamento que permita exercer o seu papel, que é manter toda infraestrutura rodoviária do Estado, em estado de conservação bom ou ótimo, bem como, prestar serviços à população garantindo um sistema de transporte acessível e de qualidade, assegurando ao cidadão o seu direto de ir e vir, e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado do RN. Para isso acontecer, é imprescindível os investimentos na estrutura física e de recursos humanos, através de aquisição de equipamentos e renovação do quadro de pessoal do Departamento, visando alcançar sempre uma maior qualidade e excelência nos serviços

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(x) SIM ( ) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

Informo que a apuração e atualização dos indicadores do Programa ainda estão em processo de construção.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

Observações:
Na introdução, o órgão deve apresentar, num texto sucinto, os principais pontos que foram analisados na avaliação e detalhar a estrutura do documento.

Do Objetivo da Avaliação

Observações:
Este item é reservado para o órgão anunciar os objetivos da avaliação. Podendo informar sobre a utilidade da avaliação, enquanto mecanismo que permite o conhecimento sobre o andamento e os resultados da política pública. Podendo, ainda, contextualizar informando sobre os demais processos em que as informações de monitoramento e avaliação são utilizadas e orientam à gestão na tomada de decisão.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

Observações:
Aqui, o órgão deve contar sobre a estrutura institucional do PPA, programas temáticos em que as políticas públicas estão relacionadas, indicadores de sua responsabilidade, diretrizes, objetivos, metas e iniciativas, além de sua relação com as agendas transversais, agendas ODS e atendimento das demandas da população.

Metodologia

Observações:
Considerando que a avaliação ora pretendida é do tipo ex-post (tratada no material disponibilizado na capacitação), o órgão deve apresentar detalhamento sobre a metodologia utilizada para a realização da análise/avaliação das ações de seu plano. Podendo informar sobre os setores do órgão envolvidos na construção da avaliação, sobre a utilização de ferramentas gráficas para auxiliar a análise, como gráficos, fotos, mapas, tabelas, infográficos, dentre outros elementos.
No caso dos dados quantitativos, o órgão deve indicar quais indicadores foram usados (caso o órgão seja responsável por indicadores), assim como informar sobre a metodologia para analisar os índices e os dados de execução orçamentária.
Caso sejam utilizados dados secundários, devem lembrar de indicar qual é a fonte oficial dos dados e como foram analisados, destacando os parâmetros da análise realizada.
No caso de não existirem indicadores, o órgão poderá utilizar indicadores de fontes secundárias, de modo que consigam apresentar a evolução do indicador durante o período do plano.
Na apresentação da metodologia podem ser utilizados elementos de representação gráfica para auxiliar a leitura e deixá-la mais visual, com a inclusão de infográficos e figuras.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO RN - DER/RN

O PPA 2020-2023 se mostra como um instrumento de planejamento bastante eficiente para nortear a gestão governamental, acompanhar a execução, avaliar e revisar as metas do plano proposto.
Durante todo o período de vigência foram realizadas avaliações anuais, que destacamos de forma geral:

A principal atividade do órgão é a construção, restauração e conservação da malha viária estadual. Gere ainda, o sistema de transporte municipal de passageiros e administra o setor aeroportuário estadual.
Durante a vigência do PPA 2020-2023 observamos que a execução das metas deste Departamento no geral ficou bem abaixo do previsto, comprometendo o setor e frustrando a população que muito anseia por uma infraestrutura rodoviária estadual eficiente e segura, como mostra os dados de investimentos abaixo:

1. INFRAESTRUTURA VIÁRIA ESTADUAL: R$ 32.900.047,74 (2020), R$ 29.864.566,79 (2021), R$ 85.976.300,99 (2022), R$ 36.357.592,99 (2023);
2. SISTEMA TRANSPORTE ESTADUAL DE PASSAGEIROS/STIP: R$ 0,00 (2020), 0,00 (2021), R$ 5.413.523,78 (2022), R$ 1.581.083,45 (2023);
3. INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA: R$ 1.232.612,82 (2020), R$ 1.023.000,00 (2021), R$ 984.210,65 (2022), R$ 0,00 (2023)
4. MODERNIZAÇÃO O DER/RN: R$ 29.945,84 (2020), R$ 41.773,00 (2021), R$ 76.206,00 (2022), R$ 0,00 (2023).

Na infraestrutura viária estadual, estudos apontam que seria necessário um investimento de R$ 100 milhões/ano para o RN ter uma malha viária restaurada e conservada, além de investimentos na construção de novos trechos. Apenas no ano de 2023 conseguimos alcançar essa meta.
No STIP os investimentos praticamente não existem, com ressalva para os anos de 2022 e 2023, onde os valores aqui demonstrados referem-se a subvenções econômicas ocasionadas pela crise da pandemia mundial da COVID-19.
A infraestrutura aeroportuária e a modernização do departamento estão cada dia menor, comprometendo principalmente a oferta de um bom serviço à população.

Avaliar o desenvolvimento do PPA do órgão, considerando a relação entre os objetivos com as metas e iniciativas, suas vinculações com as agendas transversais e agendas ODS, assim como o atendimento das demandas da população. Na análise aponte os aspectos da execução orçamentária para a realização ao plano ao longo do período de vigência.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Aponte necessidades de melhorias para o andamento das ações / políticas do órgão.

Referências

Dados do SIGEF/DER-RN 2020/2021/2022/2023.

Cite as fontes das informações utilizadas como insumo para a avaliação.

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 7
Avaliação individual das INICIATIVAS 14
Avaliação Setorial dos Resultados 20
Avaliação dos Indicadores 22
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 22
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 22
Introdução 22
Do Objetivo da Avaliação 23
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 23
Metodologia 24
Avaliação Geral dos Resultados 24
Síntese da Avaliação e Recomendações 24
Referências 24

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: **05000** Defensoria Pública Geral do Estado
Nome do Programa Temático: **3001** Igualdade na Diversidade: Direitos Humanos

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: Para melhor atender às necessidades da população que utiliza os serviços de assistência jurídica e integral e gratuita, a Defensoria Pública se baliza por três objetivos: **1.** **00036** Ampliar a presença permanente da Defensoria Pública no território do Estado do Rio Grande do Norte e expandir a estrutura já existente, por meio de investimento em infraestrutura, tecnologia, mão de obra e capacitação, com o fito de atender aos ditames da Emenda Constitucional 80/2014. 2. **00039** Promover, facilitar e simplificar o acesso da população aos serviços prestados pela DPGE por meio da ampliação dos programas de atendimento, dos canais de comunicação e acesso direitos do cidadão. 3. **00041** Promover o alcance da missão institucional por meio da aplicação de uma política de gestão de pessoas que desenvolva, valorize e retenha o capital humano objetivando proporcionar satisfação e comprometimento.
Códigos das metas: Quantos às metas, foram estabelecidas 12 (doze), subdividas entre os três objetivos traçados pela instituição, destacando-se que, desse quantitativo, 11 (onze) metas se encontram em execução por serem metas de natureza contínua e ininterrupta para estruturação e adequado funcionamento da Defensoria Pública e 01 (uma) meta ainda não iniciada. Metas relacionadas ao 1º objetivo:

• 00404 Expandir a presença permanente da Defensoria Pública para unidades jurisdicionais do Estado do Rio Grande do Norte (em execução).

• 00411 Promover a modernização tecnológica, com atualização do parque computacional, ampliação da equipe de TI e implantação de sistemas de gerenciamento administrativo e apoio operacional, zelando pela segurança da informação (em execução).

• 00414 Implantar e Atingir melhores níveis de satisfação e controles de segurança dos usuários de Tecnologia de Informação (em execução).

Metas relacionadas ao 2º objetivo:

• 00434 Ampliar e Especializar a eficácia dos serviços, buscando elevar o número atual de atendimentos diretos anuais realizados pela Defensoria. (em execução).

• 00440 Facilitar o acesso à justiça por meio do serviço de orientação jurídica e através da implantação e modernização dos sistemas de atendimento ao público. (em execução).

• 00446 Implantar Ouvidoria. (não iniciada).

• 00447 Criar nos Órgãos de Atuação e Núcleos Especializados de Atendimento aos Presos salas de videoconferência com destaque para o atendimento nas unidades prisionais. (em execução).

• 00461 Promover campanhas de educação em direitos e realização de atendimentos descentralizados, fomentando a resolução extrajudicial de conflitos. (em execução).

• 00469 Promover campanhas de educação em direitos e atendimentos descentralizados voltados aos direitos das Mulheres. (em execução).

• 00478 Ampliar e Especializar a eficácia dos serviços, buscando elevar o número atual de atendimentos diretos das mulheres. (em execução).

Metas relacionadas ao 3º objetivo:

• 00501 Capacitar os integrantes da instituição. (em execução).

• 00503 Ampliar, manter e prover os cargos de Defensores Públicos do Estado, e criar cargos para formação do quadro de pessoal de apoio administrativo. (em execução).

Códigos das iniciativas:

A Defensoria Pública fixou, no PPA, 19 (dezenove) iniciativas, para alcançar os objetivos da instituição de forma mais efetiva, eficiente e eficaz para a população financeiramente hipossuficiente e grupos sociais vulneráveis.

Iniciativas relacionadas ao 1º objetivo:

• **00456** Ampliação do parque tecnológico e modernização da infraestrutura da TI.
• **00457** Construção, ampliação e reforma de sede e Núcleos.
• **00459** Locar imóvel para estruturação do atendimento nas unidades jurisdicionais.
• **00460** Dotação de material permanente, mobiliário e equipamentos para as unidades da DPGE.
• **00461** Aquisição de veículos.
• **00462** Aquisição de imóveis.
• **00463** Promoção da Segurança Institucional.
• **00465** Automatizar o processo digital das áreas meio e finalística.
• **00466** Modernização e desburocratização das atividades nas áreas meio e finalística.

Iniciativas relativas ao 2º objetivo:

• **00469** Fortalecimento e ampliação dos canais de acesso e comunicação com a sociedade.
• **00470** Realização de ações de aproximação com a sociedade.
• **00471** Atender demandas estratégicas de TI.
• **00472** Implantar o Modelo Nacional interoperabilidade – MNI.
• **00483** Fortalecimento e ampliação das ações voltadas aos direitos das mulheres.

Iniciativas relacionadas ao 3º objetivo:

• **00474** Realização de concurso público.
• **00479** Implantar o Plano de Cargos e Salários.
• **00480** Aplicação e aprimoramento da política de gestão de pessoas.
• **00481** Promoção da qualificação e aperfeiçoamento funcional dos integrantes da

DPGE.
• **00482** Defensor Residente.

Avaliação Geral do Objetivo:

A Defensoria Pública do Estado, no Plano Plurianual 2020-2023, balizou sua execução orçamentária com a finalidade de buscar o cumprimento dos seus 03 (três) principais objetivos.

A ampliação da presença permanente da Defensoria Pública no território do Estado do Rio Grande do Norte com a expansão da estrutura já existente, vem sendo executado por meio da nomeação e provimento de cargos de Defensor Público do Estado, como já mencionado, mas também através de criação de estruturação de novos núcleos de atendimento ao público no interior do Estado, e a melhoria das já existentes.

Foram implementadas despesas de custeio para locação de imóveis para sediar os núcleos de atendimento da Defensoria Pública, ante a ausência de imóveis próprios, doados ou cedidos, bem como realizados investimentos para aquisição de equipamentos de tecnologia de informação para aparelhamento adequado dos órgãos de atuação institucional.

No que diz respeito ao segundo objetivo que é facilitar o acesso da população ao acesso aos serviços prestados pela DPE a sociedade, na vigência do PPA 2020-2023 foram desenvolvidas várias campanhas, ações e projetos voltados a informação, conscientização dos direitos do cidadão.

Quanto ao terceiro objetivo para ampliação do quadro de pessoal, além do provimento de cargos de Defensor Público previstos na Lei Complementar Estadual nº 251/2003, buscou-se ampliar o quadro de servidores de apoio administrativo através da Lei Complementar Estadual nº 735/2023, tendo sido provido todos os cargos ainda no ano de 2023.

Não obstante, importante consignar que ainda não foi possível o integral cumprimento da norma prevista no artigo 98 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzida pela Emenda Constitucional nº 80/2014, segundo a qual: "Art. 98. O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população. § 1º No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no caput deste artigo. § 2º Durante o decurso do prazo previsto no § 1º deste artigo, a lotação dos defensores públicos ocorrerá, prioritariamente, atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional."

Foi proposto pela Defensoria, no âmbito do PPA, consistente em “promover o alcance da missão institucional por meio da aplicação de uma política de gestão de pessoas

que desenvolva, valorize e retenha o capital humano objetivando proporcionar satisfação e comprometimento", importante consignar que, anualmente, a instituição investe na capacitação dos servidores conforme suas áreas de atuação, além de ter, por meio da Lei Complementar Estadual nº 735/2023, implementado gratificações de funções, como forma de valorizar o trabalho especializado realizado pelos servidores administrativos.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Metas relacionadas ao 1º objetivo:

Código e descrição da Meta:

00404 Expandir a presença permanente da Defensoria Pública para unidades jurisdicionais do Estado do Rio Grande do Norte.

Avaliação da Meta:

Essa meta continua em desenvolvimento. A Defensoria Pública do Estado possui 40 Núcleos instalados nos Municípios do Estado. Todavia, ainda não se faz presente em 15 (quinze) Comarcas, de forma que essa meta permanece em execução, ante à necessidade de criação de mais cargos de Defensor Público do Estado, a fim de que a instituição possa atender a todas as Comarcas do Estado e ampliar o acesso à Justiça das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Demais disso, nem todos os Núcleos possuem sede ainda, encontrando-se três ainda em atendimento remoto ante a necessidade de locação de imóveis e estruturação destes.

Código e descrição da Meta:

00411 Promover a modernização tecnológica, com atualização do parque computacional, ampliação da equipe de TI e implantação de sistemas de gerenciamento administrativo e apoio operacional, zelando pela segurança da informação.

Avaliação da Meta:

Essa meta continua em desenvolvimento. No ano de 2023, foram realizadas aquisições de desktops, notebooks, nobreaks, estabilizadores, ssd´s para ampliação da velocidade das máquinas, atualização tecnológica dos equipamentos de impressão através de aquisição e locação, aquisição de novo servidor de dados.

Além disso, o software de atendimento ao público, cuja licença é gratuita, vem sendo constantemente atualizado pela equipe de TI, a qual também foi ampliada com a Lei Complementar Estadual nº 735/2023, como forma de implementar novas funcionalidades para imprimir maior celeridade no atendimento ao público.

Some-se a isso que fora formalizado convênio com o Instituto do Metrópole Digital para implantação da turma de residência em tecnologia da informação, com foco no desenvolvimento de projetos de criação de softwares e de implantação de ferramentas de inteligência artificial, cujo início de execução se encontra previsto para março de 2024.

Ainda como cumprimento dessa meta, fora realizada, no final do exercício de 2023, a implantação do sistema SEI, com ampla capacitação dos servidores administrativos, buscando imprimir celeridade aos feitos administrativos e redução de gastos com materiais e insumos utilizados na formalização dos processos físicos.

Código e descrição da Meta:

00414 Implantar e Atingir melhores níveis de satisfação e controles de segurança dos usuários de TI.

Avaliação da Meta:

Essa meta continua em desenvolvimento. Conforme solicitação da equipe de tecnologia de informação, verificou-se a expansão da aquisição de equipamentos de FIREWALL, antivírus e capacitação técnica voltada a segurança em TI.

Para ampliação do cumprimento da meta, a Lei Complementar Estadual nº 735/2023 criou o cargo de Subcoordenador de suporte e redes, da área de tecnologia da informação.

Metas relacionadas ao 2º objetivo:

Código e descrição da Meta:

00434 Ampliar e Especializar a eficácia dos serviços, buscando elevar o número atual de atendimentos diretos anuais realizados pela Defensoria.

Avaliação da Meta:

Essa meta vem sendo expandida gradualmente, como podemos comprovar através dos atendimentos anuais realizamos em 2022 foram de 138.680 atendimentos, incluindo diversas campanhas e ações de educação em direitos e atendimentos

itinerantes ao público, já em 2023 tivemos a marca de 160.553 atendimentos ao público por todos os núcleos institucionais.

Além disso, os Núcleos Especializados de Defesa da Saúde e de Defesa dos Grupos Sociais Vulneráveis foram estruturados em nova sede e com ampliação da equipe de servidores de apoio administrativo.

00440 Facilitar o acesso à justiça por meio do serviço de orientação jurídica e através da implantação e modernização dos sistemas de atendimento ao público.

Avaliação da Meta:

Em execução. A Defensoria Pública vem investido em produtos áudios visuais publicados na rede mundial de computadores como forma de fomentar a educação em direitos e os serviços prestados pela instituição. A instituição ao longo de 2023 reformulou seu sítio eletrônico, tornando-o mais acessível ao público e com observância regular observância dos critérios de transparência, tendo, inclusive, a instituição sido premiada com o selo prata pelo Programa da Transparência Pública.

O atendimento virtual, por meio dos canais de whatsapp, também foi mantido ao longo do ano de 2023, embora ainda careça de equipe de apoio operacional para ampliação dessa funcionalidade.

O sistema de atendimento ao público denominado Solar passou por diversas melhorias e passou a ser utilizado, de forma obrigatória, por todos os órgãos de atuação da Defensoria Pública, como forma de garantir maior segurança aos dados dos assistidos e fidedignidade das informações.

00446 Implantar Ouvidoria

Avaliação da Meta:

Não foi executada. Há necessidade de alteração da Lei Complementar Estadual nº 251/2003, que organiza e estrutura a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte para o cumprimento da referida meta e criação desta unidade administrativa.

00447 Criar nos Órgãos de Atuação e Núcleos Especializados de Atendimento aos Presos salas de videoconferência com destaque para o atendimento nas unidades prisionais.

Avaliação da Meta:

Os atendimentos continuaram sendo realizados em 2023 de forma presencial pelos Defensores Públicos, sem prejuízo do atendimento por videoconferência em atuações pontuais ou durante ações coordenadas, dentre as quais se destaca o início de atendimento periódico pelo NUEP, nas seguintes unidades: Penitenciária Estadual Rogério Coutinho Madruga e Penitenciária Estadual de Parnamirim.

Antes das audiências de custódia realizadas de forma virtual ou híbrida, a entrevista do custodiado vem sendo feita, pela Defensoria Pública, não sendo possível o contato presencial, por meio de teleatendimento, com equipamentos de tecnologia de informação comprados pela instituição.

00461 Promover campanhas de educação em direitos e realização de atendimentos descentralizados, fomentando a resolução extrajudicial de conflitos.

Avaliação da Meta:

Ao longo de 2023 foram realizadas 34 ações de educação em direitos e atendimento ao público descentralizadas, buscando a resolução extrajudicial de conflitos e a promoção de informações que busquem garantir aos cidadãos o acesso aos seus diretos. Entre as quais, podemos destacar:

- Mutirão de conciliação em demandas de família, realizado pelo Núcleo de Santa Cruz;
- Mutirões de Atendimentos e Educação em Direitos, realizados pelos Núcleo de Mossoró e Parnamirim;

- Pop Rua, que levou os serviços da Defensoria para a população em situação de rua de Natal;

- Inspeções em Unidades Psiquiátricas de Custódia e Tratamento, realizadas pelos Núcleos de Defesa da Saúde, Direitos Humanos e de Execução Penal (NUDESA, NDH e NUEP);

- Mutirão Meu Pai Tem Nome, para reconhecimento de paternidade;
- Defensoria nas comunidades quilombolas de Aroreira, em Pedro Avelino, e Catu, em Goianinha;

- Ação para mulheres da comunidade quilombola de Touros;
- Mutirão de atendimentos para pessoas com deficiência em Boa Esperança;

- Mutirões carcerários em penitenciárias de Natal e do interior;
- Inspeções prisionais.

Além disso, a Coordenação de Comunicação Social, Cerimonial e Eventos (CCSC) procedeu com a atualização de material gráfico impresso e virtual, buscando ofertar aos defensores e a população em geral material nos formatos de cartilha, folders e marca páginas que fomentam os direitos dos cidadãos e os serviços da instituição, como as Cartilha do Idoso (desenvolvida em parceria com o Núcleo de Atendimento a Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência - NUPID); Cartilha do trabalho desenvolvido pela DPE; cartilha do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (desenvolvida com o Núcleo Especializado de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar – NUDEM); folder com orientação sobre audiências de custódia (realizado com o Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e Seus Familiares – NUAP); e marca página com violentômetro da violência contra a mulher.

Através das mídias digitais, foram promovidos diversos conteúdos buscando manter a população informada sobre como atuam a instituição e como acessar os serviços da Defensoria. Podemos destacar: divulgação do novo site da DPERN e como realizar o agendamento para ser atendido; postagens sobre direito do consumidor, do idoso, da mulher, direito das pessoas em situação e pessoas com deficiência.

No que concerne à resolução extrajudicial de conflitos, a Defensoria Pública do Estado, no Município do Natal, possui um Núcleo Especializado de Resolução Extrajudicial de Conflitos para realização de reuniões de mediação e conciliação aos assistidos, o que reduz a judicialização na área de família e sucessões. No ano de 2023, o NUTEC realizou 1.825 atendimentos em Natal e 163 audiências extrajudiciais.

Além disso, o Núcleo Especializado de Defesa da Saúde, em parceria com a SESAP e SMS Natal, desenvolve o programa público denominado SUS Mediado para evitar a judicialização de demandas na área da saúde pública. No ano de 2023, foram realizadas 645 sessões de mediação extrajudicial pelo referido programa, no Município do Natal.

Código e descrição da Meta:

00469 Promover campanhas de educação em direitos e atendimentos descentralizados voltados aos direitos das Mulheres.

Avaliação da Meta:

Ao longo de 2023 a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte realizou 06 ações presenciais de educação em direitos e atendimento voltadas ao público feminino, como: A campanha do Dia da Mulher, realizada nos municípios de Major Sales, José da Penha, Paraná e Luís Gomes; Ação do Dia das Mulheres na comunidade quilombola de Touros; campanhas de doações de fraldas geriátricas para mulheres idosas, chamada “Mulher viver com dignidade”; além de roda de conversa sobre câncer de mama, realizada pelo Núcleo de Defesa das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar (NUDEM).

Isso sem mencionar o Mutirão de Execução Penal no Centro Provisório Feminino de Parnamirim, que foi realizado pelo Núcleo Especializado de Execução Penal.

Além disso, foram realizadas nas mídias digitais da Defensoria Pública, postagens relacionadas à violência doméstica, sobre o direito da celeridade de processos de mulheres vítimas de violência, além de campanhas de conscientização de assédio no carnaval.

Também foram realizadas entrevistas sobre as ações nos principais veículos de comunicação do Estado sobre o projeto "Mulher Viver Com Dignidade".

Materiais impressos foram desenvolvidos para distribuir para a população: cartilha do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher pelo Núcleo Especializado de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar – NUDEM e marca de página com violentômetro da violência contra a mulher.

Código e descrição da Meta:

00478 Ampliar e Especializar a eficácia dos serviços, buscando elevar o número atual de atendimentos diretos das mulheres.

Avaliação da Meta:

Essa meta vem sendo cumprida através das campanhas realizadas nas redes sociais, como: assédio no carnaval, violência doméstica, a mulher e o direito à proteção, o direito a celeridade nos processos de mulheres vítimas de violência. Também foram confeccionados e distribuídos materiais gráficos sobre violência contra a mulher, além de entrevista sobre o projeto "Mulher Viver Com Dignidade" nos veículos de comunicação do Estado, como uma forma de ampliar o conhecimento da população a respeito das ações desenvolvidas pela Defensoria e elevar o número de atendimentos diretos das mulheres.

Além disso, no ano de 2023, para o Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar foi designado um Defensor auxiliar, como forma de ampliar o acesso da população.

O Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar, no ano de 2023, só no Município de Natal, onde se encontra instalado, prestou 1.707 atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, o que representou um aumento de 63,5% quando ao quantitativo do ano de 2022, que foi de 1.084 atendimentos. Isso sem mencionar os atendimentos realizados pelos Núcleos do Interior do Estado não especializados.

Metas relacionadas ao 3º objetivo:

Código e descrição da Meta:

00501 Capacitar os integrantes da instituição.

Avaliação da Meta:

Essa meta continua em desenvolvimento, através de capacitação continuada com o corpo técnico da instituição, onde foram promovidas inscrições em cursos, treinamentos e congressos, com participação não apenas de membros, mas também de servidores do quadro administrativo.

O Centro de Estudos da Defensoria Pública do Estado, no ano de 2023, promoveu 07 (sete) seminários e/ou cursos de capacitação:

- Workshop virtual sobre inquirição de testemunhas pela DPE

- 1ª imersão DPE

- Workshop virtual sobre autocomposição de conflitos no atendimento da DPE: princípios e aplicabilidade

- Workshop virtual sobre reconhecimento de pessoas – reflexões para o aprimoramento da justiça criminal

- Workshop virtual sobre defesa a ocupações em risco de remoção

- Workshop presencial Tribunais Superiores

- Seminário "A política antimanicomial e a desinstitucionalização de pessoas com transtorno mental" , em atuação conjunta com o NUDESA.

Além disso, foi efetuada a contratação de empresa especializada para realização de curso de capacitação em licitações e contratos administrativos, com disponibilização de 40 (quarenta) vagas.

Isso sem mencionar o curso de capacitação em TI para uso do sistema SEI, que vem sendo implementado, gradativamente, nas unidades administrativas da instituição.

Código e descrição da Meta:

00503 Ampliar, manter e prover os cargos de Defensores Públicos do Estado, e criar Cargos para formação do quadro de pessoal de apoio administrativo.

Avaliação da Meta:

Instituído a Lei Complementar Estadual nº 251/2003, que institui a estrutura administrativa da Defensoria Pública do Estado, prevê a existência de 102 (cento e dois) cargos de Defensor Público.

No período de 2020-2022 foram nomeados 42 (quarenta e dois) candidatos aprovados no último concurso público homologado em 2016, de modo que todos os cargos de Defensor Público do Estado foram efetivamente providos com o PPA.

Essa meta necessita ser executada de maneira contínua e deverá permanecer no PPA do período subsequente, uma vez que ainda existem unidades judiciárias que ainda não contam com serviço de assistência jurídica prestado pela Defensoria Pública do Estado e que, nos Municípios de maiores índices de adensamento Populacional, ainda se afigurando necessário aumentar o número de órgãos de atuação da Defensoria Pública do Estado, com a criação de mais cargos de Defensor Público mediante alocação de recursos orçamentários para tal.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

00456 Ampliação do parque tecnológico e modernização da infraestrutura da TI.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Essa meta continua em desenvolvimento. Através da modernização dos equipamentos de infraestrutura em TI, com um investimento de 57% (cinquenta e sete) do disponibilizado no orçamento 2023, ao total de R$ 1.864.706,76 (um milhão, oitocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e seis reais e setenta e seis centavos), foram adquiridos notebooks; desktops; storages; switches; monitores; scanners; mouses; teclados; tvs; roteadores wifi; hdd ssd; teclados; mouses; webcams; raspiberry; filtro de linha; impressoras térmicas.

Para modernização foi também firmado convênio com o Instituto Metrópole Digital para programa de residência em TI, com a finalidade de desenvolver softwares e ferramentas de inteligência artificial para as demandas da DPE ao custo total de R$ 1.018.627,20 (um milhão, dezoito mil, seiscentos e vinte e sete reais e vinte centavos).

Códigos e descrições das iniciativas:

00457 Construção, ampliação e reforma de sede e Núcleos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Não implementada.

Ante à ausência de recursos orçamentários para aquisição de imóveis, a Defensoria Pública do Estado, por não dispor de bens próprios ou cedidos, não efetivou construções, ampliações ou reformas nas suas unidades administrativas.

Pretende-se, com a doação de imóveis pelo Poder Público, implementar a construção de econúcleos de atendimento, como forma reduzir os custos.

Código e descrições das iniciativas:

00459 Locar imóvel para estruturação do atendimento nas unidades jurisdicionais

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Em execução. No ano de 2023, permaneceram locados para manutenção de 18 (dezoito) núcleos de atendimento da Defensoria Pública nos Municípios de Assú, Caicó, Canguaretama, Currais Novos, Extremoz, Macaíba, Monte Alegre, Mossoró, Natal, Nova Cruz, Parnamirim, Santa Cruz, Santo Antônio.

Foram efetivadas novas locações para ampliação dos Núcleos de Natal e Especializados, Touros e Campo Grande.

Além disso, foram deflagrados processos de chamamento público para locações nos Núcleos de Angicos, Luís Gomes, Ceará Mirim, São Gonçalo do Amarante e Areia Branca e Mossoró, ainda não finalizados.

O investimento em locações correspondeu a 94% do disponibilizado no orçamento 2023, ao total de R$ 1.861.171,63 (um milhão, oitocentos e sessenta e um mil, cento e setenta e um reais e sessenta e três centavos).

Código e descrições das iniciativas:

00460 Dotação de material permanente, mobiliário e equipamentos para as unidades da DPGE

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Em execução. Foram adquiridos materiais permanentes, para atender a manutenção do funcionamento regular da instituição, com um investimento no exercício financeiro de 2023, totalizando R$ 1.876.081,14 (um milhão, oitocentos e setenta e seis mil oitenta e um reais e quatorze centavos).

Código e descrições das iniciativas:

00461 Aquisição de veículos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Não foi executada. No exercício financeiro de não foram adquiridos veículos.

Código e descrições das iniciativas:

00462 Aquisição de imóveis.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Não foi executada. As disponibilidades orçamentárias da instituição ainda não se mostraram suficientes para implementação dessa meta.

Código e descrições das iniciativas:

00463 Promoção da Segurança Institucional

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Em execução. Essa iniciativa com a atualização o parque de “firewall”, com renovação da garantia servidores/datacenter, tendo sido executado o valor orçado. R$ 123.950,00 (cento e vinte e três mil novecentos e cinquenta reais)

Código e descrições das iniciativas:

00465 Automatizar o processo digital das áreas meio e finalística.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Em execução. Na área finalística, o sistema denominado SOLAR (Solução Avançada de Atendimentos de Referência) passou por diversas melhorias estruturais realizadas pela própria equipe de tecnologia da informação da DPE/RN, para uso pelos Defensores Públicos, assistentes, equipe multidisciplinar, estagiários e colaboradores, automatizando todo o processo de atendimento ao público da instituição.

Além disso, foi ampliado o serviço de agendamento eletrônico de atendimentos através do site institucional para os Núcleos de Parnamirim, São José de Mipibu e Mossoró.

Já na área meio foi dado início no ano de 2023 ao início da informatização dos processos com a implantação do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), em parceria com o Poder Executivo estadual, com investimentos para aquisição de scanners para digitalização dos feitos.

Código e descrições das iniciativas:

00466 Modernização e desburocratização das atividades nas áreas meio e finalística.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Encontra-se em desenvolvimento a estruturação e gerência de acesso ao parque computacional da DPERN, encontra-se na fase de implantação do "Windows server datacenter" e vinculação dos usuários no "*active directory*". Sem custos financeiros no momento.

Iniciativas relativas ao 2º objetivo:

Código e descrições das iniciativas:

00469 Fortalecimento e ampliação dos canais de acesso e comunicação com a sociedade.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Em execução, tivemos a expansão do serviço de atendimento ao público através de canais digitais e campanhas audiovisuais publicadas nas redes sociais.

Código e descrições das iniciativas:

00470 Realização de ações de aproximação com a sociedade.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Em execução. A meta foi executada através de campanhas informativas nas redes sociais, atendimentos descentralizados, campanhas temáticas de atendimento à sociedade, tendo sido realizado campanhas através das mídias da instituição.

Código e descrições das iniciativas:

00471 Atender demandas estratégicas de TI.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Em execução. Com a aquisição, implantação e implementação de equipamentos essenciais para as demandas de tecnologia de informação, com execução de além da estimada inicialmente, sendo investido em tecnologia R$ 483.516,60 (quatrocentos e oitenta e três mil quinhentos e dezesseis reais e sessenta centavos) o que corresponde a 867.03% (oitocentos e sessenta e sete por cento) do disponibilizado além no orçamento orçado inicialmente.

Código e descrições das iniciativas

00472 Implantar o Modelo Nacional interoperabilidade – MNI.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Em execução. O sistema institucional de atendimento ao público - SOLAR (sistema eletrônico de atendimento aos usuários da Defensoria Pública do Estado) – vem sendo, gradativamente, integrado ao sistema PJE
do Poder Judiciário pela equipe de Tecnologia da Informação da Defensoria Pùblica, como forma de automatizar os serviços de assistência jurídica integral e gratuita e otimizar o exercício das atividades funcionais pelos membros da Defensoria Pública do Estado.
Para conclusão da iniciativa, afigura-se necessária a alocação de mais recursos orçamentários, a fim de que a equipe de apoio de tecnologia de informação da Defensoria Pública do Estado possa ser ampliada, de modo que tal iniciativa deverá ser mantida no PPA subsequente.

R$ 488.317,05 (quatrocentos e oitenta e oito mil trezentos e dezessete reais e cinco centavos) 5,46% do que foi orçado para prestação de serviço terceirizado.

Código e descrições das iniciativas

00483 Fortalecimento e ampliação das ações voltadas aos direitos das mulheres.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Em execução. Essa iniciativa teve sua execução com ajuda de outras iniciativas para que pudesse ter a suas campanhas de educação e direitos promovidas.

Iniciativas relacionadas ao 3º objetivo:

Código e descrições das iniciativas

00474 Realização de concurso público.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Não foi executada. O último concurso público realizado para provimento dos cargos de Defensor Público do Estado do Rio Grande do Norte teve o prazo final de validade expirado apenas em 23 de novembro de 2022, tendo sido providos todos os cargos vagos. Para realização de novo concurso, faz-se necessária a criação de novos cargos de Defensor Público do Estado por Lei.

Código e descrições das iniciativas

00479 Implantar o Plano de Cargos e Salários.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Não foi executada. A Defensoria ainda não possui quadro próprio de servidores efetivos do quadro de apoio administrativo.

Código e descrições das iniciativas

00480 Aplicação e aprimoramento da política de gestão de pessoas.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Essa iniciativa não tem como ser quantificada orçamentariamente.

Código e descrições das iniciativas

00481 Promoção da qualificação e aperfeiçoamento funcional dos integrantes da DPGE.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Em execução. Com a capacitação constante do corpo técnico da instituição através das promoções de capacitações internas para defensores e servidores da instituição, com um investimento de 92% do disponibilizado no orçamento 2023, ao custo total de R$ 83.232,70 (oitenta e três mil, duzentos e trinta e dois reais e setenta centavos).

Código e descrições das iniciativas

00482 Defensor Residente.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Em execução. A Lei Estadual nº 10.319/2018 criou o estágio para estudantes de pós-graduação, denominado DPE Residência, no âmbito da Defensoria Pública do Estado. O programa tem por finalidade o estágio direcionado a alunos de pós-graduação, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do estagiário para sua vida cidadã e para o trabalho, envolvendo pesquisa extensão e cooperação, com ênfase na integração profissional do estagiário com as funções institucionais da Defensoria Pública.
No ano de 2020, foram pagas 77 (setenta e sete) bolsas de estágio. No ano de 2021, 89 (oitenta e nove). No ano de 2022, 115 (cento e quinze) bolsas de estágios de pós-graduação para o Programa DPE Residente. Já no ano de 2023, foram 126 (cento e vinte e seis) bolsas de estágio de pós-graduação, ao custo total de R$ 2.948.997,96 (dois milhões, novecentos e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos) 80,66% do que foi orçado para o programa DPE Residente.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência (2023), as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

De uma maneira geral, o objetivo da Defensoria Pública de ampliar a presença da Defensoria Pública no território do RN vem sendo gradativamente alcançado, malgrado ainda se verifique a necessidade de criação de 15 (quinze) núcleos de atendimento nos Municípios do interior do Estado, bem como de núcleos especializados para ampliação e especialização dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-las:

- Ausência de verbas orçamentárias suficientes para criação de novos cargos de Defensores Públicos e criação do quadro próprio de apoio administrativo: a Defensoria Pública do Estado pleiteou, perante o Poder Executivo, o aumento das disponibilidades orçamentárias. Todavia, para o exercício de 2024, aplicou-se apenas o índice de reajuste previsto na LDO, o qual se afigura ainda insuficiente.

- Aquisição e construção de bens imóveis para estruturação de mais núcleos ou ampliação dos atualmente existentes. As despesas orçamentárias com locação de imóveis têm aumentado gradativamente, de forma que a instituição necessita de recursos orçamentários para instalação de sedes próprias.

- Ausência de quadro de apoio para os órgãos de atuação. No ano de 2023, foi possível, através da Lei Complementar Estadual nº 735/2023, criar 10 (dez) cargos de assessores defensorias para auxiliar os Defensores Públicos do Estado no exercício da atividade-fim. Contudo, o valor orçado ainda se afigura insuficiente para criação de mais 92 (noventa e dois) cargos de assessoramento para estruturar todos os órgãos de atuação funcional.

Recomendações:

Aumento das verbas orçamentarias para que se possa ampliar os núcleos de atendimento, instalar os que ainda não existem, implementar sedes próprias, aumentar o número de Defensores Públicos e de servidores do quadro de apoio administrativo, criar um quadro próprio de servidores efetivos, para, assim, ofertar uma estrutura de qualidade à população hipossuficiente do Estado e aos grupos sociais vulneráveis, garantindo o direito fundamental de acesso à Justiça.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores. Sim, pois o objetivo principal da Defensoria Pública é ampliar a presença permanente da Defensoria Pública no território do Estado do Rio Grande do Norte e expandir a estrutura já existente, por meio de investimentos em infraestrutura, tecnologia, mão de obra e capacitação, com o fito de atender aos ditames constitucionais.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução
Observações: Diante das premissas adotadas pela Defensoria Pública do Estado, no Plano Plurianual 2020-2023, como objetivo principal do seu planejamento de médio prazo, temos os seguintes 03 (três) objetivos, ampliação da presença permanente da Defensoria Pública no território do Estado do Rio Grande do Norte e expansão da estrutura já existente

O segundo objetivo da instituição é em relação aos recursos humanos no que diz respeito ao provimento de cargos de Defensor Público, no que já está previstos na Lei Complementar Estadual nº 251/2003, bem como no quadro de servidores de apoio administrativo.

E por fim quanto ao terceiro objetivo proposto pela Defensoria, no âmbito do PPA, consistente em "promover o alcance da missão institucional por meio da aplicação de uma política de gestão de pessoas que desenvolva, valorize e retenha o capital humano objetivando proporcionar satisfação e comprometimento", a instituição encaminhou, no ano de 2022, Projeto de Lei de reestruturação do quadro de apoio administrativo, buscando a valorização dos servidores e promovendo a ampliação do quantitativo de cargos para melhor aparelhamento das unidades administrativas, custeando diversos cursos de capacitação para servidores de apoio administrativo e para os membros da Defensoria Pública do Estado, como forma de qualificar os serviços técnicos prestados e assegurar o cumprimento dos princípios administrativos de eficiência e legalidade.

Do Objetivo da Avaliação

Observações:
Este item é reservado para o órgão anunciar os objetivos da avaliação. Podendo informar sobre a utilidade da avaliação, enquanto mecanismo que permite o conhecimento sobre o andamento e os resultados da política pública. Podendo, ainda, contextualizar informando sobre os demais processos em que as informações de monitoramento e avaliação são utilizadas e orientam à gestão na tomada de decisão.

Muito embora seja visível o crescimento da Defensoria Pública do Estado quanto ao serviço prestado à população hipossuficiente, deve-se ampliar ainda mais essa oferta, tendo em vista que a instituição ainda não se encontra instalada em 15 (quinze) das 60 (sessenta) Comarcas do Estado, de forma que a população norte-riograndense ainda não dispõe do serviço de assistência jurídica integral e gratuita disponível para todos que dela necessitam. Isso se mencionar que, nos locais onde a Defensoria já se encontra instalada, há necessidade de ampliação da estrutura organizacional e física, como forma de implementar serviços especializados de atendimento aos grupos sociais vulneráveis, tais como: crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, pessoas privadas de liberdade, mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, população LGBTQI+, entre outros.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

Observações:
Aqui, o órgão deve contar sobre a estrutura institucional do PPA, programas temáticos em que as políticas públicas estão relacionadas, indicadores de sua responsabilidade, diretrizes, objetivos, metas e iniciativas, além de sua relação com as agendas transversais, agendas ODS e atendimento das demandas da população.

O Programa de Governo no qual a Defensoria Pública do Estado se encontra incluso é o 3001 – Igualdade na diversidade: direitos humanos, garantido a presença institucional no território do Estado, com ampliação do acesso à Justiça e cumprimento da agenda apresentada pela ODS.

Metodologia

Observações:
Considerando que a avaliação ora pretendida é do tipo *ex-post* utilizamos, para tratamento dos dados, as informações disponibilizadas pelas unidades administrativas e órgãos de atuação, buscando implementar a correlação com as ações e programas orçamentários.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO:
O principal objetivo da Defensoria Pública é a ampliação dos serviços no território do RN, o que vem sendo gradativamente implementado com cumprimento das metas e diretrizes do PPA. No ano de 2023, foram realizados 160.553 atendimentos a pessoas financeiramente hipossuficientes e grupos sociais vulneráveis, tendo seu atendimento reconhecido, pela população, como um atendimento de qualidade e humanizado, como promoção e garantia de direitos fundamentais.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Para implementação de todas as metas previstas no PPA, recomenda-se que a instituição receba o aporte de recursos orçamentários em percentual superior ao previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para que possa criar cargos de Defensor Público, criar o quadro próprio de servidores da área administrativa, e, com isso, implantar órgãos de execução e núcleos de atendimento à população em todas as Comarcas do Estado, garantindo o direito de acesso à Justiça à população em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Referências

Execução Orçamentaria financeira no SIGEF

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar

[INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL]

Exercício 2023



Índice das ilustrações

Figura 1 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0126 do PPA da EMATER – RN, 2023.....6
Figura 2 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0127 do PPA da EMATER – RN, 2023.....7
Figura 3 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0128 do PPA da EMATER – RN, 2023.....7
Figura 4 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0146 do PPA da EMATER – RN, 2023.....8
Figura 5 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0201 do PPA da EMATER – RN, 2023.....9
Figura 6 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0214 do PPA da EMATER – RN, 2023.....9
Figura 7 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0158 do PPA da EMATER – RN, 2023.....14
Figura 8 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0196 do PPA da EMATER – RN, 2023.....15
Figura 9 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0190 do PPA da EMATER – RN, 2023.....17
Figura 10 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0193 do PPA da EMATER – RN, 2023.....18
Figura 11 - Resultados gerais da EMATER do quadriênio do PPA 2020 a 2023 28
Figura 12 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Açu-Mossoró 28
Figura 13 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Agreste, Litoral Sul 29
Figura 14 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Alto Oeste.....29
Figura 15 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Mato Grande 29
Figura 16 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Potengi 30
Figura 17 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Seridó 30
Figura 18 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Sertão Central 30
Figura 19 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Sertão do Apodi.....31
Figura 20 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Terras Potiguaras 31
Figura 21 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Trairi 31
Figura 22 - Comparativo do Objetivo 0022 do quadriênio no PPA - EMATER 32

Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 5

1. Programa 4010 - Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar 5

1.1 Avaliação Geral do Objetivo 0011 5

Avaliação individual das Metas 6

Avaliação individual das Iniciativas 10

Avaliação das iniciativas e execuções orçamentárias: 10

1.2 Avaliação Geral do Objetivo 0022 11

Avaliação individual das Metas 12

Avaliação individual das Iniciativas 12

Avaliação das Iniciativas e execuções orçamentárias 12

1.3 Avaliação Geral do Objetivo 0023 13

Avaliação individual das Metas 13

Avaliação individual da Iniciativa 14

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária 14

2. Programa 2004 - Juventude Viva 15

2.1 Avaliação Geral do Objetivo 0026 15

Avaliação individual da Meta 15

Avaliação individual da Iniciativa 16

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária 16

3. Programa 3006 - Igualdade na Diversidade: Mulheres 16

3.1 Avaliação Geral do Objetivo 0027 16

Avaliação individual da Meta 17

Avaliação individual da Iniciativa 17

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária 17

4. Programa 4006 - Melhoria do Ambiente de Negócios das Micro e Pequenas Empresas e da Economia Solidária 18

4.1 Avaliação Geral do Objetivo 0025 18

Avaliação individual da Meta 18

Avaliação individual da Iniciativa 19

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária 19

5. Avaliação Setorial dos Resultados 19

Recomendações: 20

5.1 Avaliação dos Indicadores 20

PARTE 2 - AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 21
Avaliação Setorial 2020 a 2023 21
Introdução 21
Objetivo da Avaliação 21
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 21
Metodologia 27
Avaliação Geral dos Resultados 32
Síntese da Avaliação e Recomendações 33
Referências 33

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

31202 - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte
1. Programa 4010 - Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar

1.1 Avaliação Geral do Objetivo 0011

• **Descrição do Objetivo 0011**: Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades, além de garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.
• **Metas do Objetivo:** Os códigos correspondentes são: 0128, 0127, 0126, 0142, 0146, 0201 e 0214. Para avaliação do objetivo descrito acima, foram estipuladas sete metas físicas que correspondem aos quantitativos do público beneficiado, a partir dos serviços de ATER realizados pela Instituição. A execução das diferente metas, distribuídas de acordo com a potencialidade funcional, está diretamente relacionada com as demandas territoriais.
• **Descrição das Iniciativas**: 0286; 0287; 0288; 0289; 0307 **00286:** Promoção e fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para Povos e Comunidades Tradicionais. **0287:** Promoção e fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em atividades de pesca artesanais para pescadores (as) e Aquicultores (as) enquadrados no PRONAF. **0288:** Promoção e valorização do conhecimento, por cursos, seminários, treinamentos, oficinas temáticas e capacitações continuada para servidores e colaboradores oferecendo melhoria nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural ATER aos agricultores familiares. **0289**: Fortalecimento das ações de ATER aos produtores fornecedores da produção agropecuária, favorecendo a comercialização e agregação de valores aos mercados institucionais e privados. **00307:** Execução das atividades nos serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural ATER nas unidades de produção familiares e ações de capacitações para agricultura familiar, voltada para o desenvolvimento territorial sustentável.
• **Avaliação Geral do Objetivo 0011**: Os serviços públicos de ATER foram qualificados e ofereceram relevância nas informações e orientações compartilhadas visando melhorar a condição de vida no meio rural. Alcançaram efetivamente a população rural, especialmente aquelas em áreas de difícil acesso e destacando ações em comunidades tradicionais como Indígenas e remanescentes de quilombos. Contribuiu significativamente para melhoria da qualidade de vida, na segurança alimentar, na geração de renda e no desenvolvimento econômico das comunidades rurais. Foram promovidas práticas agrícolas sustentáveis e orientações para conservação dos recursos naturais. Assim, é avaliado com alcance positivo e transformador, uma vez que os serviços da ATER pública, através de visitas e orientações técnicas, como também por elaboração de projetos, oferece forte influência nos agricultores de base familiar, visto que as

atividades realizadas envolvendo as sete metas inclusas são desenvolvidas nos dez territórios da cidadania.

Avaliação individual das Metas

*Avaliação da Meta 0126 - Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos **agricultores familiares** contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.*

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultores familiares foram realizados para 25.603 agricultores da agricultura familiar, sendo planejado para 34.389. O percentual de 74,45% contabilizado no geral, é demonstrado no gráfico abaixo com a variação existente entre os territórios que compreendem a meta descrita. Este alcance se encontra próximo da expectativa, mas que poderia superar o esperado, por ser o público majoritário que busca os serviços de ATER. A carência de servidores para o desenvolvimento de atividades técnicas e administrativas no órgão, possui influência direta na quantificação apresentada. No entanto, o desempenho avaliado demonstra o potencial técnico da EMATER para desenvolver serviços da ATER pública do Estado para agricultores da agricultura familiar.

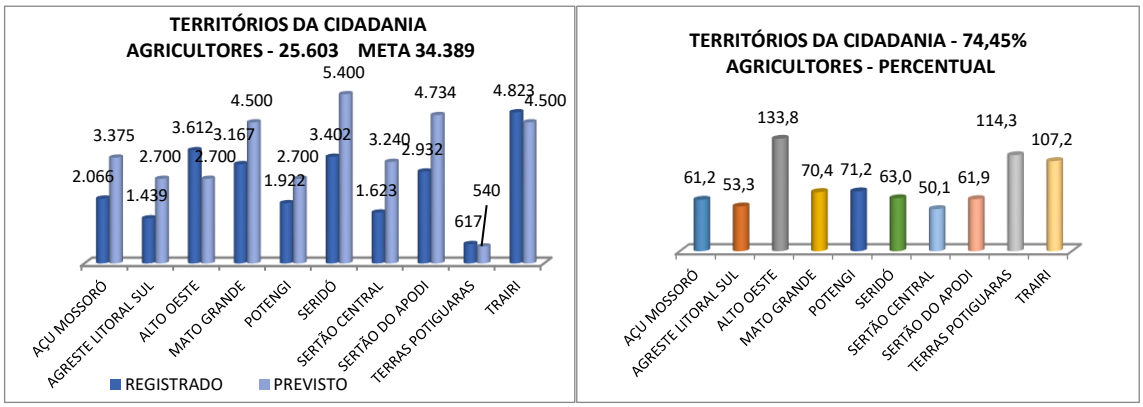


Figura 1 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0126 do PPA da EMATER – RN, 2023.

*Avaliação da Meta 0127 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins as **agricultoras familiares** contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.*

A meta prioriza a promoção da igualdade entre homens e mulheres, para que elas atuem com autonomia nos processos produtivos, na gestão coletiva, na comercialização e no acesso às políticas públicas de forma integrada. No contexto, foram planejados o atendimento com serviços de ATER para 34.389 agricultoras, com variações quantitativas entre os territórios da cidadania, de acordo com a capacidade funcional presente no momento da construção do planejamento. Porém, foram registradas 20.095 trabalhadoras da agricultura familiar pelo sistema informatizado, quando somados os dez territórios, e desta forma obteve-se o percentual de 58,76% conforme demonstrado nos gráficos abaixo. Este alcance se encontra abaixo da expectativa, em parte justificada pela falta de inserção dos dados no Sistema Ceres, como também, pela carência de servidores em campo para desenvolver atividades técnicas da instituição. Contudo, o desempenho avaliado demonstra o potencial técnico da EMATER para desenvolver serviços da ATER pública do Estado para mulheres da agricultura familiar.

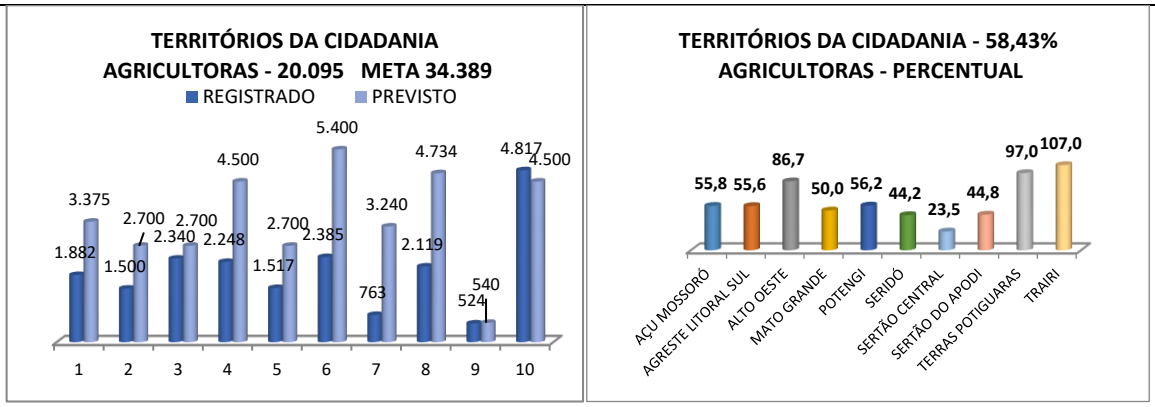


Figura 2 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0127 do PPA da EMATER – RN, 2023.

*Avaliação da Meta 0128 - Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos **Jovens da agricultura familiar** contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável*

Os serviços de ATER voltados aos filhos e filhas de agricultores familiares com idade entre 16 e 29 anos, estimularam a permanência no campo orientando a melhoria na qualidade de vida e no desenvolvimento de produções sustentáveis. A meta planejada foi atender com serviços de ATER 7.642 jovens, na qual foram registradas atividades a 4.541 jovens, alcançando o percentual de 49,52%. Este alcance geral se encontra pouco abaixo da expectativa, porém com variações nos territórios conforme gráfico abaixo. Avalia-se que existe a necessidade de melhorar o empenho, visto que ações de ATER podem contribuir na redução do êxodo rural. Vale ressaltar que a carência de servidores possui influência direta na produtividade técnica esperada diante do potencial técnico para desenvolver os serviços da ATER pública do Estado para os jovens da agricultura familiar; além pela falta de inserção dos dados no Sistema Ceres pelos técnicos responsáveis. Contudo, o desempenho avaliado demonstra o potencial técnico da EMATER para desenvolver serviços da ATER pública do Estado.

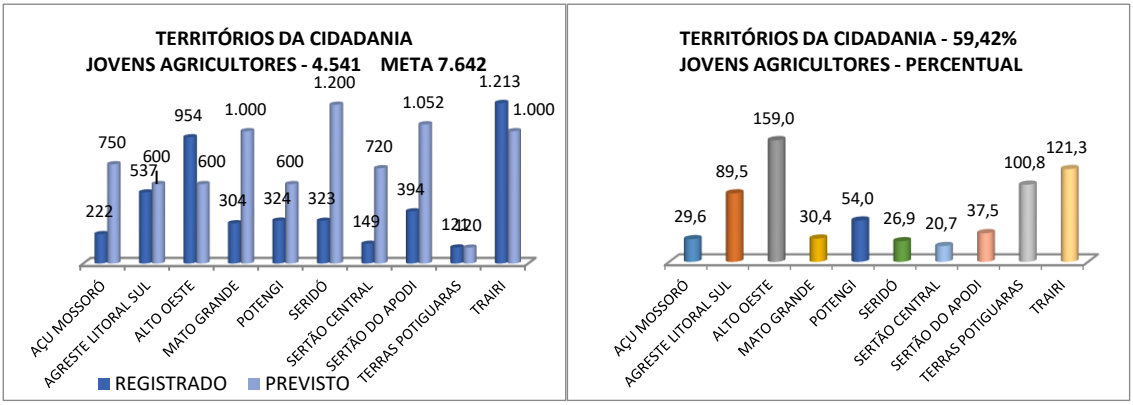


Figura 3 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0128 do PPA da EMATER – RN, 2023.

Avaliação da Meta 0142 - Capacitar servidores e colaboradores em atividade na Instituição para melhoria da qualidade dos serviços de ATER prestados

A meta 0142, que faz referência as capacitações técnicas em serviço para atualização no desenvolvimento das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural, não apresenta registros comprobatórios com folhas de frequências. Dessa forma, a avaliação fica direcionada à gestão técnica e administrativa dos recursos humanos que desapercebeu a necessidade de ação perante a execução do planejamento para o ano de 2023.

Avaliação da Meta 0146: Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores fornecedores da produção agropecuária favorecendo a comercialização e agregação de valores aos mercados institucionais e privados

A avaliação dos serviços prestados aos produtores fornecedores faz referência ao Programa do Leite, com 135 produtores cadastrados como fornecedores, e ao Programa de Aquisição de Alimentos Indígenas do Governo Federal, com 61 fornecedores de base da agricultura familiar e 66 fornecedores indígenas, sendo toda entrega da produção adquirida para entidades indígenas. Contando também com 55 atendimentos relacionados a produção agropecuária, favorecendo as comercializações em feiras da agricultura familiar e feiras livres, contabilizando 317 produtores fornecedores. Contudo, a meta de alcançar o registro de 1.195 atingiu o percentual de apenas 26,53% refletindo uma carência de registro no Sistema Ceres.

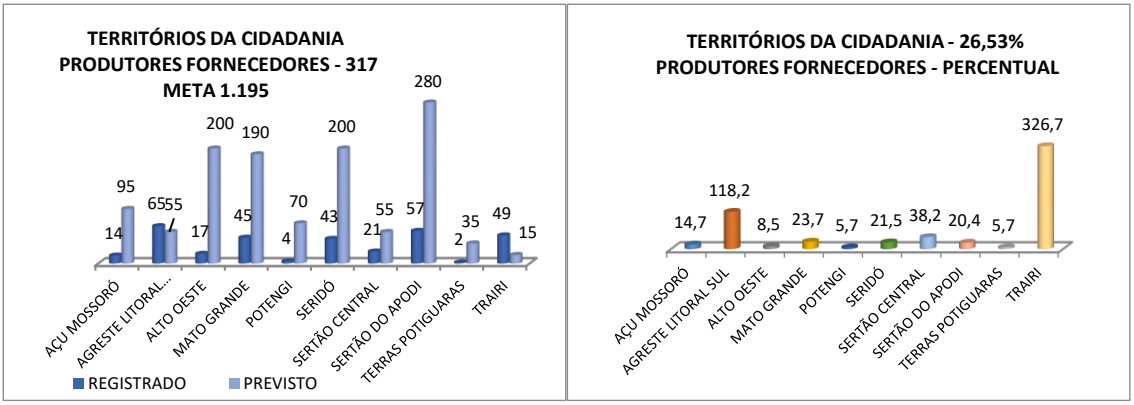
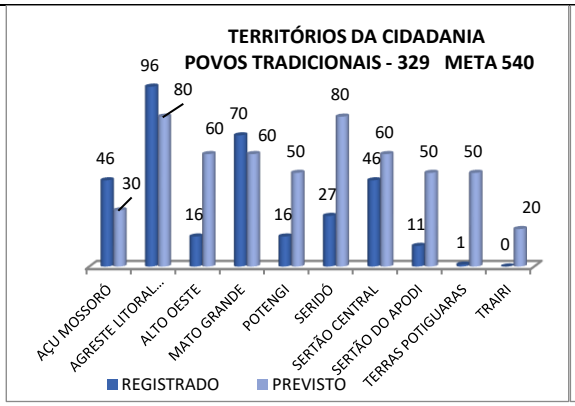


Figura 4 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0146 do PPA da EMATER – RN, 2023.

Avaliação da Meta 0201: Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos Povos e Comunidades Tradicionais contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.

A meta tem a finalidade de inclusão da ATER aos Povos e Comunidades Tradicionais, dentre os quais se incluem os povos indígenas, ciganos, povos de terreiros e quilombolas. Povos tradicionais são considerados agricultores familiares, público-alvo de uma política de ATER específica e diferenciada que leve em consideração seus conhecimentos tradicionais e respeite suas práticas culturais e modos de vida. A meta planejada para atender com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural a 540 produtores da agricultura familiar pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais, registra o atendimento a 329 representantes dos povos tradicionais, sendo 172 remanescentes de quilombolas, 155 indígena, e 2 ciganos. O alcance de 60,73% é considerado satisfatório e decorre de uma intensificação no diálogo e direcionamento de ações públicas de ATER aos Povos Tradicionais.



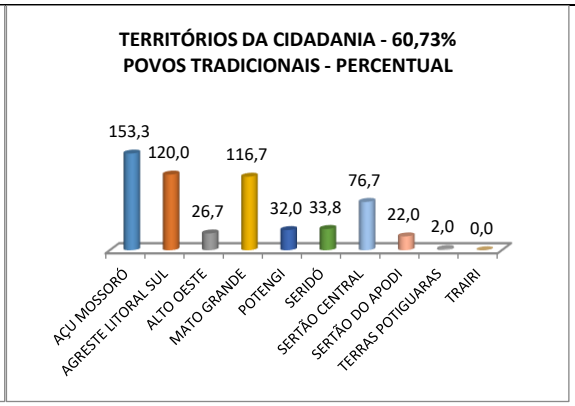
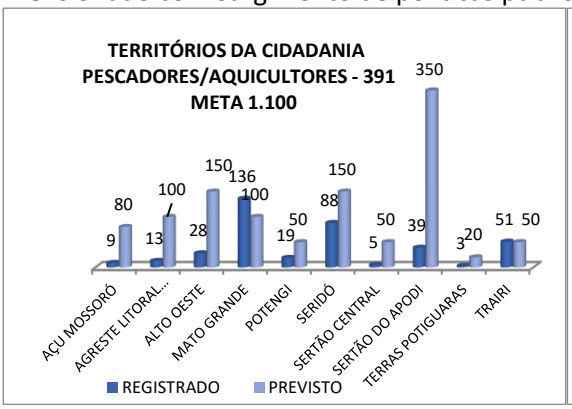


Figura 5 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0201 do PPA da EMATER – RN, 2023.

Avaliação da Meta 0214: Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para Pescadores (as) e Aquicultores (as) enquadrados ao PRONAF.

A meta é direcionada a ações relacionadas à organização social, manejo sustentável dos recursos, qualidade do pescado, comercialização, agregação de valor, segurança alimentar, nutricional e saúde ocupacional e do acesso às políticas públicas. Portanto, avaliada como importante para o desenvolvimento pesqueiro do Rio Grande do Norte. A meta planejada para atender 1.100 Pescadores (as) e Aquicultores (as) artesanais apresentou dificuldades e foram registrados serviços de ATER a 391 Pescadores (as) e Aquicultores (as), alcançando o percentual de 35,55%. Este alcance se encontra abaixo da expectativa, motivo pelo qual se aponta a carência de servidores para desenvolvimento de atividades técnicas e administrativas na instituição. Nesta meta, houve superação no território do Trairi e Mato Grande, conforme observado nos gráficos abaixo. O desempenho avaliado demonstra o potencial técnico da EMATER para desenvolver serviços da ATER pública do Estado para Pescadores (as) e Aquicultores (as) artesanais, que poderá ser mais dimensionado com surgimento de políticas públicas integrativas com os serviços de ATER.



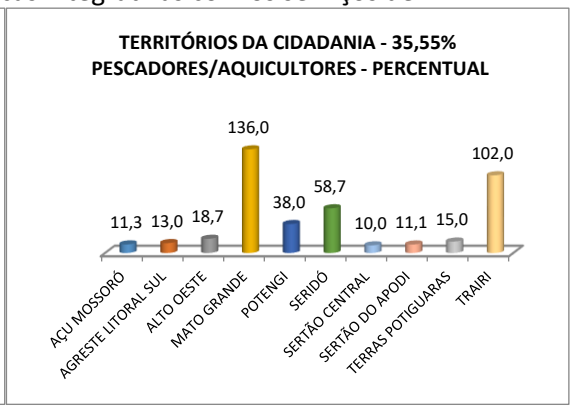


Figura 6 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0214 do PPA da EMATER – RN, 2023.

Avaliação individual das Iniciativas

Códigos e descrições das iniciativas: 2286; 0287; 0288; 0289; 0307

0286: Promoção e fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para Povos e Comunidades Tradicionais.

0287: Promoção e fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em atividades de pesca artesanais para pescadores (as) e Aquicultores (as) enquadrados no PRONAF.

0288: Promoção e valorização do conhecimento, por cursos, seminários, treinamentos, oficinas temáticas e capacitações continuada para servidores e colaboradores, oferecendo melhoria nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural ATER aos agricultores familiares.

0289: Fortalecimento das ações de ATER aos produtores fornecedores da produção agropecuária, favorecendo a comercialização e agregação de valores aos mercados institucionais e privados.

0307: Execução das atividades nos serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural ATER nas unidades de produção familiares e ações de capacitações para agricultura familiar, voltada para o desenvolvimento territorial sustentável.

Avaliação das iniciativas e execuções orçamentárias:

- A iniciativa 0286, que direciona o desenvolvimento das atividades da promoção e fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para Povos e Comunidades Tradicionais, tem a Subação de código nº 303901 - Assistência Técnica e Extensão Rural para Povos de Comunidades Tradicionais. Teve como dotação orçamentária atualizada o valor de R$ 6.000,00, porém, não houve registro de movimentação na dotação, de acordo com o relatório de execução orçamentária do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. Observa-se a necessidade de alinhamento na execução de acordo com as demandas dos serviços realizados, evitando liberação dos recursos orçamentários em diferentes subações.

- A Iniciativa 0287, que direciona o desenvolvimento das atividades de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para pescadores e aquicultores artesanais, tem como Subação de código nº 304301 - Extensão Pesqueira Sustentável. Teve como dotação atualizada o orçamento de R$ 13.000,00. No entanto, sem movimentação na dotação orçamentária de acordo com o relatório de execução orçamentária do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. Observa-se a necessidade de alinhamento na execução de acordo com as demandas dos serviços realizados, evitando liberação dos recursos orçamentários em diferentes subações.

- A iniciativa 0288, que direciona o desenvolvimento das atividades de valorização do conhecimento dos servidores através de cursos, seminários, treinamentos, oficinas temáticas e capacitações continuada tem a Subação de código nº 194701 - Desenvolvimento de Recursos Humanos. Embora não haja registros comprobatórios, com folhas de frequências de capacitações técnicas em serviço para o desenvolvimento das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural, a inciativa teve dotação orçamentária no valor de R$ 556.500,00, sendo liquidado em outras atividades de desenvolvimento de recursos humanos todo o orçamento, estando pago R$ 183.450,00 e deixado como restos a pagar o valor de R$ 173.050,00**.** Então, observa-se que de

acordo com o relatório de execução orçamentária do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF que a execução orçamentária foi de 100%.
• A iniciativa 0289, que direciona o desenvolvimento das atividades de ATER aos produtores fornecedores da produção agropecuária tem a Subação de código nº 195401 - Segurança Alimentar e Nutricional. Teve dotação orçamentária inicial de R$ 5.200.000,00 atualizada em R$ 11.819.094,52, com empenho de R$ 6.176.211,40 dos quais R$ 6.160.948,48 liquidados. Pagos R$ 5.473.632,08 com a liquidar R$ 15.262,92, e a pagar R$ 687.316,40. Ficando disponível orçamento de R$ 5.642.883,12. Então, de acordo com o relatório de execução orçamentária do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF teve 52,26% do orçamento utilizado.
• A iniciativa 0307, que direciona o desenvolvimento das atividades dos serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural ATER tem a Subação de código nº 195301 - Assistência Técnica e Extensão Rural Sustentável e Educação no Campo. Teve dotação orçamentária inicial de R$ 178.000,00 atualizada em R$ 469.392,00, sendo empenhado e liquidado R$ 271.182,50 dos quais estão a pagar R$ 350,00. Disponível o orçamento de R$ 198.209,50. Então, de acordo com o relatório de execução orçamentária do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF a iniciativa teve 57,77% do valor orçamentário utilizado.

1.2 Avaliação Geral do Objetivo 0022

• **Descrição do objetivo 0022:** Fortalecer e atualizar a prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, com a finalidade de adequar o ambiente de trabalho e ofertar segurança para os servidores promovendo qualidade nos atendimentos.
• **Metas do Objetivo:** Os códigos são 0179 e 0184. Para avaliação do objetivo descrito acima foram estipuladas duas metas físicas que correspondem aos quantitativos dos centros de disponibilidade de informação e tecnologia que receberam reformas ou foram edificados, bem como as aquisições de veículos e equipamentos em geral. A execução é de responsabilidade da gestão administrativa sendo direcionada ao escritório central.
• **Códigos e descrições das Iniciativas:** 0290; 0293 **0290:** Aquisição, recomposição e renovação dos bens móveis da Instituição para execução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural com qualidade estrutural. **0293:** Ampliação e recuperação dos patrimônios de bens imóveis da Instituição para garantir locais de atendimentos adequados aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural.
• **Avaliação Geral do Objetivo 0022:** Sendo fundamental para garantir a eficiencia e qualidade dos serviços ambientes seguros e adequados contribuem para a motivação dos servidores, o que reflete positivamente na qualidade e eficiencia dos serviços prestados**.** No entanto, por envolver processos licitatórios e recursos financeiros oriundos de projetos e políticas públicas, as verbas destinadas à estruturação de metas estipuladas para o alcance da finalidade, foram escassas, prejudicando o pleno desenvolvimento programado.

Avaliação individual das Metas

Avaliação da Meta 0179: Adquirir bens móveis para adequar o ambiente de trabalho, assegurar a modernização organizacional, manutenção e funcionamento, a segurança e qualidade de atendimento para realização de treinamentos, capacitações e serviços de ATER.
Em 2023 foram adquiridos 17 aparelhos de ar-condicionado e 30 unidades de Scanners com custo de R$ 89.799,80 para adequação de ambientes de trabalho. Então, como a meta estimada seriam de 250 aquisições de bens móveis tem-se um percentual de alcance de 18,80%. Embora singela em relação do valor programado, coincide com a realidade financeira e técnica-administrativa, porém, identifica-se a real necessidade de constantes melhorias para adequação organizacional.

Avaliação da Meta 0184: Realizar obras de engenharia para estruturar a reestruturar Centros de Treinamento e Centros de Disponibilidade e Informação e Tecnologia para agricultura familiar.
A meta planejada foi de que 120 imóveis recebessem benfeitorias em 2023 para que os ambientes tornassem seguros e salubres para o desenvolvimento dos serviços de ATER pelos servidores, no entanto, apenas complemento de obras de estruturantes no escritório do município de São Gonçalo do Amarante, no valor de R$ 168.954,86, finalizado no ano de 2022.

Avaliação individual das Iniciativas

Códigos e descrições das Iniciativas
0290: Aquisição, recomposição e renovação dos bens móveis da Instituição para execução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural com qualidade estrutural. **0293:** Ampliação e recuperação dos patrimônios de bens imóveis da Instituição para garantir locais de atendimentos adequados aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Avaliação das Iniciativas e execuções orçamentárias
• A iniciativa 0290, que direciona o desenvolvimento das aquisições, recomposições e renovações dos bens móveis para execução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural tem a Subação de código nº 304501 - Aparelhamento e Reaparelhamento do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Teve dotação orçamentária inicial de R$ 108.000,00 atualizada em R$ 401.146,80, sendo empenhado e liquidado R$ 255.921,80 dos quais foram pagos R$ 11.162,80 e a pagar R$ 244.759,00. Disponível R$ 145.225,00 no orçamento. Então, de acordo com o relatório de execução orçamentária do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF a iniciativa utilizou 63,80% da dotação. No entanto, apenas R$ 89.799,8 foi direcionado ao objetivo 0022.
• A iniciativa 0293, que direciona o desenvolvimento das ações de ampliação e recuperação dos bens imóveis para garantir locais de atendimentos adequados aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural tem a Subação de código nº 194801 - Modernização e Gestão da Estrutura Organizacional que teve como dotação orçamentária atualizada de **R$ 1.527.586,90** sendo empenhado e liquidado R$ 1.165.709,10. Pago R$ 1.135.160,43 e a pagar R$ 30.548,67, ficando disponível R$ 361.877,80. Então, de acordo com o relatório de execução orçamentária do

Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF a iniciativa utilizou 76,31% da dotação. No entanto, a Subação foi utilizada também para outras atividades correlatas.

1.3 Avaliação Geral do Objetivo 0023

- **Descrição do objetivo 0023:** Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida dos **Médios Produtores** rurais através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Capacitação em Gestão, Cooperativismo e Associativismo e em Boas Práticas de Manejo Sustentável, fomentando as cadeias da bovinocultura de leite e da fruticultura, contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.

- **Metas do Objetivo:** O código 0158 representa a única meta do objetivo 0023 acima descrito. Essa meta corresponde ao quantitativo dos médios produtores que foram atendidos pelos serviços de assistência técnica e extensão rural da instituição. A execução dos atendimentos está diretamente relacionada com as demandas territoriais.

- **Códigos e descrição da iniciativa:**

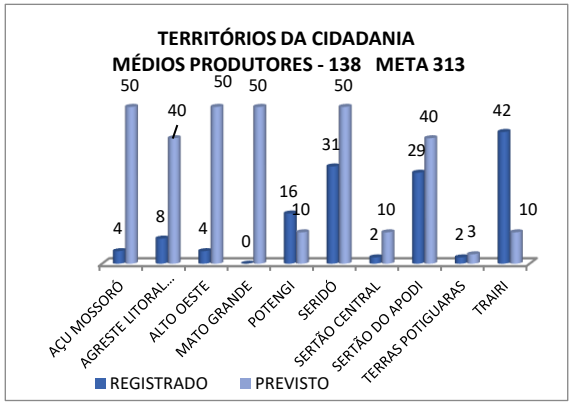
0333: Aquisição, recomposição e renovação dos bens móveis da Instituição para execução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural com qualidade estrutural.

- **Avaliação Geral do Objetivo 0023:** Objetivo avaliado como importante, pois ATER para os médios produtores possibilita orientações na adoção de tecnologias, uso mais adequado dos recursos naturais e melhoria na eficiência produtiva às cadeias da bovinocultura de leite e da fruticultura contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.

Avaliação individual das Metas

*Avaliação da Meta 0158: Prestar serviços de ATER pública e continuada nas cadeias produtivas do leite e da fruticultura para **médios produtores** contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.*

Meta planejada para fornecer suporte técnico e orientações especializadas que contribuem para o aumento da produtividade e rentabilidade das atividades agropecuárias dos médios produtores. Os serviços promoveram inovações, a sustentabilidade e desenvolvimento rural a 138 médios produtores nas cadeias produtivas do leite e da fruticultura. O percentual 44,09% representam o alcance programado, pois a meta seria atender 313 médios produtores. Observa-se variações nas demandas nos territórios, onde em alguns territórios ocorrem fragilidades na demanda e em outros a demanda bem expressiva.



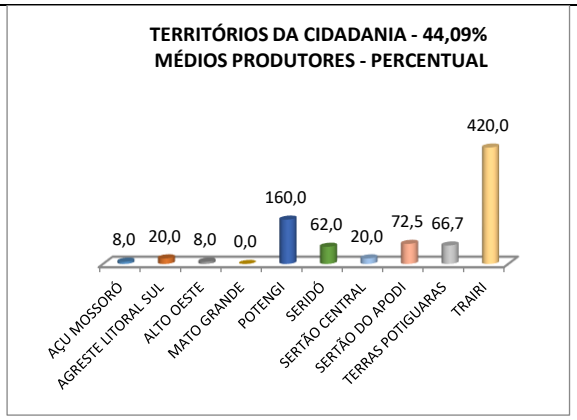


Figura 7 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0158 do PPA da EMATER – RN, 2023.

Avaliação individual da Iniciativa

- **Códigos e descrições da iniciativa**

0333: Aquisição, recomposição e renovação dos bens móveis da Instituição para execução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural com qualidade estrutural.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária

A iniciativa 0333, que direciona o desenvolvimento das ações para promoção e fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural nas cadeias produtivas do leite e da fruticultura para médios produtores tem a Subação de código nº 304401 - Assistência técnica e extensão rural para o agronegócio sustentável. Teve dotação orçamentária de R$ 4.000,00, porém, sem movimentação na dotação orçamentária de acordo com o relatório de execução orçamentária do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. Observa-se a necessidade de alinhamento na execução de acordo com as demandas dos serviços realizados, evitando liberação dos recursos orçamentários em diferentes subações.

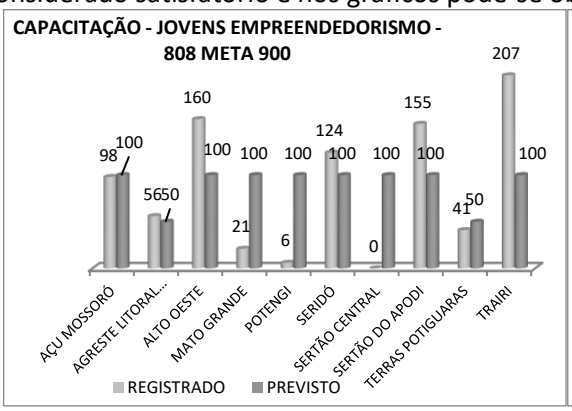
31202 - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte EMATER RN
2. Programa 2004 - Juventude Viva

2.1 Avaliação Geral do Objetivo 0026

• **Descrição do Objetivo 0026 -** Incentivar o empreendedorismo jovem como ferramenta para o desenvolvimento do agronegócio familiar através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural priorizando oficinas e capacitações para Jovens da Agricultura Familiar.
• **Meta: 0196** - Capacitar jovens da agricultura familiar para acesso as políticas públicas e incentivar o empreendedorismo, tendo como Método de Apuração, a quantidade de jovens da agricultura familiar capacitados.
• **Descrição da Iniciativa 0302** - Promoção e valorização do conhecimento através de oficinas temáticas e capacitações em empreendedorismo para Jovens da Agricultura Familiar
• **Avaliação Geral do Objetivo 0026**: O objetivo de oportunizar capacitações para direcionar negócios e oportunizar agregação de valores a produção familiar atingiu o solicitado pela demanda populacional estimulando a permanência no campo, sucessão rural, e formação profissional. Houve a possibilidade de somar experiências diversificando as potencialidades para atingir a comercialização dos produtos com qualidade. O cumprimento do objetivo atende a demanda populacional solicitada e integra ações da agenda transversal do governo.

Avaliação individual da Meta

Avaliação da Meta 0196 - Capacitar jovens da agricultura familiar para acesso as políticas públicas e incentivar o empreendedorismo.
Meta planejada para 900 jovens da agricultura familiar adquirissem conhecimentos e habilidades para o desenvolvimento de suas atividades. inicialmente houve a busca da identificação de oportunidades consideradas atrativas para o perfil do público, como produção orgânica, agroindústria e turismo rural, priorizando também, oficinas em Gastronomia Regional, em Audiovisual e Mídias Sociais e para acesso a linhas de crédito e financiamento específicos para criar condições mais favoráveis no desenvolvimento do empreendedorismo rural. Espera-se que os 868 participantes nas capacitações tenham sido impulsionados ao desenvolvimento de novos negócios e melhoria dos negócios já existentes. O alcance de 96,44% contabilizando os dez territórios é considerado satisfatório e nos gráficos pode-se observar a variação na execução da meta.



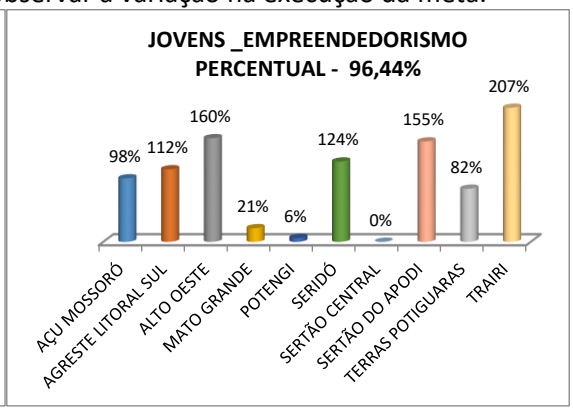


Figura 8 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0196 do PPA da EMATER – RN, 2023.

Avaliação individual da Iniciativa

- **Códigos e descrições da iniciativa**

0302 - Promoção e valorização do conhecimento através de oficinas temáticas e capacitações em empreendedorismo para Jovens da Agricultura Familiar

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária

A iniciativa 0302, que direciona o desenvolvimento das ações para oficinas temáticas e capacitações em empreendedorismo para Jovens da Agricultura Familiar tem a Subação de código nº 304101 - Assistência Tecnica e Extensão Rural para promoção e incentivo do empreendedorismo jovem da Agricultura familiar. Teve como dotação atualizada orçamento de R$ 10.000,00, porém, sem movimentação na dotação orçamentária de acordo com o relatório de execução orçamentária do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. Observa-se a necessidade de alinhamento na execução de acordo com as demandas dos serviços realizados, evitando liberação dos recursos orçamentários em diferentes subações.

31202 - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte EMATER RN

3. Programa 3006 - Igualdade na Diversidade: Mulheres

3.1 Avaliação Geral do Objetivo 0027

- **Descrição do Objetivo 00027** Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como da qualidade de vida, promovendo a organização produtiva e acesso à renda através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, em ações educativas de caráter não formal, priorizando oficinas temáticas e capacitações para mulheres rurais em vulnerabilidade social**.**

- **Meta: 0190 -** Capacitar mulheres rurais em vulnerabilidade social, promovendo a organização produtiva e o acesso à renda**.** Tendo como método de apuração, a quantidade de mulheres rurais em vulnerabilidade social capacitadas.

- **Descrição da Iniciativa 0294** - Promoção e valorização do conhecimento através de oficinas temáticas e capacitações para mulheres rurais em vulnerabilidade social.

- **Avaliação Geral do Objetivo 0027**: O objetivo de oportunizar capacitações para mulheres em vulnerabilidade social foi uma atividade que envolveu uma análise prévia das necessidades e desafios enfrentados na área rural. Considerando aspectos como acesso a recursos, habilidades para geração de renda e barreiras culturais à participação ativa das mulheres durante as capacitações, proporcionou a satisfação de contribuir para melhoria da autoestima e empoderamento pessoal e participação ativa na comunidade. O cumprimento do objetivo atende demandas territoriais e integra ações da agenda transversal do governo.

Avaliação individual da Meta

Avaliação da Meta 0190 - Capacitar mulheres rurais em vulnerabilidade social promovendo à organização produtiva e o acesso a renda

Meta de capacitar 1.075 mulheres rurais em vulnerabilidade social foi realizada em 2023, com resultado acima do planejado na maioria dos territórios, representando significativamente que os serviços de ATER pública podem e devem transformar a qualidade de vida de mulheres socializando questões de igualdade de gênero, violência domésticas e empoderamento pessoal. Espera-se que as 1.804 mulheres capacitadas tenham sido impulsionadas a identificar oportunidades de melhoria específicas de cada uma delas. O alcance de 167,81% contabilizando os dez territórios é considerado satisfatório e nos gráficos pode-se observar a variação na execução da meta.

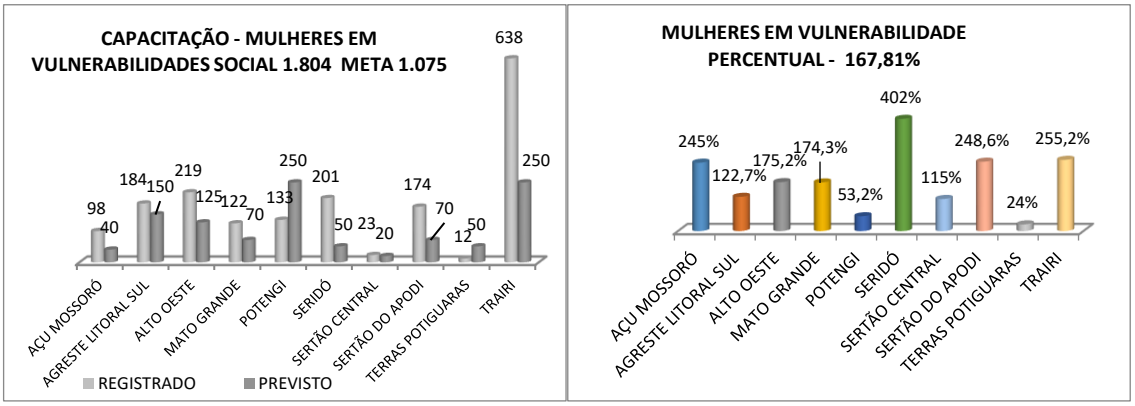


Figura 9 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0190 do PPA da EMATER – RN, 2023.

Avaliação individual da Iniciativa

- **Códigos e descrições da iniciativa**

0294 - Promoção e valorização do conhecimento através de oficinas temáticas e capacitações para mulheres rurais em vulnerabilidade social.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária

A iniciativa 0294, que direciona o desenvolvimento das ações para oficinas temáticas e capacitações para mulheres rurais em vulnerabilidade social que tem como Subação de código nº 304001 - Assistência Técnica e Extensão Rural para desenvolvimento da organização comunitária e produtiva para mulheres rurais em vulnerabilidade social. Teve como dotação atualizada orçamento de R$ 12.000,00, porém, sem movimentação na dotação orçamentária de acordo com o relatório de execução orçamentária do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. Observa-se a necessidade de alinhamento na execução de acordo com as demandas dos serviços realizados, evitando liberação dos recursos orçamentários em diferentes subações.

31202 - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte EMATER RN
4. Programa 4006 - Melhoria do Ambiente de Negócios das Micro e Pequenas Empresas e da Economia Solidária

4.1 Avaliação Geral do Objetivo 0025

• **Descrição do Objetivo 0025:** Apoiar a Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal, priorizando oficinas temáticas e capacitações para associações e cooperativas da Agricultura Familiar, colaborando com mecanismos de finanças solidárias e fortalecimento do associativismo no Estado do Rio Grande do Norte.
• **Meta 0193:** Capacitar associações e cooperativas da agricultura familiar na produção, comercialização e consumo solidário apoiando a ECOSOL.
• **Descrição da Iniciativa 0297:** Promoção e valorização do conhecimento através de oficinas temáticas e capacitações para Associações e Cooperativas da Agricultura Familiar.
• **Avaliação Geral do Objetivo 0025**: As associações e cooperativas trabalham para fortalecer a organização interna dos agricultores familiares, promovendo a gestão participativa e a tomada de decisões coletivas. A promoção do fortalecimento economico e social é a base das associações e cooperativas, através da cooperação, organização e potencialização das atividades produtivas. Assim, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural através de capacitações em finanças solidárias, gestão de fundos rotativos, acesso a mercados e comercialização, e microcrédito solidário contribuíram com o fortalecimento do associativismo.

Avaliação individual da Meta

Avaliação da Meta 0193: Capacitar associações e cooperativas da agricultura familiar na produção, comercialização e no consumo solidário apoiando a ECOSOL.
Meta de capacitar associações e cooperativas da Agricultura Familiar em 2023 atende demandas territoriais e integra ações da agenda transversal do governo. As capacitações realizadas por territórios da cidadania somaram um total de 88 entidades capacitadas, entre associações e cooperativas. Com isso, a meta proposta foi superada, alcançando 166,04% do planejado e atendendo a demanda populacional solicitada durante reuniões territoriais na elaboração do PPA 2020-2023.

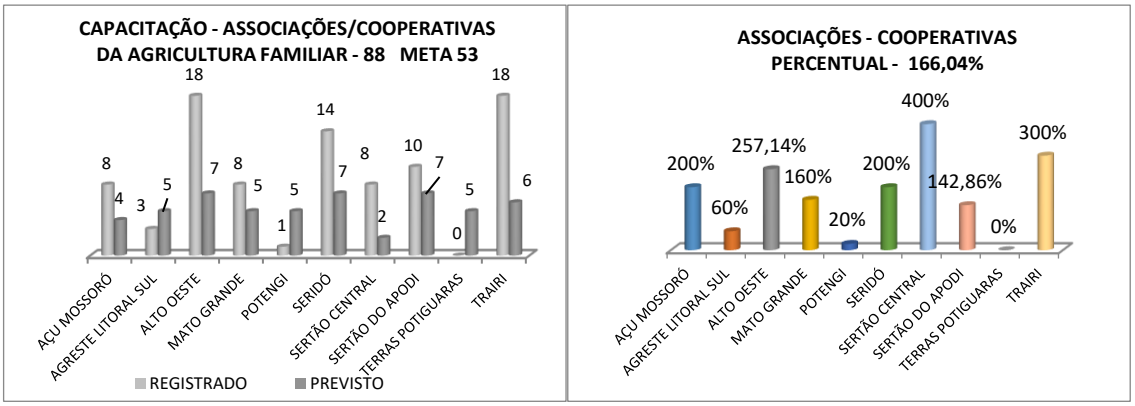


Figura 10 - Dados quantitativos e percentuais da Meta 0193 do PPA da EMATER – RN, 2023.

Avaliação individual da Iniciativa

- **Código e descrição da iniciativa**

0297: Promoção e valorização do conhecimento através de oficinas temáticas e capacitações para Associações e Cooperativas da Agricultura Familiar.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária

0297 - Iniciativa contemplando valorização do conhecimento através de oficinas temáticas e capacitações para Associações e Cooperativas da Agricultura Familiar que tem como Subação de código nº 304201 - Assistência Técnica e Extensão Rural para desenvolvimento das Associações e Cooperativas comunitárias da Agricultura Familiar. Teve como dotação atualizada orçamento de R$ 24.000,00, porém, sem movimentação na dotação orçamentária, de acordo com o relatório de execução orçamentária do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. Observa-se a necessidade de alinhamento na execução de acordo com as demandas dos serviços realizados, evitando liberação dos recursos orçamentários em diferentes subações.

5. Avaliação Setorial dos Resultados

Avaliação geral setorial:

Em 2023, a execução do PPA teve início com compromissos de atenuar ações das agendas transversais do governo que, em 2020, foram impossibilitadas de execução devido ao isolamento social decorrente da pandemia do Covid-19. O empenho foi alvo de muitas controversas, mas a ampliação dos serviços ATER, para atender demandas pontuais da população, possibilitou o retorno de olhares temáticos de grande importância na atualidade.

A respeito das ações direcionadas aos povos tradicionais, tivemos a execução de uma política pública voltada aos povos indígenas, incrementando as atividades de assistência técnica e extensão rural ao público mencionado. As metas planejadas para o programa temático 4010, associadas ao objetivo 0011, em sua grande maioria foram distribuídas nos territórios da cidadania e avaliadas de acordo com sua execução.

Apenas a meta 0142, relacionada à capacitação técnica para servidores avaliados no Estado, e devido a dificuldades de alinhamentos, troca de gestores técnicos e administrativos, e ausência de coordenação técnica apresentou lacuna em sua execução.

Com relação as metas associadas ao objetivo 0022, as quais representam atividades de modernização e aparelhamento da instituição, as execuções orçamentárias inseridas no Sigef apresentam valores que vão além das ações programadas. Portanto, a execução orçamentária é um ponto que necessita maior atenção quanto ao alinhamento das execuções técnicas e administrativas.

Quanto às restrições, o preocupante continua sendo o quadro defasado de servidores efetivos, uma política interna de valorização e agregação profissional seria bem-vinda nesse momento.

Recomendações:

Para que o Plano PluriAnual apresente resultados mais satisfatórios, sugere-se maior flexibilidade em seus processos, boa comunicação organizacional, reuniões periódicas curtas e objetivas, organização e controle de demandas prioritárias. Afinal, “melhorar a comunicação é um dos pontos fundamentais nos quais se baseiam as ações relacionadas a um clima organizacional adequado e que servirá para criar canais abertos em que prevaleçam o respeito, a consideração e o trabalho em equipe”.

5.1 Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(x) SIM ( ) NÃO

Os objetivos destacados do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural contribuem para os resultados obtidos de alguns indicadores do Programa de Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar, pois o número de famílias beneficiadas com Assistência Técnica (indiciador 0316) e o número total de contratos do PRONAF (indiciador 0317) são resultados obtidos com execução das metas associadas ao alcance dos objetivos. Já, a quantidade de Lavouras Seguradas pelo Seguro Social (indicador 0318), a quantidade de Agricultores Assegurados pelo Garantia Safra (indicador 0319) e o Percentual de Compra do PNAE pela Agricultura Familiar (indicadorn0320) são indicadores que não representam em sua totalidade as atividades da instituição, por fazerem parte de Programas de outras instituições e, também serem executadas por outras entidades.

Para o indicador 0316 a realização de 91.171 atendimentos em comunidades rurais do RN com a estimativa de terem sido beneficiadas 154.000 famílias, que é um parâmetro demonstrativo do alcance das ação de ATER no Estado do Rio Grande do Norte. Quanto ao indicador 0317, uma vez que o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e FNE/PRONAMP (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) promovem e o desenvolvimento da agricultura familiar e dos médios produtores que oferecem linhas de crédito especiais para investimentos em infraestrutura, tecnologia e inovação colabora com o desenvolvimento rural e da agricultura familiar. Então, os sistemas financeiros contrataram 204 projetos do PRONAF e 80 projetos do FNE/PROMANP que foram elaborados pela EMATER apresentando uma movimentação financeira de R$ 14.913.388,49 e com R$ 16.817.225,32 respectivamente, sendo um total R$ 31.730.613,81 no Estado do Rio Grande do Norte.

PARTE 2 - AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

Avaliação Setorial 2020 a 2023

Introdução

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento de médio prazo que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos. Na avaliação ex-post do PPA 2020 a 2023 foram analisados os seguintes pontos: cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no Plano; Execução orçamentária e financeira das ações planejadas; Efetividade das políticas públicas implementadas; Impacto das ações governamentais na sociedade; e Avaliação dos indicadores de desempenho e resultados.

Objetivo da Avaliação

O presente relatório tem por objetivo realizar uma avaliação ex-post do Plano Plurianual do período de 2020 a 2023, identificando os resultados alcançados e as eventuais falhas na execução dos programas temáticos desenvolvidos pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER- RN. A partir dessa análise, poderemos identificar lições aprendidas e recomendações para aprimorar a execução do PPA 2024 a 2027.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

O PPA 2020 – 2023 do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (31202) se enquadrou em quatro Eixos estruturantes do governo, assumindo o compromisso da transparência em suas execuções. Os programas temáticos que se relacionam com as atividades desenvolvidas foram:

1. **Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar** (Programa 4010) contido no Eixo - Desenvolvimento Regional Sustentável com Inclusão Econômica.

- **Diretriz 00040** - Fortalecer a Agricultura Familiar do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, o acesso à terra, agregação de valor e inserção nos mercados
- **Objetivo 00011** - Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para **agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres** utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial, para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola, com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.
- **Objetivo 0022** - Fortalecer e atualizar a prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, com a finalidade de **adequar o ambiente de trabalho e ofertar segurança** para os servidores promovendo qualidade nos atendimentos.
- **Objetivo 0023** - Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como a qualidade de vida dos **Médios Produtores** rurais através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Capacitação em Gestão, Cooperativismo e Associativismo e em Boas Práticas de Manejo Sustentável, fomentando as cadeias da bovinocultura de leite e da fruticultura, contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.
- **Indicadores** - Número de Famílias Beneficiadas com Assistência Técnica (0316); Número Total de Contratos do PRONAF (0317); Quantidade de Lavouras Seguradas pelo Seguro Social (0318); Quantidade de Agricultores Assegurados pelo Garantia Safra (0319); Percentual de Compra do PNAE pelo Agricultura Familiar (0320).

- **<u>Meta 00126</u> - Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal, com base na agroecologia e atendimentos afins aos agricultores familiares, contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.**
- Método de Apuração: Quantidade de agricultores familiares atendidos e/ou assistidos através de relatórios do Sistema Ceres.
- Iniciativa **0307:** Execução das atividades nos serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural ATER nas unidades de produção familiares e ações de capacitações para agricultura familiar voltada para o desenvolvimento territorial sustentável
- Subação
- Agenda ODS: **00062** - Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra; **00063** - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros; **00064** - Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança; **00098** - Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento; **00107** - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais; **00114** - Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima; **00129** - Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo; **00157** - Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.
- Unidade Medida: Agricultor

- **<u>Meta 00127</u> - Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal, com base na agroecologia e atendimentos afins as agricultoras familiares contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.**
- Método de Apuração: Quantidade de agricultoras familiares atendidas e/ou assistidas através de relatórios de atividades do Sistema Ceres.
- Agenda Transversal 00001 - Políticas para as Mulheres
- Iniciativa **0307:** Execução das atividades nos serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural ATER nas unidades de produção familiares e ações de capacitações para agricultura familiar, voltada para o desenvolvimento territorial sustentável.
- Subação
- Agenda ODS**: 00062** - Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra; **00063** - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros; **00064** - Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o

crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança; **00098** - Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento; **00107** - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais; **00114** - Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima; **00129** - Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo; **00157** - Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.

- Unidade Medida: Agricultora

- **Meta 00128 - Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal, com base na agroecologia e atendimentos afins aos Jovens da agricultura familiar, contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.**
- Método de Apuração: Quantidade de Jovens agricultores familiares atendidos e/ou assistidos através de relatórios de atendimentos do Sistema Ceres.
- Agenda Transversal: 00002 Políticas para a Juventude;
- Iniciativa 0307**:** Execução das atividades nos serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural ATER nas unidades de produção familiares e ações de capacitações para agricultura familiar, voltada para o desenvolvimento territorial sustentável
- Subação 195301 - Assistência Técnica e Extensão Rural Sustentável e Educação no Campo.
- Agenda ODS: **00062** - Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra; **00063** - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros; **00064** - Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança; **00098** - Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento; **00107** - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais; **00114** - Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima; **00157** - Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.
- Unidade Medida: Jovens

- **Meta 00142** - **Capacitar servidores e colaboradores em atividade na Instituição para melhoria da qualidade dos serviços de ATER prestados.**

- Método de Apuração: Quantidade de servidores e colaboradores capacitados durante o exercício;
- Iniciativa 0288: Promoção e valorização do conhecimento, por cursos, seminários, treinamentos, oficinas temáticas e capacitações continuada para servidores e colaboradores oferecendo melhoria nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural ATER aos agricultores familiares.
- Subação 194701 - Desenvolvimento de Recursos Humanos.
- Agenda ODS: **00102** - Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais; **00105** - Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso; **00108** - Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
- Unidade Medida: Servidor

- **Meta 00146** - **Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores fornecedores da produção agropecuária favorecendo a comercialização e agregação de valores** aos mercados institucionais e privados.
- Método de Apuração: Quantidade de produtores fornecedores dos produtos agropecuários assistidos e/ou atendidos.
- Iniciativa 0289: Fortalecimento das ações de ATER aos produtores fornecedores da produção agropecuária favorecendo a comercialização e agregação de valores aos mercados institucionais e privados. Informe os códigos das iniciativas vinculadas ao objetivo avaliado
- Subação 195401 - Segurança Alimentar e Nutricional
- Agenda ODS: **00104** - Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente; **00105** - Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso; **00128** - Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente; **00129** - Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo
- Unidade Medida: Agricultor

- **Meta 00201** - **Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos Povos e Comunidades Tradicionais contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.**
- Método de Apuração: Quantidade de Quilombolas e/ou Indígenas atendidos e/ou assistidos
- Iniciativa 0286: Promoção e fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para Povos e Comunidades Tradicionais.
- Subação 303901 - Assistência Técnica e Extensão Rural para Povos de Comunidades Tradicionais
- Agenda ODS: **00062** - Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra; **00063** - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros; **00064** - Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o

crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança; **00098** - Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento; **00107 -** Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais; **00114** - Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima; **00129** - Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo; **00157** - Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.

- Unidade Medida: Pessoa

- **Meta 00214 - Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal, para pescadores (as) e aquicultores (as) enquadrados no PRONAF.**
- Método de Apuração: Quantidade de pescadores (as) e aquicultores (as) atendidos e/ou assistidos.
- Iniciativa 0287: Promoção e fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em atividades de pesca artesanais para pescadores (as) e Aquicultores (as) enquadrados no PRONAF.
- Subação 304301 - Extensão Pesqueira Sustentável
- Agenda ODS: 00105 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso; 00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.
- Unidade Medida: Pessoa

2. **Juventude Viva** (Programa 2024) contido no Eixo - Desenvolvimento Social, Cultural e Defesa da Cidadania e integra a Agenda Transversal - Políticas para a Juventude.

- **Diretriz 00065** - Incentivo à criação e promoção do empreendedorismo jovem, respeitando o direito à cidadania;
- **Objetivo 00026** - Incentivar o empreendedorismo jovem como ferramenta para o desenvolvimento do agronegócio familiar, através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, priorizando oficinas e capacitações para Jovens da Agricultura Familiar;
- **Meta 00196** - **Capacitar jovens da agricultura familiar para acesso as políticas públicas e incentivar o empreendedorismo;**
- Método de apuração a quantidade de jovens da agricultura familiar capacitados;
- Iniciativa 0302 - Promoção e valorização do conhecimento através de oficinas temáticas e capacitações em empreendedorismo para Jovens da Agricultura Familiar
- Subação 304101 - Assistência Tecnica e Extensão Rural para promoção e incentivo do empreendedorismo jovem da Agricultura familiar
- Agenda ODS: **00032** - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo; **00098** - Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento; **00107** - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais; **00116** - Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

- Unidade Medida: Pessoas capacitadas

3. Igualdade na Diversidade: Mulheres (Programa 3006) contido no Eixo – Garantia de Direitos, e integra a Agenda Transversal - Políticas para as Mulheres.

- Diretriz 00087 - Promover a organização produtiva e o acesso à renda para mulheres, especialmente em situação de vulnerabilidade social
- Objetivo 00027 - Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida, promovendo a organização produtiva e acesso à renda, através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, em ações educativas de caráter não formal, priorizando oficinas temáticas e capacitações para mulheres rurais em vulnerabilidade social
- Meta 00190 - Capacitar mulheres rurais em vulnerabilidade social promovendo a organização produtiva e o acesso a renda.
- Método de Apuração - Quantidade de mulheres em vulnerabilidade social capacitadas.
- Iniciativa 0294 - Promoção e valorização do conhecimento através de oficinas temáticas e capacitações para mulheres rurais em vulnerabilidade social.
- Subação 304001 - Assistência Técnica e Extensão Rural para desenvolvimento da organização comunitária e produtiva para mulheres rurais em vulnerabilidade social
- Agenda ODS Agenda ODS: **00004** - Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças; **00032** - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo; **00088** - Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC; **00098** - Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.
- Unidade Medida: Pessoas capacitadas

4. Melhoria do Ambiente de Negócios das Micro e Pequenas Empresas e da Economia Solidária (Programa 4006) contido no Eixo – Desenvolvimento Regional Sustentável com Inclusão Econômica.

- **Diretriz 00014** - Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL;
- **Objetivo 00025** - Apoiar a Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal, priorizando oficinas temáticas e capacitações para associações e cooperativas da Agricultura Familiar, colaborando com mecanismos de finanças solidárias e fortalecimento do associativismo no Estado do Rio Grande do Norte;
- **Meta 00193 - Capacitar associações e cooperativas da agricultura familiar na produção, comercialização e no consumo solidário apoiando a ECOSOL**
- Método de Apuração - Quantidade de associações e/ou cooperativas capacitadas;
- Iniciativa 00297 - Promoção e valorização do conhecimento através de oficinas temáticas e capacitações para Associações e Cooperativas da Agricultura Familiar.
- Subação 304201 - Assistência Tecnica e Extensão Rural para o desenvolvimento das associações e cooperativas comunitárias da Agricultura Familiar.
- Agenda ODS: **00032** - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo; **00098** - Apoiar relações econômicas,

sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento; **00107** - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

- Unidade Medida: Entidades capacitadas

Metodologia

A avaliação ex-post do Plano Plurianual 2020 a 2023 envolveu a análise e avaliação dos resultados alcançados em relação aos objetivos e metas estabelecidas no plano. A primeira etapa foi realizada com a coleta de dados quantitativos, como número de beneficiários atendidos através dos indicadores dos métodos de apuração das metas, pelo relatório da execução orçamentária utilizado para medir o desempenho e os resultados alcançados.

O monitoramento, através da sistematização de relatórios mensais dos dados inseridos no Sistema Ceres, correções das lacunas quanto ao sexo (masculino e feminino) e filtros em planilhas de Excel, foram as ferramentas utilizadas para captação de blocos por métodos de apuração das correspondentes metas associadas aos objetivos. Dados esses que foram bimestralmente alimentados no Sigef. Assim, o relatório de avaliação do quadriênio do PPA se baseia na quantificação das unidades de medidas das metas, que por sua vez, estão associadas a objetivos específicos. Por outro lado, a avaliação da execução orçamentária foi realizada acompanhando os dados do relatório do acumulado até 31 de dezembro em cada ano correspondente.

A análise dos resultados permitiu identificar o grau de cumprimento das metas e objetivos do PPA, bem como as lacunas e desvios em relação ao planejado. Não houve referência quanto aos dados qualitativos dos serviços prestados, mas baseada na transparência dos dados garantindo a credibilidade e a utilidade dos resultados apresentados.

O desempenho no desenvolvimento dos objetivos da EMATER nos quatro anos do PPA (2020 – 2023) apresentou variação ao decorrer do período, onde se observa na figura 11, que o melhor desempenho geral ocorreu em 2022. No entanto, entre os territórios da cidadania, o comportamento da curva dos resultados possui valores que acompanham suas especificações, potencialidade e engajamento técnico com os agricultores.



Figura 11 - Resultados gerais da EMATER do quadriênio do PPA 2020 a 2023

As representações gráficas nas figuras de 12 a 20 mostram resultados comparativos por territórios da cidadania de acordo com o monitoramento do PPA da EMATER no período de 2020 a 2023, nas quais são destacadas as metas 0127; 0126; 0128; 0158; 0214; 0201; 0146;0190; 0196; 0193 que estão diretamente relacionadas aos beneficiários dos serviços de prestados ATER, descritos anteriormente.

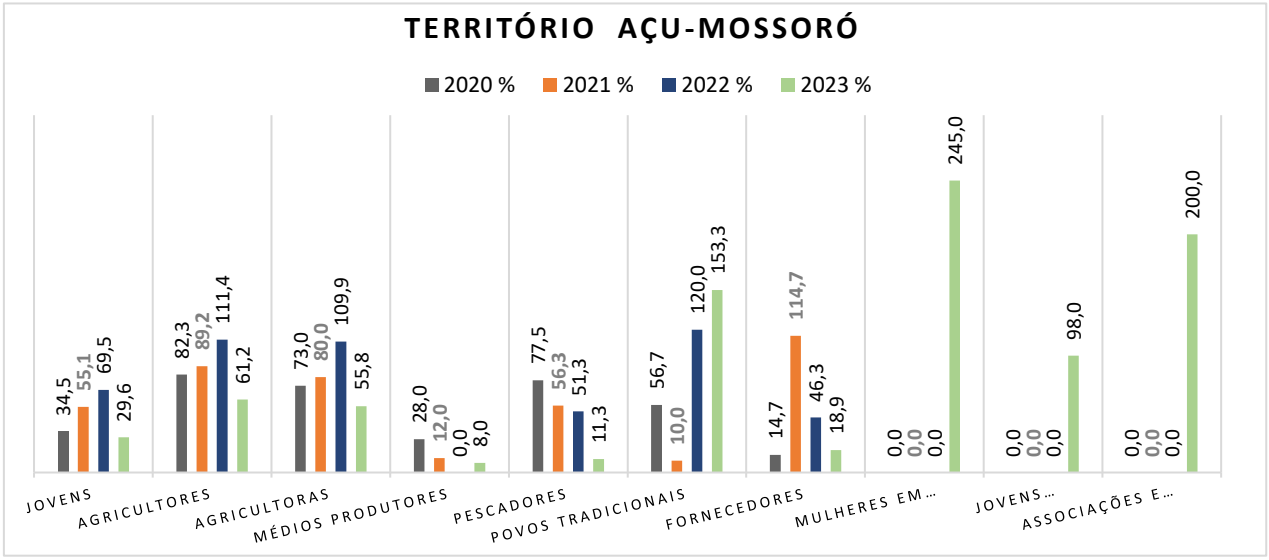


Figura 12 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Açu-Mossoró

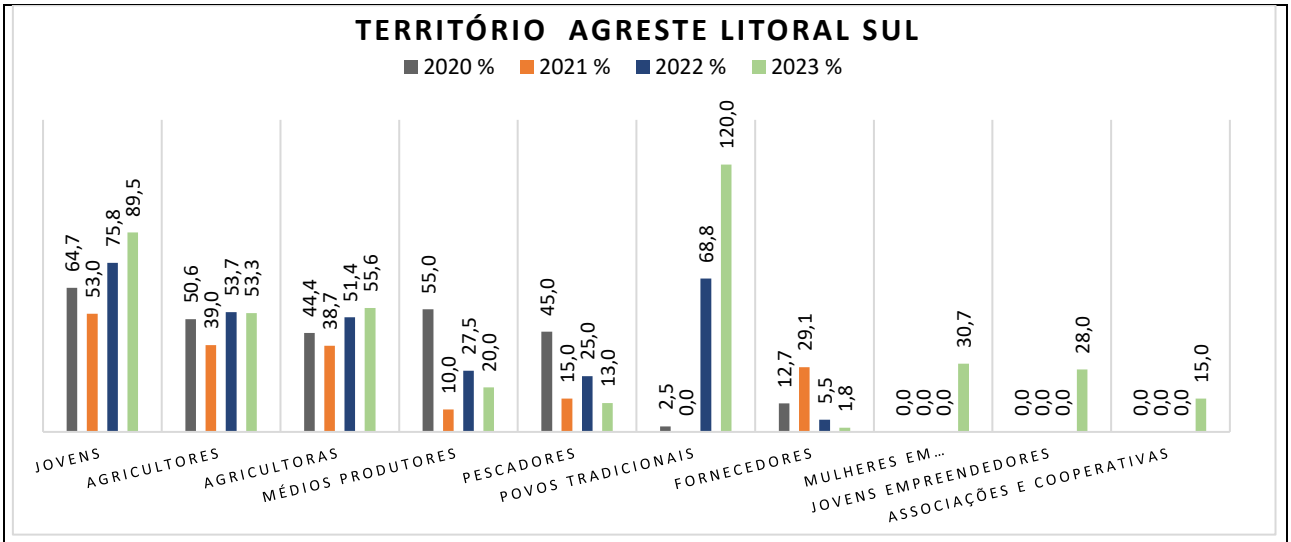


Figura 13 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Agreste, Litoral Sul

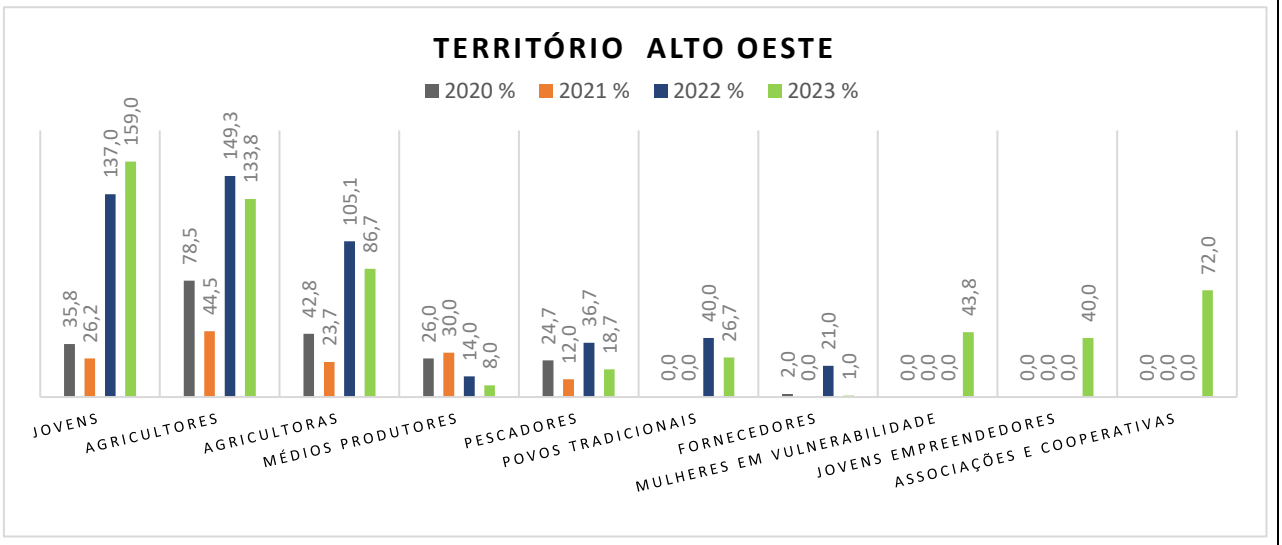


Figura 14 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Alto Oeste

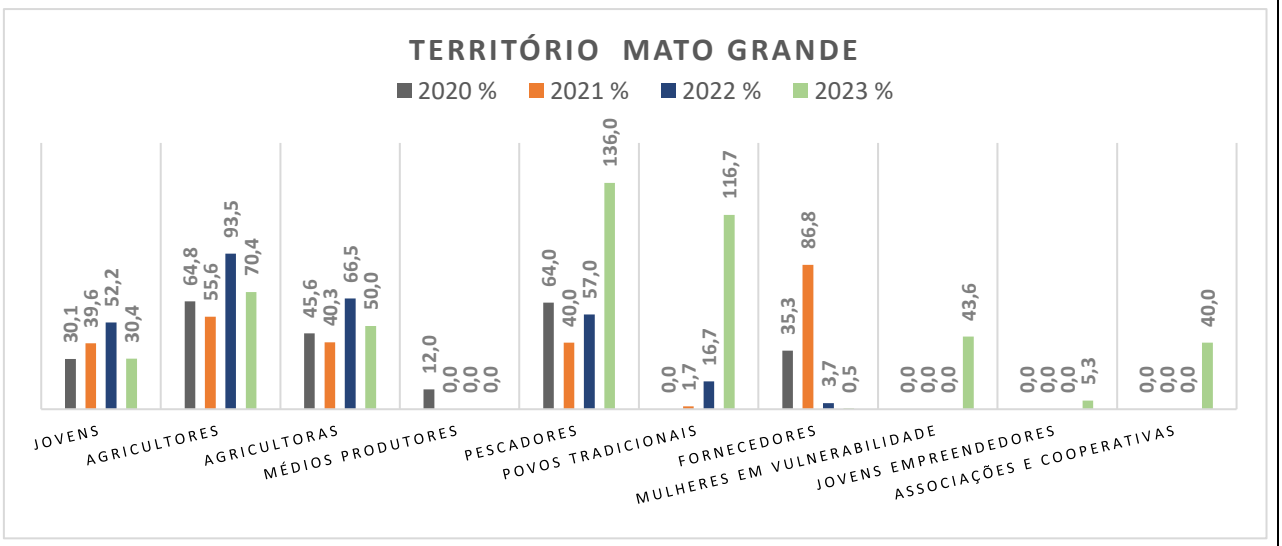


Figura 15 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Mato Grande

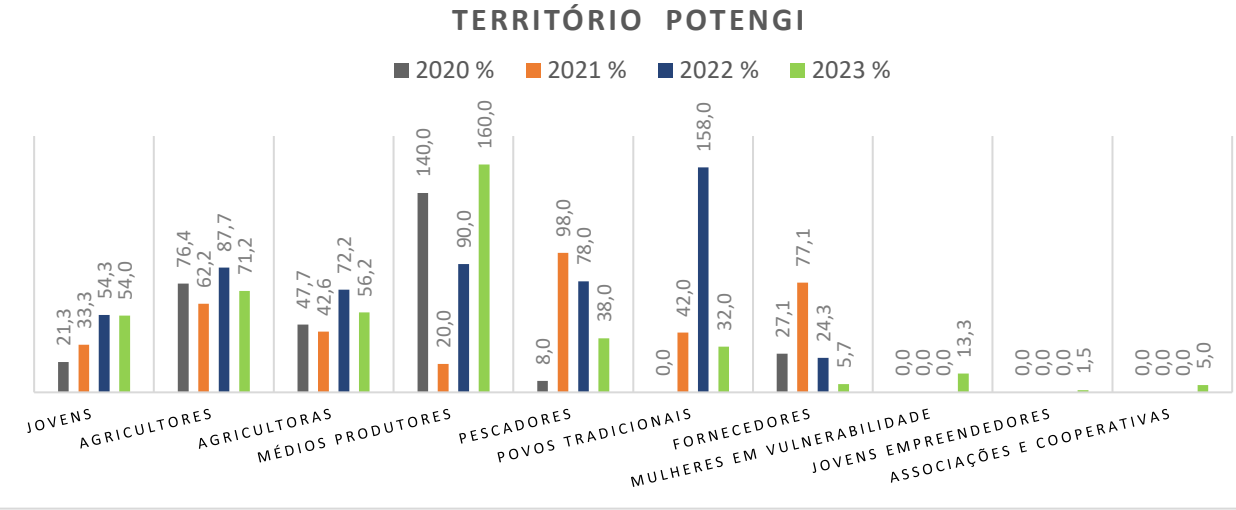


Figura 16 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Potengi

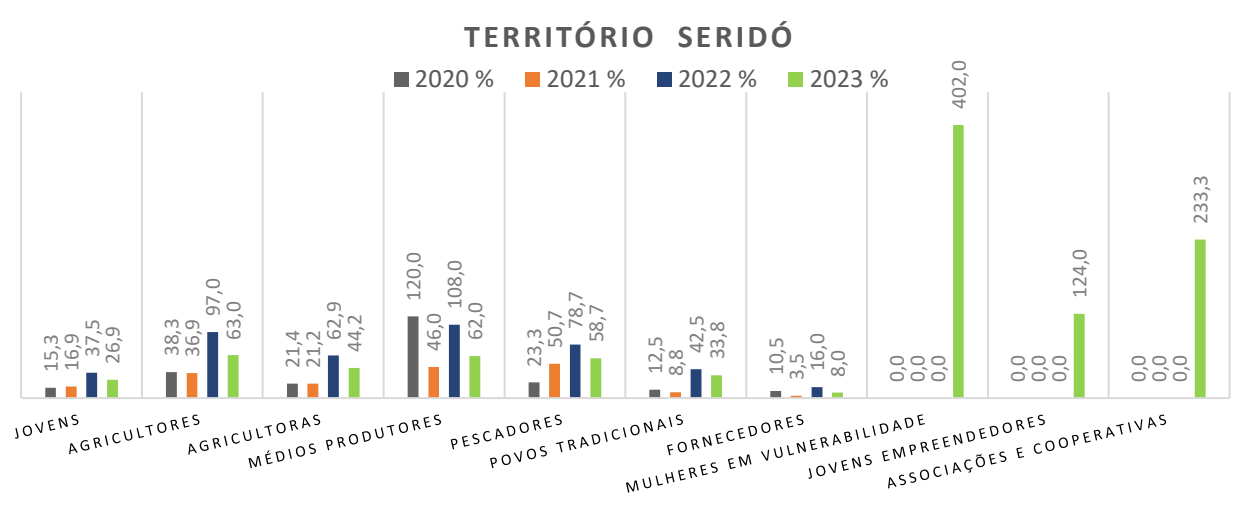


Figura 17 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Seridó

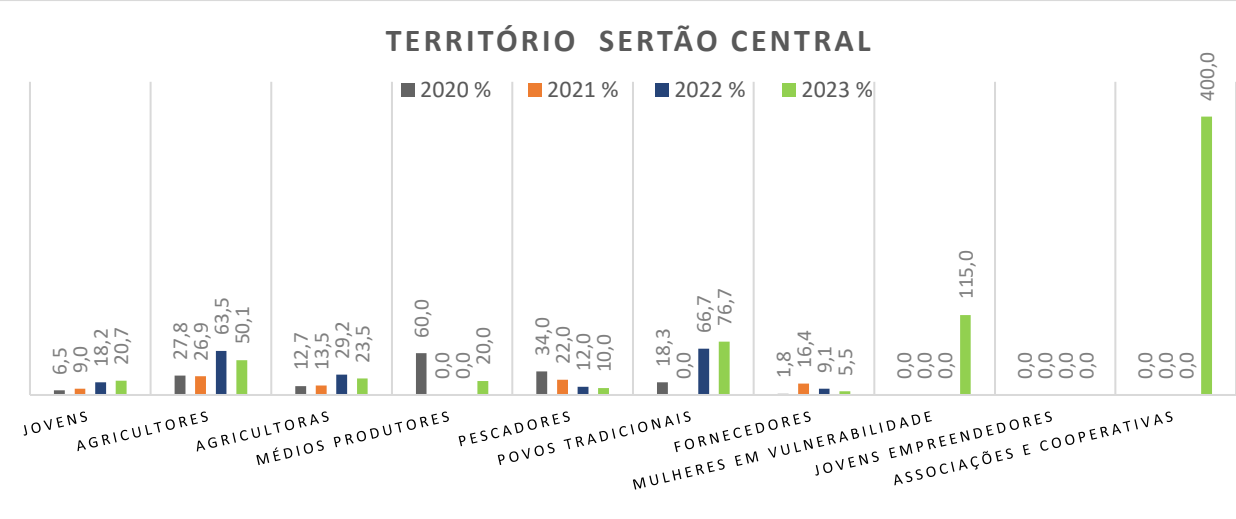


Figura 18 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Sertão Central

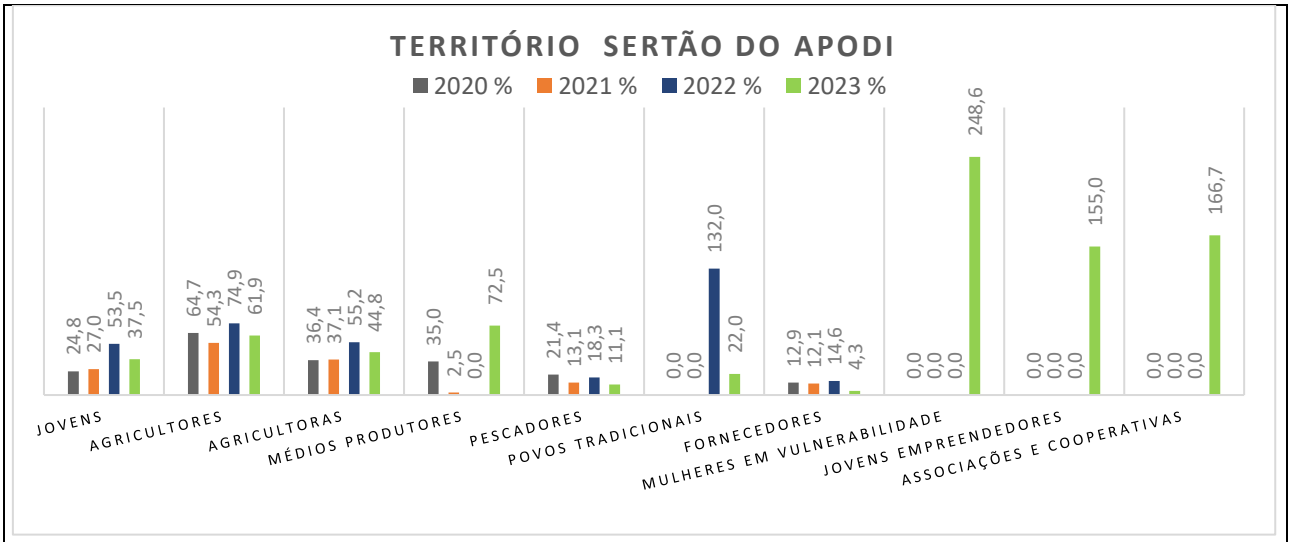


Figura 19 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Sertão do Apodi

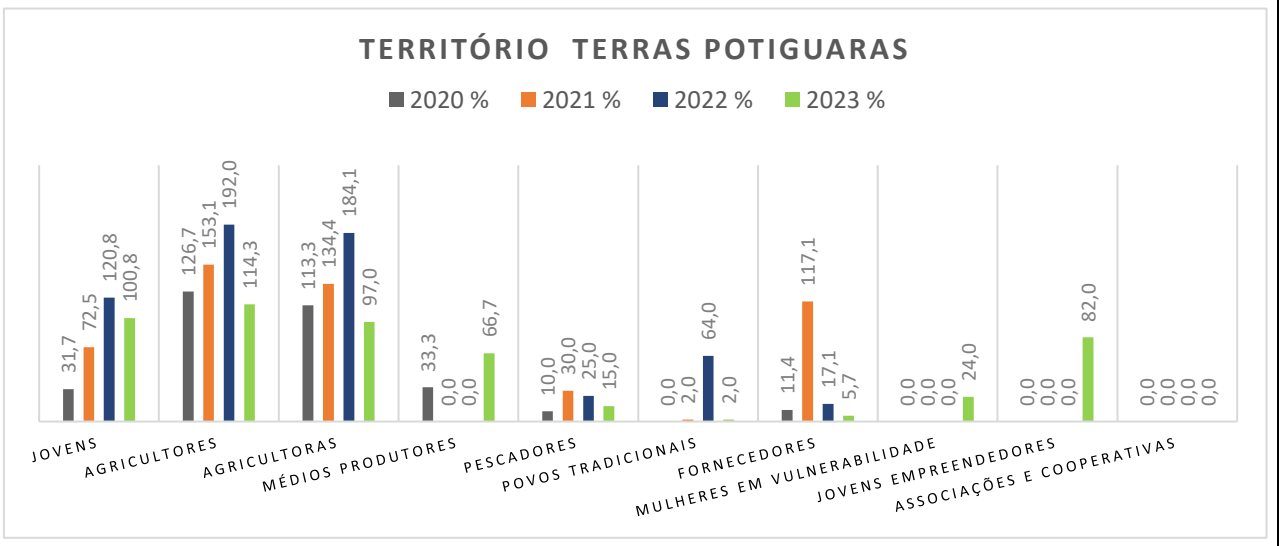


Figura 20 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Terras Potiguaras

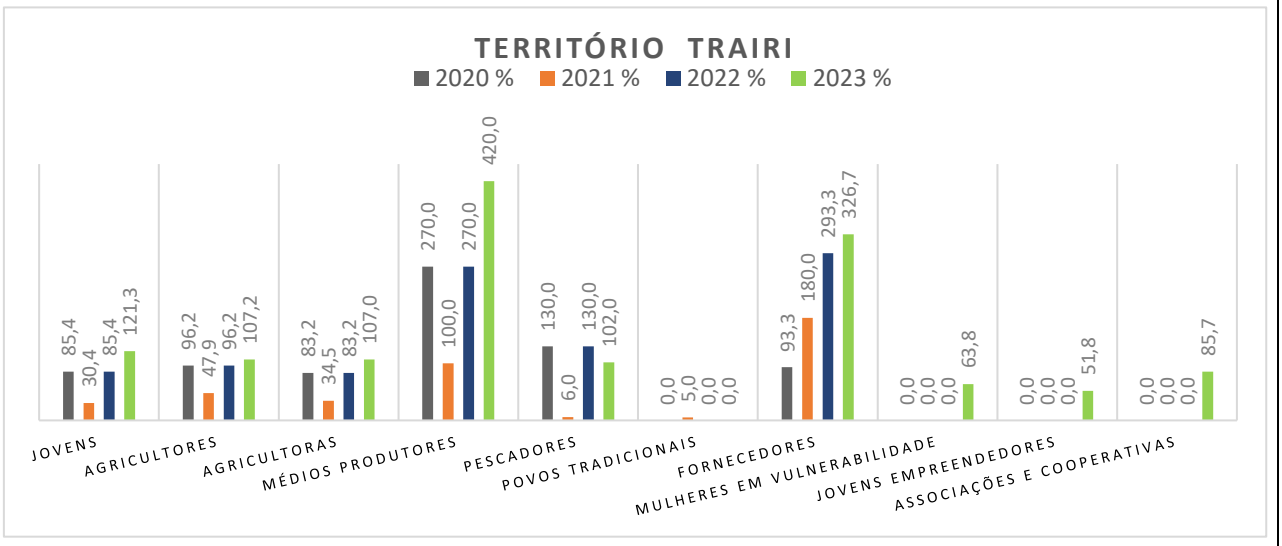


Figura 21 - Comparativo de alcance das metas do PPA da EMATER em 2020 a 2023 do Território Trairi

A figura 22 representa os resultados das metas 00184 e 00179 no decorrer da execução do PPA 2020 a 2023 por onde se observa os desempenhos do objetivo 0022 do programa temático 1040 - Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar.

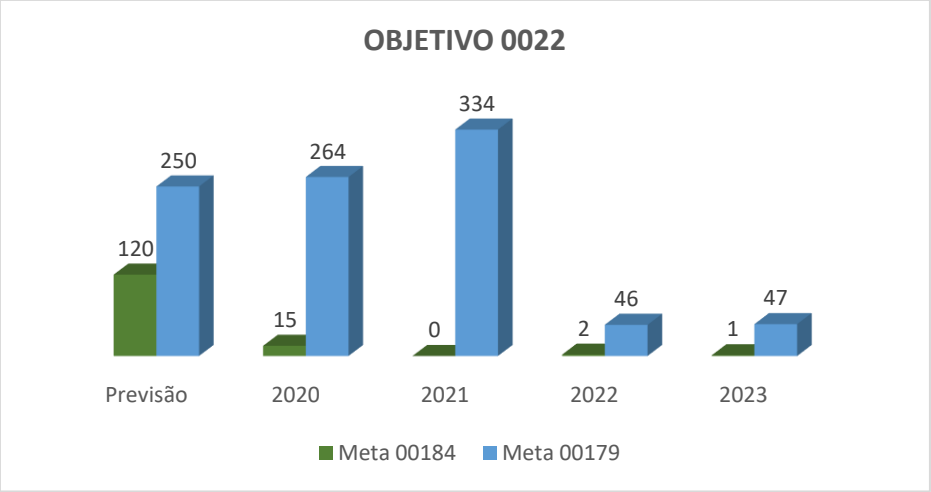


Figura 22 - Comparativo do Objetivo 0022 do quadriênio no PPA - EMATER

Avaliação Geral dos Resultados

A metodologia apresentada dá suporte para avaliação geral do desenvolvimento do PPA da EMATER, especialmente para o comparativo dos dados quantitativos das metas territoriais apuradas e o alcance dos objetivos associados. Primeiramente, se avalia que o desempenho referente as capacitações de: Mulheres em Vulnerabilidade Social, Jovens em Empreendedorismo, Associações e Cooperativas da Agricultura Familiar, devido a condições atípicas, como o isolamento social (pandemia do Covid-19) e dificuldades internas, foram motivo de desmotivação, e consequentemente prejudicou o planejado. No entanto, em 2023, os objetivos 0025, 0026 e 0027 foram alcançados.

Com relação ao objetivo 0011, nas metas que integram as agendas transversais, houve significativa representatividade no desenvolvimento com atendimentos direcionados a Jovens e Agricultoras da agricultura familiar durante o quadriênio. Da mesma forma, a meta que visa atender aos agricultores familiares.

O objetivo 0023, referente ao público dos médios produtores no quadriênio apresentou um alcance mediano com grande variação entre os territórios, observou-se falhas na execução orçamentária da iniciativa vinculada, assim como no objetivo 0011, relacionado aos povos tradicionais, pescadores artesanais e aquicultores.

O objetivo 0022, referente a adequação do ambiente de trabalho nesse período apresentou maiores alcance em 2020 e 2021 na aquisição de bens móveis decorrente a convênios e projetos existentes possibilitando um desempenho superior ao previsto, gerando movimentação de recursos financeiros e orçamentários. Diante do desenvolvimento observado na figura 22 nota-se a importância de projetos e convênios para adequação do ambiente de trabalho da instituição.

É importante ressaltar que, mesmo diante dos desafios enfrentados, os esforços empreendidos resultaram em avanços significativos em diversas atividades. A implementação de políticas de inclusão, a busca pelas sustentabilidade e a promoção da ética e transparência são exemplos do comprometimento da EMATER com o bem-estar da população rural.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Os resultados foram positivos no geral. Houve bom desempenho em vários objetivos cumprindo as demandas da sociedade. No entanto, áreas ainda carecem de atenção adicional. A gestão de recursos humanos, a modernização de processos e a otimização do uso de tecnologia ainda apresentam desafios que precisam ser enfrentados para alcançar níveis ideais de desempenho.

Referências

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. SIGEF: Relatório da Execução Orçamentária por Subação/ Fonte Recurso/ Elemento Despesa. Ano Base: 2023.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. SIGEF: Demonstrativo de Programas Temáticos . Ano Base: 2023

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AVALIAÇÃO DO PPA 2022

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AVALIAÇÃO DO PPA 2021

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AVALIAÇÃO DO PPA 2020

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

EMGERN – EMPRESA GESTORA DE ATIVOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 4
Avaliação individual das INICIATIVAS 4
Avaliação Setorial dos Resultados 5
Avaliação dos Indicadores 6
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 7
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 7
Introdução 7
Do Objetivo da Avaliação 8
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 9
Metodologia 9
Avaliação Geral dos Resultados 10
Síntese da Avaliação e Recomendações 11
Referências 12

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: Código e nome do Órgão: 19204 – Empresa Gestora de Ativos do Rio Grande do Norte – EMGERN
Nome do Programa Temático: Nome do Programa Temático: Novas Práticas de Gestão

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 0315 - Promover a Recuperação de Ativos do extinto Sistema Financeiro Estadual (BANDERN e BDRN).
Códigos das metas: 1553 - Recuperar Ativos oriundos do extinto Sistema Financeiro do Estado do RN.
Códigos das iniciativas: 1563 – Recuperação de Ativos
Avaliação Geral do Objetivo: Durante o exercício 2023, a Empresa Gestora de Ativos do Rio Grande do Norte– EMGERN, através da sua Diretoria e seu quadro de pessoal, planejou ações para realização das metas e objetivos para a recuperação dos Ativos, entretanto, a meta atingiu 13% dos 25% previstos para ser realizado no exercício de 2023. Diante disso, no momento da revisão do PPA, serão realizados ajustes necessários para um melhor alinhamento de nossas ações, bem como, inclusão de novas demandas.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

1553 – Recuperar Ativos do extinto Sistema Financeiro Estadual.

Avaliação da Meta:

Diante dos esforços da Coordenação Jurídica juntamente com a Coordenação de Recuperação de Crédito da EMGERN, em ação conjunta, se obteve este resultado satisfatório, com base principalmente nas recuperações de precatórios junto às prefeituras, como também resultado de ações judiciais para recuperação de outros ativos.

Prevista para o exercício 2023, julga-se a meta satisfatoriamente cumprida, pois atingimos 13% dos 25% previsto para o exercício.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

1563 - Recuperação de Ativos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A Empresa Gestora de Ativos do Rio Grande do Norte – EMGERN, por ser uma empresa independente, não executa o orçamento do Governo do Estado do RN no SIGEF, portanto, neste caso, não tem ligação com ações orçamentárias.

Entretanto, destacamos que a EMGERN vem adotando medidas para inclusão de programas de Governo ligados ao orçamento estadual, bem como, em seu planejamento estratégico 2022/2023 está adotando ações nas atividades já previstas no seu Estatuto. Hoje a EMGERN tem como principal função a recuperação desses créditos (Ativos), mas a gestão da empresa almeja horizontes mais amplos, traçando planos estratégicos de reestruturação visando um futuro próspero para a empresa e consequentemente para o Estado do RN.

É a partir desse cenário que a gestão da EMGERN, vem implementando mudanças estruturais e esboçando planos estratégicos, para assim, dar longevidade à empresa e garantir a efetividade no cumprimento da sua missão, visão e valores. É certo que se tem um trabalho a se fazer com a recuperação de crédito, mas é essencial que se faça desse campo apenas

uma das áreas de atuação da EMGERN, criando-se oportunidades, novos nichos de atuação através de uma visão estratégica inovadora e desafiadora.

No ano de 2023, A Empresa Gestora de Ativos do Rio Grande do Norte atuou especificamente em três ações de impacto relevante, ambas em andamento até finda a confecção deste relatório. A primeira é a recuperação de direitos creditórios do FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais, ação esta que visa a recuperação de mais de R$ 296 milhões aos cofres do Estado do RN. A segunda é um projeto de estudo preliminar de intervenção multidisciplinar visando reuso do Forte dos Reis Magos, Teatro Alberto Maranhão, Rampa e Centro de Convenções e finalmente a terceira ação é o estudo preliminar que possivelmente viabilizará o projeto, à priori intitulado de Conjunto Legal, o qual visa a remissão das dívidas e entrega formal do título de cancelamento de hipotecas dos imóveis dos conjuntos habitacionais do IPERN, em todo o estado do RN. Serão mais de 1.400 famílias beneficiadas com essa ação.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

No exercício de 2023, o previsto para realização é de 25% do total das metas de nossa atividade de Recuperação de Ativos. Julga-se satisfatória as metas atingidas. Em termos comparativos, 2023 superou as expectativas de acordo com os números reais atingidos nos exercícios de 2020 a 2022.

A Meta realizada abaixo do previsto justifica-se por diversos fatores, dentre os quais destacamos:

I – Suspensão da ATA que estipulava a normativa no tocante às negociações das dívidas dos antigos mutuários do SFE. Mesmo após a suspensão da Ata de Reunião, o Jurídico continuou sempre a procurar processos que poderia haver rentabilidade para Empresa, processos judiciais por exemplo, com bens imóveis, penhorados e que poderiam prosseguir para a Hasta Pública, ou seja, seguir para um leilão de imóveis, e resgatar os créditos do mesmo para uma possível liquidação da dívida buscada;

II - Morosidade do judiciário nas decisões dos processos de cobrança dos ativos do extinto Sistema Financeiro Estadual. As visitas aos Juizados são constantes, a fim de dar celeridade, por parte da EMGERN, aos processos em questão, acompanhando com afinco o andamento destes.

III – Valor estipulado como meta anual. Este referido valor foi estabelecido na mudança de gestão, onde o antigo gestor aferiu este valor com base na expectativa da aprovação de um projeto de Lei enviado à Assembleia Legislativa, através da Mensagem Nº 159/2017-GE, o qual

não foi aprovado, e elegia a estimativa de recuperação de ativos anual igual a R$13.650.000,00 (Treze Milhões, Seiscentos e Cinquenta Mil Reais). Julga-se este valor muito além das possibilidades reais de recuperação de ativos. Mesmo dada esta problemática, trabalha-se incessantemente reunindo esforços coletivos na EMGERN a fim de alcançarmos a meta mesmo que parcialmente.

Recomendações:

I – Aprovação de nova ATA que estipula a normativa no tocante às negociações das dívidas dos antigos mutuários do SFE. Já está em andamento junto à Secretaria da Fazenda – SEFAZ, a qual elencará junto com a EMGERN, melhores condições de negociação.

II - Parceria do poder Executivo e Judiciário a fim de dar celeridade aos processos judiciais do Sistema Financeiro Estadual.

III - Elaborar planejamento para o próximo quadriênio, o qual trará previsão de números reais a serem recuperados, fortemente embasados, de acordo com critérios que os respaldam e correspondam à realidade da EMGERN, dos seus entraves jurídicos de seus processos e que esteja em concordância com o histórico já realizado neste quadriênio que se encerra.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (X) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

A Empresa Gestora de Ativos do Rio Grande do Norte - EMGERN, autorizada pela Lei Complementar n° 288, de 1° de fevereiro de 2005, é pessoa jurídica de direito privado da Administração Indireta, constituída sob a forma de empresa pública, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças - SEPLAN. É sediada no Município de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, e atua em todo o território nacional, sendo indeterminado o prazo de sua duração.

Esta instituição tem a sua competência definida pelo Decreto n° 28.180, de 05 de julho de 2018 do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, e sua carta de serviços está disponível no seguinte sítio eletrônico: http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/EMGERN/DOC/DOC000000000316703.PDF

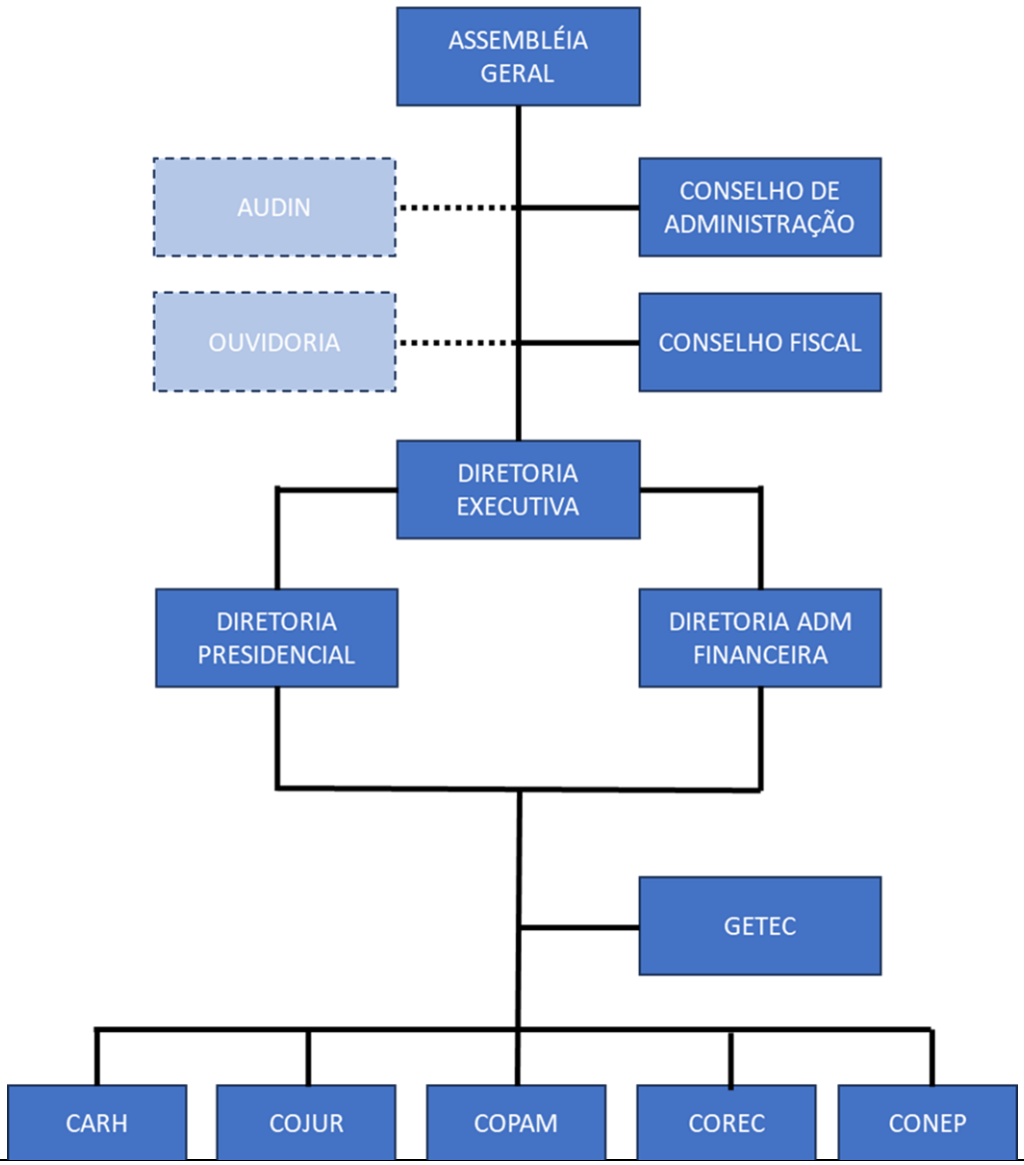
Entende-se por Ativos qualquer tipo de bens, valores, créditos, direitos e assemelhados que formam o patrimônio de uma pessoa singular ou coletiva e que são avaliados pelos respectivos custos. Já o Passivo define-se pelo acervo de débitos de uma pessoa singular ou coletiva, dessa forma ele pode ser administrado e representado pelo administrador judicial. Portanto, a EMGERN atua diretamente na administração desses Ativos (bens) que são basicamente contratos de empréstimos dos antigos mutuários dos extintos bancos do Estado, financiamentos habitacionais, financiamentos comerciais, como também a gestão de parte do acervo de bens imóveis do Estado do RN.

Na ocasião do fechamento dos bancos BANDERN e BDRN, a carteira de mutuários foi administrada da seguinte forma: Aqueles em situação de crédito tiveram suas contas remanejadas para diversas agências da Caixa Econômica Federal, enquanto que aqueles em situação de débito foram administradas pelo Interventor Liquidante até a criação da EMGERN, que conforme o Decreto 21.263, de 31 de julho de 2009, foi criada para gerir esses contratos e bens remanescentes do Sistema Financeiro Estadual - SFE, trabalhando diretamente na recuperação de crédito, além da gestão de parte do acervo de imóveis do estado do RN conforme versa o Decreto Estadual n° 28.180, de 05 de julho de 2018.

A Empresa Gestora de Ativos do Rio Grande do Norte não figura como ente orçamentário. Por ser uma empresa independente, não executa o orçamento do Governo do Estado do RN no SIGEF. Portanto, neste caso, não tem conexão com ações orçamentárias.

Conforme Art. 4º do Decreto Estadual 28.180, Estatuto Social da EMGERN, a sua estrutura organizacional é formada pelos seguintes órgãos fracionários: I - Assembleia Geral (AG), II - Conselho de Administração (CA), III - Conselho Fiscal (CF), IV - Diretoria Executiva (DE), a qual se subdivide entre Diretoria Presidencial (DP) e Diretoria Administrativa Financeira (DAF). As demais coordenações internas da EMGERN, de acordo com Art. 5º do decreto estadual 28.180, se estruturam em: GETEC (Gerente Técnico), CARH (Coordenadoria Administrativa e de Recursos Humanos), COPAM (Coordenadoria de Patrimônio e Manutenção), COJUR (Coordenadoria Jurídica), COREC (Coordenação de Recuperação de Crédito), CONEP (Coordenação de Negócios e Projetos) e finalmente a UCI (Unidade de Controle Interno).

ORGANOGRAMA DA EMGERN



Do Objetivo da Avaliação

Este relatório tem por objetivo explanar os resultados alcançados, inovações empreendidas, demais feitos realizados por esse órgão de forma resumida e contextualizada, bem como os programas temáticos, objetivos e metas e suas respectivas iniciativas de acordo com os instrumentos de planejamento. A seguir, aborda-se o solicitado em diferentes tópicos para melhor estruturação do

conteúdo, além de uma breve apresentação da EMGERN – Empresa Gestora de Ativos do Rio Grande do Norte.
Esta avaliação é de suma importância, pois é através da mesma que se subsidiou a elaboração do planejamento vindouro, partindo da premissa de utilização dos números reais executados no quadriênio que se encerra, para assim, melhor delinear os cenários das metas a serem alcançadas, com projeções financeiras fortemente respaldadas.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

A EMGERN, em seu Estatuto Social, através do Decreto Estadual n° 28.180, de 05 de julho de 2018, de acordo com o Art. 3º, têm por objetivos específicos:
• Adquirir bens e direitos dos órgãos ou entes públicos do Estado do Rio Grande do Norte, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destes;
• Administrar e intermediar a alienação de bens imóveis pertencentes aos órgãos ou entes do Estado do Rio Grande do Norte;
• Administrar ativos de qualquer espécie ou natureza dos órgãos ou entes do Estado do Rio Grande do Norte; e
• O atendimento a demandas de órgãos da administração direta ou indireta do Estado do Rio Grande do Norte, concernentes ao estudo, desenvolvimento e implementação de ações de interesse público.
Para a consecução dos objetivos descritos no caput deste artigo, a EMGERN poderá, nos termos da legislação específica, celebrar convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e entes públicos ou privados, pertencentes ao Estado do Rio Grande do Norte, sua administração pública direta e indireta.

Em relação às metas específicas versadas no PPA Novas Práticas de Gestão, é de competência da EMGERN:
• Código 0315 - Promover a Recuperação de Ativos do extinto Sistema Financeiro Estadual (BANDERN e BDRN).

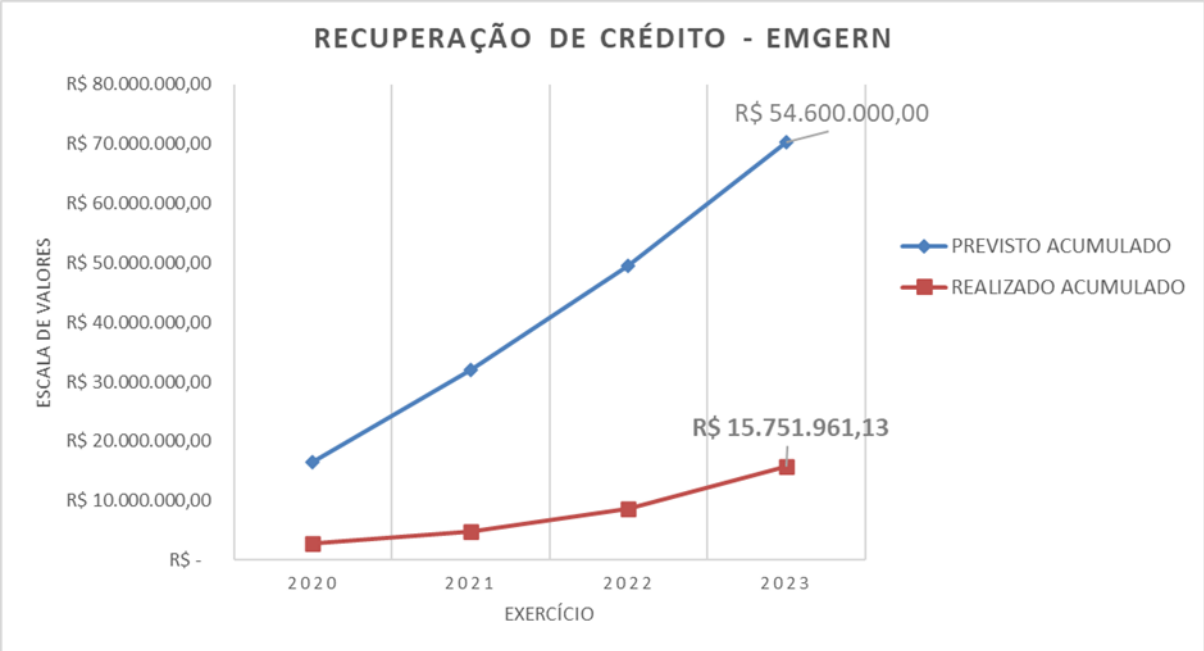
Em relação aos objetivos versados no PPA Novas Práticas de Gestão, é de competência da EMGERN:
• Código 1563 – Recuperação de Ativos

Metodologia

Em conformidade com o Decreto Estadual 21.263/2009, Art. 2º, o qual determina que cabe a EMGERN o desempenho das atividades provenientes da liquidação dos ativos provenientes do Sistema Financeiro Estadual, a Empresa Gestora de Ativos do Rio Grande do Norte– EMGERN, através da sua Diretoria e seu quadro de pessoal, planejou ações para realização das metas e objetivos previstos no PPA 2020-2023 no que tange a recuperação dos Ativos do Estado do RN.

A metodologia se deu quando da elaboração do PPA 2020/2023. Esta empresa fez sua previsão com base na expectativa da aprovação de um projeto de Lei enviado à Assembleia Legislativa, através da Mensagem Nº 159/2017-GE, que facilitaria a renegociação das dívidas provenientes da recuperação dos ativos do Sistema Financeiro Estadual (Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte S/A (BDRN), Banco do Estado do Rio Grande do Norte (BANDERN), Bandern Crédito Imobiliário S/A (BCI) e Bandern Crédito Financiamento e Investimento S/A (BCFI), pelo qual não chegou a se concretizar. O projeto possibilitaria o recebimento de valores previstos de R$ 54.600.000,00 (Cinquenta e Quatro Milhões e Seiscentos mil reais), sendo este valor o informado como meta a recuperar no quadriênio em questão.
A seguir, apresenta-se síntese dos valores previstos versus realizados no tocante à recuperação de ativos para o quadriênio de 2020/2023:

EMPRESA GESTORA DE ATIVOS DO RIO GRANDE DO NORTE - EMGERN					
	MONITORAMENTO DE METAS DO PPA QUADRÊNIO 2020-2023				
EXERCÍCIO	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**TOTAL META**
VALOR PREVISTO	R$ 13.650.000,00	R$ 13.650.000,00	R$ 13.650.000,00	R$ 13.650.000,00	**R$ 54.600.000,00**
VALOR REALIZADO	R$ 2.754.245,35	R$ 1.987.200,29	R$ 3.887.739,75	R$ 7.122.775,74	**R$ 15.751.961,13**
PERCENTUAL	**5%**	**4%**	**7%**	**13%**	**29%**



Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO: EMGERN

No quadriênio 2020/2023, a Empresa Gestora de Ativos recuperou um total de R$15.751.961,13 (Quinze Milhões, Setecentos e Cinquenta e Um Mil, Novecentos e Sessenta e Um Reais e Treze Centavos), o que representa um percentual de 29% em relação ao valor previsto de R$54.600.000,00 (Cinquenta e Quatro Milhões e Seiscentos mil reais).

A Meta realizada abaixo do previsto justifica-se por diversos fatores, dentre os quais destacamos:

I – Suspensão da ATA que estipulava a normativa no tocante às negociações das dívidas dos antigos mutuários do SFE. Mesmo após a suspensão da Ata de Reunião, o Jurídico continuou sempre a procurar processos que poderia haver rentabilidade para Empresa, processos judiciais por exemplo, com bens imóveis, penhorados e que poderiam prosseguir para a Hasta Pública, ou seja, seguir para um leilão de imóveis, e resgatar os créditos do mesmo para uma possível liquidação da dívida buscada;

II - Morosidade do judiciário nas decisões dos processos de cobrança dos ativos do extinto Sistema Financeiro Estadual. As visitas aos Juizados são constantes, a fim de dar celeridade, por parte da EMGERN, aos processos em questão, acompanhando com afinco o andamento destes.

III – Valor estipulado como meta do quadriênio. Este referido valor foi estabelecido na mudança de gestão, onde o antigo gestor aferiu este valor com base na expectativa da aprovação de um projeto de Lei enviado à Assembleia Legislativa, através da Mensagem Nº 159/2017-GE, o qual não foi

aprovado, e elegia a estimativa de recuperação de ativos do quadriênio igual a R$54.600.000,00 (Cinquenta e Quatro Milhões e Seiscentos mil reais). Julga-se este valor muito além das possibilidades reais de recuperação de ativos. Mesmo dada esta problemática, trabalha-se incessantemente reunindo esforços coletivos na EMGERN a fim de alcançarmos a meta mesmo que parcialmente.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Conforme esforços da Coordenação Jurídica juntamente com a Coordenação de Recuperação de Crédito da EMGERN, em ação conjunta, se obteve este resultado satisfatório, com base principalmente nas recuperações de precatórios junto às prefeituras, como também resultado de ações judiciais para recuperação de outros ativos. Prevista para o quadriênio em questão, julga-se a meta satisfatoriamente cumprida, pois atingiu-se 29% do previsto.

Diante disso, no momento da revisão do PPA, realizou-se ajustes necessários para um melhor alinhamento das ações da EMGERN, bem como inclusão de novas demandas. É estipulado como meta de suma importância elaborar planejamento para o próximo quadriênio, o qual trará previsão de números reais a serem recuperados, fortemente embasados, de acordo com critérios que os respaldam e correspondam à realidade desta empresa, dos seus entraves jurídicos, de seus processos, e que esteja em concordância com o histórico já realizado neste quadriênio que se encerra.

Hoje a EMGERN tem como principal função a recuperação desses créditos, conforme explanado na apresentação inicial deste relatório, mas a gestão da empresa almeja horizontes mais amplos, traçando planos estratégicos de reestruturação visando um futuro próspero para a empresa e consequentemente para o Estado do RN. É a partir desse cenário que a gestão da EMGERN, vem implementando mudanças estruturais e esboçando planos estratégicos, para assim, dar longevidade à empresa e garantir a efetividade no cumprimento da sua missão, visão e valores.

Durante o Quadriênio de 2020/2023, A Empresa Gestora de Ativos do Rio Grande do Norte atuou especificamente em duas ações de impacto relevante, as mesmas em andamento até finda a confecção deste relatório. A primeira é a recuperação de direitos creditórios do FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais, ação esta que visa a recuperação de mais de R$ 296 milhões que retornarão aos cofres do Estado do RN. A segunda ação é o estudo preliminar que possivelmente viabilizará o projeto, à priori intitulado de Conjunto Legal, o qual visa a entrega formal do título de cancelamento de hipotecas dos imóveis dos conjuntos habitacionais do IPERN, em todo o estado do RN. Serão mais de 1.400 famílias beneficiadas com essa ação.

Além disso, a EMGERN está elaborando juntamente com CSA/IFRN um estudo preliminar objetivando implantação do sistema de gestão integrada, normas e procedimentos que fomentam uma gestão eficaz, incisiva e focada em resultados, cumprimento de normas e fluidez dos processos, a ser implementada durante o ano de 2024, configurando, dessa forma, uma meta importante pro exercício vindouro.

Portanto, recomenda-se:

I – Aprovação de nova ATA que estipula a normativa no tocante às negociações das dívidas dos antigos mutuários do SFE. Já está em andamento junto à Secretaria da Fazenda – SEFAZ, a qual elencará junto com a EMGERN, melhores condições de negociação.

II - Parceria do poder Executivo e Judiciário a fim de dar celeridade aos processos judiciais do Sistema Financeiro Estadual.

III - Elaborar planejamento para o próximo quadriênio, o qual trará previsão de números reais a serem recuperados, fortemente embasados, de acordo com critérios que os respaldam e correspondam à realidade da EMGERN, dos seus entraves jurídicos de seus processos e que esteja em concordância com o histórico já realizado neste quadriênio que se encerra.

Referências
I – Memorando Informativo da projeção das receitas para o Quadriênio 2020/2023 II – Demonstrativos Contábeis

PPA | planejamento transparência integração

Plano Plurianual 2020-2023

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

FUNDASE/RN

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 4
Avaliação individual das INICIATIVAS ..... **Erro! Indicador não definido.**
Avaliação Setorial dos Resultados 25
Avaliação dos Indicadores 26
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 26
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 26
Introdução 26
Do Objetivo da Avaliação 26
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 26
Metodologia 30
Avaliação Geral dos Resultados 32
Síntese da Avaliação e Recomendações 37
Referências ..... **Erro! Indicador não definido.**

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 262021 - Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do RN - FUNDASE
Nome do Programa Temático: IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS

Avaliação Geral do Objetivo 1

Código e descrição do Objetivo: 0128 - Integrar a gestão do sistema de informação da FUNDASE aos de segurança e de Justiça; melhorar e ampliar a infraestrutura física e de combate a incêndios das unidades de atendimento socioeducativo do RN
Códigos das metas: 0233 - Situação: Concluída 0194 - Situação: Não iniciado 0218 - Situação: Em andamento 0224 - Situação: Concluída 0389 - Situação: Não iniciado
Códigos das iniciativas: 0468; 0492; 0496; 0500; 0502; 0935
Avaliação Geral do Objetivo: O conjunto das metas atreladas ao cumprimento deste objetivo possibilita às unidades operacionais condições de segurança nos espaços destinados ao cumprimento de Medidas Socioeducativas, para aqueles que cumprem e para os que trabalham na execução de tais medidas, assegurando igualmente a operacionalização das atividades diárias, dando efetividade ao acesso à educação, lazer, formação profissional. Para tanto, incluem-se manutenção da estrutura física, construção de unidade, disponibilização de equipamentos para o cumprimento das tarefas dos profissionais, proteção e combate a incêndio e a comunicação e integração com o sistema de segurança do Estado. No cumprimento desse objetivo, apenas as metas **0224** e **0233** concluíram com 100% de execução, a primeira trata do aparelhamento e reaparelhamento das unidades de

atendimento, no conjunto das aquisições comtempladas para esta meta fez-se a entrega de detectores de metais para uso nos procedimentos de segurança nessas unidades, e a segunda (meta **0233**), referente à reestruturação do sistema de segurança socioeducativo nas unidades, contratou-se o serviço de locação de rádios comunicadores para uso nos procedimentos de segurança nas unidades de atendimento.

Para as metas **0194**, **0218** e **0389**, as quais cuidam da construção de unidades de atendimento, da recuperação e reforma das unidades e da implementação da estrutura de combate a incêndio, embora houvesse dotação inicial os valores foram remanejados para outra subação e as metas prosseguirão para o PPA 2024-2027.

A realização das metas previstas para o cumprimento deste objetivo garante aos adolescentes atendimento num espaço físico adequado em obediência às orientações do SINASE, bem como com condições de segurança, de maneira a evitar as evasões dos internos e a invasão por outros indivíduos. Investir na integração e gestão do sistema de informação da FUNDASE, afetos ao sistema de segurança do Estado do RN.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:

0233 - Reestruturar o sistema de segurança socioeducativa em 10 unidades de atendimento dotado de modernização tecnológica e integradas aos sistemas de segurança pública e de justiça

Avaliação da Meta:

Situação: Concluída

A meta, a qual trata de contratação de videomonitoramento a ser instalado nas unidades socioeducativas, foi iniciada mediante o processo SEI Nº 03510002.000954/2021-28. Contudo, ante a redução no teto orçamentário e, consequentemente, a indisponibilidade financeira, a contratação se tornou inviável, já que a dotação inicial seria apenas de R$64.702,00. Assim, de ordem da Presidência da FUNDASE, foi deliberado o encerramento do presente processo, tendo em vista a necessidade de ser elaborado novo Termo de Referência no intuito de contemplar somente 05 (cinco) das 10 (dez) unidades, sendo elas: Case Caicó, Case Mossoró, Case Pitimbú, Casef Padre João Maria e Almoxarifado. Tal decisão se deu em virtude de se buscar reduzir os custos do serviço, ora contratado.

Deste modo, foi realizado a abertura de novo processo SEI Nº 03510002.003774/2021-06, nos moldes definidos pela Gestão da FUNDASE, contudo, o processo se encontra tramitando entre vários setores necessários para o seu regular andamento.

No entanto, em contato com o Setor responsável por compras e contratos, Gerência de Logística e Suprimentos – GLOS, obteve-se a informação de que o processo se manteve

paralisado no exercício de 2023 por falta de orçamento, malgrado a existência dele na abertura do exercício, este acabou sofrendo contingenciamento.

Além do mais, a Gerente do Setor também repassou que o processo voltou a tramitar, inclusive tendo sido encaminhado para o Núcleo de Segurança Institucional – NSI, em 10/11/2023, este que será responsável pela atualização de pesquisa mercadológica, bem como o termo de referência, isto, no intuito de que a meta possa vir a ser alcançada no exercício seguinte, 2024, vez que se encontra prevista no próximo Plano Plurianual – PPA 2024/2027; portanto, demandando orçamento para a sua execução.

Ademais, foi realizada a locação de 66 (sessenta e seis) rádios comunicadores da empresa KONEKT TELECOM, mediante o Contrato Nº 14/2023; ressalta-se que os mencionados rádios comunicadores foram distribuídos da seguinte maneira: 35 (trinta e cinco) unidades no território TERRAS POTIGUARAS (CASE PITIMBU-15, CASEP METROPOLITANO-08, CASEF Padre João Maria-06, CASEMI NAZARÉ-06), 23 (vinte e três) unidades em ASSÚ/MOSSORÓ (CASE MOSSORÓ-10, CASEP OESTE-10, CASEMI SANTA DELMIRA-07) e 08 (oito) unidades em SERIDÓ/CAICÓ (CASE CAICÓ).

Código e descrição da Meta:

0194 - Construir 01 unidade de atendimento socioeducativo para adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida de internação no RN

Avaliação da Meta:

Situação: Não iniciado

No que se relaciona a meta, ora em análise, é importante destacar que a FUNDASE opera tanto as unidades masculinas como as unidades femininas; entretanto, o objeto inicial desta meta era construir mais 01 (uma) unidade de internação para adolescentes do sexo masculino.

Ocorre que a gestão da FUNDASE decidiu pela construção de 01 (uma) Unidade de Atendimento Integrado – UNAI, seguindo as recomendações expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, já que a referida Unidade irá tratar do atendimento inicial integrado ao adolescente, com atribuição de ato infracional, assistidos em um mesmo local, pelos órgãos partícipes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social, instrumentaliza a garantia da proteção dos direitos ao adolescente, permitindo a efetivação do Artigo 88, Inciso V do ECA/90, garantia dos princípios da excepcionalidade e brevidade da internação provisória, cujo os órgãos arrolados, podem atuar de forma célere, até mesmo em regime de plantão (finais de semanas e feriados).

O Rio Grande do Norte, com a implementação desse programa, ganha um importante instrumento para fortalecimento da Política de Atendimento Socioeducativo, a implantação e instalação dessa infraestrutura física, operacional e estratégica, articulada, com órgãos,

citados e os sistemas SGD – Sistemas de Garantias de Direitos será um divisor na execução das ações no atendimento ao adolescente e na garantia de seus direitos.

Mediante a mudança do tipo de unidade a ser construída, a presente meta não foi iniciada e foi redefinida para o próximo Plano Plurianual – PPA 2024/2027, mantendo a proposta de conveniamento junto ao Governo Federal. Assim, a dotação inicial foi remanejada para outra subação.

Código e descrição da Meta:

0218 - Recuperar/reformar a estrutura física de Unidades de Atendimento conforme as normativas da socioeducação

Avaliação da Meta:

Situação: Em andamento

No que se relaciona à meta, ora tratada, é importante que se traga à baila que a FUNDASE atualmente administra 12 (doze) imóveis, estes que se encontram ativos, porém com alguns ambientes em condições precárias, apresentando problemas nas instalações gerais (elétrica, lógica, telefonia, hidrossanitária, entre outras), nas coberturas, nas alvenarias, nas esquadrias, dentre outros elementos físicos dos imóveis.

Como é sabido, com a entrada em exercício dos novos servidores, estes proveniente do concurso público, o Núcleo de Infraestrutura – NINFRA, conseguiu ser reestruturado e com isso foi possível realizar uma série de ajustes nas unidades, como por exemplo, ampliação dos postos de trabalho, com adição de pontos de tomada, de lógica, dentre outras providências que se entendiam necessárias.

Nesse contexto, o Núcleo de Infraestrutura – NINFRA, previu a indispensabilidade de contratação de empresa especializada em manutenção predial, tendo em vista a dinâmica de utilização das Unidades, que por sua vez, necessitam de constantes reparos para o seu regular funcionamento e, assim, conseguir atender os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa como determina as legislações orientadoras, bem como os servidores que prestam serviços nas unidades.

Contudo, no intuito de fiscalizar como, de fato, se encontravam os prédios em que funcionam a socioeducação, os servidores integrantes deste Núcleo ao visitar as Unidades da FUNDASE/RN puderam perceber que os imóveis carecem, urgentemente, de manutenção, reparos, restauros e reforma em vários elementos estruturais para o bom funcionamento.

Além disso, outro ponto que merece destaque é que, atualmente, a FUNDASE/RN não dispõe de profissionais/equipe e/ou empresa contratada para realização dos serviços de manutenção predial corretiva/preventiva em todas as Unidades, fato este que impede que

aquela consiga atender de forma eficiente e precisa as demandas apresentadas frequentemente pelas Unidades.

Assim, diante dessa problemática na manutenção das edificações sob a administração da FUNDASE/RN, o Núcleo de Infraestrutura - NINFRA, em consonância com a Diretoria de Desenvolvimento Institucional – DDI, e outras Assessorias e Gerências, e na busca de encontrar outras formas de prestação de serviços de manutenção predial, realizaram pesquisas em alguns Órgãos Públicos, vindo a ser encontrados modelos interessantes e próximos da realidade desta Fundação, os quais poderiam ser adotados.

Seguindo nesta senda, o Núcleo de Infraestrutura – NINFRA, tomou ciência da existência da Ata de Registro de Preços nº 07/2023 da Secretaria de Saúde Pública do Rio Grande do Norte – SESAP, onde observou-se que a mesma é composta por 03 (três) lotes, estes que abrangem: Natal e grande Natal, Caicó e cidades circunvizinhas e Mossoró e cidades circunvizinhas; assim, constatou-se que a mencionada Ata seria a mais adequada para suprimir as necessidades/demandas mais urgentes das Unidades da FUNDASE; outrossim, importante salientar que a Ata referenciada aqui abrange a gama de serviços (manutenção) expostos na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.

Diante do exposto, a FUNDASE/RN fez a adesão à Ata de Registro de Preços nº 07/2023 - SESAP - Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva dos bens imóveis da Fundação, no valor de R$ 1.484.767,77 (hum milhão e quatrocentos e oitenta e quatro mil e setecentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos), conforme processo SEI Nº 03510016.001296/2023-02.

Ato contínuo, para garantir a adesão à Ata, foi feito um empenho no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); ainda no exercício de 2023 foi firmado contrato com a empresa GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, em 05/12/2023, tendo sido publicado no Diário Oficial em 04/01/2024, para a Unidade CASE MOSSORÓ, esta que se encontra com sérios problemas no quadro de entrada de energia e sem eletricidade em alguns ambientes; deste modo, ao garantir tal adesão, as Unidades desta Fundação poderão, durante o exercício de 2024, passar por manutenções periódicas das quais necessitam.

Portanto, em que pese não tenha sido realizado serviços de reforma no exercício de 2023 devido a ocorrência do contingenciamento, embora exista a necessidade de recuperar/reformar todas as unidades da FUNDASE/RN, destaca-se que com a adesão à Ata é esperado que, para o exercício de 2024, seja garantida a eficiência dos prédios, tornando a vida dos servidores e, principalmente, dos adolescentes internos em cumprimento de medida socioeducativa, mais agradável, segura e saudável, consequentemente minimizando futuros transtornos que detenham certa gravidade.

Código e descrição da Meta:

0224 - Aparelhar e reaparelhar Unidades de Atendimento Socioeducativo

Avaliação da Meta:

Situação: Concluída

Isto posto, observa-se que a meta foi concluída com a aquisição de detectores de metais para fins da melhoria no atendimento ao adolescente. Assim, por meio do Núcleo de Segurança Institucional – NSI da FUNDASE/RN, foi realizado o levantamento da demanda de aparelhamento e, deste modo, realizada a aquisição de 50 (cinquenta) detectores de metais. Esta aquisição se deu através da empresa CASERNA Nfe 2884, vindo os detectores de metais a serem distribuídos da seguinte forma: 32 (trinta e dois) unidades no território TERRAS POTIGUARAS (CASE PITIMBU-05, CASE METROPOLITANO-05, CASEF PADRE JOÃO MARIA-03, CASEMI NAZARE-05), 05 (cinco) unidades em SERIDÓ/CAICÓ (CASE CAICÓ) e 13 (treze) unidades em AÇU/MOSSORÓ (CASE MOSSORÓ-05, CASEP OESTE-05, CASEMI SANTA DELMIRA-03).

Código e descrição da Meta:

0389 - Implementar a estrutura de combate a incêndio, em 10 unidades de atendimento

Avaliação da Meta:

Situação: Não iniciado

A necessidade de implementar a estrutura de combate a incêndio é uma meta que vem sendo mantida nos Planos Plurianuais – PPA's, em busca da execução, mas devido à escassez de recurso disponível e a prioridade de outras metas, aquela necessitou ser deixada para um momento posterior.

Sendo assim, é importante destacar que desde o ano de 2017 foi empreendido o esforço na realização de projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico – PSCIP, este que tramitava no processo físico n° 3515, cadastrado no Corpo de Bombeiro Militar do Rio Grande do Norte – CBMRN; deste modo, dando andamento ao projeto, foi realizada a vistoria pelo órgão responsável, o qual determinou o retorno dos autos à FUNDASE/RN para as atualizações necessárias, mediante processo SEI Nº 0350001.002530/2021-16.

Contudo, os autos permaneceram paralisados pelo lapso temporal de 02 (dois) anos, tendo em vista a insuficiência de pessoal, além de que, em que pese a existência de disponibilidade orçamentária, no decorrer do exercício a subação foi zerada devido o remanejamento dos recursos, sendo estes alguns dos aspectos que tornou a inviabilidade da execução.

Desta maneira, ante a falta de disponibilidade financeira e orçamentária, o projeto se tornou defasado, não havendo movimentação para esta meta neste período; no entanto, a meta foi redefinida para o próximo PPA 2024-2027 e conta com orçamento destinado para a mesma.

Além do mais, com a realização do concurso público para a recomposição do quadro de servidores, o Núcleo de Infraestrutura – NINFRA, foi reestruturado, inclusive já tendo sido adotado algumas providências, como a solicitação de apoio institucional/engenharia à Secretaria de Infraestrutura do Estado/SIN, isto com o objetivo de que seja disponibilizada equipe técnica especializada para levantamento arquitetônico de 11 (onze) edificações da FUNDASE, através do Processo SEI Nº 03510001.003847/2023-23.

Outrossim, após os autos serem recebidos na Secretaria de Infraestrutura – SIN, e ter passado pela análise técnica da equipe responsável, a qual se manifestou pela impossibilidade de atender o pleito da FUNDASE/RN em sua integralidade, pois não demandam de efetivo para suprir todas as necessidades inicialmente solicitadas, tendo em vista ser uma Secretaria que atende a todo o Estado do Rio Grande do Norte; assim, opinando que a FUNDASE informasse quais seriam os projetos prioritários para que contasse com o apoio daquela, e sugerindo que os demais sejam realizados mediante empresa contratada.

Deste modo, seguindo a manifestação da equipe técnica, o Secretário da Infraestrutura proferiu despacho, em 03/12/2023, onde entendeu pela necessidade de remessa dos autos, de forma simultânea, para a FUNDASE/RN, no intuito de que esta elencasse quais projetos seriam prioridades, e para a COS/SIN para que executasse as demandas mais urgentes já definidas pela FUNDASE/RN, visto a natureza do serviço solicitado e a urgência envolvida.

Finalmente, cumpre esclarecer que os autos, em 04/12/2023, foram remetidos para a FUNDASE/RN, tendo sido encaminhado para o Núcleo de Infraestrutura – NINFRA, para adoção das medidas pertinentes, ou seja, definições das urgências e, em seguida, prosseguimento do feito; tendo o NINFRA proferido despacho, em 08/12/2023, elencando a ordem de prioridade das unidades, mediante caráter de urgência, vindo a remeter o processo para a Secretaria de Infraestrutura do Estado/SIN, no intuito de que esta procedesse à atualização dos projetos arquitetônicos para que, em seguida, possa ser dado andamento no processo licitatório e contratação de empresa especializada para execução desses serviços.

Avaliação Geral do Objetivo 2

Código e descrição do Objetivo:

0140 - Recompor o quadro, valorizar e qualificar os operadores do Atendimento Socioeducativo da FUNDASE/RN

Códigos das metas:

0392 - Situação: Não iniciada

0393 - Situação: Parcialmente concluída

1543 - Situação: Concluída

1544 - Situação: Concluída

Códigos das iniciativas:

0506; 0508; 2243; 2244

Avaliação Geral do Objetivo:

Com base na promulgação da Lei Complementar nº 614/2018, modificou-se a nomenclatura da Fundação e dos cargos de gestão das unidades e dos cargos técnicos e administrativos. A FUNDASE/RN deve prever a formação permanente da comunidade socioeducativa, de maneira a qualificar o atendimento socioeducativo nos moldes das legislações nacionais.

Tendo isso em vista, a meta **0392**, a qual trata do favorecimento e incentivo dos servidores da FUNDASE/RN para aperfeiçoamento técnico, não foi iniciada visto a morosidade da tramitação para realização do concurso público e entrada dos servidores em exercício, inviabilizando o incentivo em tais eventos de aperfeiçoamentos técnicos para 2023.

No que concerne à meta **0393**, que se refere à qualificação dos servidores da FUNDASE/RN, esta foi parcialmente concluída, uma vez que foi realizada a qualificação de 20% dos novos servidores.

Já em relação às metas **1543** e **1544**, foram concluídas com 577 (quinhentos e setenta e sete) novos servidores, em exercício, provenientes do concurso público, e com a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços terceirizados e de atividades auxiliares.

Código e descrição da Meta:

0392 - Favorecer e incentivar a participação de 50 servidores da Socioeducação em eventos de aperfeiçoamento técnico

Avaliação da Meta:

Situação: Não iniciada

A presente meta, que trata do favorecimento e incentivo dos servidores da FUNDASE/RN, para aperfeiçoamento técnico, acabou sendo inviabilizada, portanto, não tendo sido realizados os eventos de aperfeiçoamentos técnicos, uma vez que o concurso público tão somente foi concluído no segundo semestre de 2023; assim, diante de tal fato, não existiu tempo hábil para favorecer e incentivar a participação dos servidores, visto que foi dada prioridade a meta 393, esta que faz referência à qualificação daqueles, pois necessário se levar em consideração a necessidade da realização desta última meta apresentada para o aperfeiçoamento dos novos servidores, bem como a entrada destes em exercício.

Código e descrição da Meta:

0393 - Qualificar 700 Servidores da FUNDASE com base na concepção socioeducativa e com foco nas práticas restaurativas

Avaliação da Meta:

Situação: Parcialmente concluída

A meta somente foi iniciada em setembro de 2023, tendo em vista que se encontrava aguardando a conclusão do concurso público para compor o quadro de efetivo da FUNDASE/RN para após ser realizada as qualificações; frisa-se que a qualificação foi executada pelo Núcleo de Segurança Institucional – NSI, tendo como público-alvo os novos servidores.

Os cursos de qualificação foram realizados na Escola de Governo, no auditório da SETHAS, na UERN, no Batalhão de Choque (BPChoque – tatame) e em todas as 10 (dez) unidades da FUNDASE; destaca-se que foram ofertadas 10 (dez) turmas, cada uma contando com 28 (vinte e oito) servidores, com carga horária de 40 (quarenta) horas, distribuídas em 5 (cinco) dias de aulas, totalizando em 280 (duzentos e oitenta) servidores qualificados.

A metodologia utilizada para o curso de formação contou com as formas teóricas e práticas; na primeira, forma teórica, foram ministrados conteúdos mediante a utilização de projetor de slides e quadro-branco, vindo a ser trabalhados debates e proposições de situações-problemas relacionados ao dia comum dos servidores da socioeducação, bem como situações especiais e extraordinárias que poderiam ocorrer, tudo isso lastreado pelas legislações pertinentes, com especial ênfase ao Lei 8.069/90 - ECA, Lei 12.594/2012 - SINASE, Portaria nº 249/2019-GP - Manual de Segurança Socieducativo da FUNDASE, e Portaria nº 250/2019-GP - Regimento Interno das Unidades de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação, semiliberdade e internação provisória da FUNDASE/RN.

Já na segunda, forma prática, foram realizados exercícios práticos em situações de revistas (de visitantes, de adolescentes, estrutural, de objetos e materiais), nas modalidades simples, completa e minuciosa dando ênfase a peremptória proibição de revistas vexatórias; transporte de adolescentes dentro da unidade, ações de segurança nas mais variadas situações de atividades realizadas pelos adolescentes; ações de entrada, saída dos alojamentos; retirada e deslocamento de adolescentes no interior e exterior das unidades.

Além do mais, foram utilizados vários alojamentos e compartimentos diversos das unidades que passaram pelo treinamento, para simulação das mais variadas atividades desenvolvidas pelos agentes socioeducativos, tudo sem prejuízo das atividades rotineiras das unidades.

Por fim, ressalta-se que a temática dos cursos de qualificações ministrados foram os seguintes: Da segurança preventiva nas unidades de atendimento socioeducativo; Das rotinas nas unidades de socioeducação; Deslocamentos dentro das unidades de socioeducação;

Orientações técnicas e relação das medidas de segurança em relação ao Plano Individual de atendimento (PIA) e adolescentes em serviços de acolhimento; Orientações gerais sobre as revistas; Procedimentos em revistas; Revistas de visitantes; Procedimento de vistoria em pertences; Vistoria em veículos de passeio, verificando a existência de objetos proibidos; Ações em caso de fuga; Do controle de comunicação; Das revistas nas unidades de socioeducação/da vistoria estrutural; Das revistas nos (as) socioeducandos (as); Das revistas de familiares e visitantes; Das revistas completas e incertas; Do acesso de familiares e visitantes dos (as) adolescentes; Do acesso de autoridades, advogados (as) e oficiais de justiça; Do controle de acesso e uso de objetos e materiais proibidos e autorizados; Materiais que tenham a entrada proibida nas unidades socioeducativas; Dos indicadores de situação de crise; e Ações em face as crises nas unidades.

Além disso, o Núcleo de Desenvolvimento Humano – NDH, foi o responsável pela emissão da certificação dos participantes, tendo a FUNDASE/RN como o órgão qualificador; por fim, frisa-se que a qualificação não demandou orçamento e a meta se encontra parcialmente concluída, com 20% (vinte por cento) de conclusão.

Código e descrição da Meta:

01543 - Realização de concurso público

Avaliação da Meta:

Situação: Concluída

A FUNDASE passou por um processo de Intervenção Judicial, determinado nos autos do processo nº 0108149-70.2014.8.20.0001, renovado por sentença judicial exarada nos autos deste mesmo processo, no qual previa a realização de concurso público com o fim de dar exequibilidade a sua missão institucional, uma vez que o funcionamento da FUNDASE/RN dependia, de forma excepcional e precária, das contratações de servidores temporários, os quais substituíram os servidores decorrente de vagas abertas, em razão de 1.042 (hum mil e quarenta e dois) servidores que foram aposentados no período de janeiro de 2009 a maio de 2021, 17 (dezessete) servidores que foram exonerados e 26 (vinte e seis) falecidos; deste modo, desde 2018 os contratos temporários vinham sendo prorrogados, mediante acordos judiciais e termos aditivos.

Desta maneira, mediante a constatação de que a FUNDASE necessitava da realização do concurso, conjugando ainda a informação de que os contratos por tempo determinado representavam cerca de 66,5% (sessenta e seis, vírgula cinco por cento) do total de servidores que desempenhavam suas atividades laborais no âmbito da FUNDASE, afirmava-se argumentação suficiente para motivar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização, realização, processamento e divulgação de resultado final de concurso público.

O concurso foi devidamente autorizado, conforme acordo celebrado judicialmente nos autos da Ação Civil Pública supramencionada, pela Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Maria de Fátima Bezerra, consoantes fls. 260 a 272, do processo SEI acima disposto, reafirmado no primeiro aditivo ao termo de acordo judicial de encerramento da intervenção; com isto, foi viabilizada a deflagração do processo licitatório e publicado o aviso de abertura, em 26 de novembro de 2021, na modalidade concorrência, tipo: técnica e preço, consoante edital nº 002/2021.

Para a execução do concurso foi celebrado contrato entre o Governo do Estado e o Instituto AOCP, empresa especializada na prestação de serviços técnicos no que se refere à organização, planejamento e execução das fases do concurso público para o provimento de 577 (quinhentas e setenta e sete) vagas para o preenchimento de cargos efetivos da Fundação Estadual da Criança e do Adolescente. As 577 (quinhentas e setenta e sete) vagas foram distribuídas conforme demonstrada no quadro abaixo a seguir:

Quadro Demonstrativo de Vacância de Cargos com a Implantação da Lei Complementar n° 614/2018

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS	**CARGOS PÚBLICOS LC 614/2018**			**CONCURSO PÚBLICO**	**VENCIMENTO INICIAL LC 614/2018**
	QUANTITATIVO previsto na Lei	**EFETIVOS**		**TOTAL DE VAGAS**	**R$**
		OCUPADOS	**VAGOS**		
Analista Socioeducativo	115	0	115	61	3.189,39
Analista Administrativo	30	0	30	24	3.029,92
Agente Socioeducativo	550	28	522	420	2.286,55
Técnico de Nível Superior	88	47	41	17	2.870,90
Técnico de Nível Médio	305	120	185	55	1.899,31

Total	1.088	195	893	577	-

Informamos que todos os documentos que compõem o concurso público encontram-se no processo SEI nº 055322/2015-4, com todas as entregas das fases previstas no certame com a consolidação e publicação da lista definitiva e final dos candidatos classificados, estando o mesmo homologado pelo Executivo Estadual, de acordo com os editais das homologações publicados no Diário oficial do Estado, edição n. 15411 de 21 de abril de 2023 para os seguintes cargos: analista socioeducativo, analista administrativo, técnico de nível superior e técnico de nível médio, e edição n. 15.452, de 23 de junho de 2023, para o cargo de Agente Socioeducativo.

Atualmente, a FUNDASE/RN conta com 752 (setecentos e cinquenta e dois) servidores em efetivo exercício, sendo 577 (quinhentos e setenta e sete) servidores provenientes do concurso público, ora tratado, estando estes distribuídos nas 10 (dez) unidades de atendimento, almoxarifado e na Sede, localizada no Centro Administrativo do Estado.

Código e descrição da Meta:

1544 - Contratar empresa de locação de mão de obra para realização de serviços diversos

Avaliação da Meta:

Situação: Concluída

Como é sabido, a FUNDASE/RN é o órgão do Governo do Estado responsável pela manutenção e funcionamento de 10 (dez) unidades que executam as medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade, atendendo diuturnamente a 357 (trezentos e cinquenta e sete) adolescentes, a quem se atribuiu a prática de ato infracional.

Para o funcionamento e manutenção destas unidades socioeducativas, inclui-se as condições de oferta de limpeza dos ambientes, do vestuário, dos utensílios e espaço reservados para a alimentação, garantidos através dos serviços de limpeza geral (faxina), lavanderia e inclui-se também a capinação e a poda de áreas verdes garantindo a limpeza das áreas do entorno predial, frente e retaguarda dos muros, tendo em vista a questão da segurança interna e externa destas unidades.

Além dos serviços já mencionados, acrescenta-se a função de motorista, necessário na condução dos veículos disponibilizados para o funcionamento das unidades que precisam de carros de plantão 24 horas destinados aos deslocamentos de adolescentes para audiências com serviço de escolta, serviços médicos, hospitalares e de urgência.

Verifica-se que os serviços auxiliares de limpeza, capinação, poda, lavanderia, e motoristas são necessários no sentido de que venham a oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade, conforme preconizado no artigo 94, inciso VII, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Inclui-se aqui as condições de oferta de limpeza do ambiente, do vestuário, dos utensílios do espaço reservado para a alimentação.

Nesse sentido, a FUNDASE contava com 122 (cento e vinte e dois) auxiliares de serviços diversos, cargo em extinção, conforme parágrafo único do art. 49 da LCE 614/2018. Ocupados por 27 (vinte e sete) efetivos com processo de aposentadoria em andamento, e os demais complementados pela contratação temporária, selecionados através de processo simplificado com respaldo na Lei nº 9.957/2015 e na LCE 615/2018 e em cumprimento a celebração do Termo de Acordo Judicial firmado nos autos da Ação Civil Pública de nº 0108149-70.2014.8.20.0001.

O quantitativo de 120 (cento e vinte) contratados foi levantado a partir do relatório informativo sobre a prestação de serviços, nível auxiliar, desenvolvido nas unidades de execução das medidas socioeducativas, no âmbito da FUNDASE e elaborado pela Gerência de Atendimento Socioeducativo – GAS, em 28 de outubro de 2021. Tal demanda estava prevista no PPA 2020-2023 inclusive na Lei n° 10.842, de 20 de janeiro de 2021, que revisa o Plano Plurianual do Estado para o período de 2021 a 2023, através de emenda aditiva, que acrescentou a meta Locação de mão de obra para a realização de serviços diversos, conforme o anexo a esta Lei, publicado no Diário Oficial do Estado em 19 de junho de 2021. Ressaltamos ainda que esta demanda estava judicializada e acordada junto ao Governo do Estado.

Diante da situação retratada, e mediante os trâmites nos autos do processo SEI Nº 03510017.002545/2021-05, foi realizada a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços terceirizados, de atividades auxiliares no sentido de garantir a continuidade e o funcionamento das unidades operacionais e administrativas responsáveis pela execução das medidas socioeducativas no âmbito da FUNDASE/RN, tendo sido publicados os extratos dos contratos nº 32/2023 (Id.24171819) e nº 33/2023 (Id.24171832), no Diário Oficial do Estado - Edição nº 15.578, de 04/01/2023 (p.11).

Nome do Programa Temático:

IGUALDADE NA DIVERSIDADE: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA

Avaliação Geral do Objetivo 3

Código e descrição do Objetivo:

0141 - Desenvolver a ação socioeducativa, gestão técnica, pedagógica e administrativa das unidades de atendimento

Códigos das metas:

0502 - Situação: Concluída

1608 - Situação: Em andamento

Códigos das iniciativas:

0515; 0516; 0518; 0524; 0534; 0539; 0540

Avaliação Geral do Objetivo:

Foi realizado 100% do previsto na LOA, no cumprimento desse objetivo no tocante a meta **0502** que trata da execução de medidas socioeducativas nas 10 unidades operacionais da FUNDASE, sediadas nos territórios: Assú/Mossoró, Seridó e terras potiguares, garantindo ambiente limpo, vestuário, alimentação, medicação, higiene, segurança e oferta de ações integradas nas áreas de esporte, cultura, escolarização e saúde. A meta **1608** a qual trata da execução e manutenção do programa pós medida socioeducativa destinado ao apoio e acompanhamento de adolescentes com medida socioeducativas encerrada, proporcionando ao egresso condições para executar o plano individual pós medida está em andamento com proposta institucional e plano de trabalho concluídos, equipe multiprofissional constituída, e aguardando a definição do local de instalação do Programa pela gestão da FUNDASE, sem utilização de recursos apontados no PPA.

Código e descrição da Meta:

0502 - Atender adolescentes e jovens em 10 unidades de atendimento socioeducativo assegurando a efetivação dos direitos e da vida cidadã (02-Terras Potiguaras, 07-Seridó, 09-Acú/Mossoró)

Avaliação da Meta:

Situação: Concluída

No que tange a esta meta, salienta-se que se buscou a Gerência de Logística e Suprimentos – GLOS da FUNDASE/RN, para maiores detalhes, vindo a ser informado que as aquisições de material de higiene e limpeza, de cama, mesa e banho (toalhas e lençóis), de expediente, de fardamentos/vestuários, e de material esportivo foram realizadas em todas as unidades da FUNDASE do Estado do Rio Grande do Norte, o último com a aquisição de materiais esportivos para atender às oficinas do Projeto Arte e Cidadania.

Destaca-se que o Projeto Arte e Cidadania tem o intuito de realizar atividades de artes e cultura, nas temáticas: artes cênicas, dança, música, artes plásticas e artesanato nas unidades de atendimento sob a gestão da FUNDASE/RN, contemplando variadas linguagens artísticas com vistas a desenvolver os mais diversos talentos e vocações e contribuir com o processo socioeducativo de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

No que se relaciona às refeições, inicialmente é importante que se informe que a alimentação fornecida pela FUNDASE é ofertada em todas as unidades (Terras Potiguaras, Seridó,

Açú/Mossoró), totalizando em 10 (dez) unidades, abarcando tanto os jovens, que estão em cumprimento de medidas socioeducativas, quanto os servidores que estão lotados nas unidades de atendimento.

Ademais, frisa-se que diariamente são ofertadas 5 (cinco) refeições (café da manhã, almoço, lanche, jantar e ceia); contudo, há oscilação no quantitativo das refeições, isto pelo fato de existir rotatividade entre os jovens, pois há unidades em que estes se encontram de forma provisória, somente aguardando decisão judicial;

Assim, a contratação de alimentos se dá mediante o atendimento da necessidade, vindo a ser fornecido o quantitativo da demanda diária, e no final de cada mês é repassado para a empresa a quantia das refeições que foram ofertadas; portanto se tratando de uma meta contínua que é atendida de forma regular, além de ser considerada prioritária para a FUNDASE.

Logo, a meta 0502 é contínua, tendo alcançado o cumprimento em sua integralidade ao final do exercício de 2023.

Código e descrição da Meta:

1608 - Atendimento ao adolescente egresso pós medida socioeducativa de Internação e Semiliberdade

Avaliação da Meta:

Situação: Em andamento

Com a chegada dos novos servidores da FUNDASE/RN mediante o concurso público já mencionado nesta avaliação, foi formada a equipe técnica responsável pela implementação do Programa de Acompanhamento Pós Medida, composta por um pedagogo, psicóloga e assistente social, lotados no setor Gerência de Articulação Institucional – GAI. Antes dessa formação de equipe já existia uma Comissão Intersetorial, composta pela Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS, FUNDASE/RN e Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude – CEIJ, que vinha se articulando e discutindo sobre a construção de um Programa de Acompanhamento de Adolescentes e Jovens Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa de Privação e Restrição de Liberdade no Rio Grande do Norte, inspirado nas orientações dos subsídios técnicos do Programa Fazendo Justiça, liderado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Nesse sentido, já havia uma breve sistematização de proposta construída coletivamente com os profissionais do Sistema de Garantia de Direitos participantes da Comissão Intersetorial, mas com a ocorrência do concurso público da FUNDASE, e consequente chegada dos novos

servidores, foi possível dar continuidade às atividades de construção do Programa Pós Medida.

Ao longo do segundo semestre de 2023, com a chegada da equipe técnica, foram retomadas as reuniões da Comissão Intersetorial com o objetivo de discutir a implantação do Pós Medida. Em sua fase inicial, a equipe técnica se dedicou à construção do documento do Projeto, descrevendo a iniciativa de implementação do Pós Medida no estado, explicitando a justificativa, público alvo, objetivos e princípios e delineando sua execução a partir da metodologia e do plano de ações. Nesse sentido foram realizadas reuniões internas com a presidência e direção da FUNDASE, além de reuniões com a Comissão intersetorial na perspectiva de alinhar a formatação da proposta, concluída em 24/11/2023.

Para a construção do Projeto Piloto foi essencial a articulação com demais experiências de outros estados, onde o Pós Medida já havia sido implementado. As experiências com as quais foi feito contato foram o Programa "Novos Tempos", do Estado de São Paulo, instituído em 2021 e executado partir de convênios entre o governo do estado e o poder municipal; o Programa "Progressos", executado no estado de Sergipe há 15 anos; o Programa "Oportunidades e Cidadania" do Ceará, existente há 1 ano e o Programa "Se Liga" atuante no estado de Minas Gerais há 13 anos.

O conhecimento dessas iniciativas deu-se através de reuniões articuladas com as equipes de Programas Pós Medida de outros estados do Brasil, de forma online e presencial, com o objetivo de compartilhar experiências, uma vez que cada programa tem suas especificidades voltadas às particularidades da realidade e do contexto local de cada estado/município. As reuniões com equipes de outros estados fomentaram reflexões sobre a realidade do Rio Grande do Norte e do público atendido pela FUNDASE.

Assim, tomando como ponto de partida esta realidade, entende-se que a atuação do projeto busca abarcar estratégias voltadas à profissionalização e escolarização, mas não somente, uma vez que a inserção dos jovens e suas famílias nas políticas públicas de assistência social, saúde, cultura, esporte e lazer também são imprescindíveis para um acompanhamento efetivo.

Outra experiência de articulação importante foi a realizada junto ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do Rio Grande do Norte – PPCAAM/RN a fim de compartilhar experiências sobre a atuação da equipe a nível estadual. Compreender as ações do PPCAAM, ainda que seja um trabalho com objetivo distinto, auxiliou na percepção do trabalho em rede nos 167 municípios que compõem o Estado. Além disso, foi possível estabelecer junto ao programa um fluxo para encaminhamento de casos futuros, caso o PPCAAM precise ser acionado.

O Projeto denominado "Horizontes Potiguares" acompanhará os adolescentes e jovens durante a fase de transição para a extinção da medida socioeducativa no Estado durante o período de um ano, após sua implantação legal, a partir de um conjunto de metodologias e estratégias pautadas na gestão integrada e na articulação em rede, que proporcione o desenvolvimento do protagonismo e autonomia na construção dos projetos de vida, o exercício da cidadania e superação de vulnerabilidades sociais dos sujeitos em transição do

ambiente institucionalizado para o seu território. A proposta é que esse seja um Projeto Piloto com a perspectiva de posterior mudança de configuração para Programa, assegurada sua continuidade de funcionamento mediante regulamentação, tendo em vista as orientações do CNJ e demais parcerias para criação e implementação em todos os outros estados.

Seguindo as instruções normativas do Guia para Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-cumprimento de Medida Socioeducativa de Restrição e Privação de Liberdade (internação e semiliberdade) - Cadernos 1, 2 e 3, foi discutido junto à presidência da FUNDASE sobre as questões de infraestrutura e recursos humanos e materiais necessários para a implantação do projeto.

Assim, deverá considerar um espaço sede para o funcionamento do Projeto que servirá para a realização de atendimentos individuais e oficinas em grupo que deve dispor de instalações adequadas para o desenvolvimento das atividades, bem como acomodar adequadamente a equipe técnica, coordenação, apoio administrativo e equipamentos necessários ao desenvolvimento do trabalho. Nesse sentido, o espaço físico para a instalação do Projeto deverá ser organizado de forma que garanta o funcionamento das atividades com distribuição de salas para atendimento individual, atividades coletivas, e reuniões, cabendo também espaço tipo auditório para o desenvolvimento de atividades junto aos beneficiários, familiares e parceiros.

Além disso, uma equipe multidisciplinar mínima de servidores faz-se necessária para o desenvolvimento do Projeto de Acompanhamento Pós Medida, que deverá ser constituída da seguinte forma: Coordenador (a); Assistente Social; Psicólogo (a); Pedagogo (a); Educador (a) Social; e Assistente Administrativo, podendo ser estendida, inclusive para estagiários, a partir da demanda do próprio sistema socioeducativo e suas dimensões territoriais. Atualmente a equipe conta apenas com Assistente Social, Psicóloga e Pedagogo.

Ficou definido que o Governo do Estado do RN, através da FUNDASE, deverá envidar esforços para alocar recursos em rubrica orçamentária específica com iniciativas e Sub ações definidas no PPA/LDO/LOA e de forma complementar, captar recursos financeiros via celebração de Convênios, para o desenvolvimento e sustentabilidade dos serviços e ações desenvolvidos pelo Projeto de Acompanhamento ao Adolescente e Jovem Pós Cumprimento de Medida Socioeducativa, bem como a estruturação do serviço, com a definição de local, da equipe técnica central, instalações e recursos materiais como equipamentos de informática, telefone funcional com acesso a aplicativo de mensagens, de mobiliário, dos serviços de internet, telefonia e vigilância, manutenção e estrutura adequada, além de veículo para quando houver agendamento de demandas externas fora da sede do Projeto.

Entretanto, ainda não foi definido o espaço sede para o funcionamento do Projeto. A FUNDASE apresentou uma proposta de local, e foi realizada uma visita pela equipe técnica do Pós Medida junto à equipe de infraestrutura da FUNDASE, porém o local necessita de uma reforma estrutural para que possa comportar as atividades do projeto.

Enquanto isso, a equipe técnica do projeto tem se dedicado a atividades preparatórias para sua execução, através da construção de materiais informativos para a divulgação do projeto, com identidade visual, panfletos e cartazes; instrumentais que serão utilizados no

atendimento e acompanhamento dos jovens e suas famílias; assim como a construção de oficinas de sensibilização que serão aplicadas na fase inicial, a fim de propiciar a adesão voluntária ao projeto.

Ademais, a equipe técnica da Gerência de Articulação Institucional – GAI veio desenvolvendo diversas outras ações, tal como SINE INTINERANTE, esta que consiste na apresentação, cadastro e orientações de como acessar o sistema em qualquer parte do Brasil, podendo pleitear vagas e fazer atualização trimestral, inserindo as qualificações obtidas dentro e fora da unidade socioeducativa.

A ação supramencionada resultou em diagnóstico de baixa escolaridade e analfabetismo funcional como principal impeditivo para a inserção dos adolescentes no mundo do trabalho; diante disto, na expectativa de término de cumprimento da medida por parte deste grupo, foi oferecido pelo Instituto Kennedy, o curso de letramento e numeramento na área da hospitalidade.

Além disso, no ensejo das audiências concentradas foram realizadas articulações com a Rede externa de garantia de direitos a fim de identificar possibilidades de inclusão dos adolescentes no mundo do trabalho. Nesse sentido a Agência de Fomento do Estado do RN e a Subsecretaria de Juventude da SEMJIDH foram acionadas, abrindo perspectivas para jovens trabalhadores autônomos, acessarem o CREDJOVEM.

Ato contínuo em parceria com a SEEC/SUEP, IMD/UFRN foram viabilizadas cotas para acesso de adolescentes no Curso de Tecnologia da Informática.

Outrossim, em tratativas com a ABRASEL, abriu-se o diálogo para a inclusão via programa Jovem Aprendiz, fazendo-se necessário que a FUNDASE provocasse a reativação do Comitê Gestor no programa RN Aprendiz para pactuar a destinação de um percentual de vagas aos jovens em cumprimento de medidas e egressos.

Ademais, dialogado com a SEJUV/SEMJIDH ocorreu a destinação de um percentual de bolsas no Programa Jovem Potiguar LEI Nº 10.984, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021, que será desenvolvido por meio de oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, a jovens em situação de vulnerabilidade social.

Por fim, foi realizada a elaboração da minuta para regulamentação da Lei Nº 10.705/2020 que cria o Programa Estadual de Oportunidade de Empregos para Egressos do Sistema Prisional e Adolescentes egressos do sistema e em cumprimento de MSE, no âmbito da Administração Pública do Estado.

Nome do Programa Temático:

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS

Avaliação Geral do Objetivo 4

Código e descrição do Objetivo:

0142 - Tornar a FUNDASE/RN autossuficiente em consumo de energia elétrica

Códigos das metas:

0400 - Situação: Paralisada

Códigos das iniciativas:

0528

Avaliação Geral do Objetivo:

Este objetivo está em sintonia com a Agenda ODS – 00057 – Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.

Para a meta 0400, a qual refere-se à construção de usina fotovoltaica, embora houvesse dotação inicial o valor foi remanejado para outra subação, desta forma a meta prosseguirá para o PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:

0400 - Construir usina fotovoltaica

Avaliação da Meta:

Situação: Paralisada

Em relação a esta meta, cumpriu-se a primeira fase que tratou da elaboração do projeto básico e estudo de viabilidade técnica e econômica, junto ao Instituto SENAI, em 2021, e a realização do processo licitatório para possível execução da construção da usina fotovoltaica. No entanto, o processo licitatório se encontra paralisado, sem dotação orçamentaria disponível, uma vez que, a construção da usina fotovoltaica no território Terras Potiguaras foi dimensionada para atender à todas as unidades da FUNDASE. Entretanto, a presente meta acabou sendo paralisada devido ao contingenciamento orçamentário, o que causou a impossibilidade de sua devida execução.

Desta forma, a meta não teve previsão de providências e/ou iniciativas para o exercício de 2023; por outro lado, esta meta permanece prevista para o próximo Plano Plurianual – PPA 2024/2027.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:

0468 - Recuperação e reforma das estruturas físicas das unidades da FUNDASE/RN, às normativas do atendimento socioeducativo, proporcionando acolhimento, segurança preventiva e proteção

0492 - Estruturação e implementação de melhorias nos serviços de segurança socioeducativa, integrando ao sistema de segurança pública

0496 - Implantação de audiências por videoconferências integrada com o sistema de justiça

0500 - Implementação dos sistemas de controle de gestão, de compras, de estoques, de patrimônio, informação de adolescentes atendidos e de digitalização dos documentos do arquivo gral da FUNDASE/RN

0502 - Aquisição de equipamentos de proteção individual e executar projetos de combate a incêndios aprovados pelo Corpo de Bombeiros

0935 - Aparelhamento e Reaparelhamento das unidades de Atendimento

0506 - Qualificação e Aperfeiçoamento do Servidor da Socioeducação

0508 - Implantação de ações de práticas integrativas para os servidores da FUNDASE/RN

2243 - Realização de concurso público para substituição dos contratos temporários e preenchimento de vacância

2244 - Terceirização de mão de obra para realização de serviços diversos

0515 - Operacionalização, Monitoramento e Avaliação da ação Socioeducativa

0516 - Criação do sistema de avaliação com vistas à aferição de resultados garantidores da proteção dos direitos básicos de adolescentes usuários, com base no SINASE

0518 - Interiorização e regionalização do fornecimento de alimentação preparada para todas as unidades socioeducativas no âmbito da FUNDASE/RN

0524 - Atendimento aos adolescentes pós cumprimento de medidas socioeducativas e seus familiares na perspectiva da promoção dos direitos e da vida cidadã

0534 - Efetivação da Intersetorialidade com o envolvimento direto dos sistemas de garantia de direitos, assegurando aos adolescentes ambiente limpo, vestuário, alimentação, medicação, higiene, transporte, segurança e oferta ações integradas nas áreas de esporte, cultura, escolarização e saúde

0539 - Efetivação da Intersetorialidade com o envolvimento direto dos sistemas de garantia de direitos, assegurando aos adolescentes ambiente limpo, vestuário, alimentação, medicação, higiene, transporte, segurança e oferta ações integradas nas áreas de esporte, cultura, escolarização e saúde

0540 - Implantação dos Conselhos Gestores e Disciplinar nas Unidades de Atendimento, como forma de fortalecimento do Sistema de Gestão Socioeducativa

0528 - Construção de usina fotovoltaica

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Iniciativas	Dotação Inicial	Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago
116101 – Programa de atendimento socioeducativo ao adolescente	5.813.000,00	6.363.000,00	6.343.160,54	4.970.004,31	3.650.382,97
116301 – Participação em eventos de aperfeiçoamento técnico	50.000,00	0,00	-	-	-
131101 – Recuperação, reforma e ampliação de unidade de atendimento	300.000,00	0,00	-	-	-
131302 – Aparelhar e reaparelhar unidade de atendimento	200.000,00	12.750,00	12.750,00	12.750,00	-
131601 – Construção de unidade de atendimento	100.000,00	0,00	-	-	-
202801- Capacitação permanente dos servidores da socioeducação	150.000,00	0,00	-	-	-
248101 – Reestruturar o sistema de segurança socioeducativo	100.000,00	64.702,00	64.702,00	42.262,00	-
248201 – Atendimento ao adolescente pós	250.000,00	0,00	-	-	-

medida e aos seus familiares					
314001 – Instalação de equipamentos de combate a incêndio	150.000,00	0,00	-	-	-
314102 – Construir usina fotovoltaica	287.000,00	0,00	-	-	-
290001 – Manutenção e funcionamento	1.600.000,00	4.243.212,30	2.735.089,83	1.395.076,40	1.289.911,47
235001 – Encargos com pessoal	45.000.000,00	42.199.796,00	41.491.519,03	38.702.942,05	36.342.960,91

No tocante à meta que trata da execução de medidas socioeducativas nas 10 unidades operacionais da FUNDASE, garantindo ambiente limpo, vestuário, alimentação, medicação, higiene, segurança e oferta de ações integradas nas áreas de esporte, cultura, escolarização e saúde, foi destinado R$5.813.000,00 de orçamento inicial para o exercício de 2023, tendo sido o valor atualizado de R$6.363.000,00, e sendo empenhado R$6.343.160,54.

Referente à meta de aparelhamento e reaparelhamento, a mesma representa a ação de operacionalização das unidades, quanto a elevação no atendimento dos adolescentes, no que tangem a equipamentos, eletrodomésticos, copa, cozinha, escritório, dormitórios, lavagem, esporte. Para esta meta, foi destinado R$200.000,00 de orçamento inicial para o exercício de 2023, tendo sido o valor atualizado de R$12.750,00, sendo aplicado 100%.

No que concerne à meta de reestruturar o sistema de segurança socioeducativa em 10 unidades de atendimento, a mesma representa a ação de readequar o sistema quanto aos procedimentos de segurança no atendimento aos adolescentes, no que tangem a equipamentos de segurança dotados de tecnologia. Para esta meta, foi destinado R$100.000,00 de orçamento inicial para o exercício de 2023, contudo, o valor atualizado passou a ser de R$64.702,00 tendo sido aplicado 100%.

Em relação as demais subações, não houve valor empenhado devido aos remanejamentos e ao contingenciamento. Logo, não foi realizado serviços de reforma no exercício de 2023, e situação igual ocorreu com os projetos de combate a incêndios e aquisição de EPIs, devido a ocorrência do contingenciamento, embora exista a necessidade de recuperar/reformar todas as unidades da FUNDASE/RN.

Ademais, após a homologação dos aprovados no concurso público da FUNDASE foi feita a nomeação e posse dos novos servidores em substituição aos contratados temporariamente e

aos falecidos e aposentados, utilizando os recursos destinados na subação de encargos com pessoal.

Ainda foi realizada a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços terceirizados, de atividades auxiliares tais como: serviços auxiliares de limpeza, capinação, poda, lavanderia, e motoristas são necessários no sentido de garantir a continuidade e o funcionamento das unidades operacionais e administrativas responsáveis pela execução das medidas socioeducativas no âmbito da FUNDASE/RN.

Sobre as iniciativas previstas para a realização da formação permanente, não ocorreram conforme planejado, mediante a morosidade na finalização do concurso público da FUNDASE. Feito somente a acolhida dos novos servidores e uma capacitação inicial sem utilização dos recursos previstos no PPA e na LOA.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avaliação geral setorial:

Inicialmente, é cediço que a FUNDASE é a responsável pela execução das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes infratores de todo o Estado, consequentemente, àquela é imposta as obrigações elencadas no art. 94, e seus incisos, da Lei 8.069/90, as quais garantem, a estes, a oferta de vestuários, alimentação, higiene, salubridade, instalações físicas, assistência social, cuidados farmacêuticos, escolarização e profissionalização, entre tantos outros deveres expostos no artigo supra.
Nessa senda, cumpre salientar que, na intenção de cumprir o que é determinado pela Lei Federal (8.069/90), o valor do teto para o exercício de 2023, incluído todas as ações/subações a ser realizadas pela FUNDASE, alcançou o montante de R$54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões).
Assim, ante tudo o que foi apresentado nesta avaliação, observa-se que a FUNDASE/RN, malgrado tenha se deparado com alguns contratempos, sejam eles de caráter orçamentário ou de recursos humanos, empregou e continua a empregar esforços para que suas metas possam vir a ser alcançadas em sua integralidade.
No que se relaciona à dificuldade em caráter orçamentário acima disposto, tem-se que, em que pese não ser uma prática isolada do atual exercício, vez que ao longo de todos os exercícios financeiros é costumeiro que tal fato ocorra, **a FUNDASE/RN, especificamente neste exercício, se deparou com alto contingenciamento do orçamento, tendo ocorrido de forma mais rápida que o habitual, logo na abertura do exercício, o que dificultou sobremaneira as execuções das metas programadas**.
Além disso, existiram alguns remanejamentos, onde se foi necessário realocar montantes para cumprimento de outras metas que demandam maiores prioridades na Fundação.

Recomendações:

No exercício de 2023 foi instituído a cultura de reuniões setoriais para monitoramento do PPA, no intuito que os Núcleos e Gerências da FUNDASE/RN se tornem mais participativos, e assim, fortalecendo a comunicação entre os setores e alinhando às ideias para que se alcance a

execução das metas planejadas com efetividade. Destaca-se que tal prática será realizada continuamente, em intervalos quinzenais.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (x) NÃO

Os indicadores do PPA da FUNDASE não são adequados para medir o desempenho dos objetivos do órgão.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

A FUNDASE/RN tratou nesta avaliação de analisar os programas, objetivos, metas e iniciativas, bem como a execução orçamentária, planejados para serem executados ao longo do PPA 2020-2023, a qual tem o intuito de executar no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, a Política de Atendimento ao Adolescente acusado e/ou autores de atos infracionais, com privação ou restrição de liberdade, e os serviços de internação, internação provisória, e atendimento inicial.

Diante da mencionada análise, foi possível constatar quais metas foram cumpridas em sua integralidade, assim como as que não conseguiram alcançar o resultado planejado e o motivo pelo qual não se obteve o êxito, na execução, tanto física como financeira.

Do Objetivo da Avaliação

A presente avaliação tem como objetivo apresentar à Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão - SEPLAN, as informações acerca da avaliação do Plano Plurianual – PPA do período de vigência do plano (2020-2023), consoante o disposto no Ofício nº 553/2023. Além do mais, com essa avaliação, é possível que a FUNDASE consiga visualizar os objetivos e metas que foram alcançadas em sua integralidade, que não foram iniciadas e as que não alcançaram êxito; diante disto, resta evidente que o presente mecanismo pode ser incluído para o conhecimento e o diálogo dentro da Fundação; assim, desta forma, instituindo uma cultura participativa entre os setores e a gestão, auxiliando no processo decisório, dando andamento nos gargalos enfrentados e alcançando mais resultados satisfatórios.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

Órgão: 26202 Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do RN FUNDASE

A FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (FUNDASE/RN), esta que é um órgão de administração indireta do Governo do Estado do Rio Grande

do Norte, vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS, responsável, a nível estadual, pela execução do atendimento socioeducativo direcionado à adolescentes e, excepcionalmente, aos jovens em conflito com a lei em razão da aplicação de medidas socioeducativas de restrição e de privação de liberdade determinado pelo poder judiciário. A FUNDASE também é responsável em atender o adolescente no acolhimento inicial e na internação provisória quando acusado de autoria de ato infracional.

Objetivo geral - Executar no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, a Política de Atendimento ao Adolescente acusado e/ou autores de atos infracionais, com privação ou restrição de liberdade, e os serviços de internação, internação provisória, e atendimento inicial.

DIRETRIZ DEFINIDA NO PLANO DE GOVERNO 2019 - 2022
Implementar diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), priorizando o caráter socioeducativo das medidas e garantindo, aos jovens em conflito com a lei, condições de dignidade e sobrevivência nos espaços de cumprimento de medidas, assegurando o acesso à educação, lazer, formação profissional, mercado de trabalho e ao acompanhamento por profissionais qualificados

EIXO: 00003 GARANTIA DE DIREITOS
PROGRAMA: 3007 – IGUALDADE NA DIVERSIDADE: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA

OBJETIVO: 0141 – Desenvolver a ação socioeducativa, gestão técnica, pedagógica e administrativa das unidades de atendimento

METAS:
0502 – Atender adolescentes e jovens em 10 unidades de atendimento socioeducativo assegurando a efetivação dos direitos e da vida cidadã;
1608 – Atendimento ao adolescente egresso pós medida socioeducativa de Internação e Semiliberdade;

INICIATIVAS:
0515 - Operacionalização, Monitoramento e Avaliação da ação Socioeducativa
0516 - Criação do sistema de avaliação com vistas à aferição de resultados garantidores da proteção dos direitos básicos de adolescentes usuários, com base no SINASE
0518 - Interiorização e regionalização do fornecimento de alimentação preparada para todas as unidades socioeducativas no âmbito da FUNDASE/RN
0524 - Atendimento aos adolescentes pós cumprimento de medidas socioeducativas e seus familiares na perspectiva da promoção dos direitos e da vida cidadã
0534 - Efetivação da Intersetorialidade com o envolvimento direto dos sistemas de garantia de direitos, assegurando aos adolescentes ambiente limpo, vestuário, alimentação, medicação, higiene, transporte, segurança e oferta ações integradas nas áreas de esporte, cultura, escolarização e saúde
0539 - Efetivação da Intersetorialidade com o envolvimento direto dos sistemas de garantia de direitos, assegurando aos adolescentes ambiente limpo, vestuário, alimentação, medicação, higiene, transporte, segurança e oferta ações integradas nas áreas de esporte, cultura, escolarização e saúde
0540 - Implantação dos Conselhos Gestores e Disciplinar nas Unidades de Atendimento, como forma de fortalecimento do Sistema de Gestão Socioeducativa

PROGRAMA: 3001 – IGUALDADE NA DVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS

OBJETIVO: 0128 – Integrar a gestão do sistema de informação da FUNDASE aos de segurança e de justiça; melhorar e ampliar a infraestrutura física e de combate a incêndios das unidades de atendimento socioeducativo do RN.

METAS:
0194 – Construir uma unidade de atendimento socioeducativo para adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida de internação no RN;
0218 – Recuperar /reformar a estrutura física de 11 Unidades de Atendimento conforme as normativas da socioeducação;
0224 – Aparelhar e reaparelhar 12 Unidades de Atendimento Socioeducativo;
0233 – Reestruturar o sistema de segurança socioeducativo em 10 unidades de atendimento dotado de modernização tecnológica e integradas aos sistemas de segurança pública e de justiça;
0389 – Implementar a estrutura de combate a incêndio, em 10 unidades de atendimento;

INICIATIVAS:
0468 - Recuperação e reforma das estruturas físicas das unidades da FUNDASE/RN, às normativas do atendimento socioeducativo, proporcionando acolhimento, segurança preventiva e proteção
0492 - Estruturação e implementação de melhorias nos serviços de segurança socioeducativa, integrando ao sistema de segurança pública
0496 - Implantação de audiências por videoconferências integrada com o sistema de justiça
0500 - Implementação dos sistemas de controle de gestão, de compras, de estoques, de patrimônio, informação de adolescentes atendidos e de digitalização dos documentos do arquivo geral da FUNDASE/RN
0502 - Aquisição de equipamentos de proteção individual e executar projetos de combate a incêndios aprovados pelo Corpo de Bombeiros
0935 - Aparelhamento e Reaparelhamento das unidades de Atendimento

OBJETIVO: 0140 – Recompor o quadro, valorizar e qualificar os operadores do atendimento socioeducativo da FUNDASE/RN.

METAS:
1543 – Realização de Concurso público;
0393 – Qualificar 700 servidores da FUNDASE/RN, com base na concepção socioeducativa e com foco nas práticas restaurativas;
0392 – Favorecer e incentivar a participação de 50 servidores da Socioeducação em eventos de aperfeiçoamento técnico;
1544 – Contratar empresa de locação de mão de obra para realização de serviços diversos;

INICIATIVAS:
0506 - Qualificação e Aperfeiçoamento do Servidor da Socioeducação
0508 - Implantação de ações de práticas integrativas para os servidores da FUNDASE/RN
2243 - Realização de concurso público para substituição dos contratos temporários e preenchimento de vacância
2244 - Terceirização de mão de obra para realização de serviços diversos

EIXO: 00004 DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO ECONÔMICA
PROGRAMA: 4005 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS

OBJETIVO: 4005 – Tornar a FUNDASE/RN autossuficiente em consumo de energia elétrica

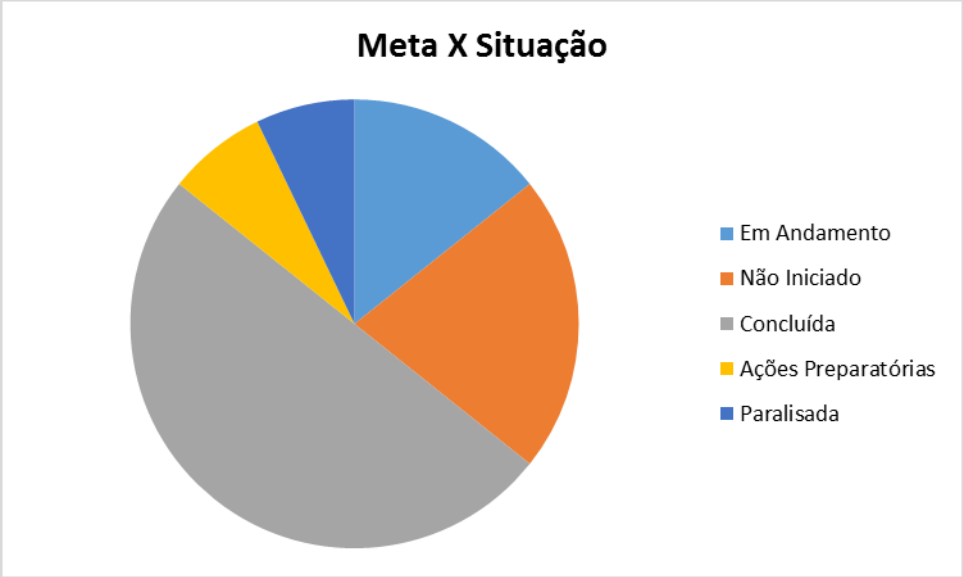
META: 0400 – Construir uma usina fotovoltaica para geração de energia elétrica e fornecimento autossustentável para as unidades da FUNDASE

INICIATIVA:
0528 - Construção de usina fotovoltaica

A Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Norte – FUNDASE, conta com 14 (quatorze) metas, das quais 12 (doze) são do programa temático e 2 (duas) do programa de gestão.

QUADRO RESUMO DAS METAS DO PROGRAMA TEMÁTICO 2020-2023				
META	**TERRITÓRIO**	**PREVISTO**	**REALIZADO**	**SITUAÇÃO**
0393 Qualificar 700 Servidores da FUNDASE com base na concepção socioeducativa e com foco nas práticas restaurativas	Rio Grande do Norte	700	280	Em Andamento
0389 Implementar a estrutura de combate a incêndio, em 10 unidades de atendimento	Rio Grande do Norte	10	0	Não Iniciado
0233 Reestruturar o sistema de segurança socioeducativo em 10 unidades de atendimento dotado de modernização tecnológica e integradas aos sistemas de segurança pública e de Justiça	Rio Grande do Norte	10	10	Concluída
0224 Aparelhar e reaparelhar Unidades de Atendimento Socioeducativo	Rio Grande do Norte	10	10	Concluída
0502 Atender adolescentes e jovens em 10 unidades de atendimento socioeducativo assegurando a efetivação dos direitos e da vida cidadã	Rio Grande do Norte	10	10	Concluída
0392 Favorecer e incentivar a participação de 50 servidores da Socioeducação em eventos de aperfeiçoamento técnico	Rio Grande do Norte	50	0	Não Iniciado
1543 Realização de concurso público	Rio Grande do Norte	1	1	Concluída
1544 Contratar empresa de locação de mão de obra para realização de serviços diversos.	Rio Grande do Norte	1	1	Concluída
0218 Recuperar/reformar a estrutura física de Unidades de Atendimento conforme as normativas da socioeducação	Rio Grande do Norte	10	2	Em andamento
1608 Atendimento ao adolescente egresso pós medida socioeducativa de Internação e Semiliberdade	Rio Grande do Norte	100	0	Ações Preparatórias
0400 Construir 01 usina fotovoltaica para geração de energia elétrica e fornecimento autossustentável para as unidades da Fundase	Rio Grande do Norte	1	0	Paralisada

00194 Construir 01 unidade de atendimento socioeducativo para adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida de internação no RN	Rio Grande do Norte	1	0	Não Iniciado
235001 - Encargos com pessoal	Rio Grande do Norte	1	1	Concluída
290001 - Manutenção e funcionamento	Rio Grande do Norte	1	1	Concluída



META	SITUAÇÃO
393, 218	Em Andamento
389, 392, 194	Não Iniciado
233, 224, 502, 1543, 1544, 235001, 290001	Concluída
1608	Ações Preparatórias
400	Paralisada

Metodologia

Os dados avaliados partiram do que foi orçado no PPA – 2020-2023, em comparação com o que foi disponibilizado na execução orçamentária e consequente situação final de liquidação das subações previstas contando com as informações e participação dos setores responsáveis pela tramitação e execução dos processos de gestão, de apoio e finalísticos.

SUBAÇÃO	ORÇADO PPA 2020/2023	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO	COMENTÁRIOS
116101 – Atender adolescentes e jovens em 10 unidades de atendimento socioeducativo assegurando a efetivação dos direitos e da vida cidadã	R$ 23.346.812,00	R$ 16.212.146,77	69,44%	Ação contínua, vem sendo realizada nas 10 (dez) unidades com a capacidade de atendimento de 359 adolescentes/dia, nela, estão inseridas as despesas tais como: vestuário, cama, mesa e banho, alimentação, higiene e limpeza, higiene corporal, material de expediente, medicamentos, colchões, material de esporte, lazer e cultura, entre outros.

248201 – Atendimento ao adolescente egresso pós medida socioeducativa de Internação e Semiliberdade	R$ 1.890.000,00	R$ 0,00	0,00%	Em andamento com ações preparatórias.
110501 – Monitoramento e Avaliação dos Programas de Atendimento Socioeducativo	R$ 450.000,00	R$ 0,00	0,00%	A meta que trata do monitoramento e avaliação, teve seu desenvolvimento, esteado pelas iniciativas adotadas pela gestão da FUNDASE, sem utilização de recursos apontados no PPA.
131601 – Construir uma unidade de atendimento socioeducativo para adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida de internação no RN	R$ 650.000,00	R$ 0,00	0,00%	Não houve abertura para convênio junto ao governo Federal.
131101 – Recuperar /reformar a estrutura física de 11 Unidades de Atendimento conforme as normativas da socioeducação	R$ 2.825.200,00	R$ 0,00	0,00%	Não houve recuperação e reforma de unidades da FUNDASE/RN no exercício de 2023.
131102 – Recuperar /reformar a estrutura física de 11 Unidades de Atendimento conforme as normativas da socioeducação	R$ 660.000,00	R$ 286.091,53	43,35%	Meta parcialmente cumprida com recuperação e reforma de unidades da FUNDASE/Terras Potiguaras nos exercícios de 2020 e 2021 (pequenos serviços de manutenção no Casep Metropolitano no município de Natal).
131107 – Recuperar /reformar a estrutura física de 11 Unidades de Atendimento conforme as normativas da socioeducação	R$ 220.000,00	R$ 0,00	0,00%	Não houve recuperação e reforma de unidades da FUNDASE/Seridó no exercício de 2020.
131109 – Recuperar /reformar a estrutura física de 11 Unidades de Atendimento conforme as normativas da socioeducação	R$ 430.000,00	R$ 0,00	0,00%	Não houve recuperação e reforma de unidades da FUNDASE/Mossoró no exercício de 2020.
131302 – Aparelhar e reaparelhar 12 Unidades de Atendimento Socioeducativo	R$ 400.000,00	R$ 38.741,00	49,06%	O reaparelhamento no atendimento socioeducativoocorreu com a aquisição de algemas no exercício de 2021 e de detectores de metais em 2023 para as unididades de atendimento socioeducativo.

248101 – Reestruturar o sistema de segurança socioeducativo em 10 unidades de atendimento dotado de modernização tecnológica e integradas aos sistemas de segurança pública e de justiça	R$ 300.000,00	R$42.262,00	14,09%	Ação contínua. Meta realizada parcialmente com aquisição de rádios de comunicação. Falta a realização da licitação para instalação de vídeomonitoramento e outros equipamentos de segurança e a integração com os órgãos da segurança pública e CIOSP.
314001 – Implementar a estrutura de combate a incêndio, em 10 unidades de atendimento	R$ 350.000,00	R$ 0,00	0,00%	Foram elaborados os projetos preliminares junto ao corpo de bombeiros, devendo prosseguir quanto à adequação das unidades de atendimento aos procedimentos de segurança a incêndios.
Realização de Concurso público	R$ 0,00	R$ 0,00	100,00%	Concluído o concurso público da FUMDASE realizado pelo Instituto AOCP. A FUNDASE publicou a homologação dos classificados e a nomeação dos 577 novos servidores.
202801 – Qualificar 700 servidores da FUNDASE/RN, com base na concepção socioeducativa e com foco nas práticas restaurativas	R$ 280.000,00	R$ 0,00	0,00%	Meta implantada com base no projeto de capacitação dos servidores do sistema de atendimento socioeducativo, iniciada em 2023 com a homologação do concurso público, os aprovados participaram do curso de formação inicial, **sem utilização dos recursos do PPA**.
116301 – Favorecer e incentivar a participação de 50 servidores da Socioeducação em eventos de aperfeiçoamento técnico	R$ 50.000,00	R$ 0,00	0,00%	Meta a ser retomada em 2024 mediante programa de formação permanente.
314102 – Construir uma usina fotovoltaica para geração de energia elétrica e fornecimento autossustentável para as unidades da FUNDASE	R$ 1.187.000,00	R$ 0,00	0,00%	O processo que trata dessa meta encontra-se paralisado, tendo sido cumprida a fase de realização de estudos de viabilidade econômica pelo SESI/SENAI. Sugere-se a retomada para o exercício de 2024.
235001 – Encargos com pessoal	R$ 170.832.437,00	R$ 147.949.349,97	86,60%	Ação continua, meta executada.
290001 – Manutenção e funcionamento	R$ 5.700.650,00	R$ 4.389.190,23	76,99%	Ação continua, meta executada.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO: 26202 Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do RN FUNDASE

A missão da FUNDASE consiste no atendimento aos adolescentes inseridos nas unidades de atendimento, sentenciados pelo juizado da vara da infância e juventude, por cometimento de atos infracionais, conforme determinado pela Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990, e Lei 12.594/2012, de 18 de janeiro de 2012, para cumprimento das medidas socioeducativas de Internação, Semiliberdade, e os Serviços de Internação Provisória e Pronto Atendimento. Inicialmente previa 12

unidades, porém, a FUNDASE/RN mantem em funcionamento 10 (dez) unidades de atendimento socioeducativo, distribuídas nos territórios regionais (Terras Potiguares/Natal e Parnamirim – 05 unidades – Semiliberdade 02, Internação, 02, Internação Provisória, (Seridó/Caicó – 02 unidades – Internação e Internação Provisória), (Açu/Mossoró – 03 unidades – Internação, Semiliberdade e Internação Provisória. As ações de pronto atendimento previstas para serem desenvolvidas em 02 unidades especificas para este fim, estão sendo realizadas em espaço comum da internação provisória, no Casep Metropolitano e no Casep Oeste, nos municípios de Natal e Mossoró, respectivamente. São 337 vagas dia. Que executa o desenvolvimento de ações socioeducativas, nas áreas de educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização, saúde, assistência social, jurídica, e segurança, e de gestão nas unidades de atendimento socioeducativo, no fortalecimento e qualidade do atendimento aos adolescentes, dentre essas ações destacam-se o atendimento nutricional dos internos, com o fornecimento de 05 (Cinco) refeições diárias, cardápio (Café, Almoço, Lanche, Jantar e Ceia).

Durante a vigência do PPA 2020-2023, foi realizado 87,98% do previsto na LOA (conforme tabela abaixo), no cumprimento dos objetivos e realização das metas, naquilo que trata da execução de medidas socioeducativas nas 10 unidades operacionais da FUNDASE, incluindo as agendas transversais de Políticas para a Juventude, Políticas para a população LGBT e Políticas para Criança e Adolescente, previstas no Plano de Governo 2019-2020, garantindo ambiente limpo, vestuário, alimentação, medicação, higiene, segurança e oferta de ações integradas nas áreas de esporte, cultura, escolarização e saúde. Avaliamos, que a execução orçamentaria transcorreu, dentro do planejado, uma vez que, garantiu os direitos básicos, conforme preconizado no artigo 94, inciso VII, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e realizou também metas consideradas fundamentais para o atendimento socioeducativo na FUNDASE, das quais podemos citar: realização do concurso público com nomeação e posse de 577 (quinhentos e setenta e sete) servidores, estando estes distribuídos nas 10 (dez) unidades de atendimento, almoxarifado e na Sede, localizada no Centro Administrativo do Estado; destacamos também a Contratação de Empresa terceirizada e especializada em serviços auxiliares de cargos extintos na Lei Complementar 614/2018. A FUNDASE contava com 122 (cento e vinte e dois) auxiliares de serviços diversos, cargo em extinção, conforme parágrafo único do art. 49 da LCE 614/2018. Ocupados por 27 (vinte e sete) efetivos com processo de aposentadoria em andamento, e os demais complementados pela contratação temporária, selecionados através de processo simplificado com respaldo na Lei nº 9.957/2015 e na LCE 615/2018 e em cumprimento a celebração do Termo de Acordo Judicial firmado nos autos da Ação Civil Pública de nº 0108149-70.2014.8.20.0001. Tal demanda estava prevista no PPA 2020-2023 inclusive na Lei n° 10.842, de 20 de janeiro de 2021, que revisa o Plano Plurianual do Estado para o período de 2021 a 2023, através de emenda aditiva, que acrescentou a meta Locação de mão de obra para a realização de serviços diversos, conforme o anexo a esta Lei, publicado no Diário Oficial do Estado em 19 de junho de 2021.

Tratando ainda da execução orçamentaria cumpre-nos destacar alguns aspectos que não lograram êxitos conforme planejado, chamamos atenção para as melhorias e manutenção das instalações físicas das unidades socioeducativas, em que pese não tenha sido realizado serviços de reforma na vigência do PPA 2020-2023, devido a ocorrência do contingenciamento, embora exista a necessidade de recuperar/reformar todas as unidades da FUNDASE/RN, tornando a vida dos servidores e, principalmente, dos adolescentes internos em cumprimento de medida socioeducativa, mais segura e saudável, consequentemente minimizando futuros transtornos que detenham certa gravidade.

Total da dotação atualizada de 2020 a 2023	**Total do liquidado de 2020 a 2023**	**% realizado**
R$192.003.406,09	R$168.917.780,73	87,98%

Iniciativas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Liquidado
2020	**49.971.000,00**	**46.585.503,03**	**39.752.884,37**
110501 – Monitoramento e avaliação dos programas de atendimento socioeducativo	100.000,00	0	-
116101 – Programa de atendimento socioeducativo ao adolescente	5.929.998,00	5.979.412,55	3.301.755,86
131302 – Aparelhar e reaparelhar unidade de atendimento	100.000,00	0	-
147201 – Implantar o sistema de informação e de gestão do atendimento socioeducativo na FUNDASE	90.000,00	0	-
202801 – Capacitação permanente dos servidores da socioeducação	40.002,00	0	-
235001 – Encargos com pessoal	40.616.00,00	37.804.205,48	35.473.719,11
248101 – Reestruturar o sistema de segurança socioeducativo	100.000,00	0	-
290001 – Manutenção e funcionamento	745.000,00	1.181.785,00	791.563,47
314001 – Instalação de equipamentos de combate a incêndio	100.000,00	0	-
314102 – Construir usina fotovoltaica	200.000,00	100	-
131102 – Recuperação, reforma e ampliação de unidade de atendimento	330.000,00	536.529,67	185.845,93
131107 – Recuperação, reforma e ampliação de unidade de atendimento	105.000,00	48.470,33	-
131109 – Recuperação, reforma e ampliação de unidade de atendimento	215.000,00	65.000,00	-
131601 – Construção de unidade de atendimento	760.000,00	760.000,00	-
248201 – Atendimento ao adolescente pós medida e aos seus familiares	530.000,00	200.000,00	-
202801 – Capacitação permanente dos servidores da socioeducação	10.000,00	10.000,00	-

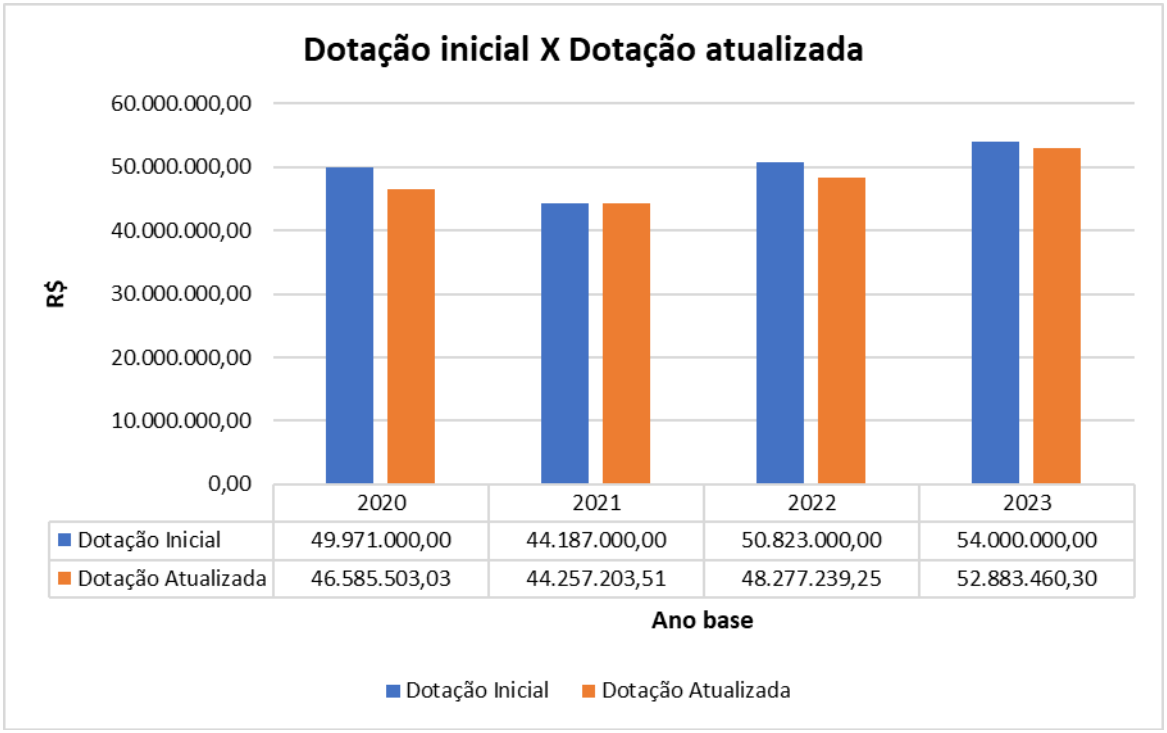
Iniciativas	Dotação Inicial	Atualizado	Liquidado
2021	**44.187.000,00**	**44.257.203,51**	**38.917.772,24**
110501 – Monitoramento e avaliação dos programas de atendimento socioeducativo	100.000,00	1,00	-
116101 – Programa de atendimento socioeducativo ao adolescente	5.309.000,00	7.160.272,45	3.764.207,74
131102 – Recuperação, reforma e ampliação de unidade de atendimento	57.000,00	227.530,94	100.245,60
131302 – Aparelhamento e reaparelhamento de unidade de atendimento	100.000,00	47.203,19	25.991,00

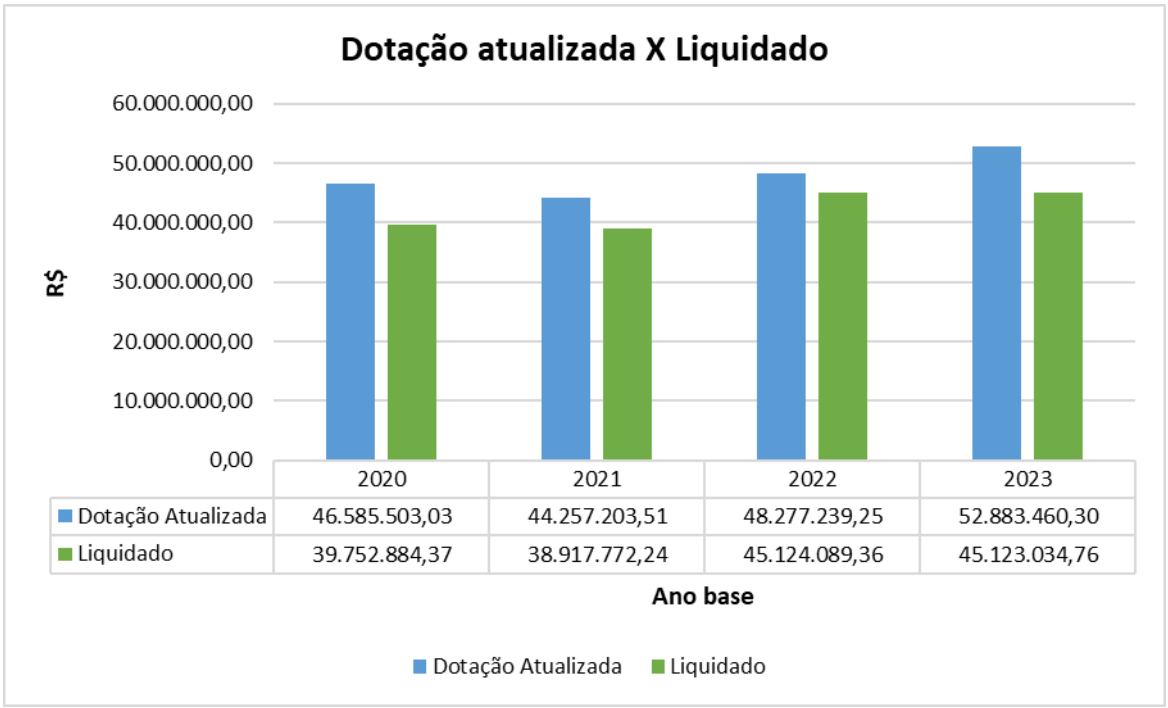
202801 – Capacitação permanente dos servidores da socioeducação	40.000,00	1,00	-
235001 – Encargos com pessoal	36.500.000,00	34.932.36,06	34.127.976,96
248101 – Reestruturar o sistema de segurança socioeducativo	50.000,00	1,00	-
290001 – Manutenção e funcionamento	1.081.000,00	1.189.817,81	899.351,21
314001 – Instalação de equipamentos de combate a incêndio	50.000,00	1,00	-
314102 – Construir usina fotovoltaica	200.000,00	69,06	-
202801 – Capacitação permanente dos servidores da socioeducação	50.000,00	10.000,00	-
131601 – Construção de unidade de atendimento	1.450.000,00	1.450.000,00	-

Iniciativas	**Dotação Inicial**	**Atualizado**	**Liquidado**
2022	**50.823.000,00**	**48.277.239,25**	**45.124.089,36**
110501 – Monitoramento e avaliação dos programas de atendimento socioeducativo	150.000,00	0	-
116101 – Programa de atendimento socioeducativo ao adolescente	5.902.000,00	5.358.369,26	4.176.178,86
131302 – Aparelhamento e reaparelhamento de unidade de atendimento	100.000,00	0	-
131601 – Construção de unidade de atendimento	650.000,00	0	-
202801 – Capacitação permanente dos servidores da socioeducação	50.000,00	0	-
235001 – Encargos com pessoal	42.673.000,00	41.299.320,14	39.644.711,35
248101 – Reestruturar o sistema de segurança socioeducativo	50.000,00	0	-
290001 – Manutenção e funcionamento	998.000,00	1.619.549,85	1.303.199,15
314001 – Instalação de equipamentos de combate a incêndio	50.000,00	0	-
314102 – Construir usina fotovoltaica	200.000,00	0	-

Iniciativas	**Dotação Inicial**	**Atualizado**	**Liquidado**
2023	**54.000.000,00**	**52.883.460,30**	**45.123.034,76**
116101 – Programa de atendimento socioeducativo ao adolescente	5.813.000,00	6.363.000,00	4.970.004,31
116301 – Participação em eventos de aperfeiçoamento técnico	50.000,00	0	-
131101 – Recuperação, reforma e ampliação de unidade de atendimento	300.000,00	0	-
131302 – Aparelhar e reaparelhar unidade de atendimento	200.000,00	12.750,00	12.750,00
131601 – Construção de unidade de atendimento	100.000,00	0	-
202801 - Capacitação permanente dos servidores da socioeducação	150.000,00	0	-

248101 – Reestruturar o sistema de segurança socioeducativo	100.000,00	64.702,00	42.262,00
248201 – Atendimento ao adolescente pós medida e aos seus familiares	250.000,00	0	-
314001 – Instalação de equipamentos de combate a incêndio	150.000,00	0	-
314102 – Construir usina fotovoltaica	287.000,00	0	-
290001 – Manutenção e funcionamento	1.600.000,00	4.243.212,30	1.395.076,40
235001 – Encargos com pessoal	45.000.000,00	42.199.796,00	38.702.942,05





Síntese da Avaliação e Recomendações

Nesse contexto, registramos aqui, a título de sugestão, algumas recomendações tendo em vista o novo PPA/2024-2027:

Inicialmente, recomendamos a necessidade de implementar a estrutura de combate a incêndio, tendo em vista que esta meta vem sendo mantida nos Planos Plurianuais – PPA's, em busca da execução, mas devido à escassez de recurso disponível e a prioridade de outras metas, tal objetivo foi retomado para o PPA 2024-2027.

Ademais, apontamos ser imprescindível a preservação de dotação orçamentária para a meta recuperação e reforma da estrutura física das unidades de atendimento conforme as normativas da socioeducação; a FUNDASE atualmente administra 12 (doze) imóveis, estes que se encontram ativos, porém com alguns ambientes em condições precárias, apresentando problemas nas instalações gerais (elétrica, lógica, telefonia, hidrossanitária, entre outras), nas coberturas, nas alvenarias, nas esquadrias, dentre outros elementos físicos dos imóveis. Nesse sentido, faz-se necessário priorizar essa demanda conforme previsto no próximo PPA.

No tocante a construção de unidade a partir de conveniamento com o Governo federal, é importante destacar que a FUNDASE opera tanto as unidades masculinas como as unidades femininas, entretanto, o objeto inicial desta meta era construir mais 01 (uma) unidade de internação para adolescentes do sexo masculino. Ocorre que a gestão da FUNDASE decidiu pela construção de 01 (uma) Unidade de Atendimento Integrado – UNAI, seguindo as recomendações expedidas pelo CNJ, já que a referida Unidade irá tratar do atendimento inicial integrado ao adolescente com atribuição de ato infracional, assistidos em um mesmo local pelos órgãos partícipes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social, além de instrumentalizar a garantia da proteção dos direitos ao adolescente, permitindo a efetivação do Artigo 88, Inciso V do ECA/90, garantia dos princípios da excepcionalidade e brevidade da internação provisória, cujo os órgãos arrolados podem atuar de forma célere, até mesmo em regime de plantão (finais de semanas e feriados). O RN, com a implementação desse, ganha um importante instrumento para fortalecimento da Política de Atendimento Socioeducativo, a implantação e instalação dessa infraestrutura física, operacional e estratégica, articulada com órgãos citados e os sistemas SGD – Sistemas de Garantias de Direitos, será um divisor na execução das ações no atendimento ao adolescente e na garantia de seus direitos. Contudo, o presente objetivo foi redefinido para o próximo Plano Plurianual – PPA 2024/2027.

Assim, ante tudo o que foi apresentado neste relatório, observa-se que a FUNDASE/RN, malgrado tenha se deparado com alguns contratempos, sejam eles de caráter orçamentário ou de recursos humanos, empregou e continua a empregar esforços para que seus objetivos e metas possam vir a ser alcançadas em sua integralidade.

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DO GABINETE CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 8
Avaliação individual das INICIATIVAS 15
Avaliação Setorial dos Resultados 20
Avaliação dos Indicadores 20
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 21
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 21
Introdução 21
Do Objetivo da Avaliação 22
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 22
Metodologia 23
Avaliação Geral dos Resultados 23
Síntese da Avaliação e Recomendações 24

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 11108 Gabinete Civil do Governador do Estado
Nome do Programa Temático: 5002 O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE 5003 OUVIR PARA GOVERNAR

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00226 Promover ações de resposta para atendimento à população afetada e recuperar cenários atingidos por desastres, especialmente por meio de recursos financeiros, materiais e logísticos, complementares a ações dos Estados e Municípios
Códigos das metas: 00959 Elaborar o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil 01039 Fortalecer o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC 01048 Atender 100% a população em situação de emergência
Códigos das iniciativas: 01499 Criação e implantação do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil 01500 Articulação para uma atuação integrada das Defesas Civis municipais em âmbito estadual na preparação, prevenção, mitigação, respostas e recuperação de desastres 01503 Atividades de respostas aos desastres
Avaliação Geral do Objetivo: Com base nas metas e resultados apresentados para o ano de 2023, avalia-se o alcance parcial do objetivo principal (0226) de promover ações de resposta para atendimento à população afetada e recuperar cenários atingidos por desastres, especialmente por meio de recursos financeiros, materiais e logísticos, complementares a ações dos municípios.

Nesse sentido, com base nas execuções das metas, observa-se a criação de plano estadual de proteção e defesa civil (meta: 0959). A meta apresenta andamento neste processo de elaboração, conforme última atualização em 20/11/2023, destacando que a meta depende de discussões e reuniões para avançar, bem como recursos financeiros. Para o fortalecimento do sistema nacional de proteção e defesa civil – SINPDEC (meta: 1039), observa-se a realização de ações diárias pela coordenadoria para fortalecer o sistema, visto que, conforme informado na execução da meta, a COPDEC tem atuado no monitoramento, alertas de desastres, capacitação de agentes estaduais e municipais, coordenação de atividades e entre outros. Por fim, a (meta: 1048) há redação repetitiva quanto as ações que foram realizadas nos municípios de São Miguel, Luís Gomes e Paraná devido o colapso hídrico na zona urbana dessas cidades.

As atualizações ao longo do plano estrutural da COPDEC refletem o esforço do setor, mesmo diante da escassez de recursos financeiros disponíveis para investimentos eficazes na prevenção e resposta a desastres. A limitação de recursos financeiros tem se tornado um obstáculo significativo, impedindo o avanço na consecução dos objetivos estabelecidos. Esta carência de recursos coloca em segundo plano as ações que poderiam desempenhar papel relevante para alcançar resultados mais expressivos. Os investimentos para prevenção e a capacidade de resposta e recuperação diante de emergências, comprometem o sucesso na implementação de ações efetivas em benefício da população afetada e a restauração de áreas atingidas por desastres. Os resultados das metas permaneceram semelhantes aos obtidos em 2022.

Código e descrição do Objetivo:

00570 - 568 - Ampliar e modernizar os serviços das Centrais do Cidadão – CODACI

Códigos das metas:

01680 - 1641 - Abrir novas unidades de atendimento do Programa Central do Cidadão
01681 - 1642 - Ampliar a média anual de atendimentos das unidades do Programa Central do Cidadão
01682 - 1643 - Ampliar a quantidade de serviços oferecidos nas unidades de atendimento do Programa Central do Cidadão
01683 - 1644 - Instalar totens eletrônicos nas unidades do Programa Central do Cidadão
01684 - 1645 - Publicar novo portal virtual do Programa Central do Cidadão
01685 - 1646 - Implantar sistema de energia solar nas unidades do Programa Central do Cidadão
01686 - 1647 - Capacitar os servidores públicos vinculados ao Programa Central do Cidadão
01687 - 1648 - Realizar seminários da capacitação com os gerentes das unidades do Programa Central do Cidadão
01688 - 1649 - Atualizar a legislação pertinente ao Programa Central do Cidadão

Códigos das iniciativas:

02277 - 2259 - Publicar decreto reformulando o Programa Central do Cidadão
02278 - 2260 - Publicar regimento interno do Programa Central do Cidadão
02279 - 2275 - Operacionalização e modernização do Programa Central do Cidadão

Avaliação Geral do Objetivo:

Com base na avaliação do objetivo (0570-568) de ampliar e modernizar os serviços das Centrais do Cidadão – CODACI com base nas metas e resultados para o ano de 2023, informamos as seguintes observações.
Sobre a abertura de novas unidades das centrais do cidadão (meta: 1680-1641), informo que não houve inauguração nos dois primeiros meses de 2023, mas que havia previsão para a abertura das Centrais de Patu e Terminal Rodoviário de Natal, totalizando a previsão de 04 unidades. A avaliação do andamento desta meta ficou sustado, visto a ausência das atualizações no monitoramento realizado pela CODACI, apesar das solicitações formais.
Na ampliação sobre as médias anuais de atendimentos (meta: 1681-1642), em avaliação, a CODACI informou que houve uma evolução positiva de 27% nos meses de 2023, comparando com ao mesmo período de 2022. A avaliação do andamento desta meta ficou sustado, visto a ausência das atualizações no monitoramento realizado pela CODACI, apesar das solicitações formais.
Em atenção a quantidade de serviços oferecidos (meta: 1682-1643), a primeira e única avaliação definiu que seria realizada pesquisa de satisfação juntos aos usuários para medir a qualidade dos serviços relacionados a criação de portal virtual (meta 1682). Sobre a instalação de totens eletrônicos (meta: 1683-1644), observa-se que durante o monitoramento não há informações disponíveis para avaliar o progresso desta meta.
A publicação do novo portal virtual (meta: 1684-1645). No monitoramento informado requer a criação ou desenvolvimento do portal virtual, havendo relação de transversalidade com a pesquisa de satisfação dos usuários (meta 1682). A avaliação do andamento desta meta ficou sustado, visto a ausência das atualizações no monitoramento realizado pela CODACI em 2023, apesar das solicitações formais.
Não houve informações referentes a implantação do sistema de energia solar (meta: 1685-1646). No que diz respeito a capacitação e realização dos seminários dos servidores, no único monitoramento em 2023, foi informado que a meta estava sobre planejamento da CODACI. Por fim, no que diz respeito a atualização da legislação, observa-se que não há informações disponíveis para avaliar o progresso da meta.
Em conclusão, o objetivo de ampliar e modernizar os serviços das Centrais do Cidadão - CODACI (0570 - 568) apresenta avanços significativos, destacando a previsão para abertura de novas unidades e o aumento da média anual de atendimentos. No entanto, alguns desafios merecem atenção, incluindo a ausência de informações, como pesquisa de satisfação, instalação de totens, criação do portal virtual, energia solar e atualização legislativa.

Código e descrição do Objetivo:

00125 Modernizar a estrutura do Gabinete Civil, por meio da operacionalização, reforma administrativa, apoio ao programa RN vida, bem como a realização de concurso público, qualificação e a promoção da qualidade de vida, reduzindo riscos à saúde e fortalecendo um rendimento satisfatório no ambiente de trabalho dos servidores, visando o desenvolvimento institucional e otimização da gestão das organizações públicas, garantindo eficiência e transparência.

Códigos das metas:

00948 Adequar a estrutura organizacional do Gabinete Civil
00950 Atender aos servidores do Gabinete Civil no Programa de Qualidade de Vida

00952 Aprovar o Projeto de Lei da Reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações
00955 Apoiar o Programa RN Vida
00957 Capacitar servidores do Gabinete Civil
01060 Modernizar os equipamentos pertencentes ao Gabinete civil
01211 Reformar e adequar as instalações físicas para melhoria da infraestrutura do Gabinete Civil
01471 Realização de concurso público

Códigos das iniciativas:

01490 Realização de estudo para elaboração do Projeto de Lei para alteração do Decreto que regulamenta a estruturação do Gabinete Civil
01491 Ampliação do Programa de Qualidade de Vida, incentivar a adoção de hábitos saudáveis, através de práticas esportivas para os funcionários do Gabinete Civil, melhorando o estado nutricional, autoestima e satisfação corporal
01492 Assinatura e encaminhamento à Assembleia Legislativa para votação e aprovação da mensagem com o projeto de Lei de restruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR)
01493 Apoio ao programa RN Vida
01495 Capacitação e aperfeiçoamento dos servidores do Gabinete Civil, através da participação em Cursos, seminários, congressos e afins
01513 Modernização e aparelhamento do Gabinete Civil
01520 Estruturação, adaptação e ampliação dos espaços físicos para o funcionamento dos setores do Gabinete Civil

Avaliação Geral do Objetivo:

O objetivo estabelecido no Plano Plurianual de 2020-2023 foi parcialmente alcançado. A amplitude das metas delineadas sugere a efetiva estruturação organizacional, evidenciada pelas reformas administrativas promovidas pelo Gabinete Civil, que incluíram a transferência da CODACI e a nomeação de secretarias extraordinárias. No entanto, há uma urgente necessidade de um novo regime interno para aprimorar as atribuições de cada setor do órgão.

Resta salientar que, apesar da reorganização administrativo, o objetivo abrange a aprovação do Projeto de Lei da Reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações e modernizações nos equipamentos pertencentes ao Gabinete Civil. No entanto, esses elementos precisaram ser revisados durante todo o plano, considerando as restrições orçamentárias e financeiras do Estado no período. Por fim, destaca-se que houve ajustes nas instalações físicas da infraestrutura do Gabinete Civil, abrangendo a reforma da rampa, de alguns setores do Gabinete Civil e do muro do centro administrativo.

Código e descrição do Objetivo:

00129 Reestruturar e adequar o Centro Administrativo através da implantação e implementação de um Programa de socialização, por meio da melhoria da infraestrutura, promovendo condições apropriadas de uso, transformando em um espaço agradável e seguro para os cidadãos trabalharem e praticarem atividades de esporte e lazer

Códigos das metas:

00844 Implantar e implementar um Programa de socialização no Centro Administrativo
01181 Reestruturar, construir para melhor atendimento dos usuários do Centro Administrativo

Códigos das iniciativas:

00947 Promoção de condições apropriadas de uso, através de melhorias da infraestrutura do Centro Administrativo
01825 Reestruturação, adequação e construir na área do Centro Administrativo

Avaliação Geral do Objetivo:

No decorrer do exercício financeiro de 2023, foram realizadas algumas ações significativas no âmbito do Centro Administrativo, alinhadas ao propósito estabelecido no Código 0129. Entre essas ações, destacam-se a utilização do espaço público para eventos e feiras livres, proporcionando maior aproximação do Estado com a sociedade, possibilitando o acesso à cultura e à cidadania.

É relevante observar que, em consonância com a meta associada ao objetivo, foram efetuadas reformas no muro e no anexo do Centro Administrativo. Além disso, é necessário ressaltar que as despesas de custeio e manutenção estão sendo gerenciadas pela competência do Gabinete Civil. Portanto, essas iniciativas representam avanços concretos na busca pela reestruturação e adequação do espaço, contribuindo para a criação de ambiente propício ao trabalho e às atividades de lazer, conforme preconizado no objetivo estabelecido.

Código e descrição do Objetivo:

00571 - 541 - Implementar uma Agenda Governamental para Região Metropolitana de Natal, por meio da valorização do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, destacando a responsabilidade compartilhada entre os entes-federativos, implementando um modelo de Gestão e de financiamento

Códigos das metas:

01689 - 1418 - Estabelecer calendário anual de reuniões permanentes do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal
01690 - 1419 - Instituir uma governança entre os entes federativos por meio da criação do Consorcio Metropolitano de Gestão, Planejamento e Apoio Técnico
01691 - 1420 - Elaborar o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)

Códigos das iniciativas:

02280 - 2082 - Convocação dos membros do conselho
02281 - 2083 - Gerenciamento da agenda de reuniões
02283 - 2086 - Aprovação no Conselho Metropolitano da Criação do Consorcio Metropolitano de gestão, Planejamento e Apoio Técnico
02284 - 2087 - Instituição da comissão de elaboração da proposta
02285 - 2088 - Realização de seminários temáticos

02286 - 2089 - Estabelecimento de parceria com Escola de Governo e Universidades Públicas 02287 - 2090 - Produção e compartilhamento de publicações 02288 - 2190 - Elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Natal PDUI
Avaliação Geral do Objetivo: As ações da Região Metropolitana foram transferidas para o Gabinete Civil do Estado do Rio Grande do Norte, em virtude do novo cargo de coordenação, anteriormente incumbido pela SEPLAN. Apesar da realização de algumas medidas preparatórias, constatou-se um baixo nível de acompanhamento das metas estabelecidas no Plano Plurianual de 2023, limitando-se, em grande parte, à fase de preparação. Ao término de 2023, evidenciou-se progresso mínimo em relação às pautas vinculadas às metas, indicando a necessidade de engajamento para efetiva implementação e alcance dos objetivos proposto ou até mesmo a transferências das ações para outro órgão com as competências alinhadas.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0948 Adequar a estrutura organizacional do Gabinete Civil
Avaliação da Meta: Em 2023, o progresso em relação à meta limitou-se à reforma (manutenção) em algumas áreas do Gabinete Civil e do Centro Administrativo. Contudo, tem sido notável que houve poucos avanços no âmbito organizacional do Gabinete, destacando-se a necessidade de atenção nesse aspecto. Adicionalmente, vale ressaltar que ocorreram alterações significativas na parte na condução dos processos, e a chegada da CODACI introduziu novas responsabilidades ao Gabinete, demandando adaptação para lidar com essas mudanças.

Código e descrição da Meta: 0950 Atender aos servidores do Gabinete Civil no Programa de Qualidade de Vida
Avaliação da Meta: Ao longo de 2023, registrou-se volume significativo de atendimentos no programa de Qualidade de Vida no Trabalho, culminado por meio dos atendimentos, principalmente, nas áreas de saúde e estética. Essa iniciativa proporcionou aos servidores melhorias em sua qualidade de trabalho, evidenciando os impactos positivos gerados pelo programa.

Código e descrição da Meta:

0952 Aprovar o Projeto de Lei da Reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações

Avaliação da Meta:

O Projeto de Lei que visa reestruturar o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações não apresentou avanços durante o período em questão.

Código e descrição da Meta:
0955 Apoiar o Programa RN Vida

Avaliação da Meta:

O programa RN Vida representa iniciativa governamental voltada para atender, prioritariamente, crianças e adolescentes da rede pública de ensino, com idade entre 07 e 16 anos, durante o contraturno escolar. O alunado é beneficiado com aulas de Esporte e Cultura, abrangendo diversas modalidades esportivas, como natação, ginástica rítmica, judô, karatê e capoeira. Nas artes, o Estado oferece aulas de violão, flauta, ballet clássico e artes visuais.

Destaca-se ainda a realização de festivais esportivos, como os Festivais de Natação e Ginástica Rítmica, além das cerimônias de troca de faixa no Karatê e Judô. Eventos como o V Festival de Primavera foram concebidos para que as crianças e adolescentes desenvolvam suas habilidades artísticas e culturais. Essa proposta busca estimular a produção cultural dos educandos e proporcionar a eles a oportunidade de apreciar a cultura e a arte de artistas profissionais convidados.

Código e descrição da Meta:
0957 Capacitar servidores do Gabinete Civil

Avaliação da Meta:

Em 2023, observou-se escassez de capacitações voltadas para aprimorar a atuação deste Gabinete. A partir do nosso conhecimento, destaca-se que, das poucas capacitações realizadas, merecem ênfase aquelas direcionadas à implementação da nova lei de contratações públicas, as quais foram oferecidas pela Escola de Governo.

Código e descrição da Meta:
1060 Modernizar os equipamentos pertencentes ao Gabinete civil

Avaliação da Meta:

A modernização dos equipamentos pertencentes ao Gabinete Civil não apresentou avanços durante o período em questão.

Código e descrição da Meta:
1211 Reformar e adequar as instalações físicas para melhoria da infraestrutura do Gabinete Civil

Avaliação da Meta:

No decorrer de 2023, promoveram-se intervenções nas instalações físicas do Gabinete Civil, que englobaram a reestruturação de setores, a reforma da rampa e ajustes na estrutura física do próprio Gabinete Civil.

Código e descrição da Meta:
1181 Reestruturar, construir para melhor atendimento dos usuários do Centro Administrativo

Avaliação da Meta:

No ano de 2023, efetuaram-se intervenções significativas nas instalações físicas do Centro Administrativo, incluindo a reforma do muro ao longo da Avenida Raimundo Chaves e modificações no anexo.

Código e descrição da Meta:
0959 Elaborar o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil

O Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil, conforme monitoramento realizado até novembro de 2023, está em fase de análise pela assessoria técnica do Gabinete Civil (ASTEC/GAC). O planejamento estratégico da COPDEC, destaca ainda durante o monitoramento a necessidade de investimentos financeiros para estudos, pesquisas, equipamentos tecnológicos e ferramentas de TI, aguarda discussões e reuniões. A ênfase recai sobre a importância desses recursos para o mapeamento das áreas de risco no Estado, visando fortalecer a preparação e resposta em situações de emergência.

Código e descrição da Meta:
1039 Fortalecer o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC

Avaliação da Meta:

O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) demonstra consistência no monitoramento das atividades, conforme evidencia os relatórios até novembro de 2023. A coordenadoria adota ações diárias, focando o monitoramento e alerta de desastres, capacitação de agentes e a coordenação efetiva das atividades do sistema.

Código e descrição da Meta:
1039 Fortalecer o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC

Avaliação da Meta:

O monitoramento contínuo evidencia compromisso com o fortalecimento do sistema ao longo do tempo. A coordenadoria, através de ações diárias, prioriza o monitoramento e alerta de desastres, além de investir em capacitações para agentes estaduais e municipais. O enfoque abrangente abarca desde a coordenação efetiva das atividades até a captação de recursos, demonstrando abordagem integrada e proativa na promoção de resposta a desastres.

Código e descrição da Meta:
1048 Atender 100% a população em situação de emergência

Avaliação da Meta:

O acompanhamento demonstra a consistência nas ações de resposta a crises hídricas nos municípios de São Miguel, Luís Gomes e Paraná ao longo do exercício de 2022. A entrega de água potável demonstra a prontidão em lidar com colapsos hídricos na zona urbana, evidenciando abordagem efetiva e direcionada para atender às necessidades emergenciais da população nessas localidades.

Código e descrição da Meta:
1680 - 1641 - Abrir novas unidades de atendimento do Programa Central do Cidadão

Avaliação da Meta:

O monitoramento destaca a ausência de inaugurações nos primeiros dois meses do ano, mas apontou planos promissores para 2023. A previsão de inauguração das Centrais de Patu e Terminal Rodoviário de Natal, junto com as já existentes em São Miguel e Lajes, atinge a meta estabelecida de quatro unidades. Apesar disso, a avaliação da meta fica sustado, visto a ausência de monitoramento no decorrer do ano.

Código e descrição da Meta:

1681 - 1642 - Ampliar a média anual de atendimentos das unidades do Programa Central do Cidadão

Avaliação da Meta:

O texto destaca a evolução positiva nos atendimentos das unidades do Programa Central do Cidadão nos primeiros dois meses de 2023, evidenciada por gráfico anexo que demonstra aumento de 27% em comparação com o mesmo período de 2022. Esse monitoramento sugere progresso substancial na prestação de serviços às comunidades, indicando direcionamento bem-sucedido para alcançar os objetivos estabelecidos. Apesar disso, a avaliação da meta fica sustado, visto a ausência de monitoramento no decorrer do ano.

Código e descrição da Meta:
1682 - 1643 - Ampliar a quantidade de serviços oferecidos nas unidades de atendimento do Programa Central do Cidadão

Avaliação da Meta:

O texto indica estratégia ao requerer pesquisa de satisfação dos usuários do Programa Central do Cidadão, evidenciando a preocupação com a qualidade dos serviços oferecidos à população. Essa medida se alinha de maneira transversal com a meta 1684 de criação do portal virtual do programa. A solicitação da pesquisa e a busca por ampliar a quantidade de serviços oferecidos nas unidades refletem compromisso em melhorar tanto a eficiência quanto a satisfação dos usuários. Apesar disso, a avaliação da meta fica sustado, visto a ausência de monitoramento no decorrer do ano.

Código e descrição da Meta:
1683 - 1644 - Instalar totens eletrônicos nas unidades do Programa Central do Cidadão

Avaliação da Meta:

O único monitoramento evidencia lacuna na obtenção de informações sobre a instalação de totens eletrônicos nas unidades do Programa Central do Cidadão até a data de 21/03/2023. A falta de dados impede a realização de juízo, mensuração ou avaliação dessa meta específica (1683 - 1644). A avaliação da meta fica sustado, visto a ausência de monitoramento no decorrer do ano.

Código e descrição da Meta:
1684 - 1645 - Publicar novo portal virtual do Programa Central do Cidadão

Avaliação da Meta:

O monitoramento até 21/03/2023 destaca a necessidade de criação ou desenvolvimento do novo portal virtual do Programa Central do Cidadão, alinhado com a meta 1684. A avaliação da meta fica sustado, visto a ausência de monitoramento no decorrer do ano.

Código e descrição da Meta: 1685 - 1646 - Implantar sistema de energia solar nas unidades do Programa Central do Cidadão
Avaliação da Meta: A avaliação da meta fica sustado, visto a ausência de monitoramento no decorrer do ano.

Código e descrição da Meta: 1686 - 1647 - Capacitar os servidores públicos vinculados ao Programa Central do Cidadão
Avaliação da Meta: A avaliação da meta fica sustado, visto a ausência de monitoramento no decorrer do ano.

Código e descrição da Meta: 1687 - 1648 - Realizar seminários da capacitação com os gerentes das unidades do Programa Central do Cidadão
Avaliação da Meta: A avaliação da meta fica sustado, visto a ausência de monitoramento no decorrer do ano.

Código e descrição da Meta: 1688 - 1649 - Atualizar a legislação pertinente ao Programa Central do Cidadão
Avaliação da Meta: A avaliação da meta fica sustado, visto a ausência de monitoramento no decorrer do ano.

Código e descrição da Meta: 1689 - 1418 - Estabelecer calendário anual de reuniões permanentes do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal
Avaliação da Meta: O monitoramento até 07/12/2023 indica que a meta 1689 de estabelecer calendário anual de reuniões permanentes do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal não foi concluída no período em questão. Apesar de iniciados contatos e planejamento logístico, a efetivação está programada para 2024. O relato de falta de retorno sobre a atividade em

2023, até 17/10, destaca desafios na implementação. A avaliação da meta fica sustado, visto a ausência de monitoramento no decorrer do ano.

Código e descrição da Meta:
1690 - 1419 - Instituir uma governança entre os entes federativos por meio da criação do Consorcio Metropolitano de Gestão, Planejamento e Apoio Técnico

Avaliação da Meta:

O acompanhamento até 07/12/2023 revela que a meta 1690 de instituir a governança entre os entes federativos por meio da criação do Consórcio Metropolitano de Gestão, Planejamento e Apoio Técnico não foi concluída no período. Apesar do início de contatos e planejamento operacional, a efetivação está programada para 2024. A ausência de retorno até 17/10/2023 destaca desafios na implementação. A avaliação da meta fica sustado, visto a ausência de monitoramento no decorrer do ano.

Código e descrição da Meta:
1691 - 1420 - Elaborar o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)

Avaliação da Meta:

O acompanhamento até 07/12/2023 indica que a meta 1691 de elaborar o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) não foi concluída no período, apesar do início de contatos e planejamento operacional. A efetivação está programada para 2024. A falta de retorno até 17/10/2023 destaca desafios na implementação. A avaliação da meta fica sustado, visto a ausência de monitoramento no decorrer do ano.

Código e descrição da Meta:
0955 Apoiar o Programa RN Vida

Avaliação da Meta:

De acordo com avaliações anteriores, informo que foram conduzidas atividades junto aos alunos do Programa RN Vida. No entanto, é importante ressaltar que esse projeto apresenta características distintas em relação às competências do GAC, razão pela qual não houve impacto no orçamento ou nas finanças.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas: 01513 Modernização e aparelhamento do Gabinete Civil.
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Conforme o relatório do Plano Plurianual (PPA), destaca-se que foi inicialmente alocado o montante de R$ 1.100.000,00 na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023 para a implementação do conjunto de ações previstas para essa iniciativa. No decorrer do ano de 2023, constatou-se a necessidade de ajustes devido a mudanças nas prioridades da gestão e à ausência de disponibilidade financeira. Esses fatores impactaram a execução plena da iniciativa, demandando reavaliação ao longo do período mencionado.

Códigos e descrições das iniciativas: 01520 Estruturação, adaptação e ampliação dos espaços físicos para o funcionamento dos setores do Gabinete Civil
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Foram realizadas adaptações e aprimoramentos significativos no Gabinete Civil. Isso inclui a reforma da rampa e a revitalização dos espaços no centro administrativo.

Códigos e descrições das iniciativas: 01490 Realização de estudo para elaboração do Projeto de Lei para alteração do Decreto que regulamenta a estruturação do Gabinete Civil
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Ausência de informações atualizadas sobre o progresso do assunto.

Códigos e descrições das iniciativas: 01491 Ampliação do Programa de Qualidade de Vida, incentivar a adoção de hábitos saudáveis, através de práticas esportivas para os funcionários do Gabinete Civil, melhorando o estado nutricional, autoestima e satisfação corporal
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Foram implementadas ações significativas no âmbito do Programa Qualidade de Vida do GAC, mesmo assim, o trabalho foi realizado sem a necessidade de recursos financeiros provenientes do Estado.

Códigos e descrições das iniciativas: 01492 Assinatura e encaminhamento à Assembleia Legislativa para votação e aprovação da mensagem com o projeto de Lei de restruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR)
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Ausência de informações atualizadas sobre o progresso do assunto.

Códigos e descrições das iniciativas: 01493 Apoio ao programa RN Vida
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: De acordo com avaliações anteriores, informo que foram conduzidas atividades junto aos alunos do Programa RN Vida. No entanto, é importante ressaltar que esse projeto apresenta características distintas em relação às competências do GAC, razão pela qual não houve impacto no orçamento ou nas finanças.

Códigos e descrições das iniciativas: 01495 Capacitação e aperfeiçoamento dos servidores do Gabinete Civil, através da participação em Cursos, seminários, congressos e afins
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Foram realizados cursos para capacitar servidores quanto a aplicação da nova lei de licitação em parceira com a Escola de Governo. As capacitações dos servidores não demandaram recursos orçamentários/financeiros.

Códigos e descrições das iniciativas: 00947 Promoção de condições apropriadas de uso, através de melhorias da infraestrutura do Centro Administrativo
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Foram reconstruídos os muros do centro administrativo e realizadas melhorias no anexo.

Códigos e descrições das iniciativas:

01825 Reestruturação, adequação e construir na área do Centro Administrativo
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Foram reconstruídos os muros do centro administrativo e realizadas melhorias no anexo.

Códigos e descrições das iniciativas: 01499 Criação e implantação do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: De acordo com a avaliação da COPDEC/GAC, observa-se que o plano se encontra minutado para análise da assessoria técnica do Gabinete Civil - ASTEC/GAC, aguardando reuniões e discussões. As atividades não oneraram o orçamento do Gabinete Civil.

Códigos e descrições das iniciativas: 01500 Articulação para uma atuação integrada das Defesas Civis municipais em âmbito estadual na preparação, prevenção, mitigação, respostas e recuperação de desastres
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: De acordo com a avaliação da COPDEC/GAC, o fortalecimento do sistema é realizado diariamente pela coordenadoria através de suas ações voltadas para o monitoramento e alerta dos desastres. As atividades não oneraram o orçamento do Gabinete Civil.

Códigos e descrições das iniciativas: 01503 Atividades de respostas aos desastres
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Conforme as iniciativas informadas, ocorreram algumas atividades nos municípios de são Miguel, Luís Gomes e Paraná devido ao colapso hídrico na zona urbana das cidades. As atividades não oneraram o orçamento do Gabinete Civil.

Códigos e descrições das iniciativas: 02277 - 2259 - Publicar decreto reformulando o Programa Central do Cidadão
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Não houve informações suficientes para avaliação desta iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas:

02278 - 2260 - Publicar regimento interno do Programa Central do Cidadão

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Não houve informações suficientes para avaliação desta iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas:
02279 - 2275 - Operacionalização e modernização do Programa Central do Cidadão

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Não houve informações suficientes para avaliação desta iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas:
02280 - 2082 - Convocação dos membros do conselho

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Não houve informações suficientes para avaliação desta iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas:
02281 - 2083 - Gerenciamento da agenda de reuniões

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Não houve informações suficientes para avaliação desta iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas:
02282 - 2085 - Criação de comissão que elabore a proposta do consórcio e promoção da atividade

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Não houve informações suficientes para avaliação desta iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas:
02283 - 2086 - Aprovação no Conselho Metropolitano da Criação do Consorcio Metropolitano de gestão, Planejamento e Apoio Técnico

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Não houve informações suficientes para avaliação desta iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 02284 - 2087 - Instituição da comissão de elaboração da proposta
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Não houve informações suficientes para avaliação desta iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas:
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Códigos e descrições das iniciativas: 02285 - 2088 - Realização de seminários temáticos
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Não houve informações suficientes para avaliação desta iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 02286 - 2089 - Estabelecimento de parceria com Escola de Governo e Universidades Públicas
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Não houve informações suficientes para avaliação desta iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 02287 - 2090 - Produção e compartilhamento de publicações
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Não houve informações suficientes para avaliação desta iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 02288 - 2190 - Elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Natal PDUI
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Não houve informações suficientes para avaliação desta iniciativa

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Os resultados alcançados durante o período de execução do Plano Plurianual demonstram que o Gabinete Civil obteve êxito parcial na execução. No entanto, observa-se a necessidade de ajustes no planejamento para alinhar-se às competências específicas deste órgão. Durante a implementação, percebe-se que o planejamento precisou ser ajustado ao longo do período, ficando a equipe financeira encarregada de monitorar o cumprimento das metas, embora já tenha diversas responsabilidades no âmbito orçamentário, contábil e financeiro do gabinete.

Nesse contexto, é possível que algumas ações tenham sido executadas, mas a ausência de equipe dedicada ao planejamento refletiu o acompanhamento adequado. Somente em 2023, último ano do plano plurianual, a portaria designando os gerentes responsáveis pelo acompanhamento das metas foi republicada. Além disso, convém ressaltar que alguns objetivos inicialmente incluídos e posteriormente transferidos para o Gabinete Civil. Por fim, ressalta que algumas metas apresentavam amplitude que dificultava a designação de setor responsável.

Dessa forma, destaca-se que foram feitos esforços para garantir a execução das ações, com investimentos em infraestrutura no Gabinete Civil e o Centro Administrativo, principalmente durante o exercício financeiro de 2023.

Recomendações:

Propõe-se a criação de grupo de trabalho dedicado ao acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), visando melhorar a gestão e execução das ações planejadas e com a participação dos setores chaves do órgão.

Integração do Plano Plurianual (PPA) nas atividades do Gabinete Civil, abrangendo aspectos as contratações, investimentos e demais processos.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (X) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

O Gabinete Civil do Governo do Estado do Rio Grande do Norte desempenha papel na estrutura institucional, sendo estabelecido pela Lei Complementar nº 190, de 8 de janeiro de 2001, e posteriormente, por meio da Lei Complementar nº 262, de 29 de dezembro de 2003, recebeu novas atribuições e redação. Este órgão assume responsabilidades variadas, consolidando-se como importante elo de coordenação institucional entre os diversos órgãos e entidades da Administração Estadual.

Dentre as suas atribuições destacam-se a assistência direta à governadora, tanto na representação política quanto social, além da coordenação das relações com os demais poderes do Estado, Ministério Público, Tribunal de Contas e outras esferas de governo. O Gabinete Civil também exerce papel na formulação e implementação de políticas para a juventude, atuando em articulação com as Secretarias de Estado.

Adicionalmente, o órgão desempenha funções como o acompanhamento da tramitação de Projetos de Lei na Assembleia Legislativa, controle de prazos para manifestação do Poder Executivo e o atendimento de pedidos de informações de Deputados Estaduais. A articulação com lideranças do

Governo na Assembleia Legislativa, o assessoramento à governadora em matérias e medidas relacionadas ao seu expediente particular, e a supervisão da administração geral de locais como o Palácio do Governo e a residência oficial da governadora são aspectos centrais das responsabilidades do Gabinete Civil.

Além disso, o órgão se destaca por coordenar o cerimonial público, supervisionar a segurança da governadora, dirigir as relações protocolares do Chefe de Governo com autoridades militares, prestar apoio material, administrativo e técnico às autoridades estaduais no Distrito Federal, administrar o Centro Administrativo, coordenar o Centro Integrado de Esporte e Cultura RN Vida, e integrar a Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil (COPDEC).

Nesse sentido, o Gabinete Civil apresenta gestão e coordenação de diversas atividades, desempenhando papel estratégico no suporte às ações governamentais. Desse modo, o presente documento apresenta e analisa os principais pontos do Plano Plurianual de 2020 a 2023, elencando suas principais ações ao longo deste período. O documento está estruturado em seis partes, além desta introdução. A segunda parte, do objetivo desta avaliação. A terceira seção, caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas. A quarta parte, a metodologia. A quinta parte, refere-se à avaliação geral dos resultados. A sexta e última parte, a síntese da avaliação e recomendações.

Do Objetivo da Avaliação

Este documento tem por objetivo avaliar a execução do Plano Plurianual de 2020 a 2023 do Gabinete Civil do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

O Plano Plurianual (PPA) do órgão foi elaborado com objetivos abrangentes, buscando ocupar diversos espaços e abordar a variedade de áreas de atuação do Gabinete Civil. Apesar da construção de diversas políticas públicas como parte desse plano, a execução enfrentou dificuldades ao longo do período previsto.

A abrangência do PPA reflete questões relacionadas à proteção e defesa civil até a modernização de serviços e infraestrutura. As metas específicas foram estabelecidas para orientar as ações, visando atingir objetivos amplos. No entanto, as dificuldades de execução surgiram devido as restrições financeiros e orçamentários na implementação das políticas públicas, exigindo ajustes nas prioridades.

No âmbito das políticas públicas, destaca-se a construção de iniciativas como reformas estruturais e administrativa, incluindo o planejamento para a aprovação do Projeto de Lei da Reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações. Além disso, foram planejadas a implementação de ações voltadas para a revitalização do espaço público, utilizando-o para eventos e feiras livres, buscando a interação do Estado com a sociedade.

No entanto, a transferência de ações para o Gabinete Civil da Região Metropolitana apresenta desafios, com o baixo nível de acompanhamento das metas e progresso mínimo até o final do período do PPA. Ainda assim, as políticas públicas construídas foram executadas com êxito parcial, buscando ofertar respostas eficazes a desastres, modernização dos serviços e o acesso a serviços de

saúde por meio do programa qualidade de vida. Em conclusão, o PPA do órgão, apesar das dificuldades na execução, representa tentativa abrangente de promover melhorias em diversas áreas, destacando a importância de ajustes e adaptações contínuas diante de desafios específicos.

Metodologia

A avaliação foi conduzida pelo UFIN/GAC, COPDEC/GAC e CODACI/GAC, que atuam como gerentes do Plano Plurianual (PPA) em representação ao Gabinete Civil do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. As informações foram solicitadas a esses setores, e a consolidação ocorreu ao longo do ano de 2023, sendo este período o foco principal.

Uma dessas limitações refere-se à Região Metropolitana, que, embora esteja incluída no PPA de 2020 a 2023 e tenha sido incorporada em 2023, observou-se a ausência de gerente responsável por esta avaliação no âmbito do Gabinete. Essa lacuna impactou a análise específica dessa área, demandando atenção para futuras avaliações. Outro aspecto relevante a ser destacado é que, devido à extensão das atividades contempladas no Plano Plurianual, muitas delas foram avaliadas de maneira abrangente, em virtude da ausência de gerentes designados para conduzir avaliações específicas.

Adicionalmente, as avaliações da CODACI/GAC enfrentaram desafios significativos, vez que grande parte delas foi suspensa devido à ausência de informações no monitoramento do PPA ao longo do ano de 2023. Este cenário ressalta a necessidade de fortalecer os processos de coleta e registro de dados para garantir avaliação abrangente no futuro.

Avaliação Geral dos Resultados

A avaliação geral dos resultados do Plano Plurianual do Gabinete Civil para o período de 2020 a 2023 demonstra avanços e desafios em relação aos objetivos estabelecidos. Convém destacar que o plano foi executado parcialmente, com progressos em algumas áreas, mas com obstáculos significativos.

Na área de proteção e defesa civil, o esforço da COPDEC tem sido evidente, com destaque para o andamento de ações voltadas ao plano estadual e as ações diárias para fortalecer o sistema nacional. A escassez de recursos financeiros se tornou entrave, comprometendo a implementação eficaz de ações preventivas e de resposta a desastres. Observa-se a repetição textual no monitoramento de algumas ações, podendo demonstrar a necessidade de reavaliar a implementação da meta.

No que diz respeito à modernização das Centrais do Cidadão (CODACI), avanços significativos foram observados, incluindo a previsão e abertura de novas unidades e o aumento da média anual de atendimentos. No entanto, a ausência de atualizações e informações sobre algumas metas, como pesquisa de satisfação, instalação de totens e criação do portal virtual podem representar desafios a serem superados.

Quanto à reestruturação do Gabinete Civil, as reformas administrativas e físicas, incluindo a aprovação do Projeto de Lei da Reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações, refletem a busca por eficiência e valorização institucional. No entanto, as restrições orçamentárias e financeiras do Estado impactaram a implementação dessas medidas.

No âmbito do Centro Administrativo, as ações de revitalização e a utilização do espaço público para eventos e feiras livres demonstram tentativa de aproximação do Estado com a sociedade. Entre as ações principais de obras estruturais, a reforma do muro e anexo também contribuíram para melhoria do Gabinete Civil e do Centro Administrativo.

No entanto, a transferência das ações da Região Metropolitana para o Gabinete Civil apresentou desafios, com baixo nível de acompanhamento das metas e progresso mínimo até o final de 2023.

Em suma, enquanto houve avanços significativos em algumas áreas, a escassez de recursos financeiros, a ausência de atualizações em algumas metas específicas e os desafios na transferência de responsabilidades indicam que o plano plurianual do Gabinete Civil foi parcialmente bem-sucedido, requerendo análise crítica e ajustes para futuras implementações.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Durante a execução do PPA no período de 2020 a 2023, tornou-se evidente a necessidade de reavaliação da estrutura institucional do Gabinete Civil para os próximos quatro anos. Nesse sentido, observa-se ao longo dos anos que várias ações parecem desconectadas ou são incluídas no documento apenas por formalidade. O Gabinete Civil, por exemplo, tem entre as suas competências a articulação com outros órgãos e no fornecimento de apoio imediato à governadora.

Diante disso, avalia-se que as políticas públicas estejam alinhadas com essa abordagem, incorporando indicadores e estabelecendo plano mais conciso, capaz de ser implementado de maneira eficiente. Ao longo do PPA 2020-2023, observou-se que diversas ações ficaram à margem, mesmo com as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar que institui o Gabinete.

Como sugestão, propõe-se abordagem institucionalizada para o plano, com equipe capacitada para lidar com suas atividades e monitorar as ações de forma mais eficaz, garantindo execução eficiente e alinhada com os objetivos estabelecidos, podendo evitar lacunas e promovendo atuação mais integrada e coerente do Gabinete Civil.

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DO [NOME DO ÓRGÃO]

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 4
Avaliação individual das INICIATIVAS 5
Avaliação Setorial dos Resultados 5
Avaliação dos Indicadores 5
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 6
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 6
Introdução 6
Do Objetivo da Avaliação 6
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 7
Metodologia 7
Avaliação Geral dos Resultados 7
Síntese da Avaliação e Recomendações 7
Referências 8

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão:

12000

Nome do Programa Temático:

O Estado a Serviço da Sociedade

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo:

0292 – Readequar a infraestrutura física da GVG, por meio da reforma das instalações elétricas; redesenhado o layout destinado às equipes de assessoramento e apoio e da implantação de uma rede lógica de cabeamento estruturado, com vistas a proporcionar maior segurança, eficiência energética e produtividade no ambiente de trabalho.

Códigos das metas:

METAS	SITUAÇÃO
0113	Iniciada
0114	Não Iniciada
0117	Não Iniciada

Códigos das iniciativas:

Iniciativas	Subação
01602	310002

Avaliação Geral do Objetivo:

Conforme as metas 0113, 0114 e 0117, informamos que a 0113 se encontra com 75% concluída. As demais não foram tendo em vista não haver sido repassado pelo Governo do Estado o montante estipulado pelo Gabinete do Vice-governador para o planejamento pleiteado por este órgão.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

0113 – Reformar as instalações elétricas do prédio da GVG

Avaliação da Meta:

A instalação elétrica do prédio foi realizada parcialmente, por falta de recursos orçamentário/ financeiro, não sendo possível concluir sua totalidade. Vale salientar que tivemos uma melhoria significante no prédio, tendo em vista não ter havido ocorrências de forma significativa na estrutura elétrica do prédio.

Código e descrição da Meta:

0114 – Reorganizar o espaço físico destinado às equipes de assessoria e de apoio do GVG

Avaliação da Meta:

Não foi realizada por falta de recursos orçamentário/ financeiro.

Código e descrição da Meta:

0117 – Implantar uma rede lógica de cabeamento estruturado em toda a área da GVG

Avaliação da Meta:

Não foi realizada por falta de recursos orçamentário/ financeiro.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas: 01602 – Reestruturação da infraestrutura física do Gabinete da Vice Governadoria.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: Com a implementação parcial da meta 1113 foi observado um melhoramento na estrutura física que proporcionou aos servidores um mapeamento de espaço físico satisfatório. A meta supracitada além dos benefícios de caráter humanizado, trouxe segurança predial no que tange capacidade de evitar transtornos tais como: incêndio, curto-circuito, falta de energia. Destacamos que o atendimento ao publico foi melhorado significativamente, com o implemento da meta comtemplada.
Recomendações: Promover o desempenho das metas contidas no programa, para melhor atender ao planejamento do citado projeto estipulado no PPA de 2023.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(x) SIM ( ) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores. As reformas realizadas na instituição contribuíram para melhorar o atendimento da população em geral, beneficiando também os servidores e o público-alvo atendido pelo órgão.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

O Gabinete do Vice Governador dispõe de estrutura e planos específicos de interesse da Administração Pública Estadual , proporcionando os meios necessários ao acolhimento e execução do que é solicitado a este órgão, sugerindo, orientando, e acompanhando as atividades para obtenção de resultados favoráveis.

Quanto a realização da meta 0113 foi considerada parcialmente satisfatória por ter sido implementada de forma detalhada. A execução parcial dessa meta foi considerada imprescindível ao melhoramento das instalações elétricas do Gabinete do Vice-governador.

Frisando as demais metas 0014 e 0017, temos a informar que não foram realizadas pela situação orçamentária financeira, destacando que as mesmas são consideradas essenciais para uma posterior execução.

Do Objetivo da Avaliação

Objetivo da presente avaliação tem como cunho principal delinear e esclarecer o que foi destacado e efetivado no exercício de 2020 a 2023.

No quadriênio citado acima tivemos melhoramentos na infraestrutura de equipamentos de informática, onde buscamos parceria com outros órgãos públicos para ampliação da infraestrutura com os serviços de TI, tendo obtido a doação desses bens, procurando um ambiente seguro, preparado para efetivação e celeridade nas informações acessadas pela rede do Estado.

Diante da modernização tecnológica tornou-se necessário a cessão de servidores para este órgão por ser a força produtiva do Estado responsável por colocar em prática as ações pensadas pelo gestor público.

Diante do exposto fez-se necessário a readequação das instalações elétricas para o pleno funcionamento desta casa.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

Os resultados obtidos pelo PPA 2020 a 2023 proporcionou um ambiente de trabalho mais seguro o que permitiu o melhor desempenho na competência da GVG, resultando no avanço das publicas públicas e uma modernização no ambiente físico para melhor atender a população em geral.

Metodologia

A dinâmica utilizada para coleta e estimar as necessidades qualitativas e quantitativas para elaboração da presente metodologia foi realizada por servidor qualificado na área de planejamento que compõe o presente relatório.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO: Gabinete do Vice-governador

Diante da inexistência de projeto/programa ao assunto de agenda transversais este gabinete não podemos avaliar as metas e iniciativas vinculas a essas agendas.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Por intermédio da ampliação da rede elétrica executada, fizemos a expansão nos equipamentos de informática o que nos trouxe melhoramento e celeridade nas tarefas cotidianas.

Frisamos a importância da execução das metas não concretizadas, o que não deixamos de observamos o prejuízo acumulados mediante o não cumprimento das execuções das metas 1114 e 1117.

Referências
SIGEF

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE [IDEMA-RN]

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 10
Avaliação individual das METAS 11
Avaliação individual das INICIATIVAS 33
Avaliação Setorial dos Resultados 67
Avaliação dos Indicadores 72
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 74
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2
Introdução 74
Do Objetivo da Avaliação 73
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 75
Metodologia 780
Avaliação Geral dos Resultados 81
Síntese da Avaliação e Recomendações 86
Referências 87

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: **Órgão**: 27203 - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA/RN)
Nome do Programa Temático: **Programa:** 4002 MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Avaliação Geral do Objetivo

Código e descrição do Objetivo: **Objetivo 0035:** Promover a Política Ambiental do Rio Grande do Norte, aproveitando as potencialidades regionais, em busca da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável
Códigos das metas: Total de Metas: 15 **0022:** Realizar oficinas para a sensibilização dos municípios litorâneos, em parceria com a SEMARH, para a aplicação dos protocolos de orientação sobre a proteção da reprodução das tartarugas marinhas e aves migratórias limícolas, com o apoio da Comissão Técnica Estadual para Gestão Integrada de Orla – CTE ***(Não Alcançada).*** **0025:** Dar condições estruturais e operacionais para implementação por completo do Sistema Eletrônico de Licenciamento Ambiental – SISLIA ***(Alcançada).*** **0027:** Diminuir o tempo médio de análise técnica dos processos de licenciamento ambiental garantindo a segurança jurídica e a qualidade da análise técnica ***(Alcançada).***

0028: Monitorar a qualidade das águas superficiais e das águas subterrâneas - Programa Água Azul ***(Não alcançada; meta foi considerada no planejamento do PPA 2024-2027).***

0029: Adotar ações, técnicas e tecnologias atuais e econômicas para identificar áreas degradadas, em degradação ou ambientalmente ameaçadas, áreas de relevante interesse ambiental e sob processo efetivo ou potencial de degradação ***(Não alcançada; meta foi considerada no planejamento do PPA 2024-2027).***

0037: Produzir material didático-informativo (cartilhas, folders e banners, entre outros), a partir das demandas dos setores ***(Alcançada).***

0047: Instituir concursos com temática ambiental, permitindo a participação de pessoas físicas e instituições ***(Alcançada).***

0051: Monitorar a qualidade do ar no entorno das indústrias de cerâmica vermelha e em outras áreas estratégicas do RN com presença de atividades impactantes ***(Não alcançada; meta foi considerada no planejamento do PPA 2024-2027).***

0057: Monitorar a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, APA dos Recifes de Corais, Parque Estadual Dunas do Natal, APA Bonfim-Guaraíras, gerando informações sistematizadas, alimentando bancos de dados e disponibilizando ao máximo os dados para a sociedade ***(Parcialmente alcançada).***

0060: Avaliar a viabilidade para criação de novas UC nas áreas prioritárias para a conservação ambiental, de acordo com os estudos existentes ***(Alcançada).***

0061: Analisar e homologar as informações do CAR, e acompanhar a execução do Programa de Regularização Ambiental - PRA ***(Não alcançada; meta será executada no PPA 2024-2027).***

1015: Monitorar a balneabilidade das praias na Região Metropolitana de Natal e nas demais praias do litoral – Programa Água Azul ***(Alcançada).***

1061: Promover ações educativas, no âmbito formal e não formal, com enfoque socioambiental e intersetorial ***(Alcançada).***

1068: Contribuir no processo de estruturação e/ou fortalecimento dos sistemas Municipais de meio Ambiente – SISMUMAs no RN ***(Parcialmente alcançada).***

1152: Realizar o monitoramento das ações desenvolvidas durante o processo de execução do Projeto de Capacitação em Educação e Gestão Ambiental voltados para o combate à desertificação nas comunidades rurais com apoio da SEMARH ***(Não alcançada).***

Códigos das iniciativas:

Total de Iniciativas: 40

00173: Contribuição no processo de elaboração de diretrizes para subsidiar o Termo de Referência.

00174: Realização de oficinas para revisão da Lei nº 272/2014 e elaboração do seu Regulamento, em parceria com a SEMARH.

00175: Revisão do regulamento e do organograma do IDEMA

00176: Realização de Programa Permanente de Capacitação Sistemática, considerando novas tecnologias e estudos científicos.

00177: Apoio e elaboração de zoneamentos ambientais e planos de gestão ambiental de municípios e UC costeiros.

00179: Aquisição de programas e equipamentos de informática.

00180: Elaboração do Termo de Referência para revisar o ZEE do Litoral Oriental e elaborar o do Litoral Setentrional

00181: Contratação de serviço de consultoria para o desenvolvimento de diversos estudos e projetos, perícias e análises técnicas especializadas.

00182: Cumprimento da Lei que criou o SISLIA

00183: Celebração de convênio com instituições públicas governamentais e entidades de ensino e pesquisa para o desenvolvimento/execução de diversos projetos.

00184: Criação e implementação do programa de apoio à gestão integrada da Zona Costeira

00186: Criação e implementação de um Programa Integrado de Monitoramento Ambiental que contemple: qualidade dos solos, do ar e das águas; cobertura vegetal; Unidades de Conservação; e linha de costa.

00187: Elaboração e divulgação de instruções técnicas para orientar estudos ambientais, contendo as variáveis mais relevantes a serem levadas em consideração na sua elaboração.

00188: Revisão e implementação do Manual de Fiscalização.

00189: Definição de estratégias para contribuir na melhoria da qualidade dos estudos ambientais apresentados nos processos de licenciamento ambiental.

00190: Reativação, aperfeiçoamento e modernização do sistema de banco de dados e gestão ambiental SIGGA com a disponibilização de estudos sobre geoprocessamento, caracterização de vegetação, fauna, solo, hidrologia, entre outras informações ambientais do RN.

00191: Aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão ambiental e implementação do Projeto Orla.

00192: Atualização sistemática do acervo de imagens de satélite, fotografias, entre outros.

00193: Análise e homologação das informações do CAR, e acompanhamento da execução do PRA.

00194: Desenvolvimento de atividades educativas nos municípios e nas Unidades de Conservação estaduais, em parceria com os membros dos

Conselhos Gestores das UCs, Comitês Gestores da Orla Marítima e outras instituições

00195: Fortalecimento da educação ambiental nas escolas, em parceria com a SEEC e outras instituições.

00196: Desenvolvimento de estudos técnicos objetivando a elaboração de proposta de instrumentos que estimule o pagamento por serviços ambientais, com o apoio da SEMARH.

00197: Elaboração de proposta de decretos para regulamentar o TCFA e a Compensação Ambiental no RN.

00198: Retomada do Programa de estágios para alunos de nível médio e superior.

00199: Assessoramento aos Municípios na elaboração e/ou implementação de planos, programas e projetos na área de gestão ambiental, com apoio da SEMARH.

00200: Realização de formações alinhadas às temáticas da gestão ambiental, tais como licenciamento, fiscalização, monitoramento, educação e conservação ambiental, entre outros, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão Ambiental dos Municípios do RN - PROAGAM.

00202: Realização de seminários territoriais sobre a estruturação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente (SISMUMAs), com apoio da SEMARH e outras instituições.

00203: Disponibilização de recursos para a realização e divulgação de concursos e reconhecimento de mérito na área ambiental.

00204: Desenvolvimento de estudo para atualizar a identidade visual nas UCs.

00205: Revisão do Manual de Licenciamento Ambiental.

00206: Celebração de acordo de cooperação técnica com instituições governamentais e não-governamentais.

00209: Retomada dos estudos do Atlas para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável no RN.

00211: Elaboração de uma normatização descrevendo as atividades rotineiras desenvolvidas pelos colaboradores de cada setor do IDEMA, que servirá de padronização para os servidores do Órgão.

01677: Revisão do site da web do IDEMA, atualizando informações, tornando-o dinâmico e agradável ao usuário, permitindo o acesso a informações, publicações, bancos de dados.

01679: Revisão do Manual do Setor Florestal.

01680: Implementação de parcerias com instituições públicas, privadas e ONGs para desenvolvimento de ações do IDEMA.

01682: Elaboração e implementação de Plano de Gestão para a área do Cajueiro de Pirangi.

01685: Promoção de ações integradas entre setores afins do IDEMA para o desenvolvimento de atividades referentes ao Projeto Piloto de Combate à Desertificação no Seridó/RN do Governo Cidadão.

01687: Promoção de ações integradas entre setores afins do IDEMA para o desenvolvimento de atividades referentes ao Projeto de Capacitação em Educação e Gestão Ambiental voltados para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos das secas, em realização pelo IDEMA, além de monitoramento.

01689: Operacionalização do convênio visando o Fortalecimento Institucional do IDEMA.

01690: Incentivo ao Progás.

Avaliação Geral do Objetivo:

O IDEMA comprometeu-se a progredir na implementação da Política Estadual do Meio Ambiente e de seus variados instrumentos, com ênfase nos princípios da preservação e do planejamento ambiental. Para tanto, dedicou recursos a iniciativas inovadoras e à modernização de processos, investiu na capacitação das equipes de trabalho e adquiriu equipamentos, fatores que colaboraram significativamente para aprimorar a eficiência operacional na prestação de seus serviços.

O objetivo alinhado às responsabilidades do IDEMA para o Plano Plurianual (PPA) do Rio Grande do Norte, exercício 2023, está em consonância com a missão do órgão, que visa executar, coordenar e supervisionar a Política Estadual de Meio Ambiente (RN, 2004).

Ao compararmos a descrição desse objetivo para o PPA com a missão do IDEMA, observa-se uma clara afinidade com a coexistência entre o desenvolvimento sustentável do Estado, a preservação do patrimônio ambiental, a otimização das potencialidades regionais e a busca pela qualidade de vida da população (IDEMA, 2019).

Nesse contexto, do ponto de vista teórico, o objetivo está alinhado com a proposta do órgão, especialmente no que concerne à gestão ambiental e à abrangência territorial, que compreende os 167 (cento e sessenta e sete) Municípios potiguares. Contudo, ao analisar a realidade no IDEMA, observa-se uma limitação no alcance das metas em razão da discrepância entre o volume de responsabilidades delineadas pelo plano, decorrente da ampla extensão da missão institucional, aliada ao reduzido quadro técnico do órgão. Essa discrepância inviabilizou o cumprimento de algumas das metas estabelecidas.

Para o ano de 2023, as metas do IDEMA foram associadas a oito eixos temáticos, com o propósito de guiar o planejamento específico de ações e atividades pelos setores responsáveis. Esses eixos englobam áreas como a comunicação social, promoção de educação ambiental, zoneamento ambiental, licenciamento ambiental, controle florestal, apoio aos Municípios, controle ambiental e implantação de unidades de conservação.

Quanto às iniciativas, ou seja, às ações a serem implementadas no âmbito do programa ao longo dos quatro anos, proporcionando bens e serviços à sociedade (Justino, 2019), foram definidas 40 (quarenta) iniciativas para contribuir efetivamente para o alcance das metas.

É crucial analisar e comparar os recursos financeiros alocados para o IDEMA ao longo do quadriênio, a fim de caracterizar a situação no último exercício. Os relatórios do Sistema Integrado de Planejamento Gestão Financeira do Rio Grande do Norte (SIGEF/RN) indicam uma dotação orçamentária atualizada para 2023 de R$ 204.737.217,92 ao IDEMA. Este montante é superior às dotações disponibilizadas nos anos 2020 (R$ 77.861.755,76) e 2021 (R$ 101.523.843,92) e de 2022 (R$ 153.364.628,20).

Identificou-se ainda que a alocação de recursos nas subações do Programa Temático do IDEMA não refletia exatamente os custos relacionados a algumas delas. Ou seja, muitas subações que possuíam um recurso inadequado à demanda, acabaram sendo realizadas através da subação 232901 - Manutenção e Funcionamento, que está alocada para o Programa Temático 0100 - Programa de Gestão Manutenção e Serviços ao Estado. Assim, constata-se que, no PPA 2020-2023 houve uma fragilidade em relação à gestão do orçamento. Em razão dessa constatação, o IDEMA já realizou o devido ajuste orçamentário no PPA 2024-2027.

Embora houvesse um cenário financeiro positivo, o IDEMA enfrentou obstáculos de natureza processual, burocrática e de pessoal para a contratação de alguns produtos e serviços. Isso deve-se, especialmente, à complexidade inerente a algumas das metas, a exemplo de algumas atividades de monitoramento ambiental e de Zoneamento Ecológico-Econômico, que são extremamente específicas, demandando equipamentos e uma mão de obra muito especializada. Ou seja, existe uma dificuldade interna do órgão em elaborar os Termos de Referência que direcionam as contratações e, ainda, uma dificuldade em operacionalizar os processos licitatórios.

Além disso, algumas atividades planejadas e metas estabelecidas mudaram em razão de fatores externos e do cenário estadual e nacional, o que levou o IDEMA a repensá-las, ajustando a forma de mensuração e/ou a

territorialidade. Como exemplo, podemos citar a meta de avaliar a viabilidade de criação de novas Unidades de Conservação no território das terras potiguares. Em razão de diretrizes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e de alguns estudos realizados pelo próprio IDEMA, o foco passou a ser o bioma da caatinga.

Sendo assim, considera-se que o PPA 2024-2027 foi elaborado a partir de uma análise mais criteriosa das competências do IDEMA e dos compromissos assumidos como prioridade no atual Plano de Governo do RN.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:

0022: Realizar oficinas para a sensibilização dos Municípios litorâneos, em parceria com a SEMARH, para a aplicação dos protocolos de orientação sobre a proteção da reprodução das tartarugas marinhas e aves migratórias limícolas, com o apoio da Comissão Técnica Estadual para Gestão Integrada de Orla – CTE

Território	Previsto (Município)	Realizado (Município)	Situação
04 - Agreste Litoral Sul	1	0	Não alcançada
09 – Açu/Mossoró	1	0	Não alcançada
10 - Mato Grande	2	0	Não alcançada

Avaliação da Meta:

A meta 0022 esteve atribuída à Subcoordenadoria de Gerenciamento Costeiro (SUGERCO) e, por envolver a gestão de recursos hídricos e áreas litorâneas, contou com o apoio da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (SEMARH) para fortalecer ações.

O Projeto Orla é uma ação conjunta entre o MMA e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da Superintendência do Patrimônio da União (SPU). Suas ações buscam fomentar a elaboração dos planos municipais de gestão integrada da orla, para ordenamento dos espaços

litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade (IDEMA, 2017).

Ao longo de 2023, foram desenvolvidas ações articuladas ao Projeto Orla, oferecendo orientações e suporte técnico e metodológico aos Municípios costeiros que atuaram na elaboração de seus respectivos Planos de Gestão Integrada da Orla. A adesão ao projeto ocorre a partir de compromisso firmado entre os Municípios e o IDEMA, para que cumpram as atividades propostas pela Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla.

Seis Municípios firmaram compromisso com o Projeto Orla em 2023, sendo eles: Baía Formosa, Tibau do Sul e Nísia Floresta, pertencentes ao território Agreste Litoral Sul; Ceará-Mirim, vinculado ao Mato Grande; Extremoz e Parnamirim nas Terras Potiguaras. Entretanto, dos seis Municípios comprometidos, somente três desenvolveram as atividades propostas, quais sejam, Baía Formosa, Tibau do Sul e Nísia Floresta. Já Ceará-Mirim, Extremoz e Parnamirim não apresentaram comprometimento significativo quando comparado com os demais.

Embora a SUGERCO tenha ofertado o apoio técnico e metodológico aos Municípios que firmaram Termo de Compromisso, a meta estabelecida de “realizar oficinas de sensibilização” não foi integralmente cumprida, haja vista que, no tocante à sua execução, a unidade depende sobremaneira do interesse e iniciativa dos próprios Municípios, uma vez que o ordenamento territorial no âmbito do Município é uma prerrogativa exclusiva do ente municipal.

Nesse sentido, o próprio planejamento das ações e metas relacionadas ao Projeto Orla foram revistas na elaboração do PPA 2024-2027, de modo que possam ser exequíveis por parte do IDEMA, no que lhe compete.

Código e descrição da Meta:

0025: Dar condições estruturais e operacionais para implementação por completo do Sistema Eletrônico de Licenciamento Ambiental – SISLIA

Território	Previsto (Documento)	Realizado (Documento)	Situação

01 – Rio Grande do Norte	1	1	Alcançada

Avaliação da Meta:

O SISLIA está em pleno funcionamento desde o ano de 2020 para realização de pedido, pela internet, de licenças ambientais aos pequenos empreendimentos. Em 2023, as ferramentas que compõem o sistema, como os checklists, passaram por uma série de revisões contínuas, visando melhorias.

Aliado a isso, foi implementada uma nova versão do sistema, denominada GAIA, que trouxe uma série de inovações, como a melhoria da interface do usuário, atualização e melhoria de funcionalidades, ganho em transparência e otimização de processos, agilidade na inserção e gerenciamento de informações, e ganhos em termos de possibilidades de atualização e integração com outros sistemas.

Dessa forma, foi possível alcançar a meta 0025, por meio da dedicação da Diretoria Administrativa (DA) e Diretoria Geral (DG), ao priorizar as ações necessárias para seu desenvolvimento, bem como a parceria com o setor de Setor de Tecnologia da Informação (TI-Desenvolvimento), o qual desempenhou um trabalho assíduo para implementação do novo sistema.

Código e descrição da Meta:

0027: Diminuir o tempo médio de análise técnica dos processos de licenciamento ambiental garantindo a segurança jurídica e a qualidade da análise técnica

Território	Previsto	Realizado	Situação
01 – Rio Grande do Norte	1	1	Alcançada

Avaliação da Meta:

A meta 0027 foi atribuída à Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA), com o auxílio da TI-Desenvolvimento em 2023. A análise técnica do licenciamento ambiental teve o seu tempo médio de processos concluídos

reduzido para 99 (noventa e nove) dias quando comparada com os exercícios anteriores, em que os processos tinham como tempo médio de tramitação 191 (cento e noventa e um) dias.

Ressalta-se que essa análise avalia apenas os processos efetivamente concluídos. Não se consideram os processos que estão “em andamento”, ou seja, possuem data de início, mas ainda estão tramitando. Atualmente, ainda não há disposição de ferramenta que permita calcular esse indicador.

Ainda em relação a esta meta, a equipe de TI-Desenvolvimento do IDEMA efetivou, no ano de 2023, a integração dos sistemas GAIA e SISLIA com a REDE SIM, que permitiu a emissão automática de Declarações de Inexigibilidade para os empreendimentos que são inexigíveis de licença ambiental, a exemplo de Estrutura de Estação Radiobase (torre) e religação/reativação de energia elétrica. Essa iniciativa contribui para a celeridade de tramitação de alguns processos dentro do IDEMA.

Código e descrição da Meta:

0028: Monitorar a qualidade das águas superficiais e das águas subterrâneas - Programa Água Azul

Território	Previsto (Documento)	Realizado (Documento)	Situação
01 – Rio Grande do Norte	6	0	Não alcançada

Avaliação da Meta:

O Programa Água Azul consiste na medição e verificação periódica de parâmetros de qualidade de água, usada para o acompanhamento da condição atual, sua evolução e controle da qualidade do corpo de água, além de possibilitar a projeção de situações futuras.

O Programa tem por objetivos realizar o monitoramento sistemático da qualidade das águas dos principais corpos d'água interiores norte-rio-grandenses, bem como das águas subterrâneas; verificar as condições de balneabilidade de diversas praias do Estado; além de promover uma

investigação passivo ambiental, decorrente da contaminação, por derivados de petróleo, do aquífero na Cidade de Natal (IDEMA, 2023a).

O Núcleo de Monitoramento Ambiental (NMA) do IDEMA ficou responsável por conduzir a meta 0028 ao longo do PPA 2020-2023. Após superados os impedimentos da pandemia, em 2022, o NMA iniciou as ações preparatórias para execução da meta, contudo, não foi possível realizá-la neste ano, devido à dificuldade da apresentação de certidões negativas por algumas das instituições participantes - Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN) e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN).

No exercício de 2023, o processo relacionado à meta tramitou pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para a análise da formalização do novo convênio entre o IDEMA, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), o IGARN e a EMPARN, e para análise das propostas orçamentárias apresentadas por cada uma dessas. No mês de novembro, o NMA informou que o novo plano de trabalho foi concluído e aprovado pela DG do IDEMA, e as novas certidões estavam em análise para deferimento e continuidade do trâmite processual.

Entretanto, foi informado pelo núcleo que o novo convênio entre as instituições parceiras citadas para monitorar a qualidade das águas superficiais e das águas subterrâneas não foi assinado em 2023. Em virtude da meta não ter sido alcançada em 2023, mas estar em ações preparatórias, será trabalhada no PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:

0029: Adotar ações, técnicas e tecnologias atuais e econômicas para identificar áreas degradadas, em degradação ou ambientalmente ameaçadas, áreas de relevante interesse ambiental e sob processo efetivo ou potencial de degradação

Território	Previsto	Realizado	Situação

01 - Rio Grande do Norte	6	0	Não alcançada

Avaliação da Meta:

O Programa Estadual de Monitoramento e Fiscalização Ambiental Aéreos (PEMFAA) tem por objetivo possibilitar a identificação de áreas, processos e empreendimentos com efetiva ou potencial poluição ou degradação ambiental, essencialmente àquelas de difícil acesso e visualização via solo, de modo a subsidiar ações de fiscalização, monitoramento e licenciamento ambiental no IDEMA. Tal monitoramento consiste em sobrevoos para registro de fotografias aéreas oblíquas de áreas degradadas, em degradação ou ambientalmente ameaçadas (IDEMA, 2013).

A meta 0029 representa a tentativa de restabelecer o PEMFAA, que vigorou entre os anos 2004 e 2010. Em 2022, foi verificada a necessidade de elaboração de termo de referência e contratação de pessoa jurídica para a execução de algumas atividades da meta e, por isso, foi concluído que deve-se realizar a contratação por meio de licitação. Ainda no mesmo ano, foi realizada cotação e elaborada justificativa para a DG assinar e encaminhar o processo à Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Para o ano de 2023, entre março e setembro, constatou-se que a retomada do PEMFAA estava em análise, e, posteriormente, no mês de outubro, o NMA, setor responsável pela meta, informou que não existe programa ou projeto vigente para a meta 0029, nem valor de investimento ou percentual de execução. Logo, em 2023, não foi retomado tal Programa.

Código e descrição da Meta:

0037: Produzir material didático-informativo (cartilhas, folders e banners, entre outros), a partir das demandas dos setores

Território	Previsto (Unidade)	Realizado (Unidade)	Situação
01 – Rio Grande do Norte	10	10	Alcançada

Avaliação da Meta:

A Assessoria de Comunicação (ASSCOM) do IDEMA, ao longo de 2023, desenvolveu inúmeras atividades que envolveram a produção de material didático e informativo, sejam de iniciativa própria ou para setores do órgão que demandaram materiais. Para listar algumas das ações, cita-se:

- Série de vídeos sobre os 40 anos do IDEMA;
- Postagens sobre inauguração da Unidade de Conservação Parque Estadual Mata da Pipa (PEMP), XXV Encontro Nacional de Comitês de Bacias, Área de Proteção Ambiental (APA)/Recife dos Corais, homenagem ao Pau Brasil, APA de Genipabu;
- Campanha Ecológica da APA Piquiri-Una, campanha de sensibilização sobre tartarugas marinhas;
- Cobertura do passeio ciclístico na Via Costeira;
- Vídeos da Semana Estadual do Meio Ambiente, engorda da Praia de Ponta Negra, audiência do Rio Pitimbu;
- Cartazes do descarte consciente dos resíduos sólidos;
- Jogo educativo relacionado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Sinalização dos prédios do IDEMA e Unidades de Conservação;
- Divulgação de ações sobre o Viva Verde, Bora Simplificar e Fala Empreendedor;
- Publicação semanal do Informativo Institucional “IDEMA em dia”;
- Criação de wallpapers informativos sobre datas comemorativas, eventos, ações ambientais;
- Criação do Passaporte das Unidades de Conservação;
- Gerenciamento do Canal no Youtube e perfil no LinkedIn do IDEMA.

Ao longo de 2023, segundo o setor, foram publicadas mais de 5.673 notícias nos canais oficiais do IDEMA, bem como houve o salto de 2 mil para mais de 19 mil seguidores no Instagram. A meta 0037 foi totalmente alcançada pela ASSCOM e será continuada no próximo quadriênio do PPA.

Código e descrição da Meta:

0047: Instituir concursos com temática ambiental, permitindo a participação de pessoas físicas e instituições

Território	Previsto (Unidade)	Realizado (Unidade)	Situação
01 – Rio Grande do Norte	1	1	Alcançada

Avaliação da Meta:

Durante o mês de maio de 2023, o IDEMA lançou, por meio do Núcleo de Apoio à Gestão Ambiental dos Municípios (NAGAM), o edital do 3º Concurso de Boas Práticas em Gestão Socioambiental do Rio Grande do Norte, a fim de promover a consciência dos Municípios potiguares e de premiar as melhores práticas ambientais que promovam o desenvolvimento sustentável (IDEMA, 2023b).

No mês de agosto, foi divulgado o resultado preliminar da avaliação dos resumos enviados por instituições do Poder Público Municipal, Organizações da Sociedade Civil (OSC), Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Associações, Sindicatos e Parcerias Público-Privado.

As prefeituras de Pau dos Ferros, Macau e Caicó, respectivamente, obtiveram as maiores notas pela comissão técnica avaliadora. No mês de setembro, ocorreu a divulgação do resultado e publicação do e-book no site do IDEMA, contendo os “relatos de experiências exitosas e projetos de ações que ocorreram em municípios do RN” (IDEMA, 2023c, p. 7).

A cerimônia de premiação não ocorreu no fim de 2023, pois a aquisição dos prêmios não foi feita em tempo hábil. Apesar disso, a meta 0047 foi alcançada pelo trabalho conjunto do NAGAM e a ASSCOM, visto que os Municípios participaram com projetos e tiveram seus resultados divulgados na mídia.

Código e descrição da Meta:

0051: Monitorar a qualidade do ar no entorno das indústrias de cerâmica vermelha e em outras áreas estratégicas do RN com presença de atividades impactantes

Território	Previsto (Documento)	Realizado (Documento)	Situação
01 - Rio Grande do Norte	6	0	Não alcançada

Avaliação da Meta:

Ao longo do exercício de 2023, a meta 0051 esteve paralisada devido a impasses nas contrapartidas e competências envolvendo o IDEMA e o Centro de Tecnologias do Gás e Energias Renováveis (CTGAS-ER). Ademais, não ocorreu a doação pelo MMA de uma estação completa de monitoramento da qualidade do ar para medição dos poluentes citados na Resolução CONAMA nº 491/2018.

De acordo com o NMA, a meta não foi alcançada em 2023, pois não foi assinado o acordo de cooperação com o CTGAS-ER, que se responsabilizaria pela realização do monitoramento da qualidade do ar no entorno dos empreendimentos cerâmicos do Rio Grande do Norte.

Dada a sua complexidade e dependência de instituições externas, a presente meta foi considerada prevista para o PPA 2024-2027, relacionando-se à execução do Plano Estadual de Monitoramento Ambiental do RN relacionado à qualidade do ar, que contempla outras ações, além do monitoramento do entorno das indústrias de cerâmicas.

Código e descrição da Meta:

0057: Monitorar a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, APA dos Recifes de Corais, Parque Estadual Dunas do Natal, APA Bonfim-Guaraíras, gerando informações sistematizadas, alimentando bancos de dados e disponibilizando ao máximo os dados para a sociedade

Território	Previsto (Documento)	Realizado (Documento)	Situação
02 - Terras Potiguaras	2	0	Não alcançada
03 - Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	2	0	Não alcançada
04 - Agreste Litoral Sul	2	0	Não alcançada
10 - Mato Grande	2	1	Parcialmente alcançada

Avaliação da Meta:

A meta 0057 pertence ao Núcleo de Unidades de Conservação (NUC), cuja missão consiste em planejar, definir, propor a criação, implantar e gerir as Unidades Estaduais de Conservação de forma participativa, assegurando a proteção da natureza e qualidade de vida das gerações presentes e vindouras (IDEMA, 2023).

As territorialidades previstas para receber as ações da meta foram as Terras Potiguaras; o Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte; e Agreste Litoral Sul, que obtiveram recursos para implantação do monitoramento de suas respectivas extensões. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão está localizada nos Municípios de Macau e Guamaré, que são parte do território Sertão Central, Cabugi e Litoral Sul. O Parque Estadual Dunas do Natal pertence às Terras Potiguares, enquanto que a APA Bonfim-Guaraíras está no Agreste Litoral Sul.

Para o território do Mato Grande, foi informado pelo setor que, até dezembro de 2023, era esperado finalizar o processo licitatório de contratação do monitoramento turístico e ambiental para a Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC), localizada nos Municípios de Touros, Rio do Fogo e Maxaranguape, visto que o monitoramento ocorreu até o mês de janeiro de 2023, fazendo-se necessária a retomada em caráter de urgência.

Diante disso, o IDEMA assinou, no fim de 2023, contrato com a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação (FUNCITERN) visando à execução do monitoramento turístico na APARC.

O contrato permitirá à FUNCITERN auxiliar o IDEMA na realização de atividades ligadas à educação ambiental, gestão das unidades de conservação, monitoramento de recursos ambientais, apoio ao licenciamento ambiental, dentre outras.

A meta 0057 foi parcialmente alcançada, considerando que o contrato anterior esteve ativo até janeiro de 2023 e, ainda, que o novo contrato foi assinado no final de 2023 pelo IDEMA e FUNCITERN para o monitoramento no território do Mato Grande, onde a APARC está localizada.

Código e descrição da Meta:

0060: Avaliar a viabilidade para criação de novas Unidades de Conservação - UCs nas áreas prioritárias para a conservação ambiental, de acordo com os estudos existentes

Território	Previsto (Documento)	Realizado (Documento)	Situação
02 - Terras Potiguaras	1	0	Não alcançada
06 - Potengi e 07- Seridó	1	1	Alcançada

Avaliação da Meta:

A meta 0060, inicialmente, estava prevista para ocorrer no território das Terras Potiguaras. Porém, em virtude da maior relevância atribuída ao bioma da Caatinga em receber uma nova Unidade de Conservação, visto que ser o maior bioma no Estado potiguar, em 2022, o IDEMA criou um grupo de trabalho para estudar possíveis Municípios e a viabilidade para instalação do projeto.

O nome da Unidade de Conservação a ser criada no bioma da Caatinga é Refúgio da Vida Silvestre (REVIS) Serra das Araras, e os Municípios escolhidos para recebê-la são Currais Novos, Cerro Corá e São Tomé,

compreendendo uma área 12.356 hectares, apontada pelo MMA como uma das áreas prioritárias de conservação do bioma no RN.

Desse modo, retifica-se, em decorrência da transição entre o território previsto e o escolhido, que os novos locais vinculados à meta 0060 são o Potengi e o Seridó.

Em agosto de 2023, o IDEMA, por meio do NUC, abriu o processo de consulta pública sobre a criação da Unidade, convidando instituições ambientais, entidades públicas federais, estaduais e municipais, organizações não governamentais, representantes dos setores produtivos e comunidade em geral para apresentar contribuições à consulta pública (IDEMA, 2023d).

Posteriormente, no mês de dezembro, foram realizadas audiências públicas nos Municípios escolhidos para receberem a Unidade, e contou com a presença de órgãos ambientais, entidades públicas federais, estaduais e municipais, organizações não governamentais, representantes dos setores produtivos e comunidade em geral.

Eventos como estes, que envolvem a participação da população local e grupos de interesse, atendem ao § 2º do artigo 22º da Lei nº 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e ao Decreto nº 4.340/2002, que regulamenta a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (IDEMA, 2023d).

Simultaneamente à realização das consultas e audiências públicas, o NUC também esteve encarregado da elaboração do plano de trabalho de compensação ambiental para realização do estudo técnico na área a qual o bioma receberá o refúgio. Nesse sentido, fica pendente a assinatura do decreto de criação da REVIS e o início das obras para construção da estrutura de proteção na área dos Municípios selecionados, cuja previsão é para o próximo exercício anual do PPA 2024-2027.

A meta 0060 foi alcançada pelo NUC, uma vez que os estudos técnicos mostraram que há viabilidade para a criação da Unidade de Conservação na área do bioma Caatinga, e, durante 2023, foram empreendidas ações preparatórias para proporcionar tal feito, seguindo as orientações legais previstas e os trâmites processuais necessários.

Código e descrição da Meta:

0061: Analisar e homologar as informações do CAR, e acompanhar a execução do Programa de Regularização Ambiental – PRA

Território	Previsto (Unidade)	Realizado (Unidade)	Situação
01 – Rio Grande do Norte	1250	0	Não alcançada

Avaliação da Meta:

A meta 0061 é de responsabilidade do setor de Cadastro Ambiental Rural (CAR), que realiza o "registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APP, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país" (IDEMA, 2023e).

Diante disso, todos os Estados da Federação terão que analisar as informações mencionadas para validação e homologação dos registros, bem como, identificar possíveis passivos ambientais para regularização ambiental quanto à recuperação de APP e Reservas Legais.

Segundo o setor responsável, é necessária a publicação, pelo Governo do RN, do decreto para implementar o PRA no âmbito do Estado. Em 2021, a minuta foi elaborada pelo setor e enviada à Procuradoria Geral do Estado (PGE) para análise e revisão, sendo encaminhada, posteriormente, em 2022, à SEMARH, para o complemento de informações acerca do Projeto RN+Verde. Atualmente, a minuta do referido decreto retornou ao IDEMA para revisão de alguns itens.

Em 2023, o setor do CAR analisou 16 CAR que se encontram com pendência. Ou seja, nenhum deles foi homologado ou validado. Informamos que, embora o IDEMA possua um setor designado para realizar esta análise, este possui apenas três técnicos que atuam dando suporte às atividades de atendimento ao público; avaliação de documentos que serão utilizados para

alterar e-mail para recuperação de senha; cancelamentos de CAR; análise de processos internos, principalmente para avaliar áreas de reservas legais, o que demanda vistorias, participação em eventos, reuniões, etc.

Sendo assim, considerando que esta atividade demanda um trabalho meticuloso de conferência de informações ambientais declaradas perante o SICAR (Sistema de Cadastro Ambiental Rural), tais como: perímetros dos imóveis, cobertura do solo (áreas consolidadas, pousio e remanescentes de vegetação nativa), áreas de de servidões administrativas, áreas de preservação permanentes, áreas de uso restrito e áreas de reservas legais, seria necessário ampliar significativamente a equipe para viabilizar o cumprimento desta meta.

No atual cenário do Governo do Estado, no qual não há previsão para contratação de equipe para esta finalidade, a meta para o PPA 2024-2027 foi ajustada a fim de ficar condizente com a dimensão da equipe (256 análises por ano).

Referente ao Decreto do Programa de Regularização Ambiental (PRA), foi informado que o processo retornou da PGE ao IDEMA para revisão. Portanto, a meta não foi alcançada neste exercício, e foi considerada no próximo PPA 2024-2027, conforme consta nos relatórios do SIGEF/RN.

Código e descrição da Meta:

1015: Monitorar a balneabilidade das praias na Região Metropolitana de Natal e nas demais praias do litoral – Programa Água Azul

Território	Previsto (Documento)	Realizado (Documento)	Situação
01 - Rio Grande do Norte	52	52	Alcançada

Avaliação da Meta:

A partir do ano 2008, o monitoramento da balneabilidade das praias potiguares passou a ser parte do Programa Água Azul (PAA), pois este possui uma rede compartilhada de monitoramento de qualidade das águas do RN.

Atualmente, segundo o Plano de Monitoramento Ambiental do RN, a balneabilidade é realizada por um contrato entre o IDEMA e a Fundação de Apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (FUNCERN), monitorando 51 estações de amostragem. O monitoramento das estações na Grande Natal é realizado em todas as semanas do ano, e nas demais é realizado no período do veraneio (dezembro, janeiro e fevereiro), com coletas semanais para a determinação de coliformes termotolerantes, além de campanhas educacionais (IDEMA, 2021).

O NMA realizou, em 2023, o monitoramento da balneabilidade das praias na Região Metropolitana de Natal e outras praias, emitindo semanalmente no site do IDEMA os boletins de balneabilidade. O 1º Termo Aditivo do contrato nº 15/2020 foi realizado no ano de 2022. Para o exercício de 2023, o 2º Aditivo do mesmo contrato foi executado até o dia 04 de novembro de 2023, e um 3º Aditivo foi firmado entre o IDEMA e a FUNCERN, com duração de mais 12 meses até o início de novembro de 2024. A meta 1015 foi cumprida e será continuada no próximo PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:

1061: Promover ações educativas, no âmbito formal e não formal, com enfoque socioambiental e intersetorial

Território	Previsto (Município)	Realizado (Município)	Situação
02 - Terras Potiguaras	2	4	Alcançada
03 - Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	4	7	Alcançada
04 - Agreste Litoral Sul	6	10	Alcançada
05 - Trairi	N/P[1]	9	Alcançada
06 - Potengi	3	6	Alcançada

[1] Não estava previsto na meta 1061 municípios pertencentes ao território do Trairi

07 - Seridó	2	12	Alcançada
08 - Alto Oeste	2	7	Alcançada
09 - Açu/Mossoró	4	5	Alcançada
10 - Mato Grande	3	4	Alcançada
11 - Sertão do Apodi	1	4	Alcançada
	27	68	

Avaliação da Meta:

De responsabilidade da Subcoordenação de Planejamento e Educação Ambiental (SPEA), a meta 1061, ao longo de 2023, realizou mais de 50 ações educativas municipais com enfoque ambiental e intersetorial, em parceria com os setores ASSCOM, NUC, NAGAM, SUGERCO e NMA, que consistiram na produção de campanhas, vídeos, folders, jogos, cartazes, oficinas, cursos, capacitações, palestras e rodas de conversa.

A ações realizadas pelo setor, em 2023, para o alcance das metas nos territórios da cidadania consistiram em:

- Visita técnica da turma de Pós Graduação em Gestão Ambiental do IFRN ao IDEMA (Natal)
- [OPERAÇÃO VERÃO] Mutirão adesivaço Ponta Negra - Morro do Careca (Natal)
- [OPERAÇÃO VERÃO] Ação educativa e informativa sobre o descarte responsável de resíduos (Natal)
- [OPERAÇÃO VERÃO] Ação educativa e informativa sobre desova de tartarugas (Canguaretama)
- [OPERAÇÃO VERÃO] Ação educativa - Falésias e tartarugas marinhas (Baía Formosa)
- [OPERAÇÃO VERÃO] Ação educativa e de fiscalização no Cajueiro de Pirangi (Parnamirim) 7. [OPERAÇÃO VERÃO] Adesivaço e mutirão de limpeza de praia - Ponta Negra (Natal)
- [OPERAÇÃO VERÃO] Ação educativa - Falésias e tartarugas marinhas (Tibau)
- [Operação Verão] Passeio ciclístico (Natal)

- [OPERAÇÃO VERÃO] Distribuição de mudas (Natal)
- Reunião anual de planejamento com os CMEAs (virtual)
- Minicurso O que pode ser feito em uma APP (Virtual)
- 1ª Oficina Horta Agroecológica (Natal)
- 2ª Oficina Horta Agroecológica (Natal)
- Minicurso Praticando a Educação Ambiental para a Sustentabilidade Socioambiental (Virtual)
- Metodologias Participativas em Educação Ambiental na Perspectiva da Comunicação e da Cultura (Virtual)
- Oficina Criando guardiãs/ões do Morro do Careca - com E.M Josefa Botelho, Ponta Negra (Natal)
- Participação em Mesa Redonda sobre Arborização Urbana - UERN (Mossoró)
- [SEMA] Oficina | Faço arte reaproveitando resíduos (Natal)
- [SEMA] Oficina | Jogos Ambientais Educativos para Professores (Natal)
- [SEMA] Oficina de horta na APAPU (Goianinha)
- Oficina sobre os ODS com alunos da Fundação Bradesco (Natal)
- [SEMA] Espaço de partilha | Equidade de gênero é sustentabilidade e eu digo o porquê (Natal)
- [SEMA] Passeio ciclístico (Natal)
- [SEMA] Diálogos estruturados | Os Comitês Municipais de Educação Ambiental como pontes transformadoras (Virtual)
- [SEMA] Feira Mulheres que Fazem (Natal)
- Reunião de Monitoramento e Avaliação dos Comitês Municipais de Educação Ambiental - CMEAs (Presencial / Caicó, Lajes, Mossoró, Pedro Avelino, Ruy Barbosa, Monte das Gameleiras, Serra de São Bento, Pau dos Ferros, Serrinha dos Pintos, São Paulo do Potengi, Riacho da Cruz, Portalegre, Lagoa Nova)
- Reunião de Articulação para criação de CMEAs (Presencial / Angicos, Caiçara do Rio do Vento, Lagoa D'Anta, Macau, São Tomé, São José de Campestre, Riachuelo e Viçosa)
- Palestra sobre Oceanos e Continentes - E. M. Josefa Botelho (parceria com Projeto de Extensão Saberes do Oceano - IFRN) (Natal)

- Mutirão campanha RN+Limpo (Pedro Avelino, Caiçara do Rio dos Ventos, Lagoa Danta, São Tomé, São José de Campestre, Riachuelo, Ruy Barbosa, Monte das Gameleiras e Serra de São Bento)
- Apresentação dos Projetos de Educação Ambiental para estudantes do curso de Gestão de Políticas Públicas - UFRN (Natal)
- Palestra sobre Educação Ambiental para estudantes do curso técnico de Gestão Ambiental da Escola Agrícola de Jundiaí (Macaíba)
- Cartaz de orientação para o descarte consciente de resíduos sólidos, no âmbito da Operação Verão 2023
- Folder - Manual da Horta Agroecológica
- Vídeo Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas
- Vídeo Dia dos Povos Indígenas
- Vídeo sobre o processo de produção de balanço na APADR, produto da oficina de bioconstrução (em parceria com o NUC)
- Carteira de Projetos da SPEA
- Elaboração de cards com instruções de plantio para distribuição de mudas (Pau-Brasil, Ypê Roxo, Pinha e Flamboyant mirim)
- Vídeo de divulgação das ações de Educação Ambiental da SPEA para stand do Idema no Encob 2023
- Panfleto de divulgação das rodas de conversa do Idema no Encob 2023
- Banner digital para lançamento da campanha Aprender para Prevenir (adesão do RN à campanha nacional sobre desastres socioambientais)
- Apresentação dos projetos de Educação Ambiental do Idema na Fundação Bradesco, para alunos do 1º ano do ensino médio, da disciplina Relações de trabalho na era digital, para contribuir no projeto de intervenção proposto pelo docente responsável aos alunos – 24/11 (Natal)
- Acompanhamento das propostas de intervenção dos alunos da Fundação Bradesco – 01/12 (Natal)
- Minicurso Horta Agroecológica na I Feira Potiguar de Agricultura Familiar e Economia Solidária (FENAFES) - 30/11 (Natal)
- Reunião mensal de acompanhamento dos Comitês Municipais de Educação Ambiental (virtual)
- Oficina sobre a Agenda Ambiental Municipal, abordando os ODS no I Semana Municipal de Ciência e Tecnologia do município de Mossoró (Mossoró)

- Oficina Virtual de criação da Agenda Ambiental Municipal (Virtual)
- I Oficina Territorial da CIEA em Caicó (Caicó)
- Reunião com CMEA sobre operação verão (Virtual)
- Visita técnica da turma de Direito da UFRN ao IDEMA (Virtual)
- Visita técnica da turma de Pós Graduação em Gestão Ambiental do IFRN ao IDEMA (Virtual)
- Apresentação do jogo de tabuleiro na Exposição salesiana de Arte, Cultura e Ciência da escola Maria Auxiliadora.
- Encerramento do Projeto Saberes do Oceano A atividade de encerramento foi realizada em conjunto com as Instituições parceiras: UERN, UFRN, IFRN, IDEMA, SMS/NATAL na Escola Municipal Josefa Botelho.

Presencialmente, foram realizadas ações pelo SPEA em 28 Municípios, sendo eles: Angicos, Baía Formosa, Caiçara do Rio dos Ventos, Caicó, Canguaretama, Goianinha, Lagoa D'anta, Lagoa Nova, Lajes, Macaíba, Macau, Monte das Gameleiras, Mossoró, Natal, Parnamirim, Pau dos Ferros, Pedro Avelino, Portalegre, Riacho da Cruz, Riachuelo, Ruy Barbosa, São José de Campestre, São Paulo do Potengi, São Tomé, Serra de São Bento, Serrinha dos Pintos, Tibau, Viçosa.

As ações feitas virtualmente contemplaram 54 cidades potiguares: Acari, Afonso Bezerra, Arez, Assu, Boa Saúde, Bom Jesus, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Cerro Corá, Coronel João Pessoa, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Goianinha, Gov. Dix-Sept Rosado, Guamaré, Japi, Jardim de Piranhas, Jundiá, Lagoa Nova, Lajes, Lajes Pintadas, Martins, Maxaranguape, Mossoró, Natal, Nova Cruz, Parazinho, Parelhas, Parnamirim, Pedro Avelino, Porto do Mangue, Pureza, Riacho da Cruz, Rodolfo Fernandes, Santa Cruz, Santo Antônio, São Gonçalo do Amarante, São José do Seridó, São Paulo do Potengi, São Pedro, Serra Caiada, Serra de São Bento, Serra do Mel, Serrinha dos Pintos, Tenente Laurentino Cruz, Tibau, Tibau do Sul, Triunfo Potiguar, Upanema, Vera Cruz, Viçosa.

A equipe do setor conseguiu realizar todas as ações programadas para o exercício 2023 do PPA, o que possibilitou contemplar um quantitativo que superou os 27 Municípios fixados na meta 1061, atendendo o total de 68

Municípios distintos. A presença dos CMEAs em, pelo menos, 70 Municípios potiguares foi importante auxílio para o setor articular suas atividades e atender ao público-alvo com ações em educação ambiental.

Código e descrição da Meta:

1068: Contribuir no processo de estruturação e/ou fortalecimento dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente – SISMUMAs no RN

Território	Previsto (Municípios)	Realizado (Municípios)	Situação
01 – Rio Grande do Norte	20	10	Parcialmente alcançada

Avaliação da Meta:

O NAGAM desenvolve atividades de apoio e suporte técnico aos Municípios do RN visando o cumprimento adequado das suas competências legais referente à gestão ambiental (IDEMA, 2023).

As ações desenvolvidas pelo NAGAM ocorrem por meio de dois programas: PROAGAM e o Programa de Fomento à Criação de Unidades de Conservação Municipais, em parceria com o NUC do IDEMA.

Dentre as atividades realizadas no exercício de 2023 tem-se o Curso Básico de Licenciamento Ambiental, que atendeu a 30 Municípios (Afonso Bezerra, Cel João Pessoa, Extremoz, Florânia, Goianinha, Jucurutu, Lajes, Lucrécia, Macaíba, Montanhas, Natal, Nísia Floresta, Nova Cruz, Olho D'água Dos Borges, Parelhas, Parnamirim, Pau Dos Ferros, Pedra Preta, Rafael Fernandes, Riacho De Santana, São Gonçalo Do Amarante, São José Do Mipibu, Serra De São Bento, Tangará, Tibau Do Sul, Touros, Upanema, Várzea, Venha Ver e Vila Flor).

Ocorreu, também, em 2023, o curso de formação em Elaboração de Certidão de Uso e Ocupação do Solo, que contou com a participação de 8 Municípios: Ceará-Mirim, Parnamirim, São Miguel do Gostoso, Tibau do Sul, Senador Georgino Avelino, Afonso Bezerra, Parazinho e Riacho de Santana.

Pelo Programa de Fomento à Criação de Unidades de Conservação Municipais, foram 8 Municípios atendidos: Ares, Carnaúba Dos Dantas, Jandaíra, Nísia Floresta, Lajes, Santa Cruz, Vera Cruz e Vila Flor. Também foi ofertado o curso Conselho Municipal de Meio Ambiente ao Município de Itaú.

Entre janeiro e outubro de 2023, o NAGAM atendeu 78 Municípios potiguares. No tocante ao quantitativo previsto da meta sobre os SISMUMAs, apenas 10 Municípios passaram pelo apoio jurídico ambiental ofertado pelo NAGAM: Assu, Ares, Coronel João Pessoa, Galinhos, Itaú, Parelhas, São Paulo Do Potengi, Serra Do Mel e Touros.

Ressalta-se que o não atingimento da meta relaciona-se, também, a um cenário de dificuldade técnica dos gestores locais da pasta de meio ambiente e, ainda, à pouca importância dada à elaboração de legislações pelos Municípios.

Por fim, apenas metade dos Municípios previstos passaram pelo setor para receber suporte na estruturação dos seus respectivos SISMUMAs, portanto, a meta 1068 foi parcialmente alcançada no exercício de 2023.

Código e descrição da Meta:

1152: Realizar o monitoramento das ações desenvolvidas durante o processo de execução do Projeto de Capacitação em Educação e Gestão Ambiental voltados para o combate à desertificação nas comunidades rurais com apoio da SEMARH

Território	Previsto (Unidade)	Realizado (Unidade)	Situação
01 – Rio Grande do Norte	7	0	Não alcançada

Avaliação da Meta:

A responsabilidade da meta 1152 no IDEMA é do Núcleo de Estudo e Ação no Semiárido (NEAS). Embora a meta tenha sido atribuída ao setor responsável por estudos na região do semiárido potiguar, também envolveu os eixos de educação ambiental e gestão ambiental municipal.

A meta 1152 foi originada a partir do lançamento do Projeto Piloto de Combate à Desertificação no Seridó do Rio Grande do Norte, em 2019, pelo Governo do RN.

Com a chegada da pandemia no ano de 2020, o projeto foi paralisado pela SEMARH, devido às restrições impostas de isolamento social que impediram a visita aos Municípios selecionados para receber as atividades programadas. Desse modo, as ações que seriam desenvolvidas pelo IDEMA no âmbito do projeto foram paralisadas.

O referido projeto não tem perspectiva de retorno da paralisação, e, baseado nisso, o IDEMA, em conjunto à SEMARH, vem reestruturando as demandas sobre desertificação no Estado, com o apoio de instituições e conselhos regionais e nacionais, voltados para a discussão da pauta de mudanças climáticas.

Considerando que a concretização da meta estabelecida dependia não apenas dos esforços do IDEMA, como também das orientações da SEMARH acerca da condução do projeto, notifica-se que a meta não foi alcançada em 2023. Informa-se também que o IDEMA está concluindo a sua reestruturação organizacional, com a redefinição das atribuições dos setores, e esta pauta da desertificação será conduzida por um novo setor a partir de 2024, com ações específicas para o PPA 2024-2027.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:

00177: Apoio e elaboração de zoneamentos ambientais e planos de gestão ambiental de municípios e UC costeiros

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Dentre as subações vinculadas à iniciativa **00177** está a 100201 de Administração dos Ecopostos, a qual propõe tornar os ecopostos centros de

referência em atendimento ao público, desenvolvimento de pesquisas, atividades de educação ambiental, turismo ecológico e apoio aos Municípios.

Hoje, o IDEMA conta com seis Unidades de Conservação Estadual que possuem Ecopostos. Essas unidades são a APA Bonfim-Guaraíra, APA dos Recifes de Corais, APA de Genipabu, APA Dunas do Rosado e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão e o Parque Estadual Mata da Pipa (PEMP).

Outra subação envolvida é a 149701 para Monitoramento Ambiental de Unidades de Conservação do Estado, que especifica a realização do monitoramento ambiental sistemático nas unidades de conservação, gerando informações para alimentação de banco de dados, e disponibilização para a sociedade e gestão eficiente das UCs. A subação teve dotação orçamentária atualizada de R$ 850.000,00 para R$ 2.850.000,00 em 2023, no entanto, somente R$ 13.673,01 foram empenhados, restando 99,5% disponível para uso. A não utilização do recurso previsto se deve ao fato de que o contrato anterior com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa da UFRN (FUNDEP) foi finalizado, e somente, em dezembro de 2023, o IDEMA e a FUNCITERN assinaram um novo contrato para a retomada do programa de monitoramento turístico na APARC.

A subação 248701, de Consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, orienta para instituir e implementar o Programa Estadual de Unidades de Conservação, visando a proteção de espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, tendo a possibilidade da transferência de recursos a instituições privadas sem fins lucrativos para a realização desses instrumentos.

A última unidade de conservação criada pelo IDEMA ocorreu em 2022, no Município de Martins, o Monumento Natural Cavernas de Martins (MONA Martins). Para o ano de 2023, o NUC, através da meta 0060, conduziu estudos para avaliar a viabilidade em estabelecer uma nova unidade de conservação em determinados territórios e biomas. Como resultado, o bioma da Caatinga foi escolhido, em conjunto com os Municípios de São Tomé, Currais Novos e Cerro Corá, para receber uma proposta de criação do REVIS Serra das Araras.

Vale ressaltar a colaboração em parceria com o setor da Câmara de Compensação Ambiental (CCA) para a utilização de recursos de compensação ambiental na estruturação das UCs estaduais. É importante salientar que a implementação dessa ação foi realizada com recursos próprios do IDEMA, por meio da subação 232901 – Manutenção e Funcionamento, uma vez que os recursos da subação 248701 foram de apenas R$ 1.000,00.

Na subação 248601, tem-se o Policiamento Ambiental Ostensivo para a fiscalização das Unidades de Conservação e demais áreas legalmente protegidas, bem como, o policiamento ostensivo ambiental no RN. Foram R$2.716.000,00 disponibilizados para o policiamento em 2023, contudo, o valor não foi utilizado, restando 100% disponível.

Em dezembro de 2023, foi assinado um novo convênio de cooperação entre a Polícia Militar do Estado do RN (PMRN) e o IDEMA, com validade de 24 (vinte e quatro) meses, para fiscalização das UCs e APAs, além do policiamento ostensivo ambiental no Estado. De acordo com o resumo do convênio, publicado em janeiro de 2024, o valor desembolsado foi de R$ 5.197.200,00, pela dotação orçamentária da Unidade Gestora 27.203.18.122.4002 e Fonte 0.501 - Outros Recursos Não vinculados.

Códigos e descrições das iniciativas:

00179: Aquisição de programas e equipamentos de informática

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Em 2023, foi desenvolvido e implementado o Sistema GAIA, que é uma versão atualizada do SISLIA. Essa iniciativa foi implementada pela TI-Desenvolvimento.

Além disso, foram adquiridos pelo IDEMA, em 2023, 12 unidades de HD’s de 10 Terabytes; 6 unidades de Pontos de Acesso (Acess Points) para

os prédios do Ecocentro e Anexo do IDEMA, e 15 unidades de Pontos de Acesso (AcessPoint) para Unidades de Conservação, totalizando 21 pontos de acesso; 15 unidades de SMART TV LED 58 Polegadas e 4 unidades de SMART TV LED 75 polegadas, sendo, ao todo, 19 TVs adquiridas.

A iniciativa **00179** esteve vinculada à subação 140601 - Aperfeiçoamento da Informatização do IDEMA para dotar o órgão de técnicas e equipamentos que possibilitem maior eficiência no atendimento ao público, com dotação atualizada de R$ 500.000,00, sendo que o valor não foi utilizado. A compra dos materiais citados foi realizada com recursos da subação 232901 - Manutenção de Funcionamento, cuja dotação atualizada, em 2023, foi de R$ 48.843,000,00, sendo empenhados R$ 28.260.222,95 ou 57,8% para aquisição desses produtos e outros pelo IDEMA.

Códigos e descrições das iniciativas:

00180: Elaboração do Termo de Referência para revisar o ZEE do Litoral Oriental e elaborar o do Litoral Setentrional

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A subação disponível para realização da iniciativa **00180** é a 103801, de Elaboração e Revisão de Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira. A sua especificação consiste em orientar o ordenamento físico-ambiental e territorial, norteando o desenvolvimento sustentável da zona costeira. Fica prevista a possibilidade de transferência de recursos a instituições privadas sem fins lucrativos para a realização desses instrumentos. O valor atualizado disponibilizado pela subação 103801, em 2023, foi de R$ 1.700.000,00, contudo, permaneceu 100% disponível para empenho, visto que a iniciativa não se concretizou neste ano.

Informamos que o Termo de Referência para realizar o Zoneamento

Ecológico-Econômico no Litoral Setentrional do RN foi elaborado pelo IDEMA. Contudo, em razão da lentidão no trâmite dos processos de contratação do IDEMA, não houve tempo hábil para a contratação deste serviço em 2023. Em 2024. em virtude da adoção da nova lei de licitações (14.113/2021) pelo órgão, o Termo de Referência necessitará ser ajustado para se adequar ao novo formato legal de contratação de serviços. Sobre a elaboração do Termo de Referência para revisar o Zoneamento Ecológico-Econômico no Litoral Oriental do RN, publicado pela Lei nº 7.871 de 2000, informamos que também não foi possível realizá-lo em 2023.

Destaca-se que a realização do Zoneamento Ecológico-Econômico no Litoral Setentrional do Estado foi considerada pelo IDEMA na etapa de planejamento do Plano Plurianual 2024-2027.

Códigos e descrições das iniciativas:

00181: Contratação de serviço de consultoria para o desenvolvimento de diversos estudos e projetos, perícias e análises técnicas especializadas

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Em 2023, somente o monitoramento de balneabilidade das praias foi realizado pelo IDEMA com recursos da subação 106301 - Avaliação da Qualidade das Águas, totalizando R$ 499.565,09 empenhados e liquidados da dotação atualizada de R$ 1.000.000,00. Esta ação foi realizada pelo contrato entre o IDEMA e a FUNCERN.

Foram considerados no planejamento do próximo PPA 2024-2027 os monitoramentos da qualidade da água, qualidade do ar, dos ruídos, da vegetação e da erosão costeira.

Códigos e descrições das iniciativas:

00182: Cumprimento da Lei que criou o SISLIA

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

O Governo do Estado publicou a Lei Complementar nº 495/2013, que trata sobre o processamento eletrônico dos processos de licenciamento ambiental no âmbito do IDEMA. O dispositivo legal fixa, em seu art. 1º, a utilização do meio eletrônico na tramitação dos processos administrativos, de comunicação de atos e transmissão de peças processuais no IDEMA, relativo ao licenciamento de construção, de instalação, de ampliação e de funcionamento de estabelecimentos e atividades relacionadas com o uso de recursos ambientais (RIO GRANDE DO NORTE, 2013).

Desde 2015, o IDEMA começou a implementar a referida lei e continua investindo esforços para a implantação do SISLIA, que permite realizar pedidos de licenças ambientais por parte dos pequenos empreendedores. Vale ressaltar que o serviço, inicialmente, era direcionado apenas aos microempreendedores, contudo, foi ampliado para assistir diferentes categorias de empreendedores. Atualmente, o sistema está totalmente implementado e não ocorre mais abertura de novos processos por meio físico.

O setor de TI-Desenvolvimento do IDEMA realiza constantemente manutenções e melhorias no SISLIA para aprimoramento da interface e usabilidade. Em 2023, foi implementada uma versão mais recente do sistema, denominada GAIA, que trouxe melhorias em termos de transparência, otimização e agilidade de processos e a implementação de novas funcionalidades que possibilitam um melhor gerenciamento das informações. Além disso, o processo de inserção de informações ficou mais rápido e o processo de atualização no seu software está mais responsivo.

Códigos e descrições das iniciativas:

00183: Celebração de convênio com instituições públicas governamentais e entidades de ensino e pesquisa para o desenvolvimento/execução de diversos projetos

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Na iniciativa **00183**, o IDEMA possui contrato com a FUNCERN, para realizar ações do Programa Água Azul. Estas ações se constituem na coleta de amostras das águas nas praias do litoral, análise das amostras em laboratório pelo Instituto Federal de Rio Grande do Norte (IFRN) e a divulgação dos boletins semanais de balneabilidade de algumas praias do Rio Grande do Norte no site do IDEMA, indicando os trechos propícios para banho.

Outro convênio celebrado pelo IDEMA é com a FUNCITERN na seleção e contratação de profissionais técnicos de nível superior para atuarem como pesquisadores-bolsistas no Projeto Técnico Científico de Desenvolvimento Institucional e Inovação na Gestão do IDEMA.

A subção vinculada à iniciativa **00183** para pagamento das bolsas dos pesquisadores pelo convênio com a FUNCITERN foi a 140301, de Fortalecimento Institucional do IDEMA. A dotação atualizada, em 2023, foi de R$ 11.800.000,00, nos quais R$ 11.650.180,46 foram empenhados, ou seja, 98,7%. Liquidados foram R$ 11.650.180,46 e pagos R$ 5.150.782,82. À disposição do IDEMA restaram R$ 149.819,46.

Códigos e descrições das iniciativas:

00184: Criação e implementação do programa de apoio à gestão integrada da Zona Costeira

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Amparado pelo Decreto nº 5.300/2004, o Projeto Orla é uma metodologia de planejamento integrado para articulação entre políticas públicas das três esferas governamentais, cujo foco é o planejamento da orla costeira por meio do Plano de Gestão Integrada (PGI) (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2023).

No âmbito do IDEMA, o Projeto Orla está em pleno funcionamento pelo trabalho da SUGERCO, que realiza oficinas de sensibilização nos Municípios costeiros acerca da importância da elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla. Além da sensibilização, o IDEMA, por meio da SUGERCO, desenvolve ações de suporte técnico e metodológico aos municípios comprometidos na elaboração dos seus PGI.

A CTE foi criada em 2004 e o IDEMA ocupa a cadeira da presidência e coordenação neste colegiado. A CTE trata-se de uma ação conjunta com a Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte (SPU/RN). Dentre as atribuições da CTE está analisar os Planos de Gestão Integrada da Orla enviados pelos Municípios, e dar pareceres sobre a qualidade técnica dos documentos antes da publicação e implementação.

A subação designada foi a 103901 - Apoio Técnico à Implementação do Projeto Orla e Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Gestão Ambiental, que assessora os Municípios costeiros na elaboração de instrumentos de gestão ambiental e orientação dos projetos de intervenção municipal, com dotação atualizada e disponibilizada, em 2023, de R$ 1.000,00. Entretanto, não foi necessário utilizar dessa dotação para execução da subação, sendo, nesse caso, utilizados os recursos de pessoal (do colegiado que integra a CTE e técnicos da SUGERCO) dedicados à revisão de documentos e elaboração de pareceres.

Códigos e descrições das iniciativas:

00186: Criação e implementação de um Programa Integrado de Monitoramento Ambiental que contemple: qualidade dos solos, do ar e das águas; cobertura vegetal; Unidades de Conservação; e linha de costa

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A respeito da iniciativa **00186**, apenas o monitoramento das águas foi realizado em 2023 pelo NMA, em parceria com a FUNCERN, com a emissão semanal dos boletins de balneabilidade das praias no site do IDEMA, por meio da meta 1015. Embora o Plano de Monitoramento Ambiental do RN seja uma importante ferramenta de gestão para o IDEMA, ainda não foi possível viabilizar a sua execução em todas as vertentes previstas.

A subação 106301, de Avaliações da Qualidade das Águas, para efetuar o monitoramento sistemático da qualidade das águas dos rios, açudes, lagoas, estuários, das águas subterrâneas e das condições de balneabilidade das praias do Estado, disponibilizou, em 2023, a dotação atualizada de R$ 1.000.000,00. Foram R$ 499.565,09 empenhados e liquidados, e R$ 456.183,51 pagos. Ficaram à disposição cerca de R$ 500.434,91 ou 50% da dotação atualizada. A sobra de recursos deve-se ao fato de que, atualmente, somente o monitoramento da balneabilidade das praias está sendo executado. Os demais programas de monitoramento, em razão de envolver outros órgãos e instituições, ainda estão em fase de ações preparatórias.

Códigos e descrições das iniciativas:

00187: Elaboração e divulgação de instruções técnicas para orientar estudos ambientais, contendo as variáveis mais relevantes a serem levadas em consideração na sua elaboração

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Os documentos elaborados pelo IDEMA referente a instruções técnicas para processos de licenciamento ambiental e fiscalização, termos de referências e demais documentos técnicos, consoante indicado pela iniciativa **00187**, estão disponíveis publicamente no site do IDEMA, acessando a seção Procedimentos Normativos dentro da aba Licenciamento.

Soma-se a esta iniciativa o trabalho em andamento de revisão dos manuais de licenciamento ambiental, fiscalização ambiental e do florestal pelo Núcleo de Planejamento, Gestão e Inovação (NPGI), para atualização dos documentos técnicos individuais por atividade.

Informamos que não há execução orçamentária envolvida, uma vez que a elaboração e divulgação destes documentos são realizadas pelo trabalho da CMA, setor de Fiscalização Ambiental e do NPGI do IDEMA, além do colegiado à frente do CONEMA.

Códigos e descrições das iniciativas:

00188: Revisão e implementação do Manual de Fiscalização

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A realização da iniciativa **00188** está ocorrendo por meio da atualização de documentos técnicos individuais por atividade, presentes no manual de fiscalização ambiental do IDEMA. Esta ação consiste no trabalho de análise pelo setor de fiscalização com apoio do Núcleo de Planejamento, Gestão e Inovação (NPGI) para realizar adequações em documentos de Instruções Técnicas, Instruções Normativas, Termos de Referência e Formulários.

Códigos e descrições das iniciativas:

00189: Definição de estratégias para contribuir na melhoria da qualidade dos estudos ambientais apresentados nos processos de licenciamento ambiental

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Para atender a iniciativa **00189**, o IDEMA criou, em 2022, o Núcleo de Planejamento, Gestão e Inovação (NPGI), que possui, dentre as suas atribuições, a identificação de necessidades de melhoria de procedimentos e documentos padrões do Idema. Além disso, o setor é responsável pela coordenação da criação e atualização de procedimentos e documentos técnicos para todo o órgão.

Nesse sentido, atualmente, o IDEMA vem buscando o aprimoramento dos Termos de Referência, Instruções Técnicas e Normativas e Formulários relacionados aos estudos ambientais necessários ao Licenciamento Ambiental.

Ademais, a nova versão do sistema utilizado pelos setores técnicos, o GAIA, permitiu maior celeridade na comunicação com os empreendedores. Esse fato, juntamente com os documentos técnicos revisados, permite ao empreendedor maior clareza sobre os trâmites e, dessa forma, uma maior qualidade na entrega dos estudos ambientais. Em relação a esse aspecto, vale salientar a redução do tempo de emissão de licença ambiental de 191 dias para 99 dias.

Códigos e descrições das iniciativas:

00190: Reativação, aperfeiçoamento e modernização do sistema de banco de dados e gestão ambiental SIGGA com a disponibilização de estudos sobre geoprocessamento, caracterização de vegetação, fauna, solo, hidrologia, entre outras informações ambientais do RN

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

No ano de 2020, o IDEMA lançou o Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA), que substituiu o Sistema de Informações Geográficas e Gestão Ambiental (SIGGA) de 2007. O SEIA é continuamente atualizado e aprimorado para reunir informações sobre a qualidade do meio ambiente e recursos ambientais para os órgãos integrantes deste sistema (SEIA, 2024), e se configura como um dos instrumentos utilizados pelo IDEMA para execução da Política Estadual de Meio Ambiente (PEMA).

A subação relacionada à iniciativa **00190** foi a 106401 - Sistema de Indicadores para implantar sistema de indicadores e realizar o monitoramento dos recursos ambientais do RN, empregando-se indicadores e índices ambientais de avaliação, com enfoque didático de causalidade: pressão-estado-resposta. A dotação atualizada desta subação, em 2023, foi de R$ 1.000,00, contudo, não foi utilizada em virtude de a iniciativa se tratar da manutenção de um sistema virtual pelo IDEMA, demandando recursos de tempo dos técnicos da informática para a manutenção e dos setores responsáveis por atualizar os dados no sistema.

Desse modo, a iniciativa **00190** foi realizada pelo IDEMA com a implantação do Sistema SEIA em 2020, servindo como banco de dados para a gestão ambiental estadual.

Códigos e descrições das iniciativas:

00191: Aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão ambiental e implementação do Projeto Orla

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A subação designada foi a 103901 - Apoio Técnico à Implementação do

Projeto Orla e Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Gestão Ambiental, que assessora os Municípios costeiros na elaboração de instrumentos de gestão ambiental e orientação dos projetos de intervenção municipal, com dotação atualizada e disponibilizada, em 2023, de R$ 1.000,00. O recurso não foi utilizado, uma vez que a iniciativa envolve o trabalho do colegiado que integra a CTE e os custos são indiretos (tempo de trabalho dos técnicos para revisão de documentos e elaboração de pareceres).

Códigos e descrições das iniciativas:

00192: Atualização sistemática do acervo de imagens de satélite, fotografias, entre outros

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa **00192** foi e continua a ser realizada pelo IDEMA utilizando o SEIA desde 2020, que substituiu o SIGGA. Estão disponíveis ao público digitalmente pelo SEIA informações distribuídas em mapas sobre a balneabilidade das praias, autorizações florestais, unidades de conservação, sistema municipais de meio ambiente, empreendimentos, aves migratórias, assentamentos rurais, cadastro ambiental rural, dentre outras, coletadas pelos setores técnicos do IDEMA.

A subação designada foi a 106401 - Sistema de indicadores, com dotação de R$ 1.000,00, que não foi necessário utilizar, tendo em vista que foi possível, por meio do trabalho das equipes de desenvolvimento do TI e do Geoprocessamento do IDEMA, dar continuidade às atualizações do acervo de imagens no SEIA.

Códigos e descrições das iniciativas:

00193: Análise e homologação das informações do CAR, e acompanhamento da execução do PRA

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa **00193** esteve vinculada à meta 0061, a qual fez parte das atribuições do setor do CAR do IDEMA. Desde o início do exercício do PPA 2020-2023, esta iniciativa foi afetada pelos problemas ocasionados na pandemia, assim como as demais iniciativas, postergando o início das atividades previstas.

Durante 2023, a meta relacionada, e, consequentemente, a iniciativa **00193**, teve poucos avanços. Foram analisados 16 CAR com pendências e que não foram homologados. Isso é atribuído à complexidade envolvida na análise das informações necessárias exigidas nos cadastros e no atual insuficiente quantitativo de técnicos no IDEMA responsáveis por essa iniciativa. Sobre o decreto do PRA, a minuta encontra-se com o IDEMA para a revisão do conteúdo. A regulamentação e execução do PRA foi considerada na etapa de elaboração do PPA 2024-2027.

Em relação às subações, a iniciativa **00193** está relacionada à subação 104501, para Elaboração e Revisão dos Planos de Manejo e Zoneamento das Unidades de Conservação Estadual, e 104601, de Implementação e Operacionalização dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação. Cabe mencionar que ambas as subações citadas estão mais alinhadas às iniciativas que dizem respeito à atuação do NUC. Como o IDEMA é um órgão integrado e multisetorial, os demais setores, assim como o CAR, prestam suporte durante a elaboração dos planos que envolve a gestão das unidades de conservação, visto que possuem o conhecimento e dados para dimensionar a parte dos imóveis rurais na preparação do manejo e zoneamento.

Os custos envolvidos na realização da iniciativa **00193** envolve o pagamento das bolsas de pesquisa aos profissionais técnicos lotados no setor CAR/IDEMA, advindas da subação 140301 - Fortalecimento Institucional para

execução do convênio entre IDEMA e a FUNCITERN.

A importância da iniciativa para o objetivo do IDEMA vinculado ao PPA 2020-2023 está na estruturação e manutenção contínua de bancos de dados e informações sobre as propriedades rurais do estado, para que haja consonância entre o desenvolvimento sustentável e a preservação das características ambientais.

O registro destas propriedades privadas rurais, por meio do cadastro eletrônico, fornece embasamento estratégico para o planejamento e tomada de decisão pelo órgão, possibilitando à Política Estadual de Meio Ambiente contemplar, considerando as possibilidades e limites existentes, as diferentes partes interessadas na preservação de áreas ambientalmente relevantes e no uso de áreas rurais para atividades econômicas de agricultura e pecuária.

Tendo em vista a complexidade das atividades que envolvem a análise e homologação dos cadastros rurais, entende-se que a expectativa desta subação foi subdimensionada em seu planejamento, não se considerando o restrito quadro de técnicos para sua execução.

Dada a importância desta iniciativa, ressalta-se que esta foi incluída no no planejamento do PPA 2024-2027 como duas entregas distintas.

Códigos e descrições das iniciativas:

00194: Desenvolvimento de atividades educativas nos Municípios e nas Unidades de Conservação estaduais, em parceria com os membros dos Conselhos Gestores das UCs, Comitês Gestores da Orla Marítima e outras instituições

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

O Governo do Estado, o IDEMA e o NUC inauguraram, no dia 05 de junho de 2023, Dia Mundial do Meio Ambiente, a sede administrativa do Ecoposto do PEMP, localizada no Município de Tibau do Sul.

O Ecoposto inaugurado possui estrutura para a realização de atividades ligadas à educação e sensibilização ambiental. Os recursos financeiros utilizados na inauguração do Ecoposto do PEMP foram provenientes das atividades de compensação ambiental do IDEMA.

Acrescenta-se que a equipe técnica do NUC/IDEMA está elaborando planos de trabalhos para executar os recursos de compensação ambiental, a fim de possibilitar ações de pesquisa, educação ambiental, conservação e monitoramento dos recursos ambientais nas demais unidades de conservação.

Códigos e descrições das iniciativas:

00195: Fortalecimento da educação ambiental nas escolas, em parceria com a SEEC e outras instituições

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A descrição da iniciativa **00195** orienta a contribuir para divulgação, recuperação e qualidade ambiental do estuário do Rio Potengi, com possibilidade de atender outros corpos d'água. Baseado nisso, verifica-se que está inserida no contexto da subação 105202, denominada de Barco Escola, que encerrou suas atividades em 2018.

Embora seja um desejo do IDEMA retomar esse importante Projeto de Educação Ambiental, tendo sido, inclusive, já elaborado o Termo de Referência para tanto, a dificuldade atual está no enquadramento do mesmo nas modalidades da nova Lei de Licitações 14.133/2021, haja vista que trata-se de uma contratação complexa, já que envolve conserto e manutenção do barco, além das atividades de Educação Ambiental.

Observada a dotação atualizada da subação 105202 em 2023, verifica-se que foram disponibilizados R$ 2.000.000,00 para uso. Contudo, esta

quantia permaneceu inalterada, já que a licitação ainda não foi realizada.

Foram realizadas pela Subcoordenadoria de Planejamento e Educação Ambiental (SPEA) do IDEMA reuniões presenciais e virtuais junto aos CMEA, ao longo de 2023, compostos pela sociedade civil, gestores escolares e representantes das secretarias municipais de educação e meio ambiente, para a formação de multiplicadores da Educação Ambiental nos Municípios, fomentando a disseminação de Coletivos Educadores pelo RN.

A Comunicação para a Educação Ambiental, terceira Linha de Ação do SPEA, propôs a Educomunicação Socioambiental para estímulo e difusão de uma comunicação popular e participativa na educação ambiental do Estado. Aliada à teoria e prática, utilizou a comunicação como forma de educação para tornar os cidadãos conscientes e críticos sobre o meio ambiente (IDEMA, 2023f).

A quarta Linha de Ação, Educação Ambiental nas Instituições de Ensino, articulou, em conjunto com as entidades do Estado e dos Municípios ligadas à educação, a realização de atividades sobre educação ambiental no ensino formal, interligadas aos componentes curriculares (IDEMA, 2023f), alinhada à Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A quinta Linha de Ação do setor realizou o Monitoramento e Avaliação de Políticas, Programas e Projetos de Educação Ambiental. As atividades ocorreram pela atualização dos indicadores no Sistema MonitoraEA sobre os projetos de educação ambiental conduzidos no Rio Grande do Norte pelo IDEMA.

A subação 105501, de Educação Ambiental, desenvolve ações de educação ambiental, incluindo arte, cultura e lazer, para atender e subsidiar as atividades de caráter socioeducativo, considerando a realidade ambiental e cultural dos segmentos e populações beneficiados, nas ações do IDEMA. Além disso, inclui a possibilidade de transferência de recursos a instituições privadas sem fins lucrativos para a realização desses instrumentos. Destacamos que, no IDEMA, diferentes setores desenvolvem ações de educação ambiental, não sendo restrito apenas ao setor SPEA, e inclui setores como o NAGAM, NUC e

NMA.

A subação 105501 disponibilizou em 2023 para o IDEMA uma dotação de R$ 300.000,00, no qual 97,92% foi empenhado ou R$ 293.785,00, deixando R$ 6.215,00 disponíveis. Nota-se que 100% do valor empenhado foi liquidado, e R$ 151.067,00 foram pagos. Não constam valores a serem liquidados, restando a serem pagos R$ 142.718,00.

Os eventos ambientais, em 2023, foram realizados pelo IDEMA por meio da subação 184801, de Apoio à Realização de Eventos Relacionados ao Desenvolvimento Sustentável e ao Meio Ambiente, para assegurar os meios necessários à realização de eventos que fortaleçam as ações relacionadas a temáticas ambientais.

À subação 184801 foram R$ 800.000,00 de dotação atualizada, na qual 43,20% ou R$ 345.630,00 foram empenhados para serem, posteriormente, liquidados e pagos. Ao fim de 2023, estavam disponíveis para a subação 56,80% ou R$ 454.370,00 do valor inicial provisionado, permitindo o apoio à realização de eventos com temática do desenvolvimento sustentável e meio ambiente para aproximar a população potiguar das ações, iniciativas, pautas e projetos de atenção do IDEMA.

O IDEMA, como um todo, prestou apoio institucional na realização do 32º Encontro Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Brasileira (ECOARTE), em novembro de 2023, no seu auditório José Gilson Vilaça e no auditório do Parque das Dunas. Sediou a V Conferência Brasileira de Mudança do Clima nas suas instalações em outubro do mesmo ano. Em junho, realizou-se a Semana Estadual do Meio Ambiente (SEMA) para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente, com vasta oferta de atividades virtuais e presenciais como oficinas, palestras e minicursos, além de programação de ações de educação ambiental para toda a população. Esteve como parceiro na realização da I Conferência Potiguar do Clima, no auditório da UFRN em abril.

A subação 188901 de Prevenção e Combate a Incêndio Florestal orientou para a articulação com o Corpo de Bombeiros Militar ações de prevenção e combate a incêndios em áreas de preservação permanente e Unidades de Conservação (UCs). Nessa lógica, a subação se insere no

contexto da Linha de Ação “Prevenção” do Plano Estadual de Prevenção Ambiental e Combate às queimadas e Incêndios Florestais do Rio Grande do Norte - RN Sem Chamas (IDEMA, 2022). Estiveram à disposição a dotação de R$ 1.000,00 para a subação 188901, porém, não foi utilizada, pois o evento de formação programado sobre a temática foi cancelado.

O RN Sem Chamas é um plano de ações do Governo do RN que reúne linhas de ação visando prevenção às queimadas e incêndios florestais no Estado. A iniciativa reúne ações desenvolvidas em parceria com o IDEMA, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, ITEP e Polícias Civil e Militar, entre outras instituições colaboradoras. No Plano, o IDEMA inclui diretamente setores como SPEA, Fiscalização, NUC e NAGAM com ações de prevenção como minicursos de educação ambiental sobre prevenção, blitzs, articulações com instituições e gestores municipais, ações em unidades de conservação, entre outros.

A última subação da iniciativa **00195** foi a 143301, Produção e Aquisição de Multimeios, na elaboração de material didático para dar suporte técnico pedagógico aos programas e projetos desenvolvidos pelo IDEMA, a fim de desenvolver atividades de caráter educativo sobre a temática ambiental e desenvolvimento sustentável, considerando a realidade socioeconômica, ambiental e cultural. A subação foi realizada pela subação 232901 - Manutenção e Funcionamento e pela meta 0037 da ASSCOM.

Códigos e descrições das iniciativas:

00196: Desenvolvimento de estudos técnicos objetivando a elaboração de proposta de instrumentos que estimule o pagamento por serviços ambientais, com o apoio da SEMARH.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A responsabilidade de condução da iniciativa **00196** está atribuída à SEMARH. Ao IDEMA, como órgão vinculado à estrutura organizacional da SEMARH, compete o desempenho de atividades de apoio e colaboração quando demandado. Desse modo, a referida iniciativa esteve equivocadamente atribuída para o IDEMA no exercício de 2023, e, por isso, não possui informação sobre execução orçamentária.

Códigos e descrições das iniciativas:

00197: Elaboração de proposta de decretos para regulamentar o TCFA e a Compensação Ambiental no RN

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A proposta de decreto para regulamentar a compensação ambiental no Rio Grande do Norte ainda encontra-se em análise pelo Comitê de Compensação Ambiental (COCAE), composto por representantes do IDEMA, SEMARH e IGARN.

O processo referente ao decreto para regulamentar a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) não tramitou em tempo hábil no gabinete da Assembleia Legislativa do RN para ser regulamentado em 2023. Acrescentamos, também, que ocorreram mudanças nas diretrizes nacionais que obrigaram a realização de alterações na minuta elaborada pelo IDEMA.

Ressaltamos que a regulamentação da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) foi considerada no planejamento do PPA 2024-2027 pelo IDEMA.

Códigos e descrições das iniciativas:

00198: Retomada do Programa de estágios para alunos de nível médio e superior

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa **00198** não foi realizada no ano de 2023, visto que, após realizar um levantamento das demandas de estagiários entre os setores, foi identificado que o IDEMA não dispunha de estações de trabalho suficientes para receber os estagiários. Sendo assim, o órgão optou por não dar seguimento a essas contratações no momento.

Em contrapartida, foi firmado Convênio nº 003/2023 com a FUNCITERN, em 2023, para execução do Projeto Institucional de Inovação do IDEMA, que viabiliza a contratação de bolsistas de nível superior, que atendem de maneira mais efetiva às demandas do órgão.

No mês de janeiro de 2023, a FUNCITERN e o IDEMA lançaram o Edital Complementar para Cadastro Reserva nº 002/2023, referente ao Convênio nº 002/2020, a fim de selecionar técnicos de nível superior para exercerem o cargo de bolsista de pesquisa, extensão e inovação no instituto. Em junho do mesmo ano, é lançado o Edital n°11/2023 da FUNCITERN e IDEMA, referente ao Convênio nº 003/2023, com 57 vagas para cursos de ensino superior voltados a profissionais com formação e experiência relacionadas às atividades do órgão.

Códigos e descrições das iniciativas:

00199: Assessoramento aos municípios na elaboração e/ou implementação de planos, programas e projetos na área de gestão ambiental, com apoio da SEMARH

00202: Realização de seminários territoriais sobre a estruturação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente (SISMUMAs), com apoio da SEMARH e outras instituições.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

As ações que contribuíram para a iniciativa **00199** e **00202** foram feitas por meio do PROAGAM e do Programa de Fomento à Criação de Unidades de Conservação Municipal, mantidos pelo NAGAM, e estão relacionados à meta 1068.

Pelo PROAGAM, eixo de atuação 4, 56 Municípios foram atendidos com a atividade de Atualização das Informações sobre o SISMUMA em 2023. No eixo de atuação 1 (um), Apoio Jurídico, 10 Municípios foram contemplados com ações de orientação legal sobre os SISMUMAs, porém, este número ficou abaixo do previsto pela meta 1068, pois houve dificuldade técnica pelos gestores municipais e falta de comprometimento na criação das leis pelos Municípios.

O Programa de Fomento à Criação de Unidades de Conservação Municipal ocorre pela parceria entre o NAGAM e o NUC no desenvolvimento de ações integradas, atendendo, em 2023, a oito Municípios (Ares, Carnaúba dos Dantas, Jandaíra, Nísia Floresta, Lajes, Santa Cruz, Vera Cruz e Vila Flor), com o propósito de estimular e orientar os gestores e técnicos dos órgãos locais dos Municípios potiguares, que possuem áreas com relevante potencial ambiental, a criarem Unidades de Conservação municipais (IDEMA, 2023b).

Vinculada à iniciativa **00199** e **00202** está a subação 103501, no Apoio à Gestão Ambiental dos Municípios, que tem como especificidade apoiar o processo de descentralização da gestão ambiental no âmbito do Estado, através de ações voltadas à estruturação e/ou fortalecimento dos sistemas municipais de meio ambiente.

A dotação orçamentária atualizada da subação 103501, durante 2023, foi de R$ 101.000,00, com 100% ainda disponível para empenho. Isso se deve,

pois o custo envolvido às iniciativas consistiram na concessão pelo IDEMA de diárias para alimentação e disponibilização de transporte aos técnicos do NAGAM para deslocamento aos Municípios citados.

Códigos e descrições das iniciativas:

00200: Realização de formações alinhadas a temáticas da gestão ambiental, tais como licenciamento, fiscalização, monitoramento, educação e conservação ambiental, entre outros, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão Ambiental dos municípios do RN - PROAGAM

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Ao NAGAM do IDEMA compete a responsabilidade pela condução da iniciativa **00200** e suas respectivas atividades, que se relaciona à meta 1068 no exercício 2023.

As ações que contribuíram para a iniciativa foram feitas por meio do PROAGAM, mantido pelo NAGAM. Pelo Subprograma de Formação para Gestores Ambientais Municipais (FORMAGAM), eixo de atuação 3 (três), o NAGAM realizou o curso de Conselho Municipal de Meio Ambiente para o Município de Itaú, localizado no Sertão do Apodi. Outra formação disponibilizada, em 2023, foi o curso básico de Licenciamento Ambiental, e contou com a presença de representantes de 30 Municípios potiguares.

O NAGAM também promoveu, em 2023, o curso de Elaboração de Certidão de Uso e Ocupação do Solo para 8 localidades: Ceará-Mirim, Parnamirim, São Miguel do Gostoso, Tibau do Sul, Senador Georgino Avelino, Afonso Bezerra, Parazinho e Riacho de Santana.

A subação vinculada foi a 105401, de Capacitação de Gestores Públicos, Segmentos Produtivos e Sociedade Civil, visto que orienta a promoção de descentralização do processo de gestão ambiental através da

sensibilização e capacitação dos gestores públicos e representantes da sociedade civil. A dotação atualizada desta subação em 2023 foi de R$ 1.000,00, porém não foi utilizada. O custo envolvido nas atividades veio da concessão pelo IDEMA das diárias para alimentação e disponibilização de transporte para levar o setor aos Municípios que receberam ações pela iniciativa.

Códigos e descrições das iniciativas:

00203: Disponibilização de recursos para a realização e divulgação de concursos e reconhecimento de mérito na área ambiental

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa **00203** foi condicionada às metas 0037, de atribuição da ASSCOM, e 0047, de encargo da ASSCOM e NAGAM. O concurso divulgado e realizado, em 2023, foi o 3º Concurso de Boas Práticas em Gestão Socioambiental do Rio Grande do Norte, no qual participaram Municípios comprometidos em divulgar suas experiências em ações difundidas para o meio ambiente.

A importância da iniciativa **00203**, para além de estar relacionada com diferentes metas, permitiu ao IDEMA integrar diferentes cidades que possuem gestões ambientais comprometidas em atender às práticas de sustentabilidade, desenvolvimento local e preservação do território. Simultaneamente, a realização do concurso e todas as ações vinculadas são estímulos à continuidade dos projetos e estudos socioambientais realizados pelos Municípios participantes, bem como serve de oportunidade para aqueles que ainda não possuem propostas socioambientais se prepararem para as próximas edições.

As atividades realizadas para a execução da iniciativa envolveram a

produção do edital de chamada para os Municípios se inscreverem, feito pelo NAGAM, que também esteve à frente da gerência da comissão técnica de avaliação. A ASSCOM produziu os materiais gráficos ilustrativos que foram utilizados na divulgação nos endereços eletrônicos do IDEMA e no ebook que compilou as experiências municipais mais exitosas.

As subações relacionadas à iniciativa consiste, primeiramente, na 195101, de Divulgação das Atividades Ambientais, por meio de ações para divulgar trabalhos, artigos e realizar campanhas e tornar público as atividades ambientais, detendo uma dotação atualizada em 2023 de R$ 30.000,00, constando como disponível R$ 30.000,00 ou 100%.

A permanência total dos recursos desta subação ocorreu, pois a publicização de atividades ambientais não gera despesas ao órgão, uma vez que ocorrem de maneira virtual por ter um maior alcance de informação ao público externo.

Códigos e descrições das iniciativas:

00204: Desenvolvimento de estudo para atualizar a identidade visual nas UCs

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa **00204** foi realizada, em 2022, pela ASSCOM em parceria com o NUC, visto que a última unidade de conservação foi criada no mesmo ano pelo IDEMA.

As metas relacionadas à iniciativa são a 0045 (Recuperar a sinalização da balneabilidade das praias, dos totens, das unidades de conservação da natureza, e instalar sinalização nas áreas com restrições ambientais, entre outros locais que abrangem as responsabilidades do IDEMA) e a 0049 (Atualizar a identidade visual das UCs Estaduais).

A meta 0045 não foi cumprida em razão da dificuldade em realizar o

processo de licitação. Já a meta 0049 foi integralmente concluída no ano de 2022.

A dotação atualizada para a subação 248401 - Manutenção e Conservação da Sinalização da Balneabilidade, das Unidades de Conservação e das Áreas com Restrição Ambiental foi de R$ 400.000,00 e nenhum valor foi utilizado em razão da não realização da licitação.

Códigos e descrições das iniciativas:

00205: Revisão do Manual de Licenciamento Ambiental

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Acerca da iniciativa **00205**, o IDEMA está realizando a revisão e atualização de documentos técnicos por atividades que compõem o manual de licenciamento ambiental. Dentre os documentos sobre o licenciamento que estão em análise para revisão, estão os Termos de Referências, as Instruções Técnicas ou Normativas e os Formulários.

Os processos de revisões dos documentos citados presentes no manual de licenciamento ambiental estão sendo desempenhados pelos técnicos dos setores de licenciamento e o NPGI, com a supervisão dos seus respectivos coordenadores.

Códigos e descrições das iniciativas:

00206: Celebração de acordo de cooperação técnica com instituições governamentais e não-governamentais

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa **00206** foi vinculada à subação 104301 - Interface com Organizações Governamentais e Não Governamentais, e descreve atividades para participar, apoiar e promover ações e projetos destinados a implementação das políticas ambientais, envolvendo instituições públicas e organizações não governamentais que atuam no Estado. Os recursos da subação totalizaram R$ 874.055,00 em 2023, e 100% desta dotação se encontram disponíveis.

A disponibilidade desses recursos se justifica pela não renovação do acordo de cooperação técnica com a Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (FAPERN) para contratação de bolsistas pesquisadores.

Atualmente, o IDEMA possui convênio com a FUNCITERN para seleção de pesquisadores de nível superior e concessão de bolsas para pesquisa em projetos de inovação institucional. A subação envolvida no convênio com a FUNCITERN é a 140301, de Fortalecimento Institucional, cuja dotação atualizada em 2023 de R$ 11.800.000,00 foi utilizada para o pagamento das bolsas.

Podemos citar também outras instituições governamentais e não-governamentais nas quais o IDEMA possui acordos de cooperação, tais como a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte (CREA-RN), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN), o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Códigos e descrições das iniciativas:

00209: Retomada dos estudos do Atlas para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável no RN

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

O Atlas para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável no RN reflete a decisão do Governo do Estado em disponibilizar um acervo de informações técnicas e socioeconômicas sobre a realidade estadual, proporcionando aos potenciais investidores uma ampla base de dados sobre as diversas atividades econômicas existentes no Rio Grande do Norte.

A iniciativa **00209** se vincula à subação 125101 - Fortalecimento ao Desenvolvimento Industrial do Estado, na qual propõe apoiar o desenvolvimento desta atividade no Estado, através do incentivo às empresas que utilizem o gás natural como insumo em seu processo produtivo, evitando a degradação dos recursos naturais, inclusive se constituindo em dotação específica para transferência de recursos a instituições privadas sem fins lucrativos.

Em razão da necessidade de que as informações estejam cada vez mais acessíveis para o público interno e externo, o IDEMA desenvolveu o Sistema Estadual de Informações Ambientais - SEIA, que se trata de uma ferramenta que é continuamente atualizada e aprimorada e se propõe a reunir informações sobre a qualidade do meio ambiente e dos recursos ambientais para os órgãos integrantes do Sistema Estadual do Meio Ambiente. O SEIA consolida um dos instrumentos da Política Estadual do Meio Ambiente executados pelo IDEMA.

Embora tenha sido um importante avanço em relação à disponibilização de informações ambientais do Estado do RN, infelizmente, o sistema ainda não abrange informações sobre as atividades socioeconômicas existentes.

A publicação de novas edições do Atlas para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável no Rio Grande do Norte está paralisada desde 2011, em razão do alto custo que envolve o levantamento e tratamento das informações. Contudo, os estudos e pesquisas para fortalecimento industrial do Estado são constantemente realizados pelo IDEMA em seus diferentes setores técnicos, por meio da sua equipe de pesquisadores-bolsistas, assim

como pelas demais secretarias, empresas e institutos do Governo do Estado.

Códigos e descrições das iniciativas:

00211: Elaboração de uma normatização descrevendo as atividades rotineiras desenvolvidas pelos colaboradores de cada setor do IDEMA, que servirá de padronização para os servidores do Órgão

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa **00211** refere-se à construção dos manuais setoriais para o IDEMA pelo NPGI. Em 2023, foram construídos os manuais setoriais de diversos setores do IDEMA. A iniciativa foi considerada no planejamento do PPA 2024-2027, a fim de garantir que os setores possuam suas missões, atribuições, cargos, funções, documentos-base redigidos e publicados para a entrada de novos servidores.

Esteve vinculada à subação 140301 - Fortalecimento Institucional do IDEMA no aperfeiçoamento dos serviços prestados à comunidade com serviços adequados e de qualificado suporte técnico-científico, com vistas às ações de proteção, controle e acompanhamento, voltadas ao meio ambiente. A dotação atualizada em 2023 foi de R$ 11.800.000,00, no qual foram empenhados R$ 11.650.180,46, restando R$ 149.819,54 para uso. Esta dotação foi utilizada para pagar os bolsistas lotados no setor de planejamento do IDEMA, que está encarregado da construção dos manuais setoriais.

Códigos e descrições das iniciativas:

01677: Revisão do site da web do IDEMA, atualizando informações, tornando-o dinâmico e agradável ao usuário, permitindo o acesso a informações, publicações, bancos de dados

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa **01677** foi realizada pela ASSCOM em parceria com o setor de TI-Desenvolvimento. O site do IDEMA está em funcionamento com atualizações diárias de notícias envolvendo campanhas institucionais, artigos e estudos científicos, além de contar com links para os sistemas utilizados, banco de dados, planos e políticas ambientais, abas com as atribuições e documentos publicados dos setores, links para redes sociais, FAQ, Central Online de Serviços, conteúdos sobre as Unidades de Conservação e Áreas de Proteção Ambiental, dentre diversos temas que lhe competem.

Códigos e descrições das iniciativas:

01679: Revisão do Manual do Setor Florestal

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

O manual florestal está atualmente em processo de revisão e atualização dos documentos técnicos individuais por atividades pelos supervisores e técnicos dos setores de planejamento e florestal do IDEMA. Esta atividade consiste na análise e adequação de documentos presentes no manual como, por exemplo, os Termos de Referência, Instruções Técnicas, Instruções Normativas e Formulários.

Códigos e descrições das iniciativas:

01680: Implementação de parcerias com instituições públicas, privadas e ONGs para desenvolvimento de ações do IDEMA

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

O IDEMA possui parcerias com diferentes instituições públicas para o desenvolvimento de atividades ligadas à pasta do meio ambiente. Estas parcerias ocorrem pela assinatura de convênios, acordos de cooperação e execução conjunta de programas.

Dentre as instituições que são parceiras do IDEMA temos a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC) na realização para as ações de educação com vertente ambiental; a FUNCITERN para realização de processos seletivos na contratação de profissionais com nível superior para o desenvolvimento de projetos de pesquisa em inovação no âmbito do IDEMA; a Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN) para fiscalização e policiamento ostensivo em Unidades de Conservação (UC) e Áreas de Proteção Permanente (APP); o IGARN e a Empresa de Pesquisa Agropecuária na execução do Programa Água Azul, além da parceria para fornecimento de apoio técnico-científico com o IFRN, UERN E UFRN.

Códigos e descrições das iniciativas:

01682: Elaboração e implementação de Plano de Gestão para a área do Cajueiro de Pirangi

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

No planejamento do PPA 2020-2023, foi discutido sobre a necessidade de elaboração de um Plano de Gestão para o Cajueiro que forneça diretrizes técnicas para garantir a sua preservação, sem comprometer a sua função como um importante atrativo turístico do Rio Grande do Norte.

No entanto, considerando que não houve orçamento destinado a essa iniciativa, o IDEMA e a gestão do cajueiro tentaram viabilizar a elaboração deste

plano através de uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. No entanto, não houve avanços nas tratativas para esse fim.

Códigos e descrições das iniciativas:

01685: Promoção de ações integradas entre setores afins do IDEMA para o desenvolvimento de atividades referentes ao Projeto Piloto de Combate à Desertificação no Seridó/RN do Governo Cidadão

01687: Promoção de ações integradas entre setores afins do IDEMA para o desenvolvimento de atividades referentes ao Projeto de Capacitação em Educação e Gestão Ambiental voltados para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos das secas, em realização pelo IDEMA, além de monitoramento

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

O NEAS esteve encarregado das iniciativas **01685** e **01687**, por meio das metas 1151 (Integrar as ações de acompanhamento e monitoramento para continuidade do Projeto Piloto de Combate à Desertificação no Seridó/RN do Governo Cidadão, com apoio da SEMARH) e 1152 (Realizar o monitoramento das ações desenvolvidas durante o processo de execução do Projeto de Capacitação em Educação e Gestão Ambiental voltados para o combate à desertificação nas comunidades rurais com apoio da SEMARH), ambas com foco no combate à desertificação no Rio Grande do Norte.

O Projeto Piloto de Combate à Desertificação no Seridó do Rio Grande do Norte foi lançado em 2019 pelo Governo Estadual. Todavia, no ano seguinte, em virtude da instalação da pandemia da COVID-19, o projeto foi paralisado pela SEMARH, bem como as ações que eram de responsabilidade do IDEMA através do setor NEAS. Além disso, não há indicativos de retorno

das ações do projeto na pauta de desertificação do RN.

A subação vinculada às iniciativas **01685** e **01687** foi a 248501 de Combate à Desertificação, na qual indica promover ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação para continuidade das atividades de combate à desertificação no RN. A dotação atualizada prevista foi de apenas R$ 1.000,00, mas não foi utilizada pelas razões explicitadas acima.

Códigos e descrições das iniciativas:

01689: Operacionalização do convênio visando o Fortalecimento Institucional do IDEMA

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Vincula-se à iniciativa **01689** a subação 140301 de Fortalecimento Institucional do IDEMA, a fim de aperfeiçoar os serviços prestados à comunidade com serviços adequados e de qualificado suporte técnico-científico, com vistas às ações de proteção, controle e acompanhamento, voltadas ao meio ambiente.

Para atender a subação 140301, foi firmado o Convênio de Cooperação Técnico Científico com a FUNCITERN, com a finalidade, aperfeiçoar e produzir conhecimento através de adequado suporte técnico-científico às atividades de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental e gestão de unidades de conservação do IDEMA.

O convênio em 2023 autorizou a contratação de 57 pesquisadores-bolsistas e, atualmente, pelos dois convênios ativos, são 229 bolsistas atuando no IDEMA. Todavia, alguns dos setores técnicos do órgão ainda estão com um número de bolsistas abaixo do necessário para a quantidade de atribuições exigidas, impactando a situação de algumas das metas do PPA.

A dotação orçamentária atualizada foi de R$ 11.800.000,00 em 2023, dos quais 98,73% ou R$ 11.650.180,46 foram empenhados, e R$ 149.819,54 estão disponíveis. Do valor empenhado, 100% foi liquidado pelo IDEMA, sendo pagos R$ 5.150.782,82. O restante a ser pago são R$ 6.499.397,64.

Códigos e descrições das iniciativas:

01690: Incentivo ao Progás

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

O Programa RN Mais Gás tem por objetivo incentivar a industrialização do Estado, assegurando o fornecimento de gás natural a preço subsidiado às empresas consideradas prioritárias ao desenvolvimento do Estado. Esse incentivo é concedido às empresas detentora de regime especial do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), simplificando o acesso ao benefício por parte das indústrias, além de garantir que haja o repasse direto da redução da carga tributária no preço final do gás praticado pela Companhia Potiguar de Gás (Potigás), responsável pela comercialização do gás natural no Rio Grande do Norte (SEDEC, 2022).

A redução da tarifa ocorre por meio de incentivo pela renúncia fiscal do ICMS incidente no preço do gás natural canalizado, insumo básico para grande parte das indústrias. Ou seja, o ICMS cairia de 18% para 12%, refletindo no valor final do gás para as indústrias de cerâmica, porcelanato, têxtil e alimentícia (SEDEC, 2022).

Desde o ano de 2022, o Programa RN Mais Gás esteve desativado, segundo os relatórios de avaliações anteriores do PPA. Por envolver a diminuição da carga tributária do ICMS sobre o gás natural no Estado, o incentivo ao Progás também esteve paralisado, no ano de 2023, devido às questões envolvendo o aumento da alíquota do ICMS de 18% para 20% no

Rio Grande do Norte, decisão que não se concretizou na Assembleia Legislativa (AL/RN).

A iniciativa **01690** para Incentivo ao Progás está ligada à subação 125101, de Fomento ao Desenvolvimento Industrial do Estado. A subação propõe apoiar o desenvolvimento da atividade industrial no Estado, através do incentivo às empresas que utilizem o gás natural como insumo em seu processo produtivo, evitando a degradação dos recursos naturais, inclusive se constituindo em dotação específica para transferência de recursos a instituições privadas sem fins lucrativos. Estiveram à disposição pela subação 125101 o valor de R$ 1.000,00, porém não foi utilizado ou repassado ao Progás, visto que se encontra paralisado desde 2022.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avaliação geral setorial:

A Lei da Política Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, no artigo 5º, inciso I, define meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, bem como fatores socioeconômicos e culturais, incluindo o ambiente construído, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (GOVERNO DO RN, 2004, p. 2). É relevante destacar que essa definição não se restringiu ao âmbito biológico e físico, incorporando, igualmente, a dimensão social.

As metas delineadas para o IDEMA, por meio do Programa Temático 4002 "Meio Ambiente e Recursos Hídricos", conforme estabelecido no PPA 2020-2023, têm como propósito viabilizar a efetiva implementação da Política Estadual de Meio Ambiente. As metas são concebidas levando em consideração a atual realidade do uso e ocupação do solo, assim como as características distintivas da biodiversidade regional. O objetivo final é promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Estado, assegurando a devida preservação do meio ambiente e proporcionando qualidade de vida tanto para as gerações presentes quanto para as futuras.

Contudo, destaca-se que, devido à complexidade da missão institucional do IDEMA, a implementação das ações e iniciativas propostas para atingir as metas contidas no PPA 2020-2023 requer a integração de diversos elementos, tais como recursos humanos, financeiros, ferramentas de trabalho (infraestrutura e equipamentos), coordenação institucional, parcerias, contratos, diretrizes políticas, entre outros.

O acompanhamento sistemático das ações executadas em 2023, pelo Núcleo de Planejamento, Gestão e Inovação (NPGI) do IDEMA, criado em 2022, permitiu identificar a necessidade de ajustes em algumas metas, iniciativas e subações estabelecidas no PPA. Os ajustes impulsionados por diversos fatores, como a realização de estudos técnicos, a dinâmica cotidiana do órgão e possíveis mudanças em diretrizes internas e externas ao IDEMA, destacam a importância de um planejamento institucional dinâmico e flexível, capaz de ser executado de maneira assertiva.

A título de exemplo da necessidade de ajuste de metas, destaca-se a meta 0060, inicialmente orientada para a criação de uma Unidade de Conservação no território das Terras Potiguaras, situada no bioma Mata Atlântica. No entanto, ao longo do ano 2023, o NUC do IDEMA identificou como prioridade, subsidiada pelo MMA, a criação de Unidade de Conservação no bioma Caatinga, tornando este o novo foco de atuação do setor.

Outra meta que necessita de ajustes é a 0061 do CAR, que ainda aguarda a publicação do Decreto para regularizar o Programa de Regularização Ambiental. Além disso, enfrentou-se a elevada demanda anual de cadastros, uma vez que o quadro de funcionários está abaixo do necessário para atender a essa demanda.

Na realidade, reconhece-se que, apesar de a Política Estadual de Meio Ambiente contemplar ações ligadas ao Controle Ambiental e Florestal, a atual estrutura organizacional do IDEMA ainda não possibilita a implementação dessas ações, conforme delineado no Plano de Monitoramento Ambiental do RN elaborado pelo NMA.

Isso ocorre porque o atual escopo designado como atribuição do IDEMA é extremamente amplo, abarcando desde a promoção de Educação Ambiental,

o Licenciamento, Fiscalização e Zoneamento Ambiental, até a implementação e gestão das Unidades de Conservação, Gerenciamento Costeiro, Estudos no Semiárido e Gestão Ambiental Municipal.

Outro obstáculo à implementação de ações dessa natureza é a escassez de um corpo técnico de servidores efetivos capaz de conduzir a elaboração de estudos fundamentais, a criação de Termos de Referência, bem como o acompanhamento dos processos burocráticos de contratação e a supervisão da execução de contratos e convênios.

Dentre as limitações enfrentadas durante o ano de 2023, no que diz respeito à execução, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual no IDEMA, destaca-se a rotatividade de bolsistas ou "gerentes do PPA" entre março e setembro. Esta rotatividade dificultou a consistência no acompanhamento setorial e na produção dos relatórios bimestrais no SIGEF/RN, resultando na ausência dos relatórios referentes aos meses de março e abril, e maio e junho. A designação de pelo menos dois responsáveis fixos pela gestão do PPA no IDEMA seria o ideal para garantir que as atividades sejam realizadas de maneira coordenada e eficaz.

Outro desafio é a resistência ou demora de alguns dos setores em fornecerem dados e/ou respostas sobre o progresso de suas metas ao NPGI. Isso ocorre porque alguns dos setores ainda enxergam o acompanhamento e monitoramento como algo repetitivo, inconveniente ou cobrança excessiva. A frequência bimestral para o envio de relatórios pelo SIGEF/RN contribui para essa situação, visto que o intervalo de dois meses entre cada interação com os setores e coleta de informações é considerado curto, resultando em queixas por parte dos supervisores dos setores.

Acerca dessa resistência por parte de alguns setores, reforçamos que o núcleo de planejamento do IDEMA está desenvolvendo uma nova metodologia interna de acompanhamento para o PPA 2024-2027, com uma melhor abordagem que possa levar maior conscientização aos setores sobre a relevância em contribuir de maneira ágil com informações periódicas sobre o andamento das suas atividades relacionadas às metas condicionadas.

A administração dos dados referentes ao Plano Plurianual é conduzida por meio do Google Drive, que possibilita o armazenamento e a criação de ferramentas para a coleta de dados. No entanto, esse é um serviço de armazenamento em nuvem que se limita à gestão de planilhas e documentos textuais relacionados ao PPA, sem oferecer uma integração mais abrangente.

A ausência de um sistema virtual dedicado ao gerenciamento do PPA representa uma das limitações para o acompanhamento mais eficaz e ágil do planejamento ao longo dos quatro anos. Além disso, a falta de compartilhamento das atualizações das metas e iniciativas com o público externo impede um estímulo mais efetivo ao controle social e à accountability.

Fundamentado nisso, o IDEMA vem trabalhando no desenvolvimento de um modelo para publicizar informações a respeito do PPA no âmbito da sua estrutura organizacional. Esse processo consiste em apresentar o plano para todos os colaboradores, não se restringindo aos supervisores que possuem metas, conscientizando sobre a relevância desse instrumento de planejamento para a evolução do órgão ao longo de quatros anos.

Outra ferramenta que auxiliará na divulgação das ações do IDEMA relativas ao PPA 2024-2027 é o Portal de Metas. Trata-se de um espaço virtual gerenciado pela SEPLAN e Gabinete Civil que irá conter as metas prioritárias das secretarias, institutos e empresas do Estado, permitindo a atualização sobre os avanços das metas, upload de registros fotográficos, disponibilização de indicadores, gráficos e quadros, e seções para a população enviar dúvidas aos órgãos.

Recomendações:

A primeira recomendação para o próximo plano, com base nas experiências vivenciadas no encerramento do PPA, é a criação de uma comissão oficial dentro do IDEMA dedicada a gerenciar e tratar de todos os assuntos relacionados ao plano. Propõe-se que essa comissão seja composta pelo Núcleo de Planejamento, Gestão e Inovação (NPGI), pela Unidade Instrumental de Finanças e Contabilidade (UIFC), pela Unidade de Controle Interno (UCI), Diretoria Administrativa (DA), Diretoria Técnica (DT) e pela Diretoria Geral (DG). Esses setores desempenham importantes funções

relacionadas ao plano em diferentes áreas e devem colaborar de forma integrada durante o acompanhamento e avaliação, evitando a centralização em apenas um setor.

A próxima recomendação diz respeito ao momento de elaboração das metas, de modo a evitar quantitativos acima das capacidades existentes no órgão que inviabilizam o seu alcance. Diante do cenário verificado em algumas das metas trabalhadas em 2023, o IDEMA realizou ajustes durante a etapa de planejamento do PPA 2024-2027 para que os novos valores exigidos pelas entregas estejam mais alinhados à realidade atual do quadro de funcionários.

A questão da mutabilidade de territorialidade associada às metas deve ser revista, a fim de ser melhor responsiva a mudanças eventuais, especialmente em uma entidade como o IDEMA, que precisa conduzir estudos técnicos aprofundados para avaliar a viabilidade de implementar ações nas áreas territoriais, municipais, biomas ou regiões definidas no PPA. Não é raro que a mudança de local para uma meta seja necessária, devido a diagnósticos próprios ou externos que identificaram outras áreas com maior urgência de atenção.

Algumas metas estão condicionadas à autorização dos Municípios para a realização de ações e iniciativas, e isso representa um desafio significativo, uma vez que as prefeituras não respondem às tentativas de comunicação e aos processos eletrônicos com as propostas encaminhadas pelo IDEMA. Nesse contexto, é imprescindível identificar novos métodos de acesso às gestões municipais para aprimorar o contato e evitar a paralisação de metas, visto que esta situação compromete a efetividade do objetivo no programa temático do órgão.

A definição das unidades de medida para as metas foi um ponto conflitante neste exercício. A designação da unidade de métrica para comprovar a realização daquilo estipulado na meta, em alguns casos, não estava alinhado ao que realmente foi entregue. A título de exemplo, a unidade “documento” esteve condicionada em algumas metas nas quais um documento(s) não era apropriado para descrever as entregas exigidas.

Com o intuito de evitar dissonância entre as entregas/metas e unidades de medida atribuídas, o IDEMA realizou as mudanças necessárias na seção dos indicadores de entregas e resultados durante a construção do PPA 2024-2027 para deixar condizente a descrição da ação com o produto esperado.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

Para o indicador 0216, Quantidade de Licenças Ambientais Concedidas à Atividades e Empreendimentos Poluidores, em 2023, foram emitidas 3.003 licenças pelo IDEMA, um valor abaixo das 4.516 licenças liberadas em 2022.

A diminuição do número de licenças emitidas pelo IDEMA em 2023 refletem um conjunto de fatores que influenciam no desempenho do indicador. Pode-se citar a questão envolvida na validade das licenças ambientais, que é variável, a depender do porte do empreendimento ou tipo de atividade.

O desempenho da economia também condiciona o volume do licenciamento ambiental, pois se trata de um fenômeno que possui uma sazonalidade muito específica, dependendo das decisões na esfera política e econômica, tanto a nível nacional quanto local.

O indicador 0337 refere-se à distribuição do Percentual do Território do RN com o Zoneamento Ecológico-Econômico. De acordo com os dados disponíveis no SIGEF, até julho de 2021, aproximadamente 39,65% do território potiguar contava com o ZEE estabelecido. No balanço do exercício de 2023, observa-se um aumento significativo, atingindo a marca de 51,08%. Essa evolução indica um maior planejamento territorial ao longo do último quadriênio, evidenciando esforços para conciliar o desenvolvimento sustentável com a conservação ambiental na implementação de zonas específicas para os

diversos usos do solo, considerando as potencialidades e limitações dos espaços e recursos naturais.

O último indicador, 0339, apresenta a Área Territorial do Estado com Unidades de Conservação (UCs) Estaduais em território continental. Em 2020, o valor correspondia a 2,14% do território com UC construídas, saltando para 2,21% no ano de 2023. Além dos 1.169,34 km² de Unidades de Conservação Estaduais terrestres, o Rio Grande do Norte possui mais 1.419,30 km² de Unidades de Conservação em Área Marinha, sendo 55,85 km² na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão e outros 1.363,44 km² na APARC.

Ressalta-se, inclusive, a relevância sócio-econômica da APARC, em razão de ser um área de preservação de uso sustentável que possui um alto potencial turístico. Considerando que o indicador atualmente proposto "Área Territorial do Estado com Unidades de Conservação", cuja fórmula de cálculo prevê o percentual de UCs pelo território continental do RN, as unidades de conservação marinhas são retiradas dessa contabilização. Assim, propõe-se o ajuste deste indicador para o total absoluto de Áreas das Unidades de Conservação. Se este fosse o indicador atual, o resultado seria de que o Rio Grande do Norte possui o total de 2.588,64 km² de Áreas de Unidades de Conservação.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

1 Introdução

A avaliação setorial realizada pelo IDEMA sobre o Plano Plurianual 2020-2023 destacou aspectos fundamentais. Entre eles, foram examinadas as potencialidades que impulsionaram a consecução das metas e iniciativas pelos

diferentes setores, o contexto temporal no qual o referido plano esteve inserido, as adversidades enfrentadas pelo órgão e as perspectivas futuras para o avanço na etapa do planejamento no âmbito do setor público.

O documento está organizado, primeiramente, pela introdução, seguida do objetivo desta avaliação, no qual descreve a finalidade e relevância em se realizar um estudo analítico sobre a performance do órgão ao longo dos quatro últimos anos de atividades.

A seguir, no terceiro tópico, está a caracterização do PPA do IDEMA e as respectivas políticas públicas. Nesta seção, é apresentada a estrutura institucional no que tange à localização do seu plano plurianual dentro das prioridades do Governo Estadual, assim como descreve a relação das políticas públicas desenvolvidas com os objetivos de desenvolvimento sustentável, demandas da população, metas e iniciativas.

Na quarta parte está a descrição dos procedimentos metodológicos empregados na construção do documento. Neste tópico estão descritas a natureza da avaliação realizada, os métodos de abordagem dos dados coletados, os atores envolvidos, instrumentos de medição e os documentos analisados.

O quinto tópico traz um apanhado geral sobre os resultados obtidos após quatro anos de plano, contextualizando a situação das metas e iniciativas finalizadas, e como os recursos orçamentários disponibilizados foram importantes para o cenário atingido pela instituição.

A sexta e última seção traz uma síntese desta avaliação com sugestões para melhorias das ações do IDEMA e para o processo de acompanhamento e monitoramento do PPA. Essas recomendações têm como base a identificação de áreas que demandam aperfeiçoamento, visando a consolidação de um cenário organizacional mais sólido e eficiente.

2 Do Objetivo da Avaliação

A utilidade desta avaliação é fornecer dados, informações, perspectivas e aprendizados sobre a atuação do IDEMA, no contexto de condução do último Plano Plurianual. Ademais, o exercício avaliativo, sob a ótica do cenário de médio prazo,

vai além de tecer críticas, e se faz imprescindível como uma variável para a gestão do órgão considerar nas próximas tomadas de decisão, garantindo as melhores alternativas de escolha e resultados benéficos para os indivíduos e ecossistemas impactados pelas suas deliberações.

Com isso em mente, propõe-se como objetivo geral avaliar o desempenho do IDEMA na implementação do Plano Plurianual 2020-2023.

Este panorama será possível por meio dos objetivos específicos traçados, que se constituem em apresentar os resultados conquistados pelo IDEMA, contextualizando os êxitos e os desafios enfrentados na execução da Política Estadual de Meio Ambiente; contribuir para o aprimoramento das aptidões do órgão no tocante ao acompanhamento e monitoramento do PPA; e refletir sobre o modelo de elaboração do PPA, apresentando sugestões e melhorias para inclusão no próximo quadriênio.

Posto isso, a avaliação de políticas públicas tem o potencial de viabilizar a realização de todas as atividades de controle interno e externo pela instituições públicas, bem como pela sociedade, garantindo a maior presença dos princípios da transparência e accountability na esfera governamental (RUA, 2010).

3 Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

A estrutura institucional do PPA para o IDEMA se inicia pela dimensão estratégica do Governo do Estado no qual o órgão está inserido: o Eixo IV - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO ECONÔMICA. Dentro deste eixo, o IDEMA é responsável pelo Programa Temático 4002 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, que se propõe em garantir a gestão sustentável, priorizando a segurança hídrica.

O objetivo vinculado ao programa temático do órgão é o 0335 - Promover a política ambiental do Rio Grande do Norte, aproveitando as potencialidades regionais, em busca da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável.

A abrangência do objetivo acima convergiu com as seguintes diretrizes presentes no Programa do Governo Estadual 2019/2020 para o PPA 2020-2023: (1) Efetivação da Política Estadual de Meio Ambiente, priorizando as Unidades de Conservação (UCs), áreas degradadas e no estreitamento da relação com empresas e sociedade civil; (2) Assegurar transparência, eficiência e racionalidade nos processos de licenciamento socioambiental sob responsabilidade estadual e colaborar com os licenciamentos de responsabilidade federal, interagindo e harmonizando procedimentos com a seara federal (IBAMA, IPHAN, Fundação Palmares, Superintendência do Patrimônio da União), sempre que pertinente; (3) Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia.

Dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) presentes na Agenda ODS 2030 estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas, 8 deles foram vinculados às ações do IDEMA para o período de 2020 a 2023.

O primeiro ODS é o de n° 4 - Educação e Qualidade, no qual estipula que todos os alunos adquiram por meio da educação conhecimentos e habilidades para promover o desenvolvimento sustentável. O IDEMA incorporou a educação ambiental de forma transversal nas atividades do órgão, articulada com as Agenda Transversais de Políticas para a Juventude **(00002)** e Políticas para Criança e Adolescência **(00008)**.

O IDEMA desenvolve ações de educação ambiental pautadas nas diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). São realizadas ações de apoio aos gestores ambientais municipais, formações em instituições de ensino para alunos e professores, além da descentralização de políticas públicas de educação ambiental por meio dos CMEAs espalhados no estado (IDEMA, 2023f).

O ODS 6 - Água Potável e Saneamento tem a missão de melhorar a qualidade das águas pela redução da poluição, despejos e liberação de produtos químicos. Este ODS foi trabalhado por meio do Programa Água Azul, que consiste na realização do monitoramento sistemático da qualidade das águas do Rio Grande do Norte. A partir disso, foram disponibilizados boletins semanais sobre a balneabilidade das praias, orientando à população dos trechos próprios e impróprios para banho. O programa é resultado de uma parceria entre o IDEMA, IGARN, EMPARN, com apoio técnico-científico do IFRN, UFRN e UERN.

O ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura propõe modernizar e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com tecnologias e processos industriais mais limpos e ambientalmente corretos. Estava previsto entre as metas a realização do monitoramento da qualidade do ar ao redor das indústrias locais, em atenção ao Plano de Monitoramento Ambiental do RN, contudo, um programa para tal fim não foi possível ser executado no quadriênio, sendo considerado no planejamento do PPA 2024-2027.

O ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, que visa reduzir o impacto ambiental negativo nas cidades, foi disseminado pelo IDEMA por ações de monitoramento ambiental e promoção de educação ambiental em âmbito formal e informal, com enfoque socioambiental e intersetorial, além de ações para o fortalecimento e estruturação dos SISMUMAs.

O IDEMA desenvolve o Programa de Apoio à Gestão Ambiental dos Municípios do RN (PROAGAM), contribuindo para consolidação da pasta ambiental nos Municípios potiguares em diferentes frentes, que variam no oferecimento de assessoramento jurídico, planejamento ambiental, formação de gestores ambientais municipais e manutenção do banco de dados dos SISMUMAs (IDEMA, 2023b).

O ODS 13 - Ação Contra a Mudança do Clima orienta a integração de medidas sobre as mudanças climáticas nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais. Durante o PPA 2020-2023, o IDEMA trabalhou com questões relacionadas às mudanças do clima provocadas pela desertificação no Rio Grande do Norte, que orientavam o acompanhamento e monitoramento de ações em atividades de capacitação em educação e gestão ambiental para combate à desertificação nas comunidades rurais. Estas ações também se relacionaram com

o ODS 15 - Vida Terrestre, cuja descrição estimula práticas de combate à desertificação e restauração da terra e solos afetados por esse fenômeno ambiental, bem como as secas e inundações.

O ODS 14 - Vida na Água pretende prevenir e reduzir a poluição marinha de todas as vertentes, com destaque para a poluição gerada por atividades terrestres. O órgão investiu em parcerias para realização de estudos sobre a balneabilidade das praias, enquanto promoveu o monitoramento das unidades de conservação. Ademais, ofereceu suporte técnico e metodológico a municípios litorâneos comprometidos na elaboração dos seus Planos de Gestão Integrada da Orla.

O ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação incentivou a realização de parcerias com outras instituições públicas, instituições privadas e organizações da sociedade, a fim de mobilizar recursos para projetos e elevar a coerência das políticas de desenvolvimento sustentável no Rio Grande do Norte.

O IDEMA realizou parcerias com importantes instituições potiguares, ao longo dos últimos quatros anos, para a realização de ações com temáticas voltadas ao meio ambiente, desenvolvimento sustentável, pesquisa científica, educação e segurança. Cita-se parcerias com a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC) para as ações de educação com vertente ambiental; a FUNCITERN para contratação de profissionais com nível superior no desenvolvimento de projetos de pesquisa em inovação no âmbito do IDEMA; a Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN) para fiscalização e policiamento ostensivo em Unidades de Conservação (UC) e Áreas de Proteção Permanente (APP); e a FUNCERN para a análise da qualidades das águas nas praias do RN.

Os indicadores traduzem dimensões sociais de interesses por escolhas teóricas ou políticas anteriores, bem como subsidiam o planejamento público e a formulação de políticas pelos governos, e permitem monitorar as condições da população pela sociedade civil e o poder público (JANNUZZI, 2005).

São de responsabilidade do IDEMA os indicadores: **0216** - Quantidade de Licenças Ambientais Concedidas à Atividades e Empreendimentos Poluidores, **0337** - Percentual do Território do RN com Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE e o **0339** - Área Territorial do Estado com Unidades de Conservação (UCs).

Baseado nisso, os indicadores que concernem ao desempenho das atividades do IDEMA retrataram a realidade no avanço da implementação de espaços de proteção e conservação da fauna e flora local, emissão de documentos que licenciam empreendimentos e atividades em espaços ambientais e composição de zonas com instrumentos que definem as atribuições de usos dos seus solos.

Logo, como “recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução de um aspecto observado” (FERREIRA; CASSIOLATO; GONZALEZ, 2009, p. 24), o indicador traz percepções sobre os resultados alcançados e se configuram como uma poderosa fonte para a construção do planejamento organizacional.

Referente ao atendimento às demandas da população, o IDEMA tentou ouvir os anseios apresentados nas plenárias territoriais do RN Participativo, e trabalhou com base nas suas capacidades institucionais e técnicas para incluí-las no processo de tomada de decisão sobre a Política Estadual de Meio Ambiente.

Nesse sentido, o órgão realizou ações envolvendo consultas e audiências públicas nas comunidades locais para que a população possa colaborar na construção dos projetos e planos; promoveu inúmeras ações de educação ambiental para conscientização sobre preservação de áreas ambientais, riscos de desmatamento, descarte de resíduos sólidos; reforçou a fiscalização em áreas expostas a ações de degradação e poluição; e ofereceu suporte jurídico e técnico a diferentes Municípios sobre a gestão dos seus recursos ambientais e utilização de ferramentas para tal fim.

Desse modo, as ações preconizadas ao IDEMA no Estado pelo Plano Plurianual 2020-2023 estiveram embasadas não somente pela sua missão institucional como órgão executor da política estadual de meio ambiente, como também pelas reivindicações dos cidadãos de todos os territórios do Estado que prezam pela pauta ambiental.

4 Metodologia

A metodologia empregada nesta análise constituiu-se em uma avaliação somativa (*ex-post*), isto é, aquela realizada quando a política já está implementada há algum tempo, a fim de desempenhar a análise da eficácia e o julgamento do seu valor geral (ALA-HARJA; HELGASON, 2000).

A análise dos dados coletados envolveu a comparação dos resultados obtidos ao longo dos exercícios de 2020 a 2023. Para realizar a avaliação da execução do programa temático, foram utilizados os relatórios bimestrais preenchidos pelos gestores do PPA do órgão, além dos relatórios anuais de avaliação setorial. Esses documentos forneceram subsídios essenciais para examinar as características de implementação, objetivos, metas, iniciativas e indicadores estabelecidos para o quadriênio.

O setor envolvido na construção da avaliação do IDEMA foi o Núcleo de Planejamento, Gestão e Inovação (NPGI). Compete ao NPGI dentro do IDEMA desenvolver ações de planejamento, gestão integrada e melhoria da qualidade, por meio do planejamento estratégico, atividades de pesquisa e inovação. Dentre as atribuições para o planejamento estratégico pelo setor, compete auxiliar na construção, acompanhamento e cumprimento das metas do PPA atribuídas aos outros setores, contribuindo para o aumento da eficiência e eficácia.

O NPGI contou com o auxílio da Unidade Instrumental Financeira e Contábil (UIFC) do IDEMA na disponibilização dos relatórios de execução financeira entre 2020 e 2023, além de orientar na usabilidade do SIGEF/RN.

Os setores técnicos, por meio de seus supervisores, coordenadores, assistentes e bolsistas, desempenharam papel fundamental para a construção desta avaliação. Estes profissionais estiveram à frente das metas, colaborando ativamente ao compartilhar os detalhes da execução das ações e tarefas planejadas, visando alcançar o cenário delineado pelo plano.

Os dados quantitativos, para além daqueles atribuídos às metas e subações, consistiram nos indicadores de responsabilidade do IDEMA no SIGEF/RN. Dentre os dados ativos no sistema, o primeiro indicador é do tipo resultado, denominado 0339 - Área Territorial do Estado com Unidades de Conservação (UCs). Outro indicador de resultado alimentado pelo IDEMA é o 0337 - Percentual do Território do RN com Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), de frequência anual. Há

também o indicador de produto 0216 - Quantidade de Licenças Ambientais Concedidas a Atividades e Empreendimentos Poluidores. Os indicadores de produto inativos, que devem ser ativados em virtude da sua relevância para as linhas de atuação do IDEMA, são o 0213 - Áreas de Proteção Ambiental e o 0214 - Unidades de Conservação Ambiental.

O critério de análise dos indicadores foi baseado na comparação entre os valores apresentados pelo órgão e aqueles preconizados no plano ao início de cada exercício. Do mesmo modo foi feito para os dados de execução orçamentária, relacionando os valores de dotação atualizada, empenhados, liquidados e pagos por meio das subações com a realização das iniciativas e metas previstas.

5 Avaliação Geral dos Resultados

O Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Norte para o exercício de 2020 a 2023 iniciou-se sob um contexto atípico instaurado em todo o mundo: a pandemia da COVID-19. A imposição de normas para proteção da saúde e novos comportamentos que restringiram o contato social obrigaram os Estados a se adaptarem para manter suas atividades em funcionamento e continuar assistir a sua população em meio às incertezas desta nova doença viral.

A realidade no IDEMA não foi diferente da observada no começo de 2020 no restante do Estado. A readequação das metas preconizadas para o primeiro ano do PPA foi necessária, a fim de priorizar as demandas capazes de serem desempenhadas e ajustar aquelas que não puderam ser iniciadas para o segundo ano do plano.

O relatório de avaliação sobre o exercício de 2020 do IDEMA apontou que as metas impactadas pela impossibilidade de realização de atividades presenciais foram reconduzidas para o ambiente virtual, de modo a evitar a total suspensão de ações que foram programadas antes do início do isolamento social. Destaca-se entre as atividades feitas pelo IDEMA, no modelo virtual durante o exercício 2020, o suporte aos Municípios para fortalecimento dos seus SISMUMAs via e-mail e Google Meet.

Outras metas que avançaram sobre as adversidades de 2020 foram a readequação da estrutura organizacional para o fortalecimento institucional do IDEMA, a fim de subsidiar a realização de futuros concursos públicos para novos servidores; a análise da Política Estadual de Meio Ambiente para revisão, atualização e revogação de artigos; a incorporação de educação ambiental em todas as ações feitas pelo órgão, com destaque para o licenciamento ambiental; melhorias no layout do site oficial do IDEMA com adequações de menus e inserção de informações essenciais para os usuários; produção de materiais didáticos físicos e para as redes sociais, a partir de demandas setoriais; e a coleta de amostras da água em praias potiguares para monitoramento da balneabilidade.

As metas previstas para 2020 que tiveram início ajustado para 2021, devido à escalada da pandemia, foram a realização de oficinas de sensibilização em Municípios litorâneos sobre tartarugas e aves; a realização de concursos com temática ambiental para participação da população e instituições; e o monitoramento do ar e das águas superficiais e subterrâneas.

A perspectiva para o ano de 2021 era de implementação das metas do PPA não iniciadas pelo IDEMA no ano anterior. Embora os setores responsáveis tenham realizado ações preparatórias para dar início às ações e atividades necessárias, houveram questões limitantes de natureza organizacional e de saúde pública.

No segundo ano deste PPA em avaliação, houveram metas afetadas pela dificuldade de articulação do corpo técnico, devido à elevada demanda de atividades dos setores, a priorização de questões mais imperativas, a reorganização do regime de trabalho em *home office*, crescimento dos picos de contaminações pela COVID-19 e a comorbidade de alguns funcionários.

Em 2021, metas como a de realizar oficinas de sensibilização nos Municípios litorâneos sobre a reprodução de tartarugas marinhas e aves migratórias; monitoramento das águas superficiais e subterrâneas; identificação de áreas degradadas, em degradação ou ameaçadas; atualização da identidades visuais das unidades de conservação; e o monitoramento da qualidade do ar no entorno das indústrias locais, por exemplo, não foram trabalhadas devido aos motivos citados no parágrafo anterior.

Todavia, por outro lado, houveram metas paralisadas que foram cumpridas em 2021 pelo IDEMA com sucesso. Dentre elas, estiveram a realização de dois concursos ambientais ao público externo; a realização de diversas atividades e encontros junto à sociedade na modalidade presencial e online para promoção de educação ambiental, além da criação de 70 novos CMEAs pelo Estado; e o monitoramento da unidades de conservação Parque das Dunas e Recife dos Corais.

O cenário observado, no ano de 2022, para o IDEMA no cumprimento das metas no Plano Plurianual foi mais positivo comparado aos dois anos anteriores. A meta referente às oficinas de sensibilização foi cumprida em sete Municípios litorâneos; a identidade visual das dez unidades de conservação do Estado foram atualizadas; e foi criada uma nova unidade de conservação no Município de Martins chamada Monumento Natural das Cavernas de Martins (MONA Martins). Outros pontos positivos neste período foram a realização de metas que envolveram a diminuição do tempo médio de análise processual do licenciamento ambiental e a padronização de checklists e instruções técnicas de atividades ligadas ao licenciamento e fiscalização feitas pelo IDEMA.

É válido ressaltar as adversidades verificadas em algumas metas para o IDEMA em 2022. Uma dessas questões foi a realização do monitoramento em apenas uma unidade de conservação em vez de quatro, conforme foi estabelecido no PPA para o exercício, devido à restrição dos recursos financeiros para esta tarefa. Outro obstáculo foi o baixo número de CAR analisado e a morosidade na tramitação da minuta do decreto do Programa de Regularização Ambiental, que não foi publicada em 2022. O monitoramento nas vertentes sobre a qualidade do ar e águas subterrâneas e superficiais, assim como nos anos anteriores, não ocorreu devido a impasses nas negociações sobre os convênios e acordos de cooperação entre as instituições envolvidas.

Para o ano de 2023, o desenvolvimento do PPA pelo IDEMA foi semelhante ao cenário observado em 2022. Além de ter sido um período de continuidade das metas que já estavam em andamento, não foram verificadas a presença das dificuldades vivenciadas nos dois primeiros anos do quadriênio citadas anteriormente.

Dentre os êxitos alcançados em 2023 pelo IDEMA referente às suas metas e iniciativas, estiveram a implementação por completo do SISLIA; a diminuição do tempo médio de análise dos processos de licenciamento; a produção de material didático para os setores; realização de concurso com tema ambiental; a realização de estudos, consultas e audiências públicas para criação de novas unidades de conservação; o monitoramento da balneabilidade das praias; e a promoção de ações educativas socioambiental e intersetorial.

No tocante ao panorama das metas não alcançadas/não concluídas em 2023, repetiu-se a situação registrada no ano anterior. As metas relacionadas ao monitoramento da qualidade do ar próximo às indústrias, monitoramento das águas superficiais e subterrâneas e o monitoramento aéreo de áreas degradadas não foram realizadas em função da ausência de programas estabelecidos para concretizá-las.

Outras metas não alcançadas pelo IDEMA em 2023 foram a realização das oficinas de sensibilização sobre tartarugas marinhas e aves migratórias nos Municípios litorâneos, cujos compromisso e participação das prefeituras destes Municípios são imprescindíveis para a viabilização dessas ações pelo setor de gerenciamento costeiro. Acrescenta-se o monitoramento turístico nas unidades de conservação estaduais, retomado no final de 2023 pelo órgão, porém, em apenas uma das quatros unidades elencadas pela meta.

A análise dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) ficaram abaixo do exigido pela meta em 2023 e sem homologação, assim como nos anos anteriores, e o decreto estadual do PRA não foi regulamentado para os proprietários de terras aderirem às ações e iniciativas para regularização ambiental dos seus imóveis.

A estruturação e fortalecimento dos SISMUMAs foi trabalhada pelo IDEMA, em 2023, junto ao seu setor de apoio à gestão ambiental municipal. Contudo, o aperfeiçoamento dos SISMUMAs também depende do quão dispostos os gestores municipais da pasta ambiental estão em elaborar as legislações exigidas para alcançar esse objetivo e a capacidade técnica envolvida nestas ações, que estiveram aquém do necessário para a meta transcorrer corretamente, levando a um cumprimento parcial.

Por fim, a meta relacionada ao monitoramento das ações para combate à desertificação em comunidades rurais esteve paralisada desde 2020, o que denotou a importância de se rever as ações nesse eixo e para se promover reestruturação organizacional no IDEMA, no qual ganhará um novo setor dedicado aos estudos sobre as mudanças climáticas no Rio Grande do Norte.

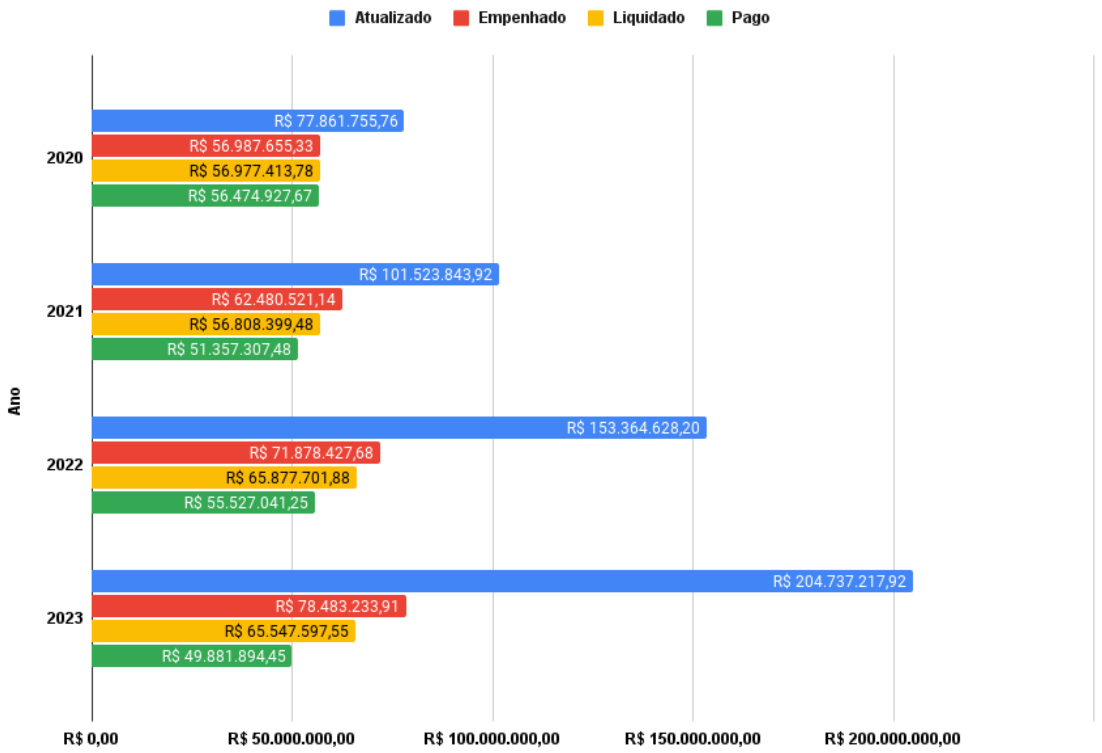
A execução orçamentária do IDEMA durante o Plano Plurianual 2020-2023 faz-se imprescindível para a qualidade desta avaliação, uma vez que estes recursos disponibilizados permitiram ao órgão cumprir o objetivo do seu programa temático por meio das suas metas e iniciativas.

O IDEMA como uma autarquia estadual, tutelada e fiscalizada pelo Estado, possui autonomia econômica que lhe permite financiar as suas atividades com receitas próprias, frutos da arrecadação com atividades de compensação ambiental, aplicação de multas e licenciamento, bem como pela transferência de receitas estaduais.

A figura 1 a seguir apresenta o gráfico com os valores da execução orçamentária pelo órgão ao longo do quadriênio do plano. Fica em evidência no primeiro plano o crescimento da dotação atualizada ao longo dos anos, sendo o ano de 2023 (R$ 204.737.217,92) o período com maior valor registrado. Este padrão mostra que o orçamento do IDEMA cresceu nos últimos anos, permitindo maior capacidade de investimento para a execução da Política Estadual de Meio Ambiente e demais despesas.

Ao verificarmos os três estágios da despesa pública, isto é, empenho, liquidação e pagamento, nos últimos quatros anos nota-se que os valores empenhados seguiram a trajetória de crescimento, indicando que o IDEMA reservou mais dinheiro a ser pago quando o bem ou serviço associado às subações foi concluído.

Figura 1 - Gráfico da Execução Orçamentária do IDEMA entre 2020 e 2023



Fonte: Elaborado com base em dados do SIGEF/RN, 2023.

O estágio de liquidação, quando é verificado o recebimento do bem ou serviço adquirido (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2024), manteve-se estável, apenas oscilando na transição entre 2021 e 2022. Nesse sentido, os anos de 2022 (R$ 65.877.701,88) e 2023 (R$ 65.547.597,55) do PPA foram os que tiveram mais entregas registradas de bens, serviços ou produtos pelo IDEMA.

Referente aos valores pagos, o exercício de 2020 (R$ 56.474.927,67) foi o período em que mais se efetuou pagamentos pelo IDEMA após a verificação dos estágios anteriores da despesa pública, seguido pelo ano 2022 (R$ 55.527.041,25).

A análise da execução orçamentária aponta que o IDEMA teve um bom volume de recursos disponíveis nesses quatros anos para realizar as ações do PPA. O fato de não ter utilizado esses valores em sua totalidade não pode ser atribuído como uma justificativa para o não cumprimento de algumas das metas previstas, visto que a preparação das ações e atividades realizadas pelo órgão necessitam considerar, para além dos custos, um planejamento que envolve a disponibilidade de corpo técnico, estudos de viabilidade, parcerias com outras instituições,

elaboração de documentos de referências, contratação de serviços, andamento de processos, etc.

Diante do exposto, os resultados gerais apresentados pelos IDEMA no desenvolvimento do PPA 2020-2023 apontam que a instituição demonstrou empenho em executar a Política Estadual de Meio Ambiente no RN. Pontua-se que o órgão alcançou metas relevantes que trouxeram desenvolvimento à pasta ambiental e à sociedade. Algumas das metas que não foram possíveis de acontecer no último quadriênio foram consideradas no planejamento do PPA 2024-2027 com ajustes que possam permitir uma melhor execução alinhada aos novos cenários, objetivos e recursos financeiros para os próximos quatros anos.

6 Síntese da Avaliação e Recomendações

Uma necessidade de melhoria para o andamento das ações e políticas do IDEMA é a consolidação do seu quadro de servidores concursados, a fim de permitir aumentar o número funcionários com vínculo efetivo e reduzir a dependência do órgão em firmar acordos de cooperação técnica ou convênios para a contratação de colaboradores em caráter temporário.

Outro ponto é a realização do monitoramento ambiental em todas as vertentes preconizadas pelo Plano de Monitoramento Ambiental do RN. No quadriênio foi realizado somente o monitoramento da balneabilidade das praias, referente ao Programa Água Azul, enquanto o de qualidade do ar, águas subterrâneas e superficiais, ruídos e fiscalização aérea não foram realizados. Reforçamos que essa questão foi considerada na elaboração do Plano Plurianual 2024-2027 para que os programas de monitoramento ambiental possam ser firmados e executados.

O IDEMA, por meio do seu setor de planejamento, estabelecerá uma metodologia consolidada para o acompanhamento e monitoramento do Plano Plurianual, com sistemas de informação integrados para automatizar a coleta dos dados setoriais e agilizar a organização de informações para produção de relatórios.

Adiciona-se para auxiliar no monitoramento a prática do *benchmarking*, pela comparação de desempenho no PPA do IDEMA com casos similares de outras organizações estaduais e nacionais, permitindo avaliar processos e práticas na melhoria e construir uma cultura de inovação (RUAS, 2012).

Cabe também como sugestão dividir as metas do Plano Plurianual em metas intermediárias, de curto prazo, para fortalecer o acompanhamento e realizar ajustes mais precisos ao longo da execução do plano, beneficiando seu cumprimento anual e geral.

Por último, a distribuição orçamentária inconsistente em algumas das subações vinculadas às iniciativas do programa temático do IDEMA, no exercício de 2023, contribuíram para a implementação de modificações nas dotações atribuídas às subações presentes no novo PPA 2024-2027.

Referências

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. **Em direção às melhores práticas de avaliação.** Revista do Serviço Público, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-60, out-dez 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SICARDI). **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais.** Brasília, DF, MEC, 2012. Disponível em: <http://www.seduc.go.gov.br/documentos/nucleomeioambiente/material2013/caderno.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo.** Texto para discussão 1369. Brasília: IPEA, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Complementar Nº 272, de 3 de março de 2004.** Regulamenta os artigos 150 e 154 da Constituição Estadual, revoga as Leis Complementares Estaduais n.º 140, de 26 de janeiro de 1996, e n.º 148, de 26 de dezembro de 1996, dispõe sobre a Política e o Sistema Estadual do Meio Ambiente, as infrações e sanções administrativas ambientais, as unidades estaduais de conservação da natureza, institui medidas compensatórias ambientais, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Natal, 04 mar. 2004. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/storage/legislacao/2019/07/12/9e549d2e5f3ecdace24a5d37d934857a.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Complementar Nº 495, de 5 de novembro de 2013.** Dispõe sobre o processamento eletrônico dos processos de licenciamento ambiental no âmbito do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA) e altera a Lei Complementar Estadual n.º 272/2004 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Natal, 5 de novembro de 2013. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000081613.PDF>. Acesso em: 18 jan. 2024.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **Programa Estadual de Monitoramento e Fiscalização Ambiental Aéreo.** Natal/RN, 28 nov. 2013. Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=5970&ACT=null&PAGE=null&PARM=null&LBL=Materia>. Acesso em: 19 dez. 2023.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **Barco Escola Chama Maré: projeto de educação ambiental nas águas do Rio Potengi.** Natal/RN, 17 fev. 2014. Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=351&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=Projetos>. Acesso em: 29 dez. 2023.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **Projeto Orla ganha Comissão Técnica do Estado.** Natal/RN, 21 fev. 2017. Disponível em: < http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=141405&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=NOT%CDCIA>. Acesso em: 19 dez. 2023.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **O IDEMA**. Natal/RN, 19 jun. 2019. Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=481&ACT=&PAGE=0&
PARM=&LBL=Instituti%E7%E3o>. Acesso em: 15 dez. 2023.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **Novo Plano de Monitoramento Ambiental para o RN.** Natal/RN, 2021, v. 1. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/19XvHnuJugTqpWb66UAIFtZDiFQ17D93z/view?usp=sharing>. Acesso em: 19 dez. 2023.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: RN SEM CHAMAS.** Natal/RN, 2022, v. 3. Disponível em: <http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000294056.PDF>. Acesso em: 31 dez. 2023.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **Programa Água Azul.** Natal/RN, 24 maio 2023a. Disponível em: < http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=5962&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Gest%E3o+Ambiental>. Acesso em: 18 dez. 2023.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **Núcleo de Apoio à Gestão Ambiental dos Municípios do RN - Nagam.** Natal/RN, 25 out.

2023b. Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=227954&ACT=&PAGE=
0&PARM=&LBL=NAGAM>. Acesso em: 16 dez. 2023.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **GESTÃO SOCIOAMBIENTAL: Boas práticas e desenvolvimento sustentável.** Natal/RN, set. 2023c, v. 3. Disponível em: < http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000318044.PDF>. Acesso em: 16 dez. 2023.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **Unidades de Conservação da Natureza Estaduais do RN.** Natal/RN, 18 abr. 2023d. Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=334&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=MAT%C9RIA>. Acesso em: 22 dez. 2023.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **Cadastro Ambiental Rural - CAR.** Natal/RN, 16 jun. 2023e. Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=92386&A>. Acesso em: 17 dez, 2023.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **Subcoordenadoria de Planejamento e Educação Ambiental - SPEA.** Natal/RN, 02 fev. 2023f. Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=1410&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Gest%E3o+Ambiental>. Acesso em: 29 dez. 2023.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil.** Revista do Serviço Público, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr/jun 2005. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222/227>. Acesso em: 14 jan. 2024.

JUSTINO, J. R. P. **PLANO PLURIANUAL - INICIATIVAS E AÇÕES.** WEBCAPS - CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, 2019. Disponível em: <https://www.webcasp.com.br/noticia-plano-plurianual--iniciativas-e-acoes>. Acesso em 15 dez. 2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Projeto Orla.** Brasília, DF, 22 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/arquivos-anteriores-privados/projeto-orla/projeto-orla>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Controladoria-Geral da União. **Execução da Despesa Pública.** Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/execucao-despesa-publica>. Acesso em: 22 jan. 2024.

RUA, M. G. **Avaliação de Políticas, Programas e Projetos: Notas Introdutórias.** 2010.

RUAS, W. J. **BENCHMARKING E INOVAÇÃO:** a utilização do benchmarking como instrumento de estímulo à inovação na Diretoria de Operação Metropolitana da COPASA. 60 p. Monografia (Especialista em Gestão Estratégica da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SEDEC. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação. **RN Mais Gás.** Natal/RN, 09 jun. 2022. Disponível em: < http://www.sedec.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=9682&ACT=null&PAGE=0&PARM=null&LBL=PROG%C3%81S>. Acesso em: 03 jan. 2023.

SIGEF/RN. Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado do Rio Grande do Norte. **Relatório de Execução Orçamentária por Programa e Subação.** 2023. Natal, RN.

SEIA IDEMA. Sistema Estadual de Informações Estaduais. **Bem-vindos ao SEIA!.** Disponível: <https://seia.idema.rn.gov.br/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS – IPEM RN

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1..... 3
Avaliação Geral do Objetivo..... 3
Avaliação individual das METAS..... 4
Avaliação individual das INICIATIVAS..... 6
Avaliação Setorial dos Resultados..... 8
Avaliação dos Indicadores 9
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 9
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2..... 9
Introdução 10
Do Objetivo da Avaliação..... 10
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 10
Metodologia 11
Avaliação Geral dos Resultados 14
Síntese da Avaliação e Recomendações..... 15
Referências..... 15

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: **202061 – Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande no Norte**
Nome do Programa Temático: **4008 - Desenvolvimento Econômico Comércio e Serviços**

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00466 Garantir a fidelidade e confiabilidade nos instrumentos de medições em produtos regulamentados pelo INMETRO, através da fiscalização de postos, aparelhos e produtos, assim como a modernização e reestruturação do IPEM/RN, visando assegurar os direitos do consumidor no Estado e garantir a competitividade entre as empresas.
Códigos das metas: Ao todo o Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte tem 4 (quatro) metas: • **1253** – Construir Sede Regional na cidade de Mossoró e um posto de trabalho na cidade de Santa Cruz; • **1259** – Realizar fiscalização nos setores da indústria e comércio no âmbito da metrologia legal, qualidade dos produtos e pré-medidos; • **1262** – Reestruturar a sede principal do IPEM na cidade de Natal; • **1263** – Reestruturar quadro funcional. Dentre as metas citadas, temos apenas uma em andamento **(1259)** e as demais não iniciadas.
Códigos das iniciativas: Ao todo o Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte tem 3 (três) iniciativas: • **1878** – Construção e aparelhamento de postos para fiscalização; • **1879** – Realização de fiscalização;

- **1880** – Melhorias na estrutura física da sede do IPEM na cidade de Natal.

Avaliação Geral do Objetivo:

O Instituto de Pesos e Medidas do RN como já discutido tem como objetivo no PPA 2020-2023, garantir a fidelidade e confiabilidade nos instrumentos de medições em produtos regulamentados pelo INMETRO, através da fiscalização de postos, aparelhos e produtos, assim como a modernização e reestruturação do IPEM/RN, visando assegurar os direitos do consumidor no Estado e garantir a competitividade entre as empresas.

O órgão tem relação direta com o Governo Federal, sendo este, sua principal fonte de recurso. Em virtude de cortes orçamentários, ocorreu a inviabilidade da totalidade das metas implementadas no PPA 2020-2023.

Diante dos objetivos propostos, o IPEM RN tem buscado atingir as metas estabelecidas. No entanto, devido à escassez de recursos financeiros no INMETRO, apenas o cumprimento da atividade finalística deste órgão, isto é, a fiscalização, vem sendo cumprida.

Este cumprimento da meta, de acordo com o monitoramento, em consonância com a ODS (00079) que visa apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

- **1253** – Construir Sede Regional na cidade de Mossoró e um posto de trabalho na cidade de Santa Cruz;

Avaliação da Meta:

Foi inviabilizada devido à ausência de recursos financeiros, tendo em vista, que o Inmetro desde o ano de 2020 vem passando por crises financeiras, as quais tem impedido a realização de investimentos, de modo que, a receita do IPEM advém de recursos do Inmetro, considerando o convênio nº 25/2020. Logo, informamos que a meta não foi iniciada.

Em contra partida, essa iniciativa é de extrema importância para o órgão onde visa atingimento das metas estabelecidas, visto que é uma região de extrema importância para o Estado. Dessa forma, foi levantada a questão para os dirigentes do Inmetro em visita na sede na capital, em que foi exposto a proposta para a continuidade da meta estabelecida e implementar a meta no PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:

- **1259** – Realizar fiscalização nos setores da indústria e comércio no âmbito da metrologia legal, qualidade dos produtos e pré-medidos;

Avaliação da Meta:

A meta para realização de fiscalização foi de 98.398 (noventa e oito mil trezentos e noventa e oito), sendo realizadas 44.470 (quarenta e quatro mil quatrocentos e setenta) fiscalizações, perfazendo assim 45,19% (quarenta e cinco vírgula dezenove porcento).

PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL
98.398	44.470	45,19%

Apesar de ter ocorrido corte orçamentário do Governo Federal para o INMETRO, houve um reajuste para o mesmo de 20% (vinte porcento) o qual foi repassado para a rede metrológica.

Porém, diante da crise financeira já existente, onde diversos contratos foram suspensos, a sua regularização ficou lenta, diante das dificuldades administrativas no âmbito dos órgãos de controle Interno e Externo, prejudicando assim, a atividade finalística de fiscalização.

As cidades que foram realizadas as fiscalizações foram Natal, Parnamirim, Mossoró, Açu, Currais Novos, Upanema, Tenente Laurentino Cruz, Caicó, Jandaíra, Rodolfo Fernandes, Pau dos Ferros, e demais cidades do estado.

Código e descrição da Meta:

- **1262** – Reestruturar a sede principal do IPEM na cidade de Natal;

Avaliação da Meta:

Foi inviabilizada devido à ausência de recursos financeiros, tendo em vista que o Inmetro desde o ano de 2020 vem passando por crises financeiras, as quais tem impedido a realização de investimentos, de modo que, a receita do IPEM advém de recursos do Inmetro, considerando o convênio nº 25/2020.

Código e descrição da Meta:

- **1263** – Reestruturar quadro funcional.

Avaliação da Meta:

Foi inviabilizada devido à ausência de recursos financeiros, tendo em vista que o Inmetro desde o ano de 2020 vem passando por crises financeiras, as quais tem impedido a realização de investimentos, de modo que, a receita do IPEM advém de recursos do Inmetro, considerando o convênio nº 25/2020.

Apesar do não cumprimento, foi realizado um estudo minucioso dentro do instituto, em que foi identificado a necessidade do aumento do quadro de funcionários visando melhorias dos processos para adequar as especificidades de cada setor dentro do órgão. Em virtude dessa demanda, é necessário solicitação de abertura de Concurso Público para vagas afins, desta feita, ficou implementado esta informação no PPA 2024-2027.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas propostas no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

- **1878** – Construção e aparelhamento de postos para fiscalização;

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Esta iniciativa encontra-se inviabilizada, de modo que, não foi iniciada considerando os repasses financeiros deficitários, não sendo possível, assim, a realização de investimentos de qualquer natureza, considerando a crise financeira pela qual passa o Inmetro, órgão ao qual este Instituto é delegado. A impossibilidade de investimentos no Inmetro e em seus órgãos delegados vem ocorrendo desde 2020.

Códigos e descrições das iniciativas:

- **1879** – Realização de fiscalização;

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

O Instituto vem conseguindo executar essa inciativa, mesmo que de forma precária, tendo em vista os números apresentados na meta, bem como na execução orçamentária.

Para essa inciativa foi previsto o valor de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), para o pagamento de diárias operacionais e administrativas, as quais viabilizam a atividade de fiscalização, no entanto, como pode ser verificado no quadro abaixo, foi executado aproximadamente 49,25% (quarenta e nove vírgula vinte e cinco porcento) do valor previsto.

Vale informar que, esse percentual corresponde ao pagamento de diárias operacionais para atender as demandas gerais, inclusive denúncias advindas da ouvidoria das regiões do Estado.

PREVISTO	EXECUTADO	MÉDIA PERCENTUAL (%)
380.000,00	187.176,46	49,25

Códigos e descrições das iniciativas:

- **1880** – Melhorias na estrutura física da sede do IPEM na cidade de Natal.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Esta iniciativa encontra-se inviabilizada, de modo que não foi iniciada considerando os repasses financeiros deficitários, não sendo possível, assim, a realização de investimentos de qualquer natureza, considerando a crise financeira pela qual passa o Inmetro, órgão ao qual este Instituto é delegado. A impossibilidade de investimentos no Inmetro e em seus órgãos delegados vem ocorrendo desde 2020.

Com relação as iniciativas inviabilizadas, não foram iniciadas considerando os repasses financeiros deficitários, uma vez que, de acordo com o convênio de Cooperação Técnica e Administrativa nº 25/2020, o órgão recebe mensalmente o repasse de R$ 341.364,00 (trezentos e quarenta e um mil, trezentos e

sessenta e quatro reais) para custeio e manutenção do órgão, o que perfaz um orçamento anual de R$ 4.096.368,00 (quatro milhões, noventa e seis mil, trezentos e sessenta e oito reais), não sendo possível, a realização de investimentos de qualquer natureza, considerando a crise financeira pela qual o Inmetro passa, órgão o qual o instituto é delegado.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

Com base nos dados refletidos na Avaliação do Plano Plurianual – PPA, identificamos impedimento na execução do planejado, tendo em vista essencialmente a escassez de recursos financeiros que comprometeu a efetivação das metas estabelecidas no referido PPA para o exercício de 2023.

Ao longo do exercício conseguimos identificar e promover ações para a correção de falhas na concepção e execução do planejado, conforme objetivos e metas determinadas, e no decorrer deste período conseguimos uma adequação a realidade econômica e financeira do país, conforme mostra os resultados finais das metas e iniciativas planejadas.

Durante o exercício algumas restrições foram decisivas, como questões financeiras, onde estas comprometeram a realização e atingimentos das metas estipuladas. Para a construção de postos de atendimentos, reestruturação de quadro de pessoal, reforma da sede, todas estas passam por projetos que exigem não só esforço humano, mas também, capital para investimento, uma vez que, com a crise financeira do Inmetro, não foi possível o envio de recursos para todas as metas estabelecidas.

Apesar do exposto, a fiscalização, mesmo diante das dificuldades financeiras, foi possível concretizar algumas ações para superar, dentre elas a ausência de contrato de locação de veículos, pois os agentes fiscais se reuniam em grupos para dividir os veículos que estavam aptos a realização da atividade.

Mesmo diante das dificuldades, foram realizadas 44.470 (quarenta e quatro mil quatrocentos e setenta) fiscalizações, perfazendo assim 45,19% (quarenta e cinco vírgula dezenove porcento) da meta estipulada de 98.398 (noventa e oito mil trezentos e noventa e oito) fiscalizações no exercício de 2023.

Recomendações:

Devido à importância para o cumprimento do nosso objetivo, as metas e iniciativas estabelecidas ficarão mantidas para o exercício de 2024, as diretrizes impostas no PPA, entretanto dependemos do aumento do repasse pelo INMETRO e a regularidade mensal.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (x) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA.

Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

O Instituto de Pesos e Medidas do RN fora criado por meio da Lei nº 6.203/1991 e regulamentado através do Decreto nº 11.417/1992.

Primeiramente, é válido ressaltar a relevância que o IPEM/RN têm diante da sociedade, pois, sua função precípua é assegurar ao cidadão a exatidão das medições nos campos onde a Metrologia Legal atua.

A missão do IPEM é proteger o consumidor e garantir a competitividade entre empresas nos campos da Metrologia Legal e Qualidade. Sendo suas ações realizadas para ofertar a sociedade serviços com agilidade e transparência, os quais buscam garantir à conformidade dos produtos e serviços direcionados ao cidadão.

Desta feita, o órgão atua por delegação do Inmetro e através de Convênio de Cooperação Técnica e Administrativa, possuindo sede na cidade de Natal e uma regional na cidade de Mossoró/RN, sendo a fiscalização direcionada em todas as cidades do Estado.

Do Objetivo da Avaliação

O objetivo 00446 pode ser pontuado da seguinte maneira: Garantir a fidelidade e confiabilidade nos instrumentos de medições em produtos regulamentados pelo INMETRO, através da fiscalização de postos, aparelhos e produtos, assim como a modernização e reestruturação do IPEM/RN, visando assegurar os direitos do consumidor no Estado e garantir a competitividade entre as empresas.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

Quanto a estrutura institucional do PPA e programas temáticos, é necessário destacar as metas e iniciativas estabelecidas, tais sejam:

- **1253** – Construir Sede Regional na cidade de Mossoró e um posto de trabalho na cidade de Santa Cruz;
- **1259** – Realizar fiscalização nos setores da indústria e comércio no âmbito da metrologia legal, qualidade dos produtos e pré-medidos;
- **1262** – Reestruturar a sede principal do IPEM na cidade de Natal;
- **1263** – Reestruturar quadro funcional.

Bem como vale destacar as iniciativas descritas a seguir:

- **1878** – Construção e aparelhamento de postos para fiscalização;
- **1879** – Realização de fiscalização;
- **1880** – Melhorias na estrutura física da sede do IPEM na cidade de Natal

No que diz respeito às diretrizes, o IPEM/RN trabalha no intuito de fortalecer os

setores e serviços, promovendo o desenvolvimento territoriais.

Quanto à agenda transversal, o órgão não dispõe;

Acerca da agenda ODS, tem-se o objetivo de número 9, referente a construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Metodologia

Tendo em vista que não foi viabilizada o alcance de todas as metas propostas, apenas a meta **1259** (realizar fiscalização no setor da indústria e comércio no âmbito da metrologia legal, qualidade dos produtos e pré – medidos) foi realizada e se mantém, pois, trata-se da atividade fim, que é continuada.

Desse modo, segue quadro contendo o descritivo do previsto e realizado no período de 2020 a 2023:

ANO	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL
2020	85.000	75.789	89,16%
2021	89.250	45.036	50,46%
2022	98.398	37.540	38,15%
2023	98.398	44.470	45,19%
TOTAIS	**371.046**	**202.835**	**54,66%**

Tabela 1

A meta para realização de fiscalização durante o período de 2020 à 2023 foi de 371.046 (trezentos e setenta e um mil e quarenta e seis), sendo realizadas 202.835 (duzentos e dois e oitocentos e trinta e cinco) fiscalizações, perfazendo assim 54,66% (cinquenta e quatro e sessenta e seis porcento), um percentual razoável diante da pandemia que foi vivenciada a partir de 2020.

Vale salientar que com a evolução da crise humanitária do coronavírus nos anos em questão, a tarefa de fiscalizar foi um desafio ímpar para o IPEM já que boa parte do período as interações presenciais eram limitadas e fundamentais para proteger a saúde humana, estas criaram desafios com relação à maneira pela qual o órgão chegasse às empresas e atendesse as suas expectativas.

Desta feita, a metodologia utilizada para a realização da análise/avaliação foi através de relatórios extraídos da plataforma SIGEF.

Abaixo, fotos das fiscalizações realizadas no Estado e em suas especificidades de fiscalização que o IPEM realiza.




G
GASOLINA
D
DIESEL
D
DIESEL
FISCALIZAÇÃO


39
30X








FISCALIZIÇÃO


SÓ COM O CARTÃO
789,90


FISCALIZIÇÃO


ABASTECIMENTO
GÁS NATURAL VEICULAR


DIESEL S500


ETANOL
GASOL

Quanto aos dados quantitativos, o órgão não é responsável por indicadores;

Tendo em vista os métodos utilizados como análise de dados através dos extratos, e análise das metas atingidas.

Avaliação Geral dos Resultados

Com base nos dados refletidos na Avaliação do Plano Plurianual – PPA, identificamos impedimento na execução do planejado, tendo em vista a situação da pandemia do COVID-19, bem como pela exiguidade de recursos financeiros, situações que comprometeram a efetivação das metas estabelecidas no referido PPA.

Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo do período de 2020 à 2023, as fiscalizações, embora não tenham atendido 100% do planejado, foram executadas de forma técnica e ordenada, especialmente as denúncias advindas da sociedade, através da Ouvidoria, onde contribuíram de forma significativa para o alcance de 54,66% das fiscalizações, conforme tabela 1.

No que toca aos aspectos da execução orçamentária, obtivemos os valores de repasse conforme tabela abaixo e em seguida o que foi executado em cada período:

ANO	REPASSE (R$)	EXECUÇÃO (R$)
2020	3.413.641,00	3.252.381,58
2021	2.844.701,70	3.519.698,17
2022	2.844.701,70	3.026.499,26
2023	3.992.353,51	3.814.772,63
TOTAIS	**13.095.397,90**	**13.613.351,60**

Tabela 2

Conforme pode ser observado na tabela, o valor referente a execução no período ultrapassou o valor total de repasse, sendo que no ano de 2022 foi disponibilizado um aporte financeiro do Estado no valor de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) para ser utilizado na execução orçamentária do órgão.

Esse aporte ocorreu em razão, também, da crise financeira, onde os repasses passaram a ser irregulares, o que influenciou diretamente no cumprimento total do alcance da meta, uma vez que não tínhamos como pagar diárias operacionais de forma rotineira (passamos a atender somente demandas urgentes).

Tivemos contratos suspensos, como o dos Correios, fato que impediu o setor de pré-medidos de realizar o envio de notificação às empresas a serem fiscalizadas, prejudicando suas atividades de exames em produtos coletados, além de termos finalizado o contrato de locação de veículos, tendo retornado com a contratação somente em novembro de 2022, com o número de veículos reduzidos.

Síntese da Avaliação e Recomendações

O órgão teve, em um passado recente, compreendido entre os anos de 2020 a 2023, dificuldades financeiras, sobretudo pelo fato do repasse financeiro concedido via convênio pelo INMETRO, ter sofrido contingenciamento, e a pandemia de COVID 19, durante a vigência do PPA, o que inviabilizou o cumprimento de algumas metas outrora estabelecidas.

Porém, a partir do ano de 2023, o repasse estabelecido em convênio está, até o presente momento estável, o que permite ao órgão organizar suas finanças, sobretudo adimplindo os valores devidos e possibilitar o planejamento e a efetiva execução das metas propostas.

Dito isso, as melhorias podem ser implantadas em condições de trabalho dos fiscais, bem como nas instalações internas do IPEM, de forma a atender o público com maior conforto, e acessibilidade necessárias.

Referências

- SIGEF – Sistema Integrado de Planejamento de Gestão Fiscal

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

Junta Comercial do Estado do RN

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 7
Avaliação individual das INICIATIVAS 11
Avaliação Setorial dos Resultados 13
Avaliação dos Indicadores 13
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 14
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 14
Introdução 14
Do Objetivo da Avaliação 14
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 15
Metodologia 15
Avaliação Geral dos Resultados 15
Síntese da Avaliação e Recomendações 16
Referências 16

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 20205 – Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte
Nome do Programa Temático: 4006 – Melhoria do Ambiente de Negócios das Micro e Pequenas Empresas e da Economia Solidária. 4008 – Desenvolvimento Econômico: Comércio e Serviços

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 460 – Melhorar o ambiente de negócios do RN através de métodos e processos organizacionais que elevem a produtividade da JUCERN com a utilização de tecnologias modernas, acessíveis e intuitivas; implantadas para simplificar, desburocratizar e interagir todos os órgãos responsáveis pelo processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas. 461 – Promover o desenvolvimento econômico do RN fomentando o associativismo, o cooperativismo, o empreendedorismo e a formalização dos micros e pequenos empresários potiguares, estimulado assim o desenvolvimento sustentável dos territórios e a geração de emprego e renda.
Códigos das metas: O Órgão possui 11 metas que são as seguintes: 353 – Modernizar a infraestrutura tecnológica da JUCERN. 390 – Manter o ambiente REDESIM integrado a todos os órgãos responsáveis pelo processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas do RN. 405 – Instalar unidades do Espaço do Empreendedor Potiguar – Junta + Fácil RN nos territórios com maiores potenciais econômicos do RN.

416 – Instalar unidade móvel do Escritório do Empreendedor para interiorizar o acesso da sociedade aos órgãos e serviços integrados de legalização de empresas.

429 – Instalar sistema de geração de energia fotovoltaico nos prédios pertencentes a JUCERN.

477 – Capacitar servidores e demais envolvidos no registro empresarial para desburocratizar, simplificar e padronizar a análise dos processos de legalização de empresas.

496 – Capacitar servidores para padronizar os métodos e processos administrativos da JUCERN para melhoria da eficiência, eficácia e efetividade administrativa.

507 – Patrocinar eventos e feiras regionais que estimulem o associativismo, o cooperativismo, o empreendedorismo, a economia solidária e a divulgação de produtos e serviços de micro e pequenas empresas potiguares.

512 – Assinar convênio ou instrumento similar para promoção de seminários e oficinas que visem fomentar o associativismo, o cooperativismo e o empreendedorismo nos territórios do RN.

521 – Criar identidade visual da JUCERN associando-a aos projetos REDESIM e Espaço do Empreendedor Potiguar - Junta + Fácil RN.

525 – Elaborar projetos para captação de recursos públicos para o fortalecimento e ampliação das ações governamentais realizadas pela JUCERN.

Metas que tiveram andamento: 353, 390, 496, 477.

Metas não iniciadas: 416, 429, 507, 512, 525.

Meta Paralisada: 405.

Meta em ação preparatória: 521.

Códigos das iniciativas:

1236 - Capacitação de servidores para padronização dos métodos e processos administrativos para melhoria da eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços da JUCERN.

1237 - Capacitação de servidores e demais envolvidos no registro empresarial para desburocratização, simplificação e padronização de análise dos processos de legalização.

1239 - Ampliação, modernização e suporte às tecnologias utilizadas pela JUCERN para prestação de serviços a sociedade.

1252- Instalação de novas unidades do Escritório do Empreendedor nos territórios de maior potencial econômico do RN.

1256 - Patrocínio a eventos e feiras regionais que fomentem o desenvolvimento econômico do RN por meio da divulgação de produtos e serviços das micro e pequenas empresas potiguares.

1259 - Realização de seminários e oficinas que estimulem o associativismo, o cooperativismo e o empreendedorismo nos territórios do RN focados na reciclagem e reúso de materiais.

1260 - Instalação de sistema de energia fotovoltaico nos prédios próprios da JUCERN para redução sustentável do consumo de energia elétrica.

1266 - Instalação de unidade móvel do Escritório do Empreendedor para interiorizar o acesso da sociedade potiguar aos órgãos e serviços integrados de legalização de empresas.

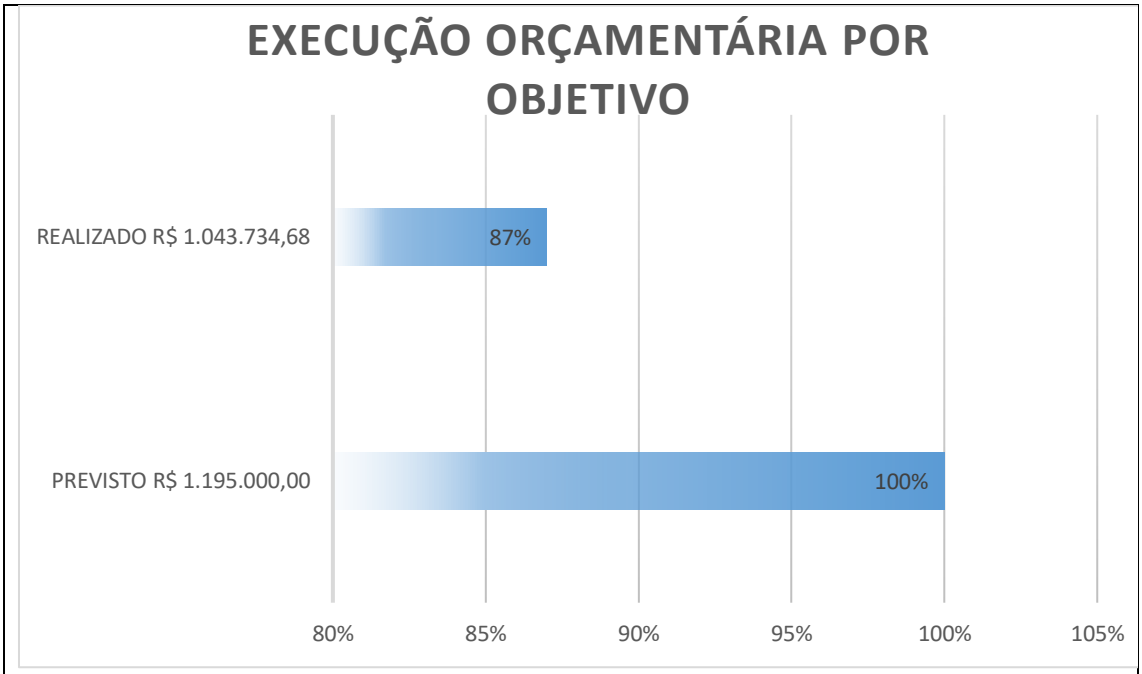
1272 - Elaboração de projetos para captação de recursos públicos para o desenvolvimento e aplicação das ações governamentais promovidas pela JUCERN.

Avaliação Geral do Objetivo:

Objetivo 460 – Melhorar o ambiente de negócios do RN através de métodos e processos organizacionais que elevem a produtividade da JUCERN com a utilização de tecnologias modernas, acessíveis e intuitivas; implantadas para simplificar, desburocratizar e integrar todos os órgãos responsáveis pelo processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas.
Está alinhado com toda a parte de ampliação e modernização dos serviços de registro público de empresas mercantis ofertados pela autarquia a população, no qual neste objetivo estão inclusas as metas 353, 390 e 496 em conjunto com a inciativa 1239.
Em 2023 a JUCERN deu continuidade à modernização dentro Web Service da REDESIM – Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, implantando recentemente módulos dentro do sistema que facilitam a abertura, manutenção e expansão das empresas dentro do ambiente de negócios do RN.

Segue abaixo percentual já executado até o momento das metas em andamento em 2023 contidas no objetivo 460:

Execução Orçamentária		
Prevista na LOA	Realizado até dezembro/2023	Percentual
R$ 1.195.000,00	R$ 1.043.734,68	87%



461 - Promover o desenvolvimento econômico do RN fomentando o associativismo, o cooperativismo, o empreendedorismo e a formalização dos micros e pequenos empresários potiguares, estimulando assim o desenvolvimento sustentável dos territórios e a geração de emprego e renda.

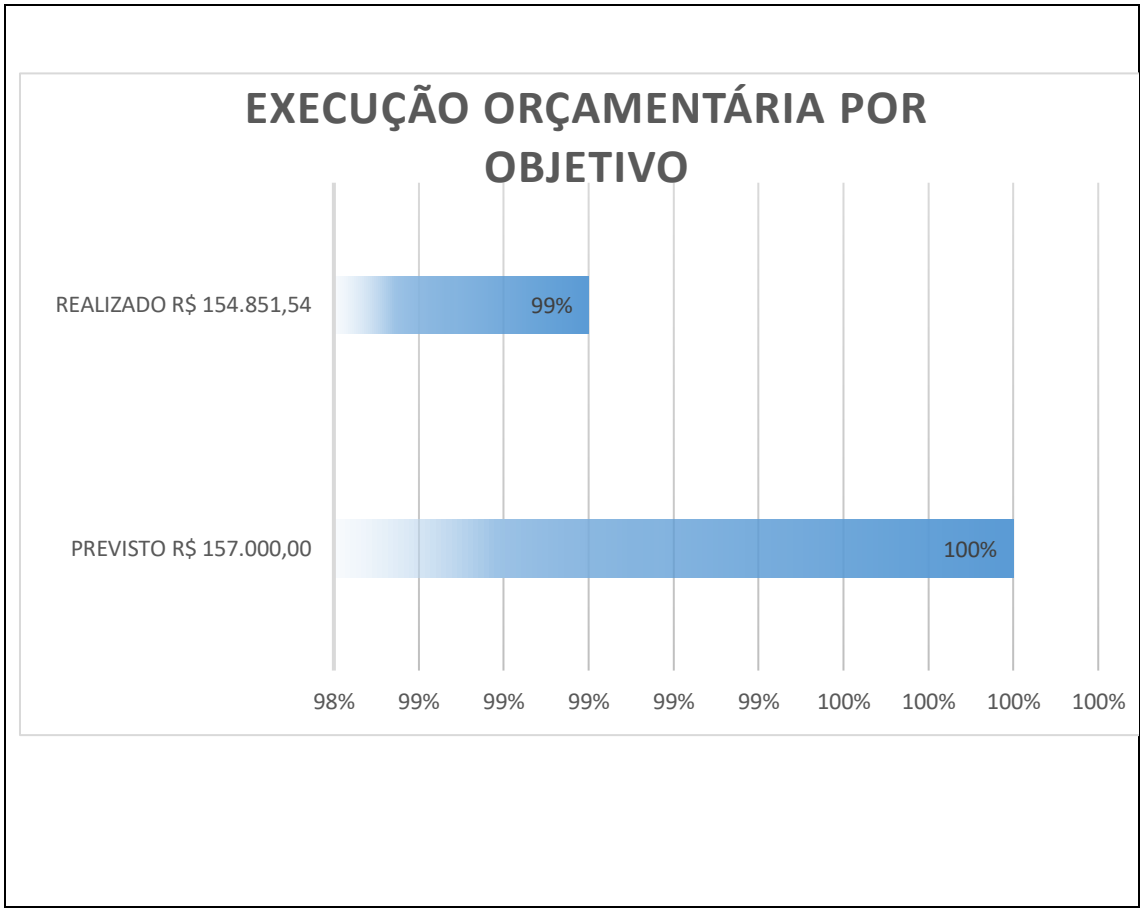
No objetivo 461 , o mesmo também encontra-se alinhado principalmente com a estratégia de elevar o número de micro e pequenas empresas formalizadas no RN através da expansão das centrais de serviços Junta +Fácil pelo interior do Estado, o que hoje em dia tem facilitado a vida do empreendedor, pois além ser um local para orientação e esclarecimento de dúvidas sobre a formalização do seu negócio, é também um espaço onde são oferecidos serviços pelos demais órgãos envolvidos no processo de legalização, licenciamento e financiamento empresarial, tais como: IDEMA, SUVISA, Bombeiros, AGN, entre outros.

A JUCERN manteve os órgãos já integrados dentro do sistema REDESIM e continuou monitorando e mantendo o funcionamento das suas centrais de serviços Junta + Fácil localizados em Mossoró e Pau dos Ferros.

Uma nova central de atendimento foi inaugurada no município de Santa Cruz, polo regional no Agreste Potiguar, a mesma não estava prevista no PPA 2023 mas será feito o ajuste em tempo hábil.

Segue abaixo percentual já executado até o momento das metas em andamento em 2023 contidas no objetivo 461:

Execução Orçamentária		
Prevista na LOA	Realizada até dezembro 2023	Percentual
R$ 157.000,00	R$ 154.851,54	99 %



Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

353 – Modernizar a infraestrutura tecnológica da JUCERN

Avaliação da Meta:

A JUCERN juntamente com a empresa Vox Soluções, implantaram no ano de 2023 diversos módulos dentro do sistema REDESIM, que facilitam a abertura, manutenção e expansão das empresas dentro do ambiente de negócio do RN. Os novos módulos já estão em funcionamento e trazem agilidade e diversos benefícios aos seus usuários.

Dentre as diversas melhorias as principais são:

- Atualização dos módulos do sistema SIGFÁCIL para inclusão de novos atos;
- Implantação do pagamento por PIX;
- Registros 100% automáticos de atos societários EI e Sociedade LTDA – constituição e baixa;
- Fase de testes para o registro automático dos atos de alteração.

Essa Meta está em andamento e teve um impacto significativo na modernização da JUCERN, simplificou e automatizou os serviços oferecidos pela autarquia. Onde o cidadão

pode solicitar o serviço de forma online e receber o mesmo sem precisar vir de forma presencial no órgão.

Código e descrição da Meta:

390 – Manter o ambiente REDESIM integrado a todos os órgãos responsáveis pelo registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas do RN.

Avaliação da Meta:

O REDESIM é um sistema totalmente online e automatizado, integra cerca de 70% dos municípios do Estado do RN. Ainda não houve a integração total dos demais municípios dentro do sistema, em virtude de alguns municípios de menor porte e demais órgãos ainda não terem solicitado a unificação de seus sistemas voltados para o público empresarial dentro do sistema REDESIM/SIGFÁCIL. A meta está em andamento e em constante manutenção.

Principais objetivos alcançados em 2023:

- Mais um município foi integrado ao REDESIM, a prefeitura de Santa Cruz já realiza as atividades e demandas do Registro e Comércio dentro do sistema;
- O REDESIM/RN se manteve 100% estável, funcionando 24h por dia e 7 dias por semana.

Código e descrição da Meta:

429 – Instalar sistema de geração de energia fotovoltaico nos prédios pertencentes à JUCERN.

Avaliação da Meta:

A meta encontra-se paralisada pois não foi possível obter avanços, em virtude da necessidade de realizar um grande projeto de reforma no prédio que necessidade reparos em sua estrutura antes de iniciar esta meta.

Código e descrição da Meta:

496 - Capacitar servidores para padronizar os métodos e processos administrativos da JUCERN para melhoria da eficiência, eficácia e efetividade administrativa.

Avaliação da Meta:

- A meta está em andamento e a JUCERN em 2023 promoveu a inscrição de 10 servidores

para o curso de Introdução e Aplicação Prática da Lei 14.133/21: com base nas principais inovações no regime jurídico das licitações e contratos.

Código e descrição da Meta:

405 - Instalar unidades do Espaço do Empreendedor Potiguar - Junta + Fácil RN nos territórios com maiores potenciais econômicos do RN.

Avaliação da Meta:

A meta foi em parte concluída.

- A JUCERN manteve a unidade localizada no município de Pau dos Ferros (inaugurada em 2022) em pleno funcionamento e oferecendo seus serviços à população daquela região.

- Em 2023 a JUCERN inaugurou um novo espaço no município de Santa Cruz que não estava previsto no PPA 2023, mas esse ajuste que não estava previsto será incluído em outro momento.

Código e descrição da Meta:

477 - Capacitar servidores e demais envolvidos no registro empresarial para desburocratizar, simplificar e padronizar a análise dos processos de legalização de empresas.

Avaliação da Meta:

A meta está em andamento.

A JUCERN promoveu aos servidores envolvidos no registro empresarial no ano de 2023 as seguintes ações:

- Participação no Workshop SIGFÁCIL;

- Congresso Internacional de Registro Empresarial;

- Fórum REDESIM

Código e descrição da Meta:

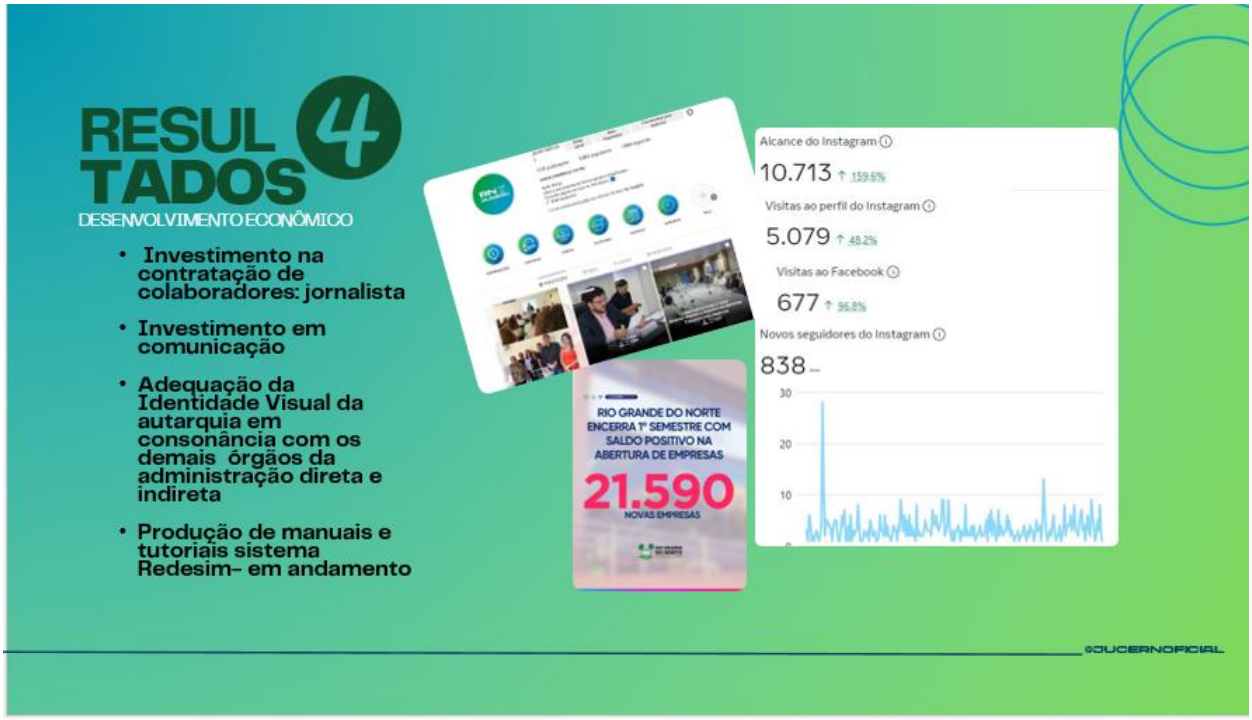
521 – Criar identidade visual da JUCERN associando-a aos projetos REDESIM e Espaço do Empreendedor Potiguar – Junta + Fácil RN.



Avaliação da Meta:

A meta foi iniciada e está com status de “Ações Preparatórias”.

A JUCERN possui atualmente uma jornalista responsável pela identidade visual do órgão. Desta forma trouxe maior visibilidade para a população das ações desenvolvidas pela JUCERN.



OBS: A JUCERN possui algumas metas do PPA 2023 que não foram iniciadas em virtude de não ter tido tratativas sobre o assunto, ou não obter em seu quadro um servidor qualificado para andamento das mesmas. Deste modo, o Gestor da JUCERN decidiu por rever algumas das metas não iniciadas e projetar a conclusão das demais para os próximos anos.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

1236 – Capacitação de servidores para padronização dos métodos e processos administrativos para melhoria da eficiência, eficácia e efetividade na prestação de serviços da JUCERN

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Essa iniciativa está interligada a Subação – 221101 – Qualificação e Aperfeiçoamento Funcional da Junta Comercial onde foi previsto na abertura do orçamento de 2023 o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Onde foi investido o valor de R$ 13.860,00 (treze mil, oitocentos e sessenta reais) no curso de qualificação para os seus servidores. Atingindo assim o esperado para o ano de 2023.

Conforme relatório SIGEF de execução orçamentária por Órgão/Programa/Subação 2023.

Códigos e descrições das iniciativas:

1237 - Capacitação de servidores e demais envolvidos no registro empresarial para desburocratização, simplificação e padronização de a análise dos processos de legalização.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Nesta iniciativa não gerou custo direto para a autarquia, tendo em vista que os servidores envolvidos com as atividades de registro e comércio empresarial participaram do 14º workshop SIGFácil que aconteceu na cidade de João Pessoa/PB, no qual a JUCERN só teve o custo com as diárias que foi executado na ação 242501 – Manutenção e Funcionamento, e no elemento de

despesa 33.90.14 - Diárias no País – Pessoa Civil, totalizando o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Códigos e descrições das iniciativas:

1239 - Ampliação, modernização e suporte às tecnologias utilizadas pela JUCERN para prestação de serviços a sociedade.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Essa iniciativa foi executada a partir da contratação de empresa especializada em tecnologia responsável pela implantação e evolução do sistema REDESIM que culminou na ampliação dos serviços da JUCERN disponibilizados no ambiente web.

Essa contratação é executada na ação 150601 – Modernização da infraestrutura tecnológica da Junta Comercial do RN, no qual foi orçado para o ano de 2023 o valor de R$ 1.120.000,00 (um milhão, cento e vinte mil reais) e empenhado o valor de R$ 1.119.910,56 (um milhão, cento e dezenove mil novecentos e dez reais e cinquenta e seis centavos).

Códigos e descrições das iniciativas:

1252- Instalação de novas unidades do Escritório do Empreendedor nos territórios de maior potencial econômico do RN.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Essa iniciativa está interligada a Subação 150001 – Promoção e participação no desenvolvimento econômico e territorial do RN, onde foi previsto para 2023 o orçamento de R$ 147.000,00 (cento e quarenta e sete mil reais) e que corresponde as locações dos Escritórios no RN e serviços ligados aos mesmos. E em 2023 foi inaugurado o da cidade de Santa Cruz/RN (que não estava previsto no PPA 2023), além de manter em funcionamento o escritório de Pau dos Ferros/RN inaugurado em 2022.

As iniciativas que ficaram paralisadas ou que não tiveram andamento em 2023:

1256 - Patrocínio a eventos e feiras regionais que fomentem o desenvolvimento econômico do RN por meio da divulgação de produtos e serviços das micro e pequenas empresas potiguares.

1259 - Realização de seminários e oficinas que estimulem o associativismo, o cooperativismo e o empreendedorismo nos territórios do RN focados na reciclagem e reuso de materiais.

1260 - Instalação de sistema de energia fotovoltaico nos prédios próprios da JUCERN para redução sustentável do consumo de energia elétrica.

1266 - Instalação de unidade móvel do Escritório do Empreendedor para interiorizar o acesso da sociedade potiguar aos órgãos e serviços integrados de legalização de empresas.

1272 - Elaboração de projetos para captação de recursos públicos para o desenvolvimento e aplicação das ações governamentais promovidas pela JUCERN.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: O ano de 2023 foi um ano muito positivo para a JUCERN, a autarquia buscou inovar e melhorar os serviços ofertados para a população através da implantação de novos módulos dentro do Web Service REDESIM/RN, o reflexo desse investimento feito pela JUCERN foi a modernização e implantação de novas tecnologias oferecem mais agilidade nos processos empresariais. A implantação da modalidade de pagamento via PIX trouxe mais comodidade e mais rapidez para os usuários dos serviços da Junta Comercial. O outro ponto de melhoria foi na meta 521, onde hoje a JUCERN possui um setor responsável pela criação da identidade visual do órgão nas redes sociais, que traz uma maior visibilidade as ações da JUCERN para a população que utiliza os serviços da autarquia.
Recomendações: Recomenda-se uma revisão das metas e iniciativas da JUCERN que estão paralisadas, para que o gestor decida se elas ainda condizem com a realidade do órgão ou se é necessário a substituição por novas, para que desta forma evite o problema de executar ações que não estão prevista no PPA.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (X) NÃO

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

A Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte – JUCERN é a Autarquia Estadual responsável pelos Atos dos Registros Públicos de Empresas Mercantis e Atividades Afins, com sede e foro na Capital do Estado do Rio Grande do Norte.

Este relatório foi elaborado para informar os principais pontos de análise realizado pelo órgão, visando cumprir com suas obrigações e responsabilidades institucionais quanto a revisão do PPA 2020-2023.

Do Objetivo da Avaliação

Este relatório foi elaborado com intuito de demostrar que a JUCERN procura cumprir as diretrizes do que é planejado no PPA.

Com esta avaliação é possível identificar que o principal objetivo do órgão é a ampliação e modernização dos serviços da JUCERN, no que se diz respeito a sua principal atividade que é o registro público de empresas mercatins ofertados pela autarquia a população. Além disto, através do monitoramento e da avaliação do PPA é possível o órgão identificar quais as metas obtiveram mais ênfase que em seu planejamento, e quais os outros pontos que precisam de ajuste no qual o gestor deve realizar em conjunto com os demais setores da JUCERN.

Desta forma, o PPA ajuda a autarquia a planejar as ações futuras e joga uma lupa nos pontos que precisam ser reajustados para a realidade do órgão e melhoria no planejamento da execução dos recursos arrecadados.

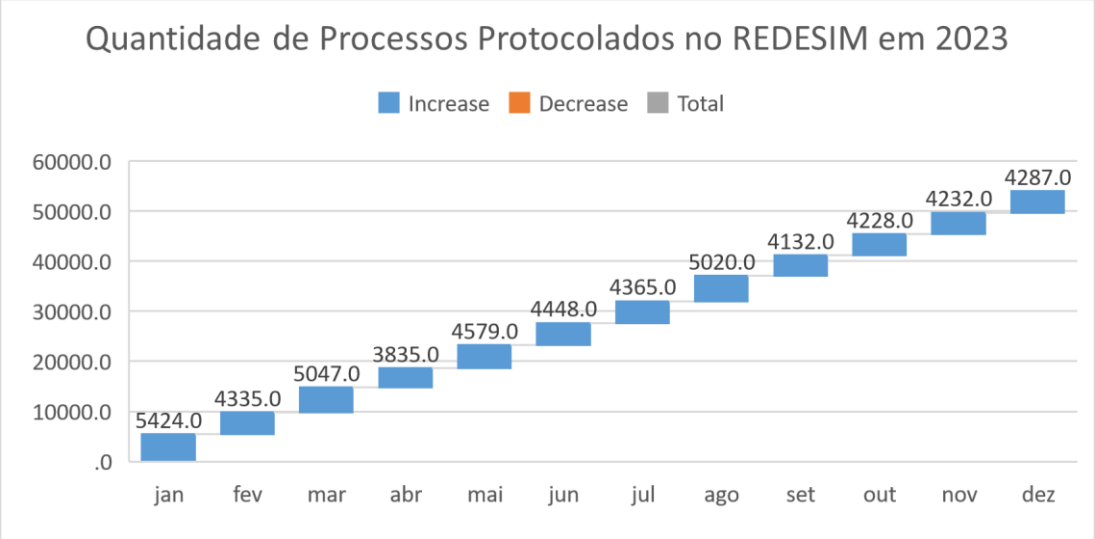
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

A JUCERN não possui indicadores voltados para a política pública.

Metodologia

A JUCERN para realizar as avaliações e monitoramentos do PPA, utiliza a metodologia de ir nos setores responsáveis direta ou indiretamente na execução de cada meta, com a finalidade de coletar as informações necessárias para fazer o monitoramento dentro do SIGEF. As informações também são coletadas dentro do sistema REDESIM SIGFácil, através da Coordenadoria de Registro e Comércio na qual é responsável por coordenar os serviços prestados pelo o órgão para a população empresarial.

Dados fornecidos pela Coordenadoria de Registro e Comércio da JUCERN de processos gerados pelo sistema REDESIM em 2023:



Avaliação Geral dos Resultados

A avaliação geral foi positiva, principalmente em relação a modernização e ampliação da oferta de serviços digitais da JUCERN no sistema REDESIM, atingindo principalmente as metas que estão voltadas a parte de modernização do registro empresarial. As melhorias são vistas na implantação dos módulos no sistema REDESIM, que facilitam a abertura e crescimento das empresas e gerando emprego e renda para a população do Estado do Rio Grande do Norte.

Algumas metas ao longo da execução do PPA 2020-2023, não foram atingidas pela JUCERN em virtude da limitação do seu orçamento a 70% das suas receitas, imposta pela desvinculação de 30% dos seus recursos através da DREM e outras metas não foram executadas em virtude de não ter um servidor qualificado para a iniciação das mesmas.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Recomenda-se uma revisão das metas e iniciativas da JUCERN que estão paralisadas, para que o gestor decida se elas ainda condizem com a realidade do órgão ou se é necessário a substituição por novas, para que desta forma evite o problema de executar ações que não estão prevista no PPA.

Referências

Fontes utilizadas:

- SIGEF/RN
- Sistema REDESIM
- BI - VOX

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DO PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

Exercício 2023



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - PGE

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Dr. Antenor Roberto Soares de Medeiros

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO ADJUNTO
Dr. José Duarte Santana

SUBPROCURADORA-GERAL CONSULTIVA
Dra. Janne Maria de Araújo

GERÊNCIA GERAL ADMINISTRATIVA - GAG
Dra. Ana Maria Mendonça Nunes

UNIDADE DE MODERNIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO - UPI
Wxlley Ragne de Lima Barreto
(Técnico)

Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 4
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 4
Avaliação Geral do Objetivo 4
Avaliação individual das METAS 5
Avaliação individual das INICIATIVAS 5
Avaliação Setorial dos Resultados 24
Avaliação dos Indicadores 26
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 27
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 27
Introdução 27
Do Objetivo da Avaliação 27
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 28
Metodologia 28
Avaliação Geral dos Resultados 29
Síntese da Avaliação e Recomendações 34
Referências 35

APRESENTAÇÃO

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE), instituição de natureza permanente e essencial à Justiça e à Administração Pública Estadual, compete, com exclusividade, exercer a representação judicial, extrajudicial e a consultoria jurídica do Estado do Rio Grande do Norte. Conforme estabelece a Lei Complementar nº 240, de 27 de junho de 2002.

Incumbe, ainda, o assessoramento jurídico ao Poder Executivo, nos termos desta Lei Complementar. E são princípios institucionais do órgão a legalidade, a moralidade, a indisponibilidade do interesse público e coletivo, a unidade e a indivisibilidade. A PGE/RN é diretamente subordinada ao Governador do Estado.

Neste sentido, o Relatório de Avaliação do PPA tem como objetivo apresentar a avaliação da execução das atividades e projetos que constam no Plano Plurianual da PGE/RN para o exercício 2023 e do período de vigência do plano (2020-2023).

Assim, o PPA 2020-2023 da PGE/RN está vinculado ao Programa 5002 - O Estado a serviço da sociedade, possuindo 5 objetivos (0424 - Assessorar juridicamente a Administração Pública na formulação, implementação e defesa das políticas públicas; 0425 - Promover a prevenção e redução da litigiosidade envolvendo a Administração Pública estadual; 0426 - Assegurar o acesso público à informação, através da sistematização da legislação estadual; 0427 - Política de Gestão de Pessoal, Qualificação e Capacitação dos Servidores e Procuradores; e, 0428 - Ampliar, Reestruturar e Expandir a Procuradoria-Geral do Estado - PGE). Além disso, no exercício 2023, possui 26 metas e iniciativas ligadas a 10 subações.

Por fim, este documento está dividido em duas partes. A primeira, refere-se à avaliação setorial do órgão acerca da execução do PPA no exercício 2023, através dos Objetivos, Metas, Iniciativas e Subações, bem como, uma avaliação geral dos resultados obtidos. Na segunda e última parte, realiza-se uma avaliação geral do período do PPA 2020-2023.

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: **11104 - Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte - PGE**
Nome do Programa Temático: **5002 – O Estado a Serviço da Sociedade**

Avaliação Geral do Objetivo

Código e descrição do Objetivo: 0424 - Assessorar juridicamente a Administração Pública na formulação, implementação e defesa das políticas públicas
Códigos das metas: 1146 e 1147 (Possui 2 metas e a situação de execução das mesmas são em andamento)
Códigos das iniciativas: 01787, 01793, 01794 e 01887
Avaliação Geral do Objetivo: Para o exercício 2023, esse objetivo possui um quantitativo de duas Metas, sendo elas: a primeira, 01146, com situação em andamento; bem como, a segunda, 01147 - com situação em andamento, cuja previsão para o exercício era de 5% execução, ou seja, não sendo atingida a execução proposta. Além disso, possui quatro Iniciativas, tendo apenas duas com vinculação orçamentária: a iniciativa 01787, vinculada a subação 247901; e, a 01887, vinculada a subação 209601 e 244301. Sendo assim, estava previsto para as referidas subações um investimento total de R$ 5.000,00, não sendo executado nenhum valor. No entanto, verificou-se que, a atribuição do pagamento das indenizações de Desapropriação de Áreas para os Distritos Industriais e a Implantação e estruturação do Núcleo Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, não são mais responsabilidade da PGE/RN, sendo estas redirecionadas para os órgãos competentes. Conclui-se que não houve execução das metas, pois das duas previstas, possuem problemas nos métodos de apuração, mas foram promovidas ações que colocaram as metas em andamento no intuito de atingir seu objetivo. Ressalta-se que a prestação das informações bimestrais pelo setor responsável não foi detalhada, dificultando uma análise mais aprofundada acerca do desenvolvimento das metas. E, no tocante à execução orçamentária, não houve aplicação do valor previsto. Assim, esse objetivo não foi atingido, devido ao problema de aferição das metas, como talvez, pela pouca disponibilidade de recursos financeiros para colocar em prática a iniciativa e cumprir as metas no exercício, prestação da informação mais detalhada, corpo técnico, redirecionamento das competências, dentre outros aspectos.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:
01146 - Aprimorar a representação judicial e a consultoria jurídica, de modo a colaborar para a execução das políticas públicas em benefício da sociedade.

Avaliação da Meta:

De acordo com o resultado do monitoramento realizado entre os meses de janeiro a dezembro do ano de 2023, ao longo do ano foi realizado consultoria e assessoria a todos os órgãos da administração pública, quando necessário, fazendo no Núcleo do Contencioso as reuniões necessárias. No entanto, o método de aferição tem dificultado verificar o alcance das metas, bem como, a prestação das informações carece de mais detalhes para entendermos quais ações pertinente à referida meta foi desenvolvida no período, permanecendo na situação em andamento. Além disso, o setor responsável pela aferição do quantitativo da meta informou que há como realizar a medição desta meta. Portanto, não tendo como realizar análises mais aprofundadas. Assim, não podendo realizar uma análise mais aprofundada sobre a não execução da meta.

Código e descrição da Meta:
01147 - Reduzir os quantitativos de questionamentos judiciais acerca das políticas públicas.

Avaliação da Meta:

De acordo com o resultado do monitoramento realizado entre os meses de janeiro a dezembro do ano de 2023, foi realizado, junto aos estagiários e residentes, bem como aos servidores do Núcleo do Contencioso, treinamento e capacitação deles visando a assessoria da Administração Pública e, consequentemente, tentando reduzir os quantitativos de questionamentos judiciais acerca das políticas públicas. No entanto, o método de aferição tem dificultado verificar o alcance das metas, bem como, a prestação das informações carece de mais detalhes para entendermos quais ações pertinente à referida meta foram empreendidas no período, permanecendo na situação em andamento. Além disso, o setor responsável pela aferição do quantitativo da meta informou que, no momento, não há como realizar a medição desta meta acerca da não execução da meta. Portanto, não tendo como realizar análises mais aprofundadas. No entanto, sendo reprogramadas para o PPA 2024-2027.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:
01787 - Instituição de Núcleo Permanente de Defesa dos Direitos Humanos (NUPDH) da Procuradoria-Geral do Estado (PGE);

01793 - Disseminação das teses uniformizadas pela PGE aos demais Órgãos da Administração Pública estadual;
01794 - Implementação de ações que visem reduzir o tempo de permanência do processo;
01887 - Realização de Desapropriações de áreas e de imóveis.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa **01787 -** Instituição de Núcleo Permanente de Defesa dos Direitos Humanos (NUPDH) da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) está vinculada a Subação 247901 - Implantação e estruturação do Núcleo Permanente de Defesa dos Direitos Humanos (NUPDH) da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Para essa subação foi orçado inicialmente R$ 5.000,00 reais. No entanto, ao analisar no Relatório de Execução Orçamentária verificou-se que não foi executado/empenhado e liquidado.

A iniciativa **01887** – Realização de Desapropriações de áreas e de imóveis está vinculada as Subações 209601 - Desapropriação de Áreas para os Distritos Industriais e Subação 234301 - Desapropriação de Imóveis. Para essas subações, foi orçado inicialmente R$ 1.000,00 reais para a primeira e nenhum valor para a segunda. No entanto, quando o valor foi atualizado, seu quantitativo foi de R$ 0,00 reais e, desse modo, não foram disponibilizados recursos.

No entanto, as iniciativas 01793 - Disseminação das teses uniformizadas pela PGE aos demais Órgãos da Administração Pública estadual e a 01794 - Implementação de ações que visem reduzir o tempo de permanência do processo, não possuem Subação vinculada.

Por fim, de maneira geral, foi orçado para as subações vinculadas às iniciativas um valor total de R$ 5.000,00 reais e esse, não foi executado/liquidado valores, o que representa um total de 0,0 % de investimento. Além disso, as demais iniciativas não estão vinculadas a subações orçamentárias.

No entanto, não foram apresentados pelos setores responsáveis, as restrições para a regular execução dos recursos, se por falta de disponibilidade financeira/orçamentária, por remanejamento ou devido a outros fatores.

Avaliação Geral do Objetivo

Código e descrição do Objetivo:
0425 - Promover a prevenção e redução da litigiosidade envolvendo a Administração Pública estadual

Códigos das metas:
1138; 1139; 1140; 1141; 1142; 1143; 1144; 1145 (Possui 8 metas e a situação de execução é: 2 em andamento, 5 não iniciado e 1 ações preparatórias)

Códigos das iniciativas:
01789, 01790, 01791, 01792, 01795 e 01796.

Avaliação Geral do Objetivo:

Esse objetivo em 2023, possui 8 (oito) Metas, sendo elas: a primeira, 01138 - em andamento, cuja previsão para esse exercício era de 25% execução, mas não houve aumento e, consequentemente, não atingindo a execução planejada; bem como, a 1144 - em

andamento; a terceira 01140 - em ações preparatórias. E as cinco últimas metas restantes (1138, 1139, 1140, 1141, 1143, 1144 e 1145), respectivamente, com situação não iniciada, assim, não havendo execução. No entanto, não há registro de iniciativa com vinculação a subação.

Por fim, constata-se que, das 8 (oito) metas previstas, apenas duas estão em andamento, a execução não foi apresentada pelo setor. E outra meta encontra-se em fase de planejamento. Dessa maneira, pode-se afirmar que o objetivo tem uma execução tímida, houve uma média de 25% das metas em andamento. Além disso, por não possuir iniciativas vinculadas a subações orçamentárias, não se tem como apresentar se houve recursos investidos no período.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
1138 - Aumentar o nível de recuperação da Dívida Ativa do Estado e dar sustentabilidade em sua trajetória de crescimento, através da adoção de medidas judiciais e administrativas que visem à cobrança tempestiva e eficaz dos débitos

Avaliação da Meta:

Quando se considera o Índice de Recuperação da Dívida Ativa, verifica-se que segue estagnado, oscilando dentro do esperado, porém sem grandes saltos de melhoria na recuperação da Arrecadação da Dívida Ativa. No entanto, as rotinas visando aumentar os índices de recuperação seguiram em desenvolvimento, por exemplo, a partir de protesto, negativação e cobrança via Call Center, além da realização do REFIS 2023, entretanto, o setor responsável não informou os valores arrecadados. Através de informações divulgadas pela mídia local (Tribuna do Norte), foi informado que por meio desse REFIS (ATÉ 31/10/2023), no âmbito da SEFAZ foram renegociados débitos tributários (ICMS, ITCD) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) tratou dos débitos não-tributários (IPVA, DÍVIDA ATIVA), assim, “o balanço parcial revelado pelo Governo foi de que o Novo REFIS 2023 teve adesão de 18.961 contribuintes, com cerca de R$ 500 milhões renegociados. Somente da Dívida Ativa (PGE/RN) foram realizadas mais de 14 mil negociações, que envolveram uma dívida total consolidada na ordem de R$ 250 milhões de reais, permitindo uma arrecadação imediata superior a R$ 18 milhões na primeira etapa” (TRIBUNA DO NORTE, 2023). Além disso, as informações que constam no relatório de Acompanhamento de Metas do PPA apresentam que estava previsto 25% de aumento do nível de recuperação da Dívida Ativa do Estado, mas atingiu uma execução 0%, mas este dado precisa ser revisto. No entanto, não se tem como apresentar o resultado obtido até o final do exercício, devido constar apenas informações do setor até o mês de junho do referido ano, ficando com a situação em andamento. Tentou-se desenvolver diversas estratégias para obtenção das informações, no entanto, não surtiram os efeitos esperados. Bem como, constata-se uma ausência de identificação do setor responsável da

PGE/RN pelos dados dessa meta, referente ao processo de monitoramento e avaliação do PPA Participativo 2020-2023. No entanto, essa meta foi reprogramada para o PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:
1139 - Instituir marco legal específico que permita a transação como alternativa para a solução administrativa das lides tributárias

Avaliação da Meta:

Para o período, não foram constatados avanços no tocante à concretização desta meta. Além disso, as informações que constavam no relatório de Acompanhamento de Metas do PPA estavam previstas a confecção do projeto de Lei que possibilitasse a transação como alternativa para a solução administrativa das lides tributárias, não sendo elaborada. No entanto, não se tem como apresentar os motivos para a não execução, devido ao setor responsável não informar os motivos e/ou ações desenvolvidas para tentar executar. No entanto, foi reprogramada para o PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:
1140 - Implantar a Câmara Permanente de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Avaliação da Meta:

Para o período, a meta encontra-se em fase de planejamento para que, posteriormente, seja implantada a Câmara Permanente de Conciliação, Mediação e Arbitragem da PGR/RN, de forma efetiva, realizando todo o procedimento de conciliação e mediação, seja ela extrajudicial ou processual, este mediante credenciamento junto ao Tribunal de Justiça, selecionada a critério das partes. Além disso, a situação está como Ações preparatórias e as informações que constavam no relatório de Acompanhamento de Metas do PPA contam que para atingir o planejado dever-se-ia confeccionar ato normativo que instituísse a Câmara Permanente e estruturá-la no decorrer do período com aquisição, não atingindo. No entanto, não se tem como apresentar os motivos para a não execução, devido ao setor responsável não informou os motivos e/ou ações desenvolvidas para tentar executar, apenas informa que está em estudo e planejamento para a meta, sendo reprogramada para o PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:
1141 - Instituir o Sistema Eletrônico de Uniformização da Jurisprudência Administrativa Estadual

Avaliação da Meta:

Para o período, não foram constatados avanços no tocante à concretização desta meta, estando com o status de não iniciado. Além disso, as informações que constavam no relatório de Acompanhamento de Metas do PPA estavam previstas a instituição e manutenção do sistema eletrônico de uniformização, não sendo implantado. No entanto, não se tem como apresentar os motivos para a não execução, devido ao setor responsável não informar os motivos e/ou ações desenvolvidas para tentar executar. Por outro lado, foram aprovados e/ou confeccionados diversos pareceres referenciais e orientações normativas que auxiliam a prática jurídica e operacional dos órgãos estaduais. Ressalta-se que, essa meta foi reprogramada para o PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:
1142 - Criar mecanismo de identificação dos riscos de conflitos judiciais relevantes que impactam na execução das políticas públicas.

Avaliação da Meta:

De acordo com o resultado do monitoramento realizado entre os meses de janeiro a dezembro do ano de 2023, nenhuma ação pertinente à referida meta foi desenvolvida no período, permanecendo na situação em andamento. Dessa maneira, o setor informou que que através do Núcleo de Ações Coletivas do Contencioso, foram realizados acordos bem-sucedidos de modo que reduzido os litígios envolvendo a Administração Pública. No entanto, não se tem como apresentar mais informações da execução, devido ao setor responsável não informar os motivos e/ou ações desenvolvidas para tentar criar esse mecanismo de identificação. Ressalta-se que, essa meta foi reprogramada para o PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:
1143 - Estruturar o Núcleo de Inteligência Fiscal da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Avaliação da Meta:

De acordo com o resultado do monitoramento realizado entre os meses de janeiro a dezembro do ano de 2023, nenhuma ação pertinente à referida meta foi desenvolvida no período, permanecendo na situação não iniciada. Dessa forma, não houve nenhuma mudança na realidade do Núcleo de Inteligência Fiscal da PDA, que segue trabalhando de forma tradicional, sem um sistema próprio, sem ferramentas de Big Data e com um quadro limitado de servidores. Nesse cenário, o Núcleo funciona basicamente como um setor responsável por simples pesquisa patrimonial, gerindo as diligências e envios aos cartórios. No entanto, não se tem como apresentar os motivos para a não execução, devido o setor responsável não

informar os motivos e/ou ações desenvolvidas para tentar criar esse mecanismo de identificação. Ressalta-se que, essa meta foi reprogramada para o PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:
1144 - Adotar política institucional de prevenção à judicialização de demandas em temas pacificados pelo Poder Judiciário.

Avaliação da Meta:

Durante o exercício de 2023, a PGE buscou utilizar a mediação e a conciliação como meios alternativos de solução de conflitos como formas alternativas de solução de controvérsias capazes de evitar a judicialização desses conflitos, sendo maneiras de disseminar a cultura do diálogo e da pacificação social. Dessa maneira, essa meta estava em não iniciado e estando previsto 1, sendo que o setor responsável não informou que a meta não há como ser aferida, uma vez que a PGE é provocada quando há descumprimento das obrigações do Estado junto aos seus servidores. Assim, não tem condições de realizar análises mais aprofundadas. No entanto, a meta foi reprogramada para o PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:
1145 - Promover a classificação e o mapeamento da Dívida Ativa do Estado, com o enriquecimento contínuo da sua base de dados

Avaliação da Meta:

De acordo com o resultado do monitoramento realizado entre os meses de janeiro a dezembro do ano de 2023, nenhuma ação pertinente à referida meta foi desenvolvida no período, permanecendo na situação não iniciada. Assim, não havendo desenvolvimento e nem contratação de qualquer ferramenta tecnológica que permitisse avançar no trabalho de classificação dos créditos da Dívida Ativa. No entanto, não se tem como apresentar os motivos para a não execução, devido o setor responsável só ter prestado informações até o mês de agosto e não apresentando os motivos e/ou ações desenvolvidas para promover essa classificação. Ressalta-se que, essa meta foi reprogramada para o PPA 2024-2027.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:
01789 - Implantação de Núcleos de Conciliação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE);
01790 - Criação do portal da jurisprudência administrativa estadual, para manutenção de banco de dados dos pareceres e teses emitidos pela PGE;
01791 - Priorização de ações relativas a grandes devedores da Administração Pública, com ênfase nos débitos inscritos nos últimos 10 (dez) anos e nos contribuintes ativos no cadastro

da Secretaria de Estado da Tributação (SET) e da Junta Comercial do Rio Grande do Norte (JUCERN);
01792 - Implantação de ferramentas administrativas de recuperação de créditos inscritos em Dívida Ativa como alternativa à recuperação via execução fiscal judicial;
01795 - Utilização de ferramentas tecnológicas voltadas a enriquecer a base de dados da Dívida Ativa do Estado, de modo a permitir a integral classificação do estoque de acordo com a perspectiva de recuperabilidade dos créditos, levando-se em conta uma lógica de pontuação dos créditos e dos devedores;
01796 - Realização de mutirões de Recuperação Fiscal em conjunto com a Secretaria de Estado da Tributação (SET).

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

As metas não possuem iniciativas vinculadas a subações orçamentárias, sendo assim, não se tem como apresentar os recursos investidos no período.

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo:
0426 - Assegurar o acesso público à informação, através da sistematização da legislação estadual

Códigos das metas:
1136 e 1137 (Possui 2 metas e a situação de execução é: 1 em andamento e 1 não iniciado)

Códigos das iniciativas:
01766

Avaliação Geral do Objetivo:

Neste objetivo, para 2023, verifica-se um quantitativo de 2 (duas) Metas, sendo: a primeira, 01136 com situação não iniciado; e, a segunda, 01137 - em andamento, cuja previsão para o exercício era de 25% execução, no qual atingiu 10% de execução. Além disso, possui apenas a Iniciativa 01766, que é vinculada a subação 248001. Após a atualização orçamentária, foi verificado que não houve recurso disponibilizado para investimento, sendo assim, não foi executado o orçamento. Portanto, observa-se que, houve uma execução das metas em 50%, pois das duas previstas, apenas uma houve execução (em andamento). E no tocante a execução orçamentária, não houve investimento. Assim, esse objetivo obteve uma execução regular.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:

1136 - Implantar o Sistema Eletrônico Integrado de Compilação e Sistematização da Legislação Estadual (SEI-LEGIS)

Avaliação da Meta:

A referida meta não foi iniciada, pois, para tal, faz-se necessário que haja a formalização do Convênio firmado entre a PGE e a FAPERN, bem como a contratação de nova empresa de Tecnologia da Informação – TI. Torna-se, também, imprescindível a realização da parceria com a Subchefia de Assistência Jurídica da Presidência da República para transferência de *know-how* do sistema eletrônico de acompanhamento da legislação federal. No entanto, não se tem como apresentar os motivos para a não execução, devido o setor responsável não informar os motivos e/ou ações desenvolvidas para promover essa implantação do sistema. Ressalta-se que, essa meta foi reprogramada para o PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:
1137 - Digitalizar o acervo da Dívida Ativa do Estado

Avaliação da Meta:

Nos meses de janeiro a agosto do ano de 2023, a Procuradoria da Dívida Ativa (PDA) relatou que, para a realização do trabalho foi disponibilizado um novo scanner; bem como, a equipe de terceirizados da PDA conseguiu retomar os trabalhos de digitalização do Arquivo da Dívida Ativa, o qual, contudo, é feito de maneira gradativa e arcaica, sem a contratação de empresa especializada na atividade de virtualização de grandes acervos documentais. E, de acordo com as informações que constam no relatório de Acompanhamento de Metas do PPA, estava previsto 25% de execução, atingindo um desempenho de 10%. No entanto, não se tem como apresentar o resultado obtido até o final do exercício, devido os dados constarem até o mês de agosto do referido ano, ficando com a situação em andamento. Tentou-se desenvolver diversas estratégias para obtenção das informações, no entanto, não surtiram os efeitos esperados. Além disso, constata-se uma ausência de identificação do setor responsável da PGE/RN pelos dados dessa meta, referente ao processo de monitoramento e avaliação do PPA Participativo 2020-2023. Em suma, não se tem como apresentar os motivos para a não execução, devido ao setor responsável não informar os motivos e/ou ações desenvolvidas para promover essa implantação do sistema. Ressalta-se que, essa meta foi reprogramada para o PPA 2024-2027.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:
01766 - Criação e manutenção de Portal da Legislação Estadual que conterá os atos normativos do Rio Grande do Norte, compilados e atualizados, em conjunto com o Gabinete Civil da Governadora do Estado (GAC)

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: A iniciativa **01766 -** Criação e manutenção de Portal da Legislação Estadual que conterá os atos normativos do Rio Grande do Norte, compilados e atualizados, em conjunto com o Gabinete Civil da Governadora do Estado (GAC), está vinculada a Subação 248001 - Implantação e Manutenção do Sistema Eletrônico Integrado de Compilação e Sistematização da Legislação Estadual (SEI-LEGIS). Para essa subação foi orçado inicialmente R$ 1.000,00 reais. No entanto, quando o valor foi atualizado, seu quantitativo foi de R$ 0,00 reais e, desse modo, não foi executado/empenhado ou houve investimento. No entanto, não foram apresentados pelos setores responsáveis, as restrições para a regular execução dos recursos, se por falta de disponibilidade financeira/orçamentária, por remanejamento ou devido a outros fatores de ordem operacional/administrativa.

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: **0427 -** Política de Gestão de Pessoal, Qualificação e Capacitação dos Servidores e Procuradores
Códigos das metas: **1130, 1131, 1132, 1133, 1134 e 1135** (Possui 6 metas e a situação de execução é: 4 em andamento e 2 não iniciado)
Códigos das iniciativas: 01760, 01761, 01762, 01763 e 01764.
Avaliação Geral do Objetivo: Para o exercício 2023, esse objetivo possui 6 (seis) Metas, dentre elas: 01130 - não iniciado, cuja previsão para o exercício era 1 unidade, não sendo realizado a atualização do plano; 01131 - em andamento, com previsão de servidores capacitados, atingindo apenas 55 servidores capacitados no exercício; 01132, com situação em andamento, foram capacitados 5 servidores; 01133 - em andamento, através dos trâmites e procedimentos legais para a realização do concurso público; 01134 - em andamento, possuindo previsão de 144 estagiários, superando esse percentual e atingindo a contratação de 181 estagiários de graduação e pós-graduação; 01135 - não iniciado, com previsão de 25% de execução, não sendo executado. Como também, possui 5 (cinco) Iniciativas, sendo: 01760, 01761, 01762, 01763, 01764. Para essas iniciativas estava previsto um investimento de total de R$ 8.623.989,50 (valor atualizado), sendo executado um quantitativo de R$ 4.307.573,03 (liquidado) reais, o que equivale 50 % de execução do previsto. Já quando se considera os valores apresentados no relatório de monitoramento do PPA do SIGEF, a previsão da LOA era R$ 5.050.000,00, sendo o realizado um total de 4.290.073,03, o que representa uma execução/investimento de 85%.

Em resumo, das 6 (cinco) metas previstas, quatro estão em andamento e, destas, a 01134 ultrapassou a previsão para o exercício. Dessa maneira, pode-se afirmar que o objetivo tem uma execução boa, sendo postas em execução média de 67% das metas. Além disso, houve um investimento de 50% em relação ao previsto no período em análise, que representa um total de R$ R$ 4.307.573,03 reais.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
1130 - Modernizar o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores da Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Avaliação da Meta:

De acordo com o resultado do monitoramento realizado entre os meses de janeiro a dezembro do ano de 2023, nenhuma ação pertinente à referida meta foi desenvolvida no período, permanecendo na situação não iniciada. E, de acordo com as informações que constam no relatório de Acompanhamento de Metas do PPA, estava previsto 1 atualização desse plano, no qual não atingiu essa previsão para 2023. Assim, não havendo a atualização da Lei Complementar Estadual nº 431, de 1º de julho de 2010. No entanto, não se tem como apresentar os motivos para a não execução, devido ao setor responsável não informar os motivos e/ou ações desenvolvidas para promover essa atualização. Ressalta-se que, essa meta foi reprogramada para o PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:
1131 - Implementar Programa de Capacitação Permanente (PCP) dos Procuradores e servidores da Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Avaliação da Meta:

De acordo com o resultado do monitoramento realizado entre os meses de janeiro a dezembro do ano de 2023, observou-se a realização de capacitação para Servidores da PGE, pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), no entanto, constatou-se baixa adesão dos servidores no Projeto. E, de acordo com as informações que constam no relatório de Acompanhamento de Metas do PPA, estava prevista a capacitação de 80 servidores do órgão, no qual alcançou o quantitativo de 55 servidores. Assim, o CEAF promoveu três eventos, dos quais estão: Palestra Inovações da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (04/04); Palestra Inovações na Lei de Improbidade Administrativa (20/04); e, Curso Nova Lei de Licitações e Contratos - Obras e Serviços de Engenharia (25 e 26/10). Ressalta-se que, essa meta foi reprogramada para o PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:
1132 - Capacitar e orientar as Assessorias Jurídicas dos demais Órgãos do Estado

Avaliação da Meta:

Nos dois primeiros bimestres, meses de janeiro a abril, do ano de 2023, observou-se a redesignação de Assessores Jurídicos e adequação da Assessoria dos Órgãos Administrativos à determinação judicial, o que se seguiu em planejamento. Assim, a situação ficou em andamento, pois estava prevista a capacitação de 30 assessores jurídicos, no qual alcançou o quantitativo de 5. No relatório de monitoramento, o setor responsável informou que além disso, houve auxílio à Subprocuradoria-Geral Consultiva e o Gabinete do procurador-Geral na elaboração de projeto de lei para a modernização da Assessoria Jurídica, encaminhamento de ofícios circulares, auxílio da elaboração de pareceres referenciais e reuniões com assessores jurídicos e coordenadores de secretarias do Estado para estabelecer diretrizes de atuação. No entanto, não se tem como apresentar os resultados e os motivos para o baixo número de capacitações, devido ao setor responsável não informar prestado informações apenas do período de janeiro a abril, bem como não apresentou os motivos e/ou ações desenvolvidas para promover a capacitação.

Código e descrição da Meta:
1133 - Realizar concurso público no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Avaliação da Meta:

De acordo com o resultado do monitoramento realizado entre os meses de janeiro a dezembro do ano de 2023, observou-se a que a está em andamento, que neste período, haver processo administrativo no âmbito desta PGE/RN para fins de realização do certame público, especialmente, em detrimento da sentença prolatada pela 2ª Vara da Fazenda Pública da Capital, nos autos da Ação Civil Pública nº 0861026-34.2021.8.20.5001, onde foi peticionado Acordo Judicial, inclusive com decisão homologatória. Durante os meses de maio e junho, o procedimento administrativo foi devidamente instaurado (Processo nº 01110064.000484/2023-81) e a Fase interna foi quase concluída. E, a fase externa, na iminência de ser iniciada. E a partir de julho até dezembro, constatou-se que a fase interna foi concluída por meio da contratação da empresa e, a fase externa, encontra-se em andamento, com previsão para ocorrer em 2024. Ressalta-se que, essa meta foi reprogramada para o PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:
1134 - Ampliação do quadro de estagiários de graduação e pós-graduação para a Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Avaliação da Meta:

De acordo com o resultado do monitoramento realizado entre os meses de janeiro a dezembro do ano de 2023, estando em andamento. Observou-se a renovação e contratação de estagiários de graduação e pós-graduação por meio de Exame Seletivo. E, de acordo com as informações que constam no relatório de Acompanhamento de Metas do PPA, estava previsto a contratação de 144 estagiários para ampliar o quadro do órgão, sendo esse percentual superando e atingindo um total de 181 estagiários de Direito e Ciências Contábeis. A execução desta meta é muito importante para PGE/RN, pois amplia a força de trabalho e auxilia na execução das atividades do órgão. Ressalta-se que, essa meta foi reprogramada para o PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:
1135 - Reestruturar o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) da Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Avaliação da Meta:

No período correspondente de janeiro a outubro do ano de 2023, não se constatou ação para ampliação do quadro de pessoal e reestruturação da infraestrutura do CEAF, permanecendo a meta em situação não iniciada. No entanto, observou-se a elaboração do Edital, bem como a realização, do Concurso Público de estagiários de graduação e pós-graduação de Direito e Ciências Contábeis para os setores da PGE/RN, tais como: (Exame de Seleção: IV Residentes em Direito; III e IV Graduação em Ciências Contábeis; IV Residentes em Ciências Contábeis; XIII, XIV e XV Graduação em Direito. E, de acordo com as informações que constam no relatório de Acompanhamento de Metas do PPA, estava previsto 25% de ampliação do quadro de pessoal e reestruturação do setor, não havendo execução. No entanto, não se tem como apresentar os motivos para a não execução, devido o setor responsável não informar os motivos e/ou ações desenvolvidas para promover essa atualização. Ressalta-se que, essa meta foi reprogramada para o PPA 2024-2027.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:
01760 - Implementação de Política de Desenvolvimento de Pessoal na Procuradoria-Geral do Estado (PGE);
01761 - Recomposição do quadro de Procuradores do Estado e dos Servidores da carreira da atividade-meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE);
01762 - Aperfeiçoamento Funcional, Aparelhamento e Modernização Administrativa da Procuradoria-Geral do Estado (PGE);
01763 - Modernização e aperfeiçoamento do Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores da Procuradoria-Geral do Estado (PGE);

01764 - Realização de seleção e capacitação de estagiário de graduação e pós-graduação para a Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa **01760** - Implementação de Política de Desenvolvimento de Pessoal na Procuradoria-Geral do Estado (PGE), envolvendo a capacitação, requalificação e aperfeiçoamento dos Procuradores e Servidores está vinculada as Subações 221001 - Qualificação e Aperfeiçoamento Funcional e a 324501 - Instituição e Funcionamento do Programa de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho para o servidor da PGE. No tocante a primeira subação, foi orçado um quantitativo de R$ 1.160.000,00 reais e, desse valor, foi executado/empenhado R$ 134.240,82 reais, o que representa um total de 13 % de investimento. Já a segunda, foi orçado um valor de R$ 290.000,00 reais e desse montante, foi executado/empenhado R$ 9.299,30 reais, o que representa um total de 3,6 % de investimento. De maneira geral, foi orçado um valor geral de R$ 1.450.000,00 reais e desse, foi executado/empenhado um montante de R$ 143.540,12 reais, o que representa um total de quase 10 % de investimento.

A iniciativa **01761 -** Recomposição do quadro de Procuradores do Estado e dos Servidores da carreira da atividade-meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), através da realização de concurso público está vinculada a Subação 240901 - Realização de Concurso Público. Para essa subação, foi orçado um quantitativo de R$ 803.000,00 reais e desse total, foi executado/empenhado o valor de R$ 699.331,08, o que representa um total de 87,18 % de investimento.

A iniciativa **01762 -** Aperfeiçoamento Funcional, Aparelhamento e Modernização Administrativa da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) está vinculada à Subação 210301 - Apoio Operacional e Administrativo do FUNAF. Para essa subação, foi orçado um quantitativo de R$ 2.920.000,00 reais e desse total, sendo executado/empenhado R$ 1.183.025,00 reais, o que representa um total de 40,6 % de investimento.

A iniciativa **01763 -** Modernização e aperfeiçoamento do Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) está vinculada a Subação 131501 - Modernização do Plano de Cargos e Vencimentos da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Para essa subação foi orçado inicialmente R$ 100.000,00 reais. No entanto, quando o valor foi atualizado, seu quantitativo foi de R$ 0,00 reais e, desse modo, não foi executado/empenhado ou não houve investimento.

A iniciativa **01764 -** Realização de seleção e capacitação de estagiário de graduação e pós-graduação para a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), está vinculada a Subação 132401 - Contratar e capacitar estagiários de graduação e pós-graduação para a Procuradoria-Geral do Estado. Para essa subação foi orçado um quantitativo de R$ 3.450.989,50 reais e desse total, foi executado/empenhado R$ 3.450.989,50 reais, o que representa um total de 100 % de investimento, atingindo o seu valor previsto, tendo um excelente resultado.

Dessa forma, o valor orçado total foi de R$ 8.624.320,58 reais e desse total, foi executado/empenhado R$ 5.476.885,70 reais, o que representa um total de 63,5 % de investimento, atingindo um bom desempenho.

No entanto, não foram apresentados pelos setores responsáveis, as restrições para a regular execução dos recursos, se por falta de disponibilidade financeira/orçamentária, por remanejamento ou devido a outros fatores.

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: **0428 -** Ampliar, Reestruturar e Expandir a Procuradoria-Geral do Estado (PGE)
Códigos das metas: **1121, 1122, 1123, 1124, 1125, 1126, 1127 e 1128** (Possui 8 metas e a situação de execução é: 7 em andamento e 1 não iniciado)
Códigos das iniciativas: **01758 e 01759**
Avaliação Geral do Objetivo: Para o exercício de 2023, esse objetivo é formado por 8 (oito) Metas, das quais estão: 01121, com situação não iniciado; 01122 - em andamento, cuja previsão para o exercício era 25% de execução, atingindo apenas 0%, mas que houveram reformas, manutenções e adequações nos setores/prédios da PGE; 01123 - em andamento, com previsão de 25% de execução e sendo realizado 10%; 01124 - em andamento, possuindo previsão de 25% de execução e não atingindo o percentual previsto; 01125 - em andamento, com previsão de 25% execução, não atingindo o percentual previsto para o exercício; 01126, com situação em andamento, tendo atingido 70% de execução, ultrapassando assim, o planejado para o período; 01127 - em andamento, cuja previsão era de 25% de execução, tendo realizado 0%; e, 01128 - em andamento, com previsão de 25 % de execução, não sendo executado. Bem como, é composto por 2 (duas) Iniciativas, sendo: 01758 e 01759. Para essas iniciativas estava previsto um investimento de total de R$ 7.468.935,31, sendo executado um quantitativo de R$ 3.714.390,18, o que equivale a quase 50 % de execução em relação ao previsto. Já quando se considera os valores apresentados no relatório de acompanhamento/monitoramento do PPA do SIGEF, a previsão da LOA era R$ 3.040.000,00, sendo o realizado um total de 2.277.092,33, o que representa uma execução/investimento de 75%. Por último, verifica-se que, das 8 (oito) metas previstas, 7 (sete) estão em andamento e, destas, a 01126 ultrapassou a previsão para o exercício. Dessa maneira, pode-se afirmar que o objetivo tem uma boa execução em andamento, sendo postas em execução uma média de 87,5% das metas. Além disso, houve um investimento de quase 50 % em relação ao previsto no período em análise, que representa um total de investimento de R$ $ 3.1714.390,18.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

1121 - **Construir e instalar nova sede para atender a todos os setores da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) na Capital**

Avaliação da Meta:

De acordo com o resultado do monitoramento realizado entre os meses de janeiro a abril do ano de 2023, nenhuma ação pertinente à referida meta foi desenvolvida no período, permanecendo na situação não iniciada. Informa-se que, ainda está em fase de planejamento para elaboração do projeto da nova sede.

Código e descrição da Meta:
1122 - Construir, Modernizar e Expandir os Núcleos Regionais e Núcleo Especial junto aos Tribunais Superiores da Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Avaliação da Meta:

A partir do monitoramento realizado de janeiro a dezembro do ano de 2023 e, apesar da impossibilidade de aferição da meta, pode-se informar que algumas obras encontram-se contratadas, umas em andamento, outras na iminência de serem finalizadas e outras totalmente concluídas, como: a reforma no prédio onde funcionará a sede da PGE de Caicó/RN - EM FASE DE CONCLUSÃO; reforma física e melhoria nas instalações elétricas no prédio da Assessoria Governamental de Atos Normativos – AGOV; Contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços comuns de engenharia destinados a manutenção e adequação dos prédios públicos da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte (PGE/RN), com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra especializada, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — SINAPI, nos Municípios de Natal/RN, Caicó/RN, Pau dos Ferros/RN e Mossoró/RN, ou qualquer nova Unidade que venha a ser implantada no estado do Rio Grande do Norte; Construção da Casa do Gerador do prédio da PGE, para adequação da padronização da entrada de energia da COSERN - CONCLUÍDA; Reforma da cobertura da sede da PGE - CONCLUÍDA; Reforma do Gabinete do Procurador-Geral do Estado e da Sala da Assessoria Técnica - CONCLUÍDA. Ressalta-se que, para 2023 estava previsto a realização de 25%, mas os setores responsáveis pela medição da meta afirmam que não tem condições de aferir o percentual executado, por isso, a quantitativo de execução está com 0%, não se tendo como apresentar o resultado obtido numericamente durante o exercício, ficando com a situação em andamento. Ressalta que, a meta foi reprogramada para o PPA Participativo 2024-2027.

Código e descrição da Meta:
1123 - Reequipar e informatizar a Sede, Núcleos Regionais e Núcleo Especial da Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Avaliação da Meta:

Entre janeiro e fevereiro do ano de 2023, inferiu-se a aquisição de 9 aparelhos de televisões, sendo 4 destinados aos Núcleos Regionais de Mossoró, Pau dos Ferros, Caicó e o NETS-Brasília para compor o sistema de videoconferência. Bem como, foi distribuída/trocado computadores e/ou telas de alguns setores da PGE. E, de março a outubro, não foi informado aquisições de mobiliário e equipamentos, mas que estão em andamento processos licitatórios para essas aquisições, no intuito de melhorar as atividades de todos os setores do órgão e tornar a prestação dos serviços mais eficientes. Ressalta-se que, para 2023 estava previsto a realização de 25%, mas com a aferição só foi realizada até o mês de outubro, a execução atingiu o quantitativo de 10%, não se tendo como apresentar o resultado obtido até o final do exercício, ficando com a situação em andamento. Tentou-se desenvolver diversas estratégias para obtenção das informações do último bimestre, no entanto, não surtiram os efeitos esperados. Além disso, constata-se uma ausência de identificação do setor responsável da PGE/RN pelos dados dessa meta, com o processo de monitoramento e avaliação do PPA Participativo 2020-2023. Entretanto, essa meta foi reprogramada para o PPA Participativo 2024-2027.

Código e descrição da Meta:
1124 - Elaborar e implantar o Plano de Comunicação Institucional (PCI) da Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Avaliação da Meta:

Em 2022, foi elaborado o plano de Comunicação Institucional (PCI) da PGE e encaminhado para o Gabinete deste órgão. E, em 2023, o setor responsável estava aguardando a aquiescência para posterior implantação. Assim, de acordo com as informações que constam no relatório de Acompanhamento de Metas do PPA, estava previsto 25% de implementação do referido plano, constatando que não houve atividade desenvolvida no período, estando a situação em andamento. No entanto, não se tem como apresentar os motivos da não implantação do plano e quais ações desenvolvidas para tentar promover essa implantação. Ressalta-se que, essa meta foi reprogramada para o PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:
1125 - Reestruturar administrativamente a Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Avaliação da Meta:

Em 2023, foram adotadas medidas de reestruturação administrativa na Procuradoria-Geral do Estado (PGE), tais como: Construção do Planejamento Estratégico; Estudo para

ampliação de estagiários de outras áreas (informática, gestão pública, pedagogia, dentre outras); Elaboração de minuta para o Plano de Promoção e Progressão de Carreira dos Servidores; a Lei Complementar Nº 739, de 21 de julho de 2023, que dispõe sobre o Sistema de Assessoramento Jurídico Estadual, transforma cargos do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e dá outras providências, em que dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema de Assessoramento Jurídico Estadual e a transformação de cargos do Quadro de Pessoal da(PGE) e as suas respectivas remunerações, atribuições e requisitos para investidura, assim, incorporando o quantitativo de 55 Assessores Jurídicos a estrutura do órgão, dentre outras. E, de acordo com as informações que constam no relatório de Acompanhamento de Metas do PPA, estava previsto 25% de implementação da reforma administrativa do órgão, no qual apresenta um percentual de execução em 0% em 2023, pois o setor responsável pela aferição, informou que não tem como medir, pois o método de apuração é inviável. Além disso, não se tem como apresentar fatores mais detalhados da execução, devido ao setor responsável não informar os motivos e/ou ações desenvolvidas para promover essa reestruturação administrativa. Ressalta-se que, essa meta foi reprogramada para o PPA 2024-2027.

No entanto, apesar da impossibilidade de aferição da meta, pode-se informar que algumas obras encontram-se contratadas, umas em andamento, outras na iminência de serem finalizadas e outras totalmente concluídas, como: a reforma no prédio onde funcionará a sede da PGE de Caicó/RN - EM FASE DE CONCLUSÃO; reforma física e melhoria nas instalações elétricas no prédio da Assessoria Governamental de Atos Normativos – AGOV; Contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços comuns de engenharia destinados a manutenção e adequação dos prédios públicos da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte (PGE/RN), com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra especializada, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — SINAPI, nos Municípios de Natal/RN, Caicó/RN, Pau dos Ferros/RN e Mossoró/RN, ou qualquer nova Unidade que venha a ser implantada no estado do Rio Grande do Norte; Construção da Casa do Gerador do prédio da PGE, para adequação da padronização da entrada de energia da COSERN - CONCLUÍDA; Reforma da cobertura da sede da PGE - CONCLUÍDA; Reforma do Gabinete do Procurador-Geral do Estado e da Sala da Assessoria Técnica - CONCLUÍDA. Assim, algumas obras ajudam a remodelar a estrutura do órgão, dando mais conforto ao servidor, bem como, ampliados os espaços que, consequentemente, melhora os serviços e auxiliar na reforma administrativa.

Código e descrição da Meta:
1126 - Implantar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Avaliação da Meta:

Em dezembro de 2022, a PGE/RN esteve em tratativas com o TCE/RN para a construção do Planejamento Estratégico do nosso órgão. Essa parceria foi firmada através do Acordo de Cooperação Técnica, estabelecido em 19 de dezembro de 2022. Em 2023, entre os

meses de março e abril, teve a reunião com TCE/RN para iniciar a construção do referido Plano, a formação do Grupo de Trabalha – GT 10 e a elaboração do Plano de Ação. E, de maio a junho, foram realizadas diversas atividades, tais como: apresentação do trabalho de sensibilização dos servidores acerca da temática; lançamento do início dos trabalhos; workshop para formulação do Mapa Estratégico. Durante os meses de junho e agosto, deu-se continuidade ao processo através das seguintes atividades: Reunião Gerencial com a Gestão; Workshop de Indicadores e Iniciativas Estratégicas; Reunião Gerencial do GT10; e, Reunião de Planejamento das ações a serem desenvolvidas. Além disso, nos meses de setembro e outubro, foi realizada a Pesquisa de Levantamento de Ideais de Ações Institucionais (SURVEY), em seguida, houve a compilação dos dados por parte do TCE e, o GT10, as analisou e aprovou. E, em novembro e dezembro, foi elaborado o Encarte do Plano e o Portfólio de indicadores, bem como, em dezembro ocorreu o lançamento do Plano Estratégico Institucional – PEI e foi elaborado o cronograma de reuniões setoriais para o ano de 2024. Assim, a conclusão do PEI e sua implantação ocorrerão no exercício seguinte. Essa é uma ferramenta muito importante para PGE/RN, pois norteará o caminho que visa melhorar as atividades e processos do órgão.

De acordo com o resultado do monitoramento realizado entre os meses de janeiro a dezembro do ano de 2023, constata-se que estava previsto 25% para implementação do plano, no qual apresenta um percentual de execução em 70% em 2023. Esse bom desempenho aconteceu devido à execução das etapas que estavam planejadas para exercícios anteriores, estarem sendo executadas nesse período. Ressalta-se o empenho da gestão e dos servidores para o desenvolvimento desse processo. Ressalta-se que, essa meta permanece em execução no ano de 2024 foi reprogramada para o PPA Participativo 2024-2027.

Código e descrição da Meta:

1127 - Ampliar a equipe técnica da Divisão de Informática (DI), da Contadoria Judicial e Estatística (DCJE), de Recursos Humanos e Material (DRHM), e de Planejamento e Finanças (DPF) da Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Avaliação da Meta:

Na aferição de janeiro a dezembro do ano de 2023, constatou-se que não foi verificado aumento do quantitativo da equipe técnica da DI, DCJE, DRHM e DPF. No entanto, ocorreu a substituição e/ou remanejo de servidores dos setores, mas esse processo não ampliou as equipes setoriais. Por outro lado, como não há a permissão de concurso público, a gestão vem buscando incessantemente a cessão e/ou termo de cooperação para servidores que detenham expertise nas áreas relacionadas às competências dos setores supracitados. E, de acordo com as informações que constam no relatório de Acompanhamento de Metas do PPA, estava previsto 25% da equipe técnica do órgão, no qual atingiu esse percentual de execução em 0%, devido aos motivos já citados e não sendo apresentado informações detalhadas sobre os trâmites ou ações empreendidas para captar mais servidores. No entanto, não se tem como apresentar realizar análises mais profundas sobre o exercício,

ficando com a situação em andamento. Ressalta-se que, essa meta foi reprogramada para o PPA 2024-2027.

Código e descrição da Meta:
1128 - Ampliar a rede de atendimento ao público da Procuradoria da Dívida Ativa (PDA)

Avaliação da Meta:

A partir do monitoramento realizado entre os meses de janeiro a junho do ano de 2023, não foi adotada nenhuma medida efetiva que tenha importado na ampliação da rede de atendimento da Procuradoria da Dívida Ativa (PDA), que permanece a mesma do exercício de 2022. E, de acordo com as informações que constam no relatório de Acompanhamento de Metas do PPA, estava previsto 25% de ampliação da rede de atendimento ao público, mas o atingindo um desempenho foi 0%. No entanto, não se tem como apresentar o resultado obtido até o final do exercício devido o setor responsável não apresentar as informações referentes ao 2º semestre, ficando com a situação em andamento. Dessa forma, não se tendo subsídios para a realização de uma avaliação mais aprofundada, bem como, inviável demonstrar as restrições ou esforços para a concretização da referida meta. Ressalta-se, ainda, que a meta foi reprogramada.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:
01758 - Construção, aparelhamento e adaptação dos espaços físicos para funcionamento das atividades da Sede, dos Núcleos Regionais e Núcleo Especial junto aos Tribunais Superiores da PGE;
01759 - Informatização da Sede, Núcleos Regionais e Núcleo Especial da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) com equipamento, material permanente e desenvolvimento de sistemas de tecnologia da informação.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa **01758 -** Construção, aparelhamento e adaptação dos espaços físicos para funcionamento das atividades da Sede, dos Núcleos Regionais e Núcleo Especial junto aos Tribunais Superiores da PGE está vinculada a Subação 110601 - Construção, Reforma e Ampliação da Sede e dos Núcleos Regionais sendo orçado um quantitativo de R$ 2.931.984,29 reais e, desse total, foi executado/empenhado R$ 1.188.071,16 reais, o que representa um total de 40,5% de investimento.

A iniciativa **01759 -** Informatização da Sede, Núcleos Regionais e Núcleo Especial da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) com equipamento, material permanente e desenvolvimento de sistemas de tecnologia da informação está vinculada a Subação 131801 - Reequipamento e Informatização da Procuradoria Geral do Estado. Para essa subação foi

orçado um quantitativo de R$ 4.536.951,02 reais e, desse total, foi executado/empenhado R$ 2.526.319,02 reais, o que representa um total de 55,7% de investimento.

Dessa forma, o valor orçado total foi de R$ 7.468.935,31 reais e desse total, foi executado/empenhado R$ 3.714.390,18 reais, o que representa um total de quase 50 % de investimento, atingindo um desempenho regular.

No entanto, não foram apresentados pelos setores responsáveis, as restrições para a regular execução dos recursos, se por falta de disponibilidade financeira/orçamentária, por remanejamento ou devido a outros fatores de ordem operacional/administrativa.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avaliação geral setorial:

Inicialmente, frisa-se que as despesas realizadas em 2023 proporcionaram um aperfeiçoamento do papel da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). No entanto, a quantidade de Procuradores do Estado se mostrou menor ao fim do ano.

Neste sentido, a meta de aumento do nível de recuperação da Dívida Ativa tem sido parcialmente alcançada nos últimos anos. Sempre buscando melhorar o índice de recuperação do estoque da Dívida Ativa. Embora tenha havido informação plausível sobre a execução da meta, não se pode dizer que não está havendo ações para um crescimento sustentável do nível de recuperação, pois em 2023 houve instauração do REFIS, que até 31/10/2023, no âmbito da SEFAZ foram renegociados débitos tributários (ICMS, ITCD) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) tratou dos débitos não-tributários (IPVA, DÍVIDA ATIVA), assim, “o balanço parcial revelado pelo Governo foi de que o Novo REFIS 2023 teve adesão de 18.961 contribuintes, com cerca de R$ 500 milhões renegociados. Somente da Dívida Ativa (PGE/RN) foram realizadas mais de 14 mil negociações, que envolveram uma dívida total consolidada na ordem de R$ 250 milhões de reais, permitindo uma arrecadação imediata superior a R$ 18 milhões na primeira etapa”, o que ajuda a elevar o índice de recuperação anual.

Posto isto, a PGE/RN possui 5 objetivos e destes, os que obtiveram mais resultados positivos (execução) foram: Objetivo 0427 - Política de Gestão de Pessoal, Qualificação e Capacitação dos Servidores e Procuradores, que das 6 (metas) metas previstas, quatro estão em andamento e, destas a 01134 ultrapassou a previsão para o exercício. Dessa maneira, pode-se afirmar que o objetivo tem uma execução boa, sendo postas em execução média de 75% das metas. Além disso, houve um investimento de 50% em relação ao previsto no período em análise, que representa um total de R$ 4.307.573,03 reais.

Outro foi o Objetivo 0428 - Ampliar, Reestruturar e Expandir a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que das 8 (oito) metas previstas, 7 (sete) estão em andamento e, destas a 01126 ultrapassou a previsão para o exercício, meta muito importante para Órgão, pois refere-se ao Planejamento Estratégico, que norteará o caminho até o horizonte de 20230. Dessa maneira, pode-se afirmar que o objetivo tem uma boa execução, sendo postas em execução uma média de 87,5% das metas. Além disso, houve um investimento de quase 50% em relação ao previsto no período em análise, o que representa um total de investimento de R$ $ 3.1714.390,18.

No tocante às metas, em 2023, a PGE/RN possui o quantitativo de 26. Após análises, verificou-se que apenas 01 meta estava com situação “Ações Preparatórias”, o que representa 4% do total; por outro lado, teve-se 09 com status de “Não iniciada”, o que equivale a 34,5%

do geral; e, atingiu-se 16 metas “Em andamento”, o que representação um percentual de 61,5 % do total geral. Entretanto, nenhuma foi “Concluída” no exercício.

Além disso, a situação de regularidade da execução das metas, iniciativas e subações podem ser justificadas também, devido à escassez de recursos humanos do órgão. Assim, o baixo quantitativo de servidores dificulta a execução dos projetos e seus andamentos e continuidades. Bem como, os problemas de concepção dos métodos de aferição das metas.

Por fim, de maneira geral, foram orçadas para as subações vinculadas às iniciativas um valor total de R$ 16.092.924,81 reais e esse, sendo executado/empenhado um montante de R$ 9.191.276,85 reais, o que representa um total de 46,36 % de investimento.

Apesar da situação econômica perdurar ainda no ano de 2023, os recursos disponíveis para a Procuradoria Geral do Estado (PGE), no decorrer desse exercício financeiro, atendeu em partes as prioridades elencadas anteriormente, em razão das atividades executadas pelo órgão não demandarem recursos fora do planejado inicialmente que constam no Plano Plurianual.

Neste sentido, as principais restrições identificadas na execução e/ou monitoramento do PPA 2020-2023, exercício 2023, foram de ordem administrativas, gerenciais e orçamentárias, devido à dificuldade de identificação e conexão dos setores e seus respectivos coordenadores, no tocante ao entendimento da importância do acompanhamento e monitoramento das metas do PPA 2020-2023 e, consequentemente, da disponibilidade das informações acerca da execução da metas a serem inseridas no SIGEF, no módulo PPA, na parte de Acompanhamento de Metas e Agendas Transversais, dificultando o monitoramento e, posteriormente, alguns métodos de aferição apresentarem e/ou dificultarem as medições das metas, o que inviabiliza refletir a real execução das metas deste órgão. E assim, dificultando uma análise mais profunda e fidedigna da execução dos objetivos, metas, iniciativas e subações.

Para tentar reverter esse quadro ausência de prestação de informações, foi realizada reunião de sensibilização com as setoriais responsáveis pelo monitoramento das metas e por suas respectivas informações repassadas a UPI, no intuito de contextualizar a importância do PPA e do seu ciclo, bem como, os prazos de cadastrados dos dados de execução das metas e sua situação, além da possibilidade de bloqueio orçamentário do órgão. Somam-se também, a disponibilização de planilha de acompanhamento via SEI para alimentar bimestralmente as metas (nessa planilha contém todas as informações da meta e o método de apuração), bem como, contatos telefônicos para cobrar e auxiliar na prestação das informações. No entanto, ainda encontramos dificuldade de disponibilização das informações por parte dos setores da PGE/RN.

Além disso, a regular execução das metas, iniciativas e subações podem ser justificadas também, devido à escassez de recursos humanos do órgão. Assim, o baixo quantitativo de servidores dificulta a execução dos projetos e seus andamentos e continuidades.

Recomendações:

Algumas metas e iniciativas planejadas originalmente no Plano Plurianual tiveram que aguardar o novo exercício, devendo haver um redimensionamento do planejamento e priorização das metas e iniciativas que possam ser executadas para contribuir com o processo de modernização da PGE já iniciado.

Além disso, há necessidade de reformular, adequar e/ou excluir as metas identificadas pelos colaboradores setoriais responsáveis pelas informações/monitoramento do órgão, justificam que não tem como aferir sua medição e/ou o método de apuração não está adequado e impossibilita seu acompanhamento e, assim, não contribuindo para evidenciar a real execução do órgão.

Bem como, a necessidade de aumentar o quadro de técnicos da Unidade de Planejamento, Modernização e Inovação da PGE/RN, que é responsável por gerenciar o ciclo do PPA no órgão.

Como também, ampliar os recursos orçamentários e financeiros para PGE/RN, principalmente agora, para a execução do Planejamento Estratégico que propõe mudanças profundas nos processos, atividades e estrutura física, organizacional, material e pessoal do órgão.

Isto posto, é importante que a SEPLAN disponibilize mais orçamento para PGE/RN, para colocar os planos, projetos e atividades em execução, principalmente para a execução do Plano Estratégico Institucional - PEI. Além disso, reveja o período de estimado para a realização da avaliação anual, pois o mês de janeiro é um período que uma parte dos servidores estaduais estão de férias, bem como o servidor da PGE/RN responsável por esta tarefa, o que dificulta o aprimoramento das informações e a construção do relatório setorial.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (**X**) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

Não há indicadores concernentes à Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE), instituição de natureza permanente e essencial à Justiça e à Administração Pública Estadual, compete, com exclusividade, exercer a representação judicial, extrajudicial e a consultoria jurídica do Estado do Rio Grande do Norte. Conforme estabelece a Lei Complementar nº 240, de 27 de junho de 2002.

Incumbe, ainda, o assessoramento jurídico ao Poder Executivo, nos termos desta Lei Complementar. E são princípios institucionais do órgão a legalidade, a moralidade, a indisponibilidade do interesse público e coletivo, a unidade e a indivisibilidade. A PGE/RN é diretamente subordinada ao Governador do Estado.

Neste sentido, o Relatório de Avaliação do PPA tem como objetivo apresentar a avaliação da execução das atividades e projetos que constam nos exercícios do Plano Plurianual 2020-2023 da PGE/RN.

Assim, o PPA 2020-2023 da PGE/RN está vinculado ao Programa 5002 - O Estado a serviço da sociedade, possuindo 5 objetivos (0424 - Assessorar juridicamente a Administração Pública na formulação, implementação e defesa das políticas públicas; 0425 - Promover a prevenção e redução da litigiosidade envolvendo a Administração Pública estadual; 0426 - Assegurar o acesso público à informação, através da sistematização da legislação estadual; 0427 - Política de Gestão de Pessoal, Qualificação e Capacitação dos Servidores e Procuradores; e, 0428 - Ampliar, Reestruturar e Expandir a Procuradoria-Geral do Estado - PGE). Além disso, no quadriênio possui 27 metas e iniciativas ligadas a 11 subações, que de maneira geral, foram orçadas para as subações vinculadas às iniciativas um valor total de R$ 52.888.625,86 reais e esse, sendo executado/empenhado um montante de R$ 23.795,252,55 reais, o que representa um total de quase 45 % de investimento.

Dessa maneira, os principais pontos analisados foram: o alcance dos objetivos; execução das metas; e, execução orçamentária entre o previsto e o realizado. Além, dos problemas enfrentados no decorrer do período.

Entretanto, ressalta que, o período pandêmico da Covid-19, acompanhado do momento de crise econômica, durante os anos de 2020 e 2021, impactaram profundamente na execução das atividades e projetos da PGE/RN.

Por fim, este documento está estruturado em cinco partes: a primeira, refere-se aos objetivos da avaliação; a segunda, faz uma caracterização do PPA do Órgão e suas respectivas políticas públicas; em seguida, a terceira, aborda a metodologia empreendida para realizar a construção da referida avaliação; a quarta parte promove uma avaliação geral dos resultados; e por fim, a quinta e última parte, é apresentada uma síntese dos resultados e as recomendações.

Do Objetivo da Avaliação

Avaliar é o meio pelo qual podemos identificar os resultados alcançados ou não de um projeto, programa, plano ou atividade. Assim, de acordo com Nascimento (2006, p. 81), é por meio dela que se verificam os resultados obtidos, ou seja, torna-se possível a verificação da efetividade na execução de seus programas e revisão dos objetivos e metas definidas inicialmente".

Dessa maneira, o objetivo dessa avaliação é analisar os resultados obtidos na execução do PPA Participativo 2020-2023 da PGE/RN, por meio do alcance dos seus objetivos, metas, iniciativas e execução orçamentária. Isto é, será avaliado o período de vigência do PPA 2020-2023 e o exercício 2023 do PPA, bem como, avaliado os objetivos a partir do cumprimento e situação de metas, comparando o planejado com o executado, estabelecendo o percentual de execução das

metas.

Ademais, a utilidade da avaliação, enquanto mecanismo que permite o conhecimento sobre o andamento e os resultados da política pública, sendo importantes para nortear o andamento das atividades e fazer correções de rumo, além de auxiliar na tomada de decisão.

Além disso, essas informações são importantes para subsidiar o Plano Estratégico Institucional em que se encontra em fase final de elaboração. Dessa maneira, as informações constantes no monitoramento e na avaliação, aonde já foram e serão utilizadas para traçar o plano e orientar à gestão na tomada de decisão.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

Quando se inicia o processo de formulação de políticas públicas, nos deparamos com a função essencial do Estado, que é promover a elaboração das políticas, sua mediação, implementação, monitoramento e avaliação. E, dessa maneira, são construídas etapas delimitadas, que organizam e estruturam o que chamamos de política pública (Secchi, 2010, p. 34).

Neste sentido, o PPA 2020-2023 da PGE/RN está vinculado ao Eixo 0005 - Governança Administrativa e Financeira e ao Programa 5002 - O Estado a serviço da sociedade. Além disso, possui três (3) Diretrizes (00078 - Modernização da estrutura administrativa do Estado; 00122 - Valorizar o servidor e prestar serviços com eficiência; e, 00123 - Promover a segurança jurídica da gestão e controle da legalidade, exercendo a representação judicial, extrajudicial, consultoria e o assessoramento jurídico), bem como, cinco (5) objetivos (0424 - Assessorar juridicamente a Administração Pública na formulação, implementação e defesa das políticas públicas; 0425 - Promover a prevenção e redução da litigiosidade envolvendo a Administração Pública estadual; 0426 - Assegurar o acesso público à informação, através da sistematização da legislação estadual; 0427 - Política de Gestão de Pessoal, Qualificação e Capacitação dos Servidores e Procuradores; e, 0428 - Ampliar, Reestruturar e Expandir a Procuradoria-Geral do Estado - PGE) e possui 27 metas e iniciativas ligadas a 11 subações.

Ressalta-se que, o Órgão não possui ou é responsável por indicadores do programa, como também, não foi vinculado/relacionado com as agendas transversais, agendas ODS e ao atendimento das demandas da população (neste caso, por não ter sido apresentado demanda pelos cidadãos potiguares), além de se tratar de Órgão da Administração Direta, com caráter de atividades meio, que desempenha a função de assessorar o chefe do Executivo e a Administração Estadual.

Metodologia

O propósito da avaliação é confrontar os efeitos de uma política e seus programas com os objetivos que eles pretendiam alcançar, conforme critérios explícitos de julgamento. Por sua vez, a matéria-prima para que os avaliadores façam seu trabalho são informações fornecidas pelo monitoramento (LASSANCE, 2022, p. 152).

Neste sentido, o tipo de avaliação utilizado para esse fim foi a “ex-post” por verificar se os efeitos da ação governamental são coerentes com a concepção que motivou a intervenção. Se não forem, o que a avaliação fará é investigar se isso se deveu a problemas na implementação ou a falhas de consistência da concepção (LASSANCE, 2022, p. 152).

Assim, a metodologia é a parte em que é feita uma descrição minuciosa e rigorosa do objeto de estudo, bem como das técnicas utilizadas nas atividades de pesquisa. Para isso, foram consultados os setores do Órgão para participarem da construção da avaliação, mas não houve disponibilidade. Neste caso, a avaliação foi realizada pela Unidade de Modernização, Planejamento e Inovação - UPI.

Inicialmente, foram impressos e analisados os relatórios do SIGEF no Módulo PPA (Demonstrativo de Programa Temático PPA 2020-2023; Demonstrativo Acompanhamento de Metas e Agendas Transversais - Relatório de Monitoramento) e no Módulo Orçamento (Imprimir Execução

Orçamentária por Órgão/Programa/Subação). Assim, foram utilizados esses documentos oficiais/originais, bem como, as planilhas de monitoramento contidas no processo SEI, encaminhado aos setores bimestralmente, nos exercícios de 2022 e 2023, para a elaboração da referida avaliação.

Tanto a coleta quanto à análise dos dados foi iniciada na PGE/RN. Posteriormente, foram utilizadas técnicas estatísticas para interpretar e analisar os dados, através de planilhas de excel, sendo elaborado uma tabela sobre a execução orçamentário do período 2020- 2023, como também, um quadro resumo da execução das metas dos anos de 2022 e 2023, além da realização de busca de informações adicionais aos setores de órgão, de maneira informal.

Para a análise das metas, foi feita análise sobre o andamento/entrega das metas, considerando as informações registradas no SIGEF, por meio do Relatório de Acompanhamento das Metas e Agendas Transversais, bem como verificado sobre o processo de execução de cada uma das metas em relação à previsão, destacando aquelas que obtiveram um resultado mais significativo e seu papel no alcance do objetivo, apontando a situação das ações.

No tocante às iniciativas, foram avaliadas a partir dos diversos relatórios do SIGEF (Demonstrativo de Programa Temático PPA 2020-2023; Demonstrativo Acompanhamento de Metas e Agendas Transversais; e, Imprimir Execução Orçamentária por Órgão/Programa/Subação) seu cumprimento e execução das subações ou seja, comparando dados dos Relatórios com o que estava planejado com o executado, estabelecendo o percentual de execução das metas financeiras das subações orçamentárias.

No caso dos dados quantitativos, o órgão não possui ou é responsável por indicadores. Além disso, o órgão faz algumas referências às restrições enfrentadas no decorrer do período, principalmente, no quesito de prestação das informações por parte dos setores da PGE/RN.

Ressalta-se que, devido não ter ocorrido o monitoramento da execução das metas nos anos de 2020 e 2021 (ou a não inserção das informações total ou parcial no SIGEF), não se tem como realizar uma análise geral ou total do PPA 2020-2023. O que se realiza neste documento é uma análise das informações referentes aos exercícios de 2022 e 2023. No entanto, a análise da execução orçamentária será realizada para o quadriênio, por conter no SIGEF essas informações.

Avaliação Geral dos Resultados

A fase que se refere à avaliação de políticas e a eventual correção da ação, diz respeito à avaliação do desenvolvimento da política a partir do processo, dos impactos ocasionados e resultados, dos problemas no decorrer da execução, dentre outras possibilidades, ou seja, “[...] apreciam-se os programas já implantados no tocante a seus impactos efetivos. Trata-se de indagar os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder deduzir consequências para ações e programas futuros” (FREY, 2000, p. 228).

Inicialmente, frisa-se que as despesas realizadas no período 2020-2023 proporcionaram um aperfeiçoamento do papel da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), na medida do possível. No entanto, a quantidade de Procuradores do Estado e servidores se mostrou menor ao fim dos anos. Adicionalmente, o surgimento da Covid-19 em 2020, com o isolamento e distanciamento social que perdurou até 2021, além da crise econômica que se instaurou e assentou a crise no Estado do RN, no Brasil e no mundo, contribuíram para a paralisação e/ou não execução de algumas atividades, projetos e planos que estavam planejados para serem executados no quadriênio, especialmente, para os anos de 2020 e 2021, impactando profundamente o planejamento e a execução das atividades e projetos da PGE/RN.

Informamos ainda que, durante os exercícios de 2020 e 2021, não foram inseridas informações no SIGEF acerca do acompanhamento/monitoramento das metas do PPA. Dessa maneira, não se tem como realizar uma avaliação geral. No entanto, o que se pode analisar de maneira mais ampla, é a execução orçamentária, devido à existência completa de informações e dados, para cada ano.

Posto isto, a PGE/RN possui 5 objetivos e destes, os que obtiveram mais resultados positivos (execução) foram: Objetivo 0427 - Política de Gestão de Pessoal, Qualificação e Capacitação dos Servidores e Procuradores, que das 6 (seis) metas previstas, quatro estão em andamento e, destas a 01134 ultrapassou a previsão para o exercício. Dessa maneira, pode-se afirmar que o objetivo tem uma execução boa, sendo postas em execução média de 75% das metas.

Outro Objetivo foi 0428 - Ampliar, Reestruturar e Expandir a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que das 9 (nove) metas previstas, 7 (sete) estão em andamento e, destas a 01126 atingiu 70% de execução no quadriênio, meta muito importante para Órgão, pois refere-se ao Planejamento Estratégico, que norteará o caminho até o horizonte de 20230. Dessa maneira, pode-se afirmar que o objetivo tem uma boa regular, sendo postas em execução uma média de 78% das metas.

No entanto, os demais objetivos tiveram uma execução incipiente, em relação entre o previsto e o realizado. Um dos motivos são os métodos de aferição das metas, que não são claros ou o setor responsável pela medição não possui dados e ferramentas suficientes para análise e prestação da informação.

No tocante às metas, no quadriênio 2020-2023, a PGE/RN possui o quantitativo de 27. Após análises, verificou-se que foi apenas 01 meta com situação “Ações Preparatórias”; as demais estão com status “Não Iniciado” ou “Em andamento”; por outro lado, no exercício 2020 poucas foram informadas de sua situação (apenas num bimestre) e, em 2021, não houve informação. Assim, não temos como realizar uma análise mais profunda e nem apresentar um percentual em relação aos estados das metas. Bem como, precisaria de uma força-tarefa para rever as informações, números e informações inseridas no SIGEF no período de 2020 a 2022. Em 2023, as informações são mais claras e realistas, mesmo com a dificuldade da aferição devido aos métodos.

Dessa maneira, apresentamos um complicado da situação das metas por ano, vinculado ao seu respectivo Objetivo, podendo ser observado no Quadro 1.

QUADRO 1 - Resumo da situação das Metas do PPA 2020-2023, por ano.

OBJETIVO	**META**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
		Situação	**Situação**	**Situação**	**Situação**
0424	01146	N.I*	N.I	Não iniciado	Em andamento
	01147	N.I	N.I	Não iniciado	Em andamento
0425	01138	N.I	N.I	Em andamento	Em andamento
	01139	N.I	N.P**	N.P	Não iniciado
	01140	N.I	N.P	N.P	Ações preparatórias
	01141	N.I	N.P	N.P	Não iniciado
	01142	N.I	N.I	Não iniciado	Em andamento
	01143	N.I	N.I	Não iniciado	Não iniciado
	01144	N.I	N.I	Em andamento	Não iniciado

	01145	N.I	N.I	Não iniciado	Não iniciado
0426	01136	N.I	N.I	Não iniciado	Não iniciado
	01137	N.I	N.I	Em andamento	Em andamento
0427	01130	Não iniciado	N.I	Em andamento	Não iniciado
	01131	Em andamento	N.I	Em andamento	Em andamento
	01132	Em andamento	N.I	Não iniciado	Em andamento
	01133	Não iniciado	N.P	N.P	Em andamento
	01134	Em andamento	N.I	Em andamento	Em andamento
	01135	Em andamento	N.I	Em andamento	Não iniciado
0428	01121	Não iniciado	N.I	Não iniciado	Não iniciado
	01122	Não iniciado	N.I	Em andamento	Em andamento
	01123	Em andamento	N.I	Em andamento	Em andamento
	01124	Não iniciado	N.I	Em andamento	Em andamento
	01125	Não iniciado	N.I	Em andamento	Em andamento
	01126	Não iniciado	N.I	Não iniciado	Em andamento
	01127	Não iniciado	N.I	Em andamento	Em andamento
	01128	Em andamento	N.I	Em andamento	Em andamento
	01129	Não iniciado	N.I	N.P	N.P

Fonte: elaborado pelo órgão, 2023. *N.I - Não informado pelo órgão; **N.P - Não programada para o exercício (meta).

A respeito da execução das metas, apresentamos um complicado contendo a relação entre o previsto e o realizado por ano, vinculando ao seu respectivo Objetivo. Assim, podendo ser verificado no Quadro 2.

QUADRO 2 - Resumo da execução das Metas do PPA 2020-2023, por ano.

OBJETIV	META	2020	2021	2022	2023

O		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
0424	01146	**1**	N.I*	**1**	N.I	**1**	0	**1**	0
	01147	**5%**	N.I	**5%**	N.I	**5%**	4,5%	**5%**	0%
0425	01138	**25%**	N.I	**25%**	N.I	**25%**	40%	**25%**	0%
	01139	**1**	N.I	**N.P****	N.P	**N.P**	N.P	**1**	0
	01140	**1**	N.I	**N.P**	N.P	**N.P**	N.P	**1**	0
	01141	**1**	N.I	**N.P**	N.P	**N.P**	N.P	**1**	0
	01142	**1**	N.I	**1**	N.I	**1**	0	**1**	0
	01143	**25%**	N.I	**25%**	N.I	**25%**	0	**25%**	0%
	01144	**25%**	N.I	**25%**	N.I	**25%**	21,5%	**25%**	0%
	01145	**25%**	N.I	**25%**	N.I	**25%**	0	**25%**	0%
0426	01136	**25%**	N.I	**25%**	N.I	**25%**	0%	**25%**	0%
	01137	**25%**	N.I	**25%**	N.I	**25%**	30%	**25%**	10%
0427	01130	**1**	0	**1**	N.I	**1**	1	**1**	0
	01131	**80**	0	**80**	N.I	**80**	1	**80**	55
	01132	**30**	0	**30**	N.I	**30**	0	**30**	5
	01133	**1**	0	**N.P**	N.P	**N.P**	N.P	**1**	0
	01134	**144**	144	**144**	N.I	**144**	219	**144**	181
	01135	**25%**	10%	**25%**	N.I	**25%**	15%	**25%**	0%
	01121	**25%**	0%	**25%**	N.I	**25%**	0%	**25%**	0%
	01122	**25%**	0%	**25%**	N.I	**25%**	8%	**25%**	0%
	01123	**25%**	25%	**25%**	N.I	**25%**	6%	**25%**	10%

0428	01124	**25%**	0%	**25%**	N.I	**25%**	25%	**25%**	0%
	01125	**25%**	0%	**25%**	N.I	**25%**	50%	**25%**	0%
	01126	**25%**	0%	**25%**	N.I	**25%**	0%	**25%**	70%
	01127	**25%**	0%	**25%**	N.I	**25%**	6%	**25%**	0%
	01128	**25%**	10%	**25%**	N.I	**25%**	100%	**25%**	0%
	01129	**1**	0%	**1**	N.I	**N.P**	N.P	**N.P**	N.P

Fonte: elaborado pelo órgão, 2023. *N.I - Não informado pelo órgão; **N.P - Não programado para o exercício (meta).

Além disso, a situação de regularidade da execução das metas, iniciativas e subações podem ser justificadas também, devido à escassez de recursos humanos do órgão. Assim, o baixo quantitativo de servidores dificulta a execução dos projetos e seus andamentos e continuidades. Bem como, os problemas de concepção dos métodos de aferição das metas.

Por fim, de maneira geral, foram orçadas para as subações vinculadas às iniciativas um valor total de R$ 52.888.625,86 reais e esse, sendo executado/empenhado um montante de R$ 23.795,252,55 reais, o que representa um total de quase 45 % de investimento, como por ser verificado na Tabela 1.

TABELA 1 - Relação percentual entre os valores orçado e empenhado para o período de 2020-2023.

ANO	ORÇADO	EMPENHADO	% EXECUTADO
2020	10.615.271,98	3.915.234,85	36,88%
2021	12.109.377,76	4.164.870,87	34,39%
2022	14.071.051,31	6.523.869,98	46,36%
2023	16.092.924,81	9.191.276,85	57,11%
Total	**52.888.625,86**	**23.795.252,55**	**44,99%**

Através da tabela 1, verifica-se que no decorrer do quadriênio, entre os anos de 2020 e 2021, houve uma queda na execução, isso pode ter ocorrido devido ao período pandêmico, onde as atividades presenciais foram paralisadas, sendo desenvolvidas remotamente. Por outro lado, percebe-se que o desempenho nos anos de 2022 e 2023 aumentaram consideravelmente, em relação ao período da Covid-19. Apesar da situação econômica perdurar ainda no ano de 2023, os recursos disponíveis para a Procuradoria Geral do Estado (PGE), no decorrer desse exercício financeiro, atendeu em partes as prioridades elencadas anteriormente, em razão das atividades executadas pelo órgão não demandarem recursos fora do planejado inicialmente que constam no Plano Plurianual.

Além disso, os objetivos e metas do Órgão não foram vinculados com as agendas transversais e agendas ODS, assim como o atendimento das demandas da população (neste caso, não foram apresentadas demandas referentes as atividades e atribuições da PGE/RN, acredita-se devido ser um órgão de atividade-meio, que presta assessoria jurídica ao Estado).

Portanto, o documento apresentado acerca da execução do plano ao longo do período de vigência, apresenta informações relevantes a partir das informações obtidas pelo monitoramento, que evidencia detalhamento das fases de execução das políticas públicas e atividades do órgão. Além disso, auxilia na organização das ideias e na racionalização da compreensão do planejamento,

possibilitando aos gestores e tomadores de decisões, a construírem um referencial comparativo para que havendo ocorrências de fatos que possuem elementos diferentes, seja utilizado ou adequado.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Com o surgimento da Covid-19 em 2020, com o isolamento e distanciamento social que perdurou até 2021, além da crise econômica que se instaurou e assentou a crise no Estado do RN, no Brasil e no mundo e, contribuíram para a paralisação e/ou não execução de algumas atividades, projetos e planos que estavam planejados para serem executados no quadriênio, especialmente, especialmente para os anos de 2020 e 2021, impactando profundamente o planejamento e a execução das atividades e projetos da PGE/RN.

Como consequência, durante os exercícios de 2020 e 2021, não foram inseridas informações no SIGEF acerca do acompanhamento/monitoramento das metas do PPA. Dessa maneira, não se tem como realizar uma avaliação geral. No entanto, o que se pode analisar de maneira mais ampla, é a execução orçamentária, devido à existência completa de informações e dados, para cada ano.

Posto isto, a PGE/RN possui 5 objetivos e destes, os que obtiveram mais resultados positivos (execução) foram: Objetivo 0427 - Política de Gestão de Pessoal, Qualificação e Capacitação dos Servidores e Procuradores, que das 6 (seis) metas previstas, quatro estão em andamento e, destas a 01134 ultrapassou a previsão para o exercício. Dessa maneira, pode-se afirmar que o objetivo tem uma execução boa, sendo postas em execução média de 75% das metas.

Outro Objetivo foi 0428 - Ampliar, Reestruturar e Expandir a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que das 9 (nove) metas previstas, 7 (sete) estão em andamento e, destas a 01126 atingiu 70% de execução no quadriênio, meta muito importante para Órgão, pois refere-se ao Planejamento Estratégico, que norteará o caminho até o horizonte de 20230. Dessa maneira, pode-se afirmar que o objetivo tem uma boa regular, sendo postas em execução uma média de 78% das metas.

No entanto, os demais objetivos tiveram uma execução incipiente, em relação entre o previsto e o realizado. Um dos motivos são os métodos de aferição das metas, que não são claros ou o setor responsável pela medição não possui dados e/ou ferramentas suficientes para prestar as informações.

Por fim, de maneira geral, foram orçadas para as subações vinculadas às iniciativas um valor total de R$ 52.888.625,86 reais e esse, sendo executado/empenhado um montante de R$ 23.795,252,55 reais, o que representa um total de quase 45 % de investimento.

Soma-se ainda, a necessidade de apresentar as principais restrições identificadas na execução e/ou monitoramento do PPA 2020-2023, que foram de ordem administrativas, gerenciais, financeira/orçamentária, a crise da COVID-19, crise econômica, bem como, devido à dificuldade de identificação e conexão dos setores e seus respectivos coordenadores, no tocante ao entendimento da importância do acompanhamento e monitoramento das metas do PPA 2020-2023 e, consequentemente, da disponibilidade das informações acerca da execução da metas a serem inseridas no SIGEF, no módulo PPA, na parte de Acompanhamento de Metas e Agendas Transversais, dificultando o monitoramento e, posteriormente, alguns métodos de aferição apresentarem e/ou dificultarem as medições das metas, o que inviabiliza refletir a real execução das metas deste órgão. E assim, dificultando uma análise mais profunda e fidedigna da execução dos objetivos, metas, iniciativas e subações.

Para tentar reverter esse quadro ausência de prestação de informações, foi realizada reunião de sensibilização com as setoriais responsáveis pelo monitoramento das metas e por suas respectivas informações repassadas a UPI, no intuito de contextualizar a importância do PPA e do seu ciclo, bem como, os prazos de cadastrados dos dados de execução das metas e sua situação, além da possibilidade de bloqueio orçamentário do órgão. Somam-se também, a disponibilização

de planilha de acompanhamento via SEI para alimentar bimestralmente as metas nos exercícios de 2022 e 2023 (nessa planilha contém todas as informações da meta e o método de apuração), bem como, contatos telefônicos para cobrar e auxiliar na prestação das informações. No entanto, ainda encontramos dificuldade de disponibilização das informações por parte dos setores da PGE/RN.

Além disso, a regular execução das metas, iniciativas e subações podem ser justificadas também, devido à escassez de recursos humanos do órgão. Assim, o baixo quantitativo de servidores dificulta a execução dos projetos e seus andamentos e continuidades.

Recomenda-se que, uma revisão das informações prestadas, bem como, dos métodos de medição construídos durante a elaboração do plano, o que dificultou bastante a apuração do realizado das metas bimestralmente e, consequentemente, anualmente.

Além disso, recomenda-se que a SEPLAN reveja o período estimado para a realização da avaliação anual, pois o mês de janeiro é um período que grande parte dos servidores estaduais estão de férias, bem como o servidor da PGE/RN responsável por esta tarefa, o que dificulta o aprimoramento das informações e a construção do relatório setorial.

Referências

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão pública. São Paulo: Saraiva, 2006.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à análise de políticas públicas. In: Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, jun. de 2000, p. 211-259.

LASSANCE, Antônio. **Análise "ex ante" de políticas públicas**: fundamentos teórico-conceituais e orientações metodológicas para a sua aplicação prática. 1ª ed. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11399/1/td_analise_ex_ante_guia_metodologica_publicacao_preliminar.pdf. Acesso em: 29 jan. 2023.

PGE. Planilhas de Monitoramento Bimestral das Metas do PPA 2020-2023 do SEI, 2022.
_____. Planilhas de Monitoramento Bimestral das Metas do PPA 2020-2023 do SEI, 202

SECCHI, L. (2010). Políticas Públicas: conceitos, esquema3.s de análise, casos práticos. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.
SIGEF. Demonstrativo Acompanhamento de Metas e Agendas Transversais, 2020.
_____. Demonstrativo Acompanhamento de Metas e Agendas Transversais, 2021.
_____. Demonstrativo Acompanhamento de Metas e Agendas Transversais, 2022.
_____. Demonstrativo Acompanhamento de Metas e Agendas Transversais, 2023.
SIGEF. Demonstrativo de Programa Temático PPA 2020-2023.
SIGEF. Relatório Imprimir Execução Orçamentária por Órgão / Programa / Subação, 2020.
_____. Relatório Imprimir Execução Orçamentária por Órgão / Programa / Subação, 2021.
_____. Relatório Imprimir Execução Orçamentária por Órgão / Programa / Subação, 2022.
_____.Relatório Imprimir Execução Orçamentária por Órgão / Programa / Subação, 2023.

José Duarte Santana

Procurador-Geral do Estado Adjunto

Natal-RN, 31 de janeiro de 2024.

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DO [PMRN]

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 20233

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 13

Avaliação Geral do Objetivo3

Avaliação individual das METAS6

Avaliação individual das INICIATIVAS10

Avaliação Setorial dos Resultados11

Avaliação dos Indicadores11

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-202312

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 212

Introdução12

Do Objetivo da Avaliação13

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas13

Metodologia14

Avaliação Geral dos Resultados23

Síntese da Avaliação e Recomendações27

Referências27

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 15000 – Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte
Nome do Programa Temático: 1001 – Valorização dos Profissionais de Segurança Pública

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 1001 – 00007 - Promover ações que visem a melhoria das condições de trabalho, de inserção social dos policiais militares, garantindo medidas concretas e sistemáticas em saúde, capacitação técnica, esporte e lazer, recomposição de recursos humanos, reajuste salarial, buscando ampliar a oferta de serviços de policiamento ostensivo com foco na diminuição da violência.
Códigos das metas: 0137 e 0197- (Em andamento); 1242- (Concluída); 1264 e 1265 – (Não iniciada)
Códigos das iniciativas: 1863, 1864, 1867, 1868, 1877, 1881, 1882, 1883, 2142
Avaliação Geral do Objetivo: O objetivo foi atendido de modo parcial, inclusive duas metas não foram iniciadas (1264 e 1265), sendo que durante o ano de 2023, mesmo tendo vários eventos, nenhum recurso público foi usado para o atendimento à meta 1264; O mesmo aconteceu com a meta 1265,

onde existiram atendimentos de assistencialismo voltadas aos policiais militares, porém sem ônus aos cofres públicos.

As metas 0137 e 0197 estão em andamento, com a meta 0137 chegando a ultrapassar o quantitativo disponibilizado, devido à necessidade de contingente exigida atualmente.

Desse modo, existe uma sensível melhoria nas condições de trabalho dos policiais militares, principalmente no que se refere a meta 1242, que foi concluída.

Código e descrição do Objetivo:

1001 – 00008 - Melhorar o desempenho do serviço de policiamento ostensivo criando condições logísticas, administrativas, de infraestrutura, de recursos humanos, de integração, com reaparelhamento, construção, reforma e ampliação, visando diminuir os índices de violência, proporcionando maior segurança a sociedade.

Códigos das metas:

0554, 1243, 1246, 1256 e 1261 - (Não iniciada) 1248- (Em andamento);

Códigos das iniciativas:

0487, 1284, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876

Avaliação Geral do Objetivo:

O objetivo foi atendido de modo parcial, visto que na meta 1248 houve a aquisição de EPI´s, melhorando a funcionalidade do efetivo na prestação do serviço ostensivo e a segurança do policial militar.

Algumas metas não foram inciadas com recursos públicos destinados a polícia, visto que foram firmados convênios.

Código e descrição do Objetivo:

1001 – 00462 - Dispor de recursos necessários para construção/ reforma/ ampliação/ reaparelhamento e aquisição de novos equipamentos para as unidades de saúde da DS/PMRN, oferecendo melhores condições de trabalho e consequentemente um melhor atendimento a população assistida.

Códigos das metas:

0402 e 0452 – (Não iniciada)

Códigos das iniciativas:

0408 e, 0430

Avaliação Geral do Objetivo:

O objetivo não foi alcançado, devido a não utilizar recursos próprios, pois foram utilizados convênios.

Código e descrição do Objetivo:

1002 – 00467 - Promover ações que visem a melhoria da qualidade de serviços de inteligência institucional através de medidas administrativas e operacionais a fim de melhorar a estrutura física e de emprego, objetivando suprir o Comando Geral na tomada de decisão, bem como auxiliar na prestação do policiamento ostensivo.

Códigos das metas:

1266 – (Não iniciada)

Códigos das iniciativas:

1865 e 1866

Avaliação Geral do Objetivo:

O objetivo não foi alcançado, devido a não utilizar recursos próprios, pois foram utilizados convênios.

Código e descrição do Objetivo:

1003 – 00430 - Melhorar a interação da Polícia Militar e Sociedade com ações educativas e programas, visando diminuir os índices de violência nos locais e públicos mais atingidos.

Códigos das metas:

1178 – (Não iniciada)

Códigos das iniciativas:

1798

Avaliação Geral do Objetivo:

O objetivo não foi alcançado, devido a não utilizar recursos próprios, pois foram utilizados convênios.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0137 Realizar concurso público para recompor e ampliar o efetivo da Polícia Militar, visando o amplo ingresso (Em Andamento);
Avaliação da Meta: A meta está sendo atendida, levando em consideração a realização de concursos para o quadro de oficiais e praças da Polícia Militar.

Código e descrição da Meta: 0197 Realizar Cursos de Formação, Aperfeiçoamento e habilitação dos Policiais e Superior de Polícia (Em Andamento);
Avaliação da Meta: A meta está sendo alcançada, houve realização de curso de formação para praças e para sargentos, bem como o de aperfeiçoamento e para os oficiais o curso Superior de Polícia.

Código e descrição da Meta: 1242 Capacitar os policiais militares com conhecimentos aplicado a atividade policial que busquem melhorar a ação no policiamento ostensivo - Rio Grande do Norte (Concluída);
Avaliação da Meta: A presente meta foi alcançada, pois os cursos disponibilizados foram efetivados na qualificação dos policiais militares, porém, alguns cursos foram ministrados de forma particular, o que não gerou a utilização do orçamento.

Código e descrição da Meta: 1264 Promover e Realizar eventos institucionais e comemorativos de datas cívicas e de celebração voltado ao lazer e deporto com a interação da Polícia militar e sociedade (Não Iniciado);
Avaliação da Meta: A Meta não foi alcançada, devido não utilizar os recursos destinados.

Código e descrição da Meta: 1265 Desenvolver e implementar ações de assistência social, psicológica e jurídica aos policiais militares (Não Iniciado);
Avaliação da Meta: A Meta não foi alcançada, devido não utilizar os recursos destinados.

Código e descrição da Meta: 0554 Ampliar a frota de veículos da PM para as atividades administrativas, de saúde e operacionais (Não Iniciado);
Avaliação da Meta: A Meta não foi alcançada, devido não utilizar os recursos destinados.

Código e descrição da Meta: 1243 Implantar programa de reaparelhamento da Polícia Militar (Não Iniciado);
Avaliação da Meta: A Meta não foi alcançada, devido não utilizar os recursos destinados.

Código e descrição da Meta: 1246 Construir/ Reformar e Ampliar prédios da PMRN (Não Iniciado);
Avaliação da Meta: A Meta não foi alcançada, devido não utilizar os recursos destinados.

Código e descrição da Meta: 1248 Adquirir Equipamento/ Armamento letal e não letal/ Material Bélico/ Munições/ Coletes e escudos balísticos aplicados a atividade policial (Em Andamento);
Avaliação da Meta: A presente meta foi parcialmente alcançada, pois durante o exercício foram adquiridos 2.123 unidades de coletes balísticos.

Código e descrição da Meta: 1256 Aparelhar em tecnologia da informação e otimizar os recursos humanos e logísticos em aquisição de softwares as unidades da Polícia Militar (Não Iniciado);
Avaliação da Meta: A Meta não foi alcançada, devido não utilizar os recursos destinados.

Código e descrição da Meta: 1261 Adquirir e Modernizar o sistema de radiocomunicação da Polícia Militar (Não Iniciado);
Avaliação da Meta: A Meta não foi alcançada, devido não utilizar os recursos destinados.

Código e descrição da Meta: 0402 Ampliar/ Reformar/ Construir unidades de saúde da DS/PMRN (Não Iniciado);
Avaliação da Meta: A Meta não foi alcançada, devido não utilizar os recursos destinados.

Código e descrição da Meta: **0452 Reaparelhar/ Equipar, com equipamentos biomédicos e tecnologia da informação, as unidades de saúde da DS/PM-RN** (Não Iniciado);
Avaliação da Meta: A Meta não foi alcançada, devido não utilizar os recursos destinados.

Código e descrição da Meta: 1266 Adotar medidas visando a reestruturação e ampliação do serviço de inteligência (Não Iniciado);
Avaliação da Meta: A Meta não foi alcançada, devido não utilizar os recursos destinados.

Código e descrição da Meta: 1178 Elaborar programas sociais visando diminuir os índices de violência, visando atingir a população mais vulnerável (Não Iniciado);
Avaliação da Meta: A Meta não foi alcançada, devido não utilizar os recursos destinados.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

01863 Capacitação de policiais militares em cursos específicos para o quadro de saúde.

01864 Promoção de eventos institucionais e comemorativos da Diretoria de Saúde.

01867 Revisão da matriz curricular, promover cursos técnicos aplicados à atividade policial

01868 Elaboração de cronograma de capacitação a cursos relacionados à atividade policial

01877 Realização de eventos institucionais de lazer e desporto voltado aos policiais militares em integração com a comunidade

01881 Criação e implementação das ações de núcleos de assistência biopsicossocial

01882 Criação de núcleo de assistência para atendimento de policiais acometidos por traumas incapacitantes

01883 Implantação de programas preventivos para o combate de uso indevido de drogas ilícitas.

02142 Ampliação, recomposição, capacitação e qualificação do quadro de servidores da Polícia Militar

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

01863 – Não foram executadas ações específicas nesse sentido.

01864 - Foram realizados eventos institucionais para fins de entrega de medalhas, porém sem uso dos recursos do tesouro.

01867 – Não foram executadas ações específicas nesse sentido.

01868 - Foram realizados cursos de capacitação técnica em 2023, mas sem consumo de orçamento do tesouro estadual.

01877 – Foram realizados eventos institucionais tais como o Natal dos Militares, onde a comunidade foi convidada a participar, tendo acesso a semoventes e veículos.

01881 - Não foram executadas ações específicas nesse sentido.

01882 - Não foram executadas ações específicas nesse sentido.

01883 - Não foram executadas ações específicas nesse sentido.

02142 – Houve a recomposição, capacitação e qualificação na Polícia Militar no exercício 2023.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

Considerando em que a Polícia Militar necessita de um custeio maior ao disponibilizado pela LOA, verificamos que os resultados do PPA 2023 foram insatisfatórios, visto que as Metas em andamento são poucas e outras nem foram iniciadas, sendo necessário pelo Executivo Estadual uma maior atenção quanto ao teto orçamentário para o atendimento do que foi planejado ao cumprimento do PPA .

Recomendações

Diante da execução do próximo PPA, mesmo não estando relacionado a Lei Orçamentária Anual, é viável verificar a necessidade de se executar o planejado no PPA quanto a investimentos.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (X) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução
Durante a elaboração do PPA 2020-2023, tivemos o cuidado em utilizar o recurso pré-estabelecido, e diante disso percebemos que com o passar do tempo as metas iniciadas, não inicadas ou em andamento foram sendo acompanhadas através de indicadores e avaliações do plano plurianual. Assim, traçamos um planejamento visando cumprir as metodologias para que fosse atendidas dentro das possibilidades. Os principais pontos que foram analisados em todo o PPA foram: Realizar concurso público para recompor e ampliar o efetivo da Polícia Militar, visando o amplo ingresso; Realizar Cursos de Formação, Aperfeiçoamento e habilitação dos Policiais e Superior de Polícia; Ampliar a frota de veículos da PM para as atividades administrativas, de saúde e operacionais; Adquirir Equipamento/ Armamento letal e não letal/ Material Bélico/ Munições/ Coletes e escudos

balísticos aplicados a atividade policial;

Adotar medidas visando a reestruturação e ampliação do serviço de inteligência;

Elaborar programas sociais visando diminuir os índices de violência, visando atingir a população mais vulnerável.

Do Objetivo da Avaliação

Os objetivos da avaliação pretendem visualizar o real cumprimento das metas estipuladas buscando verificar se estão sendo atingidas ou pelo menos que estejam próximas de serem alcançadas, possibilitando assim as tomadas de decisões, facilitando a aplicabiidade dos recursos de maneira eficiente.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

As Políticas Públicas desenvolvidas pela corporação são voltadas para Mulheres e Juventude. Os Programas desenvolvidos foram de valorização dos profissionais de segurança pública, atividade de inteligência e investigação, cidadania e segurança pública.

Os objetivos constantes dentro do Plano Plurianual 2020-2023 promoveram ações que visavam a melhoria das condições de trabalho, de inserção social dos policiais militares, garantindo medidas concretas e sistemáticas em saúde, capacitação técnica, esporte e lazer, além da recomposição de recursos humanos, reajuste salarial, buscando ampliar a oferta de serviços de policiamento ostensivo com foco na diminuição da violência;

Melhorar o desempenho do serviço de policiamento ostensivo criando condições logísticas, administrativas, de infraestrutura, de recursos humanos, de integração, com reaparelhamento, construção, reforma e ampliação, visando diminuir os índices de violência, proporcionando maior segurança a sociedade; Dispor de recursos necessários para construção/ reforma/ ampliação/ reaparelhamento e aquisição de novos equipamentos para as unidades de saúde da DS/PMRN, oferecendo melhores condições de trabalho e consequentemente um melhor atendimento a população assistida; Promover ações que visem a melhoria da qualidade de serviços de inteligência institucional através de medidas administrativas e operacionais a fim de melhorar a estrutura física e de emprego, objetivando suprir o comando geral na tomada de decisão, bem como auxiliar na prestação do policiamento ostensivo; Melhorar a interação da Polícia Militar e Sociedade com ações educativas e programas, visando diminuir os índices de violência nos locais e públicos mais atingido.

As metas as quais foram desenvolvidas ao longo do Plano plurianual são de Realizar concurso público para recompor e ampliar o efetivo da Polícia Militar, visando o amplo ingresso; Realizar Cursos de Formação, Aperfeiçoamento e habilitação dos Policiais e Superior de Polícia; Capacitar os policiais militares com conhecimentos aplicado a atividade policial que busquem melhorar a ação no policiamento ostensivo; Promover e Realizar eventos institucionais e comemorativos de datas cívicas e de celebração voltado ao lazer e deporto com a interação da Polícia militar e sociedade; Desenvolver e implementar ações de assistência social, psicológica e jurídica aos policiais militares; Ampliar a frota de veículos da PM para as atividades administrativas, de saúde e operacionais; Implantar programa de reaparelhamento da Polícia Militar; Construir/ Reformar e Ampliar prédios da PMRN; Adquirir Equipamento/ Armamento letal e não letal/ Material Bélico/ Munições/ Coletes e escudos balísticos aplicados a atividade policial; Aparelhar em tecnologia da informação e otimizar os recursos humanos e logísticos em aquisição de softwares as unidades da Polícia Militar; Adquirir

e Modernizar o sistema de radiocomunicação da Polícia Militar; Adotar medidas visando a reestruturação e ampliação do serviço de inteligência; Elaborar programas sociais visando diminuir os índices de violência, visando atingir a população mais vulnerável.

As iniciativas relacionadas com as metas acima são de Capacitação de policiais militares em cursos específicos para o quadro de saúde; Promoção de eventos institucionais e comemorativos da Diretoria de Saúde; Revisão da matriz curricular, promover cursos técnicos aplicado a atividade policial; Elaboração de cronograma de capacitação a cursos relacionados a atividade policial ; Realização de eventos institucionais de lazer e desporto voltado aos policiais militares em integração com a comunidade; Criação e implementação das ações de núcleos de assistência biopsicossocial; Criação de núcleo de assistência para atendimento de policiais acometidos por traumas incapacitantes; Implantação de programas preventivos para o combate de uso indevido de drogas ilícitas; Ampliação, recomposição, capacitação e qualificação do quadro servidores da Polícia Militar; Elaboração de cronograma para aquisição a médio e longo prazo, delimitando as necessidades; Realização de estudo com as diretorias responsáveis, delimitando as necessidades, inserindo um cronograma apresentando propostas ao Comando da Polícia Militar; Instituição de comissão para avaliação e levantamento das necessidades da PM, com elaboração de projetos; Elaboração de projetos para construção, reforma e ampliação das unidades da PM; Captação de recursos disponibilizados pelo Governo Federal (SUSP); Realização da legalização das propriedades dos imóveis de domínio da polícia militar; Identificação com o Material Bélico e grandes comandos de um diagnóstico, a fim de implementar um programa para aquisição a médio e longo prazo; Otimização de recursos humanos e logísticos a fim de implementar a tecnologia da informação, fazendo um levantamento das necessidades da Polícia Militar através da Assessoria de informática visando um cronograma de aquisição; Identificação junto a Diretoria de Apoio Logístico a fim de diagnosticar junto a radiocomunicação um cronograma de aquisição; Elaboração de projetos para construção, reforma e ampliação das unidades de Saúde da DS/PM-RN; Aparelhamento e informatização das unidades de saúde da DS/ PM-RN; Avaliação dos novos parâmetros para a atividade de inteligência policial; Aquisição de equipamentos para a atividade de inteligência, a fim de aprimorar as ações quanto ao emprego e tecnologia de informação.

As agendas transversais desenvolvidas ao longo dos 4 anos são as de Atendimento ao Público Geral; Políticas para as Mulheres; Políticas para a Juventude.

Metodologia

A metodologia usada para a avaliação do PPA foi de forma qualitativa e quantitativa, houve a análise por meio de comparações em tabelas, gráficos, conforme segue nas planilhas abaixo do quadro da **Metodologia**.

Os indicadores foram retirados pelo sistema SIGEF, são eles:

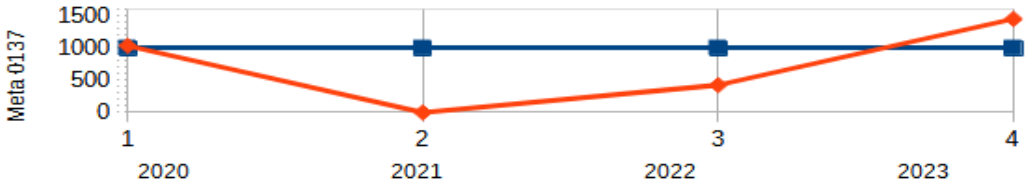
Taxas de Policiais Civis e Militares vítimas de CVLI;
Ampliar a frota de veículos da PM para as atividades administrativas, de saúde e operacionais;
Construir/Reformar e Ampliar prédios da PMRN;
Adquirir Equipamentos / Armamento letal e não letal / Material Bélico / Munições / Coletes e escudos balísticos aplicados a atividade policial;
Aparelhar em tecnologia da informação e otimizar os recursos humanos e logísticos em aquisição de softwares as unidades da Polícia Militar;
Adquirir e Modernizar o sistema de radiocomunicação da Polícia Militar;
Taxa de homicídios Dolosos;
Taxa de latrocínios;
Taxa de Lesão Corporal seguida de Morte;
Taxa de Roubos e Furtos de Veículos;
Taxa de Feminicídio; Taxa de Mortes decorrentes de Intervenções Policiais em Serviço.

Foram utilizadas as comparações dos aumentos e reduções ao longo dos períodos.

Meta 0137 – Realizar concurso público para recompor e ampliar o efetivo da Polícia Militar, visando o amplo ingresso.

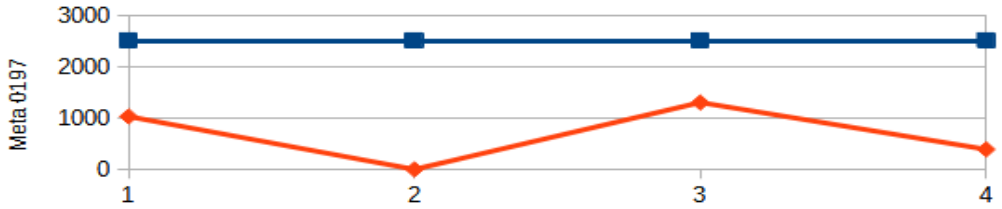
Ano	Meta PPA	Meta Anual Utilizada	Meta Total PPA Utilizada	Avaliação da Meta
2020	1000	1034	-	Durante o Plano Plurianual 2020-2023, realizamos concursos em 2020, 2022 e 2023, onde utilizamos 72,68% do que foi disponibilizado no planejamento do PPA.
2021	1000	0	-	
2022	1000	424	-	
2023	1000	1449	-	
Total	**4000**	**2907**	**1093**	

Meta



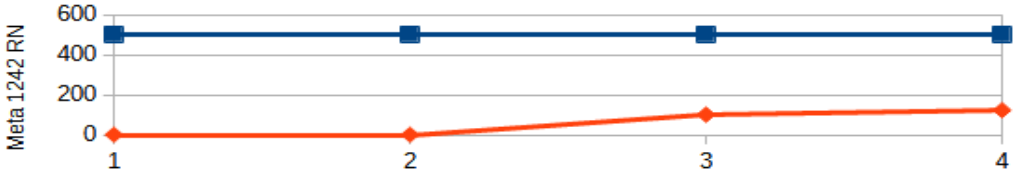
Meta 0197 - Realizar Cursos de Formação, Aperfeiçoamento e habilitação dos Policiais e Superior de Polícia.

Ano	Meta PPA	Meta Anual Utilizada	Meta Total PPA Utilizada	Avaliação da Meta
2020	2515	1034	-	Durante o Plano Plurianual 2020-2023, realizamos cursos de formação em 2020, 2022 e 2023, onde utilizamos 27,14% do que foi disponibilizado no planejamento do PPA.
2021	2515	0	-	
2022	2515	1306	-	
2023	2515	390	-	
Total	**10060**	**2730**	**7330**	

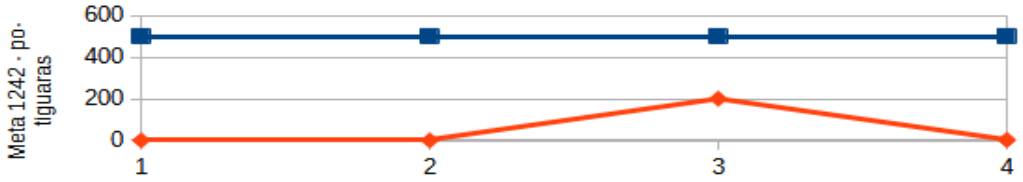


Meta 1242 - Capacitar os policiais militares com conhecimentos aplicado a atividade policial que busquem melhorar a ação no policiamento ostensivo.

Ano	Meta PPA	Meta Anual Utilizada	Meta Total PPA Utilizada	Avaliação da Meta RIO GRANDE DO NORTE
2020	500	0	-	Durante o Plano Plurianual 2020-2023, realizamos capacitações 2022 e 2023, onde utilizamos 11,10% do que foi disponibilizado no planejamento do PPA – Rio Grande do Norte.
2021	500	0	-	
2022	500	100	-	
2023	500	122	-	
Total	**2000**	**222**	**1778**	

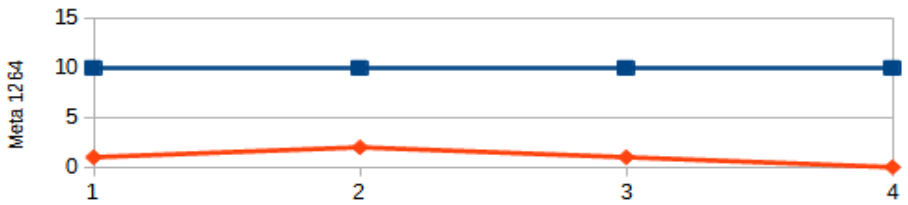


Ano	Meta PPA	Meta Anual Utilizada	Meta Total PPA Utilizada	Avaliação da Meta TERRAS POTIGUARAS
2020	500	0	-	Durante o Plano Plurianual 2020-2023, realizamos capacitações 2022 e 2023, onde utilizamos 10,10% do que foi disponibilizado no planejamento do PPA – Terras Potiguaras.
2021	500	0	-	
2022	500	200	-	
2023	500	2	-	
Total	**2000**	**202**	**1798**	



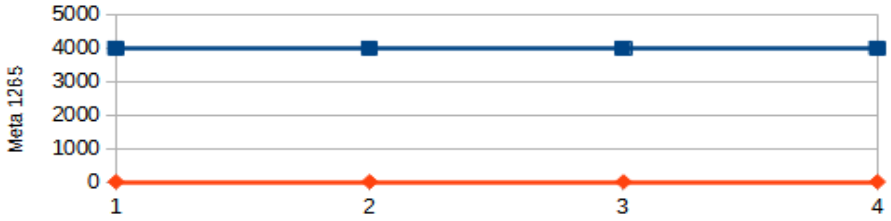
Meta 1264 - Promover e Realizar eventos institucionais e comemorativos de datas cívicas e de celebração voltado ao lazer e deporto com a interação da Polícia militar e sociedade.

Ano	Meta PPA	Meta Anual Utilizada	Meta Total PPA Utilizada	Avaliação da Meta
2020	10	1	-	Durante o Plano Plurianual 2020-2023, realizamos eventos institucionais durante toda vigência do PPA, onde utilizamos 10,00% do que foi disponibilizado no planejamento do PPA.
2021	10	2	-	
2022	10	1	-	
2023	10	0	-	
Total	**40**	**4**	**36**	



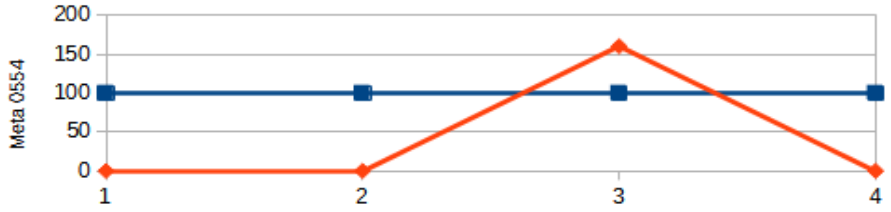
Meta 1265 - Desenvolver e implementar ações de assistência social, psicológica e jurídica aos policiais militares.

Ano	Meta PPA	Meta Anual Utilizada	Meta Total PPA Utilizada	Avaliação da Meta
2020	4000	0	-	Não utilizamos recursos públicos para atendimento aos policiais militares, visto que disponibilizamos profissionais para atender a demanda da meta.
2021	4000	0	-	
2022	4000	0	-	
2023	4000	0	-	
Total	**16000**	**0**	**0**	



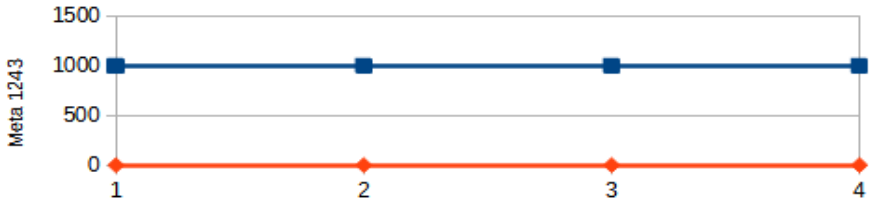
Meta 0554 - Ampliar a frota de veículos da PM para as atividades administrativas, de saúde e operacionais.

Ano	Meta PPA	Meta Anual Utilizada	Meta Total PPA Utilizada	Avaliação da Meta
2020	100	0	-	Durante o Plano Plurianual 2020-2023, ampliamos a frota somente em 2022, onde adquirimos 160 motocicletas, utilizando 40,00% do disponibilizado.
2021	100	0	-	
2022	100	160	-	
2023	100	0	-	
Total	**400**	**160**	**240**	



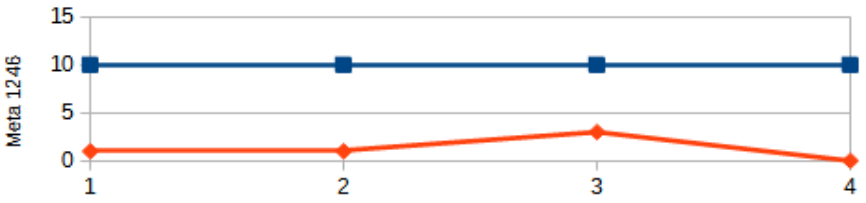
Meta 1243 – Implantar programa de reaparelhamento da Polícia Militar.

Ano	Meta PPA	Meta Anual Utilizada	Meta Total PPA Utilizada	Avaliação da Meta
2020	1000	0	-	Durante o Plano Plurianual 2020-2023, não utilizamnos recursos públicos para reaparelhar da instituição.
2021	1000	0	-	
2022	1000	0	-	
2023	1000	0	-	
Total	**4000**	**0**	**0**	



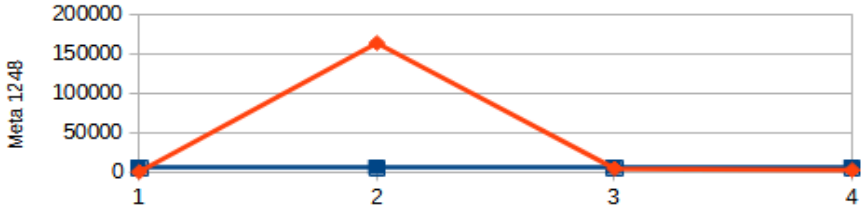
Meta 1246 - Construir/Reformar e Ampliar prédios da PMRN.

Ano	Meta PPA	Meta Anual Utilizada	Meta Total PPA Utilizada	Avaliação da Meta
2020	10	1	-	Durante o Plano Plurianual 2020-2023, utilizamos 12,50% da meta disponível.
2021	10	1	-	
2022	10	3	-	
2023	10	0	-	
Total	**40**	**5**	**35**	



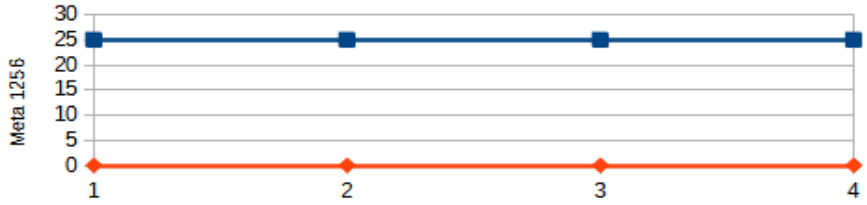
Meta 1248 - Adquirir Equipamento/Armamento letal e não letal/Material Bélico/Munições/Coletes e escudos balísticos aplicados a atividade policial.

Ano	Meta PPA	Meta Anual Utilizada	Meta Total PPA Utilizada	Avaliação da Meta
2020	5000	0	-	Devido um lapso, equivocadamente, foi informado o quantitativo de munições quando deveria ser zerado, pois foi proveniente de convênio com o Ministério Público.
2021	5000	164000	-	
2022	5000	4064	-	
2023	5000	2123	-	
Total	**20000**	**170187**	**-150187**	



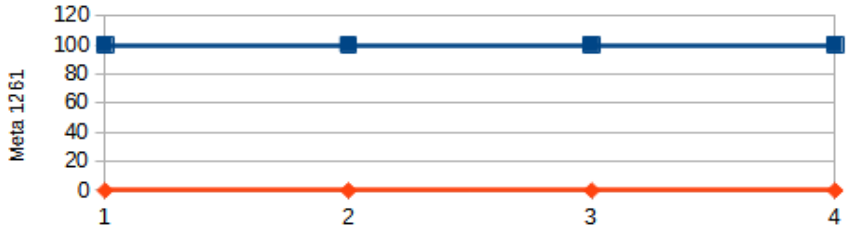
Meta 1256 – Aparelhar em tecnologia da informação os recursos humanos e logísticos em aquisição de softwares as unidades da Polícia Militar.

Ano	Meta PPA	Meta Anual Utilizada	Meta Total PPA Utilizada	Avaliação da Meta
2020	25	0	-	Durante o Plano Plurianual 2020-2023, não utilizamos recursos públicos para reaparelhar da instituição.
2021	25	0	-	
2022	25	0	-	
2023	25	0	-	
Total	**100**	**0**	**0**	



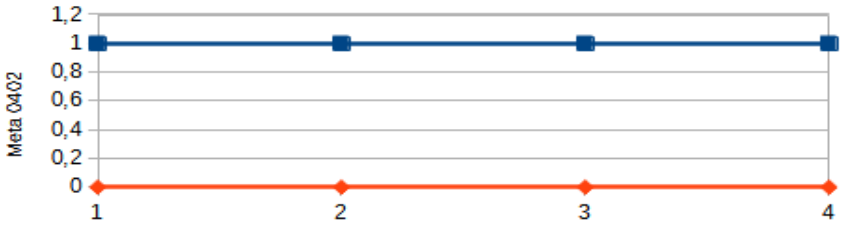
Meta 1261 - Adquirir e Modernizar o sistema de radiocomunicação da Polícia Militar.

Ano	Meta PPA	Meta Anual Utilizada	Meta Total PPA Utilizada	Avaliação da Meta
2020	100	0	-	Durante o Plano Plurianual 2020-2023, não utilizamos recursos públicos para modernizar o sistema de radiocomunicação da instituição.
2021	100	0	-	
2022	100	0	-	
2023	100	0	-	
Total	**400**	**0**	**0**	



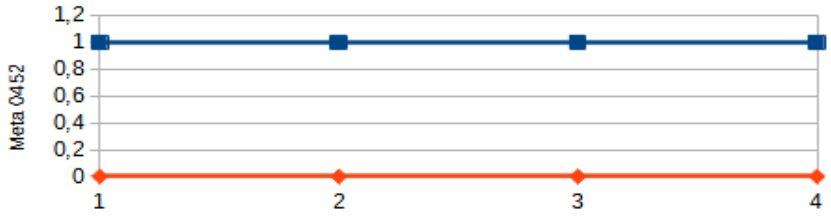
Meta 0402 Ampliar/ Reformar/ Construir unidades de saúde da DS/PMRN.

Ano	Meta PPA	Meta Anual Utilizada	Meta Total PPA Utilizada	Avaliação da Meta
2020	1	0	-	Não utilizamos recursos públicos para atendimento aos policiais militares, visto que disponibilizamos profissionais para atender a demanda da meta.
2021	1	0	-	
2022	1	0	-	
2023	1	0	-	
Total	**4**	**0**	**0**	



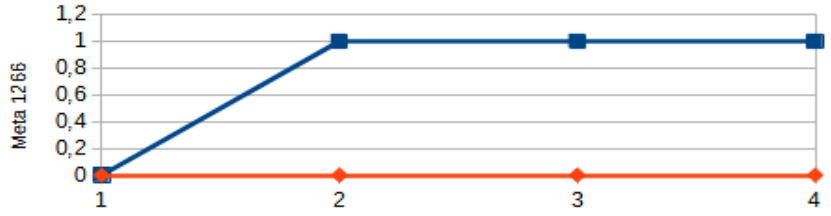
Meta 0452 Reaparelhar/ Equipar, com equipamentos biomédicos e tecnologia da informação, as unidades de saúde da DS/PM-RN.

Ano	Meta PPA	Meta Anual Utilizada	Meta Total PPA Utilizada	Avaliação da Meta
2020	1	0	-	Não utilizamos recursos públicos para atendimento aos policiais militares, visto que disponibilizamos profissionais para atender a demanda da meta.
2021	1	0	-	
2022	1	0	-	
2023	1	0	-	
Total	**4**	**0**	**0**	



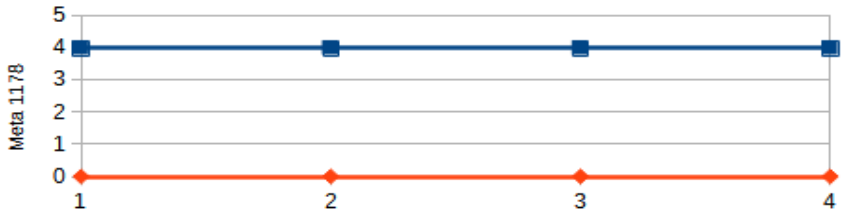
Meta 1266 Adortar medidas visando a reestruturação e ampliação do serviço de inteligência.

Ano	Meta PPA	Meta Anual Utilizada	Meta Total PPA Utilizada	Avaliação da Meta
2020	0	0	-	Não utilizamos recursos públicos para atendimento aos policiais militares, visto que disponibilizamos profissionais para atender a demanda da meta.
2021	1	0	-	
2022	1	0	-	
2023	1	0	-	
Total	**3**	**0**	**0**	



Meta 1178 - Elaborar programas sociais visando diminuir os índices de violência, visando atingir a população mais vulnerável.

Ano	Meta PPA	Meta Anual Utilizada	Meta Total PPA Utilizada	Avaliação da Meta
2020	4	0	-	Durante o Plano Plurianual 2020-2023, não utilizamos recursos públicos para modernizar o sistema de radiocomunicação da instituição.
2021	4	0	-	
2022	4	0	-	
2023	4	0	-	
Total	**16**	**0**	**0**	



Avaliação Geral dos Resultados

Objetivo 0007 - Promover ações que visem a melhoria das condições de trabalho, de inserção social dos policiais militares, garantindo medidas concretas e sistemáticas em saúde, capacitação técnica, esporte e lazer, recomposição de recursos humanos, reajuste salarial, buscando ampliar a oferta de serviços de policiamento ostensivo com foco na diminuição da violência.

Em **2020**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** superou a expectativa em sua plenitude, atingindo 100,10% do orçado.

Em **2021**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** quase atingiu a expectativa, alcançou 95,52% do orçado.

Em **2022**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** superou a expectativa em sua plenitude, atingindo 100,14% do orçado.

Em **2023**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** quase atingiu a expectativa, alcançou 94,61% do orçado.

Assim, o objetivo 0007 atingiu sua expectativa, pois atingiu 100,09% do disponibilizado no

Orçamento.

Houve a contratação de novos policiais militares, cuja meta pode ser considerada como atingida em sua plenitude para o ano de 2020 (2020).

O Objetivo 00007, no ano de 2022 foram atendidas as expectativas, atendendo o que está no PPA vigente. (2022)

O objetivo foi atendido de modo parcial, inclusive duas metas não foram iniciadas (1264 e 1265), sendo que durante o ano de 2023, mesmo tendo vários eventos, nenhum recurso público foi usado para o atendimento à meta 1264; O mesmo aconteceu com a meta 1265, onde existiram atendimentos de assistencialismo voltadas aos policiais militares, porém sem ônus aos cofres públicos.

As metas 0137 e 0197 estão em andamento, com a meta 0137 chegando a ultrapassar o quantitativo disponibilizado, devido à necessidade de contingente exigida atualmente.

Desse modo, existe uma sensível melhoria nas condições de trabalho dos policiais militares, principalmente no que se refere a meta 1242, que foi concluída. (2023).

Objetivo 0008 - Melhorar o desempenho do serviço de policiamento ostensivo criando condições logísticas, administrativas, de infraestrutura, de recursos humanos, de integração, com reaparelhamento, construção, reforma e ampliação, visando diminuir os índices de violência, proporcionando maior segurança a sociedade.

Em **2020**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** não atingiu a expectativa, atingindo apenas 0,21% do orçado.

Em **2021**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** não atingiu a expectativa, atingindo apenas 1,16% do orçado.

Em **2022**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** não atingiu a expectativa, atingindo apenas 5,9% do orçado.

Em **2023**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** não atingiu a expectativa, atingindo apenas 1,27% do orçado.

Assim, o objetivo 0008 não atingiu sua expectativa, atingindo apenas 2,14% do disponibilizado no Orçamento, visto que a instituição firmou convênios.

Não houve ações executadas nesse sentido. Dessa forma, o objetivo restou comprometido (2020)

O Objetivo 00008, foi atendido em parte, pois não chegou a iniciar as metas 1256 e 1261. (2022)

O objetivo foi atendido de modo parcial, visto que na meta 1248 houve a aquisição de EPI´s, melhorando a funcionalidade do efetivo na prestação do serviço ostensivo e a segurança do policial militar.

Algumas metas não foram inciadas com recursos públicos destinados a polícia, visto que foram

firmados convênios. (2023).

Objetivo 0462 - Dispor de recursos necessários para construção/ reforma/ ampliação/ reaparelhamento e aquisição de novos equipamentos para as unidades de saúde da DS/PMRN, oferecendo melhores condições de trabalho e consequentemente um melhor atendimento a população assistida.

Em **2020**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** não atingiu a expectativa, atingindo apenas 10,96% do orçado.

Em **2021**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** não atingiu a expectativa, atingindo apenas 16,65% do orçado.

Em **2022**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** não atingiu a expectativa, atingindo apenas 21,42% do orçado.

Em **2023**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** não atingiu a expectativa, atingindo apenas 19,64% do orçado.

Assim, o objetivo 0462 não atingiu sua expectativa, atingindo apenas 17,17% do disponibilizado no Orçamento, visto que a instituição firmou convênios.

O objetivo em questão não foi atingido conforme previsão inicial, mas tão somente uma pequena parte, atingindo apenas 11% do previsto. (2020)

O Objetivo 00462, não atendeu ao disponibilizado, pois não utilizou as metas 0402 e 0452. (2022)

O objetivo não foi alcançado, devido a não utilizar recursos próprios, pois foram utilizados convênios. (2023)

Objetivo 0467 - Promover ações que visem a melhoria da qualidade de serviços de inteligência institucional através de medidas administrativas e operacionais a fim de melhorar a estrutura física e de emprego, objetivando suprir o comando geral na tomada de decisão, bem como auxiliar na prestação do policiamento ostensivo.

Em **2020**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** não atingiu a expectativa, atingindo apenas 0,00% do orçado.

Em **2021**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** não atingiu a expectativa, atingindo apenas 0,00% do orçado.

Em **2022**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** não atingiu a expectativa, atingindo apenas 0,00% do orçado.

Em **2023**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** não atingiu a expectativa, atingindo apenas 0,00% do orçado.

Assim, o objetivo 0467 não atingiu sua expectativa, do que estava disponibilizado no Orçamento, visto que a instituição firmou convênios.

Não houve ações executadas nesse sentido. Dessa forma, o objetivo restou comprometido. (2020)

O Objetivo 00467, não atendeu ao disponibilizado, pois não utilizou a meta 1266. (2022)

O objetivo não foi alcançado, devido a não utilizar recursos próprios, pois foram utilizados convênios. (2023)

Objetivo 0430 - Melhorar a interação da Polícia Militar e Sociedade com ações educativas e programas, visando diminuir os índices de violência nos locais e públicos mais atingido .

Em **2020**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** não atingiu a expectativa, atingindo apenas 0,00% do orçado.

Em **2021**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** não atingiu a expectativa, atingindo apenas 0,00% do orçado.

Em **2022**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** não atingiu a expectativa, atingindo apenas 0,00% do orçado.

Em **2023**, foi possível perceber que o previsto na **LOA x Realizado** não atingiu a expectativa, atingindo apenas 0,00% do orçado.

Assim, o objetivo 0467 não atingiu sua expectativa, do que estava disponibilizado no Orçamento, visto que a instituição firmou convênios.

Não houve ações executadas nesse sentido, dessa forma, o objetivo restou comprometido.(2020)

O Objetivo 00430, não atendeu ao disponibilizado, pois não utilizou a meta 1178. (2022)

O objetivo não foi alcançado, devido a não utilizar recursos próprios, pois foram utilizados convênios. 2023

Avaliação das Metas

As metas foram em partes concluídas, algumas estão paralisadas por motivo de força maior, outras ainda não foram iniciadas por questão de logística e as Não iniciadas estão em fase estudos para sua aplicabilidade.

Avaliação geral setorial:

Considerando em que a Polícia Militar necessita de um custeio maior ao disponibilizado pela LOA, verificamos que os resultados do PPA foram insatisfatórios, visto que as Metas em andamento são poucas e outras nem foram iniciadas, sendo necessário pela Executivo Estadual uma maior atenção quanto ao teto orçamentário para o atendimento do que foi planejado ao cumprimento do PPA.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Acreditamos que a Avaliação feita dentro do sistema SIGEF, poderá facilitar o desenvolvimento e rapidez no envio das informações.

Referências

Cite as fontes das informações utilizadas como insumo para a avaliação.

PPA | planejamento transparência integração

Plano Plurianual 2020-2023

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

POLÍCIA CIVIL

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 11
Avaliação individual das INICIATIVAS 20
Avaliação Setorial dos Resultados 33
Avaliação dos Indicadores 33
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 **Erro! Indicador não definido.**
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 34
Introdução 34
Do Objetivo da Avaliação 34
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 34
Metodologia 35
Avaliação Geral dos Resultados 35
Síntese da Avaliação e Recomendações 41
Referências 42

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 211021/0001 Polícia Civil
Nome do Programa Temático: 1001 – VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PUBLICA 1002 – ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO 1003 – CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA 3006 – IGUALDADE NA DIVERSIDADE: MULHERES

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 273 - Promover a qualidade de vida e a saúde no trabalho (PQVST), a partir da execução de projetos voltados aos policiais civis. 274 - Promover a capacitação permanente dos servidores da Polícia Civil, a partir de cursos voltados para o aprimoramento das funções policiais e melhoria do atendimento à população nas Delegacias de Polícia do Estado 276 - Ampliar a valorização do policial civil, incluindo reajuste salarial e alteração do plano de carreira com a mudança na Lei nº 0270/2004. 277 - Adequar o efetivo da Polícia Civil do Rio Grande do Norte, a partir da realização de concurso público voltado para os quadros de carreira e quadro próprio para a realização de tarefas administrativas 281 - Investir em tecnologia de informação, aprimorando as atividades de Polícia Judiciária e da Investigação Criminal 287 - Recuperar e reestruturar as instalações físicas onde atua os órgãos da Polícia Civil do RN e renovar frota de veículos 326 - Padronizar protocolos operacionais e manuais de atuação da Polícia Civil do Rio Grande do Norte 327 - Investir em atividades de inteligência e contrainteligência policiais, viabilizando a

produção sistemática e permanente de ações especializadas de produção e salvaguarda de conhecimentos de interesse da Segurança Pública, de modo a assessorar os tomadores de decisão no planejamento e execução de ações de investigação e repressão às atividades criminosas, com enfoque na modernização dos métodos de coleta e busca de informações, bem como nas ações de prevenção e neutralização das ameaças à ordem pública e à segurança orgânica da Polícia Civil

331 - Aperfeiçoar o combate aos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro, por meio da estruturação de unidades investigativas especializadas e também através da formação de profissionais com conhecimento específico em análises financeiras

270 - Promover ações voltadas à aproximação da Polícia Civil com a comunidade

291 - Reduzir os índices de criminalidade, consolidando a sensação de segurança e confiança da população para com as instituições de Segurança Pública

296 - Reduzir violência contra a mulher e índice de feminicídio

Códigos das metas:

379, 388, 583, 631, 1516 e 1520,172, 394, 453, 556, 590, 616, 656, 816, 938, 990, 1156, 1515,191, 199, 225, 228, 754, 819, 1004, 1006, 1026, 1112, 1157, 1517, 1518 , 1519 e 1153.

Códigos das iniciativas:

660, 684, 695, 709, 718, 724, 775, 805, 809, 810, 811, 812, 827, 855, 874,876, 877, 878,879, 883, 886, 906, 1234, 1253, 1267, 1275, 1281, 1282, 1283, 1300, 1304, 1305, 1307, 1309, 1310, 1311, 1312, 1315, 1317, 1319, 1321, 1322, 1328, 1330, 1333, 1359, 1360, 1363, 1365, 1367, 1369, 1385, 1390, 1402, 1416, 1424, 1428, 1430, 1431, 1434, 1436, 1446, 1451, 1455, 1457, 1458, 1462, 1464, 1466, 1666, 1668, 1708, 1709, 2004, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209

Avaliação Geral do Objetivo:

Objetivo 273: Promover a qualidade de vida e a saúde no trabalho (PQVST), a partir da execução de projetos voltados aos policiais civis.

Objetivo em andamento, a capacitação permanente através do Movimento Saúde, responsável por promover o bem estar dos policiais civis no que se refere a prática de atividades físicas e treinamento funcional, é fundamental para firmar a Política Estadual de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho. Frequentemente são promovidas palestras sobre a importância da prática esportiva para a saúde física e mental, além do Projeto Arte Suave que explora a vertente da defesa pessoal e do Jiu-Jitsu.

Objetivo 274 - Promover a capacitação permanente dos servidores da Polícia Civil, a partir de cursos voltados para o aprimoramento das funções policiais e melhoria do atendimento à população nas Delegacias de Polícia do Estado

Objetivo realizado*, a* ACADEPOL promoveu a capacitação de diversos policiais, com a realização de cursos em várias áreas, em Natal e interior, dentre eles:

Nº	CURSO	TURMAS
1	Inteligência em Fontes Abertas	4
2	1º Encontro de Boas Práticas em Investigação Criminal	7
3	Curso de Procedimentos Policiais Eletrônicos	8
4	Investigação de Desaparecimento de Pessoas	3
5	Investigação Cibernética	3
6	*Stop theBleed*	3
7	Curso Básico de Tiro Policial	11
8	Curso de Enfrentamento à Violência contra a Mulher	1
9	Ciclo de Palestras MOVSAUDE	1
10	Curso Guardião OnLine	1
11	Curso de Operação de Aeronaves Remotamente Pilotadas	1

Objetivo 276: Ampliar a valorização do policial civil, incluindo reajuste salarial e alteração do plano de carreira com a mudança na Lei n ° 0270/2004.

Está em fase de negociação com o executivo, dois projetos, visando a implantação de auxilio alimentação e auxilio fardamento, para os policiais civis

Objetivo 277: Adequar o efetivo da Polícia Civil do Rio Grande do Norte, a partir da realização de concurso público voltado para os quadros de carreira e quadro próprio para a realização de tarefas administrativas.

Está em andamento a 2ª turma do CFP, para a qual foram convocados 50 candidatos ao cargo de delegado, 100 candidatos a escrivão e 250 candidatos a agente, tendo previsão de término em janeiro de 2024, cabendo a decisão da nomeação à Governadora do Estado.

Objetivo 281: Investir em tecnologia da informação, aprimorando as atividades de Polícia Judiciária e da Investigação Criminal.

No ano de 2023 a polícia Civil adquiriu os seguintes equipamentos;

Item	Descrição	Quant.	Valor (R$)	Fonte	Observação
17.	CPU Daten	180	562.924,80	SENASP Conv. 891206/2019	Plano de localização anexo
18.	Monitor LED PT Wide	180	180.000,00	SENASP Conv. 891206/2019	Plano de localização anexo
19.	Monitor Bluecase	130	68.478,80	SENASP Conv. 891206/2019	Plano de localização anexo
20.	Estabilizador de tensão TS Shara	180	53.100,00	SENASP Conv. 891206/2019	Plano de localização anexo
21.	Monitor DELL	3	3.000,00	Doação Senasp	ACADEPOL
22.	CPU OPTILEX	3	4.604,64	Doação Senasp	ACADEPOL
23.	Notebook HP	19	91.818,45	SENASP	Conv 221/2016
24.	Notebook Vaio	3	19.999,99	FUNSEP/SUSP	DIP
25.	Notebook Vaio	2	11.000,00	FUNSEP	Movimento Saúde
26.	Monitor HP	100	159.500,00	Fonte 100	

27.	Estabilizador de Tensão Coletek	240	60.336,00	Fonte 100	
28.	Monitor LG	54	37.800,00	SENASP	
29.	CPU Inteligency	54	160.972,92	SENASP	
30.	Monitor DELL	9	9.000,00	SENASP	
31.	CPU DELL Opitplex	9	17.092,80	SENASP	
32.	Notebook Positivo Vaio	2	11.000,00	FUNSEP/SUSP	Movimento Saúde
33.	Estabilizador TS SHara	50	14.290,00	FUNSEP/SUSP	Conv. 904475/2000
34.	Fragmentadora de Papel	8	22.840,00	SENASP	Plano de localização
35.	Fragmentadora de Papel	3	5.598,00	SENASP	DIP
36.	Monitor marca Positivo	30	6.000,00	Doação Poder Judiciário - Mossoro	Unidades de Mossoró
37.	CPU Marca positivo	30	7.500,00	Doação Poder Judiciário - Mossoro	Unidades de Mossoró

Equipamentos para atividade de comunicação e inteligência Item	**Descrição**	**Quant.**	**Valor (R$)**	**Fonte**	**Observação**
1.	Rádio Comunicador tipo HT Motorola	30	0,00	Doação SESED	DEICOR
2.	Rádio Comunicador tipo HT	1	500,00	Doação particular	Setor de Rádio
3.	Telefone móvel tipo Smartfone	100	92.849,54	Doação Rec. Fed.	—
4.	Drone Air 2S	1	18.000,00	FUNSEP	Nucleo de prod. controlados
5.	Drone Mavic	1	4.039,45	ANPP	DEFUR
6.	Drone DJI Mini	1	6.796,78	Trans. Penal	7ª DR Patu
7.	Filmadora Hero	5	15.980,00	FUNSEP/SUSP	DHPP
	Filmadora	4	13.390,00	FUNSEP/SUSP	DIP

8.	Handycam Sony				
9.	Filmadora Hero 8 BlacK	8	25.844,00	FUNSEP/SUSP	DECCOR LD
10.	Câmera Digital Gopro	4	12.922,00	FUNSEP/SUSP	DECCOR LD
11.	Videocamera Canon	3	63.000,00	FUNSEP/SUSP	DECCOR LD

Foi instaurado procedimento licitatório através do Processo SEI 11910003.002596/2022-01, para aquisição de equipamentos de informática, que foram divididos por lotes e desmembrados em quatro processos SEI.

O primeiro SEI nº 11910002.005720/2023-72, tem como objeto a aquisição de 40 (quarenta) unidades de placa-mãe, 70 (setenta) unidades de placa-mãe 1150 e 50 unidades de Fonte ATX 24 pinos, com Ordem de Compra Id. 23621090.

O Segundo SEI nº 11910002.005727/2023-94, tem como objeto a aquisição de 300 (trezentas unidades) de Webcam, com ordem de compra Id. 23615765.

O terceiro SEI nº 11910002.005726/2023-40, objetiva a aquisição de 250 (duzentos e cinquenta) mouses e 150 (cento e cinquenta) teclados, conforme ordem de compra Id. 23614389.

E o quarto SEI nº 11910002.005725/2023-03, objetiva a aquisição de 70 (setenta) unidades de pente de memória RAM, 40 (quarenta) pente de memória RAM tipo DDR4 e 150 (cento e cinquenta) unidades de armazenamento tipo SSD, que já foram recebidos conforme IDs. 23702962 e 23704863.

Foram adquiridas 05(cinco) licenças do software SEOBRA (software para elaboração de orçamentos) através do processo 11910011.000304/2023-79**.**

Foram adquiridas 1.000(mil) licenças de software KASPERSKY, 01 (um) switch gerenciável, no intuito de fortalecer a segurança de rede do laboratório, por convênio Plataforma +Brasil.

50 (cinquenta) computadores com recursos próprios

73 (setenta e três) computadores, através de convênio com a SENASP.

Objetivo 287: Recuperar e reestruturar as instalações físicas onde atuam os órgãos da Polícia Civil e renovar a frota de veículos.

No ano de 2023 a Polícia Civil, conforme informado pela Diretoria Administrativa da PCRN, realizou reforma em varias unidades, possibilitando melhores condições de aos policiais e um melhor atendimento a população. Os seguintes prédios beneficiados;

Reforma do 7º Distrito Policial - concluída.

Reforma do 2º Distrito Policial, em andamento.

Reforma da Delegacia de Tangará, em andamento.

Manutenção da Central de Flagrantes, em fase de conclusão.

Manutenção da rede lógica do 38º DP Mossoró, concluída.

Manutenção da DEAM Mossoró, concluída

Reforma do Pavimento superior de Currais novos, em andamento.

Construção do complexo de especializadas na Cidade da Esperança, Natal/RN, em andamento.

.

De acordo com informações prestadas pelo Setor de Transporte, aportaram na frota PCRN os seguintes veículos:

11 veículos descaracterizados pulse (governo cidadão)

12 motocicletas XRE 190 (convênio)

01 Chevrolet/cruze (doação MJ)

01 Chevrolet/S10 (doação MJ)

02 Renault/Sandero (pronasci MJ)

32 Renault/Duster (contrato de locação)

07 VW VIRTUS descaracterizados

03 PEUGEOT/2008 descaracterizados

Foram locados o quantitativo de 100 (cem) viaturas caracterizadas e 39 viaturas descaracterizadas através do processo SEI nº 11910005.002116/2022-83.

Objetivo 326: Padronizar protocolos operacionais e manuais de atuação da Polícia Civil do Rio Grande do Norte.

A Direção da ACADEPOL está coordenando os trabalhos da Comissão para Elaboração do Manual de Procedimentos Policiais onde estarão inseridos os Procedimentos Operacionais Padrão (POP), com previsão de ser finalizado em abril de 2023.

Objetivo 327: Investir em atividades de inteligência e contrainteligência policiais, viabilizando a produção sistemática e permanente de ações especializadas de produção e salvaguarda de conhecimentos de interesse da Segurança Pública, de modo a assessorar os tomadores de decisão no planejamento e execução de ações de investigação e repressão às atividades criminosas, com enfoque na modernização dos métodos de coleta e busca de informações, bem como nas ações de prevenção e neutralização das ameaças à ordem pública e à segurança orgânica da Polícia Civil.

Em andamento, Foi publicada a Lei Complementar nº 661, de 19 de dezembro de 2019, que criou o Departamento de Inteligência Policial, Política de recrutamento de servidores para o exercício da atividade de inteligência na fase de Minuta governamental.

O Departamento de Inteligência da Polícia Civil- DIP, foi beneficiado com aquisições de equipamentos de informática, através de convenio com a SENAS, no total de 03(três) notebooks, 04 (quatro) filmadora handycam, 01 (uma) fragmentadora de papel e 01 (um) Controlador de acesso biométrico.

Objetivo 331: Aperfeiçoar o combate aos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro, por meio da estruturação de unidades investigativas especializadas e também através da formação de profissionais com conhecimento específico em análises financeiras.

No âmbito da Delegacia Especializada na Repressão à Lavagem de Dinheiro – DRLD. Foram realizadas operações policiais no combate aos crime conta a administração pública, cursos de capacitação do efetivo das unidades em investigação financeira e uso de aplicativos e software de análise de dados, apresentados projetos junto ao Poder Judiciário para melhorar os equipamentos de TI das unidades, assinatura de convênio com o TCE/RN

para acesso aos bancos de dados do citado tribunal para investigações qualificadas de combate a corrupção, apresentação de minuta de projeto de LC para criação e regulamentação do FUNDAPOL.

Objetivo 270: Promover ações voltadas à aproximação da Polícia Civil com a comunidade.

Apesar de haver ações pontuais de alguns policiais civis que realizam palestras em escolas, nas comunidades e em outros estabelecimentos, não pode ser considerado um programa educativo institucional, sobretudo ante ao déficit de efetivo desta Instituição.

O objetivo foi parcialmente alcançado, dentre as ações realizadas, incluem-se eventos comunitários, palestras educativas e programas de conscientização, que proporcionaram um ambiente propício para o diálogo e a troca de informações.

Policiais civis da 91ª Delegacia de Polícia realizaram, dia 09 de novembro deste ano, ações do Projeto Delegacia Itinerante, voltadas para comunidades do município de Poço Branco. Civil (DP de Poço Branco), onde foi realizado palestra sobre a prevenção de crimes e de uso de drogas, dentre outros termas.

Em São Paulo do Potengi a Polícia Civil do RN realizou dia 22 de novembro uma palestra para alunos do 8º e 9º ano da Escola Municipal Deputado Djalma Marinho.

Sabendo da importância do Marketing Institucional, a SECOMS atua de forma conjunta com a Delegacia Geral, diretorias e departamentos a fim de elaborar estratégias e ações que são transmitidas para todos os públicos.

Durante o ano de 2023, iniciativas foram realizadas no intuito de mostrar o trabalho policial e repressivo. A SECOMS participou de várias coberturas de operações deflagradas pela Polícia Civil, acompanhamento jamais visto em outros anos. O que resultou em um verdadeiro sucesso nas redes sociais e na mídia. Além disso, vídeos e publicações sobre o trabalho policial e função também foram divulgados, bem como a construção de um banco de dados da Polícia Civil, que até então não existia. Para este ano, a SECOMS irá intensificar ainda mais as ações.

A Também a ampliação dos serviços de disque denúncia (180) e da plataforma de delegacia virtual.

Objetivo 291: Reduzir os índices de criminalidade, consolidando a sensação de segurança e confiança da população para com as instituições de Segurança Pública.

Objetivo em andamento, A Divisão de Homicídios foi completamente restruturada, tanto fisicamente com a mudança da nova sede para um prédio mais estruturado, como em sua estrutura organizacional, que com base nos indicadores de criminalidade, especificamente CVLI, teve sua atribuição territorial ampliada, para abranger os Municípios Polos, em que ocorreram elevado número de ocorrência letais, objetivando propiciar uma investigação qualificada para contribuir na redução da criminalidade violenta letal, em conformidade com o decreto nº 31.169/2021, conjugado com o artigo 21-B da Lei Complementar Estadual nº 270/2004, hoje as delegacias de homicídios criadas e que fazem parte da estrutura organizacional da Divisão compreende os munícipio de Natal, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim, Ceara-Mirim, Macaíba e Mossoró.

Foi informado ainda que com o objetivo de reduzir os indicadores de CVLI, ampliou-se, ainda, a expertise da primeira fase da investigação de tais delitos que é o Local de Crime, que agora é realizado em toda grande Natal (17 Munícipios), no horário extraordinário, pela equipe da DHPP, tendo sido, para tanto ampliado a equipe de Plantão de Local de Crime.

Também houve a restruturação em razão da matéria, abrangendo os casos de pessoas desaparecidas no Munícios que sediam Delegacias de Homicídios e de restruturação de pessoal, com a finalização do concurso público.

Foi informado pela Diretoria do Interior - DPCIN, que a Polícia Civil do RN integra a

Operação Albatroz do Governo Federal que tem como fito justamente a alocação de equipes para realização de investigações e diligências nas fronteiros do estado do Rio Grande do Norte, seja com outros estados ou entre municípios.

Objetivo 296: Reduzir violência contra a mulher e índice de feminicídio.

Objetivo em andamento, houve a expansão das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), Delegacias de Proteção à Criança e Adolescente (DPCA) e Delegacias de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência (DEPID):

A criação de novas delegacias - mais 7 DEAMs, 2 DPCAs e 1 DEPID - estava prevista no Decreto 31.169, de 08 de dezembro de 2021, no entanto, tais delegacias estariam subordinadas às Diretorias da Grande Natal (DPGRAN) e do Interior (DPCIN). Com a criação deste Departamento de Proteção a Grupos em Situação de Vulnerabilidade, efetivada pela Lei Complementar Estadual nº 721 de 02 de agosto de 2022, as DEAM, DPCAe DEPID saíram da esfera de gestão da DPGRAN e DPCIN, passando, formalmente, à subordinação ao DPGV com o Decreto de nº 32.687 de 18 de maio de 2023.

A partir do final de 2022 e início de 2023, foram implantadas as DEAMs nas cidades de São Gonçalo do Amarante, Ceará Mirim, Macaíba, Nova Cruz, Macau, Assu e Pau dos Ferros. Também passaram a funcionar a DEPID Parnamirim e DPCA Parnamirim e Mossoró. Além disso, foram ampliadas as atribuições da Delegacia de Plantão de Atendimento à Grupos Vulneráveis, que alcança a Grande Natal, no horário noturno, feriados e finais de semana, proporcionando atendimento integral aos grupos de pessoas que histórica e culturalmente tornaram-se mais suscetíveis à violação de direitos, em razão do gênero, idade, condição social, deficiência ou orientação sexual.

Além da expansão das DEAMs, o Estado do Rio Grande do Norte entrou, sob a coordenação do DPGV, na rota das operações no Ministério da Justiça quais sejam: Átria, em maio de 2023, e Shamar, em agosto de 2023, ambas destinadas ao enfrentamento à violência contra a mulher. Além disso, o DPGV coordenou, no estado do RN, a operação nacional Virtude (enfrentamento à violência contra a pessoa idosa) e Caminhos Seguros (enfrentamento à violência contra criança e adolescente).

Criar e estruturar Departamento de Proteção a Grupos de Vulneráveis -DPGV.

O Departamento de Proteção a Grupos em Situação de Vulnerabilidade - DPGV, foi criado com a Lei Complementar n. 721/2022.

O Departamento de Proteção a Grupos em Situação de Vulnerabilidade (DPGV) consiste numa unidade gerencial específica no âmbito da Polícia Civil, visando proporcionar um atendimento especializado, padronizado e humanizado, vinte e quatro horas. Encontra-se sediado no município de Natal (Rua Demócrito de Souza Paiva, 1580, Lagoa Nova – Natal) e compreende, além das Delegacias Especializadas já citadas, a unidade gerencial do Departamento, que abrange o Setor de Assessoramento Administrativo (**SAAD)**.

Atualmente, funcionam em todo o Estado do RN, 19 delegacias especializadas no âmbito do Departamento, que atendem esta demanda específica, apurando notícias de infrações penais oriundas do Disque 100 Direitos Humanos, Disque 180 e 181, requisições de Promotorias Especializadas, Conselhos Tutelares, CREAS, dentre outros órgãos que zelam pelos direitos dos grupos em situação de vulnerabilidade.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

Meta 583: Executar a Política Estadual de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho

Avaliação da Meta:

Meta 583: Executar a Política Estadual de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho

Em andamento, a capacitação permanente através do Movimento Saúde, responsável por promover o bem estar dos policiais civis no que se refere a prática de atividades físicas e treinamento funcional é fundamental para firmar a Política Estadual de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho. Frequentemente são promovidas palestras sobre a importância da prática esportiva para a saúde física e mental, além do Projeto Arte Suave que explora a vertente da defesa pessoal e do Jiu-Jitsu.

Meta 453: Proporcionar a qualificação continuada dos policiais civis, visando aprimorar os serviços prestados nas unidades contribuindo com a eficiência organizacional, a partir de Cursos de Técnicas e Táticas Policiais (CTTP), relacionados à violência contra mulheres, noções básicas de inteligência policial e investigação financeira, além de cursos para uso de ferramentas tecnológicas.

Em andamento*, a* ACADEPOL promoveu a capacitação de diversos policiais, com a realização de cursos em várias áreas, dentre eles:

Nº	CURSO	TURMAS
1	Inteligência em Fontes Abertas	4
2	1º Encontro de Boas Práticas em Investigação Criminal	7
3	Curso de Procedimentos Policiais Eletrônicos	8
4	Investigação de Desaparecimento de Pessoas	3
5	Investigação Cibernética	3
6	*Stop theBleed*	3
7	Curso Básico de Tiro Policial	11
8	Curso de Enfrentamento à Violência contra a Mulher	1
9	Ciclo de Palestras MOVSAUDE	1
10	Curso Guardião OnLine	1
11	Curso de Operação de Aeronaves Remotamente Pilotadas	1

Meta 379: Revisar Planos de Carreira do Policial Civil, através de Reforma da Lei Complementar 270/2004.

Está em fase de negociação com o executivo, dois projetos, visando a implantação de auxilio alimentação e auxilio fardamento, para os policiais civis

Meta 556: Conceder prêmios pela realização de trabalhos de natureza técnica e científica, voltadas à redução de mortes violentas e crimes contra o patrimônio.

Não iniciada, nenhuma ação foi realizada nesta meta em razão da academia não possuir autonomia financeira para prêmios de natureza pecuniária, restando a definição de formas alternativas.

Meta 1515: Implementar uma política de gestão eficiente com foco em incentivar e estruturar setores estratégicos da Polícia Civil criando gratificações de acordo com critérios de mérito.

Não iniciada, em razão das limitações orçamentárias e financeiras, e ainda impedimento legal, através da Lei Complementar Federal n. 173/2020.

Meta 388: Adequar o efetivo da Polícia Civil do Rio Grande do Norte, a partir da realização de concursos públicos.

Está em andamento a 2ª turma do CFP, para a qual foram convocados 50 candidatos ao cargo de delegado, 100 candidatos a escrivão e 250 candidatos a agente, tendo previsão de término em janeiro de 2024, cabendo a decisão da nomeação à Governadora do Estado.

Meta 394: Elaborar Projeto Lei, provendo criação de cargos administrativos no âmbito da Polícia Civil, voltados à execução de tarefas administrativas.

Não iniciada, não houve incremento nessa meta, em razão das limitações orçamentárias e financeiras.

Meta 394: Elaborar Projeto Lei, provendo criação de cargos administrativos no âmbito da Polícia Civil, voltados à execução de tarefas administrativas.

Não iniciada, não houve incremento nessa meta, em razão das limitações orçamentárias e financeiras.

Meta: 225: Adquirir equipamentos de informática voltados para atividades de inteligência e investigação, no âmbito da Polícia Civil.

Meta cumprida, No ano de 2023 a polícia Civil adquiriu os seguintes equipamentos;

Item	Descrição	Quant.	Valor (R$)	Fonte	Observação
17.	CPU Daten	180	562.924,80	SENASP Conv. 891206/2019	Plano de localização anexo
18.	Monitor LED PT Wide	180	180.000,00	SENASP Conv. 891206/2019	Plano de localização anexo
19.	Monitor Bluecase	130	68.478,80	SENASP Conv. 891206/2019	Plano de localização anexo
20.	Estabilizador de tensão TS Shara	180	53.100,00	SENASP Conv. 891206/2019	Plano de localização anexo
21.	Monitor DELL	3	3.000,00	Doação Senasp	ACADEPOL
22.	CPU OPTILEX	3	4.604,64	Doação Senasp	ACADEPOL
23.	Notebook HP	19	91.818,45	SENASP	Conv 221/2016
24.	Notebook Vaio	3	19.999,99	FUNSEP/SUSP	DIP
25.	Notebook Vaio	2	11.000,00	FUNSEP	Movimento Saúde

26.	Monitor HP	100	159.500,00	Fonte 100	
27.	Estabilizador de Tensão Coletek	240	60.336,00	Fonte 100	
28.	Monitor LG	54	37.800,00	SENASP	
29.	CPU Inteligency	54	160.972,92	SENASP	
30.	Monitor DELL	9	9.000,00	SENASP	
31.	CPU DELL Opitplex	9	17.092,80	SENASP	
32.	Notebook Positivo Vaio	2	11.000,00	FUNSEP/SUSP	Movimento Saúde
33.	Estabilizador TS SHara	50	14.290,00	FUNSEP/SUSP	Conv. 904475/2000
34.	Fragmentadora de Papel	8	22.840,00	SENASP	Plano de localização
35.	Fragmentadora de Papel	3	5.598,00	SENASP	DIP
36.	Monitor marca Positivo	30	6.000,00	Doação Poder Judiciário - Mossoro	Unidades de Mossoró
37.	CPU Marca positivo	30	7.500,00	Doação Poder Judiciário - Mossoro	Unidades de Mossoró

Equipamentos para atividade de comunicação e inteligência Item	**Descrição**	**Quant.**	**Valor (R$)**	**Fonte**	**Observação**
1.	Rádio Comunicador tipo HT Motorola	30	0,00	Doação SESED	DEICOR
2.	Rádio Comunicador tipo HT	1	500,00	Doação particular	Setor de Rádio
3.	Telefone móvel tipo Smartfone	100	92.849,54	Doação Rec. Fed.	—
4.	Drone Air 2S	1	18.000,00	FUNSEP	Nucleo de prod. controlados
5.	Drone Mavic	1	4.039,45	ANPP	DEFUR
6.	Drone DJI Mini	1	6.796,78	Trans. Penal	7ª DR Patu
7.	Filmadora Hero	5	15.980,00	FUNSEP/SUSP	DHPP

8.	Filmadora Handycam Sony	4	13.390,00	FUNSEP/SUSP	DIP
9.	Filmadora Hero 8 BlacK	8	25.844,00	FUNSEP/SUSP	DECCOR LD
10.	Câmera Digital Gopro	4	12.922,00	FUNSEP/SUSP	DECCOR LD
11.	Videocamera Canon	3	63.000,00	FUNSEP/SUSP	DECCOR LD

Ainda, foi instaurado procedimento licitatório através do Processo SEI 11910003.002596/2022-01, para aquisição de equipamentos de informática, que foram divididos por lotes e desmembrados em quatro processos SEI.

O primeiro SEI nº 11910002.005720/2023-72, tem como objeto a aquisição de 40 (quarenta) unidades de placa-mãe, 70 (setenta) unidades de placa-mãe 1150 e 50 unidades de Fonte ATX 24 pinos, com Ordem de Compra Id. 23621090.

O Segundo SEI nº 11910002.005727/2023-94, tem como objeto a aquisição de 300 (trezentas unidades) de Webcam, com ordem de compra Id. 23615765.

O terceiro SEI nº 11910002.005726/2023-40, objetiva a aquisição de 250 (duzentos e cinquenta) mouses e 150 (cento e cinquenta) teclados, conforme ordem de compra Id. 23614389.

E o quarto SEI nº 11910002.005725/2023-03, objetiva a aquisição de 70 (setenta) unidades de pente de memória RAM, 40 (quarenta) pente de memória RAM tipo DDR4 e 150 (cento e cinquenta) unidades de armazenamento tipo SSD, que já foram recebidos conforme IDs. 23702962 e 23704863.

Meta 228: Adquirir licenças atualizadas de Sistemas Operacionais, pacote Offices, Antivírus, softwares de Análises de vínculos e softwares de suporte à Engenharia.

Foram adquiridas 05(cinco) licenças do software SEOBRA (software para elaboração de orçamentos) através do processo 11910011.000304/2023-79**.**

Subação - 299701 – manutenção e funcionamento -elemento de despesa 33.90.40.01- serviço de tecnologia da informação e comunicação no valor de R$ 1.699,90 e utilizado 100% do valor empenhado

Meta 1516: Modernização da investigação criminal por meio da implantação, ampliação ou integração de soluções de gestãono âmbito da Polícia Civil.

Em andamento, Implantado e em execução o Projeto Excel, que implementou o sistema de extração de dados de dispositivos celulares, implantado a plataforma Cronos de controle de demandas e processos no âmbito do DIP/PCRN, que permitiu maior eficiência na gestão de pessoas. Foi estabelecido o Sistema Nacional de Inteligência de Apoio ao Crime Organizado - ORCRIM, que reúne informações sobre investigados em delitos de organização.

Em andamento o contrato com a empresa X-Solution, que em 2023 realizou serviços de digitalização em setores administrativos da PCRN.

Com dotação orçamentária, na subação 299701 – manutenção e funcionamento - elemento de despesa 33.90.39.57- serviço de processamento de dados no valor de R$ 501.364,98 e utilizado 305.289,03 do valor empenhado.

Meta 172: Reformar a ACADEPOL, propiciando melhor estrutura para treinamentos e realização de cursos, para fins de capacitação dos policiais civis e por conseguinte, preparo

do profissional de segurança pública, ensejando a resguardo da sua incolumidade, refletindo, ainda, em maior eficiência no trabalho.

Não Iniciado, a Reforma da ACADEPOL não foi executada no ano de 2023

Meta 191: Construir, reformar e/ou transferir as instalações físicas onde funcionam as delegacias de polícia civil do Estado, visando maior eficiência nos serviços realizados e oferecidos à sociedade.

No ano de 2023 a Polícia Civil, conforme informado pela Diretoria Administrativa da PCRN, realizou reforma em varias unidades, possibilitando melhores condições de aos policiais e um melhor atendimento a população. Os seguintes prédios beneficiados;

Reforma do 7º Distrito Policial - concluída.

Reforma do 2º Distrito Policial, em andamento.

Reforma da Delegacia de Tangará, em andamento.

Manutenção da Central de Flagrantes, em fase de conclusão.

Manutenção da rede lógica do 38º DP Mossoró, concluída.

Manutenção da DEAM Mossoró, concluída

Reforma do Pavimento superior de Currais novos, em andamento.

Construção do complexo de especializadas na Cidade da Esperança, Natal/RN, em andamento.

.

Meta 199: Aquisição de viaturas descaracterizadas, para execução de atividade-fim da polícia civil, bem como viaturas caracterizadas e adaptadas para transporte de pessoas apreendidas, de modo a salvaguardar a vida dos condutores.

No ano 2023, de acordo com informações prestadas pelo Setor de Transporte, aportaram na frota PCRN os seguintes veículos:

11 veículos descaracterizados pulse (governo cidadão)
12 motocicletas XRE 190 (convênio)
01 Chevrolet/cruze (doação MJ)
01 Chevrolet/S10 (doação MJ)
02 Renault/Sandero (pronasci MJ)
32 Renault/Duster (contrato de locação)
07 VW VIRTUS descaracterizados
03 PEUGEOT/2008 descaracterizados
Foram locados o quantitativo de 100 (cem) viaturas caracterizadas e 39 viaturas descaracterizadas através do processo SEI nº 11910005.002116/2022-83.

Meta 1519: Reestruturar, organizacional e fisicamente as unidade policiais subordinadas à Diretoria de Polícia Civil do Interior(DPCIN).

No ano de 2023 foram realizadas reformas em alguma unidades policiais;
Reforma do Pavimento superior de Currais novos, em andamento.
Reforma da Delegacia de Tangará, em andamento.
Manutenção da rede logica do 38º DP Mossoró, concluída

Meta: 1153: Auxiliar na elaboração dos protocolos operacionais e manuais de padronização da instituição.

A Direção a ACADEPOL está coordenando os trabalhos da Comissão para Elaboração

do Manual de Procedimentos Policiais onde estarão inseridos os Procedimentos Operacionais Padrão (POP), com previsão de ser finalizado em abril de 2023.

Meta 1112: Reestruturação organizacional do NIP, transformando-o em Diretoria de Inteligência, com a implantação de política de recrutamento e de gratificação de função associada ao exercício da atividade de inteligência.

Em andamento, Foi publicada a Lei Complementar nº 661, de 19 de dezembro de 2019, que criou o Departamento de Inteligência Policial, Política de recrutamento de servidores para o exercício da atividade de inteligência na fase de Minuta governamental.

Meta: 1156: Implantar medidas e procedimentos de proteção dos ativos institucionais: pessoal, documentação, instalações, materiais e comunicações.

Meta parcialmente cumprida com a contratação de empresa especializada em digitalização de documentos (inquéritos e demais procedimentos) em trâmite nas delegacias e unidades administrativas**.**

Meta 1157: Modernizar o parque tecnológico do Departamento de Inteligência da Polícia Civil - DIP.

O Departamento de Inteligência da Polícia Civil- DIP, foi beneficiado com aquisições de equipamentos de informática, através de convenio com a SENASP, no total de 03(três) notebooks, 04 (quatro) filmadora handycam, 01 (uma) fragmentadora de papel e 01 (um) Controlador de acesso biométrico.

Meta: 1517: Implementar estratégias e mecanismos de investigação aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Em andamento, Considerando as informações prestadas pela Delegacia Especializada na Repressão à Lavagem de Dinheiro – DRLD.

Foram realizadas operações policiais no combate aos crime conta a administração pública, cursos de capacitação do efetivo das unidades em investigação financeira e uso de aplicativos e software de análise de dados, apresentados projetos junto ao Poder Judiciário para melhorar os equipamentos de TI das unidades, assinatura de convênio com o TCE/RN para acesso aos bancos de dados do citado tribunal para investigações qualificadas de combate a corrupção, apresentação de minuta de projeto de LC para criação e regulamentação do FUNDAPOL.

Meta: 616: Implementar programa educativo de sensibilização nas instituições de ensino estaduais acerca da atuação da Polícia Civil e da prevenção da violência.

A meta foi parcialmente cumprida, dentre as ações realizadas, incluem-se eventos comunitários, palestras educativas e programas de conscientização, que proporcionaram um ambiente propício para o diálogo e a troca de informações.

Policiais civis da 91ª Delegacia de Polícia realizaram, dia 09 de novembro deste ano, ações do Projeto Delegacia Itinerante, voltadas para comunidades do município de Poço Branco. Civil (DP de Poço Branco), onde foi realizado palestra sobre a prevenção de crimes e de uso de drogas, dentre outros termas.

Em São Paulo do Potengi a Polícia Civil do RN realizou dia 22 de novembro uma palestra para alunos do 8º e 9º ano da Escola Municipal Deputado Djalma Marinho

Meta 631: Difundir notícias sobre ações da Polícia Civil, de forma sistemática, didática e acessível à sociedade, zelando pela imagem pública da instituição.

Em andamento, Diariamente os veículos de comunicação são alimentados com releases sobre ações da instituição, assim como são postados no site oficial e twitter da PCRN, do mesmo modo são feitas postagens no instagram.

Meta 656: Elaborar projetos de aproximação da comunidade, avaliando e redefinindo estratégias de polícia de proximidade, através das Delegacias Distritais.

Parcialmente cumprido, apesar de haver ações pontuais de alguns policiais civis que realizam palestras em escolas, nas comunidades e em outros estabelecimentos, não pode ser considerado um programa educativo institucional, sobretudo ante ao déficit de efetivo desta Instituição.

META 1518 - Ampliar o acesso de comunicação entre a vítima e a polícia civil, através de ferramentas tecnológicas

Em andamento, registramos que tal providência tem sido realizada por meios dos canais de denúncia, bem como contatos das unidades por meio de ferramentas como WhatsApp e outros aplicativos, facilitação e otimização da confecção de boletins de ocorrência através da internet, sem necessidade de comparecimento às Delegacias de Polícia Civil, a depender da natureza dos delitos, consoante diretrizes estabelecidas por normas internas emanadas da Delegacia Geral, além da Ouvidoria da Polícia Civil.

Meta 754: Reestruturar, organizacional e fisicamente, as unidades policiais subordinadas à DPGRAN.

A referida meta foi atingida parcialmente e ainda está em andamento, tendo em vista as medidas adotadas pela DPGRAN no sentido de promover a reorganização de Unidades, nos termos do Decreto Estadual nº 31.169/2021. No ano de 2023 foi realizada a reforma do prédio que abriga o plantão Zona Sul e da 7ª DP de Natal e está em andamento a obra de reforma da DP de Brasília Teimosa, Natal/RN

Meta 816: Promover ações voltadas para o controle das fronteiras intermunicipais e interestaduais.

Em andamento, Foi informado pela Diretoria do Interior - DPCIN, a Polícia Civil do RN integra a Operação Albatroz do Governo Federal que tem como fito justamente a alocação de equipes para realização de investigações e diligências nas fronteiros do estado do Rio Grande do Norte, seja com outros estados ou entre municípios.

Meta 990: Reestruturação, organizacional e fisicamente, a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa - DHPP.

Em andamento, a Divisão de Homicídios foi completamente restruturada, tanto fisicamente com a mudança da nova sede para um prédio mais estruturado, como em sua estrutura organizacional, que com base nos indicadores de criminalidade, especificamente CVLI, teve sua atribuição territorial ampliada, para abranger os Municípios Polos, em que ocorreram elevado número de ocorrência letais, objetivando propiciar uma investigação qualificada para contribuir na redução da criminalidade violenta letal, em conformidade com o decreto nº 31.169/2021, conjugado com o artigo 21-B da Lei Complementar Estadual nº 270/2004, hoje as delegacias de homicídios criadas e que fazem parte da estrutura organizacional da Divisão compreende os munícipio de Natal, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim, Ceara-Mirim, Macaíba e Mossoró.

Foi informado ainda que com o objetivo de reduzir os indicadores de CVLI, ampliou-se, ainda, a expertise da primeira fase da investigação de tais delitos que é o Local de Crime, que agora é realizado em toda grande Natal (17 Munícipios), no horário extraordinário, pela equipe da DHPP, tendo sido, para tanto ampliado a equipe de Plantão de Local de Crime.

Também houve a restruturação em razão da matéria, abrangendo os casos de pessoas desaparecidas no Munícios que sediam Delegacias de Homicídios e de restruturação de pessoal, com a finalização do concurso público.

Meta 1004: Aumentar a resolução de ocorrências nas delegacias da polícia civil,

pertencentes a área de atuação da DPGRAN, promovendo a melhoria do atendimento à população e assegurando a celeridade dos procedimentos policiais.

Meta atingida parcialmente, pois mesmo com o ingresso de novos policiais via concurso público, ainda persistedéficit de efetivo na Instituição. A DPGRAN tem empreendido esforços no sentido de prover reforço policial nas diversas Unidades da Capital e Grande Natal, através de banco de voluntários recompensados com Diária operacional.

Meta 1006: Aumentar a resolução de ocorrências nas delegacias da polícia civil, pertencentes a área de atuação da DPCIN, promovendo a melhoria do atendimento à população e assegurando a celeridade dos procedimentos policiais.

Não iniciada, Não foi possível ainda aferir aumento da taxa de resolutividade, ante a ausência de dados estatísticos para tanto

Meta 819: Reduzir a violência, mormente a violência contra a mulher, expandindo as delegacias em Defesa da Mulher, instituindo plantão de 24hs, nos locais de maior índice de violência doméstica DPGRAN.

Em andamento, Houve a expansão das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), Delegacias de Proteção à Criança e Adolescente (DPCA) e Delegacias de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência (DEPID):

A criação de novas delegacias - mais 7 DEAMs, 2 DPCAs e 1 DEPID - estava prevista no Decreto 31.169, de 08 de dezembro de 2021, no entanto, tais delegacias estariam subordinadas às Diretorias da Grande Natal (DPGRAN) e do Interior (DPCIN). Com a criação deste Departamento de Proteção a Grupos em Situação de Vulnerabilidade, efetivada pela Lei Complementar Estadual nº 721 de 02 de agosto de 2022, as DEAM, DPCA e DEPID saíram da esfera de gestão da DPGRAN e DPCIN, passando, formalmente, à subordinação ao DPGV com o Decreto de nº 32.687 de 18 de maio de 2023.

A partir do final de 2022 e início de 2023, foram implantadas as DEAMs nas cidades de São Gonçalo do Amarante, Ceará Mirim, Macaíba, Nova Cruz, Macau, Assu e Pau dos Ferros. Também passaram a funcionar a DEPID Parnamirim e DPCA Parnamirim e Mossoró. Além disso, foram ampliadas as atribuições da Delegacia de Plantão de Atendimento à Grupos Vulneráveis, que alcança a Grande Natal, no horário noturno, feriados e finais de semana, proporcionando atendimento integral aos grupos de pessoas que histórica e culturalmente tornaram-se mais suscetíveis à violação de direitos, em razão do gênero, idade, condição social, deficiência ou orientação sexual.

Meta 1026: Reduzir a violência contra a mulher, expandindo as delegacias especializadas em Defesa da Mulher em 7 territórios, bem como instituído plantão de 24 horas, nos locais de maior índice de violência doméstica DPCIN.

Em andamento, Além da expansão das DEAMs, o Estado do Rio Grande do Norte entrou, sob a coordenação do DPGV, na rota das operações no Ministério da Justiça quais sejam: Átria, em maio de 2023, e Shamar, em agosto de 2023, ambas destinadas ao enfrentamento à violência contra a mulher. Além disso, o DPGV coordenou, no estado do RN, a operação nacional Virtude (enfrentamento à violência contra a pessoa idosa) e Caminhos Seguros (enfrentamento à violência contra criança e adolescente).

Criar e estruturar Departamento de Proteção a Grupos de Vulneráveis -DPGV. O Departamento de Proteção a Grupos em Situação de Vulnerabilidade - DPGV, foi criado com a Lei Complementar n. 721/2022.

O Departamento de Proteção a Grupos em Situação de Vulnerabilidade (DPGV) consiste numa unidade gerencial específica no âmbito da Polícia Civil, visando proporcionar um atendimento especializado, padronizado e humanizado, vinte e quatro horas.

Encontra-se sediado no município de Natal (Rua Demócrito de Souza Paiva, 1580, Lagoa Nova – Natal) e compreende, além das Delegacias Especializadas já citadas, a unidade gerencial do Departamento, que abrange o Setor de Assessoramento Administrativo (**SAAD)**.

Atualmente, funcionam em todo o Estado do RN, 19 delegacias especializadas no âmbito do Departamento, que atendem esta demanda específica, apurando notícias de infrações penais oriundas do Disque 100 Direitos Humanos, Disque 180 e 181, requisições de Promotorias Especializadas, Conselhos Tutelares, CREAS, dentre outros órgãos que zelam pelos direitos dos grupos em situação de vulnerabilidade.

Meta 1520: Criar e estruturar Departamento de Proteção a Grupos de Vulneráveis -DPGV, no intuito de atender mulheres,crianças, adolescentes, deficientes e idosos vítimas de violência, de forma qualificada e padronizada.

Meta cumprida,**Criação da DPGV através da** Lei Complementar nº 721, de 02 de agosto de 2022, foi publicada em DOE no dia 03 de agosto de 2022e em funcionamento a DPAGV - Delegacia de Plantão de Atendimento a Grupos Vulneráveis**.**

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Iniciativa 1275: Aquisição de equipamentos de segurança como: armamento adequado, coletes balísticos, algemas, munições (operacionais e de treino).

Foram adquiridas 60 (sessenta) carabinas IMBEL 5.56 IA e 22 (vinte e duas) pistolas Condor Spark, adquiridas através de convênio com a SENASP.

Atualmente todos os policiais civis contam com coletes, algemas, pistolas e munições para todo o efetivo.

Iniciativa 1300: Realização de contrato de seguro de vida e de acidentes incapacitantes com empresa seguradora.

Não houve realização.

Iniciativa 1304: Aprimoramento do Projeto Movimento Saúde, com a aquisição de equipamentos e meios necessários para realização de atividades no Programa.

Iniciativa realizada, houve aquisição de equipamentos para academia, com recursos do SUSP-MJ, como:

Caixa de som amplificada
Boneco de treino
Desenvolvimento de ombro
Simulador de remo
Barra de aço/puley curva V
Maquina legpress 45 graus

treino funcional e reforma do espaço Movimento Saúde, com recursos Fundo a Fundo.

Iniciativa 1305: Interação com o Centro Integrado de Apoio Social (CIASP), para fins de acompanhamento sócio-pedagógico, psicológico/psiquiátrico aos policiais civis.

Não houve realização.

Iniciativa 1307: Realização, em conjunção de esforços com o Setor de Pessoal da PCRN e Secretarias do Estado, o recenseamento dos Policiais Civis do Estados, culminando em um detalhamento de informações dos servidores que servirão de diretriz para a realização de cursos e aperfeiçoamento.

Não houve realização.

Iniciativa 1668: Realização de cursos voltados à capacitação permanente para uso de ferramentas tecnológicas e áreas de inteligência, administrativa, gestão eficiente, investigação financeira e correlatas à atividade da Polícia Civil.

A ACADEPOL promoveu a capacitação de diversos policiais, com a realização de cursos em várias áreas, dentre eles:

º	CURSO	TURMAS
	Inteligência em Fontes Abertas	**4**
	1º Encontro de Boas Práticas em Investigação Criminal	**7**
	Curso de Procedimentos Policiais Eletrônicos	**8**
	Investigação de Desaparecimento de Pessoas	**3**
	Investigação Cibernética	**3**
	Stop theBleed	**3**
	Curso Básico de Tiro Policial	**11**
	Curso de Enfrentamento à Violência contra a Mulher	**1**
	Ciclo de Palestras MOVSAUDE	**1**
0	**Curso Guardião OnLine**	**1**
1	**Curso de Operação de Aeronaves Remotamente Pilotadas**	**1**

Iniciativa 2201: Realização de cursos voltados à elaboração de protocolos operacionais e procedimentos policiais padronizados, para fins de divulgação do Manual de Polícia Judiciária do Rio Grande do Norte e a sua consolidação como fonte de consulta da normatização institucional.

A elaboração dos protocolos operacionais está em andamento, tramitando em processo SEI e aguardando publicação.

Iniciativa 1281: Elaboração de Projeto de Bonificação a policiais civis que colaborarem, com o bom desempenho profissional para a redução de mortes violentas e crimes contra o patrimônio.

Iniciativa não cumprida.

Iniciativa 1282: Alinhamento de esforços junto à SESED no tocante à política de bonificação dos profissionais da segurança pública.

Iniciativa não cumprida.

Iniciativa 1283: Concessão de premiação específica voltada à resolução de crimes contra a mulher, de modo a motivar os servidores atuantes em tais ocorrências.

Iniciativa não cumprida.

Iniciativa 1309: Diálogo com o CONSEPOL quanto às propostas dos órgãos da Polícia Civil atinentes à revisão do plano de cargos e programas de trabalho previstos para cada exercício financeiro.

Iniciativa não cumprida.

Iniciativa 1310: Desenvolvimento de planejamento de médio prazo para garantir dignidade remuneratória e a valorização dos profissionais de segurança.

Iniciativa em execução.

Iniciativa 2202: Elaboração de projeto de gratificação a policiais civis que desempenhem suas atividades em delegacias especializadas.

Iniciativa não cumprida.

Iniciativa 2203: Criação de gratificações para servidores que desempenhem suas atividades nas áreas de tecnologia e informação, inteligência, projetos e convênios, contratos e financeiro da polícia civil.

Iniciativa não cumprida.

Iniciativa 1311: Inclusão ou reafirmação da disciplina de Direitos Humanos nas bases curriculares dos cursos de formação policial, em consonância com o Decreto nº 6040.

Cumprida no curso de formação da Polícia Civil do Rio Grande do Norte em 2022.

Iniciativa 1312: Realização da formação dos aprovados em concurso público voltado para o preenchimento de vagas dos quadros de carreira da Polícia Civil.

Está em andamento a 2ª turma do CFP, para a qual foram convocados 50 candidatos ao cargo de delegado, 100 candidatos a escrivão e 250 candidatos a agente, tendo previsão de término em janeiro de 2024, cabendo a decisão da nomeação à Governadora do Estado.

Com dotação orçamentária, na subação 331701 – realização da formação dos aprovados em concurso público da Polícia Civil -elemento de despesa 33.90.36.08- bolsa de iniciação ao trabalho no valor de R$ 3.000.000,00 e utilizado 71,36% do previsto.

Iniciativa 1315: Promoção da paridade de sexo (homens e mulheres) entre policiais civis, em âmbito regional.

O concurso para ingresso na carreira da Polícia Civil não estabelece critérios entres sexos.

Iniciativa 1317: Elaboração de projeto de lei, visando expandir os recursos humanos da instituição.

Cumprido com a realização do concurso.

Iniciativa 827: Modernização do parque tecnológico da Polícia Civil, através da aquisição de equipamentos, licenças, dispositivos de inteligência, possibilitando a implantação e visando a interação de sistemas.

Foram adquiridas 1.000(mil) licenças de software KASPERSKY, 01 (um) switch gerenciável, no intuito de fortalecer a segurança de rede do laboratório, por convênio Plataforma +Brasil.

50 (cinquenta) computadores com recursos próprios

73 (setenta e três) computadores, através de convênio com a SENASP.

Iniciativa 2004: Aparelhamento e reaparelhamento das Unidades da Polícia Civil, licenças, dispositivos de inteligência, possibilitando a implantação e visando a interação de sistemas.

Iniciativa realizada**,** No ano de 2023 a polícia Civil adquiriu os seguintes equipamentos;

Item	Descrição	Quant.	Valor (R$)	Val	Fonte	Observação
7.	CPU Daten	80	1.924,80	562	SENASP Conv. 891206/2019	Plano de localização anexo
8.	Monitor LED PT Wide	80	1.000,00	180	SENASP Conv. 891206/2019	Plano de localização anexo
9.	Monitor Bluecase	30	1.478,80	68.	SENASP Conv. 891206/2019	Plano de localização anexo
0.	Estabilizador de tensão TS Shara	80	1.100,00	53.	SENASP Conv. 891206/2019	Plano de localização anexo
1.	Monitor DELL		300,00	3.0	Doação Senasp	ACADEPOL
2.	CPU OPTILEX		304,64	4.6	Doação Senasp	ACADEPOL
3.	Notebook HP	9	1.818,45	91.	SENASP	Conv 221/2016
4.	Notebook Vaio		3.999,99	19.	FUNSEP /SUSP	DIP
5.	Notebook Vaio		2.000,00	11.	FUNSEP	Movimento Saúde
6.	Monitor HP	00	1.500,00	159	Fonte 100	
7.	Estabilizador de Tensão Coletek	40	2.336,00	60.	Fonte 100	
8.	Monitor LG	4	5.800,00	37.	SENASP	
9.	CPU Inteligency	4	5.972,92	160	SENASP	
0.	Monitor DELL		9.000,00	9.0	SENASP	
1.	CPU DELL Opitplex		9.092,80	17.	SENASP	
	Notebook Positivo		2	11.	FUNSEP	Movi

2.	Vaio		000,00	/SUSP		mento Saúde
3.	Estabilizador TS SHara	0	290,00	14. /SUSP	FUNSEP	Conv. 904475/2000
4.	Fragmentadora de Papel		840,00	22.	SENASP	Plano de localização
5.	Fragmentadora de Papel		98,00	5.5	SENASP	DIP
6.	Monitor marca Positivo	0	00,00	6.0	Doação Poder Judiciário - Mossoro	Unida des de Mossoró
7.	CPU Marca positivo	0	00,00	7.5	Doação Poder Judiciário - Mossoro	Unida des de Mossoró

Equipamentos para atividade de comunicação e inteligência Item	**Descrição**	**Quant.**	**Valor (R$)**	**Font e**	**Observação**
1.	Rádio Comunicador tipo HT Motorola	0	0 ,00	Doaç ão SESED	DEICO R
2.	Rádio Comunicador tipo HT		5 00,00	Doaç ão particular	Setor de Rádio
3.	Telefone móvel tipo Smartfone	00	9 2.849,54	Doaç ão Rec. Fed.	—
4.	Drone Air 2S		1 8.000,00	FUN SEP	Nucle o de prod. controlados
5.	Drone Mavic		4 .039,45	ANP P	DEFU R
6.	Drone DJI Mini		6 .796,78	Tran s. Penal	7ª DR Patu
7.	Filmador a Hero		1 5.980,00	FUN SEP/SUSP	DHPP
8.	Filmador a Handycam Sony		1 3.390,00	FUN SEP/SUSP	DIP
9.	Filmador a Hero 8 BlacK		2 5.844,00	FUN SEP/SUSP	DECC OR LD
10.	Câmera Digital Gopro		1 2.922,00	FUN SEP/SUSP	DECC OR LD
11.	Videoca mera Canon		6 3.000,00	FUN SEP/SUSP	DECC OR LD

Foi instaurado procedimento licitatório através do Processo

SEI 11910003.002596/2022-01, para aquisição de equipamentos de informática, que foram divididos por lotes e desmembrados em quatro processos SEI.

O primeiro SEI nº 11910002.005720/2023-72, tem como objeto a aquisição de 40 (quarenta) unidades de placa-mãe, 70 (setenta) unidades de placa-mãe 1150 e 50 unidades de Fonte ATX 24 pinos, com Ordem de Compra Id. 23621090.

O Segundo SEI nº 11910002.005727/2023-94, tem como objeto a aquisição de 300 (trezentas unidades) de Webcam, com ordem de compra Id. 23615765.

O terceiro SEI nº 11910002.005726/2023-40, objetiva a aquisição de 250 (duzentos e cinquenta) mouses e 150 (cento e cinquenta) teclados, conforme ordem de compra Id. 23614389.

E o quarto SEI nº 11910002.005725/2023-03, objetiva a aquisição de 70 (setenta) unidades de pente de memória RAM, 40 (quarenta) pente de memória RAM tipo DDR4 e 150 (cento e cinquenta) unidades de armazenamento tipo SSD, que já foram recebidos conforme IDs. 23702962 e 23704863.

Com dotação orçamentária, na subação 142001 – Aparelhamento e reaparelhamento das unidades da Polícia Civil - elemento de despesa 44.90.52- Equipamentos e Material Permanente no valor de R$ 1.000.000,00 e utilizado 717.680,14 do valor empenhado.

Iniciativa 2204: Contratação de empresa que promova a digitalização de inquéritos, procedimentos policiais e todos os processos administrativos físicos que ainda se encontram nos órgãos vinculados à atividade meio da Polícia Civil.

Em andamento o contrato com a empresa X-Solution, que em 2023 realizou serviços de digitalização em setores administrativos da PCRN.

Com dotação orçamentária, na subação 299701 – manutenção e funcionamento - elemento de despesa 33.90.39.57- serviço de processamento de dados no valor de R$ 501.364,98 e utilizado 305.289,03 do valor empenhado.

Iniciativa 660: Reforma das unidades policiais situadas em Natal e na Grande Natal, vinculadas à Diretoria de Polícia Civil da Grande Natal (DPGRAN).

No ano de 2023 os seguintes prédios passarampor melhorias estruturais;

Reforma do 7º Distrito Policial - concluída.

Reforma do 2º Distrito Policial, em andamento.

Manutenção da Central de Flagrantes, em fase de conclusão.

Com dotação orçamentária, na subação119001 – const. Reforma e ampliação das estruturas Físicas da ... PCRN -elemento de despesa 44.90.51- obras e instalações, no valor de R$ 1.600.000.00 e utilizado 42,3%.

Iniciativa 684: Reforma/transferência da DP de Macau.

Iniciativa não executada.

Iniciativa 695: Reforma das Delegacias de Arês e Nísia Floresta.

Não foi realiza obra de reforma na DP de NisiaFloresta, a delegacia municipal de Arês foi transferida para um prédio cedido pelo Ministério Público.

Iniciativa 709: Reativação do Comitê Gestor do Projeto Estratégico de Unidades Padrão de

Segurança Pública, em articulação com a SESED, formada por engenheiros e arquitetos, voltadas para o estudo da estrutura e obras dos prédios onde funcionam os órgãos da segurança pública do RN.

Iniciativa não executada.

Iniciativa 718: Construção do complexo de delegacias de Polícia Civil em Mossoró, próximo ao Judiciário local.

Iniciativa não executada.

Iniciativa 724: Construção da Sede da Polícia Civil (DEGEPOL-Delegacia Geral de Polícia Civil), Divisão de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) e do Complexo de Delegacias Especializadas, centralizando-os no mesmo local, culminando na otimização de recursos materiais e humanos, além de facilitar o acesso à população.

Iniciativa em andamento, já em fase de Construção o complexo de especializadas na Cidade da Esperança, Natal/RN, a obra está sendo realizada com recursos do Fundo a Fundo- MJ.

Iniciativa 775: Aquisição de dispositivos de segurança de acesso e proteção das instalações do PC e da documentação produzida: sistema remoto de vigilância, controle de acesso biométrico e alarmes de intrusão para as dependências da agência de inteligência da Polícia Civil; fragmentadora/trituradora de documentos sensíveis da Polícia Civil.

Iniciativa realizada em parte, a Polícia Civil conta com sistema de vídeo monitoramento em diversas unidades subordinadas a Delegacia Geral. Foram adquiridos no ano de 2023: acesso biométrico fragmentadora para o DIP

Iniciativa 805: Reforma/construção Regional de Pau dos Ferros .

Iniciativa não executada no ano de 2023

Iniciativa 809: Reforma/construção Regional de João Câmara.

Iniciativa não executada em 2023.

Iniciativa 810: Reforma/construção Regional de São Paulo do Potengi.

Iniciativa não executada em 2023.

Iniciativa 811: Reforma/construção Regional de Patu.

Iniciativa não executada em 2023.

Iniciativa 812: Reforma/construção Regional de Santa Cruz.

Iniciativa não executada em 2023.

Iniciativa 1267: Modernização, ampliação e controle da frota da Polícia Civil.

No ano de 2023 a Polícia Civil teve a aquisição dos seguintes veículos;

11 veículos descaracterizados pulse (governo cidadão)
12 motocicletas XRE 190 (convênio)
01 Chevrolet/cruze (doação MJ)
01 Chevrolet/S10 (doação MJ)
02 Renault/Sandero (pronasci MJ)
32 Renault/Duster (contrato de locação)
07 VW VIRTUS descaracterizados
03 PEUGEOT/2008 descaracterizados

Ainda foram locados o quantitativo de 100 (cem) viaturas caracterizadas e 39

viaturas descaracterizadas através do processo SEI nº 11910005.002116/2022-83.

Iniciativa 2205: Reforma e ampliação das instalações físicas da ACADEPOL - Academia de Polícia Civil do RN.

Iniciativa não executada.

Iniciativa 2206: Reforma das unidades policiais situadas no interior do Estado, vinculadas à Diretoria de Polícia Civil do Interior (DPCIN).

Em fase as obra de reforma do Reforma do Pavimento superior de Currais novos, Reforma da Delegacia de Tangará. Concluídas a Manutenção da rede logica do 38º DP Mossoró e da DEAM Mossoró,

Com dotação orçamentária, na subação119001 – const. Reforma e ampliação das estruturas Físicas da ... PCRN -elemento de despesa 44.90.51- obras e instalações, no valor de R$ 1.600.000.00 e utilizado 42,3%.

Iniciativa 1666: Realizar cursos voltados à elaboração de protocolos operacionais e procedimentos policiais padronizados, para fins de divulgação do Manual de Polícia Judiciária do Rio Grande do Norte e a sua consolidação como fonte de consulta da normatização institucional.

Iniciativa em fase preparatória

Iniciativa 1234: Regulamentação de provimento de fundos para ações de inteligência.

Iniciativa não executada.

Iniciativa 1708: Expansão do ambiente Cronos, criando uma solução integrada de armazenamento e compartilhamento de arquivos, comunicação segura através de criptografia e gestão de projetos e demandas às unidades policiais.

Iniciativa implantada e em andamento

Iniciativa 1709: Criação do serviço próprio de correio eletrônico e aplicativo móvel da Polícia Civil que viabilize o acesso remoto às informações de investigação e permita a coleta de dados em campo, como medida de segurança de proteção aos ativos institucionais: pessoal, documentação, instalações, material e comunicações.

Iniciativa não implantada por falta de servidor de banco de dados e aplicações.

Iniciativa 2207: Edição de normativa que viabilize dotação orçamentária especifica para as atividades de inteligência e de investigações especializadas, verba sigilosa.

Iniciativa não executada.

Iniciativa 2208: Criação do portal de inteligência da Polícia Civil para a padronização de procedimentos de investigação criminal, banco de dados de investigados e de gestão da investigação, a fim de aprimorar a eficiência da atuação institucional e o intercâmbio de dados sensíveis entre as delegacias.

Iniciativa não executada

Iniciativa 1253: "Formalização, por Decreto, a criação do Laboratório de Tecnologia Contra a Corrupção e Lavagem de Dinheiro (LAB/LD), no âmbito da PCRN.

Foi publicado o Decreto de regulamentação das unidades que compõem o DECCOR-LD, com as atribuições definidas de cada delegacia, bem como do LAB/LD - Decreto Estadual 30.348/2020.

Iniciativa 2209: Estruturação e reaparelhamento de unidades investigativas especializadas, bem como proporcionar a recuperação de ativos ilícitos para uma repressão mais qualificada.

Foi realizada em 2022, a mudança das instalações físicas do LAB/LD, para prédio próprio da PC RN - Complexo Anticorrupção, com sala exclusiva e acesso controlado.

Iniciativa 1319: Elaboração do projeto de acessibilidade nas unidades da Polícia Civil do Rio Grande do Norte.

Em andamento, as unidades administrativas e operacionais da PCRN contacom acessibilidade.

Iniciativa 1321: Diálogo com a SESED, para fins de reativação do Comitê Gestor do Projeto Estratégico de Unidades Padrão de Segurança Pública, formada por engenheiros e arquitetos, voltadas para o estudo da estrutura e obras dos prédios onde funcionam os órgãos da segurança pública do RN.

O Comitê gestor não foi reativado no período do atual PPA.

Iniciativa 1322: Execução de obras de acessibilidade, a partir do projeto elaborado por setor específico.

Iniciativa Em andamento.

Iniciativa 1328: Execução de projetos de aproximação da comunidade, avaliando e definindo estratégias de polícia de proximidade, através das Delegacias Distritais do Natal e Grande Natal.

Apesar de haver ações pontuais de alguns policiais civis que realizam palestras em escolas, nas comunidades e em outros estabelecimentos, não pode ser considerado um programa educativo institucional, sobretudo ante ao déficit de efetivo desta Instituição.

Iniciativa 1330: Elaboração de projetos de aproximação da comunidade, avaliando e definindo estratégias de polícia de proximidade, através das Delegacias do interior.

A iniciativa foi parcialmente cumprida, dentre as ações realizadas, incluem-se eventos comunitários, palestras educativas e programas de conscientização, que proporcionaram um ambiente propício para o diálogo e a troca de informações.

Policiais civis da 91ª Delegacia de Polícia realizaram, dia 09 de novembro deste ano, ações do Projeto Delegacia Itinerante, voltadas para comunidades do município de Poço Branco. Civil (DP de Poço Branco), onde foi realizado palestra sobre a prevenção de crimes e de uso de drogas, dentre outros termas.

Em São Paulo do Potengi a Polícia Civil do RN realizou dia 22 de novembro uma palestra para alunos do 8º e 9º ano da Escola Municipal Deputado Djalma Marinho.

Iniciativa 1455: "Regulamentação e execução do Projeto Responsa, a fim de promover palestras e aulas de defesa pessoal em 5 instituições de ensino estaduais, de forma permanente.

Iniciativa não realizada em 2023.

Iniciativa 1457: "Alimentação diária, das redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram) e o sítio eletrônico da Polícia Civil (www.policiacivil.rn.gov.br), inserindo notícias sobre a atuação da Polícia Civil, além de realizar comunicação, via software para smartphones,

com grupos de jornalistas e de delegados acerca de tal conteúdo pessoal em 5 instituições de ensino estaduais, de forma permanente.

Diariamente, os veículos de comunicação são alimentados com "releases" sobre ações da instituição, assim como as notícias são postadas no site oficial, whatsapp e "Twitter" da PCRN. Do mesmo modo, são feitas postagens no "Instagram" com as principais imagens sobre os trabalhos da Polícia Civil.

Iniciativa 1458: Elaboração/Implementação do Plano de Marketing Institucional da Polícia Civil, abrangendo a comunicação interna e externa da instituição.

Iniciativa em andamento, sabendo da importância do Marketing Institucional, a SECOMS atua de forma conjunta com a Delegacia Geral, diretorias e departamentos a fim de elaborar estratégias e ações que são transmitidas para todos os públicos.

Iniciativa 1462: "Criação de campanha publicitária, para fins de esclarecimento acerca das funções da Polícia Civil, bem como dos três cargos pertencentes à referida instituição comunicação interna e externa da instituição.

Durante o ano de 2023, iniciativas foram realizadas no intuito de mostrar o trabalho policial e repressivo. A SECOMS participou de várias coberturas de operações deflagradas pela Polícia Civil, acompanhamento jamais visto em outros anos. O que resultou em um verdadeiro sucesso nas redes sociais e na mídia. Além disso, vídeos e publicações sobre o trabalho policial e função também foram divulgados, bem como a construção de um banco de dados da Polícia Civil, que até então não existia. Para este ano, a SECOMS irá intensificar ainda mais as ações.

Iniciativa 1464: Criação de campanha no intento de divulgar canais midiáticos oficiais (Twitter, Facebook, Instagram e site oficial da Polícia Civil) buscando enaltecer a Polícia Civil, bem como esclarecendo sua importância quanto à elucidação de crimes e, por consequência, punição dos criminosos.

As ações, ocorrências, prisões e feitos da Polícia Civil do Rio Grande do Norte são transmitidas diariamente ao público, tendo como principal canal a rede social Instagram e aplicativos como o Whatsapp para a disseminação da notícia. Através do Whatsapp, a SECOMS possui vários grupos de informação com a participação dos jornalistas e gestores da instituição. Além disso, ao fim do dia, um boletim de notícias com os principais acontecimentos são publicados, com alimentação diária no ambiente da PCRN.

Iniciativa 1466: "Realização de pesquisa de satisfação da sociedade para com a Polícia Civil, através de Portal virtual da referida instituição de segurança pública (www.policiacivil.rn.gov.br)bem como dos três cargos pertencentes à referida instituição comunicação interna e externa da instituição.

Iniciativa em andamento.

Iniciativa 855: Instalação de sala de reconhecimento de pessoas, auditório e salas de atividades de inteligência.

Não cumprida,não foram ampliadas as salas de reconhecimento de pessoas e de inteligência no interior. Nem foi construído auditório no interior.

Iniciativa 874: Implementação de Delegacias de Plantão 24h no interior do Estado

Foram ampliados serviços de plantão em 08 delegacias regionais, nas quais o plantão funciona todos os dias da semana.

Iniciativa 876: Reunir-se com representante da Polícia Militar ou buscar informações a respeito da área de atuação da Polícia Militar nos territórios, de forma a coincidir com a atuação da polícia civil.

Iniciativa não realizada em 2023.

Iniciativa 877: Aumento e a distribuição do efetivo de policiais, de forma a atender a demanda local e ao mapa de violência do Estado, coincidindo, com a área de atuação da polícia militar.

Iniciativa não realizada em 2023.

Iniciativa 878: Reúne-se, trimestralmente, os dirigentes da DPGRAN, DPCIN e DHPP, bem como com os demais órgãos da SESED, do Departamento de Polícia Federal e das Forças Armadas, a fim de promover ações voltadas para o controle as fronteiras intermunicipais e interestaduais.

Cumprido parcialmente. A operação Hórus do Ministério da Justiça, destinada precisamente ao controle das fronteiras intermunicipais e interestaduais,através do pagamento diárias para serviço extraordinário aos policiais civis, em horário de folga, que realizam tarefas ostensivas e investigativas.

Iniciativa 879: Elaboração do Plano de Atuação conjunta entre órgãos da segurança pública, a ser implementado em locais com maior índice de criminalidade.

Não cumprido. Ausência do plano de atuação.

Iniciativa 883: Investimento na integração e gestão das informações produzidas pelos sistemas de segurança pública e dos sistemas prisional e socioeducativo

Cumprido. Implantação de sistemas, como PPE e SIAPEN com vistas a gerenciar informações na Polícia Civil e Sistema Penitenciário.

Iniciativa 886: Implementação de políticas públicas, junto a demais setores (órgãos da segurança pública e demais secretarias).

Cumprido parcialmente. Criação do setor de "Pronto Atendimento" em Caicó, junto a FUNDASE, com vistas a receber adolescentes infratores, logo após serem apresentados em delegacias.

Iniciativa 1333: Implantação de banco de dados e aplicativos, com acesso em todas as delegacias de polícia civil do Estado, para consulta de investigados, controle de veículos roubados/furtados, de armas oficiais, incluindo armas oficiais em poder de policiais aposentados, com segurança de acesso, redundância e backup.

Cumprido parcialmente. Implementação dos aplicativos "PPE Agentes de Campo" e Rota FX, com vistas a consulta de investigados e controle de veículos roubados/furtados**.**

Iniciativa 1359: Submissão das ocorrências conciliáveis ao Núcleo de Mediação e Resolução Pacífica de Conflitos (NECRIM), a ser criado por através de Portaria Normativa do Delegado Geral.

Não cumprido. NECRIM não foi criado.

Iniciativa 1360: Direcionamento das operações policiais de competência das Delegacias Especializadas DEICOR, DEFUR, DEPROV, DEDEPP, DENARC e DEFD ao Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC).

Não cumprido. DEIC não foi criado.

Iniciativa 1363: Mapeamento, por território, das áreas de maior risco e vulnerabilidade, com o auxílio do COINE.

Em andamento

Iniciativa 1365: Implantação do Programa de Resolução de Homicídios.

Iniciativa não realizada em 2023.

Iniciativa 1367: Definição da estratégia de gestão por resultados, inclusive com estipulação de alvo e bonificações voltadas à redução de mortes violentas e crimes

contra o patrimônio.

Não cumprido.

Iniciativa 1369: Aprimoramento da coleta de dados estatísticos junto às 54 Unidades Policiais subordinadas à DPGRAN.

Iniciativa ainda em andamento

Iniciativa 1385: Aprimoramento da coleta de dados estatísticos junto às Unidades Policiais subordinadas à DPCIN.

Cumprido parcialmente. Melhoria na coleta e tratamento dos dados estatísticos das delegacias, com o melhoramento do setor de estatística da PCRN e implementação do sistema PPE, na feição dos boletins de ocorrência e elaboração de procedimentos flagrâncias.

Iniciativa 1390: Implantação, em parceria pública e/ou privada (com o apoio da CDL), projeto piloto junto a Shopping Centers, Terminais Rodoviários, Aeroportos e outros locais públicos e/ou privados de grande circulação, destinado ao registro de Boletim de Ocorrência eletrônico para Perda de Documento.

Não cumprido.

Iniciativa 906: Implementação de medidas, junto às demais secretarias, de atenção integral e acolhimento das mulheres vítimas de violência, bem como de suas famílias.

Em fase de planejamento junto às Secretarias.

Iniciativa 1402: Ampliação do Plantão 24h especializado na Defesa da Mulher - DPGRAN e criar no âmbito da DPCIN.

- Expansão para o núcleo do Plantão na cidade de Parnamirim;
- Desmembramento do Plantão da DPGRAN para o DPGV (Plantão DPAGV);
- No escopo da DPCIN, a implantação do Plantão DPAGV se encontra em fase de Planejamento.

Iniciativa 1416: Implantação do sistema de Acionamento automático para as ocorrências de violência doméstica, com a execução de medidas protetivas.

Iniciativa realizada, lançamento do aplicativo Salve Elas que ampara as mulheres que buscam as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs – para que possam solicitar proteção diretamente pelo telefone celular onde, automaticamente irá indicar sua localização à Polícia Militar. O Salve elas surge com a designação das DEAMs como pontos focais de cadastramento das mulheres atendidas.

Iniciativa 1424: Composição do efetivo, nas delegacias especializadas na defesa da mulher, com policiais civis do sexo feminino.

Com a Nomeação da última turma foram lotadas 42 policiais femininas que foram direcionadas para as 13 DEAMs existentes no estado.

Iniciativa 1428: Expansão das Delegacias Especializadas na Defesa da Mulher, no âmbito da DPGRAN.

Realizado, Extensão do Plantão para outra cidade da Grande Natal (Parnamirim)

Iniciativa 1430: Realização de parcerias com a Secretaria Estadual de Mulheres e Minorias, visando o estreitamento de laços com as Delegacias de Atendimento às Mulheres, para discussão de medidas conjuntas de combate à violência contra as mulheres nos municípios do Estado, de acordo com o mapeamento de tal violência.

Parceria com a Coordenadoria da Defesa da Mulher e das Minorias (CODIMM) onde esta Coordenadoria faz a primeira triagem no atendimento ao disque 180.

Iniciativa 1431: Implementação, nas delegacias de polícia, o acolhimento de mulheres e minorias vítimas de violência, bem como de suas famílias, instituindo rede de apoio e proteção, a partir de programa de atenção integral, implementado através de agendas transversais.

Houve, com o Decreto de Reestruturação da Policia Civil, a previsão de implantação do Núcleo Psicossocial para apoio às DEAMS.

Iniciativa 1434: Implantação de rede estruturada regional com equipamentos e profissionais capacitados para o atendimento das vítimas.

Em andamento, com a Interiorização das DEAMs e DPCAs dentro da circunscrição das Regionais.

Iniciativa 1436: Aprimoramento da rede de apoio com integração Inter organizacional (MP, Justiça, Estado e Municípios).

Em andamento, no judiciário, houve o início da interoperabilidade PPE/PJE para dar celeridade aos protocolos de MPUs dentre outras medidas.

Projeto ABRAÇAR, parceria com o MPRN, onde dá suporte as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Iniciativa 1446: Operacionalização de Atividades Comunitárias e de Prevenção à violência, mormente a violência doméstica.

Em andamento, Adesão a Operações Nacionais e Regionais de combate a Violência Contra a Mulher em dois períodos do ano.

Realização de Operações Estaduais onde são realizadas ações educativas, palestras, orientações, distribuição de material informativo em comunidades do interior, comunidades quilombolas e na Grande Natal.

- **Iniciativa 1451: Reestruturação da Delegacia Regional da Mulher, em Caicó.**

Iniciativa em andamento.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avaliação geral setorial:

Diante das limitações orçamentária e financeira imposta aos órgãos do Estado, no ano de 2023, a Polícia Civil do RN, alcançou resultados satisfatório em diversas áreas, a qual podemos destacar nos seguintes programas temáticos:

Valorização dos Profissionais de Segurança Pública, está em andamento a 2ª turma do curso de Formação Profissional para 400 futuros policias (250 agentes, 100 escrivães e 50 delgados de policia), a aquisição de 179 viaturas(caracterizadas e descaracterizadas), a compra de equipamentos de segurança(armas, coletes, algemas e munições), a capacitação de diversos policiais na capital e no interior.

Na **Atividade de Inteligência e Investigação**, tivemos a recuperação de várias delegacias, e o inicio da obra de construção do Complexo de Especializadas em Natal, a Reestruturação do LAB/LD, para aperfeiçoar o combate a corrupção e de lavagem de dinheiro, além da aquisição de diversos equipamentos para modernizar os setores de investigação da PCRN, como: scanners de mesa, HDs externos, computadores, notebooks, estabilizadores, nobreaks, Câmera speed dome, Drones, licenças de software, também foram proporcionadas capacitações a policiais civis, por meio de cursos e treinamentos.

Nos **Programas Cidadania e Segurança Pública e Igualdade na Diversidade**, houve uma ampliação e fortalecimento nos serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência, além da Criação do DPGV- **Departamento de Proteção a Grupos em Situação de Vulnerabilidade**, houve a expansão das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), Delegacias de Proteção à Criança e Adolescente (DPCA) e Delegacias de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência (DEPID). Foram implantadas as DEAMs nas cidades de São Gonçalo do Amarante, Ceará Mirim, Macaíba, Nova Cruz, Macau, Assú e Pau dos Ferros. Também passaram a funcionar a DEPID Parnamirim e DPCA Parnamirim e Mossoró.

A Divisão de Homicídios foi completamente reestruturada, tanto fisicamente com a mudança da nova sede para um prédio mais estruturado, como em sua estrutura organizacional, que com base nos indicadores de criminalidade, especificamente CVLI, teve sua atribuição territorial ampliada, para abranger os Municípios Pólos, em que ocorreram elevado número de ocorrência letais, proporcionando uma investigação qualificada para redução da criminalidade violenta letal, em conformidade com o decreto nº 31.169/2021, hoje as delegacias de homicídios criadas e que fazem parte da estrutura organizacional da Divisão compreende os municípios de Natal, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim, Ceara-Mirim, Macaíba e Mossoró.

Mesmo com as limitações de recursos, a Polícia Civil tem buscado alternativas para poder cumprir com excelência suas atribuições. Assim, tivemos a realização de convênios com a SENASP, o Projeto Governo Cidadão, Tribunal de Justiça, Ministério da Justiça/SUSP, entre outros, que possibilitou a entrega de equipamentos e serviços para esta instituição.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (X) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

A avaliação da Policia Civil do Rio Grande do Norte – PCRN, referente ao Plano Plurianual (PPA) 2020- 2023 aborda pontos importantes da fase avaliada em questão. A estruturação do documento, de maneira resumida, elenca as realizações e desafios enfrentados durante o período.
Principais Pontos Analisados; Realizações e Metas Alcançadas; Detalhamento das metas estabelecidas para cada ano do PPA; Impacto para a população; Estratégias implementadas para enfrentar os desafios.
Estrutura do Documento: Introdução: Contextualização breve sobre o PPA 2020-2023 e os objetivos da avaliação; Caracterização e políticas públicas identificando as agendas transversais; Metodologia: método utilizado para obtenção dos dados 2020-2021: Destaque para as adaptações iniciais e conquistas. Avaliação geral dos resultados com as principais metas da PCRN.

Do Objetivo da Avaliação

A presente avaliação objetiva propiciar conhecimento sobre o andamento e os resultados alcançados, dos objetivos e metas estabelecidos pela Polícia Civil e seu impacto para a população em geral, abrangendo as Políticas para as Mulheres, a Juventude, a Pessoa Idosa, a População LGBT, a Pessoa com Deficiência, a Igualdade Racial e Etnia, Políticas para Criança e Adolescência. Através dos resultados obtidos, traçar um plano de ação para identificar possíveis anomalias, para correções e alinhamentos. Desta forma, permitindo um continuo aprimoramento das ações desenvolvidas pela instituição, possibilitando melhores condições de trabalho para seus profissionais e consequentemente um melhor atendimento para a sociedade potiguar.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

Na estrutura do PPA, a Polícia Civil está inserido no eixo VALORIZAÇÃO DA VIDA, SEGURANÇA E PAZ SOCIAL, nos programas - Valorização dos Profissionais de Segurança Pública, Atividade de Inteligência e Investigação, Cidadania e Segurança Pública e Igualdade na Diversidade, as Diretrizes: prevenção e redução da criminalidade com mobilização e participação da sociedade; Fortalecimento integração e reestruturação das atividades de

inteligência e investigação, popular; implementação de uma política de segurança pública com ênfase em reestruturação**.**

Atende as agendas transversais: Políticas para as Mulheres, Políticas para a Juventude, Políticas para a Pessoa Idosa, Políticas para População LGBT, Políticas para Pessoa com Deficiência, Políticas para Igualdade Racial e Etnia, Políticas para Criança e Adolescência**. Agenda ODS:** Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado; Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças; Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime; Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.

Metodologia

A avaliação do tipo ex post realizada pela Polícia Civil do Rio Grande do Norte - PCRN, Para construção das informações inseridas neste relatório, disponibilizamos processos SEI à todos os setores envolvidos com as metas deste órgão, dentre eles; Setor de Transporte, setor de patrimônio, setor de informática, setor de estatística, Diretoria Administrativa, DPFIN, DPGRAN, DPCIN,DIP, DECCOR, SECOMS e DPGV. Também mensagens via whatsapp e reuniões presenciais. Bem como, dados extraídos das avaliações anteriores, relatórios do SIGEF dos anos 2020-2023 e dados do setor de estatística.

Avaliação Geral dos Resultados

Policia Civil do RN: Principais Resultados em cada objetivo do PPA:

Promover a qualidade de vida e a saúde no trabalho (PQVST), a partir da execução de projetos voltados aos policiais civis: A capacitação permanente através do Movimento Saúde, responsável por promover o bem estar dos policiais civis no que se refere a prática de atividades físicas e treinamento funcional, fundamental para firmar a Política Estadual de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho. Frequentemente são promovidas palestras sobre a importância da prática esportiva para a saúde física e mental, além do Projeto Arte Suave que explora a vertente da defesa pessoal e do Jiu-Jitsu. No período 2020-23 a ACADEPOL foi contemplada com aquisição equipamentos de academia e tatames.

Promover a capacitação permanente dos servidores da Polícia Civil, a partir de cursos voltados para o aprimoramento das funções policiais e melhoria do atendimento à população nas Delegacias de Polícia do Estado: Apesar da pandemia de COVID, que impossibilitou a realização de cursos presencias nos anos 2020-21, a ACADEPOL com muito empenho, promoveu a capacitação de diversos policiais, com a realização de cursos em várias áreas, dentre eles: Inteligência em Fontes Abertas, Curso de Procedimentos Policiais Eletrônicos, Curso Básico de Tiro Policial, Curso de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Investigação de Desaparecimento de Pessoas, Investigação Cibernética, entre outros.

Adequar o efetivo da Polícia Civil do Rio Grande do Norte, a partir da realização de concurso público voltado para os quadros de carreira e quadro próprio para a realização de

tarefas administrativas. Foi realizado um concurso através do processo SEI 11910002004347/2020-62, para contratação de novos policiais. Com a 1ª turma tomando posse em 07 de novembro de 2022, em andamento a 2ª turma do CFP, para a qual foram convocados 50 candidatos ao cargo de delegado, 100 candidatos a escrivão e 250 candidatos a agente, tendo previsão de término em janeiro de 2024, cabendo a decisão da nomeação à Governadora do Estado .

No ano de 2022 foi orçado na subação 299701 – manutenção e funcionamento -elemento de despesa 33.90.36.08- bolsa de iniciação ao trabalho no valor de R$ 3.734.547,00. Na subação 214201 – Capacitação de recursos humanos, elemento de despesa 319016.11 comissão de banco de talentos (fonte 4150). No valor de R$ 1.359.772,49. 2023 na subação 331701 – realização da formação dos aprovados em concurso público da Polícia Civil -elemento de despesa 33.90.36.08- bolsa de iniciação ao trabalho no valor de R$ 3.000.000,00.

Investir em tecnologia da informação, aprimorando as atividades de Polícia Judiciária e da Investigação Criminal. No período de 2020-23 foram adquiridos diversos equipamentos visando aprimorar a capacidade de investigação criminal, dentre eles: scanners de mesa, HDs externos, computadores, notebooks, estabilizadores, nobreaks easyjet, Câmera speeddone, Drones Mavic 3 Fly, licenças de software KASPERSKY e switch gerenciável, no intuito de fortalecer a segurança de rede do laboratório.

Com dotação orçamentária, na subação 142001 – Aparelhamento e reaparelhamento das unidades da Polícia Civil - elemento de despesa 44.90.52- Equipamentos e Material Permanente; ano 2020 R$ 448.971,50, 2021 R$ 639.025,06, 2022 R$ 809.020,00 e 2023 R$ 717.680,14.

Implantado e em execução o Projeto Excel, que implementou o sistema de extração de dados de dispositivos celulares, implantado a plataforma Cronos de controle de demandas e processos no âmbito do DIP/PCRN, que permitiu maior eficiência na gestão de pessoas. Foi estabelecido o Sistema Nacional de Inteligência de Apoio ao Crime Organizado - ORCRIM, que reúne informações sobre investigados em delitos de organização.

Recuperar e reestruturar as instalações físicas onde atuam os órgãos da Polícia Civil e renovar a frota de veículos. De 2020-23, 165 viaturas foram adquiridas através de doações e convênios, além da frota alugada, em 2023 teve a incorporação de 100 viaturas locadas.

Construído o estande de tiros e auditório da ACADEPOL, O Canil da PCRN, através de termo de acordo com o DETRAN e MPT Está sendo elaborado projeto para construção de nova sede, no mesmo local onde o prédio atual está localizado.

Reforma do 4º Distrito Policial, do 9º Distrito Policial (com melhorias e adequações de acessibilidade a cadeirantes e idosos) Reforma do 2º Distrito Policial, Reforma da Delegacia de Tangará, Manutenção da Central de Flagrantes, Manutenção da rede lógica do 38º DP Mossoró, da DEAM Mossoró, Reforma do Pavimento superior de Currais novos, do 7º Distrito Policial , da Delegacia de Tangará, em andamento e Início da obra da central de Especializadas.

Com dotação orçamentária, na subação119001 – const. Reforma e ampliação das estruturas Físicas da ... PCRN -elemento de despesa 44.90.51- obras e instalações, no ano de 2020 no valor de R$ 1.179.430,79, 2021 R$ 28.095,82, 2022 R$ 1596.282,26 e 2023 R$ 675673,88.

Investir em atividades de inteligência e contrainteligência policiais, viabilizando a produção sistemática e permanente de ações especializadas de produção e salvaguarda de conhecimentos de interesse da Segurança Pública, de modo a assessorar os tomadores de decisão no planejamento e execução de ações de investigação e repressão às atividades criminosas, com enfoque na modernização dos métodos de coleta e busca de informações, bem como nas ações de prevenção e neutralização das ameaças à ordem pública e à segurança orgânica da Polícia Civil. , Foi publicada a Lei Complementar nº 661, de 19 de dezembro de 2019,

que criou o Departamento de Inteligência Policial, Política de recrutamento de servidores para o exercício da atividade de inteligência na fase de Minuta governamental.

O Departamento de Inteligência da Polícia Civil- DIP, foi beneficiado com aquisições de equipamentos de informática, através de convenio com a SENASP, no total de 03(três) notebooks, 04 (quatro) filmadora handycam, 01 (uma) fragmentadora de papel e 01 (um) Controlador de acesso biométrico e um servidor tipo rack.

Aperfeiçoar o combate aos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro, por meio da estruturação de unidades investigativas especializadas e também através da formação de profissionais com conhecimento específico em análises financeiras. Em 2021 o DECCOR-LD passou a operar em um no prédio, com melhor estrutura. Nesse período foram realizados convênios para aquisição de equipamentos junto ao SENASP, Cessão do sistema DELOS pela PCDF, acesso ao MACROS da CGU, criação de aplicativo para análise de RIFs, Além da publicação do Decreto de regulamentação das unidades que compõem o DECCOR-LD, formalização de Termo de cooperação técnica com o MP do RN, através do GAECO, para ações conjuntas de combate à corrupção dentre outros crimes, participação do efetivo do DECCOR-LD em cursos de capacitação.

Implementar estratégias e mecanismos de investigação aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro), por meio da realização de investigações que visam à repressão aos crimes de lavagem de dinheiro em parceria com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), órgão do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN).

No âmbito da Delegacia Especializada na Repressão à Lavagem de Dinheiro – DRLD. Foram realizadas operações policiais no combate aos crime conta a administração pública, cursos de capacitação do efetivo das unidades em investigação financeira e uso de aplicativos e software de análise de dados, apresentados projetos junto ao Poder Judiciário para melhorar os equipamentos de TI das unidades, assinatura de convênio com o TCE/RN para acesso aos bancos de dados do citado tribunal para investigações qualificadas de combate a corrupção, apresentação de minuta de projeto de LC para criação e regulamentação do FUNDAPOL.

Promover ações voltadas à aproximação da Polícia Civil com a comunidade. Apesar de haver ações pontuais de alguns policiais civis que realizam palestras em escolas, nas comunidades e em outros estabelecimentos, não pode ser considerado um programa educativo institucional, sobretudo ante ao déficit de efetivo desta Instituição. O objetivo foi parcialmente alcançado, dentre as ações realizadas, incluem-se eventos comunitários, palestras educativas e programas de conscientização, que proporcionaram um ambiente propício para o diálogo e a troca de informações.

Sabendo da importância do Marketing Institucional, a SECOMS atua de forma conjunta com a Delegacia Geral, diretorias e departamentos a fim de elaborar estratégias e ações que são transmitidas para todos os públicos.

A SECOMS participou de várias coberturas de operações deflagradas pela Polícia Civil, O que resultou em um verdadeiro sucesso nas redes sociais e na mídia. Também a ampliação dos serviços de disque denúncia (180) e da plataforma de delegacia virtual.

Reduzir os índices de criminalidade, consolidando a sensação de segurança e confiança da população para com as instituições de Segurança Pública. Com a publicação do Decreto nº 31.169, de 08/12/2021, que dispõe sobre a reestruturação das unidades policiais subordinadas a DPGRAN. A Polícia Civil participou da Operação Hórus, coordenada pela Secretária de Operações Integradas do Ministério da Justiça, que visa justamente o controle de fronteiras interestaduais e intermunicipais considerando o efetivo atualmente disponível,

A Divisão de Homicídios foi completamente restruturada, tanto fisicamente com a mudança da nova sede para um prédio mais estruturado, como em sua estrutura organizacional, que com base nos indicadores de criminalidade, especificamente CVLI, teve sua atribuição

territorial ampliada, para abranger os Municípios Polos, em que ocorreram elevado número de ocorrência letais, objetivando propiciar uma investigação qualificada para contribuir na redução da criminalidade violenta letal, em conformidade com o decreto nº 31.169/2021, conjugado com o artigo 21-B da Lei Complementar Estadual nº 270/2004, hoje as delegacias de homicídios criadas e que fazem parte da estrutura organizacional da Divisão compreende os munícipio de Natal, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim, Ceara-Mirim, Macaíba e Mossoró.

Foi informado ainda que com o objetivo de reduzir os indicadores de CVLI, ampliou-se, ainda, a expertise da primeira fase da investigação de tais delitos que é o Local de Crime, que agora é realizado em toda grande Natal (17 Munícipios), no horário extraordinário, pela equipe da DHPP, tendo sido, para tanto ampliado a equipe de Plantão de Local de Crime.

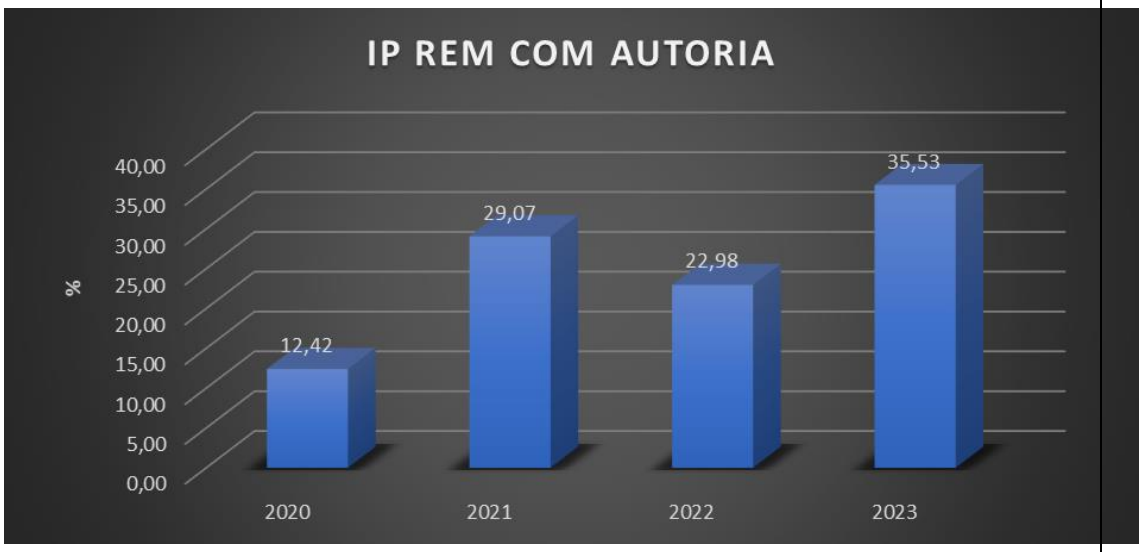
Também houve a restruturação em razão da matéria, abrangendo os casos de pessoas desaparecidas no Munícios que sediam Delegacias de Homicídios e de restruturação de pessoal, com a finalização do concurso público.

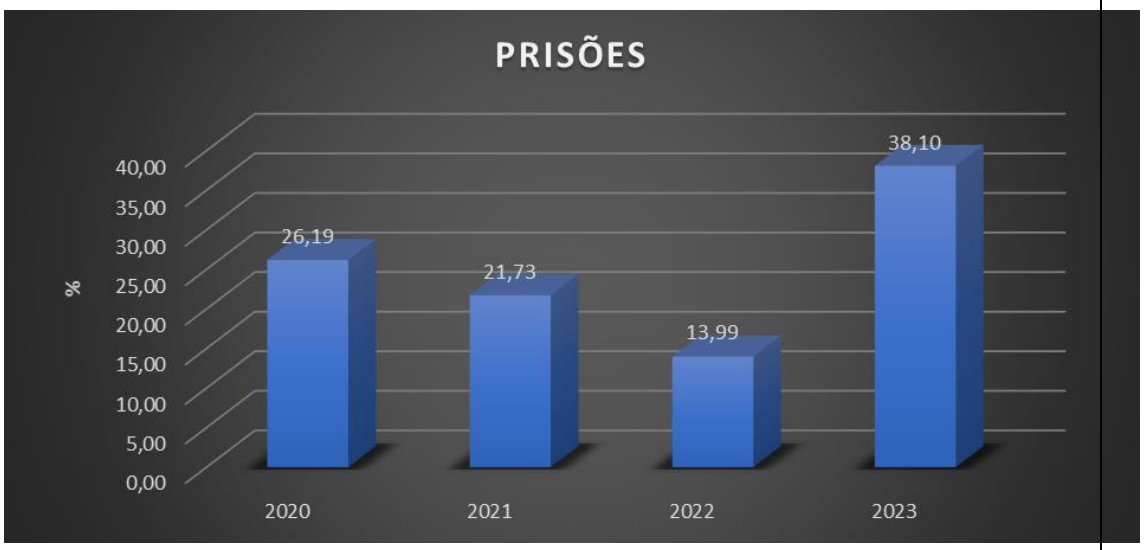
Dados da DHPP

ANO	BO FATO TIPICO	IP INST PORTARIA	IP INST FLAGRANTE	IP REM C/ RELATORIO	IP REM COM AUTORIA	PRISÃO POR FLAGRANTE	PRISÃO POR MANDADO
2020	623	437	15	161	100	19	69
2021	554	503	2	180	234	9	64
2022	681	505	15	187	185	4	43
2023	646	384	20	213	286	23	105
TOTAL	**2504**	**1829**	**52**	**741**	**805**	**55**	**281**




IP REM COM RELATÓRIO
%
30,00
25,00
20,00
15,00
10,00
5,00
0,00
21,73
24,29
25,24
28,74
2020
2021
2022
2023


IP REM COM AUTORIA
%
40,00
35,00
30,00
25,00
20,00
15,00
10,00
5,00
0,00
12,42
29,07
22,98
35,53
2020
2021
2022
2023


PRISÕES
%
40,00
35,00
30,00
25,00
20,00
15,00
10,00
5,00
0,00
26,19
21,73
13,99
38,10
2020
2021
2022
2023

Reduzir violência contra a mulher e índice de feminicídio. A PCRN teve um grande avanço nesse Objetivo, foi criado o Departamento de Proteção a Grupos em Situação de Vulnerabilidade - DPGV, com a Lei Complementar n. 721/2022.

O Departamento de Proteção a Grupos em Situação de Vulnerabilidade (DPGV) consiste numa unidade gerencial específica no âmbito da Polícia Civil, visando proporcionar um atendimento especializado, padronizado e humanizado, vinte e quatro horas. Encontra-se sediado no município de Natal (Rua Demócrito de Souza Paiva, 1580, Lagoa Nova – Natal)

A criação de novas delegacias - mais 7 DEAMs, 2 DPCAs e 1 DEPID - estava prevista no Decreto 31.169, de 08 de dezembro de 2021, no entanto, tais delegacias estariam subordinadas às Diretorias da Grande Natal (DPGRAN) e do Interior (DPCIN). Com a criação deste Departamento de Proteção a Grupos em Situação de Vulnerabilidade, efetivada pela Lei Complementar Estadual nº 721 de 02 de agosto de 2022, as DEAM, DPCA e DEPID saíram da esfera de gestão da DPGRAN e DPCIN, passando, formalmente, à subordinação ao DPGV com o Decreto de nº 32.687 de 18 de maio de 2023.

A partir do final de 2022 e início de 2023, foram implantadas as DEAMs nas cidades de São Gonçalo do Amarante, Ceará Mirim, Macaíba, Nova Cruz, Macau, Assu e Pau dos Ferros. Também passaram a funcionar a DEPID Parnamirim e DPCA Parnamirim e Mossoró. Além disso, foram ampliadas as atribuições da Delegacia de Plantão de Atendimento à Grupos Vulneráveis, que alcança a Grande Natal, no horário noturno, feriados e finais de semana, proporcionando atendimento integral aos grupos de pessoas que histórica e culturalmente tornaram-se mais suscetíveis à violação de direitos, em razão do gênero, idade, condição social, deficiência ou orientação sexual.

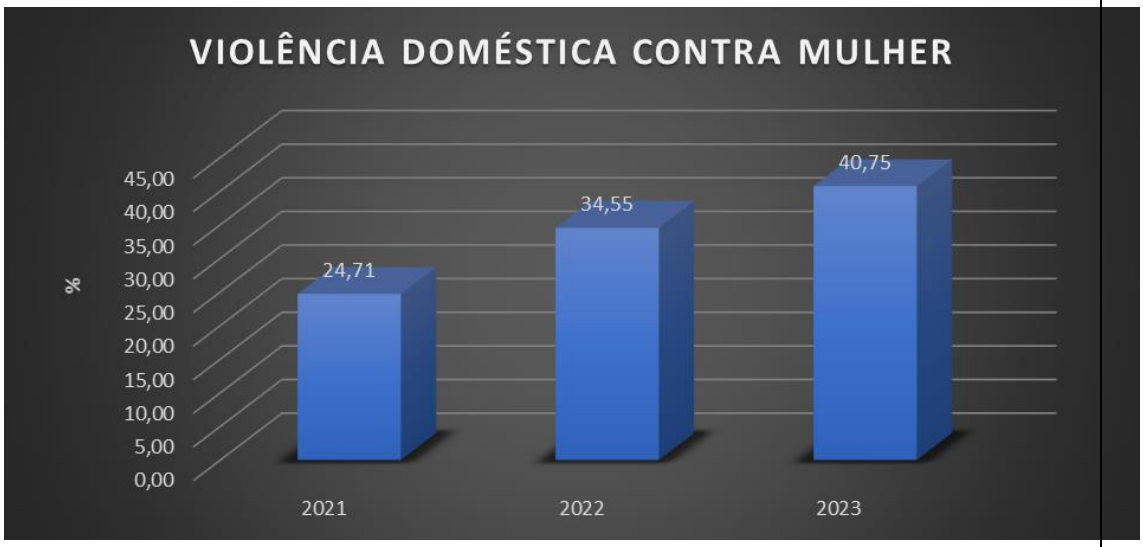
Houve a expansão das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), Delegacias de Proteção à Criança e Adolescente (DPCA) e Delegacias de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência (DEPID):

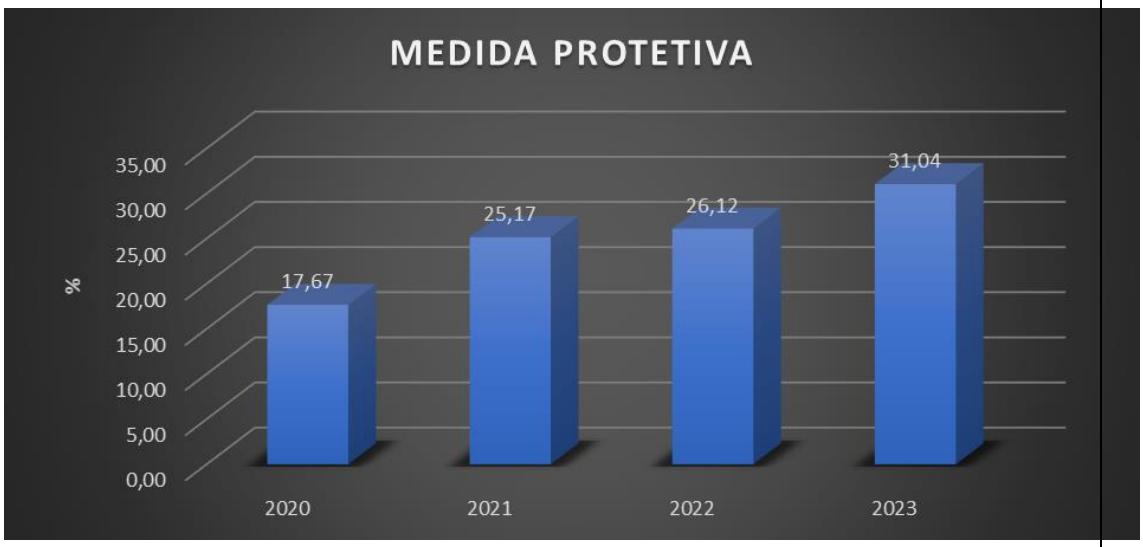
Além da expansão das DEAMs, o Estado do Rio Grande do Norte entrou, sob a coordenação do DPGV, na rota das operações no Ministério da Justiça quais sejam: Átria, em maio de 2023, e Shamar, em agosto de 2023, ambas destinadas ao enfrentamento à violência contra a mulher. Além disso, o DPGV coordenou, no estado do RN, a operação nacional Virtude (enfrentamento à violência contra a pessoa idosa) e Caminhos Seguros (enfrentamento à violência contra criança e adolescente).

Atualmente, funcionam em todo o Estado do RN, 19 delegacias especializadas no âmbito do Departamento, que atendem esta demanda específica, apurando notícias de infrações penais oriundas do Disque 100 Direitos Humanos, Disque 180 e 181, requisições de Promotorias Especializadas, Conselhos Tutelares, CREAS, dentre outros órgãos que zelam pelos direitos dos grupos em situação de vulnerabilidade.

Dados sobre violência domestica

ANO	MEDIDA PROTETIVA	VIOLENCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER
2020	3535	-
2021	5034	7558
2022	5225	10568
2023	6209	12464
Total Geral		





Houve um aumento de registro de violência domestica nas cidades onde foram criadas DEAMs, isto se deu devido as ampliações das especializadas, antes eram 5 e passou a 12 DEAMs .

Síntese da Avaliação e Recomendações

De uma forma geral a Polícia Civil do RN, desempenhou de forma brilhante seu papel, ao longo do período do PPA 2020-2023, podemos destacar o momento de crise vivenciado pelo estado no mês de março de 2023, onde aconteceu várias ondas de ataque a ônibus, prédios públicos e policiais, e de forma enérgica a PCRN, conseguiu efetuar diversas prisões, causando um alivio a sociedade potiguar. Também a crise da pandemia de COVID, que limitou bastante o desenvolvimento de muitas ações. A PCRN vem mantendo esforços para ficar cada vez mais acessível aos cidadãos, gerando uma maior sensação de segurança, bem como alinhar com as agendas transversais, agendas ODS e demandas da população. Tivemos reformas de diversas delegacias, com adequações de acessibilidade, a criação da DPGV, visando proporcionar um

atendimento especializado, padronizado e humanizado, além da modernização dos setores de inteligência.
As recomendações são no sentido melhorias nas instalações físicas, de reforçar o efetivo policial, bem como continuar a fortalecer parcerias estratégicas, visando aquisição de recursos.

Referências

Relatórios de avaliação do PPA 2020, 2021 e 2022, relatórios internos da Polícia Civil Relatórios SIGEF e COINE.

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS POTIGÁS

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
APRESENTAÇÃO 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 4
Avaliação individual das METAS 6
Avaliação individual das INICIATIVAS 8
Avaliação Setorial dos Resultados 10
Avaliação dos Indicadores 11
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 14
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 15
Do Objetivo da Avaliação 15
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 15
Metodologia 15
Avaliação Geral dos Resultados 16
Síntese da Avaliação e Recomendações 16
Referências 16

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

APRESENTAÇÃO

A Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS, sociedade anônima de capital fechado, é uma empresa de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 6.502 de 26 de novembro de 1993, sendo constituída em 18 de julho de 1994, tendo o início de suas operações em 8 de março de 1995. Essa data foi um importante marco neste ano de 2023, pois celebramos seus 30 anos de existência.

A POTIGÁS é uma empresa estratégica para o Estado, desempenhando papel relevante na matriz energética do Estado, pois possui a competência de desenvolver a infraestrutura e universalizar o consumo do gás natural, com sustentabilidade econômica e valor para a sociedade.

A Companhia investe na ampliação da rede para que o uso do gás natural alcance as diversas regiões e atenda os novos negócios, cumprindo seu papel fundamental para o desenvolvimento do Estado com sustentabilidade.

O Capital Social da POTIGÁS é composto por 4.245.000 (quatro milhões, duzentos e quarenta e cinco mil) ações nominativas, das quais 1/3 (um terço) são ações nominativas ordinárias e 2/3 (dois terços) são ações nominativas preferenciais. As ações nominativas ordinárias estão divididas entre o Estado do Rio Grande do Norte, que é o acionista controlador com 51% (cinquenta e um por cento) das ações, e a Norgás S/A, que detém 49% (quarenta e nove por cento) das ações, com direito a voto, ao passo que as ações nominativas preferenciais são em sua totalidade da Norgás.

CAPITAL SOCIAL	ORDINÁRIAS	%	PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%	Capital Social *(em milhares de reais)*
ACIONISTAS							
Estado do Rio Grande do Norte	721.650	51%	-	0%	721.650	17%	10.862
NORGÁS S.A	693.350	49%	2.830.000	100%	3.523.350	83%	53.031
TOTAL	**1.415.000**	**100%**	**2.830.000**	**100%**	**4.245.000**	**100%**	**63.893**

Tabela 01 – Divisão capital social

A POTIGÁS é composta por uma força de trabalho composta por 79 colaboradores diretos, dos quais são 61 empregados, 12 estagiários, 3 Aprendizes e a Diretoria Executiva, composta por 3 membros, além dos contratados terceirizados. A empresa atua diretamente em 6 municípios do Estado (Natal, Mossoró, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante e Goianinha).

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 20202 – Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS)
Nome do Programa Temático:

4005 - Desenvolvimento Econômico: Energias

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 0278 - Construir, manter, melhorar e expandir a rede de gasodutos de distribuição de gás natural com segurança para atendimento às demandas da população
Códigos das metas: 1492 / 1493 / 1054
Códigos das iniciativas: 1483 / 1968 / 2250 / 2251
Avaliação Geral do Objetivo: O objetivo primordial da POTIGÁS é expandir a infraestrutura de distribuição de gás natural ampliando o atendimento aos diferentes setores produtivos do Rio Grande do Norte e aos segmentos de varejo, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável de nosso Estado, além de buscarmos incessantemente soluções inovadoras para a melhoria dos processos e ampliação dos nossos negócios. Dessa maneira, demonstra-se que o objetivo da Companhia está alinhado ao PPA 2020-2023, através da construção, manutenção, melhoria e expansão da rede de gasodutos de distribuição de gás natural com segurança para atendimento às demandas da população. Durante o ano de 2023 a Companhia priorizou a expansão e adequação da rede de distribuição, bem como a confiabilidade e infraestrutura das suas instalações. Os investimentos foram integralmente realizados com recursos próprios oriundos da venda do gás natural, aos quais pode-se destacar: • Expansão e Saturação da rede de gasodutos da Grande Natal em mais de 26.100 metros, atendendo 3.967 novos clientes e na cidade de Mossoró em 3.256 metros, atendendo 703 novos clientes, totalizando 29.455 metros de extensão de rede implementada e a interligação de 4.670 novos clientes. • Expansão da Rede principal na Grande Natal, com lançamento de rede de PEAD principalmente nos bairros: Neópolis, Planalto, Rosa dos Ventos, Monte Castelo, Santos Reis (Parnamirim), Bom Pastor, Lagoa Nova e Potengi. • Expansão da Rede principal em Mossoró, com lançamento de rede de PEAD nos bairros: Nova Betânia, Alto da Conceição e Abolição.

O investimento feito pela POTIGÁS possibilitou atingir, ao final do ano de 2023, um mercado com 42.251 clientes.

O **segmento industrial** compreende 40 clientes e respondem por 30,6% do volume total comercializado. Os principais subsegmentos das indústrias atendidas pela POTIGÁS estão voltados para bens de consumo e são eles: Têxtil, Cerâmica, Alimentos e refinarias de sal.

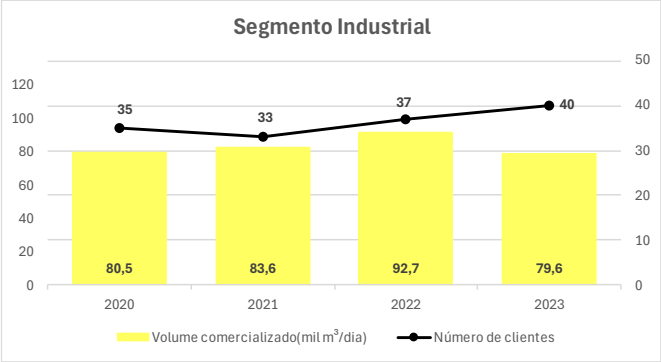


Gráfico 01 – Segmento Industrial (Volume x Clientes)

O **segmento Automotivo**, GNV (Gás Natural Veicular) e GNC (Gás Natural Comprimido) responde por 60,8% do volume total comercializado, através de 55 clientes distribuídos entre a grande Natal, Goianinha, Macaíba e Mossoró.

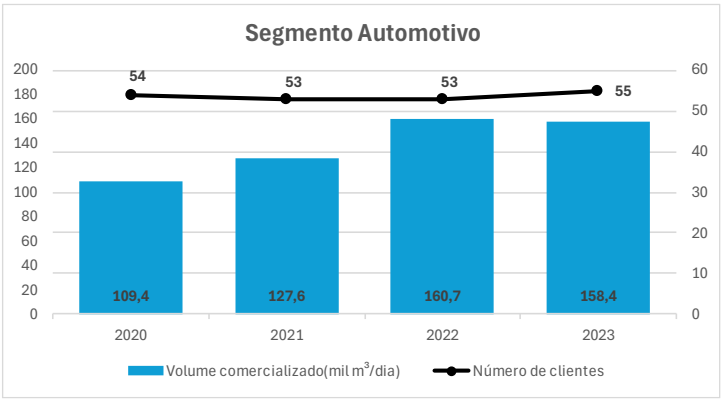


Gráfico 02 – Segmento Automotivo (Volume x Clientes)

O **segmento Comercial** / Cogeração é composto por 918 clientes, que respondem por 5,6% do volume comercializado. Sua caracterização reflete a importância da atividade turística em Natal, os clientes comerciais de maior destaque são hotéis e restaurantes, seguidos por lavandeiras, shoppings, supermercados e outros de menor destaque, como motéis, lanchonetes, padarias, hospitais e docerias.

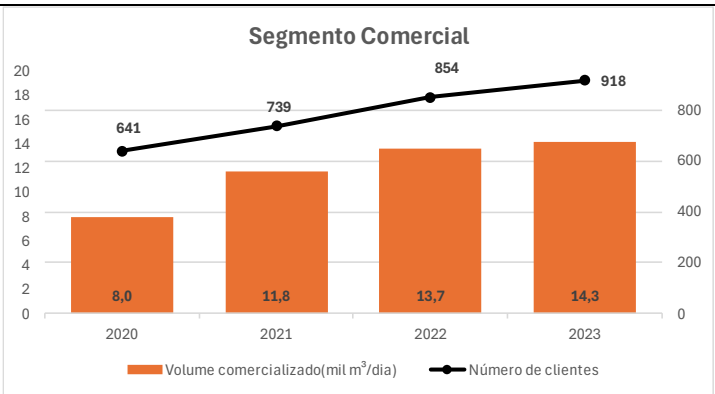


Gráfico 03 – Segmento Comercial (Volume x Clientes)

O **segmento Residencial** é composto de prédios residenciais novos e existentes, sendo os prédios novos, os lançamentos cujo projeto já vem concebido para o uso do gás natural e os prédios existentes, cuja implantação de gás natural demanda a conversão das instalações de gás. O número total de unidades residenciais é de 41.237 e respondem por 3% do volume total comercializado.

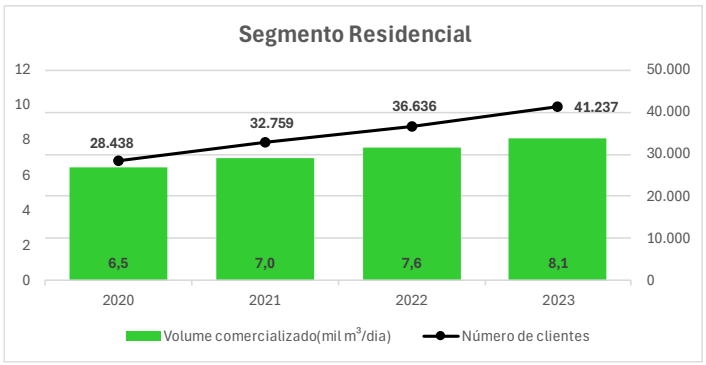


Gráfico 04 – Segmento Residencial (Volume x Clientes)

Desde dezembro de 2021 compõe a carteira de clientes da POTIGÁS o primeiro usuário do segmento Autoprodutor, a UTE Vale do Açu em Alto do Rodrigues. O segmento de movimentação de gás no sistema de distribuição, teve um volume movimentado no ano de 2023 de 164,443 milhões de m³, cerca de 34% abaixo do ano de 2022 ocasionado pela redução do despacho térmico.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

1492 – Expandir a rede de gasodutos

Avaliação da Meta:

Considerando que a meta estabelecida para o exercício de 2023 era a construção de 15.094 metros de novos gasodutos na Grande Natal e Mossoró, a POTIGÁS superou em 85,4% a meta estabelecida no PPA 2020-2023. Em sendo assim, a rede de distribuição de gás natural atingiu um crescimento total de 27.979 metros, dos quais 24.879 metros foram construídos na Grande Natal e 3.100 metros em Mossoró.

É importante informar que o percentual de meta superada ocorreu, tanto pela eficiência empenhada pela POTIGÁS para o cumprimento de seu objetivo, como também pela divergência entre os prazos estabelecidos pelo Governo do RN para a revisão do PPA 2020-2023 em relação aos prazos internos para revisão e aprovação do PPA 2023-2028 da Companhia, momento quando ocorre a reavaliação dos projetos de investimentos para os períodos orçamentários seguintes.

Código e descrição da Meta:

1493 - Saturar a rede de gasodutos

Avaliação da Meta:

Considerando que a meta estabelecida para o exercício 2023 era a saturação de 2.066 metros da rede de gasodutos na Grande Natal e Mossoró, a POTIGÁS alcançou 71,5% da meta estabelecida no PPA 2020-2023. Em sendo assim, a saturação da rede de gasodutos de distribuição de gás natural alcançou um crescimento total de aproximadamente 1.477 metros, dos quais 1.321 metros foram construídos na Grande Natal e 156 metros em Mossoró.

É importante informar que a meta não foi totalmente cumprida em virtude da divergência entre os prazos estabelecidos pelo Governo do RN para a revisão do PPA 2020-2023 em relação aos prazos internos para revisão e aprovação do PPA 2023-2028 da Companhia, momento quando ocorre a reavaliação dos projetos de investimentos para os períodos orçamentários seguintes.

Código e descrição da Meta:

1054 – Interligar novos clientes dos segmentos veicular, industrial, residencial e comercial

Avaliação da Meta:

Considerando que a meta estabelecida para o exercício de 2023 era a interligação de 4.555 novos clientes na Grande Natal e Mossoró, a POTIGÁS realizou 102,5% da meta estabelecida no PPA 2020-2023. Em sendo assim, foram interligados 4.670 novos clientes, dos quais 3.967

clientes foram interligados na Grande Natal e 703 clientes em Mossoró. Desse modo a POTIGÁS incorporou à sua carteira de negócios 64 clientes do segmento comercial, 03 clientes do segmento industrial, 02 clientes do segmento automotivo e 4.601 clientes do segmento residencial, contribuindo cada vez mais para o fortalecimento das vendas da Companhia.

É importante informar que o percentual de meta superada ocorreu, tanto pela eficiência empenhada pela POTIGÁS para o cumprimento de seu objetivo, como também pela divergência entre os prazos estabelecidos pelo Governo do RN para a revisão do PPA 2020-2023 em relação aos prazos internos para revisão e aprovação do PPA 2023-2028 da Companhia, momento quando ocorre a reavaliação dos projetos de investimentos para os períodos orçamentários seguintes.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

1483 – Execução de gasodutos

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Considerando que o orçamento de investimentos para o exercício de 2023, estabelecido no PPA 2020-2023, e relacionado à melhoria e expansão da infraestrutura da rede de distribuição era de R$ 3.016.472, os desembolsos realizados pela POTIGÁS foram de R$ 6.997.980, ficando acima do orçado em 132%. O aumento no valor investido na infraestrutura de rede é condizente com a realização à maior da meta de construção de novos gasodutos.

É importante informar que os percentuais observados no alcance das iniciativas ocorreram, tanto pelos esforços da POTIGÁS em garantir eficiência e economicidade para o cumprimento de seu objetivo, como também pela divergência entre os prazos estabelecidos pelo Governo do RN para a revisão do PPA 2020-2023 em relação aos prazos internos para revisão e aprovação do PPA 2023-2028 da Companhia, momento quando ocorre a reavaliação dos projetos de investimentos para os períodos orçamentários seguintes.

Códigos e descrições das iniciativas:

1968 – Saturação da rede de gasodutos

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Considerando que o orçamento de investimentos para o exercício de 2023, estabelecido no PPA 2020-2023, e relacionado à saturação das redes para a interligação de novos clientes era de R$ 971.050, os desembolsos realizados pela POTIGÁS foram de R$ 1.111.362 e superaram o orçado em 14,5%. Mesmo a POTIGÁS realizando a meta física de saturação da rede de gasodutos abaixo do orçado em 28,5%, os desembolsos superaram o orçado em foram R$ 140.312. Isso deve-se tanto ao fato do aumento nos custos dos serviços e materiais aplicados na execução das obras, como também pela divergência entre os prazos estabelecidos pelo Governo do RN para a revisão do PPA 2020-2023 em relação aos prazos internos para revisão e aprovação do PPA 2023-2028 da Companhia, momento quando ocorre a reavaliação dos projetos de investimentos para os períodos orçamentários seguintes.

Códigos e descrições das iniciativas:

2250 – Segurança e melhoria da rede de gasodutos

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Considerando que o orçamento de investimentos para o exercício de 2023, estabelecido no PPA 2020-2023, e relacionado à segurança e melhoria da rede de gasodutos era de R$ 196.893, os desembolsos realizados pela POTIGÁS foram de R$ 753.572 e superaram o orçado em 282,7%. Essa discrepância se justifica, principalmente, pela divergência entre os prazos estabelecidos pelo Governo do RN para a revisão do PPA 2020-2023 em relação aos prazos internos para revisão e aprovação do PPA 2023-2028 da Companhia, momento quando ocorre a reavaliação dos projetos de investimentos para os períodos orçamentários seguintes.

Portanto, quando da revisão orçamentária para o ano de 2023 pela POTIGÁS, com intuito de garantir a segurança e melhoria da rede de distribuição de gás natural, foram incluídos novos investimentos para melhorias no sistema de georreferenciamento, sistema de gerenciamento da medição e supervisório, na automação da medição e transmissão dos volumes do gás comercializado.

Códigos e descrições das iniciativas:

2251 – Infraestrutura física e lógica à prestação dos serviços de distribuição de gás natural

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Considerando que o orçamento de investimentos para o exercício de 2023, estabelecido no PPA 2020-2023, e relacionado à infraestrutura física e lógica à prestação dos serviços de distribuição de gás natural era de R$ 2.722.077, os desembolsos realizados pela POTIGÁS

foram de R$ 3.240.112 e superaram o orçado em 19%. Essa discrepância se justifica, principalmente, pela divergência entre os prazos estabelecidos pelo Governo do RN para a revisão do PPA 2020-2023 em relação aos prazos internos para revisão e aprovação do PPA 2023-2028 da Companhia, momento quando ocorre a reavaliação dos projetos de investimentos para os períodos orçamentários seguintes.

Portanto, quando da revisão orçamentária para o ano de 2023 pela POTIGÁS, com intuito de garantir otimização dos processos e melhorar a prestação dos serviços de distribuição do gás natural, foram incluídos novos investimentos relacionados ao suporte para a tecnologia da informação para o sistema integrado de informações e o sistema supervisório.

Os investimentos realizados em 2023 totalizaram R$ 12,1 milhões, sendo 73% dos recursos destinados expansão/saturação e melhorias operacionais da rede e 27% aplicados na implementação de benfeitorias para a infraestrutura física e lógica, conforme destacamos a seguir.

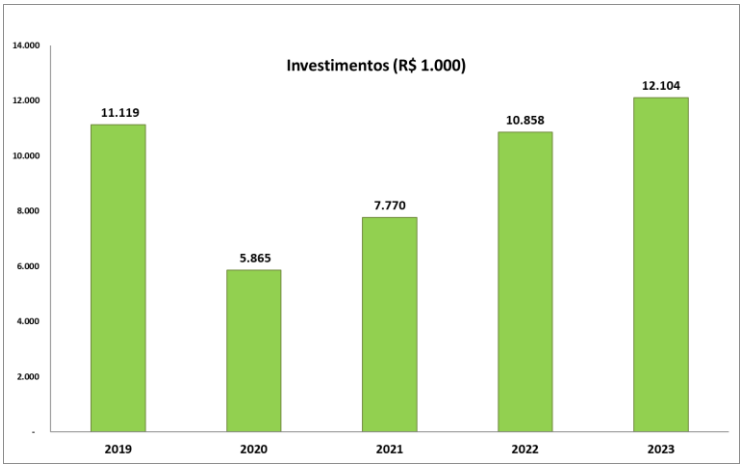


Gráfico 05 – Evolução dos investimentos

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

A POTIGÁS celebrou 30 anos de existência em 2023, sendo ao longo desses anos um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, pois desempenha um papel estratégico na matriz energética do Estado, com a competência de desenvolver a infraestrutura para universalizar o consumo do gás natural, com sustentabilidade econômica e valor para a sociedade.

Ao longo desses 30 anos foram construídos 533 quilômetros de redes de distribuição de gás interligando importantes cidades e polos industriais que conferiam ao Estado um crescimento econômico, além de ter conectado mais 42 mil usuários.

Para desempenhar esse papel estratégico para o Estado empregamos como missão "Realizar a distribuição de gás natural no Estado do Rio Grande do Norte, de forma sustentável, visando promover o desenvolvimento do Estado e atender as expectativas dos nossos clientes, colaboradores, fornecedores, acionistas e sociedade."

Como Visão buscamos "Ser reconhecidos pela sociedade potiguar pela excelência na gestão do serviço de distribuição de gás natural e pela contribuição fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Rio Grande do Norte."

Assim, estamos buscando sempre investir na ampliação da nossa rede para que o uso do gás natural alcance as diversas regiões e atenda os novos negócios, cumprindo seu papel fundamental para o desenvolvimento do Estado com sustentabilidade.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

Indicador: 0005 – Extensão de rede de gasodutos construída (km)

	2020	2021	2022	2023
Jan	441,818	459,012	478,879	505,708
Fev	443,108	459,620	480,180	507,253
Mar	444,208	460,241	481,645	509,532
Abr	445,567	462,375	484,291	512,646
Mai	446,672	464,328	486,634	515,991
Jun	447,740	466,418	489,670	519,010
Jul	449,740	468,408	492,626	521,253
Ago	451,044	469,210	495,015	523,957
Set	452,247	470,697	497,486	526,090
Out	453,356	472,787	499,937	529,092
Nov	454,787	474,205	502,585	530,952
Dez	458,686	477,009	503,694	533,148

Tabela 02 – Extensão de rede de gasodutos construída (km)

Comparado ao ano anterior, em 2023 a POTIGÁS ampliou a sua rede de distribuição de gás natural em aproximadamente 29,5 km. Com isso, o total da extensão de rede de gasodutos construída pela POTIGÁS superou os 533 km, proporcionando a distribuição e comercialização direta do gás natural em 6 municípios do Estado (Natal, Mossoró, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante e Goianinha).

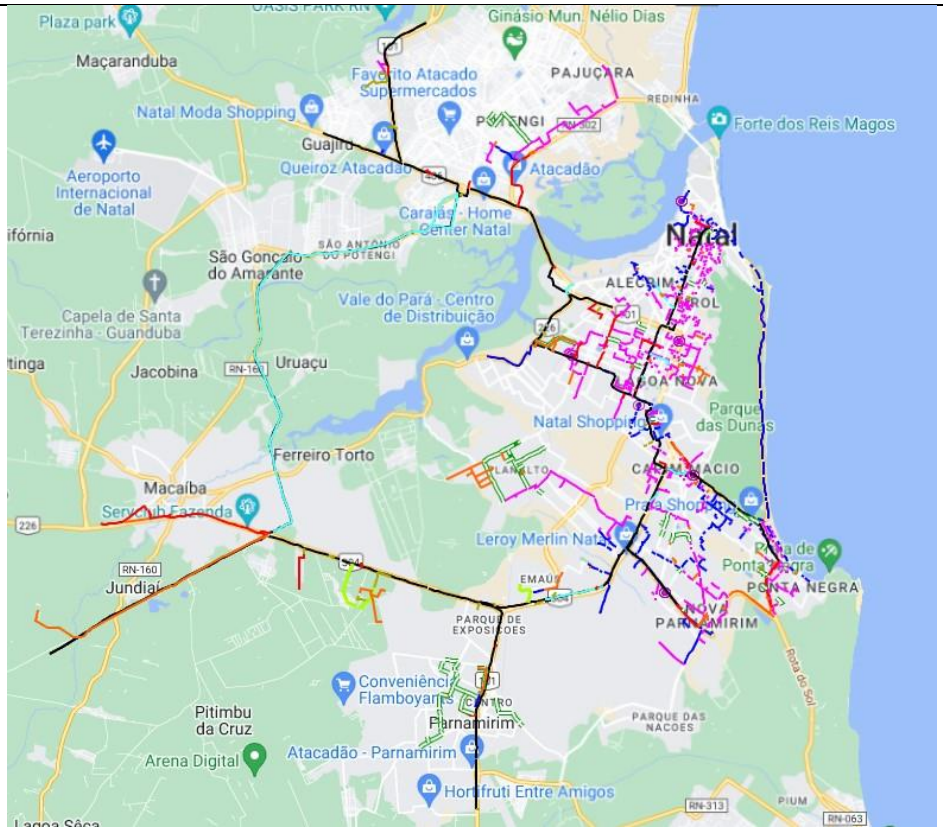


Figura 01 - Mapa da rede de gasodutos na Grande Natal

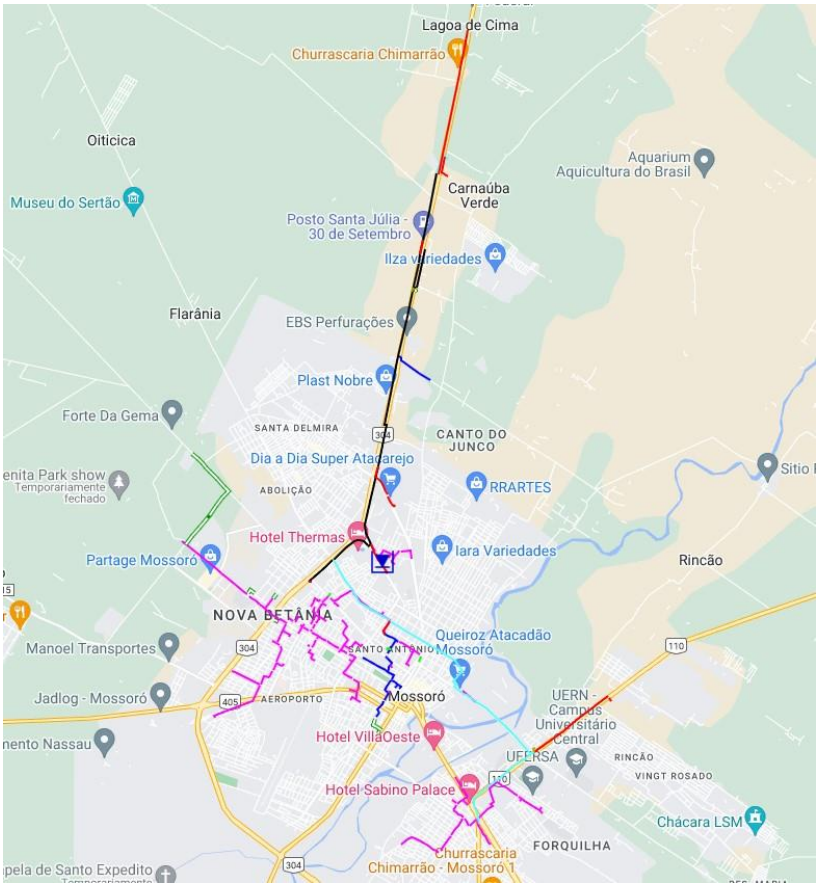


Figura 02 - Mapa da rede de gasodutos em Mossoró



Figura 03 - Mapa da rede de gasodutos em Goianinha

Indicador: 0006 – Volume de gás natural comercializado (m³/dia)

	2020	2021	2022	2023
Jan	256.045	211.832	237.488	251.591
Fev	265.605	212.468	257.034	271.647
Mar	250.515	206.149	264.664	273.878
Abr	189.300	204.716	262.015	265.498
Mai	198.560	208.448	285.242	267.281
Jun	194.680	211.729	295.267	239.486
Jul	194.728	216.265	297.550	238.238
Ago	195.693	219.145	291.577	264.878
Set	197.879	221.917	288.065	267.220
Out	200.192	224.435	277.386	263.455
Nov	202.657	227.289	278.258	261.937
Dez	204.432	229.843	274.605	260.541

Tabela 03 - Volume de gás natural comercializado (m³/dia)

Em 2023 a POTIGÁS comercializou um volume total de gás natural de mais de 95 milhões de m³, equivalente a 260,5 mil m³/dia, representando uma redução de cerca de 5% em relação ao ano de 2022. Essa redução é reflexo exclusivo da crise enfrentada a nível nacional pelo setor cerâmico, parte do segmento industrial, que devido ao volume elevado de estoques teve um menor consumo de gás para produção.

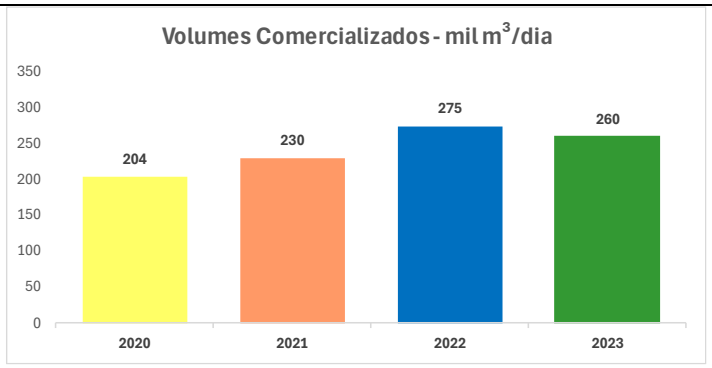


Gráfico 06 – Evolução dos volumes de gás comercializados

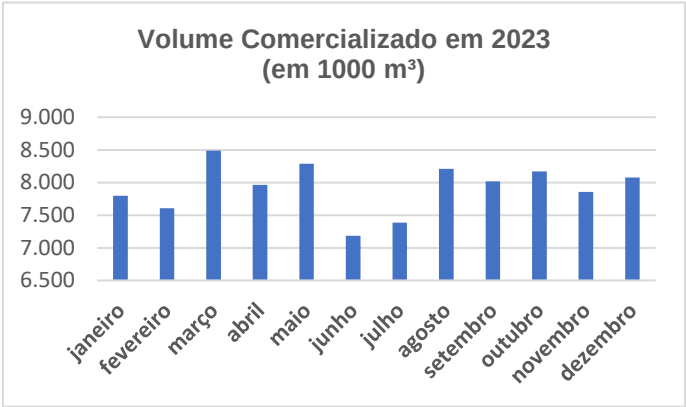


Gráfico 07 - Volume mensal de gás comercializado (mil/m³)

GÁS NATURAL COMERCIALIZADO					
	2022		2023		Variação %
	VOLUME (em 1000 m³)	Participação %	VOLUME (em 1000 m³)	Participação %	
Industrial	33.836	34%	29.234	31%	-14%
Veicular e GNC	58.648	59%	57.811	61%	-1%
Comercial	4.813	5%	5.037	5%	5%
Residencial	2.757	3%	2.965	3%	8%
TOTAL	100.053,62	100%	95.046,15	100%	-5%

Tabela 04 - Volume comercializado por segmento (mil/m³)

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Do Objetivo da Avaliação

Com esta avaliação a POTIGÁS pretende verificar não somente a eficiência do seu negócio, através da análise dos resultados obtidos e dos recursos utilizados mas, principalmente, a sua eficácia e efetividade enquanto capaz de atingir objetivos, cumprir metas e promover o desenvolvimento econômico e social sustentável para o Estado do RN, garantindo valor para a sociedade.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

Para a realização desta avaliação, foram analisados de modo qualitativo e quantitativo a realização das metas, iniciativas orçamentárias e indicadores propostos pela POTIGÁS para o PPA 2020-2023, quais sejam:

METAS:

- Expandir a rede de gasodutos;
- Saturar a rede de gasodutos;
- Interligar novos clientes dos segmentos veicular, industrial, residencial e comercial.

INICIATIVAS:

- Execução de gasodutos;
- Saturação da rede de gasodutos;
- Segurança e melhoria da rede de gasodutos;
- Infraestrutura física e lógica à prestação dos serviços de distribuição de gás natural.

INDICADORES:

- Extensão de rede de gasodutos construída;
- Volume de gás natural comercializado.

Metodologia

A construção da avaliação do PPA 2020-2023 foi realizada pela Gerência de Planejamento, Gestão de Riscos e Conformidade da POTIGÁS que coletou, analisou e consolidou as informações de diversos setores das áreas técnicas e administrativas da Companhia.

No intuito de facilitar o entendimento e a visualização da evolução e comparação das realizações dos valores das metas, iniciativas e indicadores, foram utilizados recursos tais como: gráficos, tabelas e mapas.

Para a metodologia da análise dos índices foram utilizadas relações numéricas percentuais e absolutas entre os valores realizados de anos diferentes, bem como entre valores realizados e orçados do mesmo ano.

Avaliação Geral dos Resultados

A avaliação das metas, iniciativas orçamentárias e indicadores propostos para o PPA 2020-2023 demonstra que a POTIGÁS está sendo conduzida no caminho certo, já que ao longo dos seus 30 anos a Companhia vem se consolidando como um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado do RN, desempenhando um papel estratégico na matriz energética do Estado, com a competência de desenvolver a infraestrutura para universalizar o consumo do gás natural, com sustentabilidade econômica e valor para a sociedade.

A POTIGÁS investe na ampliação da rede de gasodutos para que o uso do gás natural alcance as diversas regiões e atenda os novos negócios, cumprindo seu papel fundamental para o desenvolvimento do Estado com sustentabilidade. Prova disto são os 533 quilômetros de redes de distribuição de gás interligando importantes cidades e polos industriais que conferiam ao Estado um crescimento econômico, além de ter conectado mais 42 mil usuários.

Síntese da Avaliação e Recomendações

A POTIGÁS é uma empresa de economia mista e gozando de parcial descentralização administrativa e independência nas tomadas de decisão, ainda assim, suas atividades são rigorosamente regidas, principalmente, pelo estatuto jurídico das estatais, a Lei Federal nº 13.303/2016. Neste sentido, a Companhia deverá, constantemente, buscar o aperfeiçoamento em seus processos internos para o atendimento às normativas referentes aos contratos e licitações, aos preceitos da governança corporativa, às práticas de gestão de riscos, regras de controle interno e conformidade, a efetividade no controle dos custos, a viabilização de novos supridores, além do aperfeiçoamento na gestão da margem regulatória e a harmonização da Lei do Gás com a regulação estadual, assegurando uma tomada de decisão consciente conduzindo ao melhor caminho para o alcance dos resultados esperados.

Referências

- Plano de Negócios e Orçamentário da POTIGÁS (2020/2021/2022/2023);
- Relatório de Administração das Demonstrações Contábeis da POTIGÁS (2020/2021/2022/2023);
- Avaliação Setorial do PPA 2024-2023 (2020/2021/2022);
- Planilha de Acompanhamento de Indicadores, Metas e Iniciativas da POTIGÁS (PPA 2020-2023);
- Relatórios de Acompanhamento de Indicadores e Metas da POTIGÁS no SIGEF (2020/2021/2022/2023)

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PEUCÁRIA E DA PESCA - SAPE

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 8
Avaliação individual das INICIATIVAS 32
Avaliação Setorial dos Resultados 40
Avaliação dos Indicadores 42
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 44
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 44
Introdução 44
Do Objetivo da Avaliação 44
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 44
Metodologia 51
Avaliação Geral dos Resultados 52
Síntese da Avaliação e Recomendações 61
Referências 62

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: **17000** – Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca - SAPE
Nome do Programa Temático: **4011** - Desenvolvimento do Agronegócio Potiguar

Avaliação Geral do Objetivo

OBJETIVO 0511

Código e descrição do 1º Objetivo: **0511** – Promover o desenvolvimento da agropecuária de forma sustentável, com a melhoria na infraestrutura de acessos ao escoamento e comercialização da produção, na modernização de máquinas e equipamentos e incentivo a qualificação do agricultor e produtor rural com novos métodos e difusão tecnológicas, visando agregar valor aos produtos com redução de custos e perdas. Proporcionar ainda, por meio das tecnologias de baixo custo, o acesso a água para incrementos de pequenas produções agropecuária, no enfrentamento de períodos de estiagem prolongados no semiárido do Rio Grande do Norte.
Códigos das metas: No Objetivo 0511 são 10 (dez) metas, sendo elas as seguintes: **1331** (concluída); **1333** (concluída); **1334** (concluída); **1336** (em andamento); **1337** (concluída); **1338** (concluída); **1341** (em andamento); **1342** (concluída); **1344** (em andamento) e **1345** (em andamento).
Códigos das iniciativas: No Objetivo 0511, são no total 14 (catorze) iniciativas, sendo elas as seguintes: 1. **01975** (Incentivo ao desenvolvimento de modelos inovadores sustentáveis de cooperativas e de associações, promovendo a capacitação, intercooperação, acesso a mercados, principalmente as de pequenos produtores agropecuários); 2. **01976** (Fortalecimento das cadeias produtivas da pecuária, estabelecendo um elo comercial integrado entre produtores fornecedores e compradores de animais

geneticamente superiores, em busca do aumento da produtividade de carne, leite e derivados.);

3. **01977** (Incentivo ao implemento de unidades didáticas de processamentos e abate animal da cadeia produtiva da pecuária com sustentabilidade ambiental);
4. **01978** (Melhoria da infraestrutura viária municipal e territorial para escoamento da produção agropecuária);
5. **01979** (Contribuição com a recomposição e modernização de equipamentos envolvidos no processo produtivo da agropecuária);
6. **01980** (Manutenção da infraestrutura e o estoque de bancos comunitários de sementes em 137 municípios com ênfase na aquisição de variedades adaptadas para o semiárido e com o acompanhamento dos pesquisadores da EMPARN/EMBRAPA, que através de suas pesquisas proporcionam ao agricultor familiar do RN, sementes precoces, de ciclo rápido para que seja aproveitada da melhor forma a quadra chuvosa do RN);
7. **01981** (Apoio a formação de bancos comunitários de mudas de espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes, na busca de incentivo a recomposição natural de áreas desmatadas, como as margens de rios, lagos e lagoas.);
8. **01982** (Estimular a recuperação dos pomares de cajueiro de baixa produção, visando uma melhoria qualitativa e quantitativa do fruto e do pedúnculo, com aproveitamento da mão de obra dos apenados das unidades prisionais do estado.);
9. **01983** (Estabelecimento e implementação um processo de Gestão mais eficiente de nossos recursos hídricos para aumentar a produtividade da fruticultura.);
10. **01984** (Utilização do Centro Vocacional da Fruticultura, sediado no Centro Regional da Agricultura, em Mossoró, que possui toda uma infraestrutura para o pleno funcionamento e desenvolvimento das ações de capacitações voltadas aos produtores da cadeia produtiva da fruticultura);
11. **01985** (Realização de parcerias com o setor público e privado em benefício da realização de feiras e eventos, contribuindo com o fomento dos negócios agropecuários no Estado do Rio Grande do Norte.);
12. **01986** (Implementação de tecnologias de armazenamento de água para criar condições mínimas de produtividades agropecuária nas comunidades rurais);
13. **01987** (Disponibilização do abastecimento de água para a produção animal e da pequena irrigação, por meio da perfuração, instalação, recuperação e limpeza de poços tubulares.), e
14. **02115** (Promover ações de recomposição dos equipamentos de uso operacional da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca).

Avaliação Geral do Objetivo:

O Objetivo n° **0511** possui 10 (dez) metas que, entre elas 06 foram concluídas e 04 estão em andamento. **Entre as metas concluídas**, destaca-se a **1331**, na Subação 108701, previa a execução de 738,185 toneladas, as quais foram realizadas em sua plenitude, visto a aquisição e distribuição de 738,185 toneladas para 1.829 Bancos de Sementes, localizados em 162 municípios do Estado e beneficiou 59.850 agricultores familiares. Em aspectos orçamentários, inicialmente estava prevista uma dotação no valor de R$ 6.300.000,00, no entanto, foi necessário um complemento no valor de mais R$ 5.115.614,00, o que perfez um custo total de R$ 11.415.614,00, ou seja, 81,20%. O Programa "Bancos de Sementes" é executado pela SAPE em conjunto com a EMATER, atendendo aos agricultores cadastrados em 162 municípios do Estado. É um programa de segurança alimentar, pois permite ao agricultor familiar o plantio de subsistência com o milho e feijão, e o suporte forrageiro com o sorgo para o atendimento ao seu rebanho. As variedades distribuídas são adaptadas às condições da região do semiárido do Estado, promovendo precocidade e produção com baixo índice pluviométrico. São variedades selecionadas (não transgênicas), resultantes de um logo trabalho de pesquisa da EMPARN/EMBRAPA. Em 2023 foram distribuídas um total de 738,185 toneladas de sementes, sendo 223,64t de feijão; 461,046t de milho e 53,499t de sorgo forrageiro. A meta **1333**, na Subação 178701, que busca implantar projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações e cooperativas, apoiando organização social e produtiva para acesso aos mercados e aumento da renda, com o objetivo de fortalecer as cooperativas, associações e agroindústria agropecuária. Para esta intervenção estava previsto o orçamento inicial de R$ 3.140.000,00, que atualizado, possui uma cifra de R$ 3.635.530,00. Este orçamento tem como destino a aquisição de apetrechos de pesca, organizados em forma de kits, compostos por chapéu de proteção, panagem, anzol e linha, que foram entregues no mês de julho de 2023, a 4.621 pescadores artesanais do Estado. Para a execução desta meta, os recursos foram oriundos do Convênio MAPA-MPA, através da Plataforma +Brasil nº 915630/2021 e nº 915670/2021. Destaca-se também a meta **1337**, que teve sua execução em 100% para a construção e implementação de uma unidade de produção de mudas, e foi edificada na ala feminina da Penitenciária Dr. Mário Negócio, no município de Mossoró e entregue no ano de 2021. A meta foi concluída e executada à luz de um Termo de Cooperação firmado entre a SAPE e a SEAP, elaborado a partir da solicitação do Juizado Especial de Mossoró. O Projeto prevê produção de mudas de caju em viveiros implantados na Penitenciária Dr. Mário Negócio, em Mossoró, utilizando-se da mão de obra dos privados de liberdade para ressocialização e redução da pena. Com a conclusão da obra, foi possível implementar o projeto que, no decorrer dos anos de 2023 produziu e distribuiu mais de 100 mil mudas, objeto da meta 1338, que também foi concluída. A meta **1338** que, vinculado a Subação 108801, no biênio 2022/2023 produziu e distribuiu

100.000 mudas, no custo de R$ 143.000,00, para a aquisição de insumos e contratação de serviços e beneficiaram os seguintes municípios: Vera Cruz, Upanema, Jaçanã, Portalegre, Lagoa Nova, Taipu, Coronel Ezequiel, São Paulo do Potengi, Tabuleiro Grande, São Francisco do Oeste, Ceará Mirim, Angicos, Poço Branco, Mossoró, Apodi, Rafael Godeiro, São Bento do Norte, Bom Jesus e Governador Dix-Sept-Rosado. Outra meta que também foi concluída foi a **1342**, na Subação 174501, que realizou 29 eventos no decorrer do exercício de 2023. Nesta meta estava previsto um orçamento inicial de R$ 2.150.000,00, todavia, foi acrescido R$ R$ 627.188,17 (29,17%), oriundos de Emendas Parlamentares, cuja soma total, perfez o montante de R$ 2.777.188,17, para realizar eventos voltados para o agronegócio em todas as regiões do Estado. Os eventos realizados no decorrer do exercício de 2023 foram realizados eventos/feiras com recursos da SAPE em 29 municípios, sendo eles: Currais Novos, Parnamirim, São Paulo do Potengi, Caicó, Coronel Ezequiel, Parelhas, Caraúbas, Afonso Bezerra, Apodi, Assu, Mossoró, Jandaíra, EXPOFRUIT (Mossoró), Lajes, Upanema, Festa Do Boi (Parnamirim), FENACAM (Natal), Jaçanã, Lagoa Nova, Umarizal, Brejinho, Touros, Bom Jesus, Jardim do Seridó, Cruzeta, Angicos, Rafael Fernandes, Campo Grande e Tenente Laurentino. Por fim, temos entre as metas concluídas a **1334**, todavia, esta execução foi realizada pela SEDRAF, tendo em vista que a descrição consiste em promover projetos de estudos e conhecimento aos produtores dos territórios, visando controlar e solucionar os problemas de ordem produtiva, sanitária e alimentar com ênfase na sustentabilidade ambiental territorial.

Das **metas que estão em andamento,** a **1336** na Subação 179001, cuja descrição é "aquisição de equipamentos, máquinas e implementos agrícolas. Para esta intervenção está previsto o orçamento de R$ 5.270.000,00, que atualizado, possui uma cifra de R$ 12.804.914,49. A meta está em andamento, visto que entre os processos em trâmite no SEI, cujo objetivo é a aquisição de tratores e implementos agrícolas (escavadeira, grade niveladora e moinhos) uma parte já foram adquiridos e outro ainda está em trâmite. No exercício de 2023, foi empenhado o montante de R$ 9.964.316,94 e liquidado R$ 1.775.557,31, restando liquidar R$ 8.188.759,63. Entre o maquinário adquirido (25 tratores agrícolas, 10 grades aradoras, 03 ensiladeiras, 04 carretas agrícolas para 6 toneladas, 01 máquina envasadora de polpa de frutas, 06 equipamentos e utensílios apícolas e 01 retroescavadeira), 27 municípios foram atendidos, sendo eles: Alexandria, Angicos, Assu, Bodó, Carnaubais, Cruzeta, Ipanguaçu, Janduís, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Lajes, Lajes Pintadas, Luís Gomes, Nova Cruz, Ouro Branco, Paraú, Parelhas, Riachuelo, Santana do Matos (02), São João do Sabugi, São Paulo do Potengi, São Tomé, São Vicente, Serra Negra do Norte, Umarizal e Vila Flor. Merece destacar que nesta meta, dentro da Subação 177101, cuja descrição é "fortalecimento das cadeias produtivas da pesca e aquicultura". Para esta intervenção estava previsto o orçamento de R$ 1.010.000,00,

dos quais, foram empenhados o montante de R$ 281.987,00. A terceira meta que está em andamento, temos a **1341**, vinculada a Subação 177801, que através da meta que visa construir redes de pesquisas e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: fruticultura, salinidade e drenagem, produção de grãos, arroz irrigado por inundação e hortaliças e, a Subação a qual se vincula, que visa o fortalecimento da cadeia produtiva da Fruticultura, a SAPE, no exercício de 2023, teve um orçamento inicial de R$ 10.000,00, foi atualizado para R$ 675.612,56. A meta está em andamento, visto que foi liquidado o montante de R$ 218.039,55, restando assim disponível o orçamento de R$ 457.573,01. Esta meta ainda não foi concluída por razões burocráticas que a Secretaria está contornando junto ao setor técnico competente. Outra meta em andamento, tem-se a **1344**, que tem por objetivo a construção de barragens subterrâneas para a captação de água para produção agropecuária, vinculada a Subação 198501 que, no exercício de 2023, não avançou, em razão de questões administrativas. Quanto a meta **1345**, na Subação 137301, na qual prevê a perfuração, instalação e manutenção de poços, para o exercício de 2023, estavam previstas atuações em 12 unidades. Para este quantitativo, estava prevista uma dotação inicial no valor de R$ 4.200.000,00, sendo o valor atualizado para R$ 2.493.292,03. Deste montante, foi empenhado R$ 739.146,00; liquidado R$ 666.082,00; tendo ainda disponível o valor de R$ 1.754.146,00 para executar o quantitativo remanescente. Dentro desta Meta, 08 municípios foram atendidos, sendo eles: Santa Maria, Japi, Senador Elói de Souza, Lucrécia, Serra Negra do Norte, Ouro Branco, Parelhas e Nova Cruz. Os recursos para o atendimento a esta Meta, são oriundos do Convênio nº 034/2017 – Plataforma +Brasil nº 905701/2020.

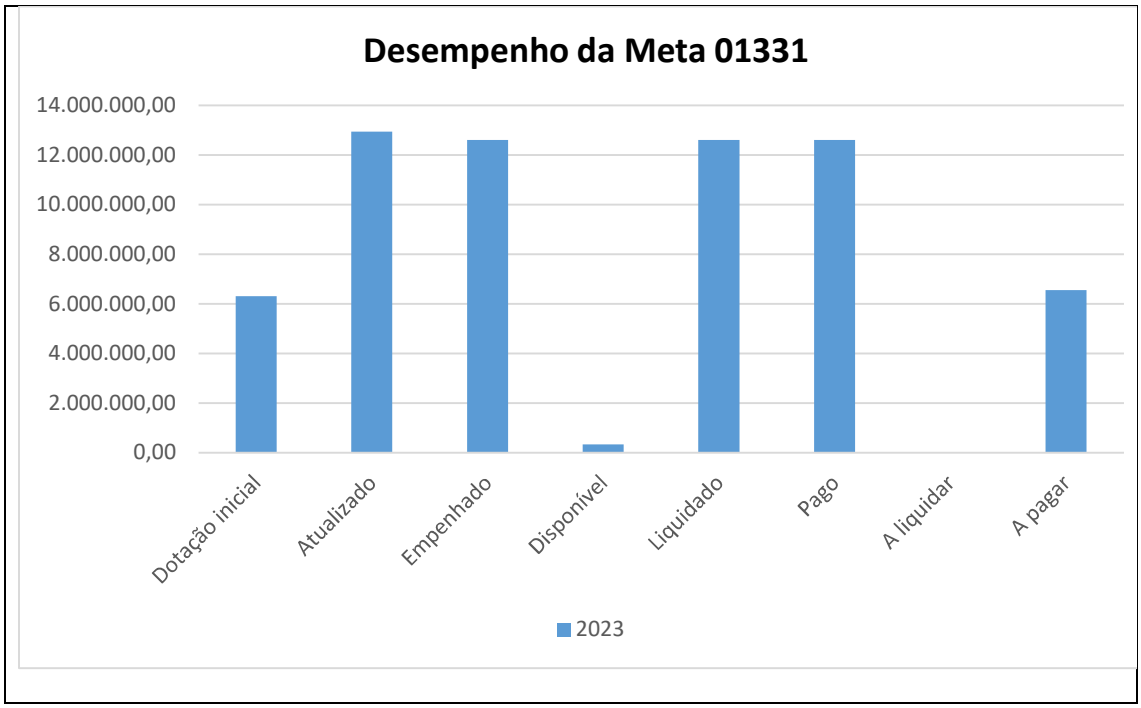
Avaliação individual das METAS

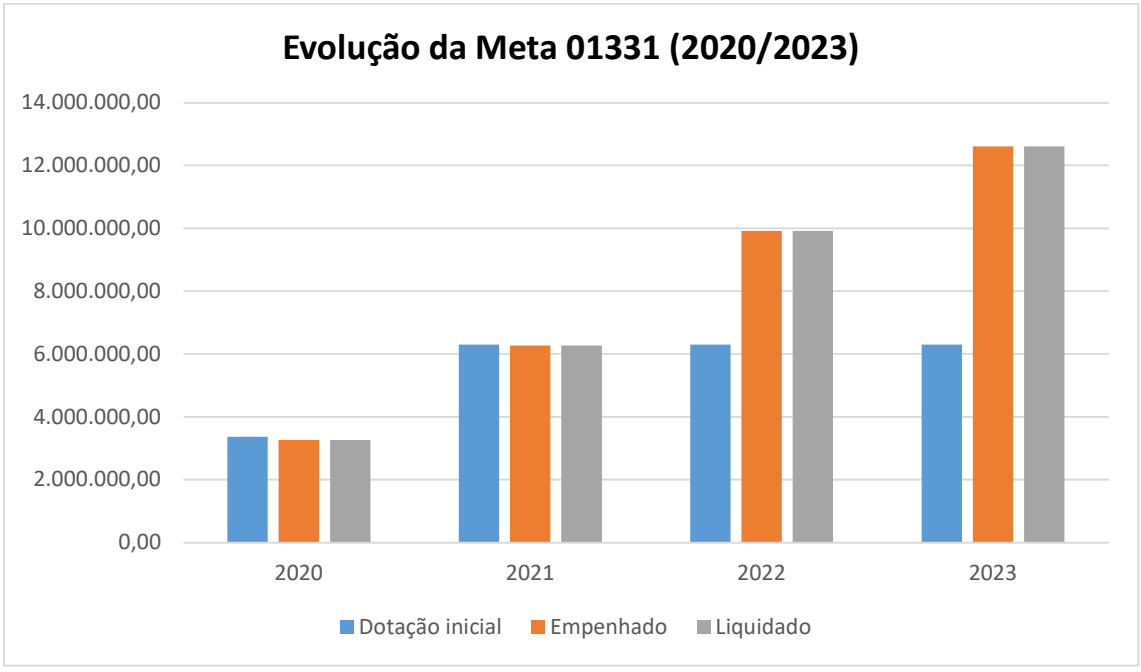
Código e descrição da Meta:

01331 – Adquirir e distribuir sementes de qualidade de feijão, milho e arroz para subsistência e de sorgo para forragem animal, a agricultores familiares cadastrados nos 1.156 Bancos de Sementes.

Avaliação da Meta:

01331: Esta meta é de grande relevância para o "desenvolvimento do agronegócio potiguar" tendo em vista que "adquirir e distribuir sementes de qualidade de feijão, milho e arroz para a subsistência e de sorgo para forra forragem animal, a agricultores familiares cadastrados nos 1.829 Bancos de Sementes" são ações essenciais para alcançar o fortalecimento e solidez no agronegócio potiguar, em especial garantir condições mínimas para a manutenção e fixação do homem no campo, de modo a evitar o êxodo rural. Vinculada a Subação 108701 (Aquisição e Distribuição de Sementes), previa a execução de 738,185 toneladas, as quais foram realizadas em sua plenitude, visto a aquisição e distribuição de 738,185 toneladas para 1.829 Bancos de Sementes, localizados em 162 municípios do Estado e beneficiou 59.850 agricultores familiares. Em aspectos orçamentários, inicialmente estava prevista uma dotação no valor de R$ 6.300.000,00, no entanto, foi necessário um complemento no valor de mais R$ 5.115.614,00, o que perfez um custo total de R$ 11.415.614,00, ou seja, 81,20%. O Programa "Bancos de Sementes" é executado pela SAPE em conjunto com a EMATER, atendendo aos agricultores cadastrados em 162 municípios do Estado. É um programa de segurança alimentar, pois permite ao agricultor familiar o plantio de subsistência com o milho e feijão, e o suporte forrageiro com o sorgo para o atendimento ao seu rebanho. As variedades distribuídas são adaptadas às condições da região do semiárido do Estado, promovendo precocidade e produção com baixo índice pluviométrico. São variedades selecionadas (não transgênicas), resultantes de um logo trabalho de pesquisa da EMPARN/EMBRAPA. Em 2023 foram distribuídas um total de 738,185 toneladas de sementes, sendo 223,64t de feijão; 461,046t de milho e 53,499t de sorgo forrageiro.


Desempenho da Meta 01331
14.000.000,00
12.000.000,00
10.000.000,00
8.000.000,00
6.000.000,00
4.000.000,00
2.000.000,00
0,00
Dotação inicial
Atualizado
Empenhado
Disponível
Liquidado
Pago
A liquidar
A pagar
2023

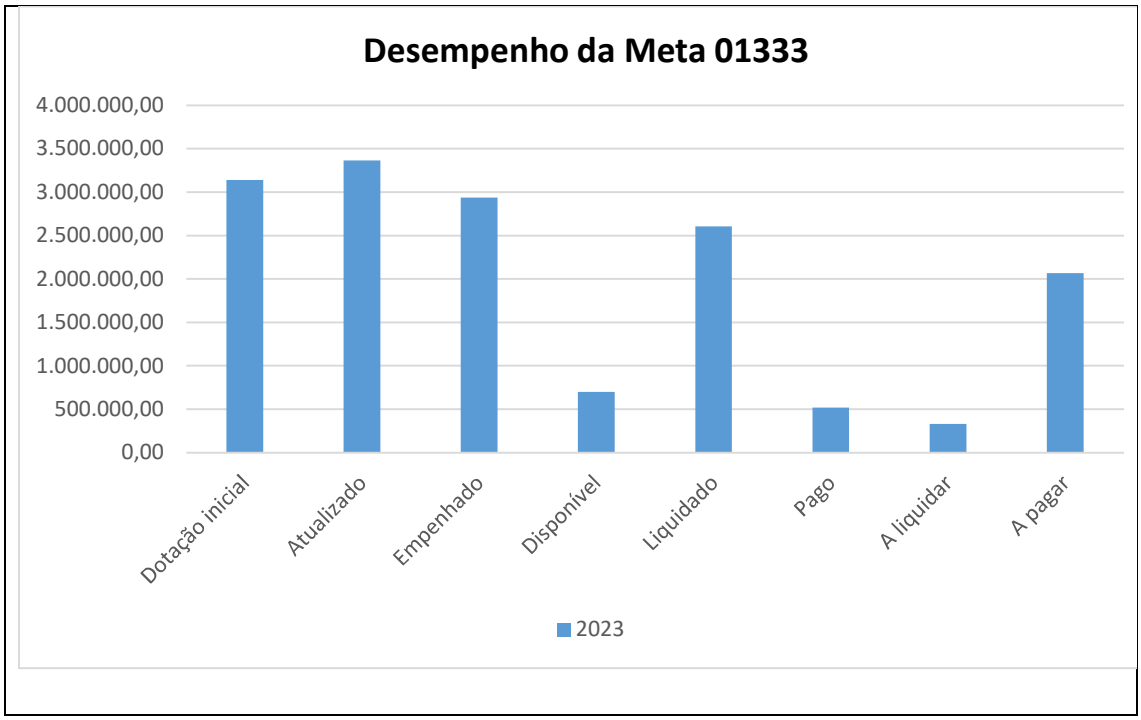

Evolução da Meta 01331 (2020/2023)
14.000.000,00
12.000.000,00
10.000.000,00
8.000.000,00
6.000.000,00
4.000.000,00
2.000.000,00
0,00
2020
2021
2022
2023
Dotação inicial
Empenhado
Liquidado

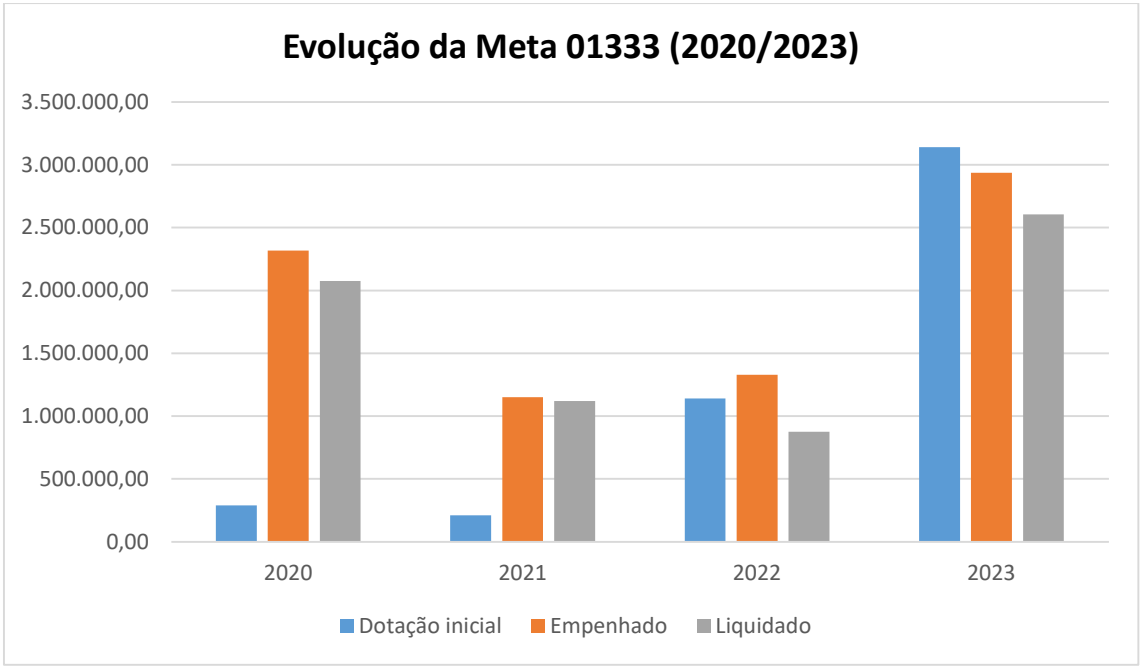
Código e descrição da Meta:

01333 – Implantar projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva para acesso aos mercados e aumento da renda.

Avaliação da Meta:

01333: Esta meta é de grande relevância para o "desenvolvimento do agronegócio potiguar" tendo em vista que "Implanta projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva para acesso aos mercados e aumento da renda" são ações essenciais para alcançar o fortalecimento e solidez no agronegócio potiguar, em especial garantir condições mínimas para a manutenção e fixação do homem no campo, de modo a evitar o êxodo rural. Vinculada a Subação 178701 (Fortalecimento das Cooperativas, Associações e Agroindústria Agropecuária), estava previsto o orçamento inicial de R$ 3.140.000,00, que atualizado, possui uma cifra de R$ 3.635.530,00. Este orçamento tem como destino a aquisição de apetrechos de pesca, organizados em forma de kits, compostos por chapéu de proteção, panagem, anzol e linha, que foram entregues no mês de julho de 2023, a 4.621 pescadores artesanais do Estado. Para a execução desta meta, os recursos foram oriundos do Convênio MAPA-MPA, através da Plataforma +Brasil nº 915630/2021 e nº 915670/2021. Para melhorar o planejamento, faz-se necessário proceder com os ajustes físicos e financeiros, adequando-os à realidade das ações da SAPE no ato da elaboração do Planejamento anual e plurianual


Desempenho da Meta 01333
4.000.000,00
3.500.000,00
3.000.000,00
2.500.000,00
2.000.000,00
1.500.000,00
1.000.000,00
500.000,00
0,00
Dotação inicial
Atualizado
Empenhado
Disponível
Liquidado
Pago
A liquidar
A pagar
2023

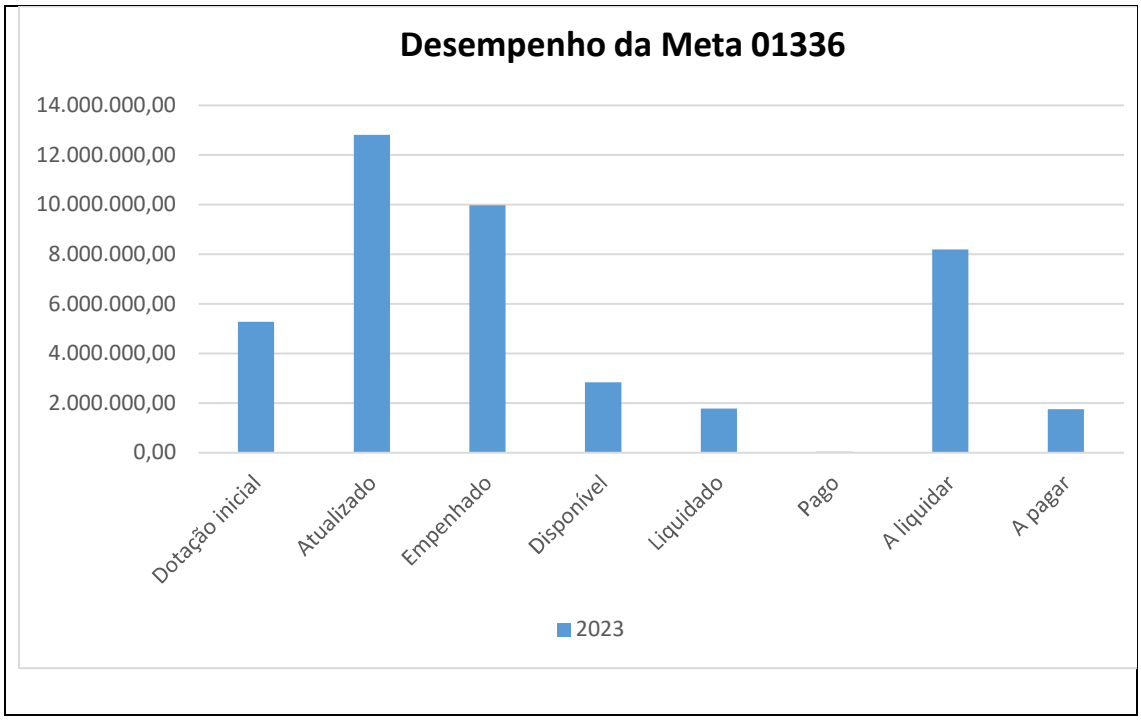

Evolução da Meta 01333 (2020/2023)
3.500.000,00
3.000.000,00
2.500.000,00
2.000.000,00
1.500.000,00
1.000.000,00
500.000,00
0,00
2020
2021
2022
2023
Dotação inicial
Empenhado
Liquidado

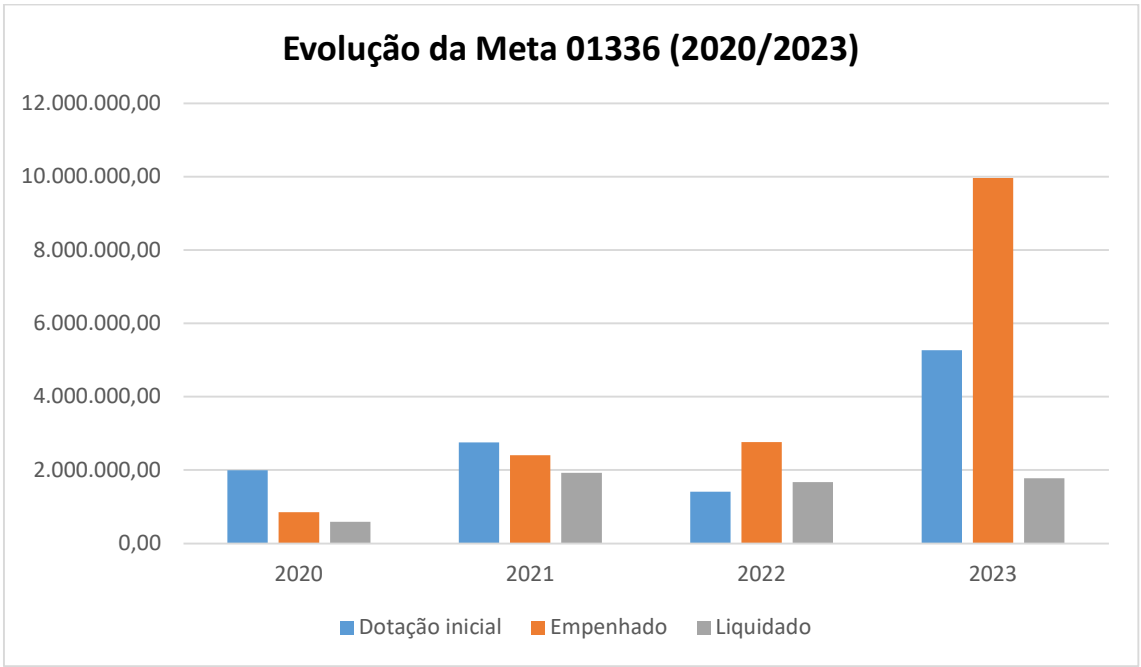
Código e descrição da Meta:

01336 - Adquirir equipamentos, máquinas e implementos agrícolas para recomposição da infraestrutura produtiva dos territórios.

Avaliação da Meta:

Meta **01336**: Esta meta é de grande relevância para o "desenvolvimento do agronegócio potiguar" tendo em vista que visa "Adquirir equipamentos, máquinas e implementos agrícolas para recomposição da infraestrutura produtiva dos territórios." são ações essenciais para alcançar o fortalecimento e solidez no agronegócio potiguar, em especial garantir condições mínimas para a manutenção e fixação do homem no campo, de modo a evitar o êxodo rural. Para esta intervenção estava previsto o orçamento de R$ 5.270.000,00, que atualizado, possui uma cifra de R$ 12.804.914,49. A meta está em andamento, visto que entre os processos em trâmite no SEI, cujo objetivo é a aquisição de tratores e implementos agrícolas (escavadeira, grade niveladora e moinhos) uma parte já foram adquiridos e outro ainda está em trâmite. No exercício de 2023, foi empenhado o montante de R$ 9.964.316,94 e liquidado R$ 1.775.557,31, restando liquidar R$ 8.188.759,63. Entre o maquinário adquirido (25 tratores agrícolas, 10 grades aradoras, 03 ensiladeiras, 04 carretas agrícolas para 6 toneladas, 01 máquina envasadora de polpa de frutas, 06 equipamentos e utensílios apícolas e 01 retroescavadeira), 27 municípios foram atendidos, sendo eles: Alexandria, Angicos, Assu, Bodó, Carnaubais, Cruzeta, Ipanguaçu, Janduís, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Lajes, Lajes Pintadas, Luís Gomes, Nova Cruz, Ouro Branco, Paraú, Parelhas, Riachuelo, Santana do Matos (02), São João do Sabugi, São Paulo do Potengi, São Tomé, São Vicente, Serra Negra do Norte, Umarizal e Vila Flor. Merece destacar que nesta meta, dentro da Subação 177101, cuja descrição é "fortalecimento das cadeias produtivas da pesca e aquicultura". Para esta intervenção estava previsto o orçamento de R$ 1.010.000,00, dos quais, foram empenhados o montante de R$ 281.987,00.


Desempenho da Meta 01336
14.000.000,00
12.000.000,00
10.000.000,00
8.000.000,00
6.000.000,00
4.000.000,00
2.000.000,00
0,00
Dotação inicial
Atualizado
Empenhado
Disponível
Liquidado
Pago
A liquidar
A pagar
2023


Evolução da Meta 01336 (2020/2023)
12.000.000,00
10.000.000,00
8.000.000,00
6.000.000,00
4.000.000,00
2.000.000,00
0,00
2020
2021
2022
2023
Dotação inicial
Empenhado
Liquidado

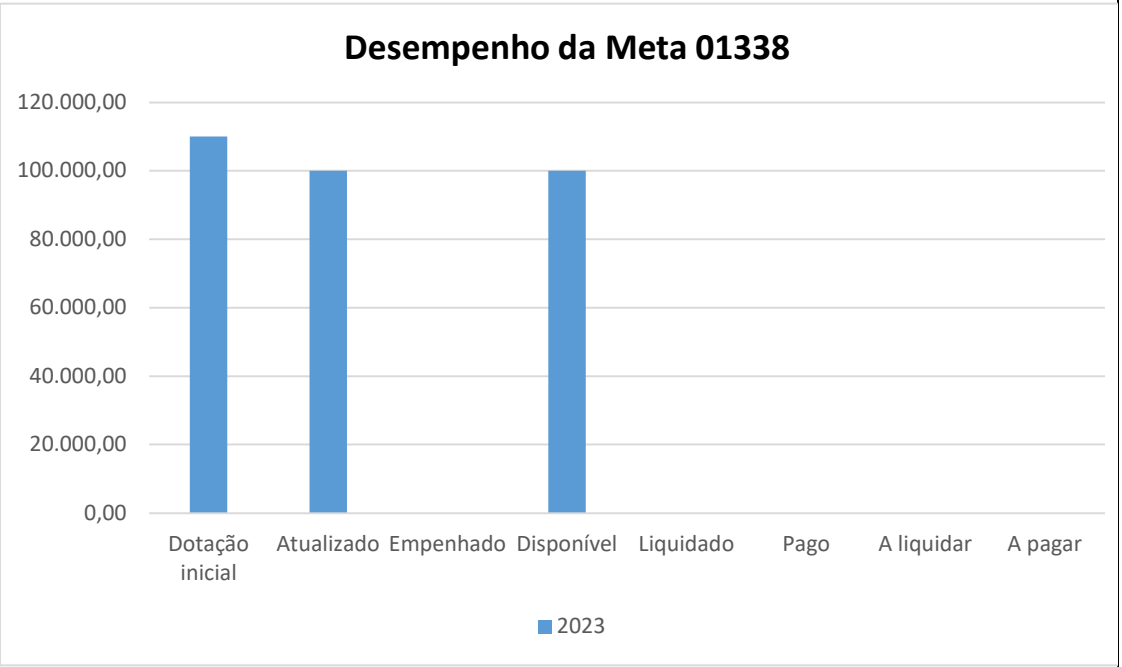
Código e descrição da Meta:

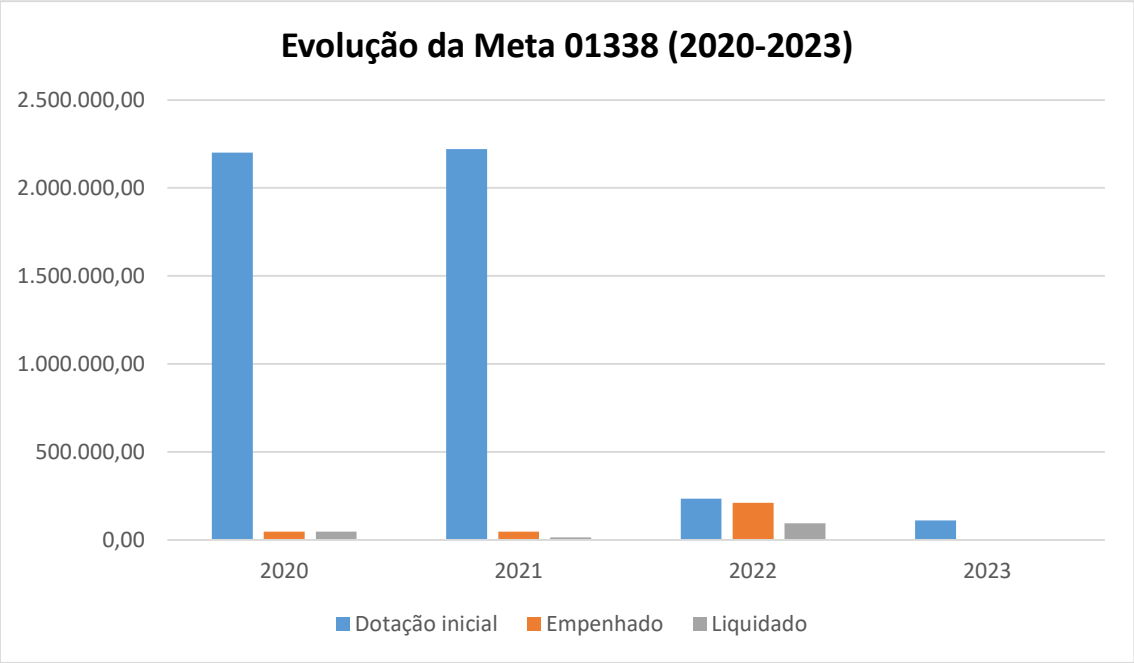
01338 - Produzir e distribuir 2 milhões de mudas de caju, utilizando mão de obra de apenados.

Avaliação da Meta:

Meta **01338:** Esta meta é de grande relevância para o "desenvolvimento do agronegócio potiguar" tendo em vista a "Produção e distribuição de 2 milhões de mudas de caju, utilizando mão de obra de apenados" são ações essenciais para alcançar o fortalecimento e solidez no agronegócio potiguar, em especial garantir condições de dignidade, ressocialização e incentivo à produção rural especializada. Vinculada a Subação 108801, no decorrer de 2023 teve a sua execução de forma plena, visto que no biênio 2022/2023 produziu e distribuiu 100.000 mudas, no custo de R$ 143.000,00, para a aquisição de insumos e contratação de serviços e beneficiaram os seguintes municípios: Vera Cruz, Upanema, Jaçanã, Portalegre, Lagoa Nova, Taipu, Coronel Ezequiel, São Paulo do Potengi, Tabuleiro Grande, São Francisco do Oeste, Ceará Mirim, Angicos, Poço Branco, Mossoró, Apodi, Rafael Godeiro, São Bento do Norte, Bom Jesus e Governador Dix-Sept-Rosado. Fato é que após a conclusão da construção da estrutura referente a implementação da unidade de produção de mudas, que foi edificada na ala feminina da Penitenciária Dr. Mário Negócio, no município de Mossoró, no ano de 2020. Que a partir dali se foi possível dar início a organização para a execução do projeto, entre eles, a identificação das apenadas aptas a realizar o trabalho, bem como a disponibilidade de policial penitenciário disponível para a permanência do local, para assim pode dar início à aquisição, produção e distribuição de mudas. De fato, estas atividades tiveram seu início a partir de montada a estrutura organizacional, bem como com a entrega da mencionada estrutura. Este projeto já foi elogiado pelo Poder Judiciário daquela comarca, tanto é que a Magistrada competente, através de transações penais, viabilizou a edificação de estrutura semelhante na ala masculina do mesmo presídio. Nesta meta estavam previstos inicialmente o montante de R$ 410.000,00, os quais não foram utilizados no exercício de 2023, visto o custo com a aquisição de insumos e contratação de serviços que se deram na fase inicial da produção das mudas, o que se deu no decorrer do exercício de 2021. Todavia, no exercício de 2023, todas as mudas foram produzidas, restando tão somente as distribuições das ultimas amostras de vegetais no ano de 2023. Faz-se necessário informar que a meta teve a sua execução de modo pleno, tendo em vista que inicialmente se fazia necessária a conclusão da construção da estrutura referente a implementação da unidade de produção de mudas, que foi edificada na ala feminina da Penitenciária Dr. Mário Negócio, no município de Mossoró. Que a partir dali se foi possível dar início a organização para a execução do projeto, entre eles, a identificação das

apenadas aptas a realizar o trabalho, bem como a disponibilidade de policial penitenciário disponível para a permanência do local, para assim pode dar início à aquisição, produção e distribuição de mudas. De fato, estas atividades tiveram seu início a partir de montada a estrutura organizacional, bem como com a entrega da mencionada estrutura e, até 31 de dezembro de 2023, todas as mudas de árvores frutíferas planejadas inicialmente, foram produzidas e distribuídas, restando assim, cumprida a meta em sua plenitude. Este projeto já foi elogiado pelo judiciário daquela comarca, tanto é que a Magistrada competente, através de transações penais, viabilizou a edificação de estrutura semelhante na ala masculina do mesmo presídio. Para a seguinte meta, sugere-se que, caso seja interesse da administração pública a sua ampliação, visto o grande interesse e repercussão social que ela representa.



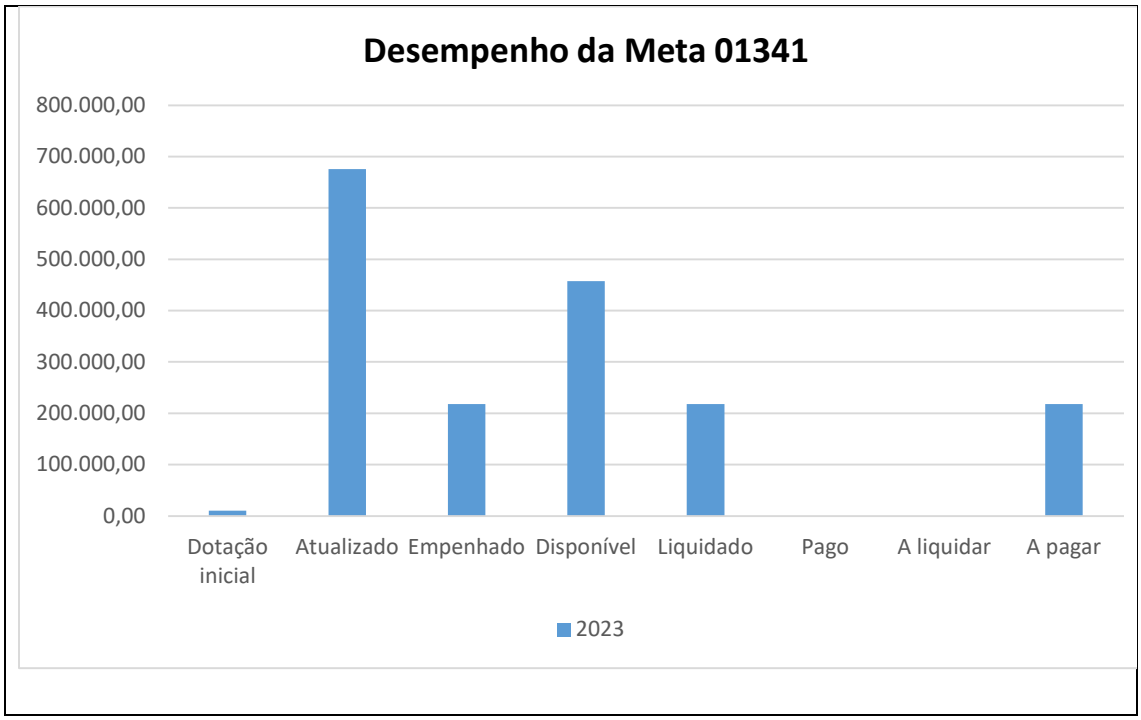

Evolução da Meta 01338 (2020-2023)
2.500.000,00
2.000.000,00
1.500.000,00
1.000.000,00
500.000,00
0,00
2020
2021
2022
2023
Dotação inicial
Empenhado
Liquidado

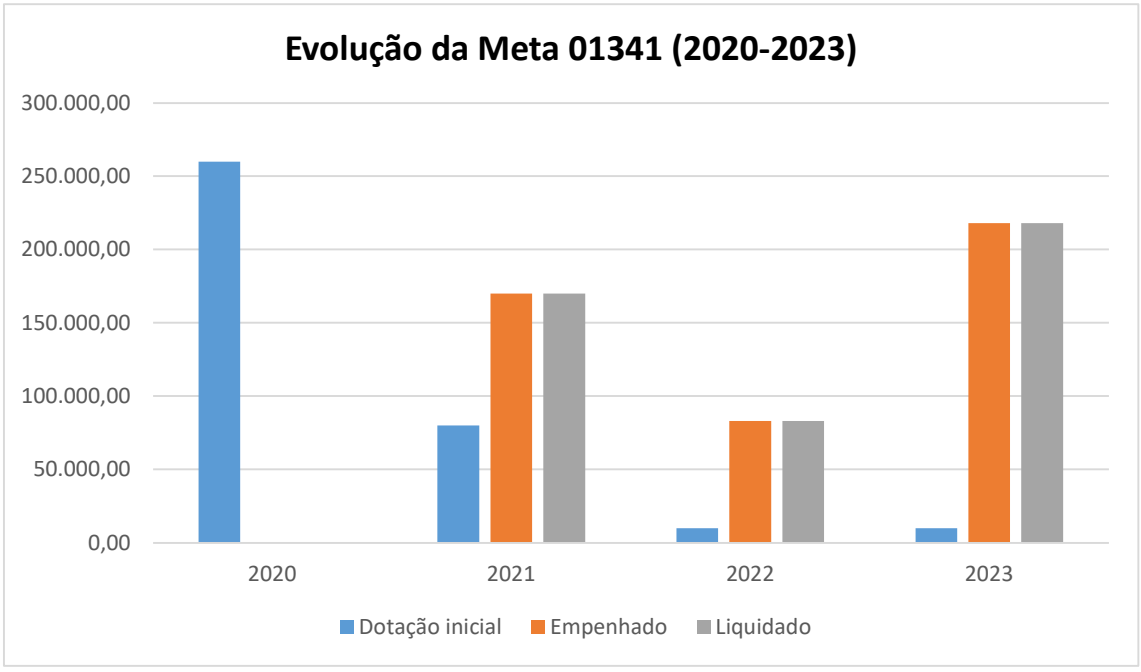
Código e descrição da Meta:

01341 - Constituir redes de pesquisas e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: fruticultura, salinidade e drenagem, produção de grãos, arroz irrigado por inundação e hortaliças.

Avaliação da Meta:

<u>01341</u>: Esta meta é de grande relevância para o "desenvolvimento do agronegócio potiguar" tendo em vista que "Constituir redes de pesquisas e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: fruticultura, salinidade e drenagem, produção de grãos, arroz irrigado por inundação e hortaliças." são ações essenciais para alcançar o fortalecimento e solidez no agronegócio potiguar, em especial garantir condições mínimas para a manutenção e fixação do homem no campo, de modo a evitar o êxodo rural. A meta visa construir redes de pesquisas e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: fruticultura, salinidade e drenagem, produção de grãos, arroz irrigado por inundação e hortaliças e, a Subação a qual se vincula, que visa o fortalecimento da cadeia produtiva da Fruticultura, a SAPE, no exercício de 2023, vinculada a Subação 177801, R$ 10.000,00, foi atualizado para R$ 675.612,56. A meta está em andamento, visto que foi liquidado o montante de R$ 218.039,55, restando assim disponível o orçamento de R$ 457.573,01. Esta meta ainda não foi concluída por razões burocráticas que a Secretaria está contornando junto ao setor técnico competente. Para melhorar o planejamento, faz-se necessário proceder com ajustes físicos e financeiros, adequando-os à realidade das ações da SAPE na ocasião da elaboração do Planejamento anual e plurianual.


Desempenho da Meta 01341
800.000,00
700.000,00
600.000,00
500.000,00
400.000,00
300.000,00
200.000,00
100.000,00
0,00
Dotação inicial
Atualizado
Empenhado
Disponível
Liquidado
Pago
A liquidar
A pagar
2023

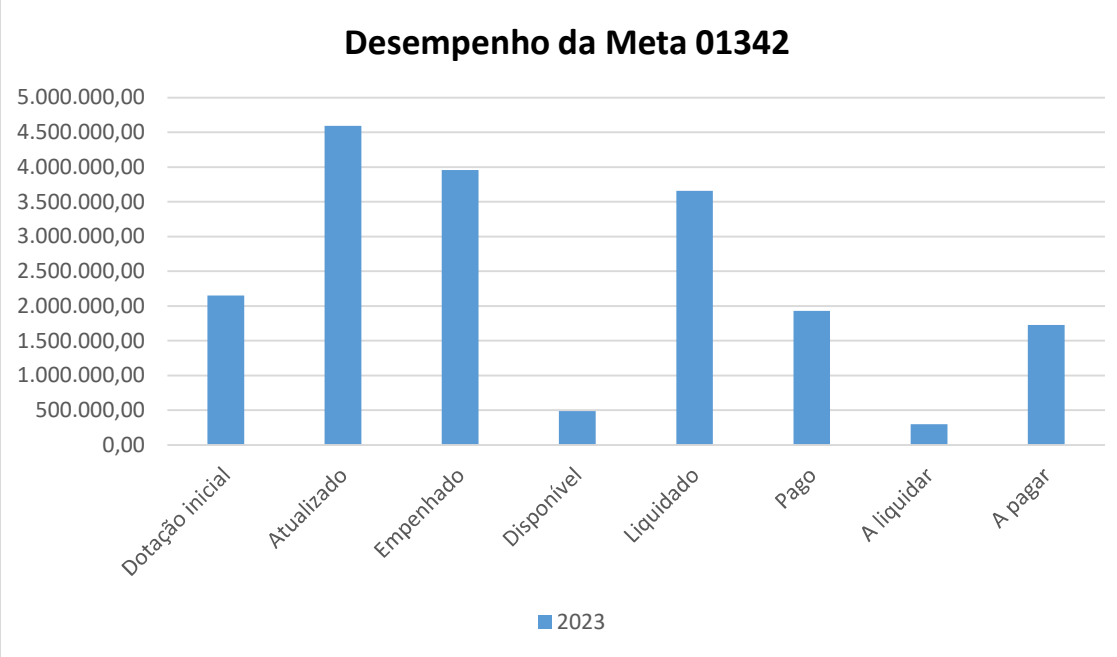

Evolução da Meta 01341 (2020-2023)
300.000,00
250.000,00
200.000,00
150.000,00
100.000,00
50.000,00
0,00
2020
2021
2022
2023
Dotação inicial
Empenhado
Liquidado

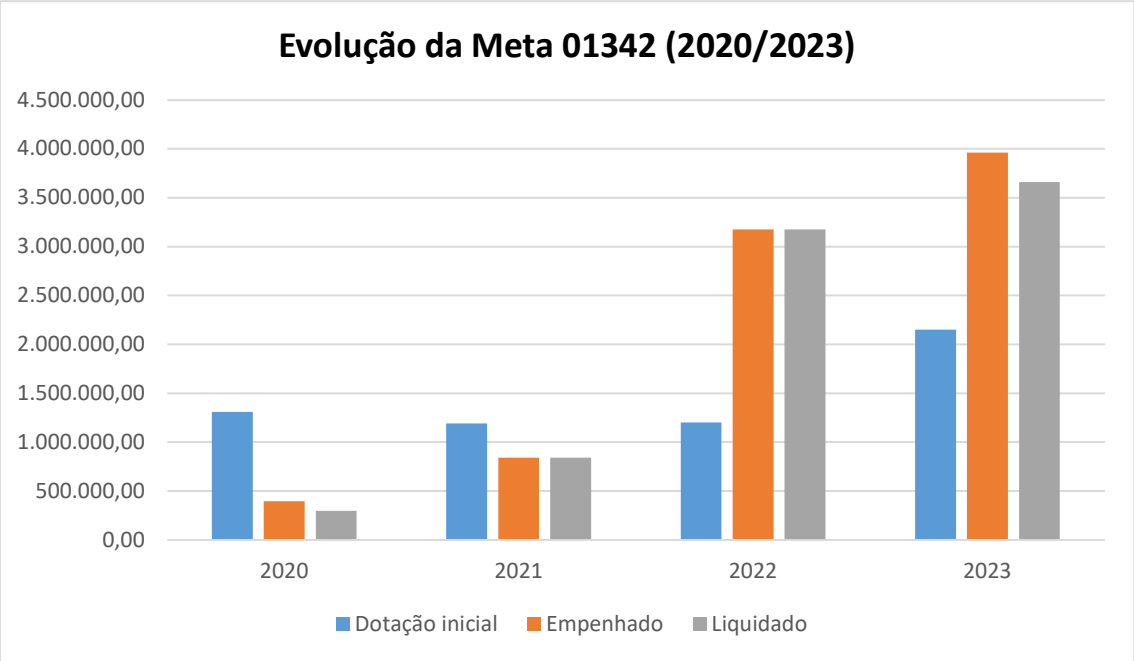
Código e descrição da Meta:

01342 - Proporcionar a realização e participação em eventos/feiras agropecuárias no Estado do Rio Grande do Norte.

Avaliação da Meta:

A meta **01342**: Esta meta é de grande relevância para o "desenvolvimento do agronegócio potiguar" tendo em vista que "proporciona a realização e participação em eventos e feiras agropecuários no Estado do Rio Grande do Norte" são ações essenciais para alcançar o fortalecimento e solidez no agronegócio potiguar, em especial divulgar e incentivar a expansão do agronegócio no Estado. Vinculada a Subação 174501, realizou 29 eventos no decorrer do exercício de 2023. Nesta meta estava previsto um orçamento inicial de R$ 2.150.000,00, todavia, foi acrescido R$ R$ 627.188,17 (29,17%), oriundos de Emendas Parlamentares, cuja soma total, perfez o montante de R$ 2.777.188,17, para realizar eventos voltados para o agronegócio em todas as regiões do Estado. Os eventos realizados no decorrer do exercício de 2023 foram realizados eventos/feiras com recursos da SAPE em 29 municípios, sendo eles: Currais Novos, Parnamirim, São Paulo do Potengi, Caicó, Coronel Ezequiel, Parelhas, Caraúbas, Afonso Bezerra, Apodi, Assu, Mossoró, Jandaíra, EXPOFRUIT (Mossoró), Lajes, Upanema, Festa do Boi (Parnamirim), FENACAM (Natal), Jaçanã, Lagoa Nova, Umarizal, Brejinho, Touros, Bom Jesus, Jardim do Seridó, Cruzeta, Angicos, Rafael Fernandes, Campo Grande e Tenente Laurentino, de modo a atender todas as regiões do Estado.



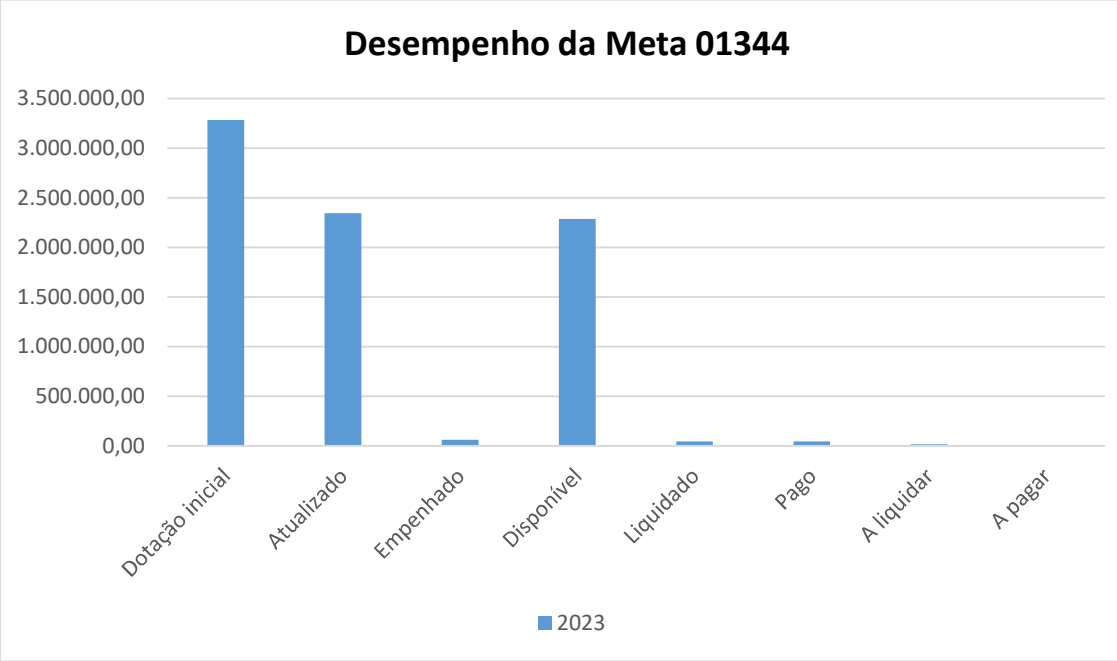

Evolução da Meta 01342 (2020/2023)
4.500.000,00
4.000.000,00
3.500.000,00
3.000.000,00
2.500.000,00
2.000.000,00
1.500.000,00
1.000.000,00
500.000,00
0,00
2020
2021
2022
2023
Dotação inicial
Empenhado
Liquidado

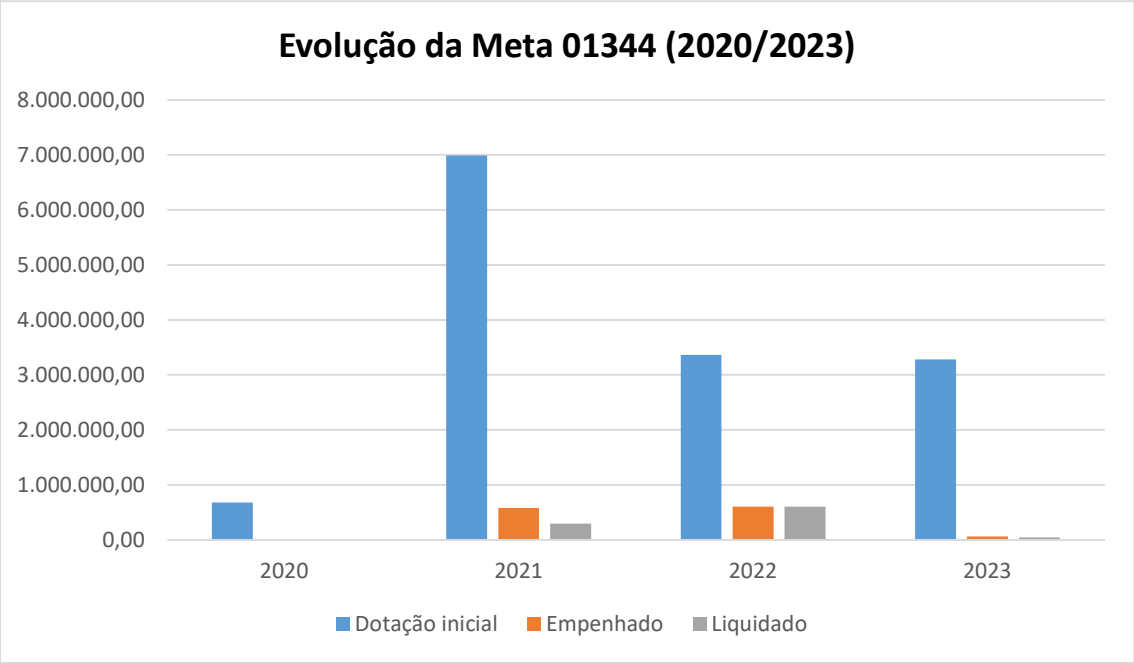
Código e descrição da Meta:

01344 - Construir barragem subterrâneas para captação de água para produção agropecuária.

Avaliação da Meta:

Quanto a meta **1344**, na Subação 198501, na qual prevê a construção de pequenas barragens, estava prevista uma dotação inicial no valor de R$ 3.283.000,00, sendo o valor atualizado para R$ 2.346.936,81. Deste montante, foi empenhado R$ 59.186,10; liquidado R$ 44.613,10; tendo ainda disponível o valor de R$ 2.287.750,71 para executar as ações remanescentes. A meta teve dificuldades burocráticas e administrativas para poder evoluir, todavia, o corpo técnico da Pasta está viabilizando resolver tais dificuldades.



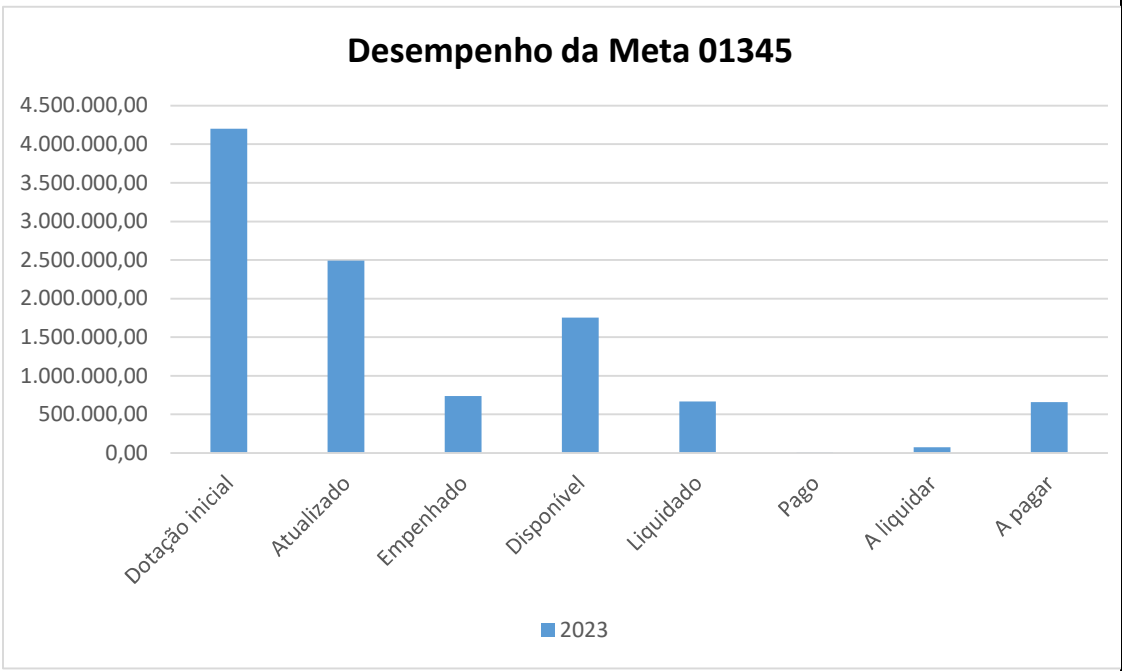

Evolução da Meta 01344 (2020/2023)
8.000.000,00
7.000.000,00
6.000.000,00
5.000.000,00
4.000.000,00
3.000.000,00
2.000.000,00
1.000.000,00
0,00
2020
2021
2022
2023
Dotação inicial
Empenhado
Liquidado

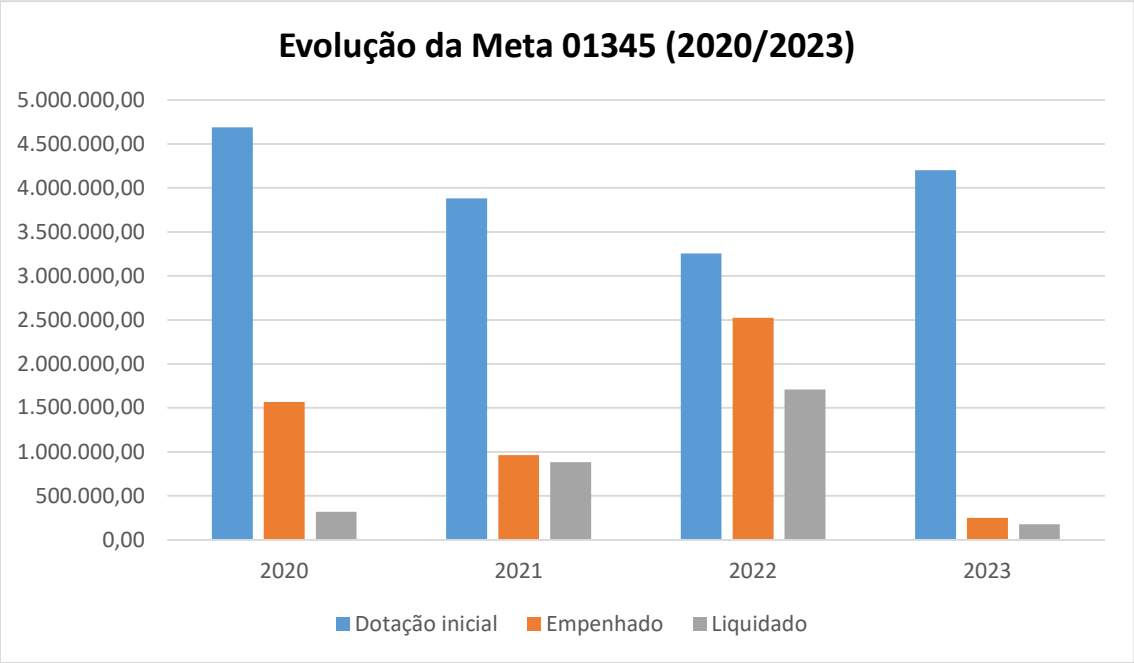
Código e descrição da Meta:

01345 - Prover a perfuração, instalação e manutenção de poços para provimento de água de consumo animal e produção agrícola.

Avaliação da Meta:

A meta **<u>01345</u>:** Esta meta é de grande relevância para o "desenvolvimento do agronegócio potiguar" tendo em vista que "promove a perfuração, instalação e manutenção de poços para provimento de água de consumo animal e produção agrícola" são ações essenciais para alcançar o fortalecimento e solidez no agronegócio potiguar, em especial para garantir condições mínimas para a manutenção e fixação do homem no campo, de modo a evitar o êxodo rural. Vinculada a Subação ação 137301 (Perfuração, Instalação e Manutenção de Poços), para o exercício de 2023, estavam previstas atuações em 12 unidades. Para este quantitativo, estava prevista uma dotação inicial no valor de R$ 4.200.000,00, sendo o valor atualizado para R$ 2.493.292,03. Deste montante, foi empenhado R$ 739.146,00; liquidado R$ 666.082,00; tendo ainda disponível o valor de R$ 1.754.146,00 para executar o quantitativo remanescente. Dentro desta Meta, 08 municípios foram atendidos, sendo eles: Santa Maria, Japi, Senador Elói de Souza, Lucrécia, Serra Negra do Norte, Ouro Branco, Parelhas e Nova Cruz. Os recursos para o atendimento a esta Meta, são oriundos do Convênio nº 034/2017 – Plataforma +Brasil nº 905701/2020. Merecendo informar que entre estas intervenções, algumas ainda estão em fase de execução




Evolução da Meta 01345 (2020/2023)
5.000.000,00
4.500.000,00
4.000.000,00
3.500.000,00
3.000.000,00
2.500.000,00
2.000.000,00
1.500.000,00
1.000.000,00
500.000,00
0,00
2020
2021
2022
2023
Dotação inicial
Empenhado
Liquidado

OBJETIVO 0512

Código e descrição do 2º Objetivo:

0512 – Estimular a produtividade de organismos aquáticos de forma sustentável, com a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura. Apoiar a implantação de parques aquícolas, a realização de pesquisas e assistência técnica, a modernização de infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, na busca de agregar valor a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros do Rio Grande do Norte.

Códigos das metas:

No Objetivo 512 são 06 (seis) metas, sendo elas as seguintes: 1346 (em andamento); 1347 (não iniciado); 1348 (não iniciado); 1349 (não iniciado); 1350 (concluída) e 1351 (concluída).

Códigos das iniciativas:

No Objetivo 0512, são no total 06 (seis) iniciativas, sendo elas as seguintes: **01988** (Promoção da gestão participativa das infraestruturas públicas da cadeia produtiva pesqueira de forma sustentável com ações de defeso e repovoamento dos açudes); **01990** (Instalação de Atracadouros flutuantes nos Açudes (Apodi, Upanema, São Paulo do Potengi, Lucrécia, Parelhas, Macaíba, Poço Branco e Caicó) e estuário marítimo (Baia Formosa), proporcionando melhoria das condições de embarque e desembarque e demais controles.); **01991** (Regularização ambiental da aquicultura em articulação com municípios, na busca de viabilizar projetos de produção sustentável de viveiros, tanques redes e escavados que ofereçam condições da geração de emprego e renda local); **01992** (Defesa do implemento do programa de subvenção econômica ao preço do diesel para embarcações pesqueiras.); **01993** (Promoção do desenvolvimento da atividade da pesca e aquicultura por meio da capacitação e qualificação de pescadores e famílias envolvidas na atividade de forma sustentável) e **01994** (Encaminhamento de tratativas junto ao MAPA para possibilitar a conclusão da obra e encaminhamentos da definição da gestão e funcionamento do equipamento).

Avaliação Geral do Objetivo:

O Objetivo n° 0512 possui 06 (seis) metas que, entre elas 01 foi concluída no exercício de 2023; 01 concluída no ano de 2021; 01 está em andamento e 03 estão em ações preparatórias. A meta concluída no exercício de 2023, foi a 1350, na Subação 177101, que previa treinar e requalificar 50% do público envolvido na atividade de pesca e aquicultura, a Secretaria

alcançou 100% da meta planejada, através do Projeto Velas ao Vento que foi executado em sua plenitude. Na ocasião foram realizados 78 cursos para 26 turmas de pescadores, com carga horária de 16 horas/turma: 26 cursos de Introdução à utilização do GPS, 26 cursos de Substituição e Adequação de Velas de Embarcações e 26 cursos de Manutenção Preventiva de Motores de Rabeta para pescadores artesanais. Nestes cursos, foram atendidos 600 pescadores artesanais e 25 colônias de pescadores cadastradas, em 18 municípios do Estado: Rio do Fogo, Touros, Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape, Macau, Grossos, Tibau, Areia Branca, Porto do Mangue, Pedra Grande, Caiçara do Norte, Galinhos, Guamaré, Nísia Floresta, Arês, Senador Georgino Avelino e Canguaretama. Nesta meta estava previsto um orçamento inicial de R$ 1.010.000,00, que foi atualizado para R$ 1.298.487,00, dos quais, R$ 281.987,00 foi empenhado; R$ 197.787,00 liquidado e R$ 187.833,00 pagos e a pagar R$ 9.854,00. A meta foi atendida em sua plenitude e a prestação de contas já foi apresentada e aprovada junto ao TCU, aguardando apenas o registro junto à CONTROL. Outra meta que também foi concluída, foi a 1351, que consiste em Concluir e entregar o Terminal Público Pesqueiro. Ela foi concluída no exercício de 2021, a prestação de contas já foi apresentada e aprovadas junto ao TCU.

Da meta que está em andamento, temos a 1346, que consiste na produção de 20 milhões de alevinos para Aquicultura e peixamento em açudes. Esta meta está vinculada a Subação 179901 (Produção de Alevinos para Aquicultura e Peixamento de Açudes). Para esta intervenção estava previsto um orçamento inicial de R$ 10.000,00, que foi atualizado para R$ 28.361,67. A meta está em andamento, e no exercício de 2023, foi empenhado e liquidado o montante de R$ 25.000,00. A ação foi executada mediante demandas e condicionadas à produção das espécies de Curimatã, Tambaqui e Tilápia. Foram produzidos no total 659.000 alevinos e promoveu o repovoamento em 47 açudes, sendo eles: Lagoa de Pedras, Lagoa dos Patos, Lagoa das Traíras, Lagoa Redonda, Lagoa do Lima, Lagoa Grande, Lagoa das Cajazeiras, Lagoa do Sítio II, Assentamento José Coelho, Olho D´Água, Campo Grande, São Tomé, Lagoa de Velhos, Açude dos Fiéis, Malha do Rio, Santa Maria, Caiçara, Gravatá, Açude de Vinícius, Açude Esguicho, Açude Permissão, Açude Livramento, São Fernando, Açude Boqueirão, Açude Caldeirão, Latão, Corredor, Pedra Branca, Riacho do Meio, Barreto, Gigante, Eucaliptos, Lajinha, Açude Poço Branco, Barragem dos Carnaúbas, Craibeira, Maxixe, Feijão, Currais Novos, Barragem Molhada Limpa, Dourado, Totoró, Povoado São Sebastião, Distrito Cruz, Catunda, Povoado São Rafael e Riacho Ferrado.

Das metas que estão em atos preparatórios, temos a 1347, que consiste na Instalação de equipamentos que proporcione melhores condições de embarque e desembarque em açudes e estuário marítimo; a 1348 que visa implantar projetos e manter unidades demonstrativas de aquicultura adequando a infraestrutura de viveiros em tanques redes, tanques escavados e

canais de irrigação para atender às famílias e a 1349 que busca apoiar a pesca artesanal na aquisição e implantação de tanque para recepção e armazenamento de diesel pesqueiro. Estas metas não evoluíram tendo em vista a ausência de previsão orçamentária para as suas respectivas execuções.

No que diz respeito as iniciativas, que somam no total de 06 (seis), são elas as seguintes: 01988, 01990, 01991, 01992, 01993 e 01994, que são descritas da seguinte forma:

1) 01988 Promoção da gestão participativa das infraestruturas públicas da cadeia produtiva pesqueira de forma sustentável com ações de defeso e repovoamento dos açudes.

2) 01990 Instalação de Atracadouros flutuantes nos Açudes (Apodi, Upanema, São Paulo do Potengi, Lucrécia, Parelhas, Macaíba, Poço Branco e Caicó) e estuário marítimo (Baia Formosa), proporcionando melhoria das condições de embarque e desembarque e demais controles.

3) 01991 Regularização ambiental da aquicultura em articulação com municípios, na busca de viabilizar projetos de produção sustentável de viveiros, tanques redes e escavados que ofereçam condições da geração de emprego e renda local.

4) 01992 Defesa do implemento do programa de subvenção econômica ao preço do diesel para embarcações pesqueiras.

5) 01993 Promoção do desenvolvimento da atividade da pesca e aquicultura por meio da capacitação e qualificação de pescadores e famílias envolvidas na atividade de forma sustentável.

6) 01994 Encaminhamento de tratativas junto ao MAPA para possibilitar a conclusão da obra e encaminhamentos da definição da gestão e funcionamento do equipamento.

Avaliação individual das METAS

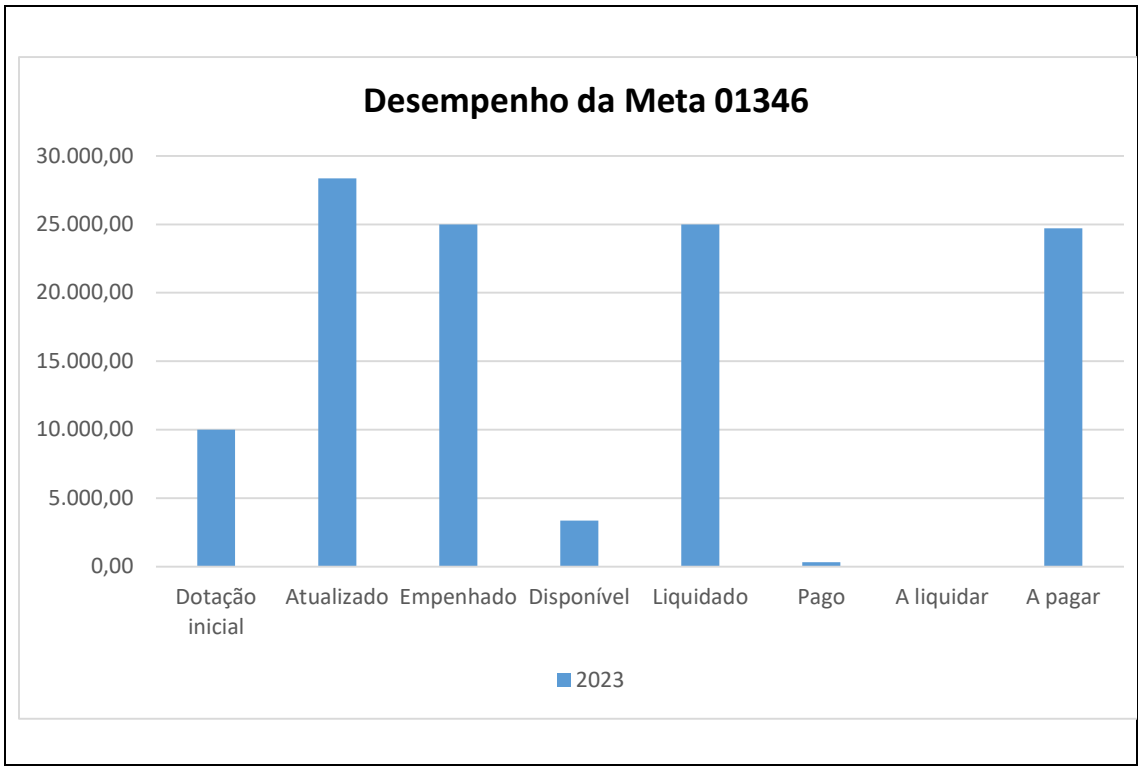
Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

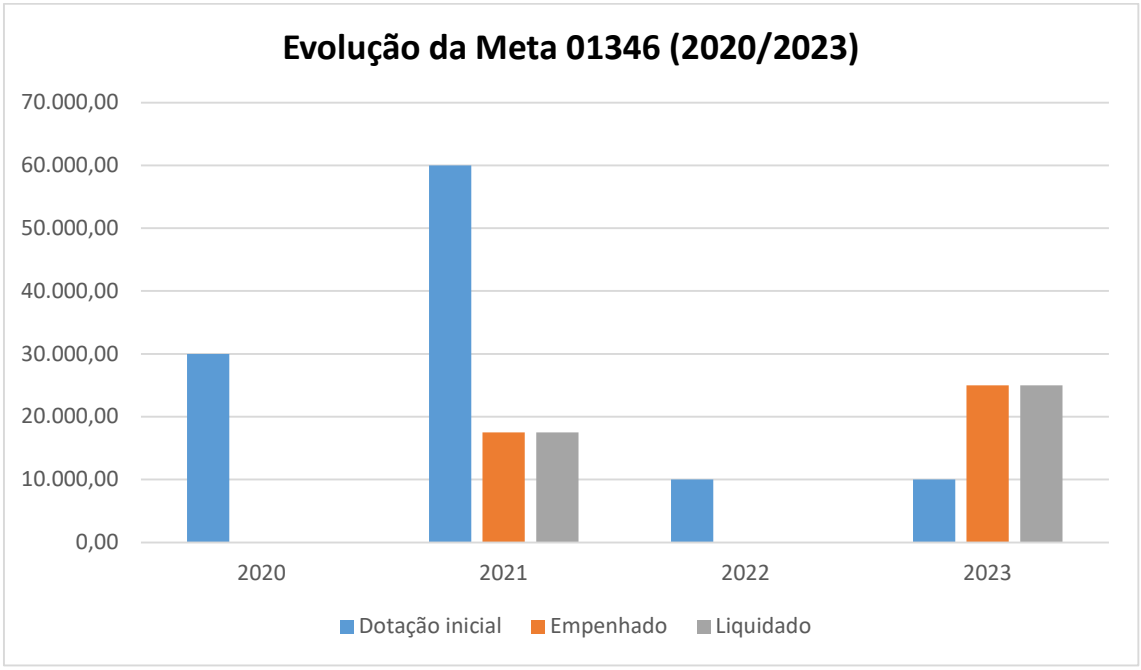
Código e descrição da Meta:

01346 - Produzir 20 milhões de alevinos para Aquicultura e peixamento de açudes.

Avaliação da Meta:

<u>01346</u>: Esta meta é de grande relevância para o "desenvolvimento do agronegócio potiguar" tendo em vista que "Produzir 20 milhões de alevinos para Aquicultura e peixamento de açudes." são ações essenciais para alcançar o fortalecimento e solidez no agronegócio potiguar, em especial estimular a piscicultura no Estado bem como garantir as condições mínimas para a manutenção e fixação do homem no campo, de modo a evitar o êxodo rural. Esta meta está vinculada a Subação 179901 (Produção de Alevinos para Aquicultura e Peixamento de Açudes). Para esta intervenção estava previsto um orçamento inicial de R$ 10.000,00, que foi atualizado para R$ 28.361,67. A meta está em andamento, e no exercício de 2023, foi empenhado e liquidado o montante de R$ 25.000,00. A ação foi executada mediante demandas e condicionadas à produção das espécies de Curimatã, Tambaqui e Tilápia. Foram produzidos no total 659.000 alevinos e promoveu o repovoamento em 47 açudes, sendo eles: Lagoa de Pedras, Lagoa dos Patos, Lagoa das Traíras, Lagoa Redonda, Lagoa do Lima, Lagoa Grande, Lagoa das Cajazeiras, Lagoa do Sítio II, Assentamento José Coelho, Olho D´Água, Campo Grande, São Tomé, Lagoa de Velhos, Açude dos Fiéis, Malha do Rio, Santa Maria, Caiçara, Gravatá, Açude de Vinícius, Açude Esguicho, Açude Permissão, Açude Livramento, São Fernando, Açude Boqueirão, Açude Caldeirão, Latão, Corredor, Pedra Branca, Riacho do Meio, Barreto, Gigante, Eucaliptos, Lajinha, Açude Poço Branco, Barragem dos Carnaúbas, Craibeira, Maxixe, Feijão, Currais Novos, Barragem Molhada Limpa, Dourado, Totoró, Povoado São Sebastião, Distrito Cruz, Catunda, Povoado São Rafael e Riacho Ferrado.


Desempenho da Meta 01346
30.000,00
25.000,00
20.000,00
15.000,00
10.000,00
5.000,00
0,00
Dotação inicial
Atualizado
Empenhado
Disponível
Liquidado
Pago
A liquidar
A pagar
2023

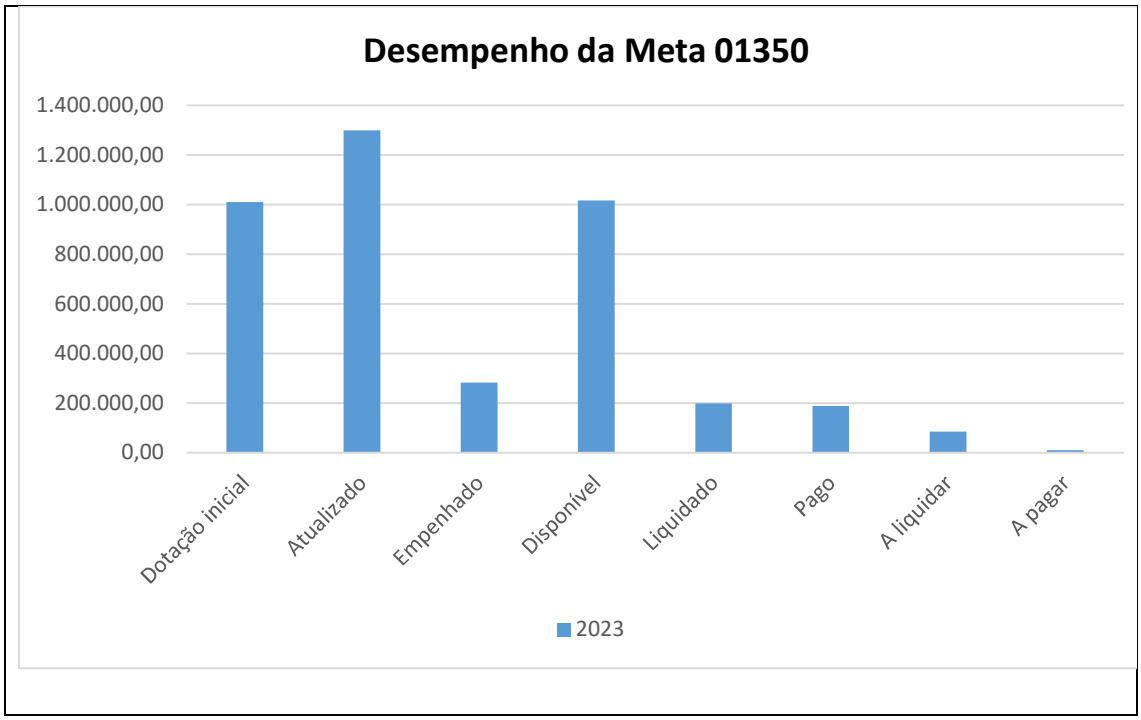

Evolução da Meta 01346 (2020/2023)
70.000,00
60.000,00
50.000,00
40.000,00
30.000,00
20.000,00
10.000,00
0,00
2020
2021
2022
2023
Dotação inicial
Empenhado
Liquidado

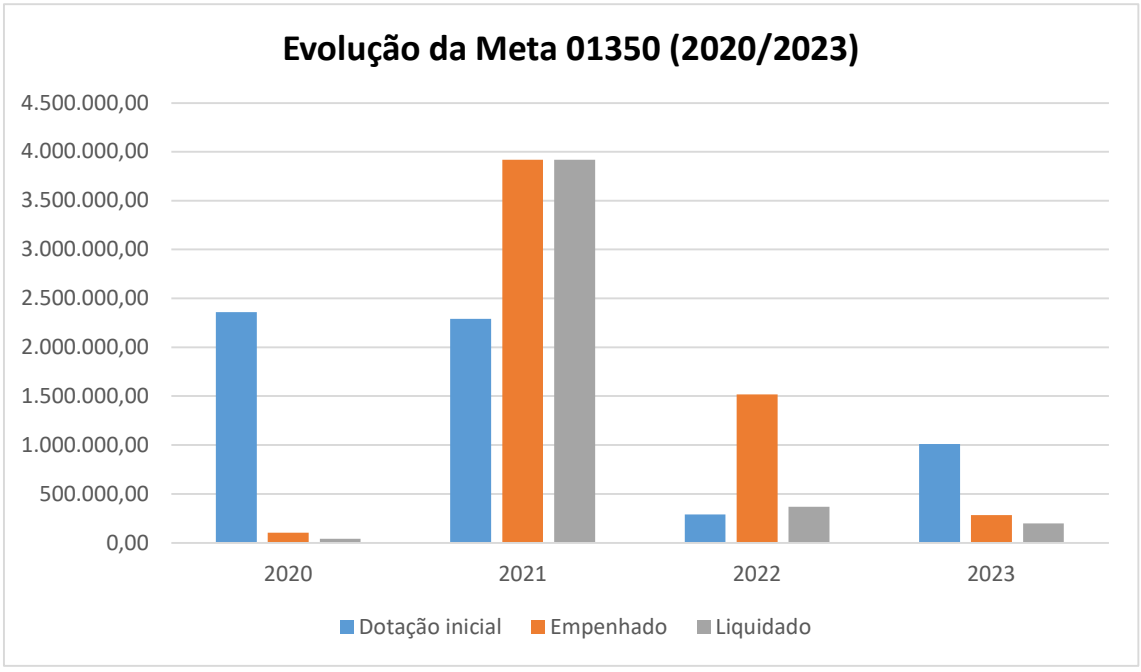
Código e descrição da Meta:

01350 – Treinar e requalificar 50% do público envolvido na atividade da pesca e aquicultura.

Avaliação da Meta:

01350: esta meta é de grande relevância para o "desenvolvimento do agronegócio potiguar" tendo em vista que tem por objeto "treinar e requalificar 50% do público envolvido na atividade da pesca e aquicultura". São ações essenciais para alcançar o fortalecimento e solidez na piscicultura potiguar, em especial garantir condições mínimas para a manutenção e fixação do homem no litoral, de modo a evitar o êxodo para os centros urbanos. Vinculada a Subação 177101, previa treinar e requalificar 50% do público envolvido na atividade de pesca e aquicultura, a Secretaria alcançou 100% da meta planejada, através do *Projeto Velas ao Vento* que foi executado em sua plenitude. Na ocasião foram realizados 78 cursos para 26 turmas de pescadores, com carga horária de 16 horas/turma: 26 cursos de Introdução à utilização do GPS, 26 cursos de Substituição e Adequação de Velas de Embarcações e 26 cursos de Manutenção Preventiva de Motores de Rabeta para pescadores artesanais. Nestes cursos, foram atendidos 600 pescadores artesanais e 25 colônias de pescadores cadastradas, em 18 municípios do Estado: Rio do Fogo, Touros, Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape, Macau, Grossos, Tibau, Areia Branca, Porto do Mangue, Pedra Grande, Caiçara do Norte, Galinhos, Guamaré, Nísia Floresta, Arês, Senador Georgino Avelino e Canguaretama. Nesta meta estava previsto um orçamento inicial de R$ 1.010.000,00, que foi atualizado para R$ 1.298.487,00, dos quais, R$ 281.987,00 foi empenhado; R$ 197.787,00 liquidado e R$ 187.833,00 pagos e a pagar R$ 9.854,00. A meta foi atendida em sua plenitude e a prestação de contas já foi apresentada e aprovada junto ao TCU, aguardando apenas o registro junto à CONTROL.


Desempenho da Meta 01350
1.400.000,00
1.200.000,00
1.000.000,00
800.000,00
600.000,00
400.000,00
200.000,00
0,00
Dotação inicial
Atualizado
Empenhado
Disponível
Liquidado
Pago
A liquidar
A pagar
2023


Evolução da Meta 01350 (2020/2023)
4.500.000,00
4.000.000,00
3.500.000,00
3.000.000,00
2.500.000,00
2.000.000,00
1.500.000,00
1.000.000,00
500.000,00
0,00
2020
2021
2022
2023
Dotação inicial
Empenhado
Liquidado

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:

01975 - Incentivo ao desenvolvimento de modelos inovadores sustentáveis de cooperativas e de associações, promovendo a capacitação, intercooperação, acesso a mercados, principalmente as de pequenos produtores agropecuários.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Esta iniciativa que é vinculada à Subação 178701, que teve um orçamento inicial previsto de R$ 3.140.000,00, e deste montante foi está empenhado R$ 2.935.480,00. Esta iniciativa é de grande relevância para o "desenvolvimento do agronegócio potiguar" tendo em vista que as cooperativas, associações e agroindústria-agropecuária são organizações essenciais para alcançar o fortalecimento e solidez no agronegócio potiguar. A Pasta da SAPE desenvolveu algumas atividades, dentre elas foi a formalização do Convênio junto ao MDR, tombado sob o n° 14189/2020 – Plataforma +Brasil n° 90708/2020. Esta iniciativa ainda não alcançou a sua execução plena tendo em vista que o objeto é a aquisição de um moinho a ser destinado para Associação de Maricultoras de algas de Rio do Fogo – AMAR, e a Associação está produzindo matéria prima o suficiente para realizar os testes iniciais, sob pena da perda da garantia do equipamento. Em linhas gerais, o moinho já foi adquirido, todavia a entrega está condicionada à iniciativa da associação a ser beneficiada. É mister informar que o supramencionado convênio é fruto de Emenda Parlamentar de iniciativa da Deputada Federal Natália Bonavides, com contrapartida do Estado do Rio Grande do Norte. Nas subações 178701 e 112501, a SAPE, visando o Fortalecimento das Cooperativas, Associações e Agroindústria Agropecuária, formalizou convênio com Associações de todas as regiões do Estado.

Códigos e descrições das iniciativas:

0**1976** Fortalecimento das cadeias produtivas da pecuária, estabelecendo um elo comercial integrado entre produtores fornecedores e compradores de animais geneticamente superiores, em busca do aumento da produtividade de carne, leite e derivados.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Esta iniciativa que é vinculada à Subação 112501, que teve um orçamento inicial previsto de R$ 410.000,00, teve o seu valor atualizado para R$ 107.000,00, e deste montante foi liquidado R$ 84.901,00. Esta iniciativa é de grande relevância para o "desenvolvimento do agronegócio potiguar" tendo em vista que "a assistência a bovinocultura, caprinocultura, ovinocultura, suinocultura, apicultura e equideocultura" são essenciais para alcançar o fortalecimento e solidez no agronegócio potiguar. As principais atividades realizadas por esta Pasta foram a projeção e viabilização da abertura de novos mercados e centros de consumo de produtos agrícolas produzidos no estado, bem como a expansão do número de centros de equideocultura. No entanto, faz-se necessário realizar ajustes no sentido de elaborar projetos adequados e exequíveis junto a instituições púbicas e privadas sérias, dotadas de know-how e solidez.

Códigos e descrições das iniciativas:

01977 Incentivo ao implemento de unidades didáticas de processamentos e abate animal da cadeia produtiva da pecuária com sustentabilidade ambiental.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

No decorrer o exercício de 2023, não houve Subação vinculada à iniciativa.

Códigos e descrições das iniciativas:

01978 Melhoria da infraestrutura viária municipal e territorial para escoamento da produção agropecuária.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

No decorrer o exercício de 2023, não houve Subação vinculada à iniciativa.

Códigos e descrições das iniciativas:

01979 Contribuição com a recomposição e modernização de equipamentos envolvidos no processo produtivo da agropecuária.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Esta iniciativa que é vinculada à Subação 179001, que teve um orçamento inicial previsto de R$ 5.270.000,00, teve o seu valor atualizado para R$ 12.804.914,49, e deste montante foi liquidado R$ 1.775.557,31 e empenhado R$ 9.964.316,94. Esta iniciativa é de grande relevância para o "desenvolvimento do agronegócio potiguar" tendo em vista que a "aquisição de equipamentos, máquinas e implementos agrícolas" é essencial para alcançar o fortalecimento e solidez no agronegócio potiguar. As principais atividades realizadas por esta Pasta foram abertura de processos administrativos, visando a aquisição de tratores, escavadeiras, grade niveladora e outros implementos. No entanto, faz-se necessário realizar ajustes no sentido de aproximar o projeto e orçamento previstos dentro da realidade bem como buscar a celeridade, através de tramite processual mais eficiente e objetivo.

Códigos e descrições das iniciativas:

01980 Manutenção da infraestrutura e o estoque de bancos comunitários de sementes em 137 municípios com ênfase na aquisição de variedades adaptadas para o semiárido e com o acompanhamento dos pesquisadores da EMPARN/EMBRAPA, que através de suas pesquisas proporcionam ao agricultor familiar do RN, sementes precoces, de ciclo rápido para que seja aproveitada da melhor forma a quadra chuvosa do RN.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Esta iniciativa que é vinculada à Subação 108701, que teve um orçamento inicial previsto de R$ 6.300.000,00, no entanto, foi necessário um complemento no valor de R$ 5.115.614,00, o que perfez um custo total de R$ 11.415.614,00, ou seja, 81,20%. Esta iniciativa é de grande relevância para o "desenvolvimento do agronegócio potiguar" tendo em vista que "a aquisição e distribuição de sementes" é essencial para alcançar o fortalecimento e solidez no agronegócio potiguar. A principal atividade realizada por esta Pasta foi o "Programa Bancos de Sementes",

que é executado em conjunto com a EMATER, atendendo aos agricultores familiares cadastrados em vários municípios do Estado. É um Programa de segurança alimentar, pois permite ao agricultor familiar o plantio de subsistência de milho e feijão, e o suporte forrageiro com o sorgo para a atendimento do seu rebanho. As variedades distribuídas são adaptadas às condições do semiárido do nosso Estado, promovendo precocidade e produção com baixo índice pluviométrico. São variedades selecionadas (não transgênicas), resultantes de um longo trabalho de pesquisas da EMPARN/EMBRAPA. Em 2023 foram distribuídas um total de 738,185 toneladas, para 1.829 Bancos de Sementes, localizados em 162 municípios do Estado e beneficiou 59.850 agricultores familiares.

Códigos e descrições das iniciativas:

01981 Apoio a formação de bancos comunitários de mudas de espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes, na busca de incentivo a recomposição natural de áreas desmatadas, como as margens de rios, lagos e lagoas.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

No decorrer o exercício de 2023, não houve Subação vinculada à iniciativa.

Códigos e descrições das iniciativas:

01982 Estimular a recuperação dos pomares de cajueiro de baixa produção, visando uma melhoria qualitativa e quantitativa do fruto e do pedúnculo, com aproveitamento da mão de obra dos apenados das unidades prisionais do estado.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Esta iniciativa que é vinculada à Subação 108801, que teve um orçamento inicial previsto de R$ 110.000,00, foi atualizado para R$ 100.00,00, no decorrer de 2023 teve a sua execução de forma plena, visto que no biênio 2022/2023 produziu e distribuiu 100.000 mudas, no custo de R$ 143.000,00, para a aquisição de insumos e contratação de serviços e beneficiaram os seguintes municípios: Vera Cruz, Upanema, Jaçanã, Portalegre, Lagoa Nova, Taipu, Coronel Ezequiel, São Paulo do Potengi, Tabuleiro Grande, São Francisco do Oeste, Ceará Mirim, Angicos, Poço Branco, Mossoró, Apodi, Rafael Godeiro, São Bento do Norte, Bom Jesus e Governador Dix-Sept-Rosado. Fato é que após a conclusão da construção da estrutura referente

a implementação da unidade de produção de mudas, que foi edificada na ala feminina da Penitenciária Dr. Mário Negócio, no município de Mossoró, no ano de 2020. Que a partir dali se foi possível dar início a organização para a execução do projeto, entre eles, a identificação das apenadas aptas a realizar o trabalho, bem como a disponibilidade de policial penitenciário disponível para a permanência do local, para assim pode dar início à aquisição, produção e distribuição de mudas. De fato, estas atividades tiveram seu início a partir de montada a estrutura organizacional, bem como com a entrega da mencionada estrutura. Este projeto já foi elogiado pelo Poder Judiciário daquela comarca, tanto é que a Magistrada competente, através de transações penais, viabilizou a edificação de estrutura semelhante na ala masculina do mesmo presídio. Nesta meta estavam previstos inicialmente o montante de R$ 410.000,00, os quais não foram utilizados no exercício de 2023, visto o custo com a aquisição de insumos e contratação de serviços que se deram na fase inicial da produção das mudas, o que se deu no decorrer do exercício de 2021. Todavia, no exercício de 2023, todas as mudas foram produzidas, restando tão somente as distribuições das últimas amostras de vegetais no ano de 2023. Faz-se necessário informar que a meta teve a sua execução de modo pleno, tendo em vista que inicialmente se fazia necessária a conclusão da construção da estrutura referente a implementação da unidade de produção de mudas, que foi edificada na ala feminina da Penitenciária Dr. Mário Negócio, no município de Mossoró. Que a partir dali se foi possível dar início a organização para a execução do projeto, entre eles, a identificação das apenadas aptas a realizar o trabalho, bem como a disponibilidade de policial penitenciário disponível para a permanência do local, para assim pode dar início à aquisição, produção e distribuição de mudas. De fato, estas atividades tiveram seu início a partir de montada a estrutura organizacional, bem como com a entrega da mencionada estrutura e, até 31 de dezembro de 2023, todas as mudas de árvores frutíferas planejadas inicialmente, foram produzidas e distribuídas, restando assim, cumprida a meta em sua plenitude. Este projeto já foi elogiado pelo judiciário daquela comarca, tanto é que a Magistrada competente, através de transações penais, viabilizou a edificação de estrutura semelhante na ala masculina do mesmo presídio. Para a seguinte meta, sugere-se que, caso seja interesse da administração pública a sua ampliação, visto o grande interesse e repercussão social que ela representa. Esta iniciativa é de grande relevância para o “desenvolvimento do agronegócio potiguar” tendo em vista que a “Produção e distribuição de 2 milhões de mudas de caju, utilizando mão de obra de apenados” é essencial para alcançar o fortalecimento e solidez da fruticultura potiguar.

Códigos e descrições das iniciativas:

01983 Estabelecimento e implementação um processo de Gestão mais eficiente de nossos recursos hídricos para aumentar a produtividade da fruticultura.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

No decorrer o exercício de 2023, não houve Subação vinculada à iniciativa.

Códigos e descrições das iniciativas:

01984 Utilização do Centro Vocacional da Fruticultura, sediado no Centro Regional da Agricultura, em Mossoró, que possui toda uma infraestrutura para o pleno funcionamento e desenvolvimento das ações de capacitações voltadas aos produtores da cadeia produtiva da fruticultura.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Esta iniciativa que é vinculada à Subação 177801, que teve um orçamento inicial previsto de R$ 10.000,00, teve o seu valor atualizado para R$ 675.612,56, e deste montante foi liquidado R$ 218.039,55. Esta iniciativa é de grande relevância para o "desenvolvimento do agronegócio potiguar" tendo em vista que "fortalece a cadeia produtiva da fruticultura" e é essencial para alcançar o fortalecimento e solidez no agronegócio potiguar. As principais atividades realizadas por esta Pasta foram cursos, treinamentos com produtores da fruticultura da região de Mossoró e da Região do Vale do Açu. No entanto, faz-se necessário informar que a referida estrutura onde funcionava o Centro Vocacional de Fruticultura (CVT), no Centro Regional de Agricultura, em Mossoró, toda a sua estrutura física foi doada pelo Estado, no exercício do então Governador Robinson Faria, para o Hospital da UERN que é vizinho aos prédios.

Códigos e descrições das iniciativas:

01985 Realização de parcerias com o setor público e privado em benefício da realização de feiras e eventos, contribuindo com o fomento dos negócios agropecuários no Estado do Rio Grande do Norte.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Esta iniciativa que é vinculada à Subação 174501, que teve um orçamento inicial previsto de R$ 2.150.000,00, teve o seu valor majorado para R$ 4.594.018,69, e deste montante foi liquidado R$ 3.659.520,32. Esta iniciativa é de grande relevância para o "desenvolvimento do agronegócio potiguar" tendo em vista que "a realização e participação em eventos" é essencial para alcançar o fortalecimento e divulgação no agronegócio potiguar. Os eventos realizados no decorrer do exercício de 2023 foram realizados 29 eventos em todas as regiões do Estado. Os eventos realizados no decorrer do exercício de 2023 foram realizados eventos/feiras com recursos da SAPE em 29 municípios, sendo eles: Currais Novos, Parnamirim, São Paulo do Potengi, Caicó, Coronel Ezequiel, Parelhas, Caraúbas, Afonso Bezerra, Apodi, Assu, Mossoró, Jandaíra, EXPOFRUIT (Mossoró), Lajes, Upanema, Festa Do Boi (Parnamirim), FENACAM (Natal), Jaçanã, Lagoa Nova, Umarizal, Brejinho, Touros, Bom Jesus, Jardim do Seridó, Cruzeta, Angicos, Rafael Fernandes, Campo Grande e Tenente Laurentino.

Códigos e descrições das iniciativas:

01986 Implementação de tecnologias de armazenamento de água para criar condições mínimas de produtividades agropecuária nas comunidades rurais.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Esta iniciativa que é vinculada à Subação 198501, que teve um orçamento inicial previsto de R$ 3.283.000,00, teve o seu valor atualizado para R$ 2.346.936,81, e deste montante foi liquidado R$ 44.613,10. Esta iniciativa é de grande relevância para o "desenvolvimento do agronegócio potiguar" tendo em vista que "a construção de pequenas barragens" é essencial para alcançar o fortalecimento e solidez no agronegócio potiguar, bem como assegura ao pequeno produtor a quantidade mínima de água em especial em momentos de estiagens. A meta teve dificuldades burocráticas e administrativas para poder evoluir, todavia, o corpo técnico da Pasta está viabilizando resolver tais dificuldades.

Códigos e descrições das iniciativas:

01987 Disponibilização do abastecimento de água para a produção animal e da pequena irrigação, por meio da perfuração, instalação, recuperação e limpeza de poços tubulares.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Esta iniciativa que é vinculada à Subação 137301, que teve um orçamento inicial previsto de R$ 4.200.00,00 teve o seu valor atualizado para R$ 2.493.292,03. Deste montante, foi empenhado R$ 739.146,00; liquidado R$ 666.082,00. Esta iniciativa é de grande relevância para o "desenvolvimento do agronegócio potiguar" tendo em vista que a "perfuração, instalação de manutenção de poços" são ações essenciais para alcançar o fortalecimento e solidez no agronegócio potiguar, em especial garantir condições mínimas para a manutenção e fixação do homem no campo, de modo a evitar o êxodo rural. A garantia da água para a dessedentação e irrigação são primordiais para assegurar às famílias e trabalhadores rurais um dos elementos essências à dignidade e subsistência. No exercício de 2023 estava previsto a SAPE realizar 12 intervenções, no entanto, foram realizadas 08, visto o cronograma de execução ainda estar em vigência.

Códigos e descrições das iniciativas:

02115 Promover ações de recomposição dos equipamentos de uso operacional da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

No decorrer o exercício de 2023, não houve Subação vinculada à iniciativa.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avaliação geral setorial:

O Plano no exercício 2023, de forma geral, considerando o cenário econômico, social e político que o mundo vem passando pelos últimos anos, especialmente numa realidade pós-pandemia, a Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca, do Estado do Rio Grande do Norte – SAPE/RN, apresentou um excelente resultado no que diz respeito ao cumprimento da execução do Plano Plurianual, no exercício de 2023.

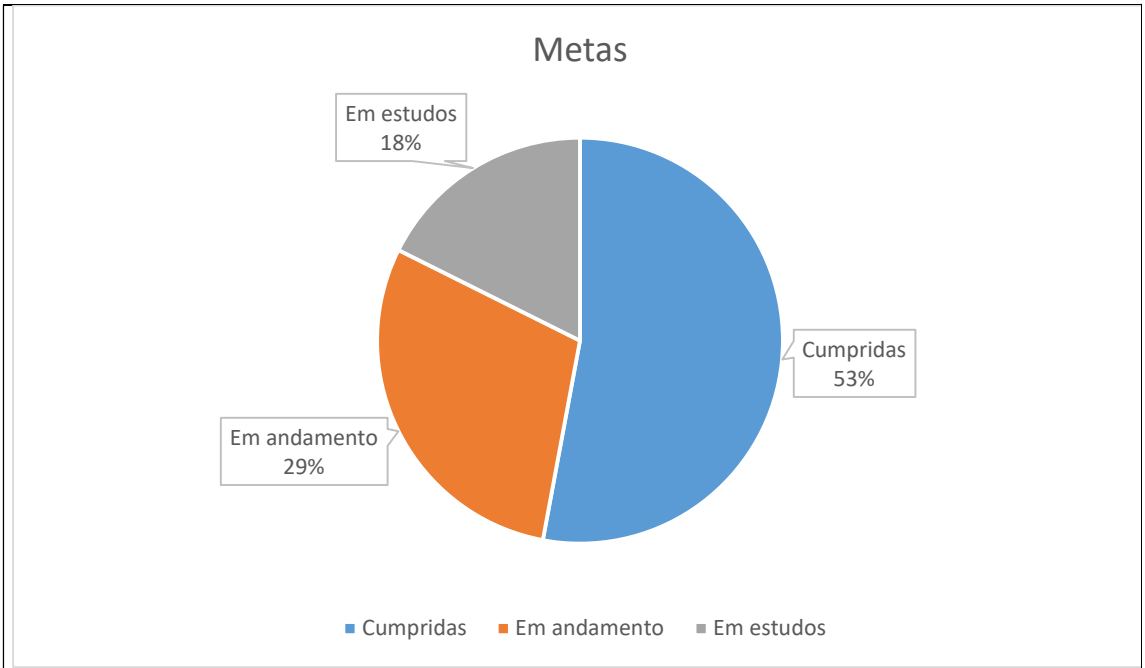
Tal afirmação se justifica pelo número de metas que foram concluídas, que estão em andamento ou que não tiveram seu início, senão veja-se os números:

1. **metas concluídas**: 1331, 1333, 1334, 1337, 1338, 1342, 1348, 1350 e 1351, perfazendo o total de 09 Metas, representando 53% das Metas.;
2. **metas em andamento**: 1336, 1341, 1344, 1345 e 1346, no total de 05 Metas, representando 29% das Metas;
3. **metas em estudos**: 1347, 1348 e 1349, perfazendo o total de 03 Metas, que em porcentagem, representa 18%.

Entre os números supramencionados, faz-se necessário relembrar que as 03 metas que não tiveram seu início, justifica-se pela ausência de previsão orçamentária para a sua execução e, por este motivo, buscam-se novas técnicas que viabilizem as suas realizações.

Diante deste cenário, resta claro que a SAPE conseguiu atender, apesar de todas as circunstâncias, 82% das metas previstas para o exercício de 2023.

Para melhor leitura dos números, segue o gráfico retratando a situação da execução das metas, para o exercício de 2023, que foram previstas no PPA 2020/2023.



Recomendações:

Para a execução plena das Metas do Governo, a Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE recomenda maior diálogo entre as Pastas de Governo, bem como a disponibilidade orçamentária, caso seja possível.

É de conhecimento comum que o cenário econômico do país está em recuperação e, eleger prioridades faz-se necessário quando os recursos são escassos. Por outro lado, investir no agronegócio é um fator determinante para o crescimento econômico e social no estado do Rio Grande do Norte. Tanto é que os números de exportações tiveram um aumento expressivo e com forte tendencia de ampliação, em especial para o mercado internacional.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO

Sim, os objetivos do órgão nos Programas Temáticos contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa, neste sentido, faz-se necessário descrevê-los individualmente, se não, veja-se:

Código Indicador: **325**
Indicador: **Valor de Tarifas Portuárias do Porto de Natal**
Código Programa: **4011**
Descrição Programa: **Desenvolvimento do Agronegócio Potiguar**
Órgão Responsável: **Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca - SAPE**

Código Indicador: **324**
Indicador: **Valor de Produtos Agrícolas Exportados**
Código Programa: **4012**
Descrição Programa: **Desenvolvimento do Agronegócio Potiguar**
Órgão Responsável: **Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca - SAPE**

Código Indicador: **323**
Indicador: **Quantidade de Produtos Agrícolas Exportados em Quilogramas**
Código Programa: **4013**
Descrição Programa: **Desenvolvimento do Agronegócio Potiguar**
Órgão Responsável: **Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca - SAPE**

Os Programas Temáticos acima descritos contribuem para os resultados obtidos, vez é fundamental para a ampliação de oportunidades no mercado internacional, tendo em vista que a logística marítima possui uma ótima relação custo x benefício, é uma das mais seguras.

Os Códigos Indicadores estão relacionados entre si, coexistindo uma simbiose, pois a ampliação da abertura de portas para o mercado internacional e a logística marítima possui uma ótima relação custo X benefício, e é uma das mais seguras que possibilita o transporte de um significativo volume de produtos. O transporte marítimo é a principal via de embarque de

exportação, sendo ele responsável por 91,80% de escoamento de produtos, que, em 2º lugar adota-se a via aérea (5,80%) e rodoviária (1,20%).

O Estado do Rio Grande do Norte, dentro do cenário das exportações nacional, destaca-se como protagonista, consolidando sua posição como o maior exportador de frutas, com destaque par ao melão. Os números revelam um desempenho admirável, evidenciando que o estado segue no caminho certo, rumo a números cada vez mais vertiginosos e positivos.

As exportações de melões potiguares atingiram a marca de US$ 117.873.397,00, representando um notável aumento de 20,6%. Este crescimento expressivo reflete a eficiência e a qualidade da produção local, além da abertura de novos mercados internacionais. Dentre as frutas que se destacam nesse panorama, destaca-se a melancia, com um aumento de 19,6%; o mamão, com elevação de 41,7% e a manga, registrando um sólido crescimento de 32,5%.

Estes números não apenas reforçam a competitividade do Rio Grande do Norte no mercado internacional, mas também evidenciam a diversidade e a excelência da produção agrícola do estado.

Além do crescimento nas exportações de frutas, o seguimento do pescado também impressiona, em 2023 as exportações desse setor alcançaram a cifra de US$ 22.202.000,00, confirmando a capacidade do Estado em explorar não apenas a produção agrícola, mas também de recursos pesqueiros. Esse desempenho exemplar não apenas reflete a competência dos produtores e empresários do Rio Grande do Norte, mas também destaca a importância de políticas públicas que estimulam o crescimento sustentável e a busca por novos mercados. A qualidade dos produtos potiguares, aliada à inovação e ao compromisso com práticas sustentáveis, são fatores fundamentais para o sucesso nesse cenário competitivo.

Diante dos resultados positivos apresentados, resta comprovado que a Política adotada pela administração Estadual, adotam ações e métodos que apresentam resultados positivos para o desenvolvimento agrícola, econômico e social. Com isto, fortalece a economia do Estado e contribui para a projeção positiva do Brasil no comércio internacional, chancelando que quando se trata de produção agrícola de qualidade e exportação, o Estado do Rio Grande do Norte é um modelo a ser seguido.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

A Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE/RN para a avaliação exercício plurianual, entre os exercícios de 2020/2023, considerou os números constantes nas planilhas orçamentárias, nos quadros de execuções orçamentárias bem como todas as circunstâncias que influenciaram direta e indiretamente o atendimento às Metas previstas para o período.

Os números constantes nos Quadros de Execuções Orçamentárias dos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023 asseguram a credibilidade das informações constantes desta Avaliação, e os resultados obtidos, chancelam que os investimentos realizados pela administração pública estadual comprovam o desenvolvimento econômico do agronegócio no Estado do Rio Grande do Norte.

Do Objetivo da Avaliação

A presente avaliação tem por principal finalidade analisar os números vividos pela Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE, no período de vigência do PPA 2020-2023.

Os números aqui analisados dizem respeito aos orçamentos anuais, as execuções e os resultados, tudo isto considerando as condições externas, como o COVID-19 e condições climáticas que impuseram períodos de estiagem cujo cenário foi amenizado no ano de 2023.

Diante desta realidade, a avaliação comprovará que, no que pese as adversidades, a SAPE/RN, conseguiu apresentar crescimentos sólidos, de modo a levar o Estado do Rio Grande do Norte a patamares de destaques dentro do cenário nacional e internacional.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

No Programa de Governo para o período de 2020/2023, a Administração estadual inseriu o agronegócio em sua agenda no tocante ao “desenvolvimento rural sustentável e solidário”, cuja diretriz consiste em “apoiar as atividades do Agronegócio Potiguar, priorizando a infraestrutura

logística, abertura de novos mercados e a transição para sistemas de produção mais sustentáveis", cujas propostas consistem em:

a) Buscar alternativas para melhoria da infraestrutura logística de escoamento da produção, oriunda do agronegócio potiguar, através de parcerias público privadas (PPP's): Coube às Secretarias de Infraestrutura (SIN) e a de Planejamento (SEPLAN) a execução desta proposta.

b) Aprimorar e dar celeridade ao processo de licenciamento ambiental das atividades ligadas ao agronegócio: A SAPE articulou junto ao IDEMA, estratégias administrativas visando a celeridade e objetividade nos processos de licenciamento ambiental, em especial junto aos lotes que compõe o Perímetro Irrigado Osvaldo Amorim – Baixo Açu e aos pequenos produtores de camarão. A SAPE também articulou junto ao IGARN no que diz respeito a desburocratização para a outorga de água para a exploração da agricultura irrigada, da pesca e da carcinicultura.

c) Criar um Programa Estadual de Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento de Tecnologia de produção orgânica, direcionada a fruticultura, em parceria com FAPERN, EMBRAPA, EMPARN, UFRN, IFRN, UERN e UFERSA: A SAPE articulou junto ao Ministério da Agricultura – MAPA objetivando implantar a agricultura orgânica.

d) Contribuir com a prospecção e abertura de novos mercados para a Agronegócio Potiguar (fruticultura, canicultura, bovinocultura, etc): A SAPE tem articulado junto ao mercado internacional, especialmente o Europeu e Asiático, visando a abertura de novos mercados através de diálogo com empresas internacionais e representantes de Governos. Além destas instituições, a SAPE tem mantido contato constante com o Ministério da Agricultura – MAPA e com o recém criado Ministério da Pesca, objetivando a reabertura do mercado Europeu para a carcinicultura. A SAPE também vem articulando com os produtores para que retomem as atividades visando a exportação dos seus produtos, em especial para o mercado Europeu.

e) Fortalecer o apoio técnico e logístico ao Distrito de Irrigação do Baixo Assú (DIBA): A SAPE articulou junto ao Banco Mundial a viabilidade de investimentos no Perímetro Irrigado Osvaldo Amorim – Baixo Assú (DIBA), o que resultou na viabilidade plena de todo o Perímetro, com a distribuição de água, atribuindo assim aos irrigantes a segurança hídrica para a produção agrícola. A SAPE também promoveu a regularização fundiária dos lotes de sua competência, conferindo ao irrigante legitimamente habilitado, o título da terra. Com esta documentação, o irrigante outorgado, pode contrair empréstimo junto às instituições financeiras, dentro da Política de Incentivo Agrária.

f) Apoiar iniciativas de agregação de valor da produção do agronegócio, com vistas a uma melhor inserção nos mercados: No decorrer do exercício de 2023, a SAPE realizou 29 feiras/eventos voltados para a agropecuária, visando apoiar iniciativas de agregação de valor da produção da agropecuária, fazendo destas realizações, uma vitrine paro agronegócio para o mercado local, regional e nacional. As exposições agropecuárias possuem um sentido amplo, pois nelas se promovem a capacitação, treinamento, geração de empregos e promovendo uma oportunidade para os pequenos produtores familiares tem para mostrar os seus produtos, seus animais; incentivo à comercialização, ao financiamento de animais, máquinas e implementos agrícolas par aos pequenos produtores. Com isto, a janela de oportunidades de exposição em mercantilização é ampliada.

g) Apoiar iniciativas que viabilizem a cooperação de pequenos fruticultores, com vistas a viabilizar o acesso aos mercados nacional e internacional, em parceria com o SEBRAE: Coube à SEDRAF a execução desta proposta.

h) Criar um Programa Estadual de Agricultura e Pecuária de Baixa Emissão de Carbono, em parceria com o Ministério da Agricultura Pecuária, Abastecimento (MAPA): A SAPE no exercício de 2023, deu início às atividades que dizem respeito ao desenvolvimento da Política Estadual de Agricultura de Baixo Carbono, denominado "Plano ABC". Foram realizados debates, reuniões e articulou a viabilidade do Decreto Estadual nº 33.079, de 25 de outubro de 2023, que "Institui no âmbito do Poder Executivo Estadual, o Plano Estadual da Agropecuária de Baixo Carbono (Plano ABC+RN) e dá outras providências".

i) **Apoiar a realização do circuito de exposição agropecuárias nos Territórios/regiões:** A SAPE realiza o Circuito Estadual de Exposições Agropecuárias, que consiste na organização de 29 (vinte e nove) eventos distribuídos no período de abril a dezembro, além de apoiar eventos análogos demandados pelos municípios do Estado.

j) Buscar alternativas na legislação para avançar no processo de licenciamento ambiental do segmento da carcinicultura e no aprimoramento das medidas de biossegurança e dos protocolos da cadeia produtiva: A SAPE vem realizando um constante de articulação junto aos órgãos competentes, como IDEMA e IGARN visando a desburocratização e melhorar cada vez mais a relação produtor x meio ambiente. A SAPE também vem articulando junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONEMA, aprovação de proposta de alteração à Resolução nº 01/2017, que "Estabelece novos critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor/degradador, insere novos itens e dá novas denominações nos empreendimentos e atividades agropecuárias, para fins estritos de enquadramento, visando à determinação do preço para análise dos processos de licenciamento ambiental".

k) Articular a oferta de linhas de crédito para aquisição de máquinas e equipamentos direcionadas aos carcinicultores: A SAPE já articulou junto ao Banco do Nordeste, tanto que essa Instituição Financeira já reabriu suas linhas de crédito, não só para a carcinicultura, mas também para toda a cadeia de produção de camarão. A articulação foi especialmente junto ao Banco do Nordeste, tendo em vista ser essa instituição a que possui mais recursos e maior volume de dinheiro disponível.

l) Apoiar e promover assistência técnica e garantir o aumento da produtividade e competividade, visando a expansão do segmento para novos mercados nacionais e internacionais: No que pese a assistência técnica não ser de competência desta Pasta, a SAPE tem trabalhado junto às cadeias produtivas para melhorar essas ações. Merecendo destacar que a assistência técnica é competência da EMATER.

m) Incentivar o associativismo e cooperativismo para redução de custos de aquisição de insumos, na produção, beneficiamento e comercialização: A SAPE tem promovido amplos debates no CECOP, que é o Conselho Estadual de Cooperativismo, no qual esta Secretaria ocupa a cadeira da Presidência e no sentido de que vem ampliando os debates visando o incentivo ao cooperativismo. As ações vinculadas a esta proposta, na sua maioria são de competência da SEDRAF.

n) Elaborar zoneamento e demarcação de áreas aptas para atividades pesqueiras e aquícolas: Coube ao IDEMA e ao IGARN a execução desta proposta.

o) Apoiar, incentivar e implementar programa de capacitação para os produtores da carcinicultura com foco em gestão e sustentabilidade: A SAPE não realizou ações voltadas para a carcinicultura dentro desta Política, por outro lado, apoiou, incentivou e implementou programa de capacitação para os pescadores artesanais. No que tange a carcinicultura, a SAPE participou ativamente de articulações voltadas ao aumento da formalização da ampliação do número de expedições de licenças ambientais e redução da alíquota do ICMS do camarão, implementada pela Secretaria de Tributação.

p) Garantir a compensação dos créditos tributários provenientes da Lei Kandir: A SAPE vem mantendo constante diálogo e reuniões com a Secretaria de Tributação e há mais de 20 anos esse recurso tem retornado aos exportadores de forma bem mais célere, sem tanto atraso. No entanto, é de conhecimento que o lapso temporal para a compensação ainda não é o ideal, ainda se pode melhorar.

O PPA 2020/2023 da SAPE/RN foi estruturado com o objetivo de viabilizar o agronegócio potiguar, distribuído em dois (02) objetivos, sendo eles:

0511 – Promover o desenvolvimento da agropecuária de forma sustentável, com a melhoria na infraestrutura de acessos ao escoamento e comercialização da produção, na modernização de máquinas e equipamentos e incentivo a qualificação do agricultor e produtor rural com novos métodos e difusão tecnológicas, visando agregar valor aos produtos com redução de custos e perdas. Proporcionar ainda, por meio das tecnologias de baixo custo, o acesso a água para incrementos de pequenas produções agropecuária, no enfrentamento de períodos de estiagem prolongados no semiárido do Rio Grande do Norte.

0512 - Estimular a produtividade de organismos aquáticos de forma sustentável, com a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura. Apoiar a implantação de parques aquícolas, a realização de pesquisas e assistência técnica, a modernização de infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, na busca de agregar valor a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros do Rio Grande do Norte.

Dentro destes objetivos, eles se subdividem nas seguintes Metas:

No Objetivo 0511, são 12 as Metas:

01331 Adquirir e distribuir sementes de qualidade de feijão, milho e arroz para subsistência e de sorgo para forragem animal, a agricultores familiares cadastrados nos 1.156 Bancos de Sementes.

01333 Implantar projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva para acesso aos mercados e aumento da renda.

01334 Prover projetos de estudos e conhecimentos aos produtores dos territórios, visando controlar e solucionar os problemas de ordem produtiva, sanitária e alimentar com ênfase na sustentabilidade ambiental territorial.

01335 Apoiar o processo de abastecimento de produtos da Pecuária bovina de corte com implemento de unidade didática de processamento de carnes.

01336 Adquirir equipamentos, máquinas e implementos agrícolas para recomposição da infraestrutura produtiva dos territórios.

01337 Construção e implementação de uma unidade de produção de mudas.

01338 Produzir e distribuir 2milhões de mudas de caju, utilizando mão de obra de apenados.

01340 Proporcionar melhor aproveitamento do potencial produtivo dos solos nos Vales Úmidos, nos municípios de Rio do Fogo, Touros, Maxaranguape, Pureza, Ceará Mirim e Extremoz.

01341 Constituir redes de pesquisas e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: fruticultura, salinidade e drenagem, produção de grãos, arroz irrigado por inundação e hortaliças.

01342 Proporcionar a realização e participação em eventos/feiras agropecuários no Estado do Rio Grande do Norte.

01344 Construir barragem subterrâneas para captação de água para produção agropecuária.

01345 Prover a perfuração, instalação e manutenção de poços para provimento de água de consumo animal e produção agrícola.

No Objetivo 0512, são 06 as Metas:

01346 Produzir 20 milhões de alevinos para Aquicultura e peixamento de açudes.

01347 Instalar equipamentos que proporcione melhores nas condições de embarque e desembarque em açudes e estuário marítimo.

01348 Implantar projetos e manter unidades demonstrativas de aquicultura adequando a infraestrutura de viveiros em tanques redes, tanques escavados e canais de irrigação para atender às famílias.

01349 Apoiar a pesca artesanal na aquisição e implantação de tanque para recepção e armazenamento de diesel pesqueiro.

01350 Treinar e requalificar 50% do público envolvido na atividade da pesca e aquicultura.

01351 Concluir e entregar o terminal pesqueiro público de Natal.

No que diz respeito às Iniciativas, os Objetivos possuem as seguintes:

No Objetivo 511, são 14 iniciativas:

01975 Incentivo ao desenvolvimento de modelos inovadores sustentáveis de cooperativas e de associações, promovendo a capacitação, intercooperação, acesso a mercados, principalmente as de pequenos produtores agropecuários.

01976 Fortalecimento das cadeias produtivas da pecuária, estabelecendo um elo comercial integrado entre produtores fornecedores e compradores de animais geneticamente superiores, em busca do aumento da produtividade de carne, leite e derivados.

01977 Incentivo ao implemento de unidades didáticas de processamentos e abate animal da cadeia produtiva da pecuária com sustentabilidade ambiental.

01978 Melhoria da infraestrutura viária municipal e territorial para escoamento da produção agropecuária.

01979 Contribuição com a recomposição e modernização de equipamentos envolvidos no processo produtivo da agropecuária.

01980 Manutenção da infraestrutura e o estoque de bancos comunitários de sementes em 137 municípios com ênfase na aquisição de variedades adaptadas para o semiárido e com o acompanhamento dos pesquisadores da EMPARN/EMBRAPA, que através de suas pesquisas proporcionam ao agricultor familiar do RN, sementes precoces, de ciclo rápido para que seja aproveitada da melhor forma a quadra chuvosa do RN.

01981 Apoio a formação de bancos comunitários de mudas de espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes, na busca de incentivo a recomposição natural de áreas desmatadas, como as margens de rios, lagos e lagoas.

01982 Estimular a recuperação dos pomares de cajueiro de baixa produção, visando uma melhoria qualitativa e quantitativa do fruto e do pedúnculo, com aproveitamento da mão de obra dos apenados das unidades prisionais do estado.

01983 Estabelecimento e implementação um processo de Gestão mais eficiente de nossos recursos hídricos para aumentar a produtividade da fruticultura.

01984 Utilização do Centro Vocacional da Fruticultura, sediado no Centro Regional da Agricultura, em Mossoró, que possui toda uma infraestrutura para o pleno funcionamento e desenvolvimento das ações de capacitações voltadas aos produtores da cadeia produtiva da fruticultura.

01985 Realização de parcerias com o setor público e privado em benefício da realização de feiras e eventos, contribuindo com o fomento dos negócios agropecuários no Estado do Rio Grande do Norte.

01986 Implementação de tecnologias de armazenamento de água para criar condições mínimas de produtividades agropecuária nas comunidades rurais.

01987 Disponibilização do abastecimento de água para a produção animal e da pequena irrigação, por meio da perfuração, instalação, recuperação e limpeza de poços tubulares.

02115 Promover ações de recomposição dos equipamentos de uso operacional da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca.

No Objetivo 512, são as 06 iniciativas:

01988 Promoção da gestão participativa das infraestruturas públicas da cadeia produtiva pesqueira de forma sustentável com ações de defeso e repovoamento dos açudes.

01990 Instalação de Atracadouros flutuantes nos Açudes Apodi, Upanema, São Paulo do Potengi, Lucrécia, Parelhas, Macaíba, Poço Branco e Caicó e estuário marítimo Baia Formosa, proporcionando melhoria das condições de embarque e desembarque e demais controles.

01991 Regularização ambiental da aquicultura em articulação com municípios, na busca de viabilizar projetos de produção sustentável de viveiros, tanques redes e escavados que ofereçam condições da geração de emprego e renda local.

01992 Defesa do implemento do programa de subvenção econômica ao preço do diesel para embarcações pesqueiras.

01993 Promoção do desenvolvimento da atividade da pesca e aquicultura por meio da capacitação e qualificação de pescadores e famílias envolvidas na atividade de forma sustentável.

01994 Encaminhamento de tratativas junto ao MAPA para possibilitar a conclusão da obra e encaminhamentos da definição da gestão e funcionamento do equipamento.

A estrutura do PPA 2020-2023 da SAPE/RN, contra com 13 códigos de Subações, sendo eles:

108701 Aquisição e Distribuição de Sementes.

108801 Aquisição, Produção e Distribuição de Mudas.

112501 Assistência à Bovinocultura, Caprinocultura, Ovinocultura, Suinocultura, Apicultura e Equideocultura.

137301 Perfuração, Instalação e Manutenção de Poços.

174501 Realização e Participação em Eventos.

177101 Fortalecimento das cadeias produtivas da pesca e aquicultura.

177801 Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Fruticultura.

178701 Fortalecimento das Cooperativas, Associações e Agroindústria Agropecuária.

179001 Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Implementos Agrícolas.

179901 Produção de Alevinos para Aquicultura e Peixamento de Açudes

182301 Aparelhamento e Reaparelhamento Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca.

198501 Construção de Pequenas Barragens.

247301 Implementação do Programa de Combate à Seca.

Os Indicadores de responsabilidade da SAPE/RN, são os seguintes:

Código Indicador: **325**
Indicador: **Valor de Tarifas Portuárias do Porto de Natal**
Código Programa: **4011**
Descrição Programa: **Desenvolvimento do Agronegócio Potiguar**
Órgão Responsável: **Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca - SAPE**

Código Indicador: **324**
Indicador: **Valor de Produtos Agrícolas Exportados**
Código Programa: **4012**
Descrição Programa: **Desenvolvimento do Agronegócio Potiguar**
Órgão Responsável: **Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca - SAPE**

Código Indicador: **323**
Indicador: **Quantidade de Produtos Agrícolas Exportados em Quilogramas**
Código Programa: **4013**
Descrição Programa: **Desenvolvimento do Agronegócio Potiguar**
Órgão Responsável: **Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca - SAPE**

Dentro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Agenda ODS), a Política do Agronegócio, executada pela SAPE/RN, os principais Objetivos atendidos, são os seguintes:

01 – Erradicação da Pobreza;

02 – Fome zero e agricultura sustentável;

08 – Trabalho descente e crescimento econômico;

12 – Consumo e produção responsáveis;

13 – Ação contra a mudança global do clima;

14 – Vida na água;

15 – Vida terrestre; e,

17 – Parcerias e meios de implementação.



Metodologia

Para a avaliação aqui descrita, a Secretaria de Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE/RN, foram considerados os dados brutos, constantes nos quadros demonstrativos e de relatórios adquiridos junto ao Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/RN, cujos dados são inseridos em obediência à realidade orçamentária, financeira e executória da administração pública estadual, fornecendo assim, dados objetivos e com credibilidade para a análise e conclusões necessárias. Neste caso, tendo em vista a adoção desta forma de pesquisa, resta claro que o método adotado é o quantitativo.

Além da análise dos dados adquiridos junto ao SIGEF/RN, como descrito no parágrafo anterior, após a descrição do cenário orçamentário/financeiro/executório, cuja descrição inicial é subjetiva. Assim, no primeiro momento, se apresentam as ações da gestão pública estadual; no segundo momento, buscaram-se os resultados e reflexos destas ações e investimentos. Para tanto foram considerados dados externos, junto à noticiários, redes sociais e organizações oficiais que atuam no setor. Desta forma, com a finalidade de investigar os resultados dos trabalhos realizados pela SAPE/RN, através de análises e percepções de números, adotou-se o método qualitativo.

Desta forma, a metodologia adotada na presente avaliação é a quali-quantitativa, diante da exigência tanto da interpretação subjetiva quanto aos números estatísticos, devido a necessidade da combinação de dados objetivos e da avaliação dos dados estatísticos quanto aos resultados obtidos ao final do período que compreende o PPA 2020/2023.

Com a finalidade de auxiliar na interpretação dos números e deixá-los mais didáticos, visando o auxílio à leitura, são utilizados elementos de representação gráfica, tabelas e figuras, cujas fontes são de credibilidade e, quando possíveis, oficiais.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA, DA PECUARIA E DA PESCA – SAPE/RN.

Ao proceder com a avaliação dos números do PPA/SAPE/RN, correspondente ao período de 2020/2023 e considerando os resultados práticos e o desenvolvimento do setor do agronegócio no estado do Rio Grande do Norte, cuja competência é a Secretaria de Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE/RN, verifica-se uma evolução positiva, no que pese o drástico período que o mundo foi submetido, a Portaria GM/MS nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, foi declarado o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV), cuja vigência perdurou até o dia 22 de abril de 2022, data da publicação da Portaria GM/MS nº 913, de 22 de abril de 2022, declarou o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revogou a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020.

Trazer a situação vivenciada em razão da pandemia, que perdurou 811 dias, o que representa 2 anos, 2 meses e 21 dias, é essencial, tendo em vista os impactos que o cenário impôs aos estados, a destinação de recursos antes destinados para determinadas ações, principalmente para o setor da saúde. Por esta razão, o impacto sofrido pelo agronegócio em todo o Brasil, e no Rio Grande do Norte não poderia ser diferente. Sendo necessário observar que o período de Emergência, teve início em fevereiro de 2020, ou seja, data que coincide com o início da execução do PPA/SAPE/RN – 2020/2023.

	Dotação inicial	Empenhado	Liquidado	Pago	A liquidar	A pagar
2020	31.570.000,00	19.943.997,21	17.687.390,54	16.321.598,55	2.256.606,67	1.365.791,99
2021	42.741.000,00	27.410.063,68	26.438.386,05	20.803.917,15	971.677,63	5.634.468,90
2022	32.200.000,00	35.451.150,00	31.606.028,72	29.043.043,82	3.845.122,17	2.562.984,90
2023	38.934.000,00	45.001.190,07	35.373.960,86	28.624.928,90	9.627.229,21	6.749.031,96
TOTAL	145.445.000	127.806.400,96	111.105.766,17	94.793.488,42	16.700.635,68	16.312.277,75

Ao se verificar a evolução orçamentária e de execução da SAPE 2020/2023, percebe-se que as Dotações Iniciais disponíveis nos exercícios de 2020 e 2021 foram elevadas, todavia, por questões financeiras, justificadas pelo COVID-19, os seus empenhos foram significativamente inferiores. Por outro lado, a partir do ano de 2022, fim da situação de Emergência em razão da Pandemia, os valores empenhados passaram a ser superiores às dotações iniciais, passando desde então a alterar os números e direção dos gráficos de projeção.

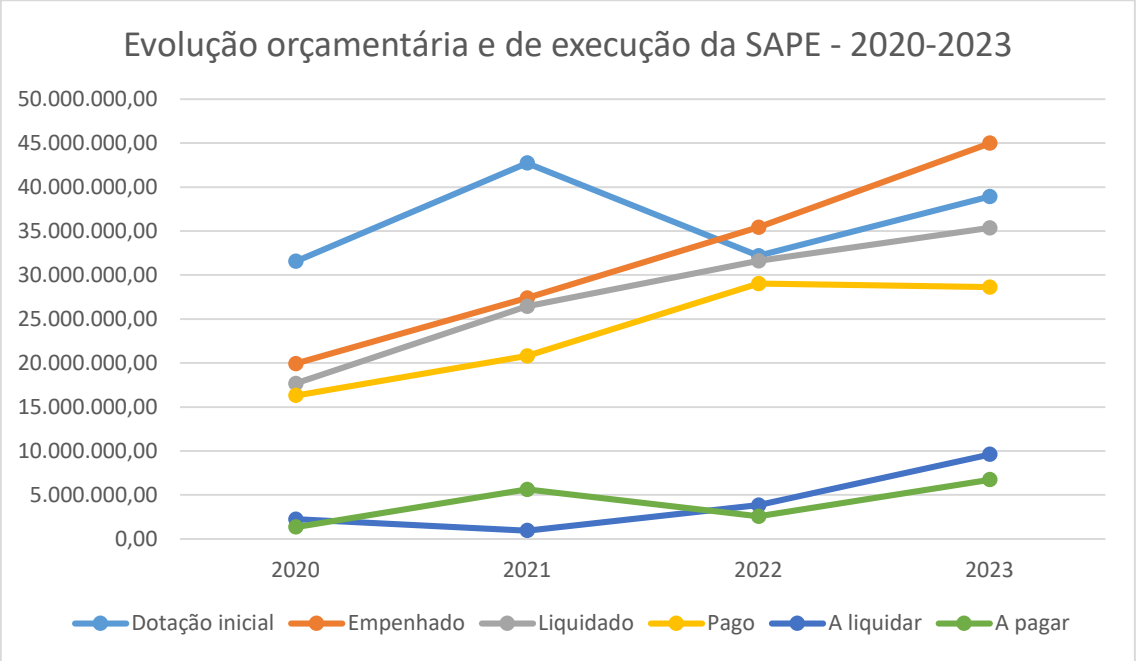
O gráfico abaixo representa a escala de evolução orçamentária e de execução da SAPE/RN, dentro do período da vigência do PPA 2020/2023, e, verifica-se que:

1. durante o exercício de 2020, foi disponibilizada uma Dotação Inicial de R$ 31.570.000,00, e foi empenhado o montante de R$ 19.943.997,21, o que representa 63,17% do planejado no início pela Pasta;
2. durante o exercício de 2021, foi disponibilizada uma Dotação Inicial de R$ 42.741.000,00, e foi empenhado apenas o valor de R$ 27.410.063,68, o que representa 64,13% do planejado no início pela Pasta;
3. durante o exercício de 2022, foi disponibilizada uma Dotação Inicial de R$ 32.200.000,00, e foi empenhado o valor de R$ 35.451.150,00, o que representa 10,1% a mais do planejado inicialmente pela Pasta;
4. durante o exercício de 2023, foi disponibilizada uma Dotação Inicial de R$ 38.934.000,00, e foi empenhado o valor de R$ 45.001.190,07, o que representa 15,58% a mais do planejado inicialmente pela Pasta.

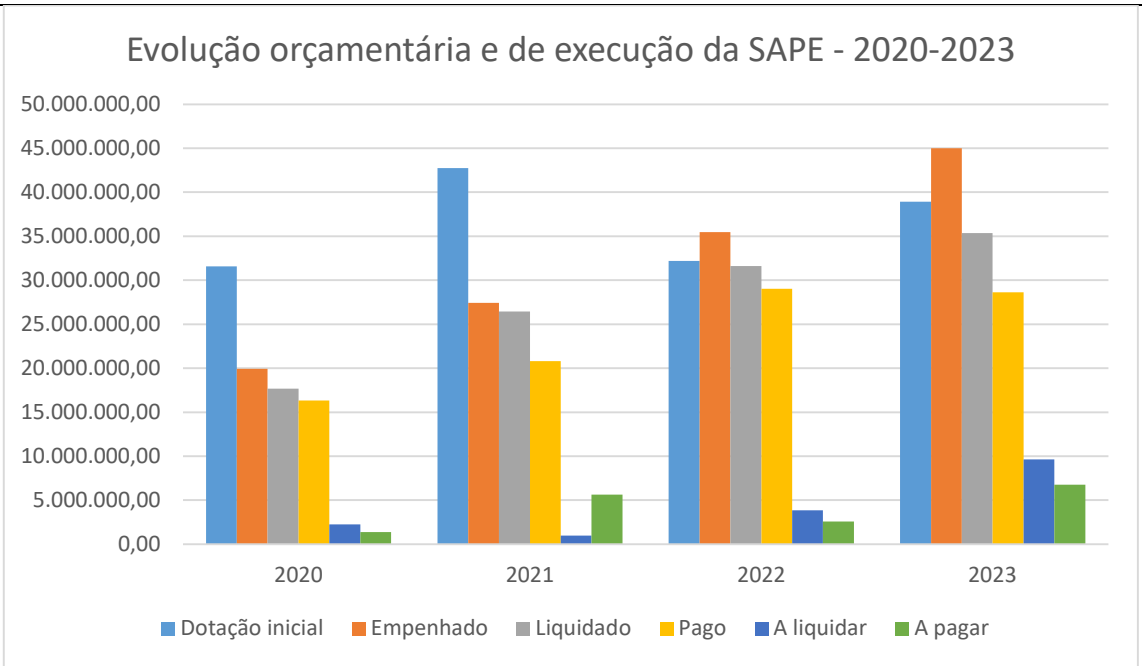
Considerando os número acima destacados, bem como o gráfico que segue, verifica-se que de fato, o período abarcado pela vigência do Decreto Emergencial da Pandemia, o setor do agronegócio dentro do Estado do Rio Grande do Norte, sofreu impacto, todavia, já nos últimos meses da situação calamitosa, a SAPE teve condições de reverter os números, atuando de forma positiva, tanto é que entre os exercícios de 2021 e 2022, foram empenhados R$ 27.410.063,68 e R$ 35.451.150,00, respectivamente, representando uma reação de R$ 8.041.086,32. Estes números representam um crescimento de 29% entre os períodos de 2021 e 2022.

Nesta linha de raciocínio, se considerarmos os dois primeiros anos de vigência do PPA, que coincidiram com o período pandêmico, com o os dois últimos anos de vigência do PPA, destaque-se que sem a interferência da pandemia, a escala de crescimento é maior, se não veja: se nos exercícios de 2020 e 2021, foram empenhados

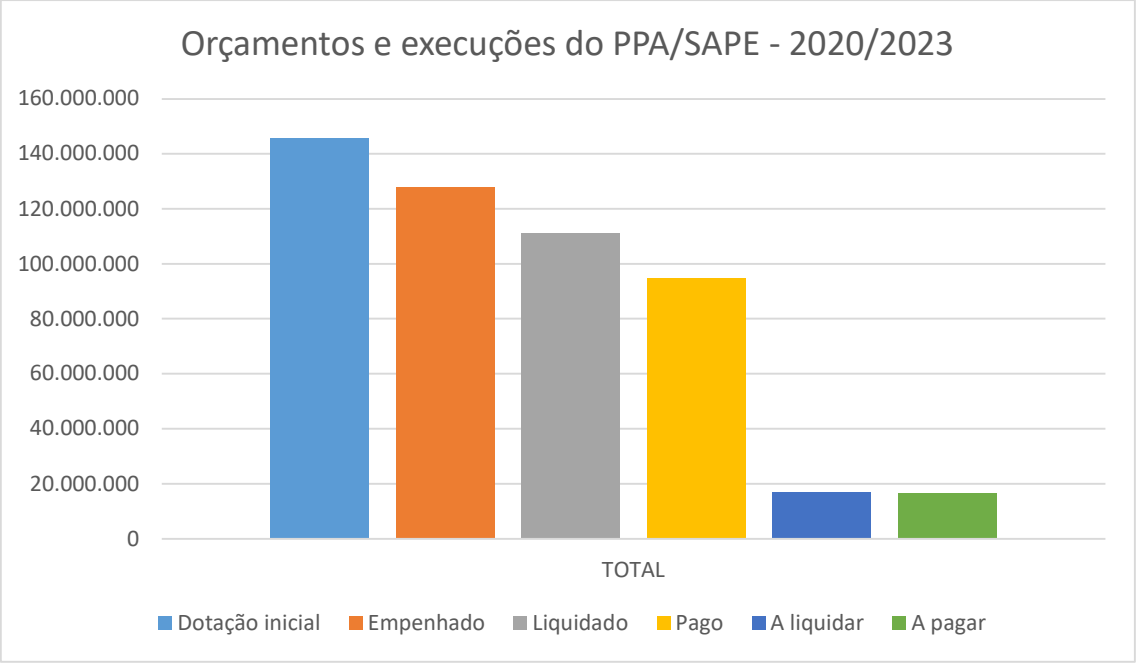
o montante de R$ 47.354.060,89 e, nos exercícios de 2022 e 2023 foram empenhados a soma de R$ 80.452.340,07, resta claro que a Pasta da Agricultura, da Pecuária e da Pesca teve um crescimento de 69,9% entre os biênios iniciais e finais do PPA.



Para melhor compreensão e comparação, segue gráfico em barras e escalados por períodos anuais, considerando os seus exercícios. A partir dele a individualização dos períodos, demonstrando os valores que consistem na Dotação Inicial, Empenho, Liquidação, Pagamentos, a serem liquidados e a serem pagos, fica evidente que a SAPE reagiu em tempo e de forma proporcional aos fatores internos e externos que lhe foram impostos.



Abaixo segue gráfico demonstrando os números reais que envolvem o PPA/SAPE/RN – 2020/2023, cujo teor demonstra que, de forma geral, os valores previstos constantes da Dotação Inicial, foi próxima do que foi executado, apesar da realidade imposta pela situação de calamidade pública, em razão da Pandemia do COVID-19.



Para efeitos práticos desta reação por parte da SAPE, o Estado do Rio Grande do Norte, dentro do cenário das exportações nacional, destaca-se como protagonista, consolidando sua posição como o maior exportador de frutas, com destaque par ao melão. Os números revelam um desempenho admirável, evidenciando que o estado segue no caminho certo, rumo a números cada vez mais vertiginosos e positivos.

As exportações de melões potiguares atingiram a marca de US$ 117.873.397,00, representando um notável aumento de 20,6%. Este crescimento expressivo reflete a eficiência e a qualidade da produção local, além da abertura de novos mercados internacionais. Dentre as frutas que se destacam nesse panorama, destaca-se a melancia, com um aumento de 19,6%; o mamão, com elevação de 41,7% e a manga, registrando um sólido crescimento de 32,5%.

Estes números não apenas reforçam a competitividade do Rio Grande do Norte no mercado internacional, mas também evidenciam a diversidade e a excelência da produção agrícola do estado.

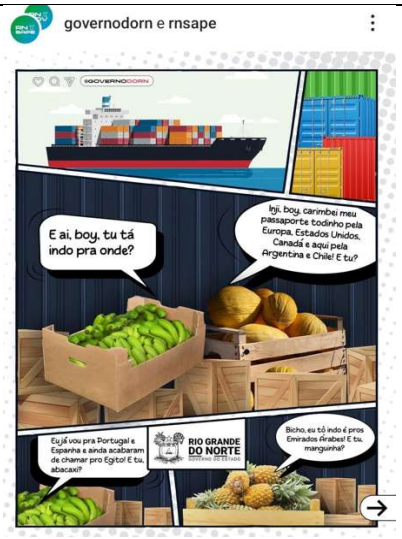
Além do crescimento nas exportações de frutas, o seguimento do pescado também impressiona, em 2023 as exportações desse setor alcançaram a cifra de US$ 22.202.000,00, confirmando a capacidade do Estado em explorar não apenas a produção agrícola, mas também de recursos pesqueiros. Esse desempenho exemplar não apenas reflete a competência dos produtores e empresários do Rio Grande do Norte, mas também destaca a importância de políticas públicas que estimulam o crescimento sustentável e a busca por novos mercados. A qualidade dos produtos potiguares, aliada à inovação e ao compromisso com práticas sustentáveis, são fatores fundamentais para o sucesso nesse cenário competitivo.

Diante dos resultados positivos apresentados, resta comprovado que a Política adotada pela administração Estadual, adotam ações e métodos que apresentam resultados positivos para o desenvolvimento agrícola, econômico e social. Com isto, fortalece a economia do Estado e contribui para a projeção positiva do Brasil no comércio internacional, chancelando que quando se trata de produção agrícola de qualidade e exportação, o Estado do Rio Grande do Norte é um modelo a ser seguido.

Com a finalidade de comprovar algumas ações, seguem fotos extraídas de canais de redes sociais da própria Secretaria, em especial no Instagram, cujo endereço é @rnsape ou de outros meios, cujas fontes serão referenciadas.


rnsape
EXPORTAÇÕES DE FRUTAS
NO RIO GRANDE DO NORTE
MELÃO
MELANCIA
MAMÃO
MANGA
BANANA
MELÃO + 20,6%
2022 - 97.662.771,00
2023 - 117.873.397,00
MELANCIA + 19,6%
2022 - 44.055.352,00
2023 - 52.694.444,00
MAMÃO + 41,7%
2022 - 11.203.618,00
2023 - 15.880.922,00
MANGA + 32,5%
2022 - 5.361.510,00
2023 - 7.103.747,00
BANANA
2022 - 1.696.082,00
2023 - 1.469.521,00
VALORES EM FOB (US$)
FONTE: COMEX STAT


rnsape
OUTRAS EXPORTAÇÕES
NO RIO GRANDE DO NORTE
ABACAXI
2023 - 27.332,00
COCOS FRESCOS
2023 - 9.343,00
PEIXE
2023 - 22.202.000,00
LAGOSTA
2023 - 5.240.876,00
AÇÚCAR
2023 - 17.041.000,00
OUTROS AÇÚCARES DE CANA
2023 - 7.356.199,00
CASTANHA DE CAJÚ
2023 - 5.645.790,00
VALORES EM FOB (US$)
FONTE: COMEX STAT


governodorn e rnsape
E ai, boy, tu tá indo pra onde?
Iyi, boy, carimbei meu passaporte todinho pela Europa, Estados Unidos, Canadá e aqui pela Argentina e Chile! E tu?
Eu já vou pra Portugal e Espanha e ainda acabaram de chamar pro Egito! E tu, abacaxi?
RIO GRANDE DO NORTE
Bicho, eu tô indo é pros Emirados Árabes! E tu, manguinha?


governodorn e rnsape
Mulher, eu tô indo é pros States!! E tu, mamão?
Amigaaa, eu tô indo pra Europa e agora ate pro Chile. Né não, melancia?
Esse homi é esse homi mermo! Eu vou pra Europa, tô sabendo que é cheio de brasileiro por lá.
RIO GRANDE DO NORTE


governodorn e rnsape
O RN
tá é
internacional!!!!
RIO GRANDE DO NORTE


rnsape
2ª Feira
AGROPECUÁRIA
DE PARELHAS
16 A 18 DE JUNHO
PARQUE AGROPECUÁRIO GERALDO CÂNDIDO DE MACÊDO - CURRAL MUNICIPAL


rnsape
Rodriggo Júnior • Som Regional
23ª
FESTA DO
BODE
10 A 13 DE AGOSTO
PARQUE DE EXPOSIÇÕES ARMANDO BUÁ, EM MOSSORÓ


rnsape e guigasaldanha
Melão e Melancia são os produtos mais exportados do agro potiguar no mês de janeiro
RIO GRANDE DO NORTE


rnsape
Você sabia
que a partir de agora as ONGs de Proteção Animal podem se cadastrar no Programa Nota Potiguar?
RIO GRANDE DO NORTE

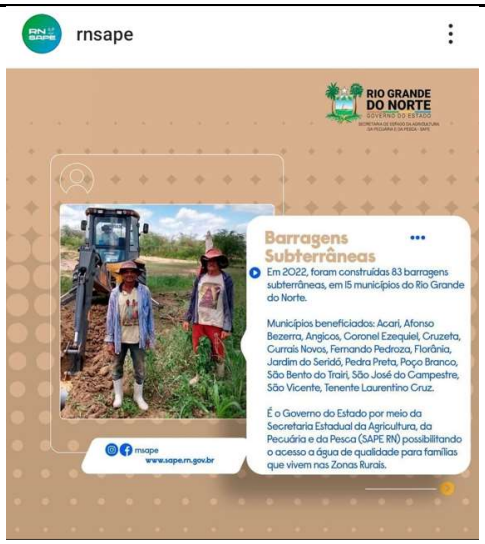

rnsape
Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecua...
Pauta do agronegócio potiguar já registra exportações de quase US$ 100 milhões este ano


rnsape
RIO GRANDE DO NORTE
AQUAPONIA
Em 2022, o Governo do RN por meio da Secretaria Estadual da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (Sape RN) iniciou a instalação de 10 módulos aquapônicos na comunidade de Barra, no município de Parelhas.
A Aquaponia consiste em unir a produção de peixes e crustáceos (como camarão) à produção de legumes e vegetais que se beneficiam do reaproveitamento dos dejetos dos peixes e restos de alimentos que são transformados novamente em nutrientes, por bactérias, permitindo que esses nutrientes sejam utilizados para o crescimento dos vegetais hidropônicos, e que, após os processos biológicos, físicos e químicos embutidos no sistema, a água possa ser reutilizada para o cultivo dos peixes.
rnsape
www.sape.rn.gov.br


rnsape
RIO GRANDE DO NORTE


RIO GRANDE DO NORTE
Projeto Equoterapia no Parque
O ano de 2022 possibilitou que crianças com paralisia cerebral e diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ganhassem um suporte relevante no estímulo ao desenvolvimento da mente e do corpo: a equoterapia.
O Projeto "Equoterapia no Parque" é uma ação do Governo do Estado por meio da Secretaria Estadual da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE RN) desenvolvido em parceria com a Associação Norte-Riograndense de Criadores de Cavalo Quarto de Milha, Universidade Federal do RN (UFRN), Associação de Criadores e EMPARN.
A equoterapia é um método terapêutico e educacional, que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem multidisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação.
rnsape
www.sape.rn.gov.br


RIO GRANDE DO NORTE


rnsape
RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
Barragens Subterrâneas
Em 2022, foram construídas 83 barragens subterrâneas, em 15 municípios do Rio Grande do Norte.
Municípios beneficiados: Acari, Afonso Bezerra, Angicos, Coronel Ezequiel, Cruzeta, Currais Novos, Fernando Pedroza, Florânia, Jardim do Seridó, Pedra Preta, Poço Branco, São Bento do Trairi, São José do Campestre, São Vicente, Tenente Laurentino Cruz.
É o Governo do Estado por meio da Secretaria Estadual da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE RN) possibilitando o acesso a água de qualidade para famílias que vivem nas Zonas Rurais.
msape
www.sape.rn.gov.br


rnsape
RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO


rnsape
RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
Programa Banco de Sementes
Na safra 2022, o Programa atendeu 162 municípios em um total de 1.756 Bancos de Sementes, com 55.592 agricultores familiares cadastrados.
O Programa distribuiu 727,18 toneladas de sementes, sendo 222.930 kg de feijão, 306.360 kg de milho e 198.690 kg de sorgo.
R$ 9.914.757,00 foram investidos no Programa
O Banco de Sementes é um programa de segurança alimentar que permite ao agricultor familiar o plantio de subsistência com o milho e o feijão, e o suporte forrageiro com o sorgo para atendimento do rebanho.
msape
www.sape.rn.gov.br


rnsape
RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO


rnsape
RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
Poços
Em 2022, a Secretaria Estadual da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE RN) fez instalação e manutenção de 160 poços em mais de 40 municípios do Rio Grande do Norte.
Os poços são equipamentos importantes porque além de diminuírem com os problemas de estiagem e racionamento também garantem água de qualidade, fornecimento contínuo de água e economia.
É o Governo do Estado por meio da Secretaria Estadual da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE RN) levando mais dignidade para os agricultores potiguares.
msape
www.sape.rn.gov.br


rnsape
RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO






MENU g1 RIO GRANDE DO NORTE INTER TV BUSCAR

Agronegócio é responsável 34,5% das exportações do RN em 2022

Produtos liderados pelos melões, melancias e peixes só ficaram atrás do petróleo bruto, na pauta de exportação estadual.

Por g1 RN

24/02/2023 11h21 · Atualizado há 11 meses

"Com venda a de melões, melancias e pescados para outros países, o agronegócio foi responsável mais de um terço das exportações do Rio Grande do Norte em 2022.

Dos US$ 736,8 milhões enviados ao exterior no ano passado, US$ 254,1 milhões (34,5%) foram oriundos do campo, segundo levantamento divulgado pelo governo do estado.

Os produtos agrícolas só ficaram atrás do petróleo bruto, que é o líder absoluto da pauta, com mais de US$ 330 milhões exportados em 2022, equivalentes a 44,7% da pauta total.

Entre os itens que mais se destacam na chamada "Pauta de Exportações do Agronegócio", a venda de melão alcançou US$ 97,6 milhões exportados (13,2% do total). Já a melancia, movimentou US$ 44 milhões (5,97%), seguida dos peixes em geral, com US$ 26,2 milhões (3,56%)."

Fonte: https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/02/24/agronegocio-e-responsavel-345percent-das-exportacoes-do-rn-em-2022.ghtml

Síntese da Avaliação e Recomendações

Aponte necessidades de melhorias para o andamento das ações / políticas do órgão.

No que pese a excelente desenvoltura por parte de todos os profissionais da SAPE/RN, destaque-se que hercúlea, os trabalhos se deram algumas vezes, mediante condições precárias, outras inexistentes. Pois, a infraestrutura disponível para os servidores, faz com que eles tenham o sentimento de não reconhecimento do seu esforço, entre eles, acessibilidade (plataformas, por exemplo) e até mesmo, falta de equipamentos mínimos, como computadores, impressoras e plotter. E, para fazer com que a "engrenagem" não parasse, foi necessário, fazer uso de equipamentos pessoais. Para sanar este problema, recomenda-se que sejam realizados investimentos na infraestrutura da Secretaria, e assim, viabilize melhor condições de trabalho ao servidor público.

Ainda dentro de problemas internos, faz-se necessário registrar que o baixo número de servidores/profissionais/colaboradores, refletem na sobrecarga de trabalho para o profissional atuante ou incide no atraso das atividades realizadas pela equipe da SAPE. Neste caso, recomenda-se que sejam contratados ou nomeados servidores ou profissionais, bem como estagiários, de forma a atender todas as demandas que recaem sobre a SAPE e assim, poder ser dado aos Programas de Estado e do Governo, encaminhamentos em tempo e qualidade que o requerem.

No que diz respeito aos recursos que viabilizam as execuções da Política do Agronegócio Potiguar, muitas vezes são inviabilizados, pois diante da ausência do financeiro, os processos são suspensos ou abortados, refletindo assim, em um gasto de energia da Secretaria em um Projeto natimorto. Neste sentido, recomenda-se que sejam identificadas as razões que geram esta problemática, para que assim, sejam sanadas.

Quanto às execuções plenas das Metas do Governo, a Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE recomenda maior diálogo entre as Pastas de Governo, vez que algumas vezes para a execução de uma Meta, faz-se necessária a participação de outra Pasta, como por exemplo: para ampliar o escoamento da produção agrícola, faz-se necessária o melhoramento das condições das estradas e rodagens. Neste caso, fica a depender da Secretaria da Infraestrutura (SIN/RN) ou do Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RN) e, caso não exista um interesse mútuo das Secretarias, uma parte da Meta, passa a ser prejudicada.

As metas e ações para o exercício de 2023 sofreram significativas limitações para a sua plena execução, por razões econômicas, todavia, não foi fator determinante para uma inércia. Tanto é que os números de exportações tiveram um aumento expressivo e com forte tendencia de ampliação, em especial para o mercado internacional.

Referências

- Execução orçamentária por órgão, programa e Subação. Ano Base 2020;

- Execução orçamentária por órgão, programa e Subação. Ano Base 2021;

- Execução orçamentária por órgão, programa e Subação. Ano Base 2022;

- Execução orçamentária por órgão, programa e Subação. Ano Base 2023;

- Relatórios PPA - SAPE. Ano Base 2020;

- Relatórios PPA - SAPE. Ano Base 2021;

- Relatórios PPA - SAPE. Ano Base 2022;

- Relatórios PPA - SAPE. Ano Base 2023;

http://www.gabinetecivil.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=PASTAC&TARG=7002&ACT=&PAGE=5&PARM=&LBL= , consulta realizada em 23/01/2023, às 21h57min.

https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-legislativo-249090982, consulta realizada em 28/01/2024, às 21h23min.

https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/02/24/agronegocio-e-responsavel-345percent-das-exportacoes-do-rn-em-2022.ghtml , consulta realizada em 29/01/2024, às 15h55min.

Instagram: @rnsape.

ANEXOS

Para melhor visualizar a distribuição entre Programas, Objetivos, Iniciativas, Metas e Subações, expõe-se o seguinte quadro demonstrativo, dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

PROGRAMA 4011 (Desenvolvimento do agronegócio potiguar)																					
OBJETIVO 511															OBJETIVO 512					
INICIATIVA	01975	01976	01977	01978	01979	01980	01981	01982	01983	01984	01985	01986	01987	02115	01990	01991	01992	01993	01994	
META	1331	1333	1334	1335	1336	1337	1338	1340	1341	1342	1344	1345			1347	1348	1349	1350	1351	
SUBAÇÃO ($)	108701	108801	132501	137301	174501	177101	177801	178701	179001	179901	182301	198501	247301							

***Nome do Programa Temático*: 4011** - Desenvolvimento do Agronegócio Potiguar

***Código e descrição do Objetivo*: 0511** – Promover o desenvolvimento da agropecuária de forma sustentável, com a melhoria na infraestrutura de acessos ao escoamento e comercialização da produção, na modernização de máquinas e equipamentos e incentivo a qualificação do agricultor e produtor rural com novos métodos e difusão tecnológicas, visando agregar valor aos produtos com redução de custos e perdas. Proporcionar ainda, por meio das tecnologias de baixo custo, o acesso a água para incrementos de pequenas produções agropecuária, no enfrentamento de períodos de estiagem prolongados no semiárido do Rio Grande do Norte.

Códigos das Metas (0511)

1. **01331** Adquirir e distribuir sementes de qualidade de feijão, milho e arroz para subsistência e de sorgo para forragem animal, a agricultores familiares cadastrados nos 1.156 Bancos de Sementes.
2. **01333** Implantar projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva para acesso aos mercados e aumento da renda.
3. **01334** Prover projetos de estudos e conhecimentos aos produtores dos territórios, visando controlar e solucionar os problemas de ordem produtiva, sanitária e alimentar com ênfase na sustentabilidade ambiental territorial.
4. **01335** Apoiar o processo de abastecimento de produtos da Pecuária bovina de corte com implemento de unidade didática de processamento de carnes.
5. **01336** Adquirir equipamentos, máquinas e implementos agrícolas para recomposição da infraestrutura produtiva dos territórios.
6. **01337** Construção e implementação de uma unidade de produção de mudas.
7. **01338** Produzir e distribuir 2milhões de mudas de caju, utilizando mão de obra de apenados.
8. **01340** Proporcionar melhor aproveitamento do potencial produtivo dos solos nos Vales Úmidos, nos municípios de Rio do Fogo, Touros, Maxaranguape, Pureza, Ceará Mirim e Extremoz.
9. **01341** Constituir redes de pesquisas e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: fruticultura, salinidade e drenagem, produção de grãos, arroz irrigado por inundação e hortaliças.
10. **01342** Proporcionar a realização e participação em eventos/feiras agropecuários no Estado do Rio Grande do Norte.
11. **01344** Construir barragem subterrâneas para captação de água para produção agropecuária.
12. **01345** Prover a perfuração, instalação e manutenção de poços para provimento de água de consumo animal e produção agrícola.

Códigos das Iniciativas (0511)

1. **01975** Incentivo ao desenvolvimento de modelos inovadores sustentáveis de cooperativas e de associações, promovendo a capacitação, intercooperação, acesso a mercados, principalmente as de pequenos produtores agropecuários.

2. 0**1976** Fortalecimento das cadeias produtivas da pecuária, estabelecendo um elo comercial integrado entre produtores fornecedores e compradores de animais geneticamente superiores, em busca do aumento da produtividade de carne, leite e derivados.
3. **01977** Incentivo ao implemento de unidades didáticas de processamentos e abate animal da cadeia produtiva da pecuária com sustentabilidade ambiental.
4. **01978** Melhoria da infraestrutura viária municipal e territorial para escoamento da produção agropecuária.
5. **01979** Contribuição com a recomposição e modernização de equipamentos envolvidos no processo produtivo da agropecuária.
6. **01980** Manutenção da infraestrutura e o estoque de bancos comunitários de sementes em 137 municípios com ênfase na aquisição de variedades adaptadas para o semiárido e com o acompanhamento dos pesquisadores da EMPARN/EMBRAPA, que através de suas pesquisas proporcionam ao agricultor familiar do RN, sementes precoces, de ciclo rápido para que seja aproveitada da melhor forma a quadra chuvosa do RN.
7. **01981** Apoio a formação de bancos comunitários de mudas de espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes, na busca de incentivo a recomposição natural de áreas desmatadas, como as margens de rios, lagos e lagoas.
8. **01982** Estimular a recuperação dos pomares de cajueiro de baixa produção, visando uma melhoria qualitativa e quantitativa do fruto e do pedúnculo, com aproveitamento da mão de obra dos apenados das unidades prisionais do estado.
9. **01983** Estabelecimento e implementação um processo de Gestão mais eficiente de nossos recursos hídricos para aumentar a produtividade da fruticultura.
10. **01984** Utilização do Centro Vocacional da Fruticultura, sediado no Centro Regional da Agricultura, em Mossoró, que possui toda uma infraestrutura para o pleno funcionamento e desenvolvimento das ações de capacitações voltadas aos produtores da cadeia produtiva da fruticultura.
11. **01985** Realização de parcerias com o setor público e privado em benefício da realização de feiras e eventos, contribuindo com o fomento dos negócios agropecuários no Estado do Rio Grande do Norte.
12. **01986** Implementação de tecnologias de armazenamento de água para criar condições mínimas de produtividades agropecuária nas comunidades rurais.
13. **01987** Disponibilização do abastecimento de água para a produção animal e da pequena irrigação, por meio da perfuração, instalação, recuperação e limpeza de poços tubulares.
14. **02115** Promover ações de recomposição dos equipamentos de uso operacional da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca.

***Código e descrição do Objetivo*: 0512 -** Estimular a produtividade de organismos aquáticos de forma sustentável, com a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura. Apoiar a implantação de parques aquícolas, a realização de pesquisas e assistência técnica, a modernização de infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, na busca de agregar valor a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros do Rio Grande do Norte.

Códigos das Metas (0512)

1. **01346** Produzir 20 milhões de alevinos para Aquicultura e peixamento de açudes.

2. **01347** Instalar equipamentos que proporcione melhores nas condições de embarque e desembarque em açudes e estuário marítimo.
3. **01348** Implantar projetos e manter unidades demonstrativas de aquicultura adequando a infraestrutura de viveiros em tanques redes, tanques escavados e canais de irrigação para atender às famílias.
4. **01349** Apoiar a pesca artesanal na aquisição e implantação de tanque para recepção e armazenamento de diesel pesqueiro.
5. **01350** Treinar e requalificar 50% do público envolvido na atividade da pesca e aquicultura.
6. **01351** Concluir e entregar o terminal pesqueiro público de Natal.

Códigos das Iniciativas (0512)

1. **01988** Promoção da gestão participativa das infraestruturas públicas da cadeia produtiva pesqueira de forma sustentável com ações de defeso e repovoamento dos açudes.
2. **01990** Instalação de Atracadouros flutuantes nos Açudes Apodi, Upanema, São Paulo do Potengi, Lucrécia, Parelhas, Macaíba, Poço Branco e Caicó e estuário marítimo Baia Formosa, proporcionando melhoria das condições de embarque e desembarque e demais controles.
3. **01991** Regularização ambiental da aquicultura em articulação com municípios, na busca de viabilizar projetos de produção sustentável de viveiros, tanques redes e escavados que ofereçam condições da geração de emprego e renda local.
4. **01992** Defesa do implemento do programa de subvenção econômica ao preço do diesel para embarcações pesqueiras.
5. **01993** Promoção do desenvolvimento da atividade da pesca e aquicultura por meio da capacitação e qualificação de pescadores e famílias envolvidas na atividade de forma sustentável.
6. **01994** Encaminhamento de tratativas junto ao MAPA para possibilitar a conclusão da obra e encaminhamentos da definição da gestão e funcionamento do equipamento.

Códigos das Subações

1. **108701** Aquisição e Distribuição de Sementes.
2. **108801** Aquisição, Produção e Distribuição de Mudas.
3. **112501** Assistência à Bovinocultura, Caprinocultura, Ovinocultura, Suinocultura, Apicultura e Equideocultura.
4. **137301** Perfuração, Instalação e Manutenção de Poços.
5. **174501** Realização e Participação em Eventos.
6. **177101** Fortalecimento das cadeias produtivas da pesca e aquicultura.
7. **177801** Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Fruticultura.
8. **178701** Fortalecimento das Cooperativas, Associações e Agroindústria Agropecuária.
9. **179001** Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Implementos Agrícolas.
10. **179901** Produção de Alevinos para Aquicultura e Peixamento de Açudes
11. **182301** Aparelhamento e Reaparelhamento Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca.
12. **198501** Construção de Pequenas Barragens.
13. **247301** Implementação do Programa de Combate à Seca.

GUILHERME MORAES SALDANHA
Secretário de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca

RIO GRANDE DO NORTE

DECRETO Nº 33.079, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

Institui, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o Plano Estadual da Agropecuária de Baixo Carbono (Plano ABC+RN) e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, V e VII, da Constituição Estadual,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o Plano Estadual da Agropecuária de Baixo Carbono (Plano ABC+RN), com a finalidade de consolidar uma agropecuária alicerçada sobre sistemas sustentáveis, resilientes e produtivos.

Art. 2º São objetivos do Plano ABC+RN:

I - incentivo às Práticas de Recuperação de Pastagens Degradadas (PRPD);

II - ampliação de áreas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs);

III - melhoria e ampliação de áreas com Sistema Plantio Direto de Grãos (SPDG) e Sistema de Plantio Direto em Hortaliças (SPDH);

IV - melhoria e ampliação de área com Bioinsumos (BI);

V - aumento na área com Florestas Plantadas, tanto para fins comerciais quanto para restauro;

VI - ampliação de áreas com Sistemas Irrigados (SI);

VII - melhoria e ampliação no Manejo de Resíduos da Produção Animal (MRPA);

VIII - ampliação de Terminação Intensiva (TI).

Parágrafo único. O plano de que trata o caput observará as diretrizes nacionais constantes do "Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, com vistas ao Desenvolvimento Sustentável (2020-2030) ABC+", desenvolvido pelo Governo Federal, no âmbito do Ministério da Agricultura e da Pesca.

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

Exercício 2023



SUMÁRIO

Apresentação (Parte I - Avaliação setorial do PPA, exercício 2023) 3

Formulário de apresentação setorial 4

Avaliação geral dos objetivos 9

Avaliação individual das metas 13

Avaliação individual das iniciativas 26

Execução orçamentária de 2023 36

Avaliação setorial dos resultados 37

Análise das restrições 40

Recomendação do órgão 41

Introdução (Parte II - Avaliação setorial do período do PPA 2020-2023) 42

Avaliação geral 44

Conclusão 73

PARTE I - AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

1. Apresentação

Este é o relatório que apresenta ações realizadas pela Secretaria de Estado da Administração (SEAD), cumprindo-se a Avaliação do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 consoante ao exercício de 2023.

Logo, tem-se como objetivo geral apresentar, avaliar e discutir ações dos setores quanto ao cumprimento das iniciativas, metas e objetivos do planejamento de médio prazo desta pasta referente ao exercício de 2023.

No ciclo de planejamento de médio prazo, considera-se os seguintes objetivos sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração (SEAD), conforme destaca-se a seguir:

Objetivo n.º 449. Modernização e Aperfeiçoamento da infraestrutura física da Escola de Governo do RN;

Objetivo n.º 438. Modernizar a gestão pública, por intermédio da implantação de políticas de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho e oferta de canais de comunicação com os usuários externos, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de suas políticas. Coordenadoria de Compras Governamentais;

Objetivo n.º 453. Aprimorar a gestão patrimonial da SEAD. Coordenadoria de Patrimônio/Subcoordenadoria de Patrimônio Imobiliário;

Objetivo n.º 437. Realizar o Censo dos Servidores Públicos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

Objetivo n.º 443. Evolução da infraestrutura de hardware e da interconexão, visando melhorar a tecnologia da informação do Estado. Coordenadoria de Operações de Tecnologia da Informação e Comunicação;

Objetivo n.º 452. Aperfeiçoar continuamente o serviço público por meio de capacitação de seus servidores. Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales;

Objetivo n.º 455. Fortalecer práticas de gestão interna por meio da integração dos agentes públicos, visando melhorias no fluxo dos processos administrativos na Secretaria. Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento;

Objetivo n.º 457. Dotar o serviço público de servidores habilitados. Escola de Governo

do RN;

Objetivo n.º 458. Promover um ambiente de inovação no Governo do Estado. Escola de Governo do RN;

Objetivo n.º 529. Promover ações de qualidade de vida aos servidores públicos. Escola de Governo do RN;

Objetivo n.º 566. Evolução da gestão no âmbito da saúde ocupacional do Estado do Rio Grande do Norte, e assistência integral à reabilitação dos servidores públicos estaduais vítimas de acidente de trabalho. Comissão Permanente de Inspeção Médica Oficial do Estado.

Objetivo n.º 567. Instituir o Programa RN Aprendiz no âmbito do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

Objetivo n.º 569. Instituir uma gestão moderna a partir das competências da SEAD e viabilizar o controle patrimonial e de transporte. Coordenadoria de Patrimônio/Subcoordenadoria de Patrimônio Imobiliário;

Nesse sentido, os tópicos a seguir, os setores perfizeram suas avaliações, ressaltando os resultados alcançados, as eventuais dificuldades enfrentadas e soluções/recomendações institucionais para sua melhor efetivação do plano geral.

Logo, considera-se as iniciativas e metas como forma de alcançar os objetivos institucionais supra mencionados. Tais ações, foram vinculadas aos setores da estrutura organizacional da SEAD, na seguinte ordem: Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (**COTIC**), Escola de Governo do Rio Grande do Norte (**EGRN**), Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento (**PNAGE**), Coordenadoria de Gestão de Pessoas (**COGEP**), Unidade Instrumental de Administração Geral (**UIAG**), Subcoordenadoria de Patrimônio Imobiliário (**SUPAT**), Coordenadoria de Compras Governamentais (**COMPR**) e Comissão Permanente de Inspeção Médica Oficial do Estado (**CPIMO**).

Ao todo, existem ativos: 13 objetivos, 33 metas e 27 iniciativas durante o exercício de 2023.

2. Formulário de apresentação setorial

Código e nome do Órgão: 16000 - Secretaria de Estado da Administração

Nome do Programa Temático: 4006 MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Código e descrição do Objetivo: 00449 Modernizar e Aperfeiçoar a infraestrutura física da EGRN.

Códigos das metas: 4 Metas

Metas	Situação
01199	**Em andamento**
01200	**Em andamento**
01201	**Em andamento**
01202	**Em andamento**

Códigos das iniciativas: 2 iniciativas

Iniciativas	Subação
01826	134602
01843	324701

Nome do Programa Temático: 5001 NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO

Código e descrição do Objetivo: 00438 Modernizar a gestão pública, por intermédio da implantação de políticas de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho e oferta de canais de comunicação com os usuários externos, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de suas políticas.

Códigos das metas: 2 Metas

Metas	Situação
01186	**Em andamento**
01196	**Em andamento**

Códigos das iniciativas: 5 iniciativas

Iniciativas	Subação
01813	133801
01827	185501
01857	214401
01999	294101
02003	110801

Código e descrição do Objetivo: 00453 Aprimorar a gestão patrimonial da SEAD.

Códigos das metas: 1 Meta

Metas	Situação
01640	**Em andamento**

Códigos das Iniciativas: 1 Iniciativa

Iniciativas	Subação

01839	219201

Código e descrição do Objetivo: 00569 Instituir uma gestão moderna a partir das competências da SEAD e viabilizar o controle patrimonial e de transporte.

Código das metas: 1 meta

Metas	Situação
01664	**Em andamento**

Códigos das Iniciativas: 1 Iniciativa

Iniciativas	Subação
02265	331301

Nome do Programa Temático: 5002 O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

Código e descrição do Objetivo: 00567 Instituir o Programa RN Aprendiz no âmbito do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Códigos das metas:

Códigos das metas: 1 Meta

Metas	Situação
01650	**Concluída**

Códigos das iniciativas: 4 Iniciativas

Iniciativa	Subação
02252	-
02253	-
02254	-
02255	-

Código e descrição do Objetivo: 00458 Promover ambiente de inovação no Governo do Estado.

Códigos das metas:

Códigos das metas: 1 Meta

Metas	Situação
01224	**Concluída**

Códigos das iniciativas: 1 Iniciativa

Iniciativa	Subação
01850	248301

	330501

Código e descrição do Objetivo: 00437 Realizar o Censo dos Servidores Públicos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Códigos das metas: 1 Meta

Meta	Situação
01182	**Em andamento**

Código das iniciativa: 1 Iniciativa

Iniciativa	Subação
01851	330401

Código e descrição do Objetivo: 00443 Evolução da estrutura e gestão, visando melhorar a administração da Tecnologia da Informação do estado.

Códigos das metas: 1 Meta

Meta	Situação
01546	**Em andamento**

Códigos das iniciativas: 1 Iniciativa

Iniciativa	Subação
01818	134501

Código e descrição do Objetivo: 00455 Fortalecer práticas de gestão interna por meio da integração dos agentes públicos, visando melhorias no fluxo dos processos administrativos na Secretaria.

Códigos das metas: 1 Meta

Meta	Situação
01219	**Em andamento**

Códigos das iniciativas: 1 Iniciativa

Iniciativa	Subação
01845	133701

Código e descrição do Objetivo: 0452 Aperfeiçoar continuamente o serviço públicos por meio de capacitação de seus servidores.

Códigos das metas: 11 Metas

Meta	Situação

01204	**Concluída**
01206	**Concluída**
01207	**Em andamento**
01208	**Em andamento**
01209	**Concluída**
01210	**Concluída**
01212	**Em andamento**
01213	**Paralisada**
01215	**Concluída**
01639	**Concluída**
01651	**Concluída**

Códigos das iniciativa: 2 Iniciativas

Iniciativa	Subação
01998	214201
02257	-

Código e descrição do Objetivo: 00457 Dotar o serviço público de servidores habilitados.

Códigos das metas: 3 Metas

Meta	Situação
01220	**Em andamento**
01222	**Em andamento**
01223	**Concluída**

Códigos das iniciativas: 4 Iniciativas

Iniciativa	Subação
01844	110701
01846	-
01847	-
01848	-

Código e descrição do Objetivo: 00529 Promover ações de qualidade de vida aos servidores públicos.

Códigos das metas: 5 Metas

Meta	Situação
01229	**Não iniciada**
01231	**Concluída**
01232	**Concluída**
01233	**Concluída**
01234	**Concluída**

Códigos das iniciativas: 3 Iniciativas

Iniciativa	Subação
01856	-
01858	212501
01866	-

Código e descrição do Objetivo: 00566 Evolução da gestão no âmbito da saúde ocupacional do Estado do Rio Grande do Norte, e assistência integral à reabilitação dos servidores públicos estaduais vítimas de acidente de trabalho.

Códigos das metas: 1 Meta

Meta	Situação
01545	**Em andamento**

Código das iniciativa: 1 Iniciativa

Iniciativa	Subação
02248	402601

3. Avaliação geral dos objetivos

Objetivo n.º 00449: Modernização e aperfeiçoamento da infraestrutura física da Escola de Governo do RN (EGRN).

O objetivo de modernizar e aperfeiçoar a infraestrutura física da EGRN não foi iniciado devido a questões orçamentárias. As limitações financeiras impediram o início desse processo de modernização, evidenciando a importância de considerações orçamentárias no planejamento e execução de projetos de infraestrutura. Essa circunstância destaca a necessidade de buscar soluções financeiras viáveis para dar andamento ao objetivo de modernização no futuro.

O presente objetivo está vinculado com a proposta de governo: Fazer a Escola de Governo cumprir a função de coordenar as ações de qualificação dos servidores públicos.

Objetivo n.º 00438: Modernizar a gestão pública, por intermédio da implantação de políticas de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho e oferta de canais de comunicação com os usuários externos, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de suas políticas (UIAG/COMPR).

O objetivo encontra-se em constante atendimento, tendo em vista as políticas implantadas no Setor Pessoal e na Unidade Instrumental de Administração Geral (UIAG), com o intuito de melhor organizar a documentação em geral dos servidores pertencentes a SEAD. Além disto, outra ação que encontra-se em andamento em vista deste objetivo é o projeto de pesquisa de uma das nossas pesquisadoras, intitulado de : "A articulação e consolidação dos procedimentos administrativos do setor de pessoal: Uma proposta de eficientização a luz dos conceitos da nova

gestão pública." que visa aprimorar e consolidar os processos administrativos do setor pessoal. Já a Coordenadoria de Compras Governamentais (COMPR) empreendeu diversas ações a fim de aperfeiçoar a implementação das políticas públicas promovidas pelo Governo, por meio do estímulo à participação e troca de experiências dos servidores que atuam nas unidades de compras do Estado. Dentre elas, destaca-se a criação da Rede Estadual de Gestão de Compras Governamentais (REGECOM), instituída pelo Decreto Estadual nº 33.088, de 27 de outubro de 2023 e a criação do Grupo de Trabalho Especial (GTE), instituído pelo Decreto nº 33.090, de 2023 para subsidiar a implementação da Central de Compras do Estado do Rio Grande do Norte. Ambos os instrumentos contam com a participação de representantes de outros órgãos, possibilitando um necessário diálogo entre os órgãos. A formação dessa Rede tem propiciado o compartilhamento de experiências de trabalho dos agentes que atuam nas contratações públicas, por meio de diálogos e discussões entre as unidades de compras, estimulando o intercâmbio de conhecimento e de boas práticas administrativas entre os integrantes. Essa integração das unidades de compras governamentais dos órgãos e entidades da Administração Estadual tem possibilitado a criação de um canal de comunicação direto dos servidores que atuam especificamente nas contratações públicas, mas também tem possibilitado a discussão de práticas que contribuem para a implementação das políticas públicas do Governo. Outra ação que merece destaque é a atualização periódica do Portal Eletrônico de Compras do Poder Executivo Estadual, um canal importantíssimo de comunicação entre a Coordenadoria e os usuários internos e externos da plataforma. Também foram organizadas capacitações destinadas aos servidores do Estado sobre matérias referentes à Nova Lei de Licitações e sua aplicabilidade nas contratações públicas do Estado.

Objetivo n.º 00453: Aprimorar a gestão patrimonial da SEAD. Coordenadoria de Patrimônio/Subcoordenadoria de Patrimônio Imobiliário (COPAT/SUPAT).

A Subcoordenadoria de Patrimônio Imobiliário seguiu, em 2023, aprimorando o material técnico produzido pelo contrato com a empresa NIP do Brasil. No âmbito de sistematização de informações para gestão imobiliária foi aprimorado o Sistema de Gestão Patrimonial (SGP) e o Portal de Imóveis (SIPAT), ambos desenvolvidos pela COTIC, sendo implementadas novas funcionalidades e melhor gestão visual. Já para a gestão mobiliária iniciou-se o processo de implementação do SIPAC para catalogação e controle de bens móveis. A partir dessas iniciativas sentiu-se a necessidade de criar um espaço institucional para discussões sobre patrimônio, com isso houve a criação da Rede Estadual de Patrimônio Mobiliário e Imobiliário (RedePAT) No âmbito de manutenção de imóveis iniciou-se as atividades do Convênio 02/2022, celebrado entre SEAD e SEAP, que utiliza mão de obra de pessoas privadas de liberdade para a limpeza dos imóveis sem ocupação de propriedade do Estado em desuso que sejam de propriedade de Estado do RN e que estejam afetados a SEAD.

Diretriz: 00073 Melhoria da eficiência dos gastos públicos.

Objetivo n.º 00569: Instituir uma gestão moderna a partir das competências da SEAD e viabilizar o controle patrimonial e de transporte (COPAT/SUPAT).

A Subcoordenadoria de Patrimônio Imobiliário (SUPAT) tem trabalhado na manutenção dos materiais técnicos que foram feitos pelo contrato com a NIP, além de trabalhar em estratégias para atualização e produção das peças técnicas que não foram realizadas pela NIP. Além disso tem-se trabalhado no aprimoramento dos Sistemas de Gestão Patrimonial (SGP) e Portal de Imóveis

(SIPAT) e na disseminação do uso deles pelos demais órgãos do estado, sendo a RedePAT um instrumento essencial para a promoção do diálogo.

Objetivo n.º 00567. Instituir o Programa RN Aprendiz no âmbito do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (COGEP).

O programa tem como objetivo promover ações de políticas públicas voltadas à inserção de jovens aprendizes ao mercado de trabalho no estado do Rio Grande do Norte, como também o desenvolvimento de atividades que propiciem a promoção da integração do aprendiz ao mundo do trabalho, bem como a sua formação profissional por meio da aprendizagem, sendo esta compreendida como estratégia de formação técnica profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

Sobre o andamento do projeto, consideramos que foi atingido, pois o programa já existe efetivamente.

Objetivo n.º 00458: Promover um ambiente de inovação no Governo do Estado. Escola de Governo do RN (EGRN).

Atualmente, contamos com uma equipe composta por 47 pesquisadores bolsistas e uma coordenadora bolsista dedicada à execução de Projetos Institucionais de Pesquisa e Inovação na Secretaria de Estado da Administração (SEAD). Esse grupo de profissionais representa um corpo talentoso e engajado, focado em abordar desafios e promover inovação no âmbito da gestão pública.

Foram realizadas ações para a intensificação da utilização de ferramentas digitais para desburocratização e a difusão e promoção da inovação na gestão pública, resultando na melhoria da qualidade dos serviços públicos oferecidos por meio de pesquisadores que desenvolvem trabalhos e levantamento de informações de interesse público com eficiência e qualidade.

Diretriz: 00067 Intensificação da utilização de ferramentas digitais para desburocratização, melhoria da gestão e dos serviços públicos oferecidos.

Objetivo n.º 00437: Realizar o Censo dos Servidores Públicos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP).

O objetivo não foi integralmente atendido, visto que a realização do Censo ainda não aconteceu. Seu processo de construção deu-se a partir de 2021, tendo diminuído o ritmo do andamento em função do momento pandêmico. Desse modo, o censo precisou ser repensado e reformulado mediante a saída de integrantes chaves ao Projeto, bem como às restrições financeiras governamentais. Em 2023, foi instituída a Comissão Especial para a execução do projeto, designada por meio da Portaria n° 364, de 06 de março de 2023, que promoveu a estruturação do Projeto Piloto do Censo dos Servidores Ativos do RN, a fim de estabelecer as estratégias de mapeamento de dados dos servidores ativos da SEAD, público-alvo a ser contemplado pela aplicação do piloto. Após algumas tentativas de parceria para viabilizar a ferramenta, conseguiu-se disponibilizar um servidor de tecnologia da informação, junto à COTIC, para a construção de uma nova ferramenta que abrigasse o Censo e o seu Piloto. Ainda em 2023, foram apresentados pela Comissão o protótipo da ferramenta e o piloto de formulário para coletar informações relativas aos servidores ativos do Governo do Estado. Ambos estão sendo ajustados e aperfeiçoados junto a parceiros do Projeto de modo a possibilitar uma melhor compreensão ao futuro usuário participante do Censo.

Diretriz: 00078 Modernização da estrutura administrativa do Estado.

Objetivo n.º 00443: Evolução da infraestrutura de hardware e da interconexão, visando melhorar a tecnologia da informação do Estado. Coordenadoria de Operações de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC).

O objetivo foi cumprido, visto que a aquisição dos hardwares ("nós" de Hiperconvergência) e também ativos de conectividades foi efetivado. Essa atividade proporcionou, além da possibilidade dos dados informatizados do Governo do Rio Grande do norte estarem alocados em um datacenter próprio, uma melhor administração e gerência de suas aplicações e banco de dados, tendo em vista que nos anos anteriores, tais serviços ficavam armazenados em datacenter de terceiros. Salienta-se também a evolução tecnológica que isto trouxe para celeridade e usabilidade dos serviços e sistemas no âmbito do Governo do RN, com a evolução tecnológica que este objetivo trouxe.

Diretriz: 00078 Modernização da estrutura administrativa do Estado.

Objetivo n.º 00455: Fortalecer práticas de gestão interna por meio da integração dos agentes públicos, visando melhorias no fluxo dos processos administrativos na Secretaria. Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento (PNAGE).

Objetivo n.º 00452: Aperfeiçoar continuamente o serviço público por meio de capacitação de seus servidores. Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales (EGRN).

O objetivo foi parcialmente concluído. Atualmente, a EGRN demonstra um amplo desenvolvimento e capacitação dos servidores públicos estaduais. Apesar de progressos significativos, é possível que alguns aspectos do objetivo ainda estejam em andamento ou necessitem de aprimoramentos contínuos. A ênfase na formação e no desenvolvimento dos servidores destaca o compromisso da instituição com a excelência e a melhoria constante. O acompanhamento e a avaliação contínua podem contribuir para a conclusão plena do objetivo estabelecido.

Objetivo n.º 00457: Dotar o serviço público de servidores habilitados. Escola de Governo do RN (EGRN).

O objetivo foi alcançado parcialmente e consistiu em fazer com que o servidor seja valorizado até o final de sua carreira, oferecendo-lhe todo o apoio necessário à continuidade de um projeto de vida saudável e criativo após o encerramento do seu ciclo laboral.

O PROAP (Programa de Apoio à Aposentadoria de Servidores Públicos) emerge como uma iniciativa estratégica voltada para oferecer suporte e orientação aos servidores públicos que estão se aproximando da aposentadoria. Esse programa reconhece a importância de auxiliar os profissionais em uma transição significativa de suas vidas profissionais, fornecendo recursos e informações que possam facilitar esse processo.

Ao realizar de forma bem-sucedida quase todos os encontros, workshops no interior do RN, turmas de cursos, oficinas e capacitações, o PROAP evidencia um comprometimento efetivo com a formação e capacitação dos servidores que estão prestes a se aposentar. Essas atividades não apenas fornecem conhecimentos, mas também fomentam o intercâmbio de ideias, promovem a atualização frente às demandas contemporâneas e contribuem para a construção de vida mais tranquila além do trabalho.

A expressão "concluiu com sucesso" destaca não apenas a execução quase total, mas sim a eficácia dessas iniciativas, sugerindo que os objetivos estabelecidos foram atingidos de maneira satisfatória. Dessa forma, o PROAP emerge como um catalisador fundamental para o desenvolvimento profissional e a melhoria constante do desempenho dos servidores públicos no âmbito do programa.

Diretriz: 00105 Valorização dos servidores públicos.

Objetivo n.º 00529: Promover ações de qualidade de vida aos servidores públicos. Escola de Governo do RN (EGRN).

Por meio do Programa Estadual de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho, juntamente com as comissões locais em vinte e nove órgãos públicos, foram implementadas ações de qualidade de vida, com o respaldo e apoio da gestão da SEAD/EGRN. As atividades planejadas, como a corrida do servidor e a realização de ações em datas temáticas, foram executadas dentro de parâmetros considerados razoáveis.

Entretanto, é importante observar que algumas ações, como o programa "Mais Saúde" de atividade física ao servidor, foram canceladas e absorvidas por outros órgãos. Essa adaptação pode ter sido motivada por ajustes nas prioridades, recursos ou estratégias, visando assegurar a efetividade das iniciativas de promoção da saúde e qualidade de vida.

A flexibilidade em realocar ou adaptar programas demonstra uma abordagem pragmática na busca por oferecer benefícios e suporte ao bem-estar dos servidores, considerando as circunstâncias específicas de cada órgão e a dinâmica do ambiente de trabalho. Essa abordagem alinha-se ao compromisso contínuo com a melhoria das condições de trabalho e saúde dos servidores públicos.

O objetivo atende em parte ao programa do governo, na diretriz 0095 de valorização do servidor.

Objetivo n.º 00566: Evolução da gestão no âmbito da saúde ocupacional do Estado do Rio Grande do Norte, e assistência à reabilitação dos servidores públicos estaduais vítimas de acidente de trabalho (CPIMO).

Por meio do Decreto 30.443 de 26 de março de 2021, estabeleceu-se que o servidor público civil estadual acidentado em serviço, que necessite de tratamento médico especializado que não possa ser realizado por instituição pública, tem direito a tratamento em instituição privada, nos termos deste Decreto. Caberá ao órgão ou entidade a que pertencer o servidor acidentado custear o respectivo tratamento.

4. Avaliação individual das metas

ESCOLA DE GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE (EGRN)

Meta n.º 01199: Implementar sistema de tecnologia solar fotovoltaica na EGRN.

A estrutura da estação fotovoltaica, com os painéis solares, foi instalada e aguarda a implantação de subestação para haver a interligação com a rede elétrica da Cosern. Foram realizados os procedimentos administrativos para a contratação de empresa especializada para a construção da subestação, que resta ser concluída para a implantação final da usina fotovoltaica.

A presente meta está vinculada com a proposta de governo: Incluir gradualmente a tecnologia solar fotovoltaica em edifícios públicos, como medida de redução de gastos orçamentários, promoção de empregos qualificados e agregação de novos investimentos privados.

Meta n.º 01200: Monitorar 100% das áreas vulneráveis da EGRN por sistema de videomonitoramento.

O levantamento de necessidades para a ampliação do sistema de videomonitoramento foi concluído com sucesso. Atualmente, encontra-se em andamento o processo de contratação e instalação de novas câmeras de videomonitoramento, com o objetivo de alcançar a meta de monitorar 100% das áreas vulneráveis da EGRN.

Meta n.º 01201: Implantar sistema de detecção de incêndios em 100% das áreas vulneráveis da EGRN.

Aguardando a conclusão pela equipe técnica da SIN do levantamento de necessidades de ampliação da cobertura de detecção contra incêndios.

Diretriz 95: Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração.

A presente meta está vinculada com a proposta de governo: Fazer a Escola de Governo cumprir a função de coordenar as ações de qualificação dos servidores públicos.

Meta n.º 01202: Adquirir sistema completo de Sonorização (SSON) e Dimerização (SDIN).

O processo de aquisição ainda se encontra em andamento. Foi realizado, formalmente, todos os pedidos por meio do portal ComprasNet.

A presente meta está vinculada com a proposta de governo: Fazer a Escola de Governo cumprir a função de coordenar as ações de qualificação dos servidores públicos.

Meta n.º 01204: Realizar o Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte - CONGESP/RN.

A meta foi cumprida e tem grande relevância devido atuar diretamente acerca da valorização, capacitação, desenvolvimento e especialização dos servidores públicos. Recuperando o papel dos servidores públicos, instituindo e aperfeiçoando as políticas relativas aos servidores, garantindo o investimento contínuo em capacitação.

Em 2020 ocorreu o 14º Congesp realizado no formato on-line, proporcionando um aumento significativo no número de servidores inscritos. Esse novo formato também democratizou as oportunidades de capacitação e atualização para os agentes públicos em diversos municípios do Rio Grande do Norte, com a participação de interessados de praticamente todas as unidades da federação.

O 15º Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte (Congesp) ocorreu entre os dias 15 e 18 de março de 2022, de forma totalmente remota, visando evitar aglomerações e reduzir os

riscos de proliferação dos vírus da Covid-19 e Influenza.

No período de 24 a 27 de outubro de 2023, o 16º CONGESP foi realizado em formato híbrido, registrando um recorde de público com mais de 2.763 inscritos, entre gestores, servidores, pesquisadores e estudantes. O tema central abordado foi 'Democracia, Transparência e Inovação: desafios para a gestão pública'

A presente meta está vinculada com a proposta de governo: Recuperar o papel dos servidores públicos, instituindo e aperfeiçoando as políticas relativas aos servidores, garantindo o investimento contínuo em capacitação.

Meta n.º 01206: Capacitar servidores nas modalidades presencial e à distância.

Ao longo dos últimos anos, o programa de capacitação de servidores demonstrou um compromisso constante com o aprimoramento profissional. Em 2020, um total de 2.529 servidores foram capacitados, evidenciando o investimento contínuo na qualificação da equipe. No ano subsequente, em 2021, a iniciativa manteve seu impacto, beneficiando um total de 1.697 servidores com oportunidades de desenvolvimento profissional.

O ano de 2022 destacou-se pelo expressivo número de participantes no programa de capacitação, totalizando 3.419 servidores beneficiados. Essa cifra representa um marco significativo no comprometimento com a atualização constante das habilidades e conhecimentos da equipe. Em 2023, a trajetória de capacitação persistiu, envolvendo 1.535 servidores em iniciativas que visam fortalecer as competências necessárias para os desafios contemporâneos. Atingindo então um total de 9.180 servidores capacitados, esses números refletem o empenho contínuo em promover um ambiente de trabalho qualificado e preparado para enfrentar as demandas em constante evolução.

A meta atua diretamente acerca da valorização, capacitação, desenvolvimento e especialização dos servidores públicos. Recuperando o papel dos servidores públicos, instituindo e aperfeiçoando as políticas relativas aos servidores, garantindo o investimento contínuo em capacitação para a melhoria da gestão pública.

A presente meta está vinculada com a proposta de governo: Recuperar o papel dos servidores públicos, instituindo e aperfeiçoando as políticas relativas aos servidores, garantindo o investimento contínuo em capacitação.

Meta n.º 01207: Concluir as graduações até dezembro de 2023.

Atualmente, estão em andamento 2 turmas do curso de Tecnólogo em Gestão Pública, oferecido em nível de graduação, por meio de uma parceria com o IFRN. Este compromisso com a formação acadêmica e profissional reflete o esforço conjunto para capacitar os participantes nas áreas relevantes da gestão pública.

Além disso, é motivo de satisfação informar que uma turma do curso de Tecnólogo em Gestão Pública, também em colaboração com o IFRN, foi concluída. Este marco representa não apenas a conclusão bem-sucedida de um ciclo de estudos, mas também a entrega bem-sucedida de conhecimentos e habilidades que contribuirão para o avanço profissional e aprimoramento na área da gestão pública.

A presente meta está vinculada com a proposta de governo: Recuperar o papel dos servidores públicos, instituindo e aperfeiçoando as políticas relativas aos servidores, garantindo o investimento contínuo em capacitação.

Meta n.º 01208: Concluir 3 especializações até dezembro de 2023.

Atualmente, no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), está em fase de tramitação a solicitação para autorização de 1 curso de pós-graduação em Gestão Pública, proposto pela UERN. O curso contempla 2 turmas, cada uma com 45 vagas, e encontra-se sob análise para aprovação pela Secretaria de Administração (SEAD).

No decorrer do ano de 2023, foi concluído com sucesso um curso de especialização em Residência Tecnológica, oferecido pela UFRN. Essa iniciativa reforça o compromisso com a formação especializada dos servidores, contribuindo para a atualização de conhecimentos e aprimoramento profissional.

Destaca-se também a celebração de um convênio com a UFRN para a oferta de 30 vagas no Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública. Em 2023, os primeiros 10 servidores foram selecionados e já estão em curso, dando início a uma etapa significativa de aprimoramento acadêmico e profissional. Este é um passo importante na busca pela excelência na gestão pública, promovendo a formação de líderes capazes de enfrentar os desafios contemporâneos.

A meta atua diretamente acerca da valorização, capacitação, desenvolvimento e especialização dos servidores públicos. Recuperando o papel dos servidores públicos, instituindo e aperfeiçoando as políticas relativas aos servidores, garantindo o investimento contínuo em formação, desenvolvimento e capacitação para a melhoria da gestão pública.

Meta n.º 01209: Iniciar 1 mestrado até dezembro de 2023.
A meta foi bem sucedida tendo em vista que foi estabelecido um convênio com a UFRN para disponibilizar 30 vagas no Mestrado Profissional em Gestão Pública e no ano de 2023, os primeiros 10 servidores foram criteriosamente selecionados e já estão matriculados no referido mestrado profissional.

Essa iniciativa demonstra o comprometimento em promover a capacitação avançada dos servidores, proporcionando-lhes a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e habilidades na área de gestão pública. O desenvolvimento desses profissionais por meio do Mestrado Profissional contribuirá não apenas para seu crescimento individual, mas também para fortalecer a eficácia e a qualidade das práticas de gestão dentro da instituição.

A meta atua diretamente acerca da valorização, capacitação, desenvolvimento e especialização dos servidores públicos. Recuperando o papel dos servidores públicos, instituindo e aperfeiçoando as políticas relativas aos servidores, garantindo o investimento contínuo em formação, desenvolvimento e capacitação para a melhoria da gestão pública.

Meta n.º 01210: Realizar capacitações de curta duração pela EGRN com instrutores selecionados no Banco de Talentos.

A meta foi alcançada com sucesso. Todos os cursos de capacitação realizados foram ministrados por instrutores selecionados a partir das indicações do Banco de Talentos. Vale ressaltar que,

como exceção, em três cursos oferecidos pela ENAP, no âmbito do Programa ENAP em Rede, do qual a EGRN é parceira, a seleção de instrutores seguiu uma abordagem diferente. Essa conquista reflete o compromisso contínuo com a qualidade e a eficácia do desenvolvimento profissional, aproveitando de forma eficiente os recursos disponíveis, especialmente por meio da parceria estratégica com a ENAP.

A meta atua diretamente acerca da valorização, capacitação, desenvolvimento e especialização dos servidores públicos. Recuperando o papel dos servidores públicos, instituindo e aperfeiçoando as políticas relativas aos servidores, garantindo o investimento contínuo em capacitação.

Meta n.º 01212: Implantar o sistema de gestão acadêmica.

A meta ainda não foi concluída, uma vez que o Sistema Único de Administração Pública (SUAP) encontra-se em processo de customização, incluindo a implementação do sistema de gestão acadêmica. Este estágio reflete o compromisso contínuo com a melhoria e personalização do SUAP para atender às necessidades específicas da instituição. O desenvolvimento em andamento sugere uma abordagem cuidadosa e dedicada para garantir que o sistema atenda efetivamente aos requisitos e expectativas da EGRN.

A mesma está vinculada com a proposta de governo: Recuperar o papel dos servidores públicos, instituindo e aperfeiçoando as políticas relativas aos servidores, garantindo o investimento contínuo em capacitação.

Meta n.º 01213: Realizar 04 encontros com os municípios até dezembro de 2023.

Em razão das restrições orçamentárias, esta meta foi paralisada.

A presente meta está vinculada com a proposta de governo: Recuperar o papel dos servidores públicos, instituindo e aperfeiçoando as políticas relativas aos servidores, garantindo o investimento contínuo em capacitação.

Meta n.º 01215: Realizar capacitações no interior do Estado do Rio Grande do Norte.

A meta foi não apenas alcançada, mas superada com sucesso. Foram realizados 20 cursos de capacitação em 2022, todos na modalidade de Educação a Distância (EaD), abrangendo 62 municípios signatários do Plano RN Inclusivo. Essa realização não só cumpre, mas também ultrapassa significativamente a expectativa estabelecida de 10 capacitações no interior do Estado do RN. A ampliação da oferta de cursos demonstra um esforço notável em promover a capacitação em diversas localidades, reforçando o compromisso da instituição com a inclusão e o desenvolvimento profissional em todo o estado.

Esta meta atua diretamente acerca da valorização, capacitação, desenvolvimento e especialização dos servidores públicos. Recuperando o papel dos servidores públicos, instituindo e aperfeiçoando as políticas relativas aos servidores, garantindo o investimento contínuo em capacitação para a melhoria da gestão pública e a promoção da cidadania ativa e do desenvolvimento local.

Meta n.º 01222: Realizar encontros semestrais de ambientação dos novos estagiários até dezembro de 2023.

A meta estabelecida de realizar encontros semestrais de ambientação dos novos estagiários até dezembro de 2023 não foi iniciada. No entanto, é importante destacar que a EGRN conseguiu realizar um encontro com os gestores de estágio e está sendo organizado para acontecer no início de 2024.

Essa meta está vinculada à modernização administrativa, buscando aprimorar e atualizar os processos e práticas dentro da instituição. Mesmo diante de desafios, como os apresentados pela pandemia, a realização do encontro com os estagiários no dia 10 de março de 2022 demonstra um esforço contínuo para adaptar-se às circunstâncias e cumprir os objetivos de modernização administrativa, especialmente no que diz respeito à integração e ambientação de novos membros na equipe. Este encontro pode ser visto como um passo significativo na busca por eficiência e excelência na gestão administrativa.

Meta n.º 01223: Realizar eventos de capacitação no âmbito do Programa de Apoio a Aposentadoria - PROAP (4 encontros, 4 oficinas e 2 workshop).

O Programa de Apoio à Aposentadoria (PROAP) realizou 3 Lives, 3 Encontros, 7 Workshops no Interior do RN (nas cidades de Santa Cruz, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros), 9 Turmas de Cursos (todas em Natal) e 3 Oficinas (realizadas tanto na capital, Natal, quanto no interior do estado), totalizando 25 ações. Essas ações proporcionaram momentos de interação, orientação, capacitação e preparação para a aposentadoria aos servidores envolvidos no programa.

A abrangência geográfica do PROAP, com a realização de Workshops no interior, destaca o esforço em atender servidores em diferentes localidades do Rio Grande do Norte. As turmas de cursos ministradas em Natal contribuíram para a capacitação dos servidores, enquanto as oficinas abordaram aspectos práticos e atividades específicas para melhorar a preparação para a aposentadoria.

Considerando o sucesso das ações realizadas no interior, é válido avaliar a possibilidade de expandir para outras localidades, buscando atingir um número ainda maior de servidores. Coletar feedback dos participantes sobre a utilidade e eficácia dos eventos pode fornecer informações valiosas para melhorias contínuas. Além disso, explorar a inclusão de novos formatos de eventos, como webinars interativos, pode aprimorar a acessibilidade e a participação no programa. Planos futuros podem incluir eventos específicos para atender às necessidades identificadas durante as primeiras ações do PROAP, tornando o programa ainda mais eficaz na preparação dos servidores para a aposentadoria.

A meta consiste em fazer com que o servidor seja valorizado até o final de sua carreira, oferecendo-lhe todo o apoio necessário à continuidade de um projeto de vida saudável e criativo após o encerramento do seu ciclo laboral.

Meta n.º 01224: Implantar convênio com FAPERN para inovação tecnológica com egressos do ensino superior.

Atualmente, a equipe é composta por 47 pesquisadores bolsistas e 1 coordenadora bolsista dedicada à execução de Projetos Institucionais de Pesquisa e Inovação na Secretaria de Estado da Administração (SEAD). Esse grupo de profissionais representa um corpo talentoso e engajado, focado em abordar desafios e promover inovação no âmbito da gestão pública.

Além disso, destaca-se a criação do Laboratório de Inovação iNovaRN, um espaço especialmente

concebido para apoiar e incubar projetos inovadores na gestão pública. O iNovaRN surge como um ambiente propício à discussão de problemas complexos, visando encontrar soluções criativas e inovadoras para aprimorar a administração pública. Este laboratório representa um compromisso palpável com a busca por soluções práticas e inovadoras, fomentando um ambiente propício à pesquisa, experimentação e desenvolvimento de ideias.

A contratação de bolsistas para SEAD e EGRN foi uma meta bastante significativa, sendo importante reconhecer que nossa equipe atual já demonstra uma dedicação excepcional à pesquisa e inovação. A expansão planejada reforçou nosso compromisso com a excelência e eficiência nos serviços prestados pela SEAD, impulsionando ainda mais nossa capacidade de abordar desafios e promover avanços significativos na gestão pública.

Foram implementadas ações para intensificar a utilização de ferramentas digitais visando à modernização e à desburocratização e à promoção da inovação na gestão pública. Essas iniciativas têm como objetivo fornecer inovação e melhorar a qualidade dos serviços públicos. Para alcançar esse propósito, contamos com uma equipe de pesquisadores dedicados que desenvolvem trabalhos e realizam levantamento de informações de interesse público com eficiência e qualidade. Essa abordagem reflete nosso compromisso em modernizar e aprimorar continuamente os serviços públicos, tornando-os mais acessíveis, eficazes e alinhados com as demandas da sociedade.

Meta n.º 01229: Atender as necessidades de equipamentos do Programa Mais Saúde.

O Programa Mais Saúde foi absorvido pelas atividades da SEEC. Em consequência, essa ação e essa meta não estão sob a responsabilidade do Programa QVST/ EGRN.

Meta n.º 01231: Realizar 04 fóruns de qualidade de vida até dezembro de 2023.

A meta foi cumprida, pois foram realizados 06 eventos, sendo 05 em Natal e 01 em Mossoró. Mesmo que o objetivo não tenha sido totalmente atingido, a realização dos 06 fóruns representa um esforço considerável em promover a participação e o diálogo nas duas localidades mencionadas.

Esses eventos podem ser reconhecidos como oportunidades valiosas para a troca de conhecimento e experiências, contribuindo para os objetivos propostos, mesmo que em uma escala ligeiramente reduzida. A participação e o engajamento em fóruns de qualidade de vida são fundamentais para fortalecer o compromisso com o bem-estar dos colaboradores e criar um ambiente de trabalho saudável.

A instituição demonstra uma abordagem flexível ao reconhecer as circunstâncias que possam ter afetado o alcance total da meta, enquanto ainda valoriza e celebra as conquistas obtidas nos fóruns realizados. Esse esforço contínuo contribui para a construção de uma cultura organizacional que prioriza a qualidade de vida e o bem-estar dos seus membros.

A presente meta está vinculada com a proposta de governo: Recuperar o papel dos servidores públicos, instituindo e aperfeiçoando as políticas relativas aos servidores, garantindo o investimento contínuo em capacitação.

Meta n.º 01232: Realizar 04 eventos comemorativos pela semana do servidor (Feira de Talentos, Corrida do servidor e campeonato de Futebol) até dezembro de 2023.

A meta de realizar 04 eventos comemorativos pela semana do servidor (Feira de Talentos, Corrida do Servidor e Campeonato de Futebol) até dezembro de 2023 já foi concluída com sucesso. Foram realizadas todas as edições da Corrida do Servidor que foram previstas, e 2 campeonatos de futebol do servidor até o ano de 2023, inclusive com a inclusão do campeonato feminino.

Além disso, é importante destacar que a Feira de Talentos dos servidores, que anteriormente era organizada pelo Programa QVST/EGRN, agora é realizada pelo GAC. Essa transição de responsabilidades mostra uma adaptação eficiente na organização dos eventos, evidenciando a capacidade da instituição em otimizar recursos e envolver diferentes setores na promoção de atividades comemorativas.

Esses eventos não apenas celebram a semana do servidor, mas também fortalecem o senso de comunidade, promovem a integração entre os colaboradores e contribuem para um ambiente de trabalho mais participativo e colaborativo. Essa abordagem demonstra um comprometimento constante com a valorização e reconhecimento dos servidores.

A meta atua diretamente acerca da valorização, capacitação, desenvolvimento e especialização dos servidores públicos. Recuperando o papel dos servidores públicos, instituindo e aperfeiçoando as políticas relativas aos servidores, garantindo o investimento contínuo em capacitação e melhoria da qualidade de vida dos servidores.

Meta n.º 01233: Realizar comemorações de Natal do servidor até dezembro de 2023.

A meta de realizar quatro comemorações de Natal do servidor até dezembro de 2023 não pôde ser concluída integralmente, considerando as limitações impostas pela pandemia da Covid-19. Até o momento, foram realizados os eventos de Natal dos servidores nos anos de 2019, 2022 e 2023. Infelizmente, as celebrações previstas para os anos de 2020 e 2021 não foram possíveis devido às restrições e preocupações relacionadas à saúde pública.

É compreensível que as circunstâncias excepcionais da pandemia tenham impactado diretamente a capacidade de realizar eventos presenciais. No entanto, a realização das comemorações em 2019, 2022 e 2023 destaca o esforço contínuo da instituição em reconhecer e celebrar seus servidores, mesmo em meio a desafios significativos.

A meta concentra-se diretamente na valorização, capacitação, desenvolvimento e especialização dos servidores públicos. O objetivo é recuperar e fortalecer o papel desempenhado por esses profissionais, instituindo e aprimorando políticas relacionadas ao seu bem-estar e desenvolvimento. Isso inclui garantir um investimento contínuo em capacitação, reconhecendo a importância do aprimoramento constante para enfrentar os desafios em evolução.

Além disso, a meta busca promover melhorias na qualidade de vida dos servidores, reconhecendo a relevância de um ambiente de trabalho saudável e apoiador. Ao focar nessas áreas-chave, a instituição demonstra seu compromisso com o crescimento profissional, a satisfação no trabalho e o desenvolvimento integral dos servidores públicos.

Meta n.º 01234: Realizar as comemorações de São João dos servidores até dezembro de 2023.

A meta de realizar 04 comemorações do São João do servidor até dezembro de 2023 não pôde ser concluída integralmente, considerando as limitações impostas pela pandemia da Covid-19. Até o momento, foram realizados os eventos de São João dos servidores nos anos de 2019, 2022 e 2023.

Infelizmente, as celebrações previstas para os anos de 2020 e 2021 não foram possíveis devido às restrições e preocupações relacionadas à saúde pública.

É compreensível que as circunstâncias excepcionais da pandemia tenham impactado diretamente a capacidade de realizar eventos presenciais. No entanto, a realização das comemorações em 2019, 2022 e 2023 destaca o esforço contínuo da instituição em reconhecer e celebrar seus servidores, mesmo em meio a desafios significativos.
A meta atua diretamente acerca da valorização, capacitação, desenvolvimento e especialização dos servidores públicos. Recuperando o papel dos servidores públicos, instituindo e aperfeiçoando as políticas relativas aos servidores, garantindo o investimento contínuo em capacitação e melhoria da qualidade de vida dos servidores.

Meta n.º 01639: Iniciar Mestrados.

Estabeleceu-se um convênio bem-sucedido com a UFRN para disponibilizar 30 vagas no Mestrado Profissional em Gestão Pública. No ano de 2023, os primeiros 10 servidores foram criteriosamente selecionados e já estão matriculados no referido mestrado profissional.

Essa iniciativa demonstra o comprometimento em promover a capacitação avançada dos servidores, proporcionando-lhes a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e habilidades na área de gestão pública. O desenvolvimento desses profissionais por meio do Mestrado Profissional contribuirá não apenas para seu crescimento individual, mas também para fortalecer a eficácia e a qualidade das práticas de gestão dentro da instituição.

A meta atua diretamente acerca da valorização, capacitação, desenvolvimento e especialização dos servidores públicos. Recuperando o papel dos servidores públicos, instituindo e aperfeiçoando as políticas relativas aos servidores, garantindo o investimento contínuo em capacitação e melhoria da qualidade de vida dos servidores.

Meta n.º 01651: Promover capacitação dos agentes públicos para a inclusão na gestão de pessoas e diversidade sócio-humana.

Ao promover a capacitação dos agentes públicos, em Agosto de 2023, por meio do curso de inclusão na gestão de pessoas e diversidade sócio-humana, a EGRN demonstra um compromisso significativo com a valorização da diversidade e a promoção de práticas inclusivas no ambiente de trabalho para os servidores do Governo do Estado. Essa iniciativa busca não apenas proporcionar conhecimento sobre a importância da gestão da diversidade, mas também desenvolver habilidades e sensibilizar os agentes públicos para lidar de forma adequada e inclusiva com a heterogeneidade presente nas equipes de trabalho.

A capacitação abrangeu temas como equidade de gênero, inclusão de pessoas com deficiência, respeito à diversidade étnico-racial, entre outros. Além disso, a formação pode focou nos aspectos relacionados à gestão de pessoas, visando criar uma cultura organizacional mais justa, igualitária e acolhedora.

A promoção da diversidade não apenas fortalece a imagem do Governo do Estado como também contribui para um ambiente de trabalho mais enriquecedor, onde diferentes perspectivas e experiências são valorizadas. A inclusão na gestão de pessoas reflete um comprometimento com a construção de uma organização que respeita e valoriza a pluralidade, resultando em benefícios tanto para os servidores quanto para a própria administração pública e sociedade.

A meta atua diretamente acerca da valorização, capacitação, desenvolvimento e especialização

dos servidores públicos. Recuperando o papel dos servidores públicos, instituindo e aperfeiçoando as políticas relativas aos servidores, garantindo o investimento contínuo em capacitação e melhoria da qualidade de vida dos servidores.

COORDENADORIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS (COMPR)

Meta n.º 01186: Implementar uma central de compras no Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

O ano de 2023 foi marcado pela continuidade na política de centralização das compras públicas. A equipe da SEAD afinou ainda mais o modelo de centralização a ser adotada no Estado do Rio Grande do Norte, dando continuidade em visitas técnicas realizadas em outros entes federativos, a exemplo do estado do Ceará, com estrutura organizacional e financeira similares ao Rio Grande do Norte, inclusive realizando visitas técnicas nos órgãos e entidades do Estado do RN para conhecer as estruturas de compras públicas. Além disso, como medida de experiência, algumas compras públicas de outras secretarias foram conduzidas por COMPR para idealizar o procedimento centralizado.

Dando continuidade à política de centralização das compras públicas, a equipe da SEAD concluiu as visitas às unidades de compras dos órgãos e entidades do Estado. Os dados coletados possibilitaram um mapeamento dessas estruturas, que auxiliará na escolha do modelo de centralização a ser adotado pelo Estado do Rio Grande do Norte. Também neste bimestre houve avanço significativo no campo da regulamentação da Central. Foram publicados 2 (dois) decretos estaduais, quais sejam: o Decreto nº 33.088, de 2023, que dispõe sobre a Rede Estadual de Gestão de Compras Governamentais (REGECOM) e o Decreto nº 33.090, de 2023, que instituiu o Grupo de Trabalho Especial (GTE) para subsidiar a instituição da Central de Compras do Estado do Rio Grande do Norte. Ambos os instrumentos contarão com a participação de representantes de outros órgãos, possibilitando um necessário diálogo interinstitucional para a efetivação da Central.

A criação da meta de implantação da Central de Compras no Estado do Rio Grande do Norte foi imprescindível no desenvolvimento das atividades realizadas no período de vigência do Plano Plurianual (2019-2023). Os principais avanços nos esforços para cumprimento da meta ocorreram com a edição da Lei Complementar n.° 695, de 18 de janeiro de 2022, que adequou o funcionamento da gestão de contratos do Estado do Rio Grande do Norte às disposições previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021 e reestruturou o controle interno do Poder Executivo por meio da criação do setor de integridade e transparência. Outrossim, o Decreto Estadual n.º 31.346, de 01 de abril de 2022, que regulamentou o Capítulo II da Lei Complementar em referência, detalhando as disposições da lei legislação de regência. Nesse contexto, houve a agregação de parte das comissões de licitações que anteriormente eram descentralizadas, representando o avanço no cumprimento da meta proposta nos instrumentos de planejamento.

A presente meta está vinculada com a proposta de governo: Realizar uma reforma que dê mais racionalidade e modernize a estrutura administrativa do governo, eliminando sobreposições de funções e atribuições, além de adequar a estrutura organizacional às prioridades das políticas públicas.

COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO (COPAT) E SUBCOORDENADORIA DE PATRIMÔNIO

IMOBILIÁRIO (SUPAT)

Meta n.º 01196: Possibilitar a organização patrimonial aos gestores do Estado, de forma que haja unificação no uso dos sistemas por parte dos agentes públicos.

Para o controle e gestão dos bens móveis pertencentes ao Estado do Rio Grande do Norte, foi criado o módulo Patrimônio Móvel do SIPAC, que é uma ferramenta que auxilia na gestão dos bens dos órgãos e entidades, tendo como principais funções o registro dos materiais permanentes, a partir das entradas e tombamento dos bens, controle de localização e respectivos responsáveis por sua guarda, movimentações e acautelamentos, chamados e ocorrências patrimoniais, inventários, desfazimentos e ajustes contábeis, inclusive depreciação. Com relação aos bens imóveis, é utilizado o Sistema de Gestão Patrimonial (SGP), de acesso restrito aos servidores públicos, e o Portal de Imóveis do RN (SIPAT) de livre acesso à população. O SGP concentra todas as informações relacionadas aos imóveis em formato digital, proporcionando uma gestão eficiente e organizada. O SIPAT tem como objetivo principal disponibilizar dados abertos e acessíveis ao público em geral sobre os imóveis de propriedade do Estado do RN, além de geoinformação através de mapa georreferenciado.

A presente meta está vinculada com a proposta de governo: Realizar uma reforma que dê mais racionalidade e modernize a estrutura administrativa do governo, eliminando sobreposições de funções e atribuições, além de adequar a estrutura organizacional às prioridades das políticas públicas.

Meta n.º 01640: Elaborar programa de manutenção e conservação dos imóveis de propriedade do Estado do Rio Grande do Norte

Para a manutenção desses imóveis e objetivando mantê-los em conformidade com as leis ambientais em questão, foi firmado, entre a Secretaria de Estado de Administração (SEAD) e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), o Convênio nº 02/2022 para execução do projeto “Ressocialização das Pessoas Privadas de Liberdade por Meio da Manutenção e Conservação dos Imóveis Públicos Estaduais, de Responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração”. Tal convênio atenderá a ressocialização dos privados de liberdade, do Sistema Penitenciário do Estado, a implantação de um programa de inclusão de mão de obra, de pessoas privadas de liberdade, em ciclos de prestação de serviços de limpeza, manutenção e conservação dos imóveis públicos, de responsabilidade da SEAD e atenderá às demandas judiciais e ministeriais encaminhadas à SEAD, em especial os imobiliários que se encontram em desuso.Em sua cláusula segunda, o Convênio 02/2022 estabelece como finalidade “inserir as pessoas privadas de liberdade em ciclos produtivos de atividades, viabilizando a mitigação da discriminação, alcance da ressocialização, oferta de capacitação profissional, inclusão social e, ainda, remição de pena”. Ficou determinado que as pessoas privadas de liberdade, no regime semiaberto e/ou fechado, do Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte, poderão exercer as atividades laborativas em áreas externas ou internas, a serem definidas pela concedente.

Meta n.º 01664: Viabilizar a gestão e o controle patrimonial dos bens móveis e imóveis do Estado.

Para o controle e gestão dos bens móveis pertencentes ao Estado do Rio Grande do Norte, foi criado o módulo Patrimônio Móvel do SIPAC, que é uma ferramenta que auxilia na gestão dos

bens dos órgãos e entidades, tendo como principais funções o registro dos materiais permanentes, a partir das entradas e tombamento dos bens, controle de localização e respectivos responsáveis por sua guarda, movimentações e acautelamentos, chamados e ocorrências patrimoniais, inventários, desfazimentos e ajustes contábeis, inclusive depreciação. Com relação aos bens imóveis, é utilizado o Sistema de Gestão Patrimonial (SGP), de acesso restrito aos servidores públicos, e o Portal de Imóveis do RN (SIPAT) de livre acesso à população. O SGP concentra todas as informações relacionadas aos imóveis em formato digital, proporcionando uma gestão eficiente e organizada. O SIPAT tem como objetivo principal disponibilizar dados abertos e acessíveis ao público em geral sobre os imóveis de propriedade do Estado do RN, além de geoinformação através de mapa georreferenciado.

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (COGEP)

Meta n.º 01182: Atualizar o cadastro dos servidores públicos ativos do Governo do Estado.

A meta não foi integralmente atendida devido a dificuldades inerentes à gestão governamental, representadas principalmente pelas migrações de parceiros ligados à iniciativa para outros projetos, entre outros fatores. A iniciativa do Censo foi encabeçada por um pesquisador-bolsista que, após sua saída, precisou ser repensada e reformulada. Foi instituída a Comissão Especial para a execução do projeto, designada por meio da Portaria n° 364, de 06 de março de 2023, que promoveu a estruturação do Projeto Piloto do Censo dos Servidores Ativos do RN, a fim de estabelecer as estratégias de mapeamento de dados dos servidores ativos da SEAD, público-alvo a ser contemplado pela aplicação do piloto. A implementação do Projeto Piloto encontrou dificuldades devido à migração de parceiros da área de tecnologia da informação para outros projetos. De modo a manter o Piloto em continuação, conseguiu-se disponibilizar um servidor de tecnologia da informação, junto à COTIC, para a construção de uma nova ferramenta que abrigue o Censo e o seu Piloto. Em 2023, foram apresentados pela Comissão o protótipo da ferramenta e o piloto de formulário para coletar informações relativas aos servidores ativos do Governo do Estado. Ambos estão sendo ajustados e aperfeiçoados junto a parceiros do Projeto de modo a possibilitar uma melhor compreensão ao futuro usuário participante do Censo.

A presente meta está vinculada com a proposta de governo: Realizar uma reforma administrativa que dê mais racionalidade e modernize a estrutura administrativa do Governo, eliminando sobreposições de funções/atribuições e adequando a estrutura organizacional às prioridades das políticas públicas.

Meta n.º 01219: Mapear e Redesenhar o fluxo dos processos eletrônicos da SEAD.

O mapeamento do fluxo dos processos é de fundamental importância na contribuição da celeridade dos processos , bem como inibir o desperdício de trabalho. Meta inicialmente sob responsabilidade do PNAGE, encaminhada para a COGEP. O setor tratou de alguns fluxos de processos, porém, quanto ao mapeamento geral, não foi realizado por não ter sido meta do setor.

Meta n.º 01650: Promover ações de políticas públicas voltadas à inserção dos jovens no mercado de trabalho.

O programa RN Aprendiz foi gerido por um comitê, administrado pela SEAD, tendo sido instituído na sua integralidade.

A coordenação do Programa RN Aprendiz, pela SEAD, tinha o intuito de instaurar o programa e assim foi feito. Essa meta foi integralmente cumprida. Quanto a sua execução, está a cargo da adesão ao Edital.

COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (COTIC)

Meta n.º 01546: Estruturação do comitê técnico de tecnologia da informação.

Formar colegiado de caráter permanente, com responsabilidades de cunho estratégico e executivo, que tem por finalidade coordenar a formulação de propostas de políticas, objetivos, estratégias, investimentos e prioridades de tecnologia da informação e de serviços digitais, e assessorar, em matérias correlatas, o Governo do RN.

No último bimestre, houveram reuniões com os membros do GT, dando continuidade nas discussões e debates sobre TIC e Governo digital, como também novas análise de minutas para mudanças em resoluções e portaria envolvendo tecnologia da informação e comunicação, entre elas a apreciação e validação da minuta do Decreto que institui no âmbito do Poder Executivo a Política Estadual de Transformação Digital, o Sistema Integrado de Governança Digital e o Portal Único de Serviço ao Cidadão (RN Mais Digital), que posterior a isto, foi sancionado pela Governadora do Estado, através do Decreto Nº 33.093 de 27 de Outubro de 2023.

A presente meta está vinculada com a proposta de governo: Avançar no uso da informática, na digitalização de processos e documentos e no uso das tecnologias da informação como forma de agilizar, dar mais eficiência e eficácia na gestão governamental.

COMISSÃO PERMANENTE DE INSPEÇÃO MÉDICA OFICIAL DO ESTADO (CPIMO)

Meta nº. 01545: Atender a 100% dos servidores públicos acidentados em serviço para tratamento especializado em instituição privada de saúde, conforme decreto nº 30.443, de 26 de março de 2021.

Em 2023 a demanda da CPIMO foi integralmente direcionada aos exames admissionais, não havendo procura e demanda externa de trabalhadores acidentados durante a jornada de trabalho, que não tenham conseguido o tratamento no serviço público.

SUBSECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS (SRH)

Meta n.º 01220: Realização de concursos públicos.

Entendesse que os concursos públicos são a oportunidade dos cidadãos atuarem diretamente na administração pública. A meta em questão foi devidamente atingida devido durante o ano de 2023 terem sido realizados os concursos públicos do Corpo de Bombeiros Militar (CBM), assim como da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE), onde o mesmo foi concluído e no fim do ano, não foram constatados novos concursos realizados.

A presente meta está vinculada com as seguintes propostas de Governo: a) Recompor o efetivo policial, com a celebração do concurso e revisão dos critérios de distribuição dos profissionais e viabilizar a realização de tarefas administrativas por profissionais da reserva; b) Realizar, sem comprometer as finanças do Estado, concursos públicos, prioritariamente, para as áreas mais

críticas do Governo.

5. Avaliação individual das iniciativas

Objetivo 00449: Modernizar e aperfeiçoar a infraestrutura física da EGRN (EGRN).

Iniciativa n.º 01826: Contratação de empresa especializada para ampliar a estrutura da Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

A proposta era modernizar e aperfeiçoar a infraestrutura física da EGRN, reconhecendo a importância de uma estrutura adequada para o desempenho eficiente das atividades da instituição. A iniciativa específica envolvia a contratação de uma empresa especializada para realizar as melhorias planejadas.

Infelizmente, a não realização da contratação de uma empresa especializada devido às limitações orçamentárias é uma situação desafiadora. A modernização da infraestrutura é vital para o funcionamento eficaz de qualquer instituição, e as limitações financeiras podem impactar negativamente os planos de aprimoramento.

Diante de restrições orçamentárias, é crucial buscar estratégias alternativas. Pode-se considerar abordagens escalonadas, priorizando as áreas mais críticas ou com maior necessidade de atualização. Além disso, buscar parcerias público-privadas, linhas de financiamento específicas ou fontes de recursos alternativas pode ser uma abordagem a ser explorada.

A modernização da infraestrutura é um investimento essencial para garantir a eficiência operacional e o atendimento adequado às demandas da instituição. Avaliar periodicamente as possibilidades de aporte financeiro e adotar estratégias flexíveis permitirá a retomada desse objetivo no futuro, assegurando a continuidade do progresso institucional.

A ampliação da infraestrutura da EGRN não foi realizada, durante a vigência do atual PPA.

A presente iniciativa está vinculada com a proposta de governo: Fazer a Escola de Governo cumprir a função de coordenar as ações de qualificação dos servidores públicos.

Iniciativa n.º 01843: Aquisição de bens e equipamentos para a Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

A proposta consiste na modernização e aprimoramento da infraestrutura física da EGRN por meio da aquisição de bens e equipamentos necessários ao pleno funcionamento da instituição. Essa iniciativa visava atender às demandas específicas da Escola de Governo.

A realização de um levantamento de necessidades para a aquisição de bens e equipamentos é um passo fundamental para garantir que os recursos sejam direcionados de maneira eficiente. Identificar as demandas específicas da Escola de Governo é essencial para alinhar os investimentos com as necessidades operacionais e pedagógicas.

Com base no levantamento realizado, o próximo passo seria avaliar as opções disponíveis no mercado, considerar fornecedores confiáveis e, quando possível, explorar oportunidades de obtenção de equipamentos modernos e eficientes. Além disso, é importante criar um plano de

implementação escalonado, priorizando as áreas críticas ou aquelas que contribuirão significativamente para a melhoria imediata da infraestrutura.

A aquisição de bens e equipamentos modernos pode ter impactos positivos na eficiência operacional, na qualidade dos serviços oferecidos pela Escola de Governo e na experiência dos usuários. Essa iniciativa é crucial para garantir que a infraestrutura acompanhe as demandas atuais e futuras da instituição.

Considerando o aspecto financeiro, é importante buscar alternativas sustentáveis para garantir a continuidade da modernização. Parcerias, captação de recursos e a exploração de programas de financiamento específicos podem ser estratégias para superar desafios orçamentários.

Essa iniciativa é um passo significativo em direção à modernização da infraestrutura, contribuindo para a excelência operacional da EGRN e fortalecendo sua capacidade de oferecer serviços de qualidade.

Foram atendidas em parte a diretriz 0095, que visa propiciar um ambiente institucional favorável à realização das atividades da EGRN.

Objetivo 00438: Modernizar a gestão pública, por intermédio da implantação de políticas de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho e oferta de canais de comunicação com os usuários externos, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de suas políticas (COMPR/UIAG).

Iniciativa n.º 01813: Elaboração e melhoria dos instrumentos de aquisição da gestão pública.

Objetivando o cumprimento da iniciativa, foram realizadas diversas ações no âmbito da COGEP, como: a organização de eventos; atualização de cartilhas de orientação ao servidor; aprimoramento na padronização de fluxos processuais; materiais informativos acerca do teletrabalho; relatórios relacionados ao perfil dos servidores; além de parcerias com outros órgãos da administração, a fim de aprimorar a construção das políticas públicas do RN, a partir dos grupos de trabalho criados pela Rede Estadual de Gestão de Pessoas (REGESP).

No âmbito da COGEP, a iniciativa foi devidamente concluída. Logo, atendeu ao Programa de Governo 2019/2022, uma vez que contemplou a diretriz 00073, a qual visa a melhoria da eficiência dos gastos públicos.

A presente iniciativa está vinculada com a proposta de governo: Realizar uma reforma administrativa que dê mais racionalidade e modernize a estrutura administrativa do Governo, eliminando sobreposições de funções/atribuições e adequando a estrutura organizacional às prioridades das políticas públicas.

Iniciativa n.º 01827: Unificação do sistema de gestão do patrimônio do Estado.

Para o controle e gestão dos bens móveis pertencentes ao Estado do Rio Grande do Norte, foi criado o módulo Patrimônio Móvel do SIPAC, que é uma ferramenta que auxilia na gestão dos bens dos órgãos e entidades, tendo como principais funções o registro dos materiais permanentes, a partir das entradas e tombamento dos bens, controle de localização e respectivos responsáveis por sua guarda, movimentações e acautelamentos, chamados e ocorrências patrimoniais, inventários, desfazimentos e ajustes contábeis, inclusive depreciação. Com relação aos bens imóveis, é utilizado o Sistema de Gestão Patrimonial (SGP), de acesso restrito aos

servidores públicos, e o Portal de Imóveis do RN (SIPAT) de livre acesso a população. O SGP concentra todas as informações relacionadas aos imóveis em formato digital, proporcionando uma gestão eficiente e organizada. O SIPAT tem como objetivo principal disponibilizar dados abertos e acessíveis ao público em geral sobre os imóveis de propriedade do Estado do RN, além de geoinformação através de mapa georreferenciado.

Iniciativa n.º 01857: Efetivar instrumento legal para adequação da estrutura organizacional da SEAD, realização de termos de cooperação e convênios para atender a reestruturação organizacional de recursos humanos do Estado do RN.

Iniciativa n.º 01999. Operacionalização de Frota de veículos.

A Gestão Compartilhada do Abastecimento da Frota Governamental, instituída pelo Decreto nº 28.700 de 25/01/2019, a COPAT atuou proativamente promovendo o estabelecimento de ações, visando a racionalização e otimização do consumo de combustíveis, através das seguintes ações:
a) Identificação da Frota Governamental;
b) Administração do Posto Interno:
- Controle do Recebimento dos Combustíveis;
- Controle do Volume Disponível;
- Melhoria da Estrutura Física; e
- Capacitação e Qualificação da Mão de Obra

c) Fiscalização do Consumo;
d) Expansão da Rede de Postos Credenciados.
Foi efetuado o recadastramento da frota, no qual foram identificados os veículos ativos, com os seguintes dados: marca, modelo, ano, placa, RENAVAM, quanto ao tipo, classificação do veículo, órgão a que estavam vinculados. A COPAT, passou a gerenciar as atividades realizadas no posto interno, tais como recebimento de combustíveis, consertos e reparos de equipamentos, etc, posteriormente, foi criada através da Portaria nº 1662/20 a Comissão de Recebimento de Combustíveis. Foi implementado controle eletrônico de tancagem ou estoque. Na estrutura física do posto, foi realizada a reforma das ilhas de abastecimento, substituição das bocas de todos os tanques, conserto e reativação do filtro de Diesel S-10, garantindo a qualidade do combustível, implantação de sinalização vertical e horizontal, realização de testes de estanqueidade e de sondagem para verificação de contaminação do lençol freático, isolamento da área de operação, instalação de Câmera de Monitoramento integrada ao CIOSP. Com vistas à implementação de ações que garantam a segurança das instalações, equipamentos e pessoal, foi realizada pelo CBOMRN, uma Instrução Básica de Combate a Incêndios, para todo o pessoal que trabalha nas operações de recebimento e abastecimento. Foi efetuada também a desativação de tanques de armazenamento de combustível, que distribuem combustível, sem nenhum controle por parte da Coordenadoria, além de que, em virtude da precariedade do seu funcionamento, nas operações de recebimento e abastecimento de combustível, apresentavam alto risco à segurança pessoal, das instalações e do meio ambiente. No início da atual gestão o estado contava com uma rede de postos credenciados no interior composta por 13 postos, atualmente, pode contar com uma rede composta por 35 postos, que representa um incremento de 170%.

A COPAT, realiza diuturnamente o acompanhamento do consumo de combustíveis da frota governamental com vistas a verificar as necessidades específicas de cada sub-frota e, assim, otimizar os serviços prestados à população por cada ente governamental. Atua na administração e

operacionalização do Posto de Abastecimento situado no Centro Administrativo, como gestora do Contrato nº 15/2021, provendo os integrantes da Comissão de Recebimento de Combustíveis, e também como gestora do contrato de mão de obra terceirizada para operacionalização do referido posto de abastecimento.
Com a intensificação do controle e da fiscalização, agregado ao aumento de postos na rede credenciada, em 2022 estima-se uma economia aproximadamente de 483.000 litros de combustíveis no ano corrente, tendo como parâmetro a estimativa de volume licitado, mesmo com o aumento da frota governamental.
Assim sendo, comparando-se o consumo da frota governamental na atual gestão (31.019.632 litros), em relação ao consumo da frota na gestão anterior (35.158.929 litros), atesta-se uma economia de aproximadamente 4.189.297 litros de combustíveis, assim distribuídos: 48% de Gasolina comum, 46% Óleo Diesel S-10 e 6% Óleo de Diesel S-500, o que representa a preços atuais, uma economia estimada em mais de R$ 24.000.000,00, em quatro anos.

Iniciativa n.º 02003: Criação de um núcleo de Data Science no âmbito da SEAD.

Em reuniões e contatos técnicos entre COTIC/SEAD e Escola de T.I da EGRN, foi decidido que a iniciativa de criação de núcleo de Data Science fosse alterada pela contratação de ferramenta de mineração de dados (BI), conforme meta 1360 que consta avaliação no relatório do PPA, exercício 2022.

Objetivo 00453: Aprimorar a gestão patrimonial da SEAD (SUPAT).

Iniciativa n.º 01839: Elaboração de planos pelos agentes públicos no âmbito da Secretaria para redução de custos e desperdícios no Estado.

Segundo o setor responsável informou, não foi possível atender a esta iniciativa.

Objetivo 00569: Instituir uma gestão moderna a partir das competências da SEAD e viabilizar o controle patrimonial e de transporte (COPAT/SUPAT).

Iniciativa n.º 02265: Construir e revitalizar os bens imóveis em municípios do Rio Grande do Norte.

Para a manutenção e revitalização desses imóveis e objetivando mantê-los em conformidade com as leis ambientais em questão, foi firmado, entre a Secretaria de Estado de Administração (SEAD) e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), o Convênio nº 02/2022 para execução do projeto “Ressocialização das Pessoas Privadas de Liberdade por Meio da Manutenção e Conservação dos Imóveis Públicos Estaduais, de Responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração”. Tal convênio atenderá a ressocialização dos privados de liberdade, do Sistema Penitenciário do Estado, a implantação de um programa de inclusão de mão de obra, de pessoas privadas de liberdade, em ciclos de prestação de serviços de limpeza, manutenção e conservação dos imóveis públicos, de responsabilidade da SEAD e atenderá às demandas judiciais e ministeriais encaminhadas à SEAD, em especial os imobiliários que se encontram em desuso.Em sua cláusula segunda, o Convênio 02/2022 estabelece como finalidade “inserir as pessoas privadas de liberdade em ciclos produtivos de atividades, viabilizando a mitigação da discriminação, alcance da ressocialização, oferta de capacitação profissional, inclusão social e, ainda, remição de pena”. Ficou determinado que as pessoas privadas de liberdade, no regime semiaberto e/ou fechado, do Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte, poderão exercer as atividades

laborativas em áreas externas ou internas, a serem definidas pela concedente.

Objetivo 00567: Instituir o Programa RN Aprendiz no âmbito do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (COGEP).

Iniciativa n.º 02252: Realizar levantamento das empresas prestadoras de serviço ao governo para comprovação das cotas de aprendizes.

O levantamento dessas empresas prestadoras de serviço ao governo foi realizado pela UIAG - Unidade Instrumental de Administração Geral.

Iniciativa n.º 02253: Convocar as empresas interessadas em aderir ao programa para formalizar compromisso.

Essa tratativa foi executada pela Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJIDH), uma vez que o programa foi desenvolvido em parceria com a SEAD.

Iniciativa n.º 02254: Encaminhar os candidatos aprendizes para cada órgão selecionar.

Uma vez o objetivo cumprido, o que coube a SEAD foi instituir o programa.

Iniciativa n.º 02255: Acompanhar o processo de encaminhamento do aprendiz.

Uma vez o objetivo cumprido, o que coube a SEAD foi instituir o programa.

Objetivo 00458: Promover ambiente de inovação no Governo do Estado (EGRN).

Iniciativa n°. 01850: Promover uma integração sistêmica; Garantir segurança da inovação; desenvolver gestão centralizada e renovação do convênio de bolsas de pesquisas.

A EGRN buscou promover um ambiente de inovação no Governo do Estado por meio de uma série de iniciativas estratégicas. Isso incluiu a promoção da integração sistêmica, garantindo a segurança dos processos inovadores, desenvolvendo uma gestão centralizada e renovando o convênio de bolsas de pesquisas. A atuação significativa de 47 Pesquisadores Bolsistas e 1 Coordenadora Bolsista sugere um investimento robusto na capacidade de pesquisa e inovação.

Com isso, a elaboração de Novo Projeto Institucional em Parceria com a FAPERN indica a continuidade do compromisso com a inovação, fortalecendo-se a partir da criação do laboratório de inovação, que demonstra uma abordagem prática para fomentar soluções criativas e inovadoras. Desta forma, as iniciativas de inovação impactaram e irão continuar a impactar a administração pública, podendo fornecer insights sobre os benefícios percebidos e áreas que podem ser aprimoradas. Essas iniciativas mostram um comprometimento sólido com a promoção da inovação no Governo do Estado. A continuidade desses esforços, combinada com a busca por melhores práticas e adaptação às mudanças, contribuirão para a construção de uma cultura organizacional inovadora e eficiente.
Foram realizadas ações para a intensificação da utilização de ferramentas digitais para desburocratização e a difusão e promoção da inovação na gestão pública, fornecendo inovação e qualidade dos serviços públicos oferecidos por meio de pesquisadores que desenvolvem trabalhos

e levantamento de informações de interesse público com eficiência e qualidade.

Objetivo 00437: Realizar o Censo dos Servidores Públicos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (COGEP).

Iniciativa n.º 01851: Contratação de consultoria especializada e Desenvolvimento de um sistema informatizado para realização do censo dos servidores.

A iniciativa foi avaliada enquanto cumprida. Foi buscada informações sobre contratação de uma consultoria que, quando orçada, se mostrou inviável. De modo a não interromper as ações, foram propostas algumas parcerias para formatação da ferramenta, porém, descontinuadas por falta de mão de obra disponível na área de tecnologia da informação. Atualmente, através de novas ações, a ferramenta está em desenvolvimento, através de um sistema próprio, para realização do Censo dos Servidores Ativos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte como piloto a ser aplicado na SEAD.

A presente iniciativa atende ao Programa de Governo 2019/2022, uma vez que contempla a diretriz 00078, a qual consiste na modernização da estrutura administrativa do Estado.

Objetivo 00443: Evolução da infraestrutura de hardware e da interconexão, visando melhorar a tecnologia da Informação do Estado (COTIC).

Iniciativa n.º 01818: Instalação e configuração de ativos de TIC no Datacenter Container da SEAD, baseada em hiperconvergência.

Foram instalados, nas dependências do Datacenter Container da SEAD/RN, os ativos de Hiperconvergência (NUTANIX), para alocação dos serviços e bases de dados informatizados do governo do RN, através do contrato Nº 109/2019. Atualmente, os servidores estão ativos e em pleno funcionamento, dando agilidade na propagação dos serviços informatizados do Governo. Também foi contratado, através de Contrato N º 35/2023 Empresa para realização de manutenção preventiva e corretiva, como também monitoramento do Datacenter Container, serviço esse primordial para o pleno funcionamento do ambiente informatizado do Governo do RN, colocando assim, este funcionamento em tempo integral, sem interrupções.

As ações foram atendidas, e desta forma, cumpridas as iniciativas de Governo referentes a instalação de ativos de TIC, como também a contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva.

Objetivo 00455: Fortalecer práticas de gestão interna por meio da integração dos agentes públicos, visando melhorias no fluxo dos processos administrativos na Secretaria (PNAGE).

Iniciativa n.º 01845: Definição de fluxo de POPs com objetivo de manter os processos em funcionamento por intermédio da padronização e minimização dos desvios operacionais das atividades.

Objetivo 00452: Aperfeiçoar continuamente o serviço público por meio de capacitação de seus servidores (EGRN).

Iniciativa n.º 01998: Promoções de ações de capacitação dos servidores públicos por intermédio da realização de congressos, fóruns, especializações, graduação e cursos de curta duração em

Gestão Pública.

A EGRN busca aperfeiçoar o serviço público por meio de um conjunto abrangente de ações de formação, desenvolvimento e capacitação dos servidores estaduais. Isso inclui a realização de congressos, fóruns, especializações, graduação e cursos de curta duração em Gestão Pública. A estratégia envolve parcerias com Instituições de Ensino Superior - como o IFRN, a UFRN e UERN -, para oferecer cursos de graduação, especialização e mestrado profissional. Além disso, são oferecidos regularmente cursos de capacitação, tanto presenciais quanto a distância, para servidores estaduais e municípios envolvidos no Plano Estadual RN Inclusivo.

Essa iniciativa é altamente positiva, pois reconhece a importância da capacitação contínua para a excelência no serviço público. O foco abrangente, que vai desde cursos de curta duração até parcerias para cursos de nível superior, revela um compromisso robusto com o desenvolvimento profissional e a formação dos servidores.

A colaboração com Instituições de Ensino Superior fortalece a qualidade da formação oferecida, aproveitando a expertise acadêmica. A diversificação dos programas, incluindo graduação, especialização e mestrado, atende diferentes necessidades e estágios de carreira, proporcionando uma abordagem holística.

A expansão do banco de talentos sugere uma abordagem proativa para identificar e desenvolver habilidades entre os servidores. Isso pode facilitar o alinhamento mais eficaz dos recursos humanos com as demandas específicas dos projetos e iniciativas.

A oferta de cursos presenciais e a distância amplia o acesso à capacitação, promovendo a participação de servidores em diversas localidades. Essa flexibilidade é fundamental, especialmente considerando as demandas de servidores em áreas geograficamente dispersas.

A articulação com os municípios, através do Plano Estadual RN Inclusivo, representa uma abordagem colaborativa para estender os benefícios da capacitação além da esfera estadual, promovendo uma gestão pública mais qualificada em níveis regionais.

Por fim, a iniciativa refletiu um compromisso abrangente com o desenvolvimento profissional, abordando diversos aspectos da capacitação, desde eventos específicos até programas de formação de longo prazo. Ela contribui significativamente para a construção de uma equipe qualificada e alinhada com as demandas contemporâneas do serviço público.

As ações foram atendidas conforme a diretriz que trata da valorização dos servidores públicos. Desta forma, foram executadas demandas de formação, desenvolvimento e capacitação.

Iniciativa n.º 02257: Quantificar, por meio de pesquisa, os servidores que integrarão a turma.

Objetivo 00457: Dotar o serviço público de servidores habilitados (EGRN).

Iniciativa n.º 01844: Realização de concursos públicos.

Durante o ano de 2023 foram realizados os concursos públicos do Corpo de Bombeiros Militar

(CBM), assim como da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE), onde o mesmo foi concluído e no fim do ano, não foram constatados novos concursos em andamento.

Iniciativa n.º 01846: Realização do programa de acolhimento de novos servidores - PROANSE.

O programa foi descontinuado.

Iniciativa n.º 01847: Realização de encontros semestrais de estagiários.

A EGRN buscou dotar o serviço público de servidores habilitados por meio da realização de encontros semestrais de estagiários. A intenção era proporcionar um espaço de integração, aprendizado e desenvolvimento para os estagiários, contribuindo para sua formação e preparação para a atuação no serviço público.

Infelizmente, a pandemia impactou negativamente a realização plena da iniciativa. A restrição de atividades presenciais limitou a execução dos encontros semestrais conforme planejado.

A realização de pelo menos um encontro durante o ano de 2022 foi uma medida positiva, considerando o contexto desafiador da pandemia. Esse encontro pode ter proporcionado aos estagiários oportunidades de aprendizado e integração, mesmo que em um formato adaptado.

Com a perspectiva de superação da pandemia, é possível considerar o replanejamento da iniciativa, retomando os encontros semestrais de estagiários de forma mais regular. Pode-se explorar formatos híbridos ou totalmente presenciais, dependendo das condições sanitárias.

Além dos encontros semestrais, é importante considerar estratégias para a formação continuada dos estagiários ao longo de todo o período de estágio. Isso incluiu a oferta de cursos, mentorias e outras modalidades de aprendizado.

Apesar dos desafios impostos pela pandemia, a realização de pelo menos um encontro demonstra um esforço em manter o compromisso com o desenvolvimento dos estagiários. A adaptação e o replanejamento pós-pandemia podem fortalecer essa iniciativa, assegurando a formação adequada dos futuros servidores públicos.

As ações foram atendidas parcialmente, conforme a diretriz que trata da valorização dos servidores públicos.

Iniciativa n.º 01848: Consolidação de ação de atenção na preparação para aposentadoria do servidor.

O Programa de Apoio à Aposentadoria (PROAP) buscou consolidar ações de atenção na preparação para aposentadoria do servidor. O planejamento do PROAP foi integralmente executado, oferecendo 25 ações direcionadas aos servidores que estão aptos para a aposentadoria.

O PROAP contemplou uma variedade de ações voltadas para aspectos como orientação financeira, gestão emocional durante a transição para a aposentadoria, planejamento de atividades pós-aposentadoria, entre outros. A oferta de 25 ações sugere uma abordagem abrangente para apoiar os servidores nesse momento significativo.

A preparação para a aposentadoria é um período crucial na vida do servidor, e a consolidação de

ações específicas pode ter impactos positivos na transição para essa nova fase. O PROAP, ao oferecer orientações e recursos, contribui para que os servidores enfrentem esse processo de maneira mais informada e preparada.

A avaliação do programa pode incluir feedback dos participantes, análise do alcance das ações propostas e o monitoramento dos resultados na qualidade de vida e bem-estar dos servidores que passaram pelo processo de aposentadoria com o suporte do PROAP.

Para garantir a sustentabilidade do PROAP, é importante considerar a continuidade das ações ao longo do tempo e a adaptação do programa conforme as necessidades e feedbacks dos participantes. Além disso, a divulgação e a conscientização sobre a existência do programa são fundamentais para que todos os servidores elegíveis possam se beneficiar.

A partir da avaliação contínua, é possível identificar áreas de melhoria no programa. Isso pode incluir a introdução de novos temas, ajustes nas abordagens pedagógicas e a expansão das ações oferecidas para atender a uma variedade maior de necessidades.

A consolidação bem-sucedida do PROAP reflete o compromisso em dotar o serviço público de servidores habilitados não apenas durante suas atividades laborais, mas também no momento crucial da transição para a aposentadoria. Esse tipo de iniciativa contribui para a construção de um ambiente de trabalho que valoriza não apenas o desempenho profissional, mas também o bem-estar ao longo de toda a carreira.

As ações foram atendidas parcialmente conforme a diretriz que trata da valorização dos servidores públicos.

Objetivo 00529: Promover ações de qualidade de vida aos servidores públicos (EGRN).

Iniciativa n.º 01856: Ações da Semana do Servidor.

A EGRN implementou ações específicas durante a Semana do Servidor como parte de seu compromisso em promover a qualidade de vida dos funcionários públicos. O objetivo foi realizar quatro eventos comemorativos, incluindo Feira de Talentos, Corrida do Servidor e Campeonato de Futebol, até dezembro de 2023.

Resultados Alcançados:

Corrida do Servidor:
Todas as edições previstas da Corrida do Servidor foram realizadas, evidenciando o sucesso na execução da iniciativa.

Campeonato de Futebol do Servidor:
Foram realizados 2 campeonatos de futebol do servidor até o ano de 2023, incluindo um Campeonato Feminino.
A inclusão do campeonato feminino destaca o compromisso com a igualdade de gênero e a promoção da participação de todas as categorias de servidores nos eventos.

Essas e outras ações durante a Semana do Servidor demonstram um esforço concreto para criar um ambiente de trabalho que valoriza não apenas o desempenho profissional, mas também o bem-estar e a qualidade de vida dos servidores. A continuidade dessas práticas pode fortalecer ainda mais o compromisso da EGRN com seu corpo de funcionários.

As ações foram atendidas conforme a diretriz que trata da valorização dos servidores públicos.

Iniciativa n.º 01858: Implementação das ações oficiais do Programa de QVST.

A EGRN implementou ações oficiais do Programa de Qualidade de Vida no Serviço Público (QVST) como parte de seu compromisso em promover a qualidade de vida dos servidores públicos.

As circunstâncias excepcionais da pandemia foram reconhecidas como um desafio, impactando a capacidade de realizar eventos presenciais. Isso destaca a adaptabilidade da instituição diante de cenários desafiadores.

Apesar das dificuldades, a instituição conseguiu realizar as comemorações nos anos de 2019, 2022 e 2023. Isso destaca o esforço contínuo da EGRN em reconhecer e celebrar seus servidores, mesmo em meio a desafios significativos.

Assim, a capacidade de manter as comemorações, mesmo em tempos desafiadores, evidencia a resiliência da instituição e seu compromisso em reconhecer a importância do bem-estar dos servidores.

Considerando as lições aprendidas durante a pandemia, discutir as perspectivas futuras para a implementação do Programa de QVST pode fornecer uma visão valiosa sobre o compromisso contínuo com o bem-estar dos servidores.
Essa iniciativa demonstra uma abordagem proativa para enfrentar desafios e garantir que a promoção da qualidade de vida permaneça uma prioridade institucional. A capacidade de se adaptar e inovar pode servir como modelo para outras organizações enfrentando desafios semelhantes.

As ações foram atendidas conforme a diretriz que trata da valorização dos servidores públicos.

Iniciativa n.º 01866: Solicitação, através do Gabinete, da implantação do auxílio alimentação e saúde para os servidores da SEAD.

A meta em questão não será efetivada. Justifica-se pela ausência de recursos financeiros por esta secretaria, a qual zela em observar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000). A presente meta não está vinculada a nenhuma proposta do Plano de Governo.

Objetivo n.º 00566: Evolução da gestão no âmbito da saúde ocupacional do Estado do Rio Grande do Norte, e assistência à reabilitação dos servidores públicos estaduais vítimas de acidente de trabalho (CPIMO).

Iniciativa n.º 02248: Atender aos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Norte em decorrência de acidentes durante o serviço para tratamento especializado nas instituições privadas de saúde, conforme o decreto n° 30.443 de 26 de março de 2021.

Foi publicado o decreto nº 30.443, de 26 de março de 2021 que regulamenta o disposto no Art.93, parágrafo 3º, da Lei Complementar estadual nº 122 de 30 de junho de 1994, e estabelece o procedimento administrativo para encaminhamento de servidor público acidentado em serviço para tratamento especializado em instituição privada de saúde.

Não houve procura e demanda externa de trabalhadores acidentados durante a jornada de trabalho,que não tenham conseguido tratamento no serviço público.

6. Da execução orçamentária de 2023

Valores por Subação

Subação	Dotação Inicial	Atualizado	Empenhado
185501 - Aparelhamento e Reaparelhamento da Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos	R$ 50.000,00	R$ 2.413,15	R$ 2.413,15
248301 - Manutenção e Funcionamento das Centrais do Cidadão	R$ 3.356.000,00	R$ 1.407.720,05	R$ 1.156.304,95
402601 - Atendimento aos Servidores Públicos acidentados em serviço para tratamento de saúde especializado	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
110801 - Implementação da Política de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Segurança da Informação	R$ 45.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
133701 - Otimização da Informação de Processos Administrativos	R$ 360.000,00	R$ 366.211,03	R$ 366.211,03
133801 - Gestão e Integração de Informações	R$ 10.000.000,00	R$ 9.340.537,98	R$ 9.262.337,98
134501 - Infraestrutura de Datacenter de Alta Disponibilidade	R$ 400.000,00	R$ 46.608,33	R$ 34.708,33
214401 - Reestruturação do Quadro Geral de Recursos Humanos	R$ 10.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
219201 - Gestão Patrimonial	R$ 10.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
294101 - Manutenção da Frota de Veículos do Estado	R$ 14.500,00	R$ 16.279.410,15	R$ 13.780.164,61
330401 - Censo dos Servidores Públicos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte	R$ 5.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
110701 - Realização de Concurso Público	R$ 8.400.000,00	R$ 7.219.370,50	R$ 409.997,50
134602 - Ampliação do Espaço Físico da Escola de Governo do RN	R$ 45.000,00	R$ 45.000,00	R$ 0,00
212501 - Qualidade de Vida do Servidor Público	R$ 120.000,00	R$ 420.000,00	R$ 63.337,76

214201 - Capacitação de Recursos Humanos	R$ 3.415.000,00	R$ 5.329.000,00	R$ 1.280.845,26
324701 - Aparelhamento e Reaparelhamento da Escola de Governo Dom Eugênio de Araújo Sales	R$ 255.000,00	R$ 455.000,00	R$ 252.500,00
330501 - Gestão da Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte	R$ 5.000,00	R$ 352.053,46	R$ 0,00
331301 - Estruturação Física e Aparelhamento do Patrimônio Público	R$ 750.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
205201 - Manutenção e Funcionamento	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
207301 - Preservação do Patrimônio Público	R$ 600.000,00	R$ 8.679,22	R$ 8.679,22
213801 - Manutenção e Funcionamento	R$ 4.929.000,00	R$ 4.646.188,49	R$ 3.604.972,71
232301 - Encargos com Pessoal	R$ 48.015.000,00	R$ 54.940.799,29	R$ 54.940.799,29
247401 - Manutenção e Funcionamento	R$ 0,00	R$ 1.598.781,77	R$ 829.198,46
249901 - Manutenção da Frota de Veículos da Saúde	R$ 0,00	R$ 6.794.076,68	R$ 4.710.504,24
250001 - Manutenção da Frota de Veículos do Sistema de	R$ 0,00	R$ 3.920.770,63	R$ 3.711.774,62
250201 - Manutenção da Frota de veículos do Sistema de Segurança Pública	R$ 0,00	R$ 33.600.000,00	R$ 26.074.465,09
282701 - Manutenção da Coordenadoria de Informática	R$ 1.920.000,00	R$ 2.189.333,99	R$ 1.418.761,49
283001 - Manutenção da Escola de Governo	R$ 4.338.000,00	R$ 6.990.628,10	R$ 5.197.886,95
404501 - Encargos com Pensões Especiais	R$ 4.000.000,00	R$ 4.160.447,39	R$ 4.097.028,81

7. Avaliação setorial dos resultados

O presente tópico busca consolidar uma análise quanto ao cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, bem como a consonância com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nesse sentido, destaca-se que os objetivos implementados pela Secretaria de Administração em 2023 demonstram o desenvolvimento dos programas previstos no planejamento estadual e as ações idealizadas no plano de

governo, assim como visam atender as demandas e solucionar problemas no âmbito desta secretaria.

Em relação ao **objetivo n.° 449: "Modernização e Aperfeiçoamento da infraestrutura física da Escola de Governo do RN"**, é possível salientar que houveram restrições para o cumprimento do objetivo devido a crise orçamentária e financeira. Entretanto, foram adotadas medidas para superar essa restrição, como o levantamento das necessidades da Escola de Governo do Rio Grande do Norte (EGRN), sobretudo por intermédio de um plano de manutenção preventiva e corretiva das suas instalações e seus equipamentos, a ser elaborado pela Secretaria de Infraestrutura. Destaca-se, também, que a meta de n° 1200 e n° 1202 estão em processo de contratação e instalação de equipamentos de videomonitoramento e do sistema de sonorização (SSON) e Dimerização (SDIN).

A Unidade Instrumental da Administração Geral (UIAG) responsável, conjuntamente com a Coordenadoria de Compras (COMPR), pelo o **objetivo n.º 438: "Modernizar a gestão pública, por intermédio da implantação de políticas de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho e oferta de canais de comunicação com os usuários externos, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de suas políticas"**, pelo qual evidencia que o citado objetivo encontrasse em constante atendimento tendo em vista as articulações informadas quanto o andamento da mesma e suas respectivas atividades desenvolvidas.

No que diz respeito ao **objetivo n.º 453: "Aprimorar a gestão patrimonial da SEAD"**, relacionado com as competências da Subcoordenadoria de Patrimônio Imobiliário (SUPAT), uma série de medidas foram adotadas no que concerne ao mapeamento necessário à gestão do patrimônio, como também o desenvolvimento de mecanismos de controle e gestão desses imóveis. Pontua-se que estes instrumentos envolvem outros órgãos, o que aumenta o nível de complexidade das ações que visam solucionar as situações irregulares, principalmente as que se prolongaram ao longo dos anos sem ações resolutivas. De todo modo, apesar desse quadro o setor patrimonial está centralizando todas as informações referente aos imóveis, tais como plantas, memoriais, laudos de avaliação, entre outros, já catalogados, no Sistema de Gestão Patrimonial - SGP, para que todos os órgãos da administração pública, direta e indireta, possam acessar nas suas demandas diárias. Em 2022 foi celebrado o convênio de nº 02/2022 - SEAD/SEAP que atualmente encontra-se em operação com aquisições de materiais para serviços de limpeza e manutenção de imóveis.

Já o **objetivo n.º 569: "Instituir uma gestão moderna a partir das competências da SEAD e viabilizar o controle patrimonial e de transporte"**, está ligado a Coordenadoria de Patrimônio (COPAT) e Subcoordenadoria de Patrimônio Imobiliário (SUPAT), ações estão sendo tomadas do modo que consiste na avaliação da meta nº 1664 como a criação do módulo Patrimônio Móvel do SIPAC; o Sistema de Gestão Patrimonial (SGP) e; o Portal de Imóveis do RN (SIPAT).

A atuação da Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP), alusiva ao **objetivo n.º 437: "Realizar o Censo dos Servidores Públicos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte"**, onde foi percebida a necessidade do desenvolvimento de um *hotsite* que estava sendo realizado pela Escola de TI. Porém, a partir de uma parceria com a Secretaria Estadual de Saúde Pública (SESAP) do Rio Grande do Norte, a COGEP iria utilizar a plataforma desenvolvida pelo referido órgão para implementar o projeto piloto na SEAD, entretanto, o

acordo foi descontinuado visto que membros da equipe de tecnologia da informação do parceiro, que manuseariam a ferramenta para construção do censo migraram para outros projetos. De modo a não interromper a ação e o projeto, conseguiu-se disponibilizar um serviço de TI da SEAD. Portanto, as ações estão sendo finalizadas para iniciar o teste piloto na secretaria. Após a implementação do projeto piloto, o censo será aplicado em todos os órgãos do poder executivo estadual, buscando, assim, alcançar a meta 1182. O Censo será aplicado em todo o Estado de modo que alcance o que foi estipulado dentro do período de aplicação dos questionários.

No que diz respeito a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP), também abarca o **objetivo nº 567: "Instituir o Programa RN Aprendiz no âmbito do Governo do Estado do Rio Grande do Norte"**. Onde o mesmo teve resultado exitoso pois já se encontra em execução e possui como principal objetivo fomentar a contratação de aprendizes pelos órgãos e entidades da administração pública estadual.

Conforme o **objetivo n.º 443: "Evolução da infraestrutura de hardware e da interconexão, visando melhorar a tecnologia da informação do Estado"**, que a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC) que esteve responsável, e o objetivo foi cumprido, tendo a SEAD/RN adiquirido "nós" de hiperconvergência (Datacenter) para alocar os serviços e sistemas informatizados do Governo do Rio Grande do Norte.

A Escola de Governo do Rio Grande do Norte (EGRN) esteve à frente da atuação relacionada ao **objetivo n.º 452: "Aperfeiçoar continuamente o serviço público por meio de capacitação de seus servidores"**. A meta nº 1206 que está vinculada a este objetivo, teve uma constante evolução ao longo dos anos no que tange a qualificação dos servidores, promovendo profissionais capacitados para o ambiente de trabalho. Já a meta nº 1215 ultrapassou o indicador previsto. No tocante o evento previsto para cumprimento da meta n° 1204 foi realizado o 16º Congesp de forma híbrida, onde também favoreceu os servidores públicos e população em geral que residem e trabalham nos municípios do interior e assim puderam participar dessa importante atividade de formação, desenvolvimento e capacitação. O PNAGE desenvolveu atividades conforme o **objetivo n.º 455: "Fortalecer práticas de gestão interna por meio da integração dos agentes públicos, visando melhorias no fluxo dos processos administrativos na Secretaria"**, assim como a meta n.° 1219, "Mapear e Redesenhar o fluxo dos processos eletrônicos da SEAD", que possuem o potencial de trazer para a gestão pública uma maior eficiência na prestação dos serviços públicos, especialmente nos processos eletrônicos relacionados com os recursos humanos.

No tocante ao **objetivo n.º 457: "Dotar o serviço público de servidores habilitados"**, a pandemia do coronavírus impactou a execução das ações, dificultando a realização de capacitações presenciais, entretanto a EGRN alterou sua estratégia de atuação e passou a estimular a organização e a realização de cursos remotos. Nesse sentido, percebe-se que a dificuldade imposta e a nova estratégia resultaram em diferentes realidades na implementação das metas: A meta n° 1222 que estava programada para conclusão até foi reprogramada para conclusão até 2023, mas não foi integralmente alcançada no exercício 2023. No entanto, a meta n° 1223 ultrapassou o indicador estipulado. Ademais, a meta n° 1220 relacionada a este objetivo trata da realização de concursos públicos, sendo de competência da Subsecretaria de Recursos Humanos (SRH) e foi alcançada.

A Escola de Governo do Rio Grande do Norte (EGRN) alcançou todas as metas previstas no **objetivo n.º 529: "Promover ações de qualidade de vida aos servidores públicos"**. A exemplo, houve a promoção dos eventos previstos nas metas n° 1232, 1233 e 1234. Assim como, ocorreram 6 fóruns de qualidade de vida, embora a meta n° 1231 tenha estabelecido a execução de 4 fóruns. A realização da meta nº 1232 foi alcançada como previsto, com a concretização da feira de talentos e da corrida do servidor. Além disso, a EGRN, responsável pelo **objetivo n.º 458: "Promover um ambiente de inovação no Governo do Estado''**, no qual conta com o Laboratório de Inovação INova RN inaugurado em 2021, e neste ano foram realizadas ações para intensificação da utilização de ferramentas digitais. Essas ações são exemplos de promoção da inovação no Estado do Rio Grande do Norte.

A Comissão Permanente de Inspeção Médica Oficial do Estado (CPIMO), atuou frente ao **objetivo n.º 566: "Evolução da gestão no âmbito da saúde ocupacional do Estado do Rio Grande do Norte, e assistência integral à reabilitação dos servidores públicos estaduais vítimas de acidente de trabalho"**. Porém foi constatado, mediante meta nº 1545 que não houve procura significativa, tratando-se apenas de exames admissionais, o que possivelmente se justifica devido à falta de informação ou atendimento externo satisfatório.

Em consideração ao exposto, denota-se que o cumprimento dos objetivos e das metas sofreram restrições de diferentes naturezas, em especial do contexto de pandemia causada pela COVID-19. Entretanto, vislumbra-se um expressivo progresso, visto as medidas para superar as dificuldades existentes na execução do plano, durante o exercício de 2023, uma vez que os resultados obtidos concretizam as políticas idealizadas no plano de governo, por conseguinte, planejadas no âmbito dos programas temáticos.

8. Análise das restrições

Administrativas: Da análise de algumas metas percebeu-se a necessidade de reavaliação quanto à viabilidade destas. A pandemia também contribuiu para a reavaliação institucional das metas, deixando aquelas factíveis de serem concluídas até o fim do Plano Plurianual 2023, cabendo destacar que as metas da pasta permaneceram até o final de 2023 em situação de "em andamento" ou "concluída".

Ambientais: Em função da natureza das iniciativas e metas analisadas, não houve restrições de ordem ambiental, segundo as condições estipuladas pelo Manual de Procedimentos para Avaliação Setorial do PPA 2023, pela não necessidade de obtenção/renovação de licenciamento ambiental, pois não houve exercício que carecesse desse licenciamento.

Auditoria: Diante do exposto no presente relatório, a partir da análise das iniciativas, metas e objetivos do órgão, concluiu-se que não houve processo de auditoria interna ou externa, nas condições apresentadas pelo Manual de Procedimentos para Avaliação Setorial do PPA 2023, que tenha emitido quaisquer orientações a serem cumpridas de forma precedente à continuidade das ações pertinentes ao órgão.

Financeira: Algumas ações da pasta foram elencadas no presente relatório

demonstrando que foram sensíveis ainda devido ao cenário de pandemia do coronavírus, refletindo a condição financeira do Estado.

Gerenciais: Ocorreu um avanço quanto a reestruturação da organização institucional da SEAD, visto que foi realizada pesquisa sobre a análise das competências dos gestores da Secretaria de Estado da Administração do Rio Grande do Norte (SEAD/RN), visando a oferta de capacitação em serviço, bem como levantar as competências necessárias para desempenhar o cargo de gestor, objetivando mapear as competências individuais. A pesquisa foi devidamente concluída e os dados da pesquisa foram disponibilizados ao Departamento de Capacitação e à Coordenadoria de Gestão de Pessoas,servindo de base para ofertas de capacitação dos servidores.

Judiciais: A análise das iniciativas, metas e objetivos, permitiu concluir que não houve interrupção na execução dos projetos eventualmente provocada por questões de ordem judicial ou por deliberação de órgão institucional (Ministério Público, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas Estadual) encarregados legalmente pelo zelo ao dispêndio de recursos públicos.

Licitatórios: A partir das análises das iniciativas, metas e objetivos, concluiu-se que não houve dificuldades relativas à execução dos processos licitatórios para aquisição de bens ou contratação/concessão de serviços ou entraves de ordem jurídico-administrativa.

Orçamentárias: Devido restrições orçamentárias e financeiras houveram dificuldades ou impedimentos para realização ou cumprimento do objetivo 449, assim como a iniciativa 01826 no que tange a modernização e aperfeiçoamento da infraestrutura física da EGRN através da contratação de uma empresa especializada para realizar a ampliação da mesma. Essa circunstância destaca a necessidade de buscar soluções orçamentárias e financeiras viáveis para dar andamento adequado para o desempenho eficiente das atividades da instituição.

Tecnológicas: Não foram identificadas dificuldades quanto às ferramentas tecnológicas disponíveis na estrutura do órgão para execução das iniciativas, metas e objetivos apresentados no relatório.

Técnicas: Após análise das iniciativas, metas e objetivos a partir do disposto no presente relatório, verificou-se que não ocorreram restrições de problemas técnicos que possam ter prejudicado o desenvolvimento das ações desta pasta.

9. Recomendação do órgão

O planejamento governamental é umas das ferramentas que o setor público encontrou para construir e realizar as suas ações ao longo do tempo. Em outras palavras, a primazia do planejamento frente à gestão, decorre, em síntese, do contexto histórico que obriga o Estado brasileiro a correr contra o tempo, superando etapas no longo e difícil processo de montagem

das bases materiais e políticas necessárias à missão de transformação das estruturas locais, visando ao desenvolvimento regional e nacional.

Nesse sentido, a avaliação das ações executadas no Plano Plurianual 2020-2023 da Secretaria de Administração representa a consolidação da execução dos planos e projetos da entidade governamental instituída sob a égide do contrato social para representar os anseios sociais, contribuindo também para o seu desenvolvimento e bem-estar. Desse modo, as recomendações futuras para o presente relatório observa as incertezas e problemas na execução dos programas de trabalho, objetivos consoantes a esses programas, as metas e, finalmente, as iniciativas do órgão; e ainda, que o PPA deve ser um arquivo dinâmico e coerente de problemas, objetivos, operações (providências e plano de monitoramento) e resultados capazes de apoiar a tomada de decisão.

Diante disto foram acrescentados os seguintes objetivos: nº 567 “Instituir o Programa RN Aprendiz no âmbito do Governo do Estado do Rio Grande do Norte” e objetivo nº 569 “Instituir uma gestão moderna a partir das competências da SEAD” e viabilizar o controle patrimonial e de transporte”, tendo em vista a realização de tais políticas devido necessidades encontradas.

Por fim, no momento da revisão do PPA em 2023, as metas de número 1182, 1199, 1201, 1202, 1204, 1206, 1207, 1208, 1209, 1210, 1212, 1215, 1219, 1220, 1222, 1223, 1224, 1229, 1231, 1233 e 1234 foram atualizadas e adequadas de acordo com a nova realidade, considerando as restrições encontradas e as novas formas para superá-las.

Por todo o exposto, a análise dos objetivos, metas e iniciativas tornou possível exarar as recomendações desenvolvidas acima, no intuito de promover melhoramentos ao cumprimento dos propósitos do PPA.

PARTE II - AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

1. Introdução

Este é o relatório que apresenta ações realizadas pela Secretaria de Estado da Administração (SEAD), cumprindo-se a Avaliação do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 consoante ao exercício dos quatro anos.

No ciclo de planejamento referente o período citado, considera-se os seguintes objetivos sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração (SEAD), conforme destaca-se a seguir:

Objetivo n.º 449. Modernização e Aperfeiçoamento da infraestrutura física da Escola de Governo do RN;

Objetivo n.º 438. Modernizar a gestão pública, por intermédio da implantação de

políticas de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho e oferta de canais de comunicação com os usuários externos, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de suas políticas. Coordenadoria de Compras Governamentais;

Objetivo n.º 453. Aprimorar a gestão patrimonial da SEAD. Coordenadoria de Patrimônio/Subcoordenadoria de Patrimônio Imobiliário;

Objetivo n.º 437. Realizar o Censo dos Servidores Públicos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

Objetivo n.º 443. Evolução da infraestrutura de hardware e da interconexão, visando melhorar a tecnologia da informação do Estado. Coordenadoria de Operações de Tecnologia da Informação e Comunicação;

Objetivo n.º 452. Aperfeiçoar continuamente o serviço público por meio de capacitação de seus servidores. Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales;

Objetivo n.º 455. Fortalecer práticas de gestão interna por meio da integração dos agentes públicos, visando melhorias no fluxo dos processos administrativos na Secretaria. A Unidade de Coordenação Estadual do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento;

Objetivo n.º 457. Dotar o serviço público de servidores habilitados. Escola de Governo do RN;

Objetivo n.º 458. Promover um ambiente de inovação no Governo do Estado. Escola de Governo do RN;

Objetivo n.º 529. Promover ações de qualidade de vida aos servidores públicos. Escola de Governo do RN;

Objetivo n.º 566. Evolução da gestão no âmbito da saúde ocupacional do Estado do Rio Grande do Norte, e assistência integral à reabilitação dos servidores públicos estaduais vítimas de acidente de trabalho. Comissão Permanente de Inspeção Médica Oficial do Estado.

Objetivo n.º 567. Instituir o Programa RN Aprendiz no âmbito do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

Objetivo n.º 569. Instituir uma gestão moderna a partir das competências da SEAD e viabilizar o controle patrimonial e de transporte. Coordenadoria de Patrimônio/Subcoordenadoria de Patrimônio Imobiliário;

Nesse sentido, sobre os tópicos a seguir, os setores perfizeram suas avaliações, ressaltando os resultados alcançados, as eventuais dificuldades enfrentadas e

soluções/recomendações institucionais para sua melhor efetivação do plano geral.

Logo, considera-se as iniciativas e metas como forma de alcançar os objetivos institucionais supra mencionados. Tais ações, foram vinculadas aos setores da estrutura organizacional da SEAD, na seguinte ordem: Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (**COTIC**), Escola de Governo do Rio Grande do Norte (**EGRN**), Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento (**PNAGE**), Coordenadoria de Gestão de Pessoas (**COGEP**), Unidade Instrumental de Administração Geral (**UIAG**), Subcoordenadoria de Patrimônio Imobiliário (**SUPAT**), Coordenadoria de Compras Governamentais (**COMPR**) e Comissão Permanente de Inspeção Médica Oficial do Estado (**CPIMO**).

Ao todo, foram contabilizados 13 objetivos e 53 metas durante o período do PPA 2020-2023.

2. Avaliação geral

Programa de Governo: 4006 MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Objetivo n.º 00449: Modernização e Aperfeiçoamento da infraestrutura física da Escola de Governo do RN (EGRN).

Durante o período do Plano Plurianual (PPA), o objetivo mencionado não foi plenamente alcançado. A realização desse objetivo foi condicionado às limitações orçamentárias enfrentadas durante a vigência do plano, o que resultou na impossibilidade de contratar uma empresa especializada para a execução dos serviços necessários para a expansão da EGRN.

As limitações orçamentárias decorrentes da crise econômica e fiscal vigente no país foram fatores determinantes que inviabilizaram a execução do projeto de ampliação da infraestrutura física da EGRN. Essa situação reflete a realidade financeira enfrentada durante o quadriênio, destacando a complexidade de implementar iniciativas que demandam recursos significativos em um contexto de restrições orçamentárias.

A falta de ampliação da infraestrutura pode impactar diretamente a capacidade da EGRN em atender plenamente às demandas de formação, desenvolvimento e capacitação dos servidores e a promoção de eventos, o que pode influenciar indiretamente a eficácia de outras metas relacionadas à gestão pública e ao desenvolvimento de servidores.

É fundamental reconhecer as limitações financeiras enfrentadas e considerar estratégias alternativas para alcançar objetivos similares no futuro. Avaliar a viabilidade de parcerias, buscar fontes de financiamento alternativas e repensar abordagens para otimizar recursos podem ser caminhos a serem explorados para enfrentar desafios orçamentários semelhantes em futuros planos estratégicos.

As seguintes metas que já foram ou estão vinculadas a este objetivo:

Meta 01198: Ampliação da estrutura física em uso na EGRN até dezembro de 2020.

Informações apresentadas no ano de 2020: Ação suspensa em virtude da pandemia - COVID19.
Informações apresentadas no ano de 2021: Ação suspensa em razão do contexto de crise orçamentária e financeira do governo estadual e da pandemia.
Informações apresentadas no ano de 2022: As limitações orçamentárias, decorrentes da crise econômica e fiscal vigente no país, impossibilitaram a execução do projeto de ampliação da infraestrutura física da EGRN que estava prevista.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta não vinculada ao PPA 2023 devido inativação como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Meta 01199: Implantar sistema de tecnologia solar fotovoltaica na Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Norte.
Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como "Implantar 01 sistema de tecnologia solar fotovoltaica na EGRN até dezembro de 2020". Ação suspensa em virtude da pandemia - COVID19.
Informações apresentadas no ano de 2021: Implantação em fase de conclusão da usina fotovoltaica.
Informações apresentadas no ano de 2022: A estrutura da estação fotovoltaica, com os painéis solares, foi instalada e aguarda a implantação de subestação para haver a interligação com a rede elétrica da Cosern. Foram ainda tomadas providências administrativas para contratação de empresa especializada para construção de subestação.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título alterado para "Implantar sistema de tecnologia solar fotovoltaica na Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Norte", as informações encontram-se na parte I deste relatório.

Meta 01200: Monitorar 100% das áreas vulneráveis da EGRN por sistema de videomonitoramento.
Informações apresentadas no ano de 2020: Até o fim do ano, possuía 22 câmeras de videomonitoramento instaladas na EGRN.
Informações apresentadas no ano de 2021: Foram realizados estudos técnicos das áreas vulneráveis do prédio da EGRN e, nos próximos meses, será aberto processo para aquisições de novas câmeras no decorrer do ano de 2022.
Informações apresentadas no ano de 2022: O levantamento de necessidades para ampliação do sistema de videomonitoramento foi concluído. A contratação e instalação de novas câmeras estavam em andamento.
Informações apresentadas no ano de 2023: As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta 01201: Implantar sistema de detecção de incêndios em 100% das áreas vulneráveis da EGRN.
Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como "Implantar sistema de detecção de incêndios em 100% das áreas vulneráveis da EGRN até dezembro de 2023". Foi realizado o levantamento das demandas e visto a necessidade da execução desta meta.
Informações apresentadas no ano de 2021: A equipe técnica do SIN realizou levantamento das necessidades de ampliação da cobertura de detecção contra incêndios.

Informações apresentadas no ano de 2022: A EGRN aguarda a conclusão do levantamento de necessidades de ampliação da cobertura de detecção contra incêndios, para que sejam tomadas as providências e solicitar a aquisição desses equipamentos.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título alterado para "Implantar sistema de detecção de incêndios em 100% das áreas vulneráveis da EGRN". As informações encontram-se na parte I deste relatório.

Meta 01202: Adquirir sistema completo de Sonorização (SSON) e Dimerização (SDIN).
Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como "Adquirir 01 sistema completo de Sonorização (SSON) e Dimerização (SDIN) até dezembro de 2022". Foi realizado o levantamento das demandas e visto a necessidade da execução desta meta.
Informações apresentadas no ano de 2021: Após estudo técnico, incluindo testagens de sonorização e dimerização, foi elaborado levantamento das demandas e necessidades para execução da meta, que em 2022 deverá ser atingida.
Informações apresentadas no ano de 2022: O estudo das necessidades de aquisição desses equipamentos foi concluído e a aquisição encontra-se em andamento.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título alterado para "Adquirir sistema completo de Sonorização (SSON) e Dimerização (SDIN)". As informações encontram-se na parte I deste relatório.

Meta 01216: Adquirir 3.000 livros até dezembro de 2023.
Informações apresentadas no ano de 2020: Ação suspensa em virtude da pandemia - COVID19.
Informações apresentadas no ano de 2021: A equipe técnica realizou levantamento detalhado do acervo bibliográfico existente e em 2022 serão adquiridos novos exemplares para a Biblioteca da EGRN.
Informações apresentadas no ano de 2022: O estudo sobre as demandas para aquisição bibliográfica foi concluído. O processo de solicitação para ampliação do acervo da biblioteca está em andamento.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta não vinculada ao PPA 2023 devido inativação como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Meta 01217: Assinar 3 periódicos on-line até dezembro de 2023.
Informações apresentadas no ano de 2020: Ação suspensa em virtude da pandemia - COVID19.
Informações apresentadas no ano de 2021: A equipe técnica responsável pela Biblioteca está analisando, dentre os periódicos existentes, quais serão as assinaturas mais vantajosas para os objetivos da EGRN. O processo de aquisição de assinatura de periódicos será executado em 2022.
Informações apresentadas no ano de 2022: O estudo sobre as demandas para aquisição bibliográfica foi concluído. O processo de aquisição de periódicos para ampliação do acervo da Biblioteca está tramitando.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta não vinculada ao PPA 2023 devido inativação como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Meta 01218: Adquirir e implantar 01 sistema eletromagnético para bibliotecas até dezembro de 2022.

Informações apresentadas no ano de 2020: Foi realizado o levantamento das demandas e visto a necessidade da execução desta meta.
Informações apresentadas no ano de 2021: Estudos técnicos para a implantação estão em fase inicial de levantamento, considerando a sua viabilidade técnica e orçamentária. Em 2022, o processo de aquisição de um sistema eletromagnético de controle do acervo bibliográfico será formalizado.
Informações apresentadas no ano de 2022: O estudo sobre a implantação do sistema eletromagnético ainda não foi concluído.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta não vinculada ao PPA 2023 devido inativação como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Bem como as seguintes iniciativas e suas respectivas subações:

Iniciativa: 01826 Contratação de empresa especializada para ampliar a estrutura da Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Norte.
Subação: 134602 Ampliação do Espaço Físico da Escola de Governo do RN.
Iniciativa: 01843 Aquisição de bens e equipamentos para a Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Norte.
Subação: 324701 Aparelhamento e Reaparelhamento da Escola de Governo Dom Eugênio de Araújo Sales.

Programa de Governo: 5001 NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO.

Objetivo n.º 00438: Modernizar a gestão pública, por intermédio da implantação de políticas de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho e oferta de canais de comunicação com os usuários externos, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de suas políticas (COMPR/UIAG).

No tocante às atribuições da UIAG/SEAD durante o quadriênio 2020-2023 a conclusão do Projeto de pesquisa da Pesquisadora Edilene Carvalho, intitulado de "MAPEAMENTO DAS COMPETÊNCIAS DOS GESTORES: PRIORIZAÇÃO DAS DEMANDAS DE CAPACITAÇÃO DA SEAD/RN" que entregou como resultado a identificação das lacunas de conhecimento dos gestores, a fim de priorizar as demandas de capacitação. O relatório foi devidamente entregue para conhecimento aos setores da EGRN e COGEP responsáveis pela gestão por competência. Além disto, a partir do ano de 2023, encontra-se vigente o projeto da pesquisadora Solange Rodrigues que visa principalmente articular e consolidar os procedimentos administrativos da unidade de administração e setor pessoal com foco na modernização e eficientização. Os resultados pertinentes a tais projetos possibilitam o bom andamento da modernização da gestão pública, sobretudo no tocante ao aumento da capacidade do governo em atuar junto aos servidores. No intuito de modernizar a gestão pública, conforme o objetivo traçado no PPA, a Coordenadoria de Compras Governamentais (COMPR) empreendeu diversas ações a fim de aperfeiçoar a implementação das políticas públicas promovidas pelo Governo, por meio do estímulo à participação e troca de experiências dos servidores que atuam nas unidades de compras do Estado. Dentre essas ações desenvolvidas, cabe o destaque à Lei Complementar nº 695/2022, que trouxe avanço na política de valorização de pessoal, remunerando os servidores por competências, democratizando as relações de trabalho.

As seguintes metas que já foram ou estão vinculadas a este objetivo:

Meta: 01186 Implantar uma central de Compras no Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Informações apresentadas no ano de 2020: Foram realizadas reuniões com os setores de compras de diversos estados no intuito de perceber seu funcionamento. Paralelamente, foram realizados estudos técnicos ancorados ao mapeamento da organização e funcionamento do setor de compras em diversos estados no Brasil. Iniciou-se a construção de uma rede de comunicação entre os órgãos da administração, às UIAG, CPL e secretários adjuntos.

Informações apresentadas no ano de 2021: Objetivando o cumprimento da meta, foi realizado um Seminário Online intitulado "WebCompras: Ciclo de Formação sobre Compras Governamentais" com seis encontros. Seguinte a isso, passou-se a realizar o Ciclo de Reuniões sobre Compras Governamentais de caráter educativo com as unidades administrativas dos órgãos do Poder Executivo participantes do Sistema de Registro de Preços (SRP) para enfrentamento dos principais obstáculos formais e materiais encontrados nos setores que provocavam morosidade nos processos licitatórios,considerando também a Centralização das Compras Públicas e o Plano Anual de Compras. A partir disso, com técnicas de Direito Visual, foram elaboradas: Minuta da Cartilha de Compras Governamentais com os tópicos mais importantes para instruir servidores, bolsistas, estagiários, dentre outros, sobre as Compras Públicas no Estado; Minutas de Editais; Termos de Referência; Atas de Registro de Preços; Contratos. Ademais, houve a instauração de dois Grupos de Trabalho (GT) junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE) e Controladoria Geral do Estado (CONTROL). Um grupo destinado a tratar sobre a padronização de minutas e fluxos processuais e outro voltado à institucionalização da Central de Compras. Outrossim, foi aberto processo administrativo para tratar da estrutura organizacional da Central de Compras do RN. Além disso, foi elaborada Minuta de Portaria para instituir a Comissão de Apuração de Irregularidades e Sanções (CAIS), juntamente ao fluxo processual para atingimento do seu objetivo. Sem olvidar, nos ajustamentos dos trâmites necessários para manutenção das condições de validade e eficiência das Atas de Registro de Preço realizadas pela COMPR/SEAD, frente ao cenário econômico inflacionário do país. Além disso, foi aberto processo de solicitação de um Novo Grupo de Trabalho (GTE) para a estruturação da Central de Compras no estado, bem como um GTE para regulamentação da Lei Federal 14.133/21, Lei de Licitações e Contratos. Além disso, foi minutado um Projeto de Lei para
gratificação dos pregoeiros e agentes de contratações que atuam na administração estadual. Solicitamos apoio institucional ao projeto Governo Cidadão para aplicação de metodologia Strategic Sourcing, técnica que contribui para diminuir perdas, otimizar recursos e planejamentos e obter melhores resultados no âmbito da gestão de suprimentos. Por fim, esta coordenadoria desenvolveu, com apoio de estagiários de TI, um software para gerenciamento das atas de Registro de Preços, intitulado SIGA.

Informações apresentadas no ano de 2022: A criação da meta de implantação da Central de Compras no Estado do Rio Grande do Norte foi imprescindível no desenvolvimento das atividades realizadas no período de vigência do Plano Plurianual (2019-2023).

Os principais avanços nos esforços para cumprimento da meta ocorreram com a edição da Lei Complementar n.° 695, de 18 de janeiro de 2022, que adequou o funcionamento da gestão de contratos do Estado do Rio Grande do Norte às disposições previstas na Lei Federal n.º 14.133,

de 01 de abril de 2021 e reestruturou o controle interno do Poder Executivo por meio da criação do setor de integridade e transparência.
Outrossim, o Decreto Estadual n.º 31.346, de 01 de abril de 2022, que regulamentou o Capítulo II da Lei Complementar em referência, detalhando as disposições da lei legislação de regência. Nesse contexto, houve a agregação de parte das comissões de licitações que anteriormente eram descentralizadas, representando o avanço no cumprimento da meta proposta nos instrumentos de planejamento.
Informações apresentadas no ano de 2023: As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01196 Possibilitar a organização patrimonial aos gestores do Estado, de forma que haja unificação no uso dos sistemas por parte dos agentes públicos.
Informações apresentadas no ano de 2020: Foi realizado levantamento do patrimônio imobiliário do estado, que totalizou 3.451 imóveis cadastrados. Foi solicitado os registros em cartório a PGE/RN dando continuidade na elaboração do sistema de unificação.
Informações apresentadas no ano de 2021: A Subcoordenadoria de Patrimônio Imobiliário do Estado do Rio Grande do Norte (SUPAT), órgão administrativo da Secretaria de Estado da Administração (SEAD/RN), revestido em nova roupagem legislativa, qual seja, Decreto Estadual nº 30.064, de 25 de janeiro de 2021, apresenta diversas competências no seu artigo 32, caput e seus incisos, dentre elas, promover o controle e o registro cadastral de todo o patrimônio imobiliário da Administração Pública Estadual, através de auditorias específicas, utilizando os recursos necessários à sua execução, bem como organizar e manter atualizado o cadastro e o registro dos imóveis da Administração Pública Estadual (inciso I), como também, organizar e manter atualizado o cadastro de imóveis da Administração Pública Estadual, bem como os registros dos mesmos para prestar informações, sempre que necessário (inciso II). Ultrapassado o rol de competências, destacado pelo grau de importância, disserta-se a respeito da meta propriamente dita. Inicialmente, a organização do acervo patrimonial não se limita à mensuração do quantitativo de imóveis - no caso, correspondente a 3.451 (três mil, quatrocentos e cinquenta e um) – mas, sobretudo, no levantamento, cadastramento, regularização e registro desse conjunto de bens públicos estaduais nos serviços notariais competentes. Para tanto, canalizam-se energia e esforços diários de boa parte da equipe técnica da unidade patrimonial para a análise global, todavia, individual de cada imóvel, registro, perpassando pelo estudo de documentação existente no setor, dos novos documentos técnicos elaborados – por exemplo, memorial descritivo, laudo de avaliação, parecer técnico imobiliário, plantas de situação, planta de localização, planta baixa, entre outros – bem como da parte jurídica-documental. Dessa forma, em 2021 a subcoordenadoria imprimiu esforços e prioridade à regularização dos imóveis que não estavam regularizados, ou seja, sem título de propriedade em nome do Governo do Estado. Em 2021 foram abertos 768 processos utilizando a Lei de Regularização 9354/2010, que continua no ano subsequente até que se possa atualizar as informações referente à gestão imobiliária. Cabe ressaltar que esse trabalho é contínuo tendo em vista a frequência com que há ações referente aos imóveis do Estado. Dito isto, ainda não foi possível a unificação, sobretudo no que concerne a disseminação do uso do Sistema de Gestão Patrimonial - SGP pelos outros órgãos da administração pública, o que ocorrerá no ano subsequente com início de reuniões para conhecimento do sistema por parte dos órgãos que lidam com a gestão patrimonial. Dessa forma, a meta a ser traçada é regularizar na sua totalidade os imóveis que ainda não possuem registro no cartório em propriedade do Governo

do Estado do Rio Grande do Norte; disseminar na administração pública estadual o uso do Sistema de Gestão Patrimonial - SGP nas suas atividades diárias. Ainda não foi possível a unificação, sobretudo no que concerne a disseminação do uso do Sistema de Gestão Patrimonial - SGP pelos outros órgãos da administração pública, o que ocorrerá no ano subsequente com início de reuniões para conhecimento do sistema por parte dos órgãos que lidam com a gestão patrimonial. Dessa forma, a meta a ser traçada é regularizar na sua totalidade os imóveis que ainda não possuem registro no cartório em propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Norte; disseminar na administração pública estadual o uso do Sistema de Gestão Patrimonial - SGP nas suas atividades diárias.

Informações apresentadas no ano de 2022: A Subcoordenadoria de Patrimônio Imobiliário do Estado do Rio Grande do Norte (SUPAT/SEAD-RN), com fundamento no Decreto Estadual n.º 30.064, de 25 de janeiro de 2021, apresenta diversas competências no seu artigo 32, caput e seus incisos, dentre elas, promover o controle e o registro cadastral de todo o patrimônio imobiliário da Administração Pública Estadual, e manter atualizado o cadastro e o registro dos imóveis da Administração Pública Estadual, como também, organizar e manter atualizado o cadastro de imóveis.

Ultrapassado o rol de competências, disserta-se a respeito da meta propriamente dita. Inicialmente, a organização do acervo patrimonial não se limita à mensuração do quantitativo de imóveis - no caso, correspondente a 3.451 (três mil, quatrocentos e cinquenta e um) – mas, sobretudo, no levantamento, cadastramento, regularização e registro desse conjunto de bens públicos estaduais nos serviços notariais competentes. Para tanto, canalizam-se energia e esforços diários de boa parte da equipe técnica da unidade patrimonial para a análise de cada imóvel, registro, perpassando pelo estudo de documentação existente no setor, dos novos documentos técnicos elaborados – por exemplo, memorial descritivo, laudo de avaliação, parecer técnico imobiliário, plantas de situação, planta de localização, planta baixa, entre outros – bem como da parte jurídica e documental junto à Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte (PGE-RN) e aos ofícios cartorários. Percebe-se dessa forma que se trata de trabalho intimamente detalhista, com certo grau de complexidade, de grande importância e relevância, sobretudo na produção e filtragem das informações relativas a cada imóvel de titularidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Imbuído nesse objetivo, ressalta-se o importante trabalho de regularização fundiária, nos termos da Lei Estadual n.º 9.354/2010, que a SUPAT/SEAD-RN vem desenvolvendo em atuação conjunta com a PGE-RN, no sentido de alavancar, com segurança jurídica, a lista de bens imóveis devidamente regularizados. Cite-se que como resultado dessa meta, pode-se observar a disponibilização das informações dos imóveis do Estado por meio do Portal de Imóveis do RN (disponível em:<http://sipat.rn.gov.br/>), por meio do qual se obtém a prestação clara e real das informações relacionadas sobre os imóveis estaduais a todos.

Inclui-se como meta resultante deste trabalho desenvolvido pela SUPAT a realocação dos órgãos e entidades da administração pública que funcionam em prédios alugados para imóveis próprios do Estado, gerando economia na receita estadual e dando uso a imóveis dominicais, sem uso determinado.

Informações apresentadas no ano de 2023: As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01203 Reestruturar a organização institucional da SEAD.

Informações apresentadas no ano de 2020: Foi definido o perfil dos gestores da SEAD levando em consideração as competências de cada cargo. Foram identificados cursos para desenvolvimento das atividades laborativas e também foram implementadas ferramentas para o planejamento estratégico da UIAG nas compras da SEAD, no intuito de melhorar a tomada de decisão unificando as informações no planejamento das compras.

Informações apresentadas no ano de 2021: Enquadrando-se na meta, referente ao objetivo nº 0438 que trata da modernização da gestão pública por meio da implantação de políticas de recursos humanos orientada por competências, durante o ano de 2021, teve conclusão o projeto de inovação intitulado como: "As competências dos gestores da Secretaria de Estado da Administração do Rio Grande do Norte" com o objetivo de analisar as competências dos gestores da Secretaria de Estado da Administração do Rio Grande do Norte (SEAD/RN), visando a oferta de capacitação em serviço, bem como elencar as competências necessárias para desempenhar o cargo de gestor.

Avaliação: Compreende-se que tal medida para atingimento da meta foi exitosa considerando que, além de seu objetivo principal ter sido atingido, a pesquisa serviu como base para identificação de possíveis cursos pertinentes ao desenvolvimento das atividades dos gestores das unidades desta Secretaria, possibilitando o aumento da produtividade organizacional. Assim, a pesquisa mencionada serve de base para a implantação de políticas de recursos humanos orientada por competências.Dificuldades: Enquanto desafios, cabe mencionar o cenário adverso do qual o desenvolvimento do projeto se encontrou na situação da pandemia de COVID-19. Contudo, cabe ressaltar que o projeto não se limitou a esta barreira temporal para atingir suas metas.

Recomendações: Sugere-se que sejam consideradas as informações obtidas nos resultados da pesquisa e, dessa forma, que se elaborem políticas públicas voltadas para a maior capacitação dos gestores da SEAD, buscando uma maior eficiência e produtividade no desempenho desta organização. Ainda para o atingimento da meta supramencionada, alinhado com o processo de democratização das relações de trabalho encontra-se também em desenvolvimento o projeto "A implementação de ferramentas para o planejamento estratégico da UIAG nas compras da Secretaria de Estado da Administração (SEAD), que visa o estabelecimento ferramentas que possibilitem a unificação das informações e o eficiente planejamento de compras no tocante às competências da Unidade Instrumental de Administração Geral (UIAG/SEAD). Além disso, a pesquisa visa promover uma maior visão do setor sobre as ferramentas e informações necessárias à tomada de decisão no que diz respeito à aquisição de materiais e serviços relacionados à SEAD. Deste projeto, em uma de suas fases já foi possível realizar um mapeamento das atividades desempenhadas na UIAG/SEAD, no que diz respeito às atividades elaboradas para compras da SEAD. Além da implementação de ferramentas práticas que auxiliam no acompanhamento dos contratos por esta unidade.

Avaliação: A pesquisa em questão encontra-se em bom andamento, podendo-se afirmar que existem boas expectativas quanto aos seus resultados que trarão um produto de inovação de cunho prático e eficaz para o setor.

Dificuldade: Como desafio apresenta-se o grande volume de atividades elaboradas pelo setor, dadas as suas competências. Nesse sentido, por vezes, estas atividades não seguem uma linha clara de seus procedimentos tendo em vista as urgências das demandas existentes, dificultando a elaboração do planejamento estratégico deste. Cabe ressaltar, contudo, que mesmo em

situação de pandemia e do quadro reduzido, as atividades das quais são de sua competência não deixaram de ser correspondidas, mesmo que não sendo de forma planejada.
Sugestões: Sugere-se a continuidade de tal projeto, observando os planos e metas para 2022 da SEAD e considerando que o mesmo visa a entrega de um produto que compreende melhorias para a SEAD, e a busca de maior eficiência das atividades ali reproduzidas.
Informações apresentadas no ano de 2022: A meta foi exitosa pois conseguiu, em um espaço temporal relativamente pequeno, identificar o perfil dos gestores da SEAD levando em consideração as competências de cada cargo, bem como elencar. Além disso, foi possível identificar quais cursos seriam pertinentes ao desenvolvimento das atividades laborativas visando a promoção do desempenho profissional e aumento da produtividade organizacional. Dessa forma, a pesquisa mencionada serve de base para a implantação de políticas de recursos humanos orientada por competências.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta não vinculada ao PPA 2023 devido inativação como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Meta: 01226 Firmar termo de cooperação com instituição de ensino superior na temática de gestão do conhecimento.
Informações apresentadas no ano de 2020: Tramita um termo de cooperação para parceria com um projeto de extensão na área de gestão.
Informações apresentadas no ano de 2021: Não há projeto de cooperação com outras instituições de ensino superior nesta temática.
Informações apresentadas no ano de 2022: A EGRN/SEAD firmou Acordo de Cooperação nº 65/2021 com a UFRN para promover o aprimoramento da gestão pública.O seu objetivo caracteriza uma parceria para a gestão do conhecimento aplicado à gestão pública.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta não vinculada ao PPA 2023 devido inativação como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Meta: 01228 Firmar 01 convênio até dezembro de 2020.
Informações apresentadas no ano de 2020: Foi realizado um acordo de cooperação técnica entre o Governo do Estado e Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do RN (IFRN) para a implantação do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).
Informações apresentadas no ano de 2021: Foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica com a UFRN, no início de maio de 2021,visando desenvolver, em conjunto, ações de mútuo interesse por meio de Planejamento conjunto de eventos de extensão com apoio na divulgação de atividades diversas no contexto do projeto "Diálogos: reflexões e práticas com foco no aprimoramento da Gestão Pública".Desse modo, a partir da metodologia aplicada, foi possível realizar o intercâmbio de conhecimentos entre discentes, docentes e servidores públicos, identificando necessidade de melhorias na gestão e contribuindo com o planejamento de ações estratégicas. O projeto contou com reuniões virtuais, oficinas e diálogos no decorrer do ano de 2021, tanto individuais como por coordenações, para coleta de informações relativas à percepção acerca dos desafios das equipes e da secretaria como um todo. A apresentação dos resultados foi discutida e a situação atual é que o relatório está em processo de finalização. Alguns setores não puderam participar das oficinas de planejamento e enviaram, posteriormente, seu respectivo planejamento. Sendo assim,o resultado sintético de cada etapa

promovida necessita de ajustes no detalhamento das estratégias planejadas e dessa forma, agendamos reuniões para efetivar essa etapa final.
Informações apresentadas no ano de 2022: Foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica com a UFRN, no início de Maio de 2021, visando desenvolver, em conjunto, ações de mútuo interesse por meio de Planejamento conjunto de eventos de extensão com apoio na divulgação de atividades diversas no contexto do projeto "Diálogos: reflexões e práticas com foco no aprimoramento da Gestão Pública".
Desse modo, a partir da metodologia aplicada, foi possível realizar o intercâmbio de conhecimentos entre discentes, docentes e servidores públicos, identificando necessidade de melhorias na gestão e contribuindo com o planejamento de ações estratégicas.
O projeto contou com reuniões virtuais, oficinas e diálogos no decorrer do ano de 2021, tanto individuais como por coordenações, para coleta de informações relativas à percepção acerca dos desafios das equipe e da secretaria como um todo. A apresentação dos resultados foi discutida e houve a finalização do processo com a entrega de um relatório.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta não vinculada ao PPA 2023 devido inativação como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Meta: 01230 Implementar modelo de cultura organizacional fundamentado na ética.
Informações apresentadas no ano de 2020: Meta não vinculada ao PPA 2020.
Informações apresentadas no ano de 2021: Foi implementado um canal de comunicação com os usuários externos, em chat online, na primeira página do site da SEAD. A inovação aumentou a capacidade do governo na implementação de suas políticas, como fortaleceu a democratização das relações de trabalho e a oferta de canais de comunicação com os usuários externos. Por fim, a implementação de políticas de recursos humanos.
Informações apresentadas no ano de 2022: Meta não vinculada ao PPA 2022.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta não vinculada ao PPA 2023 devido inativação como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Meta: 01360 Adquirir ferramenta BI até dezembro de 2021.
Informações apresentadas no ano de 2020: A aquisição da ferramenta BI está em processo final de licitação.
Informações apresentadas no ano de 2021: Foi adquirida, através de processo SEI Nº 00110010.000324/2020-89, solução integrada de informação analítica, composto por Appliance para data Analytics e Ferramenta de Mineração de Dados e Análise Preditiva, incluindo o fornecimento de hardware, softwares, treinamentos, garantia e suporte técnico visando garantir a continuidade, a integridade e o desempenho no acesso às informações analíticas da Secretaria de Estado da Administração - SEAD, Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN, Secretaria de Tributação - SET e Controladoria Geral do Estado – CONTROL.
Informações apresentadas no ano de 2022: Foram realizadas reuniões técnicas e capacitações entre as equipes designadas pelos órgãos. No caso da SEAD, o intuito é efetuar as tratativas no ano de 2023 e implantar a ferramenta nos serviços da Secretaria da Administração.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta não vinculada ao PPA 2023 devido inativação como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Bem como as seguintes iniciativas e suas respectivas subações:

Iniciativa: 01813 Elaboração e melhoria dos instrumentos de aquisição da gestão pública.
Subação: 133801 Gestão e Integração de Informações.
Iniciativa: 01827 Unificação do sistema de gestão do patrimônio do Estado e Criação de canais de comunicação da Frota de Veículos.
Subação: 185501 Aparelhamento e Reaparelhamento da Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.
Iniciativa: 01857 Efetivar instrumento legal para adequação da estrutura organizacional da SEAD, realização de termos de cooperação e convênios para atender a reestruturação organizacional de Recursos Humanos do Estado do RN.
Subação: 214401 Reestruturação do Quadro Geral de Recursos Humanos.
Iniciativa: 01999 Operacionalização da Frota de Veículos.
Subação: 294101 Manutenção da Frota de Veículos do Estado.
Iniciativa: 02003 Criação de um núcleo de Data Science no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.
Subação: 110801 Implementação da Política de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Segurança da Informação.

Objetivo n.º 00453: Aprimorar a gestão patrimonial da SEAD. Coordenadoria de Patrimônio/Subcoordenadoria de Patrimônio Imobiliário (COPAT/SUPAT).

Em relação a gestão imobiliária, foi finalizado em 2020 o contrato com a empresa NIP do Brasil para a realização de catalogação, levantamentos e produção de peças técnicas dos imóveis anteriormente cadastrados em acervo físico. A partir da finalização do contrato trabalhou-se na organização e manutenção do banco de dados gerado com informações disponibilizadas nas peças técnicas produzidas, todo o trabalho foi inserido no Sistema de Gestão Patrimonial (SGP) desenvolvido pela COTIC. O SGP vem sendo atualizado ao longo dos anos com a implementação de melhorias e novas funcionalidades, sendo aprimorado conforme necessidades constatadas.
Foram abertos processos de regularização fundiária para 1007 imóveis, buscando regularizá-los com toda a documentação correta dos imóveis.
Houve a contratação de bolsistas e terceirizados, a fim de compor o grupo técnico da equipe do setor.
Houve a participação do setor no CONSAD, fazendo com que haja participação do subcoordenador do setor no grupo de trabalho de patrimônio do Brasil. Além disso, as participações no CONSAD mostraram ao restante do Brasil o trabalho realizado pela SUPAT, fazendo com que outros estados entraram em contato para conhecer mais sobre o trabalho do setor na gestão de patrimônio. Em Junho, uma equipe de patrimônio do Acre esteve na SEAD para uma troca de experiências acerca da gestão patrimonial, e em Dezembro, houve uma reunião virtual com equipe patrimonial de Minas Gerais, para apresentação dos sistemas utilizados pela SUPAT para a gestão patrimonial.
Em Outubro de 2023, houve a assinatura do decreto que cria a Rede Estadual de Patrimônio Mobiliário e Imobiliário (RedePAT), que tratará, dentre outros, sobre os imóveis de propriedade do Estado.
Além disso, houveram atividades de campo para reuniões, levantamentos, alinhamento e vistoria de diversos imóveis espalhados pelo Estado do Rio Grande do Norte. Entrega de projetos e demandas relacionadas ao patrimônio do Estado.
Ainda em 2023, iniciou-se às atividades do Convênio 02/2022, celebrado entre SEAD e SEAP,

para a limpeza dos imóveis sem ocupação de propriedade do Estado com mão de obra de pessoas privadas de liberdade.

As seguintes metas já foram ou estão vinculadas a este objetivo:

Meta: 01214 Elaborar programa de redução de custos e desperdícios com foco na sustentabilidade até dezembro de 2023.
Informações apresentadas no ano de 2020: O projeto estava previsto para iniciar em maio/2020, porém não foi possível em razão da pandemia - COVID19.
Informações apresentadas no ano de 2021: Considerando que esta meta está contida no objetivo "aprimorar a gestão do patrimônio, n.º 453", no processo n.º 00210006.000372/2021-61, documento de ID8692165, foi sugerido, junto com a SUPAT/COPAT/SEAD que a meta fosse adequada para: "elaborar programa de manutenção e conservação dos imóveis de propriedade do Estado do Rio Grande do Norte até dezembro de 2023", objetivando disponibilizar os resultados para toda administração estadual.
Deste modo a gestão imobiliária tem-se buscado otimizar o uso de imóveis em desuso, sobretudo na tentativa de alocar alguns órgãos para aproveitamento de espaço, principalmente em órgãos que ocupam imóveis alugados salienta-se que a catalogação de imóveis do governo do RN que estão em desuso.
Informações apresentadas no ano de 2022: A Subcoordenadoria de Patrimônio Imobiliário (SUPAT/SEAD-RN) inclui como meta a realocação dos órgãos e entidades da administração pública que funcionam em prédios alugados para imóveis próprios do Estado, gerando economia na receita estadual e dando uso a imóveis dominicais, sem uso determinado, resultante do trabalho desenvolvido no setor, caracterizado enquanto um programa de redução de custos e desperdícios com foco na sustentabilidade, na gestão econômica e imobiliária, além da redução de desperdícios.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta não vinculada ao PPA 2023 devido inativação como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Meta: 01640 Elaborar programa de manutenção e conservação dos imóveis de propriedade do Estado do Rio Grande do Norte.
Informações apresentadas no ano de 2020: Meta não vinculada ao PPA 2020.
Informações apresentadas no ano de 2021: Meta não vinculada ao PPA 2021.
Informações apresentadas no ano de 2022: Meta não vinculada ao PPA 2022.
Informações apresentadas no ano de 2023: As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Bem como a seguinte iniciativa e sua respectiva subação:

Iniciativa: 01839 Elaboração de planos pelos agentes públicos no âmbito da Secretaria para redução de custos e desperdícios no Estado.
Subação: 219201 Gestão Patrimonial.

Objetivo n.º 00569: Instituir uma gestão moderna a partir das competências da SEAD e viabilizar o controle patrimonial e de transporte (COPAT/SUPAT).

A Gestão Compartilhada do Abastecimento da Frota Governamental, instituída pelo Decreto nº 28.700 de 25/01/2019, a COPAT atuou proativamente promovendo o estabelecimento de

ações, visando a racionalização e otimização do consumo de combustíveis, através das seguintes ações:

a) Identificação da Frota Governamental;

b) Administração do Posto Interno:

- Controle do Recebimento dos Combustíveis;
- Controle do Volume Disponível;
- Melhoria da Estrutura Física; e
- Capacitação e Qualificação da Mão de Obra

c) Fiscalização do Consumo;

d) Expansão da Rede de Postos Credenciados.

Foi efetuado o recadastramento da frota, no qual foram identificados os veículos ativos, com os seguintes dados: marca, modelo, ano, placa, RENAVAM, quanto ao tipo, classificação do veículo, órgão a que estavam vinculados. A COPAT, passou a gerenciar as atividades realizadas no posto interno, tais como recebimento de combustíveis, consertos e reparos de equipamentos, etc, posteriormente, foi criada através da Portaria nº 1662/20 a Comissão de Recebimento de Combustíveis. Foi implementado controle eletrônico de tancagem ou estoque. Na estrutura física do posto, foi realizada a reforma das ilhas de abastecimento, substituição das bocas de todos os tanques, conserto e reativação do filtro de Diesel S-10, garantindo a qualidade do combustível, implantação de sinalização vertical e horizontal, realização de testes de estanqueidade e de sondagem para verificação de contaminação do lençol freático, isolamento da área de operação, instalação de Câmera de Monitoramento integrada ao CIOSP. Com vistas à implementação de ações que garantam a segurança das instalações, equipamentos e pessoal, foi realizada pelo CBOM/RN, uma Instrução Básica de Combate a Incêndios, para todo o pessoal que trabalha nas operações de recebimento e abastecimento. Foi efetuada também a desativação de tanques de armazenamento de combustível, que distribuem combustível, sem nenhum controle por parte da Coordenadoria, além de que, em virtude da precariedade do seu funcionamento, nas operações de recebimento e abastecimento de combustível, apresentavam alto risco à segurança pessoal, das instalações e do meio ambiente. No início da atual gestão o estado contava com uma rede de postos credenciados no interior composta por 13 postos, atualmente, pode contar com uma rede composta por 35 postos, que representa um incremento de 170%.

A seguinte meta já foi ou está vinculada a este objetivo:

Meta: 01664 Viabilizar a gestão e o controle patrimonial dos bens móveis e imóveis do Estado.

Informações apresentadas no ano de 2020: Meta não vinculada ao PPA 2020.

Informações apresentadas no ano de 2021: Meta não vinculada ao PPA 2021.

Informações apresentadas no ano de 2022: Meta não vinculada ao PPA 2022.

Informações apresentadas no ano de 2023: As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Bem como a seguinte iniciativa e sua respectiva subação:

Iniciativa: 02265 Construir e revitalizar os bens imóveis em municípios do Rio Grande do Norte.

Subação: 331301 Estruturação Física e Aparelhamento do Patrimônio Público.

Programa de Governo: 5002 O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE.

Objetivo n.º 00567. Instituir o Programa RN Aprendiz no âmbito do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (COGEP).

Com a devida publicação dos atos normativos que regem o RN Aprendiz em anos anteriores, o Programa avançou ao longo de 2023, havendo diversas reuniões de alinhamento entre a COGEP e a Subsecretaria da Juventude (SEJUV). A partir das discussões, percebeu-se a necessidade da construção e publicação de um Edital de Credenciamento Permanente, o qual seria destinado a formalizar parcerias entre empresas desejosas de aderirem ao RN Aprendiz, devendo ficar aberto permanentemente às adesões. Assim, o Edital nº 03/2023 foi devidamente publicado em março de 2023 e o programa devidamente instituído. Logo, a ação proposta foi cumprida. Contudo, no que se refere a execução do Programa, dependemos da adesão das empresas ao Edital.

A seguinte meta já foi ou está vinculada a este objetivo:

Meta: 01650 Promover ações de políticas públicas voltadas à inserção dos jovens no mercado de trabalho.
Informações apresentadas no ano de 2020: Meta não vinculada ao PPA 2020.
Informações apresentadas no ano de 2021: Meta não vinculada ao PPA 2021.
Informações apresentadas no ano de 2022: Meta não vinculada ao PPA 2022.
Informações apresentadas no ano de 2023: As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Bem como as seguintes iniciativas:

Iniciativa: 02252 Realizar levantamento das empresas prestadoras de serviço ao governo para comprovação das cotas de aprendizes.
Iniciativa: 02253 Convocar as empresas interessadas em aderir ao programa para formalizar compromisso.
Iniciativa: 02254 Encaminhar os candidatos aprendizes para cada órgão selecionar.
Iniciativa: 02255 Acompanhar o processo de encaminhamento do aprendiz.

Objetivo n.º 00458: Promover um ambiente de inovação no Governo do Estado. Escola de Governo do RN (EGRN).

O objetivo de "Promover ambiente de inovação no Governo do Estado" durante o quadriênio demonstra êxito na sua execução. A criação e implementação do Laboratório de Inovação do Rio Grande do Norte (Inova RN) representa um passo significativo em direção à promoção de um ambiente propício à inovação na gestão pública.

O Inova RN, funcionando nas dependências da EGRN, não apenas cumpriu sua proposta de ser um espaço dedicado ao fomento da inovação, mas também realizou diversas ações práticas para promover a utilização de ferramentas digitais visando à desburocratização. Além disso, a difusão e a promoção da inovação na gestão pública foram efetivamente abordadas, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

A presença de pesquisadores bolsistas e a criação de um ambiente específico para incubação de projetos inovadores, como o Laboratório de Inovação, indicam um compromisso efetivo com a pesquisa, experimentação e desenvolvimento de soluções criativas. Essa abordagem fortalece a capacidade da instituição de enfrentar desafios complexos por meio da aplicação de ideias inovadoras.

Além disso, a menção de ações voltadas para a utilização de ferramentas digitais reforça a adaptabilidade do programa a contextos contemporâneos, evidenciando uma resposta eficaz às demandas emergentes, como a necessidade de modernização e de desburocratização.

Em resumo, o objetivo de promover um ambiente de inovação no Governo do Estado foi alcançado com êxito, evidenciado pela criação e operação do Inova RN e pelas ações concretas realizadas para impulsionar a inovação na gestão pública. Este resultado não apenas fortalece a instituição, mas também contribui para a modernização e eficiência dos serviços públicos no estado.

As seguintes metas já foram ou estão vinculadas a este objetivo:

Meta: 01224 Implantar convênio com FAPERN para inovação tecnológica com egressos do ensino superior.
Informações apresentadas no ano de 2020: Meta anterior nomeada por "Contratar 50 bolsistas para a SEAD e EGRN até dezembro de 2022", onde foram contratados 50 bolsistas lotados na SEAD, EGRN e FAPERN.
Informações apresentadas no ano de 2021: O programa de bolsas de pesquisa foi renovado para a execução de dois projetos institucionais de pesquisa e inovação da SEAD. Para tanto, foram contratados 50 bolsistas pesquisadores, selecionados por intermédio de Editais Públicos.
Informações apresentadas no ano de 2022: A mesma foi concluída, tendo em vista que foram selecionados e contratados 37 pesquisadores para execução de Projetos Institucionais de Pesquisa e Inovação da SEAD. Além disso, em agosto de 2022, houve a renovação do convênio com a FAPERN para a prorrogação de mais 17 pesquisadores que já atuavam no quadro da SEAD. Foram realizadas ações para a intensificação da utilização de ferramentas digitais para desburocratização e a difusão e promoção da inovação na gestão pública, fornecendo inovação e qualidade dos serviços públicos oferecidos por meio de pesquisadores que desenvolvem trabalhos e levantamento de informações de interesse público com eficiência e qualidade.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título alterado para "Implantar convênio com FAPERN para inovação tecnológica com egressos do ensino superior". As informações encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01225 Implantar 01 laboratório de inovação até dezembro de 2020.
Informações apresentadas no ano de 2020: A implantação do laboratório de inovação estava 70% concluída.
Informações apresentadas no ano de 2021: O iNovaRN foi instituído no âmbito da Secretaria de Estado da Administração (SEAD), através de portaria publicada em 28 de agosto de 2021 e inaugurado em 30 Novembro de 2021 nas dependências da EGRN.
Informações apresentadas no ano de 2022: O Laboratório de Inovação do Rio Grande do Norte (Inova RN) já está implantado, funcionando nas dependências da EGRN. Foram realizadas ações para a intensificação da utilização de ferramentas digitais para desburocratização e a difusão e promoção da inovação na gestão pública, fornecendo inovação e qualidade dos serviços

públicos oferecidos por meio de pesquisadores que desenvolvem trabalhos e levantamento de informações de interesse público com eficiência e qualidade.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta retirada devido ter sido concluída com sucesso.

Bem como a seguinte iniciativa e suas respectivas subações:

Iniciativa: 01850 Promover uma integração sistêmica; garantir segurança da informação; desenvolver gestão centralizada e renovação do convênio de bolsas de pesquisas.
Subação: 248301 Manutenção e Funcionamento das Centrais do Cidadão.
Subação: 330501 Gestão da Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.

Objetivo n.º 00437: Realizar o Censo dos Servidores Públicos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP).

As tratativas referentes ao censo dos servidores foram iniciadas com a vinda de um bolsista cujo projeto era apresentar a "Implementação e Análise do Censo de Servidores Ativos do Estado do Rio Grande do Norte" da SEAD na área de Administração Pública. Contudo, dada a dificuldade de finalização do hotsite pela escola de TI, a saída do bolsista e o momento pandêmico, o projeto precisou ser repensado e reformulado, resultando na criação de uma comissão especial. Deste modo, foi instituída a Comissão Especial para a execução do projeto, designada por meio da Portaria n° 364, de 06 de março de 2023. Através de reuniões, a Comissão promoveu a estruturação do Projeto Piloto do Censo dos Servidores Ativos do RN, a fim de estabelecer as estratégias de mapeamento de dados dos servidores ativos da SEAD, público-alvo a ser contemplado pela aplicação do piloto. A implementação do Projeto Piloto encontrou dificuldades devido à migração de parceiros da área de tecnologia da informação para outros projetos, tendo a criação da ferramenta sido descontinuada. De modo a manter o Piloto em continuação, conseguiu-se disponibilizar um servidor de tecnologia da informação, junto à COTIC, para a construção de uma nova ferramenta que abriguasse o Censo e o seu Piloto. Neste ano, foram apresentados pela Comissão o protótipo da ferramenta e o piloto de formulário para coletar informações relativas aos servidores ativos do Governo do Estado. Ambos estão sendo ajustados e aperfeiçoados junto a parceiros do Projeto de modo a possibilitar uma melhor compreensão ao futuro usuário participante do Censo.

As seguintes metas já foram ou estão vinculadas a este objetivo:

Meta: 01182 Atualizar o cadastro dos servidores públicos ativos do Governo do Estado.
Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como "Atualizar o cadastro de 100% dos servidores públicos ativos do Governo do Estado". A atualização não foi realizada devido o SUAP ainda está em desenvolvimento devido a pandemia - COVID19.
Informações apresentadas no ano de 2021: O planejamento do Censo foi finalizado pela COGEP, em agosto de 2021. Contudo, para o início da coleta de dados, faz-se necessária a utilização de sistema eletrônico adequado, o qual está em processo de desenvolvimento pela Escola de TI. Assim, estamos no aguardo da finalização desta atividade para implementar o projeto piloto na SEAD. Após a implementação do projeto piloto, o Censo será aplicado em todos os órgãos do poder executivo estadual, buscando-se, assim, alcançar a meta estipulada.
O Censo dos Servidores Ativos objetiva a atualização total dos cadastros referentes aos servidores públicos estaduais. Para o projeto obter sucesso e o alcance da meta, é necessário

que a ferramenta de coleta esteja concluída. Sendo assim, o instrumento se trata de um hotsite que está em processo de desenvolvimento pela Escola de TI. Uma vez finalizado, serão realizados testes na ferramenta, bem como nos procedimentos planejados para a implementação. Tendo em vista a necessidade de se reduzir ao máximo as possibilidades de erros, garantindo, dessa maneira, a qualidade das informações coletadas, os testes são de grande relevância. Considerando que os órgãos do serviço público estadual possuem diferenças importantes no que concerne o número de servidores, a concentração de pessoal em determinados municípios, a organização referente às lotações, entre outros pontos que devem ser levados em consideração no momento da coleta, o diálogo com cada órgão se coloca como de componente essencial. Posteriormente aos testes e as correções necessárias, o Censo será aplicado em todo o Estado de modo que alcance a meta estipulada dentro do período de aplicação dos questionários. Após a coleta, o banco de dados formulado por meio do que foi coletado pelo hotsite enviará as atualizações referentes à totalidade dos cadastros dos servidores ativos do Governo do Estado.

Informações apresentadas no ano de 2022: O planejamento do censo foi finalizado pela COGEP em agosto de 2021. Contudo, para o início da coleta de dados, faz-se necessária a utilização de um sistema eletrônico adequado, o qual estava em processo de desenvolvimento pela Escola de TI e não foi finalizado. Assim, a partir da parceria com a SESAP, a COGEP irá utilizar a plataforma desenvolvida para implementar o projeto piloto na SEAD. Após a implementação do projeto piloto, o censo será aplicado em todos os órgãos do poder executivo estadual, buscando-se, assim, alcançar a meta estipulada. Uma vez firmada a parceria com a SESAP, por meio de encontros e reuniões, a meta está em fase inicial no que tange o acordo técnico de cooperação entre os órgãos (SEAD/SESAP). Logo, a presente meta atender ao Programa de Governo, uma vez que contempla a diretriz 00078, a qual consiste na modernização da estrutura administrativa do Estado.

Informações apresentadas no ano de 2023: Título alterado para “Atualizar o cadastro dos servidores públicos ativos do Governo do Estado”. As informações encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01227 Realizar 2 pesquisas com servidores até dezembro de 2023.

Informações apresentadas no ano de 2020: Meta não vinculada ao PPA 2020.

Informações apresentadas no ano de 2021: Foi realizada uma pesquisa na SEAD de preparação para implementação do projeto piloto do censo dos servidores ativos. Dessa forma, a meta de realização de uma pesquisa foi alcançada. Com a pesquisa descritiva aplicada e finalizada, a próxima pesquisa poderá ser implementada até 2023.

Informações apresentadas no ano de 2022: Meta não vinculada ao PPA 2022 devido inativação como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Informações apresentadas no ano de 2023: Meta não vinculada ao PPA 2023 devido inativação como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Bem como a seguinte iniciativa e sua respectiva subação:

Iniciativa: 01851 Contratação de consultoria especializada e Desenvolvimento de um sistema informatizado para realização do Censos dos Servidores.
Subação: 330401 Censo dos Servidores Públicos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Objetivo n.º 00443: Evolução da infraestrutura de hardware e da interconexão, visando melhorar a tecnologia da informação do Estado. Coordenadoria de Operações de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC).

Durante o período do PPA, foram realizadas as seguintes ações:

- Aquisição de solução de ativos de Hiperconvergência (Servidores);
- Contratação de Empresa para Suporte e Manutenção no Datacenter Container;
- Evolução do Projeto Infovia, através de convênio 04/2022 entre SEAD e UFRN;
- Contratação de mão de obra para desenvolvimento e sustentação dos serviços e sistemas da SEAD/RN.

As seguintes metas já foram ou estão vinculadas a este objetivo:

Meta: 01188 Configurar 100% dos ativos do Datacenter até junho de 2020.
Informações apresentadas no ano de 2020: Foram devidamente instalados e configurados todos os ativos e equipamentos de redes do Datacenter, conforme processo SEI nº 361274/2016-1.
Informações apresentadas no ano de 2021: Foi realizada migração, instalação e configuração de todos os ativos e equipamentos de redes no atual Datacenter da COTIC/SEAD. Adquirido através do processo SEI Nº 00110047.001626/2018-32**.**
Informações apresentadas no ano de 2022: Meta concluída como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta concluída como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Meta: 01189 Firmar contrato de manutenção do Datacenter até junho de 2021.
Informações apresentadas no ano de 2020: Realizada contratação de empresa especializada para prestação de serviço de monitoramento, gerenciamento, manutenção preventiva e manutenção corretiva do Container Data Center (CDC). Instrumento este firmado através do Nº 2/2020 junto a empresa de serviço de monitoramento e manutenção de Data Center. (Processo SEI Nº 00110047.001626/2018-32).
Informações apresentadas no ano de 2021: Mesmo andamento do ano anterior.
Informações apresentadas no ano de 2022: Meta concluída como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta concluída como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Meta: 01190 Disponibilizar infraestrutura de videoconferência até junho de 2021.
Informações apresentadas no ano de 2020: Não existe previsão para aquisição de hardware para realização do serviço de videoconferência. Mediante situação foi desenvolvida e customizada a plataforma de webconferência para usabilidade dos órgãos do governo do RN.

Informações apresentadas no ano de 2021: Após análises, foi decidido que não haveria mais necessidade de adquirir uma infraestrutura (equipamentos) para o serviço de videoconferência, por outro lado, foi desenvolvido e customizado uma ferramenta de webconferências para que os usuários, tanto da SEAD-RN quanto dos demais órgãos do Governo do Estado, utilizassem para fins de reuniões e eventos virtuais (www.conferencia.rn.gov.br).
Informações apresentadas no ano de 2022: Meta concluída como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta concluída como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Meta: 01191 Definir e implantar 100% da configuração de nuvem até dezembro de 2021.
Informações apresentadas no ano de 2020: O setor responsável informou que esta meta foi retirada do plano plurianual, tendo em vista não ser viável tecnicamente.
Informações apresentadas no ano de 2021: Após análises técnicas, foi verificado que tal meta seria inviável, pois atualmente a SEAD-RN já utiliza um ambiente Datacenter próprio, e que já comporta tais serviços, instituindo uma nuvem privada própria do Governo do Estado do RN.
Informações apresentadas no ano de 2022: Meta concluída como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta concluída como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Meta: 01546 Estruturação do comitê técnico de tecnologia da informação.
Informações apresentadas no ano de 2020: Meta não vinculada ao PPA 2020.
Informações apresentadas no ano de 2021: Meta não vinculada ao PPA 2021.
Informações apresentadas no ano de 2022: Formar colegiado de caráter permanente, com responsabilidades de cunho estratégico e executivo, que tem por finalidade coordenar a formulação de propostas de políticas, objetivos, estratégias, investimentos e prioridades de tecnologia da informação e de serviços digitais, e assessorar, em matérias correlatas, o Governo do RN.
Informações apresentadas no ano de 2023: As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Bem como a seguinte iniciativa e sua respectiva subação:

Iniciativa: 01818 Instalação e configuração de ativos de TIC no Datacenter Container da SEAD, baseada em hiper +convergência e Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva.
Subação: 134501 Infraestrutura de Datacenter de Alta Disponibilidade.

Objetivo n.º 00455: Fortalecer práticas de gestão interna por meio da integração dos agentes públicos, visando melhorias no fluxo dos processos administrativos na Secretaria. Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento (PNAGE).

A seguinte meta já foi ou está vinculada a este objetivo:

Meta: 01219 Mapear e Redesenhar o fluxo dos processos eletrônicos da SEAD.

Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como “Mapear e Redesenhar o fluxo dos processos eletrônicos da SEAD até junho de 2021”.
Foi dada prioridade à informatização dos processos do RH. Este trabalho está sendo realizado em conjunto com a SEAD, SESAP, SEEC e SESED. As equipes envolvidas estão tratando com os setores de pessoal de cada secretaria e incorporando ao sistema SUAP do Governo do Estado.
Informações apresentadas no ano de 2021: Encontrasse com 69% efetivada. Anteriormente foi registrado trabalho sobre a informatização dos processos do RH, onde as equipes envolvidas estão tratando desse tema com o setor de pessoal, para ser incorporado aos procedimentos administrativos de pessoal no Sistema SUAP, que está em fase de implantação. A meta tem o potencial de trazer para a gestão pública uma maior eficiência na prestação dos serviços públicos, especialmente nos processos eletrônicos relacionados com os recursos humanos. Concomitantemente, possibilita a celeridade na tramitação dos dados, o que consequentemente torna possível uma solução da demanda com eficácia e eficiência. O mapeamento e o redesenho dos fluxos de processo de RH também traz aspectos de organização e padronização.
Informações apresentadas no ano de 2022: O mapeamento do fluxo dos processos é de fundamental importância na contribuição da celeridade dos processos , bem como inibir o desperdício de trabalho. A avaliação é satisfatória , pois temos 79% da meta efetivada.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título alterado para “Mapear e Redesenhar o fluxo dos processos eletrônicos da SEAD”. As informações encontram-se na parte I deste relatório.

Bem como a seguinte iniciativa e sua respectiva subação:

Iniciativa: 01845 Definição de fluxo de POPs com objetivo de manter os processos em funcionamento por intermédio da padronização e minimização dos desvios operacionais das atividades.
Subação: 133701 Otimização da Informação de Processos Administrativos.

Objetivo n.º 00452: Aperfeiçoar continuamente o serviço público por meio de capacitação de seus servidores. Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales (EGRN).

A avaliação do objetivo "Aperfeiçoar continuamente o serviço público por meio de capacitação de seus servidores" durante o quadriênio reflete um esforço consistente em investir na formação e desenvolvimento dos servidores públicos. A análise dos números de servidores capacitados em cada ano revela um comprometimento com a promoção da formação, desenvolvimento e capacitação, proporcionando um impacto positivo na qualidade dos serviços públicos oferecidos.

Em 2020, a formação de 2.529 servidores já indicava uma preocupação inicial em fortalecer as competências da equipe. No ano de 2021, registrou-se a capacitação de 1.697 servidores, sugerindo uma continuidade nos esforços, embora possa indicar ajustes nas estratégias devido a possíveis desafios enfrentados, sobretudo o contexto de pandemia da Covid.

O salto significativo em 2022, com o total de 3.419 servidores capacitados, demonstra um empenho notável na intensificação das ações de capacitação. Esse aumento pode ser resultado

de ajustes bem-sucedidos, expansão de programas ou identificação de áreas prioritárias para o desenvolvimento de competências.

A queda em 2023, com 1.535 servidores capacitados, pode indicar a presença de desafios específicos nesse período ou uma revisão das estratégias em resposta a novas demandas. É crucial entender as razões por trás dessa diminuição para ajustar futuras iniciativas.

No geral, a meta de aprimorar o serviço público por meio da capacitação demonstra um compromisso sério com a melhoria contínua da gestão pública. A análise desses números pode fornecer insights valiosos para orientar futuras estratégias, identificar áreas de maior necessidade e garantir que os investimentos em formação estejam alinhados com as demandas em constante evolução do setor público.

As seguintes metas que já foram ou estão vinculadas a este objetivo:

Meta: 01195 Realizar 08 Fóruns para 80 pessoas em Natal e Mossoró até dezembro de 2023.
Informações apresentadas no ano de 2020: Ação suspensa no ano de 2020 em virtude da pandemia - COVID19.
Informações apresentadas no ano de 2021: Atividade suspensa em razão da crise sanitária criada pela Pandemia da COVID-19.
Informações apresentadas no ano de 2022: A meta encontra-se em andamento. Já foram realizados 3 Fóruns, todos em Natal. A meta atua diretamente acerca da valorização, capacitação, desenvolvimento e especialização dos servidores públicos. Recuperando o papel dos servidores públicos, instituindo e aperfeiçoando as políticas relativas aos servidores, garantindo o investimento contínuo em capacitação.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta não vinculada ao PPA 2023, provavelmente foi retirada.

Meta: 01204 Realizar o Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte - CONGESP/RN.
Informações apresentadas no ano de 2020: Nome inicial “Realizar 04 edições do Cogesp até dezembro de 2023”. Foi realizada a edição do Congesp 2020, na modalidade on-line.
Informações apresentadas no ano de 2021: No ano de 2021 o congresso não foi realizado.
Informações apresentadas no ano de 2022: O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Administração (SEAD) e da Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales (EGRN), realizou o 15º Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte (Congesp) entre os dias 15 e 18 de março de 2022. O evento ocorreu integralmente no formato remoto, de modo a evitar aglomerações de pessoas e, consequentemente, reduzir os riscos de proliferação dos vírus da Covid-19 e Influenza. O público-alvo foram gestores e servidores públicos das diversas esferas e poderes, pesquisadores, docentes e estudantes universitários, bem como outros profissionais liberais.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título alterado para “Realizar o Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte - CONGESP/RN”, as informações encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01205 Realizar 02 edições do Congesp até dezembro de 2023.

Informações apresentadas no ano de 2020: Meta não vinculada ao PPA 2020.
Informações apresentadas no ano de 2021: Não houve organização do Congesp em 2021, atividade suspensa em razão da crise sanitária criada pela pandemia da COVID-19.
Informações apresentadas no ano de 2022: Essa meta não foi cumprida em razão, em primeiro lugar, da suspensão das atividades presenciais durante a pandemia da Covid-19. Com a organização do Congep em formato online, os servidores públicos que residem e trabalham nos municípios do interior do Rio Grande do Norte puderam participar dessa importante atividade de formação, desenvolvimento e capacitação.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta não vinculada ao PPA 2023, provavelmente foi retirada.

Meta: 01206 Capacitar servidores nas modalidades presencial e à distância.
Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como “Capacitar 10.000 servidores nas modalidades presencial e à distância até dezembro de 2023”. Foram realizadas 2.529 capacitações no ano de 2020. Os cursos foram devidamente realizados em formato on-line devido ao contexto da pandemia.
Informações apresentadas no ano de 2021: Foram capacitados em cursos presenciais e a distância 544 servidores. Com as lives, atingimos o total de 1.697 servidores.
Informações apresentadas no ano de 2022: A meta está em andamento. Em 2022, foram capacitados o total de 3.419 servidores.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título da meta alterada para “Capacitar servidores nas modalidades presencial e à distância". As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01207 Concluir as graduações até dezembro de 2023.
Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como “Concluir 4 graduações até dezembro de 2023.” No ano citado, existia o planejamento de início de 2 turmas com previsão para 2021 na modalidade EAD.
Informações apresentadas no ano de 2021: Em parceria com o IFRN, foram oferecidas duas turmas no curso de Tecnólogo em Gestão Pública, cada uma com 45 alunos inscritos, somando 90 vagas ao total.
Informações apresentadas no ano de 2022: Em 2022, foram capacitados o total de 3.419 servidores. Estavam em andamento 2 turmas no curso de Tecnólogo em Gestão Pública, em nível de graduação, em parceria com o IFRN. Foi concluída 1 turma no curso de Tecnólogo em Gestão Pública, em parceria com o IFRN.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título da meta alterada para “Concluir as graduações até dezembro de 2023.” As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01208 Concluir 3 especializações até dezembro de 2023.
Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como “Concluir 10 especificações até dezembro de 2023.” No ano citado, foi informado que existiam 9 turmas em fase de processo de convênios.
Informações apresentadas no ano de 2021: Houve a celebração de convênio como a UFRN e início da execução do curso de pós-graduação denominado de “RESIDÊNCIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE”, o qual terá como produto a modernização da folha de pagamento. Além disso, estão

em fase avançada as negociações para a oferta de cursos de especialização pela UERN. Alguns cursos tiveram sua tramitação concluída e 4 cursos de especialização serão ministrados pela UERN.
Informações apresentadas no ano de 2022: Estava tramitando, no SEI, 3 cursos de pós-graduação sob a análise para autorização pela SEAD, junto com a UERN. No entanto, estava em execução um curso de especialização em Residência Tecnológica sendo ministrado pela UFRN. Foi firmado convênio com a UFRN para a oferta de 30 vagas.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título da meta alterada para "Concluir 3 especializações até dezembro de 2023." As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01209 Iniciar 1 mestrado até dezembro de 2023.
Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como "Iniciar 2 mestrados até dezembro de 2023". A proposta estava em discussão com IES.
Informações apresentadas no ano de 2021: Há entendimentos junto à UFRN para a oferta de vagas, a partir de 2022, para os servidores públicos efetivos no mestrado profissional em Gestão Pública.
Informações apresentadas no ano de 2022: Foi firmado convênio com a UFRN para a oferta de 30 vagas no Mestrado Profissional em Gestão Pública.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título da meta alterada para "Iniciar 1 mestrado até dezembro de 2023." As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01210 Realizar capacitações de curta duração pela EGRN com instrutores selecionados no Banco de Talentos.
Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como "Realizar 50% das capacitações de curta duração pela EGRN com instrutores selecionados no Banco de Talentos." No ano de 2020 foram realizadas 24% das capacitações pela EGRN com instrutores do Banco de Talentos.
Informações apresentadas no ano de 2021: Com exceção dos 5 cursos oferecidos em parceria com a Enap e outros 3 ofertados pela SESED, todos os cursos de capacitação foram realizados com os instrutores do Banco de Talentos.
Informações apresentadas no ano de 2022: A meta foi concluída. Todos os cursos de capacitação realizados tiveram seus instrutores selecionados a partir de indicações do Banco de Talentos. A exceção foram 3 cursos oferecidos pela ENAP, no Programa ENAP em rede, do qual a EGRN é parceira.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título da meta alterada para "Realizar capacitações de curta duração pela EGRN com instrutores selecionados no Banco de Talentos." As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01212 Implantar o sistema de gestão acadêmica.
Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como "Implantar 1 sistema de gestão acadêmica até dezembro de 2020." A implantação do sistema de gestão acadêmica foi transferida para março/2021, conforme a Escola de TI.
Informações apresentadas no ano de 2021: Em andamento, o sistema está na fase de customização.

Informações apresentadas no ano de 2022: A meta ainda não foi concluída, tendo em vista que o SUAP ainda encontra-se em processo de customização, incluído o sistema de gestão acadêmica.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título da meta alterada para “Implantar o sistema de gestão acadêmica.” As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01213 Realizar 04 encontros com os municípios até dezembro de 2023.
Informações apresentadas no ano de 2020: Foi realizado 1 encontro com os municípios.
Informações apresentadas no ano de 2021: Realização de 9 Fóruns de Inclusão Social, contando com a participação de 55 municípios do Estado.
Informações apresentadas no ano de 2022: Meta concluída com a realização de 10 Fóruns de Inclusão Social no Plano RN inclusivo na modalidade a distância.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta cancelada devido às restrições orçamentárias.

Meta: 01215 Realizar capacitações no interior do Estado do Rio Grande do Norte.
Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como “Realizar 10 capacitações no interior do Estado até dezembro de 2023.” Ação suspensa no ano de 2020 em virtude da pandemia - COVID19.
Informações apresentadas no ano de 2021: Em 2021, foram oferecidos 6 cursos de capacitação na modalidade EAD para os municípios signatários do Plano RN INCLUSIVO.
Informações apresentadas no ano de 2022: A meta foi atingida, pois foram oferecidos 20 cursos de capacitação, só em 2022, na modalidade EaD para 62 municípios signatários do Plano RN Inclusivo.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título da meta alterada para “Realizar capacitações no interior do Estado do Rio Grande do Norte". As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01639 Iniciar Mestrados.
Informações apresentadas no ano de 2020: Meta não vinculada ao PPA 2020.
Informações apresentadas no ano de 2021: Meta não vinculada ao PPA 2021.
Informações apresentadas no ano de 2022: Meta não vinculada ao PPA 2022.
Informações apresentadas no ano de 2023: As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01651 Promover a capacitação dos agentes públicos para a inclusão na gestão de pessoas e diversidade sócio-humana.
Informações apresentadas no ano de 2020: Meta não vinculada ao PPA 2020.
Informações apresentadas no ano de 2021: Meta não vinculada ao PPA 2021.
Informações apresentadas no ano de 2022: Meta não vinculada ao PPA 2022.
Informações apresentadas no ano de 2023: As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Bem como a seguinte iniciativa e sua respectiva subação:

Iniciativa: 01998 Promoção de ações de capacitação dos servidores públicos por intermédio da realização de congressos, fóruns, pós graduação, graduação e cursos de curta duração em Gestão Pública com plano de articulação com os municípios e ampliação do Banco de Talentos.
Subação: 214201 Capacitação de Recursos Humanos.
Iniciativa: 02257 Quantificar, por meio de pesquisa, os servidores que integrarão a turma.

Objetivo n.º 00457: Dotar o serviço público de servidores habilitados. Escola de Governo do RN (EGRN).

Durante o quadriênio, o objetivo de "Dotar o serviço público de servidores habilitados" reflete um comprometimento consistente com a valorização dos servidores públicos por meio de iniciativas abrangentes de formação, desenvolvimento e capacitação. A implementação de diversas ações, alinhadas com as diretrizes de valorização, evidencia uma compreensão integral da importância não apenas de manter um contingente adequado de servidores, mas também de assegurar que estejam bem preparados para enfrentar os desafios contemporâneos.

O enfoque específico na formação, desenvolvimento e capacitação destaca a conscientização sobre a necessidade de investir não apenas na quantidade, mas na qualidade dos servidores. Isso revela um compromisso com a atualização contínua de habilidades e conhecimentos para enfrentar as demandas em constante evolução do setor público.

A integração dessas ações com as diretrizes de valorização dos servidores é crucial, indicando uma abordagem holística que reconhece que a valorização vai além do aspecto salarial, incluindo a promoção do desenvolvimento profissional e pessoal.

Embora a realização de diversas ações seja positiva, é importante considerar a necessidade de uma avaliação contínua. Isso envolve análise de feedback, monitoramento de resultados e ajustes estratégicos para garantir a eficácia contínua das iniciativas.

Ademais, é relevante observar como essas ações se adaptaram a desafios emergentes, como os apresentados pela pandemia. A capacidade de adaptação a esses desafios pode influenciar a eficácia das ações implementadas.

Em resumo, o objetivo de dotar o serviço público de servidores habilitados parece estar sendo abordado de maneira abrangente e alinhada com as diretrizes de sua valorização. A continuidade desse compromisso, juntamente com uma avaliação constante, contribuirá para fortalecer ainda mais o corpo de servidores e, por consequência, a eficácia do serviço público.

As seguintes metas que já foram ou estão vinculadas a este objetivo:

Meta: 01220 Realizar e Supervisionar a realização dos concursos e seleções temporárias das categorias específicas.
Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como “Realizar 13 concursos até dezembro de 2023”. Ação suspensa no ano de 2020 em virtude da pandemia - COVID19.

Informações apresentadas no ano de 2021: Em 2021, o governo do RN realizou os concursos públicos do ITEP e da Polícia Civil, bem como efetuou quatro seleções temporárias da SESAP e uma da SEEC. Além disso, destaca-se que esta pasta procedeu, de acordo com suas competências, com oandamento dos concursos da FUNDASE, da Polícia Militar, do DETRAN e da UERN. Desse modo, faz-se necessário a adequação dessa meta frente às competências da SEAD, pois a realização de concursos públicos, da forma descrita na supracitada meta, não compete a esta Pasta. Assim, em conformidade com o art. 37, I, "i" da Lei Complementar 57 Estadual n.º 163/1999, sugere-se a seguinte meta: "supervisionar a realização de 100% dos concursos e seleções temporárias das categorias específicas".
Informações apresentadas no ano de 2022: Em 2022, o Governo do RN realizou os concursos públicos da Polícia Militar/RN (saúde), Polícia Militar/RN (Oficial), FUNDASE, bem como efetuou uma seleção temporária de professores da SEEC.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título da meta alterada para "Realizar e Supervisionar a realização dos concursos e seleções temporárias das categorias específicas". As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01221 Incluir o Proanse em 100% dos editais de concursos públicos do estado até dezembro de 2023.
Informações apresentadas no ano de 2020: Cientificar as comissões de concursos sobre esta meta do PPA.
Informações apresentadas no ano de 2021: O Proanse não pode ser incluído diretamente nos editais de concursos públicos, pois é uma etapa posterior ao certame e tem a finalidade de promover o acolhimento para o servidor recém-ingresso. Nesse sentido, a SEAD está desenvolvendo as atividades a serem aplicadas nos servidores que ingressaram recentemente no serviço público estadual.
Informações apresentadas no ano de 2022: Mesma avaliação do ano anterior.
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta não vinculada ao PPA 2023 devido inativação como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Meta: 01222 Realizar encontros semestrais de ambientação dos novos estagiários até dezembro de 2023.
Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como "Realizar 08 encontros semestrais de ambientação dos novos estagiários até dezembro de 2023". Foi realizado 1 encontro em ambientação dos novos estagiários.
Informações apresentadas no ano de 2021: Em razão da crise sanitária causada pela COVID-19, todas as orientações e acompanhamentos foram realizados em formato virtual.
Informações apresentadas no ano de 2022: A meta não foi concluída, devido à pandemia. Porém, a EGRN realizou 01 encontro com os estagiários no dia 10 de março de 2022.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título da meta alterada para "Realizar encontros semestrais de ambientação dos novos estagiários até dezembro de 2023". As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01223 Realizar eventos de capacitação no âmbito do Programa de Apoio a Aposentadoria - PROAP.

Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como “Realizar 34 eventos de capacitação (6 encontros, 6 oficinas e 10 workshop) no âmbito do Programa de Apoio a Aposentadoria (PROAP) até dezembro de 2023”. Realizou-se 1 turma de capacitação e 2 turmas foram canceladas em virtude da pandemia - COVID19.
Informações apresentadas no ano de 2021: O PROAP realizou: 2 Encontros (Junho e Outubro); 4 Workshops no Interior do RN (Santa Cruz, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros); 4 Turmas de Cursos (Todas em Natal); 4 Oficinas (Natal e Interior).
Informações apresentadas no ano de 2022: A meta ainda não foi concluída. O PROAP realizou, até o momento: 2 Encontros; 4 Workshops no Interior do RN (Santa Cruz, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros); 5 Turmas de Cursos (Todas em Natal); 4 Oficinas (Natal e Interior).
Informações apresentadas no ano de 2023: Título da meta alterada para “Realizar eventos de capacitação no âmbito do Programa de Apoio a Aposentadoria - PROAP”. As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Bem como as seguintes iniciativas e sua respectiva subação:

Iniciativa: 01844 Realização de concursos públicos.
Subação: 110701 Realização de Concurso Público.
Iniciativa: 01846 Realização do programa de acolhimento de novos servidores - PROANSE.
Iniciativa: 01847 Realização de encontros semestrais de estagiários.
Iniciativa: 01848 Consolidação de ação de atenção na preparação para aposentadoria do servidor.

Objetivo n.º 00529: Promover ações de qualidade de vida aos servidores públicos. Escola de Governo do RN (EGRN).

Ao longo do quadriênio, o objetivo de promover ações de qualidade de vida aos servidores públicos foi notável em diversas iniciativas. A instituição empenhou-se na realização de eventos comemorativos, destacando-se a Semana do Servidor, que incluiu atividades como a Corrida do Servidor, Campeonato de Futebol e Feira de Talentos. Mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia, a instituição demonstrou flexibilidade e adaptabilidade ao manter essas ações.

É importante salientar que as circunstâncias excepcionais da pandemia impactaram a capacidade de realizar eventos presenciais, especialmente voltados para a saúde e bem-estar dos servidores. No entanto, a instituição buscou alternativas e manteve algumas ações, evidenciando o compromisso contínuo com a promoção da qualidade de vida.

A participação ativa dos servidores em eventos esportivos, culturais e de integração, como a Corrida do Servidor e o Campeonato de Futebol, reflete o esforço em proporcionar não apenas momentos de descontração, mas também de estímulo à prática de atividades físicas e à convivência entre os colaboradores.

Destaca-se a adaptação e continuidade das comemorações da Semana do Servidor em diferentes anos, mesmo em meio às adversidades. Esse esforço demonstra o compromisso da instituição em celebrar e valorizar seus servidores, contribuindo para a construção de um ambiente de trabalho mais saudável e motivador. Em resumo, a avaliação aponta para um

alcance expressivo do objetivo, considerando as ações implementadas e a capacidade de adaptação diante de desafios.

As seguintes metas que já foram ou estão vinculadas a este objetivo:

Meta: 01229 Atender as necessidades de equipamentos do Programa Mais Saúde.
Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como "Atender 100% das necessidades de equipamentos do Programa Mais Saúde até dezembro de 2022". Ação suspensa devido a pandemia - COVID19.
Informações apresentadas no ano de 2021: Houve a aquisição dos equipamentos para a realização de ginástica laboral, de forma que foram atendidas as necessidades de forma parcial.
Informações apresentadas no ano de 2022: O Programa Mais Saúde foi absorvido pelas atividades da SEEC. Em consequência, essa ação e essa meta não estão sob a responsabilidade do Programa QVST/ EGRN.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título da meta alterada para "Atender as necessidades de equipamentos do Programa Mais Saúde". As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01231 Realizar 04 fóruns de qualidade de vida até dezembro de 2023.
Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como "Realizar 08 fóruns de qualidade de vida até dezembro de 2023". Ação suspensa devido a pandemia - COVID19.
Informações apresentadas no ano de 2021: O Fórum de Qualidade de Vida é desenvolvido em conjunto com as comissões de qualidade de vida das outras secretarias. Destaca-se que o evento tem que ser realizado presencialmente, visto que as interações e os feedbacks são fundamentais para o planejamento de todas as ações sobre a temática. Em 2021, foi realizado apenas 1 Fórum de Qualidade de Vida em Natal, em razão das medidas de contenção da pandemia da Covid-19.
Informações apresentadas no ano de 2022: A meta ainda está em fase de andamento, tendo em vista que foram realizados 03 Fóruns do Programa Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho até o ano de 2022.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título da meta alterada para "Realizar 04 fóruns de qualidade de vida até dezembro de 2023". As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01232 Realizar 04 eventos comemorativos pela semana do servidor (Feira de Talentos, Corrida do servidor e campeonato de Futebol) até dezembro de 2023.
Informações apresentadas no ano de 2020: Ação suspensa devido a pandemia - COVID19.
Informações apresentadas no ano de 2021: Foram realizados os seguintes eventos: 1 Feira de Talentos e 1 Corrida do Servidor.
Informações apresentadas no ano de 2022: A meta já foi concluída, já que foram realizadas 3 edições da corrida do Servidor e 1 campeonato de futebol do servidor até o ano de 2022. Ademais, a feira de talentos dos servidores, que antes era organizada pelo Programa QVST/EGRN, agora é realizada pelo GAC.
Informações apresentadas no ano de 2023: As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01233 Realizar comemorações de Natal do servidor até dezembro de 2023.

Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como “Realizar 04 comemorações de Natal do servidor até dezembro de 2023”. Ação suspensa devido a pandemia - COVID19.
Informações apresentadas no ano de 2021: Foi realizada a comemoração de Natal do Servidor de 2021, que contou com cerca de 200 servidores.
Informações apresentadas no ano de 2022: A meta não poderá ser concluída, pois foram realizados, até o momento, o Natal dos servidores dos anos de 2019 e de 2022, não sendo possível em 2020 e 2021, por conta da pandemia.

Informações apresentadas no ano de 2023: Título da meta alterada para “Realizar comemorações de Natal do servidor até dezembro de 2023”. As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01234 Realizar comemorações de São João do servidor até dezembro de 2023.
Informações apresentadas no ano de 2020: Inicialmente intitulado como “Realizar 04 comemorações de São João do servidor até dezembro de 2023”. Ação suspensa devido a pandemia - COVID19.
Informações apresentadas no ano de 2021: Em virtude da pandemia, não houve comemoração do São João dos Servidores em 2021.
Informações apresentadas no ano de 2022: A meta não poderá ser concluída, pois foram realizados, até o momento, o São João dos servidores dos anos 2019 e 2022, não sendo possível em 2020 e 2021, por conta da pandemia.
Informações apresentadas no ano de 2023: Título da meta alterada para “Realizar comemorações de São João do servidor até dezembro de 2023”. As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Meta: 01241 Implantar auxílio alimentação e saúde para 100% dos servidores efetivos/SEARH.
Informações apresentadas no ano de 2020: Será realizada a definição da formação de comissão para estudar a proposta.
Informações apresentadas no ano de 2021: A meta não será efetivada. Justifica-se pela ausência de recursos financeiros por esta secretaria, a qual zela em observar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).
Informações apresentadas no ano de 2022: A meta em questão não será efetivada. Justifica-se pela ausência de recursos financeiros por esta secretaria, a qual zela em observar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).
Informações apresentadas no ano de 2023: Meta não vinculada ao PPA 2023 devido inativação como consta no processo SEI nº 00210006.002013/2022-20.

Bem como as seguintes iniciativas e sua respectiva subação:

Iniciativa: 01856 Ações da Semana do servidor.
Iniciativa: 01858 Implementação das ações oficiais do Programa de QVST.
Subação: 212501 Qualidade de Vida do Servidor Público.

Iniciativa: 01866 Solicitação através do Gabinete a implantação do auxílio alimentação e saúde para os servidores da SEARH.

Objetivo n.º 00566: Evolução da gestão no âmbito da saúde ocupacional do Estado do Rio Grande do Norte, e assistência à reabilitação dos servidores públicos estaduais vítimas de acidente de trabalho (CPIMO).

Durante o período em questão, não foram identificadas demandas significativas ou solicitações por parte dos servidores estaduais em relação aos serviços de reabilitação. A ausência de procura por esses serviços pode ser atribuída a diversos fatores, como a falta de conhecimento sobre os benefícios oferecidos, a subnotificação de acidentes de trabalho ou a satisfação com os serviços já disponíveis.

A seguinte meta já foi ou está vinculada a este objetivo:

Meta: 01545 Atender a 100% dos servidores públicos acidentados em serviço para tratamento especializado em instituição privada de saúde, conforme decreto nº 30.443, de 26 de março de 2021.
Informações apresentadas no ano de 2020: Meta não vinculada ao PPA 2020.
Informações apresentadas no ano de 2021: Meta não vinculada ao PPA 2021.
Informações apresentadas no ano de 2022: Realizar procedimento administrativo para encaminhamento de 100% dos servidores públicos acidentados em serviço para tratamento especializado em instituição privada de saúde, conforme estabelecido no decreto nº 30.443.
Informações apresentadas no ano de 2023: As mesmas encontram-se na parte I deste relatório.

Bem como a seguinte iniciativa e sua respectiva subação:

Iniciativa: 02248 Atender aos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Norte em decorrência de acidentes durante o serviço para tratamento especializado nas instituições privadas de saúde, conforme o decreto n° 30.443 de 26 de março de 2021.
Subação: 402601 Atendimento aos Servidores Públicos acidentados em serviço para tratamento de saúde especializado.

3. Conclusão

O Plano Plurianual 2020-2023 enfrentou diversas dificuldades, principalmente em razão da pandemia do coronavírus no período de 2020 a 2021 que, para segurança e prevenção de contágio, foi decretado o isolamento da população em geral. Os servidores públicos com idade superior a 65 anos precisou ficar em suas residências para o trabalho à distância, “home office”. Tornou-se necessária nova adaptação dos servidores, bem como adotar novas estratégias para alcançar o cumprimento das metas e objetivos planejados para o quadriênio.

Em consequência da pandemia e dificuldades orçamentárias e financeiras diversas, metas que estavam programadas para conclusão em 2021/2022 foram reprogramadas para conclusão até o exercício 2023; também houve a inclusão de novas iniciativas para possibilitar a conclusão das

METAS e êxito dos OBJETIVOS, porém nem todas as metas foram concluídas e permaneceram em andamento para o exercício 2024.

No decorrer dos quatro anos, 2020 a 2023, a Secretaria de Estado da Administração – SEAD precisou avaliar este instrumento de planejamento, PPA, para atender as prioridades do Governo. Deste modo algumas metas foram excluídas.

PPA | planejamento transparência integração

Plano Plurianual 2020-2023

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP

Exercício 2023



PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA

Código e nome do Órgão: **34000 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**
Nome do Programa Temático: 1004 GESTÃO E MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Avaliação Geral do Objetivo

Código e descrição do Objetivo: **Objetivo: 0002 Melhorar a gestão de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho, com ações efetivas visando a valorização da carreira profissional e a qualidade de vida do Policial Penal**
Códigos das metas: 00003; 00004; 00010; 00015; 00035; 00044; 00063; 00066, 01652; 01653
Códigos das iniciativas: 00163; 00164; 00165; 00169; 01965; 02133
Avaliação Geral do Objetivo: Norteia os mecanismos legais para concretização das metas direcionadas aos Policiais Penais. Nesse contexto, a SEAP conseguiu estabelecer estratégias de apoio a saúde física e Psicológica com treinamentos específicos operacionais, palestras motivacionais, cursos de capacitação, auxilio alimentação, garantia dos direitos dos Policiais Penais, realização de concurso público para adequação do efetivo, reestruturação do plano de cargos e carreiras, entre outros benefícios atingidos total e parcialmente.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:

Meta 00003 Reestruturar a Carreira do Policial Penal, através de reforma da Lei Complementar 566/2016
Avaliação da Meta: Com a extinção da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJUC), foi criada a SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SEAP), de acordo com o que dispôs a LEI COMPLEMENTAR Nº 649, DE 10 DE MAIO DE 2019 e com vistas a reorganização administrativa ocorreu estruturação da carreira dos Policiais Penais do Estado do Rio Grande do Norte, através da LEI COMPLEMENTAR Nº 664, DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

Meta 00004 Criar no âmbito da SEAP, estrutura de Assistência Social, Saúde física e Psicológica dos Policiais Penais.
Avaliação da Meta: A Lei nº 10.854, de 05 de março de 2021, instituiu o Programa de Segurança e Saúde no Trabalho dos Agentes de Segurança Pública, tivemos a aprovação de projeto submetido ao financiamento Fundo a Fundo de Segurança Pública com o objetivo da contratação de serviços especializados de clínica para realização de consultas psicológicas, psiquiátricas e de fisioterapia e já foi dado prosseguimento a contratação de clínicas especializadas nessas áreas para atendimento aos policiais penais, com a finalidade de melhorar a saúde física e psicológica dos profissionais contemplados.

Meta 00010 Proporcionar a qualificação continuada dos Policiais Penais efetivos do quadro da SEAP
Avaliação da Meta: Ao longo desses quatro anos, a Academia de Polícia Penal do Rio Grande do Norte (ACADEPEN), promoveu diversos cursos voltados para o aprimoramento técnico e comportamental dos profissionais elaborando Planos Anuais de ações educacionais para todos os anos letivos e promoveu a realização de diversos cursos de capacitação inicial e continuada, voltados aos Policiais Penais, principallmente Cursos de Formação Policial da Polícia Penal, contribuindo para a melhoria de resultados e desempenhos das diversas funções nele a ordem e a disciplina, mantendo a segurança no ambiente prisional, bem como contribuindo ordem e disciplina no ambiente prisional, com a realização das Ações Educacionais: Gestão e Fiscalização de Contrato;

Curso de Cinotecnia da Polícia Penal - CCPP/RN, ministrado pelo Grupo Penitenciário de Operações com Cães e a ACADEPEN; 3º Curso de Sobrevivência Policial Jurídico Administrativa; Curso de Instrução de Patrulha Rural e Urbana; Curso de Gerenciamento de Crises Prisionais e I Curso Básico de Inteligência Penitenciária; Sobrevivência Policial Jurídico Administrativa; Gerenciamento de Crise; Oficina de Ações Táticas; Curso de Imobilização Tática; Instrução de Sobrevivência Policial em Área de Caatinga; Instrução de Patrulha Rural e Urbana; APH Tático para o CEME; Manuseio de Pistola; Técnicas e Táticas Policiais; Primeiro Estágio de Atendimento Pré-Hospitalar Tático; Armeiro Mecânico Institucional;Nivelamento para Operar com Cães; Atualização no Manuseio de Pistola; Patrulhamento e Abordagem Policial; Habilitação e Manuseio de Tonfa; Treinamento para operacionalizar Aparelhos de Scanners Corporais e Aperfeiçoamento em Armamento e Tiro nas Unidades prisionais e o Curso de formação para ingresso na Carreira de Polícia Penal do RN, iniciado em 2021, CURSO DE ARMEIRO INSTITUCIONAL-TURMA II; ARMEIRO INSTITUCIONAL-TURMA III; PROCEDIMENTOS, ROTINAS ADMINISTRATIVAS E CUMPRIMENTO DE ALVARÁ DE SOLTURA; UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: DO LEVANTAMENTO DE DEMANDAS À ELABORAÇÃO DE PROJETOS - ACADEPEN; NIVELAMENTO EM PATRULHAMENTO E ABORDAGEM POLICIAL; TREINAMENTO DEFESA PESSOAL PARA MULHERES: COMBATE CORPO A CORPO - P 20/07/2022 Foram realizados os seguintes cursos: SEGUNDO E TERCEIRO CURSO DE NIVELAMENTO DE PATRULHAMENTO E ABORDAGEM POLICIAL, PRIMEIRO CURSO DE ARMEIRO INSTITUCIONAL; ESTÁGIO EM DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA; PROCEDIMENTOS E ROTINAS ADMINISTRATIVAS E PRIMEIRO E SEGUNDO CURSO EM SOBREVIVÊNCIA POLICIAL.CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, PARA INGRESSO NA CARREIRA DE POLICIAL PENAL DO ESTADO DO RN; CURSO PRIMEIRO NIVELAMENTO EM PATRULHAMENTO E ABORDAGEM POLICIAL E O CURSO CICLO DE PALESTRAS DA ESCOLA PENITENCIÁRIA E PALESTRA DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR.

Meta 00015 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Policiais Penais
Avaliação da Meta: Foi instituído auxílio alimentação através do Decreto nº 31.326, de 29 de março de 2022 destinando-se às despesas com refeição mediante pagamento em pecúnia, no valor mensal de R$ 800,00 (oitocentos reais) juntamente com o subsídio do cargo. No tocante ao auxílio saúde dos Policiais Penais, informamos que não se dispõe do referido auxílio.

Meta 00035 Capacitar todo o efetivo de Policiais Penais, até 2022, com ênfase na prevenção a tortura, estímulos às políticas de trabalho, educação e assistência social, considerando a transversalidade das temáticas de igualdade de gênero e de direitos humanos.
Houve a oferta do Curso de Introdução aos Direitos Humanos no primeiro semestre, na qual apresentou número insuficiente de inscritos, tornando-se inviável a realização do referido treinamento e retardando a execução de uma nova oferta, a qual será disponibilizada em nova oportunidade no exercício seguinte. Porém tais conteúdos encontram-se presentes nas ementas dos cursos de Sobrevivência Policial Jurídica e Administrativa; Gerenciamento de Crise e Oficina de Ações Táticas.

Meta 00044 Garantir o fornecimento de Armamentos, distintivos, identidades funcionais e porta cédulas para todos os Policiais Penais, conforme previsão legal na Lei 566/2016.
Avaliação da Meta: O Sistema Penitenciário está munido de todo o material bélico necessário para o bom funcionamento de todas as Unidades Prisionais e todas as unidades tiveram suas munições renovadas, bem como tiveram seus arsenais reforçados com fuzis. No tocante aos distintivos, identidades funcionais e porta cédulas para todos Policiais Penais, as ações que visem melhorias nos ambientes das Unidades Prisionais esbarram, muitas vezes, na limitação orçamentária, assim como por entraves burocráticos da própria lei de licitações vigentes. No entanto, já foi providenciado um processo liciatório para a conclusão da referida meta.

Meta 00063 Criar ou redistribuir cargos para Direção de unidades prisionais/Chefia/ Assessoramento, regularizando a estrutura organizacional da SEAP.
Avaliação da Meta: Foi encaminhado ao Gabinete da Vice-Governadoria a minuta de projeto de Lei Complementar com vistas à criação da Diretoria-Geral da Polícia Penal, cargos de provimento em comissão e funções gratificadas no âmbito da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, além de outras providências, para fins de apreciação e adoção das providências pertinentes. Ademais, apesar do advento da LEI COMPLEMENTAR 649, de 10 de maio de 2019, que dispôs sobre a extinção da SEJUC e absorção de suas competências pela SEAP, sobreveio o remanejamento dos cargos através do DECRETO 28.897 de 31 de maio de 2019, mas não houve nenhuma criação de novos cargos de Direção de Unidades Prisionais, Chefia e de Assessoramento. A nova estrutura atenderá às necessidades para a prestação de serviço da SEAP, pois com o acréscimo de quinhentos e cinquenta e seis cargos de Policial Penal, reduzirá drasticamente o déficit de servidores nas Unidades Prisionais para realização das atividades inerentes ao cargo. Além disso, com a criação e redistribuição dos cargos de Direção de unidades prisionais/Chefia/ Assessoramento, as funções serão exercidas com maior grau de especialidade.

Meta 00066 Criar a Corregedoria da SEAP composta por Policiais Penais através de projeto de Lei.
Avaliação da Meta: A Corregedoria-Geral do Sistema Penitenciário (CGSPEN), foi criada através do DECRETO 29.084 DE 15/08/2019, está composta com 09 (nove) Policiais Penais. Está sendo providenciado com a confecção de minuta a criação do cargo de corregedor.

Meta 01652 Realizar Concurso Público nas Áreas de Apoio Administrativo e de Especialização.
Avaliação da Meta: Ainda não foi viabilizado. Falta a aprovação do projeto de lei na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Certamente, a não realização do Concurso Público nas Áreas de Apoio Administrativo e de Especialização prejudicará a prestação de serviços nas áreas assistenciais às Pessoas Privadas de Liberdade e continuará com alguns policiais tendo desvio de

função.

Meta 01653 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Servidores da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.

Avaliação da Meta:

Ainda não foi viabilizado. O auxílio-alimentação já foi implementado, entretanto, o auxílio-saúde não foi implementado e não tem previsão orçamentária para sua execução. Seguramente, a implementação do auxílio-saúde aumentaria a motivação dos servidores por meio da valorização do bem-estar e saúde do servidor.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

Iniciativa 00163 Implantação dos dispositivos legais da Lei do estatuto do Policial Penal: Houve a Implantação e Reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Policiais Penais.

Iniciativa 00164 Implantação do Programa de Acompanhamento e Combate ao Suicídio e ao Uso de Drogas (lícitas e Ilícitas) com ênfase no Policial Penal: Com a aprovação de projetos submetidos ao financiamento Fundo a Fundo de Segurança Pública com objetivo de contratação de clínica especializada para realização de consultas psicológicas, psiquiátricas e de fisioterapia.

Iniciativa 00165 Oferta de cursos de formação/capacitação nas áreas de políticas penitenciárias de saúde, trabalho, educação, gestão e segurança prisional, através de cronograma de cursos da ACADEPEN: Todos os Policiais Penais estão sendo capacitados, inclusive houve o Curso de Formação para ingresso na Carreira do Policial Penal do Rio Grande do Norte.

Iniciativa 00167 Implantação do auxílio alimentação e de Saúde para os Policiais Penais: Foi instituído auxílio alimentação através do Decreto nº 31.326, de 29 de março de 2022, destinando-se às despesas com refeição

mediante pagamento em pecúnia, no valor mensal de R$ 800,00 (oitocentos reais) juntamente com o subsídio do cargo.

I**niciativa** 00168 Formalização de parcerias entre a SEMJIDH e o Sistema de Justiça Criminal, para viabilidade de cursos específicos através da acadepen.

Penitenciária: Ainda não houve.

Iniciativa 00169 Aquisição de equipamentos permanentes de trabalho em conformidade com a legislação vigente - Lei 566/2016: Foram adquiridos equipamentos para o bom desempenho do Policial Penal, como a distribuição de body scan para a inspeção corporal, substituindo as revistas vexatórias. Realizado a distribuição dos escudos balísticos e a substituição de coletes balísticos dos Policiais Penais e Unidades prisionais, inclusive com as munições renovadas e arsenais reforçados com fuzis.

Iniciativa 00170 Proposição a elaboração de projeto de lei para aprovação dos cargos de Direção e Chefias para SEAP: Foi encaminhado ao Gabinete da Vice-Governadoria a minuta de Projeto de Lei Complementar com vistas à criação da Diretoria-Geral da Polícia Penal, cargos de provimento em comissão e funções gratificadas no âmbito da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, além de outras providências para fins de apreciação.

Iniciativa 00171 Disponibilização de meios para o desenvolvimento dos serviços penitenciários em conformidade com a estrutura organizacional: Disponibilizados de meios para o desenvolvimento dos serviços penitenciários, principalmente com reforma dos alojamentos dos Policiais Penais, reforma no telhado e guaritas da Cadeia Pública de Natal e Construção de Guarita e melhorias no Complexo Regional de Pau dos Ferros.

Iniciativa 00172 Proposição a Elaboração de projeto de lei para criação da Corregedoria da SEAP. Criada através do DECRETO 29.084 de 15/08/2019.

Iniciativa 01965 Implantação e Reestruturação do Plano de Cargos: Houve a implantação dos cargos e salários.

Iniciativa 02133 Valorização dos profissionais da SEAP: Projeto de Qualidade de Vida do Servidor com sua equipe voltada para atendimento da saúde dos Policiais Penais com o início de um trabalho de grupoterapias realizados por uma psicóloga com objetivo de melhoria na especialização em terapias integrativas.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A Secretaria de Administração Penitenciária com um olhar sensível para a questão da Saúde mental dos Policiais Penais, sob os fundamentos da **LEI Nº 10.854, de 05 de março de 2021, que Institui o Programa de Segurança e Saúde no Trabalho dos Agentes de Segurança Pública, resolve instituir Grupo de Trabalho** destinado à elaboração de projeto para implementação do Programa de Segurança e Saúde no Trabalho dos Agentes de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte, no âmbito desta Secretaria., observando os Incisos que compõe o Art. 8º Na atenção à saúde dos agentes, conforme destaque abaixo:

> I - a realização de avaliação em saúde multidisciplinar periódica, considerando as especificidades das atividades realizadas, incluindo exames clínicos e laboratoriais; II - o acesso ao atendimento em saúde mental, de forma a viabilizar o enfrentamento da depressão, estresse e outras alterações psíquicas; III - o desenvolvimento de programas de acompanhamento e tratamento dos agentes envolvidos em ações com resultado letal ou alto nível de estresse; IV - a implementação de políticas de prevenção, apoio e tratamento do alcoolismo, tabagismo ou outras formas de dependência química; V - o desenvolvimento de programas de prevenção ao suicídio, disponibilizando atendimento psiquiátrico, núcleos terapêuticos de apoio e divulgação de informações sobre o assunto.

Com a aprovação de projetos submetidos ao financiamento Fundo a Fundo de Segurança Pública, para aquisição de Kits individuais de Atendimento Pré-Hospitalar Tático para aquisição de equipamentos de academias (5 academias e 5 unidades prisionais) bem como, Projetos submetidos ao financiamento Fundo a Fundo de Segurança Pública com o objetivo de contratação de empresas especializadas em terapias integrativas para os servidores.

Atualmente o Departamento de Controle e Fiscalização do Material Bélico – DCFMB, encontra-se munido de todo o material bélico necessário para o bom funcionamento das unidades e grupos prisionais e recentemente foi procedida a distribuição dos escudos com a substituição dos coletes balísticos dos Policiais Penais e em todas as Unidades Prisionais. A bom tempo, as munições foram renovadas e no estoque contém um número adequado para garantir o uso e reposição.

Os mecanismos legais para a concretização das metas direcionadas aos Policiais Penais, nesse contexto, a SEAP conseguiu estabelecer estratégias

de apoio a saúde física e psicológica com treinamentos específicos operacionais, palestras motivacionais, cursos de capacitação, auxílio alimentação, garantia dos direitos, realização de concurso público par adequação do efetivo, reestruturação do plano de cargo e carreira entre outros benefícios atingidos parcialmente e/ou total.

No que tange a reestruturação da sede da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, foram realizadas reformas nas divisões, ampliação e melhoria nos espaços físicos do Departamento de Promoção à Cidadania.

No que tange os equipamentos tecnológicos, houve a aquisição de Nobreaks 3,0 KVA para o servidor central que armazena e gerencia todos os dados, arquivos e rede lógica.

Objetivo: 0003 Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança.

Códigos das metas: 00068; 00069; 00070; 00071; 00072; 00073; 00074; 00078; 00080; 00081; 00082; 00083; 00086; 00087; 00088

Códigos das iniciativas: 00185; 00214; 00215; 00216; 00219; 00221; 00222; 00223; 00225

Avaliação Geral do Objetivo:

O Sistema Penitenciário estabeleceu as prioridades visando adequação das unidades prisionais em conformidade com as diretrizes das arquiteturas prisionais, inclusive com garantia para os grupos específicos “mulheres, idosos, pessoas com necessidades especiais e LGBTQIA++. Efetivou-se as melhorias dos equipamentos operacionais e dos materiais bélicos. Proporcionou a reestruturação física da sede da Escola Penitenciária e sede da SEAP, bem como ampliação dos equipamentos tecnológicos no âmbito administrativo e operacional. Garantiu dotar todo sistema prisional com acompanhamento de vídeo monitoramento com CFTV e rádios de comunicação, ampliação da frota de veículos, kits de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs para os policiais penais e reduzir a população carcerária através da monitoração por tornozeleiras eletrônica.

Meta 0068 Construir penitenciária feminina em conformidade com a Resolução nº 09 do CNPCP, com capacidade até 300 vagas
Avaliação da Meta: Reforma do Complexo Penal Dr. João Chaves, esta reforma significativa transformou uma unidade prisional masculina em feminina, ampliando e melhorando significativamente as condições de detenção. Com a criação de espaços como oficinas de trabalho, salas de aula, berçário, celas individuais, e um módulo de saúde para atendimento médico, odontológico, psicológico e clínico, a reforma visou não só a melhoria física, mas também a ressocialização e o bem-estar das detentas.

Meta 0069 Construir e modernizar a Escola Penitenciária – ESPEN
Avaliação da Meta: A Academia de Polícia Penal (ACADEPEN), integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP), é responsável pelo aperfeiçoamento do policial penal. Conta com uma estrutura física e modernizada, inaugurada no Centro Administrativo, com setores administrativos, salas de aula, laboratório de informática, alojamento e sala de professores, Além disso, mantém uma grade regular de cursos de qualificação profissional que atendam a complexidade de carreira dos Policiais Penais.

Meta 0070 Construir Cadeias Públicas com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional
Avaliação da Meta: Anteriormente desativado e em condições precárias, o Pavilhão V do Complexo Penal Agrícola Dr. Mário Negócio, foi completamente reformado, resultando na reativação de 116 (cento e dezesseis) vagas, distribuídas em 18 (dezoito) celas. A construção de dois pátios e a ampliação com alojamentos, refeitório e salas administrativas, fortaleceram a infraestrutura da unidade.

Meta 0071 Construir duas penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional.
Avaliação da Meta: Construção de Unidade Prisional no Bairro de Potengi, em Natal RN, utilizando a área do antigo CDP e de outros terrenos adjacentes. Foi solicitado apoio institucional à Secretaria de Infraestrutura do Estado do RN para elaboração dos projetos. Encontra-se em fase de formalização um contrato de repasse com a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), para futura construção de uma nova Unidade Prisional no Complexo de Alcaçuz, com capacidade para 408 (quatrocentos e oito) vagas.

Meta 0072 Construir Colônias Agrícolas industriais ou similares, com 300 vagas cada, módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional
Avaliação da Meta: Não há previsão para construção de nenhuma Colônia Agrícola.

Meta 0073 Reestruturar a sede da Secretaria Estadual Administração Penitenciária, com a adequação dos espaços físicos e aquisição de equipamentos tecnológicos modernos para garantir a eficiência e eficácia na entrega dos serviços.
Foram realocados departamentos que encontravam-se na sede da Secretaria Estadual da Administração Penitenciária para outros prédios sob a responsabilidade da SEAP. A UIAG junto com outros setores e diante da recomendação do Gabinete, planejou a aquisição de equipamentos e mobiliário em geral. Ademais, esta Secretaria recebeu doações de computadores que estão sendo recuparados por meio de mão de obra prisional. No que tange os equipamentos tecnológicos, houve a aquisição de Nobreak 3,0 KVA para o servidor central que armazena e gerencia todos os dados, arquivos e rede lógica .

Meta 0074 Atender a Seção de Inteligência Penitenciária com equipamentos modernos para atuar de forma integrada com o Sistema de Segurança Pública.
Avaliação da Meta: A fim de proporcionar ao DIPEN integração com Sistema de Segurança Pública, conforme licitação que foi objeto da aquisição de equipamentos para suprir as necessidades da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Rio Grande do Norte - SEAP/RN, em detalhe, o aparelhamento do Departamento de Inteligência - DIPEN, aprovado pelo Departamento Penitenciário Nacional através da NOTA TÉCNICA Nº 68/2021/COAITEC/DIRPP/DEPEN/MJ.

Meta 0078 Dotar as unidades do sistema prisional com equipamentos de vídeo monitoramento e scanner corporal para melhorar a segurança e acabar com as revistas íntimas de visitantes.
A implantação da Central de Rádio e Vídeo Monitoramento do Sistema Penal (CRV) integrado ao Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (Ciosp). O CRV tem acesso em tempo real as câmeras instaladas nos presídios e cadeias públicas, assim se consegue acompanhar todos os indivíduos com tornozeleiras eletrônicas. Houva a adoção de um sistema de reconhecimento facial para a Unidade Psiquiátrica de Custódia e Tratamento.

Meta 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP.
Avaliação da Meta: A SEAP vem cumprindo a meta realizando a manutenção preventiva e corretiva das viaturas através de empresa específica para esse fim, mantendo e ampliando os veículos ativos em condições de uso para o bom andamento dos serviços. A frota foi ampliada por meio de recebimento de 07 (sete) Peugeot 2008; 02 (duas) Ranger; foram adquiridos 14 (quatorze) veículos caracterizados tipo CELA, modelo caminhonete cabine dupla, 01 (um) ônibus e 05 (cinco) micro-ônibus, mais 10 (dez) veículos utilitários, tipo SUV, descaracterizados para uso no âmbito da SEAP e 45 (quarenta e cinco) veículos são LOCADOS para suprir as demandas do Sistema Penitenciário.

Meta 0081 Aparelhar as unidades prisionais e os grupos especiais, com Kits básicos de equipamentos de proteção individual e coletivo para os Policiais Penais
Avaliação da Meta: Todas as unidades prisionais encontram-se modernizadas e aparelhadas. Foram adquiridos diversos rádios comunicadores de última geração com tecnologia digital, insumos e equipamentos para proteção individual e coletiva do Policial Penal.

Meta 0082 Modernizar os estabelecimentos prisionais com requisitos mínimos de estrutura, visando a humanização do sistema penal, proporcionando condições adequadas de trabalho para os seus profissionais
Avaliação da Meta: Ampliação do Complexo Penal Dr. João Chaves com construção de celas e setores, onde está funcionando a nova unidade prisional feminina, o qual tem por finalidade realizar a custódia de presas condenadas e provisórias; reforma geral na Unidade Psiquiátrica de Custódia e Tratamento com a construção de 09 (nove) celas; construção de guarita e melhorias no Complexo Penal Regional de Pau dos Ferros; construção de sala de audiência na Cadeia Pública de Mossoró ; reforma na Penitenciária Estadual de Alcaçuz com reativação para 88 (oitenta e oito) novas vagas para apenados e da oficina para trabalhos e cursos destinados aos internos da unidade.

Meta 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais
Avaliação da Meta: Implementada a alimentação pronta para os internos, inclusive foi criada uma comissão para monitorar e fiscalizar a entrega de alimentação dos internos custodiados no sistema prisional do RN, com a conferência do cardápio, aferição do peso, condições de consumo e a distribuição até as celas.

Meta 0086 Realizar projetos de trabalho e renda, para viabilizar a entrega de uniformes e materiais de higiene pessoal para os internos custodiados nas unidades prisionais
Avaliação da Meta: Compra de insumos de manejo têxtil com recursos federais para Oficina de Costura no Complexo Penal Dr. João Chaves e aquisição direta de todo enchoval e kit de higiene completo para todos os internos das Unidades Prisionais.

Meta 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena.
Avaliação da Meta: A tornozeleira eletrônica é um importante instrumento de alternativa penal com a redução da quantidade de pessoas encarceradas através do uso do rastreamento eletrônico e de reinserção dos apenados de forma progressiva e que estão sendo reinseridas no meio social cujo monitoramento exprime a eficácia indispensável do sistema de ressocialização do apenado.

Meta 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.
O Departamento Bélico infomou que que nesse ultimo bimestre concluiram a entrega dos novos coletes para policiais penais bem como, realizaram a substituição dos mesmos em algumas unidades que estavam demandando mais atenção nessa questão dos coletes. Realizaram uma fiscalização em todas as unidades do Estado, visando averiguar o estado de conservação, quantidade, lotes e validade dos instrumenos de menor potencial ofensivo (IMPO) que são essenciais para a manutenção da ordem nas unidades prisionais.

Avaliação individual das iniciativas

Iniciativa 00201 Construção da Escola Penitenciária e Aprovação do regimento interno da ESPEN: Academia de Polícia Penal (ACADEPEN), integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP), é responsável pelo aperfeiçoamento do policial penal, totalmente construída e equipada.

Iniciativa 00210 Regularização fundiária de terrenos e viabilização do projeto arquitetônico para construção das Penitenciárias: Elaboração de um projeto arquitetônico destinado à construção de uma nova unidade prisional, tipo Penitenciária**.** A área selecionada para esta significativa empreitada localiza-se na Travessa Macaé, s/nº, no bairro Potengi, composta por dois terrenos distintos, totaliza 7.700 m².

Iniciativa 00214 Regularização fundiária de terrenos para viabilidade do projeto arquitetônico de Construção de unidade para o regime semi aberto: Ainda não foi viabilizado.

Iniciativa 0215 Aquisição de equipamentos para inteligência e viabilizar projeto de aquisição de equipamentos com tecnologias de última geração: Adquiridos equipamentos de última geração.

Iniciativa 0216 Reforma da sede da SEAP e operacionalizar aquisição dos equipamentos: Foram adquiridos nootebooks para serem utilizados tanto na sede quanto nas Unidades Prisionais e houve a mudança de diversos setores permitindo maior proximidade e conexão entre os mesmos desde a aquisição até a administração dos bens obtidos por esta Secretaria.

Iniciativa 0218 Disponibilização de câmeras/equipamentos/CFTV e scanners corporais para todas unidades prisionais: Equipamentos adquiridos e em funcionamento.

Iniciativa 00219 Viabilização de meios para garantir o bom estado de conservação da frota de veículos da SEAP, com revisões em dia: Viabilizado.

Iniciativa 00220 Disponibilização de EPIs em quantidades suficientes para os operadores do Sistema Prisional: Disponibilizados EPIs.

Iniciativa 00221 Aparelhamento, Reforma, e Ampliação das unidades prisionais em conformidade com as diretrizes da arquitetura prisional visando a humanização do sistema penal: Diversas obras de reformas para construção de alojamentos, reforma de ambientes internos, incluindo um pátio para banho de sol e visitas, ressaltando a ampliação o Complexo Penal Dr. João Chaves com construção de celas e setores, onde funciona a nova unidade prisional feminina.

Iniciativa 00222 Aquisição de equipamentos, armamentos e munições: O Sistema Penitenciário está munido de todo material bélico necessário para o bom

funcionamento de todas as Unidades Prisionais.

Iniciativa 0223 Disponibilização de alimentação pronta aos internos. Desenvolver projeto de aprimoramento das políticas dos direitos das pessoas privadas de liberdade, com a implementação de novo método de gestão: Implementado novo método de gestão de alimentação pronta para os internos.

Iniciativa 00224 Elaboração de projetos de trabalho e renda no âmbito das unidades prisionais, com aquisição de equipamentos fabris para oficinas no âmbito prisional: A SEAP tem avançado na construção da política de trabalho e renda no sistema prisional estadual para ampliação da oferta de trabalho e qualificação profissional nos estabelecimentos penais do Rio Grande do Norte

Iniciativa 00225 Ampliação do número de tornozeleiras eletrônicas e os equipamentos para apoiar a execução penal com a fiscalização operacional in loco dos monitorados : Ampliação do número de tornozelados.

Iniciativa 00245 Construção das Cadeias Públicas e Apresentar e viabilizar a aprovação projeto arquitetônico para construção das cadeias públicas: Esta iniciativa está alinhada às diretrizes da Resolução nº 09, de 18 de novembro de 2011, que estabelece as bases para a arquitetura penal, garantindo a dignidade da pessoa privada de liberdade com reformas e construções de Unidades Prisionais concluídas e a elaboração diversos projetos.

As referidas metas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022?Informe qual e avalie sua execução:

Avaliação Setorial dos Resultados
Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Com relação ao Sistema Penitenciário, foram adquiridos body scan para inspeção corporal substituíndo as revistas vexatórias, houve também reforma dos alojamentos dos Policiais Penais,construção de sala de espera para advogados e reforma dos palatórios. Reduzido a quantidade de pessoas encarceradas através do uso do rastreamento eletrônico por meio de tornozeleiras eletrônicas e que estão sendo reinseridas no seio social cujo monitoramento exprime a eficácia indispensável do sistema de ressocialização do apenado. As ações de fiscalização são realizadas com frequência pelos policiais penais. Participam das atividades, policiais penais do DOT, CEME e Grupo Grupo Penitenciário de Operações com Cães (GPOC), além de policiais militares da Força Tática do 9°

Batalhão e do 3° Batalhão. A Polícia Civil disponibilizou duas delegacias para caso de flagrante delito.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM ( ) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

Objetivo: 0004 Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade
Códigos das metas: 00096; 00098; 00102; 00104; 00106; 00108; 00110; 00112
Códigos das iniciativas: 00230; 00232; 00233.
Avaliação geral do objetivo: Mecanismo norteador para efetivação das assistências e dos direitos fundamentais previstos na lei de execução penal. Com a aquisição de insumos e equipamentos para Saúde, Educação, trabalho e da documentação básica para as pessoas privadas de liberdade e fortalecimento das metodologias diversas ao cárcere “APAC, Alternativas Penais”.
O cumprimento do objetivo não atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.

Meta 0096 Aumentar de 350 para 6.500 (seis mil e quinhentos) o número de pessoas privadas de liberdade que participam de atividades laborais.
Avaliação da Meta: Com o Plano Estadual pelo Trabalho e Renda no âmbito do Sistema Prisional e com o Acordo de Cooperação entre esta SEAP e o Ministério Público do Trabalho que tratam da relação de trabalho por meio da utilização de mão de obra de pessoa privada de liberdade, bem como outros convênios firmados com diversos órgãos, a SEAP está otimizada a partir da contratação de mão-de-obra prisional para diretrizes sobre o trabalho prisional, a partir do qual se operacionalizou várias parcerias com Secretarias de Governo. Bem como com o Convênio com o IEL para intermediação de contratação de mão-de-obra de Egressos do Sistema Prisional, junto às empresas estaduais.

Meta 0098 Adequar espaços físicos das Unidades Prisionais, para execuções das ações e atividades de saúde, educação e trabalho
Avaliação da Meta: Projeto de reestruturação do Complexo Penal Dr.João Chaves,(FEM), no Presídio Estadual Rogério Coutinho Madruga, do espaço que dará meios de abarcar maiores condições de promover as assistências na Unidade Prisional e ainda com um Projeto firmado em parceria da SEAP com o MPT, visando aquisição de materiais para a construção de biblioteca na Cadeia Pública de Mossoró Juiz Manoel Onofre de Souza. Construção de espaços de saúde também no Centro de Recebimento e Triagem e Presídio Estadual Rogério Coutinho Madruga. Realização de obras de reestruturação também na Unidade Psiquiátrica de Custódia e Tratamento. Realização de obra de reestruturação do Complexo Penal Dr. João Chaves, para reforma geral do complexo, o que dará condições de abarcar maiores condições de promover as assistências. Obras em curso como a construção de módulo de saúde na Penitenciária Estadual Rogério Coutinho Madruga, Centro de Recebimento e Triagem e Construção de salas de multiuso para serem usadas em atividades de trabalho e educação no Complexo Dr.João Chaves-Feminino. Essas adequações são do projeto desenvolvido em parceria com o Ministério Público Reforma da Cadeia Pública de Natal, com obras já iniciadas e tem como objetivo a reforma dos alojamentos e refeitório dos servidores e a construção de sala de aula, biblioteca e módulo de saúde.

Melhoria com oficinas no Complexo Penal João Chaves Feminino, Complexo Penal Agrícola Dr. Mário Negócio e Penitenciária Estadual Dr. Francisco Nogueira Fernandes (ALCACUZ).

Meta 0102 Construir ou reformar ambientes de custódia para atender a metodologia APAC gerando 400 vagas, com a fiscalização efetiva do sistema de justiça.

Avaliação da Meta:
Construção da nova Sede da APAC Macau, Projeto arquitetônico concluído e aprovado pela FBAC, em fase de elaboração de projetos complementares de engenharia e Construção de uma APAC no Município de São Gonçalo do Amarante concluída, gerando 45 (quarenta e cinco) vagas.

Meta 0104 Criar e equipar a Central de Alternativas penais, com medidas voltadas a inclusão social de geração de emprego e renda para o apoio as pessoas privadas de liberdade e ao egresso do sistema prisional

Avaliação da Meta:
Publicado o Decreto nº 32.341, de 22/12/2022, que institui a Política Estadual de Alternativas Penais e a formulação de um convênio cujo objeto é a implantação da Central Integrada de Alternativas Penais conforme plano de trabalho aprovado pelo DEPEN, visando redes de apoio às pessoas privadas de liberdade e egressas do Sistema Prisional. Com Espaço físico disponibilizado e em uso regular; equipamentos parcialmente adquiridos através dos convênios formalizados; chamamento público para a contratação de OSC em fase de edital, para composição da equipes multidisciplinares.

Meta 0106 Ofertar método de capacitação profissional e de educação prisional, para pessoas privadas de liberdade

Avaliação da Meta: Destacamos a Lei nº 11.344, de 4 de janeiro de 2023, que autoriza a criação de fundo rotativo nos estabelecimentos provisórios e de execução penal do Sistema Penitenciário do RN, que tem por objetivo o aprendizado, a formação de hábitos sadios de trabalho, bem como o espírito de cooperação e a socialização do reeducando. Com vista a continuidade das ações em prol da qualificação profissional de pessoas privadas de liberdade, a SEAP contratou o SENAC, para ofertar cursos de Qualificação Profissional garantindo a participação de 250 (duzentos e cinquenta) custodiados. Conclusão do curso de Eletricista de Instalações Residenciais, ofertado pelo SENAI, para 20 (vinte) internas do Complexo Penal Dr. João Chaves - Pavilhão Feminino. No entanto uma das alunas não concluiu o curso com êxito devido ter progredido para o regime semiaberto.

Meta 0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica
Avaliação da Meta: A SESAP já disponibilizou e encontra-se em execução contínua os repasses demedicamentos e insumos de saúde da assistência básica para a SEAP.

Meta 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina.
Avaliação da Meta:
01 – Rio Grande do Norte: Proposta de atendimento da meta com a estruturação/reforma do Complexo Penal Dr.João Chaves Feminina, onde se congrega todas as mulheres privadas de liberdade com criação de espaços de oficinas de trabalho, salas de aula, berçário, celas individuais e um módulo de saúde para atendimento médico, odontológico, psicológico e clínico, para ressocialização e bem estar das detentas.
07 – Seridó: contemplada com uma biblioteca
09 – Açu/Mossoró: contemplada com uma biblioteca

Meta 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos.
Avaliação da Meta: Há adequação de espaços para o público LGBTQIA+ na Cadeia Pública de Ceará-Mirim. Nas outras unidades, temos disponíveis celas para custódia em separado dos demais público Meta atendida no âmbito do Grupo LGBTQIA+ com espaço na Cadeia Pública de Ceará-Mirim e com a Portaria-SEI nº 554, de 3 de maio de 2023 para criação do Grupo de Trabalho para elaboração de uma política de atenção às pessoas privadas de liberdade autodeclaradas LGBTQIA+. Ação com a CODIS - Projeto #minhaidentidadeimporta.

Avaliação individual das Iniciativas

Iniciativa 00230 Formalização de convênio para implementação da Central de Alternativas Penais, Central de Escritório Social de pessoas egressas, viabilizando os insumos e equipamentos para o funcionamento: Publicado o Decreto nº 32.341, de 22/12/2022, que institui a Política Estadual de Alternativas Penais e a formulação de um convênio cujo objeto é a implantação da Central Integrada de Alternativas Penais conforme plano de trabalho aprovado pelo DEPEN, visando redes de apoio às pessoas privadas de liberdade e egressas do Sistema Prisional.

Iniciativa 00231 Viabilização de cursos profissionalizantes e ensino básico para as pessoas custodiadas: Maratona Educação prisional: ENCCEJA PPL (aulas preparatórias) e aplicação das provas em todo RN; Alfabetização através do IBRAEMA; Aulas de Graduação EAD nos cursos de Tecnologia em Gestão Ambiental e em Gestão Pública; aulas preparatórias para o ENEM PPL 2023; Turmas do Ensino Fundamental e médio, Realização da 4ª Jornada de Leitura no Cárcere.

Iniciativa 00232 Oferta de insumos para as ações de Saúde prisional das pessoas privadas de liberdade: Sim, através da SESAP

Iniciativa 00233 Pactuo com o DEPEN meios para disponibilização dos insumos e a estruturação dos ambientes carcerários femininos: Foi formalizado convênio com o DEPEN, bem como a doação de equipamentos e insumos.

Iniciativa 00234 Reformar e ampliar unidades prisionais, prevendo salas de estado-maior, celas específicas visando a custódia de populações carcerárias constituídas por ex operadores de segurança pública e minorias como travestis, transexuais e transgêneros: Há adequação de espaços para o público LGBTQIA+ na Cadeia Pública de Ceará-Mirim. Nas outras unidades, temos disponíveis celas para custódia em separado dos demais público

Avaliação geral setorial:

A Secretaria da Administração Penitenciária do Rio Grande do Norte, garantiu o controle, a disciplina e a ordem no sistema penal, e que está avançando em ações de reinserção e ressocialização como forma de diminuir a reincidência criminal. E necessariamente passa por educação e trabalho no sistema prisional.

As atividades são desenvolvidas por pessoas privadas de liberdade do regime fechado, supervisionados por policiais penais, graças aos avanços promovidos pela Secretaria da Administração Penitenciária no Sistema Prisional do Estado do RN, hoje mais seguro, sob controle e com disciplina. O Sistema Penitenciário está com ambiente favorável para as atividades externas, devido aos implementos de ações nas áreas de educação, trabalho e saúde nas unidades prisionais.

A reforma do Complexo Penal Dr. João Chaves transformou uma unidade prisional masculina em feminina, ampliando e melhorando significativamente condições de detenção, bem como a instrumentalização de processo licitatório visando a quisição de equipamentos e insumos, todos com recursos deTransferências Obrigatórias - Fundo a Fundo e Transferências Voluntárias – Recursos de Convênios.

A Central de Monitoramento Eletrônico, dispõe de contratos em vigor de prestação de serviços de monitoramento eletrônico de pessoas, sob a vigilância do Estado, através do fornecimento de TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS E EQUIPAMENTOS PARA PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, Soma-se ao todo a disponibilização para 5.750 (cinco mil setecentos e cinquenta) instalações de equipamentos, atualmente possuímos 3.196 monitorados ativos, possuindo margem considerável para ampliação desse número. Todas as instalações dos dispositivos de monitoração eletrônica estão sujeitas a determinações judiciais, seja em âmbito da execução penal (regime semiaberto) ou de medidas cautelares.

Em todo Estado do Rio Grande do Norte 12 (doze) Unidades prisionais foram contempladas com um moderno sistema de Vídeo monitoramento que auxilia na segurança do sistema prisional, são elas: Cadeia Pública de Nova Cruz(CPNC), Cadeia Pública de Caraúbas(CPC), Cadeia Pública Dinorá Simas (CPDS), Cadeia Pública de Natal(CPN), Cadeia Pública de Mossoró (CPM),Centro de Recebimento e Triagem (CRT), Penitenciária Estadual de Alcaçuz (PEA), Penitenciária Estadual Rogério Coutinho Madruga(PERCM), Penitenciária Estadual de Parnamirim (PEP), Complexo Penal Dr. João Chaves - Feminino(CPJC-FEM), Complexo Penal Estadual Agrícola Mário Negócio (CPEAMN), Unidade Psiquiátrica de Custódia e Tratamentos (UPCT);

Ressalta-se que as unidades de Complexo Penal Regional de Pau dos Ferros (CPRPF) e a Penitenciária Estadual do Seridó (PES), tiveram seu

processo de implementação do sistema de vídeo monitoramento concluídos, destacando-se o empenho desta Secretaria em modernizar, aprimorar e melhorar todo Sistema Prisional do Estado do RN.

A Academia de Polícia Penal direcionou esforços para a capacitação e qualificação dos Servidores Públicos integrantes da Polícia Penal do Estado do Rio Grande do Norte.

Ressalta-se a parceria com a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), por meio da Força Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP), para a realização de diversas ações de capacitação profissional.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução
O presente relatório foi produzido a partir do acompanhamento do Plano Plurianual 2020-2023, com a utilização das atualizações dos descritivos das informações relativas ao planejado e apurado e do monitoramento bimestral de 2020 a 2023.

Do Objetivo da Avaliação
Destaca-se o acompanhamento do monitoramento bimestral do PPA, proporcionando maior clareza nas atividades cotidianas da Sistema Prisional da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária. As principais restrições enfrentadas no decorrer de cada meta são de cunho estrutural e orçamentária. A avaliação para a SEAP é de fundamental importância para verificação dos objetivos alcançados e planejamento das ações futuras para melhoria da prestação do serviço para a toda a população.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas
Observações: Trata-se das diretrizes para o fortalecimento das estruturas físicas, equipamentos inerentes ao Sistema Prisional, com o fito em proporcionar a efetivação das melhorias e benefícios aos Policiais Penais, bem como concretizar as assistências as Pessoas Privadas de Liberdade – PPL, visando a reintegração social. Enfatiza-se a elaboração e publicação do Plano Estratégico da Polícia Penal do Rio Grande do Norte como uma iniciativa que visa a aperfeiçoar o modelo de gestão, garantindo os direitos básicos das pessoas privadas de liberdade. Ademais, a criação do Conselho Penitenciário, com reuniões mensais, e as rotinas de reuniões de gestão entre os setores e departamentos da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária contribuem para o alinhamento e a eficiência do modelo de gestão proposto. Ressaltam-se as reformas realizadas na infraestrutura de diversos estabelecimentos penais como um compromisso contínuo em proporcionar maior eficiência ao sistema Penitenciário do RN.

Metodologia
Observações: Considerando o monitoramento bimestral e a avalição do PLANO PLURIANUAL 2020-2023, elaboramos diversos processos no SEI!, solicitando alguns esclarecimentos dos questionamentos aos diversos setores desta Secretaria para que nos ajudem quanto ao desenvolvimento de cada objetivo e meta necessários à formulação dos referidos monitoramentos e avaliações, conforme setores especificados abaixo: Academia de Polícia Penal - ACADEPEN; Assessoria Jurídica - AJ; Central de Monitoramento Eletrônico de Tornozeleiras - CEME; Coordenadoria Executiva da Administração Penitenciária - COEAP; Departamento de Controle e Fiscalização do Material Bélico - DCFMB; Departamento de Engenharia, Obras e Serviços - DEOS; Departamento de Inteligência Penitenciária DIPEN; Departamento de Logísitica, Transporte e Manutenção - DLTM; Departamento de Promoção à Cidadania - DPC; Unidade Instrumental da Administração Geral - UIAG.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO: **34000 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**

Destaca-se a elaboração e publicação do primeiro Manual de Rotinas e Procedimentos de Trabalho da Polícia Penal do Rio Grande do Norte como um marco significativo. Esse manual representa um importante avanço na padronização de práticas operacionais, proporcionando maior clareza nas atividades cotidianas dos profissionais. A sua relação direta com o efetivo cumprimento da Lei de Execução Penal está na sistematização de procedimentos alinhados com a legislação vigente, promovendo uma atuação mais eficaz e coerente.
Ao longo do ano de 2023, a Academia de Polícia Penal do Rio Grande do Norte promoveu diversos cursos voltados para o aprimoramento técnico e comportamental dos profissionais. Essas iniciativas, aliadas às ações lideradas pelo Departamento de Promoção à Cidadania, visam a valorização da carreira profissional e a melhoria da qualidade de vida dos Policiais Penais.

Apresentamos as principais obras realizadas pelo Departamento de Engenharia, Obras e Serviços (DEOS/SEAP). Estas iniciativas estão alinhadas às diretrizes da Resolução nº 09, de 18 de novembro de 2011, que estabelece as bases para a arquitetura penal, garantindo a dignidade da pessoa privada de liberdade e aprimorando as condições de segurança e trabalho dos Policiais Penais.

1. Reforma do Complexo Penal João Chaves: Esta reforma significativa transformou uma unidade prisional masculina em feminina, ampliando e melhorando significativamente as condições de detenção. Com a criação de espaços como oficinas de trabalho, salas de aula, berçário, celas individuais, e um módulo de saúde para atendimento médico, odontológico, psicológico e clínico, a reforma visou não só a melhoria física, mas também a ressocialização e o bem-estar das detentas.

2. Reforma do Pavilhão V do Complexo Penal Agrícola Mário Negócio: Anteriormente desativado e em condições precárias, este pavilhão foi completamente reformado, resultando na reativação de 116 vagas, distribuídas em 18 celas. A construção de dois pátios e a ampliação com alojamentos, refeitório e salas administrativas, fortaleceram a infraestrutura da unidade.

3. Reforma do Pavilhão de Adaptação da Penitenciária Estadual Francisco Nogueira Fernandes: Esta obra reativou 23 celas, gerando 88 vagas reativadas, melhorando substancialmente a infraestrutura e as condições de segurança e habitabilidade da unidade.

4. Reforma da Unidade Psiquiátrica de Tratamento e Custódia: Com a construção de 09 novas celas e a reforma de ambientes internos, incluindo um pátio para banho de sol e visitas, esta reforma criou 36 novas vagas, contribuindo significativamente para a capacidade do sistema penitenciário.

É importante ressaltar que todas as reformas e construções seguem rigorosamente as diretrizes da Resolução nº 09/2011, focando na segurança, saúde, e dignidade da pessoa privada de liberdade, além de prover melhores condições de trabalho aos Policiais Penais.

Em conformidade com a resolução mencionada, todos os projetos foram elaborados considerando aspectos cruciais como a segurança física e a saúde mental dos detentos, a eficiência energética, a sustentabilidade ambiental e a acessibilidade. Estas diretrizes asseguram que as unidades prisionais não sejam apenas locais de detenção, mas espaços que propiciem a reabilitação e a reintegração social dos detentos.

Estamos comprometidos em continuar desenvolvendo projetos que atendam às necessidades do sistema penitenciário, promovendo um ambiente seguro, saudável e propício para a reabilitação. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

No contexto das medidas voltadas a inclusão social de geração de emprego e renda para o apoio as pessoas privadas de liberdade e ao egresso do sistema prisional, a SEAP tem avançado, tendo firmado Convênio SICONV nº 906305/2020 - cujo objeto é a Implantação da Central Integrada de Alternativas Penais no âmbito do Poder Executivo, conforme plano de trabalho aprovado pelo Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, no âmbito do Poder Executivo do Rio Grande do Norte".
Assim, a Secretaria da Administração Penitenciária - SEAP recém entregou, a reforma do Presépio de Natal, obra arquitetônica de Oscar Niemeyer que dará lugar a Central Integrada de Alternativas Penais.
Ainda neste contexto, houve a edição e publicação do Decreto nº 32.341, de 22 de dezembro de 2022, que institui a Política Estadual de Alternativas Penais e dá outras providências.
Há ainda a construção de redes de apoio que culminou na política de atenção ao Egresso; o Escritório Social/Patronato, como uma forma de oferecer a pessoas egressas do sistema prisional e a familiares acesso a uma rede de serviços de apoio, a SEAP firmou, em parceria com DEPEN, o Convênio SICONV nº 905056/2020, que visa essa construção de redes de apoio às pessoas privada de liberdade e egressa do sistema prisional. O Escritório Social/Patronato também terá lugar no Presépio de Natal.
Resta esclarecer que esta SEAP articulou diretamente e colaborou com a implantação dos Escritórios Sociais de: Natal; Mossoró; Caicó; Ceará Mirim; Parnamirim; Nísia Floresta e Pau dos Ferros; além da atual articulação para a implantação das unidades de São Gonçalo do Amarante e Parelhas.
Todos os procedimentos estão sendo necessários a execução desses dois importantes convênios no âmbito do Sistema prisional do RN.

Síntese da Avaliação e Recomendações
A exiguidade orçamentária é um dos entraves para melhoria de alocação dos recursos no desenvolvimento do Sistema Penitenciário. Com relação ao monitoramento, melhor seria se fosse realizado em ciclos trimestrais com o objetivo de gerar informações adequadas que possam ser utilizados na melhoria do processo de monitoramento do PPA, visto que as datas limites para cadastro das informações bimestrais ficam bem próximas umas das outras.

Referências
Cite as fontes das informações utilizadas como insumo para a avaliação.
Considerando o monitoramento bimestral e a avalição do PLANO PLURIANUAL 2020-2023, elaboramos diversos processos no SEI!, solitando alguns esclarecimentos dos questionamentos aos diversos setores desta Secretaria para que nos ajudem quanto ao desenvolvimento de cada objetivo e meta necessários à formulação dos referidos monitoramentos e avaliações.

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO-SEDEC

Exercício 2023



FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04001 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00183 Promover a Economia do Conhecimento e da Inovação por meio da consolidação do sistema CTI
Códigos das metas: 0332 Apoiar e viabilizar a criação do primeiro curso de Engenharia Eólica (UERN) e as demais iniciativas relacionadas com a formação técnica profissional e universitária especializada no setor energético. 0450 Regulamentar a Lei Estadual de Inovação e criar o Fundo Estadual de Apoio à Inovação, para proporcionar um cenário colaborativo e de resolução dos desafios dos setores empresariais e das demandas sociais dos territórios do RN. 0455 Reconfigurar a atuação da FAPERN, restaurando o seu protagonismo, revisando e cumprindo de forma crescente o repasse do percentual financeiro previsto na Lei que criou o Fundo Estadual de CTI. 0460 Fortalecer, expandir e consolidar a UERN, em articulação com o Sistema Federal, como um grande observatório das diversas dimensões e demandas dos territórios, dotando-a de orçamento próprio sustentável e plena autonomia de gestão, possibilitando a ampliação e democratização do acesso à educação e ao conhecimento qualificado. 0462 Atualizar as diretrizes da Política de Ciência, Tecnologia & Inovação no Estado, com foco na realidade e demandas dos territórios, e em consonância com a política nacional e a contemporaneidade, por meio do desenho de estratégias que façam uso de complementaridades, cooperação e integração. 0464 Institucionalizar, acompanhar e avaliar a pesquisa e desenvolvimento, na perspectiva da inclusão e interiorização da Ciência, Tecnologia & Inovação no RN, da qualificação da gestão e do fortalecimento das ações de ensino e da formação profissional e tecnológica. 0466 Investir, estimular, articular e qualificar a formação de recursos humanos para dar suporte às atividades de Ciência, Tecnologia & Inovação e suas áreas estratégicas. 0468 Articular e consolidar uma efetiva integração do governo com a UFRN, UFERSA, UERN, IFRN, Sistemas Municipais, FIERN, SEBRAE e demais Universidades e Faculdades privadas sediadas no Estado, diagnosticando e fortalecendo os projetos indutores do desenvolvimento do RN, e aproximando essa rede as políticas de governo. 0470 Estabelecer parcerias sustentáveis com agências de financiamento em CT&I, Instituições Federais (BNDES, Finep, CNPq e Ministérios), municipais, Sistema S e as entidades de classe empresariais (Federações de Indústrias, Comercio, Serviços e Rural). 0473 Consolidar junto à UFRN, a parceria no processo de implantação e consolidação dos Institutos Internacionais e do Metrópole Digital. 0481 Atrair unidades descentralizadas de institutos nacionais ou internacionais, públicos ou privados, incentivando a implantação de sub-sedes, campi avançados, núcleos especializados, entre outros. 0485 Ser um agente ativo no processo de expansão e consolidação das Universidades Federais e IFRN no Estado do RN. 0489 Criar política de fomento para fortalecer a P&D nas áreas estratégicas para o desenvolvimento. 0523 Desenvolver um processo de integração das ICTs com o governo, a sociedade civil, os programas estratégicos e o setor empresarial para execução de políticas públicas. 0527 Criar programa de ciências extas para todos, no combate ao analfabetismo funcional. 0529 Desenvolver, integrar e consolidar as Redes de Serviços Tecnológicos, Centros de Inovação,

Incubadoras e Parques Tecnológicos a serviço do desenvolvimento sustentável do RN.

0533 Ampliar o potencial de cooperação internacional do Estado em áreas temáticas de interesse estratégico e com impacto positivo direto nos indicadores de excelência científica e/ou saúde, educação, segurança, qualidade de vida e governança do estado.

0536 Instituir programa de apoio e ações indutoras à pesquisa, desenvolvimento e inovação nas micros, pequenas e médias empresas atuantes nos diversos setores da economia potiguar

0538 Apoiar a implantação de CVT (Centros Vocacionais Tecnológicos) em áreas estratégicas.

0540 Incluir as demandas locais e territoriais na definição dos programas e projetos em CTI, com ênfase no desenvolvimento humano e social

0542 Fomentar a criação, difusão e apropriação das tecnologias sociais demandadas pelos diversos territórios, que apresentem soluções sustentáveis no processo de fortalecimento da educação, cultura, cidadania, inclusão, acessibilidade e na construção coletiva e solidaria.

0544 Diagnosticar e elaborar políticas que integrem os saberes populares e os conhecimentos técnicocientíficos e promovam ações que estimulem o uso sistemático da CTI, visando o desenvolvimento social equânime, com ênfase na geração de trabalho e renda e melhoria das condições de vida de toda a população do RN.

0546 Estruturar um Programa Estadual de Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação, como princípio educativo e que promova à atitude de interação, questionamento e mudança da realidade.

0548 Levar a todos os municípios do estado a internet Banda Larga(infovia)

0552 Criar, apoiar e incentivar eventos ligados à Ciência, Tecnologia e Inovação

0558 Apoiar, assegurar e fomentar a pesquisa, inovação e tecnologia nos pequenos negócios, em parceria com instituições de ensino, sistemas, incubadoras, centros de tecnologia, parques tecnológicos e outros.

0561 Fomentar a modernização e incorporação de inovações de natureza tecnológica e produtos, objetivando uma política de Agregação de Valor aos Produtos

0562 Fomentar a inovação tecnológica e firmar parcerias com órgãos de pesquisa

0565 Fomentar a integração dos institutos de ensino com as empresas, para disseminar o conhecimento e promover o acesso à ciência, inovação e tecnologia

0567 Apoiar programas de formação e qualificação de mão de obra e gestão empresarial, firmando parcerias com instituições de ensino e Sistema S.

Códigos das iniciativas:

00597 Regulamentar a Lei Estadual de Inovação, criação do Fundo Estadual de Apoio à Inovação.

00604 Atualização das diretrizes da Política de Ciência, Tecnologia & Inovação no Estado

00608 Inclusão e interiorização da Ciência, Tecnologia & Inovação no RN

00612 Articulação e integração com a UFRN, UFERSA, UERN, IFRN, Sistemas Municipais, FIERN, SEBRAE e demais Universidades e Faculdades

00622 Ampliação do potencial de cooperação internacional

01539 Apoiar a reconfiguração da FAPERN;

01541 Apoiar no fortalecimento, expansão e consolidação da UERN

01546 Estabelecimento de parcerias com agências de financiamento em CT&I, Instituições Federais, municipais, Sistema S e as entidades de classe empresariais e a UFRN; consolidação dos Institutos Internacionais e do Metrópole Digital, como também integração de ICTs com diversos setores da sociedade, assim como apoiar o processo de expansão e consolidação das Universidades Federais e IFRN no Estado do RN

01551 Criação do programa Ciências Exatas para Todos

01553 Consolidação das Redes de Serviços Tecnológicos, Centros de Inovação, Incubadoras e Parques Tecnológicos

01555 Apoio a implantação de CVT

01556 Estruturação do Programa Estadual de Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação como também a elaboração de políticas de integração saberes populares e os conhecimentos técnico científicos, Inclusão de demandas locais e territoriais na definição dos programas e projetos em CTI, fomentando a criação, difusão e apropriação das tecnologias sociais e aprimorar a política de isenções

fiscais
01561 Internet Banda Larga para os municipios do estado

Avaliação Geral do Objetivo:
A conceituada "Economia do conhecimento e da inovação", identificada neste Objetivo, é um dos desafios modernos em todas as sociedades e, ao mesmo tempo, crescente. Atualmente as pessoas, as organizações e as administrações públicas têm acesso à um grande volume de informações mas, não necessariamente à transformação desta informação em conhecimento e, mais adiante, em inovação. O compromisso da SEDEC, em consonância, com a proposta do Governo do Estado, em seu Eixo 4 do Programa de Governo, é de ampliar permanentemente o acesso ao conhecimento e à inovação de forma cada vez mais independente, à um custo mais acessível e de forma integrada, consolidando todas as formas de participações individuais e coletivas nas estruturas espalhadas em todo o RN, a exemplo das faculdades, universidades, centros de pesquisa, instituições de formação acadêmica etc. Considerando a amplitude deste Objetivo, várias metas e iniciativas foram propostas com a possibilidade de realizações isoladamente ou em conjunto, todos os resultados contribuirão para a disseminação do conhecimento e da inovação.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4:"Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
O Objetivo está em pleno acordo com as Diretrizes indicadas do Eixo 4.
Em 2022 foi aprovado o "Marco legal da CT&I" (LC 716, de 30 de junho) que permitiu avançar nas estratégias de consolidação do Sistema CT&I do RN. Um dos principais registros em 2023 foi a consolidação do Parque Tecnológico Augusto Severo-PAX/RN, formalmente instituído em dezembro de 2022, que obteve a cessão da área em Macaíba, decorrente de Acordo de Cooperação firmado entre o Governo do Estado, com a interveniência da Sedec, e a UFRN. Em 2023 a Sedec celebrou Termo de Fomento com o PAX/RN para a expansão do Sistema CT&I do RN e a Fapern viabilizou a contratação de bolsistas-pesquisadores.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0332 Apoiar e viabilizar a criação do primeiro curso de Engenharia Eólica (UERN) e as demais iniciativas relacionadas com a formação técnica profissional e universitária especializada no setor energético.

Avaliação da Meta:
Não houve possibilidade de implantação da proposta do primeiro curso de Engenharia Eólica na UERN, embora a proposta continuará a ser avaliada em função da expansão dos investimentos no RN e a perspectiva do projeto Hidrogênio Verde que terá como fonte de energia primordial a geração eólica (além da energia fotovoltaica).

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".

Não foi possível realizar em 2023, embora o potencial e a demanda de mão de obra qualificada continuem enquanto referencial. Deverá ser avaliada em nova perspectiva de prazo a criação do curso.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0450 Regulamentar a Lei Estadual de Inovação e criar o Fundo Estadual de Apoio à Inovação, para proporcionar um cenário colaborativo e de resolução dos desafios dos setores empresariais e das demandas sociais dos territórios do RN.

Avaliação da Meta:
Não houve demanda específica para uma regulamentação mais detalhada visto a amplitude da LC 716/2022 (Marco Legal da CT&I). A temática foi discutida nas Câmaras Setoriais e permeou iniciativas do Governo do Estado, em especial com a criação do PAX/RN e o Termo de fomento com a SEDEC. A SEDEC formalizou apoios a outros projetos de pesquisa, a exemplo do Atlas de energia eólica e energia solar e os estudos preparatórios para o projeto do Hidrogênio Verde.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.
Não foi efetuada a regulamentação mas, considerando a amplitude da LC 716/2022 as ações em favor de CT&I foram discutidas em reuniões das Câmaras setoriais e em parcerias da SEDEC, a exemplo do PAX/RN e dos estudos em conjunto com a UFRN e o Sistema Fiern.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0455 Reconfigurar a atuação da FAPERN,restaurando o seu protagonismo, revisando e cumprindo de forma crescente o repasse do percentual financeiro previsto na Lei que criou o Fundo Estadual de CTI.

Avaliação da Meta:
A FAPERN reconfigurou sua atuação, retomando o protagonismo no Estado seja com as discussões sobre o novo marco legal de CT&I seja com os diferentes editais para seleção de bolsistas como também para apoio à projetos de pesquisa (com apoio de recursos provenientes da receita nova, gerada pelo PROEDI). Novas seleções de bolsistas-pesquisadores foram realizadas ao longo de 2023 com diferentes órgãos do Governo do Estado e com o PAX/RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.
A FAPERN reconfigurou sua atuação, retomando o protagonismo no Estado seja com as discussões sobre o novo marco legal de CT&I seja com os diferentes editais para seleção de bolsistas como também para

apoio à projetos de pesquisa (com apoio de recursos provenientes da receita nova, gerada pelo PROEDI). Novas seleções de bolsistas-pesquisadores foram realizadas ao longo de 2023 com diferentes órgãos do Governo do Estado e com o PAX/RN. Os resultados destas parcerias permite que os beneficiados com os bolsistas-pesquisadores possa desenvolver atividades em áreas inovadoras, de acordo com a demanda de cada Órgão da Administração.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0460 Fortalecer, expandir e consolidar a UERN, em articulação com o Sistema Federal, como um grande observatório das diversas dimensões e demandas dos territórios, dotando-a de orçamento próprio sustentável e plena autonomia de gestão, possibilitando a ampliação e democratização do acesso à educação e ao conhecimento qualificado.

Avaliação da Meta:
O processo de autonomia orçamentária foi alcançada, favorecendo o fortalecimento, a expansão e a consolidação da Universidade.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.
O processo de autonomia orçamentária foi alcançada, favorecendo o fortalecimento, a expansão e a consolidação da Universidade. A meta está inserida no contexto das Diretrizes do Eixo 4 e está em execução.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0462 Atualizar as diretrizes da Política de Ciência, Tecnologia & Inovação no Estado, com foco na realidade e demandas dos territórios, e em consonância com a política nacional e a contemporaneidade, por meio do desenho de estratégias que façam uso de complementaridades, cooperação e integração.

Avaliação da Meta:
A meta permite estabelecer critérios de avaliação das demandas setoriais e institucionais de apoio institucional. Há cooperação da SEDEC/Governo do Estado em diversas áreas, incluindo a participação em eventos para divulgação das potencialidades do RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.
O “Marco legal da CT&I” (LC 716/2022) está em vigor e permitiu a celebração de parcerias institucionais, inclusive com outras organizações do setor público e privado (UFRN, Senai). Em 2023 a proposta do

PAX/RN foi discutida no âmbito da SEDEC. A seleção dos bolsistas-pesquisadores (em fase final do processo seletivo, em dezembro/2023) trará um leque de novas oportunidades de pesquisa para a SEDEC, em consonância com as demandas locais e com as realidades estadual e nacional.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0464 Institucionalizar, acompanhar e avaliar a pesquisa e desenvolvimento, na perspectiva da inclusão e interiorização da Ciência, Tecnologia & Inovação no RN, da qualificação da gestão e do fortalecimento das ações de ensino e da formação profissional e tecnológica.

Avaliação da Meta:
O chamado "Marco legal da CT&I" (LC 716, de 30 de junho de 2022) está em vigor e as medidas complementares ao Sistema CT&I do RN estão sendo adotadas.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
O chamado "Marco legal da CT&I" (LC 716, de 30 de junho de 2022) está em vigor e as medidas complementares ao Sistema CT&I do RN estão sendo adotadas, com destaque para a efetiva atividade do PAX/RN, do qual o Governo do Estado/Sedec é um dos associados-fundadores.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0466 Investir, estimular, articular e qualificar a formação de recursos humanos para dar suporte às atividades de Ciência, Tecnologia & Inovação e suas áreas estratégicas.

Avaliação da Meta:
Com recursos orçamentários e também originários do PROEDI, foi possível selecionar vários bolsistas de pesquisa além de lançar editais de apoio à pesquisa (para pesquisadores como também para instituições de ensino e pesquisa).

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
Com recursos orçamentários e também originários do PROEDI, foi possível selecionar vários bolsistas de pesquisa além de lançar editais de apoio à pesquisa (para pesquisadores como também para instituições de ensino e pesquisa). Sua execução está em pleno acordo com as Diretrizes do Eixo 4. Em 2023 foi iniciado processo seletivo de bolsistas-pesquisas, em fase final de conclusão (dezembro/2023).

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0468 Articular e consolidar uma efetiva integração do governo com a UFRN, UFERSA, UERN, IFRN, Sistemas Municipais, FIERN, SEBRAE e demais Universidades e Faculdades privadas sediadas no Estado, diagnosticando e fortalecendo os projetos indutores do desenvolvimento do RN, e aproximando essa rede as políticas de governo.

Avaliação da Meta:
Foram realizadas diferentes parcerias institucionais (Senai, UFRN, prefeituras etc) para apoio, diagnóstico e fortalecimento de projetos indutores do desenvolvimento do RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.
Foram realizadas diferentes parcerias institucionais (Senai, UFRN, prefeituras etc) para apoio, diagnóstico e fortalecimento de projetos indutores do desenvolvimento do RN. Sua execução está em pleno acordo com as Diretrizes do Eixo 4. Em 2023 foram incluídos novos projetos de pesquisa, em parceria, para estudos do Hidrogênio Verde e da cadeia de produção de energia offshore.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0470 Estabelecer parcerias sustentáveis com agências de financiamento em CT&I, Instituições Federais (BNDES, Finep, CNPq e Ministérios), municipais, Sistema S e as entidades de classe empresariais (Federações de Indústrias, Comercio, Serviços e Rural).

Avaliação da Meta:
Foram realizadas diferentes parcerias institucionais (Senai, UFRN, prefeituras, entidades de classe etc) seja para realização de eventos e projetos de pesquisa como também na ampliação de discussões sobre temas de maior relevância para o desenvolvimento econômico do RN, em especial nas Câmaras Setoriais.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.
Foram realizadas diferentes parcerias institucionais (Senai, UFRN, prefeituras, entidades de classe etc) seja para realização de eventos e projetos de pesquisa como também na ampliação de discussões sobre temas de maior relevância para o desenvolvimento econômico do RN, em especial nas Câmaras Setoriais. Sua execução está em pleno acordo com as Diretrizes do Eixo 4. Foram realizadas reuniões com órgãos federais e avaliação de participação em editais institucionais, do Governo Federal, pela Fapern e pelo PAX/RN.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0473 Consolidar junto à UFRN, a parceria no processo de implantação e consolidação dos Institutos Internacionais e do Metrópole Digital.

Avaliação da Meta:
Foi priorizada a formalização da parceria para o parque tecnológico PAX com previsão de integração das atividades do IMD e demais institutos internacionais de pesquisa da UFRN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
Em 2023 o Parque Tecnológico PAX/RN entrou em atividade, permanentemente. Um dos associados-fundados, assim como o Governo do Estado/Sedec, é a UFRN com a qual houve discussões sobre a possibilidade de interação do com PAX/RN nos próximos anos.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0481 Atrair unidades descentralizadas de institutos nacionais ou internacionais, públicos ou privados, incentivando a implantação de sub-sedes, campi avançados, núcleos especializados, entre outros.

Avaliação da Meta:
Foi priorizada a formalização da parceria para o parque tecnológico PAX com a UFRN. Em 2021 a UFRN cedeu o terreno onde serão iniciadas as atividades do PAX, com a complementação de investimentos e aquisição de equipamentos, pelo Governo do Estado.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
Foi priorizada a formalização da parceria para o parque tecnológico PAX com a UFRN. Em 2021 a UFRN cedeu o terreno onde serão iniciadas as atividades do PAX, com a complementação de investimentos e aquisição de equipamentos. O PAX/RN entrou em atividade em 2023. Sua execução está em pleno acordo com as Diretrizes do Eixo 4. A SEDEC formalizou parceria com o PAX/RN para o desenvolvimento de suas atividades e a elaboração de pesquisas.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0485 Ser um agente ativo no processo de expansão e consolidação das Universidades Federais e IFRN no Estado do RN.

Avaliação da Meta:
As Câmaras Setoriais foram criadas para apoiar e viabilizar as demandas institucionais, das quais fazem parte instituições de ensino superior.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
A SEDEC tem interagido com as instituições de ensino superior, em especial por meio das Câmaras Setoriais, mas também em parcerias (convênios).

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0489 Criar política de fomento para fortalecer a P&D nas áreas estratégicas para o desenvolvimento.

Avaliação da Meta:
Em parceria com a FAPERN foram realizados novos processos seletivos de bolsistas para diferentes órgãos estaduais. De forma mais incisiva, a alteração na legislação na migração do Proadi para o PROEDI culminou em receita nova diretamente administrada pela FAPERN para execução e ampliação de seus projetos; com os recursos aportados como contrapartida dos investimentos industriais (PROEDI) foram lançados editais de apoio a pesquisadores e a instituições de ensino e pesquisa.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
Em parceria com a FAPERN foram realizados novos processos seletivos de bolsistas para diferentes órgãos estaduais. Os recursos aportados mensalmente à FAPERN, desde a mudança do Proadi para o PROEDI, permitiu a expansão de suas atividades. O "Marco Legal de CT&I" fortaleceu o papel do P&D no RN.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0523 Desenvolver um processo de integração das ICTs com o governo, a sociedade civil, os programas estratégicos e o setor empresarial para execução de políticas públicas.

Avaliação da Meta:
O processo de integração das ICT foi impulsionado, primeiramente, pela mudança do Proadi para o PROEDI e, mais recentemente, com a criação do novo "Marco Legal de CT&I". Com estas duas mudanças a SEDEC e a FAPERN ampliarão suas ações.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.
O “Marco legal da CT&I” (LC 716, de 30 de junho de 2022) está em vigor e as medidas complementares à implementação das novas orientações estão em andamento. A programação de interiorização e ampliação das ações em CT&I foram também iniciadas com a efetivação do PAX/RN. Sua execução está em pleno acordo com as Diretrizes do Eixo 4.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0527 Criar programa de ciências extas para todos, no combate ao analfabetismo funcional.

Avaliação da Meta:
A proposta teve for finalidade expandir o aprendizado nas chamadas ciências exatas em diferentes esferas de ensino, em uma proposta de formar uma base de ensino que permitisse uma maior difusão do conhecimento na área.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.
A meta deve ser reavaliada a partir da possibilidade de um trabalho em conjunto com o PAX/RN para a criação de um programa de maior alcance, inclusive por meio das parcerias que o Parque Tecnológico está em negociação com Prefeituras.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0529 Desenvolver, integrar e consolidar as Redes de Serviços Tecnológicos, Centros de Inovação, Incubadoras e Parques Tecnológicos a serviço do desenvolvimento sustentável do RN.

Avaliação da Meta:
A consolidação avançou de forma privilegiada com as reuniões das Câmaras Setoriais e com a reunião de diferentes organizações na criação do PAX/RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.

As reuniões das diferentes Câmaras Setoriais, criadas pela SEDEC, favoreceu a consolidação e a integração dos diferentes atores em CT&I. O PAX/RN foi criado, formalmente em dezembro/2022, e reuniu entre seus associados-fundadores importantes atores de CT&I, a exemplo do Governo do Estado/SEDEC, UFRN, IFRN, Fiern/Sistema Fiern etc. Sua execução está em pleno acordo com as Diretrizes do Eixo 4.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0533 Ampliar o potencial de cooperação internacional do Estado em áreas temáticas de interesse estratégico e com impacto positivo direto nos indicadores de excelência científica e/ou saúde, educação, segurança, qualidade de vida e governança do estado.

Avaliação da Meta:
Ao longo dos últimos anos a internacionalização da economia potiguar foi reforçada com a realização de visitas institucionais ao RN e participação em missões internacionais, além da atratividade de empreendedores em áreas estratégicas.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.
A SEDEC teve a oportunidade de reunir-se com representantes institucionais/governamentais de diversos países (China, Estados Unidos, Holanda etc) e participou de missões internacionais com foco na ampliação de parcerias e divulgação de oportunidades de investimento. Participou de eventos no Brasil (Mossoró Oil & Gas, Expofruit, Windpower etc) com repercussão nacional/internacional, especialmente na área de energias, fortalecendo a cooperação internacional.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0536 Instituir programa de apoio e ações indutoras à pesquisa, desenvolvimento e inovação nas micro, pequenas e médias empresas atuantes nos diversos setores da economia potiguar

Avaliação da Meta:
As ações indutores podem ocorrer formalmente (acordos, convênios etc) como também informalmente a partir das discussões, debates e participações em reuniões e eventos com foco na inovação.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.
A SEDEC apoiou, inclusive financeiramente, eventos promovidos por entidades setoriais representantes do setor produtivo (Feira do Empreendedor, Ficro, Liquida Natal etc) e tem planejado, inclusive com a

contratação de bolsistas-pesquisadores, desenvolver projetos e estudos de interesse das micro, pequenas e médias empresas, também com foco em CT&I.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0538 Apoiar a implantação de CVT (Centros Vocacionais Tecnológicos) em áreas estratégicas.

Avaliação da Meta:
A criação de novos CVT deve ser implementada a partir de polos regionais de desenvolvimento de ações estratégicas, de acordo com as demandas existentes e as projeções de novas economias.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
Não foi possível implementar a meta, que deverá ser discutida com a colaboração do PAX/RN como também do direcionamento de metas e áreas de atuação dos IERN, que deverão ser inaugurados em 2024. Sua execução está em pleno acordo com as Diretrizes do Eixo 4.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0540 Incluir as demandas locais e territoriais na definição dos programas e projetos em CTI, com ênfase no desenvolvimento humano e social

Avaliação da Meta:
As demandas institucionais, locais e territoriais eram discutidas, de forma conjunta, preferencialmente nas reuniões das Câmaras Setoriais.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
As demandas deverão ser reprogramas em parceria com todos os atores institucionais e, por sua característica de atuação em CT&I, com o PAX/RN. Os bolsistas-pesquisadores (fase final do processo seletivo em dezembro/2023) contribuirão para o desenvolvimento de novos estudos que contribuam na definição das demandas.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0542 Fomentar a criação, difusão e apropriação das tecnologias sociais demandadas pelos diversos

territórios, que apresentem soluções sustentáveis no processo de fortalecimento da educação, cultura, cidadania, inclusão, acessibilidade e na construção coletiva e solidaria.

Avaliação da Meta:
A difusão de tecnologias sociais deve ser reforçada por todos os órgãos da Administração Pública e encontrar fontes de financiamento mais pertinentes à seu propósito.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
Não houve Feneciti 2023. Os eventos empreendedores apoiados pela SEDEC contavam com espaço para micro e pequenos empreendedores apresentarem seus produtos e serviços (Ficro, Fenavale e Femulti) e teve participação da SEDEC, com a distribuição da Cartilha do Empreendedor, documento que apresenta as principais alterações do Estatuto da Microempresa, em todos os órgãos do Governo do Estado em favor do empreendedorismo. A AGN também participou dos eventos com oferta de microcrédito para empresários formais e informais.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0544 Diagnosticar e elaborar políticas que integrem os saberes populares e os conhecimentos técnico científicos e promovam ações que estimulem o uso sistemático da CTI, visando o desenvolvimento social equânime, com ênfase na geração de trabalho e renda e melhoria das condições de vida de toda a população do RN.

Avaliação da Meta:
Proposta para ampliar a oferta de informação e conhecimento técnico-científico e saber popular para melhor aproveitamento das inovações em todas as atividades empreendedoras.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
Proposta a ser realizada especialmente em parceria com o PAX/RN e demais instituições de ensino e pesquisa para identificação de soluções mais adequadas à realidade norte-riograndense. Considerando a fase de implantação do PAX/RN, não houve possibilidade de conclusão da meta em 2023. Sua execução está em pleno acordo com as Diretrizes do Eixo 4.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0546 Estruturar um Programa Estadual de Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação, como princípio educativo e que promova à atitude de interação, questionamento e mudança da realidade.

Avaliação da Meta:
Elaboração de proposta de popularização de CT&I que deve alcançar as estruturas de ensino, médio e superior, para subsistir a elaboração do programa estadual, considerando as propostas contidas no Marco Legal de CT&I do RN e os incentivos descritos do Estatuto do Microempreendedor.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.
Discussões avançadas no contexto das Câmaras Setoriais com a participação das instituições de ensino e pesquisa e que deverá ser reavaliada em 2024 a partir da implantação dos IERN, que estarão adaptados às demandas regionais. Sua execução está em pleno acordo com as Diretrizes do Eixo 4.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0548 Levar a todos os municípios do estado a internet Banda Larga(infovia)

Avaliação da Meta:
Projeto para ampliar o acesso à internet com a participação conjunta da UFRN e de municípios (infovia potiguar)

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.
Projeto da infovia potiguar em execução e aplicação pelo Governo do Estado, com parceria com o Governo Federal.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0552 Criar, apoiar e incentivar eventos ligados à Ciência, Tecnologia e Inovação

Avaliação da Meta:
Eventos voltados para atividades empresariais impactantes na economia do Rio Grande do Norte em que a contribuição do Sistema CT&I possa ter sua efetividade na definição de novos projetos econômicos.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio

Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
Receberam apoio da SEDEC a Fenacam (com seu fórum técnico), o FEM-Fórum Estadual Mineral além da participação em outros diversos no Rio Grande do Norte, inclusive as visitas técnicas e seminários realizados pelo/com o PAX/RN. Sua execução está em pleno acordo com as Diretrizes do Eixo 4.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0558 Apoiar, assegurar e fomentar a pesquisa, inovação e tecnologia nos pequenos negócios, em parceria com instituições de ensino, sistemas, incubadoras, centros de tecnologia, parques tecnológicos e outros.

Avaliação da Meta:
Criar projetos e ações que fortaleçam a importância da CT&I nas atividades empreendedoras e que podem ser implementadas por diferentes órgãos da Administração.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
A nova Lei Complementar que trata de benefícios às MPE em 2020 ampliou a oportunidade de ações do Governo do Estado e desde a reformulação, com a legislação do PROEDI, recursos são repassados para a FAPERN (pesquisas) e para a AGN (microcrédito, principalmente). O PAX/RN iniciou suas atividades em 2023 e formalizou parceria com a SEDEC.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0561 Fomentar a modernização e incorporação de inovações de natureza tecnológica e produtos, objetivando uma política de Agregação de Valor aos Produtos

Avaliação da Meta:
Criar oportunidades para que empresários e empreendedoras tenham maior acesso à recursos para desenvolver suas inovações, contando com os diversos órgãos da Administração Pública.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomenta er a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
Nos eventos empresariais apoiados pela SEDEC ou com sua participação direta foram divulgadas as ações do Governo do Estado e a nova estrutura jurídica criada (Estatuto do Microempreendedor e Marco Legal de CT&I), além da participação da coligada AGN na oferta de microcrédito.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0562 Fomentar a inovação tecnológica e firmar parcerias com órgãos de pesquisa

Avaliação da Meta:
Criar editais de pesquisa da FAPERN utilizando os recursos recebidos a partir da nova legislação do PROEDI, de um lado, além de parceria com o PAX/RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
A FAPERN regularmente publica editais para pesquisa e contratação de bolsistas-pesquisadores e recebe recursos do PROEDI (desde 2019, quando foi modificada a legislação) e, com a criação do PAX/RN, em 2023, a SEDEC firmou Termo de fomento para fomentar, em parceria, as pesquisas em inovação tecnológica.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0565 Fomentar a integração dos institutos de ensino com as empresas, para disseminar o conhecimento e promover o acesso à ciência, inovação e tecnologia

Avaliação da Meta:
Com as discussões nas Câmaras Setoriais, a proposta do novo Marco Legal de CT&I e o projeto do PAX, são traçadas as diretrizes para uma maior integração entre a iniciativa privada, as instituições de ensino e pesquisa e o Governo do Estado.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
A Federação das Empresas Juniores do Rio Grande do Norte faz parte da composição de Câmaras Setoriais permitindo maior interação entre as instituições de ensino e os diversos cursos nos quais há Empresa Junior formalizada. Todas as federações representativas do setor produtivo compõem as Câmaras Setoriais.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0567 Apoiar programas de formação e qualificação de mão de obra e gestão empresarial, firmando parcerias com instituições de ensino e Sistema S.

Avaliação da Meta:
Articulação com
Articulação com o Senai para realização de treinamento em “costura industrial” em cerca de 40 municípios, para continuidade do Pró-Sertão.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.
Renovação do contrato com o Senai-RN para realização dos cursos ao longo de 2023, com continuidade em 2024. No total serão 37 municípios beneficiados com 2 turmas de 25 pessoas, em cada cidade. Processo em andamento. Sua execução está em pleno acordo com as Diretrizes do Eixo 4.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00597 Regulamentar a Lei Estadual de Inovação, criação do Fundo Estadual de Apoio à Inovação.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa importante para o resultado pretendido neste Objetivo. Não há custo diferenciado/adicional para sua realização.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.
Não houve regulamentação mas, em função da amplitude do Marco Legal de CT&I e das ações empreendidas pela SEDEC (e também pela FAPERN), a atuação do Governo do Estado em CT&I foi efetiva ao longo de 2023.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00604 Atualização das diretrizes da Política de Ciência, Tecnologia & Inovação no Estado

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa importante para o resultado pretendido neste Objetivo. Não há custo diferenciado/adicional para sua realização.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.

V. comentário inicial (Iniciativa 00597). Atualização contínua e em fase de sistematização. Não houve custo adicional. As diretrizes foram atualizadas com a aprovação do novo Marco Legal de CT&I do RN, que Institui a Política Estadual do Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação do Rio Grande do Norte (PEDCTI/RN), organiza o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (SECTI/RN), define procedimentos, normas e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no Estado, incluindo a revitalização do Fundet (Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00608 Inclusão e interiorização da Ciência, Tecnologia & Inovação no RN

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa importante para o resultado pretendido neste Objetivo.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
Aprovado o novo Marco Legal de CT&I do RN, que Institui a Política Estadual do Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação do Rio Grande do Norte (PEDCTI/RN), organiza o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (SECTI/RN), define procedimentos, normas e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no Estado, incluindo a revitalização do Fundet (Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00612 Articulação e integração com a UFRN, UFERSA, UERN, IFRN, Sistemas Municipais, FIERN, SEBRAE e demais Universidades e Faculdades

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa importante para o resultado pretendido neste Objetivo. Não há custo diferenciado/adicional para sua realização.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
Aprovado o novo Marco Legal de CT&I do RN, que Institui a Política Estadual do Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação do Rio Grande do Norte (PEDCTI/RN), organiza o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (SECTI/RN), define procedimentos, normas e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no Estado, incluindo a revitalização do Fundet (Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00622 Ampliação do potencial de cooperação internacional

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa importante para o resultado pretendido neste Objetivo. Realizadas parcerias institucionais (UFRN, Uern, Fiern e Senai-RN). Parceria fortalecida principalmente com a China.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
Aprovado o novo Marco Legal de CT&I do RN, que Institui a Política Estadual do Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação do Rio Grande do Norte (PEDCTI/RN), organiza o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (SECTI/RN), define procedimentos, normas e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no Estado, incluindo a revitalização do Fundet (Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01539 Apoiar a reconfiguração da FAPERN;

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa importante para o resultado pretendido neste Objetivo. Não há custo diferenciado/adicional para sua realização.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
Aprovado o novo Marco Legal de CT&I do RN, que Institui a Política Estadual do Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação do Rio Grande do Norte (PEDCTI/RN), organiza o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (SECTI/RN), define procedimentos, normas e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no Estado, incluindo a revitalização do Fundet (Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01541 Apoiar no fortalecimento, expansão e consolidação da UERN

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa importante para o resultado pretendido neste Objetivo. Não há custo diferenciado/adicional.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
Aprovado o novo Marco Legal de CT&I do RN, que Institui a Política Estadual do Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação do Rio Grande do Norte (PEDCTI/RN), organiza o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (SECTI/RN), define procedimentos, normas e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no Estado, incluindo a revitalização do Fundet (Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01546 Estabelecimento de parcerias com agências de financiamento em CT&I, Instituições Federais, municipais, Sistema S e as entidades de classe empresariais e a UFRN; consolidação dos Institutos Internacionais e do Metrópole Digital, como também integração de ICTs com diversos setores da sociedade, assim como apoiar o processo de expansão e consolidação das Universidades Federais e IFRN no Estado do RN

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa importante para o resultado pretendido neste Objetivo.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
Aprovado o novo Marco Legal de CT&I do RN, que Institui a Política Estadual do Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação do Rio Grande do Norte (PEDCTI/RN), organiza o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (SECTI/RN), define procedimentos, normas e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no Estado, incluindo a revitalização do Fundet (Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01551 Criação do programa Ciências Exatas para Todos

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa importante para o resultado pretendido neste Objetivo.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
Meta a ser reavaliada, contando com a participação do PAX (com atividades iniciadas em 2023).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01553 Consolidação das Redes de Serviços Tecnológicos, Centros de Inovação, Incubadoras e Parques Tecnológicos

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa importante para o resultado pretendido neste Objetivo.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
Aprovado o novo Marco Legal de CT&I do RN, que Institui a Política Estadual do Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação do Rio Grande do Norte (PEDCTI/RN), organiza o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (SECTI/RN), define procedimentos, normas e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no Estado, incluindo a revitalização do Fundet (Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Ações realizadas com o PAX/RN, que iniciou suas atividades 2023.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01555 Apoio a implantação de CVT

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa importante para o resultado pretendido neste Objetivo.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
Não houve implantação do CVT. Não foi possível implementar a meta, que deverá ser discutida com a colaboração do PAX/RN como também do direcionamento de metas e áreas de atuação dos IERN, que deverão ser inaugurados em 2024.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01556 Estruturação do Programa Estadual de Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação como também a elaboração de políticas de integração saberes populares e os conhecimentos técnico científicos, Inclusão de demandas locais e territoriais na definição dos programas e projetos em CTI, fomentando a criação, difusão e apropriação das tecnologias sociais e aprimorar a política de isenções fiscais

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa importante para o resultado pretendido neste Objetivo.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
Aprovado o novo Marco Legal de CT&I do RN, que Institui a Política Estadual do Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação do Rio Grande do Norte (PEDCTI/RN), organiza o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (SECTI/RN), define procedimentos, normas e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no Estado, incluindo a revitalização do Fundet (Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Ações realizadas com o PAX/RN, que iniciou suas atividades 2023.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01561 Internet Banda Larga para os municípios do estado

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve despesa para a SEDEC.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
Infovia
Projeto da infovia potiguar em execução e aplicação pelo Governo do Estado, com parceria com o

Governo Federal.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:

Algumas restrições foram orçamentárias para a realização de maior número de parcerias. O início efetivo das operações do PAX/RN e a formalização do Termo de fomento ao longo do 2º semestre de 2023 adiaram a programação de parceria institucional.

Recomendações:

Não há.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

Considerando os fatores mencionados, os resultados alcançados podem ser considerados positivos em 2023.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04001 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00190 Promover o conhecimento em ciência e tecnologia para o crescimento e desenvolvimento do Rio Grande do Norte por meio do Parque Tecnológico
Códigos das metas: 0553 Construir o Parque Tecnológico e seus núcleos
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao objetivo
Avaliação Geral do Objetivo: De efetivo impacto para o desenvolvimento e inclusão crescente de CT&I no Estado, o parque tecnológico PAX/RN contribuirá para a atração de novos investimentos, para a celebração de novas parcerias e para a melhoria dos produtos do Estado, permitindo a ampliação em busca de novos mercados, nacional e internacional.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. O Objetivo está em pleno acordo com as diretrizes do Eixo 4. Está em fase de constituição jurídica e de definição de sua estruturação (governança, áreas prioritárias, participantes etc) e, ao longo de 2020/21, foi contatada nova consultoria (recursos Banco Mundial) para avaliar novas perspectivas e orientações na implantação do Parque. Objetivo em permanente construção considerando a evolução contínua e constante em CT&I. Ações serão prioritariamente desenvolvidas em parcerias estratégias e operacionais, sempre que necessárias; as parcerias podem também envolver transferência de recursos para o alcance do Objetivo. Com a cessão da área, pela UFRN, ao Governo do Estado, o PAX recebeu investimentos em infraestrutura e compra de equipamento. O PAX/RN foi formalmente constituído em dezembro/2022.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0553 Construir o Parque Tecnológico e seus núcleos

Avaliação da Meta: Com a cessão da área, pela UFRN, ao Governo do Estado, o PAX receberá investimentos em infraestrutura e compra de equipamentos, em 2023.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.
As obras complementares do PAX concluídas em 2022. O PAX/RN foi inaugurado em dezembro de 2023. Em 2023 a SEDEC e o PAX/RN celebram Termo de fomento.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo “quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância” em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
Todas as restrições orçamentárias foram superadas e houve duas emendas parlamentares para o PAX/RN para a compra de computadores.

Recomendações:
Não há.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.
Considerando os fatores mencionados, os resultados alcançados podem ser considerados positivos em 2023.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04001 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00192 Promover a cadeia produtiva têxtil e de confecções no Rio Grande do Norte por meio da construção do Centro Tecnológico Têxtil e do apoio às empresas do setor, visando ao desenvolvimento do setor têxtil estadual
Códigos das metas: 0557 Construir o Centro Tecnológico Têxtil
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: Projeto em fase de reavaliação considerando as mudanças de mercado (oferta e demanda no setor têxtil) e a necessidade de dimensionar, junto com o setor produtivo, o modelo do Centro.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoiar o segmento da indústria têxtil e de confecções e articular o seu desenvolvimento”. Em reavaliação quanto às fontes de recursos para a construção do CTT. Foi firmada contrato com Senai-RN para contratação de cursos para as “Oficinas de costura” com planejamento total de 37 cidades atendidas ao longo do contrato e cerca 3.850 pessoas atendidas em formação profissional.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0557 Construir o Centro Tecnológico Têxtil

Avaliação da Meta: Em fase de reavaliação considerando a qualificação profissional em parceria com o Senai-RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoiar o segmento da indústria têxtil e de confecções e articular o seu desenvolvimento”. Em pleno acordo a Meta e a Diretriz do Eixo 4 do Programa; como acima indicado, em fase de reavaliação.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.
Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la: As principais restrições são conjunturais. Para assegurar formação profissional foi assinado contrato com o Senai-RN.
Recomendações: As principais restrições foram de ordem externa; portanto, não há indicação de recomendação expressa.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores. Considerando os fatores externos, os resultados não podem ser dimensionados plenamente em 2023.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04001 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00463 Promover a Economia do Conhecimento e da Inovação de modo que garanta o desenvolvimento social inclusivo e melhoria.
Códigos das metas: 1235 Elaborar Plano Estadual de Ciência e Tecnologia
Códigos das iniciativas: 01862 Criação do Plano Estadual de Ciência e Tecnologia, política de fomento de P&D e programa de indução a pesquisa, apoiar a pesquisa, inovação e tecnologia nos pequenos negócios como também fomentar a modernização e inovação e firmar parcerias com órgãos de pesquisa.
Avaliação Geral do Objetivo: Essencial a adequação, atualização e monitoramento do Plano e sua construção envolvendo o maior número de atores interessados para que possa atender às demandas locais e que possa ampliar, face às legislações, a aproximação com a realidade potiguar.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)", "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". A conceituada "Economia do conhecimento e da inovação", identificada neste Objetivo, é um dos desafios modernos em todas as sociedades e, ao mesmo tempo, crescente. Atualmente as pessoas, as organizações e as administrações públicas têm acesso à um grande volume de informações mas, não necessariamente à transformação desta informação em conhecimento e, mais adiante, em inovação. O compromisso da SEDEC, em consonância, com a proposta do Governo do Estado, em seu Eixo 4 do Programa de Governo, é de ampliar permanentemente o acesso ao conhecimento e à inovação de forma cada vez mais independente, à um custo mais acessível e de forma integrada, consolidando todas as formas de participações individuais e coletivas nas estruturas espalhadas em todo o RN, a exemplo das faculdades, universidades, centros de pesquisa, instituições de formação acadêmica etc. Considerando a amplitude deste Objetivo, várias metas e iniciativas foram propostas com a possibilidade de realizações isoladamente ou em conjunto, todos os resultados contribuirão para a disseminação do conhecimento e da inovação.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 1235 Elaborar Plano Estadual de Ciência e Tecnologia

Avaliação da Meta:
Com o novo Marco Legal de CT&I as diretrizes e objetivos estão legalmente institucionalizados.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN"
Em discussão interna, observadas as diretrizes e objetivos traçados pelo novo Marco Legal de CT&I e a criação do Sistema de CT&I do RN.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01862 Criação do Plano Estadual de Ciência e Tecnologia, política de fomento de P&D e programa de indução a pesquisa, apoiar a pesquisa, inovação e tecnologia nos pequenos negócios como também fomentar a modernização e inovação e firmar parcerias com órgãos de pesquisa.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Em discussão interna, observadas as diretrizes e objetivos traçados pelo novo Marco Legal de CT&I e a criação do Sistema de CT&I do RN.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
Em discussão interna, observadas as diretrizes e objetivos traçados pelo novo Marco Legal de CT&I e a criação do Sistema de CT&I do RN.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas

ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.
Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la: Não houve restrições a apontar.
Recomendações: Não há.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores. Programa em execução contínua.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04002 MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00194 Criar uma Política de incentivos fiscais para empresas que adotem práticas ambientais sustentáveis
Códigos das metas: 0409 Monitorar as empresas dos programas de incentivo vigentes
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: O Governo do Estado tem adotado políticas públicas mais efetivas na atração e manutenção de investimentos produtivos utilizando-se, além de incentivos fiscais, de outras propostas mais engajas com os ODS e a Agenda 2030, em especial, a questão ambiental, como dimensionada nesse Objetivo; o RN Gás Mais é uma destas propostas já reativadas pela SEDEC (em parceria com o Idema) desde o início da atua gestão e ao longo de todo o ano de 2023.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Efetivação da Política Estadual de Meio Ambiente, priorizando as Unidades de Conservação (UC’s), áreas degradas e no estreitamento da relação com empresas e sociedade civil”. “Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia”. Em 2022 o Programa substituiu a concessão de incentivo financeiro, com apoio do Idema, utilizando a redução do ICMS na compra/pagamento à Potigás pelas empresas usuárias do gás natural.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0409 Monitorar as empresas dos programas de incentivo vigentes

Avaliação da Meta: O acompanhamento das empresas beneficiadas pelo RN Gás Mais é realizado continuamente pela SEDEC.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.

É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Efetivação da Política Estadual de Meio Ambiente, priorizando as Unidades de Conservação (UC's), áreas degradas e no estreitamento da relação com empresas e sociedade civil". "Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia".
A meta de acompanhamento foi integralmente cumprida em 2023.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
Objetivo atendido.

Recomendações:
Objetivo atendido.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.
Objetivo atendido.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04004 DESENVOLVIMENTO DA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00079 Criar um Ambiente Seguro e Favorável para Empreender, Fomentar Economia Solidária e as Micro e Pequenas Empresas
Códigos das metas: 0076 Criar programa de estruturação dos corredores comerciais 0077 Criar política de incentivo a negócios do setor de serviços 0079 Criar políticas de apoio ao desenvolvimento de empresas virtuais 0089 Apoiar e incentivar a realização de feiras regionais de negócios, Ciência, Tecnologia e Inovação 0092 Implantar Escritórios - Núcleos Regionais de Turismo 0095 Criar programa de Agentes de Turismo Estadual. 0097 Criar o Plano Estadual de Desenvolvimento Comercial. 0099 Criar e implantar o BOLETIM ECONÔMICO DIGITAL no formato de aplicativo. 0100 Criar e implantar o MAPA DE NEGÓCIOS no formato de aplicativo. 00241 Institucionalização das reuniões setoriais 0315 Incentivar o uso de energias limpas e renováveis nas MPE's 0316 Elaborar o Atlas eólico e solar 0317 Estimular e apoiar a participação das empresas potiguares na revitalização da exploração e produção de petróleo e gás, aprimoramento e expansão do parque de refino, construção e operação de parques eólicos, usinas solares, linhas de transmissão, substações e demais instalações de apoio a estas atividades. 0318 Priorizar trâmites e apoiar as iniciativas que viabilizem a construção de novas linhas de transmissão e substações para conexão das novas usinas ao sistema interligado nacional 0321 Atualizar o Balanço Energético do Estado, da Matriz Energética Estadual e dos mapeamentos eólico e solar do Estado 0322 Assegurar transparência, eficiência e racionalidade nos processos de licenciamento socioambiental sob responsabilidade estadual e apoiar os licenciamentos de responsabilidade federal, interagindo e harmonizando procedimentos com a seara federal quando aplicável. 0323 Promover a harmonização das certidões de uso e ocupação do solo emitidas pelos municípios e o apoio técnico necessário no tocante ao licenciando ambiental para micro e mini geração. 0324 Priorizar e apoiar as ações, obras e serviços relacionados com a universalização do acesso à energia em consonância com o Programa Luz para Todos e outras iniciativas locais similares, e ampliar a oferta do sistema trifásico para uso produtivo na área rural 0325 Criar e liderar o ¿Programa Potiguar Solar Fotovoltaico¿, como agregador das ações em geração distribuída solar fotovoltaica e geração centralizada solar fotovoltaica no Estado 0326 Incluir gradualmente a tecnologia solar fotovoltaica em edifícios públicos, como medida de redução de gastos orçamentários, promoção de empregos qualificados e agregação de novos investimentos privados 0328 Liderar e mobiliozar a formação de agências locais de integração socioambiental nas regiões de operaçâo dos setores energécos que cadastrem e promovam projetos socioambientais concebidos, implementados e mantidos em conjunto com os movimentos representativos das comunidades

0329 Promover, demandar e mobilizar açôes para que a arrecadação do ICMS da geração de energia e da produção de derivadosde petróleo passe a ocorrer, parcial ou totalmente, no estado de origem

0330 Apoiar e mobilizar empreendedores e fabricantes para a criação de um sítio de testes e certificação de aerogeradores e sistemas solares em localidade a ser definida, com incidência ideal de ventos e luz solar e sem sombreamento

0331 Promover a atração de indústria eletro-intensivas para o Estado, visando o aumento da arrecadação de ICMS

0333 Promover a criação do Centro de Monitoramento Climático do RN, integrando equipes e estações meteorológicas do setor energético, da EMPARN e das universidades interessadas, de forma a aprimorar, eficientizar e modernizar as condições de previsão meteorológica e monitoramento climático para os setores de energia, agropecuária, aquicultura e pesca, entre outros

0335 Liderar as iniciativas relativas ao marco regulatório e promover a atração de investimentos para viabilização da geração eólica marítima (offshore) em zonas pre-definidas da plataforma continental e com o estabelecimento de bases de apoio na região costeira do Estado

0338 Criação da Câmara Técnica na área petrolífera do RN

0340 Atuar conjuntamente com a Petrobrás para analisar a viabilidade e mobilizar usuários e investimento para a ampliação do Terminal de Guamaré para granéis líquidos, combustíveis e produtos químicos, a fim de que possa se qualificar para a expansão das atividades de refino, abastecimento e distribuição de petróleo e derivados

0341 Apoiar e incentivar investimentos em infraestrutura de transporte (dutos e terminais), compartilhamento de sondas de perfuração e processamento primário da produção (separação água/óleo) que suportem a revitalização dos campos de petróleo e gás

0342 Participar e apoiar projetos que viabilizem a ampliação das atividades de refino de petróleo e processamento de gás, com foco na consolidação da Refinaria Potiguar Clara Camarão como unidade de refino e base para produção de produtos combustíveis e petroquímicos

0343 Buscar, junto à ANP, e aos concessionários de operações petrolíferas, o cumprimento do prazo para o repasse dos royalties ao Estado e aos municípios, com incidência e aplicação de correção monetária quando houver atraso

0345 Realizar e articular com as prefeituras de municípios beneficiários, ações de auditoria técnica, estimativa e planos integrados de aplicação dos royalties

0346 Conceber, propor e implementar um programa de apoio às empresas locais atuantes na cadeia produtiva e mercado de fornecedores e prestadores de serviço do setor de petróleo e gás

0348 Estimular os investimentos e atividades na exploração de novas reservas de petróleo e gás natural, bem como na revitalização de campos que se encontram no ocaso do seu perfil de produção

0350 Atuar proativamente no apoio e incentivo à manutenção e ampliação dos investimentos e operações da Petrobras no Rio Grande do Norte

0352 Realizar o levantamento imediato dos fatores críticos para revitalização do setor de petróleo e gás no Estado, e promover a sua discussão com todos os agentes do setor

0356 Encaminhar à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte uma proposta de um Novo Marco Legal para o Setor Mineral

0358 Elaborar o Plano Estadual de Mineração e Geologia, tendo por base o Plano Nacional de Mineração - PNM2030

0361 Promover ações permanentes de fiscalização, educação fiscal, ambiental e trabalhista para o segmento

0364 Estruturar Plano de Responsabilidade Ambiental que contemple diretrizes para a mineração em áreas protegidas, a gestão de resíduos da mineração e a criação do sistema de monitoramento de áreas com atividade mineral e mineradas

0401 Promoção da Formação e qualificação dos profissionais da área

0403 Estruturar Plano de Responsabilidade Social que seja o norteador das ações de fortalecimento das micro e pequenas empresas, da oferta da qualificação e formação profissional dos trabalhadores e da mediação dos conflitos entre os interesses público e privado

0406 Aprimorar a gestão do sistema de arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de

Recursos Minerais ¿ CFEM

0408 Liderar e participar das iniciativas de atualização do mapeamento geológico, potencial e reservas minerais do Estado e realizar a análise e o dimensionamento dos planos de investimento dos atuais concessionários

0410 Conceber e implementar, em parceria com as empresas do setor mineral, soluções alternativas para obtenção e acesso à água que não conflitem diretamente com o uso prioritário para dessedentação humana e animal.

0412 Incentivar os investimentos em inovação tecnológica no setor mineral, enfatizando a utilização de minérios industriais ocorrentes no Estado e valorizando a capacitação de mão-de-obra e os atores envolvidos na cadeia (universidades do estado e entidades do setor)

0415 Fortalecimento e restruturação, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), da atual Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Minerais (CODEM) para atuar como referência e liderança no planejamento e acompanhamento efetivo das atividades de mineração, em cooperação a Agência Nacional de Mineração (ex-DNPM) e outras entidades setoriais relevantes

0418 Elaborar, em consenso com as empresas e entidades relacionadas com o setor, alternativas factíveis e agregadoras para reduzir a clandestinidade e informalidade na mineração estadual, contribuindo para o cumprimento das posturas socioambientais, trabalhistas e reduzindo a evasão fiscal

0582 Implementar ações previstas na Lei Geral da Micro e Pequena Empresas

0587 Cria e implantar a CARAVANA DO EMPREENDEDOR.

Códigos das iniciativas:

00241 Institucionalização das reuniões setoriais

00543 Promoção de ações de fiscalização e educação

00649 Atrair de investidores e operadores de corte e beneficiamento de pedras ornamentais, mármores e granitos

00650 Estimulação dos investimentos e atividades em novas reservas de petróleo e gás natural

00652 Implementação de programa de apoio à empresas locais prestadoras de serviço do setor de petróleo e gás

00654 Apoio a projetos de viabilização as atividades de refino de petróleo e processamento de Gás no Estado

00656 Apoio a investimento em infraestrutura e transporte (dutos e terminais)

00661 Estimular e apoiar a participação das empresas potiguares na exploração e produção de energia

00663 Apoio as iniciativas de construção de novas linhas e substações

00666 Apoio a universalização do acesso à energia

00668 Apoiar criação de sítios de testes e certificação de aerogeradores e sistemas solares

00670 Promover a atração de indústria eletro-intensiva para o Estado

01572 Levantar dos fatores críticos para revitalização do setor de petróleo e gás no Estado;

01573 Gestão e apoio a Estado e municípios dos royalties junto a ANP.

01579 Atualização o Balanço Energético do Estado, da Matriz Energética Estadual e dos mapeamentos eólico e solar do Estado

01584 Criação do Programa Potiguar Solar Fotovoltaico

01587 Incentivo ao uso de energias limpas e renováveis e apoio da implantação a energia solar fotovoltaica em edifícios públicos e proporcionar transparência, eficiência e racionalidade nos processos de licenciamento socioambiental além da harmonização do uso e ocupação do solo , compreendendo a formação de agentes locais de integração socioambiental.

01588 Mobilização de ações para arrecadação de ICMSS

01591 Apoiar programas de formação e mão obra e gestão empresarial, a criação do primeiro curso de Engenharia Eólica como também investir, estimular, articular e qualificar a formação de recursos humanos.

01592 Criação do Centro de Monitoramento Climático do Rio Grande do Norte

01594 Liderar as iniciativas relativas ao marco regulatório; promover a atração de investimentos em offshore

01595 Criação da Câmara Técnica na área petrolífera do RN
01660 Analise de viabilidade para a ampliação do Terminal de Guamaré
01731 Edição de mapa de negócios e do boletim econômico digital, inclusive com parcerias na realização de convênios.

Avaliação Geral do Objetivo:
A amplitude do Objetivo exige uma diversidade de metas e iniciativas que possam atender as particularidades dos diferentes segmentos bem como ao porte, tipo de mercado, tecnologia etc do setor produtivo. Considerando a diversidade de riquezas no Estado e a possibilidade de ampliar as potencialidades no desenvolvimento de novos empreendimentos, há diferentes ações iniciadas, outras em andamento bem como alguns que demandam maior tempo de elaboração e implementação.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)", "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
De forma transversal é possível avaliar que algumas metas e iniciativas, além do próprio Objetivo, ultrapassam a descrição individual das Diretrizes apontadas neste Eixo 4. Ao observar a evolução econômica do Estado e as políticas públicas implementadas pela SEDEC, em especial no que se refere ao PROEDI, RN Gás Mais, distritos industriais ou ainda CT&I, há uma relação direta entre a execução deste Objetivo e as Diretrizes ora indicadas. Foi criado o Ceqnis, em complemento às atribuições do Cenis.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0076 Criar programa de estruturação dos corredores comerciais

Avaliação da Meta:
A proposta terá como resultado a estruturação de atividades empresariais (comerciais) com maior

visibilidade para os empresários.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
Reavaliação da meta para rediscussão com principais representantes do setor produtivo do RN, com adequação à nova economia e aos impactos da economia digital.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0077 Criar política de incentivo a negócios do setor de

Avaliação da Meta:
A ideia continua em elaboração conceitual (incluindo a discussão com vários parceiros públicos e privados), com incentivos/apoios concedidos a eventos (feiras comerciais) pela SEDEC.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no

processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Não há custo associado à elaboração da Meta.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0079 Criar políticas de apoio ao desenvolvimento de empresas virtuais

Avaliação da Meta:
A programação inicial deverá contemplar os negócios de impacto socioambiental, além da formatação das propostas do Estatuto do Microempreendedor.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos

investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Não há custo associado à elaboração da Meta.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0089 Apoiar e incentivar a realização de feiras regionais de negócios, Ciência, Tecnologia e Inovação

Avaliação da Meta:
Apoiar a realização das Feneciti, organizadas pela SEDEC e com parcerias institucionais.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Não houve Feneciti em 2023, a SEDEC optou por apoiar/participar de eventos (Femulti, Feira do Empreendedor, Fenavale, Mossoró Oil & Gás, FEM e Femulti).

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0092 Implantar Escritórios - Núcleos Regionais de Turismo

Avaliação da Meta:
Proposta de incentivar as atividades econômicas, em especial nos segmentos de comércio e serviços, a

partir da expansão do turismo e sua regionalização. Proposta a ser reavaliada, em parceria com a Emprotur e a Setur.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
Não foi realizada a implantação em 2023, não houve custo associado.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0095 Criar programa de Agentes de Turismo Estadual.

Avaliação da Meta:
Proposta de incentivar as atividades econômicas, em especial nos segmentos de comércio e serviços, a partir da expansão do turismo e sua regionalização e na formação técnico-profisional. Proposta a ser reavaliada, em parceria com a Emprotur e a Setur.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não

governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Não foi realizada a implantação em 2023, não houve custo associado

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0097 Criar o Plano Estadual de Desenvolvimento Comercial.

Avaliação da Meta:
Proposta para contemplar e concentrar os incentivos concedidos ao segmento comercial (e de serviços), incluindo formação profissional e os desafios da concorrência do comércio eletrônici.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os

setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Objeto de discussões nas Câmaras Setoriais, não houve a sistematização dos incentivos das políticas públicas em favor do segmento comercial (e de serviços), embora tenha havido incentivos campanhas setoriais (Liquida Natal), apoio em eventos de entidades setoriais (Fenavale, Fenacam, Femulti etc) e política de benefícios/vantagens ao pequeno empreendedor/empresário por meio de linhas de crédito da AGN.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0099 Criar e implantar o BOLETIM ECONÔMICO DIGITAL no formato de aplicativo.

Avaliação da Meta:
Divulgar informações setoriais de interesse do Estado e da classe empresarial/empreendedora.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
A SEDEC disponibilizou infográficos em sua página na internet e priorizou a divulgação em suas redes sociais. Não há custo adicional.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

0100 Criar e implantar o MAPA DE NEGÓCIOS no formato de aplicativo.

Avaliação da Meta:
Criação de um “mapa” amplificado com as oportunidades de investimento e negócios em todo o RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
Foram elaborados mapas setoriais: energias renováveis (Atlas de energia eólica e de energia solar) e mineral, além dos boletins informativos/infográficos, disponibilizados na página da internet da SEDEC.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
00241 Institucionalização das reuniões setoriais

Avaliação da Meta:
Regularidade de reuniões das Câmaras Setoriais, setorizadas ou em conjunto, para discussão dos principais temas de interesse da economia do RN e demandas das entidades participantes.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos

negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Realizadas reuniões virtuais em todas as Câmaras Setoriais, sem custo adicional para a SEDEC.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0315 Incentivar o uso de energias limpas e renováveis nas MPE¿s

Avaliação da Meta:
Incentivo econômico-financeiro (via AGN) para utilização de energias renováveis, em especial com a geração distribuída, e a instalação de placas fotovoltaicas. Outras linhas de crédito estão disponíveis no mercado, principalmente com o Banco do Nordeste.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do

RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Considerando a Lei Complementar de apoio às MPE publicada em novembro de 2020, a Meta foi impulsionada indiretamente com as ações da AGN (com recursos do PROEDI) e nas parcerias com o Banco do Nordeste para divulgação de sua linha de crédito especializadas no tema.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0316 Elaborar o Atlas eólico e solar

Avaliação da Meta:
Oferecer importantes informações para a ampliação/expansão dos investimentos no RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Concluído em de 2022.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

0317 Estimular e apoiar a participação das empresas potiguares na revitalização da exploração e produção de petróleo e gás, aprimoramento e expansão do parque de refino, construção e operação de parques eólicos, usinas solares, linhas de transmissão, substações e demais instalações de apoio a estas atividades.

Avaliação da Meta:
Expandir os investimentos em petróleo e gás no RN com a perspectiva de maior participação de empresas norte-riograndenses.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
Houve novos investimentos no RN com empresas nacionais, mantidos os investimentos de empresas do RN.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0318 Priorizar trâmites e apoiar as iniciativas que viabilizem a construção de novas linhas de transmissão e substações para conexão das novas usinas ao sistema interligado nacional

Avaliação da Meta:
Ampliar a perspectiva de novos investimentos em energias renováveis considerando a necessidade de que haja linhas de transmissão disponíveis para o escoamento da produção, com a atuação do Idema e do DER nos licenciamentos e autorizações necessários a instalação das linhas de transmissão.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua

execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
Houve atuação direta do Idema e do DER, com articulação da SEDEC, na solução dos problemas e diminuição do tempo de tramitação. No contexto nacional a SEDEC atuou diretamente junto aos órgãos federais.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0321 Atualizar o Balanço Energético do Estado, da Matriz Energética Estadual e dos mapeamentos eólico e solar do Estado

Avaliação da Meta:
Manter atualizadas as informações para facilitar a atratividade de investimentos setoriais.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo,

gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Atualização contínua.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0322 Assegurar transparência, eficiência e racionalidade nos processos de licenciamento socioambiental sob responsabilidade estadual e apoiar os licenciamentos de responsabilidade federal, interagindo e harmonizando procedimentos com a seara federal quando aplicável.

Avaliação da Meta:
Atualização contínua das normas de licenciamento para simplificação dos processos de implantação de novos projetos.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em

conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Em realização contínua, parceria com o Idema.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0323 Promover a harmonização das certidões de uso e ocupação do solo emitidas pelos municípios e o apoio técnico necessário no tocante ao licenciando ambiental para micro e mini geração.

Avaliação da Meta:
Promover a simplificação do licenciamento ambiental, com descentralização, e ampliar a geração distribuída no RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
A regulamentação atual, considerando as normas no Estatuto do Microempreendedor, simplifica os procedimentos adotados pelo Idema.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0324 Priorizar e apoiar as ações, obras e serviços relacionados com a universalização do acesso à energia em consonância com o Programa Luz para Todos e outras iniciativas locais similares, e ampliar a oferta do sistema trifásico para uso produtivo na área rural

Avaliação da Meta:
Promover a universalização do acesso à energia em apoio às ações do Governo Federal.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
O Governo do Estado mantém efetiva parceria com o Governo Federal na implementação de políticas públicas sociais.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0325 Criar e liderar o ¿Programa Potiguar Solar Fotovoltaico¿, como agregador das ações em geração distribuída solar fotovoltaica e geração centralizada solar fotovoltaica no Estado

Avaliação da Meta:
Reduzir os custos de energia para o Governo do Estado e ampliar o acesso à utilização de energias renováveis.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações

das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".

Está em implantação a avaliação da demanda do Governo do Estado em energia. O projeto de empréstimo do Governo Federal iniciou a implantação de energia fotovoltaica em algumas unidades do Governo do Estado.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0326 Incluir gradualmente a tecnologia solar fotovoltaica em edifícios públicos, como medida de redução de gastos orçamentários, promoção de empregos qualificados e agregação de novos investimentos privados

Avaliação da Meta:
Reduzir os custos de energia para o Governo do Estado e ampliar o acesso à utilização de energias renováveis.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.

É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e

assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Está em implantação a avaliação da demanda do Governo do Estado em energia. O projeto de empréstimo do Governo Federal iniciou a implantação de energia fotovoltaica em algumas unidades do Governo do Estado.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0328 Liderar e mobilizar a formação de agências locais de integração socioambiental nas regiões de operação dos setores energéticos que cadastrem e promovam projetos socioambientais concebidos, implementados e mantidos em conjunto com os movimentos representativos das comunidades

Avaliação da Meta:
Agregar e reunir os principais atores em projetos socioambientais para maior interação com as empresas investidoras em energias renováveis no RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Não houve a criação de agências locais de integração socioambiental, embora o Governo do Estado

tenha atuado com as comunidades locais, sempre que demandada, para articulação com investidores em energias no apoio aos projetos socioambientais.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0329 Promover, demandar e mobilizar açôes para que a arrecadação do ICMS da geração de energia e da produção de derivadosde petróleo passe a ocorrer, parcial ou totalmente, no estado de origem

Avaliação da Meta:
Proposta em permanente debate com representantes políticos do RN e com a Secretaria de Tributação para obtenção de melhor resultado econômico para o Estado.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
Em contínua discussão com representantes políticos do RN e com a Secretaria de Tributação e articulação nacional para modificação da atual legislação.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0330 Apoiar e mobilizar empreendedores e fabricantes para a criação de um sítio de testes e certificação de aerogeradores e sistemas solares em localidade a ser definida, com incidência ideal de ventos e luz solar e sem sombreamento

Avaliação da Meta:

Captar investimentos das empresas em energias para maior integração de suas operações no RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
Iniciativas adotadas para captação e ampliação da participação das empresas do setor em investimentos em serviços no Estado, a exemplo da Voltalia (em Mossoró).

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0331 Promover a atração de indústria eletro-intensivas para o Estado, visando o aumento da arrecadação de ICMS

Avaliação da Meta:
Atividade em contínua prospecção e divulgação das potencialidades do Estado.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no

processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Atividade em contínua prospecção e divulgação das potencialidades do Estado, com foco atualizado nos projetos de Hidrogênio Verde.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0333 Promover a criação do Centro de Monitoramento Climático do RN, integrando equipes e estações meteorológicas do setor energético, da EMPARN e das universidades interessadas, de forma a aprimorar, eficientizar e modernizar as condições de previsão meteorológica e monitoramento climático para os setores de energia, agropecuária, aquicultura e pesca, entre outros

Avaliação da Meta:
Em reavaliação, não iniciada.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de

uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Em reavaliação, não iniciado projeto do Centro.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0335 Liderar as iniciativas relativas ao marco regulatório e promover a atração de investimentos para viabilização da geração eólica marítima (offshore) em zonas pre-definidas da plataforma continental e com o estabelecimento de bases de apoio na região costeira do Estado

Avaliação da Meta:
Realizadas ações para contratação do Senai-RN para realização de estudos pertinentes ao tema.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Realizadas ações para contratação do Senai-RN para realização de estudos pertinentes ao tema, com apresentação dos resultados obtidos.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

0338 Criação da Câmara Técnica na área petrolífera do RN

Avaliação da Meta:
Câmara Setorial instalada e discussões realizadas, com discussões sobre novos projetos de expansão da exploração do petróleo e gás, onshore e offshore.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
Câmara Setorial instalada e discussões realizadas (não houve custo adicional para a SEDEC).

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0340 Atuar conjuntamente com a Petrobrás para analisar a viabilidade e mobilizar usuários e investimento para a ampliação do Terminal de Guamaré para granéis líquidos, combustíveis e produtos químicos, a fim de que possa se qualificar para a expansão das atividades de refino, abastecimento e distribuição de petróleo e derivados

Avaliação da Meta:
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio

Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0341 Apoiar e incentivar investimentos em infraestrutura de transporte (dutos e terminais), compartilhamento de sondas de perfuração e processamento primário da produção (separação água/óleo) que suportem a revitalização dos campos de petróleo e gás

Avaliação da Meta:
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e

assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0342 Participar e apoiar projetos que viabilizem a ampliação das atividades de refino de petróleo e processamento de gás, com foco na consolidação da Refinaria Potiguar Clara Camarão como unidade de refino e base para produção de produtos combustíveis e petroquímicos

Avaliação da Meta:
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0343 Buscar, junto à ANP, e aos concessionários de operações petrolíferas, o cumprimento do prazo para o repasse dos royalties ao Estado e aos municípios, com incidência e aplicação de correção monetária quando houver atraso

Avaliação da Meta:
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0345 Realizar e articular com as prefeituras de municípios beneficiários, ações de auditoria técnica, estimativa e planos integrados de aplicação dos royalties

Avaliação da Meta:
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a

expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0346 Conceber, propor e implementar um programa de apoio às empresas locais atuantes na cadeia produtiva e mercado de fornecedores e prestadores de serviço do setor de petróleo e gás

Avaliação da Meta:
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito

desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0348 Estimular os investimentos e atividades na exploração de novas reservas de petróleo e gás natural, bem como na revitalização de campos que se encontram no ocaso do seu perfil de produção

Avaliação da Meta:
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0350 Atuar proativamente no apoio e incentivo à manutenção e ampliação dos investimentos e operações da Petrobras no Rio Grande do Norte

Avaliação da Meta:
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0352 Realizar o levantamento imediato dos fatores críticos para revitalização do setor de petróleo e gás no Estado, e promover a sua discussão com todos os agentes do setor

Avaliação da Meta:
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da

infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Em revisão, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0356 Encaminhar à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte uma proposta de um Novo Marco Legal para o Setor Mineral

Avaliação da Meta:
Promoção de um novo Marco Legal que estabeleça diretrizes, objetivos e iniciativas, a exemplo do Marco Legal de CT&I para agrupar as informações setoriais.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito

desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Realizadas atividades e ações durante o Fórum Estadual Mineral. Elaboração do novo Marco Legal deverá ser avaliado em parceria com instituições/órgãos que atuam no setor além das empresas do setor mineral.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0358 Elaborar o Plano Estadual de Mineração e Geologia, tendo por base o Plano Nacional de Mineração - PNM2030

Avaliação da Meta:
Promoção de um novo Plano Estadual, com base no Plano Nacional, com direcionamento e estratégias setoriais.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Realizadas atividades e ações durante o Fórum Estadual Mineral. Elaboração do novo Plano deverá ser

avaliado em parceria com instituições/órgãos que atuam no setor além das empresas do setor mineral.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0361 Promover ações permanentes de fiscalização, educação fiscal, ambiental e trabalhista para o segmento

Avaliação da Meta:
Ações para valorização do setor mineral do RN, das grandes empresas exportadoras ao pequeno produtor de artesanato mineral.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
Realizadas atividades e ações durante o Fórum Estadual Mineral. Deverão ser implementadas novas ações para ampliação das ações permanentes de fiscalização, educação fiscal, ambiental e trabalhista para o segmento. Em 2021 foi apresentado o Mapa Mineral do RN, com apoio da SEDEC na sua divulgação e promoção, que contribuirá para a execução desta meta.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0364 Estruturar Plano de Responsabilidade Ambiental que contemple diretrizes para a mineração em áreas protegidas, a gestão de resíduos da mineração e a criação do sistema de monitoramento de áreas com atividade mineral e mineradas

Avaliação da Meta:
Promoção de um novo Plano de Responsabilidade Ambiental, com direcionamento e estratégias setoriais.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
Realizadas atividades e ações durante o Fórum Estadual Mineral. O Idema tem atuado diretamente na prevenção de danos ambientais e na responsabilidade ambiental, inclusive na elaboração das licenças ambientais e nos estudos de impacto ambiental. Em 2021 foi apresentado o Mapa Mineral do RN, com apoio da SEDEC na sua divulgação e promoção, que contribuirá para a execução desta meta.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0401 Promoção da Formação e qualificação dos profissionais da área

Avaliação da Meta:
Qualificação profissional para oportunizar mais empregos para pessoas residentes no Rio Grande do Norte.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas

estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Parcerias com o IFRN de Currais Novos, com atuação direta junto ao setor mineral do RN e realização de atividades e ações durante o Fórum Estadual Mineral, com discussões iniciadas com os representantes setoriais e instituições de ensino. Em 2021 foi apresentado o Mapa Mineral do RN, com apoio da SEDEC na sua divulgação e promoção, que contribuirá para a execução desta meta.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0403 Estruturar Plano de Responsabilidade Social que seja o norteador das ações de fortalecimento das micro e pequenas empresas, da oferta da qualificação e formação profissional dos trabalhadores e da mediação dos conflitos entre os interesses público e privado

Avaliação da Meta:
Elaboração de Plano que atenda às demandas do setor produtivo e às normas socioambientais, com base no Estatuto do Microempreendedor e legislação pertinente.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e

prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Elaborada Cartilha do Microempreendedor e divulgação no programa RN Empreendedor. De forma setorial, o diálogo permanente e construtivo com o Idema contribuiu para o contexto da responsabilidade socioambiental.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0406 Aprimorar a gestão do sistema de arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais ¿ CFEM

Avaliação da Meta:
Valorização da receita gerada pela exploração mineral e incentivo ao registro formal das atividades junto à ANM.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades

relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Participação da ANM nos diálogos construtivos com o Governo do Estado e avaliação da possibilidade de novo modelo de gerenciamento da CFEM, realizado pelo Governo Federal. Realizadas atividades e ações durante o Fórum Estadual Mineral.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0408 Liderar e participar das iniciativas de atualização do mapeamento geológico, potencial e reservas minerais do Estado e realizar a análise e o dimensionamento dos planos de investimento dos atuais concessionários

Avaliação da Meta:
Parceria realizada coma ANM e CPRM para a elaboração do Mapa Mineral do RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Parceria realizada com a ANM e CPRM (sem custo adicional para a SEDEC), concluída com a elaboração do Mapa Mineral do RN, sem custo adicional para a SEDEC.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0410 Conceber e implementar, em parceria com as empresas do setor mineral, soluções alternativas para obtenção e acesso à água que não conflitem diretamente com o uso prioritário para dessedentação humana e animal.

Avaliação da Meta:
Identificar soluções compatíveis com as necessidades do setor produtivo com mitigação dos impactos socia.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
Diálogo construtivo sobre a temática no contexto das Câmaras Setoriais e durante o Fórum Estadual Mineral, em 2022.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0412 Incentivar os investimentos em inovação tecnológica no setor mineral, enfatizando a utilização de minérios industriais ocorrentes no Estado evalorizando a capacitação de mão-de-obra e os atores envolvidos na cadeia (universidades do estado e entidades do setor)

Avaliação da Meta:
Promover as potencialidades do RN e estimular novos investimentos com maior distribuição dos impactos na cadeia produtiva estadual.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio

Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Realizadas reuniões com empresários do RN e potenciais investidores para ampliação da capacidade produtiva e reativação de explorações minerais, a exemplo do ferro e do ouro.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0415 Fortalecimento e restruturação, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), da atual Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Minerais (CODEM) para atuar como referência e liderança no planejamento e acompanhamento efetivo das atividades de mineração, em cooperação a Agência Nacional de Mineração (ex-DNPM) e outras entidades setoriais relevantes

Avaliação da Meta:
Em realização com reestruturação interna, sem alteração no organograma.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à

Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Em realização com reestruturação interna, sem alteração no organograma.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0582 Implementar ações previstas na Lei Geral da Micro e Pequena Empresas

Avaliação da Meta:
Avançar sobre as modificações contidas no Estatuto do Microempreendedor em diferentes áreas de atuação, com maior participação governamental.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Ações realizadas principalmente com o Idema e o Corpo de Bombeiros para avançar na perspectiva do licenciamento de empresas de pequeno porte e com baixo impacto ambiental. Foi divulgada a Cartilha do Microempreendedor, elaborada pela SEDEC.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0587 Cria e implantar a CARAVANA DO EMPREENDEDOR.

Avaliação da Meta:
Oferecer serviços e informações do Governo do Estado para empresários e empreendedores sobre os instrumentos de apoio e incentivo existentes em sua estrutura administrativa.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
A finalidade da meta foi atendida nos eventos empresariais realizados (Ficro, Fenacam, Mossoró Oil & Gás, Fenavale e Femulti) no RN com apoio da Sedec e disposição de estande com divulgação da Cartilha do Empreendedor e atendimento ao público-visitante.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00241 Institucionalização das reuniões setoriais

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Reuniões das Câmaras Setoriais criadas pela SEDEC.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie

sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
Reuniões realizadas (sem custo adicional para SEDEC).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00543 Promoção de ações de fiscalização e educação

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Ampliar as ações preventivas e de disseminação de informação.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e

prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Ações concentradas na disseminação da informação (Cartilha do Empreendedor).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00649 Atrair de investidores e operadores de corte e beneficiamento de pedras ornamentais, mármores e granitos

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Ampliar as oportunidades de novos negócios em parceria com pequenos produtores, associações e cooperativas minerais.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".

Foi concluído o Mapa Mineral do RN e realização do FEM-Fórum Estadual Mineral para divulgação do potencial produtivo no RN.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00650 Estimulação dos investimentos e atividades em novas reservas de petróleo e gás natural

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Apoiar os novos investidores no RN em substituição à política anterior da Petrobras de desinvestimento, com articulação com fornecedores estaduais.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
Iniciativa efetivada (sem custo adicional para SEDEC), incluindo a participação em evento setorial (Oil & Gas) em Mossoró e reuniões com investidores no RN.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00652 Implementação de programa de apoio à empresas locais prestadoras de serviço do setor de petroleo e gás

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Proposta para ampliar a cadeia produtiva de fornecedores do RN em petróleo e gás.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Foram realizadas ações de apoio à cadeia produtiva, incluindo reuniões com empresas investidoras no RN e participação em eventos setoriais (Mossoró Oil & Gas).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00654 Apoio a projetos de viabilização as atividades de refino de petróleo e processamento de Gás no Estado

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Proposta para ampliar a participação do RN na produção/processamento de petróleo e gás.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no

processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Iniciativa efetivada (sem custo adicional para SEDEC), incluindo a participação em evento setorial (Oil & Gas) em Mossoró.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00656 Apoio a investimento em infraestrutura e transporte (dutos e terminais)

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Proposta para ampliar a participação do RN na infraestrutura produtiva e de apoio, incluindo para o transporte (dutos) de petróleo e gás.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais

consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Foram realizadas ações de apoio à cadeia produtiva, incluindo reuniões com empresas investidoras no RN e participação em eventos setoriais (Mossoró Oil & Gas).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00661 Estimular e apoiar a participação das empresas potiguares na exploração e produção de energia

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Proposta de ampliação de novos negócios gerados com a participação, parcial ou integral, de empresas do RN no setor de energias.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Foram realizadas ações de apoio à cadeia produtiva, incluindo reuniões com empresas investidoras no RN e participação em eventos setoriais (Mossoró Oil & Gas). Os ativos da Petrobras foram vendidos e a nova empresa compradora já está em operação em vários pontos, otimizando a participação de empresas do RN.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00663 Apoio as iniciativas de construção de novas linhas e substações

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Proposta com objetivo de assegurar que a possa haver novos investimentos em energias renováveis e capacidade de escoamento para o sistema nacional.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Iniciativa efetivada em parceria com as empresas do setor, de acordo com as demandas projetos em implantação. O Senai/ISI para elaboração de um estudo indicando as melhores formas de expansão das redes de transmissão de energia.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00666 Apoio a universalização do acesso à energia

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Programas de apoio aos investimentos em energias, principalmente renováveis, para facilitar o acesso e baratear os custos de implantação, para pessoas físicas e pessoas jurídicas.
Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie

sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
Programas de apoio aos investimentos em energias, principalmente renováveis, para facilitar o acesso e baratear os custos de implantação, para pessoas físicas e pessoas jurídicas. O Governo do RN tem apoiado as ações do Governo Federal na expansão do acesso à energia, inclusive em programas de incentivos.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00668 Apoiar criação de sítios de testes e certificação de aerogeradores e sistemas solares

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Proposta para ampliar a integração dos serviços de empresas investidoras no RN.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os

investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Iniciativas adotadas para captação e ampliação da participação das empresas do setor em investimentos em serviços no Estado). A edição do Atlas de energia eólica e energia solar fortalece as oportunidades a partir das informações/conhecimentos gerados.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00670 Promover a atração de indústria eletro-intensiva para o Estado

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Atividade em contínua prospecção e divulgação das potencialidades do Estado.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos

investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Atividade em contínua prospecção e divulgação das potencialidades do Estado. No Decreto do PROEDI esta é uma das áreas consideradas estratégicas e com o máximo de incentivo fiscal. Em Missão Governamental realizada na China houve nova rodada de divulgação do potencial do RN e prospecção de novas oportunidades de negócios.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01572 Levantar dos fatores críticos para revitalização do setor de petróleo e gás no Estado;

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Proposta apoiar o processo decisório de novos investimentos.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Em reavaliação, considerando a política de desinvestimento da Petrobras no RN. Os ativos da Petrobras foram vendidos e a nova empresa está em atividade no RN. O diálogo e a articulação do Governo do Estado são contínuos.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01573 Gestão e apoio a Estado e municípios dos royalties junto a ANP.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Articulação para valorização dos royalties registrados na ANP, como forma de aumentar a receita dos municípios.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Acompanhamento da receita dos royalties realizado pela Secretaria da Fazenda e disponibilização de dados para acompanhamento dos registros junto à ANP.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01579 Atualização o Balanço Energético do Estado, da Matriz Energética Estadual e dos mapeamentos eólico e solar do Estado

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Proposta de manutenção de dados atualizados, como fonte de consulta para novos investimentos.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da

infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Em realização, contratação dos serviços do Senai-RN.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01584 Criação do Programa Potiguar Solar Fotovoltaico

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Proposta para criação de estímulo e incentivos à utilização da energia fotovoltaica em todas as camadas de consumo.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito

desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
A regulamentação do Governo Federal alterou a política nacional de incentivos à produção de energias fotovoltaicas no formato geração distribuída. O Governo do Estado tem apoiado, por meio da AGN, projetos empreendedores e o Banco do Nordeste criou uma linha própria de financiamento.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01587 Incentivo ao uso de energias limpas e renováveis e apoio da implantação a energia solar fotovoltaica em edifícios públicos e proporcionar transparência, eficiência e racionalidade nos processos de licenciamento socioambiental além da harmonização do uso e ocupação do solo , compreendendo a formação de agentes locais de integração socioambiental.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Proposta para incluir a geração distribuída em prédios públicos, inclusive do Governo do Estado.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades

relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Iniciadas as instalações de placas fotovoltaicas em prédios públicos do Centro Administrativo, etapa inicial da expansão do programa para demais unidades públicas.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01588 Mobilização de ações para arrecadação de ICMSS

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Avaliação do impacto do PROEDI na arrecadação do ICMS em elaboração para conhecimento dos resultados atuais e eventuais sugestões de alteração na regulamentação do imposto estadual.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Acompanhamento contínuo do impacto do PROEDI na arrecadação do ICMS em elaboração para conhecimento dos resultados atuais e eventuais sugestões de alteração na regulamentação do imposto estadual.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01591 Apoiar programas de formação e mão obra e gestão empresarial, a criação do primeiro curso de Engenharia Eólica como também investir, estimular, articular e qualificar a formação de recursos

humanos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Meta em reavaliação, com discussão com a Uern, Fapern e PAX.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
Não houve possibilidade de implantação da proposta do primeiro curso de Engenharia Eólica na UERN, embora a proposta continuará a ser avaliada em função da expansão dos investimentos no RN e a perspectiva do projeto Hidrogênio Verde que terá como fonte de energia primordial a geração eólica (além da energia fotovoltaica).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01592 Criação do Centro de Monitoramento Climático do Rio Grande do Norte

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Proposta para apoiar a produção econômico agrícola do RN com a disponibilização de informações para todo o setor.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da

infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Em reavaliação, não iniciada.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01594 Liderar as iniciativas relativas ao marco regulatório; promover a atração de investimentos em offshore

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Proposta para tornar o RN pioneiro em investimentos em offshore.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito

desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Iniciativa efetivada com a preparação de contratação do Senai-RN para realização de estudos em offshore. A SEDEC tem atuado em parceria com o IDEMA na articulação com o Governo Federal/Ibama para regulamentação dos investimentos offshore.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01595 Criação da Câmara Técnica na área petrolífera do RN

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Ampliação das Câmaras Setoriais da SEDEC.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".
Inciativa realizada, sem custo adicional.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01660 Analise de viabilidade para a ampliação do Terminal de Guamaré

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Proposta para ampliar a capacidade de processamento/refino no RN.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo”. “Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”.
A empresa 3R Petroleum adquiriu a refinaria da Petrobras e está promovendo investimentos em todas suas unidades de produtiva, inclusive na cadeia produtiva.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01731 Edição de mapa de negócios e do boletim econômico digital, inclusive com parcerias na realização de convênios.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Proposta para ampliar a divulgação de informações econômicas do RN.
Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a

expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Planejamento, Fomento e Promoção do Turismo". "Apoio ao desenvolvimento dos negócios do segmento turístico, por meio de políticas públicas, projetos, programas, parcerias e ações das instituições do Estado do Rio Grande do Norte, o setor privado e nas organizações não governamentais". "Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável". "Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços". "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada".

A SEDEC disponibilizou infográficos em sua página na internet e priorizou a divulgação em suas redes sociais. Não há custo adicional.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:

Algumas restrições foram orçamentárias para a realização de maior número de projetos e parcerias. No entanto, Metas e Iniciativas foram iniciadas/concluídas em 2023.

Recomendações:

As principais restrições foram de ordem externa; não há indicação de recomendação expressa.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

Programa em execução contínua.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04004 DESENVOLVIMENTO DA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00195 Incentivar e promover a formação de cooperativas de reciclagem de resíduos industriais do corte e beneficiamento mineral, produzindo insumos para a construção civil, pavimentação asfáltica e revestimento de instalações industriais
Códigos das metas: 0413 Definir o programa de incentivo para as empresas e de arranjos produtivos, classificando a indústria de transformação da matéria prima reciclada como estratégia para o Estado
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada à meta.
Avaliação Geral do Objetivo: Objetivo integrado com as ações em favor do setor mineral no Estado para oferecer novas alternativas de empreendimentos e ampliar a demanda por mão de obra, diminuindo as compras fora do Estado. A legislação do Proedi contempla incentivos maiores para empresas que utilizem matéria-prima reciclada.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4 “Apoiar o segmento da indústria ceramista e articular o seu desenvolvimento”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável” Objetivo importante para ampliar as possibilidades de novas atividades econômicas no Estado e a reutilização de materiais, contribuindo para um melhor resultado ambiental. Atualmente o RN recicla diferentes minerais e exporta alguns itens com características de aproveitamento industrial mas, é necessário incentivar a participação de cooperativas neste mercado. Objetivo integrado com as ações em favor do setor mineral no Estado para oferecer novas alternativas de empreendimentos e ampliar a demanda por mão de obra, diminuindo as compras fora do Estado. A legislação do Proedi contempla incentivos maiores para empresas que utilizem matéria-prima reciclada.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0413 Definir o programa de incentivo para as empresas e de arranjos produtivos, classificando a indústria de transformação da matéria prima reciclada como estratégia para o Estado

Avaliação da Meta: A nova legislação do PROEDI segmentou as principais atividades que podem ter incentivos diferenciados, priorizando as atividades com maior impacto na economia do RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4 “Apoiar o segmento da indústria ceramista e articular o seu desenvolvimento”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”
A nova legislação do PROEDI segmentou as principais atividades que podem ter incentivos diferenciados, priorizando as atividades com maior impacto na economia do RN.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
Não há iniciativa associada à meta.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo “quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância” em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
Não há restrições específicas.

Recomendações:
Não há restrições específicas.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.
Programa em execução contínua.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04004 DESENVOLVIMENTO DA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00196 Apoiar e participar da avaliação de viabilidade técnica e econômica para construção de uma usina siderúrgica no Estado, com vistas agregar valor local e servir de estabilizador das oscilações de mercado e escoamento da produção Exportada
Códigos das metas: 0419 Definir a região com maior vocação e com maior potencial de aproveitamento no segmento, e realizar contatos com potenciais investidores.
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: Objetivo extremamente relevante para mudança do atual paradigma econômico do Estado mas, em função da crise econômica nacional (e internacional) os grandes projetos de investimento foram, em regra geral, suspensos, dificultando as ações ao longo dos últimos anos para alcançar o resultado esperado. A proposta continua no escopo de atuação da SEDEC considerando sua importância para o desenvolvimento econômico potiguar.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. Objetivo plenamente inserido nas Diretrizes do Eixo 4 mas que, para sua implantação dependerá de estudos preliminares (inclusive de ordem jurídica) para definição da participação e investimentos necessários para a SEDEC; até o momento, sem custo adicional.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0419 Definir a região com maior vocação e com maior potencial de aproveitamento no segmento, e realizar contatos com potenciais investidores.

Avaliação da Meta: Conceito em revisão considerando a situação mencionada no Objetivo.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”.
Estudos iniciados para a implantação do Porto Verde Indústria que poderá modelar o Obetivo.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo “quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância” em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
As principais restrições são conjunturais.

Recomendações:
Não há indicação de recomendação expressa.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.
Programa em execução contínua.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04005 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENERGIAS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00409 Aprimorar, Ampliar e Integrar a Infraestrutura de Transporte, Logística, Energia e de Comunicações
Códigos das metas: 0103 Viabilizar a construção e operação de um duto para o abastecimento QAV desde a Refinaria de Guamaré até o Aeroporto. 0105 Concretizar a implantação da ZPE da Região Metropolitana de Natal, para a montagem e industrialização de equipamentos e máquinas para as indústrias de energia, petróleo e construção civil. 0107 Concretizar a implantação da ZPE de Açu 0109 Criar uma AGÊNCIA estadual de exportação 0574 Implementar parceria público-privada específica para construção, operação e manutenção de infraestrutura de transporte de dados, voz e imagem para o Governo do Estado com vistas a promover a inclusão digital e interconectar todas as unidades administrativas do Estado, e contribuir para a agilização e melhoria dos serviços essenciais. 0577 Apoiar e auxiliar os gestores municipais a realizar a interconexão com o sistema estadual de tráfego de dados e internet, de forma a propiciar cobertura ampla e eficiente, inclusive com a expansão através de rádios digitais, para as áreas que não estejam no enlace do backbone
Códigos das iniciativas: 01569 Implementação de PPP para execução do RN Conectado 01570 Apoio na interconexão com o sistema estadual de tráfego de dados e internet
Avaliação Geral do Objetivo: Objetivo que envolve diferentes atividades, dentre elas destacam-se as parcerias com entidades setoriais no Estado para realização de estudos, a captação de investimentos privados a disponibilidade orçamentária bem como convênios com o Governo Federal e emendas parlamentares federais. Considerando os efeitos da pandemia do Covid-19, os grandes projetos de investimento foram postergados dificultando o resultado esperado , atualmente, com este Objetivo. Seu alcance tornaria o RN mais integrado e com maior possibilidade de atração de novos investidores de grande porte.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia”. “Promover e implementar medidas de eficientização e aprimoramento da qualidade dos serviços de telecomunicações do Estado, com vistas a ampliar rapidamente a inclusão digital de cidadãos, governo e empresas, com custos operacionais acessíveis e de forma a interconectar, gradualmente, todos os centros urbanos do Estado e fortalecer a governança institucional”. “Realizar o levantamento de toda a malha ferroviária do Estado,

inclusive quanto às servidões ainda existentes (mesmo sem trilhos e dormentes) com vistas a promover, mobilizar e apoiar investimentos na recuperação e operação de ramais ferroviários existentes, e mobilizar ações para viabilizar a expansão e integração inteligente da malha ferroviária aos demais modais e ativos logísticos do Estado". "Realizar o planejamento integrado e as ações de viabilização para obter, gerir e executar os investimentos relativos à manutenção, aprimoramento e expansão da malha rodoviária do Estado, com atenção às componentes logísticas (escoamento da produção local) e socioeconômica (escala de beneficiados diretos) quanto à priorização dos recursos próprios e acentuando as parcerias com o Governo Federal e a iniciativa privada". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada". "Apoiar a inserção do RN nos programas nacionais de Aviação Regional e integrar empreendimentos turísticos e educacionais com a vocação e histórico do Estado em aeronáutica". "Liderar e executar a reconfiguração das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE's) existentes no RN, de forma a propiciar-lhes viabilidade econômica e atratividade aos empreendedores".
Objetivo em pleno enquadramento no Eixo 4 do Programa de Governo; não deverá demandar recursos adicionais, salvo modificação no perfil de investimentos públicos nacionais.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0103 Viabilizar a construção e operação de um duto para o abastecimento QAV desde a Refinaria de Guamaré até o Aeroporto

Avaliação da Meta:
Não iniciada. A reavaliar também em função da política de desinvestimentos da Petrobras.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia". "Promover e implementar medidas de eficientização e aprimoramento da qualidade dos serviços de telecomunicações do Estado, com vistas a ampliar rapidamente a inclusão digital de cidadãos, governo e empresas, com custos operacionais acessíveis e de forma a interconectar, gradualmente, todos os centros urbanos do Estado e fortalecer a governança institucional". "Realizar o levantamento de toda a malha ferroviária do Estado, inclusive quanto às servidões ainda existentes (mesmo sem trilhos e dormentes) com vistas a promover, mobilizar e apoiar investimentos na recuperação e operação de ramais ferroviários existentes, e mobilizar ações para viabilizar a expansão e integração inteligente da malha ferroviária aos demais modais e ativos logísticos do Estado". "Realizar o planejamento integrado e as ações de viabilização para obter, gerir e executar os investimentos relativos à manutenção, aprimoramento e expansão da malha rodoviária do Estado, com atenção às componentes logísticas (escoamento da produção local) e socioeconômica (escala de beneficiados diretos) quanto à priorização dos recursos próprios e acentuando as parcerias com o Governo Federal e a iniciativa privada". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada". "Apoiar a inserção do RN nos programas nacionais de Aviação Regional e integrar empreendimentos turísticos e educacionais com a vocação e histórico do Estado em aeronáutica". "Liderar e executar a reconfiguração das Zonas de

Processamento de Exportação (ZPE's) existentes no RN, de forma a propiciar-lhes viabilidade econômica e atratividade aos empreendedores".
Não iniciada. A reavaliar também em função da política de desinvestimentos da Petrobras.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0105 Concretizar a implantação da ZPE da Região Metropolitana de Natal, para a montagem e industrialização de equipamentos e máquinas para as indústrias de energia, petróleo e construção civil.

Avaliação da Meta:
Em renegociação com o Ministério da Economia para ampliação do prazo de possibilidade de implantação.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia". "Promover e implementar medidas de eficientização e aprimoramento da qualidade dos serviços de telecomunicações do Estado, com vistas a ampliar rapidamente a inclusão digital de cidadãos, governo e empresas, com custos operacionais acessíveis e de forma a interconectar, gradualmente, todos os centros urbanos do Estado e fortalecer a governança institucional". "Realizar o levantamento de toda a malha ferroviária do Estado, inclusive quanto às servidões ainda existentes (mesmo sem trilhos e dormentes) com vistas a promover, mobilizar e apoiar investimentos na recuperação e operação de ramais ferroviários existentes, e mobilizar ações para viabilizar a expansão e integração inteligente da malha ferroviária aos demais modais e ativos logísticos do Estado". "Realizar o planejamento integrado e as ações de viabilização para obter, gerir e executar os investimentos relativos à manutenção, aprimoramento e expansão da malha rodoviária do Estado, com atenção às componentes logísticas (escoamento da produção local) e socioeconômica (escala de beneficiados diretos) quanto à priorização dos recursos próprios e acentuando as parcerias com o Governo Federal e a iniciativa privada". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada". "Apoiar a inserção do RN nos programas nacionais de Aviação Regional e integrar empreendimentos turísticos e educacionais com a vocação e histórico do Estado em aeronáutica". "Liderar e executar a reconfiguração das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE's) existentes no RN, de forma a propiciar-lhes viabilidade econômica e atratividade aos empreendedores".
Apesar do cancelamento da autorização para a ZPE, foi iniciada renegociação com o Ministério da Economia para ampliação do prazo de possibilidade de implantação.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0107 Concretizar a implantação da ZPE de Açu

Avaliação da Meta:
Em renegociação com o Ministério da Economia para ampliação do prazo de possibilidade de

implantação.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia”. “Promover e implementar medidas de eficientização e aprimoramento da qualidade dos serviços de telecomunicações do Estado, com vistas a ampliar rapidamente a inclusão digital de cidadãos, governo e empresas, com custos operacionais acessíveis e de forma a interconectar, gradualmente, todos os centros urbanos do Estado e fortalecer a governança institucional”. “Realizar o levantamento de toda a malha ferroviária do Estado, inclusive quanto às servidões ainda existentes (mesmo sem trilhos e dormentes) com vistas a promover, mobilizar e apoiar investimentos na recuperação e operação de ramais ferroviários existentes, e mobilizar ações para viabilizar a expansão e integração inteligente da malha ferroviária aos demais modais e ativos logísticos do Estado”. “Realizar o planejamento integrado e as ações de viabilização para obter, gerir e executar os investimentos relativos à manutenção, aprimoramento e expansão da malha rodoviária do Estado, com atenção às componentes logísticas (escoamento da produção local) e socioeconômica (escala de beneficiados diretos) quanto à priorização dos recursos próprios e acentuando as parcerias com o Governo Federal e a iniciativa privada”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”. ”Apoiar a inserção do RN nos programas nacionais de Aviação Regional e integrar empreendimentos turísticos e educacionais com a vocação e histórico do Estado em aeronáutica”. “Liderar e executar a reconfiguração das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE’s) existentes no RN, de forma a propiciar-lhes viabilidade econômica e atratividade aos empreendedores”.
Em renegociação com o Ministério da Economia para ampliação do prazo de possibilidade de implantação.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0109 Criar uma AGÊNCIA estadual de exportação

Avaliação da Meta:
Proposta de formalizar estrutura de apoio ao comércio exterior do RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia”. “Promover e implementar medidas de eficientização e aprimoramento da qualidade dos serviços de telecomunicações do Estado, com vistas a ampliar rapidamente a inclusão digital de cidadãos, governo e empresas, com custos operacionais acessíveis e de forma a interconectar, gradualmente, todos os centros urbanos do Estado e

fortalecer a governança institucional". "Realizar o levantamento de toda a malha ferroviária do Estado, inclusive quanto às servidões ainda existentes (mesmo sem trilhos e dormentes) com vistas a promover, mobilizar e apoiar investimentos na recuperação e operação de ramais ferroviários existentes, e mobilizar ações para viabilizar a expansão e integração inteligente da malha ferroviária aos demais modais e ativos logísticos do Estado". "Realizar o planejamento integrado e as ações de viabilização para obter, gerir e executar os investimentos relativos à manutenção, aprimoramento e expansão da malha rodoviária do Estado, com atenção às componentes logísticas (escoamento da produção local) e socioeconômica (escala de beneficiados diretos) quanto à priorização dos recursos próprios e acentuando as parcerias com o Governo Federal e a iniciativa privada". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada". "Apoiar a inserção do RN nos programas nacionais de Aviação Regional e integrar empreendimentos turísticos e educacionais com a vocação e histórico do Estado em aeronáutica". "Liderar e executar a reconfiguração das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE's) existentes no RN, de forma a propiciar-lhes viabilidade econômica e atratividade aos empreendedores".
Não foi criada a Agência, no formato programado, várias ações em comércio exterior/relações internacionais foram conduzidas pela SEDEC, com sua estrutura atual.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0574 Implementar parceria público-privada específica para construção, operação e manutenção de infraestrutura de transporte de dados, voz e imagem para o Governo do Estado com vistas a promover a inclusão digital e interconectar todas as unidades administrativas do Estado, e contribuir para a agilização e melhoria dos serviços essenciais.

Avaliação da Meta:
Proposta criada para facilitar, simplificar e agilizar a comunicação e transmissão de dados.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia". "Promover e implementar medidas de eficientização e aprimoramento da qualidade dos serviços de telecomunicações do Estado, com vistas a ampliar rapidamente a inclusão digital de cidadãos, governo e empresas, com custos operacionais acessíveis e de forma a interconectar, gradualmente, todos os centros urbanos do Estado e fortalecer a governança institucional". "Realizar o levantamento de toda a malha ferroviária do Estado, inclusive quanto às servidões ainda existentes (mesmo sem trilhos e dormentes) com vistas a promover, mobilizar e apoiar investimentos na recuperação e operação de ramais ferroviários existentes, e mobilizar ações para viabilizar a expansão e integração inteligente da malha ferroviária aos demais modais e ativos logísticos do Estado". "Realizar o planejamento integrado e as ações de viabilização para obter, gerir e executar os investimentos relativos à manutenção, aprimoramento e expansão da malha rodoviária do Estado, com atenção às componentes logísticas (escoamento da produção local) e socioeconômica (escala de beneficiados diretos) quanto à priorização dos recursos próprios e acentuando as parcerias com o Governo Federal e a iniciativa privada". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades

relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada". "Apoiar a inserção do RN nos programas nacionais de Aviação Regional e integrar empreendimentos turísticos e educacionais com a vocação e histórico do Estado em aeronáutica". "Liderar e executar a reconfiguração das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE's) existentes no RN, de forma a propiciar-lhes viabilidade econômica e atratividade aos empreendedores".
Iniciativa não iniciada, mas o Governo do RN tem adotado medidas complementares, dentre elas a programação da reformulação do SEI, para agilizar e simplificar a comunicação interna.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0577 Apoiar e auxiliar os gestores municipais a realizar a interconexão com o sistema estadual de tráfego de dados e internet, de forma a propiciar cobertura ampla e eficiente, inclusive com a expansão através de rádios digitais, para as áreas que não estejam no enlace do backbone

Avaliação da Meta:
Proposta para melhorar a integração da comunicação entre os entes públicos do RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia". "Promover e implementar medidas de eficientização e aprimoramento da qualidade dos serviços de telecomunicações do Estado, com vistas a ampliar rapidamente a inclusão digital de cidadãos, governo e empresas, com custos operacionais acessíveis e de forma a interconectar, gradualmente, todos os centros urbanos do Estado e fortalecer a governança institucional". "Realizar o levantamento de toda a malha ferroviária do Estado, inclusive quanto às servidões ainda existentes (mesmo sem trilhos e dormentes) com vistas a promover, mobilizar e apoiar investimentos na recuperação e operação de ramais ferroviários existentes, e mobilizar ações para viabilizar a expansão e integração inteligente da malha ferroviária aos demais modais e ativos logísticos do Estado". "Realizar o planejamento integrado e as ações de viabilização para obter, gerir e executar os investimentos relativos à manutenção, aprimoramento e expansão da malha rodoviária do Estado, com atenção às componentes logísticas (escoamento da produção local) e socioeconômica (escala de beneficiados diretos) quanto à priorização dos recursos próprios e acentuando as parcerias com o Governo Federal e a iniciativa privada". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada". "Apoiar a inserção do RN nos programas nacionais de Aviação Regional e integrar empreendimentos turísticos e educacionais com a vocação e histórico do Estado em aeronáutica". "Liderar e executar a reconfiguração das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE's) existentes no RN, de forma a propiciar-lhes viabilidade econômica e atratividade aos empreendedores".
Iniciativa não realizada; deve ser reavaliada com a expansão da Infovia Potiguar, com discussão com os municípios.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01569 Implementação de PPP para execução do RN Conectado

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Realização de PPP para captação de recursos com empresas do setor privado para execução do projeto.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia”. “Promover e implementar medidas de eficientização e aprimoramento da qualidade dos serviços de telecomunicações do Estado, com vistas a ampliar rapidamente a inclusão digital de cidadãos, governo e empresas, com custos operacionais acessíveis e de forma a interconectar, gradualmente, todos os centros urbanos do Estado e fortalecer a governança institucional”. “Realizar o levantamento de toda a malha ferroviária do Estado, inclusive quanto às servidões ainda existentes (mesmo sem trilhos e dormentes) com vistas a promover, mobilizar e apoiar investimentos na recuperação e operação de ramais ferroviários existentes, e mobilizar ações para viabilizar a expansão e integração inteligente da malha ferroviária aos demais modais e ativos logísticos do Estado”. “Realizar o planejamento integrado e as ações de viabilização para obter, gerir e executar os investimentos relativos à manutenção, aprimoramento e expansão da malha rodoviária do Estado, com atenção às componentes logísticas (escoamento da produção local) e socioeconômica (escala de beneficiados diretos) quanto à priorização dos recursos próprios e acentuando as parcerias com o Governo Federal e a iniciativa privada”. “Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada”. ”Apoiar a inserção do RN nos programas nacionais de Aviação Regional e integrar empreendimentos turísticos e educacionais com a vocação e histórico do Estado em aeronáutica” “Liderar e executar a reconfiguração das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE’s) existentes no RN, de forma a propiciar-lhes viabilidade econômica e atratividade aos empreendedores”.
Iniciativa não realizada; deverá ser rediscutida no contexto das propostas do Governo do RN para as PPP.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01570 Apoio na interconexão com o sistema estadual de tráfego de dados e internet

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Proposta para melhorar a integração da comunicação entre os entes públicos do RN.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para

o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia". "Promover e implementar medidas de eficientização e aprimoramento da qualidade dos serviços de telecomunicações do Estado, com vistas a ampliar rapidamente a inclusão digital de cidadãos, governo e empresas, com custos operacionais acessíveis e de forma a interconectar, gradualmente, todos os centros urbanos do Estado e fortalecer a governança institucional". "Realizar o levantamento de toda a malha ferroviária do Estado, inclusive quanto às servidões ainda existentes (mesmo sem trilhos e dormentes) com vistas a promover, mobilizar e apoiar investimentos na recuperação e operação de ramais ferroviários existentes, e mobilizar ações para viabilizar a expansão e integração inteligente da malha ferroviária aos demais modais e ativos logísticos do Estado". "Realizar o planejamento integrado e as ações de viabilização para obter, gerir e executar os investimentos relativos à manutenção, aprimoramento e expansão da malha rodoviária do Estado, com atenção às componentes logísticas (escoamento da produção local) e socioeconômica (escala de beneficiados diretos) quanto à priorização dos recursos próprios e acentuando as parcerias com o Governo Federal e a iniciativa privada". "Expansão e viabilização dos investimentos realizados no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante e seu entorno, em conjunto com a empresa concessionária e em processo participativo com as comunidades e entidades relacionadas de forma a maximizar a geração de emprego e renda relacionada". "Apoiar a inserção do RN nos programas nacionais de Aviação Regional e integrar empreendimentos turísticos e educacionais com a vocação e histórico do Estado em aeronáutica" "Liderar e executar a reconfiguração das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE's) existentes no RN, de forma a propiciar-lhes viabilidade econômica e atratividade aos empreendedores".
Iniciativa não realizada; deve ser reavaliada com a expansão da Infovia Potiguar, com discussão com os municípios.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
As principais restrições foram de ordem externa, como indicado.

Recomendações:
Não há indicação de recomendação expressa.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.
Considerando os fatores externos, os resultados alcançados podem ser considerados positivos em 2023.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04006 MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00198 Atualizar e implementar a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa do Rio Grande do Norte,
Códigos das metas: 0425 Aprovar projeto de Lei Geral de Micro e Pequena Empresa e implementar suas ações.
Códigos das iniciativas: 00490 Engajamento e divulgação da SALA DO EMPREENDEDOR
Avaliação Geral do Objetivo: Objetivo concluído em 2020 com a edição de Lei Complementar, em novembro; considerando o prazo, a implementação começou a ser efetivada em 2021. A relevância das MPE na quantidade de CNPJ registrados no Estado indica a importância de implementar mecanismos contínuos em favor destes empreendedores.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fortalecer a Agricultura Familiar do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, o acesso à terra, agregação de valor e inserção nos mercados”. “Apoiar as atividades do Agronegócio Potiguar, priorizando a infraestrutura logística, abertura de novos mercados e a transição para sistemas de produção mais sustentáveis”. “Fortalecimento dos espaços de Gestão Social Participativa e da Política Territorial, com base na articulação institucional, inclusão econômica e acesso aos mercados”. “Apoiar o segmento da indústria têxtil e de confecções e articular o seu desenvolvimento”. Não houve custo adicional previsto para resultado previsto neste Objetivo.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0425 Aprovar projeto de Lei Geral de Micro e Pequena Empresa e implementar suas ações.

Avaliação da Meta: Meta realizada em 2020.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer a Agricultura Familiar do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, o acesso à terra, agregação de valor e inserção nos mercados". "Apoiar as atividades do Agronegócio Potiguar, priorizando a infraestrutura logística, abertura de novos mercados e a transição para sistemas de produção mais sustentáveis". "Fortalecimento dos espaços de Gestão Social Participativa e da Política Territorial, com base na articulação institucional, inclusão econômica e acesso aos mercados". "Apoiar o segmento da indústria têxtil e de confecções e articular o seu desenvolvimento".
Meta realizada em 2020.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00490 Engajamento e divulgação da SALA DO EMPREENDEDOR

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Objetivo avaliado com a Jucern e ampliação dos serviços com a proposta do RN Empreendedor. Atualmente a Jucern conta com 2 Escritórios do Empreendedor (Natal e Mossoró) e diversas prefeituras implantaram a Sala do Empreendedor, criando um espaço privilegiado para que empreendedores e empresários encontrem atendimento personalizado; a participação da SEDEC permitirá, inclusive, aumentar o número de empresas beneficiadas com o PROEDI.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração" "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Fortalecer a Agricultura Familiar do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, o acesso à terra, agregação de valor e inserção nos mercados". "Apoiar as atividades do Agronegócio Potiguar, priorizando a infraestrutura logística, abertura de novos mercados e a transição para sistemas de produção mais sustentáveis". "Fortalecimento dos espaços de Gestão Social Participativa e da Política Territorial, com base na articulação institucional, inclusão econômica e acesso aos mercados". "Apoiar o segmento da indústria têxtil e de confecções e articular o seu desenvolvimento".
Não houve custo adicional para realização da Iniciativa.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.
Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la: Meta realizada em 2020.
Recomendações: Meta realizada em 2020. Sem recomendações.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores. Meta realizada em 2020.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04006 MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00199 Instituir fundos de desenvolvimento para atrair novas empresas para o RN, utilizando, também, recursos desse fundo como complementação de garantia para acesso ao crédito dos pequenos negócios, cooperativas e associações urbanas ou rurais
Códigos das metas: 0432 Promover a pesquisa e uso da nova tecnologia com a implantação de NOVOS PARQUES TECNÓLOGICOS e centros de pesquisa aplicada
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: Objetivo alcançado parcialmente com a nova regulamentação e o PROEDI. Atualmente a AGN, FAPERN e SEDEC recebem contrapartidas das empresas beneficiadas com o PROEDI, permitindo a aplicação de recursos em seus projetos de forma independente (ou seja, sem comprometer recursos da "fonte 100" em atividades de CT&I, microcrédito e ações diversas no âmbito da SEDEC. A edição da Lei Complementar em favor das MPE, em novembro de 2020, permitiu iniciar a ampliação dos recursos mencionados, principalmente com os valores adicionais (PROEDI) para a AGN).

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte" "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Apoiar o segmento da indústria têxtil e de confecções e articular o seu desenvolvimento". Foi criado em dezembro/2022 o Parque Tecnológico PAX/RN, com atividades iniciadas em 2023.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0432 Promover a pesquisa e uso da nova tecnologia com a implantação de NOVOS PARQUES TECNÓLOGICOS e centros de pesquisa aplicada

Avaliação da Meta: Proposta de ampliação a realização de pesquisas em CT&I no RN.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua

execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Apoiar o segmento da indústria têxtil e de confecções e articular o seu desenvolvimento”.
Foi criado em dezembro/2022 o Parque Tecnológico PAX/RN, com atividades iniciadas em 2023.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo “quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância” em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
Não há restrições impeditivas a registrar.

Recomendações:
Não há indicação de recomendações.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.
Considerando os fatores externos, os resultados alcançados podem ser considerados positivos em 2023.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04006 MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00200 Incentivar e fomentar a criação de empresas, associações e cooperativas que trabalham com a reciclagem e reuso de materiais, criando tratamento tributário diferenciado
Códigos das metas: 0438 Estabelecer o cronograma anual da CAMARA SETORIAL DA INDUSTRIA (Encontro bimestral, aproveitar e fazer na FENECITI)
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: Proposta para criar uma regularidade de reuniões das Câmaras Setoriais.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Apoiar o segmento da indústria têxtil e de confecções e articular o seu desenvolvimento”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. As reuniões das Câmaras Setoriais foram realizadas em 2023 (não houve Feneciti em 2023).

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0438 Estabelecer o cronograma anual da CAMARA SETORIAL DA INDUSTRIA (Encontro bimestral, aproveitar e fazer na FENECITI)

Avaliação da Meta: Proposta para criar uma regularidade de reuniões das Câmaras Setoriais.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.

É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. “Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Apoiar o segmento da indústria têxtil e de confecções e articular o seu desenvolvimento”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”.
As reuniões das Câmaras Setoriais foram realizadas em 2023 (não houve Feneciti em 2023).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo “quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância” em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
Não houve Feneciti em 2023.

Recomendações:
Não há recomendações.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.
Não houve Feneciti em 2023, mas as reuniões das Câmaras Setoriais foram realizadas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04007 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00193 Fortalecer, apoiar e incentivar a substituição do fornos para viabilizar a utilização de fontes energéticas alternativas para o setor ceramista do RN.
Códigos das metas: 0526 Promover o uso de fontes alternativas de energia, integração com a POTIGAS 0530 Utilizar 100% do gas natural no setor ceramista
Códigos das iniciativas: 00477 Utilizar 100% do gás natural do setor ceramista nas diretrizes do RN GAS MAIS
Avaliação Geral do Objetivo: Objetivo que deverá ser reavaliado considerando os efeitos da crise econômica o custo do investimento para o setor privado.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Efetivação da Política Estadual de Meio Ambiente, priorizando as Unidades de Conservação (UC’s), áreas degradas e no estreitamento da relação com empresas e sociedade civil”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia”. “Apoiar o segmento da indústria ceramista e articular o seu desenvolvimento”. O RN Gás Mais foi modernizado com a possibilidade de redução direta na fatura mensal do gás; a reavaliar a Meta visto o custo de implantação da infraestrutura para as empresas.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0526 Promover o uso de fontes alternativas de energia, integração com a POTIGAS

Avaliação da Meta: Integração com a Potigás foi reforçada com a continuidade do RN Gás Mais.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua

execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Efetivação da Política Estadual de Meio Ambiente, priorizando as Unidades de Conservação (UC’s), áreas degradas e no estreitamento da relação com empresas e sociedade civil”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia”. “Apoiar o segmento da indústria ceramista e articular o seu desenvolvimento”.
A integração com a Potigás foi reforçada com a continuidade do RN Gás Mais. Com a nova sistemática do incentivo, em fevereiro de 2022, o Programa tornou-se mais atrativo para as empresas.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0530 Utilizar 100% do gas natural no setor ceramista

Avaliação da Meta:
Meta com importante contribuição ao meio ambiente, considerada a utilização de matéria-prima disponível no Estado. Iniciativa não realizada (não houve demanda do setor para adesão ao RN Gás Mais).

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Efetivação da Política Estadual de Meio Ambiente, priorizando as Unidades de Conservação (UC’s), áreas degradas e no estreitamento da relação com empresas e sociedade civil”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia”. “Apoiar o segmento da indústria ceramista e articular o seu desenvolvimento”.
O RN Gás Mais foi modernizado com a possibilidade de redução direta na fatura mensal do gás; a reavaliar a Meta visto o custo de implantação da infraestrutura para as empresas.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00477 Utilizar 100% do gás natural do setor ceramista nas diretrizes do RN GAS MAIS

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa com importante contribuição ao meio ambiente, considerada a utilização de matéria-prima disponível no Estado. Iniciativa não realizada (não houve demanda do setor para adesão ao RN Gás

Mais).

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Efetivação da Política Estadual de Meio Ambiente, priorizando as Unidades de Conservação (UC’s), áreas degradas e no estreitamento da relação com empresas e sociedade civil”. “Reestruturação, organicidade, fortalecimento e o protagonismo do setor mineral no processo de democratização das riquezas, criação de emprego e renda, inclusão econômica e no desenvolvimento sustentável”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia”. “Apoiar o segmento da indústria ceramista e articular o seu desenvolvimento”.
Iniciativa não realizada (não houve demanda do setor para adesão ao RN Gás Mais).

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo “quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância” em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
As principais restrições foram de ordem externa, como indicado.

Recomendações:
As principais restrições foram de ordem externa, como indicado; portanto, não há indicação de recomendação expressa.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.
Considerando os fatores externos, os resultados alcançados podem ser considerados positivos em 2023 com a nova política de incentivos para o RN Gás Mais que beneficia todos os segmentos interessados na utilização como fonte de energia.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04007 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00201 Promover a desconcentração, a interiorização, a consolidação das vocações regionais e fortalecer o adensamento e integração das cadeias produtivas
Códigos das metas: 0443 Estimular a produção local com o melhor aproveitamento das vocações de negócios regionais
Códigos das iniciativas: 00497 Apoio ao setor industrial e política de incentivos. Participação nas feiras de negocio e formação dos grupos de trabalho na câmara setorial da indústria.
Avaliação Geral do Objetivo: Objetivo extremamente relevante para a diversificação estadual e valorização das potencialidades e oportunidades locais que, por suas diferentes características nos Territórios definidos, terá possibilidades de desenvolver novas atividades em diferentes segmentos e portes que poderão atender não somente o mercado local mas também estadual e nacional (inclusive, em função da demanda internacional, também o mercado externo).

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. ”Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. ”Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. ”Apoiar o segmento da indústria salineira e articular o seu desenvolvimento”. “Fortalecer a Agricultura Familiar do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, o acesso à terra, agregação de valor e inserção nos mercados”. ”Apoiar as atividades do Agronegócio Potiguar, priorizando a infraestrutura logística, abertura de novos mercados e a transição para sistemas de produção mais sustentáveis”. “Fortalecimento dos espaços de Gestão Social Participativa e da Política Territorial, com base na articulação institucional, inclusão econômica e acesso aos mercados”. ”Construir uma ação articulada e integrada com as Secretarias de Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Segurança Pública para atuação no meio rural”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. Objetivo realizado com diferentes ações da SEDEC, com as Câmaras Setoriais e apoio/participação em eventos e feiras de negócios.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
0443 Estimular a produção local com o melhor aproveitamento das vocações de negócios regionais

Avaliação da Meta:
Proposta para valorização das potencialidades locais/regionais e maior integração econômica.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Apoiar o segmento da indústria salineira e articular o seu desenvolvimento". "Fortalecer a Agricultura Familiar do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, o acesso à terra, agregação de valor e inserção nos mercados". "Apoiar as atividades do Agronegócio Potiguar, priorizando a infraestrutura logística, abertura de novos mercados e a transição para sistemas de produção mais sustentáveis". "Fortalecimento dos espaços de Gestão Social Participativa e da Política Territorial, com base na articulação institucional, inclusão econômica e acesso aos mercados". "Construir uma ação articulada e integrada com as Secretarias de Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Segurança Pública para atuação no meio rural". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial".
Parcialmente atendida, principalmente com apoio a eventos estaduais, a exemplo da Femulti, Ficro, Fenavale, FEM, Mossoró Oil & Gas e Fenacam.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00497 Apoio ao setor industrial e política de incentivos. Participação nas feiras de negocio e formação dos grupos de trabalho na câmara setorial da indústria.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Proposta importante para a expansão das cadeias produtivas do RN e valorização da regionalização econômica.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração" "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento

que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Apoio ao setor industrial e política de incentivos". "Apoiar o segmento da indústria salineira e articular o seu desenvolvimento". "Fortalecer a Agricultura Familiar do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, o acesso à terra, agregação de valor e inserção nos mercados". "Apoiar as atividades do Agronegócio Potiguar, priorizando a infraestrutura logística, abertura de novos mercados e a transição para sistemas de produção mais sustentáveis". "Fortalecimento dos espaços de Gestão Social Participativa e da Política Territorial, com base na articulação institucional, inclusão econômica e acesso aos mercados". "Construir uma ação articulada e integrada com as Secretarias de Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Segurança Pública para atuação no meio rural". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial".
Parcialmente atendida, principalmente com apoio a eventos estaduais, a exemplo da Femulti, Ficro, Fenavale, FEM, Mossoró Oil & Gas e Fenacam.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
Não há restrições impositivas que comprometam o resultado considerando em fase contínua de execução.

Recomendações:
Não há recomendação expressa.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.
Programa em execução contínua.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04007 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00202 Prospectar, atrair investimentos e estimular a implantar novas empresas de médio e grande porte, com elevado conteúdo tecnológico, impacto dinamizador sobre a base produtiva e com ampla capacidade de geração de empregos
Códigos das metas: 0448 Compor uma carteira de projetos para atração de investimentos para Estado
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: Objetivo apreciado com as demais ações de CT&I com destaque para o projeto do PAX/RN que transformará a realidade estadual no perfil de investimentos de médio e grande portes; aliado ao PROEDI, reformulado, este Objetivo exige constantes preparação, articulação e ação do Governo do Estado, em especial, da SEDEC (e suas coligadas).

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. ”Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Liderar e executar a reconfiguração das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE’s) existentes no RN, de forma a propiciar-lhes viabilidade econômica e atratividade aos empreendedores”. A política de atração de investimentos industriais, com os incentivos do PROEDI, resultou no aumento constante de empregos diretos gerados e novos empreendimentos no RN. A parceria com o PAX/RN (com início das atividades em 2023) poderá gerar novos investimentos.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0448 Compor uma carteira de projetos para atração de investimentos para Estado

Avaliação da Meta: Meta contínua com discussão com outros órgãos estaduais que atuam no desenvolvimento socioeconômico, a exemplo da Sape, Fazenda, Idema, Sedraf etc.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. ”Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Liderar e executar a reconfiguração das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE’s) existentes no RN, de forma a propiciar-lhes viabilidade econômica e atratividade aos empreendedores”.
Meta concluída e discussão realizada continuamente. As ações para a atratividade de novos investimentos e ampliação dos existentes têm a participação do Idema (licenciamento ambiental) e da AGN (crédito com taxas de juros competitivas).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo “quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância” em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
As principais restrições à expansão econômica são estruturais, impactadas pela situação nacional.

Recomendações:
Não há indicação de recomendações.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

A política de atração e prospecção de novos investimentos tem demonstrado resultados positivos. Na SEDEC os programas PROEDI, RN Gás Mais, Pró-Sertão, desenvolvimento de áreas industriais e desenvolvimento energética são importantes para os resultados.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04007 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00203 Apoiar o desenvolvimento de mais empresas com foco no mercado exportador e fomentar a integração às grandes cadeias internacionais
Códigos das metas: 0451 Participar dos grandes eventos de negócios nacionais e internacionais, e diversificar a pauta de exportações do Estado.
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: Os efeitos da pandemia do Covid-19 prejudicaram o avanço deste Objetivo, considerando a queda do comércio internacional. A integração no cenário externo no contexto estadual, participando da cadeia produtiva e/ou comercial, alavancará a produção estadual, o indicador de emprego formal e a utilização dos pontos de exportação, os portos (Natal e Areia Branca) e o aeroporto (São Gonçalo do Amarante).

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. ”Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. “Liderar e executar a reconfiguração das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE’s) existentes no RN, de forma a propiciar-lhes viabilidade econômica e atratividade aos empreendedores”. A SEDEC participou de missões internacionais e recebeu representantes de outros países e grupos de investimento com interesse em diferentes setores da economia do RN. A internacionalização das atividades de produção de energia e no setor mineral foram destaques em eventos especializados. Objetivo está em pleno acordo com as Diretrizes indicadas do Eixo 4.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0451 Participar dos grandes eventos de negócios nacionais e internacionais, e diversificar a pauta de exportações do Estado.

Avaliação da Meta: Proposta para ampliar a internacionalização da economia do RN e divulgar oportunidades de negócios.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa". "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial". "Liderar e executar a reconfiguração das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE's) existentes no RN, de forma a propiciar-lhes viabilidade econômica e atratividade aos empreendedores".
Foram realizadas missões nacionais e internacionais além da participação em feiras e eventos comerciais no RN com visibilidade para o mercado internacional (FEM, Expofruit, Mossoró Oil & Gas).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
Não há restrições relevantes a apontar.

Recomendações:
Não há indicação de recomendações.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.
Resultados positivos com as ações do Governo do Estado e da SEDEC.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04007 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00204 Apoiar e fomentar o adensamento das Micro e Pequenas Empresas, com arranjos produtivos similares ou complementares, ligadas ou não a uma empresa âncora, com especial atenção para as oficinas de costuras (facções)
Códigos das metas: 0459 Ampliar número de participantes do PROSERTÃO e de Arranjos produtivos locais em funcionamento.
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: Objetivo de grande relevância para o setor de confecções no Estado com as oficinas de costura mas que, face aos efeitos econômicos vigentes, ficou (parcialmente) prejudicado, apesar das ações já implementadas em busca de novas empresas integradoras para formalização de parceria com a cerca de centena de oficinas de costura registradas no Estado. Em 2022 contratação do Senai para qualificar a mão de obra profissional em 37 municípios do Estado, ampliando a possibilidade de novos investimentos para assegurar a expansão das oficinas de costura.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. ”Apoiar o segmento da indústria salineira e articular o seu desenvolvimento”. “Apoiar o segmento da indústria têxtil e de confecções e articular o seu desenvolvimento”. ”Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. Processo de contratação para qualificação profissional nas oficinas de costura, com o Senai-RN, ocorreu ao longo de 2023.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0459 Ampliar número de participantes do PROSERTÃO e de Arranjos produtivos locais em funcionamento.

Avaliação da Meta: Proposta de ampliar o número de empreendimentos e empresários vinculados ao Pró-Sertão.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. ”Apoiar o segmento da indústria salineira e articular o seu desenvolvimento”. “Apoiar o segmento da indústria têxtil e de confecções e articular o seu desenvolvimento”. ”Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”.
Processo de contratação para qualificação profissional nas oficinas de costura, com o Senai-RN, ocorreu ao longo de 2023.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo “quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância” em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
Não há restrições a apontar.

Recomendações:
Não há indicação de recomendação expressa.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.
Programa em execução.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04007 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00205 Adequar e incrementar infraestruturas e logísticas dos Distritos Industriais para melhorar a competitividade das empresas existentes, assim como a atração e implantação de novas empresas.
Códigos das metas: 0467 Implementar infraestrutura adequada nos Distritos Industriais do Estado com o engajamento de outros órgãos executores
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: Objeto relevante para tornar mais atrativa a captação de novos empreendimentos nos distritos industriais gerenciados pelo Governo do Estado como também pelas prefeituras. Em 2021 foram firmadas parcerias com as Prefeituras de Caraúbas, São Paulo do Potengi e São Gonçalo do Amarante para implantação dos primeiros distritos empresariais no Estado.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. As parcerias foram realizadas com as prefeituras, que farão os investimentos de infraestrutura.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0467 Implementar infraestrutura adequada nos Distritos Industriais do Estado com o engajamento de outros órgãos executores

Avaliação da Meta: Em 2021 foram firmadas parcerias com as Prefeituras de Caraúbas, São Paulo do Potengi e São Gonçalo do Amarante e em 2022 com a Prefeitura de Caicó para implantação dos primeiros distritos empresariais no Estado; as obras de infraestrutura serão de responsabilidade de cada prefeitura.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. As parcerias foram realizadas com as prefeituras, que farão os investimentos de infraestrutura.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.
Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la: Não há relevantes restrições a apontar.
Recomendações: Não há recomendações expressas a apontar.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores. As iniciativas estão sendo implantadas com as parcerias municipais.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04007 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00207 Firmar parcerias junto ao segmento industrial, visando o apoio e incentivo a educação de qualidade e a qualificação profissional
Códigos das metas: 0475 Integrar o SISTEMA S da 132ndústria ao sistema de ensino profissionalizante estadual (Fortalecer o ensino, pesquisa e inovação).
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: Objetivo realizado, ainda que parcialmente, considerando as medidas restritivas de circulação de pessoas. A qualificação profissional é cada vez mais exigida nas chamadas “indústria 4.0” e exige constante parceria entre o Governo do Estado e o chamado Sistema “S”.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. ”Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. ”Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. Parceria realizada com a contratação do Senai-RN para o curso de qualificação profissional em oficinas de costura e articulação com o Sistema S nas reuniões das Câmaras Setoriais.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0475 Integrar o SISTEMA S da 132ndústria ao sistema de ensino profissionalizante estadual (Fortalecer o ensino, pesquisa e inovação).

Avaliação da Meta: Parceria realizada com a contratação do Senai-RN para o curso de qualificação profissional em oficinas de costura.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. ”Ampliação da

infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN".
Parceria realizada com a contratação do Senai-RN para o curso de qualificação profissional em oficinas de costura para atender 37 cidades, cada uma delas com qualificação para 50 pessoas.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
Não há relevantes restrições a apontar.

Recomendações:
Não há recomendações expressas a apontar.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.
Meta e iniciativa em execução ao longo de 2023.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04007 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00208 Melhorar e reavaliar a política de concessão de benefícios e incentivos fiscais e financeiros, tanto para atração de investimentos, quanto para o desenvolvimento, visando a consolidação e manutenção do parque industrial, com o PROEDI - Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial e o RN GAS MAIS - Programa de Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo do Gás Natural, priorizando e valorizando as Micro e Pequenas Empresas
Códigos das metas: 0487 Atualizar e migrar os processos requisitados PROADI para o PROEDI. Atualizar e acompanhar empresas com o incentivo do RN GAS MAIS.
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: Objetivos alcançados com o novo PROEDI (aperfeiçoado em 2020 e em 2021) e com a regularidade do RN Gás Mais (parcerias com Idema e Potigás). São instrumentos efetivos que reforçam a política de captação de novos investimentos e valorizam as empresas no Estado.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. ”Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos” . “Apoiar o segmento da indústria têxtil e de confecções e articular o seu desenvolvimento”. “Apoiar o segmento da indústria ceramista e articular o seu desenvolvimento”. Migração para o PROEDI realizada e acompanhamento do RN Gás Mais de forma contínua. Em pleno acordo com as Diretrizes indicadas do Eixo 4.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0487 Atualizar e migrar os processos requisitados PROADI para o PROEDI. Atualizar e acompanhar empresas com o incentivo do RN GAS MAIS.

Avaliação da Meta: Meta plenamente realizada, já em 2019.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
“Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. ”Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos” . “Apoiar o segmento da indústria têxtil e de confecções e articular o seu desenvolvimento”. “Apoiar o segmento da indústria ceramista e articular o seu desenvolvimento”.
Meta plenamente realizada, já em 2019.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo “quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância” em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
Meta realizada.

Recomendações:
Meta realizada.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.
Meta realizada.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04007 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00210 Apoiar, intermediar e fomentar o acesso ao crédito produtivo
Códigos das metas: 0491 Utilizar a SALA DO EMPREENDEDOR e as RODADAS DE NEGÓCIO
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: O Objetivo foi aprimorado com a elaboração do programa RN Empreendedor, objeto de discussões com o Banco do Nordeste, Sebrae e Junta Comercial para ampliar a divulgação e o acesso ao microcrédito, inclusive para empreendedores informais. Atualmente uma das dificuldades para os novos empreendedores é o acesso ao crédito e em condições mais adequadas ao perfil do empreendimento e à capacidade de financiamento. O RN Empreendedor continuou em 2023.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: ”Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. ”Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos” As salas dos empreendedores, criadas pelas prefeituras municipais, com apoio do Sebrae, estavam representadas nos eventos comerciais apoiados pela SEDEC. Em pleno acordo com as Diretrizes indicadas do Eixo 4.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0491 Utilizar a SALA DO EMPREENDEDOR e as RODADAS DE NEGÓCIO

Avaliação da Meta: O Objetivo foi aprimorado com a elaboração do programa RN Empreendedor, objeto de discussões com o Banco do Nordeste, Sebrae e Junta Comercial para ampliar a divulgação e o acesso ao microcrédito, inclusive para empreendedores informais. Atualmente uma das dificuldades para os novos empreendedores é o acesso ao crédito e em condições mais adequadas ao perfil do empreendimento e à capacidade de financiamento. O RN Empreendedor continuou em 2023.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: ”Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. ”Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”
O Objetivo foi aprimorado com a elaboração do programa RN Empreendedor, objeto de discussões com o Banco do Nordeste, Sebrae e Junta Comercial para ampliar a divulgação e o acesso ao microcrédito, inclusive para empreendedores informais. Atualmente uma das dificuldades para os novos empreendedores é o acesso ao crédito e em condições mais adequadas ao perfil do empreendimento e à capacidade de financiamento. O RN Empreendedor continuou em 2023.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo “quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância” em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
Não há restrições essenciais a apontar.

Recomendações:
Não há recomendações expressas.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

Considerando os fatores mencionados, os resultados não podem ser dimensionados plenamente.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04007 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00212 Firmar parceria com o Governo Federal, objetivando recuperar e ampliar a capacidade de operação do Porto-Ilha de Areia Branca
Códigos das metas: 0499 Apresentar projeto completo de operações do porto, inclusive com a integração logistica de escoamento de cargas.
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: Objetivo em reavaliação considerando a licitação para nova concessão pelo Governo Federal.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. ”Apoiar o segmento da indústria salineira e articular o seu desenvolvimento”. ”Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. O terminal do Porto-Ilha foi transferido para a iniciativa privada.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0499 Apresentar projeto completo de operações do porto, inclusive com a integração logistica de escoamento de cargas.

Avaliação da Meta: Em reavaliação considerando a licitação da nova concessão pelo Governo Federal.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. ”Apoiar o segmento da indústria salineira e articular o seu desenvolvimento”. ”Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. O terminal do Porto-Ilha foi transferido para a iniciativa privada.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.
Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la: As principais restrições foram de ordem externa, como indicado.
Recomendações: As principais restrições foram de ordem externa, como indicado; portanto, não há indicação de recomendação expressa.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores. Considerando os fatores externos, os resultados não podem ser dimensionados plenamente.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04007 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00214 Implementar infraestrutura logística adequada para a exploração plena das potencialidades do Estado, bem como garantir competitividade das empresas existentes e a atração de novos investimentos
Códigos das metas: 0939 Elaborar projeto base e estudos de viabilidade do Porto Indústria do Litoral Norte e da intragração ferroviária do Estado.
Códigos das iniciativas: 00526 Criar grupo de trabalho e articular com Academia e Entidades do Sitema S.
Avaliação Geral do Objetivo: Objetivo em apreciação considerando os estudos iniciados em 2021 para avaliação da implantação de novo porto, na cidade de Porto do Mangue.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. ”Apoiar o segmento da indústria salineira e articular o seu desenvolvimento”. “Realizar o levantamento de toda a malha ferroviária do Estado, inclusive quanto às servidões ainda existentes (mesmo sem trilhos e dormentes) com vistas a promover, mobilizar e apoiar investimentos na recuperação e operação de ramais ferroviários existentes, e mobilizar ações para viabilizar a expansão e integração inteligente da malha ferroviária aos demais modais e ativos logísticos do Estado”. “Realizar o planejamento integrado e as ações de viabilização para obter, gerir e executar os investimentos relativos à manutenção, aprimoramento e expansão da malha rodoviária do Estado, com atenção às componentes logísticas (escoamento da produção local) e socioeconômica (escala de beneficiados diretos) quanto à priorização dos recursos próprios e acentuando as parcerias com o Governo Federal e a iniciativa privada”. Contratada consultoria para elaboração do projeto de avaliação locacional do novo porto, com indicação do melhor local em Caiçara do Norte e articulada participação da CNT para elaboração de estudos sobre a ferrovia.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0939 Elaborar projeto base e estudos de viabilidade do Porto Indústria do Litoral Norte e da intragração ferroviária do Estado.

Avaliação da Meta: Proposta para viabilizar estudos técnicos especializados sobre o novo porto e o projeto das ferrovias.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. ”Apoiar o segmento da indústria salineira e articular o seu desenvolvimento”. “Realizar o levantamento de toda a malha ferroviária do Estado, inclusive quanto às servidões ainda existentes (mesmo sem trilhos e dormentes) com vistas a promover, mobilizar e apoiar investimentos na recuperação e operação de ramais ferroviários existentes, e mobilizar ações para viabilizar a expansão e integração inteligente da malha ferroviária aos demais modais e ativos logísticos do Estado”. “Realizar o planejamento integrado e as ações de viabilização para obter, gerir e executar os investimentos relativos à manutenção, aprimoramento e expansão da malha rodoviária do Estado, com atenção às componentes logísticas (escoamento da produção local) e socioeconômica (escala de beneficiados diretos) quanto à priorização dos recursos próprios e acentuando as parcerias com o Governo Federal e a iniciativa privada”.
Contratada consultoria para elaboração do projeto de avaliação locacional do novo porto, com indicação do melhor local em Caiçara do Norte e articulada participação da CNT para elaboração de estudos sobre a ferrovia.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00526 Criar grupo de trabalho e articular com Academia e Entidades do Sitema S.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa realizada, sem custo adicional para a SEDEC.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. ”Apoiar o segmento da indústria salineira e articular o seu desenvolvimento”. “Realizar o levantamento de toda a malha ferroviária do Estado, inclusive quanto às servidões ainda existentes (mesmo sem trilhos e dormentes) com vistas a promover, mobilizar e apoiar investimentos na recuperação e operação de ramais ferroviários existentes, e mobilizar ações para viabilizar a expansão e integração inteligente da malha ferroviária aos demais modais e ativos logísticos do Estado”. “Realizar o planejamento integrado e as ações de viabilização para obter, gerir e executar os investimentos relativos à manutenção, aprimoramento e expansão da malha rodoviária do Estado, com atenção às componentes logísticas (escoamento da produção local) e socioeconômica (escala de beneficiados diretos) quanto à priorização dos recursos próprios e acentuando as parcerias com o Governo Federal e a iniciativa privada”.
Iniciativa que exige contínuo e constante diálogo seja na implantação e implementação de ações em busca dos resultados traçados no Programa de Governo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os resultados alcançados estão em acordo “quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância” em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.
Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la: Não houve restrições essenciais para a obter o resultado esperado.
Recomendações: As principais restrições são de ordem externa; não há indicação de recomendação expressa.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores. Resultados positivos com o estudo locacional do novo local do porto indústria e da participação da CNT nos estudos da ferrovia.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04007 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00215 Apoiar a modernização da cadeia produtiva, desenvolver novos mercados e incentivar o desenvolvimento de produtos com maior valor agregado
Códigos das metas: 0505 Promover novos programas de estimulos para os segmentos de alimentação (PESCADOS / PROASININOS)
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: Proposta para promover a economia produtiva do RN, em diferentes segmentos produtivos.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.
O novo PROEDI criou incentivos para todas as cadeias produtivas industriais. Em pleno acordo com as Diretrizes indicadas do Eixo 4.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0505 Promover novos programas de estimulos para os segmentos de alimentação (PESCADOS / PROASININOS)

Avaliação da Meta: Os incentivos foram criados pela SEDEC para as atividades industriais, com o PROEDI.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. “Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. “Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”.

O novo PROEDI criou incentivos para todas as cadeias produtivas industriais.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
Não há relevantes restrições a apontar.

Recomendações:
Não há recomendações expressas a apontar.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.
O novo PROEDI criou incentivos para todas as cadeias produtivas industriais, com resultados efetivos em todo o RN e as mais de 230 empresas registradas no Programa, em 2023.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04007 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00216 Apoiar, incentivar e atrair para o estado, indústrias que tem o sal como item importante ou estratégico no seu custo ou base produtiva
Códigos das metas: 0940 Criar um polo industrial químico
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: Considerando o resultado na economia nacional, resultante da pandemia do Covid-19, este importante Objetivo não pode ser iniciado como planejado. O sal, rica matéria-prima do Estado, merece melhor aproveitamento em projetos industriais que valorizam o produto potiguar e aportem maior valor agregado em sua exploração econômica.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”,”Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. ”Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. ”Apoiar o segmento da indústria salineira e articular o seu desenvolvimento”. “Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia”. Realizadas reuniões com potenciais interessados no polo químico, com expectativa de que o novo Porto Indústria Verde possa revalidar a proposta e atrair empresas interessadas no projeto.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0940 Criar um polo industrial químico

Avaliação da Meta:
Em função da redução da atividade econômica nacional, a Meta foi reprogramada para novo período.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”,”Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. ”Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Liderar, fomentar e apoiar a revitalização das atividades e os investimentos na exploração, produção, transporte, armazenamento, refino e distribuição de petróleo, gás natural e seus derivados, a partir da defesa e manutenção da atuação da Petrobras no Estado, e dos incentivos ao fortalecimento, capacitação e diversificação da rede de empresas locais fornecedoras e prestadores de serviços”. “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. ”Apoiar o segmento da indústria salineira e articular o seu desenvolvimento”. “Apoiar o investimento e o desenvolvimento dos setores energéticos do Estado (petróleo, gás natural, energia eólica, energia solar, biomassa, biogás e biocombustíveis) junto ao Governo Federal, administrações municipais e iniciativa privada e, concomitantemente, estimular a criação de emprego e renda no Estado como decorrência destes investimentos, promover a geração de energia local como fator de atração para o investimento em outros setores e almejar o acesso universal à energia”.
Em função da redução da atividade econômica nacional, a Meta foi reprogramada para novo período. Com o projeto do Porto Indústria Verde abre-se nova perspectiva para o polo.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo “quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância” em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os ano.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
Restrições de ordem externa, macroeconômicas. A SEDEC está desenvolvendo o projeto do Porto Indústria Verde.

Recomendações:
Não há recomendações expressas a apontar.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

Meta reprogramada; os resultados não podem ser dimensionados plenamente em 2023, considerando os avanços com o projeto do Porto Indústria Verde.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04007 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00218 Apoiar e incentivar feiras, eventos e concursos, objetivando fortalecer e promover o produto potiguar
Códigos das metas: 0941 Concretizar um calendário local de feiras de negócios e garantir a participação do Estado nas mais relevantes feiras nacionais.
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: Programação antecipada dos eventos com a criação de um “calendário local”.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. ”Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Fortalecer a Agricultura Familiar do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, o acesso à terra, agregação de valor e inserção nos mercados”. “Apoiar as atividades do Agronegócio Potiguar, priorizando a infraestrutura logística, abertura de novos mercados e a transição para sistemas de produção mais sustentáveis”. ”Fortalecimento dos espaços de Gestão Social Participativa e da Política Territorial, com base na articulação institucional, inclusão econômica e acesso aos mercados”. ”Construir uma ação articulada e integrada com as Secretarias de Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Segurança Pública para atuação no meio rural”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. A SEDEC apoiou e participou de eventos (feiras comerciais) no RN. A realização de um calendário antecipado dos eventos depende, também, da programação antecipada de todos os organizadores e promotores.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0941 Concretizar um calendário local de feiras de negócios e garantir a participação do Estado nas mais relevantes feiras nacionais.

Avaliação da Meta: Programação antecipada dos eventos com a criação de um “calendário”.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.

É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa”. ”Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL”. “Fortalecer a Agricultura Familiar do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, o acesso à terra, agregação de valor e inserção nos mercados”. “Apoiar as atividades do Agronegócio Potiguar, priorizando a infraestrutura logística, abertura de novos mercados e a transição para sistemas de produção mais sustentáveis”. ”Fortalecimento dos espaços de Gestão Social Participativa e da Política Territorial, com base na articulação institucional, inclusão econômica e acesso aos mercados”. ”Construir uma ação articulada e integrada com as Secretarias de Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Segurança Pública para atuação no meio rural”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”.

A SEDEC apoiou e participou de eventos (feiras comerciais) no RN. A realização de um calendário antecipado dos eventos depende, também, da programação antecipada de todos os organizadores e promotores. Em 2023 foram a Expofruit, Fenacam e Mossoró Oil & Gás além da participação na Wind Power e BIF e no seminário internacional, na China.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os resultados alcançados estão em acordo “quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância” em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
As principais restrições são orçamentárias, para cumprir com um calendário mais extenso de participação.

Recomendações:
Não há indicação de recomendação expressa.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

A SEDEC apoiou e participou de eventos (feiras comerciais) no RN. A realização de um calendário antecipado dos eventos depende, também, da programação antecipada de todos os organizadores e promotores. Em 2023 foram a Expofruit, Fenacam e Mossoró Oil & Gás além da participação na Wind Power e BIF e no seminário internacional, na China.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04007 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA DE INCENTIVOS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00413 Criar um Ambiente Seguro e Favorável para Empreender, Fomentara Economia Solidária e as Micro e Pequenas
Códigos das metas: 0562 Fomentar a inovação tecnológica e firmar parcerias com órgãos de pesquisa
Códigos das iniciativas: 01564 Firmar parcerias com 152rgãos de pesquisa
Avaliação Geral do Objetivo: Algumas iniciativas acompanharam a realização parcial deste Objetivo, as restrições de circulação impediram a realização de novos eventos que promoveriam o empreendedorismo, a economia solidária e as MPE, contribuindo para o fortalecimento de um ambiente seguro e favorável aos negócios no Estado. Implantada, no âmbito do Governo Estadual, novas políticas públicas, dentre elas a de incentivo à Economia Solidária.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. ”Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Fortalecer a Agricultura Familiar do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, o acesso à terra, agregação de valor e inserção nos mercados” ”Apoiar as atividades do Agronegócio Potiguar, priorizando a infraestrutura logística, abertura de novos mercados e a transição para sistemas de produção mais sustentáveis”. ”Fortalecimento dos espaços de Gestão Social Participativa e da Política Territorial, com base na articulação institucional, inclusão econômica e acesso aos mercados”. ”Construir uma ação articulada e integrada com as Secretarias de Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Segurança Pública para atuação no meio rural”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. A programação de atividades da SEDEC está em pleno acordo com as Diretrizes indicadas do Eixo 4.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0562 Fomentar a inovação tecnológica e firmar parcerias com órgãos de pesquisa

Avaliação da Meta: Proposta de ampliação de parcerias institucionais para melhor desenvolvimento das políticas públicas

em CT&I.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. ”Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Fortalecer a Agricultura Familiar do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, o acesso à terra, agregação de valor e inserção nos mercados” ”Apoiar as atividades do Agronegócio Potiguar, priorizando a infraestrutura logística, abertura de novos mercados e a transição para sistemas de produção mais sustentáveis”. ”Fortalecimento dos espaços de Gestão Social Participativa e da Política Territorial, com base na articulação institucional, inclusão econômica e acesso aos mercados”. ”Construir uma ação articulada e integrada com as Secretarias de Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Segurança Pública para atuação no meio rural”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”.
Proposta de ampliação de parcerias institucionais para melhor desenvolvimento das políticas públicas em CT&I, com Senai-RN, UFRN e PAX/RN.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01564 Firmar parcerias com 153rgãos de pesquisa

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Firmada parceria com o Sistema Fiern, UFRN e PAX/RN.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. ”Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Fortalecer a Agricultura Familiar do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, o acesso à terra, agregação de valor e inserção nos mercados” ”Apoiar as atividades do Agronegócio Potiguar, priorizando a infraestrutura logística, abertura de novos mercados e a transição para sistemas de produção mais sustentáveis”. ”Fortalecimento dos espaços de Gestão Social Participativa e da Política Territorial, com base na articulação institucional, inclusão econômica e acesso aos mercados”. ”Construir uma ação articulada e integrada com as Secretarias de Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Segurança Pública para atuação no meio rural”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”.
Contratos de consultoria, convênios e termos de fomento firmados com a UFRN, Sistema S e PAX/RN em energias renováveis, Porto Indústria Verde, Offshore e Hidrogênio Verde.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando

o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.
Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la: Meta em execução, sem restrições impactantes para seu resultado.
Recomendações: Não há recomendações.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores. Programa em execução contínua.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04008 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: COMÉRCIO E SERVIÇOS

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00211 Criar um Ambiente Seguro e Favorável para Empreender, Fomentara Economia Solidária e as Micro e Pequenas Apoiar, incentivar e participar dos eventos de exposição e divulgação dos potenciais do Estado como forma de fomentar o desenvolvimento econômico
Códigos das metas: 0090 Apoiar a participação de Feiras de Negócios Nacionais e Internacionais
Códigos das iniciativas: 00240 Participação e apoio à participação
Avaliação Geral do Objetivo: Várias iniciativas foram realizadas neste Objetivo, para fortalecimento da representatividade setorial das entidades organizadoras e dos eventos regionais, com sua importância para a economia local.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. ”Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado”. “Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial”. A SEDEC apoiou/participou de vários eventos no RN em 2023: Expofruit, Fenacam, FEM, Mossoró Oil & Gás etc.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0090 Apoiar a participação de Feiras de Negócios Nacionais e Internacionais

Avaliação da Meta: A SEDEC apoiou/participou de vários eventos no RN em 2023: Expofruit, Fenacam, FEM, Mossoró Oil & Gás etc.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração”. ”Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a

inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial".
A SEDEC apoiou/participou de vários eventos no RN em 2023: Expofruit, Fenacam, FEM, Mossoró Oil & Gás etc. Participou da Wind Power, BIF etc e da missão internacional à China.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
00240 Participação e apoio à participação

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
A SEDEC apoiou/participou de vários eventos no RN em 2023: Expofruit, Fenacam, FEM, Mossoró Oil & Gás etc.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Propiciar um ambiente institucional favorável para a implementação da legislação e integração". "Valorização e fomento dos setores econômicos do RN, preferencialmente as micro e pequenas empresas e atividades da economia solidária, por meio de uma Agência de Fomento que promova o desenvolvimento e a inovação dos segmentos empresariais consolidados e potenciais do estado". "Fortalecer os setores de comércio e serviços, promovendo o desenvolvimento territorial".
A SEDEC apoiou/participou de vários eventos no RN em 2023: Expofruit, Fenacam, FEM, Mossoró Oil & Gás etc. Participou da Wind Power, BIF etc e da missão internacional à China.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
As restrições para participação/apoio à mais eventos é de ordem orçamentária.

Recomendações:
Não há indicação de recomendação expressa.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

Considerando os fatores externos, os resultados alcançados podem ser considerados positivos.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04010 DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00220 Promover e incentivar a interiorização das empresas, criando polos de desenvolvimento da indústria
Códigos das metas: 0942 Criar um Plano de novos empreendimentos seguindo rotas de potencial interesse – BR 101 / 304 (ROTAS DO DESENVOLVIMENTO)
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: Objeto iniciado em 2020 com a nova política implantada com o PROEDI mas, em construção com a nova proposta de criação, em parceria com as prefeituras, dos chamados distritos empresariais. Continuada em 2021/23 com as parcerias para implantação de distritos empresariais (acordos firmados com as Prefeituras de Caraúbas, São Paulo do Potengi e São Gonçalo do Amarante).

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. ”Apoiar o segmento da indústria salineira e articular o seu desenvolvimento”. “Realizar o planejamento integrado e as ações de viabilização para obter, gerir e executar os investimentos relativos à manutenção, aprimoramento e expansão da malha rodoviária do Estado, com atenção às componentes logísticas (escoamento da produção local) e socioeconômica (escala de beneficiados diretos) quanto à priorização dos recursos próprios e acentuando as parcerias com o Governo Federal e a iniciativa privada”. Proposta não formalizada, mas com ações diversas realizadas pela SEDEC em 2023, no contexto da proposta.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0942 Criar um Plano de novos empreendimentos seguindo rotas de potencial interesse – BR 101 / 304 (ROTAS DO DESENVOLVIMENTO)

Avaliação da Meta: Revisão da proposta das Rotas para redirecionamento e nova contextualização, com as representações de entidades empresariais.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.

É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoio ao setor industrial e política de incentivos”. ”Apoiar o segmento da indústria salineira e articular o seu desenvolvimento”. “Realizar o planejamento integrado e as ações de viabilização para obter, gerir e executar os investimentos relativos à manutenção, aprimoramento e expansão da malha rodoviária do Estado, com atenção às componentes logísticas (escoamento da produção local) e socioeconômica (escala de beneficiados diretos) quanto à priorização dos recursos próprios e acentuando as parcerias com o Governo Federal e a iniciativa privada”.
Revisão da proposta das Rotas para redirecionamento e nova contextualização, com as representações de entidades empresariais.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo “quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância” em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
Necessária revisão do projeto para redefinição da melhor forma de sua implementação.

Recomendações:
Não há indicação de recomendação expressa.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.
Meta reprogramada; os resultados não podem ser dimensionados plenamente.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04010 DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00222 Incentivar a formação de cooperativas, associações e centrais de compras para a cadeia produtiva de têxtil e confecções
Códigos das metas: 0522 Atualizar e reativar o PROSERTÃO e APLs
Códigos das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.
Avaliação Geral do Objetivo: Objetivo complementar ao propósito de fortalecimento da cadeia produtiva beneficiária das oficinas de costura; a edição da LC das MPE ampliou a divulgação de vantagens e oportunidades para cooperativas e associações no Estado. O Pró-Sertão está em execução.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoiar o segmento da indústria têxtil e de confecções e articular o seu desenvolvimento”. Pró-Sertão em contínua atividade, com possibilidade de ampliação considerando a contratação do Senai-RN para formação profissional nas oficinas de costura. Em pleno acordo com as Diretrizes indicadas do Eixo 4.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0522 Atualizar e reativar o PROSERTÃO e APLs

Avaliação da Meta: Parceria planejada com o Senai-RN para qualificação de mão de obra paras as oficinas de costura, com treinamento de 2.000 pessoas em 37 municípios.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Apoiar o segmento da indústria têxtil e de confecções e articular o seu desenvolvimento”. Pró-Sertão em contínua atividade, com possibilidade de ampliação considerando a contratação do Senai-RN para formação profissional nas oficinas de costura: 37 municípios, com 50 pessoas treinadas em cada cidade.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas: Não há iniciativa associada ao Objetivo.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.
Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la: Não há restrições essenciais a apontar.
Recomendações: Não há indicação de recomendação expressa.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores. Ações em andamento para conclusão do objetivo.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 04010 DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00411 Criação de programas para Melhorar a Condição de Vida no Meio Rural
Códigos das metas: 0571 Apoiar infraestrutura, programas e ações que promovam o acesso à cultura, esporte, lazer e meios de comunição e de inclusão digital para a juventude rural;
Códigos das iniciativas: 01567 Promover o acesso à cultura, esporte, lazer e meios de comunicação e de inclusão digital para a juventude rural
Avaliação Geral do Objetivo: Meta a ser reavaliada com os parceiros setoriais.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)”. ”Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte”. ”Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN”. “Fortalecer a Agricultura Familiar do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, o acesso à terra, agregação de valor e inserção nos mercados”. ”Apoiar as atividades do Agronegócio Potiguar, priorizando a infraestrutura logística, abertura de novos mercados e a transição para sistemas de produção mais sustentáveis”. ”Fortalecimento dos espaços de Gestão Social Participativa e da Política Territorial, com base na articulação institucional, inclusão econômica e acesso aos mercados”. ”Construir uma ação articulada e integrada com as Secretarias de Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Segurança Pública para atuação no meio rural”. Meta a ser reavaliada com os parceiros setoriais.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0571 Apoiar infraestrutura, programas e ações que promovam o acesso à cultura, esporte , lazer e meios de comunição e de inclusão digital para a juventude rural;

Avaliação da Meta: Meta a ser reavaliada com os parceiros setoriais.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: “Fomentar a

expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Fortalecer a Agricultura Familiar do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, o acesso à terra, agregação de valor e inserção nos mercados". "Apoiar as atividades do Agronegócio Potiguar, priorizando a infraestrutura logística, abertura de novos mercados e a transição para sistemas de produção mais sustentáveis". "Fortalecimento dos espaços de Gestão Social Participativa e da Política Territorial, com base na articulação institucional, inclusão econômica e acesso aos mercados". "Construir uma ação articulada e integrada com as Secretarias de Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Segurança Pública para atuação no meio rural".
Meta a ser reavaliada com os parceiros setoriais.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01567 Promover o acesso à cultura, esporte, lazer e meios de comunicação e de inclusão digital para a juventude rural

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Meta a ser reavaliada com os parceiros setoriais.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 4: "Fomentar a expansão e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)". "Ampliação da infraestrutura física, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de informações turísticas do Rio Grande do Norte". "Articular e fortalecer as políticas de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas áreas estratégicas do RN". "Fortalecer a Agricultura Familiar do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, o acesso à terra, agregação de valor e inserção nos mercados". "Apoiar as atividades do Agronegócio Potiguar, priorizando a infraestrutura logística, abertura de novos mercados e a transição para sistemas de produção mais sustentáveis". "Fortalecimento dos espaços de Gestão Social Participativa e da Política Territorial, com base na articulação institucional, inclusão econômica e acesso aos mercados". "Construir uma ação articulada e integrada com as Secretarias de Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Segurança Pública para atuação no meio rural".
Meta a ser reavaliada com os parceiros setoriais.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de

investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.
Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la: Meta a ser reavaliada com os parceiros setoriais.
Recomendações: Não há indicação de recomendação expressa.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão: 20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Nome do Programa Temático: 05001 NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00410 Garantir o Equilíbrio Fiscal e Melhorar a Qualidade e Eficiência dos Gastos Públicos
Códigos das metas: 0573 Aprimorar a política de isenções fiscais com vistas à geração de emprego e renda
Códigos das iniciativas: 01568 Aprimorar a política de isenções fiscais
Avaliação Geral do Objetivo: Objetivo primordial para a garantia de que as políticas públicas a atual Gestão possam ser implantadas com a maior efetividade e brevidade possíveis. Para a SEDEC, uma das contribuições efetivas foi a extinção do Proadi e a transformação em PROEDI que não somente emitiu a inclusão de novas empresas no Programa como reduziu as despesas orçamentárias impostas pelo sistema de benefícios antigo.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 5: “Realizar o planejamento participativo, urgente e eficaz de um sistema integrado de logística e transportes para o Estado, de forma a atrair investimento para as obras de infraestrutura e operação dos modais necessários”. “Melhoria da eficiência dos gastos públicos”. ”Melhorar a gestão das receitas e despesas de capital, reduzindo despesas e ampliando receitas” e“ Modernização da estrutura administrativa do Estado”. A adoção do PROEDI permitiu a aprimoração da política estadual de incentivos. Em pleno acordo com as Diretrizes indicadas do Eixo 4.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0573 Aprimorar a política de isenções fiscais com vistas à geração de emprego e renda

Avaliação da Meta: Mera realizada (e em contínua revisão e adequação à realidade econômica e legislação federal).

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução. É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 5: “Realizar o planejamento participativo, urgente e eficaz de um sistema integrado de logística e transportes para o Estado, de forma a atrair investimento para as obras de infraestrutura e operação dos modais necessários”. “Melhoria da eficiência dos gastos públicos”. ”Melhorar a gestão das receitas e despesas de capital, reduzindo despesas e ampliando receitas” e“ Modernização da estrutura administrativa do

Estado".
A adoção do PROEDI permitiu a aprimoração da política estadual de incentivos. Em pleno acordo com as Diretrizes indicadas do Eixo 4.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01568 Aprimorar a política de isenções fiscais

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Meta realizada com o aprimoramento do PROEDI.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 5: "Realizar o planejamento participativo, urgente e eficaz de um sistema integrado de logística e transportes para o Estado, de forma a atrair investimento para as obras de infraestrutura e operação dos modais necessários". "Melhoria da eficiência dos gastos públicos". "Melhorar a gestão das receitas e despesas de capital, reduzindo despesas e ampliando receitas" e" Modernização da estrutura administrativa do Estado".
A adoção do PROEDI permitiu a aprimoração da política estadual de incentivos.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo "quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância" em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
Meta realizada.

Recomendações:
Meta realizada.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

Meta realizada.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código do Órgão:
20000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação

Nome do Programa Temático:
05002 O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do objetivo proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo:
00533 Assegurar os recursos necessários à aquisição de equipamentos e material permanente, objetivando a modernização administrativa deste órgão

Códigos das metas:
1361 Assegurar os recursos necessários à aquisição de equipamentos e material permanente, objetivando a modernização administrativa deste órgão.

Códigos das iniciativas:
02047 Aparelhamento e Reaparelhamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação

Avaliação Geral do Objetivo:
A mudança para o PROEDI gerou uma receita própria, nova e extraordinária, as partir das empresas inseridas no Programa, com arrecadação destinada aos projetos da SEDEC. Em 2021, com tais recursos, ações de melhoria interna à SEDEC bem como em seus projetos puderam ser efetivadas sem sobrecarregar o orçamento e as finanças do Governo.

O cumprimento do objetivo atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 5: ”Melhoria da eficiência dos gastos públicos”. ”Melhorar a gestão das receitas e despesas de capital, reduzindo despesas e ampliando receitas” e“ Modernização da estrutura administrativa do Estado”.
Em pleno acordo com as Diretrizes indicadas do Eixo 4; recursos assegurados com a nova política de arrecadação a partir da nova legislação (PROEDI).

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
1361 Assegurar os recursos necessários à aquisição de equipamentos e material permanente, objetivando a modernização administrativa deste órgão.

Avaliação da Meta:
Meta realizada com a utilização de recursos originários da contrapartida do PROEDI.

A referida meta atende a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 5: ”Melhoria da eficiência dos gastos públicos”. ” Melhorar a gestão das receitas e despesas de capital, reduzindo despesas e ampliando receitas” e“ Modernização da estrutura administrativa do Estado”.

Meta realizada com a utilização de recursos originários da contrapartida do PROEDI.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
02047 Aparelhamento e Reaparelhamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Meta realizada com a utilização de recursos originários da contrapartida do PROEDI.

Alguma das iniciativas atendem a algum item do Programa de Governo 2019/2022? Informe qual e avalie sua execução.
É possível identificar relação (in)direta de resultados com as seguintes Diretrizes do Eixo 5: ”Melhoria da eficiência dos gastos públicos”. ”Melhorar a gestão das receitas e despesas de capital, reduzindo despesas e ampliando receitas” e“ Modernização da estrutura administrativa do Estado”.
Meta realizada com a utilização de recursos originários da contrapartida do PROEDI.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: avaliar o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária do exercício 2023, aos quais está inserido, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Os resultados alcançados estão em acordo “quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância” em relação ao PPA e LDO. Em termos gerais, a programação prevista para a SEDEC sofreu alguma redução, mas não houve diminuição dos propósitos indicados pela SEDEC em seu PPA, exceto naqueles em que fatores externos modificaram o paradigma vigente e projetado (a exemplo da política de desinvestimento da Petrobras no Estado ou da redução de investimentos por parte da União). O PPA da SEDEC tem diferentes metas e iniciativas que devem ser avaliadas, quanto ao resultado proposto, preferencialmente ao final de seu ciclo tendo em vista algumas ações e iniciativas contínuas e de realização constante em todos os anos.

Aponte as restrições e o que foi feito para superá-la:
Meta realizada.

Recomendações:
Meta realizada.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.
Meta realizada.

PPA | planejamento transparência integração

Plano Plurianual 2020-2023

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR – SEDRAF-RN

Exercício 2023



SUMÁRIO

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA- EXERCÍCIO 2023	3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1	3
Avaliação Geral do Objetivo	3
Avaliação Individual das Metas	14
Avaliação individual das INICIATIVAS	27
Avaliação Setorial dos Resultados	31
Avaliação dos Indicadores	31
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023	32
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2	32
Do Objetivo da Avaliação	33
Do Objetivo da Avaliação	33
Avaliação Geral dos Resultados	33
Síntese da Avaliação e Recomendações	34
Referências	34

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 31000 –Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar-SEDRAF-RN
Nome do Programa Temático: Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 0053 Apoiar a reestruturação da política territorial como estratégia de desenvolvimento rural sustentável
Códigos das metas: 0551 0559 0564
Códigos das iniciativas: Sem iniciativas vinculadas ao objetivo
Avaliação Geral do Objetivo: O cumprimento deste objetivo está ligado a execução das metas 00551, 00559 e 00564. A Sedraf realizou estas metas por vários motivos, dentre eles: no ano de 2023 diversas reuniões, oficinas e seminários territoriais e estaduais para divulgar, mobilizar, cadastrar e atender as famílias rurais através das políticas públicas do Governo do Estado, voltadas para a agricultura familiar e suas organizações. Podemos citar os programas e projetos: Programa Estadual de Compras da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Pecafes, Programa Estadual de Sementes Crioulas, Programa Algodão Agroecológico Potiguar, Programa de Nacional de Crédito Fundiário, Programa Minha Terra Legal de Regularização Fundiária.

Código e descrição do Objetivo: 0076 Estabelecer parcerias junto às secretarias municipais de agricultura visando o fortalecimento da agricultura familiar
Códigos das metas: 0634 0640
Códigos das iniciativas: Sem iniciativas vinculadas ao objetivo
Avaliação Geral do Objetivo:

Este objetivo não teve sua execução realizada através dos encontros e reuniões realizados com os secretários municipais de agricultura para debater e estabelecer as parcerias necessárias para viabilizar a execução das políticas públicas relevantes para a agricultura familiar

Código e descrição do Objetivo: 0077 Implementar medidas técnicas, administrativas e jurídicas necessárias à regularização fundiária de imóveis rurais do RN
Códigos das metas: 0676 0696 0758
Códigos das iniciativas: Sem iniciativas vinculadas ao objetivo
O cumprimento deste objetivo refere-se a execução de três metas que dialogam com a programa de regularização fundiária em municípios do estado do Rio Grande do Norte contemplados através de convênios da SEDRAF com o INCRA, visando realizar o cadastro literal, levantamento e georreferenciamento de 22.477 imóveis rurais, além de titular 4.500 imóveis rurais em municípios definidos nos planos de trabalho dos referidos convênios.Por fim, apoiar na identificação de pontos geodésicos em 21 municípios do Rio Grande do Norte. Para o ano de 2022, o alcance representa a média de 20% de ambas as metas executadas.

Código e descrição do Objetivo: 0136 Contribuir com a redução da pobreza rural, mediante o acesso a terra, gerando oportunidade, autonomia e fortalecimento da agricultura familiar, alicerçado na melhoria da qualidade de vida, geração de renda, segurança alimentar e sucessão no campo para os agricultores e agricultoras familiares
Códigos das metas: 0773 0785
Códigos das iniciativas: Sem iniciativas vinculadas ao objetivo
Avaliação Geral do Objetivo: O objetivo geral do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária é proporcionar a integração de ações do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais na constituição de um Cadastro Nacional de Imóveis Rurais e executar um amplo Programa de Regularização Fundiária dirigido prioritariamente a pequenos agricultores e agricultoras familiares em apoio ao desenvolvimento rural sustentável, além de fornecer elementos que proporcionem seguridade jurídica favorecendo o saneamento do sistema de Registro Público de Imóveis Rurais. A construção e organização de um cadastro desta natureza é tarefa de longo prazo, principalmente considerando as dimensões continentais do território brasileiro. Durante o ano de 2023 foram recepcionados na CAFRA 503 processos,

destacando-se 36 de acesso à informações, 16 pedido de apoio institucional, 55 demanda externa -cidadão (Pessoa Física), 18 demanda externa – judiciário, 17 demanda externa – órgãos governamentais federais, 31 demanda externa – órgãos governamentais municipais, 38 demanda externa – outras entidades privadas, 19 demanda externa – outros órgão públicos, 72 regularização fundiária e 10 cumprimento de decisão, o que demonstra o grande volume de processos com as mais diversas demandas, que são submetidas a análise e atendimento por parte da CAFRA/SUCAR/SUREF.

Limites Municipais – Foram realizados estudos e análises com consequente emissão de relatórios e peças técnicas dos municípios de Brejinho, Porto do Mangue, Carnaubais, Nova Cruz, Vera Cruz e Umarizal. A demanda por ajustes de limites municipais cresceu exponencialmente em virtude, principalmente, do censo demográfico 2022/2023 realizado pelo IBGE. Em função da diminuição das populações urbanas e rurais de municípios, os gestores encaminham à SEDRAF solicitações de revisão dos limites municipais como forma de contornar o fenômeno ocorrido em todo o Brasil, de diminuição das populações em virtude do movimento populacional para os maiores centros urbanos.

Acordos de Cooperação Técnica – Em função dos estudos realizados pela CAFRA/SUCAR/SUREF para o município de Nova Cruz, surge a necessidade de incluir outros órgãos para definição dos limites municipais, tendo em vista a confrontação com municípios do estado da Paraíba. Nessa perspectiva, a convite da SEDRAF, foi realizada reunião com a Empresa Paraibana de Pesquisas, Extensão Rural e Regularização Fundiária – EMPAER, IBGE PB e IBGE RN no sentido de realizar trabalho conjunto para definir toda a extensão da linha divisória entre os dois Estados. Como consequência da primeira reunião, as equipes técnicas da SEDRAF, EMPAER, IBGE PB e IBGE RN realizaram trabalho de campo e definiram conjuntamente os ajustes necessários para o município de Nova Cruz em relação aos municípios vizinhos do estado da Paraíba.

Análise de Cadastro Literal e Gráfico – Ao longo do ano estão sendo realizadas atualizações cadastrais de processos remanescentes do convênio 773056/2012, assim como de outros convênios mais antigos na perspectiva de titulação definitiva dos imóveis. Na oportunidade foram analisados 409 cadastros, inclusive com trabalho de campo necessário a retirada de pendências e atualização literal e gráfica dos imóveis. Os cadastros e imóveis trabalhados foram nos municípios de Touros, São Miguel do Gostoso, João Câmara, Venha-ver, Parazinho, Jardim de Angicos, Poço Branco, Pureza, Lagoa Nova e Cerro Corá. Importante destacar o passivo de processos de convênios antigos e encerrados, os quais são demandados insistentemente pelos beneficiários, os quais demandam muito tempo de serviço para análise e atualização cadastral.

Emissão, Registro e Entrega de Títulos Rurais - Foram emitidos e levados à registro com consequente entrega aos agricultores e agricultoras 54 títulos de posse nos municípios de João Câmara, Venha-Ver, São Miguel do Gostoso e Pureza

Análise e parecer de Processos de Usucapião – Todos os processos de usucapião tramitam na CAFRA a partir das consultas abertas pela Procuradoria Geral do Estado, os quais somaram 30 processos até o momento, principalmente da região do Alto Oeste Potiguar.

Código e descrição do Objetivo:

0143 Estabelecer acesso com o INCRA para desenvolvimento de ações nas áreas de assentamentos de reforma agrária e quilombolas

Códigos das metas:
0875

Códigos das iniciativas:

Sem iniciativas vinculadas ao objetivo

Avaliação Geral do Objetivo:

Para o cumprimento deste objetivo, no ano de 2022, foram realizadas diversas reuniões com os agentes financeiros, grupos de agricultores e agricultoras familiares, em conjunto com a EMATER-RN, no sentido de cumprimento do objetivo. Através do Programa de Microcrédito para a Agricultura Familiar (Credmais), gerido pela Sedraf, AGN e Emater, em parceria com as cooperativas, associações, sindicatos rurais e prefeituras municipais, foram beneficiadas 88 famílias assentadas da reforma agrária nos municípios de Mossoró, Caraúbas, Felipe Guerra e Touros. No total foram liberados R$ 873.579,00. Estavam previstas a contratação de 600 propostas e com esta ação conseguimos atingir um percentual de 14% deste objetivo.

Código e descrição do Objetivo:

0149 Criar um programa estadual de apoio ao acesso ao crédito rural para a agricultura familiar e suas organizações

Códigos das metas:
0599 0890

Códigos das iniciativas:
Sem iniciativas vinculadas ao objetivo

Avaliação Geral do Objetivo:

O programa foi criado desde 2020, já atendeu mais de 700 famílias no Estado. Investido mais de 5 milhões de reais. No entanto, este ano por dificuldades operacionais não houveram operações de crédito contratada.

Código e descrição do Objetivo: 0152 Apoiar as atividades não agropecuárias das famílias rurais e suas organizações através do acesso ao crédito rural qualificado
Códigos das metas: 0898
Códigos das iniciativas: Sem iniciativas vinculadas ao objetivo
Avaliação Geral do Objetivo: Essas atividades eram atendidas pelo Microcrédito CREDMAIS, no entanto não operacionalizamos esse ano

Código e descrição do Objetivo: 0155 Realizar ATER aos agricultores(as) familiares do Estado proporcionando apoio à gestão dos empreendimentos, uso de tecnologias sociais, acesso ao crédito rural, capacitação, integração de políticas públicas e apoio aos processos de armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção
Códigos das metas: 0908
Códigos das iniciativas: Sem iniciativas vinculadas ao objetivo
Avaliação Geral do Objetivo: Para o ano de 2023 foram atendidas 2.500 famílias através dos do Programa Mais ATER RN, que visa ampliar a oferta de ATER continuada para as famílias rurais do nosso estado, lançamos as Chamadas Públicas de ATER 03/2020 - Ater Agroecologia, 1.500 famílias nos Territórios do Mato Grande, Seridó, Açu-Mossoró, Sertão do Apodi e Alto Oeste e a Chamada 04/2020 – Ater Mulheres, para atender a 1.000 famílias nos Territórios do Mato Grande, Seridó, Açu-Mossoró e Sertão do Apodi. Estas chamadas visam o atendimento das famílias com assistência técnica e extensão rural através de atividades individuais e coletivas com o objetivo de apoiar os processos de comercialização de alimentos saudáveis, priorizando a execução do Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária – PECAFES bem como a execução do Programa (COOPERAFES), do Programa Mais Mercados, do Programa Estadual de Sementes Crioulas e do Programa MAIS ATER RN que possuem ações integradas e complementares ao PECAFES. No ano de 2023 conseguimos realizar 3843 atividades com as 2.500 famílias, destas 3.639 foram atividades individuais de visita técnica para acompanhamento da produção e orientações técnicas e 204 atividades coletivas que envolveram as comunidades para

tratar de inserção das famílias em políticas públicas tais como o Projeto Algodão Agroecológico Potiguar, Programa Estadual de Sementes Crioulas, Programa de Documentação da Trabalhadora Rural, Programa Mais Mercados, Programa de Aquisição de Alimentos PAA, dentre outros. Para este objetivo foi alocada à subação o valor orçamentário de R$ 2.000.000,00.

Código e descrição do Objetivo:

0156 Propor a criação da Lei Estadual que crie o Sistema Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural

Códigos das metas:
0730 0912

Códigos das iniciativas:
Sem iniciativas vinculadas ao objetivo

Avaliação Geral do Objetivo:

A lei ainda continua na assembleia legislativa, ainda não foi criada uma comissão de análise.

Código e descrição do Objetivo:

0163 Formular, fomentar e implementar a política pública de apoio ao cooperativismo e ao associativismo da agricultura familiar do Rio Grande do Norte.

Códigos das metas:
0919

Códigos das iniciativas:
Sem iniciativas vinculadas ao objetivo

Avaliação Geral do Objetivo:
No ano de 2023, a SEDRAF priorizou a implantação do Programa Mais Mercada, que prioriza o fomento ao acesso de cooperativas e associações da agricultura familiar a mercados privados. Tal ação teve apoio do programa Governo Cidadão. Essa ação teve dois eixos prioritários nessa fase inicial com atendimento de cerca de 43 organizações que já vinham recebendo aporte de investimento do programa nos últimos anos com assessoria do núcleo estadual do mais mercados. Esta ação priorizou temas como legalização sanitária e prospecção de mercados. Foram investidos cerca de R$ 1 milhão de reais em ações técnicas voltadas aos arranjos produtivos prioritários da apicultura, leites e derivados voltado as queijeiras e fruticultura voltado a fabricação de polpa.

Código e descrição do Objetivo:

0249 Fomentar, articular e implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e convivência com o semiárido, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais.

Códigos das metas:
1002

Códigos das iniciativas:
Sem iniciativas vinculadas ao objetivo

Avaliação Geral do Objetivo:

O Projeto do Algodão Agroecológico, bem como o Programa de Sementes Crioulas, foram a base da Secretaria para fomentar essa política, ofertando Assistência Técnica, insumos e condições de trabalho que favoreceram a transição agroecológica para 3.689 famílias no ano de 2022, o que representa 33% da meta para o ano. É pertinente colocar que o projeto do Algodão, que tem um grande potencial de chegar diretamente em famílias de agricultores dada a sua potencialidade de mobilização por se tratar de uma cultura com histórico rentável no estado, teve nesse ano uma experiência piloto, e já está em fase de aprimoramento favorecendo um atendimento de mais famílias. Um dos gargalos percebidos no Programa de Sementes Crioulas é a própria produção de sementes crioulas para redistribuição, que nem sempre atinge o esperado quando do lançamento do Edital de Chamada Pública. Além disso, outras ações da Secretaria, não necessariamente ligadas a metas específicas citadas no PPA, como a aquisição e repasse de ensiladeiras para prefeituras também dialogam com esse objetivo, não sendo possível quantificar o número de famílias diretamente atingidas por essa ação, já que se trata de acordo com diversas municipalidades.

Houve um salto qualitativo do projeto em relação a 2022, com a integração da parceria do SEBRAE enquanto parceira e da Embrapa com as formações. Ainda há de levar em consideração a reforma e integração da Unidade de Beneficiamento de Algodão da Emparn ao projeto, que possibilita maior geração de renda para os agricultores parceiros e que se dá de forma integralmente interna no estado, ao passo que nos anos anteriores quase a totalidade do algodão era beneficiado em outros estados. Outro elemento de destaque positivo esse ano foi a quantidade de investimentos que a secretaria fez, certamente fortalecendo o projeto para os próximos anos. Em contrapartida o maior problema identificado foi a elevada porcentagem de desistência por parte dos agricultores em comparação as adesões no início do ano, possivelmente fruto da dificuldade enfrentada em estabelecer os acordos de cooperação com as prefeituras no ano anterior, dificultando a logística de alguns elementos do projeto.

Código e descrição do Objetivo: 0250 Fortalecer e articular ações de convivência com o semiárido, por meio da implementação de tecnologias sociais de acesso água para consumo humano e produção de alimentos, para o atendimento prioritário as unidades familiares da agricultura familiar do RN.
Códigos das metas: 1003
Códigos das iniciativas: Sem iniciativas vinculadas ao objetivo
Avaliação Geral do Objetivo: Esta ação consiste na perfuração, instalação e recuperação de poços, neste ano a Secretaria conseguiu viabilizar a contratação de uma empresa responsável pela perfuração e instalação de 50 poços, atendendo diretamente 1.350 famílias. O acesso a água por anos foi óbice para o desenvolvimento sustentável e a permanência de famílias agricultoras no semiárido brasileiro, sendo essa ação um importante esforço no sentido de garantir de forma mais perene esse abastecimento. A secretaria ainda empreende esforços para implementação de sistemas de reúso de águas cinzas, que além de dialogar com a transição agroecológica e convivência com o semiárido, princípio básico dos trabalhos desenvolvidos por este órgão, ainda garantem o reaproveitamento de água para a produção de alimentos saudáveis.

Código e descrição do Objetivo: 0429 Mediar e intervir em possíveis conflitos fundiários no estado do Rio Grande do Norte
Códigos das metas: 1177
Códigos das iniciativas: Sem iniciativas vinculadas ao objetivo
Avaliação Geral do Objetivo: O Comitê de Conflitos Fundiários – atuou em 08 processos de conflitos, a saber: Mossoró, São Miguel do Gostoso, Riachuelo, Tibau, Ipanguaçu, Extremoz e São Bento do Norte coordenando a mediação junto as famílias e as empresas, realizou visitas de vistoria. Informamos que não houve nenhuma ação de despejo, pois antes o comitê foi consultado e seguiu-se os trâmites junto ao CERFR. Importante ressaltar que em função do cumprimento dos protocolos que regem o Decreto que institui o CERCFR, passando pelo diálogo permanente entre a Sedraf e a Sesed, e por força da Resolução 510 do CNJ, o TJ/RN e a JF/RN instauraram Comissões de Mediação de Conflitos Agrários, contribuindo para se criar outro ambiente jurídico na resolução desses conflitos.

Código e descrição do Objetivo: 0169 Implementar politica de compras governamentais da agricultura familiar e da economia solidária no âmbito da gestão estadual e municipal
Códigos das metas: 0921
Códigos das iniciativas: Sem iniciativas vinculadas ao objetivo
Avaliação Geral do Objetivo: O Programa Estadual de Compras da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (PECAFES) em como finalidade garantir a aquisição direta e indireta de produtos agropecuários, extrativistas e resultantes da atividade pesqueira, in natura e beneficiados, produzidos por agricultores e agricultoras ou suas organizações socioeconômicas rurais, por povos e comunidades tradicionais e pelos beneficiários e beneficiárias da agricultura familiar como forma de assegurar o desenvolvimento rural sustentável, a promoção da segurança e soberania alimentar e nutricional e o incremento à geração de trabalho e renda. As aquisições via PNAE/ SEEC, no de 2023 foi priorizado as aquisições junto as unidades de saúde via SESAP com compras que se estima até dezembro em até 1,7 mi R$ com contratos com até 11 organizações da agricultura familiar para tal fornecimento. Individual das metas.

Código e descrição do Objetivo: 0170 Implementar política de compras governamentais da agricultura familiar e da economia solidária no âmbito da gestão estadual e municipal
Códigos das metas: 0922
Códigos das iniciativas: Sem iniciativas vinculadas ao objetivo
Avaliação Geral do Objetivo: Durante o ano de 2023 foram realizadas atividades preparatórias para execução do projeto de apoio aos consórcios intermunicipais. Com as seguintes atuações: - 6 articulações realizadas envolvendo oito territórios do Rio grande do norte e com 4 consórcios organizados, e apoiados, são: Potengi; Alto Oeste; Vale mar - Vale do Assu e região central e o CIM-SERIDÓ- Seridó; - 01 consórcio formalizado com realizações de reuniões de estruturação dos núcleos coordenadores do processo - realizadas reuniões de suporte jurídico e técnico para adequação da legislação municipal e articulações com 4 associações de municípios . - envolvimento do Idiarn, associações de municípios, Emater, Funcitern, fundação banco do Brasil, etc. - Duas capacitações com o tema casa de ovos - sanidade avícola e beneficiamento de ovos

para o processo de abertura da licitação para duas casas de ovos em convenio com Sedraf e Fucitern, para os municípios de São Paulo do Potengi e Mossoró.
- compra de kits de inspeção e apoio operacional para 4 consórcios intermunicipais;

Código e descrição do Objetivo:
0171 Fomentar e fortalecer espaços de comercialização da agricultura familiar no RN

Códigos das metas:
0923 0924

Códigos das iniciativas:
Sem iniciativas vinculadas ao objetivo

Avaliação Geral do Objetivo:
A prioridade de 2023 foram a re-ambientação do Mercado da Agricultura Familiar e o projeto estadual de feiras locais da agricultura familiar. No Mercado estimamos que foram investidos cerca de 500 mil R$ e no projeto estadual de feiras cerca de 1,7 mi R$ com implantação de cerca de 50 feiras até dezembro de 2023.

Código e descrição do Objetivo:

0173 Desenvolver políticas públicas para fortalecer a produção e promover a autonomia econômica das mulheres e jovens trabalhadores rurais

Códigos das metas:
0928 0930 1239

Códigos das iniciativas:
Sem iniciativas vinculadas ao objetivo

Avaliação Geral do Objetivo:

Desde a posse dos conselheiros no Conselho Estadual de Juventude, a CJMR, junto da Subsecretaria de Estado da Juventude (SEJUV), e em parceria com os sindicatos rurais e movimentos do campo, foi realizada a consulta pública que resultou na elaboração do Plano Estadual de Juventude e Sucessão Rural. Paralisada em 2020, a série de consultas para o plano só retornou no fim de 2021, após ampla vacinação da faixa etária da juventude.

O plano foi elaborado pela equipe da coordenação e, posteriormente, apresentado às lideranças da sociedade civil que estiveram envolvidas na mobilização e debate para sua construção. Em dezembro de 2023, a Governadora Fatima Bezerra assinou o decreto de instituição do plano, que tem validade até 2033.

Código e descrição do Objetivo:

0249 Fomentar, articular e implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e convivência com o semiárido, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais

Códigos das metas:
1002

Códigos das iniciativas:
Sem iniciativas vinculadas ao objetivo

Avaliação Geral do Objetivo:

O Projeto do Algodão Agroecológico, bem como o Programa de Sementes Crioulas, foram a base da Secretaria para fomentar essa política, ofertando Assistência Técnica, insumos e condições de trabalho que favoreceram a transição agroecológica para 3.689 famílias no ano de 2022, o que representa 33% da meta para o ano. É pertinente colocar que o projeto do Algodão, que tem um grande potencial de chegar diretamente em famílias de agricultores dada a sua potencialidade de mobilização por se tratar de uma cultura com histórico rentável no estado, teve nesse ano uma experiência piloto, e já está em fase de aprimoramento favorecendo um atendimento de mais famílias. Um dos gargalos percebidos no Programa de Sementes Crioulas é a própria produção de sementes crioulas para redistribuição, que nem sempre atinge o esperado quando do lançamento do Edital de Chamada Pública. Além disso, outras ações da Secretaria, não necessariamente ligadas a metas específicas citadas no PPA, como a aquisição e repasse de ensiladeiras para prefeituras também dialogam com esse objetivo, não sendo possível quantificar o número de famílias diretamente atingidas por essa ação, já que se trata de acordo com diversas municipalidades.

Houve um salto qualitativo do projeto em relação a 2022, com a integração da parceria do SEBRAE enquanto parceira e da Embrapa com as formações. Ainda há de levar em consideração a reforma e integração da Unidade de Beneficiamento de Algodão da Emparn ao projeto, que possibilita maior geração de renda para os agricultores parceiros e que se dá de forma integralmente interna no estado, ao passo que nos anos anteriores quase a totalidade do algodão era beneficiado em outros estados. Outro elemento de destaque positivo esse ano foi a quantidade de investimentos que a secretaria fez, certamente fortalecendo o projeto para os próximos anos. Em contrapartida o maior problema identificado foi a elevada porcentagem de desistência por parte dos agricultores em comparação as adesões no início do ano, possivelmente fruto da dificuldade enfrentada em estabelecer os acordos de cooperação com as prefeituras no ano anterior, dificultando a logística de alguns elementos do projeto.

Código e descrição do Objetivo: 0254 Garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuva
Códigos das metas: 1007
Códigos das iniciativas: Sem iniciativas vinculadas ao objetivo
Avaliação Geral do Objetivo: Este objetivo está relacionado ao Programa Garantia Safra, desenvolvido pelo Governo Federal em ação conjunta com os governos estaduais e municipais. Entre 2019 e 2022 foram atendidos pelo programa 37.590 agricultores, que receberam o aporte com a comprovação de perda de safra até 2021. Esse número faz parte de um universo de 84.970 solicitações feitas, o que somada com as solicitações para essa última safra de 2021/2022 totaliza 116.756 solicitações. Porém, a natureza do programa inclui uma avaliação da necessidade de repasse do aporte financeiro para as famílias cadastradas, e essa fase de análises só se encerra em 2023, não sendo possível quantificar as famílias atendidas para 2022.

Avaliação Individual das Metas

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Códigos e Descrição da Meta: 0920 Apoiar a estruturação e reestruturação de infraestrutura agroindustrial e logística para 80 cooperativas e associações até 2023.
Avaliação da Meta: Estão em curso os procedimentos, a elaboração e licenciamento de duas agroindústrias: uma de milho, e outra de fruta; ambas unidades estão localizadas no território do Mato Grande. Foram adquiridos três caminhões baú refrigerados para apoio logístico das cooperativas (01 no Potengi, 01 no Mossoró-Assu e 01 na Grande Natal. Apoiamos a reestruturação do Mercado da Agricultura familiar, o qual apoia cerca de 30 cooperativas (Grande Natal). Assim, atingimos cerca de 30 Cooperativas com apoio à infraestrutura e logística. Dessa forma, foram 02 no Mato Grande, 01 no Potengi, 01 no Mossoró-Assu e 30 na Grande Natal com apoio Logístico no Mercado.

Códigos e Descrição da Meta**:** 0921 Acompanhar implantação do PECAFES com vistas a viabilizar que 30% ou mais de compras de gêneros alimentícios sejam da agricultura familiar.
Avaliação da Meta**:** As aquisições realizadas em 2023 se reuniram em três órgãos da administração: SEEC, SESAP e SETHAS, sendo que a SESAP iniciou as aquisições em outubro. A SEEC atingiu

cerca de 30%, porém, os dados somente se consolidarão entre fevereiro e março com a conclusão das prestações de contas das escolas. Na SESAP, atingimos, nessa primeira fase, cerca de 50% do previsto para se atingir 30%, ou seja, chegamos a cerca de 15%, considerando que foram os primeiros 3 meses de execução. Vale ressaltar que, os dados ainda são preliminares. Na SETHAS, os montantes não chegaram a atingir números significativos e, além disso, ela não possui controle para aferirmos as informações. Com os dados que temos — e olhando de forma global —, podemos afirmar que chegamos a cerca de 30% das aquisições para agricultura familiar.

Código e Descrição da Meta:
0922 Qualificar 400 gestores municipais em compras públicas da agricultura familiar.
Avaliação da Meta:
Não tivemos ação para esse item por termos definido como prioridade as aquisições de alimentos junto à agricultura familiar efetivadas pelos órgãos estaduais da administração direta e indireta (SESAP - Unidades hospitalares, SETHAS - FUNDASE e Restaurantes Populares, e SEEC).

Códigos e Descrição da Meta:
0923 Apoiar a criação e fortalecimento de 40 feiras permanentes da agricultura familiar
Avaliação da Meta: No ano de 2023 foram implementadas 46 feiras, sendo divididas nos seguintes territórios de acordo com o município: Terras Potiguaras (4 feiras implementadas) - Natal (4); Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte (1 feira implementada) - Afonso bezerra (1); Agreste Litoral Sul (4 feiras implementadas) - Monte Alegre (2); Canguaretama (1); Santo Antônio (1); Trairi (3 feiras implementadas) - Santa Cruz (1); Coronel Ezequiel (1) Jaçanã (1); Potengi (4 feiras implementadas) - Riachuelo (1); Ruy Barbosa (1); Barcelona (1); Bom Jesus (1) Seridó (6 feiras implementadas) - Currais Novos (1) ; Santana do matos (4); Acari (1); Alto Oeste (6 feiras implementadas) - Luís gomes (1); Parelhas (1); São Miguel (2) Frutuoso gomes (1); José da Penha (1); Açu/Mossoró (8 feiras implementadas) - Baraúna (1); Mossoró (2); Janduís (1); Paraú (1); Tibau (1); Ipanguaçu (1); Pendências (1); Mato Grande (6 feiras implementadas) - João Câmara (3); São Miguel do Gostoso (1); São Bento do Norte (1); Pureza (1). Sertão do Apodi (4 feiras implementadas) - Apodi (1); Triunfo Potiguar (1); Umarizal (1); Caraúbas (1)

Códigos e Descrição da Meta: 0924 Realizar 18 feiras estaduais e territoriais da agricultura familiar
Avaliação da Meta: Ao todo foram realizadas 3 feiras estaduais. Duas ocorreram em Terras Potiguares: a Feira do Milho, de 20/06 a 08/07; e a I Feira Potiguar da Agricultura Familiar e Economia Solidária, realizada entre os dias 29/11 e 02/12. Quanto à terceira, X Feira de Arte e Cultura de Córrego (FACUC), foi realizada no território do Sertão do Apodi, nos dias 17, 18 e 19 de novembro.

Códigos e Descrição da Meta: 0926 Apoiar agricultores familiares com certificação em orgânica/agroecológica
Avaliação da Meta: Apoiamos, via termos de fomento, a certificação de 300 agricultores através da Associação Xique Xique e ACOPASA - Apodi e Mossoró;

Código e descrição da Meta: 0928 Fortalecer a produção de 3.600 trabalhadoras rurais através de infraestrutura produtiva com ATER
Avaliação da Meta: Foi realizada chamada pública para execução de ATER, sendo o ATER Mulheres, específico para produção de mulheres rurais, e mais de 50% do ATER Agroecologia também ocupado por beneficiárias mulheres.

Códigos e Descrição da Meta: 0930 Promover e subsidiar 2 produtos anuais entre estudos, pesquisa, publicação e/ou vídeos sobre as experiências das mulheres rurais e o acesso às políticas públicas.
Avaliação da Meta: As condições não foram favoráveis para a realização da meta devido à carência de recursos financeiros e humanos.

Códigos e Descrição da Meta: 1239 Atender 1.000 jovens rurais do RN através do desenvolvimento de políticas públicas em parceria com os diversos órgãos da administração pública.
Avaliação da Meta: As condições não foram favoráveis para a realização da meta devido à carência de recursos financeiros e humanos.

Códigos e Descrição da Meta: Programa Estadual de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural
Avaliação da Meta: No ano de 2023, os Mutirões de Documentação foram realizados em nove (9) municípios, os quais abarcam oito territórios: João Câmara/RN, localizado na região do Mato Grande; Mossoró/RN, em Assú-Mossoró; Monte das Gameleiras, no TRAIRI; Santo Antônio do Salto da Onça, no Agreste; São Gonçalo do Amarante, na Região Metropolitana; Lajes, no Sertão Central; Bom Jesus, no Potengi; Santana do Matos e Currais Novos/RN, ambos no Seridó. O Programa Estadual de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, em parceria com o Instituto Técnico Científico de Perícia do Rio Grande do Norte (ITEP) e com o auxílio da Coordenadoria de Atendimento ao Cidadão e ao Servidor (CODACI), visa a garantia da cidadania formal às mulheres rurais através da emissão de documentos civis, tais como Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ID Jovem, Cadastro Único *etc*. A regulamentação da Lei Estadual Nº 11.361, de 17 de janeiro de 2023 – o qual criou o referido Programa –, pretende atuar em todos territórios do RN, para que, com a formalização civil, as populações rurais tenham, por extensão, acesso às políticas públicas.

Códigos e Descrição da Meta: Plano Estadual de Juventude e Sucessão Rural
Avaliação da Meta: Regulamentação e aprovação da Lei N° 11.093/22. O Plano Estadual de Sucessão Rural do Rio Grande do Norte é um documento orientador de políticas estaduais de sucessão rural, que visa a garantia de políticas públicas para as populações do campo, não apenas com a interiorização de políticas pensadas para os centros urbanos, mas também para a construção de uma gestão a partir da perspectiva dos homens e das mulheres rurais. A saber que a juventude representa mais de 30% da população do Rio Grande do Norte, de acordo com o PNAD/IBGE, 2013, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar – SEDRAF, e em parceria com os sindicatos rurais e organizações de trabalhadores do campo, promoveu dez encontros, a níveis territoriais e estaduais, com uma média de participação de 400 jovens de todas as partes do Rio Grande do Norte, para o debate, consulta e levantamento de demandas para a construção deste documento. O Plano Estadual de Juventude e Sucessão Rural do Rio Grande do Norte fica aprovado para o período de 2023 a 2033 e compreende os territórios de Auto Oeste, Açu-Mossoró, Sertão do Apodi, Seridó, Sertão Central, Potengi, Trairi, Mato Grande, Agreste e Litoral Sul.

Código e descrição da Meta: 0634 Entregar 100 Kits de irrigação para agricultores e agricultoras familiares
Avaliação da Meta:

Não realizada.

Código e descrição da Meta: 0640 Realizar 08 encontros de secretários municipais para debate e socialização de iniciativas importantes para a agricultura familiar.
Avaliação da Meta: Não realizada.

Códigos e Descrição da Meta: 0599 Promover a 100 agricultores e agricultoras familiares acesso ao crédito rural voltado ao uso de energias limpas e renováveis
Avaliação da Meta: No ano de 2023 A equipe da Sedraf responsável pelo Credmais saiu da instituição. Com este desfalque não tivemos condições de articular e atender a demanda

Códigos e Descrição da Meta: 0890 Promover a 15 cooperativas e entidades da agricultura familiar acesso ao crédito rural
Avaliação da Meta: Para tentar atingir esta meta, em parceria com a AGN, foi elaborada uma linha de crédito denominada AGN COOPERAFES GIRO, voltada para atender a demanda das cooperativas em capital de giro. Ocorre que não houve contratação, pois, uma das importantes exigências da linha da linha diz respeito às garantias da operação de crédito. Exigência essa preconizada pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido a cooperativa deveria apresentar garantia de aval ou real (hipoteca) dos bens da cooperativa. Assim não houve atendimento da meta pois nenhuma cooperativa interessada teve como apresentar as garantias exigidas

Código e descrição da Meta: 0676 Identificar, cadastrar e georreferenciar a malha fundiária em 22.477 imóveis rurais
Avaliação da Meta: Meta diretamente associada aos convênios 852592/2017 e 773056/2012 de regularização fundiária, celebrados entre a SEDRAF e o INCRA. O convênio 773056/2012 foi executado parcialmente com ações de cadastrado e georreferenciamento realizados nos seguintes municípios: João Câmara, São Miguel do Gostoso, Jardim de Angicos, Poço Branco, Pedra Grande, Parazinho, Venha Ver e Coronel João Pessoa. O referido o convênio foi encerrado em virtude de parecer da Procuradoria Geral do Estado em pronunciamento contrário aos procedimentos de

contratação de empresa com objetivo de continuidade das ações propostas no plano de trabalho. Quanto ao convênio 852592/2017 que estava em fase final de cumprimento de diligências da PGE para autorização de licitação para contratação dos serviços de cadastro e georreferenciamento dos imóveis rurais em mais sete municípios, em virtude da decisão proferida no convênio 773056/2012 a secretaria encaminhou pelo encerramento do convênio junto ao INCRA.

Código e descrição da Meta:
0696 Titular 4.500 imóveis rurais nos municípios do estado do RN
Avaliação da Meta: Os resultados alcançados se tratam da emissão de títulos de posse, nos municípios Poço Branco, João Câmara e São Miguel do Gostoso. Importante ressaltar que os processos administrativos estão sendo enviados à Procuradoria Geral do Estado para parecer no que tem gerado um maior período para conclusão dos processos.

Código e descrição da Meta:
0758 Apoiar na identificação de pontos geodésicos em 21 municípios do RN
Avaliação da Meta: As questões que envolvem limites municipais são encaminhadas à SEDRAF e o atendimento é realizado de acordo com a demanda. Foram atendidas 04 demandas dos seguintes municípios: Felipe Guerra, Janduís, Passa e Fica e Jaçanã, fora dos territórios com ações planejadas no ppa.

Código e descrição da Meta:
0773 Promover ações para 300 agricultores e agricultoras familiares sem terra possam adquirir imóveis rurais para produção e geração de renda
Avaliação da Meta: A contratação de famílias do Programa Nacional de Crédito Fundiário está diretamente ligadas a atuação de empresas de Assistência Técnicas e Extensão Rural que atuam para o Programa. Nesse sentido, pela atual formatação do PNCF, a ação do Estado (SEDRAF), além de mobilizar famílias e divulgar o Programa, é apenas na análise das propostas que são encaminhadas por estas empresas. Nesse período forma contratadas 27 propostas nos seguintes Territórios (08 no Território Açu Mossoró nos municípios de Ipanguaçu; 05 no Território Sertão do Apodi, sendo 01 em Caraúbas e 04 em Upanema; 10 propostas no Território do Seridó, sendo 01 em Parelhas e 09 em Jucurutu; 03 no Território Potengi, município de Barcelona; e, 01 no Território do Trairi no município de Jaçanã. Em andamento constam 36 propostas que foram analisadas pela Câmara Estadual de Acesso a Terra e que foram devolvidas para ajustes pelas empresas de assistência técnica. Além disso, há propostas que foram encaminhadas para análise federal e pelo Departamento de Governança Fundiária do Ministério de Desenvolvimento Agrário (DECRED/MDA). Quanto a

dificuldade de contratação das famílias deve-se a má qualidade das propostas apresentadas pelas empresas de ATER, neste sentido a SEDRAF por meio da CAFRA promoveu 03 encontros, sendo 01 no município de Lajes específico com os técnicos das empresas de ATER de todo estado do Rio Grande do Norte, as 02 outras atividades foram realizadas nos municípios de Mossoró e Upanema, nestas contaram com a participação dos dirigentes sindicais e representações de secretarias municipais, Conselheiros Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Código e descrição da Meta:
0785 Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a aplicação de recursos de investimentos produtivos básicos e comunitários de 300 projetos produtivos beneficiados pelo PNFC.

Avaliação da Meta:

Esta ação ocorre nos imóveis adquiridos pelo PNCF, pós-contratação e liberação dos recursos dos investimentos, no entanto forma monitorados aplicação de recursos para 81 famílias, distribuídas nos seguintes territórios: 34 no Território Açu/Mossoró, sendo 01 em Açu, 15 em Carnaubais e 18 em Ipanguaçu; 23 famílias no Território Sertão do Apodi, sendo 01 em Caraúbas, 15 em Jucurutu e 07 em Upanema; 18 famílias no Seridó, sendo 01 em Parelhas e 17 em São João do Sabugi; 06 famílias no Território do Trairi no município de Elói de Souza.

Código e descrição da Meta:
1007 - Atender com aporte financeiro para viabilizar 160.000 operações de garantia-safra até 2003

Avaliação da Meta:
Este objetivo está relacionado ao Programa Garantia Safra que é um Programa Federal de adesão de estado e municípios, aderiram no ano Safra 2022/2023 134 municípios dos 10 territórios do estado. Entre 2022 e 2023, foram atendidos pelo programa 31.835 agricultores, que receberam o aporte com a comprovação de perda de safra até 2023. Espera-se que sejam atendidos 40.000 para os próximos anos. Porém, a natureza do programa inclui uma avaliação da necessidade de repasse do aporte financeiro para as famílias cadastradas, e essa fase de análises só se encerra em 2024, não sendo possível quantificar as famílias atendidas para 2023 ainda. Um dos gargalos para o cadastramento de um maior número de famílias é a mobilização realizada pelas próprias prefeituras, que têm contato direto com os agricultores.

Código e descrição da Meta:

1003 - Perfurar, instalar e recuperar 80 poços

Avaliação da Meta:
Em 2023, foram perfurados e instalados poços com sistema de Energia Solar nos

seguintes municípios: Apodi, Monte das Gameleiras, Montanhas, Pedro Velho, Upanema, Lajes, Campestre, Riachuelo, Santana do Matos, Angicos, Caraúbas, Umarizal, Currais Novos, São João do Sabugi, Ipueira, Serra Negra do Norte, Timbaúba dos Batistas e Mossoró, a esse quantitativo se somam 51 poços instalados durante 2022. Ainda durante 2023, foram perfurados, porém não continuados por serem secos 18 poços. Não foi possível concluir a meta para o ano por descontinuidade no financiamento do projeto, diante da dificuldade financeira do estado, o que paralisou o serviço durante o ano. Ainda sim, o contrato com a empresa que presta esse tipo de serviço dará seguimento em 2024, buscando a conclusão de 120 poços.

Código e descrição da Meta:
1002 - Atender 38.500 famílias de agricultores familiares (50% das famílias com DAP ativa no ano de 2019 com participação mínima de 30% de mulheres, 20% de jovens, 20% de comunidades tradicionais) atendidos até 2023.

Avaliação da Meta:
Esta meta tem duas subações ligadas a ela. Quanto à subação relacionada à transição agroecológica, o Projeto do Algodão Agroecológico Potiguar atendeu 894 famílias durante 2023, espalhadas pelos 10 territórios da cidadania. O projeto esteve em seu segundo ano, apresentando um aumento em relação ao ano de 2022, e com projeções ainda maiores para 2024. Foram tiradas diretrizes de investimento na mecanização e no beneficiamento da cultura do algodão no Estado do Rio Grande do Norte. A meta não foi atingida por não ter sido direcionada uma ação exclusiva nesse sentido, podendo ser listadas dentro dessa meta ainda o atendimento de famílias dentro do Programa de Sementes Crioulas.

Código e descrição da Meta:
1002 - Atender 38.500 famílias de agricultores familiares (50% das famílias com DAP ativa no ano de 2019 com participação mínima de 30% de mulheres, 20% de jovens, 20% de comunidades tradicionais) atendidos até 2023

Avaliação da Meta:
Dentro do Programa Sementes Crioulas foram atendidos os Regionais da Emater de Assú, Currais Novos, Santa Cruz, João Câmara e Caicó, além de comunidades tradicionais nos territórios de Mato Grande e Assu-Mossoró. A distribuição de sementes está relacionada à produção e ao mapeamento de sementes crioulas nas próprias regiões. Durante o ano de 2023, houve investimentos nesse mapeamento, no monitoramento do programa, bem como na mobilização de novas famílias produtoras, em vista de aumentar a cobertura para o ano de 2024.

Códigos e Descrição da Meta: 0919 Realizar 80 capacitação de cooperativas e associações até 2023
Avaliação da Meta: Meta não realizada

Códigos e Descrição da Meta:
1002 Atender 38.500 famílias de agricultores familiares (50% das famílias com DAP ativa no ano de 2019 com participação mínima de 30% de mulheres, 20% de jovens, 20% de comunidades tradicionais) atendidos até 2023

Avaliação da Meta:
Descrição da ação: Atender um total de 1.500 Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) nos municípios do RN, especificamente nos territórios do Alto Oeste, Açu Mossoró, Mato Grande, Seridó e Sertão do Apodi, através da Chamada Pública 03/2020–Ater Agroecologia.
Avanços/Resultados/produtos: As famílias cadastradas para receber assistência técnica foram distribuídas nos municípios de cada território, já pré-estabelecidos no edital e distribuídos por lote:

• Lote 01 - Alto Oeste, 300 famílias distribuídas em 12 municípios (Coronel João Pessoa, São Miguel, Doutor Severiano, Encanto, José da Penha, Luís Gomes, Pau dos Ferros, Lucrécia, São Francisco do Oeste, Francisco Dantas, Pilões e Frutuoso Gomes), perfazendo um total de 100,00% de famílias cadastradas. Em 2023 foram realizadas 29 atividades coletivas e 165 atividades individuais.

• Lote 02 - Açú-Mossoró, 300 famílias distribuídas em 5 municípios (Açu, Mossoró, Afonso Bezerra, Ipanguaçu e Porto do Mangue), perfazendo um total de 95,67% de famílias cadastradas. Em 2023 foram realizadas 20 atividades coletivas e 392 atividades individuais.

• Lote 03 – Mato Grande, 300 famílias distribuídas em 8 municípios (Ceará-Mirim, Pureza, Maxaranguape, Bento Fernandes, São Miguel do Gostoso, Touros, Jandaíra e João Câmara), perfazendo um total de 100,00% de famílias cadastradas. Em 2023 foram realizadas 44 atividades coletivas e 611 atividades individuais.

• Lote 04 – Seridó, 300 famílias distribuídas em 7 municípios (Lagoa Nova, Cerro Corá, Tenente Laurentino, Florânia, São João do Sabugi, Caicó, Serra Negra, Parelhas), perfazendo um total de 101,33% de famílias cadastradas. Em 2023 foram realizadas 23 atividades coletivas e 118 atividades individuais.

• Lote 05 – Sertão do Apodi I, 300 famílias distribuídas em 4 municípios (Apodi, Felipe Guerra, Caraúbas, Severiano Melo), perfazendo um total de 101,33% de famílias cadastradas. Em 2023 foram realizadas 7 atividades coletivas e 854 atividades individuais.

Ao todo em 2023 foram realizadas 123 atividades coletivas e 2010 atividades individuais, atualmente a Chamada Pública se encontra com 1.500 famílias cadastrada e está no seu 15 período, ou seja, 30 º mês de execução contratual, os produtos e resultados estão acontecendo de forma regular, porém, com alguns atrasos.

Códigos e Descrição da Meta: 1003 Perfurar, instalar e recuperar 80 poços
Avaliação da Meta: Meta não realizada

Códigos e Descrição da Meta: 1007 Atender com aporte financeiro para viabilizar 160.000 operações de garantia safra até 2003
Avaliação da Meta: Meta não realizada

Códigos e Descrição da Meta: 0908 Atender 15.000 famílias com assistência técnica e extensão rural sendo que 30% das ações voltadas para atender as demandas de mulheres.
Avaliação da Meta: Descrição da ação: Atender um total de 1.500 Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) nos municípios do RN, especificamente nos territórios do Alto Oeste, Açu Mossoró, Mato Grande, Seridó e Sertão do Apodi, através da Chamada Pública 03/2020 – Ater Agroecologia. Avanços/Resultados/produtos: As famílias cadastradas para receber assistência técnica foram distribuídas nos municípios de cada território, já pré-estabelecidos no edital e distribuídos por lote: • Lote 01 - Alto Oeste, 300 famílias distribuídas em 12 municípios (Coronel João Pessoa, São Miguel, Doutor Severiano, Encanto, José da Penha, Luís Gomes, Pau dos Ferros, Lucrécia, São Francisco do Oeste, Francisco Dantas, Pilões e Frutuoso Gomes), perfazendo um total de 100,00% de famílias cadastradas. Em 2023 foram realizadas 29 atividades coletivas e 165 atividades individuais. • Lote 02 - Açú-Mossoró, 300 famílias distribuídas em 5 municípios (Açu, Mossoró, Afonso Bezerra, Ipanguaçu e Porto do Mangue), perfazendo um total de 95,67% de famílias cadastradas. Em 2023 foram realizadas 20 atividades coletivas e 392 atividades individuais. • Lote 03 – Mato Grande, 300 famílias distribuídas em 8 municípios (Ceará-Mirim, Pureza, Maxaranguape, Bento Fernandes, São Miguel do Gostoso, Touros, Jandaíra e João Câmara), perfazendo um total de 100,00% de famílias cadastradas. Em 2023 foram realizadas 44 atividades coletivas e 611 atividades individuais. • Lote 04 – Seridó, 300 famílias distribuídas em 7 municípios (Lagoa Nova, Cerro Corá, Tenente Laurentino, Florânia, São João do Sabugi, Caicó, Serra Negra, Parelhas), perfazendo um total de 101,33% de famílias cadastradas. Em 2023 foram realizadas 23 atividades coletivas e 118 atividades individuais. • Lote 05 – Sertão do Apodi I, 300 famílias distribuídas em 4 municípios (Apodi, Felipe Guerra, Caraúbas, Severiano Melo), perfazendo um total de 101,33% de famílias cadastradas. Em 2023 foram realizadas 7 atividades coletivas e 854 atividades individuais. Ao todo em 2023 foram realizadas 123 atividades coletivas e 2010 atividades individuais, atualmente a Chamada Pública se encontra com 1.500 famílias cadastrada e está no seu 15 período, ou seja, 30 º mês de execução contratual, os produtos e resultados estão acontecendo de forma regular, porém, com alguns atrasos.

Códigos e Descrição da Meta:
0730 Realizar 08 seminário estadual de ATER
Avaliação da Meta:
No ano de 2019 foram realizados dois seminários estaduais de ATER, em parceria com a FIOCRUZ, sendo um no auditório da CECAFES (Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária) em Natal, que contou com a presença do Diretor Técnico da ANATER e outro no CENTERN (Centro de Treinamento da Emater RN). Os dois seminários contaram com a presença dos movimentos sociais ligados ao campo, instituições de ATER e poder público e tiveram como objetivo dar início ao processo de discussão e construção da minuta de Lei que instituirá a Política Estadual de ATER. Com a crise sanitária ocasionada pela Covid 19, as atividades foram suspensas até 2021, porém com o material construído nestes eventos e em conjunto com as conferências territoriais, foi possível consolidar um documento com as principais reivindicações, diretrizes, objetivos e metas para a construção da política estadual de ATER.

Códigos e Descrição da Meta:
0912 Construir a minuta da lei que instituirá a política estadual de ATER
Avaliação da Meta:
Após a realização dos seminários estaduais e das conferências territoriais foi possível consolidar um documento, construído em parceria com os movimentos sociais, entidades de Ater, poder público e a Fiocruz para a construção da minuta de Lei que instituirá a política estadual de Ater. Assim o referido documento foi encaminhado à Assembleia Legislativa para que a minuta fosse revisada e apresentada para apreciação

Códigos e Descrição da Meta:
1177 Cadastrar e realocar 1.200 famílias identificadas em situações de conflitos fundiários no estado do Rio Grande do Norte
Avaliação da Meta:
Meta não realizada

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas propostas no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Código e descrição das iniciativas:	Percentual de execução
378 Apoio à reestruturação da gestão territorial.	Não teve disponibilidade orçamentária
532 Realização de parceria junto aos agentes financeiros e AGN para promover o acesso ao crédito rural voltado ao financiamento de energias limpas e renováveis.	Não teve disponibilidade orçamentária
579 Formulação e realização de chamada pública para distribuição de Kit 's de irrigação aos agricultores e agricultoras familiares.	Não teve disponibilidade orçamentária
582 Criação de projeto de incentivo ao gestor municipal que valoriza a agricultura familiar (Selo gestor amigo da agricultura familiar).	Não teve disponibilidade orçamentária
585 Criação de fórum dos secretários municipais de agricultura.	Não teve disponibilidade orçamentária
664 Organização dos procedimentos e das metodologias técnicas, administrativas e jurídicas para operacionalização das ações de regularização fundiária dos imóveis rurais.	Não teve disponibilidade orçamentária
776 Elaboração e implementação da Lei Estadual que crie o Sistema Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural.	Não teve disponibilidade orçamentária
780 Organizar os procedimentos das metodologias técnicas, administrativas e jurídicas para operacionalização das ações de regularização fundiária dos imóveis rurais.	Não teve disponibilidade orçamentária
782 Organização dos procedimentos das metodologias técnicas, administrativas e jurídicas para operacionalização das ações de regularização fundiária dos imóveis rurais. Repetida	Não teve disponibilidade orçamentária

786 Operacionalização e monitoramento das ações que permitem o acesso à terra aos agricultores e agricultoras.	33%
802 Promoção de ações de monitoramento, supervisão e fiscalização da aplicação dos recursos de investimentos produtivos básicos e comunitários das associações beneficiadas pelo PNCF.	8%
995 Promoção do acesso ao crédito rural para as famílias do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, acesso à terra, agregação de valor e inserção aos mercados.	Não teve disponibilidade orçamentária
1029 Realização de parceria junto aos agentes financeiros e a AGN, para promover o acesso ao crédito rural voltado ao financiamento de projetos de investimento, custeio e capital de giro para as organizações da agricultura familiar.	Não teve disponibilidade orçamentária
1062 Realizar parceria junto aos agentes financeiros e a AGN, para promover o acesso ao crédito rural que atenda a demanda da agricultura familiar em atividades não agrícolas no meio rural (artesanato, turismo rural, etc).	Não teve disponibilidade orçamentária
1096 Realização de cursos, minicursos e oficinas sobre atividades agropecuárias e não agropecuárias, extrativismo e beneficiamento da produção para agricultores(as) familiares de base agroecológica.	Não teve disponibilidade orçamentária
1103 Apoio e assistência técnica aos agricultores e agricultoras e suas organizações em gestão, produção de base agroecológica e orgânica, acesso a mercados institucionais e meios de comercialização da produção, Implantação de tecnologias sociais tais como sistema de reuso de águas cinza, biodigestor, kit de irrigação, etc.	65%
1107 Realização de assistência técnica e extensão rural que atenda às demandas das mulheres considerando suas especificidades.	Não teve disponibilidade orçamentária
1110 Realização anual de seminário de inovações tecnológicas para socialização de experiências produzidas	Não teve disponibilidade orçamentária

pela agricultura familiar.	
1194 Formação em gestão, beneficiamento e comercialização; (COOPERAFES).	Não foi executado orçamento nessa iniciativa
1205 Fomento às cooperativas e associações da agricultura familiar para implantação e melhoria na infraestrutura e logística; (COOPERAFES).	41%
1218 Implantação do Programa Estadual de PECAFES.	33%
1221 Apoio e ampliação das compras da agricultura familiar junto às prefeituras municipais.	0% (feito remanejamento)
1222 Apoio e fomento à feiras das agricultura familiar.	40%
1227 Manutenção de processos de certificação de produção orgânica.	56%
1228 Fomento a espaços fixos e públicos de comercialização da agricultura familiar.	30%
1229 Implementação do Programa estadual de organização produtiva das mulheres e jovens rurais.	160%
1334 Fomento e apoio as iniciativas de transição agroecológicas em áreas rurais, urbanas e periurbanas.	81%
1344 Disponibilização do abastecimento de água para a produção animal e da pequena irrigação, por meio da perfuração, instalação, recuperação e limpeza de poços tubulares.	Não teve disponibilidade orçamentária
1354 Assistência financeira na implementação do fundo Garantia-Safra para a participação de famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática influenciada diretamente pela perda da produção, conforme Lei nº 10.420, de 10/04/2002.	100%
1797 Apoio as iniciativas de cadastramento e realocação das	33%

famílias apresentadas e aprovadas pelo Comitê Estadual de Resolução de Conflitos Fundiários Rurais (CERCFR).	
1865 Implementação ao Programa estadual de fortalecimento da juventude rural do RN.	Não teve disponibilidade orçamentária
2043 Modernização da Frota de Veículos da SEDRAF.	Não teve disponibilidade orçamentária
2044 Realização de oficinas, reuniões, seminários, conferências e capacitações.	70%
2045 Realização de diagnósticos, monitoramento e avaliação.	Não teve disponibilidade orçamentária
2046 Realização de estudos, pesquisas, produção e divulgação.	0% (feito remanejamento)
2139 Realização de ações para regularização fundiária.	Não teve disponibilidade orçamentária
Justificativa das Inciativas Foi observado um desequilíbrio na execução orçamentária com as iniciativas em algumas e em outras tivemos atendimentos acima do total, por isso dá para observar a necessidade de remanejamento de algumas iniciativas para outras. Percebe-se uma necessidade de melhor adequação das iniciativas as subações orçamentaria, bem como o enxugamento do quantitativo de iniciativas ja corrigido durante a estruturação para o próximo PPA.	

Avaliação Setorial dos Resultados

Avaliação geral setorial:
Em vista do já exposto nas análises anteriores, verifica-se, de modo geral, que os resultados alcançados através da execução das metas, vinculados aos objetivos programados, foram satisfatórios. A SEDRAF atua em todos os territórios do Rio Grande do Norte, com uma equipe dinâmica, e apresenta grande capilaridade, pois sua ação é desenvolvida em parcerias com outras instâncias do governo e da sociedade civil. Uma secretaria nova como esta precisa de melhores instrumentos gerenciais e de monitoramento voltados às ações de políticas e programas, contudo, temos realizado muitas ações e avançando no apoio à agricultura familiar do Rio Grande do Norte.
Algumas restrições foram observadas, como a redução do quadro de servidores efetivos da secretaria, o que dificulta a ampliação dos serviços ao público da agricultura familiar em todo o Estado.
Alguns indicadores definidos não estão alimentados e outros não se adequam, de modo que não são aqui analisados. Assim, a instituição inicia uma reflexão para ajustes de indicadores mais efetivos para mensuração da sua atuação profissional.

Recomendações:

A SEDRAF precisa alinhar mais os seus objetivos e metas às políticas e programas hoje executados. Promovendo uma redução do quantitativo de metas e objetivos descritos.

Devemos descontinuar algumas metas que não fazem muito sentido, alinhando o planejamento à execução. Podemos observar que por ser uma secretaria muito nova, as ações foram se ajustando aos programas e projetos elaborados, dando melhor condições de ajustes numa próxima versão do PPA 2024 – 2027.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(**X**) SIM ( ) NÃO
Dos indicadores listados, 2 se adequam ao programa, mas não foram atualizados. E outros não se adequam ao programa.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução
Com a proposta de melhor acompanhar o andamento da execução do PPA 2019-2023, este documento avaliou os objetivos propostos na elaboração do referido PPA, através de análise individual das metas estabelecidas para cada setor do órgão e para o conjunto da SEDRAF de modo geral. Os objetivos descritos e avaliados neste documento foram organizados de modo interligado aos códigos de suas referidas metas, cujo estado de execução pode ser conferido na listagem delas, também contida no texto do documento. A listagem das metas foi feita por organização setorial interna para facilitar a busca quando em análise ao percentual de execução do objetivo ao qual está atrelada. A avaliação geral das metas e objetivos foi realizada de modo a pensar os resultados atingidos com base no número de beneficiários e territórios alcançados, no comparativo às necessidades de ajustes da execução dos mesmos. Ademais, é preciso ressaltar que parte das metas não atingidas, os 100% de execução, ainda estão em andamento ou foram modificadas durante o processo por impossibilidade de operacionalização de algumas das iniciativas previstas.

Do Objetivo da Avaliação

A SEDRAF tem como objetivo principal a proposição e implementação das políticas públicas voltadas à reforma agrária e a promoção do desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do segmento rural constituído pelos agricultores e agricultoras familiares, de acordo com o Decreto Estadual Nº 31.783, de 09 de agosto de 2022, que trata da sua Estrutura regimental. Atuando nos 10 territórios rurais do Rio Grande do Norte, a SEDRAF busca valorizar a rica diversidade cultural, ambiental e socioprodutiva existente na agricultura familiar potiguar. Com ênfase na formulação, na coordenação e na avaliação de políticas públicas que estejam alinhadas à inclusão de homens e mulheres do campo, com a transição para sistemas de produção mais resilientes às mudanças climáticas e que ampliem o acesso aos mercados, essa tem sido a marca da atuação institucional nesses últimos quatro anos.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

As ações executadas pela secretaria são parte de um rico e ousado processo de aprendizagem coletiva, e estão norteadas no combate à pobreza rural, à segurança e à soberania alimentar, à sustentabilidade dos sistemas de produção e à geração de renda é baseada em quatro eixos estratégicos de atuação: Inclusão Produtiva Sustentável, Acesso a Mercados, Governança Fundiária e Segurança Hídrica. Todos os projetos e programas em curso têm contribuído de forma decisiva para que a agricultura familiar continue a cumprir seu papel de produzir alimentos saudáveis de forma sustentável para o povo potiguar. Além disso, destacamos a participação da secretaria nas articulações regionais através da Câmara Temática da Agricultura Familiar do Consórcio Nordeste e do Fórum de Gestores e Gestoras da Agricultura Familiar do NE, tendo como culminância a realização, no Rio Grande do Norte, da 1ª Feira Nordestina da Agricultura Familiar.

Avaliação Geral dos Resultados

Iniciando suas atividades com orçamento e recursos humanos menor do que o ambicionado para a execução de todas as políticas públicas almejadas, o quadro de servidores da secretaria tem feito um grande esforço para atender as metas de uma grande demanda reprimida da agricultura familiar. A programação dos objetivos e metas operacionalizadas pela SEDRAF, atende uma boa parte do Plano de Governo pensado para a gestão findada, e vem sendo progressivamente alinhado à demanda da população do meio rural. Os resultados atingidos superaram as expectativas iniciais, apesar dos ajustes de metas, em razão de restrições orçamentárias e congelamento das ações do governo que poderiam gerar aglomerações durante o período de pandemia.

Síntese da Avaliação e Recomendações
Em seus poucos anos de existência, a SEDRAF já demonstrou sua grande capacidade de operacionalização de políticas públicas para Agricultura Familiar, por meio da otimização de recursos públicos e do contínuo trabalho em parceria com a sociedade civil e com o setor público. Desta forma, com ampliação de recursos humanos e orçamentários destinados à secretaria, haverá também o aumento do percentual de execução das metas propostas e a expansão de políticas públicas bem sucedidas territorialmente.

Referências
As informações utilizadas para a elaboração deste documento foram reunidas diretamente com os chefes de setores da SEDRAF, relatórios de gestão e execuções orçamentárias.

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 4
Avaliação individual das INICIATIVAS 5
Avaliação Setorial dos Resultados 13
Avaliação dos Indicadores 15
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 15
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 15
Introdução 15
Do Objetivo da Avaliação 16
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 16
Metodologia 16
Avaliação Geral dos Resultados 17
Síntese da Avaliação e Recomendações 17
Referências 18

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 22000 – SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Nome do Programa Temático: 2001 – EDUCAÇÃO CIDADÃ

Avaliação Geral do Objetivo 0325

Código e descrição do Objetivo: 0325 – AMPLIAR A DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL DO ESTADO
Códigos das metas: 0319 – PARTICIPAR DE EVENTOS CULTURAIS DE EDUCAÇÃO FISCAL CIDADÃ 0320 – DESENVOLVER E IMPLANTAR PARCERIAS COM ORGANISMOS DA SOCIEDADE PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL 0359 – CAPACITAR GESTORES MUNICIPAIS NA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ESTADUAIS DO FPM
Códigos das iniciativas: 00362 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PARA DISSEMINAR A EDUCAÇÃO FISCAL NO ESTADO 00364 – DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PARA MASSIFICAÇÃO DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO FISCAL 00365 - APERFEIÇOAMENTO E MANUTENÇÃO DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO FISCAL
Avaliação Geral do Objetivo: A campanha nota potiguar foi executada com êxito, além de ter ampliado o conjunto de subprodutos, adaptados ao contexto pós-pandemia. A utilização dos recursos oriundos do fundo estadual de educação fiscal, complementadas com a utilização de fonte de recursos próprios, permitiu a implementação das ações da campanha Nota Potiguar, contribuindo assim com a disseminação da educação fiscal no Estado.

A implementação de novos projetos, especificamente voltado para a educação fiscal, demonstrou-se prejudicada em função da restrição financeira do caixa do Estado, aliada à não contratação da linha de financiamento do BID denominada 'PROFISCO II/RN'.

A execução orçamentária atingiu 54% do valor previsto na LOA, em parte devido à dificuldade em garantir a alocação de recursos financeiros para as rubricas, portanto insuficientes para a efetiva execução da totalidade das iniciativas e para o alcance pleno das metas estipuladas.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

0319 – PARTICIPAR DE EVENTOS CULTURAIS DE EDUCAÇÃO FISCAL CIDADÃ

Avaliação da Meta:

Os eventos culturais de educação fiscal e cidadã contribuem efetivamente para a ampliação da cultura da educação fiscal em nosso Estado.

Esta meta foi alcançada plenamente (participar de 2 eventos), com a participação do GEFE - Grupo de Educação Fiscal - do Estado do RN em 3 eventos:

1) Participação em oficinas e formações em educação fiscal;
2) Participação na semana de educação fiscal em setembro/2023;
3) Participação em evento nacional de Inovação em Educação Fiscal

Código e descrição da Meta:

0320 – DESENVOLVER E IMPLANTAR PARCERIAS COM ORGANISMOS DA SOCIEDADE PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL

Avaliação da Meta:

As parcerias com organismos da sociedade visam a promoção da educação fiscal no Estado, com esclarecimentos sobre a importância do imposto e da adequada aplicação dos recursos.

Esta meta foi parcialmente alcançada (3 parcerias implantadas, em um total de 4 previstas), com a realização de parcerias com a o MARCCO, com a UFRN e com a CGU para a promoção da educação fiscal no Estado.

Código e descrição da Meta: 0359 – CAPACITAR GESTORES MUNICIPAIS NA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ESTADUAIS DO FPM
Avaliação da Meta: A capacitação de gestores municipais previa abrangência em 25% dos municípios do Estado, em 2023. Porém, apenas 3 municípios foram contemplados com oferta de formação em conteúdo de educação fiscal: Natal, são Gonçalo do Amarante e Currais Novos. Este resultado representa menos de 2% dos municípios potiguares, portanto, ficando muito aquém da meta prevista. Destacam-se como razões para o não alcance desta meta: a insuficiência de recursos financeiros destinados à capacitação, aliada à um possível superdimensionamento da meta (para alcançá-la, seria necessário envolver cerca de 40 municípios do Estado em um período de 1 ano), a ser reavaliado pelo GEFE/RN.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas: 00362 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PARA DISSEMINAR A EDUCAÇÃO FISCAL NO ESTADO
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: A implementação de novos projetos dependentes de recursos financeiros ficou prejudicada em função da não confirmação do contrato de empréstimo através da linha de financiamento PROFISCO II/RN junto ao BID com aval da União (despesas de capital). Esta iniciativa está associada à subação 324001, sem execução financeira no exercício 2023. No entanto, o GEFE (Grupo Estadual de Educação Fiscal) idealizou, com recursos próprios (custeio de diárias) o projeto de sensibilização para a educação fiscal e o projeto para a realização de seminários de educação fiscal no Estado.

Códigos e descrições das iniciativas: 00364 – DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PARA MASSIFICAÇÃO DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO FISCAL
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Para a massificação da campanha de educação fiscal, em 2023 o Programa Nota Potiguar promoveu as seguintes ações:

I) Campanha “LOUNGE NOTA POTIGUAR” edição FESTA DE SANT’ANA 2023, no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), proporcionando a participação de 6.000 usuários/consumidores em um dos maiores eventos festivos e religiosos do Estado, a festa de Sant’ana na cidade de Caicó/RN, através de um espaço exclusivo durante os 04 (quatro) dias do evento;
II) Campanha “Abadás para o Carnaxelita 2023”, que distribuiu 1 mil abadás oficiais para as duas noites do evento, considerado o maior carnaval fora de época do interior do RN e um dos maiores do Brasil, que acontece na cidade de Currais Novos/RN;
III) O 1º Circuito de Corridas de Rua e 10ª Corrida do Servidor Nota Potiguar, que disponibilizará mais de 2.800 inscrições para participação dos usuários nos eventos a serem realizados nas cidades de Nova Cruz, São P. Potengi, Macau, João Câmara, Santa Cruz, Currais Novos, Caicó, Pau dos Ferros, Apodi, Mossoró, Assu e Natal;
IV) Campanha “LOUNGE NOTA POTIGUAR”, no valor de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), proporcionando a participação de 7.500 usuários/consumidores em um dos maiores eventos festivos do Estado, o CARNATAL, através de um espaço exclusivo durante os 03 (três) dias do evento.

Códigos e descrições das iniciativas:

00365 - APERFEIÇOAMENTO E MANUTENÇÃO DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO FISCAL

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A Campanha está inserida num conjunto de medidas adotadas que têm como fim principal o incremento da arrecadação de ICMS no Estado. Adota, para tanto, estratégias como a concessão de incentivos aos cidadãos como forma de motivá-los a exigir os documentos fiscais, numa verdadeira promoção de engajamento da sociedade como parceira do Estado no controle das obrigações tributárias dos estabelecimentos comerciais ("cidadão-fiscal"), bem como de incentivo à formalização e regularização de Empresas.

Números do Programa de Educação Cidadã e Fiscal – Ano 2023

- 380.000 usuários cadastrados;
- 203 instituições (Organização da Sociedade Civil) cadastradas com atuação nas seguintes áreas: Assistência Social, Esporte Amador, Saúde, e, recentemente, Proteção aos Animais;
- 25 milhões de documentos fiscais emitidos por 77 mil estabelecimentos comerciais distintos;
- R$ 1,9 milhão repassados às instituições cadastradas;

- R$ 1,4 milhão devolvidos à sociedade potiguar através dos 540 cidadãos premiados através de sorteios realizados pela Loteria Federal;
- 46.000 usuários beneficiados pelos sorteios de prêmios em dinheiro e da concessão de descontos de até 10% (dez por cento) no IPVA.

Código e nome do Órgão:

22000 – SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Nome do Programa Temático:

5001 – NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO

Avaliação Geral do Objetivo 0024

Código e descrição do Objetivo:

0024 – MODERNIZAR E REESTRUTURAR A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO, PARA GARANTIR EFICÁCIA E EFICIÊNCIA ÀS ATIVIDADES REALIZADAS NA SET/RN POR MEIO DE MELHORIAS NOS PROCESSOS INTERNOS, MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA, REPOSIÇÃO DE QUADRO FUNCIONAL E AUMENTO NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS, DA INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE E DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE.

Códigos das metas:

0309 - ADEQUAR OS AMBIENTES DE TRABALHO DA SET/RN

0310 – IMPLANTAR PROCESSOS ELETRÔNICOS PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E CONTENCIOSO FISCAL

0311 – PROPORCIONAR AUMENTO REAL DE ARRECADAÇÃO ALÉM DA INFLAÇÃO E PIB

0312 – ELEVAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SET/RN, DO ATENDIMENTO AO USUÁRIO/CIDADÃO, DA INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE E DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE

0313 - AMPLIAR O SISTEMA DE MONITORAMENTO DAS OPERAÇÕES RELATIVAS AO ICMS PARA APRIMORAR O COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL

1470 - REALIZAR UM CONCURSO PÚBLICO A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DE REPOSIÇÃO DO QUADRO DE AUDITORES FISCAIS E DO QUADRO DE TÉCNICOS
Códigos das iniciativas: 00331 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL 00332 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA SET/RN 00334 - ADEQUAÇÃO DOS AMBIENTES DE TRABALHO DA SET/RN 00335 – MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL 00336 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FINANCEIRA E DE GASTO PÚBLICO
Avaliação Geral do Objetivo: As ações previstas no PPA relacionadas ao objetivo em questão, dependente de aporte de recursos financeiros, tornaram-se inviabilizadas de serem executadas no exercício de 2023, em função da não concretização da operação de crédito externa junto ao BID (PROFISCO II/RN). Por outro lado, a previsão orçamentária para o FUNDAT – Fundo Estadual de Desenvolvimento da Administração Tributária – possibilitou a execução de algumas ações necessárias para o aperfeiçoamento e modernização da administração tributária, ainda que de forma incipiente, devido restrição financeira para sua execução. O exercício de 2023 ficou marcado pela recriação, em agosto, da SEFAZ/RN, com a união das funções de administração tributária (exercidas até então pela SET/RN) com as funções de finanças estaduais, exigindo a reorganização orçamentária e financeira do novo órgão. A inauguração do NIF Caráu, na divisa com o Estado da PB, simbolizou o fortalecimento da SEFAZ/RN nas ações de fiscalização, com a implementação de novas rotinas de monitoramento fiscal e de malhas fiscais, permitindo maiores controles das operações sujeitas ao ICMS e aumento do combate à sonegação fiscal.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0309 - ADEQUAR OS AMBIENTES DE TRABALHO DA SET/RN
Avaliação da Meta: A meta prevista (4 adequações físicas no território 'Terras Potiguaras') não foi alcançada. A demanda para as adequações físicas na sede da SEFAZ (Centro Administrativo do Estado – em Natal), visando atender o território 'Terras Potiguaras' – está em fase de instrução processual para elaboração de projetos de execução civil, especialmente das estruturas

elétrica e hidráulica prediais. Os projetos arquitetônicos estão em revisão para reformulação dos espaços físicos das unidades administrativas devido a reestruturação organizacional da SEFAZ (incorporação das funções do Tesouro Estadual), fatos que contribuíram para o replanejamento da execução dos serviços de engenharia para o exercício de 2024, com utilização de recursos próprios através do FUNDAT – Fundo Estadual de Desenvolvimento da Administração Tributária.

Os demais territórios não tiveram ações iniciadas e devem passar por reformulação de metas, considerando as limitações financeiras para a sua execução.

Código e descrição da Meta:

0310 – IMPLANTAR PROCESSOS ELETRÔNICOS PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E CONTENCIOSO FISCAL

Avaliação da Meta:

A meta prevista para o exercício 2023 (80% da implantação dos processos eletrônicos) não foi alcançada.

O projeto de implantação dos processos eletrônicos para processo administrativo tributário e contencioso fiscal visa simplificar, racionalizar e modernizar os sistemas e ferramentas de controle de ações fiscais e do contencioso fiscal, permitindo redução de custos financeiros e ganhos de tempo para a SET e para o contribuinte. A implantação prevê a execução em duas etapas distintas: a etapa E-FIS, referente ao módulo de ação fiscal, e etapa E-PAT, referente ao módulo de processo administrativo tributário.

Para o exercício 2023, foi executado 50% do desenvolvimento (análise de sistema e programação) do módulo E-FIS (ação fiscal), realizados com uso de recursos próprios.

A meta estipulada apresentou-se superdimensionada, considerando que a implantação dos processos eletrônicos envolve 2 etapas, sendo o E-PAT uma etapa posterior, dependente da implementação da etapa E-FIS.

A meta deverá ser reavaliada para o exercício seguinte, com recomendação de separar estimar metas e ações independentes para o E-FIS e para o E-PAT, e inseridas no processo de planejamento estratégico da SEFAZ.

Código e descrição da Meta:

0311 – PROPORCIONAR AUMENTO REAL DE ARRECADAÇÃO ALÉM DA INFLAÇÃO E PIB

Avaliação da Meta:

A SEFAZ/RN realiza acompanhamento sistemático da arrecadação estadual. O acompanhamento do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, é feito mensalmente,

segmentado por atividade econômica, por código de receita e por porte do contribuinte, com quadros comparativos de valores atualizados pelo índice de inflação do período; os painéis (dashboard) são disponibilizados para a alta administração e para o Coordenador de Arrecadação.

A arrecadação total dos impostos estaduais em 2023 resultou em um volume de R$ 8,9 bilhões, representando um aumento nominal de 15,54% em relação aos valores obtidos em 2022 (R$ 7,7 bilhões). Quando focado somente no ICMS, a arrecadação alcançou R$ 8,3 bilhões em 2023, contra R$ 7,2 bilhões em 2022 (aumento nominal de 15,05%). Ressalte-se que, para fins da meta pactuada com a SEPLAN/RN (LDO/LOA) a SEFAZ obteve o seguinte desempenho: No somatório dos tributos (ICMS+IPVA+ITCD), a arrecadação de R$ 8,9 bilhões foi superior à previsão de R$ 7,5 bilhões (R$ 1,4 bilhões a mais) representando uma variação positiva de 19,49%.

Vale ressaltar que esse bom desempenho foi impactado pela redução nas alíquotas de combustíveis, energia elétrica e comunicações, solicitada pelo governo Federal no ano de 2022, que culminou com uma queda de arrecadação de ICMS da ordem de R$ 340 milhões naquele exercício.

Considerado apenas o montante de ICMS arrecadado, de forma a aplicar-se os efeitos dos indicadores macroeconômicos de inflação e PIB, para fins desta análise, consideramos o resultado preliminar dos indicadores divulgados em janeiro/2024. O ICMS arrecadado em 2023 descontado do índice da inflação de 4,62%, medida pelo IPCA, aponta para um acréscimo de 10,92%. Considerando o processo de recuperação da economia retratada no PIB de 2,92% (resultado preliminar), chega-se ao indicador aproximado de 7,87% de crescimento real. Importa ressaltar, mais uma vez, que este bom resultado foi impactado pela aplicação da redução de alíquotas no segmento de combustíveis, energia e comunicação. No entanto, não tira o bom desempenho da arrecadação dos tributos no ano de 2023, cuja performance culminou com o alcance da meta prevista de aumento real de arrecadação em 7,87% (esforço fiscal) quando retiramos o efeito da inflação e do PIB.

Código e descrição da Meta:

0312 – ELEVAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SET/RN, DO ATENDIMENTO AO USUÁRIO/CIDADÃO, DA INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE E DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE

Avaliação da Meta:

A apuração para aferir a qualidade dos serviços prestados pela SEFAZ/RN está em fase de reavaliação do instrumento de pesquisa, o que impossibilitou a mensuração da meta.

Código e descrição da Meta: 0313 - AMPLIAR O SISTEMA DE MONITORAMENTO DAS OPERAÇÕES RELATIVAS AO ICMS PARA APRIMORAR O COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL
Avaliação da Meta: No exercício de 2023, esta meta foi alcançada plenamente (100% do previsto), com a implantação de novos monitoramentos das operações relativas ai ICMS, dentre as quais se destacam: controle de créditos indevidos, presunção da omissão de saídas, controle de estoque (inventário), cancelamento de documentos fiscais e controles de empresas recém-criadas.

Código e descrição da Meta: 1470 - REALIZAR UM CONCURSO PÚBLICO A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DE REPOSIÇÃO DO QUADRO DE AUDITORES FISCAIS E DO QUADRO DE TÉCNICOS
Avaliação da Meta: Meta não alcançada. A realização do concurso público para reposição do quadro de auditores fiscais e de técnicos está em processo de formalização, no entanto depende do reequilíbrio das finanças do Estado e do estrito cumprimento da Lei de Responsabilidade de Fiscal, quanto aos limites de gastos com pessoal.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas: 00331 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Iniciativa prejudicada por falta de recursos financeiros em função da não confirmação do contrato de empréstimo através da linha de financiamento PROFISCO II/RN junto ao BID com aval da União (despesas de capital). Uma pequena parcela dos investimentos foi direcionada para uso do FUNDAT recursos próprios na elaboração do planejamento estratégico ciclo 2022-2027. O montante de R$12,5 milhões previstos inicialmente para execução orçamentária com recursos próprios, destinados para investimentos na SEFAZ, não foi possível de execução, devido indisponibilidade financeira.

Códigos e descrições das iniciativas:

00332 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA SET/RN

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Iniciativa prejudicada por falta de recursos financeiros em função da não confirmação do contrato de empréstimo através da linha de financiamento PROFISCO II/RN junto ao BID com aval da União (despesas de capital).

Uma pequena parcela dos investimentos foi direcionada para uso do FUNDAT recursos próprios na elaboração do planejamento estratégico ciclo 2022-2027. O montante de R$12,5 milhões previstos inicialmente para execução orçamentária com recursos próprios, destinados para investimentos na SEFAZ, não foi possível de execução, devido indisponibilidade financeira.

Códigos e descrições das iniciativas:

00334 - ADEQUAÇÃO DOS AMBIENTES DE TRABALHO DA SET/RN

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Iniciativa prejudicada por falta de recursos financeiros em função da não confirmação do contrato de empréstimo através da linha de financiamento PROFISCO II/RN junto ao BID com aval da União (despesas de capital).

Uma pequena parcela dos investimentos foi direcionada para uso do FUNDAT recursos próprios na elaboração do planejamento estratégico ciclo 2022-2027. O montante de R$12,5 milhões previstos inicialmente para execução orçamentária com recursos próprios, destinados para investimentos na SEFAZ, não foi possível de execução, devido indisponibilidade financeira.

Códigos e descrições das iniciativas:

00335 – MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Iniciativa prejudicada por falta de recursos financeiros em função da não confirmação do contrato de empréstimo através da linha de financiamento PROFISCO II/RN junto ao BID com aval da União (despesas de capital).

Uma pequena parcela dos investimentos foi direcionada para uso do FUNDAT recursos próprios na elaboração do planejamento estratégico ciclo 2022-2027. O montante de R$12,5

milhões previstos inicialmente para execução orçamentária com recursos próprios, destinados para investimentos na SEFAZ, não foi possível de execução, devido indisponibilidade financeira.

Códigos e descrições das iniciativas:

00336 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FINANCEIRA E DE GASTO PÚBLICO

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Iniciativa prejudicada por falta de recursos financeiros em função da não confirmação do contrato de empréstimo através da linha de financiamento PROFISCO II/RN junto ao BID com aval da União (despesas de capital).

Uma pequena parcela dos investimentos foi direcionada para uso do FUNDAT recursos próprios na elaboração do planejamento estratégico ciclo 2022-2027. O montante de R$12,5 milhões previstos inicialmente para execução orçamentária com recursos próprios, destinados para investimentos na SEFAZ, não foi possível de execução, devido indisponibilidade financeira.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avaliação geral setorial:

As ações desenvolvidas pela SEFAZ em 2023 relacionadas aos objetivos constantes no PPA denotam a importância destes para o alcance dos resultados do órgão.

O aperfeiçoamento das ações de fiscalização e modernização das malhas fiscais, fortalecidas com inauguração do Núcleo Integrado de Fiscalização – NIF Caraú – na divisa com o Estado da Paraíba, possibilitou maiores controles das operações sujeitas ao ICMS, com reflexos positivos na arrecadação, embora ainda sentindo os efeitos da erosão da base arrecadatória sentida desde agosto de 2022.

O aporte financeiro para execução das ações previstas para a administração tributária é uma necessidade constante da SEFAZ/RN de forma a prover os investimentos e aperfeiçoamentos dos seus processos de negócios, melhoria da qualidade da prestação dos serviços e atualização do ambiente tecnológico, notadamente com a massificação do uso de documentos fiscais eletrônicos e da escrituração fiscal digital, de maneira a potencializar os resultados esperados. Destaca-se, ainda, a recriação da SEFAZ/RN, ocorrida em agosto/2023, ao unificar as funções de controle do Tesouro Estadual às funções de Administração Tributária, com reflexos na execução orçamentária e financeira do novo órgão.

A execução orçamentária do FUNDAT – Fundo Estadual de Desenvolvimento da Administração Tributária – limitou-se a realização de despesas para suprir demanda de capacitações de servidores e para operacionalização de algumas atividades referentes ao funcionamento do NIF Caráu, inaugurado em junho de 2023. A maior parcela do orçamento previsto contemplava

os investimentos previstos para a execução do PROFISCO II/RN (R$ 36 milhões de reais para execução em 2023 em operações de crédito externas); porém, diante da impossibilidade atual do Estado de obter o aval da STN para fins de assinatura do contrato com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento –, a linha de crédito foi encerrada pelo banco, não permitindo o uso desta parcela do orçamento.

Nesse contexto, a operacionalização do orçamento previsto para o FUNDAT (recursos próprios) acompanhada da respectiva destinação financeira, tem se mostrado essencial para os objetivos organizacionais da SEFAZ. O encerramento pelo BID da linha de financiamento PROFISCO/RN II (operação de crédito externa com aval da União) inviabilizou a contratação dos recursos financeiros para a execução dos projetos. Por outro lado, o BID anunciou a criação da nova linha PROFISCO III, focado na melhoria do grau de maturidade da gestão fiscal dos Estados, de forma a proporcionar o lastro de investimentos adequados às necessidades da administração fazendária estadual, inclusive no contexto das mudanças decorrentes da reforma tributária recentemente aprovado no âmbito da Constituição Federal.

Restrições

As restrições administrativas e financeiras interferiram substancialmente no desempenho das ações relativas ao programa de modernização da SEFAZ/RN no exercício de 2023. Os valores orçamentários previstos para este exercício e não confirmados, devido a não efetivação do contrato da linha de financiamento PROFISCO II/RN junto ao BID, com aval da União, prejudicaram substancialmente a relação 'realizado x previsto'. Em oportuno, resta ressaltar que os processos de aquisição com recursos próprios previsto no orçamento FUNDAT tiveram sua execução limitada devido à restrição do Estado para efetiva realização das despesas financeiras.

Recomendações:

Com o objetivo de tornar a execução das ações mais eficientes e eficazes, algumas sugestões e providências são elencadas relativas ao programa de modernização da SEFAZ/RN, como se segue:

. Capacitar/treinar gestores da SET/RN e Escritório Setorial de Projetos da SET/RN em gestão estratégica e gestão de projetos, através de cursos específicos;

. Fortalecer a gestão estratégica da organização através da execução do plano de ação anual e a medição dos novos indicadores estratégicos criados para que possam medir, em uma relação mais direta de causa/efeito, o alcance do objetivo estabelecidos;

. Avaliar a efetiva execução financeira-orçamentária da fonte de recursos próprios através do FUNDAT (Lei 8.770/2005), entre outras possibilidades a serem consideradas pela administração tributária.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (x) NÃO Os indicadores de programa temáticos do PPA 2020-2023 diretamente relacionados aos objetivos do órgão estão em revisão e não foram lançados no SIGEF. Para melhor aferição dos resultados das ações desta unidade gestora, sugere-se a revisão dos indicadores do programa de forma a contemplar aqueles diretamente vinculados às atividades da administração tributária. Em oportuno, o planejamento estratégico para o ciclo 2022-2027 manteve o alinhamento dos objetivos estratégicos, iniciativas e ações previstas com o PPA 2020-2023 (objetivos, metas e iniciativas do PPA, pertinentes à SEFAZ/RN) e assim assegurar a relação entre os esforços para execução do plano estratégico e a própria execução do PPA.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução
O presente relatório reúne as informações, recomendações e análises que compõem o processo de avaliação dos programas de responsabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/RN – previstos no PPA (Plano Plurianual) 2020-2023 do Estado do Rio Grande do Norte O processo de planejamento nas administrações públicas, em geral, historicamente enfrenta resistências na sua elaboração e implementação, gerando um descompasso entre as ações ali previstas e as prioridades definidas pela alta administração do órgão. Assim, o PPA configura-se como um instrumento de planejamento que contribui para o aumento de maturidade da gestão neste quesito, permitindo uma revisão sistemática dos objetivos e uma sinergia de forças na organização para o alcance das metas estipuladas.

Do Objetivo da Avaliação

A avaliação do PPA do ciclo 2020-2023 visa auxiliar a alta gestão da SEFAZ na identificação dos resultados pactuados no plano, além de subsidiar os estudos e a avaliação do resultado geral pela Secretaria de Planejamento e Orçamento – SEPLAN/RN, a ser consolidada pela Coordenadoria de Planejamento, Acompanhamento e Controle (COPLAC).

Este relatório foi elaborado pela Unidade de Coordenação de Projetos, com a colaboração dos setores internos UIPF (Unidade Instrumental de Planejamento e Finanças), COEF (Coordenadoria de Educação Fiscal) e CACE (Coordenadoria de Arrecadação, Controle e Estatística).

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

O PPA da SEFAZ tem como gestor a UCP – Unidade de Coordenação de Projetos – responsável pelo acompanhamento e controle setorial referente aos objetivos e metas ali estabelecidos.
Importa observar que a construção deste PPA, ocorrida em 2019, levou em consideração as atribuições vigentes da antiga SET/RN, limitadas às funções da administração tributária. A mudança para a SEFAZ/RN, ocorrida em agosto/2023, com a incorporação das funções de finanças estaduais, não foram refletidas neste ciclo 2020-2023.

Desta forma, o escopo do PPA SEFAZ incluiu os seguintes programas temáticos:

- Programa temático “educação cidadã”, relacionado às políticas públicas de disseminação da educação fiscal;

- Programa temático “novas práticas de gestão”, relacionado às políticas públicas de modernização da administração tributária do Estado.

Metodologia

A metodologia do PPA adotada para o período em questão estimulou uma abordagem estratégica, valorizando o exercício sistemático do planejamento. Na SEFAZ/RN, o PPA 2020-2023 está alinhado ao planejamento estratégico do ciclo 2018-2022. Posteriormente, em 2021, a elaboração do novo Plano Estratégico para o ciclo 2022-2027 levou em consideração o PPA vigente, repercutindo em mudanças pontuais em seus objetivos e metas para os exercícios seguintes.

O PPA 2020-2023 da SEFAZ/RN, construído com a participação do corpo gerencial da então SET/RN (funções da administração tributária), demonstrou ser um importante instrumento de planejamento para o órgão, ao refletir o compromisso com os resultados e metas ali estabelecidos. O alinhamento do PPA com o instrumento de planejamento estratégico da SET, alcançando os ciclos 2018-2022 e 2022-2027, é um reflexo de um maior grau de maturidade no processo de planejamento do órgão, embora ainda muito aquém do ideal.

A metodologia de revisão sistemática anual do PPA é um momento importante para a realização dos ajustes e do realinhamento das ações e prioridades. No entanto, este momento carece de uma maior atenção da alta administração para que este realinhamento seja efetivo e reflita as revisão de prioridades daquele órgão, inclusive quanto ao efetivo alinhamento com as prioridades previstas no seu plano estratégico.

Avaliação Geral dos Resultados

Esta avaliação tem o propósito de apresentar o desempenho do programa no enfrentamento do problema que lhe deu origem, analisando os resultados alcançados até então.

Os objetivos e metas constantes do PPA com menor dependências de recursos financeiros forma os que obtiveram os melhores resultados, através da articulação das ações e projetos junto aos setores demandantes, coordenados pela UCP e alinhadas com o plano estratégico da SEFAZ/RN. Em contrapartida, aqueles dependentes exclusivamente dos recursos financeiros para sua execução tiveram desempenho muito aquém do planejado, prejudicando a realização das metas ali estabelecidas.

É premente a necessidade do Estado do Rio Grande do Norte em prover o aporte financeiro à administração tributária para novos investimentos e aperfeiçoamento dos seus processos de negócios, melhoria da qualidade da prestação dos serviços e atualização do ambiente tecnológico, notadamente com a massificação do uso de documentos fiscais eletrônicos e da escrituração fiscal digital e da transformação digital que a sociedade experimente a partir das novas tecnologias disponíveis. Estes fatos reforçam ainda mais a necessidade da efetivação de recursos financeiros para suportar os investimentos, tais como o FUNDAT – Fundo Estadual de Desenvolvimento da Administração Tributária, além de buscar linha de financiamento através de parceria com o BID para a realização do PROFISCO/RN (operação de crédito externa). Para melhor aferição dos resultados das ações desta unidade gestora, sugere-se a revisão dos indicadores do programa de forma a contemplar aqueles diretamente vinculados às atividades da administração tributária.

Síntese da Avaliação e Recomendações

-
- As restrições administrativas e financeiras interferiram substancialmente no desempenho das ações relativas ao programa de modernização da SET/RN no exercício de 2019. Os valores orçamentários previstos para 2019, locados para utilização dos recursos em eventual confirmação do projeto PROFISCO II/RN durante o exercício – e não concretizado, sinalizou um aporte orçamentário incompatível com o efetivo recurso financeiro à disposição da SET/RN, prejudicando substancialmente a relação 'realizado x previsto'.

Recomendações

- Fortalecer a gestão estratégica da organização através da execução do plano de ação anual e a medição dos novos indicadores estratégicos criados para que possam medir, em uma relação mais direta de causa/efeito, o alcance do objetivo estabelecidos;

- Envolver a alta administração e o corpo gerencial na revisão sistemática do PPA com vistas a manter o alinhamento das ações e prioridades da gestão;

- Avaliar a efetiva execução financeira-orçamentária da fonte de recursos próprios para investimentos através do FUNDAT (Lei 8.770/2005), entre outras possibilidades a serem consideradas pela administração fazendária.

- Formalizar pedido junto ao BID para contratação, com aval da União, da linha de financiamento PROFISCO III/RN, visando suportar as demandas de investimentos necessários para o próximo ciclo do PPA 2024-2027.

Referências

Para fins de composição deste relatório, as informações tiveram como fonte de consulta o sistema SIGEF (Sistema Integrado de Gestão Financeira) – módulos 'Planos Plurianuais', 'Contabilidade' e 'Orçamento Execução' – além dos registros de reuniões setoriais internas para acompanhamento das metas do PPA. Também utilizou como fonte de informação o plano estratégico da SEFAZ/RN para os períodos 2018-2022 (anterior) e 2022-2027 (vigente).

PPA | planejamento transparência integração

Plano Plurianual 2020-2023

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 7
Avaliação individual das INICIATIVAS 11
Avaliação Setorial dos Resultados 18
Avaliação dos Indicadores 19
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 20
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 20
Introdução 20
Do Objetivo da Avaliação 22
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 24
Metodologia 25
Avaliação Geral dos Resultados 26
Síntese da Avaliação e Recomendações 29
Referências 31

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 27000 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
Nome do Programa Temático: 0100 – Programas de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado. 2009 – Viver melhor saneamento básico 4001 – Ciências tecnologia e inovação 4002– Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 111 - Dotar o estado de novas alternativas para o suprimento de demanda hídrica por meio de novas tecnologias 112 - Apoiar os municípios no atendimento as políticas de saneamento básico visando a política estadual de saneamento básico de forma a nortear os municípios na elaboração e implementação dos planos de forma integra aos setores de abastecimento água, esgotamento sanitário, limpeza, urbana e manejo de resíduos sólidos, e manejo de águas pluviais. 114 - Aprimorar continuamente os processos organizacionais, assegurar a modernização da instituição e direcionar a implantação das diretrizes estratégicas da SEMARH. 115 - Recuperar, prevenir, preservar, conservar a bacia hidrográfica por meio de ações integradas e permanentes que promovam a maioria da disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade e condições socioambientais.

117 - Abastecimento dos municípios em situação de colapso e emergência hídricos, de acordo com o decreto emergencial, por meio de ações de governo de forma a minimizar os efeitos da estiagem.

121 – Implementar de forma mais atuante, nos órgãos competentes do sistema de gerenciamento de recursos Hídricos do estado, os instrumentos de gestão preconizados na lei Federal nº 9433/97, e na Lei estadual nº 6908/96.

123 - Analisar a disponibilidade e a capacidade hídrica do estado por meio de estudos e projetos visando ampliar a capacidade de atendimento das demandas aos usos das águas por meio de ações estruturantes, permitindo dessa forma o atendimento.

Códigos das metas: Informe a situação de execução das metas)

396- Promover o fortalecimento institucional do SIGERN
399 - Promover o fortalecimento institucional do SISEMA
417 - Elaborar estudos e projetos nas áreas de meio ambiente e dos Recursos Hídricos
421 - Elaborar planos de bacias hidrográficas
426 - Fortalecer e melhorar o sistema estadual de segurança hídrica
430 - Elaborar Política estadual de reuso
431 - Implantar projetos de reuso 01012022
436 - Elaborar política estadual de resíduos Sólidos.
449 - Implantar aterros sanitários das regiões Seridó e Alto Oeste
457 - Elaborar política estadual de mudanças climáticas
463 - Elaborar política estadual de Educação Ambiental
471 - Implementar recuperação e preservação das nascentes
480 - Implementar recuperação de bacias hidrográficas
484 - Implantar Programa de Apoio à criação de RPPN
490 - Implementar e aperfeiçoar os instrumentos de gestão de recursos Hídricos
492 - Promover a integração das águas do Rio São Francisco (PISF) com as bacias hidrográficas do Estado.
493 - Implementar política estadual de operação, manutenção e segurança de barragens
495 - Implantar sistemas de abastecimento d'água
497 - Implantar Ações previstas no plano estadual de recursos hídricos.

Códigos das iniciativas:

37 Iniciativas

494, 499, 501, 505, 537, 541, 544, 546, 550, 555, 557, 559, 561, 563, 565, 566, 568, 570, 572, 575, 577, 581, 583, 584, 596, 605, 626, 630, 633, 636, 641, 643, 646, 651, 657, 665, 678.

Avaliação Geral do Objetivo:

Objetivo 111: Dotar o estado de novas alternativas para o suprimento de demanda hídrica por meio de novas tecnologias

Metas Alcançadas: O programa alcançou êxito na implementação de novas tecnologias para o suprimento hídrico, resultando em melhorias na disponibilidade de água.

Iniciativas Bem-Sucedidas: As iniciativas para adoção de tecnologias inovadoras foram executadas conforme planejado, promovendo eficiência no uso dos recursos hídricos.

Execução Orçamentária: Os recursos foram alocados de maneira eficaz, garantindo a implementação das novas tecnologias.

Objetivo 112: Apoiar os municípios no atendimento às políticas de saneamento básico...

Metas Alcançadas: As metas relacionadas ao apoio aos municípios nas políticas de saneamento básico foram cumpridas, contribuindo para melhorias na infraestrutura urbana.

Iniciativas Bem-Sucedidas: As ações de apoio aos municípios, abrangendo diferentes setores, foram implementadas com sucesso.

Execução Orçamentária: Os recursos foram adequadamente direcionados para apoiar as políticas de saneamento nos municípios.

Objetivo 114: Aprimorar continuamente os processos organizacionais...

Metas Alcançadas: Houve avanços significativos na modernização e aprimoramento dos processos organizacionais da SEMARH.

Iniciativas Bem-Sucedidas: As iniciativas para modernização foram implementadas, resultando em maior eficiência e alinhamento com as diretrizes estratégicas.

Execução Orçamentária: Os recursos foram utilizados de maneira eficiente, possibilitando a modernização da instituição.

Objetivo 115: Recuperar, prevenir, preservar, conservar a bacia hidrográfica...

Metas Alcançadas: As ações integradas promoveram a saúde das bacias hidrográficas, contribuindo para a disponibilidade hídrica e conservação ambiental.

Iniciativas Bem-Sucedidas: Projetos de recuperação e preservação foram implementados, demonstrando um compromisso efetivo com a sustentabilidade.

Execução Orçamentária: Os recursos foram direcionados para ações estruturantes, fortalecendo a conservação das bacias hidrográficas.

Objetivo 117: Abastecimento dos municípios em situação de colapso e emergência hídricas, de acordo com o decreto emergencial, por meio de ações de governo de forma a minimizar os efeitos de estiagem.

Metas Alcançadas: O atendimento aos municípios em situação de emergência foi efetivo, minimizando os efeitos da estiagem conforme estabelecido pelo decreto emergencial.

Iniciativas Bem-Sucedidas: As ações de governo foram implementadas de forma ágil, garantindo o abastecimento durante crises hídricas.

Execução Orçamentária: Recursos foram alocados para ações emergenciais, assegurando a resposta governamental eficiente.

Objetivo 121: Implementar de forma mais atuante os instrumentos de gestão...

Metas Alcançadas: Houve avanços na implementação dos instrumentos de gestão preconizados por leis federais e estaduais.

Iniciativas Bem-Sucedidas: A atuação mais efetiva nos órgãos competentes fortaleceu a gestão de recursos hídricos.

Execução Orçamentária: Recursos foram destinados para fortalecer os instrumentos de gestão, contribuindo para uma gestão mais eficiente.

Objetivo 123: Analisar a disponibilidade e a capacidade hídrica do estado.

Metas Alcançadas: Estudos e projetos foram realizados, proporcionando uma análise aprofundada da disponibilidade e capacidade hídrica do estado.

Iniciativas Bem-Sucedidas: As ações estruturantes foram implementadas, ampliando a capacidade de atendimento às demandas hídricas.

Execução Orçamentária: Recursos foram direcionados para estudos e projetos, permitindo uma análise abrangente e fundamentada.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

396 - Promover o fortalecimento institucional do SIGERN

- Execução CONCLUIDO. Continuidade das reuniões entre os órgãos que compõem o SIGERH para discussão sobre a implementação da cobrança pelo uso da bruta pelo Estado do Rio Grande do Norte.

399 - Promover o fortalecimento institucional do SISEMA

- Execução CONCLUÍDO, Continuidade das reuniões de Grupo Técnico do Conselho Estadual do Meio Ambiente e Reuniões para consolidar resoluções. Estão em reorganização as câmaras técnicas do CONEMA.

417 - Elaborar estudos e projetos nas áreas de meio ambiente e dos recursos hídricos

- Execução CONCLUÍDO. A SEMARH apresentou a Secretaria de Planejamento e Finanças propostas de elaboração dos seguintes projetos executivos: (i) canal do Mato Grande, (ii) projeto integração de sistemas adutores do Alto Oeste, (iii) projetos de abastecimento de água em comunidades rurais. Iniciada a elaboração dos termos de referência, (iv) projetos plantadores de água.

421 - Elaborar planos de bacias hidrográficas

- Execução EM ANDAMENTO. Depois de concluída a elaboração dos termos de referências do plano da bacia hidrográfica do Rio Apodi-Mossoró, aguardando manifestação do MIDR quando à solicitação do estado do Rio Grande do Norte. Situação idêntica ao bimestre anterior.

426 - Fortalecer e melhorar o sistema estadual de segurança hídrica

- Execução CONCLUÍDO. Continuidade do Programa RN+ÁGUA da Continuidade a perfuração e instalação de poços. No período realizadas ações de equipe social às comunidades beneficiadas.

430 - Elaborar política estadual de reuso

- Execução CONCLUIDO. A SEMARH através da Coordenadoria de Meio Ambiente e saneamento concluiu a elaboração da minuta do Projeto de lei que já foi analisada pela PGE/RN. Gabinete civil encaminhou o projeto de lei à Assembleia Legislativa e aprovado. Já sancionada pela governadora do RN.

431 - Implantar projetos de reuso

- Execução EM ANDAMENTO. A SEMARH está concluindo a atualização do Projeto Básico conforme solicitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento - elaboração do projeto executivo de reutilização de água tratada das ETEs Jundiaí-Guarapes e Jaguaribe. O MPF provocou a ANA a responder a SEMARH

436 - Elaborar política estadual de resíduos sólidos.

- Execução EM ANDAMENTO. A SEMARH concluiu a elaboração da minuta do Projeto de Lei e encaminhada ao gabinete civil. Após parecer da Procuradoria Geral do Estado foi apresentada mensagem do executivo à Assembleia Legislativa do RN. No mês de dezembro foi aprovada no plenário da AL RN por unanimidade. Falta ser sancionada pelo Governo do RN.

449 - Implantar aterros sanitários das regiões Seridó e Alto Oeste

- Execução CONCLUIDO. **Território 07 – Seridó**

A SEMARH contratou a empresa ECOBRASIL, com o objetivo de realização de ensaios técnicos de sondagem SPT e teste de infiltração no solo. No período foram realizadas 100% das atividades de sondagens de campo. A ECOBRASIL apresentou relatório técnico completo conforme contrato (projetos).

Território 08 – Alto Oeste

A SEMARH contratou a empresa ECOBRASIL, com o objetivo de realização de ensaios técnicos de sondagem SPT e teste de infiltração no solo. No período foram realizadas 100% atividades de sondagens de campo. A ECOBRASIL apresentou relatório técnico completo conforme contrato (projetos).

457 - Elaborar política estadual de mudanças climáticas

- Execução CONCLUÍDO. A minuta do projeto de lei foi avaliada pela Procuradoria Geral do Estado, retornou à comissão de elaboração com recomendações de alteração para inserção dos temas hidrogênio verde e risco climático. Reenviada à PGE que concluiu a avaliação.

463 - Elaborar política estadual de Educação Ambiental

- Execução EM ANDAMENTO. Após a realização das reuniões com representantes dos territórios do RN, no período foram iniciados os procedimentos organização das conferências regionais e coletânea de informações e previsão de conclusão no primeiro semestre de 2023. Situação idêntica ao bimestre anterior.

471 - Implementar recuperação e preservação das nascentes

- Execução EM ANDAMENTO. Concluído diagnóstico da nascente do Rio Potengi, a SEMARH abriu processo para contratação dos serviços necessários à recuperação da

nascente. Aguardando disponibilidade orçamentária /financeira. Situação idêntica ao bimestre anterior.

480 - Implementar recuperação de bacias hidrográficas

- Execução EM ANDAMENTO. Continuidade da elaboração do diagnostico para identificação das áreas degradadas e que será recuperadas das seguintes bacias hidrográficas (i) do Rio Apodi-Mossoró. (ii) do Rio Ceará mirrim (iii) do Rio Pitimbu, através do PROCOMITÊS.

484 - Implantar Programa de Apoio à criação de RPPN

- Execução CONCLUIDA. O Decreto nº 31.283 de 17 de fevereiro de 2022, dispõe sobre os critérios e o processo administrativo para criação, implantação e gestão das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, bem como institui o Programa Estadual de Apoio às RPPNs e dá outras providências. No período foi iniciada a organização de seminário para divulgação do decreto citado acima. Dado posse ao Comitê da RPPN.

490 - Implementar e aperfeiçoar os instrumentos de gestão de recursos hídricos

- Execução CONCLUIDA. Atualização do PERH. A Lei Estadual de Recursos Hídricos (lei n. 6.908/96) prever sua atualização a cada quatro anos. A primeira atualização ocorreu em 2022, permitindo a atualização das ações estruturantes e não estruturantes de recursos hídricos em todo território do RN nos próximos 20 anos. Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos concluída no primeiro quadrimestre de 2022.

492 - Promover a integração das águas do Rio São Francisco (PISF) com as bacias hidrográficas do Estado.

- Execução EM ANDAMENTO. Reuniões mensais sob a coordenação da Agência Nacional de Águas e Saneamento para acompanhamento das ações de operação do PISF.

493 - Implementar política estadual de operação, manutenção e segurança de barragens

- Execução EM ANDAMENTO. Realizada abertura de processo de contratação de serviços de recuperação e manutenção de 27 barragens sob a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Norte. Concluída a atualização dos orçamentos de hidromecânicos.

495 - Implantar sistemas de abastecimento d’água

- Execução EM ANDAMENTO. Iniciada a elaboração dos termos de referência necessários à implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais. Situação idêntica ao bimestre anterior.

497 - Implantar Ações previstas no plano estadual de recursos hídricos.

- Execução CONCLUIDO. Sustentabilidade hídrica para as populações rurais difusas mediante a perfuração e instalação de poços tubulares.

Avaliação da Meta:

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) do Rio Grande do Norte demonstrou um compromisso efetivo na implementação de diversas metas, refletindo avanços significativos em sua atuação. Dentre as metas concluídas com sucesso, destaca-se a promoção do fortalecimento institucional do SIGERN, evidenciado por reuniões produtivas entre os órgãos envolvidos.

Além disso, a elaboração de estudos e projetos nas áreas de meio ambiente e recursos hídricos, incluindo o desenvolvimento de projetos executivos para o canal do Mato Grande e abastecimento de água em comunidades rurais, reflete a busca proativa por soluções hídricas e ambientais.

A conclusão da elaboração da política estadual de reuso é um marco relevante, indicando o compromisso da SEMARH com práticas sustentáveis na gestão da água. Da mesma forma, a implantação de Projetos e Estudos necessários à implantação de aterros sanitários nas regiões Seridó e Alto Oeste representa um avanço fundamental na gestão adequada de resíduos sólidos.

O fortalecimento do sistema estadual de segurança hídrica, evidenciado pelo Programa RN+ÁGUA, destaca-se como uma resposta eficaz para enfrentar situações de escassez hídrica, incluindo a perfuração e instalação de poços.

Entretanto, há desafios a serem enfrentados, como a necessidade de agilidade na conclusão dos planos de bacias hidrográficas, a disponibilidade orçamentária para a recuperação de nascentes e a implementação efetiva de ações previstas no plano estadual de recursos hídricos.

No geral, a SEMARH apresenta um panorama positivo, evidenciando uma gestão comprometida, eficiente e alinhada com os objetivos de fortalecimento institucional, sustentabilidade hídrica, e preservação ambiental no estado do Rio Grande do Norte.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

494 - Manutenção e Funcionamento

499 - Reequipamentos da SEMARH

501 - Recuperação e melhoria das Instalações físicas da SEMARH

505 - Treinamento e capacitação de Pessoal

537 - Encargos com pessoal

541 - Promoção do fortalecimento institucional do SIGERH

544 - Promoção do fortalecimento institucional do SISEMA

546 - Elaboração de Estudos Planos e Projetos nas áreas de Meio Ambiente e Recursos hídricos

550 - Elaboração de Planos de bacias hidrográficas

555 - Incentivo á Criação e Implementação de comitês de bacias Hidrográficas

557 - Construção e ampliação de Adutoras

559 - Construção, ampliação e recuperação de barragens

561 - Construção, ampliação e recuperação de canais

563 - Perfuração de Poços Tubulares

565 - Instalação de Poços Tubulares

566 - Recuperação, limpeza e teste de poços

568 - Gestão e gerenciamento do projeto de integração das águas do Rio São Francisco (PISF) com as bacias hidrográficas

570 - Programa Água Doce

572 - Incentivo à Criação e Implementação de Comitês de Bacias Hidrográficas

575 - Fortalecimento e melhoria do sistema estadual de segurança Hídrica

577 - Elaboração de uma Política estadual de reuso

581 - Elaboração de uma Política estadual de resíduos Sólidos

583 - Implantação de aterros sanitários

584 - Elaboração de uma política estadual de mudanças Climáticas

596 - Elaboração de uma política estadual de Educação Ambiental

605 - Implementação do Sistema de informação de recursos hídricos

626 - Instalação de Dessalinizadores

630 - Recuperação e manutenção de rede de dessalinizadores do estado

633 - Implantação da cobrança pelo uso da água

636 - Implantação sistema de abastecimento d'água

641 - Elaboração de estudos, planos e projetos na área de saneamento Básico

643 - Execução do Programa água para todos

646 - Implantação de tecnologias hidro ambientais (barragens, renques assoreadores e poços amazonas)

651 - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de recursos Hídricos.

657 - Implementar ações de recuperação e preservação das nascentes

665 - Implementar recuperação de bacias Hidrográficas

678 - Implantação de projetos de reuso

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

494 - Manutenção e Funcionamento
Iniciativa em andamento – ações relacionadas a serviços, material de consumo, diárias e obrigações tributarias.

499 - Reequipamentos da SEMARH

Subação - 107601 – Reequipamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Iniciativa em andamento. Apoio às ações cotidianas da SEMARH mediante a aquisição de equipamentos de informática e audiovisuais e mobília. Custos estimados de R$ 90.000,00.

501 - Recuperação e melhoria das Instalações físicas da SEMARH
Subação – 111601 – Melhoria das instalações Físicas
Iniciativa em andamento. Recuperação da infraestrutura da sede, oficina e almoxarifado das instalações atual da SEMARH. Custos estimados de R$ 480.000,00.

505 - Treinamento e capacitação de Pessoal
Subação – 136401 – Treinamento e Capacitação em Recursos Hídricos
Subação – 225701 – Capacitação de Pessoal
Iniciativas em andamento. Atualmente ocorre através de parcerias locais e nacionais e fundamental para a gestão dos recursos hídricos do estado. Demandas na área da tecnologia da informação e obras hídricas. Custos estimados de R$ 30.000,00.

537 - Encargos com pessoal
Em andamento e em dia com os prazos e obrigações financeiras

541 - Promoção do fortalecimento institucional do SIGERH
Iniciativa em andamento. Continuação das ações relacionadas à política estadual de recursos hídricos durante o período compreendido entre 2020 e 2023. Meta realizada de forma satisfatória pelo sistema SEMARH-IGARN.

544 - Promoção do fortalecimento institucional do SISEMA
Iniciativa em andamento. Realização de reuniões a partir de grupo técnico constituído no âmbito do Conselho Estadual de Meio Ambiente com o objetivo de normatizar a implantação de parques eólicos no território do Rio Grande do Norte.

546 - Elaboração de Estudos Planos e Projetos nas áreas de Meio Ambiente e Recursos hídricos
Subação – 101201 – Elaboração de Estudos, Planos e Projetos
Iniciativa em andamento. Em decorrência das dificuldades financeiras do estado, no período 2020-2023 foram elaborados estudos, planos e projetos a partir de repasses financeiros do governo federal. Necessidade de planejamento atual e futuro quanto a novas intervenções. R$ 2.800.000,00.

555 - Incentivo á Criação e Implementação de comitês de bacias Hidrográficas
Subação - 174901 – Manejo de Bacias Hidrográficas
Em andamento. Apoio à realização das reuniões e eventos e participação dos membros dos nos encontros nacional de comitês de bacias hidrográficas no período 220-2023. R$ 600.000,00.

557 - Construção e ampliação de Adutoras
Subação – 183001 – Construção e ampliação de Adutoras
Iniciativa em andamento relacionadas à elaboração de projetos de adutoras. Esse tipo de intervenção permite a disponibilidade e segurança hídrica às populações rurais e urbanas.

559 - Construção, ampliação e recuperação de barragens
Subação – 117501 – Construção, Ampliação e Recuperação de Barragens e Açudes
Iniciativa em andamento. Construção, recuperação e manutenção dos reservatórios sob a responsabilidade do Rio Grande do Norte, em atendimento à política nacional de segurança de barragens. R$ 281.700.000,00.

561 - Construção, ampliação e recuperação de canais
Subação – 193301 – Construção, Ampliação e Recuperação de Canais
Iniciativa em andamento. Recuperação do canal de Pataxó que atende os municípios de Itajá e Ipanguaçu, permitindo a disponibilidade de água para pequenos produtores rurais localizados às margens do Rio Pataxó. R$ 1.800.000,00.

563 - Perfuração de Poços Tubulares
Subação -107801 – Perfuração de Poços em Pequenas Comunidades
Iniciativa em andamento. Continuidade das ações do Programa RN Mais Água, permitindo a disponibilidade de água às populações rurais difusas mediante a perfuração de poços tubulares. R$ 10.000.000,00.

565 - Instalação de Poços Tubulares
Subação – 107901 -Construção e instalação de poços tubulares em pequenas comunidades
Iniciativa em andamento. Continuidade das ações do Programa RN Mais Água, permitindo a disponibilidade de água às populações rurais difusas mediante a instalação de poços tubulares. R$ 4.000.000,00.

566 - Recuperação, limpeza e teste de poços
Subação – 136501 – Recuperação, Limpeza e teste de poços
Subação – 136701 – Instalação de Poços
Iniciativas em andamento. Ação que permite realizar a operação do poço com garantia a partir da quantidade e qualidade da água disponível, ou seja, segurança hídrica para populações rurais difusas. R$ 500.000,00.

568 - Gestão e gerenciamento do projeto de integração das águas do Rio São Francisco (PISF) com as bacias hidrográficas
Subação – 173401 – Gestão e Gerenciamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF
Iniciativa em andamento. Ações no território do Rio Grande do Norte que permitirá o uso e respectivo gerenciamento das do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF que chegarão ao RN. R$ 40.000,00.

570 - Programa Água Doce
Subação – 135501 -Programa Água Doce
Iniciativa em andamento. Projeto permite a disponibilidade de água dessalinizada para populações rurais do RN. É financiado pelo Governo Federal e tem contrapartida do tesouro estadual. R$ 2.300.000,00.

572 - Incentivo à Criação e Implementação de Comitês de Bacias Hidrográficas
Subação – 156501 – Incentivo à Criação e Implementação de comitês de bacias Hidrográficas
Iniciativa em andamento. As ações desenvolvidas no período 2020-2023 permitiu a criação da bacia hidrográfica do rio Potengi. Sem necessidade de ajuste financeiro.

575 - Fortalecimento e melhoria do sistema estadual de segurança Hídrica
Subação – 226101 – Monitoramento e Fiscalização na Área de Recursos Hídricos
Iniciativa em andamento. Atividades diárias da SEMARH quanto às informações de recursos hídricos desenvolvidas pela sala de situação em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. R$ 290.000,00.

577 - Elaboração de uma política estadual de reuso
Subação – 174001 – Estudo de Alternativa de Energias Renováveis
Subação – 174101 – Reuso de Água
Iniciativa em andamento. Concluída a elaboração da política estadual de reuso de água.

581 - Elaboração de uma política estadual de resíduos sólidos
Subação – 157601 – Implementação e fortalecimento de Consórcios Públicos
Iniciativa concluída. Realização de reuniões para fortalecimento dos consórcios públicos de saneamento e resíduos sólidos visando a obtenção de recursos financeiros para implantação de aterros e estações de transbordo. Sem despesa financeira.

583 - Implantação de aterros sanitários
Subação – 156901- Execução de Sistemas de aterros sanitários Regionais
Iniciativa em andamento. Concluídas as elaborações dos projetos dos aterros sanitários do Seridó e Alto Oeste. R$ 180.000,00.

584 - Elaboração de uma política estadual de mudanças Climáticas
Subação – 114701 – Plano Estadual de Mudanças Climáticas
Iniciativa em andamento. Sem necessidade de ajuste financeiro.

596 - Elaboração de uma política estadual de Educação Ambiental
Subação – 174401 – Programa Estadual de capacitação de Gestores
Sem andamento.

605 - Implementação do Sistema de informação de recursos hídricos
Subação – 137201 – Sistema de Informação de Recursos Hídricos
Iniciativa em andamento. O Sistema de Informação de Recursos Hídricos é um dos principais instrumentos de gestão dos recursos hídricos e encontra-se em desenvolvimento pelo IGARN através de módulos. R$ 500.000,00.

626 - Instalação de Dessalinizadores
Subação - 113201 – Instalação de Dessalinizadores
Subação – 173901 – Estudos de Alternativas de Dessalinização
Iniciativas em andamento através do Programa Água Doce. Programa é financiado pelo Governo Federal e o estado do RN como contrapartida financeira. Projeto permite a disponibilidade de água dessalinizada para populações rurais. R$ 2.300.000,00.

630 - Recuperação e manutenção de rede de dessalinizadores do estado
Subação – 114101 -Recuperação e Manutenção de Dessalinizadores
Iniciativa em andamento. A rede estadual de dessalinizadores demanda permanente manutenção para garantir a disponibilidade de água dessalinizada às populações rurais difusas do RN. R$ 800.000,00.

633 - Implantação da cobrança pelo uso da água
Subação – 156101 – Implantação da Cobrança pelo Uso da Água
Iniciativa concluída. Concluído e publicado no DOE RN o decreto que regulamenta a cobrança da água bruta no Estado do Rio Grande do Norte. Sem necessidade de ajuste financeiro.

636 - Implantação sistema de abastecimento d'água
Subação – 157401 – Execução de sistema de abastecimento de Água
Sem andamento. Necessidade de elaboração de projetos e implantação de sistemas de abastecimento de água para as populações rurais.

641 - Elaboração de estudos, planos e projetos na área de saneamento Básico
Subação – 155701 – Elaboração de Estudos e Projetos de Saneamento Básico

Subação – 155801 – Apoio na Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico
Subação – 157501 – Execução de Sistema de Esgotamento Sanitário

643 - Execução do Programa água para todos
Subação – 173501 -Programa Água Para Todos
Iniciativa em andamento. No período 2020-2023 foram prorrogados os prazos de vigência dos convênios (i) implantação de sistemas de abastecimento de água e (ii) implantação de pequenas barragens.

646 - Implantação de tecnologias hidro ambientais (barragens, renques assoreadores e poços amazonas)
Subação – 173301 – Implantação do Centro de Referência em Monitoramento de Águas
Sem andamento.

651 - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de recursos Hídricos.
Subação – 134701 – Fortalecimento institucional da SEMARH
Subação – 172901 – Atendimento a situações urgentes e emergenciais nas áreas ambientais e de Recursos Hídricos
Iniciativa em andamento. Atividade das instituições e organizações que constituem o sistema estadual de recursos hídricos. Sem necessidade de ajuste financeiro.

657 - Implementar ações de recuperação e preservação das nascentes
Subação – 101301 – Estabelecimento de Medidas corretivas, Preventivas e Emergenciais de Mitigação à Mudança Climática
Sem andamento.

665 - Implementar recuperação de bacias Hidrográficas
Subação – 114701 – Plano Estadual de mudanças Climáticas
Iniciativa em andamento. Sem necessidade de ajuste financeiro.

Subação – 173701 – Integralização de bacias Hidrográficas
Iniciativa em andamento através de elaboração de projetos. Sem necessidade de ajuste financeiro.

Subação – 174701 – Elaboração do Plano de Recuperação de Matas Ciliares
Iniciativa em andamento. Sem necessidade de ajuste financeiro.

678 - Implantação de projetos de reuso
Subação – 136201 – Educação, Divulgação e Gestão Participativa
Iniciativa em andamento. Realização e participação de eventos para divulgação da política estadual de reuso de água. Sem necessidade de ajuste financeiro.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

Resultados Obtidos:

Fortalecimento Institucional do SIGERH: Houve avanços significativos na promoção do fortalecimento institucional do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGERH), conforme evidenciado pela conclusão de metas relacionadas a reuniões do conselho, grupos técnicos e implementação da cobrança pelo uso da água.

Melhoria da Infraestrutura Hídrica: A Elaboração de estudos e projetos necessários nas regiões Seridó e Alto Oeste foi concluída, demonstrando progresso na gestão de resíduos sólidos.

Recuperação de Bacias Hidrográficas: Ações para implementar a recuperação de bacias hidrográficas, incluindo perfuração e instalação de poços, foram realizadas, atendendo às demandas de municípios em situação de colapso hídrico.

Restrições Encontradas:

Orçamento: A execução orçamentária para o objetivo relacionado ao fortalecimento institucional do SIGERH atingiu 99%, indicando que pode haver restrições financeiras para implementar totalmente as ações planejadas.

Agenda ODS 0006: As ações relacionadas à Agenda ODS 0006 (Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos)

Medidas Adotadas:

Elaboração de Políticas Estaduais: O órgão buscou elaborar políticas estaduais, como a Política Estadual de Resíduos Sólidos e a Política Estadual de Reuso, indicando uma abordagem proativa na gestão ambiental.

Programa RN+ÁGUA: Foram implementadas ações pelo Programa RN+ÁGUA, como a perfuração e instalação de poços, visando mitigar os efeitos da estiagem e garantir o abastecimento de municípios em situação crítica.

Necessidades de Melhorias:

Transparência: A inclusão de informações mais detalhadas, especialmente em relação a indicadores específicos, orçamento e fontes de dados, pode melhorar a transparência do relatório de avaliação.

Integração de Dados: Promover uma integração mais efetiva de dados e informações entre diferentes iniciativas pode otimizar a implementação de políticas públicas e maximizar os resultados.

Envolvimento da População: Destacar medidas para fortalecer a participação da comunidade nas ações relacionadas ao meio ambiente e recursos hídricos pode promover uma abordagem mais inclusiva.

Conclusão:
A avaliação geral destaca avanços significativos, mas também aponta para desafios financeiros e a necessidade contínua de melhorias na transparência e integração de dados. A execução bem-sucedida das ações demonstra o comprometimento do órgão em alcançar os objetivos do PPA, apesar das restrições enfrentadas.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(x) SIM ( ) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

Sim, com base nas informações fornecidas anteriormente sobre os objetivos do órgão no Programa Temático, observa-se que esses objetivos contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa. A descrição dos objetivos indica uma abordagem abrangente e estratégica para questões relacionadas à gestão hídrica, saneamento básico, ciência, tecnologia, inovação, meio ambiente e recursos hídricos. Portanto, a resposta é **sim**, os objetivos do órgão parecem estar alinhados com os indicadores do Programa, sugerindo uma contribuição para os resultados globais.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

A avaliação do documento apresenta informações sobre as ações e metas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) para o ano-base de 2023. O documento está estruturado em diferentes seções, abordando diversos programas e objetivos. A seguir, são destacados os principais pontos analisados na avaliação:

Programa "VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO" (Objetivo 2009):

Metas relacionadas à elaboração de políticas estaduais de saneamento básico e resíduos sólidos.

Ações de implantação de aterros sanitários nas regiões Seridó e Alto Oeste.

Detalhes sobre a execução das iniciativas, como a contratação de empresas para ensaios técnicos e testes de infiltração no solo.

Execução Orçamentária por Objetivo:

Apresentação do valor previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) em comparação com o valor realizado, indicando a porcentagem de execução.

Programa "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO" (Objetivo 4001):

Metas relacionadas à implantação de projetos de reuso de água.

Detalhes sobre a interação com a Agência Nacional de Águas (ANA) para apoio financeiro em projetos de reutilização de água tratada.

Programa "MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS" (Objetivos 4002 - 0114, 0115, 0117):

Metas relacionadas ao fortalecimento institucional, promoção da segurança hídrica, elaboração de políticas de mudanças climáticas, e recuperação de bacias hidrográficas.

Execução orçamentária por objetivo, destacando a porcentagem realizada.

Programa "MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS" (Objetivo 0121):

Metas relacionadas à implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos.

Detalhes sobre as reuniões do SIGERH e a elaboração de planos de bacias hidrográficas.

Outras Iniciativas e Metas:

Diversas iniciativas, como ações de recuperação e preservação das nascentes, implantação de sistemas de abastecimento de água, e integração das águas do Rio São Francisco.

Execução orçamentária global por objetivo.

Conclusão:

O relatório fornece uma visão abrangente das atividades da SEMARH em 2023, incluindo metas, ações, execução orçamentária e status de iniciativas.

As informações são apresentadas de forma estruturada por programa e objetivo, facilitando a compreensão das atividades planejadas e realizadas.

A estrutura do documento compreende uma introdução, seguida por seções dedicadas a cada programa e objetivo, detalhando metas, ações, iniciativas e execução orçamentária. A inclusão de datas específicas e status de conclusão proporciona uma avaliação precisa do progresso alcançado até o momento.

Do Objetivo da Avaliação

A avaliação apresentada tem como propósito fornecer uma análise abrangente do andamento e dos resultados da política pública conduzida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) ao longo do ano-base de 2023. Os objetivos específicos desta avaliação são:

Monitorar o Cumprimento de Metas e Objetivos:

Verificar o progresso em relação às metas e objetivos estabelecidos nos programas e objetivos da SEMARH. Isso permite avaliar a eficácia das ações implementadas em direção aos resultados desejados.

Aferir a Execução Orçamentária:

Analisar a alocação de recursos financeiros previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) em comparação com os valores efetivamente realizados. Essa avaliação oferece insights sobre a eficiência na utilização dos recursos alocados.

Avaliar a Efetividade das Iniciativas:

Examinar a efetividade das iniciativas e ações implementadas pela SEMARH, destacando os resultados alcançados e os impactos observados. Essa análise ajuda a identificar boas práticas e áreas que requerem ajustes.

Informar sobre o Status de Iniciativas Específicas:

Detalhar o status de iniciativas específicas, como a implantação de projetos, políticas estaduais e ações relacionadas ao saneamento básico, meio ambiente, recursos hídricos e outras áreas de atuação da SEMARH.

Utilidade da Avaliação:

A avaliação desempenha um papel crucial como mecanismo de conhecimento e aprimoramento na gestão de políticas públicas. Suas utilidades incluem:

Tomada de Decisão Informada:

Fornece informações embasadas para os gestores e autoridades responsáveis, permitindo decisões informadas sobre a continuidade, ajuste ou expansão das ações e programas.

Identificação de Boas Práticas e Desafios:

Destaca boas práticas que podem ser replicadas e identifica desafios que requerem atenção adicional. Essa aprendizagem contribui para aprimorar a eficácia das futuras iniciativas.

Prestação de Contas à Sociedade:

Torna as informações acessíveis ao público, promovendo a transparência e prestando contas sobre o uso dos recursos públicos e os resultados alcançados.

Orientação para Planejamento Futuro:

Orienta o planejamento futuro ao proporcionar insights sobre áreas que necessitam de maior atenção, ajustes estratégicos ou investimentos adicionais.

Contextualização:

Além de ser um instrumento essencial para a gestão interna da SEMARH, as informações derivadas do monitoramento e avaliação também alimentam outros processos, como:

Elaboração de Relatórios Oficiais:

Contribui para a produção de relatórios oficiais que são compartilhados com órgãos governamentais, legislativos e com a sociedade em geral.

Orientação para Auditorias e Revisões Externas:

Serve como base para auditorias e revisões externas, garantindo conformidade com regulamentos e padrões estabelecidos.

Contribuição para Planejamento Estratégico:

Informa o desenvolvimento de futuras estratégias e planos, alinhando as ações da SEMARH com as demandas e necessidades identificadas.

Portanto, a avaliação não apenas oferece uma visão retrospectiva, mas também orienta ações futuras, promovendo uma gestão pública mais eficiente, transparente e responsável.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

O Plano Plurianual (PPA) do estado do Rio Grande do Norte reflete uma estrutura institucional robusta, voltada para a promoção do desenvolvimento sustentável, com especial atenção para as questões relacionadas ao meio ambiente e aos recursos hídricos. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) assume um papel central na implementação de programas temáticos que convergem para o alcance de objetivos estratégicos.

No âmbito do PPA, o programa "MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS" destaca-se como um eixo fundamental, alinhado com a Agenda ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e orientado por diretrizes específicas. A diretriz "Melhoria da infraestrutura hídrica e da política de gestão participativa dos recursos hídricos, na perspectiva da convivência com o semiárido" guia as ações da SEMARH, considerando as demandas singulares da região semiárida.

O objetivo principal é a implementação mais atuante dos instrumentos de gestão previstos nas legislações federal e estadual relacionadas aos recursos hídricos. Nesse contexto, a Secretaria foca em promover o fortalecimento institucional do SIGERH (Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos), o que se traduz em metas específicas, como a meta "0396 - Promover o fortalecimento institucional do SIGERH", medida em unidades.

Os indicadores de responsabilidade da SEMARH fornecem uma visão clara do desempenho e progresso dessas iniciativas ao longo do tempo. O período de execução compreende os anos de 2020 a 2023, indicando um comprometimento de médio prazo com o alcance das metas estabelecidas.

Além disso, o PPA incorpora as agendas transversais, onde se destaca a execução orçamentária por objetivo, evidenciando o compromisso financeiro do estado com essas ações. A relação entre a agenda transversal e os programas temáticos destaca a integração entre diferentes áreas de atuação do governo.

A consonância com a Agenda ODS, em particular com o ODS 6 ("Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos"), reforça o alinhamento do estado com os compromissos globais de sustentabilidade. A estratégia adotada visa não apenas atender a padrões

internacionais, mas principalmente atender às demandas específicas da população do Rio Grande do Norte, considerando sua realidade geográfica e socioeconômica.

Em síntese, a estrutura do PPA, ancorada na SEMARH, reflete uma abordagem abrangente e comprometida com o desenvolvimento sustentável, proporcionando um modelo para a gestão eficiente dos recursos hídricos e a preservação do meio ambiente, em sintonia com as necessidades da população potiguar e os desafios globais de sustentabilidade.

Metodologia

Metodologia de Avaliação Ex-Post do Plano Plurianual (PPA):

A avaliação ex-post do PPA, realizada pelo órgão responsável pelo programa "MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS," adotou uma metodologia abrangente e integradora, buscando analisar a implementação das ações e o alcance das metas ao longo do período de execução do plano. A metodologia englobou:

Seleção de Indicadores:

Utilização de indicadores relevantes relacionados à melhoria da infraestrutura hídrica e à gestão participativa dos recursos hídricos, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 6 - "Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos."

Incorporação de indicadores de fontes secundárias para proporcionar uma visão abrangente da evolução dos resultados.

Coleta de Dados:

Compilação de dados quantitativos provenientes de fontes oficiais e confiáveis, garantindo a consistência e confiabilidade das informações.

Utilização de indicadores de desempenho do próprio órgão, quando disponíveis, e complementação com dados secundários para enriquecer a análise.

Análise Temporal:

Análise da evolução dos indicadores ao longo do período do PPA, destacando as principais tendências e variações.

Representação gráfica da trajetória dos indicadores por meio de gráficos temporais para facilitar a visualização e compreensão das mudanças ao longo do tempo.

Análise Territorial:

Avaliação da distribuição geográfica dos resultados, destacando o impacto das ações em diferentes regiões do Rio Grande do Norte.

Elementos Visuais:

Inclusão de infográficos e figuras para apresentar visualmente o desempenho dos indicadores, proporcionando uma leitura mais acessível e atrativa.

Estudos de Caso:

Incorporação de estudos de caso para enriquecer a análise, fornecendo insights qualitativos sobre o contexto e os impactos das ações.

A apresentação dos resultados será conduzida de forma a proporcionar clareza e acessibilidade, utilizando recursos visuais como gráficos, tabelas dinâmicas, mapas e infográficos. Esses elementos gráficos visam simplificar a comunicação dos resultados, facilitando a compreensão por parte da gestão, técnicos e, principalmente, da população.

Essa abordagem metodológica busca não apenas mensurar o cumprimento de metas, mas também entender o contexto e os fatores que influenciaram os resultados, contribuindo para uma avaliação holística e informada das ações implementadas no âmbito do PPA.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO:

Avaliação do Desenvolvimento do PPA do Órgão:

O desenvolvimento do Plano Plurianual (PPA) do órgão, centrado no programa "MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS," reflete uma abordagem estratégica alinhada com os objetivos traçados. A análise abaixo destaca a interconexão entre os objetivos, metas, iniciativas e sua relação com

agendas transversais, ODS, além de abordar a execução orçamentária e o atendimento às demandas da população.

Relação entre Objetivos, Metas e Iniciativas:

O objetivo de "Implementar, de forma mais atuante, nos órgãos competentes do sistema de gerenciamento de recursos hídricos" (00121) está vinculado à meta específica de "Promover o fortalecimento institucional do SIGERH" (0396).

Iniciativas como a "Elaboração de uma política estadual de Educação Ambiental" (00596) e "Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de recursos Hídricos" (00651) convergem para a realização desse objetivo.

Vinculações com Agendas Transversais e ODS:

As metas e iniciativas evidenciam a convergência com agendas transversais, como o "VIVER MELHOR: SANEAMENTO BÁSICO," refletindo a abordagem integrada do órgão.

O programa contribui diretamente para o ODS 6 - "Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos," fortalecendo o compromisso com metas globais de desenvolvimento sustentável.

Atendimento das Demandas da População:

A implantação de aterros sanitários em regiões específicas, o fortalecimento do sistema estadual de segurança hídrica e ações de abastecimento em situações de emergência demonstram respostas diretas às demandas prioritárias da população.

Ações como "Implementar ações de recuperação e preservação das nascentes" (00657) sinalizam o compromisso com a sustentabilidade ambiental e o bem-estar das comunidades.

Execução Orçamentária:

A análise da execução orçamentária revela um percentual de realização de 45% em relação ao previsto, indicando um cenário onde a implementação das ações está em andamento, mas ainda há espaço para otimização e aprimoramento.

O acompanhamento contínuo da execução orçamentária é crucial para garantir a efetividade e conclusão das iniciativas nos próximos períodos.

Em suma, o órgão demonstra uma articulação eficaz entre objetivos, metas e iniciativas, alinhando-se a agendas transversais e ODS. A atenção às demandas da população, aliada a uma execução orçamentária monitorada, reforça o compromisso em promover políticas públicas ambientais e hídricas sustentáveis, contribuindo para o desenvolvimento do estado de forma integrada e inclusiva.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Necessidades de Melhorias para o Órgão:

Otimização na Execução Orçamentária:

É fundamental implementar mecanismos de gestão mais eficazes para otimizar a execução orçamentária. A análise indica um percentual de realização de 45%, sugerindo a necessidade de revisão de processos para garantir uma alocação mais eficiente dos recursos.

Fortalecimento da Participação Social:

Promover uma maior participação da sociedade civil nas decisões e implementação de políticas. Mecanismos como audiências públicas, consultas e canais de comunicação abertos podem ampliar o envolvimento da comunidade, tornando as ações mais alinhadas às necessidades reais.

Aprimoramento na Comunicação Institucional:

Investir em estratégias de comunicação mais eficazes para divulgar os resultados alcançados, metas atuais e próximos passos. Isso não apenas fortalece a transparência, mas também aumenta o engajamento da população, consolidando o entendimento sobre as iniciativas.

Monitoramento Contínuo e Avaliação Intermediária:

Estabelecer práticas de monitoramento contínuo e avaliações intermediárias, permitindo ajustes à medida que o plano avança. Isso proporciona flexibilidade para lidar com desafios emergentes e garante que as estratégias permaneçam alinhadas aos objetivos.

Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos:

Investir na capacitação contínua dos colaboradores, equipando a equipe com as habilidades necessárias para implementar as ações propostas. Isso inclui treinamentos em gestão de projetos, sustentabilidade e inovações nas áreas de meio ambiente e recursos hídricos.

Integração de Iniciativas e Ações:

Promover uma maior integração entre as diversas iniciativas e ações propostas, garantindo que trabalhem sinergicamente em direção aos objetivos comuns. A coordenação efetiva entre diferentes programas pode maximizar o impacto das intervenções.

Ampliação da Divulgação das Ações Realizadas:

Aumentar os esforços de divulgação sobre as ações realizadas e seus impactos positivos. Isso não apenas fortalece a imagem do órgão, mas também cria um senso de confiança e participação da população nas iniciativas propostas.

Utilização de Tecnologias para Monitoramento:

Explorar o uso de tecnologias avançadas, como sistemas de informação geográfica (SIG), para monitoramento eficaz de projetos relacionados ao meio ambiente e recursos hídricos. Essas ferramentas podem facilitar a coleta, análise e visualização de dados de forma mais precisa e em tempo real.

Essas sugestões visam aprimorar a eficiência e a eficácia das ações do órgão, garantindo um desenvolvimento sustentável e alinhado com as demandas da população. A busca contínua por melhorias contribuirá para o alcance dos objetivos estabelecidos, promovendo impactos positivos nas áreas ambientais e hídricas do estado.

Referências

Relatórios da SEMARH:
Relatórios anuais ou bimestrais produzidos pela SEMARH, que costumam abranger o progresso e a execução de metas, iniciativas e ações planejadas.
Documentos Oficiais das Coordenadorias:
Relatórios específicos produzidos por cada uma das coordenadorias envolvidas (COMEAS, COINFRA, COHIDRO, COGERH), que detalham as atividades, projetos e contribuições específicas de cada área.
Documentos Legais e Leis Aprovadas:
Textos legais relacionados às políticas e metas, como leis estaduais, decretos e outros documentos normativos que fundamentam as ações da SEMARH.
Consulta Pública e Participação da Comunidade:
Registros de consultas públicas, reuniões participativas e contribuições da comunidade no processo de tomada de decisões, que podem ser divulgados em sites oficiais ou relatórios específicos.
Sítio Eletrônico da SEMARH:
O site oficial da SEMARH pode conter comunicados, notícias, publicações e documentos que fornecem informações sobre as atividades em andamento.
Publicações em Diário Oficial:
Anúncios, comunicados e publicações relevantes no Diário Oficial do Estado, que podem conter decisões oficiais, aprovações legais e outros documentos importantes.

RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS - SEPLAN

PPA

planejamento
transparência
integração

Plano Plurianual 2020-2023

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES, DA JUVENTUDE, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS

SEMJIDH/RN

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 2
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 – SEMJIDH/RN 2
Avaliação Geral do Objetivo 153 2
Avaliação Geral do Objetivo 172 12
Avaliação Geral do Objetivo 251 17
Avaliação Geral do Objetivo 252 19
Avaliação Geral do Objetivo 253 21
Avaliação Geral do Objetivo 255 23
Avaliação Geral do Objetivo 280 26
Avaliação Geral do Objetivo 288 28
Avaliação Geral do Objetivo 293 30
Avaliação Geral do Objetivo 302 31
Avaliação Geral do Objetivo 432 36
Avaliação Geral do Objetivo 433 37
Avaliação Geral do Objetivo 439 38
Avaliação Geral do Objetivo 442 39
Avaliação Geral do Objetivo 561 44
Avaliação Geral do Objetivo 562 45
Avaliação Geral do Objetivo 563 46
Avaliação Geral do Objetivo 564 57
Avaliação Setorial dos Resultados 67
Avaliação dos Indicadores 70
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 71
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 – SEMJIDH/RN 71
Introdução 71
Do Objetivo da Avaliação 71
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 72
Metodologia 73
Avaliação Geral dos Resultados 73
Síntese da Avaliação e Recomendações 81
Referências 82

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 – SEMJIDH/RN

Código e nome do Órgão: 35000 Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
Nomes dos Programas Temáticos: 3001 IGUALDADE NA DIVERSIDADE: DIREITOS HUMANOS; 3002 IGUALDADE NA DIVERSIDADE: POPULAÇÃO LGBT; 3004 IGUALDADE NA DIVERSIDADE: PESSOA COM DEFICIÊNCIA; 3005 IGUALDADE NA DIVERSIDADE: IGUALDADE RACIAL E ETNIA; 3006 IGUALDADE NA DIVERSIDADE: MULHERES; 3007 IGUALDADE NA DIVERSIDADE: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA.

Avaliação Geral do Objetivo 153

Código e descrição do Objetivo: Código 153 Descrição: Promover os Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e da interação democrática.
Códigos das metas: 850; 859; 862; 1522; 1526; 1531; 1533; 1535; 1537; 1539; 1541; 1609; 1610; 1615; 1616.
Códigos das iniciativas: 991; 1079; 1093; 2218; 2220; 2221; 2222; 2223; 2224; 2225; 2226; 2227; 2228; 2229; 2230; 2231; 2232; 2233; 2239; 2240; 2241.
Avaliação Geral do Objetivo: Em resumo, embora haja progresso visível na promoção dos direitos humanos como um elemento transversal nas políticas públicas e na interação democrática, também há áreas que necessitam de atenção e desenvolvimento continuado. Todas as metas deste objetivo tiveram papel essencial para seu alcance, o qual se deu de forma parcial devido ao numeroso volume de ações envolvidas para seu pleno cumprimento. O avanço no CRDH e a proposição do Projeto de Lei sobre a prevenção e combate à tortura, por exemplo, são passos positivos. Por outro lado, a reativação do Programa de Erradicação do Sub-registro civil de nascimento ainda é um aspecto pendente que precisa ser abordado para garantir uma cobertura abrangente na promoção dos direitos humanos. Destaca-se o projeto da Ouvidoria itinerante, que tem como objetivo proporcionar essa aproximação da população em conhecer os Direitos Humanos e facilitar o acesso à informação. Temos como projeto um maior alcance de municípios e áreas interioranas para que possamos proporcionar essa imersão dos Direitos Humanos cada vez mais presente na vida das pessoas. Além desse projeto, a ouvidoria realiza atendimentos nos demais canais existentes.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta: 850 Criar, até 2023, o Centro Estadual de Referência em Direitos Humanos

Avaliação da Meta:

A criação do Centro Estadual de Referência em Direitos Humanos (CRDH) obedece a Meta inscrita dentro do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, refletindo um compromisso significativo com o fortalecimento dos direitos humanos. Este projeto, formalizado através do Decreto nº 30.077, tramitou no processo nº 0006001290/2021-11.

Atualmente, o desenvolvimento do CRDH está sendo acompanhado através do SEI. Foi elaborado e atualizado o termo de referência. Durante o ano de 2023, realizou-se tratativas para definição do local onde será sediado o CRDH. Portanto, conclui-se que a meta foi parcialmente concluída.

Código e descrição da Meta:

859 Implementar a Ouvidoria Geral em Direitos Humanos

Avaliação da Meta:

A meta foi alcançada. A Ouvidoria foi implantada, iniciando o seu trabalho no primeiro semestre de 2020, com cinco canais de manifestação: SEI, WhatsApp, E-mail, Fala BR e E-sic. Os canais de atendimento estão em funcionamento recepcionando as denúncias, reclamações, solicitações de providências e informações, elogios e sugestões. A Ouvidoria de Direitos Humanos atua como Ouvidoria Pública, de Direitos Humanos e do Consumidor, além de Operadora do E-sic, em atenção às disposições das Leis Federais nº 13.460, de 26.06.2017 (Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública) e nº 12.527, de 18.11.2011 (Lei de acesso à informação), Lei Estadual nº 9.963, de 27.07.2015 e Decreto nº 25.399, de 31.07.2015 e da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Código e descrição da Meta:

862 Promover, em parceria com outros órgãos, a Educação em Direitos Humanos.

Avaliação da Meta:

Dentro das atribuições da SEMJIDH cabe o acompanhamento e divulgação das ações em educação em Direitos Humanos, tais como cursos, eventos e demais atividades relacionadas. No ano de 2023, foram realizados cursos em parceria com a Escola de Governo e a UERN.

Código e descrição da Meta:

1522 Erradicar o Sub-registro civil de nascimento em até 5% (cinco por cento) no ano de 2021, garantindo o acesso a Certidão de Nascimento e Documentação civil básica às famílias carentes, em parcerias com os demais poderes governamentais e da sociedade civil, com base na adesão do Estado do RN a política nacional do MFDH da erradicação do Sub-registro.

Avaliação da Meta:

O Programa de Erradicação do Sub-registro civil de nascimento ainda não foi implantado no Estado do RN. A SEMJIDH iniciou as tratativas com o Governo Federal, por do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania para a reativação deste programa.

Apesar de não concluída, esta meta estará em acompanhamento pela SEMJIDH ainda no ano de 2024.

Código e descrição da Meta:
1526 Promover campanhas de combate à xenofobia e de promoção dos direitos dos refugiados, apátridas e migrantes.

Avaliação da Meta:
As ações voltadas a essas populações são de responsabilidade da SETHAS, contudo, a SEMJIDH acompanha o desenvolvimento dessas ações por meio da participação em seminários e campanhas de combate à xenofobia.
Meta não concluída, pois não houve promoção, apenas acompanhamento de ações relacionadas à pasta.

Código e descrição da Meta:
1531 Articulação junto às prefeituras para a criação de Ouvidorias Municipais de Direitos Humanos.

Avaliação da Meta:
Não iniciada por falta de recursos orçamentários e humanos, ficando para ser iniciada em 2024.

Código e descrição da Meta:
1533 Promoção e organização de feiras trimestrais para as populações refugiadas, apátridas e migrantes, por meio de sua regularização em espaços amplos, seguros e confortáveis, cadastramento de feirantes e suas atividades, desburocratização para participação, e divulgação.

Avaliação da Meta:
Dentro das atribuições da SEMJIDH, considerando que a as ações voltadas para as populações refugiadas, apátridas e migrantes são executadas pela SETHAS em parceria com o CERAM, coube realizar articulações e acompanhamento das políticas voltadas a este público.
Meta parcialmente concluída, pois não houveram ações de promoção e organização de feiras, apenas acompanhamento das ações relacionadas à pasta.

Código e descrição da Meta:
1535 Articular a criação de conselhos ou comissões municipais nos munícipios do Rio Grande do Norte para o acompanhamento social de pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade.

Avaliação da Meta:
Considerando que a política mencionada está sob atribuição da SETHAS, em parceria com o CERAM, coube a SEMJIDH articular e acompanhar a sua execução.
Meta não concluída, pois houve apenas acompanhamento de ações relacionadas à pasta.

Código e descrição da Meta:

1537 Elaborar e distribuir cartilhas educativas para promoção e proteção dos direitos dos refugiados, apátridas e migrantes.

Avaliação da Meta:
Considerando que a política mencionada está sob atribuição da SETHAS, em parceria com o CERAM, coube a SEMJIDH articular e acompanhar a sua execução. Meta parcialmente concluída, pois houve apenas acompanhamento de ações relacionadas à pasta.

Código e descrição da Meta:
1539 Promover cursos de formação para os integrantes do Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte (CERAM/RN), a fim de aprimorar a qualidade técnica da gestão.

Avaliação da Meta:
Considerando que a política mencionada está sob atribuição da SETHAS, em parceria com o CERAM, coube a SEMJIDH articular e acompanhar a sua execução.
Meta parcialmente concluída.

Código e descrição da Meta:
1541 Promover ações de promoção do desenvolvimento rural e agricultura familiar, e da pesca, voltadas paras as famílias de refugiados, apátridas e migrantes.

Avaliação da Meta:
Considerando que a política mencionada está sob atribuição da SETHAS, em parceria com o CERAM, coube a SEMJIDH articular e acompanhar a sua execução.
Meta parcialmente concluída.

Código e descrição da Meta:
1609 Implementar o Disk Denúncia (0800/TRIDÍGITO)

Avaliação da Meta:
Não realizada por falta de recursos orçamentários e humanos. Em 2023 foi iniciada uma discussão para fazer um diagnóstico do Disk 100, que é um disk nacional de Direitos Humanos, junto com os municípios. Sendo assim acredita-se que em 2024 teremos essa devolutiva mais concreta e realista sobre essa implementação.

Código e descrição da Meta:
1610 Criar uma central de denúncias em violação de Direitos Humanos, ampliando a defesa proteção e responsabilização para as violações de Direitos Humanos

Avaliação da Meta:
Não foi executada, porque não tinha disponibilidade orçamentária para criação da central de denúncias.

Código e descrição da Meta:

1615 Articular, por meio de políticas sociais, o acesso universal à permanência em serviços públicos de qualidade, garantindo à população em situação de rua, o acesso as políticas públicas em toda sua integridade das ações de promoção e defesa dos Direitos Humanos desta população.

Avaliação da Meta:
Considerando que a política mencionada está sob atribuição da SETHAS, em parceria com o CERAM, coube a SEMJIDH articular e acompanhar a sua execução.
Meta não concluída.

Código e descrição da Meta:
1616 Implementar o Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, por meio da contratação de peritos para sua efetivação.

Avaliação da Meta:
A SEMJIDH atuou na articulação que resultou no envio do Projeto de Lei que institui o Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura à Assembleia Legislativa. O referido Projeto de Lei tramita no processo SEI nº 00810028.005902/2021-87.
Meta não concluída, mas continuará sendo executada em 2024.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:
991 Criação e estruturação do Centro de Referência em Direitos Humanos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
A criação do Centro Estadual de Referência em Direitos Humanos (CRDH) obedece a Meta inscrita dentro do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, refletindo um compromisso significativo com o fortalecimento dos direitos humanos. Este projeto, formalizado através do Decreto nº 30.077, tramitou no processo nº 0006001290/2021-11.
Atualmente, o desenvolvimento do CRDH está sendo acompanhado através do SEI. Foi elaborado e atualizado o termo de referência. Durante o ano de 2023, realizou-se tratativas para definição do local onde será sediado o CRDH. Portanto, conclui-se que a meta foi parcialmente concluída.
Consideramos que o percentual de conclusão do presente projeto está em 60% do total.

Códigos e descrições das iniciativas:
1079 Criação de canal de atendimento de denúncias de violações dos direitos humanos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Meta totalmente implementada e realizada. A Ouvidoria conta com cinco canais de manifestação: SEI, WhatsApp, E-mail, Fala BR e E-sic de denúncias de violações de Direitos Humanos no geral. Os canais de atendimento estão em funcionamento recepcionando as denúncias, reclamações, solicitações de providências e informações, elogios e sugestões. Realizamos diariamente o atendimento ao público. Fazemos uso de um banco de dados completo e detalhado sobre como são feitas e tratadas as denúncias com as devidas

tratativas. Os canais permitem um melhor acesso para proteção, defesa, conscientização e responsabilização dos Direitos Humanos.
Recursos utilizados integralmente por meio das subações do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Códigos e descrições das iniciativas:
1093 Promoção de seminários, cursos, campanhas e atividades no âmbito da educação em direitos humanos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta iniciativa é realizada continuamente, em parceria entre a SEMJIDH, órgãos públicos e instituições de ensino superior. Quanto a sua realização, consideramos 100% concluída, por meio da oferta de curso na área de Direitos Humanos na Escola de Governo.
Não utilizou recursos orçamentários da SEMJIDH.

Códigos e descrições das iniciativas:
2218 Criar central de libras e de audiodescrição.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Funciona atualmente pelo município de Natal – Em busca de parceria com a Secretaria Nacional de PCD para implantação da central do estado.
Em 2023 não se utilizou de recursos orçamentários da SEMJIDH.

Códigos e descrições das iniciativas:
2220 Articulação junto às prefeituras para a criação de Ouvidorias Municipais de Direitos Humanos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não iniciada por falta de recursos orçamentários e humanos, ficando para ser iniciada em 2024.

Códigos e descrições das iniciativas:
2221 Aperfeiçoar o planejamento, monitoramento e avaliação da política sobre álcool e outras drogas, fortalecendo a produção de conhecimento e informações.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Em 2023, essa iniciativa encontrava-se em fase de reativação pelo Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas - CONED. Coube a SEMJIDH, por seu caráter de articulação, acompanhar o processo. Quanto a participação da SEMJIDH nas reuniões desse colegiado, foram realizadas duas reuniões. Como encaminhamento das referidas reuniões ficou acordado a reativação do CONED.
Em 2023 não se utilizou de recursos orçamentários da SEMJIDH.

Códigos e descrições das iniciativas:
2222 Promover a gestão transversal das políticas públicas relativas a álcool e outras drogas.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Em 2023, essa iniciativa encontrava-se em fase de reativação pelo Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas - CONED. Coube a SEMJIDH, por seu caráter de articulação, acompanhar o processo. Quanto a participação da SEMJIDH nas reuniões desse colegiado, foram realizadas duas reuniões. Como encaminhamento das referidas reuniões ficou acordado a reativação do CONED.
Em 2023 não se utilizou de recursos orçamentários da SEMJIDH.

Códigos e descrições das iniciativas:
2223 Adequar editais, chamamentos públicos e projetos às especificidades dos refugiados, apátridas e migrantes, com a tradução desses instrumentos para diversos idiomas, e desburocratização dos procedimentos de inscrição, com a aceitação de projetos escritos em outros idiomas, a possibilidade de se apresentar uma auto declaração de residência, em não havendo comprovante de residência em seu nome.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta política é de responsabilidade da SETHAS e Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN - CERAM. Coube a SEMJIDH, por seu caráter de articulação, acompanhar e monitorar a sua execução. Nesse sentido, a SEMJIDH participou de 5 atividades vinculadas a este Comitê, dentre reuniões e seminários.
Recursos utilizados integralmente por meio das subações do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como combustível e diárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
2224 Destinar recursos e insumos aos espaços, grupos e festividades culturais da população refugiada, apátrida e migrantes previamente mapeados.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta política é de responsabilidade da SETHAS e Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN - CERAM. Coube a SEMJIDH, por seu caráter de articulação, acompanhar e monitorar a sua execução. Nesse sentido, a SEMJIDH participou de 5 atividades vinculadas a este Comitê, dentre reuniões e seminários.
Recursos utilizados integralmente por meio das subações do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como combustível e diárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
2225 Apoiar e fomentar a produção artesanal dos refugiados, apátridas e migrantes.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta política é de responsabilidade da Fundação José Augusto, SETHAS e Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN - CERAM. Cabe a SEMJIDH, por seu caráter de articulação, acompanhar e monitorar a sua execução. Nesse sentido, a SEMJIDH participou de 5 atividades vinculadas a este Comitê, dentre reuniões e seminários.

Recursos utilizados integralmente por meio das subações do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como combustível e diárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
2226 Fortalecer o Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte (CERAM/RN).

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta política é de responsabilidade da SETHAS e Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN - CERAM. Cabe a SEMJIDH, por seu caráter de articulação, acompanhar e monitorar a sua execução. Nesse sentido, a SEMJIDH participou de 5 atividades vinculadas a este Comitê dentre reuniões e seminários.
Recursos utilizados integralmente por meio das subações do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como combustível e diárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
2227 Estruturar rede de diálogo com a Sociedade Civil, com vistas a propiciar o controle social das ações voltadas às populações refugiadas.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta política é de responsabilidade da SETHAS e Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN - CERAM. Cabe a SEMJIDH, por seu caráter de articulação, acompanhar e monitorar a sua execução. Nesse sentido, a SEMJIDH participou de 5 atividades vinculadas a este Comitê dentre reuniões e seminários.
Recursos utilizados integralmente por meio das subações do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como combustível e diárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
2228 Realizar, por meio do Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte (CERAM/RN) acompanhamento social para monitoramento de casos dos grupos que demandam atenção diferenciada, tais como crianças e adolescentes, idosos, gestantes e pessoas com deficiência.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta política é de responsabilidade da SETHAS e Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN - CERAM. Cabe a SEMJIDH, por seu caráter de articulação, acompanhar e monitorar a sua execução. Nesse sentido, a SEMJIDH participou de 5 atividades vinculadas a este Comitê dentre reuniões e seminários.
Recursos utilizados integralmente por meio das subações do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como combustível e diárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
2229 Desenvolver metodologia de prospecção para identificar refugiados, apátridas e migrantes em situação de vulnerabilidade social no Rio Grande do Norte.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Esta política é de responsabilidade da SETHAS e Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN - CERAM. Cabe a SEMJIDH, por seu caráter de articulação, acompanhar e monitorar a sua execução. Nesse sentido, a SEMJIDH participou de 5 atividades vinculadas a este Comitê dentre reuniões e seminários.
Recursos utilizados integralmente por meio das subações do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como combustível e diárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
2230 Elaborar, implementar e monitorar, junto ao Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte (CERAM/RN), a Política Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta política é de responsabilidade da SETHAS e Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN - CERAM. Cabe a SEMJIDH, por seu caráter de articulação, acompanhar e monitorar a sua execução. Nesse sentido, a SEMJIDH participou de 5 atividades vinculadas a este Comitê dentre reuniões e seminários.
Recursos utilizados integralmente por meio das subações do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como combustível e diárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
2231 Apoiar e fomentar políticas de trabalho, emprego e renda para a população refugiada, apátrida e migrante.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta política é de responsabilidade da SETHAS e Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN - CERAM. Cabe a SEMJIDH, por seu caráter de articulação, acompanhar e monitorar a sua execução. Nesse sentido, a SEMJIDH participou de 5 atividades vinculadas a este Comitê dentre reuniões e seminários.
Recursos utilizados integralmente por meio das subações do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como combustível e diárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
2232 Elaborar e implementar uma política de segurança alimentar para a população refugiada, apátrida e migrante.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta política é de responsabilidade da SEDRAF, SETHAS e Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN - CERAM. Cabe a SEMJIDH, por seu caráter de articulação, acompanhar e monitorar a sua execução. Nesse sentido, a SEMJIDH participou de 5 atividades vinculadas a este Comitê dentre reuniões e seminários.
Recursos utilizados integralmente por meio das subações do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como combustível e diárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

2233 Facilitar a inserção dos refugiados, apátridas e migrantes em situação de vulnerabilidade social no CAD ÚNICO.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta política é de responsabilidade da SETHAS e Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN - CERAM. Cabe a SEMJIDH, por seu caráter de articulação, acompanhar e monitorar a sua execução. Nesse sentido, a SEMJIDH participou de 5 atividades vinculadas a este Comitê dentre reuniões e seminários.
Recursos utilizados integralmente por meio das subações do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como combustível e diárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
2239 Promover a articulação intersetorial e adequação das políticas públicas como as de Direitos Humanos, assistência social, saúde, educação, habitação, cultura, trabalho, emprego e renda, na garantia de um sistema de direitos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta política é executada por meio da articulação entre os órgãos colegiados. Cabe a SEMJIDH, por seu caráter de articulação, acompanhar e monitorar a sua execução. Nesse sentido, a SEMJIDH participou de 19 atividades vinculadas aos órgãos colegiados que fazem a gestão destas políticas públicas.
Recursos utilizados integralmente por meio das subações do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como combustível e diárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
2240 Assegurar ações educativas de massa, considerando a necessidade de desenvolvimento de campanhas de mobilização e sensibilização para o atendimento da questão, dirigidas à sociedade como um todo, no que se refere à desconstruir o preconceito e a intolerância contra a população em situação de rua.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
O CIAMP RUA está em processo de reativação e a SEMJIDH vem realizando tratativas para acelerar o retorno das atividades do referido comitê, por meio do envio de ofícios para recomposição dos membros que compõe o CIAMP. Atualmente, podemos atribuir um percentual de 50% na conclusão do processo.
Recursos utilizados integralmente por meio das subações do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como combustível e diárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
2241 Fortalecer os instrumentos de Participação Popular e Controle Social na Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais da População em situação de rua.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
O CIAMP RUA está em processo de reativação e a SEMJIDH vem realizando tratativas para acelerar o retorno das atividades do referido comitê, por meio do envio de ofícios para

recomposição dos membros que compõe o CIAMP. Atualmente, podemos atribuir um percentual de 50% na conclusão do processo. Recursos utilizados integralmente por meio das subações do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como combustível e diárias.

Avaliação Geral do Objetivo 172

Código e descrição do Objetivo: Código 00172 Descrição: Ampliar e melhorar a prestação de serviço ao consumidor residente ou em trânsito no Estado do RN, promovendo, também, a educação para o consumo e, dessa forma, melhor desenvolver a política estadual de defesa do consumidor, através da criação da sede, de novas unidades do PROCON/RN e ampliação do número de atendimentos ao consumidor.
Códigos das metas: 841; 854; 856; 870.
Códigos das iniciativas: 1049; 1053; 1055; 1057; 1131; 1132; 1134; 1135; 1136; 1219; 1220; 1223; 1224; 1225; 1226; 2242; 2268.
Avaliação Geral do Objetivo: A Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon/RN distribuiu computadores novos nas unidades de atendimento, passou a utilizar o sistema Pro consumidor para registro das demandas, reabriu unidades de atendimento e abriu a unidade de Patu, ampliou o quadro de fiscais, aprovou recursos para aquisição de um veículo com recursos do Fundo Estadual de Defesa do Direito do Consumidor, bem como para aquisição de unidade móvel de atendimento com recursos federais, além de realizar treinamento dos servidores acerca do novo sistema e possibilitou a participação de servidores em congressos.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta: 841 Melhorar o atendimento com ampliação de até 50% no número de atendimento atual, 11.300 em 2018, alcançando 18 mil/ano até 2023.

Avaliação da Meta: Para o cumprimento desta meta, a Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon/RN distribuiu os computadores novos, que foram adquiridos com recursos do Fundo Estadual de Defesa do Direito do Consumidor – FEDDC, possibilitando uma melhoria no atendimento ao consumidor e a mudança do sistema SINDEC para o Pro consumidor, que tem possibilitado uma resolução mais rápida das demandas de atendimento ao Consumidor. Reabriu a unidade de Currais Novos e abriu uma unidade na Cidade de Patú. Ampliou o quadro de fiscais. Aprovou com a aquisição de um veículo que possibilitará uma melhoria nos atendimentos. Realizou treinamento do novo sistema e possibilitou a participação de servidores e cargo comissionados em congressos.

Entretanto, em razão da pandemia, falta de espaço físico adequado, ausência de número de telefone, dentre outros fatores, o Procon não conseguiu mensurar a ampliação do número de atendimentos.
Portanto, estima-se que a meta alcançou cerca de 90% de conclusão.

Código e descrição da Meta:
854 Promover o combate ao superendividamento dos consumidores no Estado.

Avaliação da Meta:
Foram realizados diversos mutirões de renegociação de dívidas em parceria com outros órgãos; Reuniões com faculdades para avaliar a possibilidade de parceria para implantação do Núcleo de Apoio ao Consumidor Superendividado; Visitas técnicas à núcleos em funcionamento em outros estados para verificar o funcionamento e estrutura.
O Procon aprovou projeto para aquisição de uma unidade móvel de atendimento para implementação do Núcleo de Apoio aos Superendividados (NAS) com recursos federais, por meio da proposta de convênio 063877/2023 da plataforma TransfereGov.
Portanto, estima-se que a meta alcançou cerca de 95% de conclusão.

Código e descrição da Meta:
856 Criar a Escola Estadual de defesa do Consumidor

Avaliação da Meta:
Em 2023 essa meta ficou paralisada, em razão da equipe reduzida e em razão de outras prioridades que surgiram.

Código e descrição da Meta:
870 Realizar eventos para a promoção da educação para o consumo e a cidadania.

Avaliação da Meta:
Em 2023 essa meta ficou paralisada, pois não houve planejamento para a sua execução e ocorrências de problemas internos, além do quadro de pessoal reduzido para dar conta de todas as demandas.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:
1049 Realização de cursos de capacitação para os servidores do órgão e das unidades de atendimento.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Foram realizadas reuniões treinamentos cerca do sistema ProConsumidor. Parte dos servidores e cargos comissionados participaram de treinamento na Cidade de João Pessoa, promovido pela SENACON, além da participação de servidores e cargos comissionados no Congresso do MPCON na Cidade de São Paulo.

Recursos utilizados integralmente por meio da subação 404701 - Manutenção e Funcionamento da Coordenadoria do Procon RN do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como combustível, passagens e diárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
1053 Realização de reforma ou construção da sede administrativa da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor-PROCON/RN.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Está em tramitação processo de reforma de prédio destinado a sede administrativa do **Procon Estadual** e da **SEMJIDH** com recursos do Fundo Estadual de Defesa do Direito do Consumidor – FEDDC, já aprovado pelo conselho gestor, que está em fase de finalização para realização de licitação (Processo Sei nº. 06110038.004994/2020-89)**.**

Códigos e descrições das iniciativas:
1055 Ampliação da estrutura física das unidades do PROCON estadual da capital, criação e reestruturação das unidades de atendimento ao consumidor nos territórios e incentivo à criação e estruturação dos PROCONS nos municípios.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Houve a mudança de algumas centrais do cidadão para novos prédios, possibilitando uma ampliação do espaço utilizado pelo PROCON, bem como abertura de nova unidade de atendimento. No tocante a criação de PROCONs municipais o Procon Estadual realizou reunião com prefeitura que demonstrou interesse.
Recursos utilizados integralmente por meio da subação 404701 - Manutenção e Funcionamento da Coordenadoria do Procon RN do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como combustível e diárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
1057 Disponibilização Recursos Humanos e equipamentos para digitalização de processos com multa e o descarte de processos conclusos arquivados.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
O Procon por não possui quadro de pessoal e nem espaço suficiente para organizar, digitalizar e realizar o descarte dos processos, contratou empresa especializada para realizar a catalogação, limpeza, organização e se preciso digitalização de processos e documentos. Posteriormente, será identificado quais os processos e documentos poderão ser descartados e quais serão necessários manter guardados ou digitalizados. Os custos foram autorizados pelo Conselho Estadual de Defesa do Consumidor, órgão gestor dos Recursos do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos do Consumidor, mas ainda não foram utilizados.

Códigos e descrições das iniciativas:
1131 Realização de mutirões de renegociação de dívidas na capital e em cidades do interior do Estado.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Foram realizados mutirões no ano de 2023 nas cidades de Natal, Mossoró Assú e Currais Novos. Recursos utilizados integralmente por meio da subação 404701 - Manutenção e Funcionamento da Coordenadoria do Procon RN do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como pagamento de diárias para os servidores e combustível com o deslocamento dos veículos oficiais.

Códigos e descrições das iniciativas:
1132 Realização de cursos e palestras sobre educação financeira na capital e interior do Estado.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Apesar de previsão orçamentária e também no PPA, não realizamos nenhum curso ou palestra sobre educação financeira, em razão da equipe reduzida que canalizou seus esforços para outras prioridades.

Códigos e descrições das iniciativas:
1134 Criação de Núcleo de Combate aos Superendividados do Estado do RN em Terras Potiguaras.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Foi realizada visita técnica ao núcleo do Procon São Paulo e Procon Paraíba sendo gastos valores com diárias, passagens e combustível. Realizamos também reunião com uma faculdade em Mossoró que demonstrou interesse em firmar termo de cooperação para implantação do núcleo em suas instalações, tendo sido criado grupo de trabalho para a execução do projeto.
Recursos utilizados integralmente por meio da subação 404701 - Manutenção e Funcionamento da Coordenadoria do Procon RN do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e da subação 315701 - Realização de visita técnica a estados ou municípios que possuem Fórum em atividade.

Códigos e descrições das iniciativas:
1135 Articulação para a elaboração da Lei que crie a Escola Estadual de Defesa do Consumidor.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Em 2023 essa meta ficou paralisada, em razão da equipe reduzida e de outras prioridades que surgiram.

Códigos e descrições das iniciativas:
1136 Realização de convênios com Instituições de ensino e órgãos públicos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Houve reunião com uma faculdade em Mossoró no final de 2023 acerca da possibilidade de firmar convênio ou termo de cooperação para implantação do Núcleo de Apoio ao Consumidor Superendividado.

Códigos e descrições das iniciativas:
1219 Elaboração de material educativo.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Está tramitando processo para impressão de 2000 (dois mil) exemplares do Código de Defesa do Consumidor, no entanto, o texto ainda está passando por revisão.
Recursos orçamentários ainda não utilizados.

Códigos e descrições das iniciativas:
1220 Realização de cursos, seminários e eventos para servidores do Estado.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Em 2023 essa meta ficou paralisada, em razão da equipe reduzida e em razão de outras prioridades que surgiram.

Códigos e descrições das iniciativas:
1223 Realização de eventos, de alcance estadual e nacional, sobre Direito do Consumidor e Cidadania.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Em 2023 essa meta ficou paralisada, em razão da equipe reduzida e de outras prioridades que surgiram, além da existência de muitos eventos em outros estados e da ausência do contrato de aquisição de passagens aéreas no primeiro semestre do ano o que impedia o custeio de passagens para palestrantes, dentre outras questões internas.

Códigos e descrições das iniciativas:
1224 Articulação para oferta de curso de Pós-Graduação em Direito do Consumidor e correlatos para servidores do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não pode ser executada em razão da ausência de previsão na LOA.

Códigos e descrições das iniciativas:
1225 Realização de visita técnica a Estados ou municípios que possuem Fórum já em atividade.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Em 2023 essa meta ficou paralisada, em razão da equipe reduzida e de outras prioridades que surgiram, além da ausência de contrato para aquisição de passagens aéreas no primeiro semestre do ano.

Códigos e descrições das iniciativas:
1226 Articulação para elaboração e aprovação da Lei de Criação do Fórum.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Em 2023 essa meta ficou paralisada, em razão da equipe reduzida e de outras prioridades que surgiram, além da ausência de contrato para aquisição de passagens aéreas no primeiro semestre do ano.

Códigos e descrições das iniciativas:
2242 Enfrentamento de Práticas Abusivas à Economia Popular.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Houve uma ampliação das ações de fiscalização e ampliação do quadro de fiscais, através da designação de servidores já existentes no quadro.
Recursos utilizados integralmente por meio das subações do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Códigos e descrições das iniciativas:
2268 Organização e incentivo à participação de módulos, cursos, seminários e congressos sobre temáticas relativas à Defesa do Consumidor.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
O incentivo a participação de módulos, cursos, seminários e congressos sobre temáticas relativas à Defesa do Consumidor é constante, ao longo do ano foram disponibilizados vários online pela SENACON ou por outros órgãos de defesa do consumidor, inclusive alguns servidores e cargos comissionados participaram de treinamento acerca do Sistema ProConsumidor na Cidade de João Pessoa, promovido pela SENACON, bem como de congresso promovido pelo MPCON na Cidade de São Paulo. Não foram organizados eventos módulos, cursos, seminários e congressos sobre temáticas relativas à Defesa do Consumidor no estado em razão da equipe reduzida, que tiveram de se concentrar em outras prioridades e demandas que surgiram, além da ausência de contrato para aquisição de passagens aéreas no primeiro semestre do ano.

Avaliação Geral do Objetivo 251

Código e descrição do Objetivo:
Código 00251
Descrição: Formular, coordenar, articular e implementar Políticas públicas para as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBTs no Rio grande do Norte, tendo como objetivo a garantia da cidadania e o acesso aos direitos sociais, assim como, fortalecer os instrumentos de participação social à população LGBT.

Códigos das metas:
891; 1525.

Códigos das iniciativas:
1285

Avaliação Geral do Objetivo:
A partir de maio de 2023, a CODIS é assumida por uma nova direção. Dando continuidade nas ações, projetos e trabalhos desenvolvidos na gestão anterior, como inovação, cria-se algumas atividades desenvolvidas para a População LGBTQIA+, assim como a participação em diálogos, como os listados abaixo:

Conferência de Saúde; Atividade Câmara Municipal de São Gonçalo do Amarante-RN; Dia do Meio Ambiente; Saúde LGBT na Escola de Governo; Sessão solene pelo dia do Orgulho LGBT na Câmara Municipal de Natal/RN; São João na Escola Estadual Imperial Marinheiro – Natal-RN; Reunião na Fundação José Augusto – Apoio para orgulho LGBT; Prêmio Zezo – Organizado pela CODIS – Orgulho LGBT; Audiência Pública em Parelhas – Orgulho LGBT; PPA Participativo em Mossoró –RN; Noite da Diversidade – Ceará-mirim-RN; Reunião sobre o PPA Participativo – LGBT; Participação na atividade da SEEC – Diversidade na Educação – Pau dos ferros –RN; São João dos amigos – Bom Pastor – Natal-RN; Participação de atividade no GAMI ao lado da governadora; Peça teatral – A casa de Clarice – Teatro Alberto Maranhão; Semana do orgulho LGBT do Padre Miguelinho; Capacitação aos profissionais em Ceará Mirim - RN; São João do GAMI; Cine Queer – Casa da Ribeira; Reunião com SEARH; Julho das pretas – Teatro Alberto Maranhão; São Gonçalo Expo – ônibus da SEMJIDH; Parada LGBT de Santa Cruz e Visibilidade Trans de Santa cruz – RN; Articulação com a SMS – Caicó para criação de ambulatório trans municipal; Apoio a Peça teatral – Cinderela – Teatro Alberto Maranhão; Votação na Câmara do Projeto TRANScidadania Municipal – Natal-RN; Sessão solene em Carnaúba dos Dantas – RN; Participação em Congresso de Sergipe sobre Direitos Humanos de LGBTs; Reunião online com MDHC – TRANScidadania estadual do RN; Cine Lésbicas – promovido pela CODIS; Reunião com movimento LGBT solicitado pelo movimento social; Stand da SEMJIDH no II Meetup promovido pela SEARH; Palestra educacional na Escola Estadual Zila Mamede – Natal-RN; Roda de conversa na UFRN – Empregabilidade Trans; Aniversário do GAMI; Posse no conselho de Habitação; Mostra educacional da 1ª DIRED; Atividade com as Aldeias Infantis – Areia Branca – RN; Sessão solene alusiva a ativistas LGBT de Natal-RN; Aniversário do centro de cidadania LGBT de Natal-RN; Conferência de Assistência Social do RN; Parada LGBT da Zona Norte – Natal-RN; Entrevista para TV Tropical – Lei de cotas para Travestis e Transexuais; Lançamento do novo PAC; Participação no gabinete itinerante do MINC em Natal-RN; II Seminário do centro de cidadania LGBT de Natal-RN; Stand da SEMJIDH na vinda da Ministra de Saúde; Dia Mundial de Luta contra AIDS; Parada LGBT em São Gonçalo do Amarante – RN; Parada LGBT em Natal; VI Workshop Nacional da Rede Trans em Natal-RN; VI Jornada da Visibilidade Trans Potiguar.

Em 2024, a prioridade é a execução do Programa Estadual TRANSCIDADANIA.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:
891 Fomentar e apoiar a Política Estadual LGBT

Avaliação da Meta:

Meta concluída com a atuação nos anos anteriores, no entanto, é necessário um orçamento específico e pessoas LGBTs atuando no governo estadual (de preferência na CODIS) para conseguir executar todo o trabalho desempenhado na exclusão do preconceito no Rio Grande do Norte. Sem orçamento, fica inviável apoiar um seguimento historicamente excluído e politicamente negligenciado. Da mesma forma, sem pessoas trabalhando na CODIS, não há como desempenhar um trabalho grandioso para obter êxito no final.

Código e descrição da Meta:
1525 Garantir à população refugiada, apátrida e migrante LGBT, documentada ou indocumentada, o acesso às políticas públicas para LGBTs no Rio Grande do Norte, sem distinção de qualquer natureza.

Avaliação da Meta:
A presente Coordenação recentemente adentrou, representando a SEMJIDH e, consequentemente, as pessoas LGBTs, na Comissão Especial de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes (COETRAP), que faz parte do Comitê Gestor Estadual para Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e de Ampliação do Direito à Documentação Básica do Rio Grande do Norte (COGESUB/RN).
Meta 85% concluída.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:
1285 Contribuição na formulação da política e suas diretrizes.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Com ações executadas nos anos anteriores, a meta foi concluída, mas para ampliar sua atuação em 2023, a Coordenação de Diversidade Sexual e Gênero (CODIS), por insuficiência orçamentária, deixou de atuar em diversas atividades das quais foi convidada para apresentar os modelos políticos adotados no Rio Grande do Norte para serem compartilhados para outras unidades da federação no país. Não foi ofertada nenhuma passagem área para essa coordenadoria desempenhar e articular ações interestaduais e regionais, e o encontro de inter-gestores das políticas LGBTs não teve a participação do estado Potiguar. É importante e necessário criar uma agenda financeira assertiva para essa coordenadoria, uma vez que, sem nenhum orçamento, a mesma conseguiu desempenhar os trabalhos apresentados anteriormente. Com o mínimo de estrutura, esta coordenação poderia atender as expectativas do contingente populacional ao qual desempenha ações e dialoga sobre políticas públicas na esfera estadual.

Avaliação Geral do Objetivo 252

Código e descrição do Objetivo:
Código 252

Descrição Fomentar e acompanhar a Rede de Enfrentamento à Violência contra LGBTs como forma de regulamentar o Pacto Nacional de Enfrentamento a LGBTfobia disposta na portaria 766/13 que institui o Sistema Nacional LGBT, combatendo todas as formas de violações de direitos humanos da população LGBT.
Códigos das metas: 901; 903.
Códigos das iniciativas: 1287; 1288; 1289; 1290.
Avaliação Geral do Objetivo: Com relação às violências e violações de direitos humanos, a CODIS vem incentivando e divulgando canais de denúncias contra quaisquer tipos de crimes ligados a LGBTfobia dentro do estado. Pode-se observar que em 2023, existiram poucos registros de crimes dessa natureza, porém não existiu a ausência. Sendo assim, é necessário criar campanhas com as quais as pessoas LGBTs possam saber os reais mecanismos que podem utilizar numa situação de crime de ódio causado pela LGBTfobia. Ademais, a CODIS tem viajado o estado, compartilhando os canais de denúncia e compartilhando que a LGBTfobia é crime dentro do território potiguar.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta: 901 Articular, Regulamentar e Implementar a Lei 9.036/2007 intitulada RN Sem LGBTFOBIA.

Avaliação da Meta: A lei encontra-se na AGOV encaminhada por essa coordenadoria. Portanto, a meta foi concluída.

Código e descrição da Meta: 903 Fomentar e acompanhar as Políticas Públicas para LGBTs em privação de liberdade no Sistema Penitenciário do RN.

Avaliação da Meta: Meta concluída, acompanhamento contínuo junto à SEAP. Mas é necessário debater sobre a reativação do Comitê Estadual de Combate e Prevenção a Tortura do Rio Grande do Norte para que possa ser enfim publicada e reativada. Ela precisa apenas ser liberada pelo órgão ao qual se encontra para a publicação ser efetivada.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas: 1287 Realização de ações de promoção da Cidadania LGBT.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Desde 2023, esta Coordenadoria tem, exaustivamente, desempenhando o diálogo com outras secretarias, o gabinete civil, movimentos sociais e instituições acadêmicas, sobre as atividades ligadas a população LGBT Potiguar. A voz das pessoas LGBTs tem sido ouvida em

todas as atividades das quais a CODIS tem participado. É prioridades dessa Coordenadoria fazer os direitos e políticas públicas LGBTs ecoarem em todo o RN. O prêmio zero, o Cine Lésbicas e o Programa Estadual TRANScidadania, são alguns dos exemplos de políticas afirmativas que essa Coordenadoria vem conduzindo a fim de garantir a cidadania plena dessa população. Para 2024 haverá a criação de um grupo de trabalho sobre empregabilidade e empreendedorismo para que possa ser utilizado em conjunto com o Programa de empregabilidade para travestis e transexuais em empresas beneficiadas fiscalmente, por meio da lei sancionada pela governadora de número Nº 11.587. O Conselho LGBT estadual será a ferramenta principal de denúncias das pessoas LGBTs no estado.

Códigos e descrições das iniciativas:
1288 Realização de ações de Combate à LGBTfobia.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Desempenhamos várias ações sem orçamento. É necessário dar liberdade financeira a CODIS assim como estrutura necessária de funcionários para que as ações de promoção possam dobrar ou triplicar.

Códigos e descrições das iniciativas:
1289 Regulamentação da Lei 9.036/2007.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Assim como a obrigatoriedade de cartazes em estabelecimentos públicos e privados, é necessário que haja outros meios de divulgação nas mídias para que a população do estado do Rio Grande do Norte compreenda a importância de combater a LGBTfobia em todos os lugares.

Códigos e descrições das iniciativas:
1290 Articulação para a efetivação da lei e suas atribuições.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Articulações feitas por meio de participação da CODIS em diversos espaços de debates no estado.
Recursos utilizados integralmente por meio das subações do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, tais como combustível e diárias.

Avaliação Geral do Objetivo 253

Código e descrição do Objetivo:
Código 253
Descrição: Fomentar e acompanhar a implementação das diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Sistema Único de Saúde do Rio Grande do Norte, garantindo a equidade em saúde e respeitando das especificidades da população LGBT.

Códigos das metas:

904; 905.
Códigos das iniciativas: 1306; 1308.
Avaliação Geral do Objetivo: O estado do Rio Grande do Norte, encontra-se hoje com 3 unidades de ambulatórios para a população Trans Potiguar, desde 2019, quando se inaugurou o primeiro. O estado tem avançado nas demandas da garantia da busca da saúde integram dessa população. Ainda assim, os ambulatórios do estado não são habilitados pelo Ministério da Saúde, e a consequência disso, é não receber verbas nacionais para manter o serviço e nem poder conduzir as cirurgias transformando-se, dos ambulatórios (onde as pessoas trans só são acompanhadas) precisam evoluir para conduzir as cirurgias dessa população, apenas 8 estados no Brasil fazem esse procedimento cirúrgico, há ainda uma peregrinação da população Trans para os estados que realizam a procedimento de redesignação genital. Os pedidos precisam ser efetuados pelos gestores para que o Ministério da saúde habilite esses novos ambulatórios.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta: 904 Apoiar a criação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde LGBT.

Avaliação da Meta: Meta concluída, no entanto, é necessário avançar na busca da habilitação de um dos ambulatórios estaduais para o processo de redesignação sexual e as outras cirurgias oferecidas no processo Transexualizador ofertado pelo SUS, onde possam ser amplamente acessadas por essa população. O Rio Grande do Norte precisa entrar no *hall* dos estados que incidam nesse tipo de procedimento junto a São Paulo, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiânia Pará e Minas Gerais.

Código e descrição da Meta: 905 Apoiar e fomentar a implantação do Ambulatório Especializado TT & Transexual e Travesti

Avaliação da Meta: Ambulatório implementado em 2020, porém é necessária a habilitação de ao menos 1 Ambulatório Estadual com o Ministério da Saúde, para ofertar as cirurgias que o processo Transexualizador do SUS oferece.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas: 1306 Organização de Comitê ou Comissão de saúde integral da população LGBT com a participação de usuários e usuárias, entidades representativas dos movimentos sociais, gestoras e gestores, trabalhadoras e trabalhadores do SUS.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A presente atividade é responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde. Caso haja interesse desta secretaria criar esses mecanismos, estaremos à disposição, tanto para participar, como para divulgar o edital do programa. Desde 2013, a Secretaria Estadual de Saúde criou o Comitê de Equidade em Saúde, dentre as áreas, representações nesse espaço, há vaga nessas instituições para pessoas LGBTs.

Códigos e descrições das iniciativas:
1308 Articulação para a implantação do Ambulatório para pessoas Travestis e Transexual.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta política encontra-se implantada, tendo em vista que no Rio Grande do Norte, há dois ambulatórios geridos pelo estado, 01 (um) em Natal, funcionando dentro do Hospital de Medicina Tropical e o Hospital Giselda Trigueiro, chamado de Ambulatório Trans Murilo Gonçalves e o outro, mais recentemente, foi implantado em Mossoró, funcionando no Hospital da Mulher da cidade. Há também, atendimentos específicos para pessoas trans e travestis nas cidades de Pendências, Natal, Caicó, Pau dos Ferros e Mossoró, sendo fruto do diálogo desta Coordenadoria com o poder público das cidades mencionadas.

Avaliação Geral do Objetivo 255

Código e descrição do Objetivo:
Código 255
Descrição: Articular, fomentar e acompanhar a implementação de políticas públicas no campo da educação, trabalho e assistência social que possibilitem a garantia dos direitos sociais, ás políticas de assistência e a proteção social da população LGBT.

Códigos das metas:
906; 907; 909; 910; 911.

Códigos das iniciativas:
1313; 1314; 1316; 1318; 1320; 1323; 1326; 1327.

Avaliação Geral do Objetivo:
Esta política encontra-se implantada parcialmente, uma vez que esta Coordenadoria está participando do Conselho Estadual de Assistência Social (CAS-RN). Por outro lado, não fazemos parte do Conselho Estadual de Educação e não participamos das conferências de educação que foram realizadas.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:
906 Apoiar e fomentar a implementação do Programa Estadual TransCidadania.

Avaliação da Meta:
Esta Coordenadoria está empenhada diuturnamente para sanar todas as demandas ligadas a esse projeto estadual, no qual desde 2021 aguardam-se os pagamentos das bolsas no valor de R$600,00 reais para as pessoas travestis e transexuais selecionadas por meio de edital realizado por esta Coordenadoria. Todo o trabalho que deveria ser executado por esta

Coordenação, foi realizado com louvor, desde a antiga coordenadora até a atual, necessitando, apenas, do valor equivalente a R$200.000,00 reais pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), por meio da Coordenadora Nacional de Políticas Para Pessoas LGBTQIA+.

Código e descrição da Meta:
907 Implementar o Programa Estadual Igualdade na Diversidade.

Avaliação da Meta:
A presente meta não foi trabalhada durante a gestão anterior. Entretanto, há planos para que entre no planejamento de 2023-2027.

Código e descrição da Meta:
909 Apoiar e fomentar Políticas Públicas de Trabalho e Renda para a população LGBT.

Avaliação da Meta:
Realizado em parceria com a SETHAS, em diálogo com outros órgãos e com empresas privadas para garantir que as políticas públicas já existentes sejam plenamente efetivadas.

Código e descrição da Meta:
910 Implementar a Rede Estadual de Proteção Socioassistencial da População LGBT.

Avaliação da Meta:
Realizado em parceria com a SETHAS, em diálogo com o Conselho Estadual LGBT.

Código e descrição da Meta:
911 Mapear as políticas públicas LGBTS no RN.

Avaliação da Meta:
Essa demanda foi realizada totalmente, por meio de pesquisa posteriormente publicada na cartilha de Políticas Públicas LGBTQIA+ (2019-2022). Espera-se a atualização com as novas políticas implementadas pela nova coordenação nos anos de 2023 a 2025.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:
1313 Articulação para a implementação do Programa TransCidadania.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Essa política, como falada anteriormente, está apenas aguardando o pagamento das bolsas pelo Ministério já mencionado. Porém, já conseguiu garantir, por meio de uma nova emenda, recursos para uma nova turma do Programa TransCidadania, convênio federal 910012/2021 da Plataforma Transferegov.
Contrapartida de 20.200,00 depositada em 2022, a ser executado pela subação 321301 - Implementação do Programa TransCidadania.

Códigos e descrições das iniciativas:
1314 Promoção da Cidadania e do acesso à educação e ao mercado de trabalho à população Trans e Travesti.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
A proposta dessa coordenadoria é implementar o TransCidadania para que aumente os índices de acesso de pessoas travestis e transexuais ao ensino fundamental e médio, para que possam concorrer no mesmo grau de igualdade com o restante da sociedade por vagas de emprego no comércio, nas indústrias, nas fábricas e no poder público, municipal e federal.

Códigos e descrições das iniciativas:
1316 Ampliação da permanência estudantil da população Transexual e Travestis, através de uma política de permanência do programa.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
O Governo do Rio Grande do Norte instituiu o Programa TransCidadania por meio da Lei Nº 11.132, de 09 de junho de 2022.

Códigos e descrições das iniciativas:
1318 Realização de atividades nas escolas estaduais dos territórios da cidadania.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Essa atividade começou a ser desempenhada por essa Coordenadoria de Diversidade Sexual e Gênero, sendo convidada para ministrar palestras relacionadas nas escolas que a convidam.

Códigos e descrições das iniciativas:
1320 Articulação com os órgãos responsáveis na construção da rede e os instrumentos do SUAS.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta Coordenadoria aguarda as reuniões do Conselho Estadual de Assistência Social para colocar em pauta os direitos da população LGBT.

Códigos e descrições das iniciativas:
1323 Articulação com os órgãos responsáveis na construção de políticas públicas de trabalho e renda LGBTs.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta Coordenação trabalha majoritariamente de maneira Intersetorial e interestadual, dialogando e buscando solucionar casos de LGBTfobia nas mais diversas esferas, no que tange a segurança, cotas de vagas para empregar pessoas LGBTs, discussão sobre nome social, uso dos banheiros de acordo com o gênero e a discussão da cidadania LGBT nos locais públicos e privados nos quais convidam esta Coordenadoria.

Códigos e descrições das iniciativas:
1326 Realização de um levantamento das políticas públicas LGBTS no Rio Grande do Norte.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Essa demanda foi realizada com sucesso, por meio de pesquisa e publicação da Cartilha LGBT distribuída por esta coordenação por todos os órgãos de cidadania no Estado.

Códigos e descrições das iniciativas:
001327 Realização de um relatório sobre as políticas públicas LGBTs, suas aplicações inexistentes.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
A concretização da demanda, é a própria Cartilha LGBT que busca informar as pessoas LGBTs sobre os seus direitos e as políticas efetivadas em seu favor por todo o território da cidadania no Rio Grande do Norte.

Avaliação Geral do Objetivo 280

Código e descrição do Objetivo:
Código 00280
Descrição: Fomentar e articular Políticas Públicas, através de realização de campanhas de comunicação para a Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais das Mulheres, das Juventudes, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência e da Diversidade Sexual e de Gênero.

Códigos das metas:
1077

Códigos das iniciativas:
1526

Avaliação Geral do Objetivo:
A iniciativa de fomentar e articular políticas públicas através de campanhas de comunicação para a promoção e defesa dos direitos fundamentais das mulheres, das juventudes, da igualdade racial, da pessoa com deficiência e da diversidade sexual e de gênero é louvável e demonstra um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.
Foram executadas importantes ações no âmbito da promoção dos direitos fundamentais, evidenciando um compromisso efetivo com a comunidade. Destaca-se a iniciativa do ônibus lilás, que percorreu comunidades quilombolas, levando informações essenciais sobre os direitos das mulheres negras. Paralelamente, uma ação prática de emissão de identidades foi implementada na comunidade, facilitando o acesso a serviços públicos.
Essas ações demonstram um esforço concreto para promover a inclusão e conscientização, atendendo às necessidades específicas dessas comunidades. A abordagem direta, como a visita do ônibus lilás, revela sensibilidade às barreiras enfrentadas por grupos historicamente marginalizados. A emissão de identidades, por sua vez, contribui para fortalecer o exercício pleno da cidadania.
Esses passos significativos são reflexo de um comprometimento prático com a promoção da igualdade e dos direitos fundamentais, representando avanços concretos na implementação de políticas públicas inclusivas e sensíveis às demandas das comunidades envolvidas.

A Ouvidoria Geral dos Direitos Humanos alcançou e realizou seu objetivo por meio de articulações com outros órgãos do Governo do Estado e parcerias dentro da própria SEMJIDH. Além disso, foram realizadas distribuições de cartilhas informativas, ações da ouvidoria itinerante, leques e utensílios publicitários como forma de divulgar e ampliar o conhecimento das políticas. Essas ações sempre foram planejadas para alcançar o maior público possível.
No que diz respeito a campanha de comunicação para a juventude, foi produzida a Cartilha de Políticas Públicas de Juventude e distribuídos exemplares do Estatuto da Juventude impressos pelo Governo Federal.
A SEMJIDH cumpriu parcialmente o objetivo por meio de ações e atividades realizadas em parceria com outros órgãos do governo do estado, organizações não governamentais (ONGs) e instituições de ensino superior. De modo geral divulga-se, por meio de redes sociais, sítio eletrônico, rádio e televisão, ações realizadas pelas políticas para a promoção e defesa dos direitos fundamentais das mulheres, das juventudes, igualdade racial, pessoa com deficiência e diversidade sexual e de gênero.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:
1077 Produzir material educativos voltados a informação e conscientização

Avaliação da Meta:
A criação de materiais educativos para informação e conscientização é uma estratégia crucial na promoção da cidadania e no combate a práticas discriminatórias. Destaca-se a iniciativa específica de elaborar uma nota técnica de segurança direcionada à Polícia Militar, oferecendo orientações claras sobre o enfrentamento ao racismo policial e prevenção da violência.
Essa nota técnica representa um avanço importante na busca por práticas policiais mais justas e inclusivas. Ao oferecer diretrizes específicas para combater o racismo dentro da instituição, ela contribui para a construção de um ambiente mais equitativo e para a prevenção de abusos.
Foram produzidos materiais educativos em parceria com outros órgãos e com a ASCOM, dentre estes, realizadas mediante criação e impressão de cartilhas informativas, publicações de folders, cartazes digitais junto ao Governo do Estado, outras ações publicitárias e, exclusivamente este ano, foram criadas campanhas do Outubro Rosa e Novembro Azul com pessoas LGBTs vinculadas às redes sociais.
Foram distribuídos materiais de conscientização em diversos eventos. Esses materiais tinham como foco algumas políticas que fazem parte da nossa rede de atendimento e público. Além da divulgação da ouvidoria como canal de atendimento.
Observa-se que foi produzida a Cartilha de Políticas Públicas de Juventude, da qual se distribuíram 40.000 exemplares. Ainda foram distribuídos exemplares do Estatuto da Juventude impressos pelo Governo Federal.
Destacam-se a produção de cartilhas, adesivos, leques, folders, cartazes, banners, todos referentes aos direitos humanos.
Meta parcialmente concluída devido à dependência de outros órgãos para impressão de material gráfico.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:
1526 Produção de Cartilhas, folder, peças publicitárias, cartazes, entre outros.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Criação de materiais educativos para informação e conscientização é uma estratégia crucial na promoção da cidadania e no combate a práticas discriminatórias. Destaca-se a iniciativa específica de elaborar uma nota técnica de segurança direcionada à Polícia Militar, oferecendo orientações claras sobre o enfrentamento ao racismo policial e prevenção da violência. Essa nota técnica representa um avanço importante na busca por práticas policiais mais justas e inclusivas. Ao oferecer diretrizes específicas para combater o racismo dentro da instituição, ela contribui para a construção de um ambiente mais equitativo e para a prevenção de abusos. A execução orçamentaria foi por meio da SESED, por meio da impressão da cartilha. Foram produzidos materiais educativos em parceria com outros órgãos e com a ASCOM. Dentre estes, destacam-se cartilhas e folders. Quanto a conclusão para essa iniciativa, foram produzidos 16 materiais do total de 20. Cartilhas e leques de direitos das mulheres, utilizadas em rodas de conversa em ações do ônibus lilás, cartilhas de igualdade racial, adesivos de proteção e defesa de direitos humanos, distribuídos no carnaval, banners e cartazes, distribuídos na conferência estadual dos direitos das crianças e dos adolescentes. No que diz respeito a campanha de comunicação, foi produzida a Cartilha de Políticas Públicas de Juventude, da qual se distribuíram 40.000 exemplares. Ainda foram distribuídos exemplares do Estatuto da Juventude impressos pelo Governo Federal.

Avaliação Geral do Objetivo 288

Código e descrição do Objetivo:
Código 00288 Descrição: Criar parcerias com Entes Federados, Órgãos Internacionais, Organização Social para o fortalecimento da Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais das Mulheres, das Juventudes, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência e da Diversidade Sexual e de Gênero.
Códigos das metas:
1094; 1542; 1614.
Códigos das iniciativas:
1560; 2235; 2236; 2237; 2238.
Avaliação Geral do Objetivo:
Para este objetivo, o Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, aderiu a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua (PNISPSR), importante compromisso em favor das pessoas em situação de rua.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:
1094 Apoiar ações que fortaleçam a Promoção e a Defesa dos Direitos Humanos.

Avaliação da Meta:
Em relação às iniciativas em execução citamos o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM, em execução desde 2022. Para as iniciativas paralisadas ou que não tiveram seu início, podemos destacar: a implementação do PROVITA, devido à falta de convênio com o Governo Federal e O Programa de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento, devido à falta de convênio com o Governo Federal;

Código e descrição da Meta:
1542 Realizar capacitações nos poderes Legislativo e Judiciário sobre a legislação nacional e internacional atinente aos direitos dos refugiados, apátridas e migrantes, no intuito de aperfeiçoar o serviço prestado a essas populações e adequá-lo aos moldes reconhecidos internacionalmente.

Avaliação da Meta:
Em relação à meta 1542, ela não foi iniciada. Dentre os motivos para a sua não execução destaca-se a falta de encaminhamentos para os poderes.

Código e descrição da Meta:
1614 Estruturar por meio da formação de uma forte rede de proteção de direitos humanos e sociais, articulada entre as três esferas de governo da Federação (União, Estados e Municípios), garantindo acesso às políticas públicas.

Avaliação da Meta:
Em relação à meta 1614, considera-se concluída e com acompanhamento contínuo, participação de espaços e articulação com demais órgãos.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:
1560 Realização de ações, através de convênios e parcerias.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Em relação às iniciativas em execução citamos o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM, em execução desde 2022. Para as iniciativas paralisadas ou que não tiveram seu início, podemos destacar: a implementação do PROVITA, devido à falta de convênio com o Governo Federal e O Programa de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento, devido à falta de convênio com o Governo Federal;

Códigos e descrições das iniciativas:
2235 Institucionalizar regime de colaboração com agências e organismos internacionais, bem como órgãos e entidades nacionais, estaduais e municipais, organizações da sociedade civil,

entidades privadas e universidades, a fim de alinhar ações e coordenar iniciativas para promoção e proteção dos direitos fundamentais dos refugiados, apátridas e migrantes.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta política é de responsabilidade da SETHAS e Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN - CERAM.

Códigos e descrições das iniciativas:
2236 Firmar parcerias com os municípios potiguares, a fim de unir esforços para a implementação da Política Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta política é de responsabilidade da SETHAS e Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN - CERAM.

Códigos e descrições das iniciativas:
2237 Facilitar o acesso, junto aos órgãos responsáveis, à regularização documental de refugiados, apátridas e migrantes.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta política é de responsabilidade da SETHAS e Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN - CERAM.

Códigos e descrições das iniciativas:
2238 Formular, junto aos órgãos competentes, ações específicas para refugiados, apátridas e migrantes no sistema penitenciário e socioeducativo.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Esta política é de responsabilidade da SEAP, SETHAS e Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN - CERAM.

Avaliação Geral do Objetivo 293

Código e descrição do Objetivo:
Código 293
Descrição: Articular capacitação e formação de servidores, servidoras e da Sociedade Civil na Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais das Mulheres, das Juventudes, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência e da Diversidade Sexual e de Gênero.

Códigos das metas:
1098

Códigos das iniciativas:
1571

Avaliação Geral do Objetivo:
Não houve capacitações e formações nesse alcance em 2023.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:
1098 Realizar seminários, cursos e programas para a formação e capacitação nas temáticas de Direitos Humanos.

Avaliação da Meta:
Essa meta não foi executada neste ano. Contudo, a Coordenadoria participou de seminários promovidos pelo CRDH Marcos Dionísio da UFRN.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:
1571 Realização de seminário, cursos e módulos formativos para a Promoção e defesa dos Direitos Humanos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Essa meta não foi executada neste ano. Contudo, a Coordenadoria participou de seminários promovidos pelo CRDH Marcos Dionísio da UFRN. Existe uma iniciativa para a realização dessas atividades, contudo, atualmente aguarda autorização por parte da gestão.

Avaliação Geral do Objetivo 302

Código e descrição do Objetivo:
Código 302 Descrição: Fortalecer os instrumentos de Participação Popular e Controle Social na Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais das Mulheres, das Juventudes, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência e da Diversidade Sexual e de Gênero.
Códigos das metas:
1102; 1103; 1108.
Códigos das iniciativas:
1596; 1599; 1600; 2216.
Avaliação Geral do Objetivo:
A iniciativa de fortalecer os instrumentos de Participação Popular e Controle Social na Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais é notável. No geral houve a realização de atividades envolvendo a sociedade civil, reativação de conselhos e comitês, rodas de conversas realizadas via ações participativas, recepção de demandas encaminhadas pela sociedade civil. A COEPPIR demonstra comprometimento ao realizar capacitações para conselheiros da igualdade racial, proporcionando ferramentas para uma atuação mais efetiva. Além disso, a manutenção de um calendário mensal de reuniões, com garantia de transporte e alimentação, reflete um esforço para facilitar a participação ativa desses conselheiros. Essa abordagem prática e sustentável fortalece a representatividade e contribui para a construção de políticas mais inclusivas e igualitárias.

Avaliamos de forma positivas as ações de fortalecimento aos instrumentos de participação popular e controle social, em que pese, precisamos criar o fundo do Conselho da Igualdade Racial, para fortalecer a política do controle social.

Para o Fortalecimento dos "instrumentos de Participação Popular e Controle Social na Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais das Mulheres, das Juventudes, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência e da Diversidade Sexual e de Gênero. ", podemos destacar que a CPDH se empenhou em reativar os colegiados vinculados a esta coordenadoria, considerando que muitos tiveram seu funcionamento interrompido, por diversas razões. Realizou-se a 12ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no dia 05/09/2023 na Escola de Governo. Ainda, no âmbito dos Direitos da Criança e do Adolescente, foi reativado o Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Rio Grande do Norte.
Quanto aos recursos liberados para o alcance desse objetivo, podemos declarar que, faltam recursos, financeiros, humanos e de infraestrutura para o devido funcionamento dos órgãos colegiados.

A CODIS foi provocada pela Secretaria Extraordinária de Cultura para promover debates com a População LBGT+ sobre a Lei Paulo Gustavo e as produções artísticas dessa parcela da população. Além disso, participamos mensalmente de debates e rodas de conversas no Ambulatório Estadual Murilo Gonçalves sobre a vida das pessoas travestis e transexuais. Ainda assim, revitalizamos os laços com o Conselho LGBTQIA+ de Políticas Públicas do Estado, promovendo e cedendo oportunidades às instituições do movimento social para trazerem os anseios desta população ao governo estadual.
Além de atuar a partir dos nossos canais de atendimento e o projeto da Ouvidoria itinerante tem como objetivo proporcionar essa maior inserção da população em conhecer os Direitos Humanos e facilitar o acesso à informação. A ouvidoria realizou inúmeras visitas em Municípios junto com outros órgãos para debater, atender e acolher as mais diversas demandas, tendo como preceito a interiorização das ações, estreitando a comunicação entre a população e a gestão pública. Além desse projeto, a ouvidoria realiza atendimentos nos demais canais existentes.
No campo da juventude, o Conselho foi fortalecido, além de terem sido realizados espaços de participação social adicionais, em especial na Semana Estadual de Juventude.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:
1102 Realizar Conferências Estaduais e apoiar Conferências Municipais

Avaliação da Meta:
Referente à Meta 1102, foi realizada a 12ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no dia 05/09/2023 na Escola de Governo.
A Ouvidoria não realizou nenhuma Conferência Estadual, mas apoiou e irá apoiar quaisquer Conferências Municipais realizadas.
Divulgação e apoio logístico na Conferência dos ostomizados, CONAPOI e Semana do excepcional realizada. Apoio e participação nas conferências municipais de PCD em Lagoa

Nova, Natal, Currais Novos, João Câmara, Caicó, Mossoró, Macaíba Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Pau dos Ferros, Assú, Carnaúba dos Dantas e viçosa. Articulação, criação de propostas, elaboração de regimentos, escolha de delegados e orientações da condução da eleição de delegados para a conferência estadual da Pessoa Com Deficiência que acontecerá em 2024.

Será realizada em 2024, a IV Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos da população LGBTQIA+ do estado do Rio Grande do Norte.

Durante o ano de 2023, não foram realizadas as conferências estadual e municipais de juventude, haja vista terem acontecido em 2022.

A demais políticas não realizaram conferências em 2023.

Código e descrição da Meta:

1103 Estruturar e fortalecer os Conselhos Estaduais e Comitês, vinculados a Secretaria Estadual das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEMJIDH.

Avaliação da Meta:

A COEPPIR demonstra comprometimento ao realizar capacitações para conselheiros da igualdade racial, proporcionando ferramentas para uma atuação mais efetiva. Além disso, a manutenção de um calendário mensal de reuniões, com garantia de transporte e alimentação, reflete um esforço para facilitar a participação ativa desses conselheiros. Essa abordagem prática e sustentável fortalece a representatividade e contribui para a construção de políticas mais inclusivas e igualitárias.

Avaliamos de forma positivas as ações de fortalecimento aos instrumentos de participação popular e controle social, em que pese, precisamos criar o fundo do Conselho da Igualdade Racial, para fortalecer a política do controle social.

Já a CPDH está em tratativas para reativar todos os colegiados vinculados a esta coordenadoria. São eles: Conselho Estadual dos Direitos Humanos e da Cidadania; Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Tortura; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Comitê Estadual da Verdade, Memória e Justiça do Rio Grande do Norte; Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua no RN; Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Rio Grande do Norte; Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica do Rio Grande do Norte; Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.

Presidente da COEV definido, também conselheiros definidos em Natal e Parnamirim.

A Ouvidoria não tem prerrogativa de estruturar e fortalecer os comitês e conselhos, no entanto é membro em dois conselhos: Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania-COEDHUCI e no Comitê Estadual de Prevenção e Combate à tortura- CEPCT-RN, ambos como suplente.

Conselho de Juventude seguiu fortalecido, com reuniões periódicas ordinárias e extraordinárias, com a devida estrutura de apoio garantida mediante interlocução com outras secretarias do estado. Importante, neste ponto, haver a destinação de maior volume de recurso da própria SEMJIDH para tanto.

A meta foi atingida a partir da renovação do mandato do Conselho de Direitos das Mulheres - CEDIM, havendo eleição das representações da sociedade civil e posse dos novos membros.

Em resumo, houve a reativação de Conselhos Estaduais, como o Conselho Estadual de Políticas LGBT+, o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres e a garantia do pleno funcionamento dos demais colegiados vinculados a SEMJIDH.

Código e descrição da Meta:
1108 Articular a criação de Conselhos Municipais nos munícipios do Rio Grande do Norte

Avaliação da Meta:
A atuação proativa da COEPPIR em articular a criação não apenas de conselhos de igualdade racial, mas também das coordenadorias municipais, destaca-se como uma estratégia eficaz para fortalecer a promoção da igualdade racial no Rio Grande do Norte. Durante a gestão, a criação de quatro órgãos e quatro conselhos municipais reflete um comprometimento palpável com a descentralização das ações e a integração das comunidades locais nas discussões e decisões relacionadas à igualdade racial. Essa abordagem descentralizada amplifica a representatividade e contribui para a implementação mais efetiva de políticas inclusivas e igualitárias em nível municipal.

Não houve tratativas no sentido de articular a criação de Conselhos Municipais em Direitos Humanos. Ainda não foi criado nenhum Conselho Municipal LGBTQIA+, além do da capital.

Articulação feita por meio do fórum estadual dos presidentes de conselhos de pessoa com deficiência. Visita as instituições disseminando a política e incentivando para criação.
Foram reativados 6 conselhos municipais.

Em 2023, a Ouvidoria participou do início das discussões junto ao COEDHUCI na articulação para criação de dois Conselhos Municipais de Direitos Humanos, em Caicó e Mossoró. Ambos os processos serão retomados em 2024, devido a dificuldades nos contatos com as gestões municipais.

Meta razoavelmente cumprida, com 14 Conselhos Municipais de Juventude criados a partir da articulação da SEJUV/SEMJIDH.

Não houve uma ação específica para alcance desta meta na política para as mulheres, porém com a campanha Maria Vai à Cidade e a aproximação que tem desencadeado com os municípios, tem havido um diálogo esses municípios para que instalem o conselho de Direitos das Mulheres, assim como instalem Organismos de Políticas para as Mulheres - OPMs, mesmo que seja uma Coordenação dentro de Secretaria da assistência social. Inclusive em Novembro foi instalado o Fórum de OPMs do RN, aproximando mais a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres dos Municípios. Houve ainda um diálogo com a FEMURN para estabelecer uma parceria no sentido de estimular os municípios para implementar essa política.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:
1596 Realização das Conferências Estaduais das Políticas da Secretária de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos direitos Humanos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Foi realizada a 12ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no dia 05/09/2023 na Escola de Governo. Não houve apoio para conferências municipais, pois as demais não foram convocadas pelo governo federal e realizadas em outros anos.
A conferência LGBT e PCD estão programadas para 2024.
A Conferência Estadual de Mulheres está prevista para acontecer em 2025, quando o governo federal através do Ministério das Mulheres irá convocar municípios e estados para que realizem suas conferências.
Executadas com recursos da SEMJIDH.

Códigos e descrições das iniciativas:

1599 Estruturação dos Conselhos Estaduais e Comitês, vinculados a Secretária de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos direitos Humanos, através de recurso material e humano.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A estruturação dos Conselhos Estaduais e Comitês, vinculados à Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, através de recursos materiais e humanos, representa um passo crucial para fortalecer a atuação dessas instâncias. No diálogo contínuo com o Ministério da Igualdade Racial (MIR), a iniciativa evidencia um esforço conjunto para alinhar políticas estaduais com as diretrizes nacionais, promovendo uma abordagem integrada na promoção dos direitos humanos e garantindo orçamento para a estruturação desses conselhos.

Em relação à meta, a CPDH está em tratativas para reativar todos os colegiados vinculados a esta coordenadoria. São eles: Conselho Estadual dos Direitos Humanos e da Cidadania; Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Tortura; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Comitê Estadual da Verdade, Memória e Justiça do Rio Grande do Norte; Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua no RN; Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Rio Grande do Norte; Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica do Rio Grande do Norte; Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.
Em relação aos pontos negativos, destaca-se a falta de recursos humanos e financeiros para a devida manutenção do funcionamento dos colegiados. Além disso, não se dispõe de estrutura física adequada para sediar esses conselhos e comitês.
No momento, o Conselho LGBTQIA+ de Políticas Públicas do Estado ainda não possui recursos materiais e financeiros. Entretanto, espera-se que futuramente tenhamos recursos para que haja um maior planejamento para a concretização de mais políticas públicas voltadas para a População LGBTQIA+ no território potiguar.
Já existe um Conselho Estadual de Direitos Humanos- COEDHUCI da qual fazemos parte como Ouvidoria. Atualmente a Ouvidoria participa como suplente de vice-presidente.
Ao menos no âmbito da juventude, não foi realizada a estruturação com recursos materiais e humanos do conselho.

A Subsecretaria de Políticas para Mulheres está com o Conselho de Direitos das Mulheres - (CEDIM) e Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres - (CEAV) ativos e funcionando.
Os conselhos e comitês foram devidamente reativados e contaram com a devida estrutura para o seu pleno funcionamento.

Códigos e descrições das iniciativas:
1600 Articulação com os municípios para a criação de Conselhos Municipais dos temas de Direitos Humanos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Corriqueiramente, a Coordenação de Diversidade Sexual e Gênero se faz presente nas cidades do interior do Rio Grande do Norte, promove, expõe e apresenta a importância da criação dos Conselhos Municipais LGBTs. Desta forma, se propõe a enviar documentos, disponibilizar o telefone institucional ou até mesmo fazer parte de grupos de trabalho que proponham a criação de tais mecanismos.
Em 2023, a Ouvidoria participou do início das discussões junto ao COEDHUCI na articulação para criação de dois Conselhos Municipais de Direitos Humanos, em Caicó e Mossoró. Ambos os processos serão retomados em 2024, devido a dificuldades nos contatos com as gestões municipais.
Meta razoavelmente cumprida, com 14 Conselhos Municipais de Juventude criados a partir da articulação da SEJUV/SEMJIDH.

Códigos e descrições das iniciativas:
2216 Criação do Fundo Estadual da Mulher.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Fundo devidamente criado e incluído na LOA 2024.

Avaliação Geral do Objetivo 432

Código e descrição do Objetivo:
Código 432
Descrição: Viabilizar oportunidades de inserção e permanência da juventude potiguar no ensino médio e superior.

Códigos das metas:
1179

Códigos das iniciativas:
1799

Avaliação Geral do Objetivo:
Atividade feita de maneira permanente pela Subsecretaria de juventude em articulação com outros órgãos e entidades estudantis.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta: 1179 Articular a instituição do Programa de Bolsas e Permanência Estudantil.

Avaliação da Meta: Articulação feita de maneira permanente pela Subsecretaria de juventude com a SEEC e entidades estudantis.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas: 1799 Articulação para criação do Comitê Gestor do Programa de Bolsas e Permanência Estudantil.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Articulação feita de maneira permanente pela Subsecretaria de juventude com a SEEC e entidades estudantis.

Avaliação Geral do Objetivo 433

Código e descrição do Objetivo: Código 433 Descrição: Fomentar a atuação de grupos de juventude em territórios de alta vulnerabilidade social.
Códigos das metas: 1180
Códigos das iniciativas: 1800
Avaliação Geral do Objetivo: Conforme se verá, não atingido por meio das metas estabelecidas. Apesar disso, houve apoios com articulação institucional importante, como por meio de oferta de oficina de elaboração de projetos para as leis de fomento da cultura e apoio a eventos pontuais realizados por grupos de juventude em territórios de alta vulnerabilidade social.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta: 1180 Implementar o Projeto Juventude Potiguar em Movimento.

Avaliação da Meta: Não implementado. Minuta de decreto de instituição do programa foi criada, mas não chegou a fase de publicação e efetivação.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:

1800 Fomento, através de edital de financiamento, organizações de juventude que desenvolvam trabalho de garantia de direitos em regiões de alta vulnerabilidade social.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Não implementado. Minuta de decreto de instituição do programa foi criada, mas não chegou a fase de publicação e efetivação.

Avaliação Geral do Objetivo 439

Código e descrição do Objetivo: Código 00439 Descrição: Promover ações que assegurem a Participação Popular da Pessoa com Deficiência.
Códigos das metas: 1529; 1530.
Códigos das iniciativas: 1812; 2219.
Avaliação Geral do Objetivo: Convenções, fóruns, conferencias conselhos, rodas de conversa, visitas institucionais. Inauguração do centro paraolímpico Anita Garibaldi Rede de cuidados de pessoa com deficiência.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta: 1529 Criar o Fórum Estadual das Mulheres com Deficiência

Avaliação da Meta: Reuniões com representantes municipais realizadas para formalização, falta publicação do decreto.

Código e descrição da Meta: 1530 Ampliação do número de postos de atendimento da CORDE

Avaliação da Meta: Não houve ampliação dos postos, no entanto, ocorreu um aumento de atendimento por meio das parcerias com o ITEP, DER (passe livre intermunicipal), Detran RN, entre outros. Pelo Ministério público – acompanhamento de obras e instalações pelo Setor de engenharia e arquitetura – Visitas provocadas pelo MP ou pelo governo do estado para perícia, Rede de cuidados, 11 CER no estado, 2 DEPI – pessoa com deficiência e idoso criadas em 2023. Ampla visibilidade derivada das parcerias feitas.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas: 1812 Elaboração e Execução de Projeto do Festival.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Iniciativa não executada em 2023.

Códigos e descrições das iniciativas: 2219 Ampliação da prestação de serviços e capacitação de servidores da central do cidadão.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Planejamento para execução em 2024

Avaliação Geral do Objetivo 442

Código e descrição do Objetivo: Código 442 Descrição: Articular políticas públicas de cultura, trabalho e renda para a população negro e povos de comunidades tradicionais, por meio de apoio à criação de um espaço cultural, de qualificação profissional, do fortalecimento das organizações produtivas, da comercialização e do acesso à renda.
Códigos das metas: 1183; 1184; 1611; 1612; 1613.
Códigos das iniciativas: 1814; 1815; 1816; 2217; 2234.
Avaliação Geral do Objetivo: Criação de Espaço Cultural: Situação Atual: O centro de apoio à criação do espaço cultural está em fase de estudo de local e disponibilidade orçamentária. Avaliação: O fato de o projeto estar em estudo indica que ainda não houve progresso tangível na criação do espaço cultural. Isso pode atrasar a implementação das ações voltadas para a promoção da cultura e expressão artística da população negra e das comunidades tradicionais. Qualificação Profissional: Não há informações específicas sobre a qualificação profissional, portanto, a avaliação desse componente não pode ser feita com base nos dados fornecidos. Fortalecimento das Organizações Produtivas: Não há informações específicas sobre o fortalecimento das organizações produtivas, impedindo a avaliação deste componente com base nos dados fornecidos. Comercialização e Acesso à Renda: Não há informações específicas sobre as iniciativas relacionadas à comercialização e acesso à renda, portanto, a avaliação desse componente não pode ser feita com base nos dados fornecidos.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta: 1183 Apoiar linhas de crédito e políticas de financiamentos destinados a População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais.

Avaliação da Meta:

Conversa Inicial com AGN em 2020:
Situação Atual: Iniciou-se uma conversa com o AGN em 2020 para abrir uma linha de crédito para as comunidades quilombolas.
Avaliação: A intenção de iniciar a conversa com o AGN demonstra um compromisso inicial com a implementação da política. No entanto, a dificuldade mencionada em relação ao processo burocrático para a comunidade piloto foi um obstáculo significativo para a execução efetiva da política.
Nova Linha de Crédito em 2024:
Situação Atual: Em 2024, há planos de abrir uma nova linha de crédito.
Avaliação: A decisão de reavaliar e abrir uma nova linha de crédito indica uma persistência na busca por soluções. No entanto, é importante aprender com os desafios anteriores e implementar medidas para superar as barreiras burocráticas que impediram a execução anterior.
Parceria com SEDRAF e Banco do Nordeste:
Situação Atual: Existe uma parceria com a SEDRAF, acompanhando a linha de crédito do Banco do Nordeste.
Avaliação: A parceria com instituições como a SEDRAF e o Banco do Nordeste pode ser uma estratégia positiva para ampliar as opções de financiamento. A colaboração com organizações regionais fortalece a abordagem localizada e a adaptabilidade às necessidades específicas das comunidades.

Código e descrição da Meta:

1184 Criar uma Rede de Afro Empreendedores, assim como desenvolver um Selo Estadual para fortalecer a produção agrícola e artesanal da População Negra do Estado.

Avaliação da Meta:

Linha de Atuação Atual:
Situação Atual: A linha de apoio aos afro-empreendedores ocorre de forma aleatória, principalmente por meio de atividades como feiras promovidas pelo governo do estado do Rio Grande do Norte A exemplos dos eventos durante o Mês da Consciência Negra.
Avaliação: A concentração de esforços durante o Mês da Consciência Negra é positiva para a visibilidade, mas pode ser insuficiente para garantir apoio ao longo do ano. Seria relevante considerar estratégias contínuas para fortalecer a rede de afro-empreendedores em diferentes períodos.

Código e descrição da Meta:

1611 Elaborar o Plano Estadual de Promoção da Política da Igualdade Racial

Avaliação da Meta:

Considerando as informações fornecidas sobre a elaboração do Plano Estadual de Promoção da Política da Igualdade Racial, a avaliação pode ser realizada da seguinte maneira:
Fase de Conclusão:
Situação Atual: O plano está em fase de conclusão.
Avaliação: O progresso até a fase de conclusão é um sinal positivo, indicando um compromisso efetivo com a elaboração do plano. No entanto, é importante garantir que esta fase não seja apressada, permitindo uma revisão cuidadosa para garantir a qualidade e eficácia do plano.
Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais:

Situação Atual: Já foi realizado o mapeamento dos povos e comunidades tradicionais.
Avaliação: O mapeamento é uma etapa crucial, pois fornece a base de dados necessária para a formulação de políticas específicas. A conclusão desta fase é um passo significativo para uma abordagem mais precisa e inclusiva no plano.
Fase de Sistematização e Impressão do Plano:
Situação Atual: O plano encontra-se em fase de sistematização das informações e impressão.
Avaliação: Esta fase é crucial para transformar dados e ideias em um documento acessível e aplicável. A sistematização eficiente garantirá que o plano seja compreendido e implementado de maneira eficaz.

Código e descrição da Meta:

1612 Monitorar o Plano Estadual de Promoção da Política da Igualdade Racial

Avaliação da Meta:

A informação de que o monitoramento do plano está sendo considerado é relevante para assegurar que as metas e objetivos propostos sejam acompanhados e avaliados ao longo do tempo. A avaliação pode ser realizada da seguinte maneira:
Planejamento do Monitoramento:
Situação Atual: Está sendo pensado um plano de monitoramento para o Plano Estadual de Promoção da Política da Igualdade Racial.
Avaliação: A consideração para implementar um plano de monitoramento é essencial. O monitoramento contínuo permite avaliar o progresso, identificar desafios e realizar ajustes conforme necessário, garantindo a eficácia do plano ao longo do tempo.
Plano de Trabalho:
Situação Atual: Em breve, haverá um plano de trabalho para o monitoramento do Plano Estadual.
Avaliação: A intenção de desenvolver um plano de trabalho é uma medida positiva, indicando um compromisso com a implementação prática do monitoramento. Ter um plano estruturado ajudará a garantir a consistência e a eficácia na coleta e análise de dados.

Código e descrição da Meta:

1613 Criar espaço cultural de fortalecimento às organizações produtivas para comercialização das comunidades tradicionais.

Avaliação da Meta:

Criação de Espaço Cultural:
Situação Atual: O centro de apoio à criação do espaço cultural está em fase de estudo de local e disponibilidade orçamentária.
Avaliação: O fato de o projeto estar em estudo indica que ainda não houve progresso tangível na criação do espaço cultural. Isso pode atrasar a implementação das ações voltadas para a promoção da cultura e expressão artística da população negra e das comunidades tradicionais.
Qualificação Profissional:
Não há informações específicas sobre a qualificação profissional, portanto, a avaliação desse componente não pode ser feita com base nos dados fornecidos.
Fortalecimento das Organizações Produtivas:
Não há informações específicas sobre o fortalecimento das organizações produtivas, impedindo a avaliação deste componente com base nos dados fornecidos.
Comercialização e Acesso à Renda:

Não há informações específicas sobre as iniciativas relacionadas à comercialização e acesso à renda, portanto, a avaliação desse componente não pode ser feita com base nos dados fornecidos.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:
1814 Elaboração de Edital para Chamada Pública com vistas a oferecer linha de crédito à população negra, povos e comunidades tradicionais.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Conversa Inicial com AGN em 2020:
Situação Atual: Iniciou-se uma conversa com o AGN em 2020 para abrir uma linha de crédito para as comunidades quilombolas.
Avaliação: A intenção de iniciar a conversa com o AGN demonstra um compromisso inicial com a implementação da política. No entanto, a dificuldade mencionada em relação ao processo burocrático para a comunidade piloto foi um obstáculo significativo para a execução efetiva da política.
Nova Linha de Crédito em 2024:
Situação Atual: Em 2024, há planos de abrir uma nova linha de crédito.
Avaliação: A decisão de reavaliar e abrir uma nova linha de crédito indica uma persistência na busca por soluções. No entanto, é importante aprender com os desafios anteriores e implementar medidas para superar as barreiras burocráticas que impediram a execução anterior.
Parceria com SEDRAF e Banco do Nordeste:
Situação Atual: Existe uma parceria com a SEDRAF, acompanhando a linha de crédito do Banco do Nordeste.
Avaliação: A parceria com instituições como a SEDRAF e o Banco do Nordeste pode ser uma estratégia positiva para ampliar as opções de financiamento. A colaboração com organizações regionais fortalece a abordagem localizada e a adaptabilidade às necessidades específicas das comunidades.

Códigos e descrições das iniciativas:
1815 Criação de uma rede de afro-empreendedores no RN.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Linha de crédito:
Situação Atual: A linha de apoio aos afro-empreendedores ocorre de forma aleatória, principalmente por meio de atividades como feiras promovidas pelo governo do estado do Rio Grande do Norte A exemplos dos eventos durante o Mês da Consciência Negra.
Avaliação: A concentração de esforços durante o Mês da Consciência Negra é positiva para a visibilidade, mas pode ser insuficiente para garantir apoio ao longo do ano. Seria relevante considerar estratégias contínuas para fortalecer a rede de afro-empreendedores em diferentes períodos.

Códigos e descrições das iniciativas:
1816 Elaboração e execução do Projeto Centro Cultural Afro-brasileiro.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Criação de Espaço Cultural:
Situação Atual: O centro de apoio à criação do espaço cultural está em fase de estudo de local e disponibilidade orçamentária.
Avaliação: O fato de o projeto estar em estudo indica que ainda não houve progresso tangível na criação do espaço cultural. Isso pode atrasar a implementação das ações voltadas para a promoção da cultura e expressão artística da população negra e das comunidades tradicionais.
Qualificação Profissional:
Não há informações específicas sobre a qualificação profissional, portanto, a avaliação desse componente não pode ser feita com base nos dados fornecidos.
Fortalecimento das Organizações Produtivas:
Não há informações específicas sobre o fortalecimento das organizações produtivas, impedindo a avaliação deste componente com base nos dados fornecidos.
Comercialização e Acesso à Renda:
Não há informações específicas sobre as iniciativas relacionadas à comercialização e acesso à renda, portanto, a avaliação desse componente não pode ser feita com base nos dados fornecidos.

Códigos e descrições das iniciativas:
2217 Elaboração de Edital para chamada pública de linha de crédito voltada para população negra, povos e comunidades tradicionais, associações de pescadoras, marisqueiras e os triticultores.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
A iniciativa de elaborar um edital para chamada pública de linha de crédito voltada para a população negra, povos e comunidades tradicionais, associações de pescadores, marisqueiras e triticultores é positiva e demonstra um comprometimento com a promoção da igualdade e apoio a grupos historicamente marginalizados.
Avaliando a intenção de estabelecer uma nova parceria com o AGN para a elaboração de um edital com menos burocracia para comunidades quilombolas em 2024, podemos destacar os seguintes pontos:
Inclusão de Grupos Diversos:
Avaliação: A abrangência do edital, incluindo a população negra, povos e comunidades tradicionais, associações de pescadores, marisqueiras e triticultores, reflete uma abordagem inclusiva e abrangente.
Parceria com o AGN:
Situação Atual: Está sendo pensada uma nova parceria com o AGN para a elaboração do edital com menos burocracia para comunidades quilombolas.
Avaliação: A consideração de reduzir a burocracia para comunidades quilombolas é uma estratégia positiva, reconhecendo a importância de adaptações específicas para atender às necessidades dessas comunidades.
Foco em 2024:
Situação Atual: A implementação da parceria com o AGN está planejada para 2024.
Avaliação: Ter um plano futuro para a parceria demonstra uma visão de longo prazo e permite tempo suficiente para o planejamento e execução eficazes do edital.

Códigos e descrições das iniciativas:
2234 Apoiar linhas de crédito e políticas de financiamento destinadas à população negra e indígena refugiada, apátrida e migrante.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: A iniciativa de elaborar um edital para chamada pública de linha de crédito voltada para a população negra, povos e comunidades tradicionais, associações de pescadores, marisqueiras e triticultores é positiva e demonstra um comprometimento com a promoção da igualdade e apoio a grupos historicamente marginalizados. Avaliando a intenção de estabelecer uma nova parceria com o AGN para a elaboração de um edital com menos burocracia para comunidades quilombolas em 2024, podemos destacar os seguintes pontos: Inclusão de Grupos Diversos: Avaliação: A abrangência do edital, incluindo a população negra, povos e comunidades tradicionais, associações de pescadores, marisqueiras e triticultores, reflete uma abordagem inclusiva e abrangente. Parceria com o AGN: Situação Atual: Está sendo pensada uma nova parceria com o AGN para a elaboração do edital com menos burocracia para comunidades quilombolas. Avaliação: A consideração de reduzir a burocracia para comunidades quilombolas é uma estratégia positiva, reconhecendo a importância de adaptações específicas para atender às necessidades dessas comunidades. Foco em 2024: Situação Atual: A implementação da parceria com o AGN está planejada para 2024. Avaliação: Ter um plano futuro para a parceria demonstra uma visão de longo prazo e permite tempo suficiente para o planejamento e execução eficazes do edital.

Avaliação Geral do Objetivo 561

Código e descrição do Objetivo: Código 561 Descrição: Garantir a estruturação da Secretaria a partir do seu aparelhamento para viabilizar o pleno funcionamento da mesma.
Códigos das metas: 1465
Códigos das iniciativas: 2134
Avaliação Geral do Objetivo: Aquisição de aparelhamento eletrônico para a Coordenadoria de Proteção e Defesa ao Consumidor – PROCON/RN e as demais unidades localizadas no interior do Estado. Aprimoramento e aditivo nos contratos de locação de ar condicionado e computadores desta Secretária de Estado, garantindo conforto e equipamentos necessários para o trabalho contínuo dos servidores.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta: 1465 Assegurar o aparelhamento e a modernização do Órgão

Avaliação da Meta: Aquisição de aparelhamento eletrônico para a Coordenadoria de Proteção e Defesa ao Consumidor – PROCON/RN e as demais unidades localizadas no interior do Estado.

Aprimoramento e aditivo nos contratos de locação de ar condicionado e computadores desta Secretária de Estado, garantindo conforto e equipamentos necessários para o trabalho contínuo dos servidores.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas: 2134 Estruturação e aparelhamento da Secretaria Estadual de Mulheres, Juventude, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Aquisição de aparelhamento eletrônico para a Coordenadoria de Proteção e Defesa ao Consumidor – PROCON/RN e as demais unidades localizadas no interior do Estado. Aprimoramento e aditivo nos contratos de locação de ar condicionado e computadores desta Secretária de Estado, garantindo conforto e equipamentos necessários para o trabalho contínuo dos servidores. Executado por meio das subações do Programa de gestão, manutenção e serviços ao estado.

Avaliação Geral do Objetivo 562

Código e descrição do Objetivo: Código 562 Descrição: Fortalecer as políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente
Códigos das metas: 1466; 1523; 1524.
Códigos das iniciativas: 2137; 2138.
Avaliação Geral do Objetivo: Para uma avaliação geral do Objetivo “Fortalecer as políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente”, podemos destacar o convênio com o Governo Federal destinado ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Rio Grande do Norte, importante instrumento de proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte. Os recursos foram suficientes para a sua execução durante o ano de 2023. Também foi realizada a 12ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no dia 05/09/2023 na Escola de Governo, que permitiu uma ampla discussão sobre as políticas públicas em prol das crianças e adolescentes do RN. Os recursos financeiros que possibilitaram a realização da referida conferência foram considerados suficientes.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta: 1466 Promover articulação com vistas ao fortalecimento da rede de proteção à infância e à juventude.

Avaliação da Meta:

Pode-se considerar que a Meta 1466 foi atingida, observando-se que, durante o ano de 2023 foram realizadas diversas reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, além da realização da 12ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no dia 05/09/2023 na Escola de Governo e a eleição dos Conselheiros Tutelares. Também ocorreu a reativação do Conselho Gestor Programa de Proteção da Criança e Adolescentes Ameaçadas de Morte – PPCAAM.

Código e descrição da Meta:
1523 Executar o Programa de Proteção da Criança e Adolescentes Ameaçadas de Morte - PPCAAM, no âmbito do estado do RN.

Avaliação da Meta:
Em relação a Meta 1523, o Programa de Proteção da Criança e Adolescentes Ameaçadas de Morte – PPCAAM está em execução até 2024.

Código e descrição da Meta:
1524 Executar o Programa Observatório de Direitos Humanos - OBSERVA DH.

Avaliação da Meta:
Em relação a Meta 1524, o processo de implementação do Programa OBSERVA DH está na fase inicial de elaboração de termo de referência para que se possa viabilizar a sua execução. O programa, para o ano de 2023, não conseguiu atingir êxito dentro deste PPA.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:
2137 Realização das Conferências Estaduais.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Foi realizada a 12ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no dia 05/09/2023 na Escola de Governo.

Códigos e descrições das iniciativas:
2138 Articulação dos Órgãos públicos estaduais e municipais bem como da sociedade civil, para fortalecer a rede de atenção ao universo infanto-juvenil.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Para a Iniciativa 2138, pode-se considerar que a realização da eleição para Conselheiros Tutelares permitiu o fortalecimento da rede de atenção ao universo infanto-juvenil.

Avaliação Geral do Objetivo 563

Código e descrição do Objetivo:
Código 563

Descrição: Contribuir para consolidar a política estadual de enfrentamento à violência contra as mulheres, com a integração e ampliação dos serviços públicos especializados no âmbito da saúde, educação, da justiça, da segurança pública e da rede Socioassistencial
Códigos das metas: 1473; 1474; 1475; 1476; 1477; 1478; 1479; 1480; 1488; 1489; 1527.
Códigos das iniciativas: 2168; 2169; 2170; 2171; 2172; 2173; 2174; 2175; 2176; 2177; 2178; 2179; 2180; 2181; 2182; 2183; 2184; 2185; 2186; 2187; 2215.
Avaliação Geral do Objetivo: Os avanços na consolidação da política estadual de enfrentamento à violência contra as mulheres em 2023 se deu através das articulações intersetoriais com a Rede de Proteção estadual e um instrumento de gestão que foi essencial e definitivo para obter resultados com esta articulação foi o Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar que é uma câmara técnica composta pelos vários órgãos que constituem a rede proteção, como, órgãos governamentais (SEMJIDH, SETHAS, SESED, SEEC, SESAP), Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, instituições de ensino e as representações da sociedade civil. Como avanços podemos destacar: Lançamento da Campanha permanente Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência, levando ações educativas e serviços para as cidades, em especial para áreas rurais e comunidades de difícil acesso, através da unidade Móvel de atendimento - ônibus Lilás, ação foi realizada em 20 cidades do Estado. Inauguração das sete novas Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres - DEAMs, ampliação da Patrulha Maria da Penha para atender Municípios de mais duas regiões do Estado, estando presente atualmente em cinco regiões, implementação do Aplicativo de denúncia de Violência Doméstica Contra as mulheres o APP Salve Elas - RN, realização das campanhas do 8 de Março, do Agosto Lilás - mês estadual de proteção às mulheres, campanha dos 21 dias de ativismo pelo fim das violências contra as mulheres, campanha de Proteção às Mulheres dos Bares e Restaurante e casas noturnas, realização de dois seminários o "RN pelo Fim das Violências Contra as Mulheres" realização de ação educativa em Currais Novos e prevenção das violências contra as mulheres na Feirinha das Mulheres em alusão ao Dia Estadual de Combate ao Feminicídio, realização de dois seminários "O RN pelo Fim das Violências contra as Mulheres, voltadas à rede de proteção, nos municípios de Mossoró e Natal. Recursos: Os recursos utilizados para realização das atividades são recursos oriundos de despesas da secretaria como o custo de diárias e combustível e recursos oriundos de outros órgãos parceiros como no caso de impressões de materiais educativos que foram impressos pela Assessoria de Comunicação do Estado, apoio logístico pelo Gabinete Civil.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta: 1473 Fortalecer o Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres

Avaliação da Meta:

Foi realizada a eleição e a posse da nova composição das representações da sociedade civil para o pleito de 2023 a 2025 e a partir da posse foram realizadas reuniões ordinárias com o intuito de prosseguir encaminhamentos e para a construção das Políticas para as Mulheres no Rio Grande do Norte de forma intersetorial e transversal.
Em 2023 foi realizada eleição, posse do da nova composição do CEAV e duas reuniões ordinárias.

Código e descrição da Meta:
1474 Articular a ampliação e o fortalecimento da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Avaliação da Meta:
Foram inauguradas 7 (sete) novas Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher - DEAM que foram implementadas no interior do Estado do Rio Grande do Norte, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Macaíba, Assú, Pau dos Ferros, Nova Cruz, Macau, ampliando o atendimento e alcance da proteção às mulheres potiguares. No total o RN conta hoje com 12 DEAMs em todo o Estado. Houve o Lançamento do APP Salve Elas RN, Aplicativo de celular para recebimento de denúncias de casos de violência contra as mulheres no Seminário dos 21 dias Ativismo. Houve a assinatura do termo de adesão para construção das casas da mulher de Natal e Mossoró entre governo do RN Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos - SEMJIDH, governo do RN, Ministério de Gestão e Inovação e Ministério das Mulheres, governo federal.
Realizadas reuniões de articulação entre SPM/SEMJIDH, Ouvidoria de Direitos Humanos, SESED, CIOSP, Patrulha Maria da Penha para implementação do fluxo de acompanhamento das denúncias de violência contra as mulheres via CIOSP - Centro Integrado de Operações da Segurança Pública. Implementação e lançamento do Aplicativo de Denúncias de Violências contra as Mulheres, APP Salve Elas RN.

Código e descrição da Meta:
1475 Articular com os órgãos estaduais de segurança pública a ampliação de delegacias especializadas de atendimento à mulher e núcleos especializados nas demais delegacias existentes no Estado

Avaliação da Meta:
Foram inauguradas 7 (sete) novas Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher - DEAM que foram implementadas no interior do Estado do Rio Grande do Norte, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Macaíba, Assú, Pau dos Ferros, Nova Cruz, Macau, ampliando o atendimento e alcance da proteção às mulheres potiguares. No total o RN conta hoje com 12 DEAMs em todo o Estado. Articulação e acompanhamento do funcionamento das delegacias especializadas. Implementação do Departamento de Proteção às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade.

Código e descrição da Meta:

1476 Articular a criação de um banco de dados sobre a violência contra as mulheres, disponível para consulta pública

Avaliação da Meta:
Esta meta vem sendo articulada a partir da Participação Do Grupo De Trabalho Que Está Realizando Um Estudo Sobre Os Dados De Violência De Gênero, visando realizar o Pareamento dos dados Originados pela Saúde, Segurança, Assistência Social. Nos 21 dias de ativismos foi realizada uma oficina com o tema Prevenção de Violência de Gênero por meio do pareamento de dados da saúde do Rio Grande do Norte, nesta oficina foram apresentados os resultados preliminares do pareamento dos dados. O projeto é conduzido pela SESAP e Vital Strategies se encontra na fase de cruzamento dos dados de violência e criação de indicadores, para tanto, estão sendo realizadas reuniões intersetoriais com a SPM.

Código e descrição da Meta:
1477 Articular a interiorização da política de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Avaliação da Meta:
Foram inauguradas 7 (sete) novas Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher - DEAM que foram implementadas no interior do Estado do Rio Grande do Norte, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Macaíba, Assú, Pau dos Ferros, Nova Cruz, Macau, ampliando o atendimento e alcance da proteção às mulheres potiguares. No total o RN conta hoje com 12 DEAMs em todo o Estado. Realização da Campanha permanente Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência, levando ações educativas e serviços para as cidades, em especial para áreas rurais e comunidades de difícil acesso, através da unidade Móvel de atendimento - ônibus Lilás, ação foi realizada em 20 cidades do Estado. Realização do Seminário O RN pelo fim das Violências contra as Mulheres no município de Mossoró dentro da programação do Agosto Lilás e Implementação do Fórum de Organismos de Políticas para Mulheres do Rio Grande do Norte com a composição dos municípios que têm em sua gestão um Organismo de Políticas para as Mulheres. Realização da Campanha dos Bares, Restaurantes e Casas Noturnas no município de Caicó.

Código e descrição da Meta:
1478 Implantar um programa de formação de defensoras populares

Avaliação da Meta:
A execução desta meta ficou prejudicada pelo fato de a subsecretaria ter contado com uma equipe reduzida e por em 2023 houve o surgimento de novas demandas, em especial originadas pelo retorno do Ministério das Mulheres e a volta dos financiamentos das federais para a políticas para as mulheres fazendo com que houvesse a necessidade de se voltar à execução de outras metas prioritárias.

Código e descrição da Meta:

1479 Contribuir para o fortalecimento da rede estadual de proteção socioassistencial às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar

Avaliação da Meta:
Acompanhamento das atividades da Casa de Acolhimento Anatália de Melo Alves, atuando em parcerias voltadas à formação da rede de proteção estadual, assim como ao abrigamento de mulheres quando necessitam de deslocamento intermunicipal. Articulação com os equipamentos da assistência social (cras, crea, casa de acolhimento estadual Anatália melo alves, subsecretaria do trabalho) para realizar ações conjuntas voltadas às mulheres .
Participação de GT para elaboração da Lei de transferência de renda para mulheres em situação de violência no Estado do Rio Grande do Norte que está sendo conduzida pela SETHAS em parceria com SPM.

Código e descrição da Meta:
1480 Promover campanhas educativas de prevenção da violência contra as mulheres

Avaliação da Meta:
Lançamento da Campanha permanente Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência, levando ações educativas e serviços para as cidades, em especial para áreas rurais e comunidades de difícil acesso, através da unidade Móvel de atendimento - ônibus Lilás, ação foi realizada em 20 cidades do Estado. Realização das campanhas do 8 de Março, do Agosto Lilás - mês estadual de proteção às mulheres, campanha dos 21 dias de ativismo pelo fim das violências contra as mulheres, campanha de Proteção às Mulheres dos Bares e Restaurante e casas noturnas, realização de dois seminários o "RN pelo Fim das Violências Contra as Mulheres" realização de ação educativa em Currais Novos e prevenção das violências contra as mulheres na Feirinha das Mulheres em alusão ao Dia Estadual de Combate ao Feminicídio, realização de dois seminários "O RN pelo Fim das Violências contra as Mulheres, voltadas à rede de proteção, nos municípios de Mossoró e Natal.

Código e descrição da Meta:
1488 Contribuir para a execução do Programa Maria da Penha vai às Escolas, em conformidade com a Lei estadual 10.330/2018

Avaliação da Meta:
Para cumprimento desta meta foram enfrentadas dificuldades nas articulações, porém houve o avanço com a efetivação do GT de condução do PROMAPE composto pela SEEC e SEMJIDH para dar conta das ações do PROMAPE e da elaboração da política de Educação em Gênero do estado do RN. Em termos de atividades formativas, em 2023 o PROMAPE realizou uma formação voltada às gestoras e gestores das escolas estaduais, dentro dos 21 dias de ativismo.

Código e descrição da Meta:
1489 Contribuir para a redução da violência de gênero no ambiente escolar e universitário com ênfase no enfrentamento do abuso e exploração sexual de meninas, adolescentes e jovens

Avaliação da Meta:
Para cumprimento desta meta foram enfrentadas dificuldades nas articulações, porém houve o avanço com a efetivação do GT de condução do PROMAPE composto pela SEEC e SEMJIDH para dar conta das ações do PROMAPE e da elaboração da política de Educação em Gênero do estado do RN. Em termos de atividades Formativas em 2023 o PROMAPE realizou uma formação voltada aos gestores e gestoras das escolas estaduais, dentro dos 21 dias de ativismo. Participação em mesa numa formação, voltada para professores do IFRN sobre assédio sexual e assédio moral promovida pela própria instituição de ensino.

Código e descrição da Meta:
1527 Desburocratizar e facilitar o acesso das refugiadas, apátridas e migrantes à rede de serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar

Avaliação da Meta:
Meta alcançada a partir da participação do Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte (CERAM/RN).

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:
2168 Realização de campanhas educativas.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Os avanços na consolidação da política estadual de enfrentamento à violência contra as mulheres em 2023 se deu através das articulações intersetoriais com a Rede de Proteção estadual e um instrumento de gestão que foi essencial e definitivo para obter resultados com esta articulação foi o Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar que é uma câmara técnica composta pelos vários órgãos que constituem a rede proteção, como, órgãos governamentais (SEMJIDH, SETHAS, SESED, SEEC, SESAP), Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, instituições de ensino e as representações da sociedade civil. Como avanços podemos destacar: Lançamento da Campanha permanente Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência, levando ações educativas e serviços para as cidades, em especial para áreas rurais e comunidades de difícil acesso, através da unidade Móvel de atendimento - ônibus Lilás, ação foi realizada em 20 cidades do Estado. Realização das campanhas do 8 de Março, do Agosto Lilás - mês estadual de proteção às mulheres, campanha dos 21 dias de ativismo pelo fim das violências contra as mulheres, campanha de Proteção às Mulheres dos Bares e Restaurante e casas noturnas, realização de dois seminários o "RN pelo Fim das Violências Contra as Mulheres" realização de ação educativa em Currais Novos e prevenção das violências contra as mulheres na Feirinha das Mulheres em alusão ao Dia Estadual de Combate ao Feminicídio, realização de dois seminários "O RN pelo Fim das Violências contra as Mulheres, voltadas à rede de proteção, nos municípios de Mossoró e Natal.
Recursos: Os recursos utilizados para realização das atividades são recursos oriundos de despesas da secretaria como o custo de diárias e combustível e recursos oriundos de outros

órgãos parceiros como no caso de impressões de materiais educativos que foram impressos pela Assessoria de Comunicação do Estado, apoio logístico pelo Gabinete Civil.

Códigos e descrições das iniciativas:
2169 Coordenação de atividade de formação e capacitação continuada dos membros do comitê.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Os avanços na consolidação da política estadual de enfrentamento à violência contra as mulheres em 2023 se deu através das articulações intersetoriais com a Rede de Proteção estadual e um instrumento de gestão que foi essencial e definitivo para obter resultados com esta articulação foi o Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar que é uma câmara técnica composta pelos vários órgãos que constituem a rede proteção, como, órgãos governamentais (SEMJIDH, SETHAS, SESED, SEEC, SESAP), Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, instituições de ensino e as representações da sociedade civil. Como avanços podemos destacar: Lançamento da Campanha permanente Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência, levando ações educativas e serviços para as cidades, em especial para áreas rurais e comunidades de difícil acesso, através da unidade Móvel de atendimento - ônibus Lilás, ação foi realizada em 20 cidades do Estado. Realização das campanhas do 8 de Março, do Agosto Lilás - mês estadual de proteção às mulheres, campanha dos 21 dias de ativismo pelo fim das violências contra as mulheres, campanha de Proteção às Mulheres dos Bares e Restaurante e casas noturnas, realização de dois seminários o "RN pelo Fim das Violências Contra as Mulheres" realização de ação educativa em Currais Novos e prevenção das violências contra as mulheres na Feirinha das Mulheres em alusão ao Dia Estadual de Combate ao Feminicídio, realização de dois seminários "O RN pelo Fim das Violências contra as Mulheres, voltadas à rede de proteção, nos municípios de Mossoró e Natal.

Recursos: Os recursos utilizados para realização das atividades são recursos oriundos de despesas da secretaria como o custo de diárias e combustível e recursos oriundos de outros órgãos parceiros como no caso de impressões de materiais educativos que foram impressos pela Assessoria de Comunicação do Estado, apoio logístico pelo Gabinete Civil.

Códigos e descrições das iniciativas:
2170 Realização de reuniões, estudos, debates e seminários.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa alcançada por meio da Seminário: "O RN na Luta pelo Fim da Violência contra as Mulheres: 21 Dias de Ativismo'', realizado anualmente no mês de Novembro, no ano de 2023 contando com duas edições uma em Mossoró e uma em Natal, reunindo a rede de proteção Estadual e, movimentos sociais, CEAV e CEDIM. realização de Estudo de pareamento dos dados de violência contra as mulheres oriundos dos atendimento nos equipamentos de saúde, da assistência social e da segurança pública estadual.

Códigos e descrições das iniciativas:
2171 Produção de material didático e material informativo.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa alcançada por meio da produção de leques e cartilhas informativas sobre a lei Maria da penha contendo os tipos de violências contra as mulheres e os dispositivos legais e equipamentos com que as mulheres podem contar para a garantia da sua proteção, tais como: Medidas protetivas, Ouvidoria de Direitos Humanos, DEAMs com seus respectivos números, endereços. Houve ainda a produção de adesivos da campanha “Não é Não” com a temática do São João.

Códigos e descrições das iniciativas:
2172 Coordenação de atividade de capacitação de profissionais que atuam na rede.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa foi alcançada por meio da Seminário: “O RN na Luta pelo Fim da Violência contra as Mulheres: 21 Dias de Ativismo'', realizado anualmente no mês de Novembro, no ano de 2023 contando com duas edições uma em Mossoró e uma em Natal, reunindo a rede de proteção Estadual, CEAV, CEDIM e Movimentos de mulheres.

Códigos e descrições das iniciativas:
2173 Realização de seminário sobre a rede de proteção às mulheres.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa foi alcançada por meio da Seminário: “O RN na Luta pelo Fim da Violência contra as Mulheres: 21 Dias de Ativismo'', realizado anualmente no mês de Novembro, no ano de 2023 contando com duas edições uma em Mossoró e uma em Natal, reunindo a rede de proteção Estadual, CEAV, CEDIM, parlamento e movimentos de mulheres.

Códigos e descrições das iniciativas:
2174 Articulação para a implantação de dispositivo de emergências para as mulheres que estão com medidas protetivas.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa reforçada através do Lançamento do App Salve Elas-RN.

Códigos e descrições das iniciativas:
2175 Articulação para capacitação dos agentes de segurança pública para atender às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa foi alcançada por meio da Seminário: “O RN na Luta pelo Fim da Violência contra as Mulheres: 21 Dias de Ativismo'', realizado anualmente no mês de Novembro, no ano de 2023

contando com duas edições uma em Mossoró e uma em Natal, reunindo a rede de proteção Estadual, CEAV, CEDIM, parlamento e movimentos de mulheres.

Códigos e descrições das iniciativas:
2176 Articulação para a ampliação dos núcleos especializados de atendimento às mulheres (salas-lilás).

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
A iniciativa foi alcançada por meio da inauguração da Sala-Lilás no Hospital Regional da Mulher Parteira Maria Correia.

Códigos e descrições das iniciativas:
2177 Coleta de dados sobre a violência contra a mulher, elaboração e atualização do banco de dados.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa foi alcançada por meio do estudo realizado pela SESAP, através do Acordo de Cooperação com a Vital Strategies em parceria com a SEMJIDH, SETHAS, SESED, voltado ao de pareamento dos dados de violência contra as mulheres, oriundos dos atendimentos nos equipamentos de saúde, assistência social e segurança pública.

Códigos e descrições das iniciativas:
2178 Realização de ações com as unidades móveis no atendimento às mulheres do campo.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa foi alcançada, através do lançamento da campanha permanente Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência, levando ações educativas e serviços para as cidades, em especial para áreas rurais e comunidades de difícil acesso, através da unidade Móvel de atendimento - ônibus Lilás, ação foi realizada em 20 cidades do Estado. Realização das campanhas do 8 de Março, do Agosto Lilás - mês estadual de proteção às mulheres, campanha dos 21 dias de ativismo pelo fim das violências contra as mulheres, campanha de Proteção às Mulheres dos Bares e Restaurante e casas noturnas, realização de dois seminários o "RN pelo Fim das Violências Contra as Mulheres" realização de ação educativa em Currais Novos e prevenção das violências contra as mulheres na Feirinha das Mulheres em alusão ao Dia Estadual de Combate ao Feminicídio, realização de dois seminários "O RN pelo Fim das Violências contra as Mulheres, voltadas à rede de proteção, nos municípios de Mossoró e Natal.

Códigos e descrições das iniciativas:
2179 Produção de material didático.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa foi alcançada por meio da produção de leques e cartilhas informativas sobre a lei Maria da penha, trazendo em seu conteúdo, os tipos de violências contra as mulheres, os

dispositivos legais e equipamentos de proteção às mulheres da rede estadual, tais como: medidas protetivas, Ouvidoria de Direitos Humanos e localizações das DEAMs, seus respectivos números e endereços. Houve ainda a produção de adesivos da campanha "Não é Não" voltados aos festejos de São João.

Códigos e descrições das iniciativas:
2180 Manutenção das unidades móveis.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
A iniciativa foi alcançada por meio de formalização de contrato para manutenção das unidades Móveis que culminou com a recuperação e reativação de um dos ônibus que já se encontra em funcionamento, enquanto o outro ônibus está ainda em manutenção, mas com a perspectiva de em breve voltar à funcionar.

Códigos e descrições das iniciativas:
2181 Coordenação da realização de cursos de formação de mulheres para o enfrentamento da violência doméstica e familiar.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Os avanços na consolidação da política estadual de enfrentamento à violência contra as mulheres em 2023 se deu através das articulações intersetoriais com a Rede de Proteção estadual e um instrumento de gestão que foi essencial e definitivo para obter resultados com esta articulação foi o Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar que é uma câmara técnica composta pelos vários órgãos que constituem a rede proteção, como, órgãos governamentais (SEMJIDH, SETHAS, SESED, SEEC, SESAP), Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, instituições de ensino e as representações da sociedade civil. Como avanços podemos destacar: Lançamento da Campanha permanente Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência, levando ações educativas e serviços para as cidades, em especial para áreas rurais e comunidades de difícil acesso, através da unidade Móvel de atendimento - ônibus Lilás, ação foi realizada em 20 cidades do Estado. Realização das campanhas do 8 de Março, do Agosto Lilás - mês estadual de proteção às mulheres, campanha dos 21 dias de ativismo pelo fim das violências contra as mulheres, campanha de Proteção às Mulheres dos Bares e Restaurante e casas noturnas, realização de dois seminários o "RN pelo Fim das Violências Contra as Mulheres" realização de ação educativa em Currais Novos e prevenção das violências contra as mulheres na Feirinha das Mulheres em alusão ao Dia Estadual de Combate ao Feminicídio, realização de dois seminários "O RN pelo Fim das Violências contra as Mulheres, voltadas à rede de proteção, nos municípios de Mossoró e Natal.
Recursos: Os recursos utilizados para realização das atividades são recursos oriundos de despesas da secretaria como o custo de diárias e combustível e recursos oriundos de outros órgãos parceiros como no caso de impressões de materiais educativos que foram impressos pela Assessoria de Comunicação do Estado, apoio logístico pelo Gabinete Civil.

Códigos e descrições das iniciativas:

2182 Articulação com os municípios para ampliação e fortalecimento da rede referentes aos equipamentos do SUAS.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa parcialmente atingida, pois não houve possibilidade de desenvolver um trabalho específico, mas faz-se importante salientar que há um acompanhamento da implementação desses serviços, em especial através das articulações via CEAV.

Códigos e descrições das iniciativas:
2183 Articulação com os municípios para serviços de abrigamento.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa alcançada através da articulação entre Ouvidoria de Direitos Humanos, Casa de Acolhimento Anatália de Melo Alves, DEAMs e Municípios.

Códigos e descrições das iniciativas:
2184 Desenvolvimento de ações educativas, culturais e de comunicação para o enfrentamento à violência contra a mulher.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa foi alcançada por meio da Seminário: "O RN na Luta pelo Fim da Violência contra as Mulheres: 21 Dias de Ativismo'', realizado anualmente no mês de Novembro, no ano de 2023 contando com duas edições uma em Mossoró e uma em Natal, reunindo a rede de proteção Estadual e todos os órgãos e departamentos de enfrentamento e apoio contra as violências; Campanha permanente Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência contra as mulheres, a qual é realizada no Ônibus Lilás e leva serviços de informativos e efetivos para conscientização e Ouvidoria de Direitos Humanos para acolhimento das mulheres potiguares. Realização de ação da campanha Maria vai à cidade no Pingo da Meio nos festejos Juninos de Mossoró, na Feirinha da Festa de Santana em Currais Novos, na Programação do "praças da juventude" em Caicó. Participação de Mesa de Debate no Festival Cuó, festival de Mulheres em Caicó. Realização da Campanha De Proteção às mulheres em Bares, restaurantes e casas noturnas na abertura do carnaval de 2023 de Natal-RN e nos Bares da cidade de Caicó, dentro da programação do Praças da Juventude, dentre outras.

Códigos e descrições das iniciativas:
2185 Realização de seminários, palestras, rodas de conversas, debates e oficinas.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa foi alcançada por meio da Seminário: "O RN na Luta pelo Fim da Violência contra as Mulheres: 21 Dias de Ativismo'', realizado anualmente no mês de Novembro, no ano de 2023 contando com duas edições uma em Mossoró e uma em Natal, reunindo a rede de proteção Estadual e todos os órgãos e departamentos de enfrentamento e apoio contra as violências; Campanha permanente Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência contra as

mulheres, a qual é realizada no Ônibus Lilás e leva serviços de informativos e efetivos para conscientização e Ouvidoria de Direitos Humanos para acolhimento das mulheres potiguares.

Códigos e descrições das iniciativas:
2186 Produção de material educativo e informativo.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa foi alcançada por meio da produção de leques e cartilhas informativas sobre a Lei maria da Penha, contendo os tipos de violências contra as mulheres, Dispositivos legais e equipamentos de proteção das mulheres, tais como: medidas protetivas, Ouvidoria de Direitos Humanos, DEAMs com seus respectivos números e endereços. Houve ainda, a produção de adesivos da campanha “Não é Não” na temática de São João.

Códigos e descrições das iniciativas:
2187 Coordenação para realização de cursos, seminários, simpósios, palestras, debates e campanhas.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa alcançada por meio da Seminário: “O RN na Luta pelo Fim da Violência contra as Mulheres: 21 Dias de Ativismo'', realizado anualmente no mês de Novembro, no ano de 2023 contando com duas edições uma em Mossoró e uma em Natal, reunindo a rede de proteção Estadual e todos os órgãos e departamentos de enfrentamento e apoio contra as violências; Campanha permanente Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência contra as mulheres, a qual é realizada no Ônibus Lilás e leva ações educativas e serviços e efetivos para conscientização e Ouvidoria de Direitos Humanos para acolhimento das mulheres potiguares.

Códigos e descrições das iniciativas:
2215 Realização de ações desenvolvidas no ônibus Lilás de prevenção da violência contra as mulheres.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa foi alcançada por meio da do lançamento da Campanha permanente “Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência contra as mulheres”, que utiliza o Ônibus Lilás para realizar ações educativas e serviços efetivos do estado, tais como a Ouvidoria de Direitos Humanos para acolhimento das mulheres potiguares.

Avaliação Geral do Objetivo 564

Código e descrição do Objetivo:
Código 564
Descrição: Ampliar a participação e a permanência das mulheres no mundo do trabalho, por Intermédio da educação, da qualificação profissional, do fortalecimento das organizações produtivas e do acesso à renda, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social

Códigos das metas: 1481; 1482; 1483; 1484; 1485; 1486; 1487.
Códigos das iniciativas: 2150; 2151; 2152; 2153; 2154; 2155; 2156; 2157; 2158; 2159; 2160; 2161; 2162; 2163; 2164; 2165; 2166; 2214.
Avaliação Geral do Objetivo: Houve uma certa dificuldade em realizar ações voltadas para esta meta diretamente pela SPM, pelo fato de demandar maiores recursos da SEMJIDH. E o Ministério das Mulheres como está no seu primeiro ano de reativação ainda estava lançando os editais de para financiamento federais para as políticas para as mulheres, inclusive a SPM conseguiu aprovar o Projeto/plano de trabalho para o primeiro edital lançado pelo Ministério das Mulheres que garantirá o fortalecimento das Políticas para as Mulheres no RN. Apesar das dificuldades nos investimentos, a SPM conseguiu realizar algumas ações voltadas à inserção das mulheres no mundo do trabalho: Uma destas ações foi a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com o Governo Federal, através do Ministério de Gestão e Inovação e Ministério das Mulheres, que estabelece percentual mínimo de 8% de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar em contratações públicas para os órgãos federais que funcionam no RN. Outra ação conjunta importante foi a implementação do curso de formação profissional para mulheres, o projeto Mulheres Mil que está sendo conduzido pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que irá ofertar cursos profissionalizantes em diversos municípios do estado. Lançamos ainda a campanha permanente, “Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência contra as mulheres”, que tem o objetivo de desenvolver ações de prevenção das violências contra as mulheres e articular serviços do estado (ITEP, SINE, Defensoria e Ouvidoria de Direitos Humanos) para os municípios do Rio Grande do Norte, em especial para áreas rurais e municípios que não disponham destes serviços. Em 2023 realizamos as ações da campanha em 20 municípios dos quais uma boa parte foram voltadas para mulheres das comunidades rurais, de povos e comunidades tradicionais, tais como a nossa participação de três edições do programa Estadual de emissão de documentações para as mulheres do campo da SEDRAF em parceria com o MDA. Realizamos ainda a ação na comunidade quilombola de Grossos atendendo a esta comunidade e mais outras três comunidades desta região. Recursos financeiros utilizados para a realização das atividades foram recursos de utilizados diretamente do orçamento da SEMJIDH, através dos contratos já firmados. As contratações de mulheres para órgãos federais ainda serão iniciadas e o custeio desta política é de responsabilidade do Governo Federal. E em relação ao Projeto Mulheres Mil foram utilizados os recursos oriundos da SEEC que é a secretaria que coordena o projeto.

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta: 1481 Constituir rede estadual de instituições públicas e privadas que desenvolva ações para a inserção das mulheres, na sua diversidade, no mundo do trabalho

Avaliação da Meta:

Meta alcançada através da realização de ações voltadas à inserção das mulheres no mundo do trabalho foram realizadas. Uma destas ações foi a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com o Governo Federal, através do Ministério de Gestão e Inovação e Ministério das Mulheres, que estabelece percentual mínimo de 8% de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar em contratações públicas para os órgãos federais que funcionam no RN. Outra ação conjunta importante foi a implementação do curso de formação profissional para mulheres, o projeto Mulheres Mil que está sendo conduzido pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que irá ofertar cursos profissionalizantes em diversos municípios do estado.
Lançamos ainda a campanha permanente, "Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência contra as mulheres", que tem o objetivo de desenvolver ações de prevenção das violências contra as mulheres e articular serviços do estado (ITEP, SINE, Defensoria e Ouvidoria de Direitos Humanos) para os municípios do Rio Grande do Norte, em especial para áreas rurais e municípios que não disponham destes serviços. Em 2023 realizamos as ações da campanha em 20 municípios dos quais uma boa parte foram voltadas para mulheres das comunidades rurais, de povos e comunidades tradicionais, tais como a nossa participação de três edições do programa Estadual de emissão de documentações para as mulheres do campo da SEDRAF em parceria com o MDA. Realizamos ainda a ação na comunidade quilombola de Grossos atendendo a esta comunidade e mais outras três comunidades desta região.

Código e descrição da Meta:
1482 Apoiar as iniciativas de inclusão das mulheres negras, indígenas, ciganas e na sua diversidade sexual e identidade de gênero no mercado de trabalho

Avaliação da Meta:
Houve uma dificuldade para concretizar as articulações para atingir 100% da meta, porém algumas ações voltadas à inserção das mulheres no mundo do trabalho foram realizadas. Como exemplo podemos citar a elaboração do projeto voltado à ofertar curso de formação profissional para mulheres, o projeto "Mulheres Mil" que está sendo conduzido pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que irá ofertar cursos profissionalizantes em diversos municípios do estado, em parceria com alguns órgão dentre eles a SPM/SEMJIDH.
Lançamos ainda a campanha permanente, "Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência contra as mulheres", que tem o objetivo de desenvolver ações de prevenção das violências contra as mulheres e articular serviços do estado (ITEP, SINE, Defensoria e Ouvidoria de Direitos Humanos) para os municípios do Rio Grande do Norte, em especial para áreas rurais e municípios que não disponham destes serviços. Em 2023 realizamos as ações da campanha em 20 municípios dos quais uma boa parte foram voltadas para mulheres das comunidades rurais, de povos e comunidades tradicionais, tais como a nossa participação de três edições do programa Estadual de emissão de documentações para as mulheres do campo da SEDRAF em parceria com o MDA. Realizamos ainda a ação na comunidade quilombola de Grossos atendendo a esta comunidade e mais outras três comunidades desta região.

Código e descrição da Meta:

1483 Fomentar a autonomia econômica das mulheres urbanas, rurais e das comunidades tradicionais

Avaliação da Meta:

Houve uma dificuldade para concretizar as articulações para atingir essa meta, porém algumas ações voltadas à inserção das mulheres no mundo do trabalho foram realizadas. Uma destas ações foi a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com o Governo Federal, através do Ministério de Gestão e Inovação e Ministério das Mulheres, que estabelece percentual mínimo de 8% de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar em contratações públicas para os órgãos federais que funcionam no RN. Outra ação conjunta importante foi a implementação do curso de formação profissional para mulheres, o projeto Mulheres Mil que está sendo conduzida pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que irá ofertar cursos profissionalizantes em diversos municípios do estado.

Houve ainda o lançamento da campanha permanente, "Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência contra as mulheres", que tem o objetivo de desenvolver ações de prevenção das violências contra as mulheres e articular serviços do estado (ITEP, SINE, Defensoria e Ouvidoria de Direitos Humanos) para os municípios do Rio Grande do Norte, em especial para áreas rurais e municípios que não disponham destes serviços. Em 2023 foram realizadas ações de campanha em 20 municípios, dos quais uma boa parte foram voltadas para mulheres das comunidades rurais, de povos e comunidades tradicionais, tais como a nossa participação de três edições do programa Estadual de emissão de documentações para as mulheres do campo da SEDRAF em parceria com o MDA. Realizamos ainda a ação na comunidade quilombola de Grossos atendendo a esta comunidade e mais outras três comunidades desta região.

Código e descrição da Meta:

1484 Apoiar projetos empreendedores e articular estratégias de comercialização direta das mulheres nos meios urbano e rural, fortalecendo os mecanismos de comercialização e produção

Avaliação da Meta:

Houve uma dificuldade para concretizar as articulações para atingir essa meta, porém algumas ações voltadas à inserção das mulheres no mundo do trabalho foram realizadas. Uma destas ações foi a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com o Governo Federal, através do Ministério de Gestão e Inovação e Ministério das Mulheres, que estabelece percentual mínimo de 8% de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar em contratações públicas para os órgãos federais que funcionam no RN. Outra ação conjunta importante foi a implementação do curso de formação profissional para mulheres, o projeto Mulheres Mil que está sendo conduzido pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que irá ofertar cursos profissionalizantes em diversos municípios do estado.

Lançamos ainda a campanha permanente, "Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência contra as mulheres", que tem o objetivo de desenvolver ações de prevenção das violências contra as mulheres e articular serviços do estado (ITEP, SINE, Defensoria e

Ouvidoria de Direitos Humanos) para os municípios do Rio Grande do Norte, em especial para áreas rurais e municípios que não disponham destes serviços. Em 2023 realizamos as ações da campanha em 20 municípios dos quais uma boa parte foram voltadas para mulheres das comunidades rurais, de povos e comunidades tradicionais, tais como a nossa participação de três edições do programa Estadual de emissão de documentações para as mulheres do campo da SEDRAF em parceria com o MDA. Realizamos ainda a ação na comunidade quilombola de Grossos atendendo a esta comunidade e mais outras três comunidades desta região.

Código e descrição da Meta:
1485 Articular programas de geração de emprego e renda para as mulheres rurais e urbanas, priorizando as mulheres chefes de família

Avaliação da Meta:
Houve uma dificuldade para concretizar as articulações para atingir essa meta, porém algumas ações voltadas à inserção das mulheres no mundo do trabalho foram realizadas. Uma destas ações foi a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com o Governo Federal, através do Ministério de Gestão e Inovação e Ministério das Mulheres, que estabelece percentual mínimo de 8% de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar em contratações públicas para os órgãos federais que funcionam no RN. Outra ação conjunta importante foi a implementação do curso de formação profissional para mulheres, o projeto Mulheres Mil que está sendo conduzido pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que irá ofertar cursos profissionalizantes em diversos municípios do estado.

Código e descrição da Meta:
1486 Apoiar a inserção de mulheres em setores e ocupações consideradas masculinas

Avaliação da Meta:
Houve uma dificuldade para concretizar as articulações para atingir essa meta, porém tivemos uma ação que dialoga com a iniciativa que a implementação do curso de formação profissional para mulheres, o projeto Mulheres Mil que está sendo conduzido pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que irá ofertar cursos profissionalizantes em diversos municípios do estado.

Código e descrição da Meta:
1487 Promover políticas para a ampliação do acesso e permanência das mulheres no ensino profissional, médio e superior

Avaliação da Meta:
Houve uma dificuldade para concretizar as articulações para atingir essa meta, porém tivemos uma ação que dialoga com a iniciativa que a implementação do curso de formação profissional para mulheres, o projeto Mulheres Mil que está sendo conduzido pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que irá ofertar cursos profissionalizantes em diversos municípios do estado.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Códigos e descrições das iniciativas:
2150 Articulação das instituições para conformação da rede.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Houve dificuldade no alcance dessa meta, devido aos poucos recursos da secretaria havendo uma necessidade de priorização da destinação dos recursos para a pauta da proteção às mulheres, assim como da prevenção e enfrentamento da violência que ainda ocorrem em índices elevados do estado exigindo uma atenção maior da Subsecretaria. Embora as ações tenham sido majoritariamente voltadas para a temática da prevenção e enfrentamento das violências contra as mulheres, importante salientar que ela têm dialogado com a temática da autonomia financeira e renda como é o caso das ações da campanha Maria Vai à Cidade que realiza parceria com a subsecretaria do trabalho, através do SINE para cadastramento das mulheres nos bancos de emprego e oficinas de confecção de currículo, de artesanato e emissão das carteiras de artesãs.

Códigos e descrições das iniciativas:
2151 Realização de seminário temático para discutir estratégias de inclusão das mulheres no mercado de trabalho.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Meta alcançada através da realização de ações voltadas à inserção das mulheres no mundo do trabalho foram realizadas. Participação de Oficina do MGI voltada ao cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica com o Governo Federal, através do Ministério de Gestão e Inovação e Ministério das Mulheres, que estabelece percentual mínimo de 8% de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar em contratações públicas para os órgãos federais que funcionam no RN. Lançamento da campanha permanente, “Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência contra as mulheres”, que tem o objetivo desenvolver ações de prevenção das violências contra as mulheres e articular serviços do estado (ITEP, SINE, Defensoria e Ouvidoria de Direitos Humanos) para os municípios do Rio Grande do Norte, em especial para áreas rurais e municípios que não disponham destes serviços. Em 2023 foram realizadas ações da campanha em 20 municípios, dos quais uma boa parte foram voltadas para mulheres das comunidades rurais, de povos e comunidades tradicionais, tais como a nossa participação de três edições do programa Estadual de emissão de documentações para as mulheres do campo da SEDRAF em parceria com o MDA. Realizamos ainda a ação na comunidade quilombola de Grossos atendendo a esta comunidade e mais outras três comunidades desta região.

Códigos e descrições das iniciativas:
2152 Articulação com vistas à constituição de um grupo de trabalho para estabelecer estratégias de empregabilidade para as mulheres.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Iniciativa alcançada através da realização de ações voltadas à inserção das mulheres no mundo do trabalho foram realizadas. Uma destas ações foi a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com o Governo Federal, através do Ministério de Gestão e Inovação e Ministério das Mulheres, que estabelece percentual mínimo de 8% de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar em contratações públicas para os órgãos federais que funcionam no RN. Outra ação conjunta importante foi a implementação do curso de formação profissional para mulheres, o projeto Mulheres Mil que está sendo conduzido pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que irá ofertar cursos profissionalizantes em diversos municípios do estado.
Lançamos ainda a campanha permanente, "Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência contra as mulheres", que tem o objetivo de desenvolver ações de prevenção das violências contra as mulheres e articular serviços do estado (ITEP, SINE, Defensoria e Ouvidoria de Direitos Humanos) para os municípios do Rio Grande do Norte, em especial para áreas rurais e municípios que não disponham destes serviços. Em 2023 realizamos as ações da campanha em 20 municípios dos quais uma boa parte foram voltadas para mulheres das comunidades rurais, de povos e comunidades tradicionais, tais como a nossa participação de três edições do programa Estadual de emissão de documentações para as mulheres do campo da SEDRAF em parceria com o MDA. Realizamos ainda a ação na comunidade quilombola de Grossos atendendo a esta comunidade e mais outras três comunidades desta região. Participação da Subsecretaria de Política para Mulheres como membro no Conselho do Programa de Economia Popular e Solidária, o qual é um colegiado que contribui para a construção e monitoramento da execução da Política de Economia Solidária no âmbito estadual.

Códigos e descrições das iniciativas:
2153 Produção de material.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa foi alcançada por meio da produção de leques e cartilhas informativas sobre o conceito das violências previstas na lei Maria da penha e sobre os dispositivos legais e serviços que as mulheres dispõem para sua proteção, tais como as medidas protetivas, Ouvidoria de Direitos Humanos, Delegacias Especializada de atendimento à Mulher, Casa de Acolhimento Estadual Anatália de Melo Alves e seus respectivos números, endereços. Houve a ainda a produção de adesivos da campanha "Não é Não" na temática de São João.

Códigos e descrições das iniciativas:
2154 Produção de campanhas e material didático sobre a inclusão das mulheres no mercado de trabalho.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não foi possível realizar esta iniciativa, devido às altas demandas no campo do enfrentamento à violência que acabou tornando necessária uma priorização de ações voltadas a esta área.

Códigos e descrições das iniciativas:
2155 Estímulo às iniciativas de emissão de documentação civil.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa foi alcançada por meio da Campanha Maria vai à Cidade: prevenir todas as formas de violência contra as mulheres, a campanha realizada juntamente com o ITEP/RN - Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP) o qual fez a emissão gratuita de carteiras de identidade para mulheres em ações em diversos municípios.

Códigos e descrições das iniciativas:
2156 Articulação de assistência e assessoria técnica socioambiental.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não foi possível realizar esta iniciativa, devido às altas demandas no campo do enfrentamento à violência que acabou tornando necessária uma priorização de ações voltadas a esta área.

Códigos e descrições das iniciativas:
2157 Articulação do acesso ao crédito, à comercialização, à transição agroecológica e à agricultura familiar.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa foi alcançada por meio da participação da Subsecretaria de Política para Mulheres como membro no Conselho do Programa de Economia Popular e Solidária, que é um colegiado que que tem como atribuição contribuir para a construção e monitoramento da execução da Política Estadual de Economia Popular e Solidária. Assim como a partir da parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar.

Códigos e descrições das iniciativas:
2158 Articulação de ações de incentivo à autonomia econômica das mulheres.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Houve uma dificuldade para concretizar as articulações para atingir essa meta, porém algumas ações voltadas à inserção das mulheres no mundo do trabalho foram realizadas. Uma destas ações foi a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com o Governo Federal, através do Ministério de Gestão e Inovação e Ministério das Mulheres, que estabelece percentual mínimo de 8% de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar em contratações públicas para os órgãos federais que funcionam no RN. Outra ação conjunta importante foi a implementação do curso de formação profissional para mulheres, o projeto Mulheres Mil que está sendo conduzido pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que irá ofertar cursos profissionalizantes em diversos municípios do estado.
Lançamos ainda a campanha permanente, “Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência contra as mulheres”, que tem o objetivo de desenvolver ações de prevenção das

violências contra as mulheres e articular serviços do estado (ITEP, SINE, Defensoria e Ouvidoria de Direitos Humanos) para os municípios do Rio Grande do Norte, em especial para áreas rurais e municípios que não disponham destes serviços. Em 2023 realizamos as ações da campanha em 20 municípios dos quais uma boa parte foram voltadas para mulheres das comunidades rurais, de povos e comunidades tradicionais, tais como a nossa participação de três edições do programa Estadual de emissão de documentações para as mulheres do campo da SEDRAF em parceria com o MDA. Realizamos ainda a ação na comunidade quilombola de Grossos atendendo a esta comunidade e mais outras três comunidades desta região.
A iniciativa foi alcançada por meio da participação da Subsecretaria de Política para Mulheres como membro no Conselho do Programa de Economia Popular e Solidária.

Códigos e descrições das iniciativas:
2159 Articulação para mapeamento da situação da mulher no mundo do trabalho.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Houve uma dificuldade para concretizar as articulações para atingir essa meta, porém algumas ações voltadas à inserção das mulheres no mundo do trabalho foram realizadas. Uma destas ações foi a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com o Governo Federal, através do Ministério de Gestão e Inovação e Ministério das Mulheres, que estabelece percentual mínimo de 8% de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar em contratações públicas para os órgãos federais que funcionam no RN. Outra ação conjunta importante foi a implementação do curso de formação profissional para mulheres, o projeto Mulheres Mil que está sendo conduzido pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que irá ofertar cursos profissionalizantes em diversos municípios do estado.
Lançamos ainda a campanha permanente, “Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência contra as mulheres”, que tem o objetivo de desenvolver ações de prevenção das violências contra as mulheres e articular serviços do estado (ITEP, SINE, Defensoria e Ouvidoria de Direitos Humanos) para os municípios do Rio Grande do Norte, em especial para áreas rurais e municípios que não disponham destes serviços. Em 2023 realizamos as ações da campanha em 20 municípios dos quais uma boa parte foram voltadas para mulheres das comunidades rurais, de povos e comunidades tradicionais, tais como a nossa participação de três edições do programa Estadual de emissão de documentações para as mulheres do campo da SEDRAF em parceria com o MDA. Realizamos ainda a ação na comunidade quilombola de Grossos atendendo a esta comunidade e mais outras três comunidades desta região.

Códigos e descrições das iniciativas:
2160 Articulação de cursos de capacitação, da ampliação do acesso ao crédito e da produção e comercialização dos produtos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
A iniciativa foi alcançada por meio da participação da Subsecretaria de Política para Mulheres como membro no Conselho do Programa de Economia Popular e Solidária.
Houve uma dificuldade para concretizar as articulações para atingir essa meta, porém algumas ações voltadas à inserção das mulheres no mundo do trabalho foram realizadas.

Uma destas ações foi a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com o Governo Federal, através do Ministério de Gestão e Inovação e Ministério das Mulheres, que estabelece percentual mínimo de 8% de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar em contratações públicas para os órgãos federais que funcionam no RN. Outra ação conjunta importante foi a implementação do curso de formação profissional para mulheres, o projeto Mulheres Mil que está sendo conduzido pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que irá ofertar cursos profissionalizantes em diversos municípios do estado.

Lançamos ainda a campanha permanente, "Maria Vai à Cidade: Prevenir todas as formas de violência contra as mulheres", que tem o objetivo de desenvolver ações de prevenção das violências contra as mulheres e articular serviços do estado (ITEP, SINE, Defensoria e Ouvidoria de Direitos Humanos) para os municípios do Rio Grande do Norte, em especial para áreas rurais e municípios que não disponham destes serviços. Em 2023 realizamos as ações da campanha em 20 municípios dos quais uma boa parte foram voltadas para mulheres das comunidades rurais, de povos e comunidades tradicionais, tais como a nossa participação de três edições do programa Estadual de emissão de documentações para as mulheres do campo da SEDRAF em parceria com o MDA. Realizamos ainda a ação na comunidade quilombola de Grossos atendendo a esta comunidade e mais outras três comunidades desta região.

Códigos e descrições das iniciativas:
2161 Incentivo à organização solidária e coletiva das mulheres por meio de cooperativas.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa foi alcançada por meio da participação da Subsecretaria de Política para Mulheres como membro no Conselho do Programa de Economia Popular e Solidária, que é um colegiado que que tem como atribuição contribuir para a construção e monitoramento da execução da Política Estadual de Economia Popular e Solidária. Assim como a partir da parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar.

Códigos e descrições das iniciativas:
2162 Articulação de cursos de profissionalização para o ensino técnico.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Outra ação conjunta importante foi a implementação do curso de formação profissional para mulheres, o projeto Mulheres Mil que está sendo conduzido pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que irá ofertar cursos profissionalizantes em diversos municípios do estado.

Códigos e descrições das iniciativas:
2163 Apoio às políticas de ampliação das hortas e quintais orgânicos e da agricultura familiar, em articulação com o PECAFES.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Houve dificuldade em atingir esta iniciativa, devido à grande demanda gerada pela pauta da proteção às mulheres e prevenção e enfrentamento às violências, gerando uma necessidade de maior priorização dos recursos e ações voltadas ao tema.

Códigos e descrições das iniciativas:
2164 Realização de campanhas e produção de material didático sobre a inserção das mulheres em postos majoritariamente masculinos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Houve dificuldade em atingir esta iniciativa, devido à grande demanda gerada pela pauta da proteção às mulheres e prevenção e enfrentamento às violências, gerando uma necessidade de maior priorização dos recursos e ações voltadas ao tema.

Códigos e descrições das iniciativas:
2165 Articulação de cursos e capacitação para a inserção das mulheres nas profissões majoritariamente masculinas.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Houve dificuldade em atingir esta iniciativa, devido à grande demanda gerada pela pauta da proteção às mulheres e prevenção e enfrentamento às violências, gerando uma necessidade de maior priorização dos recursos e ações voltadas ao tema.

Códigos e descrições das iniciativas:
2166 Articulação para realização de busca ativa de mulheres para matrícula na educação de jovens e adultos, com disponibilização de espaço 002167 Articulação para realização de cursos profissionalizantes, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Houve dificuldade em atingir esta iniciativa, devido à grande demanda gerada pela pauta da proteção às mulheres e prevenção e enfrentamento às violências, gerando uma necessidade de maior priorização dos recursos e ações voltadas ao tema.

Códigos e descrições das iniciativas:
2214 Incentivar o associativismo, cooperativismo, empreendedorismo e economia solidária entre as refugiadas, apátridas e migrantes.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Iniciativa alcançada através da participação do CERAM que é um comitê de monitoramento e acompanhamento das políticas voltadas às pessoas Refugiadas, Apátridas e Migrantes.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avaliação geral setorial:

Considerando os objetivos-gerais da SEMJIDH para o ano de 2023, identificamos que foram cumpridos parcialmente. Destarte, para o futuro, espera-se intensificar as ações com o intuito de melhorar os serviços prestados às populações assistidas pela SEMJIDH.

Em 2023 foi o ano que o PPA mais avançou apesar das inúmeras dificuldades, pois foi possível a substituição dos computadores antigos por novos, tanto na sede administrativa quanto nas unidades de atendimento, além da utilização de novo sistema para registros dos atendimentos ao Consumidor no PROCON. Foi possível a participação de servidores e cargos comissionados em congressos e treinamentos. Realizamos visita técnica a 02 (dois) Núcleos de Apoio ao Consumidor Superendividado fora do Estado. A empresa contratada iniciou o trabalho de organização, limpeza e catalogação de documentos e processos do Procon. Tramitou processo para aquisição de veículo. Iniciou processo para revisão e impressão de exemplares do Códigos de Defesa do Consumidor. O quadro de fiscais foi ampliado, dentre outros avanços.

É necessário não fugir do debate do orçamento ínfimo dado a esta CODIS. Em pesquisa publicada por um site, onde colocam os estados que possuem orçamento para políticas destinados a essa população, o Rio Grande do Norte ocupa a 10ª posição, com o orçamento orçado em cerca de 20 mil reais para o ano todo, o que nem dá para locar um trio elétrico para uma parada LGBT+. Não se pode, também, fazer muitas cobranças à uma coordenadoria que por muito tempo só teve apenas uma pessoa subsidiando os debates das políticas LGBTs, dentro e fora do estado. Se com um orçamento tão pequeno e apenas o quadro de uma pessoa conseguiu-se avançar tanto nos debates e anseios dessa população no estado, imagine se a equipe da CODIS tivesse no mínimo uma representação de cada sigla que compõe a população LGBTQIAPN+, como seria conduzido com louvor essas políticas dentro do território potiguar. Sobretudo, aumentando a verba destinada à condução e execução das políticas públicas para esse percentual populacional dentro dessa unidade da Federação. Portanto, investir em educação, saúde, assistência social, direitos humanos, segurança pública, emprego, renda, lazer e qualidade de vida para essa população, é sinônimo de retorno positivo para o Rio Grande do Norte.

Em nossa avaliação, apesar do esforço empreendido, houve objetivos importantes que não foram cumpridos. Em linhas gerais, neste ano enfrentamos como principais dificuldades as limitações orçamentárias e, principalmente, financeiras; administrativas; e políticas. Do ponto de vista orçamentário e financeiro, a situação fiscal do estado implicou na priorização do atendimento de demandas urgentes e compulsórias pelo Governo do Estado, o que impôs uma redução das expectativas de financiamento de novas iniciativas como as nossas. Quanto às questões administrativas, a SEMJIDH enfrentou neste ano mudanças em setores estratégicos de gestão da área-meio que, apesar de terem se confirmado como melhorias, impuseram desafios de reorganização de fluxos e procedimentos internos. Quanto às políticas, tem-se que as questões de responsabilidade da SEJUV/SEMJIDH dependem, muitas vezes, da pactuação com outras secretarias, órgãos e entidades, o que implica na necessidade de que estes parceiros imprescindíveis concedam às pautas que apresentamos a importância que nós as conferimos. Muitas vezes, isso não acontece.

Em 2023, a Ouvidoria Geral dos Direitos Humanos - OGDH ganhou uma servidora C4 e uma estagiária. Hoje conta com três servidoras, com uma sala equipada com mesas, cadeiras, computadores e ar-condicionado. Com isso, conseguimos retomar o Projeto da Ouvidoria Itinerante, interiorizando os serviços aos municípios e localidades que carecem de gestão pública. Apesar dessas pequenas conquistas, a Ouvidoria enfrentou algumas dificuldades orçamentárias, tendo em vista que se trata de uma implementação relativamente nova que ainda necessita de mais articulações e recursos financeiros para ampliar seus objetivos e metas. Ainda necessitamos de aumento na equipe de profissionais que atuam na Ouvidoria, pois a demanda só cresce e a atual equipe enfrenta dificuldades. Isto é uma discussão e ponto muito relevante para o nosso desenvolvimento. Além disso, com mais recursos poderemos realizar projetos que são idealizados como o disk denúncia, aumentar os municípios que poderão ser atendidos e beneficiados com o Projeto Ouvidoria Itinerante, e ainda melhorar a articulação na criação de ouvidorias municipais de Direitos Humanos. Tendo em vista que construir uma Central de Denúncias e um Disk três dígitos precisam de recursos humanos (pessoas que possam atender, tratar as denúncias, atualizar banco de dados, mediar resoluções, encaminhar a rede de proteção, articular parceiros, entre outros). Como também, necessidades de recursos administrativos para criação de protocolos, fluxos, melhoria do banco de dados, geração de estatística, entre outros).
O RN vem fortalecendo e proporcionando uma maior aproximação dos Direitos Humanos com a população e acreditamos que essas mudanças podem trazer uma melhoria na rede de apoio e de acolhimento.

Recomendações:
Ampliar o orçamento destinado às políticas públicas executadas pela SEMJDIH a fim de se garantir uma maior cobertura e efetividade das ações voltadas à população, em especial àquelas destinadas à promoção e defesa dos Direitos Humanos; Aumentar o efetivo do quadro de servidores efetivos para que se possa prestar um melhor serviço, com continuidade das políticas; Garantir o funcionamento da SEMJIDH em estrutura física apropriada e acessível para que os servidores tenham um local de trabalho adequado para suas funções.

O Procon para continuar avançando precisa de um espaço mais amplo que possa ser condizente com suas necessidades, precisa de ampliar o quadro de servidores, inclusive com a realização de concurso público, contratação de linhas telefônicas para que o PROCON possa ter canal de atendimento com os consumidores e fornecedores, além de uma maior visibilidade como, por exemplo, ter redes sociais próprias. Imprescindível, também, que a Secretária a qual o Procon está vinculado tenha mais recursos financeiros e uma ampliação no quadro de pessoal.

É necessário para a sigla das pessoas LGBTs do Rio Grande do Norte, concretizar o Programa Estadual TransCidadania, tendo em vista que dessa sigla citada, as pessoas travestis e transexuais são as mais enxotadas da vida social da convivência com o restante da sociedade, comprometendo a exclusão e, consequentemente, contribuindo para que o Brasil continue sendo o país que mais mata essa população no mundo.

Temos essa proposta de aumento do nosso quadro de profissionais, ampliação da rede de apoio de atendimento nos nossos canais de ouvidoria; aumento dos municípios que são atendidos pelo Projeto Ouvidoria Itinerante, inclusive com atendimento psicológico. Expandir a divulgação dos canais de atendimento e produzir materiais sobre o funcionamento da ouvidoria e orientações de como registrar as manifestações. Além de desenvolver o Projeto de Ouvidoria Itinerante nas escolas públicas estaduais, pois consideramos a escuta dos jovens essencial e fundamental para a construção das políticas públicas e para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO

Analisando os indicadores monitorados pela SEMJIDH/RN observou-se um avanço no atendimento as demandas específicas. Por exemplo:

A Taxa de Homicídios de Mulheres por 100 mil Habitantes caiu de 5,4 em 2019 para 3,8 em 2021, uma variação de -33,0 de 2016 a 2021.

A Taxa de Homicídios de Homens Negros por 100 mil Habitantes caiu de 55,6 em 2019 para 48,9 em 2021, uma variação de -30,6 de 2016 a 2021.

Os demais indicadores de Número de Denúncias de Violação de Direitos Humanos da População LGBT, Número de Denúncias de Violação de Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência e Número de Denúncias de Violação de Direitos Humanos da Criança e Adolescente ainda não foram atualizados para a SEMJIDH.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 – SEMJIDH/RN

Introdução

A Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos - SEMJIDH, criada pelo Governo do Estado através da Lei Complementar nº 649, de 10 de maio de 2019, atua, desde o dia 1º de junho, na formulação e implementação de políticas públicas destinadas aos segmentos vulnerabilizados da população, assim como para mulheres, pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero diversas, negros, indígenas, crianças e adolescentes, juventude e pessoas com deficiência. Complementa o leque de direitos garantidores de cidadania, a coordenação da política estadual de direitos humanos, de proteção e defesa do consumidor, além da política sobre drogas.

A Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon/RN foi criada pela Lei Estadual nº. 6.972/1997 e desde 2019 com a reforma administrativa passou a ser vinculada a SEMJIDH. O PROCON tem por finalidade a proteção e defesa do Consumidor no Estado do Rio Grande do Norte, realizando atendimentos aos consumidores, promovendo audiências de conciliação quando necessário, recepcionando denúncias, fiscalizando e muitas vezes até aplicando sanções administrativas, o Procon, portanto, se constitui em órgão conciliador, fiscalizador e punitivo, buscando sempre o equilíbrio nas relações de consumo.

Este documento apresenta uma análise abrangente dos últimos quatro anos de execução do Plano Plurianual (PPA) no estado do Rio Grande do Norte com ênfase prioritariamente na promoção da garantia dos direitos humanos. Dessa forma, concentrando-se nos principais pontos relacionados às políticas públicas para a população do estado.

A avaliação aborda os resultados obtidos, considerando a implementação do PPA 2020 – 2023. O documento está disposto de maneira a oferecer uma visão detalhada dos avanços, obstáculos e estratégias adotadas, refletindo o compromisso contínuo do órgão em promover o combate às desigualdades no Rio Grande do Norte. A análise contempla a implementação de políticas específicas, os resultados alcançados, as perspectivas para o próximo ciclo do PPA e as recomendações para aprimorar futuras iniciativas voltadas para a igualdade racial no estado.

O presente documento está estruturado em Introdução, Objetivo da Avaliação, Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas, Metodologia, Avaliação Geral dos Resultados, Síntese da Avaliação e Recomendações e Referências.

Os principais pontos que foram avaliados foram a estruturação do PPA em cruzamento com as ações realizadas, apontando as dificuldades para a execução das políticas e as estratégias adotadas para enfrentamento dessas dificuldades e a busca por alcançar ao máximo os objetivos, metas e iniciativas propostas para o PPA no período de vigência de 2020-2023.

Do Objetivo da Avaliação

A presente avaliação visa proporcionar uma compreensão abrangente do andamento e dos resultados da política pública implementada nos últimos quatro anos no âmbito do Plano Plurianual (PPA) do estado do Rio Grande do Norte. Os principais objetivos desta análise incluem a compreensão do Desempenho do PPA,

proporcionando uma visão detalhada sobre o desempenho do PPA, destacando os avanços e desafios enfrentados durante sua execução no período de referência.

Examinar a eficácia das políticas implementadas no âmbito da SEMJIDH/RN e seu impacto no estado. Avaliar o progresso e os resultados obtidos por meio da implementação das políticas de mulheres, juventude, igualdade racial, direitos humanos, diversidade sexual de gênero e de pessoas com deficiência, destacando iniciativas que promovam a inclusão da população.

Identificar as principais restrições encontradas durante a execução do PPA e discutir as medidas adotadas para superá-las, destacando aprendizados valiosos para futuras tomadas de decisão. Apresentar perspectivas para o próximo ciclo do PPA, destacando metas e estratégias a serem adotadas, com ênfase na conclusão das ações já iniciadas.

Entende-se esta avaliação como um instrumento de suma importância para o aprimoramento e controle do nosso setor. Avaliando e revisando o que foi feito e planejado de forma objetiva e direta. Sendo assim, essa reflexão ajuda a compreender quais pontos necessitam de maiores focos e crescimento interno para efetivação dos objetivos.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

O Plano Plurianual (PPA) é fundamentado na estrutura institucional que visa organizar as ações e diretrizes do governo do estado do Rio Grande do Norte para um período quadrienal. Sua elaboração envolve a coordenação de diversos órgãos e entidades, estabelecendo uma abordagem integrada para o alcance de objetivos estratégicos.

Na SEMJIDH/RN esta estrutura se adequa a divisão por política trabalhada na secretaria. Assim como as políticas públicas analisadas nesta avaliação estão associadas a programas temáticos que refletem áreas específicas de sua atuação governamental. Esses programas abrangem temas como Direitos Humanos, População LGBT; Pessoa Com Deficiência; Igualdade Racial e Etnia; Mulheres; e Criança e Adolescência.

A responsabilidade do órgão é monitorar e avaliar indicadores específicos relacionados aos programas temáticos. São eles: Número de Denúncias de Violação de Direitos Humanos da População LGBT, Taxa de Homicídios de Mulheres por 100 mil Habitantes, Número de Denúncias de Violação de Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência, Taxa de Homicídios de Homens Negros por 100 mil Habitantes e Número de Denúncias de Violação de Direitos Humanos da Criança e Adolescente.

As políticas públicas em questão são orientadas por diretrizes específicas que buscam a promoção da dos direitos humanos. Os objetivos definidos têm foco nas agendas transversais, diretrizes, programas temáticos do eixo 3 do plano de governo. As metas associadas a esses objetivos visam mensurar o impacto e a efetividade das iniciativas com foco na promoção da garantia dos direitos humanos para atender as demandas da população potiguar.

Tais políticas públicas estão alinhadas com a Agenda 2030 da ONU, especialmente no que diz respeito aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), abordando questões de promoção de Direitos Humanos.
A estrutura do PPA está voltada para atender às demandas específicas da população, garantindo que as políticas públicas implementadas respondam efetivamente às necessidades e aspirações da população do estado do Rio Grande do Norte. A participação ativa da população nas etapas de planejamento e execução é incentivada para garantir a representatividade e eficácia das ações governamentais.

Metodologia

Primeiramente foi feita uma divisão dos objetivos, metas e iniciativas praticadas por cada subsecretaria e coordenadoria da SEMJIDH/RN, segundo, foi feito o encaminhamento para a avaliação individual, seguindo orientações do manual técnico e acompanhamento do setor responsável (UIFP).

Os setores envolvidos na elaboração deste documento foram a Unidade Instrumental de Finanças e Planejamento - UIFP, Chefia de Gabinete, Subsecretaria da Juventude - SEJUV, Subsecretaria de Políticas para Mulheres - SPM, PROCON Geral, Coordenadoria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - CPDH, Coordenadoria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial - COEPPIR, Coordenadoria de Diversidade Sexual e Gênero - CODIS, Ouvidoria Geral dos Direitos Humanos - OVGDH e Coordenadoria de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CORDE.

A partir daí, cada política citada fez uma revisão detalhada de documentos, relatórios, registros e materiais pertinentes ao período de execução do PPA. Essa etapa visou obter uma visão holística das políticas públicas trabalhadas pela SEMJIDH.

Com base na revisão, foi feita uma avaliação de impacto para determinar o efeito real das políticas implementadas e descrição destas, incluindo a identificação e análise das restrições enfrentadas durante a execução das políticas públicas, incluindo dificuldades orçamentárias e outros desafios.

Utilizando-se como material de consulta essenciais o PPA 2020- 2023, relatórios de gestão e monitoramento, e as avaliações preenchidas por cada política, o setor responsável fez a junção, organização e complemento das informações constantes neste relatório.

Avaliação Geral dos Resultados

Durante o período de vigência do Plano Plurianual (PPA) de 2019 a 2023, o órgão demonstrou um compromisso notável com a implementação de políticas voltadas para a promoção da igualdade racial, afroempreendedorismo e desenvolvimento sustentável. A análise considera diversos aspectos relacionados aos objetivos, metas e iniciativas, bem como sua vinculação com agendas transversais, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e atendimento das demandas da população.

Houve uma relação clara entre os objetivos propostos e as metas estabelecidas no PPA. As iniciativas implementadas, como o Plano Estadual da Igualdade Racial, políticas de afroempreendedorismo e linhas de crédito específicas, demonstram esforços concretos na concretização desses objetivos.

As políticas implementadas mostraram uma forte vinculação com agendas transversais, como inclusão social e equidade. Além disso, o órgão demonstrou aderência aos ODS da Agenda 2030 da ONU, contribuindo especialmente para os ODS relacionados à igualdade, trabalho decente e redução das desigualdades.

A implementação das políticas foi, em grande parte, receptiva às demandas da população. A promoção da igualdade racial e inclusão econômica, aliada às iniciativas de afroempreendedorismo e acesso a crédito, reflete uma resposta efetiva às necessidades identificadas nas comunidades negras.

A avaliação aponta desafios significativos relacionados à execução orçamentária. Dificuldades financeiras limitaram a plena realização de algumas iniciativas, impactando o alcance completo das metas estabelecidas. Recomenda-se uma revisão cuidadosa do orçamento destinado às políticas implementadas. A identificação de fontes alternativas de financiamento e a otimização de recursos podem mitigar os desafios financeiros enfrentados durante o período do PPA.

Buscar parcerias estratégicas com organismos internacionais, organizações da sociedade civil e setor privado pode ser uma estratégia para ampliar o suporte financeiro e técnico. Reforçar a coleta e análise de dados para uma avaliação de impacto mais robusta. Isso inclui a medição precisa dos resultados obtidos em relação às metas estabelecidas, permitindo ajustes contínuos para otimizar a eficácia das políticas públicas.

Incentivar e fortalecer a participação comunitária nas etapas de planejamento, implementação e avaliação. Isso contribuirá para a identificação mais precisa de demandas e para a promoção de políticas mais alinhadas com as necessidades reais da população.

No que diz respeito especificamente à juventude, o PPA 2019-2023 findou por ser um documento extremamente sucinto. A partir de uma avaliação feita pela comissão de elaboração do PPA à época, houve a priorização da construção de metas e objetivos unificados com toda a secretaria.

Desta forma, as ações concretas foram realizadas em sua maioria a partir de objetivos e metas construídos de forma integrada, a exemplo da conferência de juventude, realizada no âmbito do objetivo "302 - Fortalecer os instrumentos de Participação Popular e Controle Social na Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais das Mulheres, das Juventudes, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência e da Diversidade Sexual e de Gênero".

Neste sentido, seguem abaixo entregas realizadas neste período apesar das limitações em fazê-las refletir metas estipuladas no PPA 2019-2023:

- I ENCONTRO ESTADUAL DE ORGANIZAÇÕES DE JUVENTUDE: O I Encontro Estadual de Organizações de Juventude ocorreu em abril de 2019, com a participação de mais de 70 organizações de juventude, e deliberou sobre as prioridades que o Governo do Estado deveria adotar nas políticas direcionadas à juventude. O encontro ainda elegeu a representação da sociedade civil para integrar a primeira gestão do Conselho Estadual de Juventude.
- CRIAÇÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA MEIA-PASSAGEM INTERMUNICIPAL: Para regulamentar o processo de emissão de carteiras de estudante com validade para o acesso à meia-passagem estudantil intermunicipal, a Subsecretaria da Juventude e a Secretaria da Infraestrutura criaram o Conselho Administrativo da Meia-Passagem através do Decreto nº30.294, de 18 de Dezembro de 2020. O conselho tem a tarefa de, anualmente, expedir as normativas que regulamentam o processo da emissão das carteiras no território estadual e fiscalizar o cumprimento das determinações.
- PRODUÇÃO DA CARTILHA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE 2019-2022: A fim de difundir o debate sobre políticas públicas de juventude no Rio Grande do Norte e divulgar as ações do governo nesta temática, foi produzida a Cartilha de Políticas Públicas de Juventude, a ser distribuída entre diferentes órgãos do poder público e com a comunidade. A cartilha apresenta contribuições para a conceituação deste campo de atuação das políticas públicas, divulga marcos legais das PPJs e apresenta o conjunto de informações sobre as ações, programas e iniciativas estaduais neste sentido.
- SEMANA ESTADUAL DE JUVENTUDE: A Semana Estadual de Juventude é iniciativa anual garantida pela Lei Estadual n. 9.467/2011, de 24 de março de 2011. A Semana deve ter como objetivo a divulgação do Estatuto da Juventude (Lei Federal 12.852), a promoção dos direitos dos jovens e a realização de atividades, encontros, reuniões e palestras sobre cultura, esporte e lazer, sexualidade, drogas, trabalho e educação.

EDIÇÃO 2019: Juventude em movimento pra mudar o RN: Depois de 4 anos da 1ª Semana Estadual de Juventude, ocorrida em 2015, a segunda edição ocorreu em 2019. A semana contou com 25 atividades

realizadas em 9 (nove) municípios: Natal, Ceará-Mirim, Caicó, Mossoró, Currais Novos, Parelhas, Extremoz, Macau e São Gonçalo do Amarante.

EDIÇÃO 2020: Conectando nas redes, engajando no mundo: Em razão da pandemia da covid-19, a edição de 2020 realizou-se exclusivamente em meio virtual, o que não impediu o seu alcance e diversidade. A Semana de Juventude contou com 17 (dezessete) atividades realizadas, com mais de 1.200 jovens inscritos. Debates, oficinas e rodas de conversa, e até campeonato de jogos online ocuparam as redes com a temática da juventude.

EDIÇÃO 2021: O poder da juventude na transformação do RN: Em 2021 a Semana de Juventude retomou a dinâmica presencial com atividades em Natal, Pau dos Ferros, Baraúna, Mossoró, Currais Novos, Parelhas e Lajes. A Semana contou com inauguração de escolas, mutirões de emissão de documentos, oficina de elaboração de projetos culturais e debates sobre direitos humanos, economia solidária, igualdade racial, diversidade e outras pautas que fazem parte da experiência juvenil.

EDIÇÃO 2022: Em função das restrições legais impostas pelo processo eleitoral, não foi realizada edição 2022 do Praças da Juventude.

EDIÇÃO 2023: Reconstruir no presente, construir o futuro: desenvolvimento, direitos, participação e bem-viver: Em 2023, a Semana de Juventude contemplou visita às Casas do Estudante, encontro internacional com organizações juvenis, encontro de validação do relatório final da conferência, audiências públicas, batalhas de rima, trilha no geoparque Seridó, plenárias de formação, caravanas, atividades esportivas e culturais, em Mossoró, Currais Novos, Lajes, Martins e Natal.

- 1º SEMINÁRIO DE GESTORES MUNICIPAIS DE JUVENTUDE DO RN: O 1º Seminário de Gestores Municipais de Juventude do Rio Grande do Norte ocorreu em março de 2021 e buscou integrar as gestões municipais e o Governo do Estado, além de capacitar os gestores municipais na temática das políticas públicas de juventude. Ainda, o seminário foi o marco de instituição do Fórum Estadual de Gestores Municipais de Políticas Públicas de Juventude do Rio Grande do Norte - FOMJUV/RN, instância importante para a governança das PPJs no estado. O evento contou com a participação de mais de 40 gestores de juventude de todo o Rio Grande do Norte.
- IV CONFERÊNCIA ESTADUAL DE JUVENTUDE: A 4ª Conferência Estadual de Juventude foi um instrumento importante de garantia do direito à participação da juventude. Ela foi a maior da história do Rio Grande do Norte, reunindo mais de 4.500 jovens em 46 (quarenta e seis) etapas municipais, 3 (três) intermunicipais, 9 conferências livres com 135 (cento e trinta e três) delegados eleitos para representarem seus respectivos municípios ou segmentos. Os encaminhamentos tirados na conferência foram sistematizados na proposta de Plano Estadual de Juventude, que será transformado em lei.
- FESTIVAL DE RAP, COCO e REPENTE: O Festival de Rap, Coco e Repente foi uma iniciativa realizada em parceria com a Fundação José Augusto (FJA) visando promover o intercâmbio cultural entre a juventude e artistas da cultura popular, a partir das diversas linguagens musicais do improviso praticadas no estado. Foram realizadas quatro etapas seletivas regionais em 2019 e 2020, em Parnamirim, Currais Novos e Mossoró, e uma etapa estadual com os selecionados em Natal, no de 2021, que contou com transmissão ao vivo para todo o estado.
- EDITAL DA DIVERSIDADE: Edital realizado pela SEJUV/SEMJIDH, em parceria com a Fundação José Augusto (FJA), para dar suporte a jovens artistas potiguares no período de pandemia da covid-19 com recursos oriundos da Lei Aldir Blanc. Foram 40 prêmios concedidos às iniciativas culturais de juventude executadas em plataformas virtuais que trabalharam o tema do engajamento da juventude e/ou o combate ao extermínio da juventude negra.
- PRAÇAS DA JUVENTUDE: O Praças da Juventude é um programa com a proposta de ocupar praças e espaços públicos com políticas públicas e serviços para a juventude, em especial a juventude em situação de maior vulnerabilidade social. As ações envolvem diversos órgãos do governo para a realização das atividades variadas, como oficinas, mostras, feiras, apresentações culturais e

mutirões de documentação. O programa aconteceu em cinco edições — em Natal, São Gonçalo, Mossoró, Santana do Matos e Caicó —, e deve crescer em frequência e em abrangência territorial.

- ESTUDO DE MORTANDADE DA JUVENTUDE POTIGUAR: Produzido pela primeira, vez em 2020, em parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (Sesed) e o Observatório da Violência (OBVIO), o estudo tem como objetivo produzir dados qualificados sobre a mortandade da juventude potiguar. A busca é pela constituição do perfil do jovem assassinado, a identificação das macrocausas dos homicídios contra a população e o mapeamento geográfico dessas ocorrências para orientar a execução de políticas públicas e a produção acadêmica. Os dados são atualizados anualmente, mas o diagnóstico tem se mantido: é preciso pensar cada vez mais programas que enfrentem os homicídios contra jovens negros moradores das periferias potiguares.
- PROGRAMA CREDJOVEM: O CREDJOVEM é um programa para concessão de crédito para jovens no valor de até R$ 12.000,00 (Doze Mil Reais) para microempreendedores formais e de até R$ 3 mil (Três Mil Reais) para informais. Realizado em parceria com a Agência de Fomento do RN e com atividades de formação realizadas junto ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o programa atendeu 6.509 jovens de 18 a 29 anos no período de 01 de janeiro de 2019 a 29 de agosto de 2022, somando um total de mais de R$ 24.000.000,00 (Vinte e Quatro Milhões de Reais) investidos. Quando se trata de atividades rurais, os jovens têm a alternativa de acessar o programa CREDMAIS, que disponibiliza crédito para jovens na agricultura familiar, tendo sido já liberados mais de R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) nessa modalidade.
- PROGRAMA RN APRENDIZ: O Programa RN Aprendiz, regulamentado pelo Decreto nº 30.753, de 22 de julho de 2021, visa potencializar a contratação de jovens aprendizes no Rio Grande do Norte. O programa cria uma lista de vagas de aprendizes no SINE/RN, obriga as empresas que firmam contratos com o estado a cumprirem com a cota de aprendizes determinada por Lei e permite que os aprendizes contratados no estado cumpram as horas práticas na própria administração pública estadual.
- AÇÕES EMERGENCIAIS PELA SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR DA JUVENTUDE POTIGUAR: Nos anos de 2020 e 2021, considerando a profunda crise sanitária, econômica e social decorrente da pandemia da covid-19, a SEJUV, em parceria com a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) e os Programas RN+Unido, RN+Protegido e RN Chega Junto realizou a distribuição de mais de 1.000 cestas básicas para organizações sociais de juventude na capital e no interior do Rio Grande do Norte para amenizar as dificuldades enfrentadas no período. Além das cestas básicas, foram distribuídas máscaras de proteção facial e álcool e materiais de limpeza para garantir a desinfecção e conter a disseminação do vírus da covid-19 nos grupos juvenis.

No que tange aos direitos humanos, considera-se que os recursos foram insuficientes para atender todos os programas que a SEMJIDH se propôs a executar durante esse período.

Dentre as entregas realizadas, durante o período, podemos destacar:

- Participação no Grupo de Trabalho da População em Situação de Rua, com o propósito de estruturar a articulação das políticas públicas voltadas a essa população, promovendo a interlocução entre o Estado do RN e os municípios;
- Monitoramento e acompanhamento da estruturação de locais de abrigamento com condições sanitárias adequadas para a População em Situação de Rua. Essa ação é realizada em colaboração com secretarias de estado, a sociedade civil - representada pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua – CIAMP RUA, e as defensorias públicas, entre outros órgãos e entidades. Estruturação da liberação e ampliação do atendimento gratuito nos restaurantes populares para a População em Situação de Rua, através de uma ação articulada entre

CPDH/SEMJIDH, CIAMP RUA, Movimento Nacional da População em Situação de RUA - MNPR, Defensorias Públicas, e a SETHAS;

- Proposição, junto à SETHAS/CIAMPRUA/MNPR, do lançamento do edital que aborda a segurança alimentar da população em situação de rua nos finais de semana;
- Formação de um grupo de trabalho com a SEMJIDH/SETHAS/SEAP/SESAP/SEEC para a elaboração da Comissão Intersetorial de Políticas Sociais das Secretarias de Estado atuantes no Sistema Prisional do RN;
- Elaboração da Portaria Conjunta nº 002/2020 - SEAP/SEMJIDH, que regulamenta os procedimentos para realização de televisitas no Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte;
- Execução do Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM, no estado do RN, visando a preservação da vida e a proteção integral, com ênfase na convivência familiar;
- Encaminhamento do Projeto de Lei que cria o Sistema Estadual de Prevenção e Combate à tortura para a Assembleia Legislativa, instrumento chave na elaboração de políticas e medidas de enfrentamento à tortura e na articulação política para a efetivação dos direitos humanos;
- Articulação para retomada do Plano Estadual para a População em Situação de Rua, anteriormente elaborado pelo Deputado Estadual Fernando Mineiro;
- Organização, junto ao CIAMP RUA e a SETHAS, do Censo Estadual da População em Situação de Rua;
- Reestruturação e retomada do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua - CIAMP RUA RN, DECRETO nº 30.119/2020;
- Reestruturação e retomada do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura - CEPCT RN, DECRETO nº 29.268/2019;
- Reestruturação e atualização do Comitê Estadual de Políticas Sobre Drogas - CONED, em parceria com a SEJUV, e da Lei Estadual que institui o Sistema Estadual de Políticas Sobre Drogas - LEI nº 10.036/2015;
- Regulamentação do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas - FUNED – Decreto Estadual, nº 31.274/22, em colaboração com a SEJUV, para financiar os objetivos do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (Sised/RN);
- Atuação, em parceria com a SEAP e outros órgãos, no sistema prisional, para garantir políticas de atenção às pessoas em situação de privação de liberdade;
- Participação na inauguração dos Escritórios Sociais e da Central Integrada de Alternativas Penais;
- Colaboração com o CERAM na atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes;
- Contribuição na construção e elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública, incluindo ações de garantia dos Direitos Humanos;
- Desenvolvimento da Comenda Mery Medeiros para Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos, em parceria com o Conselho Estadual de Direitos Humanos;
- Participação na elaboração do Plano Estadual da Pessoa Idosa do RN;
- Realização do I Seminário Estadual Não Somos Invisíveis: políticas públicas para a população em situação de rua no RN;
- Engajamento na Ciranda das Mulheres e na Roda de Conversa com Mulheres em Situação de Rua, para a construção de políticas de equidade em saúde;
- Participação na Conferência Estadual de Assistência Social e na Reunião Descentralizada com os Conselhos Municipais de Assistência Social;
- Apresentação do PPCAAM RN no CapacitaSUAS;
- Construção e participação na Conferência Estadual da Pessoa Idosa, em conjunto com o CEDEPI;
- Retomada do Comitê Gestor de Erradicação do Sub-Registro e ampliação da documentação básica (COGESUB);
- Reestruturação do CEPCT RN e nomeação de novos membros do Comitê;

- Retomada do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas – CONED;
- Proposição de criação do Observatório de Direitos Humanos - OBSERVA DH, em parceria com a FAPERN;
- Realização de um Curso de Formação em Direitos Humanos para servidores do estado, órgãos colegiados e demais públicos, em parceria com a Escola de Governo (EGOV);
- Atualização da Portaria nº 418 do ITEP que prevê o protocolo de reclamação e identificação de corpos contemplando as especificações da PopRua;
- Criação do Comitê de Memória, Verdade e Justiça;
- Adesão do RN à Política Nacional para População em Situação de Rua;
- Eleição e Formação introdução de Conselheiros e Conselheiras Tutelares recém-eleitos nos municípios polo do RN;
- Realização da XII Conferência Estadual da Criança e do Adolescente;

Durante o período de vigência do PPA ainda é possível identificar algumas lacunas técnicas que se materializaram em uma dificuldade de execução do PPA. A estruturação do PPA ficou bem prejudicada, apresentando 2 Objetivos específicos e dezoito metas que não conseguiram materializar a amplitude da política para as mulheres, por exemplo, e em contrapartida as metas se repetem em torno de uma mesma pauta, quando poderiam ser sintetizadas em uma ou duas metas, enquanto outras temáticas importantes não aparecem como metas.

Exemplificando, a pauta da educação está apresentada em torno de 5 metas para as mulheres, enquanto a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos não aparece, gerando um problema no momento do monitoramento e avaliação das metas de registrar as ações realizadas no campo da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, necessitando ser registradas dentro de pautas transversais, nas iniciativas também ocorre problema semelhante em relação a outras pautas.
Um outro gargalo é o fato de as previsões orçamentárias não serem condizentes com as necessidades reais da execução da política e nem mesmo do que está disposto no PPA. Importante salientar que boa parte das ações realizadas pela SPM, por exemplo, foram utilizando recursos para apoio logístico de outros órgãos.

Uma outra incompatibilidade é o fato de o PPA propor uma grande quantidade de metas e iniciativas e de compartimentalizar muito em torno de uma pauta sem levar em consideração as condições objetivas para a execução, condições orçamentárias e estruturais, tais como, recursos humanos, estrutura física da secretaria, garantia de recursos financeiros e alcance das metas e iniciativas.
A elaboração das metas quantitativas também fora prejudicada, não havendo muita coerência e consequentemente, impedindo uma mensuração fidedigna da meta. Em relação à resposta às agendas das ODS dá para observar um certo desalinho quanto a pauta da saúde das mulheres e dos direitos sexuais e reprodutivos.

Faz-se necessário ressaltar que a ausência de destinação específica de recursos dentro da SEMJIDH voltada para a SPM tem dificultado a autonomia da subsecretaria em executar a política a qual está habilitada para construir e coordenar, fato que tem refletido, inclusive na ausência de participação da SPM em reuniões e eventos no âmbito federal voltados à Políticas para as Mulheres, dificultando o fortalecimento da Subsecretaria enquanto Organismo de Políticas para as Mulheres.

A meta “854 Promover o combate ao superendividamento dos consumidores no Estado” foi a que mais avançou com a visita aos núcleos, realização de mutirões, realização de reuniões com faculdades para implantação do núcleo, aprovação de projeto para aquisição de unidade móvel de atendimento com recursos federais, dentre outros. As metas “856 Criar a Escola Estadual de defesa do Consumidor”, “870 Realizar eventos para a promoção da educação para o consumo e a cidadania” e “872 Criação do Fórum de Debate e

Defesa do Consumidor até 2023" foram as mais prejudicadas pela ausência de contrato de aquisição de passagens aéreas por longos anos e pela pandemia, dentre outros.
No tocante a meta "841 Melhorar o atendimento com ampliação de até 50% no número de atendimento atual, 11.300 em 2018, alcançando 18 mil/ano até 2023", destacamos a pandemia, pois por longo período as unidades de atendimento foram fechadas, somando-se a idade avançada de parte dos servidores, sendo boa parte pertencente ao grupo de risco para a COVID-19 foi preponderante para a diminuição dos atendimentos no órgão, somando-se a isso temos a falta de telefones no órgão, deficiência de material de expediente, número de estagiários bem menor que a necessidade do órgão, quadro deficitário de servidores, ausência de contratação do serviço de postagem de correspondência por anos, que impedia a abertura de reclamações com marcação de audiências, envio de notificações para pagamento de multas e de decisões administrativas.

Das iniciativas as que mais foram prejudicadas por ausência de previsão orçamentária foram "1049 Realização de cursos de capacitação para os servidores do órgão e das unidades de atendimento", "1220 Realização de cursos, seminários e eventos para servidores do Estado", "1223 Realização de eventos, de alcance estadual e nacional, sobre Direito do Consumidor e Cidadania", "1224 Articulação para oferta de curso de Pós-Graduação em Direito do Consumidor e correlatos para servidores do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor".

Tivemos também iniciativas prejudicadas pela ausência de contratação de aquisição de passagens aéreas por anos, quais sejam as iniciativas "1225 Realização de visita técnica a Estados ou municípios que possuem Fórum já em atividade", "2268 Organização e incentivo à participação de módulos, cursos, seminários e congressos sobre temáticas relativas à Defesa do Consumidor".

De um modo geral todas as metas e inciativas foram prejudicadas pela pandemia, quadro deficitário de pessoal, reduzido espaço físico da sede administrativa, dentre outros.

Em resumo, tratando-se da CODIS, pode-se dizer que entre os anos de 2020 e 2023, houve a realização de uma grande parte dos objetivos e de suas metas, como por exemplo, fomentar e apoiar a Política Estadual LGBTQIA+, acompanhar as Políticas Públicas para LGBTs em privação de liberdade no Sistema Penitenciário do RN e apoiar e fomentar a implantação do Ambulatório Especializado TT (Transsexual e Travesti).

Por outro lado, há políticas que ainda precisam de um orçamento mais propício para seu desenvolvimento e concretização, onde pode-se citar o Programa Estadual TransCidadania, onde já se encontra em processo de pagamento para o primeiro semestre de 2024; O programa de garantia à população refugiada, apátrida e migrante LGBT, documentada ou indocumentada, o acesso às políticas públicas para LGBTs no Rio Grande do Norte e a articulação, regulamentação e implementação da Lei 9.036/2007, intitulada RN Sem LGBTFOBIA;

Ademais, é importante ressaltar que muitos desses objetivos já estão cadastrados no SIGEF/RN para serem trabalhados pela CODIS no ano base de 2024. Como exemplo, podemos citar: articulação com a SEAP para formalização de políticas públicas voltadas às pessoas LGBTIs em privação de liberdade; Articulação com a SESED para uma formação continuada de policiais, agentes penitenciários e demais servidores para abordagem a População LGBTQIA+ e criação de lei específica para estudantes travestis e transexuais do estado e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

As metas e as iniciativas estão vinculadas com o objetivo 5 da agenda ODS, que compete "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas":

> **5.5** Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis. (ODS 5)

Portanto, é necessário que haja um maior orçamento destinado à Coordenação de Diversidade Sexual e Gênero para que as políticas públicas em tramitação sejam integralmente realizadas, bem como para que novos projetos e programas sejam criados, fazendo com que o RN amplie sua legislação e oferte melhores condições para a vivência da População LGBTQIA+ do Rio Grande do Norte.

Como apontado, o resultado deste PPA foi satisfatório, porém com difícil articulação com as ações concretas. Houve a incorporação no PPA de objetivos e metas que terminaram por não serem efetivadas, nada obstante o esforço, ao passo que medidas importantes de entrega não foram previstas pelo PPA de forma expressa, sendo tão somente execuções associadas às metas "genéricas" elaboradas pela secretaria. Apesar de funcional, essa metodologia resultou na dificuldade de realizar a avaliação do cumprimento da peça de planejamento à luz das ações efetivamente realizadas.

Considera-se que os recursos orçamentários foram limitados para execução das propostas expostas no Plano. Vale ressaltar que quando o PPA 2020-2023 foi construído quando a Ouvidoria não existia, então o recurso destinado para sua estruturação foi muito pequeno. No entanto, destacam-se, dentre as metas realizadas:

- No que diz respeito ao disposto da Lei Complementar Estadual n° 649, de 10 de maio de 2019, que extinguiu a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania — SEJUC, e, em seu art. 8°, criou à Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos SEMJIDH, do Rio Grande do Norte, onde criou à Ouvidoria Geral de Direitos Humanos, atendendo o art. 37-D., inciso IV – Exercer a função de Ouvidora-geral dos Direitos Humanos, da supracitada Lei Complementar.
- Além do previsto em Lei, a Ouvidoria Geral em Direitos Humanos já conta com Ouvidora nomeada, canais de manifestação, celular institucional e está na fase de regulamentação e estruturação. A Regulamentação da Ouvidoria Geral de Direitos Humanos está com Projeto de Lei, através da mensagem 0026-2021, tramitando na Assembleia Legislativa.
- A Ouvidoria iniciou o seu trabalho 05/03/2020, criando e aderindo aos seguintes canais de manifestação: SEI (Em fevereiro/2020), WhatsApp (Em 05/03/2020), E-mail (Em 10/03/2020), Fala BR (Em 27/03/2020), E-sic (M 27/03/2020).
- Com os canais de manifestação em funcionamento, a Ouvidoria de Direitos Humanos atua como Ouvidoria Pública, de Direitos Humanos e do Consumidor, além de Operador do E-sic, em atenção às disposições das Leis Federais nº 13.460, de 26.06.2017 (Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública) e nº 12.527, de 18.11.2011 (Lei de acesso à informação), Lei Estadual nº 9.963, de 27.07.2015 e Decreto nº 25.399, de 31.07.2015 e da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- A estrutura da Ouvidoria conta com equipamentos como: sala própria com telefone, computadores, mesas, cadeiras e ar-condicionado. Além de uma equipe formada por três servidoras (uma coordenadora-ouvidora, uma C4 e uma estagiária.
- Em relação a Gestão de Processos, a Ouvidoria elaborou Procedimentos Operacionais Padrão – POPs, que delineiam os fluxos de atendimento e tratamento das manifestações, relacionadas a violações de Direitos Humanos.
- Foi construído plano de trabalho, onde foi criado estratégias para superar alguns desafios;
- Também foi construído o banco de dados em parceria com a COINE-SESED;
- Buscamos articulação com a Rede de Proteção, assim agilizando o trabalho, construindo uma rede de parceiros e utilizamos recursos tecnológicos para maior produção.

- Apresentação de Relatório a Gestora da SEMJIDH, o que possibilitou o destrave de algumas situações.
- Ampliamos as ações, através do Projeto Ouvidoria Itinerante, iniciado em 2021, parado em 2022, e retomado em 2023, com 21 municípios sendo atendidos.
- Em 2021, foi realizado o Seminário "Ouvidorias Públicas e Direitos Humanos: Direitos Humanos e as violências por discriminação e preconceito", em parceria com a Ouvidoria Geral do estado, vinculada a Controladoria Geral do estado – CONTROL. Onde teve por objetivo capacitar as Ouvidorias do estado (Administração direta e indireta), nas temáticas de Direitos Humanos e também contamos com a participação de outros poderes.
- Participamos do Curso de Justiça Restaurativa e Processos Circulares de Construção de Paz promovido pelo Ministério Público do RN.
- Participamos das discussões para construção do aplicativo Salve Elas, mecanismo de proteção às mulheres em situação de violência doméstica. Construímos o Fluxo de violência doméstica e familiar recepcionados pelo CIOSP/SESED.

Por fim, esclarecemos que na execução do PPA não houve a transversalidade necessária dentre todas as políticas da secretaria, mas cada política conseguiu avançar significativamente com os recursos existentes e adquirir maturidade na execução das políticas voltadas a população mais vulnerável, levando a garantia de direitos como pauta presente nos demais órgãos e instancias, assumindo papel essencial no funcionamento do estado e trazendo visibilidade para a população deveras invisibilizada.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Destacam-se que as dificuldades financeiras e estruturais da secretaria tem sido os principais gargalos para se conseguir executar o PPA em sua plenitude, consequentemente as políticas trabalhadas por ela, de forma integral e interseccional. Um PPA menos desprendido das necessidades reais da política, dos recursos orçamentários e estruturais e da própria completude dos eixos que são a base da política dos direitos humanos no Brasil, as quais desencadearam um cenário complexo para a execução na integra do que está proposto, assim como para a realização de suas ações.

Faz-se necessário ressaltar que a ausência de destinação específica de recursos dentro da SEMJIDH voltada para cada políticas, o que tem dificultado a autonomia das subsecretarias e coordenadorias em executarem a cada qual está habilitada para construir e coordenar, fato que tem se refletido, inclusive na ausência de participação em reuniões e eventos no âmbito federal, dificultando o fortalecimento da SEMJIDH em âmbito nacional. Para tanto, é preciso, primeiramente, aumentar a estrutura de pessoal da Secretaria e destinação de mais recursos financeiros.

Tratando-se do PROCON/RN, cabe a Criação da Autarquia de Proteção de Defesa do Consumidor, possibilitando ao Procon Estadual autonomia administrativa e financeira. Necessita-se de uma sede administrativa que lhe proporcione reabrir o atendimento, acomodar melhor os servidores, distribuir os setores do órgão de uma forma mais condizente com suas necessidades, ampliando o quadro de servidores, realização de concurso público, e contratação de mais estagiários, aquisição de telefones na sede administrativa e nas unidades de atendimento, aquisição ou locação de veículos, realização de capacitação de servidores, dentre outros.

É evidente que a identificação de fontes alternativas de financiamento e a otimização de recursos podem mitigar os desafios financeiros enfrentados durante a execução do PPA, em que pese, precisa-se pensar estratégias para efetivar a política pública no Estado do Rio Grande do Norte.

Recomenda-se, também, a ampliação do quadro de pessoal técnico, melhoria da estrutura física da SEMJIDH no sentido de possibilitar que cada política tenha um espaço adequado e acessível para o desenvolvimento de suas atribuições, no caso da CPDH, é mister haver condições de se trabalhar com seus programas que envolvem o sigilo, disponibilização de recursos financeiros que possam dar andamento à todas as políticas públicas, em especial às contrapartidas para execução de Programas Federais, uma maior integração das políticas públicas vinculadas à SEMJIDH por meio de reuniões de gestão para um trabalho harmonioso e eficazes.

Tratando-se da Ouvidoria, é fundamental a ampliação da rede de apoio de atendimento dos canais existentes; aumento dos municípios que são atendidos pelo Projeto Ouvidoria Itinerante, incluindo atendimento psicológico. Expandir a divulgação dos canais de atendimento e produzir materiais sobre o funcionamento da ouvidoria e orientações de como registrar as manifestações. Além de desenvolver o Projeto de Ouvidoria Itinerante nas escolas públicas estaduais, pois considera-se a escuta dos jovens essencial para a construção das políticas públicas e para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária.

Como consequência da avaliação acima, recomenda-se a elaboração das peças de planejamento de forma mais sintonizada com as previsões da gestão e com a aptidão para especificar nos objetivos, metas e indicadores que facilitem a avaliação *ex post*.

Referências

PPA 2019-2023; Monitoramento PPA 2020 – 2023; Relatórios de acompanhamento de gestão 2020 – 2023; Cartilha de Políticas Públicas da Juventude 2019-2022.

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

Secretaria de Estado do Planejamento,
do Orçamento e da Gestão (SEPLAN)

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023.....3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1.....3
Avaliação Geral do Objetivo.....3
Avaliação individual das METAS.....5
Avaliação individual das INICIATIVAS.....8
Avaliação Setorial dos Resultados.....12
Avaliação dos Indicadores.....14
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023.....14
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2.....14
Introdução.....14
Do Objetivo da Avaliação.....14
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas.....15
Metodologia.....15
Avaliação Geral dos Resultados.....16
Síntese da Avaliação e Recomendações.....17
Referências.....17

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 19000 Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças
Nome do Programa Temático: Novas Práticas de Gestão

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00537 - Produzir mecanismos de captação de recursos, controle e acompanhamento da qualidade do gasto público aprimorando as ferramentas de sistemas de informação visando manter o Estado adimplente e de acordo com as normas de contabilidade vigentes.
Códigos das metas: 01399, 01402, 01403, 01405, 01406, 01472
Códigos das iniciativas: 02065, 02066, 02067, 02068, 02069, 02141, 02148
Avaliação Geral do Objetivo: De maneira geral, considera-se que o objetivo foi atingido. Isso se deve ao fato de que foi feito um controle e acompanhamento do gasto público dentro do que foi estipulado no PPA, além de toda a dívida pública do estado estar em consonância com o que foi estabelecido por lei e adimplida. Também, é válido ressaltar que o controle do caixa único do estado foi constante, sendo concluído no balanço contábil com o fechamento das contas e conciliações bancárias no ano de 2023. Ainda assim, houve a integração dos sistemas estruturantes do estado, para o aprimoramento das competências gerenciais e do desempenho das coordenadorias.

Código e descrição do Objetivo: 00538 - Promover boas práticas em Gestão de Projetos e de Processos de Negócio no âmbito do Poder Executivo do Estado.
Códigos das metas: 01408, 01409, 01410, 01593
Códigos das iniciativas: 02063, 02070, 02071, 02072, 02073, 02074, 02075
Avaliação Geral do Objetivo: Em relação ao segundo objetivo do programa, foi atingido de maneira parcial uma vez que mudança de estratégia em relação aos contratos de gestão, assim como nas ações de gestão de processos, com ações de desenho e redesenho, visto que algumas iniciativas foram desenvolvidas, sobretudo aquela relacionada à definição do desenho do processo de elaboração do PPA 2024-2027, ocorrido durante o ano de 2023. Ainda contribuiu para o alcance parcial do objetivo a edição dos manuais de orientação técnica que a SEPLAN produziu para os processos de elaboração do PPA e de elaboração da LOA.

Quanto à gestão de projetos, está em desenvolvimento uma plataforma para acompanhamento das metas prioritárias do governo, sendo fundamental para a gestão dos projetos estratégicos. E houve, também, um contato aprofundado com a Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN) e o Observatório Metropolitano de Natal, sob responsabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com vistas à retomada dos trabalhos para o ano de 2024.

Código e nome do Órgão:
19000 Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

Nome do Programa Temático:
Ouvir para Governar

Código e descrição do Objetivo:
00540 - Ampliar atuação em planejamento por meio da modernização da gestão estadual e da promoção de políticas públicas estratégicas, visando ampliar o desenvolvimento territorial, o diálogo com a sociedade e a gestão com foco nos resultados.

Códigos das metas:
01414, 01415, 01416, 01417

Códigos das iniciativas:
02076, 02077, 02078, 02079, 02080, 02140, 02149

Avaliação Geral do Objetivo:
A COPLAC considera como parcial o alcance do objetivo, visto que os fóruns de participação popular no processo de monitoramento não ocorreram como previsto, porém, ocorreram plenárias para elaboração do novo PPA. As avaliações do PPA 2020-2023 foram elaboradas todos os anos no período de vigência. E também, foram realizadas iniciativas importantes como capacitações, publicações de normativos e documentação de processos como da elaboração do PPA e da LOA, que contribuíram para o alcance do objetivo.
Também, a Coordenadoria de Programação e Gestão Orçamentária (CPO), considera que o alcance do objetivo foi parcial. A realização de orientações para os órgãos pertencentes aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário foram impossibilitadas devido a pandemia da COVID-19, além de impossibilitar, também, as consultas populares. No entanto, foram realizadas orientações online, publicações de manuais e modernização dos relatórios contidos nos instrumentos de planejamento.
Ainda, tendo em vista a realização de algumas reuniões e entendimento com a UFRN e, dando prosseguimento ao Acordo de Cooperação Mútua, com vista a organizar conjuntamente eventos acadêmicos, científicos e culturais relativos às políticas e gestão pública, em especial na Região Metropolitana de Natal/RN, bem como o acesso a dados e informações para a academia e gestores públicos estaduais e municipais.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
01399 - Prover manutenção corretiva e evolutiva do Sistema de Gestão Fiscal do Estado

Avaliação da Meta:

A COLTIN/SEPLAN e o PROSIGEF/SEFAZ atuaram ativamente na sustentação do SIGEF através de manutenções preventivas, corretivas e evolutivas diariamente com controle das atividades por painéis de monitoramento. Vale salientar que ocorreram mudanças de competências no órgão, as atribuições relacionadas à manutenção do SIGEF foram transferidas para a SEFAZ, por meio do Decreto n.º 32.712, de 31 de maio de 2023.

Código e descrição da Meta:
01402 - Definir soluções tecnológicas integradas ao Sistema de Gestão Fiscal do Estado

Avaliação da Meta:
A COLTIN/SEPLAN e o PROSIGEF/SEFAZ atuaram no sentido de promover a integração dos sistemas estruturantes do Estado com o SIGEF, destacando-se: folha de pagamento, arrecadação tributária, sistema de patrimônio e contratos e dívida ativa, além e iniciar o barramento de integração do SIGEF com os sistemas do outros Poderes e Órgãos Autônomos, conforme Decreto Federal 10.540.

Código e descrição da Meta:
01403 - Apoiar órgãos da administração direta e indireta do Estado na operacionalização das rotinas contábeis e encerramento dos exercícios

Avaliação da Meta:
A contabilidade tem um canal de atendimento via TELEGRAM disponível exclusivamente para auxiliar os órgãos da administração direta e indireta. Desde a pandemia, também foram realizados diversos treinamentos como temos anualmente a Semana Orçamentária. Momento de trocar informações e aproximar com os servidores que fazem a entrada da informação da execução financeira no poder executivo, bem como demais poderes do Ente Rio Grande do Norte.

Código e descrição da Meta:
01405 - Capacitação de servidores públicos e funcionários das Organizações da Sociedade Civil que atuam na Rede+Brasil buscando mais eficiência e melhoria do índice de desempenho da gestão das transferências voluntárias da União no Estado

Avaliação da Meta:
Com o objetivo de fortalecer a governança, captação de recursos, o diálogo e a gestão, bem como promover a melhoria do gasto público e uma maior efetividade das políticas públicas implementadas, foram realizadas capacitações com a responsabilidade de passar conhecimentos para que outros servidores do Estado possam operacionalizar a plataforma Transferegov.com.br, ferramenta responsável pela operacionalização de parcerias de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Além disso, por meio do Fórum Nacional das Transferências da União, houve o fortalecimento da governança utilizando inovações empreendidas com o intuito de capacitar e aprimorar o conhecimento profissional para o desenvolvimento das competências dos gestores e operadores de recursos públicos.

Código e descrição da Meta:
01406 - Estruturar saneamento das Dívidas Públicas constantes no CAUC e penalidade para novas inscrições que negativarem o CNPJ do Estado para oportunizar possibilidade da

captação de recursos de Transferências Voluntárias da União às Secretarias Estaduais e órgãos

Avaliação da Meta:

As Dívidas do Estado se encontram todas adimplidas devido ao controle e acompanhamento da CCRD; O CNPJ do Estado está positivo e foi feito recentemente uma captação de recursos federais, através do PEF, recurso esse aprovado devido à efetividade do controle da Dívida, que colocou o Estado dentro dos limites estipulados pela STN.

Código e descrição da Meta:

01408 - Estabelecer Contratos de Gestão para Resultados em todos os órgãos da administração direta e indireta do Estado

Avaliação da Meta:

A meta de estabelecer contratos de gestão foi descontinuada ainda no primeiro ano do PPA (2020). A definição implicou na exclusão da meta do plano na primeira revisão do PPA, ocorrida em 2020 para os anos subsequentes. Avaliamos que tal definição se deu por causa de modificações ocorridas na estrutura e na equipe da SEPLAN, dadas as especificidades e prioridades do novo governo.

Para a Coordenadoria da Região Metropolitana de Natal, a meta não foi concluída no período em referência, embora os contatos e logística operacional foram iniciados e planejados para serem efetivados em 2024.

Código e descrição da Meta:

01409 - Desenvolver e manter plataforma de monitoramento de projetos estratégicos das diversas áreas do Governo Estadual

Avaliação da Meta:

A meta para desenvolver e manter plataforma de monitoramento de projetos estratégicos foi alterada, nos moldes que vinha sendo desenvolvido, atrelado aos contratos de gestão para resultados. O monitoramento dos projetos ocorreu no âmbito dos projetos previstos no Plano Plurianual, com processo desenhado e sistema estruturado para o processo de monitoramento do PPA, que possui a figura do Gerente do PPA desempenhando papel importante ao desenvolver atividades no sentido de colocar em prática o plano, assim como manter atualizada a plataforma de monitoramento, no SIGEF, com informações sobre a execução das metas com periodicidade bimestral.

Código e descrição da Meta:

01410 - Mapear e redesenhar processos de negócio, mantendo repositório eletrônico de documentos e manuais de procedimento

Avaliação da Meta:

No período de vigência do PPA foram mapeados os processos de elaboração do PPA 2024-2027, os processos de monitoramento do PPA 2020-2023 e o processo de monitoramento do PPA 2024-2027. Foram criados e publicados dois manuais de orientações técnicas para os processos de revisão do PPA 2020-2023 e elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), além de um manual para a elaboração do PPA 2024-2027. Avaliamos que a atividade de mapear contribuiu para o andamento dos processos realizados e coordenados pela SEPLAN, uma vez que fica mais claro para a equipe que conduz os processos, assim

como para auxiliar a disseminação do conhecimento para os órgãos setoriais durante o andamento dos processos.
Para a Coordenadoria da Região Metropolitana de Natal, a meta não foi concluída no período em referência, embora os contatos e logística operacional foram iniciados e planejados para ser efetivados em 2024.

Código e descrição da Meta:
01414 - Realizar fóruns territoriais de participação popular no monitoramento das metas do Plano Plurianual e execução orçamentária anual

Avaliação da Meta:
Durante o período de vigência do PPA não foram realizados os fóruns de participação popular no monitoramento. A meta sofreu impacto pela circunstância causada pela pandemia da Covid-19, visto que a previsão era de fóruns territoriais presenciais, para diálogo direto com a população sobre a execução das metas do plano. Avaliamos como uma estratégia interessante para a promoção do diálogo com a população, contudo, para os próximos anos de vigência dos planos plurianuais a estratégia pode conter alternativas ao formato presencial.

Código e descrição da Meta:
01415 - Avaliar as metas estabelecidas no Plano Plurianual

Avaliação da Meta:
A meta de avaliar as metas estabelecidas no Plano Plurianual foi cumprida em sua totalidade. O PPA 2020-2023 possui dois documentos de avaliação produzidos e coordenados pela SEPLAN e pelos demais órgãos da administração pública estadual direta e indireta e órgãos dos demais poderes. E está em andamento o processo de avaliação do PPA 2020-2023, que conterá avaliação do ano de 2023 e do período de vigência do plano.

Código e descrição da Meta:
01416 - Realizar capacitação técnica para fortalecer a Gestão Municipal e entidades da sociedade civil nas áreas de planejamento e finanças nos territórios do RN

Avaliação da Meta:
Visando atender uma das atribuições da SEPLAN, a meta para a realização de capacitação técnica para gestores municipais e entidades da sociedade civil prevista no plano ocorre sob demanda dos respectivos interessados, o que não aconteceu no período de vigência do PPA. A meta não registrou nenhum andamento por não haver demanda.

Código e descrição da Meta:
01417 - Realizar o Orçamento Participativo

Avaliação da Meta:
A realização do Orçamento Participativo foi impossibilitada a primeiro momento pela pandemia da Covid-19 e restrições financeiras, embora as consultas para elaboração do PPA 2019-2023 contou com as plenárias territoriais, refletindo assim na elaboração da LDO e LOA do período.

Código e descrição da Meta:
01472 - Manter o Controle do Caixa Único do Estado
Avaliação da Meta:
O controle do Caixa Único do Estado foi realizado com êxito, bem como o acompanhamento das receitas e despesas realizadas.

Código e descrição da Meta:
01593 - Implantar Normas Brasileiras de Contabilidade
Avaliação da Meta:
Durante o período de avaliação do PPA foram publicadas seis notas técnicas, sendo duas no último quadrimestre de 2023. Sendo também circularizadas 05 orientações técnicas, além de diversos manuais que dão executoriedade a diversos procedimentos. Todos os documentos podem ser acessados tanto no portal da transparência, quanto no site da SEFAZ. Atendendo 100% ao que estava disponível para ser executado.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas propostas no período de vigência do PPA, assim como a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
02065 - Desenvolvimento do Sistema de Gestão Fiscal do Estado e estabelecimento de convênios de cooperação técnica em TI
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
A COLTIN/SEPLAN e o PROSIGEF/SEFAZ é membro participativo no Comitê de Sistemas Estruturantes conduzido pela Secretaria de Administração onde se estabelece a troca de experiência e convergências de ações.

Códigos e descrições das iniciativas:
02066 - Desenvolvimento de aplicações de Business Intelligence (BI) para a gestão
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
A COLTIN/SEPLAN e o PROSIGEF/SEFAZ mantém bases e sistemas de BI para monitoramento, controle e gerenciamento de informações advindas do SIGEF com atuação em diversas secretarias e setores.

Códigos e descrições das iniciativas:
02067 - Documentação de fluxos dos principais processos de negócio
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Foram produzidos no âmbito da iniciativa dois manuais para a elaboração da revisão do PPA e elaboração da LOA nos anos de 2022 e 2023. Ainda, o manual de elaboração do PPA 2024-2027 e de elaboração da LOA 2024. Avaliamos que a iniciativa contribuiu para o andamento dos processos e para a disseminação do conhecimento sobre a execução dos referidos processos junto aos órgãos setoriais.

Códigos e descrições das iniciativas: 02068 - Promoção de capacitações e treinamentos para os servidores operadores de sistemas
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: A SEPLAN, por meio da COPLAN, durante os processos de avaliação do PPA e de elaboração do PPA realizou capacitações das equipes técnicas. Ocorreram capacitações nos meses de fevereiro (avaliação do PPA 2022), abril, maio e junho (elaboração do PPA 2024-2027) e dezembro (avaliação do PPA 2023). A CPO realizou capacitação da equipe técnica por meio de orientações onlines e desenvolvimento de manuais, resultando em aprimoramento das equipes quanto ao fornecimento e projeção de informações para os anos vigentes do PPA.

Códigos e descrições das iniciativas: 02069 - Criação e realização de acompanhamento de indicadores de execução contábil
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: A contabilidade além de fazer o envio aos órgãos de controle externo (SICONFI, TCE) as informações dos indicadores da execução do Ente Rio Grande do Norte, publica junto ao portal da transparência na aba “Contabilidade Fácil”, os documentos RN Contábil, com detalhamento dos dados das informações bimestrais e quadrimestrais dos relatórios. O RN em Foco que faz uma interpretação semestral dos números do RN, e o RN + Fácil, de forma lúdica, apresenta os principais números do estado, proporcionando uma interpretação mais simples para toda a sociedade.

Códigos e descrições das iniciativas: 02141 - Aprimoramento da gestão administrativa e financeira
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: A CAF tem participado de reuniões e capacitações para aprimorar os conhecimentos e, assim, melhorar a gestão.

Códigos e descrições das iniciativas: 02148 - Desenvolvimento e fortalecimento de parcerias
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Buscando ampliar a atuação em parceria com instituições externas ao Governo do Estado, houveram tratativas com a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), o Instituto de Políticas Públicas (IPP/UFRN), o Departamento de Economia (DEPEC/UFRN) e o Departamento de Demografia e Ciências Atuariais (DDCA/UFRN).

Códigos e descrições das iniciativas: 02063 - Definição de ajustes de normas e realizar customização de sistema
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: A COLTIN/SEPLAN e o PROSIGEF/SEFAZ atuaram ativamente na sustentação do SIGEF através de manutenções preventivas, corretivas e evolutivas diariamente. Sempre solicitando os ajustes de normas e customizações que são solicitadas pelas Unidades. Realizou-se, também, atualização dos manuais em decorrência das modificações solicitadas e no desenvolvimento do Plano de Continuidade de Serviço.

Códigos e descrições das iniciativas: 02070 - Recuperação e/ou fortalecimento escritórios setoriais de projetos e processos no âmbito do Poder Executivo do Estado
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Iniciativa não realizada, por alteração da estratégia dos contratos de gestão, o que implicou na descontinuidade dos escritórios setoriais de projetos e processos sob a coordenação da SEPLAN.

Códigos e descrições das iniciativas: 02071 - Redefinição da metodologia de elaboração e acompanhamento de Contratos de Gestão para Resultados
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Iniciativa não realizada, por alteração na estratégia dos contratos de gestão.

Códigos e descrições das iniciativas: 02072 - Estabelecimento de indicadores de gestão para monitoramento dos órgãos da administração direta e indireta
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Iniciativa não realizada, por alteração na estratégia dos contratos de gestão. Não houve a seleção de indicadores de gestão para monitoramento, no âmbito dos contratos de gestão.

Códigos e descrições das iniciativas: 02073 - Redefinição e alimentação plataforma de monitoramento de projetos estratégicos
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: O sistema/plataforma de monitoramento do PPA considera todo o plano, inclusive o que está definido como prioridade para cada exercício financeiro. A alimentação dos dados sobre a execução do plano teve periodicidade bimestral.

Códigos e descrições das iniciativas: 02074 - Alinhamento disciplinar de metodologia e ferramentas gerenciais para gestão de processos de negócio
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: A iniciativa não foi desenvolvida.

Códigos e descrições das iniciativas: 02075 - Fornecimento de apoio técnico aos órgãos no mapeamento e modernização de suas rotinas de trabalho
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa não foi realizada, considerando a reorganização da estrutura e da equipe da SEPLAN nos anos de vigência do PPA. A iniciativa seria realizada pelo escritório central de projetos e processo.

Códigos e descrições das iniciativas:
02076 - Fortalecimento da planejamento e desenvolvimento territorial

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Foram mantidos os territórios da cidadania como regionalização para a promoção da participação popular e da estruturação do planejamento e dos instrumentos de planejamento. Contudo, ações de capacitação, estruturação física e de pessoal ainda precisam ser empregadas para, de fato, colocar em prática a metodologia do planejamento territorial.

Códigos e descrições das iniciativas:
02077 - Realização de eventos territoriais de participação popular

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Ocorreram eventos de participação popular durante o processo de elaboração do PPA 2024-2027, ocorridos em 2023. Avaliamos a estratégia de participação direta da população no planejamento como exitosa, visto que com os formatos adotados foi possível coletar e analisar as demandas da população e incorporar ao plano plurianual.

Códigos e descrições das iniciativas:
02078 - Reestruturação e modernização de sistema de informação, monitoramento e avaliação do planejamento e gestão estadual

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Foram realizadas ações no sentido de customizar o sistema de monitoramento do PPA, foi criado no sistema SIGEF o módulo “Acompanhamento de Metas e Agendas Transversais”, considerando a estrutura do plano. O sistema ainda pode ser incrementado para incluir o processo de avaliação, assim como novos campos na estrutura do monitoramento. O módulo de PPA do sistema SIGEF foi reestruturado em 2023 para atender a nova estrutura do PPA 2024-2027. Dentre as iniciativas que visam a modernização do sistema de informação relacionado aos processos de planejamento podemos citar a publicação de duas Instruções Normativas (IN09/2022 e IN04/2023), editadas pela SEPLAN, com o intuito de normatizar e estabelecer os papéis dos órgãos central e setoriais no que se refere aos processos do PPA. Ações de customização de sistema estão sendo realizadas voltadas para atender ao processo de monitoramento e avaliação do PPA 2024-2027.

Códigos e descrições das iniciativas:
02079 - Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos programas governamentais

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Durante o período de vigência do PPA foram realizadas iniciativas de acompanhamento, monitoramento e avaliação e, consequentemente, dos seus programas temáticos. As ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação são realizadas pelos Gerentes do PPA de cada órgão sob a coordenação da SEPLAN, por meio da COPLAN.

Códigos e descrições das iniciativas:
02080 - Sensibilização de atores sociais para a promoção da participação social
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
No processo de elaboração do PPA 2024-2027, ocorrido em 2023, foram contatados diversos atores sociais para a realização das plenárias territoriais, que ocorreram nos 10 municípios polos. As ações de sensibilização ocorreram em momento prévio à realização das plenárias com o intuito de promover articulação e garantir maior participação popular nos momentos de escuta.

Códigos e descrições das iniciativas:
02140 - Valorização e Qualificação dos Servidores
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
A destinação de recursos para investimento em qualificação e valorização dos servidores lotados nesta secretaria, no entanto não foi incluído na Lei Orçamentária Anual, impossibilitando sua execução de maneira mais eficaz. Todavia, os gerentes do PPA designados e a gerente da Rede de Parcerias TransfereGov participaram de maneira assídua das capacitações em suas áreas de competência.

Códigos e descrições das iniciativas:
02149 - Elaboração de Estudos e Pesquisas
Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Em parceria com a UFRN, conduziu a elaboração de um diagnóstico, com o objetivo de obter dados e informações acerca da situação socioeconômica do Estado do RN, visando subsidiar formulação das estratégias governamentais e a tomada de decisão dos gestores estaduais, consolidadas no âmbito do PPA PARTICIPATIVO 2024-2027. Além disso, está conduzindo diversas pesquisas sobre a conjuntura estadual de modo que subsidie de forma técnica e baseada em evidências, a tomada de decisão. Estão sendo desenvolvidos estudos nas temáticas das energias renováveis, como por exemplo, a possibilidade de ampliação de uso de energia renováveis e o consumo consciente; como também a importância do funcionalismo público e o equilíbrio fiscal para a economia potiguar. Ainda, estão sendo desenvolvidas análises quanto aos desafios para mensurar o déficit habitacional, as problemáticas em torno do planejamento territorial, e levantamentos sobre as estruturas estaduais de pesquisa e estudos. Esses estudos servirão como base para a elaboração de futuros produtos, de forma periódica. Destaca-se que está em processo de instituição de uma rede de pesquisa, sendo uma rede colaborativa de produção de conhecimento, contando com a atuação conjunta dos órgãos e entidades de Administração Pública Estadual. Ademais, buscando ampliar a atuação em parceria com instituições externas ao Governo do Estado, estão em tratativas a cooperação com a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), o Instituto de Políticas Públicas (IPP/UFRN), o Departamento de Economia (DEPEC/UFRN) e Departamento de Demografia e Ciências Atuariais (DDCA/UFRN).

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:
A Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN) possui atribuições em dois programas temáticos, são eles: "Novas Práticas de Gestão" e "Ouvir Para Governar", a partir disso, para realizar a avaliação do ano de 2023, foram analisados os objetivos, as metas, as iniciativa e a execução orçamentária vinculados aos programas.
O programa "Novas Práticas de Gestão" totaliza dois objetivos, dez metas e sete iniciativas. Em um panorama geral, o programa apresentou oito metas concluídas e duas foram descontinuadas em 2020, no primeiro ano do PPA.
Já o programa "Ouvir para Governar", contou com um objetivo, sendo composto por quatro metas e sete iniciativas. Das metas, apenas uma foi cumprida em sua totalidade. As justificativas para que as outras três metas não foram atingidas se deu ao fato da pandemia da Covid-19, uma vez que no período de vigência do PPA as atividades presenciais foram impactadas; e por não haver demanda dos gestores municipais e entidades da sociedade civil. Em relação às iniciativas, os dois programas reúnem quatorze; sendo sete executadas totalmente, duas de maneira parcial e cinco não foram realizadas.
Em um cenário geral, foram elencadas quatorze metas e iniciativas para que os Programas propostos no PPA fossem atingidos. Assim, no ano de 2023, a SEPLAN atingiu 64% do que foi apresentado.
De acordo com as avaliações setoriais das Coordenadorias, foram ocorridas modificações na estrutura e na equipe da Secretaria, dadas as especificidades ocasionadas na descontinuidade de ações e, consequentemente, na não execução das metas referentes a contratos de gestão. Além disso, a meta referente aos fóruns territoriais para o monitoramento das metas estabelecidas no Plano Plurianual não foram realizadas, uma vez que sofreu impacto causado pela pandemia da Covid-19, entretanto utilizou-se os resultados da mobilização social ocorrida na própria elaboração do PPA.
De forma exitosa, conseguiu-se que a dívida pública do estado estivesse dentro dos limites da lei e adimplida a partir do que foi proposto pelo PPA. Essa inadimplência poderia impactar no recebimento de recursos voluntários e operações de crédito para a execução de metas e iniciativas, o que não ocorreu em 2023.
Em relação à área contábil, há a divulgação do detalhamento de informações bimestrais e quadrimestrais dos relatórios, além de divulgar de maneira lúdica e intuitiva, os principais números do estado, proporcionando uma leitura mais simples para a sociedade.
Ainda, foram elaborados manuais de orientação técnica para o preparo do PPA e LOA; avaliação das metas previstas no PPA utilizando dois documentos, assim como sua revisão; capacitações com as equipes técnicas; eventos de participação popular na elaboração do PPA por meio de plenárias territoriais; e por fim, elaborar, em parceria com a UFRN, um diagnóstico socioeconômico do RN para subsidiar as tomadas de decisão nos próximos quatro anos e ampliar a atuação em parceria com instituições externas.
Soluções tecnológicas, manutenção do Sistema de Gestão Fiscal do Estado e integração dos sistemas estruturantes também foram pontos que merecem destaque na avaliação. Sendo válido ressaltar, também, o desenvolvimento de uma plataforma onde é possível verificar as metas prioritárias do governo.

Recomendações:
Com relação ao programa temático “Novas Práticas de Gestão”, foram relatadas as seguintes sugestões:
Para a Coordenadoria de Captação de Recursos e Gestão da Dívida Pública (CCRD), os poderes e os órgãos do Estado poderiam se adequar ao SIGEF e unificar o sistema visando uma melhoria e facilitação na produção das informações econômico-financeiras. Ainda, seria de suma importância a melhoria na organização processual dos demais setores e órgãos referente aos repasses de informações entre os órgãos.
De maneira geral, em relação às iniciativas que dizem respeito ao fortalecimento de escritórios setoriais de projetos, metodologia de elaboração e acompanhamento de contratos, indicadores de gestão para o monitoramento dos órgãos e alinhamento das ferramentas gerenciais para gestão de processos de negócio, é necessário que a metodologia seja redefinida.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM **(X) NÃO**
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

O Plano Plurianual (PPA) organiza as atividades da Administração Estadual a partir de programas que agrupam um conjunto de indicadores, diretrizes, objetivos, metas e iniciativas, para identificar os objetivos e prioridades na agenda das políticas públicas, tornando-se um instrumento básico de planejamento público de médio prazo.
No PPA 2020-2023 destaca-se a adoção de dois programas temáticos, elaborados com o objetivo de produzir resultados sobre situações-problemas ou oportunidades que foram identificadas a partir da perspectiva do cidadão e que serão alvo dos esforços do governo no seu período de vigência.
Para essa avaliação, foram analisados dois programas estabelecidos no PPA 2020-2023: Ouvir para Governar e Novas Práticas de Gestão, levando em consideração os respectivos objetivos, as metas e as iniciativas presentes em cada um. Além disso, utilizamos os dados de execução orçamentária.

Do Objetivo da Avaliação

A realização da avaliação do PPA 2020-2023, prevista na lei que o institui, consiste em um instrumento que permite levantar evidências sobre o desempenho da política na determinação, alcance dos objetivos e das prioridades do governo. A avaliação é vista como uma forma de medir, acompanhar e avaliar de maneira valorativa o êxito das políticas públicas.
Assim, possui um importante papel na orientação da tomada de decisão do órgão e no andamento das ações governamentais, uma vez que identifica os erros e acertos, formando um cenário com as possibilidades de aperfeiçoamento dos projetos, programas e planos estatais.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

A elaboração do Plano Plurianual 2020-2023 do Estado do Rio Grande do Norte seguiu premissas orientadas a partir da nova governança pública, dentre elas: diálogos com a sociedade, adoção de territórios como espaços de pactuação social, controle social, além da gestão integrada. Esse processo dinâmico tornou a elaboração mais consistente e eficiente para a aplicação para o próximo ciclo gerencial.
Ainda, contando com uma nova metodologia para a elaboração do PPA, a partir de uma visão estratégica e consolidada, a Secretaria do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN), visando a criação de condições favoráveis para proporcionar avanços para a sociedade norte-rio-grandense, contribuiu em dois Programas Temáticos para associá-los às políticas executadas. Assim, esses programas são caracterizados por agrupar um conjunto de indicadores, diretrizes, objetivos, metas e iniciativas, para medir o avanço e desempenho das políticas públicas.
Sendo eles:
I) Novas Práticas de Gestão, programa que conta com dois objetivos. O primeiro, “Produzir mecanismos de captação de recursos, controle e acompanhamento da qualidade do gasto público aprimorando as ferramentas de sistemas de informação visando manter o Estado adimplente e de acordo com as normas de contabilidade vigentes”, apresenta seis metas a serem atingidas com a utilização de sete iniciativas.
O segundo objetivo “Promover boas práticas em Gestão de Projetos e de Processos de Negócio no âmbito do Poder Executivo do Estado”, apresenta quatro metas a serem executadas com a utilização de sete iniciativas.
II) Ouvir para Governar, programa que conta com dois objetivos. O primeiro diz respeito a “Ampliar atuação em planejamento por meio da modernização da gestão estadual e da promoção de políticas públicas estratégicas, visando ampliar o desenvolvimento territorial, o diálogo com a sociedade e a gestão com foco nos resultados”, utilizando, para isso, quatro metas e sete

iniciativas. Já o segundo objetivo, “Implementar uma Agenda Governamental para Região Metropolitana de Natal, por meio da valorização do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, destacando a responsabilidade compartilhada entre os entes federativos, implementando um modelo de Gestão e de Financiamento”, conta com três metas.

Metodologia

De forma a fundamentar a avaliação das ações provenientes da SEPLAN no PPA 2020-2023, foram utilizadas as informações dos quatro anos de vigência do plano constantes nos relatórios de monitoramento e avaliação do PPA, bem como os relatórios de execução orçamentária e avaliações setoriais.

Dessa maneira, a metodologia utilizada para analisar os índices e dados da execução orçamentária foram os valores atualizados, empenhados, liquidados e pagos de janeiro a dezembro de cada ano do período de vigência do PPA, que foram estabelecidos na LOA, disponibilizados a partir dos relatórios de execução orçamentária. A partir disso, foi possível visualizar as variações nos valores previstos e executados nas subações e consequentemente quais metas, de fato, utilizaram os recursos.

Os setores que participaram da construção dessa avaliação por meio da comunicação direta entre os mesmos, são: Coordenadoria de Estudos Econômicos e Sociais (CES), Coordenadoria de Planejamento, Acompanhamento e Controle (COPLAN), Setor Responsável pelo SIGEF na SEFAZ (PROSIGEF), Coordenadoria de Logística, Tecnologia da Informação e Comunicação (COLTIN), Coordenadoria Geral de Contabilidade (CONGE), Coordenadoria de Captação de Recursos e Gestão da Dívida Pública (CCRD), Coordenadoria de Administração Financeira (CAF), Coordenadoria de Programação e Gestão Orçamentária (CPO), Setorial de Administração Geral (USAG), Coordenadoria da Região Metropolitana de Natal (RMN), Assessoria Técnica e Gabinete. Para todos esses setores foram solicitadas informações via ofício acerca da avaliação setorial dos objetivos, metas, iniciativas e dos indicadores.

Avaliação Geral dos Resultados

A meta 1403 - Apoiar órgãos da administração direta e indireta do Estado na operacionalização das rotinas contábeis e encerramento dos exercícios, do Programa 5001 - Novas Práticas de Gestão, foi concluída com uma execução orçamentária de 30% por objetivo ou R$ 1.910.619,32.

Relacionada ao mesmo programa temos também a meta 1398 - Implantar normas brasileiras de Contabilidade Pública que foi concluída com percentual de 64% de execução orçamentária por objetivo, um total de R$ 132.763.225,15.

Nesse mesmo contexto, a meta 1402 - Definir soluções tecnológicas integradas ao Sistema de Gestão Fiscal do Estado foi concluída já no ano de 2023, com uma taxa de 64% de execução orçamentária por objetivo ou R$132.763.225,15.

Entretanto, há cinco metas sem dados de execução orçamentária que também foram concluídas relacionadas, são elas: 1399 - Prover manutenção corretiva e evolutiva do Sistema de Gestão Fiscal do Estado; 1405 - Capacitação de servidores públicos e funcionários das Organizações da Sociedade Civil que atuam na Rede+Brasil; 1406 - Estruturar saneamento das Dívidas Públicas constantes no CAUC e penalidade para novas inscrições que negativarem o CNPJ do Estado para oportunizar possibilidade da captação de recursos de Transferências Voluntárias da União às Secretarias Estaduais e órgãos; 1472 - Manter o controle do Caixa Único do Estado e 1415 - Avaliar as metas estabelecidas no Plano Plurianual.

No início de 2020, o Programa contava com dez metas ao total, sendo sete no objetivo (0537) e três no objetivo (0538). A meta 1398, que diz respeito à implantação de normas brasileiras de

contabilidade pública e que integrava as metas do objetivo 0537, foi remanejada no ano de 2022 para o objetivo 0538. Assim, a meta passou a ter o número de 1593; entretanto, embora tenha mudado de objetivo, a meta foi contabilizada como concluída.
De maneira geral, o Programa 5001 - Novas Práticas para Gestão apresentou oito metas concluídas das onze propostas desde o primeiro ano de vigência do PPA. Dito isso, algumas metas foram excluídas do planejamento conforme o decorrer dos quatro anos.
Já no tocante ao Programa 5003 - Ouvir Para Governar, foi concluída a meta 1415 - Avaliar as metas estabelecidas no Plano Plurianual. Uma observação é sobre a falta de execução orçamentária, já que se trata de atividade de cunho administrativo, das seis metas propostas durante o exercício 2020-2023.
Diante desse contexto, um dos entraves que podem explicar a não efetivação das metas nos programas citados, segundo as coordenadorias da SEPLAN, foi a pandemia da Covid-19 que implicou principalmente na realização de encontros e escutas presenciais. Por outro lado, alguns setores do órgão investiram no formato online quando cabível.
Ainda, a não priorização de metas pelo poder governamental, a falta de demandas pelos gestores municipais em relação às atividades sobre capacitação técnica e as mudanças nas equipes dos setores, fizeram com que metas não fossem executadas.
Em suma, um total de nove metas foram concluídas nos programas “Ouvir Para Governar” e “Novas Práticas de Gestão”, das dezessete propostas no início do exercício de 2020-2023, o que corresponde a um percentual de 52% de metas concluídas.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Um total de nove metas foram concluídas nos programas “Ouvir Para Governar” e “Novas Práticas de Gestão”, das dezessete propostas no início do exercício de 2020-2023, com percentual de 52% de conclusão das metas. Um dos principais entraves no período de 2020-2023, de acordo com as coordenadorias setoriais, foi a pandemia da Covid-19 que dificultou o cumprimento de algumas das metas estabelecidas, pois impossibilitou a realização de reuniões presenciais e sessões de escuta. Além disso, a priorização de metas na ação governamental também é um fator que contribuiu para o não cumprimento de metas, diante das limitações orçamentárias.

Referências

Execução orçamentária 2020, 2021, 2022 e 2023;
Relatórios demonstrativos dos programas temáticos 2020, 2021, 2022 e 2023;
Relatórios do PPA 2020, 2021, 2022 e 2023;
Relatórios de avaliação 2022 e 2023;
Informações disponibilizadas pelos setores por meio do processo SEI n° 00210011.003663/2023-02.

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO

- PROJETO GOVERNO CIDADÃO -

Exercício 2023



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO GRANDE DO NORTE, É UM ACORDO DO EMPRÉSTIMO DE Nº LN 8276-BR, FIRMADO ENTRE O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (MUTUÁRIO) E O BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO – BIRD/BANCO MUNDIAL (AGENTE FINANCIADOR), NO VALOR DE US$ 360 MILHÕES. FOI ASSINADO, EM 04 DE OUTUBRO DE 2013, TENDO TRÊS COMPONENTES BASILARES: COMPONENTE 1 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL; COMPONENTE 2 – MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS (SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA); COMPONENTE 3 - GOVERNANÇA DO SETOR PÚBLICO.

DO PONTO DE VISTA ORÇAMENTÁRIO O PROJETO SEGUE A SEGUINTE ESTRUTURA DE AÇÕES:

- 1411 DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL
- 1409 ATENÇÃO À SAÚDE
- 1407 MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO
- 1410 MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
- 1404 MELHORIA DA GESTÃO DO SETOR PÚBLICO

PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO GRANDE DO NORTE PROJETO GOVERNO CIDADÃO – P 126452	
HISTÓRICO DAS DATAS-CHAVE E DAS CONDIÇÕES DO EMPRÉSTIMO	
CARTA-CONSULTA (COFIEX)	*OUTUBRO DE 2011*
LEI ESTADUAL AUTORIZATIVA PARA NEGOCIAÇÃO DO EMPRÉSTIMO	*LEI ORDINÁRIA ESTADUAL N.º 9.558, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011 E ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI Nº 9.616, DE 29 DE MARÇO DE 2012*
RECOMENDAÇÃO DA COFIEX	*RECOMENDAÇÃO COFIEX N ° 1306, DE 02 DE JANEIRO DE 2012*
PREPARAÇÃO DO PROJETO	*JANEIRO DE 2012 A OUTUBRO DE 2012*
MISSÃO DE IDENTIFICAÇÃO	*09 A 13 DE JANEIRO DE 2012*
MISSÃO DE APPRAISAL	*14 A 25 DE JANEIRO E DE 22 DE FEVEREIRO A 07 DE MARÇO DE 2013.*
NEGOCIAÇÃO DO CONTRATO	*15 A 16 DE MAIO DE 2013*
APROVAÇÃO DA DIRETORIA DO BANCO	*25 DE JUNHO DE 2013*
APROVAÇÃO NO SENADO FEDERAL	*09 DE JULHO DE 2013*
DATA DA ASSINATURA	*04 DE OUTUBRO DE 2013*
DATA DE LANÇAMENTO	*29 DE OUTUBRO DE 2013*
DATA DE 1º DESEMBOLSO	*26 DE NOVEMBRO DE 2013*
DATA DE ENCERRAMENTO INICIAL	*31 DE MAIO DE 2019, INCLUÍDO O PERÍODO DE GRAÇA*
DATA DE ENCERRAMENTO	*31 DE DEZEMBRO DE 2023*
DETALHES DO ACORDO DE EMPRÉSTIMO	
NOME DO PROJETO	PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO GRANDE DO NORTE
NOME FANTASIA	*PROJETO GOVERNO CIDADÃO (ANTIGO PROJETO RN SUSTENTÁVEL)*
NÚMERO DO ACORDO DE EMPRÉSTIMO	*LN 8276-BR*
MUTUÁRIO	*GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE*

AGENTE FINANCIADOR	*BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO – BIRD/BANCO MUNDIAL*
GARANTIDOR	*REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*
COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO	*SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPLAN)*
CO-EXECUTORES	*SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA – SAPE;* *SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA – SEEC;* *SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESAP:* *SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS – SEARH:* *SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – SETHAS;* *SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR;* *SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL - SESED* *SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDEC;* *DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO RIO GRANDE DO NORTE – DER.*
VALOR DO PROJETO	*US$ 400,000,000*
VALOR DO EMPRÉSTIMO	*US$ 360,000,000*
VALOR DA CONTRAPARTIDA	*US$ 40,000,000*
CATEGORIA DO EMPRÉSTIMO	FINANCIAMENTO DE PROJETO DE INVESTIMENTOS (*INVESTMENT PROJECT FINANCING - IPF*)
PRAZO DE AMORTIZAÇÃO	*30 (TRINTA) ANOS, INCLUINDO O PERÍODO DE CARÊNCIA - 360 (TREZENTOS E SESSENTA) MESES – AMORTIZAÇÃO CONSTANTE.*
PRAZO DE CARÊNCIA	*05(CINCO) ANOS - 60 (SESSENTA) MESES*
PRAZO PARA DESEMBOLSO	*05 (CINCO) ANOS, MAIS O PERÍODO DE GRAÇA DE 04 (QUATRO) MESES, APÓS A DATA DE FECHAMENTO DO EMPRÉSTIMO.*
COMISSÃO DE ABERTURA DE CRÉDITO	*FINANCIADA COM FUNDOS DO EMPRÉSTIMO US$ 900,000*
MOEDA DA CONTA DESIGNADA	*REAIS*
FINANCIAMENTO RETROATIVO	*US$ 72,000,000 (EM VIGOR DESSE MARÇO DE 2012)*
PRAZO DE VIGÊNCIA	*5 (CINCO) ANOS*
AUDITORIA EXTERNA	*TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE*
DETALHES DO PROJETO GOVERNO CIDADÃO	
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO	*ATUAR ATRAVÉS DE UMA ABORDAGEM DE PACOTES DE INTERVENÇÕES, ONDE PRIMEIRO FORAM IDENTIFICADAS AS REGIÕES MAIS CARENTES DE SERVIÇOS BÁSICOS E OPORTUNIDADES, QUE DEVEM SER APOIADAS DE FORMA UNIVERSAL, SUJEITO ÀS RESTRIÇÕES DOS RECURSOS DO PROJETO. UMA VEZ SELECIONADAS ESSAS REGIÕES, FOI DEFINIDO O ESCOPO TERRITORIAL PARA AS INTERVENÇÕES PRODUTIVAS, DEVENDO SER ORGANIZADAS EM TORNO DOS TRÊS EIXOS:* *(i) PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO CINTURÃO CENTRAL CARACTERIZADO POR UM VERDADEIRO VAZIO DE DESENVOLVIMENTO;* *(ii) PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO OESTE POTIGUAR, CARACTERIZADA POR UM ABANDONO EM RELAÇÃO À OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E PENETRAÇÃO MUITO RESTRITA DA ATIVIDADE ECONÔMICA FORMAL; E* *(iii) RECUPERAR O ANTIGO CENTRO DINÂMICO DA REGIÃO DO SERIDÓ.* ** A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENVOLVE 148 MUNICÍPIOS LOCALIZADOS NAS 03 ÁREAS PRIORITÁRIAS DE ABRANGÊNCIA*

	DO ESTADO – POPULAÇÃO: 1.524.532 PESSOAS – POPULAÇÃO POBRE: 607.177 – POPULAÇÃO POBREZA EXTREMA: 293.348 PESSOAS (72,3%) *APOIAR PROGRAMAS PRIORITÁRIOS SELECIONADOS A PARTIR DO PPA (2012-2015) E DO PLANO RN MAIS JUSTO.* *OS INVESTIMENTOS SERÃO LIGADOS A UMA ESTRATÉGIA CONCEBIDA COM FOCO EM:* *(i) PROMOVER O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E CRESCIMENTO INCLUSIVO ATRAVÉS DA INCLUSÃO PRODUTIVA, INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA, EMPREENDEDORISMO E ACESSO A MERCADOS;* *(ii) PROMOVER A ELIMINAÇÃO DA POBREZA EXTREMA, ATRAVÉS DE MAIOR SEGURANÇA ALIMENTAR E GERAÇÃO DE RENDA;* *(iii) MELHORAR NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS, OU SEJA, EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA; E* *MODERNIZAR A GESTÃO DO SETOR PÚBLICO, ATRAVÉS DE UM PROGRAMA BASEADO EM DESEMPENHO QUE APRESENTA METODOLOGIA DE GESTÃO INTEGRADA E TIC, BEM COMO MEDIDAS PARA O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS.*
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	*(i) AUMENTAR A SEGURANÇA ALIMENTAR, O ACESSO À INFRAESTRUTURA PRODUTIVA E O ACESSO A MERCADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR;* *(ii) MELHORAR O ACESSO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO, DA SAÚDE E DA SEGURANÇA PÚBLICA; E* *(iii) MELHORAR OS SISTEMAS DE CONTROLE DE DESPESAS PÚBLICAS, DOS RECURSOS HUMANOS E DA GESTÃO DE ATIVOS FÍSICOS, NO CONTEXTO DE UMA ABORDAGEM DE GESTÃO BASEADA EM RESULTADOS.*
ESTRUTURA GERAL DOS COMPONENTES/ SUBCOMPONENTES	*COMPONENTE 1 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL* • *SUBCOMPONENTE 1.1: INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES E APOIO AO FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA* • *SUBCOMPONENTE 1.2: INVESTIMENTOS EM SUBPROJETOS DE INICIATIVAS DE NEGÓCIO E SOCIOAMBIENTAIS* *COMPONENTE 2 – MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS* • *SUBCOMPONENTE 2.1: ATENÇÃO À SAÚDE* • *SUBCOMPONENTE 2.2: MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA* • *SUBCOMPONENTE 2.3: MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL* *COMPONENTE 3 - GOVERNANÇA DO SETOR PÚBLICO* • *SUBCOMPONENTE 3.1: PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA INTEGRADA E BASEADA EM RESULTADOS* • *SUBCOMPONENTE 3.2: MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL E DOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS DO ESTADO* • *SUBCOMPONENTE 3.3: GESTÃO ESTRATÉGICA E EFICIENTE DOS RECURSOS HUMANOS, GESTÃO DE ATIVOS E TI*
COMPONENTE 1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	*DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL - APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO PARA OS INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS VOLTADOS A IMPLEMENTAÇÃO DE ELEMENTOS-CHAVES DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO, ATRAVÉS DO FINANCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA SOCIOECONÔMICA (ESTRADAS, EQUIPAMENTO TURÍSTICOS, ETC), INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS E PRODUTIVOS (ORIENTADOS AO MERCADO), COM FOCO NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS.*
COMPONENTE 2 MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	*MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS - APOIA AÇÕES VOLTADAS À MELHORIA DA QUALIDADE E DO ACESSO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSÊNCIAS (OU SEJA, SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA), PRIORIZANDO OS TERRITÓRIOS MAIS*

	VULNERÁVEIS DO ESTADO DE ACORDO COM A ESTRATÉGIA DE FOCALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.
COMPONENTE 3 MELHORIA DA GESTÃO DO SETOR PÚBLICO	*MELHORIA DA GESTÃO DO SETOR PÚBLICO – APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO NAS AÇÕES SETORIAIS PRIORITÁRIAS QUE FAZEM PARTE DA ESTRATÉGIA DO GOVERNO PARA PROMOVER MAIOR EFICIÊNCIA NA GESTÃO E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PRIORIZANDO ESPECIALMENTE OS SETORES DE DA SAÚDE, DA EDUCAÇÃO E OS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA, BEM COMO OS SERVIDORES ENVOLVIDOS NOS ESFORÇOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA, POR MEIO DE: (I) A MELHORIA NA GESTÃO DO SETOR PÚBLICO LEVANDO A ENTREGA MAIS EFICIENTE E EFICAZ DOS SERVIÇOS PÚBLICOS; (II) AUMENTO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS PÚBLICOS - PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS E INVESTIMENTOS - COMO RESULTADO DA REDUÇÃO DOS GASTOS COM RECURSOS HUMANOS.*
PÚBLICO-ALVO	*DEVIDO O CARÁTER MULTISSETORIAL EXISTEM PÚBLICOS-ALVO DIFERENCIADOS, DE ACORDO COM A ÁREA DE ATUAÇÃO E COMPONENTES/SUBCOMPONENTES DO PROJETO, EMBORA TODOS ESTEJAM AMPLAMENTE LIGADOS AO MESMO GRUPO-ALVO, OU SEJA, A POPULAÇÃO LOCALIZADA NAS REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS DO ESTADO, CARENTE DE ACESSO A SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE QUALIDADE E EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA. A META GERAL DO PROJETO É ATENDER 585.000 (QUINHENTOS E OITENTA E CINCO MIL) PESSOAS, SENDO 400.000 (QUATROCENTOS MIL) PESSOAS POBRES, DENTRE ELAS 60% CONSTITUÍDA POR MULHERES (240.000 MULHERES).* *COMPONENTE 1 - SERÁ CONSTITUÍDO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, COOPERATIVAS, REDES OU ALIANÇAS FORMAIS DE PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR, TRABALHADOS SOB A PERSPECTIVA DE APLS DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS, E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DA ÁREA URBANA ATUANDO EM REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, INCLUSIVE JOVENS, MULHERES, REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS E INDÍGENAS; E, INDIRETAMENTE, PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS, E TRABALHADORES DO SETOR TURÍSTICO, PORÉM ESTES NÃO TERÃO ACESSO AOS INCENTIVOS SUBSIDIADOS DO EMPRÉSTIMO. A META É ATENDER 21.400 FAMÍLIAS DE AGRICULTORES (74.900 PESSOAS), COM UM TOTAL DE 1.660 SUBPROJETOS (PRODUTIVOS E SOCIOAMBIENTAIS), DENTRE ESSES 35% DEVEM SER LIDERADOS POR MULHERES* *COMPONENTE 2 - POPULAÇÃO POBRE E OS GRUPOS VULNERÁVEIS QUE VIVEM EM REGIÕES MAIS VULNERÁVEIS DO ESTADO.* *2.1SAÚDE – O PROJETO PROPORCIONARÁ UM MAIOR ACESSO A SERVIÇOS DE SAÚDE, EM ESPECIALMENTE PARA: (I) CRIANÇAS COM IDADE DE 0 - 24 MESES, (II) MULHERES EM IDADE REPRODUTIVA, QUE CORREM O RISCO DE MORTALIDADE MATERNA, (III) MULHERES COM IDADE ENTRE 25 - 69, QUE CORREM MAIOR RISCO DE CÂNCER DE MAMA E DO COLO DO ÚTERO, (IV) A POPULAÇÃO EM GERAL QUE NECESSIDADE DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA. ESTE SUBCOMPONENTE TAMBÉM IRÁ BENEFICIAR AS EQUIPES DE GESTORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE SAÚDE, ATRAVÉS DE MECANISMOS DE REFORÇO NA GESTÃO, QUE SÃO ESSENCIAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. A META É ATENDER 250.000 USUÁRIOS DE SAÚDE.* *2.2 EDUCAÇÃO - AS MELHORIAS NA EDUCAÇÃO APOIADAS PELO PROJETO IRÃO BENEFICIAR MAIS DE 300 MIL ALUNOS MATRICULADOS NAS 700 ESCOLAS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO NORTE (589 URBANAS E 111 RURAIS), REPRESENTANDO 40% DA POPULAÇÃO TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO. ALÉM DISSO, O SUBCOMPONENTE PROPORCIONAR AÇÕES ESPECÍFICAS VOLTADAS AOS GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS, OU SEJA, OS AGRICULTORES FAMILIARES, QUE*

	SE BENEFICIARÃO DE ALFABETIZAÇÃO (12,5 MIL ALUNOS ALFABETIZADOS) E ACESSO À COMPRA INSTITUCIONAL ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLA - PNAE, BEM COMO, OS JOVENS E MULHERES MORADORES DE ÁREAS ECONOMICAMENTE MARGINALIZADAS QUE SE BENEFICIARÃO DE MAIOR ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO ORIENTADO PARA PROGRAMAS DE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL (APROXIMADAMENTE 15 MIL ALUNOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL)A META É ATENDER 260.000 JOVENS E ADULTOS. *2.3SEGURANÇA - OS INVESTIMENTOS IRÃO BENEFICIAR A POPULAÇÃO EM GERAL, APOIANDO A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO PARA MELHORAR A SUA CAPACIDADE DE RESPOSTA A INCIDENTES CRIMINAIS, MONITORAMENTO DA SEGURANÇA DOS CIDADÃOS E DO ARQUIVO DE REGISTROS OFICIAIS DE DOCUMENTOS CIVIS E CRIMINAIS. O PROJETO TAMBÉM IRÁ BENEFICIAR OS GRUPOS DE MAIOR RISCO EM SOFRER OS EFEITOS NEGATIVOS DO AUMENTO DA VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA, COM OS JOVENS E AS MINORIAS. AS ATIVIDADES ESPECÍFICAS A SEREM IMPLEMENTADAS (APOIO AO PROGRAMA DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS – PROERD E DA COORDENADORIA DE DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES E MINORIAS – CODIMM) BENEFICIARÃO CRIANÇAS E JOVENS NA ESCOLA; MULHERES, IDOSOS; LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS –GLTT, QUE SÃO VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA* *COMPONENTE 3 - CONJUNTO DA SOCIEDADE POTIGUAR, PARTICULARMENTE NOS SERVIDORES E USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA, ELEVANDO A CAPACIDADE DO ESTADO EM PROVER OS SERVIÇOS PÚBLICOS NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE EM BASES SUSTENTÁVEIS.*
RESULTADOS ESPERADOS	*(I) AUMENTO DA RECEITA REAL DAS ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS BENEFICIÁRIAS;* *(II) AUMENTO DA OFERTA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE EM NÍVEL REGIONAL RELACIONADAS COM AS REDES DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIORITÁRIAS (REDE MATERNO-INFANTIL, REDE ONCOLOGIA E REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NO ESTADO;* *(III) MELHORARIA DO ÍNDICE DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ENSINO SECUNDÁRIO (IDEB);* *(IV) INCREMENTO O PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ASSISTIDA LOCALMENTE PELO SISTEMA DE BOLETIM ELETRÔNICO; E* *(V) AUMENTO DO PERCENTUAL DO ORÇAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS QUE ADOTEM UMA ABORDAGEM DE GESTÃO BASEADA EM RESULTADOS/ AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO SEU PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO.*
CATEGORIA AMBIENTAL	*CATEGORIA "B" (MÉDIO RISCO) - COM POTENCIAL DE CAUSAR IMPACTOS AMBIENTAIS ADVERSOS EM POPULAÇÕES HUMANAS OU ÁREAS AMBIENTALMENTE IMPORTANTES, PORÉM MENOS ADVERSOS QUE AQUELES DOS PROJETOS CLASSIFICADOS SOB A CATEGORIA "A" (ALTO RISCO).*
POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS APLICÁVEIS	*PROGRAMA OPERACIONAL* *(OP/ BP 4.01) AVALIAÇÃO AMBIENTAL,* *(OP/BP 4.04) HABITATS NATURAIS,* *(OP/BP 4.36) FLORESTAS,* *(OP 4.09) CONTROLE DE PRAGAS E PARASITAS,* *(OP/BP 4.11) RECURSOS CULTURAIS E FÍSICOS,* *(OP/BP 4.10) POVOS INDÍGENAS,* *(OP/BP 4.12) REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO, E* *(OP 4.37) SEGURANÇA DE BARRAGENS.*

DADA A SUA NATUREZA MULTISSETORIAL, O PROJETO É IMPLEMENTADO CONJUNTAMENTE POR 9 (NOVE) SECRETARIAS DE ESTADO E 1 (UMA) AUTARQUIA. A SEPLAN, ATRAVÉS DE UMA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO - UGP, SÃO RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO GLOBAL, COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE TODAS AS ATIVIDADES DO PROJETO, TANTO NO NÍVEL CENTRAL COMO REGIONAL.

A SEPLAN TAMBÉM É O PRINCIPAL INTERLOCUTOR COM O BANCO MUNDIAL DURANTE TODA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO, SENDO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO FINANCEIRA, AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES, DESEMBOLSOS, PAGAMENTO E CONTABILIDADE, BEM COMO, PELA APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE SALVAGUARDAS SOCIAIS E AMBIENTAIS E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO, ATRAVÉS DE UMA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO PRÓ-ATIVA.

COMO COORDENADOR FORMAL DO PROJETO, A SEPLAN É RESPONSÁVEL PELA COMPILAÇÃO DE TODAS AS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PROJETO FORNECIDAS PELOS OUTROS ÓRGÃOS CO-EXECUTORES, PRODUZINDO OS RELATÓRIOS EXIGIDOS PELAS POLÍTICAS DO BANCO MUNDIAL E DESCRITOS NO ACORDO DE EMPRÉSTIMO. ALÉM DISSO, SÃO RESPONSÁVEIS POR GARANTIR A INCLUSÃO NO ORÇAMENTO DO ESTADO DAS NECESSÁRIAS PROVISÕES DOS RECURSOS, TANTO DA CONTRAPARTIDA COMO DAS DOTAÇÕES RELACIONADAS COM A ENTRADA DOS RECURSOS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO, E AINDA PELO PROVIMENTO DO SUPORTE TÉCNICO E DE INFRAESTRUTURA À UGP E AS UNIDADES EXECUTORAS (UES) PARA QUE ESTAS POSSAM DESEMPENHAR EFICIENTEMENTE AS SUAS FUNÇÕES.

A EXECUÇÃO OPERACIONAL DOS COMPONENTES SERÁ COMPARTILHADA PELA SEPLAN, ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, QUALIFICADOS COMO CO-EXECUTORAS DO PROJETO, ABAIXO IDENTIFICADAS. VALE SALIENTAR QUE COMPETEM AS UES DEMANDAR (E EXECUTAR) OS INVESTIMENTOS DO ACORDO DE EMPRÉSTIMO, ENQUANTO QUE A UGP AVALIA SE TAIS DEMANDAS ATENDEM AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO. CASO ATENDA, A UGP SUBMETE ESSAS DEMANDAS AO BANCO MUNDIAL, QUE POR SUA VEZ APROVAM/REPROVAM SUA INCLUSÃO NA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PROJETO.

QUADRO 1 - ÓRGÃOS E CO-EXECUTORES DO PROJETO POR COMPONENTE

COMPONENTE	ÓRGÃOS CO-EXECUTORES
COMPONENTE 1	1. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA – SAPE; 2. SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – SETHAS; 3. SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR; 4. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDEC; 5. DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO RIO GRANDE DO NORTE – DER.
COMPONENTE 2	1. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA – SEEC; 2. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESAP; 3. SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL – SESED.
COMPONENTE 3	1. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS - SEPLAN; 2. SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS – SEAD

FONTE: ELABORADO PELA EQUIPE DA UGP.

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

CÓDIGO E NOME DO ÓRGÃO: 19000 SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS
NOME DO PROGRAMA TEMÁTICO: 4012 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO ECONÔMICA 2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE 2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ 1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA 5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

AVALIAÇÃO GERAL DO OBJETIVO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: 0530 AUMENTAR O ACESSO A INFRAESTRUTURA ECONÔMICA PRODUTIVA E O ACESSO A MERCADO EM CONFORMIDADE SANITÁRIA COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROGRAMA GOVERNO CIDADÃO; 0510 MELHORAR O ACESSO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA SAÚDE EM CONFORMIDADE COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROGRAMA GOVERNO CIDADÃO; 0527 MELHORAR O ACESSO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROJETO GOVERNO CIDADÃO; 0513 MELHORAR O ACESSO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA SEGURANÇA, EM CONFORMIDADE COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROJETO GOVERNO CIDADÃO; E 0528 MELHORAR OS SISTEMAS DE CONTROLES DE DESPESAS PÚBLICAS, DOS RECURSOS HUMANOS E DA GESTÃO DE ATIVOS FÍSICOS, NO CONTEXTO DE UMA ABORDAGEM DE GESTÃO BASEADA EM RESULTADOS, EM CONFORMIDADE COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROJETO GOVERNO CIDADÃO.
CÓDIGOS DAS METAS: 1357 IMPLEMENTAR SUBPROJETOS - IMPLEMENTAR PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS (ACESSO A ÁGUA) E DE INCLUSÃO PRODUTIVA (NA CADEIA DE APICULTURA, AGRICULTURA IRRIGADO, CAJUCULTURA, PESCADO, LEITE E DERIVADOS) PARA ATENDER A POPULAÇÃO: CONCLUÍDA 1354 MELHORAR A MALHA VIÁRIA E AEROVIÁRIA DOS CORREDORES TURÍSTICOS: CONCLUÍDA 1355 MELHORAR A SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NO RIO GRANDE DO NORTE: CONCLUÍDA 1323 CONSTRUIR, REFORMAR E/OU EQUIPAR UNIDADES DE SAÚDE: CONCLUÍDA

1339 CONSTRUIR, REFORMAR E/OU EQUIPAR UNIDADES DE ESCOLAS: CONCLUÍDA

1343 ALFABETIZAR JOVENS E ADULTOS: CONCLUÍDA

1325 FORTALECER AÇÕES DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA: CONCLUÍDA

1352 MODERNIZAR OS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS E DE GESTÃO DO ESTADO: CONCLUÍDA

CÓDIGOS DAS INICIATIVAS:

02000 DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL, COM INCLUSÃO ECONÔMICA E INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS REGIONAIS RESILIENTES.

01964 MELHORIA DA REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE, INCLUINDO O FORTALECIMENTO DAS REDES DE ATENÇÃO MATERNO-INFANTIL, ONCOLÓGICA E DE URGÊNCIAS-EMERGÊNCIAS - GOVERNO CIDADÃO

01974 MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

01967 FORTALECIMENTO DA GESTÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

01995 MELHORIA DA GESTÃO DO SETOR PÚBLICO

AVALIAÇÃO GERAL DO OBJETIVO:

(III) 0530 - AUMENTAR O ACESSO A INFRAESTRUTURA ECONÔMICA PRODUTIVA E O ACESSO A MERCADO EM CONFORMIDADE SANITÁRIA COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROGRAMA GOVERNO CIDADÃO.

AÇÕES EXECUTADAS EM 2023

1. OBRAS DE RECUPERAÇÃO E SISTEMA DE ALERTA SONORO DA BARRAGEM DE LUCRÉCIA. COM QUASE 90 ANOS DE EXISTÊNCIA, A BARRAGEM, SOB A RESPONSABILIDADE DO GOVERNO DO ESTADO, PASSOU POR TRANSFORMAÇÕES SIGNIFICATIVAS PARA ATENDER ÀS NORMATIVAS DE SEGURANÇA, E AGORA SE DESTACA COMO O PRIMEIRO RESERVATÓRIO DO NORDESTE A CONTAR COM O PLANO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS (PSB) E A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA (PAE).

AS INICIATIVAS EMPREENDIDAS, FRUTO DO TRABALHO CONJUNTO DO PROJETO GOVERNO CIDADÃO E DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (SEMARH), REPRESENTAM UM INVESTIMENTO EXPRESSIVO, ULTRAPASSANDO A MARCA DE R$ 20 MILHÕES. ESTE MONTANTE ABRANGEU UMA SÉRIE DE MEDIDAS PREVENTIVAS, DESDE A REVISÃO E READEQUAÇÃO DE PROJETOS ATÉ A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ALERTA SONORO.

APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DA SONORIZAÇÃO, A BARRAGEM DE LUCRÉCIA, AGORA PIONEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE E EM TODO O NORDESTE, AO ADOTAR O PSB E O PAE, DEMONSTRA O COMPROMISSO COM A SEGURANÇA HÍDRICA. ESSAS MEDIDAS TORNAM-SE AINDA MAIS RELEVANTES À LUZ DE EVENTOS DESASTROSOS, COMO OS OCORRIDOS EM BRUMADINHO E MARIANA, EM MINAS GERAIS, DESTACANDO A IMPORTÂNCIA DE UM PLANEJAMENTO SÓLIDO E DE PRONTIDÃO PARA GARANTIR A SEGURANÇA DAS COMUNIDADES CIRCUNVIZINHAS.

VALOR APLICADO EM 2023: R$ 7.484.906,58

2. OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RN 233 NO TRECHO BR 304 – TRIUNFO POTIGUAR

A RN 233 PASSOU POR UMA SIGNIFICATIVA REVITALIZAÇÃO, A PARTIR DO INVESTIMENTO EXPRESSIVO DE R$ 85 MILHÕES. A INICIATIVA DESTACOU-SE NÃO APENAS PELA SUA MAGNITUDE FINANCEIRA, MAS TAMBÉM PELA EFICIÊNCIA NA SUA EXECUÇÃO.

UMA DE SUAS PARTICULARIDADES FOI A ESCOLHA DE UMA ÚNICA EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E A EXECUÇÃO DE OBRAS POR MEIO DE UM MÉTODO LICITATÓRIO INOVADOR DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA, UMA DECISÃO ESTRATÉGICA QUE DEMONSTROU SER CRUCIAL PARA A CELERIDADE DA OBRA. O PROCESSO, CONCLUÍDO EM UM TEMPO CONSIDERADO MUITO CURTO, DE 10 MESES, TRANSFORMOU-SE EM UM CASE DE SUCESSO PARA O BANCO MUNDIAL, EVIDENCIANDO A CAPACIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO ÁGIL E EFICAZ DO PROJETO.

A RN 233, QUE SE ESTENDE POR 41 KM, CONECTANDO O ENTRONCAMENTO DA BR-304 EM ASSÚ AO MUNICÍPIO DE PARAÚ E, FINALMENTE, À BR 226 NAS IMEDIAÇÕES DE TRIUNFO POTIGUAR, EXPERIMENTOU UMA RESTAURAÇÃO ABRANGENTE E UMA EXPANSÃO FUNDAMENTAL. O RESULTADO É UMA VIA MAIS SEGURA, EFICIENTE E PROPÍCIA AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL. A POPULAÇÃO LOCAL E OS PRODUTORES DA REGIÃO SÃO OS PRIMEIROS A TESTEMUNHAR OS BENEFÍCIOS DESSA INTERVENÇÃO. A ESTRADA RENOVADA NÃO APENAS OFERECE UMA EXPERIÊNCIA DE DESLOCAMENTO APRIMORADA, MAS TAMBÉM SE TORNOU UM MEIO EFICAZ PARA O ESCOAMENTO DE PRODUÇÕES, IMPULSIONANDO A ECONOMIA LOCAL.

VALOR APLICADO EM 2023: R$ 3.493.742,36

3. MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DO DIBA

O DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO BAIXO AÇU – DIBA, MAIOR PERÍMETRO IRRIGADO DO ESTADO, TEVE A SEGUNDA ETAPA DE MELHORIAS CONCLUÍDA, QUANDO FOI RESTAURADA A PRINCIPAL ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO, ONDE SE INICIA A CAPTAÇÃO DE ÁGUA DO RIO, E A RECUPERAÇÃO DE TRÊS PISCINAS – RESERVATÓRIOS AO LONGO DO CANAL QUE SERVEM A LOTES PRÓXIMOS. O EQUIPAMENTO JÁ FOI RECEBIDO PROVISORIAMENTE, ESTANDO NOS TRÂMITES HABITUAIS PARA O RECEBIMENTO EM DEFINITIVO. O DISTRITO QUE HÁ MAIS DE DUAS DÉCADAS ESPERAVA POR MELHORIAS, RECEBEU PARA ESSA FASE DE EXECUÇÕES, INVESTIMENTOS NA ORDEM DE R$ 4,6 MILHÕES.

VALOR APLICADO EM 2023: R$ 1.265.298,07

4. USINAS FOTOVOLTAICAS EM COMUNIDADES RURAIS

PARA DAR SUSTENTABILIDADE AOS SUBPROJETOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA, COMO UNIDADES DE BENEFICIAMENTO DE FRUTAS, PEIXE, ENTRE OUTROS, 32 ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES, DISTRIBUÍDOS EM 23 MUNICÍPIOS, RECEBERAM INVESTIMENTOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE USINAS FOTOVOLTAICAS.

VALOR APLICADO EM 2023: 1.077.430,50

5. COMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE COMUNIDADES RURAIS

NOVOS INVESTIMENTOS FORAM APLICADOS EM INICIATIVAS QUE, POR MOTIVOS DIVERSOS, NÃO ESTAVAM CONSEGUINDO EXECUTAR OS SERVIÇOS PARA OS QUAIS FORAM IMPLEMENTADAS. AÇÕES COMO AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE FILTROS DE TRATAMENTO; CLORADOR DE PASTILHA; RESERVATÓRIOS E REDES DE DISTRIBUIÇÃO EM ASSOCIAÇÕES QUE FORAM BENEFICIADAS COM SISTEMAS DE TRATAMENTOS SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA LOCALIZADOS EM COMUNIDADES RURAIS, ATÉ A OBRAS NECESSÁRIAS PARA O FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS.

VALOR APLICADO EM 2023: R$ 583.646,31

5. EQUIPAMENTOS PARA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA ESTEVÃO DE OLIVEIRA

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA VIABILIZAR A ESTRUTURAÇÃO DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA EM CAICÓ. FORAM ADQUIRIDOS APARELHOS COMO CLASSIFICADORA DE PEIXES, BOMBAS SUBMERSAS, MEDIDOR DE PH, KIT DE ANÁLISE DE ÁGUA, AERADOR E SOPRADOR.

VALOR APLICADO EM 2023: R$ 122.000,00

6. EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO DE PROCESSAMENTO DE LEITE E DERIVADOS

AQUISIÇÃO DE BACTOCOUNT, EQUIPAMENTO PARA CONTAGEM DE BACTÉRIAS E CÉLULAS SOMÁTICAS DO LEITE CRU, PARA ESTRUTURAÇÃO DO LABORATÓRIO DE QUALIDADE DO LEITE – LABOLEITE, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN, PÓLO DA ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ (EAJ).

VALOR APLICADO EM 2023: R$386.831,49

7. AÇÕES PARA FORTALECIMENTO DO MAIS MERCADOS

EM 2023, FOI LANÇADO O PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO AO ACESSO A MERCADOS PRIVADOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR – MAIS MERCADOS, UMA PARCERIA DO GOVERNO CIDADÃO COM A SEDRAF PARA OTIMIZAR E ARTICULAR AS AÇÕES ESTADUAIS DE FOMENTO DO ACESSO AOS MERCADOS, COMO FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, ESPAÇOS FIXOS DE COMERCIALIZAÇÃO, RODADAS DE NEGÓCIO, PROSPECÇÃO DE MERCADOS E CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA ORGÂNICA.

AMPARADO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 32.509, DE 20 DE MARÇO DE 2023, O PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO AO ACESSO A MERCADOS PRIVADOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR – MAIS MERCADOS – FOI CRIADO COM O OBJETIVO DE FOMENTAR E FORTALECER A CAPACIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR APOIANDO MERCADOS JÁ EXISTENTES, CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVOS PONTOS DE VENDA. AS AÇÕES FORAM VOLTADAS PARA AMPLIAR A OFERTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS POR MEIO DE APOIO E IMPLANTAÇÃO DE FEIRAS E MERCADOS PÚBLICOS, E AINDA A INSERÇÃO VIA MERCADO ATACADISTA PARA INSERIR A AGRICULTURA FAMILIAR EM SUPERMERCADOS, RESTAURANTES E OUTRAS EMPRESAS DE PREPARO DE ALIMENTOS.

UM DOS BRAÇOS DO MAIS MERCADOS ERA O PROJETO FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, COM META DE IMPLANTAR E PADRONIZAR FEIRAS NOS 10 TERRITÓRIOS DO ESTADO.

VALOR APLICADO EM 2023: 424.825,11

AVALIAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA ATENDIMENTO DA OBJETIVO:

NÃO HOUVE DESCONTINUIDADE NA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS, SENDO SUFICIENTES PARA COLOCAR EM PRÁTICA A INICIATIVA E CUMPRIR AS METAS NO EXERCÍCIO 2023.

(II) 0510 - MELHORAR O ACESSO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA SAÚDE EM CONFORMIDADE COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROGRAMA GOVERNO CIDADÃO:

AÇÕES EXECUTADAS EM 2023

HOSPITAL DA MULHER. COM FINALIZAÇÃO DO HOSPITAL DA MULHER, EM MOSSORÓ, EM DEZEMBRO DE 2022, O EQUIPAMENTO EM 2023 RECEBEU DIVERSOS APARELHOS E MOBILIÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DA UNIDADE. QUANDO EM FUNCIONAMENTO PLENO, O HOSPITAL DA MULHER VAI

OFERECER MAIS DE 160 LEITOS PARA O FORTALECIMENTO DA SAÚDE MATERNO-INFANTIL, GINECOLÓGICA E OBSTÉTRICA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE. O OBJETIVO É REALIZAR 20 MIL ATENDIMENTOS ANUAIS DE PACIENTES DE MAIS DE 60 MUNICÍPIOS. NESTA INICIATIVA, O GOVERNO INVESTIU - DE FORMA GLOBAL - R$ 132 MILHÕES NA CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SENDO EM 2023 APLICADO O VALOR R$ 38.415.053,57

REFERÊNCIA ONCOLÓGICA (CRO) EM SÃO PAULO DO POTENGI E JOÃO CÂMARA . OS CENTRO DE REFERÊNCIA ONCOLÓGICA (CRO) EM SÃO PAULO DO POTENGI E JOÃO CÂMARA REPRESENTAM UM AVANÇO SIGNIFICATIVO NA PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO PRECOCE DO CÂNCER DE MAMA E COLO DE ÚTERO. COM UM INVESTIMENTO DE POUCO MAIS DE R$ 2 MILHÕES, OS CENTROS FORAM EQUIPADOS COM TECNOLOGIA DE PONTA, INCLUINDO MAMÓGRAFOS DIGITAL, RXS DIGITAIS, APARELHOS DE ULTRASSOM DIGITAL, BISTURIS ELETRÔNICOS, COLPOSCÓPIOS, E OUTROS EQUIPAMENTOS ESSENCIAIS.

O GOVERNO DO RN DESTINOU ESSES INVESTIMENTOS COMO PARTE DAS INTERVENÇÕES PARA FORTALECER A REDE DE ATENÇÃO ONCOLÓGICA, CONCENTRANDO ESFORÇOS NOS CÂNCERES DE MAMA E COLO DE ÚTERO. A META É AMPLIAR O ACESSO A SERVIÇOS REGIONALIZADOS, PRIORIZANDO MULHERES DE 25 A 69 ANOS, COM O OBJETIVO DE REDUZIR A INCIDÊNCIA E MORTALIDADE RELACIONADAS A ESSES CÂNCERES. EM 2023, FORAM ENTREGUES OS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS EM ANOS ANTERIORES, NÃO HAVENDO VALORES GASTOS NESTE ANO.

AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS DO HOSPITAL REGIONAL NELSON INÁCIO DOS SANTOS NO MUNICÍPIO DE ASSÚ. A UNIDADE DE SAÚDE NA REGIÃO DO VALE DO ASSÚ RECEBEU INVESTIMENTOS DE R$ 5,9 MILHÕES, COM O OBJETIVO TORNÁ-LA REFERÊNCIA EM SAÚDE MATERNO-INFANTIL, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DAS MULHERES, GESTANTES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, PROPORCIONANDO UM ATENDIMENTO MAIS ADEQUADO NA REGIÃO.

A REFORMA ABRANGEU PARTE DO HOSPITAL, INCLUINDO REBOCO, PISO, ILUMINAÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA, CABEAMENTO ESTRUTURADO, ACESSIBILIDADE E REVISÃO NA COBERTURA. INTERVENÇÕES SIGNIFICATIVAS FORAM REALIZADAS NA ESTRUTURAÇÃO DAS FACHADAS E NA INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR.

A UNIDADE HOSPITALAR AGORA CONTA COM OITO LEITOS VOLTADOS PARA SAÚDE MENTAL, SALAS ESPECÍFICAS PARA EXAMES COMO ULTRASSOM, CARDIOTOCÓGRAFO/TRIAGEM, RAIO-X, PEQUENAS CIRURGIAS E DE ESTABILIZAÇÃO, COM DOIS LEITOS CADA. FORAM CONSTRUÍDAS DUAS SALAS DE PPP, OFERECENDO UM AMBIENTE ÚNICO PARA OS TRÊS ESTÁGIOS DO PARTO (PRÉ-PARTO, PARTO E PÓS-PARTO), PROPORCIONANDO COMODIDADE PARA AS PARTURIENTES LOCAIS.

ALÉM DISSO, AS ALAS DE ENFERMARIAS, CLÍNICA MÉDICA E CIRÚRGICA, ISOLAMENTO, ALOJAMENTO CONJUNTO, CENTRO DE RECUPERAÇÃO E AS DUAS SALAS DE CIRURGIA PASSARAM POR UMA SIGNIFICATIVA MANUTENÇÃO.

APESAR DE AS OBRAS TEREM SIDO ENTREGUES EM 2023, AS APLICAÇÕES FINANCEIRAS CORRERAM EM ANOS ANTERIORES.

AVALIAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA ATENDIMENTO DA OBJETIVO:

NÃO HOUVE DESCONTINUIDADE NA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS, SENDO SUFICIENTES PARA COLOCAR EM PRÁTICA A INICIATIVA E CUMPRIR AS METAS NO EXERCÍCIO 2023.

(IV) 0527 - MELHORAR O ACESSO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROJETO GOVERNO CIDADÃO:

O OBJETIVO DESTA AÇÃO É APOIAR A ESTRATÉGIA DO ESTADO PARA INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO À AGENDA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL; E A MELHORIA DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM. PARA TANTO FORAM DESENVOLVIDAS AS SEGUINTES ATIVIDADES: ATIVIDADE: 1. CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS NO CAMPO; ATIVIDADE: 2. APOIO A ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO JOVEM E ADULTA DO CAMPO NÃO ESCOLARIZADA; ATIVIDADE: 3. APOIO A REDE DE EDUCAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL PARA INCLUSÃO PRODUTIVA; ATIVIDADE: 4. FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR PARA INSERÇÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE ; ATIVIDADE: 5. CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES E MATRIZES CURRICULARES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO; ATIVIDADE: 6. DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA DE INOVAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS-PIP; ATIVIDADE: 7. CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA; ATIVIDADE: 8. PROGRAMA DE PADRÕES MÍNIMOS PARA AS ESCOLAS; ATIVIDADE: 9. DEFINIÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO SISTEMÁTICO AOS MUNICÍPIOS. ATUALMENTE SOMENTE A ATIVIDADE 8 AINDA ESTÁ EM EXECUÇÃO.

AÇÕES EXECUTADAS EM 2023

1. REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL VICENTE LEMOS, NO MUNICÍPIO DE ELÓI DE SOUZA. A ESCOLA FOI PRATICAMENTE RECONSTRUÍDA, UMA VEZ QUE SE ENCONTRAVA SEM CONDIÇÕES DE USO. APÓS UM INVESTIMENTO TOTAL DE R$ 4,3 MILHÕES, SENDO R$ 3,6 MILHÕES PARA OBRAS FÍSICAS MAIS R$ 769 MIL EM EQUIPAMENTOS, FORAM REFORMADAS AS SALAS DE AULA TEÓRICAS, SALA DE PROFESSORES, BIBLIOTECA, LABORATÓRIOS DE LÍNGUAS, INFORMÁTICA, FÍSICA E MATEMÁTICA E DE QUÍMICA E BIOLOGIA, QUADRA POLIESPORTIVA E DEMAIS AMBIENTES.

A UNIDADE BENEFICIA 410 ESTUDANTES DOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO, PROFESSORES E SERVIDORES DISPÕEM DE UM AMBIENTE ADEQUADO AO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM, COM MOBILIÁRIO NOVO, ACESSIBILIDADE, EQUIPAMENTOS PARA OS LABORATÓRIOS, MOBILIÁRIO COMPLETO, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DE COZINHA E CONDICIONADORES DE AR EM TODAS AS SALAS.

VALOR APLICADO EM 2023: R$ 1.002.525,11

AVALIAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA ATENDIMENTO DA OBJETIVO:

NÃO HOUVE DESCONTINUIDADE NA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS, SENDO SUFICIENTES PARA COLOCAR EM PRÁTICA A INICIATIVA E CUMPRIR AS METAS NO EXERCÍCIO 2023.

NÃO HOUVE DESCONTINUIDADE NA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS, SENDO SUFICIENTES PARA COLOCAR EM PRÁTICA A INICIATIVA E CUMPRIR AS METAS NO EXERCÍCIO 2023.

(I) 0513 - MELHORAR O ACESSO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA SEGURANÇA, EM CONFORMIDADE COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROJETO GOVERNO CIDADÃO:

NÃO HOUVE AÇÕES EXECUTADAS EM 2023

AVALIAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA ATENDIMENTO DA OBJETIVO:

NÃO SE APLICA

(V) 0528 - MELHORAR OS SISTEMAS DE CONTROLES DE DESPESAS PÚBLICAS, DOS RECURSOS HUMANOS E DA GESTÃO DE ATIVOS FÍSICOS, NO CONTEXTO DE UMA ABORDAGEM DE GESTÃO BASEADA EM RESULTADOS, EM CONFORMIDADE COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROJETO GOVERNO CIDADÃO:

AÇÕES EXECUTADAS EM 2023

1. CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DO CIDADÃO DE MACAÍBA

ENTREGUE EM 2023, A CENTRAL DE MACAÍBA FOI CONSTRUÍDA E EQUIPADA A PARTIR DO INVESTIMENTO DE R$ 2,1 MILHÕES. A CONSTRUÇÃO E A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS SEGUIRAM O NOVO PADRÃO ESTABELECIDO PARA AS CENTRAIS DO CIDADÃO, OFERECENDO MAIS CONFORTO E COMODIDADE PARA USUÁRIOS E SERVIDORES EM UM AMBIENTE PROJETADO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO.

A UNIDADE MACAIBENSE É CONSIDERADA DE MÉDIO PORTE, COM 598,56M² DE ÁREA CONSTRUÍDA. COM O IMÓVEL PRÓPRIO, O GOVERNO DO ESTADO DEIXOU DE GASTAR COM ALUGUEL E A ECONOMIA SERÁ DE R$140.592 MIL POR ANO (R$11.716 MIL MENSAIS). COM A PLENA OFERTA DE SERVIÇOS DISPONÍVEIS NA NOVA UNIDADE, A ESTRUTURA PERMITE A REALIZAÇÃO DE CERCA DE 12 MIL ATENDIMENTOS POR MÊS. ALÉM DA POPULAÇÃO MACAIBENSE, A NOVA CENTRAL DO CIDADÃO SERVIRÁ A OUTROS NOVE MUNICÍPIOS: NATAL, PARNAMIRIM, SÃO JOSÉ DE MIPIBU, VERA CRUZ, BOM JESUS, SÃO PEDRO, IELMO MARINHO, SÃO GONÇALO DO AMARANTE E BOA SAÚDE.

VALOR APLICADO EM 2023: 0,00

2. USINAS FOTOVOLTAICAS EM PRÉDIOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

COM FOCO NA ECONOMIA DO TESOURO ESTADUAL, ALÉM DE COLABORAR COM O MEIO AMBIENTE NA PRODUÇÃO DE ENERGIA LIMPA EM 18 CENTRAIS DO CIDADÃO, 10 PRÉDIOS DO CENTRO ADMINISTRATIVO, 3 HOSPITAIS E UM LABORATÓRIO, RECEBERAM USINAS FOTOVOLTAICAS.

VALOR APLICADO EM 2023: 3.197.296,90

3. FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL DA TRIBUTAÇÃO DO ESTADO

A RECONSTRUÇÃO DO NÚCLEO INTEGRADO DE FISCALIZAÇÃO E FRONTEIRA DE CARAÚ (NIFF) - POSTO CARAÚ, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA, VEIO PARA REFORÇAR AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE CARGAS E DE COMBATE À SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS NO RN.

O EQUIPAMENTO QUE ENTROU EM FUNCIONAMENTO EM JUNHO FOI VIABILIZADO COM A APLICAÇÃO DE R$ 16,1 MILHÕES, E OUTROS R$ 14 MILHÕES FORAM INVESTIDOS NA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS.

COM APENAS CINCO DIAS DE FUNCIONAMENTO, QUANDO PASSARAM CERCA DE 10 MIL VEÍCULOS DE CARGA NO LOCAL, FOI GERADA UMA ARRECADAÇÃO PRÓXIMA DE R$ 1,5 MILHÃO.

ALÉM DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRIBUTAÇÃO (SET RN), O POSTO CONTARÁ COM SERVIÇOS DA POLÍCIA MILITAR (PMRN) E DO INSTITUTO DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DO RN (IDIARN), MODERNIZANDO O SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO, INCLUSIVE DE INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA, ASSEGURANDO A OFERTA DE PRODUTOS DE QUALIDADE, CONTRIBUINDO PARA A PRESERVAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA E PROMOVENDO A SEGURANÇA DO ESTADO.

VALOR APLICADO EM 2023: R$ 10.760.064,68

4. ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO DO PRÉDIO DO SINE

ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO PARA O PRÉDIO DO SINE EM NATAL PARA CORRETO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.

VALOR APLICADO EM 2023: R$ 112.414,40

AVALIAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA ATENDIMENTO DA OBJETIVO:

NÃO HOUVE DESCONTINUIDADE NA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS, SENDO SUFICIENTES PARA COLOCAR EM PRÁTICA A INICIATIVA E CUMPRIR AS METAS NO EXERCÍCIO 2023.

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DAS METAS
AVALIE O DESENVOLVIMENTO DA META PROPOSTA NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PPA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA META:

1357 - IMPLEMENTAR SUBPROJETOS - IMPLEMENTAR PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS (ACESSO A ÁGUA) E DE INCLUSÃO PRODUTIVA (NA CADEIA DE APICULTURA, AGRICULTURA IRRIGADO, CAJUCULTURA, PESCADO, LEITE E DERIVADOS) PARA ATENDER A POPULAÇÃO.

AVALIAÇÃO DA META:

NÃO HÁ METAS PREVISTAS PARA O ANO. AS METAS PREVISTAS NO PPA 202-2023 FORAM ALÇANDAS NO ANOS ANTERIORES

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA META:

1354 MELHORAR A MALHA VIÁRIA E AEROVIÁRIA DOS CORREDORES TURÍSTICOS

AVALIAÇÃO DA META:

NÃO HÁ METAS PREVISTAS PARA O ANO. AS METAS PREVISTAS NO PPA 202-2023 FORAM ALÇANDAS NO ANOS ANTERIORES

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA META:

1355 - MELHORAR A SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NO RIO GRANDE DO NORTE

AVALIAÇÃO DA META:

NÃO HÁ METAS PREVISTAS PARA O ANO. AS METAS PREVISTAS NO PPA 202-2023 FORAM ALÇANDAS NO ANOS ANTERIORES

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA META:

1323 - CONSTRUIR, REFORMAR E/OU EQUIPAR UNIDADES DE SAÚDE

AVALIAÇÃO DA META:

NÃO HÁ METAS PREVISTAS PARA O ANO. AS METAS PREVISTAS NO PPA 202-2023 FORAM ALÇANDAS NO ANOS ANTERIORES, ENTRETANTO, NESSE ANO FORAM ADQUIRIDOS DIVERSOS APARELHOS E MOBILIÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL DA MULHER EM MOSSORÓ E TAMBÉM A ENTREGA DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL NELSON INÁCIO DOS SANTOS NO MUNICÍPIO DE ASSÚ E DE EQUIPAMENTO PARA OS CENTROS DE REFERÊNCIA ONCOLÓGICA EM SÃO PAULO DO POTENGI E DE JOÃO CÂMARA.

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA META:

1339 - CONSTRUIR, REFORMAR E/OU EQUIPAR UNIDADES DE ESCOLAS

AVALIAÇÃO DA META:

NÃO HÁ METAS PREVISTAS PARA O ANO. ENTRETANTO, NESSE ANO FOI CONCLUÍDA A ÚLTIMA UNIDADE ESCOLAR PREVISTA NO PROJETO GOVERNO CIDÃDÃO: AMPLIAÇÃO/REFORMA E EQUIPAMENTOS DA ESCOLA ESTADUAL VICENTE LEMOS NO MUNICÍPIO DE ELOI DE SOUZA.

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA META:

1343 - ALFABETIZAR JOVENS E ADULTOS

AVALIAÇÃO DA META:

NÃO HÁ METAS PREVISTAS PARA O ANO. AS METAS PREVISTAS NO PPA 202-2023 FORAM ALÇANDAS NO ANOS ANTERIORES

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA META:

1325 - FORTALECER AÇÕES DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA

AVALIAÇÃO DA META:

NÃO HÁ METAS PREVISTAS PARA O ANO. AS METAS PREVISTAS NO PPA 202-2023 FORAM ALÇANDAS NO ANOS ANTERIORES

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA META:

1352 - MODERNIZAR OS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS E DE GESTÃO DO ESTADO

AVALIAÇÃO DA META:

NÃO HÁ METAS PREVISTAS PARA O ANO. AS METAS PREVISTAS NO PPA 202-2023 FORAM ALÇANDAS NO ANOS ANTERIORES

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DAS INICIATIVAS

AVALIE O DESENVOLVIMENTO DAS INICIATIVAS PROPOSTA NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PPA, ASSIM COM A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA VINCULADA ÀS SUBAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

CÓDIGOS E DESCRIÇÕES DAS INICIATIVAS:

02000 DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL, COM INCLUSÃO ECONÔMICA E INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS REGIONAIS RESILIENTES.

01964 MELHORIA DA REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE, INCLUINDO O FORTALECIMENTO DAS REDES DE ATENÇÃO MATERNO-INFANTIL, ONCOLÓGICA E DE URGÊNCIAS-EMERGÊNCIAS - GOVERNO CIDADÃO

01974 MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

01967 FORTALECIMENTO DA GESTÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

01995 MELHORIA DA GESTÃO DO SETOR PÚBLICO

AVALIAÇÃO DAS INICIATIVAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02000 DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL, COM INCLUSÃO ECONÔMICA E INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS REGIONAIS RESILIENTES.

COM RELAÇÃO A ESTA INICIATIVA, SEMELHANTE AO OBJETIVO 0530, NO ANO DE 2023, FORAM FINALIZADOS OS SEGUINTES INVESTIMENTOS:

1. OBRAS DE RECUPERAÇÃO E SISTEMA DE ALERTA SONORO DA BARRAGEM DE LUCRÉCIA. COM QUASE 90 ANOS DE EXISTÊNCIA, A BARRAGEM, SOB A RESPONSABILIDADE DO GOVERNO DO ESTADO, PASSOU POR TRANSFORMAÇÕES SIGNIFICATIVAS PARA ATENDER ÀS NORMATIVAS DE SEGURANÇA, E AGORA SE DESTACA COMO O PRIMEIRO RESERVATÓRIO DO NORDESTE A CONTAR COM O PLANO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS (PSB) E A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA (PAE).

AS INICIATIVAS EMPREENDIDAS, FRUTO DO TRABALHO CONJUNTO DO PROJETO GOVERNO CIDADÃO E DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (SEMARH), REPRESENTAM UM INVESTIMENTO EXPRESSIVO, ULTRAPASSANDO A MARCA DE R$ 20 MILHÕES. ESTE MONTANTE ABRANGEU UMA SÉRIE DE MEDIDAS PREVENTIVAS, DESDE A REVISÃO E READEQUAÇÃO DE PROJETOS ATÉ A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ALERTA SONORO.

APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DA SONORIZAÇÃO, A BARRAGEM DE LUCRÉCIA, AGORA PIONEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE E EM TODO O NORDESTE, AO ADOTAR O PSB E O PAE, DEMONSTRA O COMPROMISSO COM A SEGURANÇA HÍDRICA. ESSAS MEDIDAS TORNAM-SE AINDA MAIS RELEVANTES À LUZ DE EVENTOS DESASTROSOS, COMO OS OCORRIDOS EM BRUMADINHO E MARIANA, EM MINAS GERAIS, DESTACANDO A IMPORTÂNCIA DE UM PLANEJAMENTO SÓLIDO E DE PRONTIDÃO PARA GARANTIR A SEGURANÇA DAS COMUNIDADES CIRCUNVIZINHAS.

VALOR APLICADO EM 2023: R$ 7.484.906,58

2. OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RN 233 NO TRECHO BR 304 – TRIUNFO POTIGUAR

A RN 233 PASSOU POR UMA SIGNIFICATIVA REVITALIZAÇÃO, A PARTIR DO INVESTIMENTO EXPRESSIVO DE R$ 85 MILHÕES. A INICIATIVA DESTACOU-SE NÃO APENAS PELA SUA MAGNITUDE FINANCEIRA, MAS TAMBÉM PELA EFICIÊNCIA NA SUA EXECUÇÃO.

UMA DE SUAS PARTICULARIDADES FOI A ESCOLHA DE UMA ÚNICA EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E A EXECUÇÃO DE OBRAS POR MEIO DE UM MÉTODO LICITATÓRIO INOVADOR DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA, UMA DECISÃO ESTRATÉGICA QUE DEMONSTROU SER CRUCIAL PARA A CELERIDADE DA OBRA. O PROCESSO, CONCLUÍDO EM UM TEMPO CONSIDERADO MUITO CURTO, DE 10 MESES, TRANSFORMOU-SE EM UM CASE DE SUCESSO PARA O BANCO MUNDIAL, EVIDENCIANDO A CAPACIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO ÁGIL E EFICAZ DO PROJETO.

A RN 233, QUE SE ESTENDE POR 41 KM, CONECTANDO O ENTRONCAMENTO DA BR-304 EM ASSÚ AO MUNICÍPIO DE PARAÚ E, FINALMENTE, À BR 226 NAS IMEDIAÇÕES DE TRIUNFO POTIGUAR, EXPERIMENTOU UMA RESTAURAÇÃO ABRANGENTE E UMA EXPANSÃO FUNDAMENTAL. O RESULTADO É UMA VIA MAIS SEGURA, EFICIENTE E PROPÍCIA AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL. A POPULAÇÃO LOCAL E OS PRODUTORES DA REGIÃO SÃO OS PRIMEIROS A TESTEMUNHAR OS BENEFÍCIOS DESSA INTERVENÇÃO. A ESTRADA RENOVADA NÃO APENAS OFERECE UMA EXPERIÊNCIA DE DESLOCAMENTO APRIMORADA, MAS TAMBÉM SE TORNOU UM MEIO EFICAZ PARA O ESCOAMENTO DE PRODUÇÕES, IMPULSIONANDO A ECONOMIA LOCAL.

VALOR APLICADO EM 2023: R$ 3.493.742,36

3. MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DO DIBA

O DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO BAIXO AÇU – DIBA, MAIOR PERÍMETRO IRRIGADO DO ESTADO, TEVE A SEGUNDA ETAPA DE MELHORIAS CONCLUÍDA, QUANDO FOI RESTAURADA A PRINCIPAL ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO, ONDE SE INICIA A CAPTAÇÃO DE ÁGUA DO RIO, E A RECUPERAÇÃO DE TRÊS PISCINAS – RESERVATÓRIOS AO LONGO DO CANAL QUE SERVEM A LOTES PRÓXIMOS. O EQUIPAMENTO JÁ FOI RECEBIDO PROVISORIAMENTE, ESTANDO NOS TRÂMITES HABITUAIS PARA O RECEBIMENTO EM DEFINITIVO. O DISTRITO QUE HÁ MAIS DE DUAS DÉCADAS ESPERAVA POR MELHORIAS, RECEBEU PARA ESSA FASE DE EXECUÇÕES, INVESTIMENTOS NA ORDEM DE R$ 4,6 MILHÕES.

VALOR APLICADO EM 2023: R$ 1.265.298,07

4. USINAS FOTOVOLTAICAS EM COMUNIDADES RURAIS

PARA DAR SUSTENTABILIDADE AOS SUBPROJETOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA, COMO UNIDADES DE BENEFICIAMENTO DE FRUTAS, PEIXE, ENTRE OUTROS, 32 ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES, DISTRIBUÍDOS EM 23 MUNICÍPIOS, RECEBERAM INVESTIMENTOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE USINAS FOTOVOLTAICAS.

VALOR APLICADO EM 2023: 1.077.430,50

5. COMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE COMUNIDADES RURAIS

NOVOS INVESTIMENTOS FORAM APLICADOS EM INICIATIVAS QUE, POR MOTIVOS DIVERSOS, NÃO ESTAVAM CONSEGUINDO EXECUTAR OS SERVIÇOS PARA OS QUAIS FORAM IMPLEMENTADAS. AÇÕES COMO AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE FILTROS DE TRATAMENTO; CLORADOR DE PASTILHA; RESERVATÓRIOS E REDES DE DISTRIBUIÇÃO EM ASSOCIAÇÕES QUE FORAM BENEFICIADAS COM SISTEMAS DE TRATAMENTOS SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA LOCALIZADOS EM COMUNIDADES RURAIS, ATÉ A OBRAS NECESSÁRIAS PARA O FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS.

VALOR APLICADO EM 2023: R$ 583.646,31

5. EQUIPAMENTOS PARA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA ESTEVÃO DE OLIVEIRA

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA VIABILIZAR A ESTRUTURAÇÃO DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA EM CAICÓ. FORAM ADQUIRIDOS APARELHOS COMO CLASSIFICADORA DE PEIXES, BOMBAS SUBMERSAS, MEDIDOR DE PH, KIT DE ANÁLISE DE ÁGUA, AERADOR E SOPRADOR.

VALOR APLICADO EM 2023: R$ 122.000,00

6. EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO DE PROCESSAMENTO DE LEITE E DERIVADOS

AQUISIÇÃO DE BACTOCOUNT, EQUIPAMENTO PARA CONTAGEM DE BACTÉRIAS E CÉLULAS SOMÁTICAS DO LEITE CRU, PARA ESTRUTURAÇÃO DO LABORATÓRIO DE QUALIDADE DO LEITE – LABOLEITE, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN, PÓLO DA ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ (EAJ).

VALOR APLICADO EM 2023: R$386.831,49

7. AÇÕES PARA FORTALECIMENTO DO MAIS MERCADOS

EM 2023, FOI LANÇADO O PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO AO ACESSO A MERCADOS PRIVADOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR – MAIS MERCADOS, UMA PARCERIA DO GOVERNO CIDADÃO COM A SEDRAF PARA OTIMIZAR E ARTICULAR AS AÇÕES ESTADUAIS DE FOMENTO DO ACESSO AOS MERCADOS, COMO FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, ESPAÇOS FIXOS DE COMERCIALIZAÇÃO, RODADAS DE NEGÓCIO, PROSPECÇÃO DE MERCADOS E CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA ORGÂNICA.

AMPARADO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 32.509, DE 20 DE MARÇO DE 2023, O PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO AO ACESSO A MERCADOS PRIVADOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR – MAIS MERCADOS – FOI CRIADO COM O OBJETIVO DE FOMENTAR E FORTALECER A CAPACIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR APOIANDO MERCADOS JÁ EXISTENTES, CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVOS PONTOS DE VENDA. AS AÇÕES FORAM VOLTADAS PARA AMPLIAR A OFERTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS POR MEIO DE APOIO E IMPLANTAÇÃO DE FEIRAS E MERCADOS PÚBLICOS, E AINDA A INSERÇÃO VIA MERCADO ATACADISTA PARA INSERIR A AGRICULTURA FAMILIAR EM SUPERMERCADOS, RESTAURANTES E OUTRAS EMPRESAS DE PREPARO DE ALIMENTOS.

UM DOS BRAÇOS DO MAIS MERCADOS ERA O PROJETO FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, COM META DE IMPLANTAR E PADRONIZAR FEIRAS NOS 10 TERRITÓRIOS DO ESTADO.

VALOR APLICADO EM 2023: 424.825,11

NÃO HOUVE DESCONTINUIDADE NA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS, SENDO SUFICIENTES PARA COLOCAR EM PRÁTICA A INICIATIVA E CUMPRIR AS METAS NO EXERCÍCIO 2023.

01964 MELHORIA DA REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE, INCLUINDO O FORTALECIMENTO DAS REDES DE ATENÇÃO MATERNO-INFANTIL, ONCOLÓGICA E DE URGÊNCIAS-EMERGÊNCIAS - GOVERNO CIDADÃO

COM RELAÇÃO A ESTA INICIATIVA, SEMELHANTE AO OBJETIVO 0510, NO ANO DE 2023, FORAM REALIZADOS OS SEGUINTES INVESTIMENTOS NAS SEGUINTES UNIDADES DE SÁUDE:

HOSPITAL DA MULHER. COM FINALIZAÇÃO DO HOSPITAL DA MULHER, EM MOSSORÓ, EM DEZEMBRO DE 2022, O EQUIPAMENTO EM 2023 RECEBEU DIVERSOS APARELHOS E MOBILIÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DA UNIDADE. QUANDO EM FUNCIONAMENTO PLENO, O HOSPITAL DA MULHER VAI OFERECER MAIS DE 160 LEITOS PARA O FORTALECIMENTO DA SAÚDE MATERNO-INFANTIL,

GINECOLÓGICA E OBSTÉTRICA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE. O OBJETIVO É REALIZAR 20 MIL ATENDIMENTOS ANUAIS DE PACIENTES DE MAIS DE 60 MUNICÍPIOS. NESTA INICIATIVA, O GOVERNO INVESTIU - DE FORMA GLOBAL - R$ 132 MILHÕES NA CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SENDO EM 2023 APLICADO O VALOR R$ 38.415.053,57

REFERÊNCIA ONCOLÓGICA (CRO) EM SÃO PAULO DO POTENGI E JOÃO CÂMARA . OS CENTRO DE REFERÊNCIA ONCOLÓGICA (CRO) EM SÃO PAULO DO POTENGI E JOÃO CÂMARA REPRESENTAM UM AVANÇO SIGNIFICATIVO NA PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO PRECOCE DO CÂNCER DE MAMA E COLO DE ÚTERO. COM UM INVESTIMENTO DE POUCO MAIS DE R$ 2 MILHÕES, OS CENTROS FORAM EQUIPADOS COM TECNOLOGIA DE PONTA, INCLUINDO MAMÓGRAFOS DIGITAL, RXS DIGITAIS, APARELHOS DE ULTRASSOM DIGITAL, BISTURIS ELETRÔNICOS, COLPOSCÓPIOS, E OUTROS EQUIPAMENTOS ESSENCIAIS.

AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS DO HOSPITAL REGIONAL NELSON INÁCIO DOS SANTOS NO MUNICÍPIO DE ASSÚ. A UNIDADE DE SAÚDE NA REGIÃO DO VALE DO ASSÚ RECEBEU INVESTIMENTOS DE R$ 5,9 MILHÕES, COM O OBJETIVO TORNÁ-LA REFERÊNCIA EM SAÚDE MATERNO-INFANTIL, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DAS MULHERES, GESTANTES E DA POPULAÇÃO EM GERAL, PROPORCIONANDO UM ATENDIMENTO MAIS ADEQUADO NA REGIÃO.

A REFORMA ABRANGEU PARTE DO HOSPITAL, INCLUINDO REBOCO, PISO, ILUMINAÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA, CABEAMENTO ESTRUTURADO, ACESSIBILIDADE E REVISÃO NA COBERTURA. INTERVENÇÕES SIGNIFICATIVAS FORAM REALIZADAS NA ESTRUTURAÇÃO DAS FACHADAS E NA INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR.

A UNIDADE HOSPITALAR AGORA CONTA COM OITO LEITOS VOLTADOS PARA SAÚDE MENTAL, SALAS ESPECÍFICAS PARA EXAMES COMO ULTRASSOM, CARDIOTOCÓGRAFO/TRIAGEM, RAIO-X, PEQUENAS CIRURGIAS E DE ESTABILIZAÇÃO, COM DOIS LEITOS CADA. FORAM CONSTRUÍDAS DUAS SALAS DE PPP, OFERECENDO UM AMBIENTE ÚNICO PARA OS TRÊS ESTÁGIOS DO PARTO (PRÉ-PARTO, PARTO E PÓS-PARTO), PROPORCIONANDO COMODIDADE PARA AS PARTURIENTES LOCAIS.

ALÉM DISSO, AS ALAS DE ENFERMARIAS, CLÍNICA MÉDICA E CIRÚRGICA, ISOLAMENTO, ALOJAMENTO CONJUNTO, CENTRO DE RECUPERAÇÃO E AS DUAS SALAS DE CIRURGIA PASSARAM POR UMA SIGNIFICATIVA MANUTENÇÃO.

APESAR DE AS OBRAS TEREM SIDO ENTREGUES

01974 MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

CONFORME CITADO NO OBJETIVO 0527, PARA O ANO DE 2023 FOI ENTREGUE A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL VICENTE LEMOS, NO MUNICÍPIO DE ELÓI DE SOUZA. A ESCOLA FOI PRATICAMENTE RECONSTRUÍDA, UMA VEZ QUE SE ENCONTRAVA SEM CONDIÇÕES DE USO. APÓS UM INVESTIMENTO TOTAL DE R$ 4,3 MILHÕES, SENDO R$ 3,6 MILHÕES PARA OBRAS FÍSICAS MAIS R$ 769 MIL EM EQUIPAMENTOS, FORAM REFORMADAS AS SALAS DE AULA TEÓRICAS, SALA DE PROFESSORES, BIBLIOTECA, LABORATÓRIOS DE LÍNGUAS, INFORMÁTICA, FÍSICA E MATEMÁTICA E DE QUÍMICA E BIOLOGIA, QUADRA POLIESPORTIVA E DEMAIS AMBIENTES. A UNIDADE BENEFICIA 410 ESTUDANTES DOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO, PROFESSORES E SERVIDORES DISPÕEM DE UM AMBIENTE ADEQUADO AO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM, COM MOBILIÁRIO NOVO, ACESSIBILIDADE, EQUIPAMENTOS PARA OS LABORATÓRIOS, MOBILIÁRIO COMPLETO, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DE COZINHA E CONDICIONADORES DE AR EM TODAS AS SALAS. VALOR APLICADO EM 2023: R$ 1.002.525,11

01967 FORTALECIMENTO DA GESTÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

COM RELAÇÃO A ESTE OBJETIVO, O PROJETO GOVERNO CIDADÃO, NO ANO DE 2023, NÃO REALIZOU INVESTIMENTOS

01995 MELHORIA DA GESTÃO DO SETOR PÚBLICO

COMO DESCRITO NO OBJETIVO 0527, EM 2023 FORAM FINALIZADOS OS SEGUINTES INVESTIMENTOS:

1. CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DO CIDADÃO DE MACAÍBA: ENTREGUE EM 2023, A CENTRAL DE MACAÍBA FOI CONSTRUÍDA E EQUIPADA A PARTIR DO INVESTIMENTO DE R$ 2,1 MILHÕES. A CONSTRUÇÃO E A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS SEGUIRAM O NOVO PADRÃO ESTABELECIDO PARA AS CENTRAIS DO CIDADÃO, OFERECENDO MAIS CONFORTO E COMODIDADE PARA USUÁRIOS E SERVIDORES EM UM AMBIENTE PROJETADO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO. A UNIDADE MACAIBENSE É CONSIDERADA DE MÉDIO PORTE, COM 598,56M² DE ÁREA CONSTRUÍDA. COM O IMÓVEL PRÓPRIO, O GOVERNO DO ESTADO DEIXOU DE GASTAR COM ALUGUEL E A ECONOMIA SERÁ DE R$140.592 MIL POR ANO (R$11.716 MIL MENSAIS). COM A PLENA OFERTA DE SERVIÇOS DISPONÍVEIS NA NOVA UNIDADE, A ESTRUTURA PERMITE A REALIZAÇÃO DE CERCA DE 12 MIL ATENDIMENTOS POR MÊS. ALÉM DA POPULAÇÃO MACAIBENSE, A NOVA CENTRAL DO CIDADÃO SERVIRÁ A OUTROS NOVE MUNICÍPIOS: NATAL, PARNAMIRIM, SÃO JOSÉ DE MIPIBU, VERA CRUZ, BOM JESUS, SÃO PEDRO, IELMO MARINHO, SÃO GONÇALO DO AMARANTE E BOA SAÚDE. VALOR APLICADO EM 2023: 0,00

2. USINAS FOTOVOLTAICAS EM PRÉDIOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO: COM FOCO NA ECONOMIA DO TESOURO ESTADUAL, ALÉM DE COLABORAR COM O MEIO AMBIENTE NA PRODUÇÃO DE ENERGIA LIMPA EM 18 CENTRAIS DO CIDADÃO, 10 PRÉDIOS DO CENTRO ADMINISTRATIVO, 3 HOSPITAIS E UM LABORATÓRIO, RECEBERAM USINAS FOTOVOLTAICAS. VALOR APLICADO EM 2023: 3.197.296,90

3. FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL DA TRIBUTAÇÃO DO ESTADO: A RECONSTRUÇÃO DO NÚCLEO INTEGRADO DE FISCALIZAÇÃO E FRONTEIRA DE CARAÚ (NIFF) - POSTO CARAÚ, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA, VEIO PARA REFORÇAR AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE CARGAS E DE COMBATE À SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS NO RN. O EQUIPAMENTO QUE ENTROU EM FUNCIONAMENTO EM JUNHO FOI VIABILIZADO COM A APLICAÇÃO DE R$ 16,1 MILHÕES, E OUTROS R$ 14 MILHÕES FORAM INVESTIDOS NA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS. COM APENAS CINCO DIAS DE FUNCIONAMENTO, QUANDO PASSARAM CERCA DE 10 MIL VEÍCULOS DE CARGA NO LOCAL, FOI GERADA UMA ARRECADAÇÃO PRÓXIMA DE R$ 1,5 MILHÃO. ALÉM DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRIBUTAÇÃO (SET RN), O POSTO CONTARÁ COM SERVIÇOS DA POLÍCIA MILITAR (PMRN) E DO INSTITUTO DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DO RN (IDIARN), MODERNIZANDO O SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO, INCLUSIVE DE INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA, ASSEGURANDO A OFERTA DE PRODUTOS DE QUALIDADE, CONTRIBUINDO PARA A PRESERVAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA E PROMOVENDO A SEGURANÇA DO ESTADO. VALOR APLICADO EM 2023: R$ 10.760.064,68

4. ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO DO PRÉDIO DO SINE: ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO PARA O PRÉDIO DO SINE EM NATAL PARA CORRETO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE. VALOR APLICADO EM 2023: R$ 112.414,40.

AVALIAÇÃO SETORIAL DOS RESULTADOS

AVALIE, DE MODO GERAL, OS RESULTADOS OBTIDOS DURANTE A EXECUÇÃO DO PLANO NO PERÍODO DE REFERÊNCIA, AS RESTRIÇÕES ENCONTRADAS PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS E AS MEDIDAS ADOTADAS PARA SUPERAR, RELACIONANDO O(S) OBJETIVO(S) DO ÓRGÃO AO PROGRAMA TEMÁTICO AO(S) QUAL(IS) ESTÃO ASSOCIADOS E A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PRETENDIDA.

AVALIAÇÃO GERAL SETORIAL:

EM 2023, NÃO OCORRERAM RESTRIÇÕES O CUMPRIMENTO DAS AÇÕES PREVISTAS. A EXTENSÃO DA DATA DE ENCERRAMENTO DO ACORDO DE EMPRÉSTIMO PARA 31 DE DEZEMBRO DE 2023 POSSIBILITOU A FINALIZAÇÃO COMPLETA E A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DAS AÇÕES DO PROJETO.

RECOMENDAÇÕES:

PARA O ANO DE 2023, NÃO HÁ.

AVALIAÇÃO DOS INDICADORES

OS OBJETIVOS DO ÓRGÃO NO PROGRAMA TEMÁTICO CONTRIBUEM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS PELOS INDICADORES DO PROGRAMA?

(X) SIM ( ) NÃO

SE SIM, EXPLICITE SUA RESPOSTA, APONTANDO A RELAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS E OS RESULTADOS DOS INDICADORES.

OS OBJETIVOS DO ÓRGÃO NOS PROGRAMAS TEMÁTICOS APONTADOS, ESTÃO TOTALMENTE ALINHADOS AOS INDICADORES DO PROJETO DE MODO A CONTRIBUIR COM OS RESULTADOS DOS INDICADORES. NO QUE CONCERNE AOS INDICADORES DO PROJETO, NOTA-SE UM RAZOÁVEL GRAU DE ALCANCE DAS METAS PACTUADAS, COMO PODE SER EVIDENCIADO COM OS RESULTADOS ESPERADOS DO PROJETO, LISTADOS A SEGUIR: (I) AUMENTAR PARA 82% A OFERTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE; (II) REDUZIR PARA 8% A TAXA DE ABANDONO DAS ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO; (III) ASSISTIR 65% DA POPULAÇÃO LOCALMENTE DO ESTADO EM AÇÕES PREVENTIVAS DE SEGURANÇA; (IV) GARANTIR SEGURANÇA ALIMENTAR DE PELO MENOS 40% DOS BENEFICIÁRIOS DOS SUBPROJETOS LIGADOS A AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR; (V) IMPLEMENTAR 50 ESTRUTURAS SOCIOECONÔMICAS REGIONAIS; BENEFICIAR DIRETAMENTE 100 MIL PESSOAS LIGADAS À AGRICULTURA FAMILIAR; E (VI) IMPLEMENTAR 60 INVESTIMENTOS PRODUTIVOS DE ACESSO A MERCADO COM CONFORMIDADE SANITÁRIA.

NO ANO DE 2023, O PROJETO CONCLUIU OS INVESTIMENTOS, REFORÇANDO SEU PAPEL COMO INSTRUMENTO PARA FINANCIAR OS INVESTIMENTOS E FORTALECER POLÍTICAS DE ESTADO.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

INTRODUÇÃO
ESTA PARTE DO DOCUMENTO APRESENTA A AVALIAÇÃO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO PPA 2020-2023 DO PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO GRANDE DO NORTE, INTITULADO PROJETO GOVERNO CIDADÃO. O PROJETO É UM ACORDO DO EMPRÉSTIMO DE Nº LN 8276-BR, FIRMADO ENTRE O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (MUTUÁRIO) E O BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO – BIRD/BANCO MUNDIAL (AGENTE FINANCIADOR), NO VALOR DE US$ 360 MILHÕES. FOI ASSINADO, EM 04 DE OUTUBRO DE 2013, TENDO TRÊS COMPONENTES BASILARES: COMPONENTE 1 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL; COMPONENTE 2 – MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS; COMPONENTE 3 - GOVERNANÇA DO SETOR PÚBLICO. ESTES COMPONENTES TEM OS SEGUINTES OBJETIVOS: COMPONENTE 1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL. PROPORCIONARÁ APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO PARA OS INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS VOLTADOS A IMPLEMENTAÇÃO DE ELEMENTOS-CHAVES DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO, ATRAVÉS DO FINANCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA SOCIOECONÔMICA (ESTRADAS, EQUIPAMENTO TURÍSTICOS, ETC), INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS E PRODUTIVOS (ORIENTADOS AO MERCADO), COM FOCO NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS. COMPONENTE 2. MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. O PROJETO IRÁ APOIAR AÇÕES VOLTADAS À MELHORIA DA QUALIDADE E DO ACESSO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSÊNCIAS (OU SEJA, SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA), PRIORIZANDO OS TERRITÓRIOS MAIS VULNERÁVEIS DO ESTADO DE ACORDO COM A ESTRATÉGIA DE FOCALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. COMPONENTE 3. MELHORIA DA GESTÃO DO SETOR PÚBLICO – PROPORCIONARÁ APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO NAS AÇÕES SETORIAIS PRIORITÁRIAS QUE FAZEM PARTE DA ESTRATÉGIA DO GOVERNO PARA PROMOVER MAIOR EFICIÊNCIA NA GESTÃO E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PRIORIZANDO ESPECIALMENTE OS SETORES DE DA SAÚDE, DA EDUCAÇÃO E OS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA, BEM COMO OS SERVIDORES ENVOLVIDOS NOS ESFORÇOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA, POR MEIO DE: (I) A MELHORIA NA GESTÃO DO SETOR PÚBLICO LEVANDO A ENTREGA MAIS EFICIENTE E EFICAZ DOS SERVIÇOS PÚBLICOS; (II) AUMENTO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS PÚBLICOS - PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS E INVESTIMENTOS - COMO RESULTADO DA REDUÇÃO DOS GASTOS COM RECURSOS HUMANOS. OS INVESTIMENTOS DO PROJETO GOVERNO CIDADÃO FORAM ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, E NESTE 10 ANOS DE IMPLEMENTAÇÃO DESEMPENHOU UM PAPEL DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE, POIS TEVE COMO OBJETIVO APOIAR O CRESCIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO, ATRAVÉS DE INVESTIMENTO NA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA, E DA INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL, PERMITINDO QUE O ESTADO IMPLEMENTASSE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMA A FOMENTAR A INTEGRAÇÃO REGIONAL, A INCLUSÃO PRODUTIVA E A JUSTIÇA SOCIAL.

DO OBJETIVO DA AVALIAÇÃO
A AVALIAÇÃO AQUI PROPOSTA APRESENTA OS PRICIPAIS RESULTADOS DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS NOS ANOS DE 2020 A 2023 DO PROJETO GOVERNO CIDADÃO, SENDO UM RECORTE PARA ESTE PERÍODO DAS PRINCIPAIS AVALIAÇÕES CONTIDAS NO RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DO PROJETO A SER PUBLICADO AINDA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024.

CARACTERIZAÇÃO DO PPA DO ÓRGÃO E RESPECTIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS
O PROJETO ESTÁ ORGANIZADO NO PPA EM CINCO PROGRAMAS TEMÁTICOS:

4012 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO ECONÔMICA

2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ

1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA

5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

CADA UM DESTES PROGRAMAS TEMÁTICOS CONTRIBUEM PARA UM DOS CINCO PROGRAMAS TEMÁTICOS:

0530 AUMENTAR O ACESSO A INFRAESTRUTURA ECONÔMICA PRODUTIVA E O ACESSO A MERCADO EM CONFORMIDADE SANITÁRIA COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROGRAMA GOVERNO CIDADÃO;

0510 MELHORAR O ACESSO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA SAÚDE EM CONFORMIDADE COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROGRAMA GOVERNO CIDADÃO;

0527 MELHORAR O ACESSO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROJETO GOVERNO CIDADÃO;

0513 MELHORAR O ACESSO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA SEGURANÇA, EM CONFORMIDADE COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROJETO GOVERNO CIDADÃO; E

0528 MELHORAR OS SISTEMAS DE CONTROLES DE DESPESAS PÚBLICAS, DOS RECURSOS HUMANOS E DA GESTÃO DE ATIVOS FÍSICOS, NO CONTEXTO DE UMA ABORDAGEM DE GESTÃO BASEADA EM RESULTADOS, EM CONFORMIDADE COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROJETO GOVERNO CIDADÃO.

ASSIM, OS PRINCIPAIS RESULTADOS SÃO APRESENTADOS COM VISTAS AOS PROGRAMAS E SEUS CORRESPONDENTES OBJETIVOS

METODOLOGIA

A AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS SE BASEIA NO RELATÓRIO PRELIMINAR DE CONCLUSÃO DO PROJETO GOVERNO CIDADÃO.

AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS

ÓRGÃO: SEPLAN – UNIDADE ADMNISTRATIVA - PROJETO GOVERNO CIDADÃO

PROJETO GOVERNO CIDADÃO TEVE UM IMPACTO POSITIVO NO RIO GRANDE DO NORTE, PROPORCIONADO PELAS VÁRIAS AÇÕES MULTISETORIAIS REALIZADAS, APESAR DE TODOS OS DESAFIOS RELACIONADOS A UM PROJETO DE ENORME COMPLEXIDADE EM SEU DESENHO. AO LONGO DE UMA DÉCADA, O PROJETO FOI A PRINCIPAL FONTE DE RECURSOS PARA INVESTIMENTOS NO ÂMBITO DO GOVERNO ESTADUAL, ESTANDO FOCADO NA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DE BASE PRODUTIVA, COMO TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS, PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, VISANDO O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE MERCADO DOS AGRICULTORES FAMILIARES, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS ASPECTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS; PROMOVENDO VIDA DIGNA A VÁRIAS FAMÍLIAS NO CAMPO. TAMBÉM FORAM REALIZADOS INVESTIMENTOS NA MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE,

EDUCAÇÃO, SEGURANÇA, TURISMO, CULTURA, E GESTÃO PÚBLICA, MELHORANDO O ACESSO DESSES SERVIÇOS PÚBLICOS À POPULAÇÃO RESIDENTE NO INTERIOR DO RN.

RESULTADO POR PROGRAMA TEMÁTICO E OBJETIVO RELACIONADO:

1. PROGRAMA TEMÁTICO 4012 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO ECONÔMICA E OBJETIVO 0530 AUMENTAR O ACESSO A INFRAESTRUTURA ECONÔMICA PRODUTIVA E O ACESSO A MERCADO EM CONFORMIDADE SANITÁRIA COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROGRAMA GOVERNO CIDADÃO

1.1 INCLUSÃO PRODUTIVA E ACESSO A ÁGUA

OS SUBPROJETOS SOMARAM UM INVESTIMENTO TOTAL DE R$ 71 MILHÕES, COM QUASE 8 MIL BENEFICIÁRIOS EM 61 MUNICÍPIOS, ABRANGENDO TODOS OS 10 TERRITÓRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE.

EM QUE PESE A NATUREZA DE LONGO PRAZO PARA QUE IMPACTOS DE PROGRAMAS DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DESSA NATUREZA SEJAM OBSERVADOS, A ANÁLISE ECONOMÉTRICA DESENVOLVIDA A PARTIR DE LEVANTAMENTOS FEITOS ENTRE PRODUTORES E LÍDERES DE ASSOCIAÇÕES ENCONTROU RESULTADOS ESTATISTICAMENTE ROBUSTOS E SIGNIFICATIVOS QUE ILUSTRAM AS PRINCIPAIS MUDANÇAS OBSERVADAS ATÉ O PRESENTE, A SEGUIR DESCRITAS:

A) EM RELAÇÃO À SEGURANÇA ALIMENTAR, OS RESULTADOS AGREGADOS DO PROJETO ATÉ ENTÃO SÃO RESUMIDOS A SEGUIR:

- AS AÇÕES DO PSA:

✓ EVITARAM QUE 1,151 FAMÍLIAS VIVESSEM A PREOCUPAÇÃO DE QUE ALIMENTOS ACABASSEM ANTES DE PODEREM COMPRAR OU RECEBER MAIS;

✓ EVITARAM QUE 943 FAMÍLIAS FICASSEM SEM ALIMENTO ANTES QUE TIVESSEM DINHEIRO PARA COMPRAR MAIS COMIDA;

✓ PERMITIRAM QUE 1,287 FAMÍLIAS TIVESSEM UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E VARIADA;

✓ EVITARAM QUE 500 FAMÍLIAS DEIXASSEM DE FAZER ALGUMA REFEIÇÃO POR FALTA DE DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA;

✓ EVITARAM QUE 571 FAMÍLIAS VIVESSEM UMA SITUAÇÃO DE FOME POR FALTA DE DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA;

RESULTOU, EM MÉDIA, EM UMA MELHORA SIGNIFICATIVA NA SEGURANÇA ALIMENTAR DOS BENEFICIÁRIOS.

- AS AÇÕES DO PES EVITARAM QUE 244 FAMÍLIAS COMESSEM MENOS DO QUE DEVIAM POR FALTA DE DINHEIRO.

TAIS RESULTADOS EVIDENCIAM QUE O PROJETO TÊM SIDO UM RELEVANTE INSTRUMENTO DE SUPORTE À GARANTIA DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO.

B) EM RELAÇÃO AO ACESSO AO CRÉDITO RURAL E À ATER, OS RESULTADOS AGREGADOS DO PROJETO ATÉ ENTÃO FORAM:

- AS AÇÕES DO PSA:

✓ DIMINUÍRAM EM 201 O NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE NÃO OBTEVE CRÉDITO PORQUE NÃO CONSEGUIU E EM 107 AS QUE NÃO OBTIVERAM POR NÃO SABER COMO CONSEGUIR;

✓ DIMINUÍRAM EM 53 O NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE USO CRÉDITO PARA CUSTEIO;

✓ MANTIVERAM O NÍVEL DE ACESSO À ATER PELOS PARTICIPANTES, PORÉM DIMINUINDO EM 108 O NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE DEPENDIAM DA ORGANIZAÇÃO COMO PRINCIPAL FONTE DE ATER, E EM 64 O NÚMERO QUE PAGOU POR SERVIÇOS DE ATER;

- AS AÇÕES DO PINS:

✓ PERMITIRAM QUE 387 FAMÍLIAS TIVESSEM ACESSO À CRÉDITO OU EMPRÉSTIMO NOS ÚLTIMOS 12 MESES;

✓ PERMITIRAM QUE 816 FAMÍLIAS TIVESSEM ACESSO À CAPACITAÇÃO OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS ÚLTIMOS 12 MESES;

✓ PERMITIRAM QUE 435 FAMÍLIAS TIVESSEM ACESSO À CAPACITAÇÃO OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA PELA ORGANIZAÇÃO DA QUAL FAZEM PARTE;

- AS AÇÕES DO PES:

✓ DIMINUÍRAM EM 35 O NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE NÃO OBTEVE CRÉDITO PORQUE NÃO SABE COMO CONSEGUIR;

✓ DIMINUIÍAM EM 28 O NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE USO CRÉDITO PARA CUSTEIO;

✓ MANTIVERAM O NÍVEL DE ACESSO À ATER PELOS PARTICIPANTES, PORÉM DIMINUINDO EM 22 O NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE PAGOU POR SERVIÇOS DE ATER.

TAIS RESULTADOS EVIDENCIAM QUE O GOVERNO CIDADÃO TÊM SIDO UM RELEVANTE INSTRUMENTO DE SUPORTE AO ACESSO À ATER E AO CRÉDITO, E QUE O PSAS E O PESS TÊM SIDO FUNDAMENTAIS PARA REDUZIR A DESINFORMAÇÃO NO ACESSO AO CRÉDITO E A DEPENDÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES COMO FONTE PRINCIPAL DE ATER, ENQUANTO OS PINSS TEM AUMENTADO CONSIDERAVELMENTE O ACESSO AO CRÉDITO, À ATER, E O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NA ATER PARA OS PARTICIPANTES.

C) EM RELAÇÃO AO ACESSO AO ACESSO À INFORMAÇÃO, OS RESULTADOS AGREGADOS DO PROJETO ATÉ ENTÃO FORAM:

- AS AÇÕES DO PSA:

✓ PERMITIRAM QUE 1.078 FAMÍLIAS PASSASSEM A TER ALGUMA FONTE DE INFORMAÇÃO SOBRE OS PREÇOS, TENDÊNCIAS GERAIS DO MERCADO E DA CONCORRÊNCIA;

✓ PERMITIRAM QUE 610 FAMÍLIAS PASSASSEM A TER ALGUMA FONTE DE INFORMAÇÃO SOBRE OS PROJETOS DO GOVERNO;

- AS AÇÕES DO PINS:

✓ PERMITIRAM QUE AS ORGANIZAÇÕES PASSASSEM A SER A PRINCIPAL FONTE DE INFORMAÇÃO SOBRE OS PREÇOS, TENDÊNCIAS GERAIS DO MERCADO E DA CONCORRÊNCIA PARA 1,146 FAMÍLIAS;

✓ PERMITIRAM QUE AS ORGANIZAÇÕES PASSASSEM A SER A PRINCIPAL FONTE DE INFORMAÇÃO SOBRE OS PROJETOS DO GOVERNO PARA 1.015 FAMÍLIAS;

- AS AÇÕES DO PES:

✓ PERMITIRAM QUE 185 FAMÍLIAS PASSASSEM A TER ALGUMA FONTE DE INFORMAÇÃO SOBRE OS PREÇOS, TENDÊNCIAS GERAIS DO MERCADO E DA CONCORRÊNCIA;

TAIS RESULTADOS EVIDENCIAM QUE O PROJETO TEM FORTALECIDO O PAPEL DAS ORGANIZAÕES COMO FONTE DE INFORMAÇÃO POR MEIO DO PINS, E REDUZIDO A DESINFORMAÇÃO POR MEIO DO PSA E DO PES.

D) EM RELAÇÃO AO ACESSO AO ENGAJAMENTO NAS DECISÕES DAS ORGANIZAÇÕES, OS RESULTADOS AGREGADOS DO PROJETO ATÉ ENTÃO FORAM:

- AS AÇÕES DO PSA:

✓ AUMENTARAM EM 1.593 O NÚMERO DE CHEFES DE FAMÍLIA QUE CONSIDERA OS DEMAIS MEMBROS DO DOMICÍLIO COMO NÃO PARTICIPATIVOS NA TOMADA DE DECISÃO DA ORGANIZAÇÃO;

✓ AUMENTARAM EM 1.128 O NÚMERO DE CHEFES DE FAMÍLIA QUE CONSIDERA OS DEMAIS MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO COMO NÃO PARTICIPATIVOS NA TOMADA DE DECISÃO DA ORGANIZAÇÃO;

- AS AÇÕES DO PINS:

✓ AUMENTARAM EM 181 O NÚMERO DE CHEFES DE EMPREENDIMENTO QUE NORMALMENTE PARTICIPAM DAS REUNIÕES DA ORGANIZAÇÃO;

✓ DIMINUÍRAM EM 1.552 O NÚMERO DE CHEFES DE FAMÍLIA QUE CONSIDERA OS DEMAIS MEMBROS DO DOMICÍLIO COMO NÃO PARTICIPATIVOS NA TOMADA DE DECISÃO DA ORGANIZAÇÃO;

✓ DIMINUÍRAM EM 1.632 O NÚMERO DE CHEFES DE FAMÍLIA QUE CONSIDERA OS DEMAIS MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO COMO NÃO PARTICIPATIVOS NA TOMADA DE DECISÃO DA ORGANIZAÇÃO;

✓ AUMENTARAM EM 1.324 O NÚMERO DE PESSOAS QUE MORAM COM OS PARTICIPANTES E QUE PARTICIPAM NAS REUNIÕES DA ORGANIZAÇÃO MESMO NÃO SENDO MEMBROS.

TAIS RESULTADOS EVIDENCIAM QUE O PROJETO TEM IMPACTADO O ENGAJAMENTO DOS PARTICIPANTES NAS ORGANIZAÇÕES DAS QUAIS FAZEM PARTE. O PINS TEM AUMENTADO A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS E NÃO MEMBROS DAS ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES DE FORMA CONSIDERÁVEL, ENQUANTO OS PSAS VEM CONSCIENTIZANDO PRODUTORES EM RELAÇÃO À BAIXA PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO E DE SUAS PRÓPRIAS FAMÍLIAS.

E) EM RELAÇÃO ÀS PERDAS DE PRODUÇÃO, OS RESULTADOS AGREGADOS DO PROJETO ATÉ ENTÃO FORAM QUE AS AÇÕES DO PES EVITARAM QUE 123 FAMÍLIAS TIVESSEM PERDAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA PRÉ E PÓS-COLHEITA.

F) EM RELAÇÃO AO CONSUMO DE SUBSISTÊNCIA E À RENDA, OS RESULTADOS AGREGADOS DO PROJETO ATÉ ENTÃO FORAM QUE PARA O PRODUTO MAIS CONSUMIDO PARA SUBSISTÊNCIA PELAS FAMÍLIAS, O PSA, O PINS, E O PES REDUZIRAM O PERCENTUAL DA PRODUÇÃO QUE FOI CONSUMIDO EM 9,39, 8,43, E 8,22 PONTOS PERCENTUAIS. ISSO EVIDENCIA UM POTENCIAL AUMENTO NO FOCO NA PRODUÇÃO PARA FINS COMERCIAIS PELOS PARTICIPANTES.

1.2 ESTRADAS

PARA A AVALIAÇÃO DA ADERÊNCIA DOS PROJETOS DE ESTRADAS AOS QUESITOS DE PERTINÊNCIA, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E SUSTENTABILIDADE, CONSIDEROU-SE A TOTALIDADE DAS 10 RODOVIAS EXECUTADAS NO PROJETO RN SUSTENTÁVEL.

DE UMA FORMA GERAL, PÔDE-SE CONSTATAR QUE AS ESTRADAS ESTÃO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, TENDO SIDO EXECUTADAS SATISFATORIAMENTE E APRESENTANDO PLENAS CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE.

PARA SUBSIDIAR A INFERÊNCIA SOBRE OS BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DAS ESTRADAS IMPLEMENTADAS NA REDUÇÃO DE CUSTOS LOGÍSTICOS DOS USUÁRIOS, APRESENTADA NO ITEM 1.10. AVALIAÇÃO "ECONÔMICO-FINANCEIRA" DE ESTRADAS DESSE RELATÓRIO, FORAM DESENVOLVIDOS ALÉM DOS LEVANTAMENTOS, DOIS ESTUDOS:

O INDICADOR QUE CONSTA NA MATRIZ DE RESULTADO É O "NÚMERO DE QUILÔMETROS DE RODOVIAS IMPLEMENTADAS NO ÂMBITO DO PROJETO" QUE TEM COMO META APROXIMADAMENTE 150 KM.

CONSIDERANDO ESSE INDICADOR, APÓS CONCLUSÃO DAS AÇÕES PREVISTAS PARA OS PROJETOS ESTRUTURANTES DE ESTRADAS (JULHO-2023), O PROJETO RN SUSTENTÁVEL HAVIA ALCANÇADO A MELHORIA DE 274 KM, ULTRAPASSADO, PORTANTO, A META.

OS OBJETIVOS QUE PRETENDIAM SER ALCANÇADOS COM AS IMPLEMENTAÇÕES DAS RODOVIAS PODEM SER RESUMIDOS NOS ITENS ABAIXO:

- REDUÇÃO DO TEMPO DO DESLOCAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS PARA ACESSO SERVIÇOS (EDUCAÇÃO, SAÚDE, SEGURANÇA);
- IMPACTO NO ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA;
- TRAFEGABILIDADE DAS RODOVIAS;
- AUMENTO NA PRODUTIVIDADE E/OU QUANTIDADE DA PRODUÇÃO NAS ÁREAS DE SERVIÇO DAS RODOVIAS;
- AUMENTO DO VOLUME ESCOADO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NA SITUAÇÃO "SEM ESTRADA" E "COM ESTRADA".
- AUMENTO DEMOGRÁFICO NAS ÁREAS SERVIDAS PELAS RODOVIAS;
- MELHORA NAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO PARA AS COMUNIDADES BENEFICIARIAS.

PODE-SE OBSERVAR QUE TODAS AS RODOVIAS ESTUDADAS APRESENTAM CUSTOS DIÁRIOS DE INVESTIMENTOS MAIORES DO QUE OS VALORES ESTIMADOS PARA EVENTUAL ARRECADAÇÃO COM PEDÁGIOS.

OS ÍNDICES OBTIDOS DE VPED/CUSTO INDICAM QUE TODAS AS RODOVIAS NÃO APRESENTAM ATUALMENTE ATRATIVIDADE PARA O SETOR PRIVADO, DEVENDO, PORTANTO, FICAREM COM A OPERAÇÃO SOB RESPONSABILIDADE DO ESTADO PELO PRAZO DE 20 ANOS DE VIDA ÚTIL, DE FORMA QUE ELAS CONTINUEM SENDO SUSTENTÁVEIS.

NESSA SUSTENTABILIDADE, O ESTADO DO RN DEVERÁ CONSIDERAR EM SEUS ORÇAMENTOS ANUAIS UMA VERBA DA ORDEM DE R$ 2 MILHÕES (R$ 8.000/KM) PARA COBRIR O CUSTO ANUAL DE OPERAÇÃO/MANUTENÇÃO ESTIMADO DESSES TRECHOS RODOVIÁRIOS.

NESSA ESTEIRA, É IMPORTANTE RESSALTAR QUE A SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA (SIN) E O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO RN (DER/RN) ASSINARAM, NO DIA 05/10/23, UM TOTAL DE SETE CONTRATOS RELATIVOS ÀS OBRAS DE CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS EM TODO O ESTADO. A ETAPA DE EXECUÇÃO DESTAS OBRAS TERÁ INVESTIMENTO DE R$62 MILHÕES E FAZ PARTE DAS PRIMEIRAS AÇÕES PREVISTAS PELO PLANEJAMENTO DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS DO RN.

A SEGUNDA ETAPA DESTE PLANEJAMENTO TAMBÉM TERÁ INÍCIO EM ABRIL/24, COM A PUBLICAÇÃO DOS EDITAIS DE LICITAÇÃO. OS PROCESSOS LICITATÓRIOS CONTEMPLARÃO A RESTAURAÇÃO DE DIVERSOS TRECHOS CRÍTICOS, INTERVENÇÃO QUE CONSISTIRÁ EM AÇÕES MAIS PROFUNDAS DO QUE AS REALIZADAS NO PRIMEIRO NÍVEL DO PLANEJAMENTO.

A PREVISÃO É QUE AS OBRAS COMECEM A PARTIR DE JULHO/24 E, ASSIM COMO NA PRIMEIRA ETAPA, TODOS OS SETE DISTRITOS RODOVIÁRIOS DO ESTADO DEVAM SER CONTEMPLADOS. O INVESTIMENTO TOTAL SERÁ DE R$150 MILHÕES ENTRE 2023 E 2024, COM RECURSOS DO PRÓPRIO GOVERNO DO RN.

JÁ A TERCEIRA FASE CONTARÁ COM APORTE DE RECURSOS FEDERAIS E COMPREENDE A IMPLANTAÇÃO DE NOVAS RODOVIAS, ALÉM DA READEQUAÇÃO E DO AUMENTO DA CAPACIDADE DE RODOVIAS JÁ EXISTENTES.

O PRIMEIRO NÍVEL DO PLANEJAMENTO, QUE COMEÇOU A SER EXECUTADO EM 10/10/23 CONSISTE NO PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO E CONTARÁ COM EQUIPES ATUANDO SIMULTANEAMENTE NOS SETE DISTRITOS RODOVIÁRIOS (DR) DO ESTADO:

I DR (SEDIADO EM MOSSORÓ): RN 117 (MOSSORÓ - CARAÚBAS - OLHO D'ÁGUA DOS BORGES); RN 015 (MOSSORÓ - BARAÚNA - DIVISA RN/CE); RN 016 / RN 404 (ENTRONCAMENTO BR 404 - ASSÚ - CARNAUBAIS - PORTO DO MANGUE).

II DR (SEDIADO EM CAICÓ): RN 118 (CAICÓ - SÃO JOÃO DO SABUGI - IPUEIRA - DIVISA RN/PB); RN 041 (CURRAIS NOVOS - LAGOA NOVA); RN 086 (PARELHAS - EQUADOR - DIVISA RN/PB); RN 288 (CAICÓ - ACARI).

III DR (SEDIADO EM JOÃO CÂMARA): RN 221 (GUAMARÉ - MACAU); RN 023 (TOUROS - JOÃO CÂMARA); RN 120 (JOÃO CÂMARA - BENTO FERNANDES - ENTROCAMENTO BR 304);

IV DR (SEDIADO EM NOVA CRUZ): RN 023 (BR 226 - LAJES PINTADAS); RN 093 (SÍTIO NOVO - PASSA E FICA); RN 120 (SERRA CAIADA - SANTO ANTÔNIO).

V DR (SEDIADO EM NATAL): RN 064 (SANTA MARIA - CEARÁ-MIRIM); RN 312 (MACAÍBA - IGREJA NOVA); RN 002 (GEORGINO AVELINO - ENTRONCAMENTO BR 101); RN 313 (ENTRONCAMENTO BR 101 - PIUM); RN 063 (TABATINGA - SÃO JOSÉ DE MIPIBU).

VI DR (SEDIADO EM PAU DOS FERROS): RN 177 (SÃO MIGUEL - ENCANTO - PAU DOS FERROS); RN 079 (ALEXANDRIA - MARCELINO VIEIRA - ENTROCAMENTO BR 405); RN 117 (SERRINHA DOS PINTOS - MARTINS - UMARIZAL - OLHO D'ÁGUA DOS BORGES - UMARIZAL - ITAÚ).

VII DR (SEDIADO EM SANTANA DO MATOS): RN 263 (ANGICOS - AFONSO BEZERRA - PEDRO AVELINO); RN 118 (MACAU - PENDÊNCIAS - ALTO DOS RODRIGUES - IPANGUAÇU - SÃO RAFAEL - JUCURUTU).

PPERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS AÇÕES

A PARTIR DAS CONSTATAÇÕES OBTIDAS NOS LEVANTAMENTOS REALIZADOS, REVISÃO DE DOCUMENTOS, ENTREVISTAS COM ELEMENTOS CHAVE, ENTREVISTAS COM BENEFICIÁRIOS, VISTORIA TÉCNICA DAS ESTRADAS E ANÁLISE COMPARATIVA DOS INVESTIMENTOS, PODEMOS AFIRMAR QUE OS SUBPROJETOS DE ESTRADAS CONTRIBUÍRAM NOTADAMENTE PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA,

AUMENTANDO A SEGURANÇA ALIMENTAR, FACILITANDO O ACESSO À INFRAESTRUTURA PRODUTIVA, AOS MERCADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR, AOS EQUIPAMENTOS DE TURISMO; E, DE FORMA GERAL, PERMITIU MELHORAR O ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS (EDUCAÇÃO, SAÚDE, SEGURANÇA ETC.);

OS SUBPROJETOS DE ESTRADAS CONSIDERARAM, DESDE O INÍCIO DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DAS OBRAS, A ADERÊNCIA AOS OBJETIVOS DO PROGRAMA, PROPORCIONANDO COM A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO/IMPLANTAÇÃO DE ESTRADAS ESTADUAIS, A MELHORIA DA INTERLIGAÇÃO ENTRE AS ÁREAS A SEREM BENEFICIADAS COM IMPORTANTES ATIVIDADES ECONÔMICAS;

EFICÁCIA

A CONSTATAÇÃO DA EFICÁCIA PODE SER VERIFICADA ATRAVÉS DA ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS DAS PESQUISAS QUALITATIVAS REALIZADAS, QUE APRESENTARAM ALTO ÍNDICE DE ACEITAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS PESQUISADOS - SAMU (83,3%) E TRANSPORTE ESCOLAR (70%);

NAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS GESTORES DA ÁREA DE TRANSPORTE, FOI DESTACADA A CONTRIBUIÇÃO DOS SUBPROJETOS DE ESTRADAS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS, HAJA VISTA QUE TODOS OS SUBPROJETOS FOMENTARAM, ESTIMULARAM E PERMITIRAM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL;

EFICIÊNCIA

A CONSTATAÇÃO DA EFICIÊNCIA PODE SER VERIFICADA ATRAVÉS DA ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS SIMULAÇÕES REALIZADAS COM A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA “SIMULADOR DE CUSTOS MÉDIOS GERENCIAIS”, QUE APRESENTARAM, EM MAIORIA, VALORES SUPERIORES AOS DOS ORÇAMENTOS LICITADOS E AOS VALORES EFETIVAMENTE INVESTIDOS.

PORTANTO, A ANÁLISE COMPARATIVA COM O USO DO SIMULADOR INDICA QUE OS PARÂMETROS INVESTIDOS ESTÃO ABAIXO DOS NÍVEIS PRATICADOS NO BRASIL. PODE-SE ATRIBUIR ESSA OCORRÊNCIA AO ELEVADO PERCENTUAL DE DESCONTO OBTIDO NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS. OS RECURSOS FINANCEIROS E TÉCNICOS MOBILIZADOS FORAM ADEQUADOS E CONTRIBUÍRAM PARA ALCANÇAR OS RESULTADOS SUSTENTÁVEIS.

SUSTENTABILIDADE

NAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS GESTORES DO SETOR DE TRANSPORTE DO ESTADO DO RN, CONSTATOU-SE QUE AS RODOVIAS IMPLANTADAS POSSUEM NOVOS CONTRATOS DE MANUTENÇÃO ATIVOS DESDE ABRIL DE 2023 E QUE ESTÃO CONSIDERADAS NO SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL ATRAVÉS DE UMA ROTINA EXISTENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO. NAS VISTORIAS TÉCNICAS REALIZADAS, CONSTATOU-SE QUE A MANUTENÇÃO ESTÁ ADEQUADA: PAVIMENTO EM BOA QUALIDADE, REALIZAÇÃO DE PODAS SISTEMATICAMENTE, DUAS VEZES AO ANO, PELO MENOS.

FOI REALIZADO PARA O DISTRITO OPERACIONAL DE MOSSORÓ UM ESTUDO DE MANUTENÇÃO PROATIVA QUE DEVERÁ, EM FUTURO PRÓXIMO, SER ESTENDIDO AOS DEMAIS DISTRITOS OPERACIONAIS DO RN. EM BREVE FUTURAS CONTRATAÇÕES DE OBRAS RODOVIÁRIAS DEVERÃO CONSIDERAR, EM SEU ESCOPO, TAMBÉM O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO.

SERÃO ANALISADAS AS NECESSIDADES FUTURAS DE MANUTENÇÃO DAS RODOVIAS, ASSIM COMO POSSÍVEIS MELHORAS NA IMPLEMENTAÇÃO IDENTIFICANDO REGIÕES ONDE PODEM ESTAR OCORRENDO DEFICIÊNCIA NO ESCOAMENTO DOS PRODUTOS DO ESTADO. SERÁ REALIZADO UM MAPEAMENTO DAS RODOVIAS MAIS SIGNIFICATIVAS DO PONTO DE VISTA ECONÔMICO E DAS COMUNIDADES QUE APRESENTAM DEFICIÊNCIAS NA CONEXÃO COM RODOVIAS PAVIMENTADAS.

TAMBÉM SE CONSTATOU QUE TODOS OS CRITÉRIOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DE SUSTENTABILIDADE, CONSIDERANDO AS SALVAGUARDAS PREVISTAS, FORAM ATENDIDOS.

SISTEMAS DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

SANEAMENTO

O PROJETO NÃO DEFINIU UM INDICADOR ESPECÍFICO PARA O SETOR, INCLUINDO OS PROJETOS QUE RECEBERAM APOIO DENTRO DO INDICADOR “NÚMERO DE INFRAESTRUTURASSOCIECONÔMICA IMPLANTADAS PELO PROJETO”.

DENTRO DESSE INDICADOR, O SETOR IMPLEMENTOU 7 INFRAESTUTURAS. OS PROJETOS RELACIONADOS AO SUBCOMPONENTE 1.1 DO SETOR, INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES, FORAM OS SEGUINTES:

- SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA) – IMPLANTADOS PELA CAERN: SAA DE BARAÚNA; SAA DE ÁGUA DE PEDRA GRANDE; SAA DE CAMPO REDONDO; SAA DE JARDIM DO SERIDÓ; E, SAA DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO

- SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES): SES DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO – PMSMG; SES DE CERRO CORÁ - CAERN

RECURSOS HÍDRICOS

DO PONTO DE VISTA FÍSICO-AMBIENTAL, O RN POSSUI CARACTERÍSTICAS TÍPICAS DE REGIÕES PRÓXIMAS AO EQUADOR, COM TEMPERATURAS ELEVADAS AO LONGO DO ANO, BAIXAS VARIAÇÕES DE TEMPERATURA, ALTA INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR E ALTAS TAXAS DE EVAPORAÇÃO. A MAIORDE SUA ÁREA ESTÁ LOCALIZADA NA REGIÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, QUE ABRANGE 88% DO TERRITÓRIO ESTADUAL, REPRESENTANDO 147 MUNICÍPIOS E UMA POPULAÇÃO DE CERCA DE 1.922.440 HABITANTES. UM DOS CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAR UMA ÁREA COMO PERTENCENTE AO SEMIÁRIDO É A PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL INFERIOR A 800 MM. NESSA REGIÃO, A IRREGULARIDADE DAS CHUVAS E AS ALTAS TAXAS DE EVAPOTRANSPIRAÇÃO CONTRIBUEM PARA UM RISCO CONSTANTE DE ESCASSEZ DE ÁGUA.

O PERÍODO CHUVOSO NO ESTADO OCORRE AO LONGO DE QUATRO MESES, DE FEVEREIRO A MAIO, ENQUANTO O PERÍODO SECO É MAIS CRÍTICO EM NOVEMBRO E DEZEMBRO. DURANTE O PERÍODO ÚMIDO, AS CHUVAS SÃO FREQUENTEMENTE CURTAS E TORRENCIAIS, O QUE FAVORECE O RÁPIDO ENCHIMENTO DOS RESERVATÓRIOS. O REGIME DE CHUVAS É APRESENTADO ABAIXO, POR TERRITÓRIO DO RN .

OS AÇUDES DE GRANDE CAPACIDADE DESEMPENHAM UM PAPEL FUNDAMENTAL NO FORNECIMENTO DE ÁGUA ÀS ADUTORAS DO RIO GRANDE DO NORTE E SÃO CONSIDERADOS O "PULMÃO HÍDRICO" DO ESTADO. O MAIOR DESSES RESERVATÓRIOS É FORMADO PELA BARRAGEM ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES, COM UMA CAPACIDADE DE 2.300 MILHÕES DE METROS CÚBICOS. SOMANDO-SE A CAPACIDADE DOS OUTROS 12 RESERVATÓRIOS COM VOLUMES SUPERIORES A 40 MILHÕES DE METROS CÚBICOS, O ESTADO POSSUI UMA RESERVA TOTAL DE 4.000 MILHÕES DE METROS CÚBICOS.

NO RN HÁ AINDA UM GRANDE NÚMERO DE PEQUENOS E MÉDIOS AÇUDES CONSTRUÍDOS POR PARTICULARES UTILIZADOS NO SUPRIMENTO DE ÁGUA PARA AS COMUNIDADES E TAMBÉM PARA USO AGRÍCOLA. ESSE TIPO DE OBRA É MUITO DIFUNDIDO, PRINCIPALMENTE NA REGIÃO DO DOMÍNIO CRISTALINO.

OS INVESTIMENTOS REALIZADOS NO SETOR DE RECURSOS HÍDRICOS PELO PROJETO RN SUSTENTÁVEL, ATÉ JUNHO/23, TOTALIZARAM R$ 133,6 MILHÕES.

OBSERVE-SE QUE OS INVESTIMENTOS NOS PROJETOS ESTRUTURANTES DE RECURSOS HÍDRICOS CORRESPONDERAM A 76% DO TOTAL INVESTIDO NO SETOR. ESSES INVESTIMENTOS FORAM OS SEGUINTES:

- SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – IMPLANTADOS PELA CAERN

✓ SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE BARAÚNA

✓ SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE PEDRA GRANDE

✓ SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE CAMPO REDONDO

✓ SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE JARDIM DO SERIDÓ

✓ SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO

- SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

✓ SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO - PMSMG

✓ SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE CERRO CORÁ - CAERN

- OBRAS PREVENTIVAS DE RECUPERAÇÃO E READEQUAÇÃO DO PROJETO

✓ BARRAGEM DE LUCRÉCIA

✓ BARRAGEM DE PATAXÓ

✓ INVESTIMENTOS EM IRRIGAÇÃO.

OS INVESTIMENTOS EM IRRIGAÇÃO ESTÃO RELACIONADOS A OBRAS EXECUTADAS NO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO OSVALDO AMORIM (PROJETO BAIXO AÇU – DIBA) - CANAL DE IRRIGAÇÃO DO AMORIM, COMPREENDENDO AS SEGUINTES ETAPAS: (I) OBRAS DE COMPLEMENTAÇÃO A RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO CANAL; E (II) RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, DE USO COMUM DA PRIMEIRA E SEGUNDA ETAPA.

TURISMO

O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTEL, É CONHECIDO PELO SEU CONJUNTO TURÍSTICO DE PRAIA, SOL, GASTRONOMIA, CULTURA E HISTÓRIA, QUE HÁ BASTANTE TEMPO VEM APRESENTANDO O ESTADO E, SOBRETUDO, SUA CAPITAL, NATAL, EM FUNÇÃO DESTES ATRATIVOS CITADOS.

COM 74,9% DE PARTICIPAÇÃO NO PIB POTIGUAR, O SETOR DE SERVIÇOS CONTINUA SE SOBRESSAINDO, INCLUINDO ATIVIDADES COMO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COMÉRCIO E TURISMO. NESTE ÚLTIMO, DESTACA-SE, ESPECIFICAMENTE, “ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO".

CONFORME O ECONOMISTA IVANÍLTON PASSOS, DO IBGE: “NA REALIDADE, O TURISMO É RESPONSÁVEL POR UMA DAS PRINCIPAIS RECEITAS DO ESTADO DO RN. GERA MAIS DE 120 MIL POSTOS DE TRABALHO E APRESENTA OUTRAS 54 ATIVIDADES LIGADAS A SI DIRETAS OU INDIRETAMENTE, COM ENORME POTENCIAL E PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO/EXPANSÃO, DADAS ÀS CARACTERÍSTICAS DOS SEUS RECURSOS NATURAIS RECONHECIDAMENTE SOL E MAR EM NATAL E ENTORNO”.

PROPORCIONALMENTE, O ESTADO POSSUI UMA DAS MELHORES INFRAESTRUTURAS HOTELEIRAS E UM DOS MAIORES NÚMEROS DE LEITOS DO PAÍS (52.270), ONDE NATAL E TIBAU DO SUL/PIPA, OS PRINCIPAIS DESTINOS TURÍSTICOS, OFERECEM 29.354 E 7.357LEITOS, RESPECTIVAMENTE. MOSSORÓ APARECE NA TERCEIRA POSIÇÃO, COM 2.512. OS MEIOS DE HOSPEDAGEM TOTALIZAM 903 UNIDADES E, DESSE TOTAL, 360 ESTÃO SITUADOS EM NATAL, O QUE REPRESENTA 40% DA OFERTA TOTAL DE TODOS OS POLOS TURÍSTICOS. PARA O RIO GRANDE DO NORTE AFLUÍRAM 2.670.973 TURISTAS EM 2014, SENDO 2.520.330 BRASILEIROS (94,36%) E 150.643 ESTRANGEIROS (5,64%). PARA NATAL AFLUÍRAM 1.758.907 TURISTAS EM 2014, SENDO 1.651.438 BRASILEIROS (93,89%) E 107.469 ESTRANGEIROS (6,11%). A ALTA ESTAÇÃO COMPREENDE O PERÍODO DE DEZEMBRO À FEVEREIRO. É, PORTANTO, NÍTIDA A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA QUE O TURISMO ASSUME COMO GERADOR DE TRABALHO, RENDA E RECEITA NO RIO GRANDE DO NORTE.

É IMPORTANTE DESTACAR QUE ESTA REALIDADE AINDA ESTÁ DISTANTE DO REAL POTENCIAL DE CRESCIMENTO DO TURISMO DO ESTADO, E NESTE SENTIDO, O MESMO DOCUMENTO CITADO ANTERIORMENTE, O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E MARKETING DO RIO GRANDE DO NORTE, APONTOU ALGUNS FATORES DE LIMITAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E, BASEADO NO MESMO, A SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO – SETUR PLANEJOU E EXECUTOU DIVERSAS AÇÕES DE FORMA A MUDAR O QUADRO ATUAL E BUSCAR UM PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO DO SETOR, PELA VIA DA QUALIFICAÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES, DIVULGAÇÃO SISTEMÁTICA E INTERIORIZAÇÃO DO TURISMO.

EVOLUÇÃO E PROJETOS DO SETOR

ANTERIORMENTE À IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS DE TURISMO E CULTURA, PODERIAM SER DETERMINADOS OS SEGUINTES FATORES LIMITANTES AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE TURISMO E CULTURA DO ESTADO :

A) RODOVIAS ESTADUAIS EM CONDIÇÕES INSATISFATÓRIAS ADEQUADAS, FALTA DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS INADEQUADOS.

B) FORNECIMENTO LIMITADO DE EMPRESAS DE TURISMO DE QUALIDADE, PRONTAS PARA O MERCADO, PARA ATENDER À DEMANDA ATUAL.

C) INSUFICIENTE CAPACIDADE DE RECURSOS HUMANOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES EXISTENTES OU FUTURAS.

D) PLANEJAMENTO INSUFICIENTE E FALTA DE INTEGRAÇÃO NAS DIFERENTES ESFERAS GOVERNAMENTAIS.

E) BARREIRAS INSTITUCIONAIS E REGULAMENTARES PARA A GERAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS TURÍSTICOS QUE CAPITALIZEM OS ATIVOS BRUTOS DO SETOR TURÍSTICO E SEU POTENCIAL DE MERCADO.

F) CONHECIMENTO LIMITADO DO MERCADO DO TURISMO DO ESTADO POTIGUAR, OFERECENDO UMA REDUÇÃO DA PROCURA.

G) COMPROMISSO IRRELEVANTE DO SETOR PRIVADO NO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DO TURISMO NO INTERIOR DO ESTADO.

H) UM QUADRO LEGISLATIVO E DE PLANEJAMENTO MAIS ROBUSTO QUE PROTEJA AS COMUNIDADES E SEU PATRIMÔNIO AMBIENTAL E CULTURAL.

I) ACESSO LIMITADO AO FINANCIAMENTO PARA AS PMES DE TURISMO.

J) COMPROMISSO LIMITADO DAS COMUNIDADES LOCAIS NA ECONOMIA DE VIAGENS E TURISMO.

É NESTE CONTEXTO, PORTANTO, QUE O PROJETO RN SUSTENTÁVEL TEVE COMO OBJETIVO CENTRAL, CONTRIBUIR COM A PROMOÇÃO À INCLUSÃO PRODUTIVA, POR MEIO DO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, COM FOCO NO ACESSO A MERCADOS PARA AGRICULTORES FAMILIARES, DE MODO POSSIBILITAR O FOMENTO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS, QUE SE CONFIGURA UMA DAS PRINCIPAIS FONTES DE TRABALHO E RENDA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. NESTE SENTIDO, O REFERIDO PROJETO TEVE SEUS COMPONENTES ESTRUTURADOS DE FORMA A ATENDER ÀS DEMANDAS TERRITORIAIS FOCALIZANDO O DESENVOLVIMENTO DAS DIVERSAS ATIVIDADES ECONÔMICAS, À LUZ DA PRÓPRIA DINÂMICA, SEUS DESAFIOS E OPORTUNIDADES LOCAIS.

O PROJETO PREVIU APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO PARA OS INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS VOLTADOS À IMPLEMENTAÇÃO DE ELEMENTOS-CHAVES DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO DOS SETORES DE TURISMO E CULTURA, POR MEIO DO FINANCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA SOCIOECONÔMICA (EQUIPAMENTO TURÍSTICOS), COM SUPORTE EM PROJETOS ESTRUTURANTES RELACIONADOS (ESTRADAS, SISTEMAS DE SANEAMENTO)

AS AÇÕES DE TURISMO – COMO PARTE DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL CONTEMPLOU A REALIZAÇÃO DE SUBPROJETOS NAS SEGUINTES ÁREAS: EVENTOS REGIONAIS, EVENTOS NACIONAIS, EVENTOS INTERNACIONAIS, CAPACITAÇÃO, CONSULTORIA, DIVULGAÇÃO, CAMPANHAS, OBRAS E EQUIPAMENTOS E MÓVEIS. NESTE CONTEXTO, AS INFORMAÇÕES OBTIDAS, EM REGISTROS NA SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO, MOSTRAM QUE AS AÇÕES DO PROJETO FORAM REALIZADAS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS ANOS 2015 A 2023.

4 PARQUE CIENTÍFICO/TECNOLÓGICO AUGUSTO SEVERO

O PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO AUGUSTO SEVERO É UMA CONSTRUÇÃO NO MUNICÍPIO DE MACAÍBA/RN, QUE TEM POR OBJETIVO REUNIR ENTIDADES PÚBLICAS E EMPRESAS PRIVADAS PARA O FOMENTO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, EDUCACIONAL E CULTURAL. SEGUNDO DESCRIÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 716/2022, É UM "COMPLEXO PLANEJADO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E TECNOLÓGICO, PROMOTOR DA CULTURA DE INOVAÇÃO, DA COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, DA CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL E DA PROMOÇÃO DE SINERGIAS EM ATIVIDADES DE PESQUISA CIENTÍFICA, DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DE INOVAÇÃO, ENTRE EMPRESAS E UMA OU MAIS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E DE INOVAÇÃO, COM OU SEM VÍNCULO ENTRE SI". E SEGUNDO A ASSOCIAÇÃO GESTORA DO PARQUE, AS PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERESSE SÃO ENERGIA, SAÚDE E INDÚSTRIA 4.0.

O DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS PARA INSTALAÇÃO DO PARQUE TEVE INÍCIO EM 2016, COM A CONTRATAÇÃO DA CONSULTORIA FORMADA PELAS EMPRESAS SOCIEDADE PORTUGUESA DE INOVAÇÃO S/A, ALFAMICRO SISTEMAS DE COMPUTADORES E INNOVOS GROUP SERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA., PARA A ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE E PLANO DE NEGÓCIOS DO PARQUE TECNOLÓGICO DO RN. O ESTUDO TEVE CUSTO DE R$ 865.551,28, E SEGUNDO RELATÓRIOS ELABORADOS PELA CONSULTORIA, FORAM VISITADOS 5 PARQUES TECNOLÓGICOS EM PORTUGAL PARA SUA FORMULAÇÃO.

AO FINAL DOS ESTUDOS, A CONSULTORIA SUGERIU A CONSTRUÇÃO DO PARQUE EM ÁREA DE 160 HECTARES LOCALIZADA EM PITANGUI, NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL, ENTRE OS MUNICÍPIOS DE EXTREMOZ E CEARÁ-MIRIM/RN. A ÁREA NÃO TINHA EDIFICAÇÕES, E O ESTUDO SUGERIU A CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO PARA INSTALAÇÃO DO PARQUE, TENDO SIDO ELABORADO, INCLUSIVE, UM PROJETO DE CONCEPÇÃO URBANÍSTICA, ARQUITETÔNICA E AMBIENTAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO.

CONFORME INFORMADO PELA UGP E PELO DIRETOR-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO INCUMBIDA DA GESTÃO DO PARQUE (DENOMINADA PAX | RN), EM ENTREVISTAS, A INSTALAÇÃO DO PARQUE NA ÁREA INDICADA NÃO FOI APROVADA PELO BIRD, QUE FINANCIARIA A OBRA NO BOJO DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL. POR ISSO, O ESTUDO DE VIABILIDADE DESENVOLVIDO EM 2016/2017 FOI SUBSTITUÍDO POR OUTRO ELABORADO POR PROFESSORES DA UFRN, DE ACORDO COM O DIRETOR PRESIDENTE DO PAX | RN, MAS ESSE NOVO ESTUDO É CONFIDENCIAL, MOTIVO PELO QUAL SEU OBJETO, BEM COMO AS RAZÕES QUE LEVARAM À CONFORMAÇÃO ATUAL DO PARQUE, NÃO FORAM ANALISADOS NO PRESENTE RELATÓRIO.

FATO É QUE, SEGUNDO A UGP E O DIRETOR PRESIDENTE DA PAX | RN, DECIDIU-SE, ENTÃO, INSTALAR O PARQUE EM ÁREA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, DESTINADA INICIALMENTE À IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA LYGIA MARIA ROCHA LAPORTA.

TRATA-SE DE PRÉDIO COM APROXIMADAMENTE 15 MIL M², QUE TEVE AS OBRAS PARALISADAS EM ABRIL DE 2015, COM CERCA DE 70% DA CONSTRUÇÃO CONCLUÍDA. É RESULTADO DE CONTRATO CELEBRADO EM 2010 PELO GOVERNO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA UFRN, PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE PESQUISA E DA ESCOLA DE BASE, TAMBÉM CHAMADA DE ESCOLA LYGIA MARIA ROCHA LAPORTA, NO LOCAL DENOMINADO CAMPUS DO CÉREBRO.

EM 2017, O INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT, QUE SERIA INCUMBIDO DA GESTÃO DA ESCOLA, INFORMOU EM SEU RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CICLO PLURIANUAL DE 2014/2017 QUE DEVOLVEU O PRÉDIO INACABADO À UFRN, PORQUE "CONSIDERANDO OS ALTOS CUSTOS PREVISTOS PARA A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA ESCOLA DESSE PORTE E FACE À CRISE ORÇAMENTÁRIA, FICA IMPOSSIBILITADO O SEU FINANCIAMENTO PELO MEC".

DIANTE DISSO, SEGUNDO O DIRETOR PRESIDENTE DO PAX | RN, O PRÉDIO, JUNTAMENTE COM A ÁREA DE 50,36 HECTARES EM QUE SE LOCALIZA, FORAM CEDIDOS AO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PARA INSTALAÇÃO DO PARQUE.

O PARQUE, ENTÃO, FOI INSTALADO EM PARTE DA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA, EQUIVALENTE A UMA ÁREA DE 5.000 M². O PROJETO RN SUSTENTÁVEL FOI RESPONSÁVEL PELO TÉRMINO DA CONSTRUÇÃO DESSA PARTE DO PRÉDIO, BEM COMO PELOS EQUIPAMENTOS PARA A IMPLANTAÇÃO INICIAL DO PARQUE, E PELA CONSTRUÇÃO DE UMA ADUTORA PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

O PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO AUGUSTO SEVERO É GERIDO POR UMA ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS, CRIADA PARA ESSA FINALIDADE ESPECÍFICA, POR UM GRUPO DE ENTIDADES PÚBLICAS E REPRESENTATIVAS DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO.

EM 2019 FOI APROVADA A INCLUSÃO DAS OBRAS E IMPLANTAÇÃO DO PARQUE NO PROJETO RN SUSTENTÁVEL. AO LONGO DE 2020, DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19, COMO INFORMOU O DIRETOR PRESIDENTE DO PAX|RN, UM CONSULTOR CONTRATADO PELO PROJETO ASSESSOROU A ELABORAÇÃO DO DESENHO DO PARQUE, PARA ADAPTAR A ESTRUTURA DA ESCOLA, COM INDICAÇÃO DE ESTRUTURA E ORGANOGRAMA DE GESTÃO, ALÉM DAS ASSOCIAÇÕES QUE APOIARIAM ESSA INICIATIVA.

ENTÃO, NO INÍCIO DE 2022 FOI CONTRATADA, PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, A EXECUÇÃO DE OBRAS PARA A CONCLUSÃO DE PARTE DO PRÉDIO IDEALIZADO PARA A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA LYGIA MARIA ROCHA LAPORTA, PARA ABRIGAR O PARQUE TECNOLÓGICO. ESSA OBRA FOI DENOMINADA DE ETAPA 0 DO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO PARQUE, ABRANGEU 5.000 M² DA ÁREA DO EDIFÍCIO DA ESCOLA, E ACARRETOU O INVESTIMENTO DE R$ 9.294.661,14 EM CONSTRUÇÃO, E MAIS R$ 1.013.189,87 EM MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA A IMPLANTAÇÃO. OS RECURSOS SÃO ORIUNDOS DO COMPONENTE 1, SUBCOMPONENTE 1.1, NAS ATIVIDADES DE ESTUDOS, DIAGNÓSTICOS E PLANOS, E INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

A PARTIR DE TAL INTERVENÇÃO, 33 SALAS FORAM PREPARADAS PARA OCUPAÇÃO, SENDO 8 PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE, REALIZADA PELA ASSOCIAÇÃO PAX|RN, E OUTRAS 25 PARA LOCAÇÃO.

O PARQUE FOI INAUGURADO EM 26/12/2022, E SEGUNDO ESCLARECEU O DIRETOR PRESIDENTE DA PAX|RN, AS SALAS AINDA NÃO FORAM LOCADAS E HOJE NÃO HÁ FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS NO PRÉDIO DO PARQUE, PORQUE OS EDITAIS ESTÃO EM FASE DE CONCLUSÃO.

POUCO ANTES DA INAUGURAÇÃO DO ESPAÇO DO PARQUE, EM OUTUBRO DE 2022, FOI INSTITUÍDA A ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL PAX|RN, ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS, PARA GERIR AS INSTALAÇÕES DO ESPAÇO, BEM COMO O ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO PARA TANTO. A

ASSOCIAÇÃO TEVE COMO INSTITUIÇÕES FUNDADORAS: A UFRN, A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN), O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN), O INSTITUTO SANTOS DUMONT (ISD), O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, A FUNDAÇÃO DE AMPARO E PROMOÇÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE (FAPERN), A FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO RIO GRANDE DO NORTE (FUNCERN), OS MUNICÍPIOS DE MACAÍBA, NATAL, PARNAMIRIM, SÃO GONÇALO DO AMARANTE, A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (FIERN), A FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO RIO GRANDE DO NORTE (FECOMÉRCIO) E O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO NORTE (SEBRAE-RN).

EM 30/06/2022, EM PARALELO COM AS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO PELO PROJETO RN SUSTENTÁVEL, FOI APROVADA A LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 716, QUE INSTITUIU A POLÍTICA ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE INOVAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE, E DISCIPLINOU O FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (FUNDET), VINCULADO À SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO (SEDEC). O FUNDET, CUJA GESTÃO CABE À FAPERN, TEM POR FINALIDADE GERAL, COMO ESTABELECE A LEI, “DAR APOIO AO FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO”, E DENTRE AS FINALIDADES ESPECÍFICAS, OBJETIVA “FINANCIAR PROJETOS QUE CONTRIBUAM PARA EXPANDIR E CONSOLIDAR ECOSSISTEMAS LOCAIS DE INOVAÇÃO”, INCLUINDO OS PARQUES TECNOLÓGICOS DO ESTADO.

SEGUNDO INFORMARAM O DIRETOR PRESIDENTE E A ASSESSORA DO PAX|RN, O FUNDET É A PRINCIPAL FONTE DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO DO PARQUE. DE ACORDO COM ELES, O CONSELHO ESTADUAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE (CONECITI/RN) APROVOU A DESTINAÇÃO DO PERCENTUAL DE 25% DO FUNDO À PAX|RN PARA GESTÃO DO PARQUE. A ESTIMATIVA DA SECRETARIA DA FAZENDA É QUE, EM 2024, O VALOR DESTINADO AO PARQUE FIQUE EM TORNO DE R$ 2 MILHÕES.

O CUSTEIO DO PARQUE TAMBÉM SERÁ APOIADO PELOS VALORES QUE SERÃO PROVINDOS DOS ALUGUÉIS DAS SALAS E DEMAIS ESPAÇOS DO PARQUE – TAIS COMO O RESTAURANTE –, QUANDO FOREM LOCADOS. ATUALMENTE, AS FUNDADORAS DA ASSOCIAÇÃO TÊM APOIADO A ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE, FORNECENDO RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS. A UFRN, POR EXEMPLO, CEDE FUNCIONÁRIOS PARA LIMPEZA DO LOCAL.

AINDA DE ACORDO A PAX|RN, PARTE DOS RECURSOS DO FUNDET JÁ SÃO DESTINADOS À ASSOCIAÇÃO, MAS O GOVERNO DO ESTADO PROPÔS O PROJETO DE LEI PLC 21/2023, PARA ALTERAR A LEI COMPLEMENTAR Nº 716/2016, DE MODO A PERMITIR QUE RECURSOS DO FUNDO SEJAM DIRECIONADOS DIRETAMENTE PARA A CONTA DA ASSOCIAÇÃO PAX|RN, PARA GERENCIAMENTO PARQUE, SEM QUE O GOVERNO DO ESTADO TENHA QUE INTERMEDIAR TAL REPASSE. ALÉM DISSO, OS RECURSOS HOJE SÃO DESTINADOS SOMENTE À PESQUISA E INOVAÇÃO, AO PASSO QUE, SE HOUVER A APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR, OS RECURSOS PODERÃO SER UTILIZADOS TAMBÉM PARA MANUTENÇÃO E CUSTEIO DO PARQUE, E ENTÃO OS SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS SERÃO CONTRATADOS DIRETAMENTE PELA PAX|RN.

DOCUMENTOS FORNECIDOS PELA PAX|RN DÃO CONTA AINDA QUE ESTÃO PREVISTAS TRÊS OUTRAS ETAPAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE.

COMO SE VÊ, A DENOMINADA ETAPA 0, EM QUE SE INSERIRAM OS INVESTIMENTOS DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL, SE RESTRINGIU A PARTE DE UM DOS EDIFÍCIOS, UMA ÁREA DE 5.000 M² QUE COMPÕEM O COMPLEXO DE EDIFICAÇÕES INACABADAS DA ESCOLA LIGIA LAPORTA, DE 15.000 M². A EXPANSÃO PREVISTA PARA AS PRÓXIMAS ETAPAS PERMITIRÁ, INCLUSIVE, A LOCAÇÃO DE 76 LOTES NÃO EDIFICADOS, PARA INDÚSTRIAS E EMPRESAS DE INOVAÇÃO QUE QUEIRAM SE ESTABELECER NO PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

SEGUNDO A ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PAX|RN, OS RECURSOS DO FUNDET NÃO BASTAM PARA A AMPLIAÇÃO, SÃO SUFICIENTES SOMENTE PARA O CUSTEIO E MANUTENÇÃO DO PARQUE (LIMPEZA, JARDINAGEM, ETC.).

A PRÓXIMA FASE ESTÁ ESTIMADA EM R$ 25 MILHÕES, INCLUI A REVITALIZAÇÃO DOS 2/3 RESTANTES DO PRÉDIO, CONTEMPLANDO OS OUTROS 10.000 M² DO PRÉDIO, COM 36 SALAS PARA LOCAÇÃO, ALÉM DE 16 LOTES NÃO EDIFICADOS. OS TERRENOS SERÃO ALUGADOS PARA A INICIATIVA PRIVADA CONSTRUIR UNIDADES

DE INDÚSTRIA E INOVAÇÃO, NAS ÁREAS APOIADAS PELO PAX, QUE SÃO ENERGIA, SAÚDE (PRINCIPALMENTE REABILITAÇÃO EM SAÚDE, ÁREA DO ISD) E DE INDÚSTRIA 4.0.

O CRONOGRAMA DE FINALIZAÇÃO DO PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, ATÉ ATINGIR OS 76 LOTES E 69 SALAS, É DE CONCLUSÃO EM 2040.

2. PROGRAMA TEMÁTICO 2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE E OBJETIVO 0510 MELHORAR O ACESSO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA SAÚDE EM CONFORMIDADE COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROGRAMA GOVERNO CIDADÃO.

NESTE PROGRAMA AS AÇÕES ESTÃO DIVIDIDAS EM TRÊS REDE DE ATENÇÃO.

2.1 REDE MATERNO INFANTIL

RESULTADOS FÍSICOS

- CINCO MATERNIDADES IMPLEMENTADAS INTEGRANDO A REDE CEGONHA COMO UNIDADES DE REFERÊNCIA PARA O BAIXO RISCO, SENDO UMA MATERNIDADE PARA 1ªRS, 3ªRS, 4ªRS, 6ªRS E 8ªRS.

- SETE MATERNIDADES IMPLEMENTADAS NÃO INSERIDAS NA REDE CEGONHA, MAS PERMANECEM COMO RETAGUARDA PARA PARTOS EM PERÍODO EXPULSIVOS.

- TRÊS MATERNIDADES IMPLEMENTADAS TIVERAM ALTERAÇÕES EM SEU PERFIL ASSISTENCIAL E FORAM REMANEJADAS PARA A REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: HR MONS. ANTÔNIO DE BARROS -SÃO JOSÉ DE MIPIBU HG MARIANO COELHO- CURRAIS NOVOS E HR NELSON INÁCIO DOS SANTOS, ASSÚ.

- AS DEMAIS UNIDADES HOSPITALARES IMPLEMENTADAS DISPONIBILIZAM OS ATENDIMENTOS PARA A POPULAÇÃO DE SEUS PRÓPRIOS MUNICÍPIOS.

- 35 LEITOS DE UTI INSTALADOS, DOS QUAIS 15 ESTÃO EM FUNCIONAMENTO REPETIDO - CINCO DO HOSPITAL JANUÁRIO CICCO EM NATAL E 10 DA MATERNIDADE MARIA ALICE FERNANDES EM NATAL. OS DEMAIS DEPENDEM DE RECURSOS HUMANOS PARA OPERAR.

- DOIS BANCOS DE LEITE INSTALADO, ESTANDO EM FUNCIONAMENTO O BANCO DE LEITE DO HOSPITAL DA MULHER, A OUTRA UNIDADE ESTÁ NA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS PARA INICIAR SUA OPERACIONALIZAÇÃO.

- HOSPITAL DA MULHER IMPLEMENTADO, E INICIOU SEU FUNCIONAMENTO EM DEZEMBRO DE 2022, NESTA PRIMEIRA FASE DE IMPLANTAÇÃO OFERECE SERVIÇOS AMBULATORIAIS E REGISTROU APROXIMADAMENTE 5.700 ATENDIMENTOS (JANEIRO A SETEMBRO/23)

- PROTOCOLO DA ASSISTÊNCIA MATERNO INFANTIL DO RN FOI IMPLANTADO NAS 40 MATERNIDADES DO ESTADO

OBJETIVOS E INDICADORES

O PROJETO DEU APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE REDUÇÃO DE MORTALIDADE MATERNO-INFANTIL DO ESTADO, DIRECIONADO PRINCIPALMENTE AOS MUNICÍPIOS COM TAXAS ELEVADAS DE ÓBITOS, INDICANDO A NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO PARA QUALIFICAR OS SERVIÇOS DE ATENÇÃO AO PARTO E RECÉM-NASCIDO, BEM COMO O ATENDIMENTO AO PRÉ NATAL PELAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA.

A ATENÇÃO MATERNO INFANTIL FOI TRABALHADA COM FOCO NA INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA PREVENDO A GARANTIA DE ACESSO A PARTIR DA ATENÇÃO PRIMÁRIA ATÉ OS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE, COM DEFINIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE FLUXOS ORGANIZADOS, FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE REGULAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DOS LEITOS DE UTI E UCI MATERNA E NEONATAL.

NESTA PERSPECTIVA O PROJETO RN SUSTENTÁVEL INSERIU PARA O SUBCOMPONENTE DA SAÚDE, INTERVENÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO MATERNO INFANTIL, COM O INTUITO DE PROPICIAR O AUMENTO DA OFERTA E DO ACESSO AOS SERVIÇOS, DE FORMA REGIONALIZADA, TENDO COMO FOCO PRINCIPAL A POPULAÇÃO FEMININA EM IDADE REPRODUTIVA E AS CRIANÇAS.

O OBJETIVO ESPECÍFICO DESENHADO PARA O FORTALECIMENTO DESSA REDE DE ATENÇÃO PREVIA "A REDUÇÃO DAS TAXAS DE MORTALIDADE MATERNO INFANTIL", POR MEIO DE: (I) REFORMA E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA AS MATERNIDADES SELECIONADAS; (II) PREPARAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTÍNUA PARA OS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA EM CUIDADOS PRÉ-NATAIS; (III) CONSTRUÇÃO DE UM HOSPITAL MATERNO INFANTIL EM MOSSORÓ;

(IV) ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE BANCOS DE LEITE HUMANO; E (V) IMPLEMENTAÇÃO DE UMA SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, PARA MONITORAR BEBÊS DE ALTO RISCO (DO NASCIMENTO ATÉ 12 ANOS DE IDADE)

AS MULHERES POTIGUARES EM IDADE REPRODUTIVA E AS CRIANÇAS SERIAM BENEFICIÁRIAS DIRETAS DAS AÇÕES PROPOSTAS. OS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA APS, QUE ATUAM NAS ESF NOS MUNICÍPIOS, FORMARIAM OUTRO IMPORTANTE PÚBLICO DE BENEFICIÁRIOS

APÓS O REDESENHO DA REDE MATERNO INFANTIL (RMI) EM 2012, 21 MATERNIDADES DISTRIBUÍDAS NAS OITO REGIÕES DE SAÚDE QUE FORAM CONTEMPLADAS COM OS INVESTIMENTOS. A DEFINIÇÃO PARA A INSTALAÇÃO DAS UTIS NEONATAL CONSIDEROU A INTERIORIZAÇÃO VISANDO SUPRIR OS VAZIOS ASSISTENCIAIS, SENDO OBRIGATÓRIO DISPOR DE MÉDICO NEONATOLOGISTA. FORAM PREVISTOS 35 LEITOS UTI A SEREM IMPLANTADOS EM HOSPITAIS DO ESTADO OU MUNICIPAIS.

O BANCO DE LEITE FOI UMA AÇÃO DUPLA COM O ESTADO SE RESPONSABILIZANDO PELA OBRA E O PROJETO RESPONSÁVEL PELOS EQUIPAMENTOS. AS DUAS UNIDADES TERIAM QUE ESTAR LIGADAS A ESTRUTURAS COM UTI NEONATAL.

A INDICAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DA MULHER DE MOSSORÓ, COMPATIBILIZOU O PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E A EFICIÊNCIA ASSISTENCIAL ESPERADA, DE FORMA A DIMENSIONAR UM HOSPITAL INTEGRADO AOS ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE, COM A FINALIDADE DE AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO HUMANIZADO E INTEGRAL AOS USUÁRIOS DE FORMA ÁGIL E OPORTUNA, ALÉM DE COMPOR O SISTEMA DE REFERÊNCIA EM GRAVIDEZ DE ALTO RISCO PARA O RIO GRANDE DO NORTE. O HOSPITAL DA MULHER DE MOSSORÓ SERIA REFERÊNCIA PARA 2ª, 6ª E 8ª REGIÕES DE SAÚDE.

A UNIDADE CONTEMPLARIA A ATENÇÃO REFERENCIADA A NÍVEL SECUNDÁRIO, TERCIÁRIO E AMBULATORIAL PARA OS SERVIÇOS DE GINECOLOGIA, OBSTETRÍCIA ALTO RISCO, MASTOLOGIA E EXAMES DE APOIO DIAGNÓSTICO E SERIA ESTRUTURADA COM 153 LEITOS, SENDO 40 LEITOS DE TERAPIA INTENSIVA (10 - UTI ADULTO FEMININO, 10 - UTIN - UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL, 10 - UCINCA - UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDIÁRIOS CANGURU E 10 - UCINCO - UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDIÁRIOS CONVENCIONAL) (MEMORIAL DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL, 2020).

NO ENTANTO, O GOVERNO ESTADUAL EM FUNÇÃO DO INÍCIO DAS OBRAS DE REFORMAS NO HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA, PREVISTA PARA 1 ANO E MEIO, DEFINIU QUE O SETOR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO REFERIDO HOSPITAL SERÁ TRANSFERIDO PARA O HOSPITAL DA MULHER , QUE PASSARÁ A OFERECER ATENDIMENTO E SERVIÇOS A PARTIR DE NOVEMBRO DE 2023, ALTERANDO SEU PERFIL PLANEJADO. AS INTERVENÇÕES FINANCIADAS PELO PROJETO PARA A REDE MATERNO INFANTIL, INOBSTANTE, TIVERAM UM DIFERENCIAL PELA IMPLEMENTAÇÃO FÍSICA DO “HOSPITAL DA MULHER” (QUE POSSIVELMENTE NÃO SERÁ EFETIVADA COMO CONCEBIDA), LEITOS DE UTI NEONATAL E UNIDADE DE BANCO DE LEITE, RESULTANDO NO AUMENTO DOS SERVIÇOS OFERTADOS.

2.2 REDE ONCOLÓGICA

RESULTADOS FÍSICOS

O STATUS ATUAL DAS ATIVIDADES PREVISTAS É APRESENTADO NA TABELA ABAIXO, CABENDO DESTACAR QUE O LABORATÓRIO ESTADUAL DE ANATOMIA, PATOLOGIA E CITOPATOLOGIA - LAPAT/RN FOI EFETIVAMENTE IMPLEMENTADO (INAUGURAÇÃO DEZ/21).

A IMPLEMENTAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA (CROS) FOI PARCIAL, POIS AS DUAS UNIDADES FINANCIADAS PELO PROJETO - JOÃO CÂMARA E DE SJ POTENGI - NÃO INICIARAM SUA OPERACIONALIZAÇÃO, PREVISTA PARA O FINAL DE 2023, COMPROMETIDA, NESTE MOMENTO DE ENCERRAMENTO DO PROJETO PELAS DIFICULDADES DE RECURSOS HUMANOS. AS CAPACITAÇÕES PREVISTAS PARA A ATENÇÃO BÁSICA FORAM REALIZADAS E O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA CONSTA NO PLANO ESTADUAL PARA A PREVENÇÃO E O CONTROLE DE CÂNCER NA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DE PESSOAS COM DOENÇAS CRÔNICAS. O PROGRAMA DE TELEMEDICINA ESTÁ IMPLANTADO E AGUARDANDO O INÍCIO DAS ATIVIDADES DOS CROS PARA EMISSÃO DOS LAUDOS DOS EXAMES DE MAMOGRAFIAS REALIZADOS NESTAS UNIDADES.

3ª RS CRO João Câmara		5ª RS CRO SJ Potengi	
✓adequados	2023	✓adequados	2023
✓equipados	2018/ 2021/ 2023	✓equipados	2018/ 2021/ 2023
✓em operação	nov./23	✓em operação	out.23
Laboratório de Anatomia, Patologia e Citopatologia em Natal – LAPAT/RN			
✓construído			2019
✓equipados			ago./22 a fev./23
✓em operação			31/12/2023
Programa Telemedicina implementado			
✓Serviços de apoio para emissão de laudos dos exames de mamografias nos CROS (SESAP, 2021)*			previsto para 2021
Plano de Capacitação Continuada em execução			
✓ Municípios qualificados para execução das ações na linha de cuidado do câncer, em 2023 (SESAP, 2021)*			previsto para 2021

OBJETIVOS E INDICADORES

O CONTROLE DOS CÂNCERES DE MAMA E DE COLO DO ÚTERO SE COLOCAVA COMO UM DESAFIO PARA AS POLÍTICAS DE SAÚDE VOLTADAS ÀS MULHERES, TANTO NO CONTEXTO NACIONAL QUANTO NO ESTADUAL PELA ALTA INCIDÊNCIA E PELO AUMENTO DA MORTALIDADE. NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE HOUVE UM AUMENTO PROGRESSIVO DA TAXA DE MORTALIDADE POR CÂNCER DE MAMA, DE 5,7 PARA 8,6 ÓBITOS POR 100 MIL MULHERES AO SE COMPARAR OS ANOS DE 1997 E 2007. PARA OS MESMOS ANOS ANALISADOS O CÂNCER DE COLO DE ÚTERO APRESENTAVA CRESCIMENTO NO ESTADO 5,4 E 3,3 ÓBITOS POR 100 MIL MULHER EM 1997, MAS EM 2007 ESTE INDICADOR SE APRESENTAVA ABAIXO DA TAXA BRASILEIRA (4,8/100.000).

EM 2011, O MINISTÉRIO DA SAÚDE INSTITUIU QUATRO COMPROMISSOS PRIORITÁRIOS (PORTARIA MS/GM Nº 1.473, DE 24 DE JUNHO DE 2011), ENTRE ELES O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES PARA A PREVENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DOS CÂNCERES DO COLO DO ÚTERO E DA MAMA (BRASIL, 2011A).

COM O INTUITO DE GARANTIR ESSES COMPROMISSOS FOI LANÇADO NACIONALMENTE, EM 2011, O PLANO DE FORTALECIMENTO DAS AÇÕES PARA PREVENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DOS CÂNCERES DO COLO DO ÚTERO E DA MAMA , VISANDO A ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE E DA LINHA DE CUIDADO, COM A FINALIDADE DE REDUZIR A INCIDÊNCIA E A MORTALIDADE POR ESSES TIPOS DE CÂNCERES NO PAÍS E MELHORAR AS TAXAS DE SOBREVIDA DAS MULHERES.

NESSE CONTEXTO QUE O GOVERNO DO ESTADO APRESENTOU JUSTIFICATIVA E SOLICITOU APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE CONTROLE DO CÂNCER VOLTADO PARA O AUMENTO DA CAPACIDADE DE DIAGNÓSTICO PRECOCE E TRATAMENTO TEMPESTIVO, INDICANDO PARA ISSO A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFERÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM CENTROS DE DIAGNÓSTICO E UNIDADES DE INTERNAÇÃO, CONTANDO COM O APOIO DE LABORATÓRIOS PÚBLICOS DE CITOHISTOPATOLOGIA, ALÉM DE SERVIÇOS DE MAMOGRAFIA E ULTRASSONOGRAFIA, GARANTINDO O MONITORAMENTO EXTERNO DE QUALIDADE PARA ESTAS AÇÕES. O CONJUNTO DE AÇÕES PROPOSTA PELO GOVERNO ESTADUAL BUSCAVA ORGANIZAR E ESTRUTURAR UMA REDE DE SERVIÇOS NOS TERRITÓRIOS, DE FORMA HIERARQUIZADA E COM A GARANTIA DA ATENÇÃO INTEGRAL, BEM COMO O ACESSO A CONSULTAS, EXAMES PARA O DIAGNÓSTICO DO CÂNCER E AO TRATAMENTO CAPAZ DE ATENDER A DEMANDA E DIMINUIR AS DIFICULDADES EXISTENTES.

DESSA FORMA, O PROJETO RN SUSTENTÁVEL CONTEMPLOU NO SUBCOMPONENTE DA SAÚDE, INTERVENÇÕES COMPLEMENTARES PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO ONCOLÓGICA, COM FOCO NOS CÂNCERES DE MAMA E DE COLO DE ÚTERO, COM O INTUITO DE PROPICIAR O AUMENTO DA OFERTA E DO ACESSO AOS SERVIÇOS, DE FORMA REGIONALIZADA, TENDO COMO POPULAÇÃO ALVO MULHERES ENTRE 25 A 69 ANOS, E COM ISSO CONTRIBUIR PARA A REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA E MORTES RELACIONADAS AO CÂNCER DE MAMA E DE COLO DE ÚTERO. O OBJETIVO ESPECÍFICO DESENHADO PARA O FORTALECIMENTO DESSA REDE DE ATENÇÃO PREVIA O AUMENTO DA DISPONIBILIDADE DE DETECÇÃO PRECOCE E TRATAMENTO DE QUALIDADE PARA PACIENTES COM CÂNCER DE MAMA E DO COLO DO ÚTERO, POR MEIO CINCO AÇÕES: (I) REFORMAR E FORNECER EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA OS CENTROS DE REFERÊNCIA; (II) ELABORAR E IMPLEMENTAR PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA OS GESTORES E PROFISSIONAIS DA SAÚDE; (III) DESENVOLVER PROGRAMAS DE TELEMEDICINA PARA O DIAGNÓSTICO DE DOENÇAS; (IV) CONSTRUIR LABORATÓRIO DE ANATOMOHISTOPATOLOGIA; E (V) IMPLEMENTAR PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA COM FOCO EM DOENÇAS CANCEROSAS.

PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA ONCOLÓGICA (CRO) NOS MUNICÍPIOS PRIORIZADOS FOI DEFINIDA CONTRAPARTIDA DO GOVERNO MUNICIPAL, RESPONSÁVEL POR DESTINAR O LOCAL E OS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA AS OBRAS DE REFORMAS/ADEQUAÇÕES DO ESPAÇO FÍSICO, ENQUANTO QUE OS EQUIPAMENTOS SERIAM FINANCIADOS PELO PROJETO. O CUSTEIO DOS SERVIÇOS E DOS RECURSOS HUMANOS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO TAMBÉM COMPUNHAM A CONTRAPARTIDA DO GESTOR MUNICIPAL, QUE AO FINAL INCORPORARIA O CRO EM SUA REDE DE ATENÇÃO ONCOLÓGICA, DISPONIBILIZANDO OS SERVIÇOS PARA A POPULAÇÃO DAS MULHERES DO SEU MUNICÍPIO E PARA OS MUNICÍPIOS DA SUA REGIÃO DE SAÚDE, CUMPRINDO ASSIM A FINALIDADE DE AMPLIAÇÃO DO ACESSO E DA OFERTA DE EXAMES, PROCEDIMENTOS E ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS.

OS CRITÉRIOS E DEFINIÇÕES DOS LOCAIS DE IMPLEMENTAÇÕES DOS CROS FORAM EMBASADOS NOS VAZIOS ASSISTENCIAIS PRESENTES EM CINCO REGIÕES DE SAÚDE (RS)

AS INTERVENÇÕES FINANCIADAS PELO PROJETO PARA A REDE DE ATENÇÃO ONCOLÓGICA TIVERAM UM DIFERENCIAL POIS IMPLEMENTARAM NOVAS UNIDADES, NO NÍVEL ESTADUAL (LABORATÓRIO) E NO NÍVEL MUNICIPAL (CROS), RESULTANDO NO AUMENTO DOS SERVIÇOS OFERTADOS E MELHORANDO DIRETAMENTE A ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ONCOLÓGICA, A PRINCÍPIO PARA TODAS AS REGIÕES DE SAÚDE (EXCETO 7ªRS QUE APRESENTA GRANDE CONCENTRAÇÃO DE SERVIÇOS).

2.3 REDE DE EMERGÊNCIA

RESULTADOS FÍSICOS

EM 2011 O AUMENTO DA MORBIMORTALIDADE RELACIONADO ÀS VIOLÊNCIAS E AOS ACIDENTES DE TRÂNSITO ENTRE OS JOVENS ATÉ 40 ANOS E, ACIMA DESTA FAIXA A MORBIMORTALIDADE RELACIONADAS ÀS DOENÇAS CARDIOVASCULARES ERAM AS DEMANDAS DESAFIADORAS PARA A ORGANIZAÇÃO RESOLUTIVA DA ATENÇÃO À SAÚDE EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO BRASILEIRO. NO RIO GRANDE DO NORTE O QUADRO EPIDEMIOLÓGICO ERA SIMILAR.

EM JULHO DE 2011, O MINISTÉRIO DA SAÚDE PUBLICOU A PORTARIA Nº 1.600 , REFORMULANDO A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS DE 2003, E INSTITUINDO A REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS NO SUS, VISANDO IMPLEMENTAR E CONSOLIDAR A REDE, GARANTINDO A TODOS OS USUÁRIOS ATENDIMENTO RESOLUTIVO E EM TEMPO OPORTUNO.

DIANTE DESSE CONTEXTO, O GOVERNO DO ESTADO SOLICITOU APOIO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. NESTA PERSPECTIVA O PROJETO RN SUSTENTÁVEL INSERIU PARA O SUBCOMPONENTE DA SAÚDE, INTERVENÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COM O INTUITO DE PROPICIAR O AUMENTO DA OFERTA E DO ACESSO AOS SERVIÇOS.

FORAM CONSOLIDADOS OS SEGUINTES RESULTADOS DESSAS AÇÕES:

- CINCO PORTAS DA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA SE EFETIVARAM NA REDE DE ATENÇÃO, SENDO TRÊS HOSPITAIS REGIONAIS. A CARTA DE SERVIÇOS DA SESAP (2023) DESCREVE AS CARACTERÍSTICAS DO ATENDIMENTO COMO PORTA DE DEMANDA ABERTA E OS TIPOS DE SERVIÇOS OFERECIDOS, BEM COMO INFORMA A ADOÇÃO DO PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DE RISCO NESTAS UNIDADES.

- ISOLADAMENTE AO SER ANALISAR A PRODUÇÃO HOSPITALAR DAS UNIDADES IMPLEMENTADAS OBSERVA-SE UMA TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO, INCLUSIVE NOS DADOS PARCIAIS DE 2023. CABE DESTACAR QUE DENTRE OS ATENDIMENTOS CHAMA A ATENÇÃO A PREDOMINÂNCIA DE INTERNAÇÕES POR PNEUMONIAS E PARA TRATAMENTO URINÁRIO, QUE SOBRECARREGAM ESTES LOCAIS E EVIDENCIAM AS INTERNAÇÕES SENSÍVEIS DA ATENÇÃO BÁSICA

- INSTALAÇÃO DE TOMÓGRAFOS - (I) HOSPITAL CLEODON C. DE ANDRADE, EM PAU DOS FERROS NA 6ªRS, REALIZOU 882 EXAMES, ENTRE FEVEREIRO A ABRIL DE 2021, AUXILIANDO NAS ELUCIDAÇÕES DIAGNÓSTICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID-19 E DE TRAUMATO-ORTOPEDIA, SEGUNDO INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO DO PROJETO, ELABORADO PELA SESAP, 2023; (II) HOSPITAL TARCÍSIO MAIA, EM 2018, REALIZOU 8.257 TOMOGRAFIAS, E EM 2019 ATÉ JUNHO OUTRAS 6.852 FORAM REALIZADAS, INDICANDO UMA MÉDIA DE 755 TOMOGRAFIAS/MÊS.

O OBJETIVO ESPECÍFICO DESENHADO PARA O FORTALECIMENTO DESSA REDE DE ATENÇÃO PREVIA " O ESTABELECIMENTO DE UMA REDE REGIONALIZADA DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE EMERGÊNCIA" POR MEIO DE MELHORIA DAS INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MÉDICOS DE EMERGÊNCIA SELECIONADOS, IMPLEMENTAÇÃO DE

PROTOCOLOS CLÍNICOS E CAMINHOS A SEREM SEGUIDOS PELOS SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE SAÚDE (PAD, 2013).

A POPULAÇÃO GERAL QUE NECESSITA ATENDIMENTO EM SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA É O PRINCIPAL BENEFICIÁRIO. OS MÉDICOS INTENSIVISTAS COMPÕEM O PÚBLICO DE INTERESSE PARA AS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO PARA A URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

OBJETIVOS E INDICADORES

O OBJETIVO ESPECÍFICO DESENHADO PARA O FORTALECIMENTO DESSA REDE DE ATENÇÃO PREVIA AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO HUMANIZADO E INTEGRAL AOS USUÁRIOS EM SITUAÇÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE FORMA ÁGIL E OPORTUNA, VISANDO REDUZIR A MORTALIDADE, RECEBENDO PARA ISSO INTERVENÇÕES NA ESTRUTURAÇÃO FÍSICA E TECNOLÓGICA DOS HOSPITAIS REGIONAIS DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E NA QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DESSES HOSPITAIS EM CUIDADOS INTENSIVOS.

AO TODO SETE HOSPITAIS REGIONAIS FORAM INDICADOS PARA RECEBER INVESTIMENTOS DO PROJETO, E SE TORNAREM PORTAS DA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA FORTALECENDO A REDE DE ATENÇÃO.

CABE DESTACAR A CARACTERÍSTICA DE COMPLEMENTARIEDADE DAS INTERVENÇÕES FINANCIADAS PELO PROJETO COM O INTUITO DE DAR POTÊNCIA A REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA A PARTIR DAS UNIDADES HOSPITALARES EXISTENTES, NÃO SE TRATANDO DE ABERTURAS DE NOVOS HOSPITAIS OU SERVIÇOS E SIM DISPONIBILIZAR O ACESSO E A OFERTA.

INDICADORES

O INDICADOR DE IMPACTO PARA O SUBCOMPONENTE DA SAÚDE MANTEVE-SE DISTANTE DA META PROPOSTA, DURANTE O PERÍODO ANALISADO, INFLUENCIADO PELA PANDEMIA COVID-19, CONDIÇÃO QUE GEROU GRANDE SOBRECARGA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE, PRINCIPALMENTE DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

ENTRETANTO, O DESEMPENHO DO INDICADOR SER ABAIXO DO ESPERADO NÃO REFLETE EM VERDADE QUE AS INTERVENÇÕES NÃO FORAM REALIZADAS E POR ISSO NÃO PRODUZIRAM O EFEITO ESPERADO. NESTE PONTO ABRE-SE A DISCUSSÃO PARA QUE OUTROS ELEMENTOS SE SOMEM A FIM DE COMPOR UM CONTEXTO MAIS AMPLO DE ANÁLISES.

AS UNIDADES INCENTIVADAS PELO PROJETO TIVERAM ATRASOS EM SEUS CRONOGRAMAS DE ENTREGA, EM GRANDE PARTE PELAS DIFICULDADES NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, QUE REQUERIAM COMPETÊNCIAS ESPECIFICAS PARA A ELABORAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA. OUTRO FATOR QUE COMPROMETEU O ANDAMENTO DAS AÇÕES DO PROJETO FOI A PANDEMIA COVID -19, NO ANO DE 2020, ONDE TODOS OS ESFORÇOS SE CONCENTRARAM EM AÇÕES DE ENFRENTAMENTO.

EM ALGUNS CASOS, COMO NA REDE ONCOLÓGICA, O ELEMENTO INTERVENIENTE FOI A DEPENDÊNCIA DA CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO PARA DISPOR DA INFRAESTRUTURA PARA OS CENTROS DE REFERÊNCIA ONCOLÓGICA (CRO) ~~FO~~I RESPONSÁVEL PELA REDUÇÃO DO NÚMERO DE UNIDADES INICIALMENTE PREVISTAS PARA CINCO, TENDO SIDO AO FINAL SOMENTE DOIS FORAM VIABILIZADOS.

AS OBRAS DE GRANDE PORTE APRESENTARAM OUTRO NÍVEL DE DIFICULDADES, COMO O HOSPITAL DA MULHER, QUE TEVE INTERRUPÇÕES DE DOIS ANOS PARA QUE QUESTÕES FOSSEM SOLUCIONADAS. O LABORATÓRIO LAPAT/RN, APÓS SUA ENTREGA, PASSOU POR READEQUAÇÕES NECESSÁRIAS PARA ATENDER AS MUDANÇAS DE NORMAS VIGENTES.

A ENTREGA DAS OBRAS CONCLUÍDAS APRESENTOU OUTROS TIPOS DE DESAFIOS, RELACIONADOS PRINCIPALMENTE ÀS DIFICULDADES DE DISPONIBILIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A OPERAÇÃO DOS NOVOS ATIVOS. MESMO COM IMPLANTAÇÕES PENSADAS EM ETAPAS, ESTE FOI E É UM LIMITADOR CRÍTICO PARA A OPERAÇÃO DOS ATIVOS.

ASSIM PARA ESTA AVALIAÇÃO FOI USADA A TEORIA DA MUDANÇA COMO MÉTODO AVALIATIVO PARA EVIDENCIAR AS POTENCIALIDADES QUE SE APRESENTAM NAS TRÊS REDES PRIORIZADAS. A APLICAÇÃO DESSA ABORDAGEM AVALIATIVA SOBRE O POTENCIAL FUTURO ABRE ESPAÇO PARA QUE NESSE MOMENTO DE TÉRMINO DO PROJETO O GOVERNO POSSA CONSTRUIR ESTRATÉGIAS QUE VIABILIZEM O PLENO FUNCIONAMENTO DAS ENTREGAS, FRENTE AOS PROBLEMAS QUE PERMANECEM NAS TRÊS REDES POR CAUSAS EXTERNAS.

FATORES POSITIVOS E NEGATIVOS QUE AFETARAM A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

A CONSTRUÇÃO DO LAPAT-RN EXIGIU DA EQUIPE DA UES/SESAP A AQUISIÇÃO DE NOVOS CONHECIMENTOS, ESTRATÉGIAS E DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, NO SENTIDO DE AVANÇAR NAS DIVERSAS ETAPAS DO PROCESSO LICITATÓRIO, ISSO REFLETIU FORTEMENTE NO CRONOGRAMA INICIALMENTE PREVISTO. CONTRATAÇÕES DE PROFISSIONAIS E DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA APOIAR A EQUIPE DA UES/SESAP E A IDENTIFICAÇÃO PELA EQUIPE DE ESTRATÉGIAS NECESSÁRIAS PARA O BOM ANDAMENTO DA TAREFA TROUXE AO FINAL, A CAPACIDADE DE SE OBTER RESULTADOS POSITIVOS PARA O PROCESSO DAS LICITAÇÕES, EMPODERANDO A EQUIPE O QUE IMPULSIONOU OS DEMAIS PROCESSOS DEPENDENTES.

A ESTRUTURAÇÃO DE AÇÕES ENVOLVENDO GESTOR MUNICIPAL SE APRESENTOU COMO FATOR DE RISCO PARA A REALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES.. TAIS QUESTÕES PERMEARAM AS RELAÇÕES POLÍTICAS E TÉCNICAS DURANTE O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER ATRIBUÍDO A ISSO A DESISTÊNCIA DE TRÊS CROS E AS DIFICULDADES APRESENTADAS PARA A EFETIVA OPERACIONALIZAÇÃO DOS DOIS CROS INCENTIVADOS PELO PROJETO. POR OUTRO LADO, HOUVE APOIO DIRETO DE EQUIPE DA REGULAÇÃO DA SESAP JUNTO AOS TÉCNICOS DOS MUNICÍPIOS PARA A ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS VISANDO OS ENCAMINHAMENTOS DA PPI (PROGRAMAÇÃO PACTADO INTEGRADA) DA UNIDADE.

A INTEGRAÇÃO ENTRE OS TÉCNICOS DA UES E DA SESAP MOSTROU-SE FRÁGIL PARA MANTER A SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES QUE VIABILIZASSE O ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E REGISTRO TÉCNICO E HISTÓRICO DAS AÇÕES REALIZADAS. SITUAÇÃO FORTEMENTE EVIDENCIADA NA CONSTRUÇÃO DESSE DOCUMENTO. DADOS INCOMPLETOS, INCONSISTENTES E CONFLITANTES PERMEARAM O PROCESSO DE RECOMPOSIÇÃO DO HISTÓRICO DAS AÇÕES E, NA IDENTIFICAÇÃO DAS DIFICULDADES, DAS EVIDÊNCIAS E DOS RESULTADOS, QUE MUITAS VEZES SÓ FORAM POSSÍVEIS DE SE OBTER ACESSANDO A MEMÓRIA DAQUELES QUE VIVENCIARAM OU VIVENCIAM O DIA A DIA DO PROJETO. NÃO FOI ENCONTRADO NOS DOCUMENTOS REFERÊNCIA DE POSSÍVEIS ARRANJOS PARA MINIMIZAR ESSA IMPORTANTE SITUAÇÃO.

PONTO DE ATENÇÃO MUITO RELEVANTE E QUE DEVE SER MONITORADO PELA SESAP É DEVIDO À NÃO OPERACIONALIDADE DOS SERVIÇOS INCENTIVADOS PELO PROJETO, A POSSÍVEL PERDA DA GARANTIA (UES TEM ACOMPANHADO) E A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS QUE FORAM ADQUIRIDOS E DISPONIBILIZADOS A MAIS DE DOIS ANOS E PERMANECEM SEM USO.

RECONHECEM QUE O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA AS UNIDADES BENEFICIADAS, REQUEREU ARTICULAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS E ENTES FEDERADOS, DEMANDANDO TEMPO , EM ALGUMAS UNIDADES INCENTIVADAS PROVOCANDO ATRASOS NAS OBRAS, MAS QUE CONSIDERARAM UM LEGADO ALCANÇADO COM A EXECUÇÃO DO PROJETO.

3. PROGRAMA TEMÁTICO 2001 - EDUCAÇÃO CIDADÃ E OBJETIVO 0527 MELHORAR O ACESSO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROJETO GOVERNO CIDADÃO;

O PROJETO RN SUSTENTÁVEL TEVE COMO OBJETIVO, PARA O SETOR DA EDUCAÇÃO, MELHORAR A QUALIDADE E O ACESSO AOS SERVIÇOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO. PARA ISSO, PLANEJOU ATIVIDADES E AÇÕES TENDO EM VISTA QUE “OS DADOS INICIAIS DO PROJETO NÃO REFLETEM SUA EXECUÇÃO FINAL, EM FUNÇÃO DAS ALTERAÇÕES TANTO DO PONTO DE VISTA FINANCEIRO QUANTO DE REDIMENSIONAMENTO DAS ATIVIDADES E AÇÕES”, COMO SINTETIZADO NO QUADRO A SEGUIR.

EXECUTADO EM 07/2023
40 ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL AMPLIADAS E/OU REFORMADAS
CONSTRUÍDAS 05 ESCOLAS DE CAMPO E 01 URBANA
PIPS IMPLEMENTADO EM 67% DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL (CONSIDERANDO AS 588 ESCOLAS, EM 2022)
IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS ARTICULADOS DE ENSINO PACTUADOS ENTRE O ESTADO E 162 MUNICÍPIOS QUE CORRESPONDE A 97% DOS MUNICÍPIOS POTIGUARES.
2.442 AGRICULTORES FAMILIARES JOVENS E ADULTOS ALFABETIZADOS

89% DAS ESCOLAS ESTADUAIS COM AS MATRIZES E DIRETRIZES CURRICULARES IMPLANTADAS

INDICADORES

O TEMPO DAS ATIVIDADES E AÇÕES EM EDUCAÇÃO, EXCETO AS CONSTRUÇÕES, REFORMAS, AMPLIAÇÕES E O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS PARA OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM, QUE FORAM EFETIVADAS MAJORITARIAMENTE EM 2022, AS DEMAIS MACROATIVIDADES FORAM CONCLUÍDAS HÁ MAIS DE TRÊS ANOS.

EM 2020, DEU-SE SEQUÊNCIA ÀS CONTRATAÇÕES DE 26 AÇÕES (BENS E OBRAS) FOCALIZADAS NAS MACROATIVIDADES DO PROGRAMA DE PADRÕES MÍNIMOS PARA AS ESCOLAS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI PARA LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO PARA ESCOLAS REFORMADAS, CONDICIONADORES DE AR, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS EM DIFERENTES MUNICÍPIOS. CABE PONTUAR QUE EMBORA FOSSE O PERÍODO DA PANDEMIA DO COVID-19, O CRONOGRAMA DE OBRA FOI MANTIDO.

NO ANO DE 2021, REALIZOU-SE MAIS DUAS CONTRATAÇÕES PARA AS AÇÕES (BENS E OBRAS) DA MACROATIVIDADE DE PROGRAMA DE PADRÕES MÍNIMOS PARA AS ESCOLAS, COM A COMPRA DE MOBILIÁRIOS PARA ESCOLAS E REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS. CABE PONTUAR QUE EMBORA FOSSE O SEGUNDO ANO DO PERÍODO DA PANDEMIA DO COVID-19, O CRONOGRAMA DE OBRA FOI MANTIDO.

EM 2022, A SEEC CONTRATOU 28 AÇÕES (BENS E OBRAS) FOCALIZADAS PARA O PROGRAMA DE PADRÕES MÍNIMOS PARA AS ESCOLAS, PARA A AQUISIÇÃO MOBILIÁRIO PARA ESCOLAS, ACORDO MARCO PARA AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO MOBILIÁRIO PARA ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DAS ESCOLAS, EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS DE CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E LÍNGUAS, REFORMAS E AMPLIAÇÕES, SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA TREINAMENTO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA E.E. VICENTE LEMOS, SERVIÇOS DE ENGENHARIA NECESSÁRIOS PARA O LICENCIAMENTO E REGULARIZAÇÃO DAS OBRAS ESTRUTURANTES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA E.E. 11 DE AGOSTO.

ANÁLISE DOS INDICADORES

OS RESULTADOS DAS ATIVIDADES E AÇÕES CONSIDERADOS NA MATRIZ DE INDICADORES DE RESULTADOS MOSTRAM A CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS ALMEJADOS A NÍVEL DO PDO E DOS INDICADORES INTERMEDIÁRIOS.

ESSES RESULTADOS FORAM VERIFICADOS A PARTIR DOS DADOS E INFORMAÇÕES OBTIDOS EM FONTES SECUNDÁRIAS PRODUZIDOS POR ÓRGÃOS OFICIAIS E PELA ACADEMIA, E DOS RESULTADOS DA PESQUISA QUALITATIVA REALIZADA NO PERÍODO DE 28 DE AGOSTO A 05 DE SETEMBRO DE 2023

OS RESULTADOS APRESENTADOS INDICAM MELHORIAS NOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO PARA GARANTIR O ACESSO E A PERMANÊNCIA, ALÉM DA ADESÃO PARA POUCO MAIS DE 20 MIL ESTUDANTES DAS 46 ESCOLAS REFORMADAS, AMPLIADAS E CONSTRUÍDAS.

OS DADOS AMOSTRAIS DAS PESQUISAS DE SATISFAÇÃO E QUALITATIVA DE CAMPO REGISTRAM QUE AS CONDIÇÕES PARA O ACESSO E A PERMANÊNCIA MELHORARAM. DOS 208.888 ESTUDANTES DA REDE ESTADUAL, EM TERMOS DAS DIRETRIZES E MATRIZES CURRICULARES, OS DO ENSINO FUNDAMENTAL PODEM TER SIDO COTEJADOS COM ENSINO-APRENDIZAGEM RELACIONADOS AOS DOCUMENTOS NORTEADORES EM RAZÃO DOS PROFESSORES TEREM PARTICIPADO DAS FORMAÇÕES E CONTRIBUÍDO PARA A ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO CURRICULAR. TODAVIA, OS 185.779 ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO, PODEM ESTAR COM O ENSINO-APRENDIZAGEM COMPROMETIDO EM RAZÃO DO CURRÍCULO TER SIDO APROVADO EM 2022 E OS PROFESSORES NÃO TEREM PASSADO PELA ETAPA DE FORMAÇÃO. NESSE SENTIDO, É URGENTE A FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CURRÍCULO PARA OS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO, PRINCIPALMENTE PORQUE O INDICADOR FINALÍSTICO (PDO) ESTÁ RELACIONADO À REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO. ESSA OCORRÊNCIA, A SER CORRIGIDA, IMPEDE UMA AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES CURRICULARES NESSES ESTUDANTES, POSTO QUE O PROFESSOR EM SALA DE AULA DEIXOU DE SER INSTRUMENTALIZADO PARA O PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA.

INDICADOR DE PDO

O INDICADOR PDO FOI A “REDUÇÃO DA TAXA DE ABANDONO DAS ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL BENEFICIADAS PELO PROJETO”.

A META ESTABELECIDA ENTRE 2016 A 2023 FOI DECRESCENTE, PARTINDO DE 12% EM 2016 PARA SE CHEGAR A 8% EM 2022/2023.

EM RELAÇÃO À TAXA DE ABANDONO, BUSCOU-SE AVALIAR, COM BASE NOS DADOS DOS CENSOS ESCOLARES ENTRE 2013 E 2022 , SE HAVERIA EVIDÊNCIA ESTATÍSTICA DE DIMINUIÇÃO NA TAXA DE ABANDONO, TANTO NO ENSINO FUNDAMENTAL (EF) COMO NO ENSINO MÉDIO (EM) NAS ESCOLAS BENEFICIADAS PELO PROJETO, COMPARANDO SEU DESEMPENHO COM O DAS ESCOLAS NÃO ATENDIDAS PELO PROJETO.

PARA ISSO, UTILIZOU-SE O RESULTADO DA TAXA DE ABANDONO PARA AS 46 ESCOLAS BENEFICIADAS COM AS AÇÕES DO PROJETO E DAS OUTRAS 542 BENEFICIADAS APENAS PARCIALMENTE (COM O PIP E/OU AS NOVAS MATRIZES CURRICULARES). AS TAXAS REGISTRADAS NO PERÍODO 2013/2022 SÃO MOSTRADAS NOS GRÁFICOS ABAIXO.

O GRÁFICO PARA O ENSINO MÉDIO SUGERE UMA DIMINUIÇÃO SIGNIFICATIVA DA TAXA DE EVASÃO ENTRE 2018 E 2022, PERÍODO EM QUE ESTARIAM SENDO IMPLEMENTADAS AS AÇÕES DO PROJETO.

ESSA PERCEPÇÃO, NO ENTANTO, NÃO SE CONFIRMA AO SE SUBMETER OS RESULTADOS OBTIDOS A UMA ANÁLISE DE VARIÂNCIA, NA QUAL SE CONSTATOU QUE, A UM NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA DE 5%, NÃO É POSSÍVEL AFIRMAR QUE AS TAXAS DE ABANDONO NAS ESCOLAS QUE FORAM OBJETO DOS INVESTIMENTOS TENHAM SIDO ESTATISTICAMENTE DIFERENTES DAQUELAS OBSERVADAS NOS DEMAIS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO.

SERÃO NECESSÁRIOS OS DADOS DE 2023 E PELO MENOS MAIS 2 A 3 ANOS DE MANUTENÇÃO SUSTENTÁVEL DAS CONDIÇÕES ALTERADAS PARA SE REAVALIAR ESSA CONSTATAÇÃO, QUE NO MOMENTO IMPOSSIBILITA QUALQUER ESTIMATIVA DOS BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DO PROJETO NA ÁREA EDUCACIONAL E OS EVENTUAIS ACRÉSCIMOS DE RENDA FUTURA DOS BENEFICIÁRIOS EM FUNÇÃO DA MELHORIA DO ENSINO.

INDICADORES INTERMEDIÁRIOS

A MAIORIA DOS INDICADORES INTERMEDIÁRIOS ATINGIRAM OS RESULTADOS ALMEJADOS, COM EXCEÇÃO DO PIP QUE ATINGIU A META PARCIALMENTE. PARA AVALIAR OS INDICADORES DIRETRIZES E MATRIZES CURRICULARES DISSEMINADAS NAS ESCOLAS ESTADUAIS, A SEEC FEZ UMA CONSULTA ÀS REDE, EM FORMULÁRIO ELETRÔNICO, NA QUAL POUCO MAIS DE 530 GESTORES RESPONDERAM TER RECEBIDO OS DOCUMENTOS NORTEADORES. NA MESMA CONSULTA FOI CONSULTADO SOBRE O A FREQUÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA COM OS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL: ENTRE OS 91 RESPONDENTES, A MAIORIA RESPONDER UTILIZAR OS LABORATÓRIOS DE 2 A 5 VEZES POR SEMANA, CONFORME DETALHADO MAIS ADIANTE NO ITEM EFICÁCIA.

O INDICADOR ESCOLAS CONSTRUÍDAS REGISTROU A META ALCANÇADA. EM NOVEMBRO DE 2022, A SEEC REALIZOU UMA PESQUISA DE SATISFAÇÃO, IGUALMENTE DETALHADA MAIS ADIANTE NO ITEM EFICÁCIA.

O PIP INCENTIVOU OS PROFISSIONAIS A TRABALHAREM COM A ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO DE DIFERENTES PROJETOS DE INOVAÇÃO. A MAIORIA DELES TEVE COMO FOCO A ÁREA DE COMUNICAÇÃO. É OPORTUNO UTILIZAR A ESTRATÉGIA AMPLIANDO-A PARA OUTRAS ÁREAS, SOBRETUDO ÀS DE MATEMÁTICA, BIOLOGIA E OUTRAS.

OS PROPÓSITOS PARA O FORTALECIMENTO DA COMPRA DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR MOBILIZARAM OS GESTORES ESCOLARES A EFETUAREM AS COMPRAS DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR. NO GRUPO AMOSTRAL VERIFICOU-SE QUE ESSA PRÁTICA ESTÁ INSERIDA NO COTIDIANO DA GESTÃO.

AS ATIVIDADES E AÇÕES REALIZADAS NO PROJETO RN SUSTENTÁVEL INDICAM BOAS OPORTUNIDADES PARA AMPLIAR AS MELHORIAS DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, GARANTINDO O ACESSO E PERMANÊNCIA A UM MAIOR NÚMERO DE ESTUDANTES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISTO QUE OS POUCO MAIS DE 20 MIL ESTUDANTES QUE ESTUDAM NAS ESCOLAS REFORMADAS, AMPLIADAS E CONSTRUÍDAS REPRESENTAM CERCA DE 20% DO TOTAL DAS MATRÍCULAS DA REDE.

AS AÇÕES APORTADAS NAS ESCOLAS BENEFICIADAS NECESSITAM DE SER AMPLIADAS ÀS 542 DEMAIS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL. ESSAS BENFEITORIAS SE SOMADAS ÀS DIRETRIZES E MATRIZES CURRICULARES (COM FORMAÇÕES DO CURRÍCULO PARA OS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO, FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS CONTEMPLANDO OS PÚBLICOS-ALVO DA AÇÕES AFIRMATIVAS), À AVALIAÇÃO PROCESSUAL PELO SIMAIS, ÀS MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DO VÍNCULO TEMPORÁRIO DOS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR E TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE, AO PROGRAMA BUSCA ATIVA, À PRÁTICA PEDAGÓGICA COM PROJETOS DE

INOVAÇÃO PEDAGÓGICAS, ÀS PRÁTICAS DOCENTE FOCALIZADA PARA O USO DOS LABORATÓRIOS, ALÉM DO DE INFORMÁTICA, É CLARO; CONSTITUIR-SE-ÃO EM ESTRATÉGIAS PUJANTES PARA A MELHORIAS DAS CONDIÇÕES DO ACESSO À EDUCAÇÃO E, CONSEQUENTEMENTE PODEM CONTRIBUIR PARA MELHORAR O DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NAS AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS, REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR E DISTORÇÃO DE IDADE-SÉRIE.

EM RELAÇÃO À OPERAÇÃO DIÁRIA DAS ESCOLAS, CONVÉM RESSALTAR ALGUNS PONTOS LEVANTADOS NAS ESCOLAS VISITADAS:

A) NA ESCOLA INDÍGENA ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO SILVA DO NASCIMENTO, AS PENDÊNCIAS DOCUMENTAIS, COMO A ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA REGULAMENTAR JUNTO AO CONSELHO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO, COMPROMETE A GESTÃO DOS ASSUNTOS PEDAGÓGICOS DA UNIDADE. O TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE AS REDES ESTADO E O MUNICÍPIO CARECE DE REVISÃO PARA DELIMITAR E COBRAR AS RESPONSABILIDADES DA MUNICIPALIDADE. O MUNICÍPIO TEM COMO UMA DAS ATRIBUIÇÕES O FORNECIMENTO SEMANAL DA ÁGUA, ENTRETANTO ESTA É FORNECIDA QUINZENALMENTE E ACABA SENDO DESTINADA PARA OS SERVIÇOS DE COZINHA, ENQUANTO AS DESCARGAS E TORNEIRAS DOS BANHEIROS FICAM SEM ÁGUA, UMA SITUAÇÃO REMEDIADA COM O RECURSO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁGUA EM TAMBORES PARA DESCARGA MANUAL. OS LABORATÓRIOS DE QUÍMICA, FÍSICA E BIOLOGIA NÃO FORAM MONTADOS E NÃO TEM RECURSOS PARA CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA OPERACIONALIZÁ-LOS. NA BIBLIOTECA HÁ POUCOS LIVROS, TANTO DA LITERATURA BRASILEIRA COMO DOS POVOS INDÍGENAS.

B) OS CILINDROS DO GÁS NÃO FORAM INSTALADOS NAS E. E. IVANI BEZERRA, NA ESCOLA INDÍGENA PROFESSOR FRANCISCO S. DO NASCIMENTO. NA PESQUISA QUALITATIVA E NAS RODAS DE CONVERSAS COM OS GESTORES, OS MESMOS RELATARAM NÃO TER CONSEGUIDO VIABILIZAR ESSE ITEM, TANTO PELO PREÇO PARA RECARGA COMO PELA AUSÊNCIA DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO. A ESSE RESPEITO CONVÉM UMA REFLEXÃO SOBRE A OTIMIZAÇÃO DO RECURSO E USO ADEQUADO SEGUNDO OS PADRÕES MÍNIMOS, EM RAZÃO DO RISCO AOS PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM NO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR.

4. PROGRAMA TEMÁTICO 1003 - CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA E OBJETIVO 0513 MELHORAR O ACESSO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA SEGURANÇA, EM CONFORMIDADE COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROJETO GOVERNO CIDADÃO; E

O OBJETIVO DEFINIDO FOI 'MELHORAR A QUALIDADE E O ACESSO A SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA'. OS INVESTIMENTOS APOIARAM OS PROCESSOS DE ESTRUTURAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PARA APRIMORAMENTO DO CONTROLE E MONITORAMENTO DOS INDICADORES DA GESTÃO ESTADUAL DA SEGURANÇA, COM FOCO NA SEGURANÇA PREVENTIVA E NA EDUCAÇÃO. COM ISSO, PRETENDEU-SE MELHORAR A CAPACIDADE DO ESTADO DE RESPONDER A CRIMES E AUMENTAR O MONITORAMENTO DA SEGURANÇA, BENEFICIANDO ESPECIALMENTE OS GRUPOS COM MAIOR RISCO DE SOFRER OS EFEITOS NEGATIVOS DO AUMENTO DA VIOLÊNCIA E DA INSEGURANÇA, COMO AS MULHERES, OS JOVENS E AS MINORIAS, ESPECIALMENTE LGBTTT.

EM 2019, OS CINCO INDICADORES DO SUBCOMPONENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA (FINALÍSTICO, INTERMEDIÁRIO E TRÊS DE DESEMPENHO) FORAM SUBSTITUÍDOS POR UM ÚNICO INDICADOR FINALÍSTICO (PDO) – "POPULAÇÃO ASSISTIDA LOCALMENTE POR AÇÕES PREVENTIVAS DE SEGURANÇA PÚBLICA FINANCIADAS PELO PROJETO", CUJA META DE 60% PARA 2023 FOI ALCANÇADA EM 2017, COM 85% DA POPULAÇÃO BENEFICIADA.

DE ACORDO COM A SESED, FORAM CLASSIFICADAS COMO AÇÕES DIRETAS DE PREVENÇÃO QUE RECEBERAM ALGUM FINANCIAMENTO DO PROJETO: (I) EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DA REDE DE RÁDIO DO CIOSP; (II) PROGRAMA RONDA CIDADÃ; (III) VIDEOMONITORAMENTO DA RMN; (IV) ESTRUTURAÇÃO DE DELEGACIAS, POSTOS POLICIAIS, BATALHÕES E SEDE DA SESED; (V) AQUISIÇÃO DE 57 VIATURAS PARA A POLÍCIA CIVIL (CIOSP, 2023). AS OUTRAS AÇÕES DO PROJETO TAMBÉM FORAM CLASSIFICADAS COMO PREVENTIVAS, DE ACORDO COM O GESTOR DA UGP E TAMBÉM CONTRIBUÍRAM PARA O ALCANCE DA META (COMUNICAÇÃO DURANTE MISSÃO DO BIRD, 2023).

A PARTIR DE 2017, 79 MUNICÍPIOS FORAM ALCANÇADOS PELAS AÇÕES DE PREVENÇÃO, O QUE CORRESPONDE A UM TOTAL DE 2.706.449 HABITANTES OU 85,43% DA POPULAÇÃO DO ESTADO, ULTRAPASSANDO A META ESTABELECIDA PELO PROJETO (CIOSP, 2023).

VERIFICOU-SE QUE OS INVESTIMENTOS DO BANCO MUNDIAL SE LOCALIZARAM EM UM ÚNICO PONTO DA CADEIA, LIGADO DIRETAMENTE AO OBJETIVO DE REFORÇAR O PAPEL DE GESTORA DA SESED E IMPLANTAR

ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ORIENTADA POR RESULTADOS NO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RN-SISPRN. O SUBCOMPONENTE REUNIU AÇÕES-MEIO QUE CONTRIBUÍRAM PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS FINALÍSTICOS DA POLÍTICA, NÃO SENDO POSSÍVEL ATRIBUIR ÀS AÇÕES DO PROJETO EFEITOS OU IMPACTOS DIRETOS SOBRE A REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE, A AMPLIAÇÃO DA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA, O FORTALECIMENTO DA CONFIANÇA DA SOCIEDADE NO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA E A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ NO RIO GRANDE DO NORTE.

A PARTIR DE 2021, FORAM REALIZADOS VÁRIOS INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTOS PARA FORTALECER OS ÓRGÃOS DA SEGURANÇA PÚBLICA. EM 2022, FOI CONCLUÍDO A REFORMA DO POSTO FISCAL DE PASSA E FICA.

OS DADOS COLETADOS APONTAM PARA A AMPLIAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS DE SEGURANÇA, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À CAPACIDADE DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE POLICIAMENTO, INVESTIGAÇÃO E ACESSO À DOCUMENTAÇÃO. INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR GESTORES DO CIOSP, ITEP E DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR ATESTAM A EXPANSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RÁDIO COMUNICAÇÃO E POLICIAMENTO PARA 79 MUNICÍPIOS DO ESTADO.

É POSSÍVEL UMA APROXIMAÇÃO DE POSSÍVEIS EFEITOS DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA SOBRE POPULAÇÕES ESPECÍFICAS POR MEIO DA ANÁLISE DE INDICADORES CRIMINAIS DE ACORDO COM GRUPOS POPULACIONAIS. O INDICADOR SELECIONADO FOI A TAXA DE CONDUTAS VIOLENTAS LETAIS INTENCIONAIS (CVLI), QUE NA ANÁLISE CRIMINOLÓGICA É TOMADO COMO *PROXY* PARA SE AVALIAR AS CONDIÇÕES GERAIS DE SEGURANÇA DE UM DETERMINADO TERRITÓRIO. QUANTO MAIOR A TAXA DE CVLI, MAIOR É A OCORRÊNCIA DE OUTROS CRIMES, A AUSÊNCIA DE CONTROLE DO ESTADO SOBRE A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE E, CONSEQUENTEMENTE, É MAIOR TAMBÉM A INSEGURANÇA NA SOCIEDADE. ESTA AVALIAÇÃO PODE SER FEITA PARA A POPULAÇÃO EM GERAL, PARA MULHERES, JOVENS E PARA A POPULAÇÃO NEGRA, QUE SÃO OS GRUPOS PARA OS QUAIS O IBGE FORNECE INFORMAÇÕES.

AS AÇÕES DO SUBCOMPONENTE 2.3 FORAM IMPLEMENTADAS EM 79 MUNICÍPIOS DO ESTADO, O QUE CORRESPONDE A 46% DE TODOS OS MUNICÍPIOS E 84,4% DE TODA A POPULAÇÃO. A CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL E DOS PIORES INDICADORES CRIMINAIS, JUSTIFICA A ESCOLHA DESSES MUNICÍPIOS COMO PRIORITÁRIOS PARA AS AÇÕES DO SUBCOMPONENTE. É POSSÍVEL OBSERVAR A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES CRIMINAIS NOS DOIS GRUPOS DE MUNICÍPIOS - AQUELES QUE RECEBERAM E AQUELES QUE NÃO RECEBERAM AS AÇÕES DO PROJETO. OS MUNICÍPIOS QUE NÃO RECEBERAM AS AÇÕES DO SUBCOMPONENTE 2.3 SÃO AQUI CHAMADOS DE 'GRUPO CONTROLE' E OS 79 MUNICÍPIOS QUE RECEBERAM AS AÇÕES SÃO DENOMINADOS DE 'GRUPO DE INTERVENÇÃO'. A SÉRIE HISTÓRICA DAS CONDUTAS VIOLENTAS LETAIS INTENCIONAIS (CVLI) COMEÇA EM 2012 E TERMINA EM 2022, QUE FOI O ÚLTIMO ANO EM QUE TEMOS DADOS PARA OS 12 MESES. OPTOU-SE POR UMA ANÁLISE EM DOIS MOMENTOS, USANDO O ANO DE 2017 COMO PONTO DE CORTE, PARA PERCEBER COMO SE PROCESSA O CRESCIMENTO DOS ÍNDICES DE 2012 A 2017 E, EM SEGUIDA, COMO SE DÁ A REDUÇÃO NO PERÍODO POSTERIOR, DE 2017 A 2022. O FOCO DA ANÁLISE, PORÉM, ESTÁ NA REDUÇÃO OBSERVADA NO SEGUNDO PERÍODO, POIS É ESTE O EFEITO POSITIVO ESPERADO.

FORAM REALIZADAS TRÊS MODALIDADES DE ANÁLISE: A) COMPORTAMENTO DE TAXAS ESPECÍFICAS DE CVLI (POPULAÇÃO TOTAL, MULHERES, POPULAÇÃO NEGRA E POPULAÇÃO JOVEM) DE ACORDO COM OS GRUPOS DE INTERVENÇÃO E CONTROLE; B) COMPORTAMENTO DAS TAXAS DE CVLI DE GRUPOS POPULACIONAIS CONTRASTANTES (NEGROS E NÃO NEGROS; JOVENS E NÃO JOVENS) NO GRUPO DE INTERVENÇÃO; C) COMPORTAMENTO DAS TAXAS DE CVLI NOS MUNICÍPIOS QUE RECEBERAM INVESTIMENTOS EM ESTRADAS (CVLI POPULAÇÃO TOTAL) E NAQUELES QUE RECEBERAM AÇÕES DA PATRULHA MARIA DA PENHA (CVLI MULHERES) DE ACORDO COM OS GRUPOS DE INTERVENÇÃO E CONTROLE DO SUBCOMPONENTE 2.3.

DAS SITUAÇÕES ANALISADAS, VERIFICOU-SE QUE, COM EXCEÇÃO DOS CVP, NOS DEMAIS CASOS HOUVE REDUÇÃO IMPORTANTE NAS TAXAS DE CVLI, ENCONTRANDO-SE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA NA VARIAÇÃO DAS TAXAS DE CVLI PARA A POPULAÇÃO TOTAL, PARA MULHERES, PARA A POPULAÇÃO NEGRA E PARA A POPULAÇÃO JOVEM, QUANDO COMPARADA À NÃO JOVEM, O QUE SUGERE POSSÍVEIS EFEITOS DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS QUE RECEBERAM INVESTIMENTOS DO PROJETO.

NO PERÍODO DE 2017 A 2022, AMBOS OS GRUPOS SOFREM REDUÇÃO NAS TAXAS DE CVLI DE MULHERES, MAS A REDUÇÃO NO GRUPO DE INTERVENÇÃO É BEM MAIOR DO QUE A OBSERVADA NO GRUPO CONTROLE. AQUI É POSSÍVEL SUPOR QUE HAJA ALGUM EFEITO DO TRABALHO DA PATRULHA MARIA DA PENHA, CUJAS AÇÕES SÃO FINALÍSTICAS E OBJETIVAM IMPEDIR A VIOLÊNCIA LETAL CONTRA AS MULHERES, POR MEIO DA GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DEFINIDAS PELO SISTEMA DE JUSTIÇA, QUE VISAM

JUSTAMENTE COIBIR AMEAÇAS DE MORTE. VALE A PENA, PORTANTO, APOIAR ESFORÇOS FUTUROS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DESTE PROGRAMA, DE MODO A CONFIRMAR A SUA CAPACIDADE DE REALMENTE PREVENIR A VIOLÊNCIA DE GÊNERO. AS ANÁLISES INDICAM AINDA QUE NOS MUNICÍPIOS EM QUE A PATRULHA MARIA DA PENHA ATUOU SEM A PRESENÇA DAS AÇÕES APOIADAS PELO PROJETO, NÃO SE OBSERVOU REDUÇÃO DE CASOS. É POSSÍVEL, PORTANTO, LEVANTAR A HIPÓTESE DE QUE O EFEITO POSITIVO SOBRE AS TAXAS DE VIOLÊNCIA LETAL FEMININA DEVE-SE À ARTICULAÇÃO ENTRE A AÇÃO DA PMP E AS OUTRAS AÇÕES DE POLICIAMENTO, INVESTIGAÇÃO E INTELIGÊNCIA IMPLEMENTADAS NO MUNICÍPIO. APESAR DO VALOR DE P NÃO APOIAR ESSA HIPÓTESE, VALE A PENA TESTÁ-LA EM FUTURAS AVALIAÇÕES.

É ENTRE A POPULAÇÃO NEGRA QUE SE ENCONTRAM AS MAIORES TAXAS DE CVLI E, POR ISSO, ESTE GRUPO POPULACIONAL FOI TOMADO COMO O PRINCIPAL BENEFICIÁRIO DAS AÇÕES DO SUBCOMPONENTE 2.3. AINDA QUE MÍNIMA A DIFERENÇA NA VARIAÇÃO ENTRE AS TAXAS DE CVLI DESTA POPULAÇÃO EM FAVOR DO GRUPO DE INTERVENÇÃO É ESTATISTICAMENTE SIGNIFICANTE, O QUE SUGERE A EXISTÊNCIA DE ALGUM EFEITO DAS AÇÕES DO PROJETO SOBRE A PROTEÇÃO DESTA POPULAÇÃO.

QUANDO SE COMPARA AS TAXAS DAS POPULAÇÕES NEGRA E NÃO NEGRA APENAS NO GRUPO DE INTERVENÇÃO, OBSERVA-SE QUE AS TAXAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA SÃO MUITO MAIORES DO QUE PARA A POPULAÇÃO NÃO NEGRA E A REDUÇÃO OBSERVADA ENTRE 2017 E 2022 É LIGEIRAMENTE MAIOR PARA A POPULAÇÃO NÃO NEGRA, EMBORA A DIFERENÇA NÃO TENHA SIDO ESTATISTICAMENTE SIGNIFICANTE. O QUE ESSES RESULTADOS SUGEREM É QUE AS INTERVENÇÕES PODEM TER SURTIDO EFEITO SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA QUANDO SE COMPARA AO MESMO GRUPO POPULACIONAL QUE NÃO RECEBEU INTERVENÇÕES - ARGUMENTANDO, PORTANTO, EM FAVOR DA EXISTÊNCIA DAS AÇÕES, JÁ QUE POTENCIALMENTE PODE TER FAVORECIDO A POPULAÇÃO NEGRA, SALVANDO VIDAS. PORÉM, EXCLUINDO-SE DA ANÁLISE OS MUNICÍPIOS QUE NÃO RECEBERAM INTERVENÇÃO, VERIFICA-SE QUE A POPULAÇÃO NEGRA SEGUE EM DESVANTAGEM QUANDO COMPARADA À NÃO NEGRA, O QUE ARGUMENTA EM FAVOR DE UMA REVISÃO DAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO DE MODO A PRODUZIR RESULTADOS QUE FAVOREÇAM A POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEL À VIOLÊNCIA LETAL. A NÃO SIGNIFICÂNCIA DO TESTE, PORÉM, PODE INDICAR QUE ESSES RESULTADOS SE DEVEM AO ACASO E, POR ISSO, DEVE-SE MANTER ESSA AFIRMATIVA NO PLANO DAS HIPÓTESES A SEREM FUTURAMENTE TESTADAS.

OS RESULTADOS DA ANÁLISE PARA A POPULAÇÃO JOVEM (DE 15 A 29 ANOS) SÃO OS MAIS PROMISSORES E SUGEREM QUE AS ESTRATÉGIAS DO SUBCOMPONENTE FORAM DIRECIONADAS AOS GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS À VIOLÊNCIA LETAL. A REDUÇÃO CONSISTENTE DAS TAXAS DE CVLI ENTRE A JUVENTUDE NEGRA PRODUZ FORTE IMPACTO SOBRE AS TAXAS GLOBAIS DE VIOLÊNCIA LETAL, O QUE É UM REQUISITO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA BASE ROBUSTA PARA A SUSTENTABILIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA.

É NA COMPARAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO JOVEM E A POPULAÇÃO NÃO JOVEM NOS MUNICÍPIOS DO GRUPO DE INTERVENÇÃO QUE SE VERIFICA O NÍVEL MAIS ALTO DE SIGNIFICÂNCIA ENTRE TODAS AS ANÁLISES AQUI REALIZADAS. A IMENSA DIFERENÇA ENTRE AS TAXAS DE CVLI NAS DUAS POPULAÇÕES DEMONSTRA DE FORMA INEQUÍVOCA A MAIOR VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO JOVEM À VIOLÊNCIA LETAL. ESTA É UMA DISCREPÂNCIA DE MAGNITUDE SEMELHANTE À ENCONTRADA ENTRE A POPULAÇÃO NEGRA E NÃO NEGRA, POSSIVELMENTE INDICANDO A SOBREPOSIÇÃO ENTRE AS CONDIÇÕES RACIAL E ETÁRIA NO QUE SE REFERE À ELEVAÇÃO DO RISCO DE SOFRER VIOLÊNCIA LETAL.

EFICIÊNCIA

PARA OS GESTORES, OS RECURSOS OFERECIDOS PELO BANCO MUNDIAL FORAM CONSIDERADOS ADEQUADOS ÀS NECESSIDADES DA SESED, PORÉM ACREDITAM QUE NOVOS INVESTIMENTOS SÃO INDISPENSÁVEIS PARA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS E EXPANSÃO DAS CAPACIDADES TECNOLÓGICAS, ESPECIALMENTE PORQUE OS EQUIPAMENTOS PRECISAM SER RENOVADOS DE FORMA PERIÓDICA.

SUSTENTABILIDADE

DESTACA-SE AQUI ASPECTOS PROMISSORES QUE PODEM CONSTRUIR UM AMBIENTE FAVORÁVEL AO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA SUSTENTÁVEIS, CAPAZES DE SUPERAR OS DESAFIOS DO CONTEXTO DA CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA NO RN. SÃO ELES:

a) INCREMENTO DE 41% NO ORÇAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO RN, COM AMPLIAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS POR MEIO DO ACESSO A FONTES DA UNIÃO E DA CRIAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA (LCE Nº 656, 2019);

b) ALINHAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA AO PLANO PLURIANUAL ESTADUAL E À POLÍTICA

NACIONAL DE SEGURANÇA, INTEGRANDO O SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUSP), QUE INCLUI A SESED EM UM CONJUNTO ARTICULADO E INTEGRADO DE NORMAS E DIRETRIZES COM PERSPECTIVA DE LONGO PRAZO;

c) CRIAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RN, COMO PARTE DO SUSP;

d) ALTERAÇÕES NORMATIVAS PROPOSTAS PARA 170 LACUNAS NOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA;

e) DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE GESTÃO, A MELHORIA DAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS, A MAIOR CAPACIDADE DE ANÁLISE DE DADOS E O FOMENTO À GESTÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS AMPLIARAM A CAPACIDADE DA SESED PARA O PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS, O QUE É UM BENEFÍCIO DE LONGO PRAZO.

RISCOS À SUSTENTABILIDADE ADVÉM: (I) DA INSUFICIÊNCIA DOS EFETIVOS POLICIAIS; (II) DA NATUREZA PRECÁRIA DA MAIOR PARTE DOS INVESTIMENTOS - EQUIPAMENTOS, VIATURAS E MOBILIÁRIO - QUE REQUEREM RECURSOS PERMANENTES PARA MANUTENÇÃO; E (III) DA FACCIONALIZAÇÃO DO CRIME NO ESTADO E OS ÍNDICES AINDA MUITO PREOCUPANTES DE CRIMINALIDADE.

ESTIMATIVA DO BENEFÍCIO DAS AÇÕES

A ANÁLISE REALIZADA PARA O CVLI INDICOU QUE HÁ SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA PARA SE AFIRMAR QUE AS MEDIDAS IMPLEMENTADAS PELO PROJETO NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS FORAM EFETIVAS PARA REDUZIR AS MORTES POR CRIMES VIOLENTOS NOS MUNICÍPIOS ONDE HOUVE INVESTIMENTOS DO PROJETO. ASSIM SENDO, PODER-SE-IA PRELIMINARMENTE, INFERIR QUE AS AÇÕES QUE REDUZIRAM O CVLI NO GRUPO DE INTERVENÇÃO TERIAM BOA PROBABILIDADE DE PRODUZIR O MESMO EFEITO NOS MUNICÍPIOS DO GRUPO DE CONTROLE.

ASSIM SENDO, PROCUROU-SE “ESTIMAR” A RENDA MÉDIA ADICIONAL AUFERIDA POR BENEFICIÁRIO DOS PROJETOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA EM FUNÇÃO DAS AÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA, COM BASE APENAS NA REDUÇÃO DO CVLI ATÉ O MOMENT \(E SUPOSTO QUE ELE SE ESTABILIZE NESSE PATAMAR, UMA HIPÓTESE BASTANTE CONSERVADORA), CHEGANDO-SE A UM VALOR ESTIMATIVO ACRÉSCIMO DE RENDA MENSAL AOS BENEFICIÁRIOS DOS PROJETOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA DE ΔR(8) = R$ 4,25

5. PROGRAMA TEMÁTICO 5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE E OBJETIVO 0528 MELHORAR OS SISTEMAS DE CONTROLES DE DESPESAS PÚBLICAS, DOS RECURSOS HUMANOS E DA GESTÃO DE ATIVOS FÍSICOS, NO CONTEXTO DE UMA ABORDAGEM DE GESTÃO BASEADA EM RESULTADOS, EM CONFORMIDADE COM O ACORDO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROJETO GOVERNO CIDADÃO.

DENTRE OS OBJETIVOS DO PROJETO O QUE SE RELACIONA COM AS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO COMPONENTE 3 É O “AUMENTO DO PERCENTUAL ORÇAMENTÁRIO PARA PROJETOS ESTRATÉGICOS DO ESTADO QUE ADOTAM UMA ABORDAGEM CENTRADA EM RESULTADOS”, QUE É DESCRITO NO PAD COMO “PROJETOS ESTRATÉGICOS DO ESTADO QUE ADOTAM UMA ABORDAGEM CENTRADA NOS RESULTADOS E NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, DO PLANEJAMENTO E DA IMPLEMENTAÇÃO NAS SECRETARIAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO. ESTE INDICADOR REFLETE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS NOS PROJETOS-ALVO”. A META DE TAL INDICADOR FOI ESTABELECIDA NO PAD EM 30 PROJETOS.

O PAD TAMBÉM DEFINIU “INDICADORES DE RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS”, ENTRE OS QUAIS RELACIONOU DOIS QUE REFLETEM A MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA, PRETENDIDA PELO COMPONENTE 3:

- PERCENTAGEM DE FUNCIONÁRIOS GERIDOS ATRAVÉS DE POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS ORIENTADAS POR RESULTADOS E IMPLANTADAS PELAS SECRETARIAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA – NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS, ORIENTADOS POR RESULTADOS, ATRAVÉS DE POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS / NÚMERO TOTAL DE FUNCIONÁRIOS NAS SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. META DE 50% PARA TODO O PROJETO; E

- DIMINUIR A PORCENTAGEM DE RECURSOS REALOCADOS ENTRE DIFERENTES AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (EXCLUINDO PESSOAL) – [RECURSOS REALOCADOS ENTRE AS DIVERSAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (EXCETO PESSOAL) / TOTAL DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA AS DIVERSAS AÇÕES (EXCETO PESSOAL)] X 100. METAS DEFINIDAS PARA CADA UM DOS PRIMEIROS 5 ANOS DE PROJETO.

OS RELATÓRIOS DE PROGRESSO DE 2013/2014 E 2014/2015 APRESENTARAM UM QUADRO DISTINTO DE INDICADORES E METAS, E PARA O COMPONENTE 3 FORAM RELACIONADOS OS SEGUINTES INDICADORES:

- NÚMERO DE PROJETOS DO ESTADO ADOTANDO O MODELO DE GESTÃO BASEADO EM RESULTADOS E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
- AUMENTO DO PERCENTUAL DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA INVESTIMENTOS EXECUTADOS NOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS (PPA)
- DIMINUIÇÃO DO PERCENTUAL DE RECURSOS REMANEJADOS ENTRE AS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (EXCLUSIVE PESSOAL)
- DIMINUIÇÃO DA TAXA DE AÇÕES SUPLEMENTADAS (EXCLUSIVE SITUAÇÕES EMERGENCIAIS)
- DIMINUIÇÃO DA TAXA DE PROJETOS SEM EXECUÇÃO FINANCEIRA
- NÚMERO DE ACORDOS DE RESULTADOS FIRMADOS ENTRE O GOVERNADOR E OS ÓRGÃOS DE GOVERNO
- PERCENTUAL DE SERVIDORES COM POLÍTICA DE ESFORÇOS E RESULTADOS IMPLANTADA NAS SECRETARIAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
- NÚMERO DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS CAPACITADOS EM COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS (GESTORES PÚBLICOS)
- REGISTRO BENS IMÓVEIS DO ESTADO CONTROLADO PELO NOVO SISTEMA INFORMATIZADO
- PERCENTUAL DO ACERVO DOCUMENTAL DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DIGITALIZADO

OS RELATÓRIOS DE PROGRESSO DE 2015/2016, 2016/2017 E 2017/2018 APRESENTARAM SOMENTE TEXTOS EXPLANATIVOS DE AÇÕES REALIZADAS, SEM INDICAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS INDICADORES. ALÉM DISSO, OS RELATÓRIOS DE PROGRESSO DE 2018/2019, 2019/2020 E 2021 APRESENTARAM UMA RELAÇÃO DE "RESULTADOS ESPERADOS", QUE SERIAM:

- AUMENTAR PARA 82% A OFERTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE;
- REDUZIR PARA 8% A TAXA DE ABANDONO DAS ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO;
- ASSISTIR 65% DA POPULAÇÃO LOCALMENTE DO ESTADO EM AÇÕES PREVENTIVAS DE SEGURANÇA;
- GARANTIR SEGURANÇA ALIMENTAR DE PELO MENOS 40% DOS BENEFICIÁRIOS DOS SUBPROJETOS LIGADOS À
- AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR;
- IMPLEMENTAR 50 ESTRUTURAS SOCIOECONÔMICAS REGIONAIS;
- BENEFICIAR DIRETAMENTE 100 MIL PESSOAS LIGADAS À AGRICULTURA FAMILIAR;
- IMPLEMENTAR 60 INVESTIMENTOS PRODUTIVOS DE ACESSO À MERCADO COM CONFORMIDADE SANITÁRIA;

A MATRIZ DE INDICADORES E METAS FOI REVISTA E BASTANTE ALTERADA NA REESTRUTURAÇÃO DO PROJETO FORMALIZADA COM O BANCO MUNDIAL EM MAIO DE 2019. AO MENOS NO QUE TANGE AOS INDICADORES DE NÍVEL DE PDOS E DO COMPONENTE 3, A MATRIZ DE INDICADORES FOI MANTIDA NA REESTRUTURAÇÃO DE 2021, E É A MESMA UTILIZADA ATÉ HOJE PARA MONITORAMENTO DO PROJETO. ELA SEGUE REPRODUZIDA NO ITEM DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DESTE RELATÓRIO.

A REESTRUTURAÇÃO DECORRENTE DA AVALIAÇÃO DE MEIO-TERMO REDUNDOU NA INCLUSÃO DA REFORMA E CONSTRUÇÃO DAS CENTRAIS DO CIDADÃO (EXCETUADAS AS 2 UNIDADES LOCALIZADAS EM NATAL) DENTRE AS ATIVIDADES QUE COMPÕEM O INDICADOR DE PDO "INFRAESTRUTURA SOCIOECONÔMICA REGIONAL IMPLEMENTADA", INSERIDO NA MATRIZ DE INDICADORES E METAS POR TAL REESTRUTURAÇÃO. A MATRIZ E O INDICADOR FORAM MANTIDOS NA REESTRUTURAÇÃO DE 2021.

A META DO INDICADOR – QUE TAMBÉM CONSIDERA OUTRAS INFRAESTRUTURAS, TAIS COMO ESCOLAS, HOSPITAIS E TEATROS – ESTAVA PREVISTA PARA 1 INFRAESTRUTURA IMPLANTADA ATÉ 2017, 10 ATÉ 2018,

40 ATÉ 2019 E 50 ATÉ 2021. AS METAS FORAM SUPERADAS ANO A ANO, DESDE 2016, TENDO CHEGADO A 99 INFRAESTRUTURAS IMPLANTADAS EM 2022.

AFORA ISSO, O INDICADOR DE NÍVEL DE PDO QUE SE RELACIONA COM A MELHORIA DA GESTÃO DO SETOR PÚBLICO É O DE "SISTEMAS DE GESTÃO MELHORADOS E OPERACIONAIS". A META PREVISTA ERA DE 02 SISTEMAS MELHORADOS E OPERACIONAIS, E SEGUNDO A MATRIZ FORNECIDA PELA UGP, FOI PARCIALMENTE ATENDIDA EM 2016, E PLENAMENTE ATINGIDA EM 2019, CONSIDERANDO DOIS SISTEMAS: SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO (ANTIGO SIAF) E A SOLUÇÃO INTEGRADA DE INFORMAÇÃO ANALÍTICA E MINERAÇÃO DE DADOS PARA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RN.

A AVALIAÇÃO DOS DADOS DISPONÍVEIS MOSTRA QUE FORAM CELEBRADOS E EXECUTADOS CONTRATOS COM O FIM ESPECÍFICO DE APRIMORAMENTO DO SIAF E PARA COMPRA DA SOLUÇÃO DE MINERAÇÃO DE DADOS, UTILIZADA ESPECIALMENTE PELA ÁREA DE TRIBUTAÇÃO. AS ENTREVISTAS REALIZADAS NA AVALIAÇÃO DOS PROJETOS SELECIONADOS POR AMOSTRAGEM CONFIRMARAM QUE OS SISTEMAS FORAM CONCLUÍDOS E ESTÃO OPERACIONAIS.

SEGUNDO SE APUROU DAS ENTREVISTAS, O PROCESSO DE MELHORIA DO SIAF ACARRETOU SUA SUBSTITUIÇÃO PELO SIGEF - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO FISCAL DO ESTADO, DO QUAL JÁ SE TRATOU NESTE RELATÓRIO. O SISTEMA JÁ FOI INCLUSIVE FORNECIDO A OUTROS ESTADOS, CONFORME INFORMARAM ALGUNS DOS ENTREVISTADOS.

A SOLUÇÃO INTEGRADA DE INFORMAÇÃO ANALÍTICA E MINERAÇÃO DE DADOS PARA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RN FOI ADQUIRIDA A PARTIR DE CONTRATO JÁ ENCERRADO, E FOI TRATADA NAS ENTREVISTAS COM AS ÁREAS DE TRIBUTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO. AO QUE FOI INFORMADO, A PARTIR DA EXTRAÇÃO E CRUZAMENTO DE DADOS, O SISTEMA CONTRIBUI SENSIVELMENTE PARA A DETECÇÃO DE FRAUDES E LACUNAS NA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS, CONSTITUINDO IMPORTANTE FERRAMENTA PARA A COBRANÇA ADEQUADA DOS IMPOSTOS DEVIDOS, ESPECIALMENTE O ICMS.

A MATRIZ DEFINIDA NA REESTRUTURAÇÃO DE 2019, RELACIONOU OS INDICADORES DE RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS AOS COMPONENTES, E PARA A MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA FORAM DEFINIDOS OS SEGUINTES:

- NÚMERO DE SECRETARIAS QUE TENHAM CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS: META 5, ATINGIDA EM 2018.
- PERCENTUAL DE MACROPROCESSOS PRIORITÁRIOS REMODELADOS NOS ÓRGÃOS PRIORITÁRIOS DO PROJETO: META DE 60%, SUPERADA EM 2017, COM A REMODELAGEM DE 100% DOS MACROPROCESSOS PRIORITÁRIOS.
- PERCENTUAL DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA DA FOLHA DE PAGAMENTO ADOTADAS: META 50%, SUPERADA EM 2018, COM O ATENDIMENTO DE 59% DAS RECOMENDAÇÕES.
- PERCENTUAL DE IMÓVEIS LEVANTADOS E REGISTRADOS EM SISTEMA INFORMATIZADO: META 50%, ATINGIDA EM 2019, COM O REGISTRO DE 76% DOS IMÓVEIS.

O OBJETIVO DA REESTRUTURAÇÃO DOS INDICADORES, CONFORME INFORMADO PELA UNIDADE DE GESTÃO DE PROJETO - UGP, FOI O MELHOR ALCANCE DOS PDO, SEGUINDO A LÓGICA PRECONIZADA PELA TEORIA DA MUDANÇA, DE ADAPTAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROJETO, A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS ASSUMIDOS, PARA ATINGIR OS RESULTADOS ALMEJADOS. OS RELATÓRIOS DE PROGRESSO 2017/2018 E 2018/2019, ALIÁS, EXPRESSAMENTE REALÇAM QUE, "NO CASO ESPECÍFICO DOS INDICADORES, FOI APLICADA A TEORIA DA MUDANÇA, OBJETIVANDO MAIOR ADERÊNCIA DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS COM OS INDICADORES, METAS ATRIBUÍDAS E IMPACTO".

QUANTO AO OBJETIVO DEFINIDO PELO PAD "(III) MODERNIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS FUNÇÕES DO SETOR PÚBLICO E ADOÇÃO DE UMA ABORDAGEM ORIENTADA POR RESULTADOS", TODAS OS DADOS ANALISADOS E AS AMOSTRAS SELECIONADAS PARA AVALIAÇÃO DO COMPONENTE 3 APONTAM PARA SUA CONCRETIZAÇÃO. VALE DESTACAR, NESSE ÍNTERIM, OS PROJETOS DO GOVERNANÇA INOVADORA, QUE BUSCARAM EXATAMENTE A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA, NUMA ABORDAGEM ORIENTADA POR RESULTADOS, ESPECIALMENTE A PARTIR DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS. ADEMAIS, PROJETOS COMO O APRIMORAMENTO DA ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA REESTRUTURAÇÃO DAS CENTRAIS DO CIDADÃO EFETIVAMENTE CONTRIBUÍRAM PARA A MODERNIZAÇÃO DA

GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE, COMO SE PODE CONCLUIR A PARTIR DOS DADOS ANALISADOS E ENTREVISTAS REALIZADAS.

EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS, AS MUDANÇAS DE ESCOPO QUE O COMPONENTE 3 SOFREU AO LONGO DOS DEZ ANOS DE EXECUÇÃO DO PROJETO SE CONSOLIDARAM EM UMA MATRIZ DE RESULTADOS SUCINTA, MAS QUE TRADUZ ASSERTIVAMENTE AS INTENÇÕES INICIAIS DO DESENHO DO COMPONENTE. O PROJETO GOVERNANÇA INOVADORA, FOMENTADO PELOS RECURSOS DO EMPRÉSTIMO JUNTO AO BIRD, ABRANGE AS ATIVIDADES AMOSTRAIS DO SUBCOMPONENTE 3.1, PARTE DAS ATIVIDADES AMOSTRAIS DO SUBCOMPONENTE 2 (REVISÃO DAS ESTRUTURAS DAS SECRETARIAS PRIORITÁRIAS) E DO SUBCOMPONENTE 3.3 (CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS), E CONTRIBUIU PARA QUE O INDICADOR "NÚMERO DE SECRETARIAS PRIORITÁRIAS DO PROJETO QUE FIRMARAM CONTRATUALIZAÇÃO RESULTADOS DE PRIMEIRO NÍVEL" TENHA SAÍDO DO 0 PARA 05 SECRETARIAS ESTADUAIS QUE PARTICIPARAM DA CONTRATUALIZAÇÃO. OS DADOS PÚBLICOS DISPONÍVEIS EFETIVAMENTE COMPROVAM UM NÚMERO MUITO SUPERIOR A 05 SECRETARIAS COM INDICADORES E METAS FORMALIZADOS EM CONTRATOS DE GESTÃO.

QUANTO AO INDICADOR "PERCENTUAL DE MACROPROCESSOS PRIORITÁRIOS REMODELADOS NOS ÓRGÃOS PRIORITÁRIOS DO PROJETO", OS RELATÓRIOS DO PROJETO GOVERNANÇA INOVADORA MOSTRAM QUE OS ÓRGÃOS PRIORITÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA TIVERAM SEUS MACROPROCESSOS REAVALIADOS E REMODELADOS, A PARTIR DAS CONSULTORIAS E TREINAMENTOS DESENVOLVIDOS COM OS INVESTIMENTOS DO PROJETO GOVERNO CIDADÃO. A META, QUE ANTES ERA DE 40% DOS ÓRGÃOS, NO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS, NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS PASSOU A SER DE 60% E ALCANÇOU 100% DOS ÓRGÃOS PRIORITÁRIOS ENVOLVIDOS.

OS AJUSTES RECOMENDADOS NA AUDITORIA DA FOLHA DE PAGAMENTO, ATIVIDADE ESSA QUE IMPACTA TODO O SERVIÇO PÚBLICO POTIGUAR, FORAM ADOTADOS EM PARTE (50%). A DIFICULDADE DE ADERÊNCIA TOTAL ÀS RECOMENDAÇÕES INDICADAS FOI RELATADA PELOS GESTORES DA UGP, EM RAZÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO ABARCAR SERVIDORES INATIVOS E DOS REAJUSTES REIVINDICADOS PELAS CATEGORIAS DAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, AO LONGO DA EXECUÇÃO DO PROJETO. POR FIM, 76% DOS ATIVOS IMOBILIÁRIOS DO ESTADO FORAM REGULARIZADOS, LEVANTADOS E CADASTRADOS EM SISTEMA INFORMATIZADO. ISSO CORRESPONDE A 3.449 IMÓVEIS CADASTRADOS ATUALMENTE.

AS DEMAIS AMOSTRAS SELECIONADAS, COM REPRESENTAÇÃO FINANCEIRA SIGNIFICATIVA PARA O COMPONENTE 3, NÃO ESTÃO REFLETIDAS DIRETAMENTE NOS INDICADORES IDENTIFICADOS NO CURSO DO PROJETO. MAS FORAM IMPRESCINDÍVEIS PARA QUE O OBJETIVO CENTRAL DO COMPONENTE 3 "MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA" FOSSE CONCRETIZADO. SEM AS ALTERAÇÕES FÍSICAS QUE ESSES PROJETOS PROPORCIONARAM, AS ENTREGAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS ENVOLVIDOS PODERIAM SER PREJUDICADAS A MÉDIO E LONGO PRAZO.

20 CENTRAIS DO CIDADÃO FORAM DESLOCADAS DE IMÓVEIS CEDIDOS OU ALUGADOS PARA SEDES PRÓPRIAS. DAS 28 UNIDADES EM ATIVIDADE, APENAS 04 PERMANECEM EM CONDIÇÕES DE CESSÃO DE USO OU ALUGUEL. ISSO SIGNIFICA QUE A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA POTIGUAR TAMBÉM OCORREU NO ASPECTO FÍSICO-ESTRUTURAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, ASSIM COMO A ECONOMIA DOS GASTOS EM ALUGUÉIS EM IMÓVEIS PARA O FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES. DA MESMA FORMA, A REFORMA DO CENTRO ADMINISTRATIVO E DO PAPÓDROMO TAMBÉM CONTRIBUÍRAM PARA A MANUTENÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO JÁ EXISTENTE, EVITANDO QUE NOVAS LOCAÇÕES FOSSEM EFETUADAS PARA QUE FOSSEM COMPORTADAS AS SECRETARIAS DO ESTADO A MÉDIO E LONGO PRAZO.

CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS

A CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS FOI REUNIDA COM OUTRAS 3 AÇÕES – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, REVISÃO DE ESTRUTURAS E COMPETÊNCIAS, E REVISÃO DE MACROPROCESSOS – NO QUE SE DENOMINOU "PROJETO GOVERNANÇA INOVADORA".

O PROJETO CONSISTIU NA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE FORMALIZAÇÃO DE INDICADORES E METAS DEFINIDAS PELOS DIVERSOS SETORES DO GOVERNO DO ESTADO, EM CONJUNTO COM O ESCRITÓRIO DE PROJETOS ATUANTE À ÉPOCA, E NO ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DESSAS METAS POR SERVIDORES INDICADOS PARA ISSO POR CADA ÁREA AFETADA. ESSES INSTRUMENTOS FORAM DENOMINADOS CONTRATOS DE GESTÃO, E FORAM CELEBRADOS PELO GOVERNADOR DO ESTADO E PELOS DIRIGENTES DE CADA ÁREA À QUAL SE REFERIAM AS METAS DEFINIDAS NO DOCUMENTO.

PODE-SE CONSTATAR A PERTINÊNCIA DA AÇÃO COM OS OBJETIVOS DO PROJETO GOVERNO SUSTENTÁVEL, PORQUANTO VISAVA DESENVOLVER NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A CULTURA DA GESTÃO POR RESULTADOS, PRECONIZADA NOS PDOS, COM OS INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS PARA TANTO. IGUALMENTE, É PERCEPTÍVEL A RELEVÂNCIA DO PROJETO, QUE ENVOLVEU UMA PARCELA SIGNIFICATIVA DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS E DE SERVIDORES PÚBLICOS, QUE DESENVOLVERAM O CONHECIMENTO E SE ESFORÇARAM NO ESTABELECIMENTO DE INDICADORES E METAS, E NO ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS PACTUADOS.

A AÇÃO MOSTROU-SE EFICAZ, PORQUE ATINGIU O OBJETIVO QUE BUSCAVA, DE DEFINIR INDICADORES E METAS PARA OS PROJETOS PRIORITÁRIOS DO GOVERNO, E DE MONITORÁ-LOS DE ACORDO COM TAIS MÉTRICAS. E DADO O ALCANCE ATINGIDO, O CUSTO DA CONTRATAÇÃO DA CONSULTORIA – ÚNICO CUSTO ESPECÍFICO DO PROJETO – APARENTEMENTE GEROU O RETORNO PRETENDIDO.

NO QUE SE REFERE À SUSTENTABILIDADE DO PROJETO, É DE SE NOTAR QUE A PARTIR DE 2019 O PROJETO FOI DESCONTINUADO NO FORMATO DE CONTRATUALIZAÇÃO, QUE ENVOLVIA A FORMALIZAÇÃO DE METAS E INDICADORES EM DOCUMENTOS FIRMADOS ENTRE O GOVERNADOR E OS SECRETÁRIOS E GESTORES DAS ÁREAS.

A DEFINIÇÃO DE INDICADORES E METAS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS/ESTRATÉGICAS DO GOVERNO DO ESTADO PASSOU A SE DAR, A PARTIR DE 2019, POR MEIO DO PLANO PLURIANUAL, E O MONITORAMENTO DE RESULTADOS PASSOU A SER REALIZADO UTILIZANDO-SE DA SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PARA ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PPA.

IMPLANTAÇÃO E REFORMA DAS CENTRAIS DO CIDADÃO

AS CENTRAIS DO CIDADÃO FORAM INCLUÍDA NO PROJETO, EM 2016. SEGUINDO A TÔNICA DA TEORIA DA MUDANÇA, A INCLUSÃO DAS CENTRAIS NO PROJETO RN SUSTENTÁVEL VISOU ATENDER AO OBJETIVO PRINCIPAL DO COMPONENTE 3, QUE É GARANTIR AO GOVERNO DO ESTADO CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO MAIS ADEQUADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS À POPULAÇÃO.

O INVESTIMENTO NAS OBRAS DE REFORMA E CONSTRUÇÃO DAS CENTRAIS DO CIDADÃO SOMOU, DURANTE TODO O PROJETO RN SUSTENTÁVEL, R$ 52,95 MILHÕES EM VALORES NOMINAIS DA ÉPOCA DOS DESEMBOLSOS. JÁ O INVESTIMENTO EM MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES REESTRUTURADAS, EXCETUADAS AS USINAS FOTOVOLTAICAS, FOI DE R$ 4,06 MILHÕES EM VALORES NOMINAIS.

O PROJETO RN SUSTENTÁVEL REFORMOU 2 UNIDADES DAS CENTRAIS DO CIDADÃO, E CUSTEOU A CONSTRUÇÃO DE 20 NOVOS PRÉDIOS PARA AS CENTRAIS. COM EXCEÇÃO DE SÃO MIGUEL, TODOS OS PRÉDIOS CONSTRUÍDOS SUBSTITUÍRAM OUTRAS UNIDADES, 10 DAS QUAIS ERAM LOCADAS, E AS DEMAIS ERAM IMÓVEIS CEDIDOS OU UTILIZADOS SOB REGIME DE COMODATO. ALÉM DISSO, FORAM INSTALADAS USINAS FOTOVOLTAICAS EM 18 CENTRAIS DO CIDADÃO, PARA REDUZIR OS GASTOS COM ENERGIA ELÉTRICA. AS USINAS ACARRETARAM UM INVESTIMENTO TOTAL DE R$ 4,31 MILHÕES.

A AVALIAÇÃO SE CONCENTROU NA AMOSTRA FORMADA POR 4 CENTRAIS DE CIDADÃO, A SABER, DE CAICÓ, CURRAIS NOVOS, ZONA NORTE E ZONA SUL DE NATAL. PARA A AVALIAÇÃO, FORAM REALIZADAS VISITAS NAS 04 UNIDADES AVALIADAS, ENTREVISTADOS 05 GERENTES E UM SERVIDOR DAS UNIDADES, E 16 SERVIDORES PÚBLICOS SELECIONADOS ENTRE OS ÓRGÃOS MAIS ACESSADOS NAS CENTRAIS DO CIDADÃO. FOI AINDA ENTREVISTADO O ATUAL COORDENADOR DE ATENDIMENTO AO SERVIDOR E AO CIDADÃO.

OS SERVIDORES E GESTORES AFIRMARAM QUE, EM SEU ENTENDIMENTO, A REESTRUTURAÇÃO DAS CENTRAIS DO CIDADÃO CONTRIBUIU PARA A MELHORIA O ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS. AFORA ISSO, A PARTIR DOS DADOS FORNECIDOS PELA CODACI, PODE-SE CONSTATAR QUE AS CENTRAIS AVALIADAS TIVERAM UM AUMENTO SIGNIFICATIVO DE ATENDIMENTOS NA SEQUÊNCIA DA INAUGURAÇÃO DOS NOVOS PRÉDIOS.

ISSO REVELA A RELEVÂNCIA DO INVESTIMENTO, AO MENOS NO QUE TANGE AO UNIVERSO AVALIADO. ALÉM DO BENEFÍCIO QUALITATIVO RELATADO NAS ENTREVISTAS REALIZADAS NAS UNIDADES SELECIONADAS, OS INVESTIMENTOS DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL NAS CENTRAIS DO CIDADÃO TAMBÉM GARANTIRAM UM ACRÉSCIMO ORÇAMENTÁRIO AOS COFRES PÚBLICOS DO ESTADO. ISSO PORQUE A TRANSFERÊNCIA DE 10 CENTRAIS DO CIDADÃO DE IMÓVEIS ATÉ ENTÃO ALUGADOS ACARRETOU, SEGUNDO DADOS FORNECIDOS PELA UGP, UMA ECONOMIA MENSAL DE R$ 86.378,00.

SOME-SE A ISSO QUE, SEGUNDO DADOS FORNECIDOS PELA UGP, AS USINAS FOTOVOLTAICAS INSTALADAS NAS 18 CENTRAIS DO CIDADÃO MENCIONADAS, SOMADAS, PERMITEM A GERAÇÃO DE ENERGIA QUE EQUIVALE A R$ 103.422,48 POR MÊS, O QUE REPRESENTA UMA ECONOMIA POTENCIAL SUFICIENTE PARA

GARANTIR O RETORNO INTEGRAL DOS INVESTIMENTOS EM CERCA DE 42 MESES. SÃO DADOS QUE REVELAM EFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL.

A PERTINÊNCIA DOS INVESTIMENTOS COM O PROJETO RN SUSTENTÁVEL É PERCEBIDA A PARTIR DA EVIDENTE RELAÇÃO DO INVESTIMENTO COM O OBJETIVO PRINCIPAL DO COMPONENTE 3 – A MELHORIA DA GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS OFERECIDOS À POPULAÇÃO

A EFICÁCIA DO INVESTIMENTO PODE SER PERCEBIDA PELA MELHORIA DA QUALIDADE E DO ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS LÁ OFERECIDOS À POPULAÇÃO, QUE REDUNDOU NO AUMENTO DO NÚMERO DE ATENDIMENTOS A PARTIR DA INAUGURAÇÃO DAS NOVAS UNIDADES.

A ANÁLISE DOS DADOS DO PROGRAMA CENTRAIS DO CIDADÃO, JUNTAMENTE COM O RESULTADO DAS ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS, REVELA TAMBÉM A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO PROJETO A LONGO PRAZO. ISSO PORQUE, SEGUNDO CONSTATADO NAS ANÁLISES, A PARTIR DE 2023 FORAM PREVISTOS NO ORÇAMENTO DO ESTADO RECURSOS PARA A MANUTENÇÃO DA CENTRAIS. O PROGRAMA NÃO RECEBEU RECURSOS DO RN SUSTENTÁVEL DESDE 2022, E SEGUE EM FUNCIONAMENTO E APRIMORAMENTO.

APRIMORAMENTO DO SISTEMA E DA ESTRUTURA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

O PROJETO RN SUSTENTÁVEL, AO LONGO DOS 10 ANOS DE REALIZAÇÃO, FEZ IMPORTANTES INVESTIMENTOS PARA O APRIMORAMENTO E MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIAS. O INVESTIMENTO TOTAL PELO COMPONENTE 3 FOI DE R$ 9,75 MILHÕES EM EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA FISCALIZAÇÃO, QUE REPRESENTAM 6% DO TOTAL DO SUBCOMPONENTE 3.2, E 3% DO TOTAL INVESTIDO NO COMPONENTE.

OS INVESTIMENTOS ENVOLVERAM EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, INCLUINDO SOFTWARES, ALÉM DE MOBILIÁRIO E VEÍCULOS, ALGUNS PARA FUNCIONAREM COMO UNIDADES MÓVEIS DE FISCALIZAÇÃO E OUTROS PARA USO DA ÁREA DE TRIBUTAÇÃO.

DENTRE OS INVESTIMENTOS REALIZADOS, O PROJETO FOI RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO POSTO FISCAL DE CARAÚ. O POSTO É DOTADO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE ALTA TECNOLOGIA, QUE PERMITEM UMA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA ÁGIL E EFICIENTE. SEGUNDO DADOS DA SECRETARIA DA FAZENDA, AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DO POSTO RENDERAM UMA ARRECADAÇÃO DE R$ 38,0 MILHÕES ENTRE JUNHO/2023 (DATA DA INAUGURAÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DO POSTO) E NOVEMBRO/2023, QUE SERIAM SONEGADOS.

ALÉM DISSO, FORAM ADQUIRIDOS PELO PROJETO RN SUSTENTÁVEL 3 VEÍCULOS QUE FORAM EQUIPADOS PARA FUNCIONAR COMO UNIDADES MÓVEIS DE FISCALIZAÇÃO. AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO REALIZADAS PELAS UNIDADES ARRECADARAM R$ 13,.0 MILHÕES ATÉ NOVEMBRO/2023, DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

OS VALORES ARRECADADOS NAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REALIZADAS EM APENAS 6 MESES, PROPICIADAS PELOS INVESTIMENTOS DO RN SUSTENTÁVEL, REPRESENTAM MAIS DE 187% DO VALOR INVESTIDO EM OBRAS E EQUIPAMENTOS DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA PELO PROJETO RN SUSTENTÁVEL. CONSTATA-SE, JÁ A PARTIR DESSE DADO, A EFICIÊNCIA DO INVESTIMENTO REALIZADO.

PERCEBE-SE A PERTINÊNCIA DO PROJETO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO (PDO) ATINENTE AO COMPONENTE 3, QUE É A MELHORIA DOS SISTEMAS DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS E DOS ATIVOS DO ESTADO. A ARRECADAÇÃO E A TRIBUTAÇÃO COMPÕEM O SISTEMA DE AQUISIÇÃO DE RECEITA DO ESTADO, QUE É DE IMPORTÂNCIA NÍTIDA E FUNDAMENTAL PARA DOTAR O GOVERNO DO ESTADO DE CONDIÇÕES OPERACIONAIS E FINANCEIRAS PARA A ATUAÇÃO EM TODAS AS OUTRAS ÁREAS, INCLUINDO AQUELAS PRIORITÁRIAS DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL. EXSURGE DAÍ TAMBÉM A RELEVÂNCIA DO PROJETO.

ALÉM DA EFICIÊNCIA JÁ MENCIONADA, A EFICÁCIA DO PROJETO TAMBÉM SALTA AOS OLHOS: OS INVESTIMENTOS VISAVAM APRIMORAR O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO ESTADO, E SÓ NOS PRIMEIROS 6 MESES DE RESULTADOS JÁ GARANTIRAM AOS COFRES PÚBLICOS QUASE O DOBRO DO VALOR INVESTIDO.

A SUSTENTABILIDADE ESTÁ IGUALMENTE EVIDENCIADA: A OPERAÇÃO DOS SISTEMAS E DOS POSTOS FISCAIS CONSTRUÍDOS FOI INTEGRALMENTE CUSTEADA COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO EM 2023, E JÁ TEM PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA SUFICIENTE PARA O PRÓXIMO ANO.

REFORMA DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO GOVERNO DO ESTADO

O CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CONTA COM 32 HECTARES DE ÁREA E 11 PRÉDIOS, QUE ALOCAM A GOVERNADORIA E DIVERSOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DO GOVERNO. INCLUI AINDA O PAPÓDROMO, ESPAÇO DESTINADO A ATIVIDADES CULTURAIS.

AS REFORMAS DO CENTRO ADMINISTRATIVO E DO PAPÓDROMO FORAM INSERIDAS NO PROJETO RN SUSTENTÁVEL NA REVISÃO DE PRIORIDADES DO COMPONENTE 3 REALIZADA EM 2018, QUANDO FOI DEFINIDO COMO FOCO INTENSIFICAR AS AÇÕES DE MELHORIA DA ESTRUTURA DAS SECRETARIAS PRIORITÁRIAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO.

AS OBRAS FORAM INICIADAS EM 2018 E CONCLUÍDAS EM 2021. OS INVESTIMENTOS EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA FORAM DIRECIONADOS PARA A PAVIMENTAÇÃO, ACESSIBILIDADE, DRENAGEM E CERCAMENTO DE TODA A ÁREA. TAMBÉM FORAM REALIZADAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DAS FACHADAS DE TODOS OS PRÉDIOS DO PROJETO ORIGINAL DO CENTRO ADMINISTRATIVO, O PAISAGISMO DE TODO O ESPAÇO, ASSIM COMO A RECUPERAÇÃO DO PAPÓDROMO. FORAM INCLUÍDOS, AINDA NO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO, A REVITALIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE TODO O ESPAÇO E, COM O CERCAMENTO DA ÁREA, FORAM CONSTRUÍDOS GUARITAS E PORTAIS DE ACESSO PARA A IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO ACESSO AO ESPAÇO.

O CUSTO TOTAL DO INVESTIMENTO DESTINADO ÀS AÇÕES NO CENTRO ADMINISTRATIVO FOI DE R$ 46,1 MILHÕES, EM VALORES DA ÉPOCA DOS DESEMBOLSOS. O PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO CONTOU AINDA COM UM INVESTIMENTO EM USINAS FOTOVOLTAICAS, QUE TERÃO, QUANDO CONCLUÍDAS, CAPACIDADE DE GERAR ENERGIA EQUIVALENTE A R$ 45 MIL POR MÊS, SEGUNDO DADOS FORNECIDOS PELA UGP.

NÃO É POSSÍVEL MENSURAR EM TERMOS FINANCEIROS O BENEFÍCIO TOTAL GERADO PELOS INVESTIMENTOS NO CENTRO ADMINISTRATIVO, PELA NATUREZA DO INVESTIMENTO. ASSIM, NÃO HÁ COMO SE AFERIR COM EXATIDÃO A EFICIÊNCIA DO PROJETO.

A IMPORTÂNCIA DAS REFORMAS PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO NORMAL DOS ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO REFORÇA A RELEVÂNCIA QUE AS AÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO TIVERAM. JÁ A PERTINÊNCIA SE OBSERVA NA RELAÇÃO DIRETA DA AÇÃO COM OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO SUBCOMPONENTE 3.2.

QUANTO À SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DAS AÇÕES, VERIFICA-SE QUE A NECESSIDADE DE INVESTIMENTO EM CONTRATAÇÕES PARA A MANUTENÇÃO DO ESPAÇO É UM DOS DESAFIOS PARA QUE A MUDANÇA EFETUADA PELAS OBRAS PERMANEÇA NOS ANOS VINDOUROS.

LEVANTAMENTO E REGISTRO DO PATRIMÔNIO IMÓVEL DO ESTADO

O PDO QUE SE RELACIONA AO COMPONENTE 3 É A MELHORIA DOS SISTEMAS DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS, RECURSOS HUMANOS E ATIVOS FÍSICOS, NO CONTEXTO DE UMA ABORDAGEM DE GESTÃO BASEADA EM RESULTADOS. TAL OBJETIVO FOI DEFINIDO A PARTIR DA CONSTATAÇÃO DE QUE A REGULARIDADE E O CONTROLE DE ATIVOS DO ESTADO ERAM PRECÁRIOS, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO. EM RAZÃO DISSO, EM 2017 O PROJETO RN SUSTENTÁVEL CONTRATOU UMA CONSULTORIA PARA APOIAR O LEVANTAMENTO E A REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS, A UM CUSTO DE R$ 7,2 MILHÕES EM VALORES NOMINAIS. A ATUAÇÃO DA EMPRESA TEVE AINDA O APOIO DE DOIS CONSULTORES INDIVIDUAIS, QUE CUSTARAM R$ 111 MIL AO PROJETO GOVERNO CIDADÃO.

OS TRABALHOS REALIZADOS ABRANGERAM 3.451 IMÓVEIS. FOI PRODUZIDA A DOCUMENTAÇÃO INTEGRAL, INCLUINDO LAUDOS DE AVALIAÇÃO E PLANTAS, DE 2.217 IMÓVEIS. A PANDEMIA TAMBÉM IMPEDIU A LOCALIZAÇÃO DE 401 IMÓVEIS CATALOGADOS PELO GOVERNO DO ESTADO. NO ENTANTO, OS TRABALHOS PERMITIRAM A PRODUÇÃO DE PARTE DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À REGULARIZAÇÃO DE 561 IMÓVEIS. ISSO PERMITIU A REALOCAÇÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS QUE ANTES OCUPAVAM PRÉDIOS ALUGADOS.

A PERTINÊNCIA DO PROJETO COM O PDO RELATIVO AO COMPONENTE 3 É CLARA. A RELEVÂNCIA, DIANTE DO QUADRO DE AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO E CONTROLE PATRIMONIAL ANTERIOR, E DOS AVANÇOS OBTIDOS A PARTIR DO INVESTIMENTO REALIZADO PELO PROJETO RN SUSTENTÁVEL, TAMBÉM É EVIDENTE. DADO O INVESTIMENTO RELATIVAMENTE BAIXO PARA O LEVANTAMENTO, CADASTRAMENTO E REGULARIZAÇÃO DE UM NUMEROSO PATRIMÔNIO DO GOVERNO DO ESTADO, O PROJETO APARENTA TER ATINGIDO EFICÁCIA.

O PROJETO TAMBÉM SE MOSTROU SUSTENTÁVEL, DADO QUE NÃO RECEBE RECURSOS DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL DESDE 2020, E SEGUNDO O GOVERNO DO ESTADO, MANTÉM-SE ATIVO E OPERACIONAL, INCLUSIVE EVOLUINDO PARA O APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTROLE PATRIMONIAL.

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

O COMPONENTE 3 TINHA COMO UM DE SEUS OBJETIVOS A QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO GOVERNO DO ESTADO, ESPECIALMENTE PARA ATUAREM NUMA ABORDAGEM DE GESTÃO ORIENTADA POR RESULTADOS.

EM RAZÃO DISSO, A ESCOLA DE GOVERNO FOI INCUMBIDA DE REALIZAR AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, ESPECIALMENTE PARA QUALIFICÁ-LOS PARA ATIVIDADES DE GESTÃO. O PLANO DE CAPACITAÇÃO DO RN SUSTENTÁVEL FOI DISCUTIDO PELA ESCOLA DE GOVERNO COM AS SECRETARIAS ENVOLVIDAS NO PROJETO. FORAM INVESTIDOS R$ 6,4 MILHÕES DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL NA QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES.

FORAM CAPACITADOS 4.304 SERVIDORES, DE DIVERSOS ÓRGÃOS INDICADOS COMO PRIORITÁRIOS PELO RN SUSTENTÁVEL, E FUNCIONÁRIOS DE ÓRGÃOS INCUMBIDOS DIRETAMENTE DAS CHAMADAS ATIVIDADES-MEIO.

PESQUISA REALIZADA PELO DEPARTAMENTO DE CAPACITAÇÃO DA ESCOLA DE GOVERNO APONTA QUE OS SERVIDORES CAPACITADOS, EM SUA MAIORIA, DECLARARAM QUE UTILIZAM EM SEU TRABALHO O CONHECIMENTO ADQUIRIDO NOS CURSOS E AÇÕES DE APERFEIÇOAMENTO, O QUE CONTRIBUI PARA A MELHORIA DAS ATIVIDADES QUE DESENVOLVEM, A QUAL SE TORNOU, SEGUNDO ELES PRÓPRIOS, MAIS EFICAZ.

ESSES DADOS REVELAM A EFICÁCIA DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS NAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DE QUE TRATAM, PORQUANTO O OBJETIVO FINAL ERA FORNECER CONDIÇÕES DE APRIMORAMENTO DA ATIVIDADE DESEMPENHADA PELOS SERVIDORES PÚBLICOS DO GOVERNO DO ESTADO, O QUE FOI ALCANÇADO.

A PERTINÊNCIA DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO COM OS OBJETIVOS DO COMPONENTE 3 É PERCEPTÍVEL DE PLANO, PORQUANTO A “MELHORIA DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, ENGLOBANDO CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DOS SERVIDORES” ESTÁ INSERIDA ENTRE OS OBJETIVOS DO COMPONENTE DESDE OS RELATÓRIOS DE 2013-2014. A RELEVÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO QUE O COMPONENTE PRETENDE TAMBÉM É EVIDENTE.

ENQUANTO AS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO FORAM REALIZADAS PELO RN SUSTENTÁVEL, OS OBJETIVOS PRETENDIDOS FORAM ATINGIDOS. PORTANTO, A AÇÃO SE MOSTROU EFICAZ. POR OUTRO LADO, CONSIDERANDO O VOLUME DE RECURSOS RELATIVAMENTE BAIXO ENVOLVIDO, E O NÚMERO DE SERVIDORES ABRANGIDOS, A AÇÃO APARENTA TER SIDO REALIZADA DE FORMA EFICIENTE.

QUANTO À SUSTENTABILIDADE DA AÇÃO, É DE SE REGISTRAR QUE, POR UM LADO, A ESCOLA DE GOVERNO MANTÉM A ATUAÇÃO DE CAPACITAÇÃO PERMANENTE DE SERVIDORES PÚBLICOS, VALENDO DESTACAR A REALIZAÇÃO DE CURSOS PARA CAPACITAÇÃO SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES, SOBRE O SIPAC, SOBRE O SEI ATUALIZADO, DENTRE OUTROS.

REFERÊNCIAS

RELATÓRIO PRELIMINAR DE CONCLUSÃO DO PROJETO GOVERNO CIDADÃO

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 14
Avaliação individual das INICIATIVAS 52
Avaliação Setorial dos Resultados 80
Avaliação dos Indicadores 84
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 84
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 84
Introdução 84
Do Objetivo da Avaliação 85
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 86
Metodologia 95
Avaliação Geral dos Resultados 97
Síntese da Avaliação e Recomendações 107
Referências 108

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 26000 – Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social
Nomes dos Programas Temáticos: 2007 - Viver Melhor: Assistência Social e Cidadania 3001 - Igualdade na Diversidade: Direitos Humanos 3007 - Igualdade na Diversidade: Criança e Adolescência 3008 - Desenvolvimento da Ação Parlamentar 4002 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos 4003 - Desenvolvimento do Turismo, Artesanato e Economia Criativa 4006 - Melhoria do Ambiente de Negócios das Micro e Pequenas Empresas e da Economia Solidária 5003 - Ouvir para Governar

Avaliação Geral do Objetivo

Código e descrição do Objetivo: 00283 - Disponibilizar tecnologias socioprodutivas de captação, armazenamento, uso e reuso de água para consumo humano, animal e produção de alimentos, para agricultores familiares do semiárido, em situação de urgência e/ou colapso no abastecimento de água, priorizando as famílias do Cadúnico, em situação de pobreza e extrema pobreza, visando a segurança alimentar e nutricional.
Códigos das metas: 00234 (paralisada), 01387 (paralisada). Ao todo, em 2023, para este Objetivo, não tivemos a execução de metas, estando ao final do exercício com as seguintes situações: 2 paralisadas.
Códigos das iniciativas: 01335, 01338, 02121.
Avaliação Geral do Objetivo: O objetivo proposto foi pensado com a finalidade de ampliar o Programa Cisternas por meio de investimento de recursos financeiros do Estado do Rio Grande do Norte, no entanto, em virtude da diminuição na arrecadação das receitas vinculadas ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), e do consequente impacto nas finanças públicas do Estado, não foi possível avançar na concessão de tecnologias de acesso à água para agricultores familiares no Estado do Rio Grande do Norte no exercício de 2023. Deste modo, o objetivo

não foi alcançado.

Código e descrição do Objetivo:

00289 - Implantar as bases para efetivação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13019/2014), com ações que promovam o conhecimento, a qualificação e o aperfeiçoamento do ambiente jurídico e institucional para a efetivação de parcerias e cooperação entre Organizações da Sociedade Civil (OSC) e as três esferas de governo, em particular o Executivo Estadual do RN e os municípios.

Códigos das metas:

00238 (não iniciada), 00240 (concluída), 00241 (concluída). Ao todo, em 2023, para este Objetivo, tivemos a execução de 3 metas, estando ao final do exercício com as seguintes situações: 1 não iniciada e 2 concluídas.

Código da iniciativa:

02062.

Avaliação Geral do Objetivo: Em andamento

O objetivo foi parcialmente alcançado, com efetividade de 66,67%, uma vez que duas das três metas a ele relacionadas foram atingidas integralmente, sendo elas: a meta 00240 referente ao mapeamento e cadastro de Organizações da Sociedade Civil (OSC) em um aplicativo, com a criação do site https://portalosc.rn.gov.br/; e, a meta 00241 com a promoção da participação em eventos para qualificação na formulação de políticas públicas, que contou com amplo envolvimento do Órgão em diversas atividades, incluindo reuniões nacionais e regionais, capacitações e eventos promovidos pelas políticas do Trabalho, da Assistência Social, Política Migratória e dos Direitos da Pessoa Idosa, da Economia Solidária, do Programa do Artesanato e da Segurança Alimentar.

Destacamos a realização de 20 eventos com participação da Subcoordenadoria de Economia Solidária ao longo do ano de 2023, envolvendo cerca de 4.131 pessoas, representação de organizações civis e governamentais em atividades de formação, conferências, fóruns e seminários. Com um investimento de R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) em diárias técnicas. Essas medidas, realizadas para atingir o objetivo estão alinhadas com o Eixo I - Desenvolvimento Governamental e Gestão Pública Transparente e Eficiente do Programa de Governo (2023-2026).

Somente a meta 00238 que envolve a aprovação de cota-parte de recursos junto ao Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS) do FECOP, para editais de chamada pública a fim de contemplar projetos de OSC, não foi alcançada devido à diminuição na arrecadação do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), indicando a necessidade de análise profunda das fontes de financiamento.

A avaliação geral destaca a necessidade de estratégias para assegurar financiamento adequado, especialmente diante de desafios orçamentários evidenciados a não realização de uma das metas. Apesar dos obstáculos, os avanços nas demais metas indicam progresso na criação de bases para a efetivação do Marco Regulatório das OSC no Rio Grande do Norte.

Código e descrição do Objetivo:

00303 - Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.

Códigos das metas:

01364 (concluída), 01365 (concluída), 01401 (ações preparatórias), 01407 (não iniciada), 01411 (em andamento), 01423 (em andamento), 01424 (paralisada), 01428 (paralisada), 01429 (paralisada), 01430 (em andamento), 01431 (não iniciada), 01433 (em andamento), 01434 (em andamento), 01435 (concluída), 01436 (em andamento), 01438 (em andamento), 01439 (não iniciada / concluída), 01441 (concluída), 01447 (concluída), 01449 (concluída), 01451 (concluída). Ao todo, em 2023, para este Objetivo, tivemos a execução de 21 metas, estando ao final do exercício com as seguintes situações: 2 não iniciadas, 1 em ações preparatórias, 7 em andamento, 3 paralisadas, 7 concluídas, 1 em não iniciada/concluída.

Códigos das iniciativas:

02081, 02092, 02093, 02094, 02095, 02096, 02098, 02099, 02100, 02101, 02102, 02103, 02104, 02105, 02106, 02108, 02109, 02110, 02114, 02122, 02123, 02132.

Avaliação Geral do Objetivo: Em andamento

O objetivo foi parcialmente cumprido. No desenvolvimento da Política Estadual de Economia Solidária, têm sido priorizados processos de instrumentalização, seguindo o que rege a Lei Estadual Nº 8.798, de 22 de fevereiro de 2006. Nesse sentido, a Subcoordenadoria de Economia Solidária segue construindo um ambiente institucional capaz de avançar na implementação e estruturação da política pública. Por conseguinte, foi possível avançar em boa parte dos elementos apontados neste objetivo:

- Funcionamento regular do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária, com agendas remotas e presenciais;
- Plano aprovado e regulamentado por meio do Decreto Nº 29.974, de 10 de setembro de 2020 – Vigência 2020-2023;
- Manutenção contínua do Sistema de Cadastro e Informação da Economia Solidária;
- Integração com políticas voltadas à auto-organização, trabalho, autonomia econômica e desenvolvimento econômico de setores populares (Agricultura Familiar, Juventude, Microcrédito, Empreendedorismo/Negócios de Impacto, Artesanato).

Contudo, é necessário avançar na agenda de ampliação e fortalecimento do ambiente institucional, a exemplo da criação da Lei do Fundo Estadual de Economia Solidária que possibilite maior garantia orçamentária para o desenvolvimento da Política Estadual e fortalecimento da Economia Solidária no Rio Grande do Norte. Considerando a importância da criação deste Fundo e sua devida regulamentação na agenda de 2024, será provocado no âmbito das competências do Conselho Estadual por meio de resoluções e encaminhamentos a respeito. O objetivo dialogou diretamente com as proposições contidas no Programa de Governo da Professora Fátima Bezerra e está vinculado ao eixo (I) “Desenvolvimento Governamental e Gestão Pública Transparente e Eficiente” e ao eixo (IV) “Desenvolvimento Econômico Sustentável”.

Código e descrição do Objetivo:

00328 - Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com reconhecimento das diversidades territoriais, dos indivíduos e de suas famílias.

Códigos das metas:

00532 (em andamento), 00545 (não iniciada), 00568 (concluída), 00575 (não iniciada), 00578 (em andamento), 00584 (não iniciada), 00588 (em andamento), 00591 (não iniciada). Ao todo, em 2023, para este Objetivo, tivemos a execução de 8 metas, estando ao final do exercício com as seguintes situações: 4 não iniciadas, 3 em andamento e 1 concluída.

Códigos das iniciativas:

01603, 01604, 01605, 01611, 01614, 01615, 01616, 01617, 01618, 01626, 01629.

Avaliação Geral do Objetivo: Em andamento

O objetivo de ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) apresenta resultados mistos. Algumas metas foram alcançadas, como a capacitação de equipes e a expansão de serviços de média e alta complexidade. Contudo, desafios financeiros e priorizações estratégicas impactaram negativamente em outras metas, como campanhas para pessoas com deficiência e implantação de serviços LGBTQI+. A regionalização do serviço de acolhimento para mulheres vítimas de violência teve avanços, mas enfrenta desafios financeiros.

Destaca-se a necessidade de abordagens mais sustentáveis diante de limitações orçamentárias, visando superar obstáculos e cumprir as metas de forma abrangente. O redimensionamento de metas não alinhadas ao escopo do SUAS e estratégias eficientes para garantir financiamento adequado são aspectos essenciais para o sucesso do objetivo.

Após análise realizada sobre as metas relacionadas a este objetivo, verificou-se uma execução em 50%. É válido ressaltar as iniciativas que tiveram êxito uma vez que foram alcançadas em sua totalidade planejada, tais como:

- Implantação de dois serviços regionalizados de alta complexidade;

- Apoio financeiro emergencial para o cofinanciamento dos Benefícios Eventuais aos municípios, em virtude da situação de calamidade pública, em face da pandemia do COVID-19.

- Realização de capacitação para os 42 municípios com o programa ACESSUAS TRABALHO pactuado.

Código e descrição do Objetivo:

00350 - Implementar a Agenda de Gestão Integral da Política de Assistência Social no Rio Grande do Norte, contemplando as dimensões da Gestão do Trabalho, da Vigilância Socioassistencial, e da Gestão Orçamentária e Financeira do Fundo Estadual de Assistência Social, com transparência e participação do controle social.

Códigos das metas:

00594 (em andamento), 00602 (concluída), 00615 (ações preparatórias). Ao todo, em 2023, para este Objetivo, tivemos a execução de 3 metas, estando ao final do exercício com as seguintes situações: 1 em ações preparatórias, 1 em andamento e 1 concluída.

Códigos das iniciativas:

01628, 01632, 01633, 01635, 01640, 01644, 01645, 01646, 01670, 01688.

Avaliação Geral do Objetivo: Em andamento

O objetivo de implementar a Agenda de Gestão Integral da Política de Assistência Social apresenta avanços significativos, como a estruturação da gestão estadual e regionalizada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), evidenciada pela aquisição de equipamentos e investimentos em unidades de acolhimento. A realização de processos seletivos simplificados também contribui para a composição de equipes qualificadas. No entanto, a não iniciativa na elaboração do plano de comunicação representa um desafio, atribuído a demandas sobrecarregadas e falta de recursos humanos. Recomenda-se redirecionar esforços para superar esses obstáculos, visando atingir plenamente os objetivos estabelecidos na Agenda de Gestão Integral da Política de Assistência Social.

Código e descrição do Objetivo:

00351 - Qualificar o processo de concessão de benefícios continuados e eventuais e de transferência de renda (Programa Bolsa Família, BPC e Benefícios Eventuais) por meio da melhoria da gestão do Cadastro Único.

Códigos das metas:

00637 (concluída), 00641 (concluída), 00642 (em andamento), 00645 (em andamento), 00647 (concluída). Ao todo, em 2023, para este Objetivo, tivemos a execução de 5 metas, estando ao final do exercício com as seguintes situações: 2 em andamento e 2 concluídas.

Códigos das iniciativas:

01648, 01652, 01654, 01663, 01667.

Avaliação Geral do Objetivo: Em andamento

O objetivo de qualificar o processo de concessão de benefícios e transferência de renda, por meio da melhoria na gestão do Cadastro Único, apresenta resultados positivos em 2023. As metas, em sua maioria, foram alcançadas ou estão em execução com progressos notáveis. Destacam-se para o fortalecimento das ações de busca ativa, inclusão de grupos vulneráveis, apoio técnico e ações intersetoriais. A efetividade dessas iniciativas reflete o comprometimento em fortalecer a assistência social no Estado. Recomenda-se a continuidade das práticas bem-sucedidas, com ajustes conforme necessário para enfrentar desafios futuros.

Código e descrição do Objetivo:

00369 - Fortalecer e ampliar os espaços de participação, pactuação, negociação e deliberação para assegurar o caráter democrático e participativo do SUAS.

Códigos das metas:

00658 (concluída), 00661 (concluída), 01469 (concluída). Ao todo, em 2023, para este Objetivo, tivemos a execução de 3 metas, estando ao final do exercício com a seguinte

situação: 3 concluídas.

Códigos das iniciativas:

01673, 01678, 01684, 01693, 01694.

Avaliação Geral do Objetivo: Concluído

O objetivo de fortalecer e ampliar os espaços de participação, pactuação, negociação e deliberação para assegurar o caráter democrático e participativo do SUAS apresenta avanços significativos em 2023. As metas foram alcançadas, evidenciando esforços efetivos para viabilizar o controle social e fortalecer a participação dos conselheiros. A realização da Conferência Estadual de Assistência Social, embora não atendendo totalmente à abordagem regional prevista, demonstra o compromisso com a promoção da democracia participativa. Recomenda-se a continuidade do apoio financeiro ao Conselho Estadual, à qualificação da participação dos conselheiros e a busca de estratégias para conferências mais regionalizadas. Isso contribuirá para a consolidação do caráter democrático do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Estado.

Além disso, tendo em vista a dinâmica dos espaços de controle e participação social ambientes de formação e qualificação contínua para seus integrantes o objetivo foi considerado cumprido. Além do apoio à rotina e agendas do conselho estadual, a SETHAS, por meio das suas políticas, apoiou a participação de conselheiros em eventos e atividades nacionais relacionadas às políticas públicas gerenciadas pelo Órgão.

É importante destacar que a meta foi viabilizada através da disponibilização de diárias para colaboradores eventuais, apoiando a participação de conselheiros representantes de organizações da sociedade civil na dinâmica regular do conselho estadual, promovendo o espaço legítimo de participação social, fortalecendo assim a Política Estadual de Assistência Social, o controle social e a transparência.

O objetivo dialogou diretamente com as proposições contidas no Programa de Governo da Professora Fátima Bezerra e está vinculado ao eixo (I) “Desenvolvimento Governamental e Gestão Pública Transparente e Eficiente”.

Código e descrição do Objetivo:

00400 - Assessorar e articular ações integradas para melhoria da gestão do Sistema Socioeducativo em meio aberto e fechado no estado, com ênfase para acompanhamento aos egressos do Sistema.

Códigos das metas:

00686 (não iniciada), 00690 (não iniciada), 00699 (ações preparatórias), 00703 (concluída), 01468 (não iniciada). Ao todo, em 2023, para este Objetivo, tivemos a execução de 5 metas, estando ao final do exercício com a seguinte situação: 3 não iniciadas, 1 em ações preparatórias e 1 concluída.

Códigos das iniciativas:

01707, 01713, 01714, 01715.

Avaliação Geral do Objetivo: Em andamento

O objetivo de assessorar e articular ações integradas para melhoria da gestão do Sistema

Socioeducativo em meio aberto e fechado no Estado, com ênfase para acompanhamento aos egressos do Sistema, apresenta desafios significativos, principalmente em relação à meta específica (00699) de assessorar os municípios na elaboração de planos de atendimento às medidas socioeducativas.

O resultado indica que a meta não foi alcançada devido à sobrecarga de demandas e à escassez de recursos humanos, tanto para a Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) quanto para a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE). Esse cenário sugere a necessidade de revisão nas estratégias de implementação, considerando a realidade operacional e a alocação insuficiente de recursos.

Recomenda-se uma análise aprofundada das barreiras enfrentadas, identificando possíveis soluções, como otimização de recursos, parcerias estratégicas ou revisão do escopo da meta. Além disso, é crucial considerar a importância da meta em questão para a efetivação das políticas socioeducativas no estado e a qualidade do atendimento aos egressos do sistema, visando um planejamento mais eficaz para os próximos anos.

Código e descrição do Objetivo:

00416 - Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.

Códigos das metas:

00337 (concluída), 00347 (concluída), 00355 (em andamento), 00369 (em andamento), 00370 (em andamento), 00373 (em andamento), 00375 (em andamento), 00383 (em andamento), 00385 (ações preparatórias), 01362 (ações preparatórias), 01363 (concluída). Ao todo, em 2023, para este Objetivo, tivemos a execução de 11 metas, estando ao final do exercício com a seguinte situação: 2 em ações preparatórias, 6 em andamento e 3 concluídas.

Códigos das iniciativas:

01742, 02051.

Avaliação Geral do Objetivo: Concluído

De modo geral, considerando o conjunto de metas que compõem esse objetivo, é possível afirmar que as ações foram efetivamente atendidas e trouxeram impacto positivo para a Política de Segurança Alimentar e Nutricional.
Foi realizado o cumprimento da consolidação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-RN), conforme segue disposto no Decreto nº 32.887 de 11 de agosto de 2023, publicado na Edição de nº 15.529, de 19 de outubro de 2023, do Departamento Estadual de Imprensa (DEI), além da implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, por meio da Câmara e do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, os quais seguem em andamento. No entanto, por se tratar de matéria qualitativa, não houve a computação de orçamento específico para sua execução.
Referente às subseções do Programa Restaurante Popular (PRP), a respeito da Segurança Alimentar: Programas Café do Trabalhador, a execução orçamentária foi de aproximadamente R$ 47.844.693,72 (quarenta e sete milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais e setenta e dois centavos), para o exercício de

2023, na Fonte Orçamentária 0.5.00.000000 – Recursos não vinculados de Impostos. Já referente às demais metas listadas, por se tratar de metas qualitativas não foram demandados orçamento, com exceção das metas 00373, a qual o orçamento destinado para suas execuções foi de respectivamente R$ 100.000,00 (cem mil reais), oriundos da Subação 205301 - Suplementação Alimentar e novas Ações de Segurança Alimentar; na fonte de recursos 0.6.69.000150 – Recursos Diretamente Arrecadados – Adm. Direta 0669000150. Quanto a meta 01363, da realização da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar, a mesma demandou um orçamento no valor total de R$ 89.132,64 (oitenta e nove mil, cento e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos), sendo o valor de R$ 7.108,00 (sete mil, cento e oito reais) para os serviços de sonorização; o valor de R$ 226,00 (duzentos e vinte e seis reais) para aquisição de aparelhos eletrônicos; R$ 3.368,64 (três mil, trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) para aquisição de material gráfico; R$ 49.600,00 (quarenta e nove mil e seiscentos reais) relativos à despesas com alimentação; R$ 28.830,00 (vinte e oito mil, oitocentos e trinta reais) com hospedagem de pessoal; desembolsados por meio da Unidade Orçamentária 26132, Subação 404401 - Manutenção e Funcionamento, na Fonte de Recursos 0.6.69.000150 – Recursos Diretamente Arrecadados – Adm. Direta 0669000150.

Quanto a meta 01362, destacamos a integração das Subcoordenadorias de Segurança Alimentar e Economia Solidária junto ao Comitê Gestor que tem como atribuição acompanhar e monitorar a implementação e gestão das ações correlatas às compras governamentais. O Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES) foi instituído por meio da Lei Ordinária nº 10.536, de 03 de julho de 2019, e regulamentado por meio do Decreto nº 29.183, de 30 de setembro de 2019. As tratativas relacionadas ao mapeamento dos agricultores familiares para a execução da Lei do PECAFES ainda estão sendo feitas de maneira direta e informal entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF) e a Coordenadoria Operacional de Desenvolvimento Social (CODES-SETHAS), por isso a meta se encontra ainda em fase de ações preparatórias.

O objetivo dialogou diretamente com as proposições contidas no Programa de Governo da Professora Fátima Bezerra e está vinculado ao eixo (IV) “Desenvolvimento Econômico Sustentável” e as diretrizes “Fortalecer a agricultura familiar, a assistência técnica pesqueira e aquícola do Estado do RN” e “Incentivar e ampliar o mercado de pesca artesanal, da maricultura, da aquaponia, da ostreicultura, da aquicultura familiar, da carcinicultura do RN”.

Código e descrição do Objetivo:

00534 - Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.

Códigos das metas:

00275 (concluída), 00280 (ações preparatórias), 01107 (concluída), 01369 (concluída), 01370 (concluída), 01371 (concluída), 01372 (concluída), 01373 (andamento), 01374 (não iniciada), 01375 (concluída), 01376 (concluída), 01377 (concluída). Ao todo, em 2023, para este Objetivo, tivemos a execução de 12 metas, estando ao final do exercício com a seguinte situação: 1 não iniciada, 1 em ações preparatórias, 1 em andamento e 9 concluídas.

Códigos das iniciativas:

01349, 01368, 02056, 02057, 02058, 02059.

Avaliação Geral do Objetivo: Em andamento

O objetivo foi atendido parcialmente através das ações que convergem para a estruturação da Política do Artesanato. O Conselho Estadual do Programa do Artesanato Potiguar, bem como o Plano Estadual do Artesanato, foram instituídos em exercícios anteriores. Porém a estruturação da política, tal como propõe o objetivo, se dá por meio destes instrumentos.

Além disso, foi desenvolvido o Diagnóstico do Artesanato Potiguar identificando o perfil e trabalho dos(as) artesãos(ãs) no Estado e elaborado e publicado o Plano Estadual do Artesanato do Rio Grande do Norte (PLANART/RN), para o período de 2021 a 2023, mediante a publicação do Decreto Nº 30.724, de 09 de julho de 2021 considerando especialmente a necessidade de definição de diretrizes orientadoras à implementação da Política Estadual do Artesanato do Estado do Rio Grande do Norte; a necessidade de estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento econômico justo, sustentável e solidário no enfrentamento ao desemprego, que venha a fortalecer e fomentar o artesanato potiguar de forma integrada com o turismo e a cultura, visando à melhoria das condições de vida dos artesãos e preservando os aspectos culturais e ambientais do Estado; e a necessidade de edição de um instrumento que possa orientar, avaliar e regulamentar a política pública de fomento ao artesanato, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 599, de 31 de julho de 2017.

O objetivo foi atendido parcialmente através das ações que convergem para a estruturação da Política do Artesanato. O Conselho Estadual do Programa do Artesanato Potiguar bem como o Plano Estadual do Artesanato foram instituídos em exercícios anteriores. Porém a estruturação da política, tal como propõe o objetivo, se dá por meio destes instrumentos.

Considerando a transversalidade das políticas públicas de economia solidária e artesanato, com a execução de várias ações conjuntas, o objetivo foi em grande parte cumprido. Após análise realizada sobre as metas relacionadas a este objetivo, verificou-se que ele foi 75% (setenta e cinco por cento) alcançado no exercício de 2023.

Por meio da execução das metas foram realizadas atividades de formação e capacitação continuada, em parceria com a Unidade Executora Estadual (UES-SETHAS), do projeto Governo Cidadão, e com o projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), concluídas em 2023.

Destaca-se as seguintes ações realizadas em 2023 para alcance do objetivo:

- Foram realizadas oficinas em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP), com o Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Correios para capacitação dos artesãos;

- Foram cadastrados 1487 artesãos, entre novos e renovados, por meio do Sistema de Informações do Artesanato Brasileiro (SICAB);

- Foi firmado parceria com a Fundação José Augusto (FJA), em dezembro, numa oportunidade que culminou na realização de viagem ao município de Parelhas para visitar a Casa de Cultura a fim de definir o espaço do artesanato local;

- Ocorreram 4 oficinas sobre o melhoramento dos produtos, precificação e apresentação para alavancar o escoamento da produção;

- Com a articulação entre o Programa Estadual de Artesanato Potiguar (PROARTE) e Governo Cidadão foi divulgado o edital que proporcionou cadastrar a proposta de vendas de produtos artesanais para o governo como forma de souvenir (Edital SDP 497 – 2ª

convocação).

Por fim, o objetivo dialogou diretamente com as proposições contidas no Programa de Governo e está vinculado ao eixo (I) “Desenvolvimento Governamental e Gestão Pública Transparente e Eficiente”.

Código e descrição do Objetivo:

00536 - Garantir as condições políticas, administrativas e estruturais para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do plano de governo da SETHAS a ser implementado em todo o território do Rio Grande do Norte.

Códigos das metas:

01388 (em andamento), 01389 (em andamento), 01390 (concluída), 01391 (em andamento), 01392 (em andamento), 01394 (concluída), 01395 (paralisada), 01396 (concluída). Ao todo, em 2023, para este Objetivo, tivemos a execução de 8 metas, estando ao final do exercício com a seguinte situação: 4 em andamento, 1 paralisada e 3 concluídas.

Códigos das iniciativas:

02060, 02061, 02119, 02124, 02125, 02127.

Avaliação Geral do Objetivo: Em andamento

O objetivo de garantir as condições políticas, administrativas e estruturais para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do plano de governo da SETHAS, apresenta um desempenho misto nas metas estabelecidas, considerando o quantitativo de metas ainda em execução, todavia, com bons resultados em 2023.

Destaca-se as seguintes ações para o alcance do objetivo:

- Foram viabilizadas a participação de diversos profissionais em eventos relacionados às políticas públicas e garantia de direitos nas áreas de atuação direta e transversal da SETHAS, como:

    - Gestão do Sistema Único de Assistência Social: participação em Conferências Municipais de Assistência Social e Seminário Internacional da Primeira Infância. Essa participação fortalece a atuação da SETHAS e contribui para a construção de políticas mais alinhadas com as demandas sociais.

    - Subcoordenadoria de Economia Solidária: inscrição e participação para o prêmio iNOVA RN, em que se destacou com a submissão do projeto ECOSOL digital, conquistando uma posição de destaque entre os três melhores na categoria “Projeto com Resultado”. Além disso, participou do Fórum Nordeste de Investimento e Negócios de Impacto, em novembro de 2023.

    - Subcoordenadoria do Programa Artesanato Potiguar: exposição no 16º Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte, promovendo o escoamento do artesanato produzido pelos talentos regionais e participar da programação do evento: palestras, rodas de conversas e premiação.

Quanto às metas relacionadas ao fortalecimento dos Conselhos considera-se que elas foram satisfatoriamente alcançadas, demonstrando o suporte técnico fornecido para a realização de conferências nos municípios e a orientação para o monitoramento das atividades dos conselhos. O fortalecimento dos conselhos é essencial para garantir a participação e o

controle social nas políticas públicas.

Como investimento administrativo, a SETHAS realizou a aquisição de mobiliário na ordem de R$ 89.664,00 (oitenta e nove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais), a fim de proporcionar a estrutura necessária para atendimento ao público externo.

Já na perspectiva do monitoramento da efetivação do Plano de Governo, enfatiza-se o papel da comunicação institucional demonstrando o compromisso inequívoco com o fortalecimento dessa vertente por meio da midiatização das ações realizadas, tanto no site quanto nas redes sociais.

Em suma, ao integrar de maneira sinérgica e eficaz essas diversas iniciativas, tem-se uma atuação fortalecida do Órgão, consolidando-se como um agente efetivo na promoção do bem-estar social e na disseminação da implementação de políticas inclusivas.

O objetivo dialogou diretamente com as proposições contidas no Programa de Governo da e está vinculado ao eixo (I) "Desenvolvimento Governamental e Gestão Pública Transparente e Eficiente" e a diretriz "Fortalecer a formação, capacitação e qualificação dos servidores públicos estaduais".

Código e descrição do Objetivo:

00539 - Construir e implementar, o Plano Estadual de Combate à Pobreza e um Plano de Ação Emergencial para atuação em Desastres e Calamidades Públicas, com instituição de um Fundo de Reserva para Calamidade.

Códigos das metas:

01404 (paralisada), 01412 (paralisada), 01413 (em andamento). Ao todo, em 2023, para este Objetivo, tivemos a execução de 3 metas, estando ao final do exercício com a seguinte situação: 1 em andamento e 2 paralisadas.

Códigos das iniciativas:

02064, 02116, 02120, 02131.

Avaliação Geral do Objetivo:

Com base na Lei Complementar nº 261, de 19 de dezembro de 2003, Art. 6º, compete ao Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (CCPIS-FECOP) elaborar o Plano Estadual de Combate à Pobreza. Contudo, considerando os desafios que esse Fundo enfrenta relacionados à disponibilidade de recursos, para execução dos programas e ações por ele providas, tendo sido praticamente esvaziado com a queda da arrecadação, com uma redução de 85% (oitenta e cinco por cento) entre outubro de 2022 e outubro de 2023 nas suas arrecadações, o que representou uma diminuição de R$ 131.000,000 (cento e trinta e um milhões de reais) para os cofres, passando de R$ 154.000.000 (cento e cinquenta e quatro milhões) para R$ 23.000.000 (vinte e três milhões) arrecadados de um ano para o outro, não foi possível alcançar o objetivo.

A estratégia de priorizar serviços socioassistenciais em detrimento da criação de programas específicos para calamidades públicas é uma decisão pragmática, considerando as condições financeiras e a ausência de Decreto Estadual.

A avaliação geral destaca a importância de abordagens flexíveis, adaptação às condições orçamentárias e a necessidade de cooperação com outras entidades governamentais, como

a Defesa Civil Estadual, para fortalecer a resposta a desastres e calamidades públicas. O planejamento futuro pode envolver ações proativas para lidar com contingências financeiras e a busca por parcerias estratégicas para otimizar recursos e esforços.

Código e descrição do Objetivo:

00558 - Implementar a Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, a partir da aprovação e regulamentação em lei, com criação do Fundo, Plano e Sistema Estadual de Trabalho, Emprego e Renda.

Códigos das metas:

01444 (em andamento), 01448 (em andamento), 01450 (não iniciado), 01453 (em andamento), 01456 (concluído), 01457 (não iniciado), 01458 (em andamento), 01459 (em andamento), 01460 (em andamento).

Códigos das iniciativas:

02064, 02116, 02120, 02131.

Avaliação Geral do Objetivo:

A Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Rio Grande do Norte (PETER-RN) foi estabelecida por meio da Lei Complementar nº 665, de 23 de janeiro de 2020, no âmbito do Poder Executivo, assim como o Fundo Estadual do Trabalho do Rio Grande do Norte (FET-RN) e o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Rio Grande do Norte (CETER-RN). Através dessa regulamentação, foi possível fazer a adesão ao Sistema Nacional de Emprego (SINE) nacional, acessar os recursos disponibilizados através do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT) e viabilizar a pactuação de quatro Planos de Ação e Serviços que correspondem a um investimento total do Ministério do Trabalho em nossa Subsecretaria de R$1.584.609,67 (um milhão, quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e nove reais e sessenta e sete centavos), sendo eles: o PAS Gestão, no valor de R$ 249.743,02 (duzentos e quarenta e nove mil, setecentos e quarenta e três reais e dois centavos); o PAS Casa do Trabalhador (Custeio), no valor de R$ 709.385,00 (setecentos e nove mil, trezentos e oitenta e cinco reais); o PAS Casa do Trabalhador (Investimento), no valor de R$ 541.849,00 (quinhentos e quarenta e um mil, oitocentos e quarenta e nove reais); e, o PAS Assessoramento Estatístico, no valor de R$ 83.632,65 (oitenta e três mil, seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e cinco centavos).

Avaliação individual das METAS

Código e descrição da Meta:

00238 - Aprovar junto ao Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS) do FECOP, cota-parte de recursos para editais de chamada pública para projetos de OSC, nas áreas de promoção de direitos (juventudes, mulheres, indígenas, negros, LGBTQ+), saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, economia solidária, economia, criativa, artesanato e assistência social.

Avaliação da Meta: Não Iniciada

A meta não foi alcançada devido à diminuição na arrecadação das receitas vinculadas ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), bem como os investimentos de recursos do FECOP destinados à Política de Assistência Social. Essa redução de recursos financeiros comprometeu de maneira significativa a viabilidade de atingir a meta proposta.

Atualmente esse Fundo enfrenta problemas relacionados à disponibilidade de recursos para execução dos programas e ações por ele providas, tendo sido praticamente esvaziado com a queda da arrecadação, com uma redução de 85% (oitenta e cinco por cento) entre outubro de 2022 e outubro de 2023 nas suas arrecadações, o que representou uma diminuição de R$ 131.000,000 (cento e trinta e um milhões de reais) para os cofres, passando de R$ 154.000.000 (cento e cinquenta e quatro milhões) para R$ 23.000.000 (vinte e três milhões) arrecadados de um ano para o outro.

Essa circunstância evidencia a necessidade de uma análise mais profunda sobre as fontes de financiamento e a implementação de estratégias eficazes para a manutenção e crescimento das receitas vinculadas ao referido fundo, a fim de assegurar a consecução bem-sucedida dos objetivos estabelecidos. Destacamos que no decorrer da avaliação do PPA, foi observado que esta meta se relaciona com a temática dos Direitos Humanos, a qual está vinculada à Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJIDH).

Código e descrição da Meta:

00240 - Realizar mapeamento sobre: perfis dos grupos e organizações da sociedade civil, com o desenvolvimento de um aplicativo de banco de dados para cadastramento das OSC e levantamento de dados sobre os arranjos e ambiente institucionais em que estão inseridas e as demandas sociais estruturantes para orientar os editais e chamadas públicas de projetos.

Avaliação da Meta: Concluída

Visando o alcance da referida meta, a SETHAS desenvolveu, por meio da Assessoria de Tecnologia da Informação (ASSETI), o site https://portalosc.rn.gov.br/ no objetivo de dar transparência às informações relativas a parcerias entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e as Organizações da Sociedade Civil (OSC), no qual tramitarão os procedimentos destinados à celebração e ao acompanhamento da execução de todas as parcerias celebradas. O Portal tem vários instrumentos de participação social, permitindo, por exemplo, que qualquer cidadão apresente proposta de parceria (Manifestações de Interesse Social) ou ofereça contribuição a propostas previamente apresentadas, observando as regras e prazos fixados.

De forma geral a meta foi alcançada, uma vez que o site se encontra em funcionamento. Em relação ao mapeamento de grupos e perfis dessas organizações não foi possível realizar no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entretanto, o cadastramento de entidades e organizações de assistência social, em consonância com o Art. 3 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), é realizado por meio das gestões municipais no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), ficando nas competências da gestão estadual o apoio e assessoramento técnico para as equipes municipais.

Código e descrição da Meta:

00241 - Promover a participação de técnicos, servidores, colaboradores externos e participantes dos grupos e organizações assessoradas pela SETHAS e OSC parceiras em eventos locais, regionais e nacionais: conferências, seminários, capacitações, Fóruns e articulações destinadas à qualificação na formulação de políticas públicas e incentivo à parceria entre setor público e OSC.

Avaliação da Meta: Concluída

No ano de 2023 a SETHAS, por meio da Subcoordenadoria de Economia Solidária promoveu a participação de técnicos, servidores, colaboradores externos em 20 eventos, sendo eles locais, regionais e nacionais para qualificar os profissionais dessa política na formulação de políticas públicas e incentivo à parceria entre setor público e OSC. Os eventos envolveram cerca de 4.131 (quatro mil, cento e trinta e umas) pessoas, entre representação de organizações civis e governamentais em atividades de formação, conferências, fóruns e seminários. Contou com um investimento de R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) em diárias técnicas. Esses eventos realizados para atingir a meta estão alinhados com o Eixo I - Desenvolvimento Governamental e Gestão Pública Transparente e Eficiente do Programa de Governo (2023-2026).

Código e descrição da Meta:

00275 - Criar uma programação de atividades de capacitação e formação para o setor do artesanato, englobando aperfeiçoamento das técnicas e formação para o empreendedorismo com o enfoque na Economia Criativa e Economia Solidária.

Avaliação da Meta: Concluída

A meta foi atendida plenamente, através de ações conjuntas com a Coordenadoria de Economia Solidária, na realização de visitas técnicas, organização de feiras, promovendo a visibilidade do artesanato da economia solidária junto ao programa de artesanato, nos municípios de Santa Cruz, Severino Melo e Extremoz (Comunidade em Santa Rita).

Código e descrição da Meta:

00280 - Desenvolver projetos de fomento do artesanato, nos 10 (dez) territórios, em sua diversidade, contemplando aspectos de diversidade étnica, gastronomia, religião e turismo, visando a promoção do artesanato de referência cultural.

Avaliação da Meta: Em andamento

A meta proposta foi parcialmente atendida através de ações que convergem para a estruturação da Política do Artesanato. Assim, destaca-se as seguintes ações realizadas

durante o ano de 2023:

- Foram realizadas 04 oficinas sobre precificação de produtos, na Casa do Artesão do Seridó;

- Foi realizado 01 curso modular sobre Moda e Artesanato, como ação do projeto aprovado no Edital SEBRAE e FAPERN pela marca Gueorguia, na Casa do Artesão do Seridó.

- Foi realizado na Casa do Artesão do Seridó, oficinas de produção de produtos, intercâmbio de experiências e desfile de moda, como iniciativa do Projeto Fazendo Moda, na Casa do Artesão do Seridó;

- Foram realizadas oficinas criativas de Moda e Artesanato, como iniciativa do projeto aprovado pelo edital Economia Criativa – 2023 – proposto por Andrielli Miranda e Gueorguia, na Casa do Artesão do Seridó;

- Foi realizado 01 curso sobre Iniciação ao Bordado a máquina, na Casa do Artesão do Seridó;

- Foram realizados 02 Cursos de produção de tricô, na Casa do Artesão do Seridó;

- Foram realizados 03 encontros de formação em visual merchandising, na Casa do Artesão do Seridó;

- Ocorreram 4 oficinas sobre o melhoramento dos produtos, precificação e apresentação para alavancar o escoamento da produção, nos territórios: Terra dos Potiguaras, Sertão Central do Cabugi, Trairi e Seridó;

- Através de articulação entre o Programa Estadual de Artesanato Potiguar (PROARTE) e Governo Cidadão foi divulgado o edital que proporcionou cadastrar a proposta de vendas de produtos artesanais para o governo como forma de souvenir (Edital SDP 497 – 2ª convocação);

- Foram realizadas um conjunto de atividades de formação e capacitação continuada, em parceria com a Unidade Executora Estadual (UES-SETHAS), do projeto Governo Cidadão e com o projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), concluídas em 2023.

- Foi firmado parceria com a Fundação José Augusto (FJA), em dezembro, numa oportunidade que culminou na realização de viagem ao município de Parelhas para visitar a Casa de Cultura a fim de definir o espaço do artesanato local naquele empreendimento;

Por fim, o objetivo dialogou diretamente com as proposições contidas no Programa de Governo e está vinculado ao eixo (I) “Desenvolvimento Governamental e Gestão Pública Transparente e Eficiente”.

Código e descrição da Meta:

00337 - Definir calendário para realização de atividades mensais de educação alimentar e nutricional (EAN) a serem executadas pelas empresas contratadas para operacionalização do Programa Restaurante Popular, em todas as 112 (cento e doze) unidades.

Avaliação da Meta: Concluída

Meta alcançada pela definição de um calendário para a realização de atividades de Educação Alimentar e Nutricional, na qual foram abordados os seguintes temas:

- Alimentos processados e ultraprocessados - o que são e quais os seus impactos à saúde, prevista para o mês de julho.
- Alimentação adequada e ingestão de nutrientes, programada para o mês de agosto.
- Doenças crônicas (diabetes, obesidade e hipertensão) associadas a desequilíbrios na alimentação, prevista para o mês de setembro.
- Grupos Alimentares, realizada no mês de outubro.
- Consumo alimentar dos brasileiros - composição e combinação dos pratos, executado no mês de novembro.
- Boas práticas de higienização durante o preparo dos alimentos, efetuados no mês de dezembro.

As atividades foram todas baseadas no Guia Alimentar para a População Brasileira, e avaliadas mediante o envio de registros fotográficos a esta coordenadoria, a qual verificou-se o recebimento de 129 ações de educação alimentar distribuídas nas 113 unidades dos Programas Restaurante Popular, Café Cidadão e Sopa Cidadã, conforme calendário mensal informado pelas empresas fornecedoras.

Código e descrição da Meta:

00347 - Institucionalizar a inclusão de critérios e condicionalidades sociais para definição de cotas sociais e raciais para o incentivo às empresas licitantes de efetuarem a contratação de pelo menos 30% de seus trabalhadores nos segmentos: jovens, negros, mulheres, indígenas, pessoas com deficiência, de comunidades tradicionais e da comunidade LGBTQ+.

Avaliação da Meta: Em andamento

A referida meta ainda não se aplica por completo para os contratos vigentes, uma vez que não há legislação que disponha sobre esse percentual. No entanto, está definido em cláusula específica nos contratos e Termo de Referência em que é estabelecido a obrigatoriedade de 5% das vagas de contratação de pessoal destinadas para mulheres vítimas de violência doméstica, e 2% a 3% para portadores de deficiência.

Código e descrição da Meta:

00355 - Firmar Termos de Cooperação e/ou adesão com municípios e organizações da sociedade civil para reordenamento e aprimoramento da distribuição do leite do Programa Leite Potiguar nos 167 municípios, com vistas a aumentar os controles, sobre as condições sanitárias de armazenamento e distribuição do leite e sobre o perfil e credenciamento dos participantes consumidores.

Avaliação da Meta: Em andamento

Meta não alcançada em sua integralidade, porém em 2023 teve um incremento na adesão dos municípios com a assinatura de 128 acordos novos de Cooperação, totalizando 78,14% do total a serem assinados. Como também, a adesão de 60 municípios ao uso do aplicativo

de leitura dos cartões dos beneficiários, chegando a 36%, fortalecendo assim, a fiscalização e o controle do programa.

Código e descrição da Meta:

00369 - Implantar a Lei Nº 10536/2019 que institui o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES) reorganizando as demandas e cardápios do Programa Restaurante Popular para a aquisição dos 30% de insumos da Agricultura Familiar, de produtos orgânicos ou agroecológicos e/ou da Economia Solidária.

Avaliação da Meta: Em andamento

Para cumprimento da meta relacionada, o processo de sua implementação é iniciado desde o termo de referência para contratação das empresas, onde consta a obrigatoriedade do valor total destinado ao cardápio do restaurante, constar no mínimo 30% (trinta por cento) dos custos com aquisição de gêneros alimentícios provenientes de produtos oriundos da Agricultura Familiar e/ou de Empreendimentos de Economia Solidária.

A esse respeito, as unidades licitadas anteriormente ao ano vigente já estão sendo executadas na referida lei, para tanto, as unidades referentes a 2023, constam o cumprimento previsto em contrato, mas estão em aguardo de um encontro presencial para orientações que irão nortear a fase de execução.

Código e descrição da Meta:

00370 - Promover processos licitatórios que incorpore critérios de sustentabilidade ambiental e social, em pelo menos 30% dos contratos, com estabelecimento de prioridade e pontuação diferenciada para pequenas e médias empresas regionais e incentivos para a contratação de mulheres, jovens, negros, pessoas com deficiência.

Avaliação da Meta: Em andamento

Nos processos licitatórios atuais o público-alvo determinado considerado é de apenas mulheres, vítimas de violência doméstica e pessoas com deficiência, os quais apresentam respaldo legal, constando, portanto, cláusulas em todos os contratos licitados, com exceção das 27 unidades abordadas no processo licitatório, que ainda se encontra em andamento, referente ao Programa Café Cidadão. Portanto, considera-se que a meta foi parcialmente atendida, visto que apresenta um percentual de adequação de 62,5% em relação à totalidade de contratos existentes no Programa.

Código e descrição da Meta:

00373 - Elaborar e implantar o Plano de Fiscalização e Monitoramento dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional, realizando a aquisição dos equipamentos, contratação e qualificação de pessoal técnico por meio de Edital de bolsas e desenvolvimentos de

protocolos e instrumentais.

Avaliação da Meta: Em andamento

No período de janeiro a dezembro de 2023 foram realizadas 48 fiscalizações. Além disso, o Edital para contratação de bolsistas-pesquisadores que farão o monitoramento das unidades do Programa Restaurante Popular (PRP), está em fase de conclusão, em uma parceria entre SETHAS, UERN E FUNCITERN, para seguir à publicação.

Código e descrição da Meta:

00375 - Implantar e implementar em 100% das unidades do Programa Restaurante Popular, bem como, dos postos de entrega do Programa Leite Potiguar sistemas de tecnologia da informação (T.I) para monitoramento e controle dos referidos programas.

Avaliação da Meta: Em andamento

No Programa Leite Potiguar, a meta de implantação do aplicativo de controle foi parcialmente atendida, sendo implantado em 60 dos 167 municípios atendidos pelo Programa Leite Potiguar (PLP), correspondendo a 36% da meta.

As dificuldades enfrentadas como a falta de aparelhos compatíveis com o APP ou a resistência por parte de alguns colaboradores em não querer utilizar seu aparelho pessoal, será sanada com a aquisição de smartphones e pacotes de dados que a SETHAS, junto a outros entes, farão, de acordo com o processo administrativo já homologado e publicado.

Código e descrição da Meta:

00383 - Criar protocolos de acesso à informação sobre o funcionamento dos Programas e da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, o direito à alimentação adequada e saudável (DHAA) para a população através da produção e disseminação de material de divulgação em todas as unidades Programa Leite Potiguar e Programa Restaurante Popular.

Avaliação da Meta: Concluída

Atualmente existem canais de comunicação dos usuários com a coordenadoria dos Programas Restaurante Popular e Leite Potiguar que se dão através da Ouvidoria dos citados programas, E-Mails institucionais dos dois programas, além da utilização das redes sociais da SETHAS para disseminação de informações pertinentes, a exemplo das atividades educativas realizadas pelas empresas voltadas tanto para os usuários, quanto para os colaboradores das empresas fornecedoras aos Programas Café Cidadão, Restaurante Popular e Sopa Cidadã, atualização dos pontos e horários de distribuição do leite, critérios de acesso ao programa, entre outras informações. Também foram confeccionados e distribuídos adesivos informativos do Programa Leite Potiguar para serem afixados nos pontos de distribuição.

Código e descrição da Meta:

00385 - Sensibilizar e capacitar gestores municipais para fortalecer o sistema de segurança alimentar e nutricional (SISAN) no estado e nos municípios, incentivando a adesão de pelo menos 40% dos municípios ao SISAN.

Avaliação da Meta: Ações preparatórias

Meta não atendida. Os retrocessos na política de segurança alimentar e nutricional no governo anterior, culminaram com a extinção do CONSEA, impactando diretamente no cumprimento da meta. Entretanto, no ano de 2023, com a reinstalação do CONSEA, considerado um avanço na retomada de ações voltadas para o fortalecimento da política pública de segurança alimentar, houve estabelecimento de prazo para o exercício de 2024 para adesão dos gestores municipais ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a partir da articulação entre o Conselho de segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e membros da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), recentemente reativada.

Código e descrição da Meta:

00532 - Ampliar a oferta de serviços socioassistenciais regionalizados de média complexidade em 20 polos e de alta complexidade no âmbito da Política de Assistência Social com serviços continuados e equipes de referência adequadas às vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais do território.

Avaliação da Meta: Em andamento

A meta foi alcançada parcialmente. No mês de julho de 2022, foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/RN) o Plano Estadual de Regionalização da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Por meio da Resolução CIB, nº 22, de 13 de junho de 2022, foram estabelecidos os critérios, prazos e procedimentos de repasse de recursos estaduais para o cofinanciamento da proteção social básica e especial de média e alta complexidade no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Mediante a Portaria-SEI nº 299, de 17 de junho de 2022, a SETHAS regulamentou a implementação do técnico (a) de referência para a Proteção Social Especial (PSE) com cofinanciamento estadual para as Secretarias Municipais que cumprissem os critérios.

Por conseguinte, em 2023, a Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social deu continuidade à transferência dos recursos do Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS) para cofinanciamento dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) municipais e Técnicos de Referência da Proteção Social Especial (PSE), com uma meta de 15% anual. Foi possível avançar com 16 municípios já contemplados com o recurso para a implantação de CREAS municipal com cofinanciamento estadual, sendo eles: Jandaíra, Santana do Matos, São Bento do Norte, Carnaubais, Pedro Avelino, São Miguel do Gostoso, Vera Cruz, Cruzeta, Felipe Guerra, Parazinho, Caiçara do Norte, Serra do Mel, Lagoa das Pedras, Taipu, Riachuelo e São Pedro. O valor do repasse mensal, no ano de 2023, para cada município realizar a implantação de CREAS municipal, conforme o modelo II do Plano Estadual de Regionalização da Média Complexidade, corresponde a R$ 6.500,00 (seis

mil e quinhentos reais). Além disso, 16 municípios receberam apoio financeiro para a contratação de técnico de referência da proteção social especial junto a gestão, sendo eles: Ipanguaçu, Lajes Pintadas, Almino Afonso, São Francisco do Oeste, Maxaranguape, São João do Sabugi, São José do Seridó, Itajá, Paraú, Major Sales, Serra de São Bento, Olho d'Água do Borges, Pilões, José da Penha, São Rafael e Ruy Barbosa. Foi realizado o repasse, no ano de 2023, para cada município, conforme o modelo III do Plano Estadual de Regionalização da Média Complexidade, o valor do repasse mensal, no ano de 2023, corresponde a R$ 2.000,00 (dois mil reais), resultando no valor total investido em 2023 (até outubro) na Proteção Social Especial de Média Complexidade de R$ 962.000,00 (novecentos e sessenta e dois mil reais), utilizando a Fonte 0.6.69.000150 - Recursos Diretamente Arrecadados - Adm. Direta 0669000150.

No tocante a alta complexidade, a SETHAS, por meio da Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social, finalizou o ano de 2023 com a ampliação de mais um serviço de acolhimento regionalizado para crianças e adolescentes em âmbito estadual, totalizando 4 serviços com abrangência em todos os territórios do RN. Além disso, seguiu mantendo os serviços de acolhimento já implementados, para crianças e adolescentes e mulheres em situação de violência doméstica com risco iminente de morte. A partir do Edital de Chamamento Público Nº 02/2023 para o credenciamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), publicado na Edição nº 15.384, de 11 de março de 2023, do Diário Oficial do Estado do RN, foram selecionadas três Organizações da Sociedade Civil (OSC), sendo elas: o Centro Sócio Pastoral Nossa Senhora da Conceição; a Associação Espírita Enviados de Jesus - Lar da Vovozinha; e, o Instituto Juvino Barreto com vistas à atender as demandas de pessoas idosas com violação de direitos que precisam do serviço, de forma regionalizada em três territórios. Cabe destacar, que em detrimento da falta de recursos humanos no âmbito da SETHAS a gestão priorizou a implantação de serviços municipalizados e/ou em parceria com Organizações da Sociedade Civil (OSC), bem como a partir de redimensionando das ofertas municipais para regionais. O valor total investido em 2023 (até outubro) na Proteção Social Especial de Alta Complexidade foi de R$ 5.540.151,20 (cinco milhões, quinhentos e quarenta mil, cento e cinquenta e um reais e vinte centavos), utilizando a Fonte 0.6.69.000150 - Recursos Diretamente Arrecadados - Adm. Direta 0669000150.

Código e descrição da Meta:

00568 - Capacitar as equipes locais dos municípios, com adesão ao ACESSUAS Trabalho, para promoção de ações de mobilização e mapeamento de usuários dos Serviços da Proteção Social Básica e encaminhamento para cursos de qualificação e formação profissional, inserção em projetos de inclusão produtiva e acesso a serviços de intermediação de mão de obra.

Avaliação da Meta: Concluída

A meta foi atingida considerando os 42 municípios contemplados com ações de apoio técnico, capacitação e monitoramento durante os quatro anos do Plano Plurianual (PPA 2020-2023).

Durante a vigência do PPA foram realizadas orientações técnicas, acompanhamento e monitoramento contínuo da oferta do programa. Dentre as principais ações se destaca o Seminário "Programa Acessuas Trabalho no RN: Impactos e Desafios Para o Acesso ao

Mundo do Trabalho", realizado em 19 de novembro de 2021, em colaboração dos Técnicos Pesquisadores da Proteção Social Básica (PSB), da Proteção Social Especial de média e alta complexidade (PSE) e da Coordenação de Estudos e Projetos (COEP), visando a integração dos segmentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) Estadual no trabalho em conjunto, tendo em vista que a temática perpassa por todos os níveis de atenção descritos no SUAS. Como produto do Seminário, houve a elaboração do Relatório de Atividades: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/SETHAS/DOC/DOC000000000288138.PDF.

Dos 167 municípios do Estado, 42 são pactuados e 32 municípios. Deles, participaram: Alto do Rodrigues, Assú, Apodi, Baía Formosa, Caiçara do Rio dos Ventos, Carnaúba dos Dantas, Ceará-Mirim, Cruzeta, Currais Novos, Fernando Pedroza, Grossos, Ipueira, João Câmara, 14. Macau, Major Sales, Montanhas, Monte Alegre, Natal, Parelhas, Parnamirim, Pau dos Ferros, Pedra Grande, Pedro Velho, Poço Branco, Riacho da Cruz, São Gonçalo do Amarante, São João do Sabugi, São Rafael, São Tomé, Taipu, Tibau e Umarizal.

Código e descrição da Meta:

00575 - Realizar Campanhas, destinadas à promoção da autonomia e da melhoria da qualidade de vida na superação de situações de violações de direitos, prevenção do isolamento e da segregação das pessoas com deficiência.

Avaliação da Meta: Não iniciada

Não foi possível realizar nenhuma ação em relação a referida meta. Dentro do planejamento da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foram priorizadas as ações que se relacionam diretamente com a política de assistência social, os temas transversais tiveram como foco o enfrentamento ao trabalho infantil, o enfrentamento as violências contra crianças e adolescentes e pessoa idosa. Não foi possível realizar campanha específica para o enfrentamento das violações de direitos do público em questão. Entretanto, foram realizados 4 encontros de apoio técnico virtual com abrangência dos 167 municípios do Estado, visando o fortalecimento do atendimento e acompanhamento de pessoas com deficiência de 0 a 18 anos nos serviços socioassistenciais, nas Escolas e nos serviços de saúde. Cabe destacar, que a meta em questão foi elaborada no período em que a SETHAS referenciava a política da pessoa com deficiência no Estado. Com a criação da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJIDH) e o reordenamento das políticas transversais, a política da pessoa com deficiência passou a ser gerenciada por essa Secretaria de Estado.

Código e descrição da Meta:

00578 - Realizar o cofinanciamento estadual aos municípios atingidos por situações de emergência e calamidade públicas, realizando o apoio técnico e financeiro para suporte às famílias atingidas com a oferta e manutenção de acolhimento e abrigamento provisório das famílias desalojadas ou desabrigadas.

Avaliação da Meta: Em andamento

A meta foi alcançada parcialmente. Em 2023 o Governo do Estado do Rio Grande do Norte não decretou situação de emergência ou estado de calamidade pública por isso não foram despendidos recursos para alcance da meta. Cabe salientar, que a criação de programas nesses contextos, requer a instituição de decreto de calamidades e/ou emergência em nível Estadual. Além disso, em razão da redução na arrecadação das receitas vinculadas ao FECOP não foi possível articular com o Governo a possibilidade de repasse por meio de cofinanciamento aos municípios. Com relação ao apoio técnico, no mês de novembro de 2023, foram realizadas visitas e orientações técnicas sobre a atuação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em situações de calamidade e emergência para o município de São José de Mipibu, que declarou Situação de Emergência no município, por meio do Decreto nº 062 de 28 de novembro de 2023, em decorrência de fortes chuvas que atingiu a cidade.

Código e descrição da Meta:

00584 - Implantar serviços, nos vários níveis de Proteção Social, para população LGBTQI+, com Centros de Referência por Abandono Familiar, moradias coletivas no formato de república e formação para os trabalhadores com atuação junto a esse segmento.

Avaliação da Meta: Não iniciada

A meta não foi alcançada. Destacamos que essa meta não corresponde às ofertas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Não há ofertas específicas para uma população, todos/as são atendidos nos serviços socioassistenciais tipificados e de acordo com o nível de proteção social. No decorrer das avaliações bimestrais sugerimos o redimensionamento para a Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJIDH), considerando que a pauta é gerenciada por essa Secretaria de Estado.

Código e descrição da Meta:

00588 - Implementar a regionalização do serviço de acolhimento familiar, de proteção integral para mulheres vítimas de violência, através da criação de casas de apoio e da integração da rede de atendimento com os municípios.

Avaliação da Meta: Em andamento

Avaliamos que a meta foi alcançada em 12,5% (vinte por cento) no exercício, considerando o percentual estabelecido pela meta que concebia a criação e implementação de 8 equipamentos. Foi realizada a manutenção do Serviço de Acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica e risco iminente de morte em parceria com a Organização da Sociedade Civil (OSC), Centro Feminista 8 de Março. Até o momento só foi implantado um serviço nessa modalidade, tendo em vista a disponibilidade orçamentária e financeira, bem como a realidade do Estado que não recebe cofinanciamento federal e tem atuado na ampliação de serviços socioassistenciais de alta complexidade apenas com recursos próprios.

Código e descrição da Meta:

00591 - Realizar, após definição das áreas prioritárias por estudo, o cofinanciamento especializado com apoio técnico aos municípios para implantação de serviços socioassistenciais nas zonas rurais, priorizando as comunidades tradicionais.

Avaliação da Meta: Não iniciada

A execução da meta não foi iniciada devido à diminuição na arrecadação das receitas vinculadas ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), bem como os investimentos de recursos do FECOP destinados à Política de Assistência Social. Em virtude da insuficiência de recursos provenientes do FECOP, tornou-se impraticável alcançar a meta preestabelecida. A ausência desses recursos impacta diretamente na capacidade de fornecer o apoio técnico necessário aos municípios, comprometendo a implementação dos serviços planejados.

Código e descrição da Meta:

00594 - Estruturar a Gestão Estadual do SUAS e as Unidades Regionalizadas que serão implantadas, através da aquisição de equipamentos diversos e mobiliário, reformas e adaptações de espaços públicos para assegurar as condições de funcionamento.

Avaliação da Meta: Em andamento

Para alcance da meta, em 2023, houve a aquisição de computadores desktop pela Assessoria de Tecnologia da Informação (ASSETI), sendo 6 deles disponibilizados para a Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além disso, ocorreu a aquisição de diversos equipamentos, mobiliários e utensílios, para estruturação da Unidade de Acolhimento, na modalidade Casa Lar, proveniente de Termo de Colaboração firmado entre a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) e a Organização da Sociedade Civil (OSC) Aldeias Infantis SOS Brasil, reguladas a partir dos territórios: Alto Oeste e Sertão do Apodi do Rio Grande do Norte, voltado para crianças e adolescentes, na faixa etária de 0 a 17 anos, 11 meses e 29 dias, de ambos os sexos, conforme previsto no Plano de Trabalho. Os itens foram adquiridos pela OSC habilitada para implantação do serviço, sendo o valor de investimento inicial de R$ 220.874,53 (duzentos e vinte mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), a serem desembolsados por meio da subação 136801 - Implantação e Manutenção dos Serviços Regionalizados de Alta Complexidade do SUAS), na Fonte: 0.6.69.000150 - Recursos Diretamente Arrecadados - ADM-Direta.

Código e descrição da Meta:

00602 - Realizar processos seletivos simplificados para contratação de bolsistas, pessoal técnico de apoio terceirizado e consultorias especializadas para composição das equipes mínimas de execução da Gestão Estadual do SUAS, nos Termos da NOB SUAS RH.

Avaliação da Meta: Concluída

A meta foi concluída. Para alcance da meta foram contratadas duas consultorias para subsidiar as ações da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além disso, ocorreu prorrogação por mais 12 meses das bolsas dos pesquisadores que já atuavam na execução da Gestão Estadual do SUAS. No final de 2023, foi republicado o Edital nº 01/2021, para preenchimento de novas vagas relativas a bolsas para equipe de desenvolvimento de pesquisa, estudos técnicos e atividades interventivas no projeto "Desenvolvimento de ações de estudos técnicos e intervenção para o fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social no Estado do Rio Grande do Norte", em caráter temporário, para pesquisadores-bolsistas de nível superior. No resultado final, foram selecionados 2 profissionais com Graduação em Serviço Social; 1 profissional com Graduação em Psicologia; e 1 profissional com Graduação em Gestão de Políticas Públicas.

Código e descrição da Meta:

00615 - Implementar um plano de Comunicação Institucional de divulgação da Política Estadual do SUAS em execução, promovendo a divulgação dos direitos e serviços socioassistenciais junto aos usuários, como também criando canais de comunicação e informação voltados para os gestores e trabalhadores municipais do SUAS, para as instâncias de participação e controle social e sociedade em geral.

Avaliação da Meta: Ações preparatórias

Não houve avanços na construção e/ou implantação do plano de comunicação específico do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A Assessoria de Comunicação (ASSECOM) é responsável pela publicização de toda a produção institucional de cada coordenação da SETHAS, incluindo da Gestão do SUAS. No âmbito do SUAS foram elaborados cards e produzidos vídeos referentes às ações do SUAS em âmbito estadual. No decorrer de 2023 foram realizadas duas reuniões com a ASSECOM com o objetivo de iniciar a tarefa de construção do plano, mas não foi possível avançar devido às diversas pautas e demandas da coordenação do SUAS.

Código e descrição da Meta:

00637 - Assessorar os municípios, para constituição e qualificação das equipes volantes que realizam busca ativa ampliação da inserção de famílias em situação de extrema pobreza no Cadastro Único (CAD UNICO).

Avaliação da Meta: Concluída

A meta foi concluída. No ano de 2023 foram realizadas 24 reuniões, sendo: 3 reuniões, no mês de fevereiro, de planejamento das ações que seriam realizadas no ano; 14 reuniões, nos meses de março e abril, de orientação aos municípios, a partir do lançamento no programa de qualificação do Cadastro Único (PROCAD), que tem como objetivo a busca ativa de famílias em situação de extrema pobreza especialmente nas áreas mais distantes

Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs); e, 7 reuniões virtuais, entre os meses de maio e junho, de orientação acerca da busca ativa e inclusão de grupos GPTES. Além disso, em maio, foi realizada uma capacitação para o Sistema V7, com participação de 89 trabalhadores do SUAS. A ação ocorreu, priorizando vagas para os municípios que não apresentavam, em seus quadros técnicos, profissionais já capacitados. Também em maio foi realizado o encontro "Pacto pela Busca Ativa - Consórcio NE", com participação de 130 trabalhadores da gestão do SUAS, Vigilância Socioassistencial e Cadastro Único, dos nove Estados do Nordeste e municípios do RN. Nos meses entre julho e agosto foram realizados 2 Encontros de monitoramento da execução do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD-SUAS) com cobertura para os municípios do território do Trairi e Potengi. Foram realizados ainda 9 Encontros de Monitoramento do PROCAD-SUAS, nos meses de setembro e outubro, em que os Municípios foram assessorados em relação à atuação com GPTES e busca ativa. Os encontros foram realizados de forma territorial tendo como sede os seguintes Municípios: Santa Cruz, Natal, Pau dos Ferros, Campo Grande, Mossoró, Guamaré, Baía Formosa, Currais Novos e São Miguel do Gostoso.

Código e descrição da Meta:

00641 - Prestar apoio técnico aos municípios para o trabalho com as populações mais vulneráveis de origem étnico racial, atuando para o acesso dessas populações ao Cadastro Único.

Avaliação da Meta: Concluída

A meta foi concluída. No mês de maio ocorreu o evento intitulado "Pacto pela Busca Ativa - Consórcio NE", que reuniu a participação de 130 profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) envolvidos nas áreas de gestão, vigilância socioassistencial e Cadastro Único, representando os nove estados do Nordeste e os municípios do Rio Grande do Norte. Ao término do encontro, foi oficializado um compromisso entre os Estados do Nordeste para promover a busca ativa visando a inclusão no Cadastro Único, com prioridade para os Grupos Populacionais em Territórios Específicos (GPTES).

Foram conduzidos nove Encontros, nos meses de setembro e outubro, de Monitoramento do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD-SUAS), nos quais os municípios receberam orientações sobre a atuação com Grupos Populacionais em Território Específico (GPTES) e estratégias de busca ativa. Estes encontros foram descentralizados, ocorrendo em diferentes sedes nos municípios de Santa Cruz, Natal, Pau dos Ferros, Campo Grande, Mossoró, Guamaré, Baía Formosa, Currais Novos e São Miguel do Gostoso. Nesses encontros, foram direcionados momentos de orientação para inclusão de GPTES dentro dos projetos executivos dos municípios.

Código e descrição da Meta:

00642 - Assessorar tecnicamente os municípios, por meio de reuniões temáticas e oficinas, nas ações relacionadas ao BPC na Escola e BPC no Trabalho, para possibilitar a inclusão e permanência na escola de crianças, adolescentes e jovens, como também assegurar jovens

e adultos a qualificação e inserção no mundo do trabalho.

Avaliação da Meta: Em andamento

A meta foi alcançada em 57%, considerando que no período de 2023, a Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) contemplou os 57 municípios com apoio técnico e formação. O Assessoramento técnico é uma das principais ações realizadas pela equipe da Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contando com atendimentos presenciais e remotos. Diariamente a Gestão do SUAS recebe demandas dos 167 municípios do Estado. Para além disso, a Gestão realizou 4 encontros territoriais, na modalidade remota, com orientações técnicas sobre a atuação do grupo gestor municipal do "Programa BPC na Escola", que tem como objetivo garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes até 18 anos, com deficiência, que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A Gestão realizou ainda, a aplicação do questionário do BPC na Escola e inclusão na rede socioassistencial e cadastro único. Foi atualizada a composição do grupo Gestor Estadual e realizadas 4 reuniões de articulações intersetoriais com objetivo de fortalecer o atendimento de benefícios do BPC nas políticas públicas. Por fim, foram elaborados e publicados dois Informes Temáticos acerca do Programa BPC na Escola e um FAQ de perguntas e respostas sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que estão disponíveis no site da SETHAS.

Código e descrição da Meta:

00645 - Prestar assessoramento técnico aos municípios para a execução de atividades que assegurem os direitos dos idosos que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) à socialização, à qualificação profissional e a oportunidades de participação no mundo do trabalho.

Avaliação da Meta: Em andamento

A meta foi alcançada em 57%, tendo em vista as ações realizadas no período de 2023. Por se tratar de uma meta relacionada a temática de apoio técnico, ela teve os mesmos desdobramentos que a meta 00642, tendo sido contemplados 57 municípios com apoio técnico e formação. O Assessoramento técnico é uma das principais ações realizadas pela equipe da Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contando com atendimentos presenciais e remotos. Diariamente a Gestão do SUAS recebe demandas dos 167 municípios do Estado. Para além disso, a Gestão realizou 4 encontros territoriais, na modalidade remota, com orientações técnicas sobre a atuação do grupo gestor municipal do "Programa BPC na Escola", que tem como objetivo garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes até 18 anos, com deficiência, que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A Gestão realizou ainda, a aplicação do questionário do BPC na Escola e inclusão na rede socioassistencial e cadastro único. Foi atualizada a composição do grupo Gestor Estadual e realizadas 4 reuniões de articulações intersetoriais com objetivo de fortalecer o atendimento de benefícios do BPC nas políticas públicas. Por fim, foram elaborados e publicados dois Informes Temáticos acerca do Programa BPC na Escola e um FAQ de perguntas e respostas sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que estão disponíveis no site da SETHAS.

Código e descrição da Meta:

00647 - Realizar oficinas com equipes dos municípios, juntamente com a SEEC e SESAP, para orientar a atuação local no sentido de articular as ações das áreas de Assistência Social, Saúde e Educação, com vistas ao cumprimento pelas famílias das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Avaliação da Meta: Concluída

A meta foi concluída. Em fevereiro, a Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) realizou 3 reuniões de planejamento anual das ações que seriam realizadas no ano com vistas ao alcance da meta. Entre março e abril foram realizadas 2 reuniões de articulação com o Comitê Gestor do Programa Bolsa Família para construção do Plano de Ação Intersetorial. 2 atividades principais foram realizadas em 2023 pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Bolsa Família: O Encontro com coordenadores municipais PBF - acompanhamento escolar, em que a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte (SEEC) atuou como organizadora-responsável e os Coordenadores Municipais de Educação foram o público-alvo, com discussão das mudanças no pacote de benefícios e a relação das condicionalidades; e o Fórum Estadual de Alimentação e Nutrição na APS 2023, tendo a SESAP como organizadora-responsável e os Técnicos Municipais de Saúde foram o público-alvo. Na ocasião, foi discutida a Agenda Saúde e Condicionalidades do PBF: Condicionalidades e Integralidade do cuidado e Relato de experiências exitosas entre os municípios.

Código e descrição da Meta:

00658 - Viabilizar o exercício do controle social através do apoio financeiro ao Conselho Estadual de Assistência Social.

Avaliação da Meta: Concluída

A meta foi concluída. Em janeiro e fevereiro foi viabilizada a participação do Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) e do Secretário Executivo na reunião do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social e do Conselho Nacional de Assistência Social (FONACEAS/CNAS), em Brasília; no mês de março foi mais uma vez viabilizada a participação do Presidente do CEAS, do Secretário Executivo e dos Conselheiros Governamental e Não-Governamental em reunião do FONACEAS, em Belém do Pará, bem como na reunião do Conselho Nacional de Assistência Social (CEAS) no Piauí, em abril. De maio a agosto foi viabilizada a participação do Presidente do CEAS e do Secretário Executivo nas reuniões do FONACEAS E CNAS em Brasília; e, entre setembro e outubro foi realizada a manutenção da Casa da Cidadania, com a aquisição da placa de identificação, manutenção de internet e estrutura geral.

Código e descrição da Meta:

00661 - Qualificar a participação dos conselheiros nos processos de deliberação e fiscalização da política.

Avaliação da Meta: Concluída

A meta foi concluída. Durante o ano de 2023 foram viabilizadas as participações do Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social e do Secretário Executivo nas reuniões do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social e do Conselho Nacional de Assistência Social (FONACEAS/CNAS), em Brasília-DF.

Código e descrição da Meta:

00690 - Desenvolver capacitação permanente para os trabalhadores do Sistema Socioeducativo.

Avaliação da Meta: Não iniciada

A meta não foi atendida em virtude da indisponibilidade financeira, bem como do quadro de pessoal insuficiente para realização da ação.

Código e descrição da Meta:

00699 - Assessorar os 167 municípios na elaboração de planos de atendimento as medidas socioeducativas.

Avaliação da Meta: Ações preparatórias

A meta não foi alcançada. A Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) conduziu uma reunião com a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE) com o objetivo de planejar ações referentes à meta. No entanto, o início efetivo do trabalho com os municípios não foi viabilizado devido à sobrecarga de demandas e à escassez de recursos humanos tanto para a Gestão Estadual do SUAS como da FUNDASE.

Código e descrição da Meta:

00703 - Firmar parceria com a FUNDASE para a realização de diagnóstico social dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e egressos do Sistema.

Avaliação da Meta: Concluída

A meta em referência foi plenamente atendida. O seu cumprimento se deu através de uma parceria firmada entre a FUNDASE e a SETHAS, onde os técnicos do SINE realizaram 08

visitas aos centros de internação dos adolescentes da FUNDASE e desenvolveram um diagnóstico do perfil dos adolescentes, o que levou a direção da unidade a buscar parcerias para realizar capacitação e letramento desse público, que se revelou muito deficiente para inserção no mercado de trabalho. Assim, foi realizado pelos técnicos do SINE um workshop "currículo de sucesso" para 40 adolescentes, bem como cadastro de 90 adolescentes no banco de dados do SINE para oferta de mão de obra e parceria com o Instituto Kennedy para o letramento dos jovens infratores.

Código e descrição da Meta:

01107 - Realizar oficinas, cursos e reuniões temáticas para apresentação e discussão com entidades e grupos do artesanato sobre a relação entre tecnologia, inovação e as temáticas da Economia Criativa e Economia Solidária com enfoque da educação popular.

Avaliação da Meta: Concluída

Meta alcançada no exercício de 2023, realizando 4 oficinas sobre o melhoramento dos produtos, precificação e apresentação para escoar mais produtos. No segundo semestre foi realizada uma agenda em conjunto de apresentação das Políticas do Artesanato e da Economia Solidária nos municípios de Severiano Melo e Felipe Guerra.

Código e descrição da Meta:

01362 - Firmar parceria com a SEDRAF e a EMATER para realização de mapeamento dos agricultores familiares, associações, cooperativas e empreendimento solidários e da oferta dos insumos e escala de produção disponível, para a programação das compras institucionais, desses segmentos, conforme a Lei do PECAFES.

Avaliação da Meta: Ações preparatórias

No ano de 2023 a EMATER/RN assim como a SEDRAF foram temas de debates entre os membros do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, quanto à inclusão dos mesmos junto ao conselho, considerando a articulação dos órgãos à política de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN. Entretanto, as tratativas relacionadas ao mapeamento dos agricultores familiares para a execução da Lei do PECAFES são feitas de maneira direta e informal entre a SEDRAF e a CODES/SETHAS, não havendo nenhum documento que possa embasar a avaliação dessa meta.

Código e descrição da Meta:

01363 - Realizar a VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e as Conferências Territoriais de Segurança Alimentar e Nutricional nos dez Territórios de Identidade.

Avaliação da Meta: Concluída

Foi realizada a VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte, que teve como lema “Soberania Alimentar: a Comida que queremos!”. A princípio as conferências pretendiam abranger todos os territórios do Estado, no entanto, houve a realização em apenas seis territórios do Estado do Rio Grande do Norte, tendo em vista o curto período para sua execução. Confirmada as datas, os encontros aconteceram nos seguintes municípios:

- Parnamirim no dia 28/08/2023
- Caicó no dia 05/09/2023
- João Câmara no dia 06/09/2023
- Santa Cruz no dia 12/09/2023
- Mossoró no dia 13/09/2023
- Apodi no dia 14/09/2023

Esse período conferencial contou com aproximadamente 555 participantes, somando-se os seis encontros. Sequencialmente, houve a realização da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que aconteceu nos dias 19 e 20 de setembro de 2023, em Natal, e contou com cerca de 250 participantes.

Código e descrição da Meta:

01364 - Realizar 1 Feira Estadual de Economia Solidária, com estrutura necessária para sua realização, envolvendo empreendimentos de economia solidária dos territórios do Estado, garantindo a visibilidade e o escoamento da produção, além da geração de renda.

Avaliação da Meta: Concluída

Meta concluída. Por meio de apoio a projetos de feiras, como a Feira do Centro Administrativo que é realizado de forma permanente (semanalmente), 2ª Feira Nordestina da Agricultura Familiar e Economia Solidária (FENAFES) realizada em João Pessoa, e 1ª Feira Potiguar da Agricultura Familiar e Economia Solidária (FEPAFES), em colaboração efetiva com a SEDRAF e a Emater. Adicionalmente, alcançou-se sucesso na execução da 1ª Feira Itinerante de Economia Solidária - Edifício Pinacoteca e em 11 edições da Feira Itinerante de Comercialização, em parceria com a SEDRAF. Destaca-se também a participação ativa de empreendimentos econômicos solidários em feiras constantes no calendário anual, como a Feira Internacional do Artesanato - FIART, Brasil Mostra Brasil e FEMPTUR – Feira dos Municípios e Produtos Turísticos do RN, em parceria com o Programa de Artesanato (PROARTE).

Código e descrição da Meta:

01365 - Realizar atividades de capacitação sobre a temática da Economia Solidária e temas que contribuam com a melhoria e ampliação dos processos de organização, produção e

comercialização dos empreendimentos.

Avaliação da Meta: Concluída

Por meio da execução de um conjunto de oficinas de formação sobre Inclusão Digital junto aos Empreendimentos de Economia Solidária, através do projeto ID@ECOSOL, uma parceria entre a SETHAS, por intermédio da Subcoordenadoria de Economia Solidária e o projeto de extensão do Departamento de Engenharia Civil da UFRN. Adicionalmente às demandas espontâneas por formação em Economia Solidária, onde se desenvolve a temática de 'Gestão Participativa e Economia Solidária', além da concretização da atividade autogestionária intitulada 'Painel Temático: Compras Públicas e o Fortalecimento da Economia Solidária no RN' durante a programação da 1ª Feira Potiguar de Economia Solidária e Agricultura Familiar (FEPAFES), considera-se essa meta concluída.

Código e descrição da Meta:

01369 - Implementar um projeto de artesanato de referência cultural junto a comunidades étnicas e a religiosidades populares.

Avaliação da Meta: Concluída

Meta concluída. Nos meses de novembro e dezembro foram realizadas visitas em comunidades tradicionais nos municípios de Martins, São Tomé (Quilombo Gideio Véio), Canguaretama (comunidade Catu). O trabalho nessas comunidades foi de reconhecimento do artesanato cultural e fomentar as possibilidades de escoar o artesanato produzido na comunidade para as grandes feiras. Foi realizado o cadastro de artesãos e convidados para participarem da maior feira de artesanato do Rio Grande do Norte - FIART.

Código e descrição da Meta:

01370 - Implementar um plano (serviço) de fiscalização da Lei Complementar 599/2017, no que se refere ao percentual mínimo estabelecido para exposição de artesanato de origem potiguar em prédios públicos destinados à comercialização de produtos artesanais.

Avaliação da Meta:

Meta alcançada no exercício de 2023, com a minuta do decreto para certificação dos mestres artesãos do estado.

Código e descrição da Meta:

01371 - Lançar campanha, em parceria com SESAP e SEEC, de prevenção a Lesões por Esforço Repetitivo e outras enfermidades laborais junto às entidades e aos grupos de

artesãos.

Avaliação da Meta: Concluída

A meta foi atendida satisfatoriamente. Foram realizadas duas oficinas em 2 territórios em parceria com as secretarias de saúde e educação voltadas para os grupos de artesãos.

Código e descrição da Meta:

01372 - Articular uma rede, em parceria com a Fundação José Augusto, de Casas de Cultura/Casas do Artesão e demais pontos de apoio à comercialização do Artesanato Potiguar.

Avaliação da Meta: Concluída

Meta alcançada no exercício do segundo semestre de 2023, com uma agenda em conjunto com a Fundação José Augusto, para mapear os artesãos do município de Parelhas que irão ocupar o espaço de comercialização da Casa de Cultura, inaugurada em janeiro de 2024.

Código e descrição da Meta:

01373 - Revitalizar, apoiar, reformar e ampliar 12 Centrais de Comercialização do Artesanato, implantando um modelo de gestão compartilhada para as Centrais.

Avaliação da Meta: Em andamento

A meta encontra-se em andamento, tendo dado início a partir do Centro de Artesanato de Assú/RN que está em processo de reestruturação e funcionamento.

Código e descrição da Meta:

01374 - Lançar edital de chamamento público para selecionar organizações civis e empresas para prestar assessoramento a grupos, associações e cooperativas de artesãos.

Avaliação da Meta: Não iniciada

A meta não foi realizada em virtude de indisponibilidade financeira para a sua execução.

Código e descrição da Meta:

01375 - Assessorar a constituição de fóruns e comitês setoriais do artesanato, agregando

artesãos em parceria com o Projeto Governo Cidadão, SEDRAF, EMATER, SEDEC e SETUR.

Avaliação da Meta: Concluída

A meta foi concluída. Em parceria com o Projeto Governo Cidadão, o Proarte divulgou editais entre os artesãos para que pudessem acessar e se escreverem para ofertar seus produtos ao Governo do Estado, valorizando o artesanato potiguar.

Código e descrição da Meta:

01376 - Apoiar feiras de talentos regionais do artesanato, 5 por ano, de forma a contemplar todos os territórios durante o quadriênio 2020-2023.

Avaliação da Meta: Concluída

A meta foi contemplada e concluída. O programa do artesanato apoiou a realização da 61ª Festa do Boi, em Parnamirim/RN, para promover o escoamento do artesanato produzido pelos talentos regionais.

Código e descrição da Meta:

01377 - Promover, por meio de editais, a participação de servidores e técnicos da SETHAS de organizações da sociedade civil e artesãos potiguares em feiras estaduais, nacionais e internacionais, para aperfeiçoamento técnico e escoamento dos produtos dos artesãos.

Avaliação da Meta: Concluída

Meta concluída no exercício de 2023. Edital de chamamento público lançado para escoamento dos produtos dos artesãos beneficiando cerca de 356 artesãos diretamente.

Código e descrição da Meta:

01388 - Elaborar e implementar Programa de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no trabalho na SETHAS.

Avaliação da Meta: Em andamento

Implementação em andamento. Foi definido o Comitê de Qualidade de Vida, conforme Portaria nº 867/2023, publicada na Edição nº 15.414, 27 de abril de 2023. Além disso, foi realizado um Encontro dia 25 de abril com os membros do Comitê para oficializar os Decretos nº 32.623 e 32.624 25 de abril de 2023. Ao longo do ano foram realizados alguns

eventos promovidos pelo Comitê a fim de implementar o Programa no Órgão.

Código e descrição da Meta:

01389 - Implementar agenda de capacitação e qualificação continuadas para servidores efetivos, comissionados e colaboradores terceirizados, das áreas técnicas e finalísticas e administrativa da SETHAS, em parceria com a Escola de Governo e Instituições de Educação Superior Públicas do RN.

Avaliação da Meta: Concluída

O Grupo Auxiliar de Pessoal está continuamente disponibilizando ofertas de capacitação para os servidores do órgão, à exemplo do Convênio Celebrado, em 2023, entre o Governo do Estado e a UFRN para realização de Mestrado em Gestão Pública.

Além disso, o CapacitaSUAS contempla ações de capacitação e formação, de acordo com a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que devem impactar na carreira do trabalhador do SUAS, além potencializar e dar visibilidade a novas práticas profissionais. Executado pela SETHAS, por meio da Coordenação de Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social, em parceria com a FUNCITERN e a UERN, durante o mês de janeiro, em semanas alternadas, o total de 19 profissionais da SETHAS do Setor da COGESUAS participaram de cursos sobre: Proteção social no SUAS e indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial; Gestão orçamentária e financeira do SUAS; Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes: Proteção Social Integral e Garantias de Direitos; Plano de Assistência Social. Ademais, no Grupo Auxiliar de Pessoal foi realizado o treinamento sobre o sistema ERGON com as servidoras do setor.

Código e descrição da Meta:

01390 - Participar de Conferências e Seminários, Cursos e Intercâmbios locais, regionais, nacionais e internacionais sobre temas relacionados as políticas públicas e garantia de direitos nas áreas de atuação direta e transversal da SETHAS.

Avaliação da Meta: Concluída

A meta foi concluída. No primeiro bimestre do ano houve uma reunião conjunta com o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), com o objetivo de planejar as reuniões de Orientações Técnicas para realização das Conferências Municipais de Assistência Social; de maio a agosto houve a participação da Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 30 Conferências Municipais de Assistência Social; por fim, no bimestre setembro-outubro houve a participação da Gestão do SUAS no Seminário Internacional da Primeira Infância.

Código e descrição da Meta:

01391 - Promover a Estruturação Administrativa da SETHAS, através da aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, de informática e audiovisual.

Avaliação da Meta: Em andamento

No bimestre Setembro-Outubro 2023 foram abertos processos eletrônicos para atendimento das demandas a fim de promover a estruturação administrativa necessária.

O processo de aquisição de eletrodomésticos (freezer e fogão) foi uma meta concluída e bem-sucedida, tendo em vista que, os eletrodomésticos foram entregues e pagos em conformidade com o cronograma previsto.

A compra de materiais para instalação de pontos de energia no laboratório de informática do SINE/RN foi realizada e o pagamento está em processo. A meta está quase concluída.

O GAM/UIAG tem como responsabilidade dotar a SETHAS com a estrutura mobiliária necessária ao seu funcionamento e cumprimento dos seus objetivos. Nesse sentido anualmente fazemos o inventário do mobiliário existente, seu estado de conservação, com a descrição da necessidade de reposição ou compra. A SETHAS pelo tempo de funcionamento já detém o mobiliário mínimo necessário. As aquisições foram pontuais para atender demanda específica.

No que tange a Assessoria em Tecnologia da Informação, a meta prevista no PPA 2023 era a realização de compra de computadores para atender as necessidades da secretaria. Diante disso, cumprimos parcialmente a meta, uma vez que foram realizados todos os trâmites internos e externos em relação a essa compra, entretanto, até o momento, estamos apenas aguardando a entrega dos insumos. No que tange a parte orçamentária, para cumprir a supracitada meta foram investidos R$152.720,00 (cento e cinquenta e dois mil setecentos e vinte reais) em computadores padrão escritório e R$150.480,00 (cento e cinquenta mil e quatrocentos e oitenta reais) em computadores com especificações superiores para atender as necessidades específicas das equipes de desenvolvimento de sistemas e de comunicação.

Código e descrição da Meta:

01392 - Elaborar e Implementar um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para a SETHAS, orientado para a melhoria de sua infraestrutura, inovação tecnológica, valoração profissional de seus quadros e governança democrática.

Avaliação da Meta: Em andamento

A Comissão, da qual o Grupo Auxiliar de Pessoal (GAP) faz parte, elaborou a Minuta do novo Regimento Interno da SETHAS, que altera o organograma do órgão, Quadro de Cargos e suas funções, visando aprimorar a inovação, eficiência e desempenho das atividades que a Secretaria executa. Atualmente a proposta de Regimento está em apreciação pela Assessoria Governamental de Atos Normativos da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Código e descrição da Meta:

01394 - Ampliar a participação e controle social nos territórios, incentivando e prestando

assessoramento aos municípios para criação e/ou fortalecimento dos conselhos setoriais e de direitos (Assistência Social, Segurança Alimentar, Economia Solidária entre outros).

Avaliação da Meta: Concluída

No ano de 2023 a SETHAS promoveu várias ações a fim de ampliar o controle social nos territórios das 09 políticas gerenciadas pelo Órgão. Em destaque algumas ações realizadas:

- Ações da Assistência Social: a Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ofereceu suporte técnico para a realização dos processos de conferências nos municípios, orientação em parceria com o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) sobre o monitoramento do art. 30 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e o preenchimento do Censo SUAS para o Conselho de 2023. Além disso, ofertou assistência técnica tanto presencial quanto remota para atender as demandas relacionadas ao funcionamento dos Conselhos de Assistência Social.

Código e descrição da Meta:

01395 - Adquirir veículos de Passeio e Transporte Coletivo.

Avaliação da Meta: Em andamento

Em maio de 2022 foi aberto um processo eletrônico para aquisição de 10 (dez) veículos básicos, sem acessibilidade, para estruturação dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), nos municípios que ofertam o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). A aquisição seria realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para o cumprimento das ações previstas na Emenda Parlamentar Federal de Relator nº 202181000789, destinada ao Fundo Estadual de Assistência Social pelo Senador Jean Paul Prates, conforme as informações programadas no Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias Fundo a Fundo - SIGTV, em consonância com Portaria MC Nº 580, de 31 dezembro de 2020. Em maio de 2023 o processo estava em fase de minuta de Edital e de Contrato, todavia, não houve mais avanços, devendo estar tendo continuidade em 2024.

Código e descrição da Meta:

01396 - Promover a Comunicação Institucional da SETHAS.

Avaliação da Meta: Concluída

A meta foi atingida. A ASSECOM SETHAS demonstrou comprometimento com a promoção da Comunicação Institucional da Secretaria, alcançando seus intuitos. A implementação de estratégias coordenadas resultou em uma comunicação mais abrangente e transparente sobre políticas sociais, programas e projetos em andamento no que diz respeito ao Plano de Desenvolvimento Institucional. Tais estratégias se deram por meio das seguintes ações:

capacitação adequada da equipe de comunicação; elaboração de identidades visuais para aprimoramento e reconhecimento comunicativo; estabelecimento adequado de conversação intra e extra setorial; ênfase nos registros da diversas ações realizadas pela Pasta (tanto textuais e ilustrativos quanto fotográficos e videográficos); e, por fim, potencialização de projetos audiovisuais (como o Por Dentro da SETHAS, o Resenha SE7HAS, o SETHAS na Mídia e as demais realizações). A diversificação de canais, como mídias sociais e sites, possibilitou uma ampla disseminação das ações, alcançando diferentes segmentos da população e estabelecendo um padrão elevado de interação e transparência, contribuindo positivamente para uma instituição governamental com mais informação, participativa e engajada.

Código e descrição da Meta:

01401 - Implementar o Programa Meu Primeiro Emprego para a promoção e incentivo a empregabilidade e empreendedorismo solidário juvenil do meio urbano.

Avaliação da Meta: Ações preparatórias

A meta não foi atendida. Em virtude da indisponibilidade orçamentária para implementação do programa. O SINE encontra-se em diálogo com a Secretaria Estadual das Mulheres e da Juventude - SEMJIDH, para operacionalização. Neste sentido, pode-se afirmar que a meta está nos trâmites burocráticos, o qual quando finalizado atenderá a meta com as ações de forma intersetorial com êxito.

Código e descrição da Meta:

01404 - Implementar, a partir de estudos de demandas, em parceria com os Municípios, o Programa Estadual Mais Mobilidade, destinado a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Avaliação da Meta: Paralisada

A meta não foi atingida no exercício. O Programa Estadual de Mobilidade para Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (Mais Mobilidade), teve o Projeto de Lei enviado pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa em 2019 no objetivo de trazer mudanças na concepção e corrigir as distorções do antigo Programa Transporte Cidadão. Desde então se encontra paralisado sua execução física.

Código e descrição da Meta:

01411 - Reformar, recuperar, ampliar e adaptar os prédios de propriedade da SETHAS e parceiros para implantação de doze Centrais de Comercialização destinadas aos grupos e associações de artesãos, da agricultura familiar e empreendimento solidários, nos 10 Territórios da Identidade do RN.

Avaliação da Meta: Em andamento

A meta encontra-se em andamento. O Governo do Estado tem empenhado esforços para identificar e recuperar a estrutura de prédios de sua propriedade, com o objetivo de destiná-los à implantação de Centrais de Comercialização, tendo como prioridade o PAPA JERIMUM, localizado no município de Natal/RN.

Código e descrição da Meta:

01412 - Assessorar o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), órgão gestor do Fundo de Combate à Pobreza (FECOP), na elaboração do Plano Estadual de Combate a Pobreza, no reordenamento do Fundo e do Conselho e na execução de sua agenda Política e Administrativa - Fonte: 105.

Avaliação da Meta: Paralisada

O assessoramento do Conselho Consultivo era realizado por uma servidora específica que não faz parte do nosso quadro de servidores. Atualmente não temos nenhum servidor do Planejamento fazendo esse acompanhamento.

Código e descrição da Meta:

01413 - Implantar Programa de Prevenção e Assistência em situação de desastres e calamidades públicas, em parceria com o Gabinete Civil e a Defesa Civil do RN.

Avaliação da Meta: Em andamento

Em 2023 foram realizadas ações, pela Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em parceria com a Defesa Civil Estadual, visando o fortalecimento da atuação do SUAS em emergências e calamidades públicas. Entretanto, não foi possível a implementação de programas específicos de abrangência estadual. Foram realizadas 2 reuniões de articulações de ações juntos aos municípios que decretaram emergência em detrimento das fortes chuvas, visitas *in loco* e apoio técnico para implementação de ações do SUAS em contextos de calamidades e emergências. Avaliamos que diante do cenário de desfinanciamento federal para o Estado do RN, dentro das ações planejadas e demandas latentes, priorizou-se a destinação de recursos próprios para expansão de serviços socioassistenciais de média complexidade e alta complexidade do SUAS. Cabe salientar, que a criação de programas nesses contextos, requer a instituição de decreto de calamidades e/ou emergência em nível estadual, o qual no ano de 2023 não ocorreu.

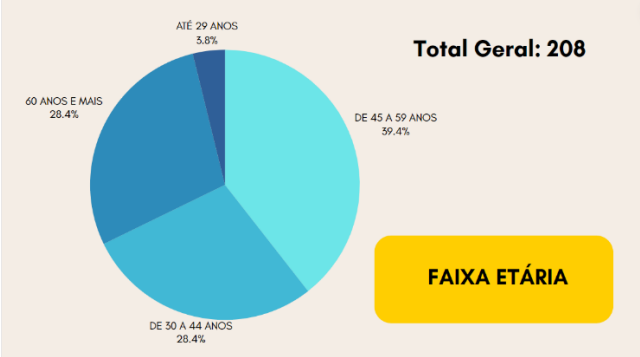
Código e descrição da Meta:

01423 - Fomentar e fortalecer processos de articulação dos Empreendimentos Econômicos e

Solidários (EES) em redes e/ou Cadeias Produtivas Solidárias de forma sustentável.

Avaliação da Meta: Em andamento

Meta parcialmente alcançada no exercício de 2023. Houve progresso significativo com a mobilização dos Empreendimentos de Economia Solidária para a criação da Rede Solidária de Confecção, visando fortalecer o setor de produção têxtil. Foram realizadas visitas a 37 associações, contabilizando ao todo 208 mulheres que estão iniciando sua articulação em rede, a partir das circunstâncias criadas pela Lei N° 11.363/2023, a PECES. Com a realização das visitas, apresentou-se o diagnóstico do mapeamento realizado in loco, exemplificado no gráfico a seguir:



Fonte: Elaboração Própria com base no Questionário Socioeconômico aplicado nas associações, 2023.

Código e descrição da Meta:

01424 - Criar um programa de incentivo à produção e a organização em Rede e/ou Cadeias Produtivas Solidárias, com o intuito de promover maior oferta e diversidade de produtos e serviços desenvolvidos pelos empreendimentos de economia solidária do Estado.

Avaliação da Meta: Paralisada

Meta paralisada. A equipe da Subcoordenadoria de Economia Solidária desenvolveu o projeto "Redes de Cooperação e Inovação para o Fortalecimento da Economia Solidária no RN: Contribuições para o Desenvolvimento Social Territorial Sustentável (2021-2022)", resultado da parceria entre a SETHAS e a FAPERN. Este projeto foi impactado por ajustes administrativos ocorridos durante seu período de tramitação. Diante desse cenário, solicitou-se a conclusão e o arquivamento deste processo por parte das instituições envolvidas, a SETHAS e a FAPERN, assim como de suas respectivas unidades, com indicativo de retomada no orçamento de 2024.

Código e descrição da Meta:

01428 - Criar e fortalecer experiências de Bancos Comunitários (10) e cooperativas de crédito (2), que sejam de economia solidária, garantindo as condições necessárias para sua

implantação e funcionamento.

Avaliação da Meta: Paralisada

Meta temporariamente paralisada. A meta está alinhada ao item do Plano Estadual "Apoiar a criação e o fortalecimento de experiência de finanças solidárias, estimulando a criação de bancos comunitários, fundos rotativos e solidários e cooperativa de créditos" e interligada ao Eixo 4 do Programa de Governo 2023-2026: ”Fortalecer e ampliar as estratégias de desenvolvimento regionalizado, como instrumento de promoção do desenvolvimento local, a partir da potencialização das vocações econômicas regionais, objetivando a criação de um ambiente favorável aos negócios”; sendo necessário integrar o Credsolidário ao apoio a bancos comunitários e fundos rotativos. Essa temática será abordada durante a execução do projeto “I Jornada de Economia Solidária”, que contemplará a realização de um painel temático e oficinas sobre o assunto no exercício de 2024.

Código e descrição da Meta:

01429 - Criar e fortalecer 10 experiências de fundos rotativos de economia solidária (oficinas de mobilização, sensibilização e implementação), capaz de promover o desenvolvimento local sustentável, por meio da organização de grupos de poupadores e incentivo à produção e a comercialização de produtos e serviços.

Avaliação da Meta: Paralisada

Meta temporariamente paralisada. A meta está alinhada ao item do Plano Estadual "Apoiar a criação e o fortalecimento de experiência de finanças solidárias, estimulando a criação de bancos comunitários, fundos rotativos e solidários e cooperativa de créditos" e interligada ao Eixo 4 do Programa de Governo 2023-2026: “Fortalecer e ampliar as estratégias de desenvolvimento regionalizado, como instrumento de promoção do desenvolvimento local, a partir da potencialização das vocações econômicas regionais, objetivando a criação de um ambiente favorável aos negócios”. No entanto para sua execução contará com dois projetos já escritos, a “Comercialização Itinerante’ em que irá viabilizar a comercialização para os empreendimentos e a “I Jornada de Economia Solidária” ao abordar o Credsolidário durante a execução do projeto para integrar o Credsolidário ao apoio a bancos comunitários e fundos rotativos.

Código e descrição da Meta:

01430 - Implementar uma política de assessoria técnica em economia solidária, através da contratação de agentes locais de desenvolvimento solidário (termos de parcerias, contratação direta), que seja integral e multidisciplinar, que promova o fortalecimento da organização, produção e comercialização dos empreendimentos econômicos solidários.

Avaliação da Meta: Em andamento

Meta em andamento, considerando a parceria estabelecida com a Unidade Executora Setorial/UES — SETHAS e a equipe de servidores públicos supervisores do projeto Governo Cidadão, para acompanhar o desenvolvimento dos 40 subprojetos de empreendimentos de economia solidária após o processo de implantação e inauguração da estrutura. O plano de trabalho prevê acompanhamento e orientação técnica para o desenvolvimento da gestão participativa. A ação piloto estava em andamento para a formulação de um programa de assessoria técnica até dezembro de 2023, na região do sertão do Apodi. No entanto, nas demais regiões, a meta está em fases preparatórias, pois o cumprimento dessa iniciativa requer maior integração com os municípios, promovendo o processo de municipalização da Política Pública de Economia Solidária.

Código e descrição da Meta:

01431 - Realizar, em parceria com Redes de Educação Popular em Economia Solidária, oficinas temáticas (12), envolvendo articulações territoriais, e encontros estaduais (2), para fomentar a ampliação e fortalecimento da economia solidária no Estado, tendo como públicos prioritários Juventudes, Mulheres, Povos e Comunidades Tradicionais.

Avaliação da Meta: Não iniciada

Meta não alcançada devido à baixa adesão do público prioritário. Atualmente, a rede de Educadores Populares de Economia Solidária do RN encontra-se sem agendas sistemáticas que gerem demandas no âmbito da política pública.

Código e descrição da Meta:

01433 - Elaborar projetos para captação de recursos direcionados para o fomento das práticas relacionadas com a economia solidária e previstas em Lei (assessoria técnica, formação, investimentos, apoio a produção e a comercialização, fundo Estadual de economia solidária etc.), a partir da disponibilidade de recursos e encaminhamentos necessários.

Avaliação da Meta: Em andamento

Meta parcialmente cumprida. A equipe da Subcoordenadoria de Economia Solidária apresentou o projeto "Redes de Cooperação e Inovação para o Fortalecimento da Economia Solidária no RN: Contribuições para o Desenvolvimento Social Territorial Sustentável (2021-2022)", fruto da parceria entre a SETHAS e a FAPERN. No entanto, este projeto foi impactado por ajustes administrativos ocorridos durante seu período de tramitação. Sendo solicitado a conclusão e o arquivamento deste processo por parte das instituições envolvidas, a SETHAS e a FAPERN, assim como de suas respectivas unidades. Com previsão retomada em 2024.

Código e descrição da Meta:

01434 - Regulamentar a política Estadual de economia popular solidária.

Avaliação da Meta: Em andamento

Meta parcialmente atendida. Com base na Lei Nº 8.798/2006, foi aprovado o Plano Estadual de Economia Solidária, publicado por meio do Decreto Estadual Nº 29.974/2020, que estabelece ações e diretrizes para o desenvolvimento da política no Estado. Foi regularizada a dinâmica do Conselho Estadual de Economia Solidária (CEEPS) no exercício de 2023, priorizando a formulação da minuta de criação do Fundo Estadual de Fomento à Economia Solidária, submetida ao Conselho Estadual de Economia Popular Solidária (CEEPS). No entanto, devido a outras prioridades, o conselho avançou com a regulamentação da lei que institui o Programa Estadual de Compras Governamentais da Economia Solidária - Lei Nº 11.363, de 17 de janeiro de 2023.

Código e descrição da Meta:

01435 - Estruturar o Conselho através da aquisição de equipamentos, elaboração de plano de ação (cronograma, custeio) para apoio das despesas.

Avaliação da Meta: Ações preparatórias

No início de 2023 foi realizado pela Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) um levantamento das demandas do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) e, ao longo do ano, foi repassada a necessidade de aquisição de equipamentos para o Setor Administrativo da SETHAS, visando à melhoria nas condições de trabalho, todavia, a aquisição dos materiais necessários ainda não foi realizada.

Código e descrição da Meta:

01436 - Criar o Fundo Estadual de fomento a Economia Solidária, conforme previsto em Lei.

Avaliação da Meta: Em andamento

Meta iniciada. O Conselho Estadual de Economia Popular Solidária (CEEPS) formou o grupo de trabalho (GT) para a organização da metodologia aplicada na elaboração da minuta para a criação do Fundo Estadual de Fomento à Economia Solidária. No entanto, a meta precisou ser paralisada devido a outras prioridades que a antecedem, como o processo de regulamentação da lei que institui o Programa Estadual de Compras Governamentais da Economia Solidária - Lei Nº 11.363, de 17 de janeiro de 2023.

Código e descrição da Meta:

01438 - Desenvolver as políticas públicas de ECOSOL (assessoria técnica, gerencial, fundo estadual, investimentos, formação, realização de eventos, criação de espaços de comercialização, finanças solidárias, crédito etc.), seguindo o recorte da distribuição territorial dos 10 territórios de identidade, com a disposição de espaços para a realização de

diferentes atividades formativas.

Avaliação da Meta: Em andamento

Meta parcialmente atendida. Para o cumprimento dessa meta, foram realizadas duas visitas técnicas em dois territórios do estado: Assú/Mossoró e Sertão do Apodi. A primeira teve o intuito de assessoramento técnico, enquanto a segunda teve como objetivo a formação. Além disso, está em andamento o projeto "Comercialização Itinerante", que propõe viabilizar feiras nos 10 territórios do estado. No entanto, devido a questões relacionadas às restrições orçamentárias, a meta não foi 100% concluída.

Código e descrição da Meta:

01439 - Estruturar o funcionamento de espaços de referência em economia solidária (múltiplo uso) nos 10 territórios da cidadania (equipamentos, material gráfico, pedagógico e de divulgação).

Avaliação da Meta: Em andamento

Meta parcialmente atendida. A ação foi implementada apenas em cinco territórios do Rio Grande do Norte: Terras Potiguaras, Trairí, Seridó, Mato Grande e Assú-Mossoró em anos anteriores. No entanto, não houve avanços nos demais territórios durante o exercício de 2023, uma vez que a ação foi desenvolvida no âmbito da execução do Projeto Economia Solidária, convênio 760003/2011 do Ministério da Cidadania. Atualmente, as atividades estão paralisadas devido a limitações do ambiente institucional, equipe mínima e restrições orçamentárias para contratação de técnicos e bolsistas de nível profissional, por meio de convênios ou contratações diretas.

Código e descrição da Meta:

01441 - Criar o comitê interinstitucional para viabilizar o percentual de compras de produtos oriundos dos empreendimentos de ECOSOL das áreas rurais e urbanas, que estejam em consonância com o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e ECOSOL (PECAFES).

Avaliação da Meta: Concluída

Meta alcançada. A SETHAS atua como integrante do comitê gestor do Programa Estadual de Compras Públicas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, o qual é gerido pela SEDRAF.

Código e descrição da Meta:

01444 - Construir Agenda de Capacitação (cursos, oficinas e seminários) destinada a

servidores (inclusão digital, atendimentos ao público, sensibilização para inclusão social, dentre outros temas) e para usuários com enfoques específicos considerando as habilidades dos candidatos e a oferta de empregos existente.

Avaliação da Meta: Concluída

Ocorreram várias atividades que contemplam a execução da meta, sendo:

Realização de 08 (oito) atividades de capacitações/treinamentos para os servidores no Sistema Mais Emprego que trabalham com o sistema SINE/GERID sobre a intermediação da mão de obra e seguro-desemprego nos postos de Santa Cruz, Nova Cruz, Parnamirim, Central do Cidadão-Zona Norte, Central do Cidadão – Zona Sul, Matriz em candelária, ministrada pelo administrador do SINE;

Realização de 04 (quatro) eventos online com objetivo de melhorar a qualidade do atendimento ao trabalhador, envolvendo os agentes dos 15 (quinze) postos do SINE, tratando também sobre as dúvidas na execução do Sistema Mais emprego;

Realização de 03 (três) oficinas temáticas em parceria com a Uninassau para os servidores do SINE/MATRIZ, com temas relacionados ao atendimento ao público, direitos trabalhistas e saúde mental;

Realização de 08 (oito) Oficinas temáticas (workshop: currículo de sucesso) para os jovens em cumprimento de medida socioeducativa em parceria com a FUNDASE;

Realização de 19 (dezenove) atividades de capacitação para os funcionários das empresas das seguintes empresas: Assaí, Mazzine, Real invest, FINN, onde a subsecretaria do trabalho, disponibilizou o espaço físico (auditório), bem como os equipamentos e o apoio dos agentes do SINE no processo. Todo o conteúdo e material aplicado no treinamento foi de responsabilidade das empresas parceiras. Assim, a meta foi concluída plenamente, pois propiciou capacitação tanto para os servidores públicos quanto para a iniciativa privada.

Código e descrição da Meta:

01447 - Desenvolver um programa de apoio e incentivo a implantação de tecnologias sociais que promovam o fortalecimento das práticas em Economia Solidária no Rio Grande do Norte.

Avaliação da Meta: Concluída

Meta concluída. Em consonância com a o eixo 3 do Programa de Governo (2023-2026): “Apoiar processos inovadores orientados pela concepção da tecnologia social, que possam impulsionar o desenvolvimento econômico e social da Economia Solidária”. Foi apresentado o projeto para fortalecimento da parceria com a Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do IFRN (IFSol) visando a construção de formações sobre economia solidária e cadastramento de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Sistema de Informação e Cadastro da Economia Solidária do Rio Grande do Norte (CADSOL RN). Até o momento, foram realizadas três oficinas de capacitação técnica sobre o sistema CADSOL RN e o aplicativo Ecosol Digital, envolvendo professores e bolsistas. Além disso, há o projeto ID@ECOSOL, concluído em 2023, que em

parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte realizou duas oficinas com intuito de promover a inclusão digital das mulheres pertencentes aos EES.

Código e descrição da Meta:

01448 - Realizar estudos para levantamento das tendências do mercado de trabalho e potencialidades econômicas dos territórios, com vistas a priorização de cadeias específicas na definição da Agenda de capacitação, como Turismo, formação em agroecologia e produção de alimentos orgânicos, beneficiamento de materiais recicláveis, produção artesanal de materiais de limpeza ecológicos.

Avaliação da Meta: Concluída

O Setor da qualificação profissional da Subsecretaria do Trabalho aplicou um questionário junto aos 167 municípios do RN, a partir do qual se obteve uma amostragem de 20% dos municípios cujo objetivo foi elaborar um diagnóstico do perfil da política do Trabalho nos municípios e identificar quais cursos e capacitações atenderiam as necessidades dos territórios. No ano de 2023 com a reconstituição do Ministério do Trabalho, foi retomada a política federativa do trabalho, momento em que se desenvolveu os Planos de Ação e Serviços-PAS de qualificação profissional, contemplando os territórios da cidadania e suas potencialidades fortalecendo as cadeias mais significativas.

Junto ao Ministério Público do Trabalho, o SINE elaborou um projeto para ser executado em 2024 ampliando esse escopo de qualificação incluindo ações para contemplar as mulheres em situação de violência e pessoas em situação de rua, totalizando um investimento de R$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais).

Foi constituído Observatório do Trabalho e Políticas Sociais que subsidiou a SETHAS com informações bimestrais do Mercado de Trabalho, a elaboração de estudos sobre a tendência do mercado e potencialidades. Foram entregues 37 produtos do plano de trabalho inicial, sendo apresentados conforme o detalhamento a seguir: Desenvolvimento de um sistema de informações geográficas (SIGWeb), Boletins Bimestrais com indicadores de mercado de trabalho; Folha de infográficos temáticos; Estudos Temáticos; Participação nas reuniões do Conselho Estadual do Trabalho; Oficinas internas com técnicos e gestores e gestoras para problematizar e aperfeiçoar a política do trabalho. A constituição dessa política teve um investimento de aproximadamente R$ 408.000,00 (Quatrocentos e oito mil reais).

Código e descrição da Meta:

01449 - Construir um ambiente institucional, que permita parcerias entre o Fórum Potiguar de Economia Solidária, Conselho Estadual de Economia Popular Solidária e Redes, permitindo a identificação e encaminhamento das demandas apresentadas.

Avaliação da Meta: Concluída

Meta concluída. O espaço do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária se destaca como um ambiente de integração, escuta e articulação com representantes da Economia

Solidária. O Conselho Estadual de Economia Solidária foi utilizado para deliberar sobre a regulamentação da Lei Estadual nº 11.363 e aprovar a minuta proposta para a I Jornada da Economia Solidária. Além disso, a Subcoordenadoria desempenha um papel ativo na interlocução com outros espaços relacionados à economia solidária, como o Fórum Potiguar de Economia Solidária e a Rede Nacional de Gestores de Economia Solidária.

Código e descrição da Meta:

01450 - Promover cursos, oficinas e seminários para qualificação em empreendedorismo, formação de equipes, associativismo e cooperativismo, gestão de custos e precificação, legislação aplicável ao empreendedorismo e direitos previdenciários, dentre outras temáticas.

Avaliação da Meta: Concluída

Para o cumprimento da meta proposta foi firmada uma parceria com o Instituto Coca Cola, o qual foi oferecido um curso online no período de 05 semanas sobre o mercado de trabalho e hub de empregabilidade direcionado aos jovens, trabalhando no processo o perfil, plano de vida e currículo. Foram atendidos 800 jovens. Foi Realizado o Feirão do Trabalhador com diversas oficinas e minicursos em parceria com a AGN, UNINASSAU, SEBRAE, ITEP, PROARTE, CORDE, DEAM, RN MAIS SAUDÁVEL, DIRED, atendendo mais de 200 jovens estudantes. Dessa forma considera-se que a meta foi concluída com êxito.

Código e descrição da Meta:

01451 - Fortalecer a Rede de Gestores de Economia Solidária do RN, envolvendo gestores municipais de políticas afins.

Avaliação da Meta: Concluída

Meta concluída no exercício de 2023. O Rio Grande do Norte, por meio da Subcoordenadoria de Economia Solidária, integra a coordenação executiva da Rede Nacional de Gestores Públicos, desempenhando um papel ativo na dinâmica de funcionamento da Rede. Com isso, assume o compromisso com a agenda de formação e qualificação de gestores públicos, a municipalização da política pública de fomento e a inclusão dos municípios sensibilizados na Rede. O fortalecimento da rede foi efetivado por meio da composição da Coordenação Executiva e da participação nas reuniões ordinárias. Além disso, houve participação no evento "20 Anos da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária - Encontro Nacional", realizado em Salvador, e a agenda pautando a Política Pública e a perspectiva da Secretaria Nacional de Economia Solidária - MTE em contexto de reconstrução e transformação da política pública.

Código e descrição da Meta:

01453 - Promover reuniões e visitas técnicas para a integração das políticas de qualificação

profissional, de intermediação de mão de obra, de seguro-desemprego e de informações sobre o mercado de trabalho.

Avaliação da Meta: Concluída

Para cumprimento da meta, foram realizadas mensalmente, visitas técnicas de supervisão para organizar e resolver problemas de ordem administrativa nos 15 postos do SINE, bem como suprir as unidades com material de expediente e limpeza. Nessas ocasiões também foram realizadas reuniões com os gerentes das Centrais do Cidadão para qualificar o atendimento ao trabalhador e a trabalhadora. Deste modo, a meta foi plenamente atendida.

Código e descrição da Meta:

01456 - Promover eventos (reuniões, palestras, campanhas, cursos, mesa de negócios, visitas) de articulação e mediação com setores empresariais, Sistema S, Fundações Nacionais e Internacionais, para intermediação de Mão de Obra.

Avaliação da Meta: Concluída

A meta foi atendida por meio da atuação do SINE na participação de eventos de articulação e mediação com setores empresariais, do sistema S, através do Conselho Estadual do Trabalho, dialogou com as instituições que fazem parte do Conselho para sensibilizar os responsáveis pelos setores empresariais para oferta de vagas de emprego e visitas às empresas locais. Em relação ao apoio aos empreendimentos e empreendedores, em parceria com a Subcoordenadoria do Programa do Artesanato Potiguar, a Subsecretaria seguiu com o acompanhamento e apoio à realização de feiras do artesanato no estado do RN.

Código e descrição da Meta:

01457 - Ampliar em 30% a inserção de segmentos específicos (jovens, mulheres, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, comunidade LGBTQI+, idosos, egressos do sistema socioeducativo e prisional) no mercado de trabalho, garantindo e fiscalizando a aplicabilidade das leis do primeiro emprego e reingresso no mercado de trabalho.

Avaliação da Meta: Em andamento

Foi realizada parceria entre a SETHAS, SEAD e SEMJIDH para o acompanhamento do programa RN Aprendiz. Programa Estadual de Aprendizagem do Rio Grande do Norte instituído pelo Decreto nº 30.753, de 22 de julho de 2021, no intuito de ampliar a inserção de segmentos específicos no mercado de trabalho. Foram realizadas 08 (oito) visitas nas instituições formadoras como a Casa do Menor Trabalhador, Instituto Dom Bosco para sensibilizar e firmar parceria para inclusão dos jovens no PROGRAMA RN APRENDIZ. No entanto, não é possível mensurar essa inserção no mercado de trabalho, pois faltou a devolutiva das instituições formadoras no resultado final, motivo pelo qual considera-se que foi parcialmente atendida no sentido do trabalho realizado para tal fim.

Código e descrição da Meta:

01458 - Desenvolver atividades de formação e sensibilização junto ao empresariado para aplicar as políticas afirmativas de inclusão no mundo do trabalho, nas bases da concepção do Trabalho Decente, prevenindo, combatendo e eliminando o trabalho escravo e o trabalho infantil.

Avaliação da Meta: Concluída

O setor de intermediação de mão-de-obra da Subsecretaria do Trabalho/SINE, tem como objetivo articular e promover o encaminhamento de trabalhadores cadastrados no SINE às empresas parceiras no referido órgão. A articulação ocorre inicialmente com o contato telefônico aos parceiros, onde é colocado de forma sucinta e objetiva a missão do setor, em seguida uma visita presencial onde ocorre de forma didática a explicação da funcionalidade da intermediação, com vistas à consolidação e fortalecimento das parcerias com as empresas. Foram realizadas cerca de 650 visitas. Considerando também o Projeto do SINE ITINERANTE, que além de cumprir o papel de chegar nos trabalhadores das cidades onde não tem Posto do SINE, realiza oficinas sobre empregabilidade, explicando sobre os serviços oferecidos pelo SINE e também ajudando o trabalhador na elaboração do currículo simplificado e orientando para as entrevistas de seleção para serem admitidos no mercado de trabalho. Desse modo, a meta foi concluída plenamente.

Código e descrição da Meta:

01459 - Promover a estruturação administrativa da Subsecretaria de Trabalho e das unidades do SINE, através da aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, de informática e audiovisual.

Avaliação da Meta: Concluída

A meta foi concluída satisfatoriamente através do processo de estruturação administrativa da Subsecretaria do Trabalho e das unidades do SINE, que ocorreu em parceria com o projeto Governo Cidadão, contando com investimento na ordem de R$1.354.092,99 em mobiliário, 02 (dois) veículos, 54 (cinquenta e quatro) computadores, 27 (vinte e sete) impressoras funcionais, 02 (dois) notebooks, 50 (cinquenta) poltronas para auditórios, equipamentos de informáticas, 72 (setenta e dois) longarinas, entre outros itens. Tais aquisições foram de fundamental importância para modernizar e facilitar o atendimento aos cidadãos que procuram os serviços oferecidos pelo SINE.

Código e descrição da Meta:

01460 - Promover a Comunicação Institucional da Subsecretaria do Trabalho e do SINE, junto aos seus diversos públicos, através da produção de materiais, audiovisuais e de sinalização.

Avaliação da Meta: Concluído

Para o cumprimento da meta proposta, foram realizadas várias atividades voltadas à promoção institucional das ações realizadas pelo SINE, tais como: desenvolvimento de folders, criação de redes sociais, onde o Instagram atualmente conta com mais de 37.500(trinta e sete mil e quinhentos) seguidores, bem como atualização site oficial. Além disso, foram realizadas visitas às empresas para divulgar as ações do SINE e o espaço oferecido ao empresariado para realização de entrevistas de emprego, assim como panfletagem à população, o qual contribui grandemente para disseminação em massa dos serviços oferecidos pelo SINE.

Código e descrição da Meta:

01468 - Realizar em parceria com a FUNDASE, da agenda de capacitação de assessoramento aos municípios, para servidores do Sistema Socioeducativo.

Avaliação da Meta: Não iniciada

A meta não foi contemplada, não houve execução no exercício de 2023 devido ao déficit orçamentário e de recursos humanos, sendo priorizadas outras ações pela política do Trabalho.

Código e descrição da Meta:

01469 - Realizar Conferência Estadual de Assistência Social e 10 Conferências territoriais garantindo as condições logísticas para os eventos e para a participação dos delegados, conselheiros, palestrantes e observadores.

Avaliação da Meta: Concluída

A meta foi considerada concluída, todavia, com algumas considerações. No primeiro bimestre foi realizada reunião do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) para planejamento da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social, bem como foram realizadas as reuniões de orientações técnicas aos municípios visando a realização das conferências municipais. A Conferência Estadual de Assistência Social foi realizada nos dias 10 e 11 de outubro, sob o tema “Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos”, contou com a participação de delegados/as dos 167 municípios do Estado, convocada por meio de Resolução Conjunta nº 02, de 09 de março de 2023, publicada na Edição nº 15.384, de 11 de março de 2023 para os dias 04 e 05 de outubro, posteriormente adiado para os dias 10 e 11 de outubro.

A Conferência Estadual de Assistência Social, conforme a legislação nacional, ocorre a cada dois anos em uma única sede centralizada em Terras Potiguaras, no Município de Natal, o que não condiz com a abordagem regional prevista na meta. Dessa forma, a meta no formato atual não pôde ser alcançada, tendo sido considerada para efeitos de alcance da meta, a realização das Conferências Territoriais Municipais e Estadual. Durante esse período, o CEAS,

em parceria com a SETHAS, realizou reuniões de orientação territorializada para os Conselhos Municipais de Assistência Social dos 167 municípios do Estado.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Código e descrição da iniciativa:

01349 - Realizar parceria com o SEBRAE para pensar em pequenas oficinas de consultoria aos artesãos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: **Concluída**

A iniciativa foi alcançada e executada em quatro territórios, sendo eles: Terras dos Potiguaras, Trairi, Sertão Central do Cabugi e Seridó, por meio de parceria com os Correios, SEBRAE, SESAP e Observatório do Trabalho, atingindo um público de 60 artesãos/ãs participantes em média. Essa iniciativa não está vinculada a uma subação orçamentária, portanto, no exercício, não houve execução orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

01361 - Revitalização de 5 centrais de comercialização e participação do Proarte e artesãos potiguares em feiras estaduais, nacionais e internacionais para escoamento dos produtos artesanais

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: **Em andamento**

Encontra-se em andamento. Para atendimento da meta, destaca-se a Casa do Artesão do Seridó, localizada no município de Caicó, que foi inaugurada no ano de 2022 e encontra-se em pleno funcionamento.

Além disso, foi firmada parceria com a Fundação José Augusto (FJA) e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF), através da qual instituiu-se um espaço de comercialização de artesanato, localizado na Casa de Cultura do município de Parelhas. Outros três equipamentos de comercialização de artesanato estão em processo de reforma, localizados nos municípios de Assú, Currais Novos e Martins.

Essa iniciativa não está vinculada a uma subação orçamentária, portanto, no exercício, não houve realização de execução orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

01364 - Revitalização, modernização e construção de modelo de gestão dos equipamentos de comercialização dos produtos artesanais e economia solidaria.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Em andamento

A iniciativa parcialmente concluída. Em primeira instância, há a Vitrine ECOSOL Digital como modo de modernização do processo de comercialização da Economia Solidária. Tal ferramenta está vinculada ao contrato com a empresa GRT8 da dotação orçamentária 08.244.4006.1371.137101. Subelementos: 01 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica, Fonte de Recurso: 0.6.69.000150 – Recursos Diretamente Arrecadados. Com contrato renovado pelo termo aditivo de 2023, no valor global de R$146.400,00 (cento e quarenta e seis mil e quatrocentos reais). Assim como, está em andamento o projeto da "Comercialização Itinerante" que terá como objetivo promover feiras de Economia Solidária nos territórios, que reduzirá o espaço entre a produção e comercialização, aproximando produtores e clientes. Este projeto está em fase de andamento, tendo em vista a necessidade de reformulação em 2024.

Código e descrição da iniciativa:

01368 - Regulamentar a Lei Complementar 599/2017, possibilitando a fiscalização do cumprimento da lei no que se refere ao percentual mínimo estabelecido para exposição de artesanato de origem potiguar em prédios públicos destinados à comercialização de produtos artesanais.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Ações preparatórias

Iniciativa não atendida no exercício. A Coordenação do Programa e as autoridades municipais estão em diálogo para implementação de tais ações para garantia do cumprimento das disposições estabelecidas na referida Lei.

Essa iniciativa não está vinculada a uma subação orçamentária, portanto, no exercício, não houve realização de execução orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

01603 - Regionalização dos serviços de média e alta complexidade.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Em andamento

A Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) avaliou que a iniciativa foi parcialmente realizada em 2023, considerando o quantitativo de equipamentos que foram implantados a partir do Plano Estadual de Regionalização da Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade, conforme segue:

- Foram implantados dez Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) Municipais, bem como seis estão em fase de implantação, o que correspondeu a um valor total de R$ 812.500,00 (oitocentos e doze mil e quinhentos reais) repassados aos Fundos Municipais de Assistência Social, conforme Projeto de Atividade: 26132 08.244.2007.3311.331101 - Implantação e manutenção do cofinanciamento da Proteção Social Especial da Média

Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Natureza de Despesa: 33.41.41.10 - Contribuição para Proteção Especial de Média Complexidade, Fonte de Recursos: 0.6.69.000150 - Recursos Diretamente Arrecadados - Adm. Direta.

- Foram contemplados quinze municípios com apoio financeiro e contratação de técnicos de referência para Proteção Social Especial (PSE), estando um município em fase de contratação, o que correspondeu a um valor total de R$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais) repassados aos Fundos Municipais de Assistência Social, conforme Projeto de Atividade: 26132 08.244.2007.3311.331101 - Implantação e manutenção do cofinanciamento da Proteção Social Especial da Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Natureza de Despesa: 33.41.41.10 - Contribuição para Proteção Especial de Média Complexidade, Fonte de Recursos: 0.6.69.000150 - Recursos Diretamente Arrecadados - Adm. Direta.
- Foram implantadas quatro Unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes, o que correspondeu a um desembolso no valor total de R$ 1.462.874,53 (um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), conforme Projeto de Atividade: 26132 08.244.2007.1368.136801 - Implantação e manutenção dos Serviços Regionalizados de Alta Complexidade do SUAS, Natureza de Despesa: 33.50.43.02 - Transferência a Instituições Privadas de Caráter Assistencial, Fonte de Recursos: 0.6.69.000150 - Recursos Diretamente Arrecadados - Adm. Direta. Sendo o valor de R$ 828.000,00 (oitocentos e vinte e oito mil reais), referente a transferência de recursos financeiros aos Fundos Municipais de Assistência Social dos Municípios de Guamaré e São Gonçalo do Amarante, respectivamente R$ 414.000,00 (quatrocentos e quatorze mil reais) para cada, relativo a 3 (três) parcelas (meses de janeiro, fevereiro e março de 2023) do cofinanciamento do Serviço de Acolhimento Regionalizado, de acordo com o Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, inserido na Proteção Social Especial de Alta Complexidade; o valor de R$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil reais) referente ao pagamento da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª parcelas, conforme 1º Aditivo ao Contrato nº 01/2021, da parceria entre a SETHAS e a Organização da Sociedade Civil (OSC) Aldeias Infantis SOS Brasil, para a execução do serviço de acolhimento institucional, na modalidade Casa Lar, para crianças e adolescentes, nos territórios do Seridó, Trairi e Potengi do Estado do RN; o valor de R$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais) referente ao pagamento da 1ª e 2ª parcela após renovação e celebração do 2º Aditivo ao Contrato nº 01/2021; e, o valor de R$ 220.874,53 (duzentos e vinte mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e três centavos) referente ao pagamento da 1ª parcela do Termo de Colaboração n° 01/2023 firmado com a Organização da Sociedade Civil (OSC) Aldeias Infantis SOS Brasil que executa o Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade Casa Lar, para crianças e adolescentes no Rio Grande do Norte, com sede em Pau dos Ferros.
- Foi mantida uma Unidade de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência Doméstica, o que correspondeu a um desembolso no valor total de R$ 710.000,00 (setecentos e dez mil reais), conforme Projeto de Atividade: 26132 08.244.2007.1368.136801 - Implantação e manutenção dos Serviços Regionalizados de Alta Complexidade do SUAS, Natureza de Despesa: 33.50.43.02 - Transferência a Instituições Privadas de Caráter Assistencial, sendo o valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), na Fonte de Recursos: 0.6.69.000150 - Recursos Diretamente Arrecadados - Adm. Direta, para pagamento da 1ª parcela do Termo de Colaboração n° 02/2023, firmado entre a SETHAS e o Centro Feminista 8 de Março; e o valor de R$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais), na Fonte de Recursos: 0.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos, respectivamente, para quitação, no valor de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) das seis

parcelas referente ao Termo de Colaboração nº 01/2020; e pagamento, no valor R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) da 2ª parcela do Termo de Colaboração n° 02/2023, firmado entre a SETHAS e o Centro Feminista 8 de Março.

- Foram implantadas duas unidades de acolhimento regionalizadas para pessoa idosa em situação de risco pessoal e social, o que correspondeu a um repasse no valor total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), sendo o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), respectivamente, para pagamento da 1ª e 2ª parcelas do Termo de Fomento n° 02/2023, firmado com a Associação Filantrópica Jorge Gurgel Fernandes do Amaral – Lar dos Mestres da Vida; e o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para pagamento da 1ª e 2ª parcelas do Termo de Fomento n° 01/2023, firmado com o Instituto Amantino Câmara; ambas selecionadas a partir do Edital nº 04/2023 de Chamamento Público. Os recursos alocados para cobertura da despesa estão em conformidade com o Projeto de Atividade: 26132 08.244.2007.1368.136801 - Implantação e manutenção dos Serviços Regionalizados de Alta Complexidade do SUAS, Natureza de Despesa: 33.50.43.02 - Transferência a Instituições Privadas de Caráter Assistencial, Fonte de Recursos: 0.6.69.000150 - Recursos Diretamente Arrecadados - Adm. Direta.

- Foi realizada a manutenção do apoio financeiro para três Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) do município de Natal, o que correspondeu a um desembolso no valor total de R$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois e quinhentos mil reais), sendo o valor unitário de R$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais), para pagamento, respectivamente, da 1ª parcela do Termo de Fomento n° 01/2023, firmado com o Centro Sócio Pastoral Nossa Senhora da Conceição; do Termo de Fomento n° 02/2023, firmado com a Associação Espírita Enviados de Jesus - Lar da Vovozinha; e, do Termo de Fomento nº 03/2023, firmado com o Instituto Juvino Barreto.

Código e descrição da iniciativa:

01604 - Elaboração e/ou revisão da legislação e normativas orientadoras do SUAS: Plano Estadual de Assistência Social, Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, Plano da Primeira Infância, Idoso e Pessoa com deficiência, com vistas a assegurar ações concretas que atendam às diversidades e heterogeneidades dos públicos e territórios.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Em andamento

A iniciativa foi alcançada em 60% (sessenta por cento), considerando a elaboração do Plano Estadual de Assistência Social; da Lei de Regulamentação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); da Lei Complementar nº 741 de 2023 que regulamenta e organiza a política de Assistência Social em nível estadual, sendo essa uma das principais ações de fortalecimento do SUAS em âmbito estadual. Além disso, foram elaborados outros instrumentos de gestão, como o Plano Estadual de Apoio Técnico; o Plano Estadual de Educação Permanente; os Planos Estaduais de Regionalização da Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade; e o Plano Estadual da Pessoa Idosa. Todos os planos aqui citados e leis de regulamentação podem ser localizados no site da SETHAS, na aba de publicações. Destacamos que no processo de construção dos instrumentos de gestão acima, não foram utilizados recursos financeiros para além do pagamento de pessoal das

equipes que compõem a gestão do SUAS e da Coordenação de Estudos e Projetos.

Código e descrição da iniciativa:

01605 - Realização de mapeamento estadual para orientar formação dos trabalhadores do SUAS sobre a temática dos povos do campo/comunidades rurais e integração das políticas públicas.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

No âmbito da Assistência Social esse mapeamento é realizado por meio da Vigilância Socioassistencial, a partir do Cadastro Único para Programas Sociais. Em 2023, considerando as competências e atribuições da Gestão Estadual, além do mapeamento desse público, a Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social realizou ações de apoio técnico e monitoramento da execução do Programa de fortalecimento do Cadastro Único (PROCAD-SUAS), nos dez territórios da cidadania, com o objetivo de fortalecer a identificação e busca ativa deste público para inclusão no Cadúnico e nos serviços socioassistenciais.

Nos encontros foi orientado às equipes municipais da assistência social quanto a necessidade de realização de busca ativa para identificação e inclusão no Cadastro Único, para todos os Grupos Tradicionais e Específicos (GPTEs), o qual os povos do campo e comunidades rurais fazem parte. Diante disso, se avalia que a iniciativa foi cumprida.

No quadro a seguir, a Gestão apresenta os dados gerais das ações de apoio técnico realizadas no período de setembro a novembro de 2023:

Território	Data de Realização	Município Sede	Número de Municípios Contemplados	Número de Municípios Inscritos	Número de Municípios que Participaram
Potengi	11/09/2023	Santa Cruz	11	10	6
Trairi	12/09/2023	Santa Cruz	15	11	14
Terras Potiguaras	06/10/2023	Natal	5	3	4
Alto Oeste	16 e 17/10/2023	Pau dos Ferros	30	21	13
Sertão do Apodi	18/10/2023	Campo Grande	17	11	11
Assú/Mossoró	19/10/2023	Mossoró	14	7	6
Sertão Central Cabugi e Litoral Norte	20/10/2023	Guamaré	10	5	3
Agreste Litoral Sul	23 e 24/10/2023	Baía Formosa	24	18	14

Seridó	30/10/2023	Currais Novos	25	16	15
Mato Grande	01/11/2023	São Miguel do Gostoso	16	10	9

Código e descrição da iniciativa:

01611 - Realização de ações de mobilização para encaminhamento dos usuários dos Serviços da Proteção Social Básica para cursos de qualificação e formação profissional, inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Em andamento

A iniciativa em questão foi considerada parcialmente alcançada, considerando as ações de orientações técnicas realizadas pela Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para as equipes municipais do Programa Acessuas Trabalho, que, no âmbito do SUAS, tem como atribuições identificar, orientar e acompanhar a inclusão dos usuários em ações de inclusão produtiva. Visando ampliar o alcance da iniciativa em 2023, foram iniciadas as ações do Projeto RN Capacita, que tem como objetivo capacitar famílias beneficiárias do programa bolsa família, bem como fortalecer os 35 municípios que não alcançaram a meta do Programa Acessuas Trabalho. A meta é alcançar 1040 pessoas capacitadas. A parceria com a FUNCERN, que irá realizar os cursos junto aos Municípios, tem um investimento de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), sendo R$ 30.000,00 (trinta mil reais) de contrapartida de recursos próprios do Estado; e, R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), provenientes de emenda parlamentar do então Senador Jean Paul Prates. Na fase preparatória para execução dos cursos, foram realizadas reuniões de apoio técnico com os municípios elencados para orientações sobre o Programa Acessuas Trabalho, bem como apresentada a fase operacional para implementação dos cursos. Ao todo, participaram das ações 29 municípios e 43 trabalhadores do SUAS.

Código e descrição da iniciativa:

01614 - Realização de eventos e implantação de serviços destinados à promoção da autonomia e da melhoria da qualidade de vida e violações de direitos, prevenção do isolamento e da segregação das pessoas com deficiência através da inclusão no mundo do trabalho e implantação de serviços regionalizados de Centros Dia e Residências Inclusivas.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Em andamento

A iniciativa foi considerada parcialmente cumprida, uma vez que foram realizados 4 Encontros de apoio técnico com foco na inclusão de pessoas com deficiência, contempladas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), nas políticas públicas. Foi criado um espaço para a Coordenadoria de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CORDE), nas dependências do prédio da Subsecretaria do Trabalho (SINE), para fazer a intermediação de mão de obra de pessoas com deficiência no mercado do trabalho. Além disso, a implantação dos serviços de acolhimento regionalizados para crianças e

adolescentes já abrangem esse público. Cabe destacar que a Assistência Social não trabalha por segmentos ou público específico, pois os serviços abrangem pessoas em situação de vulnerabilidade e ou risco social, a partir de cada modalidade de oferta.

Código e descrição da iniciativa:

01615 - Intervenção no repasse de cofinanciamento aos municípios para o enfrentamento de situação de emergência e calamidade públicas, realizando o apoio técnico e financeiro às famílias atingidas com a oferta e manutenção de acolhimento e abrigamento provisório das famílias desalojadas ou desabrigadas.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Ações preparatórias

Em 2023 não foi realizado apoio financeiro, nem abrigamento provisório, uma vez que não houve decreto de emergência e/ou calamidade em âmbito estadual. No campo do apoio técnico foi realizado um encontro e uma visita ao município de São José de Mipibu, devido a decreto de emergência em detrimento das fortes chuvas.

Código e descrição da iniciativa:

01616 - Qualificação e cofinanciamento dos serviços de proteção social básica e especial.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Em andamento

No âmbito do cofinanciamento da Proteção Social Básica não houve avanços da iniciativa, considerando a indisponibilidade de recursos financeiros. Em relação ao cofinanciamento da Proteção Social Especial, em 2023 a Gestão avançou com o pagamento do cofinanciamento do ano de 2022, por meio da transferência do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para os Fundos Municipais de Assistência Social, no valor total de R$ 994.500,00 (novecentos e noventa e quatro mil e quinhentos reais), sendo o valor de repasse por município para o cofinanciamento de 2022 de R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais), exceto, o Município de Natal, que recebeu o valor de R$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais), referente aos 04 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Os recursos alocados para cobertura da despesa estão em conformidade com o Projeto de Atividade: 26132 08.244.2007.3311.331101 - Implantação e manutenção do cofinanciamento da Proteção Social Especial da Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na Natureza de Despesa: 33.41.92.41 - Contribuições - Fundo a Fundo, Fonte de Recursos: 0.5.00.000000 - Recursos não vinculados de Impostos.

Por conseguinte, permanece o atraso do repasse dos cofinanciamentos do exercício de 2023, tendo sido feito o pagamento somente do valor total de R$ 82.875,00 (oitenta e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais), referente a 1ª parcela transferida aos municípios habilitados, no valor unitário de R$ 1.625,00 (mil, seiscentos e vinte e cinco reais), com exceção do município de Natal, que recebeu o valor de R$ 8.125,00 (oito mil, cento e vinte e cinco reais), considerando os 04 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Restou inscrito em Restos a Pagar Processados as demais parcelas, no montante de

R$ 911.625,00 (novecentos e onze mil, seiscentos e vinte e cinco reais) a serem repassadas até abril de 2024, conforme Acordo Parcial nº 3751017, firmado com o Ministério Público do Estado do RN.

Código e descrição da iniciativa:

01617 - Implementar ações de capacitação para os trabalhadores do SUAS com a qualificação da oferta dos serviços socioassistenciais de todos os níveis de proteção social para a população LGTQI+ em situação de vulnerabilidade e/ou risco social.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Não iniciado

A iniciativa não foi realizada. No ano de 2023 não foi possível realizar ações de capacitação com essa temática, sobretudo, devido a outras ações que foram priorizadas pela Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mas também pelo déficit orçamentário e de recursos humanos para implementação da agenda.

Código e descrição da iniciativa:

01618 - Regionalização do serviço de acolhimento familiar, de proteção integral para mulheres vítimas de violência, através da criação de casas de apoio e da integração da rede de atendimento com os municípios.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Em andamento

A iniciativa foi parcialmente cumprida, considerando a manutenção da oferta do serviço de acolhimento regional para mulheres em situação de violência doméstica e risco iminente de morte. Foi mantida uma Unidade de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência Doméstica, o que correspondeu a um desembolso no valor total de R$ 710.000,00 (setecentos e dez mil reais), conforme Projeto de Atividade: 26132 08.244.2007.1368.136801 - Implantação e manutenção dos Serviços Regionalizados de Alta Complexidade do SUAS, Natureza de Despesa: 33.50.43.02 - Transferência a Instituições Privadas de Caráter Assistencial, sendo o valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), na Fonte de Recursos: 0.6.69.000150 - Recursos Diretamente Arrecadados - Adm. Direta, para pagamento da 1ª parcela do Termo de Colaboração n° 02/2023, firmado entre a SETHAS e o Centro Feminista 8 de Março; e o valor de R$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais), na Fonte de Recursos: 0.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos, respectivamente, para quitação, no valor de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) das seis parcelas referente ao Termo de Colaboração nº 01/2020; e pagamento, no valor R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) da 2ª parcela do Termo de Colaboração n° 02/2023, firmado entre a SETHAS e o Centro Feminista 8 de Março.

Não foi possível ampliar a oferta do serviço, considerando o previsto na meta, devido a dificuldade financeira do Estado, uma vez que o Órgão não recebeu recursos federais para tal finalidade e todas as ações foram realizadas a partir de recursos próprios.

Código e descrição da iniciativa:

01626 - Realização, após definição das áreas prioritárias por estudo, o cofinanciamento especializado com apoio técnico aos municípios para implantação de serviços socioassistenciais nas zonas rurais, priorizando as comunidades tradicionais.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

A iniciativa foi alcançada, uma vez que as ações de apoio técnico, foram realizadas a partir do Plano Estadual de Apoio Técnico, pactuado e deliberado pelas instâncias de deliberação do SUAS. A partir do diagnóstico socioterritorial do plano os municípios elencados, como prioritários receberam apoio técnico pela equipe estadual visando a ampliação da proteção social para grupos tradicionais e específicos e fortalecer o provimento dos serviços e programas socioassistenciais famílias e/ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Em 2023 planejamos o alcance de 19 municípios, entretanto alcançamos 16 devido às dificuldades de agendas internas e das gestões municipais.

Código e descrição da iniciativa:

01628 - Estruturação da Gestão Estadual do SUAS e das Unidades Regionalizadas que serão implantadas, através da aquisição de equipamentos diversos e mobiliário, reformas e adaptações de espaços públicos para assegurar as condições de funcionamento.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Em andamento

Conforme avaliação da Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a iniciativa foi parcialmente cumprida, uma vez que foram feitas aquisições de computadores para a Gestão, além de ter sido estruturada a Unidade de Acolhimento na modalidade Casa Lar (com aquisição de mobiliário e de equipamentos). Entretanto, ainda existem dificuldades na estruturação da Gestão, tendo em vista o espaço insuficiente para a quantidade de trabalhadores. Não obstante, não existem mesas nem computadores o suficientes para a Gestão do SUAS, incluindo a Vigilância e as Proteções Básica e Especial.

Código e descrição da iniciativa:

01629 - Implementar as ações de capacitação e formações previstas no Plano Estadual de Educação Permanente para trabalhadores do SUAS.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

Conforme avaliação da Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a iniciativa foi cumprida, uma vez que as ações de capacitação previstas no Plano Estadual, a partir do Programa Capacitasuas, atingiram os 167 municípios, nos 10 territórios da cidadania do Rio Grande do Norte. No ano de 2023, 4 cursos foram ofertados, 67 turmas foram abertas, no qual contou com a participação de 2.412 trabalhadores do SUAS, desses

1.939 cursistas foram certificados, 441 evadidos e 85 desistentes, esse fator dificultou o alcance do total de 3.115 trabalhadores. Destarte, as ações de capacitação foram realizadas com recursos do cofinanciamento federal, Fonte de Recursos 0.6.60.000198 - Recursos do FNAS - Outros Recursos 0660000198.

Código e descrição da iniciativa:

01632 - Implantação de um Sistema de Informação Estadual Georreferenciado com integração de parâmetros para a estruturação de ações socioassistenciais de forma complementar ao Sistema Federal SUASWEB.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Não iniciada

A iniciativa não foi alcançada. Entre as ações planejadas houve uma priorização da atuação junto a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade inviabilizando a priorização de recursos para a realização dessa iniciativa.

Código e descrição da iniciativa:

01633 - Realização de processos seletivos simplificados para contratação de bolsistas, pessoal técnico de apoio terceirizado e consultorias especializadas para composição das equipes mínimas de execução da Gestão Estadual do SUAS, nos Termos da NOB SUAS RH.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

A iniciativa foi alcançada. Foram contratadas duas consultorias, por inexigibilidade, para subsidiar as ações da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme Contrato nº 74/2023, com a empresa JOPES & RIZZOTTI SERVICOS DE CONSULTORIA, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, no valor de R$ 209.000,00 (duzentos e nove mil reais), no Programa de Atividade: 26.132 08.244.2007.1555.155501 - Viabilização de programas e projetos especiais no Sistema Único de Assistência Social, na Natureza de Despesa: 33.90.35.03 **-** Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica por pessoa Jurídica, Fonte de Recursos: 0.6.69.000150 - Recursos Diretamente Arrecadados - Adm. Direta; e, Contrato nº 09/2023, com a empresa JUCIMERI ISOLDA SILVEIRA 00345372956, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), nos Programas de Atividade: 26132 08.244.2007.2258.225801 - Fortalecimento dos programas e serviços da Assistência Social e 26132 08.244.2007.1386.138601 - Fortalecimento das ações do Programa Auxiliar Brasil e Cadastro Único, na Natureza de Despesa: 33.90.35.03 **-** Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica por pessoa Jurídica, Fonte de Recursos: 0.6.69.000150 - Recursos Diretamente Arrecadados - Adm. Direta.

Além disso, ocorreu prorrogação por mais 12 meses das bolsas dos pesquisadores que já atuavam na execução da Gestão Estadual do SUAS, por meio do Acordo de Cooperação nº 01/2021, entre a SETHAS e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do RN (FUNCITERN). Ao todo, no ano de 2023, foram desembolsados R$ 257.500,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), com Bolsas de Pesquisa Científicas, sendo o valor de R$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais) em conformidade com

o Programa de Atividade: 26132 08.244.2007.1386.138601 - Fortalecimento das ações do Programa Auxílio Brasil e Cadastro Único, Natureza de Despesa: 33.90.20.04 - Bolsa de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica, Fonte de Recursos: 0.6.60.000198 Recursos do FNAS - Outros Recursos 0660000198; já o valor de R$ 190.500,00 (cento e noventa mil e quinhentos reais), esteve em conformidade com o Projeto de Atividade: 26132 08.244.2007.1555.155501 - Viabilização de Programas e Projetos Especiais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Natureza de Despesa: 33.90.20.04 - Bolsa de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica, Fontes de Recursos: 0.6.60.000195 Recursos do FNAS - PETI 0660000195 e 4.6.60.000195 Recursos do FNAS - PETI (SF) 4660000195. Quanto a viabilização de ajuda de custo, foram repassadas por meio da mesma Classificação Programática (Projeto de Atividade) das Bolsas de Pesquisa, na Natureza de Despesa: 33.90.93.03 - Ajuda de Custo, no valor total de R$ 27.800,00 (vinte e sete mil e oitocentos reais), sendo o valor de R$6.920,00 (seis mil, novecentos e vinte reais), na Fonte de Recursos: 0.6.60.000198 Recursos do FNAS - Outros Recursos 0660000198; e o valor de R$ 20.880,00 (vinte mil, oitocentos e oitenta reais) na Fonte de Recursos: 0.6.60.000195 Recursos do FNAS - PETI 0660000195.

No final de 2023, foi republicado o Edital nº 01/2021, para preenchimento de novas vagas relativas a bolsas para equipe de desenvolvimento de pesquisa, estudos técnicos e atividades interventivas no projeto "Desenvolvimento de ações de estudos técnicos e intervenção para o fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social no Estado do Rio Grande do Norte", em caráter temporário, para pesquisadores-bolsistas de nível superior. No resultado final, foram selecionados 2 profissionais com Graduação em Serviço Social; 1 profissional com Graduação em Psicologia; e 1 profissional com Graduação em Gestão de Políticas Públicas.

Código e descrição da iniciativa:

01635 - Realização de estudos para a construção do Plano de Cargos, Carreira e Salário - PCCS.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Não iniciada

Conforme avaliação da Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a iniciativa não foi alcançada no ano de 2023, uma vez que o SUAS não possui os recursos humanos necessários para realizar a construção do Plano de Cargos, Carreira e Salário (PCCS).

Código e descrição da iniciativa:

01640 - Construção de uma política de comunicação com a utilização de diferentes mídias.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária:

A iniciativa foi alcançada pois a implementação de um viés comunicativo deliberado, utilizando estrategicamente diferentes mídias, com ênfase nas redes sociais e no site institucional, foi pertinente. Houve presença da SETHAS nas diversas redes sociais,

entretanto, a presença dinâmica se deu notoriamente no Instagram e no YouTube, que proporcionaram uma comunicação visualmente atrativa e de níveis consideráveis de engajamento, diferente das demais redes onde o alcance orgânico não foi tão significativo (gerando consequentemente a redução do foco). Com relação ao Instagram em particular, rede social com maior abrangência no Brasil, é notório relatar o exponencial aumento de seguidores ao longo de 2023, finalizando o ano com mais de quatro mil seguidores e mais de dez mil contas alcançadas. Em paralelo às redes, o site serviu como um hub central para informações detalhadas e documentos oficiais, no qual a assimilação dessas plataformas garantiu uma abordagem coesa e que promoveu interatividade com o público interno e externo. Sendo assim, a estratégia não apenas ampliou o alcance, atingindo diversos segmentos da população, mas também fortaleceu a conexão entre a SETHAS e a comunidade.

Código e descrição da iniciativa:

01644 - Efetivação de fóruns regionais permanente de gestores e trabalhadores.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

A iniciativa foi cumprida, uma vez que a Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no ano de 2023, nas etapas de execução do programa CapacitaSUAS, sensibilizou os trabalhadores do SUAS para mobilização do fórum estadual de trabalhadores do SUAS.

Código e descrição da iniciativa:

01645 - Elaboração, implementação e implantação da política de atenção à saúde do trabalhador do SUAS.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: **Não iniciada**

Iniciativa não realizada, considerando a priorização de outras ações que foram executadas pela Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no ano de 2023, e o déficit orçamentário e de pessoal para efetivação da implantação dessa política.

Código e descrição da iniciativa:

01646 - Implantação de Unidades Regionais da SETHAS de gestão da Política de Assistência Social nos territórios do Territórios do Seridó e Assu-Mossoró, com estrutura física e de pessoal para funcionamento

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Não iniciada

A iniciativa não foi cumprida, uma vez que não houve disponibilidade orçamentária e

financeira, além do déficit de recursos humanos, necessários para a implantação das Unidades Regionais.

Código e descrição da iniciativa:

01648 - Assessoramento os municípios, para constituição e qualificação das equipes volantes que realizam busca ativa ampliação da inserção de famílias em situação de extrema pobreza no Cadastro Único (CAD UNICO).

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária:

A iniciativa foi alcançada por meio das ações de apoio técnico e de monitoramento da execução do Procad-SUAS junto aos 167 municípios do Estado.

Código e descrição da iniciativa:

01652 - Prestação de apoio técnico aos municípios para o trabalho com as populações mais vulneráveis de origem étnico racial, atuando para o acesso dessas populações ao Cadastro Único.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

A iniciativa foi alcançada por meio das ações de apoio técnico e de monitoramento da execução do Procad-SUAS junto aos 167 municípios do Estado.

Código e descrição da iniciativa:

01654 - Assessoramento técnico aos municípios nas ações relacionadas ao BPC na Escola e BPC no Trabalho para a inclusão e permanência na escola de crianças, adolescentes e jovens e assegurar aos jovens e adultos a qualificação e inserção no mundo do trabalho.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Em andamento

A iniciativa foi alcançada em 57%, considerando que no período de 2023, a Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) contemplou os 57 municípios com apoio técnico e formação. O Assessoramento técnico é uma das principais ações realizadas pela equipe da Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contando com atendimentos presenciais e remotos. Diariamente a Gestão do SUAS recebe demandas dos 167 municípios do Estado. Para além disso, a Gestão realizou 4 encontros territoriais, na modalidade remota, com orientações técnicas sobre a atuação do grupo gestor municipal do “Programa BPC na Escola”, que tem como objetivo garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes até 18 anos, com deficiência, que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A Gestão realizou ainda, a aplicação do questionário do BPC na Escola e inclusão na rede socioassistencial e cadastro único. Foi atualizada a composição do

grupo Gestor Estadual e realizadas 4 reuniões de articulações intersetoriais com objetivo de fortalecer o atendimento de benefícios do BPC nas políticas públicas. Por fim, foram elaborados e publicados dois Informes Temáticos acerca do Programa BPC na Escola e um FAQ de perguntas e respostas sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que estão disponíveis no site da SETHAS.

Código e descrição da iniciativa:

01663 - Execução de assessoramento técnico aos municípios para a execução de atividades que assegurem os direitos dos idosos que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) à socialização, à qualificação profissional e a oportunidades de participação no mundo do trabalho.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Em andamento

A iniciativa foi alcançada em 57%, considerando que, no período de 2023, 57 municípios foram contemplados com apoio técnico e formação continuada com o objetivo de fortalecer a inclusão de pessoas idosas beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Cadúnico.

Código e descrição da iniciativa:

01667 - Integração das ações dos municípios através de ação conjunta com a SEEC e SESAP, para orientar a atuação local para a articular as ações das áreas de Assistência Social, Saúde e Educação, com vistas ao cumprimento pelas famílias das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

A iniciativa foi alcançada, considerando a retomada da rearticulação do Comitê Gestor Estadual, dos processos formativos continuados e monitoramento, bem como identificado como Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI). O grupo é composto pelas 03 coordenações nas áreas responsáveis pelo Programa Bolsa Família quanto às condicionalidades, Assistência Social, Educação e Saúde e estava fragilizada desde a Gestão Federal anterior, pela ausência das obrigatoriedades quanto às condicionalidades. Em 2023 foram realizadas 03 reuniões do Comitê.

Código e descrição da iniciativa:

01670 - Criação de sistema de dados para complementar dados do CadSUAS e RMA.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Não iniciada

A iniciativa não foi alcançada. Entre as ações planejadas houve uma priorização da atuação

da Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) junto a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade inviabilizando a priorização de recursos para a realização dessa iniciativa.

Código e descrição da iniciativa:

01673 - Realização de Conferência Estadual de Assistência Social e de 10 Conferências territoriais a cada dois anos.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

Avaliamos que a iniciativa foi cumprida, todavia, com algumas considerações, uma vez que não existe viabilidade de recursos humanos e financeiros para a realização das 10 conferências estaduais.

No primeiro bimestre foi realizada reunião do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) para planejamento da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social, bem como foram realizadas as reuniões de orientações técnicas aos municípios visando a realização das conferências municipais. A Conferência Estadual de Assistência Social foi realizada nos dias 10 e 11 de outubro, sob o tema "Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos", contou com a participação de delegados/as dos 167 municípios do Estado, convocada por meio de Resolução Conjunta nº 02, de 09 de março de 2023, publicada na Edição nº 15.384, de 11 de março de 2023.

A Conferência Estadual de Assistência Social, conforme a legislação nacional, ocorre a cada dois anos em uma única sede centralizada em Terras Potiguaras, no Município de Natal, o que não condiz com a abordagem regional prevista na meta. Dessa forma, a meta no formato atual não pôde ser alcançada, tendo sido considerada para efeitos de alcance da meta, a realização das Conferências Territoriais Municipais e Estadual. Durante esse período, o CEAS, em parceria com a SETHAS, realizou reuniões de orientação territorializada para os Conselhos Municipais de Assistência Social dos 167 municípios do Estado.

Código e descrição da iniciativa:

01678 - Estruturação física e de pessoal dos órgãos de controle social, como também o aprimoramento dos sistemas de informação e de monitoramento, aquisição de tecnologias inovadoras, pesquisas e estudos.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

A iniciativa foi cumprida no âmbito do controle social da política de Assistência Social. Em 2023 houve a ampliação da equipe da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), que é composta por três pessoas, sendo 2 técnicos de nível médio e uma estagiária de Serviço Social. Houve também a reestruturação da Casa da Cidadania no tocante a internet e aquisição da placa de identificação.

Código e descrição da iniciativa:

01684 - Formação continuada para os conselheiros.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

A iniciativa foi cumprida no âmbito do controle social da política de Assistência Social. No ano de 2023 o governo garantiu e viabilizou a participação dos conselheiros/as em atividades nacionais e regionais, garantiu a capacitação continuada através do CapacitaSUAS, e convocou conjuntamente a 14ª Conferência Estadual de Assistência Social, com investimento aproximado de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) com recursos próprios da Fonte 0.6.69.000150 - Recursos Diretamente Arrecadados - Adm. Direta e recursos da Fonte Federal 0.6.60.000198 - Recursos do FNAS - Outros Recursos 0660000198.

Código e descrição da iniciativa:

01688 - Implantação de uma Ouvidoria Estadual da Política Estadual de Assistência Social e garantir as condições de seu funcionamento.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Não iniciada

A iniciativa não foi realizada. Não foi possível implementar a iniciativa em detrimento do déficit de recursos humanos na Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Código e descrição da iniciativa:

01693 - Criação de campanhas de incentivo de doação aos fundos.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

A iniciativa foi alcançada em 2023, o qual foi realizada a campanha *Declara o Bem,* incentivo a destinação de parte do valor pago no imposto do RN para o Fundo Estadual da Pessoa Idosa do RN (FUNEPI).

Código e descrição da iniciativa:

01694 - Organização de oficinas de consulta popular nos territórios do estado a cada dois anos.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Não iniciada

A iniciativa não foi cumprida, uma vez que não há recursos necessários para a organização das oficinas.

Código e descrição da iniciativa:

01707 - Assessoramento para ações integradas na gestão do Sistema Socioeducativo em meio aberto e fechado no estado, com ênfase para o acompanhamento dos egressos do Sistema.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Não iniciada

A iniciativa não foi cumprida, uma vez que as ações não ocorreram de forma integrada. Além do mais, a falta de recursos humanos e a sobrecarga de demandas impede o assessoramento aos municípios sobre essa temática.

Código e descrição da iniciativa:

01713 - Criação de um fórum permanente para discutir metodologias e estratégias de práticas restaurativas.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Não iniciada

A iniciativa não foi alcançada, uma vez que não foram feitas movimentações por parte da Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), embora exista um Grupo de Trabalho na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE) em andamento para discutir o fórum.

Código e descrição da iniciativa:

01714 - Realização, em parceria com a FUNDASE, de diagnóstico sobre a realidade social e perfil dos adolescentes, dos trabalhadores do Sistema Socioeducativo e das condições de acolhimento do Sistema Estadual e dos municípios.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Não iniciada

A iniciativa não foi alcançada, uma vez que houve a priorização por parte da SETHAS e da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE) no cumprimento do Plano Intersetorial Decenal do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Código e descrição da iniciativa:

01715 - Apoio à implementação de um Programa de Egressos do Sistema Socioeducativo.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Não iniciada

A iniciativa não foi alcançada, uma vez que não existem recursos humanos suficientes para a implementação do Programa.

Código e descrição da iniciativa:

01742 - Consolidação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar (CAISAN) no RN, atualizando o decreto que institui a CAISAN e o Conselho Estadual de SAN.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio de decreto nomeou os membros SETHAS, GAC, SEPLAN, SEDRAF, SAPE, SEMJIDH, SESAP, SEEC, SEAP, SEMARH, CAERN, UERN, CEASA e evidenciando o Instituto de Assistência Técnica e Rural - EMATER/RN para a composição da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte (CAISAN/RN). Não houve necessidade de utilização orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

02051 - Implementação e Consolidação da Política Estadual de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional e Execução do 1º Plano Estadual de Segurança Alimentar.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Em andamento

A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte (CAISAN/RN), órgão relacionado às áreas de soberania e segurança alimentar e nutricional, sistemas alimentares e combate à fome, e integrante da estrutura desconcentrada da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), tem entre um dos objetivos a elaboração e coordenação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional onde os membros já estão criando um Grupo de Trabalho (GT) para a construção e elaboração do plano com previsão de início para fevereiro de 2024.

Código e descrição da iniciativa:

02056 - Consolidação do Programa do Artesanato do Estado do Rio Grande do Norte.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Em andamento

O programa foi sendo consolidado a partir das visitas aos municípios, cuja metodologia passa por palestras sobre a base conceitual, economia criativa, economia circular e

consultoria de aprimoramento dos produtos e por fim com a emissão de carteiras dos artesãos. Essa iniciativa não está vinculada a uma subação orçamentária, portanto, no exercício, não houve realização de execução orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

02057 - Articulação e pactuação da execução do Plano Estadual do Artesanato com gestores municipais e agentes locais desse setor.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Em andamento

A articulação inicia-se a partir de solicitação das prefeituras ao Proarte para debater com o público-alvo sobre a base conceitual do artesanato, economia criativa e a emissão das carteiras, realizadas a partir da observação do produto, verificando se está dentro da base conceitual do artesanato. Essa iniciativa não está vinculada a uma subação orçamentária, portanto, no exercício, não houve realização de execução orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

02058 - Mapeamento de artesãos, grupos, organizações e suas tipologias, conforme a Base Conceitual do Artesanato Brasileiro, orientado e assessorado pelo Programa do Artesanato Potiguar.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

Essa iniciativa foi atendida integralmente com a visita em duas comunidades quilombolas, um grupo de ciganos e duas comunidades indígenas, com o objetivo de disseminar a metodologia de atuação do programa do artesanato potiguar no tocante a confecção de carteiras de artesãos.

Código e descrição da iniciativa:

02059 - Realização de feiras de artesanato de cunho geral, regional e étnico, simpósios temáticos das principais tipologias, seminário sobre o tema ciência, tecnologia, inovação, arte, cultura e tradição relacionados a artesanato e workshops com artesãos e lojistas integrados a evento anual alusivo ao Dia do Artesão e ao ciclo de conferências

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

Iniciativa concluída, tendo em vista a realização de 12 feiras durante o exercício de 2023,

efetivando a garantia de compromisso e escoamento dos produtos artesanais de todos os artesãos participantes das feiras.

Código e descrição da iniciativa:

02062 - Implementação de uma agenda estadual para a criação de um Marco Legal Estadual que viabilize meios para a institucionalização das relações de parceria e colaboração entre Estado (Executivo e Legislativo) e organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei 13019/2014.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

A iniciativa foi contemplada com a publicação do Decreto Estadual que dispõe sobre a aplicação, no âmbito do Poder Executivo Estadual, da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil e institui a Política Estadual de Fomento, Colaboração com as Organizações da Sociedade Civil do Rio Grande do Norte (PEFOCO/RN), propiciando assim maior segurança jurídica na celebração de parcerias firmadas com o Estado do RN.

Código e descrição da iniciativa:

02064 - Implementação do Plano Interinstitucional de Combate à Pobreza do Rio Grande do Norte com ações de natureza emergencial, emancipatórias e estruturantes.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Não iniciada

A iniciativa não foi alcançada, uma vez que a Gestão Estadual não possui recursos humanos para a construção do Plano. Além do mais, existe o foco nos serviços socioassistenciais, em virtude da atual situação orçamentária.

Com base na Lei Complementar nº 261, de 19 de dezembro de 2003, Art. 6º, compete ao Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (CCPIS-FECOP) elaborar o Plano Estadual de Combate à Pobreza. Contudo, considerando os desafios que esse Fundo enfrenta relacionados à disponibilidade de recursos, para execução dos programas e ações por ele providas, tendo sido praticamente esvaziado com a queda da arrecadação, com uma redução de 85% (oitenta e cinco por cento) entre outubro de 2022 e outubro de 2023 nas suas arrecadações, o que representou uma diminuição de R$ 131.000,000 (cento e trinta e um milhões de reais) para os cofres, passando de R$ 154.000.000 (cento e cinquenta e quatro milhões) para R$ 23.000.000 (vinte e três milhões) arrecadados de um ano para o outro, não foi possível alcançar a Iniciativa.

Código e descrição da iniciativa:

02081 - Recuperação, revitalização e adequação de equipamentos públicos de propriedade da SETHAS e outros órgãos do executivo para ocupação por projetos, grupos e associações de artesanato e da economia solidária, adequando para usos múltiplos, tais como centrais de comercialização, instalação de oficinas e ateliês, realização de eventos de capacitação e culturais diversos.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Paralisada

A iniciativa foi paralisada no exercício. Em 2023, um dos espaços que precisava ser revitalizado era o "Espaço Múltiplo Uso de Juventude e Economia Solidária", localizado na UERN/Mossoró, o qual foi inaugurado em 2022. Trata-se de um espaço físico destinado à juventude, com boas condições de funcionalidade e equipado com os seguintes equipamentos: 1 computador de mesa, 1 armário de duas portas, 1 cadeira tipo longarina (três lugares), 1 cadeira de escritório, 20 cadeiras plásticas com braços, 1 birô com três gavetas, 1 gaveteiro com três gavetas, 1 projetor multimídia, 1 bebedouro tipo coluna e 1 impressora multifuncional.

Um espaço de referência e apoio à integração da Economia Solidária com políticas públicas que favoreçam e fortaleçam a juventude potiguar, cujo objetivo é promover e apoiar atividades de formação, qualificação e eventos de capacitação para a juventude e demais públicos da economia solidária. No entanto, não correspondeu ao previsto no termo de cooperação, levando a UERN a manifestar intenção em continuar a cooperação, provocando as secretarias SETHAS e SEMJIDH a revitalizar o espaço.

Como parte dos encaminhamentos e apontamentos propostos para revitalização, a SETHAS, por meio da Subcoordenadoria de Economia Solidária, lançou o e-book JUVENSOL - Juventude e Economia Solidária de mãos dadas. A cartilha JUVENSOL faz parte da cooperação do Espaço Múltiplo Uso de Juventude e Economia Solidária, que tem como objetivo democratizar informações e contribuir com processos formativos relacionados à Economia Solidária e Juventude no governo do estado. No entanto, não se seguiu o planejamento por parte dos outros envolvidos, resultando na paralisação da iniciativa.

A iniciativa foi desenvolvida no âmbito da execução do Projeto Economia Solidária, convênio 760003/2011 do Ministério da Cidadania. Portanto, a iniciativa não está vinculada a uma subação orçamentária, e no exercício de 2023 não foi realizada execução orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

02092 - Estabelecimento de parcerias com as instituições financeiras, em especial com a Agência de Fomento do RN - AGN.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

A iniciativa foi cumprida. Foi estabelecido o Termo de Cooperação entre a SETHAS e a AGN para o fomento às iniciativas em economia solidária através da concessão de crédito. O programa crédito da economia solidária (credsolidário) é um programa que visa orientar e estruturar os trabalhadores dos empreendimentos da economia solidária conforme o plano de investimento ao acesso à política de microcrédito da Agência de Fomento do RN (AGN)

esse programa visa fomentar e desenvolver as linhas de créditos aos empreendimentos como forma de investimento na comercialização de seus produtos.

Essa iniciativa não está vinculada a uma subação orçamentária, portanto, no exercício não realizou execução orçamentária, pois na cooperação vigente a ação SETHAS é de fomento e monitoramento dos investimentos.

Código e descrição da iniciativa:

02093 - Implementação de uma política de crédito e finanças solidárias no Estado, estimulando e apoiando a criação de bancos comunitários, fundos rotativos e cooperativas de créditos.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Em andamento

A implementação de parcerias com a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN), representa uma iniciativa estratégica que vem sendo concretizada por meio da colaboração entre a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) e a AGN. Essa colaboração foi formalizada no âmbito do Plano Estadual da Economia Solidária, inserido no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, conforme estabelecido pela Lei de Fomento da Economia Solidária n° 8.798/2006. O ponto central dessa parceria reside na apresentação, por parte da SETHAS/ECOSOL, de uma demanda à AGN para a criação de um programa de crédito, visando também o reconhecimento do público envolvido na economia solidária dentro da política estadual voltada ao microcrédito. A SETHAS desempenha um papel crucial na condução das demandas provenientes dos empreendimentos, a solicitação ao acesso destes ao microcrédito. A concessão, por sua vez, é feita pela AGN mediante aos critérios de avaliação da viabilidade do crédito.

Porém, ainda se faz necessário o diálogo para ampliação do programa CREDSOLIDÁRIO, integrando bancos comunitários e fundos rotativos. É importante destacar que a iniciativa estabelecida se encontra parcialmente concluída, e as perspectivas indicam um reforço significativo no desenvolvimento da iniciativa para o ano de 2024.

Código e descrição da iniciativa:

02094 - Criação de um programa Estadual de assessoria técnica gerencial aos empreendimentos de economia solidária do Estado, que permita contratações nos termos de parcerias, segundo o Marco Regulatório (Lei nº 13.019/2015), com entidades do 3º setor, universidades, assessorias técnicas, incubadoras e entes da federação, bem como contratações de profissionais para execução direta da SETHAS.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Em andamento

A iniciativa está parcialmente concluída. Para cumprir essa meta, foi estabelecida uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) nos projetos "ID@ECOSOL" e "Rede Solidária de Confecções: Mulheres Tecendo Alternativas de Inclusão Socioprodutiva no Rio Grande do Norte". O primeiro teve como objetivo a inclusão digital

das participantes dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), sendo concluído em dezembro e contando com duas oficinas na modalidade remota. O segundo projeto continua em andamento, visando à construção de uma rede solidária de confecção para fortalecer o setor de produção têxtil. Foram realizadas visitas a 37 associações, contabilizando um total de 208 mulheres que estão iniciando sua articulação em rede, a partir das circunstâncias criadas pela Lei N° 11.363/2023, a PECES, com um investimento no valor de R$940,00 (novecentos e quarenta reais) em diárias técnicas. Além disso, houve a articulação com a SEDRAF para a identificação de EES a serem acompanhados pela ação de agricultura familiar, bem como atividades formativas junto à ECOSOL sobre gestão participativa em apoio ao desenvolvimento do projeto do Governo Cidadão da UES/SETHAS. São iniciativas piloto, reunindo metodologias, expertises para o desenvolvimento futuro de um programa estadual de assessoria técnica ao desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária.

A iniciativa não foi cumprida nem está vinculada a uma subação orçamentária, portanto, no exercício não realizou execução orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

02095 - Desenvolvimento de uma política de formação para o fortalecimento das Redes de educação popular e economia solidária, assegurando atendimento ao público de juventudes, mulheres, povos e comunidades tradicionais.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Não iniciada

A implementação da iniciativa não foi bem-sucedida devido à escassa adesão do público prioritário. A Rede de educadores não tem desenvolvido ações, nem mesmo submetido demandas ao conselho ou à Subcoordenadoria de Economia Solidária. Cabe ressaltar que esta iniciativa não possui vínculo com uma subação orçamentária específica, resultando na ausência de execução orçamentária no período em questão.

Código e descrição da iniciativa:

02096 - Integração das coordenações e secretarias afins das estruturas de Estado envolvidas nas diferentes políticas (artesanato, economia popular solidária, convivência com o semiárido, agricultura familiar e pesca), na busca da promoção e do desenvolvimento local sustentável.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Ações preparatórias

A iniciativa foi cumprida. Foi estabelecida a articulação da SETHAS, por meio da Subcoordenadoria de Economia Solidária, com a SEDRAF e EMATER para a realização e participação de empreendimentos econômicos solidários em projetos de feira, como a Feira do Centro Administrativo, a 2ª Feira Nordestina da Agricultura Familiar e Economia Solidária, e a Feira Potiguar da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Além disso, houve parceria para o empréstimo de barracas para a realização de feiras de comercialização itinerantes. Também foi estabelecida uma colaboração com a Subcoordenadoria do

Artesanato Potiguar na realização e participação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em feiras renomadas, como a Feira Internacional do Artesanato - FIART, Brasil Mostra Brasil e FEMPTUR – Feira dos Municípios e Produtos Turísticos do RN.

Vale ressaltar que esta iniciativa não está vinculada a uma subação orçamentária específica; portanto, no exercício, não houve execução orçamentária desenvolvida no âmbito da integração e articulação com iniciativas de outras políticas públicas afins.

Código e descrição da iniciativa:

02098 - Construção de parcerias nacionais e internacionais, na perspectiva de garantir recursos para implantação de programas e projetos de apoio ao desenvolvimento local e regional, por meio das diferentes iniciativas de economia solidária.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Em andamento

A meta foi parcialmente concluída. Foi apresentado o projeto "Rede Solidária de Confecções: Mulheres Tecendo Alternativas de Inclusão Socioprodutiva no Rio Grande do Norte" ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), solicitando o apoio de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para contribuir com o processo de estruturação da rede. No entanto, o recurso para a implementação do projeto ainda se encontra no aguardo da abertura dos editais de captação de recurso, para submissão do projeto na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Esta iniciativa não está vinculada a uma subação orçamentária específica, portanto, no exercício, não houve execução orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

02099 - Institucionalização dos mecanismos de apoio a execução da Política Estadual de Economia Solidária (Plano, Fundo e Conselho Estadual de Economia Popular Solidária).

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

Iniciativa concluída. Houve a instituição da gestão do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária para o período de 2022-2024, incluindo a regularização da dinâmica de reuniões do conselho. Além disso, o texto final do "Regimento Interno do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária, Gestão 2022-2024" foi aprovado e publicado no Diário Oficial, Ano 90, Nº 15.393. Essa iniciativa não está vinculada a uma subação orçamentária, portanto, no exercício não realizou execução orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

02100 - Estruturação do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária, garantindo as condições necessárias para funcionamento e realização de Conferências Territoriais e

Estadual de Economia Solidária.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

Iniciativa concluída no exercício de 2021. O Conselho Estadual de Economia Popular Solidária (CEEPS) conta com uma sala no prédio do Sistema Nacional de Empregos (SINE), na Subsecretaria do Trabalho, equipada por meio do projeto Governo Cidadão, com computadores, projetor e impressora.

No período de 2021/2022, esta iniciativa estava vinculada à subação orçamentária 298501 - Apoio à Instalação e ao Funcionamento do Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária (CEEPES). Entretanto, não foram disponibilizados recursos no exercício, resultando na não realização de execução orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

02101 - Institucionalização do Fundo Estadual de Economia Solidária e criação de estratégias que possibilitem a manutenção de recursos (doações, emendas parlamentares, repasses de recursos etc.).

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Em andamento

A iniciativa em andamento refere-se à minuta de criação do Fundo Estadual de Fomento à Economia Solidária, a qual foi submetida ao Conselho Estadual de Economia Popular Solidária (CEEPS). No entanto, não houve avanços devido a demandas prioritárias. Essa iniciativa não está vinculada a uma subação orçamentária, portanto, no exercício, não houve realização de execução orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

02102 - Elaboração do Plano Estadual de Economia Solidária.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

A iniciativa foi cumprida no exercício de 2020. Foi elaborado e instituído o Plano Estadual de Economia Solidária por meio do Decreto Nº 29.974, de 10 de setembro de 2020. A vigência do Plano Estadual foi até 2023. Essa iniciativa não está vinculada a uma subação orçamentária, portanto, no exercício não realizou execução orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

02111 - Aprovação da Lei, regulamentação e implantação da Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda no Rio Grande do Norte.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

A aprovação da Lei Estadual nº 665 que regulamenta a Política Estadual do Trabalho, propiciou a regulamentação do Conselho Estadual do Trabalho, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, oportunizou ao Estado condições de receber recursos federais, por meio dos Planos de Ação e Serviços do SINE - PAS, que no momento aguarda a liberação de recursos do FAT na ordem de R$1.584.609,67 (um milhão, quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e nove reais e sessenta e sete centavos): PAS Gestão - R$ 249.743,02; PAS Casa Trabalhador (Custeio) - R$709.385,00; PAS Casa Trabalhador (Investimento) - R$541.849,00; PAS Assessoramento Estatístico - R$83.632,65. Dessa forma a meta foi concluída satisfatoriamente.

Código e descrição da iniciativa:

02112 - Estruturação e reordenamento institucional da Subsecretaria do Trabalho da SETHAS, para viabilizar a execução do Plano, o monitoramento e a avaliação da agenda do Trabalho e Renda do Governo na SETHAS.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Não iniciada

A Subsecretaria do Trabalho durante a execução do Plano Plurianual não conseguiu atender a essa iniciativa devido a indisponibilidade orçamentária e de recursos humanos, mas em virtude da importância do tema continua em andamento.

Código e descrição da iniciativa:

02119 - Fortalecimento da participação e do controle social no RN com estruturação e manutenção das atividades dos Conselhos Estaduais vinculados à SETHAS, realização de conferências a assessoramento aos municípios para criação de Conselhos Municipais.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

A iniciativa foi cumprida no âmbito do controle social da política de Assistência Social. No ano de 2023 o governo garantiu e viabilizou a participação dos conselheiros/as em atividades nacionais e regionais, garantiu a capacitação continuada através do CapacitaSUAS, e convocou conjuntamente a 14ª Conferência Estadual de Assistência Social com investimento aproximado de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) com recursos próprios da Fonte 0.6.69.000150 - Recursos Diretamente Arrecadados - Adm. Direta e recursos da Fonte Federal 0.6.60.000198 - Recursos do FNAS - Outros Recursos 0660000198, com um total de 389 delegados/as que foram eleitos nas conferências municipais participando nos dois dias de atividades.

Além disso, foram realizadas 10 reuniões de plenos do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), com pactuações de cofinanciamento da regionalização de média e alta complexidade, reprogramação financeira, Plano Executivo do Procad-SUAS, prestação de

contas de 2022, convocação e planejamento da Conferência Estadual dentre outras que podem ser acessados no site da SETHAS. Além disso, viabilizou a participação de conselheiros/as estaduais nas conferências municipais realizando palestras e mediando os eixos nas conferências municipais de 50 municípios do RN.

Código e descrição da iniciativa:

02120 - Implementação do Programa de Prevenção e Assistência em Situação de Desastres e Calamidades Públicas.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Não iniciada

A iniciativa não foi cumprida em âmbito estadual em detrimento de indisponibilidade financeira. Entretanto, cabe destacar que a Assistência Social já dispõe de um serviço regulamentado nacionalmente pela Portaria nº 90/2013, para atendimento em situações de calamidade e emergências.

Código e descrição da iniciativa:

02124 - Estruturação administrativa da SETHAS com adequação de espaços físicos (reformas, ampliações e adaptações) e aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, de informática e audiovisual.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Em andamento

As metas de execução do estabelecido no PPA do GAM/UIAG foram prontamente cumpridas, e por estarem diretamente vinculadas aos setores finalísticos, cujas ações, de natureza social impactam diretamente as agendas transversais e agendas ODS, tendo como ponto relevante a política de governo estabelecida.

Com relação aos aspectos orçamentários e financeiros estavam previstos e foram executados na medida da liquidação das aquisições realizadas, como segue:

Subação 275801 (Manutenção e Funcionamento) - previsto R$ 3.844.468,25, sendo utilizado R$ 2.067.231,86

Subação 404401 (Manutenção e Funcionamento) - previsto R$ 8.149.754,03 sendo utilizado R$ 4.496.651,46.

Código e descrição da iniciativa:

02125 - Criação e manutenção de sistemas de informação georreferenciado sobre as condições de vida de diversos segmentos em situação de vulnerabilidade social, pobreza extrema e violência, bem como mapeamento e monitoramento de oferta de políticas públicas destinadas a esses públicos RN.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Não iniciada

A iniciativa não foi alcançada. Entre as ações planejadas houve uma priorização da atuação da Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) junto a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, inviabilizando a priorização de recursos para a realização dessa iniciativa.

Código e descrição da iniciativa:

02128 - Implementação de Agenda de Capacitação e Qualificação da Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Rio Grande do Norte.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Ações preparatórias

O setor de qualificação do SINE passou por dificuldades com relação aos recursos humanos e financeiros. A Subcoordenadoria que acompanha diretamente a pauta de capacitação e qualificação está em estruturação, porém tem seguido com agenda de capacitação e qualificação da Política Estadual do Trabalho. Assim, considera-se que a iniciativa está em fase de andamento.

Código e descrição da iniciativa:

02129 - Promoção e integração das políticas de qualificação profissional, de intermediação de mão de obra, de seguro-desemprego e de informações sobre o mercado de trabalho.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária: Concluída

A iniciativa proposta foi contemplada por meio de vários encontros com os servidores para possibilitar a promoção e integração do mercado e das políticas do trabalho, de forma que os trabalhadores recebem um atendimento de qualidade e informativo.

Código e descrição da iniciativa:

02130 - Criação do Fundo Estadual do Trabalho, Emprego e Renda conforme previsão em Lei, em cumprimento à exigência da Política Nacional.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária:

Através dessa iniciativa, como forma de buscar o seu atendimento, se deu o credenciamento e adesão do SINE ao Ministério do Trabalho para receber recursos federais do FAT, através dos Planos de Ação e Serviços do SINE no valor de R$ 1.584.609,67 - processo em tramitação esperando ser liberado no Ministério, para atender os trabalhadores com cursos de capacitação, estrutura moderna e tecnológica.

Código e descrição da iniciativa:

02131 - Implantação do Programa de Inovação na Gestão de Políticas Públicas Intersetoriais de Combate à Pobreza no Rio Grande do Norte.

Avaliação da iniciativa e execução orçamentária:

A iniciativa foi parcialmente alcançada, considerando que a Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem implementado projetos de inovação e pesquisa no âmbito da política de Assistência Social. No ano de 2023 foi prorrogado a vigência do Projeto em execução "Desenvolvimento de ações de estudos técnicos e intervenção para o fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Estado do Rio Grande do Norte" por mais 12 meses. O projeto é executado em parceria com a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio Grande do Norte (FUNCITERN). A partir das ações previstas no projeto, temos realizado ações investigativas e interventivas voltadas à construção de conhecimento científico e estudos técnicos para aperfeiçoamento da gestão de programas e projetos do Sistema Único de Assistência Social no Rio Grande do Norte.

Avaliação Setorial dos Resultados

- Avaliação de cada política:

Artesanato Potiguar: De modo geral, os resultados alcançados voltados para a Política do Artesanato Potiguar foram satisfatórios. Tendo em vista a dificuldade orçamentária para realizar o conjunto de metas e objetivos, buscou-se alternativas, através de parcerias com o Sebrae e a Fundação José Augusto. O programa participou ativamente de 12 feiras, sendo 9 locais e 3 nacionais, movimentando cerca de $400.00,00 de investimento do estado e tendo como retorno para os artesãos de R$733.900,72.

Política do Trabalho: As metas planejadas para a Política do Trabalho no exercício de 2023 foram de uma forma geral alcançadas, considerando que as não concluídas se deram por indisponibilidade orçamentária, as quais estão sendo planejadas para serem executadas nos próximos exercícios, em sua maioria tendo como aporte financeiro o Ministério do Trabalho por meio dos Planos de Ações e Serviços - PAS.

Política da Economia Solidária: A política alcançou resultados que podem ser considerados positivos dentro das circunstâncias que limitaram a execução de algumas metas e iniciativas, sendo necessária a criação de mecanismos criativos para alcançar o que foi proposto, além da reestruturação de alguns projetos em busca de contemplar os objetivos estabelecidos.
Quanto à aplicação financeira dos recursos, a política demonstra déficit, com baixo investimento nas suas atividades, sendo necessário recorrer a parcerias externas e demasiado esforço da equipe para alcançar o cumprimento das metas, ainda que parcial, sem que envolva recursos financeiros. Por conseguinte, a partir da avaliação interna da construção desse relatório serão realizadas proposições para uma gestão mais eficiente em termos de

planejamento, execução e gerência de modo geral. Sendo os principais fatores que restringiram a execução:

- Questões burocráticas e restrições orçamentárias;
- Recursos humanos insuficientes;
- Ambiente institucional limitado. Uma política de fomento à Economia Solidária, que busca promover o bem viver de trabalhadores e trabalhadoras, desenvolvimento local e geração de renda, com instrumentos normativos firmados, necessita de um ambiente que viabilize a força e autonomia para o desempenho das iniciativas.

Para superar essas questões buscou-se sanar as questões burocráticas e recorrer a parcerias para que os projetos pudessem ser executados (além de realizar replanejamentos para melhor adaptá-los), entre outras formas.

Política de Segurança Alimentar: As metas propostas para a Política de Segurança Alimentar necessitam de adequado volume orçamentário, bem como quadro técnico de pessoal suficiente, o que no exercício foi deficiente, porém considerando o contexto de baixa arrecadação do Estado, é possível afirmar que os resultados alcançados de modo geral foram positivos.

Política de Assistência Social: Nacionalmente, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) de 2012 representa grande avanço para o financiamento, controle social, descentralização e oferta de serviços no âmbito do SUAS.
Baseado nesse instrumento, a pactuação das prioridades e metas, para o Rio Grande do Norte (RN), foi estabelecida para o quadriênio 2016-2019, por meio do "Pacto de Aprimoramento do SUAS", visando melhorar e integrar os serviços socioassistenciais. O RN pactuou 21 metas, divididas em cinco prioridades: 1. Universalização do SUAS; 2. Aperfeiçoamento institucional; 3. Segurança de renda; 4. Integralidade da proteção socioassistencial; e 5; Gestão democrática e participativa. Em 2020, foi publicado o "Relatório de monitoramento e avaliação Pacto de Aprimoramento do SUAS-RN", o qual analisou ações estaduais de 2019, destacando resultados, desafios e perspectivas, alinhando-se às necessidades da população do Rio Grande do Norte em relação às metas que foram estabelecidas no Pacto de Aprimoramento. Parte dessas metas já estavam em situação concluída ou em andamento. Nos próximos tópicos, serão apresentados os avanços obtidos nas principais ações promovidas pela Gestão Estadual do SUAS no RN em 2023.

Lei Estadual do SUAS

A Política de Assistência Social é um componente fundamental do bem-estar e da garantia dos direitos sociais, presentes no Artigo 6 da Constituição Federal de 1988. A promulgação da Lei Estadual do SUAS possibilitou o aperfeiçoamento de outras ações, como processos de financiamento estadual e institucionalização formal das áreas estratégicas do SUAS. No ano de 2020, a Lei Estadual do SUAS, segundo o Relatório de monitoramento e avaliação Pacto de Aprimoramento do SUAS – RN, estava em processo de tramitação.

Assim, em 2023, houve sua esperada aprovação, possibilitando a formalização legal das áreas estratégicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente, a Vigilância Socioassistencial, evidenciando sua integração estratégica no âmbito governamental. Essa medida não apenas reforça a importância da Vigilância Socioassistencial no cenário da Assistência Social, mas também fortalece a eficácia e abrangência das políticas públicas voltadas ao setor, bem como na elaboração, organização, análise, monitoramento, avaliação e divulgação de informações georreferenciadas, como é previsto na NOB-SUAS (2012).

Plano de Regionalização da Proteção Social Especial de Média Complexidade

Segundo o relatório de monitoramento e avaliação Pacto de Aprimoramento do SUAS – RN, em 2020, o RN não possuía política que assegura cobertura, regionalizada ou municipal, nos municípios de Pequeno Porte I dos serviços de média complexidade ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Todavia, em 2022, foi instituído o "Plano de regionalização da Proteção Social Especial de Média Complexidade". O instrumento possui como objetivo principal "[...] assegurar cobertura, regionalizada ou municipalizada, nos 115 municípios de Pequeno Porte I dos serviços de média complexidade ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS" (Rio Grande do Norte, 2022, P. 15).

Em 2022, o plano já entrou em fase de execução com municípios recebendo recursos para implantação de CREAS e contratação de Técnicos de Referência. 8 municípios receberam recursos para implantação de CREAS em 2023: Caiçara do Norte, Felipe Guerra, Lagoa das Pedras, Parazinho, Riachuelo, São Pedro, Serra do Mel e Taipu. Além disso, 8 municípios receberam recurso para contratação de Técnico de Referência em 2023: José da Penha, Major Sales, Olho d'Água do Borges, Paraú, Pilões, Ruy Barbosa, São Rafael e Serra de São Bento.

A priorização da implementação de serviços regionalizados de proteção social especial de média complexidade é um dos focos centrais delineados no compromisso de aprimoramento do SUAS conforme estabelecido na NOB-SUAS de 2012. Espera-se que com as ações previstas no plano, nos próximos anos, garantam a universalização do acesso da população a este serviço especializado.

Planos de Regionalização de alta complexidade: Criança e Adolescente e Pessoas Idosas

Em 2022, a nível estadual, dois instrumentos foram instituídos para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade: O "Plano de Regionalização de Serviços De Acolhimento para Crianças e Adolescentes no Rio Grande do Norte" e o "Plano de Regionalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos no Rio Grande do Norte".

O redesenho do Plano de Regionalização de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes no Rio Grande do Norte tem como objetivo de "fornecer subsídios técnicos para fundamentar, avaliar e redimensionar as discussões sobre os aspectos envolvidos na implantação, pactuação, e cofinanciamentos para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes no Rio Grande do Norte" (Rio Grande do Norte, 2022, P. 10). O RN já possuía, antes do redesenho, a Casa Lar, com sede em Caicó, a qual, atualmente, oferece 10 vagas para municípios de Pequeno Porte I e Porte II dos territórios do Seridó, Trairi e Potengi, abrangendo 50 municípios.

Em 2022, já com o novo redesenho, foram instituídos dois abrigos institucionais. Um com sede em São Gonçalo Amarante, com 10 vagas para 40 municípios de Pequeno Porte I e Pequeno Porte II dos territórios de Agreste Litoral Sul, Mato Grande e Terras Potiguares e o outro com sede em Guamaré, com 10 vagas para 21 municípios de Pequeno Porte I e Pequeno Porte II dos territórios de Assu/Mossoró, Sertão Central Cabugi e Litoral Norte. Atualmente, encontra-se em fase de estruturação uma unidade adicional, com sede em Pau dos Ferros, a qual possuirá 10 vagas para 47 municípios de Pequeno Porte I e Pequeno Porte II dos Territórios Alto Oeste e Sertão do Apodi, oferecendo 10 vagas de acolhimento.

O Plano de Regionalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos no Rio Grande do Norte tem como objetivo de "Fornecer subsídios técnicos e financeiro para a ampliação do número de vagas nas Instituições de Longa Permanência para Idosos no Rio Grande do Norte e cofinanciamento dos idosos já acolhidos." (Rio Grande do Norte, 2022, P. 7).

Em 2023, foram publicados dois Editais: Edital Nº 02/2023 e Edital Nº 04/2023. O Edital Nº 02/2023 objetivou o credenciamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)

de Natal. A chamada previu investimento de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), distribuídos em 40 vagas para pessoas idosas em situação de violência e/ou violação de direitos. Três instituições foram habilitadas para recebimento do recurso: 1. Instituto Juvino Barreto; 2. Lar da Vovozinha; e 3. Centro Pastoral Nossa Senhora da Conceição.

Já o Edital Nº 04/2023 objetivou o credenciamento das ILPIs, com atuação nos Territórios da Cidadania: Assú-Mossoró, Sertão do Apodi, Agreste Litoral Sul e Seridó. A chamada previu investimento de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), distribuídos em 40 vagas para pessoas idosas em situação de violência e/ou violação de direitos. Duas instituições foram habilitadas: A Associação Filantrópica Jorge Gurgel Fernandes do Amaral (Lar dos Mestres da Vida) e o Instituto Amantino Câmara.

Apoio técnico (SUAS pelo RN)

Com a finalidade de promover apoio técnico mais efetivo no aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para os municípios do RN. Assim, foi instituído o Plano Estadual de Apoio Técnico, ou SUAS pelo RN, com objetivo de: "Fornecer subsídios técnicos para o aperfeiçoamento da Política de Assistência Social nos municípios do RN, com a intenção de aprimorar a gestão do SUAS e, consequentemente, melhorar os padrões de qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios" (Rio Grande do Norte, 2022, P. 11).

Fundamentado em 35 indicadores sintéticos em 5 eixos e baseado nos dados do Censo SUAS 2021, foram identificados 81 municípios prioritários, os quais tiveram seu índice de vulnerabilidade menor ou igual a 4,0. O SUAS pelo RN iniciou em 25 de abril de 2022 e foi encerrado em 19 de outubro de 2023. Dentre esses municípios, 62 receberam apoio técnico no ano de 2022, com participação de 802 trabalhadores do SUAS no RN e em 2023, 16 municípios foram visitados, com participação de 246 trabalhadores.

A Ação do SUAS pelo RN se mostrou como uma ferramenta que possibilitou a identificação de fragilidades frequentes, sobretudo, a necessidade de capacitação e formação. Além disso, o processo possibilitou reaproximação do Estado aos municípios, fortalecendo a colaboração e diálogo entre as esferas. Os planos de providência, devolutiva que os municípios participantes deveriam entregar ao Estado, exerceram impactos positivos na gestão municipal, mas algumas questões de natureza estrutural se revelaram mais complexas de resolver, destacando-se, por exemplo, as dificuldades relacionadas ao cofinanciamento.

Recomendações:

- Possibilitar um rateamento para as despesas do artesão (ãs) convidados para exposições fora do país, entre Secretaria de Turismo e SETHAS.
- Destinar recursos orçamentários para elaboração de Edital de chamamento para o assessoramento técnico objetivando a qualificação do produto do artesão.
- Recomenda-se que no processo de monitoramento das metas e iniciativas previstas sejam realizadas a revisão ou redimensionamento daquelas identificadas como não exequíveis e até as que não se relacionam com a política setorial em questão.
- Maior previsão e disponibilidade orçamentária para a Política do Trabalho, bem como de recursos humanos para atender a demanda por qualificação profissional dos trabalhadores, tendo como premissa a exigência do Mercado de Trabalho. Uma das principais dificuldades hoje é a falta de qualificação frente aos avanços tecnológicos e a falta de experiência no público jovem.
- A possibilidade de flexibilizar metas e objetivos com intuito de facilitar a execução e adaptar-se às mudanças de cenário.
- Ampliar o ambiente institucional, tornando o espaço da economia solidária mais

representativo e de maior visibilidade nas estruturas de gestão, vinculada a Subsecretaria do Trabalho, bem como com interface na coordenadoria de projetos especiais e outros setores afins.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (X) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi extinto e substituído em outubro de 2021 pelo Programa Auxílio Brasil (PAB), esse último que, apesar de também ter sido um programa de transferência de renda, havia condicionantes e regras distintas, o que inviabilizou a atualização do indicador.

No dia 01 de junho de 2023, o Plenário do Senado aprovou a Medida Provisória nº 1.164/2023 que retomou o programa Bolsa Família em substituição ao Auxílio Brasil. O texto manteve o valor mínimo de R$ 600,00 (seiscentos reais) por família e adicionou R$ 150,00 (cento e cinquenta) por criança de zero a seis anos (AGÊNCIA SENADO, 2023). Por conseguinte, por mais que o programa Bolsa Família tenha preservado seu nome original, os novos condicionantes e regras fazem dele um programa completamente novo, o que tornou o indicador de resultado nº 0109 - Valor de benefícios concedidos pelo programa Bolsa Família improdutivo para utilização em qualquer análise quanto ao atendimento dos objetivos do Órgão no Programa Temático.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

No Ciclo das Políticas Públicas a avaliação tem papel fundamental uma vez que ela fornece dados confiáveis e indicadores importantes que fundamentam e auxiliam na tomada decisões quanto a realizam de investimentos ou contenção de gastos (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2014). Por conseguinte, os gestores quando contam com apoio de mecanismos e ferramentas que os auxiliem na busca pela eficácia e eficiência das políticas, as tornam mais efetivas.

A avaliação é uma ferramenta metodológica fundamental para orientação nas tomadas de decisões, antes, durante, ou após, a execução de uma política pública. Partindo dela a função de levantar evidências sobre o desempenho da política e indicando se os recursos públicos estão

sendo aplicados em consonância com os parâmetros de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

Por se tratar de uma série de objetivos, metas e ações a serem desempenhadas ao longo do tempo pelo governo para que as políticas públicas possam atingir seu propósito, o Plano Plurianual surge como agregador e uma espécie de guia para o gestor não sair do caminho inicialmente traçado. O Plano Plurianual ou PPA, é uma das ferramentas que compõem o Sistema Orçamentário em que nele fica o planejamento de médio prazo e são identificadas as prioridades para o período de quatro anos e os investimentos de maior porte a serem realizados pelo governo.

A partir do monitoramento das metas e iniciativas previstas no Plano Plurianual de 2020-2023, destacamos como principais pontos analisados na avaliação, a implementação de iniciativas voltadas para o alcance das 7 políticas gerenciadas pela Secretaria de Estado, do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), considerando os avanços e investimentos significativos. Além disso, na síntese da avaliação e recomendações identificamos as iniciativas que se repetem no decorrer do PPA, o que gera maior dificuldade na análise da execução, assim como, algumas iniciativas que ultrapassam a agenda transversal, se sobrepondo às atribuições e competências das políticas.

Por conseguinte, essa avaliação setorial se divide em cinco partes. Na primeira parte, apresenta-se o objetivo da avaliação. Na segunda parte, são apresentadas a relação das ações previstas com o Plano Plurianual do Rio Grande do Norte para os anos de 2020 a 2023, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Programa de Governo de 2019 a 2023. Na terceira parte, é apresentada a metodologia utilizada junto do critério e tipologia adotada. Na quarta parte, é apresentada a Avaliação Geral dos Resultados, levando em consideração os objetivos, metas e iniciativas estabelecidos pela Gestão E, por fim, na quinta e última parte, é realizada uma síntese da avaliação e recomendações futuras.

Do Objetivo da Avaliação

O objetivo da avaliação do Plano Plurianual 2020-2023 é evidenciar sobre o desempenho das políticas do Órgão e indicar se os recursos públicos estão sendo aplicados em consonância com os parâmetros de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, bem como identificar as prioridades.

Por meio do acompanhamento contínuo as ações previstas em planejamento são monitoradas ao longo do ciclo da execução do Plano Plurianual para produzir as informações necessárias sobre o potencial e fragilidades apresentadas pelo Órgão. Essas informações, após tratamento, por meio da avaliação, vão subsidiar a gestão pública na tomada de decisão na condução e gerenciamento da Política, de forma mais assertiva. Nesse sentido, a avaliação representa um instrumento estratégico no contexto da gestão pública, proporcionando uma análise criteriosa do desempenho e resultados obtidos pelas políticas estaduais.

Esta avaliação não se limita a um momento específico, sendo parte integrante de um processo contínuo e dinâmico do âmbito institucional do Órgão. Tais iniciativas não constituem eventos isolados, mas são elementos integrados a um ciclo permanente de monitoramento, avaliação e aprimoramento das ações implementadas. Esse ciclo de avaliação permanente não apenas fortalece a responsabilidade institucional, mas também orienta a tomada de decisões, promovendo uma gestão pública mais eficaz, transparente e alinhada aos objetivos estratégicos da SETHAS.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

O principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo é o Plano Plurianual (PPA). Ele define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública, contemplando as despesas de capital e outras delas decorrentes, além daquelas relativas aos programas de duração continuada.

O PPA 2020-2023 foi estabelecido pela Lei n° 13.971, de 27 de dezembro de 2019, estruturado em três dimensões: estratégica, tática e operacional por meio das Diretrizes, Objetivos e Metas, com vigência de quatro anos. Ele se iniciou no segundo ano de mandato da Governadora Fátima Bezerra e se prolongou até o final do primeiro ano do seu segundo mandato.

Por conseguinte, foi elaborado o Plano Plurianual 2020-2023 da Secretaria de Estado do Trabalho, de Habitação e da Assistência Social na seguinte estrutura:

- Programas Temáticos: o PPA da SETHAS conta com oito programas temáticos que agregam a atuação do governo, organizados em razão dos temas. São eles: 2007 - Viver Melhor: Assistência Social e Cidadania; 3001 - Igualdade na Diversidade: Direitos Humanos; 3007 - Igualdade na Diversidade: Criança e Adolescência; 3008 - Desenvolvimento da Ação Parlamentar; 4002 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos; 4003 - Desenvolvimento do Turismo, Artesanato e Economia Criativa; 4006 - Melhoria do Ambiente de Negócios das Micro e Pequenas Empresas e da Economia Solidária; 5003 - Ouvir para Governar.

- Indicador: o PPA da SETHAS conta com um único indicador de resultado, sendo ele: 0109 - Valor de benefícios concedidos pelo programa Bolsa Família.

- Diretrizes: sendo as diretrizes o caminho traçado a ser seguido, foram selecionadas dez para composição do PPA da SETHAS 2020-2023, são elas: 00086 - Promover a estruturação da gestão e do controle social com a profissionalização da área; 00089 - Promover a redução das desigualdades sociais e regionais; 00090 - Promover a reordenamento e/ou criação de áreas essenciais a adequação do órgão gestor estadual ao SUAS; 00042 - Fortalecer os Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática; 00049 - Fortalecimento da rede de proteção à infância e adolescência; 00125 - Fortalecer as ações parlamentares integradas, dinâmicas e participativa, que tenham como objetivas atender os anseios da sociedade; 00074 - Melhoria da infraestrutura hídrica e da política de gestão participativa dos recursos hídricos, na perspectiva da convivência com o semiárido; 00056 - Fortalecimento do segmento do Artesanato e da Economia Criativa; 00014 - Apoio à Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário, e ofertar linhas de crédito desenvolver mecanismos de finanças solidárias, bem como fomentar a educação, formação e assessoramento dos atores envolvidos com ECOSOL; 00030 - Criação de espaço de pactuação entre o Governo, a sociedade civil, os demais poderes e o cidadão.

- Objetivos: o PPA da SETHAS conta com 13 objetivos, são eles: 00536 Garantir as condições políticas, administrativas e estruturais para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do plano de governo da SETHAS a ser implementado em todo o território do Rio Grande do Norte; 00328 - Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com reconhecimento das diversidades territoriais, dos indivíduos e de suas famílias; 00351 Qualificar o processo de concessão de benefícios continuados e eventuais e de transferência de renda (Programa Bolsa Família, BPC e Benefícios Eventuais) por meio da melhoria da gestão do Cadastro Único; 00539 - Construir e implementar, o Plano Estadual de Combate a Pobreza e um Plano de Ação Emergencial para atuação em Desastres e Calamidades Públicas, com instituição de um Fundo de Reserva para Calamidade; 00558 - Implementar a Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, a partir da aprovação e regulamentação em lei, com criação do Fundo, Plano e Sistema Estadual de Trabalho, Emprego e Renda; 00350 -

Implementar a Agenda de Gestão Integral da Política de Assistência Social no Rio Grande do Norte, contemplando as dimensões da Gestão do Trabalho, da Vigilância Socioassistencial, e da Gestão Orçamentária e Financeira do Fundo Estadual de Assistência Social, com transparência e participação do controle social; 00400 - Assessorar e articular ações integradas para melhoria da gestão do Sistema Socioeducativo em meio aberto e fechado no estado, com ênfase para acompanhamento aos egressos do Sistema; 00289 - Implantar as bases para efetivação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13019/2014), com ações que promovam o conhecimento, a qualificação e o aperfeiçoamento do ambiente jurídico e institucional para a efetivação de parcerias e cooperação entre Organizações da Sociedade Civil (OSC) e as três esferas de governo, em particular o Executivo Estadual do RN e os municípios; 00283 - Disponibilizar tecnologias socioprodutivas de captação, armazenamento, uso e reuso de água para consumo humano, animal e produção de alimentos, para agricultores familiares do semiárido, em situação de urgência e/ou colapso no abastecimento de água, priorizando as famílias do Cadúnico, em situação de pobreza e extrema pobreza, visando a segurança alimentar e nutricional; 00534 - Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar; 00369 - Fortalecer e ampliar os espaços de participação, pactuação, negociação e deliberação para assegurar o caráter democrático e participativo do SUAS.

- Metas: o PPA da SETHAS contou com a execução de 132 metas, são elas: 01385 - Implementar integralmente o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração, conforme Lei Complementar nº 432/2010 e da NOB - SUAS RH; 01386 - Implantar ferramentas gerenciais de redesenho de processos, mapeamento e monitoramento de rotinas, elaboração de fluxos processuais, protocolos e manuais de procedimentos para gestão de pessoal, processos de compras, nas diversas modalidades; 01388 - Elaborar e implementar Programa de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no trabalho na SETHAS; 01389 - Implementar agenda de capacitação e qualificação continuadas para servidores efetivos, comissionados e colaboradores terceirizados, das áreas técnicas e finalísticas e administrativa da SETHAS, em parceria com a Escola de Governo e Instituições de Educação Superior Públicas do RN; 01390 - Participar de Conferências e Seminários, Cursos e Intercâmbios locais, regionais, nacionais e internacionais sobre temas relacionados as políticas públicas e garantia de direitos nas áreas de atuação direta e transversal da SETHAS; 01391 - Promover a Estruturação Administrativa da SETHAS, através da aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, de informática e audiovisual; 01392 - Elaborar e Implementar a reestruturação administrativa da SETHAS, através de novo regimento interno e de novo organograma, em consonância com a realidade institucional do órgão, bem como suas demandas, competências e atribuições, na segunda década do século XXI; 01394 - Ampliar a participação e controle social nos territórios, incentivando e prestando assessoramento aos municípios para criação e/ou fortalecimento dos conselhos setoriais e de direitos (Assistência Social, Segurança Alimentar, Economia Solidária entre outros); 01395 - Adquirir veículos de Passeio e Transporte Coletivo; 00532 - Ampliar a oferta de serviços socioassistenciais regionalizados de média complexidade em 20 polos e de alta complexidade no âmbito da Política de Assistência Social com serviços continuados e equipes de referência adequadas às vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais do território; 00537 - Elaborar e/ou revisar a legislação e normativas orientadoras do SUAS: Plano Estadual de Assistência Social, Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, Plano da Primeira Infância, Idoso e Pessoa com deficiência, com vistas a assegurar ações concretas que atendam às diversidades e heterogeneidades dos públicos e territórios; 00545 - Realizar pesquisa de diagnóstico para sistematização de dados sobre comunidades tradicionais e povos do campo que subsidia a elaboração de planos de ação com alimentação continuada; 00568 - Capacitar as equipes locais dos municípios, com adesão ao ACESSUAS Trabalho, para promoção de ações de mobilização e mapeamento de usuários dos Serviços da Proteção Social Básica e encaminhamento para cursos de qualificação e formação profissional, inserção em projetos de inclusão produtiva e acesso a serviços de intermediação de

mão de obra; 00575 - Realizar Campanhas, destinadas à promoção da autonomia e da melhoria da qualidade de vida na superação de situações de violações de direitos, prevenção do isolamento e da segregação das pessoas com deficiência; 00578 - Realizar o cofinanciamento estadual aos municípios atingidos por situações de emergência e calamidade públicas, realizando o apoio técnico e financeiro para suporte às famílias atingidas com a oferta e manutenção de acolhimento e abrigamento provisório das famílias desalojadas ou desabrigadas; 00580 - Elaborar manual de orientação para a rede de atenção com vistas ao respeito aos direitos dos imigrantes, refugiados e migrantes nacionais e estrangeiros independente da condição de entrada no país, e especialmente das pessoas retiradas da situação de tráfico humano, refugiados ou resgatadas do trabalho escravo; 00584 - Capacitar as equipes dos serviços socioassistenciais com o objetivo de ampliar a proteção social à população LGBTQI+; 00588 - Implementar a regionalização do serviço de acolhimento familiar, de proteção integral para mulheres vítimas de violência, através da criação de casas de apoio e da integração da rede de atendimento com os municípios; 00591 - Realizar, após definição das áreas prioritárias por estudo, o cofinanciamento especializado com apoio técnico aos municípios para implantação de serviços socioassistenciais nas zonas rurais, priorizando as comunidades tradicionais; 00637 - Assessorar os municípios, para constituição e qualificação das equipes volantes que realizam busca ativa ampliação da inserção de famílias em situação de extrema pobreza no Cadastro Único (CAD UNICO); 00641 - Prestar apoio técnico aos municípios para o trabalho com as populações mais vulneráveis de origem étnico racial, atuando para o acesso dessas populações ao Cadastro Único; 00642 - Assessorar tecnicamente os municípios, por meio de reuniões temáticas e oficinas, nas ações relacionadas ao BPC na Escola e BPC no Trabalho, para possibilitar a inclusão e permanência na escola de crianças, adolescentes e jovens, como também assegurar jovens e adultos a qualificação e inserção no mundo do trabalho; 00645 - Prestar assessoramento técnico aos municípios para a execução de atividades que assegurem os direitos dos idosos que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) à socialização, à qualificação profissional e à oportunidades de participação no mundo do trabalho; 00647 - Realizar oficinas com equipes dos municípios, juntamente com a SEEC e SESAP, para orientar a atuação local no sentido de articular as ações das áreas de Assistência Social, Saúde e Educação, com vistas ao cumprimento pelas famílias das condicionalidades do Programa Bolsa Família; 01404 - Implementar, a partir de estudos de demandas, em parceria com os Municípios, o Programa Estadual Mais Mobilidade, destinado a pessoas em situação de vulnerabilidade social; 01412 - Assessorar o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - (CCPIS),órgão gestor do Fundo de Combate a Pobreza - (FECOP), na elaboração do Plano Estadual de Combate à Pobreza, no reordenamento do Fundo e do Conselho e na execução de sua agenda Política e Administrativa -Fonte: 105; 01413 - Implantar Programa de Prevenção e Assistência em situação de desastres e calamidades públicas, em parceria com o Gabinete Civil e a Defesa Civil do RN; 01442 - Elaborar estudo de demanda para avaliação da viabilidade de abertura de novas unidades do SINE, bem como, subsidiar a elaboração de um Plano Regional de Expansão, com garantia de sua manutenção; 01444 - Construir Agenda de Capacitação (cursos, oficinas e seminários) destinada a servidores (inclusão digital, atendimentos ao público, sensibilização para inclusão social, dentre outros temas); 01445 - Criar o Fundo Estadual do Trabalho, conforme previsão em Lei, em cumprimento à exigência da Política Nacional para efetuar os repasses Fundo a Fundo; 01446 - Elaborar e executar o Plano Estadual do Trabalho, conforme previsto em lei, adotando a abordagem territorial e de inclusão de públicos específicos: mulheres, jovens, negros, indígenas, pessoas com deficiência, comunidade LGBT, egressos dos sistemas socioeducativo e prisional, dentre outros segmentos; 01448 - Realizar estudos para levantamento das tendências do mercado de trabalho e potencialidades econômicas dos territórios, com vistas a priorização de cadeias específicas na definição da Agenda de capacitação, como Turismo, formação em agroecologia e produção de alimentos orgânicos, beneficiamento de materiais recicláveis, produção artesanal de materiais de limpeza ecológicos; 01450 - Promover cursos, oficinas e seminários para qualificação em empreendedorismo, formação de equipes, associativismo e cooperativismo, gestão de custos e precificação, legislação aplicável ao empreendedorismo e direitos previdenciários, dentre outras

temáticas; 01452 - Realizar estudo para definição do perfil dos servidores, que atuam na Subsecretaria do Trabalho com intermediações de mão de obra, identificando as necessidades de qualificação e de ampliação das equipes, conforme área de atuação; 01453 - Promover reuniões e visitas técnicas para a integração das políticas de qualificação profissional, de intermediação de mão de obra, de seguro desemprego e de informações sobre o mercado de trabalho; 01454 - Implantar uma equipe de gestão multidisciplinar, efetuando a seleção conforme formação; 01456 - Promover eventos (reuniões, palestras, campanhas, cursos, mesa de negócios, visitas) de articulação e mediação com setores empresariais, Sistema S, Fundações Nacionais e Internacionais, para intermediação de Mão de Obra; 01457 - Realizar campanhas, eventos, visitas e reuniões com enfoque na inserção de segmentos específicos (jovens, mulheres, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, comunidade LGBTQI+, idosos, egressos do sistema socioeducativo e prisional) no mercado de trabalho; 01458 - Desenvolver atividades de formação e sensibilização junto ao empresariado para aplicar as políticas afirmativas de inclusão no mundo do trabalho, nas bases da concepção do Trabalho Decente, prevenindo, combatendo e eliminando o trabalho escravo e o trabalho infantil; 01459 - Promover a estruturação administrativa da Subsecretaria de Trabalho e das unidades do SINE, através da aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, de informática e audiovisual; 01460 - Promover a Comunicação Institucional da Subsecretaria do Trabalho e do SINE, junto aos seus diversos públicos, através da produção de materiais, audiovisuais e de sinalização; 00594 - Estruturar a Gestão Estadual do SUAS e as Unidades Regionalizadas que serão implantadas, através da aquisição de equipamentos diversos e mobiliário, reformas e adaptações de espaços públicos para assegurar as condições de funcionamento; 00600 - Implantar um Sistema de Informação Estadual Georreferenciado que integre parâmetros para a estruturação de ações socioassistenciais de forma complementar ao Sistema Federal SUASWEB; 00602 - Realizar processos seletivos simplificados para contratação de bolsistas, pessoal técnico de apoio terceirizado e consultorias especializadas para composição das equipes mínimas de execução da Gestão Estadual do SUAS, nos Termos da NOB SUAS RH; 00605 - Instituir, por Decreto Governamental, a Mesa Estadual de Gestão do Trabalho do SUAS, com vistas a criação de um espaço de mediação e negociação sobre as condições de trabalho e remuneração, em conformidade com a NOB SUAS RH; 00615 - Implementar um plano de Comunicação Institucional de divulgação da Política Estadual do SUAS em execução, promovendo a divulgação dos direitos e serviços socioassistenciais junto aos usuários, como também criando canais de comunicação e informação voltados para os gestores e trabalhadores municipais do SUAS, para as instâncias de participação e controle social e sociedade em geral; 00624 - Reativar o Fórum Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social, enquanto um espaço de escuta e diálogo; 00630 - Criar Unidades Regionais da SETHAS de gestão da Política de Assistência Social nos territórios do Territórios do Seridó e Assu-Mossoró, com estrutura física e de pessoal para funcionamento; 00336 - Realizar duas pesquisas para identificação do perfil nutricional e socioeconômico dos usuários dos programas atuais de segurança alimentar para subsidiar a reorientação dos mesmos quanto às metas e critérios de credenciamento dos seus usuários; 00337 - Definir calendário para realização de atividades mensais de educação alimentar e nutricional (EAN) a serem executadas pelas empresas contratadas para operacionalização do Programa Restaurante Popular, em todas as 113 (cento e treze) unidades; 00339 - Instituir a Política e o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, por meio de lei, com vistas ao reordenamento, qualificação e diversificação das ações e a revisão do seu funcionamento, dos critérios de acesso, credenciamento e controle social; 00347 - Institucionalizar a inclusão de critérios e condicionalidades sociais para o incentivo às empresas licitantes de efetuarem a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar (5% do quadro de funcionários) e pessoas com deficiência (2 a 3% do quadro de funcionários); 00351 - Promover estudo para orientar a diversificação das ações de segurança alimentar e nutricional, reorientando os recursos atuais, conforme as demandas identificadas por territórios e incorporando as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; 00355 - Firmar Termos de Cooperação e/ou adesão com municípios e organizações da sociedade civil para reordenamento e aprimoramento da

distribuição do leite do Programa Leite Potiguar nos 167 municípios, com vistas a aumentar os controles, sobre as condições sanitárias de armazenamento e distribuição do leite e sobre o perfil e credenciamento dos participantes consumidores; 00357 - Promover o reordenamento do Programa Leite Potiguar realizando a revisão das normativas que o amparam, aprimorando o seu arranjo institucional, os critérios de credenciamento dos participantes consumidores e produtores, os termos de parcerias locais, os mecanismos de controles e o monitoramento permanente do seu alcance social; 00369 - Implantar a Lei Nº 10536/2019 que institui o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES) reorganizando as demandas e cardápios do Programa Restaurante Popular para a aquisição dos 30% de insumos da Agricultura Familiar, de produtos orgânicos ou agroecológicos e/ou da Economia Solidária; 00370 - Promover processos licitatórios que incorpore, em pelo menos 30% dos contratos, pontuação diferenciada para pequenas e médias empresas regionais e incentivos para a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e pessoas com deficiência; 00373 - Elaborar e implantar o Plano de Fiscalização e Monitoramento dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional, realizando a aquisição dos equipamentos, contratação e qualificação de pessoal técnico por meio de Edital de bolsas e desenvolvimentos de protocolos e instrumentais; 00375 - Implantar e implementar em 100% das unidades do Programa Restaurante Popular, bem como, dos postos de entrega do Programa Leite Potiguar sistemas de tecnologia da informação (T.I) para monitoramento e controle dos referidos programas; 00383 - Criar protocolos de acesso à informação sobre o funcionamento dos Programas e da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, o direito humano à alimentação adequada e saudável (DHAA) para a população através da produção e disseminação de material de divulgação em todas as unidades Programa Leite Potiguar e Programa Restaurante Popular; 00385 - Sensibilizar e capacitar gestores municipais para fortalecer o sistema de segurança alimentar e nutricional (SISAN) no estado e nos municípios, incentivando a adesão de pelo menos 40% dos municípios ao SISAN; 01362 - Firmar parceria com a SEDRAF e a EMATER para realização de mapeamento dos agricultores familiares, associações, cooperativas e empreendimentos solidários e da oferta dos insumos e escala de produção disponível, para a programação das compras institucionais, desses segmentos, conforme a Lei do PECAFES; 01363 - Realizar a VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e as Conferências Territoriais de Segurança Alimentar e Nutricional nos dez Territórios de Identidade; 00686 - Implementar uma Agenda de Acolhimento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e egressos com definição de um percentual de vagas em todas as iniciativas voltadas para a juventude; 00690 - Desenvolver capacitação permanente para os trabalhadores do Sistema Socioeducativo; 00699 - Assessorar os 167 municípios na elaboração de planos de atendimento as medidas socioeducativas; 00703 - Firmar parceria com a FUNDASE para a realização de diagnóstico social dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e egressos do Sistema; 01468 - Realizar em parceria com a FUNDASE, da agenda de capacitação de assessoramento aos municípios, para servidores do Sistema Socioeducativo; 00237 - Realizar capacitações sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC), Lei 13.019/2014, voltadas para participantes da gestão pública, das OSC, tendo como finalidade a promoção de iniciativas conjuntas e qualificação do debate sobre os três eixos orientadores: contratualização, sustentabilidade econômica e certificação, além de outros conteúdos; 00238 - Aprovar junto ao Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS) do FECOP, cota-parte de recursos para editais de chamada pública para projetos de OSC, nas áreas de promoção de direitos (juventudes, mulheres, indígenas, negros, LGBTQ+) e assistência social; 00240 - Realizar mapeamento sobre: perfis dos grupos e organizações da sociedade civil, com o desenvolvimento de um aplicativo de banco de dados para cadastramento das OSC e levantamento de dados sobre os arranjos e ambiente institucionais em que estão inseridas e as demandas sociais estruturantes para orientar os editais e chamadas públicas de projetos; 00241 - Promover a participação de técnicos, servidores, colaboradores externos e participantes dos grupos e organizações assessoradas pela SETHAS e OSC parceiras em eventos locais, regionais e nacionais: conferências, seminários, capacitações, Fóruns e articulações destinadas à qualificação na formulação de

políticas públicas e incentivo à parceria entre setor público e OSC; 01393 - Elaborar, aprovar e implementar um Marco Regulatório Estadual de Organizações da Sociedade Civil d RN, que possibilite um ambiente institucional e a segurança jurídica para a parceria e colaboração entre a administração pública e as OSC na proposição e execução de políticas públicas, programas e projetos, nos termos da Lei 10019/2014 (MROSC); 00234 - Construir 1076 cisternas para reservamento de água, do tipo cisternas de placas (16 mil litros) e Cisternas calçadão (52 mil litros), através da execução do Convênio Programa Cisternas/Ministério da Cidadania; 01387 - Realizar levantamento para definição das tipologias de projetos e implantar 150 tecnologias sociais de reservamento hídrico, kits de comercialização em feiras livres, kits de irrigação de quintais produtivos, para agricultores familiares, sendo mulheres, jovens, quilombolas e indígenas, com assistência técnica e seleção por meio de edital de chamada pública; 00275 - Criar uma programação de atividades de capacitação e formação para o setor do artesanato, englobando aperfeiçoamento das técnicas e formação para o empreendedorismo com o enfoque na Economia Criativa e Economia Solidária; 00276 - Mapear o artesanato quilombola, indígena e de religiosidade popular e implantar um sistema de informação e cadastramento dos mesmos; 00278 - Criar, até 2022, a Biblioteca Criativa do Artesanato Potiguar, no Território Terras dos Potiguaras, estabelecendo espaço para consulta ao público de material documental e bibliográfico acerca do artesanato do Rio Grande do Norte; 00280 - Desenvolver projetos de fomento do artesanato, nos 10 (dez) territórios, em sua diversidade, contemplando aspectos de diversidade étnica, gastronomia, religião e turismo, visando a promoção do artesanato de referência cultural; 00283 - Lançar o Selo do Artesanato "Potiguar sou eu", conforme previsto na Lei n. 10.135 de 15/12/2016, com campanha de divulgação e lançamento de logomarca própria do Artesanato Potiguar, visando estabelecer uma iconografia própria e de alcance geral; 00286 - Promover parceria com a SESAP para realização de diagnóstico de doenças laborais entre os artesãos cujas técnicas produzem maior desgaste físico e outros riscos à saúde; 01107 - Realizar oficinas, cursos e reuniões temáticas para apresentação e discussão com entidades e grupos do artesanato sobre a relação entre tecnologia, inovação e as temáticas da Economia Criativa e Economia Solidária com enfoque da educação popular; 01110 - Implantar Loja-Conceito itinerante e uma Galeria Virtual do Artesanato Potiguar com ampla campanha de patrimonialização cultural do artesanato estadual; 01367 - Desenvolver um programa de pesquisas com enfoque em ciência, tecnologia, tradição, arte cultura na relação com o artesanato em parceria com instituições do ensino superior públicas; 01368 - Lançar edital para concessão de bolsas de pesquisa em nível de graduação e pós-graduação para inovação tecnológica do artesanato potiguar, culminando na edição e publicação de artigos científicos gerados a partir das pesquisas; 01369 - Implementar um projeto de artesanato de referência cultural junto a comunidades étnicas e a religiosidades populares; 01370 - Regulamentar a Lei Complementar 599/2017, possibilitando a fiscalização do cumprimento da lei no que se refere ao percentual mínimo estabelecido para exposição de artesanato de origem potiguar em prédios públicos destinados à comercialização de produtos artesanais; 01371 - Lançar campanha, em parceria com SESAP e SEEC, de prevenção a Lesões por Esforço Repetitivo e outras enfermidades laborais junto às entidades e aos grupos de artesãos; 01373 - Revitalizar, apoiar, reformar e ampliar 03 Centrais de Comercialização do Artesanato, implantando um modelo de gestão compartilhada para as Centrais; 01374 - Lançamento de um projeto piloto em parceria com as instituições de ensino superior públicas, no território do Seridó, de assessoramento a grupos, associações e cooperativas de artesãos; 01375 - Assessorar a constituição de fóruns e comitês setoriais do artesanato, agregando artesãos em parceria com o Projeto Governo Cidadão, SEDRAF, EMATER, SEDEC e SETUR; 01376 - Apoiar feiras de talentos regionais do artesanato, 1 por ano, de forma a contemplar todos os territórios durante o quadriênio 2020-2023; 01377 - Promover, por meio de editais, a participação de servidores e técnicos da SETHAS de organizações da sociedade civil e artesãos potiguares em feiras estaduais, nacionais e internacionais, para aperfeiçoamento técnico e escoamento dos produtos dos artesãos; 01378 - Elaborar e lançar Catálogo do Artesanato Potiguar, em linguagem popular e direcionado à população do estado, visando apresentar a identidade expressa no artesanato aos detentores do patrimônio cultural; 01380 -

Realizar 10 Conferências Territoriais do Artesanato e uma Conferência Estadual do Artesanato Potiguar, envolvendo grupos, associações, cooperativas e artesãos das diferentes tipologias do artesanato potiguar de todos os territórios e com recortes de gênero, etnia e geração; 01381 - Elaboração e aprovação do Plano Estadual do Artesanato Potiguar; 00242 - Executar o Projeto Economia Solidária com a implementação de 10 empreendimentos solidários com jovens de áreas urbanas e rurais; 01364 - Realizar 1 Feira Estadual de Economia Solidária, com estrutura necessária para sua realização, envolvendo empreendimentos de economia solidária dos territórios do Estado, garantindo a visibilidade e o escoamento da produção, além da geração de renda; 01365 - Realizar atividades de capacitação sobre a temática da Economia Solidária e temas que contribuam com a melhoria e ampliação dos processos de organização, produção e comercialização dos empreendimentos; 01366 - Realizar pesquisa e o desenvolvimento de um aplicativo de banco de dados para instituição de um Sistema de Informação para cadastramento de indivíduos, grupos e empreendimentos e que permita a mensuração do potencial econômico e de organização dos empreendimentos de economia solidária do Rio Grande do Norte (pesquisa, cadastro, diagnóstico e monitoramento); 01400 - Firmar Termo de Cooperação ou outros instrumentos com a AGN e outros instituições financeiras, para criação de linhas de crédito, fomento e financiamento de custeio, investimento e capital de giro individuais e coletivos, para empreendimentos de Economia solidária e do Programa do Artesanato Potiguar; 01401 - Implementar o Programa Meu Primeiro Emprego para a promoção e incentivo a empregabilidade e empreendedorismo solidário juvenil do meio urbano; 01407 - Firmar parceria com a SEDRAF, EMATER, com a SEGAI/Projeto Governo Cidadão e União para assegurar recursos de ATER para estruturação de projetos de agroindústria da agricultura familiar e economia solidária (polpa de fruta e outros processamentos); 01411 - Reformar, recuperar, ampliar e adaptar os prédios de propriedade da SETHAS e parceiros para a implantação de uma central por polo regional, sendo: Seridó (Casa do artesão do Seridó); Região Metropolita de Natal/RN (CRARN); Região Oeste polo Mossoró Assú; Trairi Potengi; e Alto Oeste; 01422 - Instituir o Comitê Gestor Intersetorial da ECOSOL envolvendo secretarias e órgãos afins, para formulação de normativas regulatórias, agenda comum, atuando para a inclusão de grupos, empreendimentos e produtos da ECOSOL no acesso às políticas públicas, garantia de percentual de compras de produtos, dos empreendimentos de ECOSOL, das áreas rurais e urbanas, pelos diversos mercados institucionais; 01423 - Fomentar e fortalecer processos de articulação dos Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) em redes e/ou Cadeias Produtivas Solidárias de forma sustentável; 01424 - Criar um programa de incentivo a produção e a organização em Rede e/ou Cadeias Produtivas Solidárias, com o intuito de promover maior oferta e diversidade de produtos e serviços desenvolvidos pelos empreendimentos de economia solidária do Estado; 01426 - Elaborar e Implementar o Plano Estadual de Economia Solidária contendo o plano de crédito direcionada aos empreendimentos da economia solidária, rurais e urbanos, envolvendo ampla articulação com as instituições financeiras, reconhecendo a diversidade e as diferentes formas de organização desses empreendimentos; 01427- Realizar termos de cooperação ou outros instrumentos de parcerias com a AGN para financiamento e fomento de empreendimentos da economia solidária, cujas mulheres, jovens, comunidades tradicionais, dentre outros, tenham acesso ao crédito de forma ampliada e democratizada; 01428 - Criar e fortalecer experiências de Bancos Comunitários (10) e cooperativas de crédito (2), que sejam de economia solidária, garantindo as condições necessárias para sua implantação e funcionamento; 01429 - Apoiar a criação e fortalecimento de experiências de fundos rotativos de economia solidária nos territórios, através de realização de oficinas de mobilização, sensibilização e implementação, capaz de promover o desenvolvimento local sustentável, por meio da organização de grupos de poupadores e incentivo à produção e a comercialização de produtos e serviços; 01430 - Implementar uma política de assessoria técnica em economia solidária, através da contratação de agentes locais de desenvolvimento solidário (termos de parcerias, contratação direta), que seja integral e multidisciplinar, que promova o fortalecimento da organização, produção e comercialização dos empreendimentos econômicos solidários; 01431 - Apoiar as ações da Rede de Educação Popular em Economia Solidária do RN, envolvendo articulações territoriais, tendo como públicos

prioritários Juventudes, Mulheres, Povos e Comunidades Tradicionais; 01432 - Elaboração de Plano de Ação Intersetorial que promova a integração das políticas estaduais com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento econômico com justiça social e sustentabilidade; 01433 - Elaborar projetos para captação de recursos direcionados para o fomento das práticas relacionadas com a economia solidária e previstas em Lei (assessoria técnica, formação, investimentos, apoio a produção e a comercialização, fundo Estadual de economia solidária etc.), a partir da disponibilidade de recursos e encaminhamentos necessários; 01434 - Regulamentar a política Estadual de economia popular solidária; 01435 - Estruturar o Conselho através da aquisição de equipamentos, elaboração de plano de ação (cronograma, custeio) para apoio das despesas; 01436 - Criar o Fundo Estadual de fomento a Economia Solidária, conforme previsto em Lei; 01437 - Realizar encontros (4) para elaboração e validação do plano de Economia Solidária, com as condições necessárias para realização dos eventos, bem como garantir a diagramação e confecção do documento elaborado; 01438 - Desenvolver as políticas públicas de ECOSOL (assessoria técnica, gerencial, fundo estadual , investimentos, formação, realização de eventos, criação de espaços de comercialização, finanças solidárias, crédito, etc.), seguindo o recorte da distribuição territorial dos 10 territórios de identidade, com a disposição de espaços para a realização de diferentes atividades formativas; 01439 - Estruturar o funcionamento de espaços de referência em economia solidária (múltiplo uso) nos territórios da cidadania; 01447 - Desenvolver um programa de apoio e incentivo a implantação de tecnologias sociais que promovam o fortalecimento das práticas em Economia Solidária no Rio Grande do Norte; 01449 - Construir um ambiente institucional, que permita parcerias entre o Fórum Potiguar de Economia Solidária, Conselho Estadual de Economia Popular Solidária e Redes, permitindo a identificação e encaminhamento das demandas apresentadas; 01451 - Fortalecer a Rede de Gestores de Economia Solidária do RN, envolvendo gestores municipais de políticas afins; 01455 - Realizar 11 Conferências: 10 Territoriais e 1 Estadual de Economia Solidária, garantindo as condições logísticas para a participação dos Delegados, Conselheiros, Palestrantes e Observadores; 01463 - Elaborar e normatizar regramento para definição dos modelos de gestão e critérios de apoio financeiro para a garantia da sustentabilidade dos prédios e equipamentos públicos destinados ao funcionamento das Centrais de Comercialização da Agricultura Familiar, da Economia Solidária e do Artesanato; 00658 - Viabilizar o exercício do controle social através do apoio financeiro ao Conselho Estadual de Assistência Social; 00661 - Qualificar a participação dos conselheiros nos processos de deliberação e fiscalização da política; 01469 - Realizar Conferência Estadual de Assistência Social e 10 Conferências territoriais garantindo as condições logísticas para os eventos e para a participação dos delegados, conselheiros, palestrantes e observadores.

- Iniciativas: o PPA da SETHAS contou com a execução de 45 iniciativas, são elas: 02061 - Estruturação e Reordenamento Institucional para a execução, o monitoramento e a avaliação da Agenda de Governo da SETHAS, em todo o território do Rio Grande do Norte; 02119 - Fortalecimento da participação e do controle social no RN com estruturação e manutenção das atividades dos Conselhos Estaduais vinculados à SETHAS, realização de conferencias a assessoramento aos municípios para criação de Conselhos Municipais; 02124 - Estruturação administrativa da SETHAS com adequação de espaços físicos (reformas, ampliações e adaptações) e aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, de informática e audiovisual; 02125 - Criação e manutenção de sistemas de informação georreferenciado sobre as condições de vida de diversos segmentos em situação de vulnerabilidade social, pobreza extrema e violência, bem como mapeamento e monitoramento de oferta de políticas públicas destinadas a esses públicos RN; 02127 - Implementação de uma Agenda Institucional de Capacitação e Qualificação continuadas para servidores efetivos, comissionados e colaboradores terceirizados, das áreas técnicas e finalísticas e administrativa da SETHAS em parceria com a Escola de Governo e Instituições de Educação Superior Públicas do RN; 01603 - Regionalização dos serviços de média e alta complexidade; 01604 - Elaboração e/ou revisão da legislação e normativas orientadoras do SUAS: Plano Estadual de Assistência Social, Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, Plano da

Primeira Infância, Idoso e Pessoa com deficiência, com vistas a assegurar ações concretas que atendam às diversidades e heterogeneidades dos públicos e territórios; 01611 - Realização de ações de mobilização para encaminhamento dos usuários dos Serviços da Proteção Social Básica para cursos de qualificação e formação profissional, inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra; 01614 - Realização de eventos e implantação de serviços destinados à promoção da autonomia e da melhoria da qualidade de vida e violações de direitos, prevenção do isolamento e da segregação das pessoas com deficiência através da inclusão no mundo do trabalho e implantação de serviços regionalizados de Centros Dia e Residências Inclusivas; 01616 - Qualificação e cofinanciamento dos serviços de proteção social básica e especial; 01617 - Implementar ações de capacitação para os trabalhadores do SUAS com a qualificação da ofertas dos serviços socioassistenciais de todos os níveis de proteção social para a população LGTQI+ em situação de vulnerabilidade e/ou risco social; 01618 - Regionalização do serviço de acolhimento familiar, de proteção integral para mulheres vítimas de violência, através da criação de casas de apoio e da integração da rede de atendimento com os municípios; 02249 - Proteção social às crianças e aos adolescentes em situação de orfandade em face da pandemia da COVID-19; 02266 - Atender as demandas voltadas ao acesso aos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no objetivo de assistir as famílias em situação de vulnerabilidade social; 01652 - Prestação de apoio técnico aos municípios para o trabalho com as populações mais vulneráveis de origem étnico racial, atuando para o acesso dessas populações ao Cadastro Único; 01667 - Integração das ações dos municípios através de ação conjunta com a SEEC e SESAP, para orientar a atuação local para a articular as ações das áreas de Assistência Social, Saúde e Educação, com vistas ao cumprimento pelas famílias das condicionalidades do Programa Bolsa Família; 02064 - Implementação do Plano Interinstitucional de Combate à Pobreza do Rio Grande do Norte com ações de natureza emergencial, emancipatórias e estruturantes; 02116 - Implementação do Programa Estadual Mais Mobilidade destinado a pessoas em situação de vulnerabilidade social, em parceria com os Municípios; 02120 - Implementação do Programa de Prevenção e Assistência em Situação de Desastres e Calamidades Públicas; 02131 - Implantação do Programa de Inovação na Gestão de Políticas Públicas Intersetoriais de Combate à Pobreza no Rio Grande do Norte; 02112 - Estruturação e reordenamento institucional da Subsecretaria do Trabalho da SETHAS, para viabilizar a execução do Plano, o monitoramento e a avaliação da agenda do Trabalho e Renda do Governo na SETHAS; 02128 - Implementação de Agenda de Capacitação e Qualificação da Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Rio Grande do Norte; 02129 - Promoção e integração das políticas de qualificação profissional, de intermediação de mão de obra, de seguro desemprego e de informações sobre o mercado de trabalho; 02130 - Criação do Fundo Estadual do Trabalho, Emprego e Renda conforme previsão em Lei, em cumprimento à exigência da Política Nacional; 01628 - Estruturação da Gestão Estadual do SUAS e das Unidades Regionalizadas que serão implantadas, através da aquisição de equipamentos diversos e mobiliário, reformas e adaptações de espaços públicos para assegurar as condições de funcionamento; 01632 - Implantação de um Sistema de Informação Estadual Georreferenciado com integração de parâmetros para a estruturação de ações socioassistenciais de forma complementar ao Sistema Federal SUASWEB; 01644 - Efetivação de fóruns regionais permanente de gestores e trabalhadores; 01688 - Implantação de uma Ouvidoria Estadual da Política Estadual de Assistência Social e garantir as condições de seu funcionamento; 02051 - Implementação e Consolidação da Política Estadual de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional e Execução do 1º Plano Estadual de Segurança Alimentar; 01707 - Assessoramento para ações integradas na gestão do Sistema Socioeducativo em meio aberto e fechado no estado, com ênfase para o acompanhamento dos egressos do Sistema; 01335 - Implantação de tecnologias sociais de segurança hídrica e de produção com a construção de 1076 cisternas, nos territórios do semiárido, através da execução do Convênio Programa Cisternas/Ministério da Cidadania, e outras tecnologias de diversas tipologias; 01338 - Implantação, com assessoramento de ATER, de unidades de tecnologias socioprodutivas de segurança hídrica para consumo humano, animal e produção de alimentos e de processamento e comercialização, para agricultores familiares do

semiárido, sendo mulheres, jovens, quilombolas e indígenas; 02121 - Criação e implementação de um Programa Interinstitucional de fomento a iniciativas e projetos inovadores de inclusão social e combate à Pobreza para financiamento por meio de recursos de Emendas Parlamentares e Cooperação Internacional; 01349 - Realizar parceria com o SEBRAE para pensar em pequenas oficinas de consultoria aos artesãos; 01361 - Revitalização de 5 centrais de comercialização e participação do Proarte e artesãos potiguares em feiras estaduais, nacionais e internacionais para escoamento dos produtos artesanais; 01364 - Revitalização, modernização e construção de modelo de gestão dos equipamentos de comercialização dos produtos artesanais e economia solidária; 01368 - Regulamentar a Lei Complementar 599/2017, possibilitando a fiscalização do cumprimento da lei no que se refere ao percentual mínimo estabelecido para exposição de artesanato de origem potiguar em prédios públicos destinados à comercialização de produtos artesanais; 01396 - Regulamentar a Lei Complementar 599/2017, possibilitando a fiscalização do cumprimento da lei no que se refere ao percentual mínimo estabelecido para exposição de artesanato de origem potiguar em prédios públicos destinados à comercialização de produtos artesanais; 02056 - Consolidação do Programa do Artesanato do Estado do Rio Grande do Norte; 02100 - Estruturação do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária, garantindo as condições necessárias para funcionamento e realização de Conferências Territoriais e Estadual de Economia Solidária; 02102 - Elaboração do Plano Estadual de Economia Solidária; 02114 - Implantação e Estruturação da Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária com Plano, Fundo e um Sistema de Informação; 02122 - Execução do Projeto Economia Solidária RN voltado para a implantação de empreendimentos solidários junto a juventudes urbanas e rurais (Conv. 760003/2011 - Min. da Cidadania); 02123 - Implementação do Programa Meu Primeiro Emprego para a promoção e incentivo a empregabilidade e empreendedorismo juvenil do meio urbano; 02132 - Promoção de iniciativas de inclusão social e produtiva de jovens urbanos da Região Metropolitana de Natal e do município de Mossoró, com enfoque na economia solidária e criativa e incentivo ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo.

Em relação às agendas transversais, esta Secretaria de Estado, apesar de ter destacado ações realizadas à públicos específicos, no geral, atendeu as metas por meio da agenda 0 - Atendimento ao Público Geral. Quanto aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), as ações relacionam-se com seis deles: 1) Erradicação da Pobreza; 5) Igualdade de Gênero; 8) Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 10) Redução das Desigualdades; 11) Cidades e Comunidades Sustentáveis; 16) Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Metodologia

Para realização desta avaliação, foram utilizados os Instrumentais de monitoramento disponibilizados pela Unidade Instrumental de Finanças e Planejamento (UIFP) da Coordenadoria de Planejamento e Orçamento (COPLAN), preenchidos, bimestralmente, pela Coordenadoria de cada política, no período de monitoramento do ciclo de Gestão.

Uma vez que a maior parte das políticas executadas pela SETHAS não elaborou indicadores no Plano Plurianual 2020-2023, foram utilizadas fontes secundárias, no objetivo de apresentar a evolução do prognóstico durante o período do plano.

Considera-se necessário estabelecer os critérios e a tipologia desta avaliação, visando respeitar o alinhamento entre objetivo e metodologia empregados. Para isso, compreendendo o vasto tamanho do campo da avaliação de políticas públicas, a política da Assistência Social se restringiu aos estudos de Figueiredo e Figueiredo (1986) e Ramos e Schabbach (2012), referências na temática.

No que se refere a metodologia de avaliação da política de Economia Solidária, um dos

indicadores utilizados foi o Sistema de Informação e Cadastro da Economia Solidária do Rio Grande do Norte, vinculado administrativamente à Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência (SETHAS) e gerenciado, internamente, pelo Conselho Estadual da Economia Popular Solidária (CEEPS). O Sistema abrange a visibilidade institucional da política estadual de economia solidária; o Cadastro Estadual de Empreendimentos da Economia Solidária (CADSOL RN); e a viabilidade econômica da produção e/ou serviço. O Cadastro Estadual de Empreendimentos da Economia Solidária do Estado do Rio Grande do Norte (CADSOL RN) se apresenta também como um indicador da política, bem como O ECOSOL Digital que oferece diversas funcionalidades, incluindo o cadastro e mapeamento dos EES no CADSOL RN, uma vitrine virtual para os produtos e serviços desses empreendimentos, acesso a informações sobre a Economia Solidária, serviços como o CREDSOLIDÁRIO e uma série de recursos para promover a interação entre empreendedores e a população em geral.

Como processo fundamental para mensurar os parâmetros qualitativos da Assessoria de Comunicação, considerou-se diferentes aspectos que refletem o desempenho e a contribuição de assessoramento para os objetivos institucionais. A seguir, apresentam-se os métodos enumerados:

1. Definição de objetivos e indicadores de desempenho: explica-se por categorizar as idealizações da assessoria de comunicação, incluindo identificar os resultados desejados, como aumento na visibilidade, melhoria na imagem institucional, engajamento do público, entre outros. Cada objetivo foi acompanhado por indicadores mensuráveis que foram utilizados na avaliação, incluindo as vigências do próprio PPA;
2. Análise de mídia e cobertura: tratando-se da avaliação de quanto nossa cobertura midiática foi positiva e relevante, envolvendo monitoramento e análise da presença da instituição em diferentes meios de comunicação, considerando aspectos como a frequência, o tom das matérias e o alcance da mensagem.
3. Avaliação da comunicação interna e externa: avaliando-se a comunicação interna e externa da SETHAS de modo a fazer vistorias para com a clareza das mensagens, a facilidade de acesso à informação, a comunicação com stakeholders internos e externos e a consistência das mensagens transmitidas.
4. Gestão e engajamento nas redes sociais e no site da SETHAS: considerou-se a importância das plataformas digitais, a análise do engajamento nas redes sociais (principalmente no Instagram e no YouTube), na abrangência da quantidade e qualidade das interações, no crescimento de seguidores e no alcance de mobilizações digitais.
5. Análise dos feedbacks: coletando dados por meio de consideração das opiniões intersetoriais, reconhecendo os feedbacks e avaliações de recepção. Essas informações forneceram insights valiosos sobre a percepção da instituição e a eficácia dos serviços realizados pela ASSECOM SETHAS.

A metodologia de avaliação da ASSECOM ainda sim se fez dinâmica, variando de acordo com as especificações da Secretaria, havendo constante revisão e adaptação dos fundamentos para garantir que a assessoria estivesse alinhada.

As demais políticas fizeram uso de relatórios: em que se compilou todas as informações a serem critérios de percepção sobre a qualidade das realizações, agregando cada feito de cada parâmetro das atribuições; comparação com as metas estabelecidas: todos os dados foram coletados e comparados com as metas estabelecidas inicialmente, utilizando inclusive o PPA em vigência, em que essas comparações foram essenciais para determinar o grau de sucesso e identificar áreas que precisavam de ajustes.

Quanto ao método, a presente avaliação tem como critério a eficácia. Segundo Figueiredo

e Figueiredo (1986), nesse tipo de avaliação, busca-se examinar se as metas alcançadas se equiparam, excedem ou ficam aquém das expectativas estabelecidas. No caso desta avaliação, esta abordagem parte dos objetivos, metas e iniciativas firmados.

Para classificar e organizar os diferentes aspectos presentes nesta avaliação, considera-se quatro características: Finalidade, Natureza, Momento e Agente.

A finalidade desta avaliação é a de processo, já que possibilita olhar mais direto às etapas das políticas e observar eventuais dificuldades de implementação. Já a Natureza parte de característica somativa, considerando que é uma tipologia que identifica o quanto objetivos foram alcançados. O Momento, por sua vez, considerando que o PPA 2020-2023 chegou à etapa final de sua implementação, parte de categoria *ex post*. Por fim, os agentes envolvidos na avaliação são de característica interna, já que são profissionais envolvidos com o desenho e execução das ações planejadas.

Avaliação Geral dos Resultados

Considerando a execução pela Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social das suas 7 políticas, serão apresentados os principais resultados alcançados por cada política:

- **Política do Trabalho:** A Subsecretaria do Trabalho, por meio do SINE, têm um importante papel na prestação de serviços aos trabalhadores, quais sejam: organizar um sistema de informações e pesquisas sobre o Mercado de Trabalho, capaz de subsidiar a execução da política de emprego, em nível local e regional; implantar serviços e postos de atendimento em todo o Estado; identificar o trabalhador, por meio de Carteira de Trabalho; propiciar informação e orientação ao trabalhador quanto à escolha de emprego; prestar informações aos empregadores sobre os recursos humanos disponíveis; fornecer subsídios ao sistema educacional e ao sistema de formação de mão de obra para a elaboração de suas programações; estabelecer condições para que o perfil dos trabalhadores (a oferta de mão de obra) atenda às necessidades do setor produtivo (a demanda de mão de obra).

Para análise das atividades desenvolvidas por este órgão seguem as ações realizadas previstas nas metas e objetivos do PPA 2020-2023 que atendem os seguintes eixos: produção de Estudos e Diagnósticos; treinamento e capacitação; captação, intermediação de mão de obra; estruturação administrativa e organizacional; campanhas de comunicação e divulgação.

Nesse sentido, é importante salientar a parceria com a Secretaria de Estado das Mulheres, Juventude, Igualdade Racial e Direitos Humanos através da Coordenadoria de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CODES, visando melhor apoio a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho onde foi instalado um guichê no SINE Candelária para atender melhor o público e a emissão da Carteira da Pessoa com Deficiência; Para ampliar a participação e permanência das mulheres no Mercado de Trabalho, desenvolveu-se uma ação de sensibilização junto às empresas cadastradas no SINE, no sentido de viabilizar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, principalmente àquelas chefes de família, onde o Governo do Estado do RN, preocupado com essa parcela da população instituiu o Programa Estadual de Atendimento à Mulher Desempregada Chefe de Família; Para estimular o fortalecimento da segurança cidadã, a Subsecretaria manteve um diálogo com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP para buscar soluções para reinserção no mercado de trabalho de mulheres egressas do sistema prisional; Para o atendimento das mulheres em situação de violência a parceria foi com a a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM), no sentido de formar um banco de dados para (re)colocação no mundo do trabalho na busca por autonomia e dignidade; Parceria com a FUNDASE, para realização de diagnóstico dos adolescentes que cumprem medida

socioeducativas e cadastro dos mesmos no sistema da Intermediação de mão de obra; Parceria com a Secretaria de Administração e SEMJIDH, acompanhando o "RN Aprendiz"; Trabalho em parceria com o CERAM para inclusão dos imigrantes e refugiados nos serviços do SINE; Reativação da Central do Trabalhador Autônomo (CAT) com o objetivo de orientar, cadastrar e encaminhar profissionais autônomos (diaristas, cozinheiras, pedreiros e outros).

No eixo treinamento e capacitação, apesar dos poucos recursos financeiros conseguiu-se realizar oficinas, cursos, seminários para os servidores do SINE para um atendimento mais qualificado aos cidadãos.

No eixo captação, intermediação de mão de obra, enfatiza-se a criação do SINE Itinerante para atendimento da população em cidades onde não existem postos do SINE. Com esse programa o SINE conseguiu atender mais de 7.000 pessoas.

No eixo estruturação administrativa e organizacional destaca-se a mudança da sede da unidade Cidade da Esperança para um prédio moderno no bairro de Candelária e aquisição de mobiliário novo e equipamentos de informática, através de convênio com o Governo Cidadão.

E por fim, em relação ao eixo de campanhas de comunicação e divulgação, realizou-se várias visitas às empresas para divulgar os serviços oferecidos pelo SINE, distribuindo panfletos para a população e criando redes sociais como canal rápido e de baixo custo para divulgação de matérias relacionadas ao mercado de trabalho. Ou seja, de um modo geral considera-se que a maioria das metas e objetivos foram alcançados.

Após análise da execução do PPA verifica-se que os objetivos, metas e iniciativas estão em consonância, por isso observa-se que a política pública do trabalho está no caminho da efetividade. É de suma importância enfatizar a institucionalização da Política do Trabalho que tem base legal na Lei Complementar nº 665 de janeiro de 2020, onde instituiu no âmbito do Poder Executivo a Política Estadual do Trabalho, o Fundo Estadual do Trabalho e o Conselho Estadual do Trabalho e que contribuiu para o credenciamento e adesão do SINE estadual ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), requisito essencial para tornar o ente apto a receber recursos federais do FAT.

A execução do Plano Plurianual 2020-2023 passou por grandes desafios como a covid-19 que impactou diretamente no Mercado de Trabalho. Os recursos orçamentários/financeiros não foram suficientes para conseguir êxito na consecução de todas as metas propostas.

Apesar de tudo, o Rio Grande do Norte reagiu à crise da pandemia e figurou na 3ª colocação entre os nove Estados do Nordeste na geração de emprego, sendo o melhor índice alcançado nos últimos dez anos (CAGED), no ano de 2021. Cenário que teve a contribuição dos incentivos estaduais concedidos às empresas através do PROEDI que consequentemente impulsionou a economia.

Em uma avaliação geral considera-se que a maioria das metas e objetivos foram alcançados.

- **Política da Economia Solidária:** As ações do PPA da Política Estadual de Economia Solidária dialogam com as Agendas Transversais, por meio da promoção de atividades que priorizam a população LGBTQIAPN+; pessoas com deficiência; igualdade racial e etnia; refugiados; apátridas e migrantes; mulheres e jovens; bem como dialoga com a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), fortalecendo a estratégia política para um desenvolvimento com sustentabilidade. Os principais objetivos ODS que dialogam com a política são: Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; Objetivo 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; Objetivo 10: Reduzir a desigualdade dentro dos

países e entre eles; Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

A Subcoordenadoria de Economia Solidária, no contexto do Plano Plurianual (PPA) da Política Estadual, desempenha um papel essencial na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Concentrando-se na criação e apoio aos empreendimentos solidários, a subcoordenadoria contribui diretamente para a redução da pobreza (ODS 1), garantindo segurança alimentar através da agricultura familiar (ODS 2). Seu compromisso com o crescimento econômico inclusivo, associativo e sustentável, proporcionando geração de trabalho e renda, alinha-se ao ODS 8. A abordagem transversal da subcoordenadoria visa também a redução das desigualdades (ODS 10) e a promoção de padrões de produção e consumo sustentáveis (ODS 12). Ao priorizar grupos vulneráveis e marginalizados, a subcoordenadoria fortalece sua conexão com a Agenda 2030, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

- **Programa do Artesanato Potiguar:** Ao analisar o período de 2020 a 2023, destacamos a articulação do Programa do Artesanato Brasileiro. Foram divulgadas ferramentas digitais de acesso a serviços para o artesão, incluindo o Pré-Cadastro no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro. Essa iniciativa permitiu que o processo de cadastro da carteira de artesão fosse iniciado remotamente, garantindo esse direito a todos os artesãos com acessibilidade digital. Além disso, foi lançada a plataforma Credartesanato, facilitando o acesso ao crédito para os artesãos. Por meio dessa plataforma, os artesãos puderam lançar propostas de financiamento em dezenas de instituições financeiras simultaneamente, sem a necessidade de se deslocarem até agências bancárias. Ademais, durante todo o período do PP vigente, foram lançados 23 editais de chamada pública para seleção de artesãos que participam das feiras apoiadas pelo PROARTE.

Em 2023, o Programa do Artesanato Potiguar deu ênfase às visitas técnicas, priorizando comunidades que aguardavam há anos devido à pandemia da Covid-19, incluindo comunidades de povos tradicionais, como os quilombolas. Nos quatro anos, o PROARTE promoveu oficinas nos territórios, incentivando os artesãos a aprimorarem seus produtos, no objetivo de, não apenas preservar a referência e a tradição cultural, mas também a excelência em qualidade, visando uma maior absorção do artesanato pelo mercado. A Casa do Artesão do Seridó promoveu diversas atividades que potencializaram o Programa do Artesanato do Rio Grande do Norte, tais como: 02 encontros para elaboração do Plano de Trabalho em 2023; 03 Formações com equipe da Casa do Artesão do Seridó: Gestão de Tempo e produtividade, Ferramentas de PMAS digitais e metodologia; 02 oficinas sobre cooperativismo e associativismo; 04 Oficinas sobre precificação de produtos; Curso modular sobre Moda e Artesanato do Projeto aprovado no Edital SEBRAE e FAPERN pela marca Gueorguia; Projeto Fazendo Moda com oficinas de produção de produtos, intercâmbio de experiências e desfile de moda; Oficinas criativas de Moda e Artesanato do Projeto Aprovado pelo edital Economia Criativa em 2023, proposto por Andrielli Miranda e Gueorguia; Curso de Iniciação ao Bordado a máquina; Palestra com os Correios sobre vendas virtuais e envio de encomendas; 02 Cursos de produção de tricô; 03 encontros de formação em visual merchandising; Organização das salas por tipologias e seções temáticas; Gravação de documentário com a atriz Titina Medeiros sobre as Bordadeiras do Seridó; Desfile e lançamento da coleção Sertão Contemporâneo da artesã Tânia Bellot; Realização da I Expor Moda e Artesanato.

- **Política de Segurança Alimentar:** Em relação às agendas transversais, esta Coordenadoria tratou unicamente da agenda 0 - Atendimento ao Público Geral e grande parte de seus objetivos e metas são de caráter qualitativo, de tal modo que, via de regra, não foram necessários recursos financeiros. Dentro desta agenda transversal, foram abordados:

- Programa Temático 3008 - Desenvolvimento da Ação Parlamentar: Associado à Agenda ODS (1) sob “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” e a Diretriz (125) “Fortalecer as ações parlamentares integradas, dinâmicas e participativas, que tenham como objetivos atender os anseios da sociedade”. Nesse aspecto, nos encaixamos no objetivo 289, no que diz respeito à meta 241, de modo

que, de 2020 a 2023, esta coordenadoria atuou de modo a promover e participar das reuniões e encontros do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA Estadual), composto por membros de órgãos estaduais e municipais e representantes da sociedade civil, voltadas a discutir pautas acerca das ações e políticas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional no Estado. Ademais, no ano de 2023, houve também a VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte, que teve como lema "Soberania Alimentar: a comida que queremos!", que ocorreu em Natal/RN e foi precedida de seis Conferências territoriais, as quais ocorreram em Parnamirim (Terras Potiguaras e Agreste Litoral Sul, com 91 participantes), Caicó (Seridó, com 62 participantes), João Câmara (Sertão Central Cabugi, Litoral Norte e Mato Grande, com 74 participantes), Santa Cruz (Potengi e Trairi, com 101 participantes), Mossoró (Assú/Mossoró, com 64 participantes) e Apodi (Alto Oeste e Sertão do Apodi, com 163 participantes), durante o período de 29 de agosto de 2023 a 14 de setembro de 2023.

As propostas estabelecidas na Conferência Estadual serviram como base e respaldo para a Conferência Nacional, a qual teve como lema "Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade" e foi dividida em três eixos, sendo dois deles com participação da delegação do Rio Grande do Norte: "Determinantes estruturais e macrodesafios para a soberania e segurança alimentar e nutricional" e "Sistema nacional de segurança alimentar e nutricional e políticas públicas garantidoras do direito humano à alimentação adequada", compuseram a delegação do RN, 12 (doze) representantes do Governo e 25 (vinte e cinco) representantes da sociedade civil. Como resultado da Conferência Estadual, pactuou-se o encaminhamento da construção do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, em uma parceria entre CONSEA e CAISAN estaduais, enquanto a Nacional culminou na assinatura de três novos decretos:

- O primeiro decreto estabelece diretrizes para promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar, com o objetivo de prevenir o sobrepeso, obesidade e o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis;
- O segundo institui a Estratégia Nacional da Alimentação Saudável nas Cidades. O objetivo é ampliar a produção, o acesso e o consumo de alimentos saudáveis, priorizando os territórios periféricos e populações vulneráveis;
- O terceiro trata da Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB) e a elaboração do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, ambos com a finalidade de promover o acesso da população brasileira a alimentos em quantidade e qualidade suficientes, a formação de estoques públicos estratégicos e o abastecimento descentralizado e popular de alimentos.

Ademais, houve a publicação de um caderno de propostas que servirá de base para a atualização do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

- Programa 3001 - Igualdade na Diversidade: Direitos Humanos: Está associado às Agenda ODS (1) "Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares" e (2) "Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável", bem como à Diretriz (42) "Fortalecer os Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática". Nessa perspectiva, no cumprimento do Objetivo 416, voltado à Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, abaixo discriminamos, meta por meta, o que foi realizado.

Em relação à meta 337, de 2020 a 2022, as atividades de educação alimentar e nutricional (EAN) eram previstas nos contratos e regidas pelo Termo de Referência, de modo que a frequência, conteúdo e caráter das atividades ficavam à critério das nutricionistas/representantes

das empresas e eram checados "*in loco"* nas unidades, durante os processos fiscalizatórios. Porém, a partir do ano de 2023, houve a elaboração de um calendário para a realização de atividades mensais de EAN diretamente pela CODES, enquanto gestora do Programa Restaurante Popular, que foi enviado para as empresas licitadas abordando as sugestões de temas que poderiam ser utilizados para realizar as ações de EAN com os usuários do Programa, sendo eles:

- Alimentos processados e ultraprocessados - o que são e quais os seus impactos à saúde, programada para o mês de julho;
- Alimentação adequada e ingestão de nutrientes, programada para o mês de agosto;
- Doenças crônicas (diabetes, obesidade e hipertensão) associadas a desequilíbrios na alimentação, programada para o mês de setembro;
- Grupos Alimentares, programada para outubro;
- Consumo alimentar dos brasileiros - composição e combinação dos pratos, programada para novembro.
- Boas práticas de higienização durante o preparo dos alimentos, programada para dezembro.

As atividades foram todas baseadas no Guia Alimentar para a População Brasileira e o monitoramento é feito por meio da checagem nas fiscalizações e do envio mensal dos registros fotográficos pelas nutricionistas das unidades. Considerando o início dessa metodologia em 2023, durante esse ano foram desenvolvidas 129 ações de educação alimentar distribuídas nas 113 unidades dos Programas Restaurante Popular, Café Cidadão e Sopa Cidadã, conforme calendário mensal informado pelas empresas fornecedoras. Correspondendo a 9,5% do previsto para o ano.

Em relação às metas 347 e 370, o público-alvo determinado considerado é de apenas mulheres vítimas de violência doméstica e pessoas com deficiência, os quais apresentam respaldo legal, constando, portanto, cláusulas em todos os contratos licitados, com exceção das 27 unidades abordadas no processo licitatório: SEI Nº 02010009.001466/2021-18, que ainda se encontra em andamento, referente ao Programa Café Cidadão. O monitoramento, contudo, por se tratar de legislações estaduais/federais, fica à encargo do Ministério do Trabalho. A adequação da meta corresponde a 62,5% dos contratos existentes no Programa Restaurante Popular.

Sobre a Meta 355: Com a reestruturação do Programa leite Potiguar iniciada ainda em 2019, houve grandes avanços desde então. O maior deles foi a informatização do programa com a criação do novo sistema de gestão, o SIPLP, em 2022 e do aplicativo para leitura dos cartões dos beneficiários gerados com QR Code, e a adesão dos municípios a esse aplicativo e programa de gestão do PLP. Criação de Resoluções que garantiram a manutenção do abastecimento por parte dos laticínios e consequentemente a continuação do programa. Renovação dos Termos de Cooperação entre a SETHAS e Município e/ou OSC's, que dos 175 acordos que precisam ser assinados, seja com municípios e/ou OSC's, foram assinados 128 em 2023. A adesão de 60 municípios ao uso do APP ao longo desse período. E como parte da reestruturação do programa, a SETHAS efetuou a compra de termômetros para aferição da temperatura do leite da entrega até a sua distribuição aos beneficiários nos pontos, através do processo 02010014.001241/2023-46, como também, aquisição de material de limpeza para uso nos pontos de distribuição do leite geridos diretamente pela CODES por meio do processo 02010014.001184/2023-03.

Houve a homologação e publicação do resultado do processo 00110034.001459/2022-55, já em 2024, de Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP) (móvel-móvel, móvel-fixo e dados) nas modalidades local, longa distância nacional (LDN) e internacional (LDI), para aquisição de smartphones e pacotes de dados de internet para serem utilizados nos pontos de distribuição do leite na leitura dos cartões dos beneficiários;

No que diz respeito à meta 369, houve a implantação da Lei Nº 10536/2019 que institui o

Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES), de modo que esta Coordenadoria Operacional de Desenvolvimento Social (CODES - PRP/SETHAS) em uma parceria com a SEDRAF, realizaram edital de Chamada Pública Paralela, no ano de 2021, abrangendo 109 unidades dos Programas Restaurante Popular, Café Cidadão e Sopa Cidadã, distribuídas em 49 municípios, para construção dos instrumentos e do fluxo processual correspondente à realização da Chamada Pública Paralela, com vistas a aprimorar o processo de adaptação aos moldes do PECAFES.

A chamada pública teve como resultado o credenciamento de 8 (oito) cooperativas, sendo elas: Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Estado do Rio Grande do Norte (COOAFARN); Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Potengi (COOPOTENGI); Cooperativa de Comercialização Solidária Xique-Xique (COOPERXIQUE); Cooperativa Agropecuária do Seridó (CAPESA); Cooperativa de Agricultores e Agricultoras Familiares de Mossoró e Região (COOAFAM); Cooperativa de Desenvolvimento Agroindustrial Potiguar (COODAP); Cooperativa da Agricultura Familiar de Novo Pingos e Vale do Assu (COOPINGOS); e, Associação da Cooperativa da Agricultura Familiar da Fazenda Paz (ACAPAZ), as quais atendem 18 unidades do Programa Restaurante Popular, em 17 municípios do Estado do Rio Grande do Norte, distribuídos nos territórios de Terras Potiguares, Alto Oeste, Seridó, Assú e Mossoró, Litoral Sul, Mato Grande, Sertão Central do Cabugi e Trairí. A partir do credenciamento, todos os novos contratos iniciados passaram a incluir uma cláusula sobre o PECAFES - "CLÁUSULA OITAVA - DO PROGRAMA ESTADUAL DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA (PECAFES)" na qual consta a obrigatoriedade de que, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos custos com aquisição de gêneros alimentícios deverão ser provenientes de produtos oriundos da Agricultura Familiar e/ou de Empreendimentos de Economia Solidária, por meio da modalidade de compra indireta.

Em relação à execução, no ano de 2021, com a licitação SEI Nº 02010009.002826/2020-18, houve a contemplação de 4 (quatro) contratos, correspondente a 4 (quatro) municípios e 4 (quatro) unidades, já em 2022, com a licitação SEI Nº 02010009.001956/2021-14, houve a contemplação de mais 16 (dezesseis) contratos, correspondente a 15 (quinze) municípios e 16 (dezesseis) unidades, e em 2023, com a licitação SEI Nº 02010009.001521/2021-61, foram contemplados mais 16 (dezesseis) contratos, referente a 21 (vinte e um) municípios e 39 (trinta e nove) unidades, estando as primeiras 20 (vinte) unidades mencionadas já em execução e, as unidades referentes à licitação ocorrida em 2023, constam o cumprimento previsto em contrato, mas estão em aguardo de um encontro presencial para orientações que irão nortear a fase de execução. Dessa forma, resta a implementação em apenas 27 unidades, correspondentes ao processo licitatório SEI Nº 02010009.001466/2021-18, em andamento, culminando em um percentual de 76% de adequação em relação à implementação.

No ano de 2021, foram realizadas 77 fiscalizações nas Unidades dos Programas Café Cidadão, Restaurante Popular e Sopa Cidadã; em 2022, 73 fiscalizações foram realizadas e, em 2023, foram realizadas 48 fiscalizações. Além disso, ocorreu a aquisição de materiais para auxiliar no processo de fiscalização, tais como: balanças, termômetros e copos graduados. Ademais, uma ferramenta direta de monitoramento dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional ainda não foi desenvolvida, por ausência de corpo técnico suficiente para atender a demanda. Entretanto, a formulação de um edital para contratação de bolsistas-pesquisadores que farão pesquisa de avaliação e monitoramento dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional iniciou a fase de elaboração em 2023, em uma parceria entre SETHAS, UERN E FUNCITERN, com publicação de edital prevista para o ano de 2024. Sendo assim, a fiscalização caracteriza meta contínua, enquanto o monitoramento, por não ter tido meios para ser atendido dentro do quadriênio em questão, segue como meta a ser alcançada para o quadriênio 2024-2027. Em relação à execução orçamentária, foram empenhados R$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada Exercício Fiscal de 2021 a 2023, conforme subação 205301 - Suplementação Alimentar e novas Ações de Segurança Alimentar, Fonte: 0.6.69.000150 - Recursos Diretamente Arrecadados -

Administração Direta.

Sobre o cumprimento à Meta 375, no Programa Leite Potiguar, atualmente existe um aplicativo utilizado no Programa, que foi implementado em 60 municípios, equivalente a 36% da meta de 100% de cobertura. Alguns dos entraves ao alcance total dessa meta é a baixa adesão pelos municípios e a não aceitação pelos colaboradores do uso de seu aparelho celular pessoal para fins do programa, no entanto, com a homologação e publicação do processo: 00110034.001459/2022-55, para aquisição de smartphones e pacotes de dados pela SETHAS, a expectativa é que cheguemos aos 100% ainda em 2024. Já no que diz respeito ao Programa Restaurante Popular, houve a estruturação de um aplicativo, em um projeto derivado de um Termo de Cooperação entre a FUNCERN e a SETHAS, que passou pelo teste piloto em 4 unidades Natal (Igapó); Natal (Rocas), Parnamirim (Centro), Parnamirim (Passagem de Areia), entre o final de 2021 e início de 2022, como resultado foram finalizadas as funcionalidades de registro de refeições e o módulo de gestão, porém, as atividades no PRP foram interrompidas para priorizar a construção do sistema do RN Acolhe. Ainda nessa perspectiva, a sistematização do aplicativo esbarrou em entraves voltados à dinâmica de cadastramento complexa para o modelo do Programa, que trata de um fluxo intenso de pessoas de perfis variados. Desse modo, atualmente o projeto encontra-se em processo de retomada. A despesa estimada para execução do objeto contratual para os dois Programas foi de R$ 88.572,00 (oitenta e oito mil, quinhentos e setenta e dois reais), conforme Dotação Orçamentária: 26.132.08.306.3001.205301 - Suplementação Alimentar, na Natureza de Despesa: 33.90.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais, Fonte: 0.150, de acordo com a OGE 2020; para a OGE 2021, a dotação contou com a mesma classificação programática, no valor de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais); na OGE 2022, o valor foi de R$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil); e, na OGE 2023, o valor foi de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

Em relação à Meta 383, o atendimento aos usuários é contínuo, através da ouvidoria dos programas, além da utilização das redes sociais da SETHAS para disseminação de informações pertinentes aos Programas. Além disso, é possível citar a iniciativa criada em 2022 pela SETHAS de incentivar a elaboração de um cronograma anual de atividades educativas a serem realizadas mensalmente por todas as empresas responsáveis por Unidades, voltadas tanto para os usuários, quanto para os colaboradores das empresas fornecedoras aos Programas Café Cidadão, Restaurante Popular e Sopa Cidadã, disseminando informações didáticas sobre a segurança alimentar, alimentação saudável e outros temas considerados importantes para o conhecimento do público do Programa. Dessa forma, a meta foi contemplada e segue em execução contínua, uma vez que contribui para o adequado funcionamento e utilização dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Acerca do cumprimento da Meta 385, a meta não foi alcançada, mantendo-se como meta para o próximo quadriênio 2024-2027. De forma que, entre os anos de 2021 e 2023, houve a oficialização do contato por parte do CONSEA nacional com a SETHAS, no sentido de fornecer instruções ao preenchimento de formulário pelos gestores municipais para a adesão ao SISAN, para tanto, a CODES solicitou apoio do SUAS para contatar os gestores e foi enviado um link de cadastramento. Contudo, desde esse envio não houve nenhuma devolutiva dos municípios, de maneira que houve estabelecimento de novo prazo para adesão, a partir da articulação entre CONSEA e membros da CAISAN, recentemente reativada, considerando ainda que só terão acesso ao PAA os municípios que tiverem aderido ao SISAN.

Em relação à meta 1362, ano de 2023 o EMATER/RN assim como a SEDRAF foram temas de debates entre os membros do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, quanto à inclusão dos mesmos junto ao conselho, considerando a articulação dos órgãos à política de SAN. Entretanto, as tratativas relacionadas ao mapeamento dos agricultores familiares para a execução da Lei do PECAFES são feitas de maneira direta e informal entre a SEDRAF e a CODES/SETHAS, não

havendo nenhum documento que possa embasar a avaliação dessa meta.

Sobre o cumprimento da meta 1363, foi realizada a VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e as Conferências Territoriais de Segurança Alimentar e Nutricional nos dez Territórios de Identidade. A SETHAS, juntamente com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/RN, realizou a VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte, que teve como lema "Soberania Alimentar: a Comida que queremos!" A princípio as conferências territoriais pretendiam abranger todos os territórios do Estado, no entanto, houve a realização em apenas seis territórios do Estado do Rio Grande do Norte, tendo em vista o curto período de tempo previsto para sua execução. Confirmado as datas, os encontros aconteceram nos seguintes municípios: Assú/Mossoró, Apodi, Mato Grande/Sertão Central, Potengi/Trairi, Seridó, Terras Potiguaras/Agreste Litoral Sul, durante o período de 29 de agosto a 14 de setembro de 2023. Foram discutidas e apresentadas propostas em cada eixo temático, que resultaram em 25 (vinte e cinco) selecionadas como prioritárias e aprovadas na Plenária Final da Conferência Estadual. A Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional ocorreu no hotel Holiday Inn, em Natal/RN. Na etapa Estadual foram eleitos(as) 24 (vinte e quatro) delegados(as) da Sociedade Civil e 12 (doze) representantes do Governo, os quais tiveram a responsabilidade de levar à pleito nacional a realidade dos municípios e do Estado, em que foi debatido na Conferência Nacional sobre as transformações, urgências e problemáticas, a fim de montar uma articulação e intersetorialidade que atenda às demandas dos territórios dentro da máquina pública. As propostas estabelecidas na Conferência Estadual, foram derivadas dos 3 eixos temáticos, os quais abordavam os seguintes assuntos: Determinantes estruturais e macro desafios para a soberania e segurança alimentar e nutricional; Sistema Nacional De Segurança Alimentar E Nutricional e políticas públicas garantidoras do direito humano à alimentação adequada, e Democracia e Participação Social. A partir desses debates surgiram os encaminhamentos que serviram como base e respaldo para a Conferência Nacional, que na ocasião contou com 34 delegados divididos entre sociedade civil e Governo. A VI Conferência teve como objetivo principal fortalecer os compromissos políticos em torno da Democracia, da erradicação da fome por meio da Comida de Verdade e do Direito Humano à Alimentação Adequada. Com isso, é possível alcançar a promoção de sistemas alimentares justos, antirracistas, antipatriarcais, sustentáveis e que promovam a saúde, bem como da busca pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Em relação à execução orçamentária, foi demandado um orçamento no valor total de R$ 89.132,64 (oitenta e nove mil, cento e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos), sendo o valor de R$ 7.108,00 (sete mil, cento e oito reais) para os serviços de sonorização; o valor de R$ 226,00 (duzentos e vinte e seis reais) para aquisição de aparelhos eletrônicos; R$ 3.368,64 (três mil, trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) para aquisição de material gráfico; R$ 49.600,00 (quarenta e nove mil e seiscentos reais) relativos à despesas com alimentação; R$ 28.830,00 (vinte e oito mil, oitocentos e trinta reais) com hospedagem de pessoal; desembolsados por meio da Unidade Orçamentária 26132, Subação 404401 - Manutenção e Funcionamento, na Fonte de Recursos 0.6.69.000150 – Recursos Diretamente Arrecadados – Adm. Direta 0669000150.

No que diz respeito à iniciativa 1742, o Estado do Rio Grande do Norte, por meio das prerrogativas conferidas pelo art. 64, V e VII, da Constituição Estadual, respaldado pela Lei Estadual nº 11.453, datada de 1º de junho de 2023, e considerando o Decreto n° 32.887, emitido em 11 de agosto de 2023, decretou a designação da composição da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte (CAISAN/RN). Os membros indicados são os seguintes: SETHAS, GAC, SEPLAN, SEDRAF, SAPE, SEMJIDH, SESAP, SEEC, SEAP, SEMARH, CAERN, UERN, CEASA, com destaque para o Instituto de Assistência Técnica e Rural - EMATER/RN. Em função de sua vinculação à área de Segurança Alimentar e Nutricional, o EMATER/RN foi integrado à Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/RN.

Em relação à iniciativa 2051, a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional

do Rio Grande do Norte (CAISAN/RN), um órgão vinculado às esferas de soberania, segurança alimentar e nutricional, sistemas alimentares e combate à fome, é parte integrante da estrutura descentralizada da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS). Um de seus principais objetivos consiste na formulação e coordenação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, para o qual os membros estão atualmente constituindo um Grupo de Trabalho (GT). Este grupo será responsável pela concepção e elaboração do plano, com previsão de início das atividades programada para fevereiro de 2024.

- Programa 2007 - Viver Melhor: Assistência Social e Cidadania:No que diz respeito ao Objetivo 536, associadas à Agenda ODS e à diretriz 86 da agenda ODS, as metas 1390, 1394 e 2119 foram executadas conforme a descrição a seguir:

Em 2023, aconteceu a VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte, que teve como lema "Soberania Alimentar: a Comida que queremos!" em que foi precedida de seis etapas territoriais, as quais ocorreram em Assú/Mossoró (64 participantes), Apodi (163 participantes), Mato Grande/Sertão Central (74 participantes), Potengi/Trairi (101 participantes), Seridó (62 participantes), Terras Potiguaras/Agreste Litoral Sul (91 participantes), durante o período de 29 de agosto a 14 de setembro de 2023, culminando na etapa Estadual, realizada no hotel Holiday Inn, em Natal/RN. Na etapa Estadual foram eleitos(as) 24 (vinte e quatro) delegados(as) da Sociedade Civil e 12 (doze) representantes do Governo, os quais tiveram a responsabilidade de levar à pleito nacional a realidade dos municípios e do Estado, em que foi debatido na Conferência Nacional sobre as transformações, urgências e problemáticas, a fim de montar uma articulação e intersetorialidade que atenda às demandas dos territórios dentro da máquina pública. As propostas estabelecidas na Conferência Estadual serviram como base e respaldo para a Conferência Nacional. Nesse sentido, é possível afirmar que a meta 1390 está em cumprimento e, por se tratar de uma meta contínua, permanecerá dentro do planejamento, visando futuras ações de eventos sobre temas relacionados às políticas públicas e garantia de direitos nas áreas de atuação direta e transversal da SETHAS.

Sobre a meta 1394 e 2119, cabe citar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), um órgão colegiado de assessoramento imediato à Presidência da República. O Conselho tem caráter consultivo e integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), responsável pela gestão intersetorial de políticas públicas e a articulação entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), com a participação da sociedade civil (38 membros) e representantes da esfera governamental (12 membros), para a implementação e execução das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, na esfera do controle social. Para isso, o Conselho realiza encontros mensais com o objetivo de tratar acerca de questões que cercam a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Assim, com relação aos encontros realizados pelo CONSEA estadual, os quais contaram com a participação da subcoordenadora da CODES/PRP enquanto conselheira, no ano de 2021, foram realizadas 9 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária. Em, 2022, foram realizadas 4 reuniões ordinárias e, em 2023, ocorreram 9 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias. É válido informar que não foram encontradas informações sobre essa meta no ano de 2020. Além disso, no ano de 2023, foram realizadas as Conferências territoriais, estadual e nacional de Segurança Alimentar, que ocorrem a cada 4 anos e também funcionam como um instrumento de controle social das Políticas de SAN, onde são pactuadas novas estratégias de promoção da SAN e as formas como essas serão viabilizadas a nível nacional, estadual e municipal. Portanto, as metas 1394 e 2119 estão em adequado cumprimento e, por se tratar de metas contínuas, permanecem na agenda de ações dessa Secretaria.

- Política do Idoso: A Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, de acordo com as determinações da Lei Estadual 8.219 de 12 de agosto de 2002, constitui-se como órgão gestor estadual da Política dos Direitos da Idosa no Rio Grande do Norte.

A Política da Pessoa Idosa é uma política de caráter transversal, onde suas previsões e

garantias perpassam pela perspectiva da Intersetorialidade havendo, portanto, a necessidade da articulação e integração com todas as políticas públicas.

No Rio Grande do Norte, considerando os desafios enfrentados pela gestão no seu primeiro mandato, não foi possível estruturar esta política, dada as dificuldades financeiras e de recursos humanos para atender a demanda voltada para a pessoa idosa, bem como os agravantes da pandemia da covid-19, que exigiam para aquele momento um reforço nas estratégias de saúde, para mitigar os efeitos do vírus.

Deste modo, as ações executadas para este público foram centralizadas e direcionadas dentro desta secretaria, através da Coordenadoria Estadual de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (COGESUAS), atualmente considerando a aprovação da Política Estadual de Assistência Social Coordenação Estadual da Política de Assistência Social (COPAS). Ainda assim, a Coordenadoria Estadual de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (COGESUAS) executou ações que fortalecem a política do idoso, como a regularização do fundo e, eventos com a Receita Federal para arrecadação de recursos para o fundo, bem como seminários e oficina estadual com gestores e equipes municipais sobre os direitos da pessoa idosa.

As ações de controle social são responsabilidades do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDEPI/RN), que atualmente tem na presidência o Professor Gustavo André Pereira Brito, representante governamental, através do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Podemos assim, observar alguns direcionamentos de acordo com os ODS, outros objetivos alcançados, mas ainda grande necessidades de avanço e inovação para com a população idosa potiguar. Com a sensibilidade de lidar de forma prioritária com a pasta, tendo em vista os dados nacionais que apontam cada vez mais a solidão e abandono desta população.

- **Política de Assistência Social:** Durante o processo de implementação para concretização dos objetivos, metas e iniciativas das ações, observou-se tanto avanços como desafios na execução.

Na implantação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC), observamos que o mapeamento e cadastro de OSC em um aplicativo foram concluídos com sucesso. No entanto, a não consecução da Meta 00238, relacionada à aprovação de recursos para projetos de OSC, devido à diminuição na arrecadação do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, indica a necessidade de uma análise mais aprofundada do modo de utilização das fontes de financiamento.

No âmbito do acesso aos serviços socioassistenciais do SUAS, verifica-se uma mistura de resultados. Enquanto algumas metas, como a capacitação de equipes e a expansão de serviços de média e alta complexidade, foram alcançadas, outras, como campanhas para pessoas com deficiência e implantação de serviços LGBTQIA+, foram impactadas por desafios financeiros e priorizações estratégicas. A regionalização do serviço de acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica teve avanços, mas enfrenta obstáculos financeiros.

Na implementação da Agenda de Gestão Integral da Política de Assistência Social, foram alcançados avanços significativos, incluindo a estruturação da gestão estadual e regionalizada do SUAS, evidenciada pela aquisição de equipamentos e investimentos em unidades de acolhimento. No entanto, a não iniciativa na elaboração do plano de comunicação representa um desafio, atribuído a demandas sobrecarregadas e falta de recursos humanos.

O objetivo de qualificar o processo de concessão de benefícios e transferência de renda apresenta resultados positivos em 2023. Metas foram alcançadas ou estão em execução, refletindo o comprometimento em fortalecer a assistência social no estado.

Quanto ao fortalecimento e ampliação dos espaços de participação do SUAS, observamos

avanços significativos em 2023, com a maioria das metas alcançadas. Destaca-se a realização da Conferência Estadual de Assistência Social, demonstrando o compromisso com a promoção da democracia participativa e do apoio financeiro para viabilizar a participação de membros do Conselho Estadual nos encontros do FONACEAS e CNAS.

Já no objetivo de assessorar e articular ações integradas para melhoria da gestão do Sistema Socioeducativo, enfrentam-se desafios significativos, principalmente em relação à meta específica de assessorar municípios na elaboração de planos de atendimento às medidas socioeducativas, por observar sobrecarga de demandas e à escassez de recursos humanos, tanto para a Gestão Estadual do SUAS quanto para a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE).

Em relação aos desafios relacionados à disponibilidade de recursos, destaca-se a estratégia de priorizar serviços socioassistenciais em detrimento da criação de programas específicos para calamidades públicas, dada a ausência do decreto estadual.

A avaliação geral destaca a importância de abordagens flexíveis, adaptação às condições orçamentárias e a necessidade de cooperação com outras entidades governamentais para fortalecer a resposta a desastres e calamidades públicas. O planejamento futuro pode envolver ações proativas para lidar com contingências financeiras e a busca por parcerias estratégicas para otimizar recursos e esforços.

Síntese da Avaliação e Recomendações

A construção dos resultados que ampliam a estruturação das políticas de estado foi muito significativa nesse período em seu arcabouço administrativo e político. As parcerias com outras secretarias e instituições ampliaram o alcance das ações e levam a uma avaliação satisfatória, diante das adversidades estabelecidas em diferentes dimensões.

Para melhoria e andamento das ações foram apontadas as seguintes recomendações pelas políticas:

- Oferta de recursos humanos e financeiros pelo Órgão;
- Acompanhamento contínuo e monitoramento das metas propostas, que já é feito pelos gerentes de PPA, porém a proposta é que esse monitoramento também seja realizado internamente, nos setores, com agenda previamente definida para o ano todo, tanto setorial quanto externo, para o qual propomos uma comissão de monitoramento dentro da SETHAS que deverá acompanhar o alcance das metas e suas dificuldades;
- Ampliação do ambiente institucional da política da Economia Solidária e Artesanato Potiguar, da equipe, evolução orçamentária bem como seja inserida na agenda de prioridades junto às ações do governo do estado na perspectiva de desenvolvimento econômico sustentável e promoção da geração de renda por meio do trabalho associado;
- Acompanhamento pela SEPLAN do planejamento da Secretaria, de forma que disponibilize um técnico/servidor para mediar/facilitar oficinas de PPA, com proposta que envolva desde a teoria aliado à prática;
- Monitoramento ininterrupto das metas 383, 369, 337, por se tratar de metas contínuas e que precisam ser executadas regularmente pela Secretaria. Por fim, durante a avaliação, foi identificada a meta 375, referente a implantação de um sistema tecnológico que auxilia o funcionamento e controle de acesso dos beneficiários dos Programas Restaurante Popular e Leite Potiguar, que está paralisada e, a partir disso, recomendamos que as equipes CODES e ASSETI da SETHAS se reúnam em 2024 para discutir meios de retomá-la.
- Estruturação de comitês municipais, realização de mapeamentos da população idosa,

ações intersetoriais com outras coordenadorias da SETHAS e as demais secretarias de Estado;

- Necessidade crucial de aportes financeiros para viabilizar as ações propostas, sobretudo de manutenção do cofinanciamento da proteção social especial e implementação do cofinanciamento da proteção social básica que apesar de ter disponibilidade orçamentária não foi iniciado devido a restrição financeira que o Estado vem enfrentando nos últimos anos, ressaltamos ainda, a importância de buscar alternativas e fontes de financiamento a fim de dar início e continuidade ao desenvolvimento de metas e iniciativas atribuídas como prioritárias.

- Recomenda-se a continuidade do apoio financeiro ao Conselho Estadual, à qualificação da participação dos conselheiros e a busca de estratégias para conferências mais regionalizadas, consolidando o caráter democrático do SUAS no estado.

- Recomenda-se uma análise aprofundada das barreiras enfrentadas, identificando possíveis soluções e considerando a importância da meta para as políticas socioeducativas no estado, sobretudo, realizar procedimentos de readequação das metas ao longo dos anos de execução PPA. Recomenda-se abordagens flexíveis, adaptação às condições orçamentárias e cooperação com outras entidades governamentais.

Avaliando de forma geral a execução das metas e iniciativas identifica-se que as metas não alcançadas ou parcialmente alcançadas se relacionam com o déficit de recursos humanos, bem como a indisponibilidade de recursos financeiros. A limitação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) também impactou na ampliação das ações do SUAS, uma vez que não há mais disponibilização de recursos para a Assistência Social.

Compreende-se que há uma limitação de recursos humanos que dificulta a execução de ações de forma ampliada junto aos 167 municípios do RN, na Gestão Estadual, que conta com um número de profissionais reduzidos considerando a quantidade de serviços, programas e projetos desenvolvidos no Rio Grande do Norte.

Recomenda-se a implementação de estratégias para garantir um financiamento adequado, especialmente diante de desafios orçamentários. Destaca-se a necessidade de abordagens mais sustentáveis diante de limitações orçamentárias, visando superar obstáculos e cumprir metas de forma abrangente.

Referências

CAGED. Cadastro Geral de empregados e desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego. Base de dados on-line. Disponível em: https://www.caged.gov.br/index.html. Acesso em: 20/01/2024.

DECRETO DO FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA- file:///C:/Users/SETHAS%20-%20LP33/Downloads/decreto%20idoso.pdf ;

DIAGNÓSTICO DO OBSERVATÓRIO DO TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS

FIGUEIREDO, M. e FIGUEIREDO, A. C. "Avaliação Política e Avaliação de Políticas: Um Quadro de Referência Teórica", **Revista Fundação João Pinheiro**: 108-129. 1986. Disponível em: https://picture.iczhiku.com/resource/paper/whksjoUKOudfEbXb.pdf. Acesso em: 24 jan. 2022.

LEI DO FUNDO ESTADUAL DA PESSOA IDOSA - file:///C:/Users/SETHAS%20-%20LP33/Downloads/lei%20funepi.pdf ;

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL). Disponível em:

<https://cadsol.sethas.mobby.app.br/admin/dashboard>. Acesso em: 19 de Jan de 2024.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Secretaria Especial Tesouro e Orçamento: **Avaliação de Políticas Públicas**. https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas

PLANO DE ATIVIDADES E AÇÕES ECOSOL 2022-2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1FhOqspF07_hOVgL7la99lT-EdrVkWLCb/view?usp=sharing>.Acesso em: 19 de Jan de 2024.

PLANO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA 2020-2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1LcIgobf8-c9sR9fxAXydL1rwyyudvMmx/view?usp=sharing>.Acesso em: 19 de Jan de 2024.

POLÍTICA ESTADUAL DA PESSOA IDOSA - http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000000055094.PDF.

PROCESSO SEI - 02010034.002588/2023-78 - RESOLUÇÃO DO RESULTADO DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ELEITAS PARA COMPOSIÇÃO DO CEDEPI – Biênio 2024/206.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de administração pública**, v. 46, p. 1271-1294, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/bPM5xsjhwWgL54mdx3R7cnP/abstract/?lang=pt. Acesso em: 24 jan. 2023.

RESOLUÇÃO Nº 26 DE 06 DE OUTUBRO DE 2023- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNEPI - Processo SEI nº 02010034.002109/2023-13.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 33.326, de 17 de janeiro de 2024. Dispõe sobre a certificação da condição de mestre artesão profissional no Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências. NATAL, RN, 18 jan. 2024. p. 01-01. Disponível em: http://webdisk.diariooficial.rn.gov.br/Jornal/12024-01-18.pdf. Acesso em: 08 jan. 2024. http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/SETHAS/DOC/DOC000000000281149.PDF.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei Complementar nº 665, de 23 de janeiro de 2020. Institui, no âmbito do Poder Executivo, a Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Rio Grande do Norte (PETER/RN) e o Fundo Estadual do Trabalho do Rio Grande do Norte (FET/RN), dispõe sobre o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Rio Grande do Norte (CETER/RN) e dá outras providências. NATAL, RN, 24 jan. 2020. Disponível em: http://www.al.rn.gov.br/storage/legislacao/2021/3718vm6zjfdygbhxxinz31m6sqffou.pdf. Acesso em: 02 jan. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei. Nº 695, de 14 de fevereiro de 2020. Natal, 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 10.271, de 22 de novembro de 2017. Parte mantida pela Assembleia Legislativa do Projeto que transformou na Lei nº 10.271, de 22 de novembro de 2017, que institui o Fundo Estadual da Pessoa Idosa – FUNEPI no Estado do Rio Grande do Norte. NATAL, RN, 06 jul. 2018. Disponível em: http://webdisk.diariooficial.rn.gov.br/Jornal/12024-01-18.pdf. Acesso em: 08 jan. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. Programa de Governo (2023-2026). [s.n.]. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/09/programa-de-governo-fa%CC%81tima-bezerra.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. Proposta de Programa de Governo da Candidata Fátima Bezerra. Natal, 2019.

SUBCOORDENADORIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE. ECOSOL DIGITAL. Disponível em: <https://sethas.portal.mobby.app.br/#/entrada> Acesso em: 19 de Jan de 2024.

RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS - SEPLAN

PPA

planejamento
transparência
integração

Plano Plurianual 2020-2023

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO(SETUR)

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 5
Avaliação individual das INICIATIVAS 7
Avaliação Setorial dos Resultados 9
Avaliação dos Indicadores 10
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 10
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 10
Introdução 11
Do Objetivo da Avaliação 11
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 11
Metodologia 11
Avaliação Geral dos Resultados 11
Síntese da Avaliação e Recomendações 12
Referências 12

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 28000- Secretaria de Estado do Turismo
Nome do Programa Temático: Desenvolvimento do Turismo, Artesanato e Economia Criativa.

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: **0105** Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como, a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste; **0106** Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado; **0110** Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.
Códigos das metas: Objetivo 00105: 0692; 1267; 1269. Objetivo 0106: 0691; 0697; 0700; 0709. Objetivo 0110: 0713; 0715; 1268; 1270.
Códigos das iniciativas: **00806, 00808, 00829, 01888, 01902, 01904, 00793, 00800, 00804, 00813, 00824, 00830, 00836, 00840, 0843, 01911, 01921.**
Avaliação Geral do Objetivo:

O ano de 2023 foi marcado pela continuidade de atividades importantes da Secretaria de Estado do Turismo, no que diz respeito ao Objetivo 105 várias ações colaboraram para o êxito das metas relacionadas e de suas iniciativas.

No que diz respeito ao Objetivo 105 “Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste”, seguem as considerações das ações realizadas, que colaboraram o êxito das metas relacionadas e de suas iniciativas. Em relação à Elaboração de projetos de sinalização Turísticas para os Polos, a SETUR, em 2022, com interveniência da SIN, contratou a empresa Equipe B para a elaboração de projetos de sinalização turística interpretativa trilíngue (português, inglês e espanhol), bem como sinalização de orientação de destino e painéis em braille, implantados em 21 geossítios que compõem o Geoparque Seridó, no ano de 2023

Em relação à Elaboração de projetos de sinalização Turísticas para os Polos, a SETUR, em 2022, com interveniência da SIN, contratou a empresa Equipe B para a elaboração de projetos de sinalização turística interpretativa trilíngue (português, inglês e espanhol), bem como sinalização de orientação de destino e painéis em braille, implantados em 21 geossítios que compõem o Geoparque Seridó, no ano de 2023, o citado projeto foi concluído. Ademais, ações complementares foram realizadas por meio de apoio técnico em elaboração de Projetos Arquitetônicos, com efeito o Projeto da praça da estátua de Ítalo Ferreira, em Baía Formosa que consiste na urbanização da praça e a elaboração de acesso à nascente do Rio Potengi em Cerro Corá.

Em que pese os esforços para que todas as ações que compõem o objetivo tivesse andamento, a Requalificação das Praças do Centro Histórico de Natal não teve o devido andamento das reformas das praças posto que em 2022, o município de Natal, proprietário das praças, retomou a gestão das praças não reformadas (Djalma Maranhão, Walfredo Gurgel, Parada Metropolitana, Santa Cruz da Bica e João Tibúrcio), por meio do decreto nº 12.481. No que diz respeito às praças que iniciaram, mas não concluíram (André de Albuquerque, Augusto Severo e Dom Vital) aguarda-se nova licitação para poder dar andamento, no final do ano de 2023 foi assinado o Termo de Rescisão Amigável do Contrato, para que se inicie um novo processo.

Relevante para a segmentação e formatação dos Polos e seus produtos turísticos, por meio de suporte técnico à estruturação e fortalecimento das Instâncias de Governança Regionais - IGRs, nos Polos Turísticos a Secretaria contratou em 2022 a empresa Start Consultoria Técnica para realizar o projeto de consultoria no Rio Grande do Norte. A consultoria em questão teve como principal objetivo estruturar e fortalecer, de forma coordenada, compartilhada, descentralizada e sustentável as IGRs dos polos turísticos do Estado. O projeto contemplou workshops, oficinas, e assessorias técnicas para as 11 (onze) IGRs das regiões do mapa do turismo brasileiro, sendo: Polo Agreste/Trairi, Polo Costa Branca, Polo Costa das Dunas, Polo do Sertão para o Mar, Polo Serrano, Polo Seridó, Polo Potengi, Polo Rota do Frio, Polo Vale Mar, Polo Cabugi Central e Polo Serras do Agreste Potiguar e foi devidamente concluído em 2023.

No tocante ao Objetivo 106 “Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.”, a SETUR em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (SEBRAE/RN), firmaram convênio que tem por objetivo a execução do projeto "Consultoria para o Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária". O citado convênio abrange diversas metas, incluindo melhorias na infraestrutura para o desenvolvimento do turismo em áreas específicas do estado. Atualmente o convênio está em andamento, a elaboração de projetos executivos para aprimorar a visitação em três cavernas no Município de Felipe Guerra, no Lajedo Soledade em Apodi e na Trilha Tapuias em Sítio Novo. Em relação às consultorias para o Turismo de Base Comunitária nas comunidades tradicionais, foram selecionadas 04 comunidades tradicionais (Sibaúma, em Tibau do Sul, Catu, em Canguaretama, Trabanda e Jacu, em Baía Formosa, os trabalhos iniciaram no mês de agosto no ano de 2023, com diagnóstico situacional das comunidades citadas, visitas de campo, pesquisas acadêmicas e reuniões. Ademais, o processo que consiste na estruturação e fortalecimento das Instâncias de Governança Regionais – IGRs, também corrobora para o êxito do objetivo e das metas.

Acerca do Objetivo 110 “Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.”, nessa perspectiva, o Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de Turismo (CADASTUR) realiza continuamente o controle de equipamentos turísticos dos municípios (meta 0713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos – os valores despendidos na meta correspondem ao custeio de diárias no 0100 Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado) para os servidores do CADASTUR realizarem as visitas de campo onde orientam os prestadores de serviços turístico). No que concerne também à gestão inteligente do Turismo, a SETUR acompanha os painéis de informações disponibilizadas no Sistema de Inteligência Turística do Rio Grande do Norte (Sírio) e usa os dados para nortear as ações prioritárias da pasta. Além disso, a SETUR participa de reuniões dos Conselhos do Polos Turísticos.

Em relação aos bolsistas contratados em 2021, por meio de Termo de Cooperação Técnica com a FAPERN, para desenvolvimento do Projeto Institucional de Inovação da Gestão e Modernização da Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte Projeto da SETUR, 05 (cinco) bolsistas permaneceram e finalizaram suas atividades em 2023, por certo as ações executadas devem reverberar na atuação da SETUR continuamente, as quais resultaram em um planejamento mais eficaz, maior transparência, economia de recursos, celeridade nos processos e resultados bem-sucedidos em licitações e contratos. Além disso, a supervisão e o mapeamento contínuos dos processos foram fundamentais para a melhoria contínua e o sucesso contínuo desse projeto.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

1. 0692 Elaborar estudos e projetos;
2. 1267 Preservar o Patrimônio histórico-cultural;
3. 0691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos;
4. 0697 Desenvolver, revisar e consolidar planos;
5. 0700 Fortalecer a produção associada ao setor turístico;
6. 0709 Realizar e participar de reuniões dos Conselhos dos Polos Turísticos.
7. 0713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos;
8. 1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais
9. 1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas.

Avaliação da Meta:

0692 Elaborar estudos e projetos: Dois projetos de suma importância tiveram conclusão no ano 2023, à contratação de empresa de consultoria especializada para dar suporte técnico à estruturação e fortalecimento das Instâncias de Governança Regionais, nos Polos Turísticos do Rio Grande do Norte com o principal objetivo de estruturar e fortalecer, de forma coordenada, compartilhada, descentralizada e sustentável as IGRs dos polos turísticos do estado e a contratação de empresa especializada para a elaboração de projetos de sinalização turística interpretativa trilíngue (português, inglês e espanhol), bem como sinalização de orientação de destino e painéis em braille, que serão implantados em 21 geossítios que compõem o Geoparque Seridó.

1267 Preservar o Patrimônio histórico-cultural: Meta paralisada posto que a requalificação das Praças do Centro Histórico de Natal não teve o devido andamento das reformas das praças posto que em 2022, o município de Natal, proprietário das praças, retomou a gestão das praças não reformadas (Djalma Maranhão, Walfredo Gurgel, Parada Metropolitana, Santa Cruz da Bica e João Tibúrcio), por meio do decreto nº 12.481. No que diz respeito às praças que iniciaram, mas não concluíram (André de Albuquerque, Augusto Severo e Dom Vital) aguarda-se nova licitação para poder dar andamento, foi realizado o distrato e aguarda nova licitação.

0691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos: A SETUR em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (SEBRAE/RN), firmaram convênio que tem por objetivo a execução do projeto "Consultoria para o Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária". O citado convênio abrange diversas metas, incluindo melhorias na infraestrutura para o desenvolvimento do turismo em áreas específicas do estado. Atualmente o convênio está em andamento, a elaboração de projetos executivos para aprimorar a visitação em três cavernas no Município de Felipe Guerra, no Lajedo Soledade em Apodi e na Trilha Tapuias em Sítio Novo. Em relação às consultorias para o Turismo de

Base Comunitária nas comunidades tradicionais, foram selecionadas 04 comunidades tradicionais (Sibaúma, em Tibau do Sul, Catu, em Canguaretama, Trabanda e Jacu, em Baía Formosa, os trabalhos iniciaram no mês de agosto no ano de 2023, com diagnóstico situacional das comunidades citadas, visitas de campo, pesquisas acadêmicas e reuniões.
0697 Desenvolver, revisar e consolidar planos: Inicialmente foi aberto um processo para contratação de Pessoa Jurídica para a prestação de serviço de consultoria especializada para a elaboração e aplicação de Plano de Desenvolvimento do Turismo Responsável do Polo Turístico Rota do Frio, no entanto a PGE solicitou ajustes, os quais em decorrência das demais demandas e em virtude da mudança de secretariado e de outros servidores, ficou parado, então o processo não teve andamento.
0700 Fortalecer a produção associada ao setor turístico: As ações relacionadas à meta 691 contribuem para o alcance da meta 700, uma vez que envolvem as comunidades e são trabalhados os potenciais. Bem como o processo de formalização das IGRs (meta 692), além das reuniões de alinhamento para verificar as demandas dos municípios em relação às demandas de capacitações.
0709 Realizar e participar de reuniões dos Conselhos dos Polos Turísticos: A SETUR participou das reuniões dos Conselhos dos Polos Turísticos das quais foi convidada. Informa-se que a dinâmica das reuniões foi alterada uma vez que os municípios em transição para a formalização da IGR, para que as reuniões se realizem com os devidos presidentes eleitos.
0713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos: Ação contínua, ao longo de 2023, os profissionais responsáveis fizeram visitas aos municípios, bem como atenderam presencialmente e online, prestadores de serviços turísticos a fim de se regularizarem dentro do CADASTUR, como também ajuda com dúvidas e orientações.
1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais: O processo de estudo de permissões não teve andamento, uma vez que após o distrato com a empresa em virtude da equipe da empresa TABULARE não apresentaram equipe técnica e relatórios das metas do objeto do contrato satisfatórios e resistência a execução conforme parecer técnico dos fiscais. Após o distrato não houve andamento para nova contratação.
1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas: Elaboração de projetos, com efeito o Projeto da praça da estátua de Ítalo Ferreira, em Baía Formosa que consiste na urbanização da praça, o qual atualmente está em trâmite para a emissão das licenças ambientais e elaboração de acesso à nascente do Rio Potengi em Cerro Corá.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas propostas no período de vigência do PPA, assim como a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Código e descrição das iniciativas: 1. 00829 Elaboração de projeto de infraestrutura turística nos Polos (Objetivo 105);

2. 01888 Requalificação das Praças do Centro Histórico de Natal (Objetivo 105);
3. 01902 Implantação dos projetos de infraestrutura turística nos Polos (Objetivo 105);
4. 00819 Fortalecimento (Planejamento) das Instâncias de Governança dos Polos e CONETUR (Objetivo 106);
5. 01905 Implementação do projetos de roteiros turísticos (Objetivo 106);
6. 00824 Desenvolvimento de ações de orientação e fiscalização dos municípios que compõem o mapa do turismo (Objetivo 110);
7. 00830 Fiscalização em conjunto com o Ministério do Turismo (Objetivo 110);
8. 01908 Realização de estudo sobre a demanda de permissões para o serviço Buggy Turismo nos município de Extremoz, Ceará Mirim, Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do Gostoso, Caiçara do Norte, São Bento do Norte e Galinhos (Objetivo 110);
9. 01921 Reestruturação, monitoramento e manutenção atualizada no site da SETUR (Objetivo 110).

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

00829: Elaboração de projeto de infraestrutura turística nos Polos: Elaboração de projetos, com efeito o Projeto da praça da estátua de Ítalo Ferreira, em Baía Formosa que consiste na urbanização da praça, o qual atualmente está em trâmite para a emissão das licenças ambientais e elaboração de acesso à nascente do Rio Potengi em Cerro Corá (Subação 1366 Melhoria da Infraestrutura Turística, todavia os projetos não tiveram execução orçamentária em 2023).

01888: Requalificação das Praças do Centro Histórico de Natal: Meta paralisada posto que a requalificação das Praças do Centro Histórico de Natal não teve o devido andamento das reformas das praças posto que em 2022, o município de Natal, proprietário das praças, retomou a gestão das praças não reformadas (Djalma Maranhão, Walfredo Gurgel, Parada Metropolitana, Santa Cruz da Bica e João Tibúrcio), por meio do decreto nº 12.481. No que diz respeito às praças que iniciaram, mas não concluíram (André de Albuquerque, Augusto Severo e Dom Vital, foi realizado o distrato e aguarda nova licitação (Subação 1285 Desenvolvimento e Conservação do Patrimônio Histórico Cultural, orçamentária em 2023 em R$ 238.727,47 referente ao pagamento de impostos).

01902: Implantação dos projetos de infraestrutura turística nos Polos: A SETUR, em 2022, com interveniência da SIN, contratou a empresa Equipe B para a elaboração de projetos de sinalização turística interpretativa trilíngue (português, inglês e espanhol), bem como sinalização de orientação de destino e painéis em braille, implantados em 21 geossítios que compõem o Geoparque Seridó, no ano de 2023, o citado projeto foi concluído (Subação 1613 Elaboração de Estudos, valores pagos em 2023 R$ 95.000,00).

00819: Suporte técnico à estruturação e fortalecimento das Instâncias de Governança Regionais - IGRs, nos Polos Turísticos a Secretaria contratou em 2022 a empresa Start Consultoria Técnica para realizar o projeto de do Rio Grande do Norte. A consultoria em questão teve como principal objetivo estruturar e fortalecer, de forma coordenada,

compartilhada, descentralizada e sustentável as IGRs dos polos turísticos do Estado, O projeto contemplou workshops, oficinas, e assessorias técnicas para as 11 (onze) IGRs das regiões do mapa do turismo brasileiro, sendo: Polo Agreste/Trairi, Polo Costa Branca, Polo Costa das Dunas, Polo do Sertão para o Mar, Polo Serrano, Polo Seridó, Polo Potengi, Polo Rota do Frio, Polo Vale Mar, Polo Cabugi Central e Polo Serras do Agreste Potiguar e foi devidamente concluído em 2023 (Subação 1487 Apoio às Instâncias de Governança, valor pago em 2023 R$ R$ 214.850,72).
01905: A SETUR em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (SEBRAE/RN), firmaram convênio que tem por objetivo a execução do projeto "Consultoria para o Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária". O citado convênio abrange diversas metas, incluindo melhorias na infraestrutura para o desenvolvimento do turismo em áreas específicas do estado. (Subação 1377 Elaboração, Implantação e Consolidação dos Roteiros Turísticos. Valores pago em 2023 R$ 451.000,00)
00824: Ação contínua, ao longo de 2023, os profissionais responsáveis fizeram visitas aos municípios, bem como atenderam presencialmente e online, prestadores de serviços turísticos a fim de se regularizarem dentro do CADASTUR, como também ajuda com dúvidas e orientações (Subação 1240 Cadastro, Classificação e Qualificação de Serviços e Empreendimentos Turísticos, no entanto não teve execução orçamentária, pois as diárias previstas para o Cadastur não foram na subação específica, mas sim na dotação de manutenção e funcionamento, em virtude da elaboração da LOA de 2023).
01908: O processo de estudo de permissões não teve andamento, uma vez que após o distrato com a empresa em virtude da equipe da empresa TABULARE não apresentaram equipe técnica e relatórios das metas do objeto do contrato satisfatórios e resistência a execução conforme parecer técnico dos fiscais. Após o distrato não houve andamento para nova contratação (sem execução orçamentária em 2023).
01921: Foi realizada toda a reestruturação do site da SETUR RN, para melhorias na comunicação da secretaria, com criação de nova identidade visual da página, com layout atrativo, voltado ao turismo. Além da organização de abas para o noticiário diário e a comunicação direta do público externo (sem execução orçamentária em 2023).
As demais iniciativas não tiveram execução em 2023.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

A SETUR, em que pese algumas ações não terem o devido andamento no ano de 2023, foi exitosa, o fortalecimento das Instâncias de Governança Regionais do Turismo é crucial para uma gestão mais eficiente e uma promoção mais eficaz das atrações turísticas locais. Além disso, a elaboração de projetos de sinalização turística para o Geoparque Seridó contribuirá significativamente para a orientação e experiência dos visitantes na região.

A parceria com o SEBRAE para o desenvolvimento do turismo de base comunitária é uma iniciativa importante, pois promove o envolvimento das comunidades locais no setor turístico, proporcionando benefícios econômicos e sociais para essas populações. Esse tipo de abordagem sustentável tende a criar experiências mais autênticas para os turistas, ao mesmo tempo em que preserva a cultura e o ambiente local.

A elaboração de projetos de melhoria de infraestrutura turística que visam criar uma infraestrutura turística robusta, proporcionando uma experiência positiva aos turistas, impulsionando a economia local e preservando os recursos naturais e culturais da região.

Recomendações:

Essas ações iniciadas deverão ser finalizadas nos próximos exercícios, certamente criarão um impacto positivo duradouro, contribuindo para o crescimento do turismo na região nos próximos anos. Salienta-se que irão reverberar para os próximos anos, e continuar investindo em iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável do turismo, considerando tanto os aspectos econômicos quanto os socioambientais são fundamentais para o sucesso da atividade.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(x) SIM ( ) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

Sem dúvida, a implementação desses projetos para promover a interiorização do turismo é estratégica para melhorar a competitividade do marketing do destino. A abordagem abrangente que engloba diferentes segmentos estruturais do turismo, como o religioso, sol e mar, cultural, de aventura e ecoturismo, cria uma oferta diversificada que atrai uma variedade de perfis de turistas. Isso não só aumenta a visibilidade do destino, mas também contribui para a sustentabilidade do setor ao longo do tempo.

Ao alcançar esses objetivos, o destino não apenas se torna mais competitivo no mercado turístico, mas também promove um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável, maximizando os benefícios para a comunidade local. Ademais, a estruturação adequada dos

atrativos e dos serviços turísticos influencia diretamente o tempo de permanência dos visitantes. Oferecer experiências de alta qualidade pode aumentar o gasto médio do turista, gerando uma receita mais substancial para a comunidade local. O aumento do fluxo de visitantes não só beneficia os empresários do setor turístico, mas também tem um impacto positivo em setores relacionados, como comércio, agricultura e serviços. Contribui para a geração de empregos locais e o crescimento econômico sustentável.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

A avaliação da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) referente ao Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 destaca pontos cruciais em seu desempenho. O documento, estruturado de maneira concisa, aborda realizações notáveis e desafios enfrentados durante o período.

Principais Pontos Analisados;
Realizações e Metas Alcançadas;
Detalhamento das metas estabelecidas para cada ano do PPA;
Destaque para conquistas significativas e contribuições para o setor turístico;

Impacto Econômico e Social;
Consideração dos benefícios sociais, como emprego e inclusão;
Adaptação à Nova Dinâmica do Turismo;
Estratégias implementadas para enfrentar os desafios emergentes, especialmente relacionados à pandemia;
Inovações introduzidas para se adequar às mudanças nas preferências e padrões de viagem.

Estrutura do Documento:
Introdução:

Contextualização breve sobre o PPA 2020-2023 e os objetivos da avaliação.

Metodologia:

Realizações por Ano:

2020-2021: Destaque para as adaptações iniciais e conquistas.
2022: Foco em inovações, colaborações e resultados específicos.
2023: Finalização de ações e continuação das atividades.

Desafios Enfrentados:

Identificação e análise das principais dificuldades enfrentadas pela SETUR.
Contextualização dos obstáculos, especialmente aqueles relacionados à pandemia.

Conclusão:
Resumo dos principais pontos abordados na avaliação;
Considerações sobre as lições aprendidas e recomendações para o futuro;
Realizações e Dificuldades;
Realizações Notáveis;

Considerações finais.

Do Objetivo da Avaliação

A avaliação tem por objetivo proporcionar conhecimento aprofundado sobre o andamento e os resultados de políticas públicas. Este processo oferece uma compreensão mais clara das ações implementadas, permitindo ajustes estratégicos e fornecendo informações valiosas para aprimorar futuras iniciativas. Com ênfase a avaliação fornece uma análise detalhada do desempenho da Secretaria ao longo do PPA 2020-2023, identificando tanto as realizações quanto os desafios enfrentados, analisando o que deu certo, a avaliação identifica as melhores práticas que podem ser replicadas e aprimoradas em futuras políticas públicas, e ao entender o que deu errado, a avaliação permite correções de curso necessárias para superar desafios e evitar repetição de falhas. Ademais, contribui para apresentar resultados tangíveis, promove a transparência ao comunicar os resultados de forma acessível ao público, ademais as lições aprendidas a partir da avaliação alimentam um ciclo de melhoria contínua. Esse feedback constante é essencial para fortalecer as práticas e estratégias ao longo do tempo.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

Os programas previstos nas ferramentas constitucionais de Planejamento (PPA, LDO e LOA) para a Secretaria de Estado do Turismo são: Programa 0100 - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: Este programa provavelmente se concentra em atividades essenciais para a gestão e manutenção do Estado, abrangendo áreas administrativas e operacionais e o Programa 4003 - Desenvolvimento do Turismo, Artesanato e Economia Criativa, direcionado para o desenvolvimento do turismo, promoção do artesanato e estímulo à economia criativa.

No que diz respeito aos indicadores do Programa 4003, são: Fluxo Turístico, o qual mede a quantidade de visitantes ou turistas em uma determinada área ou região. Esse indicador é crucial para avaliar o impacto do turismo; Empregos Formais nas Atividades Características do Turismo, acompanha o número de empregos formais gerados pelas atividades relacionadas ao turismo. Esse indicador reflete o impacto econômico e social do setor; Número de Estabelecimentos Formais de Alojamento, registra a quantidade de locais formais de hospedagem disponíveis. Esse indicador é vital para avaliar a capacidade de acomodação e infraestrutura turística; a Receita Turística, mede a receita total gerada pelo setor turístico. Esse indicador é fundamental para avaliar o desempenho econômico e a rentabilidade do turismo na região.

Os objetivos, metas e iniciativas compostos pela SETUR contribuíram para o atendimento das agendas transversais e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), posto que visam a Incorporação de práticas sustentáveis em todas as iniciativas e metas, alinhando-se com a agenda transversal de preservação ambiental e Inclusão Social, envolvendo comunidades locais, garantindo inclusão social e cultural. O atendimento do ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico (aumento do fluxo turístico, capacitações); ODS 1 - Erradicação da Pobreza e ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico (geração de emprego, capacitações; ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis (projeto de turismo de base comunitária, experiências turísticas sustentáveis). Além do atendimento das demandas da população, como por exemplo, investimos no Geoparque Seridó.

Metodologia

A avaliação do tipo ex post realizada pela Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), com a colaboração da Subcoordenadoria de Planejamento Turístico e Subcoordenadoria de Monitoramento, juntamente com as Coordenadorias de Articulação e Ordenamento e de Obras e Serviços Turísticos, segue uma abordagem retrospectiva para analisar os resultados e impactos das ações implementadas após sua conclusão:
- Revisão dos objetivos estabelecidos no início do período avaliado, conforme definidos no PPA 2020-2023;
- Avaliação do desempenho das iniciativas relacionadas à infraestrutura turística e serviços, incluindo obras realizadas e serviços prestados, bem como avaliação das demais ações, executados anualmente;
- Análise dos indicadores;
- Compartilhamento dos resultados com partes interessadas, incluindo equipe interna, parceiros e a comunidade.
A metodologia ex post permite uma avaliação abrangente e reflexiva das ações, contribuindo para uma compreensão aprofundada dos impactos e aprendizados adquiridos ao longo do período do PPA 2020-2023.

Avaliação Geral dos Resultados

Secretaria de Estado do Turismo:

Principais Resultados da SETUR (2020-2023) para o Alcance dos Objetivos, Metas e Iniciativas do PPA:

Melhoria da Infraestrutura Turística (Objetivo 00105):
2020 e 2021: Execução do Plano de Retomada do Turismo com ações de fortalecimento, incluindo cursos de capacitação e parcerias com Senac e Sebrae; Elaboração de projetos de sinalização turística, requalificação das praças do Centro Histórico de Natal.
2022 e 2023: Implementação de projetos de infraestrutura turística nos polos, com destaque para a conclusão da obra do Complexo Cultural Rampa.

Diversificação da Oferta Turística (Objetivo 00106):
2020 e 2021: Início de projetos como Fomento ao Turismo Sustentável em Galinhos e criação de Experiência Turística Pedra Grande, São Miguel do Gostoso e Touros; ações de capacitação em parceria com SENAC e SEBRAE.
2022 e 2023: Desenvolvimento e implementação de roteiros turísticos nos polos, contribuindo para a diversificação da oferta turística.

Fortalecimento dos Departamentos Funcionais (Objetivo 00110):
2022 e 2023: Avanço na reestruturação física da SETUR, com reestruturação e manutenção do site, e ações de qualificação e capacitação contínuas.
Metas Alcançadas (Metas 00692, 01267, 01269, 00691, 00697, 00700, 00709, 00713, 00715, 01268):

2020 e 2021: Realização de estudos, preservação do patrimônio histórico-cultural, melhorias em infraestruturas turísticas, desenvolvimento de roteiros, planos consolidados, fortalecimento da produção associada ao setor turístico e controle de qualidade.
2022 e 2023: Implementação de projetos de infraestrutura turística, sinalização turística, gestão inteligente do turismo, e aperfeiçoamento do serviço de Buggy turismo.
Iniciativas (00806, 00808, 00829, 01888, 01902, 01904, 00793, 00800, 00804, 00813, 00824, 00830, 00836, 00840, 00843, 01911, 01921):

2020 e 2021: Elaboração de projetos de sinalização turística, roteiros turísticos, infraestrutura turística, requalificação de praças, implantação de sinalização nos polos, cursos de qualificação, desenvolvimento de ações educativas e fiscalização em conjunto com órgãos.
2022 e 2023: Realização de parcerias para desenvolver sistema de informação turística, investimentos para captação de voos, reestruturação física da SETUR, monitoramento e manutenção do site, além de diversas ações de orientação, fiscalização e capacitação.

Diante às considerações, os resultados obtidos pela SETUR ao longo dos anos demonstram um comprometimento consistente com os objetivos, metas e iniciativas do PPA. A implementação de projetos, parcerias estratégicas, capacitações, fiscalizações e ações de infraestrutura contribuíram para fortalecer o turismo no Rio Grande do Norte e posicionar o estado como um destino competitivo no Nordeste.

A análise dos resultados obtidos pela SETUR ao longo dos anos revela um alinhamento significativo com as agendas transversais, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as demandas da população. A estratégia adotada pela secretaria reflete não apenas um compromisso com o

crescimento do turismo, mas também uma abordagem integrada que considera aspectos sociais, econômicos e ambientais.

A SETUR demonstrou um comprometimento claro com a sustentabilidade por meio de projetos específicos, como o Fomento ao Turismo Sustentável. Além disso, a busca por uma gestão inteligente do turismo, envolvendo a reestruturação física e atualização tecnológica, evidencia uma abordagem inovadora.

Os resultados alcançados pela SETUR estão alinhados com diversos ODS, com destaque para o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). O fortalecimento da produção associada ao turismo, investimentos em infraestrutura e projetos de requalificação de praças contribuem diretamente para esses objetivos.
As ações da SETUR, como a implementação de projetos de infraestrutura turística e roteiros turísticos, mostram um compromisso com o desenvolvimento local. Além disso, os cursos de capacitação e qualificação profissional atendem às demandas da população por oportunidades de emprego e aprimoramento de habilidades.

A participação da comunidade é evidenciada pela realização de reuniões e capacitações locais, promovendo uma abordagem inclusiva. Além disso, as parcerias estratégicas, como aquelas com o SENAC, SEBRAE, e Sistema S, destacam o esforço conjunto entre o setor público, privado e a sociedade civil.

Embora os resultados sejam positivos, é importante reconhecer desafios e oportunidades contínuas. A SETUR precisa manter a adaptabilidade diante de mudanças no cenário global e local, além de buscar constantemente oportunidades para inovação e melhoria.

No que diz respeito a execução orçamentária, seguem as considerações:

Subação	2020	2021	2022	2023	Total
1240	R$ -	R$ -	R$ 400,00	R$ -	R$ 400,0
1285	R$ 976.025,98	R$ 430.198,14	R$ -	R$ 238.727,47	R$ 1.644.951,59
1331	R$ -	R$ -	R$ 3.380,00	R$ 16.471,77	R$ 19.851,77
1348	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$
1366	R$ 584.645,29	R$ 1.151.623,22	R$ 217.057,50	R$ -	R$ 1.953.326,01
1377	R$ -	R$ -	R$ 31.275,00	R$ 451.000,00	R$ 482.275,00
1477	R$ -	R$ 13.811,82	R$ 192.825,90	R$ -	R$ 206.637,72
1487	R$ -	R$ -	R$ 209.223,69	R$ 214.850,72	R$ 424.074,41
1613	R$ -	R$ -	R$ 111.930,00	R$ 95.000,00	R$ 206.930,00

2974	R$ -	R$ -	R$ 110,00	R$ -	R$ 110,00	

Subação "1240 Cadastro, Classificação e Qualificação de Serviços e Empreendimentos Turísticos": Houve um dispêndio de R$ 400,00 em 2022, mas não foram registrados dispêndios em outros anos.
Subação "1285 Desenvolvimento e Conservação do Patrimônio Histórico Cultural": Houve dispêndios em todos os anos, totalizando R$ 1.644.951,59. No entanto, houve uma redução significativa em 2021 em comparação com 2020.
Subação "1331 Desenvolvimento e Capacitação de Recursos Humanos": Houve dispêndios em 2022 e 2023, totalizando R$ 19.851,77.
Subação "1348 Gestão e Qualificação do Serviço Buggy - Turismo": Não houve dispêndios registrados para esta subação em nenhum dos anos.
Subação "1366 Melhoria da Infraestrutura Turística": Houve dispêndios significativos nos anos de 2020 e 2021, totalizando R$ 1.736.268,51. No entanto, não houve dispêndios em 2023.
Subação "1377 Elaboração, Implantação e Consolidação dos Roteiros Turísticos": Houve dispêndios em 2022 e 2023, totalizando R$ 482.275,00.
Subação "1477 Modernização e Reaparelhamento da SETUR": Houve dispêndios em 2021, totalizando R$ 13.811,82, e em 2022, totalizando R$ 192.825,90.
Subação "1487 Apoio às Instâncias de Governança": Houve dispêndios em 2022 e 2023, totalizando R$ 424.074,41.
Subação "1613 Elaboração de Estudos, Projetos e Pesquisas": Houve dispêndios em 2022 e 2023, totalizando R$ 206.930,00.
Subação "2974 Oportunidades de Investimentos Turísticos": Houve um dispêndio de R$ 110,00 em 2022.

É notável que algumas subações ficaram sem dispêndios devido a incongruências na hora de manejar os valores, seja por estarem no programa de manutenção e funcionamento, problemas internos de interdependência de setores, falta de corpo técnico suficiente, dificuldades da pandemia e burocracia dos trâmites processuais.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Em síntese, a SETUR, por meio de suas ações, está desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento sustentável do turismo no Rio Grande do Norte. O alinhamento com agendas transversais, ODS e demandas da população destaca a importância de uma abordagem integrada para promover um turismo que seja benéfico tanto para a economia quanto para a comunidade local, respeitando princípios de sustentabilidade e inclusão.

As recomendações são no sentido de reforçar a monitorização contínua dos projetos de infraestrutura para garantir sua eficácia a longo prazo. Avaliar a necessidade de ajustes na reestruturação física da SETUR para otimizar a gestão interna e maximizar os resultados. Bem como continuar a fortalecer parcerias estratégicas, especialmente aquelas relacionadas à capacitação profissional e inovação tecnológica, à análise de dados e a utilização dos recursos orçamentários.

Referências

Relatórios de avaliação do PPA 2020, 2021 e 2022, relatórios internos da Secretaria de Estado do Turismo e Relatórios SIGEF.

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

FUERN – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Exercício 2023



Sumário

AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 20233

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 3

Avaliação Geral do Objetivo6

Avaliação individual das METAS13

Avaliação individual das INICIATIVAS35

Avaliação Setorial dos Resultados e Análise dos Indicadores43

AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

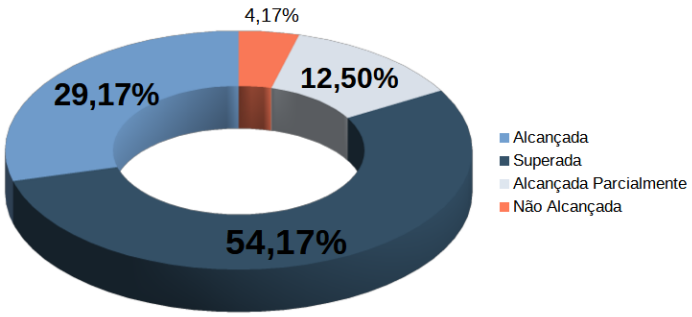
Código e nome do Órgão: 18202 – Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte | FUERN
Nome do Programa Temático: EDUCAÇÃO CIDADÃ

A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Fuern) e exerce, de modo indissociável, o ensino, a pesquisa e a extensão. Foi criada em 28 de setembro de 1968, pela Lei Municipal nº 20/68 e ao longo dos 55 anos de sua existência tem desempenhado importante papel na Educação Superior da sociedade norte rio grandense.

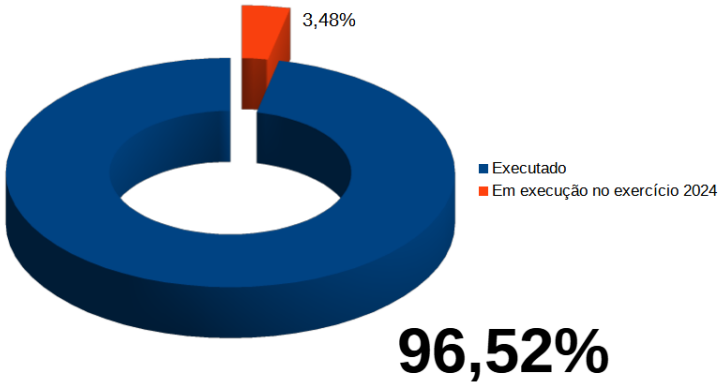
Este Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023, objetiva avaliar o desempenho da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Fuern) quanto ao cumprimento das metas e alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos no âmbito do **Programa Temático** n.º **2001** - **Educação Cidadã**: Garantir Educação e Formação Profissional de Qualidade do PPA 2020-2023, Lei n.º 10.695, de 14 de fevereiro de 2020.

DESTAQUES

83,3% das Metas Alcançadas e Superadas em **2023**
95,8% das Metas Alcançadas, Superadas e A. Parcialmente



Percentual de Execução Orçamentária (Lei 11.045/21) da Fuern: PPA **2023**



Fonte: Fuern | SIGEF: execução orçamentária exercício 2023.

O Programa Temático em questão pertencente à **Diretriz 3**: *"Fortalecimento da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e integração das instituições de ensino superior às políticas do*

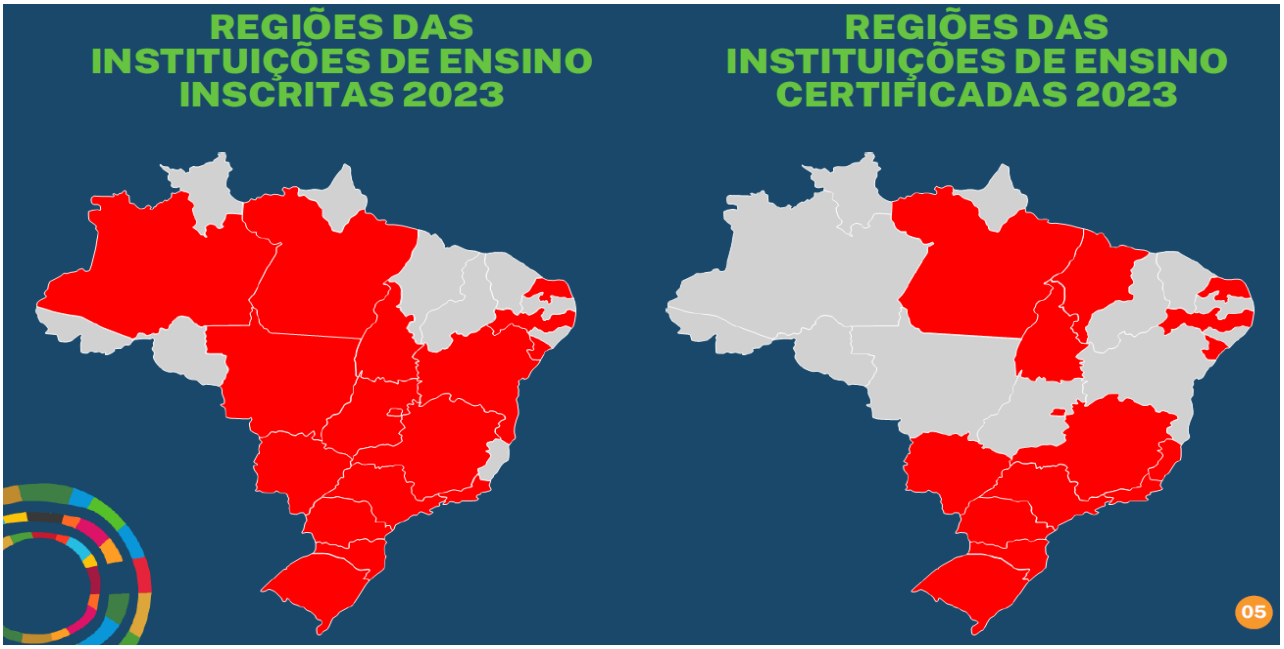
Estado", a qual é um dos caminhos definidos pelo Planejamento Tático do PPA 2020-2023 para desenvolver o **Eixo II** *"Desenvolvimento Social, Cultural e Defesa da Cidadania"*.

Além dos destaques ilustrados acima quanto aos bons desempenhos no cumprimento das metas acadêmicas, administrativas e da execução orçamentária/financeira no exercício fiscal de 2023, importante registrar o reconhecimento de dezenas de iniciativas (políticas, programas, projetos e ações) da Uern pelo SELO ODS EDUCAÇÃO, promovido pelo Instituto SELO SOCIAL, Programa Estratégico UnB 2030 e pelo GT Agenda 2030.

Alinhado a **Agenda ODS** do **PPA 2020-2023**, **26 iniciativas** da **UERN** foram **reconhecidas** pelo **SELO ODS EDUCAÇÃO** em sua Edição **2023**.



Em todo o Brasil, **39** organizações foram certificadas por seus projetos. A **Universidade do Estado do Rio Grande do Norte** conseguiu **26 certificações**, **um marco institucional para o Estado** no cumprimento de diversas ações que contribuem com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e auxiliando no alcance das metas da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU).



A Reitora da UERN professora Dra Cicília Maia participou da solenidade de premiação e destacou: "Estamos felizes com essa certificação. Como uma instituição de ensino superior, precisamos utilizar os objetivos da Agenda 2030 para alcançarmos propósitos de uma gestão eficiente e sustentável, fazendo o melhor uso

dos nossos recursos. Somos uma universidade socialmente referenciada, com olhar sensível para as causas sociais e grupos invisibilizados".





Fonte: https://portal.uern.br/blog/uern-e-certificada-com-o-selo-ods-educacao/; https://portal.uern.br/blog/uern-tem-29-projetos-que-serao-certificados-pelo-selo-ods-educacao-2023/; https://portal.uern.br/blog/uern-e-contemplada-com-selo-ods-da-agenda-2030/; https://portal.uern.br/blog/uern-recebe-selo-ods-por-equidade-de-genero/.

O selo tem a finalidade de estimular a participação efetiva das instituições no alcance das metas da agenda 2030. Os critérios para certificação das instituições de ensino são: a) Projetos cadastrados na plataforma nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão; b) Promover uma atividade/espaços de discussão sobre ODS na instituição; e c) Demonstrar sua contribuição na melhoria do ODS 4 – Educação de qualidade.

Organização		
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE		
Projeto	***ODS***	***Impactos***
Programa Jovem do Futuro	Educação de qualidade (1). Parcerias e meios de implementação (1). Paz, ju	4
A INSERÇÃO DA PESSOA TRANSGÊNERO (TRANSEXUAIS/TRAVESTIS) NO MUNDO DO TR	Igualdade de gênero (1).	1
Intervenções em Saúde no Mundo do Trabalho	Saúde e bem-estar (1).	1
RELTEC - Reaproveitamento do Lixo Tecnológico (Lixo eletrônico)	Ação contra a mudança global do clima (1). Consumo e produção responsá	2
Projeto SAVU: Saúde dos Coletivos Vulnerabilizados	Educação de qualidade (1). Paz, justiça e instituições eficazes (1). Redução	4
Prática de Informática	Educação de qualidade (1).	1
RECURSOS TECNOLÓGICOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃ	Educação de qualidade (1).	1
Mulheres ouvidoras: fomentando a igualdade de gênero	Igualdade de gênero (1).	1
POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES NA UERN	Igualdade de gênero (1).	1
Semana de Atenção a Saúde e Segurança no Trabalho	Saúde e bem-estar (1). Trabalho decente e crescimento econômico (1).	2
Famílias botânicas mais representativas no Parque Ecológico Pico do Gabugi, Angicos-RI	Ação contra a mudança global do clima (1). Educação de qualidade (1). Vida	3
Interação planta-animal em espécies da família Bromeliaceae em área de caatinga	Educação de qualidade (1). Vida terrestre (1).	2
Projeto Plantando o Futuro: apoio a fruticultura nativa	Ação contra a mudança global do clima (1). Cidades e comunidades sustent	3
Amor que cabe no peito	Igualdade de gênero (1). Parcerias e meios de implementação (1). Redução	4
Auxílio creche	Educação de qualidade (1). Igualdade de gênero (1). Redução das desigualc	3
E Nasceu o Amor: Acolhimento desde o Pré-Natal	Educação de qualidade (1). Igualdade de gênero (1). Parcerias e meios de ir	4
Festuern	Educação de qualidade (1).	1
Direitos Sexuais e Reprodutivos: Escolhas Conscientes	Educação de qualidade (1). Igualdade de gênero (1). Parcerias e meios de ir	5
Melhoria contínua da Qualidade do Ensino e elevação do IGC: Rumo à Excelência Univer	Educação de qualidade (1).	1
Transformando a Assistência Materno-Infantil no Rio Grande do Norte: Modelo de Gest	Educação de qualidade (1). Igualdade de gênero (1). Parcerias e meios de ir	4
Expedição biológica: uma viagem ao museu virtual de Ciências Biológicas da UERN (MVI	Educação de qualidade (1).	1
FANATicos da Química	Educação de qualidade (1).	1
Histórias silenciadas: discentes com deficiência intelectual contam histórias de inclusão	Educação de qualidade (1). Paz, justiça e instituições eficazes (1). Redução	4
Coral DAIN LIBRAS em Canto	Educação de qualidade (1). Paz, justiça e instituições eficazes (1). Redução	3
A aprendizagem da convivência pacífica: (Auto) Biografia como uma prática inclusiva	Educação de qualidade (1). Paz, justiça e instituições eficazes (1).	2
Academia Microscópica	Educação de qualidade (1).	1
Programa Biologia em Ação: BioAção	Educação de qualidade (1).	1
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO - PIBEX	Redução das desigualdades (1).	1
Total		62

Fonte: https://www.seloods.org/about-6.

O quadro acima destaca todas as iniciativas certificadas da UERN nos Objetivos ODS relacionadas a Educação de Qualidade; Redução das Desigualdades; Saúde e Bem-Estar; Igualdade de Gênero; Ação Contra a Mudança Global do Clima; Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Avaliação Geral do Objetivo

Dentro do Programa Temático “EDUCAÇÃO CIDADÃ” do PPA 2020-2023, a Fuern possui 5 (cinco) Objetivos Gerais (estratégicos) que foram elaborados e cumpridos ao longo desses 4 anos em consonância com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional da UERN e das políticas públicas do Governo do Estado atendidas pelo Plano Plurianual.

A seguir serão tratados 4 (quatro) desses Objetivos, uma vez que o Objetivo n. 0013 já fora concluído em exercícios fiscais anteriores.

Código e descrição do Objetivo:

Objetivo n. **0015**: Modernizar a gestão administrativa, financeira e de pessoal, promovendo o desenvolvimento sustentável e garantindo a inclusão das populações menos favorecidas.

Códigos das metas:

0006; 0008; 0009; 0038; 0064; 1494; 1495 e 1638.

Códigos das iniciativas:

00008; 00009; 00012; 00013; 00015; 00017; 00053; 00054; 00055; 00056; 00057; 00058; 00059; 00060; 00061; 00063; 00064; 00065; 00066; 00067; 00068; 00070; 00075; 00076; 00077; 00078; 00079; 00080; 00291; 00292; 00295; 00296; 00298; 00328; 00783; 02145.

Avaliação Geral do Objetivo:

O objetivo estratégico 0015 da Fuern sumariza o propósito da área de resultado definida como Gestão Institucional, do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2017-2027 – da Instituição.

Essa área de resultado de gestão trata dos serviços intermediários (meios), é a base gerencial e institucional que ampara e torna possível a adequada prestação de serviços públicos finalísticos descritos no objetivo 0015. Constam neste objetivo as práticas de planejamento e gestão institucional, qualificação da estrutura física, a gestão de pessoas (recursos humanos) e a sustentabilidade orçamentária e financeira.

Das 8 metas previstas, 4 foram integralmente cumpridas entre superadas e alcançadas. Três alcançadas parcialmente e 1 não alcançada. Esta última relacionada a convocação dos aprovados no concurso público de provas e títulos para servidores (docentes e técnicos administrativos) da instituição. Em 2024, com o certame que está em andamento sendo concluído, a meta será integralmente cumprida. As iniciativas desenvolvidas e os recursos aplicados em suas execuções contribuíram significativamente para o alcance das metas e cumprimento satisfatório do objetivo.

Destaque para a conclusão das metas relacionadas a implantação dos projetos de rede de

comunicação de dados de alta velocidade em diversas cidades potiguares, em parceria com algumas instituições do estado. Além disso, deu-se continuidade na melhoria da infraestrutura de Tecnologia da Informação, imprescindível durante e pós-pandemia, em que os serviços avançaram em seu formato remoto.

Na infraestrutura física, a instituição elaborou e executou diversos projetos de engenharia e arquitetura, executou reformas e subsidiou novas obras de prédios para pós-graduação, faculdades e campi avançados, acessibilidade entre outras (ver descrição da meta). Outro destaque pode ser observado pela meta relacionada ao plano de aquisições de ferramentas tecnológicas, bens móveis, equipamentos e materiais permanentes e de expediente. Na seção da análise individual das metas são apresentadas todas as ações realizadas em cada uma das metas.

A Fuern continuará avançando na melhoria da sua estrutura para proporcionar um serviço educacional ainda melhor aos seus discentes e a sociedade no exercício fiscal de 2023, último ano de vigência do referido PPA.

A seção da análise das inciativas apresenta o quadro de execução orçamentária das subações relacionadas a infraestrutura, aparelhamento tecnológico e serviços, demonstrando importantes percentuais de execução dos recursos para o alcance das metas e do objetivo em questão.

O cumprimento do objetivo atende o **Programa** de **Governo** relacionado a Diretriz 3, alíneas “b” e “e”:

“b) Valorizar os profissionais da UERN e melhorar suas condições de trabalho”; e) Ampliar os investimentos na estrutura física da UERN”. Diretriz 3: Fortalecimento da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e integração das Instituições de Ensino Superior às políticas públicas do Estado. Programa Temático n.º 2001 - Educação Cidadã: Garantir educação e Formação Profissional de Qualidade.

Código e descrição do Objetivo:

Objetivo n. **0019**: Elevar o nível de escolarização da população norte-riograndense estruturando o sistema de educação Superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, considerando a inclusão e a internacionalização.

Códigos das metas:

0065; 0067; 0091; 0093; 0114; 0115; 0117; 0119; 0120; 0121; 0122; 0123; 0124; 0125 e 0271.

Códigos das iniciativas:

00081; 00083; 00084; 00085; 00089; 00090; 00091; 00093; 00094; 00095; 00096; 00097; 00098; 00099; 00100; 00101; 00102; 00103; 00104; 00105; 00107; 00108; 00109; 00110; 00111; 00112; 00113; 00114; 00115; 00116; 00117; 00118; 00119; 00120; 00121; 00122; 00123; 00124; 00125; 00126; 00127; 00128; 00129; 00130; 00299; 00300; 00303; 00305; 00309; 00310; 00329 e 00330.

Avaliação Geral do Objetivo:

O Objetivo estratégico 0019 da Fuern evidencia o propósito da área de resultado definida como Projeto Pedagógico Institucional, do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2017-2027.

Essa área de resultado de gestão trata dos serviços finalísticos da Instituição, o seu viés mais importante, uma vez que é nessa área que estão os serviços de ensino de graduação e pós-graduação, assim como a pesquisa, a inovação, a extensão universitária, a internacionalização, a mobilidade acadêmica e a inclusão e inserção social das suas políticas.

Em se tratando do alcance desse objetivo, registra-se um excelente desempenho no ano de 2023.

Das 15 (quinze) metas vigentes e vinculadas ao objetivo, considerando as metas válidas, todas foram integralmente cumpridas, entre superadas e alcançadas.

O ensino de graduação segue consolidado com ampliação das vagas dos seus cursos para todo o Estado do Rio Grande do Norte e a conquista em 2023 do Conceito 4 de qualidade do INEP/MEC (IGC), colocando a UERN no seleto grupo de **24,8%** de **IES** do **país** que possuem o **Conceito 4** e **5**.

A pós-graduação, do mesmo modo cada vez mais fortalecida e em expansão com novos cursos *lato e stricto sensu* implantados e ofertando novas vagas para a população do RN. Assim como a pesquisa e inovação que apresentaram importantes evoluções em 2023. Ampliou-se os projetos institucionalizados de pesquisa científica e tecnológica com impacto em áreas de vulnerabilidade social. A produção científica e tecnológica qualificada do corpo docente e discente foi expandida nas diversas áreas do conhecimento, registrando números maiores que os previstos para o ano, através de: divulgação de editais de fomento e estímulo à submissão de projetos de pesquisa a partir de editais de financiamento às pesquisas desenvolvidas no âmbito da UERN; realização de webinários com temáticas de relevância social; expansão do acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, responsável por fomentar a produção científica de qualidade e garantir a democratização do acesso à informação científica internacional; criação do Programa Institucional de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística-cultural, no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

A inovação e tecnologia também se destacam com startups instaladas, novas patentes, empresas juniores e outras ações empreendedoras.

Cabe destacar outras ações desenvolvidas continuamente: capacitação de servidores, ampliação do portal de periódicos; apoio e incentivo ao empreendedorismo; participando de comissões, grupos de trabalho e realizando eventos para promover o desenvolvimento sustentável e ações empreendedoras; participação ativa de submissão de projetos para captação de recursos; realização eventos presenciais e on-line, dentre várias outras ações.

A extensão universitária segue cada vez mais fortalecida, institucionalizada e integrada aos cursos da Instituição e em interação com a sociedade. Com muitos projetos e ações ligadas a diversos temas como: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho. Como é o caso dos projetos: Viva UERN - Rio Branco, Salão de extensão da UERN, Feira de profissões, Semana da consciência negra, Congresso Nacional UERN, Caravana Natalina, UERN Ação, UERN no parque, ambulatório LGBT+ Uern, e outras diversas atividades que fazem parte da política extensionista.

A política de ações inclusivas conta com uma excelente equipe multidisciplinar e apresenta boa capacidade de atendimento às necessidades especiais. Em 2023, a inclusão conseguiu atingir a meta prevista, com a ampliação de atendimentos, realização de Cursos de Formação Continuada sobre Políticas de Inclusão, Legislação para pessoas com deficiência e ações para Políticas/Afirmativas/Diversidades por meio de uma Rede Interinstitucional, *lives*, entre outros eventos, promovidos pela Equipe Multiprofissional da DAIN, para estudantes, docentes e técnicos.

A política de extensão universitária e a política de ações inclusivas atualmente estão bastante integradas à sociedade por meio de projetos e ações realizadas, buscando sempre parceiros institucionais e ampliando o alcance social da UERN.

A Internacionalização da UERN, através da Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais, vem buscando o fortalecimento em suas ações ao realizar importantes atividades como celebração de convênios e acordos de cooperação com instituições nacionais e internacionais.

O processo interno e externo de avaliação da Instituição está se aperfeiçoando e gerando melhores resultados para fins de planejamento e avanço na gestão da Uern.

O cumprimento do objetivo atende o **Programa** de **Governo** (Diretrizes 1 e 2, alíneas “c”, “f” e “b”):

“c) Fortalecer, expandir e consolidar a UERN, em articulação com o Sistema Federal, como um grande observatório das diversas dimensões e demandas dos territórios, dotando-a de orçamento próprio sustentável e plena autonomia de gestão, possibilitando a ampliação e democratização do acesso à educação e ao conhecimento qualificado;

f) Ampliar e garantir o acesso da população LGBT a Documentação Civil, em especial das travestis, transexuais, e transgêgeneos, e retificação de nome, conforme decisão do STF;

b) Apoiar a Implantação do Ambulatório Especializado TT – Transexual e Travesti, de acordo com as diretrizes preconizadas pela Política Nacional de Saúde Integral LGBT, no que tange ao processo transexualizador.”

Código e descrição do Objetivo:

Objetivo n. **0020**: Promover a política de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes da UERN, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

Códigos das metas:

0135; 0136 e 0138.

Códigos das iniciativas:

00131; 00132; 00134; 00135; 00136; 00137; 00138; 00139; 00140; 00141; 00142; 00143; 00144; 00147; 00148; 00149; 00151; 00152; 00311; 00312; 00313; 00314; 00316; 00317; 00785 e 02113.

Avaliação Geral do Objetivo:

A Uern desenvolve ações não somente para o acesso dos estudantes ao ensino superior, através do aumento de vagas nos cursos, mas coloca em práticas políticas de assistência estudantil que visam garantir condições favoráveis para os estudantes permanecerem e concluírem suas formações, diminuindo a evasão e formando profissionais que atuarão em diversas áreas de conhecimento.

Do ponto de vista pedagógico e psicológico a Instituição vem aperfeiçoando a sua atuação, tendo em vista que muitos estudantes são oriundos de outras cidades e/ou vivem situações de vulnerabilidade social, e precisam desse apoio para continuarem firmes no propósito de concluírem o ensino superior e ampliarem suas capacidades de transformação socioeconômica.

A assistência estudantil, as políticas de inclusão e diversidade, como previsto nas iniciativas, estão em constante fortalecimento. Em 2023 foram cumpridas todas as suas 3 (três) metas previstas, ou

seja, 100% realizadas conforme as ações planejadas. Nas análises individuais das metas são detalhadas as diversas ações e números alcançados das metas.

O cumprimento desse objetivo atende o **Programa** de **Governo** [Diretriz 1, alíneas "d" (Assistência Estudantil), "b" (Igualdade Racial e Étinica) e "b" (Pessoa com Deficiência)]:

"d) (Assistência Estudantil) Implementar Plano Estadual de Assistência Estudantil, visando garantir o acesso e a permanência dos alunos na instituição;

b) (Igualdade Racial e Étinica) Promover o acesso das pessoas com deficiência à rede regular de ensino, com a adequação da infraestrutura e a presença de professores intérpretes, braillistas e instrutores de Libras;"

b) (Pessoa com Deficiência) Operacionalização de políticas de educação, saúde, habitabilidade, trabalho e renda voltadas para a população negra e as comunidades e povos tradicionais: acesso à educação e formação intelectual, cultural, tecnológica, política e profissional".

Código e descrição do Objetivo:

Objetivo n. **0021**: Promover a integração da FUERN com a sociedade, visando a execução das políticas, o desenvolvimento econômico, social, cultural, turístico e ambiental da região na qual ela se insere.

Códigos das metas:

0145 e 0147.

Códigos das iniciativas:

00153; 00154; 00155; 00156; 00157; 00158; 00159 e 00160.

Avaliação Geral do Objetivo:

As ações da Universidade visam construir um canal aberto com a sociedade, tendo em vista que seu objetivo principal é a transformação social, através da formação educacional. A UERN está presente em todo o estado, com campi avançados em várias cidades.

As duas metas previstas para esse objetivo foram integralmente cumpridas, 100%. Destaca-se a promoção da aprendizagem através da realização do curso ofertado, que gerou mais conhecimento a quem participou maximizando o potencial formativo das pessoas e transmitindo o conhecimento nas comunidades em que está inserida.

A outra meta superou o que estava previsto para o ano, que trata sobre a celebração de convênios com instituições governamentais e não-governamentais para execução de projetos e prestação de serviços, sendo firmados 6 importantes convênios com o FNDE, CAPES e Ministério da Saúde, com objetos de Cooperação Científica, Pedagógica, Técnica e Operacional para a formação profissional, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento do estado do Rio Grande do Norte.

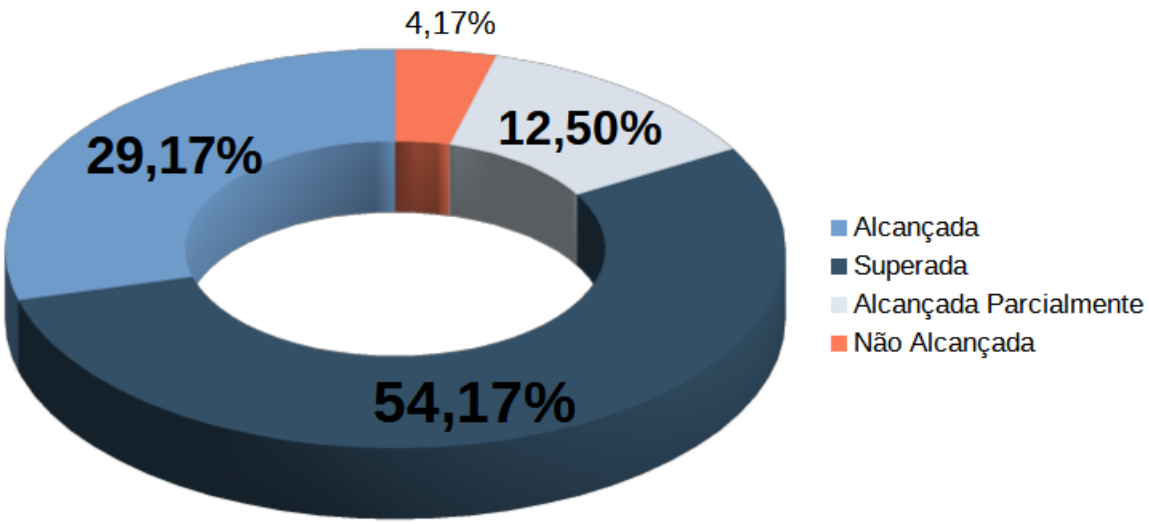
Esses 4 (quatro) objetivos da Fuern estabelecidos no PPA 2020-2023, assim como os indicadores, as metas e iniciativas que serão analisadas adiante, representaram um importante instrumento de planejamento de médio prazo executado no último quadriênio da Instituição.

Avaliação individual das METAS

O resultado geral de execução das **28 metas** da Fuern para o ano de 2023 revela que **83,3%** das metas válidas para o exercício fiscal foram integralmente cumpridas pela Instituição. Considerando o status das metas alcançadas parcialmente, o resultado chega a **95,8%** das metas, Gráfico 1.

Considerando esse percentual, destaca-se que 54% foram superadas e 29% alcançadas em seus parâmetros de medida, demonstrando eficiência no processo de planejamento e desempenho acadêmico-administrativo das políticas, programas, projetos e ações da Universidade.

Gráfico 1: Percentual das metas Alcançada, Superada, Alcançada Parcialmente e Não Alcançada: UERN 2023.



Fonte: UERN | PPA 2020-2023.

Segue análise da execução individual de todas as metas previstas para o exercício 2023 da Fuern, vinculadas ao seu objetivo geral e programa temático.

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0015: Modernizar a gestão administrativa, financeira e de pessoal, promovendo o desenvolvimento sustentável e garantindo a inclusão das populações menos favorecidas.

Un: Percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023

0008	**Implantar Rede de Comunicação de dados de alta velocidade entre instituições de pesquisas e Ensino Superior – projeto Giga**	25	100	Superada
Execução	O processo de implantação da rede foi concluído. Implantação da rede Natal - Santa Cruz - Caicó completando a primeira fase da Rede Instituída entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ

Objetivo 0015: Modernizar a gestão administrativa, financeira e de pessoal, promovendo o desenvolvimento sustentável e garantindo a inclusão das populações menos favorecidas.

Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0006	**Executar o plano de obras, reformas e ampliações das instalações físicas, elétricas, hidráulicas e de acesso à internet**	20	18	Parcialmente alcançada
Execução	No ano de 2023, foram realizadas importantes melhorias na infraestrutura das unidades da UERN, incluindo: conclusão das obras de construção de um novo prédio para pós-graduação no campus UERN Mossoró; ampliação da infraestrutura de coleta de efluentes; realização de reformas de acessibilidade no campus UERN Pau dos Ferros. Além destas, outras importantes obras de ampliação e aperfeiçoamento da infraestrutura física da universidade foram iniciadas no ano de 2023, como: a construção de um novo centro de pesquisas e a construção do muro, cercamento e nova guarita no campus Mossoró; execução das etapas finais das obras do novo prédio sede da Faculdade de Ciências Exatas e Naturais; reformas de recuperação de parte das coberturas no campus UERN Natal; reformas recuperação de coberturas de blocos de salas no campus Mossoró.			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ

Objetivo 0015: Modernizar a gestão administrativa, financeira e de pessoal, promovendo o desenvolvimento sustentável e garantindo a inclusão das populações menos favorecidas.

Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0009	**Projetar INFOVIA POTIGUAR**	25	100	Superada
Execução	Projeto Infovia Potiguar foi implantado o trecho Mossoró - Pau dos Ferros julho de 2023– CONCLUÍDA; Ceará-Mirim implantado fevereiro de 2023 os polos de São Gonçalo (POP-RN) maio de 2023.– CONCLUÍDA; Planejamento para dezembro de 2023 Currais Novos. – CONCLUÍDA.			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ

Objetivo 0015: Modernizar a gestão administrativa, financeira e de pessoal, promovendo o desenvolvimento sustentável e garantindo a inclusão das populações menos favorecidas.

Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0038	**Executar plano de aquisição de ferramentas tecnológicas, bens móveis, equipamentos e materiais permanentes e de expediente**	25	15	Alcançada
Execução	Considerando que nos anos de 2021 e 2022 esta meta foi superada em 15% para o ano de 2023, restava realizar o equivalente a 15% do cumprimento da meta que, foi devidamente realizado no ano. No ano de 2023 foram finalizados/homologados os seguintes processos licitatórios e Registro de Preço para aquisição de ferramentas tecnológicas, bens móveis, equipamentos e materiais permanentes e de expediente, conforme planejamento, para execução em 2023 e/ou 2024. Entre eles, podemos destacar: 04410277.000567/2023-14 - Aquisição de materiais/insumos de Tecnologia. 04410042.001870/2023-98 - Aquisição de material de Proteção e Laboratório. 04410034.001434/2023-18 - Aquisição de Reagentes, Soluções e produtos médicos e de laboratório. 04410029.000722/2023-24 - Aquisição de Material Bibliográfico 2023. 04410042.001443/2023-18 - Aquisição de Gêneros Alimentícios. 04410042.001037/2023-47 - Aquisição de Materiais de Limpeza. Aquisição de Equipamentos de Refrigeração e Eletrodomésticos (Processo Sei 04410022.000241/2022-06) Aquisição de equipamentos de climatização (Processo Sei 04410022.000240/2022-53) Reabastecimento do estoque com a aquisição dos materiais para proteção, segurança, limpeza e higienização (Processo Sei 04410042.000550/2022-30) Aquisição de material para o Setor de Engenharia Elétrica e Ambiental da Assessoria de Infraestrutura. 04410022.000678/2023-12 - Contratação de empresa especializada em serviços gráficos. 04410277.000014/2023-61 - Contratação de empresa na prestação de serviço de lançamento e fusão de fibra, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à instalação de fibra óptica que interliga a Faculdade de Direito ao Datacenter da Instituição. 04410022.000570/2023-20 - Aquisição de Cavalets tipo "Flip Charts" e Porta Banners. Alguns processos encontram-se em fase de tramitação, com Edital publicado, para execução em 2024. Entre eles, podemos destacar: 04410042.001037/2023-47 - Aquisição de Materiais de Limpeza. Com despacho do Agente de contratação. 04410032.000630/2023-95 e 04410005.000817/2023-16 - Aquisição de Equipamentos de áudio e Vídeo. 04410045.001076/2023-14 - Processo para aquisição de mobiliário. 04410007.002260/2023-38 - Contratação de serviços de impressão e plotagem de projetos e documentos técnicos para a UERN.			

	04410045.001382/2023-51 - Aquisição de eletrodomésticos. 04410034.001437/2023-51 - Aquisição de insumos médicos 04410277.000573/2023-71, 04410277.000637/2023-34 e 04410277.000568/2023-69 - Aquisição de equipamentos de Tecnologia. 04410045.000693/2023-01 - Aquisição de climatização 04410042.001182/2023-28 - Aquisição de Material para Copa/Cozinha.

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ

Objetivo 0015: Modernizar a gestão administrativa, financeira e de pessoal, promovendo o desenvolvimento sustentável e garantindo a inclusão das populações menos favorecidas.

Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0064	**Ampliar e fortalecer os programas de valorização dos servidores da FUERN**	25	25	Alcançada
Execução	A Meta se divide em 03 (três) os programas: 1) Programa de Capacitação e Treinamento: 69 ações e 2.620 certificações. 2) Programa de Assistência ao Servidor – Saúde e Qualidade de Vida: 8.302 - Vacinação – 1.939 dosagens; - Atendimento odontológico – 76 atendimentos e 817 procedimentos; - Atendimento psicossocial – 216; - Atendimento aos aposentados e pensionistas – 71; - Atendimento NUPICS – 4.696; - Avaliação da Saúde do Trabalhador – 563 servidores; 3) Programa de Benefícios Sociais: 3.622 - Auxílio-saúde: 1.844; - Auxílio-alimentação: 625; - Auxílio- transporte: 598; - Adicional de incentivo por capacitação (AIC): 555.			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ

Objetivo 0015: Modernizar a gestão administrativa, financeira e de pessoal, promovendo o desenvolvimento sustentável e garantindo a inclusão das populações menos favorecidas.

Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
1494	**Concurso Público para Servidores Docentes da FUERN**	1	0	Parcialmente Alcançada
Execução	- Processo de remoção interna (Processo SEI n° 04410027.003228/2022-51); - Termo de referência para contratação da banca organizadora do concurso público;			

	- Contratação da banca realizadora do concurso – IDECAN (04410027.001931/2023-13).

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0015: Modernizar a gestão administrativa, financeira e de pessoal, promovendo o desenvolvimento sustentável e garantindo a inclusão das populações menos favorecidas.

Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
1495	**Concurso Público para Servidores Técnicos Administrativos da FUERN**	1	0	Parcialmente Alcançada
Execução	- Processo de remoção interna (Processo SEI n° 04410027.002990/2022-10 e 04410020.000539/2023-17; - Termo de referência para contratação da banca organizadora do concurso público; - Contratação da banca realizadora do concurso – IDECAN (04410027.001931/2023-13).			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0015: Modernizar a gestão administrativa, financeira e de pessoal, promovendo o desenvolvimento sustentável e garantindo a inclusão das populações menos favorecidas.

Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
1638	**Convocação de aprovados no Concurso Público para Servidores Docentes e Técnicos Administrativos da FUERN**	100	0	Não Alcançada
Execução	- A convocação está condicionada a publicação da homologação do Resultado Final do concurso			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0019: Elevar o nível de escolarização da população norte-riograndense estruturando o sistema de educação Superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, considerando a inclusão e a internacionalização.

Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0065	**Ampliar a oferta de vagas nos cursos de graduação**	200	710	Superada
Execução	Meta Superada. Foram abertas 710 novas vagas em cursos EAD: Pedagogia 180, Música 230, Educação no Campo 150, Letras Inglês 150			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0019: Elevar o nível de escolarização da população norte-riograndense estruturando o sistema de educação Superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, considerando a inclusão e a internacionalização.

Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0067	**Alcançar, nos cursos de graduação, o conceito 4 na avaliação do CEE em pelo menos 80% dos cursos**	25	-	Não definida
Execução	A retomada das avaliações presenciais iniciaram-se em julho, nos seguintes cursos: Letras Língua Inglesa (CM), Letras Língua Inglesa (EAD), Odontologia (CC), Ciências Contábeis (CP), Geografia (CM), Direito (CM), Ciências Econômicas (CPF), Letras Língua Portuguesa (Ead), Física (CM), Música (Ead), Filosofia (CC), Libras (Ead), Administração (CM), Ciência da Computação (CM), Ciências e Tecnologia (CN), Matemática (CP), Pedagogia (CP), Serviço Social (CM), Ciências da Religião (CN), Ciências Econômicas (CA). Como as avaliações estão acontecendo/aconteceram em junho/novembro, as notas ainda não foram divulgadas pelo CEE. Os outros cursos avaliados não obtiveram notas, somente renovação com período estipulado.			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0019: Elevar o nível de escolarização da população norte-riograndense estruturando o sistema de educação Superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, considerando a inclusão e a internacionalização.

Un: percentual.

N.º	METAS	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0091	**Elevar o Índice Geral dos Cursos (IGC) para atingir o índice contínuo 3,01**	3,01	4,00	Superada
Execução	O INEP divulgou em março os dados do último IGC. A UERN atingiu a nota 4, consolidando sua posição como instituição de referência no Ensino Superior do País.			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0019: Elevar o nível de escolarização da população norte-riograndense estruturando o sistema de educação Superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, considerando a inclusão e a internacionalização. Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023

0093	**Reduzir o índice médio de evasão dos cursos de graduação da UERN**	5%	15,96%	Superada
Execução	Dados referente ao semestre 2023.1			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0019: Elevar o nível de escolarização da população norte-riograndense estruturando o sistema de educação Superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, considerando a inclusão e a internacionalização.

Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0114	**Ampliar os projetos institucionalizados de pesquisa científica e tecnológica com impacto em áreas de vulnerabilidade social**	10	54	Superada
Execução	Foram realizados diversos incentivos ao desenvolvimento de projetos com temas de impacto social; Realização de Webinários com temáticas de relevância social; Levantamento comparativo entre os projetos de pesquisa desenvolvidos com temáticas de vulnerabilidade social entre as edições 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023 dos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica. Os projetos atenderam as seguintes agendas: - Políticas para as Mulheres: 37% - Edição 2020/2021 – 15 projetos; Edição 2021/2022 – 19 projetos; Edição 2021/2022 – 26 projetos; - Políticas para a Juventude: 12% - Edição 2020/2021 – 16 projetos; Edição 2021/2022 – 26 projetos; Edição 2021/2022 – 29 projetos; - Políticas para População LGBT: 67% - Edição 2020/2021 – 03 projetos; Edição 2021/2022 – 03 projetos; Edição 2021/2022 – 05 projetos; - Políticas para Pessoa com Deficiência: 100% - Edição 2020/2021 – 06 projetos; Edição 2021/2022 – 03 projetos; Edição 2021/2022 – 06 projetos.			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0019: Elevar o nível de escolarização da população norte-riograndense estruturando o sistema de educação Superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, considerando a inclusão e a internacionalização.

Un: percentual.

N.º	META	Previsto	Realizado	Situação

		2023	2023	2023
0115	**Expandir a produção científica e tecnológica qualificada do corpo docente e discente, nas diversas áreas do conhecimento.**	10	10	Alcançada
Execução	Divulgação de editais de fomento e estímulo à submissão de projetos de pesquisa a partir de editais de financiamento às pesquisas desenvolvidas no âmbito da UERN; Tramitação de minuta de resolução que trata do regulamento que dispõe sobre a institucionalização da pesquisa acadêmico-científica, tecnológica e de inovação, no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Institucionalização do programa de periódicos eletrônicos por meio da Resolução nº 22/2017 – CONSEPE que cria e aprova o Regulamento do Programa de Periódicos Eletrônicos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, de modo a estimular a publicação da produção acadêmica, em especial no âmbito dos programas de pósgraduação; Expansão do acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, responsável por fomentar a produção científica de qualidade e garantir a democratização do acesso à informação científica internacional; Tramitação de resolução responsável por aprovar a política de concessão de recurso financeiro a alunos de Programas de Pós-Graduação stricto sensu da UERN, reconhecidos e recomendados pela CAPES, destinada ao desenvolvimento de atividades ou publicação dos produtos científicos estritamente relacionados ao projeto de dissertação, tese ou equivalente dos alunos a serem beneficiados; Implementação de uma política de internacionalização no âmbito dos Programas de PósGraduação stricto sensu da UERN; Estabelecimento da política de criação e institucionalização de laboratórios de pesquisa através da Resolução Nº 18/2017 – CONSEPE a qual aprova o regulamento que dispõe sobre as condições para criação, manutenção, organização e funcionamento de laboratórios de pesquisa, no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Indução de uma política de utilização de equipamentos multiusuários, produção de conhecimento e publicações conjuntas por parte dos pesquisadores a fim de potencializar o desenvolvimento de suas atividades; Criação do Programa Institucional de Iniciação Científica, Tecnológica e Artísticacultural, no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Aprovação do regulamento que dispõe sobre a institucionalização da pesquisa acadêmico científica, tecnológica, artística-cultural e de inovação, no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Divulgação dos editais de agências de fomento (FINEP e CNPq) e estímulo à submissão de projetos de pesquisa.			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ

Objetivo 0019: Elevar o nível de escolarização da população norte-riograndense estruturando o sistema de educação Superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, considerando a inclusão e a internacionalização.

Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023

0117	**Aumentar o número de startups instaladas, empresas juniores e outras ações empreendedoras.**	2	17	Superada
Execução	Meta superada. - A empresa júnior do Campus de Caicó “i9-odonto” teve a sua estruturação burocrática implementada: o desenvolvimento de um App de planejamento em prótese parcial removível, o desenvolvimento de um manual para fotografia odontológica pelo celular, e a alimentação de um software de inteligência artificial em radiologia odontológica; - Formalização de 03 (duas) empresas juniores: - Emcap Jr. (Contábeis – Campus Patu); - D3TEC (Ciência da Computação – Campus Central); - E-Capital (Economia – Campus Pau dos Ferros). - Encontram-se credenciadas na UERN 02 (duas) empresas juniores: Apex Empreendedorismo e Soluções Jurídicas (Direito – Campus Central); Lastro Consultoria e Investimentos (Economia – Campus Central). - Lançamento da Agência UERN Inova. - Participação do 7º Congresso da Liga de Câncer – Natal juntamente com a SOL Startup. - Palestra com Julio Lêdo, com o tema "Negócios que vão além do lucro". - Participação no Startup Day do SEBRAE. - Criação da Central das Empresas Juniores e aprovação do Regimento Interno da Central. - Acordo assinado com SEBRAE para estruturação do Laboratório de Negócios de Impacto Social, voltado para o desenvolvimento de soluções inovadoras e tecnologias educacionais, agregando Empresas Juniores, incubadoras, startups e a agência em um espaço temático dentro de uma sala dentro da UERN. - Assinatura de acordo de Cooperação entre SEBRAE e FUERN com objetivo de fixar condições de cooperação técnico-institucional para o desenvolvimento de ações de Educação Empreendedora e Inovadora que estimulam a cultura do empreendedorismo e da inovação. - Acordo de cooperação entre FIERN e FUERN com objetivo de Integração de esforços para o fortalecimento e estruturação de estudos, pesquisas interinstitucionais e construção de plataformas inteligentes (Power Bi) que tenham como foco os projetos e propostas de desenvolvimento instituídas no plano de desenvolvimento econômico “Mais RN 2014- 2035. - Reunião estratégica com a RN Júnior sobre empresas juniores. - Participação de reuniões estratégicas da equipe ELI (Ecossistema Local de Inovação), com a participação de diversos atores do município. - Oficina da Empresa Júnior APEX no ELO UERN. - Ações estratégicas para participação do Ranking das Universidades Empreendedoras. - Participação de reuniões estratégicas da equipe ELI (Ecossistema Local de Inovação), com a participação de diversos atores do município. - Palestra ministrada pela Agência UERN Inova em Mesa Temática sobre Inovação, tecnologia e empreendedorismo na formação universitária, realizada no Campus de Caicó. - Participação do GO!RN 2023, o maior evento de empreendedorismo inovador, startups, tecnologia e transformação digital do RN, realizado em Natal. - Participação com stand da UERN e palestras no Mossoró Oil & Gas Expo, um evento internacional com foco no setor de petróleo e gás das regiões Norte e Nordeste do Brasil, que tem como proposta central discutir a extração em terra e águas rasas, bem como, a			

	cadeia produtiva, incluindo fornecedores de bens e serviços nesse segmento.

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0019: Elevar o nível de escolarização da população norte-riograndense estruturando o sistema de educação Superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, considerando a inclusão e a internacionalização.

Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0119	**Capacitar em nível de doutorado servidores docentes da FUERN.**	25		Não definido
Execução	Aguardando consolidado do ano 2023 com a reapresentação dos servidores capacitados.			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0019: Elevar o nível de escolarização da população norte-riograndense estruturando o sistema de educação Superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, considerando a inclusão e a internacionalização. Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0120	**Capacitar em nível de doutorado servidores técnicos da FUERN.**	5		Não definido
Execução	Aguardando consolidado do ano 2023 com a reapresentação dos servidores capacitados.			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0019: Elevar o nível de escolarização da população norte-riograndense estruturando o sistema de educação Superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, considerando a inclusão e a internacionalização. Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0121	**Capacitar em nível de mestrado técnicos da FUERN**	10		Não definido
Execução	Aguardando consolidado do ano 2023 com a reapresentação dos servidores capacitados.			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ

Objetivo 0019: Elevar o nível de escolarização da população norte-riograndense estruturando o sistema de educação Superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, considerando a inclusão e a internacionalização. Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0122	**Ampliar o número de cursos profissionais de Pós-graduação *Stricto Sensu* na UERN em nível de mestrado**	1	3	Superada
Execução	Os cursos de Programas de Pós-graduação stricto sensu profissionais estão sendo gestados mediante a inserção em redes profissionais em parcerias com outras IES. Ao longo do ano de 2023 o espectro de cursos de Pós-graduação stricto sensu obteve ampliação em 3 (três) cursos profissionais em rede a saber: Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), Mestrado Profissional de Educação Inclusiva (PROFEI) e Mestrado Profissional em Saúde da Família (PROFSAUDE), sendo esse último o primeiro curso na modalidade híbrida			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ

Objetivo 0019: Elevar o nível de escolarização da população norte-riograndense estruturando o sistema de educação Superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, considerando a inclusão e a internacionalização. Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0123	**Ofertar novos cursos de especialização conveniados voltados para o aperfeiçoamento profissional em áreas estratégias para o RN**	2	4	Superada
Execução	Ao longo do ano foi possível a formalização de 04 (quatro) cursos lato sensu em distintas áreas. No campo da saúde, conveniado com a LIGA NORTE RIOGRANDENSE CONTRA O CANCER (LNRCC), os cursos de Enfermagem Oncológica e de Farmácia em Oncologia e Hematologia; em colaboração com a OAB, a oferta do Curso de Direito Previdenciário em Natal/RN; por intermédio da UAB/CAPES, a oferta do Curso de Mídias da Educação (5ª edição), na modalidade EAD e, por fim, o curso de Estratégias e inovações na assessoria técnica a agricultura familiar, em colaboração com a CENTERN.			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ

Objetivo 0019: Elevar o nível de escolarização da população norte-riograndense estruturando o sistema de educação Superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, considerando a inclusão e a internacionalização. Un: percentual.

N.º	METAS	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0124	**Promover o fortalecimento da UERN junto à população do Estado do Rio Grande do Norte, por meio de projetos e eventos**	25	25	Alcançada

Execução	**UERN POR ELAS – I ENCONTRO DE MULHERES DA UERN** O Uern Por Elas: I Encontro de Mulheres da Uern foi realizado no dia 22/03/23 com transmissão via Canal Uern Oficial no YouTube, envolvendo docentes, técnicas-administrativas, discentes e servidoras terceirizadas da Universidade com três blocos de discussão: os Objetivos Sustentáveis de Desenvolvimento (ODS), as vivências uernianas e a força da mulher na Universidade; as experiências e desafios da mulher na Universidade; e a Carta de Intenções do I Encontro de Mulheres da Uern. **UERN AÇÃO** Em 2023, o programa foi realizado em Mossoró, em parceria com o Projeto Esperança Padre Guido Tonelotto, com a Fundação Casa do Caminho, com a Casa Assistencial Nosso Lar (Canlar) e a Associação dos Surdos de Mossoró e Região (ASMOR). Por meio do programa, a Uern levou às comunidades oficinas de teatro, balé, canto coral, flauta doce, violão, alfabetização de mulheres idosas, reforço escolar, letramento digital, natação, atividade funcional e vídeo-fotografia. Ao todo, o programa atendeu 322 pessoas, que ao final do ano apresentaram seus resultados em recitais. **ALÔ COMUNIDADE** O Alô Comunidade foi criado como forma de potencializar a divulgação das ações de extensão nas Universidades Brasileiras. Com a parceria do Canal Futura e da Universidade Federal de Sergipe (UFS), o projeto foi desenvolvido e estreou no dia 04 de Junho de 2023 na grade do Canal Futura e na plataforma de streaming GloboPlay. Nas primeiras semanas após a estreia, o programa já era o segundo mais assistido no Canal Futura, com mais de 12,5 milhões de espectadores somente na semana de estreia. A segunda temporada do programa deve estrear no primeiro semestre de 2024. **UERN NO PARQUE** O Uern no Parque é uma ação de extensão que busca integrar distintas ações de extensão da Universidade e parceiros externos na oferta de serviços, atendimentos, atividades culturais em parques públicos do Rio Grande do Norte. A primeira edição de 2023 aconteceu em 17 de junho no Parque Municipal Maurício Oliveira. Estiveram presentes 18 projetos de extensão com a presença de 121 alunos, 18 professores-coordenadores, além de 7 servidores da Pró-Reitoria de Extensão, entre docentes e técnicos. A atividade envolveu um público de 1.035 pessoas. Já a segunda edição, ocorreu em 09 de dezembro, também no Parque Municipal Maurício, apresentando 25 projetos interessados na realização das ações. **REVISTA EXTENDERE** Revista de extensão tem o objetivo de divulgação científica de ações de extensão da UERN como também publicações de autores externos. Apresenta semestralidade com volumes em junho e dezembro de cada ano, em 2023, v.9,n.1 e v.9,n.2. Integra o portal de periódicos da UERN, apresentando qualis B1 na avaliação da CAPES. **VIVA UERN** O projeto Viva Uern promove a interação entre a Universidade e a comunidade por meio da oferta de atividades de extensão e mostra de projetos em espaços públicos, como avenidas. O projeto Viva UERN cria estratégias de extensão, levando à comunidade conhecimento sobre parte do trabalho desenvolvido pela Uern. Nas duas edições realizadas em 2023, mais de 1.400 pessoas estiveram envolvidas. **ELO UERN/IX SALÃO DE EXTENSÃO DA UERN**

O ELO UERN é um evento que traz a aliança entre universidade e sociedade, oportunizando vivência entre os participantes. O ELO UERN teve um público atingido de 1.183 pessoas e um total de 54 atividades ofertadas (entre 9 cursos, oficinas e mesas redondas virtuais; 32 palestras, cursos, oficinas, mesas redondas, rodas de conversas e workshop presenciais; 13 intervenções culturais como cinema, exposições, sarau, dança e teatro. O ELO UERN 2023 contou ainda com 43 ministrantes envolvidos nas atividades presenciais e remotas.

O IX Salão de Extensão foi realizado como atividade da programação da ELO UERN e contou com 176 vídeos submetidos, 31 avaliadores *ad hoc* e mais de 590 visualizações.

IV FEIRA DAS PROFISSÕES DA UERN

A feira das profissões é um evento multicampi, onde os campi da UERN recebem estudantes de escolas públicas e privadas do Rio Grande do Norte e de outros estados brasileiros, apresentando os cursos de graduação da UERN para aqueles estudantes que farão o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e pretendem concorrerem a uma vaga de curso superior por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU). O público presente na IV Feira das Profissões ultrapassou 3.000 pessoas.

UERN QUALIFICA

Ação de formação com a oferta de 4 cursos, Etiqueta Profissional, Empreendedorismo, Marketing Digital e Educação Financeira.

O UERN Qualifica foi realizado no município de Serra do Mel, uma parceria com o Programa de Capacitação Profissional em Turismo (PCPTur) e Projeto de Sensibilização para o Empreendedorismo Inovador (PROSEI), contou com a participação de 76 pessoas da comunidade de Serra do Mel.

UNIVERSIDADE E TERCEIRO SETOR

A PROEX iniciou, em 2023, um trabalho mais direto junto as entidades sem fins lucrativos que atuam na área social em municípios do Rio Grande do Norte. No projeto “Universidade e Terceiro Setor”, a universidade realizou um chamamento público para identificar entidades interessadas em estabelecer parcerias. Trinta e três entidades manifestaram interesse e passaram a estabelecer contato mais direto. Ao ouvir cada entidade e seus anseios, a Uern organizou o I seminário “Universidade e Terceiro Setor: construindo parcerias”.

FESTUERN - XVII Festival de Teatro da UERN

O Festuern é um programa interdisciplinar de extensão da Uern, com o objetivo de incentivar e estimular a prática do teatro nas escolas do estado. Neste ano, o projeto do festival foi aprovado no Programa Estadual Câmara Cascudo - lei estadual de incentivo à cultura - tendo como proponente a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio Grande do Norte (Funcitern). Além do Governo do Estado, o festival contou com patrocínio da TCM Telecom e Potigás. No palco, 500 estudantes de escolas públicas do Rio Grande do Norte atuaram, apresentando peças teatrais. Na plateia, mais de 4 mil pessoas assistiram aos espetáculos durante todo o festival.

CARAVANA NATALINA

A Caravana Natalina é uma atividade que integra a programação da campanha institucional Meu Melhor Natal, realizada em dezembro pela Uern, levando apresentações natalinas à comunidade. A caravana foi aberta na Estação Natal, em Mossoró, com concerto natalino. A caravana continuou, com a apresentação dos espetáculos “Brincantes”, do Grudum, e “No

fundo do poço", do Grutum no Campus Central da UERN e encerrou com duas apresentações do espetáculo "O auto de Natal: a reinvenção do mundo", dos grupos Baobá de Teatro, Cinese de dança, que compõem a equipe da EduCA/UERN em Natal.

FEIRA AGROECOLÓGICA E ARTESANAL

A Feira Agroecológica e de Artesanato foi pensada como um espaço de uso e apresentação de produtos por parte de produtores rurais, artesãos e artistas nos campi da Uern. A feira aconteceu semanalmente no campus central da UERN. Para sua realização, conta com a parceria da Rede Xique-Xique e da Associação de Produtores e Agricultores da Feira Agroecológica de Mossoró – RN (APROFAM). A atividade conta ainda com a participação de coletivos de artesãos e alunos da UERN que manifestam interesse em divulgar os seus produtos e serviços.

ENCONTRO COM A ARTE

Encontro com a Arte é um projeto onde estudantes de escolas públicas têm a oportunidade de participar de uma visita guiada à Pinacoteca José Gurgel e ao prédio da Reitoria da Uern, conhecendo um pouco da história da universidade e das obras expostas na pinacoteca. Neste ano, mais de 250 pessoas visitaram a pinacoteca por meio deste projeto.

CAMPEÕES DA ADNP

Através do projeto "Nadar Mais" nasceu o projeto "Campeões da ADNP", em parceria com a Associação Desportiva Natação Pajuçara (ADNP) e a Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa). O projeto foi apresentado à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, por meio da Lei de Incentivo RN+ Esporte e Lazer e foi autorizado a captar recursos junto a patrocinadores. A empresa 3R Petroleum aceitou patrocinar o projeto, e em 2023, cerca de 300 crianças e adolescentes, em Natal e Mossoró, puderam conhecer a natação, com aulas gratuitas e acompanhamento interdisciplinar de profissionais diversos. O projeto conseguiu fortalecer a equipe de natação Uern/Ufersa/ADNP a colocando como a melhor do Rio Grande do Norte, além de garantir a participação das crianças e adolescentes do projeto em competições estaduais e nacionais, com grande obtenção de medalhas.

CESTINHAS

A Pró-Reitoria de Extensão firmou parceria com a Associação Atlética Santa Delmira (SADE), para execução do projeto Cestinhas, que oferece aulas gratuitas de basquete a crianças e adolescentes da cidade de Mossoró. Em 2023, o projeto conquistou apoio financeiro do Tribunal de Justiça por meio de edital de seleção pública, tornando possível a oferta de atividades para 50 crianças e adolescentes.

GRUPOS CULTURAIS

Os grupos culturais vinculados à Proex são o Grupo de Teatro Universitário de Mossoró (GRUTUM) e o Grupo da Dança Universitário (GRUDUM). Por meio da Escola de Extensão da Uern (EduCA), a pró-reitoria tem vinculada a ela os grupos BAOBÁ de Teatro e CINESE de Dança. Foi iniciado um trabalho de iniciação teatral com a comunidade surda, em parceria com a Associação dos Surdos de Mossoró e Região (ASMOR). Eles desenvolveram projeto para criação de um grupo teatral, que foi aprovado para apoio financeiro pelo Tribunal de Justiça. Assim, nasceu o Grupo de Artes Cênicas Além das Mãos (GRUCAM).

BOLSA PIBEX

No que se refere à ampliação da oferta do Programa Institucional de bolsas de extensão – PIBEX, para atender as diretrizes da curricularização da extensão universitária e melhorar a assistência estudantil da UERN, houve um aumento considerável de bolsas entre os anos de

	2020 a 2023, sendo em 2020, 85 bolsas; 2021, 97 bolsas; 2022, 150 bolsas e 2023, 150 bolsas. As ações contemplaram as seguintes agendas: **Políticas para as Mulheres:** 2,7% - Duas atividades realizadas em 2023, tiveram foco **exclusivo** relacionado as mulheres, sendo: **UERN POR ELAS – I ENCONTRO DE MULHERES DA UERN** e o **volume 9, número 1 da REVISTA EXTENDERE**, contou com a publicação de 9 trabalhos, todos relacionados às mulheres, cujo tema foi "Gênero, direitos humanos e extensão para mulheres". **Políticas para a Juventude:** Em todas as atividades e ações realizadas e aqui citadas, a juventude foi o público prioritário das ações.

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0019: Elevar o nível de escolarização da população norte-riograndense estruturando o sistema de educação Superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, considerando a inclusão e a internacionalização. Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0125	**Realizar convênios nacionais e internacionais que favoreçam a mobilidade acadêmica e o compartilhamento de conhecimento**	3	7	Superada
Execução	Durante o ano de 2023, foram realizados acordos de cooperação entre a FUERN e as seguintes universidades estrangeiras: Universidade de Coimbra (Portugal), Universidade da Beira Interior (Portugal), Universidade do Minho (Portugal), Escola Superior de Enfermagem do Porto (Portugal), Universidad de Valladolid (Espanha), Universidad de Salamanca (Espanha), Universidad de Almería (Espanha). Estão em tramitação mais 04 (quatro) novos acordos: com a Universidade de Lisboa (Portugal), Universidade Pedagógica de Maputo (Moçambique), Universidade de Buenos Aires – UBA (Argentina) e a Universidade de los Andes (Venezuela).			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0019: Elevar o nível de escolarização da população norte-riograndense estruturando o sistema de educação Superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, considerando a inclusão e a internacionalização. Un: percentual.

N.º	METAS	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0271	**Ampliar o número de cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* em nível de mestrado e doutorado**	1	5	Superada
Execução	Os cursos de Programas de Pós-graduação stricto sensu profissionais estão sendo gestados mediante a inserção em redes profissionais em parcerias com outras IES. Ao longo do ano de 2023 o espectro de cursos de Pós-graduação stricto sensu obteve ampliação em 4			

	(quatro) cursos profissionais em rede a saber: Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), Mestrado Profissional de Educação Inclusiva (PROFEI) e Mestrado Profissional em Saúde da Família (PROFSAUDE), sendo esse último o primeiro curso na modalidade híbrida, além do curso de Doutorado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). Em se tratando de cursos stricto sensu acadêmicos, a Uern também obteve aprovação do curso de doutorado em Ensino do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ensino (POSENSINO), em associação entre UERN, UFERSA e IFRN, consubstanciando a experiência do ensino e da formação nessa dimensão acadêmica da pós-graduação.

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0020: Promover a política de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes da UERN, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0135	**Consolidar a política de acesso e permanência estudantil, em especial dos alunos em vulnerabilidade social**	25	25	Alcançada
Execução	Durante o ano de 2023, foram ofertadas bolsas e auxílios como garantia de acesso e permanência estudantil, contemplando as seguintes agendas: **Políticas para as Mulheres:** 44,8% - Reserva de vagas para o gênero feminino no programa de moradia universitária **Políticas para a Juventude:** 100% - Bolsas e Auxílios ofertados para estudantes de graduação e pós-graduação **Políticas para Pessoa com Deficiência:** 5% - Reserva de vagas em todos os editais de bolsas **Políticas para Igualdade Racial e Etnia:** 30% - Reserva de vagas para cotistas Pretos, Pardos ou Indígenas Aumento de 15% de auxílios no Auxílio Financeiro do Programa Moradia Universitária – 115; Aumento de 10% do Programa de Estágio Não-Obrigatório – 110; Aumento de 10% do Programa de Estágio Não-Obrigatório; Ampliação de 75% na dotação inicial do Apoio à Participação em Eventos - 283			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0020: Promover a política de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes da UERN, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023

0136	**Ampliar a política de permanência dos discentes por meio da concessão de bolsas**	141	202	Superada
Execução	Oferta de 250 bolsas para Programa de Apoio ao Estudante (PAE). Oferta de 115 bolsas para o Programa de Moradia Universitária - Auxílio Financeiro. Oferta de 82 bolsas para o Programa Auxílio Creche. Oferta de 110 bolsas para o Programa de Estágio Não-Obrigatório. Distribuição de 283 auxílios à participação de estudantes em Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais-AACC's. Oferta de 105 vagas para o Programa de Moradia Estudantil (modalidade residência universitária).			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ

Objetivo 0020: Promover a política de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes da UERN, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0138	**Ampliar a política de atendimento multiprofissional aos discentes, técnicos administrativos e docentes com deficiência e necessidades educacionais especiais da UERN**	100	100	Alcançada
Execução	**Programação de cursos – Mês de Janeiro** **Público Alvo: Técnicos Administrativos** Tema: O tradutor intérprete de Libras e suas competências Ministrantes: Intérpretes de LIBRAS Aurenice Almeida Mesquita – DAIN/UERN Vanessa Nascimento Sobral Leão – DAIN/UERN Vanessa Soares Batista Germano – DAIN/UERN **Dia 17/01** Horário: 7h30 Tema: Inclusão e Diversidade nos espaços educacionais Ministrantes: Elenice Alves Pereira – Pedagoga – DAIN/UERN Karla Emanuelle Gomes Pessoa – Psicopedagoga – DAIN/UERN **Dia 18/01** Horário: 7h30 Tema: Conhecendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) Ministrantes: Intérpretes de LIBRAS Aurenice Almeida Mesquita – DAIN/UERN Vanessa Nascimento Sobral Leão – DAIN/UERN			

	Vanessa Soares Batista Germano – DAIN/UERN **Dia:20/01** Horário:7h30 Tema: O papel do ledor no Ensino Superior e competências específicas Ministrantes: Giliane Ferreira da Silva – Téc. Especializada em Deficiência Visual – DAIN/UERN Thais Mendonça da Costa – Téc. Especializada em Deficiência Visual – DAIN/UERN **Dia 23/01** Horário: 7h30 Tema: Competência do ledor – A construção de documentos acessíveis Ministrante: Fernanda Lourenço da Silva – Téc. Especializada em Deficiência Visual – DAIN/UERN **Dia 25/01** Horário: 7h30 Tema: Praticando a Libras: Comunicação e atendimento Ministrantes: Intérpretes de LIBRAS Aurenice Almeida Mesquita – DAIN/UERN Vanessa Nascimento Sobral Leão – DAIN/UERN Vanessa Soares Batista Germano – DAIN/UERN **Dia 27/01** Horário: 7h30 Tema: Competência do ledor – Orientação e Mobilidade, como fazer? Ministrante: Pâmela Zaires Souza Viana – Téc.Especializada em Deficiência Visual – DAIN/UERN LIBRAS na UERN: O cotidiano no serviço público **Público Alvo: Servidores da Uern** Ministrantes: Intérpretes de LIBRAS da DAIN Aurenice Almeida Mesquita Vanessa Nascimento Sobral Leão Vanessa Soares Batista Germano Março 2023: 1° Encontro Modalidade: Remota **16/03/2023** – 13:30 às 16:00 2° Encontro Modalidade: Presencial **23/03/2023** – 13:30 às 16:00

	Local: A definir 3° Encontro Modalidade: Remota **30/03/2023** – 13:30 às 16:00 Abril 2023: 4° Encontro Modalidade: Remota **06/04/2023** – 13:30 às 16:00 5° Encontro Modalidade: Remota **13/04/2023** – 13:30 às 16:00 6° Encontro Modalidade: Remota **20/04/2023** – 13:30 às 16:00 7° Encontro Modalidade: Presencial **27/04/2023** – 13:30 às 16:00 **01/04/2023 –** Exposição fotográfica "Mais informação, menos preconceito. **02/04/2023 –** Seminário Semeando Inclusão pra Valer! – Processos Educativos no Ensino Superior. **25/04/2023 –** Primeira Semana do Transtorno do Espectro Autista – Tea, promovida pela Câmara dos Vereadores do Município de Serra do Mel/RN. **Participação durante a Semana de Planejamento - PROEG** Palestra: Inclusão da pessoa com deficiência: compartilhamento de experiências com Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no ensino superior MINISTRANTES: Sidney Soares Trindade (UFRN) Claudion Silva de Melo (DAIN/UERN) ● Data: **03/05/2023** ● Horário: 9h às 11h Local: YouTube UERN Oficial

	Responsável: DIRETORIA DE AÇÕES INCLUSIVAS – DAIN **13/05/2023 –** Sessão Solene da Câmara Municipal de Serra do Mel, na qual foi concedido o título de cidadã Serramelense à Prof. Dra. Ana Lúcia Oliveira Aguiar. **20/05/2023 –** Festival Paralímpico organizado pela Confederação Paralímpica Brasileira e todos os Centros de Referências, Prefeituras, Ong's. **19/06/2023** – II Encontro Institucional de Parceiros da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte: Socialmente Referenciada, Inclusiva e Includente – Dain/Uern. Cronograma da Formação Continuada para o Hospital da Mulher Parteira Maria Correia: "Saúde da Mulher: Alternativas de comunicação acessível" Coordenação: Prof.ª Dra. Ana Lúcia Oliveira Aguiar Diretora de Ações Inclusivas da UERN Ministrantes: Intérpretes de LIBRAS DAIN/UERN Aurenice Almeida Mesquita Vanessa Soares Batista Germano **03/08/2023** - Encontro via meet: Apresentação da Libras **10/08/2023** - Encontro via meet: Cultura surda e curiosidades **17/08/2023** - Encontro presencial: Revisão geral do conteúdo e prática **24/08/2023** - Encontro via meet: Expressões faciais e verbos **31/08/2023** - Encontro via meet: Sinais específicos de exames e doenças ginecológicas **Formação destinada aos municípios de Serra do Mel, Patu e Upanema:** Saberes e Práticas de Inclusão para Pessoas Com Deficiências Maio 2023: **11/05/2023** – 14 às 17 horas: Tema: Audiodescrição de imagens estáticas. Ministrante: Paloma de Paula Gomes – Téc. Especializada em Deficiência Visual – DAIN/UERN **25/05/2023** – 14 às 17 horas: Tema: (Re)pensando o TEA a partir do sujeito e suas possibilidades: narrativas de modos de fazer inclusivos. Ministrante: Me. Francisco Mayccon Passos Costa – Psicólogo Educacional – DAIN/UERN Junho 2023:

	15/06/2023 – 14 às 17 horas: Tema: A importância do Ledor como instrumento de inclusão. Ministrantes: Thais Mendonça da Costa – Téc. Especializada em Deficiência Visual – DAIN/UERN **14/07/2023** – 14 às 17 horas: Tema: A Lei Brasileira de Inclusão e o Direito ao Profissional de Apoio Escolar. Ministrante: Ma. Sônia Alves Bezerra – Assistente Social – DAIN/UERN Agosto 2023: **24/08/2023** – 14 às 17 horas: Tema: Inclusão, diversidade e desafios nas escolas: Somos todos iguais na diferença. Ministrante: Ma. Elenice Alves Pereira – Pedagoga – DAIN/UERN **II Jornada Peruana de Inclusão - Práticas Educativas, Cultura,** **Diversidade e Inclusão** Diálogos sobre equidade e inclusão — da democratização do acesso à permanência no ensino superior **10/07/2023 –** Abertura A Sombra desta Mangueira – Paulo Freire **22/08/2023** – Participação no Segundo Seminário Semeando Inclusão: TDAH/Infância, Adolescência e Vida Adulta# Cuidados e Direitos. **24/08/2023** – Participação no evento Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: Desafios para a rede pública de ensino. Organização: Ministério Público do Rio Grande do Norte. Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência Data: **20/09/2024** 8h às 11h Sala Padre Mota da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. **III Encontro Institucional de Parceiros da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte:** Socialmente Referenciada, Inclusiva e Includente, com o tema Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência realizado pela Diretoria de Ações Inclusivas, em **21 de setembro de 2023** **Formação destinada aos municípios de Serra do Mel, Patu e Upanema:** **05/10/2023 -** Legislação Brasileira para Pessoas com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão, N° 13.146/2015. **Semeando Inclusão - Trajetórias, memórias e conscientização sobre a Síndrome de Rett.** Data: **26 de outubro de 2023**, horário noturno. **27 de outubro de 2023,** vespertino e noturno. **Formação destinada aos municípios de Serra do Mel, Patu e Upanema:**

	09/11/2023 - O processo de aprendizagem do aluno com deficiência: Possibilidades de adequações didático metodológicas **Encontro de Formação, Saberes e Práticas de Inclusão - Dia Internacional da Pessoa com Deficiência** Data: **03/12/2024** Das 8h às 11h Auditório da Fafic - Campus Mossoró **I Encontro de Mães Atípicas em parceria com Coletivo de Mossoró** **06/12/2023**

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0021: Promover a integração da FUERN com a sociedade, visando a execução das políticas, o desenvolvimento econômico, social, cultural, turístico e ambiental da região na qual ela se insere. Un: percentual.

N.º	METAS	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0145	**Ofertar cursos de idiomas, na modalidade on-line e presencial, para alunos, técnicos e professores da Educação Básica.**	1	1	Alcançada
Execução	A DIRI ofertou 01 (um) curso de idiomas em língua inglesa em 2023: Compreensão Escrita: Artigos científicos – nível A2 o curso de inglês para elaboração de *abstracts* na modalidade híbrido. Oferecido pelo Programa Rede Andifes Idiomas sem Fronteiras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.			

Programa 2001: EDUCAÇÃO CIDADÃ
Objetivo 0021: Promover a integração da FUERN com a sociedade, visando a execução das políticas, o desenvolvimento econômico, social, cultural, turístico e ambiental da região na qual ela se insere. Un: percentual.

N.º	META	Previsto 2023	Realizado 2023	Situação 2023
0147	**Realizar convênios com órgãos governamentais e não governamentais nas diversas esferas do governo para execução de projetos e prestação de serviços.**	5	6	Superada
Execução	Formalização de **6 (seis) Convênios:** **03 (três) convênios com o FNDE**, de Nº 948593/2023, Nº 942434/2023 e Nº 950672/2023, a partir de emendas destinadas por parlamentares, para aquisição de equipamentos e parte em custeio; **02 (dois) convênios com a CAPES**, de Nº 945554/2023, referente ao PARFOR e Nº 949284/2023, para aquisição de equipamentos de TI e comunicação para suporte aos alunos e docentes do Sistema UAB. **01 (um) convênio com o Ministério da Saúde**, sendo este projeto voltado para equidade de gênero, raça, e valorização das trabalhadoras do SUS.			

Avaliação individual das INICIATIVAS

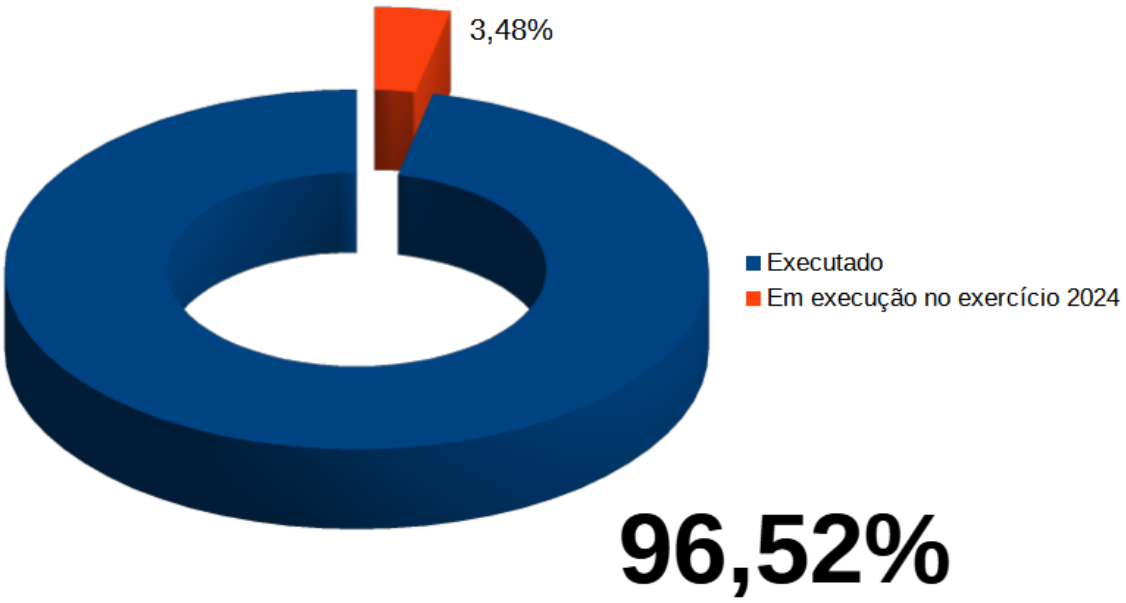
Ao todo, nos 5 objetivos gerais (estratégicos) da FUERN, constam 128 (cento e vinte e oito) iniciativas para o período 2020-2023, das quais 10 (dez) com Subações Orçamentárias vinculadas.

Esse conjunto total de iniciativas tratam de importantes políticas, programas, projetos e ações em todas as áreas de atuação da UERN, como o desenvolvimento dos recursos humanos, das instalações físicas e tecnológicas, das atividades acadêmicas fins e meios vinculadas, do desenvolvimento estudantil, inclusão social e diversidade e da manutenção e funcionamento da instituição.

Na análise individual das metas realizada na seção anterior, essas iniciativas, em forma de ações e atividades, foram detalhadas no campo de "execução" dos quadros de análise das metas.

De modo geral foi **executado** (liquidado) **96,52%** do orçamento autorizado (atualizado) em 2023, recursos do tesouro (ordinários) vinculados a Lei n. 11.045/2021, Lei da autonomia de gestão financeira e patrimonial da Fuern. Este orçamento é composto pelo conjunto das subações orçamentárias vinculadas as iniciativas do Plano Plurianual da Fuern. A autonomia foi essencial para ampliação e melhoria qualitativa das políticas de ensino, pesquisa, inovação, extensão universitária, assistência estudantil, inclusão, diversidade, internacionalização e da gestão de pessoas da Instituição.

Gráfico 2: Percentual de execução orçamentária da Fuern: subações do PPA ano 2023.



Fonte: Fuern | SIGEF, exercício 2023.

O quadro 1 abaixo apresenta uma síntese dos programas orçamentários do PPA em que a Fuern está vinculada, os programas **0100** (Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado) e **2001** (Educação Cidadã). Do mesmo modo apresenta o detalhamento da execução das subações orçamentárias que vinculam o PPA a LOA 2023.

Quadro 1: Execução dos Programas Orçamentários da Fuern **2023**: Fonte do **Tesouro** (recursos ordinários)

Programa Orçamentário	Orçamento **Autorizado** - atualizado	Orçamento **Executado**	**Percentual** de Execução Orçamentária
0100 – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	**65.967.198,37**	**56.235.371,75**	**85,25%**
229501 Manutenção e Funcionamento	65.967.198,37	56.235.371,75	85,25%
2001 – Educação Cidadã	**278.538.097,92**	**266.282.296,31**	**95,60%**
100901 Aparelhamento das Unidades da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	1.331.200,00	847.934,21	63,70%
145601 Ampliação do Acervo (*)	400.000	0,00	0,00%
150811 Construção do Prédio do Campus Avançado de Apodi (*)	12.000	0,00	0,00%
155101 Construção, Adaptação e Melhoria da Infraestrutura da FUERN	4.473.032,29	2.282.509,29	51,03%
155401 Elaboração de Estudos e Projetos	112.000,00	3.898,26	3,48%
157101 Construção de Instalações para Fortalecimento da Assistência Estudantil (*)	1.300.000,00	0,00	0,00%
157301 Renovação e Ampliação da Frota de Veículos	68.865,63	0,00	0,00%
226501 Encargos com Pessoal	267.841.000,00	262.897.882,35	98,15%
312401 Implantação de programas de assistência estudantil (*)	3.000.000,00	0,00	0,00%

Soma	344.505.296,29	322.517.668,06	
Dedução: Artigos 6º e 7º da Lei n. 11.045/2021	- 10.368.478,07		
TOTAL	**334.136.818,22**	**322.517.668,06**	**96,52%**

(*) Em 2023 o acervo foi ampliado via contratação de serviços de biblioteca virtual, devidamente executado em Pessoa Jurídica na subação de manutenção e funcionamento.
(*) O campus de Apodi depende de recursos de emenda federal, razão pela qual não houve registro de execução.
(*) Construção para fortalecimento da assistência estudantil e implantação de programas de assistência foram realizadas com recursos de outras subações orçamentárias. Os valores previstos acima foram orçados com recursos da fonte 0.1.05.000 (FECOP), tornando-se posteriormente impossibilitado de execução por meio dessa fonte em 2023.
Fonte: Fuern/SIGEF.

O quadro 2 apresenta a execução orçamentária da Fuern relativa a recursos de convênios, transferências voluntárias e recursos diretamente arrecadados no exercício fiscal de 2023.

Em razão da natureza dos valores orçados a partir de estimativas dos repasses dos convênios e transferências federais, bem como as maiores restrições de repasses da União no ano em questão, registrou-se uma execução menos expressiva dos recursos dessas fontes de captação.

Quadro 2: Execução de **Outras Fontes** de Recursos 2023 (Fuern): convênios, transferências voluntárias, recursos diretamente arrecadados, superávit, contrapartida de convênios.

Programa Orçamentário	Orçamento **Autorizado** - atualizado	Orçamento **Executado**	**Percentual** de Execução Orçamentária
0100 – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	7.791.340,12	1.630.091,31	20,92%
2001 – Educação Cidadã	69.562.175,34	6.067.884,67	8,72%
TOTAL	**77.353.515,46**	**7.697.975,98**	**9,95%**

Fonte: Fuern/SIGEF.

O quadro 3 informa sobre o crescimento da execução de recursos vinculados ao programa temático e ao programa de gestão e manutenção da Fuern (fonte do tesouro estadual). Ambos os programas registraram crescimento na execução de recursos, ao todo, o aumento da execução orçamentária alcançou 12,49% em 2023 comparado ao ano de 2022.

Quadro 3: Crescimento da Execução dos Programas Orçamentários da Fuern (**2022** x **2023**): Fonte do **Tesouro** (recursos ordinários).

Programa Orçamentário	**2022** Orçamento **Executado**	**2023** Orçamento **Executado**	**Percentual** de Crescimento
0100 – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	50.892.247,00	56.235.371,75	10,50%
2001 – Educação Cidadã	235.826.715,00	266.282.296,31	12,91%
TOTAL	**286.718.962,00**	**322.517.668,06**	**12,49%**

Fonte: Fuern/SIGEF.

Quanto a execução de recursos oriundos de outras fontes, o Quadro 4 registra, no geral, um crescimento de 127,71% no orçamento executado de 2023 comparado com o orçamento de 2022.

Quadro 4: Crescimento da Execução dos Programas Orçamentários da Fuern (**2022** x **2023**): **Outras Fontes** de Recursos: convênios, transferências voluntárias, recursos diretamente arrecadados, superávit, contrapartida de convênios.

Programa Orçamentário	**2022** Orçamento **Executado**	**2023** Orçamento **Executado**	**Percentual** de Crescimento
0100 – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	1.737.556	1.630.091,31	-6,18%
2001 – Educação Cidadã	1.643.030	6.067.884,67	269,31%
TOTAL	**3.380.586,00**	**7.697.975,98**	**127,71%**

Fonte: Fuern/SIGEF.

Conjunto de Iniciativas do Objetivo 00013: Garantir a autonomia financeira da UERN:
Iniciativa 00002 Articulação junto ao governo um modelo sustentável de autonomia
Iniciativa 00003 Analise do impacto financeiro
Iniciativa 00004 Viabilização junto ao governo o envio do Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa
Iniciativa 00005 Dialogo com a Assembleia Legislativa para aprovação do Projeto de Lei
Iniciativa 00006 Garantir junto ao governo a sanção do Projeto de Lei e a implementação da autonomia financeira da UERN
Iniciativa 00007 Realização de gestão orçamentária que alinhe equilíbrio fiscal com a execução das ações prioritárias dos Órgãos administrativos e Unidades Acadêmicas.

Conjunto de Iniciativas do Objetivo 00015: Modernizar a gestão administrativa, financeira e de pessoal, promovendo o desenvolvimento sustentável e garantindo a inclusão das populações menos favorecidas:
Iniciativa 00008 Viabilização da execução dos projetos contemplados pela emenda de bancada federal no OGU 2019
Iniciativa 00009 Recuperação e conclusão das obras estruturantes paralisadas ou inacabadas
Iniciativa 00012 Construção, adaptação e melhoria da infraestrutura da FUERN. (12)
Iniciativa 00013 Otimização do corpo técnico em análise de tecnologia da informação
Iniciativa 00015 Implantação de módulos, treinamento e manutenção
Iniciativa 00017 Modernização da infraestrutura de TI da UERN
Iniciativa 00053 Criação do comitê gestor e técnico da rede Giga
Iniciativa 00054 Criação do Projeto Redecomep - Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa
Iniciativa 00055 Assinatura do termo de cooperação entre as IESs
Iniciativa 00056 Indicação para construção das Redes Giga Mossoró, Assu, Pau dos Ferros e Caicó pelo Ministéri da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTI
Iniciativa 00057 Participação no Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (CONECIT).
Iniciativa 00058 Assinatura de convênio de cooperação técnica entre o MCTI e CHESF para utilização da Rede Eletronet, que contempla o trecho Natal-Mossoró

Iniciativa 00059 Elaboração do Projeto do trecho Mossoró-Pau dos Ferros
Iniciativa 00060 Elaboração do Projeto do trecho Santa-Cruz-Caicó
Iniciativa 00061 Realização de aquisição de equipamentos de informática
Iniciativa 00063 Implantação do sistema em todos os campi
Iniciativa 00064 Realização de parcerias visando o fortalecimento da segurança
Iniciativa 00065 Implantação de sistema eletrônico de monitoramento
Iniciativa 00066 Criação de central de monitoramento via câmeras eletrônicas
Iniciativa 00067 Ampliação da capacidade de processamento de dados via internet
Iniciativa 00068 Aparelhamento das unidades da FUERN
Iniciativa 00070 Renovação e ampliação da frota de veículos
Iniciativa 00075 Revisão dos planos de cargos, carreira e remuneração dos docentes e técnicos administrativos
Iniciativa 00076 Regulamentação do auxílio transporte para os docentes
Iniciativa 00077 Regulamentação do auxílio alimentação para os docentes e técnicos administrativos
Iniciativa 00078 Regulamentação do auxílio creche para os docentes e técnicos administrativos
Iniciativa 00079 Promoção de ações voltadas à promoção da melhoria da saúde e da qualidade de vida dos servidores
Iniciativa 00080 Manutenção e ampliação da política institucional de capacitação técnica dos servidores da FUERN
Iniciativa 00291 Construção do prédio do Campus Avançado de Natal
Iniciativa 00292 Construção do Prédio do Campus Avançado de Apodi
Iniciativa 00295 Aquisição de material didático e ampliação do acervo
Iniciativa 00296 Aparelhamento das bibliotecas
Iniciativa 00298 Aparelhamento dos cursos pós-graduação stricto sensu da FUERN
Iniciativa 00328 Confirmação dos direitos dos servidores e as obrigações patronais
Iniciativa 00783 Elaboração de Estudos e Projetos
Iniciativa 02145 Valorização dos servidores do FUERN.

Conjunto de Iniciativas do Objetivo 00019: Elevar o nível de escolarização da população norte-rio-grandense estruturando o sistema estadual de Educação Superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, considerando a inclusão e a internacionalização:
Iniciativa 00081 Condução da gestão do ensino, pesquisa e extensão, por meio de articulação das pró-reitorias, direções das faculdades e chefes dos departamentos
Iniciativa 00083 Acompanhamento do processo de reconhecimento e renovação dos cursos de graduação realizadas pelo CEE/RN
Iniciativa 00084 Conscientização para uma cultura de eficiência acadêmica
00085 Ampliação da oferta de cursos EAD, observando a renovação do credenciamento no Sistema Universidade Aberta do Brasil ¿ UAB
Iniciativa 00089 Promoção da interiorização e criação de novos cursos, observando dotação financeira e demanda regional.
Iniciativa 00090 Criação e implantação de novas iniciativas na educação de jovens e adultos, em parceria com a SEEC em todo Estado.
Iniciativa 00091 Formalização de parceria com o MEC e a SEEC visando à ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada para os professores da rede de ensino estadual em todo Estado.
Iniciativa 00093 Levantamento anual da evasão no âmbito da UERN
Iniciativa 00094 Articulação com os Núcleos Docentes Estruturantes - NDEs
Iniciativa 00095 Fortalecimento da política de assistência estudantil por meio da concessão de bolsas,

relacionadas com a melhoria da taxa de evasão
Iniciativa 00096 Articulação com outros programas e IESs.
Iniciativa 00097 Ampliação da produção técnica e científica dos docentes e discentes
Iniciativa 00098 Consolidação da política de internacionalização
Iniciativa 00099 Implantação da auto-avaliação da pós-graduação.
Iniciativa 00100 Estruturação de grupos estratégicos dentro dos departamentos da área e setores de produção dos serviços de saúde do estado
Iniciativa 00101 Levantamento as necessidades/potencialidades a fim de definir as áreas das residências
Iniciativa 00102 Desenvolvimento de uma política de fomento às submissões de projetos de pesquisa em área estratégicas
Iniciativa 00103 Ampliação da divulgação interna de chamadas nacionais/locais para desenvolvimento de pesquisas em áreas estratégicas.
Iniciativa 00104 Estímulo à produção acadêmica-científica dos docentes e discentes dos programas de Pós-Graduação da UERN
Iniciativa 00105 Fortalecimento da política de pesquisa e inovação para o desenvolvimento regional e social do semiárido do Estado;
Iniciativa 00107 Integração de pesquisa e inovação com o setor produtivo, governo, universidades, escolas de educação básica
Iniciativa 00108 Incentivo à publicação em periódicos de estratos superiores;
Iniciativa 00109 Estruturação dos grupos de pesquisa.
Iniciativa 00110 Indução à criação de centros de pesquisa, inovação e empreendedorismo.
Iniciativa 00111 Consolidação de Núcleo de inovação tecnológica, incubadoras e empresa júnior.
Iniciativa 00112 Apoio à implantação de incubadoras voltadas para economia solidária, agroecologia e de base tecnológica que contemple o potencial de pesquisa e as competências instaladas nos laboratórios.
Iniciativa 00113 Treinamento dos alunos para o despertar empreendedor.
Iniciativa 00114 Articulação entre IESs para oferta de programas DINTER voltados para áreas estratégicas de formação dos docentes
Iniciativa 00115 Aprovação no âmbito do CONSEPE de minuta de resolução que viabilize a nova formatação do Programa de Bolsas para capacitação Docente da FUERN.
Iniciativa 00116 Articulação entre IESs para oferta de programas MINTER voltados para áreas estratégicas de formação dos servidores
Iniciativa 00117 Composição de grupo de trabalho entre PROPEG E PROGEP a fim de sistematizar a operacionalização da Resolução 27/2017 - CONSEPE/UERN, na perspectiva de otimizar o sistema de capacitação dos servidores técnicos no âmbito da UERN
Iniciativa 00118 Aprovação no âmbito do CONSEPE minuta de resolução que viabilize a reserva de vagas para os servidores técnicos-administrativos nos programas de pós-graduação stricto sensu da UERN
Iniciativa 00119 Estruturação de equipes em áreas estratégicas a fim de construção de propostas decredenciamento aos Programas de Pós-graduação em Rede (PROFQUI, PROFMAT, etc)
Iniciativa 00120 Elaboração de um diagnóstico acerca das áreas estratégicas para o RN, tendo em vista as convocações produtivas
Iniciativa 00121 Realização de oficinas de capacitação, junto aos departamentos acadêmicos, na perspectiva de otimizar o processo de elaboração e tramitação dos projetos.
Iniciativa 00122 Realização de três edições do Projeto VIVA RIO BRANCO
Iniciativa 00123 Realização anual do Colóquio e do Salão de Extensão
Iniciativa 00124 Realização de Plano de Avaliação por amostragem de curso

Iniciativa 00125 Ampliação da política de extensão para implementação nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação como carga horária obrigatória
Iniciativa 00126 Realização de uma edição anual do FESTUERN
Iniciativa 00127 Ampliação do Projeto EXTENSART, GRUTUM e GRUDUM no desenvolvimento no trabalho de prevenção, por meio da arte e da cultura, contra às drogas e a marginalidade da juventude.
Iniciativa 00128 Desenvolvimento da política de avaliação e acompanhamento das ações de extensão.
Iniciativa 00129 Estimulação da mobilidade nacional e internacional na perspectiva de potencializar a excelência acadêmica.
Iniciativa 00130 Assinatura de convênios
Iniciativa 00299 Valorização da média dos Conceito Preliminar dos Cursos - CPCs do último triênio
Iniciativa 00300 Distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu
Iniciativa 00303 Fortalecimento da política de pesquisa e inovação para o desenvolvimento regional e social do semiárido do Estado;
Iniciativa 00305 Integração de pesquisa e inovação com o setor produtivo, governo, universidades, escolas de educação básica;
Iniciativa 00309 Aprovação, no âmbito do CONSEPE, minuta de resolução que viabilize a reserva de vagas para os servidores técnicos-administrativos nos programas de pós-graduação stricto sensu da UERN.
Iniciativa 00310 Composição de grupo de trabalho entre PROPEG e PROGEP a fim de sistematizar a operacionalização da Resolução 27/2017 ¿ CONSEPE/UERN, na perspectiva de otimizar o sistema de capacitação dos servidores técnicos administrativos no âmbito da UERN;
Iniciativa 00329 Realização da autoavaliação sistemática dos cursos ¿ CPA/COSE/NDE
00330 Garantia da implantação de auxílio financeiro para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica participantes do FESTUERN com recursos oriundos do Fundo de Combate à Pobreza – FECOP.

Conjunto de Iniciativas do Objetivo 00020: Promover a política de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes da UERN, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida:
Iniciativa 00131 Ampliação dos programas de apoio ao estudante, incluindo a consolidação do atendimento psicológico e psicopedagógico e a ampliação da política de apoio à moradia e a alimentação.
Iniciativa 00132 Fomento a socialização, promoção de saúde, lazer e esportes dos Estudantes e da Comunidade
Iniciativa 00134 Instalação de pelo menos uma ação ao ano do programa de Segurança Alimentar do Governo do RN (café cidadão, restaurante popular ou Sopa Cidadã) nas estruturas dos Campi da UERN, em parceria direta com a SETHAS
Iniciativa 00135 Inclusão dos Campi de Mossoró e Natal no Programa de Transporte Cidadão do Governo do Estado do RN, para garantir gratuidade no transporte público, para os alunos em vulnerabilidade socioeconômica.
Iniciativa 00136 Levantamento da relação entre a concessão das bolsas e as taxas de evasão e de sucesso dos discentes
Iniciativa 00137 Aumento da oferta de bolsas do Programa de Apoio ao Estudante - PAE
00138 Aumento do número de bolsas do PIM
Iniciativa 00139 Aumento da oferta de bolsas de Estágio Curricular Supervisionado não Obrigatório
Iniciativa 00140 Ampliação da quantidade de bolsas de iniciação científica e tecnológica
Iniciativa 00141 Ampliação do Programa de Institucionalização das Bolsas de Extensão PIBEX
Iniciativa 00142 Implementação de bolsas de Projeto de Ensino

Iniciativa 00143 Implementação de bolsas para a Mobilidade Acadêmica nacional e internacional
Iniciativa 00144 Articulação, junto ao CNPq e à FAPERN, estratégias para o fortalecimento do fomento à pesquisa científica no âmbito da UERN
Iniciativa 00147 Adaptação das salas, laboratórios, centros de convivência, biblioteca e demais espaços de acessibilidade.
Iniciativa 00148 Realização de cursos de formação em educação inclusiva com previsão de oferta de oito turmas com 30 vagas
Iniciativa 00149 Utilização de sistemas de tecnologia da informação para atender as pessoas com necessidades especiais.
Iniciativa 00151 Fomento ações institucionais no âmbito da UERN voltadas as pautas das ações afirmativas oriundas do movimento estudantil.
Iniciativa 00152 Implantação do Núcleo de Atenção Educativa à Família (NAEF)
Iniciativa 00311 Criação e implantação de auxílio creche com financiamento do Fundo de Combate à Pobreza - FECOPE.
Iniciativa 00312 Implantação de 200 bolsas no primeiro ano e elevação de 25% nos anos seguintes com recursos oriundos do Fundo de Combate à Pobreza - FECOPE, parceria via SETHAS e Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social.
Iniciativa 00313 Ampliação do programa de Segurança Alimentar do Governo do RN (café cidadão, restaurante popular ou Sopa Cidadã) fornecidas no Campus central em parcerIa com a SETHAS.
Iniciativa 00314 Implantação de residências universitárias com recursos oriundos do Fundo de Combate à Pobreza - FECOPE, para os alunos em vulnerabilidade socioeconômica.
Iniciativa 00316 Implantação do auxílio moradia (25% a.a.) com recursos oriundos do Fundo de Combate à Pobreza - FECOPE, para os alunos em vulnerabilidade socioeconômica.
Iniciativa 00317 Construção de creche para atender as demandas sociais com recursos oriundos do Fundo de Combate à Pobreza - FECOPE, para os alunos em vulnerabilidade socioeconômica.
Iniciativa 00785 Construção de Instalações para fortalecimento da assistência estudantil
Iniciativa 02113 Implantar os programas de assistência estudantil por meio de bolsas e auxílio visando desenvolver políticas de acesso e permanência dos estudantes em vulnerabilidade social.

Conjunto de Iniciativas do Objetivo 00021: Promover a integração da FUERN com a sociedade, visando a execução das políticas públicas, o desenvolvimento econômico, social, cultural, turístico e ambiental da região na qual ela se insere:
Iniciativa 00153 Elaboração de estratégias de motivação para os profissionais da educação básica
Iniciativa 00154 Realização de parceria com SEEC
Iniciativa 00155 Construção de portfólio com os produtos que a FUERN pode oferecer e identificar as potenciais secretarias consumidoras destes serviços, ou criar canal para que as secretarias digam qual necessidade elas possuem e com essas informações preparar um serviço customizado para essa demanda
Iniciativa 00156 Realização de reunião de trabalho com cada secretaria para apresentar os potenciais serviços a serem prestados por meio de convênio;
Iniciativa 00157 Revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos do RN, com ampla participação popular, das Universidades (UFERSA, UERN e UFRN) e IFRN
Iniciativa 00158 Estreitamento da relação de parceria com as Universidades (UERN, UFERSA e UFRN), Instituto Federal e Sistema S para construção de soluções integradas e sustentáveis nos territórios
Iniciativa 00159 Fortalecimento das relações institucionais da FUERN com a FUNCITERN e demais fundações e instituições públicas e privadas.
Iniciativa 00160 Ampliação de parcerias com as Universidades (UFRN, UERN, UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) a fim de fortalecer a política ambiental do RN.

Avaliação Setorial dos Resultados e Análise dos Indicadores

A Fuern estabeleceu para o quadriênio 2020-2023 um universo de 33 (trinta e três) metas vinculadas aos seus cinco (5) macro Objetivos Gerais (estratégicos) no âmbito do Programa Temático n.º 2001 – Educação Cidadã: Garantir educação e Formação Profissional de Qualidade e n.º 0100 – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Desse universo de metas para os 4 (quatro) anos do Plano Plurianual, foram definidas **28** (vinte e oito) para realizar de forma total ou parcial no exercício de **2023**.

Dessa forma, este Relatório apresenta resultados de desempenho para 28 (vinte e oito) metas acadêmicas e administrativas da FUERN, distribuídas nas áreas de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e inovação, extensão universitária, assistência estudantil, inclusão, diversidade e inserção social, internacionalização e gestão de pessoas. Todos os órgãos da Administração Superior da Fuern, Pró-Reitorias e Diretorias diretamente vinculadas ao Gabinete da Reitoria, participaram da execução de políticas, programas, projetos e ações que contribuíram com as entregas de serviços essenciais à sociedade, materializados nas metas definidas e alcançadas no exercício de 2022.

Na descrição individual de análise das metas apresentada em seções anteriores, pode-se aferir as políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas para o alcance dos **83,3%** das metas previstas para 2023. Todas essas iniciativas realizadas colaboraram para o cumprimento e alcance dos objetivos

estabelecidos bem como dos programas orçamentários e indicadores de desempenho institucionais, conforme revela o quadro 3 que segue.

Mesmo com os bons resultados da execução orçamentária/financeira dos recursos da Lei n. 11.045/2021 (Lei da Autonomia de Gestão Financeira e Patrimonial da Fuern), a execução dos recursos das Outras Fontes, principalmente os recursos de convênios e transferências federais, ainda não alcançaram os resultados desejados, muito embora o ano de 2023 tenha registrado importantes melhoras em relação ao ano de 2022. A Instituição intensificará suas medidas de boas práticas para avançar constantemente no processo de liberação dos recursos junto aos órgãos externos.

Os resultados dos indicadores da Fuern revelam importantes **evoluções** de desempenho. Destaque para o alcance do Conceito 4 no IGC/INEP-MEC no ano de 2023, o que coloca a UERN no seleto grupo de **24,8%** de **IES** do **país** que possuem o **Conceito 4** e **5**. Do mesmo modo é importante registrar a redução significativa obtida no índice de evasão da instituição no ano de 2023.

Quadro 3: Indicadores de Desempenho da Fuern no Programa Temático 2001 – Educação Cidadã.

Descrição	2019	2022	2023
Índice Geral de Cursos – IGC	3,00	3,00	4,00
Relação Professor/Aluno	12,63	13,8	13,8
O índice de evasão da IES	19,67	16,90	6,91
O número de matrículas de discentes com idade prevista de 18 a 24 anos da UERN.	5.215	6.404	6.541

Fonte: UERN..

A evolução dos indicadores demonstram uma importante aderência ao alcance dos objetivos e programas temáticos da Instituição e do Governo do Estado, uma vez que refletem a qualidade da formação profissional de nível superior em todas as grandes áreas das ciências, ao mesmo tempo que investiga a ampliação das oportunidades de acesso e permanência dos jovens na formação superior. Em particular o atendimento aos jovens e adultos de maior carência socioeconômica e das regiões menos desenvolvidas do Estado, que é uma das grandes características da Uern socialmente referenciada.

A instituição proporciona aos seus discentes uma política de permanência, boa estrutura física, professores qualificados, boa comunicação com a comunidade, várias opções de cursos de graduação e pós-graduação o que gera o interesse em ingressar na Uern. Esta combinação de iniciativas converge para uma formação de qualidade, refletindo nos indicadores, e na importante missão da IES, que é oferecer um ensino de qualidade, público, gratuito, inclusivo e includente reduzindo as desigualdades sociais e étnico-raciais no âmbito do ensino superior e na sociedade.

De modo geral, a Fuern implementou nos últimos anos uma estratégia de governança com priorização de suas atividades fins que busca o resgate da valorização da Instituição, de maneira a mostrar todo o papel importante desempenhado no interior do estado que gera a oportunidade para muitas pessoas que não podem estudar na capital.

Com avaliação e planejamento, foram solidificadas as bases acadêmicas e organizacionais, implantando novos processos, regulamentações e redimensionamentos institucionais aprimorados, transparentes, democráticos e céleres.

Além disso, foi necessário criar, construir, incentivar e possibilitar novas bases estruturantes, primando por uma gestão com arranjos de parcerias multi-institucionais associada à eficiência e eficácia da aplicação dos recursos.

Recomendações:

O ano de 2023 guardou algumas semelhanças com o ano de 2022 em termos do acompanhamento e monitoramento das ações do PPA. Muito embora tenha sido o ano de elaboração do PPA 2024-2027, o que exigiu uma grande dedicação e esforço coletivo extra de todos os órgãos do Estado para o cumprimento dos compromissos assumidos e do planejamento do próximo quadrienio.

Destacamos, como de costume, a qualidade da coordenação do trabalho de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação do PPA conduzido pela Coplac/Seplan.

Sobre as fases de acompanhamento das metas e ações do PPA realizadas pelos órgãos ao longo do ano, ratificamos nossas sugestões de ampliação do atual período bimestral para um período quadrimestral ou trimestral, o que poderia contribuir para a qualidade das ações e informações prestadas, ao mesmo tempo que evitará sobreposição de atividades frequentes durante os 6 bimestres desse acompanhamento.

Em relação as revisões anuais do PPA, seria interessante testar essa etapa em momento distinto a elaboração da LOA.

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA



PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DO [ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RN]

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 4
Avaliação individual das INICIATIVAS 6
Avaliação Setorial dos Resultados 6
Avaliação dos Indicadores 7

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: **01000 – Assembleia Legislativa**
Nome do Programa Temático: **3008 – Desenvolvimento da Ação Parlamentar**

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo:

00225 Propiciar os instrumentos necessários para que o poder legislativo cumpra suas funções essenciais de representar os cidadãos, legislar e fiscalizar.

Códigos das metas: 00827, 00828, 00830 e 01238.

CODIGO/META (4 METAS)	SITUAÇÃO
00827 – Número de matérias aprovadas	Alcançada
00828 – Realização de audiências públicas	Alcançada
00830 – Compilar e consolidar as leis estaduais	Alcançada
01238 – Número de emendas executadas na Lei Orçamentária Anual	Alcançada

Códigos das iniciativas: 1 Iniciativa

01232 – Desenvolvimento de Atividades Parlamentares para atender as demandas da Sociedade

Avaliação Geral do Objetivo:

O objetivo do Programa Temático **Desenvolvimento da Ação Parlamentar** visa propiciar os instrumentos necessários para que o Poder Legislativo cumpra suas funções essenciais de representar os cidadãos, legislar e fiscalizar. Nesse sentido, e por se tratar de ações contínuas, as metas foram executadas em 2023 e permanecem com previsão para os exercícios futuros para o pleno alcance do objetivo, haja vista que se trata de atividades essenciais desta Casa Legislativa.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00827 – Número de matérias aprovadas Unidade Medida: Unidade	150	415

Avaliação da Meta:

Foram publicadas, de 01 de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2023, 415 matérias aprovadas, dentre as quais encontram-se Leis Ordinárias, Leis Complementares, Resoluções e Decretos Legislativos, ultrapassando a previsão atingindo 277%.

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00828 – Realização de audiências públicas Unidade Medida: Unidade	40	71

Avaliação da Meta:

A Assembleia Legislativa promoveu, no período estabelecido, 71 audiências públicas, ultrapassando a previsão atingindo 177,5%.

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00830 – Compilar e consolidar as leis estaduais Unidade Medida: Percentual	30	100

Avaliação da Meta:

A coleção de Leis Ordinárias e Leis Complementares enviada para a empresa terceirizada foi, em sua integralidade, devidamente consolidada e indexada, apresentando-se completamente disponível no portal Leis Estaduais e, consequentemente, no portal da Assembleia Legislativa por meio da aba de acesso rápido à página Leis Estaduais. Atualmente, a empresa segue garantindo a atualização e consolidação das normas, possibilitando que qualquer modificação em uma norma já publicada tenha seus reflexos nas legislações a ela vinculadas.

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
01238 – Número de emendas executadas na Lei Orçamentária Anual Unidade Medida: Unidade	400	486

Avaliação da Meta:

No exercício 2023, foram executadas 486 (quatrocentos e oitenta e seis) emendas parlamentares, representando 123% de execução em relação à meta prevista.
Vale ressaltar que a meta prevista é incluída no Plano Plurianual anterior ao processo de votação do Projeto de Lei Orçamentária 2023, por esse motivo a meta prevista ficou abaixo da quantidade de emendas incluídas na Lei Orçamentária Anual. A quantidade da meta alcançada se refere às emendas que necessitam alocação de recursos orçamentários e as emendas de texto não são consideradas na meta.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

01232 – Desenvolvimento de atividades Parlamentares para atender as demandas da sociedade.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

CÓDIGO/SUBAÇÃO	VALOR AUTORIZADO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO	VALOR EXECUTADO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO
244901 – Desenvolver Atividades de Apoio à Atuação Parlamentar	10.302.000,00	10.302.000,00	9.628.556,05	93,46%

A previsão orçamentária da subação 244901 – Desenvolver Atividades de Apoio à Atuação Parlamentar, vinculada à iniciativa 01232 – Desenvolvimento de atividades Parlamentares para atender as demandas da sociedade foi R$ 10.302.000,00 (dez milhões, trezentos e dois mil reais) e foi executado o valor de R$ 9.628.556,05 (nove milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e cinco centavos) correspondendo ao percentual de 93,46% do valor previsto visando alcançar o objetivo da subação orçamentária que é contribuir para o fortalecimento institucional através de ações que possibilitem aprimorar continuamente os instrumentos de gestão legislativa.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

Verifica-se que a Assembleia Legislativa do RN está em busca do constante aperfeiçoamento de sua gestão através dos instrumentos de planejamento, monitoramento das ações e gestão de riscos.

Dentre as ações planejadas, necessárias para que o Poder Legislativo cumpra suas funções essenciais de representar os cidadãos, nota-se o total empenho em aprimorar, de forma eficiente, os serviços prestados à sociedade, com atenção à transparência, cumprindo totalmente a meta de compilar e consolidar as leis estaduais, proporcionando uma pesquisa rápida, através do site da Assembleia Legislativa, àquele cidadão que precise ter acesso à informação. Importante destacar o aumento nos números de matérias aprovadas, que mostra um Legislativo mais célere e perspicaz na função de legislar, utilizando o sistema de processo legislativo eletrônico, E-LEGIS, que permite, dentre outras funções, que o Deputado participe de sessões plenárias de forma remota. Ainda em 2023 foi alcançado o aumento na realização de audiências públicas, proporcionando ao cidadão mais um meio de participar de forma ativa do processo legislativo, tornando assim mais visível os anseios da sociedade.

Recomendações:

Incluir indicadores e suas respectivas medições alinhados ao Plano Estratégico Institucional. Essas medidas foram adotadas no Plano Plurianual 2024-2027.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (X) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

Não houve mensuração dos indicadores para a linha de base na elaboração do PPA 2020-2023. Desse modo, foram incluídos novos indicadores com suas respectivas medições, alinhados ao Plano Estratégico Institucional, no Plano Plurianual 2024-2027.

Nome do Programa Temático:

3009 – Programa Educacional da Assembleia Legislativa

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo:

00227 Promover uma educação de excelência, aos agentes do Poder legislativo e a Comunidade

Códigos das metas: 00585 e 00826.

CODIGO/META (2 METAS)	SITUAÇÃO
00585 – Realizar Capacitação de Deputados, servidores e cidadãos	Alcançada
00826 – Participar de Congressos, Cursos e Palestras	Alcançada

Códigos das iniciativas: 1 Iniciativa

01231 Promoção de uma educação de excelência, aos agentes do Poder Legislativo e da Comunidade.

Avaliação Geral do Objetivo:

Em 2023, a Assembleia Legislativa, por meio da Escola da Assembleia-EAL, deu continuidade aos programas educacionais voltados aos servidores da Casa, bem como aos servidores de outros órgãos conveniados e aos cidadãos, buscando promover uma educação de excelência.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00585 – Realizar Capacitação de Deputados, servidores e cidadãos Unidade Medida: Pessoa	4.000	5.258

Avaliação da Meta:

A Assembleia Legislativa, por meio da Escola da Assembleia, realizou a capacitação de 5.258 pessoas, dentre elas, servidores, Deputados e cidadãos, no ano de 2023. Ultrapassando a meta em 31,45%. Foram realizados cursos sobre a Nova Lei de Licitações, Direito Ambiental e de Sustentabilidade na Administração Pública, Cursos de Oratória, elaboração de Projetos, Processo Legislativo, Nova Previdência Estadual, Cursos de Pós-Graduação, dentre outros.

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00826 – Participar de Congressos, Cursos e Palestras Unidade Medida: Unidade	150	275

Avaliação da Meta:

Foram atendidas as solicitações de capacitações de 275 servidores da Casa Legislativa nas diversas áreas de atuação, proporcionando a oportunidade da participação em cursos, seminários, simpósios, fóruns, MBA, dentre outros eventos de ensino, com a intenção de melhorar ainda mais as atribuições desempenhadas pela ALRN. Alcançando 183% de execução da meta prevista.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

01231 Promoção de uma educação de excelência, aos agentes do Poder Legislativo e da Comunidade.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

CÓDIGO/SUBAÇÃO	VALOR AUTORIZADO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO	VALOR EXECUTADO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO
402701 – Capacitação par Gestores, Servidores Públicos e Cidadãos – Escola da Assembleia	980.000,00	980.000,00	583.922,91	59.58%
402801 – Participação em Congresso, Cursos e Palestras	310.000,00	310.000,00	272.375,68	87,86%

Para a iniciativa **01231 Promoção de uma educação de excelência, aos agentes do Poder Legislativo e da Comunidade** existem duas subações orçamentárias vinculadas: 402701 Capacitação para Gestores, Servidores Públicos e Cidadãos - Escola da Assembleia Legislativa e 402801 Participação em Congresso, Cursos e Palestras.

Desse modo, a previsão orçamentária para a iniciativa 01231 Promoção de uma educação de excelência, aos agentes do Poder Legislativo e da Comunidade foi de R$ 1.290.000,00 (um milhão, duzentos e noventa mil reais) tendo sido executado o valor de R$ 856.298,59 (oitocentos e cinquenta e seis mil, duzentos e noventa e oito reais, cinquenta e nove centavos), correspondendo ao percentual de 66,38% de execução.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

No que se refere à oferta de cursos, verifica-se um acréscimo na participação de pessoas devido a utilização das plataformas virtuais e parcerias com outras instituições. Pode-se destacar, também, a redução no investimento per capita por aluno (Taxa de Investimento em Capacitação) para o qual a estimativa estabelecida foi R$ 92,47 (noventa e dois reais e quarenta e sete centavos) e o realizado foi na ordem de R$ 66,90 (sessenta e seis reais e noventa centavos).

Recomendações:

Incluir indicadores e suas respectivas medições alinhados ao Plano Estratégico Institucional. Essas medidas foram adotadas no Plano Plurianual 2024-2027.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (X) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

Não houve mensuração dos indicadores para a linha de base na elaboração do PPA 2020-2023. Desse modo, pretende-se incluir novos indicadores com suas respectivas medições, alinhados ao Plano Estratégico Institucional.

Nome do Programa Temático:

5004 – Fortalecimento da Ação Legislativa.

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo:

00229 Desenvolver e apoiar ações que fortaleçam o desempenho das atribuições Legislativas, objetivando uma gestão de resultados

Códigos das metas: 00398, 00420, 00435, 00442, 00445, 00456, 00482, 00500, 00510, 00515, 00520, 00534, 00817, 00818, 00820, 00833, 01159, 01160 e 01624.

CODIGO/META (19 METAS)	SITUAÇÃO
00398 – Realizar Concurso Público	Não alcançada
00420 – Aparelhar e informatizar as unidades da Assembleia Legislativa	Alcançado
00435 – Reformar unidades administrativas dos anexos	Alcançado
00442 – Construir o anexo administrativo	Alcançado
00445 – Reformar e ampliar a Escola da Assembleia	Alcançado
00456 – Reformar o prédio sede da Assembleia Legislativa	Parcialmente Cumprida
00482 – Implantar ações de melhoria e acompanhamento da qualidade de vida dos servidores e deputados	Parcialmente Cumprida
00500 – Reaparelhar as unidades da Assembleia Legislativa	Alcançado
00510 – Realizar eventos culturais	Parcialmente Cumprida

00515 – Realizar a identidade visual da expo grafia do Memorial	Não alcançada
00520 – Editar livros para as atividades culturais	Alcançada
00534 – Adquirir equipamentos para dar suporte as atividades culturais	Não alcançada
00817 – Realizar atendimento na área de saúde e assistência social	Alcançado
00818 – Realizar Campanhas educacionais nas áreas de saúde e assistência social	Parcialmente Cumprida
00820 – Reaparelhar o setor de saúde e assistência social	Não alcançada
00833 – Realizar eventos voltados à cidadania	Parcialmente Cumprida
01159 – Construir o Memorial Legislativo	Alcançado
01160 – Adquirir imóvel	Parcialmente Cumprida
01624 – Manutenção e conservação de unidades administrativas dos anexos	Parcialmente Cumprida

Códigos das iniciativas: 1 Iniciativa

00934 – Fortalecimento da atuação legislativa através de ações para garantir o atendimento das demandas da sociedade.

Avaliação Geral do Objetivo:

A gestão orientada para resultados é um marco da atual gestão da Assembleia Legislativa que implementou diversas ações de governança como o Plano Estratégico Horizonte 2023 no qual estabelece macrodesafios com indicadores e iniciativas estratégicas, a elaboração do catálogo de atividades com os desenhos dos processos e seus fluxogramas e, em 2022, foi concluído o processo de elaboração de gestão de riscos. Essas são importantes atividades que permitem o planejamento estruturado permitindo o monitoramento e avaliação no sentido de alcançar a visão de futuro da Assembleia Legislativa: Consolidar-se na sua atuação legislativa e fiscalizadora, por meio de inovações em governança e gestão.

Em 2023, concluiu-se o ciclo do Plano Estratégico Horizonte 2023 com êxito no caminho percorrido. No sentido de sedimentar a governança nesta Casa Legislativa, em 2023, foi

elaborado o Plano Estratégico para o ciclo 2024-2027 com a participação das unidades administrativas e gabinetes parlamentares.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00398 – Realizar Concurso Público Unidade Medida: Unidade	1	0

Avaliação da Meta:

O concurso foi realizado em setembro/2022 com a homologação do resultado publicado no Diário Oficial Eletrônico da ALRN. A Convocação dos aprovados ocorreu no primeiro semestre e a nomeação ocorreu em abril do ano de 2023.

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00420 – Aparelhar e informatizar as unidades da Assembleia Legislativa Unidade Medida: % de execução	20%	22,10%

Avaliação da Meta:

Em 2023, de 181 unidades da Assembleia Legislativa, incluindo os setores administrativos e parlamentares, 40 unidades sofreram adequações relacionadas ao aparelhamento e informatização, conforme solicitados. Restando com equipamento em estoque para dar continuidade ao reaparelhamento das demais unidades.

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA

00435 – Reformar unidades administrativas dos anexos Unidade Medida: Unidade	5	5

Avaliação da Meta:

Fase de Projeto e Licenciamento

1. Diretoria Legislativa - Sala do Diretor(a)
2. Auditório Cortez Pereira
3. Gabinete do Dep. Ezequiel Ferreira
4. Gabinete do Dep. Ubaldo Fernandes
5. Gabinete da Dep. Cristiane Dantas
6. Gabinete da Dep. Divaneide
7. Escola da Assembleia - Laboratório Informática
8. Gabinete da Vice-Presidência
9. Coordenadoria de Desenv. De Softwares
10. Gabinete do Dep. Adjuto Dias
11. Gabinete do Dep. Ivanilson
12. Área de convivência externa – 2º pavimento
13. Gabinete do Dep. George Soares
14. Sala de Videoconferência
15. Coordenadoria de Remuneração e Benefícios
16. Coordenadoria de Previdência Complementar
17. Gabinete do Dep. Hermano Morais
18. Gabinete do Dep. Taveira Júnior
19. Controladoria
20. Recarga de veículos elétricos
21. Setor de Saúde - Recepção
22. Palácio José Augusto - cobertura e fachada
23. Procuradoria-Geral
24. Almoxarifado
25. Diretoria Administrativa e Financeira - Sala do Diretor(a)
26. Procuradoria Especial da Mulher
27. Diretoria de Representação Institucional
28. Cobertura e fachada - Palácio José Augusto
29. Coordenadoria de Infraestrutura e Apoio Logístico
30. Divisão Acadêmica - Escola da Assembleia
31. Reforma Anexo São Tomé
32. Recepção - Comissões Permanentes
33. Procuradoria Legislativa - Assessoria
34. Arquitetura Efêmera - Stand Festado Boi
35. Aumento demanda elétrica - Escola da Assembleia
36. Sala de vidro - Divisão de Arquitetura e Engenharia
37. Assessoria - Diretoria-Geral
38. Gabinete do Dep. José Dias (forro)
39. Gabinete do Dep. Luis Eduardo
40. Gabinete da Dep. Eudiane Macedo
41. Gabinete do Dep. Cel. Azevedo
42. Gabinete do Dep. Francisco do PT

43. Gabinete do Dep. Kleber Rodrigues
44. Gabinete da Dep. Isolda Dantas (forro)

Fase de Execução da Obra:
1. Auditório Cortez Pereira
2. Gabinete do Dep. Ezequiel Ferreira
3. Gabinete do Dep. Ubaldo Fernandes
4. Gabinete da Dep. Cristiane Dantas
5. Escola da Assembleia - Laboratório Informática
6. Gabinete da Vice-Presidência
7. Coordenadoria de Desenv. De Softwares
8. Gabinete do Dep. Adjuto Dias
9. Gabinete do Dep. Ivanilson
10. Sala de Videoconferência
11. Coordenadoria de Remuneração e Benefícios
12. Coordenadoria de Previdência Complementar
13. Setor de Saúde - Recepção
14. Diretoria Administrativa e Financeira - Sala do Diretor(a)
15. Procuradoria Especial da Mulher
16. Coordenadoria de Infraestrutura e Apoio Logístico
17. Divisão Acadêmica - Escola da Assembleia
18. Procuradoria Legislativa - Assessoria
19. Arquitetura Efêmera - Stand Festado Boi
20. Aumento demanda elétrica - Escola da Assembleia
21. Gabinete do Dep. Luis Eduardo
22. Gabinete da Dep. Eudiane Macedo
23. Gabinete do Dep. Cel. Azevedo
24. Gabinete do Dep. Francisco do PT

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00442 – Construir o anexo administrativo Unidade Medida: % de execução	20%	23,5%

Avaliação da Meta:

Fase de Elaboração de Projetos e Licenciamento:

1. Elaboração de Estudo Preliminar de Arquitetura
2. Elaboração de Anteprojeto de Arquitetura
3. Elaboração de Projeto Executivo de Arquitetura
4. Processo de Licitação - Elaboração de Projetos Complementares
5. Execução Projetos Complementares
6. Elaboração de Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro da Obra/Serviço de Engenharia
7. Elaboração de projeto básico da obra/Serviço de Engenharia.

LICITAÇÃO REVOGADA PELA ADMINISTRAÇÃO - Revogação provocada pela aquisição novos imóveis contíguos ao terreno existente (a Administração optou por revogar a construção do Anexo Administrativo e reestruturar todo o Projeto Arquitetônico).
1. Elaboração de novo Estudo Preliminar de Arquitetura
2. Elaboração de novo Anteprojeto de Arquitetura
3. Elaboração de novo Projeto Executivo de Arquitetura
4. Novo Processo de Licitação - Elaboração de Projetos Complementares

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00445 – Reformar e ampliar a Escola da Assembleia Unidade Medida: % de execução	20	16,5

Avaliação da Meta:

Fase de Elaboração de Projetos e Licenciamento:

1. Elaboração de Estudo Preliminar de Arquitetura
2. Elaboração de Anteprojeto de Arquitetura

FASE DE PROJETOS INTERROMPIDA – Aguardando análise e decisão da Administração para aquisição de outros imóveis para instalação da Escola da Assembleia.
1. Elaboração de Projeto Executivo de Arquitetura

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00456 – Reformar o prédio sede da Assembleia Legislativa Unidade Medida: % de execução	30	16,6

Avaliação:

Fase de Elaboração de Projetos e Licenciamento:

1. Elaboração de Viabilidade Técnica
2. Elaboração de Estudo Preliminar de Arquitetura
3. Submissão de Pedido de Informação Básica ao IPHA

4. Elaboração de novo Anteprojeto de Arquitetura
5. Submissão de Consulta Técnica ao IPHAN

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00482 – Implantar ações de melhoria e acompanhamento da qualidade de vida dos servidores e deputados Unidade Medida: Unidade	13	8

Avaliação:

1ª EDIÇÃO INFORMATIVO INTERNO: O objetivo do informativo é promover a integração dos servidores. Ao longo do ano foram desenvolvidas 7 ações entre os eixos de saúde integral, estilo de vida e política organizacional. SEMANA DA MULHER - Foi realizada uma palestra abordando o tema de saúde mental, além de massagem relaxante e atendimento de enfermagem, música com o coral e coffee breck. MISSA DAS MÃES - Distribuição de flores e chocolates, além da realização de uma missa para as servidoras mães. CICLO DE RELAXAMENTO - com duração de uma semana, foi realizado ciclo de visitas aos anexos e a sede. ABRIL VERDE - se deu com o "circuito qualidade de vida" ocorrendo em evento no parque das dunas com atividades lúdicas e informativas, tais como massagens relaxantes com os equipamentos portáteis, atividades de socialização com dança, alongamento, jogos de mesa e percurso em trilha, além sorteios de brindes; encerrando com que uma palestra sobre qualidade de vida no trabalho. DIA DO SERVIDOR /SEMANA DO SERVIDOR - foram realizadas visitas aos anexos com pequena comitiva composta por profissionais da nutrição e médicos caso houvesse necessidade de sanar dúvidas aos servidores. SOLENIDADE RELIGIOSA- Foi organizado nas capelas católica e evangélica um momento de oração e agradecimento para os servidores. CORRIDA E CAMINHADA DO SERVIDOR - no dia do evento foi organizado uma estrutura para apoio aos participantes, com música ao vivo, kit de lanche e hidratação, além de posterior e sorteio de brindes, e percursos com distâncias de 3 e 5km. contou-se também com estação de massagens relaxantes e liberação muscular com fisioterapeuta, aferição de pressão e apoio médico.

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA

00500 – Reaparelhar as unidades da Assembleia Legislativa Unidade Medida: % de execução	20	19

Avaliação:

Em 2023, 34 unidades tiveram suas solicitações atendidas. Estando com equipamento em estoque para dar continuidade ao reaparelhamento das demais unidades.

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00510 – Realizar eventos culturais Unidade Medida: Unidade	24	1

Avaliação:

Durante a realização do Programa Assembleia e Você que aconteceu no município de Nísia Floresta, houve uma vasta programação de apresentações culturais contemplando artistas locais, grupos de convivência de crianças a idosos, alunos da rede pública de ensino. Foram apresentações de música, dança e teatro.

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00515 – Realizar a identidade visual da expo grafia do Memorial Unidade Medida: Unidade	1	0

Avaliação da Meta:

De acordo com as informações da Divisão de Arquitetura e Engenharia, o prédio do Memorial do Legislativo Potiguar será totalmente finalizado no 1º quadrimestre de 2024, inclusive com identidade visual da expografia.

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00520 – Editar livros para as atividades culturais Unidade Medida: Unidade	300	3.500

Avaliação da Meta:

No exercício de 2023, foram editadas e entregues as seguintes obras:

1. História Legislativa dos Municípios do RN (1.000 exemplares);
2. O HORTO, de Auta de Souza (500 exemplares);
3. Natal daqui a 50 anos, de Manoel Dantas (500 exemplares);
4. Padre Francisco de Brito Guerra, Um Senador do Império, de José Melquíades (500 exemplares);
5. Um democrata, de José Augusto B. de Medeiros (500 exemplares);
6. O Pioneiro Esquecido, de Augusto Fernandes (500 exemplares)
7. Roseira Brava e Outros Versos, de Palmyra Wanderley (500 exemplares).

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00534 – Adquirir equipamentos para dar suporte as atividades culturais Unidade Medida: % de execução	15	0

Avaliação da Meta:

As ações ocorridas não necessitaram da compra de novos equipamentos.

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00817 – Realizar atendimento na área de saúde e assistência social Unidade Medida: Pessoa	50.000	9.491

Avaliação:

Foi possível ofertar atendimento a deputados, servidores e dependentes, de modo a satisfazer as mais diversas necessidades de saúde apresentadas, desde consultas eletivas a demandas emergenciais. A praticidade de se ter a oferta de serviço de saúde no ambiente de trabalho possibilita rápida resolução de problemas, bem como atuação de forma preventiva a agravos em saúde.

Clinico Geral: 3.209; Psicologia: 1.484; Odontologia: 1.482; Enfermagem: 1.087; Educação Física: 686; Nutrição: 389; Fonoaudiologia: 343; Práticas Integrativas 339; Fisioterapia 234; Urologia 188; Hipnose Terapia 48; Serviço Social 1; Personal Traine 1.

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00818 – Realizar Campanhas educacionais nas áreas de saúde e assistência social Unidade Medida: Campanha	14	10

Avaliação:

Ações desenvolvidas foi um ponto positivo, tendo em vista que foi possível trabalhar diversas temáticas relacionadas a saúde, de uma forma ampla, como as rodas de conversa na área da psicologia, fonoaudiologia, nutrição, campanhas do "Outubro Rosa" e "Novembro Azul". Em 2023 foram realizadas as seguintes campanhas: Campanha da Voz; Campanha de Controle da Hipertensão (Festa do Boi); Campanhas de Vacinação Contra COVID-19 e Influenza; Novembro Azul; Semana da Mulher; Junho laranja “Previna-se de Queimaduras; Campanha na semana do Servidor ALRN; Campanha de orientação de Saúde Mental; Ginastica Laboral.

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00820 – Reaparelhar o setor de saúde e assistência social Unidade Medida: Percentual	20	0

Avaliação:
Ficou prejudicada a meta.

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
00833 – Realizar eventos voltados à cidadania Unidade Medida: Pessoa	45.000	20.365

Avaliação:
A ALRN, por meio da Diretoria de Políticas Complementares e da Divisão de Projetos Culturais e Socioculturais, realizou diversos eventos de cidadania durante o ano de 2023, seja por iniciativa da Casa ou em parceria com outros órgãos como o Tribunal de Justiça do RN.

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
01159 – Construir o Memorial Legislativo Unidade de Medida: percentual	40	88,5

Avaliação:

A ALRN, por meio da Diretoria de Políticas Complementares e da Divisão de Projetos Culturais e Socioculturais, realizou diversos eventos de cidadania durante o ano de 2023, seja por iniciativa da Casa ou em parceria com outros órgãos como o Tribunal de Justiça do RN.

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
01160 – Manutenção e Conservação de Unidades Administrativas dos Anexos Unidade Medida: Unidade	5	2

Avaliação:

A manutenção e a conservação predial compreendem atividades preventivas e corretivas que objetivam preservar e conservar os prédios. As tarefas englobam serviços tais como elétricos, hidráulicos, refrigeração, alvenaria e limpeza. São atividades rotineiras que são realizadas preventivamente e sempre que há necessidade em todos os prédios e instalações em uso pela Assembleia Legislativa do Estado do RN. Além desses serviços. Foram realizadas as reformas dos prédios anexos localizados na rua Jundiaí e de parte da Escola da Assembleia, concluídos em 2023. Além disso, foi iniciado em 2023 o processo de contratação de empresa de Engenharia para a realização de ampla reforma no prédio anexo localizado na rua São Tomé. Importante destacar que estava previsto reforma do prédio que comportava o Arquivo da Assembleia. Entretanto, o acervo foi deslocado para o prédio anexo da rua São Tomé, que será reformado. Portanto, da meta prevista, consideram-se concluídas 2 reformas. Isso se deve à complexidade dos processos de contratação e execução e fiscalização das obras, que demandam grande esforço técnico e, muitas vezes, atrasos. Desta forma, elege-se prioridades a fim de que o resultado seja satisfatório e dentro do planejado.

Código e descrição da Meta:

CODIGO/META	META PREVISTA	META ALCANÇADA
01160 – Adquirir imóvel Unidade Medida: Unidade	2	1

Avaliação da Meta:

Em 2023 foi adquirido um imóvel na Rua Vigário Bartolomeu, Bairro Cidade Alta, onde será construído o anexo administrativo da ALRN.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

00934 – Fortalecimento da atuação legislativa através de ações para garantir o atendimento das demandas da sociedade.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

CÓDIGO/SUBAÇÃO	VALOR AUTORIZADO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO	VALOR EXECUTADO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO
403101 – Desenvolvimento das Atividades Culturais	3.372.000,00	3.372.000,00	2.230.699,04	66,15%%
403201 – Programa Assembleia e Você	1.822.000,00	1.822.000,00	564.281,72	30,97%
402901 – Construção, Reestruturação e ampliação das unidades da Assembleia Legislativa	7.966.000,00	7.966.000,00	4.874.826,06	61,20%
403301 – Programa Qualidade de Vida no Trabalho	165.000,00	165.000,00	51.311,40	31,10%
237301 – Reequipamento da Assembleia Legislativa	3.000.000,00	3.000.000,00	2.016.312,40	67,21%
330301 – Reaparelhamento e modernização Tecnológica	6.221.000,00	6.221.000,00	4.002.900,23	64,34%

330101 – Construção Reforma e Ampliação dos Anexos	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00%
403001 – Manutenção das Atividades dos Serviços de Saúde e Assistência Social	912.000,00	912.000,00	141.514,80	15,52%

A previsão orçamentária para as iniciativas do Programa **5004 FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA** foi R$ 23.648.000,00 (vinte e três milhões, seiscentos e quarenta e oito mil reais), enquanto a execução representou R$ 13.881.845,65 (treze milhões, oitocentos e oitenta e um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), correspondendo ao percentual de 58,70%.

Importa ressaltar, que os Programas Temáticos da Assembleia Legislativa (**3008 – Desenvolvimento da Atuação Parlamentar**, **3009 – Programa Educacional da Assembleia Legislativa** e **5004 – Fortalecimento da Ação Legislativa**) correspondem à previsão de R$ 35.240.000,00 (trinta e cinco milhões, duzentos e quarenta mil reais) com o montante realizado de R$ 24.366.700,29 (vinte e quatro milhões, trezentos e sessenta e seis mil e setecentos reais, vinte e nove centavos) representando 69,14% de execução e que o Programa **0100 - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado** corresponde a previsão de R$ 411.950.000,00 (quatrocentos e onze milhões, novecentos e cinquenta mil reais) e o executado representa R$ 401.580.580,55 (quatrocentos e um milhões, quinhentos e oitenta mil, quinhentos e oitenta reais, cinquenta e cinco centavos) representando 97,48% das despesas da Assembleia Legislativa, envolvendo Encargos com Pessoal, Manutenção e Funcionamento da Assembleia Legislativa e da Policia Legislativa, Preservação do Patrimônio Público e Operacionalização do FUNLE.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial: A Assembleia Legislativa do RN alcançou bons resultados executando metas relacionadas às construções e reformas de unidades físicas necessárias ao bom funcionamento da Instituição. Verifica-se que não foram alcançadas, totalmente, a previsão para as metas que tem vinculação com eventos para público em geral.
Recomendações: Incluir indicadores e suas respectivas medições alinhados ao Plano Estratégico Institucional. Essas medidas foram adotadas no Plano Plurianual 2024-2027.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (X) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores. Não houve mensuração dos indicadores para a linha de base na elaboração do PPA 2020-2023. Desse modo, pretende-se incluir novos indicadores com suas respectivas medições, alinhados ao Plano Estratégico Institucional.

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 4
Avaliação individual das INICIATIVAS 4
Avaliação Setorial dos Resultados 5
Avaliação dos Indicadores 5
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 6
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 6
Introdução 6
Do Objetivo da Avaliação 7
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 7
Metodologia 7
Avaliação Geral dos Resultados 7
Síntese da Avaliação e Recomendações 8
Referências 8

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: **01201 – FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO**
Nome do Programa Temático: **FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA**

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: **00122 – PROMOVER A TRANSMISSÃO E DIVULGAÇÃO DE TODOS OS TRABALHOS E ATIVIDADES LEGISLATIVAS, BEM COMO TRANSMITIR PROGRAMAS CULTURAIS ATRAVÉS DA TV E RÁDIO ASSEMBLEIA, VISANDO MELHORAR A COMUNICAÇÃO ENTRE O PODER LEGISLATIVO E A SOCIEDADE.**
Códigos das metas: **00362; 00374**
Códigos das iniciativas: **00367; 00369; 02049**
Avaliação Geral do Objetivo: **NO OBJETIVO SE ENCONTRA INSERIDO A EXECUÇÃO DE UM PROJETO PARA A TRANSMISSÃO DIGITAL DA TV ASSEMBLEIA EM 21 MUNICÍPIOS DO RN, O QUE FOI ALCANÇADO PARCIALMENTE, TENDO SIDO IMPLEMENTADO O SISTEMA DE TRANSMISSÃO DIGITAL DA TV ASSEMBLEIA EM MAIS 4 (QUATRO) MUNICÍPIOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2023, TOTALIZANDO 17 (DEZESSETE) MUNICÍPIOS. RESTANDO, PORTANTO, A CONCLUSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA EM 4 (QUATRO) MUNICÍPIOS, O QUE FOI IMPOSSIBILITADO OCORRER NO EXERCÍCIO DE 2023, TENDO EM VISTA QUESTÕES BUROCRÁTICAS JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, O QUE SE ESPERA SEJAM SUPERADAS PARA A CONCLUSÃO NOS 21 (VINTE E UM) MUNICÍPIOS DO RN, INICIALMENTE PLANEJADOS.**

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

00362 – ATENDER OS MUNICÍPIOS DO ESTADO NA TRANSMISSÃO DOS TRABALHOS E ATIVIDADES LEGISLATIVAS ATRAVÉS DA TV E RÁDIO ASSEMBLEIA.

Avaliação da Meta:

A AVALIAÇÃO DA META FOI INICIADA DESDE 2020, TENDO SIDO CONCLUÍDOS AS INSTALAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS PARA A TRANSMISSÃO DIGITAL DA TV ASSEMBLEIA EM 17 (DEZESSETE) MUNICÍPIOS, QUAIS SEJAM: ASSU, CURRAIS NOVOS, CAICO, SANTA CRUZ, SÃO PAULO DO POTENGI, NOVA CRUZ, JUCURUTU, SÃO MIGUEL, PAU DOS FERROS, GOIANINHA, MACAU, LAJES, JOÃO CÂMARA, MARTINS, CARAÚBAS, LUIS GOMES E PARELHAS.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

00367 – MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA TV E RÁDIO ASSEMBLEIA.

00369 – REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA MANTER O QUADRO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO.

02049 – MELHORIA DE ESTRUTURA PARA AS NECESSIDADES E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

• **INICIATIVA 00367 -** TEVE EXECUÇÃO EM 2023, SENDO ADQUIRIDO, ENTRE OUTROS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E SERVIÇOS, QUAIS SEJAM:

- UMA ANTENA SLOT CANAS 45 uhf DIGITAL PARA A ESTAÇÃO DA TV ASSEMBLEIA NO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN;

- CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, VOLTADOS À RENOVAÇÃO DA OUTORGA, NO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA, PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇOS DE SONS E IMAGENS JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇOES E ANATEL;

- CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MUDANÇA DE FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO DE UM TRANSMISSOR DE SINAIS DIGITAIS DE TELEVISÃO, NO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA.

• **INICIATIVA 00369 -** AINDA NÃO TEVE INICIADA A SUA EXECUÇÃO. CONTINUAMOS NO AGUARDO DE DELIBERAÇÃO FINAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARA A REALIZAÇÃO DO CONCURSO.

• **INICIATIVA 02049** - TEVE CONTINUADA A SUA EXECUÇÃO, SENDO ADQUIRIDOS EQUIPAMENTOS E APARELHOS TAIS COMO:

- CÂMERAS DE SEGURANÇA PARA INSTALAÇÃO NA SEDE DA FDM;

- AQUISIÇÃO DE ELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, ESTANTES DE METAL, PARA A FDM E A TV ASSEMBLEIA.

OBS: FICARAM PENDENTE DE FINALIZAÇÃO, NO EXERCÍCIO DE 2023 A AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, QUE AINDA SE ENCONTRAM EM FASE DE LICITAÇÃO.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

EMBORA AINDA NÃO TERMOS CONSEGUIDO FINALIZAR A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DIGITAL DA TV ASSEMBLEIA NOS 21 (VINTE E UM) MUNICÍPIOS EM 2023, ATINGIMOS 85% (OITENTA E CINCO POR CENTO) DA META. ALMEJAMOS FINALIZAR EM 100% NO EXERCÍCIO DE 2024.

Recomendações:

EMPREENDERMOS TODOS OS ESFORÇOS PARA A EXECUÇÃO TOTAL E CONCLUSÃO EM 2024, DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DIGITAL DA TV E RÁDIO ASSEMBLEIA NOS 21 (VINTE E UM) MUNICÍPIOS.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (X) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução
NESTE DOCUMENTO FORAM ANALISADOS A EXECUÇÃO DO PPA; O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES; O PERCENTUAL DE EXECUÇÃO ALCANÇADO; AS EXECUÇÕES PENDENTES DE FINALIZAÇÃO, BEM COMO AS EXPECTATIVAS DE EXECUÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

Do Objetivo da Avaliação

ESTE RELATÓRIO SERVE PARA DAR CONHECIMENTO SOBRE O QUE FOI PLANEJADO E EXECUTADO PELO ÓRGÃO, BEM COMO DISPONIBILIZA AS INFORMAÇÕES QUE PORVENTURA SEJAM NECESSÁRIAS À APRECIAÇÃO E CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E DA SOCIEDADE CIVIL COMO UM TODO.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

A FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO, POSSUI UM OBJETIVO, UMA META E TRÊS INICIATIVAS, O OBJETIVO E META É PROMOVER A TRANSMISSÃO E DIVULGAÇÃO DE TODOS OS TRABALHOS E ATIVIDADES LEGISLATIVAS, BEM COMO TRANSMITIR PROGRAMAS CULTURAIS ATRAVÉS DA TV E RÁDIO ASSEMBLEIA, VISANDO MELHORAR A COMUNICAÇÃO ENTRE O PODER LEGISLATIVO E A SOCIEDADE. SUAS INICIATIVAS CONSISTEM EM MODERNIZAR E AMPLIAR A TV E RÁDIO ASSEMBLEIA, POR MEIO DE IMPLANTAÇÃO DE TORRES E EQUIPAMENTOS PARA MELHORAR O ALCANCE NOS MUNICÍPIOS; REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA MANTER O QUADRO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO; MELHORIA DE ESTRUTURA PARA AS NECESSIDADES E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO.

Metodologia

COLHEITA DE INFORMAÇÕES DO SETOR TÉCNICO DA TV ASSEMBLEIA, DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO; DIVISÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE; MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES; COORDENADORIA DE LICITAÇÕES DA ASSEMBLEIA; PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EM ANDAMENTO E/OU FINALIZADOS.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO:

OS RESULTADOS SÃO ANIMADORES E SATISFATÓRIOS UMA VEZ QUE CONSEGUIMOS IMPLEMENTAR A TV DIGITAL DA ASSEMBLEIA, ATÉ O EXERCÍCIO DE 2023, EM 17 MUNICÍPIOS QUAIS SEJAM:

2020/2021 - ASSU, CURRAIS NOVOS, CAICO, SANTA CRUZ, SÃO PAULO DO POTENGI, NOVA CRUZ, JUCURUTU, SÃO MIGUEL, PAU DOS FERROS E GOIANINHA;

2022 – MACAU, LAJES, JOÃO CÂMARA;

2023 – MARTINS, CARAÚBAS, LUIS GOMES, PARELHAS

Síntese da Avaliação e Recomendações

TENDO EM VISTA O AVANÇO DIÁRIO DA TECNOLOGIA, TEMOS QUE ACOMPANHAR AS MUDANÇAS E, CONSTANTEMENTE, ADEQUAR OS SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DA TV E RADIO ASSEMBLEIA, O QUE GERA NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÕES DE AÇÕES QUE VISEM MANTER ESSES EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADOS TECNOLOGICAMENTE. O ÓRGÃO MANTÉM E DEVE MANTER SEMPRE A POLÍTICA DE EMPREENDER ESFORÇOS DIRECIONADOS A OBTENÇÃO DE RECURSOS PARA POSSIBILITAR UMA CONSTANTE MODERNIZAÇÃO TECNOLOGICA, PARA MELHOR ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS PLANEJADOS.

Referências

- INFORMAÇÕES OBTIDAS ATRAVÉS DO SETOR TÉCNICO DA TV ASSEMBLEIA;
- INFORMAÇÕES OBTIDAS ATRAVES DA DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO E DIVISÃO DE ORÇAMENTO FINANÇAS E CONTABILIDADE;
- MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES;
- PESQUISA DE PREÇOS;
- LICITAÇÕES CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO;
- ABERTURA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS;

PPA

Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Exercício 2023



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3

- Avaliação Geral do Objetivo 3
- Avaliação individual das METAS 9
- Avaliação individual das INICIATIVAS 16
- Avaliação Setorial dos Resultados 20
- Avaliação dos Indicadores 23

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 23

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 23

- Introdução 23
- Do Objetivo da Avaliação 24
- Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 24
- Metodologia 26
- Avaliação Geral dos Resultados 26
- Síntese da Avaliação e Recomendações 28
- Referências 28

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 14000 - Procuradoria-Geral de Justiça
Nome do Programa Temático: 3010 - Defesa e Efetivação dos Direitos da Sociedade

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00257 Potencializar a qualificação de integrantes e parceiros do MPRN, por meio de capacitação e disponibilização de acervo bibliográfico, priorizando a formação continuada, para melhorar o desempenho institucional.
Códigos das metas: 00084 Disponibilizar capacitações estratégicas para integrantes e parceiros do MPRN; 00085 Disponibilizar cursos de formação continuada para integrantes e parceiros do MPRN;
Códigos das iniciativas: 01415 Promoção da qualificação e aperfeiçoamento funcional dos integrantes do MPRN e de parceiros estratégicos, de acordo com as necessidades institucionais.
Avaliação Geral do Objetivo: O objetivo “00257 Potencializar a qualificação de integrantes e parceiros do MPRN, por meio de capacitação e disponibilização de acervo bibliográfico, priorizando a formação continuada, para melhorar o desempenho institucional” foi plenamente alcançado em 2023. Ressalta-se que por ter um caráter continuado deverá ocorrer nos exercícios seguintes. A formação permanente foi adotada para que os integrantes estejam sempre atualizados visando manter um serviço de excelência para a sociedade. A iniciativa "01415 Promoção da qualificação e aperfeiçoamento funcional dos integrantes do MPRN e de parceiros estratégicos, de acordo com as necessidades institucionais" foi alcançada integralmente conforme previsto para 2023. Conseguiu-se um total de 221 capacitações voltadas para integrantes e parceiros da instituição. A disponibilização das capacitações na modalidade híbrida (EaD, virtual e presencial), permitiu esse excelente resultado, bem como o retorno das capacitações na modalidade presencial. A execução orçamentária alcançou 57,2% do orçamento para a subação “402201 Qualificação e aperfeiçoamento funcional dos integrantes e parceiros do MPRN”. No que tange as metas, foram superadas, sendo que 00084 Disponibilizar capacitações estratégicas para integrantes e parceiros do MPRN em cerca de 279% e 00085 Disponibilizar cursos de formação continuada para integrantes e parceiros do MPRN em 200%. A utilização do EaD e o foco nos eventos online favoreceram esse alcance, tal como a realização de eventos presenciais.

Código e descrição do Objetivo:
00259 Garantir uma TI adequada, integrada, acessível a todas as unidades ministeriais e a sociedade, entregando soluções por meio de comunicação e governança, para garantir a transparência da instituição e uma melhor integração com a sociedade.

Códigos das metas:
01550 Promover a execução de demandas relacionadas a tecnologia da informação selecionadas do PDTI

Códigos das iniciativas:
01417 Execução do Plano Diretor da Tecnologia da Informação (PDTI)

Avaliação Geral do Objetivo:

O objetivo em comento apresentou progresso tendo em vista que a iniciativa "01417 Execução do Plano Diretor da Tecnologia da Informação (PDTI)" teve um bom desempenho, embora a meta 01550- Promover a execução de demandas relacionadas a tecnologia da informação selecionadas do PDTI não tenha sido alcançada, mas atingindo 54,5% de execução.

Destaque-se que a iniciativa "01417 Execução do Plano Diretor da Tecnologia da Informação (PDTI)" conseguiu uma boa execução com representada pela entrega completa, em 2023, do seguinte projeto previsto no PDTI:

- Implantação de Política de Gestão de Riscos de TI.

Ocorreu ainda a implantação parcial dos seguintes projetos:

- Implantação de Metodologia de Identificação e Classificação dos Serviços de TI;
- Integração do e-MP com o PJE.

A execução orçamentária atingiu um bom desempenho que correspondeu a 86% na subação "103201 - Gestão de Tecnologia da Informação" representada por aquisições como: softwares de datacenter, Whatsapp Business - API Corporativo e itens de tecnologia da informação por meio do convênio com a SENAPPEN.

Código e descrição do Objetivo:
00260 Aprimorar a gestão de pessoas, fomentando o engajamento no trabalho, o desenvolvimento de suas competências e a saúde organizacional para melhoria do desempenho pessoal e organizacional.

Códigos das metas:
00219 Realizar ações que promovam a valorização dos integrantes com foco em resultados;
00220 Implantar o modelo de gestão por competência no MPRN;
00221 Implantar as ações do programa Trabalho com Qualidade é Vida.

Códigos das iniciativas:
01419 Aplicação e aprimoramento da política de gestão de pessoas

Avaliação Geral do Objetivo:

O objetivo vem sendo alcançado observado pelo bom desempenho das metas 00219 “Realizar ações que promovam a valorização dos integrantes com foco em resultados'' e 00221 “Implantar as ações do programa Trabalho com Qualidade é Vida”.

A meta 00219 “Realizar ações que promovam a valorização dos integrantes com foco em resultados'' tinha a previsão de realizar 4 (quatro) ações durante o ano 2023 e entregou 9 (nove) ações, dentre elas: Jornada do Servidor, Seja Exemplo, Oficina das Emoções, reposição salarial, criação de novos cargos - reestruturação administrativa, encontros da Academia de líderes, incremento do número de teletrabalhadores, 2º Encontro de Gestão de Pessoas dos Ministérios Públicos do Nordeste - remoto e atualização do formulário de avaliação de desempenho - alteração da Resolução.

No tocante à meta 00220 “Implantar o modelo de gestão por competência no MPRN”, observou-se que havia a previsão de realização de 100%, no entanto a Diretoria de Gestão de pessoas considerou necessário, haja vista as demandas já existentes na rotina da unidade, somado aos projetos previstos e ainda o número de pessoal para apoiar e executar o projeto, além da expertise na matéria, a contratação de consultoria especializada na implantação de gestão por competências no setor público, firmando em Agosto de 2023 contrato com a empresa Leme Consultoria, organização com mais de 20 anos de experiência nesta área. O Objetivo é entregar ao Ministério Público Potiguar um recurso/modelo de gestão que propiciará a melhoria da gestão das pessoas na instituição, promovendo uma maior reconhecimento dos talentos e também fomentando uma cultura de feedback e consequentemente um maior engajamento dos profissionais.

No tocante à meta 00221 “Implantar as ações do programa Trabalho com Qualidade é Vida”, observou-se que foi alcançado, como foram realizadas 100% de tais ações, e foram implantadas novas ações, como a sala do Conte Comigo e do projeto Club Mama.

Apenas uma meta não foi iniciada, a 00220 “Implantar o modelo de gestão por competência no MPRN”, mas houve uma capacitação da equipe de trabalho na temática e está sendo revista a possibilidade de contratação de consultoria para trabalhar em conjunto com a equipe da Gestão de Pessoas.

O objetivo e a iniciativa puderam ser alcançados mesmo com uma execução orçamentária de 61% que teve como principal destinação a contratação para prestação de serviço de avaliação de natureza clínica, psiquiátrica e psicológica para o atendimento de demandas do Setor de Bem-Estar relacionadas ao serviço de Medicina do Trabalho.

Código e descrição do Objetivo:
00261 Promover a inovação realizando ações de aperfeiçoamento, aprimorando práticas e incentivando a cultura da inovação, tornando o MPRN mais resolutivo para a sociedade.

Códigos das metas:
00222 Realizar ações de inovação no âmbito do MPRN.

Códigos das iniciativas:
01421 Promoção da inovação e aperfeiçoamento da governança no MPRN.

Avaliação Geral do Objetivo:
Considerando as variáveis que interferem no desenvolvimento do objetivo proposto no PPA exercício 2023, inclusive sua relação com as metas, iniciativas e a execução orçamentária, há que se mencionar que o objetivo desenvolveu-se satisfatoriamente, uma vez que as

iniciativas realizadas estão sendo utilizadas e gerando resultados para a atuação finalística da instituição. Importa mencionar que a execução orçamentária se fez indispensável ao custeio do convênio com a UFRN para disponibilização de bolsistas.

Considerando que o convênio com a UFRN, voltado à automação processual e na área da assistência farmacêutica, não foi assinado no ano de 2023, pois só em 28 de dezembro, já no final do exercício financeiro, o Termo de Convênio retornou da UFRN com diversas alterações a serem analisadas, período em que já estava se encerrando o prazo para a assinaturas, inviabilizando assim o início do projeto no exercício em questão.

O objetivo desenvolveu-se satisfatoriamente, dentre as 12 iniciativas realizadas, 6 são ferramentas que encontram-se em uso e gerando resultados para a atuação finalística da instituição e 06 são ações desenvolvidas pelo Laboratório de Inovações do MPRN.

A execução orçamentária alcançou 70,78% na subação 230701 Promoção da inovação e aperfeiçoamento da governança no MPRN e foi imprescindível, pois custeou o convênio com a UFRN intitulado Integração, análise e visualização de dados para suporte às investigações criminosas para disponibilização de bolsistas.

Código e descrição do Objetivo:
00262 Realizar iniciativas que aproximem o MPRN dos públicos interno e externo, valendo-se de canais de comunicação e de acesso à instituição, tornando-a mais conhecida por sua atuação no Estado.

Códigos das metas:
00223 Aumentar seguidores e engajamento nas redes sociais do MPRN;
00226 Realizar ações de aproximação com a sociedade;
00227 Manter o índice de notícias positivas sobre o MPRN na imprensa.

Códigos das iniciativas:
01425 Realização de ações de aproximação com a sociedade e com seus integrantes e fortalecimento dos canais de acesso e comunicação institucionais.

Avaliação Geral do Objetivo:
Ao longo do ano de 2023, diversos eventos foram realizados, como campanhas, Prêmio de Jornalismo e novas edições do programa MPRN Perto de Você, nas cidades de Natal, Mossoró e Macaíba.

A meta 00223 Aumentar seguidores e engajamento nas redes sociais do MPRN, que tinha a previsão de ampliar em 90%, foi alcançada, tendo sido registrado aumento de 305,82% no número de seguidores considerando Instagram, Facebook, Twitter e Whatsapp.Todas as redes sociais registraram aumento, em relação a 2022, em suas entregas de conteúdo com média de 26% de aumento (Instagram: 28%; Facebook: 1%; Twitter: 2%; e Whatsapp: 11%).

Quanto à meta 00227 Manter o índice de notícias positivas sobre o MPRN na imprensa, os resultados alcançados pela DCOM chegaram ao índice de 70%. Tal feito se deve a atuação positiva do Ministério Público frente às demandas da sociedade, por meio de campanhas, além do trabalho de relacionamento que a equipe da DCOM mantém diariamente com a imprensa, estreitando o contato dos membros com os jornalistas, além do rápido acesso às

informações solicitadas, aliada à produção diária de notícia.

Ademais, buscou-se ao longo do ano oferecer à imprensa e à população a informação através de novos formatos e ferramentas, possibilitando assim que a atuação da instituição fosse acessada de forma diversificada. As entregas de materiais de audiovisual e a maior celeridade no retorno dos pedidos dos jornalistas não só garantem uma informação mais precisa como estreita a relação de confiança no mercado com o setor de comunicação da instituição.

A execução orçamentária para suportar esse objetivo foi na ordem de aproximadamente 98%, representando uma excelente execução e revelando-se nos resultados alcançados para esse objetivo como pode ser observado pelo alcance de boa parte das metas e de ações que buscam aproximar o MPRN da sociedade.

Código e descrição do Objetivo:
00263 Modernizar a infraestrutura física e segurança, atendendo as normas vigentes, adotando novas tecnologias e realizando integração interinstitucional de modo a atender o público interno e externo de forma eficiente, segura e acessível.

Códigos das metas:
00229 Construir, reformar, recuperar ou ampliar imóveis;
00231 Promover a execução de demandas relacionadas à segurança institucional e à segurança pública;
00232 Prestar serviços de segurança institucional;
01502 Oferecer potencial instalado de geração de energia solar.

Códigos das iniciativas:
01427 Aquisição, construção, ampliação, recuperação, reforma e modernização de imóveis;
01429 Promoção da segurança institucional e ações em favor da segurança pública.

Avaliação Geral do Objetivo:
O objetivo "00263 Modernizar a infraestrutura física e segurança, atendendo as normas vigentes, adotando novas tecnologias e realizando integração interinstitucional de modo a atender o público interno e externo de forma eficiente, segura e acessível" foi alcançado, e ao longo de 2023 foram registrados avanços notáveis.

Na área de segurança, durante o ano, foram conduzidas avaliações periódicas nos níveis de segurança nos imóveis que sediam as Promotorias de Justiça, seguindo a Política de Segurança Institucional adotada pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte.

O Gabinete de Segurança Institucional em colaboração com a Diretoria Administrativa (DADM) e Departamento de Engenharia (DEN), planejou e implementou, por meio de um processo de contratação, via licitação, um novo sistema de segurança nos prédios do Ministério Público do Rio Grande do Norte. Esse sistema está equipado com câmeras de monitoramento e sensores de presença, sendo monitorado 24 horas pela Central de Monitoramento instalada na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo GSI e pela Teltex Tecnologia.

Destaca-se a execução do Termo de Colaboração nº 37/2017 - MPRN/PMRN entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte. Tal termo, com vigência até 31/12/2023, teve como objetivo promover a

articulação, integração e intercâmbio institucional de informações e experiências entre os partícipes. Potencializou as ações de segurança desenvolvidas no âmbito do Ministério Público Estadual, fortalecendo as iniciativas do Gabinete de Segurança Institucional – GSI/MPRN e pelo GAECO. O citado termo teve um papel operacional importante para a execução das operações conduzidas pelo MPRN, sendo deflagradas 45 operações, além da segurança patrimonial.

Ressalte-se, ainda, a celebração do convênio nº 59/2023-MPRN/PMRN entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte.Também com o objetivo de promover a articulação, integração e intercâmbio institucional de informações e experiências entre os partícipes para o exercício de 2024.

Importante mencionar a manutenção do Termo de Colaboração Técnica nº 32/2022-PGJ celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária. Tal instrumento tem o objetivo de promover articulação, a integração e o intercâmbio institucional, aperfeiçoamento profissional de servidores e membros do MPRN e de Policiais Penais

Além da área de segurança, este objetivo também busca desenvolver projetos que atendam às necessidades essenciais da instituição em sua infraestrutura. Isso incluiu um estudo inicial e elaboração de uma proposta de layout e um modelo de arquitetura para a construção da nova sede do GAECO, que é um órgão importantíssimo para a instituição e sociedade em geral e que necessitava de melhorias na sua estrutura física.

A comarca de Florânia teve o seu projeto aprovado e foram elaborados para iniciar a obra de construção no exercício de 2024. Já as unidades de Macau e Pau dos Ferros também foram foco, demandando estudos e elaboração de propostas de ampliações dessas unidades devido à sua importância como unidades polos e a necessidade de uma melhor adequação estrutural.

Quanto ao projeto de geração de energia solar, o MPRN concluiu o projeto iniciado em 2019, esgotando a área de cobertura para a instalação de usinas solares. Atualmente, o MPRN possui 1.177 kWp de potência instalada, gerando em média mais de 140.000 Kwh por mês, o que representa aproximadamente 65% do consumo mensal da instituição. Importante ressaltar que o retorno sobre o investimento desse projeto já ultrapassou 60%, e espera-se alcançar 100% nos próximos 12 meses.

Com relação às construções, o ano de 2023 foi marcado pela conclusão da obra de sede da PmJ de São Miguel com área construída de 157,40m².

Código e descrição do Objetivo:
00264 Fortalecer o combate à criminalidade organizada e apoiar investigações complexas, por meio de suporte tecnológico e de infraestrutura, contribuindo para uma atuação ministerial mais resolutiva para a sociedade.

Códigos das metas:
00235 Produzir relatórios técnicos para fortalecer o combate à criminalidade organizada e apoiar investigações complexas;

00236 Promover a execução de demandas relacionadas ao fortalecimento ao combate à criminalidade organizada e ao apoio a investigações complexas.

Códigos das iniciativas:
01432 Promoção da atividade de inteligência, da integração interinstitucional e da capilarização da atuação do GAECO.

Avaliação Geral do Objetivo:

O impacto social decorrente da execução dos projetos do Gaeco é fortemente positivo, tanto por representar atividades que fazem cessar uma cadeia de reiteração de crimes graves, complexos e organizacionais, bem como por consolidarem resposta penal efetiva, de modo a apresentar elementos de prevenção geral e especial a fim de evitar a prática de novos crimes. O objetivo "00264 Fortalecer o combate à criminalidade organizada e apoiar investigações complexas, por meio de suporte tecnológico e de infraestrutura, contribuindo para uma atuação ministerial mais resolutiva para a sociedade" passa primordialmente pela execução e fortalecimento das atividades do Gaeco. Ao estruturar essa unidade do Ministério Público contribui-se para o combate sistêmico e estruturado da criminalidade, visando um incremento na segurança pública; tal objetivo vem sendo alcançado.

A execução orçamentária atingiu o patamar de 95% garantindo serviços e estrutura para o alcance do objetivo, das metas e da iniciativa e trazendo resultados para a sociedade.

Foram produzidos 5.380 relatórios técnicos para fortalecer o combate à criminalidade organizada e apoiar investigações complexas, fornecendo subsídios de apoio às investigações resultando, em 2023, em 45 operações deflagradas de janeiro a dezembro, o que representa um aumento de 40% em relação ao ano passado, quando foram realizadas 32 operações no mesmo período.

Ao todo, as operações resultaram em 89 prisões e em 302 cumprimentos de mandados de busca e apreensão, assegurando a captura e/ou bloqueio de mais de R$ 34 milhões em recursos de organizações criminosas, além da produção de mais de 5 mil relatórios técnicos pelos diversos setores do GAECO.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:
00084 Disponibilizar capacitações estratégicas para integrantes e parceiros do MPRN

Avaliação da Meta:

Durante o período da execução do PPA, exercício 2023, houve uma readequação das ações de planejamento já existentes (Cursos EaD, momentos síncronos "lives" e presenciais). Com essa readequação a meta 00084 Disponibilizar capacitações estratégicas para integrantes e parceiros do MPRN ultrapassou o resultado pretendido de 72 (setenta e dois) cursos, alcançando a conclusão de 201 (duzentos e um) cursos.

Código e descrição da Meta:
00085 Disponibilizar cursos de formação continuada para integrantes e parceiros do MPRN.

Avaliação da Meta:

Em 2023, o CEAF priorizou a manutenção dos programas de formação já existentes, em detrimento à criação de novos cursos, demonstrando, assim, o compromisso do CEAF com o andamento dos projetos planejados. Como já havia sido implementada no Ministério Público Estadual a modalidade de ensino a distância foi mais fácil para dar continuidade às ações uma vez que já havia previsão e expertise, como também, a oferta de cursos de formação continuada nas modalidades presencial e virtual. Diante disso, tivemos um alcance na meta "00085 Disponibilizar cursos de formação continuada para integrantes e parceiros do MPRN" em 200%.

Código e descrição da Meta:
01550 Promover a execução de demandas relacionadas a tecnologia da informação selecionadas do PDTI

Avaliação da Meta:

A meta 01550- Promover a execução de demandas relacionadas a tecnologia da informação selecionadas do PDTI representa as demandas relacionadas às aquisições que suportam a execução de projetos previstos do PDTI, os quais dão sustentação e melhoria para diversos serviços, processos e outros projetos, percebe-se a execução de 54,54% das demandas previstas. O motivo do não alcance ocorreu pelos seguintes fatores:

- não foi possível concluir o processo licitatório ainda em 2023;
- não identificou-se no mercado produto para atender os requisitos definidos;
- demandas postergadas para 2024.

Algumas aquisições foram realizadas, como: softwares de datacenter, Whatsapp Business - API Corporativo, webcam, fone de ouvido, disco interno para armazenamento, aquisições de tecnologia da informação por meio do convênio com a SENAPPEN.

Código e descrição da Meta:
00219 Realizar ações que promovam a valorização dos integrantes com foco em resultados.

Avaliação da Meta:

A meta foi superada em 125%, com a realização de 9 (nove) ações com foco na valorização dos integrantes, considerando também o foco em resultados, são elas: Jornada do Servidor, Seja Exemplo - programa de mentoria, Oficina das Emoções, reposição salarial, criação de novos cargos, destacando-se o cargo de chefe de secretaria, onde todas as Comarcas foram contempladas com este, reestruturação administrativa, continuidade e aprimoramento dos encontros da Academia de líderes, incremento do número de teletrabalhadores, 2º Encontro de Gestão de Pessoas dos Ministérios Públicos do Nordeste - remoto, atualização do formulário de avaliação de desempenho - alteração da Resolução para a avaliação está de acordo com os requisitos de produtividade apresentados pela comissão do projeto MP Premia.

Código e descrição da Meta:
00220 Implantar o modelo de gestão por competência no MPRN.

Avaliação da Meta:

A meta proposta não foi realizada como prevista, em virtude da contratação da consultoria somente ter sido realizada a partir de agosto/2023, onde foram iniciados o planejamento e start das ações do projeto contratada para a execução pelo MPRN.

No entanto, foram realizadas 02 (duas) delas no ano de 2023, sendo atendido os prazos estipulados no contrato firmado com este Parquet Potiguar.

A previsão de conclusão do projeto está estimado para Maio de 2024,com a apresentação para Alta Gestão dos resultados da avaliação e recomendações para a Gestão do Desempenho e continuidade das ações a serem desenvolvidas com foco na gestão por competências e resultados, visando equilibrar a necessidade e capacidade das entregas dos profissionais e promover uma melhoria no alcance de metas e resultados, sem desconsiderar o sentimento de valorização dos profissionais e senso de pertencimento à instituição.

Código e descrição da Meta:
00221 Implantar as ações do programa Trabalho com Qualidade é Vida.

Avaliação da Meta:

Essa meta foi alcançada em sua totalidade, atingindo os 100%. Em 2023, houve a implantação da sala do Conte Comigo e do projeto Club Mama, além da continuidade dos diversas ações implementadas em anos anteriores do PPA, como:

- Realização da II SIPAT;
- feirinha de artesanato e alimentação saudável;
- projeto conte comigo;
- contratação do serviço médico do trabalho;
- Encontros do projeto Isso me Interessa;
- Outubro Rosa (palestra);
- jogos integrativos;
- campanhas de vacinação
- meditaMP
- realização dos atendimentos psicológicos.

Código e descrição da Meta:
00222 Realizar ações de inovação no âmbito do MPRN.

Avaliação da Meta:

Em 2023, foram realizadas um total de 12 ações de fomento à inovação no MPRN. O Laboratório de Orçamentos e Políticas Públicas (LOPP) concluiu o desenvolvimento de

ferramentas tecnológicas para auxílio das unidades de execução no monitoramento de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, além do banco de decisões do CSMP como mais um banco de documentos dentro do sistema MPRN em dados. Além disso, o Laboratório de Ciências de Dados desenvolveu com a contribuição de convênio com a UFRN o Chaser, módulo de transcrição, tratando-se disponibilização de nova funcionalidade no sistema de apoio à atividade investigativa e forense. Já o Laboratório de Inovação realizou 5 ações, a saber: o projeto Vitrine, o Congresso de Inovação e Resolutividade, Oficinas Colaborativas, Círculos de Inovação - Produção de Provas Digitais, Círculos de Inovação - Jurimetria e o Concurso de Vídeos Curtos.

Embora a meta de 13 iniciativas não tenha sido alcançada, apesar de ter chegado bem próximo, considera-se o resultado positivo para instituição, uma vez que a cultura da inovação foi estabelecida, estruturas de apoio a inovação, como os referidos laboratórios, foram implantadas e encontram-se em pleno funcionamento, cenário esse que possibilita a melhoria das atividades finalísticas da instituição por meio da inovação, seja ela por meio de tecnologia ou de ações de fomento. (LOPP)

Considerando, que os convênios voltados para a automação processual e caracterização não foram ainda assinados, inviabilizando o início dos projetos e o cumprimento do PPA. Como só em 28 de dezembro de 2023, o Termo de Convênio retornou da UFRN com diversas alterações, período em que já estava se encerrando o prazo para a assinatura, bem como, nos últimos dias do mês de dezembro, o que, via de regra, tornou impossível a assinatura do Convênio no tempo previsto, inviabilizando assim a Execução do Convênio programado no plano de trabalho.

Código e descrição da Meta:
00223 Aumentar seguidores e engajamento nas redes sociais do MPRN

Avaliação da Meta:

A meta de 00223 Aumentar seguidores e engajamento nas redes sociais do MPRN foi superada significativamente, atingindo 305,82%. Percebe-se que o número de seguidores, as ações e campanhas realizadas nas redes sociais ao longo do ano de 2023 resultaram em uma ampliação no engajamento, princípio importante quando considerado o caráter de existência de uma rede de relacionamento.

As ações e campanhas realizadas nas redes sociais ao longo do ano de 2023 totalizaram 252 (duzentos e cinquenta e duas) postagens só no Instagram. Além disso, houve produção diária de conteúdo focado nas notícias para o portal do MPRN e para a imprensa, o que garantiu o resultado alcançado. A Diretoria de Comunicação buscou ainda dinamizar o formato de oferta do conteúdo, com produção de vídeos e entrevistas rápidas para as redes sociais, ampliando a voz de membros e servidores junto à população.

Como resultado, no facebook, as interações da população com os conteúdos publicados subiram 86,5% ao longo do ano de 2023. No Instagram, o aumento de interações no ano de 2023 foi de 100% chegando a 51,3 mil trocas de interações. O alcance das publicações, ou seja, quantas pessoas de fato acessaram aquele conteúdo, também aumentou em 31,5% no Instagram no mesmo período. O número de visitas aos perfis oficiais também teve incremento em 2023, tendo sido 82,6% maior no Facebook e 74,3% no Instagram, comparando com o ano anterior.

Código e descrição da Meta:
00226 Realizar ações de aproximação com a sociedade

Avaliação da Meta:

A meta de 00226 Realizar ações de aproximação com a sociedade foi superada com a realização de atividades de aproximação com a imprensa e com a população.

Ao longo do ano de 2023, foram realizadas duas coletivas de imprensa de grande adesão com os veículos para tratar das ações do MPRN como resposta à série de ataques criminosos registrados no mês de março e para tratar da Ação Civil Pública impetrada buscando a volta de serviços de saúde. Além disso, houve outras dezenas de marcações de entrevistas e atendimentos à imprensa.

A DCOM ainda realizou a IX edição do Prêmio de Jornalismo e ampla cobertura do projeto MPRN Perto de Você com a entrega de material de divulgação ao longo do evento e após cada edição.

Em 2023, o MPRN Perto de Você ocorreu nas cidades de Mossoró, Macaíba e Natal em que ocorreram 302 atendimentos ao público.

Código e descrição da Meta:
00227 Manter o índice de notícias positivas sobre o MPRN na imprensa

Avaliação da Meta:

O trabalho de relacionamento que a equipe da DCOM mantém diariamente com a imprensa, estreitando o contato dos membros com os jornalistas, além do rápido acesso às informações solicitadas, aliada à produção diária de notícias, gera ano a ano um alto índice de notícias positivas, estando neste ano próximo da meta estabelecida.

Ao longo de 2023, a DCOM publicou em seu portal 615 notícias relacionadas à atuação proativa dos membros da instituição. A equipe da DCOM busca diariamente produzir notícias relevantes, que funcionam como fonte de informação para que os veículos repliquem o conteúdo divulgado ou gerem novas notícias a partir das informações publicadas. Os releases divulgados para os jornalistas geram ainda entrevistas nos mais diversos veículos de comunicação, como TV, rádio, jornal impresso e portais, garantindo que a informação se multiplique e chegue ao público.

Ademais, buscou-se ao longo do ano oferecer à imprensa novos formatos de conteúdo, com ampliação de divulgação de vídeos e fotos, possibilitando assim que a atuação da instituição fosse divulgada de forma diversificada. As entregas de materiais de audiovisual e a maior celeridade no retorno dos pedidos dos jornalistas não só garantem uma informação mais precisa como estreita a relação de confiança no mercado com o setor de comunicação da instituição.

Código e descrição da Meta:
00229 Construir, reformar, recuperar ou ampliar imóveis

Avaliação da Meta:

Em 2023, a instituição deu início a um projeto significativo com a construção da obra da PMJ de São Miguel. Paralelamente, tomou-se a decisão estratégica de iniciar os projetos da nova sede do GAECO, abrangendo uma área de aproximadamente 2.500m². Essa escolha possui um impacto direto sobre outros projetos de construção, considerando que envolve a alocação de uma quantidade substancial de recursos. No entanto, essa iniciativa é de suma importância tanto para a instituição quanto para a sociedade em geral, prometendo trazer benefícios significativos a longo prazo.

Embora apenas 157,40m² tenha sido construído, representando a entrega de 1 Promotoria de Justiça, a de São Miguel, para novas obras foi elaborado o projeto da unidade ministerial de Florânia, contratado a elaboração do projeto da unidade do GAECO e iniciado alguns estudos para reforma e ampliação das unidades de Pau dos Ferros, Baraúnas e Macau.

Código e descrição da Meta:
00231 Promover a execução de demandas relacionadas à segurança institucional e à segurança pública

Avaliação da Meta:

A demanda foi satisfatoriamente atendida ao longo do ano de 2023, com exceção do item 615 - Radiocomunicadores. Após uma reavaliação por parte do Gabinete de Segurança Institucional, decidiu-se pela não aquisição desse equipamento para 2023.

Dentre os trabalhos que merecem destaque encontram-se os seguintes: a manutenção dos aparatos de segurança eletrônica e humana armada nos prédios institucionais; promoção de Segurança Institucional, continuidade das ações de cooperação do Termo de Colaboração nº 037/2017-PGJ, firmado entre o MPRN e a Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN); aperfeiçoamento dos controles de acesso das unidades sedes da instituição, entre outras ações que influenciaram diretamente na política de segurança, objeto de trabalhado do GSI/MPRN.

A PMRN recebeu um repasse no valor de R$1.999.636,83 através do Termo de Colaboração para atender às demandas de 611 – Material de Consumo e 613 - Equipamentos. No entanto, ao final do exercício, a PMRN efetuou a devolução do montante de R$987.137,06.

Código e descrição da Meta:
00232 Prestar serviços de segurança institucional

Avaliação da Meta:

O Gabinete de Segurança Institucional desempenhou um papel ativo nas operações conduzidas pelo MPRN, sendo deflagradas 45 operações no ano de 2023. Durante os desdobramentos das operações deflagradas, a participação do Gabinete visava assegurar a segurança e integridade dos agentes do MPRN envolvidos nas ações de combate à criminalidade organizada.

Foram implementadas medidas de segurança especial destinadas a membros, servidores e colaboradores do MPRN, incluindo a elaboração de relatórios técnicos de pesquisa ou

análise de risco. Além disso, foram estabelecidos postos de segurança em todo o Estado, visando proporcionar um ambiente seguro e protegido nas unidades do MPRN.

A meta foi superada atingindo 100%, isso significa que todas a solicitações recebidas pelo Gabinete de Segurança Institucional, seja referente a realização de segurança especial a membros (escolta, apoio, operações, etc), servidores e colaboradores do MPRN, relatórios técnicos de pesquisa ou análise de risco e ainda postos de segurança em todo o Estado foram atendidos.

Código e descrição da Meta:
01502 Oferecer potencial instalado de geração de energia solar.

Avaliação da Meta:

A meta de 100 kWp foi superada significativamente, alcançando 285,8 kWp. Em 2023, foi contratada potência instalada de 272,50 kwp. Além disso, é importante destacar que, em 2023, foi realizada a instalação da usina de geração solar na sede da Promotoria de Justiça de São Miguel, com potência instalada de 13,30 kWp. Esgotando assim a área de cobertura para a instalação de usinas solares. Atualmente, o MPRN possui 1.177 kWp de potência instalada, gerando em média mais de 140.000 Kwh por mês, o que representa aproximadamente 65% do consumo mensal da instituição.

Código e descrição da Meta:
00235 Produzir relatórios técnicos para fortalecer o combate à criminalidade organizada e apoiar investigações complexas

Avaliação da Meta:

A meta foi totalmente atingida e superada demonstrando alta produtividade na entrega do principal produto do Gaeco, qual seja, apoio às investigações de combate à criminalidade organizada.

O Ministério Público do Rio Grande do Norte, através do GAECO, bateu o seu próprio recorde no número de operações de combate à criminalidade realizadas em apenas um ano. Em 2023, foram 45 operações deflagradas de janeiro a dezembro, o que representa um aumento de 40% em relação ao ano passado, quando foram realizadas 32 operações no mesmo período.

Ao todo, as operações resultaram em 89 prisões e em 302 cumprimentos de mandados de busca e apreensão, assegurando a captura e/ou bloqueio de mais de R$ 34 milhões em recursos de organizações criminosas, além da produção de mais de 5 mil relatórios técnicos pelos diversos setores do GAECO.

Código e descrição da Meta:
00236 Promover a execução de demandas relacionadas ao fortalecimento ao combate à criminalidade organizada e ao apoio a investigações complexas

Avaliação da Meta:

A meta prevista para o 2023, não foi alcançada, mas atingiu o patamar de 83%, das 29 demandas previstas, 24 foram concluídas, o que viabilizou a manutenção e melhoramento do parque tecnológico do GAECO, sendo esse parque tecnológico o principal fator para o desenvolvimento das atividades de combate à criminalidade organizada e ao apoio a investigações complexas, entre as demandas adquiridas podemos citar a compra de equipamentos para DATA CENTER, equipamentos especializados em tarefas de análise FORENSE e sistemas de GEO REFERENCIAMENTO.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas propostas no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:
01415 Promoção da qualificação e aperfeiçoamento funcional dos integrantes do MPRN e de parceiros estratégicos, de acordo com as necessidades institucionais.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa 01415 Promoção da qualificação e aperfeiçoamento funcional dos integrantes do MPRN e de parceiros estratégicos, de acordo com as necessidades institucionais, foi alcançada integralmente conforme previsto para 2023. Conseguiu-se um total de 221 capacitações voltadas para integrantes e parceiros da instituição. O foco na EaD permitiu esse excelente resultado, bem como o retorno das capacitações na modalidade presencial.
A execução orçamentária alcançou 57.2% do orçamento para a subação 402201 Qualificação e aperfeiçoamento funcional dos integrantes e parceiros do MPRN. As iniciativas propostas no período de vigência do PPA (2020-2023) devem ser mantidas considerando a ampliação de diferentes metodologias de capacitação desenvolvidas pelo Ceaf, especialmente no que tange à Educação a Distância – EaD.

Códigos e descrições das iniciativas:
01417 Execução do Plano Diretor da Tecnologia da Informação (PDTI)

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Destaca-se que a iniciativa 01417 Execução do Plano Diretor da Tecnologia da Informação (PDTI) conseguiu uma boa execução com representada pela entrega completa do seguinte projeto previsto no PDTI: Implantação de Política de Gestão de Riscos de TI e encontram-se em andamento a Implantação de Metodologia de Identificação e Classificação dos Serviços de TI e Integração do e-MP com o PJE, houve a despriorização Plataforma de Diário Eletrônico.

Embora a meta 01550- Promover a execução de demandas relacionadas a tecnologia da informação selecionadas do PDTI que deveria atingir o percentual de 80% não tenha sido alcançada. Foi possível chegar ao patamar de 54,54% que representou aquisições como: softwares de datacenter, Whatsapp Business - API Corporativo, webcam, fone de ouvido, disco interno para armazenamento, aquisições de tecnologia da informação por meio do

convênio com a SENAPPEN.

Observou-se uma boa execução orçamentária que correspondeu a 86% na subação 103201 - Gestão de Tecnologia da Informação.

Códigos e descrições das iniciativas:
01419 Aplicação e aprimoramento da política de gestão de pessoas

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Durante o exercício de 2023, praticamente todas as metas propostas foram alcançadas integralmente, refletindo um comprometimento com o bem-estar dos integrantes. Além das ações do "MeditaMP", a II SIPAT, que inclusive expandiu para outras comarcas, contribuíram significativamente para fortalecer o engajamento e o clima institucional. Ademais, a atenção à saúde mental, a promoção de hábitos alimentares saudáveis, a conscientização sobre a importância da imunização e o suporte psicológico reforçam o compromisso da instituição com o cuidado integral. O lançamento do projeto "Club Mama" e a participação no "Outubro Rosa" também evidenciam a sensibilidade do MPRN em relação à saúde da mulher. Em resumo, o ano foi marcado não apenas pelo cumprimento das metas estabelecidas, mas também por iniciativas adicionais que ampliaram positivamente o impacto nas vidas e na saúde dos integrantes.

Em relação à execução orçamentária , alcançou o percentual de 61% representando a contratação dos serviços de medicina ocupacional e a execução parcial da consultoria de gestão de competências que terá continuidade em 2024.

Códigos e descrições das iniciativas:
01421 Promoção da inovação e aperfeiçoamento da governança no MPRN.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Em 2023, foram realizadas um total de 12 ações de fomento à inovação no MPRN. O Laboratório de Orçamentos e Políticas Públicas (LOPP) concluiu o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para auxílio das unidades de execução no monitoramento de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, além do banco de decisões do CSMP como mais um banco de documentos dentro do sistema MPRN em dados. Além disso, o Laboratório de Ciências de Dados desenvolveu com a contribuição de convênio com a UFRN o Chaser, módulo de transcrição, tratando-se disponibilização de nova funcionalidade no sistema de apoio à atividade investigativa e forense. Já o Laboratório de Inovação realizou 5 ações, a saber: o projeto Vitrine, o Congresso de Inovação e Resolutividade, Oficinas Colaborativas, Círculos de Inovação - Produção de Provas Digitais, Círculos de Inovação - Jurimetria e o Concurso de Vídeos Curtos.

Embora a meta de 13 iniciativas não tenha sido alcançada, apesar de ter chegado bem próximo, considera-se o resultado positivo para instituição, uma vez que a cultura da inovação foi estabelecida, estruturas de apoio a inovação, como os referidos laboratórios, foram implantadas e encontram-se em pleno funcionamento, cenário esse que possibilita a

melhoria das atividades finalísticas da instituição por meio da inovação, seja ela por meio de tecnologia ou de ações de fomento.

Considerando, que os convênios voltados para a automação processual e caracterização não foram ainda assinados, inviabilizando o início dos projetos e o cumprimento do PPA. Como só em 28 de dezembro de 2023, o Termo de Convênio retornou da UFRN com diversas alterações, período em que já estava se encerrando o prazo para a assinatura, bem como, nos últimos dias do mês de dezembro, o que, via de regra, tornou impossível a assinatura do Convênio no tempo previsto, inviabilizando assim a Execução do Convênio programado no plano de trabalho.

Códigos e descrições das iniciativas:
01425 Realização de ações de aproximação com a sociedade e com seus integrantes e fortalecimento dos canais de acesso e comunicação institucionais

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Percebe-se que a iniciativa 01425 Realização de ações de aproximação com a sociedade e com seus integrantes e fortalecimento dos canais de acesso e comunicação institucionais vem sendo alcançada por meio da realização de coletivas de imprensa, promoção de conteúdos jornalísticos direcionados aos veículos de comunicação e produções de conteúdo audiovisual direcionados à interlocução com a sociedade.

Para que tais ações sejam realizadas, as contratações solicitadas ao longo do ano de 2023 se mostraram suficientes. Senão vejamos:

- **Clipping**: Serviço utilizado mensalmente;
- **Libras**: Serviço utilizado nas transmissões das sessões do Colégio de Procuradores / Conselho Superior do MPRN, assim como nos eventos virtuais realizados pelo CEAF e pela Administração Superior;
- **Filmagem e Transmissão**: Serviço de transmissão utilizado mensalmente;
- **Produção de vídeos**: Serviço feito por demanda, sendo atendido por empresa terceirizada ou com produção e edição própria da Dcom;
- **Prêmio de Jornalismo**: Evento realizado em dezembro de 2023;
- **Banco de imagens**: Serviço de assinatura de banco de imagens e vídeos, que é consumido pelo setor de produção e arte durante todo o ano;

Observa-se que a execução orçamentária ficou próximo a 98%, indicando que o orçamento previsto foi utilizado praticamente em sua totalidade para fazer frente às necessidades de comunicação e relacionamento com a sociedade e integrantes da instituição.

Códigos e descrições das iniciativas:
01427 Aquisição, construção, ampliação, recuperação, reforma e modernização de imóveis

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Embora a meta de construção não tenha sido alcançada para o ano de 2023, a avaliação

desse período é positiva, tendo em vista que a equipe de Engenharia esteve engajada em várias frentes de trabalho, com a expectativa de que alguns desses projetos sejam concluídos já no próximo exercício, em 2024.

É importante destacar também que as novas unidades foram projetadas considerando as novas formas de trabalho, resultando em espaços mais compactos e eficientes. Essa estratégia não apenas otimiza o uso do espaço, mas também se alinha às tendências de melhor aproveitamento e sustentabilidade no ambiente de trabalho.

A execução orçamentária da subação 328801 Aquisição, construção, ampliação, reforma e modernização de imóveis alcançou quase 100%, atingindo o patamar de 99,35% permitindo a conclusão da construção da sede da PmJ de São Miguel e para novas obras, foi elaborado o projeto da unidade ministerial de Florânia, contratado a elaboração do projeto da unidade do GAECO e iniciado alguns estudos para reforma e ampliação das unidades de Pau dos Ferros, Baraúnas e Macau.

Além disso, considera-se, ainda, a constatação da potência instalada de 272,50 kwp, em 2023, referente a instalação da usina de geração solar no MPRN. Dessa forma, foi esgotada a área de cobertura para a instalação destas usinas. Atualmente, o MPRN possui 1.177 kWp de potência instalada.

Códigos e descrições das iniciativas:
01429 Promoção da segurança institucional e ações em favor da segurança pública

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa foi desenvolvida de acordo com o previsto que engloba a execução do Termo de Colaboração 37/2017 celebrado junto a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte.

O patamar de aproximadamente 90% de execução orçamentária foi importante para garantir que a iniciativa 01429 Promoção da segurança institucional e ações em favor da segurança pública fosse alcançada, tendo em vista que 98% Demandas relacionadas à segurança institucional e à segurança pública executadas

As demandas de maior relevância e impacto para o trabalho do Gabinete de Segurança Institucional foram executadas. Demandas como diárias operacionais e a disponibilização de viaturas para realização do trabalho da Polícia Militar foram executadas por meio de Termo de Colaboração.

Códigos e descrições das iniciativas:
01432 Promoção da atividade de inteligência, da integração interinstitucional e da capilarização da atuação do GAECO.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A iniciativa 01432 Promoção da atividade de inteligência, da integração interinstitucional e da capilarização da atuação do GAECO, foi alcançada em sua integralidade. Foram preservadas contratações importantes como: serviço de suporte do Guardião que viabiliza a continuidade nos serviços de interceptação telefônica/telemática e os serviços avançados de desbloqueio e extração de dados em laboratório forense, os quais permitem o acesso às evidências apreendidas, incluindo a contratação do pacote Premium (Up Grade), além de novas aquisições de softwares e ferramentas utilizados nas atividades dos Gaecos, bem como equipamentos de infraestrutura para a guarda segura dos ativos intangíveis do órgão (sistema de backup, novos servidores, sistema de nobreak para data center e servidor dedicado para processamento de IA).

A execução orçamentária atingiu o patamar de 95% garantindo serviços e estrutura para o alcance da iniciativa e trazendo resultados para a sociedade.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

O Plano Plurianual 2020-2023 foi elaborado tendo como alicerce o Planejamento Estratégico inicialmente traçado para 2018-2023. Contudo em 2022 foi iniciada a elaboração de um novo planejamento já com início em 2023 e alinhado ao do Conselho Nacional do Ministério Público.

Ainda assim, havia uma congruência entre os objetivos desses instrumentos o que contribui para o resultado institucional. O então objetivo estratégico de “Garantir a formação continuada” levou a identificar a necessidade de investir nessa área a fim de promover o desenvolvimento do corpo funcional capacitando-o para o desempenho de suas funções a fim de que seja revertido na prestação de serviços de qualidade. Dessa forma, coadunando com o objetivo do PPA: “Potencializar a qualificação de integrantes e parceiros do MPRN, por meio de capacitação e disponibilização de acervo bibliográfico, priorizando a formação continuada, para melhorar o desempenho institucional.”

Em 2023, novamente observou-se a superação das metas previstas 00084 Disponibilizar capacitações estratégicas para integrantes e parceiros do MPRN e 00085 Disponibilizar cursos de formação continuada para integrantes e parceiros do MPRN, e a utilização do EaD e o foco nos eventos online favoreceram esse alcance, tal como a realização de eventos presenciais contribuíram para esse resultado tendo em vista que já se trata de uma realidade na instituição permitindo que todo o estado tenha o acesso a treinamentos, tanto integrantes quanto parceiros. Para tanto o orçamento conta com a disponibilização de pró-labore, e ferramenta como o Google Meet viabilizaram esse alcance ainda que a execução orçamentária tenha atingido cerca de 57,2 % na subação correspondente 220901 Qualificação e aperfeiçoamento funcional dos integrantes e parceiros do MPRN. Foram formadas parcerias e houve a produção de conteúdo de cursos básicos que não requerem pró-labore.

Na área de gestão de pessoas, diversas iniciativas foram realizadas fazendo com que as metas 00219 Realizar ações que promovam a valorização dos integrantes com foco em resultados e

00221 Implantar as ações do programa Trabalho com Qualidade é Vida também fossem alcançadas, com 9 unidades e 100%, respectivamente. Foram ações mantidas e novas implementadas. Houve o implantação da sala do Conte Comigo e do projeto Club Mama, além de encontros da Academia de líderes, II SIPAT; feirinha de artesanato e alimentação saudável; contratação do serviço médico do trabalho; dentre outros. Foram executados 61% do orçamento foi executado principalmente na contratação de serviço para a junta médica, que integra o programa de TQV. A gestão de competências que embora não alcançando a meta, iniciou em 2023.

Ações e projetos de inovação e tecnologia da informação também ocorreram. O objetivo 0261 Promover a inovação realizando ações de aperfeiçoamento, aprimorando práticas e incentivando a cultura da inovação, entregou a quase totalidade previsto representado, das 13 ações previstas, 12 foram entregues, foram, 6 são ferramentas que encontram-se em uso e gerando resultados para a atuação finalística da instituição e 06 são ações de inovação e fomento à inovação.

Foi executado 70,78% do orçamento com para promover esta iniciativa, especialmente por meio de convênio (UFRN/IMD,) com recursos da subação 230701 Promoção da inovação e aperfeiçoamento da governança no MPRN, com gestão e fiscalização do LOPP e LabDados. Ressalte-se que não foi possível a celebração de 2 convênios previstos para 2023, sendo a assinatura desses agora prevista para 2024.

Quanto ao objetivo “Garantir uma TI adequada, integrada, acessível a todas as unidades ministeriais e a sociedade, entregando soluções por meio de comunicação e governança, para garantir a transparência da instituição e uma melhor integração com a sociedade” também vem sendo alcançado e em 2023 houve novamente avanços com a entrega do projeto “Implantação de Política de Gestão de Riscos de TI” e, em andamento, “Implantação de Metodologia de Identificação e Classificação dos Serviços de TI” e “ Integração do e-MP com o PJE”. A execução orçamentária alcançou 86% representando um bom resultado e suportando entregas na área de tecnologia.

Em relação ao objetivo “Realizar iniciativas que aproximem o MPRN dos públicos interno e externo, valendo-se de canais de comunicação e de acesso à instituição, tornando-a mais conhecida por sua atuação no Estado”, foi alcançado com elevado engajamento nas redes sociais fazendo com que se tornem conhecidas as ações do MPRN. Foram realizadas 2 edições do MPRN Perto de Você com atendimentos, palestras dentre outras atividades buscando maior proximidade com a sociedade, além de duas coletivas de imprensa de grande adesão com os veículos para tratar das ações do MPRN como resposta à série de ataques criminosos registrados no mês de março e para tratar da Ação Civil Pública impetrada buscando a volta de serviços de saúde. Além disso, houve outras dezenas de marcações de entrevistas e atendimentos à imprensa. Considere-se ainda a realização da IX edição do Prêmio de Jornalismo. A execução orçamentária ficou próxima a 98%, indicando que o orçamento previsto foi utilizado praticamente em sua totalidade para fazer frente às necessidades de comunicação e relacionamento com a sociedade e integrantes da instituição.

No que concerne ao objetivo “0263 Modernizar a infraestrutura física e segurança, atendendo as normas vigentes, adotando novas tecnologias e realizando integração interinstitucional de modo a atender o público interno e externo de forma eficiente, segura e acessível”, foi também alcançado satisfatoriamente, embora a meta “0229 Construir, reformar, recuperar ou ampliar” tenha atingido um baixo rendimento tendo em vista que em 2023, a instituição deu início a um projeto significativo com a construção da obra da PMJ de São Miguel. Paralelamente, tomou-se a decisão estratégica de iniciar os projetos da nova sede do GAECO, abrangendo uma área de aproximadamente 2.500m². Essa escolha possui um impacto direto

sobre outros projetos de construção, considerando que envolve a alocação de uma quantidade substancial de recursos.

Ressalta-se ainda resultados positivos que foram a manutenção do Termo de Colaboração 37/2017, até 2023, que contribui para segurança orgânica, a implementação de um sistema de videomonitoramento e a conclusão da implantação da energia solar que representa aproximadamente 65% do consumo mensal da instituição..

Por fim, o objetivo "0264 Fortalecer o combate à criminalidade organizada e apoiar investigações complexas, por meio de suporte tecnológico e de infraestrutura, contribuindo para uma atuação ministerial mais resolutiva para a sociedade" representar atividades que fazem cessar uma cadeia de reiteração de crimes graves, complexos e organizacionais, bem como por consolidarem resposta penal efetiva, de modo a apresentar elementos de prevenção geral e especial a fim de evitar a prática de novos crimes. O impacto social decorrente da execução dos projetos do Gaeco é fortemente positivo. Ao estruturar essa unidade do Ministério Público contribui-se para o combate sistêmico e estruturado da criminalidade, visando um incremento na segurança pública; tal objetivo vem sendo alcançado. Foram produzidos 5.380 relatórios técnicos para fortalecer o combate à criminalidade organizada e apoiar investigações complexas, fornecendo subsídios de apoio às investigações resultando, em 2023,em 45 operações deflagradas de janeiro a dezembro, o que representa um aumento de 40% em relação ao ano passado, quando foram realizadas 32 operações no mesmo período. A execução orçamentária na ordem de 95% deu alicerce para o resultado alcançado.

Conclui-se, portanto, que a execução do programa 3010 - Defesa e Efetivação dos Direitos da Sociedade, do Plano Plurianual 2020-2023, por meio de seus objetivos e iniciativas, acompanhado por meio de suas metas, trouxe importantes avanços a esse Ministério Público,concluindo a execução deste PPA com contribuições importantes nas mais diversas áreas para a prestação de um serviço de qualidade à sociedade.

Recomendações:

Observa-se que para uma análise mais robusta do PPA é necessário que o exercício financeiro tenha sido concluído permitindo uma exatidão da execução orçamentária de modo que o prazo para início dessa avaliação deveria ser no exercício posterior.

No que concerne à elaboração da proposta orçamentária, é importante que a disponibilização do índice de correção seja fornecido com antecedência durante a fase de elaboração da proposta orçamentária e não próximo do envio da proposta ao Governo do Estado tendo em vista que constam aí os recursos previstos para a execução do Plano Plurianual.

Para os próximos exercícios é necessário estabelecer rotinas de trabalho que promovam uma padronização das unidades, objetivando uma maior assertividade e celeridade na elaboração dos projetos e melhorando o cumprimento do PPA, embora já tenha tido um resultado expressivo, é uma oportunidade de aperfeiçoamento.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM ( ) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores. Não se aplica.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução
Esta avaliação do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 permite estabelecer uma visão macro da evolução institucional no cumprimento de seus objetivos. A análise anual do PPA já indicava esta evolução tendo em vista que diversas metas foram cumpridas ou superadas e que algumas não eram alcançadas, seja por dificuldades na concretização ou por alterações na orientação institucional diante do cenário posto. A avaliação do período integral foi realizada a partir do cumprimento das metas que permitia aferir se o objetivo tinha sido alcançado. Registre-se ainda que observou-se se as iniciativas estavam sendo executadas bem como se a execução orçamentária estava fazendo frente a essa execução. Para essa análise foram utilizadas as avaliações anuais como base, elaboradas pelos seus responsáveis e possibilitou identificar o desempenho institucional que foi positivo. A avaliação geral nominada de avaliação setorial 2, que permitiu a avaliação global do PPA no que concerne à Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) está estruturado de acordo com o modelo estabelecido pela Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão (SEPLAN), apresentando nesta introdução como está distribuída:

- **Do Objetivo da Avaliação:** apresenta para que a avaliação está sendo utilizada no órgão e como baliza ações realizadas.
- **Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas:** apresenta os atributos do PPA definidos pelo órgão, quais os objetivos, diretrizes, metas e iniciativas, tendo em vista que não houve associação às agendas ODS e não houve demandas da população de competência da instituição.
- **Metodologia:** apresenta o método utilizado para a elaboração desta avaliação em que descreve-se a partir das avaliações anuais.
- **Avaliação Geral dos Resultados:** apresenta uma avaliação global do PPA no que compete à PGJ para todo o período de execução por objetivo.
- **Síntese da Avaliação e Recomendações:** apresenta as oportunidades de melhorias para o andamento da execução do PPA, bem como para as avaliações.
- **Referências:** as referências utilizadas para desenvolver o documento que trata-se das avaliações anuais.

Do Objetivo da Avaliação

A avaliação do PPA objetiva trazer para os gestores informações e uma análise acerca do alcance dos objetivos que são alicerçados naqueles definidos no Planejamento Estratégico da instituição, bem como da execução orçamentária visando observar o cumprimento da estratégia e verificar a aderência e ainda desenvolver ações corretivas ou que potencializam o alcance do que foi projetado.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

O Plano Plurianual no que concerne à Procuradoria-Geral de Justiça apresenta a estrutura definida pelo Governo do Estado, conforme apresentado a seguir:

Diretriz: 00128 Garantir a formação permanente dos integrantes e parceiros do MPRN

- Objetivo: 00257 Potencializar a qualificação de integrantes e parceiros do MPRN, por meio de capacitação e disponibilização de acervo bibliográfico, priorizando a formação continuada, para melhorar o desempenho institucional.
    - Meta: 00084 Disponibilizar capacitações estratégicas para integrantes e parceiros do MPRN;
    - Meta: 00085 Disponibilizar cursos de formação continuada para integrantes e parceiros do MPRN;
    - Iniciativa 01415 Promoção da qualificação e aperfeiçoamento funcional dos integrantes do MPRN e de parceiros estratégicos, de acordo com as necessidades institucionais.

Diretriz: 00129 Fornecer uma TI adequada, segura, integrada e acessível

- Objetivo: 00259 Garantir uma TI adequada, integrada, acessível a todas as unidades ministeriais e a sociedade, entregando soluções por meio de comunicação e governança, para garantir a transparência da instituição e uma melhor integração com a sociedade.
    - Meta: 01550 Promover a execução de demandas relacionadas a tecnologia da informação selecionadas do PDTI;
    - Iniciativa 01417 Execução do Plano Diretor da Tecnologia da Informação (PDTI).

Diretriz: 00130 Aprimorar a gestão de pessoa e desenvolver uma ambiência integradora

- Objetivo: 00260 Aprimorar a gestão de pessoas, fomentando o engajamento no trabalho, o desenvolvimento de suas competências e a saúde organizacional para melhoria do desempenho pessoal e organizacional.

- Meta: 00219 Realizar ações que promovam a valorização dos integrantes com foco em resultados;
- Meta: 00220 Implantar o modelo de gestão por competência no MPRN;
- Meta: 00221 Implantar as ações do programa Trabalho com Qualidade é Vida;
- Iniciativa 01419 Aplicação e aprimoramento da política de gestão de pessoas.

Diretriz: 00131 Promover a inovação no âmbito do MPRN

- Objetivo: 00261 Promover a inovação realizando ações de aperfeiçoamento, aprimorando práticas e incentivando a cultura da inovação, tornando o MPRN mais resolutivo para a sociedade.
  - Meta: 00222 Realizar ações de inovação no âmbito do MPRN
  - Iniciativa 01421 Promoção da inovação e aperfeiçoamento da governança no MPRN

Diretriz: 00132 Estreitar o relacionamento com a sociedade e com os integrantes do MPRN

- Objetivo: 00262 Realizar iniciativas que aproximem o MPRN dos públicos interno e externo, valendo-se de canais de comunicação e de acesso à instituição, tornando-a mais conhecida por sua atuação no Estado.
  - Meta: 00223 Aumentar seguidores e engajamento nas redes sociais do MPRN;
  - Meta: 00226 Realizar ações de aproximação com a sociedade;
  - Meta: 00227 Manter o índice de notícias positivas sobre o MPRN na imprensa;
  - Iniciativa: 01425 Realização de ações de aproximação com a sociedade e com seus integrantes e fortalecimento dos canais de acesso e comunicação institucionais.

Diretriz: 00133 Modernizar a infraestrutura física e segurança

- Objetivo: 00263 Modernizar a infraestrutura física e segurança, atendendo as normas vigentes, adotando novas tecnologias e realizando integração interinstitucional de modo a atender o público interno e externo de forma eficiente, segura e acessível.
  - Meta: 00229 Construir, reformar, recuperar ou ampliar imóveis;
  - Meta: 00231 Promover a execução de demandas relacionadas à segurança institucional e à segurança pública;
  - Meta: 00232 Prestar serviços de segurança institucional;
  - Meta: 01502 Oferecer potencial instalado de geração de energia solar;
  - Iniciativa: 01427 Aquisição, construção, ampliação, recuperação, reforma e modernização de imóveis;
  - Iniciativa: 01429 Promoção da segurança institucional e ações em favor da segurança pública.

Diretriz: 00134 Fortalecer o combate à criminalidade organizada e apoio às investigações complexas

- Objetivo: 00264 Fortalecer o combate à criminalidade organizada e apoiar investigações complexas, por meio de suporte tecnológico e de infraestrutura, contribuindo para uma atuação ministerial mais resolutiva para a sociedade.
  - Meta: 00235 Produzir relatórios técnicos para fortalecer o combate à criminalidade organizada e apoiar investigações complexas;
  - Meta: 00236 Promover a execução de demandas relacionadas ao fortalecimento ao combate à criminalidade organizada e ao apoio a investigações complexas;
  - Iniciativa: 01432 Promoção da atividade de inteligência, da integração interinstitucional e da capilarização da atuação do GAECO.

Metodologia

A avaliação anual do Plano Plurianual 2023-2023 é realizada com o envolvimento de todas as unidades responsáveis por objetivo, meta, iniciativa e subação orçamentária buscando uma análise mais efetiva por meio daqueles que estão diretamente relacionados com a consecução das ações necessárias para a concretude do PPA.

Para tanto, é encaminhado por e-mail pela Gerência de Projetos ou pela Controladoria Interna o formulário desenvolvido internamente para aos responsáveis por objetivo, meta, subação orçamentária e iniciativa para que o preencham realizando a análise do que foi executado durante o exercício em questão.

No formulário desenvolvido internamente contam com as seguintes informações para subsidiar a apreciação dos responsáveis:

- objetivo;
- meta, bem como o resultado previsto, fórmula de cálculo;
- iniciativa;
- subação orçamentária, bem como dotação autorizada, valor bloqueado, despesa liquidada e restos a pagar;
- produto da subação orçamentária, bem como unidade de medida e meta.

A partir dessas informações, espera-se que o gestor realize o seguinte:

- análise do objetivo;
- resultado realizado da meta;
- o valor das variáveis da fórmula de cálculo;
- análise e descrição da meta;
- realizado do produto da subação;
- análise da iniciativa;
- análise do produto da subação;
- análise de restrições;
- recomendações.

Com o recebimento das análises das unidades, a Gerência de Projetos consolida as informações no formulário encaminhado pela SEPLAN, fazendo adequações quando necessário ou solicitando ajustes aos responsáveis.

O formulário consolidado concluído é analisado pela Controladoria Interna e validado pela Chefia de Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça e após destinado à SEPLAN.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO:

Ao longo dos quatro anos de execução do Plano Plurianual pode observar a evolução dos objetivos postos no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, a partir do acompanhamento de suas metas, iniciativas e execução orçamentária.

Quando é analisado o objetivo “00257 Potencializar a qualificação de integrantes e parceiros do MPRN, por meio de capacitação e disponibilização de acervo bibliográfico, priorizando a formação continuada, para melhorar o desempenho institucional” verifica-se que cumpriu a sua proposta, superando as metas 00084 Disponibilizar capacitações estratégicas para integrantes e parceiros do MPRN e 00085 Disponibilizar cursos de formação continuada para integrantes e parceiros do MPRN, tendo atingido ao longo de 4 anos, 529 e 93 capacitações, respectivamente. A maior execução orçamentária foi registrada em 2023, alcançando 57,2%. Ressalte-se que a consolidação do Ensino à Distância (Ead) contribuiu para superar as metas.

Ao avaliar o objetivo “00259 Garantir uma TI adequada, integrada, acessível a todas as unidades ministeriais e a sociedade, entregando soluções por meio de comunicação e governança, para garantir a transparência da

instituição e uma melhor integração com a sociedade", observou-se que o objetivo foi alcançado, embora a meta "01550 - Promover a execução de demandas relacionadas a tecnologia da informação selecionadas do PDTI" não tenha sido cumprida em sua integralidade, alcançando 72,2% ao final PPA, com previsão de 80%, diversas demandas importantes foram adquiridas ao longo dos 4 anos, como softwares e hardwares de datacenter, computadores, impressoras, entre outros. Apresentou, portanto, um significativo progresso, com a conclusão de 82,35% do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e com 2 projetos em andamento. Em 2022, a execução orçamentária atingiu 99,98%, ou seja, praticamente todo o orçamento foi utilizado.

Analisando o objetivo "00260 Aprimorar a gestão de pessoas, fomentando o engajamento no trabalho, o desenvolvimento de suas competências e a saúde organizacional para melhoria do desempenho pessoal e organizacional", identifica-se que foi alcançado. As metas "00219 Realizar ações que promovam a valorização dos integrantes com foco em resultados" e "00221 Implantar as ações do programa Trabalho com Qualidade é Vida" foram plenamente alcançadas, com 28% e 100% das ações realizadas, respectivamente.

Para o cumprimento da meta 00221, foram desenvolvidas ações, como: Realização da II SIPAT; feirinha de artesanato e alimentação saudável; projeto conte comigo; contratação do serviço médico do trabalho; Encontros do projeto Isso me Interessa; Outubro Rosa (palestra); jogos integrativos; campanhas de vacinação; meditaMP; realização dos atendimentos psicológicos.

Já a meta 00219 foi alcançada com a execução de ações, como: Pesquisa Clima Organizacional; MP Solidário; MPRN em ação: que consistia em ações de valorização e reconhecimento de integrantes; Publicação do CORREIO MP; incremento do número de teletrabalhadores.

A iniciativa "01419 Aplicação e aprimoramento da política de gestão de pessoas" foi executada por meio das ações como as anteriormente listadas. A execução orçamentária saiu de 23,36%, em 2020, quando da pandemia, para 61%, 2023, tendo como principal alocação de recurso a contração de serviço de médico do trabalho.

Examinando o objetivo "00261 Promover a inovação realizando ações de aperfeiçoamento, aprimorando práticas e incentivando a cultura da inovação, tornando o MPRN mais resolutivo para a sociedade", foi observado que desenvolveu-se satisfatoriamente, uma vez que as ações realizadas estão gerando resultados para a atuação finalística da instituição, embora a meta "00222 Realizar ações de inovação no âmbito do MPRN"não tenha sido atingida em sua integralidade, tendo realizado ao longo dos últimos 4 anos 29 ações de fomento à Inovação no MPRN, tendo registrado em 2022 a maior execução orçamentária, alcançando 96,83%.

Analisando o objetivo "00262 Realizar iniciativas que aproximem o MPRN dos públicos interno e externo valendo-se de canais de comunicação e de acesso à instituição, tornando-a mais conhecida por sua atuação no Estado", verificou-se que a proposta foi cumprida, superando as metas "00223 Aumentar seguidores e engajamento nas redes sociais do MPRN", "00226 Realizar ações de aproximação com a sociedade" e "00227 Manter o índice de notícias positivas sobre o MPRN na imprensa", tendo atingido ao longo de 4 anos, 305,82% no aumento de seguidores, 23 ações de aproximação com a sociedade e 98,4% de notícias positivas sobre o MPRN, respectivamente. A maior execução orçamentária foi registrada em 2021, tendo alcançado 100%.

Verificando o objetivo "00263 Modernizar a infraestrutura física e segurança, atendendo as normas vigentes, adotando novas tecnologias e realizando integração interinstitucional de modo a atender o público interno e externo de forma eficiente, segura e acessível", observou-se que foi alcançado, embora a meta "00229 - Construir, reformar, recuperar ou ampliar imóveis" não tenha sido cumprida integralmente tendo em vista mudanças estratégicas, priorizando novas unidades e incluindo a pandemia que provocou uma incerteza econômica e acelerou a implementação de novas maneiras de trabalhar (teletrabalho e trabalho remoto), até então em fase de testes, gerando a necessidade de repensar as instalações físicas dos prédios das Promotorias de Justiça.

Já a meta "01502 - Oferecer potencial instalado de geração de energia solar", foi superada ao longo de 4 anos, alcançando o total de 1.177 Kwp, o que representa aproximadamente 65% do consumo mensal da instituição. Quanto à meta "00231 Promover a execução de demandas relacionadas à segurança institucional

e à segurança pública", esta não foi cumprida em sua integralidade, ao passo que a meta "00232 Prestar serviços de segurança institucional" superou o que foi inicialmente previsto, em todos os exercícios do PPA. Em relação a subação "328801 Aquisição, construção, ampliação, reforma e modernização de imóveis", que trata de construções, reformas, ampliação de sedes e implantação de energia solar, a maior execução orçamentária foi registrada em 2023, alcançando 99,35%.

A subação "402301 Promoção da segurança institucional e ações em favor da segurança pública", apresentou durante 3 (três) exercícios a execução acima de 88% representado principalmente pela alocação de recurso para o Termo de Colaboração nº 37/2017 celebrado com a Polícia Militar do Rio Grande do Norte.

Observando o objetivo "00264 Fortalecer o combate à criminalidade organizada e apoiar investigações complexas, por meio de suporte tecnológico e de infraestrutura, contribuindo para uma atuação ministerial mais resolutiva para a sociedade", verificou-se que o objetivo foi alcançado, apesar de não ter cumprido integralmente a meta "00235 Produzir relatórios técnicos para fortalecer o combate à criminalidade organizada e apoiar investigações complexas", em função de uma redefinição na contagem do tipo de documento considerado relatório técnico (o que acarretou uma diminuição do número global atingido), mas em 2023 foi superado em 26%. Foram produzidos 15.776 relatórios técnicos ao longo dos 4 anos que resultaram em diversas operações.

A meta "00236 Promover a execução de demandas relacionadas ao fortalecimento ao combate à criminalidade organizada e ao apoio a investigações complexas" foi superada, atingindo 125%, no último ano do PPA, com aquisições relevantes e contribuindo assim para o combate sistêmico e estruturado da criminalidade, visando um incremento na segurança pública. A maior execução orçamentária foi registrada em 2022, alcançando 96,35%.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Ao avaliar o PPA concluído no exercício passado desde o seu início percebe-se que ações corretivas foram tomadas que resultou no crescimento por exemplo de algumas subações orçamentárias e metas mas ainda é necessário um melhor acompanhamento da execução para que o que estava previsto para o exercício seja concluído, excetuando-se os casos que não coadunem mais com a estratégia definida frente ao cenário instalado como foi percebido no período da pandemia.

Referências

Para elaboração dessa avaliação foram utilizados os formulários desenvolvidos internamente para coleta de informações e análise setorial do PPA aplicados anualmente, bem como os Relatórios Anuais de Avaliação do PPA.

PPA | planejamento transparência integração

Plano Plurianual 2020-2023

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Exercício 2023



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3
Avaliação Geral do Objetivo 3
Avaliação individual das METAS 9
Avaliação individual das INICIATIVAS 16
Avaliação Setorial dos Resultados 24
Avaliação dos Indicadores 25
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 25
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 26
Introdução 26
Do Objetivo da Avaliação 26
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 28
Metodologia 29
Avaliação Geral dos Resultados 29
Síntese da Avaliação e Recomendações 30
Referências 30

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 02000- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRNDE DO NORTE
Nome do Programa Temático: 5005 FORTALECIMENTO DO CONTROLE EXTERNO

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00033 Fiscalizar a regular aplicação dos recursos públicos, prevenindo riscos e detectando fraudes e desvios, por meio da promoção de ações de fiscalização voltadas a orientações, recomendações, determinações e avaliações.
Códigos das metas: Códigos das metas: 00488 quantidade de jurisdicionado fiscalizados Unidade Medida: Unidade Prevista: 220 Realizadas: 201 Códigos das metas:148 - Número de novos Convênios e/ou Acordos de Cooperação Avaliação dos Códigos das metas Prevista: 5 Realizadas: 31
Códigos das iniciativas: 00449 Elaboração e execução de plano de fiscalização e abertura de processo de caráter seletivo. 00246 Realização de Convênios e Acordos de Cooperação.
Avaliação Geral do Objetivo: O objetivo 0033 do TCE-RN se apresenta uma síntese das suas atribuições que entre elas destaca-se:

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

a) Apresentar Parecer Prévio das contas do chefe do Poder Executivo Estadual e Municipal (art.53, I, da CE/1989);

b) Realizar o julgamento das contas dos administradores dos três Poderes do Estado e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, inclusive das fundações, empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista e demais sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário (art. 53, II, da CE/1989);

c) Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta, ressalvadas aquelas para cargo em comissão, assim como a concessão de aposentadorias, reformas e pensões (art. 53, III, da CE/1989);

d) Realizar inspeções e auditorias de natureza financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas (direta e indireta) dos três Poderes, inclusive das fundações, empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista e demais sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público (art. 53, IV, da CE/1989);

e) Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado a Município e a instituições públicas ou privadas (art. 53, V, da CE/1989);

f) Prestar informações solicitadas pela Assembleia Legislativa sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas (art. 53, VI, da CE/1989;

g) Representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, sugerindo, se for o caso, intervenção em Município (art. 53, XI, da CE/1989).

Nesse objetivo a meta proposta foi de assinaturas de novos convênios e/ou acórdão de cooperação, ação que foi muito incentivada na atual administração, qual foi assinado vários convênios, como com outros Tribunais de Contas, Ministérios Públicos e outros órgãos que ajudam na atuação do TCE-RN nas suas competências constitucionais.

Código e descrição do Objetivo:

00034 Aprimorar o desenvolvimento profissional e gerencial dos agentes do Tribunal de Contas, estimulando conhecimentos, habilidades e atitudes no desempenho das funções, através de treinamento e participação de eventos de atualização profissional.

Códigos das metas:

Códigos das metas: 00150 Porcentagem de crescimento de número de treinamentos
Unidade Medida: Percentual
Prevista: 5 Realizadas: 130

Códigos das metas: 00152 Porcentagem de crescimento de número de treinamentos

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Unidade Medida: Percentual
Prevista: 5 Realizadas: 485

Por conta da pandemia, não houve aumento por conta das restrições impostas pela pandemia.

Códigos das iniciativas:

00247 Ampliação das atividades de capacitação dos servidores e membros do TCE.
00248 Ampliação das atividades de capacitação dos jurisdicionados do TCE.

Avaliação Geral do Objetivo:

Com a normalização dos trabalhos presenciais, houve um incremento na da atividades de capacitação dos jurisdicionados, servidores e membros do TCE-RN, send disponibilizados vários treinamentos represados na Escola de Contas desta corte de contas.

Dessa forma, com o objetivo de contribuir para uma maior efetividade dos serviço públicos prestados e, por conseguinte, do próprio exercício da atividade de controle extern são promovidos diversos eventos e cursos junto a servidores, jurisdicionados e cidadãos.

Fruto do trabalho coletivo, as ações apresentadas neste relatório resultam não apenas da atuação de todos que fazem parte da Escola de Contas, mas do apoio e da atuação integrada das várias unidades que compõem toda administração do TCE/RN.

Código e descrição do Objetivo:

00037 Aplicar recursos financeiros do TCE na melhoria da infraestrutura: manutenção, ampliação e aquisições de bens móveis e imóveis, entre outros elementos essenciais à sua funcionalidade, para melhoria da execução das ações de controle externo.

Códigos das metas:

00154 Metros quadrados ampliados Unidade Medida: Metro Quadrado

Prevista: 500 Realizadas: 0

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Problemas jurídicos na aquisição do terreno a ser construído.

00155 Metros quadrados ampliados Unidade Medida: Metro Quadrado

Prevista: 2500 Realizadas: 0
Problemas jurídicos na aquisição do terreno a ser construído.

00156 Porcentagem de aumento de mobiliário Unidade Medida: Percentual
Prevista: 25 Realizadas: 0

Com o aumento do Home Office, não há necessidade de compras de ou trocas de mobiliário.

00160 Unidade de veículos adquiridos Unidade Medida: Veículo

Prevista: 5 Realizadas: 2

Houve a renovação da frota do TCE-RN.

00161 Unidade de rádio instalada Unidade Medida: Unidade

Prevista: 0 Realizadas: 0

00162 Porcentagem de aumento de livros Unidade Medida: Percentual

Prevista: 10 Realizadas: 0

Não houve aumento de compras, a biblioteca teve seu funcionamento limitado por conta da pandemia e reforma física do local.

00164 Unidade de central de atendimento Unidade Medida: Unidade

Prevista: 0 Realizadas: 0

00167 Porcentagem de imobilizado alcançado Unidade Medida: Percentual
Prevista: 25 Realizadas: 0

00168 Unidade de implantação de teletrabalho Unidade Medida: Unidade

Prevista: 0 Realizadas: 0
Meta já realizada em 2020

00170 Unidade de implantação de mecanismos Unidade Medida: Unidade

Prevista: 0 Realizadas: 0

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Códigos das iniciativas:

00249 Aquisição do terreno necessário a construção do anexo do TCE.

00250 Construção do prédio anexo do TCE.

00251 Aquisição de mobiliário em geral.

00252 Renovação e ampliação de frota de veículos do TCE.

00253 Viabilização de recursos para implantação do Rádio e TV do TCE.

00254 Aquisição de livros e material didático.

00255 Ampliação da Central de atendimento do TCE.

00256 Preservação do imobilizado do TCE.

00257 Renovação e ampliação da estrutura de TI do TCE.

00258 Criação de programas de redução de custos e desperdícios com foco na sustentabilidade.

01806 Aparelhamento e Reaparelhamento do TCE

Avaliação Geral do Objetivo:

A aplicação dos recursos financeiros do Tribunal de Contas, como elemento indutor da execução de suas ações, deve ser otimizada, de forma a exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade, de forma a assegurar a execução desses recursos orçamentários e financeiros, torna-se indispensável para garantir a implantação às iniciativas necessárias ao alcance dos objetivos propostos no âmbito das perspectivas de resultados, processos internos, pessoas e inovações e orçamento e logística.

Muitos desses objetivos não foram atingidos por conta de ações que independiam da vontade dessa corte, como ações judiciais que impediram a construção do prédio anexo, além da mudança de paradigmas administrativos por conta a pandemia.

Código e descrição do Objetivo:

00038 Fortalecer práticas de planejamento no âmbito do TCE, disseminando os objetivos estratégicos da organização, alinhados à missão, visão e valores da instituição, visando a

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

avaliação dos resultados institucionais em processo de melhoria contínua.

Códigos das metas:

00173 Unidade de implementação do planejamento estratégico Unidade Medida: Unidade

Prevista: 0 Realizadas: 0
Pela pandemia, a meta era para 2021, e foi realizada em 2022.

Códigos das iniciativas:

00259 Implementação do planejamento estratégico " Pós 2021".

Avaliação Geral do Objetivo:

O fortalecimento das práticas de planejamento no âmbito do Tribunal de Contas perpassa pela internalização dos objetivos estratégicos por parte de toda organização, o que proporciona que suas ações estejam alinhadas com a missão, a visão e os valores da instituição, visando à otimização dos resultados e a coerência com as diretrizes e metas traçadas. Com isso o planejamento foi instituído em 2022.

Código e descrição do Objetivo:

00040 Atrair e manter competências no quadro de pessoal, selecionando novos servidores por meio de concurso público e promovendo revisão periódica do plano de cargos e salários, numa busca constante da motivação e do comprometimento dos servidores.

Códigos das metas:

00178 Unidade de concursos públicos Unidade Medida: Unidade
Previsto 1 executada 0

00180 Unidade de servidores nomeados Unidade Medida: Unidade
Previsto 1 executada 0

00181 Unidade de planos de cargos revisados Unidade Medida: Unidade
Previsto 0 executada 0

Códigos das iniciativas:

00262 Lançamento de Concursos Públicos para manutenção e ampliação do quadro de pessoal.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

00263 Preenchimento de cargos vagos com servidores aprovados em concurso público.

00264 Estabelecimento de revisões periódicas para adequação nos termos e condições do plano de cargos e salários.

Avaliação Geral do Objetivo:

Para atender à demanda por excelência na prestação dos serviços à sociedade, o TCE-RN necessita também de uma constante renovação em seu quadro de pessoal, atraindo novos profissionais através de concurso público. A captação de servidores por meio de concurso possibilita não só a seleção dos melhores profissionais, elevando a qualidade do quadro de servidores do TCE-RN, mas também promove alterações importantes no ambiente de trabalho, já que, de modo geral, o servidor concursado possui perfil proativo e de agente de mudança, motivando os demais servidores.

Por impedimentos legais não se pode realizar concurso no exercício de 2023

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

148 - Número de novos Convênios e/ou Acordos de Cooperação Avaliação dos Códigos das metas.

Avaliação da Meta:

Meta superada por constante trabalho da Presidência nesse tema, com realização de vários convênios com outros órgãos, principalmente, relativo ao Controle Externo.

Código e descrição da Meta:

150 - Porcentagem de crescimento de número de treinamentos

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Avaliação da Meta:

Os treinamentos fazem parte de capacitação anual que a Escola tem realizado visando desenvolver conhecimentos e habilidades nos servidores, acerca de temáticas prioritárias indicadas nos planos anuais de capacitações, com a volta das atividades presenciais houve um aumento grande dos **treinamentos** oferecidos pelas Escola de Contas.

Código e descrição da Meta:

151 - Porcentagem de crescimento de número de eventos

Avaliação da Meta:

Foi realizado no exercício de 2023 um total de 98 diferentes cursos, eventos e treinamentos, totalizando 5.669 participações. Se comparado com o ano 2022, esses dados representam um aumento relevante no número de cursos e eventos realizados, cumprindo com folga a meta planejada.

Código e descrição da Meta:

154 - Metros quadrados ampliados

Avaliação da Meta:

A aquisição do terreno relativo a ampliação do prédio sede se encontrava judicializada, impossibilitando o início do processo de construção e ampliação.

Código e descrição da Meta:

155 - Metros quadrados ampliados

Avaliação da Meta:

A aquisição do terreno relativo à ampliação do prédio sede se encontrava judicializada, impossibilitando o início do processo de construção e ampliação.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Código e descrição da Meta:

156 - Porcentagem de aumento de mobiliário.

Avaliação da Meta:

Com a pandemia e implantação do Teletrabalho, ocasionou a desnecessidade de aquisição de novos mobiliários, pois o TCE se encontra com alguns mobiliários ociosos.

Código e descrição da Meta:

160 - Unidade de veículos adquiridos

Avaliação da Meta:

Foram adquiridos 02 veículos no exercício de 2023, cumprindo assim a meta estabelecida.

Código e descrição da Meta:

161 - Unidade de rádio instalada.

Avaliação da Meta:

Com a modernização dos meios de comunicação através da Internet, não há mais necessidade dessa ação, pois o TCE optou pela instalação do canal via YOUTUBE.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Código e descrição da Meta:

162 - Porcentagem de aumento de livros.

Avaliação da Meta:

No exercício de 2023, foi feita a reforma da biblioteca com a mudança de seu espaço físico, fato acontecido em dezembro de 2023, com a necessidade de ampliação de compras de livros será revista para o próximo exercício.

Código e descrição da Meta:

257 Renovação e ampliação da estrutura de TI do TCE.

Avaliação da Meta:

Houve a compra de equipamentos pontuais para substituição de equipamentos específicos.

Código e descrição da Meta:

258 Criação de programas de redução de custos e desperdícios com foco na sustentabilidade.

Avaliação da Meta:

Não houve ações nesse sentido no exercício de 2023.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Código e descrição da Meta:

1806 Aparelhamento e Reaparelhamento do TCE

Avaliação da Meta:

O TCE manteve apenas manutenção corretivas dos aparelhamentos do prédio sede.

Código e descrição da Meta:

164 - Unidade de central de atendimento:

Avaliação da Meta:

Essa meta já foi cumprida em exercícios anteriores.

Código e descrição da Meta:

165 - Porcentagem de imobilizado alcançado

Avaliação da Meta:

Com a pandemia e implantação do Teletrabalho, ocasionou a desnecessidade de aquisição de novos mobiliários, pois o TCE se encontra com alguns mobiliários ociosos.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Código e descrição da Meta:

168 - Unidade de implantação de teletrabalho

Avaliação da Meta:

Essa meta já foi cumprida em exercícios anteriores.

Código e descrição da Meta:

170 - Unidade de implantação de mecanismos

Avaliação da Meta:

Foi realizada pelo próprio TCE no exercício de 2022, cumprindo esta meta do TCE

Código e descrição da Meta:

173 - Unidade de implementação do planejamento estratégico

Avaliação da Meta:

O terceiro ciclo de planejamento institucional resultou no Plano Estratégico 2023-2030, instituído por meio da Resolução nº 028/2022-TCE, de 13 de dezembro de 2022.

Código e descrição da Meta:

178 - Unidade de concursos públicos

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Avaliação da Meta:

Ação adiada por motivos legais e orçamentários.

Código e descrição da Meta:

180 - Unidade de servidores nomeados

Avaliação da Meta:

Ação adiada por motivos legais e orçamentários, além do motivo por não haver concurso vigente.

Código e descrição da Meta:

181 - Unidade de planos de cargos revisados

Avaliação da Meta:

Ação adiada por motivos legais e orçamentários.

Código e descrição da Meta:

488 - Quantidade de jurisdicionado fiscalizados

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Avaliação da Meta:

Avalie sobre o processo de execução de cada uma das metas em relação à previsão, destaque aquelas concluídas e seu papel no alcance do objetivo, aponte as ações que estão em andamento; as que tiveram sua execução paralisada ou não foram iniciadas. A avaliação poderá mencionar as motivações para cada uma das situações de execução da meta.

Inserir campos para cada meta avaliada.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas:

00246 Realização de Convênios e Acordos de Cooperação.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Foram assinados 33 acordos de cooperação como o instrumento jurídico hábil para a formalização, entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos, de interesse na mútua cooperação técnica, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes, com isso não houve dispêndio de recursos orçamentário.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Códigos e descrições das iniciativas:

00247 Ampliação das atividades de capacitação dos servidores e membros do TCE.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Houve um aumente de 240% de treinamentos dos servidores do TCE/RN no valor de R$ 276.938,00, muito ocasionado pela necessidade de volta dos treinamentos presenciais e o fim das restrições imposta pela pandemia.

Códigos e descrições das iniciativas:

00248 Ampliação das atividades de capacitação dos jurisdicionados do TCE.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Houve um aumento de xxx% de treinamentos dos servidores do TCE/RN no valor de R$ 155.145,12, muito ocasionado pela necessidade de volta dos treinamentos presenciais, com o fim das restrições imposta pela pandemia.

[01] Comentário: Faltou o numero

Códigos e descrições das iniciativas:

00249 Aquisição do terreno necessário para construção do anexo do TCE.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Foi resolvida pendência judicial relativo à aquisição do terreno os valores pagos foram depositados em contra judicial em exercícios anteriores.

Códigos e descrições das iniciativas:

00250 Construção do prédio anexo do TCE.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Com a liberação do terreno para construção do prédio sede do Tribunal de Contas foram gastos R$ 6.250,00 com a fase inicial de projeto do prédio.

Códigos e descrições das iniciativas:

00251 Aquisição de mobiliário em geral.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Com o advento da implantação do Teletrabalho e ociosidade do mobiliário existente não houve execução dessa iniciativa.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Códigos e descrições das iniciativas:

00252 Renovação e ampliação de frota de veículos do TCE

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Foram adquiridos 02 veículos, valor que estava previsto para o exercício no PPA, foi de R$ 199.600,00.

Códigos e descrições das iniciativas:

Viabilização de recursos para implantação do Rádio e TV do TCE.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Iniciativa será revisada por conta de implantação de novas tecnologias por parte do TCE.

Códigos e descrições das iniciativas:

00254 Aquisição de livros e material didático.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Não houve aumento de compras, a biblioteca teve seu funcionamento limitado por conta da pandemia e reforma física do local.

Códigos e descrições das iniciativas:

00255 Ampliação da Central de atendimento do TCE.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Iniciativa não executado no Exercício, pois a Central já se encontra instalada.

Códigos e descrições das iniciativas:

00256 Preservação do imobilizado do TCE.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Iniciativa não executada no exercício.

Códigos e descrições das iniciativas:

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

00257 Renovação e ampliação da estrutura de TI do TCE.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Foram gastos com aquisição de novos computadores para a substituição de outros obsoletos no valor de R$156.137,20

;

Códigos e descrições das iniciativas:

00258 Criação de programas de redução de custos e desperdícios com foco na sustentabilidade.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Iniciativa não executada no Exercício.

;

Códigos e descrições das iniciativas:

01806 Aparelhamento e Reaparelhamento do TCE.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Valor gasto principalmente na melhoria do sistema da ar condicionado do TCE-RN R$ 1.638.971,72.

Códigos e descrições das iniciativas:

00259 Implementação do planejamento estratégico " Pós 2021".

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Foi implementado o terceiro ciclo de planejamento institucional, que resultou no Plano Estratégico 2023- 2030, instituído por meio da Resolução nº 028/2022-TCE, de 13 de dezembro de 2022.

Considerando que o método empregado nos dois primeiros ciclos foi bem-sucedido, esta revisão teve como principal atividade uma análise sobre o mapa estratégico do segundo ciclo, seus objetivos e indicadores estratégicos, a fim de atualizá-los conforme os problemas apontados durante as reuniões de acompanhamento estratégico realizadas trimestralmente com cada unidade gestora do Tribunal de Contas.
Não houve utilização de recursos orçamentários para esta iniciativa.

Códigos e descrições das iniciativas:

00262 Lançamento de Concursos Públicos para manutenção e ampliação do quadro de

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

pessoal.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Iniciativa não executado no Exercício.

Códigos e descrições das iniciativas:

00263 Preenchimento de cargos vagos com servidores aprovados em concurso público.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Iniciativa não executado no Exercício.

Códigos e descrições das iniciativas:

00264 Estabelecimento de revisões periódicas para adequação nos termos e condições do plano de cargos e salários.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Iniciativa não executado no Exercício.

Inserir campos para cada conjunto de iniciativas avaliadas por objetivo.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

Das metas estabelecidas para o TCE-RN no quadriênio 2020-2023, algumas já estavam planejadas para o exercício de 2021, mas poucas apresentaram resultados positivos, afetada principalmente pela pandemia que impactou a forma de trabalho desta Corte de Contas, principalmente advindo da implantação do teletrabalho.

O adiantamento do projeto de implantação de teletrabalho influenciou na forma de funcionamento do trabalho do TCE-RN, necessitando menores investimentos na infraestrutura, como computadores, veículos, mobiliário e instalações em geral do prédio sede.

As ações relativas a recursos humanos também foram afetadas pela pandemia, como a proibição de concursos e nomeações de novos servidores, de acordo com a norma publicada pelo próprio TCE-RN.

Diante de todo cenário especificado, a atuação do controle externo, exercido pelo TCE-RN, também se desenvolveu de forma a acompanhar a regularidade e efetividade da utilização dos recursos públicos. Contudo, a partir dessa atuação de controle, inserido na melhoria da Administração Pública, vem evoluindo no sentido de alinhar-se às atuais demandas da sociedade e do Estado.

Algumas questões que já forem elencadas merecem destaque quanto a restrições que dificultaram um maior alcance dos objetivos do programa temático, são elas:

-Legal:

Por se encontrar com os limites prudencial de pessoal ultrapassado, o TCE foi impedido de contratar e realizar concursos afetando algumas ações prevista para o exercício de 2022.

- Efeito da Pandemia:

A COVID-19 afetou, e adiantou alguns projetos da forma de trabalho da Tribunal de Contas, necessitando uma nova forma de planejar novos programas.

- Judicial:

Tendo em vista que a resolução das demandas de ações judiciais só agora está sendo possível a execução do projeto de ampliação do prédio sede, a obra se encontra na fase de confecção do projeto arquitetônico.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Recomendações:

A única recomendação do TCE-RN está mais relacionada à forma de planejamento do PPA em relação ao próprio órgão em análise, que necessitará um enxugamento dos objetivos no próximo ciclo do PPA (2024 – 2027).

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

(X) SIM ( ) NÃO

Os indicadores são instrumentos de medição que fornecem informações sobre o resultado da execução dos objetivos do PPA, comunicando o alcance das metas e sinalizando a necessidade de ações corretivas sendo, portanto, um teste permanente da validade objetivos. O uso de indicadores é uma importante ferramenta de gestão, pois permite a transparência na divulgação de resultados, garante o alinhamento dos esforços por meio do estabelecimento de linguagem e objetivos comuns e define critérios objetivos reconhecidos pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis –

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

Em cumprimento ao disposto no Ofício nº 570/2023/SEPLAN, de 21/12/2023, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte tem a satisfação de apresentar o Relatório de Avaliação do PPA 2020-2023, onde estão registradas as informações relevantes acerca dos resultados alcançados no período, visando a efetividade do Controle Externo das Contas Públicas e a orientação aos seus jurisdicionados, em busca da excelência na prestação de serviços à sociedade, através da melhoria contínua da gestão pública.

Ao longo de sua existência, e de forma mais intensificada nos últimos anos, o TCE-RN tem realizado ações precisas e efetivas na área de controle externo, avançando e consolidando sua atuação no âmbito de sua missão institucional e exclusiva de orientar, fiscalizar e julgar as contas públicas. Em face disto, o TCE-RN vem realizando um amplo e intensivo trabalho pedagógico, beneficiando gestores, legisladores e a sociedade de uma forma geral, mas com especial atenção aos servidores e aos jurisdicionados, que exercem importante função no contexto do controle social.

São passos firmes e irreversíveis que o TCE-RN tem dado, no sentido de ser instituição de excelência no controle externo, reconhecida pela sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública, atuando com ética, transparência, profissionalismo, independência e tempestividade, dando importância concomitantemente a função didática.

O presente Relatório sintetiza avaliação do Plano Plurianual 2020-2023, para o exercício período 2020-2023, cumpre o item que trata da gestão do referido plano, cuja definição está presente no inciso III, do artigo 7º, da Lei 10.695, de 14 de fevereiro de 2020, que institui o PPA 2020-2023. A realização da avaliação do PPA 2020-2023, prevista na lei que o instituiu, é uma forma de conhecer o que foi realizado no período do plano, permite realizar ajustes quando necessário e articular a consecução de seus objetivos, metas e iniciativas, considerando sua capacidade de execução, de modo que garanta o acesso às políticas públicas. A avaliação permite, ainda, que o instrumento esteja em constante processo de aperfeiçoamento.

O relatório é composto de 6 (seis) pontos principais, começando com a análise do alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos no PPA, destacando a avaliação da execução individual de todas as metas previstas para o Plano Plurianual 2020-2023. No ponto 3 (três), destaca-se a Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas. A Metodologia é objeto de trabalho do ponto 4 (quatro), seguida da Avaliação Geral dos Resultados. No final apresentam-se as Síntese da Avaliação e Recomendações do Órgão para que o Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte – TCE-RN atinja as competências que estão definidas no art. 53, da Constituição Estadual de 1989, e na Lei Complementar Estadual nº 464/2012 (Lei Orgânica do TCE-RN).

Do Objetivo da Avaliação

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

As atividades de avaliação e monitoramento são normalmente utilizadas para o acompanhamento da execução de determinado plano, programa ou projeto, previamente estabelecidos, visando identificar riscos ou contingências que possam afetar o cumprimento daquilo que fora traçado, para que não possam comprometer os resultados esperados. Essas atividades também são normalmente destacadas como sendo destinadas a atender a necessidades internas, disponibilizando informações para melhorias em gerenciamentos e em tomada de decisões cotidianas.

Apesar de suas diferenças, a avaliação e o monitoramento devem ser partes complementares de um mesmo sistema para gerar informações necessárias e suficientes no intuito de auxiliar o aperfeiçoamento do programa/projeto, de atingir os resultados pretendidos, e, por fim, de aprimorar a aprendizagem coletiva e a tomada de decisões com base em informações gerenciais.

Com a revalorização do planejamento de políticas públicas, mediante o Plano Plurianual (PPA), surge a necessidade de aperfeiçoamentos das atividades de monitoramento a serem utilizadas nesse Plano. Para isso, o monitoramento deve ser considerado como um processo de aprendizado profissional dos agentes públicos e das instituições, sobre os diversos níveis das realidades de implementação das ações de Governo, focado na viabilização de entregas de bens e serviços à sociedade, e que forneça subsídios tempestivos a processos de gestão e para tomada de decisões pelas instâncias superiores.

Esse entendimento sobre a necessidade de aperfeiçoamentos das atividades de avaliação monitoramento enseja a estruturação de atividades de monitoramento capazes de produzir:

✓ Dados e informações úteis aos processos decisórios de governo capazes de serem utilizados em análises e interpretações das políticas públicas;

✓ Conhecimentos densos e aprofundados das realidades, com ênfase nas dimensões estratégicas e críticas da implementação e gestão cotidianas das políticas públicas;

✓ Informações harmonizadas e indicadores úteis ao gerenciamento tempestivo das ações de governo; e

✓ Capacitação permanente nas estruturas do Governo do Distrito Federal, nos níveis funcional-pessoal e institucional.

Sendo o monitoramento, nessa perspectiva, atividade inerente ao processo de implementação, execução e gestão das políticas públicas, necessita ser prática de natureza contínua, cumulativa e coletiva para viabilizar-se como instância capaz de agregar valor ao campo de compreensão dessas políticas públicas, respeitadas as suas dinâmicas, especificidades e complexidades. Nesse sentido, é imperativo tornar as informações oriundas da avaliação e monitoramento úteis também aos agentes executores, que correntemente se veem totalmente envolvidos com tarefas operacionais, por vezes excessivamente burocráticas, do dia a dia.

A avaliação e o monitoramento do PPA deve ser capaz de comunicar, de forma clara e acessível, as principais realizações do Governo. Para isso, é imperativo dotar esse monitoramento de linguagem que valorize os reais compromissos do Governo e facilite o entendimento de todos do que realmente está sendo feito e do que está disponível para o aperfeiçoamento da atividade estatal.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

Coordenada pela Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica, foram apresentadas as diretrizes e os eixos do PPA Estadual 2020 – 2023. Entre as diretrizes que nortearam o documento são:

- Fiscalizar a regular aplicação dos recursos públicos, prevenindo riscos e detectando fraudes e desvios, por meio da promoção de ações de fiscalização voltadas a orientações, recomendações, determinações e avaliações.

- Aprimorar o desenvolvimento profissional e gerencial dos agentes do Tribunal de Contas, estimulando conhecimentos, habilidades e atitudes no desempenho das funções, através de treinamento e participação de eventos de atualização profissional.

- Intensificar e estimular treinamentos profissionais aos jurisdicionados, para o desenvolvimento de competências voltadas ao desempenho de suas funções, mediante permanente oferta de treinamento e realização de eventos de atualização profissional

- Aplicar recursos financeiros do TCE na melhoria da infraestrura: manutenção, ampliação e aquisições de bens móveis e imóveis, entre outros elementos essenciais a sua funcionalidade, para melhoria da execução das ações de controle externo.

- Fortalecer práticas de planejamento no âmbito do TCE, disseminando os objetivos estratégicos da organização, alinhados à missão, visão e valores da instituição, visando a avaliação dos resultados institucionais em processo de melhoria contínua.

- Atrair e manter competências no quadro de pessoal, selecionando novos servidores por meio de concurso público e promovendo revisão periódica do plano de cargos e salários, numa busca constante da motivação e do comprometimento dos servidores.

- Fiscalizar a regular aplicação dos recursos públicos, prevenindo riscos e detectando fraudes e desvios, por meio da promoção

Com relação com as agendas transversais ou agendas ODS e atendimentos a demandas da população não houve participação do Tribunal de Contas do Estado do RN.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Metodologia

A metodologia de Avaliar Desempenho da Execução PPA exigiu três tipos de análise: dos Indicadores dos Objetivos, das Iniciativas e das Metas, da compatibilidade da execução orçamentário-financeira e física para as Metas e Iniciativas em relação às Ações Orçamentárias associadas. Para as metas quadrienais, o valor pretendido e o valor apurado para o exercício correspondem aos valores acumulados ao longo do período de vigência do PPA.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

A avaliação do desenvolvimento do Plano Plurianual (PPA) de um órgão é um processo crucial para garantir o alcance eficiente e eficaz dos objetivos propostos. O PPA é um instrumento de planejamento de médio prazo que estabelece diretrizes, objetivos e metas para um determinado período, , sendo fundamental para nortear as ações governamentais e a alocação de recursos.
Para uma avaliação precisa, é essencial considerar a estreita relação entre os objetivos estabelecidos, as metas definidas e as iniciativas propostas. Os objetivos devem ser claros, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporais, para proporcionar uma base sólida para a avaliação. Cada objetivo, por sua vez, deve estar alinhado com as metas específicas que representam indicadores quantitativos ou qualitativos do progresso desejado.
As metas, foram estabelecidas, foram ser vinculadas de maneira direta aos objetivos, refletindo os resultados esperados para o período do PPA. A articulação entre objetivos e metas permitindo uma avaliação mais precisa do desempenho do órgão, indicando se as ações implementadas estão efetivamente contribuindo para o cumprimento das metas estabelecidas.
A vinculação entre objetivos, metas e iniciativas também permitiu uma abordagem integrada na avaliação, proporcionando uma visão holística do desempenho do órgão. Foi crucial monitoramento não apenas o cumprimento de metas isoladas, mas também avaliar como as iniciativas contribuem para o alcance dos objetivos globais estabelecidos no PPA.
Em resumo, a avaliação do desenvolvimento do PPA do TCE-RN considera a interconexão entre objetivos, metas e iniciativas. Esse processo foi altamente prejudicado pela pandemia, onde afetou muito a execução PPA 2020-2023 necessitando ajustes estratégicos, principalmente pela implantação do tele trabalho que precisou reformular todo investimento, principalmente em infraestrutura e tecnologia, alem da construção do Novo prédio do TCE-RN, foi afetado por decisão judicial que impediu a posse do terreno e consequentemente a construção do prédio sede desta corte de contas, ação qual estava prevista o maior dispêndio de recursos orçamentários.
Com tudo o exposto dentro para o que foi proposto o PPA 2020-2023 atendeu os seus objetivo, mesmo com o advento da pandemia, e em relação as vinculações com as agendas transversais e agendas ODS, o TCE RN não teve objetivos relativos a estes temas alem que não demandas da população propostas.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

Síntese da Avaliação e Recomendações

A única recomendação do TCE-RN, esta mais relacionadas a forma de planejamento do PPA em relação ao próprio órgão em analise, que necessitará um enxugamento dos objetivos no próximo ciclo do PPA(2024 – 2027). Alem de se adaptar ao novo paradigma pós pandemia.

Referências

Cite as fontes das informações utilizadas como insumo para a avaliação.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:04:23 e SEVERIANO DUARTE JUNIOR:56746466434 em 30/01/2024 às 09:51:24.

GOVERNO
DO ESTADO
DO RIO GRANDE
DO NORTE
Secretaria da Saúde
Pública - SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA

AVALIAÇÃO ANUAL 2023

PLANO PLURIANUAL 2020-2023

FEVEREIRO DE 2024

MARIA DE FÁTIMA BEZERRA

Governadora do Estado do Rio Grande do Norte

LYANE RAMALHO CORTEZ

Secretária de Estado da Saúde Pública

DOUGLAS FERREIRA ENEDINO ALBINO

Diretor de Planejamento

AMÁBILE VIRGÍNIA FREITAS VIRGÍNIO

Subcoordenadora da Unidade de Gestão de Projetos e Convênios

GIULIANO SILVA PESSOA

Subcoordenador da Unidade de Planejamento dos Instrumentos de Gestão do SUS

LEOCARDIO DE OLIVEIRA BERNARDO

Subcoordenador da Unidade de Planejamento Orçamentário do SUS

SHEILA MARIA QUINTANILHA DE MORAIS

MAXINEIDE PIMENTEL DE SANTANA SILVA

DJAILTON GOMES DA SILVA

VANESSA KARLA DE SOUZA SILVA

LUANA BEZERRA DO NASCIMENTO

LIANA CARLAN PADILHA

Equipe Técnica

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. ANÁLISE DOS OBJETIVOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAS POR PROGRAMAS
3. ANÁLISE POR OBJETIVO, AGENDA TRANSVERSAL, METAS E AÇÕES REALIZADAS.
4. ANÁLISE DAS INICIATIVAS - PROGRAMAS E DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
5. AVALIAÇÃO SETORIAL DOS RESULTADOS:
6. ANÁLISE DAS RESTRIÇÕES
7. RESUMO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS REALIZADAS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS
8. PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DO SUS NO RIO GRANDE DO NORTE NO QUADRIÊNIO
9. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Norte – SESAP – RN tem como missão em promover a descentralização para os municípios dos serviços e das ações de saúde, bem como acompanhar, controlar e avaliar estas ações, proporcionando apoio técnico e financeiro, coordenando o processo saúde-doença, na perspectiva da proteção e recuperação da saúde individual e coletiva da população do estado.

A Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Norte passa a apresentar o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2020-2023, referente ao exercício de 2023, solicitado pela Secretaria de Estado de Planejamento e das Finanças.

O relatório encontra-se instruído conforme solicitado por meio do processo sei nº 00210006.004037/2023-02, contendo as informações detalhadas quanto aos programas e objetivos propostos no Plano Plurianual.

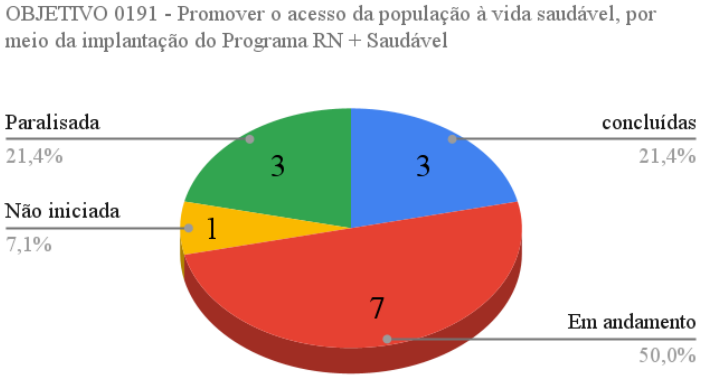
2. ANÁLISE DOS OBJETIVOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAS POR PROGRAMAS

A Secretaria de Estado de Saúde Pública possui em seu planejamento dezesseis (16) objetivos que visam garantir o acesso da população a uma rede de saúde pública mais qualificada, justa e ampliada. No exercício de 2023 houveram avanços significativos quanto aos objetivos propostos, tendo em vista as novas parcerias estabelecidas junto às fundações, universidades, entidades privadas sem fins lucrativos e municípios. As parcerias citadas, bem como o esforço técnico dos atores envolvidos, tem como foco promover ações mais estruturantes ao SUS do Rio Grande do Norte e garantir à população um acesso mais qualificado à rede pública de saúde.

Programa: 2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: 0191 - Promover o acesso da população à vida saudável, por meio da implantação do Programa RN + Saudável.

Total de metas: 14 metas | Concluída: 03 metas | Em Andamento: 07 metas | Não iniciada: 01 meta | Paralisada: 03 metas



O programa RN + Saudável foi implementado no exercício de 2019 com o propósito de fortalecer as ações de promoção à saúde no Estado do Rio Grande do Norte. Com o novo organograma estabelecido no órgão, o programa encontra-se gerido pela Diretoria de Políticas Intersetoriais e Promoção à Saúde, onde conta com comitês intersetoriais para acompanhamento e implementação de ações definidas por 4 eixos, tendo a adesão de 40 municípios. No exercício de 2021 o programa foi impactado pelo cenário imposto pela pandemia do COVID-19 e só em 2022 foi possível iniciar as atividades junto aos municípios que realizaram a adesão ao programa. Em 2023 avançamos, principalmente, no fortalecimento das políticas de equidade às populações vulneráveis nos territórios, articulando os diferentes atores como Ministério da Saúde, FUNAI e Lideranças comunitárias indígenas para o planejamento de ciclos de formação voltados aos profissionais de saúde que atuam com povos indígenas no RN realizando o 3° módulo de formação dos profissionais que atuam com a temática das populações indígenas na 1° e 3° Região de Saúde (Canguaretama e João Câmara respectivamente). Além disso, foram realizadas visitas à comunidade dos caboclos do Assú para intensificar a criação de ações e projetos de atuação, incluindo a construção de espaço para piscicultura.

Quanto às ações voltadas à alimentação saudável e Incentivo a práticas voltadas ao estilo de vida ativo foram realizadas atividades intersetoriais que visam o fortalecimento da Vigilância Alimentar e Nutricional nas Terras Potiguares, além do Programa Viva+RN Via costeira, Operação Verão e Pentáculo do bem-estar, questionário aplicado no RN itinerante e em escolas, a fim de traçar um perfil de saúde da população assistida. Além dos eventos presenciais, tiveram os eventos online como a participação em podcasts e outros meios tradicionais para abordar o tema das ações com ênfase na melhoria da qualidade de vida, além de elaborados diversos instrumentos digitais que visam garantir acesso da população a informações sobre um estilo de vida com maior qualidade como a elaboração da Nota informativa para "Incentivar e reforçar a adoção de hábitos saudáveis, com estímulo às práticas corporais e atividade física a pessoas acometidas por Doenças Crônicas Não - Transmissíveis", e o E-book “Alimentação Saudável e Agricultura Familiar nas Escolas”.

Ainda, é importante ressaltar que a promoção à saúde envolve o fortalecimento da atenção primária onde foram realizados 07 Fóruns Regionais do Programa Saúde na Escola/PSE, ocorrendo em 07 Regiões de Saúde/RN, coordenado pelo Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal – GTIM/PSE (Saúde/ Educação) e as referências PSE das Regionais de Saúde e Educação, com o objetivo de apoiar os municípios na articulação, planejamento e implementação das ações do PSE com foco em promover o compartilhamento de ações trabalhadas nas escolas, assegurando a troca de informações, estratégias e conhecimentos. O Estado do Rio Grande do Norte possui 100% dos municípios com adesão ao PSE e 99% dos municípios com adesão ao Programa Crescer Saudável.

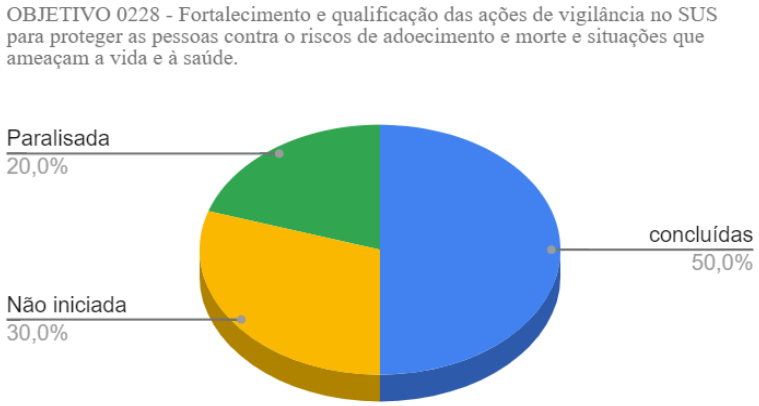
Um outro eixo fundamental que trata da vigilância das violências, foram realizadas parcerias entre diferentes órgãos à partir de uma cooperação entre a SESAP e a Vital Strategies, instituição privada sem fins lucrativos, o qual realizou o cruzamento de dados importantes entre saúde e

segurança pública, onde possibilitou um mapeamento das mulheres e crianças vítimas de violência e a trajetória que as mesmas tiveram dentro da rede. A parceria reflete um avanço enorme no enfrentamento a violência de gênero. Além disso, foram iniciadas as qualificações nas unidades hospitalares para o preenchimento da ficha de notificação da violência interpessoal/ autoprovocada, além de a realização do Momento de Educação Permanente (EP) para a equipe multiprofissional da assistência e gestão no cuidado e atendimento às pessoas em situação de violência, e a realização de visita de apoio à implantação de serviços de referência para o atendimento às pessoas em situação de violência sexual na 1ª Região de Saúde.

Programa: 2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: 0228 - Fortalecimento e qualificação das ações de vigilância no SUS para proteger as pessoas contra o risco de adoecimento e morte e situações que ameaçam a vida e à saúde.

Total de Metas: 10 metas | Concluídas: 05 metas | Paralisada: 02 metas | Não Iniciada: 03 metas



A Vigilância promove e protege a saúde da população, bem como é responsável por intervir nos riscos sanitários decorrentes da produção, comercialização e do uso de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária, em diversas ações coordenadas com os municípios, de acordo com os princípios do SUS, para a melhoria da qualidade e preservação da vida, bem como promove ações com foco no fortalecimento na Vigilância em Saúde do Trabalhador. No exercício de 2023, as ações de vigilâncias tiveram como um dos principais focos o desenvolvimento de parcerias e tecnologias capazes de qualificar dados, principalmente relacionada às violências, com a apresentação de seminários e ofertas de oficinas para as equipes multiprofissionais da rede. Ainda, foram fortalecidas as atividades de visitas técnicas para o monitoramento, apoio e qualificação dos serviços que realizam atendimento às pessoas em situação de violência no Estado do RN.

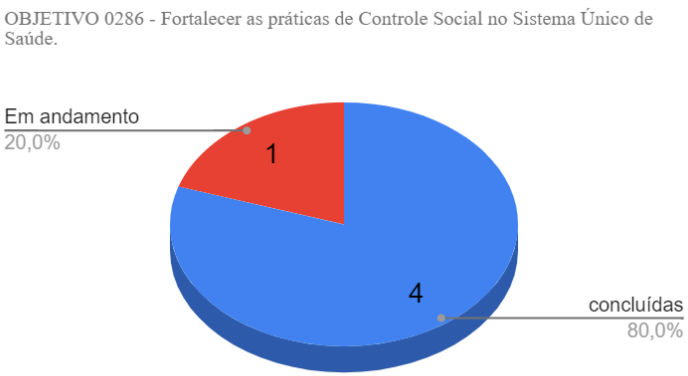
Quanto às parcerias intersetoriais, visando qualificar as ações de vigilância em saúde nos territórios, foram realizado Reunião INCA para visita técnica visando o diagnóstico de Registro de Câncer no RN; Articulação com SESED e Vital Strategies para projeto de combate à violência contra a mulher; Articulação SAPS e ARboviroses para elaboração do plano de contingência contra arboviroses no RN;

Quanto ao fortalecimento das ações de vigilância sanitária, em 2023 ocorreram "Julgamento de 94 processos administrativos sanitários; 589 processos de solicitação de alvarás sanitários; 901 Alvarás sanitários liberados;752 análises de projetos arquitetônicos; 439 inspeções e 366 coletas de amostras na área de alimentos em 89 municípios do RN; além de outras ações de apoio e monitoramentos junto às VISA municipais.

Programa: 2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: 0286 - Fortalecer as práticas de Controle Social no Sistema Único de Saúde.

Total de Metas: 05 metas | Concluídas: 04 metas | Em Andamento: 01 meta



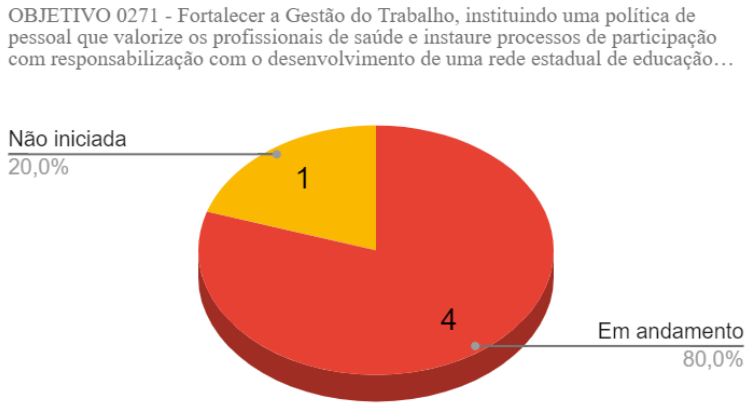
A Política de Saúde prevê como dos princípios basilares para o pleno funcionamento do SUS, a participação social. Assim, a SESAP tem buscado fortalecer e ampliar os canais de comunicação junto à sociedade. Compreendendo a Lei de Acesso à informação (Lei 12.527/11), as ações da ouvidoria destacam-se por reduzir o tempo de resposta (TMR) ao cidadão. Em 2023 foram recebidas 234 solicitações de Informação LAI pelo canal e-SIC. Em análise dos dados, foi-se atingido o tempo médio de resposta em 07 dias, sendo o prazo legal para resposta de 20 dias.

A Transparência do órgão e gestão do sistema e-SIC tem sido positiva de acordo com avaliação da CONTROL que faz a gestão da LAI no RN e monitora o desempenho. Além disso, foram realizadas diversas capacitações sobre LAI e LAGPD para novos servidores para Unidades Hospitalares, novos servidores Ouvidorias Municipais, URSAPS e Direção hospitalar. Ainda buscando fortalecer as práticas de Controle Social, foi empenhado esforços também em auxiliar na realização da Conferência Estadual de Saúde que aconteceu no mês de maio de 2023, onde os custos da conferência são garantidos pela gestão estadual do SUS. Quanto ao apoio aos conselhos municipais de saúde, foram realizadas conferências municipais de saúde e Oficinas Regionais nas 8 regiões de saúde do RN.

Programa: 2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

0271 - Fortalecer a Gestão do Trabalho, instituindo uma política de pessoal que valorize os profissionais de saúde e instaure processos de participação com responsabilização com o desenvolvimento de uma rede estadual de educação permanente, envolvendo as universidades e instituições públicas de ensino em saúde, com ofertas que propiciem a capacidade de intervenção desses profissionais no atendimento das necessidades de saúde da população.

Total de metas: 05 metas | Em Andamento: 04 metas | Não iniciada: 01 meta

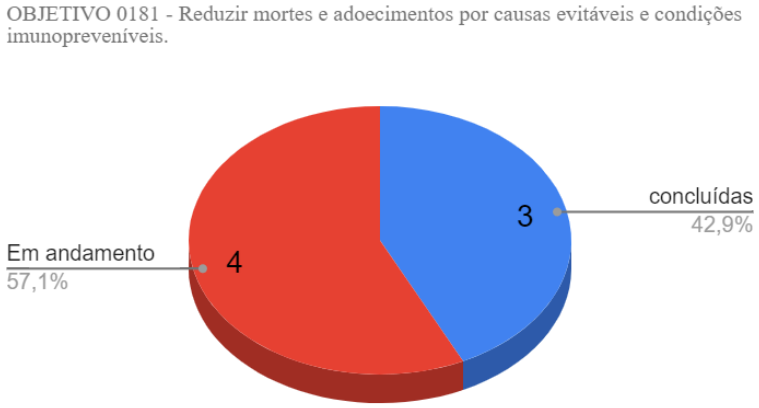


No processo de fortalecimento da Gestão do Trabalho, em 2023 a gestão tem dado foco na consolidação de ferramentas e sistemas que qualifiquem os processos de Educação em Saúde, como a implementação da Política Potiguar de Educação Permanente, o qual considera as especificidades de todas as regiões de saúde, captadas nas oficinas regionais. Ainda, a política possibilita fortalecer o processo da regionalização na saúde, por meio dos colegiados instituídos. Além disso, foi dada continuidade ao processo de nomeação de novos servidores, tendo sido 224 servidores, tanto aprovados em concurso público ainda vigente, quanto por contrato temporário, para atender necessidade do serviço. Destes, 77 Técnicos em Radiologia e em Enfermagem para contratação temporária e 33 sem vacância no Hospital Walfredo Gurgel.

Programa: 2002 RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: 00181 Reduzir mortes e adoecimentos por causas evitáveis e condições imunopreveníveis.

Total de metas: 07 metas | Concluídas: 03 metas | Em Andamento: 04 metas



O contexto de avaliação desse objetivo perpassa pelo cenário das necessidades de diagnóstico epidemiológico e o aumento do número de vacinação, que visa reduzir epidemias e outros adoecimentos. Durante o ano foram realizadas algumas ações como a continuidade do curso para aplicação da vacina BCG, Atualização para vacinação COVID, com os 167 municípios, realização de capacitação em sistemas para sala de vacina do Hospital da mulher em Mossoró. Além de algumas capacitações da Campanha Influenza com as Regionais de Saúde e a Realização de Curso de Formação de Profissionais em Microplanejamento das Atividades de Vacinação de Alta Qualidade do Programa de Rotina no Rio Grande do Norte (parceria OPAS/ Ministério da Saúde). Além disso, o estado implantou um piloto em sobre o processo de Microplanejamento e Atividades de Vacinação de Alta Qualidade com técnicos dos municípios.

Além da política de qualificação dos técnicos e estruturação da rede, o monitoramento dos indicadores propostos, principalmente quanto à tuberculose, hanseníase, doenças não transmissíveis (DNT's) e transmissão vertical do HIV e da sífilis principalmente em menores de 5 anos e da sífilis congênita em menores de 1 ano vem sendo realizado pela área técnica em conjunto com as equipes das URSAPs através de reuniões periódicas. Através do do comitê específico para realizar esse acompanhamento da transmissão vertical, ocorreu Audiência Pública Ministerial (62ª PmJ) para apresentação de planejamento e execução das ações 2023 do Comitê de Transmissão Vertical, além de outras ações de qualificação e visitas técnicas.

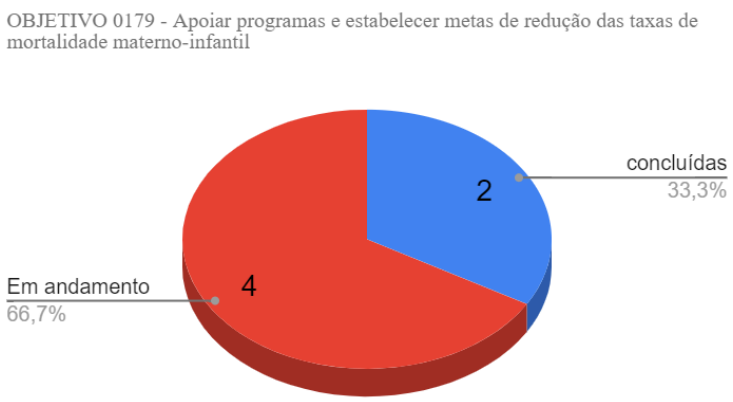
Quanto às ações de vacinação, houve a implementação do projeto "Movimento vacina+potiguar" com ações intersetoriais visando recuperação das coberturas vacinais, além de parceria com a OPAS e MS do Curso de Atividades de vacinação de Alta Qualidade com foco no Microplanejamento para 100 participantes dos municípios onde ocorreu epizootia por febre amarela e os limítrofes. Ainda, visando desenvolver novos instrumentos de transparência e gestão, foi divulgado o painel de cobertura vacinal através do localizaSUS.

Ainda em 2023, outros projetos foram lançados como o objetivo de capacitar de forma teórico-prática em hanseníase os profissionais da atenção primária (médicos e enfermeiros) visando o diagnóstico precoce da hanseníase e o tratamento oportuno, além de promover a vigilância por meio da busca ativa de contatos e educação em saúde sobre a hanseníase.

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo 00179 Apoiar programa e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil

Total de metas: 06 metas | Concluídas: 02 metas | Em Andamento: 04 metas



A redução das taxas de mortalidade materno-infantil tem como base ações de monitoramento, prevenção, aprimoramento dos instrumentos de notificação de vigilância de óbitos e agravos à saúde, bem como assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos promovendo atenção integral à saúde da mulher e da criança. A Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte vem fortalecendo as ações de vigilância em saúde por meio da ampliação das capacitações, investigações de casos, reestruturação das redes de atenção e aprimoramentos do sistema. O NOTIFICA RN já está sendo utilizado na captação das informações, com acesso a toda a população do Rio Grande do Norte. O fluxo já está sendo aprimorado e serve de alerta para a Rede CIEVS. Houve solicitações para atualizações/ajustes nas notificações de mortalidade e em maio foram feitas 586 notificações e 703 em junho totalizando 1289 notificações durante o 3º bimestre. Além disso, estão sendo realizadas reuniões com a equipe na UGTSIC para resolução e implementação de novas fichas de notificação (doenças neuro invasivas) e resolução da data de atualização das últimas notificações que estão tendo atraso de dias /horas.

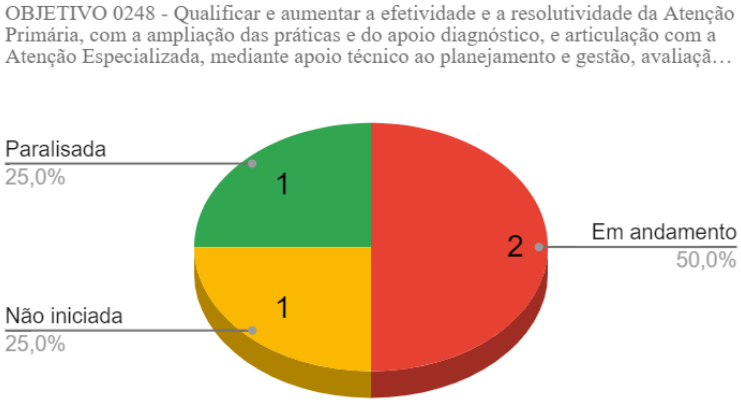
O objetivo também perpassa sobre a garantia de direitos às mulheres quanto à saúde sexual e reprodutiva, oportunizando a realização de exames essenciais. Entre estes, os exames de mamografia e citopatológicos, tendo sido realizado um total de 110.394 mil exames citopatológicos e 60.728 mamografias, além disso foi realizada reunião com Gerentes Regionais de saúde e representante do município de Natal, com o intuito de

promover autonomia dos municípios e conhecimento da realidade do cenário dos exames citopatológicos e mamografias ofertadas à população. Ademais, foram realizadas ações de qualificação e educação permanente nos serviços de referência da Rede Materno Infantil.

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 0248 Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios

Total de metas: 04 metas | Não Iniciada: 01 meta | Em Andamento: 02 metas | Paralisada: 01 meta



O objetivo em questão tem uma discussão que envolve o financiamento da Atenção Primária à Saúde por meio da garantia dos repasses constitucionais, além da implantação da Política Estadual da APS e apoio integrado aos municípios. A SESAP tem realizado estudos financeiros e orçamentários com vistas a cumprir o dever constitucional e garantir o repasse para o financiamento da política e auxiliar os municípios. Além

disso, um avanço importante foi a implementação do Comitê Gestor (CG) e o Grupo Técnico Científico (GTC) que irão dispor sobre a elaboração da Política Estadual de Atenção Primária à Saúde (PEAPS). É importante o avanço da discussão com vista a implementação da política estadual para avançar na qualificação do trabalho em rede e por níveis de atenção, eliminando os vazios assistenciais. Ainda, quanto ao apoio aos municípios o Estado em parceria com a União, através do Ministério da Saúde, implantou um projeto piloto do +APS Potiguar, realizando ações junto aos municípios com o objetivo de fortalecimento da APS através das diversas áreas técnicas, ampliando a cobertura das equipes e-Multi nos territórios. Além disso, o apoio se estende a comunidades indígenas em parceria com a FUNAI/SESAI/DISEI para discutir a capacitação da APS e cadastramento da população indígena. Quanto a integração com o serviços da atenção especializada, atualmente a AD se estabelece em 15 municípios do RN, compreendendo 20 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 12 Equipe Multiprofissional de Apoio (EMAP). É necessário ressaltar que em diagnóstico, 13 municípios do estado apresentam os requisitos necessários para novas habilitações de SAD, com a possibilidade de habilitação em municípios de densidade populacional menor, à partir de pactuações de consórcios em CIB/CIR.

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00256 Ampliar e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito de uma Política Estadual, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes.

Total de metas: 05 metas | Em Andamento: 05 metas



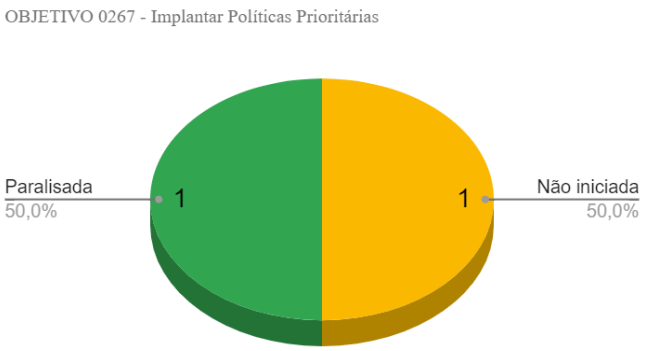
A Secretaria de Estado de Saúde Pública por meio do seu novo organograma, estabeleceu uma subcoordenadoria específica para trabalhar a assistência farmacêutica, instituindo assim, uma coordenação para a política no âmbito do Estado. Em 2023, quanto à qualificação da assistência, esta secretaria teve foco em capacitação, realizado de maneira contínua o treinamento e suporte ao sistema hórus pelo setor de suporte da UNICAT e o levantamento dos farmacêuticos responsáveis pela assistência farmacêutica municipal foi realizado.

Quanto a instituir uma política estadual, foi iniciada a Pesquisa "Cartografia da Atenção Especializada", uma ação financiada pelo Ministério da Saúde com a finalidade de identificar como se dá a Atenção Especializada nos estados e municípios, sendo criado um grupo de trabalho para a condução da pesquisa no RN, a qual tem conclusão prevista para abril de 2024. A pesquisa respaldará a Política de Atenção Especializada do RN.

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00267 Implantar Políticas Prioritárias

Total de metas: 02 metas | Paralisada: 01 meta | Não iniciada: 01 meta



Vinculado ao objetivo em questão estão políticas importantes para a gestão e qualificação da rede de saúde do Estado como a Política Estadual de Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade, Política Estadual do Idoso, Política Estadual de Atenção Integral à Saúde LGBTQIAP+ e a Implantação do Ambulatório Especializado TT - Transexual e Travesti. Está em funcionamento através de Portaria da SESAP o Grupo de trabalho especial para regulamentação da linha de cuidado da população LGBTQI+ do Estado, com a realização de reuniões com os setores envolvidos.

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00265 Aprimorar práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, assentada na regionalização.

Total de metas: 03 metas | Concluída: 02 metas | Em Andamento: 01 metas



Visando aprimorar as práticas de planejamento e gestão, a SESAP tem atuado de forma a qualificar a estrutura organizacional da Secretaria, além de formalizar parcerias para auxiliar e qualificar o processo. Um foco da gestão está sendo fortalecer o planejamento com atenção nas necessidades por região de saúde, através dos consórcios interfederativos em saúde, o qual está em fase de implantação em algumas regiões. Ainda na lógica de implementação dos consórcios, foi iniciada a etapa de realização de agendas com Fiocruz/NESC e SESAP para o acompanhamento de atividades dos projetos de apoio às ações estratégicas.

Outro instrumento de gestão importante é a sala de situação em saúde, que vai possibilitar ao gestor visualizar os principais indicadores em saúde por região para aprimorar a tomada de decisão. Assim, houve a continuidade na qualificação das salas de situação de saúde da Coordenadoria de Vigilância em Saúde, incluindo novos indicadores e qualificando as equipes e o andamento do desenvolvimento do CIEGES, sistema que vai incorporar os painéis de monitoramento por área estratégica da SESAP.

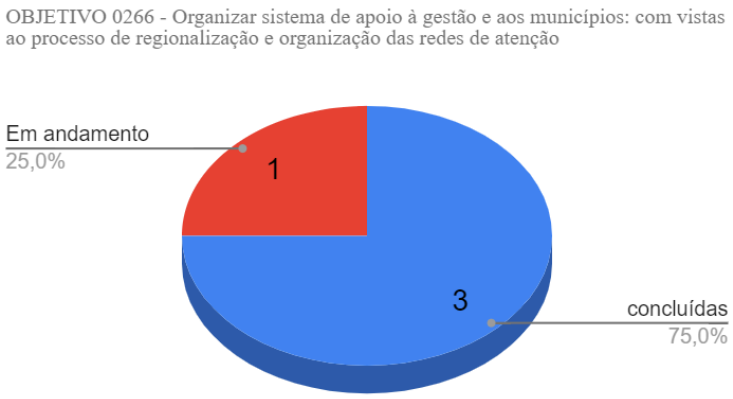
Quanto a integração dos instrumentos e ampliação do apoio institucional, a SESAP formalizou parcerias com as principais referências em gestão em saúde como o Hospital Alemão Oswaldo Cruz - HAOC para realizar oficinas gerais e setoriais de alinhamento conceitual e operacional para a

construção do Plano Estadual de Saúde 2024-2027 e Plano Plurianual 2024-2027. E no que concerne ao apoio aos municípios, este acontece mediante apoio institucional com referências dos analistas regionais e técnicos da UPLANISUS/DPLAN e SEMS/RN, fomentando a elaboração dos instrumentos de planejamento municipais. No que concerne ao apoio institucional aos municípios, este foi realizado com a operacionalização das oficinas regionais de planejamento em saúde, ofertada para gestores e técnicos municipais e conselhos municipais de saúde na perspectiva da mobilização para o processo de atualização, construção e inserção dos instrumentos de planejamento no DigiSUS. As referidas oficinas foram realizadas em parceria com o Conselho Estadual de Saúde, COSEMES RN e SEINP/SEMS RN. Ademais, a SESAP também encontra-se em finalização da Programação Anual de Saúde 2024, junto às áreas técnicas, para posterior apreciação pelo CES RN.

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00266 Organizar sistema de apoio à gestão e aos municípios: com vistas ao processo de regionalização e organização das redes de atenção

Total de metas: 04 metas | Concluída: 03 metas | Em Andamento: 01 meta

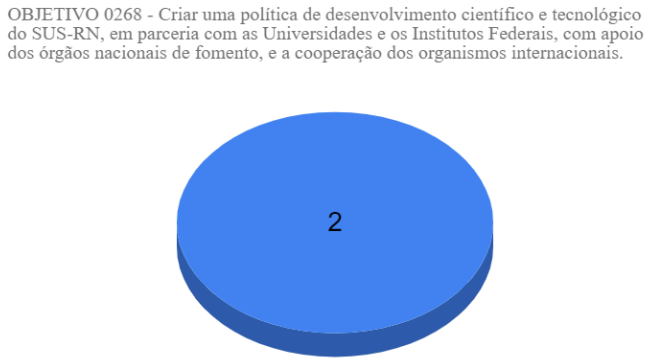


O processo de organização das redes de atenção à saúde está sendo coordenada sob a perspectiva regionalizada por meio das discussões sobre a implementação dos consórcios Interfederativos em saúde em 4 (quatro) das 8 (oito) regiões de saúde, visando a implantação das Policlínicas Regionais. Em 2022, houve uma desaceleração com relação às agendas com os prefeitos municipais em decorrência do período eleitoral. Ainda assim, foi possível adiantar na região do Seridó onde já está em fase de implementação com a adesão de grande parte dos municípios da região. Além disso, a SESAP renovou o projeto de incentivo financeiro de custeio para o aprimoramento das ações da gestão, planejamento e regionalização da saúde do RN, visando à organização e à governança da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS, conforme portaria número 3036 de 11 de novembro de 2020. Um avanço significativo foi a implantação do PlanificaSUS, que é um projeto vinculado ao PROADI-SUS, em parceria com o Hospital Albert Einstein. Atualmente implantado na IV região de saúde, com vistas a ampliar a adesão.

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00268 Criar uma política de desenvolvimento científico e tecnológico do SUS-RN, em parceria com as Universidades e os Institutos Federais, com apoio dos órgãos nacionais de fomento, e a cooperação dos organismos internacionais.

Total de metas: 02 metas | Concluída: 02 metas

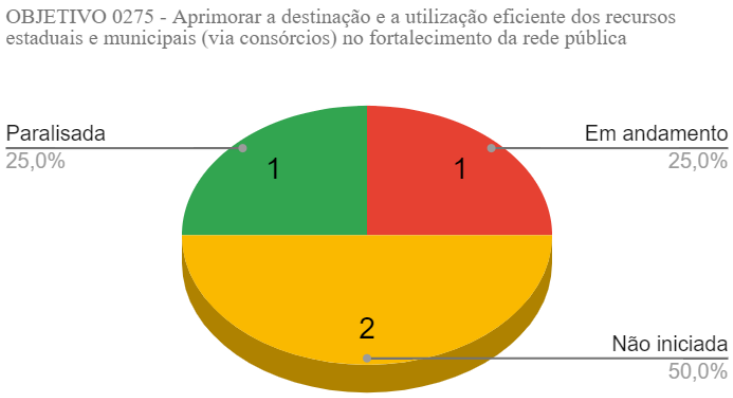


O desenvolvimento tecnológico tem sido pensado e articulado junto às instituições parceiras, sendo esta a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a qual possibilitou a implementação de programas como o RN+Saudável. Ainda, com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN), onde conta com a atuação de 29 pesquisadores bolsistas, em todas as regiões do estado. Os produtos das pesquisas foram apresentados no III Seminário para Exposição dos Projetos de Pesquisa em Desenvolvimento. Além destes, foi firmado convênio com o Instituto Metrópole Digital com o objetivo a implementação do projeto de Desenvolvimento e inovação em tecnologia da informação para o Centro de Reabilitação Infantil e Adulto – CRI/CRA, Policlínica Regional de Caicó, SAD e no Hemonorte do estado do Rio Grande do Norte. O desenvolvimento científico e tecnológico, nos traz uma série de desafios em sua estruturação e nesse sentido iniciamos uma série de ações em prol do fortalecimento dessa área, para subsidiar a construção de uma política em âmbito estadual.

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00275 Aprimorar a destinação e a utilização eficiente dos recursos estaduais e municipais (via consórcios) no fortalecimento da rede pública.

Total de metas: 04 metas | Em Andamento: 01 meta | Paralisada: 01 meta | Não iniciada: 02 metas

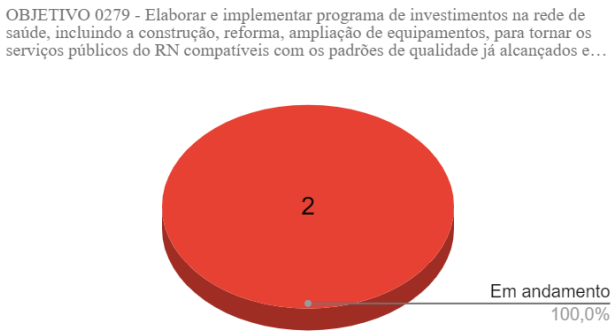


É sabido que um dos maiores desafios enfrentados pelo Sistema Único de Saúde é o subfinanciamento, porém, mesmo com cenário desafiador vivenciado pelo Estado, do ponto de vista econômico e fiscal, o Rio Grande do Norte investiu 13,48% em saúde pública. Nesse sentido, visando reduzir os impactos e qualificar a gestão dos recursos, a SESAP tem buscado implementar ações que visem tornar a utilização do recurso mais eficiente, assim, estão sendo analisadas as formas de financiamento e os modelos de gestão. Evidencia-se que uma das formas eficientes de gestão dos recursos se dá por meio da implementação dos consórcios interfederativos, que assegure uma integração de recursos (União, Governo do Estado e Municípios) na organização e gestão das ações de saúde em cada região, com racionalização na utilização dos recursos, melhoria da eficácia/eficiência/efetividade do sistema. Nessa perspectiva, a SESAP tem buscado desenvolver ações como promover a prática de compras públicas sustentáveis. Quanto a implementação dos consórcios, os mesmos seguem em fase de articulação junto aos gestores municipais, realizando mobilizações e visitas técnicas por todo o estado. Atualmente, foi assinado o protocolo de Intenções do Consórcio do Vale do Assu, com adesão de 09 (nove) municípios até o momento, do Alto Oeste com adesão de 30 municípios, e no Seridó.

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00279 Elaborar e implementar programa de investimentos na rede de saúde, incluindo a construção, reforma, ampliação de equipamentos, para tornar os serviços públicos do RN compatíveis com os padrões de qualidade já alcançados em outras realidades próximas.

Total de metas: 02 metas | Em Andamento: 02 metas

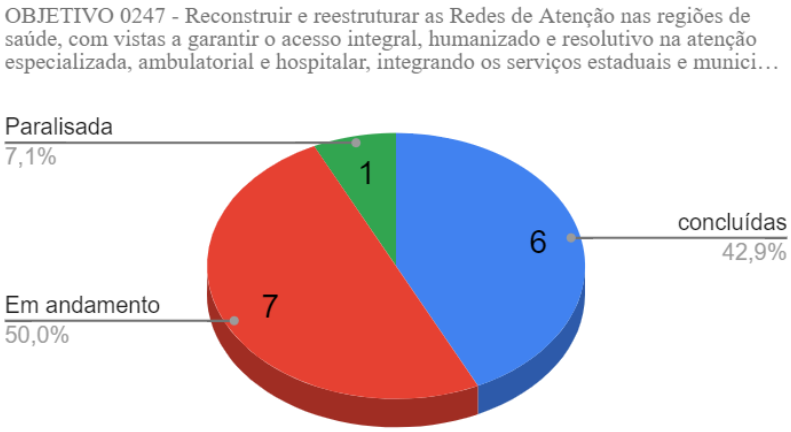


A estruturação da rede de saúde por meio da aquisição de equipamentos, reforma, aquisição, modernização e estruturação é importante pois visa oportunizar ambientes humanizados, garantindo que os usuários tenham acesso a ambientes estruturados e que motive os trabalhadores da saúde a exercer as atividades com satisfação, qualificando mais os serviços prestados. Assim, em 2023, foram realizadas ou estão em andamento mais de 9 ações de reformas e 17 ações de manutenção, em 18 unidades.

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00247 Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios

Total de metas: 14 metas | Concluída: 06 metas | Em Andamento: 07 metas | Paralisada: 01 meta



A discussão do objetivo visa fortalecer algumas políticas como a Rede de Atenção Psicossocial, a Política de Sangue, a Política de Saúde Bucal, bem como a habilitação de serviços para ampliação da rede atenção à saúde. Assim, visando qualificar e ampliar a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do RN, foram habilitadas as mudança de perfil do CER do município de São José do Mipibu, para CER IV e o CER de Currais Novos para CER II - Física e Intelectual e a Clínica Heitor Carrilho - Ampliação de modalidade de III- (Física, intelectual e visual) para CER IV - (Física, Intelectual, Auditiva e visual). Com relação a Ampliar a cobertura da Triagem Auditiva Neonatal, ampliação de modalidade auditiva na 7ª Região de Saúde, sendo esta ampliação em um serviço municipal de Natal - Clínica Heitor Carrilho.

Foram realizadas capacitações com as equipes multiprofissionais dos Centros Especializados em Reabilitação com a 1°, 2°, 3°, 5° e 7° região de saúde, além de realizado o curso Básico (OMS) de Prescrição de Cadeira de Rodas Padrão e o processo de entrega de órteses, próteses e cadeiras de rodas encontra-se em andamento no Cerae. Além das capacitações, por meio de equipe multiprofissional com prescrição, concessão e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM), foram iniciadas as capacitações de Parkinson e sobre o Autismo. Ademais, a Igreja firmou parceria com o CERAE/SESAP para doação de mais 500 cadeiras de rodas (de banho e padrão). Ainda em 2023 foram entregues 200 cadeiras de banho doadas por meio da parceria da SESAP-CERAE/RN e a Igreja de Jesus Cristo dos Santos Últimos Dias.

Quanto à rede de atenção psicossocial, aumento da cobertura dos CAPS, cumpre destacar que todas as 8 Regiões de Saúde aprovaram em CIR a planilha dos Planos de Ação Regional (PAR) que versa sobre ampliação da RAPS. Na fase atual de implementação do PAR, está aguardando o envio dos projetos e propostas pelos municípios para posterior análise do Núcleo Estadual de Saúde Mental.

Quanto à estruturação da política da Hemorrede foram aportados valores de aproximadamente R$ 607.736,93 em 2023, considerando que ocorreram algumas paralisações nas obras. Ainda, para custeio, foram aplicados aproximadamente R$ 23.852.240,24 (após corrigido o valor de 12,2% ref. 3º bimestre), e o somatório dos percentuais aplicados corresponde a 77,1% dos recursos. Com esses investimentos foi possível assegurar o atendimento da demanda de hemocomponentes de 100% dos pacientes SUS no período de janeiro a dezembro de 2023, apesar de não se ter alcançado todas as melhorias pretendidas na hemorrede. Quanto a implantação das policlínicas regionais, cumpre informar que já foi iniciado execução da obra de adequação da Policlínica Caicó e as demais encontram-se em processo licitatório. Quanto à policlínica de Caicó, já foram recebidos 40 equipamentos que visam a estruturação.

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

00258 Estruturar um sistema unificado de regulação obedecendo os princípios da equidade.

Total de metas: 08 metas | Concluída: 03 metas | Em Andamento: 03 metas | Paralisada: 02 metas



A avaliação deste objetivo envolve, dentre outros aspectos, as ações para ampliação de leitos de UTI, a reestruturação do Componente Estadual de Auditoria, a ampliação e a qualificação das ações de regulação do acesso aos serviços assistenciais, e a ampliação da cobertura do SAMU 192 RN nas regiões de saúde do Estado. Nesse sentido, no ano de 2023, ocorreu a continuidade do processo de implantação da Política Estadual para o fortalecimento e estruturação das linhas de cuidados, bem como, a continuidade e ampliação das ações que visam assegurar o suporte aos pacientes que necessitam dos serviços envolvidos, como os Tratamentos Fora do Domicílio (TFD), com mais de 500 passagens aéreas fornecidas aos usuários do serviço. O estado dá cobertura em 100% a todos os usuários.

Destaca-se ainda, a ampliação dos serviços desenvolvidos pelo SAMU 192/RN, atendendo a dois novos municípios, e com planejamento e articulação para realizar novas pactuações e atender outras municipalidades. Ocorreram também avanços significativos no que se refere às ações para qualificação da regulação do acesso aos serviços assistenciais, destacando-se o desenvolvimento do sistema REGULA NAE, que visa qualificar a gestão do processo de execução dos procedimentos, dando mais transparência e agilidade. Por fim, dentro dessa análise cabe ressaltar que houve o fortalecimento e manutenção das ações da Central de Notificação, Captação e Doação de Órgãos que possibilitaram que em 2022 o estado chegasse próximo a meta de 13 doadores por 1 milhão de habitantes, ficando com média de 11,8 doadores.

3. ANÁLISE POR OBJETIVO, AGENDA TRANSVERSAL, METAS E AÇÕES REALIZADAS.

O quadro abaixo detalha a análise técnica realizada por esta Secretaria de Estado de Saúde Pública, quanto ao detalhamento dos objetivos e as ações realizadas que visam o cumprimento integral das metas.

Programa: 2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: 0191 - Promover o acesso da população à vida saudável, por meio da implantação do Programa RN + Saudável.

Total de metas: 14 metas | Concluídas: 03 metas | Em Andamento: 07 metas | Não iniciada: 01 metas | Paralisadas: 03 metas

AGENDA TRANSVERSAL	META	AÇÕES REALIZADAS	SITUAÇÃO
00002 Políticas para a Juventude 00003 Políticas para a Pessoa Idosa 00006 Políticas para Pessoa com Deficiência	1673 - Realizar ações intersetoriais voltada para a melhoria da qualidade de vida	**Previsto: 30** **Método de Apuração: número de ações realizadas** **Realizado: 21** Foram realizadas 21 (vinte e uma) ações intersetoriais, iniciando pela realização do Programa Viva+RN Via costeira, nos meses de janeiro e fevereiro, fazendo parte da programação da Operação Verão no início do ano; seguindo, ainda em janeiro ocorreu a participação no programa PotyCast, através de uma entrevista por meio do Potiguar Notícias e TV Tropical, para falar abordar o tema das ações com ênfase na melhoria da qualidade de vida. Por fim, ainda no primeiro bimestre foi realizada a aplicação do Pentáculo do bem-estar, questionário aplicado no RN itinerante e em escolas, a fim de traçar um perfil de saúde da população assistida. Dando continuidade às ações desenvolvidas, no que se refere ao uso das mídias sociais como ferramenta de informação, realizou-se a divulgação nas mídias de um vídeo	**EM ANDAMENTO**

		do “Momento Saudável”, com foco na Nutrição aplicada à dermatologia, bem como, foi criado e divulgado nas mídias sociais da SESAP e do RN+Saudável um vídeo em alusão ao Dia Mundial da Segurança dos alimentos, abordando a segurança alimentar. Visando desenvolver ações para alcance de toda a população, foram realizadas a 2ª Corrida Mulher Viva+RN, a teve por objetivo dar visibilidade ao Agosto Lilás, estimulando a adoção de hábitos de vida mais saudáveis; e a realização e Apoio na qualificação sobre o Manejo Clínico do Paciente Crítico e Boas Práticas nos Serviços de Alimentação e Nutrição. Ademais, foram desenvolvidas atividades estratégicas, visando fortalecer as ações intersetoriais, como o planejamento e a elaboração de notas técnicas e informativas sobre o incentivo à adoção de hábitos saudáveis e prática de atividades físicas para pessoas acometidas por doenças crônicas não transmissíveis, como também foi desenvolvido um E-book voltado à alimentação saudável e agricultura familiar nas escolas. Por fim, tem-se a participação em eventos e reuniões com intuito de fortalecer a eficácia das ações desenvolvidas, como a participação em 2 (duas) Oficinas para analisar o impacto do isolamento social, decorrente da pandemia da COVID-19, bem como promover ações em saúde mental para adolescentes de escolas estaduais da Região Metropolitana; a participação e apoio nas Oficinas de Promoção à Saúde Mental dos Adolescentes do Centro Estadual de Educação Profissional Professor Hélio Xavier de Vasconcelos e da Escola Estadual Arcelina Fernandes, desenvolvidas por meio de uma pesquisa interventiva da FAPERN; a participação no Simpósio Estadual de Vigilância Alimentar e Nutricional na APS com o Tema: Fortalecendo a Vigilância Alimentar e Nutricional nas Terras Potiguares; e a participação no I Fórum de Práticas Corporais e Atividade Física no SUS, que foi realizado no município de Tibau do Sul, com o objetivo de mostrar o panorama das práticas corporais e de atividades físicas e apresentar processos facilitadores para melhoria da capacitação e serviços no SUS da 1ª Região de Saúde.	
00002 Políticas para a Juventude	1560 - Fomentar a articulação e integração das Políticas de	**Previsto: 10** **Método de Apuração: número de ações intersetoriais realizadas**	**EM ANDAMENTO**

00007 Políticas para Igualdade Racial e Etnia	desenvolvimento, assistência social e cultural, de segurança e de educação que promovam a qualidade de vida e o bem estar das pessoas	**Realizado: 21** Foram realizadas 21 (vinte e uma) ações intersetoriais, iniciando pela realização do Programa Viva+RN Via costeira, nos meses de janeiro e fevereiro, fazendo parte da programação da Operação Verão no início do ano; seguindo, ainda em janeiro ocorreu a participação no programa PotyCast, através de uma entrevista por meio do Potiguar Notícias e TV Tropical, para falar abordar o tema das ações com ênfase na melhoria da qualidade de vida. Por fim, ainda no primeiro bimestre foi realizada a aplicação do Pentáculo do bem-estar, questionário aplicado no RN itinerante e em escolas, a fim de traçar um perfil de saúde da população assistida. Dando continuidade às ações desenvolvidas, no que se refere ao uso das mídias sociais como ferramenta de informação, realizou-se a divulgação nas mídias de um vídeo do “Momento Saudável”, com foco na Nutrição aplicada à dermatologia, bem como, foi criado e divulgado nas mídias sociais da SESAP e do RN+Saudável um vídeo em alusão ao Dia Mundial da Segurança dos alimentos, abordando a segurança alimentar. Visando desenvolver ações para alcance de toda a população, foram realizadas a 2ª Corrida Mulher Viva+RN, a teve por objetivo dar visibilidade ao Agosto Lilás, estimulando a adoção de hábitos de vida mais saudáveis; e a realização e Apoio na qualificação sobre o Manejo Clínico do Paciente Crítico e Boas Práticas nos Serviços de Alimentação e Nutrição. Ademais, foram desenvolvidas atividades estratégicas, visando fortalecer as ações intersetoriais, como o planejamento e a elaboração de notas técnicas e informativas sobre o incentivo à adoção de hábitos saudáveis e prática de atividades físicas para pessoas acometidas por doenças crônicas não transmissíveis, como também foi desenvolvido um E-book voltado à alimentação saudável e agricultura familiar nas escolas. Por fim, tem-se a participação em eventos e reuniões com intuito de fortalecer a eficácia das ações desenvolvidas, como a participação em 2 (duas) Oficinas para analisar o impacto do isolamento social, decorrente da pandemia da COVID-19, bem como promover ações em saúde mental para adolescentes de escolas estaduais da Região Metropolitana; a participação e apoio nas Oficinas de	

		Promoção à Saúde Mental dos Adolescentes do Centro Estadual de Educação Profissional Professor Hélio Xavier de Vasconcelos e da Escola Estadual Arcelina Fernandes, desenvolvidas por meio de uma pesquisa interventiva da FAPERN; a participação no Simpósio Estadual de Vigilância Alimentar e Nutricional na APS com o Tema: Fortalecendo a Vigilância Alimentar e Nutricional nas Terras Potiguares; e a participação no I Fórum de Práticas Corporais e Atividade Física no SUS, que foi realizado no município de Tibau do Sul, com o objetivo de mostrar o panorama das práticas corporais e de atividades físicas e apresentar processos facilitadores para melhoria da capacitação e serviços no SUS da 1ª Região de Saúde.	
00002 Políticas para a Juventude 00005 Políticas para População LGBT 00007 Políticas para Igualdade Racial e Etnia	0807 - Contribuir para elaboração e implementação do Plano Estadual de prevenção às violências autoprovocadas	**Previsto: 2%** **Método de Apuração: Reduzir os índices de violências autoprovocadas** **Realizado: 0** **Não foram desenvolvidas ações para esta meta.**	**NÃO INICIADA**
00003 Políticas para a Pessoa Idosa	01557 - Incentivar práticas voltadas ao estilo de vida ativo por meio de práticas corporais e atividades físicas	**Previsto: 3** **Método de Apuração: Número de Ações realizadas** **Realizado: 0** **Não foram desenvolvidas ações para esta meta.**	**EM ANDAMENTO**
00005 Políticas para População LGBT 00007 Políticas para Igualdade Racial e Etnia	01559 Fortalecer as políticas de promoção da equidade às populações vulneráveis de forma integrada, quilombolas, povos de matriz africana, indígenas, LGBTQI+, do Campo e Águas (pescadores),ciganos, em situação de rua e refugiados, apátridas e migrantes	**Previsto: 25%** **Método de Apuração: % de Regiões do Estado do RN inseridas em ações voltadas ao combate às violências e preconceitos dessas populações** **Realizado: 25%** Foram realizadas ações de articulação para o planejamento de atividades voltadas ao fortalecimento das políticas de equidade às populações vulneráveis, como reuniões junto ao Ministério da Saúde, FUNAI e Lideranças	**EM ANDAMENTO**

		comunitárias indígenas para o planejamento de ciclos de formação voltados aos profissionais de saúde que atuam com povos indígenas no RN; reuniões com os presidentes da Associação Ajagum Obínrin e do CONSEPPIR, para debates sobre as políticas de equidade e comitê de saúde da população negra e quilombola e para alinhamento e apoio ao Encontro de Planejamento do Conselho de Igualdade Racial. Foi realizada ainda a elaboração da Cartilha de facilitação de interação entre indígenas da etnia Warao, refugiados no Brasil, e profissionais de saúde; a Audiência Pública sobre saúde mental no município de Natal, abordando as populações em vulnerabilidade; articulações para as qualificações dos profissionais que atuam com as populações Indígenas da 1ª e 3ª Regiões de saúde; a realização da eleição dos participantes da sociedade civil do Comitê da população Negra e Quilombola; Participação e articulação intersetorial para o apoio na realização da Parada do Orgulho Gay de Natal; a participação em reunião intersetorial sobre a População de Refugiados, Apátridas e Migrantes, versando sobre a Conferência Estadual, bem como, a Conferência Nacional que ocorrerá em Foz de Iguaçu.	
00007 Políticas para Igualdade Racial e Etnia	1555 - Estabelecer parcerias entre entes públicos, filantrópicos e sociedade civil para desenvolver ações voltadas ao combate às doenças sensíveis às condições de empobrecimento.	**Previsto: 10** **Método de Apuração: Número de parcerias estabelecidas** **Realizado: 8** Ao total foram realizadas 8 ações, realizadas até o quinto bimestre. No sexto bimestre a meta foi paralisada. Durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2023 foram firmadas 2 parcerias com gestões municipais para a implementação do RN Itinerante, que objetiva ampliar as ações do programa RN+Saudável nos 167 municípios do Rio Grande do Norte, por meio da realização de Oficinas regionalizadas com a finalidade de proporcionar a qualificação dos profissionais da rede intersetorial dos municípios, e fortalecer as ações estratégicas nos territórios. Foi realizada a Oficina para Implementação da Política Estadual de Promoção da Saúde no município de Parnamirim. Por conseguinte, a outra parceria consolidada foi com a gestão	**PARALISADA**

		municipal de Macaíba, da qual derivou o planejamento da próxima edição do RN Itinerante. Ocorreram ainda formação do GT Saúde na Escola da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte (SEEC); Reunião com Movimento pela Saúde Mental Antimanicomial de Mossoró do RN; Reunião com o mandato parlamentar da Deputada Isolda Dantas e com representantes da UERN sobre pauta de promoção à saúde LGBTQIA+ e Luta antimanicomial na cidade de Mossoró; Eleição do Comitê de saúde da população negra e quilombola; visita institucional à comunidade dos caboclos do Assú para intensificar a criação de ações e projetos de atuação, incluindo a construção de espaço para piscicultura; Realização do 3° módulo de formação dos profissionais que atuam com a temática das populações indígenas na 1° e 3° Região de Saúde (Canguaretama e João Câmara respectivamente).	
00007 Políticas para Igualdade Racial e Etnia	1674 - Promover ações voltadas à alimentação saudável e a segurança alimentar, junto aos municípios, com estímulo à produção e ao consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar.	**Previsto: 30** **Método de Apuração: N° de ações realizadas** **Realizado: 9** Foram realizadas diversas ações como a participação e composição da equipe de criação da LC da Anemia Falciforme; Formação em Saúde Indígena para profissionais das 1a e 3a Regiões de Saúde; a participação nas discussões nacionais sobre a implantação do DSEI no RN; a participação no Simpósio Estadual de Vigilância Alimentar e Nutricional na APS com o Tema: Fortalecendo a Vigilância Alimentar e Nutricional nas Terras Potiguares; a finalização do processo de eleição e posse das entidades da sociedade civil que compõem o Comitê de Saúde da População Negra e Quilombola; a elaboração da Nota informativa para "Incentivar e reforçar a adoção de hábitos saudáveis, com estímulo às práticas corporais e atividade física a pessoas acometidas por Doenças Crônicas Não - Transmissíveis", em articulação com as áreas técnicas da SESAP; a realização de reunião com nutricionistas da SEEC, que teve por objetivo apresentar o E-book	**EM ANDAMENTO**

		“Alimentação Saudável e Agricultura Familiar nas Escolas” e fortalecer as ações intersetoriais de Promoção à Saúde; a finalização e revisão pela ESPRN do E-book “Alimentação Saudável e Agricultura Familiar nas Escolas”, em articulação com as áreas técnicas da SESAP e profissionais da SEEC.	
00008 Políticas para Criança e Adolescência	0793 - Apoiar os Municípios no fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE).	**Previsto: 70%** **Método de Apuração: Indicador de % de metas contratualizadas do Programa alcançadas por vigência** **Realizado: 100%** As ações realizadas iniciaram pelo apoio institucional junto aos municípios do RN em articulação com o NEAN e as Referências Técnicas da Saúde e Educação das URSAPS e DIRECs/RN, para implementação das ações do Programa Saúde na Escola (PSE) - Ciclo 2023/2024. Nessa perspectiva, iniciou-se o planejamento dol Encontro Macrorregional do PSE - Macrorregiões 1 e 2, que aconteceu nos dia 25 e 27/04/2023, visando qualificar os municípios do RN quanto a execução das ações do Programa Saúde na Escola, com foco no planejamento e realização das ações de forma intersetorial. Continuamente, realizou-se os Encontros Regionais do PSE na 1ª, 2ª e 8ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Região de Saúde durante o mês de agosto, visando alinhar as ações do programa de acordo com as mudanças no ciclo 2023/2024 e promover o compartilhamento de ações trabalhadas nas escolas, assegurando a troca de informações, estratégias e conhecimentos. Ademais, ocorreu no mês de agosto a Oficina Temática: Sala de Situação dos Indicadores de SSSR de adolescentes e, por fim, houve a participação na Mostra PROADI SUS/PSE, no município de São Fernando e a participação em ação do PSE relativo a saúde sexual e reprodutiva, no município de Serra Caiada, para promoção da dignidade menstrual .	**CONCLUÍDA**
00008 Políticas para Criança e Adolescência	0795 - Apoiar a Adesão das SMS em cada ciclo do Programa PSE	**Previsto: 13%** **Realizado: 13%**	**CONCLUÍDA**

		A Área Técnica de Saúde de Adolescentes/GTI-E PSE/RN realizou apoio institucional junto aos municípios do RN em articulação com as Referências Técnicas da Saúde e Educação das URSAPS e DIRECs/RN na perspectiva da adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE) e ao Programa Crescer Saudável no novo ciclo 2023/2024. 100% dos municípios do RN com adesão ao PSE.	
	0792 - Contribuir para combater todas as formas de desnutrição, incentivando a alimentação saudável, considerando crianças menores que cinco anos de idade e atendendo as necessidades nutricionais de adolescentes, mulheres grávidas, lactantes e idosos, portadores de doenças negligenciadas e povos tradicionais.	**Previsto: 2%** **Método de Apuração: Indicador de Redução de proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas** **Realizado: 36** As ações tiveram início com reuniões coordenadas pelo NEAN com os municípios que necessitavam de apoio técnico e um acompanhamento mais próximo do Programa Bolsa Família (PBF). Continuamente, foram realizadas reuniões mensais com o Grupo Técnico Intersetorial Estadual do PBF presenciais e online, para programar e planejar as atividades do PBF; Reuniões do NEAN com os municípios para fomentar a criação do Grupo Técnico Intersetorial Municipal, e articulando algumas reuniões com os municípios das 6 Regionais de Saúde que não atingiram a meta de 80% do acompanhamento dos beneficiários com perfil saúde; Elaboração e Divulgação da Nota Técnica sobre as Novas Condutas dos Programas de Suplementação no Brasil; Reunião Intersetorial com o GTI-E do Programa Bolsa Família (PBF); Reunião Técnica com a Referência Municipal do PBF e digitador do município de Tangará; Reunião Técnica com a Referência Municipal do PBF e digitador do município de Rio do Fogo; Reunião Técnica com a Referência Municipal do PBF e digitador do município de Porto do Mangue; 2 Reuniões Técnicas com a Referência Municipal do PBF e digitador do município de Touros; Reunião com Equipe do PBF do município de São Gonçalo do Amarante; Realização do I Fórum Estadual de Alimentação e Nutrição na APS 2023 (com foco na intersetorialidade e gestão e uso dos	**CONCLUÍDA**

		recursos financeiros de alimentação e nutrição); Reunião Técnica com as referencias regionais no apoio aos municipios nos territórios; Participação da reunião técnica Intersetorial com o Ministério da Saúde, Departamento de Promoção da Saúde e Ministério de Desnvolvimento Social (online) com foco no orçamento federal na gestão descentralizada e intersetorial para aprimorar o funcionamento do PBF. Reunião com a equipe da secretaria municipal de saúde e técnicos da atenção primária do município de São Gonçalo do Amarante, para planejar o Plano de Ação do município na melhoria do indicador e capacitação com os profissionais sobre a Vigilância Alimentar e Nutricional e os sistemas do PBF e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN); Combate às Carências Nutricionais com a distribuição da 2ª Pauta de Vitamina A para todos os municípios do RN; Reunião para Apoio Técnico ao município de Pedro Avelino com a Referência Municipal do PBF; Reunião para Apoio Técnico ao município de Touros com a Referência Municipal do PBF; Reunião para Apoio Técnico ao município de São Gonçalo com a Referência Municipal do PBF; Reunião para Apoio Técnico ao município de Florânia com a Referência Municipal do PBF; Reunião para Apoio Técnico ao município de Almino Afonso com a Referência Municipal do PBF; Reunião para Apoio Técnico ao município de Portalegre com a Referência Municipal do PBF; Reunião para Apoio Técnico ao município de Caiçara do Norte com a Referência Municipal do PBF; Simpósio Estadual de Vigilância Alimentar e Nutricional com tema: Fortalecendo a Vigilância Alimentar e Nutricional nas Terras Potiguares; Seminário intersetorial do PBF na SEC; Reunião com GTI- PBF mensal; Reunião PSE+ DPIPS + PNAE; Reunião em apoio com o COSEMS para reforçar sobre a Vigilância Alimentar e Nutricional; Encontro Anual do Programa Bolsa Família na educação sobre o impacto do Programa Bolsa Família na Saúde (Evento Intersetorial) ; Participação presencial no encontro regional da CAISAN.	
	0797 - Instituir Comitê Gestor Institucional e Comitê Gestor Territorial do Programa	**Previsto: 12** **Método de Apuração: Reuniões realizadas** **Realizado: 1**	**PARALISADA**

		Ocorreu a realização de uma reunião do Comitê Gestor Interinstitucional do Programa RN+Saudável, em janeiro. Nos demais meses a meta se manteve paralisada, devido a reestruturação da DPIPS, e existe a perspectiva de retorno através de uma oficina, a ser realizada no primeiro quadrimestre de 2024.	
	01558 Realizar coletas relativas ao monitoramento ambiental de patógenos e contaminantes químicos de interesse em Saúde Ambiental, fomentando reduzir a morbimortalidade por doenças e agravos de transmissão hídrica	**Previsto: 85%** **Método de Apuração: % atingido do número previsto de coletas anuais para o monitoramento de Cianobactérias, Vibrio e Agrotóxicos** **Realizado: 95%** Ocorreu a realização de monitoramento de agrotóxicos em água para consumo humano, de acordo com o Plano da VIgilância Ambiental do RN submetido e aprovado pelo MS e FIOCRUZ, nos municípios de Baía Formosa, Nísia Floresta, Canguaretama, Goianinha, Arês, Ceará-Mirim, Touros, Natal, Itajá, Assú, Serra do Mel, Apodi, Pau dos Ferros, Acari e Caicó.	**PARALISADA**
	00794 Implantar o Selo do programa RN+ Saudável	**Previsto: 25** **Método de Apuração: N° de municípios que aderiram ao Programa RN+Saudável** **Realizado: 0** A meta não foi atendida, porém, foram realizadas algumas ações, quais são: Reuniões de planejamento e efetivação da 1ª oficina do RN Itinerante em Parnamirim, com o objetivo proporcionar a qualificação dos profissionais da rede intersetorial nos municípios com adesão ao Programa RN + Saudável, a fim de fortalecer as ações estratégicas no território; a contratação de um consultor analista de sistemas, por meio da cooperação técnica SESAP/UNESCO, para viabilização de uma Sala de Informações Estratégicas em Saúde para a Política Estadual de Promoção da Saúde (PEPS-RN);	**EM ANDAMENTO**

		Definição do modelo de implementação do Selo, bem como a metodologia das oficinas da PEPS RN.	
00001 Políticas para as Mulheres 00005 Políticas para População LGBT 00008 Políticas para Criança e Adolescência	01561 Promover articulações com a vigilância das violências, nas regiões de saúde, apoiando ações coordenadas de controle e combate às suas causas, com ênfase nos agravos produzidos por acidentes de veículos, agressões e violência doméstica.	**Previsto: 2** **Método de Apuração: Ações efetivadas** **Realizado: 13** No 1º bimestre, foi iniciado o processo de articulação e organização para uma qualificação sobre o preenchimento da ficha de notificação da violência interpessoal/ autoprovocada, a ser realizada com os profissionais do Hospital da Mulher na 2ª Região de saúde. Em continuidade, foi realizada a qualificação sobre o preenchimento da ficha de notificação de violência interpessoal/ autoprovocada. Ocorreu ainda a participação de Webinário: O atendimento à pessoa idosa em situação de violência no RN, abordando a importância da qualificação no preenchimento da ficha de notificação de violência interpessoal/ autoprovocada para a Vigilância Epidemiológica e o atendimento à pessoa idosa em situação de violência no RN; a realização do Momento de Educação Permanente (EP) para a equipe multiprofissional da assistência e gestão no cuidado e atendimento às pessoas em situação de violência, com o tema: “Atenção integral no cuidado e atendimento às pessoas em situação de violência para equipe multiprofissional das 1ª e 3ª regiões de saúde”; a Oficina sobre Notificação da Violência Interpessoal/ autoprovocada no Hospital Giselda Trigueiro; a realização de visita de apoio à implantação de serviços de referência para o atendimento às pessoas em situação de violência sexual na 1ª Região de Saúde, no HOSPITAL REGIONAL LINDOLFO GOMES VIDAL no município de SANTO ANTÔNIO, e HOSPITAL REGIONAL MONSENHOR ANTONIO BARROS no município de SAO JOSÉ DE MIPIBU; Momento de Educação Permanente (EP) na realização da Qualificação “Atenção integral no cuidado e atendimento às pessoas em situação de violência para a rede SUS e intersetorial da 7ª região de saúde”, a ser realizada em formato presencial, no dia 24 de outubro de 2023 (08h às 17h), no auditório do Centro Municipal de Referência em	**EM ANDAMENTO**

		Educação Aluízio Alves (CEMURE), com público estimado para esse dia, de 300 participantes que são profissionais da rede de cuidado em saúde e da rede intersetorial dos municípios de Natal e Extremoz; Oficina de apresentação e discussão dos dados sobre violência contra mulheres, em evento intitulado: “Violência contra a mulher e intersetorialidade: dados para políticas públicas no Rio Grande do Norte”. (Produto de um acordo de cooperação entre SESAP e Vital Strategies); Apresentação de dados no Seminário :"O RN pelo fim da violência contra as mulheres", organizado pela SEMJIDH.	

Fonte: Unidade de Gestão de Projetos (UGPC) e Unidade de Planejamento dos Instrumentos de Gestão do SUS (UPLANISUS).

Programa: 2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: 0228 - Fortalecimento e qualificação das ações de vigilância no SUS para proteger as pessoas contra os riscos de adoecimento e morte e situações que ameaçam a vida e à saúde.

Total de Metas: 10 metas | Concluídas: 05 metas | Paralisada: 02 metas | Não iniciada: 03 metas

AGENDA TRANSVERSAL	META	AÇÕES REALIZADAS	SITUAÇÃO
00001 Políticas para as Mulheres	01563 Apoiar os municípios na implementação do Plano Estadual de Qualificação das Vigilâncias de base Regional	**Previsto: 25%** **Método de Apuração: % de regiões com a vigilância em saúde estruturada** **Realizado: 60%** Foram desenvolvidas atividades junto aos Núcleos Regionais de Vigilância em Saúde, para elaboração do planejamento das ações que serão realizadas na gestão 2023-2026. Em continuidade foram realizadas Oficinas na II, V e na VI Regiões de Saúde para	**PARALISADA**

		fortalecimento dos Núcleos Regionais de Vigilância em Saúde (NUREVS); Uma reunião com as Gerentes das Unidades Regionais de Saúde Pública para alinhamento do processo de trabalho dos Núcleos Regionais de Vigilância em Saúde (NUREVS); e uma reunião e pactuação com as gerências das URSAPs e que em 2024 haja participação nas CIR; Houve ainda o início do planejamento das ações de educação permanente integradas por meio da instituição do NEP/CVS em 2024.	
00001 Políticas para as Mulheres	0945 - Fortalecer as ações de vigilância sanitária nas suas diversas áreas de atuação nas diversas regiões de saúde.	**Previsto: 25%** **Método de Apuração:% de ações de vigilância sanitária implementadas nas regiões de saúde.** **Realizado: 106%** Em 2023 ocorreram "Julgamento de 94 processos administrativos sanitários; 589 processos de solicitação de alvarás sanitários; 901 Alvarás sanitários liberados;752 análises de projetos arquitetônicos; 439 inspeções e 366 coletas de amostras na área de alimentos em 89 municípios do RN; além de outras ações de apoio e monitoramentos junto às VISA municipais.	**CONCLUÍDA**
00001 Políticas para as Mulheres	01564 Qualificar a rede de atenção para o cuidado e notificação contínua da violência interpessoal/ autoprovocada.	**Previsto: 20%** **Método de Apuração: % de notificações de violência interpessoal/ autoprovocada** **Realizado: 13** As ações no ano de 2023 iniciaram pelo processo de articulação e organização para uma qualificação sobre o preenchimento da ficha de notificação das violência interpessoal/ autoprovocada, a ser realizada com os profissionais do Hospital da Mulher na 2ª Região de	**CONCLUÍDA**

		saúde; seguindo pela participação de Webinário: O atendimento à pessoa idosa em situação de violência no RN, abordando a importância da qualificação no preenchimento da ficha de notificação de violência interpessoal/ autoprovocada para a Vigilância Epidemiológica e o atendimento à pessoa idosa em situação de violência no RN; Momento de Educação Permanente (EP) para a equipe multiprofissional da assistência e gestão no cuidado e atendimento às pessoas em situação de violência, com o tema: “Atenção integral no cuidado e atendimento às pessoas em situação de violência para equipe multiprofissional das 1ª e 3ª regiões de saúde”; Visita técnica ao Hospital Universitário Ana Bezerra/ HUAB-UFRN (5ª Região de Saúde), para o monitoramento, apoio e qualificação dos serviços que realizam atendimento às pessoas em situação de violência no Estado do RN; Reunião com representantes das Regionais de Saúde e das Diretoras Regionais de Educação do RN para a apresentação de dados de notificação de violência interpessoal/ autoprovocada e sua importância para a Vigilância em saúde do agravo; Oficina de presentação e discussão dos dados sobre violência contra mulheres, em evento intitulado: “Violência contra a mulher e intersetorialidade: dados para políticas públicas no Rio Grande do Norte”. (Produto de um acordo de cooperação entre SESAP e Vital Strategies); Apresentação de dados no Seminário :"O RN pelo fim da violência contra as mulheres", organizado pela SEMJIDH.	
	0944 - Realizar ações conjuntas e padronizadas com os municípios de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização.	**Previsto: 25%** **Método de Apuração: % de regiões com ações integradas.** **Realizado: 224** Realização de atividades educativas em saúde do trabalhador nas regiões de saúde; desenvolvimento de ações de inspeção sanitária em saúde do trabalhador nos municípios e da realização de atividade	**CONCLUÍDA**

		educativa para população; Realizada mobilização e qualificação das equipes técnicas dos NÚCLEOS REGIONAIS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, com o objetivo de avançarmos no apoio aos municípios, bem como qualificar as ações de vigilância em saúde nos territórios; Realizado Reunião INCA para visita técnica visando o diagnóstico de Registro de Câncer no RN; Articulação com SESED e Vital Strategies para projeto de combate à violência contra a mulher; Articulação SAPS e ARboviroses para elaboração do plano de contingência contra arboviroses no RN; Reunião alinhamento hospital da mulher entre subs e setores CVS; Participação nas oficinas das Macrorregionais; Evento Alusivo ao Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas - SUVIST/SUVIGE/APS; Oficina para Implementação da Política Estadual de Promoção à Saúde - SUVIST/SUVIST/APS; Articulação com SEMJIDH, SESED e Vital Strategies para projeto de combate à violência contra a mulher; Articulação SAPS e ARboviroses para elaboração do plano de contingência contra arboviroses no RN; Abril Verde; Seminários do VIGIAGUA; Reunião com Referências Técnicas Municipais em Saúde do Trabalhador da I Região de Saúde-SUVIST/APS; I Reunião Ordinária do Fórum Potiguar de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos e em Defesa da Agroecologia - FECEAGRO-RN/SUVIST/SUVISA/SUVIGE/SUVAM; Momento de Educação Permanente (CVS/ CAS/SAPS/ SRAS/ CORSA/Regulação/ DPIPS) na realização da Qualificação “Atenção integral no cuidado e atendimento às pessoas em situação de violência para a rede SUS e intersetorial da 7ª região de saúde”, com profissionais da rede de cuidado em saúde e da rede intersetorial dos municípios de Natal e Extremoz.	

	01568 Intensificar as ações de vigilância ambiental e, em conjunto com os órgãos de atuação na área, desenvolvendo programas de promoção de ambientes salubres nas regiões de saúde.	**Previsto: 4** **Método de Apuração: Nº de ações de vigilância ambiental em conjunto com outros órgãos com atuação na área.** **Realizado: 42** Estavam previstas 4 ações, porém, foram realizadas 42 ações, dentre as quais: Participação de reunião sobre o Plano de Contingência do Baixo Açu, coordenador pela Defesa Civil do RN; Participação no seminário (on-line), durante a semana em que se comemora o dia mundial da água, sobre Alvará Sanitário para comercialização de água através de Solução Alternativa Coletiva (SAC): SESAP (SUVAM e SUVISA) e Conselho Regional de Química - CRQ. Participação da comissão do eixo ambientes saudáveis. FECEAGRO. Simpósio Klimapólis; Reunião do governo sobre a situação das chuvas; Oficina de introdução ao 3º ciclo do progestão - IGARN; 1ª Reunião da Comissão Técnica do Programa Estadual de Reúso de Águas; Audiência Pública sobre o tema: "A CAUSA ANIMAL E OS EFEITOS NA VIDA DE PROTETORAS (ES); Oficina VSPEA - Vigilância das populações expostas à agrotóxicos; Reunião de Planejamento de Ação nos Territórios Quilombola dos Municípios de Bom Jesus e Macaíba; Reuniões de articulação com UGTISC sobre sistemas de informação, sala de situação; Monitoramentos de queimadas do Ministério da Saúde.	**CONCLUÍDA**
	01565 Atualizar as leis e normas que regulam as ações de vigilância em saúde, com a criação de um regulamento sanitário estadual.	**Previsto: 0%** **Método de Apuração: % de ações para a criação do Regulamento sanitário estadual** **Realizado: 0%** Não foram desenvolvidas ações durante o ano de 2023.	**NÃO INICIADA**

	01566 Apoiar a implantação de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) nas distintas regiões de saúde do Rio Grande do Norte	**Previsto: 25%** **Método de Apuração: % de regiões de saúde com Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) implantados.** **Realizado: 0%** Ocorreram algumas reuniões com o objetivo de realizar o alinhamento com as coordenações dos CEREST Regional de Natal e Mossoró, com a coordenação geral de Saúde do Trabalhador/MS e Coord. do CEREST Estadual/RN, porém, não houve progresso. Assim, a meta encontra-se paralisada.	**PARALISADA**
	01567 Apoiar a implantação de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador rural nas distintas regiões de saúde em áreas que atendam ao trabalhador rural	**Previsto: 25%** **Método de Apuração: % de regiões de saúde com Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) implantados.** **Realizado: 0** Não foram realizadas ações em prol do desenvolvimento dessa meta, uma vez os CEREST regionais já implantados no estado do Rio Grande do Norte, mesmo não tendo como foco prioritário os trabalhadores do campo, não deixam de atender trabalhadores rurais. Cumprem o papel de dar subsídio técnico para ações do Sistema Único de Saúde na área, incluindo-se prevenção de doenças e promoção da saúde, além de promover ações de vigilância, fazer pesquisas e contribuir para diagnóstico e tratamento de problemas relacionados à saúde do trabalhador.	**NÃO INICIADA**
00001 Políticas para as Mulheres 00005 Políticas para População LGBT 00008 Políticas para Criança e Adolescência	01672 Ampliar e qualificar a vigilância das violências, nas regiões de saúde, promovendo ações coordenadas de controle e combate às suas causas, com	**Previsto: 30** **Método de Apuração: N° de ações realizadas** **Realizado: 14**	**CONCLUÍDA**

	ênfase nos agravos produzidos por acidentes de veículos, agressões e violência doméstica.	As ações tiveram início com a articulação e organização para uma qualificação sobre o preenchimento da ficha de notificação da violência interpessoal/autoprovocada, a ser realizada com os profissionais do Hospital da Mulher na 2ª Região de saúde; Participação de Webinário: O atendimento à pessoa idosa em situação de violência no RN, abordando a A importância da qualificação no preenchimento da ficha de notificação de violência interpessoal/ autoprovocada para a Vigilância Epidemiológica e o atendimento à pessoa idosa em situação de violência no RN; Momento de Educação Permanente (EP) para a equipe multiprofissional da assistência e gestão no cuidado e atendimento às pessoas em situação de violência, com o tema: “Atenção integral no cuidado e atendimento às pessoas em situação de violência para equipe multiprofissional das 1ª e 3ª regiões de saúde”; Oficina sobre Notificação da Violência Interpessoal/ autoprovocada no Hospital Giselda Trigueiro; Visita de apoio à implantação de serviços de referência para o atendimento às pessoas em situação de violência sexual na 1ª Região de Saúde, no HOSPITAL REGIONAL LINDOLFO GOMES VIDAL no município de SANTO ANTÔNIO, e HOSPITAL REGIONAL MONSENHOR ANTONIO BARROS no município de SAO JOSÉ DE MIPIBU; Visita técnica ao Hospital Universitárioa Ana Bezerra/ HUAB-UFRN (5ª Região de Saúde), para o monitoramento, apoio e qualificação dos serviços que realizam atendimento às passoas em situação de violência no Estado do RN; Reunião com representantes das Regionais de Saúde e das Diretoras Regionais de Educação do RN para a apresentação de dados de notificação de violência interpessoal/ autoprovocada e sua importância para a Vigilância em saúde do agravo; Momento de Educação Permanente (EP) na realização da Qualificação “Atenção integral no cuidado e atendimento às pessoas em situação de violência para a rede SUS e intersetorial da 7ª região de saúde”, a

		ser realizada em formato presencial, no dia 24 de outubro de 2023 (08h às 17h), no auditório do Centro Municipal de Referência em Educação Aluízio Alves (CEMURE), com público estimado para esse dia, de 300 participantes que são profissionais da rede de cuidado em saúde e da rede intersetorial dos municípios de Natal e Extremoz; Realizadas reuniões para apresentação do quadro de serviços de saúde para o acolhimento às pessoas em situação de violência interpessoal no Rio Grande do Norte com serviços e referências técnicas da Macrorregião I (somente 7ª Região), Macrorregião I e Macrorregião II; Oficina de apresentação e discussão dos dados sobre violência contra mulheres, em evento intitulado: "Violência contra a mulher e intersetorialidade: dados para políticas públicas no Rio Grande do Norte". (Produto de um acordo de cooperação entre SESAP e Vital Strategies); Apresentação de dados no Seminário :"O RN pelo fim da violência contra as mulheres", organizado pela SEMJIDH.	
	01675 Atualizar o Código Estadual de Saúde.	**Previsto: 1** **Método de Apuração: Código Estadual de Saúde atualizado** **Realizado: 0** Não foram desenvolvidas ações para esta meta.	**NÃO INICIADA**

Fonte: Unidade de Gestão de Projetos (UGPC) e Unidade de Planejamento dos Instrumentos de Gestão do SUS (UPLANISUS).

Programa: 2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: 0286 - Fortalecer as práticas de Controle Social no Sistema Único de Saúde.

Total de Metas: 05 metas | Concluídas: 04 metas| Em andamento: 01 metas

AGENDA TRANSVERSAL	META	AÇÕES REALIZADAS	SITUAÇÃO
	1086 - Apoiar as Conferências de Saúde reconhecendo seu papel na avaliação da situação de saúde e na proposição das diretrizes para a formulação da política de saúde	**Previsto: 1** **Método de Apuração: : Nº. Conferências apoiadas em relação ao programado.** **Realizado: 1** Realização de apoio técnico e logístico na realização das conferências regionais e na conferência estadual de saúde que aconteceram de 23 à 25/05/2023 no Centro de Convenções.	**CONCLUÍDA**
	1087 - Viabilizar a garantia do direito ao acesso às informações públicas produzidas pelo órgão e possibilitar a transparência destas informações por meio do canal e-SIC, submetendo ao prazo elencado na Lei de Acesso à informação - 12.527/11.	**Previsto: 20 dias** **Método de Apuração: Tempo médio de resposta às solicitações da Lei da de Acesso à Informação LAI 12.527/11** **Realizado: 7 dias** Durante o ano de 2023 foram recebidas 234 solicitações de Informação LAI pelo canal e-SIC. Em análise dos dados, foi-se atingido o tempo médio de resposta em 07 dias. Dessa forma, levando em consideração que o prazo legal para resposta é de 20 dias, a meta foi alcançada com êxito.	**CONCLUÍDA**
	1090 - Fortalecer a Ouvidoria do SUS, por meio das sub redes pertencentes às regiões de saúde do RN, visando a ampliação da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS.	**Previsto: 8** **Método de Apuração: Número de visitas a serem realizadas nas regiões de saúde com sub redes de ouvidorias implantadas** **Realizado: 36** Foram realizadas 36 visitas para participação das reuniões da CIR e visitas técnicas nas sub redes das Ouvidoria SUS.	**EM ANDAMENTO**

	1091 - Fortalecer a Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos.	**Previsto: 25** **Método de Apuração: % de ouvidorias qualificadas.** **Realizado: 30** Foi realizada uma capacitação do CRI-Centro de Reabilitação Infantil, Capacitação da Secretaria de Saúde de São José de Mipibu; Encontro com as sub-redes com o tema: "A ouvidoria do SUS: Participação Social ao Fortalecimento da Rede SESAP"; Encontro com as Ouvidorias SUS municipais com o tema: “A ouvidoria do SUS: da participação social ao fortalecimento com ouvidorias municipais”; Capacitações para novos servidores para Unidades Hospitalares, novos servidores Ouvidorias Municipais, URSAPS e Direção hospitalar; Uma capacitação de novos servidores para Ouvidoria SUS SESAP do Hospital João Machado; Capacitação de novos servidores, visitas técnicas e participação de reunião com o Comitê de Ética de Enfermagem do Hospital Walfredo Gurgel; Capacitação de novos servidores para Ouvidoria SUS SESAP.	**CONCLUÍDA**
	01093 Estimular e apoiar os Conselhos de Saúde Estadual e Municipais na articulação para a criação dos Fóruns Locais de Saúde	**Previsto: 25%** **Método de Apuração: % de regiões de saúde com fóruns locais criados** **Realizado: 115** Foram realizadas conferências municipais de saúde e Oficinas Regionais nas 8 regiões de saúde do RN; Acompanhamento de conselhos municipais, realização de plenárias, reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como, reuniões da Mesa Diretora e reuniões com as Comissões que compõem o CES/RN.	**CONCLUÍDA**

Fonte: Unidade de Gestão de Projetos (UGPC) e Unidade de Planejamento dos Instrumentos de Gestão do SUS (UPLANISUS).

Programa: 2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 0271 - Fortalecer a Gestão do Trabalho, instituindo uma política de pessoal que valorize os profissionais de saúde e instaure processos de participação com responsabilização com o desenvolvimento de uma rede estadual de educação permanente, envolvendo as universidades e instituições públicas de ensino em saúde, com ofertas que propiciem a capacidade de intervenção desses profissionais no atendimento das necessidades de saúde da população.

Total de metas: 05 metas | Em Andamento: 04 metas | Não iniciada: 01 meta

AGENDA TRANSVERSAL	META	AÇÕES REALIZADAS	SITUAÇÃO
	1056 - Realizar concurso público, com ênfase na gestão e atenção integral à saúde, para provimento de 5.323 vagas.	**Previsto:** **Realizado:** A gestão atual tem dado importância à nomeação de pessoal para suprir o histórico déficit de pessoal nas unidades, porém o número de vacâncias por aposentadoria, falecimento, exoneração e demissão tem sido aquém da nossa necessidade de modo que, previmos o número de nomeados para 2021 baseado no déficit de pessoal, mas não tivemos vacâncias suficientes.	**EM ANDAMENTO**
	1067 - Implantar e/ou reativar as Comissões Integração Ensino Serviço(CIES) regionais.	**Previsto: 2%** **Método de Apuração: % de regiões com CIES instituídas.** **Realizado: 0** Ao longo de 2023, foram realizadas diversas atividades no intuito de concretizar a meta, porém há óbices que fogem ao controle da área técnica e dependem da estruturação local das URSAPs. Assim, apesar de não ter sido alcançada a meta de	**EM ANDAMENTO**

		instalação de 02 CIES em 2023, podem ser destacadas as seguintes atividades: ● Realização de planejamento estratégico, a fim de priorizar as pautas estratégicas para serem discutidas dentro das CIES/RN, dentre os atores estiveram presentes membros das CIES REGIONAIS implantadas, assim, como produto da oficina, desenvolveu-se uma matriz de priorização de pautas em que foram incluídas estratégias de implantação e implementas das CIES regionais ● Esforços para mobilizar a CIB e o CES para apoiar para a implementação das CIES regionais ● Agendas mensais das pautas prioritárias para implementação das CIES regionais e agendas de discussões na CIES Estadual ● Agendas com Regionais de Saúde para sensibilização sobre a importância da implementação das CIES regionais	
	1069 - Apoiar a inserção no Plano de Ações Regional de Educação Permanente em Saúde (PAREPS) das Regiões de Saúde do RN, e nas ações de integração ensino-serviço voltadas aos profissionais da Rede de Atenção à Saúde.	**Previsto: 25** **Método de Apuração: % de regiões de Saúde inseridas no PAREPS.** **Realizado: 10** Foi finalizado o documento da Política Potiguar de Educação Permanente, considerando as especificidades de todas as regiões de saúde, captadas nas oficinas regionais. Após aprovação pela CIB, houve a publicação da Política de Educação Permanente em Saúde e, por consequência, decorreu a implementação dos NUREPS e a criação de colegiados integrados com os NEPs e NUREPS. Em caráter contínuo, a área técnica tem realizado acompanhamento junto aos NUREPS, garantindo funcionamento dos colegiados integrados (NUREPS e NEPS). A proposta dos colegiados é ser regionalizada para fortalecer o processo da regionalização na saúde. Ademais, vem se buscando melhorar os processos de trabalho integrado, por	**EM ANDAMENTO**

		meio de criação do sistema SUEDS, que irá apoiar nas ações vinculadas à Política de Educação Permanente em Saúde. Para o aprimoramento dos sistemas SUEDS, vem sendo realizadas reuniões colegiadas com os NEP e NUREPS. Em novembro de 2023 foi firmado um novo convênio objetivando a continuidade da implementação da Política Estadual de Educação Permanente em Saúde no Estado do Rio Grande do Norte	
00002 Políticas para a Juventude 00007 Políticas para Igualdade Racial e Etnia	1066 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os profissionais de saúde para as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.	**Previsto: 2** **Realizado: 0** Em virtude da impossibilidade de ajuste da redação da meta, que trouxe em suas disposições o enfrentamento ao tráfico de drogas, sendo ação fora do escopo da SESAP, a área técnica responsável paralisou as ações da meta, descontinuando atividades a ela relacionadas. Não foi uma meta pactuada e acompanhada pelo NUSME – equipe técnica não atua no enfrentamento ao tráfico de drogas ilícitas – sugerimos que essa meta seja revista.	**NÃO INICIADA**
	01585 Realizar nomeação do concurso público vigente e realizar novo concurso público com ênfase na gestão e atenção integral à saúde, para provimento de 5.000 vagas.	**Previsto: 1200** **Método de Apuração: Nº de nomeados** **Realizado: 921** Em 2023, foram nomeados 224 servidores, tanto aprovados em concurso público ainda vigente, quanto por contrato temporário, para atender a necessidade do serviço.	**EM ANDAMENTO**

		• No primeiro semestre: 121 servidores, de diversas categorias, dentre as quais 77 Técnicos em Radiologia e em Enfermagem para contratação temporária, • No segundo semestre: 103 nomeações, entre efetivos e contratados, dentre os quais 33 sem vacância no Hospital Walfredo Gurgel.	

Fonte: Unidade de Gestão de Projetos (UGPC) e Unidade de Planejamento dos Instrumentos de Gestão do SUS (UPLANISUS).

Programa: 2002 RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: 00181 Reduzir mortes e adoecimentos por causas evitáveis e condições imunopreveníveis.

Total de metas: 07 metas | Concluídas: 03 metas | Em Andamento: 04 metas

AGENDA TRANSVERSAL	META	AÇÕES REALIZADAS	SITUAÇÃO
	00775 Concluir a implantação do SIPNI para unificação do sistema.	**Previsto: 766** **Método de Apuração: Indicador SIPNI** **Realizado: 0** A utilização do sistema SI PNI foi descontinuada nas unidades básicas de saúde, conforme PORTARIA Nº 2.499, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019 - implantação do PEC, permanecendo apenas nas maternidades e hospitais privados conforme orientações do Ministério da Saúde a partir de 2022, sendo assim as informações passam a ser registradas no e-SUS AB. Dessa forma a meta de implantação do SI PNI dar-se por encerrada.	**CONCLUÍDA**

	00778 Capacitar e atualizar técnicos e infraestrutura, incluindo as salas de vacinas.	**Previsto: 167** **Método de Apuração: SIPNI** **Realizado: 167** Durante o ano foram realizadas algumas ações como a continuidade do curso para aplicação da vacina BCG, Atualização para vacinação COVID, com os 167 municípios, realização de capacitação em sistemas para sala de vacina do Hospital da mulher em Mossoró; Capacitação da Campanha Influenza com as Regionais de Saúde; Realização de Curso de Formação de Profissionais em Microplanejamento das Atividades de Vacinação de Alta Qualidade do Programa de Rotina no Rio Grande do Norte (parceria OPAS/ Ministério da Saúde); Foram realizadas várias Oficinas e capacitações sobre o processo de Microplanejamento e Atividades de Vacinação de Alta Qualidade com técnicos dos municípios que irão dar início ao piloto no Estado; Realizadas Oficinas e capacitações sobre o processo de Microplanejamento e Atividades de Vacinação de Alta Qualidade com técnicos dos municípios (Coordenadores de Imunização, da APS, Enfermeiros) para a Campanha de Multivacinação que será realizada em 07/10/2023 a 24/10/2023; Realizadas Oficinas e capacitações sobre o processo de Microplanejamento e Atividades de Vacinação de Alta Qualidade com técnicos dos municípios (Coordenadores de Imunização, da APS, Enfermeiros) para campanhas e ações de rotina. Por fim, no 6º bimestre foi realizado o encontro estadual de imunização.	**CONCLUÍDA**

	01551 Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância do HIV/AIDS em menores de 5 anos e da sífilis congênita em menores de 1 ano	**Previsto: 3** **Método de Apuração:** Número de ações voltadas à redução da transmissão vertical do HIV e da sífilis **Realizado: 22** ● Condução e participação nas reuniões do Comitê da TV; ● Monitoramento dos casos notificados, envio para investigação e análise das investigações realizadas; ● Apoio técnico aos profissionais, que atuam nas maternidades, referente à linha de cuidado do HIV/Aids; ● Dispensação de cabergolina, fórmula láctea infantil e insumos de prevenção; ● Capacitações e implantações PrEP e PEP na rede assistencial; ● Elaboração e divulgação de Boletim Epidemiológico do HIV/Aids; ● Avaliação e atualização do Plano Estadual de Enfrentamento a Transmissão Vertical; ● Realização de visitas técnicas nas maternidades; ● Reuniões técnicas sobre monitoramento e análise da situação epidemiológica da aids em menores de 5 anos, com ênfase na transmissão vertical. ● Fórmula láctea infantil e insumos de prevenção, apoio epidemiológico aos municípios; ● Audiência Pública Ministerial (62ª PmJ) para apresentação de planejamento e execução das ações 2023 do Comitê de Transmissão Vertical; ● Reunião com MS referente ao selo de eliminação da Transmissão Vertical sífilis e do HIV;	**CONCLUÍDA**

	• Reunião com municípios elegíveis a pleitear o selo de boas práticas e eliminação da Transmissão vertical sífilis e HIV; • Capacitação para acolhimento, aconselhamento e condução de casos confirmados de sífilis, HIV e hepatites para profissionais das UBS's; • Ações de testagem para pessoas privadas de liberdade do Estado, garantindo o diagnóstico/tratamento precoce e adequado de HIV e outras IST's. • Apoio aos municípios de Mossoró e Parnamirim na elaboração do relatório para concorrer ao selo de boas práticas com relação a transmissão vertical do HIV; • Apoio a Mossoró e Parnamirim durante as visitas do técnicos do Ministério da Saúde para avaliação das ações de prevenção à transmissão vertical do HIV realizadas pelos municípios; • Reunião técnica sobre linha de cuidado materno infantil em HIV,/Aids, sífilis e hepatites virais; • Em Brasília, participação da solenidade de entrega do selo prata de boas práticas na eliminação do HIV aos municípios de Mossoró e Parnamirim; • Ação dezembro vermelho, realização de testes rápidos em campanha no ABC/Frasqueirão; • Realizado palestras no "I Encontro Regional sobre HIV/AIDS em São José de Mipibu; • Realizado palestra no Diálogo sobre IST/HIV para profissionais da VII URSAP; • Palestra sobre sífilis na reunião do comitê de mortalidade materna e infantil do mês de dezembro;

- Apoio e participação do XII SEMINÁRIO HIV/AIDS da MESORREGIÃO OESTE POTIGUAR: avanços e desafios na quarta década de pandemia, organizado pela equipe do hospital Rafael Fernandes em Mossoró; Apoio para realização do 8° Encontro Estadual de travestis, Mulheres e Homens Transexuais e Não Bináries do RN e 1º Encontro Estadual de Pessoas Não Binárias, realizado pela ONG. ATREVA-SE, em Santa Cruz;
- Realização da II Atualização sobre a PrEP e PEP para público LGTBQIAPN+ em Natal no Auditório de Ed física da UFRN - Natal;
- Qualificação sobre a PrEP e PEP para profissionais da atenção básica do município de Lajes;
- Capacitação sobre a Transmissão Vertical em parceria com o IMT, para profissionais da maternidade Belarmina Monte em São Gonçalo do Amarante;
- Participação em Brasília da Oficina Inicial para Construção do Plano de Eliminação da AIDS enquanto problema de saúde pública até 2030;
- Participação no "Debate sobre testagem itinerante" com alunos da UFRN;
- Visita ao município de SGA, para reunião com a secretária de saúde e equipe sobre funcionamento do programa IST/AIDS;
- Qualificação sobre a PrEP e PEP para profissionais da atenção básica do município Extremoz;
- Participação na "Abertura do Dezembro vermelho em São Gonçalo do Amarante;

	01552 Atingir a cobertura das quatro vacinas de pactuação interfederativa: penta, pneumo e pólio em crianças menores de 1 ano e tríplice viral em crianças de 1 ano.	**Previsto: 70%** **Método de Apuração: % anual de municípios com meta alcançada para as vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação** **Realizado: 53,29%** Enviado pelo SEI relatório de monitoramento das coberturas vacinais infantis, a todos os 167 municípios do estado. Elaboração do Projeto "Movimento vacina+potiguar" com ações intersetoriais visando recuperação das coberturas vacinais; Realização em parceria com a OPAS e MS do Curso de Atividades de vacinação de Alta Qualidade com foco no Microplanejamento para 100 participantes dos municípios onde ocorreu epizootia por febre amarela e os limítrofes, no período de 25 a 28 de abril; Continuidade do Treinamento da aplicação da vacina BCG na maternidade Januário Cicco; Visita aos municípios da Região Metropolitana por ocasião do Dia “F” da vacinação FEBRE AMARELA; Reunião na SMS de Macaíba sobre o projeto "ALUNO VACINADO É NOTA 10"; Oficina sobre Monitoramento Rápido de Cobertura da Vacina Febre Amarela no município de Espírito Santo/RN; Reunião síncrona sobre uso do Sistema RN+Vacinas para registro das vacinas de rotina nos 8 municípios pilotos do RN; Desde junho de 2023 houve a substituição do Sistema de Informação em Imunização, portanto não possuímos cobertura vacinal atualizada a partir deste mês.	**EM ANDAMENTO**

		Atividades desempenhadas nesse período: ● Articulação e parceria de divulgação sobre o Movimento + Vacina Potiguar; ● Reunião SAPS e Imunização, sobre plano de aumento das coberturas vacinais no RN; ● Treinamento do Sistema de Informação (Novo SI-PNI), online, para os Representantes das Regionais de Saúde e Imunização, 2ª Regional e da 3ª Regional; ● PODCAST em Parnamirim sobre Microplanejamento das Atividades de Vacinação de Alta Qualidade-AVAQ. ● Reunião sobre o processo de treinamento para aplicação da vacina BCG no estado da Paraíba, com representantes da Imunização e Coordenadora de Imunização da Paraíba; ● Curso de Formação em Microplanejamento para as atividades de vacinação de alta qualidade em Curitiba e Fortaleza para representantes da Imunização estadual com perfil de Multiplicador; ● Curso de Formação em Microplanejamento para as atividades de vacinação de alta qualidade para representantes da Imunização estadual com perfil de Multiplicador da Região Metropolitana de Natal. Curso Microplanejamento para as atividades de Vacinação de Alta Qualidade (AVAQ) 3ª região João Câmara; Treinamento SIPNI 1ª região; Oficina Microplanejamento para atividades de vacinação de alta qualidade; - Capacitação Microplanejamento aos profissionais do município de Extremoz; - Oficina de Microplanejamento para municípios remanescentes; - Reunião	

		sobre andamento do Microplanejamento com os municípios da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª região; - Treinamento teórico BCG São Gonçalo; - Pacto pela vacinação pelo Ministério Público, pelo aumento das coberturas vacinais. No mês de dezembro de 2023 foi divulgado o painel de cobertura vacinal através do localizaSUS, porém os dados só estão atualizados até o mês de outubro de 2023. Como atividades desempenhadas no último bimestre podemos destacar: ● Encontro Estadual de Imunização do RN; ● Capacitação para o nível central e municípios sobre Busca Ativa Vacinal BAV, realizada pelo selo UNICEF e capacitação para o nível central e Regional sobre registro no e-SUS; ● Live sobre recomendação de 2ª dose da Vacina Bivalente; ● Monitoramento e entrega das ações do Microplanejamento para as Atividades de vacinação de Alta Qualidade para o Ministério da Saúde do RN e municípios que realizaram o Microplanejamento.	
	01553 Reduzir as epidemias de tuberculose	**Previsto: META SEM PREVISÃO PARA 2023** **Método de Apuração: % de casos de TB encerrados por cura** **Realizado: META SEM PREVISÃO PARA 2023** Monitoramento do acompanhamento das ações de Tuberculose nas Regiões de Saúde do Estado através de Reuniões periódicas com as coordenações locais de cada localidade, estimulando o acompanhamento dos casos de forma direta e	**EM ANDAMENTO**

		observada (Tratamento Diretamente Observado), com foco no encerramento por cura. Indicador referente a CURA dos Casos Novos ("Casos Novos" + "Não Sabe" + "Pós Óbito") da forma Pulmonar, diagnosticados no ano de 2022.	
	01554 Aumentar a cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados nos anos das Coortes	**Previsto: 82%** **Método de Apuração: Proporção de cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados nos anos das Coortes** **Realizado: 86%** "No primeiro bimestre, tendo em vista o mês de Janeiro ser o mês alusivo à hanseníase (Janeiro Roxo), onde orienta-se ações de busca ativa de casos nos territórios, foram priorizadas as ações de capacitação e qualificação das equipes. Foi realizada capacitação online (17/01) para profissionais da APS com a temática da hanseníase. Assim como incentivo e apoio às atividades realizadas no território pelas equipes dos municípios/serviços; Divulgação a versão eletrônica do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Hanseníase – PCDT, seguida da atualização e divulgação para municípios/serviços modelo de prontuário para acompanhamento dos pacientes de hanseníase já de acordo com fluxos e procedimentos proposto no PCDT, com foco no teste rápido para contatos de casos confirmados; Iniciada articulações, com almoxarifado LACEN e URSAP's para construção de fluxos, considerando a publicação do PCDT e da Nota técnica nº 3/2023/CGDE/DEDT/SVSA/MS, referente a distribuição do teste rápido e a logística de disponibilização do mesmo através do SIES - Sistema de Informação de Insumos Estratégicos; Distribuição do teste rápido da hanseníase e a logística de disponibilização do mesmo, capacitações/reuniões	**EM ANDAMENTO**

		online com responsáveis técnicos da hanseníase, das URSAP's (16/03) e municípios (12/04), a fim de apresentar PCDT, o teste rápido para detecção de anticorpos igm ANTI-Mycobacterium leprae e SIES; Construção de fluxos, impressos, formulários e planilhas para acompanhamento e monitoramento da distribuição e uso dos testes rápidos no Estado; Realizado ciclo de capacitações/reuniões online com responsáveis técnicos da hanseníase e profissionais da APS , a fim de apresentar PCDT, o teste rápido para detecção de anticorpos igm ANTI-Mycobacterium leprae e SIES, divulgação de fluxos, impressos, formulários e planilhas para acompanhamento e monitoramento da distribuição e uso dos testes rápidos no Estado (03/05 - IV URSAP, 04/05 - I. II e III URSAP, 10/05 - MOSSORÓ, 11/05 - V e VI URSAP, 12/05 – NATAL, 16/06 - VI URSAP); Participação na Oficina de Sinan, Tabulação e Interpretação de Indicadores de Hanseníase promovida pela Coordenação-Geral de Doenças em Eliminação - CGDE/MS, em Brasília/DF, de 20 a 22/06. Monitoramento de uso e registros do teste rápido para detecção de anticorpos IgM Anti-Mycobacterium leprae no Estado (regiões de saúde e municípios), com foco nos exames de contatos de casos novos notificados; Execução do projeto "Roda-Hans: Carreta da Saúde – Hanseníase", parceria estabelecida pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 4/2020 (ACT) entre a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA/MS), a Novartis Biociências S.A., Sociedade Brasileira de Dermatologia, Estado	

		e Municípios (Pedro Velho, Nova Cruz, Montanhas, São Gonçalo do Amarante, Mossoró, Parnamirim e Natal). Com capacitação teórico-prática em hanseníase para os profissionais da atenção primária (médicos e enfermeiros) para o diagnóstico precoce da hanseníase e o tratamento oportuno, além de promover a vigilância por meio da busca ativa de contatos e educação em saúde sobre a hanseníase; Realizado atividade do Inquérito Nacional de Incapacidades Físicas em Hanseníase no município de Mossoró, Natal e Parnamirim. O Inquérito tem como objetivo estimar a frequência de incapacidades física por hanseníase em casos pós-alta por cura no Brasil e auxiliar os gestores estaduais e gerentes dos programas de hanseníase na elaboração de planos de ação para o enfrentamento da doença, é realizado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, por meio da Coordenação-Geral de Vigilância das Doenças em Eliminação do Ministério da Saúde sob a responsabilidade técnica e financeira da Fundação Osvaldo Cruz/AM e Fundação Alfredo da Mata/AM;	
00003 Políticas para a Pessoa Idosa	00788 Reduzir a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (DNTs) por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.	**Previsto: 355** **Método de Apuração: SISPACTO 2019** **Realizado:** Com a pandemia do COVID-19, o aumento do desemprego com consequente redução do poder aquisitivo da população aumentou o consumo de produtos prejudiciais à saúde, como tabaco, álcool, bebidas adoçadas e alimentos ultraprocessados. No período de janeiro a dezembro de 2022 ocorreram 4.349 óbitos por DCNT (Cânceres, Doenças do	**EM ANDAMENTO**

		Aparelho Circulatório, Doenças do Aparelho Respiratório e Diabetes), na população, na faixa etária de 30 a 69 anos (dados passíveis de revisão).Realizado capacitação virtual, promovida pelo INCA-MS/SESAP-RN, para 341 profissionais de saúde dos municípios com unidades de tratamento do fumante e que desejam implantar novas unidades de tratamento (Jundiá, Pedro Velho / Apodi, Areia Branca, Baraúna, Governador Dix-Sept Rosado, Mossoró, Upanema / Afonso Bezerra, Lajes, Macau, Pedra Preta / Tenente Laurentino Cruz / Santa Maria / Água Nova, Francisco Dantas, Pau dos Ferros, Rafael Fernandes, Serrinha dos Pintos / Macaíba, Natal, São Gonçalo do Amarante) sobre Tratamento do fumante na rede SUS.	

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00179 Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil

Total de metas: 06 metas | Concluídas: 02 metas | Em Andamento: 04 metas

AGENDA TRANSVERSAL	META	AÇÕES REALIZADAS	SITUAÇÃO

00008 Políticas para Criança e Adolescência	01547 Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.	**Previsto: 63** **Método de Apuração: Taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos.** **Realizado: 21** Reunião de apoio ao comitê de mortalidade materno/infantil para elaboração do regimento interno pré análise de óbito materno do município de Rio do Fogo; reunião de estruturação do NVS no hospital da mulher e reuniões do comitê de análise de óbitos COVID da SUVIGE. Elaboração e distribuição de boletins epidemiológicos dos Indicadores de pactuação interfederativa (distribuição quadrimestral para referência técnica regional da VO). Realizada capacitação sobre a VOMI no âmbito hospitalar (online-100 participantes); apoio técnico e participação em oficina sobre melhoria na qualidade da informação e importância médico legal na emissão da declaração de óbito (Parnamirim) e encerramento de 02 casos de óbitos maternos.	**EM ANDAMENTO**
00008 Políticas para Criança e Adolescência	00655 Reduzir as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos.	**Previsto: 11,77** **Método de Apuração: Sispacto 2019.** **Realizado: 13,36** Reunião de apoio ao comitê de mortalidade materno/infantil para elaboração do regimento interno; reunião de estruturação do NVS no hospital da mulher; reuniões do comitê de análise de óbitos SUVIGE; monitoramento mensal das investigações dos óbitos infantis; participação nas reuniões do Comitê Estadual de Prevenção à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal; realizada reunião com GT estadual de óbito infantil (discussão e encerramento de óbito infantil). Participação – Encontro de avaliação da VO com as UBS/ESF dos distritos sanitários (Natal). Além disso, reuniões sobre ações e processo de	**EM ANDAMENTO**

		trabalho da VO; capacitação sobre a VOMI no âmbito hospitalar (online-100 participantes); participação - capacitação – a declaração de óbito como pilar para as ações baseadas em evidências (online); participação da reunião com equipe da V URSAP para proposta da implantação do comitê regional (CRMMIF) na 5ª Região de Saúde; elaboração e distribuição de boletins epidemiológico dos Indicadores da VOMI. Ademais, apoio técnico para implantação dos comitês regionais e elaboração e distribuição de boletins epidemiológico dos Indicadores da VOMI.	
	01548 Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância da sífilis congênita e prevenção à transmissão vertical.	**Previsto: 650** **Método de Apuração: Casos confirmados de sífilis congênita.** **Realizado: 60** Monitoramento dos casos notificados, envio para investigação e análise das investigações realizadas; apoio técnico aos profissionais para condução dos casos confirmados em gestantes e parcerias sexuais; distribuição de medicamentos (enviados pelo MS) para tratamento da sífilis e insumos de prevenção; realização de visitas técnicas nas maternidades; avaliação e atualização do Plano Estadual de Enfrentamento a Transmissão Vertical; elaboração e divulgação do Boletim Epidemiológico da Sífilis; distribuição e monitoramento dos testes rápidos. Adicionalmente, apoio técnico aos serviços, municípios e regionais; reuniões com o municípios para alinhamento e construção do fluxo de atendimento às mães e crianças expostas a sífilis e ao HIV e reuniões com os municípios para construção do fluxo de tratamento da sífilis, priorizando o tratamento nas Unidade Básicas de Saúde. Ademais, Audiência Pública Ministerial (62ª PmJ) para apresentação de planejamento e execução das ações 2023 do	**CONCLUÍDA**

		Comitê de Transmissão Vertical; reunião com MS referente ao selo de eliminação da Transmissão Vertical sífilis e do HIV; reunião com municípios legíveis a pleitear o selo de boas práticas e eliminação da Transmissão vertical sífilis e HIV; capacitação para acolhimento, aconselhamento e condução de casos confirmados de sífilis, HIV e hepatites para profissionais das UBS's; reuniões técnicas sobre monitoramento e análise da situação epidemiológica da sífilis congênita, com ênfase na transmissão vertical; avaliação e atualização do Plano Estadual de Enfrentamento a Transmissão Vertical e ações de testagem para pessoas privadas de liberdade do Estado, garantindo o diagnóstico/tratamento precoce e adequado de sífilis e outras IST's; reuniões virtuais sobre monitoramento e análise da situação epidemiológica da sífilis congênita e capacitação sobre a Transmissão Vertical em parceria com o IMT para profissionais da maternidade Belarmina Monte em São Gonçalo do Amarante;	
	00694 Aprimorar os processos e os instrumentos de notificação e de vigilância de óbitos e agravos à saúde, com a atualização e informatização dos procedimentos de registro.	**Previsto: 55%** **Método de Apuração: SISPACTO.** **Realizado: 100%** Foram desenvolvidas ações de aprimoramento ao sistema. O sistema NOTIFICA RN já está sendo utilizado na captação das informações, com acesso a toda a população do Rio Grande do Norte. O fluxo já está sendo aprimorado e serve de alerta para a Rede CIEVS. Houve solicitações para atualizações/ajustes nas notificações de mortalidade e em maio foram feitas 586 notificações e 703 em junho totalizando 1289 notificações durante o 3º bimestre. Além disso, estão sendo realizadas reuniões com a equipe na UGTSIC para	**CONCLUÍDA**

		resolução e implementação de novas fichas de notificação (doenças neuroinvasivas) e resolução da data de atualização das últimas notificações que estão tendo atraso de dias /horas. Adicionalmente, reuniões e melhorias sendo implementadas na ficha de notificação das doenças neuroinvasivas, na ficha do VIGIAR e na sala de situação da CVS; elaboração do Plano de Trabalho e Minuta de Convênio para continuidade do sistema SUVEPI e inclusão dos técnicos de suporte para que seja atualizado os dados no SUVEPI semanalmente.	
	00695 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.	**Previsto: 0,33** **Método de Apuração: SISPACTO.** **Realizado: 4,72** Atualização do Cartão SUS de todos os profissionais de saúde e dos prestadores de serviço do município no CNES, liberação da cota extra de exames citopatológicos e mamográficos instituídos pela Portaria Nº 3.712/2020, conforme deliberação CIB 1.687/2021. Encaminhamento de documento a todos os 167 municípios, solicitando a atualização do Cartão SUS e do CNES de todos os profissionais de saúde e dos prestadores de serviço. Monitoramento e avaliação do sistema SISCAN nos municípios e serviços de citopatologia e mamografia com vinculação de unidades e liberação de acesso ao programa. No primeiro bimestre de 2023 foram realizados 16.442 exames citopatológicos (razão 0,25) e 10.124 exames mamográficos (razão 0,38). O alcance da meta prevista para o primeiro bimestre de 2023 para os exames citopatológicos foi de 24,81% e para os exames mamográficos 38,19%. (Dados do SISCAN-RN, passíveis de revisão). Além disso,	**EM ANDAMENTO**

		monitoramento e avaliação do sistema SISCAN nos municípios e serviços de citopatologia e mamografia com vinculação de unidades e liberação de acesso ao programa. No segundo bimestre de 2023, foram realizados 20.980 exames citopatológicos (razão 0,32) e 11.079 exames mamográficos (razão 0,42). O alcance da meta prevista para o segundo bimestre de 2023 para os exames citopatológicos foi de 31,66% e para os exames mamográficos 41,79%. (Dados do SISCAN-RN, passíveis de revisão). No terceiro bimestre de 2023, foram realizados 25.793 exames citopatológicos (razão 0,39) e 12.084 exames mamográficos (razão 0,46). No quarto bimestre de 2023, foram realizados 25.799 exames citopatológicos (razão 0,38) e 14.497 exames mamográficos (razão 0,55). O alcance da meta prevista para o segundo bimestre de 2023 para os exames citopatológicos foi de 38,93% e para os exames mamográficos 54,69%. (Dados do SISCAN-RN, passíveis de revisão). No quinto bimestre de 2023, foram realizados 21.380 exames citopatológicos (razão 0,32) e 12.944 exames mamográficos (razão 0,49). Ademais, foi ofertado treinamento com a equipe Dants, sobre o manuseio do SISCAN, e ações a serem realizadas pelo setor. Posteriormente foi realizada reunião com Gerentes Regionais de saúde e representante do município de Natal, com o intuito de promover autonomia dos municípios e conhecimento da realidade do cenário dos exames citopatológicos e mamografias ofertadas à população.	
00008 Políticas para Criança e Adolescência	01549 Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança, implementando a Rede Cegonha, nas regiões de saúde,	**Previsto: 2** **Método de Apuração: Número de regiões com planos da rede cegonha elaborados.** **Realizado: 24**	**EM ANDAMENTO**

	com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.	Foram realizadas atividades de preparação, desenvolvimento de conteúdo, articulação de certificação do curso com a ESPRN para capacitações de partograma e cardiotocografia nas unidades para melhoria na assistência obstétrica. Também estão em curso capacitações sobre inserção de DIU para APS, o projeto de detecção precoce da Cardiopatia Congênita. Ademais, foram realizadas capacitações de partograma e cardiotocografia nas unidades no Hospital Santa Catarina, Hospital Percílio Alves, Hospital Monsenhor Antônio Barros e Hospital Alfredo Mesquita Filho. Foram realizadas capacitações de partograma e cardiotocografia nos serviços de referência da Rede Materno Infantil na 6ª região de Saúde e na 2ª Região de saúde, concluindo esta etapa de qualificação e de educação permanente em saúde. O Projeto RN+Coração está em processo de renovação da parceria, prevendo para o próximo semestre ampliação dos serviços contemplados. Além disso, foi realizado 2 Treinamentos da coleta de teste do pezinho nas 2ª e 6ª regiões de saúde; retomada dos Fóruns das Maternidades das 02 macrorregiões de saúde; visita técnica realizada para apoiar os serviços de referência da Rede Materno Infantil da 6ª Região de Saúde; início da implantação de comitês regionais de mortalidade materna; articulação com a SOPERN para realizar curso de reanimação neonatal na 1ª, 3ª Região de Saúde; apoio para qualificação no pré-natal para APS da 6ª e 8ª - Fiocruz; apoio para a realização Curso de inserção de DIU para médicos na APS para 3ª, 4ª, 5ª regiões; realizado curso de atualização de acolhimento e regulação de gestantes para hospital de Parelhas. Adicionalmente, também houve a conclusão e Articulação com a SOPERN para realizar curso de reanimação	

		neonatal nas maternidades da 2ª, 4ª e 5ª Região de Saúde; visita técnica na maternidade Araken Irerê Pinto; realizado o Curso de Inserção, Revisão e Retirada de DIU para 20 enfermeiros multiplicadores estaduais das 8 Regiões de Saúde; Curso de Reanimação Neonatal, em serviços que compõem a Rede Materno Infantil no interior do estado, assim como concluída a realização dos das qualificações em Partograma e Cardiotocografia.	

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00248 Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios.

Total de metas: 04 metas | Em Andamento: 02 metas | Paralisada: 01 meta | Não iniciada 01 meta

AGENDA TRANSVERSAL	META	AÇÕES REALIZADAS	SITUAÇÃO
	00988 Assegurar a contrapartida estadual para o cofinanciamento estadual para a Atenção Básica	**Previsto: META SEM PREVISÃO** **Realizado: 0** Não houve nenhuma ação realizada	**Não Iniciada**

	01576 Implantar a Política Estadual de Atenção Primária à Saúde.	**Previsto: META SEM PREVISÃO** **Método de Apuração: Política implantada.** **Realizado: META SEM PREVISÃO** Foi iniciado Processo nº 00610044.000823/2023-54 no SEI para convocação dos membros do Comitê Gestor (CG) e Grupo Técnico Científico (GTC) para repasse dos avanços na construção da Política Estadual da Atenção Primária à Saúde (PEAPS), porém, a reunião, em princípio marcada para 10 de março, precisou ser adiada para 14 de abril, por questões inerentes à transição de gestão da SESAP e comunicação de ausência de membros do GTC. Além disso, foi aberto processo nº 00610044.000813/2023-19 no SEI, direcionado à UNI/RN para a reserva de espaço para as atividades concentradas e de grupos. Aberto também, processo SEI nº 00610044.000601/2023-31 para a solicitação de alimentação preparada para a reunião do CG e GTC de construção da PEAPS. É válido salientar que estas foram as únicas ações iniciais realizadas pela meta 1576. Sendo assim, a partir do 3° bimestre a meta esteve sem previsão e ainda permanece.	**Paralisada**
	00992 Implantar o apoio integrado aos municípios	**Previsto: 25%** **Método de Apuração: Percentual de municípios com apoio integrado implantado.** **Realizado: 40%** Apoio aos municípios da 4ª Região de Saúde nas fases e etapas de execução do Projeto Planifica SUS; continuidade da construção, em parceria com a ESP/RN, de proposta de qualificação para profissionais da APS, em nível de aperfeiçoamento; apoio na construção e realização de oficina	**EM ANDAMENTO**

		ao planejamento integrado 2023 da II URSAP de saúde e apoio institucional aos municípios do RN para a adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE) no ciclo 2023/2024. A adesão ao PSE ocorre em intervalo Bienal e neste ciclo ocorreu no período de 12/12/2022 à 17/03/2023, tendo o RN mais uma vez atingido 100% de adesão. Apoio aos municípios com comunidades indígenas em parceria com a FUNAI/SESAI/DISEI para discutir a capacitação da APS e cadastramento da população indígena. Realizada visita aos municípios de Goianinha, Jardim de Angicos, João Câmara, Ceará-Mirim e Baía Formosa; visita técnica ao município de Taipu (3ª Região de Saúde) em apoio ao PMMB e apoio aos municípios da 7ª região no processo de expansão da APS. Além disso, visita técnica com equipe da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas/RASPDC; a Unidade Básica de Saúde no município de Natal para discussão dos fluxos e manejo de HAS no âmbito da APS; apoio aos municípios da 4ª Região de Saúde vinculados ao Planifica SUS e que estão em processo de implantação dos Núcleos municipais de segurança do paciente em parceria com o Núcleo Estadual de Segurança do Paciente (NESP) e realizado Encontros Regionais do PSE na 1ª, 2ª e 8ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Região de Saúde e a Oficina Temática: Sala de Situação de Indicadores de SSSR de adolescentes durante o mês de agosto. Ademais, apoio aos municípios no processo de expansão da APS por meio do projeto + APS Potiguar; realização das ações junto aos municípios com o objetivo de fortalecimento da APS através das diversas áreas técnicas da SAPS.	
	00993 Apoiar os municípios na expansão do Serviço de Atenção Domiciliar.	**Previsto: 25**	**EM ANDAMENTO**

		Método de Apuração: % de cobertura do Serviço de Atenção Domiciliar no Estado, por região de saúde. **Realizado: 15** Planejamento de ações para o ano de 2023, baseado em relatórios produzidos em período anterior; acompanhamento da proposta de habilitação do SAD Canguaretama (EMAD e EMAP) e expansão de EMAP para Monte Alegre. Programação de eventos de educação em saúde voltado para os SAD municipais já habilitados ou que podem ser habilitados; encaminhamentos junto ao MS para apoio de progresso da atenção domiciliar no estado do RN. Iniciadas as tratativas para solicitação do SAD João Câmara (3ª Região de Saúde); programação de eventos de educação em saúde voltado para os SAD municipais já habilitados ou que podem ser habilitados e avançadas as tratativas para solicitação do SAD São Gonçalo do Amarante (7ª Região de Saúde). É necessário ressaltar que em diagnóstico, 13 municípios do estado apresentam os requisitos necessários para novas habilitações de SAD, com a possibilidade de habilitação em municípios de densidade populacional menor, à partir de pactuações de consórcios em CIB/CIR. Atualmente a AD se estabelece em 15 municípios do RN, compreendendo 20 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 12 Equipe Multiprofissional de Apoio (EMAP).	

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00256 Ampliar e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito de uma Política Estadual, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes

Total de metas: 05 metas | Em Andamento: 05 metas

AGENDA TRANSVERSAL	META	AÇÕES REALIZADAS	SITUAÇÃO
	01009 Ampliar o componente especializado nas regiões de saúde.	**Previsto: 1** **Método de Apuração: % de ampliação do componente especializado por região de saúde.** **Realizado: 0** Em todos os bimestres não houve avanço nessa meta.	**EM ANDAMENTO**
	01010 Expandir o Sistema Hórus para todas as regiões de saúde, por meio da capacitação dos gestores e profissionais para o gerenciamento e execução do sistema.	**Previsto: 25%** **Método de Apuração: % de ampliação do componente especializado por região de saúde.** **Realizado: 77%** Realizado de maneira contínua o treinamento e suporte ao sistema hórus pelo setor de suporte da UNICAT e o levantamento dos farmacêuticos responsáveis pela assistência farmacêutica municipal foi realizado.	**EM ANDAMENTO**
00003 Políticas para a Pessoa Idosa	01012 Prestar cooperação técnica e financeira aos municípios no desenvolvimento das suas atividades e ações relativas à assistência farmacêutica.	**Previsto: 25%** **Método de Apuração: % de municípios beneficiados com recurso de contrapartida estadual para Assistência Farmacêutica Básica.** **Realizado: 0%** Foi realizada a estruturação dos módulos que serão abordados na capacitação. É válido salientar que a área responsável pela	**EM ANDAMENTO**

		meta 1012 sempre ressaltou que: “pela natureza da meta, esta é uma ação eminentemente de suporte municipal, cabendo a SUAF”.	
00003 Políticas para a Pessoa Idosa	01578 Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos.	**Previsto: 1** **Método de Apuração: Número anual de qualificações de aprimoramento do ciclo da assistência farmacêutica.** **Realizado: 26** Qualificação da assistência por meio de intervenções realizadas pela observação de inconformidades apontadas no diagnóstico situacional que é realizado nas visitas técnicas. Realizada oficina de qualificação de processo da demanda judicial - oficina de qualificação de procedimentos do CEAF. Foram realizadas capacitações, em 3 temas vinculado à logística de medicamentos. Além de capacitações, em 4 temas vinculado à logística de medicamentos pelo NEP UNICAT e qualificações no formato online com conteúdo voltado a qualificação profissional do servidor.	**EM ANDAMENTO**
	01580 Instituir a Política Estadual de Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade	**Prevista: 0** **Método de Apuração: Política instituída** **Realizado:** A etapa de realização de ações compreendeu a elaboração da Minuta para a Portaria SEI da Política Estadual da Atenção Especializada, bem como, foi iniciada a Pesquisa "Cartografia da Atenção Especializada", uma ação financiada pelo Ministério da Saúde com a finalidade de identificar como se dá a Atenção Especializada nos estados e municípios, sendo	**EM ANDAMENTO**

		criado um grupo de trabalho para a condução da pesquisa no RN, a qual tem conclusão prevista para abril de 2024. A pesquisa respaldará a Política de Atenção Especializada do RN.	

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00267 Implantar Políticas Prioritárias.

Total de Metas: 02 metas | Paralisada: 01 meta | Não iniciada: 01 meta

AGENDA TRANSVERSAL	META	AÇÕES REALIZADAS	SITUAÇÃO
00003 Políticas para a Pessoa Idosa	01583 Implantar a Política Estadual do Idoso, com foco na promoção da saúde e ações Inter setoriais	**Previsto: Meta Sem Previsão** **Método de Apuração: Política implantada** **Realizado: 0** Sem ações realizadas.	**NÃO INICIADA**
00005 Políticas para População LGBT	01584 Apoiar a criação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde LGBTQI+, a partir da criação de um comitê técnico de saúde integral à população LGBTQI+, com a participação de usuários e usuárias, entidades representativas dos movimentos sociais,	**Previsto: META SEM PREVISÃO** **Método de Apuração: Comitê técnico criado.** **Realizado: 0** Esteve em funcionamento por meio da Portaria da SESAP o grupo de trabalho especial para regulamentação da linha de cuidado da população LGBTQI+ do Estado, com a realização	**PARALISADA**

	gestoras e gestores e trabalhadoras e trabalhadores do Sistema Único de Saúde.	de reuniões com os setores envolvidos. Desde o 2° bimestre a última ação realizada pela área foi o grupo de trabalho especial para regulamentação da linha de cuidado da população LGBTQI+ do Estado, com a realização de reuniões com os setores envolvidos. É necessário salientar que a meta encontra-se paralisada desde o 1° bimestre.	

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00265 Aprimorar práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, assentada na regionalização

Total de metas: 03 metas | Em Andamento: 01 meta | Concluída: 02 meta

AGENDA TRANSVERSAL	META	AÇÕES REALIZADAS	SITUAÇÃO
	01029 Instituir o projeto de apoio institucional nas dimensões da gestão e do cuidado nos serviços.	**Previsto: 1** **Método de Apuração: Projeto de apoio institucional instituído.** **Realizado: não consta, devido a meta estar em duas áreas distintas (DPLAN e CVS), então, a quantidade se difere.** A meta 1029 encontra-se em duas áreas, sendo esta a DPLAN e a CVS, em que as ações realizadas pela DPLAN foram: socializado o mapeamento dos projetos com o Núcleo Dirigente e gerentes das URSAPs; Iniciada a etapa de realização de agendas com Fiocruz/NESC e SESAP para o acompanhamento de atividades dos projetos de apoio às ações estratégicas para fortalecimento da implantação dos	**EM ANDAMENTO**

Consórcios Interfederativos de Saúde. Estudo Exploratório dos Consórcios Interfederativos no Rio Grande do Norte. Foi realizada a elaboração do instrumento de coleta de dados e seu pré-teste. Finalizada a coleta de dados e elaborada uma planilha que aponta os principais problemas, soluções, ações, atores e grau de priorização para implementação dos consórcios interfederativos de saúde e finalizada a construção da agenda de apoio institucional voltada aos Consórcios Interfederativos. Aguardando a validação do núcleo dirigente para esta agenda e para a elaboração de um projeto de apoio institucional que vem sido trabalhado com a Escola de Saúde Pública. Segundo a DPLAN, a meta foi 100% cumprida, porém, como a sua unidade de medida é em unidade, a meta obteve um total de 102,85 em sua quantidade. Adicionalmente, no que se refere às ações realizadas pela CVS: houve a continuidade na qualificação das salas de situação de saúde da Coordenadoria de Vigilância em Saúde, incluindo novos indicadores e qualificando as equipes paralisadas. No 2° bimestre a meta foi paralisada. No 3° bimestre houve novas ações, das quais as ações foram entregues equipamentos para 7 regiões de saúde, faltando apenas a entrega e implantação na VII Região de Saúde. Porém, mesmo assim, continuou paralisada, pois não houve andamento nas ações devido ao término da parceria com a bolsista que implantou/implementou a sala de situação via UGTSIC. No 4° bimestre a meta continuou em andamento, não estando mais paralisada, em que foram realizadas novas ações, tais como: atualizou-se as informações na sala de situação, houve a qualificação das necessidades quanto ao VIGIAGUA e para a ficha de notificação das doenças neuroinvasivas a esclarecer; pactuou-se agenda semanal com equipe da UGTSIC para

	manutenção e melhorias das informações existentes na sala de situação, notifica RN e necessidade de integração do SUVEPI na sala de situação. A área salienta que “no tocante a quantidade atualizada, não se aplica, tendo em vista que o projeto deve ser de ação permanente para apoio institucional no tocante às ações de vigilância em saúde”. Ademais, foi realizada reconfiguração da sala de situação e Notifica RN para inclusão no CIEGES; identificação da necessidade de API dos gráficos/ mapas e painéis do SUVEPI para fazerem parte do CIEGES; foram feitas melhorias em funcionalidades do sistema Notifica RN e houve a participação no planejamento das ações em cada quadrimestre de 2024. Em sua unidade de medida a quantidade realizada pela área foi 8 (em unidade). .	

	01030 Estimular a utilização e integração das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no Estado com ênfase no território da Região de Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão.	**Previsto: 25%** **Método de Apuração: % de municípios com instrumentos de planejamento e gestão elaborados.** **Realizado: 30%** Realizada reunião de articulação entre a UPLANISUS/DEPLAN e a SEINP/SEMS-RN para discussão de estratégias de fortalecimento dos processos que envolvem os instrumentos de planejamento de gestão nos municípios do RN. Realizadas oficinas gerais e setoriais de alinhamento conceitual e operacional para a construção do Plano Estadual de Saúde 2024-2027 e Plano Plurianual 2024-2027. A iniciativa conta com o apoio do Projeto de Fortalecimento da Gestão Estadual do SUS (PFGES) do Hospital Alemão Oswaldo Cruz - HAOC. E no que concerne ao apoio aos municípios, este acontece mediante apoio institucional com referências dos analistas regionais e técnicos da UPLANISUS/DPLAN e SEMS/RN, fomentando a elaboração dos instrumentos de planejamento municipais. Realização da inserção das informações advindas das Plenárias Territoriais e encontro setoriais com as áreas técnicas desta secretaria, no SIGEF, segundo normativas da secretaria de Planejamento do Estado para construção do PPA 2024/2027. 22/11/2023 - processo de construção do PPA da SESAP, finalizado junto às áreas técnicas desta citada, bem como toda a inserção dos produtos no SIGEF, conforme recomendações da SEPLAN. A peça consolidada com o produto das demais secretarias encontra-se em apreciação pela ALRN. No que concerne ao apoio institucional aos municípios, este foi realizado com a operacionalização das oficinas regionais de planejamento em saúde, ofertada para gestores e técnicos municipais e conselhos municipais de saúde na perspectiva da mobilização	**CONCLUÍDA**

		para o processo de atualização, construção e inserção dos instrumentos de planejamento no DigiSUS. As referidas oficinas foram realizadas em parceria com o Conselho Estadual de Saúde, COSEMES RN e SEINP/SEMS RN. Ademais, a SESAP também culminou no processo de construção do Plano Estadual de Saúde 2024/2027 com a realização de oficinas de construção de diretrizes, objetivos, metas e indicadores. Este processo continua em fase de revisão para a posteriormente ser encaminhado para apreciação do CES RN. 22/12/2023 - processo de construção do PES da SESAP, finalizado junto às áreas técnicas desta citada, bem como apresentação e aprovação pelo CES RN. A peça consolidada com o produto das demais secretarias encontra-se em revisão pela UPLANISUS para posterior publicação. No que concerne ao apoio institucional aos municípios, este continua sendo realizado quando acionados. Ademais, a SESAP também encontra-se em finalização da Programação Anual de Saúde 2024, junto às áreas técnicas, para posterior apreciação pelo CES RN.	
	01032 Estruturar e regulamentar a gestão colegiada no Nível central, regionais e serviços.	**Previsto: 25%** **Método de Apuração: % de colegiados gestores implantados em relação ao % de unidades existentes.** **Realizado: 5%** 29/03/2023- estão sendo realizadas reuniões juntos aos novos serviços da rede estadual de saúde na perspectiva da criação do colegiado, gestores para a efetivação da gestão colegiada no âmbito do SUS. 29/03/2023 - instituição do colegiado diretor e gestor do hospital regional da mulher parteira Maria Correa. 22/06/2023 - em função de agendas relacionadas a elaboração dos instrumentos de planejamento	**CONCLUÍDO**

		do SUS e do Governo, ações para o desenvolvimento da meta foram paralisadas no 3° bimestre. A meta continuou em andamento a partir do 4° bimestre, com a participação de técnicos das áreas de Planejamento e Gestão do Trabalho e da educação na Saúde em momentos técnicos científicos para fomentos à construção do Plano Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. 30/11/2023 - participação de técnicos das áreas de Planejamento e Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde em momentos técnicos científicos para fomentos à construção do Plano Estadual de Saúde e Programação Anual de Saúde. 22/12/2023 - construção do Plano Estadual da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, onde está previsto a implantação de dispositivos colegiados em todas as instâncias gestoras do SUS Estadual.	

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00266 Organizar sistema de apoio à gestão e aos municípios: com vistas ao processo de regionalização e organização das redes de atenção

Total de metas: 04 metas | Concluídas: 03 metas | Em Andamento: 01 meta

AGENDA TRANSVERSAL	META	AÇÕES REALIZADAS	SITUAÇÃO
	01034 Encorajar e promover a formação de alianças eficazes nas esferas pública,	**Previsto: 25%**	**EM ANDAMENTO**

	público-privada e com a sociedade civil, aproveitando a experiência e as estratégias.	**Método de Apuração: % de participação em consórcios públicos (intermunicipais, Estados ou governo federal)** **Realizado: 5%** Discussão iniciada para implantação de consórcios interfederativos na 1ª , 4ª, 6ª e 8ª Regiões de Saúde para implantação das Policlínicas Regionais. Ao longo do primeiro semestre de 2023, as articulações foram voltadas para alinhar o financiamento dos Consórcios Interfederativos entre estados e municípios. Assim, deliberações sobre serviço de transporte sanitário não foram concluídas. No segundo semestre, foram realizadas atividades que culminaram com a implantação do Consórcio do Vale do Açu, tais como articulação com sociedade médica e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Houve, também, avanço nas discussões sobre o Protocolo de intenções da 1ª Região de Saúde. Apesar dos esforços da gestão estadual, o andamento desta meta depende da disponibilidade dos gestores municipais e outras condicionantes que estão fora da governabilidade do Estado, tal como as agendas dos gestores, apoio federal e institucional de outros atores. As atividades terão continuidade em 2024.	
	01035 Implantar o projeto de Apoio Integrado às Regionais de Saúde e as Comissões Intergestores Regionais (CIRs), com vistas a fortalecer e ampliar a construção coletiva e participativa da gestão do SUS.	**Previsto: 1** **Método de Apuração: Projeto de apoio implantado.** **Realizado: 1** Renovação do projeto de incentivo financeiro de custeio para o aprimoramento das ações da gestão, planejamento e regionalização da saúde do RN, visando à organização e à governança da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS, conforme portaria número 3036 de 11 de novembro de 2020. A SESAP realizou a contratação e renovação do período de contrato destes apoiadores (12 meses) para atuar no fortalecimento das regiões de Saúde e Comissões Intergestores Regionais. Ao longo do ano de 2023, os	**CONCLUÍDA**

		apoiadores estiveram presentes nas regionais e contribuíram com o desenvolvimento de importantes projetos, tal como a análise de situação de saúde, levantamento de equipamentos e pontos da RAS, apoiaram o preenchimento de relatórios e outros documentos que subsidiaram a construção ascendente do PPA, PES e os projetos voltados à implantação da regionalização. Ademais, apoiaram municípios das regiões de saúde na obtenção de habilitação de equipamentos e unidades da RAS para melhoria da captação de recursos e financiamento do SUS.	
	01036 Implantar o Projeto Planificação da Atenção à Saúde - PlanificaSUS	**Previsto: 2** **Método de Apuração: Número de regiões de saúde com Projeto implantado.** **Realizado: 1** O PlanificaSUS é um projeto vinculado ao PROADI-SUS, em parceria com o Hospital Albert Einstein e o estado do RN aderiram ao mesmo somente para a IV Região de Saúde. Ao longo de 2023, foram realizadas as atividades previstas nas etapas 3, 3.2, 4.1, 4.2, 4.1, 8, 8.1, 8.2 e 8.3, do projeto, totalizando as ações da planificação nos 25 municípios do Seridó. No próximo quadriênio, a SESAP pretende implantar, de forma escalonada, a metodologia da planificação nas demais regiões de saúde do Estado.	**CONCLUÍDA**
	01038 Fortalecer e estruturar as URSAPs.	**Previsto: 2**	**CONCLUÍDA**

		Método de Apuração: Nº. de unidades reestruturadas **Realizado: 2** Com base na apuração realizada em Dezembro/2021, verificou-se concluídas as obras de reestruturação das URSAP's de Santa Cruz e São José de Mipibu.	

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00268 Criar uma política de desenvolvimento científico e tecnológico do SUS-RN, em parceria com as Universidades e os Institutos Federais, com apoio dos órgãos nacionais de fomento, e a cooperação dos organismos internacionais.

Total de Metas: 02 metas | Concluídas: 02 metas

AGENDA TRANSVERSAL	META	AÇÕES REALIZADAS	SITUAÇÃO
	01047 Firmar convênio com a UNESCO para captação de recursos externos.	**Previsto: 0** **Realizado: 0** A meta concluída no exercício de 2020, vem possibilitando a captação de recursos que viabilizaram a implementação de programas como o RN+Saúdavel, contratação de bolsistas e consultores na área de tecnologia da informação para apoio às ações de promoção à saúde bem como a manutenção de ações finalísticas deste programa.	**CONCLUÍDA**

	01049 Fortalecer a pesquisa científica, incentivando as parcerias com as instituições de ensinos, órgãos colegiados e órgãos de fomento à pesquisa e organismos internacionais para apoio ao SUS.	**Previsto: 0** **Realizado: 0** Foram firmados convênios com a Fundação de Apoio a Pesquisa no Rio Grande do Norte, com atuação de 29 pesquisadores bolsistas, atuando em todas as regiões do Estado, com os resultados apresentados no III Seminário para Exposição dos Projetos de Pesquisa em Desenvolvimento. Ao longo de 2023, tentou-se a renovação do projeto, mas em julho os contratos dos bolsistas foram encerrados em julho, não sendo possível realizar o aditamento contratual e continuidade das ações. As atividades foram focadas na elaboração de relatórios e prestação de contas do projeto.	**CONCLUÍDA**

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00275 Aprimorar a destinação e a utilização eficiente dos recursos estaduais e municipais (via consórcios) no fortalecimento da rede pública

Total de metas: 04 metas | Em Andamento: 01 meta | Paralisada: 01 meta | Não iniciada: 02 metas

AGENDA TRANSVERSAL	META	AÇÕES REALIZADAS	SITUAÇÃO
	01073 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais, que funcione com eficiência e permita a realização no tempo indicado dos	**Previsto: 25** **Método de Apuração: : Percentual de Compras Públicas Sustentáveis sobre o total das compras efetuadas pelo Município (uso de seu poder)** **Realizado: 0**	**NÃO INICIADO**

	procedimentos de saúde adequados aos cuidados de cada paciente.	Para os respectivos semestres ainda não foram implantadas políticas de compras públicas sustentáveis, no entanto, foram levantados os seguintes valores bimestralmente: 1º bimestre: R$29.143.556,45 2º bimestre: R$949.766,69 3º bimestre: R$648.898,50 4º bimestre: R$3.850.556,6 5º bimestre: R$7.875.505,42 6º bimestre: R$5.214.359,83 referente à aquisição de material de consumo (do tipo gêneros alimentícios, material de limpeza e higienização, expediente, copa e cozinha).	
	01586 Implantar uma política de consórcios, de base regional, que assegure uma integração de recursos (União, Governo do Estado e Municípios) na organização e gestão das ações de saúde em cada região, com racionalização na utilização dos recursos, melhoria da eficácia/eficiência/efetividade do sistema..	**Previsto: META SEM PREVISÃO PARA 2023** **Método de Apuração: % de regiões com consórcios instituídos** **Realizado: 1** Organização e articulação junto às regionais para a retomada da discussão sobre os consórcios nas regiões de saúde com o intuito de dar prosseguimento na instituição da carta de serviços e posteriormente elaboração do protocolo de intenções	**EM ANDAMENTO**
	01079 Ampliar o limite mínimo do Orçamento Geral do Estado para as ações e serviços de saúde de 12% para 15%.	**Previsto:** **Realizado:** Em 2022 foi aplicado em saúde pública 13,4%.	**NÃO INICIADO**

	01592 Viabilizar a implantação do serviço de transporte sanitário intermunicipal nas regiões de saúde	**Previsto: 50** **Método de Apuração:% de regiões com transporte sanitário implantado** **Realizado: 0** Em função da necessidade de articulção e financimanto interfederativos entre estados e municípios, estando no momento a discussão prioritariamente voltada para o financiamento dos CIS, o serviço de transporte sanitário ainda não entrou em pauta.	**PARALISADA**

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00279 Elaborar e implementar programa de investimentos na rede de saúde, incluindo a construção, reforma, ampliação de equipamentos, para tornar os serviços públicos do RN compatíveis com os padrões de qualidade já alcançados em outras realidades próximas.

Total de metas: 02 metas | Em Andamento: 02 metas |

AGENDA TRANSVERSAL	META	AÇÕES REALIZADAS	SITUAÇÃO
	01587 Qualificar a infraestrutura da SESAP, reformando, ampliando e/ou construindo as diferentes estruturas (Nível Central, Unidades Regionais de Saúde Pública, Escola de Saúde Pública, CEFOPE, Centro Estadual de Vigilância	**Previsto: 25%** **Método de Apuração: % de Unidades qualificadas e com infraestrutura adequada** **Realizado: 90%**	**EM ANDAMENTO**

	em Saúde, Unidades de Referência e Hospitalares, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos	Contrato com a EMKO CONSTRUÇÕES EIRELI para realização dos serviços necessários e Serviço de manutenção da estrutura física realizado através do contrato com a EMKO CONSTRUÇÕES EIRELI. Além dos 3 serviços concluídos, há 18 Ordens de Serviço em andamento, bem como, destaca-se que foram realizadas (ou estão em andamento) mais de: * 9 ações de reforma * 17 ações de manutenção em 18 unidades.	
	01589 Reestruturar e qualificar os Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar.	**Previsto: 2** **Método de Apuração: Número de unidades reestruturadas e qualificadas** **Realizado: 6** No primeiro bimestre de 2023, foram retomadas as ações para elaboração da Política Estadual de Atenção Hospitalar, e dessa forma, está sendo desenvolvido o levantamento de estabelecimentos de saúde do Estado do Rio Grande do Norte, por município. Sendo imprescindível para o mapeamento assistencial. Vale destacar, que foi desenvolvido anteriormente o mapa assistencial, o qual encontrava-se em esboço. Não obstante, será necessário realizar a atualização da perfilização das unidades hospitalares, bem como quantitativo de leitos operacionais, tendo em vista que houve alterações no ano de 2022. No segundo bimestre de 2023, foi dada continuidade ao levantamento de estabelecimentos de saúde do RN, de gestão municipal, dupla, filantrópica e privadas, referente aos leitos existentes pelo CNES e faturamentos ambulatoriais extraídos	**EM ANDAMENTO**

		no tabwin. Além disso, foi realizado o diagnóstico por estabelecimentos da Região de Saúde, que será solicitado contribuição e avaliação dos setores afins. No terceiro bimestre, considerando os dados coletados no semestre anterior, foi verificada a possibilidade com equipes para validação e revisão dos dados, considerando que a coleta de dados foi realizada pelo tabnet. Porém, algumas equipes não possuíam as informações requeridas. Dessa forma, a equipe encontra-se na etapa de validação de dados, como também de coleta de referenciais teóricos para subsidiar a escrita do Plano Estadual de Atenção Hospitalar. Vale destacar que o Hospital Geral João Machado, localizado em Natal, e Hospital Regional Tarcísio Maia, localizado em Mossoró, estão participando do Projeto de Contratualização do PROADI-SUS, no qual são abordadas metas referente a Política de Atenção Hospitalar. No 4º Bimestre, acerca da Política de Atenção Hospitalar, foram finalizados os instrumentos de coleta de dados quanto às unidades hospitalares em todo âmbito estadual por meio do CNES, bem como foi finalizada a matriz elaborada para avaliação das unidades, ambos instrumentos sendo essenciais também para as avaliação referente aos hospitais de pequeno porte. Dessa forma, será iniciada a etapa de validação de dados, como também de visitas técnicas. No 5º Bimestre foram divulgados juntamente ao Núcleo de Informações em Saúde (NIS) o banco de dados elaborados referentes a todas as unidades hospitalares do RN para validação de alguns dados, bem atualização de produções das unidades (Hospitais de Pequeno Porte - HPP) que foram realizadas visitas técnicas das quais podemos citar: Serra Negra, Lajes, Goianinha, Tenente Ananias e Patu. Além disso,	

		foi iniciada novas ações na perspectiva de análise bibliográfica de Políticas já existente no âmbito do território brasileiro, para identificação dos tópicos comuns nas referidas políticas e subsidiar o planejamento para a construção da Política Estadual de Atenção Hospitalar do RN a partir dos conteúdos imprescindíveis. Bem como há perspectiva futura para elaboração de um instrutivo e cronograma de elaboração que será divulgado para todas as áreas afins. No 6º bimestre foi concluído a revisão de literatura acerca das Políticas Estaduais de Atenção Hospitalar existentes no Brasil que subsidiou a identificação e construção de documentos acerca dos pontos imprescindíveis para construção da política do RN. Neste há o detalhamento dos tópicos identificados referente às políticas encontradas, detalhando como cada item foi desenvolvido. Além disso, foi iniciado o instrutivo e o cronograma de elaboração, que será dado continuidade ao decorrer do ano de 2024. Ademais, foi realizado após a avaliação do banco de dados citados no bimestre anterior, a construção do mapa assistencial da 1ª região de saúde, a fim de subsidiar análise territorial e demais providências. Ainda há previsto para 2024 a realização de oficinas nas macrorregiões de saúde do RN, conforme PAS, para melhor análise territorial e construção de um instrumento fidedigno à realidade estadual.	

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00247 Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios.

Total de Metas: 14 metas | Concluídas: 06 metas | Em andamento: 07 metas | Paralisada: 01 meta

AGENDA TRANSVERSAL	META	AÇÕES REALIZADAS	SITUAÇÃO
00008 Políticas para Criança e Adolescência	00962 Implantar e qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjunto de ações de saúde.	**Previsto: Meta Sem Previsão para 2023** **Método de Apuração: Nada consta** **Realizado: 2** A meta esteve em andamento do 1° ao 2° bimestre, sendo realizadas ações, tais como: a organização de capacitações para os profissionais enfermeiros e técnicos de enfermagem sobre a Triagem Biológica. No 3° bimestre a meta foi concluída, em que foram realizados 2 treinamentos da Coleta do Teste do Pezinho nas 2ª e 6ª regiões de saúde. Sendo assim, do 4° ao 6° bimestre em diante, a meta esteve sem previsão, justamente por já ter sido concluída.	**CONCLUÍDA**
00006 Políticas para Pessoa com Deficiência	1569 Ampliar e qualificar a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do RN, através da Ampliação de Modalidades dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) já existentes	**Previsto:** 1 **Método de Apuração: Método de Apuração:** Centro Especializados em Reabilitação (CER) habilitado (tipo IV - Auditiva, Física, Intelectual e Visual) **Realizado:** 5,50 Diligências sanadas e proposta reenviada para análise e aprovação do MS. O CER de São José do Mipibu teve sua ampliação publicada na Portaria n° 555, em 5 de maio de 2023, de CER III para CER IV. O CER APAE - Currais Novos foi habilitado, na modalidade CER II - Física e intelectual na portaria GM/MS Nº 748, DE 14 DE JUNHO DE 2023, GM/MS N 748, de 14 de junho de 2023. O CER Clínica Heitor Carrilho -	**CONCLUÍDA**

		Ampliação de modalidade de III- (Física, intelectual e visual) para CER IV - (Física, Intelectual, Auditiva e visual) pela portaria nº 713, de 12 de junho de 2023. É válido salientar que a meta foi alcançada no 3° bimestre.	
00006 Políticas para Pessoa com Deficiência	00964 Ampliar a cobertura da Triagem Auditiva Neonatal (TAN ou teste da orelhinha).	**Previsto: 25%** **Método de Apuração: % de cobertura da Triagem Auditiva Neonatal.** **Realizada: 6%** Habilitação de 02 (dois) serviços para execução da TAN: CER de Parnamirim e CER de Mossoró e 02 (dois) serviços tiveram modalidade ampliada de CER II para CER III, sendo o CER de Guamaré e Pau dos Ferros. Organização de proposta de ampliação de modalidade auditiva na 7ª Região de Saúde, sendo esta ampliação em um serviço municipal de Natal - Clínica Heitor Carrilho. Ampliação dos serviços da Clínica Heitor Carrilho para atender na modalidade auditiva, também, passando de CER III para CER IV e continuidade das ações para habilitar os demais serviços que irão compor a RCPD conforme plano regional/RN na modalidade auditiva e continuidade das ações para habilitar os demais serviços que irão compor a RCPD, conforme o plano regional/RN na modalidade auditiva.	**CONCLUÍDA**
00006 Políticas para Pessoa com Deficiência.	00966 - Ofertar aos usuários ostomizados e/ou incontinentes urinários e/ou fecais, a concessão de insumos de saúde (bolsas e adjuvantes) e atendimentos	**Previsto:** 25% **Método de Apuração:** % de usuários atendidos em relação ao % de usuários cadastrados. **Realizado:** 575	**EM ANDAMENTO**

	especializados por equipe multidisciplinar, nos CER habilitados na modalidade física	Atendimento aos usuários ostomizados e/ou incontinentes urinários e/ou fecais, por meio da concessão de insumos de saúde específicos. Continuam em tramitação de pagamento os processos SEI 00610561.000058/2022-42, 00610561.000059/2022-97, 00610561.000060/2022-11 e o 00610561.000061/2022-66. Atendimento aos usuários ostomizados e/ou incontinentes urinários e/ou fecais, por meio da concessão de insumos de saúde específicos. Os Processos SEI 00610561.000025/2023-83, 00610561.000024/2023-39, 00610561.000023/2023-94 e o 00610561.000022/2023-40 estão em tramitação em relação ao 4º Pedido para o alcance de 100% do planejamento de aquisição da ARP 92/2021. Em cumprimento a Portaria 400/2009, atender às Diretrizes Nacionais para a Atenção à Saúde das Pessoas Ostomizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS com a concessão de insumos específicos. Processo 00610561.000009/2023-91 para aquisição de bolsas de colostomia, urostomia e adjuvantes (o processo se encontra na Sesap-CPPT para análise de documentos); processo 00610561.000040/2023-21 para aquisição de bolsas de estomia e adjuvantes (solicitação de carona à ARP do Hospital Barão de Lucena - PE - processo localizado na COADI/SAS para ciência dos documentos acostados). Parecer técnico inserido no processo Sei nº 00610561.000009/2023-91, acerca das empresas o processo encontra-se na CPL para providências. Anulação do pré-empenho por falta de saldo na Ata no processo SEI 00610561.000040/2023-21. No mês de fevereiro de 2023 o setor esteve realizando levantamento de estoque para a devida atualização do quantitativo e, dessa forma, se articular para a solicitação do 4º pedido para alcançar a	

		meta prevista de 100% do planejamento inicial. Nesta etapa, todo quantitativo do 3º foi entregue.	
00006 Políticas para Pessoa com Deficiência	01570 Prestar atendimento em todas as áreas de reabilitação, através de equipe multiprofissional com prescrição, concessão e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM)	**Previsto:** 33 **Método de Apuração:** % de usuários atendidos em relação ao % de usuários cadastrados **Realizado:** 211 Foi iniciada a capacitação com as equipes multiprofissionais dos Centros Especializados em Reabilitação com a 1°, 2°, 3°, 5° e 7° região de saúde; realizado o curso Básico (OMS) de Prescrição de Cadeira de Rodas Padrão e o processo de entrega de órteses, próteses e cadeiras de rodas encontra-se em andamento no Cerae. Além das capacitações, por meio de equipe multiprofissional com prescrição, concessão e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM), foram iniciadas as capacitações de Parkinson e sobre o Autismo. Ademais, a Igreja firmou parceria com o CERAE/SESAP para doação de mais 500 cadeiras de rodas (de banho e padrão). O Processo SEI 00610939.000005/2022-04 para aquisição de meios auxiliares de locomoção está na CPPT para análise da Qualificação Técnica das Empresas ORTOPEDIA DO BRASIL (20944059) e VENDRAMINI (20944089), e processo SEI 00610939.000014/2022-97 para aquisição de próteses mamárias logrou êxito e já estão sendo entregues às pacientes. Além do processo licitatório que gerou a ARP 078/2022, também estão sendo entregues 200 cadeiras de banho doadas por meio da parceria da SESAP-CERAE/RN e a Igreja de Jesus Cristo dos Santos Últimos Dias.	**EM ANDAMENTO**

00006 Políticas para Pessoa com Deficiência.	00969 Apoiar a construção e habilitação junto ao Ministério da Saúde de 07(sete) Centros Especializados em Reabilitação nas modalidades II, III e IV para comporem a rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência no estado.	**Previsto: Meta sem previsão para 2023** **Método de Apuração:** **Realizado: 3** Visita técnica in-loco ao serviço e gestão local para alinhamentos das necessidades implantadas no serviço, conforme preconiza o instrutivo da RCPD para que seja encaminhado ao MS a proposta de habilitação; visita técnica in-loco ao serviço e gestão local de Currais Novos e Assu para alinhamentos das necessidades implantadas no serviço conforme preconiza o instrutivo da RCPD; realização de visita técnica de apoio aos serviços para o processo de habilitação junto ao MS. Ademais, o CER - Clínica Heitor Carrilho com ampliação de modalidade PARA cer IV - FÍSICO, INTELECTUAL, AUDITIVO E VISUAL; habilitação do CER II-Física e intelectual de Currais Novo e Continuidade da execução das ações contidas na PAS para apoio técnico à habilitação de novos serviços. É válido salientar que desde o 5° bimestre em diante a meta encontra-se sem previsão.	**PARALISADA**
00006 Políticas para Pessoa com Deficiência.	00971 Apoiar a habilitação junto ao Ministério da Saúde de 01 (uma) oficina ortopédica itinerante para compor a RCSPD na 6ª região de saúde.	**Previsto:** 1 **Método de Apuração:** Oficina habilitada. **Realizado:** 0 Trata-se de um caminhão adaptado para funcionar uma oficina ortopédica itinerante. Este veículo está em Pau dos Ferros e encontra-se em processo de habilitação junto ao MS. Ressaltamos que a SESAP solicitou via ofício para gestão municipal de Pau dos Ferros (prefeita) que o termo de desistência da referida oficina para que o Estado possa vincular a gestão de Guamaré com Gestão Estadual. As	**EM ANDAMENTO**

		tratativas para habilitação desta OO itinerante encontram-se indefinidas, considerando que ainda não foi definido sobre a gestão do equipamento, se será municipal ou estadual, e ainda, se será vinculada à OO fixa de Pau dos Ferros ou a de Guamaré. Estamos na expectativa de nova agenda sobre esta temática para definição.	
00006 Políticas para Pessoa com Deficiência.	00972 Apoiar a construção e habilitação junto ao Ministério da Saúde de 03 (três) oficinas ortopédicas fixas nas seguintes regiões de saúde: 3ª e 7ª região.	**Previsto:** 1 **Método de Apuração:** Número de Oficinas construídas e habilitadas **Realizado:** 3 A oficina ortopédica fixa da 3° região, vinculada ao CER de Guamaré está com 100% da obra construída, iniciou o processo de habilitação junto ao MS e está aguardando a publicação da Portaria de Habilitação. Quanto à construção da OO fixa vinculada ao CER de Macaíba, encontra-se em processo de superação de fase junto ao SISMOB. Quanto a oficina ortopédica do CER Estadual, foi instaurado o processo SEI 00610046.000757/2022-11 (Proposta SISMOB nº 14031.9550001/22-009), encontra-se na SIN/CPL para início do processo licitatório. Oficina Ortopédica Fixa a ser construída na área do CERAE/RN, vinculada ao CERV III Estadual, já teve sua ordem de serviço assinada. Processo 00610046.000757/2022-11, como o cronograma apresentado id. 23242023 e ordem de serviço id. 24039055, seguem os autos para programação orçamentária. A oficina ortopédica fixa da 3° região, vinculada ao CER de Guamaré está com a análise aprovada, no aguardo da portaria de habilitação junto ao SAIPS. A Oficina Ortopédica fixa a ser vinculada ao **CER estadual no CERAE/RN.** Proc. 00610046.000757/2022-11	**EM ANDAMENTO**

		(SIN) já com AVISO de LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO N° 031/2023-SIN. OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE OFICINA ORTOPÉDICA FIXA VINCULADA AO CENTRO DE REABILITAÇÃO INFANTIL E ADULTO. A Comissão Permanente de Licitação – CPL/SIN, no uso de suas atribuições, torna público que dará prosseguimento ao Certame, com a abertura dos Envelopes nº 02 - proposta de preços, no dia 09 de novembro de 2023. Proposta SISMOB nº 14031.9550001/22-009 - construção da oficina ortopédica, que tem como prorrogação de prazo para a superação da etapa ação preparatória até 30/03/2024 (SEI nº 23014109). A presente proposta contempla o valor de R$917.000,00 (novecentos e dezessete mil reais).	
	01571 Aumentar a cobertura de CAPS em 25% após 4 anos, considerando o ano-base 2019.	**Previsto:** 1,4 **Método de Apuração:** Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial -Caps (por 100 mil Hab) **Realizado:** 0 Retomada de construção dos Planos de Ação Regional de Saúde Mental com as URSAP que inclui a planilha de ampliação da RAPS (da I, II, IV, V, VII e VIII), aprovadas em CIR e em CIB; orientação aos municípios sobre o processo de abertura dos CAPS; retomada de construção dos Planos de Ação Regional de Saúde Mental com as URSAP que inclui a planilha de ampliação da RAPS (da I, II, IV, V, VII e VIII), aprovadas em CIR e em CIB e orientação aos municípios sobre o processo de abertura dos CAPS. Foi realizada reunião com o município de Vera Cruz para orientação da abertura do CAPS I. Quantidade atualizada de CAPS: 47. Não houve	**EM ANDAMENTO**

		abertura de CAPS no 3 e no 5° bimestre de 2023. O SAIPS foi aberto e com isso deu-se início a uma mobilização para solicitação dos serviços previstos na planilha de ampliação regional da RAPS (I,II, IV, V, VII e VIII), foi orientado que cada referência técnica da URSAP colocasse como pauta da CIR a abertura do SAIPS e o passo a passo de solicitação dos serviços. Realizada reunião com os Municípios de Passa e Fica para abertura do CAPS; reunião com os grupos condutores regionais da RAPS, sobre a proposta de abertura dos serviços previstos, nas seguintes regiões de saúde: I região, III região VII região (municípios, solicitando recurso para construção dos CAPS, conforme portaria 544 do MS). Realizada reunião com os municípios da III Região e pactuação na CIR do novo desenho de rede onde abrange abertura e qualificação de CAPS e reunião com os secretários da VI região para sensibilizar sobre a necessidade de abertura de novos serviços para cobrir os vazios assistenciais da região. A equipe continua nos processos de pactuação e articulação junto aos municípios para a ampliação do número de CAPS no RN. Foram lançadas propostas via PAC que ainda aguardam apreciação e autorização do Governo Federal. Adicionalmente, cumpre destacar que todas as 8 Regiões de Saúde aprovaram em CIR a planilha dos Planos de Ação Regional (PAR) que versa sobre ampliação da RAPS. Na fase atual de implementação do PAR, está aguardando o envio dos projetos e propostas pelos municípios para posterior análise do Núcleo Estadual de Saúde Mental.	
	01572 Melhorar os padrões sanitários e da infraestrutura da hemorrede. (01573 Fornecer assistência hematológica	**Previsto: (1572) 31 e (1573) 100**	**EM ANDAMENTO**

	e hemoterápica à população) A meta em 2021 era a 976 tendo sido desmembrada nas duas citadas acima. Na descrição das ações consta o monitoramento referente às duas metas citadas.	**Método de Apuração: (1572) % de padrões sanitários e infraestrutura melhorado e (1573) % do custeamento da manutenção da hemorrede** **1572 Realizado: 7,3%** **1573 Realizado: 57,66%** (1572) Esta meta previa melhorias nos padrões sanitários e da infraestrutura da hemorrede, visando alcançar 31% da rede com melhoria dos padrões definidos pela área técnica. O monitoramento foi realizado com base na execução financeira, sendo alcançada a meta ao longo dos demais anos, inclusive superada a meta em 2022, mas restou frustrada em 2023 em virtude de paralisação das obras vinculadas a esta meta. Também houve atrasos na execução da parcela referente à aquisição de equipamentos necessários. Nesse sentido, do total previsto para ser executado em 2023, ou seja, dos investimentos financeiros esperados, apenas 7,30% foi efetivamente despendido, correspondendo a investimentos totais de R$ 607.736,93. (1573) Esta meta previa custear assistência hematológica e hemoterápica à população, mediante manutenção dos serviços e melhoria da Hemorrede, bem como pela viabilização do atendimento da demanda de hemocomponentes. O cômputo da meta se deu em termos percentuais, vinculado à execução dos recursos orçamentários destinados ao objeto, porém a apuração se mostra inconsistente. Em 2023, foram aplicados aproximadamente R$ 23.852.240,24 (após corrigido o valor de 12,2% ref. 3º bimestre), e o somatório dos percentuais aplicados corresponde a 77,1% dos recursos. Com esses investimentos foi possível assegurar o atendimento da	

		demanda de hemocomponentes de 100% dos pacientes SUS no período de janeiro a dezembro de 2023, apesar de não se ter alcançado todas as melhorias pretendidas na hemorrede. No total, as duas metas analisadas (1572 e 1573) corresponderam a investimentos na ordem de R$ 24.459.977,17.	
	00980 Habilitar, junto ao Ministério da Saúde o Hospital Coronel Pedro Germano, a fim de assegurar seu custeio e inserção na rede de saúde do Estado.	**Previsto: 25** **Método de Apuração: Unidade habilitada com custeio assegurado.** **Realizado: 25%** Unidade inserida na rede de unidades hospitalares do Estado, conforme Termo de Cooperação entre Entes Estaduais renovado em 22 de novembro de 2021 e com custeio assegurado pelo Ministério da Saúde conforme Portaria MS nº 2.026 de 16 de agosto de 2019 no valor de R$ 7.816.604,77.	**CONCLUÍDA**
	01574 Fortalecer a Política de Saúde Bucal, estimulando os municípios a ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões de saúde..	**Previsto: 80** **Método de Apuração: % de cobertura da Saúde Bucal na Atenção Básica no RN.** **Realizado: 80,69** A meta de cobertura em 2023 era de 80%, estando superada desde 2022, quando alcançou 80,69%. Ao longo do ano, a área técnica conseguiu manter a cobertura dentro do patamar esperado, realizando ações no sentido de apoiar e fortalecer o programa SB Brasil, bem como o desenvolvimento do +APS Potiguar, estratégia de ampliação da Atenção Primária à Saúde no Rio Grande do Norte. Ademais, destaca-se o envolvimento da área técnica em reuniões com alguns municípios do estado sobre a Portaria nº 960, de 17/07/2023,	**CONCLUÍDA**

		que institui o Pagamento por Desempenho da Saúde Bucal na APS no âmbito do SUS. Destaca-se, também, esforços no sentido de realizar encontros presenciais, remotos e visitas técnicas aos municípios do estado levando os dados necessários para a análise da cobertura de saúde bucal, do indicador ligado ao Previne Brasil, financiamento e orientações para credenciamento de serviços e apoio e monitoramento (Centro de Especialidades Odontológicas, Equipes de Saúde Bucal e SESB). No entanto, frise-se que há uma discrepância em relação à cobertura de alguns municípios. De acordo com os dados apresentados, dos 167 municípios do estado, seis (06) deles não possuem a cobertura de 100% para as equipes de SB AB. Destes, quatro estão abaixo da meta estadual de 80% de cobertura. São eles: Natal (41,47%), Açu (65,00%), Parnamirim (65,32%) e Ouro Branco (71,68%).	
	00983 Implantar as Policlínicas Regionais, em parceria com os municípios, em gestão consorciada.	**Previsto: 6** **Método de Apuração: Número de Policlínicas Regionais implantadas.** **Realizado: 0** **Foi** Iniciado execução da obra de adequação da Policlínica Caicó e as demais encontram-se em processo licitatório. Quanto à policlínica de Caicó, já foram recebidos 40 equipamentos que visam a estruturação sendo: 21 aparelhos de ar condicionados de 18 mil BTU's, valor unitário de 3.070,00, valor total: R$: 64.470,00, 10 aparelhos de ar condicionados de 12 mil BTU's, valor unitário de 2.125,00, valor total: R$: 21.250,00, 09 aparelhos de ar condicionados de 24 mil BTU'S, valor unitário de 4.000,00, valor total: R$: 36.000,00. Os equipamentos totais somam um valor de R$: 121.720,00. Nova entrega de equipamentos permanentes feita em Caicó, para viabilizar a abertura.	**EM ANDAMENTO**

	01575 Operacionalizar a rede de hospitais, por meio da qualificação e estruturação de uma Política de Atenção Hospitalar no âmbito do Estado, com estruturação do programa de cirurgias eletivas	**Previsto: 1** **Método de Apuração: Política estruturada** **Realizado: 1** Meta sem Previsão para 2023	**CONCLUÍDA**

Programa: 2003 RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Objetivo: 00258 Estruturar um sistema unificado de regulação obedecendo os princípios da equidade

Total de metas: 08 metas | Concluídas: 03 metas | Em Andamento: 03 metas | Paralisada 02 metas

AGENDA TRANSVERSAL	META	AÇÕES REALIZADAS	SITUAÇÃO
	01016 Atualizar o projeto e implementar o complexo regulador metropolitano e implantar os complexos reguladores regionais assegurando a estrutura física e tecnológica.	**Previsto: META SEM PREVISÃO PARA 2023** **Método de Apuração: % de regiões com sistema de regulação unificado implantado.** **Realizada**: 0 Foi possível dar continuidade ao processo de implantação da Política Estadual a partir do Fortalecimento e estruturação das linhas de cuidado (vascular e o IAM) a partir da Central de Acesso às Portas Hospitalar - CAPH/SURUES. Houve a delegação para equipe da CMR leitos para elaboração de apresentação da situação atual dos complexos reguladores,	**PARALISADA**

		normativas e necessidades para regularização oficial no tocante às centrais regionais.	
	01581 Ampliar e qualificar ações de regulação do acesso aos serviços assistenciais do SUS e /ou conveniados à rede estadual saúde, incluindo consultas e exames especializados de média e alta complexidade, portas hospitalares e leitos clínicos e críticos.	**Previsto: 80** **Método de Apuração: % da Regulação do acesso implantada.** **Realizado: 40** 1ª AÇÃO - A regulação do NAE iniciou suas atividades em novembro de 2022 com a UROLOGIA. Em fevereiro houve a necessidade de inserir uma nova especialidade, no entanto o sistema apresentou inconsistências e a partir disso foi construído pela equipe de especialista da UGTSIC um novo sistema chamado REGULA NAE onde tem código próprio. Em fevereiro o sistema REGULA NAE entrou em funcionamento com a UROLOGIA e NEFROLOGIA; 2ª AÇÃO - LEVANTAMENTO DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS DE JANEIRO A FEVEREIRO 2023 SEGUNDO O SISTEMA DE INFORMAÇÃO HOSPITALAR -SIH 29.939 PROCEDIMENTO HOSPITALAR NO RN ; SENDO 18.374 PROCEDIMENTOS HOSPITALARES CARÁTER DE URGÊNCIA NO RN; SENDO 4.050 PROCEDIMENTOS HOSPITALARES sob GESTÃO ESTADUAL, E destes 3.413 procedimentos hospitalares em caráter de urgência SOB GESTÃO ESTADUAL; SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL - SIA SOB GESTÃO ESTADUAL: 8.424 TOMOGRAFIA: 2.117,RESSONÂNCIA MAGNÉTICA: 956, LITOTRIPSIA: 1.334, CINTILOGRAFIA /MEDICINA NUCLEAR IN VIVO: 143, CATETERISMO: 823 DENSITOMETRIA ÓSSEA: 28, PETCT: 11.920, TRATAMENTO EM ONCOLOGIA: 58.082,TRATAMENTO EM NEFROLOGIA: 1072, CIRURGIA	**CONCLUÍDA**

		SISTEMA OSTEOMUSCULAR: 460, CIRURGIA SISTEMA OSTEOMUSCULAR DE URGÊNCIA (FONTE DE INFORMAÇÃO SISTEMA SIA E SIH); 3ª AÇÃO - Sistemas de Regulação: Regula RN Leitos Gerais - regula UTI adulto, pediátrica e neonatal, leito clínico e vascular. SISREG - autorização de exames de média e alta complexidade, internamentos de urgência e eletivos. Site regulacaorn.com.br - regula a semana oncológica, a neurocirurgia, a ortopedia e a urologia. O sistema Regula Cirurgia - regula as cirurgias eletivas do Estado. O SIGUS - regula exames de alta complexidade e APAC de continuidade da oncologia e nefrologia, e litotripsia. REGULA AMBULATORIAL - regulação das densitometrias. 03 Capacitações/treinamentos: Regula Ambulatorial. Participação no enfrentamento às filas no corredor do HMWG/ PSCS. Em janeiro houve uma ampliação do serviço de regulação da CAPH para a macrorregião metropolitana. Iniciado a regulação das emergências das seguintes especialidades, Urologia, Nefrologia, Ortopedia, Vascular, urgência cirúrgica clínica e traumática e Pediatria; Em fevereiro iniciou-se a regulação dos pacientes do NAE (Nefrologia) e da Psiquiatria; Participação da atualização do protocolo da obstetrícia, realizamos um fórum da obstetrícia de toda Rede Materno Infantil - RMI, como intuito de divulgar o novo protocolo da RMI; No tocante a SURUES foram realizadas as seguintes atividades: - Núcleo de Apoio Especializados - NAE em elaboração da nota técnica da linha do AVC nas clinicas oncológicas,hematológicas e neurológica;	

		- CENTRAL DE ACESSO AS PORTAS HOSPITALARES - CAPH iniciou em abril o monitoramento do SISPAH nas unidades da 1ª macrorregião; Realizado visitas técnicas no Hospital Regional Josefa Alves Godeiro; - HRJAG, em João Câmara, Hospital Regional Lindolfo Gomes Vidal em Santo Antônio, Hospital Regional Telecila Freitas Fontes em Caicó e Hospital Regional Dr Mariano Coelho em Currais Novos de monitoramento do SISPAH; - Monitoramento do Projeto Sprint na Linha de Cuidados do IAM, em março projeto realizou 1 treinamento onde foram capacitados 35 profissionais, médicos e enfermeiros pertencentes às unidades de pronto atendimento e hospitais regionais e hospitais municipais. - realizado visitas técnicas a Upa Macaíba e Upa Parnamirim (com simulação realística). - Realizado visita técnica com simulação realística ao Hospital Regional Telecila Freitas Fontes; - Realizado o treinamento do Projeto Sprint e o manuseio do aplicativo Join para médicos, enfermeiros e estudantes de medicina; - Implantação do Projeto Sprint da Linha de Cuidado do IAM na 5ª regional de saúde no Hospital Monsenhor Expedito em São Paulo do Potengi; - Realizado o treinamento do Projeto Sprint e o manuseio do aplicativo Join no Hospital Monsenhor Expedito em São Paulo do Potengi para 36 enfermeiros, 02 médicos, 04 farmacêuticos, 26 técnicos em enfermagem, 02 gestores da unidade hospitalar; No tocante a SURASS informamos que foram solicitadas as renovações de vigência dos contratos assistenciais de alta	

		complexidade ambulatorial, para renovação de vigência a partir da competência. MAIO 2023 : especialidades: diagnóstico, oncologia , terapia Renal Substitutiva - TRS, Cirurgias Vasculares, UTI Judicializado Hospital Rio Grande; Contrato formalizado Tomografia Computadorizada com Sedação Hospital Infantil Varela Santiago; Foi realizado levantamento de procedimentos realizados de março a abril 2023 e segundo o sistema de informação SIH foram realizados 33.106 procedimentos hospitalares no RN. SENDO 19.884 - em carater de urgência no RN; 4.717 sob gestão estadual e destes 4.007 sendo urgência; 398 cirurgia osteomuscular, destes 334 sendo de urgência; No SIA SOB GESTÃO ESTADUAL: 7.380 TOMOGRAFIA; 2234 RESSONÂNCIA MAGNÉTICA; 1.260 LITOTRIPSIA; 1.641 CINTILOGRAFIA; 160 CATETERISMO; 1.963 DENSITOMETRIA ÓSSEA; 19 PETCT; 11.936 TRATAMENTO EM ONCOLOGIA; 60.841 TRATAMENTO EM NEFROLOGIA; Encontros do Projeto de Fortalecimento da Regulação e Contratualização dos Serviços de Saúde em parceria com o Hospital Sirio Libanes; No tocante a SURA foram realizadas a atividades de: durante os meses de março e abril de 2023: 16.603 regulações no sistema SISREG hospitalar; 13 treinamentos com municípios e hospitais sobre cirurgias eletivas; 3.576 avaliações em cirurgia ortopédica; 1.599	

		consultas pré-operatórias em cirurgia geral; 67 consultas pré-operatória em cirurgia vascular; 16 consultas pré procedimentos de angioplastia e arteriografia; 186 consultas pré-operatórias em neurocirurgia; No que se refere à regulação de leitos, no momento o sistema não está apresentando os dados do segundo bimestre. No tocante a SURACSS: realizado levantamento de procedimentos realizados maio e junho 2023 segundo o SIH: 35.944 procedimentos hospitalares no RN; SENDO: 21.694 em carater de urgência NO RN; 5.294 sob gestão estadual, destes, 4.037 urgência; 495 CIRURGIA OSTEOMUSCULAR, destes 365 procedimentos de urgência; SIA sob gestão estadual: 8.150 TOMOGRAFIA; 2.227 RESSONÂNCIA MAGNÉTICA; 592 LITOTRIPSIA; 1.552 CINTILOGRAFIA; 179 CATETERISMO; 1.602 DENSITOMETRIA ÓSSEA; 81 PETCT; 12.196 TRATAMENTO EM ONCOLOGIA; 62.465 TRATAMENTO EM NEFROLOGIA; (FONTE DE INFORMAÇÃO SISTEMA SIA E SIH); Encontros do Projeto de Fortalecimento da Regulação e Contratualização dos Serviços de Saúde em parceria com o Hospital Sírio Libanês; Foi possível dar continuidade ao processo de implantação da Política e Estadual a partir do Fortalecimento e estruturação das linhas de cuidado (vascular e o IAM) a partir da Central de	

		Acesso às Portas Hospitlar - CAPH/SURUES; No tocante a SURACSS : LEVANTAMENTO DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS JULHO 2023 SEGUNDO O SISTEMA DE INFORMAÇÃO HOSPITALAR -SIH: 36.148 PROCEDIMENTOS HOSPITALARES NO RN, SENDO 14.370 PROCEDIMENTOS HOSPITALARES SOB GESTÃO ESTADUAL, DESTES 20.641PROCEDIMENTOS HOSPITALARES EM CARÁTER DE URGÊNCIA NO RN E 9.592 PROCEDIMENTOS DA REDE ESTADUAL. SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL SIA SOB GESTÃO ESTADUAL: 14.978 TOMOGRAFIA; 2.016 RESSONÂNCIA MAGNÉTICA; 1.116 LITOTRIPSIA; 1.790 CINTILOGRAFIA; 184 CATETERISMO; 1.173 DENSITOMETRIA ÓSSEA; 67 PETCT; 27.108 HEMOTERAPIA, 12.621 TRATAMENTO EM ONCOLOGIA; 62.826 .TRATAMENTO EM NEFROLOGIA; (FONTE DE INFORMAÇÃO SISTEMA SIA E SIH); Esclarecemos que os dados podem sofrer alterações, tendo em vista que as produções podem ser reapresentadas até três meses de competências anteriores. Encontros do Projeto de Fortalecimento da Regulação e Contratualização dos Serviços de Saúde em parceria com o Hospital Sírio Libanês; Sobre o Monitoramento Bimestral PPA 2023 - 4º Bimestre (JULHO/AGOSTO), informamos que a SURACSS atualizou as	

		informações referente ao 3º bimestre/2023 . Quanto ao preenchimento da planilha para atualização das metas do PPA 2020-2023, do período de JULHO/AGOSTO/2023, esclarecemos que , no que tange à produção Sistema de Informação Ambulatorial e Sistema de Informação Hospitalar, informamos os dados disponibilizados pelo DATASUS/MS, referente a competência JULHO E AGOSTO 2023. "SURUES 1ª Ação: Publicada as Notas técnicas de Queimados, AVE, Morte Encefálica (glasgow) e Nota informativa do Fluxo do acidentes em águas profundas; 2ª Ação: Apresentação do fluxo do AVE no HMWG e Atualização da Nota técnica da Cirurgia Geral; 3ªAção: Realizado o Fórum das Urgências e Participação do Congresso de Brasileiro de Cardiologia com a apresentação de 2 trabalhos de Implantação da Linha de Cuidado do IAM no RN pelo Projeto Sprint, com 200 vidas salvas.CAPH 4ªAção: Realizado a ampliação do espaço físico da CAPH e Iniciado as discussões sobre a regulação da Obstetrícia da Região Oeste; 5ªAção: Realizado Monitoramento do SISPAH nas UPAs de Natal, Unidade Mista de Mãe Luiza, na Unidade de Brasília Teimosa e Maternidades Leide Morais e Hospital Dr Pedro Bezerra. 6ªAção: Atendimento realizados(set a out) pela CAPH de Obstetrícia 2.891, Ped 913,Cli.Vascular/Nefro/Neuro/Card/Uro 468, Orto 2.396 e Cir.Geral 2.031. REGULA NAE 7ªAção: Iniciado discussão sobre a Oncologia do Oeste no Nae, é realizado Monitoramento do sistema do Regula NAE (Upas de Natal e Hospital Pedro Bezerra). 8ªAção: Atendimentos realizados (set a out) pelo NAE, Uro 497, Nefro 300, Ped 310 e Cir. Vascular 10, totalizando 1.117.	

		No tocante a SURACSS : LEVANTAMENTO DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS SETEMBRO 2023 SEGUNDO O SISTEMA DE INFORMAÇÃO HOSPITALAR - SIH: 14.370 PROCEDIMENTOS HOSPITALARES NO RN, SENDO: 7.075 PROCEDIMENTOS PROCEDIMENTOS HOSPITALARES SOB GESTÃO ESTADUAL, DESTES 9.788 PROCEDIMENTOS HOSPITALARES EM CARÁTER DE URGÊNCIA NO RN E 4.596 PROCEDIMENTOS HOSPITALARES DE URGÊNCIA DA REDE ESTADUAL. SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL SIA SOB GESTÃO ESTADUAL: 6.710 TOMOGRAFIA; 1.106 RESSONÂNCIA MAGNÉTICA; 584 LITOTRIPSIA; 623 CINTILOGRAFIA; 92 CATETERISMO; 481 DENSITOMETRIA ÓSSEA; 50 PETCT; 14.322 HEMOTERAPIA; 639 MEDICINA NUCLEAR; 6.389 TRATAMENTO EM ONCOLOGIA; 31.162 TRATAMENTO EM NEFROLOGIA; Esclarecemos que os dados podem sofrer alterações, tendo em vista que as produções podem ser reapresentadas até três meses de competências anteriores. 17º Encontros do Projeto de Fortalecimento da Regulação e Contratualização dos Serviços de Saúde em parceria com o Hospital Sírio Libanês;	

	01020 Instituir a contratualização entre a gestão e as unidades próprias da SESAP.	**Previsto: 25%** **Método de Apuração: % de unidades contratualizadas em relação ao % de unidades existentes.** **Realizado: 2%** Referente aos PCEP's os repasses foram realizados com a vigência de até 28/07/2023, e o processo de renovação dos referidos documentos. Foi agendada a reunião para levantamento da população ambulatorial e hospitalar físico/financeiro, assim como a capacidade instalada de infraestrutura de RH dos hospitais. Finalização das assinaturas coletadas através do TABWIN, para atualizações que compõem os instrumentos. Dentro do PROADI - SUS avançamos no projeto fortalecimento das áreas de regulação e apoio à contratualização na SESAP, coordenado pelo Hospital Sírio Libanês. Bem como a elaboração da contratualização dos serviços próprios através do Termo de Cooperação entre a Gestão e as Unidades Próprias - tendo o Hospital Regional Dr. Tarcísio Maia em Mossoró e o Hospital Geral Dr. João Machado em Natal, como unidades laboratoriais. Em seguida, foi disponibilizado por meio de acesso externo os protocolos para assinatura dos Secretário municipais e Secretaria de Estado, a fim de subsidiar publicação em DOE e posterior encaminhamento ao MS, com a finalidade de manter o repasse de recursos. O Termo de Cooperação foi elaborado e aprovado pela Assessoria Jurídica e Núcleo Dirigente da SESAP, encontra-se em fase final de ajustes visando a assinatura dos 02 (dois) hospitais laboratórios (HGJM e HRTM) e pela gestão. Ficando a aplicação para as demais unidades no anos de 2024 após apresentação e validação do mesmo Finalizamos o ano de 2023 com as assinaturas no dia 24/11/23 pelos hospitais e laboratórios contemplados pelo projeto PROADI- SUS bem como a portaria para execução, posteriormente também será necessário a revisão e ajustes e ainda divulgação para as demais unidades hospitalares da rede	**EM ANDAMENTO**

		SESAP, a fim de subsidiar a implantação, já o PCEP's o mesmo foi assinado e está em execução.	
	01021 Reestruturar o Componente Estadual de Auditoria.	**Previsto: 1** **Método de Apuração: Sistema reestruturado** **Realizado: 1** Destaca-se a necessidade de mais auditores, portanto é aguardado um concurso público. Solicitado pessoal e carro em condições para ir ao serviço. Abertura de processo para participação em congresso como forma de atuação profissional de 04 auditores. Tramita no SEI, o processo de n°. 00610827.000028/2022-78 o qual versa sobre a oferta de um curso de qualificação dos servidores da Auditoria. Em análise pela Coordenação da CORSA para prosseguir com os demais andamentos.	**PARALISADA**
	01022 Assegurar a atenção aos pacientes que necessitem de tratamento fora do domicílio, de forma integral e equânime.	**Previsto: 25** **Método de Apuração: % de usuários com TFD assegurado.** **Realizado: 25%** Continuidade de avaliação da junta médica para inserção no TFD de usuários que estão dentro dos critérios estabelecidos na ajuda de custo e em tratamento em Recife/Pe com fornecimento de passagens áreas nos respectivos bimestres: 2° bimestre: 122 ; 3º bimestre: 122; 4° bimestre: 162; 5° bimestre:136;	**CONCLUÍDA**
	01023 Aumentar a captação de doadores para 13 para cada 1 milhão de habitantes, por meio do fortalecimento e manutenção	**Previsto: 13** **Método de Apuração: nº de doadores por milhão de população** **Realizado: 11,8**	**EM ANDAMENTO**

	das ações da Central de Notificação, Captação e Doação de Órgãos.	Neste Bimestre, as ações estiveram voltadas à conscientização sobre a doação de órgãos, através de divulgações constantes na mídia, tais como entrevistas em rádio e televisão. Curso de capacitação em diagnóstico de Morte Encefálica e Doação de órgãos realizadas em Março de 2023 no Hospital Rio Grande e reestruturação das instalações da OPO, renovacao de cadastramento de equipe de transplante de córnea e credenciamento de nova equipe de transplante de Medula óssea. Em julho e agosto foram realizados os seguintes cursos e eventos: 17.07 e 20/07 - Curso sobre doação de córneas - quem pode doar? Local: Hospital do coração. 29/07 - Curso de atualização em Banco de Olhos - Local: Prontoclinica de Olhos 12/08: curso de capacitação CET/OPO. Local: hospital do coração Foi realizada a campanha setembro verde, bem como outras atividades de educação permanente na temática de doação de órgãos e tecidos, além da manutenção das ações da SUETO/CORSA. Em setembro houve a participação de 03 (três) servidores da SUETO/CORSA no Congresso ABTO, visando atualização profissional e apresentação de trabalho científico. No 6º bimestre foram realizadas atividades de educação permanente na temática de doação de órgãos e tecidos, além da manutenção das ações da SUETO/CORSA. Além disso, foram realizadas renovações de hospitais para realização de transplantes de órgãos e tecidos.	
	01582 Ampliar a cobertura do SAMU 192 RN em todas as regiões de saúde, por	**Previsto: 4,5%** **Método de Apuração: % da cobertura do SAMU RN 192** **Realizado: 14,83%**	**EM ANDAMENTO**

	meio da repactuação de recursos junto aos municípios..	As ações desenvolvidas marcaram a aproximação com várias municipalidades, no sentido de dar continuidade para a execução do serviço de ampliação do SAMU 192/RN. Tal aproximação possibilitou que o projeto de expansão fosse apresentado a vários gestores, os quais levaram as idéias para maturação e discussões no âmbito dos seus respectivos municípios. Observado o incremento de 02 municípios no bimestre anterior, o quarto bimestre foi marcado pela retomada de discussões em outras áreas, com reuniões agendadas para o mês de setembro e a perspectiva otimista de concretização de pactuações no mês de outubro. Observado o incremento de 02 municípios em semestres anteriores, no quinto bimestre, em que pese não ter havido o incremento de novos municípios, ocorreram reuniões, cujos frutos se espera colher no semestre final.	
	01025 Ampliar a oferta de leitos de UTI SUS em hospitais públicos, através de obras de expansão e reestruturação dos hospitais da rede.	**Previsto: META SEM PREVISÃO PARA 2023** **Método de Apuração: Número de leitos de UTI implantados** **Realizado: 0** As ações de implantação de leitos de UTI foram finalizadas no 1º semestre de 2022. É válido destacar que foram implantados (114) leitos de UTI na pandemia da COVID-19, e os mesmos permaneceram como legado da pandemia. Descrição dos leitos: 20 UTI no HRTM, 10 UTI no HRF, 10 do HRS, 6 UTI no HRMC, 22 UTI no HGT, 20 UTI no HGJM, 6 UTI no HCCPG, 10 no HRAMF e 10 no HRNIS.	**CONCLUÍDA**

4. ANÁLISE DAS INICIATIVAS - PROGRAMAS E DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A avaliação das iniciativas através da execução orçamentária no exercício de 2023, assume importância fundamental para a análise do Plano Plurianual (PPA), no sentido de observar a viabilização e a realização do plano, bem como orientação de eventuais ajustes no aspecto orçamentário. Desse modo, foram elaboradas tabelas vinculando as Iniciativas aos Programas, bem como as Ações e suas execuções (Despesa Projetada x Despesa Realizada x Indicador do Programa) no ano de referência.

PROGRAMA: 2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

PROGRAMA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
2002 - RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	**27.100.482,17**	**18.556.292,75**	**68,5%**

O programa 2002 - RN Saudável: promoção e vigilância em saúde vincula-se aos objetivos **00181** (Reduzir mortes e adoecimentos por causas evitáveis e condições imunopreveníveis), **00228** (Fortalecimento e qualificação das ações de vigilância no SUS para proteger as pessoas contra os riscos de adoecimento e morte e situações que ameaçam a vida e à saúde), **00191** (Promover o acesso da população à vida saudável, por meio da implantação do Programa RN + Saudável) e **00286** (Fortalecer as práticas de Controle Social no Sistema Único de Saúde), tendo uma despesa prevista de R$ 27.100.482,17, com um indicador de execução orçamentária do programa de 68,5% (18.556.292,7). O detalhamento da execução pode ser observada por objetivo nos tópicos abaixo:

OBJETIVO: 00181 Reduzir mortes e adoecimentos por causas evitáveis e condições imunopreveníveis.

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
2412 Fortalecimento da Política de Vigilância e Prevenção das IST/AIDS e Hepatites Virais	799 Fortalecimento das ações de vigilância, prevenção e controle das IST/AIDS e Hepatites Virais	1.439.000,00	572.671,29	39,8%

A iniciativa foi a 799 (Fortalecimento das ações de vigilância, prevenção e controle das IST/AIDS e Hepatites Virais), tem como subação o Fortalecimento da Política de Vigilância e Prevenção das IST/AIDS e Hepatites Virais (241201), teve despesa prevista de R$ 1.439.000,00, porém a despesa realizada foi de R$ 572.671,29, logo, o indicador de execução (Despesa prevista/Despesa Realizada) corresponde a 39,8%. Ressalta-se que chegou a um resultado abaixo do esperado tendo em vista a morosidade na tramitação dos processos de deepesas.

OBJETIVO: **00228 Fortalecimento e qualificação das ações de vigilância no SUS para proteger as pessoas contra os riscos de adoecimento e morte e situações que ameaçam a vida e à saúde.**

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
2385 Manutenção da Rede de Laboratórios	1276 Fortalecimento da Rede de Laboratório de Saúde Pública.	10.142.176,02	8.482.052,40	83,6%
2417 Fortalecimento das Ações de Vigilância e Atenção Integral à Saúde do Trabalhador	1277 Fortalecimento das ações integradas de promoção, prevenção de agravos e vigilância da saúde do trabalhador.	934.240,64	677.582,24	72,5%
2414 Fortalecimento e Operacionalização das Ações de Vigilância Sanitária	1280 Fortalecimento das ações de vigilância sanitária	1.883.000,00	1.049.148,77	55,7%

A iniciativa 01276 (Fortalecimento da Rede de Laboratório de Saúde Pública), tem como subação vinculada a "Manutenção da Rede de Laboratórios" (238501) com despesa prevista de R$ 10.142.176,02, tendo sido executada R$ 8.482.052,40, o que corresponde a um indicador de execução em 83,6%. Desse modo, observa-se que, orçamentariamente, foram executadas as ações previstas para o exercício.

A iniciativa 01277 (Fortalecimento das ações integradas de promoção, prevenção de agravos e vigilância da saúde do trabalhador), tem como subação vinculada a de "Fortalecimento das Ações de Vigilância e Atenção Integral à Saúde do Trabalhador" (241701) com despesa prevista de R$ 934.240,64, tendo sido executada R$ 677.582,24, o que corresponde a um indicador de execução de 72,5%. Logo, ressalta-se que foram executados os recursos orçamentários destinados às ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador previstos para o exercício de 2022.

A iniciativa 01280 (Fortalecimento das ações de vigilância sanitária), tem como subação o "Fortalecimento e Operacionalização das Ações de Vigilância Sanitária" (241401), com despesa prevista de R$ 1.883.000,00, tendo sido executado R$ 1.049.148,77, correspondendo a um indicador de execução de 55,7%, o qual não obteve êxito em decorrência da tramitação processual vinculados à esta subação.

OBJETIVO: **00191 Promover o acesso da população à vida saudável, por meio da implantação do Programa RN + Saudável.**

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
2413 Integração e Operacionalização das Práticas de Promoção e Vigilância em Saúde	818 Implantação e implementação de serviços e ações de vigilância em saúde, incluindo apoio técnico, logístico e financeiro.	11.903.000,00	7.284.656,85	61,2%
2415 Estruturação e Implementação de Ações de Alimentação e Nutrição	1268 Fortalecimento das ações de estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição.	110.000,00	46.743,26	42,5%

A iniciativa 00818 (Implantação e implementação de serviços e ações de vigilância em saúde, incluindo apoio técnico, logístico e financeiro), tem como subação Integração e Operacionalização das Práticas de Promoção e Vigilância em Saúde (241301) com despesa prevista de R$ 11.903.000,00 tendo sido executado, R$ 7.284.656,85, o que corresponde a um indicador de execução de 61,2%. Logo, ressalta-se que os recursos orçamentários destinados às ações de promoção e vigilância em saúde foram executados. Todavia, devido a morosidade na tramitação processual de aquisições vinculadas ao objetivo da subação e a realização de excesso de arrecadação devido o valor repassado pelo Ministério da Saúde, o % de execução ficou abaixo do esperado.

A iniciativa 01268 (Fortalecimento das ações de estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição), tem como subação Estruturação e Implementação de Ações de Alimentação e Nutrição (241501) com despesa prevista de R$ 110.000,0 tendo sido executado R$ 46.743,2, o que corresponde a um indicador de execução de 42,5%. Desse modo, os recursos orçamentários destinados à estruturação e implementação das ações de alimentação e nutrição não foram executados em sua totalidade devido a tramitação dos processos administrativos.

OBJETIVO**: 00286 Fortalecer as práticas de Controle Social no Sistema Único de Saúde.**

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
1244 Implantação e Implementação do Sistema Estadual de Ouvidoria	1531 Apoio a expansão da rede de ouvidoria	2.000,00	0,00	0,0%
2042 Fortalecimento do Controle Social do SUS	1533 Reestruturação e qualificação do Conselho Estadual de Saúde	687.065,51	443.437,94	64,5%

A iniciativa 1531 (Apoio a expansão da rede de ouvidoria), tem como subação a “Implantação e Implementação do Sistema Estadual de Ouvidoria” (12440) com despesa prevista de R$ 2.000,00, não executando os recursos disponíveis uma vez que as ações realizadas para Implantação e Implementação do Sistema Estadual de Ouvidoria não necessitaram de recursos financeiros no ano de 2023.

A iniciativa 01533 (Reestruturação e qualificação do Conselho Estadual de Saúde), tem como subação “Fortalecimento do Controle Social do SUS” (204201) com despesa prevista de R$ 687.065,51, tendo sido executado R$ 443.437,94 o que corresponde a um indicador de execução de 64,5%. Portanto, apesar do % de execução, houve um aumento da despesa realizada quando comparado à execução de 2022 (R$ 215.867,12).

PROGRAMA: 2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

PROGRAMA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
2003 - RN SAUDÁVEL: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	2.707.588.270,25	2.402.467.342,64	88,7%

O programa 2003 - RN Saudável: Atenção integral à saúde vincula-se aos objetivos **00179** (Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil), **00248** (Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios), **00256** (Ampliar e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito de uma Política Estadual, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes), **00267 (**Implantar Políticas Prioritárias), **00266** (Organizar sistema de apoio à gestão e aos municípios: com vistas ao processo de regionalização e

organização das redes de atenção), **00268 (**Criar uma política de desenvolvimento científico e tecnológico do SUS-RN, em parceria com as Universidades e os Institutos Federais, com apoio dos órgãos nacionais de fomento, e a cooperação dos organismos internacionais), **00271** (Fortalecer a Gestão do Trabalho, instituindo uma política de pessoal que valorize os profissionais de saúde e instaure processos de participação com responsabilização com o desenvolvimento de uma rede estadual de educação permanente, envolvendo as universidades e instituições públicas de ensino em saúde, com ofertas que propiciem a capacidade de intervenção desses profissionais no atendimento das necessidades de saúde da população), **00275** (Aprimorar a destinação e a utilização eficiente dos recursos estaduais e municipais, via consórcios, no fortalecimento da rede pública), **00279** (Elaborar e implementar programa de investimentos na rede de saúde, incluindo a construção, reforma, ampliação de equipamentos, para tornar os serviços públicos do RN compatíveis com os padrões de qualidade já alcançados em outras realidades próximas),**00247** (Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios) e **00258** (Estruturar um sistema unificado de regulação obedecendo os princípios da equidade). Para o programa 2003 havia uma despesa prevista de R$ 2.707.588.270,25, com um indicador de execução orçamentária do programa de 88,7% (2.402.467.342,64). O detalhamento da execução pode ser observada por objetivo nos tópicos abaixo:

OBJETIVO**: 00179 Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil.**

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
NÃO ORÇAMENTÁRIA	00564 Qualificação da gestão e dos profissionais e implantação do apoio integrado aos municípios	0,00	0,00	-

A iniciativa 00564 (Qualificação da gestão e dos profissionais e implantação do apoio integrado aos municípios), não possui execução orçamentária prevista para o exercício de 2023.

OBJETIVO**: 00248 Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios.**

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
2416 Fortalecimento das Ações de Promoção da Saúde na Atenção Básica	1324 Implantação do Programa de Qualiicação da Politica Estadual de Atenção Primária.	17.962,15	744,80	4,1%
2391 Manutenção dos Serviços de Atenção Domiciliar	1325 Expansão e Fortalecimento do Serviço de Atenção Domiciliar	18.595.241,22	14.660.882,96	78,8%

A iniciativa 01324 Implantação do Programa de Qualificação da Política Estadual de Atenção Primária, tem como subação o "Fortalecimento das Ações de Promoção da Saúde na Atenção Básica" (241601), com despesa prevista R$ 17.962,15 , tendo sido executado R$ 744,8 o que corresponde a um indicador de execução de 4,1%. Deste modo, destaca-se a não execução dos recursos previstos tendo em vista a tramitação dos processos de despesas.

A Iniciativa 01325 Expansão e Fortalecimento do Serviço de Atenção Domiciliar, tem como subação Manutenção dos Serviços de Atenção Domiciliar (239101), com despesa prevista de R$ 18.595.241,22, tendo sido executado R$ 14.660.882,96, o que corresponde a um indicador de execução de 78,8%. Portanto, foram executados orçamentariamente os recursos destinados às ações de operacionalização e manutenção dos serviços de Atenção Domiciliar.

OBJETIVO**: 00256 Ampliar e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito de uma Política Estadual, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes.**

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
2411 Distribuição de Medicamentos, Produtos Nutricionais e Material Médico-Hospitalar	1329 Viabilização do acesso da população em tempo oportuno aos medicamentos de dispensação dos componentes da Assistência Farmacêutica, em caráter regional.	55.909.945,47	53.778.227,86	96,2%
NÃO ORÇAMENTÁRIA	01331 Instituição de Consórcios, Protocolos, Convênios e Termos de Cooperação entre Entes Públicos	0,00	0,00	-
216901 Implantação e Operacionalização da Política e Gestão da Assistência Farmacêutica - SEM EXECUÇÃO EM 2022	01332 Criação da Coordenação Estadual de Assistência Farmacêutica.	0,00	0,00	-

A iniciativa 01329 (Viabilização do acesso da população em tempo oportuno aos medicamentos de dispensação dos componentes da Assistência Farmacêutica, em caráter regional), tendo duas subações: a subação “Distribuição de Medicamentos, Produtos Nutricionais e Material Médico-Hospitalar” (241101) com a despesa prevista de R$ 55.909.945,47, tendo sido executado o total de R$ 53.778.227,86 o que corresponde a 96,2%, observa-se um resultado satisfatório garantindo então o acesso da população aos medicamentos de dispensação dos componentes da Assistência Farmacêutica.

As iniciativas 01331 (Instituição de Consórcios, Protocolos, Convênios e Termos de Cooperação entre Entes Públicos) e 01332 (Criação da Coordenação Estadual de Assistência Farmacêutica), não possuem execução orçamentária no exercício de 2023.

OBJETIVO**: 00267 Implantar Políticas Prioritárias**

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
196701 Implantação e implementação de ações e serviços de saúde voltados ao envelhecimento da população - SEM EXECUÇÃO EM 2023	01461 Implantação e implementação de ações e serviços de saúde, voltados ao envelhecimento saudável da população.	0,00	0,00	-

A iniciativa 01461 (Implantação e implementação de ações e serviços de saúde, voltados ao envelhecimento saudável da população), tem como subação a "Implantação e implementação de ações e serviços de saúde voltados ao envelhecimento da população" (196701), a qual não possui execução orçamentária prevista para o exercício de 2023.

OBJETIVO**: 00265 Aprimorar práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, assentada na regionalização.**

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
NÃO ORÇAMENTÁRIA	01439 Estabelecimento de mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação de desempenho das instâncias estaduais do SUS.	0,00	0,00	0%

A iniciativa 01439 (Estabelecimento de mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação de desempenho das instâncias estaduais do SUS), não possui execução orçamentária prevista para o exercício de 2023.

OBJETIVO**: 00266 Organizar sistema de apoio à gestão e aos municípios: com vistas ao processo de regionalização e organização das redes de atenção.**

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
1016 Coordenação e Operacionalização do Sist. de Planejamento e Gestão Estratégica e Participat	1450 Estabelecer mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação de desempenho das instâncias estaduais do SUS.	115.000,00	48.735,12	42,4%

A iniciativa 01450 (Estabelecer mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação de desempenho das instâncias estaduais do SUS), tem como subação Coordenação e Operacionalização do Sist. de Planejamento e Gestão Estratégica e Participativa do SUS (101601), com despesa prevista de R$ 115.000,00, tendo executado R$ 48.735,12, o que corresponde a um indicador de execução de 42,4%. Observa-se que os recursos não foram executados tendo em vista que as ações vinculadas ao planejamento não demandaram execução orçamentária em sua totalidade.

OBJETIVO**: 00268 Criar uma política de desenvolvimento científico e tecnológico do SUS-RN, em parceria com as Universidades e os Institutos Federais, com apoio dos órgãos nacionais de fomento, e a cooperação dos organismos internacionais.**

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
NÃO ORÇAMENTÁRIA	01467 Instituição de Consórcios, Protocolos, Convênios e Termos de Cooperação entre Entes Públicos.	0,00	0,00	-

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
116501 Fortalecimento do Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Áreas de Pesquisa - SEM EXECUÇÃO EM 2023	01468 Implantação do Núcleo de Economia da Saúde, de Informações Estratégicas, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.	0,00	0,00	-

A iniciativa 01467 (Instituição de Consórcios, Protocolos, Convênios e Termos de Cooperação entre Entes Públicos), não possui execução orçamentária prevista para o exercício de 2023.

A iniciativa 01468 (Implantação do Núcleo de Economia da Saúde, de Informações Estratégicas, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde), tem como subação o "Fortalecimento do Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Áreas de Pesquisa" (116501), a qual não possui execução orçamentária prevista para o exercício de 2023.

OBJETIVO**: 00271 Fortalecer a Gestão do Trabalho, instituindo uma política de pessoal que valorize os profissionais de saúde e instaure processos de participação com responsabilização com o desenvolvimento de uma rede estadual de educação permanente, envolvendo as universidades e instituições públicas de ensino em saúde, com ofertas que propiciem a capacidade de intervenção desses profissionais no atendimento das necessidades de saúde da população.**

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
2283 Encargos com Pessoal	1475 Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Gestão de Trabalho e Valorização do Trabalhador	1.379.446.801,67	1.375.598.484,49	99,7%
2418 Formação, Capacitação e Gestão de Pessoal 3256 Fundo de Incentivo Técnico Científico	1476 Realização de cursos presenciais ou a distância de pós-graduação, aperfeiçoamento, graduação tecnológica, educação profissional, educação popular em saúde, bem como ações de	64.275,60 3.712.000,00	0 3.286.943,91	- 88,5%

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
	matriciamento, capacitação, seminários, projetos de extensão, vivências/estágios na realidade do SUS.			

A iniciativa 01475 (aperfeiçoamento dos Instrumentos de Gestão de Trabalho e Valorização do Trabalhador), tem como subação “Encargos com Pessoal” (228301) tendo despesa prevista de R$ 1.379.446.801,67, sendo executado R$ 1.375.598.484,49, o que corresponde a um indicador de execução de 99,7%. Portanto, foi executado orçamentariamente as ações relacionadas a assegurar recursos orçamentários necessários à cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais.

A iniciativa 01476 (Realização de cursos presenciais ou a distância de pós-graduação, aperfeiçoamento, graduação tecnológica, educação profissional, educação popular em saúde, bem como ações de matriciamento, capacitação, seminários, projetos de extensão, vivências/estágios na realidade do SUS), possui duas subações vinculadas:

- A subação Formação, Capacitação e Gestão de Pessoal (241801) com despesa prevista de R$ 64.275,6, a qual não executou os recursos previstos para o exercício de 2023 uma vez que a execução das ações concentraram-se na ação orçamentária 3256.
- A subação é a Fundo de Incentivo Técnico Científico (325601) com despesa prevista de R$ 3.712.000,00, sendo executado R$ 3.286.943,91, o que corresponde a um indicador de execução de 88,5%. Portanto, orçamentariamente, foram executadas as ações de promoção da capacitação e aperfeiçoamento profissional, seminários, jornadas e congressos de saúde, publicações especializadas e outras atividades correlatas.

OBJETIVO**: 00275 Aprimorar a destinação e a utilização eficiente dos recursos estaduais e municipais (via consórcios) no fortalecimento da rede pública.**

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
01507 Instituição de Consórcios, Protocolos, Convênios e Termos de Cooperação entre Entes Públicos.	NÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0%

A iniciativa 01507 (Instituição de Consórcios, Protocolos, Convênios e Termos de Cooperação entre Entes Públicos), não possui execução orçamentária prevista para o exercício de 2023.

OBJETIVO**: 00279 Elaborar e implementar programa de investimentos na rede de saúde, incluindo a construção, reforma, ampliação de equipamentos, para tornar os serviços públicos do RN compatíveis com os padrões de qualidade já alcançados em outras realidades próximas.**

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
1242 Modernização Administrativa, Gerencial e Tecnológica da SESAP	1517 Aquisição de material permanente e equipamentos tecnológicos para o apoio às funções administrativas e gerenciais da SESAP	2.020.843,39	1.493.631,98	73,9%
1102 Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência	1521 Construção, reforma, ampliação, reestruturação e aparelhamento da Rede Hospitalar, Unidades de referência e dos serviços de vigilância em saúde.	55.092.475,50	15.126.871,19	27,5%

A iniciativa 01517 (Aquisição de material permanente e equipamentos tecnológicos para o apoio às funções administrativas e gerenciais da SESAP), tem como subação “Modernização Administrativa, Gerencial e Tecnológica da SESAP” (124201) com despesa prevista de R$ 2.020.843,39, sendo executado R$ 1.493.631,98, o que corresponde a um indicador de execução de 73,9%. Portanto, foram executadas orçamentariamente as ações de que buscam promover a qualificação para o exercício das funções essenciais no desenvolvimento da gestão estadual do SUS.

A iniciativa 01521 (Construção, reforma, ampliação, reestruturação e aparelhamento da Rede Hospitalar, Unidades de referência e dos serviços de vigilância em saúde), tem como subação “Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Hospitalares de Referência” (110201) com despesa prevista de R$ 55.092.475,50, sendo executado R$ 15.126.871,19, o que corresponde a um indicador de execução de 27,5% que, em decorrência da morosidade processual nos processos de aquisição de equipamentos, bem como nos processos licitatórios de construção, reformas e ampliações.

OBJETIVO**: 00247 Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios.**

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
2382 Manutenção das Unidades Hospitalares	1292 Implantação da Politica de Atenção Hospitalar no Estado.	641.710.521,36	466.949.582,85	72,8%
2383 Manutenção do Centro de Reabilitação Infantil e Adulto	1293 Fortalecimento da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.	10.062.766,94	7.974.133,33	79,2%

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
2423 Fortalecimento da Rede Psicossocial	1294 Apoio aos municípios no fortalecimento e implementação da Rede Psicossocial.	232.571,00	205.571,00	88,4%
2384 Manutenção da Rede de Serviços de Hematologia e Hemoterapia	1295 Fortalecimento dos serviços de hemoterapia e hematologia SUS.	22.007.651,62	20.460.758,16	93,0%
01296 Apoio à elaboração e implementação das redes de atenção à saúde.	239601 Manutenção dos Serviços Voltados à Saúde Materno-Infantil - Rede Cegonha - SEM EXECUÇÃO EM 2022	0,00	0,00	-
1238 Parcerias entre Entes Públicos	1298 Insituição de Consórcios, Protocolos, Convênios e Termos de Cooperação entre Entes Públicos	208.688.749,76	193.248.386,71	92,6%
2389 Operacionalização dos Serviços Complementares de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e	1299 Operacionalização e ampliação do acesso aos serviços complementares de saúde.	247.818.241,07	205.334.186,68	82,9%
3151 Implantação das policlínicas regionais de saúde em parceria com municípios em gestão conso	1460 Operacionalização e ampliação do acesso aos serviços complementares de saúde.	962.805,87	962.805,87	100,0%

A iniciativa 01292 (Implantação da Política de Atenção Hospitalar no Estado), tem como subação “Manutenção das Unidades Hospitalares” (238201) com despesa prevista R$ 641.710.521,36, sendo executado 466.949.582,85, o que corresponde a um indicador de execução de 72,8%. Desse modo, orçamentariamente, foram executadas as ações com objetivo de garantir ao cidadão usuário o acesso universal e integral aos serviços públicos de saúde no âmbito das Unidades Hospitalares sob a Gestão da Secretaria de Estado da Saúde Pública.

A iniciativa 01293 (Fortalecimento da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência), com subação “Manutenção do Centro de Reabilitação Infantil e Adulto” (238301) com despesa prevista R$ 10.062.766,94, sendo executado R$ 7.974.133,33, o que corresponde a um indicador de execução de 79,2%. Logo, foram executadas orçamentariamente as ações com o objetivo de garantir a manutenção dos serviços realizados no Centro de Reabilitação Infantil e Adulto.

A iniciativa 01294 (Apoio aos municípios no fortalecimento e implementação da Rede Psicossocial), com subação Fortalecimento da Rede Psicossocial (242301) com despesa prevista R$ 232.571,00 sendo executado R$ 205.571,00, o que corresponde a um indicador de execução

de 88,4%. Portanto, as ações com objetivo de apoiar os municípios na implementação da Rede Psicossocial no Estado do Rio Grande do Norte foram executadas orçamentariamente.

A iniciativa 01295 (Fortalecimento dos serviços de hemoterapia e hematologia SUS),com subação Manutenção da Rede de Serviços de Hematologia e Hemoterapia (238401) com despesa prevista R$ 22.007.651,62, sendo executado R$ 20.460.758,16, o que corresponde a um indicador de execução de 93,0%. Orçamentariamente, foram executadas as ações que visam garantir a manutenção da rede de serviços de Hematologia e Hemoterapia.

A iniciativa 01296, Apoio à elaboração e implementação das redes de atenção à saúde, com subação 239601 Manutenção dos Serviços Voltados à Saúde Materno-Infantil - Rede Cegonha, que não possui execução orçamentária prevista para o exercício de 2023

A iniciativa 01298, Instituição de Consórcios, Protocolos, Convênios e Termos de Cooperação entre Entes Públicos com subação 123801 com despesa prevista de R$ 208.688.749,76 sendo executado R$ 193.248.386,71 o que corresponde a um indicador de execução de 92,6%. Logo, as ações com objetivo de formalizar parcerias através de acordos de colaboração firmados entre entes públicos, filantrópicos e privados foram executadas orçamentariamente. Todavia, ressalta-se que nesta subação são executados também os recursos de emendas parlamentares estaduais.

A iniciativa 01299 Operacionalização e ampliação do acesso aos serviços complementares de saúde com subação “Operacionalização dos Serviços Complementares de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar” (238901), com despesa prevista R$ 247.818.241,07, sendo executado R$ 205.334.186,68, o que corresponde a um indicador de execução de 82,9%. Desse modo, orçamentariamente, foram executadas as ações com objetivo de garantir ao cidadão usuário o acesso universal e integral através de serviços complementares de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

A iniciativa 01460 Operacionalização e ampliação do acesso aos serviços complementares de saúde,com subação “Implantação das Policlínicas Regionais de Saúde em Parceria com Municípios em Gestão Consorciada” (315101), com despesa prevista R$ 962.805,87,sendo executado R$ 962.805,87, o que corresponde a um indicador de execução de 100%, destaca-se que foram executados todos os recursos destinados a reconstrução e reestruturação das Redes de Atenção nas Regiões de Saúde com vista a garantir Acesso Integral.

OBJETIVO**: 00258 Estruturar um sistema unificado de regulação obedecendo os princípios da equidade.**

SUBAÇÃO	INICIATIVA	DESPESA PREVISTA (R$)	DESPESA REALIZADA (R$)	INDICADOR PROGRAMA (%)
2386 Implementação e Manutenção do Complexo Estadual de Regulação	1403 Implantação e Implementação de Centrais Regionais de Regulação	427.693,60	376.176,35	88,0%
2387 Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	1404 Expansão e fortalecimento do serviço móvel de Atendimento de Urgência (SAMU)	28.703.610,39	26.811.755,39	93,4%
2388 Manutenção e Operacionalização do Serviço de Captação e Doação de Órgãos	1406 Ampliação do acesso aos pacientes que necessitam de transplante no RN.	523.453,64	104.127,70	19,9%
2392 Manutenção dos Serviços de Acesso ao Tratamento Fora do Domicílio	1407 Ampliação do acesso para os procedimentos de média e alta complexidade, fora do Domicílio.	5.160.048,31	3.920.233,53	76,0%
1491 Reestruturação do Sistema Estadual de Auditoria do SUS	1408 Integração das ações de avaliação, controle, regulação e auditoria como ferramenta de gestão do SUS.	29.300,00	1.550,00	5,3%

A iniciativa 01403 Implantação e Implementação de Centrais Regionais de Regulação com subação “Implementação e Manutenção do Complexo Estadual de Regulação” (238601) com despesa prevista de R$ 427.693,60, sendo executado R$ 376.176,35, o que corresponde a um indicador de execução de 88,0%. Deste modo, foram executados orçamentariamente os recursos destinados à garantir a manutenção do Complexo Estadual de Regulação.

A iniciativa 01404 Expansão e fortalecimento do serviço móvel de Atendimento de Urgência (SAMU) com subação “Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU” (238701) com despesa prevista R$ 28.703.610,39, sendo executado R$ 26.811.755,39 o que corresponde a um indicador de execução de 93,4%. Portanto, orçamentariamente, foram executados os recursos destinados à garantia da manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) sob gestão da Secretaria de Estado da Saúde Pública.

A iniciativa 01406 Ampliação do acesso aos pacientes que necessitam de transplante no RN com subação “Manutenção e Operacionalização do Serviço de Captação e Doação de Órgãos” (238801), com despesa prevista R$ 523.453,64 sendo executado R$ 104.127,70 o que corresponde a um indicador de execução de 19,9%. Logo, observa-se que não foram executados em sua totalidade os recursos destinados tendo em vista a tramitação dos processos administrativos.

A iniciativa 01407 Ampliação do acesso para os procedimentos de média e alta complexidade, fora do Domicílio, com subação “Manutenção dos Serviços de Acesso ao Tratamento Fora do Domicílio” (239201) com despesa prevista R$ 5.160.048,31, sendo executado R$ 3.920.233,53, o que corresponde a um indicador de execução de 76,0%. Ressalta-se que foram executados os recursos orçamentários destinados à garantia do acesso do paciente ao Tratamento de saúde Fora do Domicílio.

A iniciativa 01408 Integração das ações de avaliação, controle, regulação e auditoria como ferramenta de gestão do SUS, com subação “Reestruturação do Sistema Estadual de Auditoria do SUS” (149101) com despesa prevista R$ 29.300,00, sendo executado R$ 1.550,00, o que corresponde a um indicador de execução de 5,3%. Deste modo, não foram executados os recursos orçamentários destinados à reestruturar o sistema de Auditoria do SUS, considerando que as ações executadas não necessitaram de recursos orçamentários.

5. AVALIAÇÃO SETORIAL DOS RESULTADOS:

O presente tópico busca consolidar uma análise quanto ao cumprimento dos programas previstos no Plano Plurianual 2020-2023, porém fazendo uma análise técnica do exercício de 2023, bem como perfazendo consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Nesse sentido, destaca-se que os objetivos implementados pela Secretaria de Estado da Saúde Pública demonstram o desenvolvimento dos programas previstos no planejamento estadual em convergência com as ações idealizadas no Plano de Governo da gestão estadual, assim como refletem o atendimento às demandas e o que fora proposto enquanto soluções para os problemas diagnosticados no âmbito da saúde no RN.

É sabido que um dos maiores desafios enfrentados pelo Sistema Único de Saúde no Brasil é o subfinanciamento, o que caracteriza um cenário de bastante planejamento estratégico em saúde para a utilização eficiente dos recursos públicos. Mesmo com um cenário desafiador, do ponto de vista econômico e fiscal, o Rio Grande do Norte fez significativos investimentos em ações e serviços públicos de saúde no ano de 2023. Com vistas a reduzir os impactos e qualificar a gestão dos recursos, a SESAP tem buscado implementar ações que visem tornar a utilização destes recursos mais eficiente. Sendo assim, a gestão estadual de saúde analisa, de forma perene, as outras possíveis formas de financiamento e os modelos de gestão que denotem maior economicidade e tragam melhores resultados para os indicadores de monitoramento e avaliação da saúde populacional. Uma das formas eficientes de gestão dos recursos, atualmente em processo de implementação, se dá por meio da gestão e governança regional/territorial dos consórcios interfederativos em saúde (CIS) que asseguram a integração de recursos públicos (União, Governo do Estado e Municípios) na organização e gestão das ações e serviços públicos de saúde em cada região de saúde ou território, com a utilização consciente e eficiente dos recursos integrados, conferindo melhoria na eficácia/eficiência/efetividade do sistema de saúde estadual.

Da análise dos instrumentos, a SESAP teve como foco no exercício de 2023 fortalecer estratégias estruturantes para a rede como no avanço da implementação dos consórcios interfederativo, como citado, além de fortalecer parcerias importantes com instituições públicas de renome nacional e internacional no cenário técnico da saúde pública como o próprio Ministério da Saúde (MS), a Organização Panamericana da Saúde (OPAS), a Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz), a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para o desenvolvimento e apoio institucional na implantação e implementação de projetos estratégicos estruturantes, com foco na qualificação profissional, organização dos processos de trabalho, planejamento estratégico e planejamento regional

integrado (PRI), na gestão do trabalho e na educação na saúde, na expansão da Atenção Primária à Saúde (APS) e na execução dos processos de regulação e regulação do acesso às Redes de Atenção à Saúde (RAS).

O ano de 2023 teve um enfoque no avanço das pautas relacionadas à promoção da saúde e o fortalecimento da APS nos municípios do RN. O referido enfoque resultou no fortalecimento das ações setoriais e intersetoriais do Programa RN+Saudável, programa com ações voltadas à implementação de ações que assegurem o direito e o cumprimento de políticas transversais e que estão, também, diretamente relacionadas às ações da APS, nos mais diversos campos de atuação. As ações geridas pelo Programa conferem atendimento às demandas das populações mais vulneráveis, populações específicas e povos originários, dentro do arcabouço das políticas públicas de saúde e afins. Além destas, também foi dado enfoque à manutenção e operacionalização das unidades hospitalares e unidades de referência da rede estadual de saúde, conferindo o aporte estrutural com a realização de reformas e ampliações, bem como a compra sustentável de insumos (materiais médico-hospitalares e outros) e produtos estratégicos para a saúde (medicamentos, dietas especiais, órteses, próteses e materiais especiais), garantindo a continuidade da prestação da assistência. É salutar destacar a entrega do Hospital Regional da Mulher Parteira Maria Correia (Mossoró/RN) que garantirá assistência de qualidade e ações direcionadas à Saúde da Mulher, em todos os ciclos de vida, na macrorregião.

Outra política estratégica, é a ampliação e expansão da APS com o Projeto piloto startado pela SESAP e Ministério da Saúde, o +APS Potiguar. O projeto contemplará, dentro de sua abrangência, o aprimoramento dos profissionais que atuam na APS do Rio Grande do Norte, além da assistência aos municípios nas relações interfederativas que é outro ponto crucial do projeto, considerando que o SUS é um sistema que requer cooperação e articulação entre distintos níveis governamentais, incluindo a ativa participação dos municípios. Com uma APS fortalecida e bem-sucedida, é esperado que a população do RN usufrua de acesso mais descomplicado aos serviços de saúde, com maior qualidade e resolutividade nos atendimentos. Isto pode culminar em um aprimoramento global dos indicadores de saúde populacional, reduzindo internações hospitalares desnecessárias e aprimorando a qualidade de vida das pessoas.

Para dar suporte a essas ações estratégicas, a SESAP por meio da sua Unidade de Gestão de Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicação (UGTSIC), fomentou o desenvolvimento de sistemas de informação em saúde que possibilitasse o monitoramento e avaliação de diversas ações em diversos campos de atuação da saúde. o desenvolvimento de sistemas pela UGTSIC ou em parcerias com o Laboratório de

Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS/HUOL/UFRN) ou Instituto Metrópole Digital (IMD/UFRN) geraram grandes resultados quando da possibilidade de monitoramento e avaliação de estratégias, bem como da informatização da informação e transparência da informação. Sistemas voltados para as áreas da Regulação, Vigilância em Saúde, Governança, Saúde Digital, Administração e Infraestrutura estão ou foram desenvolvidos e muitos já estão em uso para conferir qualidade à informação produzida pelos serviços de saúde da rede estadual, no RN.

Dentro dessa análise cabe ressaltar que o resumo das ações estratégicas desenvolvidas para o alcance dos objetivos e indicadores estão relacionadas no item xxx, deste relatório.

INDICADOR 116: Expectativa de vida ao nascer

RESULTADO DO INDICADOR:

Quanto à análise dos indicadores propostos no instrumento, foi compreendido que os mesmos precisam passar por adequações no que diz respeito ao objeto de interpretação dos resultados obtidos. O PPA exige que os indicadores de impacto consigam mensurar o avanço dos programas estabelecidos, onde atualmente encontra-se dificuldades em efetivar essa avaliação. A taxa de expectativa de vida, sendo calculada pelas tábuas de vida das estimativas populacionais do IBGE, com a apuração mais recente datada de 26 de novembro de 2020, saiu de 76,97 para 76,4, indicando uma redução. Contudo, para o resultado deste indicador será usado como referência o resultado das tábuas de mortalidade do IBGE registradas em 2022, visto os novos resultados serem expressos apenas com os resultados do CENSO 2022 que ainda não foram consolidados pelo IBGE. Sendo assim, uma pessoa nascida no Brasil em 2022 tinha expectativa de viver, em média, até os 75,5 anos. Para os homens, esta expectativa era de 72,0 anos e para as mulheres, de 79,0 anos. Estimativas indicam que a esperança de vida caiu de 76,2 anos em 2019 para 74,8 anos em 2020 e para 72,8 anos em 2021. A queda desse indicador refletiu o aumento das mortes relacionado à pandemia de COVID-19. Em 2022, a probabilidade de um recém-nascido não completar o primeiro ano de vida, ou seja, a taxa de mortalidade infantil, era de 12,9 para cada mil nascimentos, sendo 13,9 para homens e 11,7 para mulheres. Já a esperança de vida aos 60 anos era de 21,9 anos para o total da população em 2022. A expectativa de vida nessa faixa etária para os homens era de 20,0 anos e para as mulheres, de 23,5 anos. Essas informações estão disponíveis na Tábua de Mortalidade 2022, divulgada pelo IBGE, que trazem as expectativas de vida nas idades exatas até os

90 anos, para o Brasil, e são usadas como um dos parâmetros para se determinar o fator previdenciário, no cálculo das aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social. As estimativas da esperança de vida ao nascer para última década são preliminares e podem sofrer ajustes posteriores, previstos para 2024. O IBGE publica anualmente as Tábuas de Mortalidade referentes ao ano anterior. Entre 2011 e 2021, as Tábuas Completas de Mortalidade divulgadas foram oriundas de uma projeção da mortalidade elaborada a partir das Tábuas calculada para o ano de realização do Censo Demográfico 2010. Sempre que ocorre um Censo Demográfico e que novas informações sobre os óbitos se encontram disponíveis, o IBGE reconstrói as Tábuas de Mortalidade para o País, em um exercício necessário de atualização desse modelo demográfico, que resume o nível de mortalidade da população. As Tábuas de Mortalidade construídas para 2022 utilizaram dados diretos de óbitos (ajustados por sub-registro) e da população recenseada em 2022 para cálculo das taxas de mortalidade. Portanto, os resultados refletem a mortalidade da população brasileira, por idade, em um ano que ainda se observa um aumento nos óbitos em relação ao período anterior à pandemia de Covid-19. Esse aumento nos óbitos está refletido na esperança de vida ao nascer de 75,5 anos. Ou seja, espera-se que um recém-nascido em 2022 viva, em média, 75,5 anos, caso este vivencie ao longo de sua vida os mesmos níveis de mortalidade que a população apresentou em 2022, em cada idade. O mesmo raciocínio pode ser feito para as esperanças de vida a partir de qualquer idade. Os dados de óbitos utilizados nesta divulgação foram os registros de óbitos provenientes do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, corrigidos por sub-registro. Foram utilizados também os dados de população obtidos do Censo Demográfico 2022, resultados do Universo, por idade e sexo. Em uma breve análise da evolução dos óbitos, pode-se observar um aumento gradual nos registros do total de óbitos no Brasil ao longo da década de 2000 e 2010, passando de menos de 1 milhão de óbitos registrados em 2000 para cerca de 1,349 milhão em 2019. Em 2020, como consequência da crise sanitária que afetou o país e o mundo devido à pandemia de COVID-19, tem-se significativo aumento no número absoluto de óbitos registrados, passando a 1,556 milhão e atingindo o valor extremo em 2021, de 1,832 milhão de óbitos. Em 2022, nota-se a diminuição do valor absoluto de óbitos registrados, para 1,542 milhão, atingindo valores ainda elevados em relação à tendência histórica pré pandemia. Os próximos anos devem ser marcados de um lado, pelo aumento dos óbitos como reflexo do envelhecimento da população. Por outro lado, deverá haver redução do excedente de óbitos entre os idosos devido ao arrefecimento da pandemia por Covid-19. Para 2024, também deverão ser divulgadas as Tábuas de Mortalidade de 2022 para as Unidades da Federação do Brasil, que servirão de insumo para as projeções de população

por Unidade da Federação. Assim, como no caso do Brasil, será importante avaliar para cada Unidade da Federação o efeito do ajuste das taxas de mortalidade sobre os dados históricos de população e de óbitos, sendo importante para isso utilizar informações do Censo Demográfico que ainda não estão disponíveis neste momento, tais como as estimativas de migração interna e os resultados da Pesquisa de Pós Enumeração do Censo 2022.

INDICADOR 185: Taxa de mortalidade Infantil Neonatal / ERRATA - Taxa de Mortalidade Infantil e Taxa de Mortalidade Neonatal

RESULTADO DO INDICADOR:

Taxa de Mortalidade Neonatal: 7,77%

Taxa de Mortalidade Infantil: 11,3%

O parâmetro nacional de referência, considerado aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a taxa de mortalidade infantil é de 10 mortes para cada mil nascimentos. Portanto, a cada ano tem-se buscado reduzir ainda mais esse indicador e avançar na qualidade da APS no Rio Grande do Norte. A meta para 2023 foi estimada em 12,12/1.000 nascidos vivos. Até o fechamento do relatório, no período avaliado de setembro a dezembro de 2023 o Rio Grande do Norte registrou **10.216** nascidos e **134** óbitos em crianças menores de um ano de vida, perfazendo o coeficiente de **11,3** óbitos para cada mil nascidos vivos. Sendo um indicador de polaridade negativa (quanto menor, melhor) é objetivo que o valor esteja sempre abaixo do limite considerado pela OMS, antes mencionado. Relevante destacar que estes dados são provisórios, pois ainda serão informados nascimentos e óbitos nos sistemas de informação (SINASC e SIM). No tocante à taxa de mortalidade infantil (<1ano) por Macrorregião de Saúde da SESAP/RN, observa-se o seguinte resultado: Macrorregião I registrou 4.295 nascidos e 63 óbitos em crianças menores de um ano de vida, perfazendo o coeficiente de 14,6 óbitos para cada mil nascidos vivos; Macrorregião II registrou 5.921 nascidos e 71 óbitos em crianças menores de um ano de vida, perfazendo o coeficiente de 12 óbitos para cada mil nascidos vivos. Considerando-se que, para a maioria

das Regiões de Saúde, com exceção das 2ª, 7ª e 8ª regiões, sugere-se a realização de ações de promoção da saúde voltadas, especialmente, aos cuidados no pré-natal, atenção à mulher no parto e atenção ao recém-nascido.

No que diz respeito às informações do indicador, cabe destacar que o termo *"taxa de mortalidade infantil neonatal"* contém erro de grafia (é somente "taxa de mortalidade neonatal) e neste, só devem ser considerados óbitos ocorridos dentro do período de até 27 dias após o nascimento. Abaixo demonstra-se a Taxa de Mortalidade Neonatal de 2015 até 2023, que aponta um decréscimo na mortalidade desta faixa etária, sendo em 2023 de 7,77%.

ANO	TAXA DE MORTALIDADE NEONATAL
2015	9,83
2016	9,83
2027	8,55
2018	8,52
2019	8,11
2020	8,64
2021	8,56
2022	7,72
2023	7,77

A série histórica da taxa de mortalidade neonatal de 2015 à 2023 aponta um decréscimo na mortalidade desta faixa etária. Isso denota que as ações estratégicas trabalhadas pela SESAP estão surtindo impacto direto neste indicador. Ademais, é pertinente continuar com as ações que promovam a saúde do binômio mãe-bebê para que os indicadores sempre positivos denotam impacto também positivo na saúde dessa população.

INDICADOR 186: Taxa de mortalidade por acidente de trânsito

RESULTADO DO INDICADOR: 11,02% (via SIM - óbitos por ATT/pop total*100.000)

No que tange à referida taxa, no ano de 2021 esta se apresentava em 11,06%, já com aspecto de redução significativa do indicador. Já no ano de 2022 esta taxa se expressou num valor referente a 8,69%. No ano de 2023 esta mesma taxa se expressou em **11,02%**. Entende-se que o indicador vem passando por relevante variação e infelizmente com um aumento significativo na última apuração. Mesmo assim, na temática da violência no trânsito, não podemos deixar de destacar a importância das ações realizadas durante a Semana Nacional de Trânsito, as quais promoveram momentos de educação para o trânsito no âmbito escolar, e também sobre a importância do respeito aos ciclistas. As ações integradas e estratégicas do Programa Vida no Trânsito (PVT) vêm possibilitando, mesmo que de forma ainda sútil, devido à complexidade desta temática, a redução de sinistros por transportes terrestres no Estado do Rio Grande Norte. Dados do SIM/SINASC demonstram uma redução de 26,14% dos casos de sinistros, quando comparamos o primeiro e segundo quadrimestres deste ano. Tais ações se dão em face às ações intersetoriais de promoção da saúde realizadas com outros órgãos da estrutura governamental e municipal do estado que refletem esta realidade. Contudo, mesmo com a diminuição dos sinistros, estes ainda causam muitos óbitos, como inferido no resultado do indicador.

INDICADOR 187: Taxa de internação por acidente de trânsito

RESULTADO DO INDICADOR: 130,38%

No que se refere a Taxa de Internação por Acidentes de Trânsito, a apuração realizada em 2020 apresentou um índice de 120,42%. Já a apuração referente ao exercício de 2021, mostra um aumento de 14,24%, perfazendo um índice de 134,66%. No índice de apuração para o ano de 2022 este índice continuou em aumento expressivo, totalizando 152,00%. Contudo, na última apuração, referenciada para o exercício de 2023 o resultado expressou uma taxa de 130,38%, conferindo uma redução significativa observando a série histórica apresentada no quadro abaixo.

ANO	Taxa de internação por acidente de trânsito
2020	120,42
2021	134,66
2022	152,00
2023	130,38

É importante notar que a pandemia do sars-cov-2, no período de 2020, impactou "positivamente" na queda do índice posto, reduzindo o deslocamento das pessoas e carros nas ruas e rodovias. Contudo, o grupo de ações que também fazem parte do Programa Vida no Trânsito, dão suporte ao que tange às estratégias adotadas para a diminuição de sinistros e consequentes internações causadas por estes. O foco do Programa se pauta em ações de educação e conscientização de escolares, motoristas, motociclistas e ciclistas, bem como os pedestres, no que se refere à prevenção de acidentes. Sendo assim, a SESAP, em ações intersetoriais e conjuntas, não mede esforços para que esse indicador, de polaridade negativa (quanto menor, melhor) tenha resultados ainda menores.

INDICADOR 188: Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.

RESULTADO DO INDICADOR: 0,43 (razão)

A cobertura de mamografias no Brasil e no Rio Grande do Norte ainda está muito abaixo dos 70% recomendados pela OMS. Segundo levantamento da Sociedade Brasileira de Mamografia (SBM), em 2021, a cobertura média foi de 20%. O número de mulheres que realizaram o exame pelo SUS em 2021 foi de 1,6 milhão, representando 15% a menos que o número registrado no período pré-pandemia. Em 2020, primeiro ano da pandemia, foi registrada uma queda de 40%. Para o Sistema Único de Saúde (SUS), a recomendação de realização dos exames de rastreio é para mulheres com idades entre 50 a 69 anos sem sinais e sintomas de câncer de mama. A diferença de idade preconizada para os exames de rastreio entre o Ministério da Saúde e a SBM é um fator que deixa descoberta parte da população. As mulheres com idades entre 40-49 anos são

responsáveis por cerca de 15-20% dos casos de câncer de mama (Hospital Sírio-Libanês, 2021). A avaliação do indicador mostra uma baixa cobertura em todas as regiões de saúde do Estado e nas macrorregiões. Observa-se uma maior cobertura na 5ª região e uma menor cobertura na 8ª região, conforme denota os quadros abaixo.

1º Quadrimestre/2023

Resultado do indicador por Região e Macrorregião de Saúde							
1ª RS	2ª RS	3ª RS	4ª RS	5ª RS	6ª RS	7ª RS	8ª RS
0,31	0,26	0,36	0,20	0,44	0,28	0,40	0,17
Macrorregião I				Macrorregião II			
0,36				0,25			

2º Quadrimestre/2023

Resultado do indicador por Região e Macrorregião de Saúde							
1ª RS	2ª RS	3ª RS	4ª RS	5ª RS	6ª RS	7ª RS	8ª RS
0,25	0,18	0,18	0,12	0,23	0,16	0,25	0,18
Macrorregião I				Macrorregião II			
0,22				0,17			

3º Quadrimestre/2023

Resultado do indicador por Região e Macrorregião de Saúde							
1ª RS	2ª RS	3ª RS	4ª RS	5ª RS	6ª RS	7ª RS	8ª RS
1.157 (razão 0,20)	1.803 (razão 0,22)	867 (razão 0,17)	1.161 (razão 0,21)	797 (razão 0,26)	1.131 (razão 0,18)	5.654 (razão 0,24)	368 (razão 0,14)
Macrorregião I (1ª, 3ª, 5ª e 7ª)				Macrorregião II (2ª, 6ª, 8ª)			
9.631 (razão 0,22)				3.302 (razão 0,19)			

A avaliação do indicador no 2º quadrimestre, mostra uma baixa cobertura em todas as regiões de saúde do Estado e nas macrorregiões. Cabe destacar que a meta de 100,463 exames foi pactuada para o ano de 2023. Portanto, a quantidade necessária de mamografias para o quadrimestre (set-dez/2023) seria de 33.487 exames realizados. Considerando o levantamento no SIA-SUS, durante o período de set-nov/2023 (os dados de dez/2023 não estão disponíveis). foram realizadas 11.216 mamografias, contudo no SISCAN já se encontra publicado os dados referentes ao 3º quadrimestre/2023.

A baixa cobertura do exame mamográfico pode estar relacionada a dificuldades na gestão dos recursos disponíveis como, por exemplo, a subutilização da carga horária dos profissionais e a ausência de planejamento e programação local em saúde. Outros fatores também podem contribuir para menor cobertura do exame como: falta de estrutura da unidade de saúde, baixa flexibilidade no agendamento, distância entre a UBS e a moradia, dificuldades de transporte, descrença da qualidade do exame realizado na unidade de abrangência, baixo nível socioeconômico, baixo grau de escolaridade, entendimento da importância da realização do exame, falta de orientação sobre a periodicidade do exame e principalmente, a morosidade na liberação das cotas municipais pelos gestores do sistema regulador do procedimento nos municípios executores.

No que se refere ao apoio institucional, a SESAP confere todo o apoio necessário aos municípios, dentro de suas responsabilidades, para que o fomento e as ações de promoção à saúde da mulher sejam realizadas, conferindo assim, mudança positiva, significativa neste indicador.

INDICADOR 189: Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e na mesma faixa etária.

RESULTADO DO INDICADOR: 0,32 (razão)

O câncer de colo do útero é o segundo mais comum em mulheres no Brasil e no mundo e pode ser evitado através da detecção precoce de lesões precursoras. O exame citopatológico de colo uterino ainda é o mais efetivo e eficiente para realizar este rastreamento. A avaliação no Rio Grande do Norte mostra que os níveis de cobertura para a população-alvo são insuficientes e estão muito abaixo das metas preconizadas nacionalmente (0,40) e internacionalmente para o rastreamento do câncer de mama. Deve-se levar em consideração que alguns municípios e prestadores de serviço relatam dificuldades com o SISCAN, não conseguindo faturar os exames, o que impacta diretamente na consolidação da produção gerada. Essa situação tem sido analisada e corrigida com o suporte da equipe do SISCAN no Ministério da Saúde. Outro ponto é a memória de cálculo que sofreu alteração no estado para se adequar aos cálculos utilizados pelo Ministério da Saúde e demais estados brasileiros. Importante salientar que o número de exames é comprometido durante o período da pandemia de covid-19, e que os exames realizados na rede particular de saúde não entram no cálculo por não serem inseridos nos sistemas de informação, conforme denota a serie histórica apresentada a seguir.

ANO	Razão de exames citopatológicos
2019	0,33
2020	0,17
2021	0,26
2022	0,28
2023	0,32

A série histórica denota ainda que estratégias de fomento à realização do exame citopatológico são de grande relevância para a mudança positiva no indicador que vem apresentando significativo aumento, mesmo que ainda abaixo da meta estabelecida.

6. ANÁLISE DAS RESTRIÇÕES

Administrativas: As problemáticas que envolvem os processos administrativos desta secretaria, estão relacionadas a falta de qualificação processual, com informações mais resolutivas. A necessidade de definição de competências e fluxos processuais, para dar maior celeridade à tramitação. Ainda, este órgão realizou o chamamento de novos servidores, o que auxiliou quanto ao déficit de RH, mas intensificou a necessidade de capacitações nas diferentes áreas.

Quanto a questões relacionadas a convênios, o atraso na entrega da documentação por parte dos entes dificultou a formalização dos instrumentos, além da baixa qualificação dos planos de trabalho enviados, pendentes de elementos importantes como metas bem definidas e indicadores relacionados.

Portanto, como forma de enfrentar essas dificuldades, foi pensado em maneiras de ampliar o apoio institucional interno e externo por meio de capacitações e comissões que visem realizar estudos que qualifiquem essa estrutura administrativa.

Orçamentária: Quanto às questões orçamentárias, cabe destacar o déficit que a saúde do estado apresenta. Frente a isso, a problemática também tem relação com o processo de planejamento e execução, onde faz-se necessário realizar um acompanhamento técnico mais próximo das unidades descentralizadas, auxiliando e capacitando os servidores quanto à temática, com vistas a dar maior eficiência aos gastos. Exemplo disso é que no decorrer do exercício, observou-se a necessidade de obter créditos adicionais, para suprir as necessidades enfrentadas na execução das despesas.

Licitatórias: As problemáticas que envolvem os processos licitatórios nesta Secretaria de Estado, estão relacionadas a análise das pesquisas mercadológicas que apresentam valores ainda gerais dificultando as contratações,bem como a definição clara do objeto que se pretende.Ainda, o fator “custo RN” que aumenta os valores das aquisições/serviços. Objetivando sanar a problemática, a SESAP está elaborando o Plano de

Compras que contemplará normativas e tornará os processos de execução mais efetivos, além de elaborar um plano de capacitação permanente para todos os servidores envolvidos nos processos de compras e contratações. Um outro fator relevante é a ausência de autonomia para execução de alguns processos licitatórios, como por exemplo, mão de obra exclusiva, material de expediente e outros que impacta diretamente no serviço de saúde prestado à população.

Tecnológicas: Existe uma deficiência de equipamentos de informática na secretaria, decorrente do fim da vida útil dos equipamentos e das dificuldades de aquisição (administrativas e orçamentárias). A baixa qualidade da rede elétrica das unidades diminui consideravelmente a vida útil dos equipamentos. Além de as reformas e construções serem executadas sem as conformidades técnicas necessárias dificultando a resolução dos problemas. Quanto à questão de pessoal, a maior parte do quadro da UGTSIC é formada por servidores de nível médio sem formação técnica na área. Como solução, foi aberto um processo licitatório para aquisição de novos equipamentos e fechadas parcerias com o LAIS, IMD, UFRN e IFRN para o desenvolvimento de sistemas e auxílio na renovação do parque tecnológico. Quanto a questões de RH, foram realizadas contratações terceirizadas, mas ainda apresentam um número de técnics abaixo do necessário execução das atividades.

7. RESUMO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS REALIZADAS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS

No campo da **ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA SESAP RN**, as principais ações estratégicas realizadas em 2023 para o alcançe dos objetivos versaram sobre a distribuição de manual de atendimento à imprensa aos coordenadores e realização de media training, de modo que nossas fontes oficiais tenham familiaridade com os veículos de comunicação; apuração de possíveis pautas nas principais coordenações, hospitais, unidades e laboratórios; planejamento e atualização da página eletrônica da Secretaria e as demais redes sociais; produção e distribuição de informações de interesse do seu público interno (servidores), promovendo assim a comunicação interna e institucional; manutenção do Portal (www.saude.rn.gov.br); Atualização diária com notícias (releases); processo de remodelação dos fluxos de comunicação e informação; mais de 400 produtos (releases, notas, briefings, entrevistas, cobertura de eventos e atendimentos à imprensa); projeto de criação do produto de

comunicação interna - Jornal 360; galeria de secretários e secretárias da SESAP RN e; instituição da Comissão Permanente de Eventos Públicos (CPEP), no âmbito da SESAP RN. Tais ações foram de grande relevância para o processo de transparência e visibilidade das informações, ações e serviços de saúde como potencial apoio para o controle social.

No que concerne às ações realizadas no âmbito do **PLANEJAMENTO**, a realização de oficinas para elaboração do Plano Estadual de Saúde de forma participativa; realização de encontros que trabalharam o acompanhamento de instrumentos junto às instituições privadas sem fins lucrativos com novas pactuações; a estruturação e implantação do Núcleo de Economia da Saúde; a realização de oficinas para elaboração do Plano Estadual de Saúde e da Programação Anual de Saúde, bem como a Identidade Institucional da SESAP RN, de forma participativa; realização das oficinas dos projetos de Regionalização e do Fortalecimento da Gestão Estadual do SUS; realização das oficinas voltadas a implantação do ApuraSUS. As ações ora mencionadas deram suporte ao aperfeiçoamento da Governança do sistema estadual de saúde, bem como fortaleceram os processos decisórios da gestão do SUS no RN. Ademais, o apoio institucional aos municípios no que se refere aos instrumentos de planejamento e de pactuações e parcerias foi de grande relevância para os processos de acompanhamento, monitoramento e avaliação em saúde a nível municipal. Ações que inferem muita importância são as implantações e implementações dos consórcios interfederativos de saúde nas regiões de saúde, conferindo a abertura e manutenção de novos serviços com parcerias junto aos municípios.

Na área estratégica de **VIGILÂNCIA EM SAÚDE**, as ações realizadas tiveram seu foco habitual nas vigilâncias que compõem a área (Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Vigilância em Saúde do Trabalhador e Vigilância Ambiental). A realização de inspeções em atendimento à programação anual de saúde em serviços de saúde, o monitoramento de agrotóxicos em água para consumo humano e as diversas inspeções sanitárias no setor de alimentos, caracterizam esse foco. Além disso, as ações versaram sobre o Lançamento do Movimento Vacina + Potiguar, Formação em Microplanejamento para Facilitadores para as atividades de vacinação de alta qualidade - AVAQ e articulações para avaliação da Situação Epidemiológica dos Arbovírus no Rio Grande do Norte, conferindo assim um caráter epidemiológico as ações desenvolvidas neste referido campo. Ademais, as ações de monitoramento de acidentes de trabalho e das notificações destes no âmbito estadual foi uma ação estratégia notória para auxiliar nos diagnósticos a serem trabalhados no campo da Saúde do Trabalhador. As ações de imunização foram perenes durante todo o ano, reforçando a importância da imunização de crianças e adolescentes, faixa com atenção especial aos índices de cobertura. A implantação de sistemas de informação no campo da Vigilância em Saúde aumentou o seu potencial diagnóstico, possibilitando a efetivação de mais ações. O aumento da capacidade tecnológica do LACEN e sua rede e do SVO, possibilitou, também, maior

eficácia no processo de diagnóstico precoce de doenças que acometem a população potiguar, dando suporte e respaldo técnico às ações de prevenção e promoção da saúde a serem programadas e realizadas.

Já nas áreas de **ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA**, as ações ora realizadas tiveram o foco no melhoramentos do Plano de Necessidade de Aquisições de bens permanentes, com definição de prioridades e orçamentação para as unidades hospitalares e de referência; na constituição de núcleo de pesquisa para melhoramento na articulação das pesquisas mercadológicas realizadas para a contração entre bens e serviços; no melhoramentos do Plano de Necessidade de Obras e Outros Serviços de Engenharia, com definição de prioridades e orçamentação para as unidades hospitalares e de referência; no gerenciamento e execução de processos licitatórios e contratos para aquisição de insumos, bens e serviços. Ademais, ações que tiveram direcionamento na execução da política estadual de bens patrimoniais e supervisionar o seu controle. Além disso, cumprir com o supervisionamento do almoxarifado, acompanhando o fluxo de insumos em geral, mantendo articulação com a Unidade Central de Agentes Terapêuticos (UNICAT). No que se refere às obras e reformas, ações voltadas à elaboração e supervisão de projetos e serviços de engenharia foram realizadas, bem como a realização de diversas obras e reformas em todos os serviços da rede estadual de saúde, para possibilitar melhor prestação de assistência e conferir mais acesso à população potiguar. Ademais, ações para promover e acompanhar a racionalização dos gastos relacionados à aquisição de insumos, bens e serviços, foram realizadas com o intuito de otimizar de forma sustentável a utilização dos recursos.

Quando falamos de **POLÍTICAS INTERSETORIAIS E PROMOÇÃO À SAÚDE**, denotamos ações que giram em torno da articulações junto ao Ministério da Saúde, FUNAI e Lideranças comunitárias indígenas para o planejamento de ciclos de formação voltados aos profissionais de saúde que atuam com povos indígenas no RN; na perspectiva da realização e participação no Programa VIVA + RN Via Costeira, na formação e participação nas Reuniões Sistemáticas do GT Estadual por uma Cultura de Paz nas Escolas da SEEC - em parceria com diversos setores de Órgãos Estaduais, com o objetivo de definir estratégias que ajudem a fortalecer a cultura de paz e a mediação dos conflitos nas escolas. Além disso, as ações também têm enfoque na realização e participação das atividades do Programa Vida no Trânsito (PVT), através da Abertura do Maio Amarelo - o qual teve como tema: No trânsito, escolha a vida!, na participação na discussão e elaboração coletiva do documento da Linha de Cuidado à Pessoa com Diabetes Mellitus, bem como na articulação e realização de reuniões e encontros para o planejamento da 2ª Corrida do Programa RN+ SAUDÁVEL. As ações da área de Políticas Intersetoriais e Promoção à Saúde também foram trabalhadas com ênfase no planejamento e elaboração de uma ações intersetoriais de fiscalização por regiões do RN, voltadas para o desempenho das SACs (Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento) e simultaneamente ações de educação em saúde com o objetivo de conscientizar a população das regiões sobre a importância do consumo de uma água potável para a saúde humana. Ainda como ações de promoção da saúde, houve a

realização da 2ª corrida Mulher Viva + RN – Parnamirim. Essa corrida fez parte da programação do "Agosto Lilás", como forma de oportunizar e estimular, principalmente as mulheres, a participarem de uma ação voltada para a prática da atividade física, esportiva, com foco na saúde e bem-estar. Atualmente as ações voltadas às populações específicas, povos originários e povos tradicionais são foco de trabalho no campo da Promoção à Saúde com ênfase na garantia de direitos à saúde e de relações sociais justas para todas essas populações.

As ações desencadeadas pela área de **GESTÃO DE TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, conferiram a entrega de mais de 06 (seis) sistemas de informação em saúde, a exemplo do SIVO - Sistema Informatizado de Verificação de Óbitos e o REGULA - NAE. Além disso, foram realizadas capacitações internas nomeadas às edições do Programa Billy de Aprendizado com foco na área de desenvolvimento de sistemas, do sistema GIT e do sistema Bizagi. Também foram promovidos treinamentos para conhecimento e utilização de sistemas desenvolvidos pela UGTSIC, sendo eles o sistema Regula Cirurgia e a Sala de Situação. Denota-se que em suma, as ações realizadas nesta área são de caráter interno e que inferem grande importância para os processos de trabalho que envolvem a regulação de procedimentos, leitos, consultas e exames, bem como a sistematização da assistência ao paciente quando da qualificação da informação gerada nos serviços de saúde da rede estadual.

No que diz respeito a área da **OUVIDORIA SUS SESAP RN E SUAS SUB REDES**, foram registradas mais de 1.000 manifestações na Ouvidoria Geral do SUS/Sesap, onde delas vieram manifestações das Ouvidorias Regionais de Saúde-Ursaps, mais de 400 manifestações registradas nas Ouvidorias dos Hospitais e Unidades de saúde, e mais de 250 manifestações pelos setores da SESAP, aproximadamente 55 manifestações com relações com as Secretarias Municipais e também as manifestações referentes à Lei de Acesso à Informação. Pela Plataforma do Fala BRtambém foram recebidas manifestações, onde são cadastradas e contabilizadas pela plataforma do Ouvidor SUS. Frente a esses dados, foi possível a promoção de esclarecimentos acerca do funcionamento do SUS, que proporciona autonomia ao cidadão, diminuindo os entraves aos serviços prestados no SUS e permitindo uma comunicação mais fluida, célere e satisfatória entre a gestão e a população.

Sobre as ações estratégicas realizadas no âmbito da **GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE**, podemos denotar a realização das oficinas técnicas sobre processos de trabalho para a implantação da Política Potiguar de Educação Permanente em Saúde (PPEPS) e do incentivo à qualificação do PCCR/SESAP; ações relativas à implantação de reuniões de equipe e colegiados gestores para articulação e integração do processo de comunicação entre os serviços e entre a SESAP e os serviços; No campo da Educação em Saúde, junto a Escola de Saúde Pública do RN (ESP RN), foi realizado o Curso de Especialização em Educação Permanente em Saúde, voltado a trabalhadores e trabalhadoras da rede estadual de saúde. Além disso ações foram de grande importância para o fortalecimento das relações de trabalho com foco na realização do curso Trilha de Saberes, ofertado a todos os servidores

da rede estadual; inferimos também a construção do Plano Estadual da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde que reforça o compromisso da gestão com o incentivo aos processos de gestão do trabalho e educação no âmbito do SUS no RN; e também na realização de estudos para a implantação do piso da Enfermagem, conferindo maior zelo no que diz respeito a valorização profissional. Junto a tudo isso podemos enfatizar a importância da implementação de sistemas de informação para a GTES quando dos processos de dimensionamento, avaliação de desempenho, registro de ponto, observatório de GTES, dentre outros.

O campo da **REGULAÇÃO EM SAÚDE E AVALIAÇÃO** é muito amplo e contempla diversas áreas estratégicas, conferindo assim, uma gama de ações estratégicas que são trabalhadas na perspectiva da realização de mais de 800 auditorias, na adesão ao Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas e através da deliberação CIB 1829/2023 que aprovou o PLANO ESTADUAL DE REDUÇÃO DE FILAS DE CIRURGIAS ELETIVAS DO RN, além de apresentação aos núcleos de acolhimento, um modelo padrão para respostas de Informação de Regulação aos usuários e suas solicitações, facilitando a comunicação entre o cidadão e setores técnicos de regulação. Ademais, ações de garantia de 100% dos tratamentos fora do domicílio, ações de promoção, conscientização e de realização de transplantes e doações de órgãos e tecidos, possibilitando o resgate da qualidade de vida de inúmeros cidadãos. Ainda houve a atualização dos módulos dos sistemas de Regulação, conferindo maior transparência no processo de regulação, garantindo assim mais acesso a população a procedimentos, consultas e exames de média e alta complexidade. Ações estratégicas regionais para a ampliação das cirurgias eletivas e a perfilização dos serviços regionais que compõem a rede foram realizadas para qualificar ainda mais o acesso da população aos serviços de referência da rede estadual de saúde.

No âmbito da **ATENÇÃO À SAÚDE**, foi possível a realização de ações com foco na organização da Sala de Situação da Saúde da Criança no Rio Grande do Norte em fase de coleta de dados; no planejamento com outras áreas técnicas da SAPS e SRAS acerca das demandas de saúde mental apresentadas por algumas escolas; na articulação junto aos municípios para assinatura do termo de compromisso acerca da Linha da Diabetes; além do monitoramento do Programa Mais cirurgias, Mais Saúde, considerando que as cirurgias urológicas, vasculares de membros inferiores, ortopédicas resultantes do trauma são realizadas pelo programa e fazem parte das linhas de cuidado monitoradas pela Rede de Urgência e Emergência - RUE (muitos procedimentos são resultantes das urgências); Também foram realizadas ações do Projeto de Educação Permanente com a 4ª Região de Saúde sobre a temática da Linha de Cuidado às Pessoas com Sobrepeso e Obesidade com as Ações voltadas para a Área de Alimentação e Nutrição, bem como diversas reuniões com os municípios para apoio técnico; Assim, também realizou-se o acompanhamento dos casos de anomalias congênitas do Estado; Reuniões com o TCE - monitoramento das ações de enfrentamento à violência contra a mulher/ Apresentação do Painel de Referência – Matriz de Achados da Auditoria Operacional sobre Violência de

Gênero; Reunião do Fórum de Maternidades - analisar os indicadores de morbimortalidade materna na macro 1; Ações voltadas a Atenção Primária à Saúde estiveram em grande evidÊncia quando da construção do projeto de qualificação para profissionais da APS em parceria com a Escola de Saúde; O lamçamento do programa piloto APS Mais Potiguar, com o estudo para ampliação da APS no RN e a implantação de equipes multiprofissionais EMULTs. Além disso, está sendo trabalhada a construção de diversas políticas estaduais para garantia de direitos e assistência no âmbito estadual de saúde. A abertura de novos serviços como o Hospital Regional da Mulher e as Policlínicas Regionais, bem como a manutenção dos serviços existentes são exemplos de ações que reforçam o SUS no RN, possibilitando a melhoria na prestação da assistência e garantindo o acesso equitativo e em tempo oportuno.

8. PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DO SUS NO RIO GRANDE DO NORTE NO QUADRIÊNIO

A Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte, em seus instrumentos de planejamento setoriais e de governo, enfatiza e denota as suas prioridades de gestão, a importância na articulação interfederativa e as perspectivas de futuro para que a população potiguar tenha acesso equânime, em tempo oportuno, com serviços e prestação da assistência com qualidade, baseado no cuidado centrado nas pessoas e suas particularidades. Sendo assim, infere-se que as ações a serem trabalhadas pela SESAP RN no novo quadriênio (2024/2027) reforçam e fortalecem o compromisso de fazer saúde para o povo e com o povo, conferindo assim uma melhor qualidade de vida para a população potiguar.

Ante o exposto, a perspectiva de futuro desta Secretaria versa sobre os tópicos que seguem.

8.1. Produtos estratégicos para a saúde

Neste campo se tem a perspectiva de realização da adequação das instalações físicas para suporte estrutural e logístico, bem como com foco na qualificação dos processos de trabalho por meio de contrapartidas institucionais junto às instituições de ensino superior, conveniadas à SESAP RN. Além disso, trabalhar no desenvolvimento de políticas de qualificação, monitoramento e controle, no âmbito dos sistemas de informação em saúde, desenvolvendo sistema de gestão de estoque de materiais e insumos.

8.2. Liderança e governança

No referido campo, as ações futuras estarão voltadas ao fortalecimento na comunicação intergovernamental, no processo de regionalização das ações e serviços de saúde no âmbito estadual e na implantação, implementação e fortalecimento das práticas de ouvidorias junto às sub redes estaduais e sua ampliação para os municípios. Instituição dos consórcios interfederativos em saúde para qualificação do acesso a serviços e ações de saúde no RN.

8.3. Financiamento

A SESAP RN tem como perspectiva de futuro reforçar a discussão acerca do processo de judicialização de materiais e procedimentos do SUS, nos dispositivos de pactuação e deliberação do SUS (CIR e CIB), propiciando a reflexão sobre estratégias para tal situação. Ações voltadas à ótica da ampliação do setor de licitação e compras, aprimorando as estratégias de gerenciamento de custos com a implantação de sistema de custos e o programa de investimentos em saúde para modernizar a rede de serviços do SUS no RN, além de realizar a informatização dos prontuários, conferindo maior qualidade no registro de informações e produções.

8.4. Força de trabalho

No que se refere a este tópico, esta SESAP terá uma visão voltada ao fortalecimento das residências em saúde, com objetivo de ampliação e qualificação da oferta de programas e profissionais qualificados compondo a rede SUS. Apoiará a construção de normativas com parâmetros sobre a regulação do trabalho e o dimensionamento de pessoal, no âmbito da rede estadual de saúde. Estruturar a Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Norte para conferir apoio aos processos da rede potiguar de educação permanente (REPEPS).

8.5. Informação em saúde e Saúde Digital

As ações no quadriênio 2024/2027 versarão no esforço da aquisição de equipamentos de acordo com o PLANO DE AQUISIÇÃO de TIC e aquisição do DATACENTER centralizador dos sistemas e do armazenamento de dados da rede SESAP RN. Expansão da rede de fibra óptica e

reformas de reestruturação lógica das unidades considerando os requisitos técnicos dos equipamentos. Implantação de um serviço de gestão hospitalar incluindo prontuário eletrônico, SAME e outros; Acelerar as ações de saúde digital no Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo a integração entre os sistemas de informação em saúde; Estruturação e ampliação tecnológica para a telemedicina, como também institucionalizar as ações da saúde digital no sistema de saúde no RN; Implantar o Centro de Inteligência Estratégica da Gestão Estadual do SUS no RN (CIEGES/RN). Além disso, consolidar as ações de modernização administrativa em curso na Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP-RN) com atualização de normas e processos administrativos.

8.6. Saúde Pública e Vigilância

A perspectiva de atuação neste campo gira em torno do fortalecimento da atuação da vigilância em saúde com ênfase na regionalização das ações estratégicas; Realizar a ampliação da oferta de serviços do LACEN e SVO, por meio da melhoria da estrutura física e construção de novas unidades, conferindo mais acesso e qualidade.

8.7. Atenção Primária à Saúde (APS)

No campo da APS as ações estratégicas serão voltadas à construção da política temática estadual; Apoio na formulação dos planos de ampliação da Estratégia de Saúde da Família (ESF), junto aos municípios; Fortalecer o processo de regionalização das ações estratégicas regionais e seus serviços, estruturando as equipes das Unidades Regionais de Saúde Pública (URSAPs); Implementação das estratégias do +APS Potiguar, fortalecendo e ampliando a APS nos municípios, bem como, por meio de estratégias ligadas às residências multiprofissionais e médicas na APS. Apoiar e fortalecer as iniciativas de qualificação profissional por meio dos processos de educação permanente, também startados pela REPEPS. Ampliação e implementação de ações de promoção da saúde, expandindo e aprimorando o Programa RN+ Saudável.

8.8. Atenção Especializada e Hospitalar

Atuação com ênfase na implementação das Políticas Estaduais de Atenção Hospitalar e de Atenção Especializada, integrando os hospitais municipais e filantrópicos às redes regionais, mediante apoio a qualificação desses serviços; Implantação de linhas de cuidado para condições específicas para expansão e qualificação dos serviços dos hospitais regionais; Construção e implantação de novo Hospital de Urgências e Emergências na Região Metropolitana de Natal; Mitigação das demandas judiciais com a atualização da REME instituição de novos PCDTs e tabelas estaduais para os procedimentos e materiais não padronizados na SIGTAP, além de avançar no processo de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS) no RN. Implantação de policlínicas regionais mediante a formalização dos consórcios interfederativos, com a perspectiva de conferir acesso equitativo e de qualidade a população potiguar à serviços e ações de saúde.

Sendo assim, a SESAP RN, ao passo que galga crescimento no arcabouço de suas ações para a garantia de uma assistência de qualidade e respeitando os princípios do SUS, cresce confirmando o seu compromisso com a saúde potiguar, pautado nos pilares ante mencionados e se valendo dos valores da qualidade e sustentabilidade para conferir resiliência ao sistema de saúde estadual.

9. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO

As recomendações, estas versam sobre qualificações de áreas temáticas de relevância para a atuação da SESAP/RN na melhoria da qualidade da população como ações de qualificação da Vigilância em Saúde, e qualificação da Atenção Primária à Saúde, ambas voltadas ao fortalecimento dessas áreas nos municípios do estado.

Outro contexto que denota prioridade da gestão versa sobre a estruturação e qualificação das Redes de Atenção à Saúde (RAS) no que tange a expansão de leitos de Saúde Mental em hospitais gerais e sobre a aquisição de OPME para assim, assegurar o acesso equitativo da população a serviços, conferindo qualidade de vida a população.

O fortalecimento das ações que versam sobre a ampliação do acesso aos serviços de saúde, por meio da regulação das portas hospitalares, conferindo aspecto estratégico frente à organização da Rede de Atenção à Saúde a nível regional, viabilizando a qualificação da assistência.

A qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU RN 192, conferindo aumento da cobertura do SAMU aos municípios que ainda não tem a Pactuação deste dispositivo, possibilitando assim a diminuição do tempo de resposta às ocorrências em saúde, é mais um ponto observado como prioritário pela gestão em saúde no contexto da garantia do acesso a rede estadual de saúde.

A pandemia causada pela COVID-19 gerou uma demanda reprimida de cirurgias e procedimentos, por causa da suspensão destes nos últimos anos. Sendo assim, a perspectiva futura para esse quadro é o fortalecimento e a ampliação do Programa de Cirurgias Eletivas do Estado do RN que tem por objetivo a diminuição da fila de espera e consequentemente o restabelecimento positivo do estado de saúde dos indivíduos que demandam por procedimentos eletivos.

Outro ponto prioritário que vislumbra o futuro versa sobre a implantação de policlínicas regionais para conferir maior acesso da população potiguar a consultas, exames e procedimentos de média e alta complexidade, com apoio da instauração/implantação dos consórcios interfederativos.

E o projeto de expansão de leitos clínicos e de UTI Adulto e Pediátrico também é vista como um trabalho que não parou de acontecer e que se projeta para o decorrer do ano. A SESAP/RN continua expandindo a rede de leitos clínicos e críticos para o tratamento dos indivíduos acometidos pelo coronavírus, bem como para o tratamento de outras doenças.

PPA
Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO RIO GRANDE DO NORTE

DETRAN RN

Exercício 2023





RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
E DAS FINANÇAS - SEPLAN

Sumário

APRESENTAÇÃO .....

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA - EXERCÍCIO 2023.

A - Programa Temático: 5002 - O ESTADO À SERVIÇO DA SOCIEDADE

Avaliação geral do OBJETIVO.....

Avaliação individual das METAS.....

Avaliação Individual das INICIATIVAS.....

B - **Programa Temático: 4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTE**S
Avaliação geral do OBJETIVO.....

Avaliação individual das METAS.....

Avaliação Individual das INICIATIVAS.....

C - **Programa Temático: 5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO**

Avaliação geral do OBJETIVO.....

Avaliação individual das METAS.....

Avaliação Individual das INICIATIVAS.....

D - Avaliação Setorial dos Resultados

E - **Avaliação dos indicadores**

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023.....

A -Introdução.....

B - Do Objetivo da Avaliação .....

C - Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas .....

D - Metodologia.....

E - Avaliação Geral dos Resultados.....

F - Síntese da Avaliação e Recomendações.....

G -Referências .....

.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

GOVERNADORA

Maria de Fátima Bezerra

DIRETOR GERAL

Victor Hugo Rodrigues Fernandes de Oliveira

CHEFE DE GABINETE

Osmar de Souza Paiva Filho

EQUIPE TÉCNICA:

Carlos Everton da Silva

Daiane Strine de Araújo Xavier Cunha

Francinésia Brito de Lucena Azevedo

APRESENTAÇÃO

O Plano Plurianual é um instrumento de planejamento de médio prazo, com duração de quatro anos. Disposto no artigo 165 da Constituição Federal, onde a gestão define as diretrizes, objetivos e metas.

O Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Norte - DETRAN/RN apresenta o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2020-2023, tendo como referência o exercício de 2023.

A avaliação do PPA é um instrumento gerencial de suma importância para o aperfeiçoamento das atividades exercidas por esta Autarquia. A partir da avaliação é possível aferir o desempenho, os resultados e os impactos das políticas públicas implementadas. Possibilitando ainda, o contínuo aprimoramento da formulação e da gestão dos programas que integram o Plano.

Este relatório deve contribuir com a produção de informações que qualifiquem as ações do órgão em busca da melhoria na gestão. As informações descritas no plano são extremamente relevantes para a tomada de decisões pela Autarquia.

O relatório está composto por 2 partes: avaliação Setorial do PPA - exercício 2023 e avaliação Setorial do PPA – do período de 2020 a 2023. Onde será apresentado o desempenho dos Programas Temáticos e respectivos Objetivos, com apuração do desempenho das metas e indicadores. O PPA do DETRAN/RN é composto por 3 (três) programas temáticos, 3 (três) macro objetivos, 15 (quinze) metas e 17 (dezessete) iniciativas.

PARTE 1 - AVALIAÇÃO SETORIAL DO PLANO PLURIANUAL EXERCÍCIO - 2023

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO RIO GRANDE DO NORTE - DETRAN/RN – CÓDIGO - 25203

A - Programa Temático: 5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

Objetivo - 0342

Aperfeiçoar o atendimento aos usuários e proporcionar satisfação e condições de trabalho aos servidores através da valorização e modernização da infraestrutura, visando à prestação do serviço público com qualidade.

Avaliação Geral do Objetivo

O objetivo 342 atende ao Programa de Governo de acordo com o eixo V: Governança administrativa e financeira – através do tema "*O Estado a Serviço da Sociedade: Modernizar a estrutura administrativa, valorizar o servidor e prestar serviços com eficiência".* O DETRAN/RN visa à excelência do atendimento ao cidadão, aumentando o atendimento on-line na prestação dos seus serviços, através da implantação do Portal de Serviços *online* (portal.detran.rn.gov.br) implementado para facilitar o acesso mais rápido e cômodo aos serviços oferecidos pelo Órgão.

Dentre os serviços online ofertados pela Autarquia, destaca-se a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), a qual pode ter o agendamento online e concluir todo o processo sem necessidade de dirigir-se ao DETRAN/RN: O usuário inicia o processo na sua residência e conclui na clínica médica que o sistema direciona, podendo agendar dia e horário para o atendimento. Outro serviço aprimorado foi a implantação do Primeiro (1º) emplacamento de carro zero, totalmente digital sem a necessidade de intervenção de terceiros. O próprio sistema se encarrega de anexar a Nota Fiscal e as demais informações da Secretaria de Tributação-SET: utilizando as tecnologias atuais da Subcoordenadoria de Informática do DETRAN/RN com incremento de recentes tecnologias.

A ouvidoria implantou um diferencial de atendimento ao cidadão via *WhatsApp* que, em diversos casos, a demanda do cidadão é tratada no momento (em média, são realizados 2.100 atendimentos por mês). Ou seja, a ferramenta é denominada: ***"Detran na Mão", na qual*** o Detran/RN coloca à disposição do cidadão um canal para receber orientações, dando as opções para o usuário notificar elogios, sugestões, solicitações, reclamações e denúncias referentes aos serviços oferecidos.

Levando em consideração as 6 (seis) *metas* propostas no Objetivo 342, pode-se citar que 5 (cinco) metas foram alcançadas, isto é, 84% do total das metas, sendo elas: 965, 968, 974, 977 e 979.

Avaliação individual das metas do objetivo 0342

Código	Descrição	Unidade de medida	Metas		Estágio de execução %
			Previstas	Alcançadas	
961	Realizar concurso público	unidade	1	0	0
965	Capacitar, qualificar, valorizar os servidores do Detran/RN	pessoas	300	421	140
968	Intensificar as ações de qualidade de vida no ambiente de trabalho	unidade	10	15	150
974	Promover a inserção do usuário de baixa renda, possibilitando o acesso a CNH Social	pessoas	500	1000	200
977	Construir, reformar e ampliar as instalações físicas do Detran/RN sede e suas unidades	unidade	3	3	100
979	Reaparelhar o Detran/RN sede e suas unidades	unidade	1	1	100

A **meta 961** não foi alcançada, a qual trata da realização do Concurso Público do DETRAN/RN, devido a fatores externos à Autarquia, influenciando nas negociações quanto à possibilidade do prosseguimento para a realização do certame.

A **meta 0965** foi superada, atingindo 140 % do previsto, visto que estava previsto 300 servidores capacitados e ocorreram 421, esses fizeram cursos em diversas áreas: Capacitação em Atendimento ao Público; Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos; Legislação de Trânsito; Operacionalização do Sistema E-custódia, Lei Geral de Proteção de dados, Nova Lei de Licitações, Prático de Retenções Tributárias na Administração Pública e outros assuntos correlatos.

Com relação **a meta 0968**, essa foi superada, atingindo 150 % do previsto, com as seguintes ações: Campanha de Vacinação, Dia Internacional da Mulher, Plantões Psicológicos, Palestra Educativa para os Servidores, formação dos times e treinamentos da copa de futebol feminino e masculino do Órgão, Práticas Integrativas e Complementares em saúde (PICS), Sarau Projeto: "Leia, leve, doe e devolva", Encontro de Aposentados DETRAN/RN e comemoração do Natal na Escola de Governo.

No que diz respeito a **meta 0977**, o ano de 2023 representou um importante avanço para o órgão, alcançando 100 % do previsto. Foi iniciada a 2ª (segunda) etapa da reforma da Sede do DETRAN RN, cujo objeto é a Coordenadoria de Registro de Veículos e Recepção de Atendimento ao Público, bem como se concretizou, no último trimestre, a contratação da prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva nos prédios Sede e suas unidades administrativas.

A **meta 0979** que trata do Reaparelhamento do DETRAN, também foi 100% alcançada através da concretização do contrato nº27/2023 cujo objeto trata da aquisição de materiais de consumo e permanente para sinalização semafórica e Material Hidráulico, de modo a viabilizar tanto a manutenção, o funcionamento e a revitalização da Sinalização vertical e horizontal das vias urbanas de várias cidades do Estado do Rio Grande do Norte, assim como o incremento das atividades do setor de Manutenção predial do DETRAN/RN.

Em relação às atividades fins do órgão, foi efetivada a aquisição de 10 (dez) veículos caminhonetes 4x4 visando suprir a necessidade de aumento da frota veicular deste Departamento de Trânsito com vistas a promover as ações de fiscalização de trânsito, autuação e aplicação das medidas administrativas cabíveis pelas infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, exercendo seu Poder de Polícia de Trânsito através do Comando de Policiamento Rodoviário Estadual (CPRE).

A respeito da **meta 974** foi superada, a qual trata da inserção do usuário de baixa renda possibilitando o acesso a CNH Social, essa foi concretizada por meio da publicação do Programa "CNH Popular" (EDITAL Nº 13/2023 Processo nº 02910157.000172/2023-30) através de 1.000 (mil) vagas disponibilizadas da seguinte forma: I. Primeira Habilitação Categoria "A" – 500 (quinhentas) vagas II.

Primeira Habilitação Categoria “B” – 350 (trezentas e cinquenta) vagas III. Mudança de Categoria “C” – 50 (cinquenta) vagas IV. Mudança de Categoria “D” – 50 (cinquenta) vagas V. Mudança de Categoria “E” – 50 (cinquenta) vagas.

Avaliação Individual das Iniciativas

Foram estabelecidas 7 (sete) iniciativas para o objetivo 342**.** De acordo com o especificado abaixo:

A iniciativa 1348 – levantamento da necessidade de pessoal - foi concluída através do relatório “levantamento do quantitativo das necessidades do concurso do DETRAN/RN” - iniciativa já realizada no ano anterior - **concluída**.

A iniciativa 1350 – Sistematização de cursos para servidores, proporcionando a capacitação e aperfeiçoamento - **superada**.

A iniciativa 1356 – Realização de encontros motivacionais, com o objetivo de promover ações que despertem a saúde nos servidores, incentivando a prática de hábitos de vida saudável - **superada**.

A iniciativa 1.357 – Definição da comissão e normatização do Programa da Carteira Nacional de Habilitação Social, iniciativa já realizada no ano anterior - **concluída**.

A iniciativa 1370 - Elaboração de projeto básico; Contratação de empresa especializada; Execução da obra e licitações das reformas e construções em geral; Construção de prédio próprio padrão nos municípios que possuem CIRETRAN ou Grupo Executivo e que não possuem Central do Cidadão - **em andamento**.

A iniciativa 1373 - Aquisição de equipamentos e material permanente e ampliar a frota de veículos da fiscalização, educação e administração (na sede e interiores) - **superada.**

A iniciativa 2042 - Sistematização permanente de cursos para servidores, proporcionando a capacitação e o aperfeiçoamento; bem como a realização de parcerias ou convênio com instituições de Ensino Superior para ofertar vagas de pós-graduação – **em andamento**.

Execução orçamentária

O Objetivo 0342 - Aperfeiçoar o atendimento aos usuários e proporcionar satisfação e condições de trabalho aos servidores através da valorização e modernização da infraestrutura, visando à prestação do serviço público com qualidade, foram destinados na LOA 2023 para realizar as metas traçadas pelo órgão, sendo o valor de R$ 15.745.000,00 (quinze milhões setecentos e quarenta e cinco mil reais). Esse total foi distribuído nas subações Orçamentárias: 102901 - Reestruturação Física do DETRAN; 182601 - Reaparelhamento do DETRAN; 190501 - Implementação do Processo de Inovação Organizacional; 190601 - Valorização do Servidor e 247401 - Manutenção e Funcionamento.

Desse valor, foram utilizados, conforme relatório do SIGEF, a quantia de R$ 6.306.742,36 (seis milhões, trezentos e seis mil e setecentos e quarenta e dois reais e trinta e seis), correspondendo a 40% dos recursos orçamentários destinados. Percebe-se que ao analisar as metas traçadas apenas a meta 961 - Realizar concurso público não foi realizada ou atingida. Mas destaca-se que das seis metas traçadas para essas subações, duas foram atingidas em seu total e duas ultrapassaram as estimativas, com destaque para a capacitação dos servidores e do apoio da qualidade de vida no ambiente de trabalho, conforme quadro acima. Quanto aos recursos disponibilizados, observa-se que foram utilizados satisfatoriamente, em relação ao custo ou dispêndio para o cumprimento das metas traçadas (com um custo de apenas 40% dos recursos totais destinados o órgão conseguiu bater as metas em duas e outras duas ultrapassaram a meta estimada, isso demonstra uma utilização cautelosa e eficiente dos recursos disponíveis, alcançando os objetivos traçados com uma utilização mínima de recursos.

Execução Orçamentária por objetivo		
Previsto na LOA	**Realizado**	**%**
R$ 15.745.000,00	R$ 6.306.742,36	40

Fonte: Setor de Planejamento Orçamentário do DETRAN/RN-SIGEF.

B - Programa Temático: 4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Objetivo - 0349

Promover a segurança do trânsito, através da melhoria da educação, da fiscalização e da engenharia de trânsito, visando à fluidez, à redução dos índices de acidentes e às condições adequadas das vias de trânsito.

Avaliação Geral do Objetivo 349

O objetivo 349 visa à melhoria do Sistema Viário e a intensificar as ações educativas, orientar e fiscalizar o trânsito, bem como proporcionar uma sinalização adequada, a fim de dar boas condições à circulação de veículos e pedestres, visando à redução de acidentes.

Dessa forma o objetivo mencionado encontra-se alinhado com o Programa de governo proposto, através do eixo I: Valorização da Vida, Segurança e Paz Social" – subitem "Prevenir e enfrentar a violência, garantindo um ambiente de paz e segurança a toda sociedade", através da proposta mobilizar a sociedade potiguar por uma cultura de paz, através de campanhas educativas, audiências públicas, debates, aulas públicas e outras metodologias. Sendo assim, o DETRAN implementou ações de educação de trânsito com o objetivo de conscientizar a sociedade em relação a preservar vidas no trânsito.

Quanto a sinalização vertical e horizontal, informa-se que foram realizadas pinturas de lombadas, pinturas de faixa de pedestres, pinturas de faixa de retenção nas rodovias estaduais e em algumas vias municipais, e também foram implementadas placas de sinalização em vários municípios. Ocorreu também a continuação da implantação de Sinalização Eletrônica, representadas por Controladores eletrônicos de velocidade, redutor eletrônico de velocidade e condutor eletrônico misto, nas seguintes vias: Via Costeira (Zona Sul), Av. Doutor João Medeiros Filho (Zona Norte), Av. Rota do Sol, Av. Eng. Roberto Freire e Av. Omar O'Grady.

Quanto a educação do trânsito, foram executadas diversas ações diretamente, ou através de parcerias com outras instituições, dentre as quais, destaca-se o Programa Vida no trânsito – PVT SESAP/RN. As atividades foram realizadas para as escolas e para a sociedade em geral, com o objetivo de promover a educação, a capacitação e o treinamento multidisciplinares na área de trânsito.

Com relação a fiscalização do trânsito, ocorreu um aumento significado do número de fiscalização e o número de veículos fiscalizados.

Durante este ano foi implementado um grande avanço pelo CETRAN (Conselho Estadual de Trânsito), através da integração de 23 municípios, dentre os quais 15 cidades são conveniadas com o DETRAN/RN.

Em relação a Escola Pública de Trânsito (EPT), no ano de 2023, foram implementadas 22 turmas nos seguintes cursos: Identificação Veicular; Vistoriador; Instrutor de trânsito; examinador de trânsito; Atualização de mototaxista; Livre de Offroad e 4X4; Transporte Coletivo de Passageiro, totalizando a participação de 500 pessoas.

Das 6 (seis) metas desse objetivo, informa-se que 4 (quatro) foram alcançadas e 2 (duas) foram parcialmente alcançadas.

Avaliação individual das metas do objetivo 0349

	Descrição		Metas	

Código		Unidade de medida	Previstas	Alcançadas	Estágio de execução %
982	Implementar e conservar a sinalização horizontal nas vias públicas em condições adequadas e seguras.	km	600	75,35	13
985	Implementar e conservar o sistema de sinalização vertical nas vias públicas em condições adequadas e seguras.	unidade	100	266	166
987	Realizar ações de educação do trânsito.	unidade	120	103	86
989	Implementar novas tecnologias e conservação do sistema semafórico e de fiscalização eletrônica nas vias públicas em condições adequadas e seguras.	unidade	4	80	2000
994	Realizar ações de fiscalização de veículos.	Veículo	30.000	329.188	1.097
996	Estruturar os órgãos dos colegiados JARI, CETRAN e EPTRAN.	unidade	1	2	150

A **meta 0982** foi parcialmente alcançada, onde estavam previstos 600 km e ocorreram 76 km, atingindo 13% do total. Salientando que os serviços são pinturas de lombadas, faixa de pedestres, faixa de retenção nas rodovias estaduais e em algumas vias municipais.

A **meta 0985** foi superada onde estavam previstas 100 placas e realizadas 266. As placas de sinalização foram implantadas nas rodovias Estaduais e nas vias públicas de alguns municípios do RN.

Quanto a **meta 0987** foi parcialmente alcançada, atingindo 83%. Nesse ano, as ações da Educação ocorreram para as escolas e para a sociedade em geral, com objetivo de promover a educação, capacitação e treinamento multidisciplinares na área de trânsito. Destacam-se as palestras educativas na E.E. Walfredo Gurgel; no grupo de idosos da UBS Pirangi; ações em faixas de pedestre, participação em ações sociais e educativas com parceria de outras entidades públicas; participação em SIPATs de empresas; palestras para profissionais de transporte escolar e pacientes hospitalares; atividades educativas no município de Nova Cruz/RN e diversos interiores voltadas aos mototaxistas da região; ações educativas em festas de grande repercussão no estado, como por exemplo: festa de Santana em Caicó/RN, festa do Boi em Parnamirim/RN, Carnatal, dentre outras.

No que diz respeito a **meta 0989**, informa-se que foi superada, onde estavam previstas 4 e foram realizadas 80, especificando as seguintes ações: Manutenções semafóricas, recolocação e reprogramação de semáforos, dentre outras. Quanto aos radares foram instaladas 27 unidades (Controladores eletrônicos de velocidade, redutor eletrônico de velocidade, condutor eletrônico misto) nas seguintes vias: Via Costeira (Zona Sul), Av. Doutor João Medeiros Filho (Zona Norte), Rota do Sol, Av. Eng. Roberto Freire e Av. Omar O'Grady.

Com relação a fiscalização do trânsito, a **meta 0994** foi superada, visto que estavam previstos 30.000 veículos e foram fiscalizados 372.730. Incluindo a lei seca que realiza uma grande prevenção de acidentes, fiscalizando os condutores em relação a ingestão do álcool.

A **meta 996** foi superada, pois foram estruturados os seguintes órgãos colegiados: EPT (Escola Pública de Trânsito) e o CETRAN (Conselho Estadual de Trânsito). Nesse último foi realizado um grande trabalho, através da integração (municipalização do trânsito).

Avaliação individual das Iniciativas

Foram estabelecidas 5 (cinco) iniciativas para o período 2020-2023 em relação ao objetivo 349

A iniciativa 1.379 - Modernização do sistema de fiscalização/sinalização com administração direta e convênio; Melhoria da infraestrutura viária e aquisição de EPIs, EPCs e mobiliários ergonomicamente qualificados, foi caracterizada como sendo iniciativa **alcançada**.

A iniciativa 1.381 - Modernização do sistema de fiscalização/sinalização com administração direta e convênio; Aquisição de softwares de engenharia e estatística; Melhoria da infraestrutura viária e aquisição de EPIs, EPC e mobiliários ergonomicamente qualificados**. Em andamento**

A iniciativa 1.384 – Interiorização da escola de trânsito e realização de ações de educação nos municípios e de atividades educativas no ensino básico. **Em andamento**

A iniciativa 1.387 – Aquisição de EPIs, EPCs e mobiliários ergonomicamente qualificados; Fiscalização eletrônica das vias urbanas e estaduais, **superada.**

A iniciativa 1.657 - Fiscalização de veículos nas vias urbanas e estaduais; modernizar os equipamentos de fiscalização da lei seca**, superada**.

Execução orçamentária

O Objetivo 0349 – Promover a segurança do trânsito, através da melhoria da educação, da fiscalização e da engenharia de trânsito, visando à fluidez, à redução dos índices de acidentes e às condições adequadas das vias de trânsito. Foram destinados na LOA 2023 R$ 11.036.000,00 (onze milhões e trinta e seis mil reais). Esse total foi distribuído nas Ações Orçamentárias: 126601 - Fiscalização do Trânsito; 148501 - Educação para o Trânsito e 190801 - Melhoria do Sistema Viário.

Desse valor, foram utilizados, conforme relatório do SIGEF, a quantia de R$ 7.264.549,31 (sete milhões duzentos e sessenta e quatro mil e quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), correspondendo a 66% dos recursos orçamentários utilizados do total destinado. Percebe-se ao analisar que duas metas traçadas não foram atingidas, quais sejam: a meta 982 - Implementar e conservar a sinalização horizontal nas vias públicas em condições adequadas e seguras e a meta 987 - Realizar ações de educação do trânsito. Mas destaca-se que as demais metas traçadas para essas subações foram todas superadas e ultrapassaram as estimativas previstas, com destaque para a realização de ações de fiscalização de veículos; implementar e conservar o sistema de sinalização vertical nas vias públicas em condições adequadas e seguras e implementar novas

tecnologias e conservação do sistema semafórico e de fiscalização eletrônica nas vias públicas em condições adequadas e seguras, conforme descrito no quadro anterior. Quanto aos recursos disponibilizados vê-se uma situação satisfatória, mesmo tendo um dispêndio, para o cumprimento das metas traçadas, de 66% dos recursos totais destinados o órgão conseguiu superar quatro metas em muito mais dos 100% da estimada traçada.

Execução Orçamentária por objetivo		
Previsto na LOA	**Realizado**	**%**
R$ 11.036.000,00	**R$ 7.264.549,31**	**66**

Fonte: Setor de Planejamento Orçamentário do DETRAN/RN-SIGEF.

C- Programa Temático: 5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO

Objetivo - 0368

Aprimorar a gestão administrativa do órgão, visando a inovação organizacional assim como a gestão orçamentário financeira, promovendo o equilíbrio fiscal e a melhoria da qualidade e da eficiência dos gastos públicos e pagamento de pessoal**.**

Avaliação Geral do Objetivo 368

O objetivo 368 atende ao Programa de Governo de acordo com o "Eixo V: Governança Administrativa e financeira, e o subitem: Novas práticas de gestão: garantir o equilíbrio fiscal e melhorar a qualidade e eficiência dos gastos públicos - O Estado a Serviço da Sociedade: Modernizar a estrutura administrativa, valorizar o servidor e prestar serviços com eficiência.

O DETRAN/RN continuou se aperfeiçoando, principalmente na gestão de processos, através de aquisições de tecnologias para a modernização com foco na melhoria dos sistemas, facilitando o

atendimento aos usuários. Para tanto, foram implementadas diversas ferramentas para a modernização tecnológica.

Foi disponibilizado à população um novo contato institucional direto com a Ouvidoria do Órgão, via aplicativo de mensagem (Whatsapp), em média 2.100 atendimentos por mês. Com essa ferramenta *"Detran na Mão"* o cidadão pode falar com a Ouvidoria por mensagens, acessando o número (84) 3232-1219, sendo também um canal para o usuário receber orientações, dando as opções para notificar elogios, sugestões, solicitações, reclamações e denúncias referentes aos serviços oferecidos pelo Detran no Estado. O plano é aproximar o cidadão da Ouvidoria, fortalecendo os vínculos da transparência institucional, resolução de conflitos e melhorias na prestação de serviços públicos.

Nesse objetivo foram instituídas 3(três) metas. Na qual 2(duas) foram alcançadas e 1 (uma) não realizada.

Avaliação individual das metas do objetivo 0368

Código	Descrição	Unidade de medida	Metas		Estágio de execução %
			Previstas	Alcançadas	
998	Implementar o planejamento estratégico no Detran/RN.	percentual	25%	0	0
1.000	Implementar novas tecnologias para modernização do Detran/RN.	unidade	2	3	150
1.001	Implementar o controle e avaliação permanente das receitas, despesas,	unidade	1	1	100

Código	Descrição	Unidade de medida	Metas		Estágio de execução %
			Previstas	Alcançadas	
	contratos e convênios do Detran/RN.				

A **meta 0998** não foi implementada, sendo previsto 25% de execução e realizado 0%. Apesar de que está sendo estudado um novo regimento interno para o órgão.

A **meta 1000** foi implementada fortemente no órgão, uma vez que os principais investimentos voltados para a modernização tecnológica viabilizam diretamente o aprimoramento do atendimento ao público. Desse modo, essa meta foi superada em 150%, de modo que estavam previstas 2 implementações tecnológicas e foram concretizadas 3.

As tecnologias de maior expressão foram:

1 - Aquisição de Datacenter próprio, visando a otimização de todos os sistemas operados pelo DETRAN-RN, resultando em incremento de performance e agilidade nas informações. Isso permitirá o total gerenciamento sobre todos os ativos, os quais serão armazenados em um único equipamento.

2 - Aquisição de Celulares e softwares para a modernização do uso das Autuações de Trânsito, vistorias e exames práticos.

3 – A implementação do projeto de Primeiro (1º) emplacamento de carro zero, totalmente digital sem a necessidade de intervenção de terceiros. O próprio sistema se encarrega de anexar a Nota Fiscal e as demais informações da Secretaria de Tributação-SET, utilizando as tecnologias atuais da Subcoordenadoria de Informática do DETRAN/RN com incremento de recentes tecnologias da Microsoft, que é a utilização de API.

Em relação a meta 1001, informa-se que foi alcançada onde ocorreu diversos estudos de avaliação das receitas, despesas e contratos de convênio.

Avaliação Individual das Iniciativas

Foram estabelecidas 5 (cinco) iniciativas para o período 2020-2023 em relação ao objetivo 368, as quais estão descritas abaixo:

A iniciativa 1659 - Elaboração de um novo regimento e organograma, criação de procedimento padrão, definição da comissão do Planejamento Estratégico **– em andamento.**

A iniciativa 1661 – Implantação da vistoria eletrônica; auto de infração eletrônico; novo sistema RENACH/RENAVAM; agendamento eletrônico: habilitação, registro de veículos, exames psicológicos/clínicos; sistema administrativo: RH, contratos, avaliação de desempenho, sistema EAD, modernização da rede lógica, atendimento on-line, aquisição de datacenter e periféricos - **alcançada.**

A iniciativa 1662 – Viabilização da transparência no portal de serviços do DETRAN/RN; reestruturação do setor de convênios **- em andamento.**

A iniciativa 2136 - Realizar a ouvidoria itinerante em todas as CIRETRANS e grupos executivos do DETRAN/RN **- em andamento.**

A iniciativa 2146 - Valorização dos servidores do DETRAN/RN – **em andamento.**

Execução orçamentária

O Objetivo 0368 - Aprimorar a gestão administrativa do órgão, visando a inovação organizacional, assim como a gestão orçamentário-financeira, promovendo o equilíbrio fiscal, melhoria da qualidade e da eficiência dos gastos públicos e pagamento de pessoal. Foram destinados na LOA 2023 o valor de R$ 58.041.000,00 (cinquenta e oito milhões e quarenta e um mil reais), sendo distribuído nas seguintes ações Orçamentárias: 182701 - Modernização da Tecnologia da Informação; 190501 - Implementação do Processo de Inovação Organizacional; 190701 - Realização de Eventos e 247401 - Manutenção e Funcionamento.

Desse valor total, foram utilizados R$ 48.207.098,36 (quarenta e oito milhões duzentos e sete mil noventa e oito reais e trinta e seis centavos), correspondendo a um percentual de 83% do total dos recursos destinados, conforme relatório do SIGEF. Percebe-se ao analisar as metas traçadas que a meta 1.000: Implementar novas tecnologias para modernização do Detran/RN ultrapassou a

estimativa traçada, demonstrando que o órgão investiu no aprimoramento tecnológico para melhorar os serviços prestados e o atendimento aos usuários.

Execução Orçamentária por objetivo		
Previsto na LOA	**Realizado**	**%**
R$ 58.041.000,00	48.207.098,36	83

Fonte: Setor de Planejamento Orçamentário do DETRAN/RN-SIGEF.

.

D - Avaliação Setorial dos Resultados

O PPA 2020-2023 do DETRAN/RN ano base 2023 possui 3 (três) programas temáticos, 3 (três) macro objetivos, 15 (quinze) metas e 17 (dezessete) iniciativas. Ressaltando que os objetivos são os norteadores das metas e iniciativas, sendo de grande relevância para o alcance dos resultados.

Ou seja, em linhas gerais, 74% das metas foram superadas e alcançadas, 13% foram parcialmente alcançadas e 13% não foram alcançadas.

No que diz respeito as iniciativas, 6 (seis) foram superadas,7 (três) alcançadas, 4 (seis) parcialmente alcançadas. Dessa forma, 76% das iniciativas foram superadas e alcançadas e 24% parcialmente alcançadas.

Salienta-se que ocorreram avanços importantes na gestão de processos do DETRAN/RN, através do início da digitalização de todos os processos físicos e afins do DETRAN/RN, bem como a implantação de novas tecnologias nas quais estavam previstas 2 (duas) e realizadas 3 (três), impactando na modernização administrativa para atingir uma melhor prestação do serviço público com qualidade.

Durante o ano de 2023, o Plano Plurianual do DETRAN foi aprimorado, visto que os gestores do Órgão estiveram conscientes que precisavam atingir as metas, ocorrendo reuniões nas quais foram explanados os resultados obtidos pelos setores.

O DETRAN/RN continuou em busca de cumprir as metas, reforçando a modernização para atingir uma melhor prestação do serviço público com qualidade, visto que a Autarquia realiza atividades para a redução da violência no trânsito.

Recomenda-se que é necessária uma maior divulgação do próximo PPA 2024-2027 pela SEPLAN, através de reuniões nos próprios órgãos, mostrando a importância dos resultados para o Estado do Rio Grande do Norte.

E - Avaliação dos indicadores

Os indicadores dos programas são de grande importância para mensurar o desempenho das ações, avalia os processos e mede a qualidade do serviço que está sendo disponibilizado, funcionando também como ferramenta estratégica, pois demonstram os resultados e os impactos dos serviços. No período de 2020 a 2023, foram definidos dois indicadores para o DETRAN/RN, quais sejam:

Indicadores do Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Norte para o período de 2020 e 2023						
Programa	**Base Geográfica**	**Fórmula**	**Data inicial**	**Valor Inicial - 31/12/2019**	**Valor final Estimado 31/12/2023**	**Valor final 31/12/2023**
O Estado a serviço da Sociedade	RN	TMV = (Taxa do número de mortes em acidentes de trânsito x 10.000) /número de veículos	31/12/2019	4	3	3
O Estado a serviço da Sociedade	RN	TMH = (Taxa do número de mortes em acidentes de trânsito x 100.000) /número de habitantes	31/12/2019	15	10	13

Fonte: PRF; CPRE/RN; STTU-Natal; COINE/ITEP- RN; IBGE; Setor de Estatística do DETRAN/RN.

Análise – 2023

Em 2019, o indicador "*número de mortes em acidentes de trânsito para 10.000 veículos"* foi 4, ou seja, para cada 10.000 veículos ocorreram 4 mortes. Analisando o ano de 2023, o indicador foi de 3 mortes, atingindo a previsão. Representando grande relevância, já que houve diminuição desse indicador.

Quanto ao indicador "*número de mortes em acidentes de trânsito para 100.000* habitantes", no ano de 2019 era de 15, e em 2023 o indicador foi de 13, acima da previsão que seria de 10 mortes para cada 100.000 habitantes. Demonstrando que houve uma diminuição considerável, apesar de não atingida a previsão.

PARTE 2 - AVALIAÇÃO SETORIAL DO PEÍODO DO PPA 2020-2023

A - INTRODUÇÃO

A avaliação é um instrumento que se integra ao conjunto de ferramentas do modelo de gestão voltada para resultados, ressaltando assim que ela assegura a conformidade legal de procedimentos e mede a capacidade de implementação dos programas de governo. A avaliação consiste em um instrumento essencial para apuração do desempenho dos programas de governo, ou seja, sua eficiência e eficácia, através da análise das metas físicas, financeiras e acompanhamentos externos. Assim, torna-se possível perceber a conformidade entre o planejado e o executado, bem como, a qualidade das despesas públicas.

Considerando o ambiente organizacional do DETRAN/RN como um todo, a avaliação levou em consideração os desafios tanto da sua Sede quanto das 27 unidades descentralizadas, salientando ainda que existem desafios para adequação à era digital, entre outros.

No cenário em que essa Autarquia se encontra, variadas ordens impactam direta e indiretamente nas suas atividades, quais sejam: Registro de veículos; Registro de Condutores; sinalização e fiscalização das vias públicas; educação no trânsito. Desse modo, os objetivos traçados são direcionados para o aperfeiçoamento dos seus processos internos, para a capacitação e desenvolvimento das potencialidades dos seus servidores, para o cumprimento das normas de trânsito, para a viabilização da sinalização e segurança do trânsito e, principalmente, para a prestação de serviços aos usuários com atendimento de qualidade.

Assim, os principais pontos que foram analisados na avaliação são representados pelos indicadores dos programas, cujo objetivo é o de mensurar o desempenho das ações, quais sejam: Índice de Motorização; Número de pessoas beneficiadas com o programa CNH social; Taxa do número de mortes em acidentes de trânsito. Por outro lado, o acompanhamento bimestral nas atividades meio do DETRAN foi aplicado nos setores específicos, de modo a mensurar os resultados no tocante ao aprimoramento da gestão administrativa, orçamentário-financeira do órgão, inovação organizacional, entre outros.

Ressalta-se que o presente relatório está dividido em 6 (seis) seções, quais sejam: Do Objetivo da Avaliação; Análise das metas; Análise das iniciativas e da execução orçamentária; Avaliação setorial dos resultados; Recomendações e Análise dos indicadores.

B – OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

O Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 do DETRAN/RN se articula em torno de três objetivos gerais, todos interligados na busca pela realização da missão institucional do órgão, que é proporcionar à sociedade norte-rio-grandense condições adequadas para um trânsito mais humano. Esses objetivos abrangem áreas como educação, fiscalização, registro de veículos e de condutores. O PPA também visa alinhar seus objetivos aos programas temáticos do governo estadual, concentrando-se nos eixos de "Valorização da Vida, Segurança e Paz Social" e "Governança Administrativa e Financeira".

O ano de 2020 foi desafiador devido à pandemia, impondo ao DETRAN/RN a necessidade de adotar medidas restritivas para conter a disseminação da doença. Assim, destaca-se a importância de considerar os impactos dessa situação na execução de metas e serviços durante os anos de 2020 e 2021. Nesse contexto do PPA 2020-2023, foram avaliados os resultados obtidos, permitindo que fossem identificados os investimentos necessários para aprimorar os serviços do DETRAN/RN. Além disso, destacou-se a necessidade de direcionar esforços não apenas para recursos materiais e tecnológicos, mas também para os recursos humanos do órgão, dada a constante demanda e desafios enfrentados.

C – CARACTERIZAÇÃO DO PPA DO ÓRGÃO E RESPECTIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O PPA 2020-2023 se caracteriza pela seguinte estrutura:

Programa Temático: 5002 - O ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

Código do Órgão: 25203

2.1 Objetivo 342- Aperfeiçoar o atendimento aos usuários e proporcionar satisfação e condições de trabalho aos servidores através da valorização e modernização da infraestrutura, visando à prestação do serviço público com qualidade.

Programa de Governo: Atendimento de acordo com o eixo V: Governança administrativa e financeira – através do tema O Estado a Serviço da Sociedade: Modernizar a estrutura administrativa, valorizar o servidor e prestar serviços com eficiência - 2ª diretriz: "Intensificação da utilização de ferramentas digitais para desburocratização, melhoria da gestão e dos serviços públicos oferecidos".

As metas visam fortalecer suas operações e aprimorar o serviço prestado à sociedade, quais sejam: 961-Realizar concurso público; 965- Capacitar, qualificar, valorizar os servidores do DETRAN/RN; 968- Intensificar as ações de qualidade de vida no ambiente de trabalho; 974- Promover a inserção do usuário de baixa renda possibilitando o acesso a CNH Social; 977- Construir, reformar e ampliar as instalações físicas do DETRAN/RN sede e suas unidades; 979- Reaparelhar o DETRAN/RN sede e suas unidades.

Programa Temático: 4009 - INFRAESTRUTURA INTEGRADA: SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

2.2 Objetivo 349 - Promover a segurança do trânsito, através da melhoria da educação, da fiscalização e da engenharia de trânsito, visando à fluidez, à redução dos índices de acidentes e às condições adequadas das vias de trânsito.

Programa de Governo: Atendimento de acordo com o Eixo I - Valorização da Vida, Segurança e Paz Social na diretriz 1 - Prevenção e redução da criminalidade com mobilização e participação da sociedade e Eixo IV- Desenvolvimento Regional Sustentável com Inclusão Econômica, no tema: malha rodoviária.

As metas visam o cumprimento das atividades fins do órgão, quais sejam: **982-** Implementar e conservar a sinalização horizontal nas vias públicas em condições adequadas e seguras; **985-** Implementar e conservar o sistema de sinalização vertical nas vias públicas em condições adequadas e seguras; **987**- Realizar ações de educação do trânsito; **989**- Implementar novas tecnologias e conservação do sistema semafórico e de fiscalização eletrônica nas vias públicas em condições adequadas e seguras; **994**- Realizar ações de fiscalização de veículos; **996**- Estruturar os órgãos colegiados :JARI, CETRAN e EPTRAN.

Programa Temático: 5001 NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO

2.3 Objetivo 368 – Aprimorar a gestão administrativa do órgão, visando a inovação organizacional assim como a gestão orçamentário-financeira, promovendo o equilíbrio fiscal e a melhoria da qualidade e da eficiência dos gastos públicos.

Programa de Governo: Atendimento ao Eixo V- Governança Administrativa e financeira, e o subitem - Novas práticas de gestão: Garantir o equilíbrio fiscal e melhorar a qualidade e eficiência dos gastos públicos**.**

As Metas que visam esse objetivo são: **998** - Implementar o planejamento estratégico no DETRAN/RN; **1000** - Implementar novas tecnologias para modernização do DETRAN/RN; **1001** - Implementar o controle e avaliação permanente das receitas, despesas, contratos e convênios do DETRAN/RN.

Atendimento das demandas da população:

Através da **Meta 974** com o Programa CNH Social, o DETRAN/ RN visa a inserção de pessoas de baixa renda para realizar o processo de habilitação de maneira gratuita. Desse modo, em 2021 o órgão disponibilizou cerca de 500 vagas e em 2023 disponibilizou 1000 vagas aos candidatos para a habilitação de condutores.

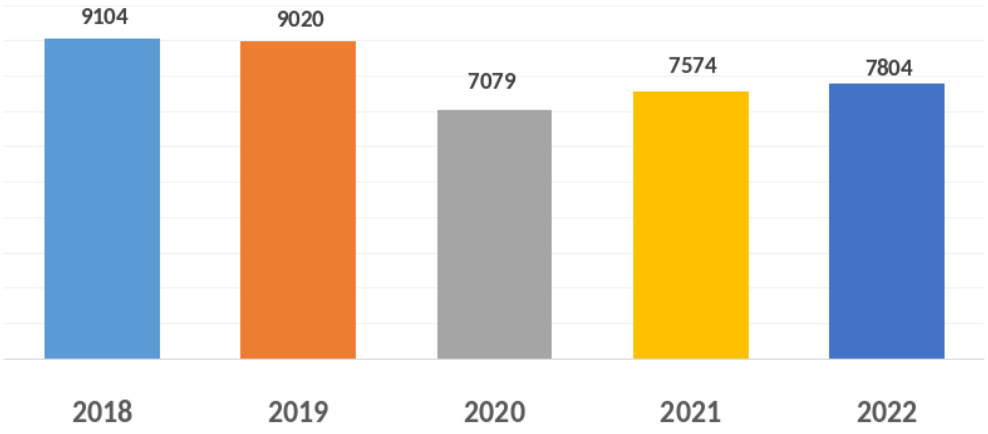
D - METODOLOGIA

A avaliação do Plano Plurianual 2020-2023 foi realizada conjuntamente pelos setores do Planejamento Orçamentário e de Estatística.

Durante este período foi realizado o monitoramento bimestral das metas pelos setores responsáveis, bem como pelo Comando de Policiamento Rodoviário Estadual (CPRE) que monitora o número de veículos fiscalizados. Ocorreu ainda a avaliação anual do PPA (em cada exercício) e consequentemente a apresentação anual dos resultados para os gestores do Órgão.

- Para efetivar as avaliações foram utilizados gráficos, tabelas, dados estatísticos, indicadores, mapas, fotos, entre outros.

Distribuição do número de acidentes de trânsito no Rio Grande do Norte, nos anos de 2018 a 2022.



Setor de Estatística do DETRAN/RN

Quanto aos indicadores foram implementados os seguintes:

- TMV= (Taxa do número de mortes em acidentes de trânsito x 10.000) /número de veículos;
- TMH = (Taxa do número de mortes em acidentes de trânsito x 100.000) /número de habitantes.

As informações da frota de veículos do RN são produzidas pelo setor de estatística do DETRAN/RN, e o número de vítimas fatais dos sinistros de trânsito são oriundas do Instituto Técnico de Pericia (ITEP)/Coordenadoria de informações Estatísticas e análises Criminais (COINE).

Indicadores do Rio Grande do Norte nos anos de 2019 a 2023

Ano	População	Frota	Vítimas fatais de Acidentes de trânsito	IM [1]	IV [2]	IH [3]
2019	3.506.853	1.342.128	514	383	4,0	15
2020	3.534.165	1.385.910	513	392	3,7	14,5
2021	3.560.903	1.436.049	520	403	3,6	14,6
2022	3.586.972	1.487.040	482	415	3,2	13,4
2023	3.586.972	1.545.026	463	431	3,0	13

1 IM – Índice de motorização (Veículos/1000 hab.).

2 IV – Índice de mortalidade por 10.000 veículos.

3 IH – Índice de mortalidade por 100.000 habitantes.

Análise – 2020-2023

Em 2019, o indicador "*número de mortes em acidentes de trânsito para 10.000 veículos"* foi 4, ou seja, para cada 10.000 veículos ocorreram 4 mortes. Analisando o ano de 2023, o indicador foi de 3 mortes, atingindo a previsão. Representando grande relevância, já que houve diminuição desse indicador.

Quanto ao indicador "*número de mortes em acidentes de trânsito para 100.000* habitantes", no ano de 2019 era de 15, e em 2023 o indicador foi de 13, acima da previsão que seria de 10 mortes para cada 100.000 habitantes. Demonstrando que houve uma diminuição considerável, apesar de não atingida a previsão.

E – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS

O PPA 2020-2023 do DETRAN/RN possui 3 (três) programas temáticos, 3 (três) macro objetivos, 15 (quinze) metas e 17 (dezessete) iniciativas. Ressaltando que os objetivos são os norteadores das metas e iniciativas, sendo de grande relevância para o alcance dos resultados.

O objetivo geral 342- Aperfeiçoar o atendimento aos usuários e proporcionar satisfação e condições de trabalho aos servidores através da valorização e modernização da infraestrutura, visando à prestação do serviço público com qualidade está vinculado ao Programa Temático 5002- O Estado a Serviço da Sociedade.

As metas do objetivo 342 incluem condições de trabalho adequadas, capacitação, valorização e o aprimoramento do atendimento aos usuários, sendo representadas pelos seguintes resultados: 2 (duas) metas realizadas e 1 (uma) foi superada, 3 (três) parcialmente realizadas e 1 (uma) não realizada.

Metas do objetivo 342

CÓDIGO	DESCRISÇÃO DAS METAS	2020 A 2024				ESPECIFICAÇÃO
		QUANTIDADE	TOTAL PREVISTO	TOTAL REALIZADO	%REALIZADO	
961	Realizar concurso público	unidade	**2**	0	0	Não realizada
965	capacitar,qualificar,valorizar os servidores do Detran/RN	pessoas	**1200**	1105	92	Parcialmente realizada
968	Intensificar as ações de qualidade de vida no ambiente de trabalho	unidade	**40**	50	125	Realizada
974	Promover a inserção do usuáriode baixa renda possibilitando o acesso a CNH Social	pessoas	**2000**	1.353	68	Parcialmente realizada
977	Construir, reformar e ampliar as instalações físicas do Deetran/RN-sede e suas unidades	unidade	**12**	8	67	Parcialmente realizada
979	Reaparelhar o Detran/RN-sede e suas unidades	unidade	**4**	29	625	Realizada

No que se refere à meta 961 (realização do concurso público), não foi realizada devido ao ano eleitoral de 2021, e ao final do PPA 2020-2023 observou-se que não foi alcançada uma vez que foi acordada a proposta de concurso unificado do estado do Rio Grande do Norte, impedindo a concretização da realização do concurso público até o final de 2023.

A meta 965, que aborda a capacitação e a qualificação direcionadas aos servidores, enfrentou desafios iniciais devido à pandemia, mesmo com as limitações, foram ofertados cursos online aos servidores. Esse fator influenciou o atingimento de 92% da meta, ou seja, bastante próximo ao 100%. No entanto, o órgão entende que apesar do resultado, essa meta representa um avanço para o órgão, visto que foi instituído o setor de Desenvolvimento de Pessoas, sendo possível traçar e direcionar as estratégias no tocante às capacitações.

A meta 968, referente à qualidade de vida no ambiente de trabalho, foi superada em mais de 125%, através das práticas individuais e coletivas no trabalho; e da promoção à saúde e segurança no trabalho.

No que se refere à meta 974 - inserção do usuário de baixa renda na CNH Social foi realizada em 68% do previsto. No ano de 2022 foram contempladas 353 pessoas e no ano de 2023 foram contempladas 1.000 pessoas.

Quanto à meta 977, que trata da construção, reforma e ampliação das instalações físicas do DETRAN/RN, observa-se a realização de 68% do previsto. No entanto, vale destacar que no DETRAN sede a 1ª etapa da reforma foi concluída em 2022, e a 2ª etapa, cujo escopo é direcionado para a Coordenadoria de Registro de Veículos e Recepção de Atendimento ao Público, teve início em 2023 e ainda está em execução. Ainda, ao final de 2023, foi concretizado o contrato de manutenção predial, o qual viabilizará reformas pontuais nas demais unidades descentralizadas.

Em relação à meta 979 - Reaparelhar o Detran/RN- sede e suas unidades, observa-se que foi superada (previstos 4 unidades e realizadas 29). Dentre os diversos investimentos realizados, destacam-se as aquisições de equipamentos de telefonia móvel, tendas, ar-condicionado, etilômetros e veículos 4x4, contribuindo para a melhoria das operações de fiscalização no trânsito e para a prestação de serviços aos usuários.

O Objetivo Geral 0349 - Promover a segurança do trânsito, através da melhoria da educação, da fiscalização e da engenharia de trânsito, visando à fluidez, à redução dos índices de acidentes e às condições adequadas das vias de trânsito está vinculado ao Programa Temático 4009 - Infraestrutura Integrada: Sistema Integrado de Logística e Transportes.

As metas desse objetivo apresentaram os seguintes resultados: 1 (uma) meta parcialmente realizada e 5 (cinco) realizadas.

Metas do objetivo 349

METAS DO PLANO PLURIANUAL DE 2020 A 2023

CÓDIGO	DESCRISÇÃO DAS METAS	2020 A 2024				ESPECIFICAÇÃO
		QUANTIDADE	TOTAL PREVISTO	TOTAL REALIZADO	%REALIZADO	
982	Implementar e conservar de sinalização horizontal nas vias públicas em condições adequadas e seguras	KM	**2.400**	814,15	34	Parcialmente realizada
985	Implementar e conservar o sistema de sinalização vertical nas vias públicas em condições adequadas e seguras	unidade	**400**	1.041	160	Realizada
987	Realizar ações de educação do trânsito	unidade	**460**	474	125	Realizada
989	Implementar novas tecnologias e conservação do sistema semafórico e de fiscalização eletrônica nas vias públicas em condições adequadas e seguras	unidade	**16**	213	1.231	Realizada
994	Realizar ações de fiscalização de veículos	Veiculo	**120.000**	1.251.427	942	Realizada
996	Estruturar os órgãos do colegiados JARI,CETRAN e EPTRAN	unidade	**3**	3	100	Realizada

No que se refere à meta 982 - Implementar e conservar a sinalização horizontal nas vias públicas em condições adequadas e seguras, essa foi parcialmente realizada, de modo que sua execução se destacou através das pinturas de lombadas, faixas de pedestres e retenção, entre outros.

Quanto a meta 985, observou-se resultado positivo para as ações de sinalização vertical, as quais foram previstas 400 unidades, sendo implementadas 1.041 unidades, superando em 160% as expectativas.

A meta 987- Realizar ações de educação do trânsito, visando superar limitações ocasionadas no período da pandemia, promoveu a realização das ações em parceria com outras instituições. Nos anos seguintes, as atividades retornaram à normalidade tanto em relação às ações voltadas para a sociedade quanto para as escolas, resultando no alcance da meta em 125%.

No tocante à meta 989- Implementar novas tecnologias e conservação do sistema semafórico e de fiscalização eletrônica nas vias públicas em condições adequadas e seguras, essa foi superada,

atingindo o total de 1.231%. O resultado foi devido às manutenções semafóricas e às instalações de equipamentos, tais como controladores e redutores eletrônicos de velocidade.

A Meta 994- Realizar ações de fiscalização de veículos foi superada. O resultado ocorreu através do aumento significativo de veículos fiscalizados, bem como pelas operações da Lei Seca.

Por fim, no que se refere à meta 996, que envolveu a estruturação dos órgãos colegiados: EPT e CETRAN, foi alcançada devido ao trabalho realizado de integração do trânsito em alguns municípios do Rio Grande do Norte.

O Objetivo 368 – Aprimorar a gestão administrativa do órgão, visando a inovação organizacional assim como a gestão orçamentário-financeira promovendo o equilíbrio fiscal e a melhoria da qualidade e da eficiência dos gastos públicos está vinculado ao Programa Temático 5001 - Novas Práticas de Gestão.

As metas desse objetivo apresentaram os seguintes resultados: 2 (duas) metas realizadas e 1 (uma) não realizada.

Metas do objetivo 368

METAS DO PLANO PLURIANUAL DE 2020 A 2023

CÓDIGO	DESCRISÇÃO DAS METAS	2020 A 2023				ESPECIFICAÇÃO
		QUANTIDADE	TOTAL PREVISTO	TOTAL REALIZADO	%REALIZADO	
998	Implementar o planejamento estratégico no Detran/RN	percentual	**100%**	0	0	Não realizada
1000	Implementar novas tecnologias para modernização do Detran/RN Manter as quantidades	unidade	**8**	21	162	Realizada
1001	Implementar o controle e avaliação permanente das receitas, despesas, contratos e convênios do Detran/RN	unidade	**3**	3	100	Realizada

A meta 0998 não foi realizada, no entanto, é importante ressaltar que foi retomado o projeto de atualização do Regimento Interno, cujo documento é uma condição necessária para sua concretização, sinalizando desse modo, a possibilidade de realização dessa meta nos próximos exercícios.

A meta 1000 foi superada, atingindo 162%, visto que soluções foram desenvolvidas para atender aos usuários por meio de plataformas digitais, permitindo a execução dos serviços e o alcance da meta. Destacam-se os seguintes serviços: agendamento online, adesão à Carteira Digital de Trânsito (CDT) e a implementação do Portal de Serviços do DETRAN/RN. Evidenciando assim, os avanços tecnológicos para a melhoria do atendimento ao cidadão.

Do mesmo modo, o órgão investiu na modernização e eficiência operacional, culminando no Projeto de Gestão Documental, bem como na realização de exames teóricos itinerantes, ampliando assim o alcance dos atendimentos aos cidadãos no Rio Grande do Norte.

Em todos os anos, a meta 1001 de avaliação das receitas, despesas, contratos e convênios atingiu os resultados previstos, consolidando o compromisso do DETRAN/RN com a transparência e a eficiência em sua gestão.

F – SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÕES

O Plano plurianual 2020-2023 do DETRAN/RN apresentou resultados muito relevantes em relação às suas metas e aos seus respectivos objetivos, observando-se que 60% das metas foram superadas e realizadas, 27% foram parcialmente realizadas e 13% não foram realizadas.

As ações realizadas nesse período demonstram a busca por constantes melhorias dos serviços, objetivando a gestão do trânsito com foco no cidadão. Salientando que ocorreram avanços importantes na gestão dos processos do DETRAN/RN, através do Projeto de Gestão documental e seu principal escopo, que é a digitalização de todos os processos físicos. Destaca-se também o desenvolvimento e implantação de novas tecnologias, das quais estavam previstas 8 (oito) e foram implantadas 21 (vinte e um), impactando e transformando o atendimento online.

Nesse sentido, o DETRAN/RN vem demonstrando seu compromisso com os investimentos em infraestrutura nos seus espaços físicos, na evolução das tecnologias dos serviços prestados, nas ações integradas entre educação e fiscalização de trânsito e na manutenção constante das sinalizações viárias. Observando assim que o órgão tem capacidade para enfrentar os novos desafios, bem como continuar evoluindo e aprimorando cada vez mais os serviços oferecidos.

G – REFERÊNCIAS

As referências utilizadas para realizar o relatório do Plano Plurianual (PPA)2020-2023 foram:

- Relatórios do SIGEF;
- Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Pesquisa de relatórios do PPA anteriores;
- Plano de Governo do Estado do Rio Grande do Norte;
- - Anuários Estatísticos do Departamento Estadual de Trânsito;
- - COINE - Coordenadoria de Informações Estatísticas e Analises Criminais;
- - PAINEL INTEGRADO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO DO RN"- DETRAN/RN.



PPA | planejamento transparência integração

Plano Plurianual 2020-2023

PPA PLANO PLURIANUAL 2020-2023

PLANEJAMENTO, TRANSPARÊNCIA E INTEGRAÇÃO

EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA

EMPROTUR



Sumário

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL
…… 3

Avaliação Geral do Objetivo
……..…… 3

Atendimento do Objetivo ao Programa de Governo 2020/2023
……. 4

Avaliação individual das METAS
…….. 4

Atendimento da Meta ao Programa de Governo 2020/2023
……. 4

Avaliação individual das INICIATIVAS
…….. 7

Atendimento da Iniciativa ao Programa de Governo 2020/2023
…… 8

Avaliação Setorial dos Resultados
…….. 11

Recomendações
……
……..…. 11

Avaliação dos Indicadores
……..…..
12

AVALIAÇÃO PPA 2020 - 2023

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 28202 - Empresa Potiguar de Promoção Turística
Nome do Programa Temático: 4003 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, ARTESANATO E ECONOMIA CRIATIVA

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 00269 - Promover o estado do Rio Grande do Norte como destino turístico, desenvolvendo a imagem dos produtos com foco na ampliação dos fluxos Estadual, nacional, internacional, para fomentar e desenvolver o turismo em todos os polos do estado, fortalecendo os segmentos: religioso, sol e praia, ecoturismo e de aventura, cultural, de negócios e eventos.
Códigos das metas: **00995** - Capacitar os profissionais atuantes no processo de comercialização dos serviços, destinos e produtos do setor turístico do RN; **00999** - Realizar, Participar e apoiar eventos de promoção do estado do RN em âmbito Estadual, Nacional e Internacional;

01005 - Promover, Divulgar e fomentar o RN como destino turístico.

Códigos das iniciativas:
01437 - Capacitar os profissionais atuantes no processo de comercialização dos serviços, destinos e produtos do setor turístico do RN;
01438 - Participação em feiras, congressos, convenções e congêneres;
01440 - Apoio à política e ambientes de planejamento;
01441 - Diversificação das ofertas de produtos turísticos;
01442 - Melhoramento do Branding e Marketing do RN;
01443 - Gestão e manutenção dos equipamentos turísticos;
01444 - Apoio à captação de voo Charter;
01447 - Apoio e parceria com as entidades turísticas do RN.

Avaliação Geral do Objetivo: O recurso estadual destinado como fonte de financiamento foi de R$ 12.380.000,00 (doze milhões trezentos e trinta e oito mil reais), de acordo com a execução orçamentária extraída do SIGEF.

A Empresa Potiguar de Promoção Turística - EMPROTUR fez o planejamento anual e realizou durante o exercício diversas ações que colaboraram para o desenvolvimento do programa e cumprimento do Objetivo Geral. A Promoção do turismo do estado do Rio Grande do Norte se deu por meio da participação em feiras e eventos à nível estadual, nacional e internacional, realização de campanhas de marketing cooperado com operadoras de turismo, ações de marketing digital e marketing de influência, capacitações com agentes de viagem em todo o país e internacionalmente de forma online e presencial. Essas ações têm como foco vender os diferentes destinos turísticos, produtos, roteiros e serviços turísticos disponíveis no estado, fomentar o aumento do fluxo turístico no Rio Grande do Norte e consolidar a imagem do destino, buscando como resultado o aumento no número de turistas nacionais e internacionais, incentivo à interiorização, incremento e recuperação da malha aérea, aumento na ocupação hoteleira, tempo de estadia e gasto médio do turista, destacando entre outras ações a hospitalidade do povo potiguar.

Por meio de ações e políticas públicas, a Emprotur planejou e realizou atividades voltadas para o fortalecimento da segmentação turística, como uma forma de incentivar o alcance das metas do PPA, levando aos agentes, o público direto e o trade, informações e capacitações, como uma forma de estimular a atração de visitantes ao apresentar não só o produto *Sol & Mar*, mas, fortalecer outros segmentos ofertados pelo Rio Grande do Norte. Sendo assim, a estratégia empregada, baseada em pesquisas da empresa e a escolha de parceiros que tenham características e políticas de incentivo ao turismo responsável e a sustentabilidade ambiental, contribuíram com aspectos de proteção e conservação dos atrativos naturais.

As ações realizadas contemplam a participação de parceiros privados, entidades representativas do setor, instituições municipais, federais e estaduais.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta:

00995 - Capacitar os profissionais atuantes no processo de comercialização dos serviços, destinos e produtos do setor turístico do RN;
00999 - Realizar, Participar e apoiar eventos de promoção do estado do RN em âmbito Estadual, Nacional e Internacional;
01005 - Promover, Divulgar e fomentar o RN como destino turístico.

Avaliação da Meta:

00995 - Capacitar os profissionais atuantes no processo de comercialização dos serviços, destinos e produtos do setor turístico do RN.

- Agenda ODS: **00110** - Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

Foram capacitados nas modalidades virtuais e presenciais de janeiro a dezembro no total de **8.525 mil** profissionais atuantes no mercado turístico, sendo possível capacitá-los com relação ao destino Rio Grande do Norte, e assim, direcionando tanto os mercados regionais e nacionais quanto internacionais, despertando e consolidando fluxos de visitantes para o estado.

Âmbito Nacional: Foram capacitados **5.436** agentes em âmbito nacional, sendo eles: Roadshow ABIH, UGART, Road Show Azul viagens, Fórum de Turismo 60+, XVI Convenção Anual Schultz, Convenção BWT, Expo Turismo Paraná, Arena Abreu, Ação com a BWT, Azul Tá ON, Travel Next Minas, AVIRRP, Workshop CVC, B2 MEET FRT, Incomum Day, Live B2B Cativa Operadora, 3ª UNAV Awards, VIA CAPI, Convenção E-HTL.

Âmbito Internacional: Foram capacitados **3.089** agentes em âmbito internacional, sendo eles: Evento Gol Roadshow Argentina, Missão RN Meeting Brasil, Connect 4you, Meeting Brasil, Roadshow VBRATA, FIT Buenos Aires e Meeting Brasil Missão RN Argentina.

Avaliação da Meta: 00999 - Realizar, Participar e apoiar eventos de promoção do estado do RN em âmbito Estadual, Nacional e Internacional.

- Agenda ODS: **00110** - Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

Em 2023, foram realizados um total de **52 eventos**. No âmbito nacional foram **26**, no âmbito internacional **15 eventos**, no qual, destaca-se que foi um ano de retomada efetiva do cenário internacional, onde diversas ações foram realizadas de forma pioneira e focadas no restabelecimento do relacionamento com os principais mercados prioritários, na esfera regional, foram um total de **11 eventos**, divididos nos **seguintes territórios:** Agreste, Litoral Sul; Alto Oeste; Açu/Mossoró; Mato Grande; Potengi; Seridó; Sertão Central; Cabugi e Litoral Norte; Sertão do Apodi; Terras Potiguares; Trairi.

Abaixo, detalhamento das ações realizadas de acordo com os mercados, sendos eles, os seguintes eventos, feiras, roadshows e ações:

Âmbito Nacional - 18ª Latin America Community for Travel & Events Experience - LACTE2 27, 45ª Abav TravelSP, UGART - Feira da União Gaúcha dos Representantes e Operadoras de Turismo, Convenção da SCHULTZ, World Travel Market Latin América - WTM Latin América, Conferência Internacional da Diversidade, FÓRUM DE TURISMO 60+, ILTM Latin América, BNT Mercosul, Expocatólica, CASAR.COM, Festival Das Cataratas, 8° Convenção De Vendas CVC, Convenção BWT, Expo Turismo Paraná, Travel Next, Connect 4 You, 25ª AVIRRP (Encontro Nacional das Agências de Viagem de Ribeirão Preto), Incomum Day 25 Anos, Unav Awards 2023, LAMEC - ALAGEV, 50ª ABAV Expo, 12° ed. BTM - Brazil Travel Market, Abeta Summit, Festuris Gramado e Salão Nacional do Turismo.

Âmbito Internacional - FITUR, BTL Lisboa, ITB Berlin, Gol Te Lleva A Brasil, Meeting Brasil Missão RN, FIEXPO Latin América, Meeting Brasil, Missão Meeting RN - Argentina, Roadshow Vbrata Europa, FIT Argentina, Roadshow Vbrata Itália, TTG Travel Experience, Galeria Visit Brasil, Expo Abreu e WTM London.

Âmbito Regional: Carnaval Baía Formosa, Carnaval de Caicó, Rally RN 1500 - Rio Grande do Norte, FEMPTUR - Feira dos Municípios e Produtos Turísticos, Festa de Santana em Caicó, Fest Bossa e Jazz Lagoa Nova, Festival Gastronômico e Cultural de Martins, Gastrofest Sítio Novo, Fest Bossa e Jazz São Miguel do Gostoso, Campeonato Brasileiro De Wing Foil e Mostra de Cinema de Gostoso.

Os investimentos na promoção do turismo do estado, também contaram com recursos destinados via projeto Governo Cidadão para incremento na realização de eventos no âmbito, regional, nacional e internacional, que alcançaram o valor de **R$ 1.660.000,00**

(um milhão e seiscentos e sessenta mil reais), voltados para o fortalecimento da promoção turística do Rio Grande do Norte.

Avaliação da Meta: 01005 - Promover, Divulgar e fomentar o RN como destino turístico.

- Agenda Transversal: **00003** - Políticas para a Pessoa Idosa
- Agenda ODS: **00110** - Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

Tendo em vista o ano de 2023, foram cerca de **18 campanhas cooperadas** no âmbito de promoção nacional e internacional, tendo como objetivo divulgação e fomento.

Sendos eles, o seguintes campanhas:

Âmbito Nacional - Campanha de Vendas - CVC, Campanha de Vendas - FRT, Campanha de Vendas - Diversa, Campanha de Vendas - Viagens Promo, Campanha de Vendas - Decolar, Campanha de Vendas - Azul Viagens, Campanha Cooperada - ViaCapi, Campanha de Vendas - E-HTL, Campanha de Vendas - BWT, Campanha Cooperada - Rappi Travel e Campanha de Vendas - Cativa.

Âmbito Internacional - Campanha de Vendas - El Corte Inglés, Campanha de vendas - Solférias, Campanha de vendas - Abreu, Campanha Cooperada - EDREAMS, Campanha Cooperada Operadoras Uruguai - 5M, Campanha Cooperada - Operadora Turismo Cocha e Campanha de vendas - Logitravel.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas propostas no período de vigência do PPA, assim como a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias. *(Inserir campos para cada conjunto de iniciativas avaliadas por objetivo.)*

Códigos e descrições das iniciativas:

01437 - Capacitar os profissionais atuantes no processo de comercialização dos serviços, destinos e produtos do setor turístico do RN;

01438 - Participação em feiras, congressos, convenções e congêneres;

01440 - Apoio à política e ambientes de planejamento;

01441 - Diversificação das ofertas de produtos turísticos;

01442 - Melhoramento do Branding e Marketing do RN;

01443 - Gestão e manutenção dos equipamentos turísticos;

01444 - Apoio à captação de voo Charter;

01447 - Apoio e parceria com as entidades turísticas do RN.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: O percentual de execução das metas financeiras das subações orçamentárias; Poderá destacar os pontos positivos e negativos; O uso dos relatórios do SIGEF para construir a Avaliação; Fazer referência às restrições enfrentadas;

01437 - Capacitar os profissionais atuantes no processo de comercialização dos serviços, destinos e produtos do setor turístico do RN.

Como destaca a meta **00995** - Capacitar os profissionais atuantes no processo de comercialização dos serviços, destinos e produtos do setor turístico do RN, durante o ano de 2023, foram capacitados **8.525 mil agentes de viagem** e atores do turismo, sendo profissionais atuantes no mercado nacional e internacional.

01438 - Participação em feiras, congressos, convenções e congêneres.

- Subação: **307001** - Promoção do Rio Grande do Norte em Eventos

Ao destrinchar a importância da construção, posicionamento e promoção do destino dentro do mercado nacional, internacional e regional, para isso a Emprotur enriquece a sua tomada de decisões em dados do Sistema de Inteligência Turística do Rio Grande do Norte (**Sírio**) e a **Inteligência Comercial** que dispõem informações como o perfil do turista do ano vigente e dos anos anteriores, sendo um norte para a promoção turística em mercados estratégicos, como por exemplo em **âmbito nacional**, onde segundo levantamento do Sírio, o segundo maior público visitante tem como cidade de origem o estado do **São Paulo**, com 8,12%, o que leva o órgão a participar das principais feiras e eventos turísticos deste mercado, como uma estratégia eficaz para o setor e posicionamento de mercado.

As feiras e eventos geram oportunidade de networking e divulgação da marca do destino, a participação nesses eventos gera benefícios e fomento a realização de negócios para o trade, acesso a informações atualizadas do mercado e a possibilidade para novas parcerias, tanto em mercados prioritários já consolidados, como em novos mercados.

01440 - Apoio à política e ambientes de planejamento

- Subação: **307401** - Estudos, Pesquisas, Informações e Dados Turísticos.

Para 2023, foi aplicado na subação em questão, R$ 567.732,87 (quinhentos mil seiscentos e sete, setecentos e trinta e dois e oitenta e sete centavos), sendo este valor destinado a renovação da plataforma de Sistema de Inteligência Turística do Rio Grande do Norte - **SIRIO,** consistindo um forma de ampliação das pesquisas de perfil de turistas, incluindo a pesquisa para a sensibilidade dos turistas quanto às questões ambientais e de sustentabilidade, além da criação de relatórios específicos para o trade. Dentro do valor citado, também inclui-se, a renovação para a **ForwardKeys**, uma plataforma de inteligência de dados que possibilita monitorar o fluxo de voos regulares e fretados para o destino RN de forma mais detalhada, e, por fim, a **Transparent** que é uma plataforma de inteligência de dados que possibilita monitorar informações acerca de estabelecimentos de hospedagem no RN, que vai além dos meios tradicionais de hospedagens conhecidos

Vale ressaltar, que o Governo do Rio Grande do Norte, por meio da Empresa Potiguar de Promoção Turística (Emprotur), venceu a premiação **Desafio Turistech Brasil 2023**, desenvolvida e promovida pelo Ministério do Turismo, em colaboração com o Wakalua Innovation Hub – primeiro polo global de inovação em turismo, SEBRAE, Banco Internacional de Desenvolvimento e a Organização Mundial do Turismo (OMT). O Sistema de Inteligência do Turismo do Rio Grande do Norte (**Sírio**), desenvolvido em parceria entre Governo do Estado, Fecomércio RN e Senac, venceu na categoria Academia, Destinos e Empresas, concorrendo com outros 350 projetos inscritos de 24 estados do país.

01441 - Diversificação das ofertas de produtos turísticos

- Subação: **302501** - Promoção e Desenvolvimento dos Nichos e Segmentos Turísticos do RN.

O desenvolvimento da diversificação de produtos turísticos é um importante ponto a ser trabalhado, ao observar que o destino tem como produto consolidado o segmento de **“Sol e mar”**. Assim como todo destino turístico, é essencial possuir um leque mais abrangente de produtos estruturados para serem apresentados ao mercado e que possuam o mínimo de infraestrutura necessária para atender ao cliente e ser destacado na promoção. Portanto, houve a necessidade de fortalecer outros segmentos para atrair uma diversidade maior de público, alinhado ao perfil do turista potiguar, que apresentou em 2023, em pesquisa disponibilizada no Sírio, um dos motivos mais citados pelos turistas que elegeram ao visitar o estado é a **variedade de atrativos que podem ser encontrados**, sendo aludido 7,26% pelos respondentes.

A Emprotur participou de eventos voltados para a fomento e posicionamento de vários segmentos, sendo eles: LGBTQIAP+, Luxo, Nômade Digital, Histórico Cultural, Ecoturismo e Turismo de Aventura, Turismo Religioso, Wedding Destination e Mice. Destacando o segmento de Ecoturismo e Turismo de Aventura como exemplo, a Emprotur participou do evento **Abeta Summit**, com objetivo de posicionar o estado em um dos principais eventos do segmento e trabalhar o leque de produtos e oportunidades do estado para esse mercado, contando com a participação de representante do território do Geoparque Seridó. Vale apontar que os *geoparques* são áreas geográficas únicas e unificadas, onde os locais e paisagens de significado geológico internacional são gerenciados com um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável. Salienta-se ainda, que em 2022, o Geoparque do Seridó foi reconhecido como um território de relevância mundial pela Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, sendo além de produto para o ecoturismo e turismo de aventura, entra também para o desenvolvimento do segmento para o turismo pedagógico, um importante instrumento de interiorização do turismo

01442 - Melhoramento do Branding e Marketing do RN

Campanha de promoção com a Assecom, em virtude dos ataques aos prédios públicos que tiveram repercussão nacional e internacional com foco em remodelar a imagem do destino no mercados afetados; Criação de campanhas específicas para o destino nos principais mercados emissores; Desenvolvimento e produção de brindes com referências ao destino para utilização e distribuição em feiras, eventos e ativações; Realização de ações cooperadas com operadoras de turismo. Também foram realizadas ações com influenciadores digitais para produção de material digital e divulgação do Estado

- Subação: **303001** - Campanhas de Marketing Turísticos.

Com relação às campanhas foram destinados R$ 3.115.580,00 (três milhões, cento e quinze mil e quinhentos e oitenta mil reais), sendo este recurso designado para ações de âmbito internacional, nacional e regional, e como destaca a meta (**01005** - Promover, Divulgar e fomentar o RN como destino turístico).

Vale ressaltar o trabalho das campanhas cooperadas para o mercado internacional, trazendo como relação, os dados do perfil do turista em 2023, onde os países de origem que mais viajam para o Rio Grande do Norte são: Argentina, Uruguai e Portugal. Portanto, o trabalho com as campanhas é uma forma de fortalecer o posicionamento da marca e reforçar para criar a demanda de fluxo turístico.

- Subação: **303201** - Produtos, Brindes e Folheteria para Distribuição

Aqui, ressalta-se a importância de abordar o uso de materiais promocionais, que são utilizados no posicionamento de marca nas feiras, distribuição em Road Show, eventos,

ações em campanhas, entre outras atividades, que geram uma maior visibilidade do destino e engajamento do relacionamento e networking com o público profissional, foco dessa distribuição. Além do recurso da Emprotur, também houve incremento no investimento via projeto Governo Cidadão no valor de **R$ 410.000,00 (Quatrocentos e dez mil reais)**, voltado para aquisição de artesanato regional, produtos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte e confecção de brindes ecológicos.

Subação: **307101** - Produção, Realização e/ou Captação de Eventos Geradores de Fluxo Turístico.

Em 2023, foram realizadas várias ações para promover o destino Rio Grande do Norte no segmento MICE, com aproximação do setor local e fornecedores, execução de parceria com a celebração de convênio com o Natal Convention Bureau, com foco no fortalecimento das ações de captação de eventos para o estado, apoio a eventos locais que que incentivaram o relacionamento com os associados da entidade e participação em vários eventos nacionais que contribuíram para o posicionamento do destino e do Centro de Convenções de Natal, como um dos principais equipamentos de realização de eventos do país.

01443 - Gestão e manutenção dos equipamentos turísticos

Atualmente a Emprotur tem a concessão para fazer a gestão do Centro de Convenções de Natal e essa iniciativa é para manter e conservar o equipamento em condições de uso, além de comercializar os espaços do Centro de Convenções de Natal, atraindo eventos, feiras e congressos de diferentes segmentos para a cidade, permitindo uma arrecadação própria que permitiria que a Emprotur realizasse a manutenção mínima e necessária que o equipamento exige, porém hoje os recursos dessa arrecadação são direcionados a conta única. Sendo o principal equipamento do segmento MICE do estado, a gestão assertiva e com investimentos, pode contribuir para o desenvolvimento econômico e turístico da região, gerando empregos, movimentando a economia local e fortalecendo o setor de eventos.

01444 - Apoio à captação de voo Charter

- Subação: **187901** - Apoio à Captação de Voos

Em 2023, foi destinado o recurso estadual de R$ 100.000,00 reais para a captação de voos, porém, não houve utilização direta do recurso na subação original, o mesmo foi remanejado. Entretanto, as ações da Emprotur alinhadas às estratégias de incentivo fiscais do governo, como a redução do QAV para as cias aéreas, foram eficazes quanto ao fomento de fluxo de voos internacionais e novas rotas nacionais.

01447 - Apoio e parceria com as entidades turísticas do RN

- Subação: **302401** - Apoio e Parcerias com as Entidades do Trade Turístico

A Emprotur no ano de 2023 apoiou e articulou ações com as seguintes entidades: ABAV RN, NATAL CONVENTION BUREAU, PIPA CONVENTION, ABIH RN, PRESERVE PIPA, AEGOSTOSO, ABRASEL, SINDETUR.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

No ano de 2023, a Empresa Potiguar de Promoção Turística S.A. (EMPROTUR) teve um desempenho positivo, tendo executado quase que em sua totalidade as ações e planejamentos elencados para 2023, em seu plano plurianual. A missão de promover o estado do Rio Grande do Norte como destino turístico, promovendo os roteiros e polos turísticos com o intuito de fomentar a economia, gerando mais emprego e renda, foram alcançados e podem ser demonstrado através das diversas ações de promoção e dos boletins de inteligência da Emprotur.

Recomendações: Cumprimento da execução orçamentária.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

No relatório de programas temáticos ao qual a EMPROTUR está vinculada, não foram estabelecidos indicadores de resultado para o Órgão, pois os que estão na Lei que dispõe sobre o PPA 2020-2023, o citado programa temático são de responsabilidade da SETUR-RN.

0230 - Fluxo turístico;

0231 - Receita turística;

0232 - Número de estabelecimentos formais de alojamento por tipo (Hotéis);

0233 - Número de estabelecimentos formais de alojamento;

0234 - Empregos formais das atividades características do turismo;

( ) SIM (x) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores. No tocante aos programas temáticos ao qual a EMPROTUR está vinculada, não foram estabelecidos indicadores de resultado para o Órgão, pois os que estão na Lei que dispõe sobre o PPA 2020-2023, o citado programa temático são de responsabilidade da SETUR-RN.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 *2020-2023*

Introdução
Art. 1º A Empresa Potiguar de Promoção Turística S.A. (EMPROTUR), cuja instituição foi autorizada pela Lei Complementar Estadual n.º 339, de 24 de janeiro de 2007, é uma estatal, cuja natureza jurídica é a de sociedade de economia mista, organizada sob a forma das Leis nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo

Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo Decreto Estadual nº 26.633, de 9 de fevereiro de 2017, e demais legislações aplicáveis, integrante da Administração Indireta do Estado do Rio Grande do Norte, vinculada à Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), com o objetivo de promoção turística responsável por promover e divulgar um destino turístico do Rio Grande do Norte. Seu principal papel é atrair visitantes para a região, aumentar o fluxo turístico e fomentar a economia local, desenvolvendo estratégias de promoção e marketing, campanhas, participação em feiras e eventos para promover os atrativos turísticos, a cultura, a gastronomia e os destinos turísticos do estado. Além disso, apoiar e colaborar com municípios, entidades representativas do setor e empresas privadas para desenvolver e fortalecer a economia do turismo.

Os primeiros anos, de 2020 e 2021, foram destinados à retomada de ações frente à pandemia, no qual exigiu ações estruturadas para um reposicionamento da atividade turística com base no plano de retomada, elaborado com a participação de vários atores do trade e entidades representativas do setor e focado na recuperação da economia e no fomento do desenvolvimento turístico. Tendo em vista o turismo ser considerado uma das principais atividades econômicas do Rio Grande do Norte, é notória a importância do trabalho que foi desenvolvido pela Emprotur neste período e os benefícios que foram colhidos em prol do turismo e da cadeia produtiva do RN ligados à atividade, sendo esta, um dos setores que mais foi impactado durante os anos de pandemia. Foi a partir de pesquisas e do acompanhamento das tendências mundiais que se identificou a necessidade de buscar iniciativas que potencializam a reestruturação de novos produtos turísticos.

Diante deste contexto e visando alcançar objetivos na direção de um posicionamento sustentável em seus diferentes aspectos , que a Emprotur buscou uma aproximação pioneira com as principais operadoras nacionais para formulação de estratégias e instrumentos que pudessem dar suporte e priorização à elaboração de ações assertivas para enfrentar a crise do setor turístico e alavancar o desenvolvimento do estado no cenário regional e doméstico..

O plano de retomada, construído com diversos parceiros, apoiadores e entidades do trade turístico, objetivou promover ações integradas com os empreendimentos turísticos, especialmente aqueles considerados linha de frente da atividade, para garantir a saúde sanitária e a organização da retomada gradativa das atividades, preservando os empregos e auxiliando na segurança econômica do estado.

Contendo as principais ações, a seguir:

- Definir Protocolos de Saúde a serem seguidos no segmento do turismo do RN;
- Oferecer Capacitação e Consultoria para que as organizações atendam os protocolos de saúde;
- Implementar Selo que ateste que as organizações estão aptas a seguirem os protocolos de saúde definido;

- Elaborar Plano de promoção do destino RN;
- Estabelecer alinhamento entre os governos na construção e execução de estratégias para o turismo.

Em 2021, o Rio Grande do Norte se destacou na retomada das atividades turísticas no cenário doméstico. Além de desenvolver uma série de campanhas de marketing cooperados com as principais operadoras nacionais, o destino esteve figurando como destaque em diversos rankings de vendas entre as operadoras. No início de 2022, devido a abertura gradual de diversas fronteiras internacionais, o foco foi a retomada dos principais emissores do mercado internacional. Em 2023, houve um crescimento das ações de promoção do mercado internacional, o aumento de rotas e conexões aéreas nacionais e internacionais e o fortalecimento da presença do Rio Grande do Norte em ações estratégicas de manutenção da imagem do destino.

Do Objetivo da Avaliação

É necessário salientar a importância da construção do PPA para a Emprotur, pois este relatório dá clareza sobre resultados alcançados e dificuldades enfrentadas durante o período avaliado, sendo assim, uma ferramenta que auxilia no planejamento das ações para os anos posteriores e oferecendo insights, logo pode ser considerado um ponto chave para o desenvolvimento assertivo ao destrinchar as metas, subações e indicadores, apontados dentro deste resumo

Todas as atividades que foram desenvolvidas, tiveram a relação direta com a promoção turística do estado, além de estarem interligadas e referenciadas a um planejamento pautado em análise de dados do setor de inteligência e da gestão estratégica na tomada de decisão das ações nos principais mercados, com o objetivo de buscar o crescimento do fluxo turístico e do fomento da economia no estado do Rio Grande do Norte.

As ferramentas utilizadas e os dados interpretados, especialmente aqueles baseados no Sistema de Informações Turísticas do Rio Grande do Norte (plataforma **SIRIO**), como a elaboração de relatório especial sobre o desenvolvimento de pesquisas sobre perfis turísticos, incluindo estudos sobre sensibilidade ambiental e sustentabilidade dos turistas. Além de utilizarmos o ForwardKeys, uma ferramenta de inteligência comercial que coleta dados de voos e outros sistemas de distribuição global, possibilitando dados mais robustos e previsões futuras baseadas na ocupação. Por fim, o Transparent tem o objetivo de monitorar o fluxo de turistas para o Estado, embasar as decisões e entender o resultado das ações, projetos e programas executados pela Emprotur.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

A Emprotur atua seguindo as orientações do Plano Estratégico e de marketing do Turismo do Rio Grande do Norte em consonância com as políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Turismo e alinhada às diretrizes e orientações da EMBRATUR e Ministério do Turismo, no que tange às políticas e estudos de mercado para promover e estimular o aumento do fluxo turístico regional, nacional e internacional.

Os indicadores que hoje conseguem apresentar os resultados das ações, podem ser encontrados em consultas ao Sistema de Inteligência do Rio Grande do Norte, o Sírio, assim como, os boletins de inteligência que fornecem dados que permitem uma análise mais criteriosa sobre ocupação de voos e a fluxos e porcentagem de atuação dos mercados prioritários.

Como descrito durante toda a construção desta avaliação, a Emprotur buscou atender os pontos apresentados na estrutura do PPA, tendo como objetivo promover o estado como destino turístico, desenvolvendo a imagem dos produtos com foco na ampliação dos fluxos estadual, nacional, internacional, para fomentar e desenvolver o turismo em todos os polos do estado, fortalecendo os segmentos: religioso, sol e praia, ecoturismo e de aventura, cultural, de negócios e eventos, além de internalizar as três metas propostas dentro do plano que consiste em:

- Capacitar os profissionais atuantes no processo de comercialização dos serviços, destinos e produtos do setor turístico do RN;
- Realizar, Participar e apoiar eventos de promoção do estado do RN em âmbito Estadual, Nacional e Internacional;
- Promover, Divulgar e fomentar o RN como destino turístico.

Isso posto, o órgão procurou está sempre alinhado com os pontos construídos por esse plano e implantando nas ações de marketing, eventos, feiras, campanhas de marketing cooperado, roadshows, capacitações entre outras práticas nós três âmbitos – regional, nacional e internacional – para fomentar todos os produtos e destinos presentes no estado.

Metodologia

A Emprotur, além da existência de uma equipe técnica, que mantém um relacionamento regular com os principais parceiros do turismo em suas esferas, conta com um setor de inteligência, pesquisa e dados, no qual é responsável por compilar informações estratégicas que permitem uma maior assertividade no planejamento das ações e embasar as principais decisões de promoção turística.

Com relação a construção desta avaliação, vários atores da Emprotur fizeram parte do desenvolvimento, foram eles: marketing, inteligência comercial, técnico e financeiro. Tendo passado por todos esses setores para que a avaliação estivesse rica em detalhes e apresentasse se não toda, grande das ações planejadas e executadas durante o período requisitado.

A respeito da coleta de dados, foram utilizados prestações de conta feitas durante o período selecionado, planilhas de planejamento anual da EMPROTUR, dados coletados e apresentados pelo SIRIO e a Inteligência comercial da Emprotur, já com relação aos sistemas utilizados, contamos com o SEI e Sigef como fonte para algumas informações anexadas neste relatório.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO:

Com base nos objetivos e metas inseridos, pode-se considerar que a Emprotur, mesmo com as carências orçamentárias, conseguiu executar quase que em sua totalidade todas as ações que foram planejadas, recuperando especialmente o fluxo turístico de antes da Pandemia, chegando a números iguais ou superiores a 2019, tudo isso, frente a inúmeros desafios do setor.

Podendo salientar que no primeiro semestre de 2023, a indústria do turismo do estado potiguar teve um aumento de 7% no fluxo turístico em comparação ao mesmo período do ano anterior. Além disso, se forem contabilizados somente os visitantes internacionais de janeiro a maio, o crescimento foi de 96,5%. De acordo com os dados do Sírio, o número de turistas que viajaram para o Rio Grande do Norte atingiu um total de 1.256.262, impulsionando as perspectivas para o crescimento do setor.

Outro ponto que obteve uma crescente significativa foi o valor gasto no destino, com exceção da hospedagem chegou a marca de R$ 418 milhões no primeiro semestre de 2023, representando um aumento de 9% em relação ao mesmo período de 2022.

Além da crescente de turistas, também é possível observar o incremento de 5% no fluxo de passageiros que chegam ao estado pelo aéreo (entradas e saídas), totalizando 1.135.821 pessoas durante o primeiro semestre de 2023, portanto a quantidade de voos obteve um crescimento de 3% atingindo um total de 8.651 voos (entrada e saída) no mesmo período do ano anterior.

Síntese da Avaliação e Recomendações

O recurso financeiro que o Rio Grande do Norte possui disponibilizado para as ações de promoção turística, se comparado com os outros estado do nordeste, representa um dos menores orçamentos, permitindo nos últimos anos a Emprotur fazer com muito esforço e relacionamento, um trabalho de manutenção da promoção e posicionamento do destino no cenário nacional. Desse modo, as avaliações atuais reforçam a necessidade de incremento dos recursos, especialmente devido ao aumento no número dos municípios no mapa turístico do ministério do turismo, que em 2022, o Rio Grande do Norte passou de 05 para 11 regiões turísticas e mais de 80 municípios inseridos na atualização do Mapa do Turismo brasileiro.

Referências

Plano de de Retomada do Turismo do RN - https://fecomerciorn.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Plano-de-Retomada-Turismo-do-RN-web-red.pdf

SIGEF - http://sigef.govrn/

SÍRIO - https://sirio.tur.br/

EMPROTUR - https://www.emprotur.setur.rn.gov.br/dadosepesquisa

SETUR Notícia - https://setur.rn.gov.br/noticia/76

Mapa do Turismo - https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home

PPA
Plano Plurianual 2020-2023

planejamento
transparência
integração

AVALIAÇÃO DO PPA 2023

Secretaria do Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer





RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
E DAS FINANÇAS - SEPLAN

Sumário

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 3

Avaliação Geral do Objetivo 3

Avaliação individual das Metas: 4

Nessa Meta, foram adquiridos equipamentos, destinados a escolas, Órgão Central, DIREC/DRAE, buscando proporcionar melhores condições aos ambientes, atender as necessidades das da Rede Estadual de Ensino assim como aparelhar os professores da Rede e os professores temporários que estão em sala de aula. 12

- **Ações realizadas:** 12

a) Encaminhamento de recurso financeiro extra para as unidades escolares com necessidades emergenciais ou troca de modalidade de ensino: Ação de repasse de recursos financeiros pelo caixa escolar para adequação das cozinhas. 12

Avaliação individual das INICIATIVAS 51

- **Avaliação Geral do Objetivo** 55

Avaliação Geral do Objetivo 63

- **Avaliação Geral do Objetivo** 96

Avaliação Geral do Objetivo 101

- **Avaliação Geral do Objetivo** 105

Avaliação individual das INICIATIVAS 113

Avaliação Setorial dos Resultados 114

Recomendações: 114

Avaliação dos Indicadores 115

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2020-2023 117

Introdução 117

Do Objetivo da Avaliação 118

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 119

Metodologia 120

Avaliação Geral dos Resultados 130

Síntese da Avaliação e Recomendações 131

Referências 132

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL

Código e nome do Órgão: 18000 – Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Nome do Programa Temático: **2001** – EDUCAÇÃO CIDADÃ

Código e descrição do Objetivo:

0095 – Universalizar, expandir e democratizar o acesso à educação básica, nas diversas etapas e modalidades ofertadas na rede estadual de educação, cultura, esporte e lazer do RN a partir da implementação de políticas que propiciem a construção e ampliação de saberes e conhecimentos e infraestrutura adequada.

Códigos das metas: 11 metas. São elas: 00755 – 00784 – 00791 – 00796 – 00853 – 00855 – 00857 – 00861 – 00863 – 01600 – 01601 – 01607

Metas	Status			
	Ações preparatória	Em andamento	Concluído	Não iniciada
00755		X		
00784			X	
00791			X	
00796				X
00853			X	
00855			X	
00857			X	
00863			X	
01600		X		
01601				X
01607			X	

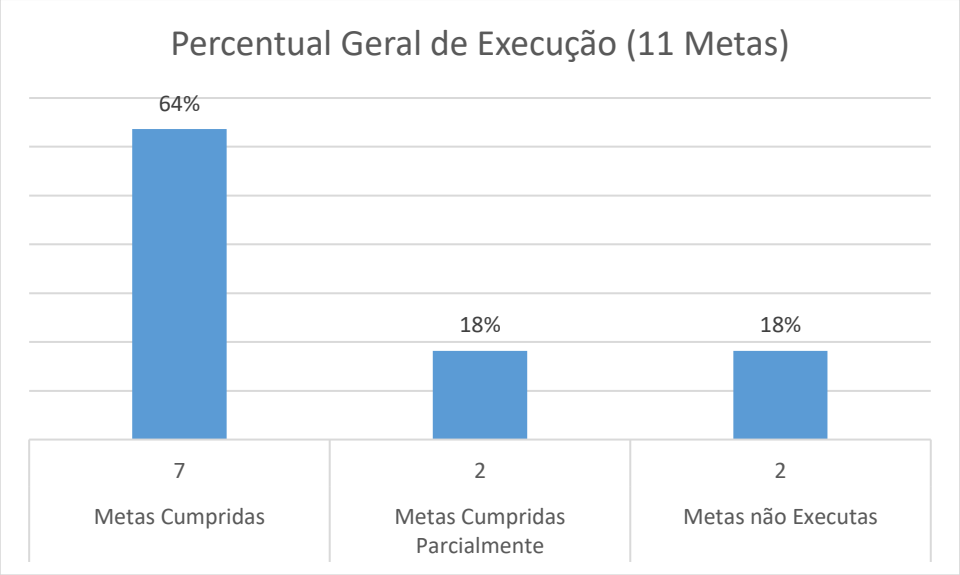
Códigos das iniciativas: 17 iniciativas. São elas: 00513 – 00522 – 00536 – 00538 – 00542 – 00545 – 00549 – 00553 – 00556 – 00560 – 00562 – 00567 – 00576 – 00578 – 00580 – 00587 – 00599

Avaliação Geral do Objetivo

Observando o cumprimento das Metas, pode-se considerar que, de modo geral, esse objetivo teve um desenvolvimento satisfatório.

Referindo-se ao desenvolvimento das ações, cada Território do Estado foi contemplado, tendo-se uma abrangência de 100% no tocante ao alcance territorial, bem como no número de escolas da rede estadual de ensino alcançadas.

No cumprimento das metas, obteve-se o seguinte resultado percentual:



Avaliação individual das Metas:

Código e descrição das Metas:

META 0755 – Construir, reformar, ampliar e/ou adequar a infraestrutura física de unidades de ensino da rede estadual de Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades, espaços culturais, esportivos e de lazer, Órgão Central (SEEC) e Diretorias Regionais (DIREC/DRAE).

Foram realizadas reformas e manutenção em escolas da rede estadual de ensino, buscando atender as necessidades das instalações físicas das unidades de ensino, com o objetivo de propiciar melhores condições de conforto e de segurança à comunidade escolar e melhoria no funcionamento da escola, conforme descrito no quadro a seguir:

- **Ações realizadas:**

1) Obras iniciadas em 2022:

Territórios	Quantidade de municípios atendidos	Nome do Município	Quantidade de obras realizadas	Escola contemplada	Status		
					Em andamento	Concluído	Não iniciado
Seridó	1	Serra Negra do Norte	1	E.E. Leomar Batista de Araújo	X	-	-
Terras Potiguaras	1	Natal	1	E.E. Prof. José Fernandes Machado	-	X	-

2) Obras iniciadas em 2023:

Territórios	Quantidade de municípios atendidos	Nome do Município	Quantidade de de obras realizadas	Escola contemplada	Status		
					Em andamento	Concluído	Não iniciado
Alto Oeste	9	Água Nova	2	E.E. Prof. Pedro Raimundo do Nascimento	X	-	-
				E.E. Pedro Raimundo do Nascimento	X	-	-
		Antônio Martins	1	E.E. Gov. Walfredo Gurgel	-	-	X
		Frutuoso Gomes	1	E.E. Ivonete Carlos	X	-	-
		Francisco Dantas	1	E.E. 26 de Março	X	-	-
		José da Penha	1	E.E Vicente de Fontes	X	-	-
		Pau dos Ferros	4	E.E. 4 de Setembro	X	-	-
				E.E. Teófilo Rego	X	-	-
				E.E. Francisco Nunes	-	-	X
				E.E. José Guedes do Rego	X	-	-
		Venha-Ver	1	E.E João Soares de Souza	X	-	-
		Pilões	1	E.E. Francisco Antônio de Moura	X	-	-
		Marcelino Vieira	1	E.E. Des. Licurgo Nunes	-	-	X
Agreste Sul Litoral	3	Nova Cruz	4	E.E. Pres. Getúlio Vargas	X	-	-

				E.E. Djalma Marinho	X	-	-
				E.E. Alberto Maranhão	X	-	-
				E.E. Profa. Firma de Oliveira	-	-	X
		Espírito Santo	1	E.E. Joaquim da Luz	X	-	-
		Monte Alegre	1	E.E. João de Paiva	-	-	X
Açu/Mossoró	3	Açu	5	E.E. Juscelino Kubistschek	X	-	-
				E.E. Marcos Alberto de Sá Leitão	X	-	-
				CEEP Prof. Gilmar Rodrigues de Lima	-	X	-
				Ginásio Poliesportivo Deputado Arnóbio Abreu	X	-	-
				E.E. Manoel Pessoa Montenegro	X		
		Mossoró	3	E.E. Manoel Justiniano de Melo	-	-	X
				E.E. Cônego Estevam Dantas	X	-	-
				E.E. Profa. Maria Stella Pinheiro Costa	-	-	X
		Areia Branca	1	E.E. Cônego Ismar Fernandes de Queiroz	X	-	-
Mato Grande	4	Ceará-Mirim	3	E.E. Enéas Cavalcanti	-	X	-
				E.E. Mons. Celso Cicco	-	X	-
				CEEP Ruy Antunes Pereira	-	X	-

		Rio do Fogo	1	E.E. Gov. Lavoisier Maia Sobrinho	-	X	-
		Taipu	1	E.E. Prof. Clotilde de Moura Lima	X	-	-
		Serra de São Bento	1	E.E. Prof. Pe. Tomaz de Aquino	-	-	X
Potengi	2	Bom Jesus	1	E.E. João Alves de Melo	-	X	-
		São Tomé	1	E.E. Amaro Cavalcante	X	-	-
Seridó	9	Jucurutu	1	E.E. Newman Queiroz	X	-	-
		Lagoa Nova	1	E.E. Angelita Félix Bezerra	X	-	-
		Santana do Matos	1	E.E. Aristófanes Fernandes	-	-	X
		Currais Novos	1	CEJA Profa. Creuza Bezerra	X	-	-
		Cruzeta	1	E.E. Joaquim José de Medeiros	X	-	-
		Santana do Seridó	2	E.E. João Vilar Da Cunha	-	X	-
				E.E. Meira e Sá	X	-	-
		Equador	2	E.E. Késsia Cristina B. da Silva Oliveira	-	X	-
				E.E. Profa. Isabel Ferreira	-	X	-
		Caicó	5	CE José Augusto	X	-	-
				E.E. Profa. Calpurnia Caldas de Amorim	-	-	X
				E.E. Dom José Adelino Dantas	X	-	-
				E.E. Prof. Antônio	X	-	-

				Aladim de Araújo			
				E.E. Zuza Januário	X	-	-
		Ouro Branco	1	E.E. Manoel Correia	X	-	-
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	5	Caiçara do Rio do Vento	1	E.E. Dr. Geraldo Andrade Teixeira	X	-	-
		Afonso Bezerra	1	E.E. Profa. Maria Alina Pinheiro	-	-	X
		Macau	1	E.E. Profa. Clara Teteo	-	-	X
		Lajes	1	E.E. Pedro II	-	-	X
		Patu	1	E.E. Dr. Xavier Fernandes	X	-	-
Sertão do Apodi	4	Umarizal	1	E.E. de Tempo Integral Paulo Abílio	-	-	X
		Triunfo Potiguar	1	E.E. Des. Felipe Guerra	X	-	-
		Caraúbas	1	E.E. Prof. Almiro de França Silva	-	X	-
		Felipe Guerra	1	E.E. Antônio Francisco	X	-	-
Terra Potiguaras	3	Natal	22	E.E. Aldo Fernandes De Melo (Castelo D'agua)	X	-	-
				E.E. Profa. Stella Goncalves	-	-	X
				E.E. Prof. Luís Antônio	X	-	-
				E.E. Dr. Manoel Vilaça	X	-	-
				E.E. Berilo Wanderley	X	-	-
				E.E. Hegesippo Reis	X	-	-
				E.E. Prof. Luís Soares	-	X	-

				E.E. Prof. José Fernandes Machado	-	X	-
				E.E. Mons. Alfredo Pegado	-	-	X
				Casa do Estudante de Natal	X	-	-
				E.E. Crisan Simineia	X	-	-
				E.E. Profa. Ana Júlia Carvalho Mousinho	-	-	X
				E.E. Peregrino Jr.	X	-	-
				E.E. União Do Povo Cidade Nova	X	-	-
				E.E. Lourdes Guilherme	X	-	-
				E.E. Dom José Adelino Dantas	X	-	-
				E.E. Prof. Francisco Ivo Cavalcante	-	X	-
				E.E. Belém Câmara	-	-	X
				Centro Estadual Alferes Tiradentes	-	X	-
				E.E. Jerônimo Gueiros	-	-	X
				E.E. Ambulatório Pe. João Maria	X	-	-
				E.E. Pe. Monte	-	-	X
		São Gonçalo do Amarante	1	E.E. José Vieira	-	X	-
		Macaíba	1	E.E. de Traíras Pra. Ivonete	-	-	X

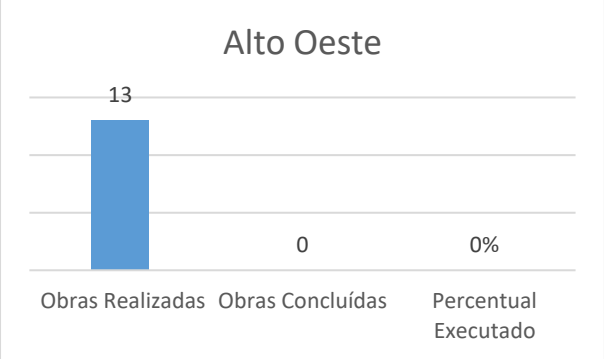
				Felipe de Souza			
Traíri	5	São José do Campestre	2	E.E. Belmira Lara	X	-	-
				E.E. Pe. Tomaz de Aquino	X	-	-
		Lajes Pintadas	1	E.E. São Francisco	X	-	-
		Japi	1	E.E. Coronel Manoel Medeiros I	X	-	-
		Santa Cruz	1	E.E. Cosme Ferreira Marques	X	-	-
		Serra Caiada	1	E.E. Herondinas Caldas	X	-	-

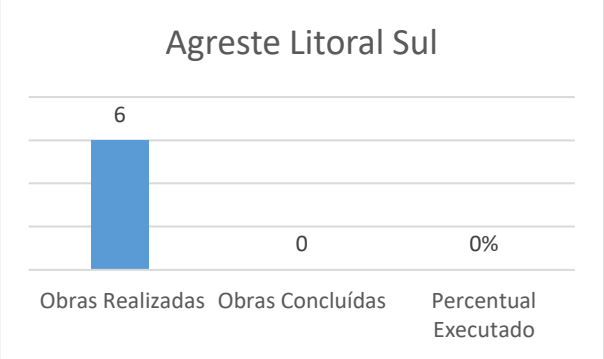
- **Avaliação da Meta:**

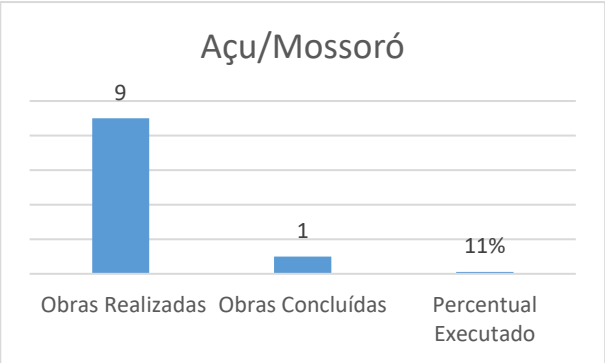
Analisando a tabela, temos 92 obras, entre construção, reforma, ampliação e/ou adequação. Desse total, 55 encontram-se em andamento, 16 concluídas, 21 ainda não iniciadas.

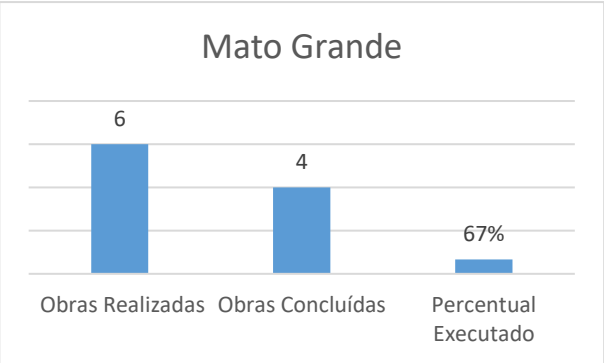
Em todo Estado, 48 municípios foram contemplados com obras de infraestrutura, o que corresponde, aproximadamente, a 29% do total de municípios do Rio Grande do Norte.

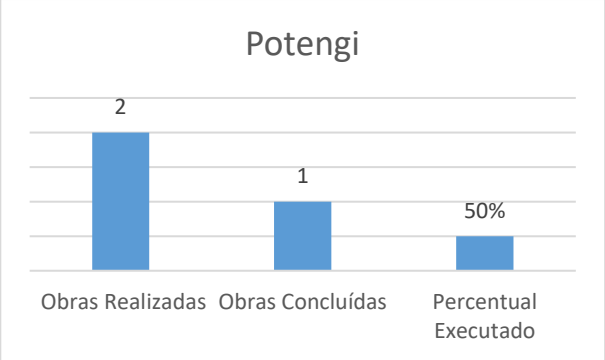
Em termos de execução, considerando obras concluídas, essa meta apresentou o seguinte percentual por Território:

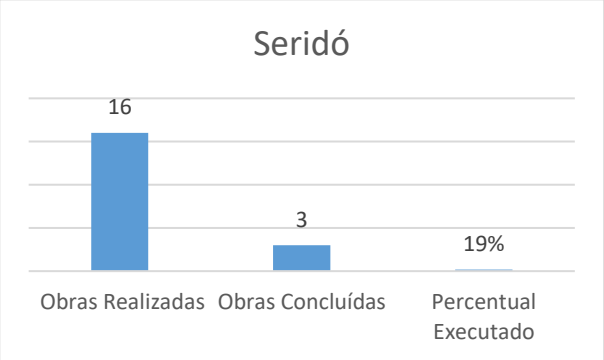


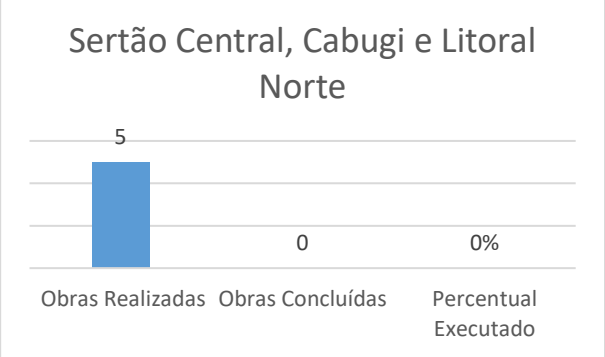


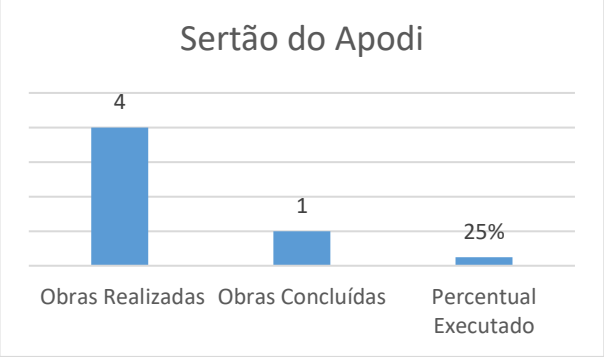


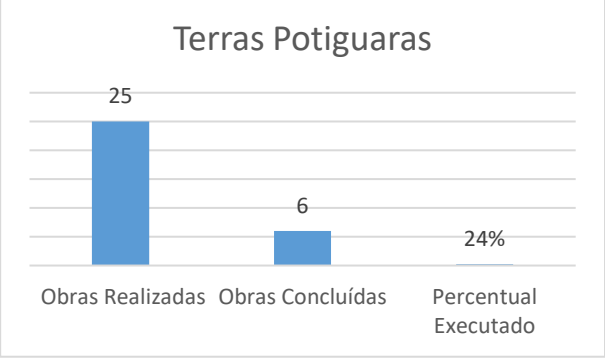


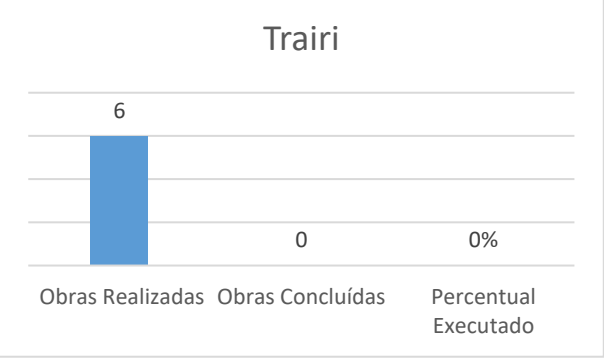




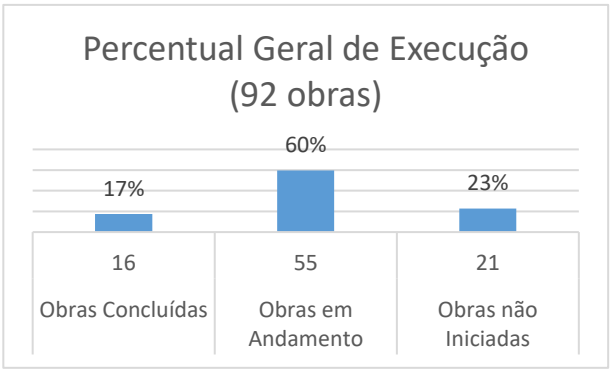








Em relação ao total de obras realizadas, obtemos os seguintes percentuais:



Diante do exposto, consideremos essa Meta parcialmente cumprida.

META 0784: Equipar e reequipar de forma acessível as unidades escolares e não escolares da rede estadual de ensino da Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades, espaços culturais, esportivos e de lazer, Órgão Central (SEEC) e Diretorias Regionais (DIREC/DRAE).

Nessa Meta, foram adquiridos equipamentos, destinados a escolas, Órgão Central, DIREC/DRAE, buscando proporcionar melhores condições aos ambientes, atender as necessidades das da Rede Estadual de Ensino assim como aparelhar os professores da Rede e os professores temporários que estão em sala de aula.

- **Ações realizadas:**

a) Encaminhamento de recurso financeiro extra para as unidades escolares com necessidades emergenciais ou troca de modalidade de ensino: Ação de repasse de recursos financeiros pelo caixa escolar para adequação das cozinhas.

Territórios	Municípios atendidos	Unidades atendidas
Alto Oeste	Pau dos Ferros	E.E. Patronato Alfredo Fernandes
		E.E. Dr. José Fernandes de Melo
Açu/Mossoró	Pendências	E.E. Pedro Alves de Medeiros
Seridó	Caicó	E.E. Janúncio Afonso
	Currais Novos	E.E. CEJA Professora Creuza Bezerra
Sertão do Apodi	Itaú	E.E. Praxedes Martins
Terras Potiguaras	Natal	E.E. Café Filho
	Macaíba	E.E. Alfredo Mesquita Filho

b) Aquisição de equipamentos:

a) Aquisição de 152 poltronas para auditório com prancheta rebatível, sendo 148 normais e 04 acessíveis (pessoas obesas): Atender as necessidades dos Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEP) da rede Estadual de Ensino.

Territórios	Municípios atendidos	Unidades atendidas
Açu/Mossoró	Açu	CEEP Prof. Gilmar Rodrigues de Lima
Terras Potiguaras	Natal	CEEP Djanira Brasilino

	Macaíba	CEEP Profa. Amazônina T. de Carvalho
		CEEP Sen. Jessé Pinto Freire

b) Aquisição de 2.758 de notebooks do aluno (tipo Chromebooks) e 79 gabinetes de recarga, transporte e armazenamento: Atender as necessidades das escolas da rede estadual de ensino médio integrado à Educação Profissional - Programa Brasil Profissionalizado.

Territórios	Municípios atendidos	Unidades atendidas
Alto Oeste	Almino Afonso	E.E. Estudante Ronald Néo Júnior
	São Francisco do Oeste	E. E. Prof. Manuel Herculano
	Major Sales	E.E. 26 de Junho
	Frutuoso Gomes	E.E. Ivonete Carlos
Agreste Litoral Sul	Brejinho	E.E. José Lúcio Ribeiro
	Canguaretama	E.E. Guiomar Vasconcelos
	Nova Cruz	E.E. Rosa Pignataro
	São José do Mipibu	E.E. Prof. Francisco Barbosa
	Goianinha	E.E. João Tibúrcio
Açu/Mossoró	Açu	E.E. Juscelino Kubitschek
		CEEP Prof. Gilmar Rodrigues de Lima
	Tibau	E.E. Rui Barbosa
	Mossoró	E.E. Jerônimo Rosado
		E.E. Francisco Antônio Medeiros
		E.E. Abel Freire Coelho
		E.E. Prof. José F. Nobre
		E.E. Prof. José Nogueira
		E.E. Gilberto Rola
		CEEP Prof. Francisco de Assis Pedrosa
	Pendências	E.E. Mons. Honório
	Serra do Mel	E.E. Pe. José de Anchieta
	Areia Branca	E.E. Des. Silvério Soares
	Alto do Rodrigues	CEEP Profa. Maria Rodrigues Gonçalves
Mato Grande	Jandaíra	E.E. Profa. Maria da C. Messias
	João Câmara	E.E. Cap. José da Penha
	Parazinho	E.E. Senador Jessé Pinto Freire
	Ceará Mirim	CEEP Prof. Ruy Antunes Pereira
Potengi	Bom Jesus	E.E. João Alves De Melo
	Ielmo Marinho	E.E. Ielmo Marinho
Seridó	Caicó	Centro Educacional José Augusto
		E.E. Profa. Calpurnia C. de Amorim
	Cerro Corá	E.E. Querubina Silveira
	Florânia	E.E. Teônia Amaral
	Jardim do Seridó	Centro Educacional Felinto Elísio
	Ouro Branco	E.E. Manoel Correia
	Parelhas	E.E. Mons. Amâncio Ramalho
	São Vicente	E.E. Aristófanes Fernandes
	Currais Novos	E.E. Manoel Salustino
	Jucurutu	E.E. Newman Queiroz
	Serra Negra do Norte	E.E. Prof. Leomar Batista de Araújo

	Acari	E.E. Iracema Brandão de Araújo
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Lajes	E.E. Pedro II
	Pedro Avelino	E.E. Profa. Josefa Sampaio Marinho
	Afonso Bezerra	E.E. Gildecina Bezerra
Sertão do Apodi	Apodi	E.E. Prof. Antônio Dantas
		E.E. Valdemiro Pedro Viana
	Severiano Melo	E.E. Severiano Melo
	Upanema	E.E. José C Freire
	Caraúbas	E.E. Almiro de França Silva
Terras Potiguaras	Parnamirim	E.E. Dr. Antônio De Sousa
		CEEP Profa. Lourdinha Guerra
	Natal	E.E. Berilo Wanderley
		E.E. Floriano Cavalcanti
		E.E. Gov. Walfredo Gurgel
		E.E. Mascarenhas Homem
		E.E. Prof. Francisco Ivo Cavalcanti
		E.E. Prof. José Fernandes Machado
		E.E. Prof. Luís Antônio
		CEEP Sen. Jessé Pinto Freire
		CEEP Prof. João Faustino
		CEEP Profa. Djanira Brasilino
	Extremoz	CEEP Hélio Xavier de Vasconcelos
	São Gonçalo do Amarante	CEEP Ruy Pereira dos Santos
	Macaíba	CEEP Amazônina T. de Carvalho
Trairi	Cel. Ezequiel	E.E. José Joaquim
	Santa Cruz	E.E. João F. de Souza
		E.E. José Bezerra Cavalcante
	Sitio Novo	E.E. José Nunes de Carvalho

c) Aquisição de 04 máquinas de costura doméstica portátil reta: Os materiais serão utilizados nas atividades práticas do Curso de Qualificação Profissional.

Territórios	Municípios atendidos	Unidades atendidas
Terras Potiguaras	Natal	SUEP/SEEC

d) Aquisição de 582 Desktop Ultra Compactor Tipo II (microcomputador com arquitetura x86 corporativa, com suporte 32 e 64 bits): Para atender as necessidades dos Setores internos do Órgão Central – SEEC.

Territórios	Municípios atendidos	Unidades atendidas
Terras Potiguaras	Natal	SEEC

- **Avaliação da Meta:**

Nessa Meta, foram adquiridos 3.575 equipamentos, sendo beneficiadas 72 unidades, das quais 70 são escolas da rede estadual de ensino que ofertam educação em integral. Em termos de

territórios, todos foram alcançados, contemplando 47 municípios, que correspondem a 28% do total de municípios do Rio Grande do Norte.

Diante disso, consideramos a Meta cumprida.

META 0791: Realização de programas e projetos educacionais, atividades culturais, esportivos e de lazer, de assistência ao estudante, atleta no âmbito da SEEC.

As ações realizadas buscaram propiciar a construção e ampliação de saberes e conhecimentos, com a execução de projetos e ações voltados para o desenvolvimento integral do aluno.

- **Ações realizadas**:

1) Elaboração de protocolo de anamnese para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), matriculados na rede estadual de ensino: Desenvolver anamnese completa e coesa, buscando compreender os aspectos inerentes a realidade do aluno com TEA.

2) Elaboração de adaptações nos cardápios da alimentação escolar para alunos com TEA: Oferecer uma alimentação adequada e completa respeitando as individualidades e especificidades dos alunos com TEA.

3) Elaboração de projeto de educação alimentar e nutricional para as unidades escolares: Inserir a educação alimentar e nutricional no currículo escolar, além de contribuir com a formação de hábitos alimentares saudáveis para a comunidade escolar.

4) Jogos da Juventude do RN (JUVERNS): Programa do Desporto Escolar que qualifica os estudantes atletas do RN para participarem de eventos nacionais - Jogos Escolares Brasileiros (JEB) e os Jogos da Juventude (JEJ), esses eventos foram realizados em Brasília e Ribeirão Preto.

Territórios	Municípios atendidos
Alto Oeste	Pau dos Ferros
Agreste Litoral Sul	Nova Cruz
Açu/Mossoró	Assu e Mossoró
Mato Grande	Ceará Mirim e João Câmara
Potengi	São Paulo do Potengi
Seridó	Currais Novos e Caicó
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Macau e Angicos
Sertão do Apodi	Apodi e Umarizal
Terras Potiguaras	Natal e Parnamirim
Trairi	Santa Cruz

5) Jogos Escolares do Rio Grande do Norte (JERNS): Programa do Desporto Escolar que tem como propósito o coroamento das práticas esportivas realizadas nas escolas da rede de ensino do Rio Grande do Norte, chegando a atender neste ano 35.510 estudantes das escolas públicas, privadas e institutos federais, oriundos do 6º ano do ensino fundamental a 3ª série do ensino médio e EJA, possibilitando a participação democrática, a descoberta de talentos esportivos, e o congraçamento das relações estudantis.

Territórios	Número de municípios atendidos
Alto Oeste	Pau dos Ferros
Agreste Litoral Sul	Nova Cruz

Açu/Mossoró	Assu e Mossoró
Mato Grande	Ceará Mirim e João Câmara
Potengi	São Paulo do Potengi
Seridó	Currais Novos e Caicó
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Macau e Angicos
Sertão do Apodi	Apodi e Umarizal
Terras Potiguaras	Natal e Parnamirim
Trairi	Santa Cruz

6) Jogos da Juventude do RN (JUVERNS): Programa do Desporto Escolar que tem como propósito o coroamento das práticas esportivas realizadas nas escolas da rede de ensino do Rio Grande do Norte, chegando a atender neste ano 35.510 estudantes das escolas públicas, privadas e institutos federais, oriundos do 6º ano do ensino fundamental a 3ª série do ensino médio e EJA, possibilitando a participação democrática, a descoberta de talentos esportivos, e o congraçamento das relações estudantis.

Territórios	Número de municípios atendidos
Alto Oeste	Pau dos Ferros
Agreste Litoral Sul	Nova Cruz
Açu/Mossoró	Assu e Mossoró
Mato Grande	Ceará Mirim e João Câmara
Potengi	São Paulo do Potengi
Seridó	Currais Novos e Caicó
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Macau e Angicos
Sertão do Apodi	Apodi e Umarizal
Terras Potiguaras	Natal e Parnamirim
Trairi	Santa Cruz

7) Jogos Escolares do Rio Grande do Norte (JERNINHOS): Programa do Desporto Escolar que tem como objetivo oportunizar práticas saudáveis do esporte e lazer para crianças promovendo o desenvolvimento sócio educacional, colaborativo e intelectual do educando, oportunizando assim a participação democrática, a descoberta de talentos esportivos, e o congraçamento das relações estudantis.

Territórios	Número de municípios atendidos
Alto Oeste	-
Agreste Litoral Sul	Nova Cruz
Açu/Mossoró	Açu
Mato Grande	Ceará Mirim
Potengi	São Paulo do Potengi
Seridó	Currais Novos
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Macau
Sertão do Apodi	-
Terras Potiguaras	Natal e Parnamirim

Trairi	-

8) Corrida e Caminhada Natalina 2023: - A iniciativa visa não só incentivar a atividade física, mas também consolidar a Política Pública do Esporte e do Lazer no Estado do Rio Grande do Norte. Foram disponibilizadas 1.000 inscrições: 100 para a Caminhada e 900 para a Corrida, nas categorias Geral, Pessoa com Deficiência e Faixas Etárias. As provas a serem cumpridas eram de 5km, atletas com idade a partir de 14 anos, e na Caminhada de 3km, atletas com idade a partir dos 12 anos, completados até dezembro do ano em curso.

Território	Município atendido
Terra dos Potiguaras	Natal

9) Atleta eTécnico Ouro 2023: Evento promovido anualmente pela Subsecretaria do Esporte e do Lazer no qual acontece a premiação das campeãs gerais, atletas e técnicos ouro dos Jogos Escolares do RN.

Território	Município atendido
Terra dos Potiguaras	Natal

- **Avaliação da Meta:**

Na execução da Meta, foram realizados ações/projetos que envolveram todos os territórios. Considerando o número de atividades múltiplas desenvolvidas, julgamos a Meta cumprida.

META 0791: Realização de programas e projetos educacionais, atividades culturais, esportivos e de lazer, de assistência ao estudante, atleta no âmbito da SEEC.

- **Avaliação da Meta**: Não executada.

META 0796: Adquirir e/ou elaborar material didático-pedagógico, acervo bibliográfico e técnico, cultural, esportivo e de fardamento escolar.

- **Ações desenvolvidas**:

1) **Programa Estadual de Transporte Escolar do Rio Grande do Norte (PETERN)** - Articulação e suporte técnico aos gestores das DIREC e dos municípios do RN e transferência de recursos financeiros: Garantir a oferta de transporte aos alunos da Educação Básica da rede de ensino pública estadual que residem a partir de 2km da escola. Exceções: Natal, Mossoró, Pau dos Ferros, Apodi, Serra Negra do Norte e Viçosa.

Esta ação alcançou 133 municípios do Rio Grande do Norte, o que equivale a 79,6% dos municípios estaduais. O número de escolas atendidas foi de 344, quantificando 58,5% do total de unidades escolares da rede estadual de ensino.

Territórios	Número de munícipios	Municípios atendidos	Número de escolas	Unidades atendidas
Alto Oeste	31	Tabuleiro Grande	55	E.E. José Cláudio Alves
		Almino Afonso		E.E. Clodomir Chaves
				E.E. Estudante Ronald Néo Júnior
				E.E. Prof. Pedro Gurgel
		Antônio Martins		E.E. Gov. Walfredo Gurgel
		Frutuoso Gomes		E.E. Frutuoso Gomes
				E.E. Ivonete Carlos
		João Dias		E.E. José Osias
		Lucrécia		E.E. João Onofre
				E.E. Josefina Xavier
		Martins		E.E. Almino Afonso
				E.E. Antônio João de Queiroz
				E.E. em Tempo Integral Dr. Joaquim Inácio
		Riacho da Cruz		E.E. Camilo de Lélis
				E.E. João Soares da Silva
		Serrinha dos Pintos		E.E. Francisco de Assis da Silva
				E.E. Serrinha dos Pintos
		Viçosa		E.E. Pedro Martins Fernandes
		Alexandria		E.E. de Tempo Integral Gov. Dinarte Mariz
				E.E. Leôncio Barreto
				E.E. Waldemar de Souza Veras
				E.E. 7 de Novembro
		Coronel João Pessoa		E.E. Prof. José Próspero
		Doutor Severiano		E.E. Cristóvão Colombo de Queiroz
		Encanto		E.E. Cid Rosado
		Francisco Dantas		E.E. 26 de Março
		José da Penha		E.E. Vicente Fontes
		Luís Gomes		E.E. Coronel Fernandes
				E.E. Mariana Cavalcante
				E.E. Zéo Fernandes
		Major Sales		E.E. 26 de Junho
		Marcelino Vieira		E.E. Des. Licurgo Nunes

				E.E. Padre Bernardino Fernandes
		Paraná		E.E. 26 de Março
		Pau dos Ferros		E.E. T. I. Dr. José Fernandes de Melo
				E.E. Francisco Nunes
				E.E. João Escolástico
				E.E. José Guedes do Rêgo
				E.E. Patronato Alfredo Fernandes
				E.E. Profa. Maria Edilma de Freitas
				E.E. Tarcísio Maia
				E.E. Teófilo do Rêgo
				E.E. Ubiratan Galvão
				E.E. 4 de Setembro
		Pilões		E.E. Des. Sinval Moreira Dias
				E.E. Francisco Antônio de Moura
		Portalegre		E.E. Margarida de Freitas
				E.E. 29 de Março
		Rafael Fernandes		E.E. Bernardino Rodrigues
				E.E. José Ferreira da Costa
				E.E. Mano Marcelino
		Riacho de Santana		E.E. Profa. Maria Angelina Gomes
		São Francisco do Oeste		E.E. Prof. Manoel Herculano
		São Miguel		E.E. Gilney de Souza
		Tenente Ananias		E. E. Acadêmico Mauro Abrantes
				E. E. Demócrito de Souza
				E. E. Vicência Raquel
		Venha-Ver		E. E. João Soares de Souza
Agreste Litoral Sul	7	Arês	24	E.E. Jacumauma - Ens. Fund. e Médio
				E.E. Manoel Balceu
		Baía Formosa		E.E. Águida Sucupira
				E.E. Prof. Paulo Freire
		Canguaretama		E.E. Fabrício Maranhão
				E.E. Felipe Ferreira

				E.E. Guiomar Vasconcelos
				E.E. Matias Maciel
				E.E. 4 de Março
		Goianinha		E.E. João Tibúrcio
				E.E. Moreira Brandão
		Monte Alegre		E.E. Prof. Gaspar
		Nísia Floresta		E.E. Alceu Emiliano da Silva
				E.E. Ana Duarte Lopes
				E.E. Celita Freire Barbosa
				E.E. Emília de Carvalho
				E.E. Francisco Camilo de Souza
				E.E. Prof. Manoel Laurentino
				E.E. Profa. Adélia da Silva Gurgel
				E.E. Nísia Floresta
				E.E. Zildevar Ferreira
		São José de Mipibu		E.E. Maria Cristina
				E.E. Profa. Maria Araújo
				E. E. Prof. Eliah Maia do Rêgo
Açu/Mossoró	9	Alto do Rodrigues	27	Centro Estadual de Educação Profissional em Tempo Integral - CEEP Profa. Maria Rodrigues Gonçalves
				E.E. Profa. Maria Rodrigues Gonçalves
		Pendências		E.E. Luiz Gonzaga
				E.E. Monsenhor Honório
				E.E. Pedro Alves de Medeiros
		Porto do Mangue		E.E. Profa. Josélia de Souza Silva
		Açu		E. E. Juscelino Kubistchek
				CEJA Manoel Pessoa Montenegro
				E.E. Marcos Alberto de Sá Leitão
				E.E. de Tempo Integral Poeta Renato Caldas
				E.E. Tenente Coronel José Correia

				Centro Estadual de Educação Profissional - CEEP Prof. Gilmar Rodrigues de Lima
		Carnaubais		E.E. Alcides Wanderley
				E.E. Profa. Adalgiza Emídia da Costa
		Ipanguaçu		E.E. Coronel Ovídio Montenegro
				E.E. João Francisco da Costa
				E.E. Manoel de Melo Montenegro
				E.E. Maria da Glória de Azevedo Luna
		Itajá		E.E. João Manoel Pessoa
				E.E. João Tertulino Lopes
		São Rafael		E.E. Profa. Claudeci Pinheiro Torres
		Areia Branca		E.E. Antônia Girland Bruno da Silva
				E.E. Cônego Ismar Fernandes de Queiroz
				E.E. Conselheiro Brito Guerra
				E.E. em Tempo Integral Des. Silvério Soares
				E.E. Dr. Dagmar Sabino
				E.E. Elita Monte
Mato Grande	15	Ceará-Mirim	37	Centro Estadual de Educação Profissional - CEEP Ruy Antunes Pereira
				E.E. Augusto Xavier de Gois
				E.E. de Educação Integral em Tempo Integral Barão de Ceará-Mirim
				E.E. Enéas Cavalcante
				E.E. General João Varela
				E.E. Imaculada Conceição
				E.E. Interv. Ubaldo Bezerra de Melo
				E.E. Monsenhor Celso Cicco

				E.E. Edgar Barbosa
				E.E. Prof. Otto de Brito Guerra
				E. E. Marta Maria Castanho Almeida Pernambuco
		Maxaranguape		E.E. Stoessel de Brito
		Pureza		E.E. Maria Antônia
		Rio do Fogo		E.E. Gov. Lavoisier Maia Sobrinho
				E.E. Dom Eugênio Sales
		São Miguel do Gostoso		E.E. Olímpia Teixeira
		Taipu		E.E. Adão Marcelo da Rocha
				E.E. Joaquim Nabuco
				E.E. Profa. Clotilde de Moura Lima
		Touros		E.E. Coronel Antônio do Lago
				E.E. Profa. Isabel Barbosa Vieira
				E.E. Tabelião Júlio Maria
		Bento Fernandes		E.E. Senador João Câmara
		Caiçara do Norte		E.E. Godofredo Cacho
		Jandaíra		E. E. Fabrício Pedrosa
				E.E. Profa. Maria da Conceição Messias
		João Câmara		E.E. Antônio Gomes
				E.E. Capitão José da Penha
				E.E. em Tempo Integral Francisco de Assis Bittencourt
				E.E. de Tempo Integral Profa. Marluce Lucas
				E.E. Indígena Prof. Francisco Silva do Nascimento
		Parazinho		E.E. Prof. Miguel Monteiro
				E.E. Sen. Jessé Pinto Freire
		Pedra Grande		E.E. Marcílio Teixeira
		Poço Branco		E.E. Carmem Costa
				E.E. de Ensino Médio em Tempo Integral

				Estudante José Francisco Filho
		São Bento do Norte		E.E. Sen. Dinarte Mariz
Potengi	11	Barcelona	14	E.E. Prof. Tertuliano Pinheiro Filho
		Bom Jesus		E.E. João Alves de Melo
				E.E. Profa. Natália Fonseca
		Ielmo Marinho		E.E. Ielmo Marinho
				E.I. Canto de Moça
		Lagoa de Velhos		E.E. Pref. João Evangelista Ribeiro
		Riachuelo		E.E. Manoel Severiano
		Ruy Barbosa		E.E. Rui Barbosa
		Santa Maria		E.E. Demétrio Urbano
		São Paulo do Potengi		E.E. Maurício Freire
				E.E. Senador Dinarte Mariz
		São Pedro		E.E. Prof. Pedro Alexandrino
		São Tomé		E.E. Amaro Cavalcante
		Senador Elói de Souza		E.E. Des. Vicente de Lemos
Seridó	25	Bodó	69	E.E. Sérvulo Pereira de Araújo
		Santana do Matos		E.E. Aristófanes Fernandes
				E.E. Meira e Sá
		Acari		E.E. Dr. José Gonçalves de Medeiros
				E.E. Iracema Brandão de Araújo
		Carnaúba dos Dantas		E.E. João Henrique Dantas
		Cerro Corá		E.E. Albino Avelino
				E.E. Querubina Silveira
		Cruzeta		E.E. Joaquim José de Medeiros
				E.E. Otávio Lamartine
		Currais Novos		CEJA Profa. Creuza Bezerra
				E.E. Capitão Mor Galvão
				E.E. Dr. Silvio Bezerra de Melo
				E.E. Lions Clube
				E.E. Manoel Salustino
				E.E. de Tempo Integral Profa. Ester Galvão

				E.E. em Tempo Integral Tristão de Barros
				E.I. Dr. Silvio Bezerra de Melo
				Instituto Vivaldo Pereira
		Equador		E.E. Dom Manuel Tavares de Araújo
				E.E. Isabel Ferreira
		Florânia		E.E. Cel. Silvino Bezerra
				E.E. Teônia Amaral
		Lagoa Nova		E.E. em Tempo Integral Angelita Félix Bezerra
				E.E. Manoel Luiz de Maria
		Parelhas		E.E. Barão de Rio Branco
				E.E. Bernardino de Sena Silva
				E.E. Dr. Mauro Medeiros
				E.E. Jesus Menino
				E.E. Manoel Noberto
				E.E. Maria Terceira
				E.E. Monsenhor Amâncio Ramalho
				E.E. Prof. Felipe Bittencourt
		Santana do Seridó		E.E. João Vilar da Cunha
		São Vicente		E.E. Aristófanes Fernandes
				E.E. Joaquim Adelino de Medeiros
		Tenente Laurentino Cruz		E.E. Pe. Sinval Laurentino de Medeiros
		Caicó		CEJA Senador Guerra
				Centro Educacional José Augusto de Medeiros
				E.E. Antônio Aladim de Araújo
				E.E. Dom José Adelino Dantas
				E.E. Francisco Pergentino de Araújo
				E.E. Manoel Patrício de Figueiredo

				E.E. Monsenhor Walfredo Gurgel
				E.E. Padre Edmund Kagerer
				E.E. Prof. Joaquim Guedes Correia Gondim Neto
				E.E. Profa. Calpurnia Caldas de Amorim
				E.E. Profa. Rosa de Lima Bezerra
				E.E. de Tempo Integral Senador Dinarte Mariz
				E.E. Vilagran Cabrita
				E.E. Zuza Januário
				E.I. José Teixeira de Carvalho
		Ipueira		E.E. João Alencar de Medeiros
		Jardim de Piranhas		E.E. Amaro Cavalcante
				E.E. Machado de Assis
		Jardim do Seridó		Centro Educacional Antônio de Azevedo
				C.E. Felinto Elísio
		Jucurutu		E.E. Antônio Batista
				E.E. Janúncio Afonso
				E.E. Profa. Maria das Graças Silva Germano
				E.E. Newman Queiroz
		Ouro Branco		E.E. Manoel Correia
		São Fernando		E.E. Mons. Walfredo Gurgel
		São João do Sabugi		E. E. Santa Terezinha
				E.E. Senador José Bernardo
		São José do Seridó		E.E. Jesuíno Azevedo
				E.E. Prof. Raimundo Silvino da Costa
		Serra Negra do Norte		E.E. Prof. Leomar Batista de Araújo
		Timbaúba dos Batistas		E.E. Basílio Batista de Araújo
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	11	Caiçara do Rio do Vento	24	E.E. Dr. Geraldo de Andrade Teixeira
				E.E. 7 de Setembro
		Galinhos		E.E. José Augusto Varela
		Guamaré		E.E. Mons. Joaquim Honório
				E.E. Nádia Maria Câmara

		Macau		E.E. Diogo Lopes
				E.E. de Tempo Integral Donana Avelino
				E.E. Duque de Caxias
				E.E. Prof. José Olavo do Vale
				E.E. Profa. Clara Tetéo
				E.E. Profa. Maria de Lourdes Bezerra
		Afonso Bezerra		E.E. de Educação Integral em Tempo Integral José Avelino
				E.E. Profa. Gildecina Bezerra
				E.E. Profa. Maria Alina Pinheiro
		Angicos		E.E. José Rufino
				E.E. em Tempo Integral Prof. Francisco Veras
				E.E. Profa. Joana Honório da Silva Moura
		Fernando Pedroza		E.E. Francisca Alves da Silva
		Lajes		E.E. Francisco de Oliveira Cabral
				E.E. Pedro II
		Pedro Avelino		E.E. Prof. Abel Furtado
				E.E. Profa. Josefa Sampaio Marinho
		Jardim de Angicos		E.E. Cel. Miguel Teixeira
		Pedra Preta		E.E. Profa. Gercina Bezerra
Sertão do Apodi	6	Campo Grande	25	E.E. Ana Maria Vieira Liberato
				E.E. Prof. Adrião Melo
		Triunfo Potiguar		E.E. Des. Felipe Guerra
		Apodi		Centro Regional de Educação Especial Geovânia Andrade de Morais
				E.E. Antônia Alves de Lima
				E.E. Ferreira Pinto
				E.E. Prof. Antônio Dantas
				E.E. Prof. Gerson Lopes

				E.E. de Educação Integral em Tempo Integral Profa. Alvani de Freitas Dias
				E.E. Profa. Maria Zenilda Gama Torres
				E.E. Sebastião Gomes de Oliveira
				E.E. Valdemiro Pedro Viana
		Caraúbas		E.E. Antônio Carlos
				E.E. Prof. Lourenço Gurgel de Oliveira
				E.E. Profa. Maria Silvia de Vasconcelos Câmara
				E.E. Sebastião Gurgel
				E.E. Almiro de França Silva - Educação Profissional, Técnica de Nível Médio
		Felipe Guerra		E.E. Antônio Carlos
				E.E. Prof. Lourenço Gurgel de Oliveira
				E.E. Profa. Maria Silvia de Vasconcelos Câmara
				E.E. Sebastião Gurgel
				E.E. Almiro de França Silva
		Itaú		E.E. Francisco de Assis Pinheiro
				E.E. Praxedes Martins
				E.E. Francisco Regis Filho
Terras Potiguaras	4	Extremoz	36	Centro Estadual de Educação Profissional - CEEP em Tempo Integral Prof. Hélio Xavier de Vasconcelos
				Centro de Educação Profissional e Ambiental Parque das Dunas
				E.E. Almirante Tamandaré
				E.E. Felipe Camarão
				E.E. João Florêncio da Hora
				E.E. Lígia Navarro
				E.E. Manoel Carneiro da Cunha

		Macaíba		E.E. Alfredo Mesquita Filho
				E.E. Arcelina Fernandes
				E.E. Auta de Souza
				E.E. As Marias
				E.E. de Traíras (Profa. Ivonete Felipe)
				E.E. Dep. Jessé Pinto Freire Filho - CAIC
				E.E. Doutor Severiano
				E.E. Dr. João Chaves
				E.E. Francisca de Castro Gomes de Andrade
				E.E. Henrique Castriciano de Souza
				E.E. Maria Emília Duarte Pereira
				E.E. Prof. Paulo Nobre
				E.E. Profa. Mariluza Almeida Florentino
				E.E. Otacílio Alecrim
				E.E. Ivonete Felipe de Souza - Ens. Médio
				Centro Estadual de Educação Profissional - CEEP Profa. Amazonina Teixeira de Carvalho
		Natal		Centro Educacional Alferes Tiradentes
				Centro Estadual de Educação Profissional - CEEP Profa. Djanira Brasilino de Souza
				E.E. Alceu Amoroso Lima
				E.E. Aldo Fernandes de Melo
				E.E. Arq. Elizabeth de Fátima Araújo Guilhermino
				E.E. Cônego Luiz Wanderley
				E.E. Dom José Adelino Dantas
				E. E. General Dióscoro Vale
				E.E. 12 de Outubro

		Parnamirim		Centro Estadual de Educação Profissional em Tempo Integral - CEEP Profa. Lourdinha Guerra
				E.E. em Tempo Integral Dom Nivaldo Monte
				E.E. Dr. Antônio de Souza
				E.E. de Emaús
Trairi	14	Boa Saúde (Januário Cicco)	33	E.E. Maria do Rosário Bezerra
		Monte das Gameleiras		E.E. Felismino José da Costa
		Passa e Fica		E. E. Deputado Djalma Aranha Marinho
				E.E. Sen. João Câmara
		São José do Campestre		E. E. Belmira Lara
				E.E. Diógenes da Cunha Lima
				E.E. Padre Tomaz de Aquino
		Serra de São Bento		E.E. Deputado Márcio Marinho
				E.E. Prof. Joaquim Torres
		Serra Caiada (Pres. Juscelino)		E.E. Profa. Herondinas Caldas
		Campo Redondo		E.E. Dr. José Borges de Oliveira
				E.E. Profa. Maria Arioene de Souza
		Coronel Ezequiel		E.E. José Joaquim
		Jaçanã		E.E. Manoel Fernandes
				E.E. Profa. Terezinha Carolino de Souza
		Japi		E.E. Coronel Manoel Medeiros I
				E.E. Coronel Manoel Medeiros II
				E.E. Severina Pontes de Medeiros
		Lajes Pintadas		E.E. Virgílio Furtado
				E.E. São Francisco
		Santa Cruz		E.E. de Tempo Integral Cosme Ferreira Marques
				E.E. em Tempo Integral Prof. Francisco de Assis Dias Ribeiro

				E.E. Isabel Oscarlina Marques
				E.E. João Ferreira de Souza
				E.E. José Bezerra Cavalcanti
				E.E. Profa. Rita Nelly Furtado
				E.E. Pedro Severino Bezerra - CAIC
				E.E. Quintino Bocaiúva
				Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado
		São Bento do Trairi		E.E. Profa. Maria Lídia da Silva
				E.E. José Nunes de Carvalho
		Tangará		E.E. Pref. João Ataíde de Melo
				E.E. Prof. Severino Bezerra

2) Termo de cooperação entre o Município de João Câmara: Efetivar e implementar a educação escolar indígena no estado do RN, de modo que a Escola Municipal Alice Soares passou a funcionar no prédio da Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento.

Território	Município atendido	Unidades atendidas
Mato Grande	João Câmara	Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento

- **Avaliação da Meta:**

  Portanto, diante do resultado apresentado, meta cumprida.

META 0853: Implementação e fortalecimento do regime de colaboração entre estados, municípios e união.

- **Ações desenvolvidas**:

1) **Programa Estadual de Transporte Escolar do Rio Grande do Norte (PETERN)** - Articulação e suporte técnico aos gestores das DIREC e dos municípios do RN e transferência de recursos financeiros: Garantir a oferta de transporte aos alunos da Educação Básica da rede de ensino pública estadual que residem a partir de 2km da escola. Exceções: Natal, Mossoró, Pau dos Ferros, Apodi, Serra Negra do Norte e Viçosa.

Esta ação alcançou 133 municípios do Rio Grande do Norte, o que equivale a 79,6% dos municípios estaduais. O número de escolas atendidas foi de 344, quantificando 58,5% do total de unidades escolares da rede estadual de ensino.

Territórios	Número de munícipios	Municípios atendidos	Número de escolas	Unidades atendidas
Alto Oeste	31	Tabuleiro Grande	55	E.E. José Cláudio Alves
		Almino Afonso		E.E. Clodomir Chaves
				E.E. Estudante Ronald Néo Júnior
				E.E. Prof. Pedro Gurgel
		Antônio Martins		E.E. Gov. Walfredo Gurgel
		Frutuoso Gomes		E.E. Frutuoso Gomes
				E.E. Ivonete Carlos
		João Dias		E.E. José Osias
		Lucrécia		E.E. João Onofre
				E.E. Josefina Xavier
		Martins		E.E. Almino Afonso
				E.E. Antônio João de Queiroz
				E.E. em Tempo Integral Dr. Joaquim Inácio
		Riacho da Cruz		E.E. Camilo de Lélis
				E.E. João Soares da Silva
		Serrinha dos Pintos		E.E. Francisco de Assis da Silva
				E.E. Serrinha dos Pintos
		Viçosa		E.E. Pedro Martins Fernandes
		Alexandria		E.E. de Tempo Integral Gov. Dinarte Mariz
				E.E. Leôncio Barreto
				E.E. Waldemar de Souza Veras
				E.E. 7 de Novembro
		Coronel João Pessoa		E.E. Prof. José Próspero
		Doutor Severiano		E.E. Cristóvão Colombo de Queiroz
		Encanto		E.E. Cid Rosado
		Francisco Dantas		E.E. 26 de Março
		José da Penha		E.E. Vicente Fontes
		Luís Gomes		E.E. Coronel Fernandes
				E.E. Mariana Cavalcante
				E.E. Zéo Fernandes
		Major Sales		E.E. 26 de Junho
		Marcelino Vieira		E.E. Des. Licurgo Nunes

				E.E. Padre Bernardino Fernandes
		Paraná		E.E. 26 de Março
		Pau dos Ferros		E.E. T. I. Dr. José Fernandes de Melo
				E.E. Francisco Nunes
				E.E. João Escolástico
				E.E. José Guedes do Rêgo
				E.E. Patronato Alfredo Fernandes
				E.E. Profa. Maria Edilma de Freitas
				E.E. Tarcísio Maia
				E.E. Teófilo do Rêgo
				E.E. Ubiratan Galvão
				E.E. 4 de Setembro
		Pilões		E.E. Des. Sinval Moreira Dias
				E.E. Francisco Antônio de Moura
		Portalegre		E.E. Margarida de Freitas
				E.E. 29 de Março
		Rafael Fernandes		E.E. Bernardino Rodrigues
				E.E. José Ferreira da Costa
				E.E. Mano Marcelino
		Riacho de Santana		E.E. Profa. Maria Angelina Gomes
		São Francisco do Oeste		E.E. Prof. Manoel Herculano
		São Miguel		E.E. Gilney de Souza
		Tenente Ananias		E. E. Acadêmico Mauro Abrantes
				E. E. Demócrito de Souza
				E. E. Vicência Raquel
		Venha-Ver		E. E. João Soares de Souza
Agreste Litoral Sul	7	Arês	24	E.E. Jacumauma - Ens. Fund. e Médio
				E.E. Manoel Balceu
		Baía Formosa		E.E. Águida Sucupira
				E.E. Prof. Paulo Freire
		Canguaretama		E.E. Fabrício Maranhão
				E.E. Felipe Ferreira

				E.E. Guiomar Vasconcelos
				E.E. Matias Maciel
				E.E. 4 de Março
		Goianinha		E.E. João Tibúrcio
				E.E. Moreira Brandão
		Monte Alegre		E.E. Prof. Gaspar
		Nísia Floresta		E.E. Alceu Emiliano da Silva
				E.E. Ana Duarte Lopes
				E.E. Celita Freire Barbosa
				E.E. Emília de Carvalho
				E.E. Francisco Camilo de Souza
				E.E. Prof. Manoel Laurentino
				E.E. Profa. Adélia da Silva Gurgel
				E.E. Nísia Floresta
				E.E. Zildevar Ferreira
		São José de Mipibu		E.E. Maria Cristina
				E.E. Profa. Maria Araújo
				E. E. Prof. Eliah Maia do Rêgo
Açu/Mossoró	9	Alto do Rodrigues	27	Centro Estadual de Educação Profissional em Tempo Integral - CEEP Profa. Maria Rodrigues Gonçalves
				E.E. Profa. Maria Rodrigues Gonçalves
		Pendências		E.E. Luiz Gonzaga
				E.E. Monsenhor Honório
				E.E. Pedro Alves de Medeiros
		Porto do Mangue		E.E. Profa. Josélia de Souza Silva
		Açu		E. E. Juscelino Kubistchek
				CEJA Manoel Pessoa Montenegro
				E.E. Marcos Alberto de Sá Leitão
				E.E. de Tempo Integral Poeta Renato Caldas
				E.E. Tenente Coronel José Correia

				Centro Estadual de Educação Profissional - CEEP Prof. Gilmar Rodrigues de Lima
		Carnaubais		E.E. Alcides Wanderley
				E.E. Profa. Adalgiza Emídia da Costa
		Ipanguaçu		E.E. Coronel Ovídio Montenegro
				E.E. João Francisco da Costa
				E.E. Manoel de Melo Montenegro
				E.E. Maria da Glória de Azevedo Luna
		Itajá		E.E. João Manoel Pessoa
				E.E. João Tertulino Lopes
		São Rafael		E.E. Profa. Claudeci Pinheiro Torres
		Areia Branca		E.E. Antônia Girland Bruno da Silva
				E.E. Cônego Ismar Fernandes de Queiroz
				E.E. Conselheiro Brito Guerra
				E.E. em Tempo Integral Des. Silvério Soares
				E.E. Dr. Dagmar Sabino
				E.E. Elita Monte
Mato Grande	15	Ceará-Mirim	37	Centro Estadual de Educação Profissional - CEEP Ruy Antunes Pereira
				E.E. Augusto Xavier de Gois
				E.E. de Educação Integral em Tempo Integral Barão de Ceará-Mirim
				E.E. Enéas Cavalcante
				E.E. General João Varela
				E.E. Imaculada Conceição
				E.E. Interv. Ubaldo Bezerra de Melo
				E.E. Monsenhor Celso Cicco

				E.E. Edgar Barbosa
				E.E. Prof. Otto de Brito Guerra
				E. E. Marta Maria Castanho Almeida Pernambuco
		Maxaranguape		E.E. Stoessel de Brito
		Pureza		E.E. Maria Antônia
		Rio do Fogo		E.E. Gov. Lavoisier Maia Sobrinho
				E.E. Dom Eugênio Sales
		São Miguel do Gostoso		E.E. Olímpia Teixeira
		Taipu		E.E. Adão Marcelo da Rocha
				E.E. Joaquim Nabuco
				E.E. Profa. Clotilde de Moura Lima
		Touros		E.E. Coronel Antônio do Lago
				E.E. Profa. Isabel Barbosa Vieira
				E.E. Tabelião Júlio Maria
		Bento Fernandes		E.E. Senador João Câmara
		Caiçara do Norte		E.E. Godofredo Cacho
		Jandaíra		E. E. Fabrício Pedrosa
				E.E. Profa. Maria da Conceição Messias
		João Câmara		E.E. Antônio Gomes
				E.E. Capitão José da Penha
				E.E. em Tempo Integral Francisco de Assis Bittencourt
				E.E. de Tempo Integral Profa. Marluce Lucas
				E.E. Indígena Prof. Francisco Silva do Nascimento
		Parazinho		E.E. Prof. Miguel Monteiro
				E.E. Sen. Jessé Pinto Freire
		Pedra Grande		E.E. Marcílio Teixeira
		Poço Branco		E.E. Carmem Costa
				E.E. de Ensino Médio em Tempo Integral

				Estudante José Francisco Filho
		São Bento do Norte		E.E. Sen. Dinarte Mariz
Potengi	11	Barcelona	14	E.E. Prof. Tertuliano Pinheiro Filho
		Bom Jesus		E.E. João Alves de Melo
				E.E. Profa. Natália Fonseca
		Ielmo Marinho		E.E. Ielmo Marinho
				E.I. Canto de Moça
		Lagoa de Velhos		E.E. Pref. João Evangelista Ribeiro
		Riachuelo		E.E. Manoel Severiano
		Ruy Barbosa		E.E. Rui Barbosa
		Santa Maria		E.E. Demétrio Urbano
		São Paulo do Potengi		E.E. Maurício Freire
				E.E. Senador Dinarte Mariz
		São Pedro		E.E. Prof. Pedro Alexandrino
		São Tomé		E.E. Amaro Cavalcante
		Senador Elói de Souza		E.E. Des. Vicente de Lemos
Seridó	25	Bodó	69	E.E. Sérvulo Pereira de Araújo
		Santana do Matos		E.E. Aristófanes Fernandes
				E.E. Meira e Sá
		Acari		E.E. Dr. José Gonçalves de Medeiros
				E.E. Iracema Brandão de Araújo
		Carnaúba dos Dantas		E.E. João Henrique Dantas
		Cerro Corá		E.E. Albino Avelino
				E.E. Querubina Silveira
		Cruzeta		E.E. Joaquim José de Medeiros
				E.E. Otávio Lamartine
		Currais Novos		CEJA Profa. Creuza Bezerra
				E.E. Capitão Mor Galvão
				E.E. Dr. Silvio Bezerra de Melo
				E.E. Lions Clube
				E.E. Manoel Salustino
				E.E. de Tempo Integral Profa. Ester Galvão

				E.E. em Tempo Integral Tristão de Barros
				E.I. Dr. Silvio Bezerra de Melo
				Instituto Vivaldo Pereira
		Equador		E.E. Dom Manuel Tavares de Araújo
				E.E. Isabel Ferreira
		Florânia		E.E. Cel. Silvino Bezerra
				E.E. Teônia Amaral
		Lagoa Nova		E.E. em Tempo Integral Angelita Félix Bezerra
				E.E. Manoel Luiz de Maria
		Parelhas		E.E. Barão de Rio Branco
				E.E. Bernardino de Sena Silva
				E.E. Dr. Mauro Medeiros
				E.E. Jesus Menino
				E.E. Manoel Noberto
				E.E. Maria Terceira
				E.E. Monsenhor Amâncio Ramalho
				E.E. Prof. Felipe Bittencourt
		Santana do Seridó		E.E. João Vilar da Cunha
		São Vicente		E.E. Aristófanes Fernandes
				E.E. Joaquim Adelino de Medeiros
		Tenente Laurentino Cruz		E.E. Pe. Sinval Laurentino de Medeiros
		Caicó		CEJA Senador Guerra
				Centro Educacional José Augusto de Medeiros
				E.E. Antônio Aladim de Araújo
				E.E. Dom José Adelino Dantas
				E.E. Francisco Pergentino de Araújo
				E.E. Manoel Patrício de Figueiredo

				E.E. Monsenhor Walfredo Gurgel
				E.E. Padre Edmund Kagerer
				E.E. Prof. Joaquim Guedes Correia Gondim Neto
				E.E. Profa. Calpurnia Caldas de Amorim
				E.E. Profa. Rosa de Lima Bezerra
				E.E. de Tempo Integral Senador Dinarte Mariz
				E.E. Vilagran Cabrita
				E.E. Zuza Januário
				E.I. José Teixeira de Carvalho
		Ipueira		E.E. João Alencar de Medeiros
		Jardim de Piranhas		E.E. Amaro Cavalcante
				E.E. Machado de Assis
		Jardim do Seridó		Centro Educacional Antônio de Azevedo
				C.E. Felinto Elísio
		Jucurutu		E.E. Antônio Batista
				E.E. Janúncio Afonso
				E.E. Profa. Maria das Graças Silva Germano
				E.E. Newman Queiroz
		Ouro Branco		E.E. Manoel Correia
		São Fernando		E.E. Mons. Walfredo Gurgel
		São João do Sabugi		E. E. Santa Terezinha
				E.E. Senador José Bernardo
		São José do Seridó		E.E. Jesuíno Azevedo
				E.E. Prof. Raimundo Silvino da Costa
		Serra Negra do Norte		E.E. Prof. Leomar Batista de Araújo
		Timbaúba dos Batistas		E.E. Basílio Batista de Araújo
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	11	Caiçara do Rio do Vento	24	E.E. Dr. Geraldo de Andrade Teixeira
				E.E. 7 de Setembro
		Galinhos		E.E. José Augusto Varela
		Guamaré		E.E. Mons. Joaquim Honório
				E.E. Nádia Maria Câmara

		Macau		E.E. Diogo Lopes
				E.E. de Tempo Integral Donana Avelino
				E.E. Duque de Caxias
				E.E. Prof. José Olavo do Vale
				E.E. Profa. Clara Tetéo
				E.E. Profa. Maria de Lourdes Bezerra
		Afonso Bezerra		E.E. de Educação Integral em Tempo Integral José Avelino
				E.E. Profa. Gildecina Bezerra
				E.E. Profa. Maria Alina Pinheiro
		Angicos		E.E. José Rufino
				E.E. em Tempo Integral Prof. Francisco Veras
				E.E. Profa. Joana Honório da Silva Moura
		Fernando Pedroza		E.E. Francisca Alves da Silva
		Lajes		E.E. Francisco de Oliveira Cabral
				E.E. Pedro II
		Pedro Avelino		E.E. Prof. Abel Furtado
				E.E. Profa. Josefa Sampaio Marinho
		Jardim de Angicos		E.E. Cel. Miguel Teixeira
		Pedra Preta		E.E. Profa. Gercina Bezerra
Sertão do Apodi	6	Campo Grande	25	E.E. Ana Maria Vieira Liberato
				E.E. Prof. Adrião Melo
		Triunfo Potiguar		E.E. Des. Felipe Guerra
		Apodi		Centro Regional de Educação Especial Geovânia Andrade de Morais
				E.E. Antônia Alves de Lima
				E.E. Ferreira Pinto
				E.E. Prof. Antônio Dantas
				E.E. Prof. Gerson Lopes

				E.E. de Educação Integral em Tempo Integral Profa. Alvani de Freitas Dias
				E.E. Profa. Maria Zenilda Gama Torres
				E.E. Sebastião Gomes de Oliveira
				E.E. Valdemiro Pedro Viana
		Caraúbas		E.E. Antônio Carlos
				E.E. Prof. Lourenço Gurgel de Oliveira
				E.E. Profa. Maria Silvia de Vasconcelos Câmara
				E.E. Sebastião Gurgel
				E.E. Almiro de França Silva - Educação Profissional, Técnica de Nível Médio
		Felipe Guerra		E.E. Antônio Carlos
				E.E. Prof. Lourenço Gurgel de Oliveira
				E.E. Profa. Maria Silvia de Vasconcelos Câmara
				E.E. Sebastião Gurgel
				E.E. Almiro de França Silva
		Itaú		E.E. Francisco de Assis Pinheiro
				E.E. Praxedes Martins
				E.E. Francisco Regis Filho
Terras Potiguaras	4	Extremoz	36	Centro Estadual de Educação Profissional - CEEP em Tempo Integral Prof. Hélio Xavier de Vasconcelos
				Centro de Educação Profissional e Ambiental Parque das Dunas
				E.E. Almirante Tamandaré
				E.E. Felipe Camarão
				E.E. João Florêncio da Hora
				E.E. Lígia Navarro
				E.E. Manoel Carneiro da Cunha

		Macaíba		E.E. Alfredo Mesquita Filho
				E.E. Arcelina Fernandes
				E.E. Auta de Souza
				E.E. As Marias
				E.E. de Traíras (Profa. Ivonete Felipe)
				E.E. Dep. Jessé Pinto Freire Filho - CAIC
				E.E. Doutor Severiano
				E.E. Dr. João Chaves
				E.E. Francisca de Castro Gomes de Andrade
				E.E. Henrique Castriciano de Souza
				E.E. Maria Emília Duarte Pereira
				E.E. Prof. Paulo Nobre
				E.E. Profa. Mariluza Almeida Florentino
				E.E. Otacílio Alecrim
				E.E. Ivonete Felipe de Souza - Ens. Médio
				Centro Estadual de Educação Profissional - CEEP Profa. Amazonina Teixeira de Carvalho
		Natal		Centro Educacional Alferes Tiradentes
				Centro Estadual de Educação Profissional - CEEP Profa. Djanira Brasilino de Souza
				E.E. Alceu Amoroso Lima
				E.E. Aldo Fernandes de Melo
				E.E. Arq. Elizabeth de Fátima Araújo Guilhermino
				E.E. Cônego Luiz Wanderley
				E.E. Dom José Adelino Dantas
				E. E. General Dióscoro Vale
				E.E. 12 de Outubro

		Parnamirim		Centro Estadual de Educação Profissional em Tempo Integral - CEEP Profa. Lourdinha Guerra
				E.E. em Tempo Integral Dom Nivaldo Monte
				E.E. Dr. Antônio de Souza
				E.E. de Emaús
Trairi	14	Boa Saúde (Januário Cicco)	33	E.E. Maria do Rosário Bezerra
		Monte das Gameleiras		E.E. Felismino José da Costa
		Passa e Fica		E. E. Deputado Djalma Aranha Marinho
				E.E. Sen. João Câmara
		São José do Campestre		E. E. Belmira Lara
				E.E. Diógenes da Cunha Lima
				E.E. Padre Tomaz de Aquino
		Serra de São Bento		E.E. Deputado Márcio Marinho
				E.E. Prof. Joaquim Torres
		Serra Caiada (Pres. Juscelino)		E.E. Profa. Herondinas Caldas
		Campo Redondo		E.E. Dr. José Borges de Oliveira
				E.E. Profa. Maria Arioene de Souza
		Coronel Ezequiel		E.E. José Joaquim
		Jaçanã		E.E. Manoel Fernandes
				E.E. Profa. Terezinha Carolino de Souza
		Japi		E.E. Coronel Manoel Medeiros I
				E.E. Coronel Manoel Medeiros II
				E.E. Severina Pontes de Medeiros
		Lajes Pintadas		E.E. Virgílio Furtado
				E.E. São Francisco
		Santa Cruz		E.E. de Tempo Integral Cosme Ferreira Marques
				E.E. em Tempo Integral Prof. Francisco de Assis Dias Ribeiro

				E.E. Isabel Oscarlina Marques
				E.E. João Ferreira de Souza
				E.E. José Bezerra Cavalcanti
				E.E. Profa. Rita Nelly Furtado
				E.E. Pedro Severino Bezerra - CAIC
				E.E. Quintino Bocaiúva
				Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado
		São Bento do Trairi		E.E. Profa. Maria Lídia da Silva
				E.E. José Nunes de Carvalho
		Tangará		E.E. Pref. João Ataíde de Melo
				E.E. Prof. Severino Bezerra

2) Termo de cooperação entre o Município de João Câmara: Efetivar e implementar a educação escolar indígena no estado do RN, de modo que a Escola Municipal Alice Soares passou a funcionar no prédio da Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento.

Território	Município atendido	Unidades atendidas
Mato Grande	João Câmara	Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento

- **Avaliação da Meta:**

  Portanto, diante do resultado apresentado, meta cumprida.

META 0855: Desenvolver e Fortalecer ações e programas voltados para pessoas com necessidade de atendimento temporário ou permanente especializado, hospitalar, domiciliar e para atendimento às populações privadas de liberdade em espaços não escolares.

META 0855: Desenvolver e Fortalecer ações e programas voltados para pessoas com necessidade de atendimento temporário ou permanente especializado, hospitalar, domiciliar e para atendimento às populações privadas de liberdade em espaços não escolares.

- **Ações desenvolvidas**:

1) **Processo de Formação Continuada realizado em parceria com a Secretaria Municipal do Natal/RN, UFRN, UERN, destinado aos professores do Atendimento Educacional Hospitalar e**

Domiciliar (AEHD): Ações formativas destinadas aos professores que atuam nas instituições parceiras, por meio de termos de cooperação técnica.

Territórios	Municípios atendidos	Unidades atendidas	Número de atendimentos
Açu/Mossoró	Mossoró	Associação de Apoio ao Portador de Câncer de Mossoró e região.	3
Seridó	Caicó	Hospital do Seridó	5
Terra dos Potiguaras	Natal	Hospital infantil Varela Santiago	20
		Hospital Maria Alice Fernandes	
		Hospital Universitário Onofre Lopes	
		Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel	
		Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva	
		Grupo de Apoio à Criança com Câncer e Instituto do Bem.	

- **Avaliação da Meta:**

Foi executada uma ação que contemplou 03 territórios, beneficiando 07 instituições e 28 participantes.

Desta forma avaliando a execução, a Meta foi parcialmente cumprida.

META 0857: Elaboração de Política de alfabetização para superar o analfabetismo no Rio Grande do Norte**.**

- **Ações desenvolvidas**:

1) Pagamento dos Mediadores e Coordenadores da Política de Superação do Analfabetismo do RN- PSA/RN.

Territórios	Número de municípios atendidos	Municípios atendidos	Número de atendimentos
Alto Oeste	13	Água Nova	9
		Alexandria	1
		Dr. Severiano	4
		Encanto	1
		José da Penha	11

		Paraná	10
		Pilões	7
		Pau dos Ferros	14
		Riacho de Santana	10
		São Miguel	8
		Venha Ver	5
		Lucrécia	8
		Almino Afonso	6
Agreste Sul Literal	7	Arês	10
		Canguaretama	2
		Monte Alegre	8
		Nísia Floresta	11
		São José de Mipibu	11
		Senador Georgino Avelino	5
		Vera Cruz	10
Açu/Mossoró	2	Alto do Rodrigues	3
		Pendências	1
Mato Grande	6	Bento Fernandes	10
		Caiçara do Rio do Vento	2
		João Câmara	43
		Parazinho	7
		Poço Branco	10
		São Bento do Norte.	
Seridó	18	Santana do Matos	4
		Carnaúba dos Dantas	2
		Currais Novos	4
		Equador	2
		Lagoa Nova	4
		Parelhas	2
		Santana do Seridó	2
		Caicó	12
		Ipueira	1
		Jardim de Piranhas	1
		Jardim do Seridó	2
		Jucurutu	2
		Ouro Branco	1
		São Fernando	2
		São João do Sabugi	2
		São José do Seridó	1
		Serra Negra do Norte	2

		Timbaúba dos Batista	2
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	7	Afonso Bezerra	8
		Angicos	7
		Lajes	4
		Pedro Avelino	9
		Guamaré	1
		Macau	8
		Jardim de Angicos	2
Sertão do Apodi	6	Apodi	17
		Caraúbas	5
		Felipe Guerra	9
		Rodolfo Fernandes	5
		Severiano Melo	5
		Umarizal	11
Terras Potiguaras	5	Extremoz	2
		Macaíba	15
		Natal	22
		São Gonçalo do Amarante	20
		Parnamirim	11
Trairi	3	Japi	11
		Santa Cruz	22
		Tangará	1

2) Certificação dos Mediadores e Coordenadores da Política de Superação do Analfabetismo do RN- PSA/RN.

Territórios	Número de municípios atendidos	Municípios atendidos	Número de atendimentos
Alto Oeste	13	Água Nova	65
		Alexandria	7
		Dr. Severiano	26
		Encanto	14
		José da Penha	91
		Paraná	59
		Pilões	23
		Pau dos Ferros	67
		Riacho de Santana	61
		São Miguel	62
		Venha Ver	37
		Lucrécia	45
		Almino Afonso	15
Agreste Sul Literal	7	Arês	123
		Canguaretama	26

		Monte Alegre	49
		Nísia Floresta	58
		São José de Mipibu	83
		Senador Georgino Avelino	48
		Vera Cruz	126
Açu/Mossoró	2	Alto do Rodrigues	20
		Pendências	8
Seridó	18	Santana do Matos	38
		Carnaúba dos Dantas	21
		Currais Novos	30
		Equador	19
		Lagoa Nova	69
		Parelhas	31
		Santana do Seridó	13
		Caicó	153
		Ipueira	10
		Jardim de Piranhas	8
		Jardim do Seridó	25
		Jucurutu	26
		Ouro Branco	8
		São Fernando	23
		São João do Sabugi	20
		São José do Seridó	7
		Serra Negra do Norte	28
		Timbaúba dos Batista	29
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	6	Afonso Bezerra	74
		Angicos	29
		Lajes	43
		Pedro Avelino	56
		Guamaré	8
		Macau	55
Sertão do Apodi	6	Apodi	80
		Caraúbas	28
		Felipe Guerra	64
		Rodolfo Fernandes	29
		Severiano Melo	26
		Umarizal	53
Terras Potiguaras	5	Parnamirim	75
		Extremoz	20
		Macaíba	96
		Natal	112

		São Gonçalo do Amarante	191

- **Avalição da Meta:**

Esta Meta alcançou 67 municípios e 3.060 pessoas, entre coordenadores e mediadores da Política de Superação do Analfabetismo. Meta cumprida.

META 0863: Implantar, fortalecer e manter a infraestrutura tecnológica necessária para o desenvolvimento de salas ambientes e outros espaços de aprendizado na escola.

- **Ações desenvolvidas**:

1) CONECTIVIDADE: Melhoria da infraestrutura tecnológica que possibilite solução de conectividade.

Territórios	Municípios atendidos	Número de unidades atendidas
Alto Oeste	30	59
Agreste Litoral Sul	24	64
Açu/Mossoró	14	87
Mato Grande	15	38
Potengi	11	14
Seridó	25	69
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	11	24
Sertão do Apodi	17	42
Terras Potiguaras	5	157
Trairi	15	33

2) Rede Giga Metrópole (Sistema de Rede) – Conectividade através de uma Rede de alta velocidade (20MB de Download e 08MB de Upload) em todas as escolas da região metropolitana. Ação destinada aos municípios do Território Terras Potiguaras, alcançando 4 municípios (80% de execução). Trata-se de uma ação contínua.

Territórios	Número de municípios atendidos	Número de unidades atendidas
Terras Potiguaras	Natal	113
	Parnamirim	13
	Macaíba;	14
	São Gonçalo do Amarante	11

3) Sistema Integrado da Educação do RN – SIGEDUC: Ferramenta tecnológica que integra diversos módulos da educação: Essa ação alcança os 167 municípios do RN e todas escolas da rede estadual. Apresenta um percentual de 100% de sua execução. Trata-se de uma ação contínua.

Territórios	Municípios atendidos	Número de unidades atendidas
Alto Oeste	Todos os Municípios	59

Agreste Litoral Sul		68
Açu/Mossoró		86
Mato Grande		38
Potengi		14
Seridó		70
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte		24
Sertão do Apodi		33
Terras Potiguaras		162
Trairi		33

- **Avaliação da Meta:**

  Diante das ações desenvolvidas, Meta cumprida

META 1600: Construção, implantação e readequação dos Institutos Estaduais de Educação Profissional do Rio Grande do Norte – IERN (Programa Nova Escola Potiguar).

- **Ações desenvolvidas**:

1) Construção do Instituto Estadual de Educação Profissional do Rio Grande do Norte: Continuidade das construções dos Institutos Estaduais de Educação Profissional Ciência, Tecnologia e Inovação do RN, iniciados no ano de 2022.

Territórios	Quantidade de municípios atendidos	Quantidade	Status
			Em Andamento
Alto Oeste	Alexandria	1	x
	São Miguel	1	
Açu/Mossoró	Areia Branca	1	
Mato Grande	Touros	1	
Seridó	Jardim de Piranhas	1	
	Santana do Matos	1	
Sertão do Apodi	Umarizal	1	
	Campo Grande	1	
Terras Potiguaras	Natal	1	
Trairi	Tangará	1	

- **Avaliação da Meta:**

Essa meta foi inserida no PPA no ano de 2022 para atender ao "Programa Nova Escola Potiguar" (PNEP) contempla a criação do Instituto Estadual de Educação Profissional, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (IERN). Essa meta encontra-se em andamento. Meta cumprida parcialmente.

META 1601: Adquirir de forma acessível mobiliários/equipamentos para os Institutos Estaduais de Educação Profissional do Rio Grande do Norte – IERN (Programa Nova Escola Potiguar).

- **Avaliação da Meta**:

  Ação não executada.

META 1607: Implantar e implementar a Política de Superação do Analfabetismo no Estado do Rio Grande do Norte, superando em 25%, a cada ano, a taxa de analfabetismo de Jovens e Adultos, de 15 anos ou mais, no Estado.

1) 2ª etapa da Política de Superação do Analfabetismo no Rio Grande do Norte - PSA/RN: Implementação da Política de Superação do Analfabetismo no Rio Grande do Norte - PSA/RN, com a previsão para 343 turmas, para atender a 5.153 alfabetizandos, contemplando toda a territorialidade.

Territórios	Número de municípios atendidos	Municípios atendidos	Número de atendimentos
Alto Oeste	30	Tabuleiro Grande, Almino Afonso, Antônio Martins, Frutuoso Gomes, João Dias, Lucrécia, Martins, Riacho da Cruz, Serrinha dos Pintos, Viçosa, Água Nova, Alexandria, Coronel João Pessoa, Dr. Severiano, Encanto, Francisco Dantas, José da Penha, Luiz Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Paraná, Pilões, Pau dos Ferros, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, São Miguel, Tenente Ananias, Venha Ver.	750
Agreste Sul Literal	11	Arês, Baia Formosa Canguaretama, Goianinha, Monte Alegre, Nísia Floresta, São José de Mipibu, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Vera Cruz, Vila Flor.	760
Açu/Mossoró	14	Alto do Rodrigues, Pendências, Porto do Mangue, Açu, Caraúbas, Ipanguaçu, Itajá, São Rafael, Areia Branca, Baraúna, Grossos, Mossoró, Serra do Mel, Tibau do Sul.	915
Mato Grande	17	Ceará Mirim, Maxaranguape, Pureza, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, Taipu, Touros, Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Jandaíra, João Câmara, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, João Câmara, Poço Branco, São Bento do Norte.	600
Potengi	11	Barcelona, Bom Jesus, Ielmo Marinho, Lagoa de Velhos, Riachuelo, Rui Barbosa, Santa Maria, São Paulo do Potengi, São Pedro, São Tomé, Senador Elói de Souza.	225
Seridó	26	Bodó, Santana do Matos, Acari, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia,	480

		Lagoa Nova, Parelhas, Santana do Seridó, São Vicente, Tenente Laurentino, Caicó, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Ouro Branco, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, Serra Negra do Norte, Timbaúba dos Batista.	
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	12	Caiçara do Rio dos Ventos, Galinhos, Guamaré, Macau Afonso Bezerra, Angicos, Lajes, Pedro Avelino, Guamaré, Macau, Jardim de Angicos, Pedra Preta.	373
Sertão do Apodi	18	Campo Grande, Paraú, Triunfo Potiguar, Governador Dix Sept Rosado, Upanema, Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra, Itaú, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo, Janduis, Messias Targino, Olho D'gua dos Borges, Patu, Rafael Godeiro, Umarizal.	405
Terras Potiguaras	5	Extremoz, Macaíba, Natal, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim	380
Trairi	15	Boa Saúde, Monte das Gameleiras, Passa e Fica, São José de Campestre, Serra de São Bento, Serra Caiada, Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Jaçanã, Japi, Lajes Pintadas, Santa Cruz, São Bento do Trairi, Sítio Novo, Tangará.	235

- **Avaliação da Meta:**

Essa Meta teve um alcance de 159 municípios do estado, 95% do total de municípios, e 5.153 alfabetizandos. Meta cumprida.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Código e descrição das iniciativas:

0513: Construção, ampliação, reforma, manutenção, reparação e acessibilidade de prédios escolares de Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades, bibliotecas, espaços culturais, esportivos e de lazer, Órgão Central e Regionais (DIREC/ DRAE).

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Subação 303801 (FEE): Previsto – R$ 16.369.109,44 / Utilizado – R$ 1.040.868,45. Que corresponde a execução de 6,35%

Subação 330701 (COFIN): Previsto – R$ 117.736.407,04 / Utilizado – R$ 63.224.723,05 Que corresponde a execução de 53,70%. (Nova Escola Potiguar)

Subação 303701 (COFIN): Previsto – R$ 6.013.582,71 / Utilizado – R$ 2.207.184,95. Que corresponde a execução de 36,70%

Código e descrição das iniciativas:

0522: Equipamento e reequipamento de forma acessível as unidades escolares e não escolares de Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades, espaços culturais, esportivos e de lazer, do Órgão central e Diretorias Regionais.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Subação 245501 (COFIN): Previsto – R$ 8.834.620,49 / Utilizado – R$ 3.172.301,14. Que corresponde a execução de 35,90%

Código e descrição das iniciativas:

0536: Realização de oficinas, seminários, concursos, amostras/feiras de cultura e tecnológicas e Eventos esportivos e de lazer no Rio Grande do Norte.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Subação 246101 (FEE): Previsto – R$ 19.698.896,07 / Utilizado – R$ 12.792.869,59. Que corresponde a execução de 64,94 %

Subação 325101(COFIN): Previsto – R$ 8.486.647,75 / Utilizado – R$ 5.587.077,21. Que corresponde a execução de 65,83%

Código e descrição da iniciativa:

0538: Apoio técnico e financeiro as DIRECS e UNIDADES ESCOLARES na participação da feira do livro.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

0542: Manutenção do programa PETERN no cumprimento dos repasses de recursos para o funcionamento e manutenção do transporte escolar com acessibilidade.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

0545: Programa PNATE para a oferta de passagem gratuita aos estudantes da Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades da rede estadual de educação.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Subação 250301 (FEE): Previsto – R$ 25.780.918,32 / Utilizado – R$ 637.373,02. Que corresponde a execução de 2,47%

Código e descrição da iniciativa:

0549: Previsão de recursos para custear a participação em feiras cientificas, eventos culturais, esportivos, de lazer e de intercâmbios.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

0553: Previsão de incentivo financeiro através de repasse de bolsa para atividades educativas, culturais, esportivas e de intercâmbios.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

0556: Manutenção e Fortalecimento das ações e programas da alimentação escolar (PNAE).

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Subação 134901 (FEE): Previsto – R$ 49.894.600,18 / Utilizado – R$ 36.704.878,58. Que corresponde a execução de 73,56 %

Nessa Iniciativa houve monitoramento da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Código e descrição da iniciativa:

0560: Estabelecimento de estratégias de incentivo e democratização de oportunidades com referência ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

0562: Repasses financeiros PDDE, PAGUE, PNAE E PAGD para as unidades escolares da Rede Estadual de Ensino e Diretorias Regionais (DIREC, DRAE).

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Subação 246201 (FEE): Previsto – R$ 14.000,00 / Utilizado – R$ 0,00. Que corresponde a execução de 0%.

Subação 247801 (COFIN): Previsto – R$ 5.524.772,52 / Utilizado – R$ 1.730.630,38. Que corresponde a execução de 31,32%.

Subação 250401 (FEE): Previsto – R$ 10.979.104,46 / Utilizado – R$ 10.111.430,91. Que corresponde a execução de 92,09%.

Código e descrição da iniciativa:

0567: Aquisição e elaboração de material de custeio para as unidades escolares da Educação Básica em todas suas etapas e modalidades, ambientes culturais, esportivos e de lazer, do Órgão Central (SEEC) e Diretorias Regionais (DIREC/DRAE).

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Subação 245901 (FEE): Previsto – R$ 1.021.772,20 / Utilizado – R$ 269.991,72. Que corresponde a execução de 26,42%.

Código e descrição da iniciativa:

0576: Implementação e fortalecimento do regime de colaboração entre Estado, Municípios e União.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Subação 246401 (FEE): Previsto – R$ 5.280.000,00 / Utilizado – R$ 0,00. Que corresponde a execução de 0%.

Código e descrição da iniciativa:

0578: Desenvolvimento e fortalecimento de ações e programas de manutenção e funcionamento da educação básica em todas as suas etapas e modalidades.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Subação 245801 (COFIN): Previsto – R$ 0,00 / Utilizado – R$ 0,00. Que corresponde a execução de 0%.

Código e descrição da iniciativa:

0580: Superação do analfabetismo em colaboração entre estado e municípios.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Realizada.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

0587: Aquisição e manutenção dos Mobiliários/Equipamentos dos ambientes escolares e não escolares da Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades, ambientes culturais, esportivos e de lazer, Órgão Central (SEEC) e Diretorias Regionais (DIREC/DRAE).

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Subação 245501 (COFIN): Previsto – A INFORMAÇÃO ESTÁ NA INICIATIVA 522

Subação 246001 (FEE): Previsto – R$ 14.036.162,65 / Utilizado – R$ 3.995.969,84. Que corresponde a execução de 28,46%.

Código e descrição da iniciativa:

0599: Implantação, fortalecimento e manutenção da infraestrutura tecnológica para salas ambientes e outros espaços na escola.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Subação 246301 (FEE): Previsto – R$ 66.291.330,02/ Utilizado – R$ 11.723.780,22. Que corresponde a execução de 17,68%.

Código e descrição do Objetivo:

00132 – Proporcionar a integração entre educação e trabalho a partir de inovações pedagógicas e da implantação e implementação de políticas para a formação técnica e tecnológica de nível médio e para o mundo do trabalho.

Códigos das metas: 02 metas são elas: 0880 – 0881

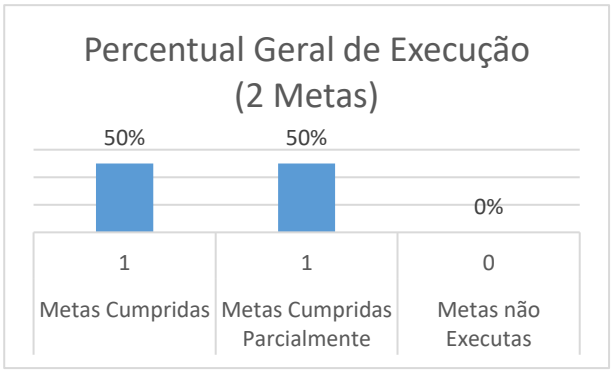
Metas	Status			
	Ações preparatória	Em andamento	Concluído	Não iniciada
00880			X	
00881			X	

Códigos das iniciativas: 04 iniciativas, são elas: 0448 – 0464 – 0467 – 0473

- **Avaliação Geral do Objetivo**

Considerando o desenvolvimento geral das atividades realizadas em cada meta, podemos avaliar de forma positiva esse objetivo, uma vez que essas ações atendem ao que está proposto na descrição do mesmo.

Em termos percentuais, considerando a execução das Metas, temos o seguinte resultado:



META 00880: Implantar e implementar a Educação Profissional, Técnica de nível médio e na modalidade EJA na Rede Estadual de Ensino.

- **Ações realizadas**:

1) Curso Técnico em Agroecologia: Autorizar a oferta do curso na Escola Estadual Marta Maria Almeida Castanho Pernambuco.

Território	Município atendido	Número de atendimentos
Mato Grande	Ceará-Mirim.	80

- **Avaliação da Meta**:

Meta parcialmente cumprida.

META 0881: Assegurar a diversificação e inovação curricular da Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades, articulando a formação e a preparação para o mundo do trabalho aliada à formação integral.

Ações realizadas:

1) Educação Integral em Tempo Integral - E.I.T.I:

a) Apresentar a Proposta Pedagógica e de Gestão para as cinquenta e seis escolas (56) da Rede Estadual de Educação Integral em Tempo Integral do Ensino Fundamental; Compreender as estruturas curriculares a partir da perspectiva de um currículo integrado; e Discutir a operacionalização da Parte Diversificada (ateliês). Público: Equipes Gestoras das 56 escolas; Coordenadores (as) Pedagógicos(as) das escolas; Assessores(as) Pedagógicos(as) das Regionais e Técnicos(as) Pedagógicos(as) da SEEC.

Territórios	Número de municípios atendidos	Municípios atendidos	Escolas atendidas
Alto Oeste	2	Pau dos Ferros	E.E. Teófilo Rêgo
		Alexandria	E.E.E.I.T.I. Gov. Dinarte Mariz
Agreste Sul Literal	7	Baia Formosa	E.E. Águida Sucupira
		Nísia Floresta	E.E. Adélia Gurgel
		São José de Mipibu	E.E. Terceira Rocha
			E.E.E.I.T.I Professor Rafael Garcia
		Canguaretama	E.E. Fabrício Maranhão
		Santo Antônio	E.E.E.I.T.I Pref. José do Carmo dos Santos
			E.E. Júlia Auta de Oliveira
		Brejinho	E.E. Presidente Café Filho
		Espírito Santo	E.E. Prof. João Maria Dias
Açu/Mossoró	4	Açu	E.E.E.I.T.I Poeta Renato Caldas
		Mossoró	E.E.E.I.T.I Ambulatório Cardeal Câmara
			E.E. Professor Sólon Moura
			E.E. Cunha da Mota
		Itajá	E.E. João Tertulino Lopes
		Baraúna	E.E. Maria Justina do Nascimento
Mato Grande	2	João Câmara	E.E.E.I.T.I Profa. Marluce Lucas
		Ceará Mirim	E.E.E.I.T.I Barão de Ceará Mirim
Potengi	1	Santa Maria	E.E. Demétrio Urbano
Seridó	4	Currais Novos	E.E.E.I.T.I Profa. Ester Galvão
		Caicó	E.E. Senador Dinarte Mariz
		São João do Sabugi	E.E. Santa Terezinha
		Florânia	E.E. Coronel Silvino Bezerra
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	4	Afonso Bezerra	E.E.E.I.T.I José Avelino
		Macau	E.E.E.I.T.I Donana Avelino
			E.E. Duque de Caxias
		Pedro Avelino	E.E. Abel Furtado
		Angicos	E.E. Profa. Joana H. da Silveira

Sertão do Apodi	8	Apodi	E.E.E.I.T.I Profa. Alvani de Freitas
		Umarizal	E.E.E.I.T.I. Paulo Abílio
			E.E. Zenon de Souza
		Paraú	E.E. Luís Gondim
		Campo Grande	E.E. Ana Maria Vieira Liberato
		Caraúbas	E.E. Prof. Lourenço G. de Oliveira
		Almino Afonso	E.E. Pedro Gurgel
		Lucrécia	E.E. João Onofre
		Patu	E.E. Xavier Fernandes
Terras Potiguaras	3	Natal	E.E.E.I.T.I. Professor Joaquim Torres
			E.E.E.I.T.I Ambulatório Padre João Maria
			E.E.E.T.I Café Filho
			E.E.E.I.T.I Profa. Isabel Gondim
			E.E.E.I.T.I Doutor Manoel Dantas
			E.E.E.I.T.I Profa. Maria De Lourdes C. Souto
			E.E. Augusto Severo
			E.E. Alceu Amoroso Lima
			E.E. Prof. Luís Soares
			E.E. Manoel Vilaça
			E.E. Alberto Torres
		Parnamirim	E.E. Maria Cristina
		Macaíba	E.E. Mariluza A. Florentino
Trairi	5	Santa Cruz	E.E.E.I.T.I Cosme Ferreira Marques
		Campo Redondo	E.E. Doutor José Borges de Oliveira
		Lajes Pintada	E.E. São Francisco
		São José do Campestre	E.E. Padre Tomaz de Aquino
		Serra de São Bento	E.E. Dep. Márcio Marinho

b) Realizar monitoramento nas Escolas de Educação Integral em Tempo Integral do Ensino Fundamental. Público: Equipes Gestoras das escolas; Coordenadores (as) Pedagógicos(as) das escolas; Estudantes, Professores; Assessores(as) Pedagógicos(as) das Regionais e Técnicos(as) Pedagógicos(as) da SUEF/SEEC.

Territórios	Número de municípios atendidos	Municípios atendidos	Escolas atendidas
Alto Oeste	2	Pau dos Ferros	E.E. Teófilo Rêgo
		Alexandria	E.E.E.I.T.I. Gov. Dinarte Mariz
Agreste Sul Literal	7	Baia Formosa	E.E. Águida Sucupira
		Nísia Floresta	E.E. Adélia Gurgel
		São José de Mipibu	E.E. Terceira Rocha
			E.E.E.I.T.I Professor Rafael Garcia
		Canguaretama	E.E. Fabrício Maranhão
		Santo Antônio	E.E.E.I.T.I Pref. José do Carmo dos Santos
			E.E. Júlia Auta de Oliveira
		Brejinho	E.E. Presidente Café Filho
		Espírito Santo	E.E. Prof. João Maria Dias
Açu/Mossoró	4	Açu	E.E.E.I.T.I Poeta Renato Caldas
		Mossoró	E.E.E.I.T.I Ambulatório Cardeal Câmara
			E.E. Professor Solon Moura
			E.E. Cunha da Mota
		Itajá	E.E. João Tertulino Lopes
		Baraúna	E.E. Maria Justina do Nascimento
Mato Grande	2	João Câmara	E.E.E.I.T.I Profa. Marluce Lucas
		Ceará Mirim	E.E.E.I.T.I Barão de Ceará Mirim
Potengi	1	Santa Maria	E.E. Demétrio Urbano
Seridó	4	Currais Novos	E.E.E.I.T.I Profa. Ester Galvão
		Caicó	E.E. Senador Dinarte Mariz
		São João do Sabugi	E.E. Santa Terezinha
		Florânia	E.E. Coronel Silvino Bezerra
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	4	Afonso Bezerra	E.E.E.I.T.I José Avelino
		Macau	E.E.E.I.T.I Donana Avelino
			E.E. Duque de Caxias
		Pedro Avelino	E.E. Abel Furtado

		Angicos	E.E. Profa. Joana H. da Silveira
Sertão do Apodi	8	Apodi	E.E.E.I.T.I Profa. Alvani de Freitas
		Umarizal	E.E.E.I.T.I. Paulo Abílio
			E.E. Zenon de Souza
		Paraú	E.E. Luís Gondim
		Campo Grande	E.E. Ana Maria Vieira Liberato
		Caraúbas	E.E. Prof. Lourenço G. de Oliveira
		Almino Afonso	E.E. Pedro Gurgel
		Lucrécia	E.E. João Onofre
		Patu	E.E. Xavier Fernandes
Terras Potiguaras	3	Natal	E.E.E.I.T.I. Professor Joaquim Torres
			E.E.E.I.T.I Ambulatório Padre João Maria
			E.E.E.T.I Café Filho
			E.E.E.I.T.I Profa. Isabel Gondim
			E.E.E.I.T.I Doutor Manoel Dantas
			E.E.E.I.T.I Profa. Maria De Lourdes C. Souto
			E.E. Augusto Severo
			E.E. Alceu Amoroso Lima
			E.E. Prof. Luís Soares
			E.E. Manoel Vilaça
			E.E. Alberto Torres
		Parnamirim	E.E. Maria Cristina
		Macaíba	E.E. Mariluza A. Florentino
Trairi	5	Santa Cruz	E.E.E.I.T.I Cosme Ferreira Marques
		Campo Redondo	E.E. Doutor José Borges de Oliveira
		Lajes Pintada	E.E. São Francisco
		São José do Campestre	E.E. Padre Tomaz de Aquino
		Serra de São Bento	E.E. Dep. Márcio Marinho

2) Ateliê Curricular: produzindo e reconstruindo o ementário: Promover a melhoria do processo de ensino e aprendizagem na EPT.

Territórios	Número de municípios atendidos	Municípios atendidos	Escolas atendidas
Alto Oeste	4	Almino Afonso	E.E. Estudante Ronald Néo Júnior
		Frutuoso Gomes	E.E. Ivonete Carlos
		Major Sales	E.E. 26 de Junho
		São Francisco do Oeste	E.E. Prof. Manoel Herculano
Agreste Sul Literal	6	Canguaretama	E.E. Guiomar Vasconcelos
		Goianinha	E.E. João Tibúrcio
		São José do Mipibu	E.E. Prof. Francisco Barbosa
		Brejinho	E.E. José Lúcio Ribeiro
		Nova Cruz	E.E. Rosa Pignataro
		Passagem	E.E. Antônio de Oliveira Fagundes
Açu/Mossoró	6	Alto do Rodrigues	CEEP Profa. Maria Rodrigues Gonçalves
		Pendências	E.E. Monsenhor Honório
		Açu	CEEP Prof. Gilmar Rodrigues de Lima
			E.E. Juscelino Kubitschek
		Mossoró	E.E. Gilberto Rola
			CEEP Francisco de Assis Pedrosa
			E.E. Prof. Abel Freire Coelho
			E.E. Prof. José de Freitas Nobre
			E.E. José Nogueira
			E.E. Jerônimo Rosado
			E.E. Francisco Antônio de Medeiros
		Serra do Mel	E.E. Pe. José de Anchieta
		Tibau	E.E. Rui Barbosa
Mato Grande	3	Ceará Mirim	CEEP Ruy Antunes Pereira
		Jandaíra	E.E. Profa. Maria da Conceição Messias
		Parazinho	E.E. Sen. Jessé Pinto Freire
Potengi	2	Bom Jesus	E.E. João Alves de Melo
		Ielmo Marinho	E.E. Ielmo Marinho
Seridó	11	Acari	E.E. Profa. Iracema Brandão de Araújo
		Cerro Corá	E.E. Querubina Silveira
		Currais Novos	E.E. Manoel Salustino
		Florânia	E.E. Teônia Amaral
		Parelhas	E.E. Monsenhor Amâncio Ramalho
		São Vicente	E.E. Aristófanes Fernandes
		Caicó	E.E. Profa. Calpúrnia Caldas de Amorim
			Centro Educacional José Augusto
		Jardim do Seridó	CE Felinto Elísio
		Jucurutu	E.E. Newman Queiroz
		Ouro Branco	E.E. Manoel Correia

		Serra Negra do Norte	E.E. Prof. Leomar Batista de Araújo
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	3	Afonso Bezerra	E.E. Profa. Gildecina Bezerra
		Lajes	E.E. Pedro II
		Pedro Avelino	E.E. Profa. Josefa Sampaio Marinho
Sertão do Apodi	4	Upanema	E.E. José Calazans Freire
		Apodi	E.E. Valdemiro Pedro Viana
			E.E. Prof. Antônio Dantas
		Caraúbas	E.E. Almiro de França Silva
			E.E. Prof. Lourenco Gurgel Oliveira
		Severiano Melo	E.E. Severiano Melo
Terras Potiguaras	5	Natal	E.E. Berilo Wanderley
			E.E. Gov. Walfredo Gurgel
			E.E. Prof. Luís Antônio
			E.E. Desembargador Floriano Cavalcanti
			E.E. Prof. Francisco Ivo Cavalcanti
			E.E. Prof. José Fernandes Machado
			CENEP Senador Jessé Pinto Freire
			CEEP Profa. Djanira Brasilino de Souza
			CEEP Prof. João Faustino Ferreira Neto
			E.E. Mascarenhas Homem
		Extremoz	CEEP Professor Hélio Xavier de Vasconcelos
		São Gonçalo do Amarante	CEEP Ruy Pereira dos Santos
		Macaíba	CEEP Profa. Amazonina Teixeira de Carvalho
		Parnamirim	CEEP Profa. Lourdinha Guerra
			E.E. Dr. Antônio de Souza
Trairi	3	Coronel Ezequiel	E.E. José Joaquim
		Santa Cruz	E.E. João Ferreira de Souza
			E.E. José Bezerra Cavalcanti
		Sítio Novo	E.E. José Nunes de Carvalho

3) Elaboração e implementação do calendário escolar do ano de 2023 e do calendário escolar pós-greve 2023.

Territórios	Número de municípios atendidos	Número de escolas atendidas
Alto Oeste	30	58
Agreste Sul Literal	24	64
Açu/Mossoró	14	88
Mato Grande	15	38
Potengi	11	14
Seridó	25	69

Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	11	24
Sertão do Apodi	17	42
Terras Potiguaras	5	158
Trairi	15	33

4) Análise das Estruturas Curriculares – PROJOVEM URBANO.

Territórios	Número de escolas atendidas
Terras Potiguaras	158

5) Análise das Estruturas Curriculares – PRIVADOS DE LIBERDADE.

Territórios	Número de escolas atendidas
Açu/Mossoró	67
Terras Potiguaras	158

6) Análise das Estruturas Curriculares – PROJEM CAMPO.

Territórios	Municípios atendidos	Número de escolas atendidas
Açu/Mossoró	Açu	1
Mato Grande	Ceará-Mirim	1
	Campo Grande	1

7) Análise das Estruturas Curriculares - ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL.

Territórios	Número de escolas atendidas
Alto Oeste	59
Agreste Sul Literal	64
Açu/Mossoró	88
Mato Grande	38
Potengi	14
Seridó	68
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	24
Sertão do Apodi	42
Terras Potiguaras	158
Trairi	33

8) Análise das Estruturas Curriculares - ENSINO MÉDIO EM PARCERIA COM O IMD/UFRN.

Territórios	Municípios atendidos	Número de escolas atendidas
Açu/Mossoró	Mossoró	2

Avaliação da Meta:

Com o desenvolvimento das atividades dessa Meta, todos os munícipios e escolas foram contemplados. Meta cumprida.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Realizada.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição do Objetivo:

00133 – Propiciar a valorização dos professores, profissionais e pessoas que atuam no âmbito da secretaria de educação, cultura, esporte e lazer, fortalecendo e ampliando as políticas que assegurem proventos, progressão, promoção, expansão da carreira e formação na área de atuação.

Códigos das metas: 02 metas são elas: 0885 – 0887

Metas	Status			
	Ações preparatória	Em andamento	Concluído	Não iniciada
00885			X	
00887			X	

Códigos das iniciativas: 05 iniciativas, são elas: 0403 – 0407 – 0411 – 0412 – 0414

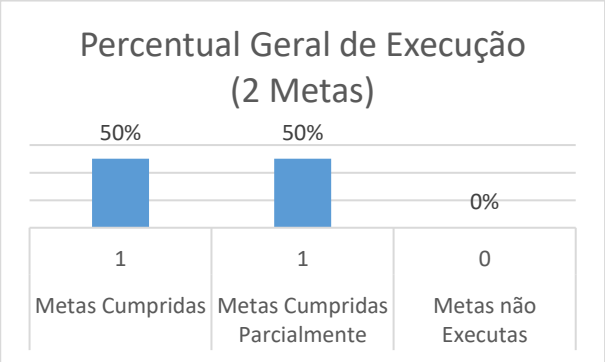
Avaliação Geral do Objetivo

Durante o ano de 2023, foram desenvolvidas capacitações de professores e profissionais que atuam no âmbito da SEEC, envolvendo setores e núcleos que operam nas articulações pedagógicas e nas ações de gestão.

Em relação ao Plano de Cargos e Carreira, a SEEC segue com o cumprimento do pagamento salarial da categoria e com o processo de revisão do plano para futuras atualizações.

De forma geral houve avanços na execução do objetivo e consideramos parcialmente concluído.

Percentualmente, verifica-se o seguinte resultado:



Código e descrição da Metas:

META 0885: Promover a formação continuada e estruturar a carreira do magistério e demais profissionais que atuam no âmbito Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Ações realizadas:

1) Formação inicial dos professores para o Projovem Campo Saberes da Terra ed 2021: Qualificar os professores para atuação no Programa Projovem Campo Saberes da Terra ed. 2021, obedecendo a Resolução 13, de 10 de setembro de 2021.

Territórios	Municípios atendidos	Número de pessoas atendidas
Açu/Mossoró	Assu	7
Mato Grande	Poço Branco	27
	Ceará Mirim	

2) RN + Leitura: Apresentar aos técnicos das DIRED documento com orientações a serem trabalhado nas jornadas das escolas.

Territórios	Número de municípios atendidos	Número de pessoas atendidas
Alto Oeste	Pau dos Ferros	1
Agreste Sul Litoral	Nova Cruz	1
Açu/Mossoró	Assu	1
	Mossoró	1
Mato Grande	Ceará Mirim e	1
	João Câmara	1
Potengi	São Paulo Potengi	1
Seridó	Currais Novos	1
	Caicó	1
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Macau	1
	Angicos	1
Sertão do Apodi	Apodi	1
	Umarizal	1
Terras Potiguaras	Natal	1
	Parnamirim	1
Trairi	Santa Cruz	1

3) Reunião (FORÚM) com os diretores das DIRECs e os supervisores de Educação Física: Educação física escolar e apresentação do calendário de eventos escolares da SEL/RN.

Territórios	Número de municípios atendidos	Número de pessoas atendidas
Alto Oeste	Pau dos Ferros	2
Agreste Sul Litoral	Nova Cruz	2
Açu/Mossoró	Açu e Mossoró	4
Mato Grande	Ceará Mirim e João Câmara	4
Potengi	São Paulo Potengi	2
Seridó	Currais Novos e Caicó	4
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Macau e Angicos	4
Sertão do Apodi	Apodi e Umarizal	4
Terras Potiguaras	Natal e Parnamirim	4
Trairi	Santa Cruz	2

4) Palestra sobre Educação em Direitos Humanos: Capacitar professores para EDH, explicitando desde a sua constituição e uma prática pedagógica possível de ser implementada.

Territórios	Municípios atendidos	Escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Mato Grande	Ceará Mirim	E.E. Ubaldo Bezerra de Melo	50

5) Oficina sobre Educação em Direitos Humanos – EDH: Contribuir no planejamento da parte diversificada do currículo do tempo integral no Ensino Fundamental.

Territórios	Municípios atendidos	Escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Mato Grande	Ceará-Mirim	E.I.T.I Barão de Ceará-Mirim	20

10) Trabalho colaborativo na Escola de Tempo Integral: Garantir a formação continuada dos profissionais da educação por meio do trabalho colaborativo com reflexões a respeito do fazer docente visando a inclusão, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas do RN.

Territórios	Municípios atendidos	Escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Mato Grande	Afonso Bezerra	E.E. José Avelino	47
		E.E. Profa. Maria Alina Pinheiro	
		E.E. Gildecina Bezerra	
		E.E. Abel Furtado	
		E.E. Josefa Sampaio Marinho	

11) A Educação Inclusiva: Trabalho Colaborativo e avaliação:

Territórios	Municípios atendidos	Escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Sertão Apodi	Apodi e Caraúbas	Centro Regional de Educação Especial Geovânia Andrade de Morais	44
		EITI Prof. Lourenço Gurgel de Oliveira	

12) Avaliação na perspectiva da educação inclusiva: Garantir a formação continuada dos profissionais da educação por meio do trabalho colaborativo com reflexões a respeito do fazer docente visando a inclusão, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas do RN.

Territórios	Municípios atendidos	Escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Agreste Sul Litoral	Várzea e Brejinho	E.M. Plácido Tomaz de Lima	151
		E.M. Senador Dinarte Mariz	
		E.M. Padre João Maria	
		Creche Municipal Antônio Gomes Silveira	
		E.M. Avelino Matias Xavier	
		E.M. Dinarte de Medeiros Mariz	
		E.M. Francisco Luiz Torres	

		E.M. Joaquim Anjo	
		E.M. José Alves Correia	
		E.M. Luiz Elói de Pontes	
		E.M. Maria Ferreira do Nascimento	
Terras Potiguaras	Parnamirim	E.E. Dom Nivaldo Monte	23

13) Jornada Pedagógica 2023: Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: Garantir a formação continuada dos profissionais da educação por meio do trabalho colaborativo com reflexões a respeito do fazer docente visando a inclusão, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas do RN.

Territórios	Número de escolas atendidas
Mato Grande	João Câmara
	Jandaíra
	Bento Fernandes
	Caiçara do Norte
	Jardim de Angicos
	Parazinho
	Pedra Grande
	Poço Branco
	São Bento do Norte

14) Formação sobre AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA: Orientar a aplicação para a avaliação diagnóstica de rede.

Territórios	Número de municípios atendidos	Número de pessoas atendidas
Alto Oeste	Pau dos Ferros	5
Agreste Sul Litoral	Nova Cruz	6
Açu/Mossoró	Açu Mossoró	7
Mato Grande	Ceará-Mirim	4
	São Miguel do Gostoso	
	João Câmara	
Potengi	São Paulo do Potengi	4
Seridó	Currais Novos Caicó	7
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Macau Angicos	6
Sertão do Apodi	Apodi Umarizal	9
Terras Potiguaras	Natal Parnamirim	8
Trairi	Santa Cruz	4

15) I Encontro para alinhamento das ações do Núcleo com as DIREC: Intensificar o diálogo entre o NULLB e as DIREC, de forma a construirmos coletivamente estratégias para o fortalecimento das ações de promoção à leitura nas escolas e para a valorização do espaço da Biblioteca escolar,

contribuindo, assim, para a recomposição das aprendizagens dos estudantes da Rede estadual de Ensino do RN.

Territórios	Número de municípios atendidos	Número de pessoas atendidas
Alto Oeste	Pau dos Ferros	2
Agreste Sul Litoral	Nova Cruz	1
Açu/Mossoró	Açu Mossoró	2
Mato Grande	Ceará-Mirim João Câmara	4
Potengi	São Paulo do Potengi	2
Seridó	Currais Novos Caicó	3
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Macau Angicos	3
Sertão do Apodi	Apodi Umarizal	7
Terras Potiguaras	Natal Parnamirim	7
Trairi	Santa Cruz	3

16) Formação para alinhamento com os agricultores familiares para subsidiar as chamadas públicas para aquisição de gêneros alimentícios que fomentam a alimentação escolar do estado: Orientar as etapas cruciais para participação do processo de chamada pública e explanação do cronograma conforme definidos no planejamento.

17) 1º CICLO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): Orientar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas desenvolvidas nas Escolas e Centros de EPT, promovendo uma articulação contínua com as DIRECs e as referidas Instituições escolares, considerando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, durante o corrente ano letivo.

Territórios	Número de municípios atendidos	Número de pessoas atendidas	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	Almino Afonso	E.E. Estudante Ronald Néo Júnior	4
	Frutuoso Gomes	E.E. Ivonete Carlos	
	Major Sales	E.E. 26 De Junho	
	São Francisco do Oeste	E.E. Prof. Manoel Herculano	
Agreste Sul Litoral	Canguaretama	E.E. Guiomar Vasconcelos	6
	Goianinha	E.E. Joao Tibúrcio	
	São Jose de Mipibu	E.E. Prof. Francisco Barbosa	
	Brejinho	E.E. José Lúcio Ribeiro	
	Nova Cruz	E.E. Rosa Pignataro	

	Passagem	E.E. Antônio de Oliveira Fagundes	
Açu/Mossoró	Alto Do Rodrigues	CEEP Profa. Maria Rodrigues Gonçalves	12
	Pendências	E.E. Monsenhor Honório	
	Açu	CEEP Prof. Gilmar Rodrigues de Lima	
		E.E. Juscelino Kubitschek	
	Mossoró	E.E. Gilberto Rola	
		CEEP Francisco de Assis Pedrosa	
		E.E. Prof. Abel Freire Coelho	
		E.E. Prof. José de Freitas Nobre	
		E.E. José Nogueira	
		E.E. Jerônimo Rosado	
		E.E. Francisco Antônio de Medeiros	
	Serra do Mel	E.E. Pe. José de Anchieta	
	Tibau	E.E. Rui Barbosa	
Mato Grande	Ceará Mirim	CEEP Ruy Antunes Pereira	3
	Jandaíra	E.E. Profa. Maria da Conceição Messias	
	Parazinho	E.E. Sen. Jessé Pinto Freire	
Potengi	Bom Jesus	E.E. João Alves de Melo	2
	Ielmo Marinho	E.E. Ielmo Marinho	
Seridó	Acari	E.E. Profa. Iracema Brandão de Araújo	10
		E.E. Querubina Silveira	
	Currais Novos	E.E. Manoel Salustino	
	Florânia	E.E. Teônia Amaral	
	Parelhas	E.E. Monsenhor Amâncio Ramalho	

	São Vicente	E.E. Aristófanes Fernandes	
	Caicó	E.E. Profa. Calpúrnia Caldas de Amorim	
		Centro Educacional José Augusto	
	Jardim do Seridó	C.E. Felinto Elísio	
	Jucurutu	E.E. Newman Queiroz	
	Ouro Branco	E.E. Manoel Correia	
	Serra Negra do Norte	E.E. Prof. Leomar Batista de Araújo	
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Afonso Bezerra	E.E. Profa. Gildecina Bezerra	3
	Lajes	E.E. Pedro II	
	Pedro Avelino	E.E. Profa. Josefa Sampaio Marinho	
Sertão do Apodi	Upanema	E.E. José Calazans Freire	7
	Apodi	E.E. Valdemiro Pedro Viana	
		E.E. Prof. Antônio Dantas	
	Caraúbas	E.E. Almiro de França Silva	
		E.E. Prof. Lourenço Gurgel Oliveira	
	Severiano Melo	E.E. Severiano Melo	
Terras Potiguaras	Natal	E.E. Berilo Wanderley	16
		E.E. Gov. Walfredo Gurgel	
		E.E. Prof. Luís Antônio	
		E.E. Desembargador Floriano Cavalcanti	
		E.E. Prof. Francisco Ivo Cavalcanti	
		E.E. Prof. José Fernandes Machado	
		CENEP Senador Jessé Pinto Freire	
		CEEP Profa. Djanira Brasilino De Souza	
		CEEP Prof. João Faustino Ferreira Neto	
		E.E. Mascarenhas Homem	

	Extremoz	CEEP Prof. Hélio Xavier de Vasconcelos	
	São Gonçalo do Amarante	CEEP Ruy Pereira dos Santos	
	Macaíba	CEEP Profa. Amazonina Teixeira de Carvalho	
	Parnamirim	CEEP Profa. Lourdinha Guerra	
		E.E. Dr. Antônio De Souza	
Trairi	Coronel Ezequiel	E.E. José Joaquim	4
	Santa Cruz	E.E. João Ferreira de Souza	
		E.E. José Bezerra Cavalcanti	
	Sítio Novo	E.E. José Nunes de Carvalho	

18) Palestra sobre inclusão, dialogamos sobre a Educação Especial na perspectiva do trabalho colaborativo: Refletir sobre a importância do trabalho colaborativo para o processo de inclusão escolar através de Mediação de uma exposição dialogada sobre a Educação Especial.

Territórios	Municípios atendidos	Escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Mato Grande	Bento Fernandes	E.M. Vice-Prefeito José Calixtrato	45
		E.M. Profa. Maria Dalva Gomes	
		E.M. Maria das Graças Brito Silva	
		E.M. Joaquim Vitorino de Andrade	
		E.M. Maria do Carmo Gomes	

19) Avaliação formativa e inclusiva: ensinar e aprender com eficácia: Realizar formação na Jornada Pedagógica do Município de Várzea para todos os professores da rede municipal.

Territórios	Municípios atendidos	Escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Agreste Litoral Sul	Várzea	E. M. Plácido Tomaz de Lima,	61
		E.M. Senador Dinarte Mariz	
		E.M. Padre João Maria	

20) Libras em Foco: O trabalho colaborativo na prática docente do tradutor intérprete de Libras: Dialogar sobre o trabalho colaborativo no processo de ensino, aprendizagem e mediação linguística no contexto educacional.

Territórios	Municípios atendidos	Escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Sertão do Apodi	Apodi	E.E. Sebastião Gomes	30

		Centro Regional de Educação Especial Geovânia Andrade de Morais	
		E.E. Prof. Antônio Dantas	
		E.E. Profa. Zenilda Gama	
		E.E. Gérson Lopes	
		E.E. Valdemiro Pedro Viana	
	Felipe Guerra	E.E. Antônio Francisco	
	Rodolfo Fernandes	E.E. Francisco Régis Filho	
	Caraúbas	E.E. Lourenço Gurgel	
		E.E. Antônio Carlos	
		E.E. Sebastião Gurgel	
	Severiano Melo	E.E. Severiano Melo	
		E.E. Américo Holanda	

21) 5º Tecendo Práticas para a Educação Inclusiva das Pessoas com Deficiência Visual: Curso formativo de 60 horas, dividido em seis módulos, destinado a Profissionais da Educação que atual diretamente no atendimento a estudantes com Deficiência Visual, matriculados na Rede Pública do RN.

Territórios	Municípios atendidos	Escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Terras Potiguaras	Natal	Profissionais da Educação que atual diretamente com Deficiência Visual na rede pública do RN	60

22) Formação continuada sobre Autismo e a Inclusão Escolar: Formação Continuada na área do Autismo.

Territórios	Municípios atendidos	Escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Terras Potiguaras	Parnamirim	E.M. Brigadeiro Eduardo Gomes	100
		E.M. Maria de Jesus Medeiros de Lima	
		E.M. Enedina Eduardo	
		E. Profa. Eilina Augusto de Almeida	
		E.M. Adm. Josafá S. Machado	
		E.M. Raimunda Maria da Conceição	
		E.M. Osmundo Faria	
		E. Raimundo Maria	
		E.M. Profa. Eulina Augusto	
		E.M. Pref. Edmo Pinheiro Pinto	

		E.M. Profa. Luzanira Maria Da Costa	
		E.M. Prof. Homero de Oliveira Dantas	
		E.M. Maura de Morais Cruz	
		Universidade Potiguar Unp	
		Centro Infantil Profa. Ivete Maria Ferreira da Silva	
		E.M. Desembargador Silvino Bezerra Neto	
		E.M. Pres. Arthur da Costa e Silva	
		E.M. Cívico-Militar Senador Carlos Alberto	
		E.M. Profa. Francisca Fernandes da Rocha	
		CMEI Maria Do Socorro Araújo	
		E.M. Des. Silvino Bezerra Neto	
		E.M. Profa. Irene Soares da Silva	
		SME/Biblioteca	
		E.M. Dr. Sadi Mendes	
		E.M. Profa. Irene Soares da Silva	
		E.M. Profa. Íris De Almeida Matos	
		E.M. e Centro de Formação Profa. Joana Alves de Lima	
		E.E. Profa. Maria Araújo	
		E.E. Maria Cristina	
		E.E. Santos Dumont	
		E.E. Prof. Arnaldo Arsênio de Azevedo	
		E.E. Dom Nivaldo Monte	
		E.E. Dr. Antônio de Souza	
		E.E. Pres. Roosevelt	
		E.E. Prof. Antônio Basílio Filho	
		E.E.T.I. Prof. Apolinário Barbosa	
		E.E. Prof. Eliah Maia do Rego	
		E.E. Roberto Rodrigues Krause	
		CEEP Centro Estadual de Educação Profissional Profa. Lourdinha Guerra	
		E.E. de Emaús	

23) II Encontros formativos com multiplicadores dos NUREPDH/DIREC: Planejar, coletivamente, as ações do segundo semestre de 2023 para o NEEPDH/NUREPD, bem como uma proposta de monitoramento de tais ações.

Territórios	Número de escolas atendidas
Alto Oeste	4
Agreste Sul Literal	4
Açu/Mossoró	8
Mato Grande	8
Potengi	4
Seridó	8
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	8
Sertão do Apodi	8
Terras Potiguaras	8
Trairi	4

24) Encontro formativo: Paz nas escolas-formando multiplicadores em prevenção ao abuso sexual infantil: Promover evento formativo com os multiplicadores dos Núcleos Escolares de Educação para Paz e direitos Humanos sobre a prevenção ao abuso sexual da criança e do adolescente a fim de esclarecer as medidas que devem ser tomadas em casos confirmados e que orientações estabelecer para prevenir e sanar.

Territórios	Número de pessoas atendidas
Agreste Sul Literal	55
Sertão do Apodi	26

25) Trabalho Colaborativo na Perspectiva da Educação Inclusiva: A formação teve o intuito de colaborar, fortalecer, desmistificar conceitos, visões, paradigmas no tocante a educação inclusiva e especial.

Territórios	Municípios atendidos	Escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Seridó	Caicó	E.E. Pe. Edmund Kagerer	63

26) A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Legislação e Práticas Colaborativas em Rede: A formação teve o intuito de sistematizar um recorte do aporte legal que embasa a modalidade de Educação Especial na perspectiva Inclusiva e fortalecer o trabalho colaborativo em rede. Realizar oficinas pedagógicas sobre elaboração do PEI e PAEE e a inserção destes no SigEduc. Compreender, analisar e orientar como se dá a organização do Atendimento Educacional Especializado na escola de tempo integral.

Territórios	Municípios atendidos	Escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Agreste Litoral Sul	Lagoa D'anta	E.E. Antônio Pinheiro Bezerril	
	Lagoa de Pedras	E.E. João Tomas Neto	

Lagoa Salgada	E.E. Delzuite Maria Soares da Costa
	E.E. Edmundo Neves do Nascimento
Montanhas	E.E. Professora Ocila Bezerril
	E.E. Carlos Gomes
Nova Cruz	E.E. Filismino José da Costa
	E.E. Maria Aurineide da Silva
	E.E. Alberto Maranhão
	E.E. Pres. Getúlio Vargas
	E.E. Professora Firma Francelina de Oliveira
	E.E. Rosa Pignataro
	E.E. Djalma Marinho
Passa e Fica	E.E. Djalma Aranha Marinho
	E.E. Sen. João Câmara
Passagem	E.E. Antônio de Oliveira Fagundes
Pedro Velho	E.E. Professora Maria Ocila Bezerril
	E.E. Fabrício Maranhão
	E.E. Dr. Pedro Velho
Santo Antônio	E.E. Júlia Auta de Oliveira
	E.E. Alexandre Celso Garcia
	E.E. Filomena de Azevedo
	E.E. Pref. José do Carmo dos Santos
	E.E. Dr. Manoel Dantas
São José do Campestre	E.E. Belmira Lara
	E.E. Diógenes da Cunha Lima
	E.E. Padre Tomaz de Aquino
Serra de São Bento	E.E. Professor Joaquim Torres
	E.E. Dep. Márcio Marinho
Serrinha	E.E. Domitila Noronha
Várzea	E.E. Dom Joaquim De Almeida

27) I Ciclo de Altas Habilidades ou Superdotação SEEC/SUESP/NAAH/S – RN: Conceitos e Reflexões sobre Altas Habilidades ou Superdotação.

Territórios	Número de municípios atendidos	Número de pessoas atendidas	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	Pau dos Ferros	Escola Estadual Francisco Nunes	1
Agreste Sul Litoral	Nova Cruz	E.E. Maria Aurineide da Silva	2
	Brejinho	Escola Estadual Presidente Café Filho	
Açu/Mossoró	Mossoró	E.E. Jeronimo Vingt Rosado Maia	24
		Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana	
		E. E. Gilberto Rola	
		EE Antônio Gomes	
		E.E. Prof. Abel Coelho	
		E.E. Prof. José de Freitas Nobre	
		E.E. Antônio de Souza Machado	
		E.I.T.I. Cardeal Câmara	
		Centro Regional de Educação Especial de Mossoró	
		CEJA Prof. Alfredo Simonetti	
	Açu	Escola Municipal Professor Antônio Guerra	
Seridó	Caicó	10ª DIREC	3
Sertão do Apodi	Umarizal	14ª DIREC	3
	Governador Dix-Sept Rosado	E. E. Manoel Joaquim	
	Caraúbas	UFERSA	
Terras Potiguaras	Natal	SEEC	6
		NAEHD	
		NULLB	
		NECAD	
	Parnamirim	2ª DIREC	
	São Gonçalo do Amarante	Creche Padre Thiago Theisen	

28) II Ciclo Formativo em Altas Habilidades e Superdotação: AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA: como fazer a identificação de estudante no contexto escolar?

Territórios	Número de municípios atendidos	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	Major Sales	2
	Antônio Martins	
Agreste Sul Litoral	Santo Antônio	3
	Brejinho	
	Nova Cruz	
Açu/Mossoró	Mossoró	15
Mato Grande	Pureza	1
Seridó	Caicó	6
	São João do Sabugi	
	Jucurutu	
	Cruzeta	
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Macau	2
	Angicos	
Sertão do Apodi	Apodi	2
	Caraúbas	
Terras Potiguares	Natal	14
	Parnamirim	
	Extremoz	
	Macaíba	

29) II Ciclo de diálogos em Educação Especial/Inclusiva e I Fórum Estadual de Educação Especial entre os Centros de AEE e Núcleos

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	9
Agreste Litoral Sul	5
Açu/Mossoró	8
Mato Grande	2
Potengi	2
Seridó	8
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	6
Sertão do Apodi	12
Terras Potiguaras	5
Traíri	10

30) Práticas Inclusivas em Atendimento Educacional Especializado com Ênfase na Deficiência Visual: Tem como objetivo dialogar na perspectiva da instrumentalização de profissionais das SRM com vistas à inclusão de estudantes com deficiência visual na rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	2

Açu/Mossoró	29
Seridó	1
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	1
Sertão do Apodi	34

31) Formação Eletivas Orientadas: Apoiar o trabalho pedagógico na Unidade Curricular Eletivas Orientadas à luz do Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, com enfoque no Ensino Médio Potiguar em Tempo Integral.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Agreste Litoral Sul	7
Açu/Mossoró	10
Mato Grande	12
Seridó	22
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	3
Sertão do Apodi	26
Terras Potiguaras	18
Traíri	1

32) Formação com Gestores das Unidades Escolares do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI): Fortalecer junto aos gestores escolares um entendimento das premissas da gestão escolar, de modo a favorecer um trabalho integrado com a equipe escolar, bem como fortalecer a Educação Integral do Rio Grande do Norte.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	27
Agreste Litoral Sul	15
Açu/Mossoró	20
Mato Grande	13
Potengi	3
Seridó	12
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	13
Sertão do Apodi	15
Terras Potiguaras	8
Traíri	9

33) Formação referentes às avaliações do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica/INEP) e do SIMAIS (Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional da Rede Estadual de Ensino) para equipes escolares das 16 Diretorias Regionais de Educação e Cultura do estado: Apresentar de forma sistematizada o desempenho da rede estadual de ensino nas avaliações de aprendizagem, interna e externas, em larga escala em cada regional.

Territórios	Número de municípios atendidos	Número de escolas contempladas	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	TODOS	TODAS	236
Agreste Sul Litoral			209
Açu/Mossoró			384
Mato Grande			139
Potengi			63
Seridó			243
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte			108
Sertão do Apodi			185
Terras Potiguares			545
Trairi			118

34) Formação com professores de Língua Portuguesa e Matemática e professores de educação especial que atuam nas 3ª séries: Sensibilizar e mobilizar os professores de língua portuguesa e matemática para o aumento do IDEB a partir da melhoria das aprendizagens dos estudantes e do fluxo escolar.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	35
Agreste Sul Litoral	39
Açu/Mossoró	73
Mato Grande	55
Potengi	38
Seridó	70
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	35
Sertão do Apodi	38
Terras Potiguaras	241
Trairi	23

35) Audiências de consolidação dos cursos a serem ofertados nos IERNS: Consolidar, junto à comunidade local, dos municípios contemplados com os Institutos Estaduais de Educação Profissional, Tecnologia e Inovação, o resultado de todo o estudo feito na Trilha de Definição da Oferta de cursos realizado pela equipe SUEP e validar os cursos que serão ofertados em 2024 e 2025.

Territórios	Municípios atendidos	Escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Seridó	Jardim de Piranhas	IERN	96

36) Primeira formação do Projeto Se Liga no IDEB: Sensibilizar e mobilizar as DIRECs comunidade escolar para o aumento do IDEB a partir da melhoria das aprendizagens dos estudantes e do fluxo escolar.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	6
Agreste Sul Litoral	4
Açu/Mossoró	7
Mato Grande	15
Potengi	6
Seridó	10
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	6
Sertão do Apodi	4
Terras Potiguaras	7
Trairi	5

37) Formação de Boas Práticas em Recomposição de Aprendizagens (Bloco 1): Compartilhar boas práticas pedagógicas em Recomposição de Aprendizagens nas Unidades Escolares de Ensino Médio em Tempo Integral.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	3
Agreste Sul Litoral	10
Açu/Mossoró	9
Mato Grande	10
Potengi	2
Seridó	2
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	5
Sertão do Apodi	11
Terras Potiguaras	25
Trairi	4

38) Realização do Seminário estadual de Avaliação e Planejamento de Ensino: A avaliação como instrumento de equidade educacional: Discutir as contribuições e os desafios das políticas de avaliação da educação básica para a promoção da aprendizagem escolar e a redução das desigualdades educacionais dos estudantes da rede pública de ensino.

Territórios	Número de municípios atendidos	Número de escolas contempladas	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	TODOS	TODAS	208
Agreste Sul Litoral			217
Açu/Mossoró			280
Mato Grande			131
Potengi			54
Seridó			231
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte			85
Sertão do Apodi			145

Terras Potiguares			480
Trairi			115

39) Seminário Setembro Cidadão, com o tema "Cidadania digital: Um caminho para a Cultura de Paz" e Formação continuada para o enfrentamento dos fenômenos de violência no ambiente escolar: Discutir a cidadania em suas variadas dimensões, reconhecendo a importância de abordar o tema da cidadania digital no âmbito escolar.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	4
Agreste Sul Litoral	2
Açu/Mossoró	4
Mato Grande	4
Potengi	2
Seridó	4
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	4
Sertão do Apodi	4
Terras Potiguaras	120
Trairi	2

40) Encontro formativo: Paz nas escolas-formando multiplicadores em prevenção ao abuso sexual infantil: Promover evento formativo com os multiplicadores em Educação para Paz e Direitos Humanos equipe profissional da comunidade escolar sobre a prevenção ao abuso sexual da criança e do adolescente.

Territórios	Municípios atendidos	Escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Trairi	Santa Cruz	E.E. João Ferreira de Souza;	63
		E. E. Pedro Severino Bezerra	

41) Formação continuada para o enfrentamento dos fenômenos de violência no ambiente escolar: Incentivar as Diretorias Regionais de Ensino e Cultura - DIREC, juntamente com as comunidades escolares, à construir de forma coletiva protocolos para prevenção e reação aos fenômenos de violência no ambiente escolar.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	4
Agreste Sul Litoral	4
Açu/Mossoró	6
Mato Grande	6
Potengi	4
Seridó	6
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	6

Sertão do Apodi	6
Terras Potiguaras	6
Trairi	4

42) Oficinas sobre a Valorização Humanizada Inclusiva e Pessoal (VHIPE): Refletir sobre os adoecimentos mentais de acrianças e adolescentes com profissionais da comunidade escolar por meio de palestra e roda de conversa estimulando a valorização da vida, trabalhando simultaneamente com os temas: depressão, ansiedade, automutilação, pensamentos suicidas e respeito à diversidade e bullying.

Territórios	Municípios atendidos	Escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Trairi	Parnamirim	E. E. Roberto Rodrigues Krause,	302
		E. E. Prof. Arnaldo Arsênio de Azevedo,	

43) Mobilização através de palestra sobre "Paz nas Escolas": Intervenção no evento "Só a educação é capaz de superar as diferenças para a construção de uma Cultura de Paz".

Territórios	Municípios atendidos	Número de pessoas atendidas
Alto Oeste	São Miguel do Oeste	200
Açu/Mossoró	Mossoró	60

44) Curso de formação – Formação Continuada para Intervenção Docente no Processo de Ensino-Aprendizagem de Alunos com Deficiência. Tema: Conceitos e Reflexões sobre a Educação Especial: Realização de uma palestra sobre os Transtornos Específicos de Aprendizagem e TEA.

Territórios	Municípios atendidos	Número de escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Traíri	Santa Cruz	E. E. Professor Severino Bezerra,	**173**
		E.E. Qintino Bocaiuva	
		E.E. Cosme Ferreira Marques	
		E.E. Pedro Severino Bezerra	
		E.E. João Ferreira de Souza	
		E.E. José Bezerra Cavalcanti	
		E.E. Professor Francisco de Assis Dias Ribeiro	
		E.E. Professora Rita Nelly Furtado	
	Campo Redondo	E.E. Professora Maria Arioene de Souza	
		E.E. Doutor José Borges de Oliveira	
	Coronel Ezequiel	E.E. José Joaquim	

	Jaçanã	E.E. Manoel Fernandes	
		E.E. Professora Terezinha Carolino de Souza	
	Japi	E.E. Cel. Manoel Medeiros I	
		E.E. Cel. Manoel Medeiros II	
		E.E. Severina Pontes	
	Lajes Pintadas	E.E. São Francisco	
		E.E. Virgílio Furtado	
	São Bento do Trairi	E.E. Prof. Maria Lídia da Silva	
	Sítio Novo	E.E. José Nunes de Carvalho	
	Tangará	E.E. Prefeito João Ataíde de Melo	

45) Curso de formação – Formação Continuada para Intervenção Docente no Processo de Ensino-Aprendizagem de Alunos com Deficiência. Tema: Conceitos e Reflexões sobre a Educação Especial: Roda de conversa em que discutimos sobre algumas questões que envolvem os aspectos da Educação Especial.

Territórios	Municípios atendidos	Número de escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Traíri	Santa Cruz	E. E. Professor Severino Bezerra,	**76**
		E.E. Qintino Bocaiuva	
		E.E. Cosme Ferreira Marques	
		E.E. Pedro Severino Bezerra	
		E.E. João Ferreira de Souza	
		E.E. José Bezerra Cavalcanti	
		E.E. Prof. Francisco de Assis Dias Ribeiro	
		E.E. Professora Rita Nelly Furtado	
	Campo Redondo	E.E. Professora Maria Arioene de Souza	
		E.E. Doutor José Borges de Oliveira	
	Coronel Ezequiel	E.E. José Joaquim	
	Jaçanã	E.E. Manoel Fernandes	
		E.E. Profa. Terezinha Carolino de Souza	
	Japi	E.E. Cel. Manoel Medeiros I	
		E.E. Cel. Manoel Medeiros II	
		E.E. Severina Pontes	
	Lajes Pintadas	E.E. São Francisco	
		E.E. Virgílio Furtado	

	São Bento do Trairi	E.E. Prof. Maria Lídia da Silva	
	Sítio Novo	E.E. José Nunes de Carvalho	
	Tangará	E.E. Prefeito João Ataíde de Melo	

46) I Seminário Educação Macaibense em Movimento: um percurso de diálogos e transformações para o sucesso da aprendizagem: Tem como objetivo discutir sobre a importância da integração do currículo escolar e as práticas pedagógicas com foco no processo de ensino e aprendizagem.

Territórios	Municípios atendidos	Escolas atendidas	Número de pessoas atendidas
Terras Potiguaras	Macaíba	Todas escolas municipais	150

47) Formação Continuada para os educadores da EJA que atuam nos Espaços não Escolares e nos Privados de Liberdade no período de 02 a 04/08/2023, com a participação de 210 educadores da EJA: Proporcionar ações formativas que possibilitem melhor mediação no processo de recomposição da aprendizagem dos estudantes da EJA, na construção de um currículo inclusivo para a educação de jovens e adultos.

Territórios	Número de municípios atendidos	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	Major Sales	6
	Pau dos Ferros	
Agreste Sul Litoral	Nova Cruz	7
Açu/Mossoró	Mossoró	46
	Itajá	
Mato Grande	Ceará-Mirim	12
Potengi	Bom Jesus	12
	Riachuelo	
	Senador Elói de Souza	
Seridó	Caicó	30
Terras Potiguares	Natal	97
	Parnamirim	

48) Formação Continuada para os Educadores da EJA: Diversidade e direitos humanos na construção de um currículo inclusivo: Proporcionar ações formativas que possibilitem melhor mediação no processo de recomposição da aprendizagem dos estudantes da EJA, na temática da diversidade e direitos humanos na construção de um currículo inclusivo para a educação de Jovens e adultos.

Territórios	Número de municípios atendidos	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	Lucrécia	99
	Martins	
	Riacho da Cruz	

	Serrinha dos Pintos	
	Alexandria	
	Coronel João Pessoa	
	Luiz Gomes	
	Marcelino Vieira	
	Pau dos Ferros	
	Rafael Fernandes	
	Riacho de Santana	
	São Francisco do Oeste	
	São Miguel	
	Tenente Ananias	
Agreste Sul Litoral	Canguaretama	207
	Nísia Floresta	
	São José de Mipibu	
	Brejinho	
	Espírito Santo	
	Lagoa D'Anta	
	Lagoa de Pedra	
	Lagoa salgada	
	Montanhas	
	Nova Cruz	
Açu/Mossoró	Alto do Rodrigues	119
	Pendências	
	Porto do Mangue	
	Açu	
	Carnaubais	
	Ipanguaçu	
	Itajá	
	Areia Branca	
	Mossoró	
	Serra do Mel	
Mato Grande	Fernandes	82
	Ceará Mirim	
	Maxaranguape	
	São Miguel do Gostoso	
	Touros	
	Jandaíra	
	João Câmara	
	Parazinho	
	Pedra Grande	
	Poço Branco	
Potengi	Barcelona	113
	Bom Jesus	
	Lagoa de Velhos	
	Riachuelo	
	Rui Barbosa	
	Santa Maria	
	São Paulo do Potengi	
	São Pedro	

	São Tomé	
	Senador Elói de Souza	
Seridó	Acari	151
	Cerro Corá	
	Currais Novos	
	Parelhas	
	Caicó	
	Ipueira	
	Jardim de Piranhas	
	Jardim do Seridó	
	Jucurutu	
	Ouro Branco	
	São Fernando	
	São João do Sabugi	
	Serra Negra do Norte	
	Timbaúba dos Batista	
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Angicos	67
	Caiçara do Rio dos Vento	
	Galinhos	
	Lajes	
	Pedro Avelino	
	Guamaré	
	Macau	
Sertão do Apodi	Governador Dix Sept Rosado	62
	Upanema	
	Apodi	
	Caraúbas	
	Rodolfo Fernandes	
	Severiano Melo	
	Olho D'água do Borges	
	Umarizal	
Terras Potiguares	Extremoz	159
	Macaíba	
	Natal	
	São Gonçalo do Amarante	
	Parnamirim	
Trairi	Monte das Gameleiras	53
	São José de Campestre	
	Serra de São Bento	
	Serra Caiada (Presidente Juscelino)	
	Campo redondo	
	Jaçanã	
	Santa Cruz	
	Sítio Novo	
	Tangará	

49) Formação para alinhamento com os agricultores familiares para subsidiar as chamadas públicas para aquisição de gêneros alimentícios que fomentam a alimentação escolar do

estado: Orientar as etapas cruciais para participação do processo de chamada pública e explanação do cronograma conforme definidos no planejamento.

Territórios	Número de municípios atendidos	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	Tabuleiro Grande	40
	Água Nova	
	Alexandria	
	Cel. João Pessoa	
	Doutor Severiano	
	Encanto	
	Francisco Dantas	
	José da Penha	
	Luís Gomes	
	Major Sales	
	Marcelino Vieira	
	Paraná	
	Pau dos Ferros	
	Pilões	
	Rafael Fernandes	
	Riacho de Santana	
	São Francisco do Oeste	
	São Miguel	
	Tenente Ananias	
	Venha Ver	
Agreste Sul Litoral	Arês	34
	Goianinha	
	Monte Alegre	
	Nísia Floresta	
	São José de Mipibu	
	Senador Georgino Avelino	
	Tibau do Sul	
	Vera Cruz	
	Baía Formosa	
	Canguaretama	
	Vila Flor	
Açu/Mossoró	Alto do Rodrigues	113
	Porto do Mangue	
	Açu	
	Campo Grande	
	Carnaubais	
	Ipanguaçu	
	Itajá	
	Paraú	
	São Rafael	
	Triunfo Potiguar	
	Areia Branca	
	Baraúna	

	Governador Dix Sept Rosado	
	, Grossos,	
	Serra do Mel,	
	Tibau	
	Upanema	
	Mossoró	
	Apodi	
	Felipe Guerra	
	Severiano Melo	
	Caraúbas	
	Janduis	
Mato Grande	São Miguel do Gostoso	68
	Taipu	
	Touros	
	Galinhos	
	Guamaré	
	Macau	
	Pendências	
	Afonso Bezerra	
	Angicos	
	Fernando Pedroza	
	Lajes	
	Pedro Avelino	
	Bento Fernandes	
	Caiçara do Norte	
	Jandaíra	
	Jardim de Angicos	
	João Câmara	
	Parazinho	
	Pedra Grande	
	Pedra Preta	
	Poço Branco	
	São Bento do Norte	
	Ceará-Mirim	
	Maxaranguape	
	Pureza	
	Rio do fogo	
Terras Potiguares	Parnamirim	13

50) SEMINÁRIO ESTADUAL DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO DO ENSINO: Encontro Formativo que teve por finalidade analisar o desempenho da rede estadual de ensino e o processo de recomposição das aprendizagens.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	67
Agreste Sul Litoral	74
Açu/Mossoró	107

Mato Grande	53
Potengi	20
Seridó	90
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	66
Sertão do Apodi	28
Terras Potiguaras	186
Trairi	41

51) Formação continuada "Educação Física em Movimento" 1º encontro 2023. Tema: Transtornos do desenvolvimento e a Educação Física Escolar: Tem por finalidade abordar temas que envolvam a Educação Física Escolar, apresentando possibilidades pedagógicas para o melhor desenvolvimento e aplicabilidade nas aulas de Educação Física.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	27
Agreste Sul Litoral	23
Açu/Mossoró	39
Mato Grande	16
Potengi	13
Seridó	24
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	16
Sertão do Apodi	26
Terras Potiguaras	43
Trairi	30

52) Formação continuada "Educação Física em Movimento" 2º encontro 2023. Tema: Primeiros Socorros na aula de Educação Física: Tem por finalidade abordar temas que envolvam a Educação Física Escolar, apresentando possibilidades pedagógicas para o melhor desenvolvimento e aplicabilidade nas aulas de Educação Física.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	33
Agreste Sul Litoral	31
Açu/Mossoró	45
Mato Grande	20
Potengi	23
Seridó	37
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	28
Sertão do Apodi	36
Terras Potiguaras	57
Trairi	39

53) Formação continuada "Educação Física em Movimento" 3º encontro 2023. Tema: Primeiros Socorros na aula de Educação Física: Tem por finalidade abordar temas que envolvam

a Educação Física Escolar, apresentando possibilidades pedagógicas para o melhor desenvolvimento e aplicabilidade nas aulas de Educação Física.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	16
Agreste Sul Litoral	22
Açu/Mossoró	23
Mato Grande	12
Potengi	10
Seridó	25
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	11
Sertão do Apodi	20
Terras Potiguaras	28
Trairi	11

53) Encontro de Avaliação e Capacitação do Censo Escolar 2023- 1ª e 2ª Etapas
Tema: Censo Escolar como Instrumento de gestão da educação: Apresentar aos coordenadores do censo escolar de DIRECs os resultados obtidos na coleta da 1ª Etapa do Censo Escolar 2023 e avaliar ações pertinentes à execução da 2ª etapa, com vistas a debater e propor ações que busquem melhoria contínua da qualidade do processo censitário. Refletir sobre processos de acompanhamento da coleta de dados, buscando meios de reduzir erros e inconsistências de dados que geram impactos negativos. Dialogar acerca da otimização de uso dos relatórios e demais comunicações sobre dados e informações educacionais coletadas pelo Censo Escolar no RN. Destacar pontos que precisam de atenção no Censo Escolar, com necessidade de reforço de conceitos e orientações para o preenchimento.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	2
Agreste Sul Litoral	1
Açu/Mossoró	4
Mato Grande	4
Potengi	1
Seridó	4
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	3
Sertão do Apodi	3
Terras Potiguaras	4
Trairi	2

54) Formação de Boas Práticas em Recomposição de Aprendizagens (Bloco 1): Compartilhar boas práticas pedagógicas em Recomposição de Aprendizagens nas Unidades Escolares de Ensino Médio em Tempo Integral.

Territórios	Número de municípios atendidos	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	Paus dos Ferros	3
Agreste Sul Litoral	Nova Cruz	10
Açu/Mossoró	Açu	7
	Mossoró	6
Mato Grande	João Câmara	7
	Ceará Mirim	3
Potengi	São Paulo do Potengi	2
Seridó	Currais Novos	2
	Caicó	3
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Angicos	2
	Macau	3
Sertão do Apodi	Apodi	11
	Umarizal	10
Terras Potiguares	Parnamirim	10
	Macaíba	15
	Natal	
	São Gonçalo do Amarante	
Trairi	Santa Cruz	53

55) Acompanhamento pedagógico e formação continuada dos profissionais nas escolas: Orientar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas desenvolvidas nas Escolas e Centros de EPT, promovendo uma articulação contínua com as DIRECs e as referidas Instituições escolares, considerando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, durante o corrente ano letivo.

Territórios	Número de municípios atendidos	Escolas contempladas	Número de pessoas contempladas
Açu/Mossoró	Areia Branca	E.E. Silvério Soares	120
	Mossoró	E.E. Prof. Diran Ramos do Amaral	
		E.E. Gov. Dix Sept Rosado	
		CEEP Francisco Assis Pedrosa	
		E.E. Francisco Antônio Medeiros	
		E.E. José Freitas Nobre	
		E.E. Prof. José Nogueira	
	Tibau	E.E Rui Barbosa	
Terras Potiguares	Extremoz	CEEP Hélio Xavier	28
	Macaíba	CEEP Amazônina	

56) IV Seminário e I Colóquio da Educação Profissional e Tecnológica da Rede Estadual de Ensino do RN: Discutir a cidadania em suas variadas dimensões, reconhecendo a importância de abordar o tema da cidadania digital no âmbito escolar.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	32
Agreste Sul Litoral	88
Açu/Mossoró	72
Mato Grande	48
Potengi	22
Seridó	38
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	24
Sertão do Apodi	26
Terras Potiguares	66
Trairi	34

57) III módulo do curso de formação para mediadores de leitura Proler Potiguar com o tema: Compartilhar para conviver: da leitura às releituras - relatos de experiências de atividades sugeridas nos módulos anteriores: Tem como propósito viabilizar a democratização do acesso à cultura escrita e fomentar a prática social de leitura a todos os potiguares e, dessa forma, potencializar a transformação do Estado do Rio Grande do Norte em um território de leitores.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Agreste Sul Litoral	2
Açu/Mossoró	2
Mato Grande	3
Seridó	2
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	3
Sertão do Apodi	2
Terras Potiguares	52

58) Palestra à comunidade escolar da Escola Estadual Doutor Manoel Villaça: Participar da Semana de Humanidades da Escola e promover palestra sobre Cultura de Paz à comunidade escolar.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Terras Potiguaras	60

59) Encontro formativo: Paz nas escolas-formando multiplicadores em prevenção ao abuso sexual infantil: Promover evento formativo com os multiplicadores em Educação para Paz e Direitos Humanos e equipe profissional da comunidade escolar sobre a prevenção ao abuso sexual da criança e do adolescente.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Seridó	120

60) Divulgação de material pedagógico para multiplicadores dos NUREPD e das 16 DIRECS: Divulgar materiais relacionados as datas significativas relacionadas a Educação em Direitos Humanos.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	2
Agreste Sul Litoral	2
Açu/Mossoró	4
Mato Grande	4
Potengi	2
Seridó	4
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	4
Sertão do Apodi	4
Terras Potiguares	4
Trairi	2

61) Formação continuada para o enfrentamento dos fenômenos de violência no ambiente escolar: Incentivar as Diretorias Regionais de Ensino e Cultura - DIREC, juntamente com as comunidades escolares a construir, de forma coletiva, protocolos para prevenção e reação aos fenômenos de violência no ambiente escolar.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	4
Agreste Sul Litoral	4
Açu/Mossoró	6
Mato Grande	6
Potengi	4
Seridó	6
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	6
Sertão do Apodi	6
Terras Potiguares	6
Trairi	4

62) Jornada Pedagógica 2024 - Equidade na Educação: Garantia de Aprendizagem e Respeito às Diversidades: Promover reflexões para o planejamento nas unidades escolares, que viabilize ações estratégias pautadas no respeito às diversidades e garantia das aprendizagens.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	66
Agreste Sul Litoral	73
Açu/Mossoró	105
Mato Grande	51
Potengi	19
Seridó	88
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	56
Sertão do Apodi	34
Terras Potiguares	182
Trairi	40

63) II Plantão Pedagógico: Acompanhar, monitorar e orientar o trabalho de Recomposição de Aprendizagem nas Unidades Escolares de Ensino Médio em Tempo Integral.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	3
Agreste Sul Litoral	8
Açu/Mossoró	6
Mato Grande	5
Potengi	2
Seridó	7
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	5
Sertão do Apodi	10
Terras Potiguares	7
Trairi	2

64) Reunião com os Supervisores de todas as Diretorias Regionais: Encontro presencial de apresentação das práticas realizadas no ano de 2023 pelos Supervisores de Educação Especial.

Territórios	Número de pessoas contempladas
Alto Oeste	1
Agreste Sul Litoral	1
Açu/Mossoró	
Mato Grande	1
Potengi	1
Seridó	3
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	1
Sertão do Apodi	3
Terras Potiguares	2
Trairi	1

65) Lançamento da Matrícula Antecipada no Canal do Youtube da SEEC: Tem como objetivo fazer o Lançamento da Matrícula Antecipada de 2024 no RN em simultaneidade com a UNDIME e foi dividida em dois momentos: Conferência e Roda de Conversa no Google Meeting com vistas à inclusão de estudantes NEE na rede estadual e municipal de ensino do Rio Grande do Norte.

66) XVI Marcha da Inclusão: Evento alusivo ao mês da Inclusão. Participantes da Noite Cultural: 95 alunos, 108 prof., 52 pais. Participantes do Momento Formativo: 01 aluno, 65 professores, 03 pais.

67) Aula V – Encerramento do Curso - Noções sobre operações matemáticas. (21 participantes)

68) Tema da Formação - Formação continuada: Intervenção docente no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência. Subtema 01: Estudantes com deficiência intelectual: conceitos e recursos; Subtema 02: Deficiência auditiva/surdez conceitos e recursos. (77 participantes)

69) Formação: Plano Educacional Individualizado/SigEduc e Relatórios. (200 participantes)

70) 4° Encontro Formativo da Educação Especial: Subtema 1: Bidocência em foco - reflexões sobre o saber/fazer pedagógico na Educação Inclusiva; Subtema 2: Registros e Relatórios final no SigEduc: Formação continuada, em serviço, para Professores de Educação Especial e SRM. (264 participantes)

71) Formação Continuada da Empresa Clarear em Parceria com a SEEC/CODESE/SUESP: Formação continuada, em serviço, para os Cuidadores. (165 participantes).

72) IX Fórum sobre Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar do RN: Discutir temáticas pertinentes ao AEHD e socialização da prática pedagógica no contexto Educacional Hospitalar e Domiciliar dos profissionais em atuação no RN. (167 participantes)

- **Avaliação da Meta:**

A meta foi desenvolvida em todos os territórios e de forma abrangente. Ao total, foram ofertadas 72 formações em várias etapas e modalidades. Sendo assim, consideramos a meta cumprida.

META 0887: Revisar e atualizar o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, adequando-o às mudanças curriculares, verificando a necessidade de ampliação da oferta de vagas para professores e demais profissionais e a criação de novos cargos, se necessário.

- **Ações realizadas**:

1) Em processo de revisão para futuras atualizações.

- **Avaliação da Meta:**

Meta cumprida parcialmente.

Código e descrição da iniciativa:

0403: Formação continuada aos professores e demais profissionais que atuam no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Subação 245201 (FEE): NÃO APARECE NA EXECUÇÃO DE 2023

Subação 246601 (FEE): Previsto – R$ 27.947.618,74 / Utilizado – R$ 824.412,96. Que corresponde a execução de 2,94%.

Código e descrição da iniciativa:

0407: Implantação, implementação e fortalecimento do Programa de Qualidade de Vida e Saúde no trabalho no Órgão Central e Diretorias Regionais (DIREC/DRAE).

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Realizada.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

0411: Implantação de equipes multiprofissionais e contratação de outros profissionais no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Subação 246701 (FEE): Previsto – R$ 47.983.325,01 / Utilizado – R$ 6.058.491,31. Que corresponde a execução de 12,62 %.

Código e descrição da iniciativa:

0412: Ampliação e reorganização do quadro de profissionais nas escolas de Educação Básica para atender as mudanças curriculares e de acessibilidade.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

0414: Viabilização do Plano de Cargos e Carreiras dos profissionais de educação, cultura, esporte e lazer, concernente ao pagamento de proventos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Subação 218801 (COFIN): Previsto – R$ 448.304.573,91 / Utilizado – R$ 441.396.032,25. Que corresponde a execução de 98,45%.

Subação 220001 (COFIN): Previsto – R$ 431.660.130,95 / Utilizado – R$ 430.253.147,41. Que corresponde a execução de 99,67%.

Subação 226801 (COFIN): Previsto – R$ 12.545.000,00 / Utilizado – R$ 12.159.416,97. Que corresponde a execução de 96,92 %.

Subação 226901 (COFIN): Previsto – R$ 391.553.613,96 / Utilizado – R$ 391.553.447,19. Que corresponde a execução de 99,99%.

Subação 245301 (COFIN): Previsto – R$ 801.980.729,19 / Utilizado – R$ 763.826.291,78. Que corresponde a execução de 95,24%.

Código e descrição do Objetivo:

00139 – Fortalecer a gestão democrática, ampliando a participação, a responsabilização e a autonomia dos sistemas escolares públicos estaduais, no órgão central e diretorias regionais (DIREC/DRAE) e estabelecer parcerias com outros entes da sociedade civil.

Códigos das metas: 04 metas; são elas: 0892 – 0893 – 0896 – 0897

Metas	Status			
	Ações preparatória	Em andamento	Concluído	Não iniciada
00892			X	
00893			X	
00896			X	
00897			X	

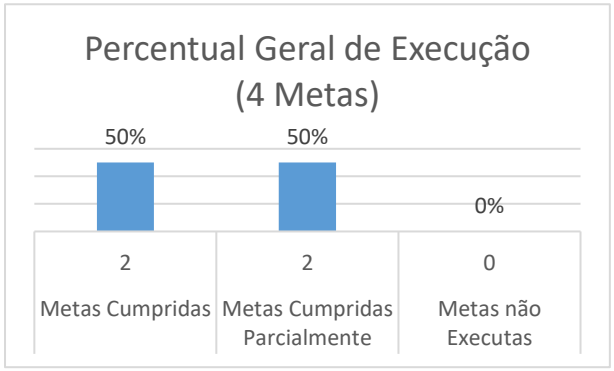
Códigos das iniciativas: 07 iniciativas, são elas: 0379 – 0380 – 0383 – 0384 – 0387 – 0393 – 0396

- **Avaliação Geral do Objetivo**

De forma geral, foi atendido a contento. Realização da posse de novos gestores, contribuindo para a prática da Gestão Democrática; capacitações que colaboraram para o processo da gestão democrática foram desenvolvidas. Também foram realizadas capacitações e ciclos de reuniões com as DIRECs, equipes gestoras, Conselhos setoriais e Conselhos escolares visando acompanhar e contribuir com as ações da Rede Estadual de Educação.

Ocorreu a construção do Plano Anual de Contratação 2024 (PCA-2023) da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte - SEEC/RN, dentro do planejamento estratégico da Secretaria da Educação.

De forma geral houve avanços na execução do objetivo e consideramos parcialmente concluído.



Código e descrição das Metas:

META 0892: Fortalecer a gestão democrática com aporte técnico e formativo nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira, garantindo a participação da comunidade escolar, visando ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática e das eleições unificadas dos gestores nas escolas estaduais.

- **Ações realizadas**:

1) Curso de formação de Gestores para eleições suplementares: Fortalecer a gestão escolar com aporte técnico e formativo nas dimensões pedagógicas, administrativas e financeira em consonância com o plano Estadual de Educação garantindo os conhecimentos fundamentais para que os gestores escolares possam a partir de um plano de um plano de trabalho da gestão escolar, gerir a participação da comunidade escolar na definição das ações, dos planos de ação e aplicação dos recursos e ainda, as ações relacionadas ao controle social, visando o efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	16
Agreste Sul Litoral	23
Açu/Mossoró	13
Mato Grande	9

Potengi	7
Seridó	15
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	7
Sertão do Apodi	12
Terras Potiguares	44
Trairi	13

2) Eleições suplementares em 2023 (Planejamento, elaboração e publicação do edital e realização das inscrições): Fortalecer as ações de gestão democrática garantindo a escolha dos gestores.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	16
Agreste Sul Litoral	23
Açu/Mossoró	13
Mato Grande	9
Potengi	7
Seridó	15
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	7
Sertão do Apodi	12
Terras Potiguares	44
Trairi	13

3) Ciclo Formativo - Gestão Escolar Para O Ensino Médio Potiguar: Trilhas De Aprofundamento: Dialogar sobre o Plano de Implementação do EM Potiguar, o Plano de Ação das escolas e organizar o planejamento, orientação e acompanhamento pedagógico quanto a implementação dos Itinerários Formativos nas escolas da rede.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	1
Agreste Sul Litoral	1
Açu/Mossoró	2
Mato Grande	2
Potengi	1
Seridó	2
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	2
Sertão do Apodi	2
Terras Potiguares	2
Trairi	1

4) Conclusão das Eleições suplementares em 2023 (Planejamento, elaboração e publicação do edital e realização das inscrições): Fortalecer as ações de gestão democrática garantindo a escolha dos gestores.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	16

Agreste Sul Litoral	23
Açu/Mossoró	13
Mato Grande	9
Potengi	7
Seridó	15
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	7
Sertão do Apodi	12
Terras Potiguares	44
Trairi	13

5) Seminário de posse e certificação dos Gestores Escolares 2023: Garantir a efetivação da gestão democrática no âmbito do sistema de ensino público estadual, e de contribuir para análise e reflexão do papel do gestor escolar frente aos desafios e conquistas no cotidiano das escolas da rede pública estadual de ensino.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	16
Agreste Sul Litoral	23
Açu/Mossoró	13
Mato Grande	9
Potengi	7
Seridó	15
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	7
Sertão do Apodi	12
Terras Potiguares	44
Trairi	13

- **Avaliação da Meta:**
  As ações realizadas alcançaram ao que está proposto na Meta.

META 0893: Fortalecer e apoiar os conselhos, comitês, comissões e fóruns com vistas ao bom desempenho de suas funções.

- **Ações realizadas**:

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	16
Agreste Sul Litoral	23
Açu/Mossoró	13
Mato Grande	9
Potengi	7
Seridó	15
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	7
Sertão do Apodi	12
Terras Potiguares	44
Trairi	13

1) Suporte na reforma dos Estatutos dos Caixas Escolares: Regulamentar para execução dos recursos recebidos.

2) 1ª reunião com os técnicos de gestão das 16 Diretorias Regionais de Educação: Planejar junto aos técnicos de gestão as ações a serem desenvolvidas no ano em curso.

3) Subsidiar as atividades do Conselho de Alimentação Escolar – CAE: Suporte na elaboração de relatórios mensais referentes à fiscalização da execução dos recursos advindos do PNAE.

Territórios	Número de escolas contempladas
Agreste Sul Litoral	5
Açu/Mossoró	3
Mato Grande	7
Potengi	1
Seridó	1
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	7
Sertão do Apodi	5
Trairi	4

- **Avaliação da Meta:**
  A Meta alcançou os objetivos propostos. Assim, a meta foi considerada cumprida.

META 0896: Fortalecer a participação dos órgãos democráticos das escolas, relativos aos conselhos escolares, grêmios estudantis ou outra forma de organização da comunidade escolar, nas tomadas de decisões dos projetos político pedagógicos, plano de gestão e regimento escolar.

1) Realizar eleição dos Conselhos Escolares em 100% das escolas: Instituir os Conselhos Escolares e implantar no SigEduc em 100% das escolas.

- **Avalição da Meta:**
  Meta parcialmente cumprida.

META 00897 Construir, implantar e implementar o Planejamento Estratégico Integrado às ações de gestão e pedagógicas no âmbito da SEEC.

1) Plano anual de Contratação PAC - 2023

- **Avaliação da Meta**:

  Meta parcialmente cumprida.

Código e descrição da iniciativa:

0379: Realização das eleições democráticas nas unidades escolares da rede estadual de ensino.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Realizada.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

0380: Realização de formação para as equipes gestoras das unidades escolares estaduais, Órgão Central e Diretorias Regionais.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Realizada.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

0383: Fortalecimento do processo de gestão democrática e participativa no âmbito do Órgão Central, diretorias regionais e unidades escolares.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Cumprida.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

0384: Fortalecimento e qualificação do funcionamento dos conselhos e colegiados.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Cumprida.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

0387: Fortalecimento dos órgãos democráticos das unidades escolares, na participação e tomada de decisões na gestão escolar.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Cumprida.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

0393: Implantar o Planejamento Estratégico Integrado às ações de gestão e pedagógicas no âmbito da SEEC.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Cumprida.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

00396: Implantação e implementação da Sala de Apoio à Gestão Estratégica - SAGE.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Sem previsão orçamentária.

Nome do Programa Temático: 2002 – RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Código e descrição do Objetivo:

0130: Instituir políticas de inclusão, direitos humanos e diversidade, tendo como base a humanização e socialização, promovendo a efetiva educação em todas as formas de igualdade e equidade voltadas para o atendimento dos direitos e da cidadania, em articulação com os movimentos sociais.

Códigos das metas: 01 meta: 0899

Metas	Status			
	Ações preparatória	Em andamento	Concluído	Não iniciada
000899			X	

Códigos das iniciativas: 08 iniciativas, são elas: 0360 – 0361 – 0366 – 0372 – 0373 – 0374 – 0376 – 0377

Avaliação Geral do Objetivo

Consideramos que o objetivo foi cumprido de forma satisfatória, levando em consideração o desenvolvimento das ações, contemplando todos os Território do Estado.

Assim, podemos considerar que, de forma geral, esse objetivo teve uma abrangência significativa no que diz respeito ao alcance territorial e concluído para o ano de 2023.

- **Código e descrição das Metas**:

META 00899: Fortalecer parcerias com outras entidades e instituições e estabelecer ações intersetoriais para ampliar as políticas de Educação em Direitos Humanos, Diversidade, Cultura, Esporte e Lazer no Estado do Rio Grande do Norte.

- **Ações realizadas**:

1) Convocação de professores temporários para atuar na Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento: Cumprir o Decreto 31.596 de 09 de junho de 2022 Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte.

2) Direito do Estudante - quanto a quantidades está sendo informado o número de ocorrências registradas por território e não por unidade escolar: Assegurar a todos os estudantes acesso à escola - Dados por atendimento.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	4
Agreste Sul Litoral	6
Açu/Mossoró	8
Mato Grande	5
Potengi	8

Seridó	4
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	2
Terras Potiguares	627

3) Reunião com IET - ITAU, Educação e Trabalho para Desenvolvimento do Plano de Expansão da Educação Profissional de Tecnológico (EPT) da rede estadual de ensino: Desenvolver um Plano Estratégico, estabelecendo metas e prioridades para expansão e democratização do Acesso à EPT.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	4
Agreste Sul Litoral	6
Açu/Mossoró	12
Mato Grande	3
Potengi	2
Seridó	10
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	3
Sertão do Apodi	7
Terras Potiguares	16
Trairi	4

4) Reunião com IEL - instituto Euvaldo Lodi: Ampliar a oferta de estágio para os estudantes da rede estadual de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	4
Agreste Sul Litoral	6
Açu/Mossoró	12
Mato Grande	3
Potengi	2
Seridó	10
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	3
Sertão do Apodi	7
Terras Potiguares	16
Trairi	4

5) FULBRIGHT DAI 2023: Fortalecer a excelência no ensino da língua inglesa e oferecer aos professores participantes um conhecimento mais aprofundado das melhores práticas em metodologias de ensino, planejamento de aula e uso da tecnologia em educação.

6) Participação em Mostra Científico-cultural / 1ª DIREC com alimentos advindos da Agricultura Familiar: Apresentar os alimentos utilizados na merenda escolar, advindos da agricultura familiar, objetivando despertar no público presente o entendimento da importância do uso dos Micros e macronutrientes no uso da merenda escolar a fim de auxiliar no desenvolvimento cognitivo do alunado da rede estadual.

7) Participação no 16º Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte (CONGESP/RN): Apresentar trabalho temático a respeito da distribuição de gêneros da agricultura familiar e educação alimentar nutricional, atividade realizada pela SUASE/DRAE.

Territórios	Número de escolas contempladas
Seridó	67
Terras Potiguares	143

8) Direito do Estudante: Assegurar a todos os estudantes acesso à escola - Dados por atendimento.

Territórios	Número de escolas contempladas
Terras Potiguares	186

- **Avaliação da Meta:**

  Meta realizada com êxito, atingindo ao que está proposto em sua descrição.

Código e descrição da iniciativa:

00360: Ampliação do Programa Saúde na escola na Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades em espaços escolares e não escolares.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Subação 246801 (FEE): Previsto – R$ 2.046.617,96 / Utilizado – R$ 1.002.913,77. Que corresponde a execução de 49,00%.

Código e descrição da iniciativa:

00361: Implementação e Fortalecimento de ações intersetoriais, programas e projetos para a Cultura da Paz e da Educação em Direitos Humanos nas unidades escolares e não escolares, no âmbito da cultura, esporte e lazer.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Realizada.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

00366: Implementação do multiculturalismo e diversidade nos projetos político pedagógicos, buscando parcerias com outros entes da sociedade civil para articulação de ações da cultura, esporte e lazer.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Realizada.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

00372: Apoio ao Programa de Educação Ambiental na Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Realizada.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

00373: Incentivo à produção de uma política para as mulheres, nos espaços escolares e não escolares nas atividades de cultura, esporte e lazer.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Realizada.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

00374: Estabelecimento de parcerias com outras entidades da sociedade civil, articulando ações da cidadania nas unidades escolares e não escolares no âmbito da cultura, esporte e lazer.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Subação 301201 (COFIN): Previsto – R$ 410.515,44 / Utilizado – R$ 20.000,00. Que corresponde a execução de 4,87%.

Código e descrição da iniciativa:

00376: Apoio ao Programa de Educação Fiscal na Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Realizada.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

00377: Elaboração, implantação, implementação, fortalecimento e revisão dos planos estaduais, no âmbito da Secretaria Estadual da Educação, da Cultura, do Esporte e do lazer.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Em andamento.

Sem previsão orçamentária.

Nome do Programa Temático: 3007 – IGUALDADE NA DIVERSIDADE: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA

Código e descrição do Objetivo:

00102: Instituir ações pedagógicas alinhadas a uma política de reorganização e flexibilização curricular e de avaliação institucional de modo a promover a qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades, proporcionando condições de aprendizagem, avaliação e melhoria do fluxo escolar.

Códigos das metas: 02 metas são elas: 0871 – 0876

Metas	Status			
	Ações preparatória	Em andamento	Concluído	Não iniciada
00871			x	
00876		x		

Códigos das iniciativas: 07 iniciativas, são elas: 0476 – 0478 – 0485 – 0489 – 0495 – 0498 – 0504

- **Avaliação Geral do Objetivo**

A finalidade desse objetivo é o de desenvolver políticas de melhoria da qualidade da Educação Básica, assim como acompanhar e monitorar o desempenho da rede estadual de ensino, construindo ações para a melhoria das aprendizagens. Dessa forma, podemos avaliar que esse objetivo atendeu satisfatoriamente o que o proposto, cumprindo 100% das Metas.

Foram alcançadas as escolas da rede estadual de ensino, bem como todos os territórios da cidadania, por meio das ações realizadas em cada Meta.

Assim, consideramos que esse objetivo atingiu o seu propósito.

- **Código e descrição da Metas**:

0871: Desenvolver políticas de melhoria da qualidade da Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades, promovendo acesso, permanência e sucesso na aprendizagem.

- **Ações realizadas**:

1) Programa de Apoio aos sistemas de Ensino para atendimento a Educação de Jovens e Adultos – PEJA: Aumentar as matrículas do ensino fundamental e médio na educação de jovens e adultos (EJA) na modalidade presencial contribuindo para a expansão das matriculas especialmente entre egressos do Programa Brasil Alfabetizado, populações do campo, comunidades quilombolas, povos indígenas e pessoas em cumprimento de pena em unidades prisionais.

Territórios	Número de municípios contempladas
Agreste Sul Litoral	1
Açu/Mossoró	2
Mato Grande	5
Potengi	2
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	4
Terras Potiguares	1

2) Turmas de Alfabetização em espaços não escolares da rede estadual - Salário Educação: Ampliar a oferta de EJA na modalidade presencial, nos ensinos fundamental e no médio, assim como contribuir para a expansão das matrículas em EJA nas diversas Etapas de Ensino e, prioritariamente, as populações do campo.

Territórios	Número de municípios contempladas
Açu/Mossoró	1
Mato Grande	4
Potengi	1

3) Turmas do Projovem Campo - Saberes da Terra - Atividade desenvolvida em espaços não escolares: Ampliar a oferta de Ensino Fundamental na modalidade de Educação Básica do Campo integrada a qualificação social e profissional para a população campesina de 18 a 29 anos. As turmas

estão em funcionamento na metodologia da alternância em Assentamentos, Quilombos e Comunidades Rurais do RN. Resolução nº 13 de 10 de setembro de 2021.

Territórios	Número de municípios contempladas
Açu/Mossoró	2
Mato Grande	6

4) Projeto Cuidador - Contratação de enfermeiros (supervisores) e técnicos de enfermagem (cuidadores): Dar suporte aos serviços de apoio, higiene, locomoção, alimentação, ao aluno com deficiência matriculado na rede estadual de ensino, conforme preconiza a nota técnica nº 19/2010.

Territórios	Número de escolas contempladas	Número de alunos contemplados	Número de cuidadores contratados
Alto Oeste	20	58	18
Agreste Sul Litoral	33	34	10
Açu/Mossoró	24	51	20
Mato Grande	15	35	15
Potengi	20	41	10
Seridó	33	87	32
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	14	43	14
Sertão do Apodi	20	47	23
Terras Potiguares	42	121	36
Trairi	12	28	11

5) Projeto Pague Inclusão 2023: Assegurar a acessibilidade linguística e comunicacional por meio da presença do Tradutor/Intérprete de Libras nas unidades escolares com o objetivo de garantir o direito à educação, conforme estabelecido constitucionalmente.

Territórios	Número de escolas contempladas	Número de alunos contemplados	Número de cuidadores contratados
Alto Oeste	2	Não informado	4
Agreste Sul Litoral	18	62	18
Açu/Mossoró	20	46	26
Mato Grande	7	18	10
Potengi	3	22	6
Seridó	9	12	15
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	2	12	3
Sertão do Apodi	4	56	7
Terras Potiguares	17	115	20
Trairi	3	32	8

6) Programa de Apoio ao Sistema de Ensino para atendimento à Educação de Jovens e adultos -PEJA, nos espaços não escolar - Resolução CD/FNDE nº 05/2017: Construção do Edital de

cadastro de reserva para contratação de professores temporários com licenciatura, para atuarem nas Novas Turmas da EJA.

7) Ciclo de Acompanhamento Formativo (I Bloco): Acompanhar e fortalecer o trabalho pedagógico nas Unidades Escolares em Tempo Integral.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	2
Agreste Sul Litoral	10
Açu/Mossoró	12
Mato Grande	9
Potengi	1
Seridó	14
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	7
Sertão do Apodi	16
Terras Potiguares	21
Trairi	4

8) Fórum dos estudantes do Ensino Médio Potiguar: Sensibilizar e mobilizar a comunidade escolar para melhoria das aprendizagens dos estudantes e do fluxo escolar.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	15
Agreste Sul Litoral	20
Açu/Mossoró	10
Mato Grande	13
Potengi	9
Seridó	15
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	10
Sertão do Apodi	8
Terras Potiguares	57
Trairi	7

9) I e II Plantões Pedagógicos: Acompanhar, monitorar e orientar o trabalho de Recomposição de Aprendizagem nas Unidades Escolares de Ensino Médio em Tempo Integral.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	2
Agreste Sul Litoral	10
Açu/Mossoró	12
Mato Grande	9
Potengi	1
Seridó	14
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	7
Sertão do Apodi	16
Terras Potiguares	21

Trairi	4

10) Ciclo de Acompanhamento Formativo: Acompanhar e fortalecer o trabalho pedagógico nas Unidades Escolares.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	2
Agreste Sul Litoral	10
Açu/Mossoró	12
Mato Grande	9
Potengi	1
Seridó	14
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	7
Sertão do Apodi	16
Terras Potiguares	21
Trairi	4

11) Apresentação dos Resultados das Avaliações Diagnósticas de Entrada + Pactuação da Estratégia de Recomposição de Aprendizagens: Apresentar os resultados das avaliações diagnósticas de Entrada, orientar sobre o acesso e interpretação dos resultados e direcionar a construção do Plano de Recomposição de Aprendizagens das Unidades Escolares.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	2
Agreste Sul Litoral	13
Açu/Mossoró	11
Mato Grande	7
Potengi	8
Seridó	11
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	6
Sertão do Apodi	13
Terras Potiguares	40
Trairi	5

12) Seminário do Ensino Médio Potiguar - Currículo e Práticas Pedagógicas: Compartilhar estudos e práticas na Implementação do Ensino Médio Potiguar.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	32
Agreste Sul Litoral	11
Açu/Mossoró	27
Mato Grande	19
Potengi	25
Seridó	49
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	23
Sertão do Apodi	21

Terras Potiguares	85
Trairi	11

- **Avaliação da Meta:**

As ações desenvolvidas alcançaram os objetivos que se propostas. Por essa razão, consideramos a Meta cumprida.

META 0876: Acompanhar e monitorar o desempenho da rede estadual de ensino, construindo ações para a melhoria das aprendizagens e do fluxo escolar na educação básica em suas etapas e modalidades.

- **Ações realizadas:**

1) Manutenção do Sistema de acompanhamento e monitoramento nas unidades escolares da educação básica em suas etapas e modalidades, Órgão Central e DIREC (SIMAIS): Realizar, acompanhar, monitorar e divulgar o desempenho da rede estadual de ensino nas avaliações de aprendizagem, interna e externas, em larga escala.

2) Lançamento da Plataforma de Avaliação e Monitoramento para divulgação dos resultados do SIMAIS 2022.

3) Construção dos instrumentos para realização da Avaliação Formativa - RN Avalia.

4) ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio – Reaplicação: Aplicar provas nacionais e anuais, por área de conhecimento, e componente curricular, com o objetivo de avaliar o estudante, ao fim da escolaridade básica, permitindo o acesso ao nível superior.

5) Participação nas Jornadas Pedagógicas das Regionais de Ensino, apresentando os resultados do desempenho das Escolas na Avaliação Somativa - SIMAIS 2022: Explanar e discutir com os gestores escolares, coordenadores e professores os resultados do desempenho das Escolas na Avaliação Somativa - SIMAIS 2022.

6) Levantamento do número de escolas a partir dos dados informados na matricula inicial. Pesquisa in loco da situação final do aluno: A finalidade da pesquisa in loco na situação final do aluno é verificar a qualidade da informação e, com base no levantamento prévio que definiu as escolas a serem visitadas, identificar as razões que levaram a erros na coleta e até mesmo situações de alunos não informados no censo escolar 2022 na matrícula inicial; e mesmo aqueles alunos desconsiderados pelo IINEP em razão das escolas não terem confirmados suas matriculas em tempo hábil dentro do sistema Educacenso.

Territórios	Número de escolas contempladas
Agreste Sul Litoral	8

7) Monitorar o Segunda Etapa do Censo Escolar - Situação do Aluno – 2022: Objetivando a qualidade e fidedignidade dos dados coletados - Movimento e Rendimento - que servirão de base para os cálculos dos indicadores Educacionais.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	10
Agreste Sul Litoral	40
Açu/Mossoró	67
Mato Grande	31
Potengi	13
Seridó	22
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	10
Sertão do Apodi	19
Terras Potiguares	40
Trairi	22

8) Divulgação e monitoramento de acesso da Plataforma de Avaliação e Monitoramento para divulgação dos resultados do SIMAIS 2022: Divulgar e monitorar o acesso dos professores e equipe pedagógica cadastrados na plataforma de Avaliação e Monitoramento para divulgação dos resultados do SIMAIS 2022, para uso efetivo dessa ferramenta de trabalho.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	3
Agreste Sul Litoral	1
Açu/Mossoró	3
Mato Grande	2
Potengi	1
Seridó	3
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	2
Sertão do Apodi	4
Terras Potiguares	2
Trairi	3

9) Oficina de Apropriação de resultados do SIMAIS 2022: Realizar oficinas com gestores e assessores pedagógicos das DIREC e SEEC para refletir sobre o uso pedagógico e o planejamento a partir dos resultados do SIMAIS.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	3
Agreste Sul Litoral	2
Açu/Mossoró	3
Mato Grande	2
Potengi	1
Seridó	3
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	4
Sertão do Apodi	4
Terras Potiguares	2
Trairi	3

10) Sensibilização, treinamento e monitoramento na Coleta do Censo Escolar 2023 - Matrícula Inicial, conforme Projeto de Execução: Monitorar e orientar técnicos de Escolas estaduais e de Secretarias Municipais de Educação para atuarem na coleta de dados Censo Escolar da Educação básica 2023 - 1ª Etapa.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	62
Agreste Sul Litoral	68
Açu/Mossoró	88
Mato Grande	38
Potengi	14
Seridó	71
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	24
Sertão do Apodi	43
Terras Potiguares	44
Trairi	45

11) Execução da aplicação do SIMAIS 2023 nas etapas do 5EF e 9EF e 3EM - Avaliação Somativa.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	59
Agreste Sul Litoral	64
Açu/Mossoró	88
Mato Grande	38
Potengi	14
Seridó	68
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	24
Sertão do Apodi	42
Terras Potiguares	158
Trairi	33

12) Execução da aplicação do SAEB, nas Redes Estadual (5EF, 9EF e 3EM) e Municipais (2EF - amostral - 5EF e 9EF) de Ensino do RN.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	157
Agreste Sul Litoral	220
Açu/Mossoró	212
Mato Grande	162
Potengi	63
Seridó	168
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	63
Sertão do Apodi	118
Terras Potiguares	235
Trairi	105

13) Programa Busca Ativa Escolar: Programa de combate à evasão no âmbito estadual no RN realiado por meio de estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica.

14) RN AVALIA - Entrega dos resultados: Divulgação dos resultados do RN AVALIA via plataforma do SIMAIS.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	59
Agreste Sul Litoral	64
Açu/Mossoró	88
Mato Grande	38
Potengi	14
Seridó	68
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	24
Sertão do Apodi	42
Terras Potiguares	158
Trairi	33

15) ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos): Organização da logística de aplicação do ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) junto as escolas que foram selecionadas no RN.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	3
Açu/Mossoró	6
Mato Grande	1
Seridó	1
Terras Potiguares	13

16) ENCCEJA PPL (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) para Pessoas Privadas de Liberdade: Organização da logística de aplicação do ENCCEJA PPL (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) junto às unidades prisionais selecionadas no RN.

Territórios	Número de escolas contempladas
Agreste Sul Litoral	4
Açu/Mossoró	6
Mato Grande	1
Seridó	2
Sertão do Apodi	2
Terras Potiguares	6

17) SIMAIS ALFA - Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional da Rede Estadual e Municipal de Ensino do RN na Alfabetização: Execução da aplicação do SIMAIS

ALFA, para avaliação das turmas do 2º ano do ensino fundamental da rede pública estadual e municipais.

Territórios	Número de escolas contempladas
Alto Oeste	157
Agreste Sul Litoral	220
Açu/Mossoró	212
Mato Grande	162
Potengi	63
Seridó	168
Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	63
Sertão do Apodi	118
Terras Potiguares	235
Trairi	105

- **Avaliação da Meta:**

Meta cumprida a contento, considerando todas as atividades realizadas que alcançaram o total de municípios do RN e as escolas da rede estadual de ensino

Avaliação individual das INICIATIVAS

Código e descrição da iniciativa:

00476: Redimensionamento das escolas estaduais, ampliando a oferta de vagas da educação integral, do novo ensino médio e da educação de jovens e adultos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Em andamento.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

00478: Apoio e implementação de projetos de intervenção pedagógica e reavaliação dos projetos político-pedagógicos para a melhoria da aprendizagem dos estudantes da rede estadual de ensino.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Realizada.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

00485: Implantação das diretrizes curriculares do RN e as referências básicas para a Organização do Trabalho Pedagógico.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Realizada.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

00489: Manutenção do sistema de acompanhamento e monitoramento nas unidades escolares da Educação Básica em suas etapas e modalidades, Órgão Central e DIREC (SIMAIS).

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Realizada.

Subação 246901 (FEE): Previsto – R$ 2.648.508,64 / Utilizado – R$ 2.583.599,56. Que corresponde a execução de 97,54%.

Código e descrição da iniciativa:

00495: Ampliação, fortalecimento e consolidação do sistema integrado da educação Básica (SIGEduc).

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Realizada.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

00498: Realizar o censo escolar da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Norte.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Realizada.

Sem previsão orçamentária.

Código e descrição da iniciativa:

00504: Realização, acompanhamento, monitoramento e divulgação do desempenho da rede estadual de ensino nas avaliações de aprendizagem, internas e externas, em larga escala.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Realizada.

Sem previsão orçamentária.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avaliação geral setorial:

De forma geral, os objetivos e metas foram alcançados em sua maioria, observa-se que grande parte da execução dos objetivos e metas ocorreram dentro do planejado para o período.

Devido à grande quantidade de ações, voltadas para todo o Estado, e o número reduzido de servidores para a condução integral das ações, a secretaria apresenta dificuldade no planejamento, acompanhamento e avaliação dos serviços. Para superar essa dificuldade, dentro das possibilidades que cabem aos setores, busca-se atualizar e adaptar os instrumentos de gerenciamento para obtenção de dados mais fidedignos.

Em relação à dotação orçamentária, observa-se que algumas subações os recursos foram suficientes para atender as prioridades, porém algumas ficaram com baixa execução. Busca-se, constantemente, diálogos setoriais no sentido de diminuir essa restrição para que os recursos sejam utilizados conforme recursos planejados no PPA.

Recomendações:

- Melhoria do fluxo dos processos (com o Plano de Contratação Anual, já em andamento para o ano de 2024 acreditamos que terá uma significativa melhora do andamento dos processos);
- Renovação da infraestrutura da sede, em andamento (física e tecnológica).

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa? (x) SIM ( ) NÃO

Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

As atividades desenvolvidas nos programas/projetos/ações desta Secretaria foram elaboradas para alcançar o proposto no planejamento do Plano Plurianual do exercício 2023. Desta forma analisando o exercício do PPA -2023, em relação aos resultados dos indicadores percebemos que o cumprimento dos objetivos e metas contribuíram de forma satisfatória.

Conforme análise dos indicadores do ano de 2022, no quadro abaixo, verifica-se a diminuição nas taxas de distorção idade/série, as taxas de aprovação permanecerão estáveis e uma diminuição na taxa de abandono, em comparação aos anos anteriores.

ORGÃO: 18000 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA						
INDICADORES	**ANO BASE**					
NOME	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
0041 – Taxa de Distorção Idade /Série Ensino Fundamental	35,90	34,50	32,50	30,90	28,30	26,80
0042 – Taxa de Distorção idade/Série Ensino Médio	51,20	50,10	48,60	46,40	46,60	44,50
0043 – Taxa de Aprovação ensino médio	71,10	71,40	73,50	99,60	69,10	70,90
0044 – Taxa de Aprovação Ensino fundamental	78,50	79,60	81,60	99,30	84,40	81,90
0045 – Taxa de Reprovação Ensino Fundamental	17,50	16,90	15,50	0,20	8,10	14,80
0046 – Taxa de Reprovação ensino Médio	17,30	17,70	17,00	0,30	12,50	16,50
0047 – Taxa de Abandono Ensino Fundamental	4,00	3,50	2,90	0,20	7,50	3,30
0048 – Taxa de Abandono Ensino Médio	11,60	10,90	9,50	0,40	18,40	12,60
0049 Índice – IDEB Ensino Fundamental Anos Iniciais	4,50	-	4,70	-	4,70	-
0050 Índice – IDEB Ensino Fundamental anos Finais	3,40	-	3,60	-	3,90	-
0051 Índice – IDEB Ensino Médio	2,90	-	3,20	-	2,80	-

Fonte: http://ideb.inep.gov.br

PARTICIPAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NOS EVENTOS ESCOLARES		
JUVERNS	**ANO BASE**	
INDICADORES	**2022**	**2023**
Rede de Ensino	**Percentual**	**Percentual**
Estadual	27,85%	56,32%
Municipal	22,92%	41,56%
Federal	1,47%	2,12%
JERNS	**ANO BASE**	
INDICADORES	**2022**	**2023**
Rede de Ensino	**Percentual**	**Percentual**
Estadual	39,27%	53,26%
Municipal	34,12%	44,55%
Federal	11,12%	2,19%

Fonte: SEL/SEEC

Diante disso, observamos que obtivemos um resultado satisfatório.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2020-2023

Introdução
A Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC-RN) apresenta este Formulário de Avaliação Setorial 2020-2023, consolidando as informações e dados sobre as ações desenvolvidas nos âmbitos pedagógico, administrativo e orçamentário/financeiro por todas as Coordenadorias, incluindo as Subcoordenadorias, Núcleos e Setores responsáveis pelo desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos e administrativo-financeiros, bem como as Diretorias Regionais de Educação e Cultura (DIREC), as Diretorias Regionais de Alimentação Escolar (DRAE) e todas as unidades escolares. Este relatório tem como objetivo consolidar os dados da gestão dos trabalhos realizados pela SEEC-RN, em conformidade com o PPA, no período de 2020 a 2023, proporcionando uma visão geral das atividades desenvolvidas, dos objetivos Gerais, metas, iniciativas, assim como dos atores envolvidos, dos resultados obtidos e dos territórios contemplados nas ações desenvolvidas na rede estadual de ensino. Com essas ações, são contemplados todos os territórios potiguares: Terra dos Potiguaras, Mato Grande, Trairi, Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte, Seridó, Açu-Mossoró, Sertão Do Apodi, Alto Oeste, Potengi. Para o período 2020-2023, a SEEC-RN desenvolveu um projeto denominado **EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO: um processo de construção cooperativa e solidária para transformar a Educação do RN,** com o objetivo geral de atender à função social que lhe é destinada constitucionalmente de ofertar ensino médio de qualidade e garantir a aprendizagem em todos os níveis, etapas e modalidades da educação. Nesse sentido, a educação assume uma participação decisiva e estratégica para as políticas globais na reorganização do RN, atuando como **propulsora do desenvolvimento social e econômico do Estado.** Nessa perspectiva, o Projeto de Educação estabelece os seguintes objetivos estratégicos para o período: promover a formação ampla e integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos; gerir políticas de educação, cultura, esporte e lazer; elevar os indicadores educacionais; ampliar e fortalecer a educação profissional; ampliar e fortalecer as políticas de inclusão; aprimorar e construir propostas político pedagógicas e curriculares inovadoras; investir na melhoria da rede de escolas e

sistemas de ensino; aprimorar o regime de colaboração com os municípios; valorizar os profissionais da educação; ofertar educação integral em 50% das escolas de Nível Médio; instituir a Política de Superação do Analfabetismo nas 16 DIREC, em 08 anos, em articulação com as instituições de ensino, municípios e setores da sociedade civil.

Do Objetivo da Avaliação

O Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 cumpre um dispositivo constitucional e compõe o principal instrumento de planejamento e gestão do Governo Estadual. Além de ser um instrumento legal, permite a visualização dos cenários que se apresentam, e reafirma os compromissos de governo e o estabelecimento de estratégias, diretrizes e ações prioritárias para os anos da sua vigência.

O Plano Plurianual – PPA da Secretaria do Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer foi elaborado em conjunto com os Gestores, Coordenadores, Subcoordenadores e Chefes de Núcleos, em uma construção coletiva e nasceu com o compromisso de utilizar a avaliação como um instrumento de gestão e aperfeiçoamento das ações governamentais.

Bimestralmente é feito o acompanhamento das ações realizadas pelos setores desta secretaria, bem como o monitoramento do Plano Plurianual – PPA, a fim de que sejam inseridas no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, cumprindo o que determina a Instrução Normativa nº 000/2023 da SEPLAN, que instituiu o Sistema Informatizado de Acompanhamento da Gestão dos Programas do Plano Plurianual PPA 2020-2023 dos Órgãos do Poder Executivo. Objetivando o acompanhamento dos resultados e das metas previstas nos objetivos dos programas estabelecidos no Plano Plurianual, em questão.

No intuito de atender as demandas do monitoramento e a avaliação é feito calendário de reuniões bimestrais, presenciais, onde é acompanhado individualmente todos os setores no recolhimento dos dados. Com a finalidade de atingirmos os objetivos propostos, é solicitado aos setores que venham munidos das seguintes informações pertinentes a sua área:

- Denominação/Projeto/Programa/Curso/Ação: (Pedagógico e/ou Técnico);

- Objetivos/Finalidades dos projetos ou similares (breve descrição);

- Número de Atendimento total (escolas e/ou pessoas) da ação por Municípios nos seus devidos territórios;

- Número de atendimento nas Agendas transversais por Município nos seus devidos territórios (caso tenham ocorridos);

- Status do Projeto/Programa/Curso/Ação no bimestre;

- E outras informações complementares que sejam relevantes para o setor.

A princípio os setores sentiram a necessidade de se adequarem e muitos deles acolheram de forma propositiva a mudança no procedimento adotado. Outros apresentaram suas informações com deficiência nos quantitativos. A cada ano, durante a vigência do PPA, foram se aperfeiçoando e com as reuniões presenciais, afinaram a qualidade e a fidelidade das informações, assim como o monitoramento e avaliação se adequou as demandas e sugestões apresentadas pelos mesmos.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

O PPA da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer está inserido dentro dos programas 2001 – EDUCAÇÃO CIDADÃ, 2002 – RN SAUDÁVEL: PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE e 3007 – IGUALDADE NA DIVERSIDADE: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA. Os programas são constituídos por objetivos, seguidos de suas metas, agendas ODS e transversais, bem como de suas iniciativas e diretrizes.

Dentro do Programa 2001 – EDUCAÇÃO CIDADÃ, temos o total de 04 objetivos, apresentados abaixo e relacionados as suas diretrizes, metas, ODS, iniciativas e indicadores.

- Diretriz 00046:
  - Objetivo 00132:
    - Metas: 00880 (ODS: 00031, 00032, 00033), 00881 (ODS: 00031, 00032, 00033)
    - Iniciativa: 00473
    - Diretriz 00075:
  - Objetivo 00095:
    - Metas: 00755 (ODS: 0036), 00784, 00791 (ODS: 00064), 00796 (ODS: 0035), 00855 (ODS: 00033), 00857 (ODS: 00034), 00863, 01600 (ODS: 00032), 01601 (ODS: 00032), 01607 (ODS: 0034)
    - Iniciativas: 00513, 00536, 00545, 00556, 00562, 00567, 00576, 00578, 00587, 00599
  - Objetivo 00139:
    - Metas: 00892, 00893, 00896, 00897

• Diretriz 0106:

• Objetivo 00133:

• Metas: 00885 (ODS: 00038), 00887 (ODS: 00038, 00068)

• Iniciativas: 00403, 00411, 00414

• Indicadores: 0041 – Taxa de distorção idade/série EF, 0042 – Taxa de distorção idade/série EM, 0043 – Taxa de aprovação EM, 0044 – Taxa de aprovação EF, 0045 – Taxa de reprovação EF, 0046 – Taxa de reprovação EM, 0047 – Taxa de abandono EF, 0048 – Taxa de abandono EM, 0049 – Índice IDEB Anos iniciais, 0050 – Índice IDEB Anos finais, 001 Índice IDEB EM, 0184 População de 14 anos ou mais sem instrução/menos de 1 ano de estudo, 0331 Relação Professor/Aluno

O Programa 2002 apresenta um objetivo, abaixo relacionado a sua diretriz, metas, ODS, iniciativas.

• Diretriz 00066:

• Objetivo 00130:

• Metas: 00899 (ODS: 00082)

• Iniciativas: 00360, 00374

O Programa 3007 possui também um objetivo que segue relacionado a sua diretriz, metas, ODS, iniciativa e indicadores.

• Diretriz 00092:

• Objetivo 00102:

• Metas: 00871 (ODS: 00033), 00876 (ODS: 00033)

• Iniciativa: 00489

• Indicador: 0202 – Número de denúncias de violação de direitos humanos de criança e adolescente

Em relação às Agendas Transversais, todas as metas estabelecidas no PPA são de caráter globalizado, abrangendo, dessa forma, todos os públicos estabelecidos pelas agendas.

Metodologia

A metodologia utilizada para avaliação do PPA 2020-2023 teve como base a análise da execução das metas que compõem os objetivos.

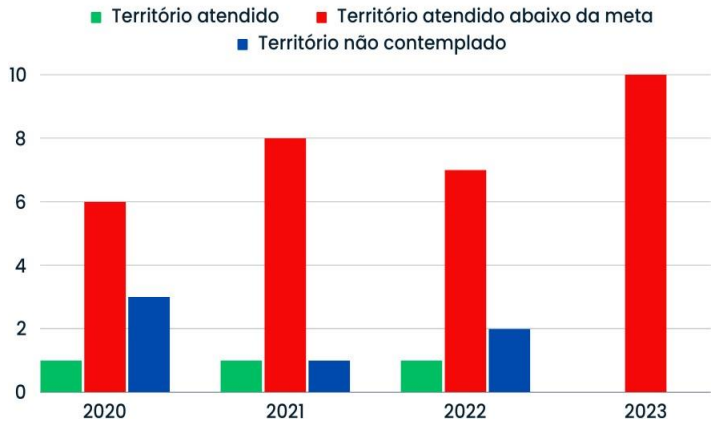
O critério estabelecido para a apuração dos dados foi o alcance das metas em cada território, considerando se essas foram alcançadas dentro do determinado ou abaixo do estipulado, uma vez que as ações desta Secretaria de Educação, em sua maioria, são mais de caráter subjetivo/qualitativo do que quantitativo. Dessa forma, garante-se uma análise mais equiparada entre todas as metas do PPA.

A fonte dos dados foram os relatórios finais do monitoramento do PPA de cada ano, retirados do SIGEF.

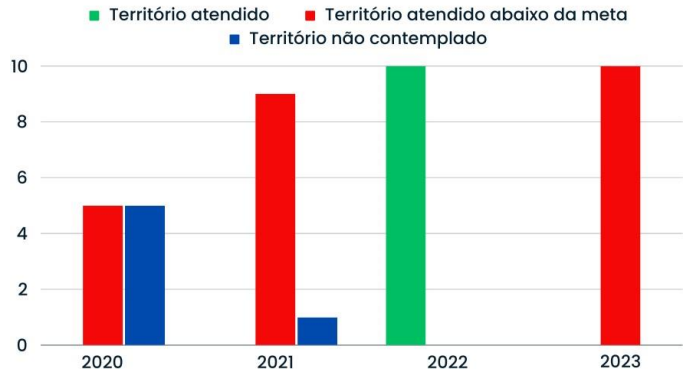
Abaixo, seguem os resultados obtidos a cada ano, distribuídos por objetivos e suas metas.

Objetivo 95: Universalizar, expandir e democratizar o acesso à educação básica, nas diversas etapas e modalidades ofertadas na rede estadual de educação, cultura, esporte e lazer do RN a partir da implementação de políticas que propiciem a construção e ampliação de saberes e conhecimentos e infraestrutura adequada.

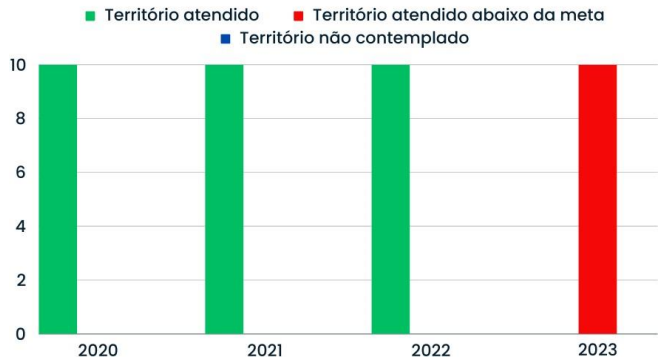
Meta 00755: Construir, reformar, ampliar e/ou adequar a infraestrutura física de unidades de ensino da rede estadual de Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades, espaços culturais, esportivos e de lazer, Órgão Central (SEEC) e Diretorias Regionais (DIREC/DRAE).



Meta 00784: Equipar e reequipar de forma acessível as unidades escolares e não escolares da rede estadual de ensino da Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades, espaços culturais, esportivos e de lazer, Órgão Central (SEEC) e Diretorias Regionais (DIREC/DRAE).



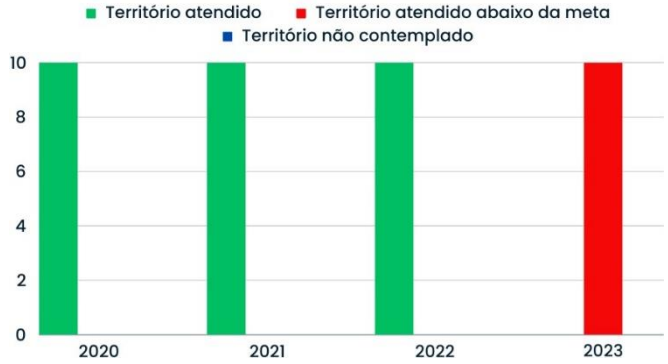
Meta 00791: Realização de programas e projetos educacionais, atividades culturais, esportivos e de lazer, de assistência ao estudante, atleta no âmbito da SEEC.



Meta 00796: Adquirir e/ou elaborar material didático-pedagógico, acervo bibliográfico e técnico, cultural, esportivo e de fardamento escolar.

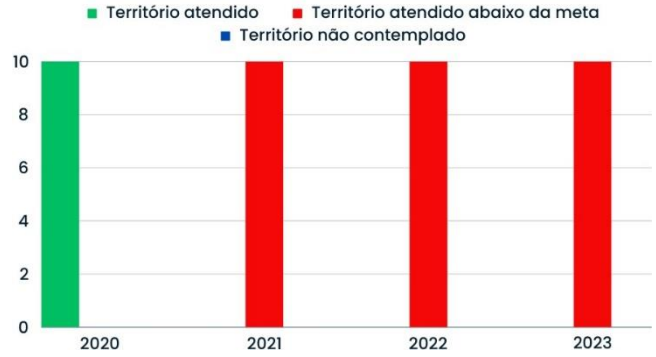


Meta 00853: Implementação e fortalecimento do regime de colaboração entre estados, municípios e união.

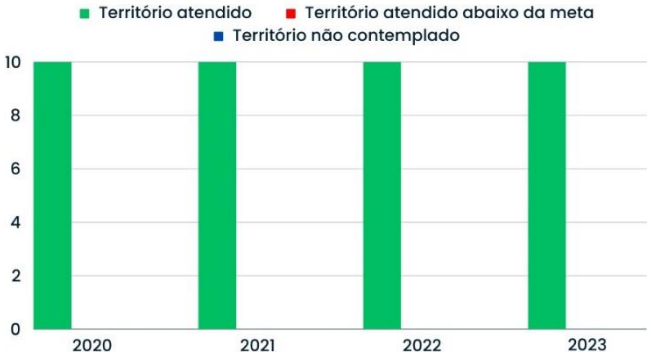


Meta 00855: Desenvolver e Fortalecer ações e programas voltados para pessoas com necessidade de atendimento temporário ou permanente especializado, hospitalar,

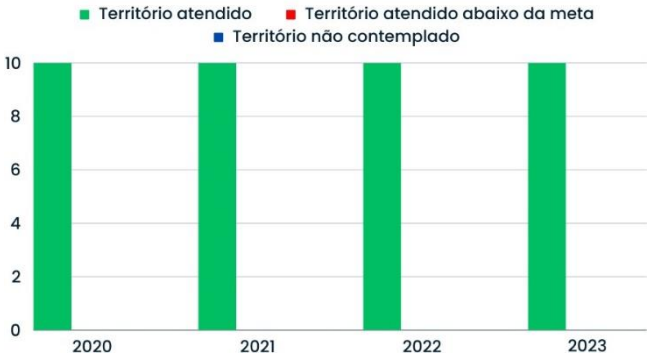
domiciliar e para atendimento às populações privadas de liberdade em espaços não escolares.



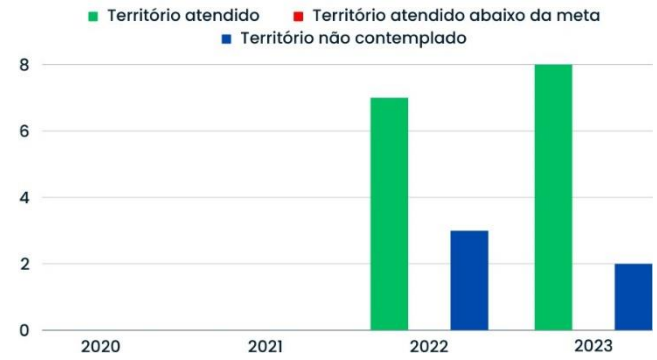
Meta 00857: Elaboração de Política de alfabetização para superar o analfabetismo no Rio Grande do Norte.



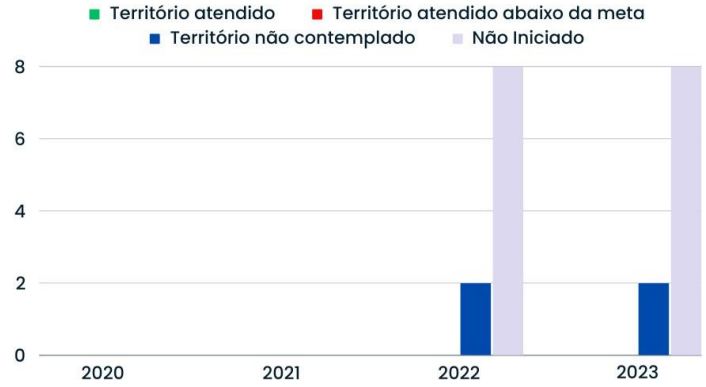
Meta 00863: Implantar, fortalecer e manter a infraestrutura tecnológica necessária para o desenvolvimento de salas ambientes e outros espaços de aprendizado na escola.



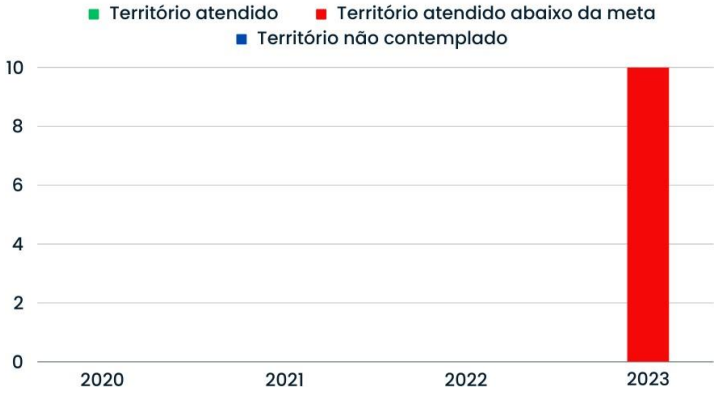
Meta 01600: Construção, implantação, e readequação dos Institutos Estaduais de Educação Profissional do Rio Grande do Norte - IERN (Programa Nova Escola Potiguar).



Meta 01601: Adquirir de forma acessível mobiliários/equipamentos para os Institutos Estaduais de Educação Profissional - IERN (Programa Nova Escola Potiguar).

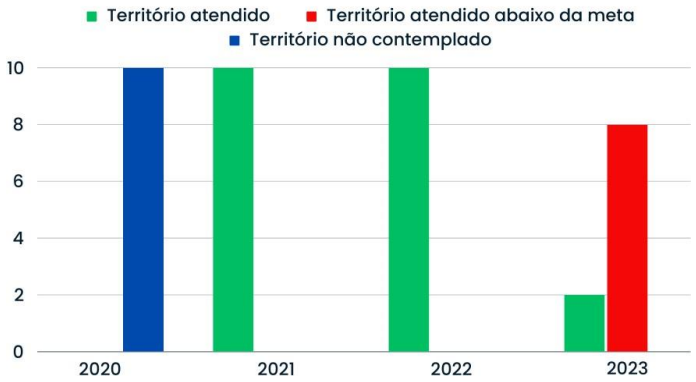


Meta 01607: Implantar e implementar a Política de Superação do Analfabetismo no Estado do Rio Grande do Norte, superando em 25%, a cada ano, a taxa de analfabetismo de Jovens e Adultos, de 15 anos ou mais, no Estado.



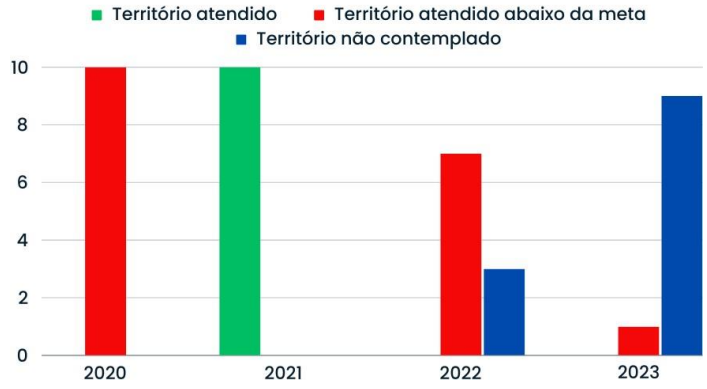
Objetivo 0130: Instituir políticas de inclusão, direitos humanos e diversidade, tendo como base a humanização e socialização, promovendo a efetiva educação em todas as formas de igualdade e equidade voltadas para o atendimento dos direitos e da cidadania, em articulação com os movimentos sociais.

Meta 00899: Fortalecer parcerias com outras entidades e instituições e estabelecer ações intersetoriais para ampliar as políticas de Educação em Direitos Humanos, Diversidade, Cultura, Esporte e Lazer no Estado do Rio Grande do Norte.

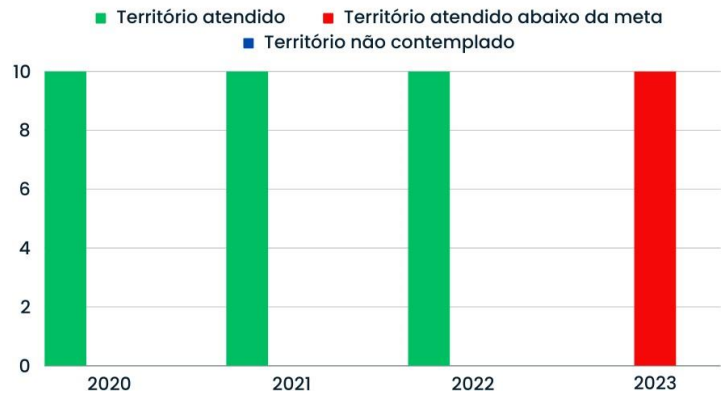


Objetivo 0132: Proporcionar a integração entre educação e trabalho a partir de inovações pedagógicas e da implantação e implementação de políticas para a formação técnica e tecnológica de nível médio e para o mundo do trabalho.

Meta 0880: Implantar e implementar a Educação Profissional, Técnica de nível médio e na modalidade EJA na Rede Estadual de Ensino.

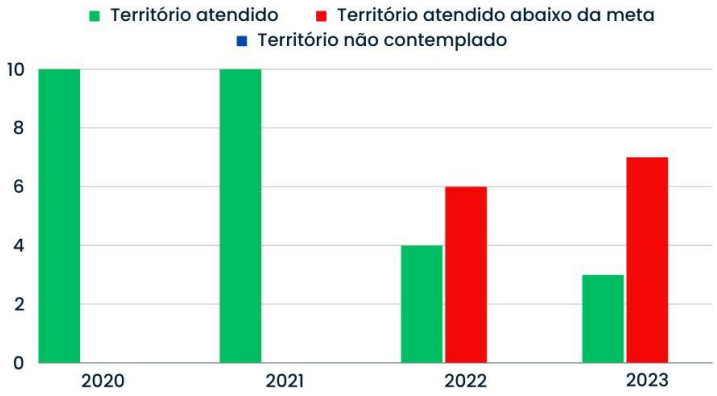


Meta 00881: Assegurar a diversificação e inovação curricular da Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades, articulando a formação e a preparação para o mundo do trabalho aliada à formação integral.

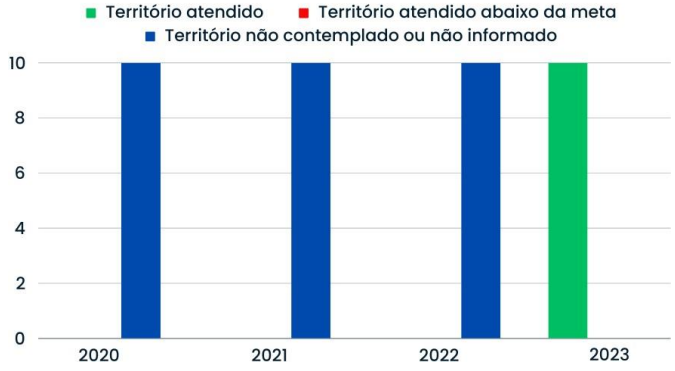


Objetivo 0133: Propiciar a valorização dos professores, profissionais e pessoas que atuam no âmbito da secretaria de educação, cultura, esporte e lazer, fortalecendo e ampliando as políticas que assegurem proventos, progressão, promoção, expansão da carreira e formação na área de atuação.

Meta 0885: Promover a formação continuada e estruturar a carreira do magistério e demais profissionais que atuam no âmbito Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

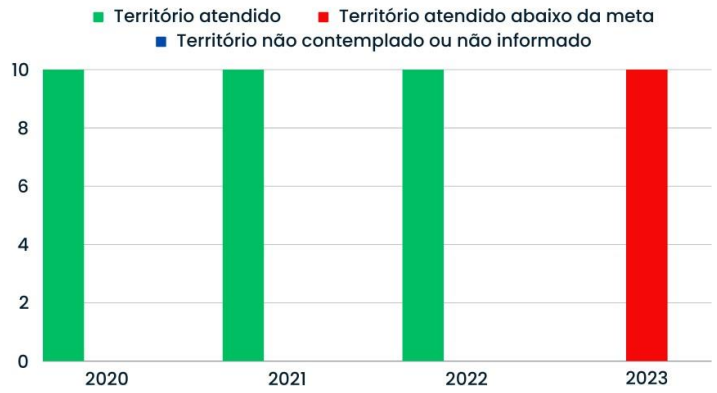


Meta 0887: Revisar e atualizar o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, adequando-o às mudanças curriculares, verificando a necessidade de ampliação da oferta de vagas para professores e demais profissionais e a criação de novos cargos, se necessário.

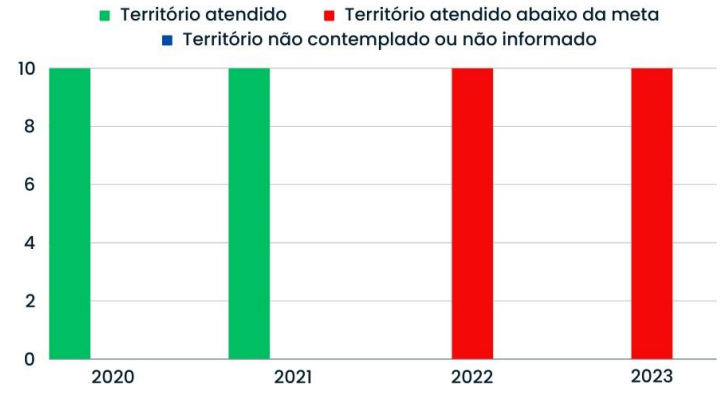


Objetivo 0139: Fortalecer a gestão democrática, ampliando a participação, a responsabilização e a autonomia dos sistemas escolares públicos estaduais, no órgão central e diretorias regionais (DIREC/DRAE) e estabelecer parcerias com outros entes da sociedade civil.

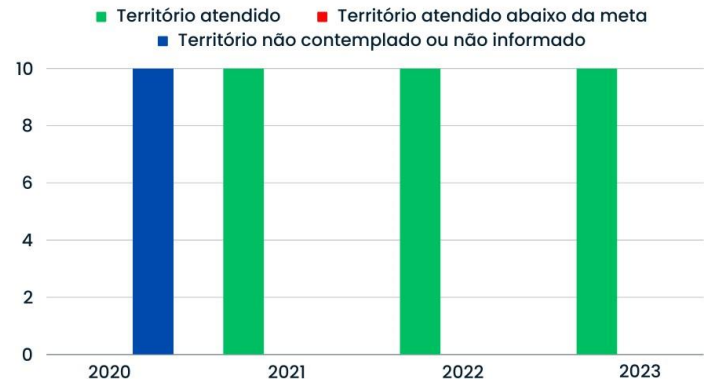
Meta 0892: Fortalecer a gestão democrática com aporte técnico e formativo nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira, garantindo a participação da comunidade escolar, visando ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática e das eleições unificadas dos gestores nas escolas estaduais.



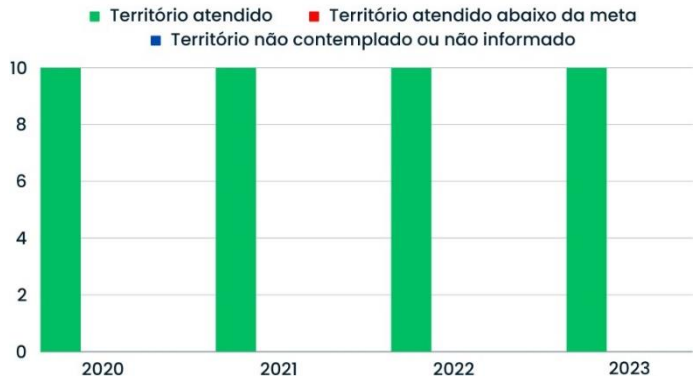
Meta 0893: Fortalecer e apoiar os conselhos, comitês, comissões e fóruns com vistas ao bom desempenho de suas funções.



Meta 0896: Fortalecer a participação dos órgãos democráticos das escolas, relativos aos conselhos escolares, grêmios estudantis ou outra forma de organização da comunidade escolar, nas tomadas de decisões dos projetos político pedagógicos, plano de gestão e regimento escolar.

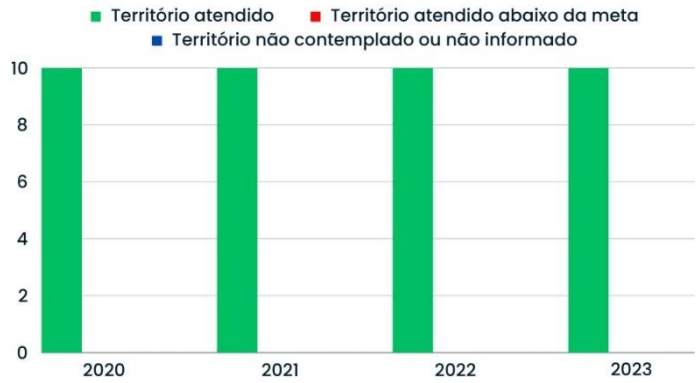


Meta 0897: Construir, implantar e implementar o Planejamento Estratégico Integrado às ações de gestão e pedagógicas no âmbito da SEEC.

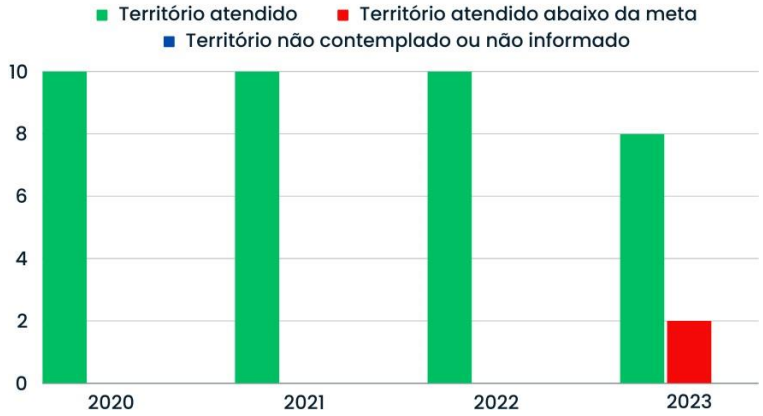


Objetivo 0102: Instituir ações pedagógicas alinhadas a uma política de reorganização e flexibilização curricular e de avaliação institucional de modo a promover a qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades, proporcionando condições de aprendizagem, avaliação e melhoria do fluxo escolar.

Meta 0871: Desenvolver políticas de melhoria da qualidade da Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades, promovendo acesso, permanência e sucesso na aprendizagem.



Meta 0876: Acompanhar e monitorar o desempenho da rede estadual de ensino, construindo ações para a melhoria das aprendizagens e do fluxo escolar na educação básica em suas etapas e modalidades.



Avaliação Geral dos Resultados

As atividades desenvolvidas nos programas/projetos/ações desta Secretaria foram elaboradas para alcançar o proposto no planejamento do Plano Plurianual do 2020-2023, mesmo em decorrência da pandemia do COVID-19 nos anos anteriores o que contribuiu para uma mudança nas condições pedagógicas e estruturais. Desta forma analisando o PPA na sua totalidade e observando os resultados dos indicadores percebemos que o cumprimento dos objetivos e metas contribuíram de forma satisfatória.

Sobre os indicadores do ano de 2023, incluindo o IDEB, os mesmos só estarão disponíveis para análise até os meados do ano em curso.

ORGÃO: 18000 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA						
INDICADORES	**ANO BASE**					
NOME	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
0041 – Taxa de Distorção Idade /Série Ensino Fundamental	35,90	34,50	32,50	30,90	28,30	26,80
0042 – Taxa de Distorção idade/Série Ensino Médio	51,20	50,10	48,60	46,40	46,60	44,50
0043 – Taxa de Aprovação ensino médio	71,10	71,40	73,50	99,60	69,10	70,90
0044 – Taxa de Aprovação Ensino fundamental	78,50	79,60	81,60	99,30	84,40	81,90
0045 – Taxa de Reprovação Ensino Fundamental	17,50	16,90	15,50	0,20	8,10	14,80
0046 – Taxa de Reprovação ensino Médio	17,30	17,70	17,00	0,30	12,50	16,50
0047 – Taxa de Abandono Ensino Fundamental	4,00	3,50	2,90	0,20	7,50	3,30
0048 – Taxa de Abandono Ensino Médio	11,60	10,90	9,50	0,40	18,40	12,60
0049 Índice – IDEB Ensino Fundamental Anos Iniciais	4,50	-	4,70	-	4,70	-
0050 Índice – IDEB Ensino Fundamental anos Finais	3,40	-	3,60	-	3,90	-
0051 Índice – IDEB Ensino Médio	2,90	-	3,20	-	2,80	-

Fonte: http://ideb.inep.gov.br

PARTICIPAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NOS EVENTOS ESCOLARES		
JUVERNS	**ANO BASE**	
INDICADORES	**2022**	**2023**
Rede de Ensino	**Percentual**	**Percentual**
Estadual	27,85%	56,32%
Municipal	22,92%	41,56%
Federal	1,47%	2,12%
JERNS	**ANO BASE**	
INDICADORES	**2022**	**2023**
Rede de Ensino	**Percentual**	**Percentual**
Estadual	39,27%	53,26%
Municipal	34,12%	44,55%
Federal	11,12%	2,19%

Fonte: SEL/SEEC

Síntese da Avaliação e Recomendações

- Reordenamento da rede e a municipalização dos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos casos cabíveis, avaliando o impacto financeiro e territorial;
- Adequações no Plano de Cargos Carreira e Remuneração (Lei Complementar nº 322/06) – Ex: Professor com 40h para atender as necessidades dos professores das escolas em Tempo Integral;
- Novos concursos públicos, inclusive para novos cargos (Ex: professor indígena), carreiras e para técnicos da SEEC/RN;

- Atualizar a legislação dos portes das escolas e respectivamente os valores da gratificação dos gestores;
- Minimizar os impactos negativos da Reforma do Ensino Médio, viabilizando de forma satisfatória todos os itinerários formativos em cada unidade escolar;
- Aplicar o SIMAIS semestralmente, aumentando os seus investimentos;
- Reordenar a política do PETERN, minimizando o impacto financeiro para Governo do RN e contemplando as necessidades das escolas da Rede Estadual, a exemplo o 6º horário no ensino médio;
- Promulgação da Lei do Tempo Integral e a Lei do Porte das Escolas;
- Estabelecer mudanças na cultura organizacional da SEEC/RN para maior eficácia e qualidade social dos serviços prestados;
- Concentrar investimentos para a política de formação continuada, inclusive fortalecendo os papéis dos coordenadores pedagógicos das escolas e suportes pedagógicos;
- Concentrar investimentos para infraestrutura das unidades escolares e SEEC/RN;
- Ampliar a matrícula em EJA e Ensino Médio, incluindo nas Escolas do Campo e nos municípios com maior deficiência no atendimento;
- Estabelecer uma política estadual de Busca Ativa de estudantes, de forma Intersetorial e com investimentos em sistemas informacionais;
- Contratar profissionais especializados para atendimento psicológico e de assistência social aos estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino do RN;
- Redimensionamento das DIREC e DRAE, visando melhor distribuir o público e a capacidade de atendimento das regionais.

Referências

RIO GRANDE DO NORTE. Relatórios PPA – Ano base 2020.
____. Relatórios PPA – Ano base 2021.
____. Relatórios PPA – Ano base 2022.
____. Relatórios PPA – Ano base 2023.

RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO
DE DADOS - DATANORTE

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

DATANORTE

Exercício 2023

1. Avaliação Setorial – Exercício 2023

1.1. Código e nome do Órgão: 16202 – COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO RIO GRANDE DO NORTE – DATANORTE

1.2. Nome do Programa Temático: 5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO

1.3. Código e descrição do Objetivo: 00009 - Programa de recuperação de crédito imobiliário no RN objetivará a redução da inadimplência da carteira imobiliária da DATANORTE, evitando desta forma que sejam implementadas medidas que venham a trazer problemas judiciais, administrativos e sociais para aqueles que não tiverem seus imóveis regularizados, além de que ao final do contrato poderão ter sua hipoteca liberada sem maiores problemas.

Códigos das metas: 1 meta em andamento. (00166)

Códigos das iniciativas: 3 iniciativas. (00023, 00036 e 01718)

1.3.1. Avaliação do Objetivo 00009: Com o propósito de desenvolver ações planejadas que viabilizem a regularização de atrasos dos mutuários inadimplentes, esse objetivo tem a finalidade de sustentabilidade do funcionamento e manutenção do órgão, assim como, financiar as ações do PPA.

No ano de 2023, a Companhia obteve um crescimento de mais de 16% na arrecadação própria se comparado ao não de 2022, conforme quadro abaixo.

ANO	2022	2023
ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	R$ 876.516,31	R$ 1.021.199,26

Fonte: SIGEF

Diante de um ano com cenário financeiro economicamente melhor para a DATANORTE, foi possível a alocação de receitas arrecadadas para custeio desse objetivo, conforme quadro abaixo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO - 00009

Previsto na LOA
R$ 98.000,00

1.3.2. Avaliação Individual da Meta

Código e Descrição da Meta: 00166 – Reduzir a Inadimplência

Avaliação da Meta 00166: Em 2023 foi reduzida a inadimplência em apenas 104 contratos em detrimento a meta de 821 contratos. Resultado muito aquém ao almejada pela Companhia.

META - 0166

Previsto	Realizado
821	104

1.3.3. Avaliação Individual das Iniciativas

a) Código e Descrição da Iniciativa: 00023- Implementação dos meios de cobrança dos inadimplentes da carteira imobiliária.

Avaliação da Iniciativa 00023: Por motivo de não obtenção de resultado no ano de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia, optou pela não renovação do contrato junto a CDL-Natal para atualização de cadastro, cobrança e negativação dos mutuários inadimplentes.

⇒ Não houve despesa realizada na subação alocada ao PPA

INICIATIVA - 00023

Previsto na LOA	Realizado
R$ 20.000,00	R$ 0,00

b) Código e Descrição da Iniciativa: 00036 - Treinamento e capacitação do pessoal para atendimento e cobrança.

Avaliação da Iniciativa 00036: Por falta de recursos financeiros, no ano de 2023 não foram realizados treinamentos e capacitações de pessoas para aperfeiçoamento no atendimento e cobrança.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

c) Código e Descrição da Iniciativa: 01718 - Aparelhamento e Reaparelhamento do Órgão.

Avaliação da Iniciativa 01718: No ano de 2023, foi possível o aparelhamento e reaparelhamento da Companhia com a aquisição de novos computadores e periféricos.

INICIATIVA - 0166

Previsto na LOA	Realizado
R$ 78.000,00	R$ 24.480,00

1.4. Código e descrição do Objetivo: 00029 - Implementar medidas técnicas e jurídicas necessárias à regularização fundiária dos assentamentos urbanos constituídos por imóveis construídos e comercializados pela COHAB-RN.

Códigos das metas: 1 meta em andamento (00174)

Códigos das iniciativas: 6 iniciativas. (00032, 00037, 00038, 00039, 00040 e 00041)

1.4.1. Avaliação do Objetivo 00029: Tem a finalidade de desenvolver ações planejadas que viabilizem a rápida regularização Fundiária dos Conjuntos Habitacionais construídos e comercializados pela extinta COHAB-RN, proporcionando condições favoráveis à titularidade dos imóveis.

A DATANORTE firmou parceria com a CEHAB/UFERSA, desde 2017, com vistas à adoção de medidas complementares para a implementação da Regularização Fundiária dos empreendimentos habitacionais construídos pela extinta COHAB, sucedidos pela DATANORTE. A partir de então, foi criado um trabalho envolvendo os partícipes do convênio e o Ministério Público. Essa parceria permanece até os dias atuais.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO - 00029

Previsto na LOA
R$ 70.000,00

1.4.2. Avaliação Individual da Meta

Código e Descrição da Meta: 00174 – Regularizar os Conjuntos Habitacionais

Avaliação da Meta 00174: Nenhum conjunto habitacional foi regularizado no ano de 2023 em Terras Potiguares em detrimento a meta de regularizar 1 conjunto habitacional.

O processo final da regularização dos conjuntos habitacionais é bastante complexo que requer uma força tarefa dos órgãos envolvidos (DATANORTE, CEHAB e UFERSA). A Datanorte, na medida do possível, desenvolveu de forma satisfatória seu papel como parceiro da CEHAB e da UFERSA.

META - 0174

Previsto	Realizado
1	0

1.4.3. Avaliação Individual da Iniciativa

a) Código e Descrição da Iniciativa: 00032 - Implementação de medidas necessárias à regularização fundiária de conjuntos habitacionais

Avaliação da Iniciativa 00032: Para dar celeridade e agilidade ao processo de regularização fundiária, o setor de Patrimônio e a Assessoria Jurídica da Companhia no ano de 2023 deixou a disposição da CEHAB e da UFERSA, servidores exclusivos e dedicados às solicitações de documentações necessárias ao processo de regularização.

⇒ Não houve despesa realizada na subação alocada ao PPA.

INICIATIVA - 00032

Previsto na LOA	Realizado
R$ 70.000,00	R$ 0,00

b) Código e Descrição da Iniciativa: 00037 - Expedição de certidões e outros documentos

Avaliação da Iniciativa 00037: O setor de Processos Imobiliários (responsável pelo atendimento ao público) junto aos setores de Patrimônio e Assessoria Jurídica da Companhia, são os grandes cumpridores das expedições de certidões e documentos.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

c) Código da Iniciativa: 00038 - Expedição de certidões (Desmembramento).

Avaliação da Iniciativa 00038: Por falta de recursos financeiros, no ano de 2023 não foi possível às expedições de certidões de desmembramentos.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA

d) Código da Iniciativa: 00039 - Atualização do Gestor Imobiliário

Avaliação da Iniciativa 00039: Através de aditivo, o contrato com a empresa SECREL SISTEMAS e TERCEIRIZAÇÕES LTDA, foi renovado para o ano de 2023.

⇒ Essa despesa foi realizada na subação manutenção e funcionamento.

e) Código da Iniciativa: 00040 - Levantamento de dados Topográfico

Avaliação da Iniciativa 00040: A Companhia não dispõe de Servidor técnico para o desempenho da função. Assim como, não foi possível a contratação de profissional técnico por falta de recursos financeiros.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

f) Código da Iniciativa: 00041 - Expedição documentos prefeituras

Avaliação da Iniciativa 00041: No ano de 2023, não foram solicitados documentos pelas prefeituras.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

1.5. Código e descrição do Objetivo: 00030 - Desenvolver ações planejadas que viabilizem a localização e avaliação dos bens incorporados pela Datanorte.

Códigos das metas: 1 meta em andamento (00187)

Códigos das iniciativas: 6 iniciativas. (00028, 00029, 00042, 00043, 00044 e 00045)

1.5.1. Avaliação do Objetivo 00030: O objetivo tem o propósito de situar, atualizar e contabilizar todos os bens móveis e imóveis herdados pela Companhia na incorporação no ano de 1995.

A ideia principal do objetivo de irmos in loco a busca da localização e avaliação dos bens imóveis pertencentes à Companhia foi abortada pela ausência de servidores tecnicamente qualificados para realização das avaliações.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO - 00030

Previsto na LOA
R$ 0,00

1.5.2. Avaliação Individual da Meta

Código e Descrição da Meta: 0187 - Avaliar bens imóveis e equipamentos

Avaliação da Meta 0187: O setor de Patrimônio da DATANORTE não conseguiu concluir a análise sob o relatório de avaliação fornecido pela empresa (NIP) terceirizada pelo Governo do Estado do RN, a fim de espelhamento e comparativo com os bens imóveis cadastrados e contabilizados na Companhia. No tocante a avaliação dos equipamentos, um processo para a contratação de Leiloeiro foi aberto, conforme processo SEI nº 1375/2022-57.

META - 0187

Previsto	Realizado
20%	0%

1.5.3. Avaliação Individual da Iniciativa

a) Código e Descrição da Iniciativa: 00028 - Aprimoramento do acompanhamento das causas judiciais

Avaliação da Iniciativa 00028: O setor Jurídico da Companhia tem acompanhado as penhoras de bens oriundos de processos trabalhistas. No ano de 2023, apenas um bem foi penhorado.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

b) Código e Descrição da Iniciativa: 00029 - Criação de leilão dos bens (veículos, Máquinas agrícolas, equipamentos de imprensa dentre outros).

Avaliação da Iniciativa 00029: Em 2022 foi aberto pelo setor de Patrimônio da Companhia um processo no sistema SEI de nº 1375/2022-57 solicitando a contratação de leiloeiro e, por conseguinte a realização de Leilão dos bens inservíveis da Companhia. O processo está na Assessoria Jurídica da Companhia aguardando parecer jurídico para continuidade e andamento do pleito.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

c) Código e Descrição da Iniciativa: 00042 - Recuperação de bens tomados por invasão

Avaliação da Iniciativa 00042: No ano de 2023, nenhum bem foi invadido. Os setores de Patrimônio e Jurídico da Companhia trabalharam incansavelmente na fiscalização.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

d) Código e Descrição da Iniciativa: 00043 - Criação de comitê de fiscalização e controle dos bens.

Avaliação da Iniciativa 00043: Iniciativa não realizada em 2023.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

e) Código e Descrição da Iniciativa: 00044 - Realização de manutenção dos imóveis desocupados.

Avaliação da Iniciativa 00044: Por falta de recursos financeiros, no ano de 2023 não foi possível à realização de manutenção em imóveis desocupados.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

f) Código e Descrição da Iniciativa: 00045 - Avaliação de cessões e alugueis dos imóveis.

Avaliação da Iniciativa 00045: Iniciativa não realizada em 2023.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

1.6. Código e descrição do Objetivo: 00031 **-** Desenvolver ações planejadas que viabilizem a rápida recuperação de créditos imobiliários, proporcionando ao Governo lastro financeiro e as condições favoráveis para novação de dívidas e responsabilidade prevista na Lei 10.150/2000.

Códigos das metas: 2 metas em andamento (00176 e 00185)

Códigos das iniciativas: 6 iniciativas. (00027, 00047, 00049, 00050, 00051 e 00052)

1.6.1. Avaliação do Objetivo: Com a finalidade de prover alicerce para renovação de dívida ao Governo do Estado, esse objetivo tem a função de recuperar receitas do FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais) junto à Caixa Econômica Federal – CEF.

As receitas acumuladas decorrentes da recuperação de créditos do FCVS junto a Caixa Econômica Federal totalizaram ao final do 4º trimestre de 2023, R$142.492.054,32 (cento e quarenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos), sendo R$82.535.792,13 (oitenta e dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, setecentos e noventa e dois reais e treze centavos) em Créditos Validados Auditados e R$59.956.262,19 (cinquenta e nove milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e sessenta e dois reais e dezenove centavos) ainda Não Auditados pela Caixa Econômica Federal e aptos para novação, conforme previsto na Lei 10.150/00.

No final do 3º trimestre de 2023, a Companhia buscou ações planejadas e integradas com a Secretaria de Estado e Administração - SEAD, com a Agência Reguladora de Serviços Públicos - ARSEP e com a Empresa Gestora de Ativos do RN-EMGERN em 2023, como: contratações de 15 estagiários de diversos cursos de nível superior; treinamentos exclusivos voltados para a carteira do FCVS, ministrados por servidores cedidos na forma de empréstimo pela ARSEP e EMGERN.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO - 00031

Previsto na LOA
R$ 55.000,00

1.6.2. Avaliação Individual das Metas

a) Código e Descrição da Meta: 00176 - Habilitar contratos liquidados junto à caixa econômica administradora do FCVS

Avaliação da Meta 00176: Em detrimento a meta de 10% no que diz respeito às habilitações dos contratos liquidados junto a CEF, foi obtido em 2023 um resultado acumulado de 1%.

Apesar das ações integradas e planejadas (contratação de estagiários, treinamentos e outros) com a SEAD, ARSEP e EMGERN, no final do 3º trimestre de 2023, não houve tempo hábil para um resultado satisfatório.

META - 0176

Previsto	Realizado
10%	1%

b) Código e Descrição da Meta: 00185 - Homologar contratos habilitados

Avaliação da Meta 00185: Para a meta de 10% na homologação de contratos habilitados, foi obtido um resultado acumulado no final de 2023 de 1%.

Apesar das ações integradas e planejadas com a SEAD, ARSEP e EMGERN, no final do 3º trimestre de 2023, não houve tempo hábil para um resultado satisfatório.

META - 0185

Previsto	Realizado
10%	1%

1.6.3. Avaliação Individual da Iniciativa:

a) Código e Descrição da Iniciativa: 00027 - Recuperação dos créditos patrimoniais do FCVS.

Avaliação da Iniciativa 00027: De janeiro a dezembro de 2023, foram recuperados em créditos patrimoniais do FCVS o valor de R$ 6.252.627,47 (seis milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e sete centavos).

INICIATIVA - 00027

Previsto na LOA	Realizado
R$ 55.000,00	R$ 0,00

b) Código e Descrição da Iniciativa: 00047 - Ampliação da equipe técnica da divisão do FCVS.

Avaliação da Iniciativa 00047: No ano de 2023 foi autorizada pela SEAD a contratação de 15 estagiários para ampliação da equipe técnica na divisão do FCVS. Por falta de recurso orçamentário e financeiro, essa ação foi abortada.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

c) Código e Descrição da Iniciativa: 00049 - Depuração de contatos

Avaliação da Iniciativa 00049: No ano de 2023, foram depurados 302 contratos no sistema, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Roteiro de Análise e Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

d) Código e Descrição da Iniciativa: 00050 - Confecção de dossiê dos contratos liquidado.

Avaliação da Iniciativa 00050: No ano de 2023 foram confeccionados 347 dossiês e enviados todos os documentos necessários para a comprovação da existência do funcionamento habitacional com cobertura do FCVS, visando à homologação.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

e) Código e Descrição da Iniciativa: 00051 - Autenticação de documentos dos mutuários.

Avaliação da Iniciativa 00051: No ano de 2023, não houve autenticação de documentos dos mutuários.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

f) Código e Descrição da Iniciativa: 00052 - Preenchimento de contratos incompletos.

Avaliação da Iniciativa 00052: No ano de 2023, não houve preenchimento de contratos.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

2. Análise da Execução Orçamentária e Financeira

2.1. Análise da Execução Orçamentária

Previsto e Realizado na LOA em 2023

Código do Objetivo	Previsto na LOA	Executado
0009	R$ 98.000,00	R$ 24.480,00
0029	R$ 70.000,00	R$ 0,00
0030	R$ 0,00	R$ 0,00
0031	R$ 55.000,00	R$ 0,00
T O T A L	**R$ 223.000,00**	**R$ 24.480,00**

2.2. Análise da Execução Financeira

A Companhia que se utiliza de recursos próprios da sua arrecadação mensal, realizou pouco mais de 10% das despesas com recursos alocados no PPA no ano de 2023. Diante do exposto, não podemos avaliar se os recursos disponíveis seriam suficientes para a execução das iniciativas previstas no ano de 2023.

3. Avaliação Setorial dos Resultados

3.1. Avaliação geral setorial:

Embora todas as iniciativas estejam alinhadas aos objetivos do órgão, não foi possível qualificar os resultados das ações previstas para o ano de 2023, uma vez que as 5 meta não sofreram alterações que atestem evolução nos resultados desejados pela Companhia.

Como justificativas de não obtenção dos resultados desejados no presente relatório, temos a manifestar:

⇒ A baixa arrecadação própria, causando a escassez de recursos financeiros para execução do PPA;

⇒ Bloqueios Judiciais nas contas da Companhia;

⇒ Ausência de servidores tecnicamente qualificados para funções especifica;

⇒ Ausência de treinamentos periódicos e de qualificação;

⇒ Custo Operacional;

⇒ Falta de Infraestrutura;

3.2. Restrições:

Restrições	O que foi feito para superar
Um dos fatores preponderantes para a queda da arrecadação é o fato do vencimento gradual dos contratos dos mutuários e dos permissionários.	Com a criação no final do 3ª trimestre de 2022 da Coordenação direcionada a arrecadação e cobrança e ações programadas e planejadas pela Coordenação e gerência do setor, é notório o crescimento de 16% da receita de 2023 se comparado a 2022.
Bloqueios Judiciais nas contas da DATANORTE.	O Setor Financeiro e a Assessoria Jurídica da Companhia trabalharam em conjunto e de forma continua para a inversão e estancamento dos valores bloqueados judicialmente. Essas ações trouxeram resultados bastante satisfatórios.
Falta de recursos financeiro para realização das ações.	A Diretoria Executiva tem como realidade urgente a solicitação de um pedido de ajuda financeira ao Governo do Estado.
Bens Móveis sucateados herdados na incorporação	Contratação de leiloeiro e realização de leilão dos bens sucateados.
Carência de recursos humanos	Contratação de 15 estagiários, fracionados nos cursos de: 5 de ciências contábeis; 5 de direito; 5 de administração.

4. Recomendações

Para o corrente ano base de 2024, o órgão já deu início a um trabalho integrado com todas as áreas em particular, planejamento, financeiro, carteira imobiliária, patrimônio, arrecadação e cobrança, FCVS e jurídico, sem privar-se da participação das demais áreas de apoio ao programa, aliado a uma visão estratégia com total engajamento e comprometimento da Direção Executiva da Companhia com foco nas questões prioritárias e um gerenciamento efetivo das ações de cada área, permitindo recuperar e alcançar os resultados que se espera para o próximo quadriênio 2024-2027.

5. Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão nos Programas Temáticos contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (X) NÃO

_____

JONNY ARAÚJO DA COSTA
Diretor Presidente

RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO
DE DADOS - DATANORTE

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

DATANORTE

1. APRESENTAÇÃO

A Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Norte – DATANORTE, órgão da administração indireta, criada pela Lei nº 4.528, de 17 de dezembro de 1975, vinculada, na época, à Secretaria de Planejamento, como uma empresa de economia mista, começou a funcionar em 1977.

Muito embora criada com a finalidade de "executar serviços de processamento de dados e tratamento de informações", ao longo dos anos, a Companhia foi deixando de executar este trabalho. A perda de sua finalidade ocorreu em face aos modernos conceitos da informatização, dos novos tratamentos dados à informação pública e da migração do ambiente centralizado para plataformas baixas, provocando com issomudanças na política de informática do Governo do Estado.

No final de 1995, através de uma reforma administrativa, o Governo do Estado extinguiu algumas empresas e as incorporou à DATANORTE, que assumiu a responsabilidade sobre as extintas CDI/RN, CDM/RN, COHAB/RN, CIDA/RN, EMPROTURN/RN e CERN/RN de acordo com a legislação pertinente a seguir:

1. Lei Complementar n° 129 de 02 de fevereiro de 1995, publicada no Diário Oficial do Estado de 10 de fevereiro de 1995;
2. Aprovação dos protocolos de incorporações pela DATANORTE da CDI/RN, CIDA/RN, CERN/RN e EMPROTUR/RN, transcritos nos seus respectivos livros de atas e publicados no Diário Oficial do Estado nos dias 16 de junho de 1995, 05 de julho de 1995, 22 de junho de 1995 e 22 de agosto de 1995, respectivamente;
3. Aprovação dos protocolos de incorporações pela DATANORTE da CDM/RN, COHAB/RN e BODOMINAS, transcritos nos seus respectivos livros de atas, já devidamente aprovados pelas Assembleias Gerais daquelas empresas, estando às atas concernentes já arquivadas na junta comercial do Estado, conforme discriminação a seguir: COHAB – registro n° 1459/95, em 08/06/95; BODOMINAS – Registro n° 1494/95, em 09/06/95; CDM – Registro n° 1460/95, em 08/06/95;
4. Decreto n° 12.711 de 21 de agosto de 1995, publicado no Diário Oficial do Estado de 22 de agosto de 1995;
5. Lei Complementar n° 228, de 1° de março de 2002,
6. Decreto n° 15.928, de 06 de março de 2002.

É de competência da Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Norte – DATANORTE:

I. Planejar, executar e acompanhar as atividades pertinentes à administração dos Recursos Humanos, no âmbito das empresas incorporadas, observando, prioritariamente, a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, no estrito cumprimento da lei;

II. Exercer a função de órgão responsável pela pesquisa e a lavra de minérios, bem como de áreas minerais requeridas junto ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral **– DNPM**, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia, em todo território do Rio Grande do Norte, sua comercialização, importação, exportação, como também a realização de estudos, pesquisas, projetos e serviços de avaliação de jazidas minerais;

III. Planejar, executar e acompanhar as atividades de atendimento ao público dos imóveis comercializados pela incorporada **COHAB-RN**, atuando na sua cobrança, arrecadação, quitação, ressarcimento do FCVS, transferências e demais atividades relacionadas aos

contratos imobiliários dos mutuários, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação **(SFH)**;

IV. Planejar, executar e acompanhar as atividades relacionadas com a Regularização Fundiária dos Conjuntos Habitacionais, construídos e comercializados pela incorporada **COHAB-RN**, mediante ações e medidas administrativas e jurídicas, que garantem direito de titularidade definitiva da propriedade aos seus beneficiários;

V. Planejar, executar e acompanhar as atividades e o gerenciamento do patrimônio dos bens imóveis, pertencentes às empresas incorporadas, atuando nas suas regularizações, cobranças e gestão dos contratos permissionários mantidos pela instituição;

VI. Planejar, executar e acompanhar as atividades e o gerenciamento do patrimônio dos bens móveis, das Empresas incorporadas, atuando na sua regularização e manutenção;

VII. Planejar, executar e acompanhar as atividades relacionadas com o pagamento das Dívidas Trabalhistas das Empresas incorporadas, mediante ações compartilhadas com o Tribunal Regional do Trabalho do RN;

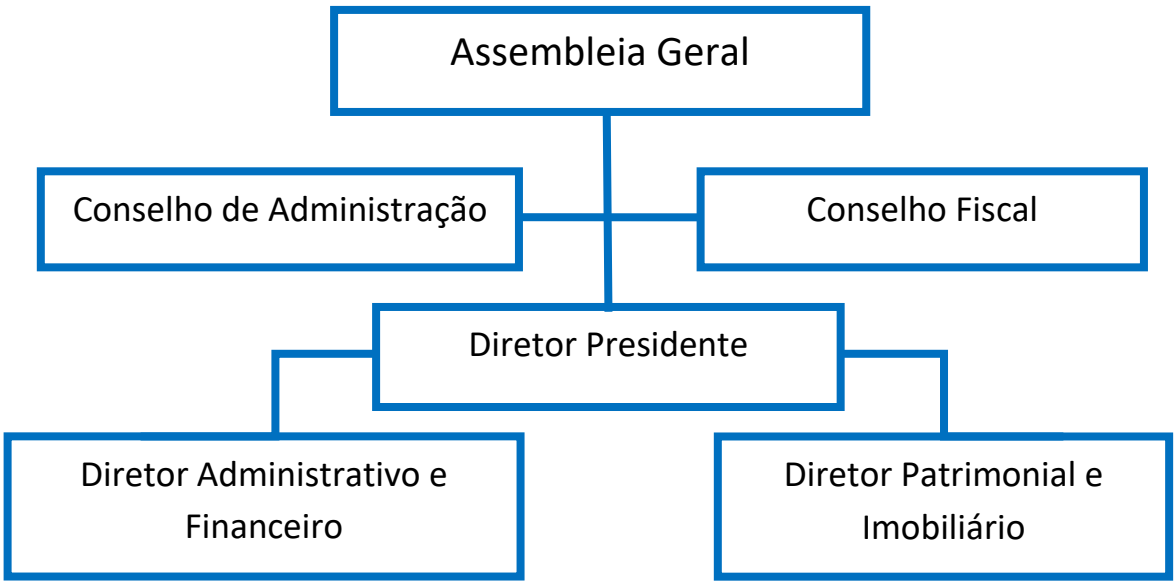
VIII. Planejar, executar e acompanhar as atividades relacionadas com o pagamento das Dívidas Previdenciárias e Tributárias das Empresas incorporadas, mediante ações de regularização junto aos órgãos credores;

IX. Gerir a administração dos Créditos e Débitos, Ativos e Passivos das Empresas incorporadas, inclusive aqueles provenientes de acordos, convênios e ajustes celebrados com organismos Nacionais e Internacionais;

X. Celebrar convênios com órgãos Estaduais ou Federais para prestação dos serviços previstos nos itens anteriores;

XI. Exercer outras atividades correlatas.

O Órgão Colegiado atual da DATANORTE, que hoje é vinculada à Secretaria de Estado da Administração – SEAD, é composto pela Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Conforme abaixo detalhado:



2. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Missão: Consolidar o processo de liquidação das empresas incorporadas, observando prioritariamente, os passivos trabalhista e tributário; o ativo e o passivo da Carteira Imobiliária; a regularização fundiária dos conjuntos habitacionais e do patrimônio; e resolução de questões judiciais de interesses da organização.

Visão: Ser reconhecida como instituição pública de atuação efetiva em todo o Estado; tutora dos ativos e passivos das empresas incorporadas da administração indireta; e detentora de uma política de gestão estratégica ordenada e transparente dos bens e direitos creditórios com foco na regularização fundiária e patrimonial de interesse social.

Valores:

- Respeito Pelo Ser Humano;
- Respeito ao Meio Ambiente;
- Satisfação do Público (mutuário);
- Qualidade na Prestação do Serviço;
- Comprometimento;
- Ética;
- Transparência.

3. INTRODUÇÃO

O Plano Plurianual desenvolvido para o quadriênio de 2020-2023 é parte dos diversos instrumentos e ferramentas de gestão, trazendo inovações ao constante processo de aperfeiçoamento metodológico do planejamento. O objetivo foi direcionar a atuação do gestor público na promoção da retomada do crescimento econômico da Companhia e na prestação do serviço público.

As demandas exigiram esforços cada vez maiores dos envolvidos, tanto na prestação dos serviços públicos, quanto na melhoria da economia e na realização dos investimentos de diversas ordens.

O PPA 2020-2023 foi a ferramenta inicial de uma caminhada para aperfeiçoar e empreender melhorias em todas as áreas de atuação da DATANORTE.

Neste contexto, o PPA 2020-2023 foi construído a partir de uma dimensão estratégica, assentada nas diretrizes estabelecidas no Plano de Governo, que detalhou as Programações Temáticas e indicou os compromissos da Companhia nos quatro anos anteriores. Ele representou as escolhas estratégicas para atender às demandas sociais e enfrentamento dos desafios que interligaram as políticas públicas à realidade e necessidade da Companhia.

4. OBJETIVO

O presente documento tem como propósito e finalidade, atender as normativas legais da Lei 10.695/2020, em seu artigo 7º, inciso III e Instrução Normativa 04/2023 – SEPLAN.

Como Relatório de Avaliação do Plano Plurianual (PPA) da DATANORTE, o referido documento torna pública sua dimensão estratégica, resentado em mais detalhes o andamento das políticas operacionais desenvolvidas pela Companhia, seus registros de monitoramento e acompanhamento dos objetivos, metas, bem como pelo registro da execução financeira das iniciativas com vinculação orçamentária no quadriênio 2020-2023.

A presente avaliação traz as realizações acumuladas do quadriênio 2020-2023, assim como, o percentual de cumprimento das ações.

5. CARACTERIZAÇÃO DO PPA 2020-2023 E RESPECTIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS

5.1. **Código e nome do Órgão:** 16202 – COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO RIO GRANDE DO NORTE – DATANORTE

5.2. **Nome do Programa Temático:** 5001 - NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO

5.3. **Código e descrição do Objetivo:** 00009 - Programa de recuperação de crédito imobiliário no RN objetivará a redução da inadimplência da carteira imobiliária da DATANORTE, evitando desta forma que sejam implementadas medidas que venham a trazer problemas judiciais, administrativos e sociais para aqueles que não tiverem seus imóveis regularizados, além de que ao final do contrato poderão ter sua hipoteca liberada sem maiores problemas.

Código da meta: 00166

Códigos das iniciativas: 00023 / 00036 / 01718

5.3.1. **Avaliação do Objetivo 00009**: Ao logo do quadriênio, foram desenvolvidas ações planejadas que viabilizassem a regularização de atrasos dos mutuários inadimplentes vinculados a contratos imobiliários contratados pela incorporada COHAB-RN, Contratos de Aluguéis e permissão onerosa, proporcionando a DATANORTE lastro financeiro e as condições favoráveis de sustentabilidade do funcionamento e manutenção do órgão, assim como, financiar as ações do PPA.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO - 00009

	2020	2021	2022	2023	TOTAL
PREVISTO NA LOA	R$ 40.000,00	R$ 70.000,00	R$ 45.000,00	R$ 98.000,00	**R$ 253.000,00**

5.3.2. Avaliação Individual da Meta

Código e Descrição da Meta: 00166 – Reduzir a Inadimplência

Avaliação da Meta 00166: Diante das iniciativas e ações planejadas para reduzir a inadimplência, o Órgão apresentou um pequeno avanço em detrimento à meta do quadriênio (2020-2023) de 52% da carteira de crédito, conforme quadro abaixo:

	2020	2021	2022	2023	TOTAL	% ALCANÇADO
META	821	821	821	821	**3.284**	
REALIZADO	352	1.187	84	104	**1.727**	**52%**

Atribuímos o resultado ao vencimento gradual dos contratos dos mutuários e permissionários, Pandemia do COVID-19 em 2022-2021, situação econômica e financeira do país com reflexos local em especial ao aumento do desemprego dificultando o acesso ao crédito dos devedores.

5.3.3. Avaliação Individual das Iniciativas

a) Código e Descrição da Iniciativa: 00023- Implementação dos meios de cobrança dos inadimplentes da carteira imobiliária.

Avaliação da Iniciativa 00023: Ao longo do quadriênio 2020-2023, ações foram propostas e algumas executadas, como:

- Criação de um novo cargo de Coordenador do Departamento de Arrecadação, Cobrança e FCVS;
- Contrato junto a CDL-NATAL para negativa de mutuários inadimplentes;
- Atualizações de dados cadastrais dos mutuários e permissionários;
- Implementação de procedimentos que facilitem a regularização do débito;
- Em 2020 foi feita uma divulgação em canal de TV aberta do RN, convocando os mutuários inadimplentes, assim como, os benefícios oferecidos na negociação dos débitos.
- Envio de mensagens via Whatsapp, e-mail e SMS para negociação de dívidas;
- Identificação de rotinas e intervenções estratégicas para tomadas de decisões.

⇒ Não foram realizadas despesas na subação alocada ao PPA desta iniciativa no quadriênio 2020-2023, conforme quadro abaixo:

	2020	2021	2022	2023	TOTAL
PREVISTO NA LOA	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	**R$ 80.000,00**
REALIZADO	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 0,00**

b) Código e Descrição da Iniciativa: 00036 - Treinamento e capacitação do pessoal para atendimento e cobrança.

Avaliação da Iniciativa 00036: Por falta de recursos financeiros, no quadriênio 2020-2023, não foram realizados treinamentos e capacitações de pessoas para aperfeiçoamento no atendimento e cobrança.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

c) Código e Descrição da Iniciativa: 01718 - Aparelhamento e Reaparelhamento do Órgão.

Avaliação da Iniciativa 01718: Apenas no ano de 2023, foi realizada despesa de aparelhamento e reaparelhamento (aquisição de novos computadores e periféricos) na subação alocada ao PPA desta iniciativa, conforme quadro abaixo:

	2020	2021	2022	2023	TOTAL
PREVISTO NA LOA	R$ 15.000,00	R$ 45.000,00	R$ 45.000,00	R$ 78.000,00	**R$ 183.000,00**
REALIZADO	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 24.480,00	**R$ 24.480,00**

5.4. Código e descrição do Objetivo: 00029 - Implementar medidas técnicas e jurídicas necessárias à regularização fundiária dos assentamentos urbanos constituídos por imóveis construídos e comercializados pela COHAB-RN.

Código da meta: 00174

Códigos das iniciativas: 00032 / 00037 / 00038 / 00039 / 00040 / 00041

5.4.1. Avaliação do Objetivo 00029: Tem a finalidade de desenvolver ações planejadas que viabilizem a rápida regularização Fundiária dos Conjuntos Habitacionais construídos e comercializados pela extinta COHAB-RN, proporcionando condições favoráveis à titularidade dos imóveis.

A DATANORTE firmou parceria com a CEHAB/UFERSA (convênio n° 02/2018), desde 2017, com vistas à adoção de medidas complementares para a implementação da Regularização Fundiária dos empreendimentos habitacionais construídos pela extinta COHAB, sucedidos pela DATANORTE.

A partir de então, foi criado um trabalho envolvendo os partícipes do convênio e o Ministério Público. Essa parceria permanece até os dias atuais.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO - 00029

	2020	2021	2022	2023	TOTAL
PREVISTO NA LOA	R$ 209.000,00	R$ 75.000,00	R$ 425.000,00	R$ 70.000,00	**R$ 779.000,00**

5.4.2. Avaliação Individual da Meta

Código e Descrição da Meta: 00174 – Regularizar os Conjuntos Habitacionais

Avaliação da Meta 00174: No quadriênio 2020-2023, 03 (três) conjuntos habitacionais foram regularizados em detrimento a meta de 38 (trinta e oito), conforme quadro abaixo:

	2020	2021	2022	2023	TOTAL	% ALCANÇADO
META	33	3	1	1	**38**	
REALIZADO	0	1	2	0	**3**	**8%**

Importante mencionar que, o processo final da regularização dos conjuntos habitacionais é bastante complexo e requer uma força tarefa dos órgãos envolvidos (DATANORTE, CEHAB e UFERSA). A Datanorte, na medida do possível, desenvolveu de forma satisfatória seu papel como parceiro da CEHAB e da UFERSA.

Para o próximo quadriênio 2024-2027, 05 (cinco) conjuntos habitacionais estão com documentações em fase de legitimação fundiária, com títulos em cartórios.

5.4.3. Avaliação Individual da Iniciativa

a) Código e Descrição da Iniciativa: 00032 - Implementação de medidas necessárias à regularização fundiária de conjuntos habitacionais

Avaliação da Iniciativa 00032: Para dar celeridade e agilidade ao processo de regularização fundiária, o setor de Patrimônio e a Assessoria Jurídica da Companhia no quadriênio de 2020-2023, deixou a disposição da CEHAB e da UFERSA, servidores exclusivos e dedicados às solicitações de documentações necessárias ao processo de regularização.

⇒ Não foram realizadas despesas na subação alocada ao PPA desta iniciativa no quadriênio 2020-2023, conforme quadro abaixo:

	2020	2021	2022	2023	TOTAL
PREVISTO NA LOA	R$ 209.000,00	R$ 75.000,00	R$ 75.000,00	R$ 70.000,00	**R$ 429.000,00**
REALIZADO	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 0,00**

b) Código e Descrição da Iniciativa: 00037 - Expedição de certidões e outros documentos

Avaliação da Iniciativa 00037: O setor de Processos Imobiliários (responsável pelo atendimento ao público) junto aos setores de Patrimônio e Assessoria Jurídica da Companhia, são os grandes cumpridores das expedições de certidões e documentos.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

c) Código da Iniciativa: 00038 - Expedição de certidões (Desmembramento).

Avaliação da Iniciativa 00038: Por falta de recursos financeiros, no ano quadriênio 2020-2023, não foi possível às expedições de certidões de desmembramentos.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA

d) Código da Iniciativa: 00039 - Atualização do Gestor Imobiliário

Avaliação da Iniciativa 00039: O contrato com a SECREL SISTEMAS e TERCEIRIZAÇÕES LTDA (proprietária do sistema do Gestor Imobiliário), foi renovado por todo o quadriênio de 2020-2023.

⇒ Essa despesa foi realizada na subação manutenção e funcionamento.

e) Código da Iniciativa: 00040 - Levantamento de dados Topográfico

Avaliação da Iniciativa 00040: A Companhia não dispõe de Servidor técnico para o desempenho da função. Assim como, não foi possível a contratação de profissional técnico por falta de recursos financeiros.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

f) Código da Iniciativa: 00041 - Expedição documentos prefeituras

Avaliação da Iniciativa 00041: No quadriênio de 2020-2023, não foram solicitados documentos pelas prefeituras.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

5.5. <u>Código e descrição do Objetivo:</u> 00030 - Desenvolver ações planejadas que viabilizem a localização e avaliação dos bens incorporados pela Datanorte.

Código da meta: 00187

Códigos das iniciativas: 00028 / 00029 / 00042 / 00043 / 00044 / 00045

5.5.1. Avaliação do Objetivo 00030: O objetivo tem o propósito de situar, atualizar e contabilizar todos os bens móveis e imóveis herdados pela Companhia na incorporação no ano de 1995.

A ideia principal do objetivo de irmos in loco a busca da localização e avaliação dos bens imóveis pertencentes à Companhia foi abortada pela ausência de servidores tecnicamente qualificados para realização das avaliações.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO - 00030

	2020	2021	2022	2023	TOTAL
PREVISTO NA LOA	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 0,00**

5.5.2. Avaliação Individual da Meta

Código e Descrição da Meta: 0187 - Avaliar bens imóveis e equipamentos

Avaliação da Meta 0187: O setor de Patrimônio da DATANORTE não conseguiu concluir a análise sob o relatório de avaliação fornecido pela empresa (NIP) terceirizada pelo Governo do Estado do RN, a fim de espelhamento e comparativo com os bens imóveis cadastrados e contabilizados na Companhia. Alguns fatores negativos foram preponderantes para a não obtenção positiva da ação de avaliação dos bens imóveis, como:

- Servidores tecnicamente qualificados para avaliar;
- Recurso financeiro para contratação de profissional qualificado para prestação do serviço;
- Demora no acesso do relatório produzido pela NIP (login e senha);
- Diante do acesso ao relatório produzido pela NIP, o setor de patrimônio da Companhia identificou várias divergências no espelhamento dos bens registrados e contabilizados na DATANORTE.

No tocante a avaliação dos equipamentos, um processo para a contratação de Leiloeiro foi aberto, conforme processo SEI nº 1375/2022-57.

	2020	2021	2022	2023	TOTAL	% ALCANÇADO
META	30%	30%	20%	20%	**100%**	
REALIZADO	0%	0	0%	0%	**0**	**0%**

5.5.3. Avaliação Individual da Iniciativa

a) Código e Descrição da Iniciativa: 00028 - Aprimoramento do acompanhamento das causas judiciais

Avaliação da Iniciativa 00028: O setor Jurídico da Companhia tem acompanhado as penhoras de bens oriundos de processos trabalhistas durante o quadriênio de 2020-2023.

Apenas 01 (um) bem foi penhorado no quadriênio de 2020-2023.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

b) Código e Descrição da Iniciativa: 00029 - Criação de leilão dos bens (veículos, Máquinas agrícolas, equipamentos de imprensa dentre outros).

Avaliação da Iniciativa 00029: Em 2022 foi aberto pelo setor de Patrimônio da Companhia um processo no sistema SEI de nº 1375/2022-57 solicitando a contratação de leiloeiro e, por conseguinte a realização de Leilão dos bens inservíveis da Companhia. O processo está na Assessoria Jurídica da Companhia aguardando parecer jurídico para continuidade e andamento do pleito.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

c) Código e Descrição da Iniciativa: 00042 - Recuperação de bens tomados por invasão

Avaliação da Iniciativa 00042: No quadriênio de 2020-2023, 02 (dois) bens foram recuperados. Os setores de Patrimônio e Jurídico da Companhia trabalharam incansavelmente na fiscalização.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

d) Código e Descrição da Iniciativa: 00043 - Criação de comitê de fiscalização e controle dos bens.

Avaliação da Iniciativa 00043: Iniciativa não executada no quadriênio de 2020-2023.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

e) Código e Descrição da Iniciativa: 00044 - Realização de manutenção dos imóveis desocupados.

Avaliação da Iniciativa 00044: Por falta de recursos financeiros, no quadriênio de 2020-2023 não foi possível à realização de manutenção em imóveis desocupados.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

f) Código e Descrição da Iniciativa: 00045 - Avaliação de cessões e alugueis dos imóveis.

Avaliação da Iniciativa 00045: Iniciativa não executada no quadriênio de 2020-2023.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

5.6. <u>Código e descrição do Objetivo</u>: 00031 **-** Desenvolver ações planejadas que viabilizem a rápida recuperação de créditos imobiliários, proporcionando ao Governo lastro financeiro e as condições favoráveis para novação de dívidas e responsabilidade prevista na Lei 10.150/2000.

Códigos das metas: 00176 / 00185

Códigos das iniciativas: 00027 / 00047 / 00049 / 00050 / 00051 / 00052

5.6.1. Avaliação do Objetivo: Com a finalidade de prover alicerce para renovação de dívida ao Governo do Estado, esse objetivo tem a função de recuperar receitas do FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais) junto à Caixa Econômica Federal – CEF.

As receitas acumuladas decorrentes da recuperação de créditos do FCVS junto a Caixa Econômica Federal totalizaram ao final do quadriênio 2020-2023, R$142.492.054,32 (cento e quarenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos), sendo R$82.535.792,13 (oitenta e dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, setecentos e noventa e dois reais e treze centavos) em Créditos Validados Auditados e R$59.956.262,19 (cinquenta e nove milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e sessenta e dois reais e dezenove centavos) ainda Não Auditados pela Caixa Econômica Federal e aptos para novação, conforme previsto na Lei 10.150/00.

Os trabalhos para recuperação dos direitos creditórios do FCVS na DATANORTE foram executados por empresa terceirizada (ELONET) contratada pela SEPLAN em 01/08/2018 objeto do Processo licitatório nº 411901/2016-6-SEARH até agosto de 2020. A partir setembro de 2020 até a presente data, esse trabalho vem sendo executado pela Gerência do FCVS.

No final do 3º trimestre de 2023, a Companhia buscou ações planejadas e integradas com a Secretaria de Estado e Administração - SEAD, com a Agência Reguladora de Serviços Públicos - ARSEP e com a Empresa Gestora de Ativos do RN-EMGERN em 2023, como: contratações de 15 estagiários de diversos cursos de nível superior; treinamentos exclusivos voltados para a carteira do FCVS, ministrados por servidores cedidos na forma de empréstimo pela ARSEP e EMGERN.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO - 00031

	2020	2021	2022	2023	TOTAL
PREVISTO NA LOA	R$ 55.000,00	R$ 55.000,00	R$ 55.000,00	R$ 55.000,00	**R$ 220.000,00**

5.6.2. Avaliação Individual das Metas

a) Código e Descrição da Meta: 00176 - Habilitar contratos liquidados junto à caixa econômica administradora do FCVS

Avaliação da Meta 00176: Em detrimento a meta do quadriênio 2020-2023 de 55% no que diz respeito às habilitações dos contratos liquidados junto a CEF, foi obtido um resultado acumulado de 18%, conforme quadro abaixo:

	2020	2021	2022	2023	TOTAL	% ALCANÇADO
META	15%	15%	15%	10%	**55%**	**18%**
REALIZADO	5%	2%	1%	2%	**10%**	

Apesar das ações integradas e planejadas com a SEAD, ARSEP e EMGERN, ao final de 2023, não houve tempo hábil para um resultado satisfatório.

b) Código e Descrição da Meta: 00185 - Homologar contratos habilitados

Avaliação da Meta 00185: Em detrimento a meta do quadriênio 2020-2023 de 40% na homologação de contratos habilitados, foi obtido um resultado acumulado de 4%, conforme quadro abaixo:

	2020	2021	2022	2023	TOTAL	% ALCANÇADO
META	10%	10%	10%	10%	**40%**	**10%**
REALIZADO	1%	0%	1%	2%	**4%**	

Apesar das ações integradas e planejadas com a SEAD, ARSEP e EMGERN, no final do 3º trimestre de 2023, não houve tempo hábil para um resultado satisfatório.

5.6.3. Avaliação Individual da Iniciativa:

a) Código e Descrição da Iniciativa: 00027 - Recuperação dos créditos patrimoniais do FCVS.

Avaliação da Iniciativa 00027: No quadriênio de 2020-2023, foram recuperados em créditos patrimoniais do FCVS o valor de R$ 43.175.193,55 (quarenta e três milhões, cento e setenta e cinco mil, cento e noventa e três reais e cinquenta e cinco centavos).

⇒ Não foram realizadas despesas na subação alocada ao PPA desta iniciativa no quadriênio 2020-2023, conforme quadro abaixo:

	2020	2021	2022	2023	TOTAL
PREVISTO NA LOA	R$ 55.000,00	R$ 55.000,00	R$ 55.000,00	R$ 55.000,00	**R$ 220.000,00**
REALIZADO	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 0,00**

b) Código e Descrição da Iniciativa: 00047 - Ampliação da equipe técnica da divisão do FCVS.

Avaliação da Iniciativa 00047: No ano de 2023 foi autorizada pela SEAD a contratação de 15 estagiários para ampliação da equipe técnica na divisão do FCVS. Por falta de recurso orçamentário e financeiro, essa ação foi abortada.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

c) Código e Descrição da Iniciativa: 00049 - Depuração de contatos

Avaliação da Iniciativa 00049: No quadriênio 2020-2023, foram depurados 2.248 contratos no sistema, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Roteiro de Análise e Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

d) Código e Descrição da Iniciativa: 00050 - Confecção de dossiê dos contratos liquidado.

Avaliação da Iniciativa 00050: No quadriênio de 2020-2023, foram confeccionados 1.249 dossiês e enviados todos os documentos necessários para a comprovação da existência do funcionamento habitacional com cobertura do FCVS, visando à homologação.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

e) Código e Descrição da Iniciativa: 00051 - Autenticação de documentos dos mutuários.

Avaliação da Iniciativa 00051: No quadriênio de 2020-2023, não houve autenticação de documentos dos mutuários.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

f) Código e Descrição da Iniciativa: 00052 - Preenchimento de contratos incompletos.

Avaliação da Iniciativa 00052: No quadriênio de 2020-2023, 1.772 contratos incompletos foram preenchimentos.

⇒ Essa iniciativa não possui subação alocada ao PPA.

6. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1. Análise da Execução Orçamentária

PREVISTO E REALIZADO NA LOA NO QUADRIÊNIO 2020-2023

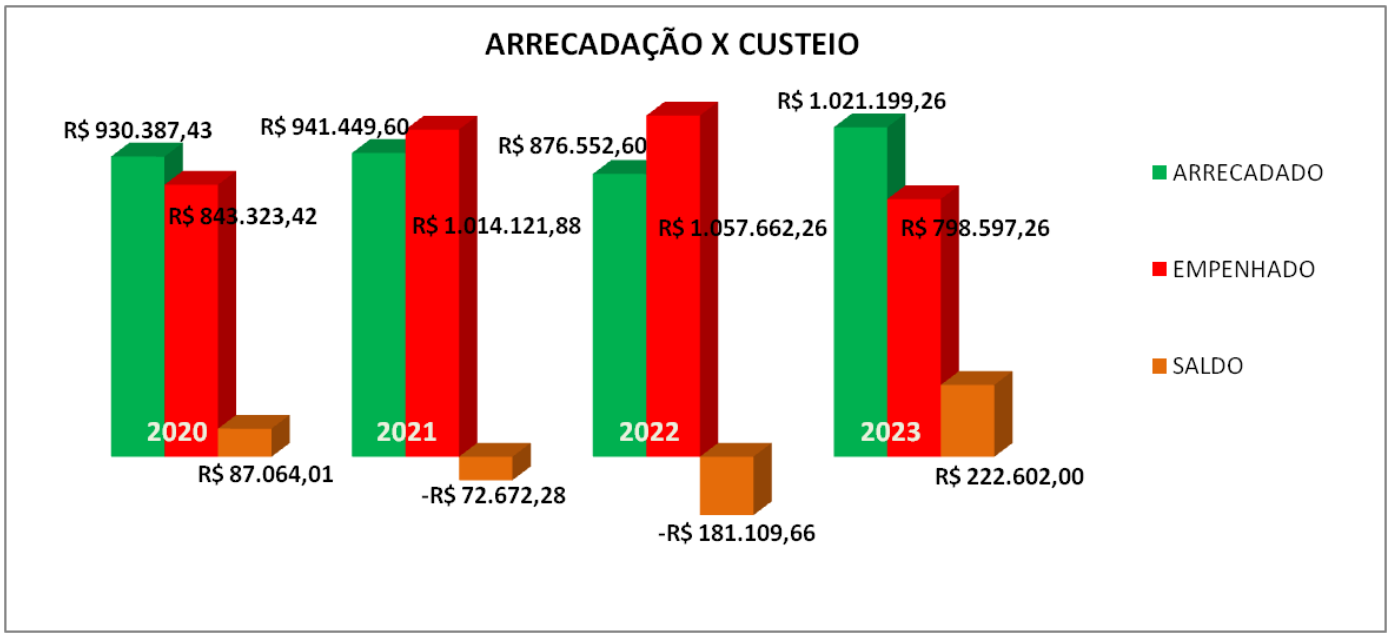
Ano	Previsto na LOA	Executado	% Execução
2020	R$ 304.000,00	R$ 0,00	0%
2021	R$ 200.000,00	R$ 0,00	0%
2022	R$ 175.000,00	R$ 0,00	0%
2023	R$ 223.000,00	R$ 24.480,00	0%
T O T A L	**R$ 902.000,00**	**R$ 24.480,00**	**2,7%**

6.2. Análise da Execução Financeira

A Companhia que se utiliza de recursos próprios da sua arrecadação mensal, realizou pouco mais de 2,7% das despesas com recursos alocados no PPA no quadriênio de 2020-2023.

Os recursos da arrecadação própria do órgão oriundos da Fonte 250/501, cobrem as despesas com manutenção e funcionamento, além de ações de investimento como o Plano Plurianual, no entanto, notadamente no quadriênio 2020-2023, as despesas executadas sofreram redução significativa proporcionalmente à queda de arrecadação verificada no mesmo quadriênio, conforme quadro e gráfico abaixo:

ANO	2020	2021	2022	2023	TOTAL
ARRECADADO	R$ 930.387,43	R$ 941.449,60	R$ 876.552,60	R$ 1.021.199,26	R$ 3.769.588,89
EMPENHADO	R$ 843.323,42	R$ 1.014.121,88	R$ 1.057.662,26	R$ 798.597,26	R$ 3.713.704,82
SALDO	**R$ 87.064,01**	**-R$ 72.672,28**	**-R$ 181.109,66**	**R$ 222.602,00**	**R$ 55.884,07**



Embora que o orçamento disponibilizado permitisse, não houve correspondência financeira para custeio das ações do PPA.

7. AVALIAÇÃO SETORIAL DOS RESULTADOS

7.1. Avaliação geral setorial:

Embora todas as iniciativas estejam alinhadas aos objetivos do órgão, qualificar os resultados das ações previstas no quadriênio de 2020-2023, é uma tarefa difícil, uma vez que, muitos fatores negativos ao longo desses 04 (quatro) anos aconteceram e afetaram de forma direta o resultado desejado pela Companhia, conforme manifestos abaixo:

⇒ A baixa arrecadação própria, causando a escassez de recursos financeiros para execução do PPA;

⇒ Pandemia do COVID-19;

⇒ Publicação do Decreto Nº 29.512, DE 13 DE MARÇO DE 2020, o qual estabeleceu-se a recomendação aos gestores do afastamento dos servidores em grupo de risco;

⇒ Situação econômica do país durante e pós Pandemia do COVID-19;

⇒ Alto volume e valores de bloqueios judiciais nas contas da Companhia;

⇒ Ausência de servidores tecnicamente qualificados para funções especifica;

⇒ Ausência de treinamentos periódicos e de qualificação;

⇒ Custo Operacional;

⇒ Falta de Infraestrutura.

8. RECOMENDAÇÕES

Para o próximo quadriênio de 2020-2024, o órgão já deu início a um trabalho integrado com todas as áreas em particular, planejamento, financeiro, carteira imobiliária, patrimônio, arrecadação e cobrança, FCVS e jurídico, sem privar-se da participação das demais áreas de apoio ao programa, aliado a uma visão estratégia com total engajamento e comprometimento da Direção Executiva da Companhia com foco nas questões prioritárias e um gerenciamento efetivo das ações de cada área, permitindo recuperar e alcançar os resultados que se espera.

_____

JONNY ARAÚJO DA COSTA
Diretor Presidente

RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
E DAS FINANÇAS - SEPLAN

EMPARN

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023. 3

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3

AVALIAÇÃO GERAL DO OBJETIVO 11

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DAS METAS 12

AVALIAÇÃO GERAL DO OBJETIVO 18

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DAS METAS 18

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DAS INICIATIVAS 18

AVALIAÇÃO SETORIAL DOS RESULTADOS 23

RECOMENDAÇÕES 26

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 26

Introdução 26

Do Objetivo da Avaliação 27

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 28

Metodologia 30

Avaliação Geral dos Resultados 31

Síntese da Avaliação e Recomendações 38

Referências 38

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

CÓDIGO E NOME DO ÓRGÃO: 17203 – EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE - EMPARN

1 - NOME DO PROGRAMA TEMÁTICO: 4001 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

1.1 -CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: 0012 – Atender demandas do setor agropecuário, por meio de pesquisa em CT e da produção de insumos agropecuários, visando à inovação nos processos, produtos e sistemas de produção, a transferência de conhecimento e tecnologias, assim como a redução de impactos climatológicos e melhoria do meio ambiente.

1.2 -CÓDIGO DAS METAS: (informar a quantidade de metas do considerando suas situações: concluídas, paralisadas, não iniciadas, em andamento e ações preparatórias)

QUANTIDADE DE METAS: 10 METAS

META	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
0287	Produzir mudas de espécies frutíferas e ornamentais.	Concluída
0289	Produzir sementes certificadas de feijão, sorgo e milho.	Concluída
0509	Produzir e disponibilizar, principalmente para os pequenos produtores rurais, pintos de um dia de galinha caipira.	Concluída

0514	Efetuar análise laboratoriais de água, solo, planta, calcário e bacteriológica para os produtores rurais e a população em geral do Rio grande do Norte.	Concluída
0659	Manter plantéis de animais bovinos, ovinos e caprinos de alta qualidade genética, para realizações de pesquisa em C&T e disponibilizar aos produtores rurais por meio de venda.	Concluída
0663	Promover e participar de eventos de transferência de tecnologia e de feiras agropecuárias.	Concluída

0667	Desenvolver pesquisas cientifica e tecnológicas em agropecuária, aquicultura, meteorologia e meio ambiente.	Concluída
0673	Produzir e disponibilizar, priorizando os pecuaristas fornecedores do programa do leite do Governo do estado do Rio Grande do Norte, feno Tífton.	Concluída

1656	Manter em funcionamento os componentes da rede física de estações meteorológicas e pluviométricas, com vistas a subsidiar adequadamente o Sistema de monitoramento Hidro meteorológico, Climático e Agro meteorológico do RN.	Concluída
1657	Produzir e disponibilizar aos pecuaristas, principalmente os participantes dos programas governamentais, raquetes de palma forrageira.	Concluída

1.3 - CÓDIGOS DAS INICIATIVAS: (Informar a quantidade de iniciativas antes de inserir os códigos)

QUANTIDADES DE INICIATIVAS: 10

INICIATIVA	**DESCRIÇÃO**	**AVAL DAS INICIATIVAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
000851	Produção de mudas de espécies frutíferas e ornamentais.	Foram produzidas em escala comercial mudas de coqueiro e bananeira, acima do previsto, em decorrência do aumento de produção em relação

		ao ano anterior, a recuperação do pomar de bananeira e a procura por parte dos produtores. Há a ressaltar que não houve dispêndio financeiro, porque os setores responsáveis já dispunham de todos os insumos necessários à produção.
000973	Produção de sementes certificadas.	No decorrer do ano 2023, não houve produção de sementes certificadas, devido ao excesso de chuva na base do baixo Açú, causando frustações de duas colheitas, pois as condições climáticas adversas provocaram variação no processo de germinação e crescimento das plantas.
000975	Produção de pintos de Ave caipira de um dia.	A EMPARN conseguiu manter o cronograma de produção adequado, atendendo aos agricultores e a população, apresentando uma comercialização regular durante o período.
000978	Análises laboratoriais.	O laboratório da EMPARN faz análise de planta,

		calcário, água, solo e bacteriológica, com predominância para análise de água e solo. Percebe-se que a demanda pelos serviços do laboratório da EMPARN tem seu foco principal na análise de solo, com 69,99% do total realizado, seguido pela análise de água, com 15,18%, planta, com 7,06%, e análise bacteriológica, com 7,03%, sendo o de menor índice a análise de calcário, com 0,74%.
000992	Manutenção do rebanho bovino, ovino e caprino.	Conseguiu-se atingir a 63% da meta. A EMPARN fez leilões presenciais em diversas cidades: Caicó, Currais Novos, Mossoró, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante.
000996	Participação em eventos de transferência de tecnologia.	O circuito de feiras agropecuárias foi expandido na quantidade de locais atendidos. É fundamental a capacitação de Produtores rurais, de técnicos e de

		trabalhadores rurais através da difusão de tecnologias, palestras, dia de campo e eventos, haja vista promover a adoção de práticas mais eficientes e sustentáveis, contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento do setor agropecuário, gerando uma nova visão sobre as diversas práticas e tecnologias no âmbito da agropecuária.
001005	Desenvolvimento de pesquisa em C&T.	A EMPARN não contratou novas pesquisas cientificas com órgãos federais de fomento à pesquisa em 2023. Três pesquisas dentro da programação mantida com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); quatro pesquisas estão sendo realizadas na área de meteorologia em cooperação técnica com a FAPERN; e uma pesquisa sobre qualidade do leite e

		do queijo em parceria com MAPA e UFRN.

001007	Produção de feno Tífton	A redução na produção de Feno Tífton deveu-se, principalmente, a boa quadra de chuvas, haja vista que impossibilitou a entrada das máquinas na área de produção. Também vale salientar a ocorrência de roubo de um transformador na maior área de produção.

002262	Manutenção de rede pluviométrica da EMPARN	A EMPARN realiza esse monitoramento hidro meteorológico, climático e agrometereológico para fornecer dados importantes sobre chuvas, temperaturas, umidade e outros fatores relevantes para agricultura e gestão hídrica. Esse monitoramento contribui para decisões estratégicas no setor agropecuário e para o entendimento das mudanças climáticas.

		A meta não apresentou nenhuma mudança significativa. O Rio Grande do Norte possui 167 Municípios, 123 possuem estações automáticas.

002263	Produção de palma forrageira.	A produção de raquetes de palma é feita nas bases experimentais de Apodi e Terras Secas em Pedro Avelino. Durante o ano de 2023 essa iniciativa sofreu bastante com a queda de produção, devido a recuperação dos palmais, a limpeza dos campos de produção, a ausência de fertilização e irrigação. Isso prejudicou as entregas de palmas/sementes, que ficou restrita apenas nas exposições agropecuárias.

AVALIAÇÃO GERAL DO OBJETIVO

Em 2023 o circuito de exposições agropecuárias do Governo do Estado ganhou impulso, com aumento do número de cidades contempladas. Isso afetou positivamente todas as metas que dependem mais do público externo, sejam aquelas relacionadas com a divulgação pura e simples de tecnologias, sejam aquelas de oferta de tecnologias, conhecimentos e produtos tecnológicos, com exceção da relacionada à semente.

As iniciativas referentes às pesquisas científicas e inovação envolvem o corpo técnico da instituição e dependem em grande parte, historicamente, de recursos captados junto às instituições federais de fomento de pesquisa científica e inovação, e, em reduzida escala, de recursos próprios. Com a reduzida capacidade de concorrência da EMPARN em editais de instituições federais, além da redução no número desses editais, seria oportuno que o Governo do Estado, por intermédio da FAPERN, lançasse editais com ênfase para a área agropecuária.

O objetivo apresenta 10 metas individuais, que dependem, em grande medida, da interação com o público externo. Houve a superação em várias metas estabelecidas para o ano de 2023, no referido objetivo, haja vista que das 10 metas estabelecidas, obtivemos quatro metas acima do esperado, dentre elas: Produção de mudas de espécies frutíferas e ornamentais com 156,06%; Efetuar análise laboratorial de água, solo, planta, calcária e bacteriológica para os produtores rurais e a população em geral do Rio Grande do Norte com 113,28%; Promover e participar de eventos de transferência de tecnologia e feiras agropecuárias e a pesquisa cientifica e tecnológica com 140%; e Desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas em agropecuária, aquicultura, meteorologia e meio ambiente com 266,66%.

Duas metas foram insuficientes, ficando abaixo de 50%, quais sejam: Produção de tífton, que atingiu 40,08%; e Produção de palma forrageira, que atingiu 21,55%. Uma das metas não obteve nenhuma produção, que foi Sementes certificadas de feijão, sorgo e milho". Também tivemos três metas que ficaram acima de 50%, porém abaixo de 100%, como: Produzir e disponibilizar pintos de um dia de galinha caipira que atingiu 95,10%; manter em funcionamento os componentes de rede física de estações meteorológicas e pluviométricas, com percentual de 68,33%; e manter plantéis de animais bovinos, ovinos e caprinos de alta qualidade genética, correspondendo a 63%.

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DAS METAS

A produção de mudas frutíferas e ornamentais desempenha um papel crucial no desenvolvimento agrícola, contribuindo para diversificação da produção e a promoção de práticas sustentáveis. A EMPARN se destaca no

cenário Agrícola do Rio Grande do Norte, comprometida em contribuir com a produção de mudas de qualidade para fomentar a fruticultura na região.

Código e descrição da meta: 0287- Produzir mudas de espécies frutíferas e ornamentais.
Avaliação da meta: a meta atingiu 156,06% do valor previsto 10.000, sendo realizadas 15.606 unidades.

A produção de sementes certificadas pela EMPARN, segue procedimentos específicos que atendem aos padrões de certificação, garantindo a qualidade e conformidade com os padrões exigidos pelo processo de certificação pela MAPA.

Código e descrição da meta: 0289 - Produzir sementes certificadas de feijão, sorgo e milho.
Avaliação da meta: no corrente exercício de 2023 não houve nenhuma produção de sementes certificadas.

No cenário agropecuário, a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte – EMPARN assume um papel de protagonista ao contribuir para produção de pintos de galinha caipira. A demanda crescente por alimentos saudáveis e sustentáveis tem colocado a EMPARN em destaque, haja vista que além da genética, a Empresa tem disponibilizado instruções sobre manejo e boas práticas em treinamentos e publicações para o produtor rural **.**

Código e descrição da meta: 0509 - Produzir e disponibilizar, principalmente para os pequenos produtores rurais, pintos de um dia de galinha caipira.
Avaliação da meta: O previsto para meta 200.000 unidades, porém o realizado atingiu 190.197 unidades, correspondendo 95,10%.

A análise laboratorial desempenha um papel fundamental na agricultura, oferecendo *insights* valiosos para melhoria de práticas agrícolas e a promoção da produtividade sustentável.

Em 2023, a empresa se destacou por sua abordagem abrangente em diversas áreas de análise, fornecendo um panorama preciso e holístico para seu

público alvo, agropecuaristas, aquicultores, indústrias, condomínios, instituições públicas, escolas e empresas em geral.

Código e descrição da meta: 0514 - Efetuar análise laboratoriais de água, solo, planta, calcário e bacteriológica para os produtores rurais e a população geral do Rio grande do Norte.
Avaliação da meta: foram realizadas 2.832 análises, resultando em um índice de efetividade de 113,28% acima da meta, indicando uma boa procura da população em geral.

A EMPARN, como instituição de pesquisa agropecuária mantem um rebanho de alta qualidade genética, através de seleção criteriosa, promovendo a venda de animais geneticamente superiores aos pecuaristas da região, através de venda em leilões realizados nas exposições agropecuárias. Essa estratégia eficaz permite que os Produtores melhorem a genética de seus rebanhos.

Código e descrição da meta: 0659 - Manter plantéis de animais bovinos, ovinos e caprinos de alta qualidade genética, para realizações de pesquisa em C&T e disponibilizar aos produtores rurais por meio de venda.
Avaliação da meta: a meta atingiu apenas 63% do previsto.

Em 2023, a participação ativa da EMPARN em eventos e exposições no circuito estadual tem sido notável, demonstrando seu compromisso em compartilhar conhecimentos, apresentar inovações e fortalecer a interação com a comunidade Agrícola.

Código e descrição da meta: 0663 - Promover e participar de eventos de transferência de tecnologia e de feiras agropecuárias.
Avaliação da meta: Dos 40 eventos previstos foram realizados 56, com um índice superior de 140%, com participação em diversas feiras agropecuárias, palestras e divulgação de diversas ações.

A EMPARN destacou-se por sua dedicação à pesquisa científica, abordando diversas áreas para discussões no desenvolvimento Agrícola na região.

Código e descrição da meta: 0667 - Desenvolver pesquisas cientifica e tecnológicas em agropecuária, aquicultura, meteorologia e meio ambiente.
Avaliação da meta: foram previstas 03 pesquisas para o exercício 2023, sendo realizadas 08 pesquisas, atingindo um percentual 266,66%, sendo 03 em agricultura, 04 em meteorologia e 01 em pecuária.

A produção do feno Tìfton pela EMPARN é fundamental, principalmente para os pecuaristas. O Tífton é uma variedade de capim amplamente utilizada para a produção de forragem de alta qualidade para os animais, apresentando resistência, produtividade e alto valor nutricional.

Código e descrição da meta: 0673 – Produzir e disponibilizar, priorizando os pecuaristas fornecedores do programa do leite do Governo do estado do Rio Grande do Norte, feno Tífton.
Avaliação da meta: foi previsto a produção de 30.000 unidades, entretanto, foram realizadas apenas 12.025 unidades, atingindo 40,08%.

A EMPARN realiza esse monitoramento hidro meteorológico, climático e agrometereológico para fornecer dados importantes sobre as condições ambientais na região. Isso inclui informações sobre chuvas, temperaturas, umidade e outros fatores relevantes para agricultura e gestão hídrica. Esse monitoramento contribui para decisões estratégicas no setor agropecuário e para entendimento das mudanças climáticas.

Código e descrição da meta: 1656 – Manter em funcionamento os componentes da rede física de estações meteorológicas e pluviométricas, com vistas a subsidiar adequadamente o Sistema de Monitoramento Hidro meteorológico, climático e Agrometereológico do RN.
Avaliação da meta: foi previsto no planejamento do PPA 180 unidades, entretanto, foram contempladas apenas 123 estações pluviométricas, atingindo 68,32 %, do previsto.

A produção de palma forrageira é importante, haja vista seu cultivo servir como alimentação animal, sendo conhecida por ser resistente a climas áridos e semiáridos, sendo uma opção para regiões com poucas chuvas

Código e descrição da meta: 1657 – Produzir e disponibilizar aos pecuaristas, principalmente os participantes dos programas governamentais, raquetes de palma forrageira.
Avaliação da meta: Observa-se que a produção de raquetes teve início em abril, haja vista que nos períodos anteriores houve a necessidade de revitalização dos palmais. As bases experimentais da EMPARN que produzem as raquetes de palma são as estações experimentais de Apodi e Terras Secas (Pedro Avelino). A produção de raquetes atingiu 21,55% do previsto, haja vista que o estipulado como meta foi de 600 milheiros. A meta atingiu 129,30 milheiros.

2 - NOME DO PROGRAMA TEMÁTICO: 4011 – DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR

2.1 - CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: 0014 – Estruturar as instalações físicas da EMPARN e supri-las de meios de transporte, equipamentos e máquinas, visando adequar sua estrutura ao desenvolvimento das atividades de pesquisa, produção e prestação de serviços.

2.2 - CÓDIGOS DAS METAS: (informar a quantidade de metas do considerando suas situações: concluídas, paralisadas, não iniciadas, em andamento e ações preparatórias).

QUANTIDADE DE METAS: 01

META	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
0680	Beneficiar as estações experimentais e a Sede da EMPARN com estrutura predial, de	Concluída

	moveis, máquinas e equipamentos.	

2.3 - CÓDIGOS DAS INICIATIVAS: (Informar a quantidade de iniciativas antes de inserir os códigos)

QUANTIDADES DE INICIATIVAS: 01

INICIATIVA	DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO DAS INICIATIVAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
001008	Estruturação de estações experimentais.	Nesse ano ainda foi aproveitado recursos remanescentes de convênios assinados anteriormente, beneficiando a estação experimental do JIQUI. Foi adquirido um Trator que foi empenhado, porém, o pagamento ficou em restos a pagar.

AVALIAÇÃO GERAL DO OBJETIVO

Este objetivo **0014** – **Estruturar as instalações físicas da EMPARN e supri-las de meios de transporte, equipamentos e máquinas, visando adequar sua estrutura ao desenvolvimento das atividades de pesquisa, produção e prestação de serviços**, é composta exclusivamente pela meta 680, que especificamente visa estruturar as estações experimentais. Percebe-se que a meta foi atingida de maneira satisfatória, haja vista que o previsto era apenas uma estação. A estação atendida com os recursos ainda provenientes de convênios anteriores.

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DAS METAS

Código e descrição da meta: 0680 – Beneficiar as estações experimentais e a Sede da EMPARN estrutura predial, de móveis, máquinas e equipamentos.
Avaliação da meta: A meta realizada atingiu 01 estação experimental, perfazendo 100%, haja vista que o previsto é de apenas uma estação. Foi adquirido um trator para estação experimental do Jequi em Parnamirim.

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DAS INICIATIVAS

- Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

A execução orçamentária para o período de 2023 da EMPARN no seu planejamento anual incluiu a alocação de recursos financeiros para programas e projetos estabelecidos no PPA, visando alcançar os objetivos e metas definidas.

Verifica-se que na execução orçamentária de 2023 foram disponibilizados no PPA R$ 22.165.005,51 (vinte e dois milhões, cento e sessenta e cinco mil, cinco reais e cinquenta e um centavos). Entretanto o valor liquidado foi de R$ 21.411.096,03 (vinte e um milhões, quatrocentos e onze mil, noventa e seis reais e três centavos), perfazendo 96,59% do valor orçado foram liquidados pela empresa.

O programa 100 refere-se a GESTÃO E MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO ESTADO, incluindo a subação 219401 – manutenção e funcionamento com R$ 3.884.001,31 e a subação 233001 – encargos com pessoal com R$ 16.800.000,00, totalizando R$ 20.684.001,31 (vinte milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, um real e trinta e um centavos), correspondendo essas subações o equivalente a 93,32% do valor atualizado (orçado) para o orçamento do corrente ano de 2023. Já o valor liquidado no programa atingiu R$ 20.400.035,42 (vinte milhões, quatrocentos mil, trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos), correspondendo 98,62% do valor orçado.

O programa 100 reflete exclusivamente o repasse do Governo Estadual para a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte para sua manutenção e pagamento de seus colaboradores.

DESCRIÇÃO	VALOR ATUALIZADO	VALOR LIQUIDADO	PERCENTUAL LIQUIDADO
219401 – manutenção e funcionamento	3.884.001,31	3.806.625,17	98,00
233001 – Encargos com pessoal	16.800.000,00	16.593.410,25	98,77
TOTAL	20.684.001,31	20.400.035,42	98,63

1.1– PROGRAMA TEMÁTICO – 4001 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

DESCRIÇÃO	ATUALIZADO	LIQUIDADO	% LIQUIDADO
143009 – Produção de sementes certificadas	-	-	-
143107 – Prod. de pintos e aves caipiras.	270.216,07	246.326,47	91,16
143201- Realização de eventos para transferência de tecnologia	70.865,00	63.365,00	89,42
165102 - Análises laboratoriais	25.591,94	23.224,60	90,75
165201 – Produção de feno Tífton	-	-	-
165301 – Manutenção do rebanho	399.732,29	379.445,64	94,92
174802 – Desenvolvimento de pesquisa cientifica e tecnológica	399.000,00	-	-
225602 – Produção de mudas	36.107,90	36.107,90	100,00
405301 - Produção de palma forrageira	-	-	-
TOTAL	1.201.513,20	748.469,61	62,29

Percebe-se inicialmente que a dotação orçamentária foi estipulada no valor de R$ 1.201.513,20 (um milhão, duzentos e um mil, quinhentos e treze reais e vinte centavos) referente Programa Ciência, Tecnologia e Inovação. Porém, o valor liquidado foi de apenas R$ 748.469,61(setecentos e quarenta e

oito mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), atingindo 62,29%.

Com relação à subação 143009, Produção de sementes certificadas, percebe-se que no exercício de 2023, não houve produção, devido à ocorrência de pragas e problemas na adutora.

A subação 174802 – Desenvolvimento de Pesquisa Científica e Tecnologia, também, foi afetada no exercício de 2023, haja vista que a EMPARN não contratou novas pesquisas com órgãos federais de fomento à pesquisa, desenvolvendo suas pesquisas em parcerias com outros órgãos e com recursos próprios da EMPARN.

A análise laboratorial, prevista na subação 165102, apresenta uma dotação atualizada no valor R$ 25.591,94 (vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e noventa e quatro centavos), sendo liquidado R$ 23.224,60 (vinte e três e sessenta centavos), atingindo 90,75% do orçamento.

É salutar que uma das maiores execuções orçamentárias da EMPARN, seja, a manutenção dos rebanhos, haja vista que foi orçado R$ 399.732,29. Isso, devido à necessidade de manutenção dos rebanhos, bovinos, caprinos e ovinos. Entretanto, percebe-se que o valor empenhado e liquidado na execução orçamentária foi de R$ 379.445,64, atingindo 94,92% do estipulado.

A produção de pintos de ave caipira é importante para EMPARN, haja vista ser uma iniciativa positiva de longa data, atingindo a cada ano a meta esperada de produção, proporcionando aos pequenos produtores rurais a criação e posterior comercialização, através da venda de aves e ovos, criando uma cadeia de subsistência familiar e estimulando um meio de renda para diversas pessoas. Na dotação atualizada o valor estabelecido foi de R$ 270.216,07. Porém, foi empenhado e liquidado R$ 246.326,47(duzentos e quarenta e seis mil, trezentos e vinte e seis reais e quarenta e sete centavos), atingindo 91,16% do estipulado na execução orçamentária.

A realização de eventos para transferência de tecnologia, apresentou um orçamento para 2023 de R$ 70.865,00 (setenta mil, oitocentos e sessenta e cinco reais), sendo liquidado apenas R$ 63.365,00 (sessenta e três mil, trezentos e sessenta e cinco reais) que correspondeu ao percentual de 89,42% do previsto orçamentariamente.

A produção de mudas teve no orçamento de 2023 o valor estipulado de R$ 36.107,90 (trinta e seis mil, cento e sete reais e noventa centavos), sendo totalmente liquidado (100%).

A produção de palma forrageira tinha estipulado o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), porém nada foi empenhado e liquidado.

1.2– PROGRAMA TEMÁTICO – 4011 – DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR

DESCRIÇÃO	ATUALIZADO	LIQUIDADO	% LIQUIDADO
219601 – Estruturação física, aparelhamento e operacionalização das estações experimentais.	279.491,00	262.591,00	93,95
TOTAL	279.491,00	262.591,00	93,95

Entretanto, no Programa Desenvolvimento do Agronegócio Potiguar, o valor atualizado, na execução orçamentária foi R$ 279.491,00. Porém, percebe-se que o valor empenhado e liquidado foi R$ 262.591,00 (duzentos e sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e um reais) ocasionado um percentual de 93,95 em relação ao orçado.

As iniciativas contemplam as realizações dos projetos de cada programa desenvolvido pela EMPARN, evidenciando-se, a correlação com as metas estabelecidas, proporcionando a busca de melhor resultado para atingir os objetivos e metas para o exercício de 2023.

Faz-se necessário verificar os ajustes para os orçamentos seguintes, principalmente, no aspecto, referentes aos recursos oriundos de convênio Federal, alguns repasses do Governo do Estado e até mesmo a disponibilidade de recursos próprios.

AVALIAÇÃO SETORIAL DOS RESULTADOS

AVALIAÇÃO GERAL SETORIAL:

De forma geral, o resultado obtido durante a execução do plano no ano de 2023 a cargo da EMPARN reflete-se de maneira positiva, haja vista que das 11 metas que abrangem os dois programas temáticos, as metas que ficaram acima do esperado totalizaram quatro: Produzir mudas frutíferas e ornamentais; Efetuar análises laboratoriais; Promover e participar de eventos de transferência de tecnologia e feiras agropecuárias; e Desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas em agropecuária, aquicultura, meteorologia e meio ambiente.

Também tivemos a meta “Beneficiar as estações experimentais e sede da EMPARN com estrutura predial, de móveis, máquinas e equipamentos” que atingiu 100% do previsto no PPA. A meta produção de pintos de galinha caipira apresentou um realizado bastante significativo, atingindo o patamar de 95,10% do esperado.

Salienta-se que duas metas ficaram acima de 50%, porém abaixo de 70% como o caso das metas, manter em funcionamento os componentes da rede física de estações meteorológicas e pluviométricas, com vistas a subsidiar adequadamente o Sistema de monitoramento com 68,33% do realizado e meta manter plantéis de animais bovinos, ovinos e caprinos de alta qualidade genética, para pesquisas em C&T e disponibilizar aos produtores rurais por meio de venda com 63% do esperado.

É importante frisar que no período de 2023, obtivemos duas metas muito abaixo do esperado que são as metas produção de Feno de Tifton e Produção de palma forrageira, apresentaram respectivamente 40,08% e 21,55% do previsto.

Salienta-se que tivemos uma meta sem realização durante o presente ano, precisamente a meta de sementes certificadas de feijão, sorgo e milho, devido ao excesso de chuvas na fazenda do Baixo-Açú, que causou frustações de duas colheitas de sementes, devido ao alagamento da área de produção.

Evidencia-se que os recursos foram aplicados de acordo com a Lei Orçamentária do exercício de 2023, sendo, no geral, o seu uso compatível com o desenvolvimento das inciativas e alcance das metas.

EXECUÇÃO DAS METAS 2023

METAS PREVISTAS E REALIZADAS – EMPARN - 2023

Meta	Descrição da Meta	Previsto	Realizado	%	Situação
0289	Produção de Sementes Certificadas de feijão, sorgo e milho - tonelada	10.000	-	-	Concluída
0509	Produção de Pintos Caipira - unidade	200.000	190.197	95,10	Concluída
0663	Realização de eventos p/transferência Tecnológica - unidade	40	56	140,00	Concluída
0514	Análise Laboratorial - unidade	2.500	2.832	113,28	Concluída
0659	Manter planteis de animais – unidade	100	63	63,00	Concluída
0673	Produção de Culturas - feno Tifton - unidade	30.000	12.025	40,08	Concluída
0667	Desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas - unidade	3	8	266,66	Concluída
0680	Estruturação Física, aparelhamento e operações nas Estações Experimentais - unidade	1	1	100,00	Concluída
0287	Produção de mudas de espécies frutíferas e ornamentais - unidade	10.000	15.606	156,06	Concluída
1656	Manter em funcionamento os componentes da rede física de estações meteorológicas e pluviométricas - unidade	180	123	68,33	Concluída
1657	Produção de raquetes de palma para pecuaristas - milheiro	600	129,30	21,55	Concluída

APONTE AS RESTRIÇÕES E O QUE FOI FEITO PARA SUPERÁ-LAS:

A restrição ocorrida em algumas metas para o exercício 2023, ocasionando percentual abaixo do previsto, reflete-se de maneira geral, por alguns aspectos internos e externos. Podemos citar:

Meta 0289 – Produzir sementes certificadas de feijão, sorgo e milho. Essa meta até o presente momento não apresenta produção, ou seja, ainda não houve produção de sementes certificadas no ano. Entretanto, a meta prevista para

2023 é 10 toneladas. Em decorrência do excesso de chuva na base do baixo-açú, as condições climáticas adversas provocaram variação no processo de germinação, frustrando a colheita. Também houve problema no pivô central, afetando a produção. Entretanto, mesmo com essa dificuldade os agricultores não ficaram sem sementes certificadas, devido ao estoque que garantiu a disponibilidades das sementes.

Na meta 1657 - Produzir e disponibilizar aos pecuaristas, principalmente os participantes dos programas governamentais, raquetes de palma forrageira.

A produção de palma forrageira só teve início em abril, totalizando 18 milheiros, haja vista que nos períodos anteriores houve a necessidade de revitalização dos palmais. Já no segundo semestre em julho e agosto, houve uma queda na produção. Devido à produção reduzida foram suspensas as entregas de palmas e sementes, restringindo-se as exposições agropecuárias. No entanto, é necessária a limpeza, fertilização e irrigação dos campos de palmas para que a produção venha a melhorar e a distribuição aos pecuaristas volte à normalidade.

RECOMENDAÇÕES

Será recomendada à Diretoria da EMPARN a revisão de suas metas, com vistas a torná-las compatíveis com seus objetivos estratégicos atualizados e os recursos disponíveis, principalmente frente à elaboração do PPA 2024 – 2027.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução
O plano plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento governamental de médio prazo, com vigência de quatro anos. No planejamento do PPA são estabelecidas as diretrizes, objetivos e metas que nortearão a atuação do órgão ao longo desse período. O desempenho das metas é avaliado periodicamente para verificar a implementação das políticas e ações governamentais. Nesse aspecto, a EMPARN, faz o monitoramento das metas, permitindo ajustes estratégicos conforme

necessário, contribuindo para eficácia do plano. Geralmente, relatórios e indicadores são utilizados para medir o alcance das metas, buscando transparência sobre os resultados obtidos.

É salutar que a estrutura do PPA, seguido pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte, segue orientação do Governo do Estado, através da SEPLAN, compreendendo alguns elementos chave: diretrizes, objetivos, programas e ações.

As diretrizes são os princípios orientadores que definem a visão e os objetivos gerais do órgão para cobertura do período do PPA. Já os objetivos, são declarações claras dos resultados esperados. Os programas apresentados pela Empresa formam um conjunto de ações que visam atingir os objetivos estabelecidos, onde cada programa geralmente abrange diversas ações especificas. E finalmente, temos as ações que são medidas concretas e especificas que serão implementadas para alcançar os objetivos do PPA.

Portanto, conclui-se que a EMPARN vem cumprindo no período do PPA vigente toda essa estrutura, visando atender as normas estabelecidas pela SEPLAN e consequentemente atender as suas expectativas com relação aos programas, os seus objetivos e metas, dando transparência à sociedade, atendendo suas políticas públicas.

Do Objetivo da Avaliação

O objetivo da avaliação do PPA 2020-2023 é fundamental para a instituição, haja vista que na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, são fundamentais uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

Portanto, é importante o processo de avaliação do PPA pela EMPARN, pois possibilita medir a efetividade das políticas públicas ao longo do tempo. A referência

e relevância do processo são fundamentais, na medida em que, a referência aborda a análise periódica dos resultados alcançados em relação às metas estabelecidas no PPA, permitindo ajustes e melhorias nas estratégias de implantação. Enquanto, a relevância reside na capacidade de fornecer dados concretos sobre o desempenho das ações governamentais, facilitando a tomada de decisões informadas e o aprimoramento contínuo das políticas para atender as necessidades da sociedade.

Podemos relatar ainda o comportamento dos índices registrados pelos indicadores na vigência do PPA, haja vista que podem variar com base em diversos fatores, refletindo o desempenho e efetividade das políticas pública. Esses índices podem incluir dados econômicos, sociais, ambientais, entre outros, dependendo dos objetivos e metas estabelecidos no PPA.

A EMPARN busca acompanhar todas essas determinações, visando atender suas metas e objetivos, de maneira a proporcionar ao setor agropecuário do Rio Grande do Norte oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

A Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio grande do Norte - EMPARN apresentou no seu planejamento de PPA, dois programas, com seus objetivos e metas, visando da melhor maneira possível atender as demandas da sociedade, principalmente ao setor agropecuário do Estado.

1 - NOME DO PROGRAMA TEMÁTICO: 4001 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

1.1 - CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: 0012 – Atender demandas do setor agropecuário, por meio de pesquisa em CT e da produção de insumos agropecuários, visando à inovação nos processos, produtos e sistemas de produção, a transferência de conhecimento e tecnologias, assim com a redução de impactos climatológicos e melhoria do meio ambiente.

1.2 METAS: Nesse programa foram estabelecidas 10 metas prioritárias para a empresa, atendendo as demandas do setor agropecuário do Rio Grande do Norte, por meio de pesquisas C&T e da produção de insumos agropecuários.

0287 - Produzir mudas de espécies frutíferas e ornamentais

0289 - Produzir sementes certificadas de feijão, sorgo e milho.

0509 - Produzir e disponibilizar, principalmente para os pequenos produtores rurais, pintos de um dia de galinha caipira –.

0514 - Efetuar análises laboratoriais de água, solo, planta, calcário e bacteriológico para os produtores rurais e a população em geral do rio grande do Norte –.

0659 - Manter planteis de animais bovinos, ovinos e caprinos de alta qualidade genética, para realizações de pesquisa em C&T e disponibilizar aos produtores rurais por meio de venda –.

0663 - Promover e participar de eventos de transferência de tecnologia e de feiras agropecuárias –

0667 - Desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas em agropecuária, aquicultura, meteorologia e meio ambiente –.

0673 - Produzir e disponibilizar, priorizando os pecuaristas fornecedores do programa do leite do governo do estado do Rio Grande do Norte, feno de tifton.

1656 – manter em funcionamento os componentes da rede física de estações meteorológicas e pluviométricas, com vistas a subsidiar adequadamente o sistema de monitoramento hidrometereológico, climático e agro meteorológico do rio grande do norte.

1657– Produzir e disponibilizar aos pecuaristas, principalmente os participantes dos programas governamentais, raquetes de palma forrageira.

2 - NOME DO PROGRAMA TEMÁTICO: 4011 – DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR

2.1 - CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: 0014 – Estruturar as instalações físicas da EMPARN e supri-las de meios de transporte, equipamentos e máquinas, visando adequar sua estrutura ao desenvolvimento das atividades de pesquisa, produção e prestação de serviços.

2.2 – METAS – Esse programa visa exclusivamente a estruturar as estações experimentais da empresa e a própria sede com móveis, máquinas, estrutura predial e equipamentos.

0680 - Beneficiar as estações experimentais e a sede da EMPARN com estrutura predial, de móveis, máquinas e equipamento.

As diretrizes abordadas pela Empresa de pesquisa Agropecuária ao longo do PPA 2020-2023, tem como foco primordial observar as metas e objetivos a serem alcançados ao longo do período, identificando os programas e ações a serem implementados para atingir os objetivos, com alocação de recursos financeiros, buscando envolver a participação da sociedade, promovendo a transparência e a participação cidadã. É importante salientar que uma das diretrizes do PPA são avaliação e monitoramento, permitindo ajustes ao longo do prazo.

O PPA da Empresa envolve diversas iniciativas para promover o desenvolvimento e implementação efetiva das políticas governamentais, ou seja, estratégias, decisões e ações adotadas, atendendo seu eixo de atuação, áreas temáticas que abrangem políticas e ações especificas para alcançar as metas definidas.

Outro ponto a salientar com relação ao PPA da EMPARN reflete-se no foco com os demais processos do ciclo do planejamento, haja vista que está intrinsecamente ligado a esses elementos, tais como: A Lei de diretrizes orçamentária – LDO, Lei orçamentária anual – LOA, monitoramento e avaliação e auditoria e controle. Esse ciclo é contínuo, permitindo adaptações ao longo do período do PPA.

Metodologia

A formalização do PPA envolve várias etapas e a EMPARN, segue uma metodologia, incluindo fontes primárias e secundárias, através de dados coletados pelos diversos setores, onde se pode identificar a participação de vários colaboradores no processo de coletas de dados. Para tanto, são utilizados levantamento de informações, definição dos objetivos, implementação e monitoramento, avaliação periódica, revisão e atualização.

Avaliação Geral dos Resultados

ÓRGÃO:

A avaliação do PPA 2020-2023 é crucial, principalmente na análise do desempenho e eficácia das políticas públicas ao longo do período estabelecido no instrumento de planejamento. O alcance dos objetivos identifica desafios e oportunidades e orienta

ajustes estratégicos para aperfeiçoar o uso dos recursos públicos. Essa avaliação contribui para transparência, prestação de contas e melhoria contínua na formulação e implementação das políticas governamentais.

Em relação à EMPARN os objetivos determinados no planejamento atingiram as expectativas programadas ao longo do período de 2020-2023 no sentido de que as metas estabelecidas tiveram resultados satisfatórios.

A EXECUÇÃO DAS METAS PARA O PERÍODO DO PPA 2020-2023

METAS	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL
Prod. de mudas (un.)	110.000	57.690	52,45
Prod. de sementes (Ton.)	170	104	61,30
Prod. de pintos (un.)	790.000	895.411	113,34
Análise laboratorial (un.)	15.000	9.306	62,04
Manut. de plantéis para venda (un.)	400	387	96,75
Part. em eventos e trans. tecnologia (un.)	160	163	101,88
Desenvolver pesquisas (un.)	14	21	150,00
Produção de feno tifton (un.)	250.000	81.399	32,56
Funcionamento. de redes físicas de est. Pluviométrica. e met. (un.)	180	123	68,33
Prod. de raquetes de palma (mil.)	600	129,30	21,55
Estruturação Est. experimentais (un.)	7	12	171,43

Na execução das metas previstas no instrumento de planejamento de 2020-2023 – PPA, observa-se que o órgão buscou atendê-las dentro do proposto, porém alguns fatores externos e internos provocaram oscilações, determinando que alguns não fossem atingidos de maneira satisfatória.

Na análise geral dos dados estatísticos das metas podemos encontrar:

1) Na produção de mudas frutíferas e ornamentais foram propostas 110.000 unidades, porém o realizado atingiu 57.690 unidades, representando 52,45 do previsto;
2) A produção de sementes certificadas de feijão, milho e sorgo nos dois últimos anos (2022 e 2023) não apresentou produtividade, prejudicando no conjunto da meta, haja vista que a previsão foi de 170 toneladas, atingindo apenas 104 toneladas produzidas. Entretanto, ainda consegui atingir 61,30%.

3) A produção de pintos de um dia de galinha caipira, apresentou um resultado além do esperado, haja vista que o previsto no PPA para o período dos quatros anos foi de 790.000 unidades. Porém, o realizado para meta nos quatro anos do PPA atingiu 895.411, perfazendo um percentual de realização de 113,34%.
4) A análise laboratorial teve como previsto no decorrer do PPA 15.000 unidades de análises, porém, só foram realizados 9.306, atingindo 62,04%.
5) Manutenção de plantéis de animais bovinos, ovinos, caprinos e asininos para disponibilização aos produtores rurais por meio de vendas, através de leilões, teve um indicie surpreendente, pois das 400 unidades previstas, atingiu-se 387 unidades, perfazendo um percentual de 96,75%.
6) A participação e promoção da EMPARN nos eventos de transferência de tecnologia e feiras agropecuárias no período de 2020 a 2023 obteve um índice esperado, apesar do período da pandemia da covid 19, onde os eventos foram suspensos, haja vista que dos 160 eventos programados, atingiu 163 eventos, correspondendo 101,88% acima do previsto. Isto evidencia que a EMPARN está a cada ano mais envolvida com a agropecuária do Rio Grande do Norte buscando manter um intercambia com produtores, pecuaristas, alunos e o público em geral, repassando suas experiências e tecnologias.
7) A EMPARN no decorrer do período do PPA 2020-2023, buscou evidenciar suas pesquisas e tecnologias em agropecuária, aquicultura, meteorologia e meio ambiente, haja vista que das 14 pesquisas previstas, realizou 21 pesquisas, principalmente na área da agricultura, meteorologia e pecuária através de convênios e recursos próprios com a participação do seu corpo de pesquisadores. Portanto, conseguiu atingir 150% acima do esperado.
8) A produção de feno tifton sofreu em alguns períodos excesso de chuvas na sua área de produção, sendo um aspecto negativo, haja vista que a produção na estação do baixo açú foi afetada, havendo perdas de plantio. Porém, isso não afetou ao programa, pois o inverno regular e a procura pelos produtores foi menor, devido à disponibilidade de alimentos para seus animais em suas propriedades. Foram estimados 250.000 fardos, entretanto só foram produzidos 81.399, apresentando um indicie de 32,56% do previsto.

9) A meta sobre manter em funcionamento os componentes da rede física de estações meteorológicas e pluviométricas, teve início no ano de 2023 com ênfase a subsidiar o sistema de monitoramento hidro meteorológico, Climático e Agro meteorológico. Foi estabelecido como meta 180 unidades de rede física, entretanto, o realizado para meta atingiu 123 unidades, correspondendo a 68,33% do previsto.

10) A produção de raquetes de palma forrageira, teve como meta em 2023 a 600 milheiros de palma, entretanto o realizado ficou muito abaixo do esperado com 129,30 milheiros produzidos, atingindo pouco mais de 21,55% da meta. As situações que dificultaram a produção de palmas refletem-se principalmente na limpeza dos campos de palmais, a recuperação dos palmais, fertilização e irrigação.

11) A estruturação das bases experimentais da EMPARN depende exclusivamente de recursos oriundos de convênios realizados anteriormente, proporcionando no decorrer de 2020 até meados de 2022 à estruturação da base e da sede, através da aquisição de móveis, máquinas e equipamentos. A meta estipulada no PPA 2020-2023 seria beneficiar 07 estações experimentais. Entretanto, percebe-se que as estações foram beneficiadas em mais de uma vez, totalizando 12 beneficiamentos de equipamentos, máquinas e móveis, atingindo 171,43% do previsto.

A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2020-2023

PROGRAMA	SUB-AÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR ATUALIZADO	VALOR LIQUIDADO	%
100- Gestão, manutenção e serv. do Estado.	204801	Pres. patrimônio publico	5.000,00	-	-
	219401	Manutenção e funcionamento	16.152.242,08	15.173.085,78	93,94
	233001	Encargos pessoais	59.000.644,32	58.038.462,46	98,37
4001- Ciência, Tecnologia e Inovação.	143009	Produção de sementes	136.500,00	11.490,00	8,42
	143107	Produção de pintos	1.164.153,70	1.041.193,25	89,44
	143201	Produção de eventos	162.989,00	129.484,00	79,44

	165102	Análise laboratorial	74.063,33	57.448,36	77,57
	165201	Produção de feno tifton	247.424,86	169.924,17	68,68
	165301	Manutenção rebanho	1.949.887,30	1.447.070,24	74,21
	174802	Desen. de pesquisa tecnológica	2.190.852,39	136.371,33	6,22
	225602	Produção de mudas	56.107,90	36.107,90	64,35
	405301	Produção de palma forrageira	-	-	-
4011-Desenvolvimento do Agronegócio Potiguar	108701	Aquisição e distribuição de sementes	4.103.835,00	4.103.414,40	99,99
	219601	Estrut. Estações experimentais	5.470.651,56	2.177.094,11	39,79
Total			90.714.351,44	82.521.146,00	90,97

Na análise geral sobre a execução orçamentária do PPA 2020-2023 da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte – EMPARN foram alocados recursos no período de 2020-2023 no valor de R$ 90.714.351,44 (noventa milhões, setecentos e catorze mil, trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos) distribuídos em três programas. Porém percebe-se que apenas R$ 82.521.146,00 (oitenta e dois milhões quinhentos e vinte e um mil, cento e quarenta e seis reais), correspondendo a 90,97% liquidado pela EMPARN.

(1) 0100 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO;

Referem-se à administração e operação contínua das atividades da empresa. Inclui a gestão de recursos, a manutenção da infraestrutura e a prestação de serviços. Encontram-se recursos alocados para preservação do patrimônio público manutenção e funcionamento do órgão e encargos de pessoal. Esse programa conta com repasses do Governo do Estado.

No programa, temos orçado R$ 75.157.886,40 (setenta e cinco milhões, cento e cinquenta e sete mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) divididos nas subações.

Entretanto, o valor liquidado para essas subações no período do PPA 2020-2023, atingiu R$ 73.211.548,24 (setenta e três milhões, duzentos e onze mil, quinhentos e quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos). Portanto, para o programa 100, temos um percentual liquidado sobre o valor orçado em torno de 97,41% liquidados pelo órgão.

Programa 100	Valor orçado	Valor liquidado	Percentual
204801 - Preservação do patrimônio publico	5.000,00	-	-
219401 - Manutenção e funcionamento	16.152.242,08	15.173.085,78	93,94
233001 - Encargos com pessoal	59.000.644,32	58.038.462,46	98,37
Total	75.157.886,40	73.211.548,24	97,41

(2) 4001 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO;

A alocação de recursos orçamentários nesse programa é fundamental para impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico do órgão, visando financiar pesquisas, projetos inovadores, infraestrutura tecnológica e o avanço de conhecimentos em várias áreas, principalmente nas metas estabelecidas, buscando a melhoria de vida da população, estimulando avanços em setores estratégicos, tanto no aspecto interno e no aspecto externo.

Nesse programa temos orçado no planejamento do PPA R$ 5.981.978,48 (cinco milhões, novecentos e oitenta e um mil, novecentos e setenta e oito reais e quarenta e oito centavos), apresentados nas seguintes subações:

Porém o valor liquidado pela empresa nesse programa atingiu R$ 3.029.089,25 (três milhões, vinte e nove mil, oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), para seguintes subações, correspondendo a 50,64% do valor orçado no PPA.

Programa – 4001 – Ciência, Tecnologia e Inovação	**Valor orçado**	**Valor liquidado**	**Percentual**
143009 – Produção de sementes	136.500,00	11.490,00	8,42
143007 – Produção de pintos	1.164.153,70	1.041.193,25	89,44

143201 – Produção e promoção de eventos	162.989,00	129.484,00	79,44
165102 – Análise laboratorial	74.063,33	57.448,36	77,57
165201 – Produção de feno tifton	247.424,86	169.924,17	68,68
165301 – Manutenção de rebanho	1.949.887,30	1.447.070,24	74,21
174802 – Desenvolvimento pesquisa e tecnologia	2.190.852,39	136.371,33	6,22
225602 – Produção de mudas frutíferas e ornamentais	56.107,90	36.107,90	64,35
405301 – Produção de palma forrageira	-	-	-
Total	5.981.978,48	3.029.089,25	50,64

(3) 4011 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO POTIGUAR.

Esse programa visa exclusivamente atender a estruturação das bases e a sede da EMPARN, através de máquinas, moveis e equipamentos. Isso decorre de convênios estadual e federal.

Programa: 4011 – Desenvolvimento do Agronegócio Potiguar	**Valor orçado**	**Valor liquidado**	**Percentual**
108701 – Aquisição e distribuição de sementes	4.103.835,00	4.103.414,40	99,99
219601 – Estruturação das bases experimentais	5.470.651,56	2.177.094,11	39,79
Total	9.574.486,56	6.280.508,51	65,59

Síntese da Avaliação e Recomendações
É importante a avaliação dos resultados obtidos no PPA 2020-2023, pois proporcionará à administração do órgão uma nova visão de suas políticas públicas, dando ênfase à necessidade de um monitoramento e acompanhamento melhor de suas metas, buscando atingir seus objetivos.

É salutar que o órgão busque melhorar a sua arrecadação própria, dando ênfase a sua execução orçamentária, ou seja, buscando condições financeiras eficientes para alocação de seus recursos, que esse por sua vez contemple toda a necessidade de custeio da empresa.

Observa-se também que é necessária a busca de convênios seja federal e estadual, fortalecendo parcerias e colaborações. Identificar as organizações alinhadas aos seus objetivos para ampliar recursos e oportunidades.

Outro ponto que se deve refletir refere-se o comprometimento e compromisso de todos os envolvidos na busca das metas, pois só assim a política pública do órgão será cumprida e no final a sociedade será atendida em seus anseios.

Referências

Ao elaborar o PPA da EMPARN, foram utilizadas várias referências, sendo incluídos documentos governamentais, indicadores socioeconômicos, estudos setoriais, leis vigentes. Também foi essencial como meio de referência para embasamento do PPA a utilização de relatórios orçamentários, planos anteriores e dados das atividades desenvolvidas pela empresa.

RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
E DAS FINANÇAS - SEPLAN

IDIARN

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

CÓDIGO E NOME DO ÓRGÃO: 17206-1 – INSTITUTO DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DO RN - IDIARN.

1 - NOME DO PROGRAMA TEMÁTICO: 4011 – Desenvolvimento do Agronegócio Potiguar.

1.1 - CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: 0344 – Executar e Manter a Defesa e Inspeção Agropecuária mediante ações inerentes à sanidade vegetal e animal, assegurando competitividade de produtos de qualidade, contribuindo para a preservação da saúde pública e o aumento da competitividade de produtos de origem animal e vegetal do Rio Grande do Norte.

1.2 -CÓDIGO DAS METAS: (informar a quantidade de metas do considerando suas situações: concluídas, paralisadas, não iniciadas, em andamento e ações preparatórias)

QUANTIDADE DE METAS: 07 METAS

META	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
1072	Reestruturar instalações físicas do IDIARN	Em Andamento
1078	Realizar palestras, treinamentos e cursos de educação sanitária	Em andamento
1083	Realizar visitas de fiscalização para prevenção controle e erradicação de doença dos animais	Em andamento

1084	Realizar visitas de fiscalização para prevenção controle e erradicação de doença dos vegetais	Em andamento
1088	Fiscalizar e registrar estabelecimento que manipulam e comercializam produtos de origem animal e vegetal	Em andamento
1092	Realizar cadastro de propriedades rurais	Em andamento

1095	Realizar fiscalização para defesa agropecuária	Em andamento

1.3 - CÓDIGOS DAS INICIATIVAS: (Informar a quantidade de iniciativas antes de inserir os códigos)

QUANTIDADES DE INICIATIVAS: 10

INICIATIVA	**DESCRIÇÃO**	**AVAL DAS INICIATIVAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
01577	Execução manutenção e fiscalização de atividades	Fiscalização de propriedades
01578	Capacitação técnica de servidores e agentes	Cursos realizados pelo Instituto para os servidores

01580	Realização de Educação sanitária - saude animal e vegetal	Realização de palestras e cursos
01583	Realização de campanhas educativas	Foram feitas campanhas contra aftosa, raiva...
01585	Melhoria e manutenção instalações físicas	Nenhuma reforma foi realizada
02118	Aparelho e reaparelhamento do IDIARN	Aquisição de computadore3s, no break ...

Considerações da área animal, sobre atividades de 2023

- Fiscalização das duas etapas da campanha de vacinação contra febre aftosa, realizadas nos meses de maio e novembro de 2023, atingindo os índices desejados de cobertura vacinal do Estado, mantendo o status de livre da febre aftosa com vacinação;
- Implantação do novo sistema de gestão agropecuária – SIDIARN, trazendo uma melhora no atendimento aos produtores rurais, permitindo avanços no controle de dados e seus gerenciamentos;
- O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SEPOA do IDIARN, inseriu todos os estabelecimentos cadastrados e ativos no e-SISBI, plataforma do Ministério da Agricultura para o controle dos estabelecimentos registrados junto ao IDIARN, garantindo uma melhor transparência para a população;
- Fiscalização dos estabelecimentos registrados junto ao SEIPOA/IDIARN, garantindo a idoneidade dos produtos produzidos e comercializados em todo o Estado e no Brasil, para aqueles estabelecimentos aderidos ao SISBI;
- Realização de vigilância em propriedades rurais, garantindo a sanidade dos rebanhos do Estado;
- Realizações de atividades de educação sanitária promovendo o IDIARN, levando informação aos produtores rurais quanto ao controle de doenças de notificação obrigatória, imunizações e demais temas ligados ao órgão;

- Disponibilização da emissão de GTA pelos produtores de camarão diretamente no novo sistema de gestão agropecuária – SIDIARN;
- REALIZAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DA BASE DE DADOS DE PROPRIEDADES, PRODUTORES, REBANHO e PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO ESTADO;

  Objetivo: Atualizar o banco de dados do IDIARN.

  Beneficiados: Todos os pecuaristas e agricultores do estado, que possuam cadastro no IDIARN.

  Resultados esperados: Melhorar o rastreio e controle das criações de animais e produção agrícola do Estado.
- REGULARIZAÇÃO DAS QUEIJEIRAS JUNTO AO GOVERNO CIDADÃO, COM CERTIFICAÇÃO DE PROPRIEDADES LIVRE DE BRUCELOSE;

  Objetivo: Certificar as propriedades fornecedoras de leite para as queijeiras incluídas no projeto governo cidadão, quanto a brucelose animal.

  Beneficiados: Criadores que fornecem leite as queijeiras e toda a população consumidora dos queijos.

  Resultados esperados: Melhora na qualidade do leite utilizado na produção de queijos, ofertando produtos de qualidade e livre de agentes contaminantes, a mesa dos potiguares;
- Realização de fiscalização dos eventos agropecuários com aglomeração de animais, tai como vaquejadas, exposições, leilões e demais eventos, garantindo a sanidade dos rebanhos envolvidos;
- Fiscalização móvel do trânsito de animais, produtos e subprodutos de origem animal nas principais rodovias do estado.

1- ATIVIDADES DA ÁREA VEGETAL

- **1.1 - Introdução**
- O agronegócio do Rio Grande do Norte tem sido de grande importância para sua economia, o que gera a necessidade de aperfeiçoamento no desempenho deste e de outras atividades ligadas à agropecuária, no sentido de melhorar a qualidade sanitária dos vegetais, seus produtos e subprodutos,

com vistas à satisfação das exigências impostas pelos mercados nacional e internacional e, principalmente, ao bem-estar da população.

- Desse modo a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca do Estado do Rio Grande do Norte – SAPE, através do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte – Idiarn, órgão executor das políticas destinadas à Defesa e Inspeção Sanitária Vegetal, que tem como missão exercer a defesa e inspeção agropecuária, assegurando a oferta de produtos de qualidade, contribuindo para a preservação da saúde pública, do meio ambiente e o aumento da competitividade dos produtos de origem animal e vegetal do Estado. Numa visão ampliada, envolve questões relacionadas a enfermidades dos vegetais e animais, saúde pública, controle dos riscos em toda a cadeia produtiva, assegurando a oferta de alimentos seguros e bem-estar animal, seguindo as normas e diretrizes instituídas pelo MAPA em consonância com os acordos internacionais assinados pela Nação.
- Dentre as realizações na área vegetal podemos citar a manutenção dos programas de área livre da mosca-das-frutas - *Anastrepha grandis* (melão, melancia, abóboras,etc); a área livre de sigatoka negra - *Mycosphaerella fijiensis* (Morelet) Deighton (bananas), área livre do Moko da Bananeira - *Ralstonia solanacearum,* o sistema de mitigação de risco para as moscas-das-frutas - *Ceratites capitata e Anastrepha spp.*, para as culturas do mamão e da manga. Vale salientar também, o controle do trânsito intermunicipal e interestadual como forma de vigilância permanente.
- Em função destas áreas citadas, o Brasil tem acordos bilaterais para exportação de frutas com o Egito, China, E.U.A, Chile, Alemanha, Polônia, Portugal, Espanha e Itália, Argentina, Canada, Paraguai e Uruguai. Em função desses acordos, o Estado do RN recebe frequentemente auditorias técnicas para verificação das conformidades e um dos itens mais importantes é a capacidade operacional para garantir a qualidade fitossanitária das frutas. É o único estado do País que tem autorização para exportar tais frutas para os EUA.
- O relatório que ora apresentamos, constam as atividades em desenvolvimento pela Diretoria de Defesa e Inspeção Sanitária Vegetal – Disav no ano de 2023.

- **1.2 – ÁREA LIVRE DE MOSCA-DAS-FRUTAS (Anastrepha grandis)**
- Composta pelos municípios de Mossoró, Assú, Areia Branca, Baraúna, Serra do Mel, Afonso Bezerra, Ipanguaçu, Upanema, Alto do Rodrigues, Tibau, Carnaubais, Grossos, Porto do Mangue, Jandaíra, Pendências, Macau, Caraúbas, Felipe Guerra, Gov. Dix-sept Rosado, Pedro Avelino e Apodi que somados aos municípios existentes, perfazem uma área total de 15.077,15 km².
- Ao governo do estado do RN, cabe a execução da defesa fitossanitária, que compreende a instalação, manutenção e funcionamento das barreiras fitossanitárias (fixas e móveis), localizadas em Itaú, Lajes, João Câmara e Olho D'Água do Borge; determinar normativas de acordo com a legislação federal; fiscalização da execução de boas práticas fitossanitárias pelos produtores de cucurbitáceas, independente do destino da produção; fiscalizar o comércio interno e a Certificação Fitossanitária de Origem (CFO/CFOC); participar da elaboração, implantação e execução do plano de contingência; fiscalização do monitoramento interno; monitorar a área tampão e divulgação do programa.
- **1.3 – ÁREA LIVRE DE SIGATOKA NEGRA (*Mycosphaerella fijiensis*)**
- Reconhecida pelo MAPA como área livre de sigatoka negra por tempo indeterminado, através da Instrução Normativa n. 60 de 31 de outubro de 2006, após projeto apresentado por essa diretoria obedecendo às normas vigentes, abrange todo o Estado do Rio Grande do Norte.
- O Idiarn/Disav supervisiona/fiscaliza todos os setores envolvidos no processo de certificação, garantindo a realização de todos os levantamentos e medidas fitossanitárias de controle estabelecidas em regulamento.
- Essa Área nos permite exportar bananas frescas para países como Egito, Alemanha, Polônia, Portugal, Espanha e Itália.

- **1.4 – SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO PARA A MANGA.**
- Todo o Estado está incluso no programa de exportação de manga para os Estados Unidos através desse sistema, desde que execute o monitoramento de pragas, faça o tratamento hidrotérmico em planta credenciada pelo

APHIS/USDA e a certificação fitossanitária de origem.

- Cabe ao Idiarn/Disav fiscalizar a certificação e o monitoramento.
- Mantemos o Sistema e já foi autorizado para todos os municípios do RN que produzam dentro dos padrões sendo processada a produção em Ipanguaçu na planta da Finoagro (Empresa credenciada para processamento para os EUA)

- **1.5 – SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA DE ORIGEM-CFO E CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA DE ORIGEM CONSOLIDADA - CFOC**
- Reconhecimento oficial da origem de um produto vegetal ou suas partes quanto ao aspecto fitossanitário e possibilita prevenir e controlar a disseminação no Estado do Rio Grande do Norte de Pragas Quarentenárias Ausentes e Presentes.
- A Certificação Fitossanitária de Origem é realizada em todo Estado, por Engenheiros Agrônomos, da iniciativa privada, autônomos, ***treinados e habilitados*** pelo IDIARN.
- Os técnicos habilitados pela Idiarn para emissão do CFO/CFOC, estão sujeitos à fiscalização constante dos fiscais agropecuários estaduais da Disav/IDIARN.

- **1.6 EXECUTAMOS LEVANTAMENTOS FITOSSANITÁRIOS DE PRAGAS.**
- A equipe técnica do IDIARN, realiza anualmente levantamentos de 09 pragas quarentenárias para o RN, com o intuito de manter a condição de não ocorrência dessas, permitindo maior vigilância evitando a introdução no Estado.

- **1.7– FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE VEGETAIS.**
- A fiscalização do trânsito se dá através de blitz volante nas principais rodovias do estado e em 04 postos de fiscalização fitossanitária situados nos municípios de Itaú, Lajes, João Câmara e Olho D’Água do Borge.

- São verificados os documentos fitossanitários exigidos por lei para o trânsito intermunicipal e interestadual, evitando a entrada de pragas exóticas para o Estado em nosso território protegendo assim, o patrimônio fitossanitário estadual.

- **1.8 – AGROTÓXICOS.**
- A fiscalização do comércio e uso dos agrotóxicos e afins é exercida no sentido de garantir aos agricultores produtos seguros e de boa qualidade, bem como restringir o uso indevido e inadequado dos agrotóxicos.
- Pela legislação estadual vigente, as empresas que atuam no setor devem cadastrar seus produtos junto ao IDIARN, assim como as revendas que pretendem comercializar tais produtos devem se registrar neste órgão.
- O cadastro dos produtos agrotóxicos é uma ferramenta para a fiscalização do setor agrícola, com atenção especial a venda, a qualidade dos produtos, aos prestadores de serviços, ao uso correto e seguro bem como a destinação final das embalagens vazias, diminuindo assim os impactos negativos ao meio ambiente e à saúde.

- **Justificativa do Programa**
- Atualmente os agrotóxicos constituem insumos de fundamental importância no tratamento de plantas daninhas, pragas, e agentes causadores de doenças. No entanto, o uso inadequado pode provocar efeitos indesejáveis no meio ambiente e a saúde pública.
- Assim, a legislação que disciplina o assunto tem como objetivo o uso seguro e correto, de modo a reduzir os problemas decorrentes da má utilização.

- **Estratégias / Atividades do Programa**
- - Fiscalização do comércio de agrotóxicos e afins
- - Fiscalização do uso de agrotóxicos e afins

- - Fiscalização da destinação de embalagens vazias de agrotóxicos e afins (participamos e fiscalizamos o recebimento itinerante de embalagens vazias de agrotóxicos)
- - Fiscalização de empresas prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos e afins
- - Fiscalização da qualidade de agrotóxicos e afins

Síntese da Avaliação e Recomendações
A avaliação é de extrema importância para melhoria de seus resultados, demonstrando suas deficiências e traçando seus objetivos. No caso do IDIARN, nota-se que alguns objetivos não são atingidos devido a falta do setor administrativo em seu organograma, causando déficit de pessoas para tornar mais eficiente os trâmites, na área de fiscalização nota- se também que os objetivos não foram concluidos em sua totalidade pois a demanda é muito grande e o quadro reduzido. Mesmo assim, diante de tantas dificuldades as pessoas que fazem parte do quadro são altamente comprometidas em desempenhar seus papéis de forma eficiente e eficaz.

Referências
O PPA do IDIARN - INSTITUTO DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DO RN - foram utilizadas referências, tais como dados do SIGEF, relatórios LOA e planilhas da COFAC - Setor responsável por todas as atividades efetuadas no Instituto.



AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023

Exercício 2023

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESIDENTE KENNEDY - IFESP

1. Apresentação

O IFESP tem como missão, promover a formação de qualidade para profissionais que atuam em processos educacionais através do ensino, pesquisa e extensão, a perspectiva de desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte. Com este propósito e contando com uma equipe qualificada de profissionais da Educação vem mantendo um trabalho com compromisso social, historicamente reconhecido por contribuir efetivamente com as melhorias de processos educacionais na relação professor-aluno-saber, no processo ensino-aprendizagem, no planejamento de ensino-aprendizagem, na organização e coordenação do trabalho pedagógico e na gestão educacional.

A Lei nº 6.575 de 08 de fevereiro de 1994 cria Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy (IFP), e a Lei nº 7.909, de 04 de janeiro de 2001 transforma em Autarquia sob a denominação de Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – Centro de Formação de Profissionais de Educação (IFESP) – Lei Nº 7.909, de 04 de janeiro de 2001. Já a Lei 7.993 de 26 de outubro de 2001 altera o art. 8º. da Lei 7.909 de de 04 de janeiro de 2001, que limita a quantidade de professores cedidos pela SEEC ao IFESP**.**

O IFESP funciona em conformidade com o Estatuto - Decreto de nº 15.939 de 13 de março de 2002 e Regimento Geral pelo Decreto de nº 17.500 de 14 de maio de 2004.

A Portaria 099/2020 de 27 de dezembro de 2022 cria a Unidade de Controle Interno do IFESP – UCI/IFESP. Esta UCI/IFESP visa proporcionar a gestão um melhor acompanhamento da execução de programas de governo, identificando falhas e possíveis melhorias. Além de melhorar a transparência da gestão e a aplicação dos recursos públicos, o controle interno é um processo desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade. Uma Unidade de Controle Interno eficiente demonstra ter um comprometimento com seus objetivos estratégicos e com a transparência dos seus atos. Comunica uma imagem de uma gestão que se preocupa em aperfeiçoar seus processos.

Com vistas ao propósito da indução de políticas públicas voltadas para a disseminação do conhecimento científico, cultural, ambiental e tecnológico do RN, o IFESP tem o propósito de instituir ações pedagógicas alinhadas com as políticas de reorganização e orientação curricular, fortalecer a gestão democrática ampliando a oferta de formação continuada para gestores escolares de modo a promover a qualidade da educação básica em todas as suas

etapas e modalidades, proporcionando condições de aprendizagem, avaliação e melhoria do fluxo escolar em parceria com a SEEC/DIRECs e outros órgãos.

A Organização Administrativa do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – IFESP possui em sua estrutura geral os Colegiados Superiores, Direção Geral e Auxiliares que vem sendo mantidas desde sua criação, já os demais, Comissões Permanentes e Órgãos Suplementares, com as demandas posteriores, mudanças na legislação que rege os cursos, criação e oferta de novos cursos de graduação e pós-graduação, bem como investimentos na pesquisa e extensão, convênios realizados e autonomia da Escola Presidente Kennedy, novos ambientes e funções a serem desempenhadas foram criadas. Portanto, na atualidade algumas adequações são importantes. Os setores que se relacionam com os órgãos de controle, o acesso a informação e demais órgãos não estão contemplados nesta organização. Outros setores poderiam ser criados, como contabilidade, assessoria jurídica, etc. Entretanto esta decisão passa pelos colegiados superiores desta instituição.

Nessa perspectiva as metas estabelecidas visam [meta 0886] garantir a formação continuada dos profissionais da educação básica e demais servidores do RN na modalidade presencial e a distância em parceria com a SEEC e outros Órgãos; [meta 0877] Restaurar e conservar a estrutura física do IFESP; [meta 0879] Reaparelhar o IFESP e construir e implantar o Centro de Documentação e Memória da Escola Normal/Instituto Kennedy; [meta 1193] Promover cursos de Especialização e de Mestrado profissional para professores da Educação Básica do RN em convênio com a SEEC, SME, UERN e outras instituições; e [meta 0846] Formar professores nos cursos de graduação e pós-graduação.

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 18203

NOME DO PROGRAMA TEMÁTICO: EDUCAÇÃO CIDADÃ

OB0471: Instituir ações pedagógicas alinhadas com as políticas de reorganização e orientação curricular, fortalecer a gestão democrática ampliando a oferta de formação continuada para gestores escolares de modo a promover a qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades, proporcionando condições de aprendizagem, avaliação e melhoria do fluxo escolar em parceria com a SEEC/DIRECs e outros órgãos. (OB0471/PPA2020-23).

Avaliação Geral do Objetivo:

Nessa perspectiva, com vistas ao propósito da indução de políticas públicas voltadas para a disseminação do conhecimento científico, cultural, ambiental e tecnológico do RN previsto no PROGRAMA EDUCAÇÃO CIDADÃ, o IFESP busca atender este objetivo, pois além dos cursos já ofertados em níveis de graduação e pós-graduação os projetos de pesquisa e extensão também foram retomados. Neste ano de 2023 ingressaram três turmas no Curso de Pedagogia - Licenciatura, duas turmas no Curso de Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e duas turmas no Curso de Licenciatura em Matemática.

Essa oferta se dá periodicamente, uma vez por ano e os cursos ofertados de maneira alternada em razão do comprometimento da carga horária dos professores. Nesse contexto o IFESP ofertou 627 vagas para os cursos de graduação nos últimos 4 (quatro) anos, sendo 410 vagas para o curso de Pedagogia Licenciatura, 132 vagas para o curso de Letras com Habilitação em Lingua Portuguesa e 85 vagas para o curso de Licenciatura em Matemática. Já em nível de pós-graduação foram ofertadas 285 vagas, distribuídas nos cursos de Especialização em Processos Educacionais (37 vagas), Especialização em Educação Infantil (36 vagas), Especialização em Ensino da Língua Portuguesa (35 vagas), Especialização em Educação Matemática (35 vagas), Especialização em Educação Ambiental (35 vagas), Especialização em Educação de Jovens e Adultos (35 vagas), Especialização em Gestão de Processos Educacionais (37 vagas) e Especialização em Educação Infantil (35 vagas)

Atualmente 08 (oito) turmas de pós-graduação em andamento que ingressaram nos períodos de 2022.1 a 2023.1 nos cursos de Especialização em Gestão de Processos Educacionais; Especialização em Educação Infantil; Especialização em Ensino da Língua Portuguesa; Especialização em Educação Matemática – Teoria e Prática no Ensino Fundamental; Especialização em Educação Matemática – Teoria e Prática no Ensino Médio; Especialização em Educação Ambiental; Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho e; Especialização em Educação de Jovens e Adultos.

O IFESP também avançou nos resultados deste quadriênio com os três grupos de pesquisa - Linguagens, diversidade e autoformação; Formação Docente: Memórias da Educação, Cultura Escolar e Políticas Públicas**; e** Formação Docente: Ciência, Linguagens e Tecnologias. Por ocasião da avaliação institucional o IFESP obteve o devido reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação.

Códigos das metas: 0846, 1193, 0886

Meta 0846: [Formar professores nos cursos de graduação e pós-graduação] – esta meta visa a criação e oferta de cursos sob demanda a partir da celebração de convênios. Neste período não houve recursos desta natureza.

Meta 1193: [Promover cursos de Especialização e de Mestrado profissional para professores da Educação Básica do RN em convênio com a SEEC, SME, UERN e outras instituições] - Especialização em Gestão de Processos Educacionais; Especialização em Educação Infantil; Especialização em Ensino da Língua Portuguesa; Especialização em Educação Matemática – Teoria e Prática no Ensino Fundamental; Especialização em Educação Matemática – Teoria e Prática no Ensino Médio; Especialização em Educação Ambiental; Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho e; Especialização em Educação de Jovens e Adultos. Avaliamos ter alcançado, do ponto de vista orçamentário em 77% desta meta. Salientamos que ainda não foi efetivado o curso de Mestrado que se encontra em fase de avaliação pela CAPES/MEC

Meta 0886: [Garantir a formação continuada dos profissionais da educação básica e demais servidores do RN na modalidade presencial e a distância em parceria com a SEEC e outros Órgãos]. Esta meta foi alcançada em 76,8%, do ponto de vista orçamentário, mas um resultado bastante satisfatório. Com 23 turmas de graduação em andamento, sendo 16 (dezesseis) turmas de Pedagogia Licenciatura 03 (três) turmas de Licenciatura em Matemática 04 (quatro) turmas de Letras – Habilitação em Língua Portuguesa. Contamos ainda com as atividades/projetos de extensão que foram desenvolvidos nesse período

Códigos das iniciativas: 1054 e 1869

1054 - Realização de processo seletivo para cursos de graduação e pós-graduação;

1869 Realização de cursos de pós graduação Lato Sensu e Stricto Sensu em parceria com a SEEC, UERN, SME e outras instituições

Com o propósito de alcançar as metas 1193 e 886 foram realizados os processos seletivos para os cursos de graduação e pós-graduação, exceto o Mestrado que se encontra em fase de apreciação pela CAPES.

OB472 - Modernizar a Biblioteca Crisan Siminéa com acervo/equipamentos e ampliar o acesso aos bens culturais através da preservação e restauração da memória documental do IFESP e da construção, manutenção e aparelhamento de infraestrutura física e tecnológica

para melhor atender a comunidade acadêmica e demandas por formação dos servidores do RN no IFESP, de modo a garantir condições de funcionamento. (OB472/ PPA2020-23).

Avaliação do objetivo

Diante do que foi previsto, avaliamos ter elementos satisfatórios para o alcance deste objetivo, as ações necessárias foram realizadas para o resultado do quadriênio 2020-23. As ações previstas e iniciadas no exercício de 2022, como os serviços de reparação das instalações físicas da biblioteca e acessos; Reparação das instalações elétricas em 70% do prédio do IFESP; Aquisição e instalação dos sistemas de climatização em 80% dos ambientes; Manutenção de máquinas e equipamentos de informática e redes de Internet; Melhoramento do espaço de convivência Paulo Freire. Entretanto no próximo exercício ainda há muito que realizar em relação à organização, manutenção, conservação e tratamento do acervo documental e memória do IFESP está prevista a construção do espaço adequado às instalações deste projeto que é de grande relevância para manter os registros da memória da Educação do Rio Grande do Norte, inclusive com atividades de pesquisa e extensão.

Código das Metas: 0877, 0879 e 0882

Do ponto de vista orçamentário a **Meta 0879:** [Reaparelhar o IFESP] foi executada em 66%, pois foi possível fazer reparação das instalações físicas da biblioteca e acessos; Reparação das instalações elétricas em 70% do prédio do IFESP; Aquisição e instalação dos sistemas de climatização em 80% dos ambientes; Manutenção de máquinas e equipamentos de informática e redes de Internet.

A **Meta 0877:** [Restaurar e conservar a estrutura física do IFESP] foi executada dentro do esperado no exercício 2023, 95% do orçamento previsto, realizando a efetiva conclusão das ações previstas e iniciadas no exercício de 2022, tais como os serviços de reparação das instalações hidráulicas, substituição de janelas, reparação das instalações elétricas e sistemas de climatização dos ambientes do IFESP. Há perspectivas que estas ações sejam continuadas no exercício 2024 para que seja, de fato, recuperada e conservada toda a estrutura física do prédio do IFESP.

A **Meta 0882**: [Construir e implantar o Centro de Documentação e Memória da Escola Normal/Instituto Kennedy] foi alcançada em 30% da previsão orçamentária, já que estava prevista a construção do espaço adequado às instalações deste projeto que é de grande relevância para manter os registros da memória da Educação do Rio Grande do Norte,

inclusive com atividades de pesquisa e extensão. Entretanto, por este projeto contar com a possibilidade de convênios ou emendas parlamentares que não foram efetivados ficou inviabilizado em razão da não efetivação de Convênios e/ou Emenda Parlamentar, entretanto a organização, manutenção, conservação e o tratamento do acervo documental foram assegurados neste exercício, inclusive em atividades de pesquisa e extensão que estão vinculados a esta ação.

Código das iniciativas: 1141, 1142 e 1152

1141 - Ampliação da Biblioteca Crisan Siminéa, aquisição e organização do acervo bibliográfico, tratamento, conservação e digitalização do acervo documental

1142 - Tratamento, conservação e digitalização do acervo documental do Centro de Documentação e Memória da Escola Normal/Instituto Kennedy.

1152 - Aquisição de móveis e equipamentos para o Centro de Documentação e Memória da Escola Normal/Instituto Kennedy e do Núcleo Interinstitucional de Educação Sexual.

1165 - Restauração, conservação dos espaços internos e externos do IFESP e criação do espaço de convivência com infraestrutura para a realização de eventos sociais e culturais.

Estas iniciativas se deram de forma continuada ao longo do quadrimestre 2020-23, entretanto para que estas metas **882** e **887** sejam plenamente alcançadas, por questões de limitação orçamentária, a busca pela efetivação de Convênios e/ou Emenda Parlamentar devem se dar no exercício 2024-27.

OB0473- Ofertar cursos de formação inicial e continuada em níveis de graduação e pós-graduação Lato/Stricto Senso para integrar-se às políticas públicas de estado junto a outras instituições de Ensino Superior e melhorar os indicadores de qualidade na educação básica, articulando com a SEEC, parcerias com as instituições públicas municipais, estaduais e federais mediante formalização de convênio e/ou parceria como forma de melhorar o capital humano, social e cultural do RN (OB473/ PPA2020-23).

Código das metas: 0886 e 1193

Avaliação do objetivo

Com o propósito de cumprir este objetivo o IFESP, neste quadriênio promoveu, de forma significativa, a qualidade na educação básica em todas as suas etapas e modalidades, proporcionando condições de aprendizagem, avaliação e melhoria do fluxo escolar em parceria com a SEEC/DIRECs e outros órgãos, através da oferta de cursos de especialização em Gestão de processos educacionais para gestores escolares; Oferta de Curso de Formação de professores da rede básica de ensino com ênfase na atualização curricular para competências nos documentos oficiais, BNCC e LDB com o uso da Plataforma Modle do IFESP, atendendo todas as DIRECS; Curso de Formação de Professores do IFESP para atendimento em aulas virtuais; Realização de dois eventos científicos com público (professores e pesquisadores) do IFESP e de outras IES; Publicação de Anais dos Eventos Científicos; Estabelecimento de Convênios para estágio remunerado para estudantes da graduação; Curso de extensão, com ênfase no letramento para atender as necessidades de aprendizagem dos internos da FUNDASE preparando para o mercado de trabalho por ocasião do cumprimento de suas penas.

11.2 Avaliação individual das metas

Meta 0886: [Garantir a formação continuada dos profissionais da educação básica e demais servidores do RN na modalidade presencial e a distância em parceria com a SEEC e outros Órgãos]

Avaliação da **Meta 0886**: Esta meta foi alcançada em 76,8%, do ponto de vista orçamentário, mas um resultado bastante satisfatório. As 08 (oito) turmas de pós-graduação em andamento que ingressaram nos períodos de 2022.1 a 2023.1 nos cursos de Especialização em Gestão de Processos Educacionais; Especialização em Educação Infantil; Especialização em Ensino da Língua Portuguesa; Especialização em Educação Matemática – Teoria e Prática no Ensino Fundamental; Especialização em Educação Matemática – Teoria e Prática no Ensino Médio; Especialização em Educação Ambiental; Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho e; Especialização em Educação de Jovens e Adultos são o resultado dos investimentos na formação continuada no quadriênio 2020-23.

Meta 1193: [Promover cursos de Especialização e de Mestrado profissional para professores da Educação Básica do RN em convênio com a SEEC, SME, UERN e outras instituições] –

Avaliação da Meta 1193: Os cursos ofertados de Especialização em Gestão de Processos Educacionais; Especialização em Educação Infantil; Especialização em Ensino da Língua Portuguesa; Especialização em Educação Matemática – Teoria e Prática no Ensino

Fundamental; Especialização em Educação Matemática – Teoria e Prática no Ensino Médio; Especialização em Educação Ambiental; Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho e; Especialização em Educação de Jovens e Adultos. Avaliamos ter alcançado, do ponto de vista orçamentário em 77% desta meta. Salientamos que ainda não foi efetivado o curso de Mestrado que se encontra em fase de avaliação pela CAPES/MEC

Códigos das iniciativas: 1139, 1164 e 1869

1139 - Fortalecimento da gestão democrática através de cursos de capacitação para gestores escolares com foco na responsabilização e a autonomia dos sistemas escolares públicos estaduais e atualização curricular (BNCC e Diretrizes Curriculares) em parceria com a SEEC/DIRECs e outros órgãos.

1164 - Oferta de cursos de formação continuada (aperfeiçoamento) para servidores públicos e profissionais da Educação Básica do RN e formulação de convênios com outros órgãos da administração pública ou privada para projetos de ensino, pesquisa e extensão presencial e a distância.

1869 - Realização de cursos de pós graduação Lato Sensu e Stricto Sensu em parceria com a SEEC, UERN, SME e outras instituições.

As iniciativas para a realização das metas **0886** e **1193** foram fundamentais para os resultados alcançados.

11.4 Avaliação Setorial dos Resultados

Da dotação inicial de R$ 614,000,00 (seiscentos e quatorze mil reais) foram executados (empenhados) 433.320,25 (quatrocentos e trinta e três mil, trezentos e vinte reais e vinte e cinco centavos) o que corresponde a 70% do orçamento. Diante do exposto, as ações previstas, porém não realizadas em sua totalidade foram executadas com adaptações, em sua maioria. As atividades de ensino apoiadas pelos recursos da fonte 500.000 possibilitaram a equipe gestora – administrativa, financeira, coordenadores de cursos, demais professores da graduação e pós-graduação – assegurar a permanência dos estudantes dos cursos em andamento, cumprindo as atividades acadêmicas com êxito, favorecendo a qualificação dos profissionais da educação básica do Estado do RN e contribuindo com a melhoria de ensino,

pesquisa e extensão em atendimento a missão de qualificação dos profissionais da Educação do RN.

Avaliação geral setorial:

O cumprimento da parcela do programas Educação Cidadã previstos na Lei Orçamentária atenderam aos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias

Recomendações:

O cumprimento das Metas previstas no PPA 2020-23 se deu parcialmente. Entretanto, diante do que foi realizado no exercício 2023, mediante o planejamento que assegurou a realização das atividades acadêmicas o resultado geral foi bastante satisfatório, visto que a missão do IFESP foi mantida no que se refere ao atendimento nos cursos de graduação e pós-graduação já existentes e em andamento na instituição. Entretanto maiores esforços devem ser concentrados para que as metas não alcançadas em sua totalidade tenham suas iniciativas continuadas no quadrimestre 2024-27.

11.5 Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (x) NÃO Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

Gerente PPA
Maria José Lima dos Santos
Matrícula 68881-9
CPF: 230 401 574 34

Instituto Técnico-Científico de Perícia do RN - ITEP/RN

Exercício 2023

AVALIAÇÃO DO PPA 2020-2023

SECRETARIA DE ESTADO DO [NOME DO ÓRGÃO]

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA



Sumário

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023 3

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1 3

Avaliação Geral do Objetivo 3

Avaliação individual das METAS 4

Avaliação individual das INICIATIVAS 5

Avaliação Setorial dos Resultados 6

Avaliação dos Indicadores 6
PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023 7
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2 7
Introdução 7
Do Objetivo da Avaliação 7
Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas 7
Metodologia 8
Avaliação Geral dos Resultados 8
Síntese da Avaliação e Recomendações 8
Referências 8

PARTE 1 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PPA, EXERCÍCIO 2023

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 1

Código e nome do Órgão: 21131 - Instituto Técnico-Científico de Perícia do RN - ITEP/RN
Nome do Programa Temático: 1001 - Valorização dos profissionais de segurança pública

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 0124 - Qualificar o ambiente de trabalho, ampliar, valorizar e capacitar os operadores de segurança.
Códigos das metas: 0428 - Valorizar os servidores do quadro do ITEP ; 00458 Criar o plano de cargos, carreira e salários para os servidores; 0465 - Implantar o programa de saúde e segurança do servidor; 0472 - Implantar o programa de comunicação e marketing institucional; 0479 - Implantar o departamento de ensino e pesquisa; 0498 - Implantar o sistema de vigilância e videomonitoramento com controle de acesso digital.
Códigos das iniciativas: 00880, 00881, 00882, 00884, 00885, 00887, 00888, 00890, 00891, 00892, 00893, 00894, 00895, 00896, 00897, 00898, 00899, 00900, 00901, 00902, 00903, 00904, 00905, 00908, 00909, 00910, 00911, 02144.
Avaliação Geral do Objetivo: Até o presente momento, levando em consideração as metas e iniciativas propostas por esse objetivo, verifica-se que o objetivo foi parcialmente atendido durante o ano de 2023, visto que das 28 iniciativas relacionadas a tal objetivo, 12 foram realizadas, que abrangem atividades relacionadas e oferta de cursos, desenvolvimento da tramitação do processo que trata de plano, cargos e salários, projetos de atenção à saúde dos servidores do ITEP, disponibilização de EPI'S, envolvimento dos servidores no processo de comunicação e elaboração do planejamento estratégico do Órgão, divulgação sobre as atividades do ITEP para a população e incentivo a produção científica. Diante disso, as iniciativas mencionadas contribuíram para o atingimento parcial das metas, bem como do objetivo geral. Ademais, muitas iniciativas não realizadas dependiam de recursos financeiros para serem executadas. Dessa forma, a limitação orçamentária foi fator decisivo para o não cumprimento de algumas delas.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0428 - Valorizar os servidores do quadro do ITEP

Avaliação da Meta:
A meta foi parcialmente atendida, tendo em vista que foram realizadas algumas ações, como o programa de desenvolvimento pessoal para servidores e gestores do ITEP, por meio de cursos de capacitação e treinamento, oferta de curso tático para o diagnóstico e possíveis melhorias para os diversos setores e institutos com o intuito de melhorar a governança.

Código e descrição da Meta: 0458 - Criar o plano de cargos, carreira e salários para os servidores

Avaliação da Meta:
A meta não foi atendida, tendo em vista que a alteração da Lei que rege esses assuntos ainda está em fase de tramitação.

Código e descrição da Meta: 0465 - Implantar o programa de saúde e segurança do servidor

Avaliação da Meta:
Foram realizadas algumas ações, como elaboração e implementação do PGR (programa de gerenciamento de risco) e PCMSO (programa de controle médico e saúde ocupacional); palestras sobre saúde e segurança do trabalho; diagnóstico de saúde mental dos servidores; aquisição de EPI'S, pesquisa de clima organizacional e rodas de conversa para falar da importância da saúde mental e incentivo a prática esportiva, como formação de equipes masculinas e femininas para participação em campeonato de futebol. Entretanto, devido a limitação de recursos, **não foi possível atingir totalmente a meta mencionada**, pois tornou-se inviável a contratação de seguro de vida para os servidores da atividades periciais e sistema de alarme para todas as unidades do ITEP..

Código e descrição da Meta: 0472 - Implantar o programa para comunicação e marketing institucional.

Avaliação da Meta:
A meta foi atendida totalmente, tendo em vista que foram realizadas algumas ações, como criação do setor e por conseguinte o programa de comunicação e marketing institucional está sendo executado por meio de várias iniciativas e atividades lideradas por tal setor, tanto na divulgação em redes sociais, como workshops, programas em escolas, entre outras.

Código e descrição da Meta: 0479 - Implantar o Departamento de Ensino e Pesquisa.

Avaliação da Meta:
A meta foi atendida totalmente, tendo em vista que foi criado o Setor por meio de portaria e atualmente já está desenvolvendo suas atividades plenamente.

Código e descrição da Meta: 0498 - Implantar o sistema de vigilância e videomonitoramento com controle de acesso digital.

Avaliação da Meta:
A meta foi atendida parcialmente, tendo em vista que foram adquiridos equipamentos de videomonitoramento, porém ainda não foram instalados, como também, não houve a contratação de vigilância armada.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas: 00880 Cursos para capacitação de servidores no âmbito dos equipamentos, atividade pericial e sistema de informação e identificação.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Essa iniciativa foi executada por meio de inscrições de 9 servidores em seminários e congressos relacionados à atividade pericial, totalizando um investimento de R$ 11.000,00.

Códigos e descrições das iniciativas: 00881 - Criação de política de promoção do servidor visando ascensão aos cargos de chefia e direção.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa.

Códigos e descrições das iniciativas: 00882 Fornecimento de alimentação e fardamento adequados às necessidades funcionais do serviço

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária visando o fornecimento de fardamento e ,em relação à alimentação, há o fornecimento apenas aos plantonistas por meio de vale refeição. Já no tocante ao fornecimento de alimentação, há um projeto de alteração da lei nº571/16 para inclusão dos demais servidores.

Códigos e descrições das iniciativas: 00884 - Proteção jurídica aos servidores em função da sua atividade profissional

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 00885 - Implantação do projeto datas comemorativas

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 00887 - Criação da comissão de avaliação e desempenho do servidor por mérito

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 00888 Incentivo à prática esportiva e lazer por meio de infraestrutura adequada.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Essa iniciativa está sendo executada por meio de algumas atividades, como criação da comissão de esportes, incentivo a participação de equipes masculinas e femininas em competições. Entretanto, o órgão ainda não oferece uma infraestrutura adequada.

Códigos e descrições das iniciativas: 00890 - Implementação de Boletim Administrativo dos Servidores.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 00891 - Encaminhamento de minuta do PCCS para o Governo do Estado.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Há uma minuta de lei elaborada, mas não houve o encaminhamento. Ademais, Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 00892 - Acompanhamento da tramitação do processo de criação do plano de cargos, carreira e salários para os servidores do ITEP.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
O projeto foi elaborado, porém encontra-se em fase final para o encaminhamento. Ademais, Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 00893 - Implantação do Projeto de atenção à saúde dos servidores do ITEP.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Houve algumas atividades relacionadas a esse tema, como palestras temáticas e videoconferência com foco na saúde mental do servidor, pesquisa de clima organizacional para traçar o diagnóstico e possíveis soluções para melhorar o ambiente de trabalho. Ademais, ocorreram iniciativas, como PGR (programa de gerenciamento de risco); PCMSO (programa de controle médico e saúde ocupacional; palestras e treinamentos sobre saúde e segurança do trabalho; diagnóstico de saúde mental; aquisição de EPI'S.

Códigos e descrições das iniciativas: 00894 - Elaboração do Projeto conversando sobre saúde, segurança, desenvolvimento pessoal e qualidade de vida.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Foram realizadas algumas iniciativas, como rodas de conversas e videoconferências visando a saúde mental com diversas temáticas (prevenção ao endividamento e preparação para a aposentadoria).

Códigos e descrições das iniciativas: 00895 - Implementação de políticas de conscientização e disponibilização de EPIs para os servidores

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Houve aquisições de materiais de EPI'S e palestras sobre saúde e segurança no trabalho.

Códigos e descrições das iniciativas: 00896 - Implementação de CIPA

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Foi dado início a elaboração do projeto de CIPA, porém ainda não foi concretizado. O objetivo é que seja contratada uma empresa para implementação das ações.

Códigos e descrições das iniciativas: 00897 - Provimento de acesso à qualidade de vida e saúde do trabalho.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Ocorreram iniciativas, como PGR (programa de gerenciamento de risco); PCMSO (programa de controle médico e saúde ocupacional; palestras e treinamentos sobre saúde e segurança do trabalho; diagnóstico de saúde mental; aquisição de EPI'S.

Códigos e descrições das iniciativas: 00898 Criação de Espaço para refeição, de acordo com as normas sanitárias de higiene e segurança do trabalho

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa. Entretanto, há o processo de construção da nova sede, a qual abarca a construção desse espaço.

Códigos e descrições das iniciativas: 00899 - Criação de Espaço para repouso equipado com rede de tv e internet, dotados de banheiros, de acordo com as normas sanitárias de higiene e segurança do trabalho.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa Entretanto, há o processo de construção da nova sede, a qual abarca a construção desse espaço.

Códigos e descrições das iniciativas: 00900 - Envolvimento de profissionais no processo de comunicação, tornando a gestão participativa para criar e dar visibilidade a canais de comunicação direta com o servidor e usuário do serviço.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa.

Códigos e descrições das iniciativas: 00901 - Divulgação das atividades do ITEP visando esclarecer à população sobre os trabalhos desenvolvidos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
A iniciativa foi executada por meio da divulgação dos serviços do órgão por meio das redes sociais, workshops em locais públicos como shoppings, projetos como o "Perícia ao alcance de todos ", o qual divulga a perícia em escolas e universidades.

Códigos e descrições das iniciativas: 00902 - Desenvolvimento de campanhas sobre a importância do isolamento e preservação de locais de crime.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Houve um projeto de palestras junto aos outros órgãos de segurança pública visando tal iniciativa. O fato de essas atividades serem realizadas pelos próprios servidores do órgão, não há a necessidade de dispêndios financeiros diretos.

Códigos e descrições das iniciativas: 00903 - Implementação de políticas de incentivo à participação dos profissionais nos cursos e treinamentos

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve a implementação de uma política institucional, porém foi criado o setor de formação e capacitação, o qual trata do planejamento, organização e controle das demandas e necessidades por cursos e treinamentos no órgão.

Códigos e descrições das iniciativas: 00904 - Incentivo a produções científicas, edição de livros e manuais técnicos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Há incentivo a produções científicas por meio do pagamento de inscrições, passagens e diárias para servidores que tenham trabalhos a apresentar em congressos. Além disso, a comissão xx está elaborando um livro sobre a história do Órgão.

Códigos e descrições das iniciativas: 00905 - Estímulo e interesse pela leitura por meio de conteúdos que abordam desenvolvimento pessoal, educação, ciência, tecnologia, sustentabilidade, ética e consciência social.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 00908 - Celebração de convênios com Instituições de Ensino Superior para facilitação do ingresso de servidores em programas de pós-graduação, além de realização de pesquisas.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Havia um convênio celebrado com Universidade Federal do Rio Grande do Norte, porém encerrou-se em março de 2023 e a partir disso, não teve renovação ou qualquer tipo de inicativa para a celebração de um novo convênio.

Códigos e descrições das iniciativas: 00909 - Realização de Curso de formação profissional para 445 servidores.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Houve a realização dessa iniciativa mediante a formação dos novos servidores no ano de 2022.

Códigos e descrições das iniciativas: 00910 - Contratação de seguro de vida e de acidentes incapacitantes para a equipe de perícia de local de crime.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 00911 Implantação de segurança armada 24h, sistema de controle eletrônico ao acesso das unidades, videomonitoramento e sistema de alarme para todas as unidades do ITEP.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Foram adquiridos novos equipamentos de monitoramento e estão em processo de instalação do sistema. Entretanto, não houve implementação de segurança armada, como também do sistema de alarme.

Códigos e descrições das iniciativas: 02144 Realização de Concurso Público

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Houve a realização do concurso público, bem como a nomeação dos novos servidores.

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 0135 - Promover humanização das unidades do ITEP, visando garantir a dignidade e os direitos do cidadão.
Códigos das metas: 0516 - Humanizar as unidades do ITEP; 0627 - Implantar sistema de comunicação por meio de telefonia fixa e internet; 0635 - Implantar ações sócio-educativas de prevenção da violência contra crianças e adolescentes.
Códigos das iniciativas: **00916, 00917, 00919, 00920, 00921, 00922, 00923, 00925, 00926, 00927, 00928, 00929.**
Avaliação Geral do Objetivo: Até o presente momento, levando em consideração as metas e iniciativas propostas por esse objetivo, verifica-se que o objetivo foi parcialmente atendido durante o ano de 2023, visto que das 12 iniciativas relacionadas a tal objetivo, apenas 3 foram realizadas, que abrangem atividades relacionadas à Construção e adequação da Sala Lilás, criação de fluxo diferenciado para atendimento de pessoas conduzidas pela polícia e Garantia de formação continuada para orientação de servidores sobre o atendimento às mulheres e minorias em situação de violência. Diante disso, as iniciativas mencionadas contribuíram para o atingimento parcial das metas, bem como do objetivo geral. Ademais, muitas iniciativas, apesar de não dependerem de recursos financeiros, não foram realizadas por falta de alinhamento com o gerente do PPA, bem como falta de difusão dos objetivos e iniciativas elencadas no Instrumento citado.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0516 - Humanizar as unidades do ITEP.

Avaliação da Meta: No ano de 2023, essa meta foi parcialmente atendida, pois algumas iniciativas foram executadas, como a criação da sala Lilás e o fluxo diferenciado para atendimento de pessoas. Porém, outras iniciativas planejadas não foram executadas.

Código e descrição da Meta: 0627 - Implantar sistema de comunicação por meio de telefonia fixa e internet

Avaliação da Meta: A meta não foi atendida, pois a necessidade de criação de um sistema de comunicação interna foi suprida por outras ferramentas gratuitas. Entretanto, em relação a telefonia fixa para comunicação externa, há um processo de contratação em andamento.

Código e descrição da Meta: 0635 – Implantar ações socioeducativas, de prevenção à violência contra crianças e adolescentes

Avaliação da Meta: Nenhuma iniciativa foi realizada para o atendimento dessa meta.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas: 00916 - Construção e adequação da Sala Lilás, assim como brinquedoteca, para acolhimento de mulheres e crianças vítimas de violência, além de ambientação da sala de apenados em todas as unidades do ITEP**.**

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
a sala lilás foi criada em 2018, entretanto sua readequação não foi realizada, como também sua disseminação para as regionais. Em relação a brinquedoteca, houve a aquisição de alguns brinquedos, porém ainda não há uma estrutura de brinquedoteca disponível no órgão. Não houve nenhuma iniciativa a respeito da ambientação da sala de apenados.

Códigos e descrições das iniciativas: 00917 - Criação de fluxo diferenciado para atendimento de pessoas conduzidas pela polícia.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Essa iniciativa foi realizada mediante o reajuste da estrutura física.

Códigos e descrições das iniciativas: 00919 - Disponibilização de Perito Médico Legista, de sobre-aviso, preferencialmente do sexo feminino, para atendimento de vítimas por violência sexual em qualquer unidade de saúde do estado.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Essa iniciativa foi realizada mediante o reajuste da estrutura física.

Códigos e descrições das iniciativas: 00920 - Adequação das unidades com a devida acessibilidade para idosos, gestantes e portadores de necessidades especiais.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 00921 Instalação de uma área, reservada e decorada, destinada ao atendimento do público infantil na emissão do RG Biométrico.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 00922 Garantia de formação continuada para orientação de servidores sobre o atendimento às mulheres e minorias em situação de violência

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Essa iniciativa vem sendo realizada por meio da formação continuada dos servidores, porém com oferta de cursos por órgãos externos. Ademais, iniciativas internas a respeito do tema não foram realizadas.

Códigos e descrições das iniciativas: 00923 Utilização do atual edifício do IML como local de implantação do Museu Antropológico

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 00925 Implantação de ouvidoria ao cidadão

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 00926 Implantação de sistema de comunicação interna via chat

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa. Ademais, ferramentas gratuitas de comunicação suplantaram essa necessidade.

Códigos e descrições das iniciativas: 00927 Elaboração de cartilha educativa para mobilização social sobre a violência em públicos específicos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Houve tal iniciativa por meio da participação de uma assistente social representando o órgão na elaboração de cartilhas junto a outros órgãos do estado..

Códigos e descrições das iniciativas: 00928 Planejamento de oficinas temáticas voltadas à capacitação de professo - res e profissionais que trabalham com crianças e adolescentes

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa.

Códigos e descrições das iniciativas: 00929 Planejamento de oficinas temáticas com crianças e adolescentes para discutir situações de risco e autoproteção

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa

Avaliação Geral do Objetivo

Avalie o desenvolvimento do **objetivo** proposto no período de vigência do PPA, considerando sua relação com as metas, as iniciativas e a execução orçamentária.

Código e descrição do Objetivo: 0131 - Integrar o Sistema de Segurança Pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra violência.
Códigos das metas: 0524 - Elaborar os protocolos operacionais padronizados e manuais de atuação; 0528 - Readequar o sistema Integrado de Gestão de Perícias (SIGEP); 0531 - Atualizar o organograma do Instituto para inserção dos diversos setores que podem ser cridos ou reformulados; 00539 Adquirir espaço de armazenamento compatível com a infraestrutura de armazenamento existente na Coordenadoria de Tecnologia da Informação da SESED (40Terabyte); 0541 - Integrar o ITEP com os diversos Órgãos de Segurança Pública, Ministério Público e Justiça; 0543 - Ampliar o serviço prestado na emissão de RG biométrico nas centrais do cidadão; 0549 - Ampliar o serviço prestado nas ações itinerantes; 0586 - Padronizar as unidades regionais do ITEP; 00579 Construir a nova Sede para o Instituto Técnico-Cientifico de Perícia na cidade de Natal-RN; 00592 Construir a nova unidade regional de Mossoró; 0614 - Ampliar e estruturar o Setor de Balística Forense; 0618 - Ampliar e estruturar o Setor de Informática e audiovisuais; 0622 - Ampliar e estruturar o Setor de Biometria e Papiloscopia aplicadas; 0625 - Ampliar e estruturar o Setor de Perícias e documentoscopia; 0632 - Ampliar e estruturar o Núcleo de Laboratório Forense; 0636 - Ampliar e estruturar o Núcleo de Odontologia legal; 0639 - Ampliar e estruturar o Núcleo de Antropologia Forense; 0643 - Adquirir novos equipamentos tecnológicos periciais; 00649 Adquirir viaturas; 0652 - Ampliar e estruturar o Setor de Identificação veicular; 0895 - Realizar identificação criminal e colher amostras de DNA da massa carcerária.
Códigos das iniciativas: 00586, 00591, 00602, 00609, 00619, 00621, 00625, 00629, 00640, 00644, 00647, 00662, 00669, 00675, 00681, 00690, 00692, 00707, 00731, 00732, 00736, 00739, 00742, 00743, 00748, 00750, 00752, 00755, 00757, 00758, 00760, 00761, 00767, 00773, 01989, 01996.
Avaliação Geral do Objetivo:

Até o presente momento, levando em consideração as metas e iniciativas propostas por esse objetivo, verifica-se que o objetivo foi parcialmente atendido durante o ano de 2023, visto que das 35 iniciativas relacionadas a tal objetivo, apenas 11 foram realizadas, que abrangem atividades relacionadas à padronização das unidades regionais do ITEP; Elaboração do manual de requisição de perícias; Aquisição de tablets com softwares para uso em local de crime; Aperfeiçoamento da publicidade dos dados estatísticos contidos no SIGEP para auxiliar a gestão na tomada de decisão, bem como fomentar as demandas estatísticas da SESED e do Governo do Estado; Publicação de manual de rotinas para todos os setores e núcleos do ITEP; Implantação de sistema informatizado de requisição de perícias para local de crime; Obtenção e manutenção e customização de novas licenças para expandir o processo do RG Biométrico e registro no padrão AFIS; Aquisição de um sistema de microcomparação balística digitalizada com software de comparação de estojos e projéteis; Aquisição de dois sistemas para extração e análise forense de equipamentos computacionais portáteis e de telefonia celular, duas licenças de software para perícia computacional em mídias armazenamento e sistemas informáticos, uma licença de software para perícia em artefatos de internet e duas licenças de software para tratamento de imagem; Aquisição de equipamentos fotográficos, drones com câmera, câmeras fotográficas e computadores, além de equipamentos utilizados em perícias externas; Aquisição de instrumentos de avaliação psicológica. Ademais, muitas iniciativas, apesar de não dependerem de recursos financeiros, não foram realizadas por falta de alinhamento com o gerente do PPA, bem como falta de difusão dos objetivos e iniciativas elencadas no Instrumento citado.

Avaliação individual das METAS

Avalie o desenvolvimento da meta proposta no período de vigência do PPA

Código e descrição da Meta: 0524 - Elaborar os protocolos operacionais padronizados e manuais de atuação.

Avaliação da Meta:
A meta foi realizada por meio da elaboração de muitos protocolos e manuais criados no âmbito da estrutura orgânica do Órgão. Tendo em vista que essa atividade é um processo contínuo, alguns setores ainda estão em processo de elaboração, visto que com a readequação e criação de setores é necessário realizar novos POPS e manuais.

Código e descrição da Meta: 0528 - Readequar o Sistema Integrado de Gestão de Pericias (SIGEP).

Avaliação da Meta:
Este ano foi lançado o SIGEP 2.0 com melhorias e readequações quando comparado com a versão anterior.

Código e descrição da Meta:
0531 - Atualizar o organograma do Instituto para inserção dos diversos setores que podem ser criados ou reformulados.

Avaliação da Meta:
Atualmente o organograma do instituto está atualizado de acordo com as necessidades do ITEP e com os diversos profissionais que chegaram com a realização do último concurso.

Código e descrição da Meta:
0539 - Adquirir espaço de armazenamento compatível com a infraestrutura de armazenamento existente na Coordenadoria de Tecnologia da Informação da SESED (40Terabyte)

Avaliação da Meta:
A meta não foi atendida, devido a falta de recursos, bem como a falta de iniciativa para submissão de projetos**.**

Código e descrição da Meta:
0541 – Integrar o ITEP com os diversos órgãos da segurança pública, ministério público e justiça.

Avaliação da Meta:
A meta foi parcialmente concluída por meio de termo de cooperação com o corpo de bombeiros militares, parceria do setor de DNA e psiquiatria forense com o tribunal de justiça, bem como participações em cursos ofertados por Órgãos da justiça.. Porém, não houve nenhuma medida nesse sentido com a Polícia Militar e está em andamento um termo de cooperação com a Polícia Civil.

Código e descrição da Meta:
0543 – ampliar o serviço prestado na emissão de RG biométrico nas centrais do cidadão.

Avaliação da Meta:
Esta meta foi totalmente cumprida, pois atualmente todo o serviço de emissão de RG foi migrado para biometria em todos os postos de atendimento do estado.

Código e descrição da Meta:
0549 – ampliar o serviço prestado nas ações itinerantes.

Avaliação da Meta:
Durante o ano de 2023 foram realizadas as ações itinerantes previstas, sendo possível por meio de um contrato de locação de um veículo tipo Van, para maior facilidade na prestação desse serviço.

Código e descrição da Meta:
0579 – Construir a nova Sede para o Instituto Técnico-Cientifico de Perícia na cidade de Natal-RN**;**

Avaliação da Meta:
Esta meta foi parcialmente atendida, pois a construção da Nova Sede para o Instituto Técnico-Científico de Perícia encontra-se em andamento, com previsão para conclusão em dezembro/2024.

Código e descrição da Meta:
0586 – padronizar as unidades regionais do ITEP.

Avaliação da Meta:
A padronização das regionais está sendo executada, por meio de criação de portarias, nas quais tem o objetivo de uniformizar a estrutura orgânica de todos os institutos, como também integrar as unidades regionais no que se refere a aquisição de insumos e a criação de POPs.

Código e descrição da Meta:
0592 – Construir a nova unidade regional de Mossoró.

Avaliação da Meta:
Esta meta foi parcialmente atendida, pois a reforma encontra-se em andamento, com previsão de conclusão em Abril/2024.

Código e descrição da Meta:
0614 – ampliar e estruturar o setor de balística forense

Avaliação da Meta:
O setor ganhou reforço de novos servidores com o último concurso, e existem projetos de aquisições em andamento para fortalecer o setor com insumos, além disso com a nova sede, haverá ampliação do espaço físico.

Código e descrição da Meta:
0618 – ampliar e estruturar o setor de informática e audiovisuais

Avaliação da Meta:
O setor foi criado, houve deslocamento de servidores para realização das atividades e há um projeto de compra de computador mais específico para subsidiar as atividades do setor.

Código e descrição da Meta:
0622 - – ampliar e estruturar o setor de biometria e papiloscopia aplicadas

Avaliação da Meta:
Atualmente o setor está funcionando dentro da normalidade, desenvolvendo todas as suas responsabilidades. Entretanto ainda falta a aquisição de alguns insumos e um maior número de servidores, para melhorar os serviços prestados.

Código e descrição da Meta:
0625 – ampliar e estruturar o setor de perícias de documentoscopia

Avaliação da Meta:
O Setor está estruturado e desenvolvendo suas atividades. Entretanto, ainda faltam alguns equipamentos e insumos para ampliar as atividades.

Código e descrição da Meta:
0632 – ampliar e estruturar o núcleo de laboratório forense

Avaliação da Meta:
O laboratório forense ganhou reforço de servidores com o último concurso, e houve a aquisição de diversos insumos durante o ano, para subsidiar suas atividades.

Código e descrição da Meta:
0636 – ampliar e estruturar o núcleo de odontologia legal

Avaliação da Meta:
O meta está em andamento, pois atualmente está em tramitação um processo de licitação para aquisição de insumos e equipamentos, com o objetivo de estruturar o referido núcleo.

Código e descrição da Meta:
0639 – ampliar e estruturar o núcleo de antropologia forense

Avaliação da Meta:
A meta foi parcialmente atendida por meio do aumento da estrutura física do setor com a ocupação de mais uma sala, como também a aquisição de insumos e equipamentos.

Código e descrição da Meta:
0643 – adquirir novos equipamentos tecnológicos periciais

Avaliação da Meta:
Essa meta foi atendida por meio da aquisição de materiais fotográficos novos, visando uma maior diversidade de máquinas e lentes fotográficas para uma melhor execução pericial, como também a aquisição de drones e equipamentos de soluções tecnológicas relacionadas à inteligência, investigação e pericia forense.

Código e descrição da Meta:
0649 – Adquirir viaturas;

Avaliação da Meta:
Esta meta foi parcialmente atendida por meio do recebimento de doações de 3 viaturas no ano de 2023 de outros órgãos para o ITEP. Entretanto, a quantidade prevista no PPA de 35 viaturas não foram atendidas.

Código e descrição da Meta:
0652 – ampliar e estruturar o setor de identificação veicular

Avaliação da Meta:
A meta foi atendida por meio da alocação de servidores, como também a aquisição de insumos e equipamentos para atender as demandas do setor.

Código e descrição da Meta:
0895 – realizar identificação criminal e colher amostras de DNA da massa carcerária

Avaliação da Meta:
Até o ano de 2022, havia uma iniciativa em conjunto com a Polícia Federal para realização desse trabalho. Entretanto, no ano de 2023, ocorreu uma descontinuidade desse serviço.

Avaliação individual das INICIATIVAS

Avalie o desenvolvimento das iniciativas proposta no período de vigência do PPA, assim com a execução orçamentária vinculada às subações orçamentárias.

Códigos e descrições das iniciativas: 00586 Elaboração e implementação de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) para os diversos setores vinculados ao Instituto de Criminalística, Instituto Médico Legal e Instituto de Identificação

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
A iniciativa foi realizada por meio da elaboração de muitos protocolos e manuais criados no âmbito da estrutura orgânica do Órgão. Tendo em vista que essa atividade é um processo contínuo, alguns setores ainda estão em processo de elaboração, visto que com a readequação e criação de setores é necessário realizar novos POPS e manuais.

Códigos e descrições das iniciativas: 00591 Elaboração do manual de requisição de perícias.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Essa iniciativa foi alcançada por meio do Sistema para gestão de perícias (SIGEP 2.0), o qual engloba o manual de requisição de perícias

Códigos e descrições das iniciativas: 00602 Aquisição de tablets com softwares para uso em local de crime.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Essa iniciativa foi executada por meio de doação realizada pela SENASP.

Códigos e descrições das iniciativas: 00609 Inclusão do ciclo PDCA no ITEP.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 00619 Aperfeiçoamento da publicidade dos dados estatísticos contidos no SIGEP para auxiliar a gestão na tomada de decisão, bem como fomentar as demandas estatísticas da SESED e do Governo do Estado

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Com o novo SIGEP, há a possibilidade de gerar dashboards com dados estatisticos, os quais já são de conhecimento da autoridade competente para a tomada de decisão, bem como disponíveis para serem utilizados por Órgãos externos e Governo.

Códigos e descrições das iniciativas: 00621 Integração com softwares para uso em local de crime

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Está em fase de desenvolvimento um aplicativo, para utilização em local de crime que visa essa integração.

Códigos e descrições das iniciativas: 00625 Disponibilização de ferramentas mobile para iniciar o laudo e a cadeia de custódia nos locais da ocorrência

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
A ferramenta SIGEP mobile está em fase de implementação com previsão de finalização em fevereiro de 2024.

Códigos e descrições das iniciativas: 00629 Aquisição de softwares para confecção de desenhos de locais de crime, pesquisa biométrica e papiloscópica, bem como assinatura eletrônica para servidores e Internet de alta velocidade

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Iniciativa foi parcialmente atendida por meio da aquisição de um sistema automatizado de identificação biométrica - ABIS. Este sistema é dedicado à realização de pesquisas biométricas para identificação civil. Bem como, contratação de internet. Entretanto, não houve aquisição de softwares para confecção de desenhos de locais de crime.

Códigos e descrições das iniciativas: 00640 Elaboração de novo organograma para publicação via decreto governamental

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Houve a elaboração do organograma, porém não foi publicado via decreto governamental.

Códigos e descrições das iniciativas: 00644 Publicação de manual de rotinas para todos os setores e núcleos do ITEP

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Essa iniciativa foi realizada por meio da disseminação da cultura de criação de POPs e PAPs nos diversos setores do órgão.

Códigos e descrições das iniciativas: 00647 Integração das atividades vinculadas à polícia civil e ITEP, através do acompanhamento das investigações relacionadas à perícia desenvolvida

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Há integração nas atividades, porém não existe o acompanhamento das investigações para identificar a influência dos laudos nas investigações.

Códigos e descrições das iniciativas: 00662 Integração do Sistema Integrado de Gestão de Perícias (SIGEP) com diversos órgãos de Segurança Pública, Ministério Público e Justiça.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
O SIGEP está disponível para utilização dos diversos órgãos, porém não há uma integração com outros softwares.

Códigos e descrições das iniciativas: 00669 Implantação de sistema informatizado de requisição de perícias para local de crime.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
O SIGEP tem essa função de requisição de perícias.

Códigos e descrições das iniciativas: 00675 Aquisição de 30 kits Biométricos, compostos por Leitor ótico de Impressão Digitais, Dispositivo de captura de imagem digital com entrada USB e gerenciado por SDK, Flash externo, Microcomputador tipo desktop, NOBREAK 1400 VA, Impressora MULTIFUNCIONAL e Módulo cenário.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 00681 Obtenção e manutenção e customização de novas licenças para expandir o processo do RG Biométrico e registro no padrão AFIS.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Essa iniciativa foi totalmente cumprida.

Códigos e descrições das iniciativas: 00690 Aquisição de 1 Unidade Móvel do tipo ônibus adaptado para ações de emissão de RG, 12 SUVs adaptadas à atividade pericial, 12 caminhonetes adaptadas ao transporte de cadáver, 10 veículos sedan e 1 caminhonete cabine dupla.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Dentre as demandas de automóveis, apenas 1 veículo tipo VAN e a locação de carros administrativos. Inicou-se em dezembro de 2023 a fase interna para locações de veículos tipo rabecão para 2024.

Códigos e descrições das iniciativas: 00692 Implantação de um auditório e biblioteca, espaço adequado para refeição, espaço adequado para repouso, Central de Custódia, Núcleo de compras, além de reforma da sala de peritos, sala de Recursos Humanos, Necrotério, SPRS, Prédio anexo à SIA.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa

Códigos e descrições das iniciativas: 00707 Implantação dos Setores de Identificação criminal e Necropapiloscopia, Balística, Antropologia Forense, Imagem Forense (Flatscan), LAPF (novos exames como o toxicológico e pré-exames de DNA), SIA, Papiloscopia, Psicologia e Psiquiatria Forenses, através de ambiente apropriado para cada situação de trabalho, assim como equipamentos e capacitação aos servidores em unidades regionais.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Essa iniciativa foi parcialmente atendida, pois houve a criação de alguns setores. Entretanto, a estrutura física permaneceu a mesma.

Códigos e descrições das iniciativas: 00731 Readequação do sistema predial elétrico e de armazenamento de água das unidades regionais

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Dentre as regionais, está em andamento obras em Mossoró e a sede de Caicó está em fase de licitação.

Códigos e descrições das iniciativas: 00732 Identificação visual padrão das unidades regionais

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:

Ainda não há um padrão de identificação visual das unidades do órgão.

Códigos e descrições das iniciativas: 00736 Construção padronizada das Unidades regionais de Nova Cruz e Lajes

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária:
Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa.

Códigos e descrições das iniciativas: 00739 Construção padronizada da nova Unidade regional de Mossoró, bem como implantação do Setor de Documentoscopia e Grafotecnia e Engenharia Forense.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Não houve execução orçamentária e financeira para realização dessa iniciativa.

Códigos e descrições das iniciativas: 00742 Aquisição de um sistema de microcomparação balística digitalizada com software de comparação de estojos e projéteis.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Houve a aquisição por meio de doação do Governo Federal.

Códigos e descrições das iniciativas: 00743 Aquisição de dois sistemas para extração e análise forense de equipamentos computacionais portáteis e de telefonia celular, duas licenças de software para perícia computacional em mídias armazenamento e sistemas informáticos, uma licença de software para perícia em artefatos de internet e duas licenças de software para tratamento de imagem.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Essa iniciativa foi realizada.

Códigos e descrições das iniciativas: 00748 Aquisição de equipamento e software para sistema de revelação, captura e comparação de impressões papilares digitalizado, baseado em sistema RUVIS ou similar com monitor, e leitores biométricos digital e palmar.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Essa iniciativa não foi realizada, pois esse equipamento não foi adquirido.

Códigos e descrições das iniciativas: 00750 Aquisição de equipamento vídeo comparador espectral (VSC 8000) para exame de documentos suspeitos.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Essa iniciativa não foi realizada, pois esse equipamento não foi adquirido.

Códigos e descrições das iniciativas: 00752 Aquisição de equipamentos, tais como sistema de cromatrografia líquida, sistema de cromatografia gasosa, sistema de espectrometria de infravermelho com transformada de Fourier, sistema de espectroscopia RAMAN, sistema de ultrapurificação de água, balanças, cuba de vidro para placas, concentrador de amostra, homogeneizador Ultra Turrax digital, além de materiais.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: sistema de espectrometria de infravermelho com transformada de Fourier foi adquirido e chegará em 2023, porém o sistema de ultrapurificação de água, balanças, cuba de vidro para placas, concentrador de amostra, homogeneizador Ultra Turrax digital, além de materiais não foram adquiridos por causa de licitação deserta.

Códigos e descrições das iniciativas: 00755 Aquisição de equipamentos, tais como Faro Forensic scanArm e softwares para reconstrução facial 3D, além da adaptação do RX odontológico para sistema digital.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: A meta não foi atendida, tendo em vista que os equipamentos ainda não foram adquiridos.

Códigos e descrições das iniciativas: 00757 Aquisição de equipamentos fotográficos, drones com câmera, câmeras fotográficas e computadores, além de equipamentos utilizados em perícias externas.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Essa iniciativa foi cumprida por meio da aquisição de lentes fotográficas e drones, com relação a aquisição de computadores, execução se deu por meio de um contrato de locação de computadores.

Códigos e descrições das iniciativas: 00758 Aquisição de licenças de software, acesso remoto, sistema operacional servidor, de banco de dados concernentes ao aperfeiçoamento da gestão de tecnologia de informação.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa.
.

Códigos e descrições das iniciativas: 00760 Aquisição de equipamentos de imagem (Flatscan) para unidades regionais.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: As regionais de Natal, Mossoró e Caicó possuem esse equipamento, faltando apenas a aquisição para a regional de Pau dos Ferros.
.

Códigos e descrições das iniciativas: 00761 Aquisição de instrumentos de avaliação psicológica

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Essa iniciativa foi cumprida por meio de aquisição de material para Psicologia Forense.

Códigos e descrições das iniciativas: 00767 Aquisição de um compressor de ar reservatório 200 litros, uma chave de impacto de meia polegada, medidores de espessura de tinta, 04 boroscópios, OBDs para automóveis, caminhonetes e caminhões, e kits de ferramentas para mecânica de automóveis

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa.

Códigos e descrições das iniciativas: 00773 Aparelhamento, informatização, aquisição de materiais, softwares e equipamentos para todas as unidades do ITEP.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Não houve execução orçamentária e financeira para o alcance dessa iniciativa.

Códigos e descrições das iniciativas: 01989 Reforma e adequação das unidades do ITEP

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Esta iniciativa foi executada por meio da alocação dos novos servidores, reformas e readequação dos espaços, como também reforma nas regionais de Mossoró e Pau dos Ferros, a reforma na Unidade de Caicó está em processo licitatório.

Códigos e descrições das iniciativas: 01996 Realização de identificação da massa carcerária bem como colhimento de amostras de DNA.

Avaliação das iniciativas e execução orçamentária: Até o ano de 2022, havia uma iniciativa em conjunto com a Polícia Federal para realização desse trabalho. Entretanto, no ano de 2023, ocorreu uma descontinuidade desse serviço.

Avaliação Setorial dos Resultados

Avalie, de modo geral, os resultados obtidos durante a execução do plano no período de referência, as restrições encontradas para o cumprimento das metas e as medidas adotadas para superar, relacionando o(s) objetivo(s) do órgão ao programa temático ao(s) qual(is) estão associados e a implementação da política pública pretendida.

Avaliação geral setorial:

Considerando os objetivos propostos no PPA, verificou-se que durante o ano de 2023, de forma geral, muitas metas que não foram iniciadas em 2022, iniciaram em 2023 e estão em processo de execução. Ademais, em comparação com o ano de 2022, muitas metas que estavam parcialmente atendidas naquele ano, foram concluídas nesse. Levando em consideração essas informações, muitas metas e iniciativas foram realizadas nesse período de 2020-2023. Entretanto, por questões de limitação orçamentária, alguns objetivos não foram alcançados totalmente.

Recomendações: Com o objetivo de facilitar o trabalho dos técnicos responsáveis pelo monitoramento e avaliação do PPA, recomendamos que o prazo de monitoramento seja trimestral, tendo em vista que identificamos que o prazo bimestral é muito curto e torna o processo repetitivo. Com relação ao Órgão responsável por este PPA, recomendamos que haja o acompanhamento da execução orçamentária no que se refere ao orçamento destinado as subações, para viabilizar a possibilidade de ser realizada uma análise comparativa do orçado com o executado. Ademais, uma dificuldade encontrada diz respeito ao levantamento de informações para subsidiar as avaliações deste documento. Diante disso, recomendamos que sejam atribuídas responsabilidades aos mais diversos Institutos e setores do Órgão para o fornecimento de informações.

Avaliação dos Indicadores

Os objetivos do órgão no Programa Temático contribuem para os resultados obtidos pelos indicadores do Programa?

( ) SIM (x) NÃO
Se SIM, explicite sua resposta, apontando a relação entre os objetivos e os resultados dos indicadores.

PARTE 2 – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PERÍODO DO PPA 2020-2023

A parte 2 da avaliação busca apresentar uma avaliação geral do período do Plano Plurianual 2020-2023. Na avaliação podem ser feitas referências à relevância do processo e a utilização do relatório de avaliação, sua relação com os demais processos do ciclo de planejamento, ainda poderá conter informações sobre a estrutura do plano do órgão, os programas, o comportamento dos índices registrados pelos indicadores ao longo do período de vigência do PPA. Ainda é importante realizar avaliação sobre o atendimento das políticas desenvolvidas junto às agendas transversais e agendas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, assim como avaliar sua execução com o atendimento das demandas da população associadas pelo órgão. O registro e avaliação das informações sobre a metodologia empregada para a construção da avaliação, incluindo as fontes de informações, é fundamental uma vez que a avaliação precisa cumprir seu caráter de aprendizado na busca de melhorar os processos e o desenvolvimento das políticas públicas.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL 2

Introdução

O presente documento representa a síntese da avaliação setorial realizada, oferecendo uma visão abrangente e detalhada sobre o desempenho do órgão. Este relatório é resultado de uma análise criteriosa, abordando diversos aspectos relacionados aos objetivos estabelecidos, metas delineadas e iniciativas implementadas no período em questão. O objetivo central é fornecer insights valiosos que contribuam para a compreensão da eficácia da Instituição, subsidiando tomadas de decisão estratégicas e impulsionando melhorias contínuas.

Do Objetivo da Avaliação

O presente item destina-se a apresentar os objetivos fundamentais da avaliação do Plano Plurianual (PPA), destacando sua relevância como mecanismo essencial para o entendimento do desenvolvimento e resultados das políticas públicas. A avaliação não apenas fornece uma visão crítica do andamento do PPA, mas também se configura como uma ferramenta estratégica que capacita a gestão a tomar decisões informadas. Neste contexto, é imperativo reconhecer a utilidade intrínseca da avaliação como um veículo que amplia o conhecimento sobre o alcance de metas e objetivos, permitindo a identificação de ajustes necessários para o aprimoramento contínuo.

A avaliação do PPA se revela como uma peça-chave para a compreensão da eficácia das políticas públicas em execução. Ela transcende a mera verificação de conformidade, proporcionando uma análise aprofundada dos impactos alcançados, identificando áreas de sucesso e desafios a serem superados.

A avaliação do PPA não opera de forma isolada; ela se insere em um contexto mais amplo de gestão estratégica e governança. As informações provenientes do monitoramento e avaliação orientam a tomada de decisões ao oferecerem insights valiosos sobre a efetividade das estratégias adotadas.

Caracterização do PPA do Órgão e Respectivas Políticas Públicas

A estrutura institucional do PPA 2020-2023 do Instituto Técnico de Perícia-Científica, engloba os seguinte aspectos:

Programas temáticos:
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA;
ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO.

Diretrizes:

Implementação de uma política de segurança pública com ênfase em reestruturação, reordenamento, fortalecimento e modernização dos órgãos de segurança, especialmente no que se refere às condições de trabalho e valorização pessoal dos trabalhadores em segurança;

Fortalecimento, integração e reestruturação das atividades de inteligência e investigação.

Objetivos:

Qualificar o ambiente de trabalho, Ampliar valorizar e capacitar os operadores de segurança;

Promover humanização das unidades do ITEP visando garantir a dignidade e os direitos do cidadão;

Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência.

Considerando os aspectos acima, gostaria de relacioná-los com as seguintes agendas transversais e agendas ods, abaixo:

agenda transversal:

Políticas para as Mulheres
Políticas para a Juventude
Políticas para a Pessoa Idosa
Políticas para População LGBT
Políticas para Pessoa com Deficiência
Políticas para Igualdade Racial e Etnia
Políticas para Criança e Adolescência

Agenda ODS:

Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares;
Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;
Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis;
Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte
Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência
Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças;
Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos;
Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável

A partir disso, as relações que podemos concluir são:

Ao qualificar o ambiente de trabalho e capacitar os operadores de segurança, o PPA contribui para a redução da violência. Profissionais bem treinados e em ambientes saudáveis são mais capazes de prevenir e responder a situações violentas, colaborando para a meta de redução da violência;

A valorização e a qualificação dos profissionais de segurança, juntamente com a ênfase na modernização e fortalecimento dos órgãos de segurança, contribuem para o desenvolvimento de instituições eficazes e transparentes. A confiança na eficácia e integridade dessas instituições é crucial para o alcance dessa meta.;

Ao capacitar e valorizar os operadores de segurança, promovendo uma abordagem inclusiva e participativa na tomada de decisões, o PPA está alinhado com a necessidade de garantir processos decisórios responsivos e representativos, conforme preconizado pelo ODS 16;

A valorização dos operadores de segurança inclui políticas que promovem ambientes de trabalho livres de discriminação, contribuindo para a meta de acabar com todas as formas de discriminação, especialmente aquelas relacionadas a gênero;

Ao promover a humanização das unidades do ITEP, o objetivo visa garantir que mulheres e meninas tenham acesso a serviços sem enfrentar discriminação. Esse esforço contribui para a meta de acabar com todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas;

A humanização das unidades do ITEP contribui para tornar esses espaços públicos mais inclusivos e acessíveis, especialmente para mulheres, crianças, pessoas idosas e com deficiência, alinhando-se à meta de proporcionar acesso universal a espaços seguros e inclusivos;

A humanização das unidades do ITEP, ao garantir um ambiente mais digno e respeitoso, contribui indiretamente para a redução das formas de violência, alinhando-se com a meta de reduzir significativamente todas as formas de violência;

A humanização do ITEP visa criar um ambiente seguro e respeitoso para todos, contribuindo para a meta específica de acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura, especialmente contra crianças;

Ao garantir a dignidade e os direitos do cidadão, a humanização das unidades do ITEP contribui para promover o Estado de Direito e assegurar a igualdade de acesso à justiça, conforme preconizado pelo ODS 16;

A humanização das unidades do ITEP está em sintonia com o desenvolvimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes, conforme a meta do ODS 16;

Ao garantir a não discriminação e promover a dignidade, o objetivo do PPA contribui para a promoção e cumprimento de leis e políticas não discriminatórias, apoiando o desenvolvimento sustentável conforme preconizado pelo ODS 16;

A integração do sistema de segurança pública e o investimento em tecnologias de informação contribuem diretamente para a meta de redução significativa de todas as formas de violência, promovendo uma abordagem mais eficaz na prevenção e resposta a incidentes;

A integração do sistema de segurança pública fortalece o Estado de Direito ao melhorar a coordenação e eficácia das instituições envolvidas na aplicação da lei. Além disso, o investimento em tecnologias de informação contribui para garantir a igualdade de acesso à justiça por meio de processos mais eficientes e transparentes;

A integração do sistema de segurança e o investimento em tecnologias promovem a eficácia institucional, tornando as instituições mais ágeis e coordenadas. Além disso, a transparência é reforçada por meio do uso de tecnologias para disponibilizar informações relevantes ao público;

O investimento em tecnologias de informação pode facilitar a tomada de decisão responsiva e inclusiva, permitindo uma análise mais rápida e precisa dos dados. A integração do sistema de segurança contribui para a representatividade ao abordar questões específicas em diferentes níveis.

Metodologia

A atual equipe, na sua quase totalidade, começou a avaliar o PPA 2020-2023 a partir de 2022, obtendo uma dificuldade muito grande de aproveitar uma metodologia pré-estabelecida. Diante disso, grande parte das informações utilizadas neste relatório foi realizada por meio de pesquisa diretamente aos diversos setores do Órgão buscando um maior detalhamento dos andamentos dos objetivos, metas e iniciativas que compõem o PPA do Órgão.

A coleta dessas informações foi realizada por meio de reuniões presenciais e utilização de ferramentas tecnológicas de comunicação. No atual PPA, não foi utilizado nenhum tipo de ferramenta gráfica para auxiliar análises. A forma de mensuração utilizada para acompanhar as questões pertinentes a este PPA, foram os relatórios financeiros, os quais subsidiaram as execuções do que constava no Plano Plurianual.

Avaliação Geral dos Resultados

Objetivo: 00124 Qualificar o ambiente de trabalho, Ampliar valorizar e capacitar os operadores de segurança

Metas: 0428 - Valorizar os servidores do quadro do ITEP ; 00458 Criar o plano de cargos, carreira e salários para os servidores; 0465 - Implantar o programa de saúde e segurança do servidor; 0472 - Implantar o programa de comunicação e marketing institucional; 0479 - Implantar o departamento de ensino e pesquisa; 0498 - Implantar o sistema de vigilância e videomonitoramento com controle de acesso digital.

Com relação ao objetivo e as metas descritas acima, observou-se que o objetivo foi parcialmente atendido durante a vigência deste PPA visto que das 28 iniciativas relacionadas a tal objetivo, 12 foram realizadas, que abrangem atividades relacionadas e oferta de cursos, desenvolvimento da tramitação do processo que trata de plano, cargos e salários, projetos de atenção à saúde dos servidores do ITEP, disponibilização de EPI'S, envolvimento dos servidores no processo de comunicação e elaboração do planejamento estratégico do Órgão, divulgação sobre as atividades do ITEP para a população e incentivo a produção científica. Diante disso, as iniciativas mencionadas contribuíram para o atingimento parcial das metas, bem como do objetivo geral.

Objetivo: 0135 - Promover humanização das unidades do ITEP, visando garantir a dignidade e os direitos do cidadão

Metas: 516 - Humanizar as unidades do ITEP; 0627 - Implantar sistema de comunicação por meio de telefonia fixa e internet; 0635 - Implantar ações sócio-educativas de prevenção da violência contra crianças e adolescentes.

Com relação ao objetivo e as metas descritas acima, verificou-se que o objetivo foi parcialmente atendido durante a vigência deste PPA, visto que das 12 iniciativas relacionadas a tal objetivo, apenas 3 foram realizadas, que abrangem atividades relacionadas à Construção e adequação da Sala Lilás, criação de fluxo diferenciado para atendimento de pessoas conduzidas pela polícia e Garantia de formação continuada para orientação de servidores sobre o atendimento às mulheres e minorias em situação de violência. Diante disso, as iniciativas mencionadas contribuíram para o atingimento parcial das metas, bem como do objetivo geral.

Objetivo: 0131 - Integrar o Sistema de Segurança Pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra violência.

Metas: 0524 - Elaborar os protocolos operacionais padronizados e manuais de atuação; 0528 - Readequar o sistema Integrado de Gestão de Perícias (SIGEP); 0531 - Atualizar o organograma do Instituto para inserção dos diversos setores que podem ser cridos ou reformulados; 00539 Adquirir espaço de armazenamento compatível com a infraestrutura de armazenamento existente na Coordenadoria de Tecnologia da Informação da SESED (40Terabyte); 0541 - Integrar o ITEP com os diversos Órgãos de Segurança Pública, Ministério Público e Justiça; 0543 - Ampliar o serviço prestado na emissão de RG biométrico nas centrais do cidadão; 0549 - Ampliar o serviço prestado nas ações itinerantes; 0586 - Padronizar as unidades regionais do ITEP; 00579 Construir a nova Sede para o Instituto Técnico-Cientifico de Perícia na cidade de Natal-RN; 00586 Padronizar as unidades regionais do ITEP; 00592 Construir a nova unidade regional de Mossoró; 0614 - Ampliar e estruturar o Setor de Balística Forense; 0618 - Ampliar e estruturar o Setor de

Informática e audiovisuais; 0622 - Ampliar e estruturar o Setor de Biometria e Papiloscopia aplicadas; 0625 - Ampliar e estruturar o Setor de Perícias e documentoscopia; 0632 - Ampliar e estruturar o Núcleo de Laboratório Forense; 0636 - Ampliar e estruturar o Núcleo de Odontologia legal; 0639 - Ampliar e estruturar o Núcleo de Antropologia Forense; 0643 - Adquirir novos equipamentos tecnológicos periciais; 00649 Adquirir viaturas; 0652 - Ampliar e estruturar o Setor de Identificação veicular; 0895 - Realizar identificação criminal e colher amostras de DNA da massa carcerária.

Com relação ao objetivo e as metas descritas acima, verificou-se que o objetivo foi parcialmente atendido durante a vigência deste PPA, visto que das 35 iniciativas relacionadas a tal objetivo, apenas 11 foram realizadas, que abrangem atividades relacionadas à padronização das unidades regionais do ITEP; Elaboração do manual de requisição de perícias; Aquisição de tablets com softwares para uso em local de crime; Aperfeiçoamento da publicidade dos dados estatísticos contidos no SIGEP para auxiliar a gestão na tomada de decisão, bem como fomentar as demandas estatísticas da SESED e do Governo do Estado; Publicação de manual de rotinas para todos os setores e núcleos do ITEP; Implantação de sistema informatizado de requisição de perícias para local de crime; Obtenção e manutenção e customização de novas licenças para expandir o processo do RG Biométrico e registro no padrão AFIS; Aquisição de um sistema de microcomparação balística digitalizada com software de comparação de estojos e projéteis; Aquisição de dois sistemas para extração e análise forense de equipamentos computacionais portáteis e de telefonia celular, duas licenças de software para perícia computacional em mídias armazenamento e sistemas informáticos, uma licença de software para perícia em artefatos de internet e duas licenças de software para tratamento de imagem; Aquisição de equipamentos fotográficos, drones com câmera, câmeras fotográficas e computadores, além de equipamentos utilizados em perícias externas; Aquisição de instrumentos de avaliação psicológica.

Ademais, algumas iniciativas não realizadas dependiam de recursos financeiros para serem executadas e outras, apesar de não dependerem de recursos financeiros, não foram realizadas por falta de alinhamento com o gerente do PPA, bem como falta de difusão dos objetivos e iniciativas elencadas no instrumento citado. Outro ponto verificado é que algumas iniciativas ainda estão em desenvolvimento, como: Integração com softwares para uso em local de crime, ampliar e estruturar o setor de perícias de documentoscopia, readequação do sistema predial elétrico e de armazenamento de água das unidades regionais, elaboração de novo organograma para publicação via decreto governamental.

Síntese da Avaliação e Recomendações

Limitação orçamentária;
Utilização do PPA como embasamento para tomada de decisão pela direção do órgão;
acompanhamento da execução orçamentária visando um controle das ações propostas no PPA;

Com o objetivo de facilitar o trabalho dos técnicos responsáveis pelo monitoramento e avaliação do PPA, recomendamos que o prazo de monitoramento seja trimestral, tendo em vista que identificamos que o prazo bimestral é muito curto e torna o processo repetitivo.

Ademais, uma dificuldade encontrada diz respeito ao levantamento de informações para subsidiar as avaliações deste documento. Diante disso, recomendamos que sejam atribuídas responsabilidades aos mais diversos Institutos e setores do Órgão para o fornecimento de informações.

A metodologia utilizada para a avaliação do exercício de 2023 conjuntamente com o avaliação do período 2020-2023 fez com que o documento ficasse um pouco repetitivo;

Referências

*Diversos Núcleos e setores do Órgão
*Sistema Eletrônico de Informações - SEI
*Sistema de Gestão Financeira - SIGEF

AGENDA ODS

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
EMPROTUR	AGENDA ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00110 Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais	00269 Promover o estado do Rio Grande do Norte como destino turístico, desenvolvendo a imagem dos produtos com foco na ampliação dos fluxos Estadual, nacional, internacional, para fomentar e desenvolver o turismo em todos os polos do estado, fortalecendo os seguimentos: religioso, sol e praia, eco turismo e de aventura, cultural, de negócios e eventos.	0995 Capacitar os profissionais atuantes no processo de comercialização dos serviços, destinos e produtos do setor turístico do RN	14.000,00	25.003,00	01438 Participação em feiras, congressos, convenções e congêneres.
	AGENDA ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00110 Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais	00269 Promover o estado do Rio Grande do Norte como destino turístico, desenvolvendo a imagem dos produtos com foco na ampliação dos fluxos Estadual, nacional, internacional, para fomentar e desenvolver o turismo em todos os polos do estado, fortalecendo os seguimentos: religioso, sol e praia, eco turismo e de aventura, cultural, de negócios e eventos.	0999 Realizar, Participar e apoiar eventos de promoção do estado do RN em âmbito Estadual, Nacional e Internacional.	303,00	126,00	01440 Apoio a politica e ambiente de planejamento.
	AGENDA ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00110 Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais	00269 Promover o estado do Rio Grande do Norte como destino turístico, desenvolvendo a imagem dos produtos com foco na ampliação dos fluxos Estadual, nacional, internacional, para fomentar e desenvolver o turismo em todos os polos do estado, fortalecendo os seguimentos: religioso, sol e praia, eco turismo e de aventura, cultural, de negócios e eventos.	1005 Promover, Divulgar e fomentar o RN como destino turístico	28,00	16,00	01442 Melhoramento do Branding e Marketing do RN
	AGENDA ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00110 Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais	00269 Promover o estado do Rio Grande do Norte como destino turístico, desenvolvendo a imagem dos produtos com foco na ampliação dos fluxos Estadual, nacional, internacional, para fomentar e desenvolver o turismo em todos os polos do estado, fortalecendo os seguimentos: religioso, sol e praia, eco turismo e de aventura, cultural, de negócios e eventos.				01444 Apoio à captação de voo Charter

ÓRGÃO	AGENDA ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
SETUR	AGENDA ODS 0008 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho	00069 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	00105 Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste.	0692 Elaborar estudos e projetos.	11,00	10,00	00808 Elaboração de projeto de roteiros turisticos dos polos
	AGENDA ODS 0008 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho	00069 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	00105 Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste.	1267 Preservar o Patrimônio histórico-cultural.	19,00	3,00	00829 Elaboração de projeto de infraestrutura turística nos Polos.
	AGENDA ODS 0008 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho	00069 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	00105 Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste.	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	10,00	7,00	01888 Requalificação das Praças do Centro Histórico de Natal
	AGENDA ODS 0008 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho	00069 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	00105 Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste.				01902 Implantação dos projetos de infraestrutura turística nos Polos.
	AGENDA ODS 0008 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho	00069 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	00106 Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	0691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	6,00	14,00	00804 Qualificação e capacitação do pessoal para o fortalecimento da produção associada ao setor turístico e promoção de campanhas educativas
	AGENDA ODS 0008 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho	00069 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	00106 Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	0697 Desenvolver, revisar e consolidar planos	5,00	10,00	00819 Fortalecimento (Planejamento) das Instancias de Governança dos Polos e CONETUR
	AGENDA ODS 0008 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho	00069 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	00106 Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	0700 Fortalecer a produção associada ao setor turístico.	5,00	4,00	
	AGENDA ODS 0008 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho	00069 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	00106 Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	0709 Realizar e participar de reuniões dos Conselhos dos Polos Turísticos	96,00	77,00	
	AGENDA ODS 0008 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho	00069 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	00110 Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	0715 Desenvolver a Gestão Inteligente do Turismo	5,00	4,00	00824 Desenvolvimento de ações de orientação e fiscalização dos municípios que compõem o mapa do turismo

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	AGENDA ODS 0008 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho	00069 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	00110 Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	26,00	9,00	00840 Realização de parceria com o Sistema S e o setor privado para desenvolver a atividade turística e capacitações.
	AGENDA ODS 0008 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho	00069 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	00110 Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.				01884 Realização de ações de fomento à ocupação turística dos polos por meio do FUNDETUR.
	AGENDA ODS 0008 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho	00069 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	00110 Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.				01912 Conclusão e implantação do sistema de atendimento do buggy
ÓRGÃO	**AGENDA ODS**	**META ODS**	**OBJETIVO PPA**	**METAS VINCULADAS**	**PREVISTO (META)**	**REALIZADO (META)**	**INICIATIVA (AGENDA ODS)**
IGARN	AGENDA ODS 0011 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00763 Fortalecer o desenvolvimento das atividades relativas a regularização dos usuários das águas potiguares com as atividades de emissão e dispensa de outorgas, licenças de obras hidráulicas, fiscalizações monitoramento quali-quantitativo dos reservatórios e suporte a gestão dos comitês de bacias	00104 Fortalecer ações educativas para gestão sustentável do uso e reuso das águas superficiais e subterrâneas.	0776 Programa de estrutura hídrica para o Rio Grande do Norte: primeira e segunda água. Fortalecimento das tecnologias sociais de convivência com o semiárido de acesso à água juntamente com os CBH	100,00	290,00	
ÓRGÃO	**AGENDA ODS**	**META ODS**	**OBJETIVO PPA**	**METAS VINCULADAS**	**PREVISTO (META)**	**REALIZADO (META)**	**INICIATIVA (AGENDA ODS)**
CEHAB	Agenda ODS 0010 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra	00043 Promover a melhoria das condições de vida e bem-estar da população.	0391 Apoiar políticas de planejamento urbano integrado do RN, obedecendo a divisão de territórios de identidade.	1,00	8,00	
	Agenda ODS 0010 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra	00043 Promover a melhoria das condições de vida e bem-estar da população.	0508 Fortalecer fóruns de discussão de política habitacional e de desenvolvimento urbano do RN	1,00	1,00	
	Agenda ODS 0010 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra	00043 Promover a melhoria das condições de vida e bem-estar da população.	0629 Trabalhar, prioritariamente, no desenvolvimento dos programas habitacionais voltados para diminuir a permanência de famílias em áreas de risco.	1,00	10,00	
	Agenda ODS 0011 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra	00043 Promover a melhoria das condições de vida e bem-estar da população.	0519 Construir Unidades Habitacionais na zona urbana em todo Estado do Rio Grande do Norte, com preços diferenciados, voltados a atender a demanda dos servidores públicos estaduais	6.000,00	-	
	Agenda ODS 0011 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00091 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aosserviços básicos e urbanizar as favelas	00043 Promover a melhoria das condições de vida e bem-estar da população.	0566 Construção de habitação de interesse social (PRÓ-MORADIA)	1.255,00	990,00	
	Agenda ODS 0011 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países	00043 Promover a melhoria das condições de vida e bem-estar da população.	0581 Programa de Regularização Fundiária urbana	40.000,00	19.094,32	
	Agenda ODS 0011 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países	00043 Promover a melhoria das condições de vida e bem-estar da população.	0620 Promover melhorias/reformas/ adaptações nas Unidades Habitacionais já existentes através da concessão de subvenção econômica para aquisição de materiais de construção destinados à reforma, à ampliação adaptação ou à conclusão de unidades habitacionais.	3.000,00	-	
ÓRGÃO	**AGENDA ODS**	**META ODS**	**OBJETIVO PPA**	**METAS VINCULADAS**	**PREVISTO (META)**	**REALIZADO (META)**	**INICIATIVA (AGENDA ODS)**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
FUNDASE	Agenda ODS 0007 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos	00057 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global	00142 Tornar a Fundase/RN autossuficiente em consumo de energia elétrica	0400 Construir 01 usina fotovoltaica para geração de energia elétrica e fornecimento autossustentável para as unidades da Fundase	1,00	-	00528 Construção de usina fotovoltaica
ÓRGÃO	**AGENDA ODS**	**META ODS**	**OBJETIVO PPA**	**METAS VINCULADAS**	**PREVISTO (META)**	**REALIZADO (META)**	**INICIATIVA (AGENDA ODS)**
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00536 Garantir as condições políticas, administrativas e estruturais para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do plano de governo da SETHAS a ser implementado em todo o território do Rio Grande do Norte.	1385 Implementar integralmente o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração, conforme Lei Complementar nº 432/2010 e da NOB - SUAS RH.	250,00	480,00	02061 Estruturação e Reordenamento Institucional para a execução, o monitoramento e a avaliação da Agenda de Governo da SETHAS, em todo o território do Rio Grande do Norte.
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00536 Garantir as condições políticas, administrativas e estruturais para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do plano de governo da SETHAS a ser implementado em todo o território do Rio Grande do Norte.	1386 Implantar ferramentas gerenciais de redesenho de processos, mapeamento e monitoramento de rotinas, elaboração de fluxos processuais, protocolos e manuais de procedimentos para gestão de pessoal, processos de compras, nas diversas modalidades	2,00	-	02125 Criação e manutenção de sistemas de informação georreferenciado sobre as condições de vida de diversos segmentos em situação de vulnerabilidade social, pobreza extrema e violência, bem como mapeamento e monitoramento de oferta de
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00536 Garantir as condições políticas, administrativas e estruturais para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do plano de governo da SETHAS a ser implementado em todo o território do Rio Grande do Norte.	1388 Elaborar e implementar Programa de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no trabalho na SETHAS.	1,00	2,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00536 Garantir as condições políticas, administrativas e estruturais para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do plano de governo da SETHAS a ser implementado em todo o território do Rio Grande do Norte.	1389 Implementar agenda de capacitação e qualificação continuadas para servidores efetivos, comissionados e colaboradores terceirizados, das áreastécnicas e finalísticas e administrativa da SETHAS, em parceria com a Escola de Governo e Instituições de Educação Superior Públicas do RN.	150,00	90,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00536 Garantir as condições políticas, administrativas e estruturais para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do plano de governo da SETHAS a ser implementado em todo o território do Rio Grande do Norte.	1390 Participar de Conferências e Seminários, Cursos e Intercâmbios locais, regionais, nacionais e internacionais sobre temas relacionados as políticas públicas e garantia de direitos nas áreas de atuação direta e transversal da SETHAS	24,00	18,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00536 Garantir as condições políticas, administrativas e estruturais para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do plano de governo da SETHAS a ser implementado em todo o território do Rio Grande do Norte.	1391 Promover a Estruturação Administrativa da SETHAS, através da aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, de informática e audiovisual.	190,00		
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00536 Garantir as condições políticas, administrativas e estruturais para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do plano de governo da SETHAS a ser implementado em todo o território do Rio Grande do Norte.	1392 Elaborar e Implementar a reestruturação administrativa da SETHAS, através de novo regimento interno e de novo organograma, em consonância com a realidade institucional do órgão, bem como suas demandas, competências e atribuições, na segunda década do século XXI.	1,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00536 Garantir as condições políticas, administrativas e estruturais para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do plano de governo da SETHAS a ser implementado em todo o território do Rio Grande do Norte.	1394 Ampliar a participação e controle social nos territórios, incentivando e prestando assessoramento aos municípios para criação e/ou fortalecimento dos conselhos setoriais e de direitos (Assistência Social, Segurança Alimentar, Economia Solidária entre outros).	167,00	172,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00536 Garantir as condições políticas, administrativas e estruturais para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do plano de governo da SETHAS a ser implementado em todo o território do Rio Grande do Norte.	1395 Adquirir veículos de Passeio e Transporte Coletivo	8,00	4,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00536 Garantir as condições políticas, administrativas e estruturais para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do plano de governo da SETHAS a ser implementado em todo o território do Rio Grande do Norte.	1396 Promover a Comunicação Institucional da SETHAS.	1,00	4,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00328 Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com reconhecimento das diversidades territoriais, dos indivíduos e de suas famílias.	0532 Ampliar a oferta de serviços socioassistenciais regionalizados de média complexidade em 20 polos e de alta complexidade no âmbito da Política de Assistência Social com serviços continuados e equipes de referência adequadas às vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais do território.	16,00	12,00	01603 Regionalização dos serviços de média e alta complexidade.
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00328 Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com reconhecimento das diversidades territoriais, dos indivíduos e de suas famílias.	00568 Capacitar as equipes locais dos municípios, com adesão ao ACESSUAS Trabalho, para promoção de ações de mobilização e mapeamento de usuários dos Serviços da Proteção Social Básica e encaminhamento para cursos de qualificação e formação profissional, inserção em projetos de inclusão produtiva e acesso a serviços de intermediação de mão de obra.	42,00	210,00	01604 Elaboração e/ou revisão da legislação e normativas orientadoras do SUAS: Plano Estadual de Assistência Social, Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, Plano da Primeira Infância, Idoso e Pessoa com deficiência, com vistas a assegurar ações concretas que atendam às diversidades e heterogeneidades dos públicos e
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00328 Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com reconhecimento das diversidades territoriais, dos indivíduos e de suas famílias.	00575 Realizar Campanhas, destinadas à promoção da autonomia e da melhoria da qualidade de vida na superação de situações de violações de direitos, prevenção do isolamento e da segregação das pessoas com deficiência.	4,00	2,00	01611 Realização de ações de mobilização para encaminhamento dos usuários dos Serviços da Proteção Social Básica para cursos de qualificação e formação profissional, inclusão produtiva e serviços de
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00328 Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com reconhecimento das diversidades territoriais, dos indivíduos e de suas famílias.	00578 Realizar o cofinanciamento estadual aos municípios atingidos por situações de emergência e calamidade públicas, realizando o apoio técnico e financeiro para suporte às famílias atingidas com a oferta e manutenção de acolhimento e abrigamento provisório das famílias desalojadas ou desabrigadas.	100,00	33,00	01614 Realização de eventos e implantação de serviços destinados à promoção da autonomia e da melhoria da qualidade de vida e violações de direitos, prevenção do isolamento e da segregação das pessoas com deficiência através da inclusão no mundo do trabalho e implantação de serviços
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00328 Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com reconhecimento das diversidades territoriais, dos indivíduos e de suas famílias.	00580 Elaborar manual de orientação para a rede de atenção com vistas ao respeito aos direitos dos imigrantes, refugiados e migrantes nacionais e estrangeiros independente da condição de entrada no país, e especialmente das pessoas retiradas da situação de tráfico humano, refugiados ou resgatadas do trabalho escravo.	1,00	-	01616 Qualificação e cofinanciamento dos serviços de proteção social básica e especial.
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00328 Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com reconhecimento das diversidades territoriais, dos indivíduos e de suas famílias.	00584 Capacitar as equipes dos serviços socioassistenciais com o objetivo de ampliar a proteção social à população LGBTQI+.	3,00	-	01617 Implementar ações de capacitação para os trabalhadores do SUAS com a qualificação da ofertas dos serviços socioassistenciais de todos os níveis de proteção social para a população LGTQI+ em situação de vulnerabilidade e/ou
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00328 Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com reconhecimento das diversidades territoriais, dos indivíduos e de suas famílias.	00591 Realizar, após definição das áreas prioritárias por estudo, o cofinanciamento especializado com apoio técnico aos municípios para implantação de serviços socioassistenciais nas zonas rurais, priorizando as comunidades tradicionais.	53,00	-	01618 Regionalização do serviço de acolhimento familiar, de proteção integral para mulheres vítimas de violência, através da criação de casas de apoio e da integração da rede de atendimento com os
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00351 Qualificar o processo de concessão de benefícios continuados e eventuais e de transferência de renda (Programa Bolsa Família, BPC e Benefícios Eventuais) por meio da melhoria da gestão do Cadastro Único.	00637 Assessorar os municípios, para constituição e qualificação das equipes volantes que realizam busca ativa ampliação da inserção de famílias em situação de extrema pobreza no Cadastro Único (CAD UNICO).	167,00	76,00	01652 Prestação de apoio técnico aos municípios para o trabalho com as populações mais vulneráveis de origem étnico racial, atuando para o acesso dessas populações ao Cadastro Único.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00351 Qualificar o processo de concessão de benefícios continuados e eventuais e de transferência de renda (Programa Bolsa Família, BPC e Benefícios Eventuais) por meio da melhoria da gestão do Cadastro Único.	00641 Prestar apoio técnico aos municípios para o trabalho com as populações mais vulneráveis de origem étnico racial, atuando para o acesso dessas populações ao Cadastro Único.	20,00	466,00	01667 Integração das ações dos municípios através de ação conjunta com a SEEC e SESAP, para orientar a atuação local para a articular as ações das áreas de Assistência Social, Saúde e Educação, com vistas ao cumprimento pelas famílias das condicionalidades do Programa Bolsa
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00351 Qualificar o processo de concessão de benefícios continuados e eventuais e de transferência de renda (Programa Bolsa Família, BPC e Benefícios Eventuais) por meio da melhoria da gestão do Cadastro Único.	00642 Assessorar tecnicamente os municípios, por meio de reuniões temáticas e oficinas, nas ações relacionadas ao BPC na Escola e BPC no Trabalho, para possibilitar a inclusão e permanência na escola de crianças, adolescentes e jovens, como também assegurar jovens e adultos a qualificação e inserção no mundo do trabalho.	100,00	580,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00351 Qualificar o processo de concessão de benefícios continuados e eventuais e de transferência de renda (Programa Bolsa Família, BPC e Benefícios Eventuais) por meio da melhoria da gestão do Cadastro Único.	00645 Prestar assessoramento técnico aos municípios para a execução de atividades que assegurem os direitos dos idosos que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) à socialização, à qualificação profissional e à oportunidades de participação no mundo do trabalho.	20,00	15,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00351 Qualificar o processo de concessão de benefícios continuados e eventuais e de transferência de renda (Programa Bolsa Família, BPC e Benefícios Eventuais) por meio da melhoria da gestão do Cadastro Único.	00647 Realizar oficinas com equipes dos municípios, juntamente com a SEEC e SESAP, para orientar a atuação local no sentido de articular as ações das áreas de Assistência Social, Saúde e Educação, com vistas ao cumprimento pelas famílias das condicionalidades do Programa Bolsa Família.	32,00	2,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00539 Construir e implementar, o Plano Estadual de Combate a Pobreza e um Plano de Ação Emergencial para atuação em Desastres e Calamidades Públicas, com instituição de um Fundo de Reserva para Calamidade	01404 Implementar, a partir de estudos de demandas, em parceria com os Municípios, o Programa Estadual Mais Mobilidade, destinado a pessoas em situação de vulnerabilidade social.	12,00	-	02064 Implementação do Plano Interinstitucional de Combate a Pobreza do Rio Grande do Norte com ações de natureza emergencial, emancipatórias e estruturantes.
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00539 Construir e implementar, o Plano Estadual de Combate a Pobreza e um Plano de Ação Emergencial para atuação em Desastres e Calamidades Públicas, com instituição de um Fundo de Reserva para Calamidade	01412 Assessorar o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - (CCPIS),órgão gestor do Fundo de Combate a Pobreza - (FECOP), na elaboração do Plano Estadual de Combate a Pobreza, no reordenamento do Fundo e do Conselho e na execução de sua agenda Política e Administrativa - Fonte:105	1,00	2,00	02131 Implantação do Programa de Inovação na Gestão de Políticas Públicas Intersetoriais de Combate à Pobreza no Rio Grande do Norte
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00539 Construir e implementar, o Plano Estadual de Combate a Pobreza e um Plano de Ação Emergencial para atuação em Desastres e Calamidades Públicas, com instituição de um Fundo de Reserva para Calamidade	01413 Implantar Programa de Prevenção e Assistência em situação de desastres e calamidades públicas, em parceria com o Gabinete Civil e a Defesa Civil do RN.	3.000,00	1,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00558 Implementar a Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, a partir da aprovação e regulamentação em lei, com criação do Fundo, Plano e Sistema Estadual de Trabalho, Emprego e Renda.	01444 Construir Agenda de Capacitação (cursos, oficinas e seminários) destinada a servidores (inclusão digital, atendimentos ao público, sensibilização para inclusão social, dentre outros temas).	84,00	47,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00558 Implementar a Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, a partir da aprovação e regulamentação em lei, com criação do Fundo, Plano e Sistema Estadual de Trabalho, Emprego e Renda.	01446 Elaborar e executar o Plano Estadual do Trabalho, conforme previsto em lei, adotando a abordagem territorial e de inclusão de públicos específicos: mulheres, jovens, negros, indígenas, pessoas com deficiência, comunidade LGBT, egressos dos sistemas socioeducativo e prisional, dentre outros segmentos.	1,00	-	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00558 Implementar a Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, a partir da aprovação e regulamentação em lei, com criação do Fundo, Plano e Sistema Estadual de Trabalho, Emprego e Renda.	01448 Realizar estudos para levantamento das tendências do mercado de trabalho e potencialidades econômicas dos territórios, com vistas a priorização de cadeias específicas na definição da Agenda de capacitação, como Turismo, formação em agroecologia e produção de alimentos orgânicos, beneficiamento de materiais recicláveis, produção artesanal de materiais de limpeza ecológicos.	1,00	3,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00558 Implementar a Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, a partir da aprovação e regulamentação em lei, com criação do Fundo, Plano e Sistema Estadual de Trabalho, Emprego e Renda.	01450 Promover cursos, oficinas e seminários para qualificação em empreendedorismo, formação de equipes, associativismo e cooperativismo, gestão de custos e precificação, legislação aplicável ao empreendedorismo e direitos previdenciários, dentre outras temáticas.	8,00	14,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00558 Implementar a Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, a partir da aprovação e regulamentação em lei, com criação do Fundo, Plano e Sistema Estadual de Trabalho, Emprego e Renda.	01460 Promover a Comunicação Institucional da Subsecretaria do Trabalho e do SINE, junto aos seus diversos públicos, através da produção de materiais, audiovisuais e de sinalização.	5,00	22,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00350 Implementar a Agenda de Gestão Integral da Política de Assistência Social no Rio Grande do Norte, contemplando as dimensões da Gestão do Trabalho, da Vigilância Socioassistencial, e da Gestão Orçamentária e Financeira do Fundo Estadual de Assistência Social, com transparência e participação do controle social.	00615 Implementar um plano de Comunicação Institucional de divulgação da Política Estadual do SUAS em execução, promovendo a divulgação dos direitos e serviços socioassistenciais junto aos usuários, como também criando canais de comunicação e informação voltados para os gestores e trabalhadores municipais do SUAS, para as instâncias de participação e controle social e sociedade em geral.	1,00	-	01628 Estruturação da Gestão Estadual do SUAS e das Unidades Regionalizadas que serão implantadas, através da aquisição de equipamentos diversos e mobiliário, reformas e adaptações de espaços públicos para assegurar as condições de funcionamento.
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00350 Implementar a Agenda de Gestão Integral da Política de Assistência Social no Rio Grande do Norte, contemplando as dimensões da Gestão do Trabalho, da Vigilância Socioassistencial, e da Gestão Orçamentária e Financeira do Fundo Estadual de Assistência Social, com transparência e participação do controle social.				01632 Implantação de um Sistema de Informação Estadual Georreferenciado com integração de parâmetros para a estruturação de ações socioassistenciais de forma complementar ao Sistema Federal SUASWEB.
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00350 Implementar a Agenda de Gestão Integral da Política de Assistência Social no Rio Grande do Norte, contemplando as dimensões da Gestão do Trabalho, da Vigilância Socioassistencial, e da Gestão Orçamentária e Financeira do Fundo Estadual de Assistência Social, com transparência e participação do controle social.				01644 Efetivação de fóruns regionais permanente de gestores e trabalhadores.
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0336 Realizar duas pesquisas para identificação do perfil nutricional e socioeconômico dos usuários dos programas atuais de segurança alimentar para subsidiar a reorientação dos mesmos quanto às metas e critérios de credenciamento dos seus usuários.	2,00	2,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0337 Definir calendário para realização de atividades mensais de educação alimentar e nutricional (EAN) a serem executadas pelas empresas contratadas para operacionalização do Programa Restaurante Popular, em todas as 113 (cento e treze) unidades.	452,00	169,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0339 Instituir a Política e o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, por meio de lei, com vistas ao reordenamento, qualificação e diversificação das ações e a revisão do seu funcionamento, dos critérios de acesso, credenciamento e controle social.	1,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0347 Institucionalizar a inclusão de critérios e condicionalidades sociais para o incentivo às empresas licitantes de efetuarem a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar (5% do quadro de funcionários) e pessoas com deficiência (2 a 3% do quadro de funcionários).	25,00	28,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0351 Promover estudo para orientar a diversificação das ações de segurança alimentar e nutricional, reorientando os recursos atuais, conforme as demandas identificadas por territórios e incorporando as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.	10,00	4,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0355 Firmar Termos de Cooperação e/ou adesão com municípios e organizações da sociedade civil para reordenamento e aprimoramento da distribuição do leite do Programa Leite Potiguar nos 167 municípios, com vistas a aumentar os controles, sobre as condições sanitárias de armazenamento e distribuição do leite e sobre o perfil e credenciamento dos participantes consumidores.	167,00	605,46	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0357 Promover o reordenamento do Programa Leite Potiguar realizando a revisão das normativas que o amparam, aprimorando o seu arranjo institucional, os critérios de credenciamento dos participantes consumidores e produtores, os termos de parcerias locais, os mecanismos de controles e o monitoramento permanente do seu alcance social.	1,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0369 Implantar a Lei Nº 10536/2019 que institui o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES) reorganizando as demandas e cardápios do Programa Restaurante Popular para a aquisição dos 30% de insumos da Agricultura Familiar, de produtos orgânicos ou agroecológicos e/ou da Economia Solidária.	30,00	102,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0370 Promover processos licitatórios que incorpore, em pelo menos 30% dos contratos, pontuação diferenciada para pequenas e médias empresas regionais e incentivos para a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e pessoas com deficiência.	30,00	242,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0375 Implantar e implementar em 100% das unidades do Programa Restaurante Popular, bem como, dos postos de entrega do Programa Leite Potiguar sistemas de tecnologia da informação (T.I) para monitoramento e controle dos referidos programas.	100,00	19,25	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos,	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0383 Criar protocolos de acesso à informação sobre o funcionamento dos Programas e da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, o direito humano à alimentação adequada e saudável (DHAA) para a população através da produção e disseminação de material de divulgação em todas as unidades Programa Leite Potiguar e Programa Restaurante Popular.	3,00	26,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos,	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0385 Sensibilizar e capacitar gestores municipais para fortalecer o sistema de segurança alimentar e nutricional (SISAN) no estado e nos municípios, incentivando a adesão de pelo menos 40% dos municípios ao SISAN.	40,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos,	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	1362 Firmar parceria com a SEDRAF e a EMATER para realização de mapeamento dos agricultores familiares, associações, cooperativas e empreendimentos solidários e da oferta dos insumos e escala de produção disponível, para a programação das compras institucionais, desses segmentos, conforme a Lei do PECAFES.	1,00	2,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00400 Assessorar e articular ações integradas para melhoria da gestão do Sistema Socioeducativo em meio aberto e fechado no estado, com ênfase para acompanhamento aos egressos do Sistema. Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social	00686 Implementar uma Agenda de Acolhimento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e egressos com definição de um percentual de vagas em todas as iniciativas voltadas para a juventude.	10,00	2,00	01707 Assessoramento para ações integradas na gestão do Sistema Socioeducativo em meio aberto e fechado no estado, com ênfase para o acompanhamento dos egressos do Sistema.
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00400 Assessorar e articular ações integradas para melhoria da gestão do Sistema Socioeducativo em meio aberto e fechado no estado, com ênfase para acompanhamento aos egressos do Sistema. Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social	00690 Desenvolver capacitação permanente para os trabalhadores do Sistema Socioeducativo.	16,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00400 Assessorar e articular ações integradas para melhoria da gestão do Sistema Socioeducativo em meio aberto e fechado no estado, com ênfase para acompanhamento aos egressos do Sistema. Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social	00699 Assessorar os 167 municípios na elaboração de planos de atendimento as medidas socioeducativas.	100,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00400 Assessorar e articular ações integradas para melhoria da gestão do Sistema Socioeducativo em meio aberto e fechado no estado, com ênfase para acompanhamento aos egressos do Sistema. Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social	00703 Firmar parceria com a FUNDASE para a realização de diagnóstico social dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e egressos do Sistema.	1,00	1,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00289 Implantar as bases para efetivação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13019/2014), com ações que promovam o conhecimento, a qualificação e o aperfeiçoamento do ambiente jurídico e institucional para a efetivação de parcerias e cooperação entre Organizações da Sociedade Civil (OSC) e as três esferas de governo, em particular o Executivo Estadual do RN e os municípios.	00237 Realizar capacitações sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC), Lei 13.019/2014, voltadas para participantes da gestão pública, das OSC, tendo como finalidade a promoção de iniciativas conjuntas e qualificação do debate sobre os três eixos orientadores: contratualização, sustentabilidade econômica e certificação, além de outros conteúdos.	20,00	-	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00289 Implantar as bases para efetivação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13019/2014), com ações que promovam o conhecimento, a qualificação e o aperfeiçoamento do ambiente jurídico e institucional para a efetivação de parcerias e cooperação entre Organizações da Sociedade Civil (OSC) e as três esferas de governo, em particular o Executivo Estadual do RN e os municípios.	00240 Realizar mapeamento sobre: perfis dos grupos e organizações da sociedade civil, com o desenvolvimento de um aplicativo de banco de dados para cadastramento das OSC e levantamento de dados sobre os arranjos e ambiente institucionais em que estão inseridas e as demandas sociais estruturantes para orientar os editais e chamadas públicas de projetos.	4,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00289 Implantar as bases para efetivação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13019/2014), com ações que promovam o conhecimento, a qualificação e o aperfeiçoamento do ambiente jurídico e institucional para a efetivação de parcerias e cooperação entre Organizações da Sociedade Civil (OSC) e as três esferas de governo, em particular o Executivo Estadual do RN e os municípios.	00241 Promover a participação de técnicos, servidores, colaboradores externos e participantes dos grupos e organizações assessoradas pela SETHAS e OSC parceiras em eventos locais, regionais e nacionais: conferências, seminários, capacitações, Fóruns e articulações destinadas à qualificação na formulação de políticas públicas e incentivo à parceria entre setor público e OSC.	2530,00	30,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00289 Implantar as bases para efetivação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13019/2014), com ações que promovam o conhecimento, a qualificação e o aperfeiçoamento do ambiente jurídico e institucional para a efetivação de parcerias e cooperação entre Organizações da Sociedade Civil (OSC) e as três esferas de governo, em particular o Executivo Estadual do RN e os municípios.	01393 Elaborar, aprovar e implementar um Marco Regulatório Estadual de Organizações da Sociedade Civil d RN, que possibilite um ambiente institucional e a segurança jurídica para a parceria e colaboração entre a administração pública e as OSC na proposição e execução de políticas públicas, programas e projetos, nos termos da Lei 10019/2014 (MROSC).	1,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00006 Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões	00283 Disponibilizar tecnologias socioprodutivas de captação, armazenamento, uso e reuso de água para consumo humano, animal e produção de alimentos, para agricultores familiares do semiárido, em situação de urgência e/ou colapso no abastecimento de água, priorizando as famílias do Cadúnico, em situação de pobreza e extrema pobreza, visando a segurança alimentar e nutricional.	00234 Construir 1076 cisternas para reservamento de água, do tipo cisternas de placas (16 mil litros) e Cisternas calçadão (52 mil litros), através da execução do Convênio Programa Cisternas/Ministério da Cidadania.	1076,00	511,00	01335 Implantação de tecnologias sociais de segurança hídrica e de produção com a construção de 1076 cisternas, nos territórios do semiárido, através da execução do Convênio Programa Cisternas/Ministério da Cidadania, e outras tecnologias de diversas tipologias.
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00283 Disponibilizar tecnologias socioprodutivas de captação, armazenamento, uso e reuso de água para consumo humano, animal e produção de alimentos, para agricultores familiares do semiárido, em situação de urgência e/ou colapso no abastecimento de água, priorizando as famílias do Cadúnico, em situação de pobreza e extrema pobreza, visando a segurança alimentar e nutricional.	01387 Realizar levantamento para definição das tipologias de projetos e implantar 150 tecnologias sociais de reservamento hídrico, kits de comercialização em feiras livres, kits de irrigação de quintais produtivos, para agricultores familiares, sendo mulheres, jovens, quilombolas e indígenas, com assistência técnica e seleção por meio de edital de chamada pública.	150,00	-	01338 Implantação, com assessoramento de ATER, de unidades de tecnologias socioprodutivas de segurança hídrica para consumo humano, animal e produção de alimentos e de processamento e comercialização, para agricultores familiares do semiárido, sendo mulheres, jovens, quilombolas e
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00283 Disponibilizar tecnologias socioprodutivas de captação, armazenamento, uso e reuso de água para consumo humano, animal e produção de alimentos, para agricultores familiares do semiárido, em situação de urgência e/ou colapso no abastecimento de água, priorizando as famílias do Cadúnico, em situação de pobreza e extrema pobreza, visando a segurança alimentar e nutricional.				02121 Criação e implementação de um Programa Interinstitucional de fomento a iniciativas e projetos inovadores de inclusão social e combate à Pobreza para financiamento por meio de recursos de Emendas Parlamentares e Cooperação Internacional
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	0275 Criar uma programação de atividades de capacitação e formação para o setor do artesanato, englobando aperfeiçoamento das técnicas e formação para o empreendedorismo com o enfoque na Economia Criativa e Economia Solidária	20,00	5,00	01349 Realizar parceria com o SEBRAE para pensar em pequenas oficinas de consultoria aos artesãos.
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	00276 Mapear o artesanato quilombola, indígena e de religiosidade popular e implantar um sistema de informação e cadastramento dos mesmos	1,00	426,00	01361 Revitalização de 5 centrais de comercialização e participação do Proarte e artesãos potiguares em feiras estaduais, nacionais e internacionais para escoamento dos

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	00278 Criar, até 2022, a Biblioteca Criativa do Artesanato Potiguar, no Território Terras dos Potiguaras, estabelecendo espaço para consulta ao público de material documental e bibliográfico acerca do artesanato do Rio Grande do Norte.	1,00	-	01364 Revitalização, modernização e construção de modelo de gestão dos equipamentos de comercialização dos produtos artesanais e economia solidaria.
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	00280 Desenvolver projetos de fomento do artesanato, nos 10 (dez) territórios, em sua diversidade, contemplando aspectos de diversidade étnica, gastronomia, religião e turismo, visando a promoção do artesanato de referência cultural	10,00	8,00	02056 Consolidação do Programa do Artesanato do Estado do Rio Grande do Norte
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	00283 Lançar o Selo do Artesanato "Potiguar sou eu", conforme previsto na Lei n. 10.135 de 15/12/2016, com campanha de divulgação e lançamento de logomarca própria do Artesanato Potiguar, visando estabelecer uma iconografia própria e de alcance geral.	1,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	00286 Promover parceria com a SESAP para realização de diagnóstico de doenças laborais entre os artesãos cujas técnicas produzem maior desgaste físico e outros riscos à saúde	2,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	01107 Realizar oficinas, cursos e reuniões temáticas para apresentação e discussão com entidades e grupos do artesanato sobre a relação entre tecnologia, inovação e as temáticas da Economia Criativa e Economia Solidária com enfoque da educação popular.	10,00	9,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	01110 Implantar Loja-Conceito itinerante e uma Galeria Virtual do Artesanato Potiguar com ampla campanha de patrimonialização cultural do artesanato estadual.	4,00	15,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	01367 Desenvolver um programa de pesquisas com enfoque em ciência, tecnologia, tradição, arte cultura na relação com o artesanato em parceria com instituições do ensino superior públicas	1,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	01368 Lançar edital para concessão de bolsas de pesquisa em nível de graduação e pós-graduação para inovação tecnológica do artesanato potiguar, culminando na edição e publicação de artigos científicos gerados a partir das pesquisas	10,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	01369 Implementar um projeto de artesanato de referência cultural junto a comunidades étnicas e a religiosidades populares	1,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	01370 Regulamentar a Lei Complementar 599/2017, possibilitando a fiscalização do cumprimento da lei no que se refere ao percentual mínimo estabelecido para exposição de artesanato de origem potiguar em prédios públicos destinados à comercialização de produtos artesanais.	1,00	1,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	01371 Lançar campanha, em parceria com SESAP e SEEC, de prevenção a Lesões por Esforço Repetitivo e outras enfermidades laborais junto às entidades e aos grupos de artesãos	1,00	1,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
SETHAS	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	01372 Articular uma rede, em parceria com a Fundação José Augusto, de Casas de Cultura/Casas do Artesão e demais pontos de apoio à comercialização do Artesanato Potiguar.	5,00	8,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	01373 Revitalizar, apoiar, reformar e ampliar 03 Centrais de Comercialização do Artesanato, implantando um modelo de gestão compartilhada para as Centrais.	12,00	11,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	01374 Lançamento de um projeto piloto em parceria com as instituições de ensino superior públicas, no território do Seridó, de assessoramento a grupos, associações e cooperativas de artesãos.	1,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	01375 Assessorar a constituição de fóruns e comitês setoriais do artesanato, agregando artesãos em parceria com o Projeto Governo Cidadão, SEDRAF, EMATER, SEDEC e SETUR.	3,00	10,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	01376 Apoiar feiras de talentos regionais do artesanato, 1 por ano, de forma a contemplar todos os territórios durante o quadriênio 2020-2023.	5,00	2,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	01377 Promover, por meio de editais, a participação de servidores e técnicos da SETHAS de organizações da sociedade civil e artesãos potiguares em feiras estaduais, nacionais e internacionais, para aperfeiçoamento técnico e escoamento dos produtos dos artesãos.	28,00	44,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	01378 Elaborar e lançar Catálogo do Artesanato Potiguar, em linguagem popular e direcionado à população do estado, visando apresentar a identidade expressa no artesanato aos detentores do patrimônio cultural	2,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	01380 Realizar 10 Conferências Territoriais do Artesanato e uma Conferência Estadual do Artesanato Potiguar, envolvendo grupos, associações, cooperativas e artesãos das diferentes tipologias do artesanato potiguar de todos os territórios e com recortes de gênero, etnia e geração	10,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00534 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual do Artesanato Potiguar, por meio de Lei, composto de Plano, Conselho, Fundo e sistema de informação sobre os artesãos e o Artesanato Potiguar.	01381 Elaboração e aprovação do Plano Estadual do Artesanato Potiguar	1,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	0242 Executar o Projeto Economia Solidária com a implementação de 10 empreendimentos solidários com jovens de áreas urbanas e rurais.	1,00	-	02100 Estruturação do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária, garantindo as condições necessárias para funcionamento e realização de Conferências Territoriais e Estadual de Economia Solidária
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1364 Realizar 1 Feira Estadual de Economia Solidária, com estrutura necessária para sua realização, envolvendo empreendimentos de economia solidária dos territórios do Estado, garantindo a visibilidade e o escoamento da produção, além da geração de renda.	1,00	2,00	02102 Elaboração do Plano Estadual de Economia Solidária.
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1365 Realizar atividades de capacitação sobre a temática da Economia Solidária e temas que contribuam com a melhoria e ampliação dos processos de organização, produção e comercialização dos empreendimentos.	40,00	13,00	02114 Implantação e Estruturação da Politica e o Sistema Estadual de Economia Solidária com Plano, Fundo e um Sistema de Informação

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1366 Realizar pesquisa e o desenvolvimento de um aplicativo de banco de dados para instituição de um Sistema de Informação para cadastramento de indivíduos, grupos e empreendimentos e que permita a mensuração do potencial econômico e de organização dos empreendimentos de economia solidária do Rio Grande do Norte (pesquisa, cadastro, diagnóstico e monitoramento)	1,00	-	02122 Execução do Projeto Economia Solidária RN voltado para a implantação de empreendimentos solidários junto a juventudes urbanas e rurais (Conv. 760003/2011 - Min. da Cidadania).
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1400 Firmar Termo de Cooperação ou outros instrumentos com a AGN e outros instituições financeiras, para criação de linhas de crédito, fomento e financiamento de custeio, investimento e capital de giro individuais e coletivos, para empreendimentos de Economia solidária e do Programa do Artesanato Potiguar.	1,00	-	02132 Promoção de iniciativas de inclusão social e produtiva de jovens urbanos da Região Metropolitana de Natal e do município de Mossoró, com enfoque na economia solidária e criativa e incentivo ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1401 Implementar o Programa Meu Primeiro Emprego para a promoção e incentivo a empregabilidade e empreendedorismo solidário juvenil do meio urbano.	1,00	2,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1407 Firmar parceria com a SEDRAF, EMATER, com a SEGAI/Projeto Governo Cidadão e União para assegurar recursos de ATER para estruturação de projetos de agroindústria da agricultura familiar e economia solidária (polpa de fruta e outros processamentos)	20,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1411 Reformar, recuperar, ampliar e adaptar os prédios de propriedade da SETHAS e parceiros para a implantação de uma central por polo regional, sendo: Seridó (Casa do artesão do Seridó); Região Metropolita de Natal/RN (CRARN); Região Oeste polo Mossoró Assú; Trairi Potengi; e Alto Oeste.	1,00	4,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1422 Instituir o Comitê Gestor Intersetorial da ECOSOL envolvendo secretarias e órgãos afins, para formulação de normativas regulatórias, agenda comum, atuando para a inclusão de grupos, empreendimentos e produtos da ECOSOL no acesso às políticas publicas, garantia de percentual de compras de produtos, dos empreendimentos de ECOSOL, das áreas rurais e urbanas, pelos diversos mercados institucionais.	1,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1423 Fomentar e fortalecer processos de articulação dos Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) em redes e/ou Cadeias Produtivas Solidárias de forma sustentável.	2,00	41,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1424 Criar um programa de incentivo a produção e a organização em Rede e/ou Cadeias Produtivas Solidárias, com o intuito de promover maior oferta e diversidade de produtos e serviços desenvolvidos pelos empreendimentos de economia solidária do Estado.	1,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1426 Elaborar e Implementar o Plano Estadual de Economia Solidária contendo o plano de crédito direcionada aos empreendimentos da economia solidária, rurais e urbanos, envolvendo ampla articulação com as instituições financeiras, reconhecendo a diversidade e as diferentes formas de organização desses empreendimentos.	1,00	3,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1427 Realizar termos de cooperação ou outros instrumentos de parcerias com a AGN para financiamento e fomento de empreendimentos da economia solidária, cujas mulheres, jovens, comunidades tradicionais, dentre outros, tenham acesso ao crédito de forma ampliada e democratizada.	1,00	3,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	01428 Criar e fortalecer experiências de Bancos Comunitários (10) e cooperativas de crédito (2), que sejam de economia solidária, garantindo as condições necessárias para sua implantação e funcionamento.	12,00	4,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	01429 Apoiar a criação e fortalecimento de experiências de fundos rotativos de economia solidária nos territórios, através de realização de oficinas de mobilização, sensibilização e implementação, capaz de promover o desenvolvimento local sustentável, por meio da organização de grupos de poupadores e incentivo a produção e a comercialização de produtos e serviços.	10,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1430 Implementar uma política de assessoria técnica em economia solidária, através da contratação de agentes locais de desenvolvimento solidário (termos de parcerias, contratação direta), que seja integral e multidisciplinar, que promova o fortalecimento da organização, produção e comercialização dos empreendimentos econômicos solidários.	1,00	-	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1432 Elaboração de Plano de Ação Intersetorial que promova a integração das políticas estaduais com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento econômico com justiça social e sustentabilidade.	1,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1433 Elaborar projetos para captação de recursos direcionados para o fomento das práticas relacionadas com a economia solidária e previstas em Lei (assessoria técnica, formação, investimentos, apoio a produção e a comercialização, fundo Estadual de economia solidária etc.), a partir da disponibilidade de recursos e encaminhamentos necessários.	4,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1434 Regulamentar a política Estadual de economia popular solidária.	1,00	2,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1435 Estruturar o Conselho através da aquisição de equipamentos, elaboração de plano de ação (cronograma, custeio) para apoio das despesas.	1,00	7,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1436 Criar o Fundo Estadual de fomento a Economia Solidária, conforme previsto em Lei.	1,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1437 Realizar encontros (4) para elaboração e validação do plano de Economia Solidária, com as condições necessárias para realização dos eventos, bem como garantir a diagramação e confecção do documento elaborado.	4,00	-	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1438 Desenvolver as políticas públicas de ECOSOL (assessoria técnica, gerencial, fundo estadual , investimentos, formação, realização de eventos, criação de espaços de comercialização, finanças solidárias, crédito, etc.), seguindo o recorte da distribuição territorial dos 10 territórios de identidade, com a disposição de espaços para a realização de diferentes atividades formativas.	1,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1439 Estruturar o funcionamento de espaços de referência em economia solidária (múltiplo uso) nos territórios da cidadania.	1,00	26,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1441 Criar o comitê interinstitucional para viabilizar o percentual de compras de produtos oriundos dos empreendimentos de ECOSOL das áreas rurais e urbanas, que estejam em consonância com o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e ECOSOL (PECAFES).	10,00	14,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1447 Desenvolver um programa de apoio e incentivo a implantação de tecnologias sociais que promovam o fortalecimento das práticas em Economia Solidária no Rio Grande do Norte.	1,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1449 Construir um ambiente institucional, que permita parcerias entre o Fórum Potiguar de Economia Solidária, Conselho Estadual de Economia Popular Solidária e Redes, permitindo a identificação e encaminhamento das demandas apresentadas.	1,00	4,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1451 Fortalecer a Rede de Gestores de Economia Solidária do RN, envolvendo gestores municipais de políticas afins.	1,00	9,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1455 Realizar 11 Conferências: 10 Territoriais e 1 Estadual de Economia Solidária, garantindo as condições logísticas para a participação dos Delegados, Conselheiros, Palestrantes e Observadores.	11,00	-	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00369 Fortalecer e ampliar os espaços de participação, pactuação, negociação e deliberação para assegurar o caráter democrático e participativo do SUAS	1469 Realizar Conferência Estadual de Assistência Social e 10 Conferências territoriais garantindo as condições logísticas para os eventos e para a participação dos delegados, conselheiros, palestrantes e observadores.	1,00	22,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0002 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0336 Realizar duas pesquisas para identificação do perfil nutricional e socioeconômico dos usuários dos programas atuais de segurança alimentar para subsidiar a reorientação dos mesmos quanto às metas e critérios de credenciamento dos seus usuários.	2,00	2,00	02051 Implementação e Consolidação da Política Estadual de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional e Execução do 1º Plano Estadual de Segurança Alimentar.
	Agenda ODS 0002 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0337 Definir calendário para realização de atividades mensais de educação alimentar e nutricional (EAN) a serem executadas pelas empresas contratadas para operacionalização do Programa Restaurante Popular, em todas as 113 (cento e treze) unidades.	452,00	169,00	
	Agenda ODS 0002 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0339 Instituir a Política e o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, por meio de lei, com vistas ao reordenamento, qualificação e diversificação das ações e a revisão do seu funcionamento, dos critérios de acesso, credenciamento e controle social.	1,00	-	
	Agenda ODS 0002 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0347 Institucionalizar a inclusão de critérios e condicionalidades sociais para o incentivo às empresas licitantes de efetuarem a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar (5% do quadro de funcionários) e pessoas com deficiência (2 a 3% do quadro de funcionários).	25,00	28,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0002 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0351 Promover estudo para orientar a diversificação das ações de segurança alimentar e nutricional, reorientando os recursos atuais, conforme as demandas identificadas por territórios e incorporando as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.	10,00	4,00	
	Agenda ODS 0002 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0355 Firmar Termos de Cooperação e/ou adesão com municípios e organizações da sociedade civil para reordenamento e aprimoramento da distribuição do leite do Programa Leite Potiguar nos 167 municípios, com vistas a aumentar os controles, sobre as condições sanitárias de armazenamento e distribuição do leite e sobre o perfil e credenciamento dos participantes consumidores.	167,00	605,46	
	Agenda ODS 0002 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0357 Promover o reordenamento do Programa Leite Potiguar realizando a revisão das normativas que o amparam, aprimorando o seu arranjo institucional, os critérios de credenciamento dos participantes consumidores e produtores, os termos de parcerias locais, os mecanismos de controles e o monitoramento permanente do seu alcance social.	1,00	-	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0002 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0369 Implantar a Lei Nº 10536/2019 que institui o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES) reorganizando as demandas e cardápios do Programa Restaurante Popular para a aquisição dos 30% de insumos da Agricultura Familiar, de produtos orgânicos ou agroecológicos e/ou da Economia Solidária.	30,00	102,00	
	Agenda ODS 0002 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0370 Promover processos licitatórios que incorpore, em pelo menos 30% dos contratos, pontuação diferenciada para pequenas e médias empresas regionais e incentivos para a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e pessoas com deficiência.	30,00	242,00	
	Agenda ODS 0002 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0373 Elaborar e implantar o Plano de Fiscalização e Monitoramento dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional, realizando a aquisição dos equipamentos, contratação e qualificação de pessoal técnico por meio de Edital de bolsas e desenvolvimentos de protocolos e instrumentais	1,00	26,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0002 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0375 Implantar e implementar em 100% das unidades do Programa Restaurante Popular, bem como, dos postos de entrega do Programa Leite Potiguar sistemas de tecnologia da informação (T.I) para monitoramento e controle dos referidos programas.	100,00	19,25	
	Agenda ODS 0002 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0383 Criar protocolos de acesso à informação sobre o funcionamento dos Programas e da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, o direito humano à alimentação adequada e saudável (DHAA) para a população através da produção e disseminação de material de divulgação em todas as unidades Programa Leite Potiguar e Programa Restaurante Popular.	3,00	26,00	
	Agenda ODS 0002 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	0385 Sensibilizar e capacitar gestores municipais para fortalecer o sistema de segurança alimentar e nutricional (SISAN) no estado e nos municípios, incentivando a adesão de pelo menos 40% dos municípios ao SISAN.	40,00	-	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0002 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	1362 Firmar parceria com a SEDRAF e a EMATER para realização de mapeamento dos agricultores familiares, associações, cooperativas e empreendimentos solidários e da oferta dos insumos e escala de produção disponível, para a programação das compras institucionais, desses segmentos, conforme a Lei do PECAFES.	1,00	2,00	
	Agenda ODS 0002 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00001 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia 00008 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 00009 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas 00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00416 Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	1363 Realizar a VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e as Conferências Territoriais de Segurança Alimentar e Nutricional nos dez Territórios de Identidade.	10,00	1,00	
	Agenda ODS 0002 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00014 Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha	00303 Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1431 Apoiar as ações da Rede de Educação Popular em Economia Solidária do RN, envolvendo articulações territoriais, tendo como públicos prioritários Juventudes, Mulheres, Povos e Comunidades Tradicionais.	1,00	-	

ÓRGÃO	AGENDA ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	00047 Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis 00055 Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento 00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00048 Contribuir, cada vez mais, para que a cidadania seja contemplada com melhores serviços públicos, ofertados pelo Estado e seus contratados.	0149 Contribuir, cada vez mais, com a melhoria da qualidade dos serviços ofertados a cidadania.		4.179,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00048 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos 00049 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade 00050 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente 00051 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água 00052 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado 00053 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos 00054 Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	00042 Promover a fiscalização contribuindo para a melhoria da prestação dos Serviços Públicos, no âmbito da Regulação do saneamento básico, energias, gás canalizado e tarifas aplicadas aos consumidores.	0116 Promover fiscalizações anuais por município, no âmbito comercial e operacional;	257,00	176,00	
	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00048 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos 00062 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra	00042 Promover a fiscalização contribuindo para a melhoria da prestação dos Serviços Públicos, no âmbito da Regulação do saneamento básico, energias, gás canalizado e tarifas aplicadas aos consumidores.	0139 Publicar a resolução da revisão tarifária para os municípios do RN conveniados.	2,00	10,00	
	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00048 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos 00062 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra	00042 Promover a fiscalização contribuindo para a melhoria da prestação dos Serviços Públicos, no âmbito da Regulação do saneamento básico, energias, gás canalizado e tarifas aplicadas aos consumidores.	0143 Realizar a revisão tarifária dos municípios do RN conveniados até o final do ano de 2022.	2,00	13,00	
	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00047 Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis 00055 Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento 00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00048 Contribuir, cada vez mais, para que a cidadania seja contemplada com melhores serviços públicos, ofertados pelo Estado e seus contratados.	0149 Contribuir, cada vez mais, com a melhoria da qualidade dos serviços ofertados a cidadania.	100,00	4.179,00	00363 Implantação do sistema de gestão de ouvidoria da ARSEP
	0007 Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos	00056 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia 00058 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética 00060 Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio	00042 Promover a fiscalização contribuindo para a melhoria da prestação dos Serviços Públicos, no âmbito da Regulação do saneamento básico, energias, gás canalizado e tarifas aplicadas aos consumidores.	0094 Promover, por meio de demanda da ANEEL, as devidas fiscalizações;	100,00	101,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
ARSEP	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho	00062 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra 00068 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários 00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos 00114 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	00042 Promover a fiscalização contribuindo para a melhoria da prestação dos Serviços Públicos, no âmbito da Regulação do saneamento básico, energias, gás canalizado e tarifas aplicadas aos consumidores.	0111 Qualificar o corpo técnico e administrativo das coordenadorias da ARSEP.	200,00	92,15	00359 Contratação de serviços técnicos de consultoria para auxiliar a Coordenadoria Tarifária na revisão das tarifas do Saneamento Básico.
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho	00048 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos 00062 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra	00042 Promover a fiscalização contribuindo para a melhoria da prestação dos Serviços Públicos, no âmbito da Regulação do saneamento básico, energias, gás canalizado e tarifas aplicadas aos consumidores.	0139 Publicar a resolução da revisão tarifária para os municípios do RN conveniados.	2,00	10,00	
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho	00048 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos 00062 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra	00042 Promover a fiscalização contribuindo para a melhoria da prestação dos Serviços Públicos, no âmbito da Regulação do saneamento básico, energias, gás canalizado e tarifas aplicadas aos consumidores.	0143 Realizar a revisão tarifária dos municípios do RN conveniados até o final do ano de 2022.	2,00	12,00	
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00062 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra 00068 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários 00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos 00114 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	00042 Promover a fiscalização contribuindo para a melhoria da prestação dos Serviços Públicos, no âmbito da Regulação do saneamento básico, energias, gás canalizado e tarifas aplicadas aos consumidores.	0111 Qualificar o corpo técnico e administrativo das coordenadorias da ARSEP.	200,00	92,15	00363 Implantação do sistema de gestão de ouvidoria da ARSEP
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00047 Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis 00055 Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento 00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00048 Contribuir, cada vez mais, para que a cidadania seja contemplada com melhores serviços públicos, ofertados pelo Estado e seus contratados.	0149 Contribuir, cada vez mais, com a melhoria da qualidade dos serviços ofertados a cidadania.	100,00	4.179,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00102 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais 00105 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso 00108 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza	00048 Contribuir, cada vez mais, para que a cidadania seja contemplada com melhores serviços públicos, ofertados pelo Estado e seus contratados.	0153 Criar e Desenvolver Ouvidorias itinerantes e proativas.	20,00	15,00	
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00106 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios 00108 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza	00048 Contribuir, cada vez mais, para que a cidadania seja contemplada com melhores serviços públicos, ofertados pelo Estado e seus contratados.	0157 Participar dos Conselhos de Consumidores das prestadoras de serviços públicos reguladas.	32,00	8,00	
	0013 Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos	00062 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra 00068 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários 00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos 00114 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	00042 Promover a fiscalização contribuindo para a melhoria da prestação dos Serviços Públicos, no âmbito da Regulação do saneamento básico, energias, gás canalizado e tarifas aplicadas aos consumidores.	0111 Qualificar o corpo técnico e administrativo das coordenadorias da ARSEP.	200,00	92,15	
ÓRGÃO	**AGENDA ODS**	**META ODS**	**OBJETIVO PPA**	**METAS VINCULADAS**	**PREVISTO (META)**	**REALIZADO (META)**	**INICIATIVA (AGENDA ODS)**
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00003 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis	00181 Reduzir mortes e adoecimentos por causas evitáveis e condições imunopreveníveis.	0788 Reduzir a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (DNTs) por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.	402,00	3.222,87	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00003 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis	00181 Reduzir mortes e adoecimentos por causas evitáveis e condições imunopreveníveis.	1551 Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância do HIV/AIDS em menores de 5 anos e da sífilis congênita em menores de 1 ano	5,00	93,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00002 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais	00191 Promover o acesso da população à vida saudável, por meio da implantação do Programa RN + Saudável.	0792 Contribuir para combater todas as formas de desnutrição, incentivando a alimentação saudável, considerando crianças menores que cinco anos de idade e atendendo as necessidades nutricionais de adolescentes, mulheres grávidas, lactantes e idosos, portadores de doenças negligenciadas e povos tradicionais.	2,00	56,77	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00002 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais	00191 Promover o acesso da população à vida saudável, por meio da implantação do Programa RN + Saudável.	1674 Promover ações voltadas a alimentação saudável e segurança alimentar junto aos municípios, com estímulo a produção e ao consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar.	25,00	-	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
SESAP	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00003 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis	00179 Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil.	0655 Reduzir as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos.	11,90	119,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00003 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis	00179 Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil.	0694 Aprimorar os processos e os instrumentos de notificação e de vigilância de óbitos e agravos à saúde, com a atualização e informatização dos procedimentos de registro.	80,00	661,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00003 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis	00179 Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil.	0695 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão	1,46	259,18	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00003 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis	00179 Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil.	1547 Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.	65,00	34,00	
	Agenda ODS 0001 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	00003 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis	00179 Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil.	1548 Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância da sífilis congênita prevenção à transmissão vertical.	800,00	78,00	
	Agenda ODS 0003 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	00017 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos	00266 Organizar sistema de apoio à gestão e aos municípios: com vistas ao processo de regionalização e organização das redes de atenção.	1034 Encorajar e promover a formação de alianças eficazes nas esferas pública, público-privada e com a sociedade civil, aproveitando a experiência e as estratégias.	100,00	26,00	
	Agenda ODS: 0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00107 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridadesnacionais	00275 Aprimorar a destinação e a utilização eficiente dos recursos estaduais e municipais (via consórcios) no fortalecimento da rede pública.	1073 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais que funcione com eficiência e permita a realização no tempo indicado dos procedimentos de saúde adequados aos cuidados de cada paciente.	100,00	20,00	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00286 Fortalecer as práticas de Controle Social no Sistema Único de Saúde.	1087 Viabilizar a garantia do direito ao acesso às informações públicas produzidas pelo órgão e possibilitar a transparência destas informações por meio do canal e-SIC, submetendo ao prazo elencado na Lei de Acesso à informação - 12.527/11.	20,00	155,00	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00286 Fortalecer as práticas de Controle Social no Sistema Único de Saúde.	1667 Garantir o acesso ao usuário as manifestações perante a Administração Pública acerca da prestação de serviços públicos, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos na Lei 13.460/2017.	30,00	-	
ÓRGÃO	AGENDA ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
CBM	Agenda ODS 0003 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	00020 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00176 Desenvolver medidas que visem fortalecer a proteção à vida, à saúde, à assistência social, ao lazer e ao desporto, à qualidade de vida e à valorização profissional dos Bombeios Militares do RN, levando em consideração a proteção aos agentes públicos e seus dependentes.	0823 Implantar o Sistema de Proteção dos Militares Estaduais.	1,00	4,00	00990 Instituição do Programa de Capacitação Permanente do CBMRN. Consequentemente, fomentar a capacitação e qualificação do Bombeiro Militar e realizar os Cursos de Formação no âmbito da Corporação (CFO, CFP, CFS, CAS,CHO, CSBM), além de providenciar junto à SEAD o provimento mediante concursos público de novos militares para os Quadros de: Oficiais
	Agenda ODS 0003 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	00020 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool 00040 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos 00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00177 Promover a preservação da vida, o fortalecimento da cidadania e o enfrentamento do uso e tráfico de drogas e da violência contra a mulher através do desenvolvimento de atividades educativas e preventivas com crianças, adolescentes e jovens e da coleta de leite materno, como também, fomentar a prática da atividade física, visando à qualidade de vida e à aproximação do CBMRN à sociedade.	0829 Executar Programas Sociais e Eventos.	10,00	25,00	01031 Execução dos Programas Sociais: Bombeiro Mirim, Surf Salva, Criança Segura, Kim na Escola, Bombeiro Amigo do Peito e Vida Viva, como também, realizar Eventos Desportivos e de Lazer na Corporação (Corrida Soldado do Fogo, Caminhada da Mãe Potiguar e competições internas). Buscando parcerias com outros órgãos e entidades privadas, objetivando uma melhor estrutura e ampliação dos
	Agenda ODS 0005 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	00020 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool 00040 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos 00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	0177 Promover a preservação da vida, o fortalecimento da cidadania e o enfrentamento do uso e tráfico de drogas e da violência contra a mulher através do desenvolvimento de atividades educativas e preventivas com crianças, adolescentes e jovens e da coleta de leite materno, como também, fomentar a prática da atividade física, visando à qualidade de vida e à aproximação do CBMRN à sociedade.	0829 Executar Programas Sociais e Eventos.	10,00	25,00	01031 Execução dos Programas Sociais: Bombeiro Mirim, Surf Salva, Criança Segura, Kim na Escola, Bombeiro Amigo do Peito e Vida Viva, como também, realizar Eventos Desportivos e de Lazer na Corporação (Corrida Soldado do Fogo, Caminhada da Mãe Potiguar e competições internas). Buscando parcerias com outros órgãos e entidades privadas, objetivando uma
	Agenda ODS: 0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00020 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00176 Desenvolver medidas que visem fortalecer a proteção à vida, à saúde, à assistência social, ao lazer e ao desporto, à qualidade de vida e à valorização profissional dos Bombeios Militares do RN, levando em consideração a proteção aos agentes públicos e seus dependentes.	0823 Implantar o Sistema de Proteção dos Militares Estaduais.	1,00	4,00	00990 Instituição do Programa de Capacitação Permanente do CBMRN. Consequentemente, fomentar a capacitação e qualificação do Bombeiro Militar e realizar os Cursos de Formação no âmbito da Corporação (CFO, CFP, CFS, CAS,CHO, CSBM), além de providenciar junto à SEAD o provimento mediante concursos público de novos militares para os Quadros de: Oficiais Combatentes, Oficiais de Saúde e Praças
	Agenda ODS: 0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis Unidade Medida:	00176 Desenvolver medidas que visem fortalecer a proteção à vida, à saúde, à assistência social, ao lazer e ao desporto, à qualidade de vida e à valorização profissional dos Bombeios Militares do RN, levando em consideração a proteção aos agentes públicos e seus dependentes.	0824 Implantar o Programa de Capacitação Permanente (PCP) dos Bombeiros Militares. Visando capacitar os militares com cursos técnico e com conhecimentos aplicados a atividade de bombeiro.	30,00	31,00	
	Agenda ODS: 0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis Unidade Medida:	00176 Desenvolver medidas que visem fortalecer a proteção à vida, à saúde, à assistência social, ao lazer e ao desporto, à qualidade de vida e à valorização profissional dos Bombeios Militares do RN, levando em consideração a proteção aos agentes públicos e seus dependentes.	0825 Implantar o Programa de Valorização Profissional (PVP) dos Bombeiros Militares.	1,00	5,00	
	Agenda ODS: 0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis Unidade Medida:	00176 Desenvolver medidas que visem fortalecer a proteção à vida, à saúde, à assistência social, ao lazer e ao desporto, à qualidade de vida e à valorização profissional dos Bombeios Militares do RN, levando em consideração a proteção aos	1606 Implementação da Lei de funções de comando e chefia do CBMRN.	1,00	-	
	Agenda ODS: 0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis Unidade Medida:	00176 Desenvolver medidas que visem fortalecer a proteção à vida, à saúde, à assistência social, ao lazer e ao desporto, à qualidade de vida e à valorização profissional dos Bombeios Militares do RN, levando em consideração a proteção aos	1654 Implementação do pagamento de indenização por hora-aula no CBMRN.	1,00	-	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS: 0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00149 Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime	00175 Fortalecer as atividades de inteligência como suporte às ações de prevenção, investigação, planejamento e tomada de decisão.	0821 Desenvolver um projeto de atividades de investigação e inteligência no CBMRN.	1,00	3,00	
	Agenda ODS: 0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00020 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool 00040 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos 00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00177 Promover a preservação da vida, o fortalecimento da cidadania e o enfrentamento do uso e tráfico de drogas e da violência contra a mulher através do desenvolvimento de atividades educativas e preventivas com crianças, adolescentes e jovens e da coleta de leite materno, como também, fomentar a prática da atividade física, visando à qualidade de vida e à aproximação do CBMRN à sociedade.	0829 Executar Programas Sociais e Eventos.	10,00	25,00	01031 Execução dos Programas Sociais: Bombeiro Mirim, Surf Salva, Criança Segura, Kim na Escola, Bombeiro Amigo do Peito e Vida Viva, como também, realizar Eventos Desportivos e de Lazer na Corporação (Corrida Soldado do Fogo, Caminhada da Mãe Potiguar e competições internas). Buscando parcerias com outros órgãos e entidades privadas, objetivando uma
	Agenda ODS: 0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00149 Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime	00180 Desenvolver as atividades do CBMRN, criando condições logísticas, administrativas, de infraestrutura e recursos humanos.	0837 Ampliar a atuação do Serviço de Atividades Técnicas (SAT) em todo o estado junto com o programa de interiorização do CBMRN.	-	7,00	01075 Aquisição materiais e equipamentos: de combate a incêndios, resgate, salvamentos terrestre, em altura e aquático, de proteção respiratória, de musculação, embarcações, motos aquáticas, informática, segurança e identificação, de medição e controle, pré-hospitalar, treinamento, condicionadores de ar, mobiliário, carretas de transportes, pistolas,
	Agenda ODS: 0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00149 Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime	00180 Desenvolver as atividades do CBMRN, criando condições logísticas, administrativas, de infraestrutura e recursos humanos.	0838 Aparelhar unidades do CBMRN.	52,00	49,00	01095 Construção, reforma e manutenção das Unidades BM em todo Estado.
	Agenda ODS: 0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00149 Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime	00180 Desenvolver as atividades do CBMRN, criando condições logísticas, administrativas, de infraestrutura e recursos humanos.	0839 Construir, ampliar e reformar imóveis do CBMRN.	23,00	18,00	01121 Aquisição de viaturas para o CBMRN (ABT, ABSR, APA, AEM, UR, AT, Munck com cesto aéreo, Guincho para reboque e veículos administrativos).
	Agenda ODS: 0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00149 Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime	00180 Desenvolver as atividades do CBMRN, criando condições logísticas, administrativas, de infraestrutura e recursos humanos.	0842 Adquirir veículos para o CBMRN.	71,00	57,00	
	Agenda ODS: 0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00180 Desenvolver as atividades do CBMRN, criando condições logísticas, administrativas, de infraestrutura e recursos humanos.	1602 Realizar concursos público para recompor e ampliar o efetivo do quadro de combatentes e de saúde do CBMRN.	4,00	2,00	
	Agenda ODS: 0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00180 Desenvolver as atividades do CBMRN, criando condições logísticas, administrativas, de infraestrutura e recursos humanos.	1605 Realizar Cursos de Formação, Aperfeiçoamento e Habilitação dos Bombeiros Militares e Superior de Bombeiros.	5,00	10,00	
	Agenda ODS: 0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00180 Desenvolver as atividades do CBMRN, criando condições logísticas, administrativas, de infraestrutura e recursos humanos.	1662 Implantar o Grupamento de Operações Aéreas (GOA) do CBMRN.	1,00	1,00	
ÓRGÃO	AGENDA ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
DER	Agenda ODS: 0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00017 Dotar o Estado de uma melhor infraestrutura aeroportuária, com a reforma e modernização dos aeroportos e aeródromos existentes, buscando promover o aumento do fluxo de passageiros, e consequentemente, o desenvolvimento econômico e turístico da região.	0913 Reformar e modernizar Aeroportos e Aeródromos em operação.	4,00	3,00	
	Agenda ODS: 0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00010 Melhorar as condições de trafegabilidade através da execução de obras de construção, restauração e conservação de rodovias do Estado, oferecendo condições de locomoção mais seguras e eficientes, e contribuindo para uma integração das regiões.	0288 Construir 150 km de Trechos Rodoviários.	150,00	5,50	01146 Construção e ampliação de trechos rodoviários.
	Agenda ODS: 0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00010 Melhorar as condições de trafegabilidade através da execução de obras de construção, restauração e conservação de rodovias do Estado, oferecendo condições de locomoção mais seguras e eficientes, e contribuindo para uma integração das regiões.	0290 Restaurar 400 km de Trechos Rodoviários.	400,00	97,72	Restauração e adequações de trechos rodoviários.
	Agenda ODS: 0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00010 Melhorar as condições de trafegabilidade através da execução de obras de construção, restauração e conservação de rodovias do Estado, oferecendo condições de locomoção mais seguras e eficientes, e contribuindo para uma integração das regiões.	0894 Implantar 20 km de Ciclovias.	20,00	-	Realização da manutenção/ano da malha viária, incluídos os serviços de sinalização rodoviária.
ÓRGÃO	**AGENDA ODS**	**META ODS**	**OBJETIVO PPA**	**METAS VINCULADAS**	**PREVISTO (META)**	**REALIZADO (META)**	**INICIATIVA (AGENDA ODS)**
	Agenda ODS: 0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00050 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente	00168 Apoiar e incentivar práticas de preservação do meio ambiente e exploração de Turismo Ecológico.	0873 Apoiar a criação e a operacionalização de programa de despoluição de rios.	100,00	-	
	Agenda ODS 0007 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos	00057 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global	00440 Contribuir e apoiar ações voltadas para aplicar a infraestrutura de geração de energias alternativas, limpas e renováveis.	0869 Apoiar a construção e operacionalização de usinas de produção de energias renováveis.	100,00	45,00	
	Agenda ODS: 0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho	00069 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	00166 Apoiar a infraestrutura turística e de equipamentos de esporte e lazer através de execução de obras, visando promover o turismo regional e de negócios do Estado, bem como executar e gerir parcerias público privadas (PPP).	0868 Apoiar a construção e ampliação de equipamentos de suporte ao Turismo.	4,00	12,00	
	Agenda ODS: 0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00167 Apoiar e incentivar a implantação de pavimentação de vias e de sistemas de drenagem em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Norte	0798 Construir e pavimentar vias municipais do RN	100,00	71,00	1831 Implantação de pavimentação de vias e sistemas de drenagem
	Agenda ODS: 0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00167 Apoiar e incentivar a implantação de pavimentação de vias e de sistemas de drenagem em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Norte	0805 Construir rede de drenagem de águas pluviais.	160,00	-	
	Agenda ODS: 0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00164 Promover ampliação e melhoria na infraestrutura de logística e de transportes de forma a permitir a integração do diversos modais, visando o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Norte	0810 Apoiar construção e a recuperação de obras de arte (ponte, viaduto, passagem de nível)	100,00	20,00	01801 Apoio a construção de Terminais Rodoviários e Ferroviários do Rio Grande do Norte.
	Agenda ODS: 0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00164 Promover ampliação e melhoria na infraestrutura de logística e de transportes de forma a permitir a integração do diversos modais, visando o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Norte	0811 Apoiar construção, reforma e operacionalização de terminais rodoviários do Estado do Rio Grande do Norte	100,00	61,00	01802 Construção, recuperação e operacionalização de Terminais Aeroviários e aeródromos do Rio Grande do Norte.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
SIN	Agenda ODS: 0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00164 Promover ampliação e melhoria na infraestrutura de logística e de transportes de forma a permitir a integração do diversos modais, visando o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Norte	0812 Apoiar a construção e/ou reconstrução do sistema ferroviário do Estado do Rio Grande do Norte, incluindo estações e demais equipamentos.	100,00	-	01803 Ampliação e recuperação de Portos.
	Agenda ODS: 0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00164 Promover ampliação e melhoria na infraestrutura de logística e de transportes de forma a permitir a integração do diversos modais, visando o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Norte	0813 Apoiar a elaboração de projetos destinados a ampliação/recuperação e construção de portos	100,00	-	01808 Construção e recuperação de ciclovias do Estado do Rio Grande do Norte.
	Agenda ODS: 0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00164 Promover ampliação e melhoria na infraestrutura de logística e de transportes de forma a permitir a integração do diversos modais, visando o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Norte	0814 Apoiar e executar obras e serviços de engenharia relacionadas a mobilidade urbana em regiões metropolitanas.	100,00	-	01809 Execução de obras de Mobilidade Urbana
	Agenda ODS: 0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00164 Promover ampliação e melhoria na infraestrutura de logística e de transportes de forma a permitir a integração do diversos modais, visando o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Norte	0843 Instituir e operacionalizar o Conselho Estadual de Logística e Transportes	1,00	0,04	
	Agenda ODS: 0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00164 Promover ampliação e melhoria na infraestrutura de logística e de transportes de forma a permitir a integração do diversos modais, visando o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Norte	0860 Apoiar a construção, recuperação e operacionalização de Terminais Aeroviários do Rio Grande do Norte	100,00	37,00	
	Agenda ODS: 0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00164 Promover ampliação e melhoria na infraestrutura de logística e de transportes de forma a permitir a integração do diversos modais, visando o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Norte	0867 Apoiar a construção, recuperação e operacionalização de ciclovias do Estado do Rio Grande do Norte.	100,00	-	
	Agenda ODS: 0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00470 Promover ampliação e melhoria na infraestrutura de logística, transporte e engenharia de tráfego e de campo de forma a permitir a integração de diversos modais, visando o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Norte.	1282 Apoiar e gerenciar estudos e projetos visando adequações e melhorias do sistema viário.	100,00	44,00	
	Agenda ODS: 0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00092 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos	00164 Promover ampliação e melhoria na infraestrutura de logística e de transportes de forma a permitir a integração do diversos modais, visando o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Norte	0845 Elaborar e operacionalizar o Plano Estadual de Logística e Transportes	1,00	0,04	
	Agenda ODS: 0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00092 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos	00164 Promover ampliação e melhoria na infraestrutura de logística e de transportes de forma a permitir a integração do diversos modais, visando o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Norte	0852 Apoiar ações desenvolvidas em Rodovias Federais localizadas no Estado do Rio Grande do Norte	100,00	7,00	
	Agenda ODS: 0015 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossiste terrestres, gerir de forma sustent as florestas,	00136 Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas	00168 Apoiar e incentivar práticas de preservação do meio ambiente e exploração de Turismo Ecológico.	1521 Viabilizar ações que contribuam para a transformação da área do Costeira Parque e outras áreas do Estado situadas na Via Costeira, em espaço de uso público.	1,00	1,00	02213 Implantação e Manutenção do Costeira Parque
	Agenda ODS: 0017 Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	00167 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias	00166 Apoiar a infraestrutura turística e de equipamentos de esporte e lazer através de execução de obras, visando promover o turismo regional e de negócios do Estado, bem como executar e gerir parcerias público privadas (PPP).	1491 Apoiar, gerir e executar parcerias público privada	1.000,00	650,00	02191 Parcerias Público Privada
ÓRGÃO	AGENDA ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0005 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	00039 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte 00097 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência 00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00140 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças 00141 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00150 Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável	00135 Promover humanização das unidades do ITEP visando garantir a dignidade e os direitos do cidadão	0516 Humanizar as unidades do ITEP	1,00	8,00	
	Agenda ODS 0011 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00039 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte 00097 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência 00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00140 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças 00141 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00150 Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável	00135 Promover humanização das unidades do ITEP visando garantir a dignidade e os direitos do cidadão	0516 Humanizar as unidades do ITEP	1,00	8,00	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00124 Qualificar o ambiente de trabalho, Ampliar valorizar e capacitar os operadores de segurança	0428 Valorizar os servidores do quadro do ITEP	600,00	409,00	00880 Cursos para capacitação de servidores no âmbito dos equipamentos, atividade pericial e sistema de informação e identificação
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00124 Qualificar o ambiente de trabalho, Ampliar valorizar e capacitar os operadores de segurança	0458 Criar o plano de cargos, carreira e salários para os servidores	1,00	1,00	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00124 Qualificar o ambiente de trabalho, Ampliar valorizar e capacitar os operadores de segurança	0465 Implantar o programa de saúde e segurança do servidor	100,00	77,00	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00124 Qualificar o ambiente de trabalho, Ampliar valorizar e capacitar os operadores de segurança	0472 Implantar o programa para comunicação e marketing institucional	100,00	35,00	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00039 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte 00097 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência 00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00140 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças 00141 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00150 Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável	00135 Promover humanização das unidades do ITEP visando garantir a dignidade e os direitos do cidadão	0516 Humanizar as unidades do ITEP	4,00	8,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
ITEP	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00135 Promover humanização das unidades do ITEP visando garantir a dignidade e os direitos do cidadão	0627 Implantar sistema de comunicação por meio de telefonia fixa e internet	100,00	50,00	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00140 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças 00150 Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável	00135 Promover humanização das unidades do ITEP visando garantir a dignidade e os direitos do cidadão	0635 Implantar ações sócio-educativas, de prevenção á violência contra crianças e adolescentes	100,00	-	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00141 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0524 Elaborar os protocolos operacionais padronizados e manuais de atuação	100,00	72,55	00736 Construção padronizada das Unidades regionais de Nova Cruz e Lajes
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0528 Readequar o Sistema Integrado de Gestão de Perícias (SIGEP)	100,00	102,00	00739 Construção padronizada da nova Unidade regional de Mossoró, bem como implantação do Setor de Documentoscopia e Grafotecnia e Engenharia Forense
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00141 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0541 Integrar o ITEP com os diversos órgãos da Segurança Pública, Ministério Público e Justiça	100,00	137,00	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00141 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos 00147 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0543 Ampliar o serviço prestado na Emissão de RG Biométrico nas Centrais do Cidadão	100,00	77,50	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00141 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos 00147 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0549 Ampliar o serviço prestado nas Ações Intinerantes	100,00	42,00	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00141 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0579 Construir a nova Sede para o Instituto Técnico-Cientifico de Perícia na cidade de Natal-RN.	1,00	1,00	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00141 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0586 Padronizar as unidades regionais do ITEP	1,00	7,00	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00141 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0592 Construir a nova unidade regional de Mossoró	1,00	1,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00142 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0614 Ampliar e estruturar o Setor de Balística Forense	100,00	84,50	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00141 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0618 Ampliar e estruturar o Setor de Informática e Audiovisuais	100,00	107,50	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00141 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0622 Ampliar e estruturar o Setor de Biometria e Papiloscopia Aplicadas	100,00	30,50	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0625 Ampliar e estruturar o Setor de Perícias de Documentoscopia	100,00	84,50	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0632 Ampliar e estruturar o Núcleo de Laboratório Forense	100,00	70,50	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0636 Ampliar e estruturar o Núcleo de Odontologia Legal	100,00	72,50	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00141 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0639 Ampliar e estruturar o Núcleo de Antropologia Forense	100,00	104,50	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0643 Adquirir novos equipamentos tecnológicos periciais	100,00	79,50	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0649 Adquirir viaturas	35,00	19,00	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares 00141 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0652 Ampliar e estruturar o Setor de Identificação Veicular	100,00	55,00	
	Agenda ODS 0016 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares	00131 Integrar o sistema de segurança pública e investir em tecnologias de informação de prevenção contra a violência	0895 Realizar Identificação Criminal e colher Amostras de DNA da Massa Carcerária	100,00	67,50	
ÓRGÃO	AGENDA ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0003 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	00019 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar	00273 Promover a qualidade de vida e a saúde no trabalho (PQVST), a partir da execução de projetos voltados aos policiais civis.	00583 Executar a Política Estadual de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho	100,00	453,00	01304 Aprimoramento do Projeto Movimento Saúde, com a aquisição de equipamentos e meios necessários para realização de atividades no Programa.
	0003 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	00019 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00273 Promover a qualidade de vida e a saúde no trabalho (PQVST), a partir da execução de projetos voltados aos policiais civis.	00590 Propiciar aos policiais civis cobertura a seguro de vida e de acidentes incapacitantes	1482,00	-	
	0003 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	00019 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar 00083 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito	00276 Ampliar a valorização do policial civil, incluindo reajuste salarial e alteração do plano de carreira com a mudança na Lei nº 0270/2004.	00379 Revisar Plano de Carreira do Policial Civil, através de reforma da Lei Complementar 270/2004	100,00	302,00	01310 Desenvolvimento de planejamento de médio prazo para garantir dignidade remuneratória e a valorização dos profissionais de segurança
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	00040 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00296 Reduzir violência contra a mulher e índice de femicídio	00819 Reduzir a violência, mormente a violência contra a mulher, expandindo as delegacias especializadas em Defesa da Mulher, instituindo plantão de 24 horas, nos locais de maior índice de violência doméstica - DPGRAN	100,00	56,00	01446 Operacionalização de Atividades Comunitárias e de Prevenção à violência, mormente a violência doméstica.
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	00040 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos	00296 Reduzir violência contra a mulher e índice de femicídio	01026 Reduzir a violência contra a mulher, expandindo as delegacias especializadas em Defesa da Mulher em 7(sete) territórios, bem como instituindo plantão de 24 horas, nos locais de maior índice de violência doméstica - DPCIN	100,00	50,00	
	0010 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	00019 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar 00083 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito	00276 Ampliar a valorização do policial civil, incluindo reajuste salarial e alteração do plano de carreira com a mudançana Lei nº 0270/2004.	00379 Revisar Plano de Carreira do Policial Civil, através de reforma da Lei Complementar 270/2004	100,00	302,00	01310 Desenvolvimento de planejamento de médio prazo para garantir dignidade remuneratória e a valorização dos profissionais de segurança
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00019 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar	00273 Promover a qualidade de vida e a saúde no trabalho (PQVST), a partir da execução de projetos voltados aos policiais civis.	00590 Propiciar aos policiais civis cobertura a seguro de vida e de acidentes incapacitantes	1.482,00	-	
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00274 Promover a capacitação permanente dos servidores da Polícia Civil, a partir de cursos voltados para o aprimoramento das funções policiais e melhoria do atendimento à população nas Delegacias de Polícia do Estado	00453 Proporcionar a qualificação continuada dos policiais civis, visando aprimorar os serviços prestados nas unidades, contribuindo com a eficiência organizacional, a partir de Cursos de Técnicas e Táticas Policiais (CTTP), relacionados à violência contra mulheres, noções básicas de inteligência policial e investigação financeira, além de cursos para uso de ferramentas tecnológicas.	100,00	20,00	01668 Realização de cursos voltados à capacitação permanente para uso de ferramentas tecnológicas e áreas de inteligência, administrativa, gestão eficiente, investigação financeira e correlatas à atividade da Polícia Civil.
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00276 Ampliar a valorização do policial civil, incluindo reajuste salarial e alteração do plano de carreira com a mudança na Lei nº 0270/2004.	00556 Conceder prêmios pela realização de trabalhos de natureza técnica e científica, voltadas à redução de mortes violentas e crimes contra o patrimônio	1,00	-	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
PCRN	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00277 Adequar o efetivo da Polícia Civil do Rio Grande do Norte, a partir da realização de concurso público voltado para os quadros de carreira e quadro próprio para a realização de tarefas administrativas	00388 Adequar o efetivo da Polícia Civil do Rio Grande do Norte, a partir da realização de concurso público	3768,00	661,00	01312 Realização da formação dos aprovados em concurso público voltado para o preenchimento de vagas dos quadros de carreira da Polícia Civil
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00277 Adequar o efetivo da Polícia Civil do Rio Grande do Norte, a partir da realização de concurso público voltado para os quadros de carreira e quadro próprio para a realização de tarefas administrativas	00394 Elaborar Projeto de Lei, prevendo criação de cargos administrativos no âmbito da Polícia Civil, voltados à execução de tarefas administrativas.	167,00	-	
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00281 Investir em tecnologia de informação, aprimorando as atividades de Polícia Judiciária e da Investigação Criminal	00225 Adquirir de equipamentos de informática e voltados para atividades de inteligência e investigação, no âmbito da Polícia Civil.	2000,00	1.604,00	00827 Modernização do parque tecnológico da Polícia Civil, através da aquisição de equipamentos, licenças, dispositivos de inteligência, possibilitando a implantação e visando a interação de sistemas.
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00281 Investir em tecnologia de informação, aprimorando as atividades de Polícia Judiciária e da Investigação Criminal	00228 Adquirir licenças atualizadas de Sistemas Operacionais, pacotes Offices, Anti-vírus, softwares de Análises de Vínculos e softwares de suporte à Engenharia	60,00	1.501,00	
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00142 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00281 Investir em tecnologia de informação, aprimorando as atividades de Polícia Judiciária e da Investigação Criminal	00938 Reestruturar, organizacional e fisicamente, o Laboratório de Tecnologia Contra a Corrupção e Lavagem de Dinheiro (LAB/LD - PCRN).	2,00	5,00	
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00281 Investir em tecnologia de informação, aprimorando as atividades de Polícia Judiciária e da Investigação Criminal	01516 Modernização da investigação criminal por meio da implantação, ampliação ou integração de soluções de gestão no âmbito da Polícia Civil.	4,00	13,00	
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00142 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00287 Recuperar e reestruturar as instalações físicas onde atua os órgãos da Polícia Civil do RN e renovar frota de veículos	01519 Reestruturar, organizacional e fisicamente as unidade policiais subordinadas à Diretoria de Polícia Civil do Interior (DPCIN).	4,00	4,00	00660 Reforma das unidades policiais situadas em Natal e na Grande Natal, vinculadas a Diretoria de Polícia Civil da Grande Natal (DPGRAN).
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00142 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00287 Recuperar e reestruturar as instalações físicas onde atua os órgãos da Polícia Civil do RN e renovar frota de veículos				00724 Construção da Sede da Polícia Civil (DEGEPOL-Delegacia Geral de Polícia Civil), Divisão de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) e do Complexo de Delegacias Especializadas, centralizando-os no mesmo local, culminando na otimização de recursos materiais e humanos, além de facilitar o acesso à população.
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00142 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00287 Recuperar e reestruturar as instalações físicas onde atua os órgãos da Polícia Civil do RN e renovar frota de veículos				01267 Modernização, ampliação e controle da frota da Polícia Civil

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00326 Padronizar protocolos operacionais e manuais de atuação da Polícia Civil do Rio Grande do Norte	01153 Auxiliar na elaboração dos protocolos operacionais e manuais de padronização da instituição	100,00	6,00	01666 Realizar cursos voltados à elaboração de protocolos operacionais e procedimentos policiais padronizados, para fins de divulgação do Manual de Polícia Judiciária do Rio Grande do Norte e a sua consolidação como fonte de consulta da normatização institucional
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00327 Investir em atividades de inteligência e contrainteligência policiais, viabilizando a produção sistemática e permanente de ações especializadas de produção e salvaguarda de conhecimentos de interesse da Segurança Pública, de modo a assessorar os tomadores de decisão no planejamento e execução de ações de investigação e repressão às atividades criminosas, com enfoque na modernização dos métodos de coleta e busca de informações, bem como nas ações de prevenção e neutralização das ameaças à ordem pública e à segurança orgânica da Polícia Civil	01112 Reestruturação organizacional do NIP, transformando-o em Diretoria de Inteligência, com a implantação de política de recrutamento e de gratificação de função associada ao exercício da atividade de inteligência	1,00	5,00	
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00327 Investir em atividades de inteligência e contrainteligência policiais, viabilizando a produção sistemática e permanente de ações especializadas de produção e salvaguarda de conhecimentos de interesse da Segurança Pública, de modo a assessorar os tomadores de decisão no planejamento e execução de ações de investigação e repressão às atividades criminosas, com enfoque na modernização dos métodos de coleta e busca de informações, bem como nas ações de prevenção e neutralização das ameaças à ordem pública e à segurança orgânica da Polícia Civil	01156 Implantar medidas e procedimentos de proteção dos ativos institucionais: pessoal, documentação, instalações, material e comunicações	1,00	1,00	
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00327 Investir em atividades de inteligência e contrainteligência policiais, viabilizando a produção sistemática e permanente de ações especializadas de produção e salvaguarda de conhecimentos de interesse da Segurança Pública, de modo a assessorar os tomadores de decisão no planejamento e execução de ações de investigação e repressão às atividades criminosas, com enfoque na modernização dos métodos de coleta e busca de informações, bem como nas ações de prevenção e neutralização das ameaças à ordem pública e à segurança orgânica da Polícia Civil	01157 Modernizar o parque tecnológico do Departamento de Inteligência da Polícia Civil- DIP	1,00	2,00	
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00140 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças 00149 Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime	00270 Promover ações voltadas à aproximação da Polícia Civil com a comunidade	00616 Implementar programa educativo de sensibilização nas instituições de ensino estaduais acerca da atuação da Polícia Civil e da prevenção à violência	12,00	-	01458 Elaboração/Implementação do Plano de Marketing Institucional da Polícia Civil, abrangendo a comunicação interna e externa da instituição
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00142 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00291 Reduzir os índices de criminalidade, consolidando a sensação de segurança e confiança da população para com as instituições de Segurança Pública	00754 Reestruturar, organizacional e fisicamente, as unidades policiais subordinadas à DPGRAN	21,00	12,00	00877 Aumento e a distribuição do efetivo de policiais, de forma a atender a demanda local e ao mapa de violência do Estado, coincidindo, com a área de atuação da polícia militar
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares	00291 Reduzir os índices de criminalidade, consolidando a sensação de segurança e confiança da população para com as instituições de Segurança Pública	00816 Promover ações voltadas para o controle das fronteiras intermunicipais e interestaduais	100,00	1,00	
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00142 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00291 Reduzir os índices de criminalidade, consolidando a sensação de segurança e confiança da população para com as instituições de Segurança Pública	00990 Reestruturação, organizacional e fisicamente, a Divisão de Homicídios e Proteção a Pessoa -DHPP	1,00	0,50	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00291 Reduzir os índices de criminalidade, consolidando a sensação de segurança e confiança da população para com as instituições de Segurança Pública	01004 Aumentar a resolução de ocorrências nas delegacias de polícia civil, pertencentes à área de atuação da DPGRAN, promovendo a melhoria do atendimento à população e assegurando a celeridade dos procedimentos policiais	100,00	144,00	
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00291 Reduzir os índices de criminalidade, consolidando a sensação de segurança e confiança da população para com as instituições de Segurança Pública	01006 Aumentar a resolução de ocorrências nas delegacias de polícia civil, pertencentes à área de atuação da DPCIN, promovendo a melhoria do atendimento à população e assegurando a celeridade dos procedimentos policiais	100,00	93,60	
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00040 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00296 Reduzir violência contra a mulher e índice de femicídio	00819 Reduzir a violência, mormente a violência contra a mulher, expandindo as delegacias especializadas em Defesa da Mulher, instituindo plantão de 24 horas, nos locais de maior índice de violência doméstica - DPGRAN	100,00	56,00	01446 Operacionalização de Atividades Comunitárias e de Prevenção à violência, mormente a violência doméstica.
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00296 Reduzir violência contra a mulher e índice de femicídio	01520 Criar e estruturar Departamento de Proteção a Grupos de Vulneráveis -DPGV, no intuito de atender mulheres, crianças, adolescentes, deficientes e idosos vítimas de violência, de forma qualificada e padronizada.	4,00	1,00	

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0003 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	00020 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool 00084 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade	00150 Promover a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistemaestadual de segurança pública, levando em consideração à proteção aos agentes públicos e seus familiares	00674 Realizar diagnóstico da realidade dos profissionais de segurança pública, com foco nas questões de adoecimento e assistência social	1,00	-	00797 Produção de relatório final do diagnóstico da realidade dos profissionais de segurança pública
	0003 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	00020 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogasentorpecentes e uso nocivo do álcool	00150 Promover a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistemaestadual de segurança pública, levando em consideração à proteção aos agentes públicos e seus familiares	00687 Elaborar e implantar Programa de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho (PQVST) para os profissionais da segurança pública	1,00	-	00854 Elaboração e implantação do Programa de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho (PQVST) para os profissionais do Sistema Estadual de Segurança Pública e de Defesa Social
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	00040 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos 00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00108 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00158 Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	00698 Criar e implantar diretrizes para a integração dos programas/projetos sociais e de cidadania desenvolvidos pelos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e de Defesa Social	1,00	-	00867 Implantação de diretriz estadual para a execução dos programas/projetos sociais e de cidadania em execução pelos órgãos vinculados

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	00040 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos 00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00108 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00158 Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis				02246 Aquisição de materiais e equipamentos voltados à execução das políticas de defesa das mulheres e das minorias
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00080 Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020	00147 Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	00297 Executar Projeto Smart Metrópolis - SESED 2.0	100,00	40,00	00402 Implantação das ferramentas do Projeto SINESP
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00080 Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020	00147 Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	00298 Expandir os sistemas de comunicações de dados da SESED para as unidades de segurança de pública	196,00	44,00	00410 Implantação de serviço de comunicação de voz fixo e móvel com a aquisição de equipamentos e softwares, utilizando tecnologia VOIP
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00080 Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020	00147 Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	00300 Implantar sistemas de comunicações de voz da SESED para as unidades de segurança de pública	196,00	47,00	00417 Interiorização dos sistemas de comunicações de voz da SESED para as unidades de segurança de pública
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00080 Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020	00147 Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	00302 Conectar unidades de segurança pública a Rede Infovia Potiguar	26,00	-	00450 Aquisição, desenvolvimento e implatação de soluções de TIC destinadas ao planejamento, à gestão de projetos, à logística, à análise estatística e criminal, ao georreferenciamento e à análise de inteligência corporativa para a Segurança Pública
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00080 Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020	00147 Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	00303 Adquirir equipamentos para modernização do parque tecnológico do Sistema de Segurança Pública e de Defesa Social	1650,00	1.324,00	00451 Contratação de empresa para expansão do sistema de vigilância urbana através do fornecimento de 500 câmeras
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00080 Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020	00147 Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	00305 Apoiar e implantar as soluções do Projeto SINESP nas unidades de segurança pública	100,00	176,00	00453 Aquisição de equipamentos para operacionalizar a utilização do imageamento aéreo no interior do Estado
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00080 Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020	00147 Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	00306 Adquirir e implantar sistemas computacionais visando a utilização de novas soluções de softwares	19,00	7,00	00455 Aquisição de equipamentos visando o funcionamento da comunicação digital a rádio no interior do Estado
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00080 Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020	00147 Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	00307 Adquirir câmeras de vídeo para expansão do sistema de vigilância urbana	500,00	130,00	02194 Aquisição de equipamentos de TIC visando a modernização do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública (SEISP/RN).
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00080 Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020	00147 Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	00308 Adquirir equipamentos de rádio para o imageamento aéreo no interior do estado	6,00	-	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00080 Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020	00147 Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	00382 Expandir a cobertura da rede de comunicação digital a rádio para o interior do Estado	17,00	1,00	
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00080 Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020	00147 Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	01497 Adquirir materiais e equipamentos para as áreas de inteligência e investigação do sistema de segurança pública	1000,00	2.802,00	
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00161 Implantar unidades padrão de segurança pública e de defesa social visando o aprimoramento da prestação dos serviços e o atendimento ao cidadão	00756 Implantar unidades padrão de segurança pública e de defesa social	8,00	-	01006 Execução dos projetos das unidades padrão definidas
	0010 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	00020 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool 00084 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade	00150 Promover a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistema estadual de segurança pública, levando em consideração à proteção aos agentes públicos e seus familiares	00674 Realizar diagnóstico da realidade dos profissionais de segurança pública, com foco nas questões de adoecimento e assistência social	1,00	1,00	00797 Produção de relatório final do diagnóstico da realidade dos profissionais de segurança pública
	0010 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	00108 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza	00150 Promover a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistema estadual de segurança pública, levando em consideração à proteção aos agentes públicos e seus familiares	00684 Elaborar e implantar Programa de Capacitação Permanente da SESED (PCP SESED)	1,00	-	00846 Elaboração e implantação de Programa de Valorização Profissional (PVP) do Sistema Estadual de Segurança Pública e de Defesa Social
	0010 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	00084 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade 00091 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas	00150 Promover a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistema estadual de segurança pública, levando em consideração à proteção aos agentes públicos e seus familiares	00685 Elaborar e implantar Programa de Valorização Profissional (PVP) para os integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e de Defesa Social	1,00	-	
	0010 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	00020 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool	00150 Promover a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistema estadual de segurança pública, levando em consideração à proteção aos agentes públicos e seus familiares	00687 Elaborar e implantar Programa de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho (PQVST) para os profissionais da segurança pública	1,00	-	
	0010 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	00040 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos 00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00108 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00158 Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	00698 Criar e implantar diretrizes para a integração dos programas/projetos sociais e de cidadania desenvolvidos pelos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e de Defesa Social	1,00	-	00867 Implantação de diretriz estadual para a execução dos programas/projetos sociais e de cidadania em execução pelos órgãos vinculados

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0010 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	00040 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos 00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00108 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00158 Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis				02246 Aquisição de materiais e equipamentos voltados à execução das políticas de defesa das mulheres e das minorias
	0010 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00160 Estabelecer a aproximação das forças estaduais de segurança pública com a sociedade e estimular a participação popular no controle social	00750 Instituir Programa de Policiamento de Proximidade (PPP) em todo o Estado, estimulando a participação popular e o controle social	1,00	-	00972 Disponibilização de recursos humanos e materiais para a realização de atividades e ações do Programa de Policiamento de Proximidade (PPP)
	0010 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00160 Estabelecer a aproximação das forças estaduais de segurança pública com a sociedade e estimular a participação popular no controle social	01499 Realizar segurança preventiva a grandes eventos aberto ao público em geral	1,00	2,00	02197 Aquisição de veículos caracterizados, descaracterizados, administrativos e aeronaves para o sistema de segurança pública
	0010 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00160 Estabelecer a aproximação das forças estaduais de segurança pública com a sociedade e estimular a participação popular no controle social	01500 Ampliar a frota do Sistema Estadual de Segurança Pública e de Defesa Social	200,00	137,00	02198 Auxílio financeiro e de alimentação aos agentes de segurança pública
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00084 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade 00091 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas	00150 Promover a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistema estadual de segurança pública, levando em consideração à proteção aos agentes públicos e seus familiares	00685 Elaborar e implantar Programa de Valorização Profissional (PVP) para os integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e de Defesa Social	1,00	-	00846 Elaboração e implantação de Programa de Valorização Profissional (PVP) do Sistema Estadual de Segurança Pública e de Defesa Social

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
SESED	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00040 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos 00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00108 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00158 Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	00698 Criar e implantar diretrizes para a integração dos programas/projetos sociais e de cidadania desenvolvidos pelos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e de Defesa Social	1,00	-	00867 Implantação de diretriz estadual para a execução dos programas/projetos sociais e de cidadania em execução pelos órgãos vinculados
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00040 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos 00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00108 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00158 Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis				02246 Aquisição de materiais e equipamentos voltados à execução das políticas de defesa das mulheres e das minorias
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00159 Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	00710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	100,00	-	00940 Fomento a criação dos Conselhos Comunitário de Defesa Social (CCDS) Territoriais
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00159 Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	00733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	249,00	-	00944 Fomento a criação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00160 Estabelecer a aproximação das forças estaduais de segurança pública com a sociedade e estimular a participação popular no controle social	00750 Instituir Programa de Policiamento de Proximidade (PPP) em todo o Estado, estimulando a participação popular e o controle social	1,00	-	00972 Disponibilização de recursos humanos e materiais para a realização de atividades e ações do Programa de Policiamento de Proximidade (PPP)

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00160 Estabelecer a aproximação das forças estaduais de segurança pública com a sociedade e estimular a participação popular no controle social	01499 Realizar segurança preventiva a grandes eventos aberto ao público em geral	1,00	2,00	02197 Aquisição de veículos caracterizados, descaracterizados, administrativos e aeronaves para o sistema de segurança pública
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00160 Estabelecer a aproximação das forças estaduais de segurança pública com a sociedade e estimular a participação popular no controle social	01500 Ampliar a frota do Sistema Estadual de Segurança Pública e de Defesa Social	200,00	137,00	02198 Auxílio financeiro e de alimentação aos agentes de segurança pública
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00108 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza	00150 Promover a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistema estadual de segurança pública, levando em consideração à proteção aos agentes públicos e seus familiares	0684 Elaborar e implantar Programa de Capacitação Permanente da SESED (PCP SESED)	1,00	-	00833 Elaboração e implantação de Programa de Capacitação Permanente para os integrantes da SESED
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00108 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza	00157 Fomentar a padronização da formação, da capacitação e da qualificação dos profissionais da segurança pública, respeitadas as especificidades e as diversidades	0693 Implantar novo padrão de currículos de formação integrada dos profissionais da segurança pública	1,00	-	00860 Elaboração e apresentação de proposta de criação ou revisão dos currículos de formação integrada dos profissionais de segurança pública
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00040 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos 00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00108 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00158 Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0698 Criar e implantar diretrizes para a integração dos programas/projetos sociais e de cidadania desenvolvidos pelos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e de Defesa Social	1,00	-	00867 Implantação de diretriz estadual para a execução dos programas/projetos sociais e de cidadania em execução pelos órgãos vinculados
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00040 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos 00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00108 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00158 Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis				02246 Aquisição de materiais e equipamentos voltados à execução das políticas de defesa das mulheres e das minorias

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00149 Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime	00107 Fomentar a integração em ações estratégicas e operacionais, em atividades de inteligência de segurança pública	0295 Regulamentar a Lei Complementar nº 582/2016 que criou o SEISP/RN	1,00	-	00406 Implantação de protocolos de atuação integrada em todos o SEISP/RN
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00149 Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime	00107 Fomentar a integração em ações estratégicas e operacionais, em atividades de inteligência de segurança pública	00296 Criar e implantar protocolos de atuação integrada em todo o SEISP/RN.	1,00	-	
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00139 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares	00108 Fortalecer os mecanismos de investigação de crimes hediondos, com foco nos violentos, letais e intencionais	00299 Implantar Programa de Redução das Condutas Violentas Letais Intencionais (CVLI) com a pactuação de metas e bonificações por resultados.	1,00	1,00	00424 Implantação do Programa de Redução das Condutas Violentas Letais Intencionais (CVLI)
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00142 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado	00108 Fortalecer os mecanismos de investigação de crimes hediondos, com foco nos violentos, letais e intencionais	00301 Elaborar e implantar programa estadual para controle de armas de fogo e munições.	1,00	-	00435 Realização de ações de fiscalização de armas de fogo e munições, com vistas à redução da violência armada
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00109 Fortalecer os órgãos e mecanismos de investigação e controles internos com foco na redução dos desvios de conduta e cometimento de crimes por agentes públicos de segurança	00304 Elaborar e implantar plano de reestruturação da Corregedoria Geral da SESED para o fortalecimento do controle interno das atividades dos agentes do Sistema de Segurança Pública e de Defesa Social.		-	00441 Implantação de plano de reestruturação da Corregedoria Geral da SESED
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00040 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos 00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00108 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00158 Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0698 Criar e implantar diretrizes para a integração dos programas/projetos sociais e de cidadania desenvolvidos pelos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e de Defesa Social	1,00	-	00867 Implantação de diretriz estadual para a execução dos programas/projetos sociais e de cidadania em execução pelos órgãos vinculados
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00040 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos 00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00108 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00158 Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis				02246 Aquisição de materiais e equipamentos voltados à execução das políticas de defesa das mulheres e das minorias

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00159 Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	00710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	100,00	-	00940 Fomento a criação dos Conselhos Comunitário de Defesa Social (CCDS) Territoriais
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00159 Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	249,00	-	00944 Fomento a criação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00160 Estabelecer a aproximação das forças estaduais de segurança pública com a sociedade e estimular a participação popular no controle social	0746 Instituir a regionalização a partir da integração das ações dos órgãos que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública e de Defesa Social visando a melhoria dos resultados	1,00	-	00972 Disponibilização de recursos humanos e materiais para a realização de atividades e ações do Programa de Policiamento de Proximidade (PPP)
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00160 Estabelecer a aproximação das forças estaduais de segurança pública com a sociedade e estimular a participação popular no controle social	0750 Instituir Programa de Policiamento de Proximidade (PPP) em todo o Estado, estimulando a participação popular e o controle social	1,00	-	02197 Aquisição de veículos caracterizados, descaracterizados, administrativos e aeronaves para o sistema de segurança pública
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00160 Estabelecer a aproximação das forças estaduais de segurança pública com a sociedade e estimular a participação popular no controle social	01499 Realizar segurança preventiva a grandes eventos aberto ao público em geral	1,00	2,00	02198 Auxílio financeiro e de alimentação aos agentes de segurança pública

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00082 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 00093 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países 00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00160 Estabelecer a aproximação das forças estaduais de segurança pública com a sociedade e estimular a participação popular no controle social	1500 Ampliar a frota do Sistema Estadual de Segurança Pública e de Defesa Social	200,00	137,00	02247 Aquisição de bens e equipamentos para os órgãos que compõem o sistema de segurança pública e de defesa social para a realização de suas atividades

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
IPEM	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00079 Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities	00466 Garantir a fidelidade e confiabilidade nos instrumentos de medições em produtos regulamentados pelo INMETRO, através da fiscalização de postos, aparelhos e produtos , assim como a modernização e reestruturação do IPEM/RN, visando assegurar os direitos do consumidor no estado e garantir a competitividade entre as empresas.	01253 Construir sede regional na cidade de Mossoró/RN e Posto de Trabalho na cidade Santa Cruz.	1,00	-	01878 Construção e aparelhamento de postos para fiscalização.
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00079 Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities	00466 Garantir a fidelidade e confiabilidade nos instrumentos de medições em produtos regulamentados pelo INMETRO, através da fiscalização de postos, aparelhos e produtos , assim como a modernização e reestruturação do IPEM/RN, visando assegurar os direitos do consumidor no estado e garantir a competitividade entre as empresas.	1259 Realizar fiscalização nos setores da indústria e comércio no âmbito da metrologia legal e qualidade dos produtos, e pré-medidos.	366360,00	182.086,00	01879 Realização de fiscalização
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00079 Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities	00466 Garantir a fidelidade e confiabilidade nos instrumentos de medições em produtos regulamentados pelo INMETRO, através da fiscalização de postos, aparelhos e produtos , assim como a modernização e reestruturação do IPEM/RN, visando assegurar os direitos do consumidor no estado e garantir a competitividade entre as empresas.	1262 Reestruturar a sede principal do IPEM na cidade Natal/RN	1,00	-	01880 Melhorias na estrutura física da sede do IPEM na capital

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	002 Acabar com a fome, alcança a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícol	00012 Atender demandas do setor agropecuário, por meio de pesquisas em CT e da produção de insumos agropecuários, visando à inovação nos processos, produtos e sistemas de produção, a transferência de conhecimento e tecnologias, assim com a redução de impactos climatológicos e melhoria do meio ambiente.	287 -Produzir mudas de espécies frutíferas e ornamentais	110.000,00	56.570,00	00973 - Produção de sementes certificadas
	002 Acabar com a fome, alcança a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00012 Atender demandas do setor agropecuário, por meio de pesquisas em CT e da produção de insumos agropecuários, visando à inovação nos processos, produtos e sistemas de produção, a transferência de conhecimento e tecnologias, assim com a redução de impactos climatológicos e melhoria do meio ambiente.	289 - Produzir sementes certificadas de feijão, sorgo e milho	170,00	104,21	00975 -Produção de pintos de Ave Caipira de um dia
	002 Acabar com a fome, alcança a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00012 Atender demandas do setor agropecuário, por meio de pesquisas em CT e da produção de insumos agropecuários, visando à inovação nos processos, produtos e sistemas de produção, a transferência de conhecimento e tecnologias, assim com a redução de impactos climatológicos e melhoria do meio ambiente.	509 - Produzir e disponibilizar, principalmente para os pequenos produtores rurais, pintos de um dia de galinha caipira	790.000,00	881.829,00	00978 - Análises Laboratoriais

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
EMPARN	002 Acabar com a fome, alcança a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00012 Atender demandas do setor agropecuário, por meio de pesquisas em CT e da produção de insumos agropecuários, visando à inovação nos processos, produtos e sistemas de produção, a transferência de conhecimento e tecnologias, assim com a redução de impactos climatológicos e melhoria do meio ambiente.	514 Efetuar análise laboratoriais de água, solo, planta, calcário e bacteriológica para os produtores rurais e a população em geral do Rio Grande do	15.000,00	8.713,00	00992 - Manutenção de rebanhos bovinos, ovinos e caprinos
	002 Acabar com a fome, alcança a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00012 Atender demandas do setor agropecuário, por meio de pesquisas em CT e da produção de insumos agropecuários, visando à inovação nos processos, produtos e sistemas de produção, a transferência de conhecimento e tecnologias, assim com a redução de impactos climatológicos e melhoria do meio ambiente.	659 - Manter planteis de animais bovinos, ovinos e caprinos de alta qualidade genética, para realizações de pesquisa em C&T e disponibilizar aos produtores rurais por meio de venda	400,00	350,00	00996 - Participação em eventos de Transferência de Tecnologia
	002 Acabar com a fome, alcança a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00012 Atender demandas do setor agropecuário, por meio de pesquisas em CT e da produção de insumos agropecuários, visando à inovação nos processos, produtos e sistemas de produção, a transferência de conhecimento e tecnologias, assim com a redução de impactos climatológicos e melhoria do meio ambiente.	663 - Promover e participar de eventos de transferência de tecnologia e de feiras agropecuárias	160,00	154,00	01005- Desenvolvimento de pesquisas em C&T
	002 Acabar com a fome, alcança a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00012 Atender demandas do setor agropecuário, por meio de pesquisas em CT e da produção de insumos agropecuários, visando à inovação nos processos, produtos e sistemas de produção, a transferência de conhecimento e tecnologias, assim com a redução de impactos climatológicos e melhoria do meio ambiente.	667 - Desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas em agropecuária, aquicultura, meteorologia e meio ambiente.	14,00	16,00	01007 - Produção de Feno de Tifton
	002 Acabar com a fome, alcança a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00012 Atender demandas do setor agropecuário, por meio de pesquisas em CT e da produção de insumos agropecuários, visando à inovação nos processos, produtos e sistemas de produção, a transferência de conhecimento e tecnologias, assim com a redução de impactos climatológicos e melhoria do meio ambiente.	673 - Produzir e disponibilizar, priorizando os pecuaristas fornecedores do programa do leite do governo do Estado do Rio Grande do Norte, feno de tifton	250.000,00	79.099,00	01028 - Produção de mudas de espécies frutíferas e ornamentais
	002 Acabar com a fome, alcança a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00012 Atender demandas do setor agropecuário, por meio de pesquisas em CT e da produção de insumos agropecuários, visando à inovação nos processos, produtos e sistemas de produção, a transferência de conhecimento e tecnologias, assim com a redução de impactos climatológicos e melhoria do meio ambiente.	1656 - Manter em funcionamento os componentes da rede física de estações meteorológicas e pluviométricas, com vistas a subsidiar adequadamente o Sistema de Monitoramento Hidrometeorológico, Climático e Agrometeorológico do Rio Grande do Norte	180,00	123,00	02262 - Manutenção da rede pluviométrica da EMPARN
	002 Acabar com a fome, alcança a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00012 Atender demandas do setor agropecuário, por meio de pesquisas em CT e da produção de insumos agropecuários, visando à inovação nos processos, produtos e sistemas de produção, a transferência de conhecimento e tecnologias, assim com a redução de impactos climatológicos e melhoria do meio ambiente.	1657 - Produzir e disponibilizar aos pecuaristas, principalmente os participantes dos programas governamentais, raquetes de palma forrageira.	600,00	74,50	02263 - Produção de Palma Forrageira
ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00031 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade	00473 Ofertar cursos de formação inicial e continuada em níveis de graduação e pós-graduação Lato/Stricto Senso para integrar-se às políticas públicas de estado junto a outras instituições de Ensino Superior e melhorar os indicadores de qualidade na educação básica, articulando com a SEEC, parcerias com as instituições públicas municipais, estaduais e federais mediante formalização de convênio e/ou parceria como forma de melhorar o capital humano, social e cultural do RN	1193 Promover cursos de Especialização e de Mestrado profissional para professores da Educação Básica do RN em convênio com a SEEC, SME, UERN e outras instituição	35,00	55,00	01869 Realização de cursos de pós graduação Lato Sensu e Stricto Sensu em parceria com a SEEC, UERN, SME e outras instituições
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00032 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo	00471 Instituir ações pedagógicas alinhadas com as políticas de reorganização e orientação curricular, fortalecer a gestão democrática ampliando a oferta de formação continuada para gestores escolares de modo a promover a qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades, proporcionando condições de aprendizagem, avaliação e melhoria do fluxo escolar em parceria com a SEEC/DIRECs e outros órgãos.	0886 Garantir a formação continuada dos profissionais da educação básica e demais servidores do RN na modalidade presencial e a distância em parceria com a SEEC e outros Órgãos	100,00	120,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
IFESP	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00033 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade	00472 Modernizar a Biblioteca Crisan Siminéa com acervo/equipamentos e ampliar o acesso aos bens culturais através da preservação e restauração da memória documental do IFESP e da construção, manutenção e aparelhamento de infraestrutura física e tecnológica para melhor atender a comunidade acadêmica e demandas por formação dos servidores do RN no IFESP, de modo a garantir condições de funcionamento.	0877 Restaurar e conservar a estrutura física do IFESP	100,00	95,00	
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00034 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática	00472 Modernizar a Biblioteca Crisan Siminéa com acervo/equipamentos e ampliar o acesso aos bens culturais através da preservação e restauração da memória documental do IFESP e da construção, manutenção e aparelhamento de infraestrutura física e tecnológica para melhor atender a comunidade acadêmica e demandas por formação dos servidores do RN no IFESP, de modo a garantir condições de funcionamento.	0879 Reaparelhar o IFESP	100,00	20,00	
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00035 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável	00472 Modernizar a Biblioteca Crisan Siminéa com acervo/equipamentos e ampliar o acesso aos bens culturais através da preservação e restauração da memória documental do IFESP e da construção, manutenção e aparelhamento de infraestrutura física e tecnológica para melhor atender a comunidade acadêmica e demandas por formação dos servidores do RN no IFESP, de modo a garantir condições de funcionamento.	0882 Construir e implantar o Centro de Documentação e Memória da Escola Normal/Instituto Kennedy	100,00	5,00	
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00036 Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos	00473 Ofertar cursos de formação inicial e continuada em níveis de graduação e pós-graduação Lato/Stricto Senso para integrar-se às políticas públicas de estado junto a outras instituições de Ensino Superior e melhorar os indicadores de qualidade na educação básica, articulando com a SEEC, parcerias com as instituições públicas municipais, estaduais e federais mediante formalização de convênio e/ou parceria como forma de melhorar o capital humano, social e cultural do RN	1193 Promover cursos de Especialização e de Mestrado profissional para professores da Educação Básica do RN em convênio com a SEEC, SME, UERN e outras instituições	35,00	75,00	
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00037 Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento	00472 Modernizar a Biblioteca Crisan Siminéa com acervo/equipamentos e ampliar o acesso aos bens culturais através da preservação e restauração da memória documental do IFESP e da construção, manutenção e aparelhamento de infraestrutura física e tecnológica para melhor atender a comunidade acadêmica e demandas por formação dos servidores do RN no IFESP, de modo a garantir condições de funcionamento.	0882 Construir e implantar o Centro de Documentação e Memória da Escola Normal/Instituto Kennedy	100,00	5,00	
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00039 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte	00472 Modernizar a Biblioteca Crisan Siminéa com acervo/equipamentos e ampliar o acesso aos bens culturais através da preservação e restauração da memória documental do IFESP e da construção, manutenção e aparelhamento de infraestrutura física e tecnológica para melhor atender a comunidade acadêmica e demandas por formação dos servidores do RN no IFESP, de modo a garantir condições de funcionamento.				01054 Realização de processo seletivo para cursos de graduação e pós-graduação
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00031 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade	00471 Instituir ações pedagógicas alinhadas com as políticas de reorganização e orientação curricular, fortalecer a gestão democrática ampliando a oferta de formação continuada para gestores escolares de modo a promover a qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades, proporcionando condições de aprendizagem, avaliação e melhoria do fluxo escolar em parceria com a SEEC/DIRECs e outros órgãos	00886 Garantir a formação continuada dos profissionais da educação básica e demais servidores do RN na modalidade presencial e a distância em parceria com a SEEC e outros Órgãos	100,00	45,00	01164 Oferta de cursos de formação continuada (aperfeiçoamento) para servidores públicos e profissionais da Educação Básica do RN e formulação de convênios com outros órgãos da administração pública ou privada para projetos de ensino, pesquisa e extensão presencial e a distância.
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00032 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo	00471 Instituir ações pedagógicas alinhadas com as políticas de reorganização e orientação curricular, fortalecer a gestão democrática ampliando a oferta de formação continuada para gestores escolares de modo a promover a qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades, proporcionando condições de aprendizagem, avaliação e melhoria do fluxo escolar em parceria com a SEEC/DIRECs e outros órgãos				01869 Realização de cursos de pós graduação Lato Sensu e Stricto Sensu em parceria com a SEEC, UERN, SME e outras instituições
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00033 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade	00471 Instituir ações pedagógicas alinhadas com as políticas de reorganização e orientação curricular, fortalecer a gestão democrática ampliando a oferta de formação continuada para gestores escolares de modo a promover a qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades, proporcionando condições de aprendizagem, avaliação e melhoria do fluxo escolar em parceria com a SEEC/DIRECs e outros órgãos				01138 Desenvolvimento de atividades curriculares e extra curriculares nos cursos de graduação e pós graduação (aulas de campo, palestras, seminários e estágios) culminando com eventos culturais e científicos em parceria com a CAPES/CNPQ e outras agências de fomento.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00034 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática	00471 Instituir ações pedagógicas alinhadas com as políticas de reorganização e orientação curricular, fortalecer a gestão democrática ampliando a oferta de formação continuada para gestores escolares de modo a promover a qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades, proporcionando condições de aprendizagem, avaliação e melhoria do fluxo escolar em parceria com a SEEC/DIRECs e outros órgãos				01139 Fortalecimento da gestão democrática através de cursos de capacitação para gestores escolares com foco na responsabilização e a autonomia dos sistemas escolares públicos estaduais e atualização curricular (BNCC e Diretrizes Curriculares) em parceria com a SEEC/DIRECs e outros órgãos.
ÓRGÃO	**OBJETIVO ODS**	**META ODS**	**OBJETIVO PPA**	**METAS VINCULADAS**	**PREVISTO (META)**	**REALIZADO (META)**	**INICIATIVA (AGENDA ODS)**
CAERN	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00054 Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	00126 Implantar e ampliar sistema de abastecimento de água	0720 Ampliar sistemas de abastecimento de água no RN.	Total por Território sem total geral	7,00	00687 Ampliação dos sistemas de abastecimento de água de Mossoró, Parnamirim, Pendências-Macau-Guamaré-Baixa do Meio, Caraúbas, Jardim de Piranhas, Portalegre, São João do Sabugi, Pau dos Ferros, e Monsenhor Expedito
	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00054 Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	00126 Implantar e ampliar sistema de abastecimento de água				00694 Implantação dos sistemas de abastecimento de água de Sta Cruz do Apodi/Mossoró, Agreste Potiguar, Afonso Bezerra-Pendências, Afonso Bezerra-Angicos, Upanema-Grande, Costa Branca e Maxaranguape
	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00054 Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	00126 Implantar e ampliar sistema de abastecimento de água				00706 Elaborar o projeto da Adutora Maxaranguape.
	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00054 Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	00126 Implantar e ampliar sistema de abastecimento de água	0757 Desenvolver 01 projeto para sistema de abastecimento de água no RN.	100,00	0,50	
	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00054 Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	00126 Implantar e ampliar sistema de abastecimento de água	0774 Implantar 07 sistemas de abastecimento de água no RN.	Total por Território sem total geral	2,50	00687 Ampliação dos sistemas de abastecimento de água de Mossoró, Parnamirim, Pendências-Macau-Guamaré-Baixa do Meio, Caraúbas, Jardim de Piranhas, Portalegre, São João do Sabugi, Pau dos Ferros, e Monsenhor Expedito.
	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00054 Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	00126 Implantar e ampliar sistema de abastecimento de água				00694 Implantação dos sistemas de abastecimento de água de Sta Cruz do Apodi/Mossoró, Agreste Potiguar, Afonso Bezerra-Pendências, Afonso Bezerra-Angicos, Upanema-Grande, Costa Branca e Maxaranguape
	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00054 Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	00126 Implantar e ampliar sistema de abastecimento de água				00706 Elaborar o projeto da Adutora Maxaranguape
	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00054 Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	00127 Implantar e ampliar sistemas de esgotamento sanitário	0712 Ampliar 08 sistemas de esgotamento sanitário no RN	Total por Território sem total geral	11,00	
	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00054 Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	00127 Implantar e ampliar sistemas de esgotamento sanitário	0761 Implantar 01 sistema de esgotamento sanitário no RN.	1,00	0,50	00399 Execução e a ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário de São José do Mipibu, Macaíba, Bacias EFK, Caicó, Macaíba (Bacia 3), Natal (zona norte), Natal (zona sul) e Parelhas.
	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00054 Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	00127 Implantar e ampliar sistemas de esgotamento sanitário				00710 Executar a implantação do sistema de esgotamento sanitário de São Paulo do Potengi.
	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00054 Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	00127 Implantar e ampliar sistemas de esgotamento sanitário	00712 Ampliar 08 sistemas de esgotamento sanitário no RN.	4,00	7,00	
	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00054 Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	00127 Implantar e ampliar sistemas de esgotamento sanitário				00399 Execução e a ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário de São José do Mipibu, Macaíba, Bacias EFK, Caicó, Macaíba (Bacia 3), Natal (zona norte), Natal (zona sul) e Parelhas

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00054 Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	00127 Implantar e ampliar sistemas de esgotamento sanitário				00710 Executar a implantação do sistema de esgotamento sanitário de São Paulo do Potengi.
ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
SEDRAF	0001 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares		00077 Implementar medidas técnicas, administrativas e jurídicas necessárias à regularização fundiária de imóveis rurais do RN	0676 Identificar, cadastrar e georreferenciar a malha fundiária em 22.477 imóveis rurais	19.000,00	6.540,00	
	0001 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares		00077 Implementar medidas técnicas, administrativas e jurídicas necessárias à regularização fundiária de imóveis rurais do RN	0696 Titular 4.500 imóveis rurais nos municípios do estado do RN	3.781,00	-	
	0001 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares		00077 Implementar medidas técnicas, administrativas e jurídicas necessárias à regularização fundiária de imóveis rurais do RN	0758 Apoiar na identificação de pontos geodésicos em 21 municípios do RN	21,00	-	00664 Organização dos procedimentos e das metodologias técnicas, administrativas e jurídicas para operacionalização das ações de regularização fundiária dos imóveis rurais
	0001 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares		00077 Implementar medidas técnicas, administrativas e jurídicas necessárias à regularização fundiária de imóveis rurais do RN				00730 Organização dos procedimentos e das metodologias técnicas, administrativas e jurídicas para operacionalização das ações de regularização fundiária dos imóveis rurais
	0001 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares		00077 Implementar medidas técnicas, administrativas e jurídicas necessárias à regularização fundiária de imóveis rurais do RN				00782 Organização dos procedimentos das metodologias técnicas, administrativas e jurídicas para operacionalização das ações de regularização fundiária dos imóveis rurais
	0001 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares		00136 Contribuir com a redução da pobreza rural, mediante o acesso a terra, gerando oportunidade, autonomia e fortalecimento da agricultura familiar, alicerçado na melhoria da qualidade de vida, geração de renda, segurança alimentar e sucessão no campo para os agricultores e agricultoras familiares		300,00		0773 Promover ações para 300 agricultores e agricultoras familiares sem terra possam adquirir imóveis rurais para produção e geração de renda
	0001 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares		00136 Contribuir com a redução da pobreza rural, mediante o acesso a terra, gerando oportunidade, autonomia e fortalecimento da agricultura familiar, alicerçado na melhoria da qualidade de vida, geração de renda, segurança alimentar e sucessão no campo para os agricultores e agricultoras familiares	0785 Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a aplicação de recursos de investimentos produtivos básicos e comunitários de 300 projetos produtivos beneficiados pelo PNFC	300,00	-	00786 Operacionalização e monitoramento das ações que permitem o acesso à terra aos agricultores eagricultoras
	0001 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares		00136 Contribuir com a redução da pobreza rural, mediante o acesso a terra, gerando oportunidade, autonomia e fortalecimento da agricultura familiar, alicerçado na melhoria da qualidade de vida, geração de renda, segurança alimentar e sucessão no campo para os agricultores e agricultoras familiares				00802 Promoção de ações de monitoramento, supervisão e fiscalização da aplicação dos recursos de investimentos produtivos básicos e comunitários das associações beneficiadas pelo PNCF
	0001 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares		00171 Fomentar e fortalecer espaços de comercialização da agricultura familiar no RN	0924 Realizar 18 feiras estaduais e territoriais da agricultura familiar	18,00	1,00	
	0001 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares		00171 Fomentar e fortalecer espaços de comercialização da agricultura familiar no RN	0926 Apoiar agricultores familiares com certificação em orgânica/agroecológica	100,00	-	
	0001 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares		00171 Fomentar e fortalecer espaços de comercialização da agricultura familiar no RN	0927 Apoio ao investimento e ao custeio à infraestrutura de 3 espaços públicos e empreendimento para fortalecer a comercialização da agricultura familiar	3,00	4,00	
	0001 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares		00254 Garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuva.	1007 Atender com aporte financeiro para viabilizar 160.000 operações de garantia-safra até 2003	160.000,00	97.119,00	01354 Assistência financeira na implementação do fundo Garantia-Safra para a participação de famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática influenciada diretamente pela perda da produção, conforme Lei nº 10.420, de 10/04/2002.
	0001 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares		00429 Mediar e intervir em possíveis conflitos fundiários no estado do Rio Grande do Norte	1177 Cadastrar e realocar 1.200 famílias identificadas em situações de conflitos fundiários no estado do Rio Grande do Norte	1.200,00	-	01797 Apoio as iniciativas de cadastramento e realocação das famílias apresentadas e aprovadas pelo Comitê Estadual de Resolução de Conflitos Fundiários Rurais (CERCFR
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00053 Apoiar a reestruturação da política territorial como estratégia de desenvolvimento rural sustentável	0551 Realizar 120 reuniões territoriais	120,00	10,00	
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00053 Apoiar a reestruturação da política territorial como estratégia de desenvolvimento rural sustentável	0559 Realizar 08 encontros estaduais	8,00	1,00	
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00053 Apoiar a reestruturação da política territorial como estratégia de desenvolvimento rural sustentável	0564 Realizar 4 conferências até 2023	4,00	1,00	
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00143 Estabelecer acesso com o INCRA para desenvolvimento de ações nas áreas de assentamentos de reforma agrária e quilombolas.	0875 Promover a 2.000 famílias beneficiárias do PNRA acesso ao crédito rural garantindo que, no mínimo, 30% das propostas atendam a demanda de mulheres e jovens	1.230,00	73,00	00378 Apoio a reestruturação da gestão territorial.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00152 Apoiar as atividades não agropecuárias das famílias rurais e suas organizações através do acesso ao crédito rural qualificado	0898 Promover o acesso ao crédito rural qualificado atendendo a 100 famílias em atividades não agrícolas	80,00	34,00	00995 Promoção do acesso ao crédito rural para as famílias do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, acesso à terra, agregação de valor e inserção aos mercados
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00155 Realizar ATER aos agricultores(as) familiares do Estado proporcionando apoio à gestão dos empreendimentos, uso de tecnologias sociais, acesso ao crédito rural, capacitação, integração de políticas públicas e apoio aos processos de armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção	0908 Atender 15.000 famílias com assistência técnica e extensão rural sendo que 30% das ações voltadas para atender as demandas de mulheres	10.000,00	5.900,00	
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00165 Formular, fomentar e implementar política pública de apoio ao cooperativismo e ao associativismo da agricultura familiar do RN	0920 Apoiar a estruturação e reestruturação de infraestrutura agroindustrial e logística para 80 cooperativas e associações até 2023	80,00	6,00	01096 Realização de cursos, minicursos e oficinas sobre atividades agropecuárias e não agropecuárias, extrativismo e beneficiamento da produção para agricultores(as) familiares de base agroecológica
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00165 Formular, fomentar e implementar política pública de apoio ao cooperativismo e ao associativismo da agricultura familiar do RN				01103 Apoio e assistência técnica aos agricultores e agricultoras e suas organizações em gestão, produção de base agroecológica e orgânica, acesso a mercados institucionais e meios de comercialização da produção, Implantação de tecnologias sociais tais como sistema de reuso de águas cinza, biodigestor, kit de irrigação, etc
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00165 Formular, fomentar e implementar política pública de apoio ao cooperativismo e ao associativismo da agricultura familiar do RN				01107 Realização de assistência técnica e extensão rural que atenda às demandas das mulheres considerando suas especificidades
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00165 Formular, fomentar e implementar política pública de apoio ao cooperativismo e ao associativismo da agricultura familiar do RN				01110 Realização anual de seminário de inovações tecnológicas para socialização de experiências produzidas pela agricultura familiar
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00169 Implementar politica de compras governamentais da agricultura familiar e da economia solidária no âmbito da gestão estadual e municipal	0921 Acompanhar implantação do PECAFES com vistas a viabilizar que 30% ou mais de compras de gêneros alimentícios sejam da agricultura familiar	50,00	130,00	01205 Fomento às cooperativas e associações da agricultura familiar para implantação e melhoria na infraestrutura e logística; (COOPERAFES)
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00170 Implementar politica de compras governamentais da agricultura familiar e da economia solidária no âmbiro dagestão estaduale municipal	0922 Qualificar 400 gestores municipais em compras públicas da agricultura familiar	400,00	-	01218 Implantação do Programa Estadual de PECAFES
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00171 Fomentar e fortalecer espaços de comercialização da agricultura familiar no RN	0923 Apoiar a criação e fortalecimento de 40 feiras permanentes da agricultura familiar	40,00	1,00	01221 Apoio e ampliação das compras da agricultura familiar junto às prefeituras municipais
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00171 Fomentar e fortalecer espaços de comercialização da agricultura familiar no RN	0924 Realizar 18 feiras estaduais e territoriais da agricultura familiar	18,00	1,00	
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00171 Fomentar e fortalecer espaços de comercialização da agricultura familiar no RN	0926 Apoiar agricultores familiares com certificação em orgânica/agroecológica	100,00	48,00	
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00171 Fomentar e fortalecer espaços de comercialização da agricultura familiar no RN	0927 Apoio ao investimento e ao custeio à infraestrutura de 3 espaços públicos e empreendimento para fortalecer a comercialização da agricultura familiar	3,00	4,00	
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00076 Estabelecer parcerias junto às secretarias municipais de agricultura visando o fortalecimento da agricultura familiar	0634 Entregar 100 Kits de irrigação para agricultores e agricultoras familiares	100,00	-	01222 Apoio e fomento à feiras das agricultura familiar
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00076 Estabelecer parcerias junto às secretarias municipais de agricultura visando o fortalecimento da agricultura familiar	0640 Realizar 08 encontros de secretários municipais para debate e socialização de iniciativas importantes para a agricultura familiar	8,00	1,00	
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00156 Propor a criação da Lei Estadual que crie o Sistema Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural	0730 Realizar 08 seminário estadual de ATER	7,00	3,00	00579 Formulação e realização de chamada pública para distribuição de kit¿s de irrigação aos agricultores e agricultoras familiares
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00156 Propor a criação da Lei Estadual que crie o Sistema Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural	0789 Realizar 10 conferências territoriais de ATER	Total por Território sem total geral	10,00	00582 Criação de projeto de incentivo ao gestor municipal que valoriza a agricultura familiar (Selo gestor amigo da agricultura familiar
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00156 Propor a criação da Lei Estadual que crie o Sistema Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural	0912 Construir a minuta da lei que instituirá a política estadual de ATER	1,00	-	00585 Criação de fórum dos secretários municipais de agricultura

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável		00156 Propor a criação da Lei Estadual que crie o Sistema Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural				00776 Elaboração e implementação da Lei Estadual que crie o Sistema Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos		00173 Desenvolver políticas públicas para fortalecer a produção e promover a autonomia econômica das mulheres e jovens trabalhadores rurais	1239 Atender 1.000 jovens rurais do RN através do desenvolvimento de políticas públicas em parceria com os diversos órgãos da administração pública	1.000,00	-	
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos		00163 Formular, fomentar e implementar a política pública de apoio ao cooperativismo e ao associativismo da agricultura familiar do Rio Grande do Norte	0919 Realizar 80 capacitação de cooperativas e associações até 2023	80,00	83,00	
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas		00173 Desenvolver políticas públicas para fortalecer a produção e promover a autonomia econômica das mulheres e jovens trabalhadores rurais	0928 Fortalecer a produção de 3.600 trabalhadoras rurais através de infraestrutura produtiva com ATER	3.600,00	928,00	01194 Formação em gestão, beneficiamento e comercialização; (COOPERAFES
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas		00173 Desenvolver políticas públicas para fortalecer a produção e promover a autonomia econômica das mulheres e jovens trabalhadores rurais	0930 Promover e subsidiar 2 produtos anuais entre estudos, pesquisa, publicação e/ou vídeos sobre as experiências das mulheres rurais e o acesso às políticas públicas	7,00	-	
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas		00053 Apoiar a reestruturação da política territorial como estratégia de desenvolvimento rural sustentável	0551 Realizar 120 reuniões territoriais	120,00	10,00	01229 Implementação do Programa estadual de organização produtiva das mulheres e jovens rurais
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas		00053 Apoiar a reestruturação da política territorial como estratégia de desenvolvimento rural sustentável	0559 Realizar 08 encontros estaduais	8,00	1,00	
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas		00053 Apoiar a reestruturação da política territorial como estratégia de desenvolvimento rural sustentável	0564 Realizar 4 conferências até 2023	4,00	1,00	
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas		00143 Estabelecer acesso com o INCRA para desenvolvimento de ações nas áreas de assentamentos de reforma agrária e quilombolas	0875 Promover a 2.000 famílias beneficiárias do PNRA acesso ao crédito rural garantindo que, no mínimo, 30% das propostas atendam a demanda de mulheres e jovens	1.230,00	73,00	00378 Apoio a reestruturação da gestão territorial.
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas		00152 Apoiar as atividades não agropecuárias das famílias rurais e suas organizações através do acesso ao crédito rural qualificado	0898 Promover o acesso ao crédito rural qualificado atendendo a 100 famílias em atividades não agrícolas	80,00	22,00	00995 Promoção do acesso ao crédito rural para as famílias do RN, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, acesso à terra, agregação de valor e inserção aos mercados
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas		00155 Realizar ATER aos agricultores(as) familiares do Estado proporcionando apoio à gestão dos empreendimentos, uso de tecnologias sociais, acesso ao crédito rural, capacitação, integração de políticas públicas e apoio aos processos de armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção.	0908 Atender 15.000 famílias com assistência técnica e extensão rural sendo que 30% das ações voltadas para atender as demandas de mulheres	10.000,00	5.900,00	
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas		00171 Fomentar e fortalecer espaços de comercialização da agricultura familiar no RN	0923 Apoiar a criação e fortalecimento de 40 feiras permanentes da agricultura familiar	40,00	1,00	01103 Apoio e assistência técnica aos agricultores e agricultoras e suas organizações em gestão, produção de base agroecológica e orgânica, acesso a mercados institucionais e meios de comercialização da produção, Implantação de tecnologias sociais tais como sistema de reuso de águas cinza, biodigestor, kit de irrigação, etc
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas		00171 Fomentar e fortalecer espaços de comercialização da agricultura familiar no RN				01110 Realização anual de seminário de inovações tecnológicas para socialização de experiências produzidas pela agricultura familiar
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas		00076 Estabelecer parcerias junto às secretarias municipais de agricultura visando o fortalecimento da agricultura familiar	0634 Entregar 100 Kits de irrigação para agricultores e agricultoras familiares	100,00	-	01222 Apoio e fomento à feiras das agricultura familiar
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas		00076 Estabelecer parcerias junto às secretarias municipais de agricultura visando o fortalecimento da agricultura familiar	0640 Realizar 08 encontros de secretários municipais para debate e socialização de iniciativas importantes para a agricultura familiar	8,00	1,00	
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas		00156 Propor a criação da Lei Estadual que crie o Sistema Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural	0730 Realizar 08 seminário estadual de ATER	7,00	3,00	00579 Formulação e realização de chamada pública para distribuição de Kit¿s de irrigação aos agricultores e agricultoras familiares
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas		00156 Propor a criação da Lei Estadual que crie o Sistema Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural	0789 Realizar 10 conferências territoriais de ATER	1,00	10,00	00582 Criação de projeto de incentivo ao gestor municipal que valoriza a agricultura familiar (Selo gestor amigo da agricultura familiar)
	0005 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas		00156 Propor a criação da Lei Estadual que crie o Sistema Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural	0912 Construir a minuta da lei que instituirá a política estadual de ATER	1,00	-	00585 Criação de fórum dos secretários municipais de agricultura

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos		00250 Fortalecer e articular ações de convivência com o semiárido, por meio da implementação de tecnologias sociais de acesso água para consumo humano e produção de alimentos, para o atendimento prioritário as unidades familiares da agricultura familiar do RN	1003 Perfurar, instalar e recuperar 80 poços	80,00	86,00	00776 Elaboração e implementação da Lei Estadual que crie o Sistema Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
	0007 Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos		00149 Criar um programa estadual de apoio ao acesso ao crédito rural para a agricultura familiar e suas organizações	0599 Promover a 100 agricultores e agricultoras familiares acesso ao crédito rural voltado ao uso de energias limpas e renováveis	80,00	3,00	01344 Disponibilização do abastecimento de água para a produção animal e da pequena irrigação, por meio da perfuração, instalação, recuperação e limpeza de poços tubulares
	0007 Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos		00149 Criar um programa estadual de apoio ao acesso ao crédito rural para a agricultura familiar e suas organizações	0890 Promover a 15 cooperativas e entidades da agricultura familiar acesso ao crédito rural	12,00	-	
	0007 Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos		00149 Criar um programa estadual de apoio ao acesso ao crédito rural para a agricultura familiar e suas organizações				00532 Realização de parceria junto aos agentes financeiros e AGN para promover o acesso ao crédito rural voltado ao financiamento de energias limpas e renováveis
	0007 Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos		00149 Criar um programa estadual de apoio ao acesso ao crédito rural para a agricultura familiar e suas organizações				01029 Realização de parceria junto aos agentes financeiros e a AGN, para promover o acesso ao crédito rural voltado ao financiamento de projetos de investimento, custeio e capital de giro para as organizações da agricultura familiar
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos		00163 Formular, fomentar e implementar a política pública de apoio ao cooperativismo e ao associativismo da agricultura familiar do Rio Grande do Norte	0919 Realizar 80 capacitação de cooperativas e associações até 2023	80,00	102,00	
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos		00169 Implementar politica de compras governamentais da agricultura familiar e da economia solidária no âmbito da gestão estadual e municipa	0921 Acompanhar implantação do PECAFES com vistas a viabilizar que 30% ou mais de compras de gêneros alimentícios sejam da agricultura familiar	50,00	130,00	01194 Formação em gestão, beneficiamento e comercialização; (COOPERAFES)
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos		00170 Implementar politica de compras governamentais da agricultura familiar e da economia solidária no âmbiro dagestão estaduale municipal	0922 Qualificar 400 gestores municipais em compras públicas da agricultura familiar.	400,00	-	01218 Implantação do Programa Estadual de PECAFES
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos		00171 Fomentar e fortalecer espaços de comercialização da agricultura familiar no RN	0923 Apoiar a criação e fortalecimento de 40 feiras permanentes da agricultura familiar	40,00	1,00	01221 Apoio e ampliação das compras da agricultura familiar junto às prefeituras municipais
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos		00249 Fomentar, articular e implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e convivência com o semiárido, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais	1002 Atender 38.500 famílias de agricultores familiares (50% das famílias com DAP ativa no ano de 2019 com participação mínima de 30% de mulheres, 20% de jovens, 20% de comunidades tradicionais)atendidos até 2023.	38.500,00	3.890,00	01222 Apoio e fomento à feiras das agricultura familiar
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação		00165 Formular, fomentar e implementar política pública de apoio ao cooperativismo e ao associativismo da agricultura familiar do RN	0920 Apoiar a estruturação e reestruturação de infraestrutura agroindustrial e logística para 80 cooperativas e associações até 2023	80,00	4,00	01334 Fomento e apoio as iniciativas de transição agroecológicas em áreas rurais, urbanas e periurbanas
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis		00171 Fomentar e fortalecer espaços de comercialização da agricultura familiar no RN	0923 Apoiar a criação e fortalecimento de 40 feiras permanentes da agricultura familiar	40,00	-	01205 Fomento às cooperativas e associações da agricultura familiar para implantação e melhoria na infraestrutura e logística; (COOPERAFES
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis		00163 Formular, fomentar e implementar a política pública de apoio ao cooperativismo e ao associativismo da agricultura familiar do Rio Grande do Norte	0919 Realizar 80 capacitação de cooperativas e associações até 2023	80,00	82,00	01222 Apoio e fomento à feiras das agricultura familiar
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis		00169 Implementar politica de compras governamentais da agricultura familiar e da economia solidária no âmbito da gestão estadual e municipal	0921 Acompanhar implantação do PECAFES com vistas a viabilizar que 30% ou mais de compras de gêneros alimentícios sejam da agricultura familiar	50,00	130,00	01194 Formação em gestão, beneficiamento e comercialização; (COOPERAFES)
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis		00170 Implementar politica de compras governamentais da agricultura familiar e da economia solidária no âmbiro dagestão estaduale municipal	0922 Qualificar 400 gestores municipais em compras públicas da agricultura familiar	400,00	-	01218 Implantação do Programa Estadual de PECAFES
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis		00155 Realizar ATER aos agricultores(as) familiares do Estado proporcionando apoio à gestão dos empreendimentos, uso de tecnologias sociais, acesso ao crédito rural, capacitação, integração de políticas públicas e apoio aos processos de armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção	0908 Atender 15.000 famílias com assistência técnica e extensão rural sendo que 30% das ações voltadas para atender as demandas de mulheres.	10,00	5.900,00	01221 Apoio e ampliação das compras da agricultura familiar junto às prefeituras municipais
ÓRGÃO	**OBJETIVO ODS**	**META ODS**	**OBJETIVO PPA**	**METAS VINCULADAS**	**PREVISTO (META)**	**REALIZADO (META)**	**INICIATIVA (AGENDA ODS)**
	0001 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares		00027 Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida promovendo à organização produtiva e acesso a renda através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal priorizando oficinas temáticas e capacitações para mulheres rurais em vulnerabilidade social.	0190 Capacitar mulheres rurais em vulnerabilidade social promovendo a organização produtiva e o acesso a renda	250,00	361,00	
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00032 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo	00026 Incentivar o empreendedorismo jovem como ferramenta para o desenvolvimento do agronegócio familiar através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural priorizando oficinas e capacitações para Jovens da Agricultura Familiar	0196 Capacitar jovens da agricultura familiar para acesso as políticas públicas e incentivar o empreendedorismo	100,00	81,00	00302 Promoção e valorização do conhecimento através de oficinas temáticas e capacitações para Jovens da Agricultura Familiar

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00098 Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimente	00026 Incentivar o empreendedorismo jovem como ferramenta para o desenvolvimento do agronegócio familiar através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural priorizando oficinas e capacitações para Jovens da Agricultura Familiar				
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00107 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais	00026 Incentivar o empreendedorismo jovem como ferramenta para o desenvolvimento do agronegócio familiar através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural priorizando oficinas e capacitações para Jovens da Agricultura Familiar				
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00116 Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas	00026 Incentivar o empreendedorismo jovem como ferramenta para o desenvolvimento do agronegócio familiar através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural priorizando oficinas e capacitações para Jovens da Agricultura Familiar				
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00004 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	00027 Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida promovendo à organização produtiva e acesso a renda através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal priorizando oficinas temáticas e capacitações para mulheres rurais em vulnerabilidade social	0190 Capacitar mulheres rurais em vulnerabilidade social promovendo a organização produtiva e o acesso a renda.	250,00	361,00	00294 Promoção e valorização do conhecimento através de oficinas temáticas e capacitações para mulheres rurais em vulnerabilidade social.
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00032 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo	00027 Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida promovendo à organização produtiva e acesso a renda através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal priorizando oficinas temáticas e capacitações para mulheres rurais em vulnerabilidade social				
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00088 Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC 00098 Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento	00027 Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida promovendo à organização produtiva e acesso a renda através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal priorizando oficinas temáticas e capacitações para mulheres rurais em vulnerabilidade social				
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00032 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo	00025 Apoiar a Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal priorizando oficinas temáticas e capacitações para associações e cooperativas da Agricultura Familiar colaborando com mecanismos de finanças solidárias e fortalecimento do associativismo no Estado do Rio Grande do Norte	0193 Capacitar associações e cooperativas da agricultura familiar na produção, comercialização e no consumo solidário apoiando a ECOSOL	26,00	30,00	00297 Promoção e valorização do conhecimento através de oficinas temáticas e capacitações para Associações e Cooperativas da Agricultura Familiar
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00098 Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento	00025 Apoiar a Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal priorizando oficinas temáticas e capacitações para associações e cooperativas da Agricultura Familiar colaborando com mecanismos de finanças solidárias e fortalecimento do associativismo no Estado do Rio Grande do Norte				
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00107 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais	00025 Apoiar a Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal priorizando oficinas temáticas e capacitações para associações e cooperativas da Agricultura Familiar colaborando com mecanismos de finanças solidárias e fortalecimento do associativismo no Estado do Rio Grande do Norte				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00062 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0126 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos agricultores familiares contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável	5.400,00	89.309,00	
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00063 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00064 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00098 Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento 00107 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00114 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00129 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00157 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00062 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0127 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins as agricultoras familiares contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	5.400,00	65.801,00	
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00063 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00064 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00098 Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00107 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades naciona	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00114 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00129 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00157 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00062 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0128 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos Jovens da agricultura familiar contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	1.200,00	12.310,00	
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00063 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00064 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00098 Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00107 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00114 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00157 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos		00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00062 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0201 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos Povos e Comunidades Tradicionais contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	80,00	683,00	
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00063 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00064 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00098 Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00107 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00114 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00129 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0008 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	00157 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00077 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento	00022 Fortalecer e atualizar a prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural com a finalidade de adequar o ambiente de trabalho e ofertar segurança para os servidores promovendo qualidade nos atendimentos.	0179 Adquirir bens móveis para adequar o ambiente de trabalho, assegurar a modernização organizacional, manutenção e funcionamento, a segurança e qualidade de atendimento para realização de treinamentos, capacitações e serviços de ATER.	1.000,00	424,00	00289 Fortalecimento das ações de ATER aos produtores fornecedores da produção agropecuária favorecendo a comercialização e agregação de valores aos mercados institucionais e privados.
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação		00022 Fortalecer e atualizar a prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural com a finalidade de adequar o ambiente de trabalho e ofertar segurança para os servidores promovendo qualidade nos atendimentos.				00290 Aquisição, recomposição e renovação dos bens móveis da Instituição para execução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural com qualidade estrutural.
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00077 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento	00022 Fortalecer e atualizar a prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural com a finalidade de adequar o ambiente de trabalho e ofertar segurança para os servidores promovendo qualidade nos atendimentos.	0184 Realizar obras de engenharia para estruturar a reestruturar Centros de Treinamento e Centros de Disponibilidade e Informação e Tecnologia para agricultura familiar.	480,00	16,00	00307 Execução das atividades nos serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural ATER nas unidades de produção familiares e ações de capacitações para agricultura familiar voltada para o desenvolvimento territorial sustentável.
	0010 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles		00027 Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida promovendo à organização produtiva e acesso a renda através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal priorizando oficinas temáticas e capacitações para mulheres rurais em vulnerabilidade social	0190 Capacitar mulheres rurais em vulnerabilidade social promovendo a organização produtiva e o acesso a renda	250,00	361,00	00293 Ampliação e recuperação dos patrimônios de bens imóveis da Instituição para garantir locais de atendimentos adequados aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis		00026 Incentivar o empreendedorismo jovem como ferramenta para o desenvolvimento do agronegócio familiar através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural priorizando oficinas e capacitações para Jovens da Agricultura Familiar	0196 Capacitar jovens da agricultura familiar para acesso as políticas públicas e incentivar o empreendedorismo	100,00	81,00	
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00104 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente	00023 Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida dos médios produtores rurais através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Capacitação em Gestão, Cooperativismo e Associativismo e em Boas Práticas de Manejo Sustentável fomentando as cadeias da bovinocultura de leite e da fruticultura contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	0158 Prestar serviços de ATER pública e continuada nas cadeias produtivas do leite e da fruticultura para médios produtores contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	50,00	446,00	00333 Promoção e fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural nas cadeias produtivas do leite e da fruticultura para médios produtores.
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00105 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso	00023 Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida dos médios produtores rurais através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Capacitação em Gestão, Cooperativismo e Associativismo e em Boas Práticas de Manejo Sustentável fomentando as cadeias da bovinocultura de leite e da fruticultura contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.				
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00128 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente	00023 Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida dos médios produtores rurais através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Capacitação em Gestão, Cooperativismo e Associativismo e em Boas Práticas de Manejo Sustentável fomentando as cadeias da bovinocultura de leite e da fruticultura contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.				
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00129 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo	00023 Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida dos médios produtores rurais através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Capacitação em Gestão, Cooperativismo e Associativismo e em Boas Práticas de Manejo Sustentável fomentando as cadeias da bovinocultura de leite e da fruticultura contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.				

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
EMATER	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00032 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo	00025 Apoiar a Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal priorizando oficinas temáticas e capacitações para associações e cooperativas da Agricultura Familiar colaborando com mecanismos de finanças solidárias e fortalecimento do associativismo no Estado do Rio Grande do Norte.	0193 Capacitar associações e cooperativas da agricultura familiar na produção, comercialização e no consumo solidário apoiando a ECOSOL	26,00	30,00	
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00098 Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento	00025 Apoiar a Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal priorizando oficinas temáticas e capacitações para associações e cooperativas da Agricultura Familiar colaborando com mecanismos de finanças solidárias e fortalecimento do associativismo no Estado do Rio Grande do Norte.				
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00107 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais	00025 Apoiar a Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal priorizando oficinas temáticas e capacitações para associações e cooperativas da Agricultura Familiar colaborando com mecanismos de finanças solidárias e fortalecimento do associativismo no Estado do Rio Grande do Norte.				
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis		00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.	0126 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos agricultores familiares contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	5.400,00	89.309,00	
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00062 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.	0127 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins as agricultoras familiares contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	5.400,00	65.501,00	
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00063 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.				
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00064 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.				
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00098 Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.				
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00107 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.				
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00114 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.				

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00129 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.				
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00157 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.				
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00157 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.	0128 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos Jovens da agricultura familiar contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	1.200,00	12.310,00	
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00157 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.	0201 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos Povos e Comunidades Tradicionais contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável	80,00	683,00	
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00157 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado	00026 Incentivar o empreendedorismo jovem como ferramenta para o desenvolvimento do agronegócio familiar através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural priorizando oficinas e capacitações para Jovens da Agricultura Familiar.	0196 Capacitar jovens da agricultura familiar para acesso as políticas públicas e incentivar o empreendedorismo	100,00	81,00	00289 Fortalecimento das ações de ATER aos produtores fornecedores da produção agropecuária favorecendo a comercialização e agregação de valores aos mercados institucionais e privados
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00157 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado	00025 Apoiar a Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal priorizando oficinas temáticas e capacitações para associações e cooperativas da Agricultura Familiar colaborando com mecanismos de finanças solidárias e fortalecimento do associativismo no Estado do Rio Grande do Norte	0193 Capacitar associações e cooperativas da agricultura familiar na produção, comercialização e no consumo solidário apoiando a ECOSOL	26,00	30,00	00307 Execução das atividades nos serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural ATER nas unidades de produção familiares e ações de capacitações para agricultura familiar voltada para o desenvolvimento territorial sustentável.
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00157 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0126 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos agricultores familiares contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	5.400,00	89.309,00	
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00157 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0127 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins as agricultoras familiares contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	5.400,00	65.501,00	
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00062 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0128 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos Jovens da agricultura familiar contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	1.200,00	12.310,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00102 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0142 Capacitar servidores e colaboradores em atividade na Instituição para melhoria da qualidade dos serviços de ATER prestados	400,00	33,00	
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00105 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00108 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00104 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0146 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores fornecedores da produção agropecuária favorecendo a comercialização e agregação de valores aos mercados institucionais e privados.	280,00	2.578,00	
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00105 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00128 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00129 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00129 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0142 Capacitar servidores e colaboradores em atividade na Instituição para melhoria da qualidade dos serviços de ATER prestados	400,00	33,00	
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00129 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0146 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores fornecedores da produção agropecuária favorecendo a comercialização e agregação de valores aos mercados institucionais e privados.	280,00	2.578,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00062 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0201 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos Povos e Comunidades Tradicionais contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	80,00	683,00	
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00063 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00064 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00098 Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00107 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00114 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00129 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00129 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00105 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0214 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para pescadores (as) e aquicultores (as) enquadrados no PRONAF	350,00	1.375,00	00286 Promoção e fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para Povos e Comunidades Tradicionais

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00105 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				00287 Promoção e fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em atividades de pesca artesanais para pescadores (as) e aquicultores (as) enquadrados no PRONAF.
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00105 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				00288 Promoção e valorização do conhecimento, através de cursos, seminários, treinamentos, oficinas temáticas e capacitações continuada para servidores e colaboradores oferecendo melhoria nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural ATER aos agricultores familiares.
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00105 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				00289 Fortalecimento das ações de ATER aos produtores fornecedores da produção agropecuária favorecendo a comercialização e agregação de valores aos mercados institucionais e privados.
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00105 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				00307 Execução das atividades nos serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural ATER nas unidades de produção familiares e ações de capacitações para agricultura familiar voltada para o desenvolvimento territorial sustentável
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00023 Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida dos médios produtores rurais através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Capacitação em Gestão, Cooperativismo e Associativismo e em Boas Práticas de Manejo Sustentável fomentando as cadeias da bovinocultura de leite e da fruticultura contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável	0158 Prestar serviços de ATER pública e continuada nas cadeias produtivas do leite e da fruticultura para médios produtores contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável	50,00	446,00	00288 Promoção e valorização do conhecimento, através de cursos, seminários, treinamentos, oficinas temáticas e capacitações continuada para servidores e colaboradores oferecendo melhoria nos servi ços de Assistência Técnica e Extensão Rural ATER aos agricultores familiares.
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00023 Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida dos médios produtores rurais através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Capacitação em Gestão, Cooperativismo e Associativismo e em Boas Práticas de Manejo Sustentável fomentando as cadeias da bovinocultura de leite e da fruticultura contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável				00289 Fortalecimento das ações de ATER aos produtores fornecedores da produção agropecuária favorecendo a comercialização e agregação de valores aos mercados institucionais e privados
	0012 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00023 Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida dos médios produtores rurais através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Capacitação em Gestão, Cooperativismo e Associativismo e em Boas Práticas de Manejo Sustentável fomentando as cadeias da bovinocultura de leite e da fruticultura contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável				00307 Execução das atividades nos serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural ATER nas unidades de produção familiares e ações de capacitações para agricultura familiar voltada para o desenvolvimento territorial sustentável
	0013 Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00026 Incentivar o empreendedorismo jovem como ferramenta para o desenvolvimento do agronegócio familiar através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural priorizando oficinas e capacitações para Jovens da Agricultura Familiar.	0196 Capacitar jovens da agricultura familiar para acesso as políticas públicas e incentivar o empreendedorismo	100,00	81,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0013 Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0126 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos agricultores familiares contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável	5.400,00	89.309,00	
	0013 Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0127 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins as agricultoras familiares contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	5.400,00	65.501,00	
	0013 Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0128 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos Jovens da agricultura familiar contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável	1.200,00	12.310,00	
	0013 Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0201 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos Povos e Comunidades Tradicionais contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	80,00	683,00	
	0014 Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.	0214 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para pescadores (as) e aquicultores (as) enquadrados no PRONAF.	350,00	1.375,00	00289 Fortalecimento das ações de ATER aos produtores fornecedores da produção agropecuária favorecendo a comercialização e agregação de valores aos mercados institucionais e privados.
	0014 Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.				00307 Execução das atividades nos serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural ATER nas unidades de produção familiares e ações de capacitações para agricultura familiar voltada para o desenvolvimento territorial sustentável.
	0015 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossiste terrestres, gerir de forma sustent as florestas,	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.	0126 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos agricultores familiares contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	5.400,00	89.309,00	
	0015 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossiste terrestres, gerir de forma sustent as florestas,	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.	0127 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins as agricultoras familiares contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	5.400,00	65.501,00	
	0015 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossiste terrestres, gerir de forma sustent as florestas,	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.	0146 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores fornecedores da produção agropecuária favorecendo a comercialização e agregação de valores aos mercados institucionais e privados.	280,00	2.578,00	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0015 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossiste terrestres, gerir de forma sustent as florestas,	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro.	0201 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos Povos e Comunidades Tradicionais contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável	80,00	683,00	
	0015 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossiste terrestres, gerir de forma sustent as florestas,	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00023 Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida dos médios produtores rurais através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Capacitação em Gestão, Cooperativismo e Associativismo e em Boas Práticas de Manejo Sustentável fomentando as cadeias da bovinocultura de leite e da fruticultura contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	0158 Prestar serviços de ATER pública e continuada nas cadeias produtivas do leite e da fruticultura para médios produtores contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	50,00	446,00	00289 Fortalecimento das ações de ATER aos produtores fornecedores da produção agropecuária favorecendo a comercialização e agregação de valores aos mercados institucionais e privados.
	0015 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossiste terrestres, gerir de forma sustent as florestas,	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00023 Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida dos médios produtores rurais através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Capacitação em Gestão, Cooperativismo e Associativismo e em Boas Práticas de Manejo Sustentável fomentando as cadeias da bovinocultura de leite e da fruticultura contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.				00307 Execução das atividades nos serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural ATER nas unidades de produção familiares e ações de capacitações para agricultura familiar voltada para o desenvolvimento territorial sustentável
	0017 Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0126 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos agricultores familiares contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	5.400,00	89.309,00	
	0017 Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0127 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins as agricultoras familiares contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável	5.400,00	65.501,00	
	0017 Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0128 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos Jovens da agricultura familiar contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	1.200,00	12.310,00	
	0017 Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0201 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos Povos e Comunidades Tradicionais contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável	80,00	683,00	
	0017 Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				00289 Fortalecimento das ações de ATER aos produtores fornecedores da produção agropecuária favorecendo a comercialização e agregação de valores aos mercados institucionais e privados.
	0017 Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	00125 Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	00011 Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro				00307 Execução das atividades nos serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural ATER nas unidades de produção familiares e ações de capacitações para agricultura familiar voltada para o desenvolvimento territorial sustentável.
ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00517 Aproximar e integrar os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas 03 (três) esferas de poder, através da celebração de convênios e/acordos de cooperação com o objetivo de compartilhamento e troca de conhecimentos e experiências, assim como o estabelecimento de novos pactos que contribuam para o equilíbrio e harmonia entre os Poderes	1312 Realizar 04 Auditorias Especializadas em parceria com o Tribunal de Contas do Estado - TCE/RN	4,00	4,00	02012 Parcerias, acordos de cooperação e compartilhamento de informações com Órgãos e Poderes, no desenvolvimento de auditorias especializadas no âmbito do Executivo Estadual
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os nívei	00517 Aproximar e integrar os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas 03 (três) esferas de poder, através da celebração de convênios e/acordos de cooperação com o objetivo de compartilhamento e troca de conhecimentos e experiências, assim como o estabelecimento de novos pactos que contribuam para o equilíbrio e harmonia entre os Poderes				02013 Instalação de mesa de negociação entre os Poderes para tratar da base de cálculos do duodécimo e devolução das sobras orçamentárias à Conta Única do Estado
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os nívei	00517 Aproximar e integrar os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas 03 (três) esferas de poder, através da celebração de convênios e/acordos de cooperação com o objetivo de compartilhamento e troca de conhecimentos e experiências, assim como o estabelecimento de novos pactos que contribuam para o equilíbrio e harmonia entre os Poderes				02014 Parcerias e acordos de cooperação com órgãos e Poderes, objetivando a realização de cursos de atualização, treinamentos e capacitação para servidores do Controle Interno estadual
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os nívei	00517 Aproximar e integrar os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas 03 (três) esferas de poder, através da celebração de convênios e/acordos de cooperação com o objetivo de compartilhamento e troca de conhecimentos e experiências, assim como o estabelecimento de novos pactos que contribuam para o equilíbrio e harmonia entre os Poderes				02015 Constituição de parcerias, termos de cooperação técnica entre a CONTROL e Poderes visando o compartilhamento de ferramentas tecnológicas ou ações instrumentais que permitam o aperfeiçoamento das técnicas de eficiência, eficácia e efetividade do Controle Interno, da Transparência e do Controle Social
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00531 Buscar o Equilíbrio Fiscal e Melhorar a Qualidade e Eficiência dos Gastos públicos por meio da realização de auditorias especializadas e operacionais, assim como a capacitação e atualização de gestores em diversas áreas de atuação da gestão de políticas públicas	1254 Elaborar planos anuais de auditoria, estabelecendo órgãos, entidades, programas e ações a serem auditadas, considerando as políticas estratégicas de governo, materialidade, risco e relevância envolvidos. (PC)	4,00	5,00	
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00531 Buscar o Equilíbrio Fiscal e Melhorar a Qualidade e Eficiência dos Gastos públicos por meio da realização de auditorias especializadas e operacionais, assim como a capacitação e atualização de gestores em diversas áreas de atuação da gestão de políticas públicas				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00531 Buscar o Equilíbrio Fiscal e Melhorar a Qualidade e Eficiência dos Gastos públicos por meio da realização de auditorias especializadas e operacionais, assim como a capacitação e atualização de gestores em diversas áreas de atuação da gestão de políticas públicas	1307 Realizar 36 Auditorias Especializadas no âmbito da Administração Pública Estadual quanto aos programas de Políticas Pública. (PT, PC) (ALO 50C)		48,00	
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00531 Buscar o Equilíbrio Fiscal e Melhorar a Qualidade e Eficiência dos Gastos públicos por meio da realização de auditorias especializadas e operacionais, assim como a capacitação e atualização de gestores em diversas áreas de atuação da gestão de políticas públicas				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00531 Buscar o Equilíbrio Fiscal e Melhorar a Qualidade e Eficiência dos Gastos públicos por meio da realização de auditorias especializadas e operacionais, assim como a capacitação e atualização de gestores em diversas áreas de atuação da gestão de políticas públicas	1308 Realizar 1.000 Auditorias de Conformidade no âmbito da Administração Pública Estadual, quanto à formalização, execução e liquidação de atos e despesas públicas, sob os aspectos da legalidade e legitimidade. (PC	1.000,00	5.922,00	
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00531 Buscar o Equilíbrio Fiscal e Melhorar a Qualidade e Eficiência dos Gastos públicos por meio da realização de auditorias especializadas e operacionais, assim como a capacitação e atualização de gestores em diversas áreas de atuação da gestão de políticas públicas				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00532 Melhorar o Controle, a Qualidade e Eficiência dos Gastos Públicos por meio da atualização da Legislação Estadual, especialmente no que compete a regulamentação dos serviços de terceirização e combate à corrupção, proporcionando a modernização dos instrumentos de controle e atuação na gestão de políticas públicas	1258 Regulamentar no âmbito estadual a lei federal nº 12.846/2013	Total por Território sem total geral	2,00	01997 Elaboração de Plano Anual de Auditoria
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00532 Melhorar o Controle, a Qualidade e Eficiência dos Gastos Públicos por meio da atualização da Legislação Estadual, especialmente no que compete a regulamentação dos serviços de terceirização e combate à corrupção, proporcionando a modernização dos instrumentos de controle e atuação na gestão de políticas públicas	1260 Regulamentar a contratualização das terceirizações, no âmbito do Executivo Estadual.	Total por Território sem total geral	2,00	02001 Realização de revisão periódica de contratos referentes aos Programas auditados
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00532 Melhorar o Controle, a Qualidade e Eficiência dos Gastos Públicos por meio da atualização da Legislação Estadual, especialmente no que compete a regulamentação dos serviços de terceirização e combate à corrupção, proporcionando a modernização dos instrumentos de controle e atuação na gestão de políticas públicas				

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00532 Melhorar o Controle, a Qualidade e Eficiência dos Gastos Públicos por meio da atualização da Legislação Estadual, especialmente no que compete a regulamentação dos serviços de terceirização e combate à corrupção, proporcionando a modernização dos instrumentos de controle e atuação na gestão de políticas públicas				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00532 Melhorar o Controle, a Qualidade e Eficiência dos Gastos Públicos por meio da atualização da Legislação Estadual, especialmente no que compete a regulamentação dos serviços de terceirização e combate à corrupção, proporcionando a modernização dos instrumentos de controle e atuação na gestão de políticas públicas				02007 Realização de análise de conformidade nos processos regularmente instruídos
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00532 Melhorar o Controle, a Qualidade e Eficiência dos Gastos Públicos por meio da atualização da Legislação Estadual, especialmente no que compete a regulamentação dos serviços de terceirização e combate à corrupção, proporcionando a modernização dos instrumentos de controle e atuação na gestão de políticas públicas				02008 Realização de análise de conformidade nos processos regularmente instruídos e indicados pelas Unidades Gestoras
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00522 Proporcionar ao estado do Rio Grande do Norte a atualização tecnológica e instrumental das ações destinadas ao Controle Interno e Tributação Estadual a partir de ações de intercâmbio tecnológico, compartilhando de informações e realização de cursos e treinamento no intuito de promover ações de prevenção e combate à sonegação e corrupção, educação fiscal, controle social e outras atividades da mesma natureza.	1327 Desenvolver e Implantar um Sistema Integrado de Gestão e Controle de Compras, Patrimônio, Almoxarifado e Contratos.	1,00	2,00	02009 Publicação de Decreto regulamentando a Lei Federal de Combate à Corrupção -Lei Federal 12.846 de 2013
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00522 Proporcionar ao estado do Rio Grande do Norte a atualização tecnológica e instrumental das ações destinadas ao Controle Interno e Tributação Estadual a partir de ações de intercâmbio tecnológico, compartilhando de informações e realização de cursos e treinamento no intuito de promover ações de prevenção e combate à sonegação e corrupção, educação fiscal, controle social e outras atividades da mesma natureza.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00522 Proporcionar ao estado do Rio Grande do Norte a atualização tecnológica e instrumental das ações destinadas ao Controle Interno e Tributação Estadual a partir de ações de intercâmbio tecnológico, compartilhando de informações e realização de cursos e treinamento no intuito de promover ações de prevenção e combate à sonegação e corrupção, educação fiscal, controle social e outras atividades da mesma natureza.				02010 Publicação de Decreto regulamentando a Terceirização no âmbito do Executivo Estadual
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00522 Proporcionar ao estado do Rio Grande do Norte a atualização tecnológica e instrumental das ações destinadas ao Controle Interno e Tributação Estadual a partir de ações de intercâmbio tecnológico, compartilhando de informações e realização de cursos e treinamento no intuito de promover ações de prevenção e combate à sonegação e corrupção, educação fiscal, controle social e outras atividades da mesma natureza.				02011 Publicação de Decreto regulamentando a Contratualização das Cooperativas Médicas no âmbito do Executivo estadual
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00520 Promover o avanço de políticas de governo eletrônico, por meio da ampliação e aperfeiçoamento das ferramentas eletrônicas e de tecnologia da informação, promovendo a desburocratização da Gestão, a prevenção e combate a corrupção, a transparência pública e aproximando o Governo da população.	1317 Disponibilizar, na forma de dados abertos, informações de remuneração e diárias dos servidores Públicos.	1,00	1,00	02031 Constituição de Grupos de Trabalho - integrados por representantes das partes envolvidas no desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de Compras, Patrimônio, Almoxarifado e Contratos - nomeados em Ato conjunto.
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00520 Promover o avanço de políticas de governo eletrônico, por meio da ampliação e aperfeiçoamento das ferramentas eletrônicas e de tecnologia da informação, promovendo a desburocratização da Gestão, a prevenção e combate a corrupção, a transparência pública e aproximando o Governo da população.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00520 Promover o avanço de políticas de governo eletrônico, por meio da ampliação e aperfeiçoamento das ferramentas eletrônicas e de tecnologia da informação, promovendo a desburocratização da Gestão, a prevenção e combate a corrupção, a transparência pública e aproximando o Governo da população.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00520 Promover o avanço de políticas de governo eletrônico, por meio da ampliação e aperfeiçoamento das ferramentas eletrônicas e de tecnologia da informação, promovendo a desburocratização da Gestão, a prevenção e combate a corrupção, a transparência pública e aproximando o Governo da população.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00520 Promover o avanço de políticas de governo eletrônico, por meio da ampliação e aperfeiçoamento das ferramentas eletrônicas e de tecnologia da informação, promovendo a desburocratização da Gestão, a prevenção e combate a corrupção, a transparência pública e aproximando o Governo da população.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00520 Promover o avanço de políticas de governo eletrônico, por meio da ampliação e aperfeiçoamento das ferramentas eletrônicas e de tecnologia da informação, promovendo a desburocratização da Gestão, a prevenção e combate a corrupção, a transparência pública e aproximando o Governo da população.	1318 Instituir o Núcleo de Combate a Corrupção em parceria com a Policia Civil (PCRN/DEGEPOL)	1,00	1,00	02032 Realização de cursos, treinamentos e trabalhos por meio de parcerias, que visem o aperfei çoamento das técnicas de tributação, de controle interno e prevenção da corrupção, entre outras atividades correlatas
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00520 Promover o avanço de políticas de governo eletrônico, por meio da ampliação e aperfeiçoamento das ferramentas eletrônicas e de tecnologia da informação, promovendo a desburocratização da Gestão, a prevenção e combate a corrupção, a transparência pública e aproximando o Governo da população.				

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
CONTROL	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00520 Promover o avanço de políticas de governo eletrônico, por meio da ampliação e aperfeiçoamento das ferramentas eletrônicas e de tecnologia da informação, promovendo a desburocratização da Gestão, a prevenção e combate a corrupção, a transparência pública e aproximando o Governo da população.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00520 Promover o avanço de políticas de governo eletrônico, por meio da ampliação e aperfeiçoamento das ferramentas eletrônicas e de tecnologia da informação, promovendo a desburocratização da Gestão, a prevenção e combate a corrupção, a transparência pública e aproximando o Governo da população.	1661 Desenvolver sistema de controle, fiscalização e transparência das transferências voluntárias no âmbito do Poder Executivo do Estado, repassadas através de convênios e instrumentos congêneres	1,00	-	
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00520 Promover o avanço de políticas de governo eletrônico, por meio da ampliação e aperfeiçoamento das ferramentas eletrônicas e de tecnologia da informação, promovendo a desburocratização da Gestão, a prevenção e combate a corrupção, a transparência pública e aproximando o Governo da população.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00520 Promover o avanço de políticas de governo eletrônico, por meio da ampliação e aperfeiçoamento das ferramentas eletrônicas e de tecnologia da informação, promovendo a desburocratização da Gestão, a prevenção e combate a corrupção, a transparência pública e aproximando o Governo da população.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00520 Promover o avanço de políticas de governo eletrônico, por meio da ampliação e aperfeiçoamento das ferramentas eletrônicas e de tecnologia da informação, promovendo a desburocratização da Gestão, a prevenção e combate a corrupção, a transparência pública e aproximando o Governo da população.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00518 Fortalecer o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual, por meio da estruturação da Controladoria Geral do Estado, de modo a reforçar as quatro macro funções da CONTROL: Auditoria, Prevenção da Corrupção, Corregedoria e Ouvidoria.	1314 Implantar o Sistema Estadual de Correição	1,00	2,00	02021 Reestruturação do Portal da Transparência dotando-o de uma linguagem simples e clara pra ao cidadão.
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00518 Fortalecer o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual, por meio da estruturação da Controladoria Geral do Estado, de modo a reforçar as quatro macro funções da CONTROL: Auditoria, Prevenção da Corrupção, Corregedoria e Ouvidoria.	1315 Implementar o Núcleo de prevenção à Corrupção	1,00	1,00	02022 Reestruturação do Portal do Cidadão de modo a disponibilizar de forma ágil e acessível serviços públicos eletrônicos à população.
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00518 Fortalecer o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual, por meio da estruturação da Controladoria Geral do Estado, de modo a reforçar as quatro macro funções da CONTROL: Auditoria, Prevenção da Corrupção, Corregedoria e Ouvidoria.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00518 Fortalecer o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual, por meio da estruturação da Controladoria Geral do Estado, de modo a reforçar as quatro macro funções da CONTROL: Auditoria, Prevenção da Corrupção, Corregedoria e Ouvidoria.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00518 Fortalecer o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual, por meio da estruturação da Controladoria Geral do Estado, de modo a reforçar as quatro macro funções da CONTROL: Auditoria, Prevenção da Corrupção, Corregedoria e Ouvidoria.				02023 Ações de divulgação dos mecanismos de Transparência Pública do RN, incluindo: Sistema de Informação ao Cidadão e-SIC, Sistema de Ouvidoria Geral e-OUV e Portal da Transparência, de forma territorializada, utilizando parcerias com a Secretaria de Tributação-SET, Secretaria de Administração e RH-SEAD, Assessoria de Comunicação-ASSECOM e,ou, outros Órgãos da administração pública ou privada
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00518 Fortalecer o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual, por meio da estruturação da Controladoria Geral do Estado, de modo a reforçar as quatro macro funções da CONTROL: Auditoria, Prevenção da Corrupção, Corregedoria e Ouvidoria.				02024 Apresentação no Portal da Transparência do desenvolvimento e desempenho das Metas estabelecidas no PPA por Território e Órgão
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00518 Fortalecer o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual, por meio da estruturação da Controladoria Geral do Estado, de modo a reforçar as quatro macro funções da CONTROL: Auditoria, Prevenção da Corrupção, Corregedoria e Ouvidoria.				02025 Parceria com a SEAD pra disponibilização de canal de acompanhamento de processos via web, de forma acessível e fácil manuseio.
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00518 Fortalecer o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual, por meio da estruturação da Controladoria Geral do Estado, de modo a reforçar as quatro macro funções da CONTROL: Auditoria, Prevenção da Corrupção, Corregedoria e Ouvidoria.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00518 Fortalecer o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual, por meio da estruturação da Controladoria Geral do Estado, de modo a reforçar as quatro macro funções da CONTROL: Auditoria, Prevenção da Corrupção, Corregedoria e Ouvidoria.				02026 Parceria com o Escritório de Processos - SEPLAN para desenvolvimento de instrumento de simplificação de Processos de maneira participativa, através do Sistema de Ouvidoria e-OUV
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00518 Fortalecer o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual, por meio da estruturação da Controladoria Geral do Estado, de modo a reforçar as quatro macro funções da CONTROL: Auditoria, Prevenção da Corrupção, Corregedoria e Ouvidoria.				02027 Publicação das Contas de Gestão dos Órgãos do Executivo Estadual, dando mais transparência às ações de Governo

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00518 Fortalecer o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual, por meio da estruturação da Controladoria Geral do Estado, de modo a reforçar as quatro macro funções da CONTROL: Auditoria, Prevenção da Corrupção, Corregedoria e Ouvidoria.				02270 Instalar grupo de trabalho na área de TI e suporte permitindo o desenvolvimento próprio de ferramentas de controle
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00518 Fortalecer o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual, por meio da estruturação da Controladoria Geral do Estado, de modo a reforçar as quatro macro funções da CONTROL: Auditoria, Prevenção da Corrupção, Corregedoria e Ouvidoria.				02272 Promover o desenvolvimento de painéis de Business Inteligence para uso da gestão, em nível estratétigo
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00519 Ampliar e qualificar o Controle Interno e o bom gerenciamento dos negócios públicos por meio da melhoria das instalações físicas, oferta de ferramentas técnicas apropriadas e da formação e capacitação de servidores a fim de proporcionar melhores condições e resultados no exercício das atividades da CONTROL.	1316 Promover capacitação/atualização dos servidores atuantes nas áreas administrativa, financeira e de controle interno	4,00	21,00	02016 Publicação de Lei instituindo os cargos de Corregedor Geral, Ouvidor Geral e Coordenador do N úcleo de Prevenção da Corrupção
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00519 Ampliar e qualificar o Controle Interno e o bom gerenciamento dos negócios públicos por meio da melhoria das instalações físicas, oferta de ferramentas técnicas apropriadas e da formação e capacitação de servidores a fim de proporcionar melhores condições e resultados no exercício das atividades da CONTROL.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00519 Ampliar e qualificar o Controle Interno e o bom gerenciamento dos negócios públicos por meio da melhoria das instalações físicas, oferta de ferramentas técnicas apropriadas e da formação e capacitação de servidores a fim de proporcionar melhores condições e resultados no exercício das atividades da CONTROL.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	02019 Reestruturação da infraestrutura de cabeamento da Rede Lógica da CONTROL	00519 Ampliar e qualificar o Controle Interno e o bom gerenciamento dos negócios públicos por meio da melhoria das instalações físicas, oferta de ferramentas técnicas apropriadas e da formação e capacitação de servidores a fim de proporcionar melhores condições e resultados no exercício das atividades da CONTROL.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	02019 Reestruturação da infraestrutura de cabeamento da Rede Lógica da CONTROL	00519 Ampliar e qualificar o Controle Interno e o bom gerenciamento dos negócios públicos por meio da melhoria das instalações físicas, oferta de ferramentas técnicas apropriadas e da formação e capacitação de servidores a fim de proporcionar melhores condições e resultados no exercício das atividades da CONTROL.				02017 Implantação e estruturação da Corregedoria Geral e Núcleo de Prevenção à Corrupção
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	02019 Reestruturação da infraestrutura de cabeamento da Rede Lógica da CONTROL	00519 Ampliar e qualificar o Controle Interno e o bom gerenciamento dos negócios públicos por meio da melhoria das instalações físicas, oferta de ferramentas técnicas apropriadas e da formação e capacitação de servidores a fim de proporcionar melhores condições e resultados no exercício das atividades da CONTROL.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00521 Valorizar a carreira e o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte por meio da reestruturação dos instrumentos legais, assim como de capacitação e requalificação do corpo técnico do Sistema de Controle Interno, objetivando a melhoria dos serviços públicos ofertados à população	1319 Reestruturar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Controladoria Geral do Estado prevendo a competências dos cargos, vacância. Unidade Medida: Unidade	1,00	6,00	02019 Reestruturação da infraestrutura de cabeamento da Rede Lógica da CONTROL
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00521 Valorizar a carreira e o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte por meio da reestruturação dos instrumentos legais, assim como de capacitação e requalificação do corpo técnico do Sistema de Controle Interno, objetivando a melhoria dos serviços públicos ofertados à população				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00521 Valorizar a carreira e o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte por meio da reestruturação dos instrumentos legais, assim como de capacitação e requalificação do corpo técnico do Sistema de Controle Interno, objetivando a melhoria dos serviços públicos ofertados à população				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00521 Valorizar a carreira e o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte por meio da reestruturação dos instrumentos legais, assim como de capacitação e requalificação do corpo técnico do Sistema de Controle Interno, objetivando a melhoria dos serviços públicos ofertados à população	1320 Normatizar, de forma padronizada, as Unidades de Controle Interno quanto a sua estrutura organizacional.	1,00	1,00	02020 Estrutura física e ferramentas de trabalho adequadas ao bom desempenho das funções relacionadas ao Controle Interno, inclusive para atendimento da acessibilidade e mobilidade.
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00521 Valorizar a carreira e o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte por meio da reestruturação dos instrumentos legais, assim como de capacitação e requalificação do corpo técnico do Sistema de Controle Interno, objetivando a melhoria dos serviços públicos ofertados à população				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00521 Valorizar a carreira e o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte por meio da reestruturação dos instrumentos legais, assim como de capacitação e requalificação do corpo técnico do Sistema de Controle Interno, objetivando a melhoria dos serviços públicos ofertados à população	1501 Criar Conselho Estadual de Defesa dos Direitos dos Usuários de Serviços Públicos	1,00	-	
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00521 Valorizar a carreira e o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte por meio da reestruturação dos instrumentos legais, assim como de capacitação e requalificação do corpo técnico do Sistema de Controle Interno, objetivando a melhoria dos serviços públicos ofertados à população				

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00521 Valorizar a carreira e o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte por meio da reestruturação dos instrumentos legais, assim como de capacitação e requalificação do corpo técnico do Sistema de Controle Interno, objetivando a melhoria dos serviços públicos ofertados à população				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00526 Promover o controle social através da participação e do debate sobre ética, cidadania e transparência da receita e dos gastos públicos	1330 Instituir pesquisa periódica de avaliação das políticas pública estaduais.	4,00	4,00	02028 Atualização e publicação da Lei de Planos de Cargos, Carreiras e Salários da CONTROL
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00526 Promover o controle social através da participação e do debate sobre ética, cidadania e transparência da receita e dos gastos públicos				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00526 Promover o controle social através da participação e do debate sobre ética, cidadania e transparência da receita e dos gastos públicos				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00526 Promover o controle social através da participação e do debate sobre ética, cidadania e transparência da receita e dos gastos públicos				02029 Participação em eventos como: seminários, cursos, fóruns e afins para atualização e requalificação dos servidores do Sistema de Controle Interno.
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00526 Promover o controle social através da participação e do debate sobre ética, cidadania e transparência da receita e dos gastos públicos				02030 Normatização padronizada, através de Decreto, das Unidades de Controle Interno-UCIs, quanto a sua estrutura organizacional.
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00526 Promover o controle social através da participação e do debate sobre ética, cidadania e transparência da receita e dos gastos públicos				02200 Normatização, através de Decreto Estadual, regulamentando a Avaliação de Desempenho prevista na Lei Complementar Estadual n 430/2010
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00143 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	00525 Ampliar e disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática da Transparência e Controle Social na Administração Pública, através de ações educativas, promocionais e integradas, contribuindo para a educação social, melhor oferta de serviços públicos, fortalecimento do controle social e exercício da cidadania plena.	1328 Realizar ações em Transparência e Controle Social contemplando todos os 10 Territórios	10,00	41,00	02039 Criação do Conselho Estadual da Transparência e da Prevenção e Combate à Corrupção
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00144 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	00525 Ampliar e disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática da Transparência e Controle Social na Administração Pública, através de ações educativas, promocionais e integradas, contribuindo para a educação social, melhor oferta de serviços públicos, fortalecimento do controle social e exercício da cidadania plena.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00145 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	00525 Ampliar e disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática da Transparência e Controle Social na Administração Pública, através de ações educativas, promocionais e integradas, contribuindo para a educação social, melhor oferta de serviços públicos, fortalecimento do controle social e exercício da cidadania plena.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00525 Ampliar e disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática da Transparência e Controle Social na Administração Pública, através de ações educativas, promocionais e integradas, contribuindo para a educação social, melhor oferta de serviços públicos, fortalecimento do controle social e exercício da cidadania plena.				
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00525 Ampliar e disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática da Transparência e Controle Social na Administração Pública, através de ações educativas, promocionais e integradas, contribuindo para a educação social, melhor oferta de serviços públicos, fortalecimento do controle social e exercício da cidadania plena.				02040 Estruturação do Conselho Estadual da Transparência e da Prevenção e Combate à Corrupção
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00525 Ampliar e disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática da Transparência e Controle Social na Administração Pública, através de ações educativas, promocionais e integradas, contribuindo para a educação social, melhor oferta de serviços públicos, fortalecimento do controle social e exercício da cidadania plena.				02041 Instituição de mecanismos de avaliação popular dos Programas de Governo.
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00525 Ampliar e disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática da Transparência e Controle Social na Administração Pública, através de ações educativas, promocionais e integradas, contribuindo para a educação social, melhor oferta de serviços públicos, fortalecimento do controle social e exercício da cidadania plena.				02034 Promoção da Transparência Pública, do Controle Social e de práticas de Prevenção à Corrupção por meio de encontros, seminários, fóruns e conferências para a divulgação e promoção da participação, controle social e transparência da ação pública

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00525 Ampliar e disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática da Transparência e Controle Social na Administração Pública, através de ações educativas, promocionais e integradas, contribuindo para a educação social, melhor oferta de serviços públicos, fortalecimento do controle social e exercício da cidadania plena.				02035 Promoção de ações de Ouvidoria Ativa, levando ao cidadão de forma itinerante informações de serviços públicos oferecidos, disponibilizando também espaço para receber manifestações da sociedade
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00525 Ampliar e disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática da Transparência e Controle Social na Administração Pública, através de ações educativas, promocionais e integradas, contribuindo para a educação social, melhor oferta de serviços públicos, fortalecimento do controle social e exercício da cidadania plena.				02036 Ampliação e aperfeiçoamento dos canais de diálogo com a sociedade, através da promoção de ações integradas e transversais de governo, proporcionando o avanço da democracia participativa no estado do RN
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00525 Ampliar e disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática da Transparência e Controle Social na Administração Pública, através de ações educativas, promocionais e integradas, contribuindo para a educação social, melhor oferta de serviços públicos, fortalecimento do controle social e exercício da cidadania plena.				02037 Capacitação em Transparência e Controle Social com os atores envolvidos no processo de formação educacional e social
	0016 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	00148 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	00525 Ampliar e disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática da Transparência e Controle Social na Administração Pública, através de ações educativas, promocionais e integradas, contribuindo para a educação social, melhor oferta de serviços públicos, fortalecimento do controle social e exercício da cidadania plena.				02038 Campanha utilizando as ferramentas das mídias sociais com vídeos e panfletos sobre governança administrativa e financeira com participação social, de forma clara, lúdica e objetiva.
ÓRGÃO	**OBJETIVO ODS**	**META ODS**	**OBJETIVO PPA**	**METAS VINCULADAS**	**PREVISTO (META)**	**REALIZADO (META)**	**INICIATIVA (AGENDA ODS)**
SAPE	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00511 Promover o desenvolvimento da agropecuária de forma sustentável, com a melhoria na infraestrutura de acessos ao escoamento e comercialização da produção, na modernização de máquinas e equipamentos e incentivo a qualificação do agricultor e produtor rural com novos métodos e difusão tecnológicas, visando agregar valor aos produtos com redução de custos e perdas. Proporcionar ainda, por meio das tecnologias de baixo custo, o acesso a água para incremento de pequenas produções agropecuária, no enfrentamento de períodos de estiagem prolongados no semiárido do Rio Grande do Norte	1331 Adquirir e distribuir sementes de qualidade de feijão, milho e arroz para subsistência e de sorgo para forragem animal, a agricultores familiares cadastrados nos 1.156 Bancos de Sementes.	705,00	2.549,93	
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola		1357 Implementar Subprojetos - implementar projetos socioambientais (acesso a água) e de inclusão produtiva (na cadeia de apicultura, agricultura irrigado, cajucultura, pescado, leite e derivados) para atender a população.	Total por Território sem total geral	-	
ÓRGÃO	**OBJETIVO ODS**	**META ODS**	**OBJETIVO PPA**	**METAS VINCULADAS**	**PREVISTO (META)**	**REALIZADO (META)**	**INICIATIVA (AGENDA ODS)**
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00530 Aumentar a segurança alimentar, o acesso a infraestrutura econômica produtiva e o acesso a mercado em conformidade sanitária com o acordo de empréstimo do Banco Mundial para o programa Governo Cidadão	1358 Criar programa de convivência com o semiárido potiguar a partir da ampliação da utilização das tecnologias sociais (construção de cisternas-enxurradas, cisternas familiares, cisternas calçadão, barragens subterrâneas, reuso de águas) para atender a população rural difusa	Total por Território sem total geral	-	
	0002 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00530 Aumentar a segurança alimentar, o acesso a infraestrutura econômica produtiva e o acesso a mercado em conformidade sanitária com o acordo de empréstimo do Banco Mundial para o programa Governo Cidadão	1359 Mapear os investimentos direcionados aos empreendimentos econômicos solidários por meio dos projetos ECOSOL/RN E Governo cidadão	Total por Território sem total geral	1,00	
	Agenda ODS: 0003 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idade	00010 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	00510 Melhorar o acesso e a qualidade dos serviços da saúde em conformidade com o acordo de empréstimo do Banco Mundial para o programa Governo Cidadão	1323 Construir, reformar e/ou equipar unidades de saúde.	Total por Território sem total geral	9,00	
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00036 Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos	00527 Melhorar o acesso e a qualidade dos serviços da Educação em conformidade com o acordo de empréstimo do Banco Mundial para o Projeto Governo Cidadão	1339 Construir, reformar e/ou equipar unidades de escolas	Total por Território sem total geral	24,00	01964 Melhoria da rede de atenção a saúde, incluindo o fortalecimento das redes de atenção materno-infantil, oncológica e de urgências-emergências - GOVERNO CIDADÃO
	0004 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	00036 Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos	00527 Melhorar o acesso e a qualidade dos serviços da Educação em conformidade com o acordo de empréstimo do Banco Mundial para o Projeto Governo Cidadão	1343 Alfabetizar jovens e adultos	1.000,00	202,00	
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00530 Aumentar a segurança alimentar, o acesso a infraestrutura econômica produtiva e o acesso a mercado em conformidade sanitária com o acordo de empréstimo do Banco Mundial para o programa Governo Cidadão	1354 Melhorar a malha viária e aeroviária dos corredores turísticos	1,00	1,00	01974 Melhoria da qualidade da educação

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
SEPLAN	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00530 Aumentar a segurança alimentar, o acesso a infraestrutura econômica produtiva e o acesso a mercado em conformidade sanitária com o acordo de empréstimo do Banco Mundial para o programa Governo Cidadão	1355 Melhorar a sinalização turística no Rio Grande do Norte	Total por Território sem total geral	-	
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00530 Aumentar a segurança alimentar, o acesso a infraestrutura econômica produtiva e o acesso a mercado em conformidade sanitária com o acordo de empréstimo do Banco Mundial para o programa Governo Cidadão	1356 Implementar Investimentos de Desenvolvimento Regiona	Total por Território sem total geral	4,00	
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00528 Melhorar os sistemas de controles de despesas públicas, dos recursos humanos e da gestão de ativos físicos, no contexto de uma abordagem de gestão baseada em resultados, em conformidade com o acordo de empréstimo do Banco Mundial para o projeto Governo Cidadão.	1352 Modernizar os sistemas administrativos e de gestão do estado	3,00	1,00	02000 Desenvolvimento Regional Sustentável, com inclusão econômica e investimentos em infraestruturas regionais resilientes.
	0009 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	00073 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	00528 Melhorar os sistemas de controles de despesas públicas, dos recursos humanos e da gestão de ativos físicos, no contexto de uma abordagem de gestão baseada em resultados, em conformidade com o acordo de empréstimo do Banco Mundial para o projeto Governo Cidadão.	1353 Melhorar e modernizar a infraestrutura dos órgãos de planejamento, gestão e controle	Total por Território sem total geral	-	01995 Melhoria da Gestão do setor público
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00097 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência	00513 Melhorar o acesso e a qualidade dos serviços da segurança, em conformidade com o acordo de empréstimo do Banco Mundial para o Projeto Governo Cidadão	1325 Fortalecer ações de prevenção a violência	2,00	1,00	01995 Melhoria da Gestão do setor público
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00097 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência	00513 Melhorar o acesso e a qualidade dos serviços da segurança, em conformidade com o acordo de empréstimo do Banco Mundial para o Projeto Governo Cidadão				02264 Implementar prestação de conta e relatório de avaliação do Projeto Governo Cidadão
	0011 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	00097 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência	00513 Melhorar o acesso e a qualidade dos serviços da segurança, em conformidade com o acordo de empréstimo do Banco Mundial para o Projeto Governo Cidadão				01967 Fortalecimento da gestão e segurança pública
	00023 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos	00097 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência	00510 Melhorar o acesso e a qualidade dos serviços da saúde em conformidade com o acordo de empréstimo do Banco Mundial para o programa Governo Cidadão.	01323 Construir, reformar e/ou equipar unidades de saúde.		9,00	
ÓRGÃO	OBJETIVO ODS	META ODS	OBJETIVO PPA	METAS VINCULADAS	PREVISTO (META)	REALIZADO (META)	INICIATIVA (AGENDA ODS)
SEMARH	0006 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	00052 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado	00121 Implementar, de forma mais atuante, nos órgãos competentes do sistema de gerenciamento de recursos Hídricos do estado , os instrumentos de gestão preconizados na lei Federal nº 9433/97, e na Lei estadual nº 6908/96	0396 Promover o fortalecimento institucional do SIGERH.	1,00	2,35	00657 Implementar ações de recuperação e preservação das nascente

DEMANDA DA POPULAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
1	Terras Potiguaras	Aumentar e equiparar o valor do vale refeição dos profissionais do sistema de segurança e do sistema penitenciário;	Rio Grande do Norte	SEAP	2	Melhorar a gestão de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho, com ações efetivas visando a valorização da carreira profissional e a qualidade de vida do Policial Penal e demais Servidores da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.	0010 Proporcionar a qualificação continuada dos policiais penais efetivos do quadro da SEAP 0015 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Policiais Penais 0035 Capacitar todo o efetivo de Policiais Penais até 2022, com ênfase na prevenção a tortura, estímulos as políticas de trabalho, educação e assistência social, considerando a transversalidade das temáticas de igualdade de gênero e de direitos humanos. 0044 Garantir o fornecimento de Armamentos, distintivos, identidades funcionais e porta cédulas para todos Policiais Penais, conforme previsão legal na Lei 566/2016 e suas alterações. 0063 Criar ou redistribuir cargos para Direção de unidades prisionais/ Chefia / Assessoramento, regularizando a estrutura organizacional da SEAP. 1652 Realizar Concurso Público nas Áreas de Apoio Administrativo e de Especialização. 1653 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Servidores da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.	A demanda da população foi atendida através da meta 15 , foi instituído o auxílio alimentação através do Decreto nº 31.326 em 29/03/2022 e meta 1653 onde foi elaborada minuta de Projeto de Lei visando a concessão de auxílio alimentação para os demais servidores da SEAP. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	0010 - EM ANDAMENTO 0015 - PARALISADA 0035 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 0044 - EM ANDAMENTO 0063 - NÃO INICIADO 1652 - NÃO INICIADO 1653 - PARALISADO
3	Terras Potiguaras	Desenvolver programas de prevenção intersetoriais que contemplem medidas voltadas a inclusão social, saúde, educação, habitação, geração de emprego e renda, acesso à cultura, ao esporte e ao lazer e ordenamento urbano nos territórios mais vulneráveis;	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade.	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	A demanda da população foi atendida através da meta 108, com ação contínua entre SESAP e SEAP, com repasse de recursos para aquisicação de medicamentos e insumos de saúde e assistência básica. Meta 110 executada com a ampliação dos espaços físicos no Complexo Penal Dr. João Chaves Feminino, sala de amamentação, berçario, brinquedoteca. Meta 112 executada na Cadeia Pública de Ceará-Mirim, onde há adequação de espaços para o público LGBTQIA+ e nas outras unidades tem celas separadas para custodia deste público.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
5	Terras Potiguaras	Valorizar os profissionais que trabalham no Sistema Penitenciário, através de: Criação do núcleo de atenção psicossocial, Formação continuada, Reestruturação da escola de formação	Rio Grande do Norte	SEAP	2	Melhorar a gestão de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho, com ações efetivas visando a valorização da carreira profissional e a qualidade de vida do Policial Penal e demais Servidores da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.	0010 Proporcionar a qualificação continuada dos policiais penais efetivos do quadro da SEAP 0015 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Policiais Penais 0035 Capacitar todo o efetivo de Policiais Penais até 2022, com ênfase na prevenção a tortura, estímulos as políticas de trabalho, educação e assistência social, considerando a transversalidade das temáticas de igualdade de gênero e de direitos humanos. 0044 Garantir o fornecimento de Armamentos, distintivos, identidades funcionais e porta cédulas para todos Policiais Penais, conforme previsão legal na Lei 566/2016 e suas alterações. 0063 Criar ou redistribuir cargos para Direção de unidades prisionais/ Chefia / Assessoramento, regularizando a estrutura organizacional da SEAP. 1652 Realizar Concurso Público nas Áreas de Apoio Administrativo e de Especialização. 1653 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Servidores da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.	A demanda da população foi atendida (meta 10) por meio de ações educacionais em 2023 para qualificação profissional, cursos e capacitações. Meta 35, houve a oferta do Curso de Introdução aos Direitos Humanos, cancelado por insuficiência de inscritos. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	0010 - EM ANDAMENTO 0015 - PARALISADA 0035 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 0044 - EM ANDAMENTO 0063 - NÃO INICIADO 1652 - NÃO INICIADO 1653 - PARALISADO
7	Terras Potiguaras	Avaliar e recuperar as unidades prisionais	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança.	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	A demanda da população pode ser atendida, através da meta 71 , que está em fase de elaboração do projeto arquitetônico para construção de uma penitenciária no Bairro Potengi em Natal. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
8	Terras Potiguaras	Avaliar e recuperar as unidades prisionais	Terras Potiguaras	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança.	0068 Construir ou reformar penitenciária feminina em conformidade com a resolução nº 09 do CNPCP 0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0073 Reestruturar a sede da Secretaria Estadual Administração Penitenciária, com a adequação dos espaços físicos e aquisição de equipamentos tecnológicos modernos para garantir a eficiência e eficácia na entrega dos serviços 0074 Atender a Seção de Inteligência penitenciária com equipamentos modernos para atuar de forma integrada com o Sistema de Segurança Pública.	A demanda da população pode ser atendida, através da meta 68, obra em andamento, previsto para conclusão em fevereiro de 2024. Meta 71 , que está em fase de elaboração do projeto arquitetônico para construção de uma penitenciária no Bairro Potengi em Natal. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	68 - EM ANDAMENTO 71 -AÇÕES PREPARATÓRIAS 73 - EM ANDAMENTO 74 - EM ANDAMENTO
9	Terras Potiguaras	Propor e apoiar a realização de mutirão para análise de processos e encaminhamento de providências judiciais	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
11	Terras Potiguaras	Fortalecer a inteligência penitenciária, com a instituição de equipe especializada e que atue de forma integrada com o Sistema de Segurança Pública	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança.	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados	A demanda da população foi atendida, por meio da meta 80, onde houve a aquisição de veículos novos, também foi celebrado o contrato assinado com a Empresa Nordeste Auto Center para serviços de manutenção do automóveis Meta 87, reduzido a quantidade de pessoas encarceradas através da Central de Monitoramento	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
12	Terras Potiguaras	Fortalecer a inteligência penitenciária, com a instituição de equipe especializada e que atue de forma integrada com o Sistema de Segurança Pública	Terras Potiguaras	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança.	0068 Construir ou reformar penitenciária feminina em conformidade com a resolução nº 09 do CNPCP 0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0073 Reestruturar a sede da Secretaria Estadual Administração Penitenciária, com a adequação dos espaços físicos e aquisição de equipamentos tecnológicos modernos para garantir a eficiência e eficácia na entrega dos serviços 0074 Atender a Seção de Inteligência penitenciária com equipamentos modernos para atuar de forma integrada com o Sistema de Segurança Pública.	A demanda da população foi atendida, através da meta 74, com a contratação de empresa especializada em sistemas de segurança eletrônica em CFTV, novo projeto para aparelhamento do Departamento de Inteligência Penitenciária -DIPEN, foi submetido ao DEPEN e a aquisição dos equipamentos foi cumprido parcialmente. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	68 - EM ANDAMENTO 71 -AÇÕES PREPARATÓRIAS 73 - EM ANDAMENTO 74 - EM ANDAMENTO
13	Terras Potiguaras	Buscar parceria com o Sistema de justiça Criminal objetivando reduzir a quantidade de presos provisórios	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação,	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
15	Terras Potiguaras	Realizar o censo da população carcerária	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
17	Terras Potiguaras	Adotar mecanismos de transparênica acerca da execução orçamentária, contratos e demais dados não sigilosos acerca do sistema	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
19	Terras Potiguaras	Programar o uso de tecnologias digitais e de comunicação, para garantir a segurança e o acompanhamento das atividades, no âmbito das unidades prisionais destinadas ao cumprimento de pena em regimes fechado e em semiaberto	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança.	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
21	Terras Potiguaras	Instalar equipamentos de vídeo monitoramento e escaneamento corporal, para acompanhamento e controle das atividades nas unidades prisionais	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança.	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
22	Terras Potiguaras	Instalar equipamentos de vídeo monitoramento e escaneamento corporal, para acompanhamento e controle das atividades nas unidades prisionais	Terras Potiguaras	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança.	0068 Construir ou reformar penitenciária feminina em conformidade com a resolução nº 09 do CNPCP 0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0073 Reestruturar a sede da Secretaria Estadual Administração Penitenciária, com a adequação dos espaços físicos e aquisição de equipamentos tecnológicos modernos para garantir a eficiência e eficácia na entrega dos serviços 0074 Atender a Seção de Inteligência penitenciária com equipamentos modernos para atuar de forma integrada com o Sistema de Segurança Pública.	A demanda da população pode ser atendida, através da meta 74, houve contratação de empresa especializada em sistemas de segurança eletrônica em CFTV; sistemas de inteligência analítica; de controle de acesso, de sonorização; de detecção perimetral, com software de gerenciamento e equipamentos de plataforma de segurança e monitoramento A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	68 - EM ANDAMENTO 71 -AÇÕES PREPARATÓRIAS 73 - EM ANDAMENTO 74 - EM ANDAMENTO
23	Terras Potiguaras	Implantar a central de penas e medidas alternativas, privilegiando o uso do monitoramento eletrônico	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convivio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
25	Terras Potiguaras	Implementar ações de saúde, educação, profissionalização, promoção social, geração de renda e apoio à família	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convivio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	A demanda da população foi atendida através da meta 108, com ação contínua entre SESAP e SEAP, com repasse de recursos para aquisicação de medicamentos e insumos de saúde e assistência básica. Meta 110 executada com a ampliação dos espaços físicos no Complexo Penal Dr. João Chaves Feminino, sala de amamentação, berçario, brinquedoteca. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
27	Terras Potiguaras	Fortalecer, ampliar e interiorizar o programa de egressos	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convivio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
29	Terras Potiguaras	Apoiar a criação de ala LGBT dentro do Sistema Penitenciário	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convivio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	A demanda da população foi atendida através da meta 112 executada na Cadeia Pública de Ceará-Mirim, onde há adequação de espaços para o público LGBTQIA+ e nas outras unidades tem celas separadas para custodia deste público. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
31	Terras Potiguaras	Apoiar a implementação e viabilização da Política de Assistência à Saúde da mulher no Sistema Prisional	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	A demanda da população foi atendida através da meta 108, com ação contínua entre SESAP e SEAP, com repasse de recursos para aquisicação de medicamentos e insumos de saúde e assistência básica. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
33	Terras Potiguaras	Contribuir para a humanização dos equipamentos prisionais e a garantia dos espaços físicos adequados para as mulheres em situação de prisão	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	A demanda da população foi atendida através da meta 110 executada com a ampliação dos espaços físicos no Complexo Penal Dr. João Chaves Feminino, sala de amamentação, berçario, brinquedoteca. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
35	Terras Potiguaras	Estimular a reinserção no mercado de trabalho mulheres egressas do sistema prisional	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
37	Terras Potiguaras	Qualificar o cuidado às mulheres em situação de prisão durante a gravidez e no pós-parto e a recém-nascidos e crianças destas mulheres.	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	A demanda da população foi atendida através da meta 110 executada com a ampliação dos espaços físicos no Complexo Penal Dr. João Chaves Feminino, sala de amamentação, berçario, brinquedoteca. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
39	Terras Potiguaras	Incentivar o atendimento prioritário das mulheres em situação de violência nos programas de qualificação social e profissional	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
41	Terras Potiguaras	Criação de novas vagas; Incentivo a inserção no mercado de trabalho de egressos do sistema carcerário como mecanismo de ressocialização; criação de novas APACs e fomento de apoios às já existentes; Cooperação entre instituições do sistema de justiça e órgãos do governo para delimitação da quantidade específica de drogas para enquadramento no crime de tráfico de drogas; Melhoria de programas preventivos sobre o uso de drogas, no âmbito educacional	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança.	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	A demanda da população pode ser atendida, através da meta 71 , com a criação de novas vagas, está em fase de elaboração do projeto arquitetônico para construção de uma penitenciária no Bairro Potengi em Natal. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população. Meta 102 (não vinculada), concluída a construção de uma APAC em São Gonçalo do Amarante e está em fase de elaboração de projetos complementares de engenharia para construção de uma nova Sede da APAC em Macau.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
42	Terras Potiguaras	Criação de novas vagas; Incentivo a inserção no mercado de trabalho de egressos do sistema carcerário como mecanismo de ressocialização; criação de novas APACs e fomento de apoios às já existentes; Cooperação entre instituições do sistema de justiça e órgãos do governo para delimitação da quantidade específica de drogas para enquadramento no crime de tráfico de drogas; Melhoria de programas preventivos sobre o uso de drogas, no âmbito educacional	Terras Potiguaras	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança.	0068 Construir ou reformar penitenciária feminina em conformidade com a resolução nº 09 do CNPCP 0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0073 Reestruturar a sede da Secretaria Estadual Administração Penitenciária, com a adequação dos espaços físicos e aquisição de equipamentos tecnológicos modernos para garantir a eficiência e eficácia na entrega dos serviços 0074 Atender a Seção de Inteligência penitenciária com equipamentos modernos para atuar de forma integrada com o Sistema de Segurança Pública.	A demanda da população pode ser atendida, através da meta 71 , com a criação de novas vagas, está em fase de elaboração do projeto arquitetônico para construção de uma penitenciária no Bairro Potengi em Natal. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população. Meta 102 (não vinculada), concluída a construção de uma APAC em São Gonçalo do Amarante e está em fase de elaboração de projetos complementares de engenharia para construção de uma nova Sede da APAC em Macau.	68 - EM ANDAMENTO 71 -AÇÕES PREPARATÓRIAS 73 - EM ANDAMENTO 74 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
43	Terras Potiguaras	PROJETO NO SISTEMA PRISIONAL QUE INCENTIVE A ESCOLARIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0096 Aumentar de 350 para 6.500 (seis mil e quinhentos) o número de pessoas privadas de liberdade que participam de atividades laborais. 0098 Adequar espaços físicos das Unidades Prisionais, para execução das ações e atividades de saúde, educação e trabalho 0102 Construir ou reformar ambientes de custódia para atender a metodologia APAC gerando 400 vagas, com a fiscalização efetiva do sistema de justiça 0106 Ofertar método de capacitação profissional e de educação prisional, para pessoas privadas de liberdade 0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	A demanda da população foi atendida através da meta 96 houve a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre a SEAP, FIERN e IEL para a contratação de mão-de-obra de internos e egressos do Sistema Prisional do RN, bem como foi celebrado um outro acordo com a Prefeitura de Mossoró para a contratação de 50 (cinquenta) privados de liberdade para revitalização de UBS do Sistema Único de Saúde de Mossoró/RN, foi realizado o acordo de Cooperação entre a SEAP e o Instituto Vida Videira que tem por objeto a oferta gratuita do Programa Reinício, que busca desenvolver o passo a passo para ser inserido ou reinserido no mercado de trabalho, ou começar seu próprio negócio , dispondo de orientações para uma educação financeira e por fim ações ainda em andamento com a constituição da Comissão de Fomento e Trabalho e Renda no âmbito da SEAP Meta 98, com a melhoria nas unidades prisionais CPJC FEM, CPEAMN e ALCAÇUZ (Oficinas) Meta 102 (não vinculada), concluída a construção de uma APAC em São Gonçalo do Amarante e está em fase de elaboração de projetos complementares de engenharia para construção de uma nova Sede da APAC em Macau. Meta 106, com a contratação do SENAC, para ofertar cursos de Qualificação Profissional garantindo a participação de 250 (duzentos e cinquenta) custodiados. Conclusão do curso de Eletricista de Instalações Residenciais, ofertado pelo SENAI, para 20 internas, além de outras iniciativas ENCCEJA PPL, ENEM PPL, alfabetização pelo IBRAEMA, Aulas de Graduação EAD, 4ª Jornada de Leitura no Cárcere. A demanda foi vinculada à outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	96 - EM ANDAMENTO 98 - EM ANDAMENTO 102 - EM ANDAMENTO 106 - EM ANDAMENTO 108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
45	Terras Potiguaras	Criar vagas no Sistema Penitenciário	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança.	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	A demanda da população pode ser atendida, através da meta 71 , com a criação de novas vagas, está em fase de elaboração do projeto arquitetônico para construção de uma penitenciária no Bairro Potengi em Natal. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
46	Terras Potiguaras	Criar vagas no Sistema Penitenciário	Terras Potiguaras	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança.	0068 Construir ou reformar penitenciária feminina em conformidade com a resolução nº 09 do CNPCP 0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0073 Reestruturar a sede da Secretaria Estadual Administração Penitenciária, com a adequação dos espaços físicos e aquisição de equipamentos tecnológicos modernos para garantir a eficiência e eficácia na entrega dos serviços 0074 Atender a Seção de Inteligência penitenciária com equipamentos modernos para atuar de forma integrada com o Sistema de Segurança Pública.	A demanda da população pode ser atendida, através da meta 71 , com a contrução de novas unidades prisionais, está em fase de elaboração do projeto arquitetônico para construção de uma penitenciária no Bairro Potengi em Natal. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	68 - EM ANDAMENTO 71 -AÇÕES PREPARATÓRIAS 73 - EM ANDAMENTO 74 - EM ANDAMENTO
47	Terras Potiguaras	Garantir o trabalho dentro do própio estabelecimento prisional, para que os apenados possam ajudar financeiramente as suas famílias e para que contribuam com o seu sustento	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
48	Terras Potiguaras	Garantir o trabalho dentro do própio estabelecimento prisional, para que os apenados possam ajudar financeiramente as suas famílias e para que contribuam com o seu sustento	Terras Potiguaras	SEAP	5	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0086 Realizar projetos de trabalho e renda, para viabilizar a entrega de uniformes e materiais de higiene pessoal para os internos custodiados nas unidades prisionais	A demanda foi atendimento através da Oficina de Costura no Complexo Penal Dr. João Chaves e aquisição de todo Enxoval e Kits de higiene completo para todos os internos das Unidades Prisionais, em continuidade, aquisição de novas máquinas, insumos e kits adquiridos com recursos federais e no MPT.	86 - EM ANDAMENTO
49	Terras Potiguaras	Ampliação do número de agentes penitenciários para melhorar o trabalho. visando acabar com a sobrecarga de trabalho.	Rio Grande do Norte	SEAP	2	Melhorar a gestão de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho, com ações efetivas visando a valorização da carreira profissional e a qualidade de vida do Policial Penal e demais Servidores da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	0010 Proporcionar a qualificação continuada dos policiais penais efetivos do quadro da SEAP 0015 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Policiais Penais 0035 Capacitar todo o efetivo de Policiais Penais até 2022, com ênfase na prevenção a tortura, estímulos as políticas de trabalho, educação e assistência social, considerando a transversalidade das temáticas de igualdade de gênero e de direitos humanos. 0044 Garantir o fornecimento de Armamentos, distintivos, identidades funcionais e porta cédulas para todos Policiais Penais, conforme previsão legal na Lei 566/2016 e suas alterações. 0063 Criar ou redistribuir cargos para Direção de unidades prisionais/ Chefia / Assessoramento, regularizando a estrutura organizacional da SEAP. 1652 Realizar Concurso Público nas Áreas de Apoio Administrativo e de Especialização. 1653 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Servidores da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.	Demanda da população Meta 1652 que visa a realização de concurso público para ampliação do número de agentes penitenciarios, ainda não foi iniciada.	0010 - EM ANDAMENTO 0015 - PARALISADA 0035 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 0044 - EM ANDAMENTO 0063 - NÃO INICIADO 1652 - NÃO INICIADO 1653 - PARALISADO
51	Terras Potiguaras	Investimento na área de educação profissional e geração de renda nos presídios para que os custos sejam do própio detento	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
53	Terras Potiguaras	Assegurar a formação educacional tecnológica e artística para os presidiários e presidiárias	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
55	Terras Potiguaras	Realizar o censo carcerário com ênfase na população negra, LGBTs e povos tradicionais do RN.	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
57	Agreste Litoral Sul	Avaliar e recuperar as unidades prisionais	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança.	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	A demanda da população pode ser atendida, através da meta 71 , com a contrução de novas unidades prisionais, está em fase de elaboração do projeto arquitetônico para construção de uma penitenciária no Bairro Potengi em Natal. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
59	Agreste Litoral Sul	Criar mais vagas para cargo de agente penitenicário	Rio Grande do Norte	SEAP	2	Melhorar a gestão de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho, com ações efetivas visando a valorização da carreira profissional e a qualidade de vida do Policial Penal e demais Servidores da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.	0010 Proporcionar a qualificação continuada dos policiais penais efetivos do quadro da SEAP 0015 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Policiais Penais 0035 Capacitar todo o efetivo de Policiais Penais até 2022, com ênfase na prevenção a tortura, estímulos as políticas de trabalho, educação e assistência social, considerando a transversalidade das temáticas de igualdade de gênero e de direitos humanos. 0044 Garantir o fornecimento de Armamentos, distintivos, identidades funcionais e porta cédulas para todos Policiais Penais, conforme previsão legal na Lei 566/2016 e suas alterações. 0063 Criar ou redistribuir cargos para Direção de unidades prisionais/ Chefia / Assessoramento, regularizando a estrutura organizacional da SEAP. 1652 Realizar Concurso Público nas Áreas de Apoio Administrativo e de Especialização. 1653 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Servidores da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.	A Demanda da população ainda não foi atendida, pois a meta 1652 que visa a realização de concurso público para ampliação do número de agentes penitenciarios, ainda não foi iniciada.	0010 - EM ANDAMENTO 0015 - PARALISADA 0035 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 0044 - EM ANDAMENTO 0063 - NÃO INICIADO 1652 - NÃO INICIADO 1653 - PARALISADO
61	Seridó	Aumentar e equiparar o valor do vale refeição dos profissionais do sistema de segurança e do sistema penitenciário;	Rio Grande do Norte	SEAP	2	Melhorar a gestão de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho, com ações efetivas visando a valorização da carreira profissional e a qualidade de vida do Policial Penal e demais Servidores da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.	0010 Proporcionar a qualificação continuada dos policiais penais efetivos do quadro da SEAP 0015 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Policiais Penais 0035 Capacitar todo o efetivo de Policiais Penais até 2022, com ênfase na prevenção a tortura, estímulos as políticas de trabalho, educação e assistência social, considerando a transversalidade das temáticas de igualdade de gênero e de direitos humanos. 0044 Garantir o fornecimento de Armamentos, distintivos, identidades funcionais e porta cédulas para todos Policiais Penais, conforme previsão legal na Lei 566/2016 e suas alterações. 0063 Criar ou redistribuir cargos para Direção de unidades prisionais/ Chefia / Assessoramento, regularizando a estrutura organizacional da SEAP. 1652 Realizar Concurso Público nas Áreas de Apoio Administrativo e de Especialização. 1653 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Servidores da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.	A demanda da população foi atendida através da meta 15 , foi instituído o auxílio alimentação através do Decreto nº 31.326 em 29/03/2022 e meta 1653 onde foi elaborada minuta de Projeto de Lei visando a concessão de auxílio alimentação para os demais servidores da SEAP. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	0010 - EM ANDAMENTO 0015 - PARALISADA 0035 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 0044 - EM ANDAMENTO 0063 - NÃO INICIADO 1652 - NÃO INICIADO 1653 - PARALISADO
63	Seridó	Valorizar os profissionais que trabalham no Sistema Penitenciário, através de: Criação do núcleo de atenção psicossocial, Formação continuada, Reestruturação da escola de formação	Rio Grande do Norte	SEAP	2	Melhorar a gestão de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho, com ações efetivas visando a valorização da carreira profissional e a qualidade de vida do Policial Penal e demais Servidores da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.	0010 Proporcionar a qualificação continuada dos policiais penais efetivos do quadro da SEAP 0015 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Policiais Penais 0035 Capacitar todo o efetivo de Policiais Penais até 2022, com ênfase na prevenção a tortura, estímulos as políticas de trabalho, educação e assistência social, considerando a transversalidade das temáticas de igualdade de gênero e de direitos humanos. 0044 Garantir o fornecimento de Armamentos, distintivos, identidades funcionais e porta cédulas para todos Policiais Penais, conforme previsão legal na Lei 566/2016 e suas alterações. 0063 Criar ou redistribuir cargos para Direção de unidades prisionais/ Chefia / Assessoramento, regularizando a estrutura organizacional da SEAP. 1652 Realizar Concurso Público nas Áreas de Apoio Administrativo e de Especialização. 1653 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Servidores da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.	A demanda da população foi atendida (meta 10) por meio de ações educacionais em 2023 para qualificação profissional, cursos e capacitações. Meta 35, houve a oferta do Curso de Introdução aos Direitos Humanos, cancelado por insuficiência de inscritos. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	0010 - EM ANDAMENTO 0015 - PARALISADA 0035 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 0044 - EM ANDAMENTO 0063 - NÃO INICIADO 1652 - NÃO INICIADO 1653 - PARALISADO
65	Seridó	Avaliar e recuperar as unidades prisionais	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança.	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	A demanda da população pode ser atendida, através da meta 71 , com a contrução de novas unidades prisionais, está em fase de elaboração do projeto arquitetônico para construção de uma penitenciária no Bairro Potengi em Natal. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
66	Seridó	Avaliar e recuperar as unidades prisionais	Seridó	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança.	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0072 Construir Colônias Agrícolas, Industriais ou similar, com 300 vagas cada, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional.	A demanda da população pode ser atendida, através da meta 71 , com a contrução de novas unidades prisionais, está em fase de elaboração do projeto arquitetônico para construção de uma penitenciária no Bairro Potengi em Natal.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 72 - NÃO INICIADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
67	Seridó	Fortalecer a inteligência penitenciária, com a instituição de equipe especializada e que atue de forma integrada com o Sistema de Segurança Pública	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	A demanda da população foi atendida através da meta 87, com a redução de pessoas em cárcere, com o uso de tornozeleira eletrônica, em 2023 a demanda está restrita devido a falta de equipamento. Meta 88 atendida, troca e/ou aquisição de coletes, instrumentos de menor potencial ofensivo e material bélico. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
68	Seridó	Fortalecer a inteligência penitenciária, com a instituição de equipe especializada e que atue de forma integrada com o Sistema de Segurança Pública	Seridó	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0072 Construir Colônias Agrícolas, Industriais ou similar, com 300 vagas cada, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 72 - NÃO INICIADO
69	Seridó	Buscar parceria com o Sistema de justiça Criminal objetivando reduzir a quantidade de presos provisórios	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
70	Seridó	Buscar parceria com o Sistema de justiça Criminal objetivando reduzir a quantidade de presos provisórios	Seridó	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0072 Construir Colônias Agrícolas, Industriais ou similar, com 300 vagas cada, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 72 - NÃO INICIADO
71	Seridó	Programar o uso de tecnologias digitais e de comunicação, para garantir a segurança e o acompanhamento das atividades, no âmbito das unidades prisionais destinadas ao cumprimento de pena em regimes fechado e em semiaberto	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
72	Seridó	Programar o uso de tecnologias digitais e de comunicação, para garantir a segurança e o acompanhamento das atividades, no âmbito das unidades prisionais destinadas ao cumprimento de pena em regimes fechado e em semiaberto	Seridó	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0072 Construir Colônias Agrícolas, Industriais ou similar, com 300 vagas cada, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 72 - NÃO INICIADO
73	Seridó	Instalar equipamentos de vídeo monitoramento e escaneamento corporal, para acompanhamento e controle das atividades nas unidades prisionais	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
74	Seridó	Instalar equipamentos de vídeo monitoramento e escaneamento corporal, para acompanhamento e controle das atividades nas unidades prisionais	Seridó	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0072 Construir Colônias Agrícolas, Industriais ou similar, com 300 vagas cada, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 72 - NÃO INICIADO
75	Seridó	Implantar a central de penas e medidas alternativas, privilegiando o uso do monitoramento eletrônico	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	A demanda da população foi atendida através da meta 87, com a redução de pessoas em cárcere, com o uso de tornozeleira eletrônica, em 2023 a demanda está restrita devido a falta de equipamento. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
76	Seridó	Implantar a central de penas e medidas alternativas, privilegiando o uso do monitoramento eletrônico	Seridó	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0072 Construir Colônias Agrícolas, Industriais ou similar, com 300 vagas cada, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 72 - NÃO INICIADO
77	Seridó	Implementar ações de saúde, educação, profissionalização, promoção social, geração de renda e apoio à família	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade.	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	A demanda da população foi atendida através da meta 108, com ação contínua entre SESAP e SEAP, com repasse de recursos para aquisição de medicamentos e insumos de saúde e assistência básica. Meta 110 executada com a ampliação dos espaços físicos no Complexo Penal Dr. João Chaves Feminino, sala de amamentação, berçario, brinquedoteca. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
79	Seridó	Fortalecer, ampliar e interiorizar o programa de egressos	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade.	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
81	Seridó	Apoiar a criação de ala LGBT dentro do Sistema Penitenciário	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	As metas vinculadas não tem relação com a demanda da população. A demanda foi atendida através da meta 112, existem celas exclusivas para atender esse público na Cadeia Pública Dinorá Simas Deodato em Ceará Mirim, na Penitenciária Estadual de Parnamirim (PEP) e na Penitenciária Estadual de Alcaçuz e há a expectativa de que mais unidades tenham sua estrutura adequada a esse público específico conforme Nota Técnica 83/2020-DEPEN/MJ. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
82	Seridó	Apoiar a criação de ala LGBT dentro do Sistema Penitenciário	Seridó	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0072 Construir Colônias Agrícolas, Industriais ou similar, com 300 vagas cada, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional.	A demanda da população pode ser atendida, através da meta 71 , com a contrução de novas unidades prisionais, está em fase de elaboração do projeto arquitetônico para construção de uma penitenciária no Bairro Potengi em Natal. A demanda não está vinculada, mas foi atendida através da meta 112, existem celas exclusivas para atender esse público na Cadeia Pública Dinorá Simas Deodato em Ceará Mirim, na Penitenciária Estadual de Parnamirim (PEP) e na Penitenciária Estadual de Alcaçuz e há a expectativa de que mais unidades tenham sua estrutura adequada a esse público específico conforme Nota Técnica 83/2020-DEPEN/MJ. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 72 - NÃO INICIADO
83	Seridó	Apoiar a implementação e viabilização da Política de Assistência à Saúde da mulher no Sistema Prisional	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade.	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	A demanda da população foi atendida através da meta 108, com ação contínua entre SESAP e SEAP, com repasse de recursos para aquisicação de medicamentos e insumos de saúde e assistência básica. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
85	Seridó	Contribuir para a humanização dos equipamentos prisionais e a garantia dos espaços físicos adequados para as mulheres em situação de prisão	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	A demanda da população pode ser atendida, através da meta 71 , com a contrução de novas unidades prisionais, está em fase de elaboração do projeto arquitetônico para construção de uma penitenciária no Bairro Potengi em Natal. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
86	Seridó	Contribuir para a humanização dos equipamentos prisionais e a garantia dos espaços físicos adequados para as mulheres em situação de prisão	Seridó	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0072 Construir Colônias Agrícolas, Industriais ou similar, com 300 vagas cada, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional.	A demanda da população pode ser atendida, através da meta 71 , com a contrução de novas unidades prisionais, está em fase de elaboração do projeto arquitetônico para construção de uma penitenciária no Bairro Potengi em Natal. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 72 - NÃO INICIADO
87	Seridó	Estimular a reinserção no mercado de trabalho mulheres egressas do sistema prisional	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade.	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
89	Seridó	Qualificar o cuidado às mulheres em situação de prisão durante a gravidez e no pós-parto e a recém-nascidos e crianças destas mulheres.	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	A demanda da população foi atendida através da meta 108, com ação contínua entre SESAP e SEAP, com repasse de recursos para aquisicação de medicamentos e insumos de saúde e assistência básica. Meta 110 executada com a ampliação dos espaços físicos no Complexo Penal Dr. João Chaves Feminino, sala de amamentação, berçario, brinquedoteca. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
91	Açu/Mossoró	Valorizar os profissionais que trabalham no Sistema Penitenciário, através de: Criação do núcleo de atenção psicossocial, Formação continuada, Reestruturação da escola de formação	Rio Grande do Norte	SEAP	2	Melhorar a gestão de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho, com ações efetivas visando a valorização da carreira profissional e a qualidade de vida do Policial Penal e demais Servidores da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.	0010 Proporcionar a qualificação continuada dos policiais penais efetivos do quadro da SEAP 0015 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Policiais Penais 0035 Capacitar todo o efetivo de Policiais Penais até 2022, com ênfase na prevenção a tortura, estímulos as políticas de trabalho, educação e assistência social, considerando a transversalidade das temáticas de igualdade de gênero e de direitos humanos. 0044 Garantir o fornecimento de Armamentos, distintivos, identidades funcionais e porta cédulas para todos Policiais Penais, conforme previsão legal na Lei 566/2016 e suas alterações. 0063 Criar ou redistribuir cargos para Direção de unidades prisionais/ Chefia / Assessoramento, regularizando a estrutura organizacional da SEAP. 1652 Realizar Concurso Público nas Áreas de Apoio Administrativo e de Especialização. 1653 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Servidores da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.	A demanda da população foi atendida (meta 10) por meio de ações educacionais em 2023 para qualificação profissional, cursos e capacitações. Meta 35, houve a oferta do Curso de Introdução aos Direitos Humanos, cancelado por insuficiência de inscritos. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	0010 - EM ANDAMENTO 0015 - PARALISADA 0035 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 0044 - EM ANDAMENTO 0063 - NÃO INICIADO 1652 - NÃO INICIADO 1653 - PARALISADO
93	Açu/Mossoró	Avaliar e recuperar as unidades prisionais	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	A demanda da população pode ser atendida, através da meta 71 , com a contrução de novas unidades prisionais, está em fase de elaboração do projeto arquitetônico para construção de uma penitenciária no Bairro Potengi em Natal. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
95	Açu/Mossoró	Propor e apoiar a realização de mutirão para análise de processos e encaminhamento de providências judiciais	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
97	Açu/Mossoró	Fortalecer a inteligência penitenciária, com a instituição de equipe especializada e que atue de forma integrada com o Sistema de Segurança Pública	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	A demanda da população foi atendida através da meta 87, com a redução de pessoas em cárcere, com o uso de tornozeleira eletrônica, em 2023 a demanda está restrita devido a falta de equipamento. Meta 88 atendida, troca e/ou aquisição de coletes, instrumentos de menor potencial ofensivo e material bélico. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
99	Açu/Mossoró	Buscar parceria com o Sistema de justiça Criminal objetivando reduzir a quantidade de presos provisórios	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
101	Açu/Mossoró	Programar o uso de tecnologias digitais e de comunicação, para garantir a segurança e o acompanhamento das atividades, no âmbito das unidades prisionais destinadas ao cumprimento de pena em regimes fechado e em semiaberto	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
103	Açu/Mossoró	Instalar equipamentos de vídeo monitoramento e escaneamento corporal, para acompanhamento e controle das atividades nas unidades prisionais	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com meta.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
105	Açu/Mossoró	Implementar ações de saúde, educação, profissionalização, promoção social, geração de renda e apoio à família	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	A demanda da população foi atendida através da meta 108, com ação contínua entre SESAP e SEAP, com repasse de recursos para aquisicação de medicamentos e insumos de saúde e assistência básica. Meta 110 executada com a ampliação dos espaços físicos no Complexo Penal Dr. João Chaves Feminino, sala de amamentação, berçario, brinquedoteca. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
107	Açu/Mossoró	Apoiar a implementação e viabilização da Política de Assistência à Saúde da mulher no Sistema Prisional	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	A demanda da população foi atendida através da meta 108, com ação contínua entre SESAP e SEAP, com repasse de recursos para aquisicação de medicamentos e insumos de saúde e assistência básica. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
109	Açu/Mossoró	Contribuir para a humanização dos equipamentos prisionais e a garantia dos espaços físicos adequados para as mulheres em situação de prisão	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	A demanda da população pode ser atendida, através da meta 71 , com a contrução de novas unidades prisionais, está em fase de elaboração do projeto arquitetônico para construção de uma penitenciária no Bairro Potengi em Natal. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
111	Açu/Mossoró	Estimular a reinserção no mercado de trabalho mulheres egressas do sistema prisional	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
113	Açu/Mossoró	Qualificar o cuidado às mulheres em situação de prisão durante a gravidez e no pós-parto e a recém-nascidos e crianças destas mulheres.	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	A demanda da população foi atendida através da meta 108, com ação contínua entre SESAP e SEAP, com repasse de recursos para aquisicação de medicamentos e insumos de saúde e assistência básica. Meta 110 executada com a ampliação dos espaços físicos no Complexo Penal Dr. João Chaves Feminino, sala de amamentação, berçario, brinquedoteca. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
115	Açu/Mossoró	Concurso e manutenção de cadastro de reserva de novos agentes penitenciário	Rio Grande do Norte	SEAP	2	Melhorar a gestão de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho, com ações efetivas visando a valorização da carreira profissional e a qualidade de vida do Policial Penal e demais Servidores da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.	0010 Proporcionar a qualificação continuada dos policiais penais efetivos do quadro da SEAP 0015 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Policiais Penais 0035 Capacitar todo o efetivo de Policiais Penais até 2022, com ênfase na prevenção a tortura, estímulos as políticas de trabalho, educação e assistência social, considerando a transversalidade das temáticas de igualdade de gênero e de direitos humanos. 0044 Garantir o fornecimento de Armamentos, distintivos, identidades funcionais e porta cédulas para todos Policiais Penais, conforme previsão legal na Lei 566/2016 e suas alterações. 0063 Criar ou redistribuir cargos para Direção de unidades prisionais/ Chefia / Assessoramento, regularizando a estrutura organizacional da SEAP. 1652 Realizar Concurso Público nas Áreas de Apoio Administrativo e de Especialização. 1653 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Servidores da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.	Meta 1652 não iniciada.	0010 - EM ANDAMENTO 0015 - PARALISADA 0035 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 0044 - EM ANDAMENTO 0063 - NÃO INICIADO 1652 - NÃO INICIADO 1653 - PARALISADO
117	Açu/Mossoró	Contratação de equipe de saúde prisional pela Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), fazendo parte do quadro de servidores da SEAP	Rio Grande do Norte	SEAP	2	Melhorar a gestão de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho, com ações efetivas visando a valorização da carreira profissional e a qualidade de vida do Policial Penal e demais Servidores da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.	0004 Criar no âmbito da SEAP, estrutura de Assistência Social, Saúde física e Psicológica dos Policiais Penais. 0010 Proporcionar a qualificação continuada dos policiais penais efetivos do quadro da SEAP 0015 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Policiais Penais 0035 Capacitar todo o efetivo de Policiais Penais até 2022, com ênfase na prevenção a tortura, estímulos as políticas de trabalho, educação e assistência social, considerando a transversalidade das temáticas de igualdade de gênero e de direitos humanos. 0044 Garantir o fornecimento de Armamentos, distintivos, identidades funcionais e porta cédulas para todos Policiais Penais, conforme previsão legal na Lei 566/2016 e suas alterações. 0063 Criar ou redistribuir cargos para Direção de unidades prisionais/ Chefia / Assessoramento, regularizando a estrutura organizacional da SEAP. 1652 Realizar Concurso Público nas Áreas de Apoio Administrativo e de Especialização. 1653 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Servidores da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.	A demanda da população foi atendida, através da meta 4, realização de Grupoterapias conduzidos por uma psicóloga com apoio de outros servidores focado na Qualidade de Vida do Servidor, bem como, tem diversos projetos com objetivo de melhoria na especialização em terapias integrativas. A SEAP deu prosseguimento ao Projeto de Contratação de Clínicas Especializadas nas áreas de Psicologia e Fisioterapia para atendimento aos Policiais Penais. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população	0004 - EM ANDAMENTO 0010 - EM ANDAMENTO 0015 - PARALISADA 0035 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 0044 - EM ANDAMENTO 0063 - NÃO INICIADO 1652 - NÃO INICIADO 1653 - PARALISADO
119	Açu/Mossoró	Construção de uma cadeia pública na cidade de Açu para receber presos do munícipio	Rio Grande do Norte	SEAP	2	Melhorar a gestão de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho, com ações efetivas visando a valorização da carreira profissional e a qualidade de vida do Policial Penal e demais Servidores da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.	0010 Proporcionar a qualificação continuada dos policiais penais efetivos do quadro da SEAP 0015 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Policiais Penais 0035 Capacitar todo o efetivo de Policiais Penais até 2022, com ênfase na prevenção a tortura, estímulos as políticas de trabalho, educação e assistência social, considerando a transversalidade das temáticas de igualdade de gênero e de direitos humanos. 0044 Garantir o fornecimento de Armamentos, distintivos, identidades funcionais e porta cédulas para todos Policiais Penais, conforme previsão legal na Lei 566/2016 e suas alterações. 0063 Criar ou redistribuir cargos para Direção de unidades prisionais/ Chefia / Assessoramento, regularizando a estrutura organizacional da SEAP. 1652 Realizar Concurso Público nas Áreas de Apoio Administrativo e de Especialização. 1653 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Servidores da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	0010 - EM ANDAMENTO 0015 - PARALISADA 0035 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 0044 - EM ANDAMENTO 0063 - NÃO INICIADO 1652 - NÃO INICIADO 1653 - PARALISADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
121	Açu/Mossoró	Criação de novas vagas para agentes penitenciários aprovados	Rio Grande do Norte	SEAP	2	Melhorar a gestão de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho, com ações efetivas visando a valorização da carreira profissional e a qualidade de vida do Policial Penal e demais Servidores da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.	0010 Proporcionar a qualificação continuada dos policiais penais efetivos do quadro da SEAP 0015 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Policiais Penais 0035 Capacitar todo o efetivo de Policiais Penais até 2022, com ênfase na prevenção a tortura, estímulos as políticas de trabalho, educação e assistência social, considerando a transversalidade das temáticas de igualdade de gênero e de direitos humanos. 0044 Garantir o fornecimento de Armamentos, distintivos, identidades funcionais e porta cédulas para todos Policiais Penais, conforme previsão legal na Lei 566/2016 e suas alterações. 0063 Criar ou redistribuir cargos para Direção de unidades prisionais/ Chefia / Assessoramento, regularizando a estrutura organizacional da SEAP. 1652 Realizar Concurso Público nas Áreas de Apoio Administrativo e de Especialização. 1653 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Servidores da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	0010 - EM ANDAMENTO 0015 - PARALISADA 0035 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 0044 - EM ANDAMENTO 0063 - NÃO INICIADO 1652 - NÃO INICIADO 1653 - PARALISADO
123	Açu/Mossoró	Criação de novas vagas e chamar os excedentes que estão aprovados para fortalecer o sistema penitenciário do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	SEAP	2	Melhorar a gestão de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho, com ações efetivas visando a valorização da carreira profissional e a qualidade de vida do Policial Penal e demais Servidores da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.	0010 Proporcionar a qualificação continuada dos policiais penais efetivos do quadro da SEAP 0015 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Policiais Penais 0035 Capacitar todo o efetivo de Policiais Penais até 2022, com ênfase na prevenção a tortura, estímulos as políticas de trabalho, educação e assistência social, considerando a transversalidade das temáticas de igualdade de gênero e de direitos humanos. 0044 Garantir o fornecimento de Armamentos, distintivos, identidades funcionais e porta cédulas para todos Policiais Penais, conforme previsão legal na Lei 566/2016 e suas alterações. 0063 Criar ou redistribuir cargos para Direção de unidades prisionais/ Chefia / Assessoramento, regularizando a estrutura organizacional da SEAP. 1652 Realizar Concurso Público nas Áreas de Apoio Administrativo e de Especialização. 1653 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Servidores da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	0010 - EM ANDAMENTO 0015 - PARALISADA 0035 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 0044 - EM ANDAMENTO 0063 - NÃO INICIADO 1652 - NÃO INICIADO 1653 - PARALISADO
125	Sertão do Apodi	Valorizar os profissionais que trabalham no Sistema Penitenciário, através de: Criação do núcleo de atenção psicossocial, Formação continuada, Reestruturação da escola de formação	Rio Grande do Norte	SEAP	2	Melhorar a gestão de recursos humanos orientada por competências, democratização das relações de trabalho, com ações efetivas visando a valorização da carreira profissional e a qualidade de vida do Policial Penal e demais Servidores da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.	0010 Proporcionar a qualificação continuada dos policiais penais efetivos do quadro da SEAP 0015 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Policiais Penais 0035 Capacitar todo o efetivo de Policiais Penais até 2022, com ênfase na prevenção a tortura, estímulos as políticas de trabalho, educação e assistência social, considerando a transversalidade das temáticas de igualdade de gênero e de direitos humanos. 0044 Garantir o fornecimento de Armamentos, distintivos, identidades funcionais e porta cédulas para todos Policiais Penais, conforme previsão legal na Lei 566/2016 e suas alterações. 0063 Criar ou redistribuir cargos para Direção de unidades prisionais/ Chefia / Assessoramento, regularizando a estrutura organizacional da SEAP. 1652 Realizar Concurso Público nas Áreas de Apoio Administrativo e de Especialização. 1653 Instituir Auxílio Alimentação e de Saúde para os Servidores da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.	A demanda da população foi atendida (meta 10) por meio de ações educacionais em 2023 para qualificação profissional, cursos e capacitações. Meta 35, houve a oferta do Curso de Introdução aos Direitos Humanos, cancelado por insuficiência de inscritos. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população. Meta 4 não vinculada, mas atende a demanda da população, através da realização de Grupoterapias conduzidos por uma psicóloga com apoio de outros servidores focado na Qualidade de Vida do Servidor, bem como, tem diversos projetos com objetivo de melhoria na especialização em terapias integrativas. A SEAP deu prosseguimento ao Projeto de Contratação de Clínicas Especializadas nas áreas de Psicologia e Fisioterapia para atendimento aos Policiais Penais.	0010 - EM ANDAMENTO 0015 - PARALISADA 0035 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 0044 - EM ANDAMENTO 0063 - NÃO INICIADO 1652 - NÃO INICIADO 1653 - PARALISADO
127	Sertão do Apodi	Avaliar e recuperar as unidades prisionais	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	A demanda da população pode ser atendida, através da meta 71 , com a contrução de novas unidades prisionais, está em fase de elaboração do projeto arquitetônico para construção de uma penitenciária no Bairro Potengi em Natal. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
129	Sertão do Apodi	Fortalecer a inteligência penitenciária, com a instituição de equipe especializada e que atue de forma integrada com o Sistema de Segurança Pública	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	A demanda da população foi atendida através da meta 87, com a redução de pessoas em cárcere, com o uso de tornozeleira eletrônica, em 2023 a demanda está restrita devido a falta de equipamento. Meta 88 atendida, troca e/ou aquisição de coletes, instrumentos de menor potencial ofensivo e material bélico. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
131	Sertão do Apodi	Buscar parceria com o Sistema de justiça Criminal objetivando reduzir a quantidade de presos provisórios	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
133	Sertão do Apodi	Programar o uso de tecnologias digitais e de comunicação, para garantir a segurança e o acompanhamento das atividades, no âmbito das unidades prisionais destinadas ao cumprimento de pena em regimes fechado e em semiaberto	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
135	Sertão do Apodi	Instalar equipamentos de vídeo monitoramento e escaneamento corporal, para acompanhamento e controle das atividades nas unidades prisionais	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
137	Sertão do Apodi	Implementar ações de saúde, educação, profissionalização, promoção social, geração de renda e apoio à família	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	A demanda da população foi atendida através da meta 108, com ação contínua entre SESAP e SEAP, com repasse de recursos para aquisicação de medicamentos e insumos de saúde e assistência básica. Meta 110 executada com a ampliação dos espaços físicos no Complexo Penal Dr. João Chaves Feminino, sala de amamentação, berçario, brinquedoteca. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
139	Sertão do Apodi	Apoiar a implementação e viabilização da Política de Assistência à Saúde da mulher no Sistema Prisional	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	A demanda da população foi atendida através da meta 108, com ação contínua entre SESAP e SEAP, com repasse de recursos para aquisicação de medicamentos e insumos de saúde e assistência básica. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
141	Sertão do Apodi	Contribuir para a humanização dos equipamentos prisionais e a garantia dos espaços físicos adequados para as mulheres em situação de prisão	Rio Grande do Norte	SEAP	3	Proporcionar maior eficiência do sistema penitenciário aprimorando e fortalecendo as estruturas físicas dos ambientes carcerários, viabilizando o acesso dos Policiais Penais as novas tecnologias, aos materiais, e aos equipamentos de proteção individual e de segurança	0071 Construir Penitenciárias, com módulos de cárceres em conformidade com o padrão estabelecido pelas diretrizes da arquitetura prisional. 0080 Manter, renovar e ampliar frota de veículos da SEAP 0083 Prover alimentação pronta aos internos custodiados nas unidades prisionais. 0087 Reduzir a quantidade de pessoas encarceradas, com a ampliação do número de monitorados eletronicamente por tornozeleira no cumprimento da pena. 0088 Promover o setor bélico com à aquisição de equipamentos e munições para atividades no sistema prisional, com aquisição de coletes de proteção balística, pistolas, carabinas e escudos balísticos.	A demanda da população foi atendida através da meta 110 executada com a ampliação dos espaços físicos no Complexo Penal Dr. João Chaves Feminino, sala de amamentação, berçario, brinquedoteca. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	71 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 80 - EM ANDAMENTO 83 - CONCLUÍDA 87 - CONCLUÍDA 88 - EM ANDAMENTO
143	Sertão do Apodi	Estimular a reinserção no mercado de trabalho mulheres egressas do sistema prisiona	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
145	Sertão do Apodi	Qualificar o cuidado às mulheres em situação de prisão durante a gravidez e no pós-parto e a recém-nascidos e crianças destas mulheres.	Rio Grande do Norte	SEAP	4	Aperfeiçoar o modelo de gestão, orientada para garantia dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade, a partir da implementação continuada dos métodos de assistências a educação, profissionalização, trabalho e saúde, fortalecendo o cumprimento da pena e tornando-os aptos ao convívio na sociedade	0108 Fomentar com a SESAP meios para disponibilização dos insumos de saúde da assistência básica 0110 Atender a mulheres privadas de liberdade contemplando uma sala de amamentação, berçário, brinquedoteca, biblioteca para cada unidade prisional feminina. 0112 Adequar a infraestrutura carcerária para pessoas privadas de liberdade oriundas de grupos específicos	A demanda da população foi atendida através da meta 110 executada com a ampliação dos espaços físicos no Complexo Penal Dr. João Chaves Feminino, sala de amamentação, berçario, brinquedoteca. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	108 - PARALISADA 110 - EM ANDAMENTO 112 - EM ANDAMENTO
1	Agreste Litoral Sul	Implementar ações de saúde, educação, profissionalização, promoção social, geração de renda e apoio à família	Rio Grande do Norte	SEEC	132	Proporcionar a integração entre educação e trabalho a partir de inovações pedagógicas e da implantação e implementação de políticas para a formação técnica e tecnológica de nível médio e para o mundo do trabalho	0881 Assegurar a diversificação e inovação curricular da Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades, articulando a formação e a preparação para o mundo do trabalho aliada à formação integral.	Demanda da população atendida através da produção e reconstrução do ementário, com a finalidade de promover a melhoria do processo de ensino aprendizagem na Educação Profissional e Técnica - EPT	881 - EM ANDAMENTO
2	Agreste Litoral Sul	Adotar parâmetros nacionais de qualidade e os definidos em comissões específicas que tratam da avaliação escolar no âmbito da Secretaria de Educação, tendo estes parâmetros de avaliação como base para elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e o seu acompanhamento anual	Agreste Litoral Sul	SEEC	102	Instituir ações pedagógicas alinhadas a uma política de reorganização e flexibilização curricular e de avaliação institucional de modo a promover a qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades, proporcionando condições de aprendizagem, avaliação e melhoria do fluxo escolar.	0871 Desenvolver políticas de melhoria da qualidade da Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades, promovendo acesso, permanência e sucesso na aprendizagem.	A demanda da população foi atendida através da meta 871 com a realização de Plantões pedagógicos, Ciclo de acompanhamento formativo e Apresentação dos resultados das avaliações diagnósticas de entrada e pactuação da estratégia de recomposição de aprendizagens. Acompanhamento formativo para os planos de ações das EETI e CEEPs, continuidade do Projeto Cuidador - apoio nos serviços básicos aluno com deficiência e continuidade ao Projeto Pague Inclusão - assegurar a acessibilidade linguística e comunicacional por meio do tradutor/interprete de Libras.	871 - EM ANDAMENTO
3	Agreste Litoral Sul	Encontrar, com o apoio da comunidade escolar, as alternativas de prevenção à evasão escolar, assegurando a matrícula e o funcionamento das escolas mais próximas ao endereço residencial dos estudantes visando criar uma rede de proteção contra a evasão	Agreste Litoral Sul	SEEC	102	Instituir ações pedagógicas alinhadas a uma política de reorganização e flexibilização curricular e de avaliação institucional de modo a promover a qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades, proporcionando condições de aprendizagem, avaliação e melhoria do fluxo escolar.	0876 Acompanhar e monitorar o desempenho da rede estadual de ensino, construindo ações para a melhoria das aprendizagens e do fluxo escolar na educação básica em suas etapas e modalidades.	A demanda da população foi atendida através da meta 876, com o planejamento e gestão nas unidades escolares para o combate a evasão escolar, levantamento de dados se utilizando de instrumentos como o ENCCEJA PPL (Exame Nacional), RN AVALIA e SAEB (avaliação de resultados), sistemas integrados SIMAS ALFA e SIMAIS 2023.	876 - EM ANDAMENTO
4	Agreste Litoral Sul	Modernizar a gestão da educação investindo em novas tecnologias de informação e comunicação e na formação e aperfeiçoamento dos profissionais e gestores da educação básica	Agreste Litoral Sul	SEEC	139	Fortalecer a gestão democrática, ampliando a participação, a responsabilização e a autonomia dos sistemas escolares públicos estaduais, no órgão central e diretorias regionais (DIREC/DRAE) e estabelecer parcerias com outros entes da sociedade civil.	0893 Fortalecer e apoiar os conselhos, comitês, comissões e fóruns com vistas ao bom desempenho de suas funções. 0897 Construir, implantar e implementar o Planejamento Estratégico Integrado às ações de gestão e pedagógicas no âmbito da SEEC.	A demanda da população foi atendida através da meta 897, com o Plano Anual de Contratação 2023, que teve sua elaboração iniciada em 2023, com intiuto de modernizar e planejar ações e contratações no ambito na SEEC.	893 - EM ANDAMENTO 897 - EM ANDAMENTO
5	Agreste Litoral Sul	Modernizar a gestão da educação investindo em novas tecnologias de informação e comunicação e na formação e aperfeiçoamento dos profissionais e gestores da educação básica	Agreste Litoral Sul	SEEC	139	Fortalecer a gestão democrática, ampliando a participação, a responsabilização e a autonomia dos sistemas escolares públicos estaduais, no órgão central e diretorias regionais (DIREC/DRAE) e estabelecer parcerias com outros entes da sociedade civil.	0892 Fortalecer a gestão democrática com aporte técnico e formativo nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira, garantindo a participação da comunidade escolar, visando ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática e das eleições unificadas dos gestores nas escolas estaduais. 0896 - Fortalecer a participação dos órgãos democráticos das escolas, relativos aos conselhos escolares, grêmios estudantis ou outra forma de organização da comunidade escolar, nas tomadas de decisões dos projetos político pedagógicos, plano de gestão e regimento escolar.	A demanda foi atendida através da meta 896 com a implantação do SIGEduc - Sistema Integrado de Gestão da Educação, bem como, com as eleições dos conselhos escolares.	892 - EM ANDAMENTO 896 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
6	Agreste Litoral Sul	Fortalecer parcerias com as Instituições Públicas (UERN, UFRN, UFERSA, IFESP e IFRN) do Rio Grande do Norte	Agreste Litoral Sul	SEEC	139	Fortalecer a gestão democrática, ampliando a participação, a responsabilização e a autonomia dos sistemas escolares públicos estaduais, no órgão central e diretorias regionais (DIREC/DRAE) e estabelecer parcerias com outros entes da sociedade civil.	0896 - Fortalecer a participação dos órgãos democráticos das escolas, relativos aos conselhos escolares, grêmios estudantis ou outra forma de organização da comunidade escolar, nas tomadas de decisões dos projetos político pedagógicos, plano de gestão e regimento escolar.	A meta e a execução não contempla o atendimento da demanda da população. A demanda foi atendida através da meta 855, que não está vinculada a demanda, com o andamento do processo de formação continuada realizado em parceria com a Secretaria Municipal da Educação do Natal e UFRN, destinado aos professores do Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar.	896 - EM ANDAMENTO
7	Agreste Litoral Sul	Avaliar as condições estruturais e de pessoal das escolas de ensino médio que oferecem a educação integral, na perspectiva de fazer as alterações necessárias para seu bom funcionamento	Rio Grande do Norte	SEEC	95	Universalizar, expandir e democratizar o acesso à educação básica, nas diversas etapas e modalidades ofertadas na rede estadual de educação, cultura, esporte e lazer do RN a partir da implementação de políticas que propiciem a construção e ampliação de saberes e conhecimentos e infraestrutura adequada	0853 Implementação e fortalecimento do regime de colaboração entre estados, municípios e união, por meio de programas e parcerias. 0855 Desenvolver e Fortalecer ações e programas voltados para pessoas com necessidade de atendimento temporário ou permanente especializado, hospitalar, domiciliar e para atendimento às populações privadas de liberdade em espaços não escolares.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	853 - EM ANDAMENTO 855 - EM ANDAMENTO
8	Agreste Litoral Sul	Avaliar as condições estruturais e de pessoal das escolas de ensino médio que oferecem a educação integral, na perspectiva de fazer as alterações necessárias para seu bom funcionamento	Agreste Litoral Sul	SEEC	95	Universalizar, expandir e democratizar o acesso à educação básica, nas diversas etapas e modalidades ofertadas na rede estadual de educação, cultura, esporte e lazer do RN a partir da implementação de políticas que propiciem a construção e ampliação de saberes e conhecimentos e infraestrutura adequada	1600 Construção, implantação e readequação dos Institutos Estaduais de Educação Profissional do Rio Grande do Norte - IERN (Programa Nova Escola Potiguar). 1601 Adquirir de forma acessível mobiliários/equipamentos para os Institutos Estaduais de Educação Profissional - IERN (Programa Nova Escola Potiguar). 1607 Implantar e implementar a Política de Superação do Analfabetismo no Estado do Rio Grande do Norte, superando em 25%, a cada ano, a taxa de analfabetismo de Jovens e Adultos, de 15 anos ou mais, no Estado.	A demanda da população foi atendida através da meta 1600 com a construção dos IERNs, bem como a meta 1601, que será implementada após a conclusão das construções, para a aquisição de mobiliário para o melhor funcionamento.	1600 - EM ANDAMENTO 1601 - NÃO INICIADO 1607 - EM ANDAMENTO
9	Agreste Litoral Sul	Avaliar as políticas de apoio aos estudantes, com foco no sucesso escolar, tendo o objetivo de favorecer a interação escola, família e rede de proteção	Rio Grande do Norte	SEEC	95	Universalizar, expandir e democratizar o acesso à educação básica, nas diversas etapas e modalidades ofertadas na rede estadual de educação, cultura, esporte e lazer do RN a partir da implementação de políticas que propiciem a construção e ampliação de saberes e conhecimentos e infraestrutura adequada	0853 Implementação e fortalecimento do regime de colaboração entre estados, municípios e união, por meio de programas e parcerias. 0855 Desenvolver e Fortalecer ações e programas voltados para pessoas com necessidade de atendimento temporário ou permanente especializado, hospitalar, domiciliar e para atendimento às populações privadas de liberdade em espaços não escolares.	A demanda da população foi atendida através da meta 853, com a continuidade do Programa Estadual de Transporte Escolar - PETERN, bem como, foi realizado em 2023 termo de cooperação em parceria com o município de João Camara afim de implementar a educação indígena no RN. Com relação a meta 855, em seguimento o processo de formação continuada destinado aos professores do Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação de Natal e UFRN.	853 - EM ANDAMENTO 855 - EM ANDAMENTO
10	Agreste Litoral Sul	Avaliar as políticas de apoio aos estudantes, com foco no sucesso escolar, tendo o objetivo de favorecer a interação escola, família e rede de proteção	Agreste Litoral Sul	SEEC	95	Universalizar, expandir e democratizar o acesso à educação básica, nas diversas etapas e modalidades ofertadas na rede estadual de educação, cultura, esporte e lazer do RN a partir da implementação de políticas que propiciem a construção e ampliação de saberes e conhecimentos e infraestrutura adequada	1600 Construção, implantação e readequação dos Institutos Estaduais de Educação Profissional do Rio Grande do Norte - IERN (Programa Nova Escola Potiguar). 1601 Adquirir de forma acessível mobiliários/equipamentos para os Institutos Estaduais de Educação Profissional - IERN (Programa Nova Escola Potiguar). 1607 Implantar e implementar a Política de Superação do Analfabetismo no Estado do Rio Grande do Norte, superando em 25%, a cada ano, a taxa de analfabetismo de Jovens e Adultos, de 15 anos ou mais, no Estado.	A demanda da população foi atendida através da meta 1600 com a construção dos IERNs. Meta 1607 com a continuação da 2ª etapa da implementação da Política de Superação do Analfabetismo no RN. Com relação a meta 1601, será implementada após a conclusão das construções, para a aquisição de mobiliário para o melhor funcionamento da unidade.	1600 - EM ANDAMENTO 1601 - NÃO INICIADO 1607 - EM ANDAMENTO
12	Agreste Litoral Sul	Realizar a busca ativa dos jovens que evadiram do ensino médio, e oferecer as condições para que estes voltem a estudar em escolas de educação profissional	Rio Grande do Norte	SEEC	95	Universalizar, expandir e democratizar o acesso à educação básica, nas diversas etapas e modalidades ofertadas na rede estadual de educação, cultura, esporte e lazer do RN a partir da implementação de políticas que propiciem a construção e ampliação de saberes e conhecimentos e infraestrutura adequada	0853 Implementação e fortalecimento do regime de colaboração entre estados, municípios e união, por meio de programas e parcerias. 0855 Desenvolver e Fortalecer ações e programas voltados para pessoas com necessidade de atendimento temporário ou permanente especializado, hospitalar, domiciliar e para atendimento às populações privadas de liberdade em espaços não escolares.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	853 - EM ANDAMENTO 855 - EM ANDAMENTO
13	Agreste Litoral Sul	Realizar a busca ativa dos jovens que evadiram do ensino médio, e oferecer as condições para que estes voltem a estudar em escolas de educação profissional	Agreste Litoral Sul	SEEC	95	Universalizar, expandir e democratizar o acesso à educação básica, nas diversas etapas e modalidades ofertadas na rede estadual de educação, cultura, esporte e lazer do RN a partir da implementação de políticas que propiciem a construção e ampliação de saberes e conhecimentos e infraestrutura adequada	1600 Construção, implantação e readequação dos Institutos Estaduais de Educação Profissional do Rio Grande do Norte - IERN (Programa Nova Escola Potiguar). 1601 Adquirir de forma acessível mobiliários/equipamentos para os Institutos Estaduais de Educação Profissional - IERN (Programa Nova Escola Potiguar). 1607 Implantar e implementar a Política de Superação do Analfabetismo no Estado do Rio Grande do Norte, superando em 25%, a cada ano, a taxa de analfabetismo de Jovens e Adultos, de 15 anos ou mais, no Estado.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	1600 - EM ANDAMENTO 1601 - NÃO INICIADO 1607 - EM ANDAMENTO
14	Agreste Litoral Sul	Realizar uma analise do funcionamento da estrutura física e equipamentos dos atuais Centros de Educação Profissional, na perspectiva de aperfeiçoá-los e adequá-los às demandas regionais	Rio Grande do Norte	SEEC	95	Universalizar, expandir e democratizar o acesso à educação básica, nas diversas etapas e modalidades ofertadas na rede estadual de educação, cultura, esporte e lazer do RN a partir da implementação de políticas que propiciem a construção e ampliação de saberes e conhecimentos e infraestrutura adequada	0853 Implementação e fortalecimento do regime de colaboração entre estados, municípios e união, por meio de programas e parcerias. 0855 Desenvolver e Fortalecer ações e programas voltados para pessoas com necessidade de atendimento temporário ou permanente especializado, hospitalar, domiciliar e para atendimento às populações privadas de liberdade em espaços não escolares.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	853 - EM ANDAMENTO 855 - EM ANDAMENTO
15	Agreste Litoral Sul	Realizar uma analise do funcionamento da estrutura física e equipamentos dos atuais Centros de Educação Profissional, na perspectiva de aperfeiçoá-los e adequá-los às demandas regionais	Agreste Litoral Sul	SEEC	95	Universalizar, expandir e democratizar o acesso à educação básica, nas diversas etapas e modalidades ofertadas na rede estadual de educação, cultura, esporte e lazer do RN a partir da implementação de políticas que propiciem a construção e ampliação de saberes e conhecimentos e infraestrutura adequada	1600 Construção, implantação e readequação dos Institutos Estaduais de Educação Profissional do Rio Grande do Norte - IERN (Programa Nova Escola Potiguar). 1601 Adquirir de forma acessível mobiliários/equipamentos para os Institutos Estaduais de Educação Profissional - IERN (Programa Nova Escola Potiguar). 1607 Implantar e implementar a Política de Superação do Analfabetismo no Estado do Rio Grande do Norte, superando em 25%, a cada ano, a taxa de analfabetismo de Jovens e Adultos, de 15 anos ou mais, no Estado.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	1600 - EM ANDAMENTO 1601 - NÃO INICIADO 1607 - EM ANDAMENTO
21	Agreste Litoral Sul	Promover o acesso das pessoas com deficiência à rede regular de ensino, com a adequação da infraestrutura e a presença de professores intérpretes, braillistas e instrutores de Libras	Rio Grande do Norte	SEEC	95	Universalizar, expandir e democratizar o acesso à educação básica, nas diversas etapas e modalidades ofertadas na rede estadual de educação, cultura, esporte e lazer do RN a partir da implementação de políticas que propiciem a construção e ampliação de saberes e conhecimentos e infraestrutura adequada	0853 Implementação e fortalecimento do regime de colaboração entre estados, municípios e união, por meio de programas e parcerias. 0855 Desenvolver e Fortalecer ações e programas voltados para pessoas com necessidade de atendimento temporário ou permanente especializado, hospitalar, domiciliar e para atendimento às populações privadas de liberdade em espaços não escolares.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	853 - EM ANDAMENTO 855 - EM ANDAMENTO
22	Agreste Litoral Sul	Promover o acesso das pessoas com deficiência à rede regular de ensino, com a adequação da infraestrutura e a presença de professores intérpretes, braillistas e instrutores de Libras	Agreste Litoral Sul	SEEC	95	Universalizar, expandir e democratizar o acesso à educação básica, nas diversas etapas e modalidades ofertadas na rede estadual de educação, cultura, esporte e lazer do RN a partir da implementação de políticas que propiciem a construção e ampliação de saberes e conhecimentos e infraestrutura adequada	1600 Construção, implantação e readequação dos Institutos Estaduais de Educação Profissional do Rio Grande do Norte - IERN (Programa Nova Escola Potiguar). 1601 Adquirir de forma acessível mobiliários/equipamentos para os Institutos Estaduais de Educação Profissional - IERN (Programa Nova Escola Potiguar). 1607 Implantar e implementar a Política de Superação do Analfabetismo no Estado do Rio Grande do Norte, superando em 25%, a cada ano, a taxa de analfabetismo de Jovens e Adultos, de 15 anos ou mais, no Estado.	A demanda da população foi atendida através da meta 1600 com a construção dos IERNs, atendendo as especificações de acessibilidade das pessoas com deficiência nas unidades.	1600 - EM ANDAMENTO 1601 - NÃO INICIADO 1607 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
24	Agreste Litoral Sul	Operacionalização de políticas de educação, saúde, habitabilidade, trabalho e renda voltadas para a população negra e as comunidades e povos tradicionais: Promover acesso à educação e formação intelectual, cultural, tecnológica, política e profissional Assegurar o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, incluindo diversos aspectos que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, nos termos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Fortalecer os processos pedagógicos de preservação das tradições orais nas instituições de ensino e disseminar essas tradições nas escolas das comunidades e bairros Elaborar projetos para prestação de assistência técnica e acesso a financiamentos para os pequenos empreendimentos	Rio Grande do Norte	SEEC	95	Universalizar, expandir e democratizar o acesso à educação básica, nas diversas etapas e modalidades ofertadas na rede estadual de educação, cultura, esporte e lazer do RN a partir da implementação de políticas que propiciem a construção e ampliação de saberes e conhecimentos e infraestrutura adequada	0853 Implementação e fortalecimento do regime de colaboração entre estados, municípios e união, por meio de programas e parcerias. 0855 Desenvolver e Fortalecer ações e programas voltados para pessoas com necessidade de atendimento temporário ou permanente especializado, hospitalar, domiciliar e para atendimento às populações privadas de liberdade em espaços não escolares.	A demanda da população foi atendida através da meta 853, com a continuidade do Programa Estadual de Transporte Escolar - PETERN, bem como, foi realizado em 2023 termo de cooperação em parceria com o município de João Camara afim de implementar a educação indígena no RN.	853 - EM ANDAMENTO 855 - EM ANDAMENTO
25	Agreste Litoral Sul	Operacionalização de políticas de educação, saúde, habitabilidade, trabalho e renda voltadas para a população negra e as comunidades e povos tradicionais: Promover acesso à educação e formação intelectual, cultural, tecnológica, política e profissional Assegurar o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, incluindo diversos aspectos que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, nos termos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Fortalecer os processos pedagógicos de preservação das tradições orais nas instituições de ensino e disseminar essas tradições nas escolas das comunidades e bairros Elaborar projetos para prestação de assistência técnica e acesso a financiamentos para os pequenos empreendimentos	Agreste Litoral Sul	SEEC	95	Universalizar, expandir e democratizar o acesso à educação básica, nas diversas etapas e modalidades ofertadas na rede estadual de educação, cultura, esporte e lazer do RN a partir da implementação de políticas que propiciem a construção e ampliação de saberes e conhecimentos e infraestrutura adequada	1600 Construção, implantação e readequação dos Institutos Estaduais de Educação Profissional do Rio Grande do Norte - IERN (Programa Nova Escola Potiguar). 1601 Adquirir de forma acessível mobiliários/equipamentos para os Institutos Estaduais de Educação Profissional - IERN (Programa Nova Escola Potiguar). 1607 Implantar e implementar a Política de Superação do Analfabetismo no Estado do Rio Grande do Norte, superando em 25%, a cada ano, a taxa de analfabetismo de Jovens e Adultos, de 15 anos ou mais, no Estado.	A demanda da população foi atendida através da meta 1600 com a construção dos IERNs, que permitirá o acesso da população negra e as comunidades e povos tradicionais. Meta 1607 com a continuação da 2ª etapa da implementação da Política de Superação do Analfabetismo no RN, abrangendo também a população negra e as comunidades e povos tradicionais.	1600 - EM ANDAMENTO 1601 - NÃO INICIADO 1607 - EM ANDAMENTO
29	Agreste Litoral Sul	Elaborar, publicar e distribuir o material didático com enfoque na temática de gênero, raça, etnia, geracional, orientação sexual e dos direitos humanos	Rio Grande do Norte	SEEC	95	Universalizar, expandir e democratizar o acesso à educação básica, nas diversas etapas e modalidades ofertadas na rede estadual de educação, cultura, esporte e lazer do RN a partir da implementação de políticas que propiciem a construção e ampliação de saberes e conhecimentos e infraestrutura adequada	0853 Implementação e fortalecimento do regime de colaboração entre estados, municípios e união, por meio de programas e parcerias. 0855 Desenvolver e Fortalecer ações e programas voltados para pessoas com necessidade de atendimento temporário ou permanente especializado, hospitalar, domiciliar e para atendimento às populações privadas de liberdade em espaços não escolares.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	853 - EM ANDAMENTO 855 - EM ANDAMENTO
30	Agreste Litoral Sul	Elaborar, publicar e distribuir o material didático com enfoque na temática de gênero, raça, etnia, geracional, orientação sexual e dos direitos humanos	Agreste Litoral Sul	SEEC	95	Universalizar, expandir e democratizar o acesso à educação básica, nas diversas etapas e modalidades ofertadas na rede estadual de educação, cultura, esporte e lazer do RN a partir da implementação de políticas que propiciem a construção e ampliação de saberes e conhecimentos e infraestrutura adequada	1600 Construção, implantação e readequação dos Institutos Estaduais de Educação Profissional do Rio Grande do Norte - IERN (Programa Nova Escola Potiguar). 1601 Adquirir de forma acessível mobiliários/equipamentos para os Institutos Estaduais de Educação Profissional - IERN (Programa Nova Escola Potiguar). 1607 Implantar e implementar a Política de Superação do Analfabetismo no Estado do Rio Grande do Norte, superando em 25%, a cada ano, a taxa de analfabetismo de Jovens e Adultos, de 15 anos ou mais, no Estado.	Não há registro do atendimento da demanda. A demanda não tem relação com a meta.	1600 - EM ANDAMENTO 1601 - NÃO INICIADO 1607 - EM ANDAMENTO
1	Terras Potiguaras	Fortalecer a ATER pública e gratuita	Rio Grande do Norte	EMATER	11	Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0142 Capacitar servidores e colaboradores em atividade na Instituição para melhoria da qualidade dos serviços de ATER prestados.	Meta 0142 não foi iniciada, demanda não atendida até o momento.	142 - NÃO INICIADO
3	Terras Potiguaras	Fortalecer a ATER pública e gratuita	Rio Grande do Norte	EMATER	22	Fortalecer e atualizar a prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural com a finalidade de adequar o ambiente de trabalho e ofertar segurança para os servidores promovendo qualidade nos atendimentos	0142 Capacitar servidores e colaboradores em atividade na Instituição para melhoria da qualidade dos serviços de ATER prestados.	Meta 0142 não foi iniciada, demanda não atendida até o momento.	142 - NÃO INICIADO
5	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Apoio à cadeia produtiva do leite	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	EMATER	11	Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0158 Prestar serviços de ATER pública e continuada nas cadeias produtivas do leite e da fruticultura para médios produtores contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	A demanda da população foi atendida através da meta 0158, com a prestação de serviços de ATER pública, foram realizadas o total de 129 visitas técnicas nos territórios, com exceção do Mato Grande.	158 - EM ANDAMENTO
6	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Apoio à cadeia produtiva do leite	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	EMATER	23	Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida dos médios produtores rurais através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Capacitação em Gestão, Cooperativismo e Associativismo e em Boas Práticas de Manejo Sustentável fomentando as cadeias da bovinocultura de leite e da fruticultura contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável	0158 Prestar serviços de ATER pública e continuada nas cadeias produtivas do leite e da fruticultura para médios produtores contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	A demanda da população foi atendida através da meta 0158, com a prestação de serviços de ATER pública, foi realizado o total de 129 visitas técnicas nos territórios, com exceção do Mato Grande.	158 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
7	Agreste Litoral Sul	Estímulo à agricultura familiar. Política de permanência no campo. Sucção rural. Investimento tecnológico que garantam a soberania e segurança alimentar. Formação profissional	Agreste Litoral Sul	EMATER	11	Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0201 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos Povos e Comunidades Tradicionais contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	A demanda da população foi atendida através da meta 0201, com a prestação de serviços de ATER pública, foi realizado o total de 240 ações educativas em diversos municípios do Rio Grande do Norte.	201 - EM ANDAMENTO
8	Agreste Litoral Sul	Estímulo à agricultura familiar. Política de permanência no campo. Sucção rural. Investimento tecnológico que garantam a soberania e segurança alimentar. Formação profissional	Agreste Litoral Sul	EMATER	26	Incentivar o empreendedorismo jovem como ferramenta para o desenvolvimento do agronegócio familiar através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural priorizando oficinas e capacitações para Jovens da Agricultura Familiar	0201 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos Povos e Comunidades Tradicionais contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	A demanda da população foi atendida através da meta 0201, com a prestação de serviços de ATER pública, foi realizado o total de 240 ações educativas em diversos municípios do Rio Grande do Norte.	201 - EM ANDAMENTO
9	Agreste Litoral Sul	Cursos de capacitação nas áreas de meio ambiente e recursos pesqueiros	Agreste Litoral Sul	EMATER	11	Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0214 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para pescadores (as) e aquicultores (as) enquadrados no PRONAF.	A demanda da população foi atendida através da meta 0214, com a prestação de serviços de ATER pública, foi realizado o total de 290 ações educativas, com orientação individual sobre os direitos da categoria, ações realizadas em diversos municípios do Rio Grande do Norte.	214 - EM ANDAMENTO
10	Trairi	Reestruturação da EMATER: os técnico precisam ir nos locais para fiscalizar/conscientizar quanto ao uso de agrotóxicos, apoiar os filhos de agricultores	Rio Grande do Norte	EMATER	11	Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0179 Adquirir bens móveis para adequar o ambiente de trabalho, assegurar a modernização organizacional, manutenção e funcionamento, a segurança e qualidade de atendimento para realização de treinamentos, capacitações e serviços de ATER. 0184 Realizar obras de engenharia para estruturar a reestruturar Centros de Treinamento e Centros de Disponibilidade e Informação e Tecnologia para agricultura familiar.	Demanda da população ainda não foi atendida, Meta 179 ainda não foi executada, em ações preparatórias. Meta 184 não tem informações no relatório de execução.	179 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 184 - VAZIO
11	Trairi	Reestruturação da EMATER: os técnico precisam ir nos locais para fiscalizar/conscientizar quanto ao uso de agrotóxicos, apoiar os filhos de agricultores	Rio Grande do Norte	EMATER	26	026 Incentivar o empreendedorismo jovem como ferramenta para o desenvolvimento do agronegócio familiar através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural priorizando oficinas e capacitações para Jovens da Agricultura Familiar.	0179 Adquirir bens móveis para adequar o ambiente de trabalho, assegurar a modernização organizacional, manutenção e funcionamento, a segurança e qualidade de atendimento para realização de treinamentos, capacitações e serviços de ATER. 0184 Realizar obras de engenharia para estruturar a reestruturar Centros de Treinamento e Centros de Disponibilidade e Informação e Tecnologia para agricultura familiar.	Demanda da população ainda não foi atendida, Meta 179 ainda não foi executada, em ações preparatórias. Meta 184 não tem informações no relatório de execução.	179 - AÇÕES PREPARATÓRIAS 184 - VAZIO
12	Trairi	Políticas que gerem renda e trabalho para as mulhres do campo e da cidade; Concurso para técnicos da EMATER; ATER específica para as mulhres; Editais para ONGs prestarem ATER	Trairí	EMATER	27	Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida promovendo à organização produtiva e acesso a renda através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal priorizando oficinas temáticas e capacitações para mulheres rurais em vulnerabilidade social.	0127 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins as agricultoras familiares contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	A demanda da população foi atendida através da meta 0127, com a prestação de serviços de ATER pública, foi realizado o total de 16.951 ações educativas em diversos municípios do Rio Grande do Norte.	127 - EM ANDAMENTO
13	Trairi	Incentivo ao produtor para comercialização de seus produtos. Garantir o acesso a informação para chamada pública	Trairí	EMATER	11	Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0146 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores fornecedores da produção agropecuária favorecendo a comercialização e agregação de valores aos mercados institucionais e privados	A demanda da população foi atendida através da meta 0146, com a prestação de serviços de ATER pública, atendendo a 34 agricultores com as ações em diversos municípios do Rio Grande do Norte.	146 - EM ANDAMENTO
14	Trairi	Incentivo ao produtor para comercialização de seus produtos. Garantir o acesso a informação para chamada pública	Trairí	EMATER	25	Apoiar a Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal priorizando oficinas temáticas e capacitações para associações e cooperativas da Agricultura Familiar colaborando com mecanismos de finanças solidárias e fortalecimento do associativismo no Estado do Rio Grande do Norte	0146 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores fornecedores da produção agropecuária favorecendo a comercialização e agregação de valores aos mercados institucionais e privados	A demanda da população foi atendida através da meta 0146, com a prestação de serviços de ATER pública, atendendo a 34 agricultores com as ações em diversos municípios do Rio Grande do Norte.	146 - EM ANDAMENTO
15	Trairi	Incentivo ao produtor para comercialização de seus produtos. Garantir o acesso a informação para chamada pública	Trairí	EMATER	26	Incentivar o empreendedorismo jovem como ferramenta para o desenvolvimento do agronegócio familiar através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural priorizando oficinas e capacitações para Jovens da Agricultura Familiar	0146 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores fornecedores da produção agropecuária favorecendo a comercialização e agregação de valores aos mercados institucionais e privados	A demanda da população foi atendida através da meta 0146, com a prestação de serviços de ATER pública, atendendo a 34 agricultores com as ações em diversos municípios do Rio Grande do Norte.	146 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA Plano Plurianual 2020-2023 | planejamento transparência integração

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
16	Seridó	Fortalecimento de ATER para atender as associações rurais	Seridó	EMATER	11	Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0193 Capacitar associações e cooperativas da agricultura familiar na produção, comercialização e no consumo solidário apoiando a ECOSOL	A demanda da população foi atendida através da meta 0193, com a prestação de serviços de ATER pública, atendendo a 22.439 entidades com as ações em diversos municípios do Rio Grande do Norte.	193 - EM ANDAMENTO
17	Seridó	Fortalecimento de ATER para atender as associações rurais	Seridó	EMATER	22	Fortalecer e atualizar a prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural com a finalidade de adequar o ambiente de trabalho e ofertar segurança para os servidores promovendo qualidade nos atendimentos	0193 Capacitar associações e cooperativas da agricultura familiar na produção, comercialização e no consumo solidário apoiando a ECOSOL	A demanda da população foi atendida através da meta 0193, com a prestação de serviços de ATER pública, atendendo a 67 entidades com as ações em diversos municípios do Rio Grande do Norte.	193 - EM ANDAMENTO
18	Seridó	Fortalecimento de ATER para atender as associações rurais	Seridó	EMATER	25	Apoiar a Economia Solidária na produção, comercialização e no consumo solidário através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal priorizando oficinas temáticas e capacitações para associações e cooperativas da Agricultura Familiar colaborando com mecanismos de finanças solidárias e fortalecimento do associativismo no Estado do Rio Grande do Norte	0193 Capacitar associações e cooperativas da agricultura familiar na produção, comercialização e no consumo solidário apoiando a ECOSOL	A demanda da população foi atendida através da meta 0193, com a prestação de serviços de ATER pública, atendendo a 67 entidades com as ações em diversos municípios do Rio Grande do Norte.	193 - EM ANDAMENTO
19	Alto Oeste	Assistência Técnica ao agricultor	Alto Oeste	EMATER	11	Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0126 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos agricultores familiares contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	A demanda da população foi atendida através da meta 0126, com a prestação de serviços de ATER pública, atendendo a 22.439 agricultores com as ações, reuniões técnicas, oficinas e mobilizações, em diversos municípios do Rio Grande do Norte.	126 - EM ANDAMENTO
20	Alto Oeste	Assistência Técnica ao agricultor	Alto Oeste	EMATER	22	Fortalecer e atualizar a prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural com a finalidade de adequar o ambiente de trabalho e ofertar segurança para os servidores promovendo qualidade nos atendimentos	0126 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos agricultores familiares contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.	A demanda da população foi atendida através da meta 0126, com a prestação de serviços de ATER pública, atendendo a 22.439 agricultores com as ações, reuniões técnicas, oficinas e mobilizações, em diversos municípios do Rio Grande do Norte.	126 - EM ANDAMENTO
21	Açu/Mossoró	Fortalecer a autonomia econômica das mulheres, garantindo formação, ATER especifica para as mulheres, crédito através da AGN, implantação de quintais produtivos, comercialização através das compras públicas (implantação do PECAFES) e ações que favoreçam o escoamento da produção das mulheres	Açu/Mossoró	EMATER	11	Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0190 Capacitar mulheres rurais em vulnerabilidade social promovendo a organização produtiva e o acesso a renda	A demanda da população foi atendida através da meta 0190, com a prestação de serviços de ATER pública atendendo a 746 mulheres com as ações de capacitação, em diversos municípios do Rio Grande do Norte.	190 - EM ANDAMENTO
22	Açu/Mossoró	Fortalecer a autonomia econômica das mulheres, garantindo formação, ATER especifica para as mulheres, crédito através da AGN, implantação de quintais produtivos, comercialização através das compras públicas (implantação do PECAFES) e ações que favoreçam o escoamento da produção das mulheres	Açu/Mossoró	EMATER	27	Incentivar a melhoria da capacidade produtiva e econômica, assim como, a qualidade de vida promovendo à organização produtiva e acesso a renda através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal priorizando oficinas temáticas e capacitações para mulheres rurais em vulnerabilidade socia	0190 Capacitar mulheres rurais em vulnerabilidade social promovendo a organização produtiva e o acesso a renda	A demanda da população foi atendida através da meta 0190, com a prestação de serviços de ATER pública, atendendo a 746 mulheres com as ações de capacitação, em diversos municípios do Rio Grande do Norte.	190 - EM ANDAMENTO
23	Mato Grande	Qualificar os jovens nas áreas técnicas e profissionais e geração de emprego; Realizar oficinas ou seminários com a EMATER para esclarecimentos sobre o acesso ao DAPJOVEM	Mato Grande	EMATER	11	Melhorar a condição de vida no meio rural com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública e continuada para agricultores familiares, pescadores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres, utilizando metodologia participativa e valorizando o conhecimento territorial para ampliar a geração de oportunidades e garantia de renda e diversificação da produção agrícola e não agrícola com base nos princípios da agroecologia, considerando as particularidades e potencialidades territoriais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, aquícola e pesqueiro	0128 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos Jovens da agricultura familiar contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável. 0196 Capacitar jovens da agricultura familiar para acesso as políticas públicas e incentivar o empreendedorismo	A demanda da população foi atendida através da meta 0196, com a prestação de serviços de ATER pública, atendendo a 190 jovens com as ações de capacitação, em diversos municípios do Rio Grande do Norte.	128 - EM ANDAMENTO 196 - EM ANDAMENTO
24	Mato Grande	Qualificar os jovens nas áreas técnicas e profissionais e geração de emprego; Realizar oficinas ou seminários com a EMATER para esclarecimentos sobre o acesso ao DAPJOVEM	Mato Grande	EMATER	26	Incentivar o empreendedorismo jovem como ferramenta para o desenvolvimento do agronegócio familiar através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural priorizando oficinas e capacitações para Jovens da Agricultura Familiar	0128 Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em ações educativas de caráter não formal para com base na agroecologia e atendimentos afins aos Jovens da agricultura familiar contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável. 0196 Capacitar jovens da agricultura familiar para acesso as políticas públicas e incentivar o empreendedorismo	A demanda da população foi atendida através da meta 0196, com a prestação de serviços de ATER pública, atendendo a 190 jovens com as ações de capacitação, em diversos municípios do Rio Grande do Norte.	128 - EM ANDAMENTO 196 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
1	Terras Potiguaras	Dimensionar as necessidades de políticas públicas e equipamentos coletivos (esporte, cultura, educação, lazer etc), no sentido amplo, para poder promover o desenvolvimento social/ Construir uma cartografia dos equipamentos estaduais para poder atender as demandas e as políticas públicas de forma interssetorial; Promover políticas de equidade/ Criação e efetivação do plano de desenvolvimento urbano integrado, a partir de um processo participativo da população da região; Resolver a questão da mobilidade urbana da região metropolitana; Projetos integrados com os municípios da região para potencializar o turismo regional.	Rio Grande do Norte	SEMARH	112	Apoiar os municípios no atendimento as politicas de saneamento básico visando a politica estadual de saneamento básico de forma a nortear os municípios na elaboração e implementação dos planos de forma integra aos setores de abastecimento agua , esgotamento sanitário , limpeza, urbana e manejo de resíduos sólidos, e manejo de aguas pluviais.	0436 Elaborar politica estadual de resíduos Sólidos. 0457 Elaborar política estadual de mudanças climáticas	Demanda da população atendida, através da meta 0436 com a elaboração da política estadual de resíduos sólidos, Projeto de Lei está na Assembleia Legislativa aguardando aprovação. Meta 0457, com a elaboração da política estadual de mudanças climáticas, Projeto de Lei está na Assembleia Legislativa aguardando aprovação.	436 - EM ANDAMENTO 457 - CONCLUÍDA
3	Terras Potiguaras	Dimensionar as necessidades de políticas públicas e equipamentos coletivos (esporte, cultura, educação, lazer etc), no sentido amplo, para poder promover o desenvolvimento social/ Construir uma cartografia dos equipamentos estaduais para poder atender as demandas e as políticas públicas de forma interssetorial; Promover políticas de equidade/ Criação e efetivação do plano de desenvolvimento urbano integrado, a partir de um processo participativo da população da região; Resolver a questão da mobilidade urbana da região metropolitana; Projetos integrados com os municípios da região para potencializar o turismo regional.	Rio Grande do Norte	SEMARH	114	Aprimorar continuamente os processos organizacionais, assegurar a modernização da instituição e direcionar a implantação das diretrizes estratégicas da SEMARH	0399 Promover o fortalecimento institucional do SISEMA 0457 Elaborar política estadual de mudanças climáticas	Demanda da população atendida, através da meta 0399, com a realização de reuniões de grupo técnico e reorganização das câmaras técnicas do CONEMA, apresentando durante todo o ano, regularidade nas discussões de diversos temas, tanto no conselho como nos grupos técnicos. Meta 0457, com a elaboração da política estadual de mudanças climáticas, Projeto de Lei está na Assembleia Legislativa aguardando aprovação.	399 - CONCLUÍDA 457 - CONCLUÍDA
5	Terras Potiguaras	programa de monitoramento participativo e gestão integrada de resíduos(líquidos e sólidos) nas praias litorâneas	Rio Grande do Norte	SEMARH	112	Apoiar os municípios no atendimento as politicas de saneamento básico visando a politica estadual de saneamento básico de forma a nortear os municípios na elaboração e implementação dos planos de forma integra aos setores de abastecimento agua , esgotamento sanitário , limpeza, urbana e manejo de resíduos sólidos, e manejo de aguas pluviais	0436 Elaborar politica estadual de resíduos Sólidos.	Demanda da população atendida, através da meta 0436 com a elaboração da política estadual de resíduos sólidos, Projeto de Lei está na Assembleia Legislativa aguardando aprovação.	436 - EM ANDAMENTO
7	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Projeto da Barragem do Alívio, São Vicente, Açude da Pedra e Perfuração de Poços	Rio Grande do Norte	SEMARH	117	abastecimento dos municípios em situação de colapso e emergência hídricas, de acordo com o decreto emergencial, por meio de ações de governo de forma a minimizar os efeitos da estiagem	0426 Fortalecer e melhorar o sistema estadual de segurança hídrica	Demanda da população atendida, através da meta 0426, com a continuidade do programa RN+AGUA, realizadas ações sociais, mais de 800 comunidades rurais em todos beneficiadas com a perfuração e instalação de poços em todos os municípios do RN.	426 - CONCLUÍDO
9	Trairi	Realizar uma Política de Reflorestamento e Mapeamento da mata Nativa. Criação de uma Política Pública para coleta seletiva na zona rural	Rio Grande do Norte	SEMARH	115	Recuperar, prevenir, preservar, conservar a bacia hidrográfica por meio de ações integradas e permanentes que promovam a maioria da disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade e condições socioambientais	0417 Elaborar estudos e projetos nas áreas de meio ambiente e dos Recursos Hídricos 0480 Implementar recuperação de bacias hidrográficas	Demanda da população atendida através da meta 0417, com a elaboração dos projetos executivos: Canal do Mato Grande, Projeto integração de sistemas adutores do Alto Oeste, Projetos de abastecimento de água em comunidades rurais, iniciada a elaboração dos termos de referência, Projetos Plantadores de Água. Meta 480, com a continuidade dae elaboração do diagnóstico para identificação das áreas degradadas e que serão recuperadas das seguintes bacias hidrográficas do Rio Apodi-Mossoró. do Rio Ceará mirim, do Rio pitimbu, através do PROCOMITÊS	417 - CONCLUÍDO 480 - EM ANDAMENTO
11	Trairi	Fomento da coleta seletiva e reuso da água	Rio Grande do Norte	SEMARH	111	Dotar o estado de novas alternativas para o suprimento de demanda hídrica por meio de novas tecnologias	0431 Implantar projetos de Reuso	Demanda da população atendida através da meta 431, onde segue em andamento as ações necessárias a elaboração do projeto executivo de reutilização de água tratada das ETEs Jundiai - Guarapes e Jaguaribe. Aguardando manifestação da ANA sobre o apoio financeiro para elaboração do projeto.	431 - EM ANDAMENTO
13	Trairi	Fomento da coleta seletiva e reuso da água	Rio Grande do Norte	SEMARH	117	Abastecimento dos municípios em situação de colapso e emergência hídricas, de acordo com o decreto emergencial, por meio de ações de governo de forma a minimizar os efeitos da estiagem.	0426 Fortalecer e melhorar o sistema estadual de segurança hídrica	Não há relação da demanda da população com a execução da meta.	426 - CONCLUÍDO
15	Trairi	Redimensionar a Adutora Monsenhor Expedito	Rio Grande do Norte	SEMARH	117	Abastecimento dos municípios em situação de colapso e emergência hídricas, de acordo com o decreto emergencial, por meio de ações de governo de forma a minimizar os efeitos da estiagem.	0426 Fortalecer e melhorar o sistema estadual de segurança hídrica	Não há relação da demanda da população com a execução da meta.	426 - CONCLUÍDO
17	Potengi	Construir barramentos no curso principal do Rio Potengi; Perfuração de poços tubulares/artesianoss; Instalar os poços já perfurados; Utilizar tecnologias adaptadas (cisternas, etc); Ampliar o reforço da adutora de Açu para abastecer São Paulo do Potengi e Santa Maria; Construir ramal para a Comunidade Serra da Formiga, em Riachuelo.	Rio Grande do Norte	SEMARH	117	Abastecimento dos municípios em situação de colapso e emergência hídricas, de acordo com o decreto emergencial, por meio de ações de governo de forma a minimizar os efeitos da estiagem.	0426 Fortalecer e melhorar o sistema estadual de segurança hídrica	Demanda da população atendida, através da meta 0426, com a continuidade do programa RN+AGUA, realizadas ações sociais, mais de 800 comunidades rurais em todos beneficiadas com a perfuração e instalação de poços em todos os municípios do RN.	426 - CONCLUÍDO
19	Seridó	Programa de estrutura hídrica para o Seridó: 1 primeira e segunda água; 2 projeto de integração das adutoras; 3 conclusão da construção de reservatórios (oiticica e barragem nova Dinamarca); 4 Reuso de águas	Rio Grande do Norte	SEMARH	111	Dotar o estado de novas alternativas para o suprimento de demanda hídrica por meio de novas tecnologias	0431 Implantar projetos de Reuso	Demanda da população atendida através da meta 431, onde segue em andamento as ações necessárias a elaboração do projeto executivo de reutilização de água tratada das ETEs Jundiai - Guarapes e Jaguaribe. Aguardando manifestação da ANA sobre o apoio financeiro para elaboração do projeto.	431 - EM ANDAMENTO
21	Seridó	Programa de estrutura hídrica para o Seridó: 1 primeira e segunda água; 2 projeto de integração das adutoras; 3 conclusão da construção de reservatórios (oiticica e barragem nova Dinamarca); 4 Reuso de águas	Rio Grande do Norte	SEMARH	117	Abastecimento dos municípios em situação de colapso e emergência hídricas, de acordo com o decreto emergencial, por meio de ações de governo de forma a minimizar os efeitos da estiagem.	0426 Fortalecer e melhorar o sistema estadual de segurança hídrica	Demanda da população atendida, através da meta 0426, com a continuidade do programa RN+AGUA, realizadas ações sociais, mais de 800 comunidades rurais em todos beneficiadas com a perfuração e instalação de poços em todos os municípios do RN.	426 - CONCLUÍDO
23	Açu/Mossoró	Projeto de despoluição dos rios através de programas de saneamento básico e, efetivar melhorias no sistema de abastecimento de água nas cidades, afim de fomentar o crescimento da indústria da construção civil e permitir a inclusão econômica	Rio Grande do Norte	SEMARH	115	Recuperar, prevenir, preservar, conservar a bacia hidrográfica por meio de ações integradas e permanentes que promovam a maioria da disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade e condições socioambientais	0417 Elaborar estudos e projetos nas áreas de meio ambiente e dos Recursos Hídricos	Demanda da população atendida através da meta 0417, com a elaboração dos projetos executivos: Canal do Mato Grande, Projeto integração de sistemas adutores do Alto Oeste, Projetos de abastecimento de água em comunidades rurais, iniciada a elaboração dos termos de referência, Projetos Plantadores de Água.	417 - CONCLUÍDO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA Plano Plurianual 2020-2023 | planejamento transparência integração

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
25	Açu/Mossoró	Projeto de despoluição dos rios através de programas de saneamento básico e, efetivar melhorias no sistema de abastecimento de água nas cidades, afim de fomentar o crescimento da indústria da construção civil e permitir a inclusão econômica	Rio Grande do Norte	SEMARH	121	Implementar, de forma mais atuante, nos órgãos competentes do sistema de gerenciamento de recursos Hídricos do estado , os instrumentos de gestão preconizados na lei Federal nº 9433/97, e na Lei estadual nº 6908/96	0396 Promover o fortalecimento institucional do SIGERH 0421 Elaborar planos de bacias hidrográficas 0463 Elaborar política estadual de Educação Ambiental 0492 Promover a integração das águas do Rio São Francisco (PISF) com as bacias hidrográficas do Estado. 0493 Implementar política estadual de operação, manutenção e segurança de barragens 0495 Implantar sistemas de abastecimento dágua 0497 Implantar Ações previstas no plano estadual de recursos hídricos.	Demanda da população atendida através das metas: Meta 421, após concluída a elaboração dos termos de referência do plano de bacia hidrográfica do Rio Apodi-Mossoró, aguardando retorno do Ministério do desenvolvimento Regional. Meta 492, foram realizadas reuniões mensais sob a coordenação da ANA, para acompanhamento das ações do PISF. Os estados beneficiados (RN, CE, PB, e PE) discutem com a união, a proposta de contrato e definição das responsabilidades estaduais no processo de operação. Meta 493, realizada abertura de processo de contratação de serviços de recuperação e manutenção de 27 barragens sob a responsabilidade do RN. concluída a atualização dos orçamentos de hidromecânica. Meta 0495, em continuidade os termos de referência necessários à implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais. Meta 497, foram perfurados e instalados 35 poços na bacia Hidrográfica do Rio Apodi-Mossoró. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	396 - CONCLUÍDO 421 - EM ANDAMENTO 463 - EM ANDAMENTO 492 - EM ANDAMENTO 493 - EM ANDAMENTO 495 - EM ANDAMENTO 497 - CONCLUÍDO
27	Açu/Mossoró	Implantar unidade de Aquaponia e viabilizar obras de convivência com o semiárido através da construção de barragens sucessiva no território; com o reuso de água, cisternas de placas, perfuração de poços coletivos com implantação de energia solar	Rio Grande do Norte	SEMARH	117	Abastecimento dos municípios em situação de colapso e emergência hídricas, de acordo com o decreto emergencial, por meio de ações de governo de forma a minimizar os efeitos da estiagem.	0426 Fortalecer e melhorar o sistema estadual de segurança hídrica	Demanda da população atendida, através da meta 0426, com a continuidade do programa RN+AGUA, realizadas ações sociais, mais de 800 comunidades rurais em todos beneficiadas com a perfuração e instalação de poços em todos os municípios do RN.	426 - CONCLUÍDO
29	Mato Grande	Fortalecimento das tecnologias sociais de convivência com o semiárido de acesso à água e casas e bancos de sementes crioulas na região do mato grande (território).	Rio Grande do Norte	SEMARH	115	Recuperar, prevenir, preservar, conservar a bacia hidrográfica por meio de ações integradas e permanentes que promovam a maioria da disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade e condições socioambientais	0417 Elaborar estudos e projetos nas áreas de meio ambiente e dos Recursos Hídricos	Demanda da população atendida através da meta 0417, com a elaboração dos projetos executivos: Canal do Mato Grande, Projetos de abastecimento de água em comunidades rurais e também foi iniciada a elaboração dos termos de referência, Projetos Plantadores de Água.	417 - CONCLUÍDO
31	Mato Grande	Fortalecimento das tecnologias sociais de convivência com o semiárido de acesso à água e casas e bancos de sementes crioulas na região do mato grande (território).	Rio Grande do Norte	SEMARH	121	Implementar, de forma mais atuante, nos órgãos competentes do sistema de gerenciamento de recursos Hídricos do estado , os instrumentos de gestão preconizados na lei Federal nº 9433/97, e na Lei estadual nº 6908/96	0396 Promover o fortalecimento institucional do SIGERH 0421 Elaborar planos de bacias hidrográficas 0463 Elaborar política estadual de Educação Ambiental 0492 Promover a integração das águas do Rio São Francisco (PISF) com as bacias hidrográficas do Estado. 0493 Implementar política estadual de operação, manutenção e segurança de barragens 0495 Implantar sistemas de abastecimento dágua 0497 Implantar Ações previstas no plano estadual de recursos hídricos.	Demanda da população atendida através da meta 463, iniciados os procedimentos de organização das conferências regionais, coletânea de informações e concluído calendário de 2023 para tratar do política estadual de Educação Ambiental. Meta 0495, em continuidade os termos de referência necessários à implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais. A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	396 - CONCLUÍDO 421 - EM ANDAMENTO 463 - EM ANDAMENTO 492 - EM ANDAMENTO 493 - EM ANDAMENTO 495 - EM ANDAMENTO 497 - CONCLUÍDO
33	Sertão do Apodi	Participação efetiva do Estado junto aos consórcios municipais e municípios que viabilize o processo de cuidados com os resíduos sólidos assim como destinação adequada de tais, e implantação dos sistemas de Saneamento Básico	Rio Grande do Norte	SEMARH	112	Apoiar os municípios no atendimento as políticas de saneamento básico visando a política estadual de saneamento básico de forma a nortear os municípios na elaboração e implementação dos planos de forma integra aos setores de abastecimento agua , esgotamento sanitário , limpeza, urbana e manejo de resíduos sólidos, e manejo de aguas pluviais	0436 Elaborar política estadual de resíduos Sólidos.	Demanda da população atendida, através da meta 0436 com a elaboração da política estadual de resíduos sólidos, Projeto de Lei está na Assembleia Legislativa aguardando aprovação.	436 - EM ANDAMENTO
8	Terras Potiguaras	Priorizar a prevenção da violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante estratégias de acompanhamento individualizado, busca ativa e articulação entre Conselhos tutelares, escolas e forças de segurança, para proteção do corpo docente e discente, com vistas à redução da evasão escolar decorrentes de ocoptação para o crime, de violência doméstica e de outros agravos violadores da comunidade escolar;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
9	Terras Potiguaras	Reduzir a violência contra a mulher, com a expansão das delegacias especializadas e a implantaçao de um protocolo de atenção integral, que possibilite a articulação e o funcionamento de um rede que congregue todos os serviços públicos necessários à execução das medidas protetivas e ao acolhimento das mulheres vítimas de violência e suas famílias	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
10	Terras Potiguaras	Criar núcleos de mediação e resolução de conflitos nos territórios mais vulneráveis;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
15		Desenvolver programas de prevenção intersetoriais que contemplem medidas voltadas a inclusão social, saúde, educação, habitação, geração de emprego e renda, acesso à cultura, ao esporte e ao lazer e ordenamento urbano nos territórios mais vulneráveis	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
16	Terras Potiguaras	Estimular a criação dos Conselhos Comunitários de Defesa e Segurança e fortalecer os já existentes;	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	00710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda da população atendida, foi publicado o Dec. nº 32.313/2022 no DOE de 17/12/2022, o qual dispõe sobre a regulamentação dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS)	710 - EM ANDAMENTO
19	Terras Potiguaras	Operacionalização de políticas de segurança, compreendendo ações para enfrentamento da violência sofrida por jovens e adolescentes negros e negras, combate ao racismo em presídios do Estado e proteção dos terreiros de matriz africana e indígena	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
20	Terras Potiguaras	Criar um Comitê Intersetorial (Secretaria de Estadual de Trabalho e Assistência Social, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria Estadual de Mulheres) de enfrentamento à violência contra as mulheres	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
21	Terras Potiguaras	Desenvolver ações educativas, culturais e de comunicação para prevenção do feminicídio, em parceria com as demais secretarias de estado.	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
22	Terras Potiguaras	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas afim de promover segurança pública também no meio rural.	710 - EM ANDAMENTO
23	Terras Potiguaras	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Terras Potiguaras	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas afim de promover segurança pública também no meio rural.	733 - EM ANDAMENTO
26	Terras Potiguaras	Investimento em inteligência nos mecanismos de segurança pública: fomento das guardas municipais e maior interação entre as forças; Compartilhamento dos links de câmera do CIOSP com os batalhões da área (descentralização do vídeo monitoramento do CIOSP), de forma a servir principalmente ao serviço emergencial; Desburocratização do acesso às câmeras de monitoramento e Aquisição de drones	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
28	Terras Potiguaras	Bases integradas de segurança nas praças	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
29	Terras Potiguaras	Bases integradas de segurança nas praças	Terras Potiguaras	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda pode vir a ser atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
31	Terras Potiguaras	Retorno e ampliação das delegacias de bairro	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
32	Terras Potiguaras	Retorno e ampliação das delegacias de bairro	Terras Potiguaras	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda pode vir a ser atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
33	Terras Potiguaras	Dimensionar as necessidades de políticas públicas e equipamentos coletivos (esporte, cultura, educação, lazer etc), no sentido amplo, para poder promover o desenvolvimento social/ Construir uma cartografia dos equipamentos estaduais para poder atender as demandas e as políticas públicas de forma interssetorial; Promover políticas de equidade/ Criação e efetivação do plano de desenvolvimento urbano integrado, a partir de um processo participativo da população da região; Resolver a questão da mobilidade urbana da região metropolitana; Projetos integrados com os municípios da região para potencializar o turismo regional.	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
34	Terras Potiguaras	Dimensionar as necessidades de políticas públicas e equipamentos coletivos (esporte, cultura, educação, lazer etc), no sentido amplo, para poder promover o desenvolvimento social/ Construir uma cartografia dos equipamentos estaduais para poder atender as demandas e as políticas públicas de forma interssetorial; Promover políticas de equidade/ Criação e efetivação do plano de desenvolvimento urbano integrado, a partir de um processo participativo da população da região; Resolver a questão da mobilidade urbana da região metropolitana; Projetos integrados com os municípios da região para potencializar o turismo regional.	Terras Potiguaras	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda pode vir a ser atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
35	Terras Potiguaras	IMPLEMENTAR PROGRAMA UM PROGRAMA P O ENFRENTAMENTO A VIOLENCIA CONTRA AMULHER, ESTRUTURADO EM 3 PILARES: PREVENÇÃO AÇÕES NAS ESCOLAS (ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO) ASSIM COMO APLIAÇÃO PARA ORGÃO PUBLICOS, CAMPANHAS PARA POPULAÇÃO EM GERAL; ACOLHIMENTO FORTALECIMENTO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL P AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA (CASA ABRIGO), ACOMPANHAMENTO DOS CASOS DE VIOLENCIA CONTRA AMULHER ATRAVES DE UMA REDE INTEGRADA ENTRE OS ORGÃO ENVOLVIDOS, FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS ; ATENDIMENTO AOS CASOS DE VIOLENCIA FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE ATENDIMENTO, DENUNCIA E PUNIÇÃO / INTEGRAÇÃO DAS POLITICAS PUBLICAS / COM POLITICAS DE GERAÇÃO DE RENDA	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
36	Terras Potiguaras	transforma a ponte em um complexo multifuncional; ampliando o turismo na área, ônibus especial, elevador panorâmico; contemplar os bastios e as áreas sombreadas para o esporte, lazer, cultura, artes e comércio, ocupando o equipamento com diversas atividades.	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
37	Terras Potiguaras	transforma a ponte em um complexo multifuncional; ampliando o turismo na área, ônibus especial, elevador panorâmico; contemplar os bastios e as áreas sombreadas para o esporte, lazer, cultura, artes e comércio, ocupando o equipamento com diversas atividades.	Terras Potiguaras	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda pode vir a ser atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
49	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Priorizar a prevenção da violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante estratégias de acompanhamento individualizado, busca ativa e articulação entre Conselhos tutelares, escolas e forças de segurança, para proteção do corpo docente e discente, com vistas à redução da evasão escolar decorrentes de ocoptação para o crime, de violência doméstica e de outros agravos violadores da comunidade escolar	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
50	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Reduzir a violência contra a mulher, com a expansão das delegacias especializadas e a implantaçao de um protocolo de atenção integral, que possibilite a articulação e o funcionamento de um rede que congregue todos os serviços públicos necessários à execução das medidas protetivas e ao acolhimento das mulheres vítimas de violência e suas famílias;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
51	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Criar núcleos de mediação e resolução de conflitos nos territórios mais vulneráveis	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
52	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Mobilizar a sociedade potiguar por uma cultura de paz, através de campanhas educativas, audiências públicas, debates, aulas públicas e outras metodologias;	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
53	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Mobilizar a sociedade potiguar por uma cultura de paz, através de campanhas educativas, audiências públicas, debates, aulas públicas e outras metodologias;	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda pode vir a ser atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
54	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Democratizar a política pública de segurança por meio da criação do Conselho Estadual e dos Conselhos Regionais de Segurança Pública, em composição paritária, garantindo planejamento e gestão participativa	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
55	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Democratizar a política pública de segurança por meio da criação do Conselho Estadual e dos Conselhos Regionais de Segurança Pública, em composição paritária, garantindo planejamento e gestão participativa	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda pode vir a ser atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
57	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Estimular a criação dos Conselhos Comunitários de Defesa e Segurança e fortalecer os já existentes;	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
58	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Estimular a criação dos Conselhos Comunitários de Defesa e Segurança e fortalecer os já existentes;	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda pode vir a ser atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
59	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Garantir a articulação entre os Conselhos tutelares e as unidades de saúde, para acompanhar e aplicar as medidas adequadas nos casos de violação ao direitos destinados ao universo infanto-juvenil, nos termos previstos em lei, reduzindo a violência e a criminalidade que vitima os jovens	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
60	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Operacionalização de políticas de segurança, compreendendo ações para enfrentamento da violência sofrida por jovens e adolescentes negros e negras, combate ao racismo em presídios do Estado e proteção dos terreiros de matriz africana e indígena	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
61	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Criar um Comitê Intersetorial (Secretaria de Estadual de Trabalho e Assistência Social, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria Estadual de Mulheres) de enfrentamento à violência contra as mulheres.	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
62	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Desenvolver ações educativas, culturais e de comunicação para prevenção do feminicídio, em parceria com as demais secretarias de estado.	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
63	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas afim de promover segurança pública também no meio rural.	710 - EM ANDAMENTO
64	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda pode vir a ser atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas afim de promover segurança pública também no meio rural.	733 - EM ANDAMENTO
67	Agreste Litoral Sul	Implementar uma base na regiao (Nova Cruz ou Goianinha) - médico legista de sobreaviso pra crimes sexuais	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
68	Agreste Litoral Sul	Implementar uma base na regiao (Nova Cruz ou Goianinha) - médico legista de sobreaviso pra crimes sexuais	Agreste Litoral Sul	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda pode vir a ser atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
69	Agreste Litoral Sul	Criação de uma política intersetorial de enfrentamento da violência na perspectiva da cultura de paz, esporte, lazer e cultura	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
70	Agreste Litoral Sul	Criação de uma política intersetorial de enfrentamento da violência na perspectiva da cultura de paz, esporte, lazer e cultura	Agreste Litoral Sul	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda pode vir a ser atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
78	Trairi	Priorizar a prevenção da violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante estratégias de acompanhamento individualizado, busca ativa e articulação entre Conselhos tutelares, escolas e forças de segurança, para proteção do corpo docente e discente, com vistas à redução da evasão escolar decorrentes de ocoptação para o crime, de violência doméstica e de outros agravos violadores da comunidade escolar;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
79	Trairi	Reduzir a violência contra a mulher, com a expansão das delegacias especializadas e a implantaçao de um protocolo de atenção integral, que possibilite a articulação e o funcionamento de um rede que congregue todos os serviços públicos necessários à execução das medidas protetivas e ao acolhimento das mulheres vítimas de violência e suas famílias	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
80	Trairi	Criar núcleos de mediação e resolução de conflitos nos territórios mais vulneráveis	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
81	Trairi	Mobilizar a sociedade potiguar por uma cultura de paz, através de campanhas educativas, audiências públicas, debates, aulas públicas e outras metodologias	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
82	Trairi	Mobilizar a sociedade potiguar por uma cultura de paz, através de campanhas educativas, audiências públicas, debates, aulas públicas e outras metodologias	Trairí	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
83	Trairi	Democratizar a política pública de segurança por meio da criação do Conselho Estadual e dos Conselhos Regionais de Segurança Pública, em composição paritária, garantindo planejamento e gestão participativa;	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
84	Trairi	Democratizar a política pública de segurança por meio da criação do Conselho Estadual e dos Conselhos Regionais de Segurança Pública, em composição paritária, garantindo planejamento e gestão participativa;	Trairí	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda pode vir a ser atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
85	Trairi	Desenvolver programas de prevenção intersetoriais que contemplem medidas voltadas a inclusão social, saúde, educação, habitação, geração de emprego e renda, acesso à cultura, ao esporte e ao lazer e ordenamento urbano nos territórios mais vulneráveis	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
86	Trairi	Estimular a criação dos Conselhos Comunitários de Defesa e Segurança e fortalecer os já existentes	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
87	Trairi	Estimular a criação dos Conselhos Comunitários de Defesa e Segurança e fortalecer os já existentes	Trairí	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
88	Trairi	Garantir a articulação entre os Conselhos tutelares e as unidades de saúde, para acompanhar e aplicar as medidas adequadas nos casos de violação ao direitos destinados ao universo infanto-juvenil, nos termos previstos em lei, reduzindo a violência e a criminalidade que vitima os jovens;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
89	Trairi	Operacionalização de políticas de segurança, compreendendo ações para enfrentamento da violência sofrida por jovens e adolescentes negros e negras, combate ao racismo em presídios do Estado e proteção dos terreiros de matriz africana e indígena	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
90	Trairi	Criar um Comitê Intersetorial (Secretaria de Estadual de Trabalho e Assistência Social, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria Estadual de Mulheres) de enfrentamento à violência contra as mulheres	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
91	Trairi	Desenvolver ações educativas, culturais e de comunicação para prevenção do feminicídio, em parceria com as demais secretarias de estado.	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
92	Trairi	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado		710 - EM ANDAMENTO
93	Trairi	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Trairí	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios		733 - EM ANDAMENTO
94	Trairi	Projetos que visam a promoção da Cultura e da Paz nas Escolas, visando a criação de ações educativas como: esporte, cultura e lazer; Transformar Casa de Cultura Popular como Fomentadora da Cultura e da Paz	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
102	Potengi	Priorizar a prevenção da violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante estratégias de acompanhamento individualizado, busca ativa e articulação entre Conselhos tutelares, escolas e forças de segurança, para proteção do corpo docente e discente, com vistas à redução da evasão escolar decorrentes de ocoptação para o crime, de violência doméstica e de outros agravos violadores da comunidade escolar	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
103	Potengi	Reduzir a violência contra a mulher, com a expansão das delegacias especializadas e a implantaçao de um protocolo de atenção integral, que possibilite a articulação e o funcionamento de um rede que congregue todos os serviços públicos necessários à execução das medidas protetivas e ao acolhimento das mulheres vítimas de violência e suas famílias;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
104	Potengi	Criar núcleos de mediação e resolução de conflitos nos territórios mais vulneráveis;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
105	Potengi	Mobilizar a sociedade potiguar por uma cultura de paz, através de campanhas educativas, audiências públicas, debates, aulas públicas e outras metodologias;	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
106	Potengi	Mobilizar a sociedade potiguar por uma cultura de paz, através de campanhas educativas, audiências públicas, debates, aulas públicas e outras metodologias;	Potengi	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
107	Potengi	Democratizar a política pública de segurança por meio da criação do Conselho Estadual e dos Conselhos Regionais de Segurança Pública, em composição paritária, garantindo planejamento e gestão participativa;	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
108	Potengi	Democratizar a política pública de segurança por meio da criação do Conselho Estadual e dos Conselhos Regionais de Segurança Pública, em composição paritária, garantindo planejamento e gestão participativa;	Potengi	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
109	Potengi	Desenvolver programas de prevenção intersetoriais que contemplem medidas voltadas a inclusão social, saúde, educação, habitação, geração de emprego e renda, acesso à cultura, ao esporte e ao lazer e ordenamento urbano nos territórios mais vulneráveis	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
110	Potengi	Estimular a criação dos Conselhos Comunitários de Defesa e Segurança e fortalecer os já existentes;	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
111	Potengi	Estimular a criação dos Conselhos Comunitários de Defesa e Segurança e fortalecer os já existentes;	Potengi	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
112	Potengi	Garantir a articulação entre os Conselhos tutelares e as unidades de saúde, para acompanhar e aplicar as medidas adequadas nos casos de violação ao direitos destinados ao universo infanto-juvenil, nos termos previstos em lei, reduzindo a violência e a criminalidade que vitima os jovens	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
113	Potengi	Operacionalização de políticas de segurança, compreendendo ações para enfrentamento da violência sofrida por jovens e adolescentes negros e negras, combate ao racismo em presídios do Estado e proteção dos terreiros de matriz africana e indígena	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
114	Potengi	Criar um Comitê Intersetorial (Secretaria de Estadual de Trabalho e Assistência Social, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria Estadual de Mulheres) de enfrentamento à violência contra as mulheres.	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
115	Potengi	Desenvolver ações educativas, culturais e de comunicação para prevenção do feminicídio, em parceria com as demais secretarias de estado	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
116	Potengi	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública no meio rural.	710 - EM ANDAMENTO
117	Potengi	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Potengi	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública no meio rural.	733 - EM ANDAMENTO
127	Seridó	Reduzir a violência contra a mulher, com a expansão das delegacias especializadas e a implantaçao de um protocolo de atenção integral, que possibilite a articulação e o funcionamento de um rede que congregue todos os serviços públicos necessários à execução das medidas protetivas e ao acolhimento das mulheres vítimas de violência e suas famílias;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
128	Seridó	Criar núcleos de mediação e resolução de conflitos nos territórios mais vulneráveis	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
129	Seridó	Mobilizar a sociedade potiguar por uma cultura de paz, através de campanhas educativas, audiências públicas, debates, aulas públicas e outras metodologias;	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
130	Seridó	Mobilizar a sociedade potiguar por uma cultura de paz, através de campanhas educativas, audiências públicas, debates, aulas públicas e outras metodologias;	Seridó	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
131	Seridó	Democratizar a política pública de segurança por meio da criação do Conselho Estadual e dos Conselhos Regionais de Segurança Pública, em composição paritária, garantindo planejamento e gestão participativa	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
132	Seridó	Democratizar a política pública de segurança por meio da criação do Conselho Estadual e dos Conselhos Regionais de Segurança Pública, em composição paritária, garantindo planejamento e gestão participativa	Seridó	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
133	Seridó	Desenvolver programas de prevenção intersetoriais que contemplem medidas voltadas a inclusão social, saúde, educação, habitação, geração de emprego e renda, acesso à cultura, ao esporte e ao lazer e ordenamento urbano nos territórios mais vulneráveis;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
134	Seridó	Estimular a criação dos Conselhos Comunitários de Defesa e Segurança e fortalecer os já existentes;	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
135	Seridó	Estimular a criação dos Conselhos Comunitários de Defesa e Segurança e fortalecer os já existentes;	Seridó	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
136	Seridó	Garantir a articulação entre os Conselhos tutelares e as unidades de saúde, para acompanhar e aplicar as medidas adequadas nos casos de violação ao direitos destinados ao universo infanto-juvenil, nos termos previstos em lei, reduzindo a violência e a criminalidade que vitima os jovens;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
137	Seridó	Operacionalização de políticas de segurança, compreendendo ações para enfrentamento da violência sofrida por jovens e adolescentes negros e negras, combate ao racismo em presídios do Estado e proteção dos terreiros de matriz africana e indígena	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
138	Seridó	Criar um Comitê Intersetorial (Secretaria de Estadual de Trabalho e Assistência Social, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria Estadual de Mulheres) de enfrentamento à violência contra as mulheres.	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
139	Seridó	Desenvolver ações educativas, culturais e de comunicação para prevenção do feminicídio, em parceria com as demais secretarias de estado.	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
140	Seridó	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública no meio rural.	710 - EM ANDAMENTO
141	Seridó	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Seridó	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública no meio rural.	733 - EM ANDAMENTO
142	Seridó	Implantação dessa rede de apoio efetiva nas escolas e sociedade, junto com o patrulhamento escolar. 1.1 Criação da Vila Olímpica do Corpo de Bombeiro Militar ; 1.2 Investimentos em Programas Sociais que trabalhem como complementação à escola em tempo integral. (Cultura de Paz nas Escolas)	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
143	Seridó	Implantação dessa rede de apoio efetiva nas escolas e sociedade, junto com o patrulhamento escolar. 1.1 Criação da Vila Olímpica do Corpo de Bombeiro Militar ; 1.2 Investimentos em Programas Sociais que trabalhem como complementação à escola em tempo integral. (Cultura de Paz nas Escolas)	Seridó	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
145	Seridó	Estruturação do ITEP; Aprimoramento do capital humano e de serviços (Sala Lilás, médica legista para exames, ambiente adequado para atendimento ao público feminino e LGBT, vitima de violência), aquisição de equipamentos para as Polícias Militar e Civil; Ampliação do serviço de credenciamento de postos de combustível da SESED/RN nas respectivas Cidades aonde funcionam as Unidades Militares. Implantação de sistema de videomonitoramento gerido por organização Policial Militar (Destacamento, Companhia, Batalhão)	Rio Grande do Norte	SESED	147	Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
147	Alto Oeste	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública no meio rural.	710 - EM ANDAMENTO
148	Alto Oeste	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Alto Oeste	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública no meio rural.	733 - EM ANDAMENTO
150	Alto Oeste	Fortalecer os sistemas de atendimento e gerenciamento de ocorrências.	Rio Grande do Norte	SESED	147	Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	0305 Apoiar e implantar as soluções do Projeto SINESP nas unidades de segurança pública	A demanda da população atendida, mota 305, foram implantadas soluções do Projeto SINESP nas seguintes localidades/jurisdição: SINESP CAD - 1ª CIPM (PMRN), e SINESP PPE - nas delegacias integrantes da 2ª, 5ª, 9ª, e 10ª DRP (PCRN), bem como no interior do estado, as unidades que receberam as soluções do Projeto SINESP: Sinesp CAD e Agente de Campo: 1ª, 2ª e 3ª Cia do 13º BPM C. Novos/RN; Sinesp PPE: 11ª DRP C. Novos, 92ª DP C. Novos, 93ª DP Acari, 94ª DP Florânia e 96ª DP Parelhas, totalizando 47 locais.	305 - CONCLUÍDA
151	Alto Oeste	Fortalecer os sistemas de atendimento e gerenciamento de ocorrências.	Alto Oeste	SESED	147	Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	0308 Adquirir equipamentos de rádio para o imageamento aéreo no interior do estado	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	308 - NÃO INICIADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
152	Alto Oeste	Aquisição de recursos materiais.	Alto Oeste	SESED	147	Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	0308 Adquirir equipamentos de rádio para o imageamento aéreo no interior do estado	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	308 - NÃO INICIADO
153	Açu/Mossoró	Renovar, atualizar e modernizar os equipamentos necessários ao exercício da atividade policial, para melhor articular as forças de policiamento em carros, motos e bicicletas adequados e dotados de tecnologia	Açu/Mossoró	SESED	147	Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	0308 Adquirir equipamentos de rádio para o imageamento aéreo no interior do estado	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	308 - NÃO INICIADO
158	Açu/Mossoró	Recuperar prédios e instalações físicas;	Açu/Mossoró	SESED	161	Implantar unidades padrão de segurança pública e de defesa social visando o aprimoramento da prestação dos serviços e o atendimento ao cidadão	0756 Implantar unidades padrão de segurança pública e de defesa social Implantar unidades padrão de segurança pública e de defesa social	Demanda da população atendida, através da meta 756, com a construção do Batalhão de Mossoró da PMRN no território Açu/Mossoró, foi publicado o Termo de Dispensa de Licitação - nº15/2023 - CPL/SIN no DOE nº 40, de 29/12/2023. (nov-dez/2023).	756 - AÇÕES PREPARATÓRIAS
159	Açu/Mossoró	Implantar sistema de video-monitoramento integrados à central de controle e gerenciamento de ações de prevenção e responsabilização, dando suporte e orientação às ações de policiamento ostensivo e à atividade investigativa;	Açu/Mossoró	SESED	147	Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	0308 Adquirir equipamentos de rádio para o imageamento aéreo no interior do estado	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	308 - NÃO INICIADO
160	Açu/Mossoró	Através de parcerias com a iniciativa privada, interligar esses sistemas de video-monitoramento a instalações comerciais que já realizaram investimento em câmeras que podem auxiliar no controle, prevenção e responsabilização de autores de crimes, como os contra o patrimônio, por exemplo;	Açu/Mossoró	SESED	147	Modernizar e ampliar as soluções de tecnologia da informação que contemplem a inteligência, a investigação, a perícia e as operações de Segurança Pública, mediante o aperfeiçoamento das tecnologias, da infraestrutura e da comunicação no sistema de segurança pública	0308 Adquirir equipamentos de rádio para o imageamento aéreo no interior do estado	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	308 - NÃO INICIADO
161	Açu/Mossoró	Priorizar a prevenção da violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante estratégias de acompanhamento individualizado, busca ativa e articulação entre Conselhos tutelares, escolas e forças de segurança, para proteção do corpo docente e discente, com vistas à redução da evasão escolar decorrentes de ocoptação para o crime, de violência doméstica e de outros agravos violadores da comunidade escolar;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
162	Açu/Mossoró	Reduzir a violência contra a mulher, com a expansão das delegacias especializadas e a implantaçao de um protocolo de atenção integral, que possibilite a articulação e o funcionamento de um rede que congregue todos os serviços públicos necessários à execução das medidas protetivas e ao acolhimento das mulheres vítimas de violência e suas famílias;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
163	Açu/Mossoró	Criar núcleos de mediação e resolução de conflitos nos territórios mais vulneráveis;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
164	Açu/Mossoró	Mobilizar a sociedade potiguar por uma cultura de paz, através de campanhas educativas, audiências públicas, debates, aulas públicas e outras metodologias	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
165	Açu/Mossoró	Mobilizar a sociedade potiguar por uma cultura de paz, através de campanhas educativas, audiências públicas, debates, aulas públicas e outras metodologias	Açu/Mossoró	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
166	Açu/Mossoró	Democratizar a política pública de segurança por meio da criação do Conselho Estadual e dos Conselhos Regionais de Segurança Pública, em composição paritária, garantindo planejamento e gestão participativa;	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
167	Açu/Mossoró	Democratizar a política pública de segurança por meio da criação do Conselho Estadual e dos Conselhos Regionais de Segurança Pública, em composição paritária, garantindo planejamento e gestão participativa;	Açu/Mossoró	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
168	Açu/Mossoró	Desenvolver programas de prevenção intersetoriais que contemplem medidas voltadas a inclusão social, saúde, educação, habitação, geração de emprego e renda, acesso à cultura, ao esporte e ao lazer e ordenamento urbano nos territórios mais vulneráveis	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
169	Açu/Mossoró	Estimular a criação dos Conselhos Comunitários de Defesa e Segurança e fortalecer os já existentes;	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
170	Açu/Mossoró	Estimular a criação dos Conselhos Comunitários de Defesa e Segurança e fortalecer os já existentes;	Açu/Mossoró	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
171	Açu/Mossoró	Operacionalização de políticas de segurança, compreendendo ações para enfrentamento da violência sofrida por jovens e adolescentes negros e negras, combate ao racismo em presídios do Estado e proteção dos terreiros de matriz africana e indígena	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
172	Açu/Mossoró	Criar um Comitê Intersetorial (Secretaria de Estadual de Trabalho e Assistência Social, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria Estadual de Mulheres) de enfrentamento à violência contra as mulheres	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
173	Açu/Mossoró	Desenvolver ações educativas, culturais e de comunicação para prevenção do feminicídio, em parceria com as demais secretarias de estado	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
174	Açu/Mossoró	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública no meio rural.	710 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
175	Açu/Mossoró	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Açu/Mossoró	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública no meio rural.	733 - EM ANDAMENTO
178	Açu/Mossoró	Programa estadual de prevenção com campanhas de esclarecimento nas escolas; Acolhimento com o fortalecimento dos serviços públicos e o atendimento com criação e ampliação dos equipamentos (por exemplo casa abrigo e delegacias da mulher na região). Implementação de politicas que reconheçam o papel da mulher como ser importante na sociedade. Oferecimento de ensino publico integral que permita a mulher mais tempo para o trabalho. Apoiar ampliação dos restaurantes populares e creches. Programa de incentivo fiscal para empresas que promovam a equiparação salarial entre homens e mulheres	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
185	Mato Grande	Recuperar prédios e instalações físicas;	Mato Grande	SESED	161	Implantar unidades padrão de segurança pública e de defesa social visando o aprimoramento da prestação dos serviços e o atendimento ao cidadão	0756 Implantar unidades padrão de segurança pública e de defesa social Implantar unidades padrão de segurança pública e de defesa social	Demanda da população atendida, através da meta 756, com a construção do Batalhão de Mossoró da PMRN no território Açu/Mossoró, foi publicado o Termo de Dispensa de Licitação - nº15/2023 - CPL/SIN no DOE nº 40, de 29/12/2023. (nov-dez/2023).	756 - AÇÕES PREPARATÓRIAS
188	Mato Grande	- Priorizar a prevenção da violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante estratégias de acompanhamento individualizado, busca ativa e articulação entre Conselhos tutelares, escolas e forças de segurança, para proteção do corpo docente e discente, com vistas à redução da evasão escolar decorrentes de ocoptação para o crime, de violência doméstica e de outros agravos violadores da comunidade escolar;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
189	Mato Grande	Reduzir a violência contra a mulher, com a expansão das delegacias especializadas e a implantaçao de um protocolo de atenção integral, que possibilite a articulação e o funcionamento de um rede que congregue todos os serviços públicos necessários à execução das medidas protetivas e ao acolhimento das mulheres vitimas de violência e suas famílias;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
190	Mato Grande	Criar núcleos de mediação e resolução de conflitos nos territórios mais vulneráveis;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
191	Mato Grande	Mobilizar a sociedade potiguar por uma cultura de paz, através de campanhas educativas, audiências públicas, debates, aulas públicas e outras metodologias	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
192	Mato Grande	Mobilizar a sociedade potiguar por uma cultura de paz, através de campanhas educativas, audiências públicas, debates, aulas públicas e outras metodologias	Mato Grande	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
193	Mato Grande	Democratizar a política pública de segurança por meio da criação do Conselho Estadual e dos Conselhos Regionais de Segurança Pública, em composição paritária, garantindo planejamento e gestão participativa	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
194	Mato Grande	Democratizar a política pública de segurança por meio da criação do Conselho Estadual e dos Conselhos Regionais de Segurança Pública, em composição paritária, garantindo planejamento e gestão participativa	Mato Grande	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
195	Mato Grande	Desenvolver programas de prevenção intersetoriais que contemplem medidas voltadas a inclusão social, saúde, educação, habitação, geração de emprego e renda, acesso à cultura, ao esporte e ao lazer e ordenamento urbano nos territórios mais vulneráveis;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
196	Mato Grande	Estimular a criação dos Conselhos Comunitários de Defesa e Segurança e fortalecer os já existentes	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
197	Mato Grande	Estimular a criação dos Conselhos Comunitários de Defesa e Segurança e fortalecer os já existentes	Mato Grande	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
198	Mato Grande	Garantir a articulação entre os Conselhos tutelares e as unidades de saúde, para acompanhar e aplicar as medidas adequadas nos casos de violação ao direitos destinados ao universo infanto-juvenil, nos termos previstos em lei, reduzindo a violência e a criminalidade que vitima os jovens;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
199	Mato Grande	Operacionalização de políticas de segurança, compreendendo ações para enfrentamento da violência sofrida por jovens e adolescentes negros e negras, combate ao racismo em presídios do Estado e proteção dos terreiros de matriz africana e indígena	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
200	Mato Grande	Criar um Comitê Intersetorial (Secretaria de Estadual de Trabalho e Assistência Social, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria Estadual de Mulheres) de enfrentamento à violência contra as mulheres.	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
201	Mato Grande	Desenvolver ações educativas, culturais e de comunicação para prevenção do feminicídio, em parceria com as demais secretarias de estado.	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
202	Mato Grande	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública no meio rural.	710 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
203	Mato Grande	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Mato Grande	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública no meio rural.	733 - EM ANDAMENTO
205	Mato Grande	Estimular a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública e do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M)	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
206	Mato Grande	Estimular a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública e do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M)	Mato Grande	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
215	Sertão do Apodi	Priorizar a prevenção da violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante estratégias de acompanhamento individualizado, busca ativa e articulação entre Conselhos tutelares, escolas e forças de segurança, para proteção do corpo docente e discente, com vistas à redução da evasão escolar decorrentes de ocoptação para o crime, de violência doméstica e de outros agravos violadores da comunidade escolar;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	00708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
216	Sertão do Apodi	Reduzir a violência contra a mulher, com a expansão das delegacias especializadas e a implantaçao de um protocolo de atenção integral, que possibilite a articulação e o funcionamento de um rede que congregue todos os serviços públicos necessários à execução das medidas protetivas e ao acolhimento das mulheres vítimas de violência e suas famílias;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	00708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
217	Sertão do Apodi	Criar núcleos de mediação e resolução de conflitos nos territórios mais vulneráveis	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	00708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
218	Sertão do Apodi	Mobilizar a sociedade potiguar por uma cultura de paz, através de campanhas educativas, audiências públicas, debates, aulas públicas e outras metodologias	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
219	Sertão do Apodi	Mobilizar a sociedade potiguar por uma cultura de paz, através de campanhas educativas, audiências públicas, debates, aulas públicas e outras metodologias	Sertão do Apodi	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
220	Sertão do Apodi	Democratizar a política pública de segurança por meio da criação do Conselho Estadual e dos Conselhos Regionais de Segurança Pública, em composição paritária, garantindo planejamento e gestão participativa	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
221	Sertão do Apodi	Democratizar a política pública de segurança por meio da criação do Conselho Estadual e dos Conselhos Regionais de Segurança Pública, em composição paritária, garantindo planejamento e gestão participativa	Sertão do Apodi	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
222	Sertão do Apodi	Desenvolver programas de prevenção intersetoriais que contemplem medidas voltadas a inclusão social, saúde, educação, habitação, geração de emprego e renda, acesso à cultura, ao esporte e ao lazer e ordenamento urbano nos territórios mais vulneráveis;	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	00708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
223	Sertão do Apodi	Estimular a criação dos Conselhos Comunitários de Defesa e Segurança e fortalecer os já existentes	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	710 - EM ANDAMENTO
224	Sertão do Apodi	Estimular a criação dos Conselhos Comunitários de Defesa e Segurança e fortalecer os já existentes	Sertão do Apodi	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública nos bairros e/ou municípios.	733 - EM ANDAMENTO
225	Sertão do Apodi	Garantir a articulação entre os Conselhos tutelares e as unidades de saúde, para acompanhar e aplicar as medidas adequadas nos casos de violação ao direitos destinados ao universo infanto-juvenil, nos termos previstos em lei, reduzindo a violência e a criminalidade que vitima os jovens	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	00708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
226	Sertão do Apodi	Operacionalização de políticas de segurança, compreendendo ações para enfrentamento da violência sofrida por jovens e adolescentes negros e negras, combate ao racismo em presídios do Estado e proteção dos terreiros de matriz africana e indígena	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	00708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
227	Sertão do Apodi	Criar um Comitê Intersetorial (Secretaria de Estadual de Trabalho e Assistência Social, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria Estadual de Mulheres) de enfrentamento à violência contra as mulheres.	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	00708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
228	Sertão do Apodi	Desenvolver ações educativas, culturais e de comunicação para prevenção do feminicídio, em parceria com as demais secretarias de estado.	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	00708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
229	Sertão do Apodi	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Rio Grande do Norte	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0710 Fomentar a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) Territoriais em todo Estado	Demanda pode vir a ser atendida, através da meta 710, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública no meio rural.	710 - EM ANDAMENTO
230	Sertão do Apodi	Criar o programa Paz no Campo, com vistas a melhorar a segurança pública no meio rural, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Sertão do Apodi	SESED	159	Democratizar a política estadual de segurança pública e de defesa social	0733 Estimular a criação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de bairros e/ou municípios	Demanda atendida, através meta 733, com a publicação do Decreto 32.313/2022, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), visando fomentar outras iniciativas, afim de promover segurança pública no meio rural.	733 - EM ANDAMENTO
231	Sertão do Apodi	Programas de defesa social pra juventude	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
232	Sertão do Apodi	Combate a violência contra a mulher, construção de rede de atenção e proteção das mulheres (delegacia especializada, profissionais de saude)	Rio Grande do Norte	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis	0708 Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos	Demanda não foi atendida. Nenhuma medida foi realizada, meta não iniciada.	708 - NÃO INICIADO
233	Sertão do Apodi	Combate a violência contra a mulher, construção de rede de atenção e proteção das mulheres (delegacia especializada, profissionais de saude)	Sertão do Apodi	SESED	158	Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis			
1	Terras Potiguaras	Promover a interiorização do Turismo, por meio da formatação de produtos turísticos estruturados e segmentados	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi parcialmente atendida através da Elaboração de Projeto Arquitetônico/Paisagístico de Praça, em Baía Formosa. E processos de melhoria de Infraestrutura Turísticas para abertura no SEI.	Em Andamento
3	Terras Potiguaras	Elaborar e revisar os planos estratégicos para os principais pólos turísticos do Rio Grande do Norte, tendo uma avaliação contínua e que busque garantir a efetividade geral em atingir os mercados de segmentação desejados	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através de ações contínuas para execução de consultoria, contratação de empresas especializadas, convênio firmado. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
4	Terras Potiguaras	Implementar novas iniciativas, projetos turísticos e a promoção dos pólos turísticos do Rio Grande do Norte, além de fortalecer as existentes	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através das ações do Projeto da praça da estátua de Ítalo Ferreira. Projetos/elaboração no Sitio museu lajedo de soledade/Parque nacional de furna feia. Obras do museu da RAMPA. Projetos de sinalização do Geoparque Aspirante Seridó. Contrato para sinalização do Polo Costa Branca. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
6	Terras Potiguaras	Fomentar e fortalecer os Roteiros Turísticos Integrados (municipais, regionais e interestaduais)	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através do convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae, a fim de executar Consultoria para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.	Em andamento
8	Terras Potiguaras	Fomentar e fortalecer os Roteiros Turísticos Integrados (municipais, regionais e interestaduais)	Terras Potiguaras	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
9	Terras Potiguaras	Melhorar a sinalização turística no Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	Demanda vinculada indiretamente a outras metas. Atendimento de forma indireta ao que foi especificamente demandado pela população.	Em Andamento
11	Terras Potiguaras	Incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura digital	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: consultoria/pesquisa/gestão para Serviço Buggy Turismo. Adequação de site. Curso online de espanhol. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Não iniciado
12	Terras Potiguaras	Incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura digital	Terras Potiguaras	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar	713 - Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (CADASTUR), em todos os territórios.	Em andamento
13	Terras Potiguaras	Apoiar iniciativas que forneçam informações estratégicas para subsidiar a formulação de políticas públicas para o turismo e ações de mercado do segmento	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: consultoria/pesquisa/gestão para Serviço Buggy Turismo. Adequação de site. Curso online de espanhol. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
14	Terras Potiguaras	Apoiar iniciativas que forneçam informações estratégicas para subsidiar a formulação de políticas públicas para o turismo e ações de mercado do segmento	Terras Potiguaras	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar	713 - Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida parcialmente ao que foi especificamente demandado pela população. Há registros de ações contínuas relativas ao CADASTUR.	Em andamento
15	Terras Potiguaras	Criar um Sistema de Gestão da Informação do Turismo Georreferenciado, que auxilie o Estado no planejamento e gestão do turismo, no uso da terra para fins de ordenamento territorial investimentos, preservação dos recursos naturais e culturais, além do monitoramento dos impactos causados pela atividade	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: contratação de empresa para desenvolver do Sistema de atendimento/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs.	Não iniciado
16	Terras Potiguaras	Criar um Sistema de Gestão da Informação do Turismo Georreferenciado, que auxilie o Estado no planejamento e gestão do turismo, no uso da terra para fins de ordenamento territorial investimentos, preservação dos recursos naturais e culturais, além do monitoramento dos impactos causados pela atividade	Terras Potiguaras	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 - Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida indiretamente ao que foi especificamente demandado pela população. Há registros de ações contínuas relativas ao CADASTUR.	Em andamento

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
17	Terras Potiguaras	Realizar parcerias com o Sistema S, a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade, produtividade e gestão das empresas (MPEs e Micro Empreendedor Individual) da cadeia produtiva	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	Não há registro específico sobre a execução da meta	Não iniciado
18	Terras Potiguaras	Realizar parcerias com o Sistema S, a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade, produtividade e gestão das empresas (MPEs e Micro Empreendedor Individual) da cadeia produtiva	Terras Potiguaras	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 - Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	
19	Terras Potiguaras	Articular conjuntamente com o setor privado, ações de marketing cooperativo, verificando o arranjo atual de financiamento das campanhas para o turismo do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através da iniciativa de contratação de empresa especializada para realizar estudo de demanda e permissões para o serviço de Buggy Turismo.	Não iniciado
20	Terras Potiguaras	Articular conjuntamente com o setor privado, ações de marketing cooperativo, verificando o arranjo atual de financiamento das campanhas para o turismo do Rio Grande do Norte	Terras Potiguaras	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 - Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
21	Terras Potiguaras	Fortalecer o CONETUR Conselho Estadual de Turismo	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
22	Terras Potiguaras	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através de ações relativas à contratação de empresa para estudo/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs. Capacitação/curso idioma.	Não iniciado
23	Terras Potiguaras	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Terras Potiguaras	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
24	Terras Potiguaras	Criar um programa de fomento ao Turismo Rural e o Ecoturismo, através da em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo, como alternativa de criação de novas oportunidades no meio rural	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
25	Terras Potiguaras	Criar um programa de apoio e financiamento das atividades não agrícolas no meio rural (artesanato, turismo rural, etc), através do Fundo de Combate à Pobreza (FECOP).	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	Não há registro específico sobre a execução da meta	Em andamento
26	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Promover a interiorização do Turismo, por meio da formatação de produtos turísticos estruturados e segmentados	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi parcialmente atendida através da Elaboração de Projeto Arquitetônico/Paisagístico de Praça, em Baía Formosa. E processos de melhoria de Infraestrutura Turístiscas para abertura no SEI.	Em Andamento
28	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Elaborar e revisar os planos estratégicos para os principais pólos turísticos do Rio Grande do Norte, tendo uma avaliação contínua e que busque garantir a efetividade geral em atingir os mercados de segmentação desejados	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através de ações contínuas para execução de consultoria, contratação de empresas especializadas, convênio firmado. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
29	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Implementar novas iniciativas, projetos turísticos e a promoção dos pólos turísticos do Rio Grande do Norte, além de fortalecer as existentes	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através das ações: Projeto da praça da estátua de Ítalo Ferreira. Projetos/elaboração no Sítio museu lajedo de soledade/Parque nacional de furna feia. Obras do museu da RAMPA. Projetos de sinalização do Geoparque Aspirante Seridó. Contrato para sinalização do Polo Costa Branca. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
31	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Fomentar e fortalecer os Roteiros Turísticos Integrados (municipais, regionais e interestaduais)	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através do convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae, a fim de executar Consultoria para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.	Em andamento
33	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Fomentar e fortalecer as vocações turísticas (gastronomia, cultura, meio ambiente, arqueologia, aventura, esportivo, patrimônio material e imaterial, religioso) dos polos turísticos de forma sustentável	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
34	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Melhorar a sinalização turística no Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	Demanda vinculada indiretamente a outras metas. Atendimento de forma indireta ao que foi especificamente demandado pela população.	Em andamento
36	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura digital	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: consultoria/pesquisa/gestão para Serviço Buggy Turismo. Adequação de site. Curso online de espanhol. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Não iniciado
37	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura digital	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida através dos registros dE novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (CADASTUR), em todos os territórios.	Em andamento
38	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Apoiar iniciativas que forneçam informações estratégicas para subsidiar a formulação de políticas públicas para o turismo e ações de mercado do segmento	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi atendida através de ações relativas à contratação de empresa para estudo/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs. Capacitação/curso idioma. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Não iniciado
39	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Apoiar iniciativas que forneçam informações estratégicas para subsidiar a formulação de políticas públicas para o turismo e ações de mercado do segmento	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida parcialmente ao que foi especificamente demandado pela população. Há registros de ações contínuas relativas ao CADASTUR.	Em andamento
40	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Criar um Sistema de Gestão da Informação do Turismo Georreferenciado, que auxilie o Estado no planejamento e gestão do turismo, no uso da terra para fins de ordenamento territorial investimentos, preservação dos recursos naturais e culturais, além do monitoramento dos impactos causados pela atividade	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: contratação de empresa para desenvolver do Sistema de atendimento/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs.	Não iniciado
41	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Criar um Sistema de Gestão da Informação do Turismo Georreferenciado, que auxilie o Estado no planejamento e gestão do turismo, no uso da terra para fins de ordenamento territorial investimentos, preservação dos recursos naturais e culturais, além do monitoramento dos impactos causados pela atividade	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida indiretamente ao que foi especificamente demandado pela população. Há registros de ações contínuas relativas ao CADASTUR.	Em andamento
42	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Realizar parcerias com o Sistema S, a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade, produtividade e gestão das empresas (MPEs e Micro Empreendedor Individual) da cadeia produtiva	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	Não há registro específico sobre a execução da meta	Não iniciado
43	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Realizar parcerias com o Sistema S, a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade, produtividade e gestão das empresas (MPEs e Micro Empreendedor Individual) da cadeia produtiva	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
44	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Articular conjuntamente com o setor privado, ações de marketing cooperativo, verificando o arranjo atual de financiamento das campanhas para o turismo do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através da iniciativa de contratação de empresa especializada para realizar estudo de demanda e permissões para o serviço de Buggy Turismo.	Não iniciado
45	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Articular conjuntamente com o setor privado, ações de marketing cooperativo, verificando o arranjo atual de financiamento das campanhas para o turismo do Rio Grande do Norte	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
46	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Fortalecer o CONETUR Conselho Estadual de Turismo	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração deroteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
47	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através de ações relativas à contratação de empresa para estudo/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs. Capacitação/curso idioma.	Não iniciado
48	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Fortalecer o CONETUR Conselho Estadual de Turismo	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
49	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Criar um programa de fomento ao Turismo Rural e o Ecoturismo, através da em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo, como alternativa de criação de novas oportunidades no meio rural	Rio Grande do Norte	8000	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração deroteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
50	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Criar um programa de apoio e financiamento das atividades não agrícolas no meio rural (artesanato, turismo rural, etc), através do Fundo de Combate à Pobreza (FECOP)	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração deroteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	Não há registro específico de atendimento à demanda, relativo ao apoio/financiamento pelo FECOP.	Em andamento
51	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	SCN51 -Fortalecimento do turismo natural e arqueológico	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através das ações relativas aos Projetos/elaboração no Sitio museu lajedo de soledade e Parque nacional de furna feia. Projetos de sinalização do Geoparque Aspirante Seridó e Polo Costa Branca. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
53	Agreste Litoral Sul	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através de ações relativas à contratação de empresa para estudo/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs. Capacitação/curso idioma.	Não iniciado
54	Agreste Litoral Sul	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismodo Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Agreste Litoral Sul	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
55	Agreste Litoral Sul	ALS14 - Incentivar o turismo integrado estre as regiões a partir da identificação e divulgação dos sítios históricos, da criação de circuitos turísticos e do fortalecimento da atividade;	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através das ações do Projeto da praça da estátua de Ítalo Ferreira. Projetos/elaboração no Sitio museu lajedo de soledade e Parque nacional de furna feia. Obras do museu da RAMPA. Projetos de sinalização do Geoparque Aspirante Seridó e Polo Costa Branca. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
57	Agreste Litoral Sul	ALS15 - Promoção e Marketing do Turismo Regional; Política de diretrizes para recuperação de sítios históricos	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através das ações do Projeto da praça da estátua de Ítalo Ferreira. Projetos/elaboração no Sitio museu lajedo de soledade e Parque nacional de furna feia. Obras do museu da RAMPA. Projetos de sinalização do Geoparque Aspirante Seridó e Polo Costa Branca. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
59	Trairí	Promover a interiorização do Turismo, por meio da formatação de produtos turísticos estruturados e segmentados	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi parcialmente atendida através da Elaboração de Projeto Arquitetônico/Paisagístico de Praça, em Baía Formosa. E processos de melhoria de Infraestrutura Turístiscas para abertura no SEI.	Em andamento
61	Trairí	Elaborar e revisar os planos estratégicos para os principais pólos turísticos do Rio Grande do Norte, tendo uma avaliação contínua e que busque garantir a efetividade geral em atingir os mercados de segmentação desejados	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração deroteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através de ações contínuas para execução de consultoria, contratação de empresas especializadas, convênio firmado. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
62	Trairí	Implementar novas iniciativas, projetos turísticos e a promoção dos pólos turísticos do Rio Grande do Norte, além de fortalecer as existentes	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através das ações do Projeto da praça da estátua de Ítalo Ferreira. Projetos/elaboração no Sitio museu lajedo de soledade/Parque nacional de furna feia. Obras do museu da RAMPA. Projetos de sinalização do Geoparque Aspirante Seridó. Contrato para sinalização do Polo Costa Branca. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
64	Trairí	Fomentar e fortalecer os Roteiros Turísticos Integrados (municipais, regionais e interestaduais)	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através do convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae, a fim de executar Consultoria para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.	Em andamento
66	Trairí	Fomentar e fortalecer as vocações turísticas (gastronomia, cultura, meio ambiente, arqueologia, aventura, esportivo, patrimônio material e imaterial, religioso) dos polos turísticos de forma sustentável	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração deroteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
67	Trairí	Melhorar a sinalização turística no Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	Demanda vinculada indiretamente a outras metas. Atendimento de forma indireta ao que foi especificamente demandado pela população.	Em andamento
69	Trairí	Incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura digital	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: consultoria/pesquisa/gestão para Serviço Buggy Turismo. Adequação de site. Curso online de espanhol. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Não iniciado

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
70	Trairí	Incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura digital	Trairi	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida através dos registros dE novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (CADASTUR), em todos os territórios.	Em andamento
71	Trairí	Apoiar iniciativas que forneçam informações estratégicas para subsidiar a formulação de políticas públicas para o turismo e ações de mercado do segmento	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi atendida através de ações relativas à contratação de empresa para estudo/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs. Capacitação/curso idioma. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Não iniciado
72	Trairí	Apoiar iniciativas que forneçam informações estratégicas para subsidiar a formulação de políticas públicas para o turismo e ações de mercado do segmento	Trairi	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida parcialmente ao que foi especificamente demandado pela população. Há registros de ações contínuas relativas ao CADASTUR.	Em andamento
73	Trairí	Criar um Sistema de Gestão da Informação do Turismo Georreferenciado, que auxilie o Estado no planejamento e gestão do turismo, no uso da terra para fins de ordenamento territorial investimentos, preservação dos recursos naturais e culturais, além do monitoramento dos impactos causados pela atividade.	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: contratação de empresa para desenvolver do Sistema de atendimento/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs.	Não iniciado
74	Trairí	Criar um Sistema de Gestão da Informação do Turismo Georreferenciado, que auxilie o Estado no planejamento e gestão do turismo, no uso da terra para fins de ordenamento territorial investimentos, preservação dos recursos naturais e culturais, além do monitoramento dos impactos causados pela atividade.	Trairi	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida indiretamente ao que foi especificamente demandado pela população. Há registros de ações contínuas relativas ao CADASTUR.	Em andamento
75	Trairí	Realizar parcerias com o Sistema S, a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade, produtividade e gestão das empresas (MPEs e Micro Empreendedor Individual) da cadeia produtiva	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	Não há registro específico de atendimento à demanda.	Não iniciado
76	Trairí	Realizar parcerias com o Sistema S, a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade, produtividade e gestão das empresas (MPEs e Micro Empreendedor Individual) da cadeia produtiva	Trairi	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
77	Trairí	Articular conjuntamente com o setor privado, ações de marketing cooperativo, verificando o arranjo atual de financiamento das campanhas para o turismo do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através da iniciativa de contratação de empresa especializada para realizar estudo de demanda e permissões para o serviço de Buggy Turismo.	Não iniciado
78	Trairí	Articular conjuntamente com o setor privado, ações de marketing cooperativo, verificando o arranjo atual de financiamento das campanhas para o turismo do Rio Grande do Norte	Trairi	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
79	Trairí	Fortalecer o CONETUR Conselho Estadual de Turismo	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
80	Trairí	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através de ações relativas à contratação de empresa para estudo/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs. Capacitação/curso idioma.	Não iniciado
81	Trairí	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Trairi	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
82	Trairí	Criar um programa de fomento ao Turismo Rural e o Ecoturismo, através da em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo, como alternativa de criação de novas oportunidades no meio rural	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
83	Trairí	Criar um programa de apoio e financiamento das atividades não agrícolas no meio rural (artesanato, turismo rural, etc), através do Fundo de Combate à Pobreza (FECOP)	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	Não há registro específico de atendimento à demanda, relativo ao apoio/financiamento pelo FECOP.	Em andamento

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
84	Potengi	Promover a interiorização do Turismo, por meio da formatação de produtos turísticos estruturados e segmentados	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi parcialmente atendida através da Elaboração de Projeto Arquitetônico/Paisagístico de Praça, em Baía Formosa. E processos de melhoria de Infraestrutura Turísticas para abertura no SEI.	Em andamento
86	Potengi	Elaborar e revisar os planos estratégicos para os principais pólos turísticos do Rio Grande do Norte, tendo uma avaliação contínua e que busque garantir a efetividade geral em atingir os mercados de segmentação desejados	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através de ações contínuas para execução de consultoria, contratação de empresas especializadas, convênio firmado. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
87	Potengi	Implementar novas iniciativas, projetos turísticos e a promoção dos pólos turísticos do Rio Grande do Norte, além de fortalecer as existentes	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através das ações do Projeto da praça da estátua de Ítalo Ferreira. Projetos/elaboração no Sitio museu lajedo de soledade/Parque nacional de furna feia. Obras do museu da RAMPA. Projetos de sinalização do Geoparque Aspirante Seridó. Contrato para sinalização do Polo Costa Branca. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
89	Potengi	Fomentar e fortalecer os Roteiros Turísticos Integrados (municipais, regionais e interestaduais)	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através do convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae, a fim de executar Consultoria para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.	Em andamento
91	Potengi	Fomentar e fortalecer as vocações turísticas (gastronomia, cultura, meio ambiente, arqueologia, aventura, esportivo, patrimônio material e imaterial, religioso) dos polos turísticos de forma sustentável.	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
92	Potengi	Melhorar a sinalização turística no Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	Demanda vinculada indiretamente a outras metas. Atendimento de forma indireta ao que foi especificamente demandado pela população.	Em andamento
94	Potengi	Incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura digital	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: consultoria/pesquisa/gestão para Serviço Buggy Turismo. Adequação de site. Curso online de espanhol. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Não iniciado
96	Potengi	Apoiar iniciativas que forneçam informações estratégicas para subsidiar a formulação de políticas públicas para o turismo	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação,	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi atendida através de ações relativas à contratação de empresa para estudo/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs. Capacitação/curso idioma. OBS: Situações diferentes a	Não iniciada
98	Potengi	Criar um Sistema de Gestão da Informação do Turismo Georreferenciado, que auxilie o Estado no planejamento e gestão do turismo, no uso da terra para fins de ordenamento territorial investimentos, preservação dos recursos naturais e culturais, além do monitoramento dos impactos causados pela atividade	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: contratação de empresa para desenvolver do Sistema de atendimento/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs.	Não iniciado
100	Potengi	Realizar parcerias com o Sistema S, a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade, produtividade e gestão das empresas (MPEs e Micro Empreendedor Individual) da cadeia produtiva	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	Não há registro específico de atendimento à demanda.	Não iniciado
102	Potengi	Articular conjuntamente com o setor privado, ações de marketing cooperativo, verificando o arranjo atual de financiamento das campanhas para o turismo do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através da iniciativa de contratação de empresa especializada para realizar estudo de demanda e permissões para o serviço de Buggy Turismo.	Não iniciado
104	Potengi	Fortalecer o CONETUR Conselho Estadual de Turismo	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
105	Potengi	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através de ações relativas à contratação de empresa para estudo/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs. Capacitação/curso idioma.	Não iniciado
107	Potengi	Criar um programa de fomento ao Turismo Rural e o Ecoturismo, através da em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo, como alternativa de criação de novas oportunidades no meio rural	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
108	Potengi	Criar um programa de apoio e financiamento das atividades não agrícolas no meio rural (artesanato, turismo rural, etc), através do Fundo de Combate à Pobreza (FECOP)	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	Não há registro específico de atendimento à demanda, relativo ao apoio/financiamento pelo FECOP.	Em andamento
109	Seridó	Promover a interiorização do Turismo, por meio da formatação de produtos turísticos estruturados e segmentados	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi parcialmente atendida através da Elaboração de Projeto Arquitetônico/Paisagístico de Praça, em Baía Formosa. E processos de melhoria de Infraestrutura Turístiscas para abertura no SEI.	Em andamento
111	SERIDÓ	Elaborar e revisar os planos estratégicos para os principais pólos turísticos do Rio Grande do Norte, tendo uma avaliação contínua e que busque garantir a efetividade geral em atingir os mercados de segmentação desejados	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através de ações contínuas para execução de consultoria, contratação de empresas especializadas, convênio firmado. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
112	Seridó	Implementar novas iniciativas, projetos turísticos e a promoção dos pólos turísticos do Rio Grande do Norte, além de fortalecer as existentes	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através das ações do Projeto da praça da estátua de Ítalo Ferreira. Projetos/elaboração no Sitio museu lajedo de soledade/Parque nacional de furna feia. Obras do museu da RAMPA. Projetos de sinalização do Geoparque Aspirante Seridó. Contrato para sinalização do Polo Costa Branca. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
114	Seridó	Fomentar e fortalecer os Roteiros Turísticos Integrados (municipais, regionais e interestaduais)	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através do convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae, a fim de executar Consultoria para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.	Em andamento
116	Seridó	Fomentar e fortalecer as vocações turísticas (gastronomia, cultura, meio ambiente, arqueologia, aventura, esportivo, patrimônio material e imaterial, religioso) dos polos turísticos de forma sustentável	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
117	Seridó	Incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura digital	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: consultoria/pesquisa/gestão para Serviço Buggy Turismo. Adequação de site. Curso online de espanhol. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Não iniciado
118	Seridó	Incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura digital	Seridó	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida através dos registros dE novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (CADASTUR), em todos os territórios.	Em andamento
119	Seridó	Apoiar iniciativas que forneçam informações estratégicas para subsidiar a formulação de políticas públicas para o turismo e ações de mercado do segmento	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi atendida através de ações relativas à contratação de empresa para estudo/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs. Capacitação/curso idioma. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Não iniciado
120	Seridó	Apoiar iniciativas que forneçam informações estratégicas para subsidiar a formulação de políticas públicas para o turismo e ações de mercado do segmento	Seridó	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida parcialmente ao que foi especificamente demandado pela população. Há registros de ações contínuas relativas ao CADASTUR.	Em andamento
121	Seridó	Criar um Sistema de Gestão da Informação do Turismo Georreferenciado, que auxilie o Estado no planejamento e gestão do turismo, no uso da terra para fins de ordenamento territorial investimentos, preservação dos recursos naturais e culturais, além do monitoramento dos impactos causados pela atividade	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: contratação de empresa para desenvolver do Sistema de atendimento/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs.	Não iniciado
122	Seridó	Criar um Sistema de Gestão da Informação do Turismo Georreferenciado, que auxilie o Estado no planejamento e gestão do turismo, no uso da terra para fins de ordenamento territorial investimentos, preservação dos recursos naturais e culturais, além do monitoramento dos impactos causados pela atividade	Seridó	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida indiretamente ao que foi especificamente demandado pela população. Há registros de ações contínuas relativas ao CADASTUR.	Em andamento
123	Seridó	Realizar parcerias com o Sistema S, a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade, produtividade e gestão das empresas (MPEs e Micro Empreendedor Individual) da cadeia produtiva	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	Não há registro específico de atendimento à demanda.	Não iniciado

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA Plano Plurianual 2020-2023 | planejamento transparência integração

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
124	Seridó	Realizar parcerias com o Sistema S, a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade, produtividade e gestão das empresas (MPEs e Micro Empreendedor Individual) da cadeia produtiva	Seridó	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
125	Seridó	Articular conjuntamente com o setor privado, ações de marketing cooperativo, verificando o arranjo atual de financiamento das campanhas para o turismo do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através da iniciativa de contratação de empresa especializada para realizar estudo de demanda e permissões para o serviço de Buggy Turismo.	Não iniciado
126	Seridó	Articular conjuntamente com o setor privado, ações de marketing cooperativo, verificando o arranjo atual de financiamento das campanhas para o turismo do Rio Grande do Norte	Seridó	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
127	Seridó	Fortalecer o CONETUR Conselho Estadual de Turismo	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
128	Seridó	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através de ações relativas à contratação de empresa para estudo/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs. Capacitação/curso idioma.	Não iniciado
129	Seridó	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Seridó	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
130	Seridó	Criar um programa de fomento ao Turismo Rural e o Ecoturismo, através da em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo, como alternativa de criação de novas oportunidades no meio rural	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
131	Alto Oeste	Fomentar e fortalecer os Roteiros Turísticos Integrados (municipais, regionais e interestaduais)	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através do convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae, a fim de executar Consultoria para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.	Em andamento
133	Alto Oeste	Incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura digital	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: consultoria/pesquisa/gestão para Serviço Buggy Turismo. Adequação de site. Curso online de espanhol. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Não iniciado
134	Alto Oeste	Incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura digital	Alto Oeste	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida através dos registros dE novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (CADASTUR), em todos os territórios.	Em andamento
135	Alto Oeste	Realizar parcerias com o Sistema S, a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade, produtividade e gestão das empresas (MPEs e Micro Empreendedor Individual) da cadeia produtiva	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	Não há registro específico de atendimento à demanda.	Não iniciado
136	Alto Oeste	Realizar parcerias com o Sistema S, a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade, produtividade e gestão das empresas (MPEs e Micro Empreendedor Individual) da cadeia produtiva	Alto Oeste	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
137	Alto Oeste	Articular conjuntamente com o setor privado, ações de marketing cooperativo, verificando o arranjo atual de financiamento das campanhas para o turismo do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através da iniciativa de contratação de empresa especializada para realizar estudo de demanda e permissões para o serviço de Buggy Turismo.	Não iniciado
138	Alto Oeste	Articular conjuntamente com o setor privado, ações de marketing cooperativo, verificando o arranjo atual de financiamento das campanhas para o turismo do Rio Grande do Norte	Alto Oeste	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
139	Alto Oeste	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através de ações relativas à contratação de empresa para estudo/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs. Capacitação/curso idioma.	Não iniciado
140	Alto Oeste	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Alto Oeste	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
141	Alto Oeste	ALO45 -Investimentos na Infraestrutura básica (saneamento, vias de acesso) qualificação profissional. Potencializar os atrativos da região como alternativa de diversificar a oferta turística no RN	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	0691 - Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos 1267 - Preservar o Patrimônio histórico-cultural.	0691 - A demanda foi atendida através do Termo de Fomento entre SETUR e SEBRAE, para executar Consultoria para o Turismo de Base Comunitária 1267 - A demanda foi parcialmente atendida em 2021 com início de obras em 3 praças do centro histórico de Natal. Por falta de recursos, está paralisada.	0691 - Em andamento 1267 - Paralisada
142	Açu/Mossoró	Promover a interiorização do Turismo, por meio da formatação de produtos turísticos estruturados e segmentados	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi parcialmente atendida através da Elaboração de Projeto Arquitetônico/Paisagístico de Praça, em Baía Formosa. E processos de melhoria de Infraestrutura Turístiscas para abertura no SEI.	Em andamento
144	Açu/Mossoró	Elaborar e revisar os planos estratégicos para os principais pólos turísticos do Rio Grande do Norte, tendo uma avaliação contínua e que busque garantir a efetividade geral em atingir os mercados de segmentação desejados	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através de ações contínuas para execução de consultoria, contratação de empresas especializadas, convênio firmado. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
145	Açu/Mossoró	Implementar novas iniciativas, projetos turísticos e a promoção dos pólos turísticos do Rio Grande do Norte, além de fortalecer as existentes	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através das ações do Projeto da praça da estátua de Ítalo Ferreira. Projetos/elaboração no Sitio museu lajedo de soledade/Parque nacional de furna feia. Obras do museu da RAMPA. Projetos de sinalização do Geoparque Aspirante Seridó. Contrato para sinalização do Polo Costa Branca. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
147	Açu/Mossoró	Fomentar e fortalecer os Roteiros Turísticos Integrados (municipais, regionais e interestaduais)	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através do convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae, a fim de executar Consultoria para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.	Em andamento
149	Açu/Mossoró	Fomentar e fortalecer as vocações turísticas (gastronomia, cultura, meio ambiente, arqueologia, aventura, esportivo, patrimônio material e imaterial, religioso) dos polos turísticos de forma sustentável	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
150	Açu/Mossoró	Melhorar a sinalização turística no Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	Demanda vinculada indiretamente a outras metas. Atendimento de forma indireta ao que foi especificamente demandado pela população.	Em andamento
152	Açu/Mossoró	Incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura digital	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: consultoria/pesquisa/gestão para Serviço Buggy Turismo. Adequação de site. Curso online de espanhol. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Não iniciado
153	Açu/Mossoró	Incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura digital	Açu/Mossoró	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida através dos registros dE novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (CADASTUR), em todos os territórios.	Em andamento
154	Açu/Mossoró	Apoiar iniciativas que forneçam informações estratégicas para subsidiar a formulação de políticas públicas para o turismo e ações de mercado do segmento	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi atendida através de ações relativas à contratação de empresa para estudo/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs. Capacitação/curso idioma. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Não iniciado
155	Açu/Mossoró	Apoiar iniciativas que forneçam informações estratégicas para subsidiar a formulação de políticas públicas para o turismo e ações de mercado do segmento	Açu/Mossoró	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida parcialmente ao que foi especificamente demandado pela população. Há registros de ações contínuas relativas ao CADASTUR.	Em andamento
156	Açu/Mossoró	Criar um Sistema de Gestão da Informação do Turismo Georreferenciado, que auxilie o Estado no planejamento e gestão do turismo, no uso da terra para fins de ordenamento territorial investimentos, preservação dos recursos naturais e culturais, além do monitoramento dos impactos causados pela atividade	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: contratação de empresa para desenvolver do Sistema de atendimento/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs.	Não iniciado

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
157	Açu/Mossoró	Criar um Sistema de Gestão da Informação do Turismo Georreferenciado, que auxilie o Estado no planejamento e gestão do turismo, no uso da terra para fins de ordenamento territorial investimentos, preservação dos recursos naturais e culturais, além do monitoramento dos impactos causados pela atividade.	Açu/Mossoró	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida indiretamente ao que foi especificamente demandado pela população. Há registros de ações contínuas relativas ao CADASTUR.	Em andamento
158	Açu/Mossoró	Realizar parcerias com o Sistema S, a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade, produtividade e gestão das empresas (MPEs e Micro Empreendedor Individual) da cadeia produtiva	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	Não há registro específico de atendimento à demanda.	Não iniciado
159	Açu/Mossoró	Realizar parcerias com o Sistema S, a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade, produtividade e gestão das empresas (MPEs e Micro Empreendedor Individual) da cadeia produtiva	Açu/Mossoró	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
160	Açu/Mossoró	Articular conjuntamente com o setor privado, ações de marketing cooperativo, verificando o arranjo atual de financiamento das campanhas para o turismo do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através da iniciativa de contratação de empresa especializada para realizar estudo de demanda e permissões para o serviço de Buggy Turismo.	Não iniciado
161	Açu/Mossoró	Articular conjuntamente com o setor privado, ações de marketing cooperativo, verificando o arranjo atual de financiamento das campanhas para o turismo do Rio Grande do Norte	Açu/Mossoró	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
162	Açu/Mossoró	Fortalecer o CONETUR Conselho Estadual de Turismo	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
163	Açu/Mossoró	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através de ações relativas à contratação de empresa para estudo/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs. Capacitação/curso idioma.	Não iniciado
164	Açu/Mossoró	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Açu/Mossoró	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
165	Açu/Mossoró	Criar um programa de fomento ao Turismo Rural e o Ecoturismo, através da em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo, como alternativa de criação de novas oportunidades no meio rural	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
166	Açu/Mossoró	Incentivo ao Eco-Turismo	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	Não há registro específico de atendimento à demanda.	Em andamento
167	Mato Grande	Promover a interiorização do Turismo, por meio da formatação de produtos turísticos estruturados e segmentados	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi parcialmente atendida através da Elaboração de Projeto Arquitetônico/Paisagístico de Praça, em Baía Formosa. E processos de melhoria de Infraestrutura Turísticas para abertura no SEI.	Em andamento
169	Mato Grande	Elaborar e revisar os planos estratégicos para os principais pólos turísticos do Rio Grande do Norte, tendo uma avaliação contínua e que busque garantir a efetividade geral em atingir os mercados de segmentação desejados.	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através de ações contínuas para execução de consultoria, contratação de empresas especializadas, convênio firmado. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
170	Mato Grande	Implementar novas iniciativas, projetos turísticos e a promoção dos pólos turísticos do Rio Grande do Norte, além de fortalecer as existentes	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através das ações do Projeto da praça da estátua de Ítalo Ferreira. Projetos/elaboração no Sitio museu lajedo de soledade/Parque nacional de furna feia. Obras do museu da RAMPA. Projetos de sinalização do Geoparque Aspirante Seridó. Contrato para sinalização do Polo Costa Branca. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
172	Mato Grande	Fomentar e fortalecer os Roteiros Turísticos Integrados (municipais, regionais e interestaduais)	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através do convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae, a fim de executar Consultoria para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.	Em andamento

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
174	Mato Grande	Fomentar e fortalecer as vocações turísticas (gastronomia, cultura, meio ambiente, arqueologia, aventura, esportivo, patrimônio material e imaterial, religioso) dos polos turísticos de forma sustentável	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
175	Mato Grande	Melhorar a sinalização turística no Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	Demanda vinculada indiretamente a outras metas. Atendimento de forma indireta ao que foi especificamente demandado pela população.	Em andamento
177	Mato Grande	Incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura digital	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: consultoria/pesquisa/gestão para Serviço Buggy Turismo. Adequação de site. Curso online de espanhol. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Não iniciado
178	Mato Grande	Incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura digital	Mato Grande	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida através dos registros dE novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (CADASTUR), em todos os territórios.	Em andamento
179	Mato Grande	Apoiar iniciativas que forneçam informações estratégicas para subsidiar a formulação de políticas públicas para o turismo e ações de mercado do segmento	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi atendida através de ações relativas à contratação de empresa para estudo/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs. Capacitação/curso idioma. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Não iniciado
180	Mato Grande	Apoiar iniciativas que forneçam informações estratégicas para subsidiar a formulação de políticas públicas para o turismo e ações de mercado do segmento	Mato Grande	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida parcialmente ao que foi especificamente demandado pela população. Há registros de ações contínuas relativas ao CADASTUR.	Em andamento
181	Mato Grande	Criar um Sistema de Gestão da Informação do Turismo Georreferenciado, que auxilie o Estado no planejamento e gestão do turismo, no uso da terra para fins de ordenamento territorial investimentos, preservação dos recursos naturais e culturais, além do monitoramento dos impactos causados pela atividade	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: contratação de empresa para desenvolver do Sistema de atendimento/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs.	Não iniciado
182	Mato Grande	Criar um Sistema de Gestão da Informação do Turismo Georreferenciado, que auxilie o Estado no planejamento e gestão do turismo, no uso da terra para fins de ordenamento territorial investimentos, preservação dos recursos naturais e culturais, além do monitoramento dos impactos causados pela atividade	Mato Grande	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida indiretamente ao que foi especificamente demandado pela população. Há registros de ações contínuas relativas ao CADASTUR.	Em andamento
183	Mato Grande	Realizar parcerias com o Sistema S, a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade, produtividade e gestão das empresas (MPEs e Micro Empreendedor Individual) da cadeia produtiva	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	Não há registro específico de atendimento à demanda.	Não iniciado
184	Mato Grande	Realizar parcerias com o Sistema S, a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade, produtividade e gestão das empresas (MPEs e Micro Empreendedor Individual) da cadeia produtiva	Mato Grande	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
185	Mato Grande	Articular conjuntamente com o setor privado, ações de marketing cooperativo, verificando o arranjo atual de financiamento das campanhas para o turismo do Rio Grande do Norte.	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através da iniciativa de contratação de empresa especializada para realizar estudo de demanda e permissões para o serviço de Buggy Turismo.	Não iniciado
186	Mato Grande	Articular conjuntamente com o setor privado, ações de marketing cooperativo, verificando o arranjo atual de financiamento das campanhas para o turismo do Rio Grande do Norte.	Mato Grande	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
187	Mato Grande	Fortalecer o CONETUR Conselho Estadual de Turismo	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
188	Mato Grande	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através de ações relativas à contratação de empresa para estudo/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs. Capacitação/curso idioma.	Não iniciado

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
189	Mato Grande	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Mato Grande	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
190	Mato Grande	Criar um programa de fomento ao Turismo Rural e o Ecoturismo, através da em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo, como alternativa de criação de novas oportunidades no meio rural	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
191	Mato Grande	Criar um programa de apoio e financiamento das atividades não agrícolas no meio rural (artesanato, turismo rural, etc), através do Fundo de Combate à Pobreza (FECOP)	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	Não há registro específico de atendimento à demanda, relativo ao apoio/financiamento pelo FECOP.	Em andamento
192	Sertão do Apodi	Promover a interiorização do Turismo, por meio da formatação de produtos turísticos estruturados e segmentados	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi parcialmente atendida através da Elaboração de Projeto Arquitetônico/Paisagístico de Praça, em Baía Formosa. E processos de melhoria de Infraestrutura Turístiscas para abertura no SEI.	Em andamento
194	Sertão do Apodi	Elaborar e revisar os planos estratégicos para os principais pólos turísticos do Rio Grande do Norte, tendo uma avaliação contínua e que busque garantir a efetividade geral em atingir os mercados de segmentação desejados	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através de ações contínuas para execução de consultoria, contratação de empresas especializadas, convênio firmado. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
195	Sertão do Apodi	Implementar novas iniciativas, projetos turísticos e a promoção dos pólos turísticos do Rio Grande do Norte, além de fortalecer as existentes	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através das ações do Projeto da praça da estátua de Ítalo Ferreira. Projetos/elaboração no Sitio museu lajedo de soledade/Parque nacional de furna feia. Obras do museu da RAMPA. Projetos de sinalização do Geoparque Aspirante Seridó. Contrato para sinalização do Polo Costa Branca. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Em andamento
197	Sertão do Apodi	Fomentar e fortalecer os Roteiros Turísticos Integrados (municipais, regionais e interestaduais)	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	A demanda foi atendida através do convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae, a fim de executar Consultoria para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.	Em andamento
199	Sertão do Apodi	Fomentar e fortalecer as vocações turísticas (gastronomia, cultura, meio ambiente, arqueologia, aventura, esportivo, patrimônio material e imaterial, religioso) dos polos turísticos de forma sustentável	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
200	Sertão do Apodi	Melhorar a sinalização turística no Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	Demanda vinculada indiretamente a outras metas. Atendimento de forma indireta ao que foi especificamente demandado pela população.	Em andamento
202	Sertão do Apodi	Incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura digital	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: consultoria/pesquisa/gestão para Serviço Buggy Turismo. Adequação de site. Curso online de espanhol. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Não iniciado
203	Sertão do Apodi	Incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura digital	Sertão do Apodi	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida através dos registros dE novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (CADASTUR), em todos os territórios.	Em andamento
204	Sertão do Apodi	Apoiar iniciativas que forneçam informações estratégicas para subsidiar a formulação de políticas públicas para o turismo e ações de mercado do segmento	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi atendida através de ações relativas à contratação de empresa para estudo/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs. Capacitação/curso idioma. OBS: Situações diferentes a depender do ano.	Não iniciado
205	Sertão do Apodi	Apoiar iniciativas que forneçam informações estratégicas para subsidiar a formulação de políticas públicas para o turismo e ações de mercado do segmento	Sertão do Apodi	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida parcialmente ao que foi especificamente demandado pela população. Há registros de ações contínuas relativas ao CADASTUR.	Em andamento
206	Sertão do Apodi	Criar um Sistema de Gestão da Informação do Turismo Georreferenciado, que auxilie o Estado no planejamento e gestão do turismo, no uso da terra para fins de ordenamento territorial investimentos, preservação dos recursos naturais e culturais, além do monitoramento dos impactos causados pela atividade	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através das ações: contratação de empresa para desenvolver do Sistema de atendimento/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs.	Não iniciado

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
207	Sertão do Apodi	Criar um Sistema de Gestão da Informação do Turismo Georreferenciado, que auxilie o Estado no planejamento e gestão do turismo, no uso da terra para fins de ordenamento territorial investimentos, preservação dos recursos naturais e culturais, além do monitoramento dos impactos causados pela atividade.	Sertão do Apodi	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida indiretamente ao que foi especificamente demandado pela população. Há registros de ações contínuas relativas ao CADASTUR.	Em andamento
208	Sertão do Apodi	Realizar parcerias com o Sistema S, a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade, produtividade e gestão das empresas (MPEs e Micro Empreendedor Individual) da cadeia produtiva	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	Não há registro específico de atendimento à demanda.	Não iniciado
209	Sertão do Apodi	Realizar parcerias com o Sistema S, a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade, produtividade e gestão das empresas (MPEs e Micro Empreendedor Individual) da cadeia produtiva	Sertão do Apodi	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
210	Sertão do Apodi	Articular conjuntamente com o setor privado, ações de marketing cooperativo, verificando o arranjo atual de financiamento das campanhas para o turismo do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através da iniciativa de contratação de empresa especializada para realizar estudo de demanda e permissões para o serviço de Buggy Turismo.	Não iniciado
211	Sertão do Apodi	Articular conjuntamente com o setor privado, ações de marketing cooperativo, verificando o arranjo atual de financiamento das campanhas para o turismo do Rio Grande do Norte	Sertão do Apodi	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
212	Sertão do Apodi	Fortalecer o CONETUR Conselho Estadual de Turismo	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
213	Sertão do Apodi	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Rio Grande do Norte	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	1268 Desenvolver e aperfeiçoar o serviço de Buggy turismo e qualificação dos profissionais	A demanda foi parcialmente atendida através de ações relativas à contratação de empresa para estudo/gestão do serviço de Buggy Turismo. Elaboração de PL para regulamentar os passeios turísticos realizados em veículos automotores, quadriciclos e UTVs. Capacitação/curso idioma.	Não iniciado
214	Sertão do Apodi	Fortalecer o Fundo de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Norte FUNDETUR.	Sertão do Apodi	SETUR	110	Realizar o fortalecimento dos departamentos funcionais por meio da reestruturação física da SETUR, bem como o gerenciamento das informações, utilizando-se de tecnologia da informação, objetivando a gestão inteligente do turismo potiguar.	713 Realizar o controle de qualidade dos equipamentos turísticos.	A demanda foi atendida de maneira geral e/ou indiretamente, através dos registros de novos cadastros, bem como dos respectivos acompanhamento/controle (Cadastur), em todos os territórios.	Em andamento
215	Sertão do Apodi	Criar um programa de fomento ao Turismo Rural e o Ecoturismo, através da em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo, como alternativa de criação de novas oportunidades no meio rural	Rio Grande do Norte	SETUR	106	Diversificar a oferta turística do estado mediante a elaboração de roteiros turísticos como uma forma de possibilitar uma maior capilaridade da oferta turística no estado.	691 Desenvolver ou Implementar roteiros turísticos	A demanda foi atendida através das ações: convênio do Termo de Fomento entre SETUR e Sebrae desenvolvimento do Turismo Comunitário. Criação de Experiência Turística Sustentável/alguns municípios. Entrega do Mapa religioso/Caminho dos Mártires.	Em andamento
216	Sertão do Apodi	SAP46 -Interiorização do turismo ecológico é histórico da região do Sertão do Apodi	Rio Grande do Norte	SETUR	105	Promover a melhoria da infraestrutura turística do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de projetos, bem como a implementação de restauro, revitalização e urbanização de equipamentos e atrativos turísticos dos polos, de forma sustentável, com a finalidade de que o RN figure entre os destinos competitivos do Nordeste	1269 Melhorar Infraestruturas Turísticas	Em 2022, constam apenas análise de projetos para o lajedo de soledade e o parque nacional de furna feia, não iniciados.	Não iniciado

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
1	Agreste Litoral Sul	ALS1 - Instituir casa de apoio Instituir rede de apoio e protecao dos orgaos como assistencia social, seguranca publica. Suporte e qualificação profissionais	Rio Grande do Norte	SETHAS	328	Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com reconhecimento das diversidades territoriais, dos indivíduos e de suas famílias	532 - Ampliar a oferta de serviços socioassistenciais regionalizados de média complexidade em 20 polos e de alta complexidade no âmbito da Política de Assistência Social com serviços continuados e equipes de referência adequadas às vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais do território. 545 - Realizar pesquisa de diagnóstico para sistematização de dados sobre comunidades tradicionais e povos do campo que subsidia a elaboração de planos de ação com alimentação continuada. 568 - Capacitar as equipes locais dos municípios, com adesão ao ACESSUAS Trabalho, para promoção de ações de mobilização e mapeamento de usuários dos Serviços da Proteção Social Básica e encaminhamento para cursos de qualificação e formação profissional, inserção em projetos de inclusão produtiva e acesso a serviços de intermediaçãode mão de obra. 575 - Realizar Campanhas, destinadas à promoção da autonomia e da melhoria da qualidade de vida na superação de situações de violações de direitos, prevenção do isolamento e da segregação das pessoas com deficiência. 578 - Realizar o cofinanciamento estadual aos municípios atingidos por situações de emergência e calamidade públicas, realizando o apoio técnico e financeiro para suporte às famílias atingidas com a oferta e manutenção de acolhimento e abrigamento provisório das famílias desalojadas ou desabrigadas. 584 - Capacitar as equipes dos serviços socioassistenciais com o objetivo de ampliar a proteção social à população LGBTQI+. 588- Implementar a regionalização do serviço de acolhimento familiar, de proteção integral para mulheres vítimas de violência, através da criação de casas de apoio e da integração da rede de atendimento com os municípios. 591 - Realizar, após definição das áreas prioritárias por estudo, o cofinanciamento especializado com apoio técnico aos municípios para implantação de serviços socioassistenciais nas zonas rurais, priorizando as comunidades tradicionais.	532 - A demanda foi atendida com as Implantações de serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, de alta e média complexidade. Implantações de CREAS e Casa Lar. 545 - Em 2022, há registro parcial de atendimento à demanda. Constam levantamentos e sistematização de dados referente aos índigena e ciganos. Publicação de cartilhas e informativos no site da SETHAS. 568 - A demanda foi atendida com a realização de capacitações com adesão ao ACESSUAS Trabalho, também com orientações técnicas, acompanhamento e monitoramento contínuo da oferta do programa. 575 -Em 2021, há registro de atendimento à demanda com ações realizadas no setembro verde: jornada estadual da pessoa com deficiência e cartilha com informações sobre acessos dos direitos socioassistenciais desse grupo. 578 - A demanda foi atendida com apoio técnico e repasse de auxílio financeiro emergencialaos municípios que decretaram situação de emergência. Na calamidade pública da COVID-19, houve oferta de serviços de acolhimento provisório das famílias. 584 - Em 2021, informa sobre a distribuição de mais de 1500 cestas básicas para a população LGBTQI+ 588 - A demanda foi atendida com implantação de serviço de acolhimento com cobertura regionalizada/RN para mulheres situação de violência doméstica, em parceira com OSC. Serviço de Acolhimento na modalidade Casa Lar. 591 - Não há registro de atendimento à demanda por falta de recursos financeiros.	532 - Em andamento 545 - Em andamento 568 - Concluída 575 - Não iniciado 578 - Em andamento 584 - Não iniciado 588 - Em andamento 591 - Não iniciado
3	Agreste Litoral Sul	ALS3 - Ampliacao do numero de CREAS Regionalizaçao do serviço da assistencia social	Rio Grande do Norte	SETHAS	328	Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com reconhecimento das diversidades territoriais, dos indivíduos e de suas famílias	532 - Ampliar a oferta de serviços socioassistenciais regionalizados de média complexidade em 20 polos e de alta complexidade no âmbito da Política de Assistência Social com serviços continuados e equipes de referência adequadas às vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais do território. 545 - Realizar pesquisa de diagnóstico para sistematização de dados sobre comunidades tradicionais e povos do campo que subsidia a elaboração de planos de ação com alimentação continuada. 568 - Capacitar as equipes locais dos municípios, com adesão ao ACESSUAS Trabalho, para promoção de ações de mobilização e mapeamento de usuários dos Serviços da Proteção Social Básica e encaminhamento para cursos de qualificação e formação profissional, inserção em projetos de inclusão produtiva e acesso a serviços de intermediaçãode mão de obra. 575 - Realizar Campanhas, destinadas à promoção da autonomia e da melhoria da qualidade de vida na superação de situações de violações de direitos, prevenção do isolamento e da segregação das pessoas com deficiência. 578 - Realizar o cofinanciamento estadual aos municípios atingidos por situações de emergência e calamidade públicas, realizando o apoio técnico e financeiro para suporte às famílias atingidas com a oferta e manutenção de acolhimento e abrigamento provisório das famílias desalojadas ou desabrigadas. 584 - Capacitar as equipes dos serviços socioassistenciais com o objetivo de ampliar a proteção social à população LGBTQI+. 588- Implementar a regionalização do serviço de acolhimento familiar, de proteção integral para mulheres vítimas de violência, através da criação de casas de apoio e da integração da rede de atendimento com os municípios. 591 - Realizar, após definição das áreas prioritárias por estudo, o cofinanciamento especializado com apoio técnico aos municípios para implantação de serviços socioassistenciais nas zonas rurais, priorizando as comunidades tradicionais.	532 - A demanda foi atendida com o cofinanciamento e implantação de CREAS municipais. 545 - Não há registro específico de atendimento à demanda . 568 - Não há registro específico de atendimento à demanda . 575 - Não há registro específico de atendimento à demanda . 578 - A demanda foi atendida com apoio técnico e repasse de auxílio financeiro emergencial aos municípios que decretaram situação de emergência. Na calamidade pública da COVID-19, houve oferta de serviços de acolhimento provisório das famílias. 584 - Em 2021, informa sobre a distribuição de mais de 1500 cestas básicas para a população LGBTQI+ 588 - A demanda foi atendida com implantação de serviço de acolhimento com cobertura regionalizada/RN para mulheres situação de violência doméstica, em parceira com OSC. 591 - Não há registro específico de atendimento à demanda .	532 - Em andamento 545 - Em andamento 568 - Concluída 575 - Não iniciado 578 - Em andamento 584 - Não iniciado 588 - Em andamento 591 - Não iniciado
5	Agreste Litoral Sul	ALS3 - Ampliacao do numero de CREAS Regionalizaçao do serviço da assistencia social	Rio Grande do Norte	SETHAS	558	Implementar a Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, a partir da aprovação e regulamentação em lei, com criação do Fundo, Plano e Sistema Estadual de Trabalho, Emprego e Renda	1444 - Construir Agenda de Capacitação (cursos, oficinas e seminários) destinada a servidores (inclusão digital, atendimentos ao público, sensibilização para inclusão social, dentre outros temas). 1448 - Realizar estudos para levantamento das tendências do mercado de trabalho e potencialidades econômicas dos territórios, com vistas a priorização de cadeias específicas na definição da Agenda de capacitação, como Turismo, formação em agroecologia e produção de alimentos orgânicos, beneficiamento de materiais recicláveis, produção artesanal de materiais de limpeza ecológicos. 1450 - Promover cursos, oficinas e seminários para qualificação em empreendedorismo, formação de equipes, associativismo e cooperativismo, gestão de custos e precificação, legislação aplicável ao empreendedorismo e direitos previdenciários, dentre outras temáticas. 1453 - Promover reuniões e visitas técnicas para a integração das políticas de qualificação profissional, de intermediação de mão de obra, de seguro desemprego e de informações sobre o mercado de trabalho. 1456 - Promover eventos (reuniões, palestras, campanhas, cursos, mesa de negócios, visitas) de articulação e mediação com setores empresariais, Sistema S, Fundações Nacionais e Internacionais, para intermediação de Mão de Obra. 1457 - Ampliar em 30% a inserção de segmentos específicos (jovens, mulheres, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, comunidade LGBTQI+, idosos, egressos do sistema socioeducativo e prisional) no mercado de trabalho, garantindo e fiscalizando a aplicabilidade das leis do primeiro emprego e reingresso no mercado de trabalho. 1458 - Desenvolver atividades de formação e sensibilização junto ao empresariado para aplicar as políticas afirmativas de inclusão no mundo do trabalho, nas bases da concepção do Trabalho Decente, prevenindo, combatendo e eliminando o trabalho escravo e o trabalho infantil. 1459 - Promover a estruturação administrativa da Subsecretaria de Trabalho e das unidades do SINE, através da aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, de informática e audiovisual. 1460 - Promover a Comunicação Institucional da Subsecretaria do Trabalho e do SINE, junto aos seus	1444 - Meta vinculada indiretamente à Demanda 1448 - Meta vinculada indiretamente à Demanda 1450 - Meta vinculada indiretamente à Demanda 1453 - Meta vinculada indiretamente à Demanda 1456 - Meta vinculada indiretamente à Demanda 1457 - Meta vinculada indiretamente à Demanda 1458 - Meta vinculada indiretamente à Demanda 1459 - Meta não vinculada à Demanda 1460 - Meta não vinculada à Demanda	1444 - Em andamento 1448 - Não iniciado 1450 - Não iniciado 1453 - Em andamento 1456 - Concluída 1457 - Não iniciado 1458 - Em andamento 1459 - Em andamento 1460 - Em andamento

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
7	Agreste Litoral Sul	ALS4 - Implementar um politica publica regional	Rio Grande do Norte	SETHAS	328	Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com reconhecimento das diversidades territoriais, dos indivíduos e de suas famílias	532 - Ampliar a oferta de serviços socioassistenciais regionalizados de média complexidade em 20 polos e de alta complexidade no âmbito da Política de Assistência Social com serviços continuados e equipes de referência adequadas às vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais do território. 545 - Realizar pesquisa de diagnóstico para sistematização de dados sobre comunidades tradicionais e povos do campo que subsidia a elaboração de planos de ação com alimentação continuada. 568 - Capacitar as equipes locais dos municípios, com adesão ao ACESSUAS Trabalho, para promoção de ações de mobilização e mapeamento de usuários dos Serviços da Proteção Social Básica e encaminhamento para cursos de qualificação e formação profissional, inserção em projetos de inclusão produtiva e acesso a serviços de intermediaçãode mão de obra. 575 - Realizar Campanhas, destinadas à promoção da autonomia e da melhoria da qualidade de vida na superação de situações de violações de direitos, prevenção do isolamento e da segregação das pessoas com deficiência. 578 - Realizar o cofinanciamento estadual aos municípios atingidos por situações de emergência e calamidade públicas, realizando o apoio técnico e financeiro para suporte às famílias atingidas com a oferta e manutenção de acolhimento e abrigamento provisório das famílias desalojadas ou desabrigadas. 584 - Capacitar as equipes dos serviços socioassistenciais com o objetivo de ampliar a proteção social à população LGBTQI+. 588- Implementar a regionalização do serviço de acolhimento familiar, de proteção integral para mulheres vítimas de violência, através da criação de casas de apoio e da integração da rede de atendimento com os municípios. 591 - Realizar, após definição das áreas prioritárias por estudo, o cofinanciamento especializado com apoio técnico aos municípios para implantação de serviços socioassistenciais nas zonas rurais, priorizando as comunidades tradicionais.	A demanda não especifica informações suficientes para vinculação com as metas/execuções. 532 - 545 - 568 575 578 584 588 591	532 - Em andamento 545 - Em andamento 568 - Concluída 575 - Não iniciado 578 - Em andamento 584 - Não iniciado 588 - Em andamento 591 - Não iniciado
10	Agreste Litoral Sul	ALS5 - Estímulo à agricultura familiar. Política de permanência no campo. Sucção rural. Investimento tecnológico que garantam a soberania e segurança alimentar. Formação profissional	Rio Grande do Norte	SETHAS	416	Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	355 - Firmar Termos de Cooperação e/ou adesão com municípios e organizações da sociedade civil para reordenamento e aprimoramento da distribuição do leite do Programa Leite Potiguar nos 167 municípios, com vistas a aumentar os controles, sobre as condições sanitárias de armazenamento e distribuição do leite e sobre o perfil e credenciamento dos participantes consumidores. 373 - Elaborar e implantar o Plano de Fiscalização e Monitoramento dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional, realizando a aquisição dos equipamentos, contratação e qualificação de pessoal técnico por meio de Edital de bolsas e desenvolvimentos de protocolos e instrumentais. 375 - Implantar e implementar em 100% das unidades do Programa Restaurante Popular, bem como, dos postos de entrega do Programa Leite Potiguar sistemas de tecnologia da informação (T.I) para monitoramento e controle dos referidos programas. 383 - Criar protocolos de acesso à informação sobre o funcionamento dos Programas e da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, o direito humano à alimentação adequada e saudável (DHAA) para a população através da produção e disseminação de material de divulgação em todas as unidades Programa Leite Potiguar e Programa Restaurante Popular. 385 - Sensibilizar e capacitar gestores municipais para fortalecer o sistema de segurança alimentar e nutricional (SISAN) no estado e nos municípios, incentivando a adesão de pelo menos 40% dos municípios ao SISAN.	355 - A demanda foi atendida com a entrega do leite pelo Programa Leite Potiguar, nos 167 municípios/RN. E atualização cadastral dos termos de cooperação firmados com as prefeituras e OSC´s com vistas a garantir a execução do citado Programa. 373 - A demanda foi atendida com a realização de fiscalizações, monitoramentos planejados, elaboração de edital para contratação de bolsistas-pesquisadores para monitoramento das unidades do PRP e elaboração e implantação do Plano de Fiscalização dos Programas de Segurança Alimentar. 375 -A demanda foi atendida através de Projeto de pesquisa e inovação para desenvolver um sistema de controle nas Unidades do PRP (Funcitern), e implantação do aplicativo nos pontos de entrega de leite (Programa do Leite). 383 - A demanda foi atendida através de atendimento aos usuários pela Ouvidoria, e divulgação/disseminação de informações nas redes sociais sobre os Programas e atividades educativas. 385 - A demanda não foi atendida devido à dificuldade na obtenção de informações sobre o percentual de municípios que aderiram ao SISAN, mesmo sendo solicitadas ao CONSEA/RN. Consta a convocação da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.	355 - Em andamento 373 - Concluído 375 - Em andamento 383 - Em andamento 385 - Em andamento
11	Agreste Litoral Sul	ALS5 - Estímulo à agricultura familiar. Política de permanência no campo. Sucção rural. Investimento tecnológico que garantam a soberania e segurança alimentar. Formação profissional	Agreste Litoral Sul	SETHAS	416	Implementar e estruturar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com garantia da soberania alimentar, controle e participação social, fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e o incentivo à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis	1363 - Realizar a VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e as Conferências Territoriais de Segurança Alimentar e Nutricional nos dez Territórios de Identidade.	1363 - A demanda foi atendida através da participação da Sethas na Conferência Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional (Agreste Litoral Sul), Foram realizadas 06 conferências territoriais entre os dias 29 de agosto a 14 de setembro.	1363 - Concluída
12	Potengi	POT17 - Mais investimento e qualificação para a ampliação dos equipamentos e formação profissional	Rio Grande do Norte	SETHAS	536	Garantir as condições políticas, administrativas e estruturais para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do plano de governo da SETHAS a ser implementado em todo o território do Rio Grande do Norte	1388 - Elaborar e implementar Programa de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no trabalho na SETHAS. 1389 - Implementar agenda de capacitação e qualificação continuadas para servidores efetivos, comissionados e colaboradores terceirizados, das áreas técnicas e finalísticas e administrativa da SETHAS, em parceria com a Escola de Governo e Instituições de Educação Superior Públicas do RN. 1390 - Participar de Conferências e Seminários, Cursos e Intercâmbios locais, regionais, nacionais e internacionais sobre temas relacionados as políticas públicas e garantia de direitos nas áreas de atuação direta e transversal da SETHAS 1391 - Promover a Estruturação Administrativa da SETHAS, através da aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, de informática e audiovisual. 1392 - Elaborar e Implementar a reestruturação administrativa da SETHAS, através de novo regimento interno e de novo organograma, em consonância com a realidade institucional do órgão, bem como suas demandas, competências e atribuições, na segunda década do século XXI. 1394 - Ampliar a participação e controle social nos territórios, incentivando e prestando assessoramento aos municípios para criação e/ou fortalecimento dos conselhos setoriais e de direitos (Assistência Social, Segurança Alimentar, Economia Solidária entre outros). 1395 - Adquirir veículos de Passeio e Transporte Coletivo. 1396 - Promover a Comunicação Institucional da SETHAS.	1388 - A demanda foi atendida parcialmente, através de eventos específicos relativos à meta, e definição do Comitê PQVT-RN. 1389 - A demanda foi atendida com participação da Sethas em evento empreendedor (Sebrae), capacitações em parceria com Funcitern, e treinamento para o Ergon. 1390 -A demanda foi atendida através de reuniões técnicas com CEAS, relativas às Conferências municipais de Assistência Social. E participação em Congresso promovido pelo Ministério do Trabalho sobre seguro-desemprego. 1391 - A demanda foi atendida com abertura de processo para compra de materiais de informática e instalação elétrica, e aquisição de computadores. E reforma de prédio da Sethas. 1392 - A demanda foi parcialmente atendida através de reuniões e seminário com gestores da Sethas sobre metas e iniciativas planejadas. Processo na PGE para avaliação. 1394 - A demanda foi atendida parcialmente, através de reuniões para planejamento dos Conselhos com o objetivo de fortalecer os apoios técnicos e fiscalizações. 1395 - Em 2022, a demanda foi atendida através da aquisição de 02 veículos para fiscalizações, monitoramento e capacitações nos municípios. 1396 - A demanda foi atendida indiretamente, através das informações veiculadas nas redes sociais, atendimentos à imprensa e publicações.	1388 - Em andamento 1389 - Concluída 1390 - Em andamento 1391 - Em andamento 1392 - Não iniciado 1394 - Não inciado 1395 - Não iniciado 1396 - Em andamento

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
14	Potengi	POT17 - Mais investimento e qualificação para a ampliação dos equipamentos e formação profissional	Rio Grande do Norte	SETHAS	558	Implementar a Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, a partir da aprovação e regulamentação em lei, com criação do Fundo, Plano e Sistema Estadual de Trabalho, Emprego e Renda.	1444 - Construir Agenda de Capacitação (cursos, oficinas e seminários) destinada a servidores (inclusão digital, atendimentos ao público, sensibilização para inclusão social, dentre outros temas). 1448 - Realizar estudos para levantamento das tendências do mercado de trabalho e potencialidades econômicas dos territórios, com vistas a priorização de cadeias específicas na definição da Agenda de capacitação, como Turismo, formação em agroecologia e produção de alimentos orgânicos, beneficiamento de materiais recicláveis, produção artesanal de materiais de limpeza ecológicos. 1450 - Promover cursos, oficinas e seminários para qualificação em empreendedorismo, formação de equipes, associativismo e cooperativismo, gestão de custos e precificação, legislação aplicável ao empreendedorismo e direitos previdenciários, dentre outras temáticas. 1453 - Promover reuniões e visitas técnicas para a integração das políticas de qualificação profissional, de intermediação de mão de obra, de seguro desemprego e de informações sobre o mercado de trabalho. 1456 - Promover eventos (reuniões, palestras, campanhas, cursos, mesa de negócios, visitas) de articulação e mediação com setores empresariais, Sistema S, Fundações Nacionais e Internacionais, para intermediação de Mão de Obra. 1457 - Ampliar em 30% a inserção de segmentos específicos (jovens, mulheres, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, comunidade LGBTQI+, idosos, egressos do sistema socioeducativo e prisional) no mercado de trabalho, garantindo e fiscalizando a aplicabilidade das leis do primeiro emprego e reingresso no mercado de trabalho. 1458 - Desenvolver atividades de formação e sensibilização junto ao empresariado para aplicar as políticas afirmativas de inclusão no mundo do trabalho, nas bases da concepção do Trabalho Decente, prevenindo, combatendo e eliminando o trabalho escravo e o trabalho infantil. 1459 - Promover a estruturação administrativa da Subsecretaria de Trabalho e das unidades do SINE, através da aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, de informática e audiovisual. 1460 - Promover a Comunicação Institucional da Subsecretaria do Trabalho e do SINE, junto aos seus	1444 - A demanda foi atendida através de cursos de informática para usuários do Programa do Leite. Capacitações com os servidores do SINE (sistema GERID). Palestra sobre saúde mental (SESAP). Projeto de capacitação para servidores e usuários do SINE. 1448 - A demanda foi atendida através de estudos temáticos desenvolvidos com o DIEESE. Entrega de produtos voltados para grupos específicos/Trabalho. Levantamento sobre tendências do Mercado de Trabalho. 1450 - Em 2022, a demanda foi atendida com a realização de curso online (Instituto Coca Cola) para 800 jovens. Realização do Feirão do Trabalhador com diversas oficinas e minicursos (parcerias público-privadas). 1453 - A demanda foi atendida através de visitas técnicas mensais para supervisão administrativa dentro dos postos do SINE. Realização de reuniões com os gerentes das Centrais do Cidadão para melhorar o atendimento. 1456 - A demanda foi atendida através de visitas de sensibilização Sine/Conselho Estadual do Trabalhador, junto aos setores empresariais para ofertas de empregos/vagas. Foram realizadas palestras do Observatório do Trabalho, da Federação do Comércio e das Indústrias. 1457 - A demanda foi parcialmente atendida através da iniciativa do Projeto Transcidadania (capacitação profissional e inserção ao mercado de trabalho), em parceria com a SEMJIDH. 1458 - A demanda foi atendida com atividades de formação e sensibilização junto ao setor comercial, reuniões com a equipe técnica para trabalhar ações do RN Aprendiz. Realização de palestras nas reuniões do Conselho do Trabalho. 1459 - A demanda foi parcialmente atendida através de levantamento do mobiliário e equipamentos eletrônicos adquiridos pelo SINE (Empréstimo Banco Mundial/Governo Cidadão). 1460 - A demanda foi atendida através de atividades para promoção/divulgação institucional do SINE (folders, criação de redes sociais, atualização do site e participação dos gestores em programas de tv e rádio).	1444 - Em andamento 1448 - Não iniciado 1450 - Não iniciado 1453 - Em andamento 1456 - Concluída 1457 - Não iniciado 1458 - Em andamento 1459 - Em andamento 1460 - Em andamento
16	Potengi	POT19 - Politica publica que estimule e gere emprego e renda para a juventude, LGBT e população negra e quilombola	Rio Grande do Norte	SETHAS	303	Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1365 - Realizar atividades de capacitação sobre a temática da Economia Solidária e temas que contribuam com a melhoria e ampliação dos processos de organização, produção e comercialização dos empreendimentos. 1401 - Implementar o Programa Meu Primeiro Emprego para a promoção e incentivo a empregabilidade e empreendedorismo solidário juvenil do meio urbano. 1407 - Firmar parceria com a SEDRAF, EMATER, com a SEGAI/Projeto Governo Cidadão e União para assegurar recursos de ATER para estruturação de projetos de agroindústria da agricultura familiar e economia solidária (polpa de fruta e outros processamentos) 1428 - Criar e fortalecer experiências de Bancos Comunitários (10) e cooperativas de crédito (2), que sejam de economia solidária, garantindo as condições necessárias para sua implantação e funcionamento. 1433 - Elaborar projetos para captação de recursos direcionados para o fomento das práticas relacionadas com a economia solidária e previstas em Lei (assessoria técnica, formação, investimentos, apoio a produção e a comercialização, fundo Estadual de economia solidária etc.), a partir da disponibilidade de recursos e encaminhamentos necessários. 1434 - Regulamentar a política Estadual de economia popular solidária. 1435 - Estruturar o Conselho através da aquisição de equipamentos, elaboração de plano de ação (cronograma, custeio) para apoio das despesas. 1436 - Criar o Fundo Estadual de fomento a Economia Solidária, conforme previsto em Lei. 1441 - Criar o comitê interinstitucional para viabilizar o percentual de compras de produtos oriundos dos empreendimentos de ECOSOL das áreas rurais e urbanas, que estejam em consonância com o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e ECOSOL (PECAFES). 1447 - Desenvolver um programa de apoio e incentivo a implantação de tecnologias sociais que	1365 - Em 2022, a demanda foi atendida com a realização de oficinas de gestão participativa junto a EES do Governo Cidadão. Agenda programada de atividades de capacitação sobre economia solidária. Realização de oficinas em municípios/RN. 1401 - Em 2021, a demanda foi parcialmente atendida, através do cadastramento dos adolescentes para o Programa RN Aprendiz. Publicação do Decreto 30.753/21 para credenciamento das empresas interessadas. 1407 - A demanda foi indiretamente e parcialmente atendida com o registro do acompanhamento e execução do Projeto Governo Cidadão e o processo de instalação das agroindústrias. 1428 - A demanda foi indiretamente e parcialmente atendida. Em 2023, com a elaboração do projeto da I Jornada de Economia Solidária (Crédito e Finanças Solidárias). Em 2022, houve a implementação de Bancos Comunitários em Diogo Lopes. 1433 - Não houve atendimento à demanda. Em 2023, houve o pedido de arquivamento da Meta (entraves de adesão/políticos). 1434 -A demanda foi parcialmente atendida com a formação de um grupo de trabalho (GT) que criou a munuta do Fundo Estadual de fomento à Economia Solidária, submetida ao CEEPS. 1435 - A demanda foi atendida indiretamente, através da manutenção contínua e utilização de espaço físico estruturado, disponibilizado pelo CEEPS. Há registros de aquisição de novos equipamentos e capacitações para Conselheiros e Conselhos municipais. 1436 - A demanda foi indiretamente e parcialmente atendida (vinculação com a Meta 1434). Registra a utilização de sala equipada e disponibilizado pelo CEEPS, e a formação de um grupo de trabalho (GT) para criação da munuta do Fundo Estadual de fomento à Economia Solidária. 1441 - A demanda foi atendida, e concluída em 2022. Foi criado o Comitê Gestor do Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES). Criada a comissão PL Compras Institucionais da ECOSOL.	1365 - Concluída 1401 - Não iniciado 1407 - Não iniciado 1428 - Paralisada 1433 - Paralisada 1434 - Em andamento 1435 - Em andamento 1436 - Em andamento 1441 - Concluída 1447 - Em andamento 1449 - Em andamento 1451 - Em andamento 1463 - Sem registro
17	Potengi	POT19 - Politica publica que estimule e gere emprego e renda para a juventude, LGBT e população negra e quilombola	Potengi	SETHAS	303	Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1411 - Reformar, recuperar, ampliar e adaptar os prédios de propriedade da SETHAS e parceiros para a implantação de uma central por polo regional, sendo: Seridó (Casa do artesão do Seridó); Região Metropolita de Natal/RN (CRARN); Região Oeste polo Mossoró Assú; Trairi Potengi; e Alto Oeste. 1430 - Implementar uma política de assessoria técnica em economia solidária, através da contratação de agentes locais de desenvolvimento solidário (termos de parcerias, contratação direta), que seja integral e multidisciplinar, que promova o fortalecimento da organização, produção e comercialização dos empreendimentos econômicos solidários. 1438 - Desenvolver as políticas públicas de ECOSOL (assessoria técnica, gerencial, fundo estadual , investimentos,formação, realização de eventos, criação de espaços de comercialização, finanças solidárias, crédito, etc.), seguindo o recorte da distribuição territorial dos 10 territórios de identidade, com a disposição de espaços para a realização de diferentes atividades formativas. 1439 - Estruturar o funcionamento de espaços de referência em economia solidária (múltiplo uso) nos territórios da cidadania.	1411 - A demanda não foi atendida. Registro de insuficiência orçamentária, e sem execução pelo órgão fomentador. 1430 - A demanda foi parcialmente atendida através da formalização de equipe para o acompanhamento dos subprojetos da economia solidária. Elaboração um projeto piloto de assessoria técnica para gestão e planejamento de empreendimentos de economia solidária, voltados aos beneficiários do Projeto Governo Cidadão. 1438 - Há registro de atendimento à demanda em 2021, através da criação da Subcoordenadoria da Economia Solidária - COPES/SETHAS (ações da política pública plano 2020-2023). 1439 - A demanda não foi atendida. Registro de insuficiência orçamentária.	1411 - Não iniciado 1430 - Não iniciado 1438 - Não iniciado 1439 - Não iniciado

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA Plano Plurianual 2020-2023 | planejamento transparência integração

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
18	Potengi	POT19 - Politica publica que estimule e gere emprego e renda para a juventude, LGBT e população negra e quilombola	Rio Grande do Norte	SETHAS	558	Implementar a Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, a partir da aprovação e regulamentação em lei, com criação do Fundo, Plano e Sistema Estadual de Trabalho, Emprego e Renda.	1444 - Construir Agenda de Capacitação (cursos, oficinas e seminários) destinada a servidores (inclusão digital, atendimentos ao público, sensibilização para inclusão social, dentre outros temas). 1448 - Realizar estudos para levantamento das tendências do mercado de trabalho e potencialidades econômicas dos territórios, com vistas a priorização de cadeias específicas na definição da Agenda de capacitação, como Turismo, formação em agroecologia e produção de alimentos orgânicos, beneficiamento de materiais recicláveis, produção artesanal de materiais de limpeza ecológicos. 1450 - Promover cursos, oficinas e seminários para qualificação em empreendedorismo, formação de equipes, associativismo e cooperativismo, gestão de custos e precificação, legislação aplicável ao empreendedorismo e direitos previdenciários, dentre outras temáticas. 1453 - Promover reuniões e visitas técnicas para a integração das políticas de qualificação profissional, de intermediação de mão de obra, de seguro desemprego e de informações sobre o mercado de trabalho. 1456 - Promover eventos (reuniões, palestras, campanhas, cursos, mesa de negócios, visitas) de articulação e mediação com setores empresariais, Sistema S, Fundações Nacionais e Internacionais, para intermediação de Mão de Obra. 1457 - Ampliar em 30% a inserção de segmentos específicos (jovens, mulheres, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, comunidade LGBTQI+, idosos, egressos do sistema socioeducativo e prisional) no mercado de trabalho, garantindo e fiscalizando a aplicabilidade das leis do primeiro emprego e reingresso no mercado de trabalho. 1458 - Desenvolver atividades de formação e sensibilização junto ao empresariado para aplicar as políticas afirmativas de inclusão no mundo do trabalho, nas bases da concepção do Trabalho Decente, prevenindo, combatendo e eliminando o trabalho escravo e o trabalho infantil. 1459 - Promover a estruturação administrativa da Subsecretaria de Trabalho e das unidades do SINE, através da aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, de informática e audiovisual. 1460 - Promover a Comunicação Institucional da Subsecretaria do Trabalho e do SINE, junto aos seus	1444 - A demanda foi atendida (público geral) através de cursos de informática para usuários do Programa do Leite. Capacitações com os servidores do SINE (sistema GERID). Palestra sobre saúde mental (SESAP). Projeto de capacitação para servidores e usuários do SINE. 1448 - A demanda foi atendida (público geral) através de Levantamento sobre tendências do Mercado de Trabalho. Estudos temáticos desenvolvidos com o DIEESE. Entrega de produtos voltados para grupos específicos/Trabalho. 1450 - Em 2022, a demanda foi atendida (público geral) com a realização de curso online (Instituto Coca Cola) para 800 jovens. Realização do Feirão do Trabalhador com diversas oficinas e minicursos (parcerias público-privadas). 1453 - A demanda foi atendida (público geral) através de visitas técnicas mensais para supervisão administrativa dentro dos postos do SINE. Realização de reuniões com os gerentes das Centrais do Cidadão para melhorar o atendimento. 1456 - A demanda foi atendida (público geral) através de visitas de sensibilização Sine/Conselho Estadual do Trabalhador, junto aos setores empresariais para ofertas de empregos/vagas. Foram realizadas palestras do Observatório do Trabalho, da Federação do Comércio e das Indústrias. 1457 - A demanda foi parcialmente (público geral) atendida através da iniciativa do Projeto Transcidadania (capacitação profissional e inserção ao mercado de trabalho), em parceria com a SEMJIDH. 1458 - A demanda foi atendida (público geral) com atividades de formação e sensibilização junto ao setor comercial, reuniões com a equipe técnica para trabalhar ações do RN Aprendiz. Realização de palestras nas reuniões do Conselho do Trabalho. 1459 -Não há registro específico de atendimento à demanda 1460 -Não há registro específico de atendimento à demanda	1444 - Em andamento 1448 - Não iniciado 1450 - Não iniciado 1453 - Em andamento 1456 - Concluída 1457 - Não iniciado 1458 - Em andamento 1459 - Em andamento 1460 - Em andamento
20	Potengi	POT20 - Combate ao trafego de droga, conscientização da juventude	Rio Grande do Norte	SETHAS	303	Implementar e estruturar a Política e o Sistema Estadual de Economia Solidária, com o Plano, o Fundo e um Sistema de Informação, de forma a articular e integrar políticas, programas, projetos e ações de forma intersetorial.	1365 - Realizar atividades de capacitação sobre a temática da Economia Solidária e temas que contribuam com a melhoria e ampliação dos processos de organização, produção e comercialização dos empreendimentos. 1401 - Implementar o Programa Meu Primeiro Emprego para a promoção e incentivo a empregabilidade e empreendedorismo solidário juvenil do meio urbano. 1407 - Firmar parceria com a SEDRAF, EMATER, com a SEGAI/Projeto Governo Cidadão e União para assegurar recursos de ATER para estruturação de projetos de agroindústria da agricultura familiar e economia solidária (polpa de fruta e outros processamentos) 1428 - Criar e fortalecer experiências de Bancos Comunitários (10) e cooperativas de crédito (2), que sejam de economia solidária, garantindo as condições necessárias para sua implantação e funcionamento. 1433 - Elaborar projetos para captação de recursos direcionados para o fomento das práticas relacionadas com a economia solidária e previstas em Lei (assessoria técnica, formação, investimentos, apoio a produção e a comercialização, fundo Estadual de economia solidária etc.), a partir da disponibilidade de recursos e encaminhamentos necessários. 1434 - Regulamentar a política Estadual de economia popular solidária. 1435 - Estruturar o Conselho através da aquisição de equipamentos, elaboração de plano de ação (cronograma, custeio) para apoio das despesas. 1436 - Criar o Fundo Estadual de fomento a Economia Solidária, conforme previsto em Lei. 1441 - Criar o comitê interinstitucional para viabilizar o percentual de compras de produtos oriundos dos empreendimentos de ECOSOL das áreas rurais e urbanas, que estejam em consonância com o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e ECOSOL (PECAFES). 1447 - Desenvolver um programa de apoio e incentivo a implantação de tecnologias sociais que	As execuções e metas não estão vinculadas à Demanda. 1365 1401 1407 1428 1433 1434 1435 1436 1441 1447 1449 1451 1463	1365 - Concluída 1401 - Não iniciado 1407 - Não iniciado 1428 - Paralisada 1433 - Paralisada 1434 - Em andamento 1435 - Em andamento 1436 - Em andamento 1441 - Concluída 1447 - Em andamento 1449 - Em andamento 1451 - Em andamento 1463 - Sem registro
22	Potengi	POT21 - Atuação da CORD (coord. De politica com pessoas com deficiência) em todas as regiões do Estado	Rio Grande do Norte	SETHAS	328	Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com reconhecimento das diversidades territoriais, dos indivíduos e de suas famílias	532 - Ampliar a oferta de serviços socioassistenciais regionalizados de média complexidade em 20 polos e de alta complexidade no âmbito da Política de Assistência Social com serviços continuados e equipes de referência adequadas às vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais do território. 545 - Realizar pesquisa de diagnóstico para sistematização de dados sobre comunidades tradicionais e povos do campo que subsidia a elaboração de planos de ação com alimentação continuada. 568 - Capacitar as equipes locais dos municípios, com adesão ao ACESSUAS Trabalho, para promoção de ações de mobilização e mapeamento de usuários dos Serviços da Proteção Social Básica e encaminhamento para cursos de qualificação e formação profissional, inserção em projetos de inclusão produtiva e acesso a serviços de intermediaçãode mão de obra. 575 - Realizar Campanhas, destinadas à promoção da autonomia e da melhoria da qualidade de vida na superação de situações de violações de direitos, prevenção do isolamento e da segregação das pessoas com deficiência. 578 - Realizar o cofinanciamento estadual aos municípios atingidos por situações de emergência e calamidade públicas, realizando o apoio técnico e financeiro para suporte às famílias atingidas com a oferta e manutenção de acolhimento e abrigamento provisório das famílias desalojadas ou desabrigadas. 584 - Capacitar as equipes dos serviços socioassistenciais com o objetivo de ampliar a proteção social à população LGBTQI+. 588- Implementar a regionalização do serviço de acolhimento familiar, de proteção integral para mulheres vítimas de violência, através da criação de casas de apoio e da integração da rede de atendimento com os municípios. 591 - Realizar, após definição das áreas prioritárias por estudo, o cofinanciamento especializado com apoio técnico aos municípios para implantação de serviços socioassistenciais nas zonas rurais, priorizando as comunidades tradicionais.	A demanda não foi atendida diretamente e especificamente, em relação às metas e suas execuções. 532 545 568 575 578 584 588 591	532 - Em andamento 545 - Em andamento 568 - Concluída 575 - Não iniciado 578 - Em andamento 584 - Não iniciado 588 - Em andamento 591 - Não iniciado

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
24	Potengi	POT21 - Atuação da CORD (coord. De política com pessoas com deficiência) em todas as regiões do Estado	Rio Grande do Norte	SETHAS	558	Implementar a Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, a partir da aprovação e regulamentação em lei, com criação do Fundo, Plano e Sistema Estadual de Trabalho, Emprego e Renda.	1444 - Construir Agenda de Capacitação (cursos, oficinas e seminários) destinada a servidores (inclusão digital, atendimentos ao público, sensibilização para inclusão social, dentre outros temas). 1448 - Realizar estudos para levantamento das tendências do mercado de trabalho e potencialidades econômicas dos territórios, com vistas a priorização de cadeias específicas na definição da Agenda de capacitação, como Turismo, formação em agroecologia e produção de alimentos orgânicos, beneficiamento de materiais recicláveis, produção artesanal de materiais de limpeza ecológicos. 1450 - Promover cursos, oficinas e seminários para qualificação em empreendedorismo, formação de equipes, associativismo e cooperativismo, gestão de custos e precificação, legislação aplicável ao empreendedorismo e direitos previdenciários, dentre outras temáticas. 1453 - Promover reuniões e visitas técnicas para a integração das políticas de qualificação profissional, de intermediação de mão de obra, de seguro desemprego e de informações sobre o mercado de trabalho. 1456 - Promover eventos (reuniões, palestras, campanhas, cursos, mesa de negócios, visitas) de articulação e mediação com setores empresariais, Sistema S, Fundações Nacionais e Internacionais, para intermediação de Mão de Obra. 1457 - Ampliar em 30% a inserção de segmentos específicos (jovens, mulheres, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, comunidade LGBTQI+, idosos, egressos do sistema socioeducativo e prisional) no mercado de trabalho, garantindo e fiscalizando a aplicabilidade das leis do primeiro emprego e reingresso no mercado de trabalho. 1458 - Desenvolver atividades de formação e sensibilização junto ao empresariado para aplicar as políticas afirmativas de inclusão no mundo do trabalho, nas bases da concepção do Trabalho Decente, prevenindo, combatendo e eliminando o trabalho escravo e o trabalho infantil. 1459 - Promover a estruturação administrativa da Subsecretaria de Trabalho e das unidades do SINE, através da aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, de informática e audiovisual. 1460 - Promover a Comunicação Institucional da Subsecretaria do Trabalho e do SINE, junto aos seus	A demanda não foi atendida diretamente e especificamente, em relação às metas e suas execuções. 1444 1448 1450 1453 1456 1457 1458 1459 1460	1444 - Em andamento 1448 - Não iniciado 1450 - Não iniciado 1453 - Em andamento 1456 - Concluída 1457 - Não iniciado 1458 - Em andamento 1459 - Em andamento 1460 - Em andamento
26	Potengi	POT22 - Desburocratizar os serviços de Certificação, propiciar Assessoria Técnica na execução da Certificação e construção de Unidades de Beneficiamento de Carnes Certificadas (Abatedouros).	Rio Grande do Norte	SETHAS	536	Garantir as condições políticas, administrativas e estruturais para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do plano de governo da SETHAS a ser implementado em todo o território do Rio Grande do Norte	1388 - Elaborar e implementar Programa de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no trabalho na SETHAS. 1389 - Implementar agenda de capacitação e qualificação continuadas para servidores efetivos, comissionados e colaboradores terceirizados, das áreas técnicas e finalísticas e administrativa da SETHAS, em parceria com a Escola de Governo e Instituições de Educação Superior Públicas do RN. 1390 - Participar de Conferências e Seminários, Cursos e Intercâmbios locais, regionais, nacionais e internacionais sobre temas relacionados as políticas públicas e garantia de direitos nas áreas de atuação direta e transversal da SETHAS 1391 - Promover a Estruturação Administrativa da SETHAS, através da aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, de informática e audiovisual. 1392 - Elaborar e Implementar a reestruturação administrativa da SETHAS, através de novo regimento interno e de novo organograma, em consonância com a realidade institucional do órgão, bem como suas demandas, competências e atribuições, na segunda década do século XXI. 1394 - Ampliar a participação e controle social nos territórios, incentivando e prestando assessoramento aos municípios para criação e/ou fortalecimento dos conselhos setoriais e de direitos (Assistência Social, Segurança Alimentar, Economia Solidária entre outros). 1395 - Adquirir veículos de Passeio e Transporte Coletivo. 1396 - Promover a Comunicação Institucional da SETHAS.	A demanda não está vinculada às metas e as respectivas execuções. 1388 1389 1390 1391 1392 1394 1395 1396	1388 - Em andamento 1389 - Concluída 1390 - Em andamento 1391 - Em andamento 1392 - Não iniciado 1394 - Não inciado 1395 - Não iniciado 1396 - Em andamento
28	Potengi	POT22 - Desburocratizar os serviços de Certificação, propiciar Assessoria Técnica na execução da Certificação e construção de Unidades de Beneficiamento de Carnes Certificadas (Abatedouros).	Rio Grande do Norte	SETHAS	558	Implementar a Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, a partir da aprovação e regulamentação em lei, com criação do Fundo, Plano e Sistema Estadual de Trabalho, Emprego e Renda.	1444 - Construir Agenda de Capacitação (cursos, oficinas e seminários) destinada a servidores (inclusão digital, atendimentos ao público, sensibilização para inclusão social, dentre outros temas). 1448 - Realizar estudos para levantamento das tendências do mercado de trabalho e potencialidades econômicas dos territórios, com vistas a priorização de cadeias específicas na definição da Agenda de capacitação, como Turismo, formação em agroecologia e produção de alimentos orgânicos, beneficiamento de materiais recicláveis, produção artesanal de materiais de limpeza ecológicos. 1450 - Promover cursos, oficinas e seminários para qualificação em empreendedorismo, formação de equipes, associativismo e cooperativismo, gestão de custos e precificação, legislação aplicável ao empreendedorismo e direitos previdenciários, dentre outras temáticas. 1453 - Promover reuniões e visitas técnicas para a integração das políticas de qualificação profissional, de intermediação de mão de obra, de seguro desemprego e de informações sobre o mercado de trabalho. 1456 - Promover eventos (reuniões, palestras, campanhas, cursos, mesa de negócios, visitas) de articulação e mediação com setores empresariais, Sistema S, Fundações Nacionais e Internacionais, para intermediação de Mão de Obra. 1457 - Ampliar em 30% a inserção de segmentos específicos (jovens, mulheres, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, comunidade LGBTQI+, idosos, egressos do sistema socioeducativo e prisional) no mercado de trabalho, garantindo e fiscalizando a aplicabilidade das leis do primeiro emprego e reingresso no mercado de trabalho. 1458 - Desenvolver atividades de formação e sensibilização junto ao empresariado para aplicar as políticas afirmativas de inclusão no mundo do trabalho, nas bases da concepção do Trabalho Decente, prevenindo, combatendo e eliminando o trabalho escravo e o trabalho infantil. 1459 - Promover a estruturação administrativa da Subsecretaria de Trabalho e das unidades do SINE, através da aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, de informática e audiovisual. 1460 - Promover a Comunicação Institucional da Subsecretaria do Trabalho e do SINE, junto aos seus	A demanda não está vinculada às metas e as respectivas execuções. 1444 1448 1450 1453 1456 1457 1458 1459 1460	1444 - Em andamento 1448 - Não iniciado 1450 - Não iniciado 1453 - Em andamento 1456 - Concluída 1457 - Não iniciado 1458 - Em andamento 1459 - Em andamento 1460 - Em andamento

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
32	Mato Grande	MTG16 - Implantação de uma rede estruturada regional com equipamentos e profissionais capacitados para o atendimento das vítimas	Rio Grande do Norte	SETHAS	536	Garantir as condições políticas, administrativas e estruturais para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do plano de governo da SETHAS a ser implementado em todo o território do Rio Grande do Norte	1388 - Elaborar e implementar Programa de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no trabalho na SETHAS. 1389 - Implementar agenda de capacitação e qualificação continuadas para servidores efetivos, comissionados e colaboradores terceirizados, das áreas técnicas e finalísticas e administrativa da SETHAS, em parceria com a Escola de Governo e Instituições de Educação Superior Públicas do RN. 1390 - Participar de Conferências e Seminários, Cursos e Intercâmbios locais, regionais, nacionais e internacionais sobre temas relacionados as políticas públicas e garantia de direitos nas áreas de atuação direta e transversal da SETHAS 1391 - Promover a Estruturação Administrativa da SETHAS, através da aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, de informática e audiovisual. 1392 - Elaborar e Implementar a reestruturação administrativa da SETHAS, através de novo regimento interno e de novo organograma, em consonância com a realidade institucional do órgão, bem como suas demandas, competências e atribuições, na segunda década do século XXI. 1394 - Ampliar a participação e controle social nos territórios, incentivando e prestando assessoramento aos municípios para criação e/ou fortalecimento dos conselhos setoriais e de direitos (Assistência Social, Segurança Alimentar, Economia Solidária entre outros). 1395 - Adquirir veículos de Passeio e Transporte Coletivo. 1396 - Promover a Comunicação Institucional da SETHAS.	A demanda não foi atendida diretamente e especificamente, em relação às metas e suas execuções. 1388 1389 1390 1391 1392 1394 1395 1396	1388 - Em andamento 1389 - Concluída 1390 - Em andamento 1391 - Em andamento 1392 - Não iniciado 1394 - Não inciado 1395 - Não iniciado 1396 - Em andamento
34	Sertão do Apodi	SAP20 - Políticas de capacitação e fomento para a inserção produtiva das mulheres, criação de linhas de credito especificos para as mulheres rurais e urbanas	Rio Grande do Norte	SETHAS	558	Implementar a Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, a partir da aprovação e regulamentação em lei, com criação do Fundo, Plano e Sistema Estadual de Trabalho, Emprego e Renda.	1444 - Construir Agenda de Capacitação (cursos, oficinas e seminários) destinada a servidores (inclusão digital, atendimentos ao público, sensibilização para inclusão social, dentre outros temas). 1448 - Realizar estudos para levantamento das tendências do mercado de trabalho e potencialidades econômicas dos territórios, com vistas a priorização de cadeias específicas na definição da Agenda de capacitação, como Turismo, formação em agroecologia e produção de alimentos orgânicos, beneficiamento de materiais recicláveis, produção artesanal de materiais de limpeza ecológicos. 1450 - Promover cursos, oficinas e seminários para qualificação em empreendedorismo, formação de equipes, associativismo e cooperativismo, gestão de custos e precificação, legislação aplicável ao empreendedorismo e direitos previdenciários, dentre outras temáticas. 1453 - Promover reuniões e visitas técnicas para a integração das políticas de qualificação profissional, de intermediação de mão de obra, de seguro desemprego e de informações sobre o mercado de trabalho. 1456 - Promover eventos (reuniões, palestras, campanhas, cursos, mesa de negócios, visitas) de articulação e mediação com setores empresariais, Sistema S, Fundações Nacionais e Internacionais, para intermediação de Mão de Obra. 1457 - Ampliar em 30% a inserção de segmentos específicos (jovens, mulheres, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, comunidade LGBTQI+, idosos, egressos do sistema socioeducativo e prisional) no mercado de trabalho, garantindo e fiscalizando a aplicabilidade das leis do primeiro emprego e reingresso no mercado de trabalho. 1458 - Desenvolver atividades de formação e sensibilização junto ao empresariado para aplicar as políticas afirmativas de inclusão no mundo do trabalho, nas bases da concepção do Trabalho Decente, prevenindo, combatendo e eliminando o trabalho escravo e o trabalho infantil. 1459 - Promover a estruturação administrativa da Subsecretaria de Trabalho e das unidades do SINE, através da aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, de informática e audiovisual. 1460 - Promover a Comunicação Institucional da Subsecretaria do Trabalho e do SINE, junto aos seus	1444 - A demanda foi atendida (público geral) através de cursos de informática para usuários do Programa do Leite. Capacitações com os servidores do SINE (sistema GERID). Palestra sobre saúde mental (SESAP). Projeto de capacitação para servidores e usuários do SINE. 1448 - A demanda foi atendida (público geral) através de Levantamento sobre tendências do Mercado de Trabalho. Estudos temáticos desenvolvidos com o DIEESE. Entrega de produtos voltados para grupos específicos/Trabalho. 1450 - Em 2022, a demanda foi atendida (público geral) com a realização de curso online (Instituto Coca Cola) para 800 jovens. Realização do Feirão do Trabalhador com diversas oficinas e minicursos (parcerias público-privadas). 1453 - A demanda foi atendida (público geral) através de visitas técnicas mensais para supervisão administrativa dentro dos postos do SINE. Realização de reuniões com os gerentes das Centrais do Cidadão para melhorar o atendimento. 1456 - A demanda foi atendida (público geral) através de visitas de sensibilização Sine/Conselho Estadual do Trabalhador, junto aos setores empresariais para ofertas de empregos/vagas. Foram realizadas palestras do Observatório do Trabalho, da Federação do Comércio e das Indústrias. 1457 - A demanda foi parcialmente (público geral) atendida através da iniciativa do Projeto Transcidadania (capacitação profissional e inserção ao mercado de trabalho), em parceria com a SEMJIDH. 1458 - A demanda foi atendida (público geral) com atividades de formação e sensibilização junto ao setor comercial, reuniões com a equipe técnica para trabalhar ações do RN Aprendiz. Realização de palestras nas reuniões do Conselho do Trabalho. 1459 -Não há registro específico de atendimento à demanda 1460 -Não há registro específico de atendimento à demanda	1444 - Em andamento 1448 - Não iniciado 1450 - Não iniciado 1453 - Em andamento 1456 - Concluída 1457 - Não iniciado 1458 - Em andamento 1459 - Em andamento 1460 - Em andamento
36	Sertão do Apodi	SAP22 -Incentivo a programas de estagio no serviço publico, desenvolver um grupo do PROERD, politicas publicas de renda, trabalho e educação pra a juventude.	Rio Grande do Norte	SETHAS	558	Implementar a Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, a partir da aprovação e regulamentação em lei, com criação do Fundo, Plano e Sistema Estadual de Trabalho, Emprego e Renda.	1444 - Construir Agenda de Capacitação (cursos, oficinas e seminários) destinada a servidores (inclusão digital, atendimentos ao público, sensibilização para inclusão social, dentre outros temas). 1448 - Realizar estudos para levantamento das tendências do mercado de trabalho e potencialidades econômicas dos territórios, com vistas a priorização de cadeias específicas na definição da Agenda de capacitação, como Turismo, formação em agroecologia e produção de alimentos orgânicos, beneficiamento de materiais recicláveis, produção artesanal de materiais de limpeza ecológicos. 1450 - Promover cursos, oficinas e seminários para qualificação em empreendedorismo, formação de equipes, associativismo e cooperativismo, gestão de custos e precificação, legislação aplicável ao empreendedorismo e direitos previdenciários, dentre outras temáticas. 1453 - Promover reuniões e visitas técnicas para a integração das políticas de qualificação profissional, de intermediação de mão de obra, de seguro desemprego e de informações sobre o mercado de trabalho. 1456 - Promover eventos (reuniões, palestras, campanhas, cursos, mesa de negócios, visitas) de articulação e mediação com setores empresariais, Sistema S, Fundações Nacionais e Internacionais, para intermediação de Mão de Obra. 1457 - Ampliar em 30% a inserção de segmentos específicos (jovens, mulheres, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, comunidade LGBTQI+, idosos, egressos do sistema socioeducativo e prisional) no mercado de trabalho, garantindo e fiscalizando a aplicabilidade das leis do primeiro emprego e reingresso no mercado de trabalho. 1458 - Desenvolver atividades de formação e sensibilização junto ao empresariado para aplicar as políticas afirmativas de inclusão no mundo do trabalho, nas bases da concepção do Trabalho Decente, prevenindo, combatendo e eliminando o trabalho escravo e o trabalho infantil. 1459 - Promover a estruturação administrativa da Subsecretaria de Trabalho e das unidades do SINE, através da aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, de informática e audiovisual. 1460 - Promover a Comunicação Institucional da Subsecretaria do Trabalho e do SINE, junto aos seus	1444 - A demanda foi atendida (público geral) através de cursos de informática para usuários do Programa do Leite. Capacitações com os servidores do SINE (sistema GERID). Palestra sobre saúde mental (SESAP). Projeto de capacitação para servidores e usuários do SINE. 1448 - A demanda foi atendida (público geral) através de Levantamento sobre tendências do Mercado de Trabalho. Estudos temáticos desenvolvidos com o DIEESE. Entrega de produtos voltados para grupos específicos/Trabalho. 1450 - Em 2022, a demanda foi atendida (público geral) com a realização de curso online (Instituto Coca Cola) para 800 jovens. Realização do Feirão do Trabalhador com diversas oficinas e minicursos (parcerias público-privadas). 1453 - Não há registro específico de atendimento à demanda 1456 - A demanda foi atendida (público geral) através de visitas de sensibilização Sine/Conselho Estadual do Trabalhador, junto aos setores empresariais para ofertas de empregos/vagas. Foram realizadas palestras do Observatório do Trabalho, da Federação do Comércio e das Indústrias. 1457 - A demanda foi parcialmente (público geral) atendida através da iniciativa do Projeto Transcidadania (capacitação profissional e inserção ao mercado de trabalho), em parceria com a SEMJIDH. 1458 - A demanda foi atendida (público geral) com atividades de formação e sensibilização junto ao setor comercial, reuniões com a equipe técnica para trabalhar ações do RN Aprendiz. Realização de palestras nas reuniões do Conselho do Trabalho. 1459 - Não há registro específico de atendimento à demanda 1460 - Não há registro específico de atendimento à demanda	1444 - Em andamento 1448 - Não iniciado 1450 - Não iniciado 1453 - Em andamento 1456 - Concluída 1457 - Não iniciado 1458 - Em andamento 1459 - Em andamento 1460 - Em andamento

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
1	Terras Potiguaras	Implementar ações de saúde, educação, profissionalização, promoção social, geração de renda e apoio à família	Rio Grande do Norte	SESAP	191	Promover o acesso da população à vida saudável, por meio da implantação do Programa RN + Saudável.	792 - Contribuir para combater todas as formas de desnutrição, incentivando a alimentação saudável, considerando crianças menores que cinco anos de idade e atendendo as necessidades nutricionais de adolescentes, mulheres grávidas, lactantes e idosos, portadores de doenças negligenciadas e povos tradicionais. 793 - Apoiar os Municípios no fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE) 794 - Implantar o Selo do programa RN+ Saudável. 795 - Apoiar a Adesão das SMS em cada ciclo do Programa PSE 797 - Fortalecer o Programa RN+Saudável, por meio do Comitê Gestor Institucional e o Comitê Gestor Territorial do Programa 807 - Contribuir para elaboração e implementação do Plano Estadual de prevenção às violências autoprovocadas. 1555 - Estabelecer parcerias entre entes públicos, filantrópicos e sociedade civil para desenvolver ações voltadas ao combate as doenças sensíveis as condições de empobrecimento. 1557 - Incentivar práticas voltadas ao estilo de vida ativo por meio de práticas corporais e atividades físicas 1558 - Realizar coletas relativas ao monitoramento ambiental de patógenos e contaminantes químicos de interesse em Saúde Ambiental, fomentando reduzir a morbimortalidade por doenças e agravos de transmissão hídrica 1559 - Fortalecer as políticas de promoção da equidade às populações vulneráveis de forma integrada, quilombolas, povos de matriz africana, indígenas, LGBTQI+, do Campo e Águas (pescadores),ciganos, em situação de rua e refugiados, ápatridas e migrantes. 1560 - Fomentar a articulação e integração das Políticas de desenvolvimento, assistência social e cultural, de segurança e de educação que promovam a qualidade de vida e o bem estar das pessoas. 1561 - Promover articulações com a vigilância das violências, nas regiões de saúde, apoiando ações coordenadas de	792 - A demanda foi atendida através da realização do Simpósio Estadual de Vigilância Nutricional. Distribuição da 2ªPauta de Vitamina A para todo RN. Plano de Ação para capacitação de profissionais sobre a Vigilância Alimentar e Nutricional (SGA/RN). Acompanhamento contínuo do Programa Bolsa Família. 793 - A demanda foi atendida através da execução contínua das ações focadas no Programa Saúde na Escola: qualificações, apoio técnico/institucional, oficina e reuniões. 794 - A demanda foi parcialmente atendida através de ações relativas à implantação do Programa RN+ Saudável no RN. Organização do modelo/metodologia de implementação do Selo das oficinas da PEPS/RN. Contratação de consultoria na parceria SESAP/UNESCO, para viabilizar Sala de Informações Estratégicas em Saúde para PEPS-RN. 795 - A demanda foi atendida através da execução contínua das ações focadas no Programa Saúde na Escola: articulação, apoio técnico/intitucional para adesão dos municípios/RN ao PSE. 797 - A demanda foi parcialmente atendida através de 01 reunião do Comitê Gestor Institucional do Programa RN+Saudável. Atualmente, o Programa está em fase de reestruturação para retomar as ações. 807 - Não há registro específico de atendimento à demanda. Não foram realizadas ações para a Meta. 1555 - A demanda foi atendida através das ações técnicas/institucionais voltadas para as populações indígenas, quilombolas, antimanicomial e LGBTQUIA+. Realização do RN Itinerante para ampliação das do programa RN+Saudável. 1557 - Não há registro específico de atendimento à demanda. Não foram realizadas ações para a Meta. 1558 - A demanda foi parcial e indiretamente atendida através de ações contínuas de monitoramento de agrotóxicos em água para consumo humano no RN. 1559 - A demanda foi indiretamente atendida através de ações contínuas de políticas públicas voltadas às populações vulneráveis: indígenas, quilombolas, LGBTQI+, refugiados, apátridas e migrantes. 1560 - A demanda foi atendida através de ações contínuas focadas em mídias para divulgar informações sobre qualidade de vida, nutrição, saúde mental, segurança alimentar e atividades físicas. Participação	792 - Concluída 793 - Concluída 794 - Em andamento 795 - Concluída 797 - Paralisada 807 - Não iniciada 1555 - Em andamento 1557 - Não iniciado 1558 - Paralisada 1559 - Em andamento 1560 - Em andamento 1561 - Em andamento 1673 - Sem registro 1674 - Sem registro
3	Terras Potiguaras	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios, abrangendo: Urgências e emergências: traumatológicas, cardiovasculares e clínicas (adultos e crianças), com a qualificação da organização e da gestão da Rede de Urgência e Emergência Atenção obstétrica e ginecológica, com efetivação da Rede Cegonha Cuidados integrados em saúde mental, com ampliação dos serviços e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS Cuidados especializados ambulatoriais e apoio diagnóstico laboratorial, imagens, métodos clínicos-, com implantação de Centros de Atenção Integral, nos moldes de Policlínicas, que trabalhem em matriciamento com a Atenção Básica e a Atenção Hospitalar Cirurgias e internações em áreas básicas, com redução do tempo de espera, mediante a reestruturação e qualificação dos Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar Assistência farmacêutica, no âmbito de uma Política Estadual de Assistência Farmacêutica, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes Reabilitação em saúde, com a implantação da Rede de Atenção às Pessoas com deficiência, tendo por base os serviços e Centros Especializados em Reabilitação existentes e a serem construídos Saúde bucal, reativando as diretrizes do BRASIL SORRIDENTE, com ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões Práticas Integrativas e Complementares, com implementação das ações na Atenção Básica e em serviços especializados	Rio Grande do Norte	SESAP	247	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios	964 - Ampliar a cobertura da Triagem Auditiva Neonatal (TAN ou teste da orelhinha). 966 - Ofertar aos usuários ostomizados e/ou incontinentes urinários e/ou fecais, a concessão de insumos de saúde (bolsas e adjuvantes) e atendimentos especializados por equipe multidisciplinar, nos CER habilitados na modalidade física. 971 - Apoiar tecnicamente a habilitação junto ao Ministério da Saúde de 01 (uma) oficina ortopédica itinerante para compor a RCSPD na 3ª região de saúde 972 - Apoiar tecnicamente a construção e habilitação de três oficinas ortopédicas fixas, junto ao Ministério da Saúde para a 3ª e 7ª regiões de saúde. 983 - Implantar as Policlínicas Regionais, em parceria com os municípios, em gestão consorciada. 1569 - Ampliar e qualificar a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do RN, através da Ampliação de Modalidades dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) já existentes 1570 - Prestar atendimento em todas as áreas de reabilitação, através de equipe multiprofissional com prescrição, concessão e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM). 1571 - Aumentar a cobertura de CAPS em 25% após 4 anos, considerando o ano-base 2019. 1572 - Melhorar os padrões sanitários e da infraestrutura da hemorrede. 1573 - Fornecer assistência hematológica e hemoterápica à população. 1574 - Fortalecer a Política de Saúde Bucal, estimulando os municípios a ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões de saúde. 1678 - Implantar e qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjunto de ações de saúde. 1679 - Apoiar tecnicamente junto ao MS os pleitos de construção, reforma e habilitação de 16 (dezesseis) CER nas modalidades II, III e IV, conforme desenho regional de cada região.	964 - A demanda foi atendida através de ações contínuas da organização, habilitação e ampliação dos serviços da Triagem Auditiva Neonatal TAN em municípios do RN. 966 - A demanda foi atendida através das ações contínuas de concessão de insumos de saúde específicos: bolsas de colostomia, urostomia e adjuvantes. 971 - A demanda foi parcialmente atendida através da tratativa de habilitação de caminhão adaptado para funcionar oficina ortopédica itinerante. 972 - A demanda foi atendida através das ações contínuas para construção/habilitação de oficinas ortopédicas fixas. 983 - A demanda foi atendida através das ações contínuas relativas à implantação/inauguração da policlínica Seridó/Caicó: recursos orçamentários; equipamentos; processo seletivo/RH; contratações e capacitações. Acordo de cooperação técnica entre a Escolas Multicampi de Ciências Médicas e Consórcio Interfederativo. 1569 - A demanda foi atendida através das ações contínuas para ampliação do CER São José do Mipibu e Clínica Heitor Carrilho. E habilitação do CER Currais Novos. 1570 - A demanda foi atendida através das ações contínuas de capacitações para equipes multiprofissionais dos centros especializados em reabilitação/deficientes. Curso Básico(OMS) de prescrição de cadeira de Rodas Padrão. Entrega de órteses, próteses e cadeiras de rodas em andamento no Cerae. 1571 - A demanda foi atendida através das ações contínuas para os Planos de Ação Regional de Saúde Mental. Pactuação/Articulação com municípios para ampliação da RAPS e abertura dos CAPS (municípios de Passa e Fica e Vera Cruz). Reuniões de sensibilização com secretários municipais (III região). 1572 - A demanda foi parcialmente atendida. Há registros sobre a previsão orçamentária, porém com obras paralisadas. E quantos aos equipamentos, processos em andamento. 1573 - A demanda foi parcial e indiretamente atendida. Há registros sobre a previsão orçamentária e liquidação para custeio da manutenção dos serviços e melhoria da Hemorrede. Informa sobre o	964 - Em andamento 966 - Em andamento 971 - Em andamento 972 - Em andamento 983 - Em andamento 1569 - Concluída 1570 - Em andamento 1571 - Em andamento 1572 - Em andamento 1573 - Em andamento 1574 - Em andamento 1678 - Em andamento 1679 - Em andamento
5	Terras Potiguaras	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios, abrangendo: Urgências e emergências: traumatológicas, cardiovasculares e clínicas (adultos e crianças), com a qualificação da organização e da gestão da Rede de Urgência e Emergência Atenção obstétrica e ginecológica, com efetivação da Rede Cegonha Cuidados integrados em saúde mental, com ampliação dos serviços e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS Cuidados especializados ambulatoriais e apoio diagnóstico laboratorial, imagens, métodos clínicos-, com implantação de Centros de Atenção Integral, nos moldes de Policlínicas, que trabalhem em matriciamento com a Atenção Básica e a Atenção Hospitalar Cirurgias e internações em áreas básicas, com redução do tempo de espera, mediante a reestruturação e qualificação dos Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar Assistência farmacêutica, no âmbito de uma Política Estadual de Assistência Farmacêutica, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes Reabilitação em saúde, com a implantação da Rede de Atenção às Pessoas com deficiência, tendo por base os serviços e Centros Especializados em Reabilitação existentes e a serem construídos Saúde bucal, reativando as diretrizes do BRASIL SORRIDENTE, com ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões Práticas Integrativas e Complementares, com implementação das ações na Atenção Básica e em serviços especializados	Rio Grande do Norte	SESAP	279	Elaborar e implementar programa de investimentos na rede de saúde, incluindo a construção, reforma, ampliação de equipamentos, para tornar os serviços públicos do RN compatíveis com os padrões de qualidade já alcançados em outras realidades próximas.	1587 - Qualificar a infraestrutura da SESAP, reformando, ampliando e/ou construindo as diferentes estruturas (Nível Central, Unidades Regionais de Saúde Pública, Escola de Saúde Pública, CEFOPE, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Unidades de Referência e Hospitalares, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos 1588 - Qualificar a infraestrutura da SESAP, adquirindo equipamentos e realizando manutenção preventiva e corretiva nos já existentes (Nível Central, Unidades Regionais de Saúde pública, Escola de Saúde Pública, CEFOPE, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Unidades de Referência e Hospitalares, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e coeficiência, com a finalidade de obter economia. 1589 - Reestruturar e qualificar os Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar. 1668 - Promover a modernização da rede, por meio de soluções de informática no ambiente da Saúde, incluindo aquisição e manutenções de computadores, expansão da rede de dados, além do desenvolvimento de sistemas que garantam a celeridade nos processos e projetos de bens e serviços da Saúde.	1587 - A demanda foi atendida através de serviços de estrutura física e manutenção predial. Foram realizados mais de 9 reformas e 17 manutenções em 18 unidades. 1588 - A demanda foi atendida através das ações contínuas de aquisição de equipamentos hospitalares e ambulatoriais, entre outros necessários a estrutura das unidades. 1589 - A demanda foi atendida através de ações contínuas para elaboração da Política Estadual de Atenção Hospitalar, levantamento e diagnóstico de estabelecimentos por região de saúde/RN. Banco e validação de dados de todas as unidades hospitalares/RN. Atualização de produções das unidades (HPP). Previstas p/ 2024 oficinas nas macrorregiões de saúde do RN. 1668 - Não há registro específico de atendimento à demanda. Não foram realizadas ações para a Meta.	1587 - Em andamento 1588 - Em andamento 1589 - Em andamento 1668 - Sem registro

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
7	Terras Potiguaras	Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios	Rio Grande do Norte	SESAP	248	Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios.	992 - Implantar o apoio integrado aos municípios. 993 - Apoiar os municípios na expansão do Serviço de Atenção Domiciliar.	992 - A demanda foi atendida através de ações contínuas de apoio aos municípios: Discussão dos fluxos e manejo de HAS; visita técnica da Rede de Atenção a Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas/RASPDC; Apoio aos municipios com comunidades indígenas e capacitação em parceria com a FUNAI; execução/visitas do Projeto Planifica SUS; qualificação dos profissionais APS; Oficinas de planejamento integrado; Adesão ao PSE. 993 - A demanda foi indiretamente atendida através de ações contínuas para o Serviço de Atenção Domiciliar: habilitação das SADs municipais (propostas, tratativas e acompanhamento) para Canguaretama, João Câmara e SGA; programação de eventos de educação em saúde (SADs); implementação no RN para ações da nova portaria nacional de atenção domiciliar.	992 - Em andamento 993 - Em andamento
9	Terras Potiguaras	Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios	Rio Grande do Norte	SESAP	271	Fortalecer a Gestão do Trabalho, instituindo uma política de pessoal que valorize os profissionais de saúde e instaure processos de participação com responsabilização com o desenvolvimento de uma rede estadual de educação permanente, envolvendo as universidades e instituições públicas de ensino em saúde, com ofertas que propiciem a capacidade de intervenção desses profissionais no atendimento das necessidades de saúde da população.	1066 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os profissionais de saúde para as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas. 1067 - Implantar e/ou reativar as Comissões Integração Ensino Serviço(CIES) regionais. 1069 - Apoiar a inserção no Plano de Ações Regional de Educação Permanente em Saúde (PAREPS) das Regiões de Saúde do RN, e nas ações de integração ensino-serviço voltadas aos profissionais da Rede de Atenção à Saúde. 1585 - Realizar nomeação do concurso público vigente e realizar novo concurso público com ênfase na gestão e atenção [illegible]	1066 - A demanda não foi atendida. A modificação da Meta foi solicitada e não atendida. Permanece com a descrição de Enfrentamento do Tráfico de Drogas Ilícitas, que não condiz com a Política de Saúde Mental da Sesap. Migrada para política de condução da SEMJIDH. 1067 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros de ações referentes à implantação e implementação das CIES/CIS Regionais. 1069 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros de ações referentes ao SUEDES, NUREPS, NEPS. 1585 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros de concursos e nomeações.	1066 - Paralisada 1067 - Em andamento 1069 - Em andamento 1585 - Em andamento
11	Terras Potiguaras	Fortalecer os processos de Regulação e Contratualização, e instituir novas modalidades organizacionais, do tipo autárquico, com prioridade para a criação dos Consórcios Regionais de Saúde	Rio Grande do Norte	SESAP	258	Estruturar um sistema unificado de regulação obedecendo os princípios da equidade.	1020 - Instituir a contratualização entre a gestão e as unidades próprias da SESAP. 1021 - Reestruturar o Componente Estadual de Auditoria. 1022 - Assegurar a atenção aos pacientes que necessitem de tratamento fora do domicílio, de forma integral e equânime. 1023 - Aumentar a captação de doadores para 13 para cada 1 milhão de habitantes, por meio do fortalecimento e manutenção das ações da Central de Notificação, Captação e Doação de Órgãos. 1581 - Ampliar e qualificar ações de regulação do acesso aos serviços assistenciais do SUS e /ou conveniados à rede estadual saúde, incluindo consultas e exames especializados de média e alta complexidade, portas hospitalares e leitos clínicos e críticos. 1582 - Ampliar a cobertura do SAMU 192 RN em todas as regiões de saúde, por meio da repactuação de recursos junto aos municípios. 1669 - Implementar o complexo Regulador Metropolitano 1670 - Implantar o complexo regulador do oeste 1671 - Implantar e implementar a unificação de ecossistema de regulação, auditoria, controle e avaliação dos serviços de saúde no âmbito da SESAP, com vistas ao aperfeiçoamento do monitoramento, controle e avaliação dos serviços de saúde prestados no RN.	1020 - A demanda foi atendida através de ações contínuas para os processos que envolvem os PCEPs/POAS: revovações de documentos/contratos; acompanhamento (monitoramento e avaliação). Projeto PROADI-SUS: Assinatura dos instrumentos de contratualização pelos hospitais e laboratórios contemplados pelo projeto PROADI-SUS (HGJM e HRTM). 1021 - A demanda não foi efetivamente atendida. Há registros de qualificações e concursos previstos para auditores. 1022 - A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população. 1023 - A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população. 1581 - A demanda foi atendida através de ações contínuas relativas à regulação dos serviços assistenciais/SUS. Treinamentos, renovação de contratos, implantação de política estadual/CAPH_SURUES, visitas técnicas, atendimentos em várias especialidades. 1582 - A demanda foi indiretamente atendida, através da ampliação do SAMU/RN em 02 municípios, e reuniões, discussões em outras áreas. 1669 - Demanda não atendida. Meta sem execução. 1670 - Demanda não atendida. Meta sem execução. 1671 - Demanda não atendida. Meta sem execução.	1020 - Em andamento 1021 - Paralisada 1022 - Em andamento 1023 - Em andamento 1581 - Em andamento 1582 - Em andamento 1669 - Sem registro 1670 - Sem registro 1671 - Sem registro
13	Terras Potiguaras	Fortalecer os processos de Regulação e Contratualização, e instituir novas modalidades organizacionais, do tipo autárquico, com prioridade para a criação dos Consórcios Regionais de Saúde	Rio Grande do Norte	SESAP	275	Aprimorar a destinação e a utilização eficiente dos recursos estaduais e municipais (via consórcios) no fortalecimento da rede pública.	1073 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais que funcione com eficiência e permita a realização no tempo indicado dos procedimentos de saúde adequados aos cuidados de cada paciente. 1592 - Viabilizar a implantação do serviço de transporte sanitário intermunicipal nas regiões de saúde.	1073 - A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população. 1592 - A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	1073 - Não iniciado 1592 - Em andamento
15	Terras Potiguaras	Fortalecer os processos de Regulação e Contratualização, e instituir novas modalidades organizacionais, do tipo autárquico, com prioridade para a criação dos Consórcios Regionais de Saúde	Rio Grande do Norte	SESAP	286	Fortalecer as práticas de Controle Social no Sistema Único de Saúde.	1086 - Apoiar as Conferências de Saúde reconhecendo seu papel na avaliação da situação de saúde e na proposição das diretrizes para a formulação da política de saúde. 1087 - Viabilizar a garantia do direito ao acesso às informações públicas produzidas pelo órgão e possibilitar a transparência destas informações por meio do canal e-SIC, submetendo ao prazo elencado na Lei de Acesso à informação - 12.527/11. 1090 - Fortalecer a Ouvidoria do SUS, por meio das sub redes pertencentes as regiões de saúde do RN, visando a ampliação da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. 1091 - Fortalecer a Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos. 1093 - Estimular e apoiar os Conselhos de Saúde Estadual e Municipais na articulação para a criação dos Fóruns Locais de Saúde. 1667 - Garantir o acesso ao usuário as manifestações perante a Administração Pública acerca da prestação de serviços públicos, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos na	1086 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros de apoio técnico/logístico para as conferências regionais e estadual de saúde. 1087 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros contínuos sobre ações relativas ao uso do Sistema e-SIC. 1090 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros contínuos sobre planejamento para reuniões das CIR e visitas técnicas nas sub-redes das Ouvidorias SUS. 1091 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros contínuos de capacitação de servidores, evento, visitas técnicas e reuniões relativas à Ouvidoria/SUS/Sesap. 1093 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros contínuos de realização de conferências municipais/Estadual plenárias, reuniões ordinárias e extraordinárias. Oficinas regionais. 1667 - Demanda não atendida. Meta sem execução.	1086 - Concluída 1087 - Concluída 1090 - Em andamento 1091 - Concluída 1093 - Concluída 1667 - Sem registro
17	Terras Potiguaras	Integrar os serviços estaduais existentes em uma unidade gerencial autárquica de Saúde, facilitando sua atuação junto às redes de atenção, podendo ser gerenciada pelos consórcios regionais.	Rio Grande do Norte	SESAP	275	Aprimorar a destinação e a utilização eficiente dos recursos estaduais e municipais (via consórcios) no fortalecimento da rede pública.	1073 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais que funcione com eficiência e permita a realização no tempo indicado dos procedimentos de saúde adequados aos cuidados de cada paciente. 1592 - Viabilizar a implantação do serviço de transporte sanitário intermunicipal nas regiões de saúde.	1073 - Demanda não vinculada diretamente à meta. 1592 - Demanda não vinculada diretamente à meta.	1073 - Não iniciado 1592 - Em andamento

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
19	Terras Potiguaras	Instituir práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, sendo profissionalizada e assentada na regionalização, e que aprimore os mecanismos de regulação, contratualização e avaliação de desempenho das instâncias, serviços e profissionais, com informatização e atualização dos processos administrativos	Rio Grande do Norte	SESAP	265	Aprimorar práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, assentada na regionalização.	1029 - Instituir o projeto de apoio institucional nas dimensões da gestão e do cuidado nos serviços. 1030 - Estimular a utilização e integração das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no Estado com ênfase no território da Região de Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão. 1032 - Estruturar e regulamentar a gestão colegiada no Nível central, regionais e serviços.	1029 - A demanda foi atendida através da reconfiguração da sala de situação e melhorias do sistema Notifica RN (inclusão no CIEGES); planejamento das ações/quadrimestre de 2024; agenda de apoio institucional para consórcios interfederativos; projeto de apoio institucional/Escola de saúde pública; entrega equipamentos para 7 regiões de saúde; oficina com as Regionais de saúde (apoio institucional/gestão da SESAP); mapeamento dos projetos/URSAPs; agendas com FIOCRUZ/NESC e SESAP. 1030 - A demanda foi atendida através da construção/finalização do PES/SESAP; planejamento no DigiSUS; construção do PPA/SESAP e inserção dos produtos no SIGEF; oficinas para construção do PES 2024/27 e PPA 2024/27 com apoio instituicional da equipe UPLANISUS/DPLAN para planejamento de gestão nos municípios/RN. 1032 - A demanda foi atendida através de ações contínuas para efetivação da gestão colegiada em todas as instâncias gestoras do SUS Estadual; construção do Plano Estadual da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (estruturação dos colegiados gestores); participação de técnicos das áreas de Planejamento e Gestão do trabalho/educação/Saúde em momentos técnicos científicos.	1029 - Em andamento 1030 - Concluída 1032 - Concluída
21	Terras Potiguaras	Implantar uma política de consórcios, de base regional, que assegure uma integração de recursos (União, Governo do Estado e Municípios) na organização e gestão das ações de saúde em cada região, com racionalização na utilização dos recursos, melhoria da eficácia/eficiência/efetividade do sistema	Rio Grande do Norte	SESAP	275	Aprimorar práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, assentada na regionalização.	1073 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais que funcione com eficiência e permita a realização no tempo indicado dos procedimentos de saúde adequados aos cuidados de cada paciente. 1592 - Viabilizar a implantação do serviço de transporte sanitário intermunicipal nas regiões de saúde.	1073 - A demanda (indiretamente vinculada) não foi atendida. Há registros contínuos de que não foram implantadas políticas de compras públicas sustentáveis. Somente aquisições de materiais de consumo. 1592 - A demanda (indiretamente vinculada) não foi atendida. Está registrado que não há previsão para a implantação do transporte municipal por gestão dos consórcios interfederativos. As policlínicas foram priorizadas.	1073 - Não iniciada 1592 - Em andamento
23	Terras Potiguaras	Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil	Rio Grande do Norte	SESAP	179	Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil.	655 - Reduzir as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos. 694 - Aprimorar os processos e os instrumentos de notificação e de vigilância de óbitos e agravos à saúde, com a atualização e informatização dos procedimentos de registro. 695 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão 1547 - Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos. 1548 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância da sífilis congênita prevenção à transmissão vertical. 1549 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança, implementando a Rede Cegonha, nas regiões de saúde, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade. 1677 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para implantação das profilaxias PrEP e PEP em todas as regiões de saúde, diminuindo as barreiras de acesso.	655 - A demanda foi atendida através de ações contínuas: reunião com referência técnica da vigilância do óbito municipal sobre processos, utilização dos sistemas e atribuições, participação em evento da vigilância epidemiológica hospitalar (Macaíba); oficinas de vigilância do óbito e preenchimento da DO e melhoria na qualidade da informação e importância médico legal na emissão da declaração de óbito (Parnamirim); proposta da implantação do comitê regional (CRMMIF) na 5ª Região de Saúde; monitoramento das investigações dos óbitos infantis; reunião de estruturação do NVS no hospital da mulher; elaboração e distribuição de boletins epidemiológico dos indicadores da VOMI; encontro de avaliação da VO com as UBS/ESF dos Distritos Sanitários(NATAL); capacitações sobre a VOMI no âmbito hospitalar; reuniões sobre mortalidade materno/infantil (CEPMMIF) e análise de óbitos SUVIGE, GT estadual de óbito infantil. 694 - A demanda foi atendida através de ações contínuas: convênio e suporte/atualização para o sistema SUVEPI; melhorias na ficha de notificação das doenças neuroinvasivas, do VIGIAR e na sala de situação da CVS; resolução e implementação em ficha de notificação (UGTSIC); acesso ao sistema NOTIFICA RN (captação das informações, acessível à população/RN, alerta para a Rede CIEVS, municípios sendo implementadas). 695 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros contínuos de ações/dados sobre exames citopatológicos/mamográficos; atualização do cartão SUS com avaliação do campo raça/cor dos profissionais de saúde: médicos e enfermeiros; monitoramento/avaliação do sistema SISCAN. 1547 - A demanda foi atendida através de ações contínuas: participação em evento da vigilância epidemiológica hospitalar e violência contra mulher/intesetorialidade. Reuniões: GT estadual de óbito infantil (análise, discussão, melhoria da causa básica), CEPMMIF e GTOM (discussão/encerramento do óbito materno) e comitê de análise de óbitos SUVIGE e de mortalidade materno/infantil. Seminário MORTE MATERNA EVITAR O EVITÁVEL. Atualização do manual de vigilância do óbito infantil e fetal. Propostas da implantação do comitê regional (CRMMIF) na 5ª/6ª Regiões de Saúde. Elaboração/distribuição de boletins epidemiológico dos Indicadores de pactuação interfederativa.	655 - Em andamento 694 - Concluída 695 - Em andamento 1547 - Em andamento 1548 - Concluída 1549 - Em andamento 1677 - Sem registro
25	Terras Potiguaras	Garantir e qualificar o acesso aos medicamentos	Rio Grande do Norte	SESAP	256	Ampliar e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito de uma Política Estadual, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes.	1009 - Ampliar o componente especializado nas regiões de saúde. 1010 - Expandir o Sistema Hórus para todas as regiões de saúde, por meio da capacitação dos gestores e profissionais para o gerenciamento e execução do sistema. 1012 - Prestar cooperação técnica e financeira aos municípios no desenvolvimento das suas atividades e ações relativas à assistência farmacêutica. 1014 - Atualizar a relação estadual de medicamentos, com base na Rename, e em conformidade com o perfil epidemiológico do estado. 1577 - Institucionalizar a política de assistência Farmacêutica no âmbito do RN 1578 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos. 1579 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, com foco na garantia e ampliação do abastecimento dos Componentes da Assistência Farmacêutica e das unidades da rede SESAP	1009 - A demanda foi atendida parcialmente, através de 02 registros de visitas para levantamento de necessidades nas I e III Regiões de saúde. Sem registro de avanço. 1010 - A demanda foi atendida continuamente, através do treinamento e suporte ao Sistema Hórus pelo setor de suporte na UNICAT. 1012 - A demanda foi atendida através de 02 registros sobre a estruturação dos módulos a serem abordados na capacitação. Sem avanço pela falta de repasse financeiro pelos municípios. 1014 - A demanda foi atendida continuamente, através do registro de atualização e aguardo da publicação da portaria que institui a CFT e revoga as anteriores para publicação da RESME. 1577 - A demanda foi atendida parcial e continuamente, através da realização de visitas técnicas nas farmácias hospitalares da rede SESAP. 1578 - A demanda foi atendida através das capacitações para logística de medicamentos pelo NEP UNICAT. Visitas técnicas para diagnóstico situacional/qualificação de assistência. Oficinas qualificação de processo/demanda/procedimentos-CEAF. 1579 - A demanda foi atendida através do registro contínuo de melhoria no processo de aquisição. Realização do processo de compra direta p/ garantir abastecimento (abas). Articulação via Gabinete, DPLAN e FES p/ melhorar o orçamento financeiro e garantir do abastecimento. Há registros de problemas financeiros para a continuidade de ABA.	1009 - Em andamento 1010 - Em andamento 1012 - Em andamento 1014 - Em andamento 1577 - Em andamento 1578 - Em andamento 1579 - Em andamento

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
27	Terras Potiguaras	Ampliar e qualificar a vigilância em saúde e assistência farmacêutica	Rio Grande do Norte	SESAP	256	Ampliar e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito de uma Política Estadual, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes.	1009 - Ampliar o componente especializado nas regiões de saúde. 1010 - Expandir o Sistema Hórus para todas as regiões de saúde, por meio da capacitação dos gestores e profissionais para o gerenciamento e execução do sistema. 1012 - Prestar cooperação técnica e financeira aos municípios no desenvolvimento das suas atividades e ações relativas à assistência farmacêutica. 1014 - Atualizar a relação estadual de medicamentos, com base na Rename, e em conformidade com o perfil epidemiológico do estado. 1577 - Institucionalizar a política de assistência Farmacêutica no âmbito do RN 1578 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos. 1579 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, com foco na garantia e ampliação do abastecimento dos Componentes da Assistência Farmacêutica e das unidades da rede SESAP	1009 - A demanda foi atendida parcialmente, através de 02 registros de visitas para levantamento de necessidades nas I e III Regiões de saúde. Sem registro de avanço. 1010 - A demanda foi atendida continuamente, através do treinamento e suporte ao Sistema Hórus pelo setor de suporte na UNICAT. 1012 - A demanda foi atendida através de 02 registros sobre a estruturação dos módulos a serem abordados na capacitação. Sem avanço pela falta de repasse financeiro pelos municípios. 1014 - A demanda foi atendida continuamente, através do registro de atualização e aguardo da publicação da portaria que institui a CFT e revoga as anteriores para publicação da RESME. 1577 - A demanda foi atendida parcial e continuamente, através da realização de visitas técnicas nas farmácias hospitalares da rede SESAP. 1578 - A demanda foi atendida através das capacitações para logística de medicamentos pelo NEP UNICAT. Visitas técnicas para diagnóstico situacional/qualificação de assistência. Oficinas qualificação de processo/demanda/procedimentos-CEAF. 1579 - A demanda foi atendida através do registro contínuo de melhoria no processo de aquisição. Realização do processo de compra direta p/ garantir abastecimento (abas). Articulação via Gabinete, DPLAN e FES p/ melhorar o orçamento financeiro e garantir do abastecimento. Há registros de problemas financeiros para a continuidade de ABA.	1009 - Em andamento 1010 - Em andamento 1012 - Em andamento 1014 - Em andamento 1577 - Em andamento 1578 - Em andamento 1579 - Em andamento
29	Terras Potiguaras	Apoiar o processo de regionalização da atenção materno-infantil e obstétrica/neonatal nos moldes das diretrizes e protocolos da Rede Cegonha	Rio Grande do Norte	SESAP	266	Organizar sistema de apoio à gestão e aos municípios: com vistas ao processo de regionalização e organização das redes de atenção.	1034 - Encorajar e promover a formação de alianças eficazes nas esferas pública, público-privada e com a sociedade civil, aproveitando a experiência e as estratégias. 1035 - Implantar o projeto de Apoio Integrado às Regionais de Saúde e as Comissões Inter gestores Regionais (CIRs), com vistas a fortalecer e ampliar a construção coletiva e participativa da gestão do SUS. 1036 - Implantar o Projeto Planificação da Atenção à Saúde - PlanificaSUS.	1034 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros contínuos de ações relativas à implementação do Consórcio Interferativo em Saúde/protocolo de intenções da 1ª Região/implantação das policlínicas(Caicó). 1035 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros contínuos referentes à renovação do projeto financeiro para ações da gestão, planejamento e regionalização da saúde-RN(organização/governança da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS). 1036 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros contínuos de ações do projeto para as unidades de expansão/planificação(laboratórios). Oficinas de alinhamento/CAS.	1034 - Em andamento 1035 - Concluída 1036 - Em andamento
31	Terras Potiguaras	Participar e fortalecer os Comitês Estaduais e Municipais de Prevenção e Combate à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal	Rio Grande do Norte	SESAP	179	Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil.	655 - Reduzir as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos. 694 - Aprimorar os processos e os instrumentos de notificação e de vigilância de óbitos e agravos à saúde, com a atualização e informatização dos procedimentos de registro. 695 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão 1547 - Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos. 1548 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância da sífilis congênita prevenção à transmissão vertical. 1549 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança, implementando a Rede Cegonha, nas regiões de saúde, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade. 1677 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para implantação das profilaxias PrEP e PEP em todas as regiões de saúde, diminuindo as barreiras de acesso.	Demanda vinculada indiretamente a todas as metas. Atendimento de forma indireta ao que foi "especificamente" demandado pela população. 655 - 694 - 695 - 1547 - 1548 - 1549 - 1677	655 - Em andamento 694 - Concluída 695 - Em andamento 1547 - Em andamento 1548 - Concluída 1549 - Em andamento 1677 - Sem registro
33	Terras Potiguaras	Estimular a implantação de mecanismo de controle social, objetivando coibir práticas de violência institucional, com ênfase para a obstétrica em maternidades, e àquelas que expressam o preconceito relativo à lesbofobia, bifobia e transfobia	Rio Grande do Norte	SESAP	286	Fortalecer as práticas de Controle Social no Sistema Único de Saúde.	1086 - Apoiar as Conferências de Saúde reconhecendo seu papel na avaliação da situação de saúde e na proposição das diretrizes para a formulação da política de saúde. 1087 - Viabilizar a garantia do direito ao acesso às informações públicas produzidas pelo órgão e possibilitar a transparência destas informações por meio do canal e-SIC, submetendo ao prazo elencado na Lei de Acesso à informação - 12.527/11. 1090 - Fortalecer a Ouvidoria do SUS, por meio das sub redes pertencentes as regiões de saúde do RN, visando a ampliação da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. 1091 - Fortalecer a Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos. 1093 - Estimular e apoiar os Conselhos de Saúde Estadual e Municipais na articulação para a criação dos Fóruns Locais de Saúde. 1667 - Garantir o acesso ao usuário as manifestações perante a Administração Pública acerca da prestação de serviços públicos, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos na	Demanda não vinculada diretamente às metas. Não há registros de forma direta ao que foi "especificamente" demandado pela população. 1086 - 1087 - 1090 - 1091 - 1093 - 1667	1086 - Concluída 1087 - Concluída 1090 - Em andamento 1091 - Concluída 1093 - Concluída 1667 - Sem registro

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
35	Terras Potiguaras	TPO14 -Alteração do limite mínimo do orçamento destinado a saúde de 12% para 15%; Efetivar a regionalização do atendimento da saúde com a implementação do consórcio inter federativo; Efetivar as propostas aprovadas na conferência estadual de saúde; Autonomia financeira para o órgão gestor estadual de saúde e repasse financeiro dos recursos OGE para o Fundo estadual de saúde	Rio Grande do Norte	SESAP	271	Fortalecer a Gestão do Trabalho, instituindo uma política de pessoal que valorize os profissionais de saúde e instaure processos de participação com responsabilização com o desenvolvimento de uma rede estadual de educação permanente, envolvendo as universidades e instituições públicas de ensino em saúde, com ofertas que propiciem a capacidade de intervenção desses profissionais no atendimento das necessidades de saúde da população.	1066 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os profissionais de saúde para as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas. 1067 - Implantar e/ou reativar as Comissões Integração Ensino Serviço(CIES) regionais. 1069 - Apoiar a inserção no Plano de Ações Regional de Educação Permanente em Saúde (PAREPS) das Regiões de Saúde do RN, e nas ações de integração ensino-serviço voltadas aos profissionais da Rede de Atenção à Saúde. 1585 - Realizar nomeação do concurso público vigente e realizar novo concurso público com ênfase na gestão e atenção integral à saúde, para provimento de 5.000 vagas.	1066 - A demanda não foi atendida. A modificação da Meta foi solicitada e não atendida. Permanece com a descrição de Enfrentamento do Tráfico de Drogas Ilícitas, que não condiz com a Política de Saúde Mental da Sesap. Migrada para política de condução da SEMJIDH. 1067 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros de ações referentes à implantação e implementação das CIES/CIS Regionais. 1069 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros de ações referentes ao SUEDES, NUREPS, NEPS. 1585 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros de concursos e nomeações.	1066 - Paralisada 1067 - Em andamento 1069 - Em andamento 1585 - Em andamento
37	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Implementar ações de saúde, educação, profissionalização, promoção social, geração de renda e apoio à família	Rio Grande do Norte	SESAP	191	Promover o acesso da população à vida saudável, por meio da implantação do Programa RN + Saudável.	792 - Contribuir para combater todas as formas de desnutrição, incentivando a alimentação saudável, considerando crianças menores que cinco anos de idade e atendendo as necessidades nutricionais de adolescentes, mulheres grávidas, lactantes e idosos, portadores de doenças negligenciadas e povos tradicionais. 793 - Apoiar os Municípios no fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE) 794 - Implantar o Selo do programa RN+ Saudável. 795 - Apoiar a Adesão das SMS em cada ciclo do Programa PSE 797 - Fortalecer o Programa RN+Saudável, por meio do Comitê Gestor Institucional e o Comitê Gestor Territorial do Programa 807 - Contribuir para elaboração e implementação do Plano Estadual de prevenção às violências autoprovocadas. 1555 - Estabelecer parcerias entre entes públicos, filantrópicos e sociedade civil para desenvolver ações voltadas ao combate as doenças sensíveis as condições de empobrecimento. 1557 - Incentivar práticas voltadas ao estilo de vida ativo por meio de práticas corporais e atividades físicas 1558 - Realizar coletas relativas ao monitoramento ambiental de patógenos e contaminantes químicos de interesse em Saúde Ambiental, fomentando reduzir a morbimortalidade por doenças e agravos de transmissão hídrica 1559 - Fortalecer as políticas de promoção da equidade às populações vulneráveis de forma integrada, quilombolas, povos de matriz africana, indígenas, LGBTQI+, do Campo e Águas (pescadores),ciganos, em situação de rua e refugiados, ápatridas e migrantes. 1560 - Fomentar a articulação e integração das Políticas de desenvolvimento, assistência social e cultural, de segurança e de educação que promovam a qualidade de vida e o bem estar das pessoas. 1561 - Promover articulações com a vigilância das violências, nas regiões de saúde, apoiando ações coordenadas de	792 - A demanda foi atendida através da realização do Simpósio Estadual de Vigilância Nutricional. Distribuição da 2ªPauta de Vitamina A para todo RN. Plano de Ação para capacitação de profissionais sobre a Vigilância Alimentar e Nutricional (SGA/RN). Acompanhamento contínuo do Programa Bolsa Família. 793 - A demanda foi atendida através da execução contínua das ações focadas no Programa Saúde na Escola: qualificações, apoio técnico/institucional, oficina e reuniões. 794 - A demanda foi parcialmente atendida através de ações relativas à implantação do Programa RN+ Saudável no RN. Organização do modelo/metodologia de implementação do Selo das oficinas da PEPS/RN. Contratação de consultoria na parceria SESAP/UNESCO, para viabilizar Sala de Informações Estratégicas em Saúde para PEPS-RN. 795 - A demanda foi atendida através da execução contínua das ações focadas no Programa Saúde na Escola: articulação, apoio técnico/intitucional para adesão dos municípios/RN ao PSE. 797 - A demanda foi parcialmente atendida através de 01 reunião do Comitê Gestor Institucional do Programa RN+Saudável. Atualmente, o Programa está em fase de reestruturação para retomar as ações. 807 - Não há registro específico de atendimento à demanda. Não foram realizadas ações para a Meta. 1555 - A demanda foi atendida através das ações técnicas/institucionais voltadas para as populações indígenas, quilombolas, antimanicomial e LGBTQUIA+. Realização do RN Itinerante para ampliação das do programa RN+Saudável. 1557 - Não há registro específico de atendimento à demanda. Não foram realizadas ações para a Meta. 1558 - A demanda foi parcial e indiretamente atendida através de ações contínuas de monitoramento de agrotóxicos em água para consumo humano no RN. 1559 - A demanda foi indiretamente atendida através de ações contínuas de políticas públicas voltadas às populações vulneráveis: indígenas, quilombolas, LGBTQI+, refugiados, apátridas e migrantes. 1560 - A demanda foi atendida através de ações contínuas focadas em mídias para divulgar informações sobre qualidade de vida, nutrição, saúde mental, segurança alimentar e atividades físicas. Participação	792 - Concluída 793 - Concluída 794 - Em andamento 795 - Concluída 797 - Paralisada 807 - Não iniciada 1555 - Em andamento 1557 - Não iniciado 1558 - Paralisada 1559 - Em andamento 1560 - Em andamento 1561 - Em andamento 1673 - Sem registro 1674 - Sem registro
39	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios, abrangendo: Urgências e emergências: traumatológicas, cardiovasculares e clínicas (adultos e crianças), com a qualificação da organização e da gestão da Rede de Urgência e Emergência Atenção obstétrica e ginecológica, com efetivação da Rede Cegonha Cuidados integrados em saúde mental, com ampliação dos serviços e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS Cuidados especializados ambulatoriais e apoio diagnóstico laboratorial, imagens, métodos clínicos-, com implantação de Centros de Atenção Integral, nos moldes de Policlínicas, que trabalhem em matriciamento com a Atenção Básica e a Atenção Hospitalar Cirurgias e internações em áreas básicas, com redução do tempo de espera, mediante a reestruturação e qualificação dos Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar Assistência farmacêutica, no âmbito de uma Política Estadual de Assistência Farmacêutica, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes Reabilitação em saúde, com a implantação da Rede de Atenção às Pessoas com deficiência, tendo por base os serviços e Centros Especializados em Reabilitação existentes e a serem construídos Saúde bucal, reativando as diretrizes do BRASIL SORRIDENTE, com ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões Práticas Integrativas e Complementares, com implementação das ações na Atenção Básica e em serviços especializados	Rio Grande do Norte	SESAP	247	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios	964 - Ampliar a cobertura da Triagem Auditiva Neonatal (TAN ou teste da orelhinha). 966 - Ofertar aos usuários ostomizados e/ou incontinentes urinários e/ou fecais, a concessão de insumos de saúde (bolsas e adjuvantes) e atendimentos especializados por equipe multidisciplinar, nos CER habilitados na modalidade física. 971 - Apoiar tecnicamente a habilitação junto ao Ministério da Saúde de 01 (uma) oficina ortopédica itinerante para compor a RCSPD na 3ª região de saúde 972 - Apoiar tecnicamente a construção e habilitação de três oficinas ortopédicas fixas, junto ao Ministério da Saúde para a 3ª e 7ª regiões de saúde. 983 - Implantar as Policlínicas Regionais, em parceria com os municípios, em gestão consorciada. 1569 - Ampliar e qualificar a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do RN, através da Ampliação de Modalidades dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) já existentes 1570 - Prestar atendimento em todas as áreas de reabilitação, através de equipe multiprofissional com prescrição, concessão e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM). 1571 - Aumentar a cobertura de CAPS em 25% após 4 anos, considerando o ano-base 2019. 1572 - Melhorar os padrões sanitários e da infraestrutura da hemorrede. 1573 - Fornecer assistência hematológica e hemoterápica à população. 1574 - Fortalecer a Política de Saúde Bucal, estimulando os municípios a ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões de saúde. 1678 - Implantar e qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjunto de ações de saúde. 1679 - Apoiar tecnicamente junto ao MS os pleitos de construção, reforma e habilitação de 16 (dezesseis) CER nas modalidades II, III e IV, conforme desenho regional de cada região.	964 - A demanda foi atendida através de ações contínuas da organização, habilitação e ampliação dos serviços da Triagem Auditiva Neonatal TAN em municípios do RN. 966 - A demanda foi atendida através das ações contínuas de concessão de insumos de saúde específicos: bolsas de colostomia, urostomia e adjuvantes. 971 - A demanda foi parcialmente atendida através da tratativa de habilitação de caminhão adaptado para funcionar oficina ortopédica itinerante. 972 - A demanda foi atendida através das ações contínuas para construção/habilitação de oficinas ortopédicas fixas. 983 - A demanda foi atendida através das ações contínuas relativas à implantação/inauguração da policlínica Seridó/Caicó: recursos orçamentários; equipamentos; processo seletivo/RH; contratações e capacitações. Acordo de cooperação técnica entre a Escolas Multicampi de Ciências Médicas e Consórcio Interfederativo. 1569 - A demanda foi atendida através das ações contínuas para ampliação do CER São José do Mipibu e Clínica Heitor Carrilho. E habilitação do CER Currais Novos. 1570 - A demanda foi atendida através das ações contínuas de capacitações para equipes multiprofissionais dos centros especializados em reabilitação/deficientes. Curso Básico(OMS) de prescrição de cadeira de Rodas Padrão. Entrega de órteses, próteses e cadeiras de rodas em andamento no Cerae. 1571 - A demanda foi atendida através das ações contínuas para os Planos de Ação Regional de Saúde Mental. Pactuação/Articulação com municípios para ampliação da RAPS e abertura dos CAPS (municípios de Passa e Fica e Vera Cruz). Reuniões de sensibilização com secretários municipais (III região). 1572 - A demanda foi parcialmente atendida. Há registros sobre a previsão orçamentária, porém com obras paralisadas. E quantos aos equipamentos, processos em andamento. 1573 - A demanda foi parcial e indiretamente atendida. Há registros sobre a previsão orçamentária e liquidação para custeio da manutenção dos serviços e melhoria da Hemorrede. Informa sobre o	964 - Em andamento 966 - Em andamento 971 - Em andamento 972 - Em andamento 983 - Em andamento 1569 - Concluída 1570 - Em andamento 1571 - Em andamento 1572 - Em andamento 1573 - Em andamento 1574 - Em andamento 1678 - Em andamento 1679 - Em andamento

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
41	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios, abrangendo: Urgências e emergências: traumatológicas, cardiovasculares e clínicas (adultos e crianças), com a qualificação da organização e da gestão da Rede de Urgência e Emergência Atenção obstétrica e ginecológica, com efetivação da Rede Cegonha Cuidados integrados em saúde mental, com ampliação dos serviços e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS Cuidados especializados ambulatoriais e apoio diagnóstico laboratorial, imagens, métodos clínicos-, com implantação de Centros de Atenção Integral, nos moldes de Policlínicas, que trabalhem em matriciamento com a Atenção Básica e a Atenção Hospitalar Cirurgias e internações em áreas básicas, com redução do tempo de espera, mediante a reestruturação e qualificação dos Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar Assistência farmacêutica, no âmbito de uma Política Estadual de Assistência Farmacêutica, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes Reabilitação em saúde, com a implantação da Rede de Atenção às Pessoas com deficiência, tendo por base os serviços e Centros Especializados em Reabilitação existentes e a serem construídos Saúde bucal, reativando as diretrizes do BRASIL SORRIDENTE, com ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões Práticas Integrativas e Complementares, com implementação das ações na Atenção Básica e em serviços especializados	Rio Grande do Norte	SESAP	279	Elaborar e implementar programa de investimentos na rede de saúde, incluindo a construção, reforma, ampliação de equipamentos, para tornar os serviços públicos do RN compatíveis com os padrões de qualidade já alcançados em outras realidades próximas.	1587 - Qualificar a infraestrutura da SESAP, reformando, ampliando e/ou construindo as diferentes estruturas (Nível Central, Unidades Regionais de Saúde Pública, Escola de Saúde Pública, CEFOPE, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Unidades de Referência e Hospitalares, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos 1588 - Qualificar a infraestrutura da SESAP, adquirindo equipamentos e realizando manutenção preventiva e corretiva nos já existentes (Nível Central, Unidades Regionais de Saúde pública, Escola de Saúde Pública, CEFOPE, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Unidades de Referência e Hospitalares, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e coeficiência, com a finalidade de obter economia. 1589 - Reestruturar e qualificar os Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar. 1668 - Promover a modernização da rede, por meio de soluções de informática no ambiente da Saúde, incluindo aquisição e manutenções de computadores, expansão da rede de dados, além do desenvolvimento de sistemas que garantam a celeridade nos processos e projetos de bens e serviços da Saúde.	1587 - A demanda foi atendida através de serviços de estrutura física e manutenção predial. Foram realizados mais de 9 reformas e 17 manutenções em 18 unidades. 1588 - A demanda foi atendida através das ações contínuas de aquisição de equipamentos hospitalares e ambulatoriais, entre outros necessários a estrutura das unidades. 1589 - A demanda foi atendida através de ações contínuas para elaboração da Política Estadual de Atenção Hospitalar, levantamento e diagnóstico de estabelecimentos por região de saúde/RN. Banco e validação de dados de todas as unidades hospitalares/RN. Atualização de produções das unidades (HPP). Previstas p/ 2024 oficinas nas macrorregiões de saúde do RN. 1668 - Não há registro específico de atendimento à demanda. Não foram realizadas ações para a Meta.	1587 - Em andamento 1588 - Em andamento 1589 - Em andamento 1668 - Sem registro
43	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios	Rio Grande do Norte	SESAP	248	Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios.	992 - Implantar o apoio integrado aos municípios. 993 - Apoiar os municípios na expansão do Serviço de Atenção Domiciliar.	992 - A demanda foi atendida através de ações contínuas de apoio aos municípios: Discussão dos fluxos e manejo de HAS; visita técnica da Rede de Atenção a Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas/RASPDC; Apoio aos municipios com comunidades indígenas e capacitação em parceria com a FUNAI; execução/visitas do Projeto Planifica SUS; qualificação dos profissionais APS; Oficinas de planejamento integrado; Adesão ao PSE. 993 - A demanda foi indiretamente atendida através de ações contínuas para o Serviço de Atenção Domiciliar: habilitação das SADs municipais (propostas, tratativas e acompanhamento) para Canguaretama, João Câmara e SGA; programação de eventos de educação em saúde (SADs); implementação no RN para ações da nova portaria nacional de atenção domiciliar.	992 - Em andamento 993 - Em andamento
45	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios	Rio Grande do Norte	SESAP	271	Fortalecer a Gestão do Trabalho, instituindo uma política de pessoal que valorize os profissionais de saúde e instaure processos de participação com responsabilização com o desenvolvimento de uma rede estadual de educação permanente, envolvendo as universidades e instituições públicas de ensino em saúde, com ofertas que propiciem a capacidade de intervenção desses profissionais no atendimento das necessidades de saúde da população.	1066 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os profissionais de saúde para as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas. 1067 - Implantar e/ou reativar as Comissões Integração Ensino Serviço(CIES) regionais. 1069 - Apoiar a inserção no Plano de Ações Regional de Educação Permanente em Saúde (PAREPS) das Regiões de Saúde do RN, e nas ações de integração ensino-serviço voltadas aos profissionais da Rede de Atenção à Saúde. 1585 - Realizar nomeação do concurso público vigente e realizar novo concurso público com ênfase na gestão e atenção	1066 - 1067 - 1069 - 1585	1066 - 1067 - 1069 - 1585
47	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Fortalecer os processos de Regulação e Contratualização, e instituir novas modalidades organizacionais, do tipo autárquico, com prioridade para a criação dos Consórcios Regionais de Saúde	Rio Grande do Norte	SESAP	258	Estruturar um sistema unificado de regulação obedecendo os princípios da equidade.	1020 - Instituir a contratualização entre a gestão e as unidades próprias da SESAP. 1021 - Reestruturar o Componente Estadual de Auditoria. 1022 - Assegurar a atenção aos pacientes que necessitem de tratamento fora do domicílio, de forma integral e equânime. 1023 - Aumentar a captação de doadores para 13 para cada 1 milhão de habitantes, por meio do fortalecimento e manutenção das ações da Central de Notificação, Captação e Doação de Órgãos. 1581 - Ampliar e qualificar ações de regulação do acesso aos serviços assistenciais do SUS e /ou conveniados à rede estadual saúde, incluindo consultas e exames especializados de média e alta complexidade, portas hospitalares e leitos clínicos e críticos. 1582 - Ampliar a cobertura do SAMU 192 RN em todas as regiões de saúde, por meio da repactuação de recursos junto aos municípios. 1669 - Implementar o complexo Regulador Metropolitano 1670 - Implantar o complexo regulador do oeste 1671 - Implantar e implementar a unificação de ecossistema de regulação, auditoria, controle e avaliação dos serviços de saúde no âmbito da SESAP, com vistas ao aperfeiçoamento do monitoramento, controle e avaliação dos serviços de saúde prestados no RN.	1020 - A demanda foi atendida através de ações contínuas para os processos que envolvem os PCEPs/POAS: revovações de documentos/contratos; acompanhamento (monitoramento e avaliação). Projeto PROADI-SUS: Assinatura dos instrumentos de contratualização pelos hospitais e laboratórios contemplados pelo projeto PROADI-SUS (HGJM e HRTM). 1021 - A demanda não foi efetivamente atendida. Há registros de qualificações e concursos previstos para auditores. 1022 - A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população. 1023 - A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população. 1581 - A demanda foi atendida através de ações contínuas relativas à regulação dos serviços assistenciais/SUS. Treinamentos, renovação de contratos, implantação de política estadual/CAPH_SURUES, visitas técnicas, atendimentos em várias especialidades. 1582 - A demanda foi indiretamente atendida, através da ampliação do SAMU/RN em 02 municípios, e reuniões, discussões em outras áreas. 1669 - Demanda não atendida. Meta sem execução. 1670 - Demanda não atendida. Meta sem execução. 1671 - Demanda não atendida. Meta sem execução.	1020 - Em andamento 1021 - Paralisada 1022 - Em andamento 1023 - Em andamento 1581 - Em andamento 1582 - Em andamento 1669 - Sem registro 1670 - Sem registro 1671 - Sem registro
49	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Fortalecer os processos de Regulação e Contratualização, e instituir novas modalidades organizacionais, do tipo autárquico, com prioridade para a criação dos Consórcios Regionais de Saúde	Rio Grande do Norte	SESAP	275	Aprimorar práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, assentada na regionalização.	1073 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais que funcione com eficiência e permita a realização no tempo indicado dos procedimentos de saúde adequados aos cuidados de cada paciente. 1592 - Viabilizar a implantação do serviço de transporte sanitário intermunicipal nas regiões de saúde.	1073 - A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população. 1592 - A demanda foi vinculada a outras metas, visando o atendimento de forma indireta ao que foi demandado pela população.	1073 - Não iniciado 1592 - Em andamento

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
51	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Fortalecer os processos de Regulação e Contratualização, e instituir novas modalidades organizacionais, do tipo autárquico, com prioridade para a criação dos Consórcios Regionais de Saúde	Rio Grande do Norte	SESAP	286	Fortalecer as práticas de Controle Social no Sistema Único de Saúde.	1086 - Apoiar as Conferências de Saúde reconhecendo seu papel na avaliação da situação de saúde e na proposição das diretrizes para a formulação da política de saúde. 1087 - Viabilizar a garantia do direito ao acesso às informações públicas produzidas pelo órgão e possibilitar a transparência destas informações por meio do canal e-SIC, submetendo ao prazo elencado na Lei de Acesso à informação - 12.527/11. 1090 - Fortalecer a Ouvidoria do SUS, por meio das sub redes pertencentes as regiões de saúde do RN, visando a ampliação da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. 1091 - Fortalecer a Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos. 1093 - Estimular e apoiar os Conselhos de Saúde Estadual e Municipais na articulação para a criação dos Fóruns Locais de Saúde. 1667 - Garantir o acesso ao usuário as manifestações perante a Administração Pública acerca da prestação de serviços públicos, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos na	1086 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros de apoio técnico/logístico para as conferências regionais e estadual de saúde. 1087 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros contínuos sobre ações relativas ao uso do Sistema e-SIC. 1090 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros contínuos sobre planejamento para reuniões das CIR e visitas técnicas nas sub-redes das Ouvidorias SUS. 1091 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros contínuos de capacitação de servidores, evento, visitas técnicas e reuniões relativas à Ouvidoria/SUS/Sesap. 1093 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros contínuos de realização de conferências municipais/Estadual plenárias, reuniões ordinárias e extraordinárias. Oficinas regionais. 1667 - Demanda não atendida. Meta sem execução.	1086 - Concluída 1087 - Concluída 1090 - Em andamento 1091 - Concluída 1093 - Concluída 1667 - Sem registro
53	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Instituir práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, sendo profissionalizada e assentada na regionalização, e que aprimore os mecanismos de regulação, contratualização e avaliação de desempenho das instâncias, serviços e profissionais, com informatização e atualização dos processos administrativos	Rio Grande do Norte	SESAP	265	Aprimorar práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, assentada na regionalização.	1029 - Instituir o projeto de apoio institucional nas dimensões da gestão e do cuidado nos serviços. 1030 - Estimular a utilização e integração das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no Estado com ênfase no território da Região de Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão. 1032 - Estruturar e regulamentar a gestão colegiada no Nível central, regionais e serviços.	1029 - A demanda foi atendida através da reconfiguração da sala de situação e melhorias do sistema Notifica RN (inclusão no CIEGES); planejamento das ações/quadrimestre de 2024; agenda de apoio institucional para consórcios interfederativos; projeto de apoio institucional/Escola de saúde pública; entrega equipamentos para 7 regiões de saúde; oficina com as Regionais de saúde (apoio institucional/gestão da SESAP); mapeamento dos projetos/URSAPs; agendas com FIOCRUZ/NESC e SESAP. 1030 - A demanda foi atendida através da construção/finalização do PES/SESAP; planejamento no DigiSUS; construção do PPA/SESAP e inserção dos produtos no SIGEF; oficinas para construção do PES 2024/27 e PPA 2024/27 com apoio instituicional da equipe UPLANISUS/DPLAN para planejamento de gestão nos municípios/RN. 1032 - A demanda foi atendida através de ações contínuas para efetivação da gestão colegiada em todas as instâncias gestoras do SUS Estadual; construção do Plano Estadual da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (estruturação dos colegiados gestores); participação de técnicos das áreas de Planejamento e Gestão do trabalho/educação/Saúde em momentos técnicos científicos.	1029 - Em andamento 1030 - Concluída 1032 - Concluída
55	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Implantar uma política de consórcios, de base regional, que assegure uma integração de recursos (União, Governo do Estado e Municípios) na organização e gestão das ações de saúde em cada região, com racionalização na utilização dos recursos, melhoria da eficácia/eficiência/efetividade do sistema	Rio Grande do Norte	SESAP	275	Aprimorar práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, assentada na regionalização.	1073 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais que funcione com eficiência e permita a realização no tempo indicado dos procedimentos de saúde adequados aos cuidados de cada paciente. 1592 - Viabilizar a implantação do serviço de transporte sanitário intermunicipal nas regiões de saúde.	1073 - A demanda (indiretamente vinculada) não foi atendida. Há registros contínuos de que não foram implantadas políticas de compras públicas sustentáveis. Somente aquisições de materiais de consumo. 1592 - A demanda (indiretamente vinculada) não foi atendida. Está registrado que não há previsão para a implantação do transporte municipal por gestão dos consórcios interfederativos. As policlínicas foram priorizadas.	1073 - Não iniciada 1592 - Em andamento
57	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil	Rio Grande do Norte	SESAP	179	Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil.	655 - Reduzir as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos. 694 - Aprimorar os processos e os instrumentos de notificação e de vigilância de óbitos e agravos à saúde, com a atualização e informatização dos procedimentos de registro. 695 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão 1547 - Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos. 1548 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância da sífilis congênita prevenção à transmissão vertical. 1549 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança, implementando a Rede Cegonha, nas regiões de saúde, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade. 1677 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para implantação das profilaxias PrEP e PEP em todas as regiões de saúde, diminuindo as barreiras de acesso.	655 - A demanda foi atendida através de ações contínuas: reunião com referência técnica da vigilância do óbito municipal sobre processos, utilização dos sistemas e atribuições, participação em evento da vigilância epidemiológica hospitalar (Macaíba); oficinas de vigilância do óbito e preenchimento da DO e melhoria na qualidade da informação e importância médico legal na emissão da declaração de óbito (Parnamirim); proposta da implantação do comitê regional (CRMMIF) na 5ª Região de Saúde; monitoramento das investigações dos óbitos infantis; reunião de estruturação do NVS no hospital da mulher; elaboração e distribuição de boletins epidemiológico dos indicadores da VOMI; encontro de avaliação da VO com as UBS/ESF dos Distritos Sanitários(NATAL); capacitações sobre a VOMI no âmbito hospitalar; reuniões sobre mortalidade materno/infantil (CEPMMIF) e análise de óbitos SUVIGE, GT estadual de óbito infantil. 694 - A demanda foi atendida através de ações contínuas: convênio e suporte/atualização para o sistema SUVEPI; melhorias na ficha de notificação das doenças neuroinvasivas, do VIGIAR e na sala de situação da CVS; resolução e implementação em ficha de notificação (UGTSIC); acesso ao sistema NOTIFICA RN (captação das informações, acessível à população/RN, alerta para a Rede CIEVS, municípios sendo implementadas). 695 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros contínuos de ações/dados sobre exames citopatológicos/mamográficos; atualização do cartão SUS com avaliação do campo raça/cor dos profissionais de saúde: médicos e enfermeiros; monitoramento/avaliação do sistema SISCAN. 1547 - A demanda foi atendida através de ações contínuas: participação em evento da vigilância epidemiológica hospitalar e violência contra mulher/intesetorialidade. Reuniões: GT estadual de óbito infantil (análise, discussão, melhoria da causa básica), CEPMMIF e GTOM (discussão/encerramento do óbito materno) e comitê de análise de óbitos SUVIGE e de mortalidade materno/infantil. Seminário MORTE MATERNA EVITAR O EVITÁVEL. Atualização do manual de vigilância do óbito infantil e fetal. Propostas da implantação do comitê regional (CRMMIF) na 5ª/6ª Regiões de Saúde. Elaboração/distribuição de boletins epidemiológico dos Indicadores de pactuação interfederativa.	655 - Em andamento 694 - Concluída 695 - Em andamento 1547 - Em andamento 1548 - Concluída 1549 - Em andamento 1677 - Sem registro

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
59	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Garantir e qualificar o acesso aos medicamentos	Rio Grande do Norte	SESAP	256	Ampliar e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito de uma Política Estadual, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes.	1009 - Ampliar o componente especializado nas regiões de saúde. 1010 - Expandir o Sistema Hórus para todas as regiões de saúde, por meio da capacitação dos gestores e profissionais para o gerenciamento e execução do sistema. 1012 - Prestar cooperação técnica e financeira aos municípios no desenvolvimento das suas atividades e ações relativas à assistência farmacêutica. 1014 - Atualizar a relação estadual de medicamentos, com base na Rename, e em conformidade com o perfil epidemiológico do estado. 1577 - Institucionalizar a política de assistência Farmacêutica no âmbito do RN 1578 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos. 1579 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, com foco na garantia e ampliação do abastecimento dos Componentes da Assistência Farmacêutica e das unidades da rede SESAP.	1009 - A demanda foi atendida parcialmente, através de 02 registros de visitas para levantamento de necessidades nas I e III Regiões de saúde. Sem registro de avanço. 1010 - A demanda foi atendida continuamente, através do treinamento e suporte ao Sistema Hórus pelo setor de suporte na UNICAT. 1012 - A demanda foi atendida através de 02 registros sobre a estruturação dos módulos a serem abordados na capacitação. Sem avanço pela falta de repasse financeiro pelos municípios. 1014 - A demanda foi atendida continuamente, através do registro de atualização e aguardo da publicação da portaria que institui a CFT e revoga as anteriores para publicação da RESME. 1577 - A demanda foi atendida parcial e continuamente, através da realização de visitas técnicas nas farmácias hospitalares da rede SESAP. 1578 - A demanda foi atendida através das capacitações para logística de medicamentos pelo NEP UNICAT. Visitas técnicas para diagnóstico situacional/qualificação de assistência. Oficinas qualificação de processo/demanda/procedimentos-CEAF. 1579 - A demanda foi atendida através do registro contínuo de melhoria no processo de aquisição. Realização do processo de compra direta p/ garantir abastecimento (abas). Articulação via Gabinete, DPLAN e FES p/ melhorar o orçamento financeiro e garantir do abastecimento. Há registros de problemas financeiros para a continuidade de ABA.	1009 - Em andamento 1010 - Em andamento 1012 - Em andamento 1014 - Em andamento 1577 - Em andamento 1578 - Em andamento 1579 - Em andamento
61	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Ampliar e qualificar a vigilância em saúde e assistência farmacêutica	Rio Grande do Norte	SESAP	256	Ampliar e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito de uma Política Estadual, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes.	1009 - Ampliar o componente especializado nas regiões de saúde. 1010 - Expandir o Sistema Hórus para todas as regiões de saúde, por meio da capacitação dos gestores e profissionais para o gerenciamento e execução do sistema. 1012 - Prestar cooperação técnica e financeira aos municípios no desenvolvimento das suas atividades e ações relativas à assistência farmacêutica. 1014 - Atualizar a relação estadual de medicamentos, com base na Rename, e em conformidade com o perfil epidemiológico do estado. 1577 - Institucionalizar a política de assistência Farmacêutica no âmbito do RN 1578 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos. 1579 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, com foco na garantia e ampliação do abastecimento dos Componentes da Assistência Farmacêutica e das unidades da rede SESAP.	1009 - A demanda foi atendida parcialmente, através de 02 registros de visitas para levantamento de necessidades nas I e III Regiões de saúde. Sem registro de avanço. 1010 - A demanda foi atendida continuamente, através do treinamento e suporte ao Sistema Hórus pelo setor de suporte na UNICAT. 1012 - A demanda foi atendida através de 02 registros sobre a estruturação dos módulos a serem abordados na capacitação. Sem avanço pela falta de repasse financeiro pelos municípios. 1014 - A demanda foi atendida continuamente, através do registro de atualização e aguardo da publicação da portaria que institui a CFT e revoga as anteriores para publicação da RESME. 1577 - A demanda foi atendida parcial e continuamente, através da realização de visitas técnicas nas farmácias hospitalares da rede SESAP. 1578 - A demanda foi atendida através das capacitações para logística de medicamentos pelo NEP UNICAT. Visitas técnicas para diagnóstico situacional/qualificação de assistência. Oficinas qualificação de processo/demanda/procedimentos-CEAF. 1579 - A demanda foi atendida através do registro contínuo de melhoria no processo de aquisição. Realização do processo de compra direta p/ garantir abastecimento (abas). Articulação via Gabinete, DPLAN e FES p/ melhorar o orçamento financeiro e garantir do abastecimento. Há registros de problemas financeiros para a continuidade de ABA.	1009 - Em andamento 1010 - Em andamento 1012 - Em andamento 1014 - Em andamento 1577 - Em andamento 1578 - Em andamento 1579 - Em andamento
63	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Apoiar o processo de regionalização da atenção materno-infantil e obstétrica/neonatal nos moldes das diretrizes e protocolos da Rede Cegonha	Rio Grande do Norte	SESAP	266	Organizar sistema de apoio à gestão e aos municípios: com vistas ao processo de regionalização e organização das redes	1034 - Encorajar e promover a formação de alianças eficazes nas esferas pública, público-privada e com a sociedade civil, aproveitando a experiência e as estratégias. 1035 - Implantar o projeto de Apoio Integrado às Regionais de Saúde e as Comissões Inter gestores Regionais (CIRs), com vistas a fortalecer e ampliar a construção coletiva e participativa da gestão do SUS. 1036 - Implantar o Projeto Planificação da Atenção à Saúde - PlanificaSUS.	1034 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros contínuos de ações relativas à implementação do Consórcio Interferativo em Saúde/protocolo de intenções da 1ª Região/implantação das policlínicas(Caicó). 1035 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros contínuos referentes à renovação do projeto financeiro para ações da gestão, planejamento e regionalização da saúde-RN(organização/governança da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS). 1036 - Demanda não vinculada diretamente à meta. Há registros contínuos de ações do projeto para as unidades de expansão/planificação(laboratórios). Oficinas de alinhamento/CAS.	1034 - Em andamento 1035 - Concluída 1036 - Em andamento
65	Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte	Participar e fortalecer os Comitês Estaduais e Municipais de Prevenção e Combate à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal	Rio Grande do Norte	SESAP	179	Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil.	655 - Reduzir as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos. 694 - Aprimorar os processos e os instrumentos de notificação e de vigilância de óbitos e agravos à saúde, com a atualização e informatização dos procedimentos de registro. 695 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão 1547 - Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos. 1548 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância da sífilis congênita prevenção à transmissão vertical. 1549 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança, implementando a Rede Cegonha, nas regiões de saúde, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade. 1677 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para implantação das profilaxias PrEP e PEP em todas as regiões de saúde, diminuindo as barreiras de acesso.	Demanda vinculada indiretamente a todas as metas. Atendimento de forma indireta ao que foi "especificamente" demandado pela população. 655 - 694 - 695 - 1547 - 1548 - 1549 - 1677	655 - Em andamento 694 - Concluída 695 - Em andamento 1547 - Em andamento 1548 - Concluída 1549 - Em andamento 1677 - Sem registro
67	Agreste Litoral Sul	Integrar os serviços estaduais existentes em uma unidade gerencial autárquica de Saúde, facilitando sua atuação junto às redes de atenção, podendo ser gerenciada pelos consórcios regionais.	Rio Grande do Norte	SESAP	275	Aprimorar práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, assentada na regionalização.	1073 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais que funcione com eficiência e permita a realização no tempo indicado dos procedimentos de saúde adequados aos cuidados de cada paciente. 1592 - Viabilizar a implantação do serviço de transporte sanitário intermunicipal nas regiões de saúde.	1073 - Demanda não vinculada diretamente à meta. 1592 - Demanda não vinculada diretamente à meta.	1073 - Não iniciado 1592 - Em andamento

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
69	Agreste Litoral Sul	Ampliar e qualificar a vigilância em saúde e assistência farmacêutica	Rio Grande do Norte	SESAP	256	Ampliar e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito de uma Política Estadual, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes	1009 - Ampliar o componente especializado nas regiões de saúde. 1010 - Expandir o Sistema Hórus para todas as regiões de saúde, por meio da capacitação dos gestores e profissionais para o gerenciamento e execução do sistema. 1012 - Prestar cooperação técnica e financeira aos municípios no desenvolvimento das suas atividades e ações relativas à assistência farmacêutica. 1014 - Atualizar a relação estadual de medicamentos, com base na Rename, e em conformidade com o perfil epidemiológico do estado. 1577 - Institucionalizar a política de assistência Farmacêutica no âmbito do RN 1578 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos. 1579 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, com foco na garantia e ampliação do abastecimento dos Componentes da Assistência Farmacêutica e das unidades da rede SESAP.	1009 - A demanda foi atendida parcialmente, através de 02 registros de visitas para levantamento de necessidades nas I e III Regiões de saúde. Sem registro de avanço. 1010 - A demanda foi atendida continuamente, através do treinamento e suporte ao Sistema Hórus pelo setor de suporte na UNICAT. 1012 - A demanda foi atendida através de 02 registros sobre a estruturação dos módulos a serem abordados na capacitação. Sem avanço pela falta de repasse financeiro pelos municípios. 1014 - A demanda foi atendida continuamente, através do registro de atualização e aguardo da publicação da portaria que institui a CFT e revoga as anteriores para publicação da RESME. 1577 - A demanda foi atendida parcial e continuamente, através da realização de visitas técnicas nas farmácias hospitalares da rede SESAP. 1578 - A demanda foi atendida através das capacitações para logística de medicamentos pelo NEP UNICAT. Visitas técnicas para diagnóstico situacional/qualificação de assistência. Oficinas qualificação de processo/demanda/procedimentos-CEAF. 1579 - A demanda foi atendida através do registro contínuo de melhoria no processo de aquisição. Realização do processo de compra direta p/ garantir abastecimento (abas). Articulação via Gabinete, DPLAN e FES p/ melhorar o orçamento financeiro e garantir do abastecimento. Há registros de problemas financeiros para a continuidade de ABA.	1009 - Em andamento 1010 - Em andamento 1012 - Em andamento 1014 - Em andamento 1577 - Em andamento 1578 - Em andamento 1579 - Em andamento
71	Agreste Litoral Sul	AL51 - Instituir casa de apoio Instituir rede de apoio e protecao dos orgaos como assistencia social, seguranca publica. Suporte e qualificação profissionais	Rio Grande do Norte	SESAP	179	Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil.	655 - Reduzir as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos. 694 - Aprimorar os processos e os instrumentos de notificação e de vigilância de óbitos e agravos à saúde, com a atualização e informatização dos procedimentos de registro. 695 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão 1547 - Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos. 1548 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância da sífilis congênita prevenção à transmissão vertical. 1549 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança, implementando a Rede Cegonha, nas regiões de saúde, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade. 1677 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para implantação das profilaxias PrEP e PEP em todas as regiões de saúde, diminuindo as barreiras de acesso.	Empreendidas ações no sentido de oferecer serviços de exames citopatólogicos e mamografias à população; de investigação de óbitos infantis; assim como ações de qualificação profissional aos técnicos da SESAP e dos municípios	655 - Andamento 694 - Andamento 695 - Andamento 1547 - Andamento 1548 - Concluído 1549 - Andamento
73	Agreste Litoral Sul	AL59 - Reestruturação dos serviços de média e alta complexidade de forma regionalizada	Rio Grande do Norte	SESAP	247	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios.	964 - Ampliar a cobertura da Triagem Auditiva Neonatal (TAN ou teste da orelhinha). 966 - Ofertar aos usuários ostomizados e/ou incontinentes urinários e/ou fecais, a concessão de insumos de saúde (bolsas e adjuvantes) e atendimentos especializados por equipe multidisciplinar, nos CER habilitados na modalidade física. 971 - Apoiar tecnicamente a habilitação junto ao Ministério da Saúde de 01 (uma) oficina ortopédica itinerante para compor a RCSPD na 3ª região de saúde 972 - Apoiar tecnicamente a construção e habilitação de três oficinas ortopédicas fixas, junto ao Ministério da Saúde para a 3ª e 7ª regiões de saúde. 983 - Implantar as Policlínicas Regionais, em parceria com os municípios, em gestão consorciada. 1569 - Ampliar e qualificar a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do RN, através da Ampliação de Modalidades dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) já existentes 1570 - Prestar atendimento em todas as áreas de reabilitação, através de equipe multiprofissional com prescrição, concessão e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM). 1571 - Aumentar a cobertura de CAPS em 25% após 4 anos, considerando o ano-base 2019. 1572 - Melhorar os padrões sanitários e da infraestrutura da hemorrede. 1573 - Fornecer assistência hematológica e hemoterápica à população. 1574 - Fortalecer a Política de Saúde Bucal, estimulando os municípios a ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões de saúde. 1678 - Implantar e qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjunto de ações de saúde. 1679 - Apoiar tecnicamente junto ao MS os pleitos de construção, reforma e habilitação de 16 (dezesseis) CER nas modalidades II, III e IV, conforme desenho regional de cada região.	Com a reestruturação dos serviços de média e alta complexidade foram ofertados serviços como a ampliação da cobertura da triagem auditiva neonatal(TAN), com a habilitação de serviços paraa execução da TAN em Parnamirim, Mossoró, Guamaré e Pau dos Ferros, ainda a ampliação dos serviços em Natal. Outros serviços como atendimento a pacientes ostomizados e demias serviços especializados do CER, que inclui oficinas ortopédicas. Ocorreu a implantação de Policlínica do Seridó abrangendo ações de equipamento, contratação de servidores e capacitação das equipes.	964 - EM ANDAMENTO 966 - EM ANDAMENTO 971 - EM ANDAMENTO 972 - EM ANDAMENTO 983 - EM ANDAMENTO 1569 - CONCLUÍDA 1570 - EM ANDAMENTO 1571 - EM ANDAMENTO 1572 - EM ANDAMENTO 1573 - EM ANDAMENTO 1574 - EM ANDAMENTO 1678 - VAZIO 1679 - VAZIO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
75	Trairi	Implementar ações de saúde, educação, profissionalização, promoção social, geração de renda e apoio à família	Rio Grande do Norte	SESAP	191	Promover o acesso da população à vida saudável, por meio da implantação do Programa RN + Saudável.	792 - Contribuir para combater todas as formas de desnutrição, incentivando a alimentação saudável, considerando crianças menores que cinco anos de idade e atendendo as necessidades nutricionais de adolescentes, mulheres grávidas, lactantes e idosos, portadores de doenças negligenciadas e povos tradicionais. 793 - Apoiar os Municípios no fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE) 794 - Implantar o Selo do programa RN+ Saudável. 795 - Apoiar a Adesão das SMS em cada ciclo do Programa PSE 797 - Fortalecer o Programa RN+Saudável, por meio do Comitê Gestor Institucional e o Comitê Gestor Territorial do Programa 807 - Contribuir para elaboração e implementação do Plano Estadual de prevenção às violências autoprovocadas. 1555 - Estabelecer parcerias entre entes públicos, filantrópicos e sociedade civil para desenvolver ações voltadas ao combate as doenças sensíveis as condições de empobrecimento. 1557 - Incentivar práticas voltadas ao estilo de vida ativo por meio de práticas corporais e atividades físicas 1558 - Realizar coletas relativas ao monitoramento ambiental de patógenos e contaminantes químicos de interesse em Saúde Ambiental, fomentando reduzir a morbimortalidade por doenças e agravos de transmissão hídrica 1559 - Fortalecer as políticas de promoção da equidade às populações vulneráveis de forma integrada, quilombolas, povos de matriz africana, indígenas, LGBTQI+, do Campo e Águas (pescadores),ciganos, em situação de rua e refugiados, ápatridas e migrantes. 1560 - Fomentar a articulação e integração das Políticas de desenvolvimento, assistência social e cultural, de segurança e de educação que promovam a qualidade de vida e o bem estar das pessoas. 1561 - Promover articulações com a vigilância das violências, nas regiões de saúde, apoiando ações coordenadas de	792 - A demanda foi atendida através da realização do Simpósio Estadual de Vigilância Nutricional. Distribuição da 2ªPauta de Vitamina A para todo RN. Plano de Ação para capacitação de profissionais sobre a Vigilância Alimentar e Nutricional (SGA/RN). Acompanhamento contínuo do Programa Bolsa Família. 793 - A demanda foi atendida através da execução contínua das ações focadas no Programa Saúde na Escola: qualificações, apoio técnico/institucional, oficina e reuniões. 794 - A demanda foi parcialmente atendida através de ações relativas à implantação do Programa RN+ Saudável no RN. Organização do modelo/metodologia de implementação do Selo das oficinas da PEPS/RN. Contratação de consultoria na parceria SESAP/UNESCO, para viabilizar Sala de Informações Estratégicas em Saúde para PEPS-RN. 795 - A demanda foi atendida através da execução contínua das ações focadas no Programa Saúde na Escola: articulação, apoio técnico/intitucional para adesão dos municípios/RN ao PSE. 797 - A demanda foi parcialmente atendida através de 01 reunião do Comitê Gestor Institucional do Programa RN+Saudável. Atualmente, o Programa está em fase de reestruturação para retomar as ações. 807 - Não há registro específico de atendimento à demanda. Não foram realizadas ações para a Meta. 1555 - A demanda foi atendida através das ações técnicas/institucionais voltadas para as populações indígenas, quilombolas, antimanicomial e LGBTQUIA+. Realização do RN Itinerante para ampliação das do programa RN+Saudável. 1557 - Não há registro específico de atendimento à demanda. Não foram realizadas ações para a Meta. 1558 - A demanda foi parcial e indiretamente atendida através de ações contínuas de monitoramento de agrotóxicos em água para consumo humano no RN. 1559 - A demanda foi indiretamente atendida através de ações contínuas de políticas públicas voltadas às populações vulneráveis: indígenas, quilombolas, LGBTQI+, refugiados, apátridas e migrantes. 1560 - A demanda foi atendida através de ações contínuas focadas em mídias para divulgar informações sobre qualidade de vida, nutrição, saúde mental, segurança alimentar e atividades físicas. Participação	792- CONCLUÍDA 793 - CONCLUÍDA 794 - EM ANDAMENTO 795 - CONCLUÍDA 797 - PARALISADA 807 - NÃO INICIADO 1555 - EM ANDAMENTO 1557 - NÃO INICIADO 1558 - PARALISADA 1559 - EM ANDAMENTO 1560 - EM ANDAMENTO 1561 - VAZIO 1673 - VAZIO 1674 - VAZIO
77	Trairi	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios, abrangendo: Urgências e emergências: traumatológicas, cardiovasculares e clínicas (adultos e crianças), com a qualificação da organização e da gestão da Rede de Urgência e Emergência Atenção obstétrica e ginecológica, com efetivação da Rede Cegonha Cuidados integrados em saúde mental, com ampliação dos serviços e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS Cuidados especializados ambulatoriais e apoio diagnóstico laboratorial, imagens, métodos clínicos-, com implantação de Centros de Atenção Integral, nos moldes de Policlínicas, que trabalhem em matriciamento com a Atenção Básica e a Atenção Hospitalar Cirurgias e internações em áreas básicas, com redução do tempo de espera, mediante a reestruturação e qualificação dos Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar Assistência farmacêutica, no âmbito de uma Política Estadual de Assistência Farmacêutica, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes Reabilitação em saúde, com a implantação da Rede de Atenção às Pessoas com deficiência, tendo por base os serviços e Centros Especializados em Reabilitação existentes e a serem construídos Saúde bucal, reativando as diretrizes do BRASIL SORRIDENTE, com ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões Práticas Integrativas e Complementares, com implementação das ações na Atenção Básica e em serviços especializados	Rio Grande do Norte	SESAP	247	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios.	964 - Ampliar a cobertura da Triagem Auditiva Neonatal (TAN ou teste da orelhinha). 966 - Ofertar aos usuários ostomizados e/ou incontinentes urinários e/ou fecais, a concessão de insumos de saúde (bolsas e adjuvantes) e atendimentos especializados por equipe multidisciplinar, nos CER habilitados na modalidade física. 971 - Apoiar tecnicamente a habilitação junto ao Ministério da Saúde de 01 (uma) oficina ortopédica itinerante para compor a RCSPD na 3ª região de saúde 972 - Apoiar tecnicamente a construção e habilitação de três oficinas ortopédicas fixas, junto ao Ministério da Saúde para a 3ª e 7ª regiões de saúde. 983 - Implantar as Policlínicas Regionais, em parceria com os municípios, em gestão consorciada. 1569 - Ampliar e qualificar a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do RN, através da Ampliação de Modalidades dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) já existentes 1570 - Prestar atendimento em todas as áreas de reabilitação, através de equipe multiprofissional com prescrição, concessão e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM). 1571 - Aumentar a cobertura de CAPS em 25% após 4 anos, considerando o ano-base 2019. 1572 - Melhorar os padrões sanitários e da infraestrutura da hemorrede. 1573 - Fornecer assistência hematológica e hemoterápica à população. 1574 - Fortalecer a Política de Saúde Bucal, estimulando os municípios a ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões de saúde. 1678 - Implantar e qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjunto de ações de saúde. 1679 - Apoiar tecnicamente junto ao MS os pleitos de construção, reforma e habilitação de 16 (dezesseis) CER nas modalidades II, III e IV, conforme desenho regional de cada região.	Demanda atendida através da meta 983, com a implantação da policlinica do seridó, em parceria com o município de Caicó, em processo seletivo de RH, capacitação inicial para atuação na unidade. Meta 1569, com a ampliação dos Centros Especializados em Reabilitação (CER), em São José de mipibú, Currais Novos e na Clínica Heitor Carrilho. Meta 1571, visando a ampliação da RAPS, todas as regiões de saúde aprovaram em CIR a planilha dos Planos de Ação Regional, que está aguardando o envio de projetos e propostas pelos municípios para análise do Nucleo Estadual de Saúde Mental. Meta 1574, ações realizadas em diversos municípios do RN, Fórum Estadual de Saúde Bucal na APS do RN, capacitações, visitas técnicas, levando os dados necessários para análise da cobertura de saúde bucal do indicador ligado ao previne Brasil.	964 - EM ANDAMENTO 966 - EM ANDAMENTO 971 - EM ANDAMENTO 972 - EM ANDAMENTO 983 - EM ANDAMENTO 1569 - CONCLUÍDA 1570 - EM ANDAMENTO 1571 - EM ANDAMENTO 1572 - EM ANDAMENTO 1573 - EM ANDAMENTO 1574 - EM ANDAMENTO 1678 - VAZIO 1679 - VAZIO
79	Trairi	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios, abrangendo: Urgências e emergências: traumatológicas, cardiovasculares e clínicas (adultos e crianças), com a qualificação da organização e da gestão da Rede de Urgência e Emergência Atenção obstétrica e ginecológica, com efetivação da Rede Cegonha Cuidados integrados em saúde mental, com ampliação dos serviços e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS Cuidados especializados ambulatoriais e apoio diagnóstico laboratorial, imagens, métodos clínicos-, com implantação de Centros de Atenção Integral, nos moldes de Policlínicas, que trabalhem em matriciamento com a Atenção Básica e a Atenção Hospitalar Cirurgias e internações em áreas básicas, com redução do tempo de espera, mediante a reestruturação e qualificação dos Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar Assistência farmacêutica, no âmbito de uma Política Estadual de Assistência Farmacêutica, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes Reabilitação em saúde, com a implantação da Rede de Atenção às Pessoas com deficiência, tendo por base os serviços e Centros Especializados em Reabilitação existentes e a serem construídos Saúde bucal, reativando as diretrizes do BRASIL SORRIDENTE, com ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões Práticas Integrativas e Complementares, com implementação das ações na Atenção Básica e em serviços especializados	Rio Grande do Norte	SESAP	247	Elaborar e implementar programa de investimentos na rede de saúde, incluindo a construção, reforma, ampliação de equipamentos, para tornar os serviços públicos do RN compatíveis com os padrões de qualidade já alcançados em outras realidades próximas	1587 - Qualificar a infraestrutura da SESAP, reformando, ampliando e/ou construindo as diferentes estruturas (Nível Central, Unidades Regionais de Saúde Pública, Escola de Saúde Pública, CEFOPE, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Unidades de Referência e Hospitalares, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos 1588 - Qualificar a infraestrutura da SESAP, adquirindo equipamentos e realizando manutenção preventiva e corretiva nos já existentes (Nível Central, Unidades Regionais de Saúde pública, Escola de Saúde Pública, CEFOPE, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Unidades de Referência e Hospitalares, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e coeficiência, com a finalidade de obter economia. 1589 - Reestruturar e qualificar os Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar. 1668 - Promover a modernização da rede, por meio de soluções de informática no ambiente da Saúde, incluindo aquisição e manutenções de computadores, expansão da rede de dados, além do desenvolvimento de sistemas que garantam a celeridade nos processos e projetos de bens e serviços da Saúde.	Demanda atendida através da meta 1589, com ações para a elaboração da política de Atenção Hospitalar, avaliação e validação de dados, bem como, atualização de produções das unidades hospitalares, está previsto oficinas nas macrorregiões de saúde do RN, conforme a PAS p/ melhor análise territorial e construção do instrumento.	1587 - EM ANDAMENTO 1588 - EM ANDAMENTO 1589 - EM ANDAMENTO 1668 - VAZIO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
81	Trairi	TRA19 - Uma Delegacia Regional para as Mulheres (com a presença de policiais mulheres); Rede de Assistência e Acolhimento; Rede de Capacitação, Trabalho e Renda; Criação da Sala Lilás; Casa de Longa Permanência	Rio Grande do Norte	SESAP	228	Fortalecimento e qualificação das ações de vigilância no SUS para proteger as pessoas contra o riscos de adoecimento e morte e situações que ameaçam a vida e à saúde.	944 - Realizar ações conjuntas e padronizadas com os municípios de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização. 945 - Implementar ações de vigilância sanitária nas suas diversas áreas de atuação nas diversas regiões de saúde 1563 - Apoiar os municípios na implementação do Plano Estadual de Qualificação das Vigilâncias de base Regional. 1564 - Qualificar a rede de atenção para o cuidado e notificação contínua da violência interpessoal/ autoprovocada. 1566 - Apoiar a implantação de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) nas distintas regiões de saúde do Rio Grande do Norte. 1567 - Apoiar a implantação de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador rural nas distintas regiões de saúde em áreas que atendam ao trabalhador rural. 1568 - Intensificar as ações de vigilância ambiental e, em conjunto com os órgãos de atuação na área, desenvolvendo programas de promoção de ambientes salubres nas regiões de saúde. 1672 - Ampliar e qualificar a vigilância das violências, nas regiões de saúde, promovendo ações coordenadas de controle e combate as suas causas, com ênfase nos agravos produzidos por acidentes de veículos, agressões e violência doméstica. 1675 - Atualizar o Código Estadual de Saúde.	Demanda da população atendida através da meta 944, com articulação com SEMJIDH, SESED e Vital Strategies para projeto de combate à violência contra a mulher, Reunião (subs/setores CVS): alinhamento hosp da mulher. Meta 1672 tem relação, mas não consta nenhum registro na execução.	944 - CONCLUÍDA 945 - CONCLUÍDA 1563 - PARALISADA 1564 - CONCLUÍDA 1566 - PARALISADA 1567 - NÃO INICIADA 1568 - CONCLUÍDA 1672 - VAZIO 1675 - VAZIO
83	Potengi	Implementar ações de saúde, educação, profissionalização, promoção social, geração de renda e apoio à família	Rio Grande do Norte	SESAP	191	Promover o acesso da população à vida saudável, por meio da implantação do Programa RN + Saudável.	792 - Contribuir para combater todas as formas de desnutrição, incentivando a alimentação saudável, considerando crianças menores que cinco anos de idade e atendendo as necessidades nutricionais de adolescentes, mulheres grávidas, lactantes e idosos, portadores de doenças negligenciadas e povos tradicionais. 793 - Apoiar os Municípios no fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE) 794 - Implantar o Selo do programa RN+ Saudável. 795 - Apoiar a Adesão das SMS em cada ciclo do Programa PSE 797 - Fortalecer o Programa RN+Saudável, por meio do Comitê Gestor Institucional e o Comitê Gestor Territorial do Programa 807 - Contribuir para elaboração e implementação do Plano Estadual de prevenção às violências autoprovocadas. 1555 - Estabelecer parcerias entre entes públicos, filantrópicos e sociedade civil para desenvolver ações voltadas ao combate as doenças sensíveis as condições de empobrecimento. 1557 - Incentivar práticas voltadas ao estilo de vida ativo por meio de práticas corporais e atividades físicas 1558 - Realizar coletas relativas ao monitoramento ambiental de patógenos e contaminantes químicos de interesse em Saúde Ambiental, fomentando reduzir a morbimortalidade por doenças e agravos de transmissão hídrica 1559 - Fortalecer as políticas de promoção da equidade às populações vulneráveis de forma integrada, quilombolas, povos de matriz africana, indígenas, LGBTQI+, do Campo e Águas (pescadores),ciganos, em situação de rua e refugiados, ápatridas e migrantes. 1560 - Fomentar a articulação e integração das Políticas de desenvolvimento, assistência social e cultural, de segurança e de educação que promovam a qualidade de vida e o bem estar das pessoas. 1561 - Promover articulações com a vigilância das violências, nas regiões de saúde, apoiando ações coordenadas de	A demanda foi atendida através da meta 792, com ações de visando o combate a desnutrição, fortalecendo a virgilância alimentar e nutricional. Articulação com municipios das 6 Regionais de Saúde que não atingiram a meta de 80% do acompanhamento dos beneficiários com perfil saúde. Realização do I Fórum Estadual de Alimentação e Nutrição na APS 2023 (com foco na intersetorialidade e gestão e uso dos recursos financeiros de alimentação e nutrição). Foi realizado o Simpósio Estadual de Vigilância Nutricional com o tema: Fortalecendo a Vigilância Alimentar e Nutricional nas Terras Potiguares; seminário intersetorial do PBF e SEC; reunião com GTI-PBF mensal, PSE + DPIPS + PNAE, COSEMS; encontro anual do Programa Bolsa Família e o seu impacto na saúde e participação no encontro regional da CAISAN. Meta 793, realização dos eventos: Encontro Macrorregional do PSE, visando qualificar os municípios do RN quanto a execução das ações do Programa Saúde na escola com foco no planejamento e realização das ações de forma intersetorial, visando alinhar as ações do programa de acordo com as mudanças neste ciclo e promover o compartilhamento de ações trabalhadas nas escolas, assegurando a troca de informações, estratégias e conhecimentos. Realização de reunião com as regionais de saúde e educação para discutir estratégicas de prevenção das situações de violência autoprovocadas,interpessoais e de saúde mental que afloram nas escolas. Oficina Temática: sala de Situação dos Indicadores de SSSR de Adolescentes.	792- CONCLUÍDA 793 - CONCLUÍDA 794 - EM ANDAMENTO 795 - CONCLUÍDA 797 - PARALISADA 807 - NÃO INICIADO 1555 - EM ANDAMENTO 1557 - NÃO INICIADO 1558 - PARALISADA 1559 - EM ANDAMENTO 1560 - EM ANDAMENTO 1561 - VAZIO 1673 - VAZIO 1674 - VAZIO
85	Potengi	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios, abrangendo: Urgências e emergências: traumatológicas, cardiovasculares e clínicas (adultos e crianças), com a qualificação da organização e da gestão da Rede de Urgência e Emergência Atenção obstétrica e ginecológica, com efetivação da Rede Cegonha Cuidados integrados em saúde mental, com ampliação dos serviços e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS Cuidados especializados ambulatoriais e apoio diagnóstico laboratorial, imagens, métodos clínicos-, com implantação de Centros de Atenção Integral, nos moldes de Policlínicas, que trabalhem em matriciamento com a Atenção Básica e a Atenção Hospitalar Cirurgias e internações em áreas básicas, com redução do tempo de espera, mediante a reestruturação e qualificação dos Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar Assistência farmacêutica, no âmbito de uma Política Estadual de Assistência Farmacêutica, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes Reabilitação em saúde, com a implantação da Rede de Atenção às Pessoas com deficiência, tendo por base os serviços e Centros Especializados em Reabilitação existentes e a serem construídos Saúde bucal, reativando as diretrizes do BRASIL SORRIDENTE, com ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões Práticas Integrativas e Complementares, com implementação das ações na Atenção Básica e em serviços especializados	Rio Grande do Norte	SESAP	247	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios.	944 - Realizar ações conjuntas e padronizadas com os municípios de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização. 945 - Implementar ações de vigilância sanitária nas suas diversas áreas de atuação nas diversas regiões de saúde 1563 - Apoiar os municípios na implementação do Plano Estadual de Qualificação das Vigilâncias de base Regional. 1564 - Qualificar a rede de atenção para o cuidado e notificação contínua da violência interpessoal/ autoprovocada. 1566 - Apoiar a implantação de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) nas distintas regiões de saúde do Rio Grande do Norte. 1567 - Apoiar a implantação de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador rural nas distintas regiões de saúde em áreas que atendam ao trabalhador rural. 1568 - Intensificar as ações de vigilância ambiental e, em conjunto com os órgãos de atuação na área, desenvolvendo programas de promoção de ambientes salubres nas regiões de saúde. 1672 - Ampliar e qualificar a vigilância das violências, nas regiões de saúde, promovendo ações coordenadas de controle e combate as suas causas, com ênfase nos agravos produzidos por acidentes de veículos, agressões e violência doméstica. 1675 - Atualizar o Código Estadual de Saúde.	Demanda da população atendida através da meta 944, com diversas ações: Reunião Ordinária de Combate aos Agrotóxicos, Transgênicos e em Defesa da Agricultura; I Colóquio Formativo Intersetorial: saúde Integral das Populações Indígenas do RN; I Seminário Pesquisa Gestão, Trabalho, Educação e saúde da UFRN; Roda de conversa com as marisqueiras no município de Macau/RN Ação com equipe multiprofissional do anexo da UBS Meira Lima (Catu) - participação da população trabalhadora da comunidade, para levantamento dos ARTs que acometem esta população em Canguaretama; Oficina de: capacitação no mun de Jandaíra sobre notificações de agravo de saúde do trabalhador; capacitação sobre notificações de agravos de saúde do trabalhador no mun de Galinhos. Ações de competência da vigilância sanitária nas suas diversas áreas de atuação nas diversas regiões de saúde, meta 945, Julgamento de 14 processos sanitários; 242 processos de solicitação de alvarás sanitários (AS); 166 AS liberados; 164 análises de projetos arquitetônicos; 75 inspeções e 41 coletas de amostras na área de alimentos em 21 municípios do RN; 50 inspeções na área de serviços de saúde em 28 mun do RN, participação de 2 técnicas na feira hospitalar (SP, maio). Meta 1564, Educação Permanente(EP) com o tema;Atenção Integral no cuidado e atendimento às pessoas em situação de violência para equipe multiprofissional das 1ª e 3ª regiões de saúde;Oficina sobre notificação da Violência Interpessoal/autoprovocada no Hosp.Giselda Trigueiro;Visita de apoio à implantação de serviços de referência para o atendimento às pessoas em situação de violência sexual.	944 - CONCLUÍDA 945 - CONCLUÍDA 1563 - PARALISADA 1564 - CONCLUÍDA 1566 - PARALISADA 1567 - NÃO INICIADA 1568 - CONCLUÍDA 1672 - VAZIO 1675 - VAZIO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
87	Potengi	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios, abrangendo: Urgências e emergências: traumatológicas, cardiovasculares e clínicas (adultos e crianças), com a qualificação da organização e da gestão da Rede de Urgência e Emergência Atenção obstétrica e ginecológica, com efetivação da Rede Cegonha Cuidados integrados em saúde mental, com ampliação dos serviços e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS Cuidados especializados ambulatoriais e apoio diagnóstico laboratorial, imagens, métodos clínicos-, com implantação de Centros de Atenção Integral, nos moldes de Policlínicas, que trabalhem em matriciamento com a Atenção Básica e a Atenção Hospitalar Cirurgias e internações em áreas básicas, com redução do tempo de espera, mediante a reestruturação e qualificação dos Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar Assistência farmacêutica, no âmbito de uma Política Estadual de Assistência Farmacêutica, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes Reabilitação em saúde, com a implantação da Rede de Atenção às Pessoas com deficiência, tendo por base os serviços e Centros Especializados em Reabilitação existentes e a serem construídos Saúde bucal, reativando as diretrizes do BRASIL SORRIDENTE, com ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões Práticas Integrativas e Complementares, com implementação das ações na Atenção Básica e em serviços especializados	Rio Grande do Norte	SESAP	279	Elaborar e implementar programa de investimentos na rede de saúde, incluindo a construção, reforma, ampliação de equipamentos, para tornar os serviços públicos do RN compatíveis com os padrões de qualidade já alcançados em outras realidades próximas	1587 - Qualificar a infraestrutura da SESAP, reformando, ampliando e/ou construindo as diferentes estruturas (Nível Central, Unidades Regionais de Saúde Pública, Escola de Saúde Pública, CEFOPE, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Unidades de Referência e Hospitalares, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos 1588 - Qualificar a infraestrutura da SESAP, adquirindo equipamentos e realizando manutenção preventiva e corretiva nos já existentes (Nível Central, Unidades Regionais de Saúde pública, Escola de Saúde Pública, CEFOPE, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Unidades de Referência e Hospitalares, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e coeficiência, com a finalidade de obter economia. 1589 - Reestruturar e qualificar os Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar. 1668 - Promover a modernização da rede, por meio de soluções de informática no ambiente da Saúde, incluindo aquisição e manutenções de computadores, expansão da rede de dados, além do desenvolvimento de sistemas que garantam a celeridade nos processos e projetos de bens e serviços da Saúde.	Demanda atendida através da meta 1589, com ações para a elaboração da política de Atenção Hospitalar, avaliação e validação de dados, bem como, atualização de produções das unidades hospitalares, está previsto oficinas nas macrorregiões de saúde do RN, conforme a PAS p/ melhor análise territorial e construção do instrumento.	1587 - EM ANDAMENTO 1588 - EM ANDAMENTO 1589 - EM ANDAMENTO 1668 - VAZIO
89	Potengi	Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios	Rio Grande do Norte	SESAP	248	Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios	992 - Implantar o apoio integrado aos municípios. 993 - Apoiar os municípios na expansão do Serviço de Atenção Domiciliar.	Demanda da população atendida através da meta 992, com apoio aos municípios da 4ª região de saúde nas fases/etapas de execução do Proj Planifica SUS; Qualificação e aperfeiçoamento de profissionais da APS, visita técnica com a equipe da Rede de Atenção a Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas/RASPDC a Unidade Básica de Saúde no município de Natal p/ discussão dos fluxos e manejo de HAS no âmbito da APS, realização das ações junto aos municípios com o objetivo de fortalecimento da APS, por meio das diversas áreas técnicas da SAPS. Meta 993, com a expansão do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), acompanhamento de proposta de habilitação dos SADs nos municípios de Canguaretama, João Camara e São Gonçalo do Amarante, acompanhamento da programação de eventos de educação em saúde voltado p/ os SADs municipais já habilitados ou que podem se habilitados; encaminhamento junto ao MS p/ apoio de progresso da atenção domiciliar no estado do RN. Continuidade das programações p/ implementação no RN acerca das ações da nova portaria nacional de atenção domiciliar.	992 - EM ANDAMENTO 993 - EM ANDAMENTO
91	Potengi	Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios	Rio Grande do Norte	SESAP	271	Fortalecer a Gestão do Trabalho, instituindo uma política de pessoal que valorize os profissionais de saúde e instaure processos de participação com responsabilização com o desenvolvimento de uma rede estadual de educação permanente, envolvendo as universidades e instituições públicas de ensino em saúde, com ofertas que propiciem a capacidade de intervenção desses profissionais no atendimento das necessidades de saúde da população.	1066 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os profissionais de saúde para as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas. 1067 - Implantar e/ou reativar as Comissões Integração Ensino Serviço(CIES) regionais. 1069 - Apoiar a inserção no Plano de Ações Regional de Educação Permanente em Saúde (PAREPS) das Regiões de Saúde do RN, e nas ações de integração ensino-serviço voltadas aos profissionais da Rede de Atenção à Saúde. 1585 - Realizar nomeação do concurso público vigente e realizar novo concurso público com ênfase na gestão e atenção integral à saúde, para provimento de 5.000 vagas	A demanda da população foi atendida através da meta 1067, com a realização de 2 agendas com a 2ª e 3ª Região de Saúde cujas pautas prioritárias direcionaram ações p/ implementação das CIES Regionais e agendas de discussões na CIES Estadual. Meta 1069, realizado estratégias de melhoria dos processos de trabalho integrado, por meio da criação do Sistema SUEDS que irá poiar nos proc. de trabalho da Política de Educação Permanente em Saúde, acomp. aos NUREPS e executados os colegiados integrados (NUREPS e NEPS). A proposta dos colegiados é ser regionalizada p/ fortalecer a regio. da Saúde e apoiar alguns municípios no núcleo de edu. perm. em saúde.	1066 - PARALISADA 1067 - EM ANDAMENTO 1069 - EM ANDAMENTO 1585 - EM ANDAMENTO
93	Potengi	Integrar os serviços estaduais existentes em uma unidade gerencial autárquica de Saúde, facilitando sua atuação junto às redes de atenção, podendo ser gerenciada pelos consórcios regionais.	Rio Grande do Norte	SESAP	275	Aprimorar a destinação e a utilização eficiente dos recursos estaduais e municipais (via consórcios) no fortalecimento da rede pública.	1073 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais que funcione com eficiência e permita a realização no tempo indicado dos procedimentos de saúde adequados aos cuidados de cada paciente. 1592 - Viabilizar a implantação do serviço de transporte sanitário intermunicipal nas regiões de saúde.	As metas vinculadas não atendem a demanda. Demanda da população atendida através da meta 1029, onde foi finalizada a construção da agenda de apoio institucional voltada aos consórcios interfederativos.Aguardando a validação do núcleo dirigente para esta agenda e para elaboração de um projeto de apoio institucional que vem sido trabalhado com a Escola de saúde pública.	1073 - NÃO INICIADO 1592 - EM ANDAMENTO
95	Potengi	Implantar uma política de consórcios, de base regional, que assegure uma integração de recursos (União, Governo do Estado e Municípios) na organização e gestão das ações de saúde em cada região, com racionalização na utilização dos recursos, melhoria da eficácia/eficiência/efetividade do sistema	Rio Grande do Norte	SESAP	275	Aprimorar a destinação e a utilização eficiente dos recursos estaduais e municipais (via consórcios) no fortalecimento da rede pública.	1073 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais que funcione com eficiência e permita a realização no tempo indicado dos procedimentos de saúde adequados aos cuidados de cada paciente. 1592 - Viabilizar a implantação do serviço de transporte sanitário intermunicipal nas regiões de saúde.	Demanda da população atendida através da meta 1592, com implantação deste serviço por gestão dos consórcio interfederativos não há previsão, visto que foi iniciado pelas policlínicas. A SESAP recebeu por meio do projeto governo cidadão, 29 ambulâncias, que integrará o sistema de transportes sanitário nas unidades hospitalares da rede estadual.	1073 - NÃO INICIADO 1592 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
97	Potengi	POT8 - Planejamento estratégico intersetorial de gestores públicos de saúde, com participação dos municípios	Rio Grande do Norte	SESAP	181	Reduzir mortes e adoecimentos por causas evitáveis e condições imunopreveníveis.	778 - Capacitar e atualizar técnicos e infraestrutura, incluindo as salas de vacinas. 788 - Reduzir a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (DNTs) por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar. 1551 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância do HIV/AIDS em menores de 5 anos e da sífilis congênita em menores de 1 ano 1552 - Atingir a cobertura das quatro vacinas de pactuação interfederativa: penta, pneumo e pólio em crianças menores de 1 ano e tríplice viral em crianças de 1 ano. 1553 - Reduzir as epidemias de tuberculose. 1554 - Aumentar a cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados nos anos das Coortes. 1676 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância das hepatites virais com foco na prevenção à transmissão vertical.	Demanda da população atendida através da meta 778, realizadas oficinas e capacitações sobre o processo de Microplanejamento e atividades de Vacinação de Alta qualidade com técnicos dos municípios (Coordenadores de Imunização da APS, Enfermeiros) para campanhas e ações de rotina. Meta 788, capacitação com prof. de saúde sobre o tratamento de tabagismo; reuniões com municípios estimulando a implantação de unidades que realizam o tratamento.	778 - CONCLUÍDA 788 - EM ANDAMENTO 1551 - CONCLUÍDA 1552 - EM ANDAMENTO 1553 - EM ANDAMENTO 1554 - EM ANDAMENTO 1676 - VAZIO
99	Potengi	POT8 - Planejamento estratégico intersetorial de gestores públicos de saúde, com participação dos municípios	Rio Grande do Norte	SESAP	191	Promover o acesso da população à vida saudável, por meio da implantação do Programa RN + Saudável.	792 - Contribuir para combater todas as formas de desnutrição, incentivando a alimentação saudável, considerando crianças menores que cinco anos de idade e atendendo as necessidades nutricionais de adolescentes, mulheres grávidas, lactantes e idosos, portadores de doenças negligenciadas e povos tradicionais. 793 - Apoiar os Municípios no fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE) 794 - Implantar o Selo do programa RN+ Saudável. 795 - Apoiar a Adesão das SMS em cada ciclo do Programa PSE 797 - Fortalecer o Programa RN+Saudável, por meio do Comitê Gestor Institucional e o Comitê Gestor Territorial do Programa 807 - Contribuir para elaboração e implementação do Plano Estadual de prevenção às violências autoprovocadas. 1555 - Estabelecer parcerias entre entes públicos, filantrópicos e sociedade civil para desenvolver ações voltadas ao combate as doenças sensíveis as condições de empobrecimento. 1557 - Incentivar práticas voltadas ao estilo de vida ativo por meio de práticas corporais e atividades físicas 1558 - Realizar coletas relativas ao monitoramento ambiental de patógenos e contaminantes químicos de interesse em Saúde Ambiental, fomentando reduzir a morbimortalidade por doenças e agravos de transmissão hídrica 1559 - Fortalecer as políticas de promoção da equidade às populações vulneráveis de forma integrada, quilombolas, povos de matriz africana, indígenas, LGBTQI+, do Campo e Águas (pescadores),ciganos, em situação de rua e refugiados, ápatridas e migrantes. 1560 - Fomentar a articulação e integração das Políticas de desenvolvimento, assistência social e cultural, de segurança e de educação que promovam a qualidade de vida e o bem estar das pessoas. 1561 - Promover articulações com a vigilância das violências, nas regiões de saúde, apoiando ações coordenadas de	A demanda foi atendida através da meta 792, Realização das reuniões do NEAN junto aos municípios para fomentar a criação do grupo técnico intersetorial municipal, e articulando algumas reuniões com os municípios das 6 regionais da saúde que não atingiram meta de 80% de acompanhamento dos beneficiários com perfil saúde. Além do acompanhamento mais próximo do Programa Bolsa Família e divulgação da medida provisória (1.16402/03/2023) Articulação com municipios das 6 Regionais de Saúde que não atingiram a meta de 80% do acompanhamento dos beneficiários com perfil saúde. Realização do I Fórum Estadual de Alimentação e Nutrição na APS 2023 (com foco na intersetorialidade e gestão e uso dos recursos financeiros de alimentação e nutrição). Meta 793, realização dos eventos: Encontro Macrorregional do PSE, visando qualificar os municípios do RN quanto a execução das ações do Programa Saúde na escola com foco no planejamento e realização das ações de forma intersetorial, visando alinhar as ações do programa de acordo com as mudanças neste ciclo e promover o compartilhamento de ações trabalhadas nas escolas, assegurando a troca de informações, estratégias e conhecimentos. Realização de reunião com as regionais de saúde e educação para discutir estratégicas de prevenção das situações de violência autoprovocadas,interpessoais e de saúde mental que afloram nas escolas. Oficina Temática: sala de Situação dos Indicadores de SSSR de Adolescentes. Meta 794, Realização de reuniões de planejamento e efetivação da 1ª oficina do RN Itinerante em Parnamirim que teve por objetivo proporcionar a qualificação dos profissionais da rede nos municípios com adesão ao Programa RN+ Saudável, a fim de fortalecer as ações estratégicas no território.	792- CONCLUÍDA 793 - CONCLUÍDA 794 - EM ANDAMENTO 795 - CONCLUÍDA 797 - PARALISADA 807 - NÃO INICIADO 1555 - EM ANDAMENTO 1557 - NÃO INICIADO 1558 - PARALISADA 1559 - EM ANDAMENTO 1560 - EM ANDAMENTO 1561 - VAZIO 1673 - VAZIO 1674 - VAZIO
101	Potengi	POT8 - Planejamento estratégico intersetorial de gestores públicos de saúde, com participação dos municípios	Rio Grande do Norte	SESAP	228	Fortalecimento e qualificação das ações de vigilância no SUS para proteger as pessoas contra o riscos de adoecimento e morte e situações que ameaçam a vida e à saúde.	944 - Realizar ações conjuntas e padronizadas com os municípios de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização. 945 - Implementar ações de vigilância sanitária nas suas diversas áreas de atuação nas diversas regiões de saúde 1563 - Apoiar os municípios na implementação do Plano Estadual de Qualificação das Vigilâncias de base Regional. 1564 - Qualificar a rede de atenção para o cuidado e notificação contínua da violência interpessoal/ autoprovocada. 1566 - Apoiar a implantação de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) nas distintas regiões de saúde do Rio Grande do Norte. 1567 - Apoiar a implantação de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador rural nas distintas regiões de saúde em áreas que atendam ao trabalhador rural. 1568 - Intensificar as ações de vigilância ambiental e, em conjunto com os órgãos de atuação na área, desenvolvendo programas de promoção de ambientes salubres nas regiões de saúde. 1672 - Ampliar e qualificar a vigilância das violências, nas regiões de saúde, promovendo ações coordenadas de controle e combate as suas causas, com ênfase nos agravos produzidos por acidentes de veículos, agressões e violência doméstica. 1675 - Atualizar o Código Estadual de Saúde.	A demanda da população foi atendida através da meta 944, através de diversas ações em conjunto com os municípios, tais como, reunião sobre o atendimento inicial da ELA em Natal, parceria imunização UFRN, reunião e capacitação sobre os agravos de saúde do trabalhador da comunidade Quilombola de Sibáuma, Tibau do Sul, Canguaretama, Lagoa de Pedras, Jandaíra, Galinhos; Reunião com equipe da Vigilância do municipio de Serra de S.Bento para averiguar 58 casos de intoxicações exógenas(surto alimentar),ocorrida com os trabalhadores da Empresa Consórcio Umari; entre outras. Meta 1563 - Oficinas nas Regiões de Saúde para fortalecimento dos Núcleos Regionais de Vigilância em Saúde (NUREVS), reuniões, pactos e planejamento das ações de educação permanente por meio da instituição NEP/CVS em 2024. Outras metas vinculadas atendem a demanda da população de forma indireta.	944 - CONCLUÍDA 945 - CONCLUÍDA 1563 - PARALISADA 1564 - CONCLUÍDA 1566 - PARALISADA 1567 - NÃO INICIADA 1568 - CONCLUÍDA 1672 - VAZIO 1675 - VAZIO
103	Potengi	POT24 - Pactuar com os Municípios, realizar consórcio, aumentar financiamento.	Rio Grande do Norte	SESAP	271	Fortalecer a Gestão do Trabalho, instituindo uma política de pessoal que valorize os profissionais de saúde e instaure processos de participação com responsabilização com o desenvolvimento de uma rede estadual de educação permanente, envolvendo as universidades e instituições públicas de ensino em saúde, com ofertas que propiciem a capacidade de intervenção desses profissionais no atendimento das necessidades de saúde da população.	1066 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os profissionais de saúde para as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas. 1067 - Implantar e/ou reativar as Comissões Integração Ensino Serviço(CIES) regionais. 1069 - Apoiar a inserção no Plano de Ações Regional de Educação Permanente em Saúde (PAREPS) das Regiões de Saúde do RN, e nas ações de integração ensino-serviço voltadas aos profissionais da Rede de Atenção à Saúde. 1585 - Realizar nomeação do concurso público vigente e realizar novo concurso público com ênfase na gestão e atenção	As metas vinculadas não tem relação com a demanda.	1066 - PARALISADA 1067 - EM ANDAMENTO 1069 - EM ANDAMENTO 1585 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
105	Potengi	POT24 - Pactuar com os Municípios, realizar consórcio, aumentar financiamento.	Rio Grande do Norte	SESAP	286	Fortalecer as práticas de Controle Social no Sistema Único de Saúde.	1086 - Apoiar as Conferências de Saúde reconhecendo seu papel na avaliação da situação de saúde e na proposição das diretrizes para a formulação da política de saúde. 1087 - Viabilizar a garantia do direito ao acesso às informações públicas produzidas pelo órgão e possibilitar a transparência destas informações por meio do canal e-SIC, submetendo ao prazo elencado na Lei de Acesso à informação - 12.527/11. 1090 - Fortalecer a Ouvidoria do SUS, por meio das sub redes pertencentes as regiões de saúde do RN, visando a ampliação da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. 1091 - Fortalecer a Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos. 1093 - Estimular e apoiar os Conselhos de Saúde Estadual e Municipais na articulação para a criação dos Fóruns Locais de Saúde. 1667 - Garantir o acesso ao usuário as manifestações perante a Administração Pública acerca da prestação de serviços públicos, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos na	As metas vinculadas não tem relação com a demanda.	1086 - CONCLUÍDA 1087 - CONCLUÍDA 1090 - EM ANDAMENTO 1091 - CONCLUÍDA 1093 - CONCLUÍDA 1667 - VAZIO
107	Seridó	Implementar ações de saúde, educação, profissionalização, promoção social, geração de renda e apoio à família	Rio Grande do Norte	SESAP	191	Promover o acesso da população à vida saudável, por meio da implantação do Programa RN + Saudável.	792 - Contribuir para combater todas as formas de desnutrição, incentivando a alimentação saudável, considerando crianças menores que cinco anos de idade e atendendo as necessidades nutricionais de adolescentes, mulheres grávidas, lactantes e idosos, portadores de doenças negligenciadas e povos tradicionais. 793 - Apoiar os Municípios no fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE) 794 - Implantar o Selo do programa RN+ Saudável. 795 - Apoiar a Adesão das SMS em cada ciclo do Programa PSE 797 - Fortalecer o Programa RN+Saudável, por meio do Comitê Gestor Institucional e o Comitê Gestor Territorial do Programa 807 - Contribuir para elaboração e implementação do Plano Estadual de prevenção às violências autoprovocadas. 1555 - Estabelecer parcerias entre entes públicos, filantrópicos e sociedade civil para desenvolver ações voltadas ao combate as doenças sensíveis as condições de empobrecimento. 1557 - Incentivar práticas voltadas ao estilo de vida ativo por meio de práticas corporais e atividades físicas 1558 - Realizar coletas relativas ao monitoramento ambiental de patógenos e contaminantes químicos de interesse em Saúde Ambiental, fomentando reduzir a morbimortalidade por doenças e agravos de transmissão hídrica 1559 - Fortalecer as políticas de promoção da equidade às populações vulneráveis de forma integrada, quilombolas, povos de matriz africana, indígenas, LGBTQI+, do Campo e Águas (pescadores),ciganos, em situação de rua e refugiados, ápatridas e migrantes. 1560 - Fomentar a articulação e integração das Políticas de desenvolvimento, assistência social e cultural, de segurança e de educação que promovam a qualidade de vida e o bem estar das pessoas. 1561 - Promover articulações com a vigilância das violências, nas regiões de saúde, apoiando ações coordenadas de	A demanda foi atendida através da meta 792, com ações de visando o combate a desnutrição, fortalecendo a virgilância alimentar e nutricional. Meta 793, ações do Programa de Saúde na Escola (PSE), relativo a saúde sexual e reprodutiva, saúde mental, violência autoprovocada.	792- CONCLUÍDA 793 - CONCLUÍDA 794 - EM ANDAMENTO 795 - CONCLUÍDA 797 - PARALISADA 807 - NÃO INICIADO 1555 - EM ANDAMENTO 1557 - NÃO INICIADO 1558 - PARALISADA 1559 - EM ANDAMENTO 1560 - EM ANDAMENTO 1561 - VAZIO 1673 - VAZIO 1674 - VAZIO
109	Seridó	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios, abrangendo: Urgências e emergências: traumatológicas, cardiovasculares e clínicas (adultos e crianças), com a qualificação da organização e da gestão da Rede de Urgência e Emergência Atenção obstétrica e ginecológica, com efetivação da Rede Cegonha Cuidados integrados em saúde mental, com ampliação dos serviços e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS Cuidados especializados ambulatoriais e apoio diagnóstico laboratorial, imagens, métodos clínicos-, com implantação de Centros de Atenção Integral, nos moldes de Policlínicas, que trabalhem em matriciamento com a Atenção Básica e a Atenção Hospitalar Cirurgias e internações em áreas básicas, com redução do tempo de espera, mediante a reestruturação e qualificação dos Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar Assistência farmacêutica, no âmbito de uma Política Estadual de Assistência Farmacêutica, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes Reabilitação em saúde, com a implantação da Rede de Atenção às Pessoas com deficiência, tendo por base os serviços e Centros Especializados em Reabilitação existentes e a serem construídos Saúde bucal, reativando as diretrizes do BRASIL SORRIDENTE, com ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões Práticas Integrativas e Complementares, com implementação das ações na Atenção Básica e em serviços especializados	Rio Grande do Norte	SESAP	247	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios	964 - Ampliar a cobertura da Triagem Auditiva Neonatal (TAN ou teste da orelhinha). 966 - Ofertar aos usuários ostomizados e/ou incontinentes urinários e/ou fecais, a concessão de insumos de saúde (bolsas e adjuvantes) e atendimentos especializados por equipe multidisciplinar, nos CER habilitados na modalidade física. 971 - Apoiar tecnicamente a habilitação junto ao Ministério da Saúde de 01 (uma) oficina ortopédica itinerante para compor a RCSPD na 3ª região de saúde 972 - Apoiar tecnicamente a construção e habilitação de três oficinas ortopédicas fixas, junto ao Ministério da Saúde para a 3ª e 7ª regiões de saúde. 983 - Implantar as Policlínicas Regionais, em parceria com os municípios, em gestão consorciada. 1569 - Ampliar e qualificar a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do RN, através da Ampliação de Modalidades dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) já existentes 1570 - Prestar atendimento em todas as áreas de reabilitação, através de equipe multiprofissional com prescrição, concessão e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM). 1571 - Aumentar a cobertura de CAPS em 25% após 4 anos, considerando o ano-base 2019. 1572 - Melhorar os padrões sanitários e da infraestrutura da hemorrede. 1573 - Fornecer assistência hematológica e hemoterápica à população. 1574 - Fortalecer a Política de Saúde Bucal, estimulando os municípios a ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões de saúde. 1678 - Implantar e qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjunto de ações de saúde. 1679 - Apoiar tecnicamente junto ao MS os pleitos de construção, reforma e habilitação de 16 (dezesseis) CER nas modalidades II, III e IV, conforme desenho regional de cada região.	Demanda atendida através da meta 983, com a implantação da policlínica do seridó, em parceria com o município de Caicó, em processo seletivo de RH, capacitação inicial para atuação na unidade. Meta 1569, com a ampliação dos Centros Especializados em Reabilitação (CER), em São José de mipibú, Currais Novos e na Clínica Heitor Carrilho. Meta 1571, visando a ampliação da RAPS, todas as regiões de saúde aprovaram em CIR a planilha dos Planos de Ação Regional, que está aguardando o envio de projetos e propostas pelos municípios para análise do Nucleo Estadual de Saúde Mental. Meta 1574, ações realizadas em diversos municípios do RN, Fórum Estadual de Saúde Bucal na APS do RN, capacitações, visitas técnicas, levando os dados necessários para análise da cobertura de saúde bucal do indicador ligado ao previne Brasil.	964 - EM ANDAMENTO 966 - EM ANDAMENTO 971 - EM ANDAMENTO 972 - EM ANDAMENTO 983 - EM ANDAMENTO 1569 - CONCLUÍDA 1570 - EM ANDAMENTO 1571 - EM ANDAMENTO 1572 - EM ANDAMENTO 1573 - EM ANDAMENTO 1574 - EM ANDAMENTO 1678 - VAZIO 1679 - VAZIO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
111	Seridó	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios, abrangendo: Urgências e emergências: traumatológicas, cardiovasculares e clínicas (adultos e crianças), com a qualificação da organização e da gestão da Rede de Urgência e Emergência Atenção obstétrica e ginecológica, com efetivação da Rede Cegonha Cuidados integrados em saúde mental, com ampliação dos serviços e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS Cuidados especializados ambulatoriais e apoio diagnóstico laboratorial, imagens, métodos clínicos-, com implantação de Centros de Atenção Integral, nos moldes de Policlínicas, que trabalhem em matriciamento com a Atenção Básica e a Atenção Hospitalar Cirurgias e internações em áreas básicas, com redução do tempo de espera, mediante a reestruturação e qualificação dos Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar Assistência farmacêutica, no âmbito de uma Política Estadual de Assistência Farmacêutica, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes Reabilitação em saúde, com a implantação da Rede de Atenção às Pessoas com deficiência, tendo por base os serviços e Centros Especializados em Reabilitação existentes e a serem construídos Saúde bucal, reativando as diretrizes do BRASIL SORRIDENTE, com ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões Práticas Integrativas e Complementares, com implementação das ações na Atenção Básica e em serviços especializados	Rio Grande do Norte	SESAP	279	Elaborar e implementar programa de investimentos na rede de saúde, incluindo a construção, reforma, ampliação de equipamentos, para tornar os serviços públicos do RN compatíveis com os padrões de qualidade já alcançados em outras realidades próximas.	1587 - Qualificar a infraestrutura da SESAP, reformando, ampliando e/ou construindo as diferentes estruturas (Nível Central, Unidades Regionais de Saúde Pública, Escola de Saúde Pública, CEFOPE, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Unidades de Referência e Hospitalares, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos 1588 - Qualificar a infraestrutura da SESAP, adquirindo equipamentos e realizando manutenção preventiva e corretiva nos já existentes (Nível Central, Unidades Regionais de Saúde pública, Escola de Saúde Pública, CEFOPE, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Unidades de Referência e Hospitalares, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e coeficiência, com a finalidade de obter economia. 1589 - Reestruturar e qualificar os Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar. 1668 - Promover a modernização da rede, por meio de soluções de informática no ambiente da Saúde, incluindo aquisição e manutenções de computadores, expansão da rede de dados, além do desenvolvimento de sistemas que garantam a celeridade nos processos e projetos de bens e serviços da Saúde.	Demanda atendida através da meta 1589, com ações para a elaboração da política de Atenção Hospitalar, avaliação e validação de dados, bem como, atualização de produções das unidades hospitalares, está previsto oficinas nas macrorregiões de saúde do RN, conforme a PAS p/ melhor análise territorial e construção do instrumento.	1587 - EM ANDAMENTO 1588 - EM ANDAMENTO 1589 - EM ANDAMENTO 1668 - VAZIO
113	Seridó	Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios	Rio Grande do Norte	SESAP	248	Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios.	992 - Implantar o apoio integrado aos municípios. 993 - Apoiar os municípios na expansão do Serviço de Atenção Domiciliar.	Demanda da população atendida através da meta 992, com apoio aos municípios da 4ª região de saúde nas fases/etapas de execução do Proj Planifica SUS; Qualificação e aperfeiçoamento de profissionais da APS, visita técnica com a equipe da Rede de Atenção a Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas/RASPDC a Unidade Básica de Saúde no município de Natal p/ discussão dos fluxos e manejo de HAS no âmbito da APS, realização das ações junto aos municípios com o objetivo de fortalecimento da APS, por meio das diversas áreas técnicas da SAPS. Meta 993, com a expansão do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), acompanhamento de proposta de habilitação dos SADs nos municípios de Canguaretama, João Camara e São Gonçalo do Amarante, acompanhamento da programação de eventos de educação em saúde voltado p/ os SADs municipais já habilitados ou que podem se habilitados; encaminhamento junto ao MS p/ apoio de progresso da atenção domiciliar no estado do RN. Continuidade das programações p/ implementação no RN acerca das ações da nova portaria nacional de atenção domiciliar.	992 - EM ANDAMENTO 993 - EM ANDAMENTO
115	Seridó	Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios	Rio Grande do Norte	SESAP	271	Fortalecer a Gestão do Trabalho, instituindo uma política de pessoal que valorize os profissionais de saúde e instaure processos de participação com responsabilização com o desenvolvimento de uma rede estadual de educação permanente, envolvendo as universidades e instituições públicas de ensino em saúde, com ofertas que propiciem a capacidade de intervenção desses profissionais no atendimento das necessidades de saúde da população.	1066 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os profissionais de saúde para as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas. 1067 - Implantar e/ou reativar as Comissões Integração Ensino Serviço(CIES) regionais. 1069 - Apoiar a inserção no Plano de Ações Regional de Educação Permanente em Saúde (PAREPS) das Regiões de Saúde do RN, e nas ações de integração ensino-serviço voltadas aos profissionais da Rede de Atenção à Saúde. 1585 - Realizar nomeação do concurso público vigente e realizar novo concurso público com ênfase na gestão e atenção integral à saúde, para provimento de 5.000 vagas.	A demanda da população foi atendida através da meta 1067, com a realização de 2 agendas com a 2ª e 3ª Região de Saúde cujas pautas prioritárias direcionaram ações p/ implementação das CIES Regionais e agendas de discussões na CIES Estadual. Meta 1069, realizado estratégias de melhoria dos processos de trabalho integrado, por meio da criação do Sistema SUEDS que irá poiar nos proc. de trabalho da Política de Educação Permanente em Saúde, acomp. aos NUREPS e executados os colegiados integrados (NUREPS e NEPS). A proposta dos colegiados é ser regionalizada p/ fortalecer a regio. da Saúde e apoiar alguns municípios no núcleo de edu. perm. em saúde.	1066 - PARALISADA 1067 - EM ANDAMENTO 1069 - EM ANDAMENTO 1585 - EM ANDAMENTO
117	Seridó	Fortalecer os processos de Regulação e Contratualização, e instituir novas modalidades organizacionais, do tipo autárquico, com prioridade para a criação dos Consórcios Regionais de Saúde	Rio Grande do Norte	SESAP	258	Estruturar um sistema unificado de regulação obedecendo os princípios da equidade.	1020 - Instituir a contratualização entre a gestão e as unidades próprias da SESAP. 1021 - Reestruturar o Componente Estadual de Auditoria. 1022 - Assegurar a atenção aos pacientes que necessitem de tratamento fora do domicílio, de forma integral e equânime. 1023 - Aumentar a captação de doadores para 13 para cada 1 milhão de habitantes, por meio do fortalecimento e manutenção das ações da Central de Notificação, Captação e Doação de Órgãos. 1581 - Ampliar e qualificar ações de regulação do acesso aos serviços assistenciais do SUS e /ou conveniados à rede estadual saúde, incluindo consultas e exames especializados de média e alta complexidade, portas hospitalares e leitos clínicos e críticos. 1582 - Ampliar a cobertura do SAMU 192 RN em todas as regiões de saúde, por meio da repactuação de recursos junto aos municípios. 1669 - Implementar o complexo Regulador Metropolitano 1670 - Implantar o complexo regulador do oeste 1671 - Implantar e implementar a unificação de ecossistema de regulação, auditoria, controle e avaliação dos serviços de saúde no âmbito da SESAP, com vistas ao aperfeiçoamento do monitoramento,	Demanda da população atendida através da meta 1020, através do PROADI-SUS: avançando no Projeto Fortalecimento das Áreas de Regulação e Apoio à Contratualização na SESAP coordenado pelo Hospital Sírio-Libanês - elaboração da contratualização dos serviços próprios através do Termo de Cooperação entre a Gestão e as Unidades Próprias - tendo o Hosp. Reg. Dr. Tarcísio Maia (Mossoró) e o Hosp. Geral Dr. João Machado (Natal), como unid laboratórios, renovações dos contratos dos mun já contratualizados (08/2023). Meta 1581, Regulação das emergências das seguintes especialidades: Urologia, Nefrologia, Ortopedia, Vascular, Urgência Cirúrgica Clínica Traumática e Pediatria. Sistemas de Regulação: RegulaRN Leitos Gerais - Regula UTI Adulto, Pediátrica e Neonatal, Leito Clínico e Vascular. Regulação dos Pacientes da Nefrologia e Psiquiatria; Protocolo da Obstetrícia e Realização do Fórum da Obstetrícia.	1020 - EM ANDAMENTO 1021 - PARALISADA 1022 - EM ANDAMENTO 1023 - EM ANDAMENTO 1581 - EM ANDAMENTO 1582 - EM ANDAMENTO 1669 - VAZIO 1670 - VAZIO 1671 - VAZIO
119	Seridó	Fortalecer os processos de Regulação e Contratualização, e instituir novas modalidades organizacionais, do tipo autárquico, com prioridade para a criação dos Consórcios Regionais de Saúde	Rio Grande do Norte	SESAP	275	Aprimorar a destinação e a utilização eficiente dos recursos estaduais e municipais (via consórcios) no fortalecimento da rede pública.	1073 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais que funcione com eficiência e permita a realização no tempo indicado dos procedimentos de saúde adequados aos cuidados de cada paciente. 1592 - Viabilizar a implantação do serviço de transporte sanitário intermunicipal nas regiões de saúde.	As metas vinculadas não tem relação com a demanda.	1073 - NÃO INICIADO 1592 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
121	Seridó	Fortalecer os processos de Regulação e Contratualização, e instituir novas modalidades organizacionais, do tipo autárquico, com prioridade para a criação dos Consórcios Regionais de Saúde	Rio Grande do Norte	SESAP	286	Fortalecer as práticas de Controle Social no Sistema Único de Saúde.	1086 - Apoiar as Conferências de Saúde reconhecendo seu papel na avaliação da situação de saúde e na proposição das diretrizes para a formulação da política de saúde. 1087 - Viabilizar a garantia do direito ao acesso às informações públicas produzidas pelo órgão e possibilitar a transparência destas informações por meio do canal e-SIC, submetendo ao prazo elencado na Lei de Acesso à informação - 12.527/11. 1090 - Fortalecer a Ouvidoria do SUS, por meio das sub redes pertencentes as regiões de saúde do RN, visando a ampliação da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. 1091 - Fortalecer a Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos. 1093 - Estimular e apoiar os Conselhos de Saúde Estadual e Municipais na articulação para a criação dos Fóruns Locais de Saúde. 1667 - Garantir o acesso ao usuário as manifestações perante a Administração Pública acerca da prestação de serviços públicos, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos na	As metas vinculadas não tem relação com a demanda.	1086 - CONCLUÍDA 1087 - CONCLUÍDA 1090 - EM ANDAMENTO 1091 - CONCLUÍDA 1093 - CONCLUÍDA 1667 - VAZIO
123	Seridó	Integrar os serviços estaduais existentes em uma unidade gerencial autárquica de Saúde, facilitando sua atuação junto às redes de atenção, podendo ser gerenciada pelos consórcios regionais.	Rio Grande do Norte	SESAP	275	Aprimorar a destinação e a utilização eficiente dos recursos estaduais e municipais (via consórcios) no fortalecimento da rede pública.	1073 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais que funcione com eficiência e permita a realização no tempo indicado dos procedimentos de saúde adequados aos cuidados de cada paciente. 1592 - Viabilizar a implantação do serviço de transporte sanitário intermunicipal nas regiões de saúde.	As metas vinculadas não atendem a demanda. Demanda da população atendida através da meta 1029, onde foi finalizada a construção da agenda de apoio institucional voltada aos consórcios interfederativos.Aguardando a validação do núcleo dirigente para esta agenda e para elaboração de um projeto de apoio institucional que vem sido trabalhado com a Escola de saúde pública.	1073 - NÃO INICIADO 1592 - EM ANDAMENTO
125	Seridó	Instituir práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, sendo profissionalizada e assentada na regionalização, e que aprimore os mecanismos de regulação, contratualização e avaliação de desempenho das instâncias, serviços e profissionais, com informatização e atualização dos processos administrativos	Rio Grande do Norte	SESAP	265	Aprimorar práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, assentada na regionalização.	1029 - Instituir o projeto de apoio institucional nas dimensões da gestão e do cuidado nos serviços. 1030 - Estimular a utilização e integração das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no Estado com ênfase no território da Região de Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão. 1032 - Estruturar e regulamentar a gestão colegiada no Nível central, regionais e serviços.	Demanda da população atendida através da meta 1029, onde foi realizada uma oficina com as Regionais de saúde para a construção da agenda de apoio institucional,que está em discussão com a gestão da SESAP.Em processo de discussão com a Escola de saúde Pública a formatação de um projeto de Apoio Institucional para a SESAP,iniciando pelo Nível Central e em seguida se estendendo às regiões de saúde. Meta 1030, processo de construção do PES da SESAP, finalizado junto às áreas téc. desta citada, bem como apresentação e aprovação pelo CES RN. A peça consolidada com o produto das demais secretarias encontra-se em revisão pela UPLANISUS. No que concerne ao apoio institucional aos municípios, este continua sendo realizado quando acionados. Ademais, a PAS continua em finalização. Meta 1032, construção do Plano Estadual da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, com a participação de técnicos das áreas, onde está previsto a implantação de dispositivos colegiados em todas as instâncias gestoras do SUS Estadual.	1029 - EM ANDAMENTO 1030 - CONCLUÍDA 1032 - CONCLUÍDA
127	Seridó	Implantar uma política de consórcios, de base regional, que assegure uma integração de recursos (União, Governo do Estado e Municípios) na organização e gestão das ações de saúde em cada região, com racionalização na utilização dos recursos, melhoria da eficácia/eficiência/efetividade do sistema	Rio Grande do Norte	SESAP	275	Aprimorar a destinação e a utilização eficiente dos recursos estaduais e municipais (via consórcios) no fortalecimento da rede pública.	1073 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais que funcione com eficiência e permita a realização no tempo indicado dos procedimentos de saúde adequados aos cuidados de cada paciente. 1592 - Viabilizar a implantação do serviço de transporte sanitário intermunicipal nas regiões de saúde.	Demanda da população atendida através da meta 1592, com implantação deste serviço por gestão dos consórcio interfederativos não há previsão, visto que foi iniciado pelas policlínicas. A SESAP recebeu por meio do projeto governo cidadão, 29 ambulâncias, que integrará o sistema de transportes sanitário nas unidades hospitalares da rede estadual.	1073 - NÃO INICIADO 1592 - EM ANDAMENTO
129	Seridó	Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil	Rio Grande do Norte	SESAP	179	Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil.	655 - Reduzir as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos. 694 - Aprimorar os processos e os instrumentos de notificação e de vigilância de óbitos e agravos à saúde, com a atualização e informatização dos procedimentos de registro. 695 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão 1547 - Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos. 1548 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância da sífilis congênita prevenção à transmissão vertical. 1549 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança, implementando a Rede Cegonha, nas regiões de saúde, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade. 1677 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para implantação das profilaxias PrEP e PEP em todas as regiões de saúde, diminuindo as barreiras de acesso.	Demanda da população atendida através da meta 655, através do monitoramento das investigações dos óbitos infantis; Participação nas reuniões do CEPMMIF; Participação nas reuniões do comitê de Transmissão Vertical da SESAP/RN; Apoio ás referências tècnicas das Regionais para a VO e do processo de investigação, cumprindo a determinação da Portaria nº116/2029;Reuniões sobre ações e processo de trabalho da VO. Meta 1547, realização de reunião de apoio ao comitê de mortalidade materno/infantil para elaboração do regimento interno, atualização do Manual de Vigilância do Óbito Infantil e Fetal, discussão e encerramento do óbito materno -Serra Negra do Norte e Parnamirim, apoio técnico e participação em oficina de vigilância do óbito e preenchimento da declaração de óbito (parnamirim e macaíba)	655 - EM ANDAMENTO 694 - EM ANDAMENTO 695 - EM ANDAMENTO 1547 - EM ANDAMENTO 1548 - CONCLUÍDA 1549 - EM ANDAMENTO 1677 - VAZIO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
131	Seridó	Garantir e qualificar o acesso aos medicamentos	Rio Grande do Norte	SESAP	256	Ampliar e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito de uma Política Estadual, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes.	1009 - Ampliar o componente especializado nas regiões de saúde. 1010 - Expandir o Sistema Hórus para todas as regiões de saúde, por meio da capacitação dos gestores e profissionais para o gerenciamento e execução do sistema. 1012 - Prestar cooperação técnica e financeira aos municípios no desenvolvimento das suas atividades e ações relativas à assistência farmacêutica. 1014 - Atualizar a relação estadual de medicamentos, com base na Rename, e em conformidade com o perfil epidemiológico do estado. 1577 - Institucionalizar a política de assistência Farmacêutica no âmbito do RN 1578 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos. 1579 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, com foco na garantia e ampliação do abastecimento dos Componentes da Assistência Farmacêutica e das unidades da rede SESAP.	Demanda da população atendida através da meta 1010, com a realização contínua de treinamento e suporte ao sistema Hórus pelo setor de suporte na UNICAT. Meta 1014, atualização da relação estadual de medicamentos, aguardando a publicação da portaria que institui a CFT e revoga as anteriores para publicação da RESME. Meta 1577, realização de visita técnica nas farmácias hospitalares da rede SESAP. Meta 1578, foram realizadas capacitações em 4 temas vinculados à logística de medicamentos pelo NEP UNICAT, além de qualificações no formato online e com conteúdo voltado a qualificação do servidor. Meta 1579, Melhorado o processo de aquisição, feito processo de compra direta p/ garantir abastecimento (abas). Realizada a articulação via Gabinete, DPLAN e FES p/ melhorar a disponibilidade de orçamento de financeiro p/ garantir o abastecimento. Abs. CEAF 59% e HOSP. 70%. Além de muitos problemas na garantia de continuidade de abas. por falta de financeiro.	1009 - EM ANDAMENTO 1010 - EM ANDAMENTO 1012 - EM ANDAMENTO 1014 - EM ANDAMENTO 1577 - EM ANDAMENTO 1578 - EM ANDAMENTO 1579 - EM ANDAMENTO
133	Seridó	Ampliar e qualificar a vigilância em saúde e assistência farmacêutica	Rio Grande do Norte	SESAP	256	Ampliar e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito de uma Política Estadual, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes.	1009 - Ampliar o componente especializado nas regiões de saúde. 1010 - Expandir o Sistema Hórus para todas as regiões de saúde, por meio da capacitação dos gestores e profissionais para o gerenciamento e execução do sistema. 1012 - Prestar cooperação técnica e financeira aos municípios no desenvolvimento das suas atividades e ações relativas à assistência farmacêutica. 1014 - Atualizar a relação estadual de medicamentos, com base na Rename, e em conformidade com o perfil epidemiológico do estado. 1577 - Institucionalizar a política de assistência Farmacêutica no âmbito do RN 1578 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos. 1579 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, com foco na garantia e ampliação do abastecimento dos Componentes da Assistência Farmacêutica e das unidades da rede SESAP.	Demanda da população atendida através da meta 1010, com a realização contínua de treinamento e suporte ao sistema Hórus pelo setor de suporte na UNICAT. Meta 1012, estruturação dos módulos que serão abordados na capacitação Meta 1014, atualização da relação estadual de medicamentos, aguardando a publicação da portaria que institui a CFT e revoga as anteriores para publicação da RESME. Meta 1577, realização de visita técnica nas farmácias hospitalares da rede SESAP. Meta 1578, foram realizadas capacitações em 4 temas vinculados à logística de medicamentos pelo NEP UNICAT, além de qualificações no formato online e com conteúdo voltado a qualificação do servidor. Meta 1579, Melhorado o processo de aquisição, feito processo de compra direta p/ garantir abastecimento (abas). Realizada a articulação via Gabinete, DPLAN e FES p/ melhorar a disponibilidade de orçamento de financeiro p/ garantir o abastecimento. Abs. CEAF 59% e HOSP. 70%. Além de muitos problemas na garantia de continuidade de abas. por falta de financeiro.	1009 - EM ANDAMENTO 1010 - EM ANDAMENTO 1012 - EM ANDAMENTO 1014 - EM ANDAMENTO 1577 - EM ANDAMENTO 1578 - EM ANDAMENTO 1579 - EM ANDAMENTO
135	Seridó	Apoiar o processo de regionalização da atenção materno-infantil e obstétrica/neonatal nos moldes das diretrizes e protocolos da Rede Cegonha	Rio Grande do Norte	SESAP	266	Organizar sistema de apoio à gestão e aos municípios: com vistas ao processo de regionalização e organização das redes	1034 - Encorajar e promover a formação de alianças eficazes nas esferas pública, público-privada e com a sociedade civil, aproveitando a experiência e as estratégias. 1035 - Implantar o projeto de Apoio Integrado às Regionais de Saúde e as Comissões Inter gestores Regionais (CIRs), com vistas a fortalecer e ampliar a construção coletiva e participativa da gestão do SUS. 1036 - Implantar o Projeto Planificação da Atenção à Saúde - PlanificaSUS.	Demanda pode ter sido atendida através da meta 1035, renovação do período de vigência do projeto de incentivo financeiro de custeio p/ o aprimoramento das ações da gestão, planejamento e regionalização da saúde do RN, visando à organização e à governança da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS, conforme portaria n° 3036 de 11 de novembro de 2020. O projeto tem seu período final de vigência em dezembro/2023. Atendimento de forma indireta.	1034 - EM ANDAMENTO 1035 - CONCLUÍDA 1036 - EM ANDAMENTO
137	Seridó	Participar e fortalecer os Comitês Estaduais e Municipais de Prevenção e Combate à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal	Rio Grande do Norte	SESAP	179	Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil.	655 - Reduzir as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos. 694 - Aprimorar os processos e os instrumentos de notificação e de vigilância de óbitos e agravos à saúde, com a atualização e informatização dos procedimentos de registro. 695 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão 1547 - Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos. 1548 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância da sífilis congênita prevenção à transmissão vertical. 1549 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança, implementando a Rede Cegonha, nas regiões de saúde, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade. 1677 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para implantação das profilaxias PrEP e PEP em todas as regiões de saúde, diminuindo as barreiras de acesso.	Demanda da população atendida através da meta 655, através do monitoramento das investigações dos óbitos infantis; Participação nas reuniões do CEPMMIF; Participação nas reuniões do comitê de Transmissão Vertical da SESAP/RN; Apoio ás referências técnicas das Regionais para a VO e do processo de investigação, cumprindo a determinação da Portaria nº116/2029;Reuniões sobre ações e processo de trabalho da VO. Meta 1547, realização de reunião de apoio ao comitê de mortalidade materno/infantil para elaboração do regimento interno, atualização do Manual de Vigilância do Óbito Infantil e Fetal, discussão e encerramento do óbito materno -Serra Negra do Norte e Parnamirim, apoio técnico e participação em oficina de vigilância do óbito e preenchimento da declaração de óbito (parnamirim e macaíba)	655 - EM ANDAMENTO 694 - EM ANDAMENTO 695 - EM ANDAMENTO 1547 - EM ANDAMENTO 1548 - CONCLUÍDA 1549 - EM ANDAMENTO 1677 - VAZIO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
139	Seridó	Estimular a implantação de mecanismo de controle social, objetivando coibir práticas de violência institucional, com ênfase para a obstétrica em maternidades, e àquelas que expressam o preconceito relativo à lesbofobia, bifobia e transfobia	Rio Grande do Norte	SESAP	286	Fortalecer as práticas de Controle Social no Sistema Único de Saúde.	1086 - Apoiar as Conferências de Saúde reconhecendo seu papel na avaliação da situação de saúde e na proposição das diretrizes para a formulação da política de saúde. 1087 - Viabilizar a garantia do direito ao acesso às informações públicas produzidas pelo órgão e possibilitar a transparência destas informações por meio do canal e-SIC, submetendo ao prazo elencado na Lei de Acesso à informação - 12.527/11. 1090 - Fortalecer a Ouvidoria do SUS, por meio das sub redes pertencentes as regiões de saúde do RN, visando a ampliação da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. 1091 - Fortalecer a Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos. 1093 - Estimular e apoiar os Conselhos de Saúde Estadual e Municipais na articulação para a criação dos Fóruns Locais de Saúde. 1667 - Garantir o acesso ao usuário as manifestações perante a Administração Pública acerca da prestação de serviços públicos, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos na	A demanda não tem relação com as metas vinculadas.	1086 - CONCLUÍDA 1087 - CONCLUÍDA 1090 - EM ANDAMENTO 1091 - CONCLUÍDA 1093 - CONCLUÍDA 1667 - VAZIO
141	Seridó	SER7 - Fortalecer a rede de atenção psicossocial na região, construindo o Plano Regional de forma integrada com os municípios, priorizando o preenchimento do vazio assistencial	Rio Grande do Norte	SESAP	191	Promover o acesso da população à vida saudável, por meio da implantação do Programa RN + Saudável.	792 - Contribuir para combater todas as formas de desnutrição, incentivando a alimentação saudável, considerando crianças menores que cinco anos de idade e atendendo as necessidades nutricionais de adolescentes, mulheres grávidas, lactantes e idosos, portadores de doenças negligenciadas e povos tradicionais. 793 - Apoiar os Municípios no fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE) 794 - Implantar o Selo do programa RN+ Saudável. 795 - Apoiar a Adesão das SMS em cada ciclo do Programa PSE 797 - Fortalecer o Programa RN+Saudável, por meio do Comitê Gestor Institucional e o Comitê Gestor Territorial do Programa 807 - Contribuir para elaboração e implementação do Plano Estadual de prevenção às violências autoprovocadas. 1555 - Estabelecer parcerias entre entes públicos, filantrópicos e sociedade civil para desenvolver ações voltadas ao combate as doenças sensíveis as condições de empobrecimento. 1557 - Incentivar práticas voltadas ao estilo de vida ativo por meio de práticas corporais e atividades físicas 1558 - Realizar coletas relativas ao monitoramento ambiental de patógenos e contaminantes químicos de interesse em Saúde Ambiental, fomentando reduzir a morbimortalidade por doenças e agravos de transmissão hídrica 1559 - Fortalecer as políticas de promoção da equidade às populações vulneráveis de forma integrada, quilombolas, povos de matriz africana, indígenas, LGBTQI+, do Campo e Águas (pescadores),ciganos, em situação de rua e refugiados, ápatridas e migrantes. 1560 - Fomentar a articulação e integração das Políticas de desenvolvimento, assistência social e cultural, de segurança e de educação que promovam a qualidade de vida e o bem estar das pessoas. 1561 - Promover articulações com a vigilância das violências, nas regiões de saúde, apoiando ações coordenadas de controle e combate as suas causas, com ênfase nos agravos produzidos por acidentes de	A demanda não tem relação com as metas vinculadas.	792- CONCLUÍDA 793 - CONCLUÍDA 794 - EM ANDAMENTO 795 - CONCLUÍDA 797 - PARALISADA 807 - NÃO INICIADO 1555 - EM ANDAMENTO 1557 - NÃO INICIADO 1558 - PARALISADA 1559 - EM ANDAMENTO 1560 - EM ANDAMENTO 1561 - VAZIO 1673 - VAZIO 1674 - VAZIO
143	Seridó	SER7 - Fortalecer a rede de atenção psicossocial na região, construindo o Plano Regional de forma integrada com os municípios, priorizando o preenchimento do vazio assistencial	Rio Grande do Norte	SESAP	247	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios	964 - Ampliar a cobertura da Triagem Auditiva Neonatal (TAN ou teste da orelhinha). 966 - Ofertar aos usuários ostomizados e/ou incontinentes urinários e/ou fecais, a concessão de insumos de saúde (bolsas e adjuvantes) e atendimentos especializados por equipe multidisciplinar, nos CER habilitados na modalidade física. 971 - Apoiar tecnicamente a habilitação junto ao Ministério da Saúde de 01 (uma) oficina ortopédica itinerante para compor a RCSPD na 3ª região de saúde 972 - Apoiar tecnicamente a construção e habilitação de três oficinas ortopédicas fixas, junto ao Ministério da Saúde para a 3ª e 7ª regiões de saúde. 983 - Implantar as Policlínicas Regionais, em parceria com os municípios, em gestão consorciada. 1569 - Ampliar e qualificar a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do RN, através da Ampliação de Modalidades dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) já existentes 1570 - Prestar atendimento em todas as áreas de reabilitação, através de equipe multiprofissional com prescrição, concessão e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM). 1571 - Aumentar a cobertura de CAPS em 25% após 4 anos, considerando o ano-base 2019. 1572 - Melhorar os padrões sanitários e da infraestrutura da hemorrede. 1573 - Fornecer assistência hematológica e hemoterápica à população. 1574 - Fortalecer a Política de Saúde Bucal, estimulando os municípios a ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões de saúde. 1678 - Implantar e qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjunto de ações de saúde. 1679 - Apoiar tecnicamente junto ao MS os pleitos de construção, reforma e habilitação de 16 (dezesseis) CER nas modalidades II, III e IV, conforme desenho regional de cada região.	A demanda não tem relação com as metas vinculadas.	964 - EM ANDAMENTO 966 - EM ANDAMENTO 971 - EM ANDAMENTO 972 - EM ANDAMENTO 983 - EM ANDAMENTO 1569 - CONCLUÍDA 1570 - EM ANDAMENTO 1571 - EM ANDAMENTO 1572 - EM ANDAMENTO 1573 - EM ANDAMENTO 1574 - EM ANDAMENTO 1678 - VAZIO 1679 - VAZIO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
145	Alto Oeste	Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios	Rio Grande do Norte	SESAP	271	Fortalecer a Gestão do Trabalho, instituindo uma política de pessoal que valorize os profissionais de saúde e instaure processos de participação com responsabilização com o desenvolvimento de uma rede estadual de educação permanente, envolvendo as universidades e instituições públicas de ensino em saúde, com ofertas que propiciem a capacidade de intervenção desses profissionais no atendimento das necessidades de saúde da população.	1066 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os profissionais desaúde para as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas. 1067 - Implantar e/ou reativar as Comissões Integração Ensino Serviço(CIES) regionais. 1069 - Apoiar a inserção no Plano de Ações Regional de Educação Permanente em Saúde (PAREPS) das Regiões de Saúde do RN, e nas ações de integração ensino-serviço voltadas aos profissionais da Rede de Atenção à Saúde. 1585 - Realizar nomeação do concurso público vigente e realizar novo concurso público com ênfase na gestão e atenção integral à saúde, para provimento de 5.000 vagas.	A demanda da população foi atendida através da meta 1067, com a realização de 2 agendas com a 2ª e 3ª Região de Saúde cujas pautas prioritárias direcionaram ações p/ implementação das CIES Regionais e agendas de discussões na CIES Estadual. Meta 1069, realizado estratégias de melhoria dos processos de trabalho integrado, por meio da criação do Sistema SUEDS que irá poiar nos proc. de trabalho da Política de Educação Permanente em Saúde, acomp. aos NUREPS e executados os colegiados integrados (NUREPS e NEPS). A proposta dos colegiados é ser regionalizada p/ fortalecer a regio. da Saúde e apoiar alguns municípios no núcleo de edu. perm. em saúde.	1066 - PARALISADA 1067 - EM ANDAMENTO 1069 - EM ANDAMENTO 1585 - EM ANDAMENTO
147	Alto Oeste	Instituir práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, sendo profissionalizada e assentada na regionalização, e que aprimore os mecanismos de regulação, contratualização e avaliação de desempenho das instâncias, serviços e profissionais, com informatização e atualização dos processos administrativos	Rio Grande do Norte	SESAP	265	Aprimorar práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, assentada na regionalização.	1029 - Instituir o projeto de apoio institucional nas dimensões da gestão e do cuidado nos serviços. 1030 - Estimular a utilização e integração das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no Estado com ênfase no território da Região de Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão. 1032 - Estruturar e regulamentar a gestão colegiada no Nível central, regionais e serviços.	Demanda da população atendida através da meta 1029, onde foi realizada uma oficina com as Regionais de saúde para a construção da agenda de apoio institucional,que está em discussão com a gestão da SESAP.Em processo de discussão com a Escola de saúde Pública a formatação de um projeto de Apoio Institucional para a SESAP,iniciando pelo Nível Central e em seguida se estendendo às regiões de saúde. Meta 1030, processo de construção do PES da SESAP, finalizado junto às áreas téc. desta citada, bem como apresentação e aprovação pelo CES RN. A peça consolidada com o produto das demais secretarias encontra-se em revisão pela UPLANISUS. No que concerne ao apoio institucional aos municípios, este continua sendo realizado quando acionados. Ademais, a PAS continua em finalização. Meta 1032, construção do Plano Estadual da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, com a participação de técnicos das áreas, onde está previsto a implantação de dispositivos colegiados em todas as instâncias gestoras do SUS Estadual.	1029 - EM ANDAMENTO 1030 - CONCLUÍDA 1032 - CONCLUÍDA
149	Alto Oeste	Ampliar e qualificar a vigilância em saúde e assistência farmacêutica	Rio Grande do Norte	SESAP	256	Ampliar e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito de uma Política Estadual, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes.	1009 - Ampliar o componente especializado nas regiões de saúde. 1010 - Expandir o Sistema Hórus para todas as regiões de saúde, por meio da capacitação dos gestores e profissionais para o gerenciamento e execução do sistema. 1012 - Prestar cooperação técnica e financeira aos municípios no desenvolvimento das suas atividades e ações relativas à assistência farmacêutica. 1014 - Atualizar a relação estadual de medicamentos, com base na Rename, e em conformidade com o perfil epidemiológico do estado. 1577 - Institucionalizar a política de assistência Farmacêutica no âmbito do RN 1578 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos. 1579 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, com foco na garantia e ampliação do abastecimento dos Componentes da Assistência Farmacêutica e das unidades da rede SESAP.	Demanda da população atendida através da meta 1010, com a realização contínua de treinamento e suporte ao sistema Hórus pelo setor de suporte na UNICAT. Meta 1012, estruturação dos módulos que serão abordados na capacitação Meta 1014, atualização da relação estadual de medicamentos, aguardando a publicação da portaria que institui a CFT e revoga as anteriores para publicação da RESME. Meta 1577, realização de visita técnica nas farmácias hospitalares da rede SESAP. Meta 1578, foram realizadas capacitações em 4 temas vinculados à logística de medicamentos pelo NEP UNICAT, além de qualificações no formato online e com conteúdo voltado a qualificação do servidor. Meta 1579, Melhorado o processo de aquisição, feito processo de compra direta p/ garantir abastecimento (abas). Realizada a articulação via Gabinete, DPLAN e FES p/ melhorar a disponibilidade de orçamento de financeiro p/ garantir o abastecimento. Abs. CEAF 59% e HOSP. 70%. Além de muitos problemas na garantia de continuidade de abas. por falta de financeiro.	1009 - EM ANDAMENTO 1010 - EM ANDAMENTO 1012 - EM ANDAMENTO 1014 - EM ANDAMENTO 1577 - EM ANDAMENTO 1578 - EM ANDAMENTO 1579 - EM ANDAMENTO
151	Alto Oeste	Reabilitação em saúde, com a implantação da Rede de Atenção às Pessoas com deficiência, tendo por base os serviços e Centros Especializados em Reabilitação existentes e a serem construídos	Rio Grande do Norte	SESAP	247	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios.	964 - Ampliar a cobertura da Triagem Auditiva Neonatal (TAN ou teste da orelhinha). 966 - Ofertar aos usuários ostomizados e/ou incontinentes urinários e/ou fecais, a concessão de insumos de saúde (bolsas e adjuvantes) e atendimentos especializados por equipe multidisciplinar, nos CER habilitados na modalidade física. 971 - Apoiar tecnicamente a habilitação junto ao Ministério da Saúde de 01 (uma) oficina ortopédica itinerante para compor a RCSPD na 3ª região de saúde 972 - Apoiar tecnicamente a construção e habilitação de três oficinas ortopédicas fixas, junto ao Ministério da Saúde para a 3ª e 7ª regiões de saúde. 983 - Implantar as Policlínicas Regionais, em parceria com os municípios, em gestão consorciada. 1569 - Ampliar e qualificar a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do RN, através da Ampliação de Modalidades dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) já existentes 1570 - Prestar atendimento em todas as áreas de reabilitação, através de equipe multiprofissional com prescrição, concessão e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM). 1571 - Aumentar a cobertura de CAPS em 25% após 4 anos, considerando o ano-base 2019. 1572 - Melhorar os padrões sanitários e da infraestrutura da hemorrede. 1573 - Fornecer assistência hematológica e hemoterápica à população. 1574 - Fortalecer a Política de Saúde Bucal, estimulando os municípios a ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões de saúde. 1678 - Implantar e qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjunto de ações de saúde. 1679 - Apoiar tecnicamente junto ao MS os pleitos de construção, reforma e habilitação de 16 (dezesseis) CER nas modalidades II, III e IV, conforme desenho regional de cada região.	Demanda atendida através da meta 964, com a habilitação de 2 serviços para execução da Triagem Auditiva Neonatal : CER de Parnamirim e CER de Mossoró e 2 serviços tiveram modalidades ampliada de CER II para CER III sendo o CER de Guamaré e Pau dos Ferros. Ampliação dos serviços da Clínica Heitor Carrilho para atender na modalidade auditiva, também passando de CER III p/ CER IV. Continuidade das ações p/ habilitar os demais serviços que irão compor o RCPD, conforme Plano Regional/RN na modalidade auditiva. Meta 966, Atendimento aos usuários ostomizados e/ou incontinentes urinários e/ou fecais, através da concessão de insumos de saúde específicos, em continuidade para o abastecimento. Meta 972, A oficina ortopédica fixa da 3a região, vinculada ao CER de Guamaré está com a análise aprovada, no aguardo da portaria de habilitação junto ao SAIPS. A oficina ortopédica fixa a ser vinculada ao CER Estadual CERAE/RN, em processo, para contratação de empresa especializada para construção de oficina ortopédica fixa e Oficina Ortopédica de Macaíba está em fase de elaboração de contrato junto à caixa. Meta 1569, com a ampliação dos Centros Especializados em Reabilitação (CER), em São José de mipibú, Currais Novos e na Clínica Heitor Carrilho. Meta 1570, capacitação dos profissionais que trabalham nos serviços de reabilitação da Rede de Cuidados a Pessoas Com Deficiência do Rio Grande do Norte (RCPD/RN). Realizado o curso básico (OMS) de Prescrição de Cadeira de Rodas Padrão, continuidade da parceria com a Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias, por meio de um novo curso para os técnicos dos CER que realizaram o Curso. A igreja firmou parceria com o CERAE/SESAP, para doação de + 500 cadeiras de rodas (de banho e padrão).	964 - EM ANDAMENTO 966 - EM ANDAMENTO 971 - EM ANDAMENTO 972 - EM ANDAMENTO 983 - EM ANDAMENTO 1569 - CONCLUÍDA 1570 - EM ANDAMENTO 1571 - EM ANDAMENTO 1572 - EM ANDAMENTO 1573 - EM ANDAMENTO 1574 - EM ANDAMENTO 1678 - VAZIO 1679 - VAZIO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
153	Alto Oeste	Estimular a implantação de mecanismo de controle social, objetivando coibir práticas de violência institucional, com ênfase para a obstétrica em maternidades, e àquelas que expressam o preconceito relativo à lesbofobia, bifobia e transfobia	Rio Grande do Norte	SESAP	286	Fortalecer as práticas de Controle Social no Sistema Único de Saúde.	1086 - Apoiar as Conferências de Saúde reconhecendo seu papel na avaliação da situação de saúde e na proposição das diretrizes para a formulação da política de saúde. 1087 - Viabilizar a garantia do direito ao acesso às informações públicas produzidas pelo órgão e possibilitar a transparência destas informações por meio do canal e-SIC, submetendo ao prazo elencado na Lei de Acesso à informação - 12.527/11. 1090 - Fortalecer a Ouvidoria do SUS, por meio das sub redes pertencentes as regiões de saúde do RN, visando a ampliação da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. 1091 - Fortalecer a Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos. 1093 - Estimular e apoiar os Conselhos de Saúde Estadual e Municipais na articulação para a criação dos Fóruns Locais de Saúde. 1667 - Garantir o acesso ao usuário as manifestações perante a Administração Pública acerca da prestação de serviços públicos, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos na	A demanda não tem relação com as metas vinculadas.	1086 - CONCLUÍDA 1087 - CONCLUÍDA 1090 - EM ANDAMENTO 1091 - CONCLUÍDA 1093 - CONCLUÍDA 1667 - VAZIO
155	Alto Oeste	ALO16 - Fortalecimento de políticas territoriais de promoção à saúde e priorização do saneamento básico como política pública	Rio Grande do Norte	SESAP	181	Reduzir mortes e adoecimentos por causas evitáveis e condições imunopreveníveis.	778 - Capacitar e atualizar técnicos e infraestrutura, incluindo as salas de vacinas. 788 - Reduzir a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (DNTs) por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar. 1551 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância do HIV/AIDS em menores de 5 anos e da sífilis congênita em menores de 1 ano 1552 - Atingir a cobertura das quatro vacinas de pactuação interfederativa: penta, pneumo e pólio em crianças menores de 1 ano e tríplice viral em crianças de 1 ano. 1553 - Reduzir as epidemias de tuberculose. 1554 - Aumentar a cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados nos anos das Coortes. 1676 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância das hepatites virais com foco na prevenção à transmissão vertical.	Demanda da população atendida através da meta 778, onde foram realizadas oficinas e capacitações sobre o processo de Microplanejamento e atividades de Vacinação de Alta qualidade com técnicos dos municípios (Coordenadores de Imunização, da APS,Enfermeiros)para campanhas e ações de rotina, Continuidade do curso para aplicação da vacina BCG; Atualização para vacinação COVID,com os 167 municipios.Capacitação da campanha influenza com as regionais de saúde; Meta 1551, avaliação e atualização do Plano Estadual de Enfrentamento a Transmissão Vertical (TrV), distribuição de insumos de prevenção, Fórmula láctea infantil e Dispensação de cabergolina. Reuniões técnicas sobre linha de cuidado materno infantil em HIV/sífilis/hepatites virais; capacitações e implantações PrEP e PEP na rede assistencial, Ações de testagem para pessoas privadas de liberdade do Estado, garantindo o diagnóstico/tratamento precoce e adequado de HIV e outras ISTs. Meta 1552, Elaboração do Projeto Movimento vacina+potiguar com ações intersetoriais visando recuperação das coberturas vacinais. Curso, Capacitação, Oficina Microplanejamento para atividades de vacinação nos municípios de Extremoz, Parnamirim, Natal, São Gonçalo do Amarante, João Camara, Continuidade do Treinamento da aplicação da vacina BCG na maternidade Januário Cicco. Meta 1554, Rotina de monitoramento do acompanhamento das ações da Hanseníase, Acordo de Cooperação Técnica n° 4/2020 (ACT), entre a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, a Novartis Biociências S.A, Sociedade Brasileira de Dermatologia, Estado e Municípios (Pedro Velho, N. Cruz, Montanhas, São G. do Amarante, Mossoró, Parnamirim e Natal).Com capacitação em hanseníase p/ os prof. da atenção primária, médicos e enfermeiros -p/ o diagnóstico precoce da hanseníase e o tratamento oportuno.	778 - CONCLUÍDA 788 - EM ANDAMENTO 1551 - CONCLUÍDA 1552 - EM ANDAMENTO 1553 - EM ANDAMENTO 1554 - EM ANDAMENTO 1676 - VAZIO
157	Açu/Mossoró	Implementar ações de saúde, educação, profissionalização, promoção social, geração de renda e apoio à família	Rio Grande do Norte	SESAP	191	Promover o acesso da população à vida saudável, por meio da implantação do Programa RN + Saudável.	792 - Contribuir para combater todas as formas de desnutrição, incentivando a alimentação saudável, considerando crianças menores que cinco anos de idade e atendendo as necessidades nutricionais de adolescentes, mulheres grávidas, lactantes e idosos, portadores de doenças negligenciadas e povos tradicionais. 793 - Apoiar os Municípios no fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE) 794 - Implantar o Selo do programa RN+ Saudável. 795 - Apoiar a Adesão das SMS em cada ciclo do Programa PSE 797 - Fortalecer o Programa RN+Saudável, por meio do Comitê Gestor Institucional e o Comitê Gestor Territorial do Programa 807 - Contribuir para elaboração e implementação do Plano Estadual de prevenção às violências autoprovocadas. 1555 - Estabelecer parcerias entre entes públicos, filantrópicos e sociedade civil para desenvolver ações voltadas ao combate as doenças sensíveis as condições de empobrecimento. 1557 - Incentivar práticas voltadas ao estilo de vida ativo por meio de práticas corporais e atividades físicas 1558 - Realizar coletas relativas ao monitoramento ambiental de patógenos e contaminantes químicos de interesse em Saúde Ambiental, fomentando reduzir a morbimortalidade por doenças e agravos de transmissão hídrica 1559 - Fortalecer as políticas de promoção da equidade às populações vulneráveis de forma integrada, quilombolas, povos de matriz africana, indígenas, LGBTQI+, do Campo e Águas (pescadores),ciganos, em situação de rua e refugiados, ápatridas e migrantes. 1560 - Fomentar a articulação e integração das Políticas de desenvolvimento, assistência social e cultural, de segurança e de educação que promovam a qualidade de vida e o bem estar das pessoas. 1561 - Promover articulações com a vigilância das violências, nas regiões de saúde, apoiando ações coordenadas de	A demanda foi atendida através da meta 792, com ações de visando o combate a desnutrição, fortalecendo a virgilância alimentar e nutricional. Articulação com municipios das 6 Regionais de Saúde que não atingiram a meta de 80% do acompanhamento dos beneficiários com perfil saúde. Realização do I Fórum Estadual de Alimentação e Nutrição na APS 2023 (com foco na intersetorialidade e gestão e uso dos recursos financeiros de alimentação e nutrição). Foi realizado o Simpósio Estadual de Vigilância Nutricional com o tema: Fortalecendo a Vigilância Alimentar e Nutricional nas Terras Potiguares; seminário intersetorial do PBF e SEC; reunião com GTI-PBF mensal, PSE + DPIPS + PNAE, COSEMS; encontro anual do Programa Bolsa Família e o seu impacto na saúde e participação no encontro regional da CAISAN. Meta 793, realização dos eventos: Encontro Macrorregional do PSE, visando qualificar os municípios do RN quanto a execução das ações do Programa Saúde na escola com foco no planejamento e realização das ações de forma intersetorial, visando alinhar as ações do programa de acordo com as mudanças neste ciclo e promover o compartilhamento de ações trabalhadas nas escolas, assegurando a troca de informações, estratégias e conhecimentos. Realização de reunião com as regionais de saúde e educação para discutir estratégicas de prevenção das situações de violência autoprovocadas,interpessoais e de saúde mental que afloram nas escolas. Oficina Temática: sala de Situação dos Indicadores de SSSR de Adolescentes.	792- CONCLUÍDA 793 - CONCLUÍDA 794 - EM ANDAMENTO 795 - CONCLUÍDA 797 - PARALISADA 807 - NÃO INICIADO 1555 - EM ANDAMENTO 1557 - NÃO INICIADO 1558 - PARALISADA 1559 - EM ANDAMENTO 1560 - EM ANDAMENTO 1561 - VAZIO 1673 - VAZIO 1674 - VAZIO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023

Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
159	Açu/Mossoró	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios, abrangendo: Urgências e emergências: traumatológicas, cardiovasculares e clínicas (adultos e crianças), com a qualificação da organização e da gestão da Rede de Urgência e Emergência Atenção obstétrica e ginecológica, com efetivação da Rede Cegonha Cuidados integrados em saúde mental, com ampliação dos serviços e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS Cuidados especializados ambulatoriais e apoio diagnóstico laboratorial, imagens, métodos clínicos-, com implantação de Centros de Atenção Integral, nos moldes de Policlínicas, que trabalhem em matriciamento com a Atenção Básica e a Atenção Hospitalar Cirurgias e internações em áreas básicas, com redução do tempo de espera, mediante a reestruturação e qualificação dos Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar Assistência farmacêutica, no âmbito de uma Política Estadual de Assistência Farmacêutica, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes Reabilitação em saúde, com a implantação da Rede de Atenção às Pessoas com deficiência, tendo por base os serviços e Centros Especializados em Reabilitação existentes e a serem construídos Saúde bucal, reativando as diretrizes do BRASIL SORRIDENTE, com ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões Práticas Integrativas e Complementares, com implementação das ações na Atenção Básica e em serviços especializados	Rio Grande do Norte	SESAP	247	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios	964 - Ampliar a cobertura da Triagem Auditiva Neonatal (TAN ou teste da orelhinha). 966 - Ofertar aos usuários ostomizados e/ou incontinentes urinários e/ou fecais, a concessão de insumos de saúde (bolsas e adjuvantes) e atendimentos especializados por equipe multidisciplinar, nos CER habilitados na modalidade física. 971 - Apoiar tecnicamente a habilitação junto ao Ministério da Saúde de 01 (uma) oficina ortopédica itinerante para compor a RCSPD na 3ª região de saúde 972 - Apoiar tecnicamente a construção e habilitação de três oficinas ortopédicas fixas, junto ao Ministério da Saúde para a 3ª e 7ª regiões de saúde. 983 - Implantar as Policlínicas Regionais, em parceria com os municípios, em gestão consorciada. 1569 - Ampliar e qualificar a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do RN, através da Ampliação de Modalidades dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) já existentes 1570 - Prestar atendimento em todas as áreas de reabilitação, através de equipe multiprofissional com prescrição, concessão e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM). 1571 - Aumentar a cobertura de CAPS em 25% após 4 anos, considerando o ano-base 2019. 1572 - Melhorar os padrões sanitários e da infraestrutura da hemorrede. 1573 - Fornecer assistência hematológica e hemoterápica à população. 1574 - Fortalecer a Política de Saúde Bucal, estimulando os municípios a ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões de saúde. 1678 - Implantar e qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjunto de ações de saúde. 1679 - Apoiar tecnicamente junto ao MS os pleitos de construção, reforma e habilitação de 16 (dezesseis) CER nas modalidades II, III e IV, conforme desenho regional de cada região.	Demanda atendida através da meta 983, com a implantação da policlínica do seridó, em parceria com o município de Caicó, em processo seletivo de RH, capacitação inicial para atuação na unidade. Meta 1569, com a ampliação dos Centros Especializados em Reabilitação (CER), em São José de mipibú, Currais Novos e na Clínica Heitor Carrilho. Meta 1571, visando a ampliação da RAPS, todas as regiões de saúde aprovaram em CIR a planilha dos Planos de Ação Regional, que está aguardando o envio de projetos e propostas pelos municípios para análise do Nucleo Estadual de Saúde Mental. Meta 1574, ações realizadas em diversos municípios do RN, Fórum Estadual de Saúde Bucal na APS do RN, capacitações, visitas técnicas, levando os dados necessários para análise da cobertura de saúde bucal do indicador ligado ao previne Brasil.	964 - EM ANDAMENTO 966 - EM ANDAMENTO 971 - EM ANDAMENTO 972 - EM ANDAMENTO 983 - EM ANDAMENTO 1569 - CONCLUÍDA 1570 - EM ANDAMENTO 1571 - EM ANDAMENTO 1572 - EM ANDAMENTO 1573 - EM ANDAMENTO 1574 - EM ANDAMENTO 1678 - VAZIO 1679 - VAZIO
161	Açu/Mossoró	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios, abrangendo: Urgências e emergências: traumatológicas, cardiovasculares e clínicas (adultos e crianças), com a qualificação da organização e da gestão da Rede de Urgência e Emergência Atenção obstétrica e ginecológica, com efetivação da Rede Cegonha Cuidados integrados em saúde mental, com ampliação dos serviços e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS Cuidados especializados ambulatoriais e apoio diagnóstico laboratorial, imagens, métodos clínicos-, com implantação de Centros de Atenção Integral, nos moldes de Policlínicas, que trabalhem em matriciamento com a Atenção Básica e a Atenção Hospitalar Cirurgias e internações em áreas básicas, com redução do tempo de espera, mediante a reestruturação e qualificação dos Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar Assistência farmacêutica, no âmbito de uma Política Estadual de Assistência Farmacêutica, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes Reabilitação em saúde, com a implantação da Rede de Atenção às Pessoas com deficiência, tendo por base os serviços e Centros Especializados em Reabilitação existentes e a serem construídos Saúde bucal, reativando as diretrizes do BRASIL SORRIDENTE, com ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões Práticas Integrativas e Complementares, com implementação das ações na Atenção Básica e em serviços especializados	Rio Grande do Norte	SESAP	279	Elaborar e implementar programa de investimentos na rede de saúde, incluindo a construção, reforma, ampliação de equipamentos, para tornar os serviços públicos do RN compatíveis com os padrões de qualidade já alcançados em outras realidades próximas.	1587 - Qualificar a infraestrutura da SESAP, reformando, ampliando e/ou construindo as diferentes estruturas (Nível Central, Unidades Regionais de Saúde Pública, Escola de Saúde Pública, CEFOPE, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Unidades de Referência e Hospitalares, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos 1588 - Qualificar a infraestrutura da SESAP, adquirindo equipamentos e realizando manutenção preventiva e corretiva nos já existentes (Nível Central, Unidades Regionais de Saúde pública, Escola de Saúde Pública, CEFOPE, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Unidades de Referência e Hospitalares, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e coeficiência, com a finalidade de obter economia. 1589 - Reestruturar e qualificar os Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar. 1668 - Promover a modernização da rede, por meio de soluções de informática no ambiente da Saúde, incluindo aquisição e manutenções de computadores, expansão da rede de dados, além do desenvolvimento de sistemas que garantam a celeridade nos processos e projetos de bens e serviços da Saúde.	Demanda atendida através da meta 1589, com ações para a elaboração da política de Atenção Hospitalar, avaliação e validação de dados, bem como, atualização de produções das unidades hospitalares, está previsto oficinas nas macrorregiões de saúde do RN, conforme a PAS p/ melhor análise territorial e construção do instrumento.	1587 - EM ANDAMENTO 1588 - EM ANDAMENTO 1589 - EM ANDAMENTO 1668 - VAZIO
163	Açu/Mossoró	Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios	Rio Grande do Norte	SESAP	248	Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios.	992 - Implantar o apoio integrado aos municípios. 993 - Apoiar os municípios na expansão do Serviço de Atenção Domiciliar.	Demanda da população atendida através da meta 992, com apoio aos municípios da 4ª região de saúde nas fases/etapas de execução do Proj Planifica SUS; Qualificação e aperfeiçoamento de profissionais da APS, visita técnica com a equipe da Rede de Atenção a Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas/RASPDC a Unidade Básica de Saúde no município de Natal p/ discussão dos fluxos e manejo de HAS no âmbito da APS, realização das ações junto aos municípios com o objetivo de fortalecimento da APS, por meio das diversas áreas técnicas da SAPS. Meta 993, com a expansão do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), acompanhamento de proposta de habilitação dos SADs nos municípios de Canguaretama, João Camara e São Gonçalo do Amarante, acompanhamento da programação de eventos de educação em saúde voltado p/ os SADs municipais já habilitados ou que podem se habilitados; encaminhamento junto ao MS p/ apoio de progresso da atenção domiciliar no estado do RN. Continuidade das programações p/ implementação no RN acerca das ações da nova portaria nacional de atenção domiciliar.	992 - EM ANDAMENTO 993 - EM ANDAMENTO
165	Açu/Mossoró	Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios	Rio Grande do Norte	SESAP	271	Qualificar e aumentar a efetividade e a resolutividade da Atenção Primária, com a ampliação das práticas e do apoio diagnóstico, e articulação com a Atenção Especializada, mediante apoio técnico ao planejamento e gestão, avaliação, oferta de educação permanente aos profissionais e suporte em equipamentos aos municípios.	1066 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os profissionais desaúde para as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas. 1067 - Implantar e/ou reativar as Comissões Integração Ensino Serviço(CIES) regionais. 1069 - Apoiar a inserção no Plano de Ações Regional de Educação Permanente em Saúde (PAREPS) das Regiões de Saúde do RN, e nas ações de integração ensino-serviço voltadas aos profissionais da Rede de Atenção à Saúde. 1585 - Realizar nomeação do concurso público vigente e realizar novo concurso público com ênfase na gestão e atenção integral à saúde, para provimento de 5.000 vagas.	A demanda da população foi atendida através da meta 1067, com a realização de 2 agendas com a 2ª e 3ª Região de Saúde cujas pautas prioritárias direcionaram ações p/ implementação das CIES Regionais e agendas de discussões na CIES Estadual. Meta 1069, realizado estratégias de melhoria dos processos de trabalho integrado, por meio da criação do Sistema SUEDS que irá poiar nos proc. de trabalho da Política de Educação Permanente em Saúde, acomp. aos NUREPS e executados os colegiados integrados (NUREPS e NEPS). A proposta dos colegiados é ser regionalizada p/ fortalecer a regio. da Saúde e apoiar alguns municípios no núcleo de edu. perm. em saúde.	1066 - PARALISADA 1067 - EM ANDAMENTO 1069 - EM ANDAMENTO 1585 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
167	Açu/Mossoró	Instituir práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, sendo profissionalizada e assentada na regionalização, e que aprimore os mecanismos de regulação, contratualização e avaliação de desempenho das instâncias, serviços e profissionais, com informatização e atualização dos processos administrativos	Rio Grande do Norte	SESAP	265	Aprimorar práticas de planejamento e gestão no SUS estadual, assentada na regionalização.	1029 - Instituir o projeto de apoio institucional nas dimensões da gestão e do cuidado nos serviços. 1030 - Estimular a utilização e integração das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no Estado com ênfase no território da Região de Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão. 1032 - Estruturar e regulamentar a gestão colegiada no Nível central, regionais e serviços.	Demanda da população atendida através da meta 1029, onde foi realizada uma oficina com as Regionais de saúde para a construção da agenda de apoio institucional,que está em discussão com a gestão da SESAP.Em processo de discussão com a Escola de saúde Pública a formatação de um projeto de Apoio Institucional para a SESAP,iniciando pelo Nível Central e em seguida se estendendo às regiões de saúde. Meta 1030, processo de construção do PES da SESAP, finalizado junto às áreas téc. desta citada, bem como apresentação e aprovação pelo CES RN. A peça consolidada com o produto das demais secretarias encontra-se em revisão pela UPLANISUS. No que concerne ao apoio institucional aos municípios, este continua sendo realizado quando acionados. Ademais, a PAS continua em finalização. Meta 1032, construção do Plano Estadual da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, com a participação de técnicos das áreas, onde está previsto a implantação de dispositivos colegiados em todas as instâncias gestoras do SUS Estadual.	1029 - EM ANDAMENTO 1030 - CONCLUÍDA 1032 - CONCLUÍDA
169	Açu/Mossoró	Implantar uma política de consórcios, de base regional, que assegure uma integração de recursos (União, Governo do Estado e Municípios) na organização e gestão das ações de saúde em cada região, com racionalização na utilização dos recursos, melhoria da eficácia/eficiência/efetividade do sistema	Rio Grande do Norte	SESAP	275	Aprimorar a destinação e a utilização eficiente dos recursos estaduais e municipais (via consórcios) no fortalecimento da rede pública.	1073 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais que funcione com eficiência e permita a realização no tempo indicado dos procedimentos de saúde adequados aos cuidados de cada paciente. 1592 - Viabilizar a implantação do serviço de transporte sanitário intermunicipal nas regiões de saúde.	Demanda da população atendida através da meta 1592, com implantação deste serviço por gestão dos consórcio interfederativos não há previsão, visto que foi iniciado pelas policlínicas. A SESAP recebeu por meio do projeto governo cidadão, 29 ambulâncias, que integrará o sistema de transportes sanitário nas unidades hospitalares da rede estadual.	1073 - NÃO INICIADO 1592 - EM ANDAMENTO
171	Açu/Mossoró	Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil	Rio Grande do Norte	SESAP	179	Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil.	655 - Reduzir as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos. 694 - Aprimorar os processos e os instrumentos de notificação e de vigilância de óbitos e agravos à saúde, com a atualização e informatização dos procedimentos de registro. 695 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão 1547 - Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos. 1548 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância da sífilis congênita prevenção à transmissão vertical. 1549 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança, implementando a Rede Cegonha, nas regiões de saúde, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade. 1677 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para implantação das profilaxias PrEP e PEP em todas as regiões de saúde, diminuindo as barreiras de acesso.	Demanda da população atendida através da meta 655, através do monitoramento das investigações dos óbitos infantis; Participação nas reuniões do CEPMMIF; Participação nas reuniões do comitê de Transmissão Vertical da SESAP/RN; Apoio ás referências tècnicas das Regionais para a VO e do processo de investigação, cumprindo a determinação da Portaria nº116/2029;Reuniões sobre ações e processo de trabalho da VO. Meta 1547, realização de reunião de apoio ao comitê de mortalidade materno/infantil para elaboração do regimento interno, atualização do Manual de Vigilância do Óbito Infantil e Fetal, discussão e encerramento do óbito materno -Serra Negra do Norte e Parnamirim, apoio técnico e participação em oficina de vigilância do óbito e preenchimento da declaração de óbito (parnamirim e macaíba)	655 - EM ANDAMENTO 694 - EM ANDAMENTO 695 - EM ANDAMENTO 1547 - EM ANDAMENTO 1548 - CONCLUÍDA 1549 - EM ANDAMENTO 1677 - VAZIO
173	Açu/Mossoró	Garantir e qualificar o acesso aos medicamentos	Rio Grande do Norte	SESAP	256	Ampliar e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito de uma Política Estadual, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes	1009 - Ampliar o componente especializado nas regiões de saúde. 1010 - Expandir o Sistema Hórus para todas as regiões de saúde, por meio da capacitação dos gestores e profissionais para o gerenciamento e execução do sistema. 1012 - Prestar cooperação técnica e financeira aos municípios no desenvolvimento das suas atividades e ações relativas à assistência farmacêutica. 1014 - Atualizar a relação estadual de medicamentos, com base na Rename, e em conformidade com o perfil epidemiológico do estado. 1577 - Institucionalizar a política de assistência Farmacêutica no âmbito do RN 1578 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos. 1579 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, com foco na garantia e ampliação do abastecimento dos Componentes da Assistência Farmacêutica e das unidades da rede SESAP.	Demanda da população atendida através da meta 1010, com a realização contínua de treinamento e suporte ao sistema Hórus pelo setor de suporte na UNICAT. Meta 1014, atualização da relação estadual de medicamentos, aguardando a publicação da portaria que institui a CFT e revoga as anteriores para publicação da RESME. Meta 1577, realização de visita técnica nas farmácias hospitalares da rede SESAP. Meta 1578, foram realizadas capacitações em 4 temas vinculados à logística de medicamentos pelo NEP UNICAT, além de qualificações no formato online e com conteúdo voltado a qualificação do servidor. Meta 1579, Melhorado o processo de aquisição, feito processo de compra direta p/ garantir abastecimento (abas). Realizada a articulação via Gabinete, DPLAN e FES p/ melhorar a disponibilidade de orçamento de financeiro p/ garantir o abastecimento. Abs. CEAF 59% e HOSP. 70%. Além de muitos problemas na garantia de continuidade de abas. por falta de financeiro.	1009 - EM ANDAMENTO 1010 - EM ANDAMENTO 1012 - EM ANDAMENTO 1014 - EM ANDAMENTO 1577 - EM ANDAMENTO 1578 - EM ANDAMENTO 1579 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
175	Açu/Mossoró	Ampliar e qualificar a vigilância em saúde e assistência farmacêutica	Rio Grande do Norte	SESAP	256	Ampliar e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito de uma Política Estadual, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes	1009 - Ampliar o componente especializado nas regiões de saúde. 1010 - Expandir o Sistema Hórus para todas as regiões de saúde, por meio da capacitação dos gestores e profissionais para o gerenciamento e execução do sistema. 1012 - Prestar cooperação técnica e financeira aos municípios no desenvolvimento das suas atividades e ações relativas à assistência farmacêutica. 1014 - Atualizar a relação estadual de medicamentos, com base na Rename, e em conformidade com o perfil epidemiológico do estado. 1577 - Institucionalizar a política de assistência Farmacêutica no âmbito do RN 1578 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos. 1579 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, com foco na garantia e ampliação do abastecimento dos Componentes da Assistência Farmacêutica e das unidades da rede SESAP.	Demanda da população atendida através da meta 1010, com a realização contínua de treinamento e suporte ao sistema Hórus pelo setor de suporte na UNICAT. Meta 1012, estruturação dos módulos que serão abordados na capacitação Meta 1014, atualização da relação estadual de medicamentos, aguardando a publicação da portaria que institui a CFT e revoga as anteriores para publicação da RESME. Meta 1577, realização de visita técnica nas farmácias hospitalares da rede SESAP. Meta 1578, foram realizadas capacitações em 4 temas vinculados à logística de medicamentos pelo NEP UNICAT, além de qualificações no formato online e com conteúdo voltado a qualificação do servidor. Meta 1579, Melhorado o processo de aquisição, feito processo de compra direta p/ garantir abastecimento (abas). Realizada a articulação via Gabinete, DPLAN e FES p/ melhorar a disponibilidade de orçamento de financeiro p/ garantir o abastecimento. Abs. CEAF 59% e HOSP. 70%. Além de muitos problemas na garantia de continuidade de abas. por falta de financeiro.	1009 - EM ANDAMENTO 1010 - EM ANDAMENTO 1012 - EM ANDAMENTO 1014 - EM ANDAMENTO 1577 - EM ANDAMENTO 1578 - EM ANDAMENTO 1579 - EM ANDAMENTO
177	Açu/Mossoró	Apoiar o processo de regionalização da atenção materno-infantil e obstétrica/neonatal nos moldes das diretrizes e protocolos da Rede Cegonha	Rio Grande do Norte	SESAP	266	Organizar sistema de apoio à gestão e aos municípios: com vistas ao processo de regionalização	1034 - Encorajar e promover a formação de alianças eficazes nas esferas pública, público-privada e com a sociedade civil, aproveitando a experiência e as estratégias. 1035 - Implantar o projeto de Apoio Integrado às Regionais de Saúde e as Comissões Inter gestores Regionais (CIRs), com vistas a fortalecer e ampliar a construção coletiva e participativa da gestão do SUS. 1036 - Implantar o Projeto Planificação da Atenção à Saúde - PlanificaSUS.	Demanda pode ter sido atendida através da meta 1035, renovação do período de vigência do projeto de incentivo financeiro de custeio p/ o aprimoramento das ações da gestão, planejamento e regionalização da saúde do RN, visando à organização e à governança da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS, conforme portaria n° 3036 de 11 de novembro de 2020. O projeto tem seu período final de vigência em dezembro/2023. Atendimento de forma indireta.	1034 - 1035 - 1036
179	Açu/Mossoró	Participar e fortalecer os Comitês Estaduais e Municipais de Prevenção e Combate à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal	Rio Grande do Norte	SESAP	179	Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil.	655 - Reduzir as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos. 694 - Aprimorar os processos e os instrumentos de notificação e de vigilância de óbitos e agravos à saúde, com a atualização e informatização dos procedimentos de registro. 695 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão 1547 - Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos. 1548 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância da sífilis congênita prevenção à transmissão vertical. 1549 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança, implementando a Rede Cegonha, nas regiões de saúde, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade. 1677 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para implantação das profilaxias PrEP e PEP em todas as regiões de saúde, diminuindo as barreiras de acesso.	Demanda da população atendida através da meta 655, através do monitoramento das investigações dos óbitos infantis; Participação nas reuniões do CEPMMIF; Participação nas reuniões do comitê de Transmissão Vertical da SESAP/RN; Apoio ás referências técnicas das Regionais para a VO e do processo de investigação, cumprindo a determinação da Portaria nº116/2029;Reuniões sobre ações e processo de trabalho da VO. Meta 1547, realização de reunião de apoio ao comitê de mortalidade materno/infantil para elaboração do regimento interno, atualização do Manual de Vigilância do Óbito Infantil e Fetal, discussão e encerramento do óbito materno -Serra Negra do Norte e Parnamirim, apoio técnico e participação em oficina de vigilância do óbito e preenchimento da declaração de óbito (parnamirim e macaíba)	655 - EM ANDAMENTO 694 - EM ANDAMENTO 695 - EM ANDAMENTO 1547 - EM ANDAMENTO 1548 - CONCLUÍDA 1549 - EM ANDAMENTO 1677 - VAZIO
181	Açu/Mossoró	Estimular a implantação de mecanismo de controle social, objetivando coibir práticas de violência institucional, com ênfase para a obstétrica em maternidades, e àquelas que expressam o preconceito relativo à lesbofobia, bifobia e transfobia	Rio Grande do Norte	SESAP	286	Fortalecer as práticas de Controle Social no Sistema Único de Saúde.	1086 - Apoiar as Conferências de Saúde reconhecendo seu papel na avaliação da situação de saúde e na proposição das diretrizes para a formulação da política de saúde. 1087 - Viabilizar a garantia do direito ao acesso às informações públicas produzidas pelo órgão e possibilitar a transparência destas informações por meio do canal e-SIC, submetendo ao prazo elencado na Lei de Acesso à informação - 12.527/11. 1090 - Fortalecer a Ouvidoria do SUS, por meio das sub redes pertencentes as regiões de saúde do RN, visando a ampliação da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. 1091 - Fortalecer a Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos. 1093 - Estimular e apoiar os Conselhos de Saúde Estadual e Municipais na articulação para a criação dos Fóruns Locais de Saúde. 1667 - Garantir o acesso ao usuário as manifestações perante a Administração Pública acerca da prestação de serviços públicos, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos na	A demanda não tem relação com as metas vinculadas.	1086 - CONCLUÍDA 1087 - CONCLUÍDA 1090 - EM ANDAMENTO 1091 - CONCLUÍDA 1093 - CONCLUÍDA 1667 - VAZIO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
183	Mato Grande	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios, abrangendo: Urgências e emergências: traumatológicas, cardiovasculares e clínicas (adultos e crianças), com a qualificação da organização e da gestão da Rede de Urgência e Emergência Atenção obstétrica e ginecológica, com efetivação da Rede Cegonha Cuidados integrados em saúde mental, com ampliação dos serviços e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS Cuidados especializados ambulatoriais e apoio diagnóstico laboratorial, imagens, métodos clínicos-, com implantação de Centros de Atenção Integral, nos moldes de Policlínicas, que trabalhem em matriciamento com a Atenção Básica e a Atenção Hospitalar Cirurgias e internações em áreas básicas, com redução do tempo de espera, mediante a reestruturação e qualificação dos Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar Assistência farmacêutica, no âmbito de uma Política Estadual de Assistência Farmacêutica, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes Reabilitação em saúde, com a implantação da Rede de Atenção às Pessoas com deficiência, tendo por base os serviços e Centros Especializados em Reabilitação existentes e a serem construídos Saúde bucal, reativando as diretrizes do BRASIL SORRIDENTE, com ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões Práticas Integrativas e Complementares, com implementação das ações na Atenção Básica e em serviços especializados	Rio Grande do Norte	SESAP	247	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios.	964 - Ampliar a cobertura da Triagem Auditiva Neonatal (TAN ou teste da orelhinha). 966 - Ofertar aos usuários ostomizados e/ou incontinentes urinários e/ou fecais, a concessão de insumos de saúde (bolsas e adjuvantes) e atendimentos especializados por equipe multidisciplinar, nos CER habilitados na modalidade física. 971 - Apoiar tecnicamente a habilitação junto ao Ministério da Saúde de 01 (uma) oficina ortopédica itinerante para compor a RCSPD na 3ª região de saúde 972 - Apoiar tecnicamente a construção e habilitação de três oficinas ortopédicas fixas, junto ao Ministério da Saúde para a 3ª e 7ª regiões de saúde. 983 - Implantar as Policlínicas Regionais, em parceria com os municípios, em gestão consorciada. 1569 - Ampliar e qualificar a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do RN, através da Ampliação de Modalidades dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) já existentes 1570 - Prestar atendimento em todas as áreas de reabilitação, através de equipe multiprofissional com prescrição, concessão e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM). 1571 - Aumentar a cobertura de CAPS em 25% após 4 anos, considerando o ano-base 2019. 1572 - Melhorar os padrões sanitários e da infraestrutura da hemorrede. 1573 - Fornecer assistência hematológica e hemoterápica à população. 1574 - Fortalecer a Política de Saúde Bucal, estimulando os municípios a ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões de saúde. 1678 - Implantar e qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjunto de ações de saúde. 1679 - Apoiar tecnicamente junto ao MS os pleitos de construção, reforma e habilitação de 16 (dezesseis) CER nas modalidades II, III e IV, conforme desenho regional de cada região.	Demanda atendida através da meta 983, com a implantação da policlínica do seridó, em parceria com o município de Caicó, em processo seletivo de RH, capacitação inicial para atuação na unidade. Meta 1569, com a ampliação dos Centros Especializados em Reabilitação (CER), em São José de mipibú, Currais Novos e na Clínica Heitor Carrilho. Meta 1571, visando a ampliação da RAPS, todas as regiões de saúde aprovaram em CIR a planilha dos Planos de Ação Regional, que está aguardando o envio de projetos e propostas pelos municípios para análise do Nucleo Estadual de Saúde Mental. Meta 1574, ações realizadas em diversos municípios do RN, Fórum Estadual de Saúde Bucal na APS do RN, capacitações, visitas técnicas, levando os dados necessários para análise da cobertura de saúde bucal do indicador ligado ao previne Brasil.	964 - EM ANDAMENTO 966 - EM ANDAMENTO 971 - EM ANDAMENTO 972 - EM ANDAMENTO 983 - EM ANDAMENTO 1569 - CONCLUÍDA 1570 - EM ANDAMENTO 1571 - EM ANDAMENTO 1572 - EM ANDAMENTO 1573 - EM ANDAMENTO 1574 - EM ANDAMENTO 1678 - VAZIO 1679 - VAZIO
185	Mato Grande	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios, abrangendo: Urgências e emergências: traumatológicas, cardiovasculares e clínicas (adultos e crianças), com a qualificação da organização e da gestão da Rede de Urgência e Emergência Atenção obstétrica e ginecológica, com efetivação da Rede Cegonha Cuidados integrados em saúde mental, com ampliação dos serviços e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS Cuidados especializados ambulatoriais e apoio diagnóstico laboratorial, imagens, métodos clínicos-, com implantação de Centros de Atenção Integral, nos moldes de Policlínicas, que trabalhem em matriciamento com a Atenção Básica e a Atenção Hospitalar Cirurgias e internações em áreas básicas, com redução do tempo de espera, mediante a reestruturação e qualificação dos Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar Assistência farmacêutica, no âmbito de uma Política Estadual de Assistência Farmacêutica, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes Reabilitação em saúde, com a implantação da Rede de Atenção às Pessoas com deficiência, tendo por base os serviços e Centros Especializados em Reabilitação existentes e a serem construídos Saúde bucal, reativando as diretrizes do BRASIL SORRIDENTE, com ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões Práticas Integrativas e Complementares, com implementação das ações na Atenção Básica e em serviços especializados	Rio Grande do Norte	SESAP	279	Elaborar e implementar programa de investimentos na rede de saúde, incluindo a construção, reforma, ampliação de equipamentos, para tornar os serviços públicos do RN compatíveis com os padrões de qualidade já alcançados em outras realidades próximas.	1587 - Qualificar a infraestrutura da SESAP, reformando, ampliando e/ou construindo as diferentes estruturas (Nível Central, Unidades Regionais de Saúde Pública, Escola de Saúde Pública, CEFOPE, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Unidades de Referência e Hospitalares, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos 1588 - Qualificar a infraestrutura da SESAP, adquirindo equipamentos e realizando manutenção preventiva e corretiva nos já existentes (Nível Central, Unidades Regionais de Saúde pública, Escola de Saúde Pública, CEFOPE, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Unidades de Referência e Hospitalares, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e coeficiência, com a finalidade de obter economia. 1589 - Reestruturar e qualificar os Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar. 1668 - Promover a modernização da rede, por meio de soluções de informática no ambiente da Saúde, incluindo aquisição e manutenções de computadores, expansão da rede de dados, além do desenvolvimento de sistemas que garantam a celeridade nos processos e projetos de bens e serviços da Saúde.	Demanda atendida através da meta 1589, com ações para a elaboração da política de Atenção Hospitalar, avaliação e validação de dados, bem como, atualização de produções das unidades hospitalares, está previsto oficinas nas macrorregiões de saúde do RN, conforme a PAS p/ melhor análise territorial e construção do instrumento.	1587 - EM ANDAMENTO 1588 - EM ANDAMENTO 1589 - EM ANDAMENTO 1668 - VAZIO
187	Mato Grande	Implantar uma política de consórcios, de base regional, que assegure uma integração de recursos (União, Governo do Estado e Municípios) na organização e gestão das ações de saúde em cada região, com racionalização na utilização dos recursos, melhoria da eficácia/eficiência/efetividade do sistema	Rio Grande do Norte	SESAP	275	Aprimorar a destinação e a utilização eficiente dos recursos estaduais e municipais (via consórcios) no fortalecimento da rede pública.	1073 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais que funcione com eficiência e permita a realização no tempo indicado dos procedimentos de saúde adequados aos cuidados de cada paciente. 1592 - Viabilizar a implantação do serviço de transporte sanitário intermunicipal nas regiões de saúde.	Demanda da população atendida através da meta 1592, com implantação deste serviço por gestão dos consórcio interfederativos não há previsão, visto que foi iniciado pelas policlínicas. A SESAP recebeu por meio do projeto governo cidadão, 29 ambulâncias, que integrará o sistema de transportes sanitário nas unidades hospitalares da rede estadual.	1073 - NÃO INICIADO 1592 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
189	Mato Grande	MTG10 - Regular a implantação dos parques eólicos; Fortalecer o Programa Saúde na Escola (PSE)	Rio Grande do Norte	SESAP	191	Promover o acesso da população à vida saudável, por meio da implantação do Programa RN + Saudável.	792 - Contribuir para combater todas as formas de desnutrição, incentivando a alimentação saudável, considerando crianças menores que cinco anos de idade e atendendo as necessidades nutricionais de adolescentes, mulheres grávidas, lactantes e idosos, portadores de doenças negligenciadas e povos tradicionais. 793 - Apoiar os Municípios no fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE) 794 - Implantar o Selo do programa RN+ Saudável. 795 - Apoiar a Adesão das SMS em cada ciclo do Programa PSE 797 - Fortalecer o Programa RN+Saudável, por meio do Comitê Gestor Institucional e o Comitê Gestor Territorial do Programa 807 - Contribuir para elaboração e implementação do Plano Estadual de prevenção às violências autoprovocadas. 1555 - Estabelecer parcerias entre entes públicos, filantrópicos e sociedade civil para desenvolver ações voltadas ao combate as doenças sensíveis as condições de empobrecimento. 1557 - Incentivar práticas voltadas ao estilo de vida ativo por meio de práticas corporais e atividades físicas 1558 - Realizar coletas relativas ao monitoramento ambiental de patógenos e contaminantes químicos de interesse em Saúde Ambiental, fomentando reduzir a morbimortalidade por doenças e agravos de transmissão hídrica 1559 - Fortalecer as políticas de promoção da equidade às populações vulneráveis de forma integrada, quilombolas, povos de matriz africana, indígenas, LGBTQI+, do Campo e Águas (pescadores),ciganos, em situação de rua e refugiados, ápatridas e migrantes. 1560 - Fomentar a articulação e integração das Políticas de desenvolvimento, assistência social e cultural, de segurança e de educação que promovam a qualidade de vida e o bem estar das pessoas. 1561 - Promover articulações com a vigilância das violências, nas regiões de saúde, apoiando ações coordenadas de controle e combate as suas causas, com ênfase nos agravos produzidos por acidentes de	Demanda da população atendida através da meta 793, através da realização dos eventos: Encontro Macrorregional do PSE, visando qualificar os municípios do RN quanto a execução das ações do Programa Saúde na escola com foco no planejamento e realização das ações de forma intersetorial, visando alinhar as ações do programa de acordo com as mudanças neste ciclo e promover o compartilhamento de ações trabalhadas nas escolas, assegurando a troca de informações, estratégias e conhecimentos. Realização de reunião com as regionais de saúde e educação para discutir estratégicas de prevenção das situações de violência autoprovocadas,interpessoais e de saúde mental que afloram nas escolas. Oficina Temática: sala de Situação dos Indicadores de SSSR de Adolescentes.	792- CONCLUÍDA 793 - CONCLUÍDA 794 - EM ANDAMENTO 795 - CONCLUÍDA 797 - PARALISADA 807 - NÃO INICIADO 1555 - EM ANDAMENTO 1557 - NÃO INICIADO 1558 - PARALISADA 1559 - EM ANDAMENTO 1560 - EM ANDAMENTO 1561 - VAZIO 1673 - VAZIO 1674 - VAZIO
191	Sertão do Apodi	Implementar ações de saúde, educação, profissionalização, promoção social, geração de renda e apoio à família	Rio Grande do Norte	SESAP	191	Promover o acesso da população à vida saudável, por meio da implantação do Programa RN + Saudável.	792 - Contribuir para combater todas as formas de desnutrição, incentivando a alimentação saudável, considerando crianças menores que cinco anos de idade e atendendo as necessidades nutricionais de adolescentes, mulheres grávidas, lactantes e idosos, portadores de doenças negligenciadas e povos tradicionais. 793 - Apoiar os Municípios no fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE) 794 - Implantar o Selo do programa RN+ Saudável. 795 - Apoiar a Adesão das SMS em cada ciclo do Programa PSE 797 - Fortalecer o Programa RN+Saudável, por meio do Comitê Gestor Institucional e o Comitê Gestor Territorial do Programa 807 - Contribuir para elaboração e implementação do Plano Estadual de prevenção às violências autoprovocadas. 1555 - Estabelecer parcerias entre entes públicos, filantrópicos e sociedade civil para desenvolver ações voltadas ao combate as doenças sensíveis as condições de empobrecimento. 1557 - Incentivar práticas voltadas ao estilo de vida ativo por meio de práticas corporais e atividades físicas 1558 - Realizar coletas relativas ao monitoramento ambiental de patógenos e contaminantes químicos de interesse em Saúde Ambiental, fomentando reduzir a morbimortalidade por doenças e agravos de transmissão hídrica 1559 - Fortalecer as políticas de promoção da equidade às populações vulneráveis de forma integrada, quilombolas, povos de matriz africana, indígenas, LGBTQI+, do Campo e Águas (pescadores),ciganos, em situação de rua e refugiados, ápatridas e migrantes. 1560 - Fomentar a articulação e integração das Políticas de desenvolvimento, assistência social e cultural, de segurança e de educação que promovam a qualidade de vida e o bem estar das pessoas. 1561 - Promover articulações com a vigilância das violências, nas regiões de saúde, apoiando ações coordenadas de	A demanda foi atendida através da meta 792, com ações de visando o combate a desnutrição, fortalecendo a virgilância alimentar e nutricional. Articulação com municipios das 6 Regionais de Saúde que não atingiram a meta de 80% do acompanhamento dos beneficiários com perfil saúde. Realização do I Fórum Estadual de Alimentação e Nutrição na APS 2023 (com foco na intersetorialidade e gestão e uso dos recursos financeiros de alimentação e nutrição). Foi realizado o Simpósio Estadual de Vigilância Nutricional com o tema: Fortalecendo a Vigilância Alimentar e Nutricional nas Terras Potiguares; seminário intersetorial do PBF e SEC; reunião com GTI-PBF mensal, PSE + DPIPS + PNAE, COSEMS; encontro anual do Programa Bolsa Família e o seu impacto na saúde e participação no encontro regional da CAISAN. Meta 793, realização dos eventos: Encontro Macrorregional do PSE, visando qualificar os municípios do RN quanto a execução das ações do Programa Saúde na escola com foco no planejamento e realização das ações de forma intersetorial, visando alinhar as ações do programa de acordo com as mudanças neste ciclo e promover o compartilhamento de ações trabalhadas nas escolas, assegurando a troca de informações, estratégias e conhecimentos. Realização de reunião com as regionais de saúde e educação para discutir estratégicas de prevenção das situações de violência autoprovocadas,interpessoais e de saúde mental que afloram nas escolas. Oficina Temática: sala de Situação dos Indicadores de SSSR de Adolescentes.	792- CONCLUÍDA 793 - CONCLUÍDA 794 - EM ANDAMENTO 795 - CONCLUÍDA 797 - PARALISADA 807 - NÃO INICIADO 1555 - EM ANDAMENTO 1557 - NÃO INICIADO 1558 - PARALISADA 1559 - EM ANDAMENTO 1560 - EM ANDAMENTO 1561 - VAZIO 1673 - VAZIO 1674 - VAZIO
193	Sertão do Apodi	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios, abrangendo: Urgências e emergências: traumatológicas, cardiovasculares e clínicas (adultos e crianças), com a qualificação da organização e da gestão da Rede de Urgência e Emergência Atenção obstétrica e ginecológica, com efetivação da Rede Cegonha Cuidados integrados em saúde mental, com ampliação dos serviços e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS Cuidados especializados ambulatoriais e apoio diagnóstico laboratorial, imagens, métodos clínicos-, com implantação de Centros de Atenção Integral, nos moldes de Policlínicas, que trabalhem em matriciamento com a Atenção Básica e a Atenção Hospitalar Cirurgias e internações em áreas básicas, com redução do tempo de espera, mediante a reestruturação e qualificação dos Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar Assistência farmacêutica, no âmbito de uma Política Estadual de Assistência Farmacêutica, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes Reabilitação em saúde, com a implantação da Rede de Atenção às Pessoas com deficiência, tendo por base os serviços e Centros Especializados em Reabilitação existentes e a serem construídos Saúde bucal, reativando as diretrizes do BRASIL SORRIDENTE, com ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões Práticas Integrativas e Complementares, com implementação das ações na Atenção Básica e em serviços especializados	Rio Grande do Norte	SESAP	247	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios.	964 - Ampliar a cobertura da Triagem Auditiva Neonatal (TAN ou teste da orelhinha). 966 - Ofertar aos usuários ostomizados e/ou incontinentes urinários e/ou fecais, a concessão de insumos de saúde (bolsas e adjuvantes) e atendimentos especializados por equipe multidisciplinar, nos CER habilitados na modalidade física. 971 - Apoiar tecnicamente a habilitação junto ao Ministério da Saúde de 01 (uma) oficina ortopédica itinerante para compor a RCSPD na 3ª região de saúde 972 - Apoiar tecnicamente a construção e habilitação de três oficinas ortopédicas fixas, junto ao Ministério da Saúde para a 3ª e 7ª regiões de saúde. 983 - Implantar as Policlínicas Regionais, em parceria com os municípios, em gestão consorciada. 1569 - Ampliar e qualificar a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do RN, através da Ampliação de Modalidades dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) já existentes 1570 - Prestar atendimento em todas as áreas de reabilitação, através de equipe multiprofissional com prescrição, concessão e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM). 1571 - Aumentar a cobertura de CAPS em 25% após 4 anos, considerando o ano-base 2019. 1572 - Melhorar os padrões sanitários e da infraestrutura da hemorrede. 1573 - Fornecer assistência hematológica e hemoterápica à população. 1574 - Fortalecer a Política de Saúde Bucal, estimulando os municípios a ampliação da oferta na Atenção Básica e efetivação dos Centros de Especialidades Odontológicas, nas regiões de saúde. 1678 - Implantar e qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjunto de ações de saúde. 1679 - Apoiar tecnicamente junto ao MS os pleitos de construção, reforma e habilitação de 16 (dezesseis) CER nas modalidades II, III e IV, conforme desenho regional de cada região.	Demanda atendida através da meta 983, com a implantação da policlinica do seridó, em parceria com o município de Caicó, em processo seletivo de RH, capacitação inicial para atuação na unidade. Meta 1569, com a ampliação dos Centros Especializados em Reabilitação (CER), em São José de mipibú, Currais Novos e na Clínica Heitor Carrilho. Meta 1571, visando a ampliação da RAPS, todas as regiões de saúde aprovaram em CIR a planilha dos Planos de Ação Regional, que está aguardando o envio de projetos e propostas pelos municípios para análise do Nucleo Estadual de Saúde Mental. Meta 1574, ações realizadas em diversos municípios do RN, Fórum Estadual de Saúde Bucal na APS do RN, capacitações, visitas técnicas, levando os dados necessários para análise da cobertura de saúde bucal do indicador ligado ao previne Brasil.	964 - EM ANDAMENTO 966 - EM ANDAMENTO 971 - EM ANDAMENTO 972 - EM ANDAMENTO 983 - EM ANDAMENTO 1569 - CONCLUÍDA 1570 - EM ANDAMENTO 1571 - EM ANDAMENTO 1572 - EM ANDAMENTO 1573 - EM ANDAMENTO 1574 - EM ANDAMENTO 1678 - VAZIO 1679 - VAZIO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
195	Sertão do Apodi	Reconstruir e reestruturar as Redes de Atenção nas regiões de saúde, com vistas a garantir o acesso integral, humanizado e resolutivo na atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, integrando os serviços estaduais e municipais existentes nos territórios, abrangendo: Urgências e emergências: traumatológicas, cardiovasculares e clínicas (adultos e crianças), com a qualificação da organização e da gestão da Rede de Urgência e Emergência Atenção obstétrica e ginecológica, com efetivação da Rede Cegonha Cuidados integrados em saúde mental, com ampliação dos serviços e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS Cuidados especializados ambulatoriais e apoio diagnóstico laboratorial, imagens, métodos clínicos-, com implantação de Centros de Atenção Integral, nos moldes de Policlínicas, que trabalhem em matriciamento com a Atenção Básica e a Atenção Hospitalar Cirurgias e internações em áreas básicas, com redução do tempo de espera, mediante a reestruturação e qualificação dos Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de	Rio Grande do Norte	SESAP	279	Elaborar e implementar programa de investimentos na rede de saúde, incluindo a construção, reforma, ampliação de equipamentos, para tornar os serviços públicos do RN compatíveis com os padrões de qualidade já alcançados em outras realidades próximas.	1587 - Qualificar a infraestrutura da SESAP, reformando, ampliando e/ou construindo as diferentes estruturas (Nível Central, Unidades Regionais de Saúde Pública, Escola de Saúde Pública, CEFOPE, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Unidades de Referência e Hospitalares, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos 1588 - Qualificar a infraestrutura da SESAP, adquirindo equipamentos e realizando manutenção preventiva e corretiva nos já existentes (Nível Central, Unidades Regionais de Saúde pública, Escola de Saúde Pública, CEFOPE, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Unidades de Referência e Hospitalares, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e coeficiência, com a finalidade de obter economia. 1589 - Reestruturar e qualificar os Hospitais Regionais, no contexto de uma Política de Atenção Hospitalar. 1668 - Promover a modernização da rede, por meio de soluções de informática no ambiente da Saúde, incluindo aquisição e manutenções de computadores, expansão da rede de dados, além do desenvolvimento de sistemas que garantam a celeridade nos processos e projetos de bens e serviços da Saúde.	Demanda atendida através da meta 1589, com ações para a elaboração da política de Atenção Hospitalar, avaliação e validação de dados, bem como, atualização de produções das unidades hospitalares, está previsto oficinas nas macrorregiões de saúde do RN, conforme a PAS p/ melhor análise territorial e construção do instrumento.	1587 - EM ANDAMENTO 1588 - EM ANDAMENTO 1589 - EM ANDAMENTO 1668 - VAZIO
197	Sertão do Apodi	Integrar os serviços estaduais existentes em uma unidade gerencial autárquica de Saúde, facilitando sua atuação junto às redes de atenção, podendo ser gerenciada pelos consórcios regionais.	Rio Grande do Norte	SESAP	275	Aprimorar a destinação e a utilização eficiente dos recursos estaduais e municipais (via consórcios) no fortalecimento da rede pública.	1073 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais que funcione com eficiência e permita a realização no tempo indicado dos procedimentos de saúde adequados aos cuidados de cada paciente. 1592 - Viabilizar a implantação do serviço de transporte sanitário intermunicipal nas regiões de saúde.	As metas vinculadas não atendem a demanda. Demanda da população atendida através da meta 1029, onde foi finalizada a construção da agenda de apoio institucional voltada aos consórcios interfederativos.Aguardando a validação do núcleo dirigente para esta agenda e para elaboração de um projeto de apoio institucional que vem sido trabalhado com a Escola de saúde pública.	1073 - NÃO INICIADO 1592 - EM ANDAMENTO
199	Sertão do Apodi	Implantar uma política de consórcios, de base regional, que assegure uma integração de recursos (União, Governo do Estado e Municípios) na organização e gestão das ações de saúde em cada região, com racionalização na utilização dos recursos, melhoria da eficácia/eficiência/efetividade do sistema.	Rio Grande do Norte	SESAP	275	Aprimorar a destinação e a utilização eficiente dos recursos estaduais e municipais (via consórcios) no fortalecimento da rede pública.	1073 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais que funcione com eficiência e permita a realização no tempo indicado dos procedimentos de saúde adequados aos cuidados de cada paciente. 1592 - Viabilizar a implantação do serviço de transporte sanitário intermunicipal nas regiões de saúde.	Demanda da população atendida através da meta 1592, com implantação deste serviço por gestão dos consórcio interfederativos não há previsão, visto que foi iniciado pelas policlínicas. A SESAP recebeu por meio do projeto governo cidadão, 29 ambulâncias, que integrará o sistema de transportes sanitário nas unidades hospitalares da rede estadual.	1073 - NÃO INICIADO 1592 - EM ANDAMENTO
201	Sertão do Apodi	Garantir e qualificar o acesso aos medicamentos	Rio Grande do Norte	SESAP	256	Ampliar e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito de uma Política Estadual, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes.	1009 - Ampliar o componente especializado nas regiões de saúde. 1010 - Expandir o Sistema Hórus para todas as regiões de saúde, por meio da capacitação dos gestores e profissionais para o gerenciamento e execução do sistema. 1012 - Prestar cooperação técnica e financeira aos municípios no desenvolvimento das suas atividades e ações relativas à assistência farmacêutica. 1014 - Atualizar a relação estadual de medicamentos, com base na Rename, e em conformidade com o perfil epidemiológico do estado. 1577 - Institucionalizar a política de assistência Farmacêutica no âmbito do RN 1578 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos. 1579 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, com foco na garantia e ampliação do abastecimento dos Componentes da Assistência Farmacêutica e das unidades da rede SESAP.	Demanda da população atendida através da meta 1010, com a realização contínua de treinamento e suporte ao sistema Hórus pelo setor de suporte na UNICAT. Meta 1014, atualização da relação estadual de medicamentos, aguardando a publicação da portaria que institui a CFT e revoga as anteriores para publicação da RESME. Meta 1577, realização de visita técnica nas farmácias hospitalares da rede SESAP. Meta 1578, foram realizadas capacitações em 4 temas vinculados à logística de medicamentos pelo NEP UNICAT, além de qualificações no formato online e com conteúdo voltado a qualificação do servidor. Meta 1579, Melhorado o processo de aquisição, feito processo de compra direta p/ garantir abastecimento (abas). Realizada a articulação via Gabinete, DPLAN e FES p/ melhorar a disponibilidade de orçamento de financeiro p/ garantir o abastecimento. Abs. CEAF 59% e HOSP. 70%. Além de muitos problemas na garantia de continuidade de abas. por falta de financeiro.	1009 - EM ANDAMENTO 1010 - EM ANDAMENTO 1012 - EM ANDAMENTO 1014 - EM ANDAMENTO 1577 - EM ANDAMENTO 1578 - EM ANDAMENTO 1579 - EM ANDAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

PPA planejamento transparência integração
Plano Plurianual 2020-2023

DEMANDAS DA POPULAÇÃO - QUADRO RESUMO DE EXECUÇÃO PPA 2020/2023									
Nº	AGRUPAMENTO	DEMANDA	TERRITÓRIO	ORGÃO	CÓDIGO OBJETIVO	OBJETIVO PPA	META	DETALHAMENTO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
203	Sertão do Apodi	Ampliar e qualificar a vigilância em saúde e assistência farmacêutica	Rio Grande do Norte	SESAP	256	Ampliar e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito de uma Política Estadual, que viabilize o acesso oportuno aos medicamentos e estimule o uso racional destes.	1009 - Ampliar o componente especializado nas regiões de saúde. 1010 - Expandir o Sistema Hórus para todas as regiões de saúde, por meio da capacitação dos gestores e profissionais para o gerenciamento e execução do sistema. 1012 - Prestar cooperação técnica e financeira aos municípios no desenvolvimento das suas atividades e ações relativas à assistência farmacêutica. 1014 - Atualizar a relação estadual de medicamentos, com base na Rename, e em conformidade com o perfil epidemiológico do estado. 1577 - Institucionalizar a política de assistência Farmacêutica no âmbito do RN 1578 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos. 1579 - Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, com foco na garantia e ampliação do abastecimento dos Componentes da Assistência Farmacêutica e das unidades da rede SESAP.	Demanda da população atendida através da meta 1010, com a realização contínua de treinamento e suporte ao sistema Hórus pelo setor de suporte na UNICAT. Meta 1014, atualização da relação estadual de medicamentos, aguardando a publicação da portaria que institui a CFT e revoga as anteriores para publicação da RESME. Meta 1577, realização de visita técnica nas farmácias hospitalares da rede SESAP. Meta 1578, foram realizadas capacitações em 4 temas vinculados à logística de medicamentos pelo NEP UNICAT, além de qualificações no formato online e com conteúdo voltado a qualificação do servidor. Meta 1579, Melhorado o processo de aquisição, feito processo de compra direta p/ garantir abastecimento (abas). Realizada a articulação via Gabinete, DPLAN e FES p/ melhorar a disponibilidade de orçamento de financeiro p/ garantir o abastecimento. Abs. CEAF 59% e HOSP. 70%. Além de muitos problemas na garantia de continuidade de abas. por falta de financeiro.	1009 - EM ANDAMENTO 1010 - EM ANDAMENTO 1012 - EM ANDAMENTO 1014 - EM ANDAMENTO 1577 - EM ANDAMENTO 1578 - EM ANDAMENTO 1579 - EM ANDAMENTO
205	Sertão do Apodi	Participar e fortalecer os Comitês Estaduais e Municipais de Prevenção e Combate à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal	Rio Grande do Norte	SESAP	179	Apoiar programas e estabelecer metas de redução das taxas de mortalidade materno-infantil.	655 - Reduzir as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos. 694 - Aprimorar os processos e os instrumentos de notificação e de vigilância de óbitos e agravos à saúde, com a atualização e informatização dos procedimentos de registro. 695 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão 1547 - Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos. 1548 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para vigilância da sífilis congênita prevenção à transmissão vertical. 1549 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança, implementando a Rede Cegonha, nas regiões de saúde, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade. 1677 - Efetivar o conjunto de ações voltadas para implantação das profilaxias PrEP e PEP em todas as regiões de saúde, diminuindo as barreiras de acesso.	Demanda da população atendida através da meta 655, através do monitoramento das investigações dos óbitos infantis; Participação nas reuniões do CEPMMIF; Participação nas reuniões do comitê de Transmissão Vertical da SESAP/RN; Apoio ás referências tècnicas das Regionais para a VO e do processo de investigação, cumprindo a determinação da Portaria nº116/2029;Reuniões sobre ações e processo de trabalho da VO. Meta 1547, realização de reunião de apoio ao comitê de mortalidade materno/infantil para elaboração do regimento interno, atualização do Manual de Vigilância do Óbito Infantil e Fetal, discussão e encerramento do óbito materno -Serra Negra do Norte e Parnamirim, apoio técnico e participação em oficina de vigilância do óbito e preenchimento da declaração de óbito (parnamirim e macaiba)	655 - EM ANDAMENTO 694 - EM ANDAMENTO 695 - EM ANDAMENTO 1547 - EM ANDAMENTO 1548 - CONCLUÍDA 1549 - EM ANDAMENTO 1677 - VAZIO

RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

LUCIANA DALTRO DE CASTRO PÁDUA
CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO

DANIELLE CARVALHO ASSUNÇÃO
CONTROLADORA ADJUNTA DO ESTADO

DEBORA CRISTIANE BARRETO DE SOUZA
AUDITORA-GERAL DO ESTADO

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO GERAL E CIRCUNSTANCIADO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

SARAH LUDMILLA DO NASCIMENTO FÉLIX
AUDITORA DE CONTROLE INTERNO

FÁBIO LUIZ MAIA BARBOSA
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

DANILO ARAÚJO XAVIER
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

DANIEL DOS ANJOS LINHARES DE OLIVEIRA
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

JADE CUNHA LOPES
AUDITORA DE CONTROLE INTERNO

NATAN ARRUDA MEDEIROS
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

PATRÍCIA ANGELICA TORRES DA SILVA FERRO
AUDITORA DE CONTROLE INTERNO

VALDIR MEDEIROS DA NOBREGA:10860738434
VALDIR MEDEIROS DA NOBREGA:10860738434
c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Presencial, ou=08417107000141, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(em branco), cn=VALDIR MEDEIROS DA NOBREGA:10860738434